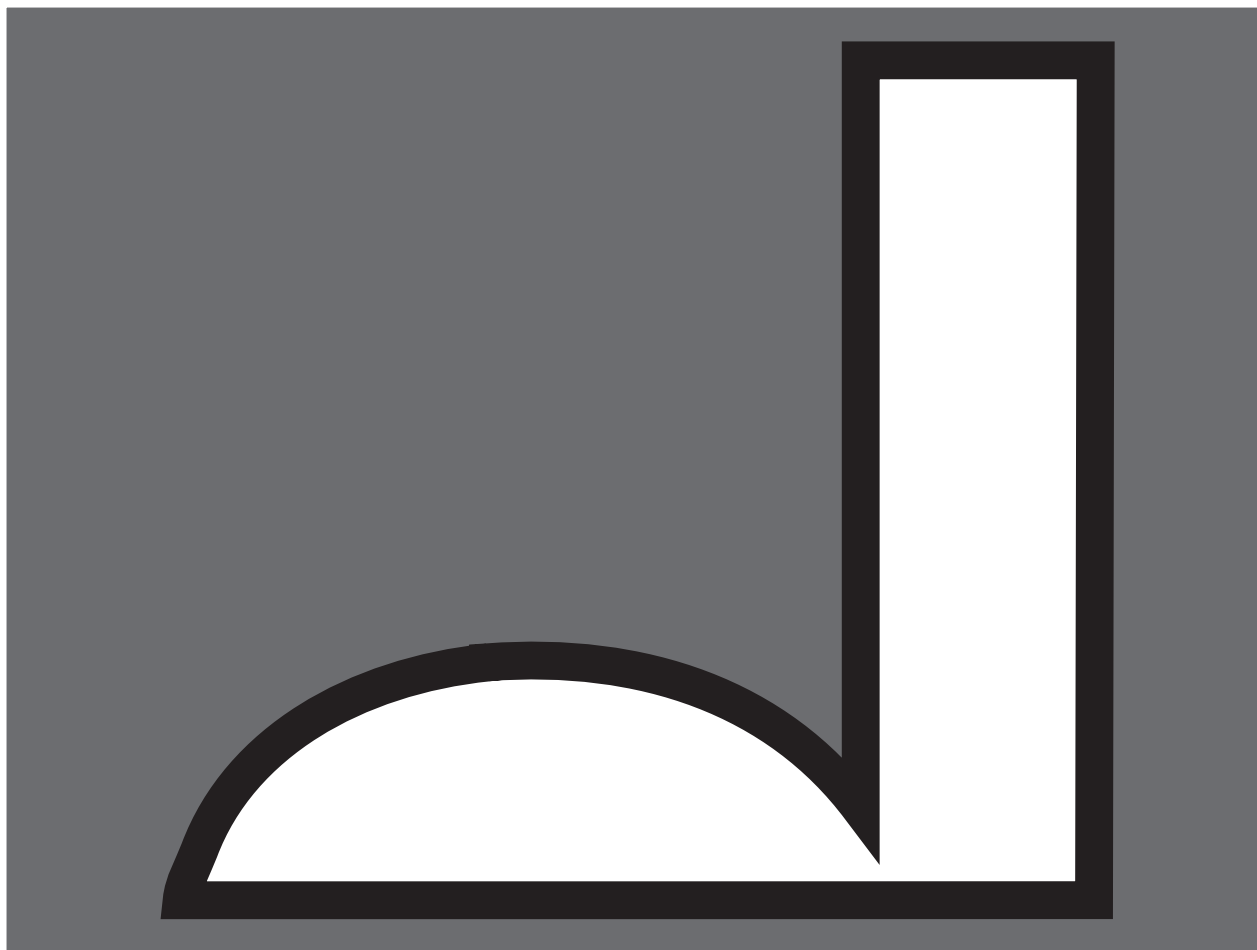




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

PRESTAÇÃO DE CONTAS
EXERCÍCIO FINANCEIRO – 2011

GOVERNO FEDERAL
(Mensagem nº 24/2012 – CN – nº 108, de 2012, na origem)

ANO LXVII – SUP. “A” AO Nº 44 – QUARTA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2012 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP)		4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI)
2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka - (PMDB-MS) ^(3,4)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Cicero Lucena - (PSDB-PB)		1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC) ^(1,5,6,7)
2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²		2º - João Durval - (PDT-BA)
		3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
		4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
4. O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão plenária do Senado Federal de 16.11.2011.
5. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença
6. Em 29.11.2011, vago em virtude de o Senador Gilvam Borges ter deixado o mandato.
7. O Senador Casildo Maldaner foi eleito 1º Suplente de Secretário na sessão plenária do Senado Federal de 08.12.2011.

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PS/C/PV) - 26	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 25	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15
Líder Renan Calheiros - PMDB ----- Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Romero Jacó ⁽⁴⁰⁾ Sérgio Souza ⁽²⁸⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraz Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia ⁽¹²⁾ Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim ⁽¹⁷⁾ Líder do PV - 1 Paulo Davim	Líder Walter Pinheiro - PT ^(22,27) Vice-Líderes Acir Gurgacz Lidice da Mata ^(9,39) Inácio Arruda Eduardo Lopes ^(17,43) ----- Líder do PT - 13 Walter Pinheiro ^(22,27) Vice-Líderes do PT Wellington Dias ⁽²⁸⁾ Lindbergh Farias ⁽²³⁾ Ana Rita ⁽²⁴⁾ Anibal Diniz ⁽²⁶⁾ Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Pedro Taques ⁽²¹⁾ Líder do PSB - 4 Lidice da Mata ^(9,39) Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares ⁽²⁹⁾ Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes ^(17,43)	Líder Jayme Campos - DEM ⁽²⁵⁾ Vice-Líderes Cyro Miranda ⁽³⁴⁾ Flexa Ribeiro ^(6,32) Lécia Vânia ⁽³³⁾ Mário Couto ⁽³⁵⁾ Paulo Bauer ^(7,31) ----- Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁵⁾ Paulo Bauer ^(7,31) Flexa Ribeiro ^(6,32) Líder do DEM - 5 José Agripino ^(2,10,14,45,46) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽²⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR) - 12	Governo Líder Eduardo Braga - PMDB ⁽³⁸⁾ Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lima Lidice da Mata ^(9,39) Jorge Viana Vital do Rêgo	PSD - 2 Líder Kátia Abreu - PSD ^(11,13) Vice-Líder Sérgio Petecio
Líder do PTB - 6 Gim Argello Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti Líder do PR - 6 Blaio Maggi ⁽³⁹⁾ Vice-Líderes do PR Alfredo Nascimento ⁽⁴¹⁾ Vicentinho Alves ⁽⁴²⁾		
PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL ⁽¹⁸⁾		

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011,lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011,lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 42330
5. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 42330
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o OF. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecio, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blaio Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLPDT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senadora Lidice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lécia Vânia é designada 3º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado do Poder Executivo (OF. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme OF. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lidice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme OF. nº 055/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jacó é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
43. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/CSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM, Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Pékoto Diretora-Geral do Senado Federal	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata
José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Mensagem nº 24, de 2012-CN (108/2012, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Em cumprimento aos arts. 84, inciso XXIV e 49, inciso IX, da Constituição, e ao art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, encaminho a Vossas Excelências o volume anexo que compreende as contas do Governo Federal relativas ao exercício de 2011.

Brasília, 2 de abril de 2012.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Dilma Rousseff', with a long, sweeping horizontal stroke extending to the right.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DA
PRESIDENTA DA REPÚBLICA**

EXERCÍCIO DE 2011

BRASÍLIA-DF



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DA
PRESIDENTA DA REPÚBLICA
EXERCÍCIO DE 2011**

**RELATÓRIO SOBRE OS ORÇAMENTOS E
ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL**

BALANÇO GERAL DA UNIÃO

AUTORIDADES RESPONSÁVEIS PELAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011

Dilma Roussef

Presidenta da República Federativa do Brasil

Jorge Hage Sobrinho

Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

Guido Mantega

Ministro da Fazenda

Miriam Belchior

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DA
PRESIDENTA DA REPÚBLICA
EXERCÍCIO DE 2011**

**RELATÓRIO SOBRE OS ORÇAMENTOS E
ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL**

BALANÇO GERAL DA UNIÃO

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

Setor de Autarquias Sul, Quadra 01 – Bloco A, 8º andar, Edifício Darcy Ribeiro

Brasília – DF

Tel.: (61) 2020-7115 / 2020-7116 – Fax: (61) 2020-7129

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Esplanada dos Ministérios – Bloco P – Ed. Anexo – Ala A

Brasília – DF

Tel.: (61) 3412-3063 – Fax: (61) 3412-1959

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Esplanada dos Ministérios, Bloco K – 3º e 8º andares – salas 331 e 864

Brasília – DF

Tel.: (61) 2020-4080 – Fax: (61) 3226-8122 e (61) 2020-4326 – Fax: (61) 3223-5605

PLANO DA OBRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA / 2011

RELATÓRIO SOBRE OS ORÇAMENTOS E ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL

BALANÇO GERAL DA UNIÃO

**PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA - PCPR
EXERCÍCIO DE 2011**

APRESENTAÇÃO	
PARTE I – POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E SOCIAL	
1.1. DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2011	1
1.1.1. Produto Interno Bruto - PIB	4
1.1.2. Inflação	5
1.1.3. Política Monetária, Crédito e Mercado de Capitais	5
1.1.4. Mercado de Trabalho, Nível de Emprego e Salários	6
1.1.5. Balanço de Pagamentos	6
1.1.6. Desempenho Fiscal	6
1.1.7. Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios (Acórdão nº 1718/2005-TCU-Plenário) e do PAC (Acórdão nº 1690/2007-TCU-Plenário)	7
1.1.8. Metas Fiscais e Necessidade de Financiamento do Setor Público	10
1.1.9. Distribuição de Renda e Combate à Desigualdade	14
1.2. MOEDA E CRÉDITO	16
1.2.1. Aspectos Gerais	16
1.2.2. Agregados Monetários	16
1.2.3. Títulos Públicos Federais e Operações do Banco Central no Mercado Aberto	16
1.2.4. Operações de Crédito do Sistema Financeiro	17
1.2.5. Sistema Financeiro Nacional	20
1.3. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO	20
1.3.1. Política de Comércio Exterior	20
1.3.2. Política Cambial	23
1.3.3. Movimento de Câmbio Contratado	25
1.3.4. Balanço de Pagamentos	26
1.3.5. Reservas Internacionais	39
1.3.6. Serviço da Dívida Externa do Tesouro Nacional	40
1.3.7. Dívida Externa	42
1.3.8. Indicadores de Endividamento	49
1.3.9. Captações Externas	50
1.3.10. Posição de Investimento Internacional (PII)	51
1.4. ANÁLISE DOS HAVERES DA UNIÃO DE NATUREZA FINANCEIRA JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS	53
1.4.1. Retorno de Haveres Originados de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas Implementados no Âmbito de Programas de Saneamento do Setor Público	53
1.4.2. Retorno de Haveres Originados da Renegociação da Dívida Externa do Setor Público	53
1.4.3. Retorno de Haveres Originados de Repasses de Recursos Externos	53
1.4.4. Retorno de Haveres Originados do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (Medida Provisória nº 2.196-3/2001)	54
1.4.5. Retorno de Haveres Originados da Aquisição de Participações Governamentais	54
1.4.6. Outros Haveres	54
1.5. OUTROS HAVERES DO TESOUREIRO NACIONAL	56
1.5.1. Haveres da União de Natureza Financeira	56
1.5.2. Haveres Financeiros da União, Não Relacionados a Estados e Municípios	56
1.5.3. Recebimentos de Créditos	59
1.5.4. Haveres Mobiliários	59

1.6. GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	64
1.6.1. Variação do Estoque da Dívida Pública Federal	64
1.6.2. Resultados Alcançados e Avanços na Administração da Dívida	67
1.6.3. Tesouro Direto	70
1.6.4. Avanços Institucionais	71
1.7. AJUSTE FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS: RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS	72
1.7.1. Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal	72
1.7.2. Verificação dos Indicadores Fiscais dos Municípios cujas Dívidas foram Refinanciadas	73
1.7.3. Estoque das Dívidas	73
1.7.4. Cálculo da Receita Líquida Real - RLR	73
1.7.5. Cálculos dos Valores das Transferências estabelecidas nas Leis Complementares nº 87/96 e 115/02	74
1.7.6. Cálculos dos Valores referentes ao Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores	74
1.7.7. Cálculo da Capacidade de Pagamento	75
1.7.8. Consolidação dos Balanços de Estados e Municípios	78
1.8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	79
1.8.1. Aspectos Gerais	79
1.8.2. Financiamento	79
1.8.3. Equalização	80
1.8.4. Outras Atividades Desenvolvidas	84
1.8.5. Autorização para Realização de Operações de Crédito dos Entes da Federação	85
1.9. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS	86
1.9.1. Contratação Direta - Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens	86
1.9.2. Concessão de Garantias Externas	86
1.9.3. Concessão de Garantias Internas	88
1.9.4. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias	88
1.9.5. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito	90
1.9.6. Securitização de Dívidas	90
1.10. APLICAÇÕES DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO	92
1.10.1. Banco do Brasil S.A. - BB	95
1.10.2. Caixa Econômica Federal - CAIXA	102
1.10.3. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	106
1.10.4. Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB	114
1.10.5. Banco da Amazônia S.A. - BASA	121
1.10.6. Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	130
1.11. FINANCIAMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS	137
1.11.1. Empréstimos e Doações Junto a Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito	137
1.11.2. Projetos em Execução	137
1.11.3. Acordos de Cooperação Técnica Multilateral	138
1.11.4. Operações de Crédito Externo Contratadas Diretamente pela União em 2011	139
1.11.5. Concessão de Garantias da União em Operações de Crédito Externo	140
1.11.6. Garantias Honradas pela União	141
1.11.7. Projetos de Financiamento Externo Apresentados para Aprovação em 2011	141
1.11.8. Operações de Crédito Externo Recomendadas para Negociação em 2011	142
1.11.9. Fluxo Financeiro Decorrente de Financiamentos Externos	145
1.11.10. Agentes de Governo e Ciclo de Aprovação de Acordos de Financiamento	146
1.11.11. Resultados Alcançados pelo Controle	146

PARTE II - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
2.1. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2011	148
2.1.1. Política Adotada para a Programação financeira do Exercício	148
2.1.2. Execução Financeira	148
2.2. ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	154
2.3. EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	159
2.3.1. Análise da Execução Orçamentária da Receita	159
Anexos da Realização da Receita – OFSS	179
2.3.2. Execução da Despesa Orçamentária	210
2.3.3. Resultado Orçamentário	231
2.3.4. Política de Restos a Pagar	232
Anexos da Dotação e Execução da Despesa - OFSS	233
2.3.5. Parcelamento de Créditos	315
2.3.6. Dívida Ativa	318
2.4. ANÁLISE DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	331
2.4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE	331
2.4.2. Ações e Serviços Públicos de Saúde	335
2.4.3. Aplicação dos Recursos Destinados à Irrigação	336
2.5. ANÁLISE DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)	339
2.5.1. Despesas com Pessoal da União	339
2.5.2. Dívida Consolidada Líquida	340
2.5.3. Garantias e Contragarantias de Valores	341
2.5.4. Operações de Crédito	342
2.5.5. Demonstrativo dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	343

PARTE III - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – EMPRESAS ESTATAIS	
3.1. ASPECTOS GERAIS	346
3.2. ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS	350
3.3. FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO	365
3.3.1. Reserva Global de Reversão - RGR	366
3.3.2. Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	367
3.3.3. Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	368
Anexos da Execução Orçamentária - OI	370

PARTE IV - ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL	
4.1. ADMINISTRAÇÃO	380
4.1.1. Presidência da República	380
4.1.2. Controladoria-Geral da União	395
4.1.3. Ministério da Fazenda	411
4.1.4. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	426
4.2. AGRICULTURA	442
4.2.1. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	442
4.2.2. Ministério da Pesca e Aquicultura	452
4.3. ASSISTÊNCIA SOCIAL	462
4.3.1. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	462
4.4. CIÊNCIA E TECNOLOGIA	476
4.4.1. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	476
4.5. COMUNICAÇÕES	489
4.5.1. Ministério das Comunicações	489
4.6. CULTURA	501
4.6.1. Ministério da Cultura	501
4.7. DEFESA NACIONAL	510
4.7.1. Ministério da Defesa	510
4.8. DESPORTO E LAZER	529
4.8.1. Ministério do Esporte	529
4.9. EDUCAÇÃO	535
4.9.1. Ministério da Educação	535
4.10. ENERGIA	566
4.10.1. Ministério de Minas e Energia	566
4.11. ESSENCIAL À JUSTIÇA	577
4.11.1. Presidência da República	577
4.12. GESTÃO AMBIENTAL	580
4.12.1. Ministério do Meio Ambiente	580
4.13. HABITAÇÃO, URBANISMO E SANEAMENTO	591
4.13.1. Ministério das Cidades	591
4.14. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	610
4.14.1. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	610
4.14.2. Ministério do Turismo	625
4.15. INTEGRAÇÃO NACIONAL	637
4.15.1. Ministério da Integração Nacional	637
4.16. ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	650
4.16.1. Ministério do Desenvolvimento Agrário	650
4.17. PREVIDÊNCIA SOCIAL	662
4.17.1. Ministério da Previdência Social	662
4.18. RELAÇÕES EXTERIORES	671
4.18.1. Ministério das Relações Exteriores	671
4.19. SAÚDE	684
4.19.1. Ministério da Saúde	684

4.20. SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS DA CIDADANIA	699
4.20.1. Ministério da Justiça	699
4.20.2. Presidência da República	712
4.21. TRABALHO	725
4.21.1 Ministério do Trabalho e Emprego	725
4.22. TRANSPORTE	735
4.22.1. Ministério dos Transportes	735
4.22.2. Presidência da República	747

PARTE V - BALANÇO GERAL DA UNIÃO

5.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	753
5.2. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO GERAL DA UNIÃO	762
5.2.1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	762
5.2.2. Mudanças de Critérios e Procedimentos Contábeis	764
5.2.3. Inclusão, Exclusão, Alteração e Reclassificação de Itens de Balanço	767
5.2.4. Criação, Extinção, Liquidação ou Incorporação de Órgãos	768
5.2.5. Procedimentos Especiais	769
5.2.6. Composição dos Principais Itens das Demonstrações	772
5.2.7. Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis	802

PARTE VI

PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELOS ÓRGÃOS/ENTIDADES A PARTIR DAS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - CONTAS DE 2010	903
--	-----

APRESENTAÇÃO

A presente Prestação de Contas da Excelentíssima Senhora Presidenta da República foi organizada pela Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União - CGU para encaminhamento ao Congresso Nacional, no prazo de 60 dias contados da abertura da sessão legislativa, em cumprimento ao que determina o artigo 84, inciso XXIV da Constituição Federal.

As informações que integram esta obra são provenientes de diversos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, responsáveis pela sua consistência e veracidade, e contemplam os mais variados aspectos da atuação do Poder Executivo Federal no exercício de 2011, sendo estruturadas em seis partes, assim compreendidas:

PARTE I	– Política Econômico-Financeira e Social
PARTE II	– Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PARTE III	– Orçamento de Investimento – Empresas Estatais
PARTE IV	– Atuação por Setor Governamental
PARTE V	– Balanço Geral da União
PARTE VI	– Providências sobre as Recomendações do TCU, exercício de 2010

A Parte I evidencia o desempenho da economia brasileira, que nesta Prestação de Contas possui um caráter dialético, pois ao mesmo tempo em que é influenciada pela ação governamental, também estabelece as condições para o desenvolvimento das atividades da Administração Pública. A partir deste exercício passa a contemplar também informações sobre os resultados consolidados das políticas sociais.

A Parte II contempla uma visão consolidada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, evidenciando a autorização legislativa para a previsão e fixação das receitas e despesas públicas, bem como a sua execução no exercício de 2011.

As informações referentes às Empresas Estatais não dependentes do Poder Executivo Federal, vinculadas ao Orçamento de Investimento, produzidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, órgão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão estão contempladas na Parte III.

A Parte IV – Atuação por Setor Governamental contempla a ação governamental em cada área de atuação do Poder Executivo, privilegiando a informação por função de governo, com vistas a apresentar à sociedade e ao Tribunal de Contas da União, instância responsável pela apreciação destas Contas, prestação de contas com foco no desempenho da Administração Pública, expondo uma análise temporal da execução orçamentária e, principalmente, os resultados alcançados no exercício de 2011.

O Balanço Geral da União, integrante da Parte V, foi elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, órgão do Ministério da Fazenda e contempla a execução e a análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, materializada nos demonstrativos e nos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais, extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi. Complementam os balanços as notas explicativas, que buscam evidenciar aspectos relevantes que afetam a elaboração e conteúdo das informações contábeis.

A última parte retrata as providências adotadas pelos órgãos e entidades no âmbito do Poder Executivo Federal, quanto às recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas da União no parecer prévio emitido, quando da apreciação da Prestação de Contas do exercício de 2010.

Encontra-se encartado nesta Prestação de Contas um CD-ROM contendo informações adicionais referentes à execução orçamentária e balanços, e outras que possam subsidiar a compreensão dos dados constantes do texto impresso.

Em observância ao Princípio da Transparência na Gestão Fiscal, contido na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), esta Prestação de Contas estará disponível, na íntegra, no endereço eletrônico www.cgu.gov.br e em meio impresso na Controladoria-Geral da União, na Secretaria do Tesouro Nacional, no Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais e em outras instituições públicas, de forma que a sociedade brasileira possa exercer seus direitos, no que concerne ao processo de fiscalização das receitas e despesas públicas, realizando o controle social sobre as Contas do Governo.

É importante salientar que esta Prestação de Contas é dirigida não apenas ao Congresso Nacional ou ao Tribunal de Contas da União, mas, sobretudo ao cidadão, como meio de transparência e prestação de contas à sociedade brasileira pela confiança e recursos depositados junto ao Governo.

A responsabilidade pelo processo de elaboração da Prestação de Contas do Presidente da República – PCPR é atribuída majoritariamente a três órgãos, com as respectivas responsabilidades a seguir descritas:

ÓRGÃO	RESPONSABILIDADE
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO <i>Secretaria Federal de Controle Interno – SFC</i>	Coordenação do processo de elaboração da PCPR, conforme determina a Lei n.º 10.180/2001 e o Decreto n.º 5.683/2006.
MINISTÉRIO DA FAZENDA <i>Secretaria do Tesouro Nacional - STN</i>	Elaboração e análise dos Balanços Gerais da União e dos demonstrativos da execução do orçamento fiscal e da seguridade social.
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO <i>Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais</i> <i>Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI</i>	Elaboração das informações sobre as empresas estatais e respectivo orçamento de investimento, bem como dados sobre a execução física das ações governamentais.

As informações que compõem a PCPR referente ao exercício de 2011 foram elaboradas seguindo diretrizes do contínuo aperfeiçoamento em relação aos anos anteriores, objetivando conceder maior organicidade, transparência e qualidade à Prestação de Contas Presidencial. Foram observadas também em seu processo de elaboração as orientações estabelecidas no Aviso n.º 02/2011 - GM-JM/TCU, do Tribunal de Contas da União, encaminhado à Controladoria-Geral da União.

Todo o conteúdo da PCPR encontra-se organizado neste único volume, contemplando: Relatório, abrangendo informações da atuação de vários órgãos e entidades do Poder Executivo, tais como ministérios, secretarias e bancos oficiais, e o Balanço Geral da União, que reúne todos os balanços contábeis dos três Poderes da República, exigidos pela Lei nº 4.320/64 com as evidenciações necessárias à sua melhor compreensão.

No tocante à atuação de cada Pasta Ministerial, a elaboração dos relatórios teve como diretriz a evidenciação da execução das políticas públicas por função de governo com ênfase nos resultados alcançados no exercício de 2011.

PARTE I – POLÍTICA ECONÔMICO-FINANCEIRA E SOCIAL**1.1. DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA EM 2011**

O ano de 2011 foi marcado por intensos desafios, principalmente no campo econômico devido ao agravamento da crise financeira internacional iniciada em 2008.

Nos Estados Unidos, marco inicial da crise, a falta de dinamismo econômico tem levado à revisão das expectativas de crescimento do PIB. O Fundo Monetário Internacional - FMI, por exemplo, prevê que a economia norte-americana estadunidense deverá ter crescido apenas 1,8% em 2011 e projeta 1,8%, para 2012. O próprio Federal Reserve - FED, o Banco Central dos EUA, vem reduzindo suas expectativas para o crescimento nos próximos anos, mantendo, ao mesmo tempo, em níveis elevados as projeções de desemprego.

Contudo, a situação econômica mais sensível é a da economia europeia. A incapacidade de retomar o crescimento sustentado na Europa tem acarretado graves consequências para as contas públicas de alguns países do continente e para o setor financeiro privado da região. A crise financeira gerou uma crise da dívida soberana que, se não for resolvida com celeridade, poderá encadear outros problemas, tais como o aumento do risco do mercado de crédito privado, dada a grande exposição dos bancos aos títulos governamentais.

Nesse ambiente de incertezas e indefinições, o melhor cenário, segundo as projeções divulgadas pelo FMI é uma economia mundial avançando em ritmos diferenciados, com baixo crescimento dos países ricos e maior dinamismo das economias emergentes. A redução da demanda global afetará o crescimento das economias emergentes, particularmente tendendo a desacelerar o nível de atividade da China que sofrerá com o desaquecimento das economias avançadas, uma vez que suas exportações correspondem a cerca de um quarto do PIB e seus principais parceiros comerciais são os países desenvolvidos.

Comparando com 2008, início da crise internacional, a economia brasileira chega em 2011 em melhor situação para enfrentar a deterioração no cenário global. Nossas reservas internacionais passaram de US\$ 206,5 bilhões em setembro de 2008 para US\$ 352 bilhões em dezembro de 2011, aumento de aproximadamente 70%, atingindo cerca de 15% do PIB. O total de depósitos compulsórios das instituições financeiras (mais de R\$450 bilhões) também é bem superior aos níveis verificados em 2008 (R\$ 253 bilhões em setembro daquele ano).

No plano doméstico, o início de 2011 veio com incertezas sobre a evolução da economia brasileira,

em virtude do crescimento acelerado em 2010. Os primeiros meses do ano também foram marcados por um aumento na inflação em virtude, principalmente, da alta nos preços das commodities. Além disso, havia dúvidas do mercado sobre o cumprimento das metas fiscais e expectativa de aumento no déficit em conta corrente. Contudo, ao longo do ano ficou demonstrado, novamente, que o Brasil tem capacidade de reação e que o País dispõe de amplos instrumentos de política econômica para enfrentar os desafios que lhe são apresentados.

Tais incertezas, presentes no começo de 2011, ensejaram a necessária adoção de medidas contracionistas. Na política fiscal, o Governo estabeleceu significativo processo de consolidação das contas públicas, assegurando o cumprimento das metas. Na política monetária e creditícia, houve elevação gradual na taxa básica de juros, de 10,75% ao ano até 12,50% ao ano, entre janeiro e julho de 2011, além da adoção de medidas prudenciais de controle da expansão no crédito.

Quanto à política cambial, foram adotadas medidas que desestimularam a entrada de capitais voláteis no País. Paralelamente, realizaram-se intervenções diretas no mercado de câmbio que arrefeceram a trajetória de sobrevalorização do Real com o objetivo de reverter a tendência de perda de competitividade das empresas brasileiras. Também devem ser destacadas as alterações nos recolhimentos compulsórios de instituições financeiras sobre a posição vendida de câmbio, bem como a elevação do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros - IOF, tanto nas transações diretas com moeda externa quanto em operações de câmbio com cartão de crédito. Além disso, a Lei nº 12.543/2011 atribuiu ao Conselho Monetário Nacional - CMN competência para intervir no mercado de derivativos, estabelecendo limites de valores e prazo e determinando garantias adicionais quando julgar necessário.

Em virtude das medidas supracitadas, o crescimento do PIB desacelerou, de 7,5% em 2010 para 4,9% no acumulado em quatro trimestres até junho de 2011. Essa desaceleração foi ampliada no terceiro trimestre do ano, também refletindo a recrudescimento da crise internacional.

Contudo, mais uma vez o Governo utilizou os instrumentos necessários para enfrentar os desafios apresentados. No final de agosto, o Comitê de Política Monetária - Copom do Banco Central do Brasil decidiu não somente interromper o movimento de elevação, como reduziu a taxa básica de juros (Selic) em 0,50 ponto percentual. A partir de então, iniciou-se um ciclo de afrouxamento monetário com reduções graduais na taxa básica de juros,

encerrando o ano com 11% ao ano. Em janeiro de 2012, o Copom decidiu reduzir a taxa básica para 10,5% ao ano. Em novembro, o agravamento abrupto do cenário econômico internacional foi determinante para o Banco Central retirar algumas restrições ao crédito impostas pelas medidas macroprudenciais adotadas no final de 2010.

No início de dezembro, diversas providências complementares de desoneração fiscal foram anunciadas, tais como a redução de tributos para produtos da linha branca e da construção civil, a redução do PIS/Cofins de massas, a redução do IOF para pessoa física, a eliminação de tributo para aplicação de estrangeiros nas debêntures de infraestrutura e o barateamento do IOF sobre aplicações de estrangeiros em renda variável na Bolsa de Valores. Também foi renovada a redução de tributos de caminhões, utilitários e máquinas agrícolas para apoiar a nossa agricultura. Essas medidas de estímulo, contudo, não alteraram a condução responsável da política fiscal que, inclusive, contou com a elevação da meta de resultado primário em R\$ 10 bilhões em 2011.

Dessa forma, constata-se que uma importante estratégia do Governo Federal é fortalecer os fundamentos da economia, com estabilidade macroeconômica, qualificação da força de trabalho, estímulos à inovação tecnológica e investimentos em infra-estrutura. O objetivo é promover o ingresso de investimentos produtivos e o adensamento de cadeias industriais.

Nesse sentido, ainda em 2011, devem ser ressaltadas outras medidas governamentais. Além das novas etapas do "PAC" e do "Minha Casa Minha Vida", que gerarão mais emprego, progresso e melhora na infraestrutura, o Governo anunciou, em agosto de 2011, um conjunto de iniciativas para fortalecer a indústria doméstica, sintetizadas no Plano Brasil Maior. São diversas medidas de comércio exterior, desoneração tributária e valorização aos produtos com maior conteúdo fabril local, entre outras. Merecem destaque os programas de estímulos à inovação por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a política de margens de preferências para produtos nacionais para as compras governamentais, iniciada em novembro com os setores de calçados e confecções.

Para incrementar o processo de expansão do mercado interno, as Micro e Pequenas Empresas foram valorizadas, sobretudo a partir da ampliação do Simples Nacional. Foram elevados os limites de faturamento das microempresas que optam pelo Supersimples, que passou de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil; e para as pequenas empresas, subiu de R\$ 2,4 milhões para R\$ 3,6 milhões.

Também houve correção de 4,5% na tabela do imposto de renda para pessoas físicas e mudanças no Microempreendedor Individual - MEI. Até o ano passado, para esses microempreendedores pagarem menos impostos, eles não poderiam faturar mais de R\$ 36 mil por ano. Agora, esse limite será de R\$60 mil, ou R\$5 mil por mês. Com esta medida, os microempreendedores individuais estão sendo estimulados a expandir e a formalizar seus negócios, além de dar a eles o acesso à Previdência Social.

Adicionalmente, o Governo Federal vem adotando uma agenda de reformas com vistas a fortalecer a competitividade da produção doméstica e da cadeia produtiva exportadora, além de estimular o investimento e a inovação. Com esse foco, no âmbito do Plano Brasil Maior foram implementadas as seguintes medidas: desoneração da folha de pagamento de setores específicos como confecções, calçados e software; regime especial automotivo, o qual concede incentivo tributário à indústria como contrapartida ao investimento, agregação de valor, criação de emprego e aumento da inovação; devolução de créditos do PIS/COFINS por investimento em bens de capital e na desoneração tributária dos "tablets" em uma política de atração de novos investimentos no setor eletroeletrônico; e harmonização de políticas de financiamento que concilia as condições de financiamento dos bancos públicos com recursos da União. Especificamente em relação ao comércio exterior e com o objetivo de aumentar a competitividade das exportações, a devolução de créditos tributários federais acumulados ficou mais ágil com a adoção do Regime Reintegra, que devolve créditos residuais acumulados na cadeia produtiva em até 3% do valor exportado de manufaturados.

No campo normativo-institucional, também devem ser ressaltadas diversas medidas de simplificação, desburocratização e modernização da Receita Federal do Brasil e do Tesouro Nacional. Dentre essas medidas, destacam-se o Novo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi, a digitalização dos balanços e a estruturação fiscal digital tanto do PIS/Cofins, quanto do IPI. Relativamente ao desenvolvimento financeiro, destaques para: i) a aprovação do cadastro positivo, que ajudará a reduzir os juros praticados pelo sistema financeiro; ii) a desoneração tributária dos rendimentos de títulos privados utilizados para financiar investimentos de longo prazo, sobretudo infraestrutura; e iii) o estímulo tributário à renegociação privada de dívidas bancárias em atraso.

Outros avanços institucionais estão relacionados à concessão de aeroportos para iniciativa privada, com participação minoritária do Governo por meio da Infraero, bem como à aprovação da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o

Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC.

A economia brasileira, portanto, apresenta fundamentos sólidos e, diferentemente de vários países, possui instrumentos para manter trajetória de crescimento sustentável, com responsabilidade fiscal e sem desequilíbrios inflacionários ou externos. Como consequência, em 2011, o Brasil se tornou a 6ª maior economia do mundo, posicionando-se à frente do forte e tradicional Reino Unido. Projeções de organismos mundiais indicam que o Brasil poderá ser a 5ª maior potência mundial em futuro próximo.

Além da melhora de posição entre as economias globais, outros resultados atestam o sucesso das políticas econômicas brasileiras. No plano fiscal, mesmo promovendo incentivos e desonerações, o endividamento líquido do setor público continua em trajetória decrescente tendo encerrado 2011 com valores abaixo de 37% do PIB. A qualidade da dívida pública, medida pela sua denominação e maturidade, também vem melhorando.

No ambiente atual de recorrentes volatilidades nos mercados financeiros internacionais, a situação privilegiada das contas públicas do País representa uma importante proteção macroeconômica, diferenciando o Brasil entre outros países. Tal realidade foi reconhecida no plano internacional quando, no início de novembro de 2011, a demanda pelos títulos soberanos brasileiros, emitidos nos mercados europeu e norte-americano, foi significativamente superior ao volume ofertado pelo Tesouro Nacional. Seguindo esse comportamento, no início de 2012, novas emissões soberanas também apresentaram demanda elevada para os nossos títulos.

As contas externas encerraram o ano com significativa expansão do saldo comercial, que atingiu US\$ 29,8 bilhões, o maior resultado desde 2007, com alta de mais de 45% ante o saldo de 2010. Conseguimos ultrapassar a marca inédita de US\$ 250 bilhões de exportações. Contribuiu para esse resultado a eficiência e produtividade de nosso setor de commodities, que compensou as dificuldades de exportações de manufaturados, fortemente atingidas pela crise internacional.

O déficit em transações correntes assumiu trajetória levemente declinante ao longo do ano, chegando a 2,1% do PIB. O financiamento veio de diversas fontes, como os empréstimos, créditos comerciais, investimentos em ações e, principalmente, dos investimentos diretos - IED, que foram recordes em 2011, chegando a US\$ 66,7 bilhões mesmo com o agravamento da crise mundial. Tal montante foi mais que suficiente para financiar o déficit em transações correntes, mantendo a solidez de nossas contas externas.

Em relação à dinâmica da inflação, o ano que passou foi marcado pelo impacto dos preços das commodities em âmbito mundial, fenômeno que levou ao descumprimento das metas de inflação por diversos países que as adotam. Frente à ameaça inflacionária, o Governo Brasileiro agiu tempestivamente e reprimiu a aceleração dos preços e sua difusão, que poderiam comprimir o poder de compra dos salários e prejudicar as expectativas e os investimentos do setor privado. Assim, a inflação medida pelo IPCA fechou o ano em 6,5%, dentro do intervalo de tolerância estabelecido pelo regime de metas de inflação. O mais importante, desde maio de 2011, a inflação tem estado em média em 0,39% ao mês e, de acordo com o último Relatório de Inflação do Banco Central do Brasil, a inflação esperada para 2012 no cenário de referência deve ficar em 4,7%.

Com esses resultados, o Brasil consolidou-se como um dos países que mantêm sólidos indicadores econômicos, inspirando confiança, fato demonstrado pela melhoria da nota das maiores agências de classificação de risco, enquanto a maioria dos países e bancos estrangeiros sofreu rebaixamentos.

Ademais, a solidez dos indicadores macroeconômicos dá suporte ao aumento dos investimentos que, por sua vez, são necessários para sustentar taxas mais elevadas de crescimento em períodos mais longos. As perspectivas para os investimentos nos próximos anos seguem favoráveis, pois, diferentemente do verificado em outras economias, há no Brasil diversas oportunidades rentáveis, tanto setoriais – exploração de petróleo e gás na camada pré-sal, por exemplo – como em infraestrutura – com destaque para os preparativos dos eventos esportivos.

A difusão do investimento, seja setorial ou regional, constitui importante atributo para o País manter ritmo sustentado de atividade econômica, geração de emprego e crescimento da renda. A expansão dos investimentos também reforça a solidez do nosso mercado interno, que segue como principal determinante para o crescimento econômico. As vendas do comércio varejista, por exemplo, elevaram-se, em 2011, a taxas superiores a 8%, impulsionadas pelo crescimento da renda e da massa salarial. O consumo também foi estimulado pelo crédito, que atingiu R\$ 2 trilhões, cerca de 49% do PIB.

Esses resultados positivos, ao mesmo tempo em que asseguram a direção da política econômica, trazem o desafio para avançarmos ainda mais. Com planejamento e políticas acertadas estamos conseguindo proteger a nossa economia, os nossos setores produtivos e, sobretudo, o emprego dos brasileiros. Mas tudo isso só faz sentido se conseguirmos melhorar a qualidade de vida dos brasileiros e, especialmente, daqueles mais necessitados. Nesse sentido, os resultados de 2011

também são dignos de nota. Enquanto países enfrentam dificuldades para a criação de empregos, a taxa de desemprego no Brasil atinge patamares mínimos da série histórica. Ademais, a criação de empregos continuou expressiva, superando os 2 milhões de postos formais de trabalho.

Diante da realidade descrita, constata-se que o atual modelo de desenvolvimento da economia brasileira privilegia o crescimento com inclusão social, melhora na distribuição da renda e aumento no poder aquisitivo do trabalhador. O crescimento da massa salarial, sempre acima do crescimento do PIB, ocorre tanto pela ampliação das pessoas ocupadas, quanto pelos ganhos reais nos rendimentos dos trabalhadores. Não apenas o número de postos de trabalho tem aumentado, mas também a qualidade do emprego vem sendo melhorada. Evidência disso é o crescimento contínuo da taxa de formalização da economia, que revela as melhores condições dos trabalhadores e a diminuição do trabalho informal e precário.

Crescimento inclusivo também significa tornar o crédito acessível a todos. O mercado interno foi estimulado, entre outros fatores, pela expansão do crédito, que cresceu cerca de 19% em termos nominais em 2011. A expansão do crédito habitacional apresentou desempenho excepcional nos últimos três anos, ampliando a oferta de novas moradias e aprimorando os instrumentos do mercado financeiro.

Porém, o grande objetivo da política social é eliminar a extrema pobreza no País. O Brasil conseguiu reduzir a pobreza pela metade em pouco menos de oito anos, antecipando-se às Metas do Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas. Atualmente, o País apresenta a menor taxa de pobreza de sua história, e a taxa de pobreza extrema, apesar de ainda elevada, conta com políticas firmes para a sua rápida eliminação.

Para continuar avançando na melhora dos indicadores sociais e, principalmente, com vistas a eliminar a extrema pobreza no País, o Governo lançou o Plano "Brasil sem Miséria", que visa elevar a renda e as condições de bem-estar de 16,2 milhões de pessoas com renda familiar per capita mensal de até R\$ 70 em todo o território nacional. Para tanto, o Programa Bolsa Família foi reforçado e a rede de proteção social foi ampliada. Ou seja, reconhecendo que a situação da pobreza é multidimensional, o Brasil Sem Miséria atua sob a ótica da intersectorialidade e transversalidade, agregando os seguintes eixos de atuação: garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva.

Sabendo que a população extremamente pobre é ainda mais difícil de ser alcançada, o Plano desenvolveu uma nova estratégia: a Busca Ativa, cujo objetivo é a identificação, por parte do Estado

brasileiro, de pessoas extremamente pobres. Com efeito, essas famílias mais vulneráveis ainda não atendidas serão localizadas, registradas no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico e incluídas de forma integrada nos mais diversos programas de acordo com as suas necessidades.

Em 2011, foram incluídas 407 mil famílias no CadÚnico, sendo que 325 mil, cerca de 80%, já estão recebendo os benefícios pagos pelo Bolsa Família. Tal resultado não teria acontecido sem a forte articulação com os demais entes federativos. Foi essencial a mobilização dos Estados e Municípios, que estão integrando seus programas de transferência de renda ao Bolsa Família, para complementar o valor dos benefícios financeiros.

Também considerada uma das estratégias do Brasil Sem Miséria para estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre e microempreendedores individuais, o Governo lançou o Crescer – Programa Nacional de Microcrédito, que ampliará fortemente o microcrédito produtivo orientado no País. A meta é alcançar, já em 2013, 3,5 milhões de microempreendedores. Estes terão acesso a uma linha de financiamento de até R\$ 15 mil a uma taxa de juros de 8% a.a., quando contratada em bancos públicos federais.

No que se refere aos programas que visam aumentar a produtividade dos estudantes e trabalhadores brasileiros, cabe destacar a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec. Entende-se que a educação profissional é estratégica para promover o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decentes. Dessa forma, até 2014, serão investidos R\$ 24 bilhões para ampliar em 8 milhões de vagas os cursos de formação inicial e continuada, também conhecidos como cursos de qualificação, e os técnicos de nível médio.

Espera-se para 2012 a elevação no investimento público após ajustes e reprogramações realizados em 2011. Consolidando a política de valorização de longo prazo, o salário mínimo foi reajustado de R\$ 545 para R\$ 622 já a partir 1º de janeiro de 2012, significando aumento real de mais de 60% no período de 2003 até janeiro de 2012, reforçando o crescimento com inclusão social.

Em síntese, todos esses elementos continuarão garantindo que o Brasil seja um dos poucos países do mundo que consegue, ao mesmo tempo, crescer com estabilidade, distribuir renda, diminuir a desigualdade, aperfeiçoar a democracia e fortalecer suas instituições.

1.1.1. Produto Interno Bruto – PIB

No terceiro trimestre de 2011, o PIB a preços de mercado apresentou estabilidade - não houve variação - na comparação com o segundo trimestre

de 2011, na série ajustada sazonalmente. Sob a ótica da oferta, a variação de maior magnitude ocorreu no setor de Agropecuária, 3,2%. Serviços e Indústria registraram variações negativas na mesma base de comparação, -0,3% e -0,9%, respectivamente. Pela ótica da demanda, apenas Exportações de Bens e Serviços apresentou variação positiva, 1,8%. O maior recuo ocorreu em Despesas da Administração Pública, -0,7%, seguido por Importações de Bens e Serviços, -0,4%, Formação Bruta de Capital Fixo, -0,2%, e, por fim, Consumo das Famílias, -0,1%.

Em relação ao terceiro trimestre de 2010, o PIB a preços de mercado apresentou alta de 2,1%. Do lado da oferta, o setor de Agropecuária foi o grande destaque com crescimento de 6,9%, enquanto o setor de Serviços cresceu 2,0% e Indústria, 1,0%. A despeito do baixo crescimento da Indústria Geral, apenas o setor de Indústria de Transformação experimentou queda na produção. Por outro lado, setores ligados à urbanização obtiveram desempenho digno de nota com Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água crescendo 4,0% e Construção Civil, 3,8%. Pela ótica da demanda, o maior crescimento ocorreu em Importações de Bens e Serviços, 5,8%, seguido por Exportações de Bens e Serviços, 4,1%, Consumo das Famílias, 2,8%, Formação Bruta de Capital Fixo, 2,5%, e, por fim, Despesas da Administração Pública, 1,2%. Ao longo de 2011, até o terceiro trimestre, tanto Consumo das Famílias como Formação Bruta de Capital Fixo apresentaram desacelerações consecutivas de suas taxas de crescimento em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, reflexo da crise internacional e das medidas adotadas pelo governo para trazer a economia para um nível de atividade mais sustentado.

No acumulado do ano até o terceiro trimestre, o PIB apresentou alta de 3,2%. Pela ótica da oferta, esse resultado é decorrente de um crescimento de 3,2% no setor de Serviços, de 2,8% no setor Agropecuário e de 2,3% no setor Indústria. Pelo lado da demanda, a principal influência de alta no acumulado do ano foi o crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo, 5,7%. Consumo das Famílias cresceu 4,8%, menos que a Formação Bruta de Capital Fixo revelando uma composição favorável ao crescimento sustentado. Despesas da Administração Pública cresceu 2,2%, bem menos que os 4,8% do ano anterior, considerando a mesma base de comparação. No setor externo, observamos um crescimento menor das Exportações, 4,8%, do que das Importações, 11,0%.

1.1.2. Inflação

A inflação em 2011, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 6,50%, no limite superior da banda de flutuação estipulada pelo Banco Central do Brasil (de 4,5% +/- 2,0 p.p.).

Em 2011, as principais contribuições para a aceleração do índice em 0,59 p.p. com relação ao fechamento do ano anterior vieram do grupo Transportes, com aumento de 0,68 p.p. – influenciado, sobretudo, pela elevação em Passagens aéreas (incremento de 0,27 p.p.) e em Combustíveis (incremento de 0,26 p.p.); e do grupo Habitação, com elevação de 0,24 p.p. em relação a 2010 – em decorrência, principalmente, de Aluguel residencial (incremento de 0,11 p.p.). A inflação de preços livres alcançou 6,63% e superou ligeiramente a inflação dos administrados de 6,20%. O INPC, que mede a inflação para a camada de renda mais baixa (1 a 6 salários mínimos), fechou com alta de 6,08% ante 6,47% no ano anterior.

Cabe mencionar o comportamento do IGP-DI em 2011 que encerrou o ano com variação de 5,01%, bem abaixo da variação de 11,31% do ano anterior. A queda foi determinada pelo principal componente do índice geral, o IPA-DI, que mede os preços ao produtor e cuja desaceleração de um ano para outro, de 13,84% para 4,12%, refletiu a inversão para abaixo dos preços das commodities a partir do segundo trimestre de 2011, fazendo com que o IPA dos produtos agropecuários caísse, de 25,38% para 2,66%, entre 2010 e 2011.

1.1.3. Política Monetária, Crédito e Mercado de Capitais

As políticas monetária e fiscal, desenhadas para amenizar o ritmo da atividade econômica, e as incertezas vindas de fora, formadas a partir da crise de expectativas no exterior no segundo semestre do ano, promoveram a redução da liquidez em termos reais em 2011. A base monetária, medida pela média dos saldos diários, chegou a R\$ 206 bilhões ao final do ano, 4,4% acima do saldo de 2010, variação abaixo da inflação de 6,5%. As operações do setor externo foram expansivas, devido ao acúmulo de reservas internacionais no primeiro semestre, e as operações com títulos públicos federais também expandiram a base, especialmente no segundo semestre. A contração ficou por conta do Tesouro Nacional e dos depósitos de instituições financeiras. Os meios de pagamento (M1)¹ mantiveram-se estáveis, em virtude da queda dos depósitos à vista que compensaram o aumento do papel-moeda em poder do público.

O saldo total do crédito no Sistema Financeiro Nacional totalizou R\$2.030 bilhões em dezembro de 2011 (49,1% do PIB, ante 45,2% em dezembro de 2010), alta de 19% em relação a 2010 (12% em termos reais deflacionado pelo IPCA). A carteira de crédito direcionado alcançou R\$726,5 bilhões, alta de 23,2% no ano (16% em termos reais). Os empréstimos do BNDES têm o maior peso, cerca de 58% do total, mas o maior dinamismo em 2011 veio

¹ M1 = papel moeda em poder do público + depósitos à vista

do crédito habitacional (26% do total), cujo crescimento chegou a 42% (33% em termos reais). Já a carteira de crédito livre chegou a R\$1.303,1 bilhões (aumento de 16,8% no ano, 10% em termos reais). A média diária das concessões para pessoa física (PF) cresceu expressivamente no ano, 11,3%, enquanto que para pessoa jurídica o crescimento foi de 8,1%. Em relação a 2010, os spreads subiram, tanto para PF quanto para PJ, respectivamente, de 28,5% para 33,7% e de 17,0% para 17,9%. Com a forte expansão do crédito e o aumento dos spreads, a inadimplência também subiu, mas num ritmo moderado, passou de 3,5% para 3,9% para PJ e 5,7% para 7,3% para PF.

Quanto ao mercado de capitais, o total de emissões primárias em 2011 foi relativamente baixo, R\$ 28,1 bilhões, ante R\$ 51,8 bilhões em 2010 (já descontadas as emissões da Petrobras de 2010). O primeiro semestre de 2011 foi marcado por ações restritivas de política monetária com vistas a conter crescimento, e o segundo semestre, pelo agravamento da situação financeira europeia, com deterioração generalizada das expectativas. Esses fatores causaram recuo dos investidores e o baixo ânimo para novas emissões. Esse quadro afetou também o valor de mercado das companhias abertas, cujo valor total das empresas listadas na Bovespa caiu, de R\$ 1,54 trilhão para R\$ 1,22 trilhão (-21%), entre 2010 e 2011.

1.1.4. Mercado de Trabalho, Nível de Empregos e Salários

Mesmo em um cenário de menor crescimento da economia, o mercado de trabalho apresentou dinamismo acentuado em 2011, refletido principalmente, no declínio da desocupação, na elevação dos rendimentos reais dos trabalhadores e na formalização dos contratos de trabalho.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego - PME, a taxa de desemprego caiu de 5,2% da PEA (População Economicamente Ativa) em novembro para 4,7% em dezembro, menor resultado da série histórica iniciada em março de 2002. Com efeito, a taxa média anual de desocupação ficou em 6,0%, também a mais baixa da série.

Por sua vez, o rendimento médio real habitual foi 2,6% maior que o registrado em dezembro de 2010. Na margem (em relação a novembro/2011) o crescimento da renda acelerou 1,1%, após dois meses de estabilidade. Entre 2003 e 2011, o poder de compra do rendimento de trabalho aumentou em 22,2%.

Outra melhora qualitativa do emprego no Brasil também pode ser constatada pelo aumento do grau de formalização do mercado de trabalho. Segundo a PME, a proporção de pessoas ocupadas com carteira assinada em relação ao contingente de ocupados saltou para 53,65% em dezembro de

2011. No mesmo sentido, a proporção de contribuintes para a previdência em qualquer trabalho em relação à população ocupada atingiu 71,88% no último mês de 2011.

1.1.5. Balanço de Pagamentos

Em 2011, o resultado da conta corrente apresentou déficit de US\$ 52,6 bilhões, o que corresponde a 2,12% do PIB, contra déficit de US\$ 47,3 bilhões (2,21% do PIB) em 2010. A balança comercial teve superávit de US\$ 29,8 bilhões, com aumentos expressivos tanto nas exportações (26,8%) quanto nas importações (24,5%), mas favorável ao saldo. A balança de serviços apresentou déficit de US\$ 37,9 bilhões, ao passo que o balanço de renda apresentou déficit de US\$ 47,3 bilhões (com destaque para as remessas líquidas de lucros e dividendos de US\$ 38,2 bilhões).

A conta capital apresentou superávit de US\$ 1,6 bilhão, e a conta financeira superávit de US\$ 110,3 bilhões, o que representou um aumento de 40,1% e 11,9% em relação a 2010. No ano de 2011, os ingressos líquidos de IED (US\$ 66,7 bilhões) superaram o déficit de US\$ 52,6 bilhões na conta corrente, de modo que a necessidade de financiamento externo como proporção do PIB ficou negativa em 0,6%. As reservas internacionais atingiram US\$ 352 bilhões em dezembro de 2011, contra US\$ 288,6 bilhões em dezembro de 2010.

1.1.6. Desempenho Fiscal

Com a recuperação da economia consolidada no início de 2011, no âmbito fiscal se fez necessário adotar uma estratégia de saída para os estímulos que foram dados durante o período da crise. Para tanto o governo estabeleceu como diretriz para a política fiscal no ano fortalecer o resultado fiscal e contribuir para manter a inflação sob controle, sem comprometer os ganhos que foram obtidos nos últimos anos, principalmente do ponto de vista das conquistas de melhoria de vida para a sociedade.

Tendo esta premissa como pano de fundo para a condução da política fiscal, ao longo do ano foi adotado um conjunto de medidas que conduziram a um desempenho altamente satisfatório das contas públicas. As despesas primárias como um todo tiveram uma elevação modesta como proporção do PIB, de 0,08 ponto percentual (p.p.), mas continuaram apresentando melhoras na sua composição, com redução da parcela de gastos com pessoal e encargos (-0,08 p.p.), elevação dos gastos com custeio com saúde e educação de 1,95% para 2,03% do PIB e incremento de 0,14 p.p. nas despesas com transferências às famílias. Do ponto de vista dos investimentos, não se pode negar que o ritmo mais lento de execução de alguns projetos acabou contribuindo para os resultados fiscais do ano. No âmbito do PAC, no entanto, a redução foi bastante moderada, da ordem de 6,9%

em termos nominais, compatível com o ritmo necessário de implementação dos projetos do PAC II, lançado em 2011.

Em termos nominais, de janeiro a dezembro de 2010 a previdência social apresentou um resultado negativo de R\$ 42,9 bilhões, ao passo que em 2011 este déficit foi de R\$ 35,5 bilhões. Este desempenho, que pode ser creditado à concessão mais criteriosa de aposentadorias e auxílio-doença, aumento da arrecadação e a formalização no mercado de trabalho, levou o déficit da previdência a encerrar o ano ao redor de 0,85% do PIB, o menor patamar em dez anos.

Do ponto de vista das receitas os resultados foram ainda mais positivos, a despeito das desonerações pontuais implementadas. A receita bruta do governo central teve um crescimento de cerca de 1,5 p.p. do PIB, puxado principalmente pelo fim dos estímulos tributários oferecidos no período da crise e algumas arrecadações extraordinárias. Com este crescimento da receita bruta, as transferências a Estados e Municípios também tiveram um crescimento expressivo, em torno de 0,4 p.p. do PIB, o que contribuiu para uma melhora expressiva do resultado primário dos governos regionais em relação a 2010.

Descontadas estas transferências, a receita líquida do governo central, alcançou 19,8% do PIB em 2011, contra 18,7% do PIB do ano de 2010. Este crescimento não só permitiu ao governo fazer frente a despesas obrigatórias que apresentaram crescimento superior ao previsto no início do ano, como abono e seguro desemprego, mas ampliar o esforço fiscal do governo central em R\$ 10 bilhões. Com isso, a meta de superávit primário do governo central elevou-se de R\$ 81,8 bilhões para R\$ 91,8 bilhões.

A superação do conjunto de desafios imposto à política fiscal ficou clara no final do ano. A meta ampliada do governo central de R\$ 91,8 bilhões foi superada em R\$ 1,3 bilhão, o que associado ao superávit de R\$ 579,1 milhões das empresas estatais federais, mais que compensou os resultados dos governos regionais, que ainda que tenham superado os de 2010 em R\$ 11,5 bilhões, acabou o ano em 0,85%, 0,2 p.p. abaixo do projetado na LDO. Apesar do bom desempenho do resultado primário e da menor SELIC média observada em 2011 em relação a 2010, o déficit nominal do setor público apresentou aumento de 0,13 p.p. atingindo 2,61% do PIB em 2011. De qualquer forma, este resultado primário elevado, aliado à desvalorização cambial em relação a 2010,

permitiu que a Dívida Líquida do Setor Público fechasse o ano em 36,5% do PIB, menor nível da série histórica iniciada em 2001.

Por fim, é importante ressaltar que, com a meta de buscar o resultado primário em torno de 3,1% do PIB para 2012, um cenário de inflação e taxa de juros mais benéficos, é possível acreditar que a solidez fiscal do Brasil se acentuará e a DLSP seguirá testando seus menores níveis históricos.

1.1.7. Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios (Acórdão no 1718/2005-TCU-Plenário) e do PAC (Acórdão nº 1690/2007-TCU-Plenário)

O Acórdão nº 1.718/2005 do Tribunal de Contas da União - TCU, em seu item 9.1, determina que a Secretaria de Política Econômica - SPE calcule os valores efetivamente renunciados por meio dos benefícios financeiros e creditícios e encaminhe ao TCU, até o final do mês de março do ano subsequente, o Demonstrativo para compor o Relatório e Parecer Prévio das Contas de Governo da República.

O referido Demonstrativo elaborado anualmente pela SPE é composto por uma lista de 34 Programas e Fundos que oferecem diferentes benefícios para os setores agropecuário, produtivo e social. Os benefícios concedidos pelo Governo Federal são destinados ao financiamento de atividades produtivas e voltados ao desenvolvimento econômico regional e social. De modo geral, os benefícios são concedidos por meio de equalização de taxas de juros e através dos programas oficiais de crédito que oferecem taxas de juros inferiores ao custo de captação ou oportunidade do Governo Federal.

Após o fechamento dos balancetes patrimoniais dos Fundos e Programas, a SPE consolida as informações financeiras para elaborar o Demonstrativo anual de benefícios financeiros e creditícios. A Portaria nº 130/2009, apresenta a descrição metodológica do cálculo estimado do benefício de cada Fundo e Programa listado no Demonstrativo. De forma simplificada, este cálculo é feito com base na comparação da evolução patrimonial dos Programas/Fundos em relação ao custo de oportunidade do Tesouro Nacional. Em 2010, conforme o Ofício no 57/SPE-MF, de 30 de março de 2011, o valor total dos benefícios financeiros e creditícios estimados foi de R\$ 18,88 bilhões, sendo que 42% deste valor concentraram-se nos programas sociais; 36% no setor produtivo e 21% nos programas agropecuários, como pode ser visto na tabela a seguir:

DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS FINANCEIROS E CREDITÍCIOS – 2010 (R\$ MILHÕES)

DISCRIMINAÇÃO	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	NACIONAL	TOTAL
AGROPECUÁRIOS	0	0	0	0	0	0	0
AGF e Estoques Estratégicos	0	0	0	0	0	1.116	1.116
Garantia e Sustentação de Preços	0	0	0	0	0	1.359	1.359
Custeio Agropecuário	0	0	0	0	0	489	489
Operações de Investimento Rural e Agroindustrial	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos do Governo Federal - EGF	0	0	0	0	0	89	89
PRONAF/PGPAF	0	0	0	0	0	0	0
Equalização	0	0	0	0	0	324	324
Financiamento	0	0	0	0	0	-268	-268
Securitização Agrícola	0	0	0	0	0	-	-
Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária - RECOOP	0	0	0	0	0	0	0
Equalização (Investimento)	0	0	0	0	0	0	0
Financiamento	0	0	0	0	0	10	10
Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA	0	0	0	0	0	298	298
Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural - Lei nº 10.823, de 19.12.2003	1	10	35	32	121	0	198
Fundo de Defesa da Economia Cafeteira – FUNCAFÉ	0	0	0	0	0	0	0
Equalização	0	2	0	79	1	0	83
Financiamento	1	6	2	316	5	0	330
Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana	0	0	0	0	0	0	0
Equalização	0	0	0	0	0	-	-
Financiamento	0	1	0	0	0	0	1
SETOR PRODUTIVO	0	0	0	0	0	0	0
Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND	0	0	0	0	0	1	1
Fundos Constitucionais de Financiamento - FNE, FNO e FCO	1.245	3.832	1.115	0	0	0	6.193
Investimentos na Região Centro-Oeste (equalização FAT)	0	0	0	0	0	-	-
Fundo da Marinha Mercante - FMM	0	-1	0	-4	0	0	-5
Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional - PROER	0	0	0	0	0	-348	-348
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade - FGPC	0	0	0	0	0	7	7
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	0	0	0	779	0	0	779
Medidas de Fortalecimento da Indústria em Setores Intensivos em mão-de-obra - Revitaliza	0	0	0	0	0	-	-
Programa de Financiamento às Exportações - Proex	0	0	0	0	0	0	0
Equalização	0	0	34	143	55	0	232
Financiamento	-4	-5	0	-135	-192	0	-337
Fundos de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE	0	118	0	0	0	0	118
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	40	0	0	0	0	0	40
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	2	22	1	92	51	0	169
PROGRAMAS SOCIAIS	0	0	0	0	0	0	0
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização - FRD	0	2	0	7	0	0	9
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	-86	-249	-357	-622	-192	0	-1.506
Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	56	52	6.316	73	0	0	6.498
Subsídio Habitacional - PSH	0	0	0	0	0	-	-
Programa de Incentivo à Implementação de Programas de Interesse Social - PIPS	0	0	0	0	0	-	-
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	18	109	68	27	98	0	320
Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	83	243	117	353	189	0	986
Subsídio para Redução da Tarifa de Transporte do Gás Natural - Lei nº 10.604, de 17.12.2002	0	0	0	0	0	-	-
Subvenção a Consumidores de Energia Elétrica da Subclasse de Baixa Renda - Lei nº 10.604, de 17.12.2002	87	1.047	85	320	136	0	1.675
Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel Consumido por Embarcações Pesqueiras - Lei nº 9.445, de 14.3.1997	4	2	0	4	10	0	20
TOTAL	1.447	5.191	7.417	1.464	284	3.075	18.878

Fonte: Ofício nº 57/SPE-MF, 30 de março de 2011; e

Nota Técnica nº 16/SPE-MF, 29 de março de 2011, Anexo, tabela 3.

A análise comparativa, em relação ao ano de 2011, não pode ser feita ainda, pois somente nos próximos meses a SPE receberá o fechamento dos balancetes patrimoniais referentes ao exercício de 2011. No que tange ao atendimento em 2011 pela SPE do Acórdão no 1690/2007-TCU-Plenário relativo ao PAC, o Ofício no 58/SPE-MF, de 30 de

março de 2011, em seu anexo incluiu as Notas Técnicas nos 17 e 18/SPE-MF relativas, respectivamente: ao cálculo dos subsídios do PAC (resposta ao item 9.4.1 do Acórdão no 1690/2007-TCU-Plenário); e à avaliação do impacto na economia dos projetos/empreendimentos do PAC que contaram com subsídios creditícios e financeiros

implícitos (resposta ao item 9.4.2 do Acórdão no 1690/2007-TCU-Plenário). Com relação ao cálculo dos subsídios creditícios e financeiros implícitos ao PAC em 2010 – grosso modo o fluxo de juros gerado pela diferença entre a taxa de juros dos financiamentos concedidos aos projetos e o custo de oportunidade do Governo Federal –, a base de dados disponibilizada pelo TCU e utilizada como referência para a estimativa dos subsídios em 2010 incluiu, além dos empréstimos realizados pelas instituições financeiras públicas já consideradas nos anos anteriores, financiamentos a projetos do PAC concedidos pela Eletrobrás. Assim, o cálculo dos subsídios creditícios considerou empréstimos, realizados a partir de fundos públicos e/ou recursos do orçamento fiscal e da seguridade social, concedidos pelas seguintes instituições: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Banco do Nordeste - BNB, Banco da Amazônia - Basa, Banco do Brasil - BB, Caixa Econômica Federal - CAIXA e Eletrobras.

Os valores estimados para o subsídio creditício e financeiro foram apresentados em termos de valor presente. Como os empréstimos subsidiados aos projetos do PAC se estendem ao longo do tempo, com o prazo por vezes superando cinco anos, e o valor do dinheiro no tempo muda, entendeu-se que a apresentação dos resultados a valor presente constituiria um aperfeiçoamento da metodologia de

estimação. A taxa de desconto usada para a transformação dos valores correntes encontrados em valores presentes foi a mesma estipulada para o custo de oportunidade do Governo Federal.

Por fim, vale destacar que a estimação dos subsídios seguiu, como em anos anteriores, duas óticas: i) a dos valores desembolsados, que se considera a mais representativa por se basear nos recursos efetivamente mobilizados pelas instituições públicas e disponibilizados aos diferentes tomadores; e ii), conforme solicitação da equipe técnica do TCU, a ótica dos valores contratados, uma aproximação dos potenciais subsídios tendo em vista que esses recursos podem ou não serem disponibilizados ao longo do tempo.

A seguir, apresenta-se tabela síntese com as estimativas de subsídios classificados por eixo do PAC e região geográfica, tanto para valores de empréstimos desembolsados como contratados ao longo de 2010.

Em síntese, o valor estimado para os subsídios por empréstimos desembolsados no âmbito do PAC em 2010 somou R\$ 4,44 bilhões a valores de 2010, lembrando que este total abarca o subsídio estimado ao longo de todo o prazo dos financiamentos. Por empréstimos contratados em 2010, o valor estimado dos subsídios somou R\$ 4,93 bilhões em 2010.

SUBSÍDIOS* CREDITÍCIOS E FINANCEIROS ASSOCIADOS A PROJETOS E EMPREENDIMENTOS DO PAC EM 2010

Base dos valores	Subsídios calculados por eixos do PAC (R\$ mil de 2010)				
	Logística	Energia	Social-urbana	Adm. Pública	Total
desembolsados	1.103.101	3.067.376	268.503	5.259	4.444.239
Contratados	1.906.348	2.837.150	188.120	2.206	4.933.824
Base dos valores	Subsídios calculados por região geográfica (R\$ mil de 2010)				
	Norte	Nordeste	Centro-oeste	Sudeste	Sul
desembolsados	1.550.226	1.149.697	149.889	1.119.760	474.668
Contratados	254.410	655.837	55.041	3.833.991	134.546
					4.933.824

* Envolvem apenas financiamentos originados de fontes de recursos ou fundos públicos. Elaboração: Secretaria de Política Econômica - SPE/Ministério da Fazenda. Fonte: Ofício n. 058/SPE-MF, 30 de março de 2011

Com relação à avaliação do impacto na economia dos resultados dos projetos/empreendimentos subsidiados com fundos públicos no âmbito do PAC, por se tratar de conjunto amplo (na casa dos milhares) e heterogêneo de projetos distribuídos por todo o território nacional e comandados por agentes econômicos os mais diversificados (empresas estatais, pequenas e médias empresas privadas, grandes empresas do setor privado), a SPE privilegiou a análise macroeconômica e setorial do conjunto dos empreendimentos. As conclusões, de acordo com a Nota Técnica no 17/SPE-MF, de 30 de março de 2011, apontaram que a queda em relação ao ano anterior, nos valores desembolsados e contratados no ano de 2010 condicionou o valor dos subsídios estimados, fato que deve merecer uma maior atenção por parte do TCU, na verificação de se isso realmente reflete as condições sob as quais

esses empréstimos foram concedidos ou se é resultado de alguma inconsistência na montagem da base de dados enviada. Quanto à comparação dos valores dos subsídios creditícios do PAC entre os anos de 2010 e 2011, as instituições financeiras responsáveis pelo envio da base primária de dados necessária à estimação só o fazem ao longo do primeiro bimestre do ano; por este motivo, o Acórdão no 1690/2007-TCU-Plenário estabelece a data de 30 de março de cada ano como o prazo para que a SPE apresente os cálculos relativos ao ano anterior. Sendo assim, a insuficiência de informações impede a comparação entre os anos de 2010 e 2011 antes do final de março do ano corrente.

1.1.8. Metas Fiscais e Necessidade de Financiamento do Setor Público

O superávit primário do setor público, em 2011, alcançou R\$ 128,7 bilhões (3,11% do PIB), comparativamente a R\$ 101,7 bilhões (2,70% do PIB) em 2010. Com esse resultado, foi integralmente cumprida a meta de superávit primário estabelecida para o ano, de R\$ 127,9 bilhões.

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO - RESULTADO PRIMÁRIO

Segmento	2009		2010		2011	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
Governo Central	-42,4	-1,3	-78,7	-2,1	-93,0	-2,3
Governos regionais	-21,0	-0,6	-20,6	-0,5	-33,0	-0,8
Empr. estatais	-1,3	0,0	-2,3	-0,1	-2,7	-0,1
Total	-64,8	-2,0	-101,7	-2,7	-128,7	-3,1

Fonte: Banco Central

A melhora no superávit primário do setor público consolidado foi influenciada pelo crescimento da arrecadação do governo, refletindo, entre outros indicadores, o desempenho da produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial. Todos os segmentos do setor público registraram crescimento do superávit em 2011.

No âmbito do Governo Central, que abrange o Governo Federal, a Previdência Social e o Banco Central, contribuiu também para o crescimento da arrecadação a consolidação e antecipação de parcelas de débitos que trata a Lei nº 11.941/2009, e o recolhimento de débito em atraso referente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, em razão de decisão judicial. Destaque-se a redução, pelo segundo ano consecutivo, no déficit da Previdência Social quando comparado ao PIB, que passou de 1,14% do PIB em 2010 para 0,86% em 2011. Esse resultado refletiu o crescimento maior das receitas relativamente às despesas com benefícios, em linha com o aumento da massa salarial.

Os juros nominais apropriados pelo setor público não financeiro alcançaram 5,72% do PIB em 2011, elevando-se 0,54 p.p. em relação ao total apropriado no ano anterior. Esse comportamento foi influenciado pela maior variação do IPCA e pelo patamar mais elevado da taxa Selic acumulada no ano, indicadores que incidem sobre parcela expressiva dos títulos federais, que representam a maior parcela do endividamento líquido.

No caso do Governo Central, houve aumento dos juros nominais apropriados, que passaram de 3,30% do PIB em 2010 para 4,37% em 2011. Contribuiu para esse aumento a menor receita de juros apropriados sobre os ativos da União junto aos governos regionais. Esses ativos representam a contrapartida de dívidas dos estados e municípios com a União, resultantes dos acordos de refinanciamento e assunção de dívidas realizados ao longo das décadas de 1980 e 1990. Parcela significativa dessas dívidas é corrigida pelo IGP-DI, índice que registrou variação de 5,01% em 2011, comparativamente a 11,31% em 2010, contribuindo para reduzir os juros apropriados dos governos regionais e elevar os juros líquidos apropriados no âmbito do Governo Central.

As necessidades de financiamento do setor público no conceito nominal, que incluem o resultado primário e os juros nominais apropriados, encerraram o ano de 2011 registrando déficit de 2,61% do PIB, superior em 0,13 p.p. do PIB ao déficit registrado no ano anterior. No caso do Governo Central, houve elevação do déficit nominal equivalente a 0,90 p.p. do PIB, passando para 2,12% do PIB em 2011. No âmbito dos governos regionais, o déficit nominal reduziu-se de 1,27% do PIB em 2010 para 0,48% em 2011, desempenho que refletiu a queda dos juros nominais apropriados. No segmento das empresas estatais, o resultado deficitário reduziu-se 0,01 p.p. do PIB no período.

O déficit nominal do setor público em 2011 foi financiado com expansões de R\$ 223,8 bilhões na dívida mobiliária e de R\$ 11,6 bilhões nas demais fontes de financiamento interno, que incluem a base monetária, compensadas, parcialmente, pelas reduções de R\$ 106,5 bilhões no financiamento externo líquido e de R\$ 21 bilhões na dívida bancária líquida. Destaque-se que as perspectivas para o médio e longo prazo continuam favoráveis, indicando a redução dos níveis de déficit e endividamento.

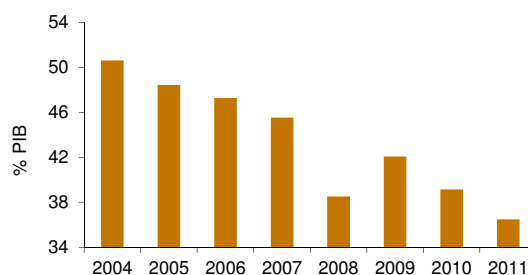
NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO

Discriminação	2010		2011	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
Usos	93,7	2,5	108,0	2,6
Primário	-101,7	-2,7	-128,7	-3,1
Juros	195,4	5,2	236,7	5,7
Fontes	93,7	2,5	108,0	2,6
Financiamento interno	178,5	4,7	214,4	5,2
Dívida mobiliária	35,2	0,9	223,8	5,4
Dívida bancária	100,9	2,7	-21,0	-0,5
Outros	42,5	1,1	11,6	0,3
Financiamento externo	-84,9	-2,3	-106,5	-2,6

Fonte: Banco Central

Em 2011, a Dívida Líquida do Setor Público - DLSP alcançou 36,5% do PIB, reduzindo-se 2,7 p.p. do PIB em relação ao ano anterior. Contribuíram favoravelmente para essa evolução o superávit primário, o crescimento do PIB e a desvalorização cambial de 12,6% sobre a DLSP, cuja parcela atrelada ao câmbio registra posição credora líquida. Esses fatores mais do que compensaram os juros nominais apropriados. Houve redução do endividamento líquido em relação ao PIB em todos os segmentos do setor público, com destaque para a redução de 2,1 p.p. observada no âmbito do Governo Central.

DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO



Fonte: Banco Central

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA
FATORES CONDICIONANTES

DISCRIMINAÇÃO	2009		2010		2011	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
Dívida líquida total – Saldo	1362 711	42,1	1475 820	39,1	1508 547	36,5
Fluxos	Acumulados no ano					
Var. DLSP	194 472	3,5	113 109	-2,9	32 727	-2,7
Fatores	194 472	6,0	113 109	3,0	32 727	0,8
NFSP	106 242	3,3	93 673	2,5	107 963	2,6
Primário	-64 769	-2,0	-101 696	-2,7	-128 710	-3,1
Juros	171 011	5,3	195 369	5,2	236 673	5,7
Ajuste cambial	80 886	2,5	17 677	0,5	-66 626	-1,6
Div. interna ^{1/}	-3 414	-0,1	1 513	0,0	-3 405	-0,1
Div. externa	84 300	2,6	16 163	0,4	-63 221	-1,5
Outros ^{2/}	10 907	0,3	1 533	0,0	-9 097	-0,2
Reconhecimento de dívidas	- 345	0,0	2 969	0,1	487	0,0
Privatizações	-3217	-0,1	-2742	-0,1	0	0,0
Efeito crescimento PIB		-2,5		-5,9		-3,5

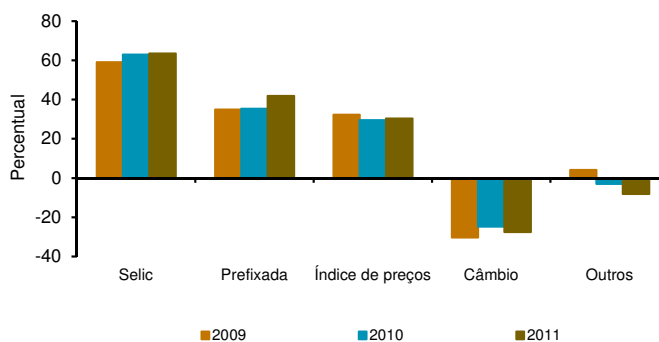
Fonte: Banco Central

1/ Dívida mobiliária interna indexada ao dólar.

2/ Paridade da cesta de moedas que compõem a dívida externa líquida.

A composição da DLSP alterou-se em 2011, com destaque para o aumento da parcela credora vinculada ao câmbio, tendo contribuído para isso a desvalorização cambial e o aumento das reservas internacionais. A existência de saldo credor líquido vinculado ao câmbio permite maior segurança na administração da DLSP, sobretudo em momentos de turbulência nos ambientes interno e externo. Também houve aumento da parcela credora vinculada à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, em função do crescimento dos empréstimos da União ao BNDES. Registrou-se, ainda, crescimento das participações da dívida pré-fixada, da parcela vinculada a índices de preços e da parcela atrelada à taxa Selic. Adicionalmente, verificou-se aumento do prazo médio dos títulos emitidos, que passaram de 40,3 meses ao final de 2010 para 41,8 meses ao final de 2011, em linha com o aumento da confiança na sustentabilidade fiscal do país.

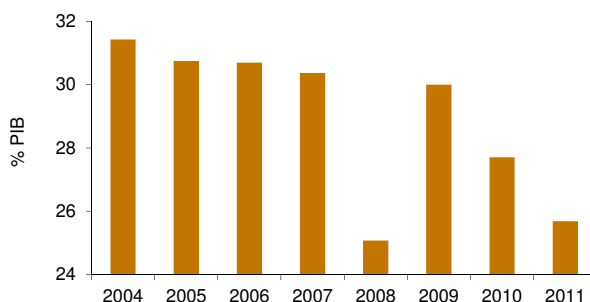
DLSP – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL POR INDEXADORES



Fonte: Banco Central

A dívida líquida do Governo Federal alcançou 25,7% do PIB em 2011, reduzindo-se 2 p.p. do PIB em relação ao ano anterior. A dívida mobiliária federal em mercado, componente mais importante da dívida líquida federal, alcançou 43,1% do PIB, elevando-se 0,6 p.p. em relação ao ano anterior. Destaque-se, por outro lado, que além do aumento dos créditos concedidos às instituições financeiras federais, que cresceram 0,9 p.p. do PIB no período, houve redução da dívida externa líquida do Governo Federal, que passou de 2,3% do PIB em 2010 para 1,9% em 2011.

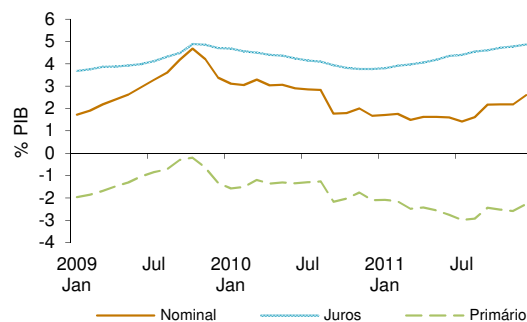
DÍVIDA LÍQUIDA DO GOVERNO FEDERAL



No que se refere especificamente ao Governo Federal, incluindo a Previdência Social, o resultado nominal deficitário elevou-se de R\$ 63 bilhões em 2010 para R\$ 107,5 bilhões em 2011. Como proporção do PIB, o resultado registrou déficit de 2,60% em 2011, elevando-se 0,93 p.p. do PIB no período. Contribuiu para essa evolução o aumento de 1,09 p.p. do PIB nos juros nominais apropriados do Governo Federal, em função, entre outros fatores, da menor receita de juros apropriados sobre os ativos da União junto aos governos regionais e do patamar mais elevado da taxa Selic acumulada no período.

O financiamento do déficit nominal do Governo Federal em 2011 ocorreu, sobretudo, mediante expansão de R\$ 170,6 bilhões na dívida mobiliária, contrabalançada, parcialmente, pela redução de R\$ 75,3 bilhões na dívida bancária líquida.

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

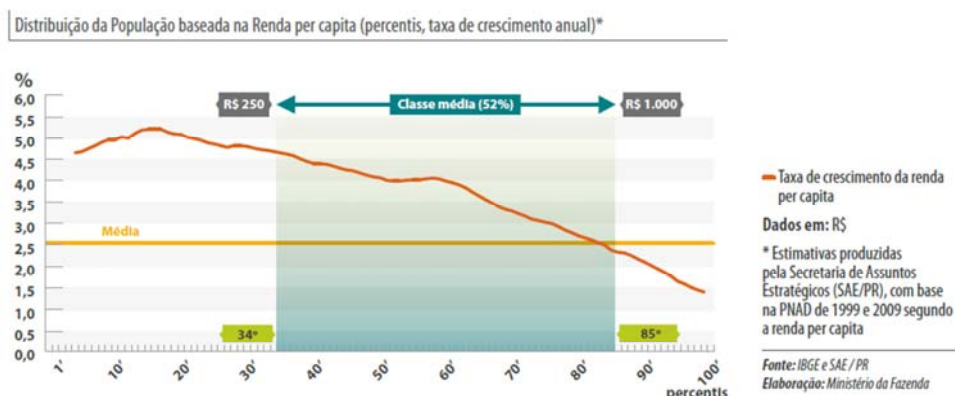


(+) Déficit (-) Superávit
Fluxos acumulados em doze meses

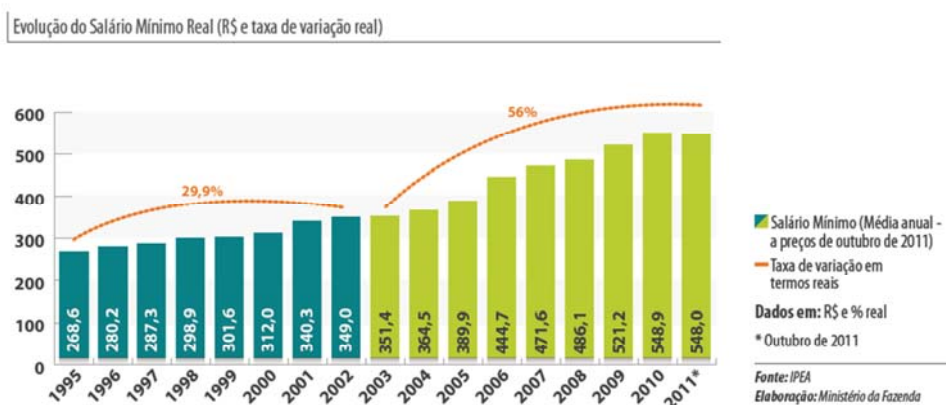
1.1.9. Distribuição de Renda e Combate à Desigualdade

O combate às desigualdades é um dos grandes desafios colocado para a nação. Os bons resultados obtidos no período recente pelo conjunto de políticas públicas têm garantido reconhecimento internacional ao esforço brasileiro em melhorar a condição de vida da população mais pobre. Este também tem sido apontado, por analistas, como um dos elementos da superação da crise econômica, além de ter propiciado a ampliação da justiça social, elemento fundante da democracia que se consolida no Brasil.

Dentre as bases de acompanhamento da evolução dos indicadores sociais brasileiros destacam-se os estudos promovidos pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. O gráfico seguinte, elaborado a partir dos dados do IBGE, aponta para um intenso processo distributivo em andamento em nossa sociedade, quando analisada a perspectiva do crescimento da renda distribuído por setor censitário:



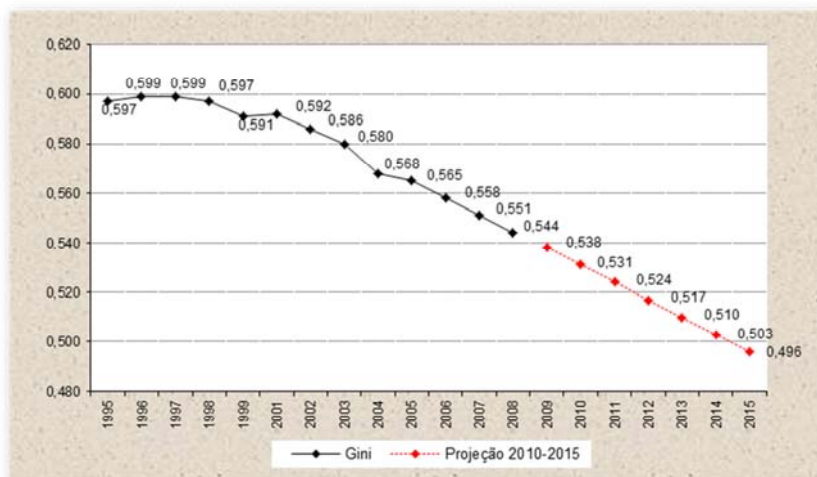
De fato, os dados sobre renda para o período de 1999 a 2009 têm mostrado que a população pobre brasileira tem tido acréscimos de renda muito superiores àqueles obtidos pelas classes com rendas mais elevadas. Entre os vários fatores que auxiliam no entendimento dessa diferença, podem ser citadas a política de transferências de benefícios, por meio de programas como a Previdência Social, o Benefício de Prestação Continuada ou o Programa Bolsa Família, e a política de valorização do Salário Mínimo, aprovada no Congresso Nacional.



Em consonância com essas evoluções, constata-se a melhoria dos indicadores sociais na década passada. O coeficiente de Gini, usualmente utilizado para sintetizar a situação de desigualdade da população, apresentou queda constante mesmo em períodos de redução do crescimento geral do País. Estimativas feitas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, com base em dados do IBGE, mostram a trajetória recente e apontam as perspectivas. Com a atualização dos dados nacionais, decorrentes do Censo e das novas edições da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar – Pnad, as projeções indicam que essa evolução será mantida. A partir de estudos de tendências atuais, parece estar próxima a

superação do patamar de 0,5, em termos de desigualdade na evolução do Gini nacional, o que será um marco histórico para o país.

EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI (1995 A 2015)



Esses bons resultados foram fundamentais para que a superação da situação de extrema pobreza passasse a ser um dos objetivos centrais da política social brasileira. Segundo dados preliminares do Censo Demográfico 2010, realizado pelo IBGE, o contingente de residentes no Brasil vivendo em situação de extrema pobreza era de 16,27 milhões. Mas os dados divulgados demonstram ainda que o perfil desses brasileiros difere em características e distribuição médias atribuídas ao conjunto da população.

Entre as características desta população, destaca-se a expressiva frequência em espaços rurais. Embora 15,6% da população brasileira residam em áreas rurais, dentre as pessoas em extrema pobreza, quase a metade (46,7%) vive nessas áreas. Em termos regionais, também há destaque para a região Nordeste que concentra 9,61 milhões de pessoas (59% do total de extremamente pobres), quando na distribuição nacional apenas 27,8% da população residem nessa região.

Nacionalmente, o número de nossos jovens (até 19 anos de idade) tem crescido chegando a 33,0% do total da população. No segmento em extrema pobreza, os jovens são 50,9%. Também as crianças são em maior número entre os extremamente pobres. As crianças (até 14 anos de idade) representam 39,9% dos extremamente pobres, enquanto são apenas 24,1% da população brasileira.

Importante salientar que diferenças raciais também aparecem como efeito para a ocorrência da situação da extrema pobreza. Na população brasileira, declaram-se negros (pretos e pardos) 50,7%, mas, dos extremamente pobres, 70,8% são negros. Os indígenas totalizam 817.963 pessoas no País, sendo

que 326.375 se encontram em extrema pobreza, representando praticamente quatro em cada dez indígenas (39,9%).

De maneira semelhante, o acesso aos serviços que conferem melhor qualidade de vida mostra que a condição de extrema pobreza não se restringe à dimensão da renda. Entre os domicílios em situação de extrema pobreza, 53,3% não estão ligados à rede geral de esgoto pluvial ou fossa séptica, 48,4% não estão ligados à rede geral de distribuição de água (e não têm poço ou nascente na propriedade), enquanto para o Brasil esses índices são de 32,9% e 7,1%, respectivamente. No que tange ao acesso à educação, verifica-se que a mesma desigualdade se reproduz. Enquanto os analfabetos (entre os que têm 15 anos ou mais) em termos nacionais representam 9,0%, para essa população extremamente pobre, o índice atinge 25,8%.

Visando enfrentar tal realidade, em 2011, a superação da extrema pobreza passou a ser uma das prioridades de governo e para o seu enfrentamento foi formulado o Plano Brasil Sem Miséria. Organizado em três eixos – Garantia de Renda, Acesso a Serviços Públicos e Inclusão Produtiva, integram esse Plano um conjunto de 121 ações de oito ministérios coordenados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

1.2. MOEDA E CRÉDITO

1.2.1. Aspectos Gerais

Os agregados de moeda e crédito mantiveram evolução compatível com o desempenho da economia em 2011, registrando moderação relativamente aos avanços verificados em 2010. O comportamento positivo dos indicadores de renda e emprego continuou contribuindo para a expansão dos volumes destinados ao financiamento dos gastos de investimento e de consumo, a despeito das incertezas advindas do cenário internacional.

O comportamento do mercado de crédito, em linhas gerais, acompanhou os desenvolvimentos da política monetária e as ações macroprudenciais, que resultaram em elevações de juros e contenção das contratações ao longo do primeiro semestre, sobretudo, com relação aos empréstimos destinados às famílias. No final do ano, em contexto de flexibilização monetária, com reversão parcial das restrições à contratação de crédito com prazo dilatado pelas famílias, as taxas de juros passaram a recuar.

1.2.2. Agregados Monetários

A evolução dos agregados monetários em 2011, no que diz respeito à base monetária e aos meios de pagamento restritos, esteve associada ao crescimento moderado da atividade econômica, refletindo, entre outros fatores, o arrefecimento na expansão das operações de crédito. Por outro lado, o expressivo ingresso de moeda estrangeira contribuiu para o crescimento mais acentuado dos meios de pagamento amplos. Nesse contexto, o M1¹ alcançou saldo médio diário de R\$ 280,5 bilhões em dezembro, após avanço anual de 0,3%, resultante do incremento de 7,9% no saldo médio do papel-moeda em poder do público e da redução de 5,4% nos depósitos à vista. Considerando dados dessazonalizados e deflacionados pelo IPCA, o M1 recuou 5,6%.

A base monetária, avaliada pelo saldo médio diário, atingiu R\$ 206 bilhões em dezembro, registrando elevação de 4,4%, que refletiu o acréscimo de 8,2% no saldo médio do papel-moeda emitido e o declínio de 7,1% na posição de reservas bancárias.

Considerados os saldos de final de período, a base monetária situou-se em R\$ 214,2 bilhões em 2011, com impacto expansionista anual de R\$ 7,4 bilhões. Esse resultado refletiu, principalmente, as compras líquidas de R\$ 85,2 bilhões realizadas pelo Banco Central no mercado interbancário de câmbio e os resgates líquidos de títulos do Tesouro Nacional, no montante de R\$ 70,2 bilhões.

¹ M1 = papel moeda em poder do público + depósitos à vista

Esse impacto foi parcialmente compensado pelo efeito contracionista de R\$ 125,6 bilhões na Conta Única do Tesouro Nacional e pelo fluxo de recolhimentos compulsórios ao longo do ano, que somou R\$ 21,8 bilhões.

O conceito M2² dos meios de pagamento ampliados registrou crescimento de 18,2% no ano, impulsionado por expansões de 29,7% em títulos privados, que refletiram captações líquidas de R\$ 30 bilhões em depósitos a prazo, e de 10,8% nos depósitos de poupança, cujas captações líquidas somaram R\$ 14,2 bilhões. O M3³ elevou-se 18,5%, alcançando R\$ 3 trilhões, a partir do incremento de 18,7% nas quotas de fundos de investimento, cujas captações líquidas totalizaram R\$ 64,7 bilhões. O M4, que corresponde ao M3 mais os títulos públicos de detentores não financeiros, apresentou expansão de 15,9%, atingindo R\$ 3,5 trilhões em dezembro.

No contexto do regime de política monetária baseada em metas para a inflação, as projeções estabelecidas trimestralmente pela programação monetária para os principais agregados monetários foram estritamente cumpridas no decorrer de 2011.

1.2.3. Títulos Públicos Federais e Operações do Banco Central no Mercado Aberto

As operações primárias do Tesouro Nacional com títulos públicos federais assinalaram resgates líquidos de R\$ 75,2 bilhões, correspondentes aos resgates de R\$ 494 bilhões e colocações de R\$ 418,8 bilhões. As operações de trocas, realizadas com o objetivo de alongar o prazo da dívida vincenda, somaram R\$ 53,2 bilhões, com resgates antecipados de R\$ 3,2 bilhões.

Visando a manutenção da taxa Selic próximo à meta determinada pelo Copom, a autoridade monetária realizou operações compromissadas cujo saldo médio diário situou-se em R\$ 340,8 bilhões em dezembro, volume 4,6% inferior ao alcançado no mesmo período de 2010. Esse resultado refletiu a movimentação da Conta Única do Tesouro Nacional, condicionada, principalmente, pela meta de superávit primário e pelas compras de moeda estrangeira realizadas pelo Banco Central.

As operações compromissadas tiveram seus prazos estendidos ao longo do ano. A representatividade das operações de duas semanas a três meses evoluiu de 40% em 2010 para 44% em 2011, enquanto aquelas com prazo de seis meses passaram de 40% para 51%. As operações de curtíssimo prazo finalizaram o ano com participação de 5%.

² M2 = M1 + depósitos para investimentos + depósitos de poupança + títulos privados

³ M3 = M2 + quotas de fundos de renda fixa + títulos públicos que lastreiam as operações compromissadas entre o público e o setor financeiro

1.2.4. Operações de Crédito do Sistema Financeiro

As operações de crédito do sistema financeiro apresentaram evolução moderada em 2011, em linha com o relativo arrefecimento do nível de atividade econômica comparativamente ao ano anterior. Contribuíram nesse sentido a política monetária desenvolvida ao longo do primeiro semestre de 2011 e as medidas macroprudenciais adotadas no final de 2010. Tais ações, notadamente as de caráter macroprudencial, visaram moderar os gastos de consumo e assegurar a sustentabilidade do sistema financeiro, ao desestimular a concessão de empréstimos com prazos mais dilatados a pessoas físicas. Em consequência, foram particularmente afetados os financiamentos para aquisição de veículos, cuja expansão permaneceu significativa, porém aquém da alcançada no ano anterior. A evolução das taxas de juros e dos

indicadores de inadimplência ao longo do ano também respondeu às políticas adotadas, apresentando declínio ou estabilidade nos últimos meses do ano, após registrar ascensão nos meses antecedentes.

Nesse contexto, o estoque total de crédito do sistema financeiro, considerados os recursos livres e direcionados, atingiu R\$ 2.029,7 bilhões em dezembro de 2011, após expansão de 19% em doze meses, ante 20,6% em 2010 e 15,2% em 2009, elevando a relação crédito/PIB para 49,1%, ante 45,2% e 43,7%, no final dos anos anteriores. Os créditos fundamentados em recursos direcionados mantiveram crescimento mais intenso que o crédito livre, favorecidos pela continuada expansão do crédito habitacional, a despeito da desaceleração determinada pelo menor volume de desembolsos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Evolução do Crédito

Discriminação				R\$ bilhões
	2009	2010	2011	Variação % 2011/2010
Total	1414,3	1705,9	2029,7	19,0
Recursos livres	954,5	1116,1	1303,1	16,8
Direcionados	459,8	589,8	726,6	23,2
Participação %:				
Total/PIB	43,7	45,2	49,1	
Rec. livres/PIB	29,5	29,6	31,5	
Rec. direc./PIB	14,2	15,6	17,6	

Fonte: Banco Central do Brasil

A representatividade dos bancos públicos, igualmente impulsionada pelos financiamentos habitacionais, cresceu 1,7 p.p., atingindo 43,5% da carteira total do sistema financeiro. Em contrapartida, as participações relativas das instituições financeiras privadas nacionais e estrangeiras alcançaram 39,2% e 17,3%, a partir de reduções respectivas de 1,6 p.p. e 0,1 p.p.

O crédito ao setor privado somou R\$ 1.948 bilhões, após elevação de 18,9% em doze meses. Os empréstimos alocados à indústria atingiram R\$ 417,4 bilhões, com expansão de 15,6%, cabendo destaque aos ramos de agronegócios, energia e construção. O crédito ao segmento outros serviços, com ênfase nos setores de transportes, siderurgia e metalurgia e atividades de consultoria, cresceu 18,9%, somando R\$ 347,5 bilhões. As operações destinadas ao comércio, impulsionadas por créditos a lojas de departamento, agronegócios e ao segmento automotivo alcançaram R\$ 208,4 bilhões, após aumento anual de 20,7%.

Os financiamentos habitacionais com recursos livres e direcionados, destinados à aquisição e construção de moradias, manteve forte dinamismo, embora assinalando relativa desaceleração, ao registrar expansão de 44,5%, sobreposta ao avanço de 51,1% em 2010. O saldo dessas operações totalizou R\$ 200,5 bilhões, o que elevou a relação crédito habitacional/PIB para 4,8%, ante 3,7% em 2010. Os desembolsos do crédito habitacional, consideradas apenas as operações com recursos da caderneta de poupança, somaram R\$ 34,2 bilhões até setembro, registrando acréscimo de 42,7% em relação a igual período do ano anterior, possibilitando o financiamento de 234,4 mil moradias.

As operações de crédito rural atingiram R\$ 140,4 bilhões em dezembro de 2011, com incremento de 13,3% em doze meses, ante 10,4% no ano anterior. Contribuíram para essa evolução, a ampliação dos empréstimos para custeio agrícola, que cresceram 13,7%, ante 3,6% em 2010, bem como daqueles voltados à comercialização, que aumentaram 5,5%, 1,9 p.p. acima do verificado no ano anterior. As

contratações destinadas ao investimento agrícola cresceram 13%, patamar semelhante ao observado em 2010.

Os financiamentos ao setor público totalizaram R\$ 81,7 bilhões ao final de 2011, após elevação de 20,4% no ano. Tal evolução resultou da alta de 21,3% nas carteiras relativas a estados e municípios, que somaram R\$ 40,3 bilhões, impulsionadas por desembolsos destinados a infraestrutura urbana e energia elétrica, e do incremento de 19,7% no crédito ao Governo Federal, cujo saldo atingiu R\$ 41,4 bilhões, com ênfase para os segmentos de petróleo e gás.

As operações concedidas com recursos livres somaram R\$ 1.303 bilhões em dezembro, após crescimento de 16,8% em doze meses, correspondendo a 64,2% do total do sistema financeiro. Os saldos referentes a pessoas físicas totalizaram R\$ 652 bilhões, com aumento de 16,4%, inferior ao verificado no ano anterior, 19,2%.

Os financiamentos para aquisição de veículos e o crédito consignado registraram desaceleração mais significativa, com expansões respectivas de 23,2% e 14,7%, ante 49,1% e 28,1% em 2010. Os empréstimos livres a pessoas jurídicas somaram R\$ 651,1 bilhões, após elevação de 17,1% no ano.

Assinale-se a desaceleração das operações de capital de giro e de conta garantida, que cresceram 17,8% e 11,9% em 2011, comparativamente a 22,9% e 18,8% em 2010, respectivamente.

A taxa média de juros no âmbito do crédito referencial subiu 2,1 p.p. em 2011, ao atingir 37,1% em dezembro, ressaltando-se a tendência de redução no segundo semestre, em consonância com a flexibilização da política monetária.

No segmento de pessoas físicas, o custo elevou-se 3,2 p.p., situando-se em 43,8%, destacando-se as elevações de 17,4 p.p. e de 4,1 p.p. nas taxas médias de cheque especial e crédito pessoal.

A taxa média relativa a pessoas jurídicas aumentou 0,3 p.p., alcançando 28,2%, condicionada pela alta de 14,8 p.p. nas operações de conta garantida e pelas reduções respectivas de 2,9 p.p. e de 3,5 p.p. em capital de giro e aquisição de bens. O *spread* bancário⁴ situou-se em 26,9 p.p. em dezembro, avançando 3,4 p.p. no ano.

Os *spreads* dos financiamentos contratados com pessoas físicas e com pessoas jurídicas atingiram 33,7 p.p. e 17,9 p.p., após elevações de 5,2 p.p. e de 0,9 p.p., nessa ordem.

O prazo médio das modalidades que compõem o crédito referencial atingiu 497 dias no final de dezembro, o que representou acréscimo de 21 dias relativamente ao ano anterior. Na carteira de pessoas físicas, o prazo médio dos contratos aumentou 38 dias, alcançando 600 dias, impulsionado pela crescente participação do crédito imobiliário, cujo prazo médio situou-se em 4.736 dias.

Em sentido oposto, diminuiu em 34 dias o prazo médio dos financiamentos de veículos, refletindo o efeito das medidas macroprudenciais. Nas operações para pessoas jurídicas, o prazo médio aumentou em quatro dias, situando-se em 403 dias.

⁴ *Spread bancário* é a diferença entre a taxa de juros com que o banco capta seus recursos e aquela paga pelo tomador do crédito

Crédito com Recursos Livres

Discriminação				R\$ bilhões
	2009	2010	2011	Variação % 2010/2009
Total	954,5	1116,1	1303,1	16,8%
Pessoa jurídica	484,7	556,1	651,1	17,1%
Recursos domésticos	429,8	507,3	589,5	16,2%
Referencial ^{1/}	342,9	413,9	493,2	19,2%
Leasing	49,1	41,3	33,6	-18,7%
Rural	4,0	3,1	3,6	16,0%
Outros	33,7	49,0	59,1	20,7%
Recursos externos	54,9	48,9	61,6	26,0%
Pessoa física	469,9	560,0	652,0	16,4%
Referencial ^{1/}	323,8	417,3	505,2	21,0%
Cooperativas	21,1	25,3	32,1	26,9%
Leasing	63,2	45,6	27,7	-39,3%
Outros	61,8	71,8	87,1	21,3%

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Crédito referencial para taxas de juros, definido pela Circular 2.957, de 30.12.1999.

A taxa de inadimplência no crédito referencial, correspondente a atrasos superiores a noventa dias, atingiu 5,5% em dezembro, após elevação de 1 p.p. em relação a igual período do ano anterior. Os atrasos relativos a pessoas físicas registraram ascensão de 1,6 p.p., posicionando-se em 7,3%. No segmento de pessoas jurídicas, situou-se em 3,9%, com incremento anual de 0,4 p.p.

O crédito com recursos direcionados totalizou R\$ 726,6 bilhões em 2011, expandindo-se 23,2% no ano, assinalando arrefecimento em relação a 2010, quando o crescimento atingiu 28,3%, condicionado, principalmente, pela desaceleração nas operações do BNDES, que somaram R\$ 422,7 bilhões, computados os financiamentos diretos e os repassados por outras instituições financeiras. Os desembolsos efetuados pelo BNDES alcançaram R\$ 138,9 bilhões, ao recuar 17,5% relativamente ao ano anterior. A redução esteve associada à elevada base comparativa, que compreendeu a operação de capitalização da Petrobras via compra de ações realizada em setembro de 2010. Os desembolsos para as micro, pequenas e médias empresas totalizaram R\$ 49,8 bilhões, após elevação de 9%, correspondendo a 35,9% do total de desembolsos, ante 27,1% em 2010.

Crédito com Recursos Direcionados

Discriminação				R\$ bilhões
	2009	2010	2011	Variação %
Total	459,8	589,8	726,6	23,2
BNDES	283,0	357,8	422,7	18,1
Direto	158,1	178,0	215,3	20,9
Repasses	124,9	179,8	207,4	15,4
Rural	78,7	86,8	101,8	17,3
Bancos e agências	74,6	81,9	96,6	17,9
Cooperativas	4,1	4,9	5,3	8,2
Habitação	87,4	131,4	186,3	41,8
Outros	10,7	13,8	15,7	13,8

Fonte: Banco Central do Brasil

1.2.5. Sistema Financeiro Nacional

O Sistema Financeiro Nacional - SFN manteve condições adequadas de liquidez, rentabilidade e capital para cobertura do risco inerente às suas operações, a despeito do cenário de maior volatilidade nos mercados financeiros internacionais. Essa sustentabilidade refletiu a manutenção de níveis adequados de alavancagem e qualidade de ativos, bem como o aperfeiçoamento da regulamentação prudencial.

Durante o primeiro semestre do ano, o Banco Central divulgou orientações preliminares e cronograma para implementação no Brasil das recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital e liquidez de instituições financeiras. Tais recomendações, inseridas no arcabouço conhecido como Basileia III, são resultantes de discussões conduzidas no âmbito do Comitê de Basileia, do *Financial Stability Board* - FSB e do G20, a partir da crise financeira de 2008.

Em complementação às medidas de caráter prudencial, com o objetivo de promover melhor gerenciamento das posições de câmbio das instituições financeiras, o Banco Central instituiu, no início de 2011, depósito compulsório sobre posições vendidas, a ser recolhido em reais e em espécie, sem remuneração. Inicialmente, o recolhimento foi definido em 60% do valor da posição de câmbio vendida excedente ao menor dos seguintes valores: US\$3 bilhões ou o patrimônio de referência de nível I (PR1). A exigência foi redimensionada no início de julho, passando a ser requerido o recolhimento sobre posições excedentes a US\$1 bilhão ou ao PR1.

No âmbito da regulamentação prudencial, a Resolução CMN nº 3.988/2011, definiu a obrigatoriedade da implementação, até 30 de junho de 2013, da estrutura de gerenciamento de capital compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos pelas instituições financeiras.

As restrições à contratação de operações de crédito a pessoas físicas com prazos longos adotadas em dezembro de 2010 foram alteradas pela Circular nº 3.563/2011, que promoveu redução na ponderação de risco aplicada às operações de crédito pessoal, financiamento e arrendamento mercantil de veículos com prazo acima de vinte e quatro meses e inferior a sessenta meses, de forma geral. Por outro lado, foi ampliada a exigência de capital relativa aos financiamentos com prazos superiores a sessenta meses.

Com o intuito de ampliar a inclusão financeira de diversos segmentos da sociedade, além de proporcionar maior concorrência no mercado financeiro foi editada norma aperfeiçoando as regras que disciplinam a contratação de correspondentes

pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central. Tais correspondentes somam mais de 150 mil pontos de atendimento, contribuindo significativamente para a oferta de serviços financeiros à sociedade.

1.3. DESEMPENHO DO SETOR EXTERNO

1.3.1. Política de Comércio Exterior

Em cenário de baixo dinamismo da economia mundial e de crise da dívida soberana na Área do Euro, o comércio exterior brasileiro cresceu a taxas superiores a 30% até o terceiro trimestre de 2011, apresentando moderada desaceleração no quarto trimestre. O saldo positivo da balança comercial recebeu importante contribuição das exportações de *commodities*, observando-se recuo na participação relativa dos produtos manufaturados na pauta exportadora e incremento da participação de produtos básicos. A política de comércio exterior foi orientada por dois eixos de atuação: o reforço dos instrumentos de defesa comercial, para enfrentar a competição desleal das importações, e o estímulo à inovação e à produção nacional, com o objetivo de elevar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo, iniciativa materializada no Plano Brasil Maior - PBM.

O PBM foi instituído pelo Decreto nº 7.540/2011, em continuidade à política governamental de incentivo e fortalecimento à indústria nacional, lançada em maio de 2008, com a denominação Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP. O PBM buscou acelerar o crescimento do investimento produtivo, o esforço tecnológico e as inovações realizadas por empresas nacionais, de modo a aumentar a competitividade dos bens e serviços nacionais. As medidas do PBM voltaram-se para três áreas: comércio exterior; defesa da indústria e do mercado interno; e investimento e inovação. As medidas relacionadas ao comércio exterior foram, por sua vez, orientadas para os seguintes objetivos: i) desoneração das exportações; ii) defesa comercial; iii) financiamento e garantia para as exportações; e iv) promoção comercial.

No âmbito das medidas, foi instituído, pela Medida Provisória nº 540/2011, convertida na Lei nº 12.546/2011, o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) com o objetivo de reintegrar valores referentes a custos tributários residuais. A pessoa jurídica produtora que efetuar exportação de bens manufaturados no País poderá apurar valor para fins de ressarcimento parcial ou integral do resíduo tributário existente na sua cadeia de produção. O valor será calculado mediante a aplicação de percentual estabelecido pelo Poder Executivo sobre a receita decorrente da exportação de bens, podendo variar entre zero e 3% e ser diferenciado por setor econômico e tipo de atividade exercida.

Esse regime foi regulamentado pelo Decreto nº 7.633/2011. Como regra, poderão ser beneficiados os produtos cujos custos dos insumos importados não forem superiores a 40% do preço de exportação; no entanto, para bens de alta tecnologia - produtos farmacêuticos, máquinas, aparelhos e materiais elétricos e eletrônicos e partes, aeronaves e partes, instrumentos, aparelhos e partes, e aparelhos de relojoaria e partes, esse limite foi elevado a 65%, uma vez que tratam de setores com maior necessidade de importação de componentes para garantir a competitividade. Os produtos importados e reexportados por empresas brasileiras que não carreguem os resíduos tributários objeto do regime, não serão beneficiados pelo Reintegra. Já os insumos importados dos países integrantes do Mercosul, que cumprirem os requisitos de origem do bloco econômico, serão considerados como nacionais para aplicação do Reintegra. A regulamentação também prevê a criação de um grupo técnico, formado pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, que terá a tarefa de examinar eventuais propostas de alterações do percentual de reintegração, do percentual máximo de insumos importados e da lista de produtos elegíveis ao regime. O regime tem validade definida até 31 de dezembro de 2012.

Outra iniciativa do PBM foi a redução, de 20% para zero, até dezembro de 2012, da contribuição patronal incidente sobre a folha de pagamento das indústrias de confecções, calçados, móveis e *software*, e a criação de contribuição que incidirá sobre o faturamento das empresas desses setores. Foram fixadas duas alíquotas: 2,5% para as indústrias de *software* e 1,5% para os demais segmentos. A perda de receita do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, decorrente dessas alterações, será coberta com aporte de recursos do Tesouro Nacional. A mesma norma determinou a redução gradual do prazo para devolução dos créditos do PIS/Cofins - de doze meses para apropriação imediata - incidentes sobre bens de capital. A partir de agosto, a apropriação se dará em 11 meses; em setembro, em 10 meses e assim sucessivamente. Em julho de 2012 a devolução passará a ser imediata.

Ainda no âmbito do PBM, foram anunciadas as seguintes medidas de defesa comercial: redução, de 15 para 10 meses, do prazo máximo das investigações *antidumping*, salvaguardas e medidas compensatórias, e de 240 para 120 dias, para aplicação de direito provisório. Além disso, foi definido o objetivo de aumento do combate à circunvenção (triangulação a partir da qual o produto é vendido por um país tendo sido originalmente produzido em outro), à falsa declaração de origem, aos preços subfaturados, às importações ilegais, e à violação de propriedade industrial. Para tanto, foi ampliado, de 30 para 120 o número de investigadores de defesa comercial, bem como o

quadro do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), cujo marco legal foi ampliado e modernizado, em 150 novos técnicos. A medida possibilitará instituir ou ampliar o tratamento administrativo para as importações de produtos sujeitos à certificação compulsória.

A defesa comercial de fato constituiu-se em um dos principais eixos de atuação da política de comércio exterior ao longo do ano, tendo sido anunciadas várias iniciativas de aperfeiçoamento nessa área. A Portaria Interministerial RFB/MDIC nº 149/2011, do Grupo de Inteligência de Comércio Exterior (GI-CEX), possibilitou identificar melhor os instrumentos administrativos de cada órgão, garantindo maior eficiência no combate às práticas desleais e ilegais no comércio exterior. A inclusão do produto em licenciamento não-automático, a partir do momento da abertura de investigação de *antidumping*, é também uma nova medida de aperfeiçoamento do sistema de defesa comercial, com o objetivo de monitorar o fluxo de entrada das mercadorias e inibir que os importadores antecipem as compras. Outra iniciativa de cooperação entre os dois órgãos foi implementada pela Portaria RFB nº 3.011/2011, que autorizou o repasse de dados da Receita Federal para a Secex, para que seja feita a análise sobre as petições de abertura de investigação para extensão das medidas de *antidumping*. Há casos em que estas são frustradas pela prática de circunvenção ou de triangulação, firmando, assim, a base legal da matéria de maneira mais clara.

Além disso, passou a ser adotada, preferencialmente, a margem cheia no cálculo das medidas de *antidumping*, em detrimento da orientação de adotar a regra do menor direito, orientação do Comitê Executivo de Gestão da Camex - Gecex desde 2007. Até então, o Brasil optava pela imposição de sobretaxa suficiente para compensar o dano. Agora, passará a adotar a margem cheia prevista no processo, o que deve tornar mais pesadas as sobretaxas aplicadas.

Pela Resolução Camex nº 64/2011, foi disciplinada a cobrança retroativa de direitos *antidumping* e compensatórios. A medida autorizou a taxação de produtos importados até noventa dias antes da data de aplicação das medidas *antidumping* provisórias. Com a cobrança, procura-se evitar a formação de estoque no período imediatamente posterior ao início das investigações de práticas comerciais desleais. O direito *antidumping* retroativo é previsto pela Organização Mundial de Comércio - OMC e pela legislação brasileira. Ademais, foi proibida a importação de produtos de países e empresas que praticaram fraude de origem. Por fim, pela Portaria Secex nº 35/2011, foi simplificado o modelo de formulário e o processo de fornecimento de informações exigidos da empresa petionária para a abertura da investigação *antidumping*.

Ao final de 2011, contabilizavam-se 84 medidas de direito *antidumping*, uma de compromisso de preço e outra de salvaguarda, relacionadas a 52 produtos de 25 países ou blocos. Com a publicação da Portaria Secex nº 39/2011, foram melhor definidos os critérios para a abertura de investigação sobre o cumprimento das regras de origem fixadas na legislação brasileira. Oportuno registrar que, no ano, ocorreu a abertura das primeiras investigações de circunvenção.

Em maio, o governo decidiu pela aplicação de licenciamento não automático nas importações de veículos novos, em função do aumento das compras externas de carros nos primeiros quatro meses do ano. Com efeito, para que as licenças sejam liberadas, os pedidos passam a aguardar um prazo máximo de até 60 dias, conforme determina as regras da OMC. O objetivo da adoção do mecanismo é monitorar os pedidos de licenças de importação. O PBM, por sua vez, instituiu novo regime para o setor automotivo com incentivo tributário como contrapartida de investimento, agregação de valor, emprego e inovação tecnológica, que foi regulamentado pelo Decreto nº 7.567/2011. Foram isentados de IPI os veículos produzidos que cumprissem uma série de exigências, como conteúdo regional mínimo de 65% em pelo menos 6 de 11 etapas produtivas no país, e investimento de 0,5% da receita bruta total de venda de bens e serviços em pesquisa e inovação tecnológica, com vigência até 31 de dezembro de 2012. Os veículos importados de países do Mercosul e do México não tiveram alteração na cobrança do imposto, desde que os fabricantes detivessem também fábrica instalada no Brasil. Por 45 dias, todas as empresas que produziam no país foram habilitadas provisoriamente. Posteriormente, o Governo brasileiro estendeu, no marco do Acordo Automotivo Brasil-Uruguai, os benefícios da redução do IPI às importações de automóveis originários do país vizinho. Em razão da Decisão do Supremo Tribunal Federal ao afirmar a necessidade de 90 dias para a vigência da norma, foi publicado o Decreto nº 7.604/2011, que alterou o início de vigência do aumento de IPI a partir do dia 16 de dezembro.

Com relação ao regime de ex-tarifário⁵, no âmbito do PBM, foi determinada a suspensão da concessão para bens de capital usados. Ao longo do ano, foram ampliadas as linhas tarifárias de bens de capital em algumas centenas, evidenciando a estratégia oficial de reduzir os custos dos investimentos produtivos por meio desse regime.

No âmbito do Mercosul, o governo brasileiro propôs o aperfeiçoamento da estrutura tarifária do Imposto de Importação, incluindo a criação de mecanismo

para permitir o aumento deste imposto. Na Reunião do Conselho do Mercado Comum do Mercosul em Montevideu, no dia 20 de dezembro, foi implementado, pela Decisão nº 39/11, mecanismo que permite aos países membros do bloco econômico aumentarem, temporariamente, as alíquotas do Imposto de Importação. Esse mecanismo é um instrumento paralelo à Lista de Exceção à Tarifa Externa Comum, com a diferença que, nesta Lista, permite-se elevar ou reduzir as alíquotas. Cada país poderá incluir cem novos códigos tarifários da NCM, diferentes dos já incluídos na Lista de Exceção, para elevar as alíquotas previstas na Tarifa Externa Comum - TEC do Mercosul para produtos importados de países extrabloco. Oportuno salientar que o país tem margem para elevar tarifas nos foros multilaterais, pois o teto tarifário compromissado na OMC é de 35% para produtos industrializados. Esse mecanismo estava previsto no PBM, tendo o governo brasileiro assumido o compromisso de negociar o pleito junto aos demais sócios do bloco. É um instrumento estratégico para que os países do Mercosul possam lidar com a crise internacional, permitindo fazer melhor uso da margem de manobra para definição do Imposto de Importação.

Na promoção comercial, entrou em vigência, com a publicação do Decreto nº 7.545/2011, do Ata-Carnet, convenção que facilita a circulação de bens em regime de admissão temporária, sem incidência de impostos. Ademais, foi reforçada a estratégia de promoção comercial por produtos/serviços prioritários em mercados selecionados.

No tocante ao financiamento e garantia para as exportações, foi definida a criação do Fundo de Financiamento à Exportação - FFEX, fundo de natureza privada, gerido pelo Banco do Brasil, para empresas com faturamento de até R\$ 60 milhões. A União foi autorizada, pela Medida Provisória nº 541/2011, convertida na Lei nº 12.545/2011, a participar com R\$ bilhão de aporte inicial, mas outras empresas poderão participar do fundo, que será também alimentado com os retornos do Proex-Financiamento.

Outra medida é a informatização, pelo BNDES e pelo Banco do Brasil, do processo de emissão da apólice do Seguro de Crédito à Exportação/Fundo de Garantia à Exportação - FGE. Nas operações do Proex Equalização, a definição dos *spreads* de referência passará a ser aprovada automaticamente nas exportações de bens e serviços. O FGE contará com limite rotativo de até US\$ 50 milhões para exportação de produtos manufaturados, sendo que o pagamento do financiamento abre saldo para novas operações.

Com relação às medidas de financiamento das exportações, foi ampliada, pela Portaria Secex nº 42/2011, a utilização do Programa de Financiamento das Exportações - Proex para as operações

⁵ Regime de ex-tarifário consiste na redução temporária do imposto de importação de bens de capital e de informática e telecomunicação, quando não houver a produção nacional.

efetuadas por meio de Declaração Simplificada de Exportação - DSE, limitadas ao valor de US\$ 50 mil. Ainda com relação ao Proex, um dos principais instrumentos para financiamento das exportações de bens e serviços de micro e pequenas empresas com faturamento bruto anual de até R\$ 600 milhões, foi publicado o Manual sobre o Programa de Financiamento às Exportações.

Uma das mais importantes medidas para alavancar o investimento produtivo e a inovação foi a prorrogação do prazo para a contratação de financiamentos no âmbito do Programa BNDES de Sustentação do Investimento - PSI, com orçamento de R\$ 75 bilhões. Embora tenha sido criado no contexto da crise financeira mundial iniciada em 2008, o Programa vem se firmando cada vez mais como um instrumento de financiamento do investimento produtivo, da inovação tecnológica e das exportações. Em março, o PSI foi prorrogado até 31 de dezembro de 2011 e, em setembro, até o final de 2012, adequando-se às estratégias do Plano Brasil Maior. A abrangência do PSI foi ampliada, as taxas de juros foram elevadas e o BNDES tem reduzido sua participação máxima dos investimentos. O Conselho Monetário Nacional - CMN, pela Resolução nº 4.009, de 14 de setembro, aprovou algumas modificações, como a realocação de limites de financiamentos do BNDES para a Finep, com aumento dos recursos de R\$ 1 bilhão para R\$ 3 bilhões; inclusão como beneficiários sociedades nacionais ou estrangeiras com sede no Brasil, além de empresários, associações e fundações que pretendam desenvolver projetos de inovação tecnológica em caráter sistemático.

Em 1º de junho, foi anunciada a parceria firmada entre o Banco do Brasil e o BNDES para o financiamento das exportações brasileiras de bens de capital na América Latina, com base na modalidade BNDES Exim automático. Com prazos de pagamento de até cinco anos, a nova linha contribuirá para ampliar a competitividade das empresas brasileiras no exterior, principalmente no segmento de bens de capital. Todas as agências do Banco do Brasil, no País e no exterior, foram habilitadas a atender as empresas interessadas nesta linha de crédito, que foi fixada em até US\$ 200 milhões.

Com relação aos regimes especiais de importação, a Portaria Secex nº 8/2011, regulamentou o novo regime de *Drawback* Integrado Isenção. O regime permite a reposição de estoques dos insumos importados e adquiridos no mercado interno, que são utilizados na industrialização de produto final já exportado. A empresa pode escolher entre utilizar a isenção para a quantidade importada ou adquirida no mercado interno de acordo com a combinação de maior viabilidade econômica. Essa escolha representa a inovação do regime e o objetivo é tornar os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional, incentivando as exportações.

Já pelo Projeto de Conversão da Medida Provisória nº 526/2011 na Lei nº 12.453/2011, foram prorrogados por um ano, em caráter excepcional, os atos concessórios de *Drawback* Integrado Suspensão, vencidos em 2011. Trata-se de regime aduaneiro especial de apoio à exportação que tem por base a suspensão dos tributos incidentes, tanto nas importações quanto nas aquisições no mercado interno, sobre insumos utilizados na industrialização de produto a ser exportado. Não há discriminação de segmentos econômicos nem distinção da qualificação do beneficiário nem restrição quanto à destinação do produto final; no entanto, há exigência para que os produtos adquiridos sejam submetidos a pelo menos um processo de industrialização antes da exportação dos bens finais. Em decorrência da crise financeira de 2008, já havia sido prorrogado o *drawback* em duas ocasiões: em 2009, quando o prazo para exportar foi ampliado de dois para três anos, e, em seguida, em 2010, expandindo de três para quatro anos o período previsto para a exportação. O *drawback* reduz os custos de produção de produtos exportáveis, tornando-os mais competitivos no mercado internacional.

Outro item relevante foi a assinatura, em 24 de outubro, da Proposta de Emenda Constitucional - PEC destinada a prorrogar, por mais 50 anos, a vigência da Zona Franca de Manaus e a extensão dos benefícios para a região metropolitana. Além disso, pela Portaria Interministerial MCT/MDIC nº 432/2011, foi habilitada a primeira empresa a produzir *tablets* no país com os incentivos fiscais da Lei de Informática.

1.3.2. Política Cambial

Em 2011, a política de câmbio flutuante foi mantida, na qual a atuação do Banco Central tem por objetivo não adicionar volatilidade ao mercado cambial, sem quaisquer compromissos com o nível da taxa de câmbio. Manteve-se ainda a política de fortalecimento das reservas internacionais e as condições do mercado de câmbio permitiram ao Banco Central a aquisição de US\$ 50,1 bilhões em 2011. O ambiente externo complexo e com elevado nível de incerteza, exigiu a adoção de medidas prudenciais voltadas para o mercado de câmbio, como forma de precaução diante de desequilíbrios verificados na crise financeira de 2008, quando algumas empresas não financeiras registraram perdas importantes relacionadas à trajetória da taxa de câmbio. A política cambial procurou igualmente mitigar a apreciação da moeda brasileira ante o dólar norte-americano e outras divisas, reflexo da elevada oferta de moeda estrangeira, influenciada pelos sólidos fundamentos da economia brasileira e pelo nível reduzido das taxas de juro internacionais.

A Circular nº 3.520/2011 determinou que as instituições financeiras devem recolher ao Banco Central, sob a forma de depósito compulsório, 60% sobre o valor da posição de câmbio vendida que

exceder o menor dos seguintes valores: US\$ 3 bilhões, ou o patrimônio de referência (PR). Esse depósito compulsório deveria ser recolhido em espécie, sem remuneração. As instituições tiveram 90 dias para se adequar à nova regra. A medida, de caráter prudencial, procurou reduzir a exposição cambial dos bancos em moeda estrangeira.

Em 14 de janeiro, o Banco Central retomou as operações de *swap* cambial reverso, nas quais assume posição ativa em variação cambial e passiva em taxas de juros doméstica. No entanto, nos meses de setembro e outubro, foram realizados leilões de *swap* cambial tradicional. Oportuno lembrar que, em junho de 2009, o Banco Central havia encerrado todas as suas posições em aberto em contratos de *swap* cambial. Ao final de dezembro de 2011, estas operações resultaram numa exposição líquida de US\$3 bilhões.

Ainda em janeiro, a Autoridade Monetária ampliou as formas de atuação no mercado de câmbio, e, por meio da Carta-Circular nº 3.484, de 25 de janeiro, foram instituídos os leilões de moeda estrangeira com liquidação a termo, isto é, com prazos definidos para pagamento no futuro. No ano, esses leilões foram realizados nos meses de fevereiro a abril e setembro, totalizando intervenções de US\$ 2,2 bilhões. Com a medida, o Banco Central passou a ter os seguintes instrumentos para atuar no mercado doméstico de câmbio: intervenções diretas no mercado à vista (*spot*); leilões de *swap* cambial e *swap* cambial reverso; e os leilões a termo.

Em 25 de março, pelo Decreto nº 7.454, foi elevada para 6,38% a alíquota do IOF incidente nas operações de câmbio destinadas ao cumprimento de obrigações de administradoras de cartão de crédito ou de bancos comerciais ou múltiplos, na qualidade de emissores de cartão de crédito decorrentes de aquisição de bens e serviços do exterior efetuada por seus usuários. A medida entrou em vigência na data de sua publicação, produzindo efeitos nas operações de câmbio liquidadas após o 30º (trigésimo) dia subsequente à data da publicação.

Com o objetivo de alongar o prazo dos capitais estrangeiros no país, contribuindo para o fortalecimento da posição externa e, adicionalmente, reduzir o desequilíbrio entre oferta e demanda por moeda estrangeira, o governo publicou o Decreto nº 7.456/2011. A alíquota de IOF foi elevada para 6% nas liquidações de operações de câmbio contratadas a partir de 29 de março de 2011, para ingresso de recursos no País, referentes a empréstimo externo, contratado de forma direta ou mediante emissão de títulos no mercado internacional, com prazo médio mínimo de até trezentos e sessenta dias. Em 6 de abril, pelo Decreto nº 7.457, o prazo médio mínimo foi aumentado para até 720 dias, para as liquidações de operações de câmbio contratadas a partir de 7 de abril de 2011. O objetivo da norma foi reduzir as

dívidas de curto prazo, que oferecem maiores riscos num cenário de crise. Com efeito, ao final do ano, parcela relevante do estoque de empréstimos de curto prazo foi migrada para passivos de longo prazo, atestando o êxito da medida.

Para conferir o mesmo tratamento dispensado às operações de conversão e de transferência entre modalidade de capital estrangeiro registrado no Banco Central do Brasil, o CMN, pela Resolução nº 3.967/2011, determinou a obrigatoriedade da realização de operação simultânea de câmbio nas renovações, repactuações e assunções de obrigação relativas a operações de empréstimos externos, contratadas de forma direta ou mediante emissão de títulos no mercado internacional. O Banco Central promoveu essas alterações normativas pela Circular nº 3.531/2011.

Outra medida de caráter macroprudencial voltada para reduzir o endividamento dos bancos em moeda estrangeira foi anunciada em 8 de julho. Pela Circular nº 3.548, o Banco Central redefiniu e consolidou as regras do recolhimento compulsório sobre posição vendida de câmbio. Determinou que as instituições financeiras realizassem o recolhimento ao Banco Central, sob a forma de depósito compulsório, de 60% sobre o valor da posição de câmbio vendida que exceder o menor dos seguintes valores: US\$1 bilhão, ou o patrimônio de referência (PR). Esse depósito compulsório deve ser recolhido em espécie e não possui remuneração. Em suma, houve redução de US\$ 3 bilhões para US\$1 bilhão do limite para a posição de câmbio vendida. Assim, para não serem penalizados, os bancos trouxeram recursos do exterior, reduzindo sua exposição em moeda estrangeira.

Em julho, a cotação do dólar atingiu o menor valor desde janeiro de 1999. Nesse contexto, a Medida Provisória nº 539/2011, convertida na Lei nº 12.543/2011, autorizou o Conselho Monetário Nacional, para fins da política monetária e cambial, a estabelecer condições específicas para negociação de contratos de derivativos, uma vez que essas operações afetam diretamente a taxa de câmbio. Segundo a Lei, no caso de operações relativas a títulos ou valores mobiliários, envolvendo contratos de derivativos, a alíquota máxima fixada para o IOF passa a ser de 25% sobre o valor da operação. Na sequência, o Decreto nº 7.536/2011 fixou a alíquota do IOF nos contratos de derivativos em 1% sobre o valor nominal ajustado, na aquisição, venda ou vencimento de contratos de derivativos financeiros, cujo valor de liquidação seja afetado pela variação da taxa de câmbio e que resultem em aumento da exposição líquida vendida em relação à apurada ao final do dia útil anterior. Pela Instrução Normativa nº 1.207/2011, a Receita Federal regulamentou a cobrança do IOF, mas seu recolhimento para os fatos geradores ocorridos de 15 de setembro a 31 de dezembro de 2011 foi adiado pela Portaria nº 560/2011, para o dia 31 de janeiro de 2012. Além

disso, o mesmo Decreto determinou que, na operação de empréstimo contratada pelo prazo médio mínimo superior a setecentos e vinte dias e liquidada antecipadamente, total ou parcialmente, descumprindo o prazo médio mínimo exigido, o contribuinte ficará sujeito ao pagamento do imposto calculado à alíquota de 6%, acrescido de juros moratórios e multa.

Diante do cenário internacional de incertezas, a alíquota do IOF incidente sobre os investimentos externos em ações foi reduzida de 2% para zero, conforme Decreto nº 7.632/2011. A redução atingiu tanto a oferta primária (IPO) quanto o mercado secundário, e incluiu o cancelamento e a emissão primária de recibos de ações de empresas brasileiras negociadas no exterior (DRs). Também foi reduzida de 6% para zero a alíquota do IOF cobrada sobre aplicações de não-residentes em títulos de prazo médio superior a quatro anos, emitidos por empresas não financeiras e associados a projetos de investimento.

Na esfera das medidas de simplificação das operações de câmbio, o CMN, pela Resolução nº 3.997/2011, regulamentou o recebimento, pelos exportadores nacionais, de recursos resultantes de vendas de bens e serviços ao exterior no ambiente de comércio eletrônico, o que possibilita as vendas ao exterior e recebimentos dos valores correspondentes por meio de empresa facilitadora de pagamentos internacionais. A medida eliminou assimetria prejudicial às empresas brasileiras, permitindo aos exportadores nacionais competir, no ambiente de comércio eletrônico, em condições similares com seus concorrentes estrangeiros. A medida facilitou o recebimento de valores por parte

de pequenos hotéis, pousadas e prestadores de serviços turísticos, ao oferecer, para os turistas estrangeiros, mais uma alternativa de pagamento. A medida permite ao Banco Central regulamentar a utilização de novos produtos pertencentes à indústria de cartões de uso internacional, que facilitam e tornam mais baratas as transferências de recursos do e para o exterior, principalmente aquelas de pequeno valor, sem perder a identificação das partes.

1.3.3. Movimento de Câmbio Contratado

O mercado de câmbio contratado foi superavitário em US\$ 65,3 bilhões em 2011, em comparação a US\$ 24,4 bilhões no ano anterior. A contratação de câmbio no segmento comercial registrou superávit de US\$ 44 bilhões, ante US\$ 1,7 bilhão de déficit em 2010, resultado decorrente de elevações respectivas de 42,2% e 16,3% nas contratações de exportações e importações de bens.

O segmento financeiro apresentou decréscimo de 18% na comparação com 2010, com ingressos líquidos de US\$ 21,3 bilhões, ante US\$ 26 bilhões registrados no ano anterior, refletindo o crescimento de 4,1% nas contratações de compras e de 5,8% nas contratações de vendas de moeda estrangeira.

A posição dos bancos, que reflete as operações contratadas com clientes no mercado primário de câmbio, e as contratações de intervenções do Banco Central, US\$50,1 bilhões liquidadas em 2011, passou de vendida em US\$16,8 bilhões, ao final de 2010, para US\$1,6 bilhão, em final de dezembro do ano posterior.

Movimento de Câmbio Contratado

US\$ milhões								
Período							Saldo Global (C)	
	Comercial			Financeiro				
	Exportações	Importações	Saldo	Compras	Vendas	Saldo		
			(A)	(B)			(C) = (A) + (B)	
2009		144 666	134 742	9 924	336 257	317 450	18 808	28 732
2010	Jan	10 723	10 863	- 140	23 083	21 868	1 215	1 075
	Fev	10 085	12 371	-2 285	23 765	21 879	1 886	- 399
	Mar	16 221	13 826	2 394	27 829	28 109	- 280	2 114
	Abr	12 750	13 389	- 639	27 897	25 010	2 887	2 248
	Mai	16 301	13 631	2 671	30 494	30 560	- 66	2 605
	Jun	13 961	14 749	- 788	24 959	28 450	-3 491	-4 279
	Jul	13 984	14 762	- 777	28 655	27 166	1 490	712
	Ago	14 984	16 868	-1 884	27 502	26 299	1 203	- 680
	Set	14 741	17 730	-2 989	49 171	32 456	16 716	13 726
	Out	17 195	15 418	1 777	34 550	29 409	5 141	6 917
	Nov	17 338	16 836	502	27 332	25 609	1 722	2 225
	Dez	18 306	17 797	509	53 118	55 536	-2 418	-1 910
Ano	176 590	178 240	-1 650	378 355	352 351	26 004	24 354	
2011	Jan	15 072	13 995	1 077	42 675	28 240	14 435	15 513
	Fev	14 670	15 169	- 498	32 125	24 208	7 918	7 419
	Mar	20 800	17 137	3 663	37 969	28 972	8 997	12 660
	Abr	18 811	15 501	3 310	34 902	36 671	-1 769	1 541
	Mai	24 313	17 050	7 263	29 860	31 867	-2 007	5 256
	Jun	19 432	18 054	1 378	33 382	37 316	-3 934	-2 556
	Jul	23 668	17 415	6 253	39 316	29 745	9 571	15 825
	Ago	25 855	19 188	6 667	28 381	30 893	-2 512	4 155
	Set	26 228	17 469	8 758	26 030	26 304	- 274	8 484
	Out	21 552	19 684	1 868	27 266	29 268	-2 002	- 134
	Nov	20 177	17 649	2 528	21 599	25 069	-3 470	- 942
	Dez	20 606	18 924	1 681	40 492	44 117	-3 625	-1 943
Ano	251 185	207 236	43 950	393 997	372 669	21 329	65 279	

Fonte: Banco Central do Brasil

1.3.4. Balanço de Pagamentos

Pelo décimo primeiro ano consecutivo, o resultado do balanço de pagamentos foi positivo, atingindo US\$ 58,6 bilhões em 2011. O excedente de financiamento externo, definido como o somatório do resultado em transações correntes e dos fluxos líquidos de investimento estrangeiro direto (IED), somou US\$ 14 bilhões no ano, equivalentes a 0,57% do PIB, ante US\$ 1,2 bilhão, 0,06% do PIB, em 2010.

Balança de Pagamentos

US\$ milhões

Discriminação	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Balança comercial (FOB)	7 880	12 267	20 147	12 960	16 837	29 796
Exportações	89 187	112 728	201 915	118 304	137 736	256 040
Importações	81 308	100 461	181 768	105 344	120 899	226 243
Serviços	-13 512	-17 259	-30 771	-17 949	-19 957	-37 906
Receitas	14 864	16 957	31 821	18 286	20 148	38 434
Despesas	28 376	34 216	62 592	36 235	40 105	76 340
Rendas	-19 731	-19 755	-39 486	-22 577	-24 742	-47 319
Receitas	3 124	4 282	7 405	5 758	4 994	10 753
Despesas	22 855	24 037	46 892	28 335	29 736	58 072
Transferências unilaterais	1 512	1 276	2 788	1 510	1 307	2 816
Receitas	2 344	2 316	4 661	2 414	2 314	4 728
Despesas	- 833	-1 040	-1 873	- 905	-1 007	-1 911
Transações correntes	-23 852	-23 471	-47 323	-26 057	-26 556	-52 612
Conta capital e financeira	42 955	56 761	99 716	69 272	42 596	111 868
Conta capital	494	625	1 119	666	907	1 573
Conta financeira	42 461	56 136	98 597	68 605	41 689	110 294
Investimento direto (líquido)	3 215	33 704	36 919	42 653	33 304	75 957
No exterior	-8 881	-2 706	-11 588	10 151	- 854	9 297
Participação no capital	-12 110	-14 673	-26 782	-6 930	-4 936	-11 866
Empréstimos intercompanhias	3 229	11 966	15 195	17 081	4 082	21 163
No país	12 096	36 410	48 506	32 502	34 158	66 660
Participação no capital	12 256	27 860	40 117	25 827	28 956	54 783
Empréstimos intercompanhias	- 160	8 550	8 390	6 675	5 202	11 877
Investimentos em carteira	22 790	40 221	63 011	17 501	7 606	25 106
Ativos	- 375	-4 408	-4 784	6 044	1 588	7 632
Ações	896	5 315	6 211	6 841	1 961	8 801
Títulos de renda fixa	-1 271	-9 724	-10 995	- 797	- 373	-1 169
Passivos	23 166	44 629	67 795	11 457	6 018	17 474
Ações	9 737	27 948	37 684	2 889	3 309	6 198
Títulos de renda fixa	13 429	16 682	30 111	8 568	2 708	11 276
Derivativos	- 17	- 95	- 112	- 9	13	4
Ativos	74	59	133	170	82	252
Passivos	- 91	- 154	- 245	- 179	- 68	- 248
Outros investimentos ^{1/}	16 473	-17 693	-1 221	8 461	766	9 227
Ativos	-12 079	-30 556	-42 636	-20 968	-18 944	-39 912
Passivos	28 552	12 863	41 415	29 429	19 711	49 139
Erros e omissões	-2 437	- 855	-3 292	- 305	- 313	- 619
Resultado do balanço	16 666	32 434	49 101	42 910	15 727	58 637
Memo:						
Transações correntes/PIB			-2,21%			-2,12%

Fonte: Banco Central do Brasil

^{1/} Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, outros ativos e passivos

O déficit em transações correntes, que atingira US\$ 47,3 bilhões em 2010, ampliou-se no decorrer de 2011, acumulando US\$ 52,6 bilhões. Essa trajetória decorreu das elevações nas despesas líquidas com rendas e serviços, US\$ 7,8 bilhões e de US\$ 7,1 bilhões, respectivamente, quando o desempenho da economia brasileira superou o de países desenvolvidos. Em proporção ao PIB, no entanto, o déficit em conta corrente de 2,12%, observado em 2011, apresentou redução comparativamente aos 2,21% registrados em 2010.

A conta de serviços apresentou gastos líquidos de US\$ 37,9 bilhões, em 2011, comparativamente a déficit de US\$ 30,8 bilhões em 2010. A elevação das despesas líquidas é explicada, em ordem de importância, pelo comportamento das contas de aluguel de equipamentos, viagens internacionais, transportes, computação e informação e *royalties* e licenças.

Serviços

Discriminação	US\$ milhões					
	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-13 512	-17 259	-30 771	-17 949	-19 957	-37 906
Receitas	14 864	16 957	31 821	18 286	20 148	38 434
Despesas	28 376	34 216	62 592	36 235	40 105	76 340
Transportes	-2 980	-3 427	-6 407	-3 558	-4 777	-8 335
Receitas	2 306	2 626	4 931	3 025	2 794	5 819
Despesas	5 286	6 053	11 339	6 583	7 570	14 154
Viagens	-4 118	-6 385	-10 503	-6 852	-7 607	-14 459
Receitas	2 933	2 986	5 919	3 377	3 398	6 775
Despesas	7 051	9 371	16 422	10 229	11 005	21 234
Seguros	-565	-547	-1 113	-654	-559	-1 212
Receitas	213	203	416	148	357	505
Despesas	778	751	1 529	802	915	1 717
Financeiros	135	259	394	308	575	883
Receitas	976	1 096	2 073	1 161	1 500	2 662
Despesas	841	837	1 679	853	926	1 779
Computação e informações	-1 628	-1 667	-3 296	-2 107	-1 692	-3 800
Receitas	126	84	210	106	130	236
Despesas	1 754	1 752	3 505	2 213	1 822	4 036
Royalties e licenças	-1 196	-1 257	-2 453	-1 252	-1 458	-2 710
Receitas	192	205	397	282	309	591
Despesas	1 388	1 462	2 850	1 534	1 767	3 301
Aluguel de equipamentos	-6 188	-7 563	-13 752	-7 833	-8 837	-16 669
Receitas	27	27	54	34	35	69
Despesas	6 216	7 590	13 806	7 867	8 872	16 738
Serviços governamentais	-789	-530	-1 319	-639	-812	-1 451
Receitas	618	909	1 527	872	902	1 774
Despesas	1 407	1 438	2 846	1 511	1 714	3 225
Demais serviços	3 818	3 859	7 677	4 638	5 210	9 848
Receitas	7 473	8 821	16 294	9 281	10 724	20 004
Despesas	3 655	4 962	8 617	4 643	5 513	10 156

Fonte: Banco Central do Brasil

A rubrica aluguel de equipamentos registrou remessas líquidas de US\$ 16,7 bilhões em 2011, ante US\$ 13,8 bilhões no ano anterior. A ampliação das remessas reflete pagamentos contratuais, além de estar associada ao processo de intensa utilização, no País, de bens de capital de propriedade de não-residentes, com desdobramentos favoráveis sobre o nível da capacidade produtiva da economia.

Os fluxos de viagens internacionais, em 2011, são os maiores da série histórica, tanto para o saldo, como para receitas e despesas. Essa trajetória foi influenciada tanto pela apreciação cambial como pelos ganhos de renda. As despesas líquidas totalizaram US\$ 14,5 bilhões, com crescimento de 29,3% nos gastos efetuados por brasileiros no exterior, que atingiram US\$ 21,2 bilhões, ante US\$ 16,4 bilhões, em 2010. Os dispêndios de estrangeiros no país, por sua vez, cresceram 14,5%, em 2011, atingindo US\$ 6,8 bilhões.

A conta de transportes registrou saídas líquidas de US\$ 8,3 bilhões, 30% acima do resultado de 2010, consistente com o comportamento de viagens internacionais e da corrente de comércio. As despesas com passagens apresentaram aumento de 32,9% em 2011 na comparação com o ano anterior. O desempenho de exportações e de importações de bens acarretou elevação de 29,2% das despesas líquidas com fretes no ano. As receitas e despesas de fretes marítimos, em sua quase totalidade constituídas por transporte de bens, registraram aumentos de 12,5% e 22,9%, na ordem.

Serviços Empresariais, Profissionais e Técnicos

Discriminação	US\$ milhões					
	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	4 160	4 218	8 378	5 029	5 638	10 667
Crédito	6 735	7 859	14 595	8 426	9 870	18 296
Encomendas postais	4	1	5	1	1	2
Honorário de profissional liberal	1 436	1 424	2 860	1 462	1 669	3 131
Serviços administrativos e aluguel imóveis	2 375	2 855	5 230	3 207	3 406	6 613
Participação em feiras e exposições	22	25	47	35	38	73
Passe de atleta profissional	108	124	232	96	142	239
Publicidade	176	158	334	235	286	521
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	2 547	3 192	5 738	3 311	3 962	7 273
Serviços de projeto técnico-econômico	68	81	149	79	366	445
Despesa	2 575	3 641	6 216	3 397	4 233	7 630
Encomendas postais	27	40	67	36	58	94
Honorário de profissional liberal	260	406	666	432	520	953
Serviços administrativos e aluguel imóveis	398	668	1 066	560	710	1 269
Participação em feiras e exposições	55	45	100	38	40	78
Passe de atleta profissional	6	27	33	32	21	53
Publicidade	182	239	420	280	397	678
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	1 647	2 213	3 860	2 013	2 485	4 499
Serviços de projeto técnico-econômico	0	3	3	6	1	7

Fonte: Banco Central do Brasil

As despesas líquidas com serviços de computação e informação somaram US\$ 3,8 bilhões, ante US\$ 3,3 bilhões em 2010. As despesas alcançaram US\$ 4 bilhões, 15,1% acima do resultado do ano anterior, enquanto as receitas cresceram 12,5%, somando US\$ 236 milhões. Os pagamentos líquidos ao exterior de *royalties* e licenças, rubrica que inclui os serviços de fornecimento de tecnologia, direitos autorais, licenças e registros para uso de marcas e de exploração de patentes, franquias, entre outros, atingiram US\$ 2,7 bilhões em 2011, com acréscimo de 10,5% frente ao registrado no ano anterior.

O déficit da conta de rendas apresentou elevação de 19,8% no ano, atingindo US\$ 47,3 bilhões. Em termos agregados, a conta de juros apresentou remessas líquidas de US\$ 9,7 bilhões, refletindo elevação de 39,2% nas receitas, e de 15,7% nas despesas.

Rendas						
Discriminação	US\$ milhões					
	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total de rendas	-19 731	-19 755	-39 486	-22 577	-24 742	-47 319
Receitas	3 124	4 282	7 405	5 758	4 994	10 753
Despesas	22 855	24 037	46 892	28 335	29 736	58 072
Salários e ordenados	266	232	498	272	294	567
Receitas	295	270	565	316	349	665
Despesas	29	38	66	43	55	98
Renda de investimentos	-19 997	-19 987	-39 985	-22 850	-25 036	-47 886
Receitas	2 829	4 012	6 841	5 443	4 646	10 088
Despesas	22 826	23 999	46 826	28 292	29 682	57 974
Renda de investimento direto	-12 011	-13 493	-25 504	-13 965	-15 666	-29 631
Receitas	385	695	1 080	873	1 212	2 085
Despesas	12 397	14 188	26 584	14 838	16 878	31 716
Lucros e dividendos	-11 206	-12 385	-23 591	-13 041	-14 338	-27 379
Receitas	296	592	888	690	1 113	1 804
Despesas	11 502	12 977	24 479	13 731	15 452	29 183
Juros de empréstimos intercompanhias	- 805	-1 108	-1 913	- 924	-1 328	-2 252
Receitas	90	103	193	183	99	282
Despesas	895	1 211	2 106	1 107	1 426	2 533
Renda de investimento em carteira	-5 723	-4 241	-9 964	-5 566	-6 598	-12 164
Receitas	2 045	2 883	4 928	4 039	3 007	7 046
Despesas	7 767	7 124	14 892	9 605	9 605	19 210
Lucros e dividendos	-3 761	-3 023	-6 784	-5 727	-5 060	-10 787
Receitas	0	0	1	0	0	1
Despesas	3 762	3 023	6 785	5 727	5 061	10 788
Juros de títulos de dívida (renda fixa)	-1 961	-1 219	-3 180	161	-1 538	-1 377
Receitas	2 044	2 883	4 927	4 039	3 007	7 046
Despesas	4 006	4 101	8 107	3 878	4 545	8 423
Renda de outros investimentos ^{1/}	-2 264	-2 253	-4 517	-3 319	-2 772	-6 091
Receitas	399	434	833	530	427	956
Despesas	2 662	2 687	5 350	3 849	3 198	7 047
Memo:						
Juros	-5 030	-4 580	-9 610	-4 082	-5 638	-9 719
Receitas	2 533	3 419	5 952	4 752	3 532	8 284
Despesas	7 563	7 999	15 562	8 834	9 169	18 003
Lucros e dividendos	-14 967	-15 408	-30 375	-18 768	-19 398	-38 166
Receitas	296	593	889	690	1 114	1 804
Despesas	15 263	16 000	31 263	19 458	20 512	39 971

Fonte: Banco Central do Brasil

^{1/} Inclui juros de crédito de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos.

Em 2011, pelo sexto ano consecutivo, as remessas líquidas de lucros e dividendos ultrapassaram as despesas líquidas com juros, refletindo a predominância dos estoques de investimentos estrangeiros diretos e ações, sobre o estoque do endividamento externo, na composição do passivo externo. Em 2011, as remessas líquidas de lucros e dividendos somaram US\$ 38,2 bilhões, superiores em US\$ 7,8 bilhões ao resultado de 2010. A elevação de 25,7% desse saldo é consistente com os fluxos crescentes de investimentos estrangeiros

diretos e em ações e à maior lucratividade das empresas.

Os fluxos de salários e ordenados, de valores menos expressivos, resultaram em recebimentos líquidos de US\$ 567 milhões, com elevação de 13,7% sobre o resultado de 2010.

A remessa líquida de renda para o exterior esteve fortemente influenciada pelas remessas líquidas de rendas de investimento direto, conforme padrão observado desde 2006. Vistas de forma

desagregada, as remessas líquidas em renda de investimento direto somaram US\$ 29,6 bilhões, aumento de 16,2% na comparação com 2010. Nesse item, as despesas líquidas de lucros e dividendos atingiram US\$ 27,4 bilhões, crescimento de 16,1. As remessas líquidas relativas a juros de empréstimos intercompanhias cresceram 17,7%, registrando US\$ 2,3 bilhões.

As remessas líquidas em renda de investimento em carteira totalizaram US\$12,2 bilhões, elevação de 22,1% em relação a 2010. Esse resultado deveu-se, principalmente, ao comportamento das remessas líquidas de lucros e dividendos referentes a ações listadas em bolsas de valores no Brasil e a recibos negociados em bolsas de valores no exterior, que totalizaram US\$ 10,8 bilhões, elevação de 59% no período. A conta de juros de títulos de renda fixa apresentou despesas líquidas de US\$ 1,4 bilhão,

ante US\$ 3,2 bilhões no ano anterior. A renda de outros investimentos, que inclui juros de créditos de fornecedores, empréstimos, depósitos e outros ativos e passivos, totalizou remessas líquidas de US\$ 6,1 bilhões, acréscimo de 34,8% na mesma base de comparação.

As transferências unilaterais correntes mantiveram-se estáveis em 2011, com ingressos líquidos em US\$ 2,8 bilhões. Parcela relevante desse fluxo refere-se à manutenção de residentes, cujas receitas líquidas registraram recuo de 5,1%, na comparação com o resultado do ano anterior, somando US\$1,2 bilhão. A receita bruta de manutenção de residentes representou 41,7% dos ingressos totais de transferências unilaterais correntes. Os principais países de origem dos ingressos de manutenção de residentes foram Estados Unidos, 30,6%, e Japão, 14,7%.

Transferências Unilaterais Correntes

Discriminação	US\$ milhões					
	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	1 512	1 276	2 788	1 510	1 307	2 816
Receitas	2 344	2 316	4 661	2 414	2 314	4 728
Despesas	833	1 040	1 873	905	1 007	1 911
Transferências correntes governamentais	- 123	- 62	- 185	- 149	- 155	- 304
Receitas	19	112	132	27	65	92
Despesas	142	175	317	177	220	397
Transferências correntes privadas	1 635	1 338	2 973	1 659	1 462	3 121
Receitas	2 325	2 204	4 529	2 387	2 249	4 636
Despesas	691	866	1 557	728	787	1 515
Manutenção de residentes	645	575	1 220	588	570	1 158
Receitas	1 037	1 039	2 076	992	977	1 969
Estados Unidos	320	314	634	293	310	603
Japão	174	167	342	153	137	289
Demais países	543	558	1 100	546	531	1 077
Despesas	391	464	855	404	408	811
Outras transferências	989	763	1 752	1 071	892	1 963
Receitas	1 289	1 165	2 454	1 395	1 271	2 666
Despesas	299	402	701	324	379	703

Fonte: Banco Central do Brasil

**Saldo de Transações Correntes e
Necessidade de Financiamento Externo^{1/}**

US\$ milhões

Período	Saldo de transações correntes			Investimentos estrangeiros diretos			Necessidade de financiamento externo		
	Valor		% PIB	Valor		% PIB	Valor		% PIB
	Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses	Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses	Mensal	Últimos 12 meses	Últimos 12 meses
2005 Dez	530	13 985	1,58	1 406	15 066	1,71	-1 936	-29 051	-3,29
2006 Dez	438	13 643	1,25	2 457	18 822	1,73	-2 896	-32 465	-2,98
2007 Dez	- 498	1 551	0,11	886	34 585	2,53	- 388	-36 136	-2,64
2008 Dez	-3 119	-28 192	-1,71	8 115	45 058	2,73	-4 997	-16 866	-1,02
2009 Dez	-5 950	-24 302	-1,52	5 109	25 949	1,62	841	-1 646	-0,10
2010 Jan	-3 841	-25 378	-1,50	585	24 604	1,45	3 256	774	0,05
Fev	-3 092	-27 857	-1,58	2 843	25 479	1,44	249	2 378	0,13
Mar	-5 018	-31 315	-1,70	2 083	26 118	1,41	2 934	5 197	0,28
Abr	-4 617	-36 038	-1,87	2 228	24 937	1,30	2 389	11 100	0,58
Mai	-2 006	-36 274	-1,83	3 590	26 045	1,31	-1 583	10 230	0,52
Jun	-5 277	-40 977	-2,01	766	25 379	1,24	4 511	15 598	0,77
Jul	-4 589	-43 942	-2,11	2 635	26 727	1,28	1 954	17 215	0,83
Ago	-2 987	-46 120	-2,18	2 422	27 246	1,29	565	18 874	0,89
Set	-3 959	-47 627	-2,24	5 424	30 853	1,45	-1 465	16 773	0,79
Out	-3 710	-48 319	-2,26	6 815	36 105	1,69	-3 105	12 214	0,57
Nov	-4 731	-49 777	-2,32	3 740	38 241	1,78	991	11 536	0,54
Dez	-3 496	-47 323	-2,21	15 374	48 506	2,26	-11 878	-1 184	-0,06
2011 Jan	-5 584	-49 066	-2,26	2 953	50 874	2,34	2 631	-1 808	-0,08
Fev	-3 482	-49 456	-2,24	7 795	55 826	2,53	-4 313	-6 370	-0,29
Mar	-5 744	-50 183	-2,25	6 787	60 530	2,72	-1 043	-10 347	-0,46
Abr	-3 568	-49 133	-2,18	5 520	63 821	2,83	-1 952	-14 688	-0,65
Mai	-4 187	-51 313	-2,25	3 973	64 204	2,81	214	-12 890	-0,56
Jun	-3 492	-49 528	-2,14	5 475	68 912	2,98	-1 983	-19 385	-0,84
Jul	-3 573	-48 513	-2,08	5 982	72 260	3,09	-2 409	-23 747	-1,02
Ago	-4 878	-50 403	-2,13	5 596	75 433	3,19	- 718	-25 030	-1,06
Set	-2 207	-48 652	-2,04	6 305	76 314	3,19	-4 098	-27 662	-1,16
Out	-3 177	-48 119	-1,99	5 574	75 073	3,11	-2 397	-26 954	-1,12
Nov	-6 680	-50 068	-2,05	4 056	75 389	3,09	2 624	-25 321	-1,04
Dez	-6 040	-52 612	-2,12	6 645	66 660	2,69	- 605	-14 048	-0,57

Fonte: Banco Central do Brasil

1/ Necessidade de financiamento externo = déficit de transações correntes - investimento estrangeiro direto líquido

Os investimentos brasileiros diretos no exterior geraram retornos líquidos de US\$ 9,3 bilhões em 2011, ante aplicações líquidas de US\$ 11,6 bilhões em 2010. Em 2011, US\$ 11,9 bilhões referiram-se a aumento de participações no capital, comparadas aos US\$ 26,8 bilhões registrados em 2010. Os empréstimos de empresas brasileiras a subsidiárias no exterior representaram amortizações líquidas de US\$ 21,2 bilhões, comparadas a US\$ 15,2 bilhões em 2010.

Investimentos Brasileiros Diretos

Discriminação	US\$ milhões					
	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-8 881	-2 706	-11 588	10 151	- 854	9 297
Retornos	8 913	14 467	23 379	20 364	8 016	28 380
Saídas	17 794	17 173	34 967	10 213	8 870	19 083
Participação no capital	-12 110	-14 673	-26 782	-6 930	-4 936	-11 866
Retornos	2 179	1 267	3 446	1 967	1 962	3 928
Saídas	14 288	15 940	30 228	8 897	6 898	15 795
Empréstimos intercompanhias	3 229	11 966	15 195	17 081	4 082	21 163
Ingressos	6 734	13 199	19 933	18 398	6 054	24 452
Saídas	3 505	1 233	4 738	1 317	1 972	3 289

Fonte: Banco Central do Brasil

Os fluxos líquidos de investimentos estrangeiros diretos (IED) atingiram US\$ 66,7 bilhões, o maior valor da série histórica em termos absolutos. O montante representou ingressos líquidos de US\$ 18,2 bilhões acima dos observados em 2010, acréscimo de 37,4%. Desse total, a participação no capital de empresas no país somou US\$ 54,8 bilhões. Os empréstimos intercompanhias registraram ingressos líquidos de US\$ 11,9 bilhões, comparados a US\$ 8,4 bilhões, em 2010. Em proporção ao PIB, os ingressos líquidos de IED representaram 2,69%, razão inferior àquela ocorrida em 2008, 2,73%.

Investimentos Estrangeiros Diretos

Discriminação	US\$ milhões					
	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	12 096	36 410	48 506	32 502	34 158	66 660
Ingressos	26 063	52 580	78 644	49 480	52 239	101 719
Saídas	13 967	16 170	30 137	16 978	18 081	35 059
Participação no capital	12 256	27 860	40 117	25 827	28 956	54 783
Ingressos	18 151	34 432	52 583	32 170	37 361	69 530
Saídas	5 895	6 572	12 467	6 343	8 405	14 747
Empréstimos intercompanhias	- 160	8 550	8 390	6 675	5 202	11 877
Ingressos	7 912	18 148	26 060	17 310	14 879	32 189
Saídas	8 072	9 598	17 670	10 635	9 676	20 311

Fonte: Banco Central do Brasil

Em 2011, o setor serviços foi o maior receptor dos fluxos de IED, modalidade participação no capital, absorvendo US\$ 32 bilhões, ou 46% do total dos ingressos anuais, com destaque para os serviços de telecomunicações, comércio, eletricidade e gás, e financeiros. Os setores industriais absorveram US\$ 26,8 bilhões, 38,6% dos fluxos de 2011, destacando-se as atividades de metalurgia, fabricação de bebidas e de produtos alimentícios. O setor de agricultura, pecuária e extrativa mineral recebeu US\$ 10,3 bilhões, 14,8% do total anual dos ingressos na forma de participação do capital, com menção para as atividades de extração de petróleo e gás natural, seguidas da extração de minerais metálicos.

Investimentos Estrangeiros Diretos
Participação - Distribuição por país do
investidor imediato

US\$ milhões

País	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total						
Países Baixos	1 819	4 883	6 702	9 637	7 945	17 582
Estados Unidos	2 547	3 597	6 144	4 992	3 918	8 910
Espanha	384	1 140	1 524	5 184	3 409	8 593
Japão	440	2 062	2 502	2 337	5 200	7 536
França	1 957	1 522	3 479	648	2 437	3 086
Reino Unido	344	686	1 030	1 499	1 251	2 749
Hong Kong	7	76	83	18	2 058	2 077
Luxemburgo	889	7 930	8 819	790	1 077	1 867
Canadá	136	615	751	813	975	1 789
Áustria	24	3 396	3 420	1 442	66	1 508
Suíça	4 916	1 529	6 445	487	707	1 194
Ilhas Virgens Britânicas	131	927	1 059	444	694	1 138
Alemanha	179	359	538	398	727	1 125
Austrália	215	341	556	357	722	1 079
Coreia do Sul	171	874	1 045	319	757	1 075
Noruega	802	737	1 540	234	840	1 073
Chile	278	663	941	239	591	830
Bermudas	723	131	854	117	682	800
Ilhas Cayman	158	248	406	349	263	612
Portugal	236	967	1 203	216	275	491
Suécia	210	177	387	96	371	467
Itália	119	181	300	149	309	457
Bélgica	41	33	75	150	270	420
Uruguai	180	95	275	121	180	301
México	93	51	143	227	70	297
Cingapura	19	19	38	27	225	252
Panamá	99	33	132	32	216	248
Irlanda	3	12	15	14	170	184
China	366	29	395	137	42	179
Dinamarca	232	64	295	98	53	151
Peru	24	65	89	77	64	141
Chipre	3	38	41	45	89	134
Angola	8	7	15	99	29	128
Maurício	70	266	336	8	111	120
Argentina	30	71	100	30	67	97
Bahamas	53	56	109	37	59	96
Ucrânia	0	1	1	0	81	81
Israel	2	60	63	37	32	69
Finlândia	1	42	42	55	2	56
Demais	243	446	689	210	326	536

Fonte: Banco Central do Brasil

Investimentos Estrangeiros Diretos / Participação - Distribuição por setor

US\$ milhões

Setor	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	18 151	34 432	52 583	32 170	37 361	69 530
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	2 392	13 869	16 261	4 243	6 054	10 297
Extração de petróleo e gás natural	1 070	8 835	9 905	1 947	4 029	5 976
Extração de minerais metálicos	944	3 860	4 804	1 527	862	2 389
Atividades de apoio à extração de minerais	86	754	840	455	508	964
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	66	288	354	246	295	541
Produção florestal	219	129	348	47	312	359
Demais	7	3	11	20	48	68
Indústria	9 773	11 499	21 273	9 694	17 143	26 837
Metalurgia	880	4 668	5 549	3 332	3 882	7 215
Bebidas	356	10	366	23	4 242	4 265
Produtos alimentícios	1 222	495	1 716	1 270	1 793	3 064
Produtos químicos	5 042	2 139	7 181	469	1 757	2 226
Coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	1 081	601	1 681	894	906	1 801
Produtos minerais não-metálicos	41	1 156	1 197	1 374	177	1 551
Veículos automotores, rebocos e carrocerias	164	369	533	441	954	1 395
Produtos de borracha e de material plástico	24	189	213	414	688	1 102
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos	329	437	766	417	558	975
Máquinas e equipamentos	111	238	348	222	394	616
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	34	46	80	199	408	607
Celulose, papel e produtos de papel	8	71	78	18	370	387
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	200	459	659	101	202	303
Produtos de madeira	18	29	48	92	202	295
Manutenção, reparação e instalação de máq. e equipamentos	26	43	70	89	151	240
Produtos de metal	57	334	391	53	125	178
Edição e edição integrada à impressão	15	13	28	153	6	158
Outros equipamentos de transporte	40	63	103	46	80	125
Impressão e reprodução de gravações	0	0	0	26	59	85
Produtos diversos	38	55	93	10	69	79
Produtos do fumo	5	8	14	3	63	66
Produtos têxteis	46	23	69	28	15	42
Outras indústrias	36	53	89	23	39	62
Serviços	5 818	8 885	14 702	18 006	13 981	31 988
Telecomunicações	595	65	659	5 973	697	6 670
Comércio, exceto veículos	885	1 735	2 619	2 221	3 480	5 701
Eleticidade, gás e outras utilidades	166	1 000	1 165	2 779	562	3 341
Serviços financeiros e atividades auxiliares	754	1 098	1 852	1 388	1 797	3 184
Seguros, resseguros, previdência e planos de saúde	159	70	229	715	1 688	2 403
Atividades imobiliárias	863	727	1 590	1 004	1 191	2 195
Construção de edifícios	322	341	664	588	576	1 164
Serviços financeiros - holdings não-financeiras	253	604	857	331	520	851
Obras de infra-estrutura	110	99	209	643	142	785
Serviços de tecnologia da informação	126	451	577	181	495	676
Transporte	517	218	735	177	355	532
Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis	47	175	221	218	262	479
Armazenamento e atividades auxiliares de transportes	63	383	446	232	234	466
Atividades de sedes de empresas e de consultoria	71	118	189	216	246	462
Serviços de arquitetura e engenharia	121	143	263	131	325	456
Alimentação	96	23	119	30	412	442
Serviços de escritório e serviços prestados a empresas	71	194	265	218	159	377
Pesquisa e desenvolvimento científico	22	32	54	235	128	363
Publicidade e pesquisa de mercado	30	145	175	207	96	303
Prestação de serviços de informação	51	17	69	166	113	278
Correios	114	64	178	0	117	117
Alojamento	78	133	211	53	63	116
Demais	302	1 051	1 354	302	323	625
Aquisição e venda de imóveis	168	179	347	226	182	409

Fonte: Banco Central do Brasil

Os investimentos brasileiros em carteira no exterior totalizaram retornos líquidos de US\$7,6 bilhões, comparados a aplicações líquidas de US\$ 4,8 bilhões em 2010.

Investimentos Brasileiros em Carteira

Discriminação	US\$ milhões					
	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	- 375	-4 408	-4 784	6 044	1 588	7 632
Receitas	3 278	7 705	10 983	13 512	6 145	19 657
Despesas	3 654	12 113	15 767	7 468	4 557	12 025
Investimentos em ações	896	5 315	6 211	6 841	1 961	8 801
Receitas	1 379	6 152	7 531	7 414	2 699	10 112
Despesas	483	837	1 320	573	738	1 311
Títulos de renda fixa	-1 271	-9 724	-10 995	- 797	- 373	-1 169
Receitas	1 900	1 552	3 452	6 098	3 446	9 544
Despesas	3 171	11 276	14 447	6 895	3 819	10 714

Fonte: Banco Central do Brasil

Os investimentos estrangeiros em carteira totalizaram ingressos líquidos de US\$ 17,5 bilhões, ante US\$ 67,8 bilhões em 2010. Os investimentos estrangeiros em ações de empresas brasileiras atingiram ingressos líquidos de US\$ 6,2 bilhões, resultando forte redução na comparação com o ano anterior, US\$ 37,7 bilhões. Os títulos de renda fixa de médio e longo prazos negociados no Brasil registraram expressiva queda, passando de ingressos líquidos de US\$ 14,6 bilhões, em 2010, para saídas líquidas de US\$ 63 milhões em 2011. A redução é em grande medida explicada ao aumento de alíquota de IOF para investidores estrangeiros, de zero para 6%, no último trimestre de 2010.

As amortizações líquidas de bônus soberanos somaram US\$ 3,1 bilhões, em 2011, como consequência não apenas do cronograma original de vencimentos, mas, principalmente, em função dos resgates antecipados, no âmbito da política de melhora do perfil temporal do endividamento e criação de condições para construção de uma curva de juros mais longa e completa. As emissões de papéis soberanos totalizaram US\$ 1,7 bilhão.

As operações de bônus, *notes* e *commercial papers*, de emissores privados, apresentaram ingressos brutos de US\$ 25,5 bilhões, e amortizações de US\$ 4,8 bilhões em 2011, propiciando ingressos líquidos de US\$ 20,7 bilhões, e taxa de rolagem de 530%. Os títulos de curto prazo registraram amortizações líquidas de US\$ 6,3 bilhões, não tendo ocorrido qualquer operação de captação a partir da cobrança do IOF, no início do segundo trimestre de 2011.

Investimentos Estrangeiros em Carteira

US\$ milhões

Discriminação	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	23 166	44 629	67 795	11 457	6 018	17 474
Receitas	76 502	104 733	181 235	72 801	55 130	127 931
Despesas	53 336	60 104	113 440	61 344	49 112	110 457
Investimentos em ações	9 737	27 948	37 684	2 889	3 309	6 198
Receitas	47 880	72 104	119 983	46 010	38 524	84 534
Despesas	38 143	44 156	82 299	43 121	35 215	78 336
Negociadas no país	7 147	23 435	30 582	3 477	3 307	6 785
Receitas	44 232	62 026	106 258	45 970	38 269	84 239
Despesas	37 085	38 591	75 676	42 492	34 962	77 454
Negociadas no exterior (ADR)	2 590	4 513	7 103	- 588	2	- 586
Receitas	3 648	10 078	13 725	40	256	296
Despesas	1 058	5 565	6 623	629	253	882
Títulos de renda fixa	13 429	16 682	30 111	8 568	2 708	11 276
Receitas	28 622	32 629	61 251	26 791	16 606	43 397
Despesas	15 193	15 947	31 141	18 223	13 897	32 121
Negociados no país	9 306	5 282	14 588	133	- 196	- 63
Médio e longo prazos	8 292	5 088	13 380	84	- 265	- 181
Receitas	12 870	11 483	24 353	5 631	6 159	11 790
Despesas	4 578	6 394	10 972	5 547	6 425	11 972
Curto prazo	1 013	194	1 207	49	69	118
Receitas	1 499	572	2 071	627	420	1 047
Despesas	485	379	864	578	350	929
Negociados no exterior	4 123	11 399	15 523	8 434	2 904	11 339
Bônus	-2 168	-1 396	-3 564	-3 381	- 686	-4 067
Privados	- 1	- 1	- 2	- 2	-1 002	-1 004
Desembolsos	0	0	0	0	0	0
Amortizações	1	1	2	2	1 002	1 004
Públicos	-2 167	-1 395	-3 561	-3 379	315	-3 063
Desembolsos	788	2 030	2 818	0	1 650	1 650
Amortizações	2 954	3 425	6 379	3 379	1 335	4 713
Valor de face	2 601	2 798	5 399	2 981	1 159	4 140
Descontos	- 353	- 627	- 981	- 398	- 175	- 573
Notes e commercial papers	5 561	8 115	13 676	14 860	6 800	21 659
Desembolsos	10 995	12 034	23 029	17 081	8 377	25 458
Amortizações	5 434	3 920	9 354	2 221	1 577	3 799
Títulos de curto prazo	730	4 681	5 411	-3 045	-3 209	-6 253
Desembolsos	2 471	6 509	8 980	3 452	0	3 452
Amortizações	1 741	1 828	3 569	6 496	3 209	9 705

Fonte: Banco Central do Brasil

Outros Investimentos Brasileiros

Discriminação	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	-12 079	-30 556	-42 636	-20 968	-18 944	-39 912
Empréstimos	-11 769	-24 799	-36 568	-20 465	-15 544	-36 010
Longo prazo	- 23	- 8	- 30	- 97	- 81	- 179
Amortizações	42	102	145	38	43	81
Desembolsos	65	110	175	136	124	259
Curto prazo (líq.)	-11 746	-24 792	-36 538	-20 368	-15 463	-35 831
Moeda e depósitos	- 435	-4 480	-4 915	- 589	-4 414	-5 003
Bancos	3 413	-1 303	2 110	1 783	- 365	1 418
Demais setores	-3 849	-3 177	-7 026	-2 372	-4 049	-6 421
Outros ativos	125	-1 277	-1 152	86	1 014	1 100
Longo prazo	- 134	- 73	- 207	- 179	- 116	- 295
Amortizações	71	26	96	56	33	90
Desembolsos	205	98	303	235	150	385
Curto prazo (líquido)	259	-1 204	- 945	265	220	1 395

Fonte: Banco Central do Brasil

Outros investimentos brasileiros no exterior registraram aplicações líquidas de US\$ 39,9 bilhões em 2011, contra US\$ 42,6 bilhões no ano anterior, compreendendo a concessão líquida de empréstimos e créditos comerciais de curto prazo, US\$ 35,8 bilhões no ano; a constituição no exterior de ativos dos demais setores, US\$ 6,4 bilhões; e o retorno de depósitos de bancos brasileiros no exterior, US\$ 1,4 bilhão. Os outros ativos totalizaram aplicações líquidas de US\$ 1,1 bilhão.

Outros Investimentos Estrangeiros

Discriminação	2010			2011		
	1º sem	2º sem	Ano	1º sem	2º sem	Ano
Total	28 552	12 863	41 415	29 429	19 711	49 139
Crédito comercial (de fornecedores)	1 487	-2 200	- 713	7 618	14 470	22 089
Longo prazo	- 436	- 99	- 535	- 946	- 253	-1 200
Desembolsos	670	1 397	2 066	711	844	1 555
Amortizações	1 105	1 496	2 601	1 657	1 098	2 755
Curto prazo (líquido)	1 922	-2 101	- 178	8 564	14 724	23 288
Empréstimos	26 716	14 444	41 160	23 922	6 275	30 197
Autoridade monetária	- 4	0	- 4	0	0	0
Demais setores	26 719	14 444	41 163	23 922	6 275	30 197
Longo prazo	10 556	8 496	19 052	13 244	16 802	30 046
Desembolsos	17 022	17 534	34 556	27 027	28 449	55 476
Organismos	2 519	5 616	8 136	1 059	2 706	3 765
Agências	4 631	939	5 570	1 333	1 485	2 818
Compradores	4 657	5 497	10 153	6 241	5 985	12 227
Empréstimos diretos	5 215	5 482	10 697	18 395	18 272	36 666
Amortizações	6 466	9 038	15 505	13 783	11 647	25 430
Organismos	1 432	2 422	3 854	4 245	3 591	7 836
Agências	1 007	699	1 707	1 241	780	2 021
Compradores	2 096	3 307	5 403	3 480	3 523	7 002
Empréstimos diretos	1 931	2 610	4 541	4 817	3 753	8 570
Curto prazo	16 164	5 948	22 112	10 678	-10 527	151
Moeda e depósitos	347	618	966	-2 115	-1 016	-3 131
Outros passivos	2	0	2	4	- 19	- 16
Longo prazo	0	0	0	0	0	0
Curto prazo	2	0	2	4	- 19	- 16

Fonte: Banco Central do Brasil

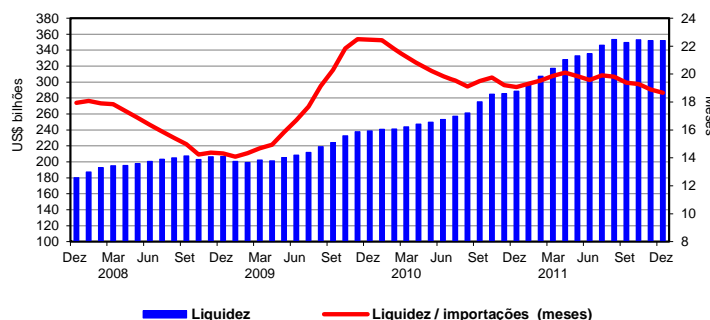
Os outros investimentos estrangeiros no País apresentaram ingressos líquidos de US\$ 49,1 bilhões. O crédito comercial de fornecedores somou desembolsos líquidos de US\$ 22,1 bilhões, ante amortizações líquidas de US\$ 713 milhões em 2010. Nessa conta, os créditos de longo prazo registraram amortizações líquidas de US\$ 1,2 bilhão, enquanto os de curto prazo somaram ingressos líquidos de US\$ 23,3 bilhões.

Os empréstimos de longo prazo dos demais setores totalizaram ingressos líquidos de US\$ 30,2 bilhões, compostos por desembolsos líquidos de empréstimos diretos, US\$ 28,1 bilhões; de compradores, US\$ 5,2 bilhões; e de agências, US\$ 797 milhões. Os empréstimos junto a organismos internacionais totalizaram amortizações líquidas de US\$ 4,1 bilhões no ano. Os empréstimos de curto prazo alcançaram desembolsos líquidos de US\$ 151 milhões, comparativamente a US\$ 22,1 bilhões, ocorridos em 2010, recuo expressivo também influenciado pela adoção da alíquota de 6% de IOF sobre captações externas realizadas a partir do início de abril de 2011.

1.3.5. Reservas Internacionais

O consistente influxo de recursos externos ao longo dos três primeiros trimestres de 2011 permitiu ao Banco Central adquirir liquidamente US\$ 50,1 bilhões no mercado doméstico de câmbio, dos quais US\$ 47,9 bilhões em operações à vista e US\$ 2,2 bilhões em operações a termo. Tais compras foram fundamentais para que as reservas internacionais atingissem, ao final do ano, o montante de US\$ 352 bilhões, crescimento de US\$ 63,4 bilhões na comparação com estoque ao término de 2010. Em 2011, as operações externas do Banco Central somaram receitas líquidas de US\$ 13,3 bilhões, ressaltando-se a receita de juros de US\$ 6,3 bilhões, decorrente dos ativos que compõem as reservas internacionais. Os ganhos de US\$ 5,8 bilhões em preços de títulos e de US\$ 1 bilhão em paridades também contribuíram para a elevação do estoque de reservas.

Reservas internacionais



Demonstrativo de Variação das Reservas Internacionais

Discriminação	US\$ milhões		
	2009	2010	2011
I - Posição das reservas (final do ano anterior)	193 783	238 520	288 575
1. Compras (+)/vendas (-) do Banco Central (intervensões)	36 527	41 952	50 107
A termo	-	-	2 199
Pronto	24 038	41 417	47 908
Linhas com recompra	8 338	-	-
Empréstimos em moeda estrangeira	4 151	535	-
2. Operações externas do Banco Central	8 211	8 103	13 331
Desembolsos	1 800	1 205	500
Bônus	1 800	1 205	-
Organismos	-	-	500
Juros	4 755	4 070	6 342
Organismos	- 2	-	-
Remuneração das reservas	4 757	4 070	6 342
Demais ^{1/}	1 656	2 828	6 489
II - Total das operações do Banco Central (1+2)	44 738	50 055	63 438
III - Posição das reservas - conceito caixa	238 521	288 575	352 013
IV - Saldo de linhas com recompra	-	-	-
V - Operações de empréstimo em moeda estrangeira	535	-	-
VI - Posição das reservas - conceito liquidez ^{2/}	239 056	288 575	352 013

Fonte: Banco Central do Brasil

^{1/} Compreende pagamentos/recebimentos do Convênio de Créditos Recíprocos (CCR), flutuação nos preços dos papéis, variação na paridade das moedas e preço do ouro, recebimento/pagamento de ágio/deságio, pagamento de comissões, reclassificações, alocações de DES e variação de derivativos financeiros (*forwards*).

^{2/} Inclui o saldo de linhas com recompra e operações de empréstimo em moedas estrangeiras.

1.3.6. Serviço da Dívida Externa do Tesouro Nacional

Em 2011, o Tesouro Nacional manteve a política, iniciada em 2003, de contratar divisas no mercado de câmbio para fazer frente ao serviço da dívida (principal e juros) relativo a bônus. Ao longo do ano, tais liquidações em mercado somaram US\$ 7,7 bilhões, dos quais US\$ 4,1 bilhões referentes a principal, e US\$ 3,6 bilhões a juros. Considerando os pagamentos de principal, destacaram-se aqueles relativos aos seguintes títulos: Euro 11, US\$ 1,2 bilhão; Global 11, US\$ 440 milhões; e Global 18/A-Bond, US\$ 242 milhões.

Tesouro Nacional - Serviço da Dívida Externa ^{1/}

Período	US\$ milhões					
	Perfil de vencimentos			Liquidação de vencimentos		
	Principal	Juros	Total	Mercado	Reservas	Total
2011						
Jan	1 749	1 119	2 868	2 868	-	2 868
Fev	246	282	528	528	-	528
Mar	332	105	437	437	-	437
Abr	189	159	348	348	-	348
Mai	181	133	314	314	-	314
Jun	284	98	382	382	-	382
Jul	374	988	1 362	1 362	-	1 362
Ago	707	202	909	909	-	909
Set	78	186	264	264	-	264
Out	-	155	155	155	-	155
Nov	-	128	128	128	-	128
Dez	-	37	37	37	-	37
Ano	4 140	3 592	7 732	7 732	-	7 732

Fonte: Banco Central do Brasil

^{1/} Inclui vencimentos de principal e juros relativos a bônus.

O programa de recompra de títulos da dívida externa brasileira, buscando promover a melhora do perfil da curva de juros brasileira no exterior, contabilizou pagamentos antecipados, via aquisição de bônus da República em mercado secundário, de US\$ 2,9 bilhões, dos quais US\$ 2,3 bilhões relativos a valor de face, correspondendo à redução do estoque de dívida externa medido em termos nominais, US\$ 60 milhões em juros decorridos e US\$ 573 milhões em despesas de ágio, correspondentes a diferença entre o valor de mercado e o de face.

Operações de Recompra de Títulos Soberanos da Dívida Externa

Pela data de liquidação

Período	US\$ milhões			
	Principal	Juros	Ágio/Deságio	Total
2011				
Jan	467	15	139	621
Fev	246	4	46	296
Mar	317	6	61	384
Abr	189	3	42	234
Mai	181	5	40	226
Jun	284	10	69	363
Jul	263	8	77	348
Ago	267	9	83	359
Set	63	1	15	79
Out	-	-	-	-
Nov	-	-	-	-
Dez	-	-	-	-
Ano	2 277	61	572	2 910

Fonte: Banco Central do Brasil

1.3.7. Dívida Externa

Em setembro de 2011, a dívida externa total alcançou US\$ 298,2 bilhões, elevando-se US\$ 41,4 bilhões em relação a dezembro de 2010. Neste período, a dívida externa de longo prazo cresceu US\$ 52,8 bilhões, atingindo US\$ 252,3 bilhões; enquanto a dívida de curto prazo sofreu redução de US\$ 11,4 bilhões, para US\$ 45,9 bilhões. O estoque dos empréstimos intercompanhia foi elevado em US\$ 7 bilhões, totalizando US\$ 102,1 bilhões.

No mesmo período, o estoque de bônus da dívida externa caiu US\$ 4,9 bilhões, para US\$ 37,4 bilhões, dos quais 98,5% referiam-se a papéis de emissão do setor público. Do estoque da dívida externa de longo prazo, apurado em setembro de 2011, 50,9% referiam-se a empréstimos em moeda, 32,5% a financiamentos de comércio, 14,8% a bônus, e os restantes 1,8% às alocações de Direitos Especiais de Saque - DES do Fundo Monetário Internacional - FMI. No período, o crescimento de US\$ 7,5 bilhões verificado no estoque de empréstimos em moeda concentrou-se na modalidade empréstimos diretos. Os financiamentos de comércio elevaram-se em US\$ 3,9 bilhões, com queda de US\$ 3,4 bilhões nos financiamentos concedidos por organismos internacionais e crescimento de US\$ 6,8 bilhões nas operações de outros financiadores.

A contração do estoque de passivos de curto prazo detidos pelo setor bancário, US\$ 7,9 bilhões, explicou a maior parte da redução da dívida de curto prazo total. De forma semelhante, a participação do setor bancário no movimento de elevação da dívida externa de médio e longo prazos foi significativo, US\$ 44,4 bilhões no total de US\$ 52,8 bilhões.

Endividamento Externo Bruto^{1/}

Discriminação	US\$ milhões				
	2007	2008	2009	2010	2011-Set
A. Dívida total (B+C)	193 219	198 340	198 192	256 805	298 219
B. Dívida de longo prazo ^{2/}	154 318	161 896	167 220	199 498	252 287
Alocações de DES - FMI	-	-	4 510	4 446	4 508
Bônus	47 195	42 687	44 953	42 223	37 370
Financiamentos de importações	46 758	58 977	57 468	78 151	82 035
Organismos internacionais	26 981	30 023	28 202	35 166	31 804
Agências governamentais	6 482	6 854	6 826	15 528	15 992
Outros financiadores	13 295	22 100	22 440	27 457	34 239
Empréstimos em moeda	60 365	60 232	60 289	74 678	128 374
Notes ^{3/}	45 884	42 420	41 259	52 703	71 377
Empréstimos diretos	14 481	17 812	19 030	21 975	56 997
C. Dívida de curto prazo	38 901	36 444	30 972	57 307	45 932
Bancos comerciais	27 613	28 220	21 957	32 328	36 719
Outras operações ^{3/}	11 288	8 224	9 015	24 979	9 213
Financiamentos	305	802	593	838	1 158
Empréstimos	10 983	7 421	8 422	24 141	8 054
D. Empréstimos intercompanhia	47 276	64 570	79 372	95 137	102 087
E. Dívida total, inclusive empréstimos intercompanhia (A+D)	240 495	262 910	277 564	351 942	400 306

Fonte: Banco Central do Brasil

^{1/} A partir de 2001 contempla a revisão na posição de endividamento, que aparta as vencidas, e exclui estoque de principal relativo a empréstimos intercompanhia.

^{2/} As posições referem-se a dados de registro de capitais efetuados no Banco Central, que podem não coincidir com os números apresentados no balanço de pagamentos, que especificam ingressos e saídas efetivamente ocorridos no exercício.

^{3/} Inclui empréstimos para repasse a empresas exportadoras, captações de curto prazo de commercial paper, notes, bônus, empréstimos diretos e financiamentos de importação amparados em registro no Banco Central.

Em setembro de 2011, considerando-se somente o estoque de dívida externa registrada, equivalente a 87,7% da dívida externa total, o setor privado figurava como maior devedor, 63,1%, acumulando US\$ 155,9 bilhões e US\$ 9,2 bilhões em passivos de longo prazo e curto prazo, respectivamente. O endividamento do setor público era representado, na quase totalidade, por recursos de longo prazo.

A dívida externa de longo prazo do setor público não-financeiro totalizou US\$ 76,6 bilhões em setembro de 2011. O Tesouro Nacional detinha 58,4% do total, principalmente em títulos de longo prazo, enquanto 18,2% eram de responsabilidade de governos estaduais e municipais, com destaque em créditos concedidos por organismos internacionais. A dívida de estatais somava 17,5% do total, majoritariamente composta de créditos de agências governamentais e a dívida do Banco Central, correspondente a 5,9% do estoque devido pelo setor público não-financeiro, continha exclusivamente, alocações de DES providas pelo FMI.

Dívida Externa Registrada

Devedor	Credor			
	Bônus	Organismos	Bancos	Notes ^{2/}
A. Total	37 370	36 323	86 842	74 625
B. Longo prazo	37 370	36 312	81 180	71 377
Setor público	36 822	31 047	10 039	7 243
Setor público não-financeiro	36 822	25 467	2 217	2 414
Tesouro Nacional	36 822	6 465	935	-
Banco Central do Brasil	-	4 508	-	-
Estatais	-	2 053	245	2 414
Estados e municípios	-	12 440	1 036	-
Setor financeiro	-	5 580	7 822	4 830
Setor privado	548	5 265	71 141	64 134
Não-financeiro	547	2 671	43 362	23 221
Financeiro	1	2 594	27 779	40 913
C. Curto prazo	-	11	5 662	3 248
Empréstimos	-	1	4 626	-
Não-financeiro	-	1	1 455	-
Financeiro	-	-	3 171	-
Financiamento de importações	-	10	1 035	3 248
Não-financeiro	-	-	922	256
Financeiro	-	10	114	2 993
D. Empréstimos intercompanhia	248	-	-	4 266
E. Dívida total, inclusive emp. intercompanhia (A+D)	37 618	36 323	86 842	78 891

(continua)

Dívida Externa Registrada (continuação)

US\$ milhões

Posição:
30.9.2011

Devedor	Credor			
	Agências	Fornecedores	Outros	Total
A. Total	15 993	3 152	7 195	261 500
B. Longo prazo	15 992	3 039	7 017	252 287
Setor público	11 185	83	1	96 420
Setor público não-financeiro	9 556	83	1	76 559
Tesouro Nacional	435	53	-	44 711
Banco Central do Brasil	-	-	-	4 508
Estatais	8 630	30	1	13 372
Estados e municípios	491	-	-	13 968
Setor financeiro	1 629	-	-	19 860
Setor privado	4 807	2 956	7 017	155 868
Não-financeiro	4 707	2 946	1 787	79 242
Financeiro	100	10	5 229	76 626
C. Curto prazo	1	113	178	9 213
Empréstimos	1	-	178	4 806
Não-financeiro	1	-	21	1 478
Financeiro	-	-	156	3 328
Financiamento de importações	-	113	-	4 407
Não-financeiro	-	112	-	1 290
Financeiro	-	-	-	3 116
			97	
D. Empréstimos intercompanhia	-	-	572	102 087
			104	
E. Dívida total, inclusive emp. intercompanhia (A+D)	15 993	3 152	767	363 587

Fonte: Banco Central do Brasil

A dívida contratada com aval do setor público atingiu, em setembro de 2011, US\$ 28,1 bilhões, dos quais US\$ 1,8 bilhão referentes a devedores do setor privado.

Dívida Pública Externa Registrada
Composição do principal por devedor e avalista

	US\$ milhões					
Discriminação	2006	2007	2008	2009	2010	2011-Set
Governo federal (contratada diretamente)	63 942	58 991	54 373	54 779	51 888	44 711
Estados e municípios	6 815	7 054	8 199	9 593	13 238	13 968
Direta	-	41	27	5	3	2
Com aval	6 815	7 013	8 172	9 588	13 235	13 966
Autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	14 776	14 700	17 147	26 851	35 872	37 794
Direta	9 041	8 619	10 946	15 474	23 587	25 379
Com aval	5 735	6 081	6 201	11 377	12 285	12 415
Setor privado (com aval do setor público)	89	436	450	891	1 578	1 768
Total geral	85 622	81 181	80 169	92 114	102 576	98 241
Direta	72 983	67 651	65 346	70 258	75 478	70 092
Com aval	12 640	13 529	14 822	21 855	27 098	28 149
Pelo governo federal	12 597	13 454	14 688	21 234	25 684	26 515
Pelos estados e municípios	3	8	7	5	-	-
Pel as autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista	40	67	127	616	1 414	1 634

Fonte: Banco Central do Brasil

O esquema de amortização da dívida externa registrada de longo prazo, de acordo com a posição de setembro de 2011, revelava concentração de 41,3% de seus vencimentos no período de outubro de 2011 a dezembro de 2014. Neste período, 85,4% das amortizações previstas concentravam-se no setor privado, enquanto a dívida do setor público não-financeiro somava outros 10,1%.

Dívida Externa Registrada – Por devedor

Esquema de amortização

		US\$ milhões				
Discriminação	Estoque	2010	2011	2012	2013	2014
	(Out-Dez)					
A. Dívida total (B+C)	261 500	10 041	41 404	38 088	23 885	24 905
B. Dívida de médio e longo prazos	252 287	5 069	37 163	38 088	23 885	24 905
Setor público não-financeiro	76 559	553	4 203	3 111	2 679	6 464
Governo central	49 219	264	2 811	1 587	1 276	2 836
Demais	27 340	288	1 392	1 524	1 403	3 628
Setor público financeiro	19 860	134	881	2 914	718	1 030
Setor privado	155 868	4 382	32 079	32 062	20 488	17 410
C. Dívida de curto prazo	9 213	4 972	4 241	-	-	-
Setor público não-financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor público financeiro	53	22	31	-	-	-
Setor privado	9 160	4 950	4 210	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	102 087	5 246	13 587	13 495	13 833	12 272
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	363 587	15 287	54 991	51 583	37 718	37 177

(continua)

Dívida Externa Registrada – Por devedor (continuação)Esquema de amortização^{1/}

US\$ milhões						Posição: 30.9.2011
Discriminação	2015	2016	2017	2018	2019	Posteriores e vencidos
A. Dívida total (B+C)	20 515	14 273	9 675	12 622	14 575	51 517
B. Dívida de médio e longo prazos	20 515	14 273	9 675	12 622	14 575	51 517
Setor público não-financeiro	5 619	6 332	3 011	7 220	2 011	35 356
Governo central	2 719	3 683	582	3 880	817	28 764
Demais	2 900	2 648	2 429	3 340	1 194	6 594
Setor público financeiro	1 533	1 623	1 604	1 559	3 404	4 460
Setor privado	13 363	6 319	5 060	3 843	9 160	11 702
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Setor público não-financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor público financeiro	-	-	-	-	-	-
Setor privado	-	-	-	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	7 530	5 416	7 484	5 575	6 192	11 457
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	28 045	19 689	159	18 197	20 767	62 974

Fonte: Banco Central do Brasil

Do total de amortizações de dívida de longo prazo previsto para o período de outubro de 2011 a dezembro de 2014, 63,1% concentravam-se em empréstimos em moeda, enquanto compradores e organismos internacionais somavam 19,1% e 8,2%, respectivamente.

Dívida Externa Registrada – Por credor

Esquema de amortização

US\$ milhões						
Discriminação	Estoque	2010	2011	2012	2013	2014
	(Out-Dez)					
A. Dívida total (B+C)	261 500	10 041	41 404	38 088	23 885	24 905
B. Dívida de médio e longo prazos	252 287	5 069	37 163	38 088	23 885	24 905
Organismos internacionais	36 312	511	2 671	2 633	2 682	2 966
Agências governamentais	15 992	268	1 186	1 214	1 241	2 637
Compradores	31 200	1 630	7 184	6 365	4 766	3 896
Fornecedores	3 039	260	709	680	297	304
Empréstimos em moeda	128 374	1 899	23 362	26 224	14 248	13 031
Notes ^{2/}	71 377	923	6 065	7 565	6 209	10 726
Empréstimo diretos	56 997	976	17 297	18 659	8 039	2 305
Bônus	37 370	501	2 051	973	651	2 071
C. Dívida de curto prazo	9 213	4 972	4 241	-	-	-
D. Empréstimos intercompanhias	102 087	5 246	13 587	13 495	13 833	12 272
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	363 587	15 287	54 991	51 583	37 718	37 177

(continua)

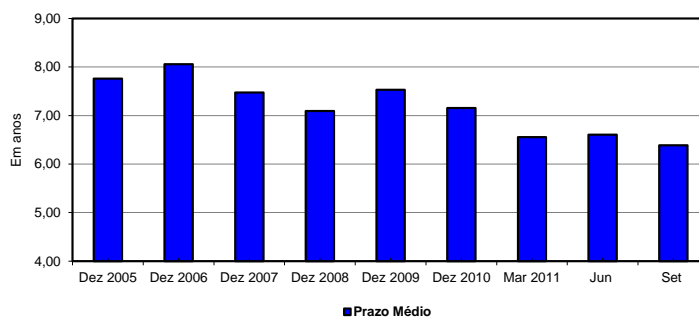
Dívida externa registrada – Por credor (continuação)

Esquema de amortização

US\$ milhões							Posição: 30.9.2011
Discriminação	2015	2016	2017	2018	2019	Posteriores e vencidos	
A. Dívida total (B+C)	20 515	14 273	9 675	12 622	14 575	51 517	
B. Dívida de médio e longo prazos	20 515	14 273	9 675	12 622	14 575	51 517	
Organismos internacionais	2 557	2 141	1 860	1 711	1 564	15 016	
Agências governamentais	2 444	2 109	2 004	1 824	300	765	
Compradores	2 314	1 338	1 170	1 010	582	945	
Fornecedores	179	133	108	99	113	157	
Empréstimos em moeda	11 012	5 448	4 461	4 587	11 643	12 459	
Notes	7 692	4 775	4 029	3 945	9 485	19 684	
Empréstimo diretos	3 320	673	432	642	2 158	2 496	
Bônus	2 008	3 104	71	3 391	373	22 176	
C. Dívida de curto prazo	-	-	-	-	-	-	
D. Empréstimos intercompanhias	7 530	5 416	7 484	5 575	6 192	11 457	
E. Dívida total + emp. intercompanhias (A+D)	28 045	19 689	17 159	18 197	20 767	62 974	

Fonte: Banco Central do Brasil

O prazo médio da dívida externa registrada reduziu-se de 7,2 anos, na posição de dezembro de 2010, para 6,4 anos, na posição de setembro de 2011. A queda decorreu, principalmente, de captações de prazos inferiores à média, ocorridas no primeiro trimestre de 2011. Os bônus constituem a modalidade de captação com prazo médio de pagamento mais elevado, 13,3 anos.

Prazo Médio de endividamento registrado

Prazo Médio de Endividamento

Dívida externa registrada

US\$ milhões

Discriminação	2011-Set	Prazo médio (anos)
A. Total	260 213	6,39
Organismos internacionais	36 308	9,27
Agências governamentais	15 946	5,44
Fornecedores	30 661	3,36
Compradores	2 969	3,40
Empréstimos em moeda	56 886	3,10
Notes e commercial papers	71 151	6,30
Bônus	37 370	13,26
BIB	62	1,75
Global/Euro	36 760	13,47
Outros	548	0,42
Curto prazo	8 922	0,69
B. Empréstimos intercompanhias	100 214	5,11
C. Total + intercompanhia	360 427	6,03

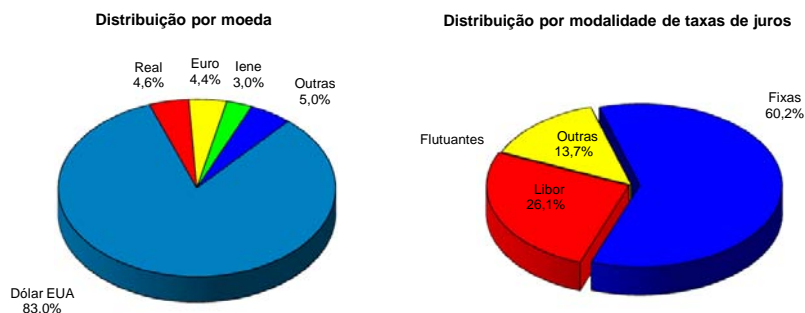
Fonte: Banco Central do Brasil

Na composição por moedas da dívida externa registrada, a participação das operações denominadas em dólares norte-americanos elevou-se de 82,8%, em dezembro de 2010, para 85,6%, em setembro de 2011. Neste período, as parcelas da dívida registradas em euro e iene caíram de 5% para 4,5%, e de 4,4% para 3,0%, respectivamente. Os estoques de passivos externos denominados em moeda doméstica tiveram sua participação reduzida, de 5,5% para 4,6%. Ainda assim, o Real se apresenta como a segunda moeda de maior peso na composição da dívida externa brasileira.

Quanto à composição por modalidade de taxas de juros, a proporção da dívida remunerada por taxas flutuantes apresentou relativa estabilidade, passando de 40,8% do total, em dezembro de 2010, para 39,8%, em setembro de 2011. Consequentemente, a proporção de dívida remunerada a taxas fixas sofreu elevação, para 60,2%. Considerando-se apenas a dívida contratada sob taxas flutuantes, a Libor permaneceu como principal indexador, com participação de 65,5%.

Composição da Dívida Externa Registrada

Setembro de 2011



1.3.8. Indicadores de Endividamento

Verificou-se melhora nos indicadores de endividamento externo na comparação entre as posições de setembro de 2011 e dezembro de 2010. A única exceção foi o indicador da dívida externa total em relação ao PIB, que subiu de 12% para 12,5%, em função do crescimento de 16,1% da dívida externa total, superior à elevação de 10,9% do PIB em dólares. Já o serviço da dívida cresceu 10,8%, enquanto o valor da receita de exportações dos últimos doze meses elevou-se 22,3%, reduzindo a participação do serviço da dívida nas exportações, de 23% para 20,8%. A relação entre o serviço da dívida e o PIB manteve-se estável em 2,2%. O indicador da dívida externa total em relação às exportações caiu de 127% para 121%. A dívida externa total líquida de ativos, que em dezembro de 2010 apresentava posição superavitária de US\$ 50,6 bilhões, equivalente a -25,1% do valor das exportações, atingiu -31% em setembro de 2011, posição ainda mais confortável. Em percentagem do PIB, a posição credora se intensificou, de -2,4% para -3,2%, no período analisado.

Indicadores de Endividamento^{1/}

Discriminação	US\$ milhões					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011-Set
Serviço da dívida ^{2/}	56 902	52 028	37 638	43 561	46 348	51 352
Amortizações ^{3/}	42 024	36 687	22 065	29 639	32 864	37 087
Juros brutos	14 878	15 342	15 573	13 922	13 484	14 266
Dívida de médio e longo prazos (A)	152 266	154 318	161 896	167 220	199 497	252 287
Dívida de curto prazo (B)	20 323	38 901	36 444	30 972	57 307	45 932
Dívida total (C)=(A+B)	172 589	193 219	198 340	198 192	256 804	298 219
Reservas internacionais - conceito liquidez (D)	85 839	180 334	206 806	239 054	288 575	349 708
Reservas internacionais - conceito caixa	85 839	180 334	193 783	238 520	288 575	349 708
Créditos brasileiros no exterior (E) ^{4/}	2 939	2 894	2 657	2 435	2 227	2 226
Haveres de bancos comerciais (F)	8 990	21 938	16 560	18 474	16 630	22 834
Dívida total líquida (G)=(C-D-E-F)	74 821	-11 948	-27 683	-61 771	-50 628	-76 550
Exportações ^{1/}	137 807	160 649	197 942	152 995	201 915	246 985
PIB ^{1/}	1088 767	1366 544	1650 897	1625 636	2143 921	2378 612
Indicadores (em percentagem)						
Serviço da dívida/exportações	41,3	32,4	19,0	28,5	23,0	20,8
Serviço da dívida/PIB	5,2	3,8	2,3	2,7	2,2	2,2
Dívida total/exportações	125,2	120,3	100,2	129,5	127,2	120,7
Dívida total/PIB	15,9	14,1	12,0	12,2	12,0	12,5
Dívida total líquida/exportações	54,3	- 7,4	- 14,0	- 40,4	- 25,1	- 31,0
Dívida total líquida/PIB	6,9	- 0,9	- 1,7	- 3,8	- 2,4	- 3,2

Fonte: Banco Central do Brasil

^{1/} Exclui estoque de principal, amortizações e juros relativos a intercompanhias. Contempla revisão na posição do endividamento de médio e longo prazos do setor privado.

^{2/} Para setembro de 2011, acumulado em 12 meses.

^{3/} Inclui pagamentos de programa de assistência financeira. Exclui amortizações refinanciadas.

^{4/} Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Indicadores de Endividamento



1.3.9. Captações Externas

A República promoveu duas reaberturas de bônus soberanos em 2011, captando US\$ 1,7 bilhão. Em julho, a colocação de novo lote do Global 21, título com prazo de dez anos, somou US\$ 550 milhões, a um custo de 105 pontos básicos superior ao rendimento proporcionado por título do governo americano com características semelhantes, o menor *spread* desde o processo de securitização da dívida externa brasileira renegociada, concluído em 1994. Em novembro, registrou-se receita de US\$ 1,1 bilhão da reemissão do Global 41, título de trinta anos, operação com *spread* de 160 pontos básicos, e taxa de retorno de 3,45% ao ano, o custo mais baixo também desde 1994.

Emissões da República

Discriminação	Data de Ingresso	Data de vencimento	Prazo anos	Valor US\$ milhões	Cupom % a.a.	Spread sobre US Treasury ^{1/} (p.b.)
Global 21						
(Reabertura)	14.07.2011	22.01.2021	10	550	4,875	105
Global 41						
(Reabertura)	10.11.2011	07.01.2041	30	1 100	5,625	160

Fonte: Banco Central do Brasil

^{1/} Sobre US Treasury, no lançamento.

1.3.10. Posição de Investimento Internacional (PII)

Entre dezembro de 2010 e setembro de 2011, o passivo líquido externo expresso pela PII caiu 18,5%, passando de US\$ 887 bilhões para US\$ 723 bilhões. A redução da posição devedora resultou da retração de US\$ 83,1 bilhões do passivo, e da elevação de US\$ 80,9 bilhões do ativo.

Os fatores que mais contribuíram para a queda do passivo externo foram as reduções dos estoques de investimento em carteira, US\$ 100,9 bilhões; e investimento estrangeiro direto, US\$ 16,5 bilhões. A evolução do preço das ações de empresas brasileiras, e a depreciação da moeda doméstica, que afeta todos os ativos denominados em Reais, inclusive as empresas residentes no Brasil que compõem o estoque de investimento estrangeiro direto, responderam por expressiva parcela da redução. É importante ressaltar que tais fatores não representam fluxos contemplados pelo balanço de pagamentos.

O incremento dos estoques de ativos externos é explicado, principalmente, pelo crescimento de US\$ 61,1 bilhões das reservas internacionais no contexto da política de fortalecimento da posição externa.

Posição de Investimento Internacional

Discriminação	US\$ milhões		
	2009	2010	2011-Set
Posição de investimento internacional (A-B)	- 600 796	- 887 107	- 723 073
Ativo (A)	479 085	616 254	697 202
Investimento direto brasileiro no exterior	164 523	189 222	181 697
Participação no capital	132 413	169 066	177 424
Empréstimos intercompanhia	32 110	20 156	4 273
Investimentos em carteira	16 519	37 630	29 407
Investimentos em ações	8 641	14 731	7 655
Títulos de renda fixa	7 877	22 899	21 752
Bônus e notas	5 326	8 392	7 245
Títulos de curto prazo	2 551	14 508	14 507
Derivativos	426	797	608
Outros investimentos	59 098	100 031	135 782
Crédito comercial (de fornecedores)	16 005	51 813	80 346
Empréstimos	12 378	13 446	13 767
Moeda e depósitos	23 070	27 026	34 673
Outros ativos	7 645	7 745	6 995
Dos quais títulos colaterais (juros)			
e cotas em organismos internacionais	1 327	1 414	1 414
Ativos de reservas	238 520	288 575	349 708

(continua)

Posição de Investimento Internacional (continuação)

Discriminação	US\$ milhões		
	2009	2010	2011-Set
Passivo (B)	1 079 881	1 503 361	1 420 276
Investimento estrangeiro direto	400 808	674 764	658 300
Participação no capital	321 436	579 627	556 213
Empréstimos intercompanhia	79 372	95 137	102 087
Investimentos em carteira	561 848	663 801	562 869
Investimentos em ações	376 463	437 750	328 120
No país	205 159	254 194	204 128
No exterior	171 304	183 556	123 992
Títulos de renda fixa	185 385	226 051	234 750
Bônus e notas	185 385	226 051	234 750
No país	95 802	122 732	122 754
No exterior	89 583	103 319	111 996
Médio e longo prazos	86 212	94 925	108 748
Curto prazo	3 372	8 393	3 248
Derivativos	3 413	3 781	6 234
Outros investimentos	113 813	161 016	192 872
Crédito comercial (de fornecedores)	3 306	3 133	3 151
Médio e longo prazos	3 138	2 996	3 039
Curto prazo	167	138	113
Empréstimos	100 793	145 905	177 890
Autoridade monetária	3	-	-
Demais setores	100 790	145 905	177 890
Longo prazo	73 357	97 129	135 993
Organismos	28 202	35 166	31 804
Agências	6 826	15 528	15 992
Crédito de compradores	19 302	24 461	31 200
Empréstimos diretos	19 027	21 975	56 997
Curto prazo	27 433	48 776	41 897
Moeda e depósitos	5 205	7 531	7 323
Autoridade monetária	69	57	41
Bancos	5 135	7 474	7 282
Outros passivos	4 510	4 446	4 508

Fonte: Banco Central do Brasil

1.4. ANÁLISE DOS HAVERES DA UNIÃO DE NATUREZA FINANCEIRA JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS

1.4.1. Retorno de Haveres Originados de Operações de Financiamento e de Refinanciamento de Dívidas Implementados no Âmbito de Programas de Saneamento do Setor Público

Lei nº 8.727/93 - Refinanciamento pela União, pelo prazo de 20 anos, de dívidas internas de origem contratual, de responsabilidade das administrações direta e indireta dos Estados e dos Municípios junto à União e sua administração indireta.

TABELA 1.4.1
LEI Nº 8.727/93 (em R\$ mil)

RECEBIMENTOS AO AMPARO DA LEI Nº 8.727/93	VALORES RECEBIDOS
RECEITAS DA UNIÃO - FONTE 159	4.654.844
DEMAIS CREDORES - FONTE 173	5.013.691
TOTAL	9.668.535

Fonte: MF/STN

Os recursos recebidos são transferidos pela União aos credores originais, exceto aqueles de sua titularidade que são utilizados para pagamento da dívida pública mobiliária interna da União. No exercício de 2011 foram recebidos R\$ 9.668.535 mil, distribuídos conforme disposto na Tabela 2.4.1.a. Cabe ressaltar que do total recebido em 2011, R\$ 1.980.251 mil se referem à recuperação de valor inadimplido relacionado a um mutuário, que efetuou o pagamento em dez/2011. Do total recuperado, R\$ 1.006.251 mil foram destinados à amortização da dívida pública (fonte 159 – receitas da União), e R\$ 720.106 mil foram repassados aos demais credores (fonte 173), no âmbito do Programa de Refinanciamento.

Lei nº 9.496/97 - Consolidação, Assunção e Refinanciamento pela União, pelo prazo de até 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Estados. Considerando que os valores financiados pela União aos Estados, no âmbito do PROES - Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (MP nº 2.192-70/2001) integram os saldos devedores dos contratos de refinanciamentos firmados ao amparo da Lei nº 9.496/97, durante o exercício de 2011 a União recebeu o total de R\$ 22.831.325 mil (fonte 173).

Medida Provisória nº 2.185/2001 (e edições anteriores) - Consolidação, Assunção e Refinanciamento, pela União, pelo prazo de 30 anos, da dívida pública mobiliária e da dívida decorrente de operações de crédito junto a instituições financeiras, de natureza interna e externa, de responsabilidade dos Municípios. Ao longo do exercício de 2011 a União recebeu R\$

4.793.039 mil como prestações do refinanciamento (fonte 173).

Medida Provisória nº 2.179-36/2001 - Crédito adquirido pela União junto ao Banco Central do Brasil em 29.07.2002, originário de empréstimo concedido pela Autarquia ao Banco do Estado do Rio de Janeiro S.A. – BANERJ, cujo saldo devedor foi assumido pelo Estado do Rio de Janeiro em 16.07.1998. No exercício de 2011 foram recebidos pelo Tesouro Nacional R\$ 1.112.656 mil (fonte 173).

1.4.2. Retorno de Haveres Originados da Renegociação da Dívida Externa do Setor Público

Financiamento interno de obrigações externas inadimplidas, reestruturadas pela União no âmbito dos acordos: *Brazil Investment Bond Exchange Agreement - BIB*, para parcelas de principal de 1987 a 1993; e Dívida de Médio e Longo Prazos - DMLP, para parcelas de principal e juros de 1991 a 1994. Foram ressarcidos no exercício de 2011 ao Tesouro Nacional, pelos devedores originais, os montantes apresentados na tabela 2.4.2.a.

TABELA 1.4.2
DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA (em R\$ mil)

DÍVIDA EXTERNA REESTRUTURADA	RECEBIMENTOS
BRAZIL INVESTMENT BONDS – BIB	14.664
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – DMLP	766.933
TOTAL	781.597

Fonte: MF/STN

1.4.3. Retorno de Haveres Originados de Repasses de Recursos Externos

Financiamento a diversas entidades nacionais com recursos externos captados ou garantidos pela União junto à República da França, mediante Protocolos Financeiros, para a importação de equipamentos e serviços, e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, para o financiamento do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros - PNAFE. Ao longo do exercício de 2011, foram ressarcidos ao Tesouro Nacional pelos devedores os montantes apresentados na tabela 2.4.3.a.

TABELA 1.4.3
REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS (em R\$ mil)

REPASSES DE RECURSOS EXTERNOS	RECEBIMENTOS
AC. BRASIL-FRANÇA – DEC-LEI Nº 857/69	6.104
PNAFE	67.301
TOTAL	73.404

Fonte: MF/STN

1.4.4. Retorno de haveres Originados do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais (MP nº 2.196-3/2001)

Créditos adquiridos pela União, relativos a contratos de financiamento celebrados entre a Caixa Econômica Federal e Estados, Prefeituras e Empresas Estaduais e Municipais de Saneamento. Durante 2011 foram repassados ao Tesouro Nacional pela Caixa Econômica Federal, Agente Financeiro da União, relativamente aos ativos em foco, o montante de R\$ 557.761 mil (fonte 159).

1.4.5. Retorno de Haveres Originados da Aquisição de Participações Governamentais

Cabe a União receber créditos originários de participações governamentais (*royalties*) devidos ao Estado do Rio de Janeiro e ao Estado do Espírito Santo, originários da exploração de petróleo e gás natural, e devidos aos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, decorrentes da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de acordo com as disposições constantes dos respectivos contratos de cessão de créditos, por meio dos quais as referidas Unidades da Federação alienaram tais receitas à União. Ao longo do exercício de 2011 foram transferidos ao Tesouro Nacional R\$ 2.044.522 mil (fonte 159), distribuídos conforme disposto na tabela 2.4.5.a.

TABELA 1.4.5
CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS
em R\$ mil

ESTADO DE ORIGEM	RECEBIMENTOS
ESPIRITO SANTO	290.651
MATO GROSSO DO SUL	27.438
PARANÁ	216.704
RIO DE JANEIRO	1.509.729
TOTAL	2.044.522

Fonte: MF/STN

1.4.6. Outros Haveres

BNDES - Crédito contratual da União junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, decorrente de desmembramento de dívida originária de contrato de cessão de créditos. Conforme disposto no referido instrumento, o saldo será amortizado em parcela única em 15.12.2015.

Crédito junto à Companhia Siderúrgica Nacional – CSN: Reestruturação de dívidas de médio e longo prazos (DMLP) do setor público brasileiro junto aos credores privados estrangeiros, mediante emissão de bônus pela União. Débito em processo de cobrança.

Conta de Resultados a Compensar - CRC: Débito a ser ressarcido pela CEMIG à União relativo a créditos indevidos realizados na Conta de Resultados a Compensar. Recebimentos dependem de decisão judicial.

Honra de Garantia – Operação Externa: Ressarcimento à União de dispêndios referentes à cobertura de garantias prestadas pelo Tesouro Nacional em operações externas de crédito, mediante a utilização da sistemática prevista no Aviso MF nº 87, de 15.02.1985 e sucedâneos, e em operações de crédito internas. A empresa devedora dos dispêndios em questão – a Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA – está em processo de inventariança. Não há previsão de recebimentos, pois o Decreto nº 6.018/2007 estabelece que essas obrigações financeiras contraídas pela extinta RFFSA serão transferidas à STN (União). Por conseguinte, conforme previsão do referido Decreto, após manifestação da Secretaria Federal de Controle Interno (CGU) sobre a exatidão dos valores devidos, essa dívida será baixada do SIAFI.

TABELA 1.4.6.a
HAVERES FINANCEIROS – EXERCÍCIO 2011 – CONSOLIDADO DOS RECEBIMENTOS E SALDOS DEVEDORES

PROGRAMAS	RECEBIMENTOS	ESTOQUE DE HAVERES EM 31.12.2011
AC. BRASIL-FRANÇA - DECRETO LEI Nº 857/69	6.104	39.301
BNDES	-	1.519.927
BRAZIL INVESTMENT BONDS – BIB	14.664	28.176
CARTEIRA DE SANEAMENTO	557.761	1.854.365
CONTAS DE RESULTADO A COMPENSAR CRC (**)	-	427.600
DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZOS – DMLP	766.933	5.162.546
OUTROS CRED. ORIGEM EXT.	-	96.270
EMPRÉSTIMO BACEN / BANERJ - MP 2.179	1.112.656	11.941.993
HONRA DE GARANTIA – OP. EXTERNA	-	216.608
LEI Nº 8.727/93	9.668.535	26.983.031
LEI Nº 9.496/97	22.831.325	369.357.466
MP 2.185	4.793.039	59.271.641
AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES GOVERNAMENTAIS - ROYALTIES	2.044.522	9.065.629
PNAFE	67.301	351.563
TOTAL	41.862.840	486.316.116

Fonte: MF/STN

GRÁFICO 1.4.6.a
ORIGEM DOS RECEBIMENTOS RELATIVOS AOS HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS,
ADMINISTRADOS PELA SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL - EXERCÍCIO DE 2011

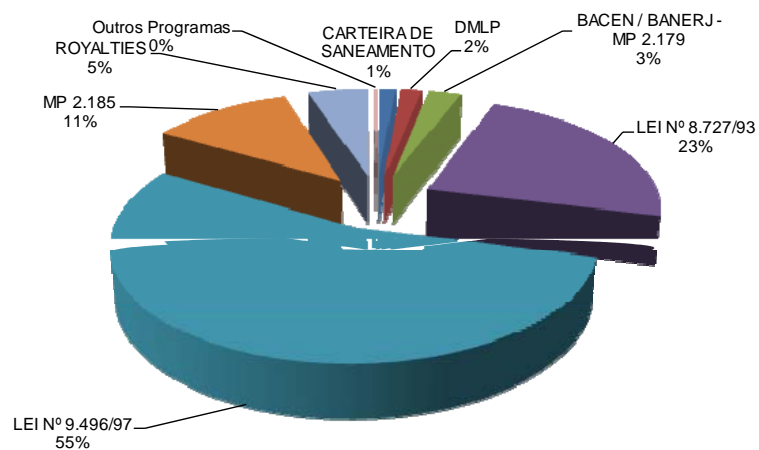
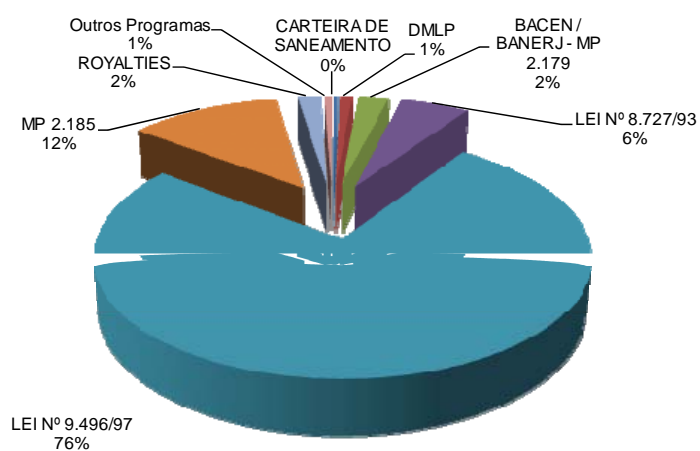


GRÁFICO 1.4.6.b
DISTRIBUIÇÃO DO ESTOQUE DE HAVERES FINANCEIROS JUNTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS, ADMINISTRADOS PELA
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL EM 31/12/2011.



1.5. OUTROS HAVERES DO TESOURO NACIONAL

1.5.1. Haveres da União de Natureza Financeira

Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH

A Lei nº 11.786/2008 autorizou a União a participar no Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN, no limite global de R\$ 1 bilhão para a formação de seu patrimônio. A Lei nº 12.058/2009 aumentou esse limite para R\$ 5 bilhões.

No exercício de 2011 foi consignado crédito orçamentário no valor de R\$ 1.230.680,00, para a ação Integralização de cotas do Fundo de Garantia para a Construção Naval – FGCN vinculado ao programa Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, o qual não foi executado, tendo em vista que ainda estava sendo apuradas as efetivas necessidades do Fundo, face as contratações dos navios sondas por parte de Sociedades de Propósitos Específicos – SPE (subsidiárias da Petrobras) que deverá ocorrer em 2012.

Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas - FGMPE

A Medida Provisória nº 464/2009, convertida na Lei nº 12.087/2009, autorizou a União a participar nos Fundos Garantidores de Risco de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas - FGMPE, no limite global de R\$ 4 bilhões para formação de seu patrimônio.

No exercício de 2011 foi consignado crédito orçamentário para o FGO, no valor de R\$ 622.472,00, sob a ação Integralização de cotas do Fundo Garantidor de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas - Banco do Brasil, do programa Operações Especiais: Outros Encargos Especiais.

Foi consignado ainda crédito orçamentário para o FGI, no valor de R\$ 311.517,00, sob a ação Integralização de cotas do Fundo Garantidor de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas - BNDES, relativa ao mesmo programa.

Porém, como no planejamento fiscal decidiu-se que a União não efetuará integralização de cotas no FGO e no FGI no exercício de 2011, os referidos créditos orçamentários não foram executados.

Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab

A Lei nº 11.977/2009 autorizou a União a participar, até o limite de R\$ 2 bilhões, do Fundo Garantidor de Habitação Popular – FGHab.

No exercício de 2011 foi consignado crédito orçamentário no valor de R\$ 80 milhões para a ação Integralização de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular – FGHab, do programa Operações Especiais: Outros Encargos Especiais. O valor total foi empenhado em dezembro/2011.

1.5.2. Haveres Financeiros da União, Não Relacionados a Estados e Municípios

Os Haveres Financeiros do Tesouro Nacional, não relacionados a Estados e Municípios, encontram-se classificados em cinco grupos, conforme quadro a seguir, que apresenta também o saldo devedor desses créditos, com posição de 31.12.2011:

Tabela 1.5.2

HAVERES FINANCEIROS ADMINISTRADOS PELA COFIS SALDOS DEVEDORES EM 31.12.2011

GRUPOS DE HAVERES	SALDO R\$ - Dez/2011
HAVERES ORIGINÁRIOS DE ÓRGÃOS, ENTIDADES E EMPRESAS EXTINTAS	5.710.180.889,16
HAVERES ORIGINÁRIOS DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS	59.978.552.529,57
HAVERES ORIGINÁRIOS DE PRIVATIZAÇÕES	8.191.436.170,22
HAVERES ORIGINÁRIOS DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	336.405.045.699,72
HAVERES ORIGINÁRIOS DO CRÉDITO RURAL ¹	14.789.437.403,74
TOTAL	

Fonte: STN/COFIS/GERAT

¹ Referente à última posição (30/12/2011) disponibilizada pela Administradora.

Haveres Originários de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.029/90, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal, a União deve suceder as entidades que venham a ser extintas ou dissolvidas, nos seus direitos e obrigações decorrentes de norma legal, ato administrativo ou contrato. Sendo, assim, a titularidade dos créditos detidos pelas entidades públicas federais foram transferidas à Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Foram transferidos para controle desta Secretaria os ativos provenientes da Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, extinta em 30.6.2006. Os montantes recebidos em 2011 pela União, referentes aos Encargos de Aquisição Emergencial – EAE e de Capacidade Emergencial – ECE totalizaram R\$ totalizaram R\$ 65.648,52 e R\$ 14.782.942,73, respectivamente.

Haveres Originários de Operações Estruturadas

Decorrem de operações realizadas entre a União e entidades públicas envolvendo, na maior parte das vezes, a aquisição de créditos mediante emissão de títulos representativos da dívida pública mobiliária federal.

Dentre os créditos em questão, destacam-se aqueles decorrentes de Contratos de Financiamento, Recompra e Cessão de Créditos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Além disso, há os créditos provenientes da aquisição, pela União, de parcelas de arrendamento da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ e da extinta Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, bem como créditos a serem pagos pela Itaipu, resultantes dos Contratos nº 424/TN e 425/TN – cessão de créditos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás para pagamento de suas dívidas com o Tesouro Nacional, e, por fim, créditos decorrentes dos contratos de assunção, pela União, de dívidas do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS junto a Instituições Financeiras.

Deve-se ressaltar que os contratos com o INSS, proveniente dos contratos celebrados entre aquela instituição com diversos Bancos, teve seu vencimento em 2009, que resta não quitado. Esta STN encaminhou ao INSS o Ofício nº 124/2011/GERAT/COFIS/SUPOF/STN/MF-DF, de 12.8.2011, informando o total do débito em questão que, atualizado até 31.7.2011, atingiu uma quantia aproximada de R\$ 3 bilhões.

Relativamente aos contratos de cessão de arrendamentos celebrados com a extinta Rede Ferroviária Federal S/A – RFFSA, como já tem

ocorrido em exercícios anteriores, os valores referentes às suas parcelas não têm sido transferidos em sua integralidade à STN, devido à existência de penhoras judiciais trabalhistas e à apresentação de Cartas Fiança como forma de pagamento. Vale lembrar que, conforme Nota Interna nº 001/PGU/AGU/DEJUT, encaminhada pela Advocacia-Geral da União – AGU por meio do Ofício nº 858/2007-PGU/AGU, de 18.6.2007, as perspectivas de reversão judicial dos créditos penhorados são mínimas.

Dessa forma, do montante total de R\$ 461.687.066,44 previsto para recebimento em 2011, relativo aos arrendamentos oriundos da extinta RFFSA, o total recebido pela STN foi de R\$ 423.162.652,17.

Por fim, dos contratos celebrados entre a União e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A – ELETROBRÁS, sua situação é de normalidade, inclusive aqueles pagamentos referentes ao Ativo Regulatório decorrente da retirada do fator de reajuste, autorizado pela Lei nº 11.480/2007. Os créditos Eletrobras geraram o recebimento de R\$ 1.255.721.372,68 em 2011 para o Tesouro Nacional.

Haveres Oriundos de Privatizações

São ativos decorrentes do pagamento parcelado do preço de venda de participações da União em empresas estatais incluídas no Programa Nacional de Desestatização – PND.

Nesse grupo destacam-se os ativos referentes às transferências ao BNDES das ações da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, ocorridas por meio dos Contratos de Transferência de Ações, Assunção das Dívidas e Pactos Adicionais (BNDES-FCVS, de 29.12.2000 e BNDES-FCVS II-CT 264, de 11.07.2006), celebrados entre a União e o BNDES com base na Lei nº 9.491/1997. Para pagamento das transferências efetuadas, foram realizados dois contratos de assunção de dívidas pelo BNDES cujas condições são semelhantes às dos títulos públicos utilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN para pagamento do débito originário do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS.

Para as citadas operações, o saldo total em 31.12.2011 era de R\$ 8.191.436.170,22 e encontra-se em situação de normalidade.

Haveres Originários de Legislação Específica

Trata-se de haveres oriundos de operações do Tesouro Nacional, contratadas mediante autorização de legislação específica.

Estão contemplados nessa categoria os créditos detidos pela União contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, decorrentes de Contrato de

Financiamento e Cessão de Crédito em Caução, celebrado sob o amparo da Lei nº 9.639/98 e da Lei nº 9.711/98 e o crédito da ANDE – *Administración Nacional de Electricidad, do Paraguai*, resultante do empréstimo destinado à integralização do capital dessa entidade na empresa Itaipu Binacional, estando sob o amparo do Tratado de Itaipu.

Merece destaque as operações realizadas com o BNDES, formalizadas por meio do contrato nº 652/PGFN/CAF/2011, e do contrato nº 703/PGFN/CAF/2011, ambas autorizadas pela Medida Provisória nº 526/2011.

Por meio do Contrato nº 652/PGFN/CAF/2011, foi liberado crédito no valor de R\$ 30 bilhões para ampliação dos limites operacionais do BNDES. Para tanto, a União emitiu títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna que venceu em julho de 2011, e vencerá em maio de 2017, agosto de 2024, maio de 2035 e maio de 2045.

Por sua vez, com o Contrato nº 703/PGFN/CAF/2011, a União concedeu crédito, ao BNDES, no montante de R\$ 25 bilhões, também para a ampliação dos limites operacionais daquele Banco, dos quais já foram liberados R\$ 15 bilhões, em 15.12.11. O restante será liberado no exercício de 2012.

CONTRATOS FIRMADOS COM O BNDES EM 2011

CONTRATO Nº	DATA DA CELEBRAÇÃO	BASE LEGAL	VALOR R\$
619	15.3.2011	Medida Provisória nº 505, de 24.9.2010	R\$ 5.246.461.859,42
652	14.6.2011	Medida Provisória nº 526, de 04.3.2011	R\$ 30.077.791.558,38
703	13.12.2011	Medida Provisória nº 526, de 04.3.2011	R\$ 25.000.000.000,00

Haveres Originários do Crédito Rural

Estão compreendidos no presente grupo, os haveres oriundos dos seguintes programas de crédito rural:

SECURITIZAÇÃO – créditos decorrentes de alongamento de dívidas no âmbito da Lei nº 9.138/95 e Resolução CMN nº 2.238/96, no valor de até R\$ 200 mil por mutuário. Cumpre destacar que, em 2001, com a edição da Medida Provisória nº 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações securitizadas com recursos do BNDES/FINAME. Além disso, foi assumido o risco das referidas operações que eram administradas pelo Banco do Brasil S.A.

PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS – PESA – operações oriundas da Resolução CMN nº 2.471/98, que estabeleceu as condições aplicáveis ao alongamento de dívidas originárias do crédito rural acima de R\$ 200 mil. Inicialmente, tratava-se tão somente de créditos das instituições financeiras junto aos mutuários. Em 2001, com o advento da MP nº 2.196-3/2001, a União adquiriu as operações do PESA do Banco do Brasil.

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO NIPO-BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS – FASE II – Prodecerr II – consistiu na aquisição de operações oriundas do programa de cooperação entre os governos do Japão e Brasil com a participação do setor privado de ambos os países. Os créditos dessas operações foram adquiridos pela União, em 28.06.2001, junto ao

Banco do Brasil, no âmbito da Medida Provisória nº 2.196-3/2001.

EMPRÉSTIMOS DO GOVERNO FEDERAL – ESPECIAL – EGF – ESPECIAL – créditos decorrentes da regularização pela União, junto ao Banco do Brasil, de operações contratadas, a partir de 1992 de EGF/COV, por meio de contrato formalizado em 01.10.1998, nos termos do Decreto-Lei nº 79/1966, na Lei nº 8.427/1992, na Lei nº 9.138/1995 e na Medida Provisória nº 1.692-28/1998, no Decreto nº 1.647/1995, no Decreto nº 1.785/1996, e no Decreto nº 2.762/1998, e em 15.06.1999, nos termos do Decreto-Lei nº 79/1966, na Lei nº 8.427/1992, na Lei nº 9.138/1995 e na Medida Provisória nº 1.764-/1999, no Decreto nº 1.647/1995, no Decreto nº 1.785/1996 e no Decreto nº 2.762/1998. Na ocasião, a União adquiriu do Banco do Brasil os direitos litigiosos inerentes às ações judiciais em curso, decorrentes de quebras de peso, perdas em armazenagem ou depreciação dos produtos entregues.

Para os citados programas, o saldo devedor, com posição em 31.12.2011, foi de R\$ 14.789.437.403,74, tendo sido recebido o montante de R\$ 704.467.205,28 no exercício de 2011.

Cabe citar que nos termos da Lei nº 11.775, de 17.9.2008, e da Resolução CMN nº 3950, de 24.2.11, os prazos finais de renegociação ou pagamento antecipado da dívida se encerraram em junho de 2011, prazo final também para a renegociação dos valores inscritos em Dívida Ativa da União – DAU, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

Nesse contexto, vale destacar que, somente nas operações originárias do PESA, foi inscrito em DAU, no exercício de 2011, o montante de R\$ 386.580.677,20.

Atividades Gerais

Em 2011 a União realizou pagamentos ao Banco do Brasil para administração de seus créditos, conforme os seguintes contratos relacionados abaixo:

- Contrato de Administração de Créditos celebrado entre a União e o Banco do Brasil S. A, para o acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento agrícola cujos créditos foram adquiridos e desonerados de risco pela União. O valor total pago ao Banco do Brasil em 2011 foi de R\$ 51.015.949,56, referente ao período de junho/2010 a novembro/2011.
- Contrato celebrado entre a União e o Banco do Brasil S.A., referente ao ressarcimento, ao Banco, de despesas judiciais necessárias à condução das ações relativas aos processos de Empréstimo do Governo Federal – EGF-Especial. O valor total ressarcido ao Banco do Brasil em 2011 foi de R\$ 413,13.
- Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre a União e o Banco do Brasil S.A para acompanhamento, controle e cobrança dos contratos de financiamento de que era credor o extinto Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A – BNCC. O valor total pago ao Banco do Brasil, em 2011, foi de R\$11.887,67.

Adicionalmente, considerando os princípios contábeis da Oportunidade, Competência e da Prudência, em 2011, foi efetuado o lançamento do valor de R\$ 24.686.865.918,07 a título de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PDD. Assim, a conta 12.239.0000 – PROVISÃO P/PERDAS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS PATRIMONIAL, de forma a retificar o saldo da conta 12.231.000 – EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS, que registra no Ativo Realizável a Longo Prazo os créditos dos haveres em questão, atingiu o montante de R\$ 74.406.646.993,20 no final do exercício em questão.

Vale ressaltar que os haveres que tiveram maior participação na PDD foram os contratos relacionados ao INSS e à RFFSA, uma vez que eles apresentaram alto nível de inadimplência, e os valores ajuizados do BNCC, que não possuem previsão de recebimento. Os valores do INSS respondem por R\$ 43.654.741.489,92, os da RFFSA alcançam o valor de R\$ 10.275.843.094,12 e os haveres ajuizados do BNCC dizem respeito a R\$

4.959.455.164,29 do valor total provisionado. A constituição dessa provisão implicou na redução do estoque de haveres e, conseqüentemente, aumento na Dívida Líquida do Tesouro Nacional, não afetando, porém, o Resultado Primário do Setor Público.

Ressalte-se que a Dívida Líquida do Setor Público apurada pelo Banco Central do Brasil – Bacen, também não sofreu alterações, uma vez que os dados necessários ao seu cálculo são obtidos junto ao Sistema Financeiro Nacional e os haveres provisionados não estão registrados naquele sistema.

1.5.3. Recebimentos de Créditos

Os recebimentos ocorridos no exercício de 2011 relativos aos Haveres Financeiros do Tesouro Nacional, não relacionados a Estados e Municípios, encontram-se discriminados na tabela a seguir:

Tabela 1.5.3
HAVERES FINANCEIROS – RECEBIMENTOS EM 2011

CONTRATO	VALOR RECEBIDO (R\$) DEZ/2011
BNCC	528.891,01
BNDES	14.559.053.733,90
CAIXA – INSTRUMENTO HÍBRIDO	783.112.937,14
CDRJ	29.040.012,92
EFG-ESPECIAL	1.037.066,28
ELETROBRÁS	1.255.721.372,68
RFFSA	399.208.705,92
VOTO CMN – ANDE	9.492.000,00
CBEE	14.733.050,10
CEASA AMAZONAS	31.738,65
SECURITIZAÇÃO AGRÍCOLA – LEI Nº 9.138/95 (EXCETO BANCO DO BRASIL – BB)	20.976.164,14
SECURITIZAÇÃO AGRÍCOLA – MP Nº 2.196/01 (BB)	364.279.108,93
PESA	318.174.865,93
TOTAL	

Fonte: STN/COFIS/GERAT

1.5.4. Haveres Mobiliários

Ao final do exercício de 2011, a União possuía participação societária majoritária em 102 empresas (23 sociedades de economia mista e 23 empresas públicas) e minoritária em 55 empresas, além de participação em uma empresa binacional. As participações relacionadas a seguir referem-se, apenas, às participações diretas do Tesouro Nacional, não incluindo a participação acionária de entidades da Administração Indireta. A posição acionária de 31/12/2011 é preliminar e só estará confirmada após a aprovação dos balanços patrimoniais do referido exercício, que deverá ocorrer até abril de 2012.

TABELA 1.5.4.a
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (1)

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO			INVESTIMENTO (R\$)	% CAPITAL	
	QUANTIDADE DE AÇÕES				VOTO	TOTAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL			
BASA	2.873.357.979	-	2.873.357.979	1.874.102.927	96,92%	96,92%
BB	1.483.734.063	-	1.483.734.063	26.189.916.577	51,87%	51,87%
BNB	46.595.279	35.373.190	-	2.049.730.587	96,10%	94,21%
CASEMG	37.380.952.565	-	37.380.952.565	24.926.553	97,73%	92,96%
CBTU	10.643.250.980.411	-	10.643.250.980.411	2.082.836.907	100,00%	100,00%
CDC	2.663.061.838	2.663.061.839	5.326.123.677	122.362.660	99,70%	99,70%
CDP	1.023.893.207	1.023.893.206	2.047.786.413	341.952.194	100,00%	100,00%
CDRJ	438.558.282	438.558.282	877.116.564	56.069.946	99,99%	99,99%
CEAGESP	31.735.641	-	31.735.641	190.941.310	99,66%	99,66%
CEASA-MG	4.994.632	-	4.994.632	22.495.446	99,57%	99,57%
CODEBA	12.917.891.512	12.917.891.511	25.835.783.023	215.742.259	97,95%	97,95%
CODERN	38.962.393.936	38.962.393.936	77.924.787.872	426.684.237	99,99%	99,99%
CODESA	832.851.291	-	832.851.291	170.059.871	99,45%	99,45%
CODESP	89.709.802.916	89.726.567.474	179.436.370.390	999.490.554	99,96%	99,98%
CODOMAR	4.827.417.417	4.827.417.417	9.654.834.834	181.203.463	99,97%	99,97%
ELETRONBRAS	543.723.918	2.252	543.726.170	31.213.788.354	50,02%	40,20%
IRB	500.000	-	500.000	515.000.000	100,00%	50,00%
PETROBRAS	3.738.835.217	-	3.738.835.217	86.239.096.269	50,24%	28,66%
TELEBRAS	79.718.835	1.147	79.719.982	381.469.120	89,88%	72,67%
TRENSURB	2.273.074.223	-	2.273.074.223	1.097.804.200	99,63%	99,63%

Fonte: Informações das empresas e Siafi. / A tabela contempla apenas as participações societárias detidas pela União cujo investimento seja superior a R\$100 mil. Desse modo, as empresas Hospital Cristo Redentor - HR, Hospital Fêmnia - HF, e Hospital Nossa Senhora Conceição - HNSC não estão retratadas na tabela.

TABELA 1.5.4.b
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM EMPRESA BINACIONAL

EMPRESA	INVESTIMENTO 2010 R\$	INVESTIMENTO 2011 R\$	VARIACÃO %
ALCANTARA CYCLONE	191.342.946	240.845.170	25,87%

Fonte: Siafi

TABELA 1.5.4.c
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA UNIÃO EM EMPRESAS PÚBLICAS (1)

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO				% CAPITAL	
	QUANTIDADE DE AÇÕES			INVESTIMENTO (R\$)	VOTO	TOTAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL			
BNDES	6.273.711.452	-	6.273.711.452	72.684.128.087	100,00%	100,00%
BRASIL 2016	-	-	-	10.000.000	100,00%	100,00%
EBSERH (2)	-	-	-	5.000.000	100,00%	100,00%
CEF	-	-	-	18.118.028.871	100,00%	100,00%
CEITEC	13.725	-	13.725	7.645.000	100,00%	100,00%
CMB	-	-	-	802.121.253	100,00%	100,00%
CODEVASF	40.128.673	-	40.128.673	152.998.564	100,00%	100,00%
CONAB	1.859.907	-	1.859.907	318.223.000	100,00%	100,00%
CPRM	2.580.603	288.940	2.869.543	445.772.155	98,08%	97,33%
DATAPREV	-	-	-	114.134.940	51,00%	51,00%
EBC	200.000	-	200.000	254.441.000	100,00%	100,00%
ECT	-	-	-	3.600.300.000	100,00%	100,00%
EMBRAPA	-	-	-	1.004.517.868	100,00%	100,00%
EMGEA	-	-	-	8.652.286.000	100,00%	100,00%
EMGEPRON	-	-	-	72.897.832	100,00%	100,00%
EPE	-	-	-	25.161.288	100,00%	100,00%
FINEP	300.000.000	-	300.000.000	1.037.054.000	100,00%	100,00%
HCPA	-	-	-	350.727.850	100,00%	100,00%
HEMOBRÁS	-	-	-	311.716.925	100,00%	100,00%
IMBEL	-	-	-	129.792.000	100,00%	100,00%
INFRAERO	7.136.773	-	7.136.773	991.074.408	97,31%	97,31%
SERPRO	-	-	-	1.041.869.873	100,00%	100,00%
VALEC	8.090.009	-	8.090.009	8.341.702.787	100,00%	100,00%

Fonte: Informações das empresas e Siafi. / A tabela contempla apenas as participações societárias detidas pela União cujo investimento seja superior a R\$100 mil. O valor previsto está sujeito à integralização pelo Ministério supervisor.

TABELA 1.5.4.d
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA MINORITÁRIA DA UNIÃO (1)

EMPRESA	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO			INVESTIMENTO (R\$)	% CAPITAL	
	QUANTIDADE DE AÇÕES				VOTO	TOTAL
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL			
AGESPISA	595.964	1.193.342	1.789.306	8.430.490	0,39%	1,1750%
BRASAGRO	1.854.795	-	1.854.795	3.792.598	35,4939%	35,4939%
CAEMA	1.013.290	-	1.013.290	1.013.290	0,0701%	0,0701%
CAERN	882.479	155.062	1.037.541	1.037.541	0,1006%	0,1800%
CAGECE	-	17.970	17.970	181.289	0,0000%	0,0170%
CAGEPA	41.987.615	281.445.419	323.433.034	137.679	0,0043%	0,0328%
CASAL	694.302	42.056.682	42.750.984	108.801	0,0005%	0,0323%
CEPASA	-	1.608	1.608	110.646	0,0000%	0,0523%
CHESF	-	193.837	193.837	28.995.805	0,0000%	0,3800%
COPENOR	-	58.045.040	58.045.040	984.523	0,0000%	0,8716%
DESO	-	24.312.654	24.312.654	2.110.338	0,0000%	0,3100%
DETEN	-	562.449.039	562.449.039	1.254.184	0,0000%	0,5700%
ELETROPAULO	13.342.384	258	13.342.642	84.326.770	20,0322%	7,9730%
EMBASA	33.333	336.939	370.272	2.621.527	0,0103%	0,0742%
ENERGISAPB	364	1.435	1.799	619.822	0,0587%	0,1958%
ICC (2)	-	490	490	245.003	0,0000%	0,1306%
METROBUS	158.851	49.147	207.998	207.998	0,6499%	0,8492%
METRO-RJ (2)	335.954.609	354.333.381	690.287.990	77.661.367	3,2655%	6,4862%
NOVACAP	219.400	-	219.400	6.874.696	43,8800%	43,8800%
RENAVE	31.286.746	-	31.286.746	254.772	0,7426%	0,7426%
RIOTRILHOS	335.954.609	354.333.381	690.287.990	366.689.437	3,2655%	6,4862%
SNBP	4.670.000	-	4.670.000	862.651	10,0000%	10,0000%
TBM	37.526	0	37.526	2.282.034	1,6855%	1,4003%
TERRACAP	245.000.000	-	245.000.000	526.074.786	49,0000%	49,0000%

Fonte: Informações das empresas e bancos custodiantes e Siafi / Notas - (1) A tabela contempla apenas as participações societárias minoritárias detidas pela União cujo investimento seja superior a R\$100 mil. (2) Em liquidação.

Além das participações societárias, a União detém quotas em fundos e organismos internacionais. Seus valores de investimento são apresentados conforme tabelas a seguir.

TABELA 1.5.4.e
PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS

FUNDOS	INVESTIMENTO 2010 R\$	INVESTIMENTO 2011 R\$	VARIAÇÃO %	PATRIMÔNIO LÍQUIDO R\$
FINAM	2.846,03	2.901	1,93%	208.288.812
FINOR	5.034,63	2.703	-46,31%	110.873.055
FGP	325.277.524,29	362.162.117	11,34%	391.883.995
FGEDUC	-	94.978.265	-	105.351.116
FGHAB	90.036.609,50	292.950.868	225,37%	177.989.575
FGI	673.925.519,56	673.925.519,56	0,00%	800.136.000
FGCN	1.148.210.931,80	1.148.210.931,80	0,00%	1.206.234.000
FGO	618.788.952,87	518.674.991	-16,18%	531.260.736

Fonte: Siafi e Balanços.

Notas:

FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia - Posição Dezembro de 2010

FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste - Posição Dezembro de 2010

FGEDUC - Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - Posição Fevereiro de 2011

FGP - Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - Posição Outubro de 2011

FGHAB - Fundo de Investimento Garantidor Habitacional - Posição Julho de 2011

FGI - Fundo Garantidor para Investimento - Posição Dezembro de 2010

FGO - Fundo Garantidor de Operações - Posição Dezembro de 2011

FGCN - Fundo de Garantia para a Construção Naval - Posição Dezembro de 2010

FINAM e FINOR avaliados pelo método de custo, demais avaliados pelo método de equivalência patrimonial

TABELA 1.5.4.f
PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL	INSTITUIÇÃO	INVESTIMENTO 2010 R\$	INVESTIMENTO 2011 R\$	VARIAÇÃO (%)	PODER DE VOTO DO BRASIL (%)	POSIÇÃO PODER DE VOTO
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	BAD	25.360.941	25.360.941	0,00%	0,47	31/12/2010
	BAD-fundo	-	-	-	-	31/12/2010
	BDC	-	-	-	-	31/12/2010
	BDC-fundo	-	-	-	-	31/12/2010
	BID	1.634.044.623	1.634.044.623	0,00%	-	31/12/2010
	-BID-CO	839.108.916	839.108.916	0,00%	10,75	31/12/2010
	-BID-FOE	794.935.707	794.935.707	0,00%	5,56	31/12/2010
	CAF	217.305.095	249.155.095	14,66%	N.d.	31/12/2010
	CII	193.759.043	193.759.043	0,00%	11,02	31/12/2010
	FAD	322.814.155	324.668.155	0,57%	0,42	31/12/2010
	FIDA (1)	87.937.449	96.929.076	10,23%	0,92	31/12/2010
	FONPLATA	174.620.244	174.620.244	0,00%	20	31/12/2010
	FUMIN	41.072.829	41.072.829	0,00%	2,04	31/12/2010
Ministério da Fazenda	BIRD	451.136.699	451.136.699	0,00%	2	31/12/2011
	AID	1.341.027.636	1.341.027.636	0,00%	1,52	31/12/2011
	CFI	77.165.653	77.165.653	0,00%	1,64	31/12/2011
	MIGA	8.147.487	8.147.487	0,00%	1,3	31/12/2011

Fonte: MPOG/Secretaria de Assuntos Internacionais; MF/Secretaria de Assuntos Internacionais. Siafi

Principais variações nas participações societárias da União em 2010

Aumento de Capital de Empresas:

Em 2011, foram efetuados aumentos de capital no montante de R\$ 12,85 bilhões, decorrentes, em grande parte dos créditos originados de adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC, e capitalização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Caixa Econômica Federal - CEF, mediante a transferência de ações da Petrobrás S.A, conforme discriminado no quadro a seguir.

AUMENTO DE CAPITAL EM 2011

EMPRESA	VALOR R\$ mil	ORIGEM DOS CRÉDITOS
SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA		
CBTU	110.678	AFAC
CDC	34.171	AFAC
CDP	44.590	AFAC
CODEBA	27.775	AFAC
CODERN	32.159	AFAC
CODESA	55.461	AFAC
CODESP	180.735	AFAC
TRENSURB	284.718	AFAC
PÚBLICAS		
BNDES	6.784.863	Transferência de ações de emissão da Petrobras
CEF	2.470.490	Transferência de ações de emissão da Petrobras
CEF	210.589	Transferência de ações de emissão da Eletrobrás
CPRM	408.658	AFAC
EMBRAPA	209.608	AFAC
HEMOBRÁS	130.000	AFAC
SERPRO	184.000	AFAC
VALEC	1.679.571	AFAC
TOTAL	12.848.066	

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

Constituição de Empresas

Foi criada, mediante Decreto nº 7.661/2011, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, sob a forma de empresa pública, com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

Capitalização de Fundos:

A União integralizou cotas no Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC, nos termos do Decreto nº 7.378/2010 e da Portaria MF nº 573/2010, no valor de cerca de R\$ 94,98 milhões. Ademais, capitalizou o Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab, nos termos do Decreto nº 7.366/2010 e da Portaria MF nº 562/2010, no valor de R\$ 200 milhões.

Transferência de Cotas e Ações para a União:

Foram transferidas para a União, em 03 de agosto de 2011, 1.420 ações PNB de emissão da Eletrobrás, de propriedade da RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A., extinta pela MP 353/2007, convertida na Lei nº 11.483/2007. Foram transferidas para a União, em 2011, 71.259 ações ON de emissão da empresa RIMA Empresarial S.A, como sucessora da Sudene (extinta), de acordo com o disposto na MP 2.156/2001.

Empresas em Liquidação:

Continua em processo de liquidação a Indústria Carboquímica Catarinense S.A. – ICC, que entrou em liquidação após aprovação na Assembleia Geral Extraordinária de 28.03.1994.

Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) arrecadados pela União:

A arrecadação de dividendos e JCP pelo Tesouro nacional, pelo critério de caixa, em 2011, atingiu o

montante de R\$ 19,7 bilhões, uma redução em relação à arrecadação no exercício de 2010, que foi de R\$ 21,8 bilhões.

O valor arrecadado superou o valor previsto na Lei Orçamentária Anual de 2011, estimado em R\$ 17,3 bilhões. Do total arrecadado pelo Tesouro Nacional, R\$ 16,6 bilhões foram depositados diretamente na Conta Única do Tesouro e R\$ 3,1 bilhões foram pagos em títulos públicos federais.

ARRECAÇÃO DE DIVIDENDOS PELA UNIÃO – 2007 a 2011

R\$ milhões

Tipo de Empresa	ANO				
	2007	2008	2009	2010	2011
Sociedade de Economia Mista	4.322,30	4.311,17	8.549,74	7.247,58	6.892,12
Empresa Pública	2.238,69	8.617,98	17.570,55	14.365,98	12.710,08
Minoritária	94,88	105,67	125,02	164,52	143,38
FND	32,17	26,77	24,88	66,03	-
TOTAL	6.688,05	13.061,59	26.270,18	21.844,11	19.745,58

Fonte: Siafi

Recebimento de Prêmio de Debêntures

Em 2011, o Tesouro Nacional recebeu, a título de remuneração pela propriedade de 136.652.272 debêntures da Vale – Vale S.A, a importância total de R\$ 8.6 milhões.

1.6. GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

1.6.1. Variação do Estoque da Dívida Pública Federal

A Dívida Pública Federal – DPF de responsabilidade do Tesouro Nacional apresentou no ano de 2011, crescimento nominal de 9,20%, o que corresponde, em termos reais, a um crescimento de 3,90%, deflacionada pelo IGP-M. A dívida interna registrou crescimento nominal de 9,85%, sendo que a Dívida Pública Mobiliária Federal interna em Poder do Público - DPMFi, conceito de maior relevância na gestão da dívida pública, teve variação nominal de 11,15%. No âmbito da Dívida Pública Federal, a Dívida Mobiliária Interna em Poder do Público é o instrumento básico de gestão, sendo aquele que, em última instância, determina a dinâmica da evolução da composição, dos prazos e riscos do endividamento do Governo Federal. A dívida externa, por sua vez, apresentou uma redução de 7,35% no mesmo período. A tabela a seguir demonstra as variações de cada um dos itens que compõem a Dívida Pública Federal.

TABELA 1.6.1
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL DE RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL

MAPA ANALÍTICO - DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL - CONSOLIDADO			
	em R\$ milhões		
	dez/10	dez/11	Variação
DÍVIDA TOTAL (A + B)	2.418.244	2.640.639	9,20%
A. DÍVIDA INTERNA	2.326.666	2.555.791	9,85%
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	1.620.363	1.801.069	11,15%
I.1 LFT, LTN, NTN e outros	1.607.142	1.787.342	11,21%
I.2 DÍVIDA SECURITIZADA	9.096	9.719	6,85%
I.3 TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA (TDA)	4.125	4.008	-2,84%
II. DÍVIDA COM O BACEN	706.303	754.722	6,86%
B. DÍVIDA EXTERNA	91.578	84.848	-7,35%
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	70.875	73.278	3,39%
I.1. Bônus de Renegociação	158	119	-24,68%
I.2. Bônus de Captação	70.717	73.159	3,45%
II. DÍVIDA CONTRATUAL	20.703	11.570	-44,11%

Fonte: STN/CODIV/GEEST

Obs.: 1) A divergência entre o estoque informado no "Relatório Anual da Dívida Pública – 2011", publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, e a tabela anterior decorre da metodologia contábil usada neste relatório, em contraposição à metodologia econômica daquele. 2) Para a Dívida Externa foram utilizados os câmbios de 1 US\$/R\$ 1,6662 (dez/2010) e 1 US\$/R\$ 1,8758 (dez/2011).

LFT, LTN, NTN e Outros - (Em Poder do Público)

A parcela do estoque da DPMFi representada pelas LFT, LTN, NTN e outros títulos (item A-I.1 da tabela anterior) aumentou devido à apropriação de juros nominais de R\$ 197,0 bilhões, compensada em parte pelo resgate líquido de R\$ 16,8 bilhões.

DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO DO ESTOQUE DA DPMFi (LFT, LTN E OUTROS) EM MERCADO – 2011.

	R\$ milhões
Estoque inicial (dez/10)	1.607.142
(+) Emissões líquidas (A) - (B)	-18.889
(A) Emissões por Oferta Pública	422.310
(B) Pagamentos	441.198
- Principal	362.311
- Encargos	78.888
(+) Emissões por Colocação Direta	54.356
(-) Cancelamentos	52.260
(+) Transferência de Carteira	1
(-) Ajuste de Cálculo	0
(+) Juros Nominais – Competência	196.992
Estoque final (dez/11)	1.787.342

Fonte: STN/CODIV/GEEST

Os cancelamentos totalizaram R\$ 52,3 bilhões, sendo que, desse montante, R\$ 50,9 bilhões referem-se às operações de trocas realizadas nos leilões de NTN-B, LFT e LTN e R\$ 1,4 bilhões correspondem a outros cancelamentos.

Dívida Securitizada - em Poder do Público

O estoque da Dívida Securitizada em mercado ficou em R\$ 9,7 bilhões em 2011, contra R\$ 9,1 bilhões registrada em dezembro de 2010. Assim, observou-se uma variação nominal positiva de 6,84%.

Esse aumento no estoque é explicado pela apropriação de juros nominais de R\$ 560 milhões e pelas emissões líquidas de R\$ 62 milhões.

**DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO DO
ESTOQUE DA DÍVIDA SECURITIZADA-2011**

R\$ milhões

Estoque inicial (dez/10)	9.096
(+) Emissões líquidas (A) - (B)	986
(A) Emissões	7.406
(B) Pagamentos	6.419
- Principal	5.709
- Encargos	710
(-) Cancelamentos	924
(+) Transferência de Carteira	0
(+) Juros Nominais – Competência	560
Estoque final (dez/11)	9.719

Fonte: STN/CODIV/GEEST

Os cancelamentos ocorridos foram os seguintes: R\$ 917,7 milhões referem-se aos títulos da dívida securitizada que foram trocados por NTN-B e NTN-F com a Empresa Gestora de Ativos - Emgea, com base na MP nº 2.196/2001; e R\$ 6,7 milhões referem-se aos títulos da dívida securitizada recebidos como forma de abatimento da dívida do Estado do Ceará, com base na Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.192/2001.

Títulos da Dívida Agrária – TDA

O estoque em TDA teve uma variação nominal negativa de 2,83%. Houve resgate líquido desses papéis no montante de R\$ 194 milhões.

**DEMONSTRATIVO DA VARIAÇÃO DO ESTOQUE DOS TDA –
2011**

R\$ milhões

Estoque inicial (dez/10)	4.125
(+) Emissões líquidas (A) - (B)	-194
(A) Emissões	810
(B) Pagamentos	1.004
(-) Cancelamentos	124
(+) Ajuste de Cálculo	-44
(+) Juros Nominais – Competência	245
Estoque final (dez/11)	4.008

Fonte: STN/CODIV/GEEST

Emissões Diretas

As emissões diretas realizadas pelo Tesouro Nacional consistem em emissões não competitivas de títulos em favor de entidades gestoras de políticas públicas e programas oficiais de fomento, atendendo finalidades específicas definidas em lei.

Essas emissões não necessariamente implicam contrapartida financeira, bem como podem ocorrer sem causar impacto sobre o estoque da dívida, nos casos em que há permuta de títulos.

A tabela a seguir apresenta um resumo das emissões ao mercado realizadas em 2011, segundo os respectivos programas e determinações legais:

PROGRAMA	CARACTERÍSTICAS
PROEX	Programa de Equalização das Taxas de Juros dos Financiamentos às Exportações. As instituições financeiras concedem financiamentos aos exportadores pela taxa de juros externa. O TN emite as NTN-I no montante da diferença entre as taxas externa e interna. Lei nº 10.184/2001.
Valor emitido	R\$ 371,4 milhões
Reforma Agrária	Emissão de Títulos da Dívida Agrária – TDA para fazer face às indenizações decorrentes das desapropriações e compra de terras rurais, com fins sociais, promovidas no âmbito Programa de Reforma Agrária, realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. MP nº 2.183-56, Decreto nº 578/1992.
Valor emitido	R\$ 810,2 milhões
FIES	Financiamento ao Estudante de Nível Superior. A instituição de ensino que concede o financiamento recebe títulos do Tesouro Nacional (CFT-E) no valor dos financiamentos concedidos. Lei nº 10.260/2001.
Valor emitido	R\$1,5 bilhões
Lei 12.453/11	Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Valor emitido	R\$ 45,0 bilhões
Leis 10.841/04 e 12.453/11	Permuta por Certificados Financeiros do Tesouro (CFT-A4) COM O Inst.Fundo Unico de Prev.Soc.do Est.RJ-RIOPREVIDÊNCIA
Valor emitido	R\$ 1,4 bilhão
Securitização	FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais no amparo da lei nº 10.150/00.
Valor emitido	R\$ 7,4 bilhões
Lei 12.397/11	Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Valor emitido	R\$ 5,2 bilhões
Dec. 1.068/94	Emissões de títulos no âmbito do PND.
Valor emitido	R\$ 0,5 milhão
MP 2.196/01	Emissões realizadas com amparo na Medida Provisória nº 2.196/01, em permuta pelos créditos decorrentes de obrigações novadas com base na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, pertencentes à empresa EMGEA, considerados pelo valor de face.
Valor emitido	R\$ 917,7 milhões
Lei 9.483/97	Emissão de título do Tesouro Nacional (NTN-B) conforme disposto Contrato 580/PGFN/CAF, de 14/10/2010 e Termo Aditivo de 15/09/2011.
Valor emitido	R\$ 1,6 milhão
TOTAL GERAL	R\$ 62,6 bilhões

Fonte: STN/CODIV/GEPRE

Dívida Pública Federal externa - DPFe

O estoque da Dívida Pública Federal externa encerrou o mês de dezembro de 2011 em US\$ 45,2 bilhões, contra US\$ 55,0 bilhões em dezembro de 2010, o que representa uma redução de 17,70%, em dólares americanos, neste período.

Seguindo as diretrizes do Plano Anual de Financiamento 2011 – PAF 2011, o Tesouro Nacional realizou, em 2011, duas emissões de bônus no mercado externo, uma do seu *benchmark* de 10 anos – o bônus Global 2021 e uma do bônus Global 2041. O volume total emitido nas operações realizadas no período foi de US\$ 1,65 bilhão.

Com relação ao Programa de Resgate Antecipado da Dívida Externa - *Buyback*, foram recomprados títulos da DPFe com vencimentos até 2040 no montante de US\$ 2,3 bilhões em valor de face. O total financeiro desembolsado no período foi de US\$ 2,9 bilhões.

Além de proporcionar uma redução nos fluxos de pagamento de juros, o programa tem por objetivo fortalecer pontos de referência - *benchmark* - e corrigir distorções na curva de juros brasileira, bem como reduzir a exposição cambial da Dívida Pública Federal.

Tabela a
VARIAÇÃO DO ESTOQUE DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA

	Dez/10 (US\$ mil)	Dez/11 (US\$ mil)	Variação (%)
1) Dívida Mobiliária Externa	42.536.982	39.064.733	-8,16
1.1) Dívida Reestruturada	94.930	63.374	-33,24
1.2) Captações no Mercado Internacional – Dívida Soberana	42.442.052	39.001.399	-8,11
2) Dívida Contratual Externa	12.425.272	6.168.085	-50,36
2.1) Organismos Multilaterais	10.125.032	3.685.352	-63,60
2.2) Credores Privados e Agências Governamentais	2.300.240	2.482.733	7,93
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA	54.962.254	45.232.858	-17,70

Fonte: STN/CODIV/GEEST

Tabela b
EMISSIONES SOBERANAS REALIZADAS EM 2011

TÍTULO EMITIDO	DATA DE EMIÇÃO	MOEDA DE EMISSÃO	VALOR EMITIDO (moeda de origem)	VALOR EMITIDO (em US\$)
Global 2021 (Reabertura)	14.07.2011	Dólar	550.000.000,00	550.000.000,00
Global 2041 (Reabertura)	10.11.2011	Dólar	1.100.000.000,00	1.100.000.000,00
TOTAL				1.650.000.000,00

Fonte: STN/CODIV/GEEST

1.6.2. Resultados Alcançados e Avanços na Administração da Dívida

O gerenciamento da Dívida Pública Federal – DPF – busca minimizar os custos de financiamento no longo prazo, respeitando a manutenção de níveis prudentes de risco, e também contribuir para o bom funcionamento do mercado de títulos públicos. Para a consecução desses objetivos, o Plano Anual de Financiamento de 2011 - PAF elencou as seguintes diretrizes:

i) aumento do prazo médio do estoque; ii) suavização da estrutura de vencimentos; iii) substituição gradual dos títulos remunerados pela taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços; iv) aperfeiçoamento do perfil da Dívida Pública Federal externa – DPFe por meio de emissões de títulos com prazo de referência, programa de resgate antecipado e operações estruturadas; v) incentivo ao desenvolvimento da estrutura a termo de taxas de juros para títulos públicos federais no mercado interno e externo; e vi) ampliação da base de investidores.

Respeitando essas diretrizes e, ao mesmo tempo, as condições vigentes no mercado de títulos públicos, o PAF também apresentou a estratégia do Tesouro Nacional para a condução da política de financiamento interno e externo, bem como um conjunto de metas para os indicadores da DPF. A análise desses indicadores, ao final de 2011, revela o alcance de praticamente todas as metas propostas para o ano, especialmente o incremento na participação de títulos prefixados.

Estratégia e sua Execução

Dívida Interna

A estratégia adotada pelo Tesouro Nacional, ao longo de 2011, foi pautada pelas seguintes diretrizes, enunciadas no PAF 2011:

i. Títulos prefixados: aumento na participação de LTN e NTN-F no estoque da Dívida Pública Federal – DPF; manutenção das emissões de LTN com prazos de referência de 6, 12 e 24 meses e de NTN-F com prazos de 5 e 10 anos; substituição da NTN-F de 3 anos pela LTN de mesmo prazo.
ii. Títulos remunerados a índices de preços: aumento na participação da NTN-B no estoque da DPF e emissão de títulos com prazos de referência de 3, 5, 10, 20, 30 e 40 anos;
iii. Títulos indexados à taxa Selic - LFT: emissões com prazo médio superior ao prazo médio do estoque da DPF.

A despeito da elevada volatilidade no mercado externo, em 2011 foi possível substituir de forma gradual as emissões de títulos prefixados de curto prazo por prefixados de médio e longo prazos. Nesse sentido, a LTN de 36 meses superou em 74,9% o volume de emissão da NTN-F de mesmo prazo em 2010 e as emissões tradicionais das LTN com prazo de referência de 24 e 36 meses representaram 84,9% das colocações totais de LTN em 2011.

O Tesouro Nacional continuou a ofertar, em 2011, as NTN-F com vencimentos em janeiro de 2017 e janeiro de 2021, ambos representando os benchmarks de longo prazo da dívida prefixada. Houve emissão de R\$ 34,2 bilhões em NTN-F, o que superou o planejamento para o ano. A emissão líquida de títulos prefixados foi de R\$ 6,0 bilhões,

com emissão de R\$ 290,7 bilhões ante resgate de R\$ 284,7 bilhões.

Quanto às NTN-B, o volume emitido em leilões tradicionais em 2011, de R\$ 74,0 bilhões, superou em 28% o volume emitido em 2010, o que contribuiu para o aumento da participação dessa dívida na DPF. Houve continuidade da execução de leilões quinzenais, com oferta de até 6 diferentes vencimentos, além dos leilões de troca. O Tesouro Nacional manteve ainda a realização de leilões mensais de recompra das NTN-B com prazos superiores a 20 anos, dando aos seus detentores uma possibilidade adicional de liquidez em relação ao mercado secundário. As emissões totais de títulos remunerados por índices de preços foram de R\$ 125,0 bilhões, com resgates de R\$ 113,7 bilhões, resultando em emissão líquida de R\$ 11,3 bilhões.

Em relação aos títulos indexados à taxa flutuante (compostos em quase sua totalidade por títulos remunerados pela taxa Selic), o Tesouro Nacional deu continuidade à política de redução de sua participação no estoque da dívida. Como resultado, foram ofertados apenas 35,4% do seu equivalente em 2010. Em relação ao total de títulos emitidos em leilões tradicionais em 2011, os papéis a taxa Selic representaram apenas 14,2% do volume, alcançando R\$ 52,3 bilhões. Considerando todas as formas de emissão, foram ofertados R\$ 68,9 bilhões, contra um resgate total de R\$ 102,6 bilhões, o que levou a um resgate líquido de R\$ 33,7 bilhões.

A preocupação do Tesouro Nacional com o bom funcionamento do mercado de títulos norteia a estratégia de construção de pontos de referência ao longo da estrutura de maturação. Esta estratégia visa à construção de uma estrutura a termo de taxas de juros em reais, o que permite o melhor apreçamento dos títulos emitidos tanto pelo governo quanto pela iniciativa privada. Para atingir tal objetivo, o Tesouro Nacional se utiliza tanto do mercado doméstico quanto do internacional, aproveitando a complementaridade entre eles.

Desse modo, deu-se prosseguimento à estratégia de construção de pontos de referência ao longo da estrutura de maturação, por meio da concentração dos vencimentos em datas bem definidas, prezando pelo volume e liquidez associados a cada um deles.

Dívida Externa

Quanto à atuação no mercado externo, a estratégia do PAF 2011 se apoiou nos seguintes pontos:

- I. Criação e aperfeiçoamento de pontos de referência - benchmarks nas estruturas a termo de taxa de juros, por meio de emissões qualitativas;
- II. Manutenção do programa de resgate antecipado - *Buyback Program* para títulos denominados em dólares e euros;

- III. Possibilidade de realização de operações de gerenciamento de passivo externo, com o objetivo de aumentar a eficiência da curva de juros externa;
- IV. Manutenção de relacionamento transparente com a comunidade financeira internacional; e
- V. Monitoramento da Dívida Contratual Externa, buscando alternativas de operações que apresentem ganhos financeiros para o Tesouro Nacional.

Em linha com essas diretrizes, o Tesouro Nacional efetuou duas captações externas, no valor de US\$ 1,65 bilhão. As emissões referem-se à segunda reabertura do benchmark de 10 anos, o Global 2021, e à segunda reabertura do Global 2041.

Passado o período de maior volatilidade do primeiro semestre, o Tesouro realizou a primeira emissão externa do ano, em julho, com a reabertura do Global 2021 (benchmark de 10 anos) a uma taxa de retorno de 4,188% a.a., a menor registrada para uma emissão de títulos em dólares. Nesta reabertura, a demanda pelo título alcançou nove vezes o volume inicialmente ofertado. O Tesouro estendeu a oferta ao mercado Asiático, elevando o volume final em 10%. O volume total emitido do Global 2021 foi de US\$ 550 milhões.

No mercado de títulos de prazo mais longo, o Tesouro realizou, em novembro, a segunda reabertura do Global 2041, aproveitando a elevação da demanda dos investidores internacionais por títulos emitidos por países emergentes. A emissão foi concluída com sucesso, registrando a menor taxa de juros historicamente paga por um título brasileiro em dólares com esse prazo, de 4,694% a.a., e um volume de US\$ 1,1 bilhão, o que elevou seu estoque para US\$ 2,925 bilhões. Esta reabertura manteve a tendência das emissões anteriores, ao renovar o recorde de menor custo de emissão para um título de 30 anos, pela primeira vez abaixo dos 5%.

Merece destaque também a atuação do Tesouro Nacional no Programa de Resgate Antecipado de títulos da dívida externa, importante instrumento de gerenciamento do passivo externo, que permite ao Tesouro Nacional, por meio de uma atuação pontual e oportuna, aprimorar a curva de juros externa e direcionar a liquidez do mercado para os títulos benchmarks. Conforme citado no item 1.1.4, ao longo do ano foram recomprados em valor de face US\$ 1,87 bilhão de títulos denominados em dólares e € 294,02 milhões de títulos denominados em euros, equivalentes a US\$ 2,9 bilhões em valor financeiro. A análise conjunta das emissões, vencimentos e recompras ocorridas ao longo de 2011 permite afirmar que houve na dívida externa resgate líquido, equivalente a um fluxo de saída de dólares de aproximadamente US\$ 7,4 bilhões.

Considerando as recompras ocorridas em 2011 no âmbito do Programa de Resgate Antecipado, a redução do fluxo de juros a serem pagos até 2041

atingiu US\$ 2,77 bilhões em valores correntes. Além disso, com o resgate antecipado dos títulos, reduz-se a volatilidade no serviço da DPF, diminuindo os riscos de refinanciamento e de mercado, além de aperfeiçoar o perfil da curva, pela retirada dos títulos que distorcem o custo de financiamento da dívida externa, por terem sido emitidos com taxas de juros superiores às atuais.

Importa destacar, ainda, que o Conselho Monetário Nacional - CMN, por meio da Resolução nº 3.911, publicada em 05 de outubro de 2010, ampliou o prazo para a compra antecipada de moeda estrangeira por parte do Tesouro Nacional de 750 para 1.500 dias. No âmbito da nova Resolução, o Tesouro Nacional tem atuado ativamente, efetuando compras antecipadas de câmbio para pagamento de suas obrigações externas nos próximos anos. Ao final de dezembro, o Tesouro havia comprado US\$ 11,4 bilhões, quantia suficiente para pagar 49% de toda a dívida externa a vencer até 2015.

Por fim, não se pode deixar de mencionar a atuação proativa do Tesouro Nacional na gestão da dívida externa contratual. As operações do gerenciamento do passivo contratual externo também foram destaque, com o pagamento antecipado de US\$ 5,86 bilhões em contratos com o Banco Mundial. Esse pagamento ocorreu através de duas operações. Com a primeira, realizada em 1º de junho, foram quitados contratos no valor de aproximadamente US\$ 3,13 bilhões, representando economia de US\$ 155 milhões em juros de dívida externa, que deixarão de ser pagos pelo Tesouro ao longo do período dos contratos cancelados. A segunda operação, realizada em 31 de outubro, resgatou contratos no valor de US\$ 2,73 bilhões, permitindo economia em juros de US\$ 181 milhões.

Resultados alcançados

Composição da Dívida

A dívida prefixada ao final de 2011 representava 37,2% da DPF, valor que está enquadrado dentro dos limites do PAF 2011, entre 36% e 40%.

A parcela da dívida remunerada por índices de preços também aumentou sua participação na composição da DPF, saindo de 26,6% em 2010 para 28,3% ao final de 2011, também dentro dos limites do PAF 2011, entre 26% e 29%. Dessa forma, a parcela da dívida referente à soma dos títulos prefixados e remunerados por índices de preços elevou-se para 65,5 % da DPF, contra 63,3% em 2010, sendo o maior resultado da série, iniciada em 1990. Esse resultado está plenamente alinhado com o planejamento de longo prazo da gestão da dívida e tem contribuído para a redução do risco de mercado da DPF.

A dívida remunerada por taxas de juros flutuantes ao final de 2011 atingiu 30,1% da DPF, proporção situada dentro dos limites do PAF 2011, entre 28% e 33%, e inferior aos 31,6% observados ao final de 2010. Finalmente, a parcela referente aos títulos com remuneração atrelada à variação da taxa de câmbio também sofreu uma redução, passando de 5,1% da DPF ao final de 2010 para 4,4% ao final de 2011, próximo do limite inferior de 4% estabelecido no PAF 2011.

TABELA a
COMPOSIÇÃO DA DPF EM PODER DO PÚBLICO (%)

Título	dez/11	PAF 2011	
		Mínimo	Máximo
Prefixado	37,2	36,0	40,0
Índice de preços	28,3	26,0	29,0
Taxa Flutuante	30,1	28,0	33,0
Câmbio	4,4	4,0	6,0

Fonte: STN/CODIV/GEEST

Custo Médio

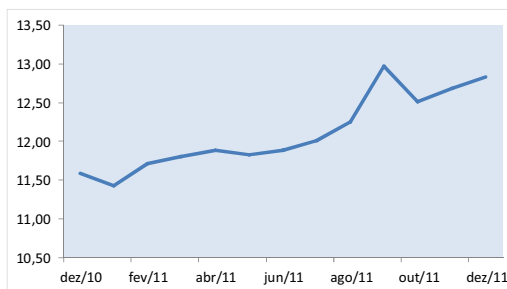
O custo médio acumulado em 12 meses da DPF passou de 11,59% em dezembro de 2010 para 12,83% no último mês de 2011, devido, principalmente, a maior variação dos índices de preços no decorrer do ano.

TABELA b
CUSTO MÉDIO ACUMULADO EM 12 MESES DA DPF EM PODER DO PÚBLICO

MÊS	Custo Médio (% a.a.)
Dez-10	11,59
Jan-11	11,43
Fev-11	11,71
Mar-11	11,80
Abr-11	11,89
Mai-11	11,83
Jun-11	11,89
Jul-11	12,01
Ago-11	12,25
Set-11	12,97
Out-11	12,51
Nov-11	12,68
Dez-11	12,83

Fonte: STN/CODIV/GEEST

CUSTO MÉDIO ACUMULADO EM 12 MESES DA DPF EM PODER DO PÚBLICO



Fonte: STN/CODIV/GEEST

Estrutura de Vencimentos

O prazo médio é uma das estatísticas da estrutura de vencimentos da DPF monitorada por meio de limites indicativos no PAF.

Esse indicador apresentou aumento, passando de 3,51 anos, ao final de 2010, para 3,62 anos, em dezembro de 2011. O resultado ficou dentro dos limites estabelecidos no PAF 2011, que eram de 3,5 a 3,7 anos.

Cabe ressaltar que essa estabilidade já era esperada dentro da estratégia de financiamento para 2011, na medida em que se previa mais espaço para emissão de papéis prefixados. Apesar da extensão do prazo médio desses títulos nos últimos anos, eles ainda têm prazos tradicionalmente mais curtos que os demais tipos de dívida.

Assim, o aumento de sua participação relativa na DPF produz efeito estatístico sobre o prazo médio total da DPF, contribuindo para a redução deste indicador.

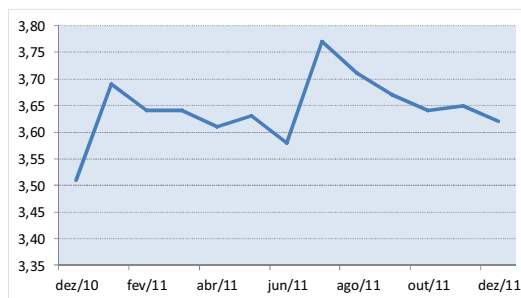
Entretanto, referido efeito não é dominante, na medida em que o Tesouro Nacional tem conseguido balanceá-lo com outras medidas, tais como a estratégia de emissão de LFT com prazos superiores ao da DPF e a manutenção da participação de dívida remunerada por índices de preços na DPF, que tipicamente tem elevado prazo médio.

TABELA c
PRAZO MÉDIO DA DPF EM PODER DO PÚBLICO

MÊS	Prazo Médio (Anos)
Dez-10	3,51
Jan-11	3,69
Fev-11	3,64
Mar-11	3,64
Abr-11	3,61
Mai-11	3,63
Jun-11	3,58
Jul-11	3,77
Ago-11	3,71
Set-11	3,67
Out-11	3,64
Nov-11	3,65
Dez-11	3,62

Fonte: STN/CODIV/GEEST

PRAZO MÉDIO DA DPF EM PODER DO PÚBLICO



Fonte: STN/CODIV/GEEST

Vale lembrar que, adicionalmente ao prazo médio, o Tesouro Nacional divulga regularmente a vida média do estoque, um indicador útil para comparações internacionais. Esse indicador é menos eficiente do que o prazo médio, por não considerar os pagamentos de cupons intermediários e os fluxos de principal não estão a valor presente. Tais distinções fazem com que ele apresente valores bastante superiores em relação ao prazo médio. Em 2011, a vida média da DPF registrou seu maior valor anual, considerando a série iniciada em 2004, estendendo-se para 5,7 anos, contra 5,5 anos em 2010.

Outro elemento-chave da estrutura de vencimentos analisado pelo PAF é o percentual da dívida vencendo em 12 meses. O alongamento nos prazos médios dos títulos emitidos, como será visto mais a frente, fez com que o percentual da DPF que vence em 12 meses diminuísse de 23,9% ao final de 2010 para 21,9% em dezembro de 2011, próximo ao limite inferior das expectativas do PAF 2011, assegurando a manutenção de baixo risco de refinanciamento da dívida.

1.6.3. Tesouro Direto

O Tesouro Direto - TD, programa que permite a aquisição de títulos públicos por pessoas físicas diretamente pela internet, completou em 2011 seu nono ano de funcionamento. Desde sua implantação, em janeiro de 2002, esse Programa, fruto de uma parceria entre o Tesouro Nacional e a BM&F BOVESPA, vem apresentando forte demanda por parte dos mais diversos tipos de investidores, atraídos pela possibilidade de aplicação de seus recursos nos títulos públicos de renda fixa com características de prazo e rendimento mais adequadas a seus perfis, menores custos de intermediação e 100% de garantia do Tesouro Nacional.

Em 2011, 61.716 investidores se cadastraram no TD, alcançando um total de 276.373 aplicadores, o que representa aumento de 28,8 % sobre o total acumulado até o fim do ano anterior. Esse aumento consistente é reflexo da consolidação do TD como uma eficiente opção para quem quer investir com baixo custo, alta rentabilidade, boa liquidez e segurança.

No ano, as vendas de títulos públicos por meio do Tesouro Direto totalizaram R\$ 3.539,6 milhões, constituindo o melhor resultado desde o início do programa. Esse montante representou aumento de 58,3% em relação ao volume vendido em 2010. Vale destacar também a elevada demanda por títulos indexados ao IPCA - NTN-B e NTN-B Principal-, cuja participação atingiu 51,1%, seguidos por títulos prefixados - LTN e NTN-F-, que representaram 36,4% das vendas.

Quanto às faixas de aplicação, em 2011, vendas de até R\$ 5.000,00 representaram 52,3% das aplicações realizadas. Essa expressiva participação do pequeno e médio investidor demonstra que o TD tem conseguido democratizar o acesso dos cidadãos ao investimento em títulos públicos.

Em relação ao prazo de vencimento, as vendas de títulos com prazo entre um e cinco anos corresponderam a 65,5% do total, enquanto os títulos com prazo acima cinco anos representaram 29,7%. Esses dados indicam que o Tesouro Direto é bem sucedido na consecução de estimular a formação de poupança de médio e longo prazos. Nessa linha, é importante ressaltar que a partir de julho o Tesouro deixou de ofertar títulos com vencimentos inferiores a um ano.

O resultado das operações realizadas durante o ano fez com que o estoque total do Tesouro Direto atingisse R\$ 7.508,3 milhões ao final de 2011, o que representa acréscimo de 61,4% em relação ao estoque ao final do ano anterior, que era de R\$ 4.653,1 milhões.

No tocante à composição do estoque, os títulos com maior participação são os remunerados por índices de preços (52,3%) seguidos pelos prefixados (34,6%), e pelos indexados à taxa Selic (13,1%). O título com maior participação individual é a NTN-B Principal (28,3%), título especificamente criado para investidores do Tesouro Direto.

1.6.4. Avanços Institucionais

Em 2011, o Tesouro Nacional manteve seu esforço de aprimoramento da gestão da DPF por meio de iniciativas destinadas a aperfeiçoar seus próprios mecanismos operacionais e de governança, bem como seu relacionamento institucional com participantes dos mercados financeiros nacional e internacional, organismos multilaterais e demais representantes da sociedade. Os avanços implantados no Tesouro Direto em 2011 buscaram aumentar a sua transparência junto aos investidores, com a publicação do novo regulamento do Tesouro Direto, bem como sua visibilidade, por intermédio do programa de incentivos concedido pela *BMF&BOVESPA* às corretoras que conseguissem expandir sua base de investidores e da recém-criada conta na rede social *Twitter*.

Por fim, do ponto de vista do relacionamento institucional, cabem destacar as participações em eventos para investidores, as visitas de técnicos nacionais e internacionais interessados na experiência brasileira em gestão de dívida pública e as iniciativas de caráter educacional.

1.7. AJUSTE FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS: RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E PROJETOS DESENVOLVIDOS

1.7.1. Programas de Ajuste Fiscal dos Estados e Distrito Federal

Na segunda metade da década de 90 ficou evidenciada a necessidade de equacionar as dificuldades financeiras enfrentadas pelos Estados, em razão das mudanças econômicas ocorridas nos últimos anos.

Após diagnóstico efetuado da situação fiscal, em que se verificou a vulnerabilidade das finanças estaduais, foram definidas as condições para o refinanciamento, por parte da União, das dívidas existentes, mediante a assinatura de contrato, que estariam estabelecidas as premissas para um ajuste fiscal duradouro, como contrapartida aos benefícios auferidos pelo refinanciamento. Neste contexto foi editada a Lei nº 9.496/1997, que estabeleceu os critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especificou, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal. Foram assinados contratos de renegociação de dívidas no âmbito da Lei nº 9.496/97 com 24 Estados e o Distrito Federal, apenas Tocantins e Amapá não tiveram dívidas refinanciadas.

A contrapartida dos Estados pelo refinanciamento, nos termos dos contratos assinados, foi a implementação de Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal trienais, passíveis de revisão anual. Os Estados comprometeram-se a programar, durante o prazo de refinanciamento (até 360 meses, com

possibilidade e ser estendido por até 120 meses para aqueles que apresentassem resíduos ao final deste prazo), iniciativas fiscais visando o incremento de receitas, o controle de despesas, particularmente as de pessoal e de investimentos, a realização de reformas patrimoniais, entre outras, traduzidas em metas quanto à relação dívida financeira / receita líquida real - RLR, resultado primário, despesas com o funcionalismo público, arrecadação própria de receitas, a reforma do Estado e despesas com investimentos. Os Estados mais endividados beneficiaram-se da condição contratual de pagamento do serviço da dívida refinanciada dentro do limite máximo de comprometimento mensal de 11,5% a 15% da RLR.

A gestão dos programas ajuste fiscal ficou a cargo da Secretaria do Tesouro Nacional – STN que anualmente avalia o cumprimento das metas compromissadas e negocia a sua revisão.

Neste sentido, a STN, no exercício das suas atribuições legais de monitorar os programas assinados com os Estados e o Distrito Federal, desenvolveu em 2011 uma série de atividades, que envolveram a realização de missões técnicas aos Estados e ao DF, visando examinar o comportamento das suas finanças e coletar informações, a negociação da revisão dos programas para o próximo triênio e, finalmente, a avaliação das metas programadas para 2010, conforme detalhamento no quadro a seguir.

Quadro 1.7.1
PRINCIPAIS ATIVIDADES RELACIONADAS COM A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS

UF	PERÍODO DA MISSÃO	DATA DA REVISÃO DO PROGRAMA	DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
AC	10 a 12 de maio de 2011	27 de outubro de 2011	Nota nº 727, de 24 de agosto de 2011
AL	24 e 25 de maio de 2011	10 de novembro de 2011	Nota nº 1.150, de 27 de dezembro de 2011
AM	4 a 6 de maio de 2011	27 de outubro de 2011	Nota nº 600, de 13 de julho de 2011
BA	12 e 13 de julho de 2011	27 de outubro de 2011	Nota nº 942, de 1 de novembro de 2011
CE	31 de maio e 01 de junho de 2011	27 de outubro de 2011	Nota nº 694, de 15 de agosto de 2011. Remissão: Nota nº 725, de 24 de agosto de 2011.
DF	20 e 21 de junho de 2011	Não revisou	Nota nº 944, de 01 de novembro de 2011.
ES	07 e 08 de abril de 2011	04 de agosto de 2011	Nota nº 574, de 30 de junho de 2011 Remissão: Nota nº 599, de 13 de julho de 2011
GO	28 e 29 de março de 2011	23 de dezembro de 2011	Nota nº 869, de 07 de outubro de 2011. Remissão: Nota nº 885, de 13 de outubro de 2011.
MA	18 e 19 de julho de 2011	10 de novembro de 2011	Nota nº 859, de 4 de outubro de 2011. Remissão: Nota nº 894, de 18 de outubro de 2011.
MG	13 e 14 de junho de 2011	10 de novembro de 2011	Nota nº 895, de 18 de outubro de 2011
MS	5 e 6 de abril de 2011	20 de maio de 2011	Nota nº 646, de 26 de julho de 2011
MT	16 e 17 de março de 2011	27 de outubro de 2011	Nota nº 649, de 26 de julho de 2011

UF	PERÍODO DA MISSÃO	DATA DA REVISÃO DO PROGRAMA	DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA
PA	27 a 29 de abril de 2011	15 de setembro de 2011	Avaliação: Nota nº 806, de 19 de setembro de 2011 Remissão: Nota nº 807, de 19 de setembro de 2011
PB	05 a 07 de julho de 2011	27 de outubro de 2011	Nota nº 629, de 21 de julho de 2011. Remissão: Nota nº 656, de 29 de julho de 2011.
PE	13 e 14 de junho de 2011	27 de outubro de 2011	Nota nº 896, de 18 de outubro de 2011
PI	11 e 12 de maio de 2011	27 de outubro de 2011	Nota nº 769, de 01 de setembro de 2011
PR	17 e 18 de maio de 2011	10 de novembro de 2011	Nota nº 1.091, de 09 de dezembro de 2011
RJ	24 e 25 de março de 2011	10 de novembro de 2011	Nota nº 1.026, de 29 de novembro de 2011
RN	07 e 08 de junho de 2011	29 de dezembro de 2011	Nota nº 1.061, de 06 de dezembro de 2011
RO	4 a 6 de julho de 2011	27 de outubro de 2011	Avaliação: Nota nº 589, de 11 de julho de 2011 Remissão: Nota nº 590, de 11 de julho de 2011
RR	1 a 3 de junho de 2011	24 de agosto de 2011	Nota nº 601, de 13 de julho de 2011
RS	07 e 08 de junho de 2011	10 de novembro de 2011	Nota nº 943, de 01 de novembro de 2011
SC	28 e 29 de abril de 2011	30 de dezembro de 2011	Nota nº 1.020, de 25 de novembro de 2011
SE	27 e 28 de julho de 2011	27 de outubro de 2011	Nota nº 1.021 de 25 novembro de 2011.
SP	26 e 27 de maio de 2011	10 de novembro de 2011	Nota nº 1019, de 09 de dezembro de 2011

1.7.2. Verificação dos Indicadores Fiscais dos Municípios cujas Dívidas Foram Refinanciadas (MP 2185-35/2001)

No caso dos Municípios, em 25 de fevereiro de 1999, foi editada a Medida Provisória nº 1.811, atual Medida Provisória nº 2.185/2001, que autorizou a assunção e o refinanciamento, pela União, das seguintes dívidas de responsabilidade dos Municípios: a) mobiliária interna e externa; b) operações de ARO; c) fundada junto a instituições financeiras nacionais ou estrangeiras; e d) da administração direta municipal previamente assumida pelos municípios. Da mesma forma que para os Estados, também foi estabelecido um limite de dispêndio mensal apurado sobre a RLR dos Municípios que, neste caso, é de 13%.

Ante a impossibilidade de se estabelecer um programa de ajuste fiscal para cada um dos municípios que aderiram ao refinanciamento de dívidas, os contratos de refinanciamento estabeleceram condições mínimas de ajuste fiscal, como a exigência de adequação das despesas de pessoal à legislação em vigor e implantação de contribuição previdenciária dos servidores ativos e inativos com alíquota média de no mínimo 11% da remuneração total e limite das despesas com aposentados e pensionistas ao máximo estabelecido na legislação em vigor.

Com a edição da Medida Provisória nº 496/2010, convertida na Lei nº 12.348/2010, regulamentada pela Portaria STN nº 693/2010, o acompanhamento dessas exigências se restringiu àqueles municípios que utilizam o limite da RLR para o pagamento

mensal da dívida refinanciada e àqueles com ações judiciais contra a União, envolvendo o contrato de refinanciamento de dívidas, que tenham gerado pendências financeiras. Diante disso, o acompanhamento abrangeu apenas 12 municípios em 2011.

1.7.3. Estoque das Dívidas

A relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real - RLR constitui meta do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, de acordo com o inciso I do artigo 2º da Lei nº 9.496/97. Em função disso, a STN realizou em 2011 acompanhamentos trimestrais deste indicador, com base nos cálculos da RLR e nos demonstrativos de saldos e cronogramas de desembolso enviados trimestralmente pelos Estados e pelo DF, nos termos da Portaria nº 89/97.

1.7.4. Cálculo da Receita Líquida Real - RLR

Foi realizada a apuração mensal da Receita Líquida Real dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios que renegociaram suas dívidas com a União, para efeito de aplicação dos limites de comprometimento do pagamento do serviço da dívida, considerando-se o disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.496/1997, no art. 5º da Lei nº 10.195/2001, no art. 7º da Medida Provisória nº 2.185-35/2001, nos arts. 1º e 3º da Portaria nº 447/2002, nos arts. 2º e 3º da Lei nº 12.348/2010, nos arts. 1º e 2º da Portaria STN nº 693/2010 e no Parecer PGFN/CAF nº 1.331/2004, e desta forma foram publicadas as portarias divulgando os valores. Essas portarias também estão disponíveis na *Internet* na página da STN.

1.7.5. Cálculos dos Valores das Transferências Estabelecidas nas Leis Complementares nºs 87/96 e 115/2002

Em 2011, foram realizados os cálculos para determinar os montantes das transferências financeiras da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com o disposto no Anexo da Lei Complementar nº 115/2002. Como resultado, foram transferidos os valores abaixo detalhados por Estado - incluindo a cota parte dos Municípios.

TABELA 1.7.5
LEI COMPLEMENTAR Nº115/02 – VALORES ENTREGUES NO ANO DE 2011

UF	TOTAL	ESTADOS (75%)	R\$1,00 MUNICÍPIOS (25%)
AC	1.775.280,00	1.331.460,00	443.820,00
AL	16.384.290,00	12.288.217,56	4.096.072,44
AP	7.926.360,00	5.944.770,00	1.981.590,00
AM	19.653.660,00	14.740.245,00	4.913.415,00
BA	72.474.870,00	54.356.152,56	18.118.717,44
CE	31.761.795,00	23.821.346,28	7.940.448,72
DF	15.790.125,00	15.790.125,00	0,00
ES	83.134.740,00	62.351.055,00	20.783.685,00
GO	26.027.040,00	19.520.280,00	6.506.760,00
MA	32.736.600,00	24.552.450,00	8.184.150,00
MT	37.846.965,00	28.385.223,72	9.461.741,28
MS	24.075.675,00	18.056.756,28	6.018.918,72
MG	251.630.730,00	188.723.047,56	62.907.682,44
PA	85.092.345,00	63.819.258,72	21.273.086,28
PB	5.606.250,00	4.204.687,56	1.401.562,44
PR	196.609.920,00	147.457.440,00	49.152.480,00
PE	28.970.175,00	21.727.631,28	7.242.543,72
PI	5.882.175,00	4.411.631,28	1.470.543,72
RJ	114.368.085,00	85.776.063,72	28.592.021,28
RN	7.061.730,00	5.296.297,56	1.765.432,44
RS	195.866.970,00	146.900.227,56	48.966.742,44
RO	4.863.105,00	3.647.328,72	1.215.776,28
RR	745.680,00	559.260,00	186.420,00
SC	70.030.545,00	52.522.908,72	17.507.636,28
SP	607.265.100,00	455.448.825,00	151.816.275,00
SE	4.884.555,00	3.663.416,28	1.221.138,72
TO	1.535.235,00	1.151.426,28	383.808,72
TOTAL	1.950.000.000,00	1.466.447.531,64	483.552.468,36

Em cada mês foram elaboradas a memória de cálculo e a portaria de divulgação daquela distribuição. As memórias de cálculo foram remetidas ao Tribunal de Contas da União, conforme o disposto no subitem 2.1 do Anexo da Lei Complementar nº 115/2002. Para dar maior publicidade às informações produzidas, as portarias foram disponibilizadas na página da STN na *Internet*.

1.7.6. Cálculos dos Valores Referentes ao Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores

A Medida Provisória Nº 546/2011, autorizou o repasse de R\$ 1,95 bilhão aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no ano de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do país. A STN foi responsável pela apuração dos cálculos para determinar os montantes das transferências financeiras da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios cuja distribuição anual foi a seguinte:

TABELA 1.7.6
AUXÍLIO FINANCEIRO AOS ESTADOS EXPORTADORES – VALORES ENTREGUES NO ANO DE 2011

R\$1,00

UF	TOTAL	ESTADOS (75%)	MUNICÍPIOS (25%)
AC	2.540.265,00	1.905.198,75	635.066,25
AL	24.366.225,00	18.274.668,75	6.091.556,25
AM	29.198.910,00	21.899.182,50	7.299.727,50
AP	0,00	0,00	0,00
BA	97.930.755,00	73.448.066,25	24.482.688,75
CE	12.567.165,00	9.425.373,75	3.141.791,25
DF	0,00	0,00	0,00
ES	121.123.275,00	90.842.456,25	30.280.818,75
GO	114.542.025,00	85.906.518,75	28.635.506,25
MA	41.689.440,00	31.267.080,00	10.422.360,00
MG	350.162.085,00	262.621.563,75	87.540.521,25
MS	37.698.765,00	28.274.073,75	9.424.691,25
MT	287.312.805,00	215.484.603,75	71.828.201,25
PA	121.973.085,00	91.479.813,75	30.493.271,25
PB	6.060.210,00	4.545.157,50	1.515.052,50
PE	14.448.915,00	10.836.686,25	3.612.228,75
PI	5.435.040,00	4.076.280,00	1.358.760,00
PR	80.407.275,00	60.305.456,25	20.101.818,75
RJ	93.777.840,00	70.333.380,00	23.444.460,00
RN	13.189.605,00	9.892.203,75	3.297.401,25
RO	18.935.865,00	14.201.898,75	4.733.966,25
RR	565.110,00	423.832,50	141.277,50
RS	149.689.995,00	112.267.496,25	37.422.498,75
SC	72.910.890,00	54.683.167,50	18.227.722,50
SE	6.930.300,00	5.197.725,00	1.732.575,00
SP	230.260.680,00	172.695.510,00	57.565.170,00
TO	16.283.475,00	12.212.606,25	4.070.868,75
TOTAL	1.950.000.000,00	1.462.500.000,00	487.500.000,00

1.7.7. Cálculo da Capacidade de Pagamento

No exercício de 2011, foram realizadas 104 análises de capacidade de pagamento para 98 operações de crédito, sendo 39 de Municípios - cinco dessas, porém, analisadas em dois momentos-, 59 de Estados e uma do Distrito Federal. Segue abaixo, a listagem dos entes que tiveram analisadas suas capacidades de pagamento para novos empréstimos.

Quadro 1.7.7.a
ANÁLISES DE CAPACIDADE DE PAGAMENTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

UF	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.	NOTA Nº
AL	Projeto de Aperfeiçoamento da Gestão Fazendária de Alagoas – PROFISCAL	BID	388, de 9 de maio de 2011
AM	Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM III)	BID	840, de 29 de setembro de 2011
AM	Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM III)	BID	993, de 16 de novembro de 2011
AP	Programa de Modernização da Administração Fiscal do Estado do Amapá (PROFISCO)	BID	1.121, de 19 de dezembro de 2011
BA	SWAP	BIRD	500, de 13 de junho de 2011
BA	PROCONFINS	BID	729, de 24 de agosto de 2011
BA	Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico	BIRD	980, de 11 de novembro de 2011
CE	Projeto de Desenvolvimento de Pólos Regionais – Programa Cidades do Ceará II	BID	527, de 16 de junho de 2011
CE	Programa de Apoio ao Produtor – PAP	FIDA	703, de 16 de agosto de 2011

UF	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.	NOTA Nº
CE	Projeto de Modernização Tecnológica – PROMOTEC	MLW	703, de 16 de agosto de 2011
CE	Programa Rodoviário Ceará IV	BID	703, de 16 de agosto de 2011
CE	Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará	BIRD	983, de 11 de novembro de 2011
DF	PRODEFAZ/PROFISCO	BID	482, de 06 de junho de 2011
ES	Programa de Desenvolvimento Regional do Turismo	BID	529, de 16 de junho de 2011
ES	Programa Rodoviário III	BID	678, de 05 de agosto de 2011
GO	Programa de Modernização da Administração Tributária do Estado de Goiás – PROFISCO	BID	981, de 11 de novembro de 2011
GO	Saneamento Financeiro da CELGPAR e Subsidiárias	CAIXA	1.143, de 23 de dezembro de 2011
MG	Programa de Reestruturação da Dívida CRC/CEMIG	Credit Suisse	1.114, de 16 de dezembro de 2011
MG	Programa de Reestruturação da Dívida CRC/CEMIG	AFD	1.114, de 16 de dezembro de 2011
MG	Programa de Reestruturação da Dívida CRC/CEMIG	BIRD	1.114, de 16 de dezembro de 2011
MS	PRODETUR	BID	522, de 16 de junho de 2011
MT	Profisco	BID	631, de 21 de julho de 2011
MT	Reestruturação de dívida	Bank of America	1.156, 28 de dezembro de 2011
PA	Projeto Pontes de Concreto para o Desenvolvimento – Fase II	Banca Antonveneta	525, de 16 de junho de 2011
PA	Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Estado do Pará (PRODETUR)	BID	839, de 29 de setembro de 2011
PB	Programa de Modernização Fiscal (PROFISCO/PB)	BID	770, de 01 de setembro de 2011
PB	Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó (PROCASE)	FIDA	770, de 01 de setembro de 2011
PB	Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR Nacional	BID	1.102, de 14 de dezembro de 2011
PB	Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó – PROCASE	FIDA	1.102, de 14 de dezembro de 2011
PE	Programa de Infraestrutura Urbana e Ação Metropolitana	BIRD	528, de 16 de junho de 2011
PE	Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Ipojuca	BID	700, de 16 de agosto de 2011
PE	Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Estado de Pernambuco	BIRD	984, de 11 de novembro de 2011
PI	Programa de Financiamento do Sistema de Inovação Tecnológica	MLW - INTERMED	514, de 15 de junho de 2011
PI	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Piauí	BIRD	823, de 23 de setembro de 2011
PI	Programa de Desenvolvimento Sustentável no Semi-Árido	FIDA	1000, de 21 de novembro de 2011
PR	Programa de Modernização do Fisco - PROFISCO	BID	734, de 24 de agosto de 2011
PR	Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná	BIRD	824, de 23 de setembro de 2011
PR	Programa de Apoio ao Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios – BID/PROSFM	BID	1092, de 13 de dezembro de 2011
RJ	Maracanã Copa 2014	BNDES	511, de 15 de junho de 2011
RJ	PRODETUR	BID	511, de 15 de junho de 2011
RJ	DPL II PROHDUMS	BIRD	511, de 15 de junho de 2011
RJ	Pró-Transporte Via Light	CAIXA	511, de 15 de junho de 2011
RJ	PROCOPA II	CAF	702, de 24 de agosto de 2011
RJ	AM - Arco Metropolitano	CAF	702, de 24 de agosto de 2011

UF	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.	NOTA Nº
RJ	MRE - Malha Rodoviária Estadual – Pró-Vias	CAF	702, de 24 de agosto de 2011
RJ	Pró-Estradas	BID	702, de 24 de agosto de 2011
RJ	Inclusão Social - SEASDH - Fase I	BID	702, de 24 de agosto de 2011
RJ	Projeto PAC II – Saneamento	CAIXA	1.151, de 28 de dezembro de 2011
RN	Programa de Desenvolvimento do Turismo	BID	701, de 16 de agosto de 2011
RO	Projeto de Modernização da Administração Tributária, Financeira e Patrimonial (PROFISCO)	BID	246, de 25 de março de 2011
RO	Programa Emergencial de Financiamento II (PEF II)	BNDES	715, de 22 de agosto de 2011
RR	Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Roraima (PROFISCO)	BID	1.098, de 14 de dezembro de 2011
RS	Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento do Rio Grande do Sul	BIRD	515, de 15 de junho de 2011
RS	Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do RS	BID	1093, de 13 de dezembro de 2011
SC	Programa Rodoviário de Santa Catarina IV (BID VI- RODOVIAS)	BID	518, de 16 de junho de 2011
SE	PROMOSEFAZ/PROFISCO	BID	766, de 31 de agosto de 2011 de 2011
SE	Projeto Sergipe – Incluir para Desenvolver	BIRD	982, de 11 de novembro de 2011 de 2011
SP	Projeto Rodoanel Mário Covas- Trecho Norte- Fase I	BID	720, de 23 de agosto de 2011
SP	Programa de Transporte, Logística e Meio-Ambiente	BIRD e CAF	1.094, de 13 de dezembro de 2011
TO	Programa de Modernização Fiscal do Estado de Tocantins	BID	1.071, de 07 de dezembro de 2011

Quadro 1.7.7.b
ANÁLISES DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO REALIZADAS DOS MUNICÍPIOS

UF	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.	NOTA Nº
Aparecida de Goiânia/GO	Programa de Reestruturação Viária da Bacia do Ribeirão de Santo Antônio de Aparecida de Goiânia	CAF	805/2011
Belém/PA	Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Município de Belém	CAF	721/2011
Belém/PA	Programa de Saneamento Básico da Bacia da Estrada Nova Suplementar	BID	974/2011
Belo Horizonte/MG	Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte - Programa DRENURBS - Suplementar à 1ª Etapa	BID	493/2011
Belo Horizonte/MG	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR Nacional Belo Horizonte	BID	493/2011
Belo Horizonte/MG	Programa de Desenvolvimento Urbano e Coordenação com a Região Metropolitana de Belo Horizonte	BIRD	737/2011
Cachoeiro de Itapemirim/ES	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social do Município de Cachoeiro de Itapemirim – ES	BID	722/2011
Colatina/ES	Programa de Desenvolvimento Urbano e Saneamento Ambiental de Colatina	BID	733/2011
Contagem/MG	Projeto de Sustentabilidade Fiscal do Município de Contagem	CAF	884/2011
Curitiba/PR	Programa Integrado de Desenvolvimento do Turismo no Município de Curitiba	BID	517/2011
Curitiba/PR	Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte	AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento	104/2011

UF	NOME DO PROJETO	AGÊNCIA FINANCIAD.	NOTA Nº
Duque de Caxias/RJ	Programa de Saneamento Ambiental e Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Duque de Caxias	BID	113/2011 e 738/2011
Florianópolis/SC	Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis	BID	1108/2011
Fortaleza/CE	Programa de Transporte Urbano de Fortaleza	BID	523/2011 e 660/2011
Fortaleza/CE	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo PRODETUR NACIONAL Fortaleza	CAF	437/2011
Fortaleza/CE	Programa PAC COPA Pró-Transporte	CAIXA	438/2011
Goiânia/GO	Programa de Transporte do Município de Goiânia	CAF	851/2011
Guarulhos/SP	Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê - Município de Guarulhos	BIRD	690/2011
Hortolândia/SP	Programa de Infraestrutura e Proteção de Áreas Naturais de Hortolândia	CAF	607/2011
Jundiaí/SP	Projeto Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Jundiaí - 1ª Fase	BID	1111/2011
Limeira/SP	Programa de Desenvolvimento Urbano do Município de Limeira - Programa Acelera Limeira	CAF	478/2011
Londrina/PR	Programa de Mobilidade Ambiental e Infra-estrutura Social	BID	1104/2011
Natal/RN	Revitalização da Orla Urbana - Cidade de Natal	CAF	516/2011
Natal/RN	Programa Pró-Transporte e dos Projetos de Mobilidade Urbana Voltados para a Copa do Mundo de 2014 de Futebol	CAIXA	409/2011
Novo Hamburgo/RS	Programa de Desenvolvimento Municipal Integrado de Novo Hamburgo	BID	732/2011
Paranaguá/PR	Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano - Paranaguá no Rumo Certo	BID	130/2011 e 368/2011
Piracicaba/SP	Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Piracicaba	BID	657/2011
Ponta Grossa/PR	Programa Municipal de Desenvolvimento Urbano Integrado	CAF	87/2011
Porto Alegre/RS	Programa de Desenvolvimento do Turismo Nacional	CAF	66/2011
Recife/PE	Programa de Desenvolvimento da Educação e da Gestão Pública no Município do Recife	BIRD	502/2011 e 684/2011
Recife/PE	Programa PROCIDADES	BID	429/2011
Rio de Janeiro/RJ	Projeto de Promoção da Excelência na Gestão Pública do Município do Rio de Janeiro	BIRD	740/2011
Rio de Janeiro/RJ	Programa de Mobilidade Urbana Sustentável da Cidade do Rio de Janeiro	BID	740/2011
Rio de Janeiro/RJ	Programa de Urbanização de Assentamentos Populares - PROAP Etapa III	BID	408/2011
São Bernardo do Campo/SP	Programa de Saneamento Ambiental dos Mananciais do Alto Tietê - Município de São Bernardo do Campo	BIRD	739/2011 e 905/2011
São José dos Campos/SP	Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos	BID	233/2011
Toledo/PR	Programa de Desenvolvimento Ambiental e Sustentável do Município de Toledo	AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento	337/2011
Vila Velha/ES	Programa Integrado de Requalificação Urbana em Bairros Precários do Município de Vila Velha	CAF	1103/2011
Vitória/ES	Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Vitória	CAF	503/2011

1.7.8. Consolidação dos Balanços de Estados e Municípios

O artigo nº 51 da Lei Complementar nº 101/2000, estabelece que, até o dia 30 de junho, o Poder Executivo da União promoverá a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.

A STN efetuou a consolidação integral dos balanços dos 26 Estados e do Distrito Federal em 2011. No caso dos municípios, foram consolidados 4.949, que representam 88,95% dos Municípios brasileiros. A coleta das informações dos entes federativos é realizada pelo Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação do Tesouro Nacional – SISTN.

1.8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

1.8.1. Aspectos Gerais

Conceituam-se como Operações Oficiais de Crédito - OOC aquelas operações destinadas ao financiamento de ações que, por serem de interesse público, contam com a participação de recursos do Tesouro Nacional, tendo como característica peculiar o fato de se adotar encargos financeiros diferenciados daqueles praticados pelo mercado, envolvendo subvenção econômica direta ou indireta.

No exercício de 2011, as ações orçamentárias no âmbito das Operações Oficiais de Crédito, sob responsabilidade da Coordenação-Geral das Operações de Crédito do Tesouro Nacional – Copec, foram contempladas pela Lei nº 12.381/2011 (estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011), com o montante de R\$ 10.036.208 mil, dos quais R\$ 2.202.000 mil destinados à concessão de empréstimos e R\$ 7.834.208 mil à equalização de preços e taxas.

A execução da despesa, no conjunto dessas operações, alcançou o montante de R\$ 2.914.726 mil, sendo R\$ 2.082.502 mil em equalização de preços e taxas e R\$ 832.224 mil em operações de financiamento. O valor inscrito em Restos a Pagar 2007/2008/2009/2010 foi de R\$ 5.231.103 mil, dos quais R\$ 2.928.455 mil foram executados. Foram inscritos R\$ 5.814.257 mil em Restos a Pagar/2011, englobando saldos remanescentes de 2010, com base no Decreto nº 7.654, de 23.12.2011.

Durante o período de 2011, as Operações Oficiais de Crédito registraram R\$ 2.802.841 mil de receitas referentes à amortização e juros das diversas operações de financiamento, além de receita de alienação de estoques públicos.

Além disso, em 2011, foi aportado o montante de R\$ 4.459.025 mil nos Encargos Financeiros da União – EFU – Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, sendo R\$ 4.151.088 mil para a ação Equalização de taxas de juros nas operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica (Lei 12.096/2009) e R\$ 307.937 mil para a ação de Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – Proagro (Decreto nº 175/91).

O valor inscrito em Restos a Pagar 2010 foi de R\$ 600.000 mil, dos quais R\$ 400.000 mil foram executados. Foram inscritos R\$ 4.551.849 mil em Restos a Pagar/2011, incluindo saldo remanescente de 2010, referente a operações do EFU, com base no Decreto nº 7.654/2011.

1.8.2. Financiamento

Financiamento para Agricultura Familiar – Pronaf (Lei nº 10.186/2001)

Criado em 1995, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf expressa o caráter prioritário dado pelo governo ao apoio creditício à agricultura familiar, voltada às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Esta atividade possibilita financiar o custeio e o investimento rural, com encargos financeiros inferiores aos concedidos a beneficiários de outros programas vinculados ao crédito rural.

Em 2011, a ação de Financiamento para a Agricultura Familiar contou com dotação orçamentária de R\$ 902 milhões, além de R\$ 21.501 mil de Restos a Pagar/2010 e de R\$ 4 mil de Restos a Pagar/2009. Foram executados financeiramente R\$ 133.020 mil do orçamento de 2011 e R\$ 11.501 mil de Restos a Pagar/2010.

Foram inscritos em Restos a Pagar/2011 R\$ 22.275 mil. Foram ainda cancelados R\$ 10.000 mil de Restos a Pagar/2010 e R\$ 4 mil de Restos a Pagar 2009. Os reembolsos registrados nesta ação foram de R\$ 32.070 mil.

Financiamento para Promoção das Exportações – Proex (Lei nº 10.184/2001)

O Programa de Financiamento às Exportações - Proex tem como finalidade propiciar ao segmento exportador brasileiro maior competitividade nas suas vendas ao mercado externo, através da assistência financeira na fase de comercialização (pós-embarque) em duas modalidades: Financiamento e Equalização de Taxas de Juros.

Na modalidade Financiamento, o Tesouro Nacional repassa recursos a exportadores/importadores por meio do Banco do Brasil S.A., agente financeiro do Proex, de modo a viabilizar a concessão de crédito destinado a amparar a exportação de bens e serviços nacionais, a taxas equivalentes às praticadas no mercado internacional.

Para o exercício de 2011, foi inicialmente consignada no orçamento a dotação de R\$ 1.300.000 mil. As despesas pagas totalizaram R\$ 699.203 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar/2010 R\$ 358.248 mil, dos quais R\$ 223.180 mil foram executados. Os reembolsos no período totalizaram R\$ 1.001.823 mil.

1.8.3. Equalização**Equalização de Taxas de Juros****Equalização de Juros nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427/92)**

As operações de Custeio Agropecuário se constituem em financiamentos para as despesas normais do ciclo produtivo de lavouras periódicas, da entressafra de lavouras permanentes ou da extração de produtos vegetais espontâneos ou cultivados, incluindo o beneficiamento primário da produção obtida e seu armazenamento no imóvel rural ou em cooperativa, de exploração pecuária e de beneficiamento ou industrialização de produtos agropecuários. Essas operações, contempladas com a subvenção econômica de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros, são lastreadas tanto com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural), quanto com recursos da Poupança Rural. Essa subvenção é definida como o pagamento, pelo Tesouro Nacional, do diferencial entre o custo de captação de recursos das instituições financeiras, acrescido dos custos administrativos e tributários em que incorrem, e a taxa de juros paga pelo tomador final do crédito.

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 1.217.220 mil, que, durante o ano, teve suplementações no valor de R\$ 127.000 mil e cancelamentos no valor de R\$ 205.000 mil. Além destes recursos, esta ação contou com R\$ 1.076.767 mil de Restos a Pagar/2010 e de R\$ 241.149 mil de Restos a Pagar/2009. Foram executados financeiramente R\$ 129.019 mil do orçamento de 2011, além de R\$ 554.760 mil de Restos a Pagar/2010 e R\$ 233.582 mil de Restos a Pagar/2009. Foram inscritos R\$ 1.010.201 mil em Restos a Pagar/2011 e prorrogados R\$ 451.240 mil referentes a Restos a Pagar/2010, com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23.12.2011. Foram cancelados R\$ 7.567 mil de Restos a Pagar/2009 e R\$ 70.767 mil de Restos a Pagar/2010.

Equalização de Juros em Operações de Empréstimos do Governo Federal – EGF (Lei nº/92)

Os Empréstimos do Governo Federal visam proporcionar recursos financeiros aos produtores rurais e suas cooperativas, de modo a permitir o armazenamento e a conservação de seus produtos para venda futura em melhores condições de mercado. Classificam-se como crédito de comercialização e têm como base o valor do preço mínimo dos produtos, sem a interferência de ágios e deságios. Essas operações são lastreadas com recursos da Poupança Rural e contempladas com a subvenção econômica de equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros.

Esta ação contou com dotação orçamentária de R\$ 155.802 mil, além de R\$ 110.675 mil de Restos a Pagar/2010. Foram executados financeiramente R\$ 4.223 mil, além de R\$ 72.493 mil de Restos a Pagar/2010. O montante inscrito em Restos a Pagar/2011 foi de R\$ 151.579 mil. Dos Restos a Pagar/2010, foram prorrogados R\$ 30.507 mil, com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23.12.2011 e cancelados R\$ 7.675 mil.

Equalização de Juros para Agricultura Familiar – Pronaf (Lei nº 8.247/92)

A modalidade de subvenção econômica do Pronaf abrange a equalização de taxas de juros – definida como a cobertura do diferencial de taxas entre o custo de captação de recursos, acrescidos dos custos administrativos e tributários a que estão sujeitas as instituições financeiras e os encargos cobrados do tomador final do crédito - os rebates sob a forma de bônus de adimplência sobre o principal e/ou juros, além do pagamento da remuneração das Instituições Financeiras pelo serviço de contratar operações de crédito do Pronaf com recursos do Orçamento Geral da União (Pronaf/OGU).

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 1.759.804 mil, que posteriormente foi suplementada em R\$ 1.300.000 mil, além de R\$ 188.863 mil de Restos a Pagar/2008, de R\$ 409.055 mil de Restos a Pagar/2009 e de R\$ 830.886 mil de Restos a Pagar/2010.

Desses valores, foram executados financeiramente R\$ 1.030.295 mil da dotação orçamentária de 2011, além de R\$ 16.564 mil de Restos a Pagar/2008, R\$ 322.067 mil de Restos a Pagar/2009 e de R\$ 830.886 mil de Restos a Pagar/2010.

Foram inscritos em Restos a Pagar/2011 R\$ 2.029.509 mil. Foram ainda cancelados R\$ 172.298 mil referentes a Restos a Pagar/2008 e R\$ 86.988 mil referentes aos Restos a Pagar/2009.

Equalização de Juros e Outros Encargos Financeiros em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427/92)

As operações de crédito de Investimento Rural e Agroindustrial equalizadas pelo Tesouro Nacional abrangem uma série de programas no âmbito da agricultura empresarial.

Os financiamentos concedidos pelo Banco do Brasil S.A. estão no âmbito do Programa de Geração Emprego e Renda - Proger, enquanto os do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES distribuem-se da seguinte forma:

- PRODUSA – PROGRAMA DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO
- MODERFROTA – Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras;
- MODERAGRO – Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais;
- PROLEITE – Programa de Incentivo à Mecanização, ao Resfriamento e ao Transporte Granelizado da Produção de Leite;
- MODERINFRA – Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem;
- PROPFLORA – Programa de Plantio Comercial de Florestas;
- PRODECOOP – Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária;
- PRODEFRUTA – Programa de Desenvolvimento da Fruticultura;
- PRODEAGRO – Programa de Desenvolvimento do Agronegócio;
- PROLAPEC – Programa de Integração Lavoura-Pecuária.
- PROCAP-AGRO – Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias

Esta ação contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 427.127 mil, além de R\$ 237.750 mil de Restos a Pagar/2010, R\$ 56.310 mil de Restos a Pagar/2009, R\$ 145.909 mil de Restos a Pagar/2008 e R\$ 140.141 mil de Restos a Pagar/2007. Foram executados financeiramente R\$ 30.981 mil do orçamento de 2011 e R\$ 22.000 mil dos Restos a Pagar/2010. Os valores referentes aos Restos a Pagar de 2007, 2008 e 2009 foram cancelados.

Foram inscritos em Restos a Pagar/2011 R\$ 396.146 mil, bem como prorrogados R\$ 215.750 mil referentes a Restos a Pagar/2010, com base no Decreto nº 7.654/2011, de 23.12.2011.

Equalização de Juros decorrentes do Alongamento de Dívidas do Crédito Rural (Lei nº 9.866/99)

Esta ação destina-se ao ressarcimento às instituições financeiras dos benefícios concedidos aos produtores rurais com dívidas alongadas com base na Resolução CMN nº 2.471/1998, desde que as parcelas de juros sejam pagas até o vencimento. Assim, quando aqueles produtores recolhem suas parcelas dentro do vencimento, obtêm automaticamente o desconto – de até 5 pontos percentuais, conforme o caso – junto ao agente financeiro e este, por sua vez, solicita o ressarcimento dos valores ao Tesouro Nacional, conforme disposto nas Leis nºs. 9.866/1999 e 10.437/2002.

No exercício de 2011, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 292.338 mil, além de R\$ 150.546 mil inscritos em RAP/2010, valores que

foram integralmente executados ao longo do exercício.

Equalização de Juros para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126/2001)

O Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, instituído a partir da Resolução CMN nº 2.165/95, tem passado por sucessivas reestruturações em razão do elevado nível de endividamento enfrentado pelos produtores.

Nesse conjunto, destacam-se medidas que autorizaram o refinanciamento e a contratação de novas operações com taxas de juros pré-fixadas e bônus de adimplência, em substituição aos encargos financeiros anteriores, tendo como primeiro normativo a Resolução CMN nº 2.960/2002, que, além de prefixar encargos, concedeu prazo de até 10 anos para operações renegociadas e novas operações. Além disso, a Resolução CMN nº 3.345/2006, e alterações posteriores, permitiram a renegociação de dívidas de cacauicultores que não foram beneficiados pelas condições previstas na Resolução CMN nº 2.960/02. A Lei nº 11.775/2008, alterada pelas Leis nº 11.922/2009 e nº 12.058/2009, autorizou nova renegociação de dívidas de operações contratadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e que não foram renegociadas com base no do art. 5º da Lei nº 9.138/1995.

No orçamento de 2011, foram previstos recursos da ordem de R\$ 270 mil para atender a equalizações de juros. Adicionalmente, havia a disponibilidade de R\$ 2.142 mil referentes a valores inscritos em RAP/2010, dos quais apenas R\$ 142 mil foram executados, tendo sido cancelado o valor restante. A execução da despesa foi prejudicada pelo não encaminhamento da totalidade das informações necessárias ao Tesouro Nacional pelo BNDES, em virtude das constantes prorrogações de vencimentos das operações. A totalidade dos recursos previstos no exercício foi inscrita em Restos a Pagar/2011.

Equalização de Juros para Promoção das Exportações - Proex – (Lei nº 10.184/ 2001)

O PROEX – Programa de Financiamento às Exportações também equaliza taxa de juros com a finalidade de tornar os encargos financeiros dos financiamentos à exportação, concedidos pelas instituições financeiras, compatíveis com os praticados no mercado internacional, contribuindo, para a competitividade das exportações brasileiras. Esta subvenção varia de 0,5% a 2,5% a.a., em função do prazo de financiamento.

No exercício de 2011, foram consignadas dotações orçamentárias de R\$ 1 bilhão para Equalização e R\$ 39 milhões para remuneração do agente financeiro, totalizando R\$ 1.039 milhões. As despesas pagas

totalizaram R\$ 217.349 mil, sendo R\$ 189.847 mil para Equalização e R\$ 27.502 mil para a remuneração do agente financeiro. Foram inscritos em Restos a Pagar/2010 R\$ 289.100 mil, sendo R\$ 281.600 mil de Equalização, dos quais R\$ 146.783 mil foram executados, e R\$ 7.500 mil para remuneração do agente financeiro, dos quais R\$ 6.037 mil foram executados. Além disso, do Restos a Pagar/2009, que foi prorrogado até dezembro de 2011, no valor de R\$ 360.500 mil de Equalização, foram executados R\$ 34.776 mil.

Equalização de Juros nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529/2007)

A Lei nº 11.529/2007 autorizou a União a conceder subvenção, na forma de equalização de taxas e de bônus de adimplência sobre juros nas operações de financiamento com recursos do BNDES, a empresas dos setores de pedras ornamentais, beneficiamento de madeira, beneficiamento de couro, calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção, inclusive linha lar, móveis de madeira, fertilizantes e defensivos agrícolas, frutas *in natura* e processadas, cerâmicas, *software* e prestação de serviços de tecnologia da informação, ajudas técnicas e tecnologias assistivas às pessoas com deficiência, autopeças e bens de capital, exceto veículos automotores para transporte de cargas e passageiros, embarcações, aeronaves, vagões e locomotivas ferroviárias e metroviárias, tratores, colheitadeiras e máquinas rodoviárias. Além disso, também contaram com a subvenção as micro, pequenas e médias empresas e empresas de aquicultura e pesca de municípios do Estado de Santa Catarina atingidos pelas fortes chuvas ocorridas nos últimos meses de 2008.

No exercício de 2011, esta ação orçamentária contou com dotação de R\$ 127.780 mil, dos quais R\$ 72.521 mil foram cancelados, os R\$ 55.259 mil restantes, foram inscritos em Restos a Pagar/2011, com previsão de execução ao longo de 2012. Dos R\$ 50.695 mil provenientes de Restos a Pagar/2010, R\$ 25.695 mil foram executados.

Equalização de Juros em Financiamentos destinados à Liquidação de Dívidas de Produtores Rurais e Cooperativas (Lei nº 11.524/2007).

O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes de subvenção sob a forma de equalização nas operações de financiamentos para a liquidação de dívidas contraídas por produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos agropecuários, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006, com vencimento a partir de 1º de janeiro de 2005, nos termos da Lei nº 11.524/2007.

Em 2011, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 4.000 mil. No entanto, devido à ausência de demanda por essas operações, esses recursos foram cancelados.

Equalização de Taxas de Juros em Financiamentos destinados à Estocagem de Alcool Etílico Combustível (Lei nº 11.922/2009)

Esta ação tem como objetivo o pagamento de equalização em empréstimos e financiamentos concedidos com recursos do BNDES, contratados em 2009 e 2010, destinados à estocagem de álcool etílico combustível, com o intuito de buscar regularidade no abastecimento nacional e estabilidade de preços para o setor sucroalcooleiro.

Em 2011 a ação contou com orçamento de R\$ 15.347 mil. Em função da previsão de não utilização da totalidade dos recursos, foram cancelados R\$ 14.000 mil. Os R\$ 1.347 mil restantes foram inscritos em RAP/2011, com previsão de execução ao longo de 2012.

Equalização de Preços

Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos – AGF (Lei nº 8.247/92)

O Programa de Aquisições do Governo Federal - AGF é o instrumento da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM. Esta ação orçamentária contempla:

- Os repasses, realizados pelo Tesouro Nacional à Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, relativos às aquisições de produtos agropecuários e ao pagamento das despesas da PGPM (abordado no item 2.8.4 – Outras Atividades Desenvolvidas); e
- O pagamento de equalização de preços, referente à diferença entre o valor de venda do produto e o correspondente saldo devedor, quando da baixa do estoque da Conab.

Quando da venda dos estoques públicos, a Conab, a depender das condições conjunturais do mercado de produtos agrícolas, pode não obter o montante necessário à liquidação do valor correspondente às despesas com a aquisição e o carregamento dos produtos vendidos. Assim, por meio da rubrica de equalização de preços do programa AGF, aquela empresa recebe subvenção econômica do Tesouro Nacional com vistas à cobertura do diferencial entre o custo de remissão dos produtos vendidos e a receita arrecadada com a venda. Cabe registrar que o orçamento da equalização de preços da ação AGF consta das Operações Oficiais de Crédito, sob gestão da Secretaria do Tesouro Nacional.

A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal – AGF contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 300 milhões, que posteriormente foi suplementado em R\$ 186.990 mil. Deste novo montante, foram cancelados R\$ 16.990 mil. A ação contou ainda com R\$ 38.000 mil de Restos a Pagar/2009 e R\$ 154.917 mil de Restos a Pagar/2010. Dos R\$ 470.000 mil resultantes da suplementação e cancelamento, foram executados financeiramente R\$ 365.741 mil. Foram inscritos em Restos a Pagar/2011 R\$ 257.019 mil, além de terem sido cancelados, na totalidade, os Restos a Pagar 2009 e Restos a Pagar/2010. Os reembolsos no período totalizaram R\$ 1.663.991 mil, referentes à alienação de estoques reguladores e estratégicos.

Equalização de Preços nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos (Agricultura Familiar) – AGF-AF (Lei nº 8.247/92)

Em 2011, foi criada a modalidade do AGF específica para a Agricultura Familiar, o AGF-AF. O Programa funciona com as mesmas bases do AGF. A ação de equalização de preços em operações vinculadas à ação Aquisições do Governo Federal da Agricultura Familiar – AGF-AF contou inicialmente com crédito especial de R\$ 16.990 mil, que foi inteiramente inscrito em Restos a Pagar/2011.

Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários – GSPCPA (Lei nº 8.247/92)

O Programa Garantia e Sustentação de Preços, integrante da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM é composto pelos seguintes instrumentos: Contrato de Opção, Prêmio para o Escoamento de Produto - PEP, Contrato Privado de Opção de Venda - PROP e Prêmio Equalizador pago ao Produtor - Pepro.

O Contrato de Opção Venda (Público) representa um instrumento de seguro dos preços de produtos agrícolas, que desonera o Tesouro Nacional da necessidade de dispêndios imediatos com recursos para aquisição de produtos. O Governo Federal, através da Conab, leiloa contratos que preveem a aquisição de um produto específico, a ser feita em determinada data, a um preço pré-estabelecido (preço de exercício). O Contrato Público de Opção de Venda tem no prêmio cobrado do produtor o custo que este incorre para ter a garantia de preços.

O PEP constitui-se em uma subvenção econômica concedida pelo Governo Federal. Para tanto, a Conab realiza leilão público com vistas à obtenção do menor prêmio, que os arrematantes estariam dispostos a receber do governo para adquirir o produto diretamente do produtor e transportá-lo até a região indicada no correspondente edital. Desta forma, o PEP promove a participação da iniciativa

privada na comercialização e no escoamento de produtos agrícolas, ao mesmo tempo em que assegura o recebimento do Preço Mínimo aos produtores rurais e evita a formação de estoques governamentais, cujo carregamento é oneroso.

O Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda - PROP é também uma forma de subvenção econômica e destina-se ao segmento consumidor que se dispõe a adquirir, em data futura, determinado produto diretamente de produtores ou de suas cooperativas, pelo preço de exercício fixado e nas unidades da federação estabelecidas pelo Governo Federal.

O Prêmio Equalizador pago ao Produtor - Pepro é uma subvenção econômica (prêmio) concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa, que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o valor de referência estabelecido e o valor do prêmio equalizador arrematado em leilão.

Os instrumentos utilizados no Programa Garantia e Sustentação de Preços representam mecanismos alternativos aos tradicionalmente utilizados na PGPM (Aquisições do Governo Federal e Empréstimos do Governo Federal). Tais instrumentos representam a implementação de estratégias de apoio à comercialização menos intervencionista e mais voltada para o mercado, importantes no sentido de adequar a política agrícola ao controle fiscal e ao processo de abertura comercial pelo qual a economia brasileira vem passando.

Em 2011 o programa contou com dotação orçamentária inicial de R\$ 2.697.574 mil, dos quais R\$ 1.656.740 mil foram cancelados, além de R\$ 860.000 mil de Restos a Pagar/2010. Foram executados financeiramente R\$ 292.174 mil do orçamento de 2011, além de R\$ 537.200 mil de Restos a Pagar/2010. A inscrição em Restos a Pagar/2011 totalizou R\$ 213.799 mil. Do montante de Restos a Pagar de 2010, foram prorrogados, com base no Decreto nº 7.654/2011, R\$ 191.700 mil e cancelados R\$ 131.100 mil.

Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários – GSPCPA (Agricultura Familiar)(Lei nº 8.247/92)

O Programa Garantia e Sustentação de Preços, integrante da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, assim como o AGF, iniciou em 2011 a modalidade exclusiva da Agricultura Familiar. O novo programa opera da mesma forma que o Programa Garantia e Sustentação de Preços, com diferença de ser exclusivamente voltado a atender os produtores da Agricultura Familiar. O novo programa contou inicialmente com crédito especial de R\$ 152.760 mil.

1.8.4. Outras Atividades Desenvolvidas**Aquisições de Operações do Programa Nacional da Agricultura Familiar - Pronaf**

No exercício de 2009, foi criada ação para Aquisição de Operações de Pronaf, com valor orçamentário de R\$ 10 milhões, para atender ao disposto no artigo 20 da Lei nº 11.775/2008, que autorizou a União adquirir operações do Grupo A/C do Pronaf, contratadas pelo Banco do Brasil S.A., Banco da Amazônia S.A. e Banco do Nordeste do Brasil S.A., com risco dessas instituições. Em 2011, esta ação contou com R\$ 8.475 mil de Restos a Pagar/2010. Deste montante, nada foi executado, e a dotação foi inteiramente cancelada.

Encargos Financeiros da União (EFU) - Indenizações e Restituições Relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro (Decreto Nº 175/91)

O Programa foi instituído pela Lei nº 5.969/73, com o objetivo de garantir, parcial ou integralmente, o financiamento contratado por agricultores atingidos por fenômenos climáticos naturais, pragas e doenças (Lei nº 8.171/91) e/ou queda em sua produção, além de prover cobertura de parte da receita esperada de agricultores familiares, a partir da Resolução CMN 3.237/2004.

Em razão da insuficiência de receita, proveniente do prêmio cobrado junto aos produtores, a União tem procedido à alocação no orçamento de recursos adicionais, com vistas a complementar o pagamento das obrigações do Proagro, conforme disposto na MP nº 2.162-72/2001, a partir de solicitação do Banco Central do Brasil - Bacen, na condição de gestor do programa.

No exercício de 2011, foram alocados R\$ 307.937 mil para a complementação das despesas do PROAGRO, não executados durante o exercício e integralmente inscritos em Restos a Pagar/2011, além de R\$ 121.800 mil referentes ao orçamento de 2010 (prorrogados com base no Decreto 7.654/2011), com previsão de execução ao longo do exercício de 2012.

Encargos Financeiros da União - Equalização de taxas de juros nas operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica (MP nº 465/2009)

O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES, sob a forma de equalização de taxas de juros, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital, à produção de bens de consumo para exportação, ao setor de energia elétrica e à inovação tecnológica.

A União foi originalmente autorizada a conceder a referida subvenção econômica por meio da Medida Provisória nº 465/2009, a qual foi convertida na Lei nº 12.096/2009. A MP nº 513/2010, convertida na Lei nº 12.409/2011, e a MP nº 523/2011, autorizaram a concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a empresas e micro empreendedores individuais e produtores rurais localizados em municípios atingidos por calamidades nos Estados de Alagoas e Pernambuco e do Rio de Janeiro, respectivamente. A regulamentação das medidas de apoio aos estados atingidos foi definida no contexto das normas relativas às operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital.

Em 2011, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 4.151.088, dos quais R\$ 28.976 mil foram executados ao longo do exercício, além de R\$ 400.000 mil referentes a valores inscritos em RAP/2010 integralmente utilizados. Também houve suplementação orçamentária no valor de R\$ 127.828 mil.

Encargos Financeiros da União - Equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros em operações de financiamento para infraestrutura em projetos de habitação popular (Lei nº 11.977/2009) – Programa Minha Casa, Minha Vida.

O objetivo desta ação é fazer face às obrigações financeiras decorrentes da subvenção econômica concedida pela União ao BNDES, sob a forma de equalização de taxas de juros e de outros encargos financeiros, especificamente nas operações de financiamento de linha especial para infraestrutura em projetos de habitação popular concedidas no escopo do Programa Minha Casa Minha Vida.

Em 2011, a ação contou com dotação orçamentária de R\$ 46.828 mil, os quais não foram descentralizados para empenho da Unidade Gestora em razão de adiamentos na implementação do Programa, sobretudo relacionados à assinatura do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito (nº 10.2.1894.1), firmado somente em 26.11.2010 entre o BNDES e a Caixa Econômica Federal - CAIXA, na qualidade de beneficiária do crédito e agente financeiro do Programa.

Com isso, e tendo em vista a carência de até 18 meses para o início do pagamento da equalização ao BNDES (mediante solicitação do Agente Financeiro àquele Banco), estabelecida nos termos das Resoluções CMN nº 3.710/2009 e nº 3.758/2009, as despesas de equalização relacionadas à ação deverão ter seus pagamentos iniciados somente no exercício de 2012.

1.8.5. Autorização para Realização de Operações de Crédito dos Entes da Federação**Análise de Requisitos - Descrição e Objetivos**

No âmbito da análise fiscal de Estados, Distrito Federal e Municípios, a Lei Complementar nº 101/2000, e as Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, ambas de 2001, atribuíram ao Ministério da Fazenda - MF funções inerentes à verificação do cumprimento das condições relativas à realização de operações de crédito de interesse dos entes federativos, bem como do cumprimento dos limites de endividamento desses entes, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. Coube à Secretaria do Tesouro Nacional a execução dessas atribuições, anteriormente desempenhadas pelo Banco Central do Brasil, tendo sido então adotadas providências com vistas à criação de nova Coordenação na STN, no caso a Copem, cujas atividades tiveram início quando da publicação da Portaria nº 4/2002, revogada pela Portaria nº 115/2008, posteriormente revogada pela Portaria nº 396/2009. Vale ressaltar que essa Coordenação não possui nenhuma ação inscrita no plano plurianual.

Beneficiários

Entre janeiro e dezembro de 2011, a Secretaria do Tesouro Nacional concluiu a análise de 1020 processos relativos a pleitos estaduais e municipais para contratação de operações de crédito. Destes, 227 pleitos foram arquivados, um foi indeferido, 29 encaminhados para a análise de concessão de garantia da União e em 763 pleitos foi verificado o cumprimento dos limites legais para a contratação das operações.

O valor das operações de crédito interno sem concessão de garantia da União para as quais o ente cumpriu os limites determinados pelo Senado Federal totalizou R\$ 7.541.086.121,43. Para cada pleito, foi emitido Parecer da Coordenação-Geral com vistas a evidenciar a existência ou não da capacidade de endividamento do ente público pleiteante e sua adequação aos limites estabelecidos nos diplomas legais.

As informações relativas a essas análises foram encaminhadas mensalmente ao Senado Federal, no mês subsequente à análise. Registre-se a atuação da STN junto aos diversos agentes financeiros envolvidos na contratação de operações de crédito dos entes com vistas a promover treinamento qualificado para a instrução correta dos pleitos submetidos à análise da STN.

A edição da Resolução nº 3.751/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN regulamentou novas normas para o processo de verificação de limites e condições para contratação de operação de crédito pelos entes federativos. A partir daquela data, os agentes financeiros autorizados a operar com o setor público deverão, na forma estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, centralizar o recebimento de todos os documentos necessários à completa verificação dos limites e das condições definidos em lei e demais atos normativos, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000.

A STN mantém, em sistema informatizado, banco de dados com informações detalhadas de todas as operações de crédito aprovadas por esta Secretaria, não só para acompanhamento da situação e localização de cada processo, mas para manutenção do histórico estatístico do volume e das condições financeiras das operações de crédito aprovadas. Foi mantida, no sítio da STN, área específica para divulgação de informações sobre o endividamento de Estados e Municípios referentes às operações de crédito analisadas e em tramitação. A STN, por meio de sua área fim, trabalhou no aperfeiçoamento e manutenção do sistema próprio que auxilia a análise dos pleitos de operação de crédito de Estados e Municípios.

1.9. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS**1.9.1. Contratação Direta - Financiamento de Projetos e Aquisição de Bens**

A União contratou, durante o exercício de 2011, operações de crédito externo no valor total de US\$ 415,40 milhões, firmadas com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e com o BNP Paribas S.A.

TABELA 1.9.1.a
FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS – 2011

CREDOR	DATA DE ASSINATURA	PROJETOS / PROGRAMAS	VALOR (US\$)
BNP Paribas	24/8/2011	Projeto AM-X (Ministério da Aeronáutica)	108,069,000.00
BIRD	21/9/2011	Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional	200,000,000.00
BIRD	15/12/2011	Programa de Desenvolvimento do Setor de Água – INTERÁGUA – ANA	107,332,500.00
TOTAL			415,401,500.00

Fonte: Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2011

O demonstrativo abaixo apresenta a evolução das contratações de operações de crédito externo firmadas pela União desde o ano 2004 até 2011, separadas entre Financiamento de Projetos e Doações.

TABELA 1.9.1.b
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO – 2004 A 2011

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	em US\$ milhões							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Financiamento de Projetos	1,189.58	2,347.00	1,298.82	732	5	3,125.08	1,315.00	415.40
Doações	1.39	8.76	11.56	0.44	3.44	0.38	0	1.27
TOTAL	1,190.97	2,355.76	1,310.38	732.44	8.44	3,125.46	1,315.00	416.67

Fonte: Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2011

1.9.2. Concessão de Garantias Externas

No ano de 2011 foram concedidas garantias externas no montante de US\$ 2.188,93 milhões, sendo que, desse valor, 30,78% foram destinadas a Entidades Federais e 69,22% destinadas aos Estados, Municípios e Entidades Controladas.

TABELA 1.9.2.a
CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2004 a 2011

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO	US\$ milhões							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
GARANTIAS CONCEDIDAS	882.21	1,334.86	969.46	1,254.64	3,970.05	4,085.01	7,401.63	2,188.93
- A ENTIDADES FEDERAIS	-	1,060.00	-	1,000.00	-	1,018.47	1,060.00	673.66
- A ESTADOS, MUNICÍPIOS E ENTIDADES CONTROLADAS	882.21	274.86	969.46	254.64	3,970.05	3,066.54	6,341.63	1,515.27

Fonte: Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2011

A seguir, demonstrativo contendo a discriminação individualizada de todos os contratos de garantias externas formalizados pela União no ano de 2011, com os respectivos Mutuários, incluindo o Valor Contratado e a Descrição de cada Projeto.

TABELA 1.9.2.b
CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2011

Contratos de Garantia Assinados em 2011					
Contrato	Mutuário	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado (correspondente em USD)	Descrição
JBIC BZ-P18	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP	15/2/2011	JPY	248,335,276.59	Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista – Fase II
BIRD 7884-BR	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás)	24/2/2011	US\$	495,000,000.00	Projeto de Reabilitação da Distribuição – Eletrobrás
BID 2147/OCBR	Gov do Estado de Pernambuco	20/6/2011	US\$	10,000,000.00	Programa de Produção e Difusão de inovações para a Competitividade de APLs do Est do Pernambuco
BID 2500/OCBR	Gov. de São Paulo	13/7/2011	US\$	115,700,000.00	Programa Várzeas do Tietê
BID 2411/OCBR	Gov. do Estado do Rio de Janeiro	8/8/2011	US\$	112,000,000.00	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional – RJ
BIRD 8011-BR	Gov. do Estado do Rio de Janeiro	9/8/2011	US\$	485,000,000.00	Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável – PROHDUMS
AFD 3005	Município de Curitiba	19/7/2011	EUR	46,908,240.00	Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte
BID 2258/OCBR	Município de Aracaju	22/7/2011	USD	30,250,000.00	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Aracaju – Procidades
BID 2323/OCBR	Mun. De São José dos Campos	18/8/2011	USD	85,672,400.00	Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos – SP
BID 2371/OCBR	Est. Do Rio Grande do Sul	29/8/2011	USD	60,000,000.00	Programa de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul – Profisco – RS
BID 2520/OCBR	Município de Paranaguá	30/9/2011	USD	16,649,600.00	Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano de Paranaguá – Procidades
KFW – COPASA	COPASA	29/11/2011	EUR	129,760,000.00	Programa de Despoluição da Bacia do Rio Paraopeba
BIRD 7964-BR	Caixa Econômica Federal	5/12/2011	USD	50,000,000.00	Prog. De Financiamento para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
BID 2483/OCBR	Estado do Espírito Santo	21/12/2011	USD	175,000,000.00	Programa Rodoviário do Espírito Santo III
BID 2549/OCBR	Furnas – Centrais Elétricas	21/12/2011	USD	128,660,000.00	Programa de Recuperação das Hidrelétricas de Furnas e Luiz Carlos Barreto de Carvalho
TOTAL (equivalente em USD)				2,188,935,516.59	

Fontes: Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2011.

1.9.3. Concessão de Garantias Internas

Em 2011, foram concedidas (formalizadas) garantias internas no montante de R\$ 4.040,66 milhões, sendo que, desse valor, 25,75% foram destinados a Estados e 74,25% a Entidades Federais.

TABELA 1.9.3
CONCESSÃO DE GARANTIAS INTERNAS – 2011

Contrato	Mutuário / Executor	Data de assinatura	Credor	Valor (R\$)	Descrição
655 / PGFN / CAF	FINEP	20/6/2011	BNDES	1,000,000,000.00	Projetos de Inovação de Natureza Tecnológica
666 / PGFN / CAF	Estado da Paraíba	17/8/2011	BNDES	287,334,000.00	Programa de Desenvolvimento Integrado
684 / PGFN / CAF	Estado do Rio de Janeiro	11/10/2011	BNDES	400,000,000.00	Programa BNDES de Arenas para a Copa do Mundo de 2014
699 / PGFN / CAF	Estado do Rio Grande do Sul	1/12/2011	BNDES	94,192,000.00	Programa de Desenvolvimento Integrado
707 / PGFN / CAF	Estado do Rio de Janeiro	27/12/2011	CEF	259,138,332.31	Programa Pró-Transporte
712 / PGFN / CAF	FINEP	29/12/2011	BNDES	2,000,000,000.00	Projetos de Inovação de Natureza Tecnológica
Total				4,040,664,332.31	

Fontes: Relação de Contratos da PGFN.

Posição: dezembro/2011.

1.9.4. Saldo das Garantias Concedidas pela União e Respectivas Contragarantias

As tabelas a seguir apresentam o saldo devedor das garantias concedidas pelo Tesouro Nacional no ano de 2011, e as respectivas contragarantias vinculadas, assim agrupadas: 1) Operações Externas e 2) Operações Internas, que por sua vez, dividem-se em a) Fiança ou aval em operações de crédito e b) Outras Garantias nos termos da LRF. São registradas garantias concedidas por fundos ou outras entidades, em nome da União, com destaque também para o Fundo de Garantia à Exportação FGE, o Seguro de Crédito à Exportação-IRB, o Fundo de Aval para Promoção da Competitividade – FGPC, o Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda – Funproger e o Excedente Único de Riscos Extraordinários – EURE/IRB.

Os saldos das Garantias e das Contra Garantias abaixo relacionadas se encontram na forma do Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestralmente. Para maiores informações e esclarecimentos a respeito do seu conteúdo sugerimos a consulta ao Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2011.

TABELA 1.9.4.a
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS

GARANTIA	SALDO (R\$) - ATÉ O 3º TRIMESTRE/2011
1 - Externa	42,844,982,502.16
1.1 - FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	42,844,982,502.16
Agências Governamentais	3,352,485,691.14
Banco Federal	4,541,753.43
Empresas Privatizadas	6,076,758.71
Estados e Municípios e Entidades Controladas	2,416,934,840.72
Estatais Federais	924,932,338.28
Bancos Privados	2,166,933,677.35
Estados e Municípios e Entidades Controladas	2,143,549,061.47
Estatais Federais	23,384,615.88
Organismos Multilaterais	37,325,563,133.67
Empresas Privatizadas	1,339,857.17
Estados e Municípios e Entidades Controladas	26,085,857,901.15
Estatais Federais	11,238,365,375.35
Outros Credores	-
Empresas Privatizadas	-
2 - Interna	71,514,905,945.60
2.1 - FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	33,977,503,858.07

GARANTIA	SALDO (R\$) - ATÉ O 3º TRIMESTRE/2011
Banco Federal	11,090,093,269.49
Banco Federal	2,991,315,685.13
Estados e Municípios e Entidades Controladas	7,092,534,545.24
Estatais Federais	1,006,243,039.12
Estatais Federais	11,416,081,939.11
Estados e Municípios e Entidades Controladas	337,638,294.27
Itaipu Binacional	11,078,443,644.84
Fundos Credores	11,471,328,649.47
Estatais Federais	11,471,328,649.47
2.2 - OUTRAS GARANTIAS NOS TERMOS DA LRF	37,537,402,087.53
Exportadores	19,477,363,143.55
Estatais Federais	552,368,902.45
Fundos Devedores	18,924,994,241.10
Fundos Credores	16,179,253,215.99
Estatais Federais	10,652,013,654.04
Fundos Devedores	1,245,621,167.74
Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no âmbito da Lei nº 8.036/90	3,781,824,461.87
Seguros Garantias	499,793,932.34
Outros Países	1,880,785,727.99
Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond)	1,880,785,727.99
TOTAL GERAL	114,359,888,447.76

TABELA 1.9.4.b
DEMONSTRATIVO DAS CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS

GARANTIA	SALDO (R\$) - ATÉ O 3º TRIMESTRE/2011
1 - Externa	34,290,079,562.20
1.1 - FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	34,290,079,562.20
Agências Governamentais	2,911,806,360.53
Banco Federal	4,541,753.43
Empresas Privatizadas	6,076,758.71
Estados e Municípios e Entidades Controladas	2,416,934,840.72
Estatais Federais	484,253,007.67
Bancos Privados	2,166,933,677.35
Estados e Municípios e Entidades Controladas	2,143,549,061.47
Estatais Federais	23,384,615.88
Organismos Multilaterais	29,211,339,524.32
Empresas Privatizadas	1,339,857.17
Estados e Municípios e Entidades Controladas	26,085,857,901.15
Estatais Federais	3,124,141,766.00
Outros Credores	-
Empresas Privatizadas	-
2 - Interna	29,873,835,964.80
2.1 - FIANÇA OU AVAL EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	22,506,175,208.60
Banco Federal	11,090,093,269.49
Banco Federal	2,991,315,685.13
Estados e Municípios e Entidades Controladas	7,092,534,545.24
Estatais Federais	1,006,243,039.12
Estatais Federais	11,416,081,939.11
Estados e Municípios e Entidades Controladas	337,638,294.27
Itaipu Binacional	11,078,443,644.84
2.2 - OUTRAS GARANTIAS NOS TERMOS DA LRF	7,367,660,756.21
Fundos Credores	5,486,875,028.22
Fundos Devedores	1,205,256,634.01
Risco de Crédito da União de Operações de Empréstimos no âmbito da Lei nº 8.036/90	3,781,824,461.87
Seguros Garantias	499,793,932.34
Outros Países	1,880,785,727.99
Garantia de Execução de Contrato (Performance Bond) e de Devolução de Sinal (Refundment Bond)	1,880,785,727.99
TOTAL GERAL	64,163,915,527.00

1.9.5. Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito

Em 2011, não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta. O comportamento dos últimos sete anos evidencia a ausência de inadimplência frente aos compromissos garantidos, que decorre da atual disciplina fiscal vigente no País, da análise prévia de capacidade de pagamento, da vinculação de contragarantias e do fato de que as operações garantidas são, em sua maioria, junto a organismos internacionais.

1.9.6. Securitização de Dívidas

Uma parcela importante dos chamados passivos contingente da União vem sendo regularizada por meio do instrumento da securitização, ou seja, o pagamento, aos credores, em títulos da dívida pública federal, após o devido reconhecimento das obrigações, na forma da lei e regulamentos.

As estimativas quanto ao montante das obrigações da União a serem regularizadas por meio da securitização são formadas a partir da situação dos processos que as representam, no que diz respeito à documentação e legislação aplicável. A efetiva conclusão desses processos, com a emissão dos créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, leva em conta, também, as metas definidas pelo Governo Federal para o ajuste fiscal do País.

As chamadas dívidas em processo de reconhecimento, de acordo com sua origem, podem ser classificadas em três categorias predominantes, como demonstra a tabela 1.9.6, a seguir, que contém as estimativas do estoque dessas obrigações, feitas ao final dos dois últimos exercícios:

TABELA 1.9.6
DÍVIDAS EM PROCESSO DE RECONHECIMENTO NO TESOIRO NACIONAL

ORIGEM	POSIÇÃO EM 31/12/2010		POSIÇÃO EM 31/12/2011	
	R\$ MILHÕES	%	R\$ MILHÕES	%
LIQUIDAÇÃO/EXTINÇÃO	5.087,52	4,77	5.633,11	5,37
DÍVIDA DIRETA	5.958,25	5,59	6.542,62	6,24
DIVERSOS	2.410,51	2,26	2.657,74	2,53
VAF3	1.344,11	1,26	1.440,71	1,37
CRIAÇÃO ESTADOS	2.203,63	2,07	2.444,17	2,33
SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	95.571,59	89,64	92.700,82	88,39
NOVAÇÃO FCVS	87.141,89	81,73	84.049,06	80,14
VAF4	8.429,70	7,91	8.651,77	8,25
TOTAL	106.617,36	100,00	104.876,56	100,00

Fonte: MF/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota 1: Os Valores de Avaliação de Financiamento (VAF 3 e VAF 4) decorrem dos resíduos assumidos pela União nos termos do art. 15 da Lei nº 10150, de 2000, e do art. 44 da MP nº 2.181-45, de 2001.

Nota 2: Os valores indicados como "Novação FCVS", assim como os relativos ao VAF3 e ao VAF4, foram fornecidos pela Caixa Econômica Federal.

Os valores da tabela correspondem a previsões que não indicam, necessariamente, os valores exatos das securitizações a serem concluídas. A metodologia de cálculo empregada para a atualização monetária está descrita a seguir:

- Os valores em moeda nacional são atualizados por índices de preços, acrescidos de juros;
- Os valores em moeda estrangeira são atualizados pelas respectivas taxas de câmbio (taxa de venda), obtidas no Sisbacen;
- Os saldos da dívida do FCVS assim como os relativos aos VAF3 e VAF4 são fornecidos pela Caixa Econômica Federal – Caixa, na qualidade de Administradora do FCVS. A estimativa atuarial da obrigação do FCVS é informada com defasagem de alguns meses e, por essa razão, as últimas novações celebradas em 2011 não são deduzidas do estoque apresentado, refletindo-se nos meses seguintes.

A diferença verificada entre o total da dívida estimada ao final dos dois últimos exercícios deve-se, principalmente, à avaliação atuarial das obrigações do FCVS realizada nos dois momentos.

Contribuíram, ainda, para a nova configuração dos passivos, a atualização dos saldos, conforme sistemática descrita anteriormente, os registros de novas dívidas e as baixas provocadas pelos contratos celebrados em 2011.

O reconhecimento de uma dívida, propriamente dito, ocorre em fase anterior ao ingresso dos autos no Ministério da Fazenda. Dá-se, por exemplo, durante o processo de liquidação dos entes/entidades extintos por força de lei, ou é formalizado pela Caixa Econômica Federal, Administradora do FCVS, em se tratando das dívidas desse Fundo com os agentes financeiros do setor de habitação.

O processo assim constituído tramita, então, no Ministério da Fazenda (STN e PGFN), onde ocorrem as fases de análise documental, avaliação da conveniência e oportunidade, renegociação financeira e análise jurídica. Caso as manifestações sejam favoráveis, sucedem a autorização ministerial, a celebração do contrato de novação e, finalmente, a emissão dos ativos securitizados em favor do credor.

Cumpriram esse rito, e foram concluídos, no exercício de 2011:

- Sessenta e oito processos de securitização, que resultaram na emissão de ativos CVSA, CVSB, CVSC e CVSD, no valor de R\$ 5.526,6 milhões, os quais foram utilizados na quitação de dívidas referidas como “VAF3”, “Novação FCVS” e “VAF4”, na tabela 1.9.6.
- Um processo de securitização, que resultou na emissão de Notas do Tesouro Nacional Série B – NTN-B com vencimento em 15/5/2045, no valor de R\$ 1,64 milhão, as quais foram utilizadas na quitação de dívidas referidas como “DÍVIDA DIRETA/DIVERSOS”, na tabela 1.9.6.

1.10. APLICAÇÕES DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Do total dos empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos em 2011, 51,6% foram destinados a microempresas ou a pessoas físicas, 30,1% a grandes empresas, 9,9% a pequenas empresas, 5,4% a empresas de porte médio e 3,0% a empresas de porte médio grande.

**EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2011
POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR**

R\$ milhões

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS					
		TOTAL	PORTE DO TOMADOR				
			MICRO	PEQUENO	MÉDIO	MÉDIO GRANDE	GRANDE
NORTE	39.642	39.967	17.847	4.992	2.235	439	14.454
NORDESTE	103.530	102.742	58.438	14.303	7.858	1.733	20.410
SUDESTE	395.866	407.788	179.723	35.199	18.325	13.359	161.181
SUL	135.575	134.570	78.355	14.282	9.245	6.241	26.446
CENTRO-OESTE	70.541	85.846	63.200	7.903	3.595	1.571	9.577
TOTAL	745.153	770.912	397.563	76.679	41.258	23.343	232.069

Fonte: MP/DEST/Siest

Considerando os empréstimos concedidos por setor de atividade, "Outros Serviços" teve participação de 22,4% do total, em seguida ficou o setor "Intermediários Financeiros", com 17,8%. Na sequência, com 17,0%, ficou "Outros", seguida de "Habitação" 14,3%, "Industrial" com 13,0%, "Comércio", com 10,6% e, por último, o setor "Rural", com participação de 4,8% sobre o valor total.

**EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2011
POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE**

R\$ milhões

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	TOTAL	OPERAÇÕES REALIZADAS						
			SETOR DE ATIVIDADE						
			RURAL	INDUSTRIAL	COMÉRCIO	INTERMED. FINANC.	OUTROS SERVIÇOS	HABITAÇÃO	OUTROS
NORTE	39.642	39.967	1.603	3.893	4.431	7.217	12.242	3.869	6.712
NORDESTE	103.530	102.742	2.713	11.966	17.556	10.406	21.502	15.582	23.018
SUDESTE	395.866	407.788	11.690	62.740	38.157	80.732	101.200	59.067	54.202
SUL	135.575	134.570	12.616	15.869	13.582	30.440	21.784	20.363	19.915
CENTRO-OESTE	70.541	85.846	8.397	5.772	8.057	8.675	15.771	11.695	27.480
TOTAL	745.153	770.912	37.019	100.241	81.783	137.470	172.498	110.576	131.326

Fonte: MP/DEST/Siest

Os empréstimos concedidos foram financiados, em sua maior parte, por recursos próprios 67,0%. A participação de recursos do Tesouro Nacional foi de 10,3%, e os outros 22,8% foram financiados por outras fontes. A Região Sudeste recebeu 52,9% do valor total concedido, seguida pelas Regiões Sul 17,5%, Nordeste 13,3%, Centro-Oeste 11,1% e Norte 5,2%. Considerando os valores disponíveis para empréstimos e financiamentos, 103,5% foram efetivamente realizados e as Regiões responsáveis por este desempenho foram Centro-Oeste, com 121,7% e Sudeste, com 103,0%.

**EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS EFETIVAMENTE CONCEDIDOS - 2011
POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS**

R\$ milhões

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	ORIGEM DOS RECURSOS REALIZADOS			
		TOTAL	PRÓPRIO	TESOURO NACIONAL	OUTRAS FONTES
NORTE	39.642	39.967	25.224	7.277	7.466
NORDESTE	103.530	102.742	66.304	11.734	24.704
SUDESTE	395.866	407.788	283.373	43.072	81.343
SUL	135.575	134.570	85.096	10.858	38.616
CENTRO-OESTE	70.541	85.846	56.341	6.252	23.254
TOTAL	745.153	770.912	516.338	79.192	175.383

Fonte: MP/DEST/Siest

Do total dos recebimentos em 2011, 51,5% foram provenientes de microempresas ou pessoas físicas, 31,1% de grandes empresas, 10,4% de pequenas empresas, 5,2% de empresas de porte médio e 1,8% de empresas de porte médio grande.

**EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS - 2011
POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR**

R\$ milhões

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS					
		TOTAL	PORTE DO TOMADOR				
			MICRO	PEQUENO	MÉDIO	MÉDIO GRANDE	GRANDE
NORTE	26.212	27.706	13.910	3.499	1.735	176	8.386
NORDESTE	73.862	77.604	44.580	11.690	4.938	666	15.730
SUDESTE	248.671	290.714	129.623	25.361	12.649	6.659	116.423
SUL	92.998	96.676	54.742	10.880	6.690	1.973	22.391
CENTRO-OESTE	43.264	63.632	43.474	6.650	2.819	701	9.988
TOTAL	485.006	556.331	286.327	58.080	28.831	10.175	172.918
- AMORTIZACOES	349.965	417.225	208.203	43.248	21.895	7.122	136.757
- ENCARGOS	135.041	139.106	78.124	14.833	6.936	3.053	36.161

Fonte: MP/DEST/Siest

Considerando os recebimentos por setor de atividade, a maior participação foi de "Outros Serviços", com 24,2%, seguido pelo setor "Outros", com 19,2%. Na sequência, com 14,0%, ficou "Industrial", seguida de "Intermediação financeira", com (13,0%), "Comércio", com (12,9%), seguida de "Habitação" (11,9%) e, por último, "Rural", com (4,9%) sobre o valor total de recebimentos no período.

**EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS - 2011
POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE**

R\$ milhões

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	TOTAL	OPERAÇÕES REALIZADAS						
			SETOR DE ATIVIDADE						
			RURAL	INDUSTRIAL	COMÉRCIO	INTERMED. FINANC.	OUTROS SERVIÇOS	HABITAÇÃO	OUTROS
NORTE	26.212	27.706	1.396	2.827	3.855	3.258	8.230	2.414	5.726
NORDESTE	73.862	77.604	2.828	10.653	15.693	4.538	16.201	8.670	19.020
SUDESTE	248.671	290.714	7.826	45.900	32.577	44.048	78.909	37.105	44.350
SUL	92.998	96.676	9.395	13.020	12.327	15.400	18.471	11.333	16.730
CENTRO-OESTE	43.264	63.632	5.955	5.232	7.439	4.891	12.584	6.472	21.058
TOTAL	485.006	556.331	27.401	77.632	71.891	72.136	134.395	65.993	106.883
- AMORTIZACOES	349.965	417.225	20.342	58.563	52.424	60.433	101.907	46.195	77.361
- ENCARGOS	135.041	139.106	7.058	19.068	19.468	11.703	32.489	19.798	29.522

Fonte: MP/DEST/Siest

Dos recebimentos registrados em 2011, 72,2% foram destinados a amortizações e os outros 27,8% para fazer frente a encargos. Desses recursos, 66,0% foram provenientes de operações de crédito financiadas com recursos próprios, 11,0% com recursos do Tesouro Nacional e 23,0% com outras fontes. A Região Sudeste respondeu por 52,3% dos recebimentos no período, seguida pelas Regiões Sul (17,4%), Nordeste (13,9%), Centro-Oeste (11,4%) e Norte (5,0%). Considerando os valores previstos de recebimentos, 114,7% foram efetivamente realizados, ultrapassando o valor previsto em todas as regiões.

**EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTOS - RECEBIMENTOS - 2011
POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS**

R\$ milhões

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	ORIGEM DOS RECURSOS REALIZADOS			
		TOTAL	PRÓPRIO	TESOURO NACIONAL	OUTRAS FONTES
REGIÃO NORTE	26.212	27.706	17.210	5.796	4.700
REGIÃO NORDESTE	73.862	77.604	52.071	8.413	17.119
REGIÃO SUDESTE	248.671	290.714	191.363	36.630	62.721
REGIÃO SUL	92.998	96.676	64.035	5.280	27.362
REGIÃO CENTRO-OESTE	43.264	63.632	42.238	5.285	16.109
TOTAL	485.006	556.331	366.917	61.405	128.010
- AMORTIZACOES	349.965	417.225	271.332	49.335	96.558
- ENCARGOS	135.041	139.106	95.584	12.070	31.452

Fonte: MP/DEST/Siest

Do total dos empréstimos e financiamentos efetivamente concedidos, acrescido dos correspondentes encargos financeiros e deduzidas as amortizações, tem-se o fluxo das aplicações. Em 2011, 51,8% do valor total do fluxo das aplicações foram provenientes de operações com microempresas e/ou pessoas físicas, 27,6% com grandes empresas, 8,7% com pequenas empresas, 6,1% com empresas de porte médio grande e 5,8%, com empresas de porte médio.

**FLUXO DAS APLICAÇÕES - 2011
POR REGIÃO E PORTE DO TOMADOR**

R\$ milhões

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS					
		TOTAL	PORTE DO TOMADOR				
			MICRO	PEQUENO	MÉDIO	MÉDIO GRANDE	GRANDE
NORTE	13.430	12.261	3.937	1.492	500	263	6.069
NORDESTE	29.668	25.139	13.859	2.613	2.919	1.068	4.680
SUDESTE	147.195	117.073	50.100	9.838	5.677	6.700	44.758
SUL	42.577	37.893	23.613	3.402	2.555	4.268	4.055
CENTRO-OESTE	27.277	22.214	19.727	1.253	775	870	-410
TOTAL	260.147	214.581	111.236	18.598	12.427	13.168	59.151

Fonte: MP/DEST/Siest

Considerando fluxo por setor de atividade, 30,4% do total apurado foram provenientes de "Intermediações Financeiras" e 20,8% de "Habitação". Na sequência, com 17,8%, ficou "Outros Serviços", seguida de "Outros" (11,4%), "Industrial" (10,5%), "Comércio" (4,6%) e, por último, o setor rural, com participação de 4,5% sobre o fluxo total.

**FLUXO DAS APLICAÇÕES - 2011
POR REGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE**

R\$ milhões

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	OPERAÇÕES REALIZADAS							
		TOTAL	SETOR DE ATIVIDADE						
			RURAL	INDUSTRIAL	COMÉRCIO	INTERMED. FINANC.	OUTROS SERVIÇOS	HABITAÇÃO	OUTROS
NORTE	13.430	12.261	208	1.066	576	3.959	4.012	1.454	986
NORDESTE	29.668	25.139	-116	1.313	1.863	5.867	5.301	6.912	3.998
SUDESTE	147.195	117.073	3.864	16.840	5.580	36.684	22.290	21.963	9.852
SUL	42.577	37.893	3.221	2.849	1.255	15.040	3.314	9.030	3.185
CENTRO-OESTE	27.277	22.214	2.442	540	617	3.783	3.186	5.223	6.422
TOTAL	260.147	214.581	9.619	22.609	9.892	65.334	38.103	44.582	24.442

Fonte: MP/DEST/Siest

Do fluxo total, 69,6% foram provenientes de operações financiadas com recursos próprios, 22,1% com recursos de outras fontes e 8,3% com recursos do Tesouro Nacional.

**FLUXO DAS APLICAÇÕES - 2011
POR REGIÃO E ORIGEM DOS RECURSOS**

R\$ milhões

REGIÃO GEOGRÁFICA	PROGRAMAÇÃO ANUAL	ORIGEM DOS RECURSOS REALIZADOS			
		TOTAL	PRÓPRIO	TESOURO NACIONAL	OUTRAS FONTES
NORTE	13.430	12.261	8.015	1.480	2.766
NORDESTE	29.668	25.139	14.233	3.322	7.585
SUDESTE	147.195	117.073	92.010	6.441	18.622
SUL	42.577	37.893	21.061	5.578	11.254
CENTRO-OESTE	27.277	22.214	14.103	966	7.145
TOTAL	260.147	214.581	149.421	17.788	47.372

Fonte: MP/DEST/Siest

A Região Sudeste respondeu por 54,6% do total do fluxo das aplicações, seguida pelas Regiões Sul (17,7%), Nordeste (11,7%), Centro-Oeste (10,4%) e Norte, (5,7%). Considerando os valores previstos, 82,5% foram efetivamente realizados.

1.10.1. BANCO DO BRASIL S.A.

O Banco do Brasil - BB, no seu papel de agente de políticas públicas do Governo Federal, atua em diversas áreas contribuindo ativamente para o desenvolvimento do País. Com presença significativa em todos os estados brasileiros, o BB concede crédito de forma responsável a pessoas físicas e aos diferentes setores da economia. Apoiar o agronegócio, as micro e pequenas empresas, o microcrédito produtivo orientado, assim como o comércio exterior brasileiro, desenvolvendo soluções que simplificam as operações e serviços que atendem esses segmentos da economia. Tem como foco a realização de negócios orientados à geração de resultados sustentáveis, impulsionando o progresso dos municípios brasileiros.

Agronegócios

O agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira, tendo fundamental importância para o crescimento do País. Ocupa posição de destaque no âmbito global e tem importância crescente no processo de desenvolvimento econômico do País por ser um setor dinâmico e capaz de impulsionar outras áreas.

O Banco do Brasil é um dos principais fomentadores do agronegócio brasileiro atuando em todos os segmentos e etapas da cadeia produtiva, do pequeno produtor às grandes empresas agroindustriais. O Banco financia o custeio da produção e da comercialização de produtos agropecuários e estimula os investimentos rurais, incluindo armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agrícolas.

Com o objetivo de otimizar a sua atuação no mercado de agronegócios, algumas ações são desenvolvidas, como o monitoramento do mercado; a realização de parcerias com o governo, empresas, cooperativas e entidades do mercado; a formalização de convênios de integração rural, viabilizando o aumento do número de propostas; o patrocínio e participação em feiras e eventos; o atendimento especializado do produtor rural; o estímulo à utilização de mecanismos de mitigação de riscos de preço e produção; o aprimoramento do processo de crédito e treinamento de funcionários.

Tais ações promovem o desenvolvimento das localidades mais distantes do País, contribuindo para o aumento da produção, das exportações e dos investimentos em novas tecnologias. Além disso, o agronegócio garante a manutenção e geração de novos postos de trabalho, aumentando a renda e melhorando a qualidade de vida dos produtores rurais.

Micro e Pequenas Empresas

O Banco do Brasil mantém-se como um dos principais parceiros do segmento financiando projetos de investimento, máquinas e equipamentos, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, do Fundo Constitucional para Financiamento do Centro Oeste - FCO e da Agência Especial de Financiamento Industrial - Finame, para implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos nos setores de indústria, comércio e prestação de serviços.

O crédito de longo prazo utilizado para os investimentos favorece a adequação do fluxo de caixa das empresas no decorrer do período, contribuindo para a criação, ampliação, modernização e manutenção do empreendimento, geração de emprego e renda de forma sustentável, além de fortalecer a capacidade produtiva do País.

Em 2011 foram realizadas ações que apoiaram e fortaleceram as micro e pequenas empresas brasileiras. Linhas de crédito foram disponibilizadas a fim de suprir as necessidades de capital de giro e de financiamentos de investimentos do segmento.

Microcrédito Produtivo Orientado

O Microcrédito Produtivo Orientado - MPO é o crédito concedido pelo Banco do Brasil para atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas - PF e jurídicas - PJ empreendedoras, cuja atividade produtiva é de pequeno porte. A metodologia é baseada no relacionamento direto com os empreendedores, no local onde é executada a atividade econômica, visando orientação e acompanhamento.

Em junho de 2011, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Sem Miséria, cujo objetivo é possibilitar que 16,2 milhões de brasileiros possam sair da situação de extrema pobreza. Entre as ações previstas nesse plano, está a inclusão produtiva, que tem o Microcrédito Produtivo Orientado como um dos seus eixos principais.

O Banco do Brasil contratou operações de Microcrédito Produtivo Orientado diretamente com o tomador final. Foram disponibilizadas as linhas de crédito BB Microcrédito Empreendedor PF e BB Microcrédito Empreendedor PJ (Giro e Investimento). De setembro a dezembro de 2011 foram contratadas 36.322 operações de Microcrédito Empreendedor PF e PJ totalizando desembolso de R\$ 145,7 milhões.

O Banco apoia, também, a retomada da atividade econômica de empresas, microempreendedores individuais localizados em municípios afetados por desastres naturais, abrangidos por decreto em estado de calamidade pública.

Comércio Exterior

Tem como objetivo o apoio aos negócios e ao financiamento às empresas nas operações de importação e exportação. Os financiamentos à exportação nas modalidades Adiantamento sobre Contrato de Câmbio - ACC e Adiantamento sobre Cambiais Entregues - ACE têm o objetivo de garantir os recursos necessários à produção - ACC e à comercialização - ACE de bens e serviços destinados ao mercado internacional.

A inserção e a manutenção de micro e pequenas empresas no mercado internacional contribui diretamente para ampliação da base exportadora brasileira, além de promover melhoria da capacidade competitiva interna e elevação do patamar de qualidade dos produtos e serviços gerados por essas empresas. Com o objetivo de apoiar o desenvolvimento do comércio exterior, o Banco do Brasil desenvolveu ambiente de negócios na internet oferecendo às empresas exportadoras custos reduzidos, simplificação da burocracia logística e alfandegária, além de garantir segurança e melhor desempenho nas exportações. Também auxilia na mitigação dos riscos comerciais e na promoção comercial no exterior, com o apoio da marca BB.

Outro aspecto fundamental é a maior diversificação de produtos e serviços exportáveis pelo País, criando oportunidades de novos mercados. O Banco do Brasil colabora para a diversificação da pauta nacional exportável, a geração e manutenção de postos de trabalho, o aumento da renda e melhoria da qualidade de vida de empresários e empregados, com reflexos no aumento da produção nacional e no volume da balança comercial.

Os financiamentos à exportação nas modalidades ACC/ACE garantem recursos privados do BB para importante parcela da cadeia produtiva exportadora, com custos compatíveis ao mercado internacional e distribuição equitativa aos diferentes portes empresariais.

Crédito Pessoal

O Banco do Brasil, por meio da modalidade de crédito consignado, atua na concessão de crédito pessoal para servidores públicos e funcionários da iniciativa privada, por meio da formalização de convênios. A linha de crédito para aposentados e pensionistas do INSS é disponibilizada por meio das modalidades de crédito consignado e débito em conta. Ambas as modalidades são linhas de crédito de fácil acesso, disponibilizadas em diversos canais

de atendimento BB, com condições de taxa e prazo dentre as melhores ofertadas para os clientes.

Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS)

Desenvolvimento Regional Sustentável é uma estratégia negocial que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das regiões onde o BB está presente, por meio da mobilização de agentes econômicos, sociais e políticos, para apoio às atividades produtivas economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas, sempre observada e respeitada a diversidade cultural. O Banco apoia atividades produtivas rurais e urbanas, identificadas como vocações e potencialidades da região em que se insere. Com o DRS, o Banco do Brasil busca promover a inclusão social com o fortalecimento de ações voltadas para o desenvolvimento das pessoas, organizações e comunidades. Por meio do DRS, o Banco do Brasil promove a democratização de acesso ao crédito e a inclusão social produtiva com geração de trabalho e renda.

Cultura

Os investimentos em cultura fazem parte do compromisso social do Banco do Brasil em contribuir para o desenvolvimento artístico-cultural da sociedade brasileira, de modo a promover a multiplicidade cultural e proporcionar acesso a uma programação de qualidade aos diversos segmentos da sociedade.

O BB atua em cultura por meio do patrocínio de projetos realizados nos Centros Culturais do Banco do Brasil - CCBBs localizados em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo e no CCBB Itinerante, projeto que ocorre em diferentes regiões do país. A programação inclui eventos nas áreas de exposições, artes cênicas, cinema e vídeo, música, ideias e programa educativo.

A atuação abrangente, o ineditismo e a diversidade da programação dos CCBBs fizeram com que a instituição, em 2011, alcançasse a posição de 14º Museu mais visitado do mundo, segundo o jornal inglês The Art Newspaper.

Os CCBBs são espaços multidisciplinares consolidados que buscam firmar o seu reconhecimento como centro de referência cultural, convivência, reflexão e inovação, agindo com responsabilidade socioambiental e proporcionando a democratização do acesso à cultura. Receberam, em 2011, 4,5 milhões de visitantes, 344 mil pessoas atendidas pelo Projeto Educativo, das quais 60 mil utilizaram o transporte gratuito oferecido regularmente pelos CCBBs que prioriza estudantes de regiões com os menores Índices de Desenvolvimento Humano - IDH. Os projetos realizados nos CCBBs também contribuem para a

geração de emprego e renda no País, gerando aproximadamente 7 mil empregos diretos em 2011.

Empréstimos e Financiamentos Concedidos com Recursos Oriundos do Orçamento Fiscal

O Banco do Brasil - BB atua como agente financeiro de fundos e programas governamentais que têm como principal finalidade a destinação de recursos de fontes diversas para operações de crédito a taxas favorecidas com setores da economia, predominantemente no agronegócio.

Destacam-se como empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos do orçamento fiscal: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO; Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé; Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Subprojeto de Aquisição de Terras - SAT; Consolidação da Agricultura Familiar - CAF; Banco da Terra; e Combate à Pobreza Rural/ Nossa Primeira Terra - CPR/NPT); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/Tesouro Nacional – Pronaf/TN (os valores provenientes do FCO Pronaf estão inseridos no FCO).

Para elaboração dos demonstrativos a seguir, foram utilizados os seguintes conceitos:

a) saldo anterior: valores dos fundos e programas com recursos do orçamento fiscal em 31/12/2010;

b) saldo atual: valores dos fundos e programas com recursos do orçamento fiscal em 31/12/2011;

c) valores concedidos: valores disponibilizados para o BB pela União para o fundo/programa em 2011;

d) valores aplicados: valores emprestados (capital) pelo BB aos tomadores de recursos (clientes BB) em 2011;

e) encargos apropriados: total de juros e correção monetária devidos pelos tomadores de recursos (clientes BB) em 2011. É a remuneração que o devedor pagará ao BB pelo capital que lhe foi emprestado (encargos financeiros);

f) valores devidos: valores devidos pelos tomadores de recursos (clientes BB) em 2011. Contempla os valores recebidos (pagos) e não recebidos (em atraso). Incluem: capital + juros + correção monetária + multa + acessório etc;

g) valores recebidos: valores recebidos pelo BB dos tomadores de recursos (clientes BB) em 2011 (capital + juros + correção monetária + multa + acessório etc); e

h) inadimplência: valores devidos e não recebidos pelo BB, ou seja, em atraso (capital + juros + correção monetária + multa + acessório etc) em 31/12/2011 (encargos de inadimplência).

Vale Ressaltar que Banco Central determinou a implementação de nova sistemática de contabilização em contas de compensação, razão pela qual as informações do FCO, ora apresentadas, poderão ser revistas.

SALDO ANTERIOR POR REGIÃO - POSIÇÃO 31/12/2010

R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	13.222	13.222
Funcafé	2	69	56	1.089	2	1.218
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	119	1.416	41	341	538	2.455
Pronaf – TN	366	955	339	388	244	2.292
TOTAL	487	2.440	436	1.818	14.006	19.187

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios – jan/2012

SALDO ANTERIOR POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2010

R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	8.813	2.078	1.580	751	13.222
Funcafé	1.218	-	-	-	1.218
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	2.455	-	-	-	2.455
Pronaf – TN	2.292	-	-	-	2.292
TOTAL	14.778	2.078	1.580	751	19.187

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios – jan/2012

SALDO ATUAL POR REGIÃO - POSIÇÃO 31/12/2011

R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	15.348	15.348
Funcafé	1	89	40	937	2	1.069
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	134	1.460	42	376	599	2.611
Pronaf – TN	350	867	340	420	254	2.231
TOTAL	485	2.416	422	1.733	16.203	21.259

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios – jan/2012

SALDO ATUAL POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2011

R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	10.067	2.443	1.872	966	15.348
Funcafé	1.069	-	-	-	1.069
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	2.611	-	-	-	2.611
Pronaf – TN	2.231	-	-	-	2.231
TOTAL	15.978	2.443	1.872	966	21.259

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios – jan/2012

VALORES CONCEDIDOS POR REGIÃO EM 2011

R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	BRASIL	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	1.677	1.677
Funcafé	240	-	240
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	100	-	100
Pronaf – TN	130	-	130
TOTAL	470	1.677	2.147

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo – jan/2012

Obs.: os recursos concedidos não possuem destinação por região, exceto FCO que é exclusivo da região Centro-Oeste.

VALORES CONCEDIDOS POR SETOR EM 2011

R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	743	-	-	934	1.677
Funcafé	60	180	-	-	240
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	100	-	-	-	100
Pronaf – TN	130	-	-	-	130
TOTAL	1.033	180	-	934	2.147

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo – jan/2012

VALORES APLICADOS POR REGIÃO EM 2011

R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	5.547	5.547
Funcafé	1	32	3	132	-	168
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	8	43	0	11	22	84
Pronaf – TN	8	42	18	49	1	118
TOTAL	17	117	21	192	5.570	5.917

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios – jan/2012

Obs.: os valores aplicados estão limitados a disponibilidade de recursos no fundo (valores concedidos no exercício mais valores não aplicados nos exercícios anteriores, além dos valores recebidos).

VALORES APLICADOS POR SETOR EM 2011

R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	2.600	989	938	1.020	5.547
Funcafé	168	-	-	-	168
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	84	-	-	-	84
Pronaf – TN	118	-	-	-	118
TOTAL	2.970	989	938	1.020	5.917

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios – jan/2012

Obs.: os valores aplicados estão limitados a disponibilidade de recursos no fundo (valores concedidos no exercício mais valores não aplicados nos exercícios anteriores, além dos valores recebidos).

ENCARGOS APROPRIADOS POR REGIÃO EM 2011

R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	1.337	1.337
Funcafé	-	-	-	-	-	-
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	-	-	-	-	-	-
Pronaf – TN	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	1.337	1.337

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios – jan/2012

Obs.: Funcafé, Fundo de Terras e da Reforma Agrária e Pronaf-TN - valores não disponíveis.

ENCARGOS APROPRIADOS POR SETOR EM 2011

R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	567	142	22	606	1.337
Funcafé	-	-	-	-	-
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	-	-	-	-	-
Pronaf – TN	-	-	-	-	-
TOTAL	567	142	22	606	1.337

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios – jan/2012

Obs.: Funcafé, Fundo de Terras e da Reforma Agrária e Pronaf-TN - valores não disponíveis.

VALORES DEVIDOS POR REGIÃO EM 2011

R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	2.495	2.495
Funcafé	-	-	-	-	-	-
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	-	-	-	-	-	-
Pronaf – TN	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	2.495	2.495

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios – jan/2012

Obs.: Funcafé, Fundo de Terras e da Reforma Agrária e Pronaf-TN - valores não disponíveis.

VALORES DEVIDOS POR SETOR EM 2011

R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	1.158	502	634	201	2.495
Funcafé	-	-	-	-	-
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	-	-	-	-	-
Pronaf – TN	-	-	-	-	-
TOTAL	1.158	502	634	201	2.495

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios – jan/2012

Obs.: Funcafé, Fundo de Terras e da Reforma Agrária e Pronaf-TN - valores não disponíveis.

VALORES RECEBIDOS POR REGIÃO EM 2011

R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	2.084	2.084
Funcafé	-	-	-	-	-	-
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	-	-	-	-	-	-
Pronaf – TN	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	2.084	2.084

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios – jan/2012

Obs.: Funcafé, Fundo de Terras e da Reforma Agrária e Pronaf-TN - valores não disponíveis.

VALORES RECEBIDOS POR SETOR EM 2011

R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	779	481	624	200	2.084
Funcafé	-	-	-	-	-
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	-	-	-	-	-
Pronaf – TN	-	-	-	-	-
TOTAL	779	481	624	200	2.084

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios – jan/2012

Obs.: Funcafé, Fundo de Terras e da Reforma Agrária e Pronaf-TN - valores não disponíveis.

INADIMPLÊNCIA POR REGIÃO – POSIÇÃO 31/12/2011

R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	NORTE	SUL	NORDESTE	SUDESTE	CENTRO-OESTE	TOTAL
FCO	-	-	-	-	411	411
Funcafé	1	34	28	402	1	466
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	103	532	25	286	449	1.395
Pronaf – TN	224	315	247	201	234	1.221
TOTAL	328	881	300	889	1.095	3.493

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios – jan/2012

INADIMPLÊNCIA POR SETOR – POSIÇÃO 31/12/2011

R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	RURAL	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	OUTROS	TOTAL
FCO	379	20	11	1	411
Funcafé	466	-	-	-	466
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	1.395	-	-	-	1.395
Pronaf – TN	1.221	-	-	-	1.221
TOTAL	3.461	20	11	1	3.493

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios – jan/2012

Impacto Fiscal

Em uma avaliação circunstanciada do impacto fiscal relativo aos recursos oriundos do orçamento fiscal, em especial o risco para o Tesouro Nacional nos empréstimos e financiamentos concedidos por meio do Banco do Brasil, observa-se a seguinte relação entre a inadimplência e o saldo atual:

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA

FUNDOS E PROGRAMAS	INADIMPLÊNCIA/ SALDO ATUAL
FCO	2,68%
Funcafé	43,52%
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	53,41%
Pronaf – TN	54,75%

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Governo (FCO) e Diretoria de Agronegócios – jan/2012

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO

Com a edição da Medida Provisória - MP 2.196/2001, que dispôs sobre o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, o risco operacional dos financiamentos contratados até 30/11/1998 foi assumido pelo FCO. Em consequência, a comissão cobrada pela prestação da garantia do agente financeiro ficou reduzida a zero. A legislação citada também facultou o repasse dos recursos do Fundo ao Banco Administrador para que este realize operações de crédito em seu nome próprio e com risco exclusivo, com comissão limitada a 6% ao ano.

Em decorrência do disposto na MP 2.196/2001, a carteira de financiamentos do Fundo passou a apresentar quatro grupamentos de risco operacional:

- a) operações contratadas até 30/11/1998 – risco 100% FCO;
- b) operações contratadas entre 01/12/1998 e 30/06/2001 – risco compartilhado (50% FCO e 50% BB);
- c) operações contratadas a partir de 01/07/2001 – risco 100% BB; e
- d) operações contratadas no Papra (Programa de Apoio à Política da Reforma Agrária) – risco 100% Procera (Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária).

SALDO ATUAL POR RISCO

R\$ milhões

RISCO	VINCENDA	VENCIDA	TOTAL
Risco FCO	1.127	299	1.426
Risco Banco do Brasil	13.736	61	13.797
Risco Compartilhado	43	1	44
Risco Procera	31	50	81
TOTAL	14.937	411	15.348

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Governo – jan/2012

Funcafé

O valor contratado com recursos do Funcafé em 2011 foi 20,33% menor que o aplicado em 2010, o qual, por sua vez, foi 55,39% menor em relação a 2009.

Contudo, a necessidade creditícia do segmento cafeicultor continuou sendo atendida pelo Banco do Brasil com outras fontes de recursos.

Fundo de Terras e da Reforma Agrária

Houve aumento de 6,4% do saldo em 2011, em relação a 2010. O índice de inadimplência também evoluiu sendo de 53,11% em 2011, e 47,03% em 2010.

A Resolução do Conselho Monetário Nacional / Banco Central nº 4.029, de 18/11/2011, autoriza a renegociação e a individualização de operações de crédito fundiário contratadas ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

Pronaf - TN

O índice de inadimplência apresentado encontra-se dentro do comportamento histórico das linhas, por se tratar de crédito estruturante direcionado à agricultura familiar. As Resoluções do Conselho Monetário Nacional/Banco Central 4.030 e 4.031, ambas de 18/11/2011, autorizam a composição e renegociação de operações do crédito rural, contratadas por agricultores familiares no âmbito do Pronaf TN.

COMPARATIVO SALDO

R\$ milhões

FUNDOS E PROGRAMAS	SALDO 2010	SALDO 2011
Funcafé	1.218	1.069
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	2.455	2.611
Pronaf – TN	2.292	2.231
TOTAL	5.965	5.911

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Agronegócios – jan/2012

RELAÇÃO ENTRE RISCO E SALDOS APLICADOS

FUNDOS E PROGRAMAS	RISCO BB	RISCO TN
Fundo de Terras e da Reforma Agrária	0%	100%
Pronaf Agricultura Familiar (Recursos TN)	20,41 %	79,59%
Pronaf Reforma Agrária	0%	100%
Pronaf Reforma Agrária Planta Brasil	0%	100%

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria de Agronegócios – jan/2012

1.10.2. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Há 150 anos a história da CAIXA anda lado a lado com a trajetória do País. Além de presenciar transformações que marcaram a história do Brasil, a instituição acompanhou mudanças na sociedade e participou ativamente do processo de urbanização e industrialização do País.

Ao longo de sua trajetória, estabeleceu estreitas relações com a população ao atender suas necessidades de crédito e serviços bancários, como poupança, empréstimos, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, Programa de Integração Social - PIS, Seguro-Desemprego, Programa de Financiamento Estudantil - FIES, financiamento habitacional, transferência de benefícios sociais e, também, ao proporcionar o sonho de uma vida melhor com as Loterias Federais.

Estratégia Empresarial

Em 2011, A Caixa atualizou os cenários prospectivos para o período de 2012/2023 de maneira a estabelecer as condicionantes de futuro do ambiente internacional, nacional e de negócios da Instituição. Foram desenvolvidos diagnósticos do ambiente interno, incluindo pesquisas de clima e a avaliação da superação dos desafios estratégicos, possibilitando a revisão da sua matriz estratégica.

Principais realizações em 2011

A Caixa é a instituição financeira que participa da inclusão bancária do Brasil. No ano, foram abertas mais de 1,8 milhão de novas contas CAIXA Fácil, superando a marca de 8,7 milhões de contas ativas nessa modalidade.

Os depósitos, em 2011, apresentaram saldo de R\$ 260 bilhões, um incremento de 20,8% no ano, e os depósitos em Poupança totalizaram saldo de R\$ 150,4 bilhões, evoluindo 16,2%.

CAIXA - SALDOS DE DEPÓSITOS

em R\$ mil		
DEPÓSITOS	2010	2011
À vista	19.624.688	22.941.363
Poupança	129.429.635	150.362.663
A prazo	54.214.043	68.182.778
CDB/RDB	30.429.777	39.215.509
JUDICIAIS	23.784.266	28.967.270
Depósitos Especiais e de Fundos e Programas	10.594.286	13.254.921
Outros	1.326.350	5.105.250
TOTAL	215.189.002	259.846.975

Fonte: Caixa Econômica Federal

O saldo das operações de crédito atingiu R\$ 249,6 bilhões, com 42,0% de crescimento em 2011. Destaque para a evolução de 55,2% no saldo de operações de crédito para pessoas jurídicas, que fechou o ano com R\$ 44,3 bilhões.

CAIXA - OPERAÇÕES DE CRÉDITO - SALDO

em R\$ mil		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	SALDO	
	2010	2011
Comercial	55.440.858	79.273.850
PF	26.908.473	34.980.981
PJ	28.532.385	44.292.869
Habitacional	108.330.025	152.870.586
Saneamento e infraestrutura	11.441.134	16.927.897
Outros	571.659	476.444
TOTAL	175.783.675	249.548.776

Fonte: Caixa Econômica Federal

O volume das contratações de crédito totalizou R\$ 233,4 bilhões e as operações de crédito comercial totalizaram R\$ 125,4 bilhões. Foram destaques as operações comerciais com pessoas físicas, com evolução de 26,8%. Já os recursos concedidos a pessoas jurídicas apresentaram um crescimento de 19,3%.

CAIXA - OPERAÇÕES DE CRÉDITO – CONTRATAÇÃO

em R\$ mil		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	CONTRATAÇÃO	
	2010	2011
Comercial	102.163.879	125.428.755
PF	47.124.949	59.750.633
PJ	55.038.930	65.678.122
Habitacional	77.877.459	77.677.882
Saneamento e Infraestrutura	11.941.443	19.950.247
Saúde	7.039.872	9.440.743
Agricultura	926.710	392.756
Educação e Desporto	481.798	539.114
TOTAL	200.431.161	233.429.496

Fonte: Caixa Econômica Federal

Cerca de 300 mil brasileiros, em 2011, tiveram seus contratos firmados por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, no valor aproximado de R\$ 19,4 bilhões, cobertos pelo Fundo Garantidor de Habitação Popular - FGHab.

A Empresa administra, por delegação do Governo Federal, ativos, tendo como o maior patrimônio o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, que foi criado em 13 de setembro de 1966 com o intuito de garantir uma poupança ao trabalhador demitido sem justa causa.

Ao longo dos anos passou por muitas mudanças e hoje o trabalhador tem a oportunidade de formar um patrimônio que pode ser sacado em 30 situações diferentes.

Em momentos especiais, como a aquisição da casa própria ou da aposentadoria, e em situações de dificuldades, que podem ocorrer no caso de demissão sem justa causa, além de doenças graves e calamidades públicas.

CAIXA – FUNDOS DE GOVERNO – VALOR DOS ATIVOS

em R\$ mil

FUNDOS	2010	2011
FGTS	260.313	289.909
PIS	28.477	28.620
FAR	18.516	21.561
FCVS	8.523	9.209
FAZ	31	30
FDS	1.338	1.471
FGS	50	106

Fonte: Caixa Econômica Federal

A arrecadação total do FGTS no ano de 2011, incluindo a dos demais bancos, foi de R\$ 72,3 bilhões, um crescimento de 16,9% e foram efetuados saques no valor de R\$ 58,1 bilhões por creca de 35 milhões de trabalhadores.

CAIXA – ADMINISTRAÇÃO DO FGTS

Valores em R\$ mil, Quantidade em mil

FGTS	2010	2011
Arrecadação	61.797.213	72.260.939
Saques Efetuados	50.597.363	58.132.523
Saldo das Contas Ativas	187.593.923	213.066.597
Saldo das Contas Inativas	754.438	805.192
Contas Ativas - Quantidade	89.098	100.337
Contas Inativas - Quantidade	4.632	4.786

Fonte: Caixa Econômica Federal

Até dezembro de 2011, foram pagos 122,8 milhões de benefícios a título de Abono Salarial, PIS Quotas e Rendimentos, Seguro-Desemprego e Previdência Social, representando R\$ 80,5 bilhões.

CAIXA - BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR

Quantidades em mil; Valores em R\$ mil

PROGRAMAS	2010		2011	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
PREVIDÊNCIA SOCIAL	57.218	43.204.082	58.290	46.837.422
SEGURO-DESEMPREGO	32.083	20.300.984	34.228	23.530.141
PIS RENDIMENTOS	12.650	585.943	13.267	610.750
PIS QUOTAS	571	649.473	530	625.046
ABONO SALARIAL	15.515	7.784.540	16.538	8.879.708
TOTAL	118.036	72.525.022	122.853	80.483.067

Fonte: Caixa Econômica Federal

Como principal agente de políticas públicas do Governo Federal e ampliando as relações com os governos estaduais e municipais, participa como agente financeiro na execução dos principais programas do Governo, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e o Bolsa Família. Este último foi destaque entre os programas sociais, beneficiando 13,3 milhões de famílias no total de R\$ 16,7 bilhões distribuídos, um recorde de pagamentos do Programa.

CAIXA - PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Quantidades em mil; Valores em R\$ mil

PROGRAMAS	2010		2011	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
AÇÃO GRIÔ	3	1.215	-	-
BOLSA ATLETA	27	46.849	17	44.872
BOLSA CARIOCA	-	-	921	67.164
BOLSA FAMÍLIA	138.940	13.367.960	150.476	16.658.382
BOLSA VERDE	-	-	6	1.927
CHAPÉU DE PALHA	206	40.598	205	39.440
DE VOLTA PARA CASA	43	13.859	46	14.607
FOME ZERO	85	4.262	28	1.379
GARANTIA SAFRA	3.719	486.491	715	108.516
MULHERES DA PAZ	74	14.040	32	6.078
OPERAÇÃO RECONSTRUÇÃO	5	2.113	200	29.963
PETI	407	17.304	353	14.617
PRÓ JOVEM URBANO	1.845	184.517	831	83.130
PRONASCI - BOLSA FORMAÇÃO	2.078	855.333	1.238	548.254
PROTEJO	45	4.469	31	3.102
TOTAL	147.477	15.039.011	155.099	17.621.430

Fonte: Caixa Econômica Federal

CAIXA - PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA POR REGIÃO

em R\$ mil

REGIÕES	2010	2011
CENTRO-OESTE	645.794	840.178
NORDESTE	8.223.456	9.225.882
NORTE	1.731.327	2.109.131
SUDESTE	3.334.570	4.144.982
SUL	1.103.864	1.301.256
TOTAL	15.039.011	17.621.430

Fonte: Caixa Econômica Federal

Programas e Ações – Participação no PPA 2008-2011

No Plano Plurianual 2008/2011 do Governo Federal, a Caixa participa de diversos programas estratégicos e gerencia o programa Banco para Todos, que integra as ações de bancarização e microcrédito dos bancos públicos federais, com vistas à inclusão da população de baixa renda nos serviços bancários e à concessão de crédito ao microempreendedor, para suprir suas necessidades de capital de giro ou aquisição de equipamentos. Em 2011 a Caixa participou de 11 programas do PPA, 2 orçamentários e 9 extra-orçamentários. Esses programas abrangem 20 ações cuja execução disponibilizou R\$ 12,7 bilhões, complementando o orçamento do Governo Federal.

Orçamento de Investimentos – Ações Orçamentárias

Durante o exercício de 2011, a Caixa executou 6 ações que integram o Orçamento de Investimento Federal, as quais estão vinculadas aos Programas Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais e Investimento das Empresas Estatais em Infraestrutura de Apoio, tendo liberado, R\$ 646,9 milhões em 2011.

CAIXA - INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO

em R\$

PROJETOS / ATIVIDADES	REALIZADO – 2011	
	QUANTIDADE	VALOR
Instalação de Pontos de Atendimento Bancários	162	23.727.620
Manutenção da Infraestrutura de Atendimento	N/A	204.294.333
Instalação de Bens Imóveis	3	228.021.953
Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	N/A	10.877.325
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	N/A	19.627.796
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	N/A	160.401.683
TOTAL	165	646.950.710

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SIGPlan) / N/A - Não se aplica

Ações Extra-orçamentárias no PPA (excluindo as referentes ao programa Banco para Todos)

Em 2011, a Caixa disponibilizou para as ações, excluindo as do programa Banco para Todos, R\$ 12,03 bilhões em 885,4 mil operações.

Quantidades em unidades; Valores em R\$

PROJETOS/ATIVIDADES	REALIZADO – 2011	
	QUANTIDADE	VALOR
Financiamento a Micro e Pequenas Empresas (Caixa-Capital de Giro)	106.833	4.141.130.112
Financiamento a Micro e Pequenas Empresas (Caixa-Investimento)	7.288	556.788.884
Financiamento ao Custeio dos Hospitais Privados Prestadores de Serviços ao Sistema Único de Saúde (Caixa Hospitais)	355	778.993.703
Crédito Produtivo Orientado a Microempreendedores Populares	2.004	11.550.296
Preservação e Difusão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (Caixa)	707	0
Informações sobre Índices da Construção Civil	402.419	1.637.306
Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas para Exportação	8	350.000
Antecipação de Recebíveis Imobiliários (Construagro)	2.072	1.708.658.820
Financiamento para Compra de Material de Construção (Construcard)	363.690	4.834.435.676
TOTAL	885.376	12.033.544.797

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SIGPlan)

Programa Banco para Todos

O programa é composto de 10 ações e conta com a participação do Banco da Amazônia, do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, além da própria Caixa, e em 2011 movimentou recursos da ordem de R\$ 1,82 bilhão, com 5,8 milhões de operações. Foram abertas 1,8 milhão de contas simplificadas e, à população de baixa renda, concedidos R\$ 342 milhões em créditos através de 9,5 milhões de contratos.

CAIXA – ATUAÇÃO NO PROGRAMA BANCO PARA TODOS

Quantidades em unidades; Valores em R\$

AÇÃO	REALIZADO – 2011	
	QUANTIDADE	VALOR
Conta Simplificada	1.872.932	18.729.320
Concessão de Crédito à População de Baixa Renda	955.684	342.001.050
Micropenhor	3.053.338	1.462.648.803
TOTAL	5.881.954	1.823.379.173

Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

A Conta Simplificada proporcionou a inclusão bancária para mais de 1,8 milhão de brasileiros, e dentro de uma perspectiva de ampliação contínua de acesso ao crédito bancário e comercial por pessoas de baixa renda, foram realizadas mais de 900 mil operações no valor total de R\$ 342 milhões.

O Micropenhor, forma de crédito não orientado, caracterizado pela praticidade e taxas acessíveis, concedeu cerca de R\$ 1,45 bilhão referentes a 3 milhões de contratos. Comparado ao ano anterior, houve redução de contratação devido ao grande número de renovações de contrato anteriores, gerando redução no valor líquido da contratação bem como no número de novos contratos.

Desempenho Econômico-Financeiro

No ano de 2011, a CAIXA ultrapassou a marca de R\$ 1 trilhão em ativos administrados, destacando-se R\$ 292,1 bilhões do FGTS e R\$ 152,5 bilhões em fundos de investimentos. Os ativos próprios somavam R\$ 510,2 bilhões e o patrimônio líquido

era de R\$ 19,6 bilhões, expansões de 27,4% e de 26,7%, respectivamente, se comparadas ao ano anterior.

CAIXA - INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADORES	2010	2011
Retorno Sobre Ativo Médio - Anualizado	1,01	1,14
Índice de Basiléia	15,44	13,34
Endividamento Setor Público	30,47	30,99
Provisão Sem Operações de Créditos	6,34	6,29
Cobertura de Despesas Administrativas	65,38	66,84
Cobertura de Despesa de Pessoal	105,26	108,6
Retorno PL Médio - Anualizado	26,34	29,62
Índice de Eficiência	70,27	70,67

Fonte: Caixa Econômica Federal

A Instituição, em 2011, registrou lucro líquido de R\$ 5,2 bilhões, com retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio - anualizado de 29,6% e índice de eficiência de 70,7%. Os valores repassados à União, Estados e Municípios, a título de tributos, encargos sociais, dividendos e juros sobre o capital próprio, somaram R\$ 7,6 bilhões.

1.10.3. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**Planejamento Corporativo 2009/2014**

O Planejamento Corporativo 2009/2014 define as principais referências que orientam a estratégia de atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES:

- Missão: Promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais e regionais.
- Visão: Ser o Banco do desenvolvimento do Brasil, instituição de excelência, inovadora e proativa ante os desafios da nossa sociedade.
- Valores: Ética; Espírito Público; Excelência; e Compromisso com o desenvolvimento.

De forma complementar, o Planejamento Corporativo definiu também 12 Orientações Estratégicas que indicam direcionamentos prioritários para a atuação do Banco.

As Orientações Estratégicas estão representadas no Mapa Estratégico do BNDES, organizado em quatro perspectivas: (i) Desenvolvimento Sustentável e Competitivo; (ii) Sustentabilidade Financeira, (iii) Processos Internos e (iv) Aprendizados e Competências.

PERSPECTIVAS	ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS
Desenvolvimento Sustentável e Competitivo	a. Enfatizar capacidade produtiva, desenvolvimento regional, geração de emprego, governança corporativa e internacionalização. b. Atuar de forma abrangente, com foco preciso em cada uma das Áreas do Banco. c. Apoiar iniciativas e investimentos de modernização de instituições, empresas e agências públicas. d. Priorizar investimentos em inovação, desenvolvimento socioambiental, infraestrutura e entorno territorial dos projetos.
Sustentabilidade Financeira	a. Ampliar os ativos totais e fortalecer a estrutura patrimonial. b. Desenvolver, ampliar e diversificar as fontes de recursos do país e no exterior. c. Aperfeiçoar as metodologias de gestão, avaliação e precificação de risco de projetos e empresas.
Processos Internos	a. Utilizar instrumentos financeiros de forma integrada (integração corporativa). b. Apoiar formulação e implementação de políticas de governo (relacionamento externo). c. Estreitar relacionamento com o Congresso Nacional, provedores de recursos e órgãos de controle, regulação e supervisão bancária (relacionamento externo). d. Implantar a gestão integrada de recursos, processos e ativos do Banco (gestão corporativa).
Aprendizado e Competências	a. Valorizar pessoas, promovendo o conhecimento e a capacidade analítica e operacional do corpo funcional.

Sistema de Gestão da Estratégia – SGE

Para facilitar a execução de seu Planejamento Corporativo, o BNDES estruturou um Sistema de Gestão da Estratégia - SGE que contempla também as etapas de implantação, monitoramento e aprendizado. O SGE consiste em um conjunto de procedimentos, práticas e ferramentas necessárias para fazer com que o processo de planejamento deixe de ser uma iniciativa pontual para transformar-se em um processo contínuo

de gestão. Para garantir o sucesso da implantação da Estratégia, são realizadas reuniões do Comitê de Planejamento, trimestralmente, com a participação de todos os Diretores e Superintendentes do BNDES.

Ferramenta de Gestão da Estratégia

Desde sua implementação, o SGE vem passando por melhorias e aperfeiçoamentos. Nesse sentido, o ano de 2011 foi marcado pelo desenvolvimento e pela implementação de uma ferramenta informatizada para apoiar a gestão da estratégia em toda a instituição. Essa nova ferramenta disponibiliza informações sobre o desempenho dos indicadores e iniciativas estratégicas de todas as áreas do BNDES. Disponível na intranet do BNDES, a ferramenta pode ser acessada por todos os empregados e sua utilização confere maior transparência e agilidade ao processo de gestão da estratégia.

Indicadores Corporativos

Os indicadores corporativos foram definidos a partir das Orientações Estratégicas e permitem acompanhar a evolução da organização em direção à estratégia estabelecida. Atualmente, existem vinte indicadores corporativos, distribuídos pelas diferentes perspectivas do Mapa Estratégico do BNDES. O desempenho dos indicadores é avaliado por meio da confrontação dos valores realizados com as metas estabelecidas anualmente pelo Comitê de Planejamento.

INDICADORES ESTRATÉGICOS CORPORATIVOS

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E COMPETITIVO	SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA
Nº de empregos gerados / mantidos	Crescimento dos Ativos Totais
Desembolso em Inovação	Crescimento Patrimônio de Referência
Desembolso em Desenv. Socioambiental	Disponibilidade de Recursos / Demanda
Desembolso em Desenv. Regional	Alavancagem
Desembolso em Modernização Pública	Limites Prudenciais
Desembolso PAC	Índice de Inadimplência
Desembolso em Infraestrutura	Spread Básico
Desembolso em Capacidade Produtiva	
Desembolso em Comércio Exterior / Internacionalização	
PROCESSOS INTERNOS	APRENDIZADO E COMPETÊNCIAS
Tempo de tramitação das operações	Mapeamento das Competências Técnicas
Despesas Gerais e Adm. / Ativo Total Médio	Plano de Carreira

Fonte: BNDES

Projetos Estratégicos Corporativos

Anualmente, a carteira de Projetos Estratégicos Corporativos é revista pelo Comitê de Planejamento, a partir da identificação das iniciativas mais relevantes conforme as prioridades da instituição e do País. Tais iniciativas também devem ter grande capacidade de mobilizar e influenciar a atuação de diferentes áreas do BNDES. Em 2011, foram executados sete projetos finalísticos, orientados para ampliar a capacidade da instituição de contribuir para o desenvolvimento do País, e nove projetos de gestão, orientados para aprimorar as práticas de gestão do Banco.

PROJETOS ESTRATÉGICOS CORPORATIVOS

PROJETOS FINALÍSTICOS	PROJETOS DE GESTÃO
Gestão Pública MPME Baixo Carbono Inovação Equipamentos para Mobilidade Urbana Fortalecimento Empresarial em Setores Intensivos em Conhecimento Erradicação da Pobreza	Governança Gestão da Estratégia Gestão de Clientes / Cidadãos Gestão da Sustentabilidade Gestão de Informações e Conhecimento Gestão de Pessoas Gestão de Processos Sensibilização AGIR (Ação para Gestão Integrada de Recursos)

Fonte: BNDES

Demonstrativos dos Empréstimos e Financiamentos Concedidos com Recursos Oriundos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

As tabelas a seguir trazem as contratações, os desembolsos e os saldos a liberar das operações do BNDES em 2011:

CONTRATAÇÕES

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL
Agricultura	20.276.000	611.851.000	101.292.620	11.243.705	53.330.554	797.993.879
Indústria	859.314.133	2.376.408.076	11.916.210.346	3.348.197.042	4.321.924.654	22.822.054.251
Comércio	56.434.374	320.658.784	1.909.935.180	63.277.978	83.547.588	2.433.853.904
Outros serviços	6.746.556.645	6.993.406.454	23.206.153.408	4.117.364.454	3.441.906.585	44.505.387.546
Indireto	3.804.827.093	9.307.096.668	40.200.624.695	24.579.544.686	7.152.881.486	85.044.974.628
TOTAL	11.487.408.244	19.609.420.982	77.334.216.249	32.119.627.866	15.053.590.867	155.604.264.208

Fonte: BNDES

LIBERAÇÕES

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL
Agricultura	2.804.947	712.263.402	62.279.195	1.687.200		779.034.744
Indústria	868.084.749	3.135.907.266	12.009.687.427	2.090.666.795	2.089.834.037	20.194.180.274
Comércio	13.888.982	77.582.810	1.176.986.473	34.898.950	68.450.932	1.371.808.147
Outros serviços	4.684.700.433	6.086.590.530	16.908.461.039	2.662.267.268	1.825.969.831	32.167.989.101
Indireto	5.268.216.037	8.753.538.214	38.011.692.094	24.851.863.924	7.364.035.661	84.249.345.931
TOTAL	10.837.695.148	18.765.882.223	68.169.106.229	29.641.384.137	11.348.290.461	138.762.358.197

Fonte: BNDES

SALDO A LIBERAR DE OPERAÇÕES CONTRATADAS

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	INTER-ESTADUAL	BRASIL
Agricultura	18.002.878	36.900.210	93.597.229	9.613.928	53.824.645	133.595.418	345.534.307
Indústria	947.781.630	5.207.566.855	9.674.339.995	2.277.805.226	3.904.830.301	4.261.149.579	26.273.473.586
Comércio		14.883.602	197.717.778	21.931.447		1.162.705.606	1.397.238.433
Outros serviços	6.737.213.669	6.248.501.975	32.963.941.897	4.017.470.738	1.576.711.957	10.218.389.084	61.762.229.320
Indireto	1.844.623.832	2.006.132.492	9.061.652.816	4.001.635.291	1.241.008.305	93.806.587	18.248.859.323
TOTAL	9.547.622.009	13.513.985.134	51.991.249.715	10.328.456.630	6.776.375.208	15.869.646.274	108.027.334.970

Fonte: BNDES

As tabelas a seguir trazem a variação do Saldo em Carteira das Operações de Financiamento (por exemplo, não constam operações com ações e operações estritamente financeiras):

Saldo da Carteira de Operações de Financiamento

SALDO DE CARTEIRA 2010

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NAO DEFINIDO	BRASIL
Agricultura	4.004.386.023	248.770.118	1.318.924.471	58.708.822	476.306.548	447.701.472	6.554.797.453
Indústria	2.674.931.799	20.504.942.333	54.545.303.409	8.649.767.222	7.148.506.682	12.950.413.580	106.473.865.025
Comércio	883.298.457	1.859.669.706	3.278.172.910	887.294.179	1.074.780.551	1.853.243.990	9.836.459.792
Outros serviços	48.475.073.474	47.161.545.014	69.133.550.621	23.711.677.929	22.799.005.889	8.264.221.052	219.545.073.979
Indireto	12.077.381.600	19.798.363.598	83.532.341.835	67.633.999.531	22.415.693.334	1.535.820.586	206.993.600.484
TOTAL	68.115.071.352	89.573.290.768	211.808.293.245	100.941.447.682	53.914.293.004	25.051.400.681	549.403.796.732

Fonte: BNDES

SALDO DE CARTEIRA 2011

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
Agricultura	4.630.486.286	257.328.962	1.435.765.324	64.528.789	473.780.650	509.546.326	7.371.436.337
Indústria	4.181.331.895	30.411.208.542	68.168.835.731	11.086.489.445	7.792.126.450	14.068.752.372	135.708.744.436
Comércio	3.896.616.597	6.418.807.880	5.468.678.602	2.649.274.481	3.272.525.013	1.540.594.803	23.246.497.376
Outros serviços	65.393.644.921	74.820.194.284	83.587.030.800	29.956.755.211	30.910.925.846	8.944.676.732	293.613.227.793
Indireto	15.674.277.972	23.146.369.664	94.872.217.891	77.944.315.364	24.780.404.513	1.482.405.046	237.899.990.451
TOTAL	93.776.357.670	135.053.909.332	253.532.528.348	121.701.363.290	67.229.762.473	26.545.975.279	697.839.896.393

Fonte: BNDES

VARIAÇÃO DE CARTEIRA 2010/2011

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
Agricultura	626.100.263	8.558.844	116.840.853	5.819.968	-2.525.897	61.844.854	816.638.884
Indústria	1.506.400.096	9.906.266.209	13.623.532.322	2.436.722.223	643.619.768	1.118.338.792	29.234.879.411
Comércio	3.013.318.140	4.559.138.174	2.190.505.693	1.761.980.302	2.197.744.462	-312.649.187	13.410.037.584
Outros serviços	16.918.571.447	27.658.649.270	14.453.480.179	6.245.077.282	8.111.919.957	680.455.679	74.068.153.815
Indireto	3.596.896.372	3.348.006.066	11.339.876.057	10.310.315.833	2.364.711.180	-53.415.540	30.906.389.967
TOTAL	25.661.286.318	45.480.618.564	41.724.235.103	20.759.915.608	13.315.469.469	1.494.574.598	148.436.099.661

Fonte: BNDES

As tabelas a seguir trazem os fluxos financeiros da Carteira das Operações de Financiamento (por exemplo, não constam operações com ações e operações estritamente financeiras):

Fluxos Financeiros da Carteira das Operações de Financiamento**AMORTIZAÇÃO 2011**

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
Agricultura	53.301.294	7.921.151	18.043.640	7.022.903	46.764.708	85.833.325	218.887.021
Indústria	232.467.030	1.165.357.259	6.655.199.210	1.049.563.820	834.541.015	1.093.635.681	11.030.764.016
Comércio		24.079.911	488.084.460	2.643.630	3.427.005	611.699.263	1.129.934.268
Outros serviços	1.419.195.146	1.137.204.394	8.659.002.372	1.330.933.151	1.019.926.843	1.729.950.862	15.296.212.768
Indireto	2.187.365.272	5.962.410.421	29.449.401.888	15.647.619.118	5.442.430.368	260.528.541	58.949.755.608
TOTAL	3.892.328.743	8.296.973.135	45.269.731.570	18.037.782.623	7.347.089.938	3.781.647.673	86.625.553.682

Fonte: BNDES

JUROS 2011

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
Agricultura	15.320.982	884.794	16.587.271	3.345.131	14.715.338	41.874.659	92.728.175
Indústria	115.733.652	1.291.535.949	2.041.754.691	460.251.282	405.246.276	1.092.628.254	5.407.150.105
Comércio		4.324.108	101.765.019	2.433.504	1.311.281	199.449.599	309.283.510
Outros serviços	674.173.351	943.000.961	3.178.417.482	651.719.001	582.942.332	1.387.498.771	7.417.751.898
Indireto	408.811.836	799.129.083	4.174.370.783	2.299.957.974	926.591.170	98.216.650	8.707.077.495
TOTAL	1.214.039.822	3.038.874.895	9.512.895.246	3.417.706.891	1.930.806.396	2.819.667.934	21.933.991.184

Fonte: BNDES

OUTROS EVENTOS 2011*

	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	NÃO DEFINIDO	BRASIL
Agricultura	18.519	2.735	35.017	6.105	30.244	130.723	223.343
Indústria	466.257	1.436.096	19.616.919	-1.351.111	1.944.935	2.341.549	24.454.645
Comércio		9.583	-246.565			421.406	184.424
Outros serviços	387.505	144.774	6.589.368	812.842	387.456	199.975	8.521.920
Indireto	890.531	-88.867	4.189.587	-399.515	1.557.900	359.548	6.509.184
TOTAL	1.762.811	1.504.322	30.184.327	-931.680	3.920.535	3.453.201	39.893.515

Fonte: BNDES / * multas, juros de mora etc

Avaliação circunstanciada do impacto fiscal das atividades executadas no exercício de 2011, em especial o risco para o Tesouro Nacional de tais operações.

Com o intuito de permitir a comparação dos dados apresentados a seguir com o relatório emitido em 2011, referente ao impacto fiscal das atividades do BNDES em 2010, foram mantidos os mesmos preceitos e a mesma estrutura de apresentação utilizada naquela oportunidade, sintetizados a seguir:

- *Os valores especificados correspondentes às atividades do Sistema BNDES no exercício de 2011 foram extraídos da contabilidade do Banco.*

Conforme procedimento observado nas diferentes metodologias para mensuração das contas públicas, adotado pelo País e recomendado por organismos internacionais, como a ONU, o FMI e a OCDE, as agências oficiais de fomento são tratadas de forma análoga a instituições do setor privado, não integrando a contabilidade pública nas contas nacionais. Assim, a avaliação identificou todas as transações consideradas de natureza fiscal realizadas em 2011 entre o BNDES e o setor público não-financeiro brasileiro, incluindo receitas, despesas ou posições patrimoniais, não apenas em relação ao Tesouro Nacional, como também a todos os demais entes da administração federal autárquica, fundações, fundos e mesmo empresas estatais não-financeiras; e ao mesmo universo institucional das administrações públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

- *Foram consideradas as transações tipicamente fiscais, que afetam diretamente o resultado da administração pública, especialmente as que envolvem fluxos registrados nos orçamentos. Assim, foram identificadas as transações do BNDES que: a) geram receitas para o setor público, como o recolhimento de tributos, juros, lucros e dividendos e mesmo a concessão de empréstimos e financiamentos a governos; e b) compreendam a realização de despesas pelas administrações públicas, como a concessão de empréstimos do Tesouro ao BNDES, as subscrições para aumento de seu capital e o próprio serviço da dívida assumida anteriormente por entes estatais junto ao Banco.*

Pela ótica da apuração da dívida líquida do setor público e mensuração do resultado de um período a partir da variação desse saldo devedor (apuração "abaixo da linha"), identificou-se as posições patrimoniais e suas alterações anuais, ou seja: a) no ativo, o saldo credor do BNDES junto às entidades das administrações públicas federal, estadual e municipal (como o saldo credor decorrente de financiamentos concedidos ou da aquisição de debêntures e outros títulos); e, b) no passivo, o montante da dívida do BNDES junto às mesmas

entidades (por exemplo, relativa a recursos captados pelo Banco junto a fundos federais).

As aplicações das disponibilidades de caixa do Sistema BNDES em títulos públicos federais não são tratadas como tendo impacto fiscal direto, pois são operações eminentemente financeiras de preservação da liquidez da instituição no curto prazo.

Conforme ressaltado nos anos anteriores, outras atividades do BNDES que não envolvem transações financeiras diretas com as administrações têm um impacto fiscal indireto, como nos casos de uma eventual atuação do Banco como agente executor de política nacional de desestatização, no apoio à implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal, na administração de fundos federais e mesmo na realização de operações no mercado de capitais, atividades que, em última instância, contribuem para a melhoria das contas públicas.

Seguindo aqueles preceitos, foram extraídos dados da contabilidade do BNDES que implicam em um impacto objetivo e direto sobre os resultados das administrações públicas brasileiras. O levantamento compreende as maiores transações. Não estão incluídas determinadas operações de pequeno valor, como por exemplo, no caso dos tributos, o pagamento dos impostos sobre propriedades, das taxas pela prestação de serviços (por exemplo: coleta de lixo, incêndio), ou de impostos sobre eventuais transmissões imobiliárias.

São apresentados em primeiro lugar os montantes dos fluxos (transações "acima da linha"), e, depois, comentadas as variações dos estoques patrimoniais (apuração "abaixo da linha").

Desta forma, considerando as receitas arrecadadas pelas administrações públicas, o Tesouro Nacional recebeu do Sistema BNDES, no exercício de 2011, R\$ 2.535 milhões em receitas tributárias, considerados os recolhimentos de seu imposto de renda (IRPJ) e das contribuições sobre receitas (Cofins e Pasep) e lucro (CSLL), além de IOF e CIDE. A título de dividendos e juros sobre o capital próprio, ingressaram nos cofres do Tesouro cerca de R\$ 6.905 milhões.

Ainda quanto aos recolhimentos tributários, o Sistema BNDES aportou ao INSS cerca de R\$ 160,9 milhões como contribuições dos empregadores sobre a folha salarial. Não foram consideradas as contribuições previdenciárias descontadas dos funcionários, assim como o IR também retido na fonte da folha salarial. Em favor do nível municipal de governo, o recolhimento foi de R\$ 5.650 mil referente ao imposto sobre serviços - ISS.

Em resumo, conforme tabela a seguir, no cômputo global, o BNDES respondeu diretamente pelo pagamento de R\$ 9.606 milhões às administrações

públicas diretas brasileiras, como receitas tributárias e patrimoniais. Tal valor representa uma redução de 35% sobre os pagamentos realizados em 2010 (R\$ 14.681 milhões).

As transações financeiras do BNDES envolvendo fundos federais, cujos fluxos são computados como “abaixo da linha” nas apurações dos resultados fiscais, apresentaram resultados expressivos para a redução do endividamento público líquido.

Com relação ao FAT, a movimentação financeira no exercício de 2011 envolveu, por um lado, o pagamento pelo BNDES ao FAT de um montante de R\$ 9.597 milhões e, por outro, o recebimento de cerca de R\$ 15.434 milhões.

Conforme já salientado em outras avaliações, os recursos aportados pelo FAT ao BNDES representam a concessão de créditos e são escriturados como inversões financeiras. Não constituem, portanto, uma despesa fiscal tradicional, a fundo perdido. Isso significa que todo e qualquer recurso repassado pelo FAT ao Banco constitui um crédito do governo federal e, como tal, esse aporte tem um impacto superavitário sobre as contas públicas. Como parcela substancial desses recursos não é aplicada pelo BNDES em empréstimos ou financiamentos a outros governos ou entes do setor público, o crédito do FAT, por seu volume expressivo, tem um impacto direto e positivo em termos de geração de superávit para todo o setor público brasileiro.

Quanto aos outros fundos federais administrados pelo BNDES, as movimentações foram as seguintes: o Fundo da Marinha Mercante - FMM transferiu R\$ 2.183 milhões para o BNDES e dele recebeu cerca de R\$ 598 mil; o Fundo de Garantia à Exportação - FGE, por sua vez, direcionou R\$ 110 mil para o BNDES; o Fundo Garantidor dos Investimentos - FGI transferiu R\$ 8.451 mil para o BNDES, referentes a pagamentos de comissão de administração e gestão; o Fundo Setorial do Audiovisual¹ - FSA transferiu R\$ 34.387 mil ao BNDES.

¹ O FSA é um fundo de natureza contábil destinado ao desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual no Brasil. Os principais objetivos do FSA são: o incremento da cooperação entre os diversos agentes econômicos; a ampliação e diversificação da infraestrutura de serviços e de salas de exibição; o fortalecimento da pesquisa e da inovação; o crescimento sustentado da participação de mercado do conteúdo nacional e o desenvolvimento de novos meios de difusão da produção audiovisual brasileira. Os recursos do FSA são oriundos de contribuições recolhidas pelos agentes do mercado, principalmente da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) e do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). O FSA possui um Comitê Gestor, que tem como atribuições definir as diretrizes e o plano anual de investimentos, acompanhar a implementação das ações e avaliar, anualmente, os resultados alcançados. O Fundo tem ainda a Agência Nacional do Cinema (Ancine) como Secretaria Executiva e, como agente financeiro, conta com o BNDES e com outras instituições financeiras credenciadas pelo Comitê Gestor.

Em resumo, o fluxo líquido de recursos do FAT, FMM e FSA em favor do BNDES, considerados como redutores da dívida líquida federal e do consolidado do setor público, somaram R\$ 7.458 milhões, significando contribuição para a redução da dívida pública líquida e para a geração de superávits nas contas estatais.

Os pagamentos do BNDES ao PIS-Pasep (um fundo de natureza social, pertencente à coletividade dos trabalhadores brasileiros, embora seu capital não pertença à União e, como tal, não integre o orçamento federal), no exercício de 2011, foram de cerca de R\$ 1.440 milhões. Foram aportados recursos ao BNDES do PIS-Pasep no valor de apenas R\$ 10.045 mil.

Finalmente, com respeito aos empréstimos e financiamentos concedidos pelo BNDES ao setor público não-financeiro, no exercício de 2011, o BNDES liberou um montante de R\$ 6.743 milhões em favor das administrações públicas e recebeu como amortizações de seus créditos R\$ 1.811 milhões. Dos recursos liberados no período houve devolução de R\$ 66 milhões. Em termos de estoque, houve um aumento na dívida da administração pública junto ao BNDES de um saldo devedor contábil de cerca de R\$ 40.153 milhões em 31.12.2010 para R\$ 48.217 milhões ao final de 2011.

Durante o exercício de 2011, foram realizados empréstimos do Tesouro Nacional ao BNDES no montante de R\$ 50,2 bilhões, tornando possível a execução do orçamento de financiamentos para o exercício. Esses recursos ingressaram no BNDES sob a forma de títulos públicos, implicando na aquisição de um ativo pelo Tesouro Nacional (crédito junto ao BNDES) na medida em que os emitia. Dessa forma, para fins de apuração do resultado do setor público não-financeiro, tal empréstimo não resultou em impacto sobre seu endividamento líquido.

Finalmente, como a taxa de inadimplência das operações do BNDES é, historicamente, bastante baixa (0,15% em 2010 e 0,12% de janeiro a setembro de 2011) e, inclusive, menor do que a inadimplência de bancos privados, consideramos que o risco para o Tesouro Nacional das operações com o BNDES é pequeno frente aos benefícios sociais e econômicos que o BNDES oferece às políticas públicas brasileira.

São apresentadas, a seguir, tabelas que resumem os números analisados acima.

TRANSAÇÕES DO BNDES COM OS TESOUREOS PÚBLICOS NO EXERCÍCIO DE 2011

PRINCIPAIS PAGAMENTOS (*)	R\$ MIL
Ao Tesouro Nacional (impostos e contrib.)	2.534.982
Imposto de Renda	1.277.745
Contribuição s/ Lucro Líquido	567.708
Pasep	105.819
Cofins	581.458
IOF	1.131
CIDE	1.121
Ao TN (dividendos e juros s / capital próprio)	6.904.696
À Previdência Social (contrib. patron. INSS)	160.924
Ao Tesouro Municipal (RJ) – ISS	5.650
TOTAL RECOLHIDO ÀS ADM. DIRETAS	9.606.251

Fonte: BNDES

* Não foram computados os recolhimentos de taxas e outros impostos de pequeno valor, bem como as retenções na fonte efetuadas por terceiros. Os impostos retidos sobre os rendimentos das empresas do Sistema BNDES são considerados como pagos no momento de sua compensação.

TRANSAÇÕES DO BNDES COM FUNDOS FEDERAIS NO EXERCÍCIO DE 2011

FUNDOS	RECEBIMENTOS (R\$ MIL) ¹	PAGAMENTOS (R\$ MIL) ²	LÍQUIDO (R\$ MIL)
FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR – FAT	15.434.354	9.597.356	5.837.998
FUNDO DE GARANTIA À EXPORTAÇÃO – FGE	110	0	110
FUNDO DE GARANTIDOR PARA INVESTIMENTOS - FGI	8.451	0	8.451
FUNDO DA MARINHA MERCANTE – FMM	2.183.317	598.058	1.585.259
FUNDO SETORIAL DO AUDIOVISUAL	34.387	0	34.387
FUNDO PIS/PASEP	10.045	1.440.000	-1.429.955

Fonte: BNDES

¹ FAT: transferência de recursos constitucionais e depósitos especiais; FGE: indenizações; e PIS-Pasep: comissões sobre recursos transferidos ao BNDES até 1982.

² FAT: pagamento de juros sobre recursos constitucionais, pagamentos de amortização e juros sobre depósitos especiais; PIS-Pasep: devolução de recursos ao Fundo para pagamento de rendimentos e saques dos participantes.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO BNDES COM O SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2011

DESCRIÇÃO	R\$ MIL
1) SALDO DEVEDOR EM 31/12/2010 (REGISTRADO NO CADIP)	40.153.032
2) MOVIMENTAÇÕES REGISTRADAS DURANTE O ANO DE 2011	8.063.853
1 (+) LIBERAÇÕES	6.742.736
2 (-) AMORTIZAÇÕES	1.811.152
3 (-) DEVOLUÇÕES DE LIBERAÇÃO	66.322
4 (+) JUROS PROVISIONADOS	3.458.206
5 (-) JUROS COMPENSATÓRIOS	3.221.184
6 (+) OUTROS	2.961.568
3) SALDO DEVEDOR EM 31/12/2011 (REGISTRADO NO CADIP)	48.216.885

Fonte: BNDES

Captação de Recursos Externos: Ingressos Oriundos de Organismos Internacionais

Em 2011, o ingresso de recursos tendo como origem organismos multilaterais e agências governamentais totalizou cerca de US\$ 368 milhões. Desse montante, US\$ 300 milhões foram captados junto ao *Japan Bank for International Cooperation* - JBIC e cerca de US\$ 68 milhões junto ao *Kreditanstalt für Wiederaufbau* - KfW. Além destes ingressos, o BNDES assinou um novo contrato de captação de € 500 milhões junto ao Banco Europeu de Investimentos - BEI.

- Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW

Em 10/12/2010, o BNDES assinou contrato de empréstimo com o KfW, no montante de US\$ 68.359.200,00. O objetivo deste empréstimo é apoiar investimentos em projetos de implantação de pequenas centrais hidrelétricas - PCH no Brasil realizados por empresas privadas brasileiras. O valor do contrato foi integralmente desembolsado em 2011, em duas tranches: uma em março e outra em novembro.

O KfW é um banco controlado 80% pela República Federal da Alemanha e 20% por seus estados federados. A parceria com o BNDES se iniciou na década de 60 e, desde então, foram contratadas 12 operações de empréstimo, incluindo a operação em referência. Ressalte-se que esta operação está inserida em um contexto de cooperação entre os Governos do Brasil e da Alemanha para o setor energético, com foco em energia renovável e eficiência energética.

O Contrato de Empréstimo realizado entre o BNDES e o KfW possui as seguintes características:

- Valor do Empréstimo: US\$ 68.359.200,00
- Prazo para Utilização: até 31/12/2012
- Prazo Total do Empréstimo: 12 anos

- Japan Bank for International Cooperation - JBIC

Em sua atuação junto a organismos internacionais, é de destaque o relacionamento entre o BNDES e o *Japan Bank for International Cooperation* - JBIC, cuja parceria se iniciou em 1962, quando foi assinado o primeiro contrato de empréstimo com o *The Export-Import Bank of Japan* - JEXIM, antecessor do JBIC.

Ao longo dos anos, JBIC e BNDES têm buscado permanentemente desenvolver atividades com o propósito de estreitar seu relacionamento institucional. Ao todo, a cooperação financeira entre as instituições foi executada através de 14 contratos de financiamento. O último contrato foi assinado em março de 2011, por ocasião da Reunião Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID,

em Calgary, Canadá. JBIC e BNDES celebraram então um contrato de empréstimo no valor de US\$ 300.000.000,00, no âmbito da iniciativa *GREEN - Global Action for Reconciling Economic growth and Environmental preservation*, linha de crédito destinada a apoiar projetos que favoreçam a preservação ambiental global e a redução da emissão de gases do efeito estufa e promovam a eficiência energética e o uso de energias renováveis.

O Contrato de Empréstimo realizado entre o BNDES e o JBIC possui as seguintes características:

- Valor do Empréstimo: US\$ 300 milhões
- Prazo para Utilização: dois anos a partir da assinatura do contrato
- Prazo Total do Empréstimo: 10 anos

Cumprir destacar que o valor do contrato foi totalmente repassado em tranche única em julho de 2011.

- Banco Europeu de Investimentos - BEI

Trata-se da primeira captação do BNDES com o banco multilateral europeu e tem como objetivo apoiar projetos que favoreçam a sustentabilidade ambiental e que mitiguem os efeitos das mudanças climáticas globais. Ressalte-se que a assinatura do contrato com o BEI em outubro de 2011 representa um importante marco em termos institucionais, visto que se trata da primeira operação de empréstimo do BNDES com um organismo multilateral sem garantia soberana.

O Contrato de Empréstimo realizado entre o BNDES e o BEI possui as características listadas abaixo e ainda não houve ingresso dos recursos:

- Valor do Empréstimo: € 500 milhões
- Prazo para Utilização: 3 anos a partir da assinatura do contrato
- Prazo Total do Empréstimo: 20 anos

1.10.4. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB**Estratégias de Atuação**

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB contratou durante o ano de 2011 um total de 3,3 milhões de operações que somaram R\$ 21,8 bilhões. Esse valor representou um crescimento de 1,7% em relação ao ano de 2010. Os financiamentos de longo prazo direcionados para investimentos somaram R\$ 11,9 bilhões e cresceram 1,0%, enquanto que os empréstimos de curto prazo complementares aos investimentos totalizaram R\$ 9,2 bilhões com crescimento de 6,8%. As operações de Mercado de Capitais somaram R\$ 689,0 milhões.

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE foi a fonte de recursos mais utilizada pelo Banco nos financiamentos de longo prazo, sendo responsável por R\$ 11,1 bilhões, o que representou 93,4% do total dos financiamentos. Esses valores demonstram a importância desse *funding* para o desenvolvimento do Nordeste. Neste ano o FNE esteve presente com financiamentos em todos os 1.990 municípios que fazem parte de sua área de atuação.

Com dois programas de microcrédito, o Crediamigo e o Agroamigo, respectivamente para as áreas urbana e rural, o BNB tem expandido sua ação nesse importante segmento que cresce a cada dia no País. Apoiando com pequenos empréstimos as atividades produtivas de microempreendedores informais, o Banco contratou no ano 2,6 milhões de operações no valor global de R\$ 3,8 bilhões, representando crescimento de 40,9% em relação ao ano anterior. Os dois programas têm suas ações integradas ao Plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo Governo Federal, que tem como objetivo elevar a renda e as condições de bem estar da população, e aos programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família. As micro e pequenas empresas contrataram R\$ 2,6 bilhões com crescimento de 12,9%. Na agricultura familiar, o BNB aplicou, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, R\$ 1,3 bilhão com 22,1% de crescimento.

A carteira de crédito rural do BNB apresentou ao final do ano um saldo de R\$ 16,6 bilhões, correspondendo à segunda maior carteira rural no País, ficando atrás somente do Banco do Brasil, que tem atuação nacional. O Banco apresentou em setembro de 2011 na sua carteira de crédito, englobando os recursos do FNE, saldo de R\$ 42,1 bilhões, situando-se em 9º lugar no ranking deste saldo dos maiores bancos no país. O BNB continua detendo boa parte dos saldos de crédito de longo prazo do Sistema Financeiro na área onde atua – Região Nordeste e norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo – com a participação de 66,9% do total. No saldo de curto prazo a

participação do Banco é de 6,5% e no crédito rural essa participação alcança 71,5%.

Unir negócio e cultura continua sendo forte no BNB. Com a inauguração em 2011 de 14 (de um total de 17) unidades do Espaço Nordeste – ponto de atendimento diferenciado que reúne em um só espaço físico atividades de negócios, cultura e cidadania – o BNB inova em sua forma de atuar na Região.

Integração de Políticas Públicas

O BNB dá continuidade à sua atuação na Política Nacional da Habitação por meio da operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH, ação em conjunto com os Ministérios das Cidades e da Fazenda, os Governos dos Estados da Bahia, de Sergipe e de Pernambuco e os movimentos sociais. Essa ação envolve recursos financeiros no montante de R\$ 13,8 milhões, que viabilizarão a construção de 1.283 unidades habitacionais nas áreas rurais desses estados, distribuídas em 32 municípios. Em 2011 foram concluídas e entregues aos beneficiários 411 unidades habitacionais.

Desde o seu lançamento em 2008, o BNB apoia o programa Territórios da Cidadania do governo federal em 1.078 municípios de 65 Territórios localizados na Região Nordeste e norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Para a execução dessa política o BNB estabeleceu meta de contratação em 2011 de R\$ 3 bilhões com recursos do FNE (excetuando aplicações do Pronaf). No ano de 2011 foram contratadas aproximadamente 18,1 mil operações em valor superior a R\$ 3,4 bilhões.

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE

As contratações de financiamento em 2011 com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE somaram R\$ 11,1 bilhões, com crescimento de 3,1% em relação ao montante verificado no ano de 2010. Entre os setores, o maior crescimento foi verificado no setor agroindustrial com 52,7% e um valor contratado de R\$ 336,9 milhões. Outro setor com expressivo crescimento foi o de comércio/serviços com 24,5% e R\$ 2,5 bilhões aplicados. O turismo regional destacou-se com o crescimento de 11,0% e contratação de R\$ 496,5 milhões. O setor que mais recebeu recursos foi o rural com R\$ 3,9 bilhões representando 35,2% do total aplicado. Os valores do FNE contratados por setor são mostrados no quadro adiante.

FNE – OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS POR SETOR ECONÔMICO (R\$ MILHÕES)

SETOR	2010	2011	% VAR.
Rural	3.657,3	3.906,7	6,8
Agroindustrial	220,6	336,9	52,7
Industrial	2.419,2	1.912,2	-21,0
Infraestrutura	2.020,5	1.961,3	-2,9
Turismo	447,2	496,5	11,0
Comércio/Serviços	1.990,4	2.477,1	24,5
TOTAL	10.755,2	11.090,7	3,1

Fonte: BNB.

A diminuição de 21% verificada nos financiamentos concedidos ao setor industrial pelo FNE decorreu, principalmente, da queda na demanda doméstica, da concorrência de produtos importados e da dificuldade de exportação por conta da crise internacional.

Os valores contratados de FNE nos anos de 2010 e 2011 por região são mostrados no quadro a seguir.

FNE – VALOR CONTRATADO POR REGIÃO (R\$ MILHÕES)

REGIÃO	2010	2011	% VAR
Nordeste	10.146,4	10.473,2	3,2
Sudeste (correspondendo à área de atuação do BNB no norte dos Estados de MG e ES)	608,8	617,5	1,4
TOTAL	10.755,2	11.090,7	3,1

Fonte: BNB.

Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE

O Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, criado pela Medida Provisória nº 2.156-5/2001, atualmente regulamentado por meio do Decreto nº 6.952/2009, tem a finalidade de assegurar recursos para a realização de investimentos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, gestora do Fundo.

O BNB participa da operacionalização do FDNE com as seguintes competências:

- Como prestador de serviço de análise de viabilidade econômico-financeira e de risco dos projetos no âmbito do FDNE, na forma do artigo 9º do Decreto 6.952, amparado por contrato firmado com a Sudene; e

- Como agente operador, na qualidade de instituição financeira oficial federal, conforme previsto no artigo 19 da Lei Complementar nº 125/2007.

Até dezembro de 2011 a Sudene encaminhou ao BNB 15 projetos de investimento, contemplando empresas dos setores de energia, transporte, mineral não metálico, agricultura irrigada e turismo. Desses projetos, oito foram aprovados pelo Conselho Deliberativo daquela Autarquia, demandando recursos do FDNE da ordem de R\$ 3,4 bilhões. Os desembolsos acumulados somaram R\$ 2,1 bilhões.

Durante o ano de 2011 o BNB realizou diversas ações na operacionalização do FDNE, com destaque para:

- Apresentação de sugestões de mudanças para o Regulamento do FDNE, anexo ao Decreto nº 6.952/2009, identificando possibilidades de mudanças legais e normativas visando à potencialização de novos negócios;
- Divulgação do resumo das condições negociais do FDNE às Superintendências Estaduais e Rede de Agências; e
- Viabilização de pré-análises de projetos com a Sudene, objetivando otimizar o tempo de análise desde o momento da entrada dos projetos no Banco.

Segmentos de Negócios de Crédito**Microcrédito**

O BNB tem expandido sua atuação nesse importante segmento de crédito que cresce a cada dia no País. Contando com dois programas de microcrédito, o Crediamigo e o Agroamigo, respectivamente para as áreas urbana e rural, o Banco tem apoiado com pequenos empréstimos as atividades produtivas de microempreendedores informais. Os programas têm suas ações integradas ao Plano Brasil Sem Miséria, lançado pelo governo federal, tendo por objetivo elevar a renda e as condições de bem estar da população, e aos programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família.

Em 2011 o valor global dos financiamentos de microcrédito do BNB totalizou R\$ 3,8 bilhões, crescendo expressivos 40,9% em relação ao ano de 2010, com mais 2,6 milhões de operações. O quadro adiante mostra os números desses programas de microcrédito do Banco.

MICROCRÉDITO NO BNB (R\$ MILHÕES)

MICROCRÉDITO	2010		2011		% VAR. (VALOR)
	QTD.	VALOR	QTD.	VALOR	
Urbano (programa Crediamigo)	1.632.482	2.066,3	2.246.905	2.975,9	44,0
Rural (programa Agroamigo)	329.105	595,8	366.681	775,1	30,1
TOTAL	1.961.587	2.662,1	2.613.586	3.751,0	40,9

Fonte: BNB

Microcrédito Urbano - Crediamigo

O Crediamigo é o programa de microcrédito produtivo orientado do BNB que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores urbanos, a maior parte deles informais, que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços.

No ano de 2011 o Crediamigo realizou 2,2 milhões de operações com valor desembolsado de aproximadamente R\$ 3,0 bilhões, representando crescimento de 44,0% em relação ao ano de 2010 quando foram desembolsados R\$ 2,1 bilhões.

O crescimento da Carteira Ativa foi de 54,2%, chegando a um saldo de R\$ 1,1 bilhão. A quantidade de Clientes Ativos cresceu 41,8%, passando de 737,8 mil ao final de 2010 para 1,0 milhão ao final de 2011. A inadimplência dos financiamentos, representada pela média ponderada dos valores em atraso de 1 a 90 dias em relação à Carteira Ativa, ficou em 0,8% ao final do ano.

A capacidade operacional do Crediamigo vem crescendo a cada dia alcançando uma média de 8.952 operações contratadas diariamente durante 2011, o que significa um crescimento de 37,1% em relação à média diária de 6.530 operações durante o ano de 2010.

Desde o ano de criação do programa, em 1998, os empréstimos acumulados ultrapassaram o montante de R\$ 11,1 bilhões em 10,1 milhões de operações. Com esse desempenho o Crediamigo consolida-se como o maior programa de microcrédito do Brasil e o segundo maior da América Latina e Caribe.

O programa chegou ao final de dezembro de 2011 com uma rede de 381 pontos de atendimento, que são estruturas físicas responsáveis pelo atendimento de clientes. Destes, 173 são Unidades do Programa localizadas anexas às agências do BNB e 208 são postos de atendimento localizados em cidades ou bairros distantes das agências do Banco.

Em 2011 o Crediamigo continuou oferecendo orientação empresarial e ambiental aos seus clientes. Foram lançadas duas cartilhas, "Não Estou Só. Vamos Somar Esforços" e "Meio Ambiente: Cuide do seu Futuro", totalizando um milhão de cartilhas repassadas. Nos eventos foram abordadas as questões da importância do fortalecimento das relações sociais nas Comunidades e da sustentabilidade do planeta, discutindo-se formas de como as equipes do programa podem contribuir para isso nas suas atividades diárias, considerando a realidade das regiões onde o Crediamigo atua.

Microcrédito Rural – Agroamigo

O Agroamigo é o programa de microfinança rural do BNB que tem como objetivo qualificar o atendimento aos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf (agricultores que auferem renda bruta anual familiar de até R\$ 6.000,00), mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. Trata-se de metodologia diferenciada de ação que preconiza o atendimento de forma rápida e desburocratizada, permitindo o aumento de renda familiar no campo, a manutenção e criação de novas oportunidades de trabalho, bem como a melhoria da qualidade de vida dos agricultores.

A operacionalização do Agroamigo, além da parceria desenvolvida com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, conta também com a participação da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip e Instituto Nordeste Cidadania - Inec, que disponibiliza uma equipe qualificada de assessores de microcrédito rural atuando diretamente nas comunidades rurais.

Em 2011 foram contratadas 366.681 operações em toda área de atuação do Banco, correspondentes a R\$ 775,1 milhões, com valor médio de cerca de R\$ 2,1 mil. Ao final do ano as mulheres representavam 48,3% dos clientes ativos do Agroamigo.

Em seis anos de atuação, o Programa já contratou R\$ 2,5 bilhões com os agricultores familiares de baixa renda, distribuídos em cerca de 1,5 milhão de operações de microcrédito rural, atendendo a 1.945

municípios (ou 97,7% do total) da área de atuação do Banco.

O Agroamigo também trabalha pela inclusão financeira e conscientização ambiental dos microempreendedores. Mais de 100 mil deles já possuem conta corrente/poupança no BNB e a meta para 2012 é abrir contas correntes para todos os clientes.

Em 2011 as realizações do BNB no Agroamigo buscaram consolidar a sua imagem institucional e o aperfeiçoamento gerencial, destacando-se:

- Acompanhamento dos estudos de avaliação dos impactos econômicos e sociais do Agroamigo, realizados pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene/BNB, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - Fipe e Fundação Getúlio Vargas - FGV;
- Realização e participação em eventos internacionais para apresentação do Agroamigo a instituições financeiras de países da América Latina e África;
- Criação do blog da Agricultura Familiar;
- Divulgação interna do Guia de Gerenciamento do Agroamigo;
- Elaboração de cartilhas voltadas para clientes sobre o tema da educação financeira e ambiental;
- Aplicação de pesquisa de satisfação com clientes do programa;
- Realização de visita técnica à Alemanha para intercâmbio com outras práticas de microfinanças;
- Realização do evento Dia do Microempreendedor Rural em todas as capitais nordestinas e Montes Claros - MG;
- Campanhas de formação de poupança com os produtores atendidos pelo Agroamigo;
- Implantação de políticas para promoções e realização de eventos locais do Agroamigo;
- Realização de eventos para entrega do Prêmio do Banco do Nordeste de Microcrédito produtor de sucesso ano 2011;
- Realização de parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS para inclusão do Agroamigo do Programa Brasil Sem Miséria;
- Realização de eventos para a promoção do Programa Nacional de Microcrédito nos municípios de Juazeiro do Norte - CE, Caruaru - PE e Feira de Santana - BA em parceria com o Crediamigo; e
- Criação do cartão do Agroamigo para saques dos recursos do financiamento.

Agricultura Familiar

O Pronaf é o programa do Governo Federal para apoiar o segmento econômico da agricultura familiar. No Nordeste do Brasil este programa representa 89,1% dos estabelecimentos rurais correspondendo

a 2,2 milhões de estabelecimentos familiares e 6,4 milhões de pessoas ocupadas.

O BNB é o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste contando com uma Carteira Ativa no valor de R\$ 4,6 bilhões correspondentes a 1,3 milhão de operações.

Em 2011 o BNB contratou 406.322 operações com agricultores familiares envolvendo recursos totais de R\$ 1.349,1 milhões, inclusive o valor contratado no programa Agroamigo, sendo 63,7% dos financiamentos concedidos a estabelecimentos rurais localizados na região semiárida. Em comparação com o ano de 2010 verifica-se um incremento de 22,1% no valor contratado.

No ano de 2011 o BNB implementou diversas ações objetivando o aperfeiçoamento operacional do Pronaf e a ampliação do atendimento de clientes, dentre as quais se destacam:

- Formalização de parceria com as entidades estaduais de assistência técnica nos Estados para a operacionalização do Pronaf Semiárido;
- Implantação da automação de concessão de bônus nas operações de crédito dos agricultores familiares no âmbito do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar - PGPAF;
- Criação do prêmio BNB Agricultura Familiar com o objetivo de reconhecer os produtores de sucesso financiados pelo Pronaf;
- Incentivo à bancarização dos Agricultores Familiares e Mini e Pequenos Produtores Rurais, proporcionando a abertura de contas correntes e fornecimento do cartão da Agricultura Familiar;
- Celebração de contrato com o Governo do Estado do Ceará para operacionalização de programa de financiamento a agricultores familiares com recursos do Fundo do Desenvolvimento da Agricultura Familiar - Fedaf;
- Renovação do contrato com o Projeto Dom Helder visando ao desenvolvimento sustentável para os assentamentos da reforma agrária na região semiárida do Nordeste;
- Realização de 143 eventos do Dia da Agricultura Familiar, sendo atendidos 14.736 clientes com o objetivo de dinamizar e qualificar o acesso ao crédito do Pronaf, viabilizando contratações e renegociações de dívidas de agricultores familiares; e
- Implantação da ferramenta Analisador Pronaf, destinada à verificação automática de parametrização de indicadores técnicos nas propostas de crédito.

Os valores contratados do Pronaf nos anos de 2010 e 2011 por região são mostrados no quadro a seguir.

PRONAF – VALOR CONTRATADO POR REGIÃO (R\$ MILHÕES)

REGIÃO	2010	2011	% VAR.
Nordeste	997,6	1.214,2	21,7
Sudeste (correspondendo à área de atuação do BNB no norte dos Estados de MG e ES)	107,5	134,9	25,5
TOTAL	1.105,1	1.349,1	22,1

Fonte: BNB.

Crédito Fundiário

O BNB financia a aquisição de propriedades rurais para agricultores familiares não proprietários ou com acesso precário à terra por meio dos programas de financiamento Combate à Pobreza Rural - CPR e Consolidação da Agricultura Familiar - CAF, integrantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

O programa Combate à Pobreza Rural é composto de dois subprojetos: o Subprojeto de Aquisição de Terras, que financia a aquisição de imóvel rural, e o Subprojeto de Investimentos Comunitários, que financia, de forma não reembolsável, os investimentos comunitários complementares. Por sua vez, o programa Consolidação da Agricultura Familiar - CAF financia aquisição de imóvel rural com as benfeitorias existentes, assim como a realização de investimentos de infraestrutura básica e produtiva.

Em 2011, o Subprojeto de Aquisição de Terras - SAT contratou 707 operações, das quais 80,1% na região semiárida, no valor total de R\$ 29,3 milhões, atendendo 1.828 famílias. O Subprojeto de Investimentos Comunitários - SIC contratou 180 operações no valor total de R\$ 45,5 milhões.

No mesmo período, por meio do programa Consolidação da Agricultura Familiar - CAF foram contratadas 728 operações, das quais 60,6% na região semiárida, no valor total de R\$ 23,5 milhões.

Mini e Pequenos Produtores Rurais

Durante o ano de 2011 o BNB contratou 10.708 operações de crédito rural que somaram R\$ 598,1 milhões com os mini e pequenos produtores rurais, exceto o público enquadrado no Pronaf. Esse valor representou incremento de 48% em relação ao volume contratado em 2010.

Negócios com Micro e Pequenas Empresas – MPES

O BNB colocou à disposição das Micro e Pequenas Empresas – MPES durante o ano de 2011 o montante de R\$ 3,5 bilhões em linhas de crédito de curto e longo prazos. No mesmo período foram contratados negócios no montante de R\$ 2,6 bilhões. Também merece destaque em 2011 a

contratação de 106.160 operações de financiamento e empréstimos, atendendo a 26.340 MPES. Comparando-se os resultados de 2011 com os números alcançados no ano anterior, verifica-se um crescimento de 13% no volume de contratações. Dentre as ações que contribuíram para o resultado alcançado em 2011 podem ser citadas as seguintes: continuidade da estratégia de negócios Nordeste Franquias; patrocínio de eventos e feiras de negócios em parceria com a Associação Brasileira de Franchising - ABF; divulgação da marca Banco do Nordeste no mercado, por meio de campanha publicitária veiculada nas principais capitais do Brasil, apresentando os produtos de crédito do Banco dirigidos às MPES; e reforço da parceria entre o BNB e importantes agentes que atuam em setores considerados estratégicos, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, a Associação Brasileira de Franchising e as Câmaras de Dirigentes Lojistas.

Negócios com Médios e Grandes Clientes

O segmento de negócios empresariais envolve clientes de médio e grande portes. Compõem este segmento de clientes os produtores rurais com faturamento anual superior a R\$ 300 mil e as empresas com faturamento anual entre R\$ 2,4 milhões e R\$ 200 milhões. Durante o ano de 2011 foram desenvolvidas diversas ações neste segmento, sendo as principais: acompanhamento sistemático do desempenho das carteiras, com destaque para os 100 maiores devedores do segmento; e monitoração de 28 operações estruturadas com saldo devedor de R\$ 1,7 bilhão.

Quanto ao segmento de negócios *corporate*, que gerencia e estrutura negócios de clientes com faturamento anual superior a R\$ 200,0 milhões, o BNB conta com espaço próprio e equipe especializada para prestar atendimento diferenciado nas Plataformas *Corporate*. Nesse segmento foram contratadas 308 operações de financiamento no valor de R\$ 6,3 bilhões no ano de 2011.

Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e à Copa do Mundo de 2014

O BNB vem atuando ao longo dos últimos anos com total aderência às diretrizes do Governo Federal, notadamente no apoio financeiro prestado aos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento. No ano de 2011 foram contratadas 12 operações que demandaram recursos do FNE na ordem de R\$ 1,4 bilhão. Desde o início do Programa, 46 empreendimentos enquadrados no PAC 1 e PAC 2 tiveram o apoio financeiro do BNB, cujos recursos somaram R\$ 9,4 bilhões, destacando-se as fontes FNE, com recursos de R\$ 5,1 bilhões, e FDNE, com R\$ 3,2 bilhões. Referida participação viabilizou investimentos totais da ordem de R\$ 43,4 bilhões para os setores de energia e

transportes. Em relação ao apoio financeiro à Copa do Mundo de 2014 o BNB contratou, em 2011, sete operações com recursos do FNE – Proatur, totalizando R\$ 330,3 milhões, conforme critérios de enquadramento estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional em consonância com os órgãos de controle externo.

Com essas operações o Banco acumula 20 financiamentos de apoio à Copa que envolvem recursos do FNE de R\$ 673,6 milhões, viabilizando investimentos totais de R\$ 1,7 bilhão.

Negócios com Governo

Durante o ano de 2011, com uma participação efetiva da rede operacional de agências e Superintendências Estaduais, os negócios no âmbito do segmento Governo foram ampliados, destacando-se os seguintes registros:

- Firmatura de contratos de arrecadação de tributos com Estados e Municípios da Região;
- Integração do BNB ao Portal dos Convênios via Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv do Governo Federal (abertura automática de conta corrente); e
- Renovação do Acordo de Cooperação com a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab para atuar como depositário do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

Negócios de Crédito Comercial

Os empréstimos de crédito comercial, complementares aos investimentos e compreendendo os produtos Crédito Direto ao Consumidor - CDC, Capital de Giro, Desconto de títulos e Contas Garantidas, somaram R\$ 5,1 bilhões no ano de 2011.

Negócios de Comércio Exterior e Câmbio

No ano de 2011 foi aplicado o valor de R\$ 1,5 bilhão no financiamento ao comércio exterior, oriundo das diversas fontes de recursos operacionalizadas pelo Banco. Houve incremento de 15% em relação ao ano de 2010, período em que foi alocado o valor de R\$ 1,3 bilhão. Os produtos de crédito suportam o atendimento das necessidades de financiamento e emissão de garantias como: Adiantamento sobre Contrato de Câmbio - ACC/ACE, Financiamento à Importação - Finimp e garantias internacionais.

Além do crédito, os clientes contam com o suporte necessário aos seus negócios internacionais por meio da oferta de serviços como transferências financeiras, câmbio de exportação pronto e cobrança de exportação e de importação. A soma da movimentação de todos os negócios de câmbio realizados durante o ano de 2011 atingiu a cifra de R\$ 4 bilhões entre operações de crédito, serviços de

câmbio pronto, interbancário e arbitragens de moedas.

Mediante a realização de operações de câmbio e comércio exterior, o BNB mantém o suporte para que as empresas nordestinas acessem os mercados internacionais, desempenhando o seu papel desenvolvimentista.

Negócios com Pessoas Físicas

No segmento Pessoa Física foram desenvolvidas, durante o ano de 2011, atividades com o objetivo de ampliar a base de clientes e negócios, com destaque para:

- Ampliação no volume de contratações com recursos do FAT, totalizando o montante de R\$ 11,8 milhões em 520 operações no âmbito das linhas de crédito BNB - Cooperfat e Proliberal;
- Elaboração e disponibilização de material promocional para as linhas de crédito para pessoa física: Proliberal, BNB - Cooperfat, CDC Convênios e CDC Antecipação de Imposto de Renda; e
- Participação na estruturação de negócios com profissionais liberais (programa Proliberal).

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

O BNB tem em sua estrutura o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste que tem como responsabilidades básicas: elaborar, promover e difundir conhecimentos técnicos e científicos que subsidiem as ações do BNB em sua área de atuação visando ao desenvolvimento sustentável.

No ano de 2011 foram realizadas pelo Etene avaliações de resultados e impactos dos seguintes programas: Relatório de Resultados e Impactos do FNE 2010; Relatório de Resultados e Impactos do FNE 2011 – Primeiro Semestre; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Resultados e Impactos 2009; e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Resultados e Impactos 2010.

Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento

Nos três fundos administrados de apoio à pesquisa – o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Fundeci, o Fundo de Apoio às Atividades Sócio-Econômicas do Nordeste – Fase e o Fundo de Desenvolvimento Regional – FDR – o BNB aplicou R\$ 38,8 milhões em 2011 em 782 projetos.

Impacto Fiscal das Atividades do BNB

Os valores a seguir apresentados, relacionados ao impacto fiscal do BNB nas contas do Tesouro Nacional, foram obtidos da contabilidade do Banco e consubstanciam as informações sobre as principais transações de natureza fiscal realizadas entre o BNB e o Tesouro Nacional durante o exercício.

Em 2011 representaram ingressos nas contas do Tesouro os recolhimentos realizados pelo Banco de seu imposto de renda – IRPJ e das contribuições sobre receitas – Cofins e Pasep, além da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

Considerando as receitas arrecadadas pelas administrações públicas no que se refere a tributos, dividendos e juros sobre capital próprio, o Tesouro Nacional recebeu os maiores pagamentos realizados pelo BNB no exercício de 2011, totalizando R\$ 730,2 milhões.

Deste total o valor de R\$ 488,3 milhões representa receitas tributárias, considerando o recolhimento de tributos sobre o Lucro Líquido - IRPJ e CSLL, Contribuições sobre o Faturamento - Pasep e Cofins. Ademais, o valor de R\$ 1,7 milhão refere-se a receitas de encargos sobre tributos.

A título de juros sobre capital próprio e dividendos foi destinado ao Tesouro Nacional o valor de R\$ 240,2 milhões.

**RECOLHIMENTOS REALIZADOS PELO BNB PARA O
TESOURO NACIONAL NO EXERCÍCIO DE 2011**
(Valores em R\$ mil)

PRINCIPAIS RECOLHIMENTOS	VALOR (*)
IRPJ	199.642,9
COFINS	150.821,6
PASEP	24.487,3
CSLL	113.368,9
Outras (multas e juros)	1.727,4
Juros sobre capital próprio e dividendos	240193,0
TOTAL	730.241,1

Fonte: BNB.

(*) Valores apresentados referem-se ao total de recolhimentos (tributos, juros, dividendos e outros).

Com relação ao FNE, as informações a seguir referem-se à evolução patrimonial do Fundo.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO FNE NO EXERCÍCIO DE 2011
(Valores em R\$ mil)

SALDO EM 31.12.2010	ENTRADAS (*)	SAÍDAS (**)	SALDO EM 31.12.2011
33.326.631,2	8.163.647,5	(3.742.816,8)	37.747.461,9

Fonte: BNB.

(*) Principais entradas: Ingressos constitucionais, receitas sobre operações de crédito, repasses, remuneração das disponibilidades e recuperação de crédito;

(**) Principais saídas: taxa de administração, remuneração sobre Pronaf, despesa de provisão, Del Credere, descontos concedidos em renegociações, rebates/bônus sobre principal e despesas com operações de outras fontes (aquis. Lei 11.322).

Quanto aos demais fundos federais com os quais o BNB mantém relações financeiras, é apresentado a seguir quadro com informações sobre os saldos e movimentação relacionados a cada fonte.

MOVIMENTAÇÕES DO BNB COM FUNDOS FEDERAIS, EXCETO FNE, NO EXERCÍCIO DE 2011
(Valores em R\$ Mil)

FUNDOS	SALDO EM 2010	INGRESSOS, JUROS E CORREÇÃO	PGTOS.(*)	SALDO EM 2011
FAT	686.790,9	150.374,2	-214.775,4	622.389,7
FMM	53.575,2	50.901,9	-11.018,2	93.458,9
STN Prodecer	60.875,1	4.518,1	-15.861,6	49.531,6
STN Recoop	1.085,8	76,9	-170,9	991,8
STN – Inst. Híbrido de Capital e Dívida	1.004.165,8	135.550,1	-1.843,3	1.137.872,6

Fonte: BNB. / (*) Envolve principal e juros.

1.10.5. BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

O Banco da Amazônia, como principal agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região Amazônica, atua estrategicamente focado em uma nova dimensão que passa do tradicional para o sustentável, do produto para o cliente e da Matriz para a Rede de Agências. Por meio desses alinhamentos a Instituição espera obter ganhos de eficiência e produtividade e, consequentemente, impacto positivo no seu resultado operacional, decorrentes do monitoramento das despesas e receitas, a partir do melhor aproveitamento da base de clientes, via melhoria do índice de aceitação dos produtos.

Assim, o desempenho apresentado pelo Banco da Amazônia, está pautado no compromisso estratégico da Instituição com o Desenvolvimento Sustentável da Região Amazônica, buscando inserir sua economia nos mercados nacional e internacional, mediante a incorporação de novas tecnologias de produção assentadas nos princípios de valorização do meio ambiente; incentivo às atividades inovadoras que conciliem o desenvolvimento econômico com as preocupações ambientais e sociais; disponibilização de recursos para a modernização e competitividade, sobretudo para o segmento da agricultura de base familiar; apoio financeiro ao desenvolvimento científico regional, por meio de projetos de pesquisa de diversas instituições de ensino e pesquisas estabelecidas na região; e ações de fomento balizadas em políticas integradas com os Governos Federal e Estadual e outras instituições visando o fortalecimento e a ampliação das alianças institucionais.

Visando o aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento sustentável na Amazônia com a geração de benefícios socioeconômicos internalizados em prol das populações locais e, ao mesmo tempo, implantar um novo padrão de financiamento adequado às reais necessidades dos setores produtivos regionais, o BASA incorporou à sua política de financiamento os componentes de sustentabilidade econômica, ambiental e social em todo o espectro de sua atuação, objetivando promover a solidificação de arranjos produtivos locais inovadores, inseridos em projetos alinhados aos pressupostos do desenvolvimento sustentável e articulados aos fluxos dos mercados nacionais e internacionais. Trata-se de um modelo de financiamento que tem como foco os negócios sustentáveis e o atendimento integral das necessidades do cliente, construindo um relacionamento bancário estreito e uma parceria fortalecida para o aproveitamento do meio ambiente como oportunidade para viabilização de negócios com sustentabilidade.

De forma a tornar públicas as suas intenções e diretrizes gerais, no que diz respeito ao seu compromisso com a sustentabilidade, a empresa instituiu a Política Corporativa pela Sustentabilidade, alinhada com suas declarações estratégicas (Missão, Visão, Princípios e Crenças) a qual objetiva contribuir para o desenvolvimento em bases sustentáveis: promover ações que incentivem a conscientização sobre a importância do desenvolvimento sustentável e o realinhamento da cultura empreendedora que privilegie a criação, a manutenção e o crescimento de negócios sustentáveis; ser referência de organização indutora do desenvolvimento sustentável, fortalecendo o seu papel de fomentar melhores práticas ambientais e de reduzir as desigualdades de renda, emprego, espaciais e sociais inter e intra regionais; e adotar medidas para criar valor de forma sustentável para todos os públicos com que se relaciona. A Política também determina o alinhamento das ações de sustentabilidade com os Objetivos do Milênio, com a Agenda 21 (tanto a do Banco quanto a nacional) e com o Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Socioambiental.

Especificamente em relação ao Meio Ambiente, a Política Corporativa pela Sustentabilidade do Banco da Amazônia prevê a contribuição para a manutenção das funções e componentes dos ecossistemas e biodiversidade da Amazônia a fim de que as gerações futuras possam usufruir dos recursos ambientais hoje disponíveis, incentivando e priorizando projetos relacionados a mudanças climáticas como aqueles voltados para eficiência da matriz energética, manejo florestal, recuperação e utilização de áreas alteradas para fins produtivos. Os projetos e pesquisas voltadas para o desenvolvimento de soluções que respondam adequadamente à busca pela redução das emissões de gases de efeito estufa são incentivados dentro dos processos internos do Banco.

Com relação ao Crédito, a Política Corporativa pela Sustentabilidade reforça a incorporação de critérios de sustentabilidade social e ambiental em todo seu processo de análise constante na Política Socioambiental no Crédito, a qual objetiva a melhoria da qualidade da carteira considerando a correlação positiva existente entre responsabilidade socioambiental e o conceito e o caráter do cliente, reforçando a Política de Risco de Crédito.

A Política Socioambiental no Crédito segue as diretrizes socioambientais de indução, salvaguarda e exclusão, para orientar a alocação do crédito e o relacionamento com o cliente, além de incorporar a análise socioambiental no processo de crédito com aplicação do Formulário de Informação Socioambiental - Fisa e do Questionário Socioambiental - QSA. A diretriz de indução prioriza

apoio financeiro diferenciado a clientes e atividades econômicas alinhadas com os preceitos do desenvolvimento sustentável, por potencializarem benefícios do desenvolvimento que o Banco se propõe a articular. Institui medida para identificar e apoiar tais clientes, setores e atividades produtivas ou de empreendedorismo consciente que expressem diferencial inovador, em bases sustentáveis. A diretriz de salvaguarda orienta o cliente a adotar medidas de caráter administrativo e técnico, para introduzir práticas sustentáveis em atividades tradicionais. Tais medidas orientam a atuação do Banco na habilitação, análise e concessão do crédito, incentivando os clientes a adotarem boas práticas socioambientais por meio de melhoria de tecnologia ou processos de produção e comercialização, de métodos de gestão e outros, que resultem na melhoria de sua rentabilidade. A aplicação das salvaguardas em atividades estratégicas da Cadeia de Valor permite que o Banco expanda sua influência para as demais atividades atuando como difusor de boas práticas. A diretriz de exclusão orienta a não concessão de crédito a pessoas e organizações que realizam atividades e práticas produtivas vetadas por lei bem como, veda operar com clientes cujas atividades e práticas contradizem os princípios e os valores do Banco da Amazônia, traduzidos na sua política socioambiental.

O Fundo Constitucional do Norte - FNO representa o maior e principal instrumento econômico-financeiro para o desenvolvimento sustentável da Região Norte, atuando alinhado às orientações estratégicas do Governo Federal contidas nas políticas e programas para a Amazônia, como o Plano Plurianual - PPA 2008-2011; a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR; o Plano Amazônia Sustentável - PAS; o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; a Política Nacional de Agricultura Familiar; a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais; o Plano Nacional de Turismo - PNT; o Programa Mais Cultura; a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas; as políticas de desenvolvimento industrial e de incentivo às exportações, à pesca e aquicultura; além das políticas e prioridades dos estados da Região Norte. As diretrizes estratégicas do Fundo estão voltadas para a concessão de financiamentos prioritários aos segmentos produtivos de menor porte (mini/micro e pequenos empreendedores), com ênfase para a agricultura de base familiar; empreendimentos que utilizam matérias-primas e mão-de-obra locais e que produzam alimentos básicos para consumo da população e projetos com sustentabilidade socioambiental. Os financiamentos concedidos com os recursos do FNO têm contribuído para a geração de novas oportunidades de ocupação de mão-de-obra, o incremento no Valor Bruto da Produção - VBP e no PIB regional, a contínua redução do êxodo rural e da pobreza, a inclusão social, a minimização das desigualdades intra e inter-regionais, o aumento

da massa salarial e a ampliação da arrecadação tributária.

No que se refere a fomento, o Banco da Amazônia é o agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Amazônia, mediante os programas de governo: Abastecimento Agroalimentar; Agricultura Familiar - Pronaf; Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte; Banco para Todos; Microcrédito Produtivo Orientado e Desenvolvimento Macrorregional Sustentável, promovendo ações alinhadas com as seguintes prioridades:

a) Apoio à Política Nacional de Reforma Agrária por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf financiando atividades produtivas na Região, desenvolvidas em áreas de colonização, contribuindo para a democratização do crédito, inclusão social, geração de emprego e renda e criação de condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e valorização da mão-de-obra familiar;

b) Contribuição com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Pnater destinando recursos de seu próprio orçamento aos órgãos oficiais prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural nos estados da Região Norte. É uma parceria pioneira com o Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA para melhorar os serviços prestados aos mini e pequenos produtores rurais da Região. No desenvolvimento de ações voltadas ao apoio dos órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater, o Banco firmou convênios de repasse de recursos com os Estados do Acre, Pará, Rondônia, Tocantins e Amazonas. Os recursos repassados, de natureza não reembolsável, ultrapassaram o montante de R\$ 2,3 milhões, sendo investidos no fortalecimento da infraestrutura física dos órgãos de Ater (aquisição de carros, motocicletas, embarcações e equipamentos diversos como computadores, GPS, entre outros) e capacitação de técnicos e produtores rurais, a fim de qualificar o crédito da Agricultura Familiar e melhorar os serviços de extensão rural;

c) Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC do Governo Federal mediante o financiamento de projetos que contemplam setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e geração de energia;

d) Apoio ao desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis mediante a publicação do Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, o qual está em consonância com a Política Nacional de Turismo e, no âmbito dos recursos do FNO, prioriza o atendimento aos municípios da Região Norte que integram os destinos indutores do desenvolvimento turístico e os roteiros turísticos traçados pelo programa de regionalização do turismo - Roteiros

do Brasil. Além disso, o Banco disponibiliza recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e BNDES para aplicação em empreendimentos que atendem a toda a cadeia do turismo na Região Amazônica;

e) Incentivo à cultura amazônica, por meio do Programa "Amazônia Mais Cultura", que representa uma importante âncora na valorização da cultura amazônica, em alinhamento com a agenda social do Governo Federal, que tem na cultura um dos eixos prioritários e estratégicos;

f) Contribuição com a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais participando na condição de membro do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais - GTP/APL, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC e composto por 33 instituições, o qual é responsável pela implementação da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais. A ação creditícia do Banco da Amazônia contempla o apoio à formação e ao desenvolvimento de 49 arranjos produtivos locais selecionados como prioritários em todos os Estados da Amazônia;

g) Participação na Operação Arco Verde - OAV do Governo Federal inaugurando uma nova fase para conservação e implantação de modelos de produção sustentável de prevenção e combate ao desmatamento e à grilagem de terras na Amazônia. Em 2011, houve crescimento de 355% na aplicação de recursos do FNO – Amazônia Sustentável nos municípios do âmbito da OAV comparativamente a 2010. Rondônia foi o estado que apresentou a maior taxa de crescimento de operações contratadas (762%);

h) Através do Programa de Apoio à Pesquisa Ciência e Tecnologia como instrumento da sustentabilidade, o Banco da Amazônia possui relevante atuação no estímulo à Ciência & Tecnologia regional, apoiando projetos de pesquisas com recursos não-reembolsáveis, de modo a incentivar a realização de pesquisas científicas voltadas ao desenvolvimento sustentável e à conservação da biodiversidade regional. Executadas por agentes regionais, tais pesquisas são instrumentos importantes de informação para o planejamento e orientação das decisões sobre investimentos do setor produtivo. Com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Pesquisas na Amazônia, parcerias são firmadas com Universidades e Institutos de Pesquisa da Região, visando à execução de pesquisas de desenvolvimento sustentável em áreas como agricultura, recursos florestais, biodiesel, entre outros temas de interesse do desenvolvimento científico e tecnológico da Amazônia. O Banco é parceiro de 40 instituições e universidades sediadas na Região, envolvendo 365 projetos de pesquisa e

recursos de cerca de R\$ 26 milhões. Entre as pesquisas apoiadas em curso, destacam-se:

- "Integração Lavoura-Pecuária-Silvicultura: Alternativa de Desenvolvimento Sustentável em Áreas Alteradas da Amazônia Brasileira", cujo objeto é implantar e desenvolver ou adaptar sistemas inovadores de integração lavouras como alternativas viáveis para os setores agropecuário e florestal da Amazônia, avaliando o desempenho, visando a recuperação de áreas degradadas e produção de alimentos e madeira suprimindo assim as demandas locais, em parceria com a Embrapa;
- "Projeto Geração de Renda, Inclusão Social e Recomposição de Matas Ciliares por Comunidades Ribeirinhas na área de proteção ambiental da Baixada Maranhense", cuja finalidade é a execução de um programa de produção de mudas das espécies vegetais das matas ciliares nos lagos Cajari, da Lontra, Formoso, no município de Penalva, Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense, para desenvolver um programa de recomposição vegetal desses ambientes, recompondo a natureza em suas formações ciliares com geração de renda para as comunidades envolvidas - em parceria com a Universidade Federal do Maranhão - UFMA;
- "Transferência de tecnologias de manejo de bacurizais nativos para recuperação de áreas degradadas e geração de renda para agricultura familiar do Nordeste Paraense e Ilha do Marajó", com o objetivo de entender a dinâmica existente entre o sistema extrativo e o manejado e as primeiras tentativas de plantio racional de bacurizeiro para a recuperação de áreas degradadas na Amazônia, em parceria com a Embrapa.

i) O apoio ao desenvolvimento do agronegócio regional estimulando desenvolvimento de atividades integradas à cadeia produtiva do agronegócio regional, da produção de biodiesel, da pesca e aquicultura;

j) Apoio às populações tradicionais da Amazônia como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, que historicamente sempre foram excluídas das políticas governamentais;

k) Incentivo às microempresas e empresas de pequeno porte mediante a participação no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, e a parceria com o Sebrae Nacional, com quem mantém convênio de cooperação geral visando desenvolver ações voltadas à ampliação do atendimento e da melhoria do acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas que atuam na Amazônia;

l) Estímulo ao incremento da produção pesqueira regional financiando a aquisição de barcos, motores e apetrechos de pesca aos pescadores artesanais e a construção de tanques e aquisição de alevinos aos empreendedores de aquicultura, proporcionando-lhes melhores condições de vida, fortalecendo suas colônias, promovendo o aproveitamento racional de recursos naturais, aumentando a oferta de alimentos e melhorando o padrão nutricional da população regional;

m) Adesão ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal – Programa Crescer, possibilitando o acesso ao crédito aos empreendedores populares da Região Amazônica tendo por filosofia o relacionamento direto e permanente com os empreendedores no próprio local onde é executada a atividade econômica mediante empréstimos sequenciais, graduais e sob medida para suas necessidades, com acompanhamento do seu desenvolvimento individual e do negócio;

n) FNO-Itinerante: iniciativa desenvolvida pelo Banco da Amazônia em parceria com o Ministério da Integração Nacional, governos estaduais e municipais e Sebrae. Conta com a participação da Sudam, parceiros institucionais locais e sociedade civil organizada. Tem a finalidade de disseminar os recursos do FNO nos municípios da Região Norte, principalmente naqueles classificados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR como de baixa e média renda, prioritariamente em atendimento aos segmentos produtivos de menor porte (micro e pequenas empresas, mini e pequenos produtores rurais e agricultores familiares). O FNO-Itinerante tem como proposta o aumento da demanda por investimentos de longo prazo nos estados e o incremento do volume de recursos destinados às diversas atividades econômicas, com geração de emprego e renda, contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento regional. Os objetivos específicos do FNO-Itinerante são:

- Fortalecer e ampliar as parcerias, formando alianças para atuação eficiente nas iniciativas de desenvolvimento local;
- Movimentar as equipes locais para atuação firme nos espaços geográficos da sua área de jurisdição, num esforço de ação financiadora do Banco de modo a se alcançar 100% dos 450 municípios da Região Norte;
- Intensificar a atuação do Banco nos estados e municípios, dando maior visibilidade da sua missão de aplicar recursos de fomento, reduzindo as desigualdades intra-regionais;
- Ampliar a atuação do Banco na execução das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Região;

- Integrar e executar políticas públicas de fomento, através da união, cooperação e corresponsabilidades entre parceiros;
- Divulgar os produtos e serviços do Banco aos mini, micro e pequenos empreendedores rurais e não rurais e agricultores familiares; e
- Prestar orientações aos beneficiários sobre a melhor forma de potencializar os negócios existentes e/ou desenvolver novas atividades econômicas na Região.

A disseminação do FNO-Itinerante nos estados se dá mediante a realização de seminários específicos em municípios definidos em cada um dos sete estados da Região Norte. Os critérios para definição dos municípios pilotos abrangeram ações/estratégias e perfil de municípios, além de considerar aqueles que não receberam contratações do FNO em 2010. Em 2011 os municípios atendidos com o FNO-Itinerante foram: Santa Rosa do Purus (AC), Manaquiri (AM), Oiapoque (AP), Terra Santa (PA), Alto Paraíso (RO), Pacaraíma (RR) e Rio da Conceição (TO).

o) Desenvolvimento Regional Sustentável - DRS: em novembro de 2011, foi assinado um Protocolo de Intenções entre o Banco da Amazônia e o Banco do Brasil, visando o desenvolvimento de ações conjuntas para promover o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica. Serão desenvolvidas conjuntas como o mapeamento dos impactos dos negócios; o fomento aos processos de desenvolvimento local; e a elaboração de planos de trabalho e definição de projetos conjuntos. A parceria permitirá a expansão de pequenos negócios, impulsionando a economia da região, por meio de financiamentos às atividades sustentáveis, que visem à melhoria da qualidade de vida da população, utilizando estratégia negocial de DRS;

p) A Operação Cidadania Xingu, iniciativa do Governo Federal sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República e dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Meio Ambiente, objetiva garantir a presença efetiva do poder público nos territórios impactados pela UHE Belo Monte com políticas e ações que promovam o desenvolvimento sustentável da região com foco na melhoria da qualidade de vida dos diversos segmentos sociais. O Banco participou ativamente da Operação e de todos os mutirões, nos onze municípios. As ações do Banco durante os mutirões foram: apresentação Institucional sobre o que o Banco pode fazer para auxiliar no desenvolvimento da região; palestras para Agricultura Familiar - Pronaf, Microempreendedores Individuais (MEI) e Micro e Pequenas Empresas (Linhas de capital de giro e investimento); propostas de crédito: orientação, elaboração e recebimento de propostas; cadastramento de Conta Corrente e Conta Poupança; e contratação de operações da Agricultura Familiar e MEI.

O BASA publicou em 2011 estudos sobre a cadeia produtiva do setor florestal e da pesca e aquicultura objetivando a identificação de áreas potenciais e de oportunidades de investimentos, a partir dos estados cujos setores passam por alterações relevantes. Realizou também um diagnóstico das relações comerciais externas dos Estados da Amazônia Legal, avaliando em contexto histórico a composição de suas pautas de exportações e importações, assim como seus principais parceiros comerciais. Incentivou, ainda, com apoio financeiro, estudos de setores produtivos da região que contemplam análise de conjuntura de mercado, da dinâmica das mudanças estruturais em curso e das oportunidades de negócio que podem surgir no curto e longo prazo, configura-se em importante instrumento para apoiar as decisões do Banco da Amazônia no atendimento das demandas por crédito.

O Prêmio "Professor Samuel Benchimol" e "Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente" foram instituídos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Banco da Amazônia, com o objetivo de fomentar

idéias criativas de ciência e tecnologia visando criar soluções inovadoras para problemas persistentes, além de gerar novas perspectivas de desenvolvimento para a Amazônia. É uma das maiores premiações na América Latina em certames similares, e o único que tem como foco a Amazônia Continental. O prêmio Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente premia quatro categorias: Empreendedorismo Consciente, Projetos Estruturantes, Empresas na Amazônia e Suporte ao Desenvolvimento Regional. A edição de 2011 contou com 331 candidaturas. Criatividade, empreendedorismo, solução e inovação foram os pontos fortes das propostas concorrentes nesta edição.

Em 2011, foram inauguradas nove agências do Banco da Amazônia nos Estados do Amazonas (Manacapuru), Pará (Marabá, Dom Eliseu, Xinguara e Canaã dos Carajás), Tocantins (Araguaçu) e Rondônia (Jaru, Pimenta Bueno e São Miguel do Guaporé). A inauguração destas agências incrementou em 8,25% a rede de agências do Banco da Amazônia em relação ao ano de 2010.

Demonstrativos especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme determina o parágrafo único do artigo 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal, incluindo detalhadamente:

Os valores concedidos e os valores aplicados por região, por setor de atividade e por tipo de fonte de financiamento dos orçamentos fiscal e da seguridade social, acompanhado dos saldos anteriores e atuais, encargos apropriados, valores devidos e recebidos de inadimplência encontram-se demonstrados a seguir:

CONTRATAÇÕES AGRICULTURA FAMILIAR / 2011

PROGRAMA	FONTE	Nº OPERAÇÕES CONTRATADAS	VALORES EM R\$ 1,00	Nº OCUPAÇÕES GERADAS
PRONAF	TFF - Todas as fontes	31.525	434.972.356	126.100
PRONAF	FNO	28.271	428.084.570	113.084

Fonte: Banco da Amazônia

CONTRATAÇÕES AGRONEGÓCIO / 2011

ATIVIDADE	FONTE	Nº OPERAÇÕES CONTRATADAS	VALORES EM R\$ 1,00
Agropecuária	TFF - Todas as fontes	1.264	290.555.188
Agroindustrial	TFF - Todas as fontes	31	12.209.063

Fonte: Banco da Amazônia

CONTRAÇÕES PEQUENOS PORTES-RURAL / 2011

PORTE	Nº OPERAÇÕES CONTRATADAS	VALORES EM R\$ 1,00
MINI PORTE	12.561	359.756.682
PEQUENO PORTE	345	45.504.310
PRODUTOR RURAL	19.672	163.600.231
TOTAL	32.578	568.861.223

Fonte: Banco da Amazônia

CONTRAÇÕES PEQUENOS PORTES-NÃO RURAL / 2011

PORTE	Nº OPERAÇÕES CONTRATADAS	VALORES EM R\$ 1,00
MICRO PORTE	377	201.915.813
PEQUENO PORTE	1.903	196.737.019
TOTAL	2.280	398.652.832

Fonte: Banco da Amazônia

CULTURA / 2011

PERÍODO	N.º OP.	VALOR (R\$ 1,00)
JAN-DEZ/2011	26	2.797.369

Fonte: Banco da Amazônia

TURISMO / 2011

FONTES	N.º	VLR (R\$ 1,00)
FNO	78	103.697.556
Demais Fontes	2	549.998
TOTAL	80	104.247.554

Fonte: Banco da Amazônia

SALDO DAS CONTRATAÇÕES DE FOMENTO-TODAS AS FONTES / 2011

SETOR	SALDO DE OPERAÇÕES	SALDO TOTAL R\$ 1,00	SALDO ATRASO R\$ 1,00	INADIMPLÊNCIA %
PRONAF	210.495	2.165.437.596	210.790.555	9,73
Rural	274.489	6.219.253.288	724.160.131	11,64
Não Rural	7.980	7.263.282.057	94.924.012	1,31

Fonte: Banco da Amazônia

SALDO DAS CONTRATAÇÕES DE FOMENTO-FNO / 2011

SETOR	SALDO DE OPERAÇÕES	SALDO TOTAL R\$ 1,00	SALDO ATRASO R\$ 1,00	INADIMPLÊNCIA %
PRONAF	191.277	2.119.904.612	195.297.580	9,21
Rural	252.427	5.717.640.523	540.686.916	9,46
Não Rural	7.706	5.152.662.239	90.796.826	1,76

Fonte: Banco da Amazônia

CONTRATAÇÕES RURAL - TODAS AS FONTES / 2011

PROGRAMAS / LINHAS DE CRÉDITO	Nº OPERAÇÕES CONTRATADAS	VALORES EM R\$ 1,00
Agroindústria	1	154.236
Agropecuária	1.264	290.555.188
BNDES - Finame	1	155.520
BNDES - Produsa	2	572.404
BNDES - Prog	1	595.000
Caderneta de Poupança	46	45.561.718
Floresta	37	24.563.187
OGU - Pronaf B	3.254	6.887.786
Pesca e Aquicultura	14	3.961.893
Pronaf A	4.656	68.168.253
Pronaf A/C	577	2.538.818
Pronaf Agricultor	9.264	202.753.172
Pronaf Agroin	2	5.499.986
Pronaf Agroindústria	2	248.482
Pronaf B	10.199	21.488.237
Pronaf Eco	66	4.034.968
Pronaf Floresta	715	8.631.911
Pronaf Jovem	5	44.831
Pronaf Mais Alimentos	1.751	110.947.308
Pronaf MPO-	915	1.746.714
Pronaf Mulher	119	1.981.890
ROB - Pronamp	154	16.465.328
RPL - Op Cus-Inv	50	2.247.620
TOTAL	33.095	819.804.450

Fonte: Banco da Amazônia

CONTRATAÇÕES NÃO RURAL - TODAS AS FONTES / 2011

PROGRAMAS / LINHAS DE CRÉDITO	Nº OPERAÇÕES CONTRATADAS	VALORES EM R\$ 1,00
Agroindústria	31	12.209.063
BNDES – Finame	7	34.026.054
BNDES - Finame sem	1	408.500
Caderneta de Poupança	1	5.000.000
Caderneta de Poupança	3	188.900.000
Comércio	1	35.983
Comércio e Serviços	1.956	626.064.813
Construção Civil	3	778.980
Cultura	26	2.797.369
Exportação	1	2.000.000
FDA - Infraestrutura	2	371.789.000
Indústria	137	290.781.488
Infraestrutura	26	79.838.033
Micro Empreendedor	217	970.824
PROGER - Turismo	2	549.998
PROGER - Urbano	41	6.237.826
RPL - Op Cus-Inv	1	12.295
Transformação	2	3.849.959
Turismo	78	103.697.556
TOTAL	2.536	1.729.947.741

Fonte: Banco da Amazônia

A tabela a seguir apresenta as aplicações, referentes ao exercício 2011, por fonte de recurso, por região (estado) e setor de atividade (rural / não rural).

OPERAÇÕES CONTRATADAS - EXERCÍCIO 2011

UF	FNO				OGU				DEMAIS FONTES DE RECURSOS	
	RURAL		NÃO RURAL		RURAL		RURAL		NÃO RURAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
AC	2.586	42.939.933	278	71.457.975	-	-	-	-	-	-
AM	4.767	78.395.372	340	454.053.533	-	-	-	-	1	150.000.000
AP	347	5.800.884	64	14.144.880	-	-	-	-	-	-
GO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MA	-	-	-	-	2.159	4.499.786	2.345	30.666.848	30	41.961.953
MG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MT	-	-	-	-	1.095	2.388.000	1.151	38.912.049	23	4.372.720
PA	13.273	251.425.454	903	156.426.296	-	-	-	-	-	-
PI	-	-	-	-	-	-	11	2.821.497	2	1.800.000
RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	1	187.000.000
RO	2.960	123.584.629	379	335.433.869	-	-	1	84.982	1	221.789.000
RR	75	5.539.629	68	15.606.178	-	-	-	-	-	-
TO	5.495	238.546.319	445	75.870.737	-	-	-	-	-	-
TOTAL	29.503	746.232.220	2.477	1.122.993.468	3.254	6.887.786	3.508	72.485.376	58	606.923.673

Fonte: Banco da Amazônia (Base fev/2012)

As tabelas abaixo contemplam a informação do saldo anterior e atual da carteira do FNO, OGU e demais fontes de recursos do Banco da Amazônia.

SALDO ANTERIOR (exercício 2010)

UF	FNO				OGU		DEMAIS FONTES DE RECURSOS			
	RURAL		NÃO RURAL		RURAL		RURAL		NÃO RURAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
AC	14.737	232.456.409	1.030	205.111.238	141	158.840	11	1.114.324	1.030	205.111.238
AM	30.326	332.916.232	892	1.106.038.900	6.207	6.448.292	8	16.189.302	892	1.106.038.900
AP	4.368	88.381.509	253	55.271.513	102	108.137	1	32.583	253	55.271.513
GO	-	-	-	-	-	-	2	900.366	-	-
MA	-	-	-	-	8.319	12.608.279	3.052	224.271.911	-	-
MG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MT	-	-	-	-	1.597	3.141.799	1.249	189.795.063	-	-
PA	136.116	2.687.409.598	2.098	1.157.135.379	12.075	17.855.499	278	35.268.553	2.098	1.157.135.379
PI	-	-	-	-	-	-	12	1.283.319	-	-
RO	35.917	736.846.605	1.097	1.144.241.776	331	417.911	10	42.303.740	1.097	1.144.241.776
RR	6.877	147.975.659	186	33.191.717	1.061	1.471.041	1	78.595	186	33.191.717
TO	40.785	1.741.844.515	971	488.740.003	212	554.697	23	2.015.189	971	488.740.003
TOTAL	269.126	5.967.830.527	6.527	4.189.730.526	30.045	42.764.495	4.647	513.252.945	6.527	4.189.730.526

Fonte: Banco da Amazônia (Base fev/2012)

SALDO ATUAL (exercício 2011)

UF	FNO				OGU		DEMAIS FONTES DE RECURSOS			
	RURAL		NÃO RURAL		RURAL		RURAL		NÃO RURAL	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
AC	13.827	227.177.887	1.103	270.699.257	40	44.465	11	1.157.995	1.103	270.699.257
AM	30.247	366.916.766	1.060	1.400.011.271	3.096	3.505.694	5	18.842.611	1.060	1.400.011.271
AP	4.334	93.548.350	270	210.160.052	-	-	1	40.389	270	210.160.052
GO	-	-	-	-	-	-	2	929.265	-	-
MA	-	-	-	-	7.575	13.235.230	2.417	170.014.395	-	-
MG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MT	-	-	-	-	2.451	5.066.842	994	176.539.557	-	-
PA	127.638	2.534.146.351	2.498	1.352.498.236	4.484	9.775.965	263	42.870.044	2.498	1.352.498.236
PI	-	-	-	-	-	-	17	3.576.577	-	-
RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RO	30.551	719.227.401	1.300	1.369.536.809	114	183.540	9	56.557.038	1.300	1.369.536.809
RR	4.871	124.898.718	209	42.971.785	771	1.105.308	1	90.620	209	42.971.785
TO	40.958	1.666.258.859	1.266	517.103.085	158	444.109	16	2.262.421	1.266	517.103.085
TOTAL	252.426	5.732.174.332	7.706	5.162.980.495	18.689	33.361.153	3.736	472.880.912	7.706	5.162.980.495

Fonte: Banco da Amazônia (Base fev/2012)

A tabela abaixo apresenta o saldo atual da carteira do FNO, OGU e demais fontes de recursos do Banco da Amazônia com especificação por vencimento, referente ao exercício de 2011.

UF	SALDO		
	NORMAL	ATRASO	TOTAL
AC	735.466.433	34.312.428	769.778.861
AM	3.087.167.122	102.120.491	3.189.287.613
AP	498.522.552	15.386.291	513.908.843
GO	929.265	-	929.265
MA	178.231.914	5.017.711	183.249.625
MT	160.715.571	20.890.828	181.606.399
PA	4.863.162.181	428.626.651	5.291.788.832
PI	3.289.982	286.595	3.576.577
RO	3.397.805.705	117.235.892	3.515.041.597
RR	183.652.279	28.385.937	212.038.216
TO	2.544.202.152	158.969.407	2.703.171.559
TOTAL	15.653.145.156	911.232.231	16.564.377.387

Fonte: Banco da Amazônia (Base fev/2012)

Avaliação circunstanciada do impacto fiscal das atividades executadas no exercício de 2011, em especial o risco para o Tesouro Nacional de tais operações.

No exercício de 2011, representaram ingressos nas contas do Tesouro Nacional os recolhimentos efetuados pelo Banco da Amazônia S.A. relativos a seu Imposto de Renda - IRPJ, às contribuições sobre receitas - PIS/PASEP e COFINS, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, bem como aos pagamentos a título de Juros sobre Capital Próprio - JCP.

Os valores apresentados no resumo a seguir, relacionados ao impacto fiscal do Banco da Amazônia nas contas do Tesouro Nacional, foram obtidos da contabilidade e dos documentos que comprovam os recolhimentos efetuados e consubstanciam as principais transações de natureza fiscal realizadas pelo Banco durante o exercício de 2011.

O Banco da Amazônia, no exercício de 2011, recolheu ao Tesouro Nacional, na forma de tributos e juros sobre capital próprio, o montante de R\$ 223.324 mil.

RECOLHIMENTOS REALIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2011

PRINCIPAIS RECOLHIMENTOS	VALOR (R\$)
IRPJ	64.023
COFINS	46.690
PIS/PASEP	7.587
CSLL	39.108
Juros sobre o Capital Próprio	65.916
TOTAL	223.324

Fonte: Banco da Amazônia

Com relação ao FNO, as informações a seguir referem-se à evolução patrimonial do FUNDO.

em R\$ mil

SALDO EM 2010	ENTRADAS	SAIDAS	SALDO EM 2011
11.505.851,9	5.772.833,6	4.041.444	13.237.241,6

Fonte: Banco da Amazônia

Quanto aos demais fundos federais com os quais o Banco da Amazônia mantém relações financeiras, apresenta-se a seguir o quadro com informações sobre os saldos e movimentação relacionados a cada fonte.

MOVIMENTAÇÃO COM FUNDOS FEDERAIS, EXCETO FNO, NO EXERCÍCIO DE 2011

em R\$ mil

FUNDOS	SALDO EM 2010	INGRESSOS JUROS E CORREÇÃO	PGTOS	SALDO EM 2011
FAT	31.222,20	9.531,77	8.307,22	32.446,75
FMM	47.696,60	18.922,62		66.619,22
STN	43.994,37	7.905,56	18.538,78	33.361,15
STN Recoop	48,74	3,47	11,16	41,05

Fonte: Banco da Amazônia

1.10.6. FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP**Objetivos e Fontes de Recursos**

A atuação da empresa pública Finep, como agência financeira oficial de fomento, está voltada basicamente para operação de dois instrumentos financeiros: a concessão de crédito e participação como quotista minoritário em fundos de investimento, os quais são objeto de atos normativos internos que modulam a política operacional, embora seu estatuto social ofereça um espectro bem mais diversificado de instrumentos que podem ser praticados como a concessão de aval e fiança, entre outros.

Outros instrumentos de financiamento como incentivos fiscais, poder de compra do estado e subvenção social e econômica fazem parte do marco regulatório da política nacional de fomento à inovação, porém são operados por outros agentes ou instâncias do setor público federal.

Cabe destacar que a Finep também se qualifica como prestadora de serviços ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, na condição de Secretaria-Executiva, mediante administração de Unidade Gestora específica.

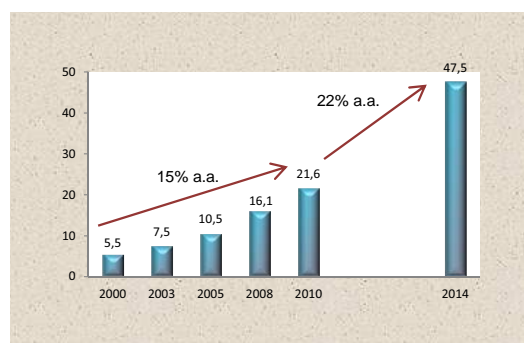
No âmbito do FNDCT são praticados diversos instrumentos, como a subvenção social destinada ao apoio às Instituições Científicas e Tecnológicas – ICT's e instituições de pesquisas sem fins lucrativos, e as "operações especiais", assim denominadas pela Lei Orçamentária Anual – LOA, tais como: subvenção econômica, investimento, equalização das taxas de juros e garantia de liquidez de fundos de investimento.

Os recursos dessas operações especiais, com exceção da subvenção econômica, são repassados à Finep e se destinam a melhorar as condições das

operações reembolsáveis, quer sejam complementado-as como no caso da equalização, ou compondo um perfil diferenciado de encargos financeiros que facilitam o apoio a projetos de maior risco financeiro e tecnológico. A possibilidade de atuar com esta diversidade de instrumentos é o que caracteriza a singularidade da Finep, cuja estratégia adotada para o período 2011/2014 segue basicamente as orientações do Plano Brasil Maior – PBM, instituído pelo Decreto nº 7.540/2011 e pelo PPA 2012/2015.

Diversas metas de governo assumidas no PBM afetam a área de Ciência e Tecnologia, especialmente no que se refere aos estímulos voltados para o setor produtivo. Esta ênfase tem como ponto de partida "Elevar o dispêndio empresarial em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D em % do PIB (meta compartilhada com a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação – ENCTI) de 0,58 % para 0,90 % do PIB, no período de 2010 até 2014" (2ª meta do PBM).

**INVESTIMENTO DO SETOR PRODUTIVO EM P&D
R\$ BILHÕES**



Fonte: MDIC/PBM – Plano Brasil Maior

**INVESTIMENTO DO SETOR PRODUTIVO EM P&D – R\$ BILHÕES
* META DO PROGRAMA BRASIL MAIOR**

	2000	2003	2005	2008	2010	2014*
Investimento do Setor Produtivo	5,5	7,5	10,5	16,1	21,6		47,5
Taxa Média de Crescimento	15,5% a.a.					22% a.a.	
Investimento como % do PIB	0,47	0,44	0,49	0,53	0,58		0,9

Fonte: MDIC/PBM – Plano Brasil Maior

Para alcançar esta meta estima-se que o financiamento público deva participar com cerca de 50% do acréscimo dos investimentos desejados até 2014. Para isto o Governo Federal resolveu ampliar consideravelmente a disponibilidade de recursos para o financiamento à inovação para a Finep e BNDES, elevando no Programa de Sustentação do Investimento – PSI o montante destinado aos Projetos de Inovação.

Captação de Recursos

O reflexo dessa nova política de incentivo a inovação é percebido pelo incremento na captação de recursos. Em 2011, a captação total alcançou R\$ 2,6 bilhões, três vezes superior ao montante de 2010.

**FINEP - CAPTAÇÃO 2011- R\$ 1,00
RECURSOS INTERNALIZADOS**

FONTES DE RECURSOS	TAXA DE JUROS	2010	2011
FNDCT - Ação de Empréstimo	TJLP	406.000.000,00	794.700.000,00
FAT	TJLP	-	63.000.000,00
FUNTEL	TR	50.000.000,00	50.000.000,00
BNDES/PSI - Empréstimo	TJLP + 1% a.a.	-	999.943.695,83
BNDES/PSI - Agente Financeiro	(1)	-	102.415.774,24
FINEP Recursos Próprios	(2)	417.599.181,00	636.569.316,51
TOTAL		873.599.181,00	2.646.628.786,58

(1) Condições estabelecidas na Portaria MF nº 487/2011. / (2) Retorno líquido de Amortizações.
Fonte: AFC - Siafi

Duas fontes de recursos foram determinantes para essa evolução, o FNDCT e o BNDES/PSI. Este último pode emprestar para Finep recursos com taxa de juros equalizados diretamente pelo Tesouro Nacional, autorizada pela Lei nº 12.453/2011, que institui o PSI, e pela Portaria MF nº. 487/2011.

A regulamentação do PSI autorizou o BNDES emprestar à Finep R\$ 3,0 bilhões com custo TJLP + 1% ao ano, e repassar às empresas metade deste total com taxas nominais pré-fixadas de 4% a.a., e a outra parte a 5% ao ano.

As equalizações serão cobertas pelo Tesouro Nacional em cada exercício ao longo da vigência dos contratos, sob a forma de *spread*. Sendo 3% a.a. para operações com empresas cuja receita operacional líquida seja inferior a R\$ 90,0 milhões e 1,7% para as com receita acima deste teto.

Do valor total do contrato de empréstimo com o BNDES/PSI, como é demonstrado no quadro anterior, já foi repassado o montante de R\$ 1,0 bilhão.

A Finep contou ainda com um volume inédito de recursos próprios, resultante de retornos líquidos de amortizações, que alcançaram R\$ 636,6 milhões. Este montante corresponde a cerca de 1/6 do total do ativo realizável de créditos a receber.

Isto significa que o prazo médio dos contratos de financiamentos concedido é de cerca seis anos.

Desde a regulamentação do FNDCT em 2007, com a Lei nº 11.540, a captação de recursos da Finep passou a ser mais estável e crescente.

A disponibilidade de uma fonte de recursos com essas características é indispensável às instituições financeiras para garantir as condições adequadas ao desenvolvimento de projetos de inovação (P&D e outras atividades). Esses projetos demandam esforço de 2 a 3 anos de duração para a implantação, na maior parte da indústria, e retorno dos investimentos em prazo mais largo.

Demonstrativos Financeiros (Valores Concedidos)

Em 2011 a expansão dos recebíveis, realizável de crédito a receber de curto e longo prazo, foi de 34,5%, se comparado com o patamar de 2010, atingindo a marca de R\$ 4,3 bilhões.

A distribuição desses ativos revela a grande concentração das atividades de desenvolvimento tecnológico nas regiões sul e sudeste, onde se situam os núcleos de P&D e centros de pesquisas das maiores empresas brasileiras.

De acordo com a PINTEC 2008¹, 94% dos gastos das atividades inovativas do País se concentram nessas duas regiões.

¹ Pintec – Pesquisa de Inovação Tecnológica do IBGE.

VARIAÇÃO DO REALIZÁVEL POR ESTADO – R\$ 1,00

REGIÃO	ESTADO	SALDO 2010	SALDO 2011	VARIAÇÃO
NORTE	Amazonas	24.946.127,82	52.988.400,01	28.042.272,19
NORDESTE	Bahia	94.706.747,35	147.880.894,58	53.174.147,23
	Ceará	4.548.212,98	11.501.773,08	6.953.560,10
	Maranhão	1.796.011,60	5.675.890,82	3.879.879,22
	Paraíba	256.148,31	263.522,08	7.373,77
	Pernambuco	88.475.464,07	187.065.112,28	98.589.648,21
	Rio Grande do Norte	14.847.321,91	19.211.524,73	4.364.202,82
SUDESTE	Espírito Santo	1.544.860,19	481.043,35	-1.063.816,84
	Minas Gerais	78.065.705,51	96.518.997,51	18.453.292,00
	Rio de Janeiro	202.816.581,38	321.939.851,62	119.123.270,24
	São Paulo	1.391.447.017,94	1.840.859.584,04	449.412.566,10
SUL	Paraná	244.491.890,97	304.286.604,62	59.794.713,65
	Rio Grande do Sul	650.631.319,45	809.129.963,87	158.498.644,42
	Santa Catarina	405.319.046,11	513.525.295,98	108.206.249,87
CENTRO-OESTE	Distrito Federal	4.486.166,63	4.116.166,89	-369.999,74
	Goiás	-	3.575.489,33	3.575.489,33
	Mato Grosso	60.771,26	60.771,26	-
	Mato Grosso do Sul	9.628.556,24	9.034.200,93	-594.355,31
TOTAL		3.218.067.949,72	4.328.115.086,98	1.110.047.137,26

Fonte: AFC - Siafi

No que diz respeito ao perfil da alocação de recursos por setor de atividade econômica, a indústria responde por mais de 50% da demanda atendida.

VARIAÇÃO DO REALIZÁVEL POR SETOR – R\$ 1,00

SETOR	SALDO2010	SALDO2011	VARIAÇÃO
Comércio	22.538.983,86	57.046.957,90	34.507.974,04
Habitação	-	36.875.050,95	36.875.050,95
Indústria	2.003.682.489,20	2.573.048.167,90	569.365.678,70
Outros	7.895.939,99	1.448.186,89	-6.447.753,10
Outros Serviços	841.775.576,72	1.206.400.620,80	364.625.044,08
Rural	342.174.959,95	453.296.102,54	111.121.142,59
TOTAL	3.218.067.949,72	4.328.115.086,98	1.110.047.137,26

Fonte: AFC

Em segundo lugar se coloca o setor de serviços, com destaque para as atividades relacionadas à energia, serviços de engenharia, e tecnologia da informação.

Perfil do Risco da Carteira de Operações de Crédito

A qualidade da carteira de operações da Finep no que tange a classificação de risco é um ponto que merece destaque. De modo geral o perfil da carteira é muito bom, pois quase 90% dos créditos a receber se referem a empresas com grau de baixo risco. Embora os investimentos em inovação, pela sua própria natureza, sejam de maior risco, as empresas que os realizam no Brasil são as médias e grandes, e as que apresentam os melhores indicadores econômicos.

Além disso, na maior parte dos setores econômicos, o investimento em inovação representa uma parcela pequena da receita operacional bruta das empresas. Existem setores onde esta relação é muito elevada e o dinamismo tecnológico muito intenso. A área de tecnologia da informação se assemelha a este caso, porém na carteira da Finep esta área ainda representa uma parcela pequena dos ativos.

VARIAÇÃO DO REALIZÁVEL POR NÍVEL DE RISCO – R\$ 1,00

RISCO	PERDA ESPERADA%	2010	2011	VARIAÇÃO
AA	0,0	90.822.387,81	160.798.842,51	69.976.454,70
A	0,5	964.601.294,93	1.164.525.135,96	199.923.841,03
B	1,0	691.664.370,88	1.211.564.877,81	519.900.506,93
C	3,0	955.023.663,70	1.291.627.398,88	336.603.735,18
D	10,0	223.593.421,95	246.887.202,56	23.293.780,61
E	30,0	188.748.451,61	162.649.836,00	-26.098.615,61
F	50,0	18.741.636,18	16.670.129,38	-2.071.506,80
G	70,0	9.969.664,70	6.517.802,31	-3.451.862,39
H	100,0	43.170.035,74	38.415.955,86	-4.754.079,88
JZ	30,0	27.722.253,33	24.707.730,34	-3.014.522,99
n/d	70,0	4.010.768,89	3.750.175,37	-260.593,52
TOTAL		3.218.067.949,72	4.328.115.086,98	1.110.047.137,26

Fonte: AFC

VARIAÇÃO DO REALIZÁVEL POR GRUPO DE RISCO – R\$ 1,00

RISCO	2010	2011	VARIAÇÃO
Nível de Investimento (AA e A)	1.055.423.682,74	1.325.323.978,47	269.900.295,73
Nível Baixo (B)	691.664.370,88	1.211.564.877,81	519.900.506,93
Nível Médio (C)	955.023.663,70	1.291.627.398,88	336.603.735,18
Nível Alto (D)	223.593.421,95	246.887.202,56	23.293.780,61
Nível Muito Alto (E até H)	260.629.788,23	224.253.723,55	-36.376.064,68
Operações não avaliadas (J Z en/d)	31.733.022,22	28.457.905,71	-3.275.116,51
TOTAL	3.218.067.949,72	4.328.115.086,98	1.110.047.137,26

Fonte: AFC

Aplicação dos Recursos

Em 2011 a Finep desembolsou R\$1,75 bilhão com as operações reembolsáveis. As empresas situadas nas regiões sul e sudeste receberam 86,4% deste total. Alguns Estados do Nordeste, como Bahia e Pernambuco, mais industrializados começam a ter uma maior participação.

Diversas iniciativas contribuem para o fomento nos Estados menos desenvolvidos, entre os quais se destaca o Prêmio Finep, cuja realização envolve entidades de governo e da sociedade civil em todos os Estados da União.

Este tipo de ação tem um papel fundamental para reduzir a assimetria de informações relacionadas aos programas das agências de fomento do Governo Federal.

Servem tanto para o rastreamento e captura de oportunidades, ao mesmo tempo em que divulgam as linhas de financiamento da Finep.

APLICAÇÃO DE RECURSOS POR ESTADO 2011 – R\$ 1,00

ESTADO	VALOR
Amazonas	32.658.186,00
Bahia	81.217.254,48
Ceará	7.526.168,71
Maranhão	4.527.117,37
Pernambuco	103.424.457,46
Rio Grande do Norte	5.925.673,80
Minas Gerais	33.675.885,50
Rio de Janeiro	153.291.473,83
São Paulo	717.720.059,16
Paraná	116.171.119,49
Rio Grande do Sul	308.867.843,14
Santa Catarina	184.707.546,31
Goiás	3.558.943,80
TOTAL	1.753.271.729,05

Fonte: AFC - Siafi

No que diz respeito à alocação de recursos por setor de atividade econômica a indústria e serviços continuaram recebendo o maior volume de recursos.

APLICAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA 2011
R\$ 1,00

SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	VALOR
Comércio	49.267.323,79
Habitação	36.771.509,49
Indústria	1.013.227.475,55
Serviços	487.513.281,59
Rural	166.492.138,63
TOTAL	1.753.271.729,05

Fonte: AFC

Na composição das fontes utilizadas para o desembolso, o BNDES/PSI - Empréstimo, o FNDCT e os recursos próprios da Finep, representaram pouco mais de 80% do montante total de 2011.

APLICAÇÃO POR FONTE DE RECURSOS 2011- R\$ 1,00

FONTES DE RECURSOS UTILIZADAS	VALOR
BNDES/PSI - Agente Financeiro	102.415.774,24
BNDES/PSI - Empréstimo	441.164.703,92
FAT	238.496.967,91
FINEP - Recursos Próprios	413.387.213,76
FNDCT	550.000.000,00
FUNTEL	7.807.069,22
TOTAL	1.753.271.729,05

Fonte: AFC - SIAFI

Retorno dos Financiamentos e Inadimplência

O retorno dos financiamentos tem apresentado um desempenho compatível com o perfil de risco da carteira de operações e com as condições favoráveis da economia brasileira.

No quadro a seguir são listados os totais mensais de boletos de cobrança emitidos e os respectivos recebimentos. Os atrasos no pagamento, em mais de 30 dias, são considerados como inadimplência. Apenas 0,72% das cobranças não são pagas neste período.

DESEMPENHO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EM 2011 - R\$ 1,00
POSIÇÃO EM 31/12/2011

MÊS/ANO	COBRANÇAS EMITIDAS (A)	RECEBIMENTOS (30 DIAS) (B)	DIFERENÇA (A) - (B)	INADIMPLÊNCIA DIFERENÇA/ COBRANÇAS
jan/11	74.461.828,76	73.947.978,99	513.849,77	0,85%
fev/11	72.733.680,46	72.065.806,65	667.873,81	1,14%
mar/11	70.461.168,11	69.876.332,76	584.835,35	1,01%
abr/11	76.741.846,07	76.117.468,07	624.378,00	1,00%
mai/11	76.680.873,81	76.072.780,99	608.092,82	0,97%
jun/11	81.958.414,65	81.275.953,35	682.461,30	1,02%
jul/11	85.953.540,19	85.455.472,33	498.067,86	0,70%
ago/11	87.300.413,71	86.835.967,80	464.445,91	0,65%
set/11	89.000.010,05	88.453.985,82	546.024,23	0,75%
out/11	92.000.974,76	91.455.439,43	545.535,33	0,71%
nov/11	90.750.968,68	90.176.567,26	574.401,42	0,77%
dez/11	96.970.711,91	96.162.544,08	808.167,83	1,00%
	995.014.431,16	987.896.297,53	7.118.133,63	0,72%

Fonte: AFC

Trata-se de um resultado bastante positivo para operações de crédito destinadas a desenvolvimento tecnológico. Se considerarmos a inadimplência acumulada, apropriada em Balanço, que considera na sua provisão para operações de liquidação duvidosa, além desses valores mencionados a renegociação de dívidas e os processos de cobrança judicial, o resultado alcança 2,39 % do ativo realizável de créditos a receber.

BALANÇO 2011 (*)	R\$1,00
Ativo Realizável de Operações de Crédito	4.328.115.086,98
Provisão para Operações de Liquidação Duvidosa de Curto e Longo Prazos	-103.497.856,77
% da Inadimplência Total	-2,39%

(*) Apuração preliminar do Balanço de 2011

Fonte: AFC

Impacto Fiscal

O impacto fiscal das operações de crédito realizadas pelos bancos oficiais federais pode ser medido de diversas formas, especialmente se considerarmos como parâmetro o custo de oportunidade para o Tesouro Nacional o qual deve ser medido pela Selic. Como se trata de avaliação preliminar que se inicia pela primeira vez em relação às operações de crédito realizadas pela Finep, e visando a construção de uma metodologia mais simplificada, toma-se como base o que é estabelecido no Art. 27 da Lei Complementar nº 101/2000.

"Art. 27. Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação."

Neste sentido o impacto fiscal ocorrerá quando os custos de captação e de intermediação das operações de crédito não são repassados ao tomador. No caso da Finep existem, atualmente, dois dispositivos de subvenção econômica que permitem a oferta de crédito com taxas de juros reduzidas. Estes dispositivos mitigam a perda de recursos relacionados ao custo de captação e da intermediação financeira, ambos instituídos por Lei:

a) equalização da taxa de juros autorizada pela Lei nº 10.332/2001 e, posteriormente ampliada as suas fontes de recursos com a Lei nº 11.540/2007, que regulamentou o FNDCT; e b) a equalização criada para Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Lei nº 12.453/2011.

As diferenças entre os instrumentos decorrem dos aspectos relacionados aos seus respectivos normativos e procedimentos:

a) Equalização com Recursos do FNDCT - trata-se de instrumento permanente, e qualquer empréstimo concedido pela Finep, independentemente da

origem da fonte de recursos, poderá contar com esta subvenção econômica. Neste caso o risco da operação está associado principalmente a eventuais restrições orçamentárias futuras do FNDCT, por exemplo, contingenciamento de recursos, como já ocorreu no passado. Isto poderá provocar um descompasso entre a disponibilidade orçamentária e a necessidade de recursos para cobrir as perdas com os compromissos já assumidos, num determinado exercício.

O planejamento desta política operacional leva em consideração diversos fatores, tais como: inflação, valor da TJLP, custos operacionais e arrecadação dos fundos setoriais do FNDCT.

b) Política Operacional do PSI - há um planejamento orçamentário e financeiro rígido, externo, estabelecido pela Lei e sua regulamentação, no qual a remuneração dos custos é predeterminada, assim como as taxas de juros, o spread, o limite de recursos destinados ao crédito, o prazo limite de cada operação, entre outros. Neste caso o risco está relacionado à eficiência operacional (risco operacional) e a qualidade do tomador selecionado (risco de crédito). Portanto são duas carteiras de operações distintas, embora as taxas de juros nominais oferecidas aos tomadores sejam muito parecidas.

Para a prática da Equalização com Recursos do FNDCT a disponibilidade do orçamento do FNDCT é o principal condicionador do padrão dos créditos concedidos. A seguir é apresentada a evolução das dotações orçamentárias anuais da ação de equalização no FNDCT.

É importante destacar a tendência de estabilização da equalização em torno de 7% da dotação orçamentária anual do FNDCT, o que corresponde ao limite orçamentário que o MCT e o Conselho Diretor do FNDCT estão dispostos a fixar para esta ação de fomento à inovação.

**EVOLUÇÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL
EQUALIZAÇÃO DA TAXA DE JUROS DO FNDCT - EM R\$ MM**

LOA	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Valor Total (a)	2.046,0	2.065,5	2.770,6	2.575,2	2.751,1	2.834,2	2.814,8
Equalização (b)	66,3	78,8	89,6	173,6	215,0	191,7	200,6
% Participação (b)/(a)	3,24%	3,81%	3,23%	6,74%	7,82%	6,76%	7,13%

Fonte: AFC – Siafi

Com base neste teto, a Finep deve se programar e fazer o ajuste necessário na sua política operacional. A execução financeira do orçamento desta ação do FNDCT - equalização da taxa de juros - ocorre mediante transferência para a Finep em função da emissão dos boletos mensais de cobrança, quando efetivamente é apurado o valor da parcela dos juros a serem cobertos pelos recursos do orçamento fiscal do FNDCT. Em 2011 foram utilizados R\$ 162,8 milhões.

**EQUALIZAÇÃO DA TAXA DE JUROS
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EM 2011
R\$ 1,00**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	200.624.476,00
VALOR EMPENHADO	187.895.093,00
VALOR PAGO	162.756.840,97

Fonte: AFC - SIAFI

Os montantes acima relacionados para equalização correspondem ao impacto fiscal da política de crédito subsidiada pelo FNDCT.

Em relação ao PSI o procedimento de transferência de recursos do Tesouro Nacional é totalmente diferente. A norma que estabelece as condições de recebimento desta receita é Portaria MF nº 487/2011. Até agora foi emitido apenas um relatório de pedido de repasse de recursos no montante de R\$ 2.564.068,01, referente a todas as operações contratadas que já receberam alguma liberação até 31/12/2011. De acordo com a norma o Tesouro nacional tem até 6 meses para avaliar o pedido e realizar o pagamento.

Com base no perfil de cada carteira de operações, a Finep também realiza projeções que permitem estimar as necessidades de recursos para equalização de cada uma dessas duas fontes.

1.11. FINANCIAMENTOS COM RECURSOS EXTERNOS

1.11.1. Empréstimos e Doações junto a Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito

Os principais agentes internacionais de fomento com os quais o Brasil teve projetos em execução no ano de 2011 foram:

- BIRD - BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO
- BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
- GRUPO SOCIÉTÉ GENERALE (BANCO FRANCÊS)
- JBIC - JAPAN BANK FOR INTERNATIONAL COOPERATION (BANCO JAPONÊS)
- BEI - BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO
- BBVA - BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA. S.A.
- JICA - JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY (AGÊNCIA JAPONESA)
- BNP PARIBAS (BANCO FRANCÊS)
- CAF - CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO
- SOFREM - SOCIEDADE FRANCESA DE EXPORTAÇÃO DE MATERIAIS
- KFW - KREDITANSTALT FÜR WIEDERAUFBAU (BANCO ALEMÃO)
- GEF - GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY
- MEDIO CREDITO
- FONPLATA - FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DA BACIA DO PRATA
- PPG7
- AFD - AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO
- FIDA - FUNDO INTERNACIONAL PARA DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
- COMUNIDADE EUROPEIA
- FOCEM
- TNC - THE NATURE CONSERVANCY
- ITTO
- SYNGENTA
- CITIES ALLIANCE

1.11.2. Projetos em Execução

Estiveram em execução no ano de 2011, nos âmbitos federal, estadual e municipal 267 projetos co-financiados por Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito, assim distribuídos:

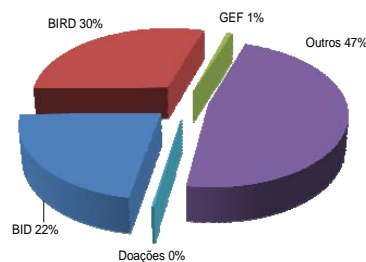
PROJETOS EM EXECUÇÃO EM 2011 POR ORGANISMO

ORGANISMO	Participação em Número de Projetos (%)	Participação no Volume de Recursos (%)
BID	30,34%	22,04%
BIRD	22,85%	29,82%
GEF	10,11%	0,64%
Outros	17,97%	47,30%
Doações	18,73%	0,20%
TOTAL	100,00%	100,00%

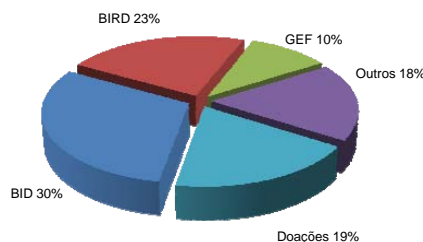
Fonte: Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN/MP)

Essa carteira de projetos em execução no exercício de 2011 contabiliza um volume de recursos de US\$ 31.544.210.682, que somados a US\$ 37.715.898.074 de contrapartida, totalizam US\$ 69.260.108.756.

CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS POR ORGANISMO INTERNACIONAL - 2011 (Em Volume de Recursos - US\$)



CARTEIRA DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS POR ORGANISMO INTERNACIONAL - 2011 (Em Número de Projetos)



Fonte: SEAIN/MP

Discriminando-se o total de projetos co-financiados por Organismos Multilaterais e Bilaterais de Crédito por ente federativo, tem-se:

PROJETOS EM EXECUÇÃO NO ANO DE 2011 POR ENTE FEDERATIVO

Ente Federativo	Participação em Número de Projetos (%)	Participação no Volume de Recursos (%)
Municipal	20,97%	8,18%
Estadual	50,56%	39,01%
Federal	28,46%	52,81%
TOTAL	100%	100%

Fonte: SEAIN/MP

Considerando-se a carteira ativa de projetos da Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN/MP em todas as fases do ciclo de vida dos projetos, além dos 267 projetos em execução, existem 157 em preparação, 29 em negociação de contrato, 31 aguardando assinatura do contrato e 70 projetos em análise da Cofix, totalizando 554 projetos.

1.11.3. Acordos de Cooperação Técnica Multilateral

De acordo com os dados da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, do Ministério das Relações Exteriores, a carteira de projetos da Coordenação Geral de Cooperação Técnica Recebida Multilateral contabilizava, no final de 2011, 233 projetos em execução.

COOPERAÇÃO MULTILATERAL – PROJETOS POR FONTE EXTERNA (2010)

Organismo Internacional	Nº de Projetos	Percentual
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	15	6,44%
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe	1	0,43%
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação	12	5,15%
FNUAP - Fundo de População das Nações Unidas	3	1,29%
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	21	9,01%
ITTO - International Tropical Timber Organization	6	2,58%
OEA - Organização dos Estados Americanos	2	0,86%
OEI - Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação a Ciência e a Cultura	13	5,58%
OIT - Organização Internacional do Trabalho	2	0,86%
OMM - Organização Meteorológica Mundial	1	0,43%
OMS - Organização Mundial da Saúde	1	0,43%
OPAS - Organização Panamericana da Saúde	1	0,43%
OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica	2	0,86%
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	86	36,91%
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	4	1,72%
UE - União Europeia	2	0,86%
UIT - União Internacional de Telecomunicações	1	0,43%
UNDESA - Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais	1	0,43%
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura	52	22,32%
UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher	1	0,43%
UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime	6	2,58%
TOTAL	233	100%

Fonte: ABC (MRE)

A cooperação técnica multilateral - CTI é aquela desenvolvida entre o Brasil e organismos internacionais com mandato para atuar em programas e projetos de desenvolvimento social, econômico e ambiental. O objetivo desse relacionamento é o de gerar ou transferir conhecimentos, técnicas e experiências que contribuam para o desenvolvimento de capacidades nacionais em temas elencados como prioritários pelo Governo Brasileiro e sociedade civil.

A cooperação técnica multilateral materializa-se por meio de treinamentos, seminários, reuniões, conferências, missões de curta duração, pré-projetos e projetos. Por meio dessas modalidades são prestadas consultorias, capacitação de recursos

humanos, aquisição de bens e contratação de serviços. O caráter multilateral dessa vertente da cooperação internacional é enfatizado por força da aplicação dos princípios da neutralidade e universalidade que balizam a atuação dos organismos internacionais.

A execução dos projetos e demais atividades de cooperação multilateral envolve o aporte de insumos técnicos e financeiros mobilizados pelos organismos internacionais e pelas instituições nacionais, em diferentes proporções.

Uma terceira origem de recursos, na esfera multilateral, são os fundos internacionais canalizados por uma das partes envolvidas.

CARTEIRA DE PROJETOS CTI POR SETOR – 2011

SETOR	Nº DE PROJETOS	PERCENTUAL
Administração Pública	22	9,44%
Administração, Planejamento e Finanças	8	3,43%
Agricultura	10	4,29%
Agricultura, Pecuária e Pesca	7	3,00%
Aquicultura e Pesca	2	0,86%
Assistência Social	5	2,15%
Ciência e Tecnologia	8	3,43%
Comércio e Serviços	4	1,72%
Comunicações	6	2,58%
Cultura	12	5,15%
Desenvolvimento Social	16	6,87%
Desenvolvimento Urbano	1	0,43%
Educação	33	14,16%
Energia	5	2,15%
Esporte	2	0,86%
Infra-Estrutura	1	0,43%
Judiciário	1	0,43%
Justiça	3	1,29%
Legislativo	1	0,43%
Meio Ambiente	55	23,61%
Pecuária	1	0,43%
Planejamento	1	0,43%
Saúde	18	7,73%
Segurança Pública	8	3,43%
Trabalho	1	0,43%
Transportes	2	0,86%
TOTAL	233	100%

Fonte: ABC (MRE)

1.11.4. Operações de Crédito Externo Contratadas Diretamente pela União em 2011

A União contratou, durante o exercício de 2011, três operações de crédito externo no valor de US\$ 415,4 milhões, firmadas com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e com o Banco BNP Paribas.

FINANCIAMENTO DE PROJETOS E AQUISIÇÃO DE BENS – 2011

CREDOR	DATA DE ASSINATURA	PROJETOS / PROGRAMAS	VALOR (US\$)
BNP Paribas	24/08/2011	Projeto AM-X (Ministério da Aeronáutica)	108.069.000,00
BIRD	21/09/2011	Projeto Consolidação do Programa Bolsa Família e Apoio ao Compromisso Nacional	200.000.000,00
BIRD	15/12/2011	Programa de Desenvolvimento do Setor de Água- INTERAGUA - ANA	107.332.500,00
TOTAL			415.401.500,00

Fonte: Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2011.

Em complemento, três doações foram recebidas em 2011, totalizando o montante de US\$ 1,27 milhão, repassados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

DOAÇÕES-2011

CREDOR	DATA DE ASSINATURA	PROJETOS / PROGRAMAS	VALOR (US\$)
BIRD	31/03/2011	Projeto de Aperfeiçoamento da Auditoria Financeira do TCU sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas da União-TCU	248.994,00
BID	6/09/2011	RFB (PR/CGU)- Doação. Projeto Observatório da Despesa Pública da Controladoria-Geral da União-ODP	626.000,00
BID	28/09/2011	RFB (MCT)- Cooperação Técnica Não-Reembolsável para Apoio à Formação de Recursos Humanos em Clima e Eventos Climatológicos Externos provocados por Mudanças Globais do Clima	400.000,00
TOTAL			1.274.994,00

Fonte: Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2011.

O quadro a seguir apresenta a evolução das contratações de operações de crédito externo firmadas pela União desde o ano 2004 até 2011, separadas entre Financiamento de Projetos e Doações.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNO – 2004 A 2011
(US\$ milhões)

Operações de Crédito Externo	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Financiamento de Projetos	1.189,58	2.347,00	1.298,82	732	5	3.125,08	1.315,00	415,40
Doações	1,39	8,76	11,56	0,44	3,44	0,38	0	1,27
TOTAL	1.190,97	2.355,76	1.310,38	732,44	8,44	3.125,46	1.315,00	416,67

Fonte: Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2011.

1.11.5. Concessão de Garantias da União em Operações de Crédito Externo

Em 2011 foram concedidas garantias externas no montante de US\$ 2.188,93 milhões, sendo que, desse valor, 30,78% foram destinadas a entidades federais e 69,22% destinadas aos estados, municípios e entidades controladas.

CONCESSÃO DE GARANTIAS EXTERNAS – 2004 A 2011
(US\$ milhões)

Operações de Crédito Externo	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Garantias Concedidas	882,21	1.334,86	969,46	1.254,64	3.970,05	4.085,01	7.401,63	2.188,93
Garantias a Entidades Federais	-	1.060,00	-	1.000,00	-	1.018,47	1.060,00	673,66
Garantias a Estados, Municípios e Entidades Controladas	882,21	274,86	969,46	254,64	3.970,05	3.066,54	6.341,63	1.515,27

Fonte: Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2011.

O quadro seguinte retrata a discriminação de todos os contratos de garantias externas formalizados pela União no ano de 2011, com os respectivos mutuários, incluindo o valor contratado e a descrição de cada projeto.

CONTRATOS DE GARANTIA ASSINADOS EM 2011

Banco	Contrato	Mutuário	Data de assinatura	Valor Contratado (correspondente em USD)	Descrição
JBIC	JBICBZ-PI8	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-SABESP	15/02/2011	248.335.276,59	Programa de Recuperação Ambiental da Região Metropolitana da Baixada Santista - Fase II
BIRD	BIRD 7884-BR	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás)	24/02/2011	495.000.000,00	Projeto de Reabilitação da Distribuição - Eletrobrás
BID	BID2147/OCBR	Gov do Estado de Pernambuco	20/06/2011	10.000.000,00	Programa de Produção e Difusão de inovações para a Competitividade de APLs do Est do Pernambuco
BID	BID 2500/OCBR	Gov. de São Paulo	13/07/2011	115.700.000,00	Programa Várzeas do Tietê
BID	BID241J/OCBR	Gov. do Estado do Rio de Janeiro	8/08/2011	112.000.000,00	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur Nacional - RJ
BIRD	BIRD 8011-BR	Gov. do Estado do Rio de Janeiro	9/08/2011	485.000.000,00	Programa de Habitação e Desenvolvimento Urbano Metropolitano Sustentável - PROHDUMS
AFD	AFD 3005	Município de Curitiba	19/07/2011	46.908.240,00	Programa de Recuperação Ambiental e Ampliação da Capacidade da Rede Integrada de Transporte
BID	BID 2258/OCBR	Município de Aracaju	22/07/2011	30.250.000,00	Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Aracaju - Procidades
BID	BID 2323/OCBR	Mun. de São José dos Campos	18/08/2011	85.672.400,00	Programa de Estruturação Urbana de São José dos Campos - SP
BID	BID 2371/OCBR	Est. do Rio Grande do Sul	29/08/2011	60.000.000,00	Programa de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul - PROFISCO - RS
BID	BID 2520/OCBR	Município de Paranaguá	30/09/2011	16.649.600,00	Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano de Paranaguá - Procidades
KFW	KFW-COPASA	COPASA	29/11/2011	129.760.000,00	Programa de Despoluição da Bacia do Rio Paraopeba
BIRD	BIRD 7964-BR	Caixa Econômica Federal	5/12/2011	50.000.000,00	Prog de Financiamento para a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
BID	BID 2483/OCBR	Estado do Espírito Santo	21/12/2011	175.000.000,00	Programa Rodoviário do Espírito Santo III
BID	BID 2549/OCBR	Furnas - Centrais Elétricas	21/12/2011	128.660.000,00	Programa de Recuperação das Hidrelétricas de Furnas e Luiz Carlos Barreto de Carvalho
TOTAL (equivalente em USD)				2.188.935.516,59	

Fonte: Relação de Contratos da PGFN em 31.12.2011.

1.11.6. Garantias Honradas pela União

Em 2011, não houve necessidade de a União honrar compromissos em razão de garantias prestadas a outros entes e entidades da administração indireta. O comportamento dos últimos sete anos evidencia a ausência de inadimplência frente aos compromissos garantidos, que decorre da atual disciplina fiscal vigente no País, da análise prévia de capacidade de pagamento, da vinculação de contra-garantias e do fato de que as operações garantidas são, em sua maioria, junto a organismos internacionais.

1.11.7. Projetos de Financiamento Externo Apresentados para Aprovação em 2011

Em relação aos projetos com financiamento externo/doação tramitados em 2011, a Comissão de Financiamentos Externos – Cofix efetua recomendações favoráveis para a preparação, negociação, assinatura ou execução de operações, com os respectivos organismos financiadores, vinculadas a 70 cartas-consulta, representando US\$ 33,45 bilhões (US\$ 17,78 bilhões referentes a recursos externos e US\$ 15,67 bilhões referentes a contrapartida). No total de cartas-consulta

aprovadas, a esfera estadual destacou-se com 40 cartas-consulta que passaram à fase de preparação (79,6% do total). No exercício de 2011 a Cofix recebeu um total de 67 cartas-consulta relativas a financiamentos e doações para análise, assim distribuídas por ente federativo:

**DISTRIBUIÇÃO DAS CARTAS-CONSULTA
RECEBIDAS EM 2011 POR ENTE FEDERATIVO**

Ente Federativo	Número de Projetos	Volume de Recursos (US\$)
Municipal	10	1.425.169.000
Estadual	48	12.439.980.161
Federal	9	317.985.901
TOTAL	67	14.183.135.062

Fonte: SEAIN/MP

De acordo com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, que exerce o papel de Secretaria-Executiva da Cofix, um dos fatores que explica a prevalência dos pleitos estaduais é a melhoria nas condições financeiras e fiscais dos Estados, devido, principalmente, à implementação de programas de ajustes e aumentos na arrecadação tributária. No caso da

União, o menor número de solicitações de financiamento se deve à condição do País de credor externo líquido, à implementação de grandes programas governamentais voltados às áreas sociais e de infraestrutura, além do princípio da "não-adicionalidade" no orçamento federal, que tem restringido, substancialmente, a demanda por financiamentos externos.

**DISTRIBUIÇÃO DAS CARTAS-CONSULTA
RECEBIDAS EM 2011 POR FONTE DE FINANCIAMENTO**

Fonte Resumida	Número de Projetos	Volume de Recursos (US\$)
BID	25	4.601.340.741
BIRD	21	5.315.397.440
CAF	6	847.841.000
Outros	15	3.418.555.881
TOTAL	67	14.183.135.062

Fonte: SEAIN/MP

Na distribuição das Cartas-Consulta apresentadas em 2011, por fonte de financiamento, a presença do BIRD apresenta expressiva participação nas propostas de financiamento a projetos e programas do setor público, com 37,5% do volume de recursos.

1.11.8. Operações de Crédito Externo Recomendadas para Negociação em 2011

As operações de financiamento/doação referentes a projetos federais recomendadas pela Cofix para contratação, junto a organismos multilaterais, ao longo do exercício de 2011, encontram-se discriminadas no quadro abaixo.

RECOMENDAÇÃO COFEX 2011 - PROJETOS FEDERAIS (Em US\$ 1,00)

Projeto	Beneficiário	Fonte	Empréstimo / Doação	Contrapartida
Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras	Presidência da República - PR	UNIFEM/ONU	500.000,00	1.500.000,00
LINHA GREEN JBIC / BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	JBIC	300.000.000,00	0,00
Doação - Projeto de Modernização de Processos e de Sistemas de Informação da Finep	Financiadora de Estudos e Projetos - Finep	BID/FEC	500.000,00	4.540.000,00
Programa KfW/ BNDES Copa Solar	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	KfW	119.079.120,08	29.769.780,02
Projeto Construção, Montagem e Comissionamento da Unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto	Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras	SOCIÉTÉ GENERALE	2.100.000.000,00	4.236.089.000,00
Doação - Fortalecimento da capacidade de licitação em obras da Administração Pública Brasileira	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	BIRD/MEE	397.440,00	0,00
Doação - Geração de processos de integração regional intercultural em Estudos Superiores na região de Madre de Dios (Perú), Acre (Brasil) e Pando (Bolívia).	Universidade Federal do Acre - AC	UE	1.638.460,72	409.614,16
Projeto de diagnóstico e fortalecimento dos judiciários estaduais por meio do CNJ	Conselho Nacional de Justiça - CNJ	BIRD	450.000,00	0,00
Doação - Projeto de Reestruturação Organizacional	Eletrobras Furnas	BID/ICSF	1.000.000,00	2.000.000,00
TOTAL	-	-	2.523.565.020,80	4.274.308.394,18

Fonte: SEAIN/MP

O quadro a seguir discrimina as operações de financiamento/doação referentes a projetos estaduais e municipais recomendadas pela Cofix, ao longo do exercício de 2011.

RECOMENDAÇÃO COFEX 2011 - PROJETOS ESTADUAIS/MUNICIPAIS (Em US\$ 1,00)

Projeto	Beneficiário	Fonte	Empréstimo / Doação	Contrapartida
Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte	Estado do Rio Grande do Norte	BIRD	540.000.000,00	0,00
PROCIDADES - Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal	Distrito Federal	BID	50.000.000,00	21.430.000,00
Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul	Estado do Rio Grande do Sul	BID	200.000.000,00	0,00
Refinanciamento e Recomposição do Principal de Dívidas do Estado do Mato Grosso	Estado de Mato Grosso	BAML	673.800.155,86	0,00
Financiamento Adicional ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro	Estado do Rio de Janeiro	BIRD	100.000.000,00	40.000.000,00
Programa de Reestruturação da Dívida CRC/CEMIG junto a Banca Privada Internacional	Estado de Minas Gerais	Credit Suisse	1.300.000.000,00	0,00
Programa de Apoio aos Investimentos em Infraestrutura de Serviços Básicos no Estado de Minas Gerais	Estado de Minas Gerais	AFD	402.300.000,00	0,00
Doação - Apoio à Preparação do Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara-PSAM	Estado do Rio de Janeiro	BID	750.000,00	0,00
Doação - Apoio à implantação do Projeto de Saneamento Ambiental da Bacia do Ipojuca	Estado de Pernambuco	BID	750.000,00	173.447,00
Doação - Projeto de Apoio à Geração de Emprego e Renda - Progere - PI	Estado do Piauí	BIRD/SFLAC	375.000,00	0,00
Doação - São José III - Projeto de Inclusão Econômica: Fortalecimento de Pequenos e Médios Empreendimentos Rurais	Estado do Ceará	BIRD/SFLAC	350.000,00	0,00
Adicional ao Programa Estadual de Transportes 2 - PET 2	Estado do Rio de Janeiro	BIRD	600.000.000,00	0,00
Programa Emergencial Rodoviário da Região Serrana	Estado do Rio de Janeiro	CAF	100.000.000,00	67.000.000,00
Fortalecimento do Sistema de Inovação Tecnológica do Estado do Piauí	Estado do Piauí	MLW	27.445.361,77	7.804.460,69
Programa de Modernização e Fortalecimento de Gestão Fiscal do Estado da Bahia	Estado da Bahia	BID	45.270.000,00	5.030.000,00
Programa de Infraestrutura Urbana e Ação Metropolitana	Estado de Pernambuco	BIRD	120.000.000,00	80.000.000,00
Projeto Minas Solar 2014	Cemig Geração e Transmissão S.A	KfW	13.561.000,88	3.390.250,22
Programa de Saneamento Ambiental em Municípios de médio porte do Estado de Santa Catarina	Estado de Santa Catarina	AFD	139.329.838,58	9.387.986,28
Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento do Rio Grande do Sul	Estado do Rio Grande do Sul	BIRD	480.000.000,00	1.480.000.000,00
Projeto de Reforma e Adequação do Estádio do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014.	Estado do Rio de Janeiro	CAF	120.666.000,00	516.666.000,00
Obras Complementares do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.	Estado do Rio de Janeiro	CAF	200.000.000,00	134.000.000,00
Programa de Melhorias e Implantação da Infraestrutura Viária do Rio de Janeiro-Pro-Vias	Estado do Rio de Janeiro	CAF	319.675.000,00	213.117.000,00
Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia - 2ª Etapa	Estado da Bahia	BID	600.000.000,00	0,00
Programa Rodoviário do Estado do Ceará - Ceará IV	Estado do Ceará	BID	600.000.000,00	156.175.000,00
Projeto de Saneamento Ambiental - Bacia do Ipojuca - PSA- Ipojuca	Estado de Pernambuco	BID	200.000.000,00	130.000.000,00
Programa Rodoviário do Rio de Janeiro - PRRJ	Estado do Rio de Janeiro	BID	612.000.000,00	262.280.000,00
Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná	Estado do Paraná	BID	8.500.000,00	2.125.000,00
Inclusão Social e Oportunidades para Jovens do Rio de Janeiro	Estado do Rio de Janeiro	BID	60.000.000,00	24.550.000,00
Projeto de Modernização Tecnológica do Estado do Ceará - Promotec	Estado do Ceará	MLW	70.335.360,82	12.412.784,48
Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná	Estado do Paraná	BIRD	350.000.000,00	633.668.883,00
Programa de Desenvolvimento Sustentável do	Estado do Piauí	BIRD	350.000.000,00	

Projeto	Beneficiário	Fonte	Empréstimo / Doação	Contrapartida
Piauí				
Programa Rodoviário de Santa Catarina - Etapa VI	Estado de Santa Catarina	BID	70.000.000,00	297.510.000,00
Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico da Região Metropolitana de Porto Alegre e Áreas de Abrangência do Grupo CEEE - Distribuição	Estado do Rio Grande do Sul	AFD	87.457.986,00	0,00
Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus - Prosamim III	Estado do Amazonas	BID	280.000.000,00	120.000.000,00
Rodoanel Mario Covas - Trecho Norte - 1ª Fase	Estado de São Paulo	BID	1.148.633.000,00	1.866.600.000,00
Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara - PSAM	Estado do Rio de Janeiro	BID	451.980.000,00	187.570.000,00
Programa de Inclusão e Desenvolvimento Sócioeconômico do Estado da Bahia	Estado da Bahia	BIRD	700.000.000,00	0,00
Projeto de Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva do Estado de Alagoas	Estado de Alagoas	BIRD	200.000.000,00	0,00
Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Estado de Pernambuco	Estado de Pernambuco	BIRD	500.000.000,00	0,00
Projeto Sergipe: Incluir para Desenvolver	Estado de Sergipe	BIRD	150.000.000,00	0,00
Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará	Estado do Ceará	BIRD	350.000.000,00	3.210.000.000,00
Programa de Fortalecimento da Gestão do Setor Público e do Desenvolvimento Territorial Integrado	Estado do Rio de Janeiro	BIRD	48.000.000,00	0,00
Programa de Integração e Mobilidade Urbana da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro	Estado do Rio de Janeiro	AFD	712.361.427,76	0,00
Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade Fiscal do Estado do Rio de Janeiro	Estado do Rio de Janeiro	BIRD	300.000.000,00	0,00
Terceiro Programa de Parceria para o Desenvolvimento de Minas Gerais	Estado de Minas Gerais	BIRD	450.000.000,00	0,00
Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano e Melhorias de Infraestrutura Municipal - Paraná Urbano III	Estado do Paraná	BID	150.000.000,00	150.000.000,00
Projeto de Infraestrutura Rodoviária	Estado do Tocantins	BBVA	143.198.162,32	25.270.263,94
Programa de Expansão e Modernização do Sistema Elétrico de Geração e Transmissão do Estado do Rio Grande do Sul	Estado do Rio Grande do Sul	BID	80.596.360,00	0,00
Programa de Transporte, Logística e Meio Ambiente	Estado de São Paulo	BIRD	300.000.000,00	214.000.000,00
Projeto de Apoio ao Produtor - Projeto Paulo Freire	Estado do Ceará	FIDA	40.000.000,00	40.000.000,00
Programa de Saneamento Básico da Bacia da Estrada Nova Suplementar	Município de Belém - PA	BID	90.000.000,00	90.000.000,00
Programa Municipal de Desenvolvimento Urbano Integrado	Município de Ponta Grossa - PR	CAF	39.000.000,00	41.000.000,00
Programa de Transporte Urbano de Fortaleza	Município de Fortaleza - CE	BID	57.908.000,00	57.908.000,00
Programa de Recuperação Ambiental de Belo Horizonte - Programa DRENURBS - Suplementar à 1ª Etapa	Município de Belo Horizonte - MG	BID	55.000.000,00	55.000.000,00
Programa Integrado de Desenvolvimento do Turismo no Município de Curitiba	Município de Curitiba - PR	BID	60.000.000,00	60.000.000,00
Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur Nacional Belo Horizonte	Município de Belo Horizonte - MG	BID	28.200.000,00	28.200.000,00
Programa de Desenvolvimento da Educação e da Gestão Pública no Município do Recife	Município de Recife - PE	BIRD	130.250.000,00	1.022.400.000,00
Desenvolvimento Urbano e Coordenação com a Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH	Município de Belo Horizonte - MG	BIRD	220.000.000,00	0,00
Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Município de Belém	Município de Belém - PA	BID	35.000.000,00	35.000.000,00
Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis	Município de Florianópolis - SC	BID	58.860.000,00	59.570.000,00
Programa Integrado de Requalificação Urbana em Bairros Precários do Município de Vila Velha	Município de Vila Velha - ES	CAF	37.500.000,00	37.500.000,00
TOTAL	-	-	15.259.052.653,99	7.597.528.263,94

Fonte: SEAIN (MPOG)

1.11.9. Fluxo Financeiro Decorrente de Financiamentos Externos

Em relação à análise de gastos dos projetos em execução no âmbito do Governo Federal, a SFC/CGU acompanha a execução das despesas e a consecução das metas previstas nos acordos. Em 2011, foram despendidos no Brasil recursos da ordem de US\$ 2.715 milhões nos projetos do Banco Mundial e do Banco Interamericano.

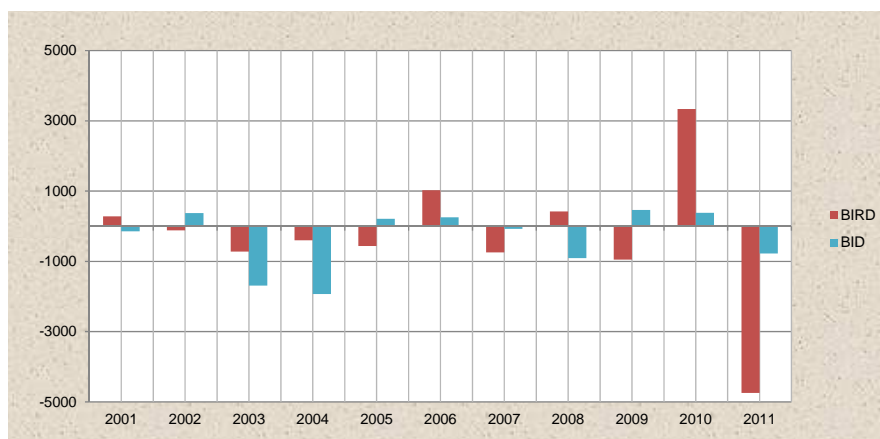
BANCO MUNDIAL E BID (EM US\$ milhões)

Ano	Fluxo Financeiro – Ano Calendário				Aprovações e Contratações	
	Desembolso (A)	Amortização (B)	Juros e Comissões (C)	Transf. Líquida [A-(B+C)]	Aprovação	Contratação
2000	4.542	1.205	1.271	2.065	2.037,7	2.166,9
2001	2.662	1.156	1.372	134	3.507,2	2.223,7
2002	3.585	2.166	1.170	250	2.109,0	3.901,4
2003	2.383	3.665	1.126	(2.408)	1.399,4	1.305,1
2004	1.928	3.423	839	(2.333)	3.155,0	1.699,8
2005	2.203	1.760	799	(356)	1.844,8	2.895,6
2006	3.744	1.505	954	1.286	1.721,1	1.976,1
2007	1.956	1.634	1.142	(821)	1.847,0	2.811,6
2008	2.299	1.708	1.087	(496)	5.491,7	3.432,9
2009	3.209	2.816	885	(492)	5.408,3	3.988,4
2010	6.345	1.972	659	3.713	6.802,9	8.690,2
2011*	2.715	7.620	621	(5.526)	2.913,7	2.074,7

*Até Dez/11

Fonte: SISPRO/SEAIN (MPOG)

FLUXO FINANCEIRO – BIRD / BID (em US\$ milhões)



	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
BIRD	277	-121	-719	-404	-567	1.028	-747	417	-956	3.332	-4.748
BID	-143	371	-1.690	-1.929	211	257	-74	-912	464	382	-778

Fonte: SISPRO/SEAIN (MP)

A situação do fluxo líquido negativo foi invertida durante o exercício de 2006, voltando ao fluxo negativo em 2007, 2008, 2009, demonstrando que ainda persiste o pagamento elevado de taxas de permanência (taxa de compromisso ou comissão de crédito) em face à demora na implementação dos projetos financiados. Em 2010, houve inversão do fluxo, em virtude do alto volume de desembolso frente aos volumes de pagamento de amortização, juros e comissões. E em 2011, a situação do fluxo líquido voltou a ficar negativo em função do alto volume de amortização em relação ao desembolso e pagamento de juros e comissões.

1.11.10. Agentes de Governo e Ciclo de Aprovação de Acordos de Financiamento

Conhecer as fases do ciclo de vida dos projetos facilita a identificação das responsabilidades das entidades e das pessoas envolvidas, bem como a identificação dos trabalhos que devem ser por elas realizados. As fases desse ciclo são:

FASE	DESCRIÇÃO
(1) Identificação	Atividade desenvolvida pelas agências de fomento e pelo Tomador, visando delinear genericamente os objetivos e as ações de um projeto.
(2) Preparação	Elaboração do projeto para ser apresentado e avaliado pelas agências de fomento visando obtenção de financiamento.
(3) Avaliação Prévia (Appraisal no BIRD e Informe Inicial no BID)	A agência de fomento avalia o projeto que foi preparado pelo futuro tomador e produz o primeiro Documento do Projeto (<i>Staff Appraisal Report</i> ou Informe Inicial).
(4) Negociação	Cria-se o vínculo jurídico entre as agências de fomento e o tomador. São negociados os termos finais dos acordos e assinados os documentos contratuais necessários à formalização do empréstimo (acordo de Empréstimo, Garantias).
(5) Execução ou Implementação	O Tomador executa as atividades do projeto.
(6) Avaliação Posterior	Compreende o estudo dos resultados e dos efeitos do projeto.

Ao longo da realização das fases de um projeto e para a sua consecução, deve ocorrer a tramitação documental das propostas de financiamento externo nas instâncias competentes, tal como descrito a seguir:

1. Executor Nacional apresenta Carta Consulta à SEAIN/MP;
2. Executor Nacional faz consulta e obtém a aprovação da COFIEIX;
3. Executor Nacional procede à identificação e preparação dos documentos do Projeto;
4. Executor Nacional procede à avaliação prévia do projeto (pode contar com o apoio do Agente financiador);
5. Executor Nacional apresenta documentação para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) para formalização do processo e manifestação da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP) e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP), ambas do Ministério do Planejamento;
6. Executor Nacional e o Agente financiador promovem a negociação do texto final do projeto;
7. Distribuem Minutas Contratuais para todos os órgãos envolvidos (SPI/MP, STN/MF, SOF/MP, PGFN, Órgão Executor);
8. São demandados, pelo Executor Nacional, pareceres do Banco Central e STN, sobre a operação de crédito e o aval da União;
9. Documento é encaminhado à Diretoria do Banco para aprovação;
10. Executor Nacional encaminha documento final à STN e esta solicita a aprovação pelo Senado Federal (a quem compete privativamente, as autorizações de operações de crédito externo, de acordo com o inciso V do artigo 52 da Constituição Federal);
11. Senado aprova e devolve à STN para providências;
12. Congresso Nacional aprova a contemplação da operação de crédito externo no Orçamento Geral da União;
13. Executor Nacional e o Banco financiador assinam documento final;
14. Executor Nacional procede à publicação do extrato do contrato;
15. Executor Nacional começa a executar o projeto.

As licitações e os processos de seleção de consultores concentram-se na fase de execução. Contudo, há atividades ligadas aos processos de seleção e contratação de fornecedores em cada uma das fases do ciclo do projeto (planejamento de aquisições, negociação de pacotes de licitação, negociações relativas aos valores-limite para cada modalidade, avaliação, auditoria, etc.).

1.11.11. Resultados Alcançados pelo Controle Interno

A Controladoria-Geral da União (CGU) é responsável pela realização de auditorias de avaliação de desempenho dos contratos/acordos com organismos internacionais de financiamento e projetos de cooperação técnica internacional

firmados com os órgãos e entidades da administração pública federal.

Em relação às operações contratadas junto ao BID, BIRD, KfW e FOCEM, no caso de financiamentos externos, e PNUD, UNODC e OIMT, no caso de cooperação técnica internacional, tendo por base os Protocolos de Entendimentos ou Termos de Referência firmados junto a esses organismos, são conduzidas auditorias anuais sobre a execução dos projetos, observados os critérios de seleção acordados com os respectivos entes externos.

Nas operações firmadas junto aos demais organismos internacionais, a atuação da CGU é realizada de forma integrada aos procedimentos de auditoria de contas anuais dos órgãos e entidades

do Poder Executivo Federal, tendo em vista os critérios de materialidade, relevância e criticidade de cada operação no conjunto da execução das ações de governo de cada pasta.

Em ambos os casos, busca-se a convergência dos procedimentos e a análise dos Projetos Externos na perspectiva de sua contribuição à execução e

alcance dos objetivos das Ações e Programas de Governo aos quais estão vinculados.

Nos últimos cinco anos, 620 projetos foram acompanhados, com a realização de 1.331 auditorias (tendo como escopo principalmente a execução dos projetos no exercício anterior), conforme destacado a seguir:

ATUAÇÃO DA CGU NOS PROJETOS FEDERAIS DE RECURSOS EXTERNOS

ASSUNTO/ANO	2007	2008	2009	2010	2011
Nº de Projetos Federais Auditados	175	153	131	91	70
Nº de Auditorias Realizadas	440	301	264	184	142

Fonte: Secretaria Federal Controle Interno - CGU-PR

Conforme demonstrado no quadro, em 2011 foram acompanhados um total de 70 projetos, com a realização de 142 auditorias. Existe uma diferença entre o número de projetos componentes da carteira e as auditorias efetivamente realizadas, uma vez que existem projetos que demandam a realização de auditorias descentralizadas. Além disso, um projeto pode ser auditado mais de uma vez por exercício, como é o caso, por exemplo, de alguns projetos do BID que demandam, além da auditoria anual, as revisões "ex-post".

PARTE II – ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**2.1. PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2011****2.1.1. Política Adotada para a Programação Financeira do Exercício**

No início do exercício de 2011, foi publicado o Decreto nº 7.425/2011, com o objetivo de disciplinar, em caráter provisório, a execução financeira dos órgãos, dos fundos e das entidades do Poder Executivo até a publicação do cronograma anual de desembolso, cujo prazo previsto no art. 8º da Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) é de até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 12.381/2011). Dessa forma, o Decreto nº 7.425/2011 estabeleceu restrição ao empenho das despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras.

Nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, LRF, foi publicado o Decreto nº 7.445, /2011, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011 tendo como referência os valores fixados na Lei Orçamentária Anual.

Ao longo do exercício de 2011, o Decreto nº 7.445/2011 foi alterado pelos decretos: Decreto nº 7.477/ 2011; Decreto nº 7.534/2011; Decreto nº 7.558/2011; Decreto nº 7.575/ 2011; Decreto nº 7.622/2011.

As principais características do decreto de programação orçamentária e financeira foram as seguintes:

- a necessidade de garantir o cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias determinou o nível de execução das despesas de custeio e investimento dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo, constantes da Lei Orçamentária Anual;
- os valores globais autorizados para empenho e pagamento das despesas de custeio e investimento constou, respectivamente, dos Anexo I e II do Decreto nº 7.445/2011;
- os valores autorizados para empenho e pagamento englobaram as fontes de recursos do Tesouro Nacional e próprias dos órgãos do Poder Executivo do Governo Federal;
- os valores estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 7.445/2011 foram detalhados pela Portaria MPOG nº 23/2011;
- os valores estabelecidos no Anexo II do Decreto nº 7.445/2011 foram detalhados pela Portaria MF nº 70/2011;
- as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram incluídas nos Anexos I e II do Decreto nº 7.445/2011 no valor de R\$ 34.587.840 mil.

Ao longo do exercício de 2011, foram efetuados vários remanejamentos nos valores disponibilizados para movimentação e empenho e várias ampliações e remanejamentos nos valores disponibilizados para pagamento.

Essas alterações foram efetivadas com o intuito de evitar prejuízos ao desenvolvimento das ações prioritárias do Governo, sem, contudo, comprometer as metas fiscais, e tendo em vista as necessidades e peculiaridades de cada órgão. Para esse fim, foram editados decretos, portarias interministeriais e portarias dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

2.1.2. Execução Financeira

A atuação da Coordenação-Geral de Programação Financeira (COFIN), da Secretaria do Tesouro Nacional, esteve voltada para os aspectos relacionados ao planejamento da ação do Governo Federal na área financeira, com o desenvolvimento de novas rotinas necessárias tanto para execução segura e eficaz das decisões adotadas, e com o aperfeiçoamento da própria execução da Programação Financeira do Tesouro Nacional.

De acordo com a Tabela 2.3.3.a, a execução financeira do Tesouro Nacional, incluindo o pagamento de juros, apresentou no exercício de 2011, em valores nominais, resultado negativo da ordem de R\$ 55.853 milhões, decorrente do ingresso de receitas no montante de R\$ 1.004.106 milhões e de liberações de R\$ 1.059.960 milhões.

Foram excluídas, nessa apuração, as emissões e os resgates de títulos da dívida mobiliária federal junto ao mercado, as receitas decorrentes da renegociação da dívida externa, gastos com a amortização das dívidas contratuais interna e externa, despesas com aquisição de garantias referentes ao refinanciamento dos

débitos externos, assim como receitas e despesas provenientes do relacionamento entre o Tesouro Nacional e o Banco Central. Entretanto, somando-se esses financiamentos, o resultado total foi deficitário em R\$ 11.233 milhões.

Tabela 2.3.3.a - Execução Financeira do Tesouro Nacional

Discriminação	R\$ milhões	
	2010	2011
FLUXO FISCAL		
A. RECEITAS	853.142	1.004.106
A.1 - Recolhimento Bruto	603.385	715.740
A.2 - (-) Incentivos Fiscais	(107)	(274)
A.3 - Outras Operações de Crédito	20.282	22.857
A.4 - Receita das Operações Of. de Crédito	2.503	2.790
A.5 - Salário Educação	12.264	14.384
A.6 - Arrecadação Líquida INSS	214.816	248.610
A.7 - Remuneração de Disponibilidades – BB	-	-
B. DESPESAS	(906.935)	(1.059.960)
B.1 - Transferências a Estados e Municípios	(146.573)	(180.293)
B.1.1 - FPM/FPE/IPI - Est. Export.	(105.744)	(130.172)
B.1.2 - FCO / FNE / FNO	(6.807)	(8.384)
B.1.3 - Transferência Lei Complementar 87	(3.900)	(3.900)
B.1.4 - FUNDEB (complementação da União)	(5.832)	(8.850)
B.1.5 - Salário-Educação	(6.554)	(7.770)
B.1.6 - Compensações Financeiras	(15.406)	(18.497)
B.1.7 - CIDE-Combustíveis	(1.776)	(2.110)
B.1.8 – Demais	(554)	(609)
B.2 - Pessoal e Encargos Sociais	(182.251)	(196.834)
B.2.1 – Executivo	(146.283)	(158.754)
B.2.2 - Legislativo/Judiciário/MPU	(35.968)	(38.080)
B.3 - Juros e Encargos da Dívida	(97.298)	(90.178)
B.3.1. Dívida Contratual Interna	(1.161)	(1.759)
B.3.2. Dívida Externa	(17.032)	(6.539)
B.3.3 .DPMF – Mercado	(79.105)	(81.881)
B.4 - Benefícios Previdenciários	(253.475)	(286.595)
B.5 - Outras Despesas Correntes e de Capital	(223.666)	(299.878)
B.5.1 .PIS/PASEP	(29.704)	(32.910)
B.5.2 .Demais	(193.962)	(266.968)
B.6 - Despesa das Operações Oficiais de Crédito	(3.673)	(6.181)
C. RESULTADO FISCAL (1) (A+B)	(53.792)	(55.853)
D. RESULTADO FISCAL (2) (C- A.3- A.4- A.7- B.3- B.6)	24.393	14.860
FLUXO DE FINANCIAMENTO		
E. RECEITAS	458.079	396.072
E.1 - Emissão de Títulos – Mercado	442.041	376.990
E.2 - Outras Operações de Crédito	16.038	19.082
F. DESPESAS	(368.522)	(376.594)
F.1 - Amortização da Dívida	(368.522)	(376.594)
F.1.1 - Dívida Contratual Interna	(2.310)	(2.966)
F.1.2 - Dívida Externa	(22.014)	(12.296)
F.1.3 - DPMF – Mercado	(344.198)	(361.332)
F.2 - Aquisição de Garantias	-	-
F.3 - Outras Liberações	-	-
G. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (E.1+F.1.3)	97.843	15.658
H. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	(15.917)	25.143
FLUXO DE CAIXA TOTAL (C)+(E)+(F)+(H)	19.848	(11.233)

A programação financeira de desembolso, por órgão, foi estabelecida pelo Decreto nº 7.445/2011, em seu Anexo II, e detalhada pelos Anexos I, II e III detalhados pela Portaria MF nº 70/2011, e alterações.

A Tabela 2.3.3.b apresenta os limites financeiros por órgão inicialmente fixados para o exercício de 2011. Na Tabela 2.3.3.c, temos os limites financeiros finais do exercício de 2011, após alterações por decretos e portarias publicados no decorrer do exercício.

Tabela 2.3.3.b - Limites Iniciais de Pagamento, Custeio e Investimento, por Órgão, segundo os anexos da Portaria MF nº 70/2011, que detalhou o Decreto nº 7.445/2011

R\$ milhares				
Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	Anexo I	Anexo II	Anexo III	Total
20000 Presidência da República	1.605.219	61.272	3.195	1.669.686
20102 Vice-Presidência da República	3.255	-	-	3.255
20114 Advocacia-Geral da União	256.116	-	-	256.116
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.216.447	142.926	-	1.359.373
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	3.933.795	716.389	12.805	4.662.989
25000 Ministério da Fazenda	2.212.243	642.615	-	2.854.858
26000 Ministério da Educação	21.276.549	952.658	147.552	22.376.759
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	230.608	387.514	5.608	623.730
30000 Ministério da Justiça	2.778.582	11.692	6.980	2.797.254
32000 Ministério de Minas e Energia	296.885	81.517	-	378.402
33000 Ministério da Previdência Social	1.722.010	34.337	-	1.756.347
35000 Ministério das Relações Exteriores	909.074	1.000	-	910.074
36000 Ministério da Saúde	55.139.388	2.727.125	13.105	57.879.618
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	927.812	335	3.455	931.602
39000 Ministério dos Transportes	901.323	70.400	-	971.723
41000 Ministério das Comunicações	438.358	-	-	438.358
42000 Ministério da Cultura	763.151	14.159	5.159	782.469
44000 Ministério do Meio Ambiente	594.786	65.139	-	659.925
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	784.883	48.000	-	832.883
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.937.259	48.531	-	1.985.790
51000 Ministério do Esporte	827.626	-	-	827.626
52000 Ministério da Defesa	8.164.386	2.400.783	-	10.565.169
53000 Ministério da Integração Nacional	318.286	68.102	-	386.388
54000 Ministério do Turismo	556.213	-	-	556.213
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	17.179.418	17	30.508	17.209.943
56000 Ministério das Cidades	317.338	229.500	-	546.838
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	208.304	1.207	-	209.511
71000 Encargos Financeiros da União	574.736	-	-	574.736
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	92.483	-	-	92.483
74902 Rec. Superv. Fundo Financ. ao Est. do Ensino Superior/FIEES-MEC	137.181	-	-	137.181
74903 Rec. Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDIC	58	-	-	58
74912 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	776	-	-	776
Total	126.304.548	8.705.218	228.367	135.238.133

Fontes de Recursos:

Anexo I: Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes: 150, 250, 179, 182, 282 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Anexo II: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Anexo III: 179, 182, 282 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Tabela 2.3.3.c - Limites Finais de Pagamento, Custeio e Investimento, por Órgão, segundo os anexos da portaria de detalhamento

R\$ milhares				
Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	Anexo I	Anexo II	Anexo III	Total
20000 Presidência da República	1.606.150	116.361	3.195	1.725.706
20102 Vice-Presidência da República	3.255	-	-	3.255
20114 Advocacia-Geral da União	276.116	-	-	276.116
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.189.664	162.926	-	2.352.590
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	3.990.246	704.838	12.805	4.707.889
25000 Ministério da Fazenda	2.922.561	737.297	-	3.659.858
26000 Ministério da Educação	21.756.106	952.658	147.552	22.856.316
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	329.453	495.514	7.853	832.820
30000 Ministério da Justiça	2.934.791	11.692	6.980	2.953.463
32000 Ministério de Minas e Energia	316.814	99.588	-	416.402
33000 Ministério da Previdência Social	1.983.170	37.177	-	2.020.347
35000 Ministério das Relações Exteriores	978.074	1.000	-	979.074
36000 Ministério da Saúde	54.582.052	3.087.125	210.441	57.879.618
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	975.003	335	3.455	978.793
39000 Ministério dos Transportes	1.001.323	70.400	-	1.071.723
41000 Ministério das Comunicações	482.358	-	-	482.358
42000 Ministério da Cultura	824.156	14.159	5.159	843.474
44000 Ministério do Meio Ambiente	613.719	116.206	-	729.925
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	920.683	48.000	-	968.683
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.447.284	48.531	-	2.495.815
51000 Ministério do Esporte	897.590	-	-	897.590
52000 Ministério da Defesa	11.947.918	2.945.284	-	14.893.202
53000 Ministério da Integração Nacional	862.446	68.102	500	931.048
54000 Ministério do Turismo	1.081.166	-	-	1.081.166
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	20.279.500	13.297	34.446	20.327.243
56000 Ministério das Cidades	965.153	269.227	-	1.234.380
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	233.064	1.207	-	234.271
71000 Encargos Financeiros da União	574.736	-	-	574.736
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	92.483	-	-	92.483
74902 Rec. Superv. Fundo Financ. ao Est. do Ensino Superior/FIEES-MEC	137.181	-	-	137.181
74903 Rec. Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDIC	58	-	-	58
74912 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	776	-	-	776
Total	138.205.049	10.000.924	432.386	148.638.359

Fontes de Recursos:

Anexo I: Fontes: Todas as fontes, exceto as fontes: 150, 250, 179, 182, 282 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Anexo II: 150, 250 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Anexo III: 179, 182, 282 e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

A Tabela 2.3.3.d apresenta os valores iniciais e finais dos limites de movimentação e empenho fixados para o Poder Executivo. Os limites iniciais de movimentação e empenho correspondem aos valores definidos no Decreto nº 7.445/2011. Os limites finais foram definidos pela Portaria MP nº 7, de 9 de janeiro de 2012.

Tabela 2.3.3.d - Limites Iniciais e Finais de movimentação e empenho fixados para o Poder Executivo, por Órgão

Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	R\$ milhares	
	Iniciais	Finais
20000 Presidência da República	2.607.985	2.371.363
20102 Vice-Presidência da República	3.356	3.620
20114 Advocacia-Geral da União	264.037	274.462
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.401.416	1.990.911
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	4.807.205	4.839.935
25000 Ministério da Fazenda	2.943.152	3.464.286
26000 Ministério da Educação	24.925.007	25.168.445
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	643.021	812.733
30000 Ministério da Justiça	3.233.767	2.959.662
32000 Ministério de Minas e Energia	741.936	622.736
33000 Ministério da Previdência Social	1.810.667	1.973.580
35000 Ministério das Relações Exteriores	938.220	963.504
36000 Ministério da Saúde	62.531.892	63.857.015
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	960.414	1.005.353
39000 Ministério dos Transportes	16.018.190	14.886.278
41000 Ministério das Comunicações	451.915	486.859
42000 Ministério da Cultura	806.669	1.079.698
44000 Ministério do Meio Ambiente	680.335	784.250
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.081.192	704.040
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	2.339.008	2.618.901
51000 Ministério do Esporte	853.222	1.159.571
52000 Ministério da Defesa	10.891.927	13.466.095
53000 Ministério da Integração Nacional	2.831.609	2.661.431
54000 Ministério do Turismo	573.415	1.290.687
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	17.742.209	20.478.110
56000 Ministério das Cidades	12.542.562	16.733.125
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	215.991	175.040
71000 Encargos Financeiros da União	672.511	665.158
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	95.343	71.877
74902 Rec. Superv. Fundo Financ. ao Est. do Ensino Superior/FIEES-MEC	141.423	143.573
74903 Rec. Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDIC	60	60
74912 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	800	1.100
Total	175.750.460	187.713.460

A Tabela 2.3.3.e apresenta os valores das dotações orçamentárias do Poder Executivo que foram sujeitas ao contingenciamento no exercício de 2011. Na sequência, a Tabela 2.3.3.f demonstra a base contingenciável dos demais Poderes e Ministério Público da União no exercício de 2011.

Tabela 2.3.3.e - Dotações Orçamentárias Iniciais e Finais do Poder Executivo sujeitas ao contingenciamento, no Exercício de 2011, por Órgão¹

		R\$ milhares	
Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias		Iniciais ²	Finais ³
20000	Presidência da República	3.289.702	3.511.107
20102	Vice-Presidência da República	3.633	3.633
20114	Advocacia-Geral da União	305.120	307.680
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.869.568	2.888.129
24000	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	5.760.804	5.524.843
25000	Ministério da Fazenda	3.746.404	3.947.629
26000	Ministério da Educação	28.026.900	28.716.401
28000	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	848.419	1.015.017
30000	Ministério da Justiça	4.760.134	5.179.179
32000	Ministério de Minas e Energia	978.807	1.017.411
33000	Ministério da Previdência Social	2.165.953	2.210.291
35000	Ministério das Relações Exteriores	1.213.553	1.420.787
36000	Ministério da Saúde	63.110.595	65.870.200
38000	Ministério do Trabalho e Emprego	1.456.274	1.577.105
39000	Ministério dos Transportes	18.411.636	18.709.948
41000	Ministério das Comunicações	1.055.119	1.070.715
42000	Ministério da Cultura	1.336.039	1.570.099
44000	Ministério do Meio Ambiente	1.078.490	1.088.387
47000	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.268.566	880.720
49000	Ministério do Desenvolvimento Agrário	3.268.382	3.683.534
51000	Ministério do Esporte	2.374.731	2.770.370
52000	Ministério da Defesa	15.275.079	15.656.745
53000	Ministério da Integração Nacional	4.648.518	4.973.790
54000	Ministério do Turismo	3.655.853	3.665.873
55000	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	17.765.060	20.800.507
56000	Ministério das Cidades	21.120.012	21.129.118
58000	Ministério da Pesca e Aquicultura	526.828	527.148
71000	Encargos Financeiros da União	1.360.426	1.389.632
73000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	128.693	107.365
74902	Rec. Superv. Fundo Financ. ao Est. do Ensino Superior/FIEES-MEC	141.423	163.795
74903	Rec. Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDIC	60	60
74912	Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	800	1.800
Total		211.951.582	221.379.019

Tabela 2.3.3.f - Base contingenciável dos demais Poderes e Ministério Público da União no Exercício de 2011⁴

		R\$ milhares	
Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias		Base Inicial	Base Atualizada
01000	Câmara dos Deputados	137.709.502	137.709.502
02000	Senado Federal	20.320.000	20.320.000
03000	Tribunal de Contas da União	36.763.063	36.763.063
10000	Supremo Tribunal Federal	32.677.296	32.677.296
11000	Superior Tribunal de Justiça	40.626.537	40.626.537
12000	Justiça federal	271.279.475	271.279.475
13000	Justiça Militar	7.158.000	7.158.000
14000	Justiça Eleitoral	156.826.788	156.826.788
15000	Justiça do Trabalho	218.236.923	218.236.923
16000	Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	51.025.970	51.025.970
17000	Conselho Nacional de Justiça	123.535.500	123.535.500
34000	Ministério Público da União	237.874.778	237.874.778
59000	Conselho Nacional do Ministério Público	60.000.000	60.000.000
Total		1.394.033.832	1.394.033.832

Fonte: Secretaria-Adjunta para Assuntos Fiscais - SEAFI/SOF/MP

¹ Inclui despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).² Valores divulgados no Decreto nº 7.445/2011.³ Valores divulgados na Portaria MPOG nº 7, de 9/1/2011.⁴ Relatórios de Avaliação Bimestral de Receitas e Despesas da União.

As despesas executadas⁵, do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Exercício de 2011, pelos Órgãos Superiores das Unidades Orçamentárias, segundo Grupo de Natureza da Despesa são apresentadas na Tabela 2.3.3.g.

Tabela 2.3.3.g - Despesas Executadas, por Órgão, segundo Grupo de Natureza da Despesa⁶

R\$ milhares

Órgão Superior da UO	Pessoal	Custeio	Investimento e Inversão Financeira	Juros e Amortização	Total
01000 Câmara dos Deputados	3.343.641	612.661	102.635	-	4.058.938
02000 Senado Federal	2.827.547	417.079	21.176	1.304	3.267.106
03000 Tribunal de Contas da União	1.164.794	141.515	39.897	326	1.346.532
10000 Supremo Tribunal Federal	293.680	137.200	19.486	-	450.367
11000 Superior Tribunal de Justiça	717.461	188.968	29.371	-	935.800
12000 Justiça Federal	5.538.298	1.157.915	261.571	-	6.957.784
13000 Justiça Militar	302.611	47.864	8.979	-	359.455
14000 Justiça Eleitoral	3.095.667	1.108.326	262.437	-	4.466.431
15000 Justiça do Trabalho	11.060.168	1.287.023	284.186	-	12.631.377
16000 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.407.498	214.049	73.391	-	1.694.938
17000 Conselho Nacional de Justiça	19.522	58.840	72.507	-	150.869
20000 Presidência da República	4.048.596	1.745.146	991.175	77	6.784.993
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4.884.979	1.312.230	4.018.832	2.962	10.219.003
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia	1.753.156	3.621.303	1.966.004	-	7.340.463
25000 Ministério da Fazenda	26.210.359	151.805.856	3.700.558	707.672.231	889.389.004
26000 Ministério da Educação	27.909.498	36.390.223	10.121.656	451	74.421.829
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	488.557	759.769	46.846	-	1.295.172
30000 Ministério da Justiça	6.656.932	2.327.817	602.455	66.975	9.654.178
32000 Ministério de Minas e Energia	875.315	19.363.022	44.947	1.573	20.284.857
33000 Ministério da Previdência Social	10.299.264	284.782.211	84.158	3.662	295.169.295
34000 Ministério Público da União	2.878.566	619.172	313.193	-	3.810.931
35000 Ministério das Relações Exteriores	1.137.786	1.008.431	30.280	-	2.176.498
36000 Ministério da Saúde	14.445.670	59.873.278	4.214.183	28.141	78.561.272
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	2.465.109	37.978.051	13.558.663	-	54.001.822
39000 Ministério dos Transportes	3.504.116	914.241	16.574.203	-	20.992.560
41000 Ministério das Comunicações	1.275.725	319.683	208.149	-	1.803.557
42000 Ministério da Cultura	407.519	743.495	538.111	10.150	1.699.275
44000 Ministério do Meio Ambiente	1.261.716	866.391	334.719	837	2.463.663
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	8.203.380	2.966.536	239.686	3.351	11.412.954
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	868.645	1.068.026	2.934.045	2.008	4.872.724
51000 Ministério do Esporte	31.086	684.913	580.068	-	1.296.068
52000 Ministério da Defesa	46.522.015	8.139.089	6.696.248	592.467	61.949.819
53000 Ministério da Integração Nacional	968.087	784.940	14.381.684	141	16.134.853
54000 Ministério do Turismo	56.369	420.548	853.903	100	1.330.920
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	45.833	45.380.598	490.169	-	45.916.600
56000 Ministério das Cidades	460.086	11.706.710	5.035.624	74.914	17.277.334
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	31.996	107.984	66.343	-	206.323
59000 Conselho Nacional do Ministério Público	20.238	15.740	9.785	-	45.763
	197.481.485	681.076.847	89.811.324	708.461.671	1.676.831.327

Fonte: SIAFI

2.2. ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Nos termos do art. 165, § 5º da Constituição Federal e dos arts. 6º, 7º e 54 da Lei nº12.309/2010 que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011, o Orçamento-Geral da União se divide em:

a) Orçamento Fiscal: incluídos os Poderes da União, os Órgãos e Entidades, Fundos, Autarquias e Fundações instituídas e mantidas pela União. Compreende, também, as Empresas Estatais Dependentes,

⁵ Representa o total de despesas orçamentárias executadas, ou seja, as despesas liquidadas e aquelas apenas empenhadas, mas consideradas executadas por terem sido inscritas em restos a pagar não-processados no encerramento do exercício.

⁶ Inclui recursos de todas as fontes, as transferências constitucionais e legais para estados e municípios e as despesas com benefícios previdenciários.

ou seja, as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam desta quaisquer recursos que não sejam provenientes de participação acionária, pagamento de serviços prestados e transferências para aplicação em programas de financiamento;

b) Orçamento da Seguridade Social: incluídos todos os órgãos e entidades a quem compete executar ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social, quer sejam da Administração Direta ou da Indireta, bem como seus Fundos e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público. Inclui, também, os demais projetos ou atividades não integrantes do programa de trabalho dos órgãos e entidades acima relacionados, mas que envolvam ações referentes às áreas de saúde, previdência e assistência social; e

c) Orçamento de Investimento: representado pelo Orçamento de Investimento das Empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

O Orçamento Geral da União, referente ao exercício financeiro de 2011, teve seus valores consignados pela Lei nº 12.381/ 2011, com as receitas estimadas no montante de R\$ 2.073.390.152.400,00 (dois trilhões, setenta e três bilhões, trezentos e noventa milhões, cento e cinquenta e dois mil e quatrocentos reais), e as despesas fixadas em igual valor. A receita total estimada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foi de R\$ 1.966.015.896.211,00 (um trilhão, novecentos e sessenta e seis bilhões, quinze milhões, oitocentos e noventa e seis mil e duzentos e onze reais), e as despesas fixadas em igual valor.

Das receitas consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, R\$ 1.956.080.139.069,00 (99,5%) referem-se a Recursos do Tesouro Nacional, e R\$ 9.935.757.142,00 (0,5%) a Recursos de Outras Fontes, que se referem às Entidades da Administração Indireta, inclusive as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Dos Recursos do Tesouro Nacional previstos, R\$ 678.514.678.262,00 são destinados ao refinanciamento da dívida pública federal interna, perfazendo um percentual de (34,5%) em relação aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, registradas na categoria econômica Receitas de Capital, origem Operações de Crédito. Deduzidas essas receitas, os recursos do Tesouro Nacional perfazem o total de R\$ 1.287.501.217.949,00, (65,5%) do total dos orçamentos.

Por outro lado, dos recursos do Tesouro Nacional destinados ao pagamento das despesas, R\$ 1.041.793.904.310,00 referem-se a despesas correntes e 783.916.568.082,00 referem-se a amortização da dívida, perfazendo, juntas, um percentual de (92,9%) em relação aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Deduzidas essas despesas, os recursos do Tesouro Nacional perfazem R\$ 140.305.423.819,00, (7,1%) do total dos orçamentos.

**TABELA 2.1-1 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO - RECURSOS DE TODAS AS FONTES RESUMO
GERAL DA RECEITA – 2011
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

R\$ milhares

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO ⁽¹⁾	RECURSOS DE OUT. FONTES ⁽²⁾	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	1.025.011.320	9.435.684	1.034.447.004
Receita Tributária	347.539.632	0	347.540
Receita de Contribuições	537.146.864	0	537.147
Receita Patrimonial	54.890.712	2.588.043	57.479
Receita Agropecuária	417	25.341	26
Receita Industrial	45.101	772.885	818
Receita de Serviços	40.437.505	4.226.108	44.664
Transferências Correntes	118.641	170.638	289
Outras Receitas Correntes	44.832.449	1.652.669	46.485
RECEITAS DE CAPITAL	915.808.819	410.644	916.219.464
Operações de Crédito	828.759.777	880	828.761
Alienação de Bens	5.260.669	170.060	5.431
Amortização de Empréstimos	27.425.226	170.024	27.595
Transferências de Capital	247.893	69.680	318
Outras Receitas de Capital	54.115.254	0	54.115
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	15.260.000	89.429	15.349.428
Receita de Contribuição Intra-orçamentária	15.100.801	0	15.101
Receita Patrimonial Intra-orçamentária	174	2.108	2
Receita Industrial Intra-orçamentária	131.039	56.044	187
Receita de Serviços Intra-orçamentária	26.059	30.845	57
Outras Receitas - Operações Intra-orçamentárias	1.927	432	2
TOTAL	1.956.080.139	9.935.757	1.966.015.896

FONTE – Lei n.º 12.381/2011.

(1) - Orçamento Fiscal: R\$ 1.480.505.826 milhares / Seguridade Social: R\$ 475.574.313 milhares.

(2) - Orçamento Fiscal: R\$ 9.542.355 milhares / Seguridade Social: R\$ 393.402 milhares.

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

**TABELA 2.1-2 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO - RECURSOS DE TODAS AS FONTES RESUMO
GERAL DA RECEITA – 2011
ORÇAMENTO FISCAL**

R\$ milhares

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	564.705.985	9.047.439	573.753.424
Receita Tributária	347.126.547	0	347.126.547
Receita de Contribuições	96.712.637	0	96.712.637
Receita Patrimonial	50.160.977	2.568.309	52.729.285
Receita Agropecuária	417	25.272	25.688
Receita Industrial	45.101	771.813	816.915
Receita de Serviços	34.039.698	4.028.282	38.067.980
Transferências Correntes	115.641	138.648	254.289
Outras Receitas Correntes	36.504.967	1.515.115	38.020.082
RECEITAS DE CAPITAL	915.666.569	409.514	916.076.084
Operações de Crédito	828.757.527	0	828.757.527
Alienação de Bens	5.120.669	169.810	5.290.479
Amortização de Empréstimos	27.425.226	170.024	27.595.250
Transferências de Capital	247.893	69.680	317.574
Outras Receitas de Capital	54.115.254	0	54.115.254
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	133.272	85.401	218.673
Receita Patrimonial Intra-orçamentária	174	2.108	2.282
Receita Industrial Intra-orçamentária	131.039	56.044	187.083
Receita de Serviços Intra-orçamentária	2.059	26.818	28.877
Outras Receitas - Operações Intra-orçamentárias	0	432	432
TOTAL	1.480.505.826	9.542.355	1.490.048.181

FONTE – Lei n.º 12.381/2011.

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

**TABELA 2.1-3 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO - RECURSOS DE TODAS AS FONTES RESUMO
GERAL DA RECEITA - 2011
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

R\$ milhares

RECEITAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	460.305.335	388.245	460.693.581
Receita Tributária	413.085	0	413.085
Receita de Contribuições	440.434.228	0	440.434.228
Receita Patrimonial	4.729.735	19.734	4.749.469
Receita Agropecuária	0	69	69
Receita Industrial	0	1.072	1.072
Receita de Serviços	6.397.806	197.826	6.595.632
Transferências Correntes	3.000	31.990	34.990
Outras Receitas Correntes	8.327.482	137.553	8.465.035
RECEITAS DE CAPITAL	142.250	1.130	143.380
Operações de Crédito	2.250	880	3.130
Alienação de Bens	140.000	250	140.250
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	15.126.728	4.027	15.130.755
Receita de Contribuição Intra-orçamentária	15.100.801	0	15.100.801
Receita de Serviços Intra-orçamentária	24.000	4.027	28.027
Outras Receitas - Operações Intra-orçamentárias	1.927	0	
TOTAL	475.574.313	393.402	475.967.716

FONTE - Lei n.º 12.381/2011.

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

**TABELA 2.1-4 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO - RECURSOS DE TODAS AS FONTES
RESUMO GERAL DA DESPESA - 2011
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

R\$ milhares

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO ⁽¹⁾	RECURSOS DE OUTRAS FONTES ⁽²⁾	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	1.041.793.904	6.060.030	1.047.853.935
Pessoal e Encargos Sociais	199.564.217	201.732	199.765.948
Juros e Encargos da Dívida	169.869.124	1.602	169.870.725
Outras Despesas Correntes	672.360.564	5.856.697	678.217.261
DESPESAS DE CAPITAL	889.219.768	3.166.576	892.386.344
Investimentos	61.975.483	2.015.300	63.990.783
Inversões Financeiras	43.327.717	1.149.052	44.476.769
Amortização da Dívida	783.916.568	2.225	783.918.793
RESERVAS	25.066.467	709.150	25.775.617
Contingência	5.870.268	0	5.870.268
Outras	19.196.198	709.150	19.905.349
TOTAL	1.956.080.139	9.935.757	1.966.015.896

FONTE - Lei n.º 12.381/2011.

(1) - Orçamento Fiscal: R\$ 1.437.393.971 milhares / Seguridade Social: R\$ 518.686.168 milhares.

(2) - Orçamento Fiscal: R\$ 8.577.335 milhares / Seguridade Social: R\$ 1.358.422 milhares.

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

**TABELA 2.1-5 - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO - RECURSOS DE TODAS AS FONTES
RESUMO GERAL DA DESPESA – 2011
ORÇAMENTO FISCAL**

R\$ milhares

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	535.037.408	4.786.330	539.823.738
Pessoal e Encargos Sociais	107.029.665	184.858	107.214.523
Juros e Encargos da Dívida	169.844.524	1.044	169.845.568
Outras Despesas Correntes	258.163.218	4.600.428	262.763.647
DESPESAS DE CAPITAL	881.680.162	3.081.854	884.762.016
Investimentos	54.502.270	1.932.046	56.434.316
Inversões Financeiras	43.301.610	1.149.052	44.450.662
Amortização da Dívida	783.876.283	756	783.877.039
RESERVAS	20.676.400	709.150	21.385.551
Contingência	5.870.268	0	5.870.268
Outras	14.806.132	709.150	15.515.282
TOTAL	1.437.393.971	8.577.335	1.445.971.305

FONTE – Lei n.º 12.381/2011.

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

**TABELA 2.1-6 – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO - RECURSOS DE TODAS AS FONTES
RESUMO GERAL DA DESPESA – 2011
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

R\$ milhares

DESPESAS	RECURSOS DO TESOURO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
DESPESAS CORRENTES	506.756.496	1.273.700	508.030.196
Pessoal e Encargos Sociais	92.534.551	16.874	92.551.425
Juros e Encargos da Dívida	24.599	558	25.157
Outras Despesas Correntes	414.197.346	1.256.269	415.453.614
DESPESAS DE CAPITAL	7.539.606	84.722	7.624.328
Investimentos	7.473.213	83.254	7.556.467
Inversões Financeiras	26.107	0	26.107
Amortização da Dívida	40.285	1.469	41.754
RESERVAS	4.390.067	0	4.390.067
Outras	4.390.067	0	4.390.067
TOTAL	518.686.168	1.358.422	520.044.591

FONTE – Lei n.º 12.381/2011.

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

2.3. EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2.3.1. Análise da Execução Orçamentária da Receita

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), cuja edição válida para o exercício de 2011 foi aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 4, de 30 de novembro de 2010, conceitua a receita orçamentária como *disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício orçamentário e constituem elemento novo para o patrimônio público*.

De acordo com a disposição constante do art. 74 do Decreto-lei n.º 200/1967 e com o Decreto nº 93.872/1986, na realização das receitas da União é utilizada a via bancária. Os recursos são recolhidos à Conta Única do Tesouro Nacional em cumprimento ao artigo 164, § 3º, da Constituição Federal e na forma da Instrução Normativa nº 4/ 2004, da Secretaria do Tesouro Nacional.

A Receita Orçamentária arrecadada é classificada por meio de códigos de natureza de receitas. Ainda segundo o MCASP, esses códigos *visam identificar a origem do recurso segundo o fato gerador: acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita no cofre público*. Assim, *a natureza de receita é a menor célula de informação no contexto orçamentário para as receitas públicas; por isso, contém todas as informações necessárias para as devidas alocações orçamentárias*. Para melhor compreensão de alguns aspectos deste texto, é interessante mencionar a estrutura do código de natureza de receita, código numérico de 8 dígitos, representando 6 níveis, da seguinte forma:

C	O	E	R	AA	SS
CATEGORIA ECONÔMICA	ORIGEM	ESPÉCIE	RUBRICA	ALINEA	SUBALINEA

A Receita Orçamentária é arrecadada pelo seu valor bruto, registrando-se separadamente os valores deduzidos e o valor arrecadado líquido. Dessa forma, a Receita Orçamentária Líquida – ou seja, já descontada de deduções – alcançou o montante de R\$ 1.700.997 milhões, apresentando um crescimento nominal de 14,7% em relação ao valor líquido arrecadado em 2010. É importante ressaltar que esse valor, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 1964, contempla as operações de crédito destinadas ao refinanciamento da dívida pública federal, como será evidenciado mais adiante. A arrecadação da receita ficou aquém da previsão orçamentária atualizada, como se pode inferir da Tabela 2.3.1 - 1, que apresenta a parte do Balanço Orçamentário que trata das receitas.

Tabela 2.3.1 - 1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA UNIÃO
DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS LÍQUIDAS DE DEDUÇÕES – 2011

R\$ milhões			
RECEITAS	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	DIFERENÇA
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (EXCETO OPERAÇÕES DE REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA)	1.287.501	1.228.657	58.844
1 - Receitas Correntes	1.034.447	1.029.613	4.834
11 - Receita Tributária	347.540	338.649	8.891
12 - Receitas de Contribuições	537.147	545.487	(8.340)
13 - Receita Patrimonial	57.479	65.709	(8.230)
14 - Receita Agropecuária	26	21	5
15 - Receita Industrial	818	562	255
16 - Receita de Serviços	44.664	47.976	(3.312)
17 - Transferências Correntes	289	451	(161)
19 - Outras Receitas Correntes	46.485	30.759	15.726
2 - Receitas de Capital	237.705	184.042	53.663
21 - Operações de Crédito	150.246	94.202	56.044
22 - Alienação de Bens	5.431	1.936	3.494
23 - Amortização de Empréstimos	27.595	28.945	(1.350)
24 - Transferências de Capital	318	112	206
25 - Outras Receitas de Capital	54.115	58.847	(4.732)
7 - Receitas Correntes Intraorçamentárias	15.349	13.528	1.821
71 - Receita Tributária	-	0	(0)
72 - Receitas de Contribuições	15.101	13.273	1.828
73 - Receita Patrimonial	2	5	(3)
75 - Receita Industrial	187	169	19
76 - Receita de Serviços	57	40	17
79 - Outras Receitas Correntes	2	41	(38)
8 - Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	1.474	(1.474)
81 - Operações de Crédito	-	1.451	(1.451)
82 - Alienação de Bens	-	23	(23)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS DESTINADAS AO REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA	678.515	472.339	206.175
2 - Receitas de Capital	678.515	472.339	206.175
21 - Operações de Crédito	678.515	472.339	206.175
TOTAL	1.966.016	1.700.997	265.019

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional. Valores líquidos

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

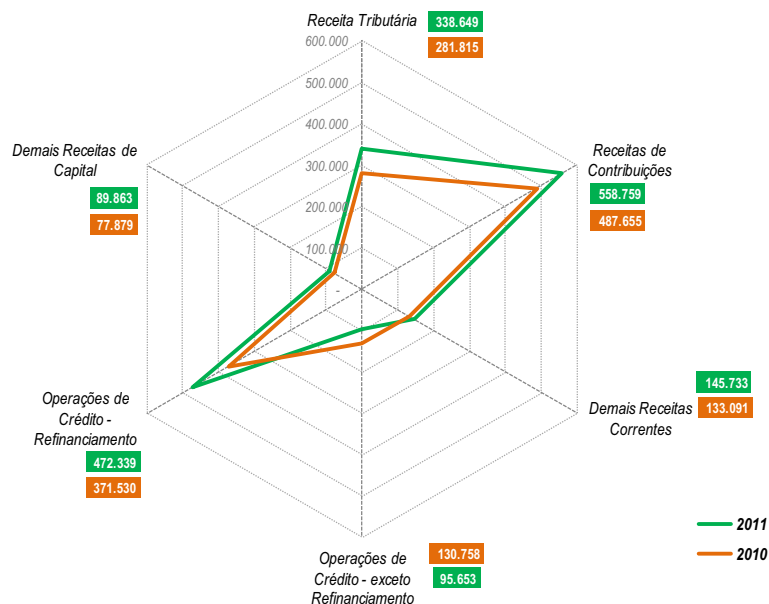
Ainda na Tabela 2.3.1 - 1, estão destacados os valores das Receitas Correntes e de Capital Intraorçamentárias, isto é, receitas auferidas por órgãos ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social pagas por outros órgãos ou entidades integrantes desses orçamentos. Além disso, estão destacadas das Receitas de Capital as receitas provenientes de Operações de Crédito para Refinanciamento da Dívida Pública da União, que alcançaram o valor de R\$ 472.339 milhões. As tabela e figuras a seguir comparam a arrecadação orçamentária líquida dos exercícios de 2011 e 2010, detalhando e ilustrando as variações no nível de origem.

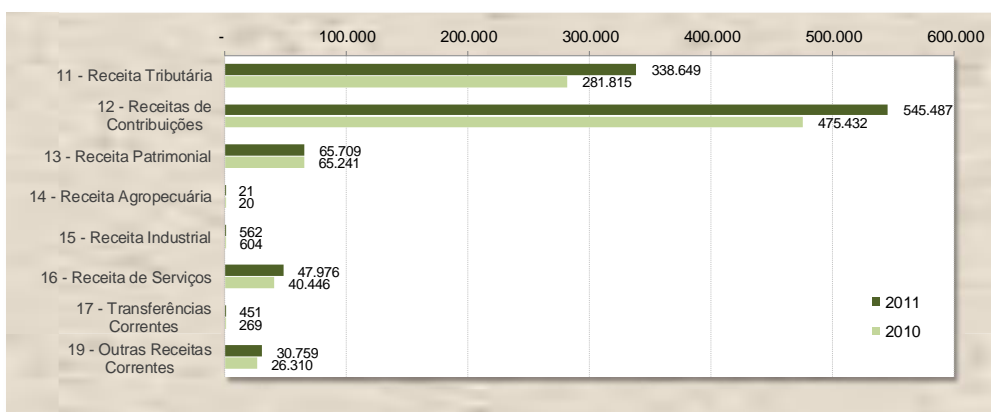
Tabela 2.3.1 - 2 – DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS LÍQUIDAS – 2011 e 2010

RECEITAS	2011	2010	R\$ milhões % 2011 / 2010
Receitas Orçamentárias (exceto operações de refinanciamento da dívida pública)	1.228.657	1.111.199	10,6%
1 - Receitas Correntes	1.029.613	890.137	15,7%
11 - Receita Tributária	338.649	281.815	20,2%
12 - Receitas de Contribuições	545.487	475.432	14,7%
13 - Receita Patrimonial	65.709	65.241	0,7%
14 - Receita Agropecuária	21	20	3,4%
15 - Receita Industrial	562	604	-6,8%
16 - Receita de Serviços	47.976	40.446	18,6%
17 - Transferências Correntes	451	269	67,4%
19 - Outras Receitas Correntes	30.759	26.310	16,9%
2 - Receitas de Capital	184.042	208.373	-11,7%
21 - Operações de Crédito	94.202	130.494	-27,8%
22 - Alienação de Bens	1.936	798	142,7%
23 - Amortização de Empréstimos	28.945	24.799	16,7%
24 - Transferências de Capital	112	101	10,0%
25 - Outras Receitas de Capital	58.847	52.180	12,8%
7 - Receitas Correntes Intraorçamentárias	13.528	12.424	8,9%
71 - Receita Tributária	0	0	141,1%
72 - Receitas de Contribuições	13.273	12.223	8,6%
73 - Receita Patrimonial	5	3	85,3%
75 - Receita Industrial	169	134	25,8%
76 - Receita de Serviços	40	53	-24,6%
79 - Outras Receitas Correntes	41	11	285,2%
8 - Receitas de Capital Intraorçamentárias	1.474	264	457,8%
81 - Operações de Crédito	1.451	264	448,9%
82 - Alienação de Bens	23	-	
Refinanciamento	472.339	371.530	27,1%
2 - Receitas de Capital	472.339	371.530	27,1%
21 - Operações de Crédito	472.339	371.530	27,1%
TOTAL	1.700.997	1.482.729	14,7%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

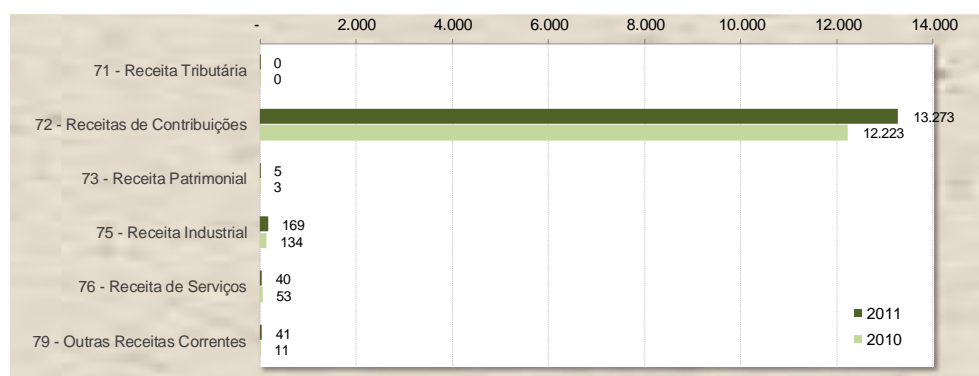
DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS ARRECADADAS LÍQUIDAS – 2011 e 2010 - R\$ milhões



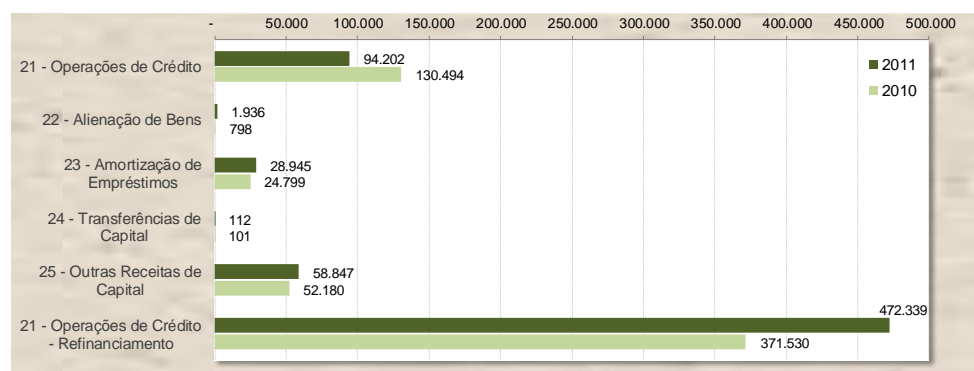
EXECUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS – RECEITAS CORRENTES – 2011 e 2010 - R\$ milhões

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores Líquidos

Nota: Não estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

EXECUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS–RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS 2011 e 2010-R\$ milhões

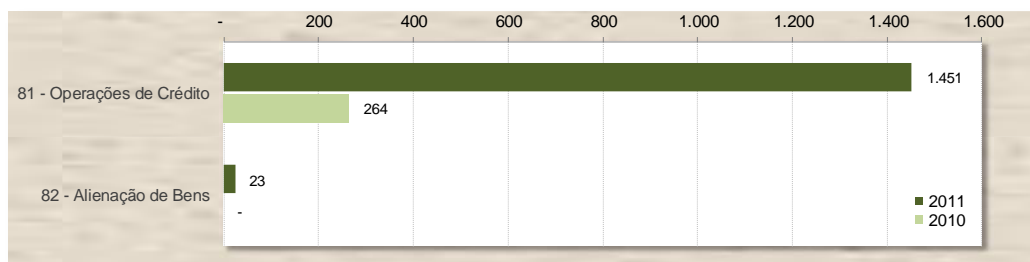
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores Líquidos

EXECUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS – RECEITAS DE CAPITAL 2011 e 2010 - R\$ milhões

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores Líquidos

Nota: Não estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

EXECUÇÃO DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS – RECEITAS DE CAPITAL 2011 e 2010 - R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores Líquidos

Novamente deve-se ressaltar, que as Receitas Orçamentárias foram analisadas pelo valor líquido, ou seja, deduzidas as restituições, os incentivos fiscais, as compensações, os descontos e as deduções, que totalizaram R\$ 42.594 milhões, ou 2,4% do valor bruto arrecadado – R\$ 1.743.591 milhões. A Tabela 2.3.1 - 3 discrimina as deduções da receita orçamentária.

Tabela 2.3.1 - 3 – DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA BRUTA – 2011

DEDUÇÃO	R\$ milhões
	VALOR
Incentivos Fiscais	126
Restituições	19.514
Descontos Concedidos	14.197
Deduções da Receita de Vendas e Serviços	173
ICMS	2
Pasep	0
Cofins	2
Imposto sobre Serviços	1
Encargos sobre Arrecadação	167
Cheques Devolvidos	0
Compensações	810
Deduções Receitas Diversas	9
Cofins sobre Outras Receitas	7
PIS/Pasep sobre Outras Receitas	2
Retificações	-3.750
Outras Deduções	11.515
TOTAL DAS DEDUÇÕES	42.594

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional.

A Figura a seguir ilustra a participação de cada categoria econômica no total da arrecadação, destacando os valores das operações intraorçamentárias e das de refinanciamento da dívida pública.

DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS – 2011 - R\$ milhões



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores Líquidos

Receita Corrente

A Tabela 2.3.1 - 4 demonstra a arrecadação comparativa nos exercícios de 2011 e 2010 das Receitas Correntes, evidenciando também a participação percentual de cada origem no total. Observe-se que os valores das receitas intraorçamentárias estão incluídos nas respectivas origens.

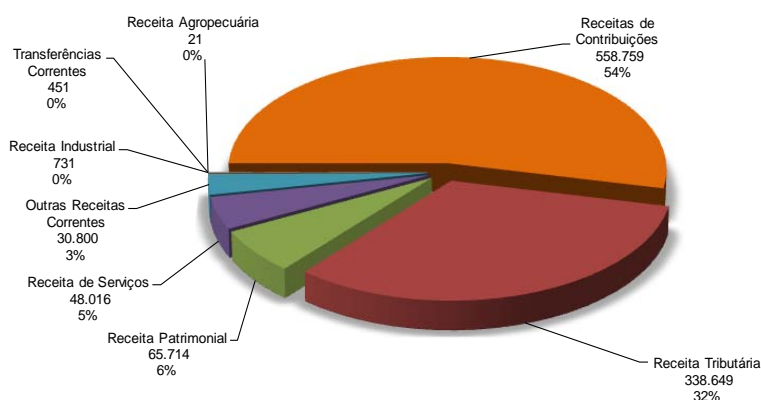
Tabela 2.3.1 - 4 – DESEMPENHO DAS RECEITAS CORRENTES DA UNIÃO – 2011 E 2010

RECEITAS CORRENTES	VALOR		% DO TOTAL	
	2011	2010	2011	2010
Receitas de Contribuições	558.759	487.655	53,6%	54,0%
Receita Tributária	338.649	281.815	32,5%	31,2%
Receita Patrimonial	65.714	65.244	6,3%	7,2%
Receita de Serviços	48.016	40.499	4,6%	4,5%
Outras Receitas Correntes	30.800	26.321	3,0%	2,9%
Receita Industrial	731	738	0,1%	0,1%
Transferências Correntes	451	269	0,0%	0,0%
Receita Agropecuária	21	20	0,0%	0,0%
TOTAL	1.043.141	902.561	100,0%	100,0%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES – 2011 - R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

A seguir analisam-se cada uma das origens que compõem a categoria econômica das receitas correntes.

Receita Tributária

A Receita Tributária – que, no conceito da Lei 4.320, de 1964, não inclui as contribuições – a despeito de essas prestações serem hoje também consideradas tributos – representa a segunda maior origem das receitas correntes. Seu valor bruto, incluindo os valores das receitas intraorçamentárias, atingiu R\$ 353.308 milhões.

Como visto na tabela e na figura anteriores, a Receita Tributária representou 32,5% da arrecadação de Receitas Correntes no exercício de 2011. A arrecadação líquida dessas receitas atingiu pela primeira vez o patamar de R\$ 300 bilhões, com o valor de R\$ 338.649 milhões, nominalmente 20,2% superior ao do exercício anterior. Verificou-se arrecadação de receitas intraorçamentárias no valor de R\$ 466,6 mil nessa origem – especialmente referentes a taxas pagas por unidades da Administração Pública Federal (APF) a outras unidades da APF. Um resumo da arrecadação líquida das receitas tributárias de 2011 e 2010 é apresentado na Tabela 2.3.1 - 5.

Tabela 2.3.1 - 5 – ARRECADAÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA POR ESPÉCIE E RUBRICA – 2011 E 2010

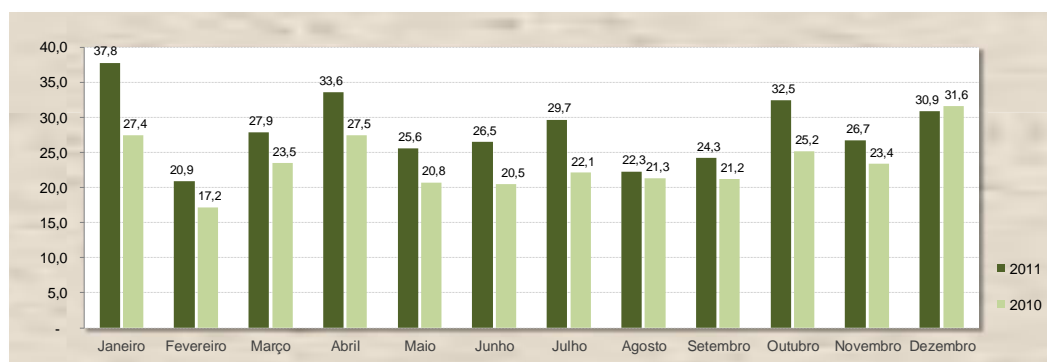
RECEITAS TRIBUTÁRIAS	VALOR		% DO TOTAL		% 2011/2010
	2011	2010	2011	2010	
Impostos	331.501	275.891	97,9%	97,9%	20,2%
Impostos sobre a Produção e a Circulação	73.011	63.785	21,6%	22,6%	14,5%
Impostos sobre o Comércio Exterior	26.644	21.081	7,9%	7,5%	26,4%
Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	231.846	191.026	68,5%	67,8%	21,4%
Taxas	7.149	5.924	2,1%	2,1%	20,7%
Taxas pela Prestação de Serviços	1.174	887	0,3%	0,3%	32,3%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	5.975	5.037	1,8%	1,8%	18,6%
TOTAL	338.649	281.815	100,0%	100,0%	20,2%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

A Figura a seguir ilustra a arrecadação mensal líquida das receitas tributárias em 2011 e 2010. Observa-se que, do total da Receita Tributária, 97,9% correspondem a impostos e apenas 2,1% a taxas.

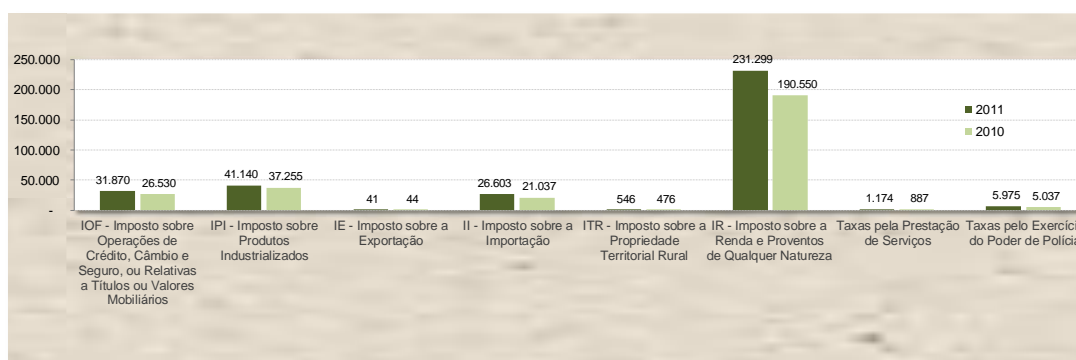
ARRECADAÇÃO LÍQUIDA MENSAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA – 2011 E 2010 - R\$ bilhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

RECEITA TRIBUTÁRIA POR IMPOSTO E TIPO DE TAXAS – 2011 E 2010 - R\$ milhões



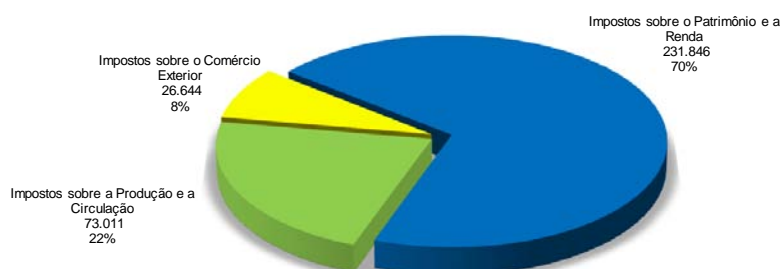
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

Impostos

Os impostos líquidos arrecadados no exercício de 2011 somaram R\$ 331.501 milhões, correspondendo a 97,9% da Receita Líquida Tributária, demonstrando um acréscimo nominal de 20,2% em relação ao ano anterior. A Tabela 2.3.1 - 6 apresenta essas informações de forma mais detalhada, além de trazer os respectivos valores do exercício de 2010.

ARRECAÇÃO LÍQUIDA DE IMPOSTOS – 2011 - R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores Líquidos
 Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

Tabela 2.3.1 - 6 – IMPOSTOS – UNIÃO – 2011 E 2010

IMPOSTOS	VALOR		% DO TOTAL	
	2011	2010	2011	2010
IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	73.011	63.785	22,0%	23,1%
Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	31.870	26.530	9,6%	9,6%
Imposto sobre as Demais Operações	31.864	26.524	9,6%	9,6%
Imposto sobre Comercialização do Ouro	6	5	0,0%	0,0%
Receita de Parcelamentos – IOF	0	1	0,0%	0,0%
Imposto sobre Produtos Industrializados	41.140	37.255	12,4%	13,5%
Imposto sobre os Produtos Industrializados do Fumo	3.746	3.705	1,1%	1,3%
Imposto sobre Produtos Industrializados – Simples Federal e Nacional	335	218	0,1%	0,1%
Imposto sobre Produtos Industrializados de Automóveis	7.147	5.786	2,2%	2,1%
Imposto sobre Produtos Industrializados de Bebidas	2.991	2.430	0,9%	0,9%
Imposto sobre Produtos Industrializados de Importação	13.717	11.259	4,1%	4,1%
Outros Produtos	13.183	13.833	4,0%	5,0%
Receita de Parcelamentos – Imposto sobre Produtos Industrializados	22	23	0,0%	0,0%
IMPOSTOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR	26.644	21.081	8,0%	7,6%
Imposto sobre a Exportação	41	44	0,0%	0,0%
Imposto sobre a Importação	26.603	21.037	8,0%	7,6%
IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	231.846	191.026	69,9%	69,2%
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	546	476	0,2%	0,2%
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	231.299	190.550	69,8%	69,1%
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – Simples Federal e Nacional	2.023	1.150	0,6%	0,4%
Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos de Capital	35.151	24.883	10,6%	9,0%
Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	58.824	49.465	17,7%	17,9%
Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	6.755	6.050	2,0%	2,2%
Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Remessa de Recursos ao Exterior	13.867	11.535	4,2%	4,2%
Pessoa Jurídica – Líquida de Incentivos	94.157	81.199	28,4%	29,4%
Pessoas Físicas	20.432	16.161	6,2%	5,9%
Receita de Parcelamentos – Imposto sobre a Renda – Pessoas Físicas	6	13	0,0%	0,0%
Receita de Parcelamentos – Imposto sobre a Renda – Pessoas Jurídicas	74	81	0,0%	0,0%
Receita de Parcelamentos – Imposto sobre a Renda Retido na Fonte	11	13	0,0%	0,0%
TOTAL	331.501	275.891	100,0%	100,0%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores Líquidos

Notas: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias.

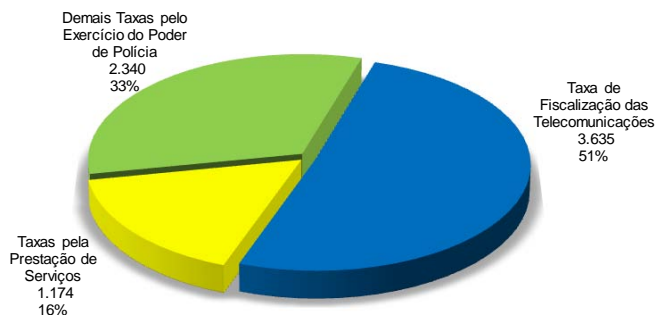
Pela Tabela 2.3.1 - 5, observa-se um acréscimo na arrecadação das três espécies de impostos federais. Houve decréscimo de arrecadação apenas no imposto de exportação, não tão significativo, que apresentou uma redução de R\$ 2,4 milhões. Explicações mais detalhadas sobre as variações na arrecadação podem ser encontradas no Item referente à Administração Tributária, constante desta Prestação de Contas Presidencial.

A arrecadação do Imposto de Renda ficou 21,4% superior em relação a 2010, com destaque para o IR retido na fonte sobre rendimentos de capital, que cresceu 41,3%. Observa-se, mais uma vez, a grande importância desse imposto para o financiamento dos gastos federais, uma vez que sua arrecadação representou 69,8% das Receitas de Impostos e 22,2% de todas as Receitas Correntes da União em 2010.

Taxas

As taxas classificam-se em dois grandes grupos: Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e Taxas pela Prestação de Serviços. A arrecadação das taxas apresentou crescimento em relação aos valores de 2010, tendo apresentado variação nominal de 20,7%. O montante arrecadado nessa origem totalizou R\$ 7.149 milhões – o que representa 2,1% da Receita Tributária. A arrecadação da Taxa de Fiscalização das Telecomunicações correspondeu a 50,8% de toda a arrecadação de taxas, e, por essa razão, essa rubrica encontra-se destacada na Figura a seguir.

ARRECAÇÃO LÍQUIDA DE TAXAS– 2011 - R\$ milhões

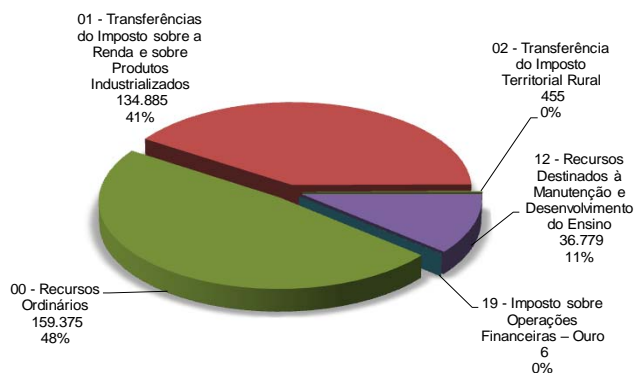


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

Destinação das Receitas Tributárias

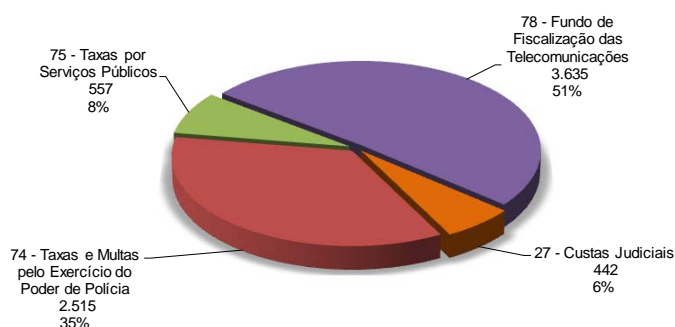
As Figuras a seguir demonstram a destinação dos recursos arrecadados a título de Receitas Tributárias. Na primeira Figura, em especial, observa-se que, apesar de ser vedada a vinculação das receitas de impostos a despesas específicas, as várias exceções estabelecidas na legislação vinculam aproximadamente a metade de todos os recursos oriundos da arrecadação de impostos. Esses recursos são destinados em sua maior parte a transferências obrigatórias para outras unidades da federação e a despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.

DESTINAÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS – IMPOSTOS – 2011 - R\$ milhões



Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

DESTINAÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS – TAXAS – 2011 - R\$ milhões



Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
 Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

Ainda no que diz respeito às destinações da receita tributária, é importante destacar que essa origem de receitas é responsável por 71,2% dos recursos ordinários, recursos não vinculados à disposição da Administração.

Receita de Contribuições

A arrecadação das Receitas de Contribuições líquidas respondeu pelo ingresso de R\$ 558.759 milhões (incluindo as receitas intraorçamentárias), equivalendo a 53,6% das Receitas Correntes e 45,5% de todas as receitas arrecadadas pela União em 2011, excetuando-se as operações de crédito para refinanciamento da dívida pública. Assim, essas receitas constituíram a principal fonte de recursos correntes da União, e sua arrecadação apresentou crescimento de 14,6% em relação ao exercício anterior, como evidenciado:

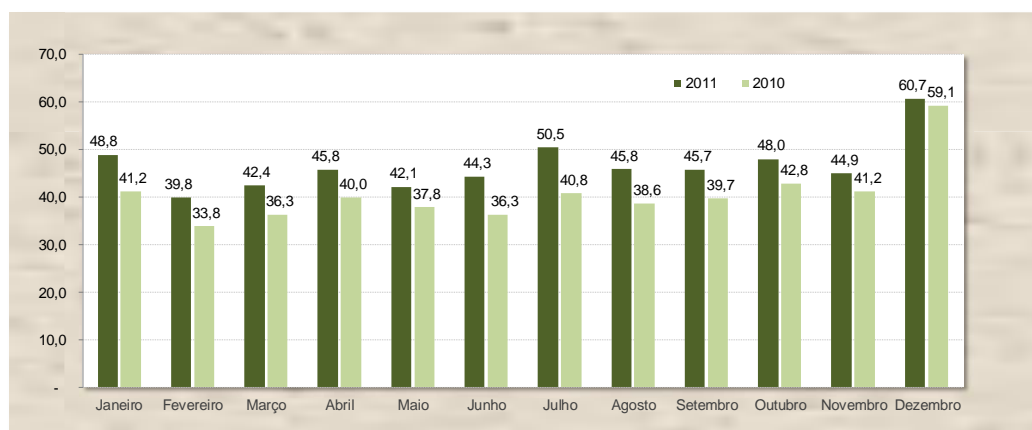
Tabela 2.3.1 - 7 – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DE CONTRIBUIÇÕES POR ESPÉCIE – 2011

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	VALOR		% DO TOTAL		R\$ milhões
	2011	2010	2011	2010	% 2011/2010
121 - Contribuições Sociais	529.789	461.902	94,8%	94,7%	14,7%
122 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	15.698	13.530	2,8%	2,8%	16,0%
721 - Contribuições Sociais	13.273	12.223	2,4%	2,5%	8,6%
722 - Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0	0	0,0%	0,0%	-3,8%
TOTAL	558.759	487.655	100,0%	100,0%	14,6%

Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

O Gráfico a seguir ilustra a arrecadação mensal líquida das receitas contribuições em 2011 e 2010.

ARRECADAÇÃO MENSAL DA RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES – 2011 E 2010 - R\$ bilhões



Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
 Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

As Receitas de Contribuições estruturaram-se em duas grandes espécies: Contribuições Sociais e Contribuições Econômicas, conforme demonstrado na tabela a seguir. A tabela também evidencia as receitas intraorçamentárias com Contribuições Sociais, em que se inserem os valores da Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público recolhidos pelos órgãos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social. Essa natureza da receita representou 88,5% de todas as receitas intraorçamentárias arrecadadas em 2011. As discriminações da Receita de Contribuições podem ser verificadas na tabela abaixo.

Tabela 2.3.1 - 8 – RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES – UNIÃO – 2011

RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	VALOR		% DO TOTAL		R\$ milhões
	2011	2010	2011	2010	2011/2010
Contribuições Sociais	529.789	461.902	94,8%	94,7%	14,7%
Contribuições Previdenciárias para o Regime Geral de Previdência Social	241.148	209.478	43,2%	43,0%	15,1%
Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social	158.167	138.636	28,3%	28,4%	14,1%
Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	56.964	45.200	10,2%	9,3%	26,0%
Contribuições para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP	41.154	40.008	7,4%	8,2%	2,9%
Contribuição Social do Salário-Educação	13.115	11.049	2,3%	2,3%	18,7%
Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	9.337	8.601	1,7%	1,8%	8,6%
Contribuições sobre a Receita de Concursos de Prognósticos	3.414	3.147	0,6%	0,6%	8,5%
Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador	2.658	2.406	0,5%	0,5%	10,5%
Contribuição para Custeio das Pensões Militares	2.025	1.869	0,4%	0,4%	8,4%
Contribuições Rurais	1.067	926	0,2%	0,2%	15,2%
Cota-Parte da Contribuição Sindical	442	367	0,1%	0,1%	20,4%
Contribuição para o Ensino Aeroviário	124	105	0,0%	0,0%	17,8%
Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	97	84	0,0%	0,0%	15,8%
Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	60	67	0,0%	0,0%	-11,7%
Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal	19	(0)	0,0%	0,0%	
Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira	(4)	(45)	0,0%	0,0%	-92,1%
Demais Contribuições Sociais*	2	5	0,0%	0,0%	-71,3%
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	15.698	13.530	2,8%	2,8%	16,0%
Contribuição Relativa às Atividades de Importação e Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante	8.941	7.758	1,6%	1,6%	15,2%
Cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	2.455	2.348	0,4%	0,5%	4,5%
Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia	1.507	1.211	0,3%	0,2%	24,4%
Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações	1.395	1.186	0,2%	0,2%	17,6%
Contribuição sobre a Receita das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica	826	656	0,1%	0,1%	25,9%
Contribuições para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização	357	212	0,1%	0,0%	67,9%
Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões	126	79	0,0%	0,0%	59,3%
Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	55	49	0,0%	0,0%	10,9%
Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia	32	20	0,0%	0,0%	56,7%
Demais Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico**	5	9	0,0%	0,0%	-49,7%
Contribuições Sociais Intraorçamentárias	13.273	12.223	2,4%	2,5%	8,6%
Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público	13.273	12.223	2,4%	2,5%	8,6%
Contribuições para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP	0	0	0,0%	0,0%	32,9%
Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas	(0)	0	0,0%	0,0%	-195,6%
TOTAL	558.759	487.655	100,0%	100,0%	14,6%

Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional

* Inclui: Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais, Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas, Outras Contribuições Sociais, Contribuição sobre Jogos de Bingo, Contribuição e Adicional para o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac

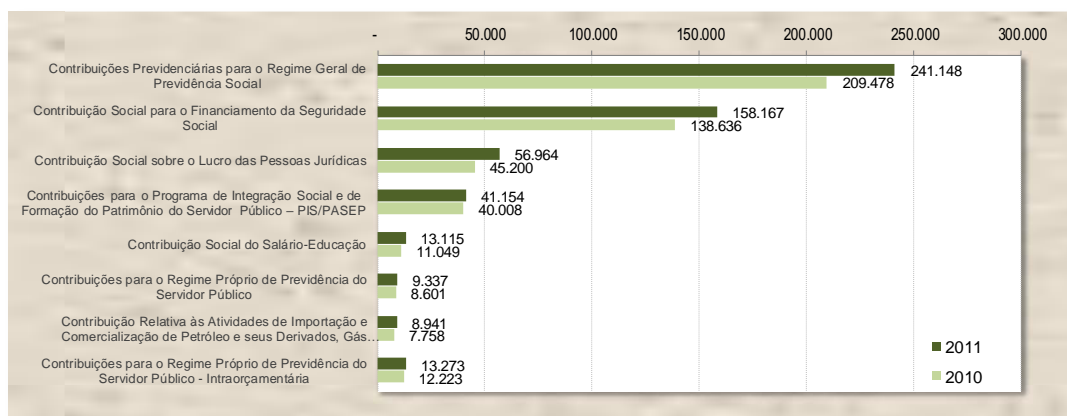
** Inclui: Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas, Contribuição para o Programa de Integração Nacional – PIN, Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste – Proterra, Outras Contribuições Econômicas, Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Intraorçamentária

Note-se que o valor negativo na rubrica “Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira” decorre da ocorrência de restituições dessas receitas, as quais se configuram como “deduções da receitas”, cujo montante é subtraído da arrecadação bruta no exercício para se obter a arrecadação líquida.

Uma vez que as Contribuições Sociais representam (considerando as receitas intraorçamentárias) 97,2% do total dessa origem, o seu crescimento de 14,5% foi essencialmente o responsável pelo crescimento das receitas de contribuições. Por outro lado, as Contribuições Econômicas aumentaram 16% em 2011

Cabe observar ainda que a soma dos valores arrecadados apenas com a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e com as Contribuições Previdenciárias para o RGPS é 17,9% superior ao total arrecadado em todas as Receitas Tributárias. A figura seguinte evidencia os montantes arrecadados das principais contribuições, em 2010 e 2009.

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES – 2011 E 2010 - R\$ milhões

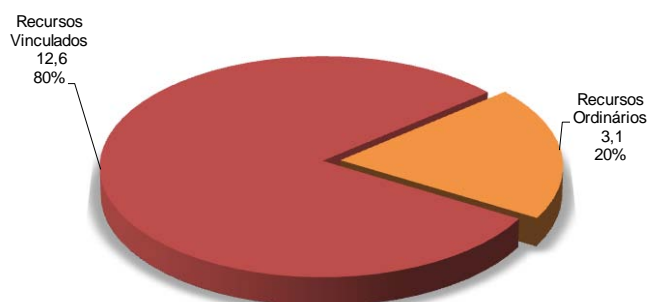


Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

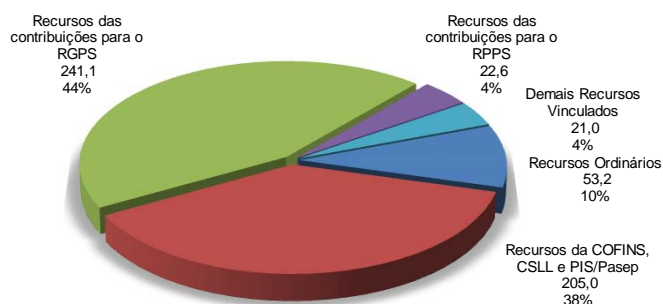
Destinação das Receitas de Contribuições

Ao contrário dos impostos, a arrecadação das receitas de contribuições é plenamente vinculada a fim específico. No entanto, com o advento da Desvinculação dos Recursos da União (DRU), uma parcela de 20% da arrecadação de algumas contribuições é desvinculada. As figuras seguintes ilustram a destinação dos recursos arrecadados nessa origem de receitas.

DESTINAÇÕES DAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS – 2011 - R\$ bilhões



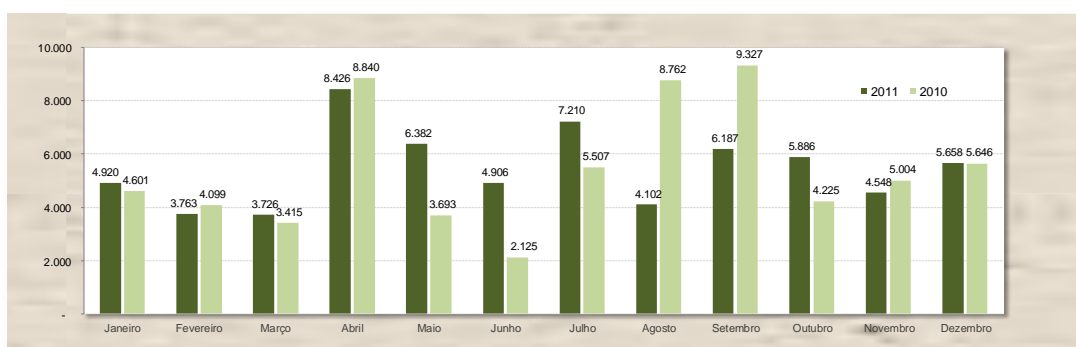
FORNTE – Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

DESTINAÇÕES DAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – 2011

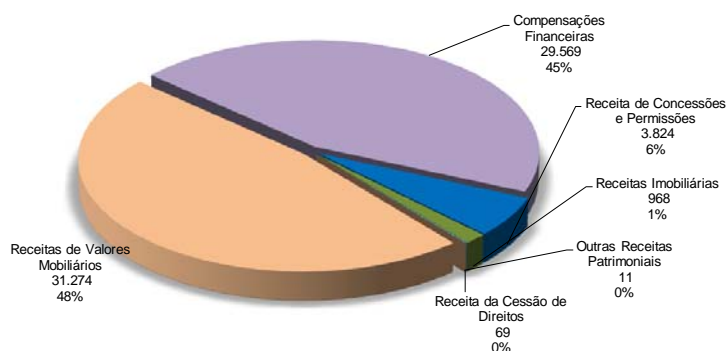
Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
 Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

Receitas Patrimoniais

As Receitas Patrimoniais somaram R\$ 65.714 milhões e participaram com 6,3% das Receitas Correntes (incluindo receitas intraorçamentárias). A arrecadação dessas receitas teve crescimento irrisório em relação a 2010. A comparação entre as arrecadações mensais em 2011 e 2010 dessa receita pode ser visualizada:

ARRECAÇÃO MENSAL DAS RECEITAS PATRIMONIAIS – 2010 E 2009 - R\$ milhões

Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
 Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS PATRIMONIAIS POR ESPÉCIE – 2011 - R\$ milhões

FORTE – Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
 Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

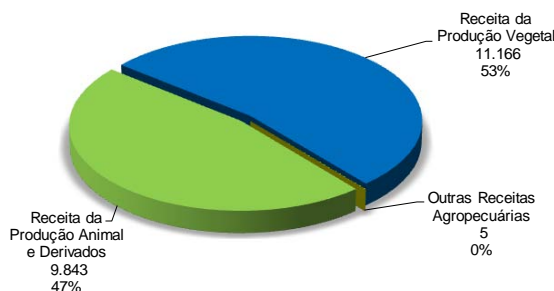
Importante destacar que, a despeito do crescimento praticamente nulo da arrecadação líquida das receitas patrimoniais em 2011, registrou-se crescimento em praticamente todas as suas espécies. A explicação para o crescimento nulo decorre do fato de em 2010 ter sido auferida receita eventual no valor de R\$ 6.991 milhões pela cessão onerosa à Petrobras do exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, em áreas não-concedidas localizadas no pré-sal, conforme autorização concedida pela Lei 12.276/ 2010. Observe-se que, nesse exercício, foi criada natureza de receita específica para o registro desses recursos arrecadados pela União.

Com um montante arrecadado de R\$ 19.959 milhões, os Dividendos corresponderam a 30,4% das Receitas Patrimoniais, integrando a espécie "Receitas de Valores Mobiliários". Também são relevantes nessa espécie os valores referentes a "Remuneração de Depósitos Bancários", num valor de R\$ 8.621 milhões. Entre as "Compensações Financeiras", a "Compensação Financeira com Participação Especial pela Produção de Petróleo ou Gás Natural", contribuiu com uma arrecadação de R\$ 12.640 milhões, valor 10,6% superior ao de 2010. Ao todo, as compensações financeiras relacionadas à produção de petróleo ou gás natural representaram 39,6% de todas as Receitas Patrimoniais, arrecadando o montante de R\$ 26.012 milhões.

Receitas Agropecuárias

As Receitas Agropecuárias somaram R\$ 21.014 mil, valor 3,4% superior à arrecadação do exercício anterior, mantendo uma tendência de pequenas variações de um exercício em relação ao anterior. Sua participação percentual no montante das receitas correntes é desprezível. Esses valores foram arrecadados em sua maior parte pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e por universidades e institutos federais (escolas agrotécnicas) do Ministério da Educação. Todos os recursos arrecadados foram destinados à fonte 50 – "Recursos Próprios não-Financeiros". Não se registraram receitas intraorçamentárias nessa origem. A figura abaixo ilustra a composição dessas receitas.

COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS – 2011 - R\$ milhares



Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Receitas Industriais

As Receitas Industriais somaram uma arrecadação de R\$ 731 milhões, integralmente classificados na espécie "Receitas da Indústria de Transformação". Seu detalhamento pode ser visualizado na tabela:

RECEITAS INDUSTRIAIS LÍQUIDAS – UNIÃO – 2011

RECEITAS INDUSTRIAIS	VALOR		% DO TOTAL		% 2011/2010
	2011	2010	2011	2010	
15 - Receita Industrial	562.500	603.608	76,9%	81,8%	-6,8%
Outras Receitas da Indústria de Transformação	1.995	1.077	0,3%	0,1%	85,3%
Receita da Indústria de Bebidas e Destilados	318	253	0,0%	0,0%	25,6%
Receita da Indústria de Produtos Alimentares	2.237	2.056	0,3%	0,3%	8,8%
Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários	77.890	77.229	10,7%	10,5%	0,9%
Receita da Indústria de Produtos Farmoquímicos	1.257	1.393	0,2%	0,2%	-9,7%
Receita da Indústria Editorial e Gráfica	49.271	43.485	6,7%	5,9%	13,3%
Receita da Indústria Mecânica	396.967	445.509	54,3%	60,4%	-10,9%
Receita da Indústria Química	32.565	32.606	4,5%	4,4%	-0,1%
75 - Receita Industrial Intraorçamentária	168.580	134.018	23,1%	18,2%	25,8%
Outras Receitas da Indústria de Transformação	2.567	1.061	0,4%	0,1%	142,0%
Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários	3.921	3.855	0,5%	0,5%	1,7%
Receita da Indústria de Produtos Farmoquímicos	19	13	0,0%	0,0%	51,8%
Receita da Indústria Editorial e Gráfica	101.003	109.356	13,8%	14,8%	-7,6%
Receita da Indústria Mecânica	61.069	19.734	8,4%	2,7%	209,5%
TOTAL	731.080	737.626	100,0%	100,0%	-0,9%

Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Apenas as Indústrias Nucleares Brasileiras – INB responderam por 56% das Receitas Industriais externas (que não são intraorçamentárias), com arrecadação de R\$ 315,3 milhões. Incluindo-se outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social relacionadas à energia nuclear (Nuclebras Equipamentos Pesados S/A e Comissão Nacional de Energia Nuclear), observa-se que o setor foi responsável por 83% das Receitas Industriais externas, auferindo R\$ 466,8 milhões.

Nota-se a importante participação das receitas intraorçamentárias no total das Receitas Industriais (23,1%). A maior parte desses valores se refere a receitas da “Indústria Editorial e Gráfica”, arrecadadas pela Imprensa Nacional e pela Gráfica do Senado Federal. Destaquem-se também as receitas intraorçamentárias da indústria mecânica, auferidas pela Indústria de Material Bélico do Brasil – Imbel (R\$ 61 milhões, ou 8,4% de todas as Receitas Patrimoniais), provenientes de pagamentos de unidades das Forças Armadas, especialmente para aquisição e manutenção de armamentos.

Assim como acontece com as Receitas Agropecuárias, todos os recursos arrecadados nessa origem em 2011 foram considerados recursos próprios (fonte “50”) das unidades que os arrecadaram.

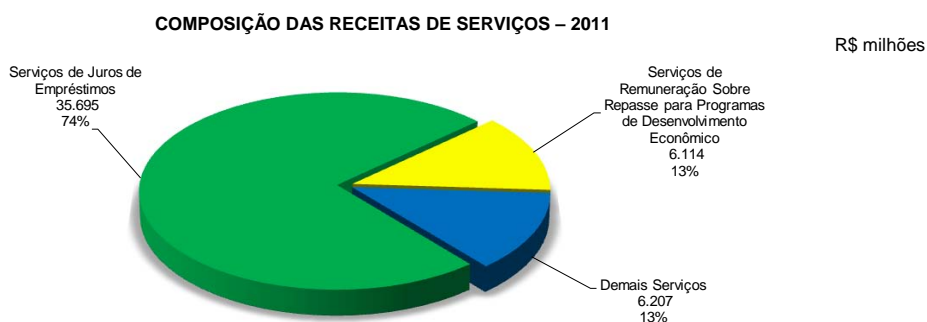
Receitas de Serviços

Com R\$ 48.016 milhões executados – o que corresponde a uma participação de 4,6% nas Receitas Correntes líquidas de deduções – as Receitas de Serviços cresceram 18,6% em relação a 2010.

Do total dessa origem, uma única natureza de receita foi responsável por 74,3% (R\$ 35.695 milhões): os Serviços de Juros de Empréstimos. Essa natureza, conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, registra “o valor total da arrecadação de receitas de serviços financeiros relativas ao resultado das taxas de juros aplicadas a empréstimos concedidos. Difere dos juros classificados na receita patrimonial por se tratar de receita operacional das instituições financeiras”.

Os valores se referem essencialmente aos pagamentos de juros efetuados por estados, municípios e o Distrito Federal ao Tesouro Nacional, decorrentes das operações de assunção de dívidas desses entes por parte da União. Esses recebimentos de juros alcançaram o valor de R\$ 22.877 milhões em 2011, ou 47,6% do total das receitas de serviços. Outros recebimentos de juros relevantes se referem a pagamentos efetuados pelo BNDES ao Tesouro Nacional decorrentes de contratos financeiros celebrados entre aquela entidade e a União. Em 2011, a STN recebeu R\$ 10.805 milhões do BNDES a título de pagamento de juros, o que representa 22,5% do total de receitas de serviços.

A composição dessa origem de receita em 2011 encontra-se sumarizada na figura:



FONTE – Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

Transferências Correntes

As Transferências Correntes somaram R\$ 450.679 mil, valor 67,4% superior ao do exercício anterior, especialmente em razão do aumento em Transferências de Convênios. A tabela abaixo detalha os valores arrecadados nessa origem.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – UNIÃO – 2011

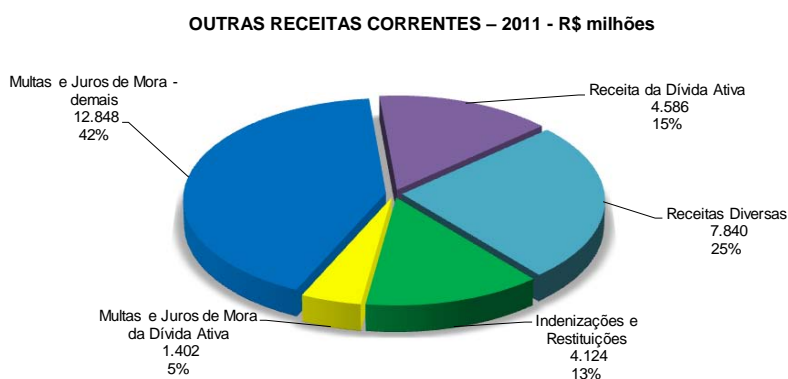
R\$ milhares

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	VALOR		% DO TOTAL		% 2011/2010
	2011	2010	2011	2010	
Transferências de Convênios	411.900	231.224	91,4%	85,9%	78,1%
Transferências de Instituições Privadas	24.324	16.357	5,4%	6,1%	48,7%
Transferências de Pessoas	508	581	0,1%	0,2%	-12,5%
Transferências do Exterior	13.705	19.970	3,0%	7,4%	-31,4%
Transferências Intergovernamentais	-	662	0,0%	0,2%	-100,0%
Transferências para o Combate à Fome	242	396	0,1%	0,1%	-38,9%
Total Geral	450.679	269.190	100,0%	100,0%	67,4%

Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Outras Receitas Correntes

As Outras Receitas Correntes somaram R\$ 30.800 milhões, valor 17% inferior ao de 2010. Essa origem representou 3% do total das Receitas Correntes. Essa origem contempla, entre outros, os recebimentos de multas, juros de mora e dívida ativa de tributos. A composição dessas receitas encontra-se na figura abaixo.



Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

Receita de Capital

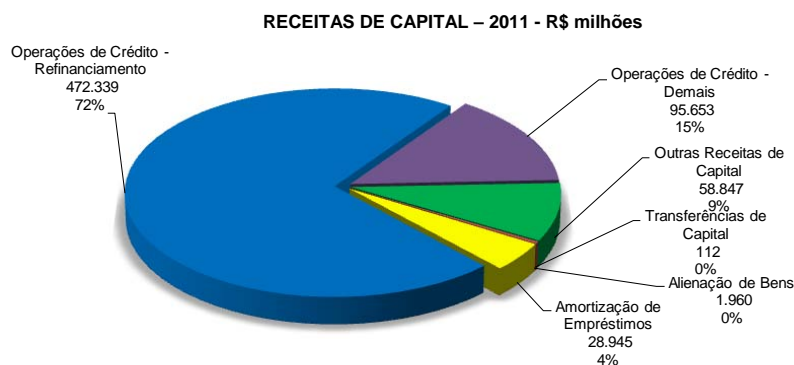
O total das Receitas de Capital respondeu por 38,7% das receitas orçamentárias líquidas contabilizadas em 2010. Essa participação percentual é ligeiramente inferior à observada em 2010, embora tenha havido um crescimento de 13,4% em relação ao exercício anterior. O crescimento se verificou em todas as origens dessa categoria econômica. A tabela e as figuras seguintes ilustram a distribuição da arrecadação nessa categoria econômica.

TABELA 2.3-8 – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA DAS RECEITAS DE CAPITAL – UNIÃO – 2011 E 2010

RECEITAS DE CAPITAL	VALOR		% DO TOTAL		%
	2011	2010	2011	2010	
Alienação de Bens	1.960	798	0,3%	0,1%	145,6%
Amortização de Empréstimos	28.945	24.799	4,4%	4,3%	16,7%
Operações de Crédito - Refinanciamento	472.339	371.530	71,8%	64,0%	27,1%
Operações de Crédito - Demais	95.653	130.758	14,5%	22,5%	-26,8%
Outras Receitas de Capital	58.847	52.180	8,9%	9,0%	12,8%
Transferências de Capital	112	101	0,0%	0,0%	10,0%
Total Geral	657.855	580.167	100,0%	100,0%	13,4%

Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

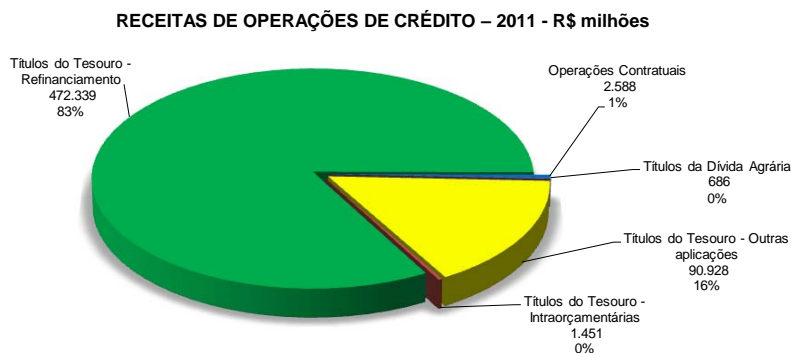


Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

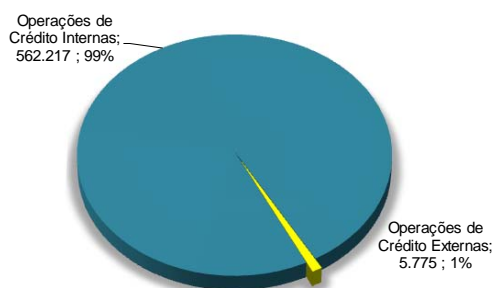
Operações de Crédito

O valor total das operações de crédito cresceu 13,7% em relação a 2010. Embora tenha havido um decréscimo na emissão de títulos para outras aplicações, houve um crescimento de 27,1% na emissão de títulos destinados ao refinanciamento da dívida pública, que corresponderam a 83,2% das receitas de operações de crédito em 2011, ou 27,8% de todas as receitas orçamentárias registradas nesse exercício. A figura abaixo demonstra a composição das receitas de operações de crédito em 2011.



Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Interessante observar o perfil das receitas de operações de crédito em relação a operações externas e internas. A figura a seguir ilustra a composição das operações sob essa ótica.

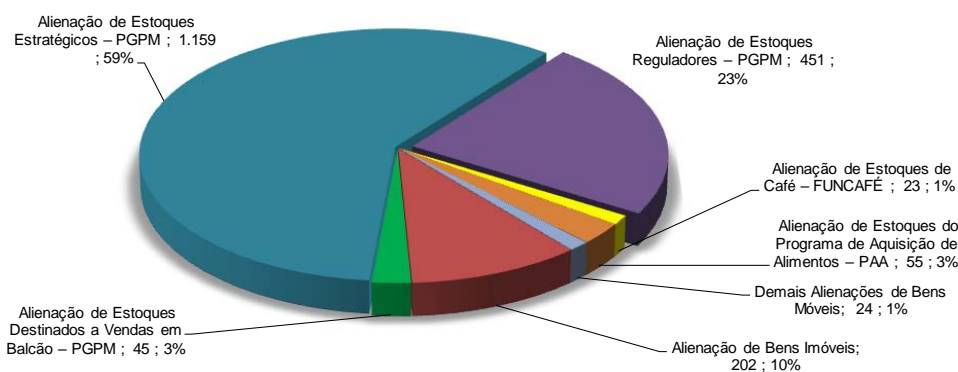


Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

Alienação de Bens

As Receitas de Alienações de Bens somaram R\$ 1.960 milhões, o que representa um aumento de 145,6% em relação a 2010, com participação percentual de apenas 0,3% no total das Receitas de Capital. Observou-se um relevante crescimento da participação das alienações de Bens Móveis no total dessa origem, passando de 75,2% do total, em 2010, para 89,7% do total, 2011. Isso se deve, principalmente, às receitas de alienações de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, que triplicaram em relação ao exercício anterior. A figura e a tabela abaixo demonstram a composição das receitas de alienação de bens em 2011.

RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS – 2011 - R\$ milhões



Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

TABELA 2.3-9 – ALIENAÇÕES DE BENS – UNIÃO – 2011

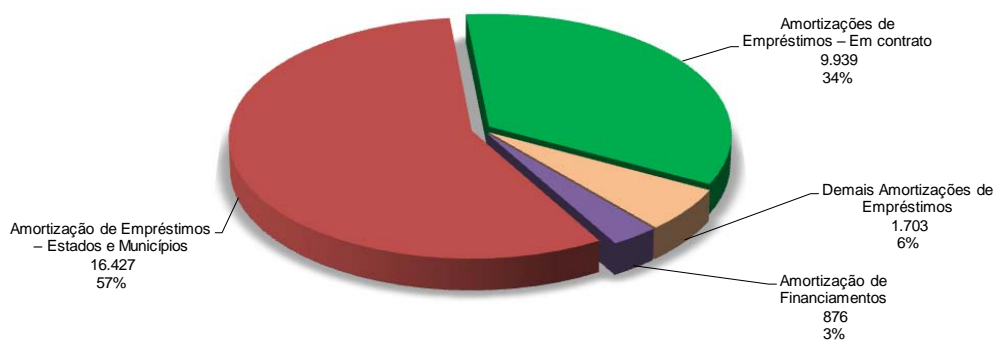
ALIENAÇÃO DE BENS	VALOR		% DO TOTAL		R\$ milhões
	2011	2010	2011	2010	% 2011/2010
Alienação de Bens Imóveis	202	198	10,3%	24,8%	2,2%
Alienação de Bens Imóveis de Domínio da União	75	71	3,8%	8,8%	5,7%
Alienação de Embarcações	0	-	0,0%	0,0%	
Alienação de Imóveis Rurais	5	3	0,3%	0,4%	73,2%
Alienação de Imóveis Rurais para Colonização e Reforma Agrária	29	24	1,5%	3,0%	19,8%
Alienação de Imóveis Urbanos	93	100	4,8%	12,5%	-6,7%
Alienação de Outros Bens Imóveis	(0)	(0)	0,0%	0,0%	-56,3%
Alienação de Bens Móveis	1.758	600	89,7%	75,2%	192,8%
Alienação de Animais Reprodutores e Matrizes	3	2	0,2%	0,3%	44,5%
Alienação de Equipamentos	2	2	0,1%	0,2%	16,1%
Alienação de Estoques	1.733	578	88,4%	72,5%	199,7%
Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM	1.655	537	84,5%	67,2%	208,5%
Alienação de Estoques Destinados a Vendas em Balcão – PGPM	45	92	2,3%	11,5%	-50,3%
Alienação de Estoques Estratégicos – PGPM	1.159	360	59,1%	45,1%	221,9%
Alienação de Estoques Reguladores – PGPM	451	85	23,0%	10,7%	430,3%
Alienação de Estoques de Café – FUNCAFÉ	23	0	1,2%	0,0%	42162,9%
Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos	55	42	2,8%	5,2%	30,7%
Alienação de Móveis e Utensílios	1	2	0,1%	0,2%	-48,5%
Alienação de Outros Bens Móveis	1	5	0,1%	0,6%	-77,3%
Alienação de Títulos Mobiliários	0	2	0,0%	0,3%	-100,0%
Alienação de Veículos	17	9	0,9%	1,2%	86,7%
TOTAL	1.960	798	100,0%	100,0%	145,6%

Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
 Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

Amortização de Empréstimos / Financiamentos

Nessa origem estão incluídos os recebimentos de amortizações decorrentes das operações de refinanciamento das dívidas dos Estados, Distrito Federal e Municípios (observe-se que os juros referentes a essa operações são registrados como receitas de serviços, como descrito anteriormente; nesta origem, registram-se os recebimentos do principal dos empréstimos concedidos). Tais recebimentos foram registrados na natureza de receita “Amortização de Empréstimos – Estados e Municípios”, que respondeu por 56,8% dos valores arrecadados nessa origem no exercício de 2011, conforme figura abaixo.

RECEITAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS – 2011 - R\$ milhões



Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos
 Nota: Estão incluídos os valores das receitas intraorçamentárias

Transferências de Capital

As Transferências de Capital somaram apenas R\$ 112 milhões em 2011, valor 10% superior ao de 2010. A tabela abaixo demonstra a composição dessas transferências.

TABELA 2.3-10 – TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL – UNIÃO – 2011

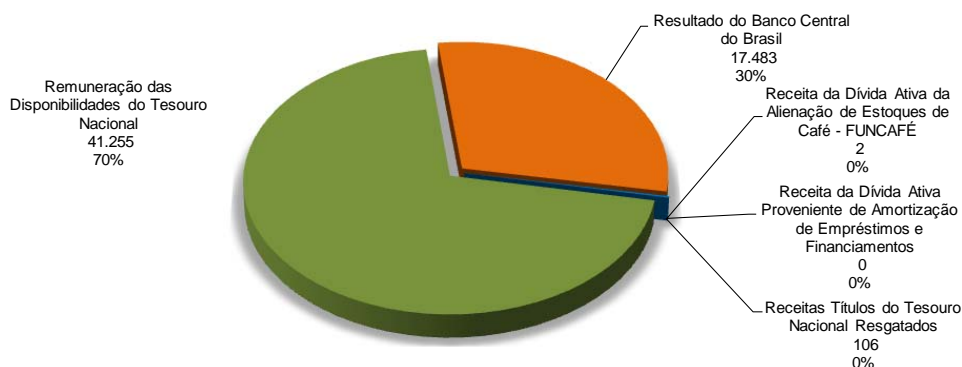
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	VALOR		% DO TOTAL		R\$ milhares
	2011	2010	2011	2010	% 2011/2010
Transferência de Outras Instituições Públicas	4.519	4.977	4,0%	4,9%	-9,2%
Transferências de Convênios	107.068	96.391	96,0%	95,0%	11,1%
<i>Transferência de Convênios da União e de suas Entidades</i>	62.446	74.280	56,0%	73,2%	-15,9%
<i>Transferências de Convênios de Instituições Privadas</i>	38.081	17.006	34,1%	16,8%	123,9%
<i>Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades</i>	3.221	734	2,9%	0,7%	338,6%
<i>Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades</i>	3.319	4.371	3,0%	4,3%	-24,1%
Transferências de Pessoas	-	44	0,0%	0,0%	-100,0%
TOTAL	111.586	101.412	100,0%	100,0%	10,0%

Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

Outras Receitas de Capital

As Outras Receitas de Capital apresentaram crescimento de 12,8%, com participação nas Receitas de Capital de 8,9%. Essa origem é composta, como ilustrado na figura seguinte, essencialmente (99,8%), de Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional e Resultado do Banco Central.

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL – 2011 - R\$ milhões



Fonte: Siafi /Secretaria do Tesouro Nacional – Valores líquidos

ANEXOS DA REALIZAÇÃO DA RECEITA - OFSS

Realização da Receita por Natureza da Receita
Realização da Receita Regionalizada por Origem - Corrente
Realização da Receita Regionalizada por Origem - Capital
Realização da Receita por Fontes de Recursos



TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA	EXERCÍCIO	MES
		2011	DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO	PÁGINA
		31/12/2011	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
ESPECIFICAÇÃO		ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
PREVISÃO ATUALIZADA		DEDUÇÕES	
1.034.447.004.397,00		(31.524.397.330,64)	4.833.536.567,63
1000.00.00 RECEITAS CORRENTES			
347.539.631.535,00		338.648.828.195,74	8.890.803.339,26
1100.00.00 RECEITA TRIBUTÁRIA			
341.050.584.195,00		331.500.736.972,84	9.549.847.222,16
1110.00.00 IMPOSTOS SOBRE O COMERCIO EXTERIOR			
22.988.768.806,00		26.644.493.091,24	(3.655.724.285,24)
1111.01.00 IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO			
22.942.571.607,00		26.603.011.709,49	(3.660.440.102,49)
1111.01.01 REC.DO PRINCIPAL DO IMPOSTO S/ A IMPORT.			
22.939.557.582,00		26.601.766.021,65	(3.662.208.439,65)
1111.01.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO IMPORTAÇÃO			
3.014.025,00		1.245.687,84	1.768.337,16
1111.02.00 IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO			
46.197.199,00		41.481.381,75	4.715.817,25
1111.02.01 REC. DO PRINCIPAL DO IMPOSTO S/ A EXPORTAÇÃO			
46.012.635,00		41.508.404,66	4.504.230,34
1111.02.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IMPOSTO EXPORTAÇÃO			
184.564,00		(27.022,91)	211.586,91
1112.00.00 IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA			
237.813.820.520,00		231.845.692.357,05	5.968.128.162,95
1112.01.00 IMPOSTO S/ PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL			
423.200.828,00		546.241.423,19	(123.040.595,19)
1112.01.01 ITR - MUNICIPIOS CONVENIADOS			
363.762.979,66		366.056.886,16	(366.056.886,16)
1112.01.02 ITR - MUNICIPIOS NÃO-CONVENIADOS			
182.499.723,48		180.184.537,03	243.016.290,97
1112.04.00 IMP.S/A RENDA E PROV.QUALQ.NAT.			
237.390.619.692,00		231.299.450.933,86	6.091.168.758,14
19.162.508.583,00		20.431.654.111,08	(1.269.145.528,08)
1112.04.10 PESSOAS FISICAS			
24.070.773,00		6.348.463,81	17.722.309,19
1112.04.11 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IRPF			
1112.04.21 PESSOAS JURIDICAS - LIQUIDA DE INCENTIVOS			
102.339.644.998,00		94.156.736.762,39	8.182.908.235,61
1112.04.22 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IRPJ			
349.607.428,00		73.860.653,78	275.746.774,22
1112.04.31 RETIDO NAS FONTES - TRABALHO			
61.321.744.063,00		58.824.422.246,69	2.497.321.816,31
1112.04.32 RETIDO NAS FONTES - CAPITAL			
33.454.893.626,00		1.438.159.280,09	(1.695.946.138,53)
1112.04.33 RETIDO NAS FONTES - REMESSA AO EXTERIOR			
13.656.080.380,00		356.619.483,33	(210.844.993,96)
1112.04.34 RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS			
7.015.479.101,00		(84.923.238,24)	260.773.764,35
1112.04.35 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IRRF			
66.590.740,00		10.516.629,36	56.074.110,64
1112.04.23 IRPJ - SIMPLES FEDERAL E NACIONAL			
80.247.994.869,00		(838.602,88)	(2.023.441.591,61)
1113.00.00 IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO			
48.400.233.977,00		73.010.551.524,55	7.237.443.344,45
1113.01.00 IMPOSTO S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI			
3.874.753.625,00		41.140.073.034,15	7.260.160.942,85
1113.01.01 IPI - PRODUTOS DO FUMO			
3.743.482.317,16		3.745.716.441,37	129.037.183,63
1113.01.02 IPI - BEBIDAS			
2.844.478.394,00		2.990.702.663,39	(146.224.269,39)
1113.01.03 IPI - VEICULOS			
6.988.371.162,00		7.146.786.233,04	(158.415.071,04)
1113.01.04 IPI - VINICULADOS A IMPORTACAO			
11.858.089.684,00		13.716.603.090,52	(1.858.513.406,52)
1113.01.09 IPI - OUTROS PRODUTOS			
22.681.223.610,00		13.182.699.033,76	9.498.524.576,24
1113.01.10 RECEITA DE PARCELAMENTOS - IPI			
153.317.502,00		22.404.295,41	130.913.206,59
1113.01.11 IPI - SIMPLES FEDERAL E NACIONAL			
335.219.744,98		335.161.276,66	(335.161.276,66)
1113.03.00 IMPOSTO S/OP.CRED.CAMB.SEG.OU REL.TIT.VAL.MOB			
31.847.760.892,00		31.870.478.490,40	(22.717.598,40)
1113.03.01 IOF - COMERCIALIZACAO DO OURO			
6.497.378,00		6.489.252,16	8.125,84
1113.03.02 IOF - DEVALIS OPERACOES			
31.832.663.008,00		31.863.687.470,92	(31.024.462,92)
1113.03.03 IOF - DEVALIS OPERACOES			
8.600.506,00		301.767,32	8.298.738,68
1120.00.00 TAXAS			
6.489.047.340,00		7.148.091.222,90	(659.043.882,90)
1121.00.00 TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA			
5.588.505.121,00		5.974.361.034,85	(385.855.913,85)
1121.02.00 TAXA DE FISCALIZACAO DAS TELECOMUNICACOES			
3.462.616.713,00		3.634.561.521,64	(171.944.808,64)
1121.02.01 TAXA DE FISCALIZACAO DE INSTALACAO			
1.174.493.180,00		1.097.045.332,10	77.447.847,90
1121.02.02 TAXA DE FISCALIZACAO DE FUNCIONAMENTO			
2.288.123.533,00		2.537.516.189,54	(249.392.656,54)
1121.03.00 TAXA DE FISCALIZACAO E FISCALIZ. DE PROD.QUIMICOS			
24.242.160,00		21.357.099,62	2.885.060,38
1121.03.01 TAXA DE FISCALIZACAO E FISCALIZ. DE PROD.QUIMICOS			
24.242.160,00		21.357.099,62	2.885.060,38
1121.04.00 TAXAS DO DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL			
40.136.238,00		48.694.221,36	(8.557.983,36)
1121.04.01 TX.DO DEPART. DE POLICIA FEDERAL - SEG.PRIVADA			
40.136.238,00		41.080.355,36	(944.117,36)
1121.04.02 TX.DO DEPART. DE POLICIA FED. - SIST.NAC.ARMAS			
7.676.219,91		7.613.866,00	(7.613.866,00)
1121.10.00 TX.LIC.,CONTR.,FISC.MAT.NUC.RADIATIVO INSTAL			
6.507.631,14		6.495.162,92	(1.395.381,92)
1121.10.00 TX.LIC.,CONTR.,FISC.MAT.NUC.RADIATIVO INSTAL			
6.507.631,14		6.495.162,92	(1.395.381,92)
1121.13.00 TAXA DE FISCALIZACAO PROD.CONTR.MIN.EXERCICIO			
22.038.657,00		18.076.969,63	3.961.687,37
1121.13.00 TAXA DE FISCALIZACAO PROD.CONTR.MIN.EXERCICIO			
22.038.657,00		18.076.969,63	3.961.687,37



TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA	EXERCÍCIO 2011	MES DEZEMBRO		
SUBTÍTULO		EMISSION 31/12/2011	PAGINA		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES		
			ARRECADAÇÃO LÍQUIDA		
			PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA		
1121.14.00 TAXA FISCAL MERC. TÍTULOS E VAL. IMOBILIÁRIOS	202.614.761,00	197.020.040,96	(626.576,16)	196.393.464,80	6.221.296,20
1121.14.00 TAXA FISCAL MERC. TÍTULOS E VAL. IMOBILIÁRIOS	202.614.761,00	197.020.040,96	(626.576,16)	196.393.464,80	6.221.296,20
1121.15.00 TAXA FISCAL MERC. SEG. CAP. PREVID. PRIV. ABERTA	92.443.969,00	138.154.297,61	(299.488,67)	137.854.808,94	(45.410.839,94)
1121.15.00 TAXA FISCAL MERC. SEG. CAP. PREVID. PRIV. ABERTA	92.443.969,00	138.154.297,61	(299.488,67)	137.854.808,94	(45.410.839,94)
1121.16.00 TAXA FISCAL. DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	420.351.463,00	464.761.739,18	(410.966,94)	464.350.772,24	(43.999.309,24)
1121.16.00 TAXA FISCAL. DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	420.351.463,00	464.761.739,18	(410.966,94)	464.350.772,24	(43.999.309,24)
1121.17.00 TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	338.547.192,00	332.032.986,59	(997.610,50)	331.035.376,09	7.511.815,91
1121.17.00 TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	338.547.192,00	332.032.986,59	(997.610,50)	331.035.376,09	7.511.815,91
1121.17.00 TAXA DE SAÚDE SUPLEMENTAR	74.537.319,00	86.006.619,80	(34.850,34)	85.971.769,46	(11.434.450,46)
1121.20.01 TAXA POR PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	69.098.896,00	74.338.654,84	(34.850,34)	74.303.804,50	(5.204.908,50)
1121.20.02 TAXA POR REGISTRO DE PRODUTO	2.628.102,00	2.432.010,97	-	2.432.010,97	196.091,03
1121.20.03 TAXA POR ALTERAÇÃO DE DADOS DE PRODUTO	1.775.443,00	8.096.858,50	-	8.096.858,50	(6.321.415,50)
1121.20.04 TAXA POR REGISTRO DE OPERADORA	127.582,00	89.000,00	-	89.000,00	38.582,00
1121.20.05 TAXA POR ALTERAÇÃO DE DADOS DE OPERADORA	313.468,00	485.547,32	-	485.547,32	(172.079,32)
1121.20.06 TAXA POR PEDIDO DE REAJ. DE CONTRAPR. PENCUNHAR	593.828,00	564.548,17	-	564.548,17	29.279,83
1121.21.00 TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	202.615.926,00	144.585.073,97	(940.549,63)	143.644.524,34	58.971.401,66
1121.21.00 TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	202.615.926,00	144.585.073,97	(940.549,63)	143.644.524,34	58.971.401,66
1121.22.00 TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - TSA	337.996.879,00	444.561.988,84	(32.953,87)	444.529.034,97	(106.532.155,97)
1121.22.00 TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - TSA	337.996.879,00	444.561.988,84	(32.953,87)	444.529.034,97	(106.532.155,97)
1121.24.00 TX DE FISCALIZ. S/ DISTRIB. GRAT. PREM. SORTEIO	6.243.203,00	5.403.425,36	(787.096,86)	4.616.328,50	1.626.874,50
1121.24.00 TX DE FISCALIZ. S/ DISTRIB. GRAT. PREM. SORTEIO	6.243.203,00	5.403.425,36	(787.096,86)	4.616.328,50	1.626.874,50
1121.11.00 TX FISCALIZ. E CONTR. DA PREV. COMPL. - TAFIC	36.000.000,00	42.598.151,86	(2.746.838,01)	39.851.313,85	(3.851.313,85)
1121.11.00 TX FISCALIZ. E CONTR. DA PREV. COMPL. - TAFIC	36.000.000,00	42.598.151,86	(2.746.838,01)	39.851.313,85	(3.851.313,85)
1121.05.00 TAXAS DECORRENTES DE SERVIÇOS DE MIGRAÇÃO	323.020.860,00	398.199.219,90	(1.270.553,41)	396.928.666,49	(73.907.806,49)
1121.05.00 TAXAS DECORRENTES DE SERVIÇOS DE MIGRAÇÃO	323.020.860,00	398.199.219,90	(1.270.553,41)	396.928.666,49	(73.907.806,49)
1122.00.00 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	900.542.219,00	1.180.013.718,65	(6.283.530,60)	1.173.730.188,05	(273.187.969,05)
1122.01.00 ENOLUMENTOS CONSULARES	170.208.198,00	161.510.992,69	-	161.510.992,69	8.697.205,31
1122.01.00 ENOLUMENTOS CONSULARES	170.208.198,00	161.510.992,69	-	161.510.992,69	8.697.205,31
1122.02.00 TX PEDIDO VISTO EM CONTRATO TRAB. ESTRANGEIRO	899.349,00	1.371.991,16	(101,58)	1.371.889,58	(472.540,58)
1122.02.00 TX PEDIDO VISTO EM CONTRATO TRAB. ESTRANGEIRO	899.349,00	1.371.991,16	(101,58)	1.371.889,58	(472.540,58)
1122.03.00 TX SIST. CONTR. ARREC. ADIC. FRETE REN MAR MERC.	18.848.258,00	21.491.759,78	-	21.491.759,78	(2.643.501,78)
1122.03.00 TX SIST. CONTR. ARREC. ADIC. FRETE REN MAR MERC.	18.848.258,00	21.491.759,78	-	21.491.759,78	(2.643.501,78)
1122.04.00 TAXA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	32.978.022,00	25.975.599,50	(577.785,00)	25.397.814,50	7.580.207,50
1122.04.00 TAXA DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	32.978.022,00	25.975.599,50	(577.785,00)	25.397.814,50	7.580.207,50
1122.07.00 ENOLUMENTOS E CUSTAS DA JUSTIÇA DO DF	22.616.750,00	17.497.983,49	-	17.497.983,49	5.118.766,51
1122.07.00 ENOLUMENTOS E CUSTAS DA JUSTIÇA DO DF	22.616.750,00	17.497.983,49	-	17.497.983,49	5.118.766,51
1122.08.00 ENOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	437.084.144,00	429.671.485,22	(5.626.189,17)	424.045.296,05	13.038.847,95
1122.08.00 ENOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	437.084.144,00	429.671.485,22	(5.626.189,17)	424.045.296,05	13.038.847,95
1122.11.00 TX UTIL. SISTEMA INT. COM EXTER. -SISCOMEX	141.015.889,00	443.449.082,05	(31.538,17)	443.417.543,88	(302.401.654,88)
1122.11.00 TX UTIL. SISTEMA INT. COM EXTER. -SISCOMEX	141.015.889,00	443.449.082,05	(31.538,17)	443.417.543,88	(302.401.654,88)
1122.12.00 ENOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRAT.	32.800.452,00	35.367.525,70	(45.000,00)	35.322.525,70	(2.522.073,70)
1122.12.00 ENOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRAT.	32.800.452,00	35.367.525,70	(45.000,00)	35.322.525,70	(2.522.073,70)
1122.15.00 TAXA MILITAR	2.622.844,00	2.906.123,08	-	2.906.123,08	(283.279,08)
1122.15.00 TAXA MILITAR	2.622.844,00	2.906.123,08	-	2.906.123,08	(283.279,08)
1122.19.00 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS	3.559.336,00	3.852.402,47	(788,48)	3.851.613,99	(292.277,99)
1122.19.00 TAXA DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS VEGETAIS	3.559.336,00	3.852.402,47	(788,48)	3.851.613,99	(292.277,99)
1122.21.00 TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS	33.344.504,00	8.464.251,96	-	8.464.251,96	24.880.252,04
1122.21.00 TAXAS DE SERVIÇOS CADASTRAIS	33.344.504,00	8.464.251,96	-	8.464.251,96	24.880.252,04
1122.99.00 OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.576.495,00	14.966.631,44	(343,20)	14.966.288,24	(11.389.793,24)
1122.99.00 OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.576.495,00	14.966.631,44	(343,20)	14.966.288,24	(11.389.793,24)
1122.06.00 TAXA JUDICIÁRIA DA JUSTIÇA DO DISTR. FEDERAL	-	7.960,01	-	7.960,01	(7.960,01)
1122.06.00 TAXA JUDICIÁRIA DA JUSTIÇA DO DISTR. FEDERAL	-	7.960,01	-	7.960,01	(7.960,01)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA	EXERCÍCIO	MES		
		2011	DEZEMBRO		
SUBTÍTULO		EMISSAO	PAGINA		
		31/12/2011			
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
ESPECIFICAÇÃO		ARRECAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECAÇÃO LÍQUIDA
1122.22.00 TAXA DE SERVIÇOS DE PESCA E AQUICULTURA		13.479.930,10	(1.785,00)	13.478.145,10	(12.490.167,10)
1122.22.00 TAXA DE SERVIÇOS DE PESCA E AQUICULTURA		987.978,00	(1.785,00)	13.479.930,10	(12.490.167,10)
1200.00.00 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		543.187.908.538,51	2.298.693.053,19	545.486.601.591,70	(8.339.737.259,70)
1210.00.00 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		527.562.600.775,24	2.226.392.833,32	529.788.993.608,56	(7.465.988.010,56)
1210.00.00 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		522.323.005.598,00	2.226.392.833,32	529.788.993.608,56	(7.465.988.010,56)
1210.01.00 CONTRIBUIÇÕES PARA FINANÇ. SEGURIDADE SOCIAL		154.377.431.212,00	2.796.583.677,26	155.370.180.785,62	(3.789.333.250,88)
1210.01.00 CONTRIBUIÇÕES PARA FINANÇ. SEGURIDADE SOCIAL		154.377.431.212,00	2.796.583.677,26	155.370.180.785,62	(3.789.333.250,88)
1210.01.01 REC.DO PRINCIPAL DA CONTR. P.FIN. SEG. SOCIAL		153.406.605.128,00	2.796.583.677,26	157.988.158.775,07	(4.581.553.647,07)
1210.01.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - COFINS		970.826.084,00	-	178.605.687,81	792.220.396,19
1210.02.00 CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		11.904.225.933,00	(135.220.062,28)	13.115.381.982,62	(1.211.156.049,62)
1210.02.00 CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO		11.904.225.933,00	(135.220.062,28)	13.115.381.982,62	(1.211.156.049,62)
1210.04.00 COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		585.486.913,00	(65,81)	441.986.786,49	143.500.126,51
1210.04.00 COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL		585.486.913,00	(65,81)	441.986.786,49	143.500.126,51
1210.05.00 CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO AEROMARÍTIMO		106.757.813,00	(4.485.831,05)	123.680.949,13	(16.923.136,13)
1210.05.00 CONTRIBUIÇÃO PARA O ENSINO AEROMARÍTIMO		106.757.813,00	(4.485.831,05)	123.680.949,13	(16.923.136,13)
1210.06.00 CONTRIBUIÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO PROFIS.MARÍTIMO		83.489.495,00	(3.508.022,00)	96.791.942,86	(13.302.447,86)
1210.06.00 CONTRIBUIÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO PROFIS.MARÍTIMO		83.489.495,00	(3.508.022,00)	96.791.942,86	(13.302.447,86)
1210.09.00 CONTRIBUIÇÃO S/ARREC.FUNDOS INVEST.REGIONAIS		1.937.771,00	-	1.302.530,82	3.635.240,18
1210.09.00 CONTRIBUIÇÃO S/ARREC.FUNDOS INVEST.REGIONAIS		1.937.771,00	-	1.302.530,82	3.635.240,18
1210.13.00 CONTRIB.PROVIS.MOV.TR.VLR.CR.DIR.NAT.FIN.		-	(70.743.222,45)	(3.552.691,44)	3.552.691,44
1210.13.00 CONTRIB.PROVIS.MOV.TR.VLR.CR.DIR.NAT.FIN.		-	(70.743.222,45)	(3.552.691,44)	3.552.691,44
1210.13.01 REC.DO PRINCIPAL DA CONTR. S/ MOV. FINANCEIRA		-	(70.743.222,45)	(20.209.384,64)	20.209.384,64
1210.13.01 REC.DO PRINCIPAL DA CONTR. S/ MOV. FINANCEIRA		-	(70.743.222,45)	(20.209.384,64)	20.209.384,64
1210.13.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - CMF		-	(16,00)	16.656.693,20	(16.656.693,20)
1210.13.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - CMF		-	(16,00)	16.656.693,20	(16.656.693,20)
1210.15.00 CONTRIB PARA CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES		1.911.004.961,00	2.025.441.022,72	2.025.441.006,72	(114.436.045,72)
1210.15.00 CONTRIB PARA CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES		1.911.004.961,00	2.025.441.022,72	2.025.441.006,72	(114.436.045,72)
1210.17.00 CONT.S/REC. SORTEIOS REALIZ. P/ ENT. FILANTR.		278.766,00	(1.575,77)	191.043,86	87.722,14
1210.17.00 CONT.S/REC. SORTEIOS REALIZ. P/ ENT. FILANTR.		278.766,00	(1.575,77)	191.043,86	87.722,14
1210.18.00 CONTRIBUIÇÕES S/ RECEITA CONCURSO PROGNOSTICO		2.701.300.918,00	(19.753,21)	3.413.736.124,73	(712.435.206,73)
1210.18.00 CONTRIBUIÇÕES S/ RECEITA CONCURSO PROGNOSTICO		2.701.300.918,00	(19.753,21)	3.413.736.124,73	(712.435.206,73)
1210.18.01 CONTRIBUIÇÃO S/RECEITA DA LOTERIA FEDERAL		54.563.814,00	54.093.412,33	54.093.412,33	470.401,67
1210.18.01 CONTRIBUIÇÃO S/RECEITA DA LOTERIA FEDERAL		54.563.814,00	54.093.412,33	54.093.412,33	470.401,67
1210.18.02 CONTRIBUIÇÃO S/RECEITA LOTERIA ESPORTIVA		36.597.136,00	27.738.999,94	27.738.999,94	8.858.136,06
1210.18.02 CONTRIBUIÇÃO S/RECEITA LOTERIA ESPORTIVA		36.597.136,00	27.738.999,94	27.738.999,94	8.858.136,06
1210.18.04 CONTRIBUIÇÃO S/RECEITA LOTERIAS DE NÚMEROS		2.406.000.426,00	3.082.215.109,57	3.082.215.109,57	(676.214.683,57)
1210.18.04 CONTRIBUIÇÃO S/RECEITA LOTERIAS DE NÚMEROS		2.406.000.426,00	3.082.215.109,57	3.082.215.109,57	(676.214.683,57)
1210.18.05 CONTRIBUIÇÃO S/RECEITA LOTERIA INSTANTANEA		45.341.282,00	51.371.124,01	51.371.124,01	(6.029.842,01)
1210.18.05 CONTRIBUIÇÃO S/RECEITA LOTERIA INSTANTANEA		45.341.282,00	51.371.124,01	51.371.124,01	(6.029.842,01)
1210.18.06 PRÊMIOS PRESCRITOS DE LOTERIAS FEDERAIS		135.846.647,00	177.059.524,53	177.059.524,53	(41.212.877,53)
1210.18.06 PRÊMIOS PRESCRITOS DE LOTERIAS FEDERAIS		135.846.647,00	177.059.524,53	177.059.524,53	(41.212.877,53)
1210.18.08 CONTR.S/REC.CONC.PROG.DEST.PRAT.DESP-MOD.FUTE		17.409.495,00	(10.353,21)	15.689.873,31	1.719.621,69
1210.18.08 CONTR.S/REC.CONC.PROG.DEST.PRAT.DESP-MOD.FUTE		17.409.495,00	(10.353,21)	15.689.873,31	1.719.621,69
1210.18.09 OUTROS PRÊMIOS PRESCRITOS		5.542.118,00	(9.400,00)	5.568.081,04	(25.963,04)
1210.18.09 OUTROS PRÊMIOS PRESCRITOS		5.542.118,00	(9.400,00)	5.568.081,04	(25.963,04)
1210.29.00 CONTRIB. REGIME PRÓPRIO PREVID. SERV. PÚBLICO		9.736.552.820,00	(453.335,21)	9.337.258.665,14	399.294.154,86
1210.29.00 CONTRIB. REGIME PRÓPRIO PREVID. SERV. PÚBLICO		9.736.552.820,00	(453.335,21)	9.337.258.665,14	399.294.154,86
1210.29.01 CONTRIB. PATRONAL DE SERVIDOR AT.CIVIL - RPPS		-	99.725,40	46.111.794,38	(46.111.794,38)
1210.29.01 CONTRIB. PATRONAL DE SERVIDOR AT.CIVIL - RPPS		-	99.725,40	46.111.794,38	(46.111.794,38)
1210.29.09 CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR INATIVO CIVIL - RPPS		1.555.994.660,00	380.910,31	1.665.529.914,92	(109.535.254,92)
1210.29.09 CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR INATIVO CIVIL - RPPS		1.555.994.660,00	380.910,31	1.665.529.914,92	(109.535.254,92)
1210.29.11 CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA CIVIL - RPPS		520.672.785,00	(415.849,82)	536.175.219,46	(15.502.434,46)
1210.29.11 CONTRIBUIÇÃO DE PENSIONISTA CIVIL - RPPS		520.672.785,00	(415.849,82)	536.175.219,46	(15.502.434,46)
1210.29.07 CONTR. DO SERV. ATIVO CIVIL P/ REGIME PRÓPRIO		7.221.945.928,00	(132.151,45)	6.928.909.666,81	293.036.261,19
1210.29.07 CONTR. DO SERV. ATIVO CIVIL P/ REGIME PRÓPRIO		7.221.945.928,00	(132.151,45)	6.928.909.666,81	293.036.261,19
1210.29.17 CONTR. SERV.ATIVO CIVIL-PAGO SENT. JUDICIAIS		277.237.533,00	(114.399,07)	109.473.453,15	167.764.079,85
1210.29.17 CONTR. SERV.ATIVO CIVIL-PAGO SENT. JUDICIAIS		277.237.533,00	(114.399,07)	109.473.453,15	167.764.079,85
1210.29.18 CONTR. SERV. INAT. CIVIL - PAGTO SENT. JUDICIAIS		133.595.590,00	(70.311,70)	38.419.995,43	95.175.594,57
1210.29.18 CONTR. SERV. INAT. CIVIL - PAGTO SENT. JUDICIAIS		133.595.590,00	(70.311,70)	38.419.995,43	95.175.594,57
1210.29.19 CONTR. PENSIONISTA CIVIL-PAGO SENT. JUDICIAIS		27.106.324,00	(201.258,88)	12.638.620,99	14.467.703,01
1210.29.19 CONTR. PENSIONISTA CIVIL-PAGO SENT. JUDICIAIS		27.106.324,00	(201.258,88)	12.638.620,99	14.467.703,01
1210.30.00 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS P/O RGPS		236.740.270.353,00	(1.122.755.581,35)	241.148.094.047,91	(4.407.823.694,91)
1210.30.00 CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS P/O RGPS		236.740.270.353,00	(1.122.755.581,35)	241.148.094.047,91	(4.407.823.694,91)
1210.30.01 CONTRIB. PREV. SEGURADO OBRIG. - CONTR. INDIV.		3.509.786.151,00	(15.024.768,24)	4.558.043.815,08	(1.048.257.664,08)
1210.30.01 CONTRIB. PREV. SEGURADO OBRIG. - CONTR. INDIV.		3.509.786.151,00	(15.024.768,24)	4.558.043.815,08	(1.048.257.664,08)
1210.30.02 CONTRIBUIÇÕES DO SEGURADO - ASSALARIADO		47.557.133.498,00	(5.457.898,20)	47.902.561.069,61	(345.427.571,61)
1210.30.02 CONTRIBUIÇÕES DO SEGURADO - ASSALARIADO		47.557.133.498,00	(5.457.898,20)	47.902.561.069,61	(345.427.571,61)
1210.30.03 CONTRIB. DE EMPRESAS S/SEGURADOS ASSALARIADOS		92.276.484.981,00	(1.106.961,95)	95.383.301.227,76	(3.106.816.246,76)
1210.30.03 CONTRIB. DE EMPRESAS S/SEGURADOS ASSALARIADOS		92.276.484.981,00	(1.106.961,95)	95.383.301.227,76	(3.106.816.246,76)
1210.30.04 SIMPLES		17.003.699.522,00	(1.106.961,95)	20.038.447.551,21	(3.034.748.029,21)
1210.30.04 SIMPLES		17.003.699.522,00	(1.106.961,95)	20.038.447.551,21	(3.034.748.029,21)
1210.30.05 EMPRESAS - ESPETÁCULOS ESPORTIVOS		62.758.764,00	(24.684,08)	100.692.709,14	(37.933.945,14)
1210.30.05 EMPRESAS - ESPETÁCULOS ESPORTIVOS		62.758.764,00	(24.684,08)	100.692.709,14	(37.933.945,14)
1210.30.06 CONTRIBUIÇÃO SOBRE PRODUÇÃO RURAL		2.974.405.634,00	(2.678.675,61)	2.945.565.870,91	28.939.763,09
1210.30.06 CONTRIBUIÇÃO SOBRE PRODUÇÃO RURAL		2.974.405.634,00	(2.678.675,61)	2.945.565.870,91	28.939.763,09
1210.30.07 CONTR. PREV.REG.PARCELAMENTO DE DÉBITOS - RGPS		3.542.326.284,00	(9.504.315,24)	5.466.415.986,68	(1.924.089.702,68)
1210.30.07 CONTR. PREV.REG.PARCELAMENTO DE DÉBITOS - RGPS		3.542.326.284,00	(9.504.315,24)	5.466.415.986,68	(1.924.089.702,68)
1210.30.08 SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO		12.196.483.962,00	(143.994,61)	13.591.221.513,00	(1.394.737.551,00)
1210.30.08 SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO		12.196.483.962,00	(143.994,61)	13.591.221.513,00	(1.394.737.551,00)
1210.30.09 RECLAMATÓRIA TRABALHISTA		6.991.971.227,00	(4.071.839,68)	1.999.947.345,07	4.992.023.881,93
1210.30.09 RECLAMATÓRIA TRABALHISTA		6.991.971.227,00	(4.071.839,68)	1.999.947.345,07	4.992.023.881,93
1210.30.10 CONTRIB. DÉBITOS / PARCELAMENTOS - MUNICÍPIOS		-	(4.186.414,66)	-	-
1210.30.10 CONTRIB. DÉBITOS / PARCELAMENTOS - MUNICÍPIOS		-	(4.186.414,66)	-	-



TÍTULO		REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO				2011		DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO		PÁGINA	
ESPECIFICAÇÃO		PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	
1210.30.11 CONTRIBUAÇÃO PREVID. SEGURADO OBRIG. -EMPRESAR.		797.239.639,00	461.653,01	(461.653,01)	-	-	
1210.30.12 CONTRIBUAÇÃO PREVID. DO SEGURADO FACULTATIVO		7.895.003,00	1.000.343.664,80	(1.693.103,95)	998.650.560,85	(201.410.921,85)	
1210.30.13 CONTRIBUAÇÃO PREVID. DO SEGURADO ESPECIAL		2.559.148.646,00	7.243.248,12	(41.005,79)	7.202.242,33	692.760,67	
1210.30.15 CONTRIB. PREV. DOS ORGAOS DO PODER PUBLICO		19.439.108.024,00	2.376.507.700,75	(340.460,49)	2.376.167.240,26	182.981.405,74	
1210.30.16 CONTRIB. PREV. DAS ENTIDADES FILANTROPICAS		2.210.650.485,00	20.450.702.942,64	(16.441.725,02)	20.434.261.217,62	(995.153.193,62)	
1210.30.17 CONTRIB. PREV. -RET. S/NOTA FISCAL - SUBROGACAO		17.876.496.293,00	2.139.171.201,39	(1.432.623,31)	2.137.744.578,08	72.905.906,92	
1210.30.18 ARRECADACAO FIES-CERTIFICADOS FINAN. TES.NAC.		812.020.769,00	19.856.425.481,88	(137.847.122,08)	19.718.578.359,80	(1.842.082.066,80)	
1210.30.21 CONTR. PREV.NA FORMA DE DEP. JUD. REC. E CUSTAS		4.038.751.691,00	416.795.126,45	(4.308,20)	416.790.818,25	395.229.950,75	
1210.30.22 CONTRIB. PREVID. DAS COOP. TRAB. DESC. COOPERADO		2.883.835.100,00	2.232.039.022,92	(858.227.161,87)	1.373.811.861,05	2.664.939.829,95	
1210.30.23 RECEITA DE PARC. - CONTR. EMP/ TRAB. SEG. SOCIAL		-	28.217,84	(28.217,84)	1.698.490.707,28	1.185.344.392,72	
1210.30.29 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIARIAS		-	1.698.497.745,10	(7.037,82)	184.522,40	(184.522,40)	
1210.30.20 CERTIFICADOS DA DIVIDA PUBLICA - CDP		74.680,00	39.369.530,47	(39.185.008,07)	-	74.680,00	
1210.30.24 CONTR. PREV. EMPRESA S/ SEGURADO S/REC. BRUTA		-	-	-	14.851,53	(14.851,53)	
1210.32.00 CONTRIBUIÇÕES INDUSTRIAIS RURAIS		1.145.450.469,00	14.851,53	-	14.851,53	78.682.764,35	
1210.32.01 CONTRIBUAÇÃO INDUSTRIAL RURAL		229.090.069,00	1.105.399.954,95	(38.632.250,30)	1.066.767.704,65	15.560.141,84	
1210.32.03 ADICIONAL A CONTRIBUAÇÃO PREVIDENCIARIA		976.360.400,00	221.220.209,98	(7.690.282,82)	213.529.927,16	63.122.622,51	
1210.37.00 CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP		39.804.498.427,00	884.179.744,97	(30.941.967,48)	853.237.777,49	(1.349.167.182,03)	
1210.37.01 REC. DO PRINCIPAL DAS CONTR. P/ O PIS/PASEP		39.608.543.642,00	41.006.591.431,33	147.074.177,70	41.153.665.609,03	(1.506.763.385,62)	
1210.37.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - PIS/PASEP		195.934.785,00	40.968.024.405,50	147.282.622,12	41.115.307.027,62	3.433.475.599,79	
1210.38.00 CONTRIB. SOCIAL S/ LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS		60.397.790.048,00	38.567.025,83	(208.444,42)	38.358.581,41	157.596.203,59	
1210.38.01 REC. DO PRINCIPAL DA CONTRIB. S/LUCRO PJ		60.225.662.794,00	56.305.756.912,10	658.557.536,11	56.964.314.448,21	3.295.980.345,54	
1210.38.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - C/SSL PJ		172.127.254,00	56.271.124.912,35	658.557.536,11	56.929.682.448,46	137.495.254,25	
1210.45.00 CONTRIBUAÇÃO SOBRE JOGOS DE BINGO		-	34.631.999,75	-	34.631.999,75	(664,38)	
1210.47.00 CONTRIBUAÇÃO SOBRE JOGOS DE BINGO		-	664,38	-	664,38	(664,38)	
1210.47.00 CONTR. REL.A DESP.D. EMPREG. S/ JUSTA CAUSA		2.802.699.877,00	59.538.558,07	-	59.538.558,07	2.743.161.318,93	
1210.47.00 CONTR. REL.A DESP.D. EMPREG. S/ JUSTA CAUSA		2.802.699.877,00	59.538.558,07	-	59.538.558,07	2.743.161.318,93	
1210.48.00 CONTR. SOBRE REMUNERACAO DEVIDA AO TRABALH.		-	2.658.323.679,98	-	2.658.323.679,98	(2.658.323.679,98)	
1210.48.00 CONTR. SOBRE REMUNERACAO DEVIDA AO TRABALH.		-	2.658.323.679,98	-	2.658.323.679,98	(2.658.323.679,98)	
1210.99.00 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		-	29.061,58	-	29.061,58	(29.061,58)	
1210.99.00 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		20.829.822,00	29.061,58	-	19.279.873,26	1.549.948,74	
1210.31.01 CONTRIBUIÇÕES P/O FUNDO DE SAUDE - PMDF/BMDF		12.169.614,00	19.279.873,26	-	11.579.256,80	590.357,20	
1210.31.01 CONTRIBUIÇÕES P/O FUNDO DE SAUDE - PMDF		12.169.614,00	11.579.256,80	-	11.579.256,80	590.357,20	
1210.31.02 CONTRIBUIÇÕES P/O FUNDO DE SAUDE - BMDF		8.660.208,00	7.700.616,46	-	7.700.616,46	959.591,54	
1210.33.00 CONTRIB. ADIC. SERV. NACIONAL. APREND.COM. - SENAC		-	-	(2.842,32)	(2.842,32)	2.842,32	
1210.33.01 CONTRIB PARA SERV. NACIONAL. APREND.COM. - SENAC		14.823.858.734,00	15.625.307.763,27	(2.842,32)	15.697.607.983,14	(873.749.249,14)	
1220.00.00 CONTRIB. DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO		14.823.858.734,00	15.625.307.763,27	72.300.219,87	15.697.607.983,14	(873.749.249,14)	
1220.00.00 CONTRIB. DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO		14.823.858.734,00	15.625.307.763,27	72.300.219,87	15.697.607.983,14	(873.749.249,14)	
1220.01.00 CONTRIBUAÇÃO PARA O PIN		25.730.312,00	153.637,17	-	153.637,17	25.576.674,83	
1220.01.00 CONTRIBUAÇÃO PARA O PIN		25.730.312,00	153.637,17	-	153.637,17	25.576.674,83	
1220.02.00 CONTRIBUAÇÃO PARA O PROTERRA		17.153.538,00	102.425,48	-	102.425,48	17.051.112,52	
1220.02.00 CONTRIBUAÇÃO PARA O PROTERRA		17.153.538,00	102.425,48	-	102.425,48	17.051.112,52	
1220.03.01 CONTRIBUIÇÕES DESENV.APERF.ATIVID. FISCALIZ.		373.818.672,00	356.670.772,46	-	356.500.626,31	17.318.045,69	
1220.03.01 LOJA ESPECIAL DE CONTROLE		257.741.478,00	165.156.487,10	1.419,79	165.157.906,89	92.583.571,11	
1220.03.02 CONTRIBUIÇÕES DESENV.APERF.ATIVID. FISCALIZ.		116.077.194,00	191.514.285,36	(171.565,94)	191.342.719,42	(75.265.525,42)	
1220.05.00 CONTRIBUAÇÃO S/ APOSTAS EM COMPET. HIPICAS		738.489,00	741.872,47	(44,07)	741.828,40	(3.339,40)	
1220.05.00 CONTRIBUAÇÃO S/ APOSTAS EM COMPET. HIPICAS		738.489,00	741.872,47	(44,07)	741.828,40	(3.339,40)	
1220.16.00 ADICIONAL. S/TARIFAS DE PASS. AEREAAS DOMESTICAS		-	1.476,69	(1.476,69)	-	-	
1220.16.00 ADICIONAL. S/TARIFAS DE PASS. AEREAAS DOMESTICAS		-	1.476,69	(1.476,69)	-	-	
1220.18.00 COTA-PARTE ADIC. FRETE P/ RENOV. MARIN. MERCANTE		2.329.237.430,00	2.455.112.343,19	(127,70)	2.455.112.215,49	(125.874.785,49)	
1220.18.00 COTA-PARTE ADIC. FRETE P/ RENOV. MARIN. MERCANTE		2.329.237.430,00	2.455.112.343,19	(127,70)	2.455.112.215,49	(125.874.785,49)	
1220.20.00 CONTRIBUAÇÃO S/REC. CONGESS. PERMISS. ENERG. ELET		631.174.415,00	826.017.919,12	(444.878,36)	2.852.573.040,76	(194.398.625,76)	



REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA		EXERCÍCIO	MES		
TÍTULO		2011	DEZEMBRO		
SUBTÍTULO					
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		EMISSION	PAGINA		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1220.24.00 CONTRIBUIÇÃO S/REC.CONCESS.PERMISS.ENERG.ELET	631.174.415,00	826.017.919,12	(444.878,36)	825.573.040,76	(194.398.625,76)
1220.25.00 CONTRIBUIÇÃO P/LIC.USO AQUIS.OU TRANSFE.TECN.	1.285.546.317,00	1.433.130.790,33	73.990.296,54	1.507.121.086,87	(221.574.769,87)
1220.25.00 CONTRIBUIÇÃO P/LIC.USO AQUIS.OU TRANSFE.TECN.	1.285.546.317,00	1.433.130.790,33	73.990.296,54	1.507.121.086,87	(221.574.769,87)
1220.26.00 CONTRIB. REC. EMPR. PREST. SERV. TELECOMUNIC.	1.354.050.625,00	1.394.833.025,15	(145.378,62)	1.394.687.646,53	(40.637.021,53)
1220.26.01 CON. S/REC.OPER.BRUTA.DECOR.PRES.SERV.TELECOM	877.027.931,00	901.074.441,19	(174.417,96)	900.900.023,23	(23.872.092,23)
1220.26.02 CON. S/REC.OPER.BRUTA.DECOR.PRES.SERV.TELECOM	477.022.694,00	493.758.583,96	29.039,34	493.787.623,30	(23.872.092,23)
1220.28.00 CONTR. REL.AT.IMP.COM.PETR.DER. GAS NAT. ALC.CARB	8.631.391.695,97	8.941.391.990,58	(386.171,20)	8.941.005.819,38	(309.400.122,38)
1220.28.01 CONTR. REL.ATIV.IMP.PETR.DER. GAS NAT. ALC.CARB	487.296.954,00	1.067.029.605,50	(386.122,97)	1.066.643.482,53	(579.346.528,53)
1220.28.02 CONTR. REL.ATIV.COM.PETR.DER. GAS NAT. ALC.CARB	8.142.607.135,00	7.874.160.476,07	(48,23)	7.874.160.427,84	268.446.707,16
1220.28.03 RECEITA DE PARCELAMENTOS - CIDE COMBUSTIVEL	1.701.608,00	201.909,01	-	201.909,01	1.499.698,99
1220.30.00 CONTRIBUIÇÃO PARA FOMENTO DA RADIODIFUSAO PUB	-	3.718.052,51	(11.447,23)	3.706.605,28	(3.706.605,28)
1220.30.00 CONTRIBUIÇÃO PARA FOMENTO DA RADIODIFUSAO PUB	-	3.718.052,51	(11.447,23)	3.706.605,28	(3.706.605,28)
1220.99.01 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONOMICAS	17.078,00	1.468,66	1.468,66	1.468,66	15.609,34
1220.99.01 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONOMICAS	17.078,00	1.468,66	1.468,66	1.468,66	15.609,34
1220.41.01 CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA - PRINCIPAL	25.447.355,00	32.383.015,93	(447.341,18)	31.935.674,75	(6.488.319,75)
1220.41.01 CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA - PRINCIPAL	25.447.355,00	32.383.015,93	(447.341,18)	31.935.674,75	(6.488.319,75)
1220.41.02 CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA - EXCEDENTE	23.322.502,00	23.093.799,33	(672,62)	23.093.126,71	229.375,29
1220.41.02 CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA - EXCEDENTE	23.322.502,00	23.093.799,33	(672,62)	23.093.126,71	229.375,29
1220.41.03 CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA - RESIDUAL	1.587.915,00	560.141,17	-	1.594.221,36	(6.306,36)
1220.41.03 CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA - RESIDUAL	1.587.915,00	560.141,17	-	1.594.221,36	(6.306,36)
1220.41.04 CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA - PARCELAMENTO	346.083,00	7.134.854,07	-	7.134.854,07	(6.788.771,07)
1220.41.04 CONTR.-EMP.INSTALADAS NA AMAZONIA - PARCELAMENTO	346.083,00	7.134.854,07	-	7.134.854,07	(6.788.771,07)
1220.42.00 CONTR.-EMPRESAS INSTALADAS DEMAIS REGIOES	93.199.511,00	126.343.332,46	-	126.343.332,46	(33.143.821,46)
1220.42.00 CONTR.-EMPRESAS INSTALADAS DEMAIS REGIOES	93.199.511,00	126.343.332,46	-	126.343.332,46	(33.143.821,46)
1220.42.01 CONTR.-EMP.INSTALADAS DEMAIS REGIOES-PRINCIPAL	200.000,00	78.519.078,03	-	78.519.078,03	(8.519.078,03)
1220.42.01 CONTR.-EMP.INSTALADAS DEMAIS REGIOES-PRINCIPAL	200.000,00	78.519.078,03	-	78.519.078,03	(8.519.078,03)
1220.42.02 CONTR.-EMP.INSTALADAS DEMAIS REGIOES-EXCEDENTE	17.999.511,00	297.239,80	-	297.239,80	(97.239,80)
1220.42.02 CONTR.-EMP.INSTALADAS DEMAIS REGIOES-EXCEDENTE	17.999.511,00	297.239,80	-	297.239,80	(97.239,80)
1220.42.03 CONTR.-EMP.INSTALADAS DEMAIS REGIOES-RESIDUAL	5.000.000,00	5.528.505,78	-	5.528.505,78	12.471.005,22
1220.42.03 CONTR.-EMP.INSTAL.-DEMAIS REGIOES-PARCELAMENTO	5.000.000,00	5.528.505,78	-	5.528.505,78	12.471.005,22
1220.42.04 CONTR.-EMP.INSTAL.-DEMAIS REGIOES-PARCELAMENTO	56.139.295,00	41.998.508,85	(83.065,47)	54.622.575,60	(36.998.508,85)
1220.42.04 CONTR.-EMP.INSTAL.-DEMAIS REGIOES-PARCELAMENTO	56.139.295,00	41.998.508,85	(83.065,47)	54.622.575,60	(36.998.508,85)
1220.06.01 RECEITA REMESSA DE REND. EXPLORACAO DE OBRAS	1.210.484,00	1.538.434,06	(400,38)	1.538.033,68	1.516.719,40
1220.06.01 RECEITA REMESSA DE REND. EXPLORACAO DE OBRAS	1.210.484,00	1.538.434,06	(400,38)	1.538.033,68	1.516.719,40
1220.06.02 RECEITA VEICULACAO DE OBRAS CINEMATOGRAFICAS	54.928.811,00	53.167.207,01	(82.665,09)	53.084.541,92	1.844.269,08
1220.06.02 RECEITA VEICULACAO DE OBRAS CINEMATOGRAFICAS	54.928.811,00	53.167.207,01	(82.665,09)	53.084.541,92	1.844.269,08
1300.00 RECEITA PATRIMONIAL	57.478.754.354,00	66.163.746.877,41	(455.193.034,66)	65.708.553.842,75	(8.229.799.488,75)
1300.00 RECEITA PATRIMONIAL	57.478.754.354,00	66.163.746.877,41	(455.193.034,66)	65.708.553.842,75	(8.229.799.488,75)
1310.00.00 RECEITAS IMOBILIARIAS	833.159.549,00	970.188.541,37	(4.737.369,94)	965.451.171,43	(132.291.622,43)
1310.00.00 RECEITAS IMOBILIARIAS	833.159.549,00	970.188.541,37	(4.737.369,94)	965.451.171,43	(132.291.622,43)
1311.00.00 ALUGUEIS	100.891.686,00	116.145.105,40	(1.588.212,33)	114.586.893,07	(13.695.207,07)
1311.00.00 ALUGUEIS	100.891.686,00	116.145.105,40	(1.588.212,33)	114.586.893,07	(13.695.207,07)
1311.00.00 ALUGUEIS	100.891.686,00	116.145.105,40	(1.588.212,33)	114.586.893,07	(13.695.207,07)
1312.00.00 ARRENDAMENTOS	139.465.062,00	167.145.544,96	(689.041,29)	166.456.503,67	(26.991.441,67)
1312.00.00 ARRENDAMENTOS	139.465.062,00	167.145.544,96	(689.041,29)	166.456.503,67	(26.991.441,67)
1312.00.00 ARRENDAMENTOS	139.465.062,00	167.145.544,96	(689.041,29)	166.456.503,67	(26.991.441,67)
1313.00.00 FOROS	74.509.875,00	75.411.780,64	(42.995,17)	75.368.785,47	(858.910,47)
1313.00.00 FOROS	74.509.875,00	75.411.780,64	(42.995,17)	75.368.785,47	(858.910,47)
1313.00.00 FOROS	74.509.875,00	75.411.780,64	(42.995,17)	75.368.785,47	(858.910,47)
1314.00.00 LAUDEMIOS	213.023.440,00	315.560.135,25	(24.638,73)	315.535.496,52	(102.512.056,52)
1314.00.00 LAUDEMIOS	213.023.440,00	315.560.135,25	(24.638,73)	315.535.496,52	(102.512.056,52)
1314.00.00 LAUDEMIOS	213.023.440,00	315.560.135,25	(24.638,73)	315.535.496,52	(102.512.056,52)
1315.00.00 TAXA DE OCUPACAO DE IMOVEIS	291.905.504,00	288.313.811,05	(2.234.403,87)	286.079.407,18	5.826.096,82
1315.00.00 TAXA DE OCUPACAO DE IMOVEIS	291.905.504,00	288.313.811,05	(2.234.403,87)	286.079.407,18	5.826.096,82
1315.10.00 TAXA DE OCUPACAO DE TERRENOS DA UNIAO	17.086,00	17.735,11	-	17.735,11	60.732.090,96
1315.10.00 TAXA DE OCUPACAO DE TERRENOS DA UNIAO	17.086,00	17.735,11	-	17.735,11	60.732.090,96
1315.20.00 TAXA OCUPACAO IMOVEIS FUN. PROP. NAC. RESID.	87.391.689,00	26.683.181,87	(23.583,83)	26.659.598,04	60.732.090,96
1315.20.00 TAXA OCUPACAO IMOVEIS FUN. PROP. NAC. RESID.	87.391.689,00	26.683.181,87	(23.583,83)	26.659.598,04	60.732.090,96
1315.30.00 TAXA DE OCUPACAO IMOVEIS FUN. PROP. NAC. RESID.	204.496.729,00	261.612.894,07	(2.210.820,04)	259.402.074,03	(54.905.345,03)
1315.30.00 TAXA DE OCUPACAO IMOVEIS FUN. PROP. NAC. RESID.	204.496.729,00	261.612.894,07	(2.210.820,04)	259.402.074,03	(54.905.345,03)
1315.30.00 TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS	204.496.729,00	261.612.894,07	(2.210.820,04)	259.402.074,03	(54.905.345,03)
1315.30.00 TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS	204.496.729,00	261.612.894,07	(2.210.820,04)	259.402.074,03	(54.905.345,03)
1319.00.00 OUTRAS RECEITAS DE BENS IMOVEIS	13.363.982,00	7.612.164,07	(188.078,55)	7.424.085,52	5.939.896,48
1319.00.00 OUTRAS RECEITAS DE BENS IMOVEIS	13.363.982,00	7.612.164,07	(188.078,55)	7.424.085,52	5.939.896,48
1319.00.00 OUTRAS RECEITAS DE BENS IMOVEIS	13.363.982,00	7.612.164,07	(188.078,55)	7.424.085,52	5.939.896,48
1319.00.00 OUTRAS RECEITAS DE BENS IMOVEIS	13.363.982,00	7.612.164,07	(188.078,55)	7.424.085,52	5.939.896,48
1319.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	26.445.665.364,00	31.270.842.527,80	(55.895.822,85)	31.270.842.527,80	(4.825.177.163,80)



TÍTULO		REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA		EXERCÍCIO		MES DEZEMBRO					
SUBTÍTULO				2011							
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO		PÁGINA					
ESPECIFICAÇÃO		PREVISÃO ATUALIZADA		ARRECADAÇÃO BRUTA		DEDUÇÕES		ARRECADAÇÃO LÍQUIDA		PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	
1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA		318.701.070,00		417.346.330,56		(368.637,22)		416.977.693,34		(98.276.623,34)	
1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA		318.701.070,00		417.346.330,56		(368.637,22)		416.977.693,34		(98.276.623,34)	
1321.00.00 JUROS DE TÍTULOS DE RENDA		318.701.070,00		417.346.330,56		(368.637,22)		416.977.693,34		(98.276.623,34)	
1322.00.00 DIVIDENDOS		17.565.345.334,00		19.956.110.829,09		(99.166,22)		19.956.011.662,87		(2.390.666.328,87)	
1322.00.00 DIVIDENDOS		17.565.345.334,00		19.956.110.829,09		(99.166,22)		19.956.011.662,87		(2.390.666.328,87)	
1322.00.00 DIVIDENDOS		17.565.345.334,00		19.956.110.829,09		(99.166,22)		19.956.011.662,87		(2.390.666.328,87)	
1323.00.00 PARTICIPAÇÕES		-		8.586.098,64		-		8.586.098,64		(8.586.098,64)	
1323.00.00 PARTICIPAÇÕES		-		8.586.098,64		-		8.586.098,64		(8.586.098,64)	
1323.00.00 PARTICIPAÇÕES		-		8.586.098,64		-		8.586.098,64		(8.586.098,64)	
1325.00.00 REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS		6.278.752.568,00		8.676.259.785,35		(55.428.019,41)		8.620.831.765,94		(2.342.079.197,94)	
1325.00.00 REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS		6.278.752.568,00		8.676.259.785,35		(55.428.019,41)		8.620.831.765,94		(2.342.079.197,94)	
1325.00.00 REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS		6.278.752.568,00		8.676.259.785,35		(55.428.019,41)		8.620.831.765,94		(2.342.079.197,94)	
1326.00.00 REMUNERACAO DE DEPOSITOS ESPECIAIS		2.150.800.000,00		2.073.000.579,76		-		2.073.000.579,76		77.799.420,24	
1326.00.00 REMUNERACAO DE DEPOSITOS ESPECIAIS		2.150.800.000,00		2.073.000.579,76		-		2.073.000.579,76		77.799.420,24	
1326.00.00 REMUNERACAO DE DEPOSITOS ESPECIAIS		2.150.800.000,00		2.073.000.579,76		-		2.073.000.579,76		77.799.420,24	
1327.00.00 REMUNERACAO DE SALDOS NAO DESEMBOLSADOS		132.066.392,00		195.434.727,25		-		195.434.727,25		(63.368.335,25)	
1327.00.00 REMUNERACAO DE SALDOS NAO DESEMBOLSADOS		132.066.392,00		195.434.727,25		-		195.434.727,25		(63.368.335,25)	
1327.00.00 REMUNERACAO DE SALDOS NAO DESEMBOLSADOS		132.066.392,00		195.434.727,25		-		195.434.727,25		(63.368.335,25)	
1330.00.00 RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES - SERVIÇOS		2.385.575.374,00		3.823.995.191,78		(472.988,27)		3.823.522.207,51		(1.437.946.829,51)	
1331.01.00 RECEITA DE CONC. E PERM. - SERV. DE TRANSPORT		26.017.714,00		3.460.835.039,16		(315.812,12)		3.460.519.227,04		(2.532.440.633,04)	
1331.01.00 RECEITA DE OUTORGAS DOS SERV. TRANSP. FERROV.		26.017.714,00		26.419.251,80		(45.831,06)		26.373.420,74		(355.706,74)	
1331.01.00 RECEITA DE CONC. E PERM. - SERV. DE COMUNIC.		949.279,00		938.969,28		(7.930,98)		938.969,28		10.309,72	
1331.02.01 RECEITA DE OUTORA DOS SERV. TELECOMUNICACAO		1.454.377.818,00		3.434.415.787,36		(269.981,06)		3.434.145.806,30		(2.532.084.926,30)	
1331.02.01 RECEITA DE OUTORA DOS SERV. TELECOMUNICACAO		1.269.529.429,00		3.348.311.546,18		(244.104,28)		3.348.067.441,90		(2.487.088.472,90)	
1331.02.03 REC. OUTORG. DIREITO DE USO RADIOIDFREQUENCIA		860.978.969,00		62.074.692,92		(17.945,80)		62.056.747,12		(27.961.916,12)	
1331.02.05 REC. TRANSF. CONC/PERM/AUTOR.-RODOVIAS OU OBRAS		162.000,00		227.730,00		-		227.730,00		(65.730,00)	
1331.02.99 OUTRAS RECEITAS CONC. PERM. - SERV. COMUNIC.		5.875.801,00		938.969,28		-		938.969,28		10.309,72	
1332.00.00 REC. CONCESSAO PERMISSAO - EXPLOR. RECUR NAT		1.454.377.818,00		9.580.179,94		(7.930,98)		9.572.248,96		(3.696.447,96)	
1332.01.00 REC. OUTOR. SERV. EXPL. PROD PETR. GAS NATURA		1.269.529.429,00		355.493.194,18		(67.527,42)		355.425.666,76		1.098.952.151,24	
1332.01.01 BONUS DE ASSINATURA DE CONTRATO DE CONCESSAO		1.100.000.000,00		173.523.487,03		(63.064,65)		173.460.422,38		1.096.069.006,62	
1332.02.00 REC. OUTORGATO P/ RETENCAO AREA EXPLORACAO OU PROD		169.529.429,00		173.523.487,03		(63.064,65)		173.460.422,38		1.000.000.000,00	
1332.02.00 REC. OUTORGATO P/ RETENCAO AREA EXPLORACAO OU PROD		60.057.890,00		63.141.824,09		(882,15)		63.140.941,94		(3.930.993,38)	
1332.02.00 REC. OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE REC. HIDR.		60.057.890,00		63.141.824,09		(882,15)		63.140.941,94		(3.083.051,94)	
1332.02.00 REC. OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE REC. MINER		123.266.010,00		117.671.468,35		(3.580,62)		117.667.887,73		(3.083.051,94)	
1332.03.00 REC. OUTORGA DIREITOS DE EXPL. E PRESQ. MINER		123.266.010,00		117.671.468,35		(3.580,62)		117.667.887,73		5.598.122,27	
1332.04.00 REC. OUTORGA DIREITOS DE EXPL. E PRESQ. MINER		1.524.489,00		1.156.414,71		-		1.156.414,71		5.598.122,27	
1332.04.00 REC. CONCESSAO FLORESTAL		232.853,00		972.721,17		-		972.721,17		368.074,29	
1332.04.02 REC. CONCESS. FLOREST. NACION. - DEMAIS VALOR		1.291.636,00		183.693,54		-		183.693,54		(972.721,17)	
1332.04.05 REC. CUSTOS DE EDITAL DE CONCESSAO FLORESTAL		3.118.962,00		7.666.958,44		(89.648,73)		7.577.309,71		1.291.636,00	
1332.04.06 REC. CONTRATOS TRANSACAO CONCESSAO FLORESTAL		3.118.962,00		5.643.300,11		(41.951,82)		5.601.348,29		4.458.347,71	
1333.00.00 REC. CONCESS. PERMISS. - DIR. USO DE BENS PUB		3.118.962,00		5.643.300,11		(41.951,82)		5.601.348,29		(2.482.386,29)	
1333.01.00 REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC		-		1.306.241,82		(47.525,59)		1.258.716,23		(1.258.716,23)	
1333.02.00 REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC		-		1.306.241,82		(47.525,59)		1.258.716,23		(1.258.716,23)	
1333.03.00 REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC		-		1.306.241,82		(47.525,59)		1.258.716,23		(1.258.716,23)	
1333.04.00 PERMISSAO DE USO AREA DA UNIAO CURTA DURACAO		-		717.416,51		(171,32)		717.245,19		(717.245,19)	
1333.05.00 PERMISSAO DE USO AREA DA UNIAO CURTA DURACAO		-		717.416,51		(171,32)		717.245,19		(717.245,19)	
1333.05.00 RECEITA DA CESSAO DE USO DE BENS DA UNIAO		27.365.462.714,00		29.569.204.817,44		(328.848,49)		29.568.875.968,95		(2.203.413.254,95)	
1333.05.00 RECEITA DA CESSAO DE USO DE BENS DA UNIAO		27.365.462.714,00		29.569.204.817,44		(328.848,49)		29.568.875.968,95		(2.203.413.254,95)	
1333.05.00 RECEITA DA CESSAO DE USO DE BENS DA UNIAO		27.365.462.714,00		29.569.204.817,44		(328.848,49)		29.568.875.968,95		(2.203.413.254,95)	
1340.00.00 COMPENSACOES FINANCEIRAS		27.365.462.714,00		29.569.204.817,44		(328.848,49)		29.568.875.968,95		(2.203.413.254,95)	
1340.00.00 COMPENSACOES FINANCEIRAS		27.365.462.714,00		29.569.204.817,44		(328.848,49)		29.568.875.968,95		(2.203.413.254,95)	
1340.01.00 UTIL. RECURSO HIDRICOS - ITAPIRU		446.819.439,00		372.875.911,93		(328.702,52)		372.547.209,41		74.272.229,59	
1340.01.00 UTIL. RECURSO HIDRICOS - ITAPIRU		446.819.439,00		372.875.911,93		(328.702,52)		372.547.209,41		74.272.229,59	
1340.01.00 UTIL. RECURSO HIDRICOS - ITAPIRU		446.819.439,00		372.875.911,93		(328.702,52)		372.547.209,41		74.272.229,59	



TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA	EXERCÍCIO 2011	MES DEZEMBRO		
SUBTÍTULO		EMISSION 31/12/2011	PAGINA		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1340.02.00 UTIL. RECURSO HIDRICO - DEMAIS EMPRESAS	1.615.749.320,00	1.635.886.635,90	-	1.635.886.635,90	(20.137.315,90)
1340.02.00 UTIL. RECURSO HIDRICO - DEMAIS EMPRESAS	1.615.749.320,00	1.635.886.635,90	-	1.635.886.635,90	(20.137.315,90)
1340.03.00 EXPLORACAO DE RECURSOS MINERAIS	1.165.633.955,00	1.548.703.267,53	(0,05)	1.548.703.267,48	(383.069.312,48)
1340.03.00 EXPLORACAO DE RECURSOS MINERAIS	1.165.633.955,00	1.548.703.267,53	(0,05)	1.548.703.267,48	(383.069.312,48)
1340.04.00 ROYAL PROD. PETRO. GAS NAT. EM TERRA(CONCESSAO)	570.535.698,00	649.043.217,80	59.972,07	59.972,07	(78.567.491,87)
1340.04.00 ROYAL PROD. PETRO. GAS NAT. EM TERRA(CONCESSAO)	570.535.698,00	649.043.217,80	59.972,07	59.972,07	(78.567.491,87)
1340.05.00 ROYAL PROD. PETR. GAS NAT. PLATAFORMA(CONCESSAO)	5.273.594.796,00	6.114.767.592,02	-	6.114.767.592,02	(841.172.796,02)
1340.05.00 ROYAL PROD. PETR. GAS NAT. PLATAFORMA(CONCESSAO)	5.273.594.796,00	6.114.767.592,02	-	6.114.767.592,02	(841.172.796,02)
1340.06.00 ROYAL EXCED. PROD. PETR. GAS NAT. TERRA-CONCESSAO	513.955.621,00	585.343.487,60	(60.044,89)	585.343.487,60	(71.327.821,71)
1340.06.00 ROYAL EXCED. PROD. PETR. GAS NAT. TERRA-CONCESSAO	513.955.621,00	585.343.487,60	(60.044,89)	585.343.487,60	(71.327.821,71)
1340.07.00 ROYAL EXCED. PROD. PETR. GAS NAT. PLATA-CONCESSAO	5.174.963.885,00	6.022.971.209,94	(73,10)	6.022.971.209,94	(848.007.251,84)
1340.07.00 ROYAL EXCED. PROD. PETR. GAS NAT. PLATA-CONCESSAO	5.174.963.885,00	6.022.971.209,94	(73,10)	6.022.971.209,94	(848.007.251,84)
1340.08.00 PART. ESPEC. PROD. PETRO. OU GAS NAT. (CONCESSAO)	12.604.210.000,00	12.639.613.494,72	-	12.639.613.494,72	(35.403.494,72)
1340.08.00 PART. ESPEC. PROD. PETRO. OU GAS NAT. (CONCESSAO)	12.604.210.000,00	12.639.613.494,72	-	12.639.613.494,72	(35.403.494,72)
1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	448.891.353,00	398.488.963,53	(387.156.627,14)	11.332.336,39	437.559.016,61
1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	448.891.353,00	398.488.963,53	(387.156.627,14)	11.332.336,39	437.559.016,61
1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	448.891.353,00	398.488.963,53	(387.156.627,14)	11.332.336,39	437.559.016,61
1390.00.00 OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	448.891.353,00	398.488.963,53	(387.156.627,14)	11.332.336,39	437.559.016,61
1360.00.00 RECEITA DE CESSAO DE DIREITOS	-	75.131.012,64	(6.601.377,97)	68.529.634,67	(68.529.634,67)
1361.00.00 RECEITA CESSAO DIR. OPERACIONALIZACAO PGTO	-	75.131.012,64	(6.601.377,97)	68.529.634,67	(68.529.634,67)
1361.01.00 RECEITA CESSAO DIR. OPERACIONALIZACAO FOPAG	-	31.638.338,30	(22.181,48)	31.616.156,82	(31.616.156,82)
1361.01.00 RECEITA CESSAO DIR. OPERACIONALIZACAO FOPAG	-	31.638.338,30	(22.181,48)	31.616.156,82	(31.616.156,82)
1361.02.00 REC. CESSAO DIR. OPER. FOPAG DE BENEFÍCIOS	-	43.492.674,34	(6.579.196,49)	36.913.477,85	(36.913.477,85)
1361.02.00 REC. CESSAO DIR. OPER. FOPAG DE BENEFÍCIOS	-	43.492.674,34	(6.579.196,49)	36.913.477,85	(36.913.477,85)
1400.00.00 RECEITA AGROPECUÁRIA	25.757.493,00	21.715.950,34	(702.021,93)	21.013.928,41	4.743.564,59
1410.00.00 RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	14.946.035,00	11.797.440,90	(631.688,17)	11.165.752,73	3.780.282,27
1410.00.00 RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	14.946.035,00	11.797.440,90	(631.688,17)	11.165.752,73	3.780.282,27
1410.00.00 RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	14.946.035,00	11.797.440,90	(631.688,17)	11.165.752,73	3.780.282,27
1410.00.00 RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	14.946.035,00	11.797.440,90	(631.688,17)	11.165.752,73	3.780.282,27
1420.00.00 RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	10.753.703,00	9.877.596,22	(34.207,72)	9.843.388,50	910.314,50
1420.00.00 RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	10.753.703,00	9.877.596,22	(34.207,72)	9.843.388,50	910.314,50
1420.00.00 RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	10.753.703,00	9.877.596,22	(34.207,72)	9.843.388,50	910.314,50
1420.00.00 RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	10.753.703,00	9.877.596,22	(34.207,72)	9.843.388,50	910.314,50
1490.00.00 OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	57.755,00	40.913,22	(36.126,04)	4.787,18	52.967,82
1490.00.00 OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	57.755,00	40.913,22	(36.126,04)	4.787,18	52.967,82
1490.00.00 OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	57.755,00	40.913,22	(36.126,04)	4.787,18	52.967,82
1490.00.00 OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	57.755,00	40.913,22	(36.126,04)	4.787,18	52.967,82
1500.00.00 RECEITA INDUSTRIAL	817.986.846,00	562.842.888,13	(343.001,37)	562.499.886,76	255.486.959,24
1500.00.00 RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	817.986.846,00	562.842.888,13	(343.001,37)	562.499.886,76	255.486.959,24
1500.00.00 RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	817.986.846,00	562.842.888,13	(343.001,37)	562.499.886,76	255.486.959,24
1500.00.00 RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	817.986.846,00	562.842.888,13	(343.001,37)	562.499.886,76	255.486.959,24
1520.12.00 RECEITA DA INDUSTRIA MECANICA	645.582.629,00	397.151.972,87	(184.849,56)	396.967.123,31	248.615.505,69
1520.12.00 RECEITA DA INDUSTRIA MECANICA	645.582.629,00	397.151.972,87	(184.849,56)	396.967.123,31	248.615.505,69
1520.20.00 RECEITA DA INDUSTRIA QUIMICA	29.668.319,00	32.566.465,91	(1.090,10)	32.565.375,81	(2.897.056,81)
1520.20.00 RECEITA DA INDUSTRIA QUIMICA	29.668.319,00	32.566.465,91	(1.090,10)	32.565.375,81	(2.897.056,81)
1520.21.00 RECEITA DA INDUST. PROD. FARMAC. E VETERINARIOS	90.752.426,00	77.899.885,60	(10.257,60)	77.889.628,00	12.862.798,00
1520.21.00 RECEITA DA INDUST. PROD. FARMAC. E VETERINARIOS	90.752.426,00	77.899.885,60	(10.257,60)	77.889.628,00	12.862.798,00
1520.21.00 RECEITA DA INDUST. PROD. FARMAC. E VETERINARIOS	90.752.426,00	77.899.885,60	(10.257,60)	77.889.628,00	12.862.798,00
1520.21.00 RECEITA DA INDUST. PROD. FARMAC. E VETERINARIOS	90.752.426,00	77.899.885,60	(10.257,60)	77.889.628,00	12.862.798,00
1520.22.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PROD. FARMAC. E VETERINARIOS	1.255,00	21.694,96	-	21.694,96	(20.439,96)
1520.22.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PROD. FARMAC. E VETERINARIOS	1.255,00	21.694,96	-	21.694,96	(20.439,96)
1520.22.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PROD. FARMAC. E VETERINARIOS	1.255,00	21.694,96	-	21.694,96	(20.439,96)
1520.22.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PROD. FARMAC. E VETERINARIOS	1.255,00	21.694,96	-	21.694,96	(20.439,96)
1520.26.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	3.062.680,00	2.244.713,39	(7.544,63)	2.237.168,76	825.511,24
1520.26.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	3.062.680,00	2.244.713,39	(7.544,63)	2.237.168,76	825.511,24
1520.26.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	3.062.680,00	2.244.713,39	(7.544,63)	2.237.168,76	825.511,24
1520.26.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES	3.062.680,00	2.244.713,39	(7.544,63)	2.237.168,76	825.511,24
1520.27.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE BEBIDAS E DESTILADOS	442.427,00	382.307,38	(64.490,35)	317.817,03	124.609,97



TÍTULO		REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA	EXERCÍCIO	MES DEZEMBRO		
SUBTÍTULO			2011			
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO	PÁGINA		
ESPECIFICAÇÃO		PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1520.27.00 RECEITA DA INDÚSTRIA DE BEBIDAS E DESTILADOS		442.427,00	382.307,38	(64.490,35)	317.817,03	124.609,97
1520.29.00 RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA		46.599.205,00	49.345.143,62	(74.342,60)	49.270.801,02	(2.671.596,02)
1520.29.00 RECEITA DA INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA		46.599.205,00	49.345.143,62	(74.342,60)	49.270.801,02	(2.671.596,02)
1520.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		699.170,00	1.994.692,62	-	1.994.692,62	(1.295.522,62)
1520.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO		699.170,00	1.994.692,62	-	1.994.692,62	(1.295.522,62)
1600.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS		44.663.612.812,00	48.144.217.053,98	(168.370.396,76)	47.975.846.657,22	(3.312.233.845,22)
1600.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS		44.663.612.812,00	48.144.217.053,98	(168.370.396,76)	47.975.846.657,22	(3.312.233.845,22)
1600.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS		44.663.612.812,00	48.144.217.053,98	(168.370.396,76)	47.975.846.657,22	(3.312.233.845,22)
1600.01.00 SERVIÇOS COMERCIAIS		95.520.276,00	63.172.185,07	(2.352.735,80)	60.819.449,27	34.700.826,73
1600.01.00 SERVIÇOS COMERCIAIS		95.520.276,00	63.172.185,07	(2.352.735,80)	60.819.449,27	34.700.826,73
1600.01.01 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS		5.463.967,00	4.165.180,68	-	4.165.180,68	1.298.786,32
1600.01.01 SERVIÇOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS		5.463.967,00	4.165.180,68	-	4.165.180,68	1.298.786,32
1600.01.02 SERV. DE COM. LIVROS, PERIOD. MAT. ESC. E PUBLICID.		17.800.663,00	13.111.527,37	(2.309.136,36)	10.802.391,01	6.998.271,99
1600.01.02 SERV. DE COM. LIVROS, PERIOD. MAT. ESC. E PUBLICID.		17.800.663,00	13.111.527,37	(2.309.136,36)	10.802.391,01	6.998.271,99
1600.01.03 SERVIÇOS DE COMERC. E DISTRIB. PROD. AGROPEC.		716.194,00	251.730,47	(3.830,00)	247.900,47	468.293,53
1600.01.06 SERV. COMERCIAIS DE PROD. DADOS E MAT. INFORMATI		57.606.356,00	38.957.180,78	-	38.957.180,78	18.649.175,22
1600.01.99 OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS		6.998.577,00	28.834,29	(28.834,29)	-	6.998.577,00
1600.01.99 OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS		6.998.577,00	28.834,29	(28.834,29)	-	6.998.577,00
1600.01.10 RECEITA DE COMERCIALIZAÇÃO DE FARMACIMENTOS		6.934.519,00	6.657.731,48	(10.935,15)	6.646.796,33	287.722,67
1600.01.10 RECEITA DE COMERCIALIZAÇÃO DE FARMACIMENTOS		6.934.519,00	6.657.731,48	(10.935,15)	6.646.796,33	287.722,67
1600.02.00 SERVIÇOS FINANCEIROS		38.922.648.875,00	41.861.997.639,48	(41.611.210,88)	41.820.386.428,60	(2.897.737.553,60)
1600.02.00 SERVIÇOS FINANCEIROS		38.922.648.875,00	41.861.997.639,48	(41.611.210,88)	41.820.386.428,60	(2.897.737.553,60)
1600.02.01 JUROS DE EMPRÉSTIMOS		32.204.374.667,00	35.736.126.617,33	(41.594.402,18)	35.694.532.215,15	(3.490.157.548,15)
1600.02.03 SERV. FINANC. DE COMPENS. DE VARIACOES SALARIAIS		121.988,00	42.780,37	-	42.780,37	79.207,63
1600.02.03 SERV. FINANC. DE COMPENS. DE VARIACOES SALARIAIS		121.988,00	42.780,37	-	42.780,37	79.207,63
1600.02.06 SERVIÇOS DE REMUNERACAO REP. PROG.DES ECONOM.		6.387.300.000,00	6.114.375.410,02	-	6.114.375.410,02	272.924.589,98
1600.02.06 SERVIÇOS DE REMUNERACAO REP. PROG.DES ECONOM.		6.387.300.000,00	6.114.375.410,02	-	6.114.375.410,02	272.924.589,98
1600.02.99 OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS		22.915.220,00	11.452.831,76	(16.808,70)	11.436.023,06	307.937.000,00
1600.02.99 OUTROS SERVIÇOS FINANCEIROS		22.915.220,00	11.452.831,76	(16.808,70)	11.436.023,06	307.937.000,00
1600.02.05 OPERACOES DE AUTORIDADE MONETARIA		307.937.000,00	-	-	-	307.937.000,00
1600.02.05 OPERACOES DE AUTORIDADE MONETARIA		307.937.000,00	-	-	-	307.937.000,00
1600.03.00 SERVIÇOS DE TRANSPORTE		188.199.680,00	211.732.140,89	(4.034.419,44)	207.697.721,45	(19.498.041,45)
1600.03.00 SERVIÇOS DE TRANSPORTE		188.199.680,00	211.732.140,89	(4.034.419,44)	207.697.721,45	(19.498.041,45)
1600.03.01 SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO		307.219,00	271.407,04	(1.812,90)	269.594,14	37.624,86
1600.03.01 SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO		307.219,00	271.407,04	(1.812,90)	269.594,14	37.624,86
1600.03.02 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO		184.414.181,00	208.086.442,49	(4.028.219,14)	204.058.223,35	(19.644.042,35)
1600.03.02 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIARIO		184.414.181,00	208.086.442,49	(4.028.219,14)	204.058.223,35	(19.644.042,35)
1600.03.03 SERVIÇOS DE TRANSPORTE HIDROVIARIO		17.804,00	5.142,17	(183,00)	4.959,17	12.844,83
1600.03.03 SERVIÇOS DE TRANSPORTE HIDROVIARIO		17.804,00	5.142,17	(183,00)	4.959,17	12.844,83
1600.03.04 SERVIÇOS DE TRANSPORTE AEREO		3.460.476,00	3.369.149,19	(4.204,40)	3.364.944,79	95.531,21
1600.03.04 SERVIÇOS DE TRANSPORTE AEREO		3.460.476,00	3.369.149,19	(4.204,40)	3.364.944,79	95.531,21
1600.04.00 SERVIÇOS DE COMUNICACAO		30.104.671,00	53.200.877,89	-	53.200.877,89	(23.096.206,89)
1600.04.00 SERVIÇOS DE COMUNICACAO		30.104.671,00	53.200.877,89	-	53.200.877,89	(23.096.206,89)
1600.04.01 SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL		21.143.855,00	21.485.364,30	-	21.485.364,30	(341.509,30)
1600.04.01 SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL		21.143.855,00	21.485.364,30	-	21.485.364,30	(341.509,30)
1600.04.02 SERVIÇOS DE RADIODIFUSAO		8.908.500,00	31.663.202,94	-	31.663.202,94	(22.754.702,94)
1600.04.02 SERVIÇOS DE RADIODIFUSAO		8.908.500,00	31.663.202,94	-	31.663.202,94	(22.754.702,94)
1600.04.03 OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICACAO		52.316,00	52.310,65	-	52.310,65	5,35
1600.04.03 OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICACAO		52.316,00	52.310,65	-	52.310,65	5,35
1600.05.00 SERVIÇOS DE SAUDE		152.799.774,00	163.699.546,06	(5.273.785,82)	158.425.760,24	(5.625.986,24)
1600.05.00 SERVIÇOS DE SAUDE		152.799.774,00	163.699.546,06	(5.273.785,82)	158.425.760,24	(5.625.986,24)
1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES		125.816.250,00	121.424.187,88	(4.813.140,90)	116.611.046,98	9.205.203,02
1600.05.01 SERVIÇOS HOSPITALARES		125.816.250,00	121.424.187,88	(4.813.140,90)	116.611.046,98	9.205.203,02
1600.05.03 SERVIÇOS RADIOLOGICOS E LABORATORIAIS		2.055.331,51	1.203.851,51	-	1.193.206,59	862.124,41
1600.05.03 SERVIÇOS RADIOLOGICOS E LABORATORIAIS		2.055.331,51	1.203.851,51	-	1.193.206,59	862.124,41
1600.05.05 SERV. ASSIST. SAUDE SUPLEMENTAR SERVIDOR CIVIL		24.105.130,00	40.917.930,32	(10.644,92)	40.917.930,32	(16.812.800,32)
1600.05.05 SERV. ASSIST. SAUDE SUPLEMENTAR SERVIDOR CIVIL		24.105.130,00	40.917.930,32	(10.644,92)	40.917.930,32	(16.812.800,32)
1600.05.99 OUTROS SERVIÇOS DE SAUDE		823.063,00	153.576,35	(450.000,00)	(296.423,65)	1.119.486,65
1600.05.99 OUTROS SERVIÇOS DE SAUDE		823.063,00	153.576,35	(450.000,00)	(296.423,65)	1.119.486,65
1600.06.00 SERVIÇOS PORTUARIOS		136.320,00	293.097,34	-	(156.777,34)	(156.777,34)
1600.06.00 SERVIÇOS PORTUARIOS		136.320,00	293.097,34	-	(156.777,34)	(156.777,34)
1600.07.00 SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM		38.021.145,00	26.905.819,22	(15.534,30)	26.890.284,92	11.130.860,08
1600.07.00 SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM		38.021.145,00	26.905.819,22	(15.534,30)	26.890.284,92	11.130.860,08
1600.07.00 SERVIÇOS DE ARMAZENAGEM		38.021.145,00	26.905.819,22	(15.534,30)	26.890.284,92	11.130.860,08
1600.08.00 SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		61.812.037,00	70.858.093,58	(16.584.941,59)	54.273.151,99	7.538.885,01
1600.08.00 SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		61.812.037,00	70.858.093,58	(16.584.941,59)	54.273.151,99	7.538.885,01
1600.08.00 SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		61.812.037,00	70.858.093,58	(16.584.941,59)	54.273.151,99	7.538.885,01
1600.09.00 SERVIÇOS DE SOCORRO MARITIMO		-	24,00	-	24,00	(24,00)
1600.09.00 SERVIÇOS DE SOCORRO MARITIMO		-	24,00	-	24,00	(24,00)
1600.11.00 SERVIÇOS DE METEOROLOGIA E CERTIFICACAO		352.524.642,00	472.507.001,05	(50.276.678,69)	422.230.322,36	(69.705.680,36)
1600.11.00 SERVIÇOS DE METEOROLOGIA E CERTIFICACAO		352.524.642,00	472.507.001,05	(50.276.678,69)	422.230.322,36	(69.705.680,36)
1600.11.01 METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATORIA DELEGADA		320.000.000,00	384.962.041,87	(204.689,56)	384.757.352,31	(64.757.352,31)
1600.11.01 METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATORIA DELEGADA		320.000.000,00	384.962.041,87	(204.689,56)	384.757.352,31	(64.757.352,31)
1600.11.02 METROLOGIA CIENTIFICA E INDUSTRIAL		2.248.841,00	2.535.848,73	(1.569,95)	2.534.278,78	(285.437,78)
1600.11.02 METROLOGIA CIENTIFICA E INDUSTRIAL		2.248.841,00	2.535.848,73	(1.569,95)	2.534.278,78	(285.437,78)
1600.11.03 METROLOGIA LEGAL		4.283.736,00	6.377.795,15	(221,30)	6.377.573,85	(2.093.837,85)
1600.11.03 METROLOGIA LEGAL		4.283.736,00	6.377.795,15	(221,30)	6.377.573,85	(2.093.837,85)
1600.11.04 CERTIFICACAO DE PRODUTOS E SERVIÇOS		25.693.218,00	78.230.365,68	(50.046.334,16)	28.184.031,52	(2.490.813,52)
1600.11.04 CERTIFICACAO DE PRODUTOS E SERVIÇOS		25.693.218,00	78.230.365,68	(50.046.334,16)	28.184.031,52	(2.490.813,52)
1600.11.05 INFORMACAO TECNOLÓGICA		298.847,00	400.949,62	(23.863,72)	377.085,90	(78.238,90)
1600.11.05 INFORMACAO TECNOLÓGICA		298.847,00	400.949,62	(23.863,72)	377.085,90	(78.238,90)
1600.12.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA		12.053.564,00	9.738.790,99	(67.474,66)	9.671.316,33	2.382.247,67
1600.12.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA		12.053.564,00	9.738.790,99	(67.474,66)	9.671.316,33	2.382.247,67
1600.13.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA		12.053.564,00	9.738.790,99	(67.474,66)	9.671.316,33	2.382.247,67
1600.13.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA		12.053.564,00	9.738.790,99	(67.474,66)	9.671.316,33	2.382.247,67
1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		942.646.758,00	904.473.823,25	(16.847.821,63)	887.626.001,62	55.020.756,38
1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		942.646.758,00	904.473.823,25	(16.847.821,63)	887.626.001,62	55.020.756,38



TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA	EXERCÍCIO	MES		
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSAO	PAGINA		
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECAÇÃO LÍQUIDA
1600.13.00 SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	942.646.758,00	904.473.823,25	(16.847.821,63)	887.626.001,62	55.020.756,38
1600.14.00 SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	114.371.480,00	133.932.543,48	(616.445,53)	133.316.097,95	(18.944.617,95)
1600.14.00 SERVIÇOS DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO	114.371.480,00	133.932.543,48	(616.445,53)	133.316.097,95	(18.944.617,95)
1600.15.00 SERVIÇOS DE METEOROLOGIA	356.429,00	433.114,23	(9,00)	433.105,23	(76.676,23)
1600.15.00 SERVIÇOS DE METEOROLOGIA	356.429,00	433.114,23	(9,00)	433.105,23	(76.676,23)
1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	233.190.980,00	167.406.293,48	(8.961.978,56)	158.444.314,92	74.746.665,08
1600.16.00 SERVIÇOS EDUCACIONAIS	233.190.980,00	167.406.293,48	(8.961.978,56)	158.444.314,92	74.746.665,08
1600.17.00 SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	6.195.037,00	6.171.449,96	(6.912,04)	6.164.537,92	30.499,08
1600.17.00 SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	6.195.037,00	6.171.449,96	(6.912,04)	6.164.537,92	30.499,08
1600.18.00 SERVIÇOS DE REPARAÇÃO,MANUTENCAO E INSTALACAO	321.548,00	6.626.967,17	(2.792,22)	6.624.174,95	(6.302.626,95)
1600.18.00 SERVIÇOS DE REPARAÇÃO,MANUTENCAO E INSTALACAO	321.548,00	6.626.967,17	(2.792,22)	6.624.174,95	(6.302.626,95)
1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	38.459.251,00	34.640.404,22	(18.816,54)	34.621.587,68	3.837.663,32
1600.19.00 SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS	38.459.251,00	34.640.404,22	(18.816,54)	34.621.587,68	3.837.663,32
1600.20.00 SERVIÇOS CONSULT ASSIST.TEC. ANALISE PROJETOS	66.088.563,00	37.270.247,84	(24.353,06)	37.245.894,78	28.842.668,22
1600.20.01 SERV CONS. ASS. TEC. E AN.PROJ-APLICACOES LIVRES	66.088.563,00	37.270.247,84	(24.353,06)	37.245.894,78	28.842.668,22
1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO	46.492.988,00	37.473.294,89	(103.088,08)	37.370.206,81	9.122.781,19
1600.21.00 SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTACAO	46.492.988,00	37.473.294,89	(103.088,08)	37.370.206,81	9.122.781,19
1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	156.854.863,00	69.877.688,64	(3.110.966,17)	66.766.722,47	90.088.140,53
1600.22.00 SERVIÇOS DE ESTUDOS E PESQUISAS	156.854.863,00	69.877.688,64	(3.110.966,17)	66.766.722,47	90.088.140,53
1600.23.00 SERVIÇOS REG. MARCAS PAT. TRANSF. DE TECNOLOGIA	212.917.799,00	215.886.555,17	(692.348,19)	215.194.206,98	(2.276.407,98)
1600.23.01 SERVIÇOS DE PATENTES	92.583.541,00	103.825.962,35	(15.798,24)	103.810.164,11	(11.226.623,11)
1600.23.02 SERVIÇOS DE REGISTRO DE MARCAS	98.510.208,00	96.156.332,33	(75.664,09)	96.080.668,24	2.429.539,76
1600.23.03 SERVIÇOS DE TRANSFERENCIA DE TECNOLOGIA	21.543.406,00	15.571.669,53	(599.680,86)	14.971.988,67	6.571.417,33
1600.23.04 SERVIÇOS DE REGISTRO DE MARCAS	258.924,00	303.948,01	(200,00)	303.748,01	(690,00)
1600.23.05 SERVIÇOS DE REGISTRO INDICACOES GEOGRAFICAS	-	-	(1.005,00)	(1.005,00)	1.005,00
1600.23.06 SERVIÇOS DE REGISTRO PROGRAMA DE COMPUTADOR	-	-	-	-	-
1600.23.07 SERVIÇOS DE REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL	-	-	-	-	-
1600.23.99 OUTROS SERV REGIST. MARCAS.PATENTES.TRANSF.TEC	-	-	-	-	-
1600.24.00 SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMERCIO	35.406.378,00	38.661.069,86	(413.299,57)	38.247.770,29	(2.841.392,29)
1600.24.00 SERVIÇOS DE REGISTRO DO COMERCIO	35.406.378,00	38.661.069,86	(413.299,57)	38.247.770,29	(2.841.392,29)
1600.25.00 SERVIÇO DE INFORMACOES CIENTIFICAS E TECNOLOG	68.433.571,00	179.140.396,23	(12.242.994,61)	166.897.401,62	(98.463.830,62)
1600.25.00 SERVIÇO DE INFORMACOES CIENTIFICAS E TECNOLOG	68.433.571,00	179.140.396,23	(12.242.994,61)	166.897.401,62	(98.463.830,62)
1600.26.00 SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE AGUA	6.550.117,00	5.818.617,60	(2.528,11)	5.816.089,49	734.027,51
1600.26.00 SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE AGUA	6.550.117,00	5.818.617,60	(2.528,11)	5.816.089,49	734.027,51
1600.28.00 SERVIÇOS DE GEOPROCESSAMENTO	1.309.914,00	2.215.580,46	-	2.215.580,46	(905.666,46)
1600.28.00 SERVIÇOS DE GEOPROCESSAMENTO	1.309.914,00	2.215.580,46	-	2.215.580,46	(905.666,46)
1600.30.00 TARIFA DE UTILIZACAO DE FAROIS	83.370.664,00	80.995.538,52	(360.071,93)	80.635.466,59	2.735.197,41
1600.30.00 TARIFA DE UTILIZACAO DE FAROIS	83.370.664,00	80.995.538,52	(360.071,93)	80.635.466,59	2.735.197,41
1600.31.00 TARIFA E ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUARIA	794.059.925,00	869.581.103,71	(520,50)	869.580.583,21	(75.520.658,21)
1600.31.01 TARIFA AEROPORTUARIA	21.623,00	709.608,84	(520,50)	709.088,34	(687.465,34)
1600.31.02 ADICIONAL SOBRE TARIFA AEROPORTUARIA	506.001.913,00	611.693.184,79	-	611.693.184,79	(105.691.271,79)
1600.31.03 PARCELA DA TARIFA DE EMBARQUE INTERNACIONAL	288.036.389,00	257.178.310,08	-	257.178.310,08	30.858.078,92
1600.32.00 SERVIÇOS DE CADASTRO DA ATIVIDADE MINERAL	17.064.421,00	16.440.820,39	(545,29)	16.440.275,10	624.145,90
1600.32.00 SERVIÇOS DE CADASTRO DA ATIVIDADE MINERAL	17.064.421,00	16.440.820,39	(545,29)	16.440.275,10	624.145,90
1600.33.00 TARIFAS USO COMUN AUX A NAVEG.AEREA EM ROTA	877.661.607,00	845.003.845,88	(1.048.137,01)	843.955.708,87	33.705.898,13
1600.33.01 TARIF USO COMUN E AUX NAVEGACAO AEREA EM ROTA	483.757.600,00	462.595.994,35	(440.052,51)	462.155.941,84	21.601.658,16
1600.33.02 ADICIONAL S/ TARIFA USO COM E AUX NAVEG AEREA	393.904.007,00	382.407.851,53	(608.084,50)	381.799.767,03	12.104.239,97
1600.35.00 SERVIÇO DE COMPENSAÇÃO DE VARIACOES SALARIAIS	166.292.025,00	213.146.806,58	-	213.146.806,58	(46.854.781,58)
1600.35.00 SERVIÇO DE COMPENSAÇÃO DE VARIACOES SALARIAIS	166.292.025,00	213.146.806,58	-	213.146.806,58	(46.854.781,58)
1600.36.00 PREST. DE SERV. PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL	143.448.217,00	179.739.455,48	-	179.739.455,48	(36.291.238,48)
1600.36.01 TARIFA PELO USO DO SISTEMA DE INFORM. DO BACEN	132.178.312,00	160.952.083,57	-	160.952.083,57	(28.773.771,57)
1600.36.02 TARIFA PELO USO DO SIST. DE TRANSF. RES. BACEN	11.269.905,00	18.787.371,91	-	18.787.371,91	(7.517.466,91)
1600.37.00 GARANTIAS E AVAIS	501.621.215,00	857.405.036,47	(49.002,28)	857.356.034,19	(355.734.819,19)



TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA	EXERCÍCIO 2011	MES DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION 31/12/2011	PAGINA
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES
ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA		
1600.37.02 CONCESSÃO GARANTIA DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA	55.628.220,00	58.305.740,28	-
1600.37.03 COMISSÕES PELA PRESTAÇÃO DE GARANTIA	-	6.974,88	-
1600.37.05 RECEITA DE SEGURO DE CREDITO AA EXPORTAÇÃO	445.992.995,00	799.092.321,31	(49.002,28)
1600.38.00 CREDENCIAMENTO EMP. PREST. SERVIÇOS DE VISTORIA	2.845.970,00	1.085.180,11	(35.112,00)
1600.38.00 CREDENCIAMENTO EMP. PREST. SERVIÇOS DE VISTORIA	2.845.970,00	1.085.180,11	(35.112,00)
1600.40.00 CERTIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROD. TELECOM.	1.757.818,00	1.637.563,50	(3.516,12)
1600.40.00 CERTIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROD. TELECOM.	1.757.818,00	1.637.563,50	(3.516,12)
1600.56.00 CERTIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO ATIVIDADE MINERAL	3.201.500,00	3.477.059,53	(207.454,35)
1600.56.00 CERTIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO ATIVIDADE MINERAL	3.201.500,00	3.477.059,53	(207.454,35)
1600.99.00 OUTROS RECEITAS DE SERVIÇOS	23.837.246,00	26.758.380,63	(1.686.283,45)
1600.99.00 OUTROS RECEITAS DE SERVIÇOS	23.837.246,00	26.758.380,63	(1.686.283,45)
1600.39.00 SERVIÇOS VETERINÁRIOS	60.000,00	49.737,00	-
1600.39.00 SERVIÇOS VETERINÁRIOS	60.000,00	49.737,00	-
1600.50.00 TAR. INSCR. CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	264.975.544,00	274.763.264,13	(1.718.619,34)
1600.50.00 TAR. INSCR. CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	264.975.544,00	274.763.264,13	(1.718.619,34)
1700.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	289.279.068,00	459.839.613,91	(9.160.557,25)
1730.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	26.550.792,00	24.324.566,71	(884,66)
1730.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	26.550.792,00	24.324.566,71	(884,66)
1730.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	26.550.792,00	24.324.566,71	(884,66)
1730.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	26.550.792,00	24.324.566,71	(884,66)
1740.00.00 TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	14.218.621,00	13.725.102,65	(19.682,87)
1740.00.00 TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	14.218.621,00	13.725.102,65	(19.682,87)
1740.00.00 TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	14.218.621,00	13.725.102,65	(19.682,87)
1740.00.00 TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	14.218.621,00	13.725.102,65	(19.682,87)
1750.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	3.504.000,00	509.432,60	(1.018,02)
1750.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	3.504.000,00	509.432,60	(1.018,02)
1750.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	3.504.000,00	509.432,60	(1.018,02)
1750.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS	3.504.000,00	509.432,60	(1.018,02)
1760.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	245.005.655,00	421.038.654,55	(9.138.971,70)
1761.00.00 TRANSFERÊNCIAS CONVENIOS DA UNIAO E ENTIDADES	54.924.687,00	309.939.488,31	(2.408.985,07)
1761.00.00 TRANSFERÊNCIAS CONVENIOS DA UNIAO E ENTIDADES	54.924.687,00	309.939.488,31	(2.408.985,07)
1761.00.00 TRANSFERÊNCIAS CONVENIOS DA UNIAO E ENTIDADES	54.924.687,00	309.939.488,31	(2.408.985,07)
1761.00.00 TRANSFERÊNCIAS CONVENIOS DA UNIAO E ENTIDADES	54.924.687,00	309.939.488,31	(2.408.985,07)
1762.00.00 TRANSF. DOS ESTADOS DF E SUAS ENTIDADES	88.299.806,00	50.100.587,68	(4.895.016,66)
1762.00.00 TRANSF. DOS ESTADOS DF E SUAS ENTIDADES	88.299.806,00	50.100.587,68	(4.895.016,66)
1762.00.00 TRANSF. DOS ESTADOS DF E SUAS ENTIDADES	88.299.806,00	50.100.587,68	(4.895.016,66)
1762.00.00 TRANSF. DOS ESTADOS DF E SUAS ENTIDADES	88.299.806,00	50.100.587,68	(4.895.016,66)
1763.00.00 TRANSF. CONV. DOS MUNICIPIOS E SUAS ENTIDADES	65.732.351,00	33.570.942,98	(1.602.253,17)
1763.00.00 TRANSF. CONV. DOS MUNICIPIOS E SUAS ENTIDADES	65.732.351,00	33.570.942,98	(1.602.253,17)
1763.00.00 TRANSF. CONV. DOS MUNICIPIOS E SUAS ENTIDADES	65.732.351,00	33.570.942,98	(1.602.253,17)
1763.00.00 TRANSF. CONV. DOS MUNICIPIOS E SUAS ENTIDADES	65.732.351,00	33.570.942,98	(1.602.253,17)
1764.00.00 TRANSFER. CONVENIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	36.048.811,00	27.427.635,58	(232.716,80)
1764.00.00 TRANSFER. CONVENIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	36.048.811,00	27.427.635,58	(232.716,80)
1764.00.00 TRANSFER. CONVENIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	36.048.811,00	27.427.635,58	(232.716,80)
1764.00.00 TRANSFER. CONVENIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	36.048.811,00	27.427.635,58	(232.716,80)
1770.00.00 TRANSFERÊNCIAS PARA O COMBATE A FOME	-	241.857,40	-
1772.00.00 PROVENIENTES DE PESSOAS JURÍDICAS	-	98.998,48	-
1772.00.00 PROVENIENTES DE PESSOAS JURÍDICAS	-	98.998,48	-
1772.00.00 PROVENIENTES DE PESSOAS JURÍDICAS	-	98.998,48	-
1772.00.00 PROVENIENTES DE PESSOAS JURÍDICAS	-	98.998,48	-
1773.00.00 PROVENIENTES DE PESSOAS FÍSICAS	-	27.017,89	-
1773.00.00 PROVENIENTES DE PESSOAS FÍSICAS	-	27.017,89	-
1773.00.00 PROVENIENTES DE PESSOAS FÍSICAS	-	27.017,89	-
1773.00.00 PROVENIENTES DE PESSOAS FÍSICAS	-	27.017,89	-
1774.00.00 PROVENIENTES DE DEPOSITOS NAO IDENTIFICADOS	-	115.841,03	-
1774.00.00 PROVENIENTES DE DEPOSITOS NAO IDENTIFICADOS	-	115.841,03	-
1774.00.00 PROVENIENTES DE DEPOSITOS NAO IDENTIFICADOS	-	115.841,03	-
1774.00.00 PROVENIENTES DE DEPOSITOS NAO IDENTIFICADOS	-	115.841,03	-
1900.00.00 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	46.485.117.957,00	49.293.478.066,61	(18.534.033.396,48)
		30.759.444.670,13	15.725.673.286,87



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA	EXERCÍCIO 2011	MES DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSAO 31/12/2011	PAGINA
ESPECIFICAÇÃO		ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1910.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA		14.250.141.915,92	1.387.823.220,08
1911.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS		3.965.495.089,46	998.775.712,54
1911.01.00 MULTAS E JUROS DE MORA DO IMP. S/A IMPORTACAO		57.580.840,23	104.467.835,77
1911.01.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMPOSTO S/ IMPORTACAO		54.281.924,69	96.998.986,31
1911.01.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA IMP IMP		3.298.915,54	7.468.849,46
1911.02.00 MULTAS E JUROS DE MORA-IMP RENDA E PROV. NAT.		3.359.036.352,65	555.959.079,35
1911.02.01 MULTAS E JUROS DE MORA - IRPF		1.181.704.778,29	(111.404.994,29)
1911.02.02 MULTA E JUROS DE MORA - IRPJ		1.669.857.045,71	240.541.186,29
1911.02.03 MULTA E JUROS DE MORA - IRRF		469.400.113,07	15.449.697,93
1911.02.04 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IRPJ		155.314.953,53	354.780.905,47
1911.02.05 REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA IR FONTE		19.420.967,80	54.087.198,20
1911.02.06 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IRPF		12.537.626,42	33.305.953,58
1911.02.07 MULTA E JUROS DE MORA SIMPLES FED. E NAC.-IRPJ		30.800.867,83	(30.800.867,83)
1911.03.00 MULTAS E JUROS DE MORA DO IPI		249.243.381,95	320.570.921,05
1911.03.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMP PROD IND - IPI		200.716.728,08	190.100.997,92
1911.03.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IPI		42.597.555,27	136.399.021,73
1911.03.03 MULTA E JUROS DE MORA-SIMPLES FED. E NAC. -IPI		5.929.098,60	(5.929.098,60)
1911.04.00 MULTAS E JUROS DE MORA IMP.OP.CRED.CAMBIO SEG		70.955.778,05	29.319.539,95
1911.04.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMP OP CRED - IOF		70.485.712,14	19.245.658,86
1911.04.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DO IOF		470.065,91	10.073.881,09
1911.07.00 MULTAS E JUROS DE MORA IMPOSTO S/A EXPORTACAO		1.027.777,80	(829.811,80)
1911.07.01 REC. MULTA E JUROS MORA IMP EXPORTACAO		1.080.008,28	(980.750,28)
1911.07.02 REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA DO IMP EXP		(52.230,48)	150.938,48
1911.08.00 MULTAS E JUROS DE MORA IMP. PROP.TERRIT.RURAL		41.968.896,75	(13.262.573,75)
1911.08.01 MULTA E JUROS DE MORA DO ITR MUNICIPIOS CONVE		19.276.673,31	(19.276.673,31)
1911.08.02 MULTA E JUROS DE MORA DO ITR - MUNIC NAO CONV		22.692.223,44	6.014.099,56
1911.31.00 MULTAS E JUROS MORA TX FISC. TELECOMUNICACAO		1.211.276,22	1.756.599,78
1911.31.01 MULTAS E JUROS MORA TX FISC. TELECOMUNICACAO		1.211.276,22	1.756.599,78
1911.32.00 MULTAS E JUROS DE MORA TAXA FISC. PROD. MEX		140.506,91	(26.744,91)
1911.32.01 MULTAS E JUROS DE MORA TAXA FISC. PROD. MEX		140.506,91	(26.744,91)
1911.34.00 MUL JUR MORA TX FISC. MERC. SEG. CAPIT. PREV. ABER		72.589,41	62.632,59
1911.34.01 MUL JUR MORA TX FISC. MERC. SEG. CAPIT. PREV. ABER		72.589,41	62.632,59
1911.36.00 MUL JUR MORA TAXA DE SAUDE SUPLEMENTAR		2.144.436,75	(2.045.894,75)
1911.36.01 MUL JUR MORA TAXA DE SAUDE SUPLEMENTAR		2.144.436,75	(2.045.894,75)
1911.37.00 MUL JUR MORA TX FISC. MERC. TIT. E VAL. MOBILI.		10.761,01	1.619,99
1911.37.01 MUL JUR MORA TX FISC. MERC. TIT. E VAL. MOBILI.		10.761,01	1.619,99
1911.99.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS		2.102.077,25	2.802.923,75
1911.99.01 MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS		49.041,49	193.664,51
1911.99.02 REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA OUTROS TRIB		2.053.035,76	2.609.259,24
1911.35.00 MUL JUR MORA TX FISC. VIGILANCIA SANITARIA		414,48	(414,48)
1911.35.01 MUL JUR MORA TX FISC. VIGILANCIA SANITARIA		414,48	(414,48)
1912.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUIÇÕES		5.918.575.994,54	27.060.868,46
1912.01.00 MULTAS E JUROS DE MORA DA CONTRIB. PREVIDENC.		922.712.747,33	(174.826.673,33)
1912.01.01 MULTAS E MORA DA CONTR. FINAC. PREV. - COFINS		899.099.094,97	(241.670.477,97)
1912.01.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA COFINS		23.613.652,36	66.843.804,64
1912.02.00 MULTAS E JUROS DE MORA CONT. SALARIO-EDUCACAO		97.488,85	(97.488,85)
1912.02.01 MULTAS E JUROS DE MORA CONT. SALARIO-EDUCACAO		97.488,85	(97.488,85)
1912.03.00 MULTA E JUROS DE MORA DA CIDE		4.985.903,58	(756.382,58)
1912.03.01 REC. MULTA/MORA CONTR. S/ CIDE - COMBUSTIVEL		4.685.653,15	(840.927,15)
1912.03.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA CIDE		300.250,43	84.544,57
1912.07.00 MULTA E JUROS DE MORA DA CPMF		14.934.302,19	(14.934.302,19)
1912.07.01 REC. MULTA/MORA CONTR. S/MOV.FIN - CPMF		13.286.311,67	(13.286.311,67)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO				2011		DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSAO		PAGINA	
				31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO		PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECAÇÃO LÍQUIDA	
1912.07.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA CPMF		-	1.647.990,52	-	1.647.990,52	(1.647.990,52)	
1912.29.00 MULTA/JUROS MORA CONTR REG-PROP. PREV. SERV.		-	3.946.124,28	(95,35)	3.946.028,93	(3.946.028,93)	
1912.29.02 MULTAS E JUROS CONTR SERVIDOR REGIME PROP. PREV		-	3.946.124,28	(95,35)	3.946.028,93	(3.946.028,93)	
1912.30.00 MULTAS E JUROS DE MORA CONT PARA O RGPS		1.441.706.677,00	1.330.344.814,02	-	1.330.344.814,02	111.361.862,98	
1912.30.01 MULTAS/J MORA CONTR PREV SEG. OBRIGAT C. INDIV.		40.930.055,00	36.148.516,96	-	36.148.516,96	4.781.538,04	
1912.30.02 MULTAS/J MORA CONTR PREV SEGURADO ASSALARIADO		334.286.679,00	322.104.084,50	-	322.104.084,50	12.182.594,50	
1912.30.03 MULTAS/J MORA CONTR PREV EMPRESA S/SEG-ASSAL.		401.182.003,00	400.027.458,19	-	400.027.458,19	1.154.544,81	
1912.30.05 MULTAS/J MORA CONTR PREV S/ ESPET. DESPORTIVO		129.922,00	243.306,87	-	243.306,87	(113.384,87)	
1912.30.06 MULTAS/J MORA CONTR PREV S/ PRODUCAO RURAL		17.363.101,00	14.199.654,51	-	14.199.654,51	3.163.446,49	
1912.30.07 MULTAS/J MORA CONTR PREV EM REG. PARCEL. DEB.		173.196.732,00	85.651.505,63	-	85.651.505,63	87.545.226,37	
1912.30.08 MULTAS/J MORA CONTR PREV P/SEG ACIDENTE TRAB.		54.751.682,00	60.975.190,07	-	60.975.190,07	(6.223.508,07)	
1912.30.09 MULTAS/J MORA CONTR PREV S/ RECLAM. TRABALH.		45.009.755,00	47.103.284,01	-	47.103.284,01	(2.093.529,01)	
1912.30.12 MULTAS/J MORA CONTR PREV DO SEG. FACULTATIVO		4.707.432,00	3.565.131,37	-	3.565.131,37	1.142.300,63	
1912.30.13 MULTAS/J MORA CONTR PREV DO SEGURADO ESPECIAL		120.482,00	68.960,19	-	68.960,19	51.521,81	
1912.30.14 MULTAS/J MORA CONTR PREV. SEG OBRIG.-EMP.R DOM		45.621.070,00	28.358.350,63	-	28.358.350,63	17.262.719,37	
1912.30.15 MULTAS/J MORA CONTR PREV. ORGAOS PODER PUBL.		163.718.923,00	146.700.065,36	-	146.700.065,36	17.018.857,64	
1912.30.16 MULTAS/J MORA CONTR PREV. ENTIDADES FILANTR.		22.212.883,00	19.360.414,13	-	19.360.414,13	2.852.468,87	
1912.30.17 MULTAS/J MORA CONTR PREV. RET. S/INF-SUBROGACAO		138.475.958,00	165.423.813,02	-	165.423.813,02	(26.947.855,02)	
1912.30.18 MULTAS/J MORA ARREC. FIES - CERT.FIN. TESOIRO		-	261.239,38	-	261.239,38	(261.239,38)	
1912.30.21 MULTAS/J MORA DA CONTR PREV. DEP JUD/REC/CUST		-	131,31	-	131,31	(131,31)	
1912.30.99 MULTAS E J. MORA DE OUTRAS CONTR. PREVIDENC.		-	153.707,89	-	153.707,89	(153.707,89)	
1912.31.00 MULTAS E JUROS DE MORA CONTRIB. DO PIS/PASEP		219.794.217,00	243.225.409,85	20.160.825,13	263.386.234,98	(43.592.017,98)	
1912.31.01 REC.MULTA/MORA CONTR PIS/PASEP		202.095.686,00	238.572.264,28	20.160.825,13	258.733.089,41	(56.637.403,41)	
1912.32.02 REC DE PARC - MULTA/JUROS DE MORA PIS/PASEP		-	4.653.145,57	-	4.653.145,57	13.045.385,43	
1912.32.01 REC MULTAS E JUROS S/CONTR SOCIAL S/LUCRO DE PJ		431.006.588,00	355.228.838,34	87.498.413,97	442.727.252,31	(11.720.664,31)	
1912.32.01 REC MULTA/MORA CONTR SOCIAL S/LUCRO PJ		409.948.490,00	349.335.943,03	87.498.413,97	436.834.357,00	(26.885.867,00)	
1912.32.02 REC DE PARC - MULTA E JUROS DE MORA DA CSLPJ		21.058.098,00	5.892.895,31	-	5.892.895,31	15.165.202,69	
1912.33.00 MULTA E JUROS DE MORA S/CONT DOS CONC E PROG.		-	88.911,39	(3.431,77)	85.479,62	(85.479,62)	
1912.33.07 MULTAS JUR MORA DA CONTR. SOBRE OUT CONC PROG		-	88.911,39	(3.431,77)	85.479,62	(85.479,62)	
1912.34.00 MUL JUR MORA CONTR REC. CONCES ENERGIA ELÉTRICA		-	5.677.206,02	-	5.677.206,02	(5.677.206,02)	
1912.34.00 MUL JUR MORA CONTR REC. CONCES ENERGIA ELÉTRICA		-	5.677.206,02	-	5.677.206,02	(5.677.206,02)	
1912.36.00 MUL JUR MORA CONTR S/REC.SORTEIOS ENT FILANTR		14.428,00	50.901,28	(184,44)	50.716,84	(36.288,84)	
1912.36.00 MUL JUR MORA CONTR S/REC.SORTEIOS ENT FILANTR		39.575,00	50.901,28	(184,44)	50.716,84	(36.288,84)	
1912.52.00 MUL JUR MORA COTA-PARTE FRETE REN MAR MERCANTE		-	20,39	-	20,39	39.554,61	
1912.52.00 MUL JUR MORA COTA-PARTE FRETE REN MAR MERCANTE		39.575,00	20,39	-	20,39	39.554,61	
1912.53.00 MULT. J.MORA CONTR REL DESP EMP. S/ J.CAUSA		36.260.433,00	29.207.037,62	-	29.207.037,62	7.053.395,38	
1912.53.00 MULT. J.MORA CONTR REL DESP EMP. S/ J.CAUSA		36.260.433,00	29.207.037,62	-	29.207.037,62	7.053.395,38	
1912.54.00 MULT. J.MORA CONTR. S/ REMUN. DEVIDA AO TRAB.		-	20.421.829,14	-	20.421.829,14	(20.421.829,14)	
1912.54.00 MULT. J.MORA CONTR. S/ REMUN. DEVIDA AO TRAB.		-	20.421.829,14	-	20.421.829,14	(20.421.829,14)	
1912.55.00 JUROS DE MORA DO FUNDAP - REC. DE CONTRIB.		3.059.520.375,00	2.677.843.891,01	196.698.564,71	2.874.542.455,72	184.977.919,28	
1912.55.01 JUROS MORA DO FUNDAP - CONTR. FIN. SEG SOCIAL		957.799.789,00	801.306.363,47	96.981.800,81	998.288.164,28	59.511.624,72	
1912.55.02 JUROS MORA DO FUNDAP - REC PARCELAMENT COFINS		727.040.111,00	258.675.530,83	-	258.675.530,83	468.364.580,17	
1912.55.03 JUROS MORA DO FUNDAP - CONTR S/ MOVIM. FINANC		-	27.115.878,84	881.951,62	27.997.830,46	(27.997.830,46)	
1912.55.04 JUROS MORA DO FUNDAP - REC PARCELAM DA CPMF		-	21.238.472,36	-	21.238.472,36	(21.238.472,36)	
1912.55.05 JUROS MORA DO FUNDAP - CONTR. P/ PIS/PASEP		363.276.044,00	340.359.172,78	27.064.716,14	367.423.888,92	(4.147.844,92)	
1912.55.06 JUROS MORA DO FUNDAP - REC PARCELAM PIS/PASEP		158.416.158,00	57.916.653,27	-	57.916.653,27	100.499.504,73	
1912.55.07 JUROS MORA DO FUNDAP - CONTR.SOC. S/LUCRO PJ		713.677.291,00	1.112.342.684,24	71.770.096,14	1.184.112.780,38	(470.435.489,38)	
1912.55.08 JUROS MORA DO FUNDAP - REC PARCELAMENTO CSLL		139.310.982,00	58.889.135,22	-	58.889.135,22	80.421.846,78	
1912.99.00 MULTAS E JUROS DE MORA - OUTRAS CONTRIBUIÇOES		5.171.757,00	4.229.876,37	92.656,06	4.322.532,43	849.224,57	
1912.99.01 MULTAS E JUROS DE MORA - OUTRAS CONTRIBUIÇOES		5.171.757,00	4.229.876,37	92.656,06	4.322.532,43	833.915,59	
1912.99.02 PARC - MULTAS/JUROS DE MORA OUTRAS CONTRIB		25.642,00	10.333,02	-	10.333,02	15.308,98	
1912.10.00 MULTAS/JUROS DAS CONTRIB. S/ SERV. TELECOMUN		-	1.110.341,04	-	1.110.341,04	(1.110.341,04)	

192



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO				2011		DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO		PÁGINA	
				31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO		PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECAÇÃO LÍQUIDA	
1914.06.01 MULTAS J.MORA DIV.ATIVA-CONTR. SOC. LUCRO PJ		21.900.339,00	27.097.511,38	2.351.319,75	29.448.831,13	(7.548.492,13)	
1914.06.02 REC.PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV.ATIVA CSLL		4.413.372,00	1.035.134,14	-	1.035.134,14	3.378.237,86	
1914.10.00 MULT.J.MORA DIV.AT. COTA ADIC.FR.MARINHA MERC.		22.523,00	1.244.020,36	28.236,41	1.272.256,77	(1.249.733,77)	
1914.10.00 MULT.J.MORA DIV.AT. COTA ADIC.FR.MARINHA MERC.		22.523,00	1.244.020,36	28.236,41	1.272.256,77	(1.249.733,77)	
1914.11.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CIDE		64.675,00	-	-	-	64.675,00	
1914.11.01 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA CIDE - COMBUSTIVEL		8.789,00	-	-	-	8.789,00	
1914.11.02 REC.PARC - MULTA/JUROS DE MORA DIV.ATIVA CIDE		55.886,00	-	-	-	55.886,00	
1914.12.00 JUROS DE MORA DO FUNDAP - DIV.ATIVA DAS CONTR		786.135.931,00	400.545.725,15	40.729.695,09	441.275.420,24	344.860.510,76	
1914.12.01 JUROS DE MORA DO FUNDAP - DIV.ATIVA DA COFINS		256.622.030,00	130.053.462,23	20.994.312,99	151.047.775,22	105.574.254,78	
1914.12.02 JUROS MORA DO FUNDAP - REC.PARC DIV.AT COFINS		221.424.644,00	54.638.242,03	-	54.638.242,03	166.786.401,97	
1914.12.03 JUROS MORA DO FUNDAP - DIV.ATIVA DA CPMF		-	5.760.540,13	215.235,34	5.975.775,47	(5.975.775,47)	
1914.12.04 JUROS MORA DO FUNDAP - REC.PARC DIV.ATIV CPMF		-	10.795,98	-	10.795,98	(10.795,98)	
1914.12.05 JUROS MORA DO FUNDAP - DIV.ATIVA PIS/PASEP		76.830.273,00	68.732.477,46	8.511.869,93	77.244.347,39	(414.074,39)	
1914.12.06 JUROS MORA DO FUNDAP - REC.PARC DIV.AT PIS/PASEP		55.119.118,00	15.452.468,29	-	15.452.468,29	39.666.649,71	
1914.12.07 JUROS MORA DO FUNDAP - DIV.ATIVA CSLL		119.682.203,00	104.526.303,35	11.008.276,83	115.534.580,18	4.147.622,82	
1914.12.08 JUROS MORA FUNDAP - REC.PARC DIV.ATIV DA CSLL		56.457.663,00	21.371.435,68	-	21.371.435,68	35.086.227,32	
1914.99.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATI OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		2.312.002,00	1.109.151,05	44.536,10	1.153.687,15	1.158.314,85	
1914.99.01 MULTA E JURO DE MORA DIV.ATIV OUTRAS CONTRIB.		1.303.314,00	1.004.257,26	44.536,10	1.048.793,36	254.520,64	
1914.99.02 PARC - MULTAS/JUROS MORA DIV.ATI OUTRAS CONTR		1.008.688,00	104.893,79	-	104.893,79	903.794,21	
1915.00.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA DE OUTRAS RECEITAS		143.333.268,00	353.176.852,53	(100.433.198,75)	252.743.653,78	(109.410.385,78)	
1915.01.00 MULT.J.MORA DIV.AT. MULTAS INFRA A LEG. TRAB.		3.134.140,00	2.009.726,81	-	2.009.726,81	1.124.413,19	
1915.01.00 MULT.J.MORA DIV.AT. MULTAS INFRA A LEG. TRAB.		3.134.140,00	2.009.726,81	-	2.009.726,81	1.124.413,19	
1915.03.00 MULT.J.MORA DIV.AT. OUTOR.DIR EXPL E PESQ.MIN.		-	3.219,90	-	3.219,90	(3.219,90)	
1915.03.00 MULT.J.MORA DIV.AT. OUTOR.DIR EXPL E PESQ.MIN.		-	3.219,90	-	3.219,90	(3.219,90)	
1915.04.00 MULT.J.MORA DIV.AT. MULT.PREV.LEGIS.MINERARIA		-	6.120,53	-	6.120,53	(6.120,53)	
1915.04.00 MULT.J.MORA DIV.AT. MULT.PREV.LEGIS.MINERARIA		-	6.120,53	-	6.120,53	(6.120,53)	
1915.99.00 OUTRAS MULT. E J.MORA DIV.AT. DE OUTRAS REC.		140.198.992,00	349.276.718,29	(100.411.161,82)	248.865.556,47	(108.666.564,47)	
1915.99.01 OUTRAS MULT. JUR.MORA DIV.ATIV. OUTR. RECEITAS		133.632.176,00	346.048.951,34	(100.411.161,82)	245.637.789,52	(112.005.613,52)	
1915.99.02 PARCEL-OUTRAS MULTA/J DE MORA DIV.AT. OUT REC		6.566.816,00	3.227.766,95	-	3.227.766,95	3.339.049,05	
1915.02.00 MULT.J.MORA DIV.AT. EXPLOR. RECURSOS MINERAIS		-	1.094,95	-	1.094,95	(1.094,95)	
1915.02.00 MULT.J.MORA DIV.AT. EXPLOR. RECURSOS MINERAIS		-	1.094,95	-	1.094,95	(1.094,95)	
1915.05.00 MULT.J.MORA DIV.AT. SERV. INSP. FISC.ATIV. MINER		-	8,98	-	8,98	93,02	
1915.05.00 MULT.J.MORA DIV.AT. SERV. INSP. FISC.ATIV. MINER		102,00	8,98	-	8,98	93,02	
1915.08.00 MULT.J.MORA REC.DIV.ATIV. COD. BRAS. AERONAUTICA		102,00	64.839,58	(1.039,37)	63.800,21	(63.800,21)	
1915.08.00 MULT.J.MORA REC.DIV.ATIV. COD. BRAS. AERONAUTICA		-	64.839,58	(1.039,37)	63.800,21	(63.800,21)	
1915.18.00 MULT.J.MORA REC.DIV.ATIV. -LEGISL. LUBR/COMBUST		-	1.815.119,32	(20.993,39)	1.794.125,93	(1.794.125,93)	
1915.18.00 MULT.J.MORA REC.DIV.ATIV. -LEGISL. LUBR/COMBUST		-	1.815.119,32	(20.993,39)	1.794.125,93	(1.794.125,93)	
1915.19.00 MULTA/JUROS DIV.ATIVA COMPENS. FINANC. RG/RPPS		34,00	-	-	-	34,00	
1915.19.00 MULTA/JUROS DIV.ATIVA COMPENS. FINANC. RG/RPPS		34,00	-	-	-	34,00	
1915.20.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIVA TX FISCAL /INFRACAO		-	4,17	(4,17)	-	-	
1915.20.01 MULTAS JUR.MORA DIV.ATIV. -TX FISCALIZACAO		-	4,17	(4,17)	-	-	
1918.00.00 MULTAS E JUROS DE MORA-OUTRAS RECEITAS		213.127.595,00	352.011.705,54	(3.089.374,39)	348.922.331,15	(135.794.736,15)	
1918.01.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE ALUGUEIS		301.245,00	216.797,04	(1.999,79)	214.797,25	86.447,75	
1918.01.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE ALUGUEIS		301.245,00	216.797,04	(1.999,79)	214.797,25	86.447,75	
1918.02.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE ARRENDAMENTOS		186.306,00	391.707,21	(24.520,92)	367.186,29	(180.880,29)	
1918.02.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE ARRENDAMENTOS		186.306,00	391.707,21	(24.520,92)	367.186,29	(180.880,29)	
1918.03.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE LAUDEMIOS		1.026.936,00	1.669.277,69	(46.392,04)	1.622.885,65	(595.949,65)	
1918.03.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE LAUDEMIOS		1.026.936,00	1.669.277,69	(46.392,04)	1.622.885,65	(595.949,65)	
1918.05.00 MUL-JUR. MORA ALIEN. DE OUTROS BENS IMOVEIS		172.974,00	30.996,78	-	30.996,78	141.977,22	
1918.05.00 MUL-JUR. MORA ALIEN. DE OUTROS BENS IMOVEIS		172.974,00	30.996,78	-	30.996,78	141.977,22	
1918.06.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE PARCELAMENTO		-	5.516,89	(54.533,46)	(49.016,57)	49.016,57	
1918.06.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE PARCELAMENTO		-	5.516,89	(54.533,46)	(49.016,57)	49.016,57	



TÍTULO		REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO				2011		DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO		PÁGINA	
ESPECIFICAÇÃO		PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	
1918.07.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE FOROS		3.523.124,00	5.231.449,81	(18.068,66)	5.213.381,15	(1.690.257,15)	
1918.07.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE FOROS		3.523.124,00	5.231.449,81	(18.068,66)	5.213.381,15	(1.690.257,15)	
1918.08.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE OCUPACAO		7.867.429,00	11.265.576,34	1.601,97	11.267.178,31	(3.399.749,31)	
1918.08.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS DE OCUPACAO		7.867.429,00	11.265.576,34	1.601,97	11.267.178,31	(3.399.749,31)	
1918.11.00 MULT. JUROS MORA REC.DIR.ANTIDUMPING DIR.COMP		373.944,00	897.500,43	(2.065,82)	895.434,61	(521.490,61)	
1918.11.00 MULT. JUROS MORA REC.DIR.ANTIDUMPING DIR.COMP		373.944,00	897.500,43	(2.065,82)	895.434,61	(521.490,61)	
1918.12.00 MULT. JUROS MORA REC.DECORR. BENS APREENHIDOS		351.950,00	837.347,62	(2.065,82)	837.347,62	(485.397,62)	
1918.12.00 MULT. JUROS MORA REC.DECORR. BENS APREENHIDOS		351.950,00	837.347,62	(2.065,82)	837.347,62	(485.397,62)	
1918.14.00 MULT.J.MORA REC. EXPLORACAO RECURSOS MINERAIS		3.177,00	4.063,35	-	4.063,35	(886,35)	
1918.14.00 MULT.J.MORA REC. EXPLORACAO RECURSOS MINERAIS		3.177,00	4.063,35	-	4.063,35	(886,35)	
1918.15.00 MULT.J.MORA OUTORG.DIR.EXPLOR.E PESQU.MINERAL		-	1.778,64	-	1.778,64	(1.778,64)	
1918.15.00 MULT.J.MORA OUTORG.DIR.EXPLOR.E PESQU.MINERAL		-	1.778,64	-	1.778,64	(1.778,64)	
1918.99.00 OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA		199.057.727,00	331.213.252,16	(2.828.527,95)	328.384.724,21	(129.326.997,21)	
1918.99.00 OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA		199.057.727,00	331.213.252,16	(2.828.527,95)	328.384.724,21	(129.326.997,21)	
1918.04.00 MULTAS JUR.MORA ALIEN.BENS IMOVEIS DOM. UNIAO		262.783,00	166.809,10	(112.099,98)	54.709,12	208.073,88	
1918.04.01 MULTA ALIEN.BENS IMOVEIS DOM UNIAO		262.783,00	154.882,58	(102.852,86)	52.029,72	210.753,28	
1918.04.02 JUROS ALIEN.BENS IMOVEIS DOM UNIAO		-	111.926,52	(9.247,12)	2.679,40	(2.679,40)	
1918.09.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE DIVIDENDOS		-	53.784,91	-	53.784,91	(53.784,91)	
1918.09.00 MULTAS E JUROS DE MORA DE DIVIDENDOS		-	53.784,91	-	53.784,91	(53.784,91)	
1918.17.00 MULT.J.MORA PELA CESSAO DE USO DE BENS UNIAO		-	438,37	-	438,37	(438,37)	
1918.17.01 MULTA MORA PELA CESSAO DE USO DE BENS UNIAO		-	22,42	-	22,42	(22,42)	
1918.17.02 JUROS MORA PELA CESSAO DE USO DE BENS UNIAO		-	415,95	-	415,95	(415,95)	
1918.18.00 MULT.J.MORA INDEN.POSSE OU OCUP.ILIC.BENS UNI		-	1.399,05	-	1.399,05	(1.399,05)	
1918.18.01 MULTA INDEN.POSSE OU OCUP.ILICITA BENS UNIAO		-	279,64	-	279,64	(279,64)	
1918.18.02 JUROS INDEN.POSSE OU OCUP.ILICITA BENS UNIAO		-	1.119,41	-	1.119,41	(1.119,41)	
1918.19.00 MULTAS E JUROS - AUTO DE INFRACAO PREV COMPL		-	1.916,18	-	1.916,18	(1.916,18)	
1918.19.00 MULTAS E JUROS - AUTO DE INFRACAO PREV COMPL		-	1.916,18	-	1.916,18	(1.916,18)	
1918.20.00 MULT.J.MORA REC.SUSPENSAO DIR.PROPR.INTELEC		-	8.349,42	(2.767,74)	5.581,68	(5.581,68)	
1918.20.00 MULT.J.MORA REC.SUSPENSAO DIR.PROPR.INTELEC		-	8.349,42	(2.767,74)	5.581,68	(5.581,68)	
1918.21.00 MULT.J.MORA RESSARC.DE ACOES REGRES.REL.TRAB.		-	13.744,55	-	13.744,55	(13.744,55)	
1918.21.00 MULT.J.MORA RESSARC.DE ACOES REGRES.REL.TRAB.		-	13.744,55	-	13.744,55	(13.744,55)	
1919.00.00 MULTAS DE OUTRAS ORIGENS		2.248.611.510,00	13.737.677.174,37	(11.122.667.260,12)	2.615.009.914,25	(366.398.404,25)	
1919.00.00 MULTAS DE OUTRAS ORIGENS		2.248.611.510,00	13.737.677.174,37	(11.122.667.260,12)	2.615.009.914,25	(366.398.404,25)	
1919.01.00 MULTAS PREVISTA NA LEGISLACAO DE METROLOGIA		58.893.697,00	125.918.461,70	(71.948,35)	125.846.513,35	(66.952.816,35)	
1919.01.00 MULTAS PREVISTA NA LEGISLACAO DE METROLOGIA		58.893.697,00	125.918.461,70	(71.948,35)	125.846.513,35	(66.952.816,35)	
1919.02.00 MULTAS DO REGULAMENTO P/ O TRAFEGO MARITIMO		6.224.652,00	2.747.406,08	(8.080,00)	2.739.326,08	3.485.325,92	
1919.02.00 MULTAS DO REGULAMENTO P/ O TRAFEGO MARITIMO		6.224.652,00	2.747.406,08	(8.080,00)	2.739.326,08	3.485.325,92	
1919.03.00 MULTA DE POLUICAO DE AGUAS		26.329,00	39.538,37	(2.001,40)	37.536,97	(11.207,97)	
1919.03.00 MULTA DE POLUICAO DE AGUAS		26.329,00	39.538,37	(2.001,40)	37.536,97	(11.207,97)	
1919.06.00 MULTAS DO CODIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS		24.488.279,00	29.619.094,58	(69.463,40)	29.549.631,18	(5.061.352,18)	
1919.06.00 MULTAS DO CODIGO ELEITORAL E LEIS CONEXAS		24.488.279,00	29.619.094,58	(69.463,40)	29.549.631,18	(5.061.352,18)	
1919.08.00 MULTAS PREVISTAS NA LEI DO SERVICO MILITAR		3.915.143,00	3.918.228,47	(69.463,40)	3.918.228,47	(3.085,47)	
1919.08.00 MULTAS PREVISTAS NA LEI DO SERVICO MILITAR		3.915.143,00	3.918.228,47	(69.463,40)	3.918.228,47	(3.085,47)	
1919.09.00 MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUN.		81.088.929,00	66.475.686,13	(51.031,78)	66.424.654,35	14.664.274,65	
1919.09.00 MULTAS PREVISTAS NA LEI GERAL DAS TELECOMUN.		81.088.929,00	66.475.686,13	(51.031,78)	66.424.654,35	14.664.274,65	
1919.10.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISL. SANITARIA		17.003.895,00	52.140.786,66	(991.139,32)	51.149.647,34	(34.145.752,34)	
1919.10.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISL. SANITARIA		17.003.895,00	52.140.786,66	(991.139,32)	51.149.647,34	(34.145.752,34)	
1919.12.00 MULTAS PREVISTAS LEGIS DE REGISTRO COMERCIO		17.003.895,00	130,35	(991.139,32)	130,35	(130,35)	
1919.12.00 MULTAS PREVISTAS LEGIS DE REGISTRO COMERCIO		17.003.895,00	130,35	(991.139,32)	130,35	(130,35)	
1919.13.00 MUL. PREVISTAS NA LEGIS LUBRIF E COMBUSTIVEIS		35.998.462,00	47.807.885,84	(7.528.900,77)	40.278.985,07	(4.280.493,07)	
1919.13.00 MUL. PREVISTAS NA LEGIS LUBRIF E COMBUSTIVEIS		35.998.462,00	47.807.885,84	(7.528.900,77)	40.278.985,07	(4.280.493,07)	
1919.14.00 MULTAS POR INFRACAO A LEGIS. TRABALHISTA		136.165.115,00	178.767.909,32	(1.210.631,58)	177.557.277,74	(41.392.162,74)	
1919.14.00 MULTAS POR INFRACAO A LEGIS. TRABALHISTA		136.165.115,00	178.767.909,32	(1.210.631,58)	177.557.277,74	(41.392.162,74)	



TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA	EXERCÍCIO	MES		
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA		
		31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1919.15.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO	577.314.550,00	11.765.553.005,17	(11.083.798.576,70)	681.754.428,47	(104.439.878,47)
1919.15.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO	577.314.550,00	11.765.553.005,17	(11.083.798.576,70)	681.754.428,47	(104.439.878,47)
1919.16.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO	23.330.687,00	32.824.736,02	6.310,13	32.831.046,15	(9.500.359,15)
1919.16.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO	23.330.687,00	32.824.736,02	6.310,13	32.831.046,15	(9.500.359,15)
1919.26.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO	31.679.382,00	41.340.725,46	-	41.340.725,46	(9.661.343,46)
1919.26.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO	31.679.382,00	41.340.725,46	-	41.340.725,46	(9.661.343,46)
1919.26.02 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO	48.691,00	128.420,57	-	128.420,57	(79.729,57)
1919.26.02 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO	48.691,00	128.420,57	-	128.420,57	(79.729,57)
1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	31.630.691,00	41.212.304,89	-	41.212.304,89	(9.581.613,89)
1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	31.630.691,00	41.212.304,89	-	41.212.304,89	(9.581.613,89)
1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	13.009.524,00	59.569.824,76	(874.996,38)	58.694.828,38	(45.685.304,38)
1919.27.00 MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	13.009.524,00	59.569.824,76	(874.996,38)	58.694.828,38	(45.685.304,38)
1919.28.00 MULTAS DECORRENTES DE TRANSPORTES E CARGAS	30.893.992,00	27.765.848,12	(657.921,06)	27.107.927,06	3.786.064,94
1919.28.00 MULTAS DECORRENTES DE TRANSPORTES E CARGAS	30.893.992,00	27.765.848,12	(657.921,06)	27.107.927,06	3.786.064,94
1919.28.00 MULTAS DECORRENTES DE TRANSPORTES E CARGAS	30.893.992,00	27.765.848,12	(657.921,06)	27.107.927,06	3.786.064,94
1919.28.00 MULTAS DECORRENTES DE TRANSPORTES E CARGAS	30.893.992,00	27.765.848,12	(657.921,06)	27.107.927,06	3.786.064,94
1919.30.00 MULTAS PREVISTAS NO COD BRAS DE AERONAUTICA	16.681.350,00	16.537.937,93	(13.545,38)	16.524.392,55	156.957,45
1919.30.00 MULTAS PREVISTAS NO COD BRAS DE AERONAUTICA	16.681.350,00	16.537.937,93	(13.545,38)	16.524.392,55	156.957,45
1919.30.00 MULTAS PREVISTAS NO COD BRAS DE AERONAUTICA	16.681.350,00	16.537.937,93	(13.545,38)	16.524.392,55	156.957,45
1919.30.00 MULTAS PREVISTAS NO COD BRAS DE AERONAUTICA	16.681.350,00	16.537.937,93	(13.545,38)	16.524.392,55	156.957,45
1919.31.00 MULTA DE TARIFA PEDAGOGICA	7.448.579,00	2.479.005,22	(4.080,00)	2.474.925,22	4.973.653,78
1919.31.00 MULTA DE TARIFA PEDAGOGICA	7.448.579,00	2.479.005,22	(4.080,00)	2.474.925,22	4.973.653,78
1919.31.00 MULTA DE TARIFA PEDAGOGICA	7.448.579,00	2.479.005,22	(4.080,00)	2.474.925,22	4.973.653,78
1919.31.00 MULTA DE TARIFA PEDAGOGICA	7.448.579,00	2.479.005,22	(4.080,00)	2.474.925,22	4.973.653,78
1919.32.00 MULTA DECORRENTES DE SENTENÇAS PENAL	5.009.806,00	5.229.385,57	(122.718,68)	5.106.666,89	(96.860,89)
1919.32.00 MULTA DECORRENTES DE SENTENÇAS PENAL	5.009.806,00	5.229.385,57	(122.718,68)	5.106.666,89	(96.860,89)
1919.32.00 MULTA DECORRENTES DE SENTENÇAS PENAL	5.009.806,00	5.229.385,57	(122.718,68)	5.106.666,89	(96.860,89)
1919.32.00 MULTA DECORRENTES DE SENTENÇAS PENAL	5.009.806,00	5.229.385,57	(122.718,68)	5.106.666,89	(96.860,89)
1919.33.00 MULTA DE QUEBRA DE FIANÇA	296.718,00	537.251,97	(6.719,94)	530.532,03	(233.814,03)
1919.33.00 MULTA DE QUEBRA DE FIANÇA	296.718,00	537.251,97	(6.719,94)	530.532,03	(233.814,03)
1919.33.00 MULTA DE QUEBRA DE FIANÇA	296.718,00	537.251,97	(6.719,94)	530.532,03	(233.814,03)
1919.33.00 MULTA DE QUEBRA DE FIANÇA	296.718,00	537.251,97	(6.719,94)	530.532,03	(233.814,03)
1919.34.00 MULTA E DE SEGURANÇA PRIVADA	296.718,00	537.251,97	(6.719,94)	530.532,03	(233.814,03)
1919.34.00 MULTA E DE SEGURANÇA PRIVADA	296.718,00	537.251,97	(6.719,94)	530.532,03	(233.814,03)
1919.34.00 MULTA E DE SEGURANÇA PRIVADA	296.718,00	537.251,97	(6.719,94)	530.532,03	(233.814,03)
1919.34.00 MULTA E DE SEGURANÇA PRIVADA	296.718,00	537.251,97	(6.719,94)	530.532,03	(233.814,03)
1919.36.00 MULTA E DE SEGURANÇA PRIVADA	10.270.478,00	5.441.038,36	(303.932,86)	5.137.105,50	5.133.372,50
1919.36.00 MULTA E DE SEGURANÇA PRIVADA	10.270.478,00	5.441.038,36	(303.932,86)	5.137.105,50	5.133.372,50
1919.36.00 MULTA E DE SEGURANÇA PRIVADA	10.270.478,00	5.441.038,36	(303.932,86)	5.137.105,50	5.133.372,50
1919.36.00 MULTA E DE SEGURANÇA PRIVADA	10.270.478,00	5.441.038,36	(303.932,86)	5.137.105,50	5.133.372,50
1919.37.00 MULTA POR ATO ATENTATORIO AO EXERCÍCIO JURISDICCIONAL	-	292.744,43	(1.924,44)	290.819,99	(290.819,99)
1919.37.00 MULTA POR ATO ATENTATORIO AO EXERCÍCIO JURISDICCIONAL	-	292.744,43	(1.924,44)	290.819,99	(290.819,99)
1919.37.00 MULTA POR ATO ATENTATORIO AO EXERCÍCIO JURISDICCIONAL	-	292.744,43	(1.924,44)	290.819,99	(290.819,99)
1919.37.00 MULTA POR ATO ATENTATORIO AO EXERCÍCIO JURISDICCIONAL	-	292.744,43	(1.924,44)	290.819,99	(290.819,99)
1919.41.00 MULTAS POR INFRACOES A LEGISLAÇÃO CINEMATOGRAFICA	114.952,00	341.112,42	(615,88)	340.496,54	(225.544,54)
1919.41.00 MULTAS POR INFRACOES A LEGISLAÇÃO CINEMATOGRAFICA	114.952,00	341.112,42	(615,88)	340.496,54	(225.544,54)
1919.41.00 MULTAS POR INFRACOES A LEGISLAÇÃO CINEMATOGRAFICA	114.952,00	341.112,42	(615,88)	340.496,54	(225.544,54)
1919.41.00 MULTAS POR INFRACOES A LEGISLAÇÃO CINEMATOGRAFICA	114.952,00	341.112,42	(615,88)	340.496,54	(225.544,54)
1919.48.00 MULTAS POR INFRACOES A LEGISLAÇÃO CINEMATOGRAFICA	-	3.774.586,59	(45.748,76)	3.728.837,83	(3.728.837,83)
1919.48.00 MULTAS POR INFRACOES A LEGISLAÇÃO CINEMATOGRAFICA	-	3.774.586,59	(45.748,76)	3.728.837,83	(3.728.837,83)
1919.48.00 MULTAS POR INFRACOES A LEGISLAÇÃO CINEMATOGRAFICA	-	3.774.586,59	(45.748,76)	3.728.837,83	(3.728.837,83)
1919.48.00 MULTAS POR INFRACOES A LEGISLAÇÃO CINEMATOGRAFICA	-	3.774.586,59	(45.748,76)	3.728.837,83	(3.728.837,83)
1919.49.00 MULTAS POR INFRACOES A LEGISLAÇÃO CINEMATOGRAFICA	21.151,00	971.318,05	(19.758,56)	951.559,49	(930.408,49)
1919.49.00 MULTAS POR INFRACOES A LEGISLAÇÃO CINEMATOGRAFICA	21.151,00	971.318,05	(19.758,56)	951.559,49	(930.408,49)
1919.49.00 MULTAS POR INFRACOES A LEGISLAÇÃO CINEMATOGRAFICA	21.151,00	971.318,05	(19.758,56)	951.559,49	(930.408,49)
1919.49.00 MULTAS POR INFRACOES A LEGISLAÇÃO CINEMATOGRAFICA	21.151,00	971.318,05	(19.758,56)	951.559,49	(930.408,49)
1919.50.00 MULTAS POR AUTOS DE INFRAÇÃO	120.227.520,00	238.513.031,66	(14.637.860,50)	223.875.171,16	(103.647.651,16)
1919.50.00 MULTAS POR AUTOS DE INFRAÇÃO	120.227.520,00	238.513.031,66	(14.637.860,50)	223.875.171,16	(103.647.651,16)
1919.50.00 MULTAS POR AUTOS DE INFRAÇÃO	120.227.520,00	238.513.031,66	(14.637.860,50)	223.875.171,16	(103.647.651,16)
1919.50.00 MULTAS POR AUTOS DE INFRAÇÃO	120.227.520,00	238.513.031,66	(14.637.860,50)	223.875.171,16	(103.647.651,16)
1919.52.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MINERARIA	14.777.322,00	13.663.559,85	(101,05)	13.663.458,80	1.113.863,20
1919.52.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MINERARIA	14.777.322,00	13.663.559,85	(101,05)	13.663.458,80	1.113.863,20
1919.52.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MINERARIA	14.777.322,00	13.663.559,85	(101,05)	13.663.458,80	1.113.863,20
1919.52.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MINERARIA	14.777.322,00	13.663.559,85	(101,05)	13.663.458,80	1.113.863,20
1919.99.00 OUTRAS MULTAS	983.834.703,00	957.835.139,11	(8.572.824,11)	949.262.315,00	34.572.388,00
1919.99.00 OUTRAS MULTAS	983.834.703,00	957.835.139,11	(8.572.824,11)	949.262.315,00	34.572.388,00
1919.99.00 OUTRAS MULTAS	983.834.703,00	957.835.139,11	(8.572.824,11)	949.262.315,00	34.572.388,00
1919.99.00 OUTRAS MULTAS	983.834.703,00	957.835.139,11	(8.572.824,11)	949.262.315,00	34.572.388,00
1919.35.00 MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS	49.896.295,00	55.717.705,91	(3.679.049,35)	52.038.656,56	(2.142.361,56)
1919.35.00 MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS	49.896.295,00	55.717.705,91	(3.679.049,35)	52.038.656,56	(2.142.361,56)
1919.35.00 MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS	49.896.295,00	55.717.705,91	(3.679.049,35)	52.038.656,56	(2.142.361,56)
1919.35.00 MULTAS POR DANOS AMBIENTAIS	49.896.295,00	55.717.705,91	(3.679.049,35)	52.038.656,56	(2.142.361,56)
1919.51.00 MULTA POR FALTA/ATRASO NA APRESENTAÇÃO GFIP	-	1.854.120,27	-	1.854.120,27	(1.854.120,27)
1919.51.00 MULTA POR FALTA/ATRASO NA APRESENTAÇÃO GFIP	-	1.854.120,27	-	1.854.120,27	(1.854.120,27)
1919.51.00 MULTA POR FALTA/ATRASO NA APRESENTAÇÃO GFIP	-	1.854.120,27	-	1.854.120,27	(1.854.120,27)
1919.51.00 MULTA POR FALTA/ATRASO NA APRESENTAÇÃO GFIP	-	1.854.120,27	-	1.854.120,27	(1.854.120,27)
1920.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.103.837.799,00	4.259.956.759,17	(176.259.731,12)	4.083.697.028,05	(979.859.229,05)
1920.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.103.837.799,00	4.259.956.759,17	(176.259.731,12)	4.083.697.028,05	(979.859.229,05)
1920.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.103.837.799,00	4.259.956.759,17	(176.259.731,12)	4.083.697.028,05	(979.859.229,05)
1920.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.103.837.799,00	4.259.956.759,17	(176.259.731,12)	4.083.697.028,05	(979.859.229,05)
1921.00.00 INDENIZACOES	21.917,00	81.111.502,92	(1.403.831,79)	79.707.671,13	(57.790.754,13)
1921.00.00 INDENIZACOES	21.917,00	81.111.502,92	(1.403.831,79)	79.707.671,13	(57.790.754,13)
1921.00.00 INDENIZACOES	21.917,00	81.111.502,92	(1.403.831,79)	79.707.671,13	(57.790.754,13)
1921.00.00 INDENIZACOES	21.917,00	81.111.502,92	(1.403.831,79)	79.707.671,13	(57.790.754,13)
1921.06.00 INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	1.965.759,00	3.708.599,29	(118.908,74)	3.589.690,55	(1.623.931,55)
1921.06.00 INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	1.965.759,00	3.708.599,29	(118.908,74)	3.589.690,55	(1.623.931,55)
1921.06.00 INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	1.965.759,00	3.708.599,29	(118.908,74)	3.589.690,55	(1.623.931,55)
1921.06.00 INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	1.965.759,00	3.708.599,29	(118.908,74)	3.589.690,55	(1.623.931,55)
1921.99.00 OUTRAS INDENIZACOES	19.951.158,00	77.226.101,27	(1.261.412,97)	75.964.688,30	(56.013.530,30)
1921.99.00 OUTRAS INDENIZACOES	19.951.158,00	77.226.101,27	(1.261.412,97)	75.964.688,30	(56.013.530,30)
1921.99.00 OUTRAS INDENIZACOES	19.951.158,00	77.226.101,27	(1.261.412,97)	75.964.688,30	(56.013.530,30)
1921.99.00 OUTRAS INDENIZACOES	19.951.158,00	77.226.101,27	(1.261.412,97)	75.964.688,30	(56.013.530,30)
1921.07.00 INDENIZACOES POSSE OU OCUPAÇÃO ILÍCITA DE BENS UNIAO	-	176.802,36	(23.510,08)	153.292,28	(153.292,28)
1921.07.00 INDENIZACOES POSSE OU OCUPAÇÃO ILÍCITA DE BENS UNIAO	-	176.802,36	(23.510,08)	153.292,28	(153.292,28)
1921.07.00 INDENIZACOES POSSE OU OCUPAÇÃO ILÍCITA DE BENS UNIAO	-	176.802,36	(23.510,08)	153.292,28	(153.292,28)
1921.07.00 INDENIZACOES POSSE OU OCUPAÇÃO ILÍCITA DE BENS UNIAO	-	176.802,36	(23.510,08)	153.292,28	(153.292,28)
1922.00.00 RESTITUICOES	3.081.920.882,00	4.178.845.256,25	(174.855.899,33)	4.003.989.356,92	(922.068.474,92)
1922.00.00 RESTITUICOES	3.081.920.882,00	4.178.845.256,25	(174.855.899,33)	4.003.989.356,92	(922.068.474,92)
1922.00.00 RESTITUICOES	3.081.920.882,00	4.178.845.256,25	(174.855.899,33)	4.003.989.356,92	(922.068.474,92)
1922.00.00 RESTITUICOES	3.081.920.882,00	4.178.845.256,25	(174.855.899,33)	4.003.989.356,92	(922.068.474,92)
1922.01.00 RESTITUICOES DE CONVENIOS	494.748.476,00	1.365.779.943,09	(100.273.066,44)	1.265.506.876,65	(770.758.400,65)
1922.01.00 RESTITUICOES DE CONVENIOS	494.748.476,00	1.365.779.943,09	(100.273.066,44)	1.265.506.876,65	(770.758.400,65)
1922.01.00 RESTITUICOES DE CONVENIOS	494.748.476,00	1.365.779.943,09	(100.273.066,44)	1.265.506.876,65	(770.758.400,65)
1922.01.00 RESTITUICOES DE CONVENIOS	494.748.476,00	1.365.779.943,09	(100.273.066,44)	1.265.506.876,65	(770.758.400,65)
1922.02.00 RESTITUICOES DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS	291.797				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA	EXERCÍCIO	MES		
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		EMISSÃO	PÁGINA		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1922.03.00 RESTITUIÇÃO DE CONTRIB. PREVID.COMPLEMENTARES	-	354.972.106,80	-	354.972.106,80	(354.972.106,80)
1922.03.00 RESTITUIÇÃO DE CONTRIB. PREVID.COMPLEMENTARES	-	354.972.106,80	-	354.972.106,80	(354.972.106,80)
1922.05.00 RESSARC.P/ OPER.SEGUR.PRIVADOS ASSIST. SAUDE	17.982,00	76.236.431,24	-	76.236.431,24	(76.218.449,24)
1922.05.00 RESSARC.P/ OPER.SEGUR.PRIVADOS ASSIST. SAUDE	17.982,00	76.236.431,24	-	76.236.431,24	(76.218.449,24)
1922.06.00 RESSARC.CUSTO DISPONIBILIZACAO DE MEDICAMENTO	120.334.168,00	79.260.510,25	(3.848.407,23)	75.412.103,02	44.922.064,98
1922.06.00 RESSARC.CUSTO DISPONIBILIZACAO DE MEDICAMENTO	120.334.168,00	79.260.510,25	(3.848.407,23)	75.412.103,02	44.922.064,98
1922.07.00 RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	1.686.546.863,00	1.078.125.453,52	(26.951.314,72)	1.051.174.138,80	635.372.724,20
1922.07.00 RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	1.686.546.863,00	1.078.125.453,52	(26.951.314,72)	1.051.174.138,80	635.372.724,20
1922.08.00 RESSARC. DE PGTO HONORARIOS TECNICO-PERICIAIS	11.807.496,00	22.924.677,73	(162.672,27)	22.762.005,46	(10.954.509,46)
1922.08.00 RESSARC. DE PGTO HONORARIOS TECNICO-PERICIAIS	11.807.496,00	22.924.677,73	(162.672,27)	22.762.005,46	(10.954.509,46)
1922.09.00 RESSARC.DESP PORTE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS	19.018.341,00	21.285.778,22	(87.580,39)	21.198.197,83	(2.179.856,83)
1922.09.00 RESSARC.DESP PORTE REMESSA E RETORNO DOS AUTOS	19.018.341,00	21.285.778,22	(87.580,39)	21.198.197,83	(2.179.856,83)
1922.10.00 COMP.FIN REGIME GERAL E PROPRIO PREV.SERV.	759.952,00	1.617.389,52	-	1.617.389,52	(857.437,52)
1922.10.01 REC.COMPENS.FINANC.ENTRE O RG/RPPS-PRINCIPAL	759.643,00	1.616.892,16	-	1.616.892,16	(857.249,16)
1922.10.02 REC.COMPENS.FINANC.ENTRE RG/RPPS-PARCELAMENTO	309,00	497,36	-	497,36	(188,36)
1922.20.00 RECUPERACAO DE SINISTROS	22.089.995,00	5.576.973,89	(1.247.448,52)	4.329.525,37	17.760.469,63
1922.20.00 RECUPERACAO DE SINISTROS	22.089.995,00	5.576.973,89	(1.247.448,52)	4.329.525,37	17.760.469,63
1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇOES	434.800.228,00	488.154.131,41	(16.914.437,19)	471.239.694,22	(36.439.466,22)
1922.99.00 OUTRAS RESTITUIÇOES	434.800.228,00	488.154.131,41	(16.914.437,19)	471.239.694,22	(36.439.466,22)
1922.11.00 RESITIT. PARC.SEGURO DESEMPREGO RECEB INDEVIDAM	-	100.913,78	-	100.913,78	(100.913,78)
1922.11.00 RESITIT. PARC.SEGURO DESEMPREGO RECEB INDEVIDAM	-	100.913,78	-	100.913,78	(100.913,78)
1922.21.00 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE DEPORTAÇÃO	-	26.437,72	(156,07)	26.281,65	(26.281,65)
1922.21.00 RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE DEPORTAÇÃO	-	26.437,72	(156,07)	26.281,65	(26.281,65)
1922.30.00 DEV.RECURSOS DE RESTITUIÇÕES/INCENTIVOS DO IR	-	180.071.962,22	(25.368.344,65)	154.703.617,57	(154.703.617,57)
1922.30.00 DEV.RECURSOS DE RESTITUIÇÕES/INCENTIVOS DO IR	-	180.071.962,22	(25.368.344,65)	154.703.617,57	(154.703.617,57)
1922.22.00 RESSARC. ACOES REGRES. ORIUNDAS DA REL. TRAB.	-	992.410,80	-	992.410,80	(992.410,80)
1922.22.00 RESSARC. ACOES REGRES. ORIUNDAS DA REL. TRAB.	-	992.410,80	-	992.410,80	(992.410,80)
1930.00.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA	-	992.410,80	-	992.410,80	(992.410,80)
1930.00.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA	-	992.410,80	-	992.410,80	(992.410,80)
1931.00.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	9.479.908.346,00	4.970.471.194,34	(384.352.499,81)	4.586.118.694,53	4.893.789.651,47
1931.00.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	9.479.908.346,00	4.970.471.194,34	(384.352.499,81)	4.586.118.694,53	4.893.789.651,47
1931.01.01 RECEITA DIV.ATIVA IMP. RENDA E PROV. QO NAT.	6.596.631.583,00	1.600.425.268,59	(803.870.974,93)	796.554.293,66	5.800.077.289,34
1931.01.01 RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA PESSOA FISICA	615.684.992,00	277.953.438,01	139.269.079,38	417.222.517,39	198.462.474,61
1931.01.02 RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA PESS JURIDICA	184.149.271,00	74.466.727,05	18.972.922,44	93.439.649,49	90.709.621,51
1931.01.03 RECEITA DIVIDA ATIVA IMP. RENDA RETIDO FONTE	250.757.820,00	160.765.724,98	76.093.073,29	236.858.798,27	13.899.021,73
1931.01.04 RECEITA PARCELAMENTOS - DIVIDA ATIVA DO IRPJ	93.214.198,00	32.455.125,66	44.203.179,94	76.658.305,60	16.555.892,40
1931.01.05 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IRRF	77.279.024,00	9.897.613,45	-	9.897.613,45	67.381.410,55
1931.01.06 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IRRF	3.703.229,00	(813.727,11)	(96,29)	(813.823,40)	4.517.052,40
1931.01.06 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IRRF	3.703.229,00	(813.727,11)	(96,29)	(813.823,40)	4.517.052,40
1931.02.00 RECEITA DIV.ATIVA DO IPI	6.581.450,00	1.181.973,98	-	1.181.973,98	5.399.476,02
1931.02.01 REC.PROG.RECUP.FIS.PAR-DIV ATIV-IP/PRINCIPAL	119.212.635,00	28.868.042,34	11.407.489,58	40.275.531,92	78.937.103,08
1931.02.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IPI	65.050.896,00	23.744.901,22	11.407.489,58	35.152.390,80	29.898.505,20
1931.03.00 RECEITA DIVIDA ATIVA DO IOF	54.161.739,00	5.123.141,12	-	5.123.141,12	49.038.597,88
1931.03.01 REC.DIVIDA ATIVA IOF - PRINCIPAL	887.655,00	768.954,36	168.846,76	937.801,12	(50.146,12)
1931.03.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IOF	778.989,00	712.847,09	168.846,76	881.693,85	(102.704,85)
1931.04.00 RECEITA DIVIDA ATIVA DO ITR	108.666,00	56.107,27	-	56.107,27	52.558,73
1931.04.00 RECEITA DIVIDA ATIVA DO ITR	108.666,00	56.107,27	-	56.107,27	52.558,73
1931.05.00 RECEITA DIVIDA ATIVA DO IMPOSTO S/ IMPORTACAO	16.838.710,00	3.283.853,95	1.249.838,64	4.533.692,59	12.305.017,41
1931.05.01 REC.DIVIDA ATIVA IMP.IMPORTACAO - PRINCIPAL	5.484.091,00	4.474.291,07	3.762.115,39	8.236.406,46	(2.688.315,46)
1931.05.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO II	2.782.017,00	4.090.534,44	3.762.115,39	7.852.649,83	(5.070.632,83)
1931.06.00 RECEITA DA DIV.ATIVA DO IMPOSTO S/ EXPORTACAO	2.766.074,00	383.756,63	-	383.756,63	2.382.317,37
1931.06.01 REC.DIVIDA ATIVA IMP.EXPORTACAO - PRINCIPAL	149.309,00	27.397,03	269.459,01	296.856,04	(147.547,04)
1931.06.02 REC DE PARCELAMENTOS - DIV ATIVA DO IMP EXP	89.866,00	-	269.459,01	-	(206.990,04)
1931.07.00 RECEITA DA DIV.ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	59.443,00	1.226.786,43	178.759,78	1.405.546,21	59.443,00
1931.07.00 RECEITA DA DIV.ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	59.443,00	1.226.786,43	178.759,78	1.405.546,21	59.443,00
1931.07.00 RECEITA DA DIV.ATIVA DE CUSTAS JUDICIAIS	1.405.725,00	1.226.786,43	178.759,78	1.405.546,21	178,79



TÍTULO		REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA		EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO				2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSION	PÁGINA
				31/12/2011	
ESPECIFICAÇÃO		PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECAÇÃO LÍQUIDA
1931.08.00 RECEITA DIV.ATIVA DA TAXA DE FISC. TELECOM.		3.034,00	1.483,93	813,85	2.297,78
1931.08.00 RECEITA DIV.ATIVA DA TAXA DE FISC. TELECOM.		3.034,00	1.483,93	813,85	2.297,78
1931.99.01 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS		5.836.901.432,00	1.281.431.506,47	(957.787.862,32)	323.643.644,15
1931.99.01 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS		5.836.901.432,00	1.281.431.506,47	(957.787.862,32)	323.643.644,15
1931.99.02 PARCELAMENTOS - RECEITA DIV.ATIV. OUTROS TRIB		949,00	-	-	-
1931.99.02 PARCELAMENTOS - RECEITA DIV.ATIV. OUTROS TRIB		949,00	-	-	-
1931.09.00 RECEITA DIV.ATIVA TAXA DE FISCALIZACAO-TAFIC		-	2.389.515,00	(2.389.515,00)	-
1931.09.00 RECEITA DIV.ATIVA TAXA DE FISCALIZACAO-TAFIC		-	2.389.515,00	(2.389.515,00)	-
1932.00.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA		2.883.276.763,00	3.370.045.925,75	419.518.475,12	3.789.564.400,87
1932.00.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA		2.883.276.763,00	3.370.045.925,75	419.518.475,12	3.789.564.400,87
1932.01.00 REC.DIV.ATIVA CONT. EMPREG. TRAB. P/SEG. SOC.		1.276.942.875,00	2.525.288.625,04	-	2.525.288.625,04
1932.01.01 REC.DIV.ATIVA CONT. SEG. OBRIG. -CONTR. INDIVIDUA		504.535,00	238.626,12	-	238.626,12
1932.01.01 REC.DIV.ATIVA CONT. PREV. SEGURADO ASSALARIADO		154.587.244,00	158.836.010,03	-	158.836.010,03
1932.01.03 REC.DIV.ATIVA CONT. PREV. EMPR. S/SEG. ASSALARIAD		318.983.453,00	322.390.394,53	-	322.390.394,53
1932.01.05 REC.DIV.ATIVA CONT. PREV. SOBRE ESPETAC.ESPORT.		182.609,00	935.293,29	-	935.293,29
1932.01.07 REC.DIV.ATIVA CONT. PREV. REG. DE PARC. DEBITOS		19.398,00	10.400,97	-	10.400,97
1932.01.07 REC.DIV.ATIVA CONT. PREV. REG. DE PARC. DEBITOS		19.398,00	10.400,97	-	10.400,97
1932.01.08 REC.DIV.ATIVA CONT. PREV. SEG. ACIDENTE DO TRAB.		38.992.632,00	43.109.517,25	-	43.109.517,25
1932.01.11 REC.DIV.ATIVA CONT. PREV. SEGURADO OBRIG.EMPRES		92.175,00	23.210,99	-	23.210,99
1932.01.13 REC.DIV.ATIVA CONT. PREV. DO SEGURADO ESPECIAL		221.976,00	19.046,74	-	19.046,74
1932.01.14 REC.DIV.ATIVA CONT. PREV. DO SEGURADO EMPR. DOM.		65.900,00	38.399,80	-	38.399,80
1932.01.15 REC.DIV.ATIVA CONT. PREV. ORGAOS DO PODER PUBL.		12.857.929,00	12.681.672,30	-	12.681.672,30
1932.01.22 REC.DIV.ATIVA CONT. PREV. - PARCELAMENTOS		750.426.257,00	1.958.503.126,02	-	1.958.503.126,02
1932.01.22 REC.DIV.ATIVA CONT. PREV. - PARCELAMENTOS		750.426.257,00	1.958.503.126,02	-	1.958.503.126,02
1932.01.04 REC.DIV.ATIVA CONT. PREV. EMPR. OPTANTE-SIMPLES		8.767,00	62.793,92	-	62.793,92
1932.01.04 REC.DIV.ATIVA CONT. PREV. EMPR. OPTANTE-SIMPLES		8.767,00	62.793,92	-	62.793,92
1932.01.21 REC.DIV.ATIVA CONT. PREV. - DEP. JUD. REC. E C. JUD.		-	28.440.133,08	-	28.440.133,08
1932.01.21 REC.DIV.ATIVA CONT. PREV. - DEP. JUD. REC. E C. JUD.		-	28.440.133,08	-	28.440.133,08
1932.02.00 REC. DIV. AT. DA CONTR. P/ FINANC. SEG. SOCIAL		597.836.155,00	205.803.050,37	278.191.637,51	483.994.687,88
1932.02.00 REC. DIV. AT. DA CONTR. P/ FINANC. SEG. SOCIAL		597.836.155,00	205.803.050,37	278.191.637,51	483.994.687,88
1932.02.01 REC.DIVIDA ATIVA COFINS - PRINCIPAL		404.297.600,00	179.651.871,19	278.191.637,51	457.843.508,70
1932.02.01 REC.DIVIDA ATIVA COFINS - PRINCIPAL		404.297.600,00	179.651.871,19	278.191.637,51	457.843.508,70
1932.02.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV.ATIV. DA COFINS		193.538.555,00	26.151.179,18	-	26.151.179,18
1932.02.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV.ATIV. DA COFINS		193.538.555,00	26.151.179,18	-	26.151.179,18
1932.04.00 REC. DA DIVIDA ATIVA DA CONTRIB. MOV. FINANC.		-	3.822.301,79	5.034.752,52	8.857.054,31
1932.04.00 REC. DA DIVIDA ATIVA DA CONTRIB. MOV. FINANC.		-	3.822.301,79	5.034.752,52	8.857.054,31
1932.04.01 REC.DIVIDA ATIVA CPMF - PRINCIPAL		-	3.814.848,21	5.034.752,52	8.849.600,73
1932.04.01 REC.DIVIDA ATIVA CPMF - PRINCIPAL		-	3.814.848,21	5.034.752,52	8.849.600,73
1932.04.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV.ATIVA DA CPMF		-	7.453,58	-	7.453,58
1932.04.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV.ATIVA DA CPMF		-	7.453,58	-	7.453,58
1932.05.00 REC. DA DIV.AT. DAS CONTR. PARA O PIS/PASEP		395.299.517,00	78.941.187,98	71.655.250,49	150.596.438,47
1932.05.00 REC. DA DIV.AT. DAS CONTR. PARA O PIS/PASEP		395.299.517,00	78.941.187,98	71.655.250,49	150.596.438,47
1932.05.01 REC. DA DIVIDA ATIVA CONTRIB. P/PIIS E PASEP		344.501.221,00	71.483.930,01	71.655.250,49	143.139.180,50
1932.05.01 REC. DA DIVIDA ATIVA CONTRIB. P/PIIS E PASEP		344.501.221,00	71.483.930,01	71.655.250,49	143.139.180,50
1932.05.02 RECEITA PARCELAMENTOS - DIV.ATIV. DO PIS/PASEP		50.798.296,00	7.457.257,97	-	7.457.257,97
1932.05.02 RECEITA PARCELAMENTOS - DIV.ATIV. DO PIS/PASEP		50.798.296,00	7.457.257,97	-	7.457.257,97
1932.06.00 REC. DA DIV.AT. DA CONTR. SOC. S/LUCRO DAS PJ.		177.082.641,00	114.827.768,51	29.420.589,09	144.248.357,60
1932.06.00 REC. DA DIV.AT. DA CONTR. SOC. S/LUCRO DAS PJ.		177.082.641,00	114.827.768,51	29.420.589,09	144.248.357,60
1932.06.01 REC. DIV. ATIVA DA CSLL DAS PESSOAS JURIDICAS		137.132.234,00	107.474.060,39	-	136.894.649,48
1932.06.01 REC. DIV. ATIVA DA CSLL DAS PESSOAS JURIDICAS		137.132.234,00	107.474.060,39	-	136.894.649,48
1932.06.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV.ATIVA DA CSLL		39.950.407,00	7.353.708,12	-	7.353.708,12
1932.06.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV.ATIVA DA CSLL		39.950.407,00	7.353.708,12	-	7.353.708,12
1932.08.00 REC. DA DIV.AT. MULT. COD.ELEIT. E LEIS CONEX.		11.643.469,00	12.548.670,70	1.213.226,55	13.761.897,25
1932.08.00 REC. DA DIV.AT. MULT. COD.ELEIT. E LEIS CONEX.		11.643.469,00	12.548.670,70	1.213.226,55	13.761.897,25
1932.08.00 REC. DA DIV.AT. MULT. COD.ELEIT. E LEIS CONEX.		11.643.469,00	12.548.670,70	1.213.226,55	13.761.897,25
1932.09.00 REC.DIV.AT. COTA-PARTE AD.FR./REN.MAR. MERC.		762.179,00	1.328.686,91	123.414,60	1.452.101,51
1932.09.00 REC.DIV.AT. COTA-PARTE AD.FR./REN.MAR. MERC.		762.179,00	1.328.686,91	123.414,60	1.452.101,51
1932.09.00 REC.DIV.AT. COTA-PARTE AD.FR./REN.MAR. MERC.		762.179,00	1.328.686,91	123.414,60	1.452.101,51
1932.16.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA CIDE COMBUSTIVEL		16.939.877,00	629.477,94	497.194,52	1.126.672,46
1932.16.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA CIDE COMBUSTIVEL		16.939.877,00	629.477,94	497.194,52	1.126.672,46
1932.16.01 RECEITA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		14.343.222,00	619.194,58	497.194,52	1.116.389,10
1932.16.01 RECEITA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		14.343.222,00	619.194,58	497.194,52	1.116.389,10
1932.16.02 RECEITA PARCELAMENTOS - DIV.AT. OUTRAS CONTRIB		2.596.655,00	10.283,36	-	10.283,36
1932.16.02 RECEITA PARCELAMENTOS - DIV.AT. OUTRAS CONTRIB		2.596.655,00	10.283,36	-	10.283,36
1932.17.00 REC.DIV.AT. DAS MULTAS P/INFR.A LEG. TRAB.		155.750.550,00	163.765.531,17	5.085.761,67	168.851.292,84
1932.17.00 REC.DIV.AT. DAS MULTAS P/INFR.A LEG. TRAB.		155.750.550,00	163.765.531,17	5.085.761,67	168.851.292,84
1932.17.00 REC.DIV.AT. DAS MULTAS P/INFR.A LEG. TRAB.		155.750.550,00	163.765.531,17	5.085.761,67	168.851.292,84
1932.20.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA CIDE		234.982,00	-	17.524.824,24	17.524.824,24
1932.20.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA CIDE		234.982,00	-	17.524.824,24	17.524.824,24
1932.20.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV.ATIVA DA CIDE		234.982,00	-	-	-
1932.20.02 RECEITA DE PARCELAMENTOS - DIV.ATIVA DA CIDE		234.982,00	-	-	-
1932.20.01 RECEITA DA DIVIDA ATIVA CIDE COMBUSTIVEL		-	-	-	-
1932.20.01 RECEITA DA DIVIDA ATIVA CIDE COMBUSTIVEL		-	-	-	-
1932.21.01 REC.DIVIDA ATIVA EXPLORACAO RECURSOS MINERAIS		32.356,00	22.123.956,24	17.524.824,24	17.524.824,24
1932.21.01 REC.DIVIDA ATIVA EXPLORACAO RECURSOS MINERAIS		32.356,00	22.123.956,24	17.524.824,24	17.524.824,24
1932.21.01 REC.DIVIDA ATIVA EXPLORACAO RECURSOS MINERAIS		32.356,00	22.123.956,24	17.524.824,24	17.524.824,24
1932.21.02 REC.DIV.ATIV. OUTORG.DIREIT. EXPL. PESQ. MINERAL		-	17.058.392,21	(398.577,71)	21.725.378,53
1932.21.02 REC.DIV.ATIV. OUTORG.DIREIT. EXPL. PESQ. MINERAL		-	17.058.392,21	(398.577,71)	21.725.378,53
1932.21.04 REC.DIVIDA ATIVA MULTAS PREV.LEGIS. MINERARIA		-	2.242.272,03	(131,79)	16.659.978,80
1932.21.04 REC.DIVIDA ATIVA MULTAS PREV.LEGIS. MINERARIA		-	2.242.272,03	(131,79)	16.659.978,80
1932.21.05 REC.DIV.ATIV. SERVIC. INSP. FISC. ATIV. MINERAL		32.356,00	2.772.633,12	(32,51)	2.772.600,61
1932.21.05 REC.DIV.ATIV. SERVIC. INSP. FISC. ATIV. MINERAL		32.356,00	2.772.633,12	(32,51)	2.772.600,61
1932.24.00 REC.DIV.ATIVA MULTA PREVISTA NO C.B.A.		289.088,00	3.566.183,79	(766.566,46)	50.658,88
1932.24.00 REC.DIV.ATIVA MULTA PREVISTA NO C.B.A.		289.088,00	3.566.183,79	(766.566,46)	50.658,88
1932.24.00 REC.DIV.ATIVA MULTA PREVISTA NO C.B.A.		289.088,00	3.566.183,79	(766.566,46)	50.658,88



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA	EXERCÍCIO	MES		
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO	PÁGINA		
		31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
1932.24.00 REC.DIV.ATIVA MULTA PREVISTA NO C.B.A.	289.088,00	3.566.183,79	(766.566,46)	2.799.617,33	(2.510.529,33)
1932.99.00 REC. DA DIV. ATIVA NAO-TRIB. DE OUTRAS REC.	250.462.812,00	227.280.991,46	12.564.872,14	239.845.863,60	10.616.948,40
1932.99.01 REC.DIV.ATIVA NAO TRIBUTARIA DE OUTRAS REC	247.674.324,00	226.161.326,56	12.564.872,14	238.726.198,70	8.948.125,30
1932.99.02 PARCELAMENTOS - DIV ATIV NAO TRIB OUTRAS REC	2.788.488,00	1.119.664,90	-	1.119.664,90	1.668.823,10
1932.34.00 REC.DIV.ATIV.-MULTA PREV. LEG. LUB. E COMBUST	-	10.042.686,37	(470.571,92)	9.572.114,45	(9.572.114,45)
1932.34.00 REC.DIV.ATIV.-MULTA PREV. LEG. LUB. E COMBUST	-	10.042.686,37	(470.571,92)	9.572.114,45	(9.572.114,45)
1932.35.00 REC. DIVIDA ATIVA DE COMPENS. FINANC. RG/RPPS	262,00	3.139,44	-	3.139,44	(2.877,44)
1932.35.00 REC. DIVIDA ATIVA DE COMPENS. FINANC. RG/RPPS	262,00	3.139,44	-	3.139,44	(2.877,44)
1932.10.00 REC.DIV.AT. CONTR. S/ APOSTA EM COMP. HIPICAS	-	13.496,25	-	13.496,25	(13.496,25)
1932.10.00 REC.DIV.AT. CONTR. S/ APOSTA EM COMP. HIPICAS	-	13.496,25	-	13.496,25	(13.496,25)
1932.38.00 REC.DIV.ATIVA RESSARCIMENTO AO ERARIO	-	1.705,26	-	1.705,26	(1.705,26)
1932.38.00 REC.DIV.ATIVA RESSARCIMENTO AO ERARIO	-	1.705,26	-	1.705,26	(1.705,26)
1932.39.00 REC.DIV.ATIVA RESSARC.ERARIO-DECSIAO TCU	-	1,00	-	1,00	(1,00)
1932.39.00 REC.DIV.ATIVA RESSARC.ERARIO-DECSIAO TCU	-	1,00	-	1,00	(1,00)
1932.44.00 REC.DIV.ATIVA POR INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA	-	11.439,67	(8.412,80)	3.026,87	(3.026,87)
1932.44.00 REC.DIV.ATIVA POR INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA	-	11.439,67	(8.412,80)	3.026,87	(3.026,87)
1932.47.20 REC.DIV.ATIVA MULTAS-APLIC. AMB.PROC.JUDICIAL	-	47.025,86	(148.919,32)	(101.893,46)	101.893,46
1932.47.20 REC.DIV.ATIVA MULTAS-APLIC. AMB.PROC.JUDICIAL	-	47.025,86	(148.919,32)	(101.893,46)	101.893,46
1990.00.00 RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	18.263.406,676,00	15.625.971.463,19	(7.786.484.431,56)	7.839.487.031,63	10.423.919.644,37
1990.00.00 RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	18.263.406,676,00	15.625.971.463,19	(7.786.484.431,56)	7.839.487.031,63	10.423.919.644,37
1990.01.00 RECEITA DE PARCELAMENTOS - OUTRAS RECEITAS	52.637.752,00	755.002,99	(23.288,80)	731.714,19	51.906.037,81
1990.01.00 RECEITA DE PARCELAMENTOS - OUTRAS RECEITAS	52.637.752,00	755.002,99	(23.288,80)	731.714,19	51.906.037,81
1990.02.00 REC. DE ONUS SUCUMBENCIA DE ACOES JUDICIAIS	441.543.039,00	6.572.541.639,29	(5.975.525.214,04)	597.016.425,25	(155.473.386,25)
1990.02.00 REC. DE ONUS SUCUMBENCIA DE ACOES JUDICIAIS	441.543.039,00	6.572.541.639,29	(5.975.525.214,04)	597.016.425,25	(155.473.386,25)
1990.02.01 RECEITA DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	425.128.385,00	434.577.773,27	28.998.056,66	463.575.829,93	(38.447.444,93)
1990.02.01 RECEITA DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	425.128.385,00	434.577.773,27	28.998.056,66	463.575.829,93	(38.447.444,93)
1990.02.02 RECEITA DE ONUS DE SUCUMBENCIA	16.414.654,00	6.137.963.866,02	(6.004.523.270,70)	133.440.595,32	(117.025.941,32)
1990.02.02 RECEITA DE ONUS DE SUCUMBENCIA	16.414.654,00	6.137.963.866,02	(6.004.523.270,70)	133.440.595,32	(117.025.941,32)
1990.03.01 REC. DE RECEITAS DECORRENTES ALIENACAO BENS APREENDIDOS	200.249.975,00	233.564.420,41	(1.215.867,81)	232.348.552,60	(32.098.577,60)
1990.03.01 REC. DE RECEITAS DECORRENTES ALIENACAO BENS APREENDIDOS	200.249.975,00	233.564.420,41	(1.215.867,81)	232.348.552,60	(32.098.577,60)
1990.03.02 REC. DE ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	189.606.375,00	217.287.692,69	(758.893,86)	216.528.798,83	(26.922.423,83)
1990.03.02 REC. DE ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	189.606.375,00	217.287.692,69	(758.893,86)	216.528.798,83	(26.922.423,83)
1990.03.04 REC.ALLEN BENS APREE. TRAF. ILC. ENT. DROG.AFINS	8.161.508,00	7.426.813,59	(456.973,95)	6.969.839,64	1.191.668,36
1990.03.04 REC.ALLEN BENS APREE. TRAF. ILC. ENT. DROG.AFINS	8.161.508,00	7.426.813,59	(456.973,95)	6.969.839,64	1.191.668,36
1990.04.00 PRODUTO DEP.ABANDONADO(DINHEIRO/OBJETO VALOR)	2.482.092,00	8.849.914,13	(37.084,26)	8.849.914,13	(6.367.822,13)
1990.04.00 PRODUTO DEP.ABANDONADO(DINHEIRO/OBJETO VALOR)	2.482.092,00	8.849.914,13	(37.084,26)	8.849.914,13	(6.367.822,13)
1990.05.00 REC. BENS E VALORES PERDIDOS EM FAVOR UNIAO	1.157.791,00	916.712,23	(37.084,26)	879.627,97	278.163,03
1990.05.00 REC. BENS E VALORES PERDIDOS EM FAVOR UNIAO	1.157.791,00	916.712,23	(37.084,26)	879.627,97	278.163,03
1990.06.00 REC. DECOR. NAO APLIC. INC.FIS.PROJ.CULT. IND.CIN	306.803,00	852.808,98	(3.543,30)	849.265,68	(542.462,68)
1990.06.00 REC. DECOR. NAO APLIC. INC.FIS.PROJ.CULT. IND.CIN	306.803,00	852.808,98	(3.543,30)	849.265,68	(542.462,68)
1990.06.00 REC. DECOR. NAO APLIC. INC.FIS.PROJ.CULT. IND.CIN	2.132.670,00	870.129,61	-	870.129,61	1.262.540,39
1990.06.00 REC. DECOR. NAO APLIC. INC.FIS.PROJ.CULT. IND.CIN	2.132.670,00	870.129,61	-	870.129,61	1.262.540,39
1990.07.00 REC DIREITOS ANTIDUMPING E DIREITOS COMPENSAT	271.780.906,00	280.397.217,32	(2.194.763,74)	278.202.453,58	(6.421.547,58)
1990.07.00 REC DIREITOS ANTIDUMPING E DIREITOS COMPENSAT	271.780.906,00	280.397.217,32	(2.194.763,74)	278.202.453,58	(6.421.547,58)
1990.16.00 RECEITA PART. SEGURO-DPVAT-SIST.NAC. TRANSITO	2.901.264.038,00	3.268.880.073,03	(16.804,52)	3.268.863.268,51	(367.599.230,51)
1990.16.00 RECEITA PART. SEGURO-DPVAT-SIST.NAC. TRANSITO	2.901.264.038,00	3.268.880.073,03	(16.804,52)	3.268.863.268,51	(367.599.230,51)
1990.18.00 RESERVA GLOBAL DE REVERSAO	-	51.570.171,40	-	51.570.171,40	(51.570.171,40)
1990.18.00 RESERVA GLOBAL DE REVERSAO	-	51.570.171,40	-	51.570.171,40	(51.570.171,40)
1990.19.00 COTA-PARTE DO SERV.NO FUNDO DE SAUDE MILITAR	952.730.750,00	911.708.627,36	(21.387,21)	911.687.240,15	41.043.509,85
1990.19.00 COTA-PARTE DO SERV.NO FUNDO DE SAUDE MILITAR	952.730.750,00	911.708.627,36	(21.387,21)	911.687.240,15	41.043.509,85
1990.20.00 CONTRIBUICAO VOLUNTARIA - MONTEPIO CIVIL	1.450.500,00	2.113.168,70	(265,90)	2.112.902,80	(662.402,80)
1990.20.00 CONTRIBUICAO VOLUNTARIA - MONTEPIO CIVIL	1.450.500,00	2.113.168,70	(265,90)	2.112.902,80	(662.402,80)
1990.22.00 TERCERIZACAO DA FOPAG DOS AGENTES PUBLICOS	74.025.000,00	1.587.005,21	-	1.587.005,21	72.437.994,79
1990.22.00 TERCERIZACAO DA FOPAG DOS AGENTES PUBLICOS	74.025.000,00	1.587.005,21	-	1.587.005,21	72.437.994,79
1990.24.00 RECEITA DE LEILAO DE COTAS DE IMPORTACAO	13.293.068,00	15.982.077,50	-	15.982.077,50	(2.689.009,50)
1990.24.00 RECEITA DE LEILAO DE COTAS DE IMPORTACAO	13.293.068,00	15.982.077,50	-	15.982.077,50	(2.689.009,50)
1990.25.00 REC.RECOL. E TRANSF. DEP.JUDICIAL/EXTRAJUDICIAL	-	924.925.316,33	(391.103.998,81)	533.821.317,52	(533.821.317,52)
1990.25.00 REC.RECOL. E TRANSF. DEP.JUDICIAL/EXTRAJUDICIAL	-	924.925.316,33	(391.103.998,81)	533.821.317,52	(533.821.317,52)
1990.96.00 VARIACAO CAMBIAL	-	193.926.706,36	-	193.926.706,36	(193.926.706,36)



REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA		EXERCÍCIO	MES	
TÍTULO		2011	DEZEMBRO	
SUBTÍTULO				
ESFERA ORÇAMENTÁRIA				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
ESPECIFICAÇÃO		ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	
PREVISÃO ATUALIZADA		ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	
1990.96.00 VARIACAO CAMBIAL	-	193.926.706,36	-	193.926.706,36
1990.98.00 OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	-	7.983.682,80	-	7.983.682,80
1990.98.00 OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	-	7.983.682,80	-	7.983.682,80
1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	13.279.742.384,00	3.109.371.311,36	(1.416.338.122,60)	11.586.709.195,24
1990.99.00 OUTRAS RECEITAS	13.279.742.384,00	3.109.371.311,36	(1.416.338.122,60)	11.586.709.195,24
1990.21.00 REC.SEGUROS DECOR. INDENIZACAO POR SINISTRO	-	1.597.954,60	(5,53)	(1.597.949,07)
1990.21.00 REC.SEGUROS DECOR. INDENIZACAO POR SINISTRO	-	1.597.954,60	(5,53)	(1.597.949,07)
1990.23.00 REC. LEILAU PARA PAGAM.DA FOLHA DE BENEFICIOS	71.092.000,00	46.299.146,07	-	24.792.853,93
1990.23.00 REC. LEILAU PARA PAGAM.DA FOLHA DE BENEFICIOS	71.092.000,00	46.299.146,07	-	24.792.853,93
1990.26.01 PRESTACAO DE CONTAS - FONTES VEDADAS	-	118.333,05	-	(118.333,05)
1990.26.01 PRESTACAO DE CONTAS - FONTES VEDADAS	-	118.333,05	-	(118.333,05)
1990.26.02 PRESTACAO DE CONTAS-FONTES NAO IDENTIFICADAS	-	65.842,43	-	(65.842,43)
1990.26.02 PRESTACAO DE CONTAS-FONTES NAO IDENTIFICADAS	-	65.842,43	-	(65.842,43)
1990.10.00 REC SUSPENSAO DE DIREITOS PROP. INTELECTUAL	-	52.490,62	-	(52.490,62)
1990.10.00 REC SUSPENSAO DE DIREITOS PROP. INTELECTUAL	-	52.490,62	-	(52.490,62)
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	-	9.958,59	(4.085,04)	(5.873,55)
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	-	9.958,59	(4.085,04)	(5.873,55)
2100.00.00 OPERACOES DE CREDITO	916.219.463.537,00	667.433.145.853,56	-	259.837.954.182,39
2100.00.00 OPERACOES DE CREDITO	916.219.463.537,00	667.433.145.853,56	-	259.837.954.182,39
2110.00.00 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	828.760.656.642,00	566.541.477.236,93	(158,00)	262.219.179.563,07
2110.00.00 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	828.760.656.642,00	566.541.477.236,93	(158,00)	262.219.179.563,07
2111.00.00 TITULOS RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL	824.499.895.921,00	560.766.715.813,60	-	263.733.180.107,40
2111.00.00 TITULOS RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL	824.499.895.921,00	560.766.715.813,60	-	263.733.180.107,40
2111.01.00 TIT RESP T.N.-REFINANC.DIVIDA PUBLICA FEDERAL	824.499.895.921,00	560.763.355.393,42	-	263.736.540.527,58
2111.01.00 TIT RESP T.N.-REFINANC.DIVIDA PUBLICA FEDERAL	824.499.895.921,00	560.763.355.393,42	-	263.736.540.527,58
2111.01.01 TIT RESP T.N.-REFINANC.DIVIDA PUBLICA FEDERAL	678.514.678.262,00	469.156.544.769,53	-	469.156.544.769,53
2111.01.01 TIT RESP T.N.-REFINANC.DIVIDA PUBLICA FEDERAL	678.514.678.262,00	469.156.544.769,53	-	469.156.544.769,53
2111.02.00 TITULOS DA DIVIDA AGRARIA - TDA	385.000.000,00	685.927.258,18	-	209.358.133.492,47
2111.02.00 TITULOS DA DIVIDA AGRARIA - TDA	385.000.000,00	685.927.258,18	-	209.358.133.492,47
2111.02.01 TIT. RESP. DO TES.NAC. - OUTRAS APLICACOES	385.000.000,00	685.927.258,18	-	(300.927.258,18)
2111.02.01 TIT. RESP. DO TES.NAC. - OUTRAS APLICACOES	385.000.000,00	685.927.258,18	-	(300.927.258,18)
2111.03.00 TIT. RESP. DO TES.NAC. - OUTRAS APLICACOES	145.600.217.659,00	90.920.883.365,71	-	54.679.334.293,29
2111.03.00 TIT. RESP. DO TES.NAC. - OUTRAS APLICACOES	145.600.217.659,00	90.920.883.365,71	-	54.679.334.293,29
2114.00.00 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	145.600.217.659,00	90.920.883.365,71	-	54.679.334.293,29
2114.00.00 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	145.600.217.659,00	90.920.883.365,71	-	54.679.334.293,29
2114.00.00 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	-	3.360.420,18	-	(3.360.420,18)
2114.00.00 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - CONTRATUAIS	-	3.360.420,18	-	(3.360.420,18)
2120.00.00 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	4.260.760.721,00	3.360.420,18	(158,00)	(3.360.420,18)
2120.00.00 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS	4.260.760.721,00	3.360.420,18	(158,00)	(3.360.420,18)
2122.00.00 TITULOS RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL	-	5.774.761.423,33	-	(1.514.000.544,33)
2122.00.00 TITULOS RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL	-	5.774.761.423,33	-	(1.514.000.544,33)
2122.01.00 TIT. RESP. REFINAN. DIVIDA PUBLICA FEDERAL	-	3.189.951.413,43	-	(3.189.951.413,43)
2122.01.00 TIT. RESP. REFINAN. DIVIDA PUBLICA FEDERAL	-	3.189.951.413,43	-	(3.189.951.413,43)
2122.02.00 TITULOS TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICACOES	-	3.182.947.438,43	-	(3.182.947.438,43)
2122.02.00 TITULOS TESOURO NACIONAL - OUTRAS APLICACOES	-	3.182.947.438,43	-	(3.182.947.438,43)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00	7.003.975,00	-	(7.003.975,00)
2123.00.00 OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS - CONTRATUAIS	4.260.760.721,00</			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA	EXERCÍCIO	MES		
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA		
		31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECAÇÃO LÍQUIDA
2212.09.02 ALIENACAO DE ESTOQUES PRÓPRIOS DO FUNCAFE	81.480.000,00	78.195,28	-	78.195,28	81.401.804,72
2214.00.00 ALIENACAO DE ANIMAIS REPRODUTORES E MATRIZES	1.722.449,00	3.041.901,48	(2.715,26)	3.039.186,22	(1.316.737,22)
2214.00.00 ALIENACAO DE ANIMAIS REPRODUTORES E MATRIZES	1.722.449,00	3.041.901,48	(2.715,26)	3.039.186,22	(1.316.737,22)
2214.00.00 ALIENACAO DE ANIMAIS REPRODUTORES E MATRIZES	1.722.449,00	3.041.901,48	(2.715,26)	3.039.186,22	(1.316.737,22)
2215.00.00 ALIENACAO DE VEICULOS	2.294.497,00	17.644.791,24	(483.302,12)	17.161.489,12	(14.866.992,12)
2215.00.00 ALIENACAO DE VEICULOS	2.294.497,00	17.644.791,24	(483.302,12)	17.161.489,12	(14.866.992,12)
2215.00.00 ALIENACAO DE VEICULOS	2.294.497,00	17.644.791,24	(483.302,12)	17.161.489,12	(14.866.992,12)
2216.00.00 ALIENACAO DE MOVEIS E UTENSILIOS	40.200.000,00	1.008.177,59	(3.670,06)	1.004.507,53	39.195.492,47
2216.00.00 ALIENACAO DE MOVEIS E UTENSILIOS	40.200.000,00	1.008.177,59	(3.670,06)	1.004.507,53	39.195.492,47
2216.00.00 ALIENACAO DE MOVEIS E UTENSILIOS	40.200.000,00	1.008.177,59	(3.670,06)	1.004.507,53	39.195.492,47
2217.00.00 ALIENACAO DE EQUIPAMENTOS	1.580.168,00	2.125.662,46	(2.993,26)	2.122.669,20	(542.501,20)
2217.00.00 ALIENACAO DE EQUIPAMENTOS	1.580.168,00	2.125.662,46	(2.993,26)	2.122.669,20	(542.501,20)
2217.00.00 ALIENACAO DE EQUIPAMENTOS	1.580.168,00	2.125.662,46	(2.993,26)	2.122.669,20	(542.501,20)
2219.00.00 ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	12.671.349,00	1.467.726,49	(376.704,19)	1.091.022,30	11.580.326,70
2219.00.00 ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	12.671.349,00	1.467.726,49	(376.704,19)	1.091.022,30	11.580.326,70
2219.00.00 ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	12.671.349,00	1.467.726,49	(376.704,19)	1.091.022,30	11.580.326,70
2220.00.00 ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	3.270.731.927,00	203.462.437,05	(1.485.409,38)	201.977.027,67	3.068.754.899,33
2221.00.00 ALIENACAO IMOV RURAIS P/ COLON. E REF AGRARIA	34.389.651,00	29.014.740,08	(48.169,98)	28.966.570,10	5.423.080,90
2221.00.00 ALIENACAO IMOV RURAIS P/ COLON. E REF AGRARIA	34.389.651,00	29.014.740,08	(48.169,98)	28.966.570,10	5.423.080,90
2221.00.00 ALIENACAO IMOV RURAIS P/ COLON. E REF AGRARIA	34.389.651,00	29.014.740,08	(48.169,98)	28.966.570,10	5.423.080,90
2224.00.00 ALIENACAO DE IMOVEIS RURAIS	3.082.157,00	5.295.235,70	(71.097,33)	5.224.138,37	(2.141.981,37)
2224.00.00 ALIENACAO DE IMOVEIS RURAIS	3.082.157,00	5.295.235,70	(71.097,33)	5.224.138,37	(2.141.981,37)
2224.00.00 ALIENACAO DE IMOVEIS RURAIS	3.082.157,00	5.295.235,70	(71.097,33)	5.224.138,37	(2.141.981,37)
2225.00.00 ALIENACAO DE IMOVEIS URBANOS	145.628.032,00	93.537.623,33	(313.917,77)	93.223.705,56	52.404.326,44
2225.00.00 ALIENACAO DE IMOVEIS URBANOS	145.628.032,00	93.537.623,33	(313.917,77)	93.223.705,56	52.404.326,44
2225.00.00 ALIENACAO DE IMOVEIS URBANOS	145.628.032,00	93.537.623,33	(313.917,77)	93.223.705,56	52.404.326,44
2229.00.00 ALIENACAO DE IMOVEIS BENS IMOVEIS	87.632.087,00	48.054,84	(62.122,79)	(14.067,95)	87.646.154,95
2229.00.00 ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS	87.632.087,00	48.054,84	(62.122,79)	(14.067,95)	87.646.154,95
2229.00.00 ALIENACAO DE OUTROS BENS IMOVEIS	87.632.087,00	48.054,84	(62.122,79)	(14.067,95)	87.646.154,95
2222.00.00 ALIENACAO DE BENS IMOVEIS DE DOMINIO DA UNIAO	3.000.000.000,00	75.533.543,10	(990.101,51)	74.543.441,59	2.925.456.558,41
2222.01.00 ALIEN. BENS IMOVEIS DE DOM DA UNIAO-DOM PLENO	3.000.000.000,00	40.562.178,66	(27.550,58)	40.534.628,08	2.959.465.371,92
2222.01.00 ALIEN. BENS IMOVEIS DE DOM DA UNIAO-DOM PLENO	3.000.000.000,00	40.562.178,66	(27.550,58)	40.534.628,08	2.959.465.371,92
2222.01.00 ALIEN. BENS IMOVEIS DE DOM DA UNIAO-DOM PLENO	3.000.000.000,00	40.562.178,66	(27.550,58)	40.534.628,08	2.959.465.371,92
2222.02.00 ALIEN. BENS IMOVEIS DE DOM DA UNIAO-DOM UTIL	-	14.125.727,77	-	14.125.727,77	(14.125.727,77)
2222.02.00 ALIEN. BENS IMOVEIS DE DOM DA UNIAO-DOM UTIL	-	14.125.727,77	-	14.125.727,77	(14.125.727,77)
2222.02.00 ALIEN. BENS IMOVEIS DE DOM DA UNIAO-DOM UTIL	-	14.125.727,77	-	14.125.727,77	(14.125.727,77)
2222.03.00 ALIEN. BENS IMOVEIS DE DOM DA UNIAO-DOM DIRET	-	51.010,16	(21.098,06)	29.912,10	(29.912,10)
2222.03.00 ALIEN. BENS IMOVEIS DE DOM DA UNIAO-DOM DIRET	-	51.010,16	(21.098,06)	29.912,10	(29.912,10)
2222.03.00 ALIEN. BENS IMOVEIS DE DOM DA UNIAO-DOM DIRET	-	51.010,16	(21.098,06)	29.912,10	(29.912,10)
2222.04.00 REC.AL.IEN IMOV. RESID. DA UNIAO FRHB	-	20.794.626,51	(941.452,87)	19.853.173,64	(19.853.173,64)
2222.04.00 REC.AL.IEN IMOV. RESID. DA UNIAO FRHB	-	20.794.626,51	(941.452,87)	19.853.173,64	(19.853.173,64)
2222.04.00 REC.AL.IEN IMOV. RESID. DA UNIAO FRHB	-	20.794.626,51	(941.452,87)	19.853.173,64	(19.853.173,64)
2223.00.00 ALIENACAO DE EMBARCACOES	-	33.240,00	-	33.240,00	(33.240,00)
2223.00.00 ALIENACAO DE EMBARCACOES	-	33.240,00	-	33.240,00	(33.240,00)
2223.00.00 ALIENACAO DE EMBARCACOES	-	33.240,00	-	33.240,00	(33.240,00)
2300.00.00 AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS	27.595.249.888,00	39.878.446.455,60	(10.933.306.727,19)	28.945.139.728,41	(1.349.889.840,41)
2300.00.00 AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS	27.595.249.888,00	39.878.446.455,60	(10.933.306.727,19)	28.945.139.728,41	(1.349.889.840,41)
2300.00.00 AMORTIZACOES DE EMPRESTIMOS	27.595.249.888,00	39.878.446.455,60	(10.933.306.727,19)	28.945.139.728,41	(1.349.889.840,41)
2300.10.00 BEA/BIB	13.793.894,00	14.776.325,60	(2.211.981,06)	12.564.344,54	1.229.549,46
2300.10.00 BEA/BIB	13.793.894,00	14.776.325,60	(2.211.981,06)	12.564.344,54	1.229.549,46
2300.10.00 BEA/BIB	13.793.894,00	14.776.325,60	(2.211.981,06)	12.564.344,54	1.229.549,46
2300.30.00 AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS-ESTADOS/MUNICIPIOS	16.630.090.446,00	16.646.879.910,60	(220.249.910,42)	16.426.630.000,18	203.460.445,82
2300.30.00 AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS-ESTADOS/MUNICIPIOS	16.630.090.446,00	16.646.879.910,60	(220.249.910,42)	16.426.630.000,18	203.460.445,82
2300.30.00 AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS-ESTADOS/MUNICIPIOS	16.630.090.446,00	16.646.879.910,60	(220.249.910,42)	16.426.630.000,18	203.460.445,82
2300.40.00 AMORT. REFINANC. - DIVIDAS E OP.MEDIO DE LP	597.745.414,00	546.737.133,25	(3.269.222,81)	543.467.910,44	54.277.503,56
2300.40.00 AMORT. REFINANC. - DIVIDAS E OP.MEDIO DE LP	597.745.414,00	546.737.133,25	(3.269.222,81)	543.467.910,44	54.277.503,56
2300.40.00 AMORT. REFINANC. - DIVIDAS E OP.MEDIO DE LP	597.745.414,00	546.737.133,25	(3.269.222,81)	543.467.910,44	54.277.503,56
2300.50.00 PROGRAMAS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	1.385.116.000,00	1.031.379.681,50	-	1.031.379.681,50	353.736.318,50
2300.50.00 PROGRAMAS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	1.385.116.000,00	1.031.379.681,50	-	1.031.379.681,50	353.736.318,50
2300.50.00 PROGRAMAS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	1.385.116.000,00	1.031.379.681,50	-	1.031.379.681,50	353.736.318,50



TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA	EXERCÍCIO 2011	MES DEZEMBRO		
SUBTÍTULO		EMISSION 31/12/2011	PAGINA		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES		
ARRECAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO -				
2300.70.00 OUTRAS AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	2.299.232.504,00	20.646.320.828,21	(10.707.432.115,75)	9.938.888.712,46	(7.639.656.208,46)
2300.70.02 AMORTIZAÇÕES DE CONTRATOS	2.299.232.504,00	20.646.320.828,21	(10.707.432.115,75)	9.938.888.712,46	(7.639.656.208,46)
2300.80.00 AMORTIZACAO DE FINANCIAMENTOS	727.064.429,00	876.233.750,45	(104.385,94)	876.129.364,51	(149.064.935,51)
2300.80.01 AMORTIZACOES DE BENS	635.565.967,00	681.723.263,84	(104.385,94)	681.618.877,90	(46.052.910,90)
2300.80.02 AMORTIZACOES DE PROJETOS	91.498.462,00	161.147.318,48	-	161.147.318,48	(69.648.856,48)
2300.80.03 AMORTIZ FINANC.FUNDO FINANC.EXT.ENS.SUP.-FIES	-	33.363.168,13	-	33.363.168,13	(33.363.168,13)
2300.99.00 AMORTIZACOES DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS	5.942.207.201,00	116.118.825,99	(39.111,21)	116.079.714,78	5.826.127.486,22
2300.99.00 AMORTIZACOES DE EMPRÉSTIMOS DIVERSOS	5.942.207.201,00	116.118.825,99	(39.111,21)	116.079.714,78	5.826.127.486,22
2400.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	317.573.580,00	115.230.917,44	(3.644.441,85)	111.586.475,59	205.987.104,41
2460.00.00 TRANSFERENCIA DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	4.643.404,00	4.600.240,27	(81.362,63)	4.518.877,64	124.526,36
2460.00.00 TRANSFERENCIA DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	4.643.404,00	4.600.240,27	(81.362,63)	4.518.877,64	124.526,36
2460.00.00 TRANSFERENCIA DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	4.643.404,00	4.600.240,27	(81.362,63)	4.518.877,64	124.526,36
2470.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CONVENIOS	312.930.176,00	110.630.677,17	(3.563.079,22)	107.067.597,95	205.862.578,05
2471.00.00 TRANSF. DE CONVENIOS DA UNIAO DE S/ENTIDADES	284.960.176,00	62.494.855,15	(49.053,51)	62.445.801,64	222.514.374,36
2471.00.00 TRANSF. DE CONVENIOS DA UNIAO DE S/ENTIDADES	284.960.176,00	62.494.855,15	(49.053,51)	62.445.801,64	222.514.374,36
2472.00.00 TRANSF. DE CONV.DOS ESTADOS DF E S/ENTIDADES	24.400.000,00	3.221.320,91	(49.053,51)	3.221.320,91	21.178.679,09
2472.00.00 TRANSF. DE CONV.DOS ESTADOS DF E S/ENTIDADES	24.400.000,00	3.221.320,91	-	3.221.320,91	21.178.679,09
2472.00.00 TRANSF. DE CONV.DOS ESTADOS DF E S/ENTIDADES	24.400.000,00	3.221.320,91	-	3.221.320,91	21.178.679,09
2473.00.00 TRANSF. DE CONV.DOS MUNICIPIOS E S/ENTIDADES	70.000,00	6.833.217,76	(3.514.025,71)	3.319.192,05	(3.249.192,05)
2473.00.00 TRANSF. DE CONV.DOS MUNICIPIOS E S/ENTIDADES	70.000,00	6.833.217,76	(3.514.025,71)	3.319.192,05	(3.249.192,05)
2473.00.00 TRANSF. DE CONV.DOS MUNICIPIOS E S/ENTIDADES	70.000,00	6.833.217,76	(3.514.025,71)	3.319.192,05	(3.249.192,05)
2474.00.00 TRANSF. DE CONVENIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.500.000,00	38.081.283,35	-	38.081.283,35	(34.581.283,35)
2474.00.00 TRANSF. DE CONVENIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.500.000,00	38.081.283,35	-	38.081.283,35	(34.581.283,35)
2474.00.00 TRANSF. DE CONVENIOS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.500.000,00	38.081.283,35	-	38.081.283,35	(34.581.283,35)
2500.00.00 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	54.115.254.434,00	58.959.036.766,26	(112.191.056,80)	58.846.845.709,46	(4.731.591.275,46)
2530.00.00 RESULTADO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL	25.572.000.000,00	17.483.487.570,69	-	17.483.487.570,69	8.088.512.429,31
2530.10.00 RES.BCO CENTRAL-OPER.C/RESERV.E DER.CAMBIAIS	25.572.000.000,00	17.483.487.570,69	-	17.483.487.570,69	8.088.512.429,31
2530.10.00 RES.BCO CENTRAL-OPER.C/RESERV.E DER.CAMBIAIS	25.572.000.000,00	17.483.487.570,69	-	17.483.487.570,69	8.088.512.429,31
2530.20.00 RESULTADO DO BANCO CENTRAL-DEMAIS OPERAÇÕES	-	-	-	-	25.572.000.000,00
2540.00.00 REMUNERACAO DAS DISPONIBILIDADES TES.NACIONAL	28.543.184.162,00	17.483.487.570,69	-	17.483.487.570,69	(17.483.487.570,69)
2540.00.00 REMUNERACAO DAS DISPONIBILIDADES TES.NACIONAL	28.543.184.162,00	17.483.487.570,69	-	17.483.487.570,69	(17.483.487.570,69)
2540.00.00 REMUNERACAO DAS DISPONIBILIDADES TES.NACIONAL	28.543.184.162,00	17.483.487.570,69	-	17.483.487.570,69	(17.483.487.570,69)
2540.00.00 REMUNERACAO DAS DISPONIBILIDADES TES.NACIONAL	28.543.184.162,00	17.483.487.570,69	-	17.483.487.570,69	(17.483.487.570,69)
2540.00.00 RECEITA DIV.ATIVA ALIENACAO ESTOQUES DE CAFE	70.272,00	12.655,20	12.655,20	2.141.574,22	(2.071.302,22)
2560.00.00 RECEITA DIV.ATIVA ALIENACAO ESTOQUES DE CAFE	70.272,00	12.655,20	12.655,20	2.141.574,22	(2.071.302,22)
2560.00.00 RECEITA DIV.ATIVA ALIENACAO ESTOQUES DE CAFE	70.272,00	12.655,20	12.655,20	2.141.574,22	(2.071.302,22)
2560.00.00 RECEITA DIV.ATIVA ALIENACAO ESTOQUES DE CAFE	70.272,00	12.655,20	12.655,20	2.141.574,22	(2.071.302,22)
2550.00.00 REC.DIV.ATIVA PROV.DE AMORTIZ.EMPRES.FINANC.	-	136.315,06	3.586,98	139.902,04	(139.902,04)
2550.00.00 REC.DIV.ATIVA PROV.DE AMORTIZ.EMPRES.FINANC.	-	136.315,06	3.586,98	139.902,04	(139.902,04)
2550.00.00 REC.DIV.ATIVA PROV.DE AMORTIZ.EMPRES.FINANC.	-	136.315,06	3.586,98	139.902,04	(139.902,04)
2550.00.00 REC.DIV.ATIVA PROV.DE AMORTIZ.EMPRES.FINANC.	-	136.315,06	3.586,98	139.902,04	(139.902,04)
2570.00.00 RECEITA TITULOS DO TESOURO NACIONAL RESGATADO	-	105.915.350,83	-	105.915.350,83	(105.915.350,83)
2570.00.00 RECEITA TITULOS DO TESOURO NACIONAL RESGATADO	-	105.915.350,83	-	105.915.350,83	(105.915.350,83)
2570.00.00 RECEITA TITULOS DO TESOURO NACIONAL RESGATADO	-	105.915.350,83	-	105.915.350,83	(105.915.350,83)
2570.00.00 RECEITA TITULOS DO TESOURO NACIONAL RESGATADO	-	105.915.350,83	-	105.915.350,83	(105.915.350,83)
7000.00.00 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	15.349.428.277,00	13.545.974.177,20	(18.033.002,59)	13.527.941.174,61	1.827.941.174,61
7100.00.00 RECEITA TRIBUTARIA	-	3.694.682,62	(3.228.025,00)	466.657,62	(466.657,62)
7110.00.00 IMPOSTOS	-	3.209.368,17	(3.181.225,60)	28.142,57	(28.142,57)



REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA		EXERCÍCIO	MES
TÍTULO		2011	DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
ESFERA ORÇAMENTÁRIA			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES
			ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
			PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
7112.00.00 IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	-	3.104.473,07	(3.074.976,56)
7112.04.00 IMP.S/A RENDA E PROV.QUALQ.NAT.	-	3.104.473,07	(3.074.976,56)
7112.04.21 PESSOAS JURÍDICAS - LÍQUIDA DE INCENTIVOS	-	2.797.148,79	(2.797.148,79)
7112.04.33 RETIDO NAS FONTES - REMESSA AO EXTERIOR	-	40.556,93	(22.064,76)
7112.04.34 RETIDO NAS FONTES - OUTROS RENDIMENTOS	-	266.767,35	(255.763,01)
7113.00.00 IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	-	104.895,10	(106.249,04)
7113.01.00 IMPOSTO S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI	-	104.895,10	(106.249,04)
7113.01.02 IPI - BEBIDAS	-	28.200,39	3.925,59
7113.01.04 IPI - VINICULADOS A IMPORTAÇÃO	-	76.594,71	(81.974,24)
7113.01.09 IPI - OUTROS PRODUTOS	-	100,00	100,00
7120.00.00 TAXAS	-	485.314,45	(46.799,40)
7121.00.00 TAXAS PELA EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	-	274.601,83	(45.575,35)
7121.02.00 TAXA DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	-	146.784,47	(427,80)
7121.02.01 TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO	-	23.628,18	(427,80)
7121.02.02 TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	-	123.156,29	123.156,29
7121.10.00 TX.LIC., CONTR. FISC.NAT.NUC.RADIOATIVO INSTAL	-	1.460,00	1.460,00
7121.10.00 TX.LIC., CONTR. FISC.NAT.NUC.RADIOATIVO INSTAL	-	1.460,00	1.460,00
7121.13.00 TAXA DE FISCALIZAÇÃO PROD. CONTR. MIN. EXERCÍCIO	-	28.790,00	28.790,00
7121.13.00 TAXA DE FISCALIZAÇÃO PROD. CONTR. MIN. EXERCÍCIO	-	28.790,00	28.790,00
7121.17.00 TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	-	58.342,40	(39.742,40)
7121.17.00 TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	-	58.342,40	(39.742,40)
7121.20.00 TAXA DE SAÚDE SUPLEMENTAR	-	31.604,96	(5.405,15)
7121.20.00 TAXA DE SAÚDE SUPLEMENTAR	-	31.604,96	(5.405,15)
7121.20.01 TAXA POR PLANO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	-	7.620,00	7.620,00
7121.20.01 TAXA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	-	7.620,00	7.620,00
7121.20.01 TAXAS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	-	210.712,62	(1.224,05)
7122.00.00 TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	-	33,86	33,86
7122.02.00 TX PEDIDO VISTO EM CONTRATO TRAB. ESTRANGEIRO	-	33,86	33,86
7122.02.00 TX PEDIDO VISTO EM CONTRATO TRAB. ESTRANGEIRO	-	33,86	33,86
7122.08.00 EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	-	210.678,76	(1.224,05)
7122.08.00 EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	-	210.678,76	(1.224,05)
7200.00.00 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	-	13.279.351.018,52	(6.701.080,96)
7210.00.00 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	-	15.100.801.027,00	(6.689.818,24)
7210.00.00 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	-	13.279.308.371,09	(6.689.818,24)
7210.29.00 CONTRIB. P/ PLANO DE SEG.SOCIAL.SERV. PÚBLICO	-	15.100.801.027,00	(5.523.419,50)
7210.29.01 CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO CIVIL	-	13.163.857.126,25	(5.523.419,50)
7210.29.16 CONTR. PATRONAL - PAGTO SENTENÇAS JUDICIAIS	-	114.326.282,53	-
7210.37.00 CONTRIBUIÇÕES PARA O PIS/PASEP	-	50.978,28	(435,25)
7210.37.01 REC. DO PRINCIPAL DAS CONTR. P/ O PIS/PASEP	-	50.978,28	(435,25)
7210.38.00 CONTRIB. SOCIAL S/ LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	-	1.073.984,03	(1.165.963,49)
7210.38.01 REC. DO PRINCIPAL DA CONTRIB. S/ LUCRO PJ	-	1.073.984,03	(1.165.963,49)
7220.00.00 CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	-	42.647,43	(11.262,72)
7220.00.00 CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	-	42.647,43	(11.262,72)
7220.30.00 CONTRIBUIÇÃO PARA FOMENTO DA RÁDIO-DIFUSÃO PÚB	-	42.647,43	(11.262,72)
7220.30.00 CONTRIBUIÇÃO PARA FOMENTO DA RÁDIO-DIFUSÃO PÚB	-	42.647,43	(11.262,72)
7300.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	2.282.132,00	5.768.580,91	(430.324,32)
7310.00.00 RECEITAS IMOBILIÁRIAS	2.163.489,00	7.821.305,09	(404.879,04)
7311.00.00 ALUGUEIS	623.744,00	781.043,74	(45.033,32)
7311.00.00 ALUGUEIS	623.744,00	781.043,74	(45.033,32)
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	623.744,00	781.043,74	(45.033,32)
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.484,95	-
7312.00.00 ARRENDAMENTOS	107.630,00	84.4	



TÍTULO		REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA		EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO				2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSION	PÁGINA
				31/12/2011	
ESPECIFICAÇÃO		PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
7315.00.00 TAXA DE OCUPACAO DE IMOVEIS		1.432.115,00	1.916.776,40	(359.845,72)	1.556.930,68
7315.30.00 TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS		1.432.115,00	1.916.776,40	(359.845,72)	1.556.930,68
7315.30.00 TAXA DE OCUPACAO DE OUTROS IMOVEIS		1.432.115,00	1.916.776,40	(359.845,72)	1.556.930,68
7320.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		-	2.785.037,00	(1.100,00)	2.783.937,00
7322.00.00 DIVIDENDOS		-	2.785.037,00	(1.100,00)	2.783.937,00
7322.00.00 DIVIDENDOS		-	2.785.037,00	(1.100,00)	2.783.937,00
7322.00.00 DIVIDENDOS		-	2.785.037,00	(1.100,00)	2.783.937,00
7330.00.00 RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES		118.643,00	201.238,82	(24.345,28)	176.893,54
7331.00.00 RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES - SERVICOS		-	48.512,54	(1.346,62)	47.165,92
7331.02.00 RECEITA DE CONC. E PERM. - SERV. DE COMUNIC.		-	48.512,54	(1.346,62)	47.165,92
7331.02.01 REC. DE OUTORGA DOS SERV. TELECOMUNICACAO		-	4.258,46	(661,04)	3.597,42
7331.02.03 REC. OUTORG. DIREITO DE USO RADIOIDFREQÜENCIA		-	44.254,08	(685,58)	43.568,50
7333.00.00 REC. CONCESS. PERMISS. - DIR. USO DE BENS PUB		118.643,00	152.726,28	(22.998,66)	129.727,62
7333.01.00 REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC		118.643,00	152.726,28	(22.998,66)	129.727,62
7333.01.00 REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC		118.643,00	152.726,28	(22.998,66)	129.727,62
7500.00.00 RECEITA INDUSTRIAL		187.082.782,00	172.340.359,21	(3.760.429,92)	168.579.929,29
7520.00.00 RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO		187.082.782,00	172.340.359,21	(3.760.429,92)	168.579.929,29
7520.00.00 RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO		187.082.782,00	172.340.359,21	(3.760.429,92)	168.579.929,29
7520.12.00 RECEITA DA INDUSTRIA MECANICA		48.369.360,00	64.800.500,76	(3.731.600,90)	61.068.899,86
7520.12.00 RECEITA DA INDUSTRIA MECANICA		48.369.360,00	64.800.500,76	(3.731.600,90)	61.068.899,86
7520.20.00 RECEITA DA INDUSTRIA QUIMICA		4.602.788,00	-	-	4.602.788,00
7520.20.00 RECEITA DA INDUSTRIA QUIMICA		4.602.788,00	-	-	4.602.788,00
7520.21.00 RECEITA DA INDUST. PROD. FARMAC. E VETERINARIOS		2.459.330,00	3.936.690,14	(15.481,16)	3.921.208,98
7520.21.01 RECEITA DA INDUST. DE PRODUTOS FARMACEUTICOS		2.459.330,00	3.936.690,14	(15.481,16)	3.921.208,98
7520.22.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PROD. FARMAC. E VETERINARIOS		-	21.580,71	(2.231,08)	19.349,63
7520.22.00 RECEITA DA INDUSTRIA DE PROD. FARMAC. E VETERINARIOS		-	21.580,71	(2.231,08)	19.349,63
7520.29.00 RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA		131.039.105,00	101.014.150,48	(11.116,78)	101.003.033,70
7520.29.00 RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA		131.039.105,00	101.014.150,48	(11.116,78)	101.003.033,70
7520.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO		612.199,00	2.567.437,12	-	2.567.437,12
7520.99.00 OUTRAS RECEITAS DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO		612.199,00	2.567.437,12	-	2.567.437,12
7600.00.00 RECEITA DE SERVICOS		56.903.701,00	41.376.792,67	(1.169.871,58)	40.206.921,09
7600.00.00 RECEITA DE SERVICOS		56.903.701,00	41.376.792,67	(1.169.871,58)	40.206.921,09
7600.00.00 RECEITA DE SERVICOS		56.903.701,00	41.376.792,67	(1.169.871,58)	40.206.921,09
7600.01.00 SERVICOS COMERCIAIS		1.579.049,00	125.322,10	(7.085,00)	118.237,10
7600.01.02 SERV. DE COM.LIVROS PERIOD.MAT.ESC. E PUBLICID.		1.554.997,00	125.322,10	(7.085,00)	118.237,10
7600.01.99 OUTROS SERVICOS COMERCIAIS		24.052,00	-	-	24.052,00
7600.05.00 SERVICOS DE SAUDE		26.991.495,00	24.647.528,32	(263.843,71)	24.383.684,61
7600.05.01 SERVICOS HOSPITALARES		26.991.495,00	24.647.528,32	(263.843,71)	24.383.684,61
7600.07.00 SERVICOS DE ARMAZENAGEM		4.126,00	306.266,53	(262,84)	306.003,69
7600.07.00 SERVICOS DE ARMAZENAGEM		4.126,00	306.266,53	(262,84)	306.003,69
7600.08.00 SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		20.703,00	23.819,66	-	23.819,66
7600.08.00 SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS		20.703,00	23.819,66	-	23.819,66
7600.11.00 SERVICOS DE METROLOGIA E CERTIFICACAO		392.919,00	400.126,38	(24.526,12)	375.600,26
7600.11.01 METROLOGIA LEGAL E CERTIFICATORIA DELEGADA		163.199,00	254.809,63	(19.549,34)	235.260,29
7600.11.02 METROLOGIA CIENTIFICA E INDUSTRIAL		203.686,00	45.690,33	(1.583,70)	44.106,63
7600.11.04 CERTIFICACAO DE PRODUTOS E SERVICOS		26.022,00	32.457,74	(1.844,40)	30.613,34
7600.11.05 INFORMACAO TECNOLÓGICA		12,00	67.168,68	(1.548,68)	65.620,00
7600.12.00 SERVICOS DE TECNOLOGIA		207.960,00	352.718,63	(12.005,87)	340.712,76
7600.12.00 SERVICOS DE TECNOLOGIA		207.960,00	352.718,63	(12.005,87)	340.712,76
7600.13.00 SERVICOS ADMINISTRATIVOS		9.458.115,00	1.810.581,95	(384.630,36)	1.425.951,59
7600.13.00 SERVICOS ADMINISTRATIVOS		9.458.115,00	1.810.581,95	(384.630,36)	1.425.951,59
7600.14.00 SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO		20.891,00	12.966,02	-	12.966,02
7600.14.00 SERVICOS DE INSPECAO E FISCALIZACAO		20.891,00	12.966,02	-	12.966,02

204



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO		REALIZAÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA DE RECEITA		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO				2011		DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO		PÁGINA	
				31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO		PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	
7919.09.00 MULTAS ANATEL - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		-	20.510.63	-	20.510.63	(20.510.63)	
7919.09.00 MULTAS ANATEL - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		-	20.510.63	-	20.510.63	(20.510.63)	
7919.14.00 MULTAS POR INFRAÇÃO A LEGIS. TRABALHISTA		-	934.53	-	934.53	(934.53)	
7919.14.00 MULTAS POR INFRAÇÃO A LEGIS. TRABALHISTA		-	934.53	-	934.53	(934.53)	
7919.99.00 OUTRAS MULTAS		-	29.101.56	(1.339.393,56)	(1.310.292,00)	1.310.292,00	
7919.99.00 OUTRAS MULTAS		-	29.101.56	(1.339.393,56)	(1.310.292,00)	1.310.292,00	
7919.10.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISL. SANITÁRIA		-	46.942.40	-	46.942.40	(46.942.40)	
7919.10.00 MULTAS PREVISTAS NA LEGISL. SANITÁRIA		-	46.942.40	-	46.942.40	(46.942.40)	
7914.99.00 MULTAS JUR.MORA DIV.ATI. OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		-	5.20	-	5.20	(5.20)	
7914.99.01 MULTA E JURO DE MORA DIV.ATIV. OUTRAS CONTRIB.		-	5.20	-	5.20	(5.20)	
7920.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES		2.336.103,00	41.603.965,97	(962.653,83)	40.641.312,14	(38.305.209,14)	
7920.00.00 INDENIZACOES E RESTITUICOES		2.336.103,00	41.603.965,97	(962.653,83)	40.641.312,14	(38.305.209,14)	
7921.00.00 INDENIZACOES		-	698.36	-	698.36	(698.36)	
7921.00.00 INDENIZACOES		-	698.36	-	698.36	(698.36)	
7921.99.00 OUTRAS INDENIZACOES		-	698.36	-	698.36	(698.36)	
7921.99.00 OUTRAS INDENIZACOES		-	698.36	-	698.36	(698.36)	
7922.00.00 RESTITUICOES		2.336.103,00	41.603.267,61	(962.653,83)	40.640.613,78	(38.304.510,78)	
7922.01.00 RESTITUICOES DE CONVENIOS		1.931.934,00	6.299.551,24	(199.617,08)	6.099.934,16	(4.168.000,16)	
7922.01.00 RESTITUICOES DE CONVENIOS		1.931.934,00	6.299.551,24	(199.617,08)	6.099.934,16	(4.168.000,16)	
7922.07.00 RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES		5.607,00	1.699.021,98	(166.118,71)	1.532.903,27	(1.527.296,27)	
7922.07.00 RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES		5.607,00	1.699.021,98	(166.118,71)	1.532.903,27	(1.527.296,27)	
7922.08.00 RESSARC PGTO DE HONORARIOS TECNICO-PERCIAIS		-	31.089,38	(6.080,00)	25.009,38	(25.009,38)	
7922.08.00 RESSARC PGTO DE HONORARIOS TECNICO-PERCIAIS		-	31.089,38	(6.080,00)	25.009,38	(25.009,38)	
7922.99.00 OUTRAS RESTITUICOES		398.562,00	33.573.605,01	(590.838,04)	32.982.766,97	(32.584.204,97)	
7922.99.00 OUTRAS RESTITUICOES		398.562,00	33.573.605,01	(590.838,04)	32.982.766,97	(32.584.204,97)	
7930.00.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA		-	1.889,56	-	1.889,56	(1.889,56)	
7930.00.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA		-	1.889,56	-	1.889,56	(1.889,56)	
7932.16.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA		-	1.889,56	-	1.889,56	(1.889,56)	
7932.16.00 RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA		-	1.889,56	-	1.889,56	(1.889,56)	
7932.16.01 RECEITA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIB.		-	1.889,56	-	1.889,56	(1.889,56)	
7932.16.01 RECEITA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUIÇOES		-	1.889,56	-	1.889,56	(1.889,56)	
7990.00.00 RECEITAS CORRENTES DIVERSAS		-	894.105,41	(397.433,92)	496.671,49	(496.671,49)	
7990.00.00 RECEITAS CORRENTES DIVERSAS		-	894.105,41	(397.433,92)	496.671,49	(496.671,49)	
7990.99.00 OUTRAS RECEITAS		-	894.105,41	-	496.671,49	(496.671,49)	
7990.99.00 OUTRAS RECEITAS		-	894.105,41	-	496.671,49	(496.671,49)	
8000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		-	1.473.961.686,80	-	1.473.961.686,80	(1.473.961.686,80)	
8100.00.00 OPERACOES DE CREDITO		-	1.450.636.345,14	-	1.450.636.345,14	(1.450.636.345,14)	
8100.00.00 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS		-	1.450.636.345,14	-	1.450.636.345,14	(1.450.636.345,14)	
8111.00.00 TÍTULOS RESPONSABILIDADE DO TESOUREIRO NACIONAL		-	1.450.636.345,14	-	1.450.636.345,14	(1.450.636.345,14)	
8111.01.00 TÍT RESP T.N.-REFINANC DIVIDA PUBLICA FEDERAL		-	1.450.636.345,14	-	1.450.636.345,14	(1.450.636.345,14)	
8111.01.00 TÍT RESP T.N.-REFINANC DIVIDA PUBLICA FEDERAL		-	1.450.636.345,14	-	1.450.636.345,14	(1.450.636.345,14)	
8200.00.00 ALIENACAO DE BENS		-	23.325.341,66	-	23.325.341,66	(23.325.341,66)	
8200.00.00 ALIENACAO DE BENS		-	23.325.341,66	-	23.325.341,66	(23.325.341,66)	
8210.00.00 ALIENACAO DE BENS MOVEIS		-	23.325.341,66	-	23.325.341,66	(23.325.341,66)	
8210.00.00 ALIENACAO DE BENS		-	23.325.341,66	-	23.325.341,66	(23.325.341,66)	
8212.00.00 ALIENACAO DE ESTOQUES		-	23.325.341,66	-	23.325.341,66	(23.325.341,66)	
8212.00.00 ALIENACAO DE ESTOQUE DE CAFE - FUNCAFE		-	23.325.341,66	-	23.325.341,66	(23.325.341,66)	
8212.09.02 ALIENACAO DE ESTOQUES PROPRIOS DO FUNCAFE		-	23.325.341,66	-	23.325.341,66	(23.325.341,66)	
8212.09.02 ALIENACAO DE ESTOQUES PROPRIOS DO FUNCAFE		-	23.325.341,66	-	23.325.341,66	(23.325.341,66)	
TOTAL		1.966.015.896.211,00	1.743.590.946.877,57	(42.594.066.832,18)	1.700.996.880.045,39	265.019.016.165,61	



TÍTULO		EXECUÇÃO DA RECEITA POR ORIGEM				EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO		RECEITAS CORRENTES				2011		DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA TRIBUTÁRIA	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	RECEITA PATRIMONIAL	RECEITA AGROPECUÁRIA	RECEITA INDUSTRIAL	RECEITA DE SERVIÇOS	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	SOMA DAS RECEITAS CORRENTES
CENTRO-OSTE	337.756.531.192,68	555.677.673.759,28	62.276.614.243,33	14.798.551,56	253.057.269,56	46.076.723.254,99	389.540.252,68	29.821.075.914,23	1.032.266.014.438,31
	337.756.531.192,68	555.677.673.759,28	62.274.935.159,42	13.704.218,37	253.050.058,67	46.052.021.602,89	363.290.394,53	29.819.778.868,50	1.032.210.985.254,34
	GOIAS	-	724.920,56	605.783,06	7.210,89	-	14.620.398,34	4.341.000,00	512.244,59
	MATO GROSSO DO SUL	-	75.780,24	442.714,00	-	-	4.315.732,49	21.908.858,15	596.120,88
	MATO GROSSO	-	-	878.383,11	45.836,13	-	5.765.521,27	-	188.680,26
NORDESTE	-	-	27.561.811,02	1.209.533,40	127.094,92	106.876.971,79	8.139.735,07	19.188.639,25	163.103.785,45
ALAGOAS	-	-	417.587,21	14.915,46	-	9.178.615,64	-	502.576,49	10.113.694,80
BAHIA	-	-	3.359.214,19	499.794,05	105.964,16	21.507.155,22	101.750,00	7.673.285,50	33.247.163,12
CEARA	-	-	2.022.080,73	335.908,37	13.600,76	10.125.152,06	802.165,38	3.495.121,18	16.794.028,48
MARANHAO	-	-	1.003.700,39	82.823,50	-	6.819.916,80	-	1.205.611,30	9.112.051,99
PARAIBA	-	-	1.018.093,36	57.411,69	-	6.189.873,07	-	997.871,01	8.263.249,13
PERNAMBUCO	-	-	14.218.919,96	144.977,48	33,00	31.622.187,00	6.165.400,49	1.344.767,69	53.496.285,62
PIAUÍ	-	-	241.664,48	65.377,91	-	4.521.910,93	-	1.936.147,51	6.699.722,92
RIO GRANDE DO NORTE	-	-	4.841.738,63	-	-	11.219.970,48	232.010,55	396.517,34	16.755.614,91
SERGIPE	-	-	438.812,07	8.324,94	7.497,00	5.692.190,59	838.408,65	1.636.741,23	8.621.974,48
NORTE	444.529.034,97	-	3.583.642,41	220.273,88	61.478,72	41.663.093,68	2.363.443,20	40.883.865,48	533.304.832,34
ACRE	-	-	75.880,75	-	-	408.268,77	208.600,00	1.190.218,96	1.882.968,48
AMAZONAS	444.529.034,97	-	2.581.577,53	4.627,00	-	2.680.289,23	106.489,07	32.961.308,14	482.863.325,94
AMAPA	-	-	259.977,39	-	-	636.817,04	-	666.369,81	1.563.164,24
PARA	-	-	388.515,80	34.415,97	21.694,96	33.178.410,43	1.855.414,13	4.749.979,14	40.228.430,43
RONDONIA	-	-	82.945,56	77.000,47	-	1.441.604,60	192.940,00	459.766,92	2.254.257,55
RORAIMA	-	-	132.154,10	-	-	1.626.316,77	-	266.736,12	2.025.206,99
TOCANTINS	-	-	62.591,28	104.230,44	39.783,76	1.691.386,84	-	589.486,39	2.487.478,71
SUDESTE	448.234.625,71	3.081.577.769,98	3.382.022.769,50	3.508.072,62	477.226.464,66	1.583.363.048,97	23.834.513,02	902.012.590,80	9.901.779.855,26
ESPIRITO SANTO	-	-	3.443.154,02	657.983,23	424.763,28	15.280.733,48	7.611.128,23	1.729.644,93	29.147.407,17
MINAS GERAIS	-	-	11.524.511,36	2.373.217,33	2.084.937,40	120.623.091,56	11.489.222,50	13.932.241,26	162.027.221,41
RIO DE JANEIRO	448.234.625,71	3.081.577.769,98	3.361.788.639,66	476.872,06	474.716.763,98	1.438.977.662,40	4.734.067,29	886.022.294,13	9.696.528.695,21
SÃO PAULO	-	-	5.266.464,46	-	-	8.481.561,53	95,00	328.410,48	14.076.531,47
SUL	-	-	24.109.633,08	1.277.496,95	607.508,19	207.427.208,88	26.801.112,69	16.983.132,83	277.206.092,62
PARANA	-	-	1.880.691,55	206.429,46	-	62.763.060,17	19.141.245,09	1.025.089,49	85.016.515,76
RIO GRANDE DO SUL	-	-	19.229.146,73	740.269,29	332.895,04	122.369.477,44	3.051.178,28	13.786.307,53	159.509.274,31
SANTA CATARINA	-	-	2.999.794,80	330.798,20	274.613,15	22.294.671,27	4.608.689,32	2.171.735,81	32.680.302,55
TOTAL	338.649.294.853,36	558.759.251.529,26	65.713.892.099,34	21.013.928,41	731.079.816,05	48.016.053.578,31	450.679.056,66	30.800.144.142,59	1.043.141.409.003,98


MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		EXECUÇÃO DA RECEITA POR ORIGEM		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		RECEITAS DE CAPITAL		EMISSÃO 31/12/2011		PÁGINA	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	ALIENAÇÃO DE BENS	AMORTIZAÇÕES DE EMPRESTIMOS	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL	
CENTRO-OESTE	567.168.006.859,16	1.950.663.285,01	28.056.494.479,15	102.031.444,79	58.846.845.709,46	656.124.041.777,57	
DISTRITO FEDERAL	567.168.006.859,16	1.950.556.399,92	28.056.494.479,15	101.943.080,79	58.846.845.709,46	656.123.846.528,48	
GOIAS	-	18.679,19	-	88.364,00	-	107.043,19	
MATO GROSSO	-	88.205,90	-	-	-	88.205,90	
MATO GROSSO DO SUL	-	-	-	-	-	-	
NORDESTE	-	4.660.938,57	35.387.801,55	2.760.303,41	-	42.809.043,53	
CEARA	-	4.203.430,30	-	-	-	4.203.430,30	
MARANHAO	-	-	-	-	-	2.760.303,41	
PARAIBA	-	31.385,00	-	-	-	31.385,00	
PERNAMBUCO	-	38.418,27	35.387.801,55	-	-	35.426.219,82	
RIO GRANDE DO NORTE	-	387.705,00	-	-	-	387.705,00	
NORTE	-	468.870,00	54.656.314,95	-	-	55.125.184,95	
AMAZONAS	-	468.150,00	-	-	-	468.150,00	
PARA	-	-	54.656.314,95	-	-	54.656.314,95	
RONDONIA	-	720,00	-	-	-	720,00	
SUDESTE	824.106.564,91	3.952.993,30	798.601.132,76	6.724.727,39	-	1.633.385.418,36	
ESPIRITO SANTO	-	132.980,52	-	3.405.535,34	-	3.538.515,86	
MINAS GERAIS	-	385.708,63	-	3.319.192,05	-	3.704.900,68	
RIO DE JANEIRO	824.106.564,91	3.434.304,15	798.601.132,76	-	-	1.626.142.001,82	
SUL	-	39.617,00	-	70.000,00	-	109.617,00	
PARANA	-	17.500,00	-	-	-	17.500,00	
RIO GRANDE DO SUL	-	22.117,00	-	70.000,00	-	92.117,00	
TOTAL	567.992.113.424,07	1.959.785.703,88	28.945.139.728,41	111.586.475,59	58.846.845.709,46	657.855.471.041,41	



TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE RECURSOS	EXERCÍCIO 2011	MES DEZEMBRO		
SUBTÍTULO					
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION 31/12/2011	PAGINA		
ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES		
ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO - ARRECADAÇÃO LÍQUIDA		
00 - RECURSOS ORDINÁRIOS	246.044.297.558,00	237.746.910.838,97	-14.060.763.945,98	223.686.146.892,99	22.358.150.665,01
01 - IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	145.132.475.817,00	144.365.064.443,59	-7.119.181.439,11	137.245.883.004,48	7.886.592.812,52
02 - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	241.972.487,00	491.723.765,59	1.798.955,58	493.522.721,17	-251.550.234,17
06 - CONTR. FUNDO DE SAÚDE POL. MIL BOMBEIROS DO DF	16.663.859,00	15.423.898,72	13.702.572,74	15.423.898,72	1.239.960,28
11 - CONTRIB. DERIV. PETRÓLEO, COMB. COM. - CIDE	6.906.639.710,00	7.154.278.671,96	-1.275.637.353,94	7.167.981.244,70	-261.341.534,70
12 - RECURSOS DEST. A MANUT. E DO ENSINO	37.997.094.868,00	38.558.980.759,85	-135.220.124,23	37.283.343.405,91	713.751.462,09
13 - CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	11.904.225.933,00	13.250.699.595,70	256.062,65	13.115.479.471,47	-1.211.253.538,47
15 - CONTRIBUIÇÃO P/OS PROG. ESPECIAIS-PIN-PROTERRA	34.307.086,00	63.270.442,26	-882,15	63.269.560,11	34.051.023,35
16 - REC. OUTORGA DE DIR. DE USO DE REC. HÍDRICOS-ANA	60.057.890,00	2.113.168,70	-265,90	2.112.902,80	-3.211.670,11
17 - REC. ORIUNDOS CONTR. VOLUNTÁRIAS MONTEPIO CIVIL	1.450.500,00	2.731.293.897,57	-19.956,16	2.731.273.941,41	-569.998.654,41
18 - CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	2.161.275.287,00	7.173.491,18	1.042.024,66	7.173.491,18	-676.113,18
19 - IMPOSTO S/OPERACÕES FINANCEIRAS-OURO	3.950.220,00	1.042.024,66	1.042.024,66	1.042.024,66	2.908.195,34
20 - CONTR. S/ABREC. FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	1.528.803.972,00	1.620.352.827,91	-12,80	1.620.352.815,11	-91.548.843,11
23 - CONTRIBUIÇÃO P/ CUSTEIO DE PENSÕES MILITARES	461.106.619,00	448.879.396,99	-5.449.555,13	443.429.841,86	17.676.777,14
27 - CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIÁRIO	2.174.572.010,00	3.875.389.866,24	-383.935,80	3.875.005.930,44	-1.700.433.920,44
29 - RECURSOS DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	45.359.400,00	43.764.767,28	-69.299,09	43.695.468,19	1.663.931,81
30 - CONTRIBUIÇÃO P/O DES. DA IND. CINEMAT. NACIONAL	299.054.945,00	285.384.832,07	-183.155,51	285.201.676,56	13.853.268,44
31 - SELOS DE CONTROLE-LOJAS FRANCAS-FUNDAF	3.887.942.631,00	2.996.293.125,52	267.326.646,12	3.263.619.771,64	624.322.859,36
32 - JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST. PELA SRF/SF	17.252.412,00	33.174.756,46	175.980,56	33.350.737,02	-16.098.325,02
33 - RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIÁRIO	2.062.568.759,00	1.839.979.748,05	-328.702,52	1.839.651.045,53	222.917.713,47
34 - COMPENSAÇÕES FINANC. UTILIZ. DE REC. HÍDRICOS	1.864.049.360,00	1.966.271.590,24	121.218,63	1.966.392.808,87	-102.343.448,87
35 - COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV. MARINHA MERCANTE	194.040.015,00	226.645.130,48	-758.893,86	225.886.236,62	-31.846.221,62
39 - ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	32.591.977.742,00	33.074.567.298,93	192.811.705,21	33.267.379.004,14	-675.401.262,14
40 - CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	1.165.637.132,00	1.565.766.818,04	-398.413,46	1.565.368.404,58	-399.731.272,58
41 - COMPENSAÇÕES FINANC. P/EXPLOR. DE REC. MINERAIS	24.137.260.000,00	26.011.739.002,08	-145,92	26.011.738.856,16	-1.874.478.856,16
42 - COMPENS. FINANC. P/EXPL. DE PETR. OU GAS. NATURAL	678.514.678.262,00	474.099.160.032,10	90.927.887.340,71	474.099.160.032,10	204.415.518.229,90
43 - REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL	145.600.217.659,00	90.927.887.340,71	3.360.420,18	90.927.887.340,71	54.672.330.318,29
44 - TÍTULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL	3.104.018.272,00	1.202.278.299,44	-158,00	1.202.278.141,44	-3.360.420,18
46 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS - EM MOEDA	1.156.742.449,00	1.382.531.710,46	-198.544.285,45	1.382.531.710,46	-225.789.261,46
48 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - BENS/SERVIÇOS	12.071.197.997,00	14.048.627.273,36	-198.544.285,45	13.850.082.987,91	-1.778.884.990,91
49 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS - BENS/SERVIÇOS	48.825.754.419,00	45.460.594.840,17	621.029.304,75	46.081.624.144,92	2.744.130.274,08
50 - RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	25.572.000.000,00	17.483.487.570,69	2.530.391.566,61	17.483.487.570,69	8.088.512.429,31
51 - CONTR. SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURÍDICAS	124.825.044.139,00	125.170.174.315,75	-10.691.636.329,49	127.700.565.882,36	-2.875.521.743,36
52 - RESULTADO DO BACEN	239.787.514.640,00	246.350.750.454,00	-1.122.758.423,67	245.227.992.030,33	-5.440.477.390,33
53 - CONTRIBUIÇÃO P/FINANCIAM. DA SEGURIDADE SOCIAL	9.736.552.820,00	54.225.482,08	-40.357.472,15	13.868.009,93	-13.868.009,93
54 - CONTRIBUIÇÃO DOS EMP. E DOS TRAB. P/SEG. SOCIAL	425.128.385,00	9.292.628.208,23	-679.633,45	9.291.948.574,78	-63.620.083,33
55 - CONTRIB. PROVISORIA S/MOVIMENTACAO FINANCEIRA	1.175.571.535,00	461.295.180,89	27.453.287,44	488.748.468,33	444.604.254,22
56 - CONTRIBUIÇÃO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	1.267.078.649,59	1.267.078.649,59	56.984.964,33	1.324.063.613,92	-148.492.078,92
57 - RECEITAS DE HONORÁRIOS DE ADVOGADOS	22.513.671.319,00	36.111.373.932,31	-10.691.636.329,49	25.419.737.602,82	-2.906.066.283,82
58 - MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	3.811.930.332,00	2.743.910.272,65	-941.452,87	2.743.910.272,65	1.068.020.059,35
59 - REC. OPER. OF. CRED. - RET. REF. DIV. MED. E L. PRAZOS	17.421.272,00	20.795.745,92	685.927.258,18	19.854.293,05	-2.433.021,05
60 - RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO	385.000.000,00	685.927.258,18	-941.452,87	685.927.258,18	-300.927.258,18
62 - REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	15.100.801.027,00	488.741,02	-5.423.204,47	488.741,02	-1.781.846.583,95
64 - TÍTULOS DA DIVIDA AGRARIA	884.484.404,00	787.346.072,89	-5.749.120,89	781.596.952,00	102.887.452,00
67 - CONTRIB. PATRONAL P/PLANO DE SEGURID. SOC. SERV.	2.716.986.847,00	3.115.991.415,41	58.278.129,20	3.174.269.544,61	-457.282.697,61
71 - REC. DAS OPER. OF. DE CRÉDITO-RET. DE OC. - BEA/BIB	30.587.596.371,00	33.721.630.748,29	-253.416.976,54	33.468.213.771,75	-2.880.617.400,75
72 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	15.151.705.196,03	15.151.705.196,03	-11.124.017.216,29	4.027.687.979,74	-606.949.616,74
73 - REC. DAS OPER. OF. DE CRÉDITO-RET. DE OC. EST. MUN.	289.651.468,00	579.273.778,58	-743.136,82	578.530.641,76	-288.579.173,76
74 - TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	1.536.947.770,00	1.420.728.111,28	-46.635.675,29	1.374.092.435,99	162.855.334,01
75 - TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS					
76 - OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS					



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	REALIZAÇÃO DA RECEITA POR FONTE DE RECURSOS	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	ARRECADAÇÃO BRUTA	DEDUÇÕES	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	PREVISÃO – ARRECADAÇÃO LÍQUIDA
78 - FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	3.687.622.017,00	3.635.960.272,91	-32.639,12	3.635.927.633,79	51.694.383,21
79 - FUNDO DE COMBATE A ERRADICAÇÃO DA POBREZA		18.075.159,96	-13.452.490,69	4.622.669,27	-4.622.669,27
80 - RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	19.646.641.339,00	21.317.627.024,02	-32.200.868,76	21.285.426.155,26	-1.638.784.816,26
81 - RECURSOS DE CONVENIOS	539.031.221,00	521.866.827,80	-12.699.547,73	509.167.280,07	29.863.940,93
82 - RESITIT - RECURSOS DE CONVENIOS E CONGENERES	235.174.783,00	774.612.959,79	-53.087.038,38	721.525.921,41	-486.351.138,41
83 - PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HIDRICOS		168.801.863,70		168.801.863,70	-168.801.863,70
84 - CONTRIBUIÇÕES S/REMUN.DEV.AO TRABALHADOR-FGTS	2.271.168.256,00	2.213.992.883,82		2.213.992.883,82	57.175.372,18
86 - OUTRAS RECEITAS ORIGINARIAS	627.110.363,00	555.660.298,48	-2.424.454,43	553.235.844,05	73.874.518,95
88 - REMUNERAÇÃO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	28.543.184.162,00	41.367.368.610,66	-112.207.298,98	41.255.161.311,68	-12.711.977.149,68
93 - PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL. EDUC.	1.20.187.053,00	203.872.897,05	-48.735.805,64	155.137.091,41	-34.950.038,41
94 - DOACOES PARA COMBATE A FOME		241.857,40		241.857,40	-241.857,40
95 - DOACOES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	39.174.031,00	13.716.385,19		13.716.385,19	25.457.645,81
96 - DOACOES DE PESSOAS FIS/INSTIT.PUBL.E PRIV.NAC	28.553.085,00	26.014.286,27	-1.852,68	26.012.433,59	2.540.651,41
97 - DIVIDENDOS UNIAO	17.277.866.561,00	19.529.066.631,10		19.529.066.631,10	-2.251.200.070,10
TOTAL	1.966.015.896.211,00	1.743.590.946.877,57	-42.594.066.832,18	1.700.996.880.045,39	265.019.016.165,61

2.3.2. Execução da Despesa Orçamentária

A execução da despesa orçamentária alcançou o montante de R\$ 1.676.831 milhões, representando 83,3% do total dos créditos autorizados para o período, um percentual superior aos 81,4% observados em 2010. O valor total executado teve um crescimento nominal de 11,4% em relação a 2010. Nesse total executado estão incluídas as despesas relacionadas ao serviço da dívida, ou seja, Juros, Encargos e Amortização da Dívida Interna e Externa que totalizaram R\$ 479.368, o que representou 28,6% das despesas da União em 2011. Esse valor é 24,7% inferior ao do exercício anterior. O comportamento das despesas realizadas em relação ao orçamento aprovado está demonstrado a seguir.

Tabela 2.3.2 - 1 – PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR TIPO DE CRÉDITO – UNIÃO – 2011 E 2010

R\$ milhões

CRÉDITOS	2011			2010		
	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUTADO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUTADO
Iniciais e Suplementares	2.007.593	1.673.039	83,3%	1.826.704	1.489.185	81,5%
Especiais	2.659	978	36,8%	8.621	4.370	50,7%
Extraordinários	3.419	2.815	82,3%	12.875	11.397	88,5%
TOTAL	2.013.672	1.676.831	83,3%	1.848.200	1.504.951	81,4%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Classificação Institucional

A classificação institucional tem por finalidade evidenciar as unidades responsáveis pela execução da despesa. A tabela a seguir demonstra a execução da despesa por instituição (órgão superior), segregando os valores considerados executados, nos termos da Lei n.º 4.320/1964, dos efetivamente liquidados. O montante da despesa executada contempla inclusive os valores não liquidados referentes à inscrição de restos a pagar não-processados do exercício, ao contrário da despesa efetivamente liquidada. Destacamos que, em termos contábeis, a liquidação representa o fato gerador da despesa pública.

Tabela 2.3.2 - 2 – DESPESAS POR ÓRGÃO SUPERIOR – UNIÃO – 2011

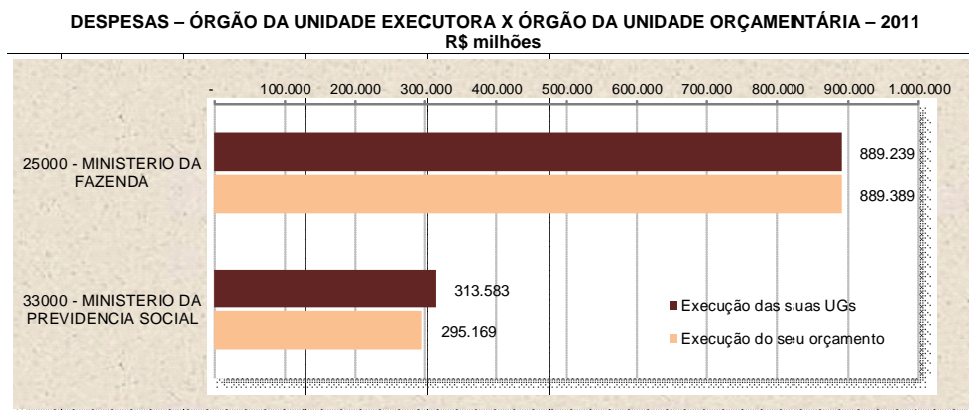
R\$ milhões

ÓRGÃO SUPERIOR	DESPESA EFETIVAMENTE LIQUIDADA (a)	DESPESA EXECUTADA TOTAL (b)	% (a) / (b)	(b) % do total
01000 - CAMARA DOS DEPUTADOS	3.722	4.059	91,7%	0,2%
02000 - SENADO FEDERAL	3.206	3.267	98,1%	0,2%
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.279	1.345	95,1%	0,1%
10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	407	451	90,4%	0,0%
11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	866	962	90,0%	0,1%
12000 - JUSTICA FEDERAL	19.601	20.291	96,6%	1,2%
13000 - JUSTICA MILITAR	346	359	96,2%	0,0%
14000 - JUSTICA ELEITORAL	4.031	4.465	90,3%	0,3%
15000 - JUSTICA DO TRABALHO	13.678	14.078	97,2%	0,8%
16000 - JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	1.596	1.694	94,2%	0,1%
17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	76	145	52,3%	0,0%
20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	5.646	6.447	87,6%	0,4%
20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	4.139	4.384	94,4%	0,3%
22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	9.118	10.688	85,3%	0,6%
24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	5.828	7.392	78,8%	0,4%
25000 - MINISTERIO DA FAZENDA	871.221	889.239	98,0%	53,0%
26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	65.095	76.780	84,8%	4,6%
28000 - MINISTERIO DO DESENV. IND. E COMERCIO EXTERIOR	1.219	1.284	94,9%	0,1%
30000 - MINISTERIO DA JUSTICA	8.828	9.691	91,1%	0,6%
32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	19.971	20.437	97,7%	1,2%
33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	312.906	313.583	99,8%	18,7%
34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	3.442	3.810	90,3%	0,2%
35000 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	2.161	2.181	99,1%	0,1%
36000 - MINISTERIO DA SAUDE	68.547	76.220	89,9%	4,5%
38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	53.314	54.014	98,7%	3,2%
39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES	12.841	20.689	62,1%	1,2%
41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES	1.642	1.803	91,1%	0,1%
42000 - MINISTERIO DA CULTURA	767	1.677	45,8%	0,1%
44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	2.186	2.374	92,1%	0,1%
49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	2.456	4.533	54,2%	0,3%
51000 - MINISTERIO DO ESPORTE	394	1.268	31,1%	0,1%
52000 - MINISTERIO DA DEFESA	57.902	62.725	92,3%	3,7%
53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	10.203	15.798	64,6%	0,9%
54000 - MINISTERIO DO TURISMO	253	1.307	19,4%	0,1%
55000 - MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	19.508	19.900	98,0%	1,2%
56000 - MINISTERIO DAS CIDADES	2.395	17.264	13,9%	1,0%
58000 - MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	103	184	56,3%	0,0%
59000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO	29	44	64,9%	0,0%
TOTAL	1.590.922	1.676.831	94,9%	100,0%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

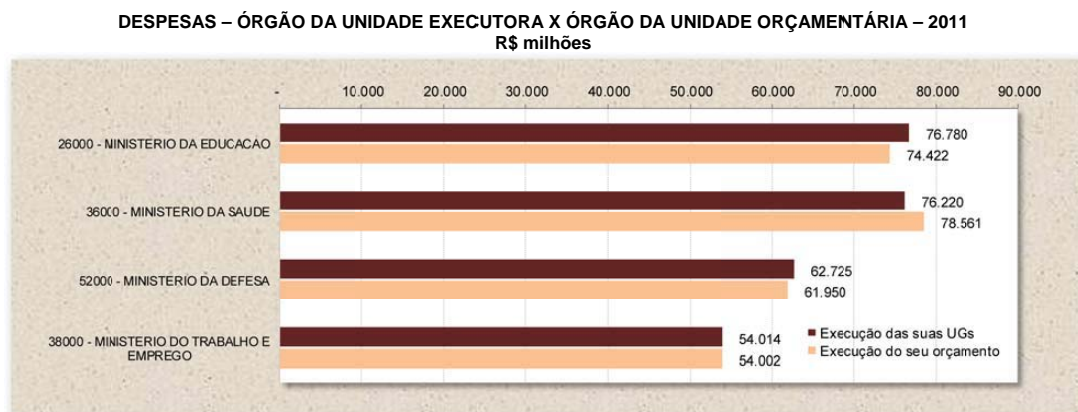
Nota: Inclui operações intra-orçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública

Cabe destacar que no Siafi a expressão “despesas por órgão” pode dar origem a duas informações distintas. Sob a ótica do consignatário do orçamento, as despesas executadas se referem à execução do orçamento daquele órgão, incluindo as parcelas executadas por unidades de outro órgão, que tenham recebido créditos orçamentários do órgão consignatário da dotação original (visão do “órgão da unidade orçamentária”); e sob a ótica do Órgão Executor, que evidencia o total das despesas executadas pelas unidades gestoras executoras de determinado órgão, sejam as despesas originadas de orçamento próprio ou de créditos orçamentários recebidos de outros órgãos (visão do “órgão da unidade executora”). As figuras seguintes (segregadas para fins de apresentação) demonstram os valores executados segundo os dois critérios.



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

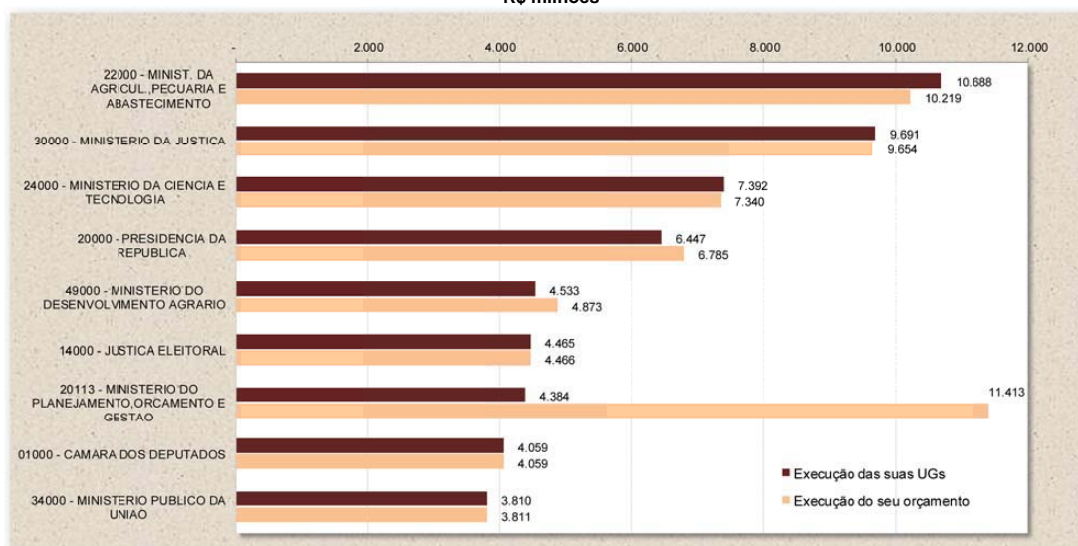
Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

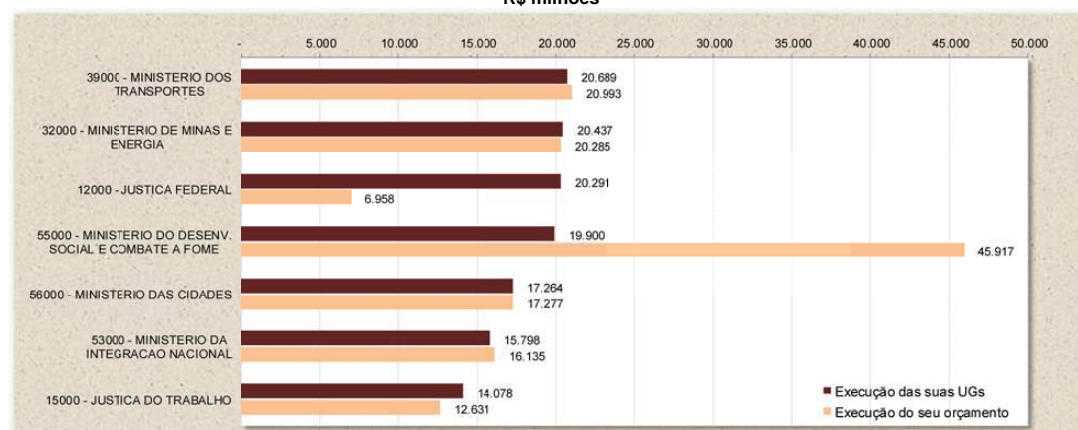
DESPESAS – ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA X ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2011
R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

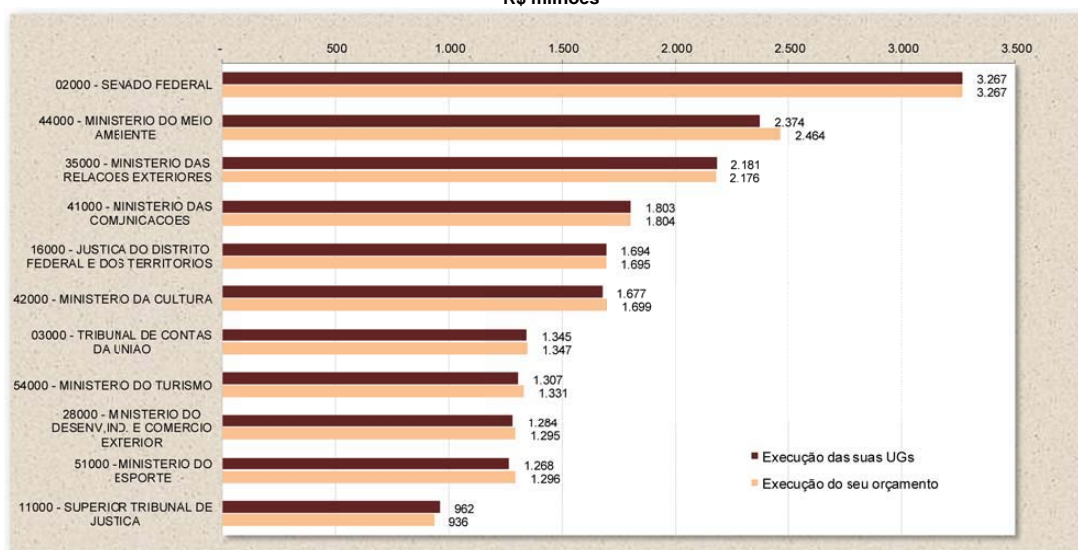
Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

DESPESAS – ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA X ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2011
R\$ milhões



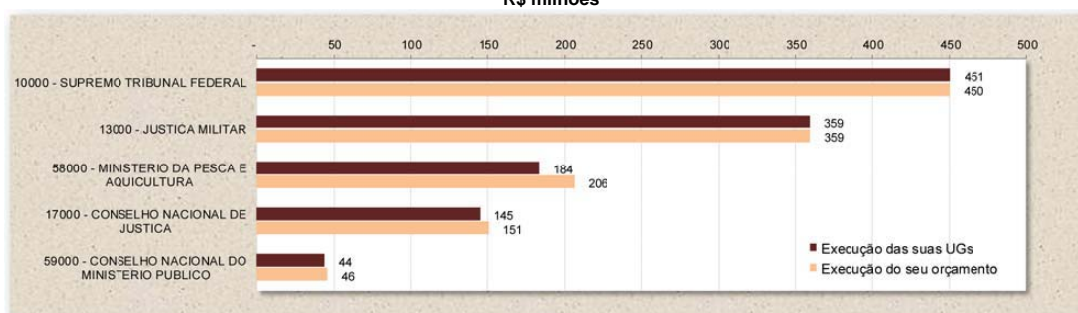
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

DESPESAS – ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA X ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2011
R\$ milhões


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

DESPESAS – ÓRGÃO DA UNIDADE EXECUTORA X ÓRGÃO DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 2011
R\$ milhões


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Inclui operações intraorçamentárias e despesas com refinanciamento da Dívida Pública.

Na tabela a seguir, pode-se analisar a estrutura geral da execução das despesas da União, identificadas por Poder, sendo que as relativas ao Executivo foram detalhadas em seus principais agrupamentos.

Tabela 2.3.2 - 3 – DESPESAS POR PODER – UNIÃO – 2011 E 2010

DESPESAS POR PODER	VALOR		%	
	2011	2010	2011	2010
LEGISLATIVO	8.671	7.876	0,5%	0,5%
JUDICIÁRIO	42.445	40.546	2,5%	2,7%
EXECUTIVO	1.625.715	1.456.529	97,0%	96,8%
Pessoal e Encargos Sociais	153.956	143.065	9,2%	9,5%
Juros e Encargos da Dívida	131.122	122.421	7,8%	8,1%
Amortização da Dívida	97.970	140.603	5,8%	9,3%
Refinanciamento da Dívida Pública	479.368	373.435	28,6%	24,8%
Transferências Constitucionais	171.147	196.803	10,2%	13,1%
Benefícios Previdenciários	275.969	246.168	16,5%	16,4%
Demais Despesas	316.183	234.034	18,9%	15,6%
TOTAL	1.676.831	1.504.951	100,0%	100,0%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Notas: nas Transferências Constitucionais também estão sendo consideradas as transferências voluntárias.

Nos Poderes Legislativo e Judiciário, o grupo de natureza Pessoal e Encargos Sociais somou R\$ 35.521 milhões, registrando um crescimento de 7,2%. Essas despesas representaram 69,5% da despesa desses

Poderes. Por sua vez, as Outras Despesas Correntes responderam por 27,6% das despesas. Em relação às Outras Despesas Correntes, no Judiciário, ressaltam-se as despesas com pagamento de sentenças judiciais e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, 66,9% e 12,4% do total do grupo, respectivamente. No Legislativo, foram relevantes as despesas com auxílio-alimentação (R\$ 202 milhões, ou 17,3%), locação de mão-de-obra (R\$ 247 milhões, ou 21,1%) e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica (R\$ 292 milhões, ou 24,9%).

No Poder Executivo, o item Demais Despesas da União totalizou R\$ 316.183 milhões. Destacaram-se as concessões de transferências voluntárias, no valor de R\$ 64.473 milhões, Investimentos, com R\$ 47.201 milhões, Inversões Financeiras com R\$ 40.947 milhões, Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica com R\$ 23.384 milhões, e Outros Benefícios de Natureza Social com R\$ 34.173 milhões. Mais adiante neste relatório serão analisadas as despesas segundo a classificação econômica.

Modalidade de Aplicação – União 2011

Outra forma de observar os gastos do governo federal é por meio da Modalidade de Aplicação que revela o quanto do orçamento foi diretamente gasto pelo governo federal ou por outras entidades federativas, multigovernamentais ou mesmo instituições privadas. Tal observação pode ser feita por meio da tabela seguinte.

Tabela 2.3.2 - 4 – DESPESAS POR MODALIDADES DE APLICAÇÃO

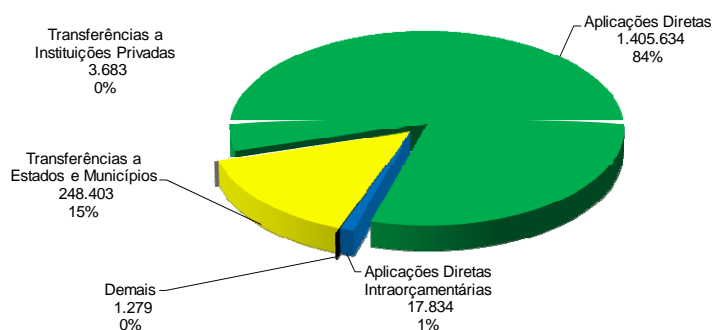
MODALIDADE DE APLICAÇÃO	VALOR		R\$ milhões	
	2011	2010	2011	2010
30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal	97.077	101.559	5,8%	6,7%
31 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo	13.719	-	0,8%	0,0%
40 – Transferências a Municípios	102.432	116.481	6,1%	7,7%
41 – Transferências a Municípios – Fundo a Fundo	35.175	-	2,1%	0,0%
50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	3.354	4.024	0,2%	0,3%
60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	328	516	0,0%	0,0%
70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais	41	19	0,0%	0,0%
71 – Transferências a Consórcios Públicos	66	22	0,0%	0,0%
80 – Transferências ao Exterior	1.172	1.204	0,1%	0,1%
90 – Aplicações Diretas	1.405.634	1.265.184	83,8%	84,1%
91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	17.834	15.941	1,1%	1,1%
TOTAL	1.676.831	1.504.951	100,0%	100,0%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Estão incluídas as despesas com refinanciamento da dívida

Note-se a criação das modalidades de aplicação de transferências a estados e municípios “Fundo a Fundo”, de códigos 31 e 41, de maneira a evidenciar de forma mais detalhada as transferências aos demais entes da Federação. Segundo a tabela, em 2011 os valores diretamente gastos pelo Governo Federal atingiram 83,8% do orçamento. Na figura a seguir observa-se que dos gastos realizados indiretamente a grande parte foi destinada aos municípios e aos estados.

DESPESAS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO – UNIÃO – 2011 - R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Estão incluídas as despesas com refinanciamento da dívida

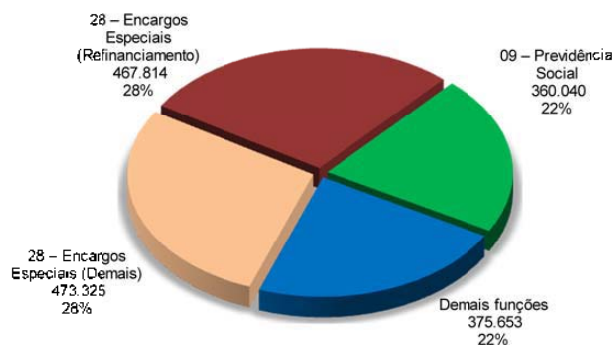
Classificação Funcional

Conforme conceito do Manual Técnico de Orçamento (MTO) 2011, da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), a classificação funcional busca “responder basicamente à indagação ‘em que’ área de ação governamental a despesa será realizada”. A tabela a seguir demonstra a despesa executada em cada função, em ordem decrescente de valores. Mais adiante, as figuras (segregadas para fins de apresentação) ilustram essas mesmas informações.

Tabela 2.3.2 - 5 – DESPESAS POR FUNÇÃO – UNIÃO – 2011 e 2010

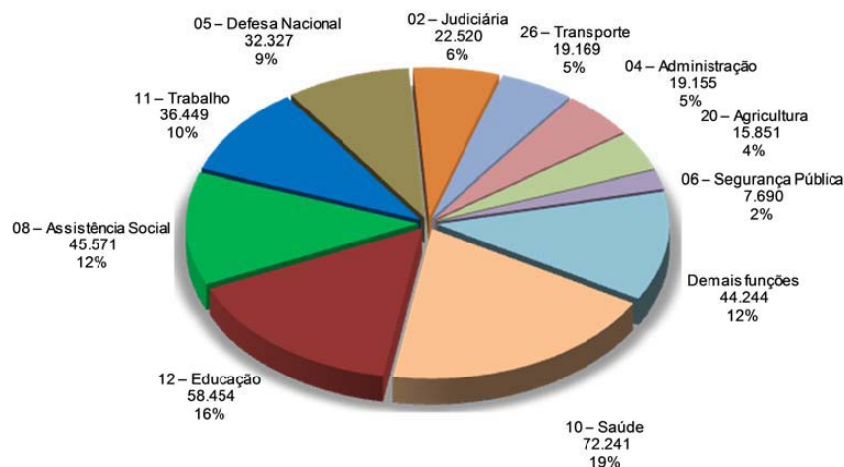
FUNÇÃO	2011		2010		R\$ milhões Variação 2011/2010
	DESPESA EXECUTADA	% do total	DESPESA EXECUTADA	% do total	%
28 – Encargos Especiais	941.139	56,1%	830.802	55,2%	13,3%
09 – Previdência Social	360.040	21,5%	326.551	21,7%	10,3%
10 – Saúde	72.241	4,3%	61.874	4,1%	16,8%
12 – Educação	58.454	3,5%	48.502	3,2%	20,5%
08 – Assistência Social	45.571	2,7%	39.112	2,6%	16,5%
05 – Defesa Nacional	32.327	1,9%	32.282	2,1%	0,1%
11 – Trabalho	36.449	2,2%	31.449	2,1%	15,9%
02 – Judiciária	22.520	1,3%	22.410	1,5%	0,5%
26 – Transporte	19.169	1,1%	20.628	1,4%	-7,1%
04 – Administração	19.155	1,1%	19.988	1,3%	-4,2%
20 – Agricultura	15.851	0,9%	14.725	1,0%	7,6%
06 – Segurança Pública	7.690	0,5%	9.728	0,6%	-21,0%
19 – Ciência e Tecnologia	7.000	0,4%	7.545	0,5%	-7,2%
01 – Legislativa	6.046	0,4%	5.661	0,4%	6,8%
03 – Essencial à Justiça	5.810	0,3%	5.481	0,4%	6,0%
15 – Urbanismo	4.276	0,3%	4.867	0,3%	-12,2%
21 – Organização Agrária	4.239	0,3%	4.270	0,3%	-0,7%
23 – Comércio e Serviços	3.707	0,2%	3.844	0,3%	-3,6%
18 – Gestão Ambiental	3.751	0,2%	3.713	0,2%	1,0%
07 – Relações Exteriores	1.924	0,1%	1.897	0,1%	1,4%
14 – Direitos da Cidadania	1.408	0,1%	1.831	0,1%	-23,1%
22 – Indústria	1.863	0,1%	1.804	0,1%	3,2%
17 – Saneamento	1.653	0,1%	1.745	0,1%	-5,3%
13 – Cultura	1.414	0,1%	1.385	0,1%	2,1%
27 – Desporto e Lazer	1.153	0,1%	1.036	0,1%	11,2%
24 – Comunicações	846	0,1%	971	0,1%	-12,9%
25 – Energia	626	0,0%	675	0,0%	-7,4%
16 – Habitação	508	0,0%	175	0,0%	189,6%
TOTAL	1.676.831	100,0%	1.504.951	100,0%	11,4%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

DISTRIBUIÇÃO GERAL DAS DESPESAS POR FUNÇÃO – 2011 - R\$ Milhões

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO – 2011
(EXCLUÍDAS AS FUNÇÕES ENCARGOS ESPECIAIS E PREVIDÊNCIA SOCIAL)
R\$ Milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Ainda a respeito da classificação funcional, o MTO 2011 esclarece:

“Os dois primeiros referem-se à função, que pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. A função está relacionada com a missão institucional do órgão, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios.

[...]

Deve-se adotar como função aquela que é típica ou principal do órgão. Assim, a programação de um órgão, via de regra, é classificada em uma única função, ao passo que a subfunção é escolhida de acordo com a especificidade de cada ação.”

Assim, a classificação por funções tende a coincidir com a classificação institucional. Além da função, a classificação funcional também é composta pela subfunção. A esse respeito, consta no MTO 2011:

“A subfunção, indicada pelos três últimos dígitos da classificação funcional, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar cada área da atuação governamental, por intermédio da agregação de determinado subconjunto de despesas e identificação da natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções. As subfunções podem ser combinadas com funções diferentes daquelas a que estão relacionadas na Portaria no 42, de 1999. As ações devem estar sempre conectadas às subfunções que representam sua área específica. Existe também a possibilidade de matricialidade na conexão entre função e subfunção, ou seja, combinar qualquer função com qualquer subfunção, mas não na relação entre ação e subfunção.”

As subfunções, portanto, representam um importante agregador das ações e, desse modo, fornecem informações sobre a execução orçamentária da despesa sob uma ótica diferente. No entanto, cada subfunção possui uma função típica. Desse modo, é possível compilar a despesa executada nas funções típicas das subfunções, o que revela de fato o quanto foi gasto em ações finalísticas de cada área da atuação governamental. A tabela a seguir revela o valor total da execução por funções e suas respectivas subfunções.

Tabela 2.3.2 - 6 - DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO - UNIÃO - 2011

R\$ milhões			
FUNÇÃO	EXECUÇÃO NA FUNÇÃO	EXECUÇÃO NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO	DIFERENÇA
01 - Legislativa	6.046	4.993	1.053
02 - Judiciária	22.520	17.437	5.083
03 - Essencial à Justiça	5.810	67	5.744
04 - Administração	19.155	88.964	(69.809)
05 - Defesa Nacional	32.327	8.715	23.613
06 - Segurança Pública	7.690	2.180	5.510
07 - Relações Exteriores	1.924	1.758	165
08 - Assistência Social	45.571	44.917	654
09 - Previdência Social	360.040	354.393	5.647
10 - Saúde	72.241	73.899	(1.658)
11 - Trabalho	36.449	48.754	(12.304)
12 - Educação	58.454	31.677	26.777
13 - Cultura	1.414	839	575
14 - Direitos da Cidadania	1.408	926	482
15 - Urbanismo	4.276	4.062	213
16 - Habitação	508	376	132
17 - Saneamento	1.653	3.421	(1.768)
18 - Gestão Ambiental	3.751	2.326	1.425
19 - Ciência e Tecnologia	7.000	6.081	919
20 - Agricultura	15.851	11.862	3.990
21 - Organização Agrária	4.239	2.329	1.910
22 - Indústria	1.863	7.769	(5.906)
23 - Comércio e Serviços	3.707	4.370	(663)
24 - Comunicações	846	356	490
25 - Energia	626	294	332
26 - Transporte	19.169	14.931	4.238
27 - Desporto e Lazer	1.153	1.987	(835)
28 - Encargos Especiais (Demais)	473.325	469.333	3.992
28 - Encargos Especiais (Refinanciamento)	467.814	467.814	-
TOTAL	1.676.831	1.676.831	(0)

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Essas informações sugerem que, com algumas exceções, em geral as despesas nas áreas governamentais efetivas foram menores do que o indicado pelas funções. Isso decorre do fato de a classificação por função estar na verdade relacionada à área de atuação do órgão responsável pela despesa, e não com a efetiva área da atuação governamental em que se insere a ação orçamentária.

O exemplo mais claro dessa situação são as subfunções típicas da função Administração, que estão presentes nas despesas de praticamente todas as demais funções – especialmente a subfunção Administração Geral. Por esse motivo, as despesas registradas em subfunções típicas da função Administração são superiores às despesas registradas na função Administração.

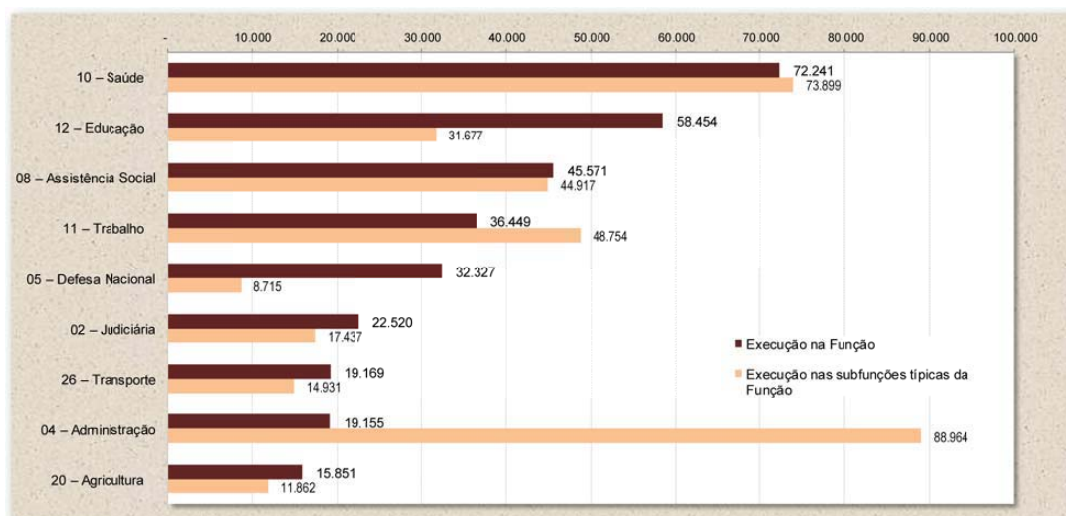
As figuras seguintes (segregadas para fins de apresentação) abaixo demonstram melhor essa característica do orçamento federal. Observa-se que o total dos gastos nas subfunções típicas da “Administração” é superior aos gastos das funções Saúde e Educação. Em outras palavras, isso significa que as ações das subfunções típicas da função “Administração” estão presentes em todos os gastos das demais funções.

COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO X DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO - R\$ milhões



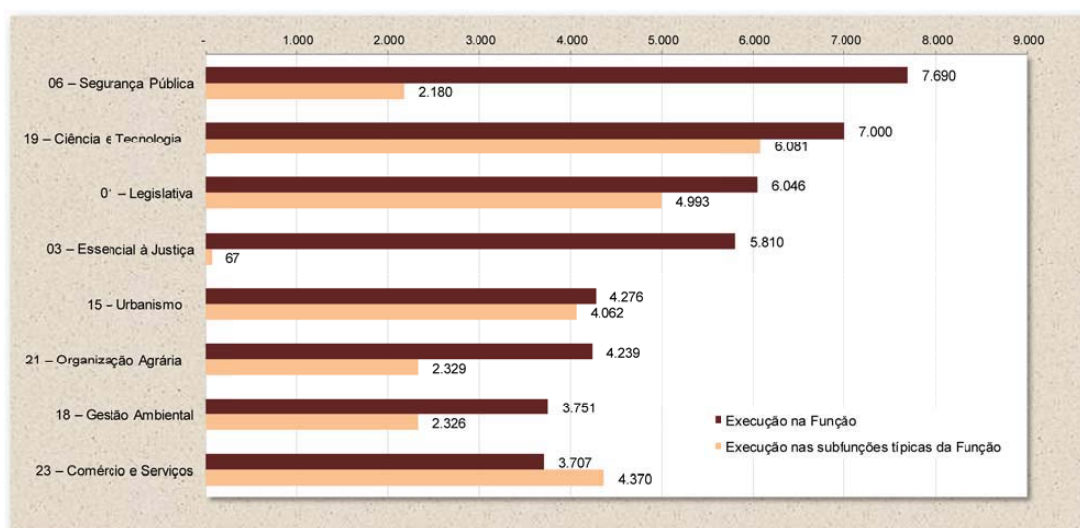
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO X DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO - R\$ milhões



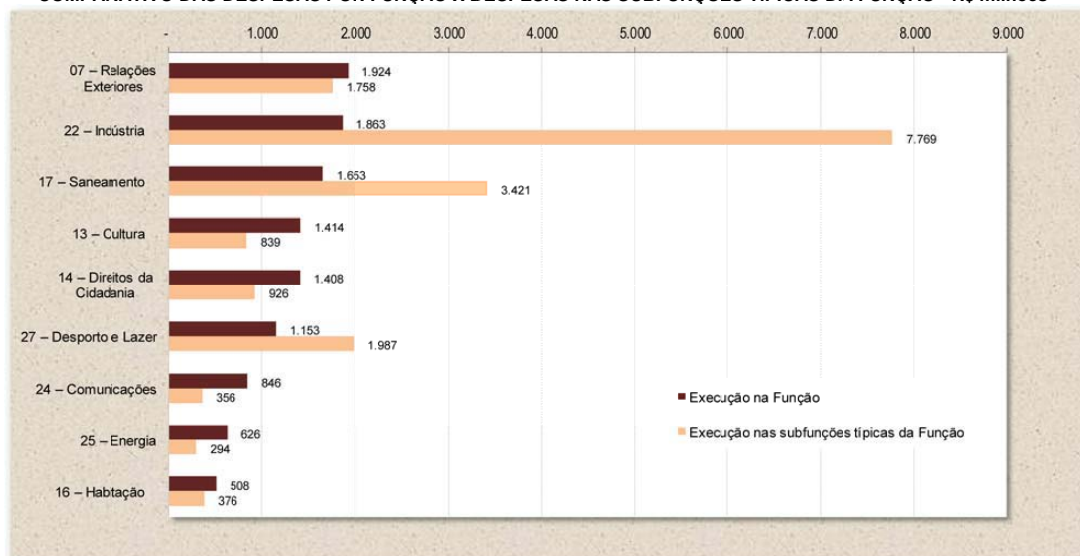
Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO X DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO - R\$ milhões



FONTE - SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

COMPARATIVO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO X DESPESAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA FUNÇÃO - R\$ milhões



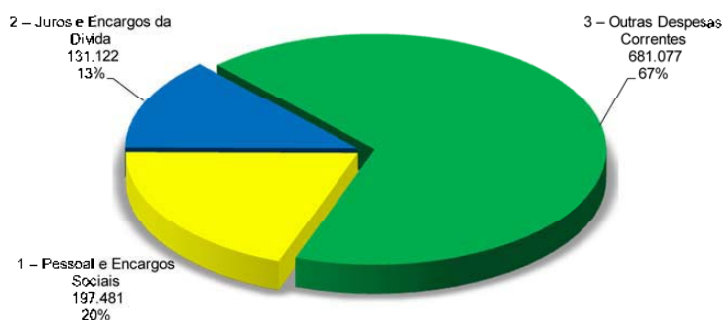
FONTE – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Despesas Correntes

As Despesas Correntes referem-se aos gastos com Salários, Juros e Encargos da Dívida Interna e Externa e com o custeio básico da União, também denominado Outras Despesas Correntes. As Transferências a estados, DF e municípios somaram R\$ 230.394 milhões e referem-se aos Fundos Constitucionais (FCO, FNO E FNE), Fundos de Participação dos Estados e Municípios, Transferências do Imposto Territorial Rural (ITR), IOF, outras transferências definidas na Constituição Federal, como Salário-Educação e Fundeb, e também a transferências voluntárias.

Na figura a seguir se demonstra a composição das Despesas Correntes nos diversos grupos de despesa. A tabela seguinte detalha cada grupo da despesa em suas respectivas modalidades.

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES DA UNIÃO – 2011 - R\$ milhões



FONTE – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela 2.3.2 - 7 – DESPESAS CORRENTES POR GRUPO DE DESPESA E MODALIDADE – UNIÃO – 2011 E 2010

DESPESAS CORRENTES	VALOR		%		R\$ milhões
	2011	2010	2011	2010	2011/2010
1 – Pessoal e Encargos Sociais	197.481	183.278	19,6%	20,3%	7,7%
30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal	41	42	0,0%	0,0%	-1,9%
71 – Transferências a Consórcios Públicos	7	-	0,0%	0,0%	-
90 – Aplicações Diretas	182.393	169.452	18,1%	18,8%	7,6%
91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	15.040	13.784	1,5%	1,5%	9,1%
2 – Juros e Encargos da Dívida	131.122	122.422	13,0%	13,6%	7,1%
90 – Aplicações Diretas	131.122	122.422	13,0%	13,6%	7,1%
3 – Outras Despesas Correntes	681.077	595.597	67,5%	66,1%	14,4%
30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal	90.257	93.374	8,9%	10,4%	-3,3%
31 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo	13.510	-	1,3%	0,0%	-
40 – Transferências a Municípios	92.710	104.734	9,2%	11,6%	-11,5%
41 – Transferências a Municípios – Fundo a Fundo	33.875	-	3,4%	0,0%	-
50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	2.485	3.082	0,2%	0,3%	-19,3%
60 – Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos	328	516	0,0%	0,1%	-36,4%
70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais	3	0	0,0%	0,0%	772,2%
71 – Transferências a Consórcios Públicos	16	2	0,0%	0,0%	714,5%
80 – Transferências ao Exterior	1.171	1.145	0,1%	0,1%	2,2%
90 – Aplicações Diretas	445.908	391.930	44,2%	43,5%	13,8%
91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	814	814	0,1%	0,1%	0,0%
TOTAL	1.009.681	901.297	100,0%	100,0%	12,0%

FONTE – Siati/Secretaria do Tesouro Nacional

Pessoal e Encargos Sociais

Conforme definição do MTO 2011, as despesas com Pessoal e Encargos Sociais são:

Despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do art. 18 da LRF.

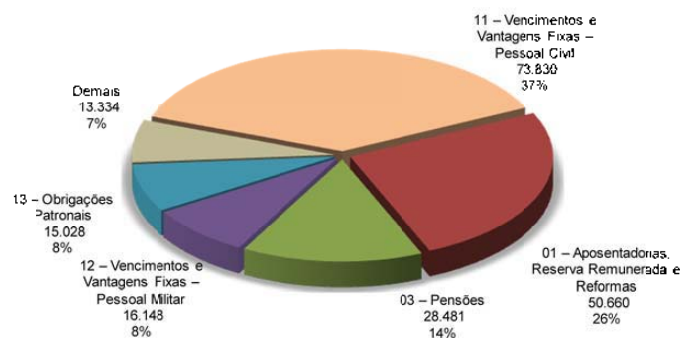
As despesas com pessoal e encargos sociais cresceram nominalmente 7,7% em relação a 2010. A tabela a seguir mostra a composição das despesas desse grupo, e a figura seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

Tabela 2.3.2 - 8 – DESPESAS DE PESSOAL POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2011 E 2010

DESPESAS DE PESSOAL	VALOR		%		R\$ milhões
	2011	2010	2011	2010	2011/2010
11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	73.830	68.758	37,4%	37,5%	7,4%
01 – Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	50.660	46.496	25,7%	25,4%	9,0%
03 – Pensões	28.481	26.889	14,4%	14,7%	5,9%
12 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Militar	16.148	14.987	8,2%	8,2%	7,7%
13 – Obrigações Patronais	15.028	14.052	7,6%	7,7%	6,9%
91 – Sentenças Judiciais	7.317	6.061	3,7%	3,3%	20,7%
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	2.180	2.419	1,1%	1,3%	-9,9%
17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar	1.383	1.222	0,7%	0,7%	13,2%
16 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	847	905	0,4%	0,5%	-6,5%
04 – Contratação por Tempo Determinado	548	560	0,3%	0,3%	-2,1%
96 – Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado	474	446	0,2%	0,2%	6,2%
07 – Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	186	172	0,1%	0,1%	8,0%
08 – Outros Benefícios Assistenciais	171	142	0,1%	0,1%	19,8%
94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	114	64	0,1%	0,0%	77,9%
67 – Depósitos Compulsórios	72	59	0,0%	0,0%	22,9%
41 – Contribuições	41	42	0,0%	0,0%	-1,9%
09 – Salário-Família	1	1	0,0%	0,0%	-34,4%
34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	-	2	0,0%	0,0%	-100,0%
TOTAL	197.481	183.278	100,0%	100,0%	7,7%

FONTE – Siati/Secretaria do Tesouro Nacional

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE PESSOAL DA UNIÃO – 2011 - R\$ milhões



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Em geral, a liquidação é a fase em que se registra efetivamente a despesa pública. No entanto, conforme as normas da Lei nº 4.320, de 1964, as despesas empenhadas e ainda não liquidadas por ocasião do encerramento do exercício são consideradas também executadas, havendo o registro da despesa pública. Tais despesas, consideradas executadas, mas ainda não liquidadas de fato, são inscritas em restos a pagar não-processados. A liquidação mensal das despesas de pessoal encontra-se ilustrada na figura seguinte, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

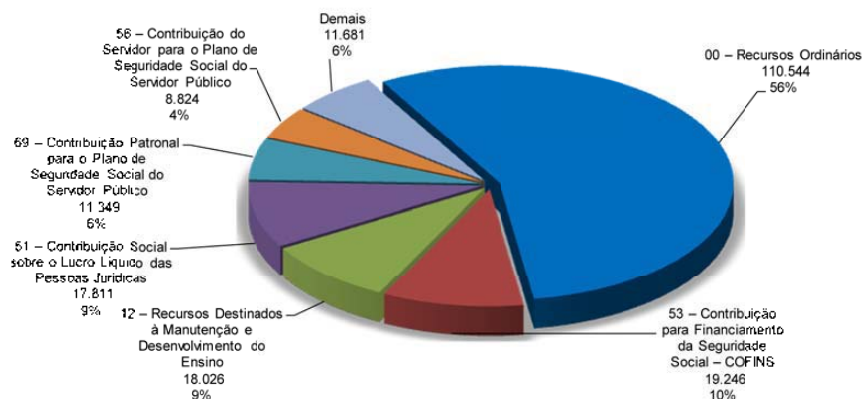
DESPESAS DE PESSOAL LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2011 - R\$ milhões



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

DESPESAS DE PESSOAL – ORIGENS DOS RECURSOS – 2011 - R\$ milhões



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Juros e Encargos da Dívida

Conforme definição do MTO 2011, as despesas com Juros e Encargos da Dívida são:

Despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.

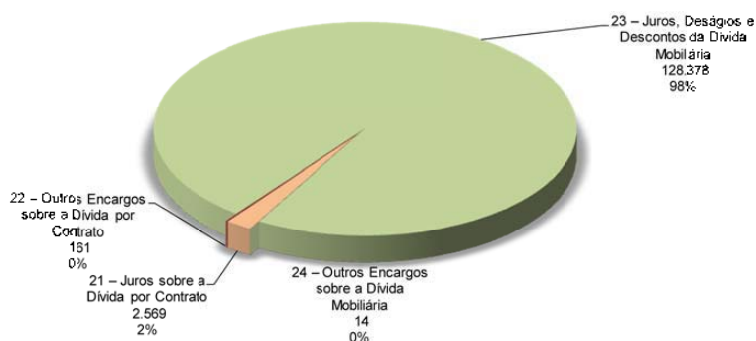
Essas despesas alcançaram o montante de R\$ 131.122 milhões, o que representa 13% das despesas correntes da União. Esse valor é 7,1% superior ao de 2010. A tabela a seguir mostra a composição das despesas desse grupo, e a figura seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

Tabela 2.3.2 - 9 – DESPESAS DE JUROS POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2011 E 2010

DESPESAS DE JUROS	VALOR		%		R\$ milhões
	2011	2010	2011	2010	2011/2010
21 – Juros sobre a Dívida por Contrato	2.569	3.679	2,0%	3,0%	-30,2%
22 – Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	161	76	0,1%	0,1%	111,7%
23 – Juros, Deságios e Descontos da Dívida Mobiliária	128.378	118.647	97,9%	96,9%	8,2%
24 – Outros Encargos sobre a Dívida Mobiliária	14	20	0,0%	0,0%	-28,1%
TOTAL	131.122	122.422	100,0%	100,0%	7,1%

FONTE – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE JUROS DA UNIÃO – 2011 - R\$ milhões



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

A liquidação mensal das despesas de juros encontra-se ilustrada na figura seguinte, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

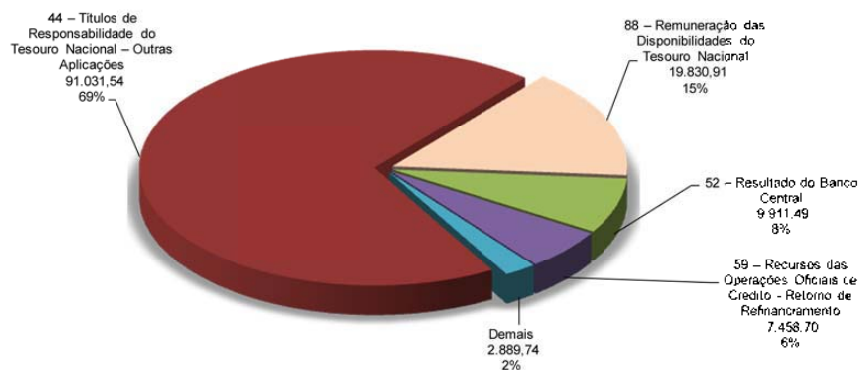
DESPESAS DE JUROS LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2011 - R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Por fim, a figura seguinte ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das despesas de juros.

DESPESAS DE JUROS – ORIGENS DOS RECURSOS – 2011 - R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Outras Despesas Correntes

Conforme definição do MTO 2011, as despesas com Outras Despesas Correntes são:

Despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

Essas despesas alcançaram o montante de R\$ 681.077 milhões, o que representa 67,5% das despesas correntes da União. Esse valor foi 14,4% superior ao de 2010. A tabela a seguir mostra a composição das despesas desse grupo, e a figura seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

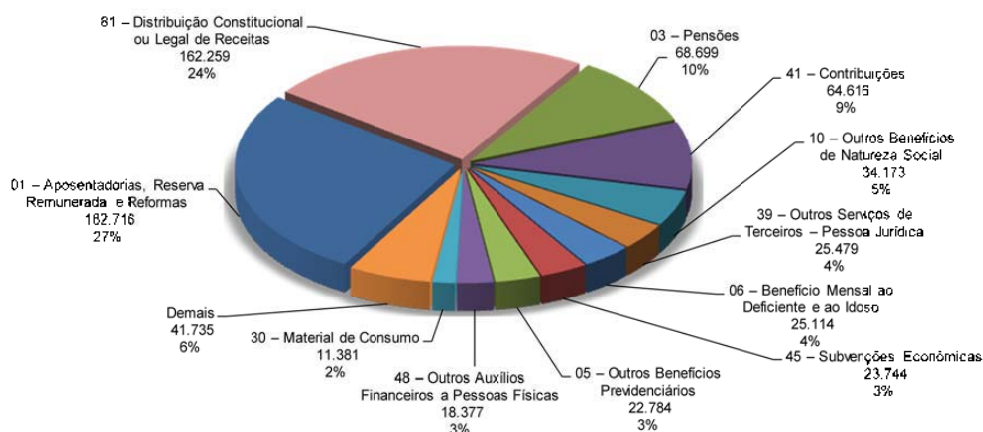
Tabela 2.3.2 - 10 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2011 E 2010

OUTRAS DESPESAS CORRENTES	VALOR		%		R\$ milhões
	2011	2010	2011	2010	2011/2010
01 – Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	182.716	163.799	26,8%	27,5%	11,5%
81 – Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas	162.259	138.192	23,8%	23,2%	17,4%
03 – Pensões	68.699	61.932	10,1%	10,4%	10,9%
41 – Contribuições	64.616	58.333	9,5%	9,8%	10,8%
10 – Outros Benefícios de Natureza Social	34.173	29.204	5,0%	4,9%	17,0%
39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	25.479	23.735	3,7%	4,0%	7,3%
06 – Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso	25.114	22.233	3,7%	3,7%	13,0%
45 – Subvenções Econômicas	23.744	13.406	3,5%	2,3%	77,1%
05 – Outros Benefícios Previdenciários	22.784	20.785	3,3%	3,5%	9,6%
48 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	18.377	15.863	2,7%	2,7%	15,8%
30 – Material de Consumo	11.381	9.598	1,7%	1,6%	18,6%
91 – Sentenças Judiciais	9.504	9.441	1,4%	1,6%	0,7%
93 – Indenizações e Restituições	7.587	6.508	1,1%	1,1%	16,6%
37 – Locação de Mão-de-Obra	4.576	3.896	0,7%	0,7%	17,5%
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	4.385	3.343	0,6%	0,6%	31,1%
18 – Auxílio Financeiro a Estudantes	3.520	2.551	0,5%	0,4%	38,0%
46 – Auxílio-Alimentação	3.262	3.159	0,5%	0,5%	3,3%
32 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1.867	1.497	0,3%	0,3%	24,8%
36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1.611	1.664	0,2%	0,3%	-3,1%
49 – Auxílio-Transporte	756	721	0,1%	0,1%	4,9%
14 – Diárias – Civil	683	1.051	0,1%	0,2%	-35,0%
33 – Passagens e Despesas com Locomoção	654	1.093	0,1%	0,2%	-40,1%
20 – Auxílio Financeiro a Pesquisadores	643	733	0,1%	0,1%	-12,3%
43 – Subvenções Sociais	509	198	0,1%	0,0%	157,5%
04 – Contratação por Tempo Determinado	496	1.196	0,1%	0,2%	-58,5%
47 – Obrigações Tributárias e Contributivas	463	418	0,1%	0,1%	10,7%
34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização	310	93	0,0%	0,0%	233,9%
35 – Serviços de Consultoria	307	256	0,0%	0,0%	20,2%
08 – Outros Benefícios Assistenciais	282	268	0,0%	0,0%	5,2%
15 – Diárias – Militar	137	221	0,0%	0,0%	-37,9%
31 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	123	148	0,0%	0,0%	-17,1%
19 – Auxílio-Fardamento	25	33	0,0%	0,0%	-25,0%
67 – Depósitos Compulsórios	21	10	0,0%	0,0%	102,0%
95 – Indenização pela Execução de Trabalhos de Campo	11	11	0,0%	0,0%	0,1%
29 – Distribuição de Resultado de Empresas Estatais Dependentes	3	-	0,0%	0,0%	0,0%
27 – Encargos pela Honra de Avais, Garantias, Seguros e Similares	0	-	0,0%	0,0%	0,0%
28 – Remuneração de Cotas de Fundos Autárquicos	-	8	0,0%	0,0%	-100,0%
38 – Arrendamento Mercantil	-	0	0,0%	0,0%	-100,0%
TOTAL	681.077	595.597	100,0%	100,0%	14,4%

FONTE – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

COMPOSIÇÃO DAS OUTRAS DESPESAS CORRENTES DA UNIÃO – 2011 - R\$ milhões



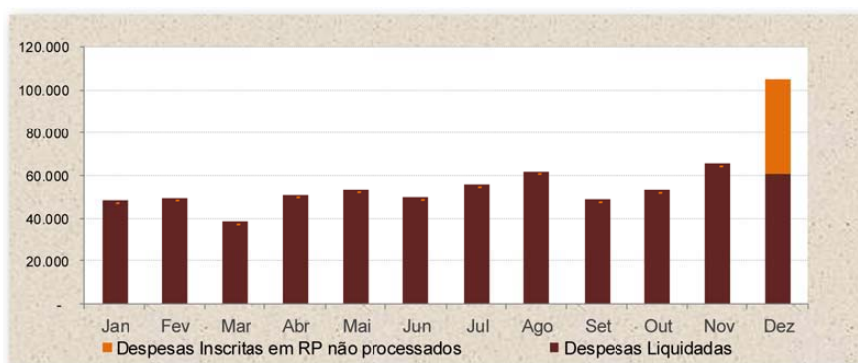
Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Note-se que os quatro principais elementos de despesa em 2011 referem-se todos a despesas com pagamentos de benefícios previdenciários (01 – Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas, 03 – Pensões) e transferências a estados e municípios, sejam elas constitucionais e legais (81 – Distribuição Constitucional ou Legal de Receitas) ou voluntárias (41 – Contribuições). Acrescentando-se ainda o elemento 05 – Outros Benefícios Previdenciários, constata-se que praticamente três quartos (73,6%) das Outras Despesas Correntes corresponderam a despesas dessa natureza.

A liquidação mensal das outras despesas correntes encontra-se ilustrada na figura seguinte, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

OUTRAS DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2011 - R\$ milhões



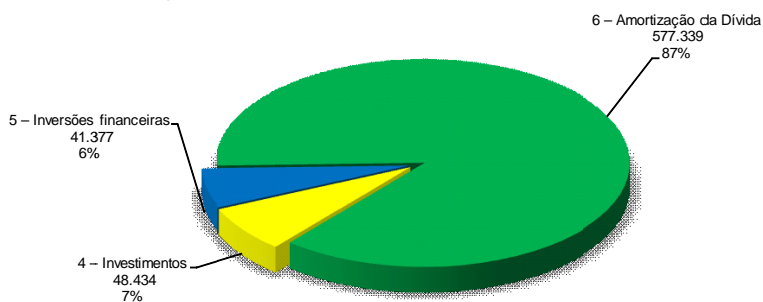
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Despesas de Capital

As Despesas de Capital, que representaram 39,8% do montante total das despesas do Governo Federal, estão estruturadas nos grupos de despesas de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida. Na figura a seguir, demonstra-se a composição das Despesas de Capital nos seus três grupos de despesa. A tabela seguinte detalha cada grupo da despesa em suas respectivas modalidades.

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL DA UNIÃO – 2011 - R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Na tabela a seguir, os grupos de despesas de capital foram detalhados em seus respectivos grupos de despesa e modalidades, visando identificar com transparência a aplicação dos recursos orçamentários efetuados pelo Governo Federal.

Tabela 2.3.2 - 11 – DESPESAS DE CAPITAL POR MODALIDADE – UNIÃO – 2011 E 2010

DESPESAS DE CAPITAL	VALOR		%		R\$ milhões
	2011	2010	2011	2010	2011/2010
4 – Investimentos	48.434	53.364	7,3%	8,8%	-9,2%
30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal	6.753	8.131	1,0%	1,3%	-16,9%
31 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo	209	-	0,0%	0,0%	-
40 – Transferências a Municípios	9.722	11.747	1,5%	1,9%	-17,2%
41 – Transferências a Municípios – Fundo a Fundo	1.299	-	0,2%	0,0%	-
50 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	869	942	0,1%	0,2%	-7,8%
70 – Transferências a Instituições Multigovernamentais	38	19	0,0%	0,0%	105,3%
71 – Transferências a Consórcios Públicos	43	20	0,0%	0,0%	112,9%
80 – Transferências ao Exterior	1	59	0,0%	0,0%	-98,1%
90 – Aplicações Diretas	29.447	32.387	4,4%	5,4%	-9,1%
91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	52	58	0,0%	0,0%	-10,5%
5 – Inversões financeiras	41.377	36.249	6,2%	6,0%	14,1%
30 – Transferências a Estados e ao Distrito Federal	25	12	0,0%	0,0%	121,3%
90 – Aplicações Diretas	39.424	34.952	5,9%	5,8%	12,8%
91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.928	1.285	0,3%	0,2%	50,1%
6 – Amortização da Dívida	577.339	514.041	86,5%	85,2%	12,3%
90 – Aplicações Diretas	577.339	514.041	86,5%	85,2%	12,3%
TOTAL	667.151	603.654	100,0%	100,0%	10,5%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Investimentos

Conforme definição do MTO 2011, as despesas com Investimentos são:

Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

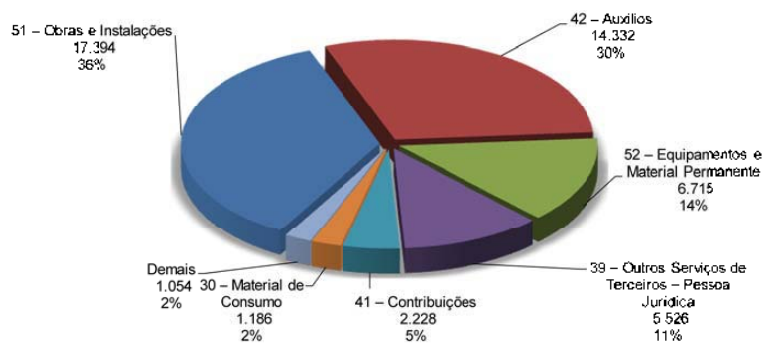
Essas despesas alcançaram o montante de R\$ 48.434 milhões, o que representa 7,3% das despesas de capital da União. Após anos de crescimento, esse valor foi 9,2% inferior ao de 2010. A tabela a seguir mostra a composição das despesas desse grupo, e a figura seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

Tabela 2.3.2 - 12 – INVESTIMENTOS POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2011 E 2010

DESPESAS DE INVESTIMENTOS	VALOR		%		R\$ milhões
	2011	2010	2011	2010	2011/2010
51 – Obras e Instalações	17.394	21.346	35,9%	40,0%	-18,5%
42 – Auxílios	14.332	14.936	29,6%	28,0%	-4,0%
52 – Equipamentos e Material Permanente	6.715	7.669	13,9%	14,4%	-12,4%
39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	5.526	4.299	11,4%	8,1%	28,5%
41 – Contribuições	2.228	3.266	4,6%	6,1%	-31,8%
30 – Material de Consumo	1.186	903	2,4%	1,7%	31,2%
61 – Aquisição de Imóveis	346	185	0,7%	0,3%	87,4%
20 – Auxílio Financeiro a Pesquisadores	268	239	0,6%	0,4%	12,1%
35 – Serviços de Consultoria	247	327	0,5%	0,6%	-24,4%
93 – Indenizações e Restituições	92	48	0,2%	0,1%	93,9%
47 – Obrigações Tributárias e Contributivas	33	26	0,1%	0,0%	25,9%
04 – Contratação por Tempo Determinado	23	44	0,0%	0,1%	-49,0%
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	20	42	0,0%	0,1%	-53,1%
33 – Passagens e Despesas com Locomoção	9	12	0,0%	0,0%	-18,0%
37 – Locação de Mão-de-Obra	6	6	0,0%	0,0%	-14,9%
15 – Diárias – Militar	5	4	0,0%	0,0%	21,4%
14 – Diárias – Civil	2	3	0,0%	0,0%	-29,5%
36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	1	8	0,0%	0,0%	-83,5%
91 – Sentenças Judiciais	1	-	0,0%	0,0%	-
18 – Auxílio Financeiro a Estudantes	0	0	0,0%	0,0%	19,5%
TOTAL	48.434	53.364	100,0%	100,0%	-9,2%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS DA UNIÃO – 2011 - R\$ milhões



FONTE – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

A liquidação mensal dos investimentos encontra-se ilustrada na figura a seguir, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados. Percebe-se o alto valor de inscrição de despesas em restos a pagar não-processados, ou seja, despesas consideradas executadas, por terem sido empenhadas no exercício, mas não liquidadas até 31 de dezembro.

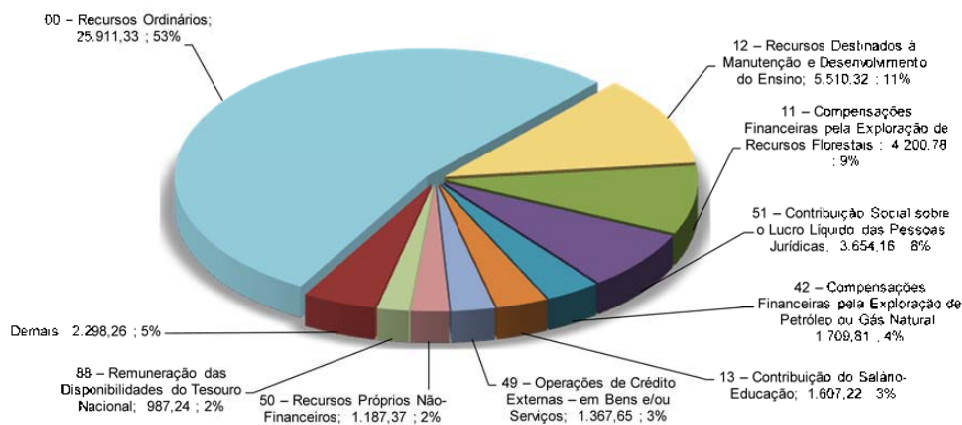
DESPESAS DE INVESTIMENTOS LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2011 - R\$ milhões



FONTE – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

INVESTIMENTOS – ORIGENS DOS RECURSOS – 2011 - R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Inversões Financeiras

Conforme definição do MTO 2011, as despesas com Inversões Financeiras são:

Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.

Essas despesas alcançaram o montante de R\$ 41.377 milhões, o que representa 6,2% das despesas de capital da União. Esse valor foi 14,1% superior ao de 2010. A tabela a seguir mostra a composição das despesas desse grupo, e a figura seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

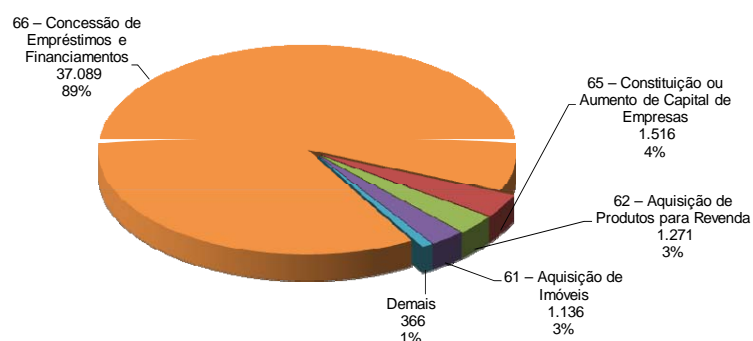
Tabela 2.3.2 - 13 – INVERSÕES FINANCEIRAS POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2011 E 2010

DESPESAS DE INVERSÕES FINANCEIRAS	VALOR		%		R\$ milhões 2011/2010
	2011	2010	2011	2010	
66 – Concessão de Empréstimos e Financiamentos	37.089	32.465	89,6%	89,6%	14,2%
65 – Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	1.516	1.437	3,7%	4,0%	5,5%
62 – Aquisição de Produtos para Revenda	1.271	1.317	3,1%	3,6%	-3,5%
61 – Aquisição de Imóveis	1.136	738	2,7%	2,0%	53,8%
91 – Sentenças Judiciais	331	289	0,8%	0,8%	14,5%
93 – Indenizações e Restituições	33	2	0,1%	0,0%	2124,2%
41 – Contribuições	1	-	0,0%	0,0%	
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	0	-	0,0%	0,0%	
TOTAL	41.377	36.249	100,0%	100,0%	14,1%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

COMPOSIÇÃO DAS INVERSÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO – 2011 - R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

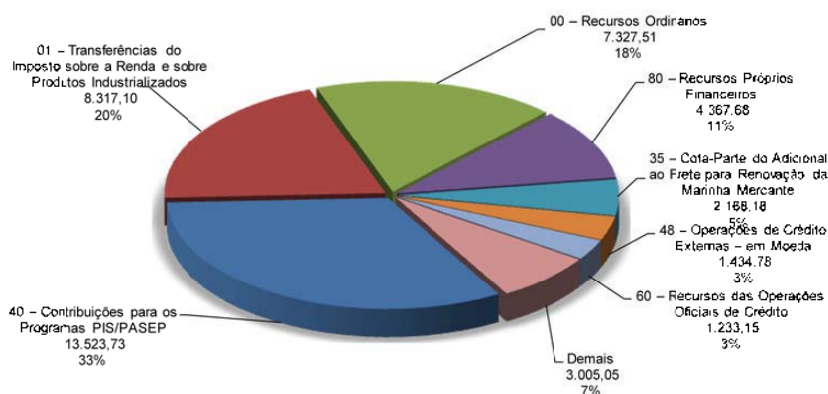
A liquidação mensal das inversões financeiras encontra-se ilustrada na próxima figura, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

DESPESAS DE INVERSÕES FINANCEIRAS LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2011 - R\$ milhões


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Por fim, a figura seguinte ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das inversões financeiras.

INVERSÕES FINANCEIRAS – ORIGENS DOS RECURSOS – 2011 - R\$ milhões


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Inclui operações intra-orçamentárias

Amortização da Dívida

Conforme definição do MTO 2011, as despesas com Amortização da Dívida são:

Despesas orçamentárias com a aquisição de imóveis ou bens de capital, em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis nesse grupo.

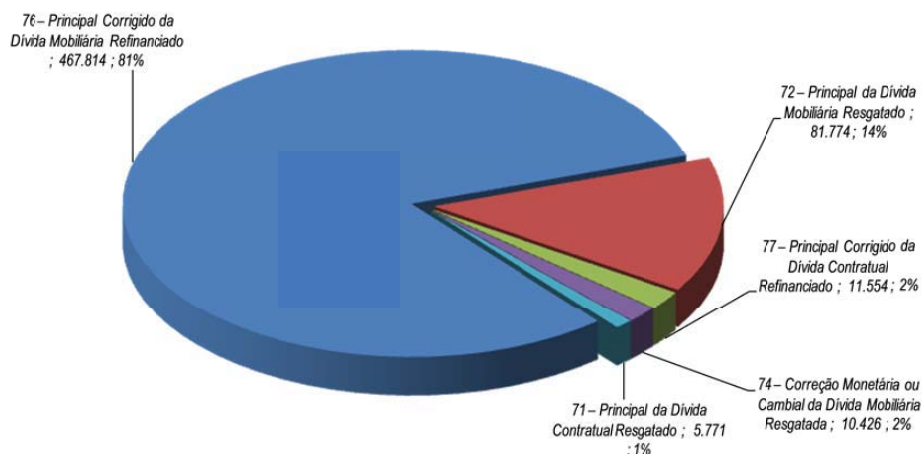
Essas despesas alcançaram o montante de R\$ 577.339 milhões, o que representa 86,5% das despesas de capital da União. Esse valor foi 12,3% superior ao de 2010. A amortização da dívida interna vem, ao longo dos anos, sendo o mais expressivo grupo das Despesas de Capital, em função da rolagem da dívida interna e externa. No exercício em análise as despesas com refinanciamento somaram R\$ 478.241 milhões. A tabela a seguir mostra a composição das despesas desse grupo, e a figura seguinte ilustra essa composição de maneira mais simplificada.

Tabela 2.3.2 - 14 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA POR ELEMENTO DE DESPESA – UNIÃO – 2011 E 2010

DESPESAS DE INVERSÕES FINANCEIRAS	VALOR		%		R\$ milhões
	2011	2010	2011	2010	2011/2010
76 – Principal Corrigido da Dívida Mobiliária Refinanciado	467.814	370.976	81,0%	72,2%	26,1%
72 – Principal da Dívida Mobiliária Resgatado	81.774	79.901	14,2%	15,5%	2,3%
77 – Principal Corrigido da Dívida Contratual Refinanciado	11.554	2.461	2,0%	0,5%	369,4%
74 – Correção Monetária ou Cambial da Dívida Mobiliária Resgatada	10.426	3.671	1,8%	0,7%	184,0%
71 – Principal da Dívida Contratual Resgatado	5.771	57.031	1,0%	11,1%	-89,9%
Total geral	577.339	514.041	100,0%	100,0%	12,3%

FONTE – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

COMPOSIÇÃO DA AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA DA UNIÃO – 2011 - R\$ milhões



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

A liquidação mensal das amortizações da dívida encontra-se ilustrada na figura a seguir, em que se evidenciam também os valores empenhados inscritos em restos a pagar não-processados.

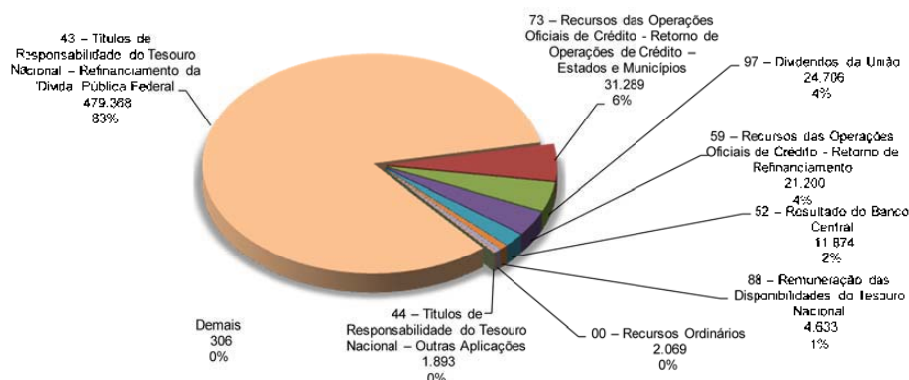
DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA LIQUIDADAS – MOVIMENTO LÍQUIDO MENSAL – 2011 - R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Por fim, a figura seguinte ilustra as fontes de recursos utilizadas para a execução das amortizações da dívida.

AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA – ORIGENS DOS RECURSOS – 2011 - R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

2.3.3. Resultado Orçamentário

A seguir, apresenta-se uma síntese da execução orçamentária do exercício de 2011.

Tabela 2.3.2 - 15 – SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – UNIÃO – 2011

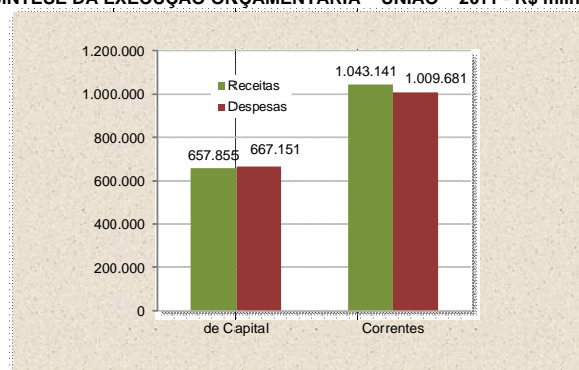
CATEGORIA ECONÔMICA	R\$ milhões		
	PREV./DOT. ATUALIZ.	REALIZ./ EXEC.	EXCESSO/ INSUF.
I – RECEITAS	1.966.016	1.700.997	265.019
Receitas Correntes	1.049.796	1.043.141	6.655
Receitas de Capital	916.219	657.855	258.364
II – DESPESAS	1.994.277	1.676.831	317.446
Despesas Correntes	1.075.033	1.009.681	65.352
Despesas de Capital	919.244	667.151	252.094
III-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.395	0	19.395
IV – RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CORRENTE		33.461	
V – RESULTADO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE CAPITAL		-9.295	
VI – DÉFICIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL (I-II)		24.166	

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota: Os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.

O total da dotação atualizada das despesas, adicionado à reserva de contingência, é superior ao total das receitas previstas, em razão dos créditos adicionais abertos ao longo do exercício (às custas de superávit financeiro do exercício de 2010, por exemplo). Em 2011, o balanço orçamentário aponta para uma insuficiência de arrecadação de R\$ 265.019 milhões e uma economia na execução da despesa de R\$ 317.466 milhões. A análise demonstra que a arrecadação das Receitas Correntes foi superior à execução das Despesas Correntes gerando um superávit corrente de R\$ 33.461 milhões, enquanto as Receitas de Capital não superaram as Despesas de Capital, gerando déficit de capital de R\$ 9.295 milhões. No cômputo global da execução orçamentária, houve um superávit orçamentário de R\$ 24.166 milhões.

SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – UNIÃO – 2011 - R\$ milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

2.3.4. Política de Restos a Pagar

O Decreto nº 7.445/2011 tomou como base os valores fixados na Lei Orçamentária Anual e estabeleceu para os órgãos do Poder Executivo, respectivamente, os limites de movimentação e empenho e de pagamento, em R\$ 175.750.460 mil e R\$ 169.825.976 mil (inclui valores relativos ao PAC), bem como definiu uma reserva que permite ampliar o limite de pagamento até o montante de R\$ 5.924.487 mil, projetando a inscrição de restos a pagar ao final do exercício em montante equivalente ao inscrito no exercício anterior.

Ao longo do ano foram promovidas alterações nos valores inicialmente disponibilizados, encerrando o exercício com os limites de movimentação e empenho e de pagamento, respectivamente, em R\$

187.713.460 mil e R\$ 185.226.199 mil (inclui valores relativos ao PAC). O total de despesas empenhadas, sujeitas ao Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, ao final de 2011, foi de R\$ 187.499.164 mil e o total pago foi de R\$ 130.600.627 mil, o que provocou um impacto de R\$ 56.898.537 mil no estoque de restos a pagar a serem inscritos para 2012.

Além disso, do montante de R\$ 77.337.966 mil de restos a pagar inscritos em 2010 e exercícios anteriores, apenas R\$ 41.111.889 mil foram pagos em 2011, sendo R\$ 7.516.524 mil cancelados, o que gerou a reinscrição de restos a pagar em R\$ 28.709.552 mil para 2012.

A Tabela 2.3.4 a seguir apresenta os valores de execução dos restos a pagar sujeitos à programação financeira em 2011.

Tabela 2.3.4 - Execução dos Restos a Pagar no Exercício de 2011, sujeitos a programação financeira¹

R\$ milhares				
Órgãos e/ou Unidades Orçamentárias	RP Inscritos e Reinscritos	RP Cancelados	RP Pagos	RP a Pagar
20000 Presidência da República	1.898.712	161.269	1.251.491	485.951
20102 Vice-Presidência da República	262	142	74	46
20114 Advocacia-Geral da União	55.613	15.848	37.337	2.428
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.706.790	203.183	1.179.209	324.397
24000 Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	2.710.951	491.852	1.312.166	906.933
25000 Ministério da Fazenda	690.110	40.205	540.957	108.948
26000 Ministério da Educação	7.426.872	453.444	5.421.164	1.552.264
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	159.103	29.302	55.481	74.320
30000 Ministério da Justiça	1.193.866	108.596	724.107	361.163
32000 Ministério de Minas e Energia	276.901	18.272	164.351	94.277
33000 Ministério da Previdência Social	434.843	58.864	306.016	69.963
35000 Ministério das Relações Exteriores	47.935	5.071	35.253	7.611
36000 Ministério da Saúde	10.351.149	1.301.033	4.126.306	4.923.809
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	456.350	75.137	292.860	88.353
39000 Ministério dos Transportes	11.074.409	816.342	7.197.177	3.060.890
41000 Ministério das Comunicações	155.736	37.104	76.651	41.981
42000 Ministério da Cultura	669.617	213.079	281.514	175.024
44000 Ministério do Meio Ambiente	121.213	42.633	66.828	11.752
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	518.007	90.674	362.751	64.582
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.623.367	287.257	824.816	511.294
51000 Ministério do Esporte	1.668.263	305.225	416.451	946.587
52000 Ministério da Defesa	4.652.698	197.245	3.819.277	636.177
53000 Ministério da Integração Nacional	4.918.941	511.331	1.701.275	2.706.335
54000 Ministério do Turismo	3.832.522	745.996	641.589	2.444.937
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	682.833	263.293	273.335	146.204
56000 Ministério das Cidades	18.925.739	1.003.944	9.631.577	8.290.218
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	163.153	18.329	79.393	65.430
71000 Encargos Financeiros da União	867.416	21.544	245.320	600.552
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	406	303	103	-
74902 Rec. Superv. Fundo Financ. ao Est. do Ensino Superior/FIEES-MEC	54.115	-	47.060	7.055
74903 Rec. Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDIC	5	5	-	-
74912 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	70	-	-	70
Total	77.337.966	7.516.524	41.111.889	28.709.552

Fonte: Siasi

¹ Inclui despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

ANEXOS DA DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA - OFSS

Dotação da Despesa por Programa Regionalizado
Dotação da Despesa por Poder e Órgão
Dotação da Despesa por Função e Subfunção
Dotação da Despesa por Fonte de Recursos
Dotação da Despesa por Unidade Orçamentária
Dotação da Despesa por Órgão Superior da UG Executora
Execução da Despesa por Programa Regionalizado
Execução da Despesa por Poder e Órgão
Execução da Despesa por Função e Subfunção
Execução da Despesa por Fonte de Recursos



TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES		
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO	PÁGINA		
		31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
CENTRO-OESTE	26.091.381.071,00	877.422.004,00	51.536.276,00	465.995,00	27.020.805.346,00
0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	850.000,00	-	-	-	850.000,00
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	34.736.100,00	(1.339.358,00)	-	-	33.396.742,00
0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	7.738.800,00	-	-	-	7.738.800,00
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	975.914.138,00	157.924.177,00	-	-	1.133.838.315,00
0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	2.800.000,00	-	-	-	2.800.000,00
0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	750.000,00	-	-	-	750.000,00
0120 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	33.300.000,00	-	-	-	33.300.000,00
0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	163.694.938,00	(20.991.235,00)	-	-	142.703.703,00
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	300.000,00	-	-	-	300.000,00
0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	250.000,00	-	-	-	250.000,00
0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM	1.538.636,00	2.690.489,00	-	-	4.229.125,00
0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	200.000,00	-	-	-	200.000,00
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	1.500.000,00	-	-	-	1.500.000,00
0168 LIVRO ABERTO	400.000,00	-	-	-	400.000,00
0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	200.000,00	-	-	-	200.000,00
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA	500.000,00	-	-	-	500.000,00
0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL-CAMPEÃO	48.148.056,00	-	-	-	48.148.056,00
0271 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GAS NATU	2.207.430,00	-	-	-	2.207.430,00
0272 QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	4.003.000,00	(2.616.898,00)	-	-	1.386.102,00
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	227.296.144,00	-	-	-	227.296.144,00
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	136.075.000,00	(4.625.000,00)	-	-	131.450.000,00
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO E MÍDIO PORTE	500.000,00	-	-	-	500.000,00
0496 INFORMAÇÕES INTEGRADAS PARA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	19.000.000,00	(3.400.000,00)	-	-	15.600.000,00
0506 NACIONAL DE FLORESTAS	350.000,00	-	-	-	350.000,00
0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	13.000.000,00	850.000,00	-	-	13.850.000,00
0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	7.400.000,00	(4.600.000,00)	-	-	2.800.000,00
0550 CONTROLE EXTERNO	25.800.000,00	2.420.000,00	-	-	28.220.000,00
0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	149.577.575,00	(4.687.341,00)	-	-	15.632.659,00
0565 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NA CAMARA DOS DEPUTADOS	20.320.000,00	14.707.390,00	2.000.000,00	-	166.284.965,00
0567 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	23.416.122,00	(4.820.000,00)	-	-	18.596.122,00
0569 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NO DISTRITO FEDERAL	1.173.619.288,00	69.781.902,00	-	-	1.243.401.190,00
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	52.841.970,00	-	1.281.500,00	-	54.123.470,00
0571 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	34.925.689,00	3.999.221,00	5.463.060,00	-	44.387.970,00
0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO	119.560.072,00	(2.000.000,00)	21.195.745,00	-	146.171.823,00
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	414.558.698,00	13.913.037,00	5.395.971,00	-	433.867.706,00
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXERCÍCIO BRASILEIRO	2.000.000,00	(2.000.000,00)	-	-	100.000.000,00
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	61.000.000,00	39.000.000,00	-	-	24.969.939,00
0661 APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	24.969.939,00	-	-	-	5.610.000,00
0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	15.200.000,00	(9.590.000,00)	-	-	2.200.000,00
0697 DEFESA DO CONSUMIDOR	2.200.000,00	-	-	-	900.000,00
0699 ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	900.000,00	-	-	-	400.000,00
0750 APOIO ADMINISTRATIVO	885.888.783,00	(221.186.988,00)	-	-	664.701.795,00
0802 GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL E DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO	1.250.000,00	-	-	-	1.250.000,00
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	18.309.793,00	(3.303.143,00)	-	-	15.006.650,00
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	1.752.613.927,00	-	-	-	1.752.613.927,00
0903 OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGIS	8.748.271.757,00	-	-	-	8.748.271.757,00
1001 GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO	1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00
1008 INCLUSÃO DIGITAL	27.000.000,00	-	-	-	27.000.000,00
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO	123.518.399,00	-	-	-	123.518.399,00
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	909.545,00	11.000.000,00	-	-	11.909.545,00
1061 BRASIL ESCOLARIZADO	285.213.773,00	(3.100.134,00)	-	-	282.579.634,00
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	418.735.762,00	81.292.818,00	-	-	500.028.580,00
1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	23.696.331,00	(1.114.132,00)	-	-	22.582.199,00
1068 GESTÃO DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	200.000,00	-	-	-	200.000,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES		
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		EMISSÃO	PÁGINA		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	300.000,00	-	-	-	300.000,00
1122 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS	2.200.000,00	-	-	-	2.200.000,00
1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	18.600.000,00	-	-	-	18.600.000,00
1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	85.156.206,00	(2.000.000,00)	-	-	83.156.206,00
1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSAO MARÍTIMA E FLUVIAL	36.621.235,00	(7.258.016,00)	-	-	31.363.219,00
1142 ENGENHO DAS ARTES	4.450.000,00	-	-	-	4.450.000,00
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	217.055.000,00	-	-	-	217.055.000,00
1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	772.565.414,00	25.241.041,00	-	-	797.806.455,00
1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	2.408.706.629,00	16.055.713,00	-	-	2.424.762.342,00
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE	67.930.000,00	-	-	-	67.930.000,00
1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS	12.275.056,00	(35.100,00)	-	-	12.239.956,00
1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	2.122.298,00	-	-	-	2.122.298,00
1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	139.430.940,00	6.681.800,00	-	-	146.112.740,00
1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRAD	600.000,00	-	-	-	600.000,00
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	6.088.503,00	1.000.000,00	-	-	7.088.503,00
1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	813.610.000,00	77.826.680,00	-	-	891.436.680,00
1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA PESCA	10.500.000,00	-	-	-	10.500.000,00
1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	27.207.179,00	-	-	-	27.207.179,00
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.500.000,00	-	-	-	1.500.000,00
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	76.614.653,00	(51.750.225,00)	-	-	24.864.428,00
1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	32.980.584,00	4.776.300,00	-	-	37.756.884,00
1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	8.621.508,00	1.737.391,00	-	-	10.358.899,00
1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	33.700.000,00	3.378.564,00	-	-	37.078.564,00
1430 DESENVOLVIMENTO MACROREGIONAL SUSTENTÁVEL	150.525.655,00	-	-	-	150.525.655,00
1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	350.000,00	-	-	-	350.000,00
1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	118.429.000,00	781.400,00	-	-	119.210.400,00
1448 QUALIDADE NA ESCOLA	18.042.243,00	-	-	-	18.042.243,00
1449 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS	86.691.309,00	6.840.243,00	-	-	93.531.552,00
1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	750.000,00	-	-	-	750.000,00
1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO	182.931.050,00	26.000.000,00	-	-	208.931.050,00
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	575.328.550,00	(86.000.000,00)	-	-	489.328.550,00
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE	476.341.540,00	76.500.000,00	-	-	552.841.540,00
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	1.318.242.961,00	331.579.800,00	-	-	1.662.822.761,00
6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	40.250.000,00	-	-	-	40.250.000,00
8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES	58.181.944,00	-	-	-	58.181.944,00
8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	2.050.000,00	-	-	-	2.050.000,00
8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	6.750.000,00	-	-	-	6.750.000,00
8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJovem	15.063.792,00	(470.190,00)	-	-	14.593.602,00
9989 MOBILIDADE URBANA	77.543.433,00	-	-	-	77.543.433,00
9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	25.687.000,00	-	-	-	25.687.000,00
EXTERIOR					
0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	3.400.000,00	-	-	-	9.900.000,00
0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	700.000,00	-	-	-	700.000,00
0173 GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA	100.000,00	-	-	-	100.000,00
1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	2.000.000,00	-	-	-	2.000.000,00
1264 RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR	500.000,00	-	-	-	500.000,00
1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	100.000,00	-	-	-	100.000,00
NACIONAL					
0016 GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE	1.804.875.857.929,00	33.329.824.459,00	-	-	1.843.157.468.195,00
0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	719.942.992,00	22.806.786,00	-	-	742.749.778,00
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	8.418.116,00	(430.000,00)	-	-	7.988.116,00
0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	11.095.200,00	41.018.145,00	-	-	52.113.345,00
0083 PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA	32.188.600,00	6.207.840,00	-	-	38.396.440,00
0085 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	269.933.451.294,00	7.479.497.035,00	-	-	277.412.948.329,00
0086 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	337.738.460,00	(28.778.438,00)	-	-	308.960.022,00
	14.709.439,00	8.666.633,00	-	-	23.376.072,00



TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
0087 GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	88.707.256,00	(18.194.800,00)	-	-	70.512.456,00
0088 INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO	1.312.561.326,00	(43.976.000,00)	-	-	1.268.585.326,00
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVAS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	65.332.256.930,00	963.131.814,00	-	-	66.295.388.744,00
0099 INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	29.140.496.018,00	5.291.513.717,00	1.800.000,00	-	34.433.809.735,00
0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	208.050.000,00	7.115.985,00	-	-	215.165.985,00
0102 REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO	30.300.000,00	-	-	-	30.300.000,00
0103 CRÉDITO ORIENTADO AO DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	2.397.000,00	-	-	-	2.397.000,00
0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS	1.282.557.630,00	47.953.389,00	-	-	1.330.511.019,00
0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	208.199.871,00	-	-	-	208.199.871,00
0107 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	12.355.107,00	(1.476.736,00)	-	-	10.878.371,00
0120 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	7.587.092,00	-	-	-	7.587.092,00
0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	1.013.993.684,00	348.690.050,00	-	-	1.362.683.734,00
0135 ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS	594.300.000,00	400.000.000,00	-	-	994.300.000,00
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	1.391.028.800,00	-	-	-	1.391.028.800,00
0138 GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	247.381.405,00	(3.480.053,00)	-	-	243.901.352,00
0139 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	23.773.508,00	60.786.300,00	-	-	822.219.353,00
0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	761.433.053,00	-	-	-	28.927.554,00
0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	28.927.554,00	-	-	-	18.052.085,00
0153 SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	26.852.314,00	800.000,00	-	-	27.652.314,00
0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	29.185.045,00	(1.000.000,00)	-	-	28.185.045,00
0156 GESTÃO DA POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS	36.916.122,00	36.556.723,00	-	-	36.916.122,00
0166 LIVRO ABERTO	74.311.951,00	-	-	-	110.868.674,00
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	132.717.614,00	50.000,00	-	-	132.767.614,00
0169 BRASIL, SOM E IMAGEM	268.037.601,00	98.451.000,00	-	-	366.488.601,00
0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	80.502.693,00	1.250.000,00	-	-	81.752.693,00
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA	20.061.856,00	1.286.500,00	-	-	21.348.356,00
0173 GESTÃO DA POLÍTICA DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	67.858.185,00	227.500,00	-	-	68.085.685,00
0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES	1.403.011.387,00	223.647.808,00	-	-	1.626.659.195,00
0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	1.183.556.000,00	(301.303.203,00)	9.000.000,00	40.000.000,00	891.252.797,00
0271 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATU	511.890.077,00	(32.841.070,00)	-	-	5.872.203,00
0272 QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	193.705.359,00	27.172.125,00	-	-	479.049.007,00
0273 LUZ PARA TODOS	86.904.029,00	-	-	-	220.877.484,00
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA	89.362.160,00	1.069.216,00	-	-	86.904.029,00
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	160.170.406,00	3.800.000,00	-	-	90.431.376,00
0350 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	2.714.773.270,00	-	-	8.000.000,00	2.714.773.270,00
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	2.888.125.426,00	-	-	-	4.508.125.426,00
0352 ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	7.919.870.509,00	(1.320.000.000,00)	300.000.000,00	-	6.416.866.755,00
0355 PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES	21.300.000,00	(1.503.003.754,00)	-	-	21.300.000,00
0356 SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	97.069.825,00	-	-	-	97.069.825,00
0357 SEGURANÇA DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA	170.264.293,00	-	-	-	170.264.293,00
0360 GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA	69.322.711,00	-	-	-	69.322.711,00
0362 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	30.728.562,00	-	-	-	30.728.562,00
0365 MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO	479.301.318,00	-	-	-	479.301.318,00
0375 DESENVOLVIMENTO DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS	31.030.175,00	-	-	-	31.030.175,00
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	99.450.350,00	976.036,00	12.416.395,00	-	112.842.781,00
0390 METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	580.207.965,00	122.992.000,00	-	-	703.199.965,00
0393 MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	226.066.358,00	52.109.000,00	15.500.000,00	-	293.675.358,00
0399 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	221.132.359,00	2.050.000,00	-	-	223.182.359,00
0411 GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS	19.834.880,00	3.000.000,00	-	-	22.834.880,00
0412 DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA	2.421.363.102,00	1.3.701.000,00	-	-	2.435.064.102,00
0413 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ESPORTE E LAZER	12.602.747,00	-	-	-	12.602.747,00
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO MÉDIO PORTE	32.608.934,00	-	-	-	32.608.934,00
0460 FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	881.916.000,00	55.719.040,00	-	-	937.635.040,00
0461 PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	637.095.297,00	(16.407.557,00)	-	-	620.687.740,00
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPaciais - PNAE	289.422.398,00	35.428.299,00	-	-	324.850.697,00



TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES	
		2011	DEZEMBRO	
SUBTÍTULO				
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO	PÁGINA	
		31/12/2011		
ESPECIFICAÇÃO		ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		-	-	67.355.958,00
0472 PROMOTAR		77.950.797,00	(10.594.839,00)	18.372.303,00
0473 GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO		18.372.303,00	-	18.372.303,00
0474 RECURSOS DO MAR		33.227.045,00	608.592,00	33.835.637,00
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA		3.833.859,00	-	3.833.859,00
0496 INFORMAÇÕES INTEGRADAS PARA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA		1.850.000,00	-	1.850.000,00
0497 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS		69.870.000,00	3.400.000,00	73.270.000,00
0503 PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS - FLORE		4.431.594,00	-	4.431.594,00
0506 NACIONAL DE FLORESTAS		96.150.000,00	15.344.689,00	111.494.689,00
0508 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS		47.109.591,00	4.651.065,00	51.760.656,00
0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE		31.377.810,00	(1.012.000,00)	30.365.810,00
0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO		54.322.404,00	(444.352,00)	53.878.052,00
0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA		3.656.735,00	-	3.656.735,00
0550 CONTROLE EXTERNO		31.955.434,00	(4.609.614,00)	27.345.820,00
0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL		919.594.792,00	(21.804.082,00)	897.790.710,00
0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS		2.392.346.454,00	(196.547.659,00)	2.195.798.795,00
0565 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL		3.126.928.728,00	(141.983.861,00)	2.984.944.867,00
0566 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL MILITAR		386.153.933,00	(2.480.000,00)	383.673.933,00
0567 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL		198.506.034,00	5.504.877,00	204.010.911,00
0568 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA		212.433.187,00	(28.877.277,00)	183.555.910,00
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL		755.464.884,00	(23.026.074,00)	732.438.810,00
0570 GESTÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL		6.064.127.198,00	87.475.170,00	6.151.602.368,00
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA		3.152.472.288,00	46.584.578,00	3.199.056.866,00
0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO		8.102.843.774,00	557.230.514,00	8.660.074.288,00
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA		2.157.043.550,00	74.860.000,00	2.231.903.550,00
0620 PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE		2.904.907.847,00	(28.559.956,00)	2.876.347.891,00
0621 PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AEREA		996.719.101,00	59.738.724,00	1.192.228.221,00
0622 PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL		1.014.829.775,00	2.000.000,00	1.016.829.775,00
0623 SEGURANÇA DE VOO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO		1.192.388.900,00	2.801.780,00	1.195.190.680,00
0625 GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL		997.361.607,00	-	997.361.607,00
0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL		23.580.679,00	30.000,00	23.610.679,00
0627 TECNOLOGIA DE USO AERODINÂMICO		2.358.282.898,00	28.235.684,00	2.386.518.582,00
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXERCITO BRASILEIRO		242.452.331,00	137.000.000,00	379.452.331,00
0629 TECNOLOGIA DE USO NAVAL		384.499.501,00	127.512.137,00	676.871.638,00
0630 DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL		265.484.699,00	-	265.484.699,00
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA		375.085.554,00	31.744.260,00	406.829.814,00
0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AEREA BRASILEIRA		326.581.693,00	(24.050.489,00)	302.531.204,00
0633 ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA		919.597.282,00	133.787.823,00	1.053.385.105,00
0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS		54.361.423,00	-	54.361.423,00
0638 ENSINO PROFISSIONAL DO EXERCITO		1.719.033.691,00	30.187.671,00	1.749.221.362,00
0639 SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA		47.400.000,00	-	47.400.000,00
0640 ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA		125.389.280,00	-	125.389.280,00
0641 INTELIGENCIA FEDERAL		26.260.000,00	-	26.260.000,00
0642 INTELIGENCIA DE USO TERRESTRE		302.705.880,00	9.000.000,00	376.616.880,00
0643 CALHA NORTE		121.480.000,00	-	121.480.000,00
0660 SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRANSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS		1.836.000,00	-	1.836.000,00
0661 APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL		196.133.353,00	4.000.000,00	200.133.353,00
0662 PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE		109.700.000,00	9.590.000,00	119.290.000,00
0663 SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS		225.500.000,00	128.450.000,00	417.580.276,00
0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS		467.304.541,00	13.611.608,00	580.916.149,00
0670 PROTEÇÃO A PESSOAS AMEAÇADAS		13.950.000,00	3.480.053,00	17.430.053,00
0682 DIFUSÃO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR		39.150.000,00	-	39.150.000,00
0683 GESTÃO DA POLÍTICA EXTERNA		35.000.000,00	-	35.000.000,00
0685 ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO		119.716.122,00	200.100.000,00	311.876.122,00
0695 DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA		5.050.000,00	-	5.050.000,00
0697 DEFESA DO CONSUMIDOR		13.033.088,00	-	13.779.765,00
		746.677,00	-	19.358.060,00
		-	-	-



TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES		
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSAO	PAGINA		
		31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
0699 ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	202.355.592,00	54.440.000,00	-	-	256.795.592,00
0750 APOIO ADMINISTRATIVO	54.122.203.100,00	(533.480.120,00)	-	-	53.588.722.980,00
0752 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	205.000.000,00	-	-	-	205.000.000,00
0753 DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E PRODUÇÃO GRÁFICA	71.859.980,00	1.030.000,00	-	-	72.889.980,00
0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	30.148.151,00	7.448.135,00	-	-	37.596.286,00
0770 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	7.813.786.670,00	394.900.354,00	-	58.859,00	8.208.745.883,00
0771 GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO	17.737.844,00	-	-	-	17.737.844,00
0773 GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO	233.635.298,00	(2.508.681,00)	-	-	231.126.617,00
0775 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DEFESA DA FAZENDA NACIONAL	454.237.244,00	13.500.000,00	-	4.614.413,00	472.351.657,00
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	1.466.569.493,00	80.578.104,00	-	-	1.547.147.597,00
0777 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICAS	35.890.736,00	-	-	-	35.890.736,00
0779 DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	134.635.035,00	3.500.574,00	-	-	138.135.609,00
0780 DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA E CA	92.933.581,00	32.106.991,00	-	-	125.040.572,00
0784 GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS	3.666.287,00	-	-	-	3.666.287,00
0794 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO	76.373.265,00	(9.720.648,00)	-	-	66.652.617,00
0796 INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS	1.040.350.277,00	(9.336.189,00)	-	-	1.031.014.088,00
0797 PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	191.449.724,00	16.402.200,00	-	-	207.851.924,00
0798 COMPRAS GOVERNAMENTAIS	65.972.000,00	55.500,00	-	-	66.027.500,00
0801 DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM GESTÃO PÚBLICA	43.308.119,00	(1.455.000,00)	-	2.261.528,00	44.114.647,00
0802 GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL E DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO	32.750.000,00	(2.225.000,00)	-	-	30.525.000,00
0810 QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H	1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00
0812 COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS	12.124.681,00	-	-	-	12.124.681,00
0813 MONUMENTA	105.135.994,00	(9.568.031,00)	-	-	95.567.963,00
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	16.088.092.501,00	(167.386.407,00)	300.000,00	-	15.921.006.094,00
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	17.315.459.815,00	519.580.528,00	-	-	17.835.040.343,00
0903 OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGIS	167.159.580.937,00	2.833.038.609,00	34.266.793,00	-	170.026.886.339,00
0905 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA (JUROS AMORTIZAÇÕES)	237.790.566.452,00	20.288.044.000,00	-	-	258.078.610.452,00
0906 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA (JUROS AMORTIZAÇÕES)	16.683.026.285,00	15.237.975.338,00	-	-	31.921.001.623,00
0907 OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	666.235.127.888,00	(15.228.040.338,00)	-	-	651.007.087.550,00
0908 OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	8.258.771.173,00	-	-	-	8.258.771.173,00
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	48.929.090.557,00	(710.456.865,00)	83.000.000,00	250.000.000,00	48.551.633.692,00
0910 OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	572.537.634,00	(5.674.636,00)	5.674.636,00	-	572.537.634,00
0913 OPERAÇÕES ESPECIAIS - PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM ORGANISMOS FINANCEIROS INTERN	2.403.318,00	326.038.800,00	-	-	328.442.118,00
0999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.633.027.837,00	(6.905.286.438,00)	-	-	19.727.741.399,00
1001 GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO	23.616.607,00	(55.500,00)	-	-	23.616.607,00
1003 GESTÃO DA POLÍTICA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO	49.901.662,00	-	-	-	49.846.162,00
1004 GESTÃO DE POLÍTICAS NA ÁREA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	40.150.000,00	-	-	-	40.150.000,00
1006 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE FOME	167.088.487,00	(63.722.756,00)	-	-	103.365.731,00
1008 INCLUSÃO DIGITAL	223.521.815,00	(2.588.879,00)	-	-	220.932.936,00
1009 REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS	6.406.340,00	-	-	-	6.406.340,00
1016 ARTESANATO BRASILEIRO	1.286.160,00	-	-	-	1.286.160,00
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO	37.345.519,00	(4.519.276,00)	284.000.000,00	-	316.826.243,00
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	29.217.120,00	-	-	360.000.000,00	389.217.120,00
1029 RESPOSTA AOS DESASTRES E RECONSTRUÇÃO	-	(50.000.000,00)	-	1.417.581.700,00	1.367.581.700,00
1030 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO, ARQUIVÍSTICA GOVERNAMENTAL	61.570.129,00	9.078.544,00	-	-	70.648.673,00
1032 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO JORNALÍSTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL	529.116.957,00	21.043.000,00	-	-	550.159.957,00
1036 INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	5.975.000,00	-	-	-	5.975.000,00
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL	850.000,00	-	-	-	850.000,00
1046 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	985.000,00	-	-	-	985.000,00
1049 ACESSO À ALIMENTAÇÃO	963.143.330,00	446.948.214,00	11.300.000,00	-	1.421.391.544,00
1054 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR	2.201.845.864,00	(1.928.377.459,00)	-	-	273.468.405,00
1057 COMUNICAÇÕES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS	32.513.552,00	-	-	-	32.513.552,00
1060 BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	752.336.840,00	19.897.726,00	-	140.000.000,00	912.234.566,00
1061 BRASIL ESCOLARIZADO	12.827.643.677,00	1.719.905.329,00	88.331.000,00	-	14.710.070.834,00
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.089.962.530,00	214.216.014,00	-	-	1.764.708.544,00
1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	2.922.607.583,00	(2.779.911.478,00)	-	-	142.696.105,00



TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES		
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO	PÁGINA		
		31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
1069 GESTÃO DA POLÍTICA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL	6.000.000,00	-	-	-	6.000.000,00
1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO	4.700.797.722,00	1.423.004.086,00	5.000.000,00	-	6.128.801.808,00
1078 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	7.871.077,00	-	-	-	7.871.077,00
1079 EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	3.600.000,00	(1.715.248,00)	-	-	1.884.752,00
1080 COMBATE A DESERTIFICAÇÃO	15.929.183,00	-	-	-	15.929.183,00
1083 REFORMA DO JUDICIÁRIO	4.000.000,00	-	-	-	4.000.000,00
1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	5.216.185,00	-	-	-	5.216.185,00
1088 FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE GESTÃO PÚBLICA	72.120.000,00	(6.800.000,00)	-	-	65.320.000,00
1102 AGENDA 21	1.495.955,00	-	-	-	1.495.955,00
1107 PROBACIAS - CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	123.058.773,00	(6.171.817,00)	-	-	116.886.956,00
1109 MASSIFICAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL ICP-BRASIL	17.295.481,00	9.100,00	-	-	17.304.581,00
1113 NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES	1.443.970.332,00	76.520.964,00	-	-	1.520.491.296,00
1115 GEOLOGIA DO BRASIL	330.901.702,00	91.193.300,00	-	-	422.095.002,00
1116 CRÉDITO FUNDIÁRIO	391.190.450,00	-	-	-	391.190.450,00
1120 PAZ NO CAMPO	13.096.024,00	-	-	-	13.096.024,00
1122 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS	44.584.367,00	3.050.268,00	-	-	47.634.635,00
1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	523.900.000,00	(707.177,00)	5.000.000,00	-	528.192.823,00
1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	365.160.500,00	-	-	-	365.160.500,00
1132 DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	4.600.000,00	-	-	-	4.600.000,00
1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	78.057.644,00	(15.317.305,00)	21.500.000,00	-	84.240.339,00
1136 FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA	138.971.657,00	188.000,00	-	-	139.159.657,00
1137 REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS	1.350.000,00	-	-	-	1.350.000,00
1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	60.548.918,00	(7.505.500,00)	-	-	53.043.418,00
1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	96.300.000,00	10.000.000,00	-	-	106.300.000,00
1142 ENGENHO DAS ARTES	240.741.203,00	(850.000,00)	-	-	239.891.203,00
1143 PROMOÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	500.000,00	-	10.000.000,00	-	500.000,00
1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS	3.418.100,00	-	-	-	3.418.100,00
1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRON	343.318.093,00	-	-	-	343.318.093,00
1157 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	113.270.721,00	-	-	-	113.270.721,00
1161 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCI	36.034.975,00	-	-	-	36.034.975,00
1163 BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL	221.722.932,00	1.791.000,00	-	-	223.513.932,00
1164 PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO	3.745.411,00	-	-	-	3.745.411,00
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	993.495.759,00	513.000,00	-	-	994.008.759,00
1172 FORTALECIMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS - PNAFM	164.000.000,00	-	-	-	164.000.000,00
1173 CONTROLE INTERNO: PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO	632.349.370,00	17.428.840,00	-	-	649.778.210,00
1184 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	75.414.592,00	(17.394,00)	-	-	75.397.198,00
1185 REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR	216.681.608,00	9.419.880,00	-	-	226.101.488,00
1201 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	330.091.825,00	31.119.755,00	-	-	361.211.580,00
1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	1.205.694.690,00	296.158.790,00	-	-	1.501.853.480,00
1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	1.892.634.142,00	78.470.924,00	-	213.357.660,00	2.184.462.726,00
1245 INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE	26.800.000,00	-	-	-	26.800.000,00
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE	396.135.274,00	-	1.500.000,00	-	396.135.274,00
1264 RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR	635.566.122,00	-	-	-	637.066.122,00
1266 GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA	3.888.675,00	-	-	-	3.888.675,00
1279 ANÁLISE E DIFUSÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	18.487.489,00	2.925.000,00	-	-	21.412.489,00
1287 SANEAMENTO RURAL	256.025.000,00	(106.756.000,00)	-	-	149.269.000,00
1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS	168.551.339,00	(5.291.679,00)	-	-	163.259.660,00
1291 SEGURANÇA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	474.319.764,00	-	-	-	474.319.764,00
1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO/URBANO DE PASSAGEIROS	3.742.753.098,00	671.801.318,00	-	4.273.026,00	4.418.827.442,00
1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRAD	391.170.972,00	114.890.000,00	-	-	506.060.972,00
1312 PROMOÇÃO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO A SAÚDE	243.634.648,00	7.956.054,00	-	-	251.590.702,00
1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	86.398.997,00	1.310.135,00	-	-	87.709.132,00
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	84.307.349,00	17.885.000,00	-	-	102.192.349,00
1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDIÇÕES DE VIDA - BOLSA FAMÍLIA	421.390.400,00	(11.200.000,00)	-	-	410.190.400,00
1336 BRASIL QUILOMBOLA	592.025.000,00	28.197.500,00	-	-	620.222.500,00
1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	136.000.000,00	-	-	-	54.973.757,00



TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES		
		2011	DEZEMBRO		
SUBTÍTULO					
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO	PÁGINA		
		31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA	29.724.999,00	1.500.000,00	-	-	31.224.999,00
1344 GESTÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA E PESQUEIRA	55.451.997,00	-	-	-	55.451.997,00
1346 QUALIDADE AMBIENTAL	61.436.448,00	(515.000,00)	5.200.000,00	-	66.121.448,00
1350 EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)	30.700.000,00	-	-	-	30.700.000,00
1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	196.450.000,00	(117.426.662,00)	-	-	79.023.338,00
1355 IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL - BRASIL PLURAL	14.160.000,00	-	-	-	14.160.000,00
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	121.818.073,00	1.411.155,00	-	-	123.229.228,00
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	2.007.653.320,00	-	-	-	2.007.653.320,00
1377 EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	143.160.828,00	21.130.155,00	-	-	164.290.983,00
1383 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS A SOCIEDADE	304.470.000,00	102.183.443,00	-	-	536.476.096,00
1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	25.033.005.983,00	308.401.658,00	-	-	25.341.407.641,00
1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	38.739.000,00	13.356.640,00	-	-	52.095.640,00
1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	45.870.000,00	2.270.000,00	-	-	48.140.000,00
1387 MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO	2.600.000,00	-	-	-	2.600.000,00
1388 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE C	2.553.250.956,00	250.816.890,00	-	-	2.804.067.846,00
1389 CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO	195.312.144,00	(22.625.178,00)	-	-	172.686.966,00
1391 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA - PRODEC	27.900.000,00	-	-	-	27.900.000,00
1401 REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	1.149.218.682,00	(123.379.700,00)	-	-	1.025.838.982,00
1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	20.054.000,00	4.550.000,00	-	-	24.604.000,00
1404 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	6.201.192,00	10.000,00	-	-	6.211.192,00
1409 DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA	67.432.105,00	(14.000.000,00)	-	-	53.432.105,00
1413 PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA	5.100.000,00	-	-	-	5.100.000,00
1421 METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	30.860.800,00	994.397,00	10.930.000,00	6.000.000,00	48.785.197,00
1426 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	29.427.145,00	-	-	-	29.427.145,00
1430 DESENVOLVIMENTO MACROREGIONAL SUSTENTÁVEL	415.347.614,00	(518.751,00)	-	-	414.828.863,00
1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	52.308.061,00	-	-	-	52.308.061,00
1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	43.940.121,00	-	-	-	43.940.121,00
1436 APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	72.711.020,00	518.751,00	-	-	73.229.771,00
1437 DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGOCIO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL	467.457.310,00	15.012.197,00	-	-	482.469.507,00
1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGOCIO	6.100.000,00	-	-	-	6.100.000,00
1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	27.258.287,00	(665.573,00)	-	-	26.592.714,00
1446 IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE	2.155.837.520,00	112.901.630,00	-	-	2.268.739.150,00
1448 QUALIDADE NA ESCOLA	40.265.283,00	-	-	-	40.265.283,00
1449 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS	3.175.427.307,00	382.287.828,00	-	-	3.557.715.135,00
1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	461.251.690,00	10.607.352,00	-	-	471.859.042,00
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	1.988.230.000,00	(58.961.238,00)	88.000.000,00	1.220.000,00	2.018.488.762,00
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	323.770.610,00	301.500.000,00	-	-	625.270.610,00
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL	100.000,00	-	164.600.000,00	-	164.700.000,00
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	4.056.400,00	-	-	-	4.056.400,00
1463 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	22.115.200,00	-	-	-	22.115.200,00
1470 GESTÃO DA POLÍTICA PORTUÁRIA	127.971.979,00	(6.000.000,00)	-	-	121.971.979,00
6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	107.000.000,00	-	-	-	107.000.000,00
8002 GOVERNO ELETRÔNICO	188.210.429,00	665.573,00	-	-	188.876.002,00
8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES	12.479.338,00	-	-	-	12.479.338,00
8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	39.400.000,00	-	-	-	39.400.000,00
8010 EDUCAÇÃO FISCAL	309.265.444,00	(44.789.675,00)	-	-	264.475.769,00
8025 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES	535.500,00	-	-	-	535.500,00
8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	250.000.000,00	-	-	-	250.000.000,00
8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	7.739.823,00	-	-	-	7.739.823,00
8032 PREPARO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS	231.531.049,00	(9.934.880,00)	-	-	221.596.169,00
8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJÓVEM	277.898.977,00	175.000,00	-	-	278.073.977,00
8768 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL	918.137.837,00	(156.845.685,00)	-	29.255.644,00	790.547.796,00
9989 MOBILIDADE URBANA	3.497.207.240,00	-	-	-	3.497.207.240,00
9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	64.460.203,00	-	-	-	64.460.203,00
	34.977.300,00	-	-	-	34.977.300,00
	48.175.075.660,00	3.676.458.211,00	237.297.700,00	16.872.865,00	52.105.704.436,00



TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO 2011	MES DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO 31/12/2011	PÁGINA
ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL
0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	3.850.000,00	-	3.850.000,00
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	152.689.500,00	(1.223.081,00)	151.466.419,00
0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	16.654.000,00	-	16.654.000,00
0089 PREVENÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	2.041.455.469,00	323.368.123,00	2.364.823.592,00
0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	37.152.517,00	-	37.152.517,00
0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	341.952.064,00	120.595.937,00	462.548.001,00
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	4.500.000,00	-	4.500.000,00
0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	300.000,00	-	300.000,00
0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM	5.796.120,00	4.639.283,00	10.435.403,00
0153 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE	240.000,00	-	240.000,00
0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	1.249.370,00	-	1.249.370,00
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	4.911.500,00	(35.600,00)	4.875.900,00
0168 LIVRO ABERTO	2.915.350,00	-	2.915.350,00
0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	1.300.000,00	-	1.300.000,00
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA	2.870.000,00	-	2.870.000,00
0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	24.858.000,00	-	24.858.000,00
0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES	64.000.000,00	-	64.000.000,00
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	674.248.779,00	-	674.248.779,00
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	500.000,00	-	500.000,00
0362 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	270.000,00	-	270.000,00
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRIGADA	301.132.774,00	17.088.722,00	320.697.925,00
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO MÉDIO PORTE	1.500.000,00	-	1.500.000,00
0461 PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	10.632.000,00	(3.357.307,00)	7.274.693,00
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	39.700.000,00	-	39.700.000,00
0506 NACIONAL DE FLORESTAS	100.000,00	-	100.000,00
0508 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS	179.325,00	(170.324,00)	9.001,00
0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	1.082.290,00	-	1.082.290,00
0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	601.760.166,00	(100.045.712,00)	503.991.903,00
0566 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL MILITAR	3.000.000,00	-	3.000.000,00
0569 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	18.390.169,00	(7.290.000,00)	28.898.731,00
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	117.997.543,00	426.872,00	125.293.411,00
0571 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	276.242.927,00	1.451.972,00	299.212.525,00
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	13.209.989,00	1.562.040,00	41.522.029,00
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXERCÍCIO BRASILEIRO	1.345.800,00	-	1.345.800,00
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	70.515.777,00	-	70.515.777,00
0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	770.000,00	-	770.000,00
0638 ENSINO PROFISSIONAL DO EXERCÍCIO	100.000,00	-	100.000,00
0660 SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRANSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS	100.000,00	-	100.000,00
0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	4.650.000,00	-	4.650.000,00
0750 APOIO ADMINISTRATIVO	363.998.009,00	46.551.516,00	410.549.525,00
0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	7.206.351,00	-	7.206.351,00
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	6.762.300,00	-	6.762.300,00
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	51.809.159,00	(2.120.546,00)	49.688.613,00
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	5.257.812.229,00	-	5.257.812.229,00
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	164.551.993,00	49.006.153,00	213.558.146,00
1001 GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO	2.000.000,00	-	2.000.000,00
1016 ARTESANATO BRASILEIRO	200.000,00	-	200.000,00
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO	431.514.181,00	712.343,00	434.022.448,00
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	59.812.814,00	-	59.812.814,00
1036 INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	1.327.436.690,00	50.628.665,00	1.378.065.355,00
1047 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO - CONVIVER	29.760.000,00	(1.162.000,00)	27.998.000,00
1061 BRASIL ESCOLARIZADO	1.328.808.892,00	(33.967.749,00)	1.304.338.088,00
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.326.690.251,00	262.714.177,00	1.589.404.428,00
1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	13.330.381,00	17.987,00	13.348.368,00
1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO	4.577.791.820,00	-	5.401.630.294,00
1078 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	510.000,00	-	510.000,00
1080 COMBATE A DESERTIFICAÇÃO	695.000,00	-	695.000,00



TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO	PÁGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	1.350.000,00	-	-	-	1.350.000,00
1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	35.000.000,00	-	-	-	35.000.000,00
1128 ORGANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	359.542.178,00	(20.000.000,00)	-	-	339.542.178,00
1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	1.500.000,00	-	-	-	1.500.000,00
1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSO MARGINAL E FLUVIAL	208.415.371,00	(3.292.978,00)	-	-	205.122.393,00
1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	100.000,00	-	-	-	100.000,00
1142 ENGENHO DAS ARTES	21.668.528,00	-	-	-	21.668.528,00
1163 BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL	400.000,00	-	-	-	400.000,00
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	1.132.482.121,00	10.000.000,00	-	-	1.142.482.121,00
1184 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	4.000,00	21.394,00	-	-	25.394,00
1201 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	1.183.500,00	-	-	-	1.183.500,00
1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	4.067.592.810,00	258.720.821,00	-	-	4.326.313.631,00
1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	8.751.246.599,00	262.587.834,00	-	7.375.920,00	9.021.210.353,00
1245 INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE	260.000,00	-	-	-	260.000,00
1260 ESPORTE E LAZER DA CIDADE	312.664.556,00	-	-	-	312.664.556,00
1287 SANEAMENTO RURAL	850.000,00	-	-	-	850.000,00
1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS	43.947.756,00	-	-	-	43.947.756,00
1291 SEGURANÇA, TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	8.453.450,00	-	-	-	8.453.450,00
1293 ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	533.860.964,00	(30.017.092,00)	-	-	503.843.872,00
1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO/URBANO DE PASSAGEIROS	296.910.700,00	-	-	-	296.910.700,00
1306 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRAD	28.604.639,00	(10.956.054,00)	-	-	17.648.585,00
1312 PROMOÇÃO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE	300.000,00	-	100.000.000,00	-	300.000,00
1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	400.000,00	-	-	-	100.400.000,00
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	94.306.342,00	4.800.000,00	-	-	99.106.342,00
1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDIÇÕES - BOLSAS FAMÍLIA	6.288.260.000,00	2.352.653.231,00	-	-	8.640.913.231,00
1336 BRASIL QUILOMBOLA	750.000,00	-	-	-	750.000,00
1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	62.950.000,00	(275.000,00)	-	-	62.675.000,00
1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA	6.948.310,00	1.170.324,00	-	-	8.118.634,00
1344 GESTÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA E PESQUEIRA	2.550.000,00	-	-	-	2.550.000,00
1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	200.000,00	-	-	-	200.000,00
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	700.000,00	-	-	-	700.000,00
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	53.291.018,00	5.679.914,00	-	-	58.970.932,00
1377 EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	1.687.851,00	-	-	-	1.687.851,00
1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	171.074.230,00	18.272.413,00	-	-	189.346.643,00
1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	29.837.052,00	20.202.965,00	-	-	50.040.017,00
1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	2.850.000,00	(110.000,00)	-	-	2.740.000,00
1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	150.000,00	-	-	-	150.000,00
1404 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	200.000,00	-	-	-	200.000,00
1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	1.700.000,00	-	-	-	1.700.000,00
1430 DESENVOLVIMENTO MACROREGIONAL SUSTENTÁVEL	26.037.128,00	6.000.000,00	1.950.000,00	-	33.987.128,00
1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	1.800.000,00	-	-	-	1.800.000,00
1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	1.410.000,00	-	-	-	1.410.000,00
1436 APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	400.000,00	-	-	-	400.000,00
1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	30.004.271,00	-	-	-	30.004.271,00
1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	427.758.500,00	(17.420.750,00)	-	-	410.337.750,00
1448 QUALIDADE NA ESCOLA	63.914.144,00	-	-	-	63.914.144,00
1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PROMASCI	1.775.000,00	-	-	-	1.775.000,00
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	485.498.910,00	161.000.000,00	5.000.000,00	-	651.498.910,00
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	1.811.047.155,00	136.346.664,00	10.882.714,00	-	1.958.276.533,00
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL	2.346.175.455,00	(1.046.380.805,00)	50.990.000,00	-	1.350.784.650,00
6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	181.174.255,00	-	-	-	181.174.255,00
8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	22.050.000,00	-	-	-	22.050.000,00
8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	8.900.000,00	-	-	-	8.900.000,00
8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOMEM	172.316.230,00	3.825.385,00	-	-	176.141.615,00
9989 MOBILIDADE URBANA	178.439.638,00	-	-	-	178.439.638,00
9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	97.971.500,00	-	-	-	97.971.500,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
ESPECIFICAÇÃO		INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO
NORTE		18.143.360.750,00	905.894.273,00
0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS		500.000,00	-
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL		27.101.940,00	(1.365.305,00)
0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES		6.518.000,00	-
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO		1.364.179.401,00	152.517.639,00
0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL		1.500.000,00	-
0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA		1.100.000,00	-
0120 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA		41.119.258,00	(853.760,00)
0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO		146.914.461,00	(32.344.181,00)
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO		8.800.000,00	-
0139 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		700.000,00	-
0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS		8.277.462,00	-
0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM		1.507.660,00	1.320.112,00
0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS		850.000,00	-
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL		150.000,00	-
0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO		8.710.000,00	-
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO		333.144.934,00	-
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA		30.550.000,00	700.000,00
0392 POLO INDUSTRIAL DE MANAUS		57.430.000,00	(4.710.000,00)
0461 PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO		28.434.000,00	(1.052.000,00)
0503 PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS - FLORE		200.000,00	-
0506 NACIONAL DE FLORESTAS		435.500,00	-
0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE		400.000,00	(40.000,00)
0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO		300.000,00	-
0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA		1.500.000,00	(1.300.000,00)
0550 CONTROLE EXTERNO		5.905.002,00	828.532,00
0569 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL		31.613.904,00	(2.043.500,00)
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL		48.333.376,00	(562.884,00)
0571 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA		102.519.273,00	2.150.484,00
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA		27.591.037,00	(3.517.570,00)
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO		41.581.037,00	(2.084.600,00)
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA		57.417.705,00	-
0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS		470.000,00	-
0643 CALHA NORTE		483.115.546,00	-
0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS		1.430.000,00	-
0750 APOIO ADMINISTRATIVO		1.187.419.676,00	114.105.732,00
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS		9.363.883,00	(1.033.242,00)
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO		1.752.603.927,00	-
0904 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		30.000.000,00	-
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		56.590.000,00	-
1016 ARTESANATO BRASILEIRO		500.000,00	-
1020 INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DASUFRAIMA		6.000.000,00	1.755.646,00
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO		33.663.573,00	450.000,00
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES		6.100.000,00	-
1061 BRASIL ESCOLARIZADO		474.800.573,00	(9.375.664,00)
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA		432.623.326,00	74.062.568,00
1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO		6.667.245,00	559.997,00
1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO		1.440.636.667,00	227.642.354,00
1083 REFORMA DO JUDICIÁRIO		6.180.000,00	-
1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		850.000,00	-
1122 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS		3.791.000,00	1.052.000,00
1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP		17.850.000,00	-
1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS		172.323.469,00	-
1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO		25.778.323,00	-
1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSIÃO MARÍTIMA E FLUVIAL		76.866.949,00	(17.110.243,00)
1142 ENGENHO DAS ARTES		16.400.000,00	-
1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS		250.000,00	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO	PÁGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	309.524.972,00	-	-	-	309.524.972,00
1173 CONTROLE INTERNO: PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO	1.527.000,00	(305.000,00)	-	-	1.222.000,00
1184 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	4.000,00	(4.000,00)	-	-	-
1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	1.047.472.018,00	75.722.772,00	-	75.000,00	1.123.194.790,00
1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	2.779.616.754,00	(340.087.859,00)	-	-	2.439.603.895,00
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE	127.447.460,00	-	-	-	127.447.460,00
1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS	14.309.811,00	-	-	-	14.309.811,00
1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	42.031.043,00	-	-	-	42.031.043,00
1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	113.706.586,00	2.132.700,00	-	-	115.839.286,00
1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRAD	800.000,00	-	-	-	800.000,00
1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	1.700.000,00	-	-	-	1.700.000,00
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	89.866.918,00	2.800.000,00	-	-	92.666.918,00
1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	1.323.100.000,00	609.039.914,00	-	-	1.932.139.914,00
1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PISCICULTURA	33.400.000,00	-	-	-	33.400.000,00
1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ADOLESCÊNCIA	6.500.000,00	-	-	-	6.500.000,00
1344 GESTÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA E PESQUEIRA	500.000,00	-	-	-	500.000,00
1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	23.800.000,00	20.000.000,00	5.000.000,00	-	48.800.000,00
1355 IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL - BRASIL PLURAL	1.300.000,00	-	-	-	1.300.000,00
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	2.700.000,00	-	-	-	2.700.000,00
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	12.021.801,00	1.793.241,00	-	-	13.815.042,00
1383 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE	200.000,00	-	-	-	200.000,00
1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	40.811.477,00	5.179.200,00	-	-	45.990.677,00
1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	8.423.100,00	4.587.876,00	-	-	13.010.976,00
1388 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE C	19.360.434,00	-	-	-	19.360.434,00
1421 METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	5.476.000,00	-	-	-	5.476.000,00
1430 DESENVOLVIMENTO MACROREGIONAL SUSTENTÁVEL	2.571.428,00	-	-	-	2.571.428,00
1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	1.300.000,00	-	-	-	1.300.000,00
1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	1.100.000,00	-	-	-	1.100.000,00
1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	300.000,00	-	-	-	300.000,00
1444 VIGILÂNCIA: PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	191.883.500,00	4.804.750,00	-	-	196.688.250,00
1448 QUALIDADE NA ESCOLA	33.619.921,00	(6.902.196,00)	-	-	26.717.725,00
1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	13.445.712,00	-	-	-	13.445.712,00
1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO	2.153.843.051,00	(46.829.462,00)	15.525.000,00	-	2.122.538.589,00
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	882.170.250,00	74.500.000,00	21.500.000,00	-	978.170.250,00
6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	100.850.000,00	-	-	-	100.850.000,00
8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	13.906.294,00	-	-	-	13.906.294,00
8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	500.000,00	-	-	-	500.000,00
8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJovem	36.274.935,00	160.222,00	-	-	36.435.157,00
9989 MOBILIDADE URBANA	41.491.067,00	-	-	-	41.491.067,00
9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	36.727.211,00	-	-	-	36.727.211,00
SUDESTE	46.698.350.577,00	3.176.802.471,00	703.061.447,00	27.974.152,00	50.606.188.647,00
0062 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	1.203.000,00	7.300,00	-	-	1.210.300,00
0068 ERADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	33.032.580,00	(1.532.994,00)	-	-	31.499.586,00
0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	20.246.900,00	62.400,00	-	-	20.309.300,00
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	3.123.567.683,00	415.852.440,00	-	-	3.539.420.123,00
0099 INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	3.000.000,00	-	-	-	3.000.000,00
0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	21.020.000,00	-	-	-	21.020.000,00
0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	300.000,00	-	-	-	300.000,00
0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	353.389.494,00	(61.812.383,00)	-	-	291.577.111,00
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	600.000,00	-	-	-	600.000,00
0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	100.000,00	-	-	-	100.000,00
0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM	10.021.682,00	8.076.282,00	-	-	18.097.964,00
0153 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE	800.000,00	-	-	-	800.000,00
0154 GARANTIA DE ACESSO A DIREITOS	4.650.000,00	-	-	-	4.650.000,00
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	7.790.113,00	(151.700,00)	-	-	7.638.413,00
0168 LIVRO ABERTO	2.076.000,00	350.000,00	-	-	2.426.000,00



TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO		EXERCÍCIO	MES	
SUBTÍTULO			2011	DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO	PÁGINA	
ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
0169 BRASIL, SOM E IMAGEM	18.200.000,00	-	-	-	18.200.000,00
0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	6.053.077,00	-	-	-	6.053.077,00
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA	1.100.000,00	-	-	-	1.100.000,00
0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	8.450.000,00	1.150.000,00	-	-	9.600.000,00
0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES	7.400.000,00	-	-	-	7.400.000,00
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	662.429.825,00	1.800.000,00	-	-	664.229.825,00
0379 DESENVOLVIMENTO DE AGRICULTURA IRRIGADA	5.590.000,00	-	-	-	5.590.000,00
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO MEIO PORTE	2.300.000,00	-	-	-	2.300.000,00
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	3.400.000,00	(340.000,00)	-	-	3.060.000,00
0506 NACIONAL DE FLORESTAS	800.000,00	-	-	-	800.000,00
0508 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS	1.716.000,00	19.800,00	-	-	1.735.800,00
0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	135.000,00	10.000,00	-	-	15.945.000,00
0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	133.925.923,00	(14.283.031,00)	15.800.000,00	-	123.642.892,00
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	39.648.000,00	(10.402.935,00)	4.000.000,00	-	28.211.128,00
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	120.112.832,00	(871.532,00)	28.211.128,00	-	57.456.293,00
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	539.193.486,00	17.610.159,00	454.000,00	-	119.695.300,00
0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO	2.000.000,00	(2.000.000,00)	3.497.379,00	-	560.301.024,00
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	57.511.872,00	632.698,00	6.500.000,00	-	64.644.570,00
0620 PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE	300.000,00	-	-	-	300.000,00
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXERCÍCIO BRASILEIRO	2.900.000,00	-	-	-	2.900.000,00
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	9.092.883,00	-	27.350.489,00	-	9.092.883,00
0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AEREA BRASILEIRA	-	-	-	-	27.350.489,00
0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	3.590.000,00	-	-	-	3.590.000,00
0638 ENSINO PROFISSIONAL DO EXERCÍTO	600.000,00	-	-	-	600.000,00
0642 TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE	1.690.000,00	-	-	-	1.690.000,00
0647 PRODUÇÃO DE MATERIAL BÉLICO	41.461.612,00	-	-	-	41.461.612,00
0660 SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRANSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS	500.000,00	-	-	-	500.000,00
0661 APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	250.000,00	-	-	-	250.000,00
0662 PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMINALIDADE	-	-	25.000.000,00	-	25.000.000,00
0663 SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	-	-	23.000.000,00	-	23.000.000,00
0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	7.440.000,00	-	-	-	7.440.000,00
0670 PROTEÇÃO A PESSOAS AMEAÇADAS	300.000,00	-	-	-	300.000,00
0697 DEFESA DO CONSUMIDOR	1.200.000,00	-	-	-	1.200.000,00
0698 GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NA ÁREA DA JUSTIÇA	-	-	14.632.671,00	-	14.632.671,00
0750 APOIO ADMINISTRATIVO	1.335.213.754,00	(20.883.692,00)	-	-	1.314.330.062,00
0752 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	300.000,00	-	-	-	300.000,00
0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	12.000,00	-	-	-	12.000,00
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	30.214.411,00	-	-	-	30.214.411,00
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	114.216.898,00	(6.980.930,00)	-	15.000,00	107.250.968,00
0904 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	50.000,00	-	-	-	50.000,00
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	297.217.779,00	(23.750.000,00)	68.167.797,00	-	341.635.576,00
0910 OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	129.875,00	-	-	-	129.875,00
1001 GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO	6.650.000,00	-	-	-	6.650.000,00
1016 ARTESANATO BRASILEIRO	110.000,00	-	-	-	110.000,00
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO	36.300.000,00	(70.000,00)	-	-	36.230.000,00
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	40.480.000,00	-	-	-	40.480.000,00
1036 INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00
1047 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO - CONVIVER	2.154.000,00	-	-	-	2.154.000,00
1061 BRASIL ESCOLARIZADO	1.504.517.039,00	6.659.762,00	-	-	1.512.060.907,00
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.118.910.317,00	213.419.908,00	-	884.106,00	1.332.330.225,00
1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	15.665.212,00	(54.000,00)	-	-	15.611.212,00
1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO	6.375.675.311,00	1.048.787.486,00	87.433.333,00	-	7.511.896.130,00
1078 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	550.000,00	-	-	-	550.000,00
1080 COMBATE À DESERTIFICAÇÃO	200.000,00	-	-	-	200.000,00
1083 REFORMA DO JUDICIÁRIO	350.000,00	-	-	-	350.000,00
1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	350.000,00	-	-	-	350.000,00
1107 PROBACIAS - CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	39.521.811,00	14.572.956,00	-	-	54.094.767,00



TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES		
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO	PÁGINA		
		31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
1113 NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES	40.000.000,00	-	-	-	40.000.000,00
1122 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS	1.644.000,00	-	-	-	1.644.000,00
1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	3.590.000,00	-	-	-	3.590.000,00
1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	941.440.980,00	(15.000.000,00)	-	-	926.440.980,00
1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	1.250.000,00	-	-	-	1.250.000,00
1136 FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA	300.000,00	(300.000,00)	-	-	-
1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	183.885.797,00	73.767.954,00	-	-	257.653.751,00
1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	600.000,00	-	-	-	600.000,00
1142 ENGENHO DAS ARTES	20.080.000,00	-	-	-	20.080.000,00
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	446.015.392,00	-	-	-	446.015.392,00
1201 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	40.151.407,00	(13.091.526,00)	-	-	27.059.881,00
1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	3.670.139.790,00	56.646.722,00	-	-	3.726.786.512,00
1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	14.726.940.989,00	781.995.283,00	300.000,00	10.851.073,00	15.520.087.345,00
1245 INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE	300.000,00	-	-	-	300.000,00
1260 ESPORTE E LAZER DA CIDADE	373.255.000,00	(1.150.000,00)	-	-	372.105.000,00
1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS	66.080.915,00	-	-	-	66.080.915,00
1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	6.086.994,00	-	-	-	6.086.994,00
1293 ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	959.322.318,00	14.359.100,00	-	16.223.973,00	989.905.391,00
1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO/URBANO DE PASSAGEIROS	50.000.000,00	-	-	-	50.000.000,00
1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRAD	20.000.000,00	-	-	-	20.000.000,00
1312 PROMOÇÃO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE	100.000,00	-	-	-	100.000,00
1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	2.977.300,00	-	-	-	2.977.300,00
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	16.866.726,00	1.400.000,00	-	-	18.266.726,00
1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDIÇÕES DE PESSOA	3.673.200.000,00	291.947.303,00	-	-	3.965.147.303,00
1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	34.390.000,00	(4.425.000,00)	-	-	29.965.000,00
1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA	1.400.000,00	-	-	-	1.400.000,00
1344 GESTÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA E PESQUEIRA	250.000,00	-	-	-	250.000,00
1350 EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)	300.000,00	-	-	-	300.000,00
1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	6.500.000,00	-	4.500.000,00	-	11.000.000,00
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	80.274.747,00	4.185.510,00	-	-	84.460.257,00
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	93.556.323,00	2.206.970,00	-	-	95.763.293,00
1383 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE	-	-	292.568.800,00	-	292.568.800,00
1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	122.535.003,00	20.582.100,00	-	-	143.117.103,00
1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	82.555.266,00	32.309.428,00	-	-	114.864.694,00
1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	10.981.321,00	(996.000,00)	-	-	9.985.321,00
1387 MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO	100.000,00	-	-	-	100.000,00
1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	100.000,00	-	-	-	100.000,00
1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	1.550.005,00	-	-	-	1.550.005,00
1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	12.485.000,00	-	-	-	12.485.000,00
1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	5.100.000,00	-	-	-	5.100.000,00
1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	1.900.000,00	-	-	-	1.900.000,00
1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	520.759.500,00	(2.017.450,00)	-	-	518.742.050,00
1448 QUALIDADE NA ESCOLA	80.737.547,00	-	-	-	80.737.547,00
1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	3.945.000,00	-	-	-	3.945.000,00
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE	2.531.010.315,00	274.647.524,00	86.345.750,00	-	2.892.003.589,00
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	815.750.766,00	108.725.717,00	15.000.000,00	-	939.476.483,00
1463 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	173.825.000,00	(29.627.750,00)	-	-	144.197.250,00
6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	272.202.785,00	(300.000,00)	300.000,00	-	272.202.785,00
8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	5.700.000,00	-	-	-	5.700.000,00
8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	9.750.000,00	-	-	-	9.750.000,00
8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJÓTEM	91.440.800,00	(441.408,00)	-	-	90.999.392,00
9989 MOBILIDADE URBANA	267.750.000,00	-	-	-	267.750.000,00
9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	46.397.322,00	(4.500.000,00)	-	-	41.897.322,00
SUL	20.404.933.404,00	1.177.331.413,00	78.143.682,00	2.039.406,00	21.662.447.905,00
0016 GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE	11.500.000,00	-	-	-	11.500.000,00
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	24.844.680,00	(892.468,00)	-	-	23.952.212,00



TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES		
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO		
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		EMISSÃO	PÁGINA		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	10.255.200,00	-	-	-	10.255.200,00
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	1.178.835.466,00	185.361.478,00	-	-	1.364.196.944,00
0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	1.200.000,00	-	-	-	1.200.000,00
0120 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	21.120.000,00	(1.380.000,00)	-	-	19.740.000,00
0122 SERVIÇOS URBANOS DE AGUA E ESGOTO	214.606.241,00	(122.385.990,00)	-	-	92.220.251,00
0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM	3.438.996,00	4.195.322,00	-	-	7.634.318,00
0153 SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	100.000,00	-	-	-	100.000,00
0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	1.850.000,00	-	-	-	1.850.000,00
0167 BRASIL PATRIMONIO CULTURAL	1.700.000,00	-	-	-	1.700.000,00
0168 LIVRO ABERTO	600.000,00	-	-	-	600.000,00
0171 MUSEU MEMORIA E CIDADANIA	600.000,00	-	-	-	600.000,00
0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	3.000.000,00	-	-	-	3.000.000,00
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	359.835.000,00	1.000.000,00	-	-	360.835.000,00
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	2.100.000,00	7.900.000,00	-	-	10.000.000,00
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO MÉDIO PORTE	1.700.000,00	-	-	-	1.700.000,00
0515 INFRA-ESTRUTURA HIDRICA	63.000.783,00	17.899.217,00	-	-	80.900.000,00
0569 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	13.310.000,00	(1.000.000,00)	-	-	12.310.000,00
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	89.552.578,00	(4.336.843,00)	6.000.000,00	-	91.215.735,00
0581 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	246.632.084,00	21.449.126,00	1.000.000,00	-	269.081.210,00
0582 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	15.200.000,00	2.650.000,00	34.643.682,00	-	52.493.682,00
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXERCÍCIO BRASILEIRO	1.900.000,00	-	-	-	1.900.000,00
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	20.251.576,00	-	-	-	20.251.576,00
0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	800.000,00	-	-	-	800.000,00
0638 ENSINO PROFISSIONAL DO EXERCÍCIO	100.000,00	-	-	-	100.000,00
0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	400.000,00	-	-	-	400.000,00
0750 APOLO ADMINISTRATIVO	238.831.624,00	34.315.537,00	-	-	273.147.161,00
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	2.262.300,00	-	-	-	2.262.300,00
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	100.907.186,00	14.557.815,00	-	-	115.465.001,00
0906 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DIVIDUA EXTERNA (JUROS EMORTIZAÇÕES)	2.026.315,00	-	-	-	2.026.315,00
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS -PROMESO	10.870.000,00	-	-	-	10.870.000,00
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	940.000,00	-	-	-	940.000,00
1061 BRASIL ESCOLARIZADO	475.249.586,00	(3.738.056,00)	-	211.406,00	471.722.936,00
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	587.563.622,00	163.411.649,00	-	-	750.975.271,00
1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	4.890.445,00	-	-	-	4.890.445,00
1073 BRASIL UNIVERSITARIO	3.688.062.851,00	587.470.216,00	-	-	4.275.533.067,00
1078 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	3.100.000,00	-	-	-	3.100.000,00
1083 REFORMA DO JUDICIARIO	420.000,00	-	-	-	420.000,00
1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA	300.000,00	-	-	-	300.000,00
1127 SISTEMA UNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	21.080.000,00	-	-	-	21.080.000,00
1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	166.181.916,00	(5.000.000,00)	-	-	161.181.916,00
1133 ECONOMIA SOLIDARIA EM DESENVOLVIMENTO	500.000,00	-	-	-	500.000,00
1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSIÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	67.725.126,00	18.765.887,00	-	-	86.491.013,00
1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	1.500.000,00	-	-	-	1.500.000,00
1142 ENGENHO DAS ARTES	25.080.000,00	-	-	-	25.080.000,00
1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS	500.000,00	-	-	-	500.000,00
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	313.520.654,00	-	-	-	313.520.654,00
1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	1.458.180.448,00	21.664.845,00	-	-	1.479.845.293,00
1220 ASSISTENCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	5.727.257.687,00	294.086.856,00	-	828.000,00	6.022.172.543,00
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE	86.755.000,00	-	-	-	86.755.000,00
1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS	25.132.450,00	-	-	-	25.132.450,00
1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	2.908.140,00	-	-	-	2.908.140,00
1293 ASSISTENCIA FARMACEUTICA E INSUMOS ESTRATEGICOS	324.703.796,00	(14.935.826,00)	-	-	309.767.970,00
1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO/URBANO DE PASSAGEIROS	364.716.618,00	67.230.000,00	-	-	431.946.618,00
1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRAD	300.000,00	-	-	-	300.000,00
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	49.462.614,00	1.200.000,00	-	-	50.662.614,00
1335 TRANSFERENCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	1.301.970.000,00	(32.567.128,00)	-	-	1.269.402.872,00
1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DA PESCA	50.000.000,00	-	-	-	50.000.000,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO				EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO					2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				EMISSÃO	PÁGINA
					31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
1344 GESTÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA E PESQUEIRA	200.000,00	-	-	-	200.000,00
1346 QUALIDADE AMBIENTAL	152.448,00	-	-	-	10.152.448,00
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	4.500.000,00	-	10.000.000,00	-	4.500.000,00
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	36.955.415,00	-	-	-	38.144.880,00
1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	64.615.318,00	1.189.465,00	-	-	72.914.563,00
1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	36.043.224,00	8.299.245,00	-	-	49.758.701,00
1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	100.000,00	13.715.477,00	-	-	100.000,00
1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	1.300.000,00	-	-	-	1.300.000,00
1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	148.935.000,00	(9.805.200,00)	-	-	139.129.800,00
1448 QUALIDADE NA ESCOLA	58.581.321,00	-	-	-	58.581.321,00
1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	56.500.000,00	-	-	-	56.500.000,00
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	331.982.500,00	73.850.000,00	8.500.000,00	-	414.332.500,00
1462 VETOR LOGÍSTICO SUL	2.032.550.819,00	(166.641.775,00)	18.000.000,00	1.000.000,00	1.884.909.044,00
1463 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	3.008.801,00	-	-	-	3.008.801,00
6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	144.325.000,00	-	-	-	144.325.000,00
8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	4.300.000,00	-	-	-	4.300.000,00
8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	2.000.000,00	-	-	-	2.000.000,00
8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM	18.687.576,00	(197.436,00)	-	-	18.490.140,00
9989 MOBILIDADE URBANA	20.452.000,00	-	-	-	20.452.000,00
9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	48.413.000,00	-	-	-	48.413.000,00
TOTAL	1.964.392.359.391,00	43.143.732.831,00	2.666.836.888,00	3.469.338.818,00	2.013.672.267.928,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO				2011		DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO		PÁGINA	
				31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO		INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA	
Poder Executivo		1.927.991.369.004,00	42.653.585.493,00	2.556.004.833,00	3.469.323.818,00	1.976.670.283.148,00	
20000 PRESIDENCIA DA REPUBLICA		7.369.854.810,00	702.806.360,00	79.760.464,00	30.255.644,00	8.182.677.278,00	
ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		7.369.854.810,00	702.806.360,00	79.760.464,00	30.255.644,00	8.182.677.278,00	
20101 PRESIDENCIA DA REPUBLICA		5.067.269.957,00	554.912.360,00	79.760.464,00	30.255.644,00	5.732.198.425,00	
20102 GABINETE DA VICE- PRESIDENCIA DA REPUBLICA		7.095.679,00	634.000,00	-	-	7.729.679,00	
20114 ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO		2.295.489.174,00	147.260.000,00	-	-	2.442.749.174,00	
20113 MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTAO		24.070.316.380,00	(11.311.075.092,00)	5.674.636,00	2.261.528,00	12.767.177.452,00	
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		22.437.009.318,00	(11.315.666.268,00)	5.674.636,00	-	11.127.017.686,00	
20113 MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTAO		22.437.009.318,00	(11.315.666.268,00)	5.674.636,00	-	11.127.017.686,00	
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		1.633.307.062,00	4.591.176,00	-	2.261.528,00	1.640.159.766,00	
20202 FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA		46.038.078,00	(986.908,00)	-	2.261.528,00	47.312.698,00	
25205 FUND INST. BRASILEIRO DE GEOG. E ESTATISTICA		1.587.268.984,00	5.578.084,00	-	-	1.592.847.068,00	
22000 MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO		11.961.269.355,00	684.732.090,00	130.550.000,00	-	12.776.551.445,00	
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		4.579.291.540,00	427.114.610,00	300.000,00	-	5.006.706.150,00	
22000 MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO		4.579.291.540,00	427.114.610,00	300.000,00	-	5.006.706.150,00	
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		7.381.977.815,00	257.617.480,00	130.250.000,00	-	7.769.845.295,00	
22202 EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA		1.829.270.265,00	282.209.858,00	-	-	2.111.480.123,00	
22211 COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO		2.837.934.280,00	(24.592.378,00)	130.250.000,00	-	2.943.591.902,00	
22905 FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIIRA		2.714.773.270,00	-	-	-	2.714.773.270,00	
24000 MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA		7.948.211.905,00	178.211.886,00	10.930.000,00	6.000.000,00	8.143.353.791,00	
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		1.470.607.838,00	78.214.474,00	10.930.000,00	6.000.000,00	1.565.752.312,00	
24000 MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA		1.470.607.838,00	78.214.474,00	10.930.000,00	6.000.000,00	1.565.752.312,00	
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		6.477.604.067,00	99.997.412,00	-	-	6.577.601.479,00	
20301 COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR		720.817.966,00	26.827.404,00	-	-	747.645.370,00	
20302 NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A		221.362.538,00	38.094.765,00	-	-	259.457.303,00	
20303 INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A		690.043.085,00	29.501.664,00	-	-	719.544.749,00	
20402 AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB		274.704.717,00	(14.904.701,00)	-	-	259.800.016,00	
20501 CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT E TECNOLÓGICO		1.188.997.037,00	60.776.156,00	-	-	1.249.773.193,00	
24209 CENTRO NAC DE TECN. ELETRONICA AVANÇADA S/A		47.525.407,00	9.702.124,00	-	-	57.227.531,00	
24901 FUNDO NAC.DE DESENV. CIENTIFICO E TECNOLÓGICO		3.334.153.317,00	(50.000.000,00)	-	-	3.284.153.317,00	
25000 MINISTERIO DA FAZENDA		1.149.947.744.220,00	21.564.223.464,00	247.750.000,00	254.673.272,00	1.172.014.390.956,00	
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		1.136.198.453.264,00	21.323.265.391,00	247.750.000,00	254.673.272,00	1.158.024.141.927,00	
25000 MINISTERIO DA FAZENDA		1.129.450.122.071,00	22.623.882.703,00	247.750.000,00	254.673.272,00	1.152.576.428.046,00	
90000 RESERVA DE CONTINGENCIA		6.748.331.193,00	(1.300.617.312,00)	-	-	5.447.713.881,00	
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		13.749.290.956,00	240.958.073,00	-	-	13.990.249.029,00	
25201 BANCO CENTRAL DO BRASIL-ORÇ.FISCAL/SEG.SOCIAL		2.350.497.875,00	197.186.667,00	-	-	2.547.684.542,00	
25203 COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS		267.408.838,00	6.800.382,00	-	-	274.209.220,00	
25208 SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS		100.997.120,00	36.971.024,00	-	-	177.968.144,00	
25901 FUNDO DE COMPENSAÇAO E VARIACOES SALARIAIS		455.497.836,00	-	-	-	455.497.836,00	
25904 FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL		120.212.549,00	-	-	-	120.212.549,00	
25914 FUNDO DE GARANTIA A EXPORTAÇÃO		1.666.404.981,00	-	-	-	1.666.404.981,00	
25915 FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL		8.748.271.757,00	-	-	-	8.748.271.757,00	
26000 MINISTERIO DA EDUCACAO		72.638.074.769,00	5.291.349.865,00	181.964.333,00	687.123.697,00	78.798.512.664,00	
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		6.218.558.225,00	(3.674.655.976,00)	5.000.000,00	-	2.548.902.249,00	
26000 MINISTERIO DA EDUCACAO		6.218.558.225,00	(3.674.655.976,00)	5.000.000,00	-	2.548.902.249,00	
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		66.419.516.544,00	8.966.005.841,00	176.964.333,00	687.123.697,00	76.249.610.415,00	
26201 COLEGIO PEDRO II		329.259.246,00	36.621.676,00	-	-	365.880.922,00	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
26230 FUND UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SÃO FRANCISCO	82.253.901,00	13.994.222,00	-	-	96.248.123,00
26231 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	457.046.330,00	82.962.060,00	-	-	540.008.390,00
26232 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	957.130.549,00	160.148.469,00	-	-	1.117.279.018,00
26233 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	955.089.694,00	134.443.335,00	-	-	1.089.533.029,00
26234 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	546.914.437,00	114.824.220,00	-	-	661.738.657,00
26235 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	683.691.637,00	133.178.970,00	-	-	816.870.607,00
26236 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	1.234.940.040,00	208.384.882,00	-	-	1.443.324.922,00
26237 UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	529.169.454,00	37.093.498,00	-	-	565.696.285,00
26238 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	1.148.568.901,00	207.053.133,00	87.433.333,00	-	1.355.622.034,00
26239 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	769.316.331,00	129.305.930,00	-	-	898.622.261,00
26240 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	866.636.011,00	170.223.606,00	-	-	1.036.859.617,00
26241 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	969.853.511,00	135.295.045,00	-	-	1.105.148.556,00
26242 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	873.561.266,00	182.938.346,00	-	-	1.056.499.612,00
26243 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	871.518.599,00	157.679.175,00	-	-	1.029.197.774,00
26244 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	1.008.820.062,00	131.533.482,00	-	-	1.140.353.544,00
26245 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	2.120.330.674,00	339.763.443,00	-	-	2.460.094.117,00
26246 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	887.531.802,00	171.723.046,00	-	-	1.059.254.848,00
26247 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	667.043.879,00	112.257.235,00	-	-	779.301.114,00
26248 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	291.363.271,00	52.316.943,00	-	-	343.680.214,00
26249 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	337.544.585,00	65.363.376,00	-	-	402.907.961,00
26250 UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	100.491.792,00	13.285.681,00	-	-	113.777.473,00
26251 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	140.908.108,00	27.639.781,00	-	-	168.547.889,00
26252 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	356.336.342,00	70.550.139,00	-	-	426.886.481,00
26253 UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	108.370.103,00	17.223.128,00	-	-	125.593.231,00
26254 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	222.593.524,00	63.863.234,00	-	-	286.456.758,00
26255 UNIVERSIDADE FED VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	166.680.714,00	17.022.524,00	-	-	183.703.238,00
26256 CENTRO FED EDUC TECN CELSO SUCKROW DA FONSECA	185.829.021,00	25.365.967,00	-	-	211.194.988,00
26257 CENTRO FEDERAL DE EDUCACAO TECNOLÓGICA DE MG	211.128.208,00	26.487.004,00	-	-	237.615.212,00
26258 UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	393.188.804,00	59.910.945,00	-	-	453.099.749,00
26259 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	85.038.741,00	17.920.072,00	-	-	102.958.813,00
26260 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	116.107.092,00	26.666.597,00	-	-	142.773.689,00
26261 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO	189.979.994,00	147.027.284,00	-	-	336.997.278,00
26262 UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	662.550.128,00	28.644.231,00	-	-	691.194.359,00
26263 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	110.250.237,00	21.073.434,00	-	-	131.323.671,00
26264 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	142.073.257,00	34.777.331,00	-	-	176.850.588,00
26265 UNIVERS. FEDERAL DA INTEG. LATINO AMERICANA	106.241.057,00	1.596.500,00	-	-	107.837.557,00
26266 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	121.283.799,00	26.290.204,00	-	-	147.574.003,00
26267 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	261.790.769,00	48.507.165,00	-	-	310.297.934,00
26268 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	386.653.374,00	67.402.972,00	-	-	454.056.346,00
26269 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAPÁ	1.230.105.377,00	171.266.915,00	-	-	1.401.372.292,00
26270 FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA	444.468.022,00	75.720.293,00	-	-	520.188.315,00
26271 FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO	335.331.319,00	59.731.160,00	-	-	395.062.479,00
26272 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	678.943.153,00	114.706.306,00	-	-	793.649.459,00
26273 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLANDIA	180.362.405,00	19.338.196,00	-	-	199.700.601,00
26274 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	496.021.686,00	67.414.994,00	-	-	563.436.680,00
26275 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	216.823.316,00	47.700.337,00	-	-	264.523.653,00
26276 FUNDACAO UNIVERSIDADE DE OURO PRETO	399.525.728,00	54.681.016,00	-	-	454.206.742,00
26277 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	517.993.000,00	57.993.000,00	-	-	575.986.000,00
26278 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI	306.336.768,00	51.475.587,00	-	-	357.812.355,00
26279 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS	365.900.117,00	79.006.090,00	-	-	444.906.207,00
26280 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	459.457.793,00	80.019.173,00	-	-	539.476.956,00
26281 UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	411.706.697,00	66.492.848,00	-	-	478.199.545,00
26282 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	72.524.395,00	7.857.803,00	-	-	80.382.198,00
26283 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE P. ALEGRE	214.740.816,00	(4.700.363,00)	-	-	210.040.453,00
26284 FUN UNIV.FED.CIENCIAS DA SAUDE DE P.ALEGRE	66.950.213,00	11.748.138,00	-	-	78.698.351,00
26285 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J. DEL-REI	549.036.531,00	17.930.716,00	1.200.000,00	-	568.167.247,00
26286 FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	3.091.093.411,00	(55.247.231,00)	-	-	3.035.846.180,00
26287 INST. NACIONAL DE EST E PESQUISAS EDUCACIONAIS					
26291 FUND.COORD. DE APERF. DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR					



TÍTULO		DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO				2011		DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO		PÁGINA	
				31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO		INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA	
26292 FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO		106.824.828,00	1.364.000,00	-	-	108.188.828,00	
26294 HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE		415.062.557,00	96.604.927,00	-	-	511.667.484,00	
26298 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO		29.942.132.513,00	3.294.452.790,00	88.331.000,00	687.123.697,00	34.012.040.000,00	
26350 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS		110.224.317,00	47.767.606,00	-	-	157.991.923,00	
26351 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA		113.911.701,00	17.616.078,00	-	-	131.527.779,00	
26352 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC		191.308.281,00	20.245.795,00	-	-	211.554.076,00	
26402 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DE ALAGOAS		141.508.940,00	28.890.959,00	-	-	170.399.899,00	
26403 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO AMAZONAS		140.109.028,00	22.588.913,00	-	-	162.697.941,00	
26404 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.BAIAO		81.481.725,00	26.306.200,00	-	-	107.787.925,00	
26405 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO CEARA		215.887.853,00	38.820.216,00	-	-	254.708.069,00	
26406 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO		253.782.915,00	45.411.142,00	-	-	299.194.057,00	
26407 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.GOIANO		84.946.152,00	18.839.716,00	-	-	103.785.868,00	
26408 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO MARANHÃO		226.221.787,00	34.520.287,00	-	-	260.742.074,00	
26409 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS		129.390.877,00	19.428.230,00	-	-	148.819.107,00	
26410 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG		68.588.138,00	20.449.901,00	-	-	89.038.039,00	
26411 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG		95.460.579,00	22.856.517,00	-	-	118.317.096,00	
26412 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO SUL DE MG		81.982.969,00	20.265.251,00	-	-	102.248.220,00	
26413 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO TRIA.MINEIRO		73.380.319,00	15.444.833,00	-	-	88.825.152,00	
26414 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO		150.487.471,00	24.697.050,00	-	-	175.184.521,00	
26415 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO MAT G DO SUL		34.814.558,00	16.729.006,00	-	-	51.543.564,00	
26416 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO PARA		169.727.566,00	28.180.447,00	-	-	197.908.013,00	
26417 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DA PARAIBA		165.626.905,00	37.372.479,00	-	-	202.999.384,00	
26418 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DE PERNAMBUCO		198.096.241,00	39.193.575,00	-	-	237.289.816,00	
26419 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO RS		114.248.798,00	50.221.786,00	-	-	164.470.584,00	
26420 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.FARROUPILHA		78.242.628,00	22.781.279,00	-	-	101.023.907,00	
26421 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DE RONDONIA		42.714.341,00	19.626.039,00	-	-	62.340.380,00	
26422 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.CATARINENSE		90.915.643,00	24.296.629,00	-	-	115.212.272,00	
26423 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DE SERGIPE		109.711.049,00	17.734.905,00	-	-	127.445.954,00	
26424 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO TOCANTINS		68.295.562,00	17.812.403,00	-	-	86.107.965,00	
26425 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO ACRE		36.490.436,00	239.720,00	-	-	36.730.156,00	
26426 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO AMAPA		28.867.316,00	(778.087,00)	-	-	28.089.229,00	
26427 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DA BAHIA		198.564.399,00	45.127.063,00	-	-	243.691.462,00	
26428 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DE BRASILIA		107.002.334,00	18.890.000,00	-	-	125.892.334,00	
26429 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DE GOIAS		131.014.092,00	34.434.887,00	-	-	165.448.979,00	
26430 INST.FED.DE ED.:CIENC.E TEC.DO S.PERNAMBUCANO		51.219.627,00	14.267.593,00	-	-	65.487.220,00	
26431 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO PIAUI		136.070.658,00	19.859.097,00	-	-	155.929.755,00	
26432 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO PARANA		96.306.297,00	34.354.635,00	-	-	130.660.932,00	
26433 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DR DE JANEIRO		147.730.812,00	30.876.908,00	-	-	178.607.720,00	
26434 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DR DE FLUMINENSE		142.355.637,00	30.486.726,00	-	-	172.842.363,00	
26435 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO RN		203.843.088,00	53.083.392,00	-	-	256.926.480,00	
26436 INST.FED.DE EDUC.:CIE E TEC.SUL-RIO-GRANDENSE		143.059.871,00	43.620.394,00	-	-	186.680.265,00	
26437 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DE RORAIMA		52.613.134,00	7.430.745,00	-	-	60.043.879,00	
26438 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DE STA CATARINA		180.075.243,00	43.272.517,00	-	-	223.347.760,00	
26439 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DE SAO PAULO		217.648.511,00	41.868.328,00	-	-	259.516.839,00	
26440 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL		123.466.475,00	28.666.157,00	-	-	152.132.632,00	
26441 UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA		97.242.640,00	(2.677.114,00)	-	-	94.565.526,00	
26442 UNIV.DA INTEG.INTERN.DA LUSOF.AFRO-BRASILEIRA		70.187.355,00	(9.029.342,00)	-	-	61.158.013,00	
28000 MINISTERIO DO DESENV.IND. E COMERCIO EXTERIOR		2.627.516.735,00	160.275.485,00	-	-	2.787.792.220,00	
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		487.551.616,00	28.691.000,00	-	-	516.242.616,00	
28000 MINISTERIO DO DESENV.IND. E COMERCIO EXTERIOR		487.551.616,00	28.691.000,00	-	-	516.242.616,00	
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		2.139.965.119,00	131.584.485,00	-	-	2.271.549.604,00	
20603 SUPERINTENDENCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS		326.448.083,00	403.577,00	-	-	326.851.660,00	
20924 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO		845.049.156,00	-	-	-	845.049.156,00	
28500 FUNDO DE GARANTIA P/ PROM. DA COMPETITIVIDADE		99.582.036,00	-	-	-	99.582.036,00	



TÍTULO		DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO				2011		DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO		PÁGINA	
				31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO				INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA
30204 INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL				254.576.358,00	4.451.553,00	-	-
30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA				11.235.561.197,00	746.604.544,00	165.132.671,00	-
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA				9.386.433.636,00	574.187.842,00	125.632.671,00	64.850.276,00
30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA				2.872.760.775,00	102.060.665,00	102.632.671,00	1.220.000,00
30108 DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL				4.074.093.071,00	196.327.500,00	-	1.220.000,00
30802 DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ				2.439.579.790,00	275.799.677,00	23.000.000,00	-
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				1.849.127.561,00	172.416.702,00	39.500.000,00	-
32002 FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO				431.808.092,00	101.233.927,00	63.630.276,00	2.124.674.539,00
30211 CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA				13.584.346,00	835.177,00	-	533.042.019,00
30905 SECRETARIA DE DIREITO ECONOMICO/DF FUNDO				35.135.019,00	-	-	14.419.523,00
30907 FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL				269.922.925,00	-	-	35.135.019,00
30909 FUNDO P/APAR E OPERAC.ATIV FIM POL. FEDERAL				479.657.179,00	31.023.338,00	34.500.000,00	269.922.925,00
30911 FUNDO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA				619.020.000,00	(707.177,00)	5.000.000,00	608.810.793,00
30912 FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS				-	40.031.437,00	-	623.312.823,00
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA				25.368.594.925,00	1.646.949.972,00	25.500.000,00	40.031.437,00
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA				18.577.929.509,00	1.498.851.331,00	-	27.041.044.897,00
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA				18.577.929.509,00	1.498.851.331,00	-	20.076.780.840,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				6.790.665.416,00	148.098.641,00	25.500.000,00	-
29208 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS				958.579.420,00	92.869.230,00	10.000.000,00	6.964.264.057,00
32205 AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO				4.943.735.133,00	(31.826.070,00)	-	1.061.448.650,00
32210 AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA				421.298.030,00	24.584.227,00	-	4.911.909.063,00
32263 DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL				362.660.087,00	54.434.279,00	15.500.000,00	445.882.257,00
32314 EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA				104.392.746,00	8.036.975,00	-	432.594.366,00
33000 MINISTÉRIO DA PREVIDENCIA SOCIAL				290.977.646.844,00	5.451.036.280,00	-	112.429.721,00
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA				335.888.961,00	27.897.035,00	-	296.428.683.124,00
33000 MINISTÉRIO DA PREVIDENCIA SOCIAL				335.888.961,00	27.897.035,00	-	363.785.996,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				290.641.757.883,00	5.423.139.245,00	-	363.785.996,00
33206 SUPERINT. NACIONAL DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR				40.966.368,00	8.448.043,00	-	296.064.897.128,00
37202 INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL				290.600.791.515,00	5.414.691.202,00	-	49.414.411,00
34000 MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO				3.845.697.505,00	(28.849.182,00)	78.130.182,00	296.015.482.717,00
ORÇÃOS DA ADMINIISTRAÇÃO DIRETA				3.845.697.505,00	(28.849.182,00)	78.130.182,00	49.414.411,00
34000 MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO				3.845.697.505,00	(28.849.182,00)	78.130.182,00	3.894.978.505,00
35000 MINISTÉRIO DAS RELACOES EXTERIORES				2.213.844.665,00	98.645.000,00	208.100.000,00	3.894.978.505,00
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA				2.194.974.890,00	95.629.000,00	208.100.000,00	2.520.589.665,00
35000 MINISTÉRIO DAS RELACOES EXTERIORES				2.194.974.890,00	95.629.000,00	208.100.000,00	2.498.703.890,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				18.869.775,00	3.016.000,00	-	2.498.703.890,00
35201 FUNDAÇAO ALEXANDRE DE GUSMAO				18.869.775,00	3.016.000,00	-	21.885.775,00
36000 MINISTÉRIO DA SAUDE				77.164.863.987,00	3.480.749.366,00	300.000,00	21.885.775,00
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA				68.603.990.894,00	4.191.750.753,00	300.000,00	80.898.898.005,00
36000 MINISTÉRIO DA SAUDE				68.603.990.894,00	4.191.750.753,00	300.000,00	73.049.026.299,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA				8.560.873.093,00	(711.001.387,00)	-	252.984.652,00
36201 FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ				2.373.651.525,00	(17.533.190,00)	-	252.984.652,00
36208 HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A				114.419.637,00	9.764.030,00	-	73.049.026.299,00
36209 HOSPITAL FEMINA S/A				56.830.399,00	17.147.413,00	-	73.049.026.299,00
36210 HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇAO S/A				423.737.435,00	66.306.283,00	-	73.977.812,00
						-	490.043.718,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO		EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO				2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
ESPECIFICAÇÃO		INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA
36212 AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA		660.285.441,00	20.139.700,00	-	680.425.141,00
36213 AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR		217.487.526,00	9.419.880,00	-	226.907.406,00
38000 MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO		49.552.600.675,00	6.185.642.620,00	-	55.738.243.295,00
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		5.616.161.102,00	256.159.015,00	-	5.872.320.117,00
38000 MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO		5.616.161.102,00	256.159.015,00	-	5.872.320.117,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		43.936.439.573,00	5.929.483.605,00	-	49.865.923.178,00
37201 FUND.JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB.		86.471.382,00	1.266.722,00	-	87.738.104,00
38901 FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR		43.849.968.191,00	5.928.216.883,00	-	49.778.185.074,00
39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES		24.606.875.935,00	521.337.325,00	421.050.797,00	25.629.264.057,00
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		3.166.185.896,00	491.476.982,00	14.600.000,00	3.672.262.878,00
39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES		3.166.185.896,00	491.476.982,00	14.600.000,00	3.672.262.878,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		21.440.690.039,00	29.860.343,00	406.450.797,00	21.957.001.179,00
29209 VALEC-ENGENHARIA, CONSTRUTORES E FERROVIAS S/A		2.094.515.937,00	(254.601,00)	186.100.000,00	2.280.361.336,00
39250 AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES		432.790.683,00	26.550.067,00	7.500.000,00	466.840.750,00
39251 AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS		77.665.327,00	25.207.065,00	-	102.872.392,00
39252 DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES		15.338.510.852,00	(21.642.188,00)	212.850.797,00	15.609.719.461,00
49901 FUNDO DA MARINHA MERCANTE		3.497.207.240,00	-	-	3.497.207.240,00
41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES		4.429.443.348,00	153.526.597,00	-	4.582.969.945,00
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		1.535.360.176,00	123.376.404,00	-	1.658.736.580,00
41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES		1.535.360.176,00	123.376.404,00	-	1.658.736.580,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		2.894.083.172,00	30.150.193,00	-	2.924.233.365,00
41231 AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES		2.502.160.627,00	30.150.193,00	-	2.532.310.820,00
41903 FUNDO P/O DESENVOLV.TEC.DAS TELECOMUNICACOES		391.922.545,00	-	-	391.922.545,00
42000 MINISTERIO DA CULTURA		1.878.336.377,00	360.446.843,00	-	2.238.783.220,00
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		540.890.206,00	233.400.373,00	-	774.290.579,00
42000 MINISTERIO DA CULTURA		540.890.206,00	233.400.373,00	-	774.290.579,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		1.337.446.171,00	127.046.470,00	-	1.464.492.641,00
20203 AGENCIA NACIONAL DO CINEMA		96.587.790,00	8.451.000,00	-	105.038.790,00
20403 FUNDACAO CASA DE RUJ BARBOSA		39.390.255,00	838.033,00	-	40.228.288,00
20404 FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL		90.749.845,00	4.555.206,00	-	95.305.051,00
20408 FUNDACAO CULTURAL PALMARES		28.455.876,00	526.000,00	-	28.981.876,00
20411 INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL		378.143.458,00	(3.312.473,00)	-	374.830.985,00
20412 FUNDACAO NACIONAL DE ARTES		141.200.768,00	8.261.204,00	-	149.461.972,00
34902 FUNDO NACIONAL DE CULTURA		434.580.621,00	90.000.000,00	-	524.580.621,00
42207 INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS		128.337.558,00	17.727.500,00	-	146.065.058,00
44000 MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE		3.587.726.824,00	233.471.447,00	131.000.000,00	3.952.198.271,00
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		1.405.285.382,00	46.050.945,00	25.800.000,00	1.477.136.327,00
44000 MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE		1.365.319.055,00	39.943.900,00	25.800.000,00	1.431.062.955,00
44208 SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO		39.966.327,00	6.107.045,00	-	46.073.372,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		2.182.441.442,00	187.420.502,00	105.200.000,00	2.475.061.944,00
20701 INST.BRAS. DO MEIO AMB. E DOS REC.NAT. RENOVAV.		1.072.826.302,00	86.544.114,00	-	1.159.370.416,00
44204 FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE		11.403.973,00	-	-	11.403.973,00
44205 AGENCIA NACIONAL DE AGUAS		323.907.391,00	39.160.421,00	-	363.067.812,00
44206 INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ		47.893.500,00	3.574.064,00	-	51.467.564,00
44207 INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE		444.187.059,00	58.141.903,00	-	602.328.962,00
44902 FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANCAS DO CLIMA		282.223.217,00	-	5.200.000,00	287.423.217,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO		EXERCÍCIO		MES
SUBTÍTULO			2011		DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO		PÁGINA
		31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
49000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	5.653.572.928,00	357.621.510,00	-	-	6.011.194.438,00
ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.726.888.124,00	22.615.223,00	-	-	1.749.503.347,00
49000 MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	1.726.888.124,00	22.615.223,00	-	-	1.749.503.347,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	3.926.684.804,00	335.006.287,00	-	-	4.261.691.091,00
22201 INSTIT. NAC. DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	3.926.684.804,00	335.006.287,00	-	-	4.261.691.091,00
51000 MINISTÉRIO DO ESPORTE	2.553.944.115,00	335.115.789,00	34.266.793,00	-	2.923.326.697,00
ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.553.944.115,00	335.115.789,00	34.266.793,00	-	2.923.326.697,00
51000 MINISTÉRIO DO ESPORTE	2.553.944.115,00	335.115.789,00	34.266.793,00	-	2.923.326.697,00
52000 MINISTÉRIO DA DEFESA	61.613.160.357,00	2.256.275.130,00	484.779.289,00	433.174.749,00	64.787.389.525,00
ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	61.202.468.615,00	2.542.080.635,00	484.779.289,00	433.174.749,00	64.662.503.288,00
52000 MINISTÉRIO DA DEFESA	1.825.451.366,00	(5.624.331,00)	157.110.000,00	167.581.700,00	2.144.518.735,00
52111 COMANDO DA AERONÁUTICA	15.916.070.616,00	552.615.685,00	27.350.489,00	-	16.496.036.790,00
52121 COMANDO DO EXERCITO	26.640.210.258,00	1.324.378.593,00	300.318.800,00	265.593.049,00	28.530.500.700,00
52131 COMANDO DA MARINHA	16.820.736.375,00	670.710.688,00	-	-	17.491.447.063,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	410.691.742,00	(285.805.505,00)	-	-	124.886.237,00
52201 AGENCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	410.691.742,00	(285.805.505,00)	-	-	124.886.237,00
53000 MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	17.278.517.785,00	136.451.867,00	311.356.197,00	1.450.000.000,00	19.376.325.849,00
ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	6.324.397.387,00	(61.270.857,00)	286.000.000,00	1.650.000.000,00	8.199.126.530,00
53000 MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	6.324.397.387,00	(61.270.857,00)	286.000.000,00	1.650.000.000,00	8.199.126.530,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	10.954.120.398,00	197.722.724,00	25.356.197,00	-	11.177.199.319,00
22203 COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SÃO FRANCISCO	1.168.598.307,00	33.970.732,00	20.048.695,00	-	1.222.617.734,00
22204 SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	892.830.660,00	147.744.647,00	4.857.502,00	-	1.045.432.809,00
53202 SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	46.368.547,00	5.081.400,00	450.000,00	-	51.899.947,00
53203 SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	83.292.801,00	10.925.945,00	-	-	94.218.746,00
53901 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM. DO NORTE	1.752.603.927,00	-	-	-	1.752.603.927,00
53902 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM. DO CENTRO OESTE	1.752.613.927,00	-	-	-	1.752.613.927,00
53903 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM. DO NORDESTE	5.257.812.229,00	-	-	-	5.257.812.229,00
54000 MINISTÉRIO DO TURISMO	3.738.555.347,00	13.557.423,00	-	-	3.752.112.770,00
ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	3.474.328.217,00	10.513.000,00	-	-	3.484.841.217,00
54000 MINISTÉRIO DO TURISMO	3.474.328.217,00	10.513.000,00	-	-	3.484.841.217,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	264.227.130,00	3.044.423,00	-	-	267.271.553,00
20604 INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	241.032.982,00	3.044.423,00	-	-	244.077.405,00
54901 FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR	23.194.148,00	-	-	-	23.194.148,00
55000 MINISTÉRIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	42.997.392.104,00	3.279.322.098,00	34.600.000,00	-	46.311.314.202,00
ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	16.332.968.060,00	2.702.613.597,00	34.600.000,00	-	19.070.181.657,00
55000 MINISTÉRIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	16.332.968.060,00	2.702.613.597,00	34.600.000,00	-	19.070.181.657,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	26.664.424.044,00	576.708.501,00	-	-	27.241.132.545,00
55001 FUNDO NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	26.664.424.044,00	576.708.501,00	-	-	27.241.132.545,00
56000 MINISTÉRIO DAS CIDADES	22.081.151.350,00	163.104.563,00	-	8.000.000,00	22.252.255.913,00
ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	19.409.067.268,00	(31.134.000,00)	-	8.000.000,00	19.385.933.268,00
56000 MINISTÉRIO DAS CIDADES	19.409.067.268,00	(31.134.000,00)	-	8.000.000,00	19.385.933.268,00
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.672.084.082,00	194.238.563,00	-	-	2.866.322.645,00
29205 EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A	383.558.223,00	68.043.498,00	-	-	451.601.721,00
29214 COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	885.623.418,00	130.695.065,00	-	-	1.016.318.483,00
56901 FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCAÇÃO DO TRANSITO	690.901.797,00	-	-	-	690.901.797,00



TÍTULO		DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO		EXERCÍCIO		MES	
				2011		DEZEMBRO	
SUBTÍTULO							
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO		PÁGINA	
				31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO		INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA	
56902 FUNDO NACIONAL DE HAB. INTERESSE SOCIAL		712.000.644,00	(4.500.000,00)	-	-	707.500.644,00	
58000 MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA		553.279.826,00	6.470.000,00	-	-	559.749.826,00	
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		553.279.826,00	6.470.000,00	-	-	559.749.826,00	
58000 MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA		553.279.826,00	6.470.000,00	-	-	559.749.826,00	
59000 CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO		97.614.736,00	(14.417.757,00)	5.159.471,00	-	88.356.450,00	
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		97.614.736,00	(14.417.757,00)	5.159.471,00	-	88.356.450,00	
59000 CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO		97.614.736,00	(14.417.757,00)	5.159.471,00	-	88.356.450,00	
Poder Judiciário		27.475.738.941,00	492.356.366,00	108.832.055,00	15.000,00	28.076.942.362,00	
10000 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL		503.017.061,00	1.000.000,00	-	-	504.017.061,00	
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		503.017.061,00	1.000.000,00	-	-	504.017.061,00	
10000 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL		503.017.061,00	1.000.000,00	-	-	504.017.061,00	
11000 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA		942.244.077,00	11.773.926,00	-	-	954.018.003,00	
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		942.244.077,00	11.773.926,00	-	-	954.018.003,00	
11000 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA		942.244.077,00	11.773.926,00	-	-	954.018.003,00	
12000 JUSTIÇA FEDERAL		6.917.433.514,00	85.250.580,00	48.933.861,00	-	7.051.617.955,00	
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		6.917.433.514,00	85.250.580,00	48.933.861,00	-	7.051.617.955,00	
12000 JUSTIÇA FEDERAL		6.917.433.514,00	85.250.580,00	48.933.861,00	-	7.051.617.955,00	
13000 JUSTIÇA MILITAR		361.136.340,00	6.334.795,00	-	-	367.471.135,00	
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		361.136.340,00	6.334.795,00	-	-	367.471.135,00	
13000 JUSTIÇA MILITAR		361.136.340,00	6.334.795,00	-	-	367.471.135,00	
14000 JUSTIÇA ELEITORAL		4.496.352.698,00	38.657.715,00	21.063.056,00	-	4.556.073.469,00	
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		4.496.352.698,00	38.657.715,00	21.063.056,00	-	4.556.073.469,00	
14000 JUSTIÇA ELEITORAL		4.496.352.698,00	38.657.715,00	21.063.056,00	-	4.556.073.469,00	
15000 JUSTIÇA DO TRABALHO		12.418.732.769,00	304.431.378,00	38.835.138,00	15.000,00	12.762.014.285,00	
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		12.418.732.769,00	304.431.378,00	38.835.138,00	15.000,00	12.762.014.285,00	
15000 JUSTIÇA DO TRABALHO		12.418.732.769,00	304.431.378,00	38.835.138,00	15.000,00	12.762.014.285,00	
16000 JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS		1.641.510.338,00	67.533.150,00	-	-	1.709.043.488,00	
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		1.641.510.338,00	67.533.150,00	-	-	1.709.043.488,00	
16000 JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS		1.641.510.338,00	67.533.150,00	-	-	1.709.043.488,00	
17000 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA		195.312.144,00	(22.625.178,00)	-	-	172.686.966,00	
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		195.312.144,00	(22.625.178,00)	-	-	172.686.966,00	
17000 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA		195.312.144,00	(22.625.178,00)	-	-	172.686.966,00	
Poder Legislativo		8.925.251.446,00	(2.209.028,00)	2.000.000,00	-	8.925.042.418,00	
01000 CAMARA DOS DEPUTADOS		4.225.184.594,00	-	2.000.000,00	-	4.227.184.594,00	
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		4.225.184.594,00	-	2.000.000,00	-	4.227.184.594,00	
01000 CAMARA DOS DEPUTADOS		4.144.891.714,00	-	2.000.000,00	-	4.146.891.714,00	
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		4.144.891.714,00	-	2.000.000,00	-	4.146.891.714,00	
01901 FUNDO ROTATIVO DA CAMARA DOS DEPUTADOS		80.292.880,00	-	-	-	80.292.880,00	
02000 SENADO FEDERAL		80.292.880,00	-	-	-	80.292.880,00	
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		3.345.242.301,00	(1.632.695,00)	-	-	3.343.609.606,00	
02000 SENADO FEDERAL		3.345.242.301,00	(1.632.695,00)	-	-	3.343.609.606,00	
03000 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO		1.354.824.551,00	(576.333,00)	-	-	1.354.248.218,00	

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO	EXERCÍCIO 2011	MES DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO 31/12/2011	PÁGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL
03000 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	1.354.824.551,00	(576.333,00)	-
Total geral	1.964.392.359.391,00	43.143.732.831,00	2.666.836.888,00
		EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
		3.469.338.818,00	1.354.248.218,00
			2.013.672.267.928,00



TÍTULO		DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO		EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO				2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO	PÁGINA
				31/12/2011	
ESPECIFICAÇÃO					
	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
301 ATENCAO BASICA	220.775.792,00	(439.748,00)	-	-	220.336.044,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	326.423.935,00	(9.683.060,00)	-	-	316.740.875,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	35.913.511,00	1.145.598,00	-	-	37.059.109,00
333 EMPREGABILIDADE	17.000.000,00	(17.000.000,00)	-	-	-
364 ENSINO SUPERIOR	41.038.034,00	-	-	-	41.038.034,00
365 EDUCACAO INFANTIL	9.192.663,00	1.680.580,00	-	-	10.873.243,00
391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	1.308.749,00	-	-	-	1.308.749,00
392 DIFUSAO CULTURAL	606.100,00	-	-	-	606.100,00
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	26.950.818,00	(25.888.112,00)	-	-	1.062.706,00
542 CONTROLE AMBIENTAL	36.750.000,00	(36.509.529,00)	-	-	240.471,00
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	48.537.746,00	8.423.852,00	-	-	56.961.598,00
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	4.800.000,00	-	-	-	4.800.000,00
662 PRODUCAO INDUSTRIAL	19.420.297,00	44.666.976,00	-	-	19.420.297,00
694 SERVICOS FINANCEIROS	407.663.047,00	(4.000.000,00)	-	-	452.330.023,00
722 TELECOMUNICACOES	313.273.961,00	248.898.144,00	-	-	309.273.961,00
781 TRANSPORTE AEREO	-	-	-	-	248.898.144,00
813 LAZER	227.000.000,00	(1.995.147.175,00)	-	-	227.000.000,00
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	2.421.836.847,00	-	-	-	426.689.672,00
05 DEFESA NACIONAL	32.059.314.873,00	1.145.689.122,00	484.779.289,00	433.174.749,00	34.122.958.033,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	18.683.314.333,00	760.297.007,00	-	-	19.443.611.340,00
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	71.874.615,00	(27.797.695,00)	-	-	44.076.920,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	88.629.196,00	(21.610.450,00)	-	-	67.018.746,00
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	131.757.249,00	(6.657.744,00)	-	-	125.099.505,00
131 COMUNICACAO SOCIAL	2.704.500,00	-	-	-	2.704.500,00
151 DEFESA AEREA	3.317.778.424,00	248.737.334,00	27.350.489,00	-	3.593.866.247,00
152 DEFESA NAVAL	3.380.116.313,00	31.037.464,00	-	-	3.411.153.777,00
153 DEFESA TERRESTRE	1.621.527.469,00	224.341.261,00	300.318.800,00	265.593.049,00	2.411.780.579,00
182 DEFESA CIVIL	-	-	-	127.581.700,00	127.581.700,00
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	6.407.528,00	4.209.490,00	-	-	10.617.018,00
211 RELACOES DIPLOMATICAS	-	-	157.110.000,00	-	157.110.000,00
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	243.169.000,00	-	-	-	243.169.000,00
244 ASSISTENCIA COMUNITARIA	695.759.546,00	101.683.443,00	-	-	797.442.989,00
301 ATENCAO BASICA	69.912.755,00	(3.012.254,00)	-	-	66.900.501,00
302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.617.261.017,00	39.177.709,00	-	-	1.656.438.726,00
303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	5.428.126,00	-	-	-	5.428.126,00
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	333.656.980,00	(1.019.616,00)	-	-	332.637.364,00
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	360.182.858,00	38.606.484,00	-	-	398.789.342,00
333 EMPREGABILIDADE	12.000.000,00	-	-	-	12.000.000,00
361 ENSINO FUNDAMENTAL	3.058.000,00	-	-	-	3.058.000,00
362 ENSINO MEDIO	3.644.879,00	-	-	-	3.644.879,00
363 ENSINO PROFISSIONAL	51.909.000,00	-	-	-	51.909.000,00
364 ENSINO SUPERIOR	9.913.000,00	-	-	-	9.913.000,00
365 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	60.409.023,00	2.199.048,00	-	-	62.608.071,00
391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	4.400.000,00	500.000,00	-	-	4.900.000,00
482 HABITACAO URBANA	5.986.351,00	-	-	-	5.986.351,00
542 CONTROLE AMBIENTAL	250.800.000,00	-	-	-	250.800.000,00
545 METEOROLOGIA	-	38.219.529,00	-	-	38.219.529,00
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	2.430.000,00	-	-	-	2.430.000,00
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	38.756.617,00	-	-	-	38.756.617,00
662 PRODUCAO INDUSTRIAL	280.146.399,00	-	-	-	280.146.399,00
722 TELECOMUNICACOES	750.000,00	-	-	-	750.000,00
752 ENERGIA ELÉTRICA	32.979.856,00	-	-	-	32.979.856,00
781 TRANSPORTE AEREO	952.000,00	-	-	-	952.000,00
782 TRANSPORTE RODOVIARIO	265.498.144,00	(248.898.144,00)	-	-	16.600.000,00
	1.972.000,00	-	-	-	1.972.000,00



TÍTULO		DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO		EXERCÍCIO		MES	
				2011		DEZEMBRO	
SUBTÍTULO							
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO		PÁGINA	
				31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO		INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA	
811 DESPORTO DE RENDIMENTO		380.795.762,00	(34.323.744,00)	-	40.000.000,00	386.472.018,00	
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		340.703,00	-	-	-	340.703,00	
06 SEGURANCA PUBLICA		8.041.186.485,00	308.879.331,00	159.500.000,00	1.714.850.276,00	10.224.416.092,00	
122 ADMINISTRACAO GERAL		4.512.728.687,00	321.926.664,00	9.500.000,00	-	4.844.155.351,00	
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO		11.500.000,00	1.150.000,00	-	-	12.650.000,00	
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO		20.000.000,00	-	-	-	20.000.000,00	
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS		1.251.729.000,00	(70.000.000,00)	88.000.000,00	1.220.000,00	1.270.949.000,00	
131 COMUNICACAO SOCIAL		1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00	
181 POLICIAMENTO		1.501.696.679,00	56.364.779,00	53.000.000,00	-	1.611.061.458,00	
182 DEFESA CIVIL		133.709.479,00	(39.000.000,00)	-	1.650.000.000,00	1.744.709.479,00	
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA		107.251.000,00	6.908.426,00	9.000.000,00	63.630.276,00	186.789.702,00	
212 COOPERACAO INTERNACIONAL		1.100.000,00	-	-	-	1.100.000,00	
301 ATENCAO BASICA		39.658.870,00	20.776.700,00	-	-	60.435.570,00	
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO		93.193.574,00	(240.000,00)	-	-	92.953.574,00	
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR		3.937.630,00	4.000,00	-	-	3.941.630,00	
365 EDUCACAO INFANTIL		5.965.854,00	(50.000,00)	-	-	5.915.854,00	
421 CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL		20.000.000,00	-	-	-	20.000.000,00	
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS		328.665.712,00	11.038.762,00	-	-	339.704.474,00	
452 SERVICOS URBANOS		750.000,00	-	-	-	750.000,00	
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA		1.800.000,00	-	-	-	1.800.000,00	
722 TELECOMUNICACOES		6.500.000,00	-	-	-	6.500.000,00	
07 RELACOES EXTERIORES		1.926.018.280,00	72.854.000,00	208.100.000,00	-	2.206.972.280,00	
122 ADMINISTRACAO GERAL		936.045.622,00	65.720.000,00	-	-	1.001.765.622,00	
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO		2.000.000,00	-	-	-	2.000.000,00	
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS		8.150.000,00	-	-	-	8.150.000,00	
211 RELACOES DIPLOMATICAS		760.550.000,00	-	208.100.000,00	-	968.650.000,00	
212 COOPERACAO INTERNACIONAL		92.732.244,00	-	-	-	92.732.244,00	
301 ATENCAO BASICA		54.802.974,00	7.964.000,00	-	-	62.766.974,00	
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO		6.648.192,00	(518.000,00)	-	-	6.130.192,00	
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR		635.964,00	(292.000,00)	-	-	343.964,00	
365 EDUCACAO INFANTIL		133.284,00	(20.000,00)	-	-	113.284,00	
392 DIFUSAO CULTURAL		30.620.000,00	-	-	-	30.620.000,00	
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO		12.700.000,00	-	-	-	12.700.000,00	
691 PROMOCAO COMERCIAL		21.000.000,00	-	-	-	21.000.000,00	
08 ASSISTENCIA SOCIAL		41.701.222.373,00	4.229.434.521,00	34.600.000,00	-	45.965.256.894,00	
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO		8.325.486,00	(832.548,00)	-	-	7.492.938,00	
122 ADMINISTRACAO GERAL		274.868.012,00	(32.762.924,00)	-	-	242.105.088,00	
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO		12.978.000,00	-	-	-	12.978.000,00	
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO		43.101.069,00	21.796.064,00	-	-	64.897.133,00	
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS		1.670.000,00	(167.000,00)	-	-	1.503.000,00	
131 COMUNICACAO SOCIAL		13.500.000,00	(1.350.000,00)	-	-	12.150.000,00	
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA		1.315.804,00	(131.580,00)	-	-	1.184.224,00	
241 ASSISTENCIA AO IDOSO		11.534.495.354,00	3.218.453,00	-	-	11.537.713.807,00	
242 ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA		13.370.340.703,00	208.689.963,00	-	-	13.579.030.666,00	
243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE		708.909.048,00	60.435.971,00	-	-	769.345.019,00	
244 ASSISTENCIA COMUNITARIA		14.871.433.673,00	3.524.993.908,00	11.300.000,00	-	18.407.727.581,00	
301 ATENCAO BASICA		956.808,00	(304.000,00)	-	-	652.808,00	
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO		692.636.160,00	100.307.905,00	-	-	792.944.065,00	
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR		887.040,00	(400.000,00)	-	-	487.040,00	
334 FOMENTO AO TRABALHO		-	-	23.300.000,00	-	23.300.000,00	
365 EDUCACAO INFANTIL		108.300,00	10.000,00	-	-	118.300,00	
366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS		1.100.000,00	(110.000,00)	-	-	990.000,00	
511 SANEAMENTO BASICO RURAL		149.196.916,00	337.580.309,00	-	-	486.777.225,00	



TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO		EXERCÍCIO	MES	
SUBTÍTULO			2011	DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSION	PAGINA	
			31/12/2011		
ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
09 PREVIDENCIA SOCIAL	351.177.355.423,00	10.135.740.279,00	-	-	361.313.095.702,00
092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	24.000.000,00	2.400.000,00	-	-	26.400.000,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.080.936.892,00	645.216.884,00	-	-	4.726.153.776,00
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	3.137.580,00	(393.634,00)	-	-	2.743.946,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	569.921.785,00	32.982.785,00	-	-	602.904.570,00
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	45.439.504,00	(21.459.920,00)	-	-	23.979.584,00
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	18.812.515,00	-	-	-	18.812.515,00
271 PREVIDÊNCIA BÁSICA	269.634.192.241,00	7.448.982.659,00	-	-	277.083.174.900,00
272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	73.887.488.981,00	2.207.879.200,00	-	-	76.095.368.181,00
273 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	1.569.182,00	(182.559.529,00)	-	-	-
274 PREVIDÊNCIA ESPECIAL	2.582.083.132,00	(1.569.182,00)	-	-	2.399.523.603,00
301 ATENÇÃO BÁSICA	125.556.204,00	14.916.016,00	-	-	140.472.220,00
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	143.099.190,00	(3.885.000,00)	-	-	139.214.190,00
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	38.051.468,00	(1.630.000,00)	-	-	36.421.468,00
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	3.959.976,00	160.000,00	-	-	4.119.976,00
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	1.114.723,00	-	-	-	1.114.723,00
665 NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	17.704.343,00	(5.300.000,00)	-	-	12.404.343,00
845 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	287.707,00	-	-	-	287.707,00
10 SAÚDE	71.368.228.613,00	2.935.874.507,00	300.000,00	252.984.652,00	74.557.387.772,00
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	48.798.409,00	(16.132.529,00)	-	-	32.665.880,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	8.818.648.035,00	259.373.472,00	-	-	9.078.021.507,00
124 CONTROLE INTERNO	16.305.020,00	(6.000.000,00)	-	-	10.305.020,00
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	59.691.233,00	9.872.880,00	-	-	69.564.113,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	225.142.144,00	9.950.000,00	-	-	235.092.144,00
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	276.973.240,00	(3.596.501,00)	-	-	273.376.739,00
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	146.555.537,00	6.600.000,00	-	-	153.155.537,00
183 INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	44.826.500,00	(5.720.000,00)	-	-	39.106.500,00
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	24.501.140,00	-	-	-	24.501.140,00
301 ATENÇÃO BÁSICA	12.468.504.074,00	788.004.343,00	-	-	13.256.508.417,00
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	36.495.804.778,00	1.077.884.886,00	300.000,00	232.487.653,00	37.806.477.317,00
303 SUPORTE FISIOLÓGICO E TERAPÊUTICO	6.411.227.914,00	659.742.000,00	-	20.496.999,00	7.091.466.913,00
304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA	328.146.327,00	(5.291.679,00)	-	-	322.854.648,00
305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	3.309.705.020,00	104.044.380,00	-	-	3.413.749.400,00
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	404.090.357,00	(14.921.000,00)	-	-	389.169.357,00
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	85.218.376,00	(7.781.700,00)	-	-	77.436.676,00
364 ENSINO SUPERIOR	196.783.462,00	16.685.626,00	-	-	213.469.088,00
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	9.521.575,00	343.100,00	-	-	9.864.675,00
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	73.157.183,00	(6.230.000,00)	-	-	66.927.183,00
423 ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	368.621.022,00	(36.861.000,00)	-	-	331.760.022,00
511 SANEAMENTO BÁSICO RURAL	227.375.000,00	(107.200.000,00)	-	-	120.175.000,00
512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1.001.735.235,00	204.600.000,00	-	-	1.206.335.235,00
541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	3.000.000,00	(600.000,00)	-	-	2.400.000,00
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	257.692.425,00	19.017.875,00	-	-	276.710.300,00
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	33.517.407,00	(13.091.526,00)	-	-	20.425.881,00
573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	32.687.200,00	3.181.880,00	-	-	35.869.080,00
11 TRABALHO	32.673.268.547,00	5.472.103.370,00	-	-	38.145.371.917,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.411.506.966,00	130.000.000,00	-	-	1.541.506.966,00
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	69.830.000,00	115.805.521,00	-	-	185.635.521,00
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	36.652.000,00	(17.394,00)	-	-	36.634.606,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	60.869.157,00	-	-	-	60.869.157,00
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3.166.134,00	-	-	-	3.166.134,00
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	27.000.000,00	-	-	-	27.000.000,00
301 ATENÇÃO BÁSICA	22.143.940,00	4.490.000,00	-	-	26.633.940,00
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	32.326.390,00	155.000,00	-	-	32.481.390,00



TÍTULO		DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO				2011		DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO		PÁGINA	
				31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO		INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA	
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR		30.137.382.395,00	5.222.974.849,00	-	-	35.360.357.244,00	
332 RELACOES DE TRABALHO		27.516.050,00	-	-	-	27.516.050,00	
333 EMPREGABILIDADE		383.959.125,00	7.195.985,00	-	-	391.155.110,00	
334 FOMENTO AO TRABALHO		100.978.703,00	(1.322.000,00)	-	-	99.656.703,00	
365 EDUCACAO INFANTIL		770.053,00	120.000,00	-	-	890.053,00	
366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS		334.959.634,00	(7.115.985,00)	-	-	327.843.649,00	
392 DIFUSAO CULTURAL		250.000,00	-	-	-	250.000,00	
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS		200.000,00	-	-	-	200.000,00	
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO		14.900.000,00	-	-	-	14.900.000,00	
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO		3.050.000,00	(200.000,00)	-	-	2.850.000,00	
661 PROMOCAO INDUSTRIAL		5.800.000,00	-	-	-	5.800.000,00	
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		8.000,00	17.394,00	-	-	25.394,00	
12 EDUCACAO		57.314.786.805,00	4.590.341.897,00	176.964.333,00	687.123.697,00	62.769.216.732,00	
122 ADMINISTRACAO GERAL		6.652.657.482,00	(2.411.458.706,00)	-	-	4.241.198.776,00	
123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA		141.473.315,00	22.371.598,00	-	-	163.844.913,00	
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO		225.394.000,00	119.583.444,00	-	-	344.977.444,00	
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS		1.360.046.985,00	(70.157.077,00)	1.200.000,00	-	1.291.089.908,00	
131 COMUNICACAO SOCIAL		27.000.000,00	-	-	-	27.000.000,00	
212 COOPERACAO INTERNACIONAL		164.296.715,00	200.000,00	-	-	164.496.715,00	
243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE		7.292.370,00	-	-	-	7.292.370,00	
301 ATENCAO BASICA		327.795.743,00	47.949.799,00	-	-	375.745.542,00	
302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		2.538.746.618,00	746.024.610,00	15.000.000,00	-	3.299.771.228,00	
303 SUPORTE PROFIATICO E TERAPEUTICO		1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00	
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO		3.904.260.359,00	(34.212.847,00)	-	12.490.869,00	3.882.538.381,00	
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR		136.978.529,00	3.765.558,00	-	-	140.744.087,00	
333 EMPREGABILIDADE		200.000,00	-	-	-	200.000,00	
361 ENSINO FUNDAMENTAL		400.595.251,00	246.878.925,00	-	-	647.474.176,00	
362 ENSINO MEDIO		1.125.313.946,00	(38.800.990,00)	-	-	1.086.512.956,00	
363 ENSINO PROFISSIONAL		4.634.905.876,00	860.008.887,00	-	-	5.955.444.763,00	
364 ENSINO SUPERIOR		19.944.807.120,00	3.088.989.078,00	72.433.333,00	-	23.106.229.531,00	
366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS		953.055.770,00	40.550.416,00	-	-	993.606.186,00	
391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO		199.642.297,00	19.248.238,00	140.000.000,00	-	958.351.144,00	
392 DIFUSAO CULTURAL		1.205.900,00	4.185.510,00	-	-	203.827.807,00	
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS		38.298.000,00	36.285.566,00	-	-	1.205.900,00	
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO		253.702.817,00	7.777.635,00	-	-	192.399.444,00	
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO		227.666.891,00	25.504.934,00	-	-	46.075.635,00	
812 DESPORTO COMUNITARIO		479.525.000,00	6.797.500,00	-	-	279.207.751,00	
813 LAZER		5.000.000,00	-	-	-	234.464.391,00	
847 TRANSFERENCIAS PARA A EDUCACAO BASICA		12.608.709.037,00	1.868.849.819,00	88.331.000,00	-	479.525.000,00	
13 CULTURA		1.171.667.775,00	150.195.266,00	-	74.102.828,00	5.000.000,00	
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO		8.445.000,00	(847.500,00)	-	-	14.639.992.684,00	
122 ADMINISTRACAO GERAL		531.709.730,00	27.811.597,00	-	-	1.865.863.041,00	
123 ADMINISTRACAO FINANCEIRA		3.145.500,00	1.838.461,00	-	-	7.597.500,00	
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO		4.123.000,00	5.000.000,00	-	-	559.521.327,00	
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO		1.200.000,00	-	-	-	4.983.961,00	
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS		23.239.686,00	238.500,00	-	-	9.123.000,00	
131 COMUNICACAO SOCIAL		12.700.000,00	-	-	-	1.200.000,00	
301 ATENCAO BASICA		8.613.690,00	162.874,00	-	-	23.478.186,00	
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO		15.777.512,00	(2.154.000,00)	-	-	23.478.186,00	
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR		4.020.754,00	(237.700,00)	-	-	12.700.000,00	
365 EDUCACAO INFANTIL		251.089,00	64.500,00	-	-	8.776.564,00	
391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO		259.342.711,00	28.880.692,00	-	-	13.623.512,00	
				-	-	3.783.054,00	
				-	-	288.223.403,00	



TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO		EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO			2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO	PÁGINA
			31/12/2011	
ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	4.210.000,00	350.000,00	-	4.560.000,00
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	3.500.000,00	-	-	3.500.000,00
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	14.360.143,00	(4.860.000,00)	-	9.500.143,00
691 PROMOÇÃO COMERCIAL	129.530.159,00	40.000.000,00	-	169.530.159,00
14 DIREITOS DA CIDADANIA	1.785.903.894,00	76.291.928,00	14.632.671,00	1.906.084.137,00
031 AÇÃO LEGISLATIVA	2.500.000,00	-	-	2.500.000,00
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	10.245.000,00	(1.000.000,00)	-	9.245.000,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	589.824.069,00	172.117.421,00	-	761.941.490,00
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.512.827,00	(1.000.000,00)	-	1.512.827,00
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	550.000,00	-	-	550.000,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	17.286.000,00	-	-	17.286.000,00
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	74.999.781,00	7.510.000,00	-	83.533.659,00
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	21.924.000,00	(6.000.000,00)	1.023.878,00	15.924.000,00
183 INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	6.000.000,00	2.550.000,00	-	8.550.000,00
241 ASSISTÊNCIA AO IDOSO	4.300.000,00	(10.000,00)	-	4.290.000,00
242 ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	1.050.000,00	-	-	1.050.000,00
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	56.424.534,00	-	-	56.424.534,00
301 ATENÇÃO BÁSICA	7.897.908,00	3.627.600,00	-	11.525.508,00
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	17.716.813,00	1.832.072,00	-	19.548.885,00
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	2.694.615,00	(3.310,00)	-	2.691.305,00
334 FOMENTO AO TRABALHO	840.000,00	-	-	840.000,00
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	747.258,00	(39.420,00)	-	707.838,00
366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	426.093.206,00	(130.630.900,00)	28.231.766,00	323.494.072,00
392 EDUCAÇÃO CULTURAL	2.442.000,00	-	-	2.442.000,00
421 CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	151.050.000,00	(30.000,00)	-	151.020.000,00
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	291.048.926,00	30.018.165,00	14.632.671,00	335.699.762,00
423 ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	72.681.706,00	(6.800.000,00)	-	65.881.706,00
541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	18.042.206,00	(1.200.000,00)	-	16.842.206,00
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	2.915.545,00	-	-	2.915.545,00
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	3.577.500,00	-	-	3.577.500,00
845 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	550.000,00	5.550.300,00	-	6.100.300,00
15 URBANISMO	7.149.152.814,00	171.567.917,00	2.245.924,00	7.330.966.655,00
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	5.400.000,00	-	8.000.000,00	5.400.000,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	86.631.413,00	1.130.000,00	-	95.761.413,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	113.533.353,00	7.930.000,00	-	121.463.353,00
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	8.900.000,00	(650.000,00)	-	8.250.000,00
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	43.550.000,00	120.000,00	-	43.670.000,00
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	725.536.534,00	(1.346.933,00)	2.245.924,00	726.435.525,00
301 ATENÇÃO BÁSICA	12.234.833,00	(500.000,00)	-	11.734.833,00
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	25.798.812,00	-	-	25.798.812,00
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	2.306.605,00	(800.000,00)	-	1.506.605,00
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	960.493,00	40.000,00	-	1.000.493,00
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.285.769.284,00	(13.205.150,00)	-	4.272.564.134,00
452 SERVIÇOS URBANOS	45.444.037,00	(1.300.000,00)	-	44.144.037,00
453 TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	1.676.885.450,00	-	-	1.687.035.450,00
482 HABITAÇÃO URBANA	110.500.000,00	180.150.000,00	-	290.650.000,00
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	4.700.000,00	-	-	4.700.000,00
665 NORMATIZAÇÃO E QUALIDADE	800.000,00	-	-	800.000,00
16 HABITAÇÃO	712.000.644,00	(4.500.000,00)	-	707.500.644,00
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	421.827.311,00	-	-	421.827.311,00
482 HABITAÇÃO URBANA	290.173.333,00	(4.500.000,00)	-	285.673.333,00
17 SANEAMENTO	1.786.163.742,00	(11.756.054,00)	-	1.774.407.688,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.000.000,00	-	-	2.000.000,00



TÍTULO		DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO				2011		DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO		PÁGINA	
				31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO							
		INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA	
512 SANEAMENTO BASICO URBANO		1.784.163.742,00	(11.756.054,00)	-	-	1.772.407.688,00	
18	GESTAO AMBIENTAL	4.562.186.652,00	167.615.850,00	440.777.449,00	-	5.170.579.951,00	
121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	6.731.709,00	(800.000,00)	-	-	5.931.709,00	
122	ADMINISTRACAO GERAL	1.189.435.433,00	143.023.817,00	-	-	1.332.459.250,00	
125	NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	61.200.904,00	10.391.461,00	-	-	71.592.365,00	
126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	21.214.840,00	3.250.000,00	-	-	24.464.840,00	
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	11.704.612,00	-	-	-	11.704.612,00	
128	FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	69.848.900,00	3.038.333,00	-	-	72.887.233,00	
131	COMUNICACAO SOCIAL	144.164,00	(10.000,00)	-	-	134.164,00	
301	ATENCAO BASICA	14.112.423,00	3.859.444,00	-	-	17.971.867,00	
306	ALIMENTACAO E NUTRICAO	29.327.322,00	(929.000,00)	-	-	28.398.322,00	
331	PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	1.957.646,00	(80.000,00)	-	-	1.877.646,00	
365	EDUCACAO INFANTIL	1.209.813,00	155.000,00	-	-	1.364.813,00	
511	SANEAMENTO BASICO RURAL	42.583.909,00	-	-	-	42.583.909,00	
512	SANEAMENTO BASICO URBANO	11.390.326,00	(3.000.000,00)	-	-	8.390.326,00	
541	PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	428.811.768,00	8.980.366,00	130.800.000,00	-	568.592.134,00	
542	CONTROLE AMBIENTAL	117.830.759,00	28.081.215,00	-	-	145.911.974,00	
543	RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS	7.426.147,00	-	10.000.000,00	-	17.426.147,00	
544	RECURSOS HIDRICOS	2.532.585.147,00	(24.451.286,00)	292.277.449,00	-	2.800.411.310,00	
571	DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	1.817.000,00	685.500,00	-	-	2.502.500,00	
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	100.000,00	-	-	-	100.000,00	
573	DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	460.000,00	200.000,00	-	-	660.000,00	
601	PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	2.793.830,00	(279.000,00)	7.500.000,00	-	2.514.830,00	
607	IRRIGACAO	5.500.000,00	(4.500.000,00)	200.000,00	-	8.500.000,00	
694	SERVICOS FINANCEIROS	4.000.000,00	-	-	-	4.200.000,00	
19 CIENCIA E TECNOLOGIA		7.177.495.170,00	437.875.804,00	12.880.000,00	6.000.000,00	7.634.250.974,00	
121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	9.850.000,00	-	-	-	9.850.000,00	
122	ADMINISTRACAO GERAL	1.602.922.261,00	110.641.437,00	-	-	1.713.563.698,00	
125	NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	11.183.718,00	59.216,00	-	-	11.242.934,00	
126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	105.420.615,00	(988.879,00)	-	-	104.431.736,00	
128	FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	11.017.971,00	(100.000,00)	-	-	10.917.971,00	
131	COMUNICACAO SOCIAL	500.000,00	-	-	-	500.000,00	
182	DEFESA CIVIL	400.000,00	-	-	-	400.000,00	
212	COOPERACAO INTERNACIONAL	5.269.176,00	-	-	-	5.269.176,00	
301	ATENCAO BASICA	29.867.682,00	(1.521.407,00)	-	-	28.346.275,00	
306	ALIMENTACAO E NUTRICAO	35.860.980,00	156.000,00	-	-	36.016.980,00	
331	PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	18.573.516,00	3.123.710,00	-	-	21.697.226,00	
365	EDUCACAO INFANTIL	1.017.780,00	312.007,00	-	-	1.329.787,00	
542	CONTROLE AMBIENTAL	8.726.456,00	-	-	-	8.726.456,00	
571	DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	1.188.492.275,00	25.078.002,00	10.930.000,00	6.000.000,00	1.230.500.277,00	
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	3.170.810.156,00	296.640.718,00	-	-	3.467.450.874,00	
573	DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	70.339.853,00	(1.650.000,00)	-	-	68.689.853,00	
662	PRODUCAO INDUSTRIAL	592.694.174,00	6.465.000,00	-	-	599.159.174,00	
663	MINERACAO	8.493.249,00	-	-	-	8.493.249,00	
665	NORMALIZACAO E QUALIDADE	5.000.000,00	(340.000,00)	-	-	4.660.000,00	
691	PROMOCAO COMERCIAL	199.855.037,00	-	1.950.000,00	-	201.805.037,00	
753	PETROLEO	95.700.271,00	-	-	-	95.700.271,00	
754	ALCOOL	5.500.000,00	-	-	-	5.500.000,00	
20 AGRICULTURA		19.594.322.714,00	336.331.193,00	307.682.824,00	-	20.238.336.731,00	
121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	15.916.290,00	-	-	-	15.916.290,00	
122	ADMINISTRACAO GERAL	3.375.595.269,00	604.343.182,00	-	-	3.979.938.451,00	
125	NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	94.851.972,00	1.500.000,00	-	-	96.351.972,00	
126	TECNOLOGIA DA INFORMACAO	35.639.744,00	-	-	-	35.639.744,00	



TÍTULO		DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO		EXERCÍCIO		MES	
				2011		DEZEMBRO	
SUBTÍTULO							
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO		PÁGINA	
				31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO		INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA	
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	18.350.000,00	-	-	-	18.350.000,00	
212	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	578.380,00	-	-	-	578.380,00	
306	ATENÇÃO BÁSICA	67.094.403,00	7.602.856,00	-	-	74.697.259,00	
331	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	113.641.874,00	9.605.254,00	-	-	123.247.128,00	
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	13.611.984,00	718.400,00	-	-	14.330.384,00	
363	ENSINO PROFISSIONAL	4.226.700,00	-	-	-	4.226.700,00	
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	10.345.224,00	954.601,00	-	-	11.299.825,00	
367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00	
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.775.000,00	-	-	-	1.775.000,00	
545	METEOROLOGIA	19.778.579,00	-	-	-	19.778.579,00	
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	413.341.811,00	-	-	-	413.341.811,00	
573	DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	45.018.636,00	-	-	-	45.018.636,00	
601	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	5.755.686.645,00	1.300.000.000,00	-	-	7.055.686.645,00	
602	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	368.780.098,00	(3.431.027,00)	-	-	365.349.071,00	
603	DEFESA SANITÁRIA VEGETAL	85.594.650,00	-	-	-	85.594.650,00	
604	DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	144.428.143,00	-	-	-	144.428.143,00	
605	ABASTECIMENTO	8.332.568.680,00	(1.604.300.000,00)	300.300.000,00	-	7.028.568.680,00	
606	EXTENSÃO RURAL	13.139.433,00	(1.732.329,00)	-	-	11.407.104,00	
607	IRRIGAÇÃO	561.549.578,00	22.134.478,00	7.382.824,00	-	591.066.880,00	
665	NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	10.189.095,00	(300.000,00)	-	-	10.189.095,00	
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	14.455.739,00	-	-	-	14.155.739,00	
692	COMERCIALIZAÇÃO	200.000,00	-	-	-	200.000,00	
694	SERVIÇOS FINANCEIROS	1.150.000,00	-	-	-	1.150.000,00	
752	ENERGIA ELÉTRICA	7.000.006,00	-	-	-	7.000.006,00	
784	TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	-	-	-	-	-	
21	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	4.665.900.476,00	517.687.021,00	-	-	5.183.587.497,00	
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	15.853.185,00	-	-	-	15.853.185,00	
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	684.730.290,00	113.135.374,00	-	-	797.865.664,00	
125	NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	12.000.000,00	-	-	-	12.000.000,00	
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10.000.000,00	-	-	-	10.000.000,00	
127	ORDENAMENTO TERRITORIAL	830.637.415,00	919.947,00	-	-	831.557.362,00	
128	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	32.684.425,00	(2.800.000,00)	-	-	29.884.425,00	
131	COMUNICAÇÃO SOCIAL	5.837.513,00	-	-	-	5.837.513,00	
183	INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	600.000,00	-	-	-	600.000,00	
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	130.000.000,00	-	-	-	130.000.000,00	
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	20.445.240,00	415.400,00	-	-	20.860.640,00	
331	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	24.413.928,00	(1.221.700,00)	-	-	23.192.228,00	
363	ENSINO PROFISSIONAL	4.958.856,00	(600.000,00)	-	-	4.358.856,00	
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	21.500.000,00	38.000,00	-	-	21.500.000,00	
366	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	787.685,00	-	-	-	825.685,00	
392	DIFUSÃO CULTURAL	6.700.000,00	-	-	-	6.700.000,00	
422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	300.000,00	-	-	-	300.000,00	
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	28.644.899,00	518.751,00	-	-	29.163.650,00	
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	2.200.000,00	-	-	-	2.200.000,00	
572	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	9.170.005,00	-	-	-	9.170.005,00	
601	PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	22.248.293,00	-	-	-	22.248.293,00	
605	ABASTECIMENTO	34.526.844,00	15.000.000,00	-	-	49.526.844,00	
606	EXTENSÃO RURAL	401.675.000,00	(1.618.751,00)	-	-	400.056.249,00	
631	REFORMA AGRÁRIA	2.338.786.898,00	393.900.000,00	-	-	2.732.686.898,00	
691	PROMOÇÃO COMERCIAL	27.200.000,00	-	-	-	27.200.000,00	
22	INDÚSTRIA	2.786.896.558,00	244.000.694,00	15.500.000,00	-	3.046.397.252,00	
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.125.917.426,00	152.327.154,00	15.500.000,00	-	1.293.744.580,00	
125	NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	9.542.880,00	673.000,00	-	-	9.542.880,00	
126	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	26.463.160,00	-	-	-	27.136.160,00	



TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO 2011	MES DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO 31/12/2011	PÁGINA
ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	17.370.262,00	-	17.370.262,00
130 ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES	3.380.000,00	-	3.380.000,00
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	200.000,00	-	200.000,00
301 ATENÇÃO BÁSICA	15.047.646,00	-	15.047.646,00
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	24.667.914,00	2.181.711,00	17.229.357,00
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	2.653.350,00	2.359.198,00	27.027.112,00
333 EMPREGABILIDADE	33.538.778,00	86.000,00	2.739.350,00
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	1.113.077,00	(2.320.000,00)	31.218.778,00
391 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	207.000,00	241.691,00	1.354.768,00
544 RECURSOS HÍDRICOS	11.859.350,00	-	207.000,00
571 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	120.000.000,00	-	11.859.350,00
573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	4.280.000,00	-	120.000.000,00
661 PROMOÇÃO INDUSTRIAL	4.781.920,00	-	4.280.000,00
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	752.706.021,00	-	4.781.920,00
663 MINERAÇÃO	12.092.395,00	(1.050.000,00)	751.656.021,00
664 PROPRIEDADE INDUSTRIAL	81.349.090,00	(2.183.760,00)	9.908.635,00
665 NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	21.682.600,00	47.770.000,00	129.119.090,00
691 PROMOCÃO COMERCIAL	358.282.075,00	(12.582.300,00)	9.100.300,00
693 COMÉRCIO EXTERIOR	17.437.614,00	123.223.000,00	481.505.075,00
694 SERVIÇOS FINANCEIROS	127.780.000,00	(3.660.000,00)	13.777.614,00
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	100.000,00	(63.000.000,00)	64.780.000,00
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS	10.050.000,00	-	100.000,00
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	6.090.383.165,00	(65.000,00)	9.985.000,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	11.056.107,00	28.905.000,00	6.119.288.165,00
125 NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	2.710.764,00	9.784.000,00	11.056.107,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20.617.107,00	-	116.972.975,00
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	143.893.381,00	-	2.710.764,00
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	6.750.000,00	(10.000.000,00)	20.617.107,00
212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	495.000,00	-	133.893.381,00
301 ATENÇÃO BÁSICA	900.565,00	-	6.750.000,00
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	2.075.712,00	15.000,00	495.000,00
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	336.408,00	-	900.565,00
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	102.372,00	-	2.090.712,00
391 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	6.000.000,00	5.000,00	336.408,00
571 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	4.000.000,00	1.200.000,00	107.372,00
661 PROMOÇÃO INDUSTRIAL	790.739,00	-	7.200.000,00
665 NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	4.687.500,00	-	4.000.000,00
691 PROMOCÃO COMERCIAL	17.066.332,00	3.000.000,00	790.739,00
692 COMERCIALIZAÇÃO	5.950.000,00	(3.000.000,00)	4.687.500,00
693 COMÉRCIO EXTERIOR	2.372.992.566,00	(100.000,00)	20.066.332,00
695 TURISMO	3.382.769.637,00	13.701.000,00	5.850.000,00
24 COMUNICAÇÕES	1.313.341.976,00	11.300.000,00	2.386.693.566,00
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	22.700.000,00	64.906.597,00	3.394.069.637,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	518.438.297,00	-	1.378.248.573,00
125 NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	65.594.592,00	49.582.777,00	22.700.000,00
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	44.258.065,00	-	568.021.074,00
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	22.949.997,00	2.400.000,00	65.594.592,00
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	4.000.000,00	-	46.658.065,00
301 ATENÇÃO BÁSICA	15.588.194,00	-	22.949.997,00
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	10.075.770,00	(4.570.373,00)	4.000.000,00
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	937.553,00	(1.389.807,00)	11.077.821,00
333 EMPREGABILIDADE	-	240.000,00	8.685.963,00
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	313.923,00	17.000.000,00	1.177.553,00
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	37.105.046,00	20.000,00	17.000.000,00
		-	333.923,00
		-	37.105.046,00



TÍTULO		DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO		EXERCÍCIO		MES	
				2011		DEZEMBRO	
SUBTÍTULO							
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSAO		PAGINA	
				31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO		INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA	
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA		181.407.770,00	-	-	-	181.407.770,00	
694 SERVIÇOS FINANCEIROS		6.942.233,00	-	-	-	6.942.233,00	
722 TELECOMUNICAÇÕES		156.801.083,00	1.624.000,00	-	-	158.425.083,00	
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		226.229.453,00	-	-	-	226.229.453,00	
25 ENERGIA		983.289.563,00	(13.528.868,00)	-	-	969.760.695,00	
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		38.362.160,00	1.069.216,00	-	-	39.431.376,00	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		408.914.855,00	44.494.058,00	-	-	453.408.913,00	
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		84.266.476,00	3.380.000,00	-	-	87.646.476,00	
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		8.950.000,00	(1.280.000,00)	-	-	7.670.000,00	
130 ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES		21.582.936,00	(932.627,00)	-	-	20.650.309,00	
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL		3.700.000,00	-	-	-	3.700.000,00	
301 ATENÇÃO BÁSICA		2.632.549,00	210.147,00	-	-	2.842.696,00	
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		7.778.721,00	(692.000,00)	-	-	7.086.721,00	
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR		354.817,00	26.000,00	-	-	380.817,00	
365 EDUCAÇÃO INFANTIL		283.626,00	92.080,00	-	-	375.706,00	
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA		1.850.000,00	-	-	-	1.850.000,00	
645 NORMATIZAÇÃO E QUALIDADE		7.183.954,00	(1.242.640,00)	-	-	5.941.314,00	
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA		985.000,00	-	-	-	985.000,00	
752 ENERGIA ELÉTRICA		112.796.575,00	3.116.898,00	-	-	115.913.473,00	
753 PETRÓLEO		268.300.894,00	(47.770.000,00)	-	-	220.530.894,00	
754 ALCOOL		15.347.000,00	(14.000.000,00)	-	-	1.347.000,00	
26 TRANSPORTE		23.351.703.627,00	61.609.494,00	469.343.464,00	81.000.000,00	23.963.656.585,00	
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		982.619.227,00	(273.737.502,00)	-	-	708.881.725,00	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		1.257.492.136,00	150.698.606,00	7.500.000,00	-	1.415.690.742,00	
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		126.783.668,00	(6.000.000,00)	-	-	120.783.668,00	
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		6.181.000,00	-	-	-	6.181.000,00	
130 ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES		4.197.112,00	-	-	-	4.197.112,00	
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL		8.050.000,00	5.000.000,00	-	-	13.050.000,00	
301 ATENÇÃO BÁSICA		29.276.709,00	12.559.593,00	-	-	41.836.302,00	
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		25.465.719,00	(22.300,00)	-	-	25.443.419,00	
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR		6.633.171,00	442.067,00	-	-	7.075.238,00	
365 EDUCAÇÃO INFANTIL		883.889,00	114.400,00	-	-	998.289,00	
391 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO		300.000,00	-	-	-	300.000,00	
542 CONTROLE AMBIENTAL		7.722.000,00	-	-	-	7.722.000,00	
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA		11.466.000,00	-	-	-	11.466.000,00	
661 PROMOCÃO INDUSTRIAL		3.324.062.654,00	-	-	-	3.324.062.654,00	
694 SERVIÇOS FINANCEIROS		7.794.317,00	-	-	-	7.794.317,00	
782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO		13.086.208.377,00	552.531.314,00	148.500.000,00	80.000.000,00	13.867.239.691,00	
783 TRANSPORTE FERROVIÁRIO		2.831.181.012,00	(253.439.658,00)	232.558.000,00	-	2.810.299.354,00	
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		1.635.386.636,00	(126.537.026,00)	80.785.464,00	1.000.000,00	1.590.635.074,00	
27 DESPORTO E LAZER		2.405.012.197,00	310.902.635,00	-	-	2.715.914.832,00	
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		11.328.571,00	-	-	-	11.328.571,00	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL		73.221.884,00	12.464.880,00	-	-	85.686.764,00	
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		3.174.176,00	-	-	-	3.174.176,00	
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL		44.250.000,00	-	-	-	44.250.000,00	
301 ATENÇÃO BÁSICA		491.214,00	-	-	-	491.214,00	
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		1.051.153,00	75.000,00	-	-	1.126.153,00	
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR		251.825,00	-	-	-	251.825,00	
365 EDUCAÇÃO INFANTIL		35.279,00	10.000,00	-	-	45.279,00	
573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO		100.000,00	-	-	-	100.000,00	
811 DESPORTO DE RENDIMENTO		819.453.415,00	309.437.635,00	-	-	1.128.891.050,00	
812 DESPORTO COMUNITÁRIO		1.419.104.680,00	(11.084.880,00)	-	-	1.408.019.800,00	
813 LAZER		2.550.000,00	-	-	-	2.550.000,00	



TÍTULO		DOTAÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO			EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO					2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			EMISSÃO	PÁGINA
					31/12/2011	
ESPECIFICAÇÃO		INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
28 ENCARGOS ESPECIAIS		1.194.151.974.785,00	23.631.000.183,00	145.409.226,00	250.015.000,00	1.218.178.399.194,00
212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL		212.245.248,00	57.976.400,00	5.674.636,00	-	473.896.284,00
334 FOMENTO AO TRABALHO		12.941.151.089,00	582.580.528,00	-	-	13.523.731.617,00
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA		46.828.000,00	(46.828.000,00)	-	-	-
601 PROMOCÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL		307.937.000,00	-	78.000.000,00	-	385.937.000,00
607 IRRIGAÇÃO		2.076.721,00	-	-	-	2.076.721,00
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL		4.023.260.000,00	127.828.000,00	-	-	4.151.088.000,00
694 SERVIÇOS FINANCEIROS		42.029.877,00	3.822.554,00	-	-	45.852.431,00
752 ENERGIA ELÉTRICA		376.000.000,00	-	-	-	376.000.000,00
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		1.538.349,00	(307.669,00)	-	-	1.230.680,00
841 REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA		666.235.127.888,00	(15.228.040.338,00)	-	-	651.007.087.950,00
842 REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA		8.258.771.173,00	-	-	-	8.258.771.173,00
843 SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA		237.790.566.452,00	20.288.044.000,00	-	-	258.078.610.452,00
844 SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA		16.685.052.600,00	15.237.975.338,00	-	-	31.923.027.938,00
845 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		152.084.236.087,00	1.218.310.475,00	34.266.793,00	-	153.336.813.355,00
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		60.676.534.433,00	538.561.797,00	27.467.797,00	250.015.000,00	61.492.579.027,00
847 TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA		34.270.619.868,00	851.077.098,00	-	-	35.121.696.966,00
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		26.633.027.837,00	(6.905.286.438,00)	-	-	19.727.741.399,00
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA		26.633.027.837,00	(6.905.286.438,00)	-	-	19.727.741.399,00
TOTAL		1.964.392.359.391,00	43.143.732.831,00	2.666.836.888,00	3.469.338.818,00	2.013.672.267.928,00



TÍTULO		DOTAÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO				2011		DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSAO		PAGINA	
				31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO		INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA	
00 RECURSOS ORDINÁRIOS		244.472.552.946,00	-1.722.839.641,00	971.277.819,00	1.865.364.420,00	245.586.355.544,00	
01 IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS		145.132.475.817,00	-9.999.998,00			145.122.475.819,00	
02 IMPOSTO TERRITORIAL RURAL		241.972.487,00	350.009.653,00			591.982.140,00	
06 CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL BOMBEIROS DO DF		16.663.859,00	-1.522.796,00			15.141.063,00	
11 CONTRIB.DERIV.PETROLEO.COMB.COM.-CIDE		6.881.839.710,00	155.391.687,00	53.788.980,00		7.091.020.377,00	
12 RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO		37.997.094.868,00	-456.628.478,00	148.631.000,00	76.669.000,00	37.765.766.390,00	
13 CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO		11.904.225.933,00	1.081.253.058,00		333.861.000,00	13.319.339.991,00	
15 CONTRIBUICAO P/OS PROG.ESPECIAIS-PIN-PROTERRA		34.307.086,00	-34.307.086,00				
16 REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA		60.057.890,00	14.070.924,00			74.128.814,00	
17 REC.ORLUNDOS CONTR.VOLUNTARIAS MONTEPIO CIVIL		1.450.500,00				1.450.500,00	
18 CONTRIBUIÇÕES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS		2.159.275.287,00	195.527.481,00	34.266.793,00		2.389.069.561,00	
19 IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO		6.497.378,00	296.948,00			6.794.326,00	
20 CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS		3.950.220,00				3.950.220,00	
23 CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSÕES MILITARES		1.528.803.972,00				1.528.803.972,00	
27 CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO		461.106.619,00				461.106.619,00	
29 CONTRIBUICAO P/O DES.DA IND.CINEMAT NACIONAL		2.174.572.010,00	97.478.241,00	115.500.000,00		2.387.550.251,00	
31 SELOS DE CONTROLE.LOJAS FRANCAS-FUNDAF		45.359.400,00				45.359.400,00	
32 JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF		299.054.945,00	-52.000.000,00			247.054.945,00	
33 RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO		3.887.942.631,00	-2.883.099.646,00		58.859,00	1.004.901.844,00	
34 COMPENSAÇOES FINANC.P/UTILIZ.DE REC.HIDRICOS		17.252.412,00				17.252.412,00	
35 COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE		2.062.568.759,00	-181.987.989,00		684.131,00	1.881.264.901,00	
39 ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS		1.864.049.360,00	1.038.686.878,00			2.902.736.238,00	
40 CONTRIBUIÇÕES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP		194.040.015,00				194.040.015,00	
41 COMPENSAÇOES FINANC.P/EXPLOR.DE REC.MINERAIS		32.591.977.742,00	582.580.528,00			33.174.558.270,00	
42 COMPENS.FINANC.P/EXPL.DE PETR. OU GAS.NATURAL		1.165.637.132,00	373.301.479,00			1.538.938.611,00	
43 REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL		24.137.260.000,00	939.313.326,00	5.200.000,00	34.885.894,00	25.116.659.220,00	
44 TÍTULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL		678.514.678.262,00				678.514.678.262,00	
46 OPERAÇÕES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA		145.600.217.659,00				145.600.217.659,00	
48 OPERAÇÕES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA			10.000.000,00			10.000.000,00	
49 OPERAÇÕES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS		3.104.018.272,00	-60.000.352,00			3.044.017.920,00	
50 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS		1.156.742.449,00	140.823.945,00			1.297.566.394,00	
51 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS		12.071.197.997,00	975.854.639,00	31.772.395,00		13.078.825.031,00	
52 RESULTADO DO BACEN		48.825.754.419,00	22.527.027,00	300.000,00	463.149,00	48.849.044.595,00	
53 CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL		25.572.000.000,00	4.301.848.000,00			29.873.848.000,00	
54 CONTRIBUICAO DOS EMP. E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL		124.825.044.139,00	-4.021.200.000,00		10.140.389,00	120.813.984.528,00	
56 CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR		239.787.514.640,00	-950.930.492,00			238.836.584.148,00	
57 RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS		9.736.552.820,00	-900.000.000,00			8.836.552.820,00	
58 MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF		425.128.385,00				425.128.385,00	
59 REC.OPER.OF.CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS		1.175.571.535,00	7.015.565,00			1.182.587.100,00	
60 RECURSOS DAS OPERAÇÕES OFICIAIS DE CREDITO		22.513.671.319,00	6.145.264.000,00			28.658.935.319,00	
62 REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS		3.811.930.332,00	-130.250.000,00	130.250.000,00		3.811.930.332,00	
64 TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA		17.421.272,00				17.421.272,00	
69 CONTRIB.PATRIONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.		385.000.000,00	422.000.000,00			807.000.000,00	
		15.100.801.027,00	-3.738.000.000,00			11.362.801.027,00	



TÍTULO		DOTAÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS		EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO				2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO	PÁGINA
				31/12/2011	
ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
71 REC.DAS OPER. DE CREDITO-RET. DE OC.-BEA/BIB	884.484.404,00	-23.881.425,00			884.484.404,00
72 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	2.716.986.847,00	2.423.133.000,00			2.693.105.422,00
73 REC.DAS OPER. DE CREDITO-RET. DE OC. EST. MUN.	30.587.596.371,00	208.783.425,00	9.500.000,00	63.630.276,00	33.010.729.371,00
74 TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	3.395.746.155,00	2.231.187,00			3.677.659.856,00
75 TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	289.651.468,00	60.000.000,00			291.882.655,00
76 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.536.947.770,00		3.500.000,00		1.596.947.770,00
78 FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	3.687.622.017,00	5.765.665.698,00			3.691.122.017,00
80 RECURSOS FINANÇEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	19.646.641.339,00	361.061.694,00	14.991.101,00		25.412.307.037,00
81 RECURSOS DE CONVENIOS	539.031.221,00	283.098.723,00			915.084.016,00
82 RESTIT. RECURSOS DE CONVENIOS E CONGÊNERES	235.174.783,00	179.509.748,00			518.273.506,00
83 PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS		-126.700.000,00			179.509.748,00
84 CONTRIBUIÇÕES S/REINUN. DEV. AO TRABALHADOR-FGTS	2.271.168.256,00	6.264.337.334,00			2.144.468.256,00
86 OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	627.110.363,00	18.580.193.003,00	1.147.858.800,00	1.083.581.700,00	6.891.447.697,00
88 REMUNERAÇÃO DAS DISPONÍB. DO TESOURO NACIONAL	28.543.184.162,00				49.354.817.665,00
93 PRODUTO DA APLIC. DOS REC.A. CONTA DO SAL. EDUC.	120.187.053,00	440.024,00			120.187.053,00
94 DOAÇÕES PARA COMBATE À FOME	39.174.031,00	24.061.269,00			440.024,00
95 DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	28.553.085,00	3.588.250,00			63.235.300,00
96 DOAÇÕES DE PESSOAS FÍS/INSTIT. PUBL. E PRIV. NAC.	17.277.866.561,00	7.427.734.000,00			32.141.335,00
97 DIVIDENDOS UNIAO					24.705.600.561,00
TOTAL	1.964.392.359.391,00	43.143.732.831,00	2.666.836.888,00	3.469.338.818,00	2.013.672.267.928,00



TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO			2012	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO	PÁGINA
			31/12/2012	
ESPECIFICAÇÃO	INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA
0101 - CAMARA DOS DEPUTADOS	4.144.891.714,00		2.000.000,00	
01901 - FUNDO ROTATIVO DA CAMARA DOS DEPUTADOS	80.292.880,00			4.146.891.714,00
020101 - SENADO FEDERAL	3.345.242.301,00	-1.632.695,00		80.292.880,00
03101 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	1.354.824.551,00	-576.333,00		3.343.609.606,00
10101 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	503.017.061,00	1.000.000,00		1.354.248.218,00
11101 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	942.244.077,00	11.773.926,00		954.017.061,00
12101 - JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU	5.427.151.021,00	12.464.380,00	28.922.633,00	5.468.538.034,00
12102 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIAO	343.425.491,00	18.461.003,00		361.886.494,00
12103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIAO	277.020.107,00	9.503.390,00		286.523.497,00
12104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A. REGIAO	449.042.320,00	26.833.122,00	20.011.228,00	495.886.670,00
12105 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A. REGIAO	259.432.745,00	9.641.830,00		269.074.575,00
12106 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A. REGIAO	161.361.830,00	8.346.855,00		169.708.685,00
13101 - JUSTICA MILITAR	361.136.340,00	6.334.795,00		367.471.135,00
14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	640.600.679,00	-91.715.540,00	3.328.000,00	552.213.139,00
14102 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE	35.280.122,00	1.884.874,00	4.000,00	37.168.996,00
14103 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS	70.529.720,00	3.511.932,00	620.073,00	74.661.725,00
14104 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS	217.071.488,00	6.555.821,00		223.627.309,00
14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA	207.863.284,00	-395.717,00	4.940.805,00	212.408.372,00
14106 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARA	147.460.999,00	2.802.300,00		150.263.299,00
14107 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DIST. FEDERAL	70.557.098,00	6.845.683,00		77.402.781,00
14108 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPRITO SANTO	76.417.535,00	1.080.184,00		77.497.719,00
14109 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS	120.290.694,00	5.343.572,00	1.345.060,00	126.979.326,00
14110 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHAO	112.365.814,00	1.150.089,00	785.618,00	114.301.521,00
14111 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO	76.493.289,00	4.585.042,00		81.078.331,00
14112 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO G. DO SUL	70.887.956,00	3.976.083,00	790.000,00	75.654.039,00
14113 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS	355.823.414,00	10.201.298,00	454.000,00	366.478.712,00
14114 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARA	119.380.956,00	4.633.727,00		124.014.683,00
14115 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA	96.185.580,00	599.492,00		96.785.072,00
14116 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANA	190.346.888,00	13.675.505,00		204.022.393,00
14117 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO	176.195.127,00	4.956.727,00	62.500,00	181.214.354,00
14118 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUI	97.342.659,00	8.815.168,00		106.157.827,00
14119 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO	352.990.797,00	3.069.182,00		356.059.979,00
14120 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G. DO NORTE	92.824.812,00	1.417.641,00	460.000,00	94.702.453,00
14121 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G. DO SUL	211.752.826,00	-1.308.852,00	6.000.000,00	216.443.974,00
14122 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA	53.030.081,00	1.970.186,00	2.273.000,00	57.273.267,00
14123 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	127.928.783,00	1.268.604,00		129.197.387,00
14124 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SAO PAULO	436.463.124,00	27.864.927,00		464.328.051,00
14125 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE	59.871.148,00	5.629.139,00		65.500.287,00
14126 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS	56.640.989,00	1.500.211,00		58.141.200,00
14127 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA	34.699.219,00	89.473,00		34.788.692,00
14128 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPA	33.574.322,00	2.816.510,00		36.390.832,00
14901 - FUNDO PARTIDARIO	301.483.295,00	5.834.454,00		307.317.749,00
15101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	1.646.725.287,00	-847.753.103,00		798.972.184,00
15102 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A. REGIAO	1.192.453.250,00	149.861.921,00	15.000,00	1.342.330.171,00
15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIAO	1.350.253.960,00	190.317.845,00		1.540.571.805,00
15104 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3A. REGIAO	1.149.483.132,00	81.672.533,00		1.231.155.665,00
15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A. REGIAO	970.133.582,00	81.498.279,00		1.052.631.861,00
15106 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A. REGIAO	668.217.754,00	68.180.402,00	1.000.000,00	738.628.892,00
15107 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A. REGIAO	502.600.767,00	31.372.746,00	2.230.736,00	537.819.163,00
15108 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7A. REGIAO	236.320.409,00	25.546.325,00	3.845.650,00	261.866.734,00
15109 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A. REGIAO	348.385.165,00	44.229.664,00		392.614.829,00
15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A. REGIAO	580.709.977,00	69.788.162,00		650.498.139,00



TÍTULO		DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO				2012		DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO		PÁGINA	
				31/12/2012			
ESPECIFICAÇÃO		INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA	
15111 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª. REGIAO	365.435.252,00	31.167.711,00	1.202.482,00			397.805.445,00	
15112 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª. REGIAO	289.847.424,00	15.750.735,00	1.421.906,00			307.020.065,00	
15113 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª. REGIAO	443.632.903,00	55.242.056,00				498.874.959,00	
15114 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª. REGIAO	270.626.424,00	18.378.755,00				289.005.179,00	
15115 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª. REGIAO	206.062.219,00	23.070.335,00				229.132.554,00	
15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIAO	903.012.456,00	122.631.930,00	3.497.379,00			1.029.141.765,00	
15117 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª. REGIAO	126.538.234,00	13.350.086,00	960.000,00			140.848.320,00	
15118 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª. REGIAO	170.166.023,00	32.758.730,00				202.924.753,00	
15119 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª. REGIAO	230.057.187,00	33.541.682,00	3.350.000,00			266.948.869,00	
15120 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª. REGIAO	125.114.264,00	12.031.906,00				137.146.170,00	
15121 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª. REGIAO	101.417.664,00	13.146.946,00				114.564.610,00	
15122 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIAO	147.442.747,00	15.917.918,00	3.481.240,00			166.841.905,00	
15123 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª. REGIAO	87.888.813,00	8.835.902,00				96.724.715,00	
15124 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª. REGIAO	168.618.980,00	3.462.903,00	11.719.317,00			183.801.200,00	
15125 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª. REGIAO	137.588.896,00	10.429.009,00	6.126.428,00			154.144.333,00	
16101 - TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL	1.626.640.338,00	73.737.446,00				1.700.377.784,00	
16103 - JUSTICA DA INFANCIA E DA JUVENTUDE	14.870.000,00	-6.204.296,00				8.665.704,00	
17101 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA	195.312.144,00	-22.625.178,00				172.686.966,00	
20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	1.270.415.992,00	-246.323.696,00	29.255.644,00			1.053.347.940,00	
20102 - GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA	7.095.679,00	634.000,00				7.729.679,00	
20107 - SAC/PRESIDENCIA DA REPUBLICA		11.325.072,00				11.325.072,00	
20114 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	2.295.489.174,00	147.260.000,00				2.442.749.174,00	
20118 - AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA - ABIN	391.719.626,00	93.561.000,00	9.000.000,00			494.280.626,00	
20120 - ARQUIVO NACIONAL	65.030.886,00	-58.955.383,00				6.075.503,00	
20121 - SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS	228.117.245,00	15.651.400,00				243.768.645,00	
20122 - SECRETARIA ESPECIAL DE POLITICAS P/MULHERES	109.018.988,00	9.500,00				109.028.488,00	
20125 - CONTRALADORIA-GERAL DA UNIAO	680.998.313,00	33.425.840,00				714.424.153,00	
20126 - SECRETARIA ESP. POL. PROM DA IGUALDADE RACIAL	94.766.848,00	866.000,00				95.632.848,00	
20128 - SECRETARIA ESPECIAL DE PORTOS/PR	1.097.715.437,00	40.585.730,00	70.760.464,00		1.000.000,00	1.210.061.631,00	
20204 - INST.NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI	17.295.481,00	9.100,00				17.304.581,00	
20214 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC	300.033.903,00	325.339.765,00				325.339.765,00	
20225 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA E APLICADA	471.116.957,00	27.602.200,00				327.636.103,00	
20415 - EMPRESA BRASIL DE COMUNICACAO	36.855.045,00	21.043.000,00				492.159.957,00	
20926 - FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS - FUNAD	261.746.151,00	-36.551.384,00				303.661,00	
20927 - FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	37.939.085,00	19.480.000,00				281.226.151,00	
20928 - FUNDO NACIONAL PARA A CRIANCA E ADOLESCENTE						37.939.085,00	
20929 - FUNDO NACIONAL DO IDOSO - FNI	4.500.000,00					4.500.000,00	
20930 - FUNDO NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	4.579.291.540,00	248.898.144,00				248.898.144,00	
22101 - MINISTERIO DA AGRIC. PECUARIA E ABASTECIMENTO	1.829.270.265,00	427.114.610,00	300.000,00			5.006.706.150,00	
22202 - EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	2.837.934.280,00	282.209.858,00				2.111.480.123,00	
22211 - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO		-24.592.378,00	130.250.000,00			2.943.591.902,00	
22906 - FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	45.066.963,00				6.000.000,00	45.066.963,00	
24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	1.470.607.838,00	78.214.474,00	10.930.000,00			1.565.752.312,00	
24201 - CONSELHO NAC. DE DESENV. CIENTIF. E TECNOLÓGICO	1.188.997.037,00	60.776.156,00				1.249.773.193,00	
24204 - COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - CENEN	720.817.966,00	26.827.404,00				747.645.370,00	
24205 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	274.704.717,00	-14.904.701,00				259.800.016,00	
24206 - INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A - INB	690.043.085,00	29.501.664,00				719.544.749,00	
24207 - NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A - NUCLEP	221.362.538,00	38.094.765,00				259.457.303,00	
24209 - CENTRO NAC. DE TECN. ELETRONICA AVANÇADA S/A	47.525.407,00	9.702.124,00				57.227.531,00	
24901 - FUNDO NACIONAL DE DESENV. CIENT. E TECNOLÓGICO	2.834.153.317,00	-344.700.000,00				2.489.453.317,00	
25101 - MINISTERIO DA FAZENDA	6.342.619.320,00	1.328.406.619,00	250.000.000,00			7.921.025.939,00	
25103 - RECEITA FEDERAL DO BRASIL	7.865.577.572,00	394.900.354,00				8.260.536.785,00	



TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		EXERCÍCIO	MES
			2012	DEZEMBRO
SUBTÍTULO				
ESFERA ORÇAMENTÁRIA				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				
ESPECIFICAÇÃO				
INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA
25104 - PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL	13.500.000,00		4.614.413,00	472.351.657,00
25201 - BANCO CENTRAL DO BRASIL	197.186.667,00			2.547.684.542,00
25203 - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS	6.800.382,00			274.209.220,00
25208 - SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS	36.971.024,00			174.396.644,00
25903 - FUNDO DE COMPENSAÇÃO E VARIÁCOES SALARIAIS				455.497.836,00
25904 - FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL				120.212.549,00
25913 - FUNDO ESPECIAL DE TREINAM. E DESENVOLVIMENTO				35.890.736,00
25914 - FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO - FGE				1.666.404.981,00
26101 - MINISTERIO DA EDUCACAO	-3.685.343.419,00	5.000.000,00		2.406.037.529,00
26104 - INSTITUTO NACIONAL DE EDUCACAO DE SURDOS	5.608.128,00			85.498.922,00
26105 - INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT	5.079.315,00			57.365.798,00
26201 - COLEGIO PEDRO II	36.621.676,00			365.880.922,00
26230 - FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO	13.994.222,00			96.248.123,00
26231 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	63.422.471,00			462.441.102,00
26232 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	135.175.461,00			956.737.309,00
26233 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA	68.384.519,00			934.758.600,00
26234 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	90.999.847,00			576.134.534,00
26235 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	108.494.100,00			708.924.056,00
26236 - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	177.658.700,00			1.268.719.317,00
26237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	28.518.583,00	72.433.333,00		594.573.243,00
26238 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	163.796.447,00			1.156.963.686,00
26239 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	111.626.302,00			824.619.368,00
26240 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARAIBA	129.144.229,00			892.104.748,00
26241 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	100.299.204,00			922.625.685,00
26242 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	135.569.137,00			889.545.459,00
26243 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	130.016.123,00			906.432.520,00
26244 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	131.533.482,00			1.140.353.544,00
26245 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	272.797.801,00			2.052.447.486,00
26246 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	140.630.652,00			924.460.310,00
26247 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	83.194.747,00			649.464.557,00
26248 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	52.316.943,00			343.680.214,00
26249 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	65.363.376,00			402.907.961,00
26250 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	13.285.681,00			113.777.473,00
26251 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS	27.639.781,00			168.547.889,00
26252 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	61.426.724,00			376.758.395,00
26253 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	17.223.128,00			125.593.231,00
26254 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIANGULO MINEIRO	35.204.995,00			172.649.166,00
26255 - UNIVERSIDADE FED VALES JEQUITINHONHA E MUCURI	166.680.714,00			183.703.238,00
26256 - CENTRO FED DE EDUC. TECNOL. CELSO S DA FONSECA	25.365.967,00			181.194.988,00
26257 - CENTRO FED DE EDUC. TECNOL DE MINAS GERAIS	26.487.004,00			237.615.212,00
26258 - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA	59.910.945,00			453.099.749,00
26260 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	17.920.072,00			102.958.813,00
26261 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA - MG	26.666.597,00			142.773.689,00
26262 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	147.027.284,00			809.577.412,00
26263 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	28.644.231,00			218.624.225,00
26264 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ARIDO	21.073.434,00			131.323.671,00
26266 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	34.777.331,00			176.850.588,00
26267 - UNVERS. FEDERAL DA INTEG. LATINO AMERICANA	1.596.500,00			107.837.557,00
26268 - FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA	26.290.204,00			147.574.003,00
26269 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	34.856.799,00			254.186.019,00
26270 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	54.046.965,00			393.726.440,00
26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	152.246.349,00			1.333.157.748,00



TÍTULO		DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO				2012		DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO		PÁGINA	
				31/12/2012			
ESPECIFICAÇÃO		INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA	
26272 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO		394.753.835,00	55.970.965,00			450.724.800,00	
26273 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG		301.526.143,00	46.441.119,00			347.967.262,00	
26274 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA		535.048.227,00	74.211.232,00			609.259.459,00	
26275 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE		180.362.405,00	19.338.196,00			199.700.601,00	
26276 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO		434.922.124,00	62.298.992,00			497.221.116,00	
26277 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO		216.823.316,00	47.700.337,00			264.523.653,00	
26278 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS		373.459.983,00	46.438.833,00			419.898.816,00	
26279 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI		400.336.229,00	56.420.917,00			456.757.146,00	
26280 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS		306.336.768,00	51.475.587,00			357.812.355,00	
26281 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE		336.003.610,00	67.140.335,00			403.143.945,00	
26282 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA		459.457.783,00	80.019.173,00			539.476.956,00	
26283 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FED DE MATO GROS DO SUL		343.130.845,00	50.131.923,00			393.262.768,00	
26284 - FUN UNIV FED DE CIENCIAS DA SAUDE DE P ALEGRE		72.524.395,00	7.857.803,00			80.382.198,00	
26285 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J DEL-REI		214.740.816,00	-4.700.363,00			210.040.453,00	
26286 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA		66.950.213,00	11.748.138,00			78.698.351,00	
26290 - INEP- INST. NAC. DE ESTUDOS E PESQ. EDUCACIONAIS		549.036.531,00	17.930.716,00	1.200.000,00		568.167.247,00	
26291 - FUND. COORD. DE APERF. DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR		3.091.093.411,00	-55.247.231,00			3.035.846.180,00	
26292 - FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO		106.824.828,00	1.364.000,00			108.188.828,00	
26294 - HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE		415.062.557,00	96.604.927,00			511.667.484,00	
26298 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO		21.011.212.203,00	1.815.000.693,00	88.331.000,00	687.123.697,00	23.601.667.593,00	
26350 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS		79.438.616,00	23.229.735,00			102.668.351,00	
26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA		113.911.701,00	17.616.078,00			131.527.779,00	
26352 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC		191.308.281,00	20.245.795,00			211.554.076,00	
26358 - HOSPITAL UNIVERSITARIO ALBERTO NUNES		58.027.699,00	19.539.589,00			77.567.288,00	
26359 - COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAUDE DA UFBA		135.568.701,00	24.973.008,00			160.541.709,00	
26362 - HOSPITAL UNIVERSITARIO VALTER CANTIDIO		75.121.528,00	24.271.446,00			99.392.974,00	
26363 - MATERNIDADE ASSIS CHATEAUBRIAN		13.594.085,00	41.787.370,00			55.381.455,00	
26364 - HOSPITAL UNIVERSIT. CASSIANO ANTONIO MORAIS		61.779.750,00	23.824.373,00			85.604.123,00	
26365 - HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFGO		83.261.681,00	24.684.870,00			107.946.551,00	
26366 - HOSPITAL UNIVERSITARIO ANTONIO PEDRO		143.879.423,00	30.726.182,00			174.605.605,00	
26367 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFJF		35.548.127,00	8.574.915,00	15.000.000,00		59.123.042,00	
26368 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFMG		155.401.662,00	43.256.686,00			198.658.348,00	
26369 - HOSPITAL UNIVERSITARIO JOAO DE BARROS BARRETO		48.103.305,00	15.106.969,00			63.210.274,00	
26370 - HOSPITAL UNIVERSITARIO BETINA FERRO SOUZA		8.219.960,00	2.572.659,00			10.792.619,00	
26371 - HOSPITAL UNIVERSITARIO LAURO WANDERLEY		103.675.492,00	41.079.377,00			144.754.869,00	
26372 - HOSPITAL DE CLINICAS DA UFPR		147.527.030,00	34.995.841,00			182.522.871,00	
26373 - HOSPITAL DAS CLINICAS DA UFPE		119.584.944,00	47.369.209,00			166.954.153,00	
26374 - COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAUDE DA UFRN		95.102.202,00	27.663.052,00			122.765.254,00	
26378 - COMPLEXO HOSPITALAR E DE SAUDE DA UFRJ		340.680.989,00	66.965.642,00			407.646.631,00	
26385 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFOD		30.785.701,00	24.537.871,00			55.323.572,00	
26386 - HOSPITAL UNIVER.POLYDORO ERNANI DE SAO THIAGO		103.702.144,00	31.092.394,00			134.794.538,00	
26387 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFSM		100.774.069,00	29.062.488,00			129.836.557,00	
26388 - HOSPITAL UNIVERSITARIO ALCIDES CARNEIRO		41.004.671,00	9.123.415,00			50.128.086,00	
26389 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA UFTM		85.149.353,00	28.658.239,00			113.807.592,00	
26391 - HOSPITAL UNIVERSITARIO GAFFREE E GUINLE		42.461.549,00	13.650.366,00			56.111.915,00	
26392 - HOSPITAL GETULIO VARGAS		46.973.899,00	13.356.007,00			60.329.906,00	
26393 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DE BRASILIA		49.193.978,00	19.020.566,00			68.214.544,00	
26394 - HOSPITAL UNIVERSITARIO DA FUMA		49.714.187,00	19.749.328,00			69.463.515,00	
26395 - HOSPITAL UNIVERSITARIO MIGUEL RIET JUNIOR		33.805.176,00	13.290.041,00			47.095.217,00	
26396 - HOSP DAS CLINICAS DA UNIV FED DE UBERLANDIA		143.894.926,00	40.495.074,00			184.390.000,00	
26397 - HOSPITAL JULIO MULLER		61.099.562,00	5.116.002,00			66.215.564,00	
26398 - HOSPITAL DAS CLINICAS DA FUPPEL		26.065.743,00	8.242.183,00			34.307.926,00	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO				2012		DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				PÁGINA	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	EXERCÍCIO	MES		
		2012	DEZEMBRO		
SUBTÍTULO					
ESFERA ORÇAMENTÁRIA					
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
ESPECIFICAÇÃO					
INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA	
4.074.093.071,00	196.327.500,00			4.270.420.571,00	
211.683.218,00	56.290.000,00			267.973.218,00	
431.808.092,00	101.233.927,00			533.042.019,00	
13.584.346,00	835.177,00			14.419.523,00	
35.135.019,00				35.135.019,00	
269.922.925,00				269.922.925,00	
479.657.179,00	31.023.338,00	34.500.000,00	63.630.276,00	608.810.793,00	
619.020.000,00	-707.177,00	5.000.000,00		623.312.823,00	
	40.031.437,00			40.031.437,00	
30.095.000,00	30.095.000,00			1.197.790.126,00	
92.869.230,00	92.869.230,00	10.000.000,00		1.061.448.650,00	
54.434.279,00	54.434.279,00	15.500.000,00		432.594.366,00	
-31.826.070,00	-31.826.070,00			4.911.909.063,00	
24.584.227,00	24.584.227,00			445.882.257,00	
8.036.975,00	8.036.975,00			112.429.721,00	
27.897.035,00	27.897.035,00			363.785.996,00	
400.834.548,00	400.834.548,00			12.596.688.924,00	
8.448.043,00	8.448.043,00			49.414.411,00	
5.013.856.654,00	5.013.856.654,00	64.193.682,00		283.418.793.793,00	
-173.146.200,00	-173.146.200,00	2.686.500,00		2.254.609.992,00	
10.614.380,00	10.614.380,00			165.680.340,00	
52.394.965,00	52.394.965,00			480.325.600,00	
81.040.510,00	81.040.510,00	11.250.000,00		976.443.410,00	
247.163,00	247.163,00			17.919.163,00	
95.629.000,00	95.629.000,00	208.100.000,00		2.498.703.890,00	
3.016.000,00	3.016.000,00			21.885.775,00	
-17.533.190,00	-17.533.190,00			2.356.118.335,00	
9.764.030,00	9.764.030,00			124.183.667,00	
17.147.413,00	17.147.413,00			73.977.812,00	
66.306.283,00	66.306.283,00			490.043.718,00	
-816.245.503,00	-816.245.503,00			3.898.215.627,00	
20.139.700,00	20.139.700,00			680.425.141,00	
4.191.750.753,00	4.191.750.753,00	300.000,00	252.984.652,00	201.987.526,00	
256.159.015,00	256.159.015,00			73.049.026.299,00	
1.266.722,00	1.266.722,00			5.872.320.117,00	
5.928.216.883,00	5.928.216.883,00			87.738.104,00	
521.852.650,00	521.852.650,00	14.600.000,00		49.778.185.074,00	
-254.601,00	-254.601,00	186.100.000,00		3.573.625.602,00	
26.550.067,00	26.550.067,00	7.500.000,00		2.280.361.336,00	
25.207.065,00	25.207.065,00			466.840.750,00	
-21.642.188,00	-21.642.188,00	212.850.797,00	80.000.000,00	102.872.392,00	
-30.375.668,00	-30.375.668,00			15.609.719.461,00	
123.376.404,00	123.376.404,00			98.637.276,00	
30.150.193,00	30.150.193,00			189.800.000,00	
				1.458.736.580,00	
				1.129.976.968,00	
				1.402.333.852,00	
				341.922.545,00	
				774.290.579,00	
				40.228.288,00	
				95.305.051,00	
				28.981.876,00	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO				2012		DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO		PÁGINA	
				31/12/2012			
ESPECIFICAÇÃO		INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA	
42204 - INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL	378.143.458,00	-3.312.473,00				374.830.985,00	
42205 - FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES	141.200.768,00	8.261.204,00				149.461.972,00	
42206 - AGENCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE	96.587.790,00	8.451.000,00				105.038.790,00	
42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS	128.337.558,00	17.727.500,00				146.065.058,00	
42902 - FUNDO NACIONAL DE CULTURA	415.280.621,00	39.000.000,00				454.280.621,00	
44101 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	1.365.319.055,00	39.943.900,00		25.800.000,00		1.431.062.955,00	
44102 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB	39.594.597,00	6.107.045,00				45.701.642,00	
44201 - INST.BRAS.DO MEIO AMB.E REC.NAT.RENOVAVEIS	1.072.826.302,00	86.544.114,00				1.159.370.416,00	
44205 - AGENCIA NACIONAL DE AGUAS - ANA	323.907.391,00	39.160.421,00				363.067.812,00	
44206 - INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ	47.893.500,00	3.574.064,00				51.467.564,00	
44207 - INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE	444.187.059,00	58.141.903,00		100.000.000,00		602.328.962,00	
44901 - FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	11.403.973,00					11.403.973,00	
44902 - FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANCAS DO CLIMA	33.727.463,00			5.200.000,00		38.927.463,00	
47101 - MINISTERIO DO ORÇAMENTO E GESTAO	14.689.431.481,00	-11.292.585.200,00				3.396.846.281,00	
47205 - FUNDAÇÃO INST.BRAS.DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA	1.587.268.984,00	5.578.084,00			2.261.528,00	1.592.847.068,00	
47210 - ESCOLA NACIONAL DA ADMINISTRACAO PUBLICA-ENAP	46.038.078,00	-986.908,00				47.312.698,00	
49101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	1.426.888.124,00	22.615.223,00				1.449.503.347,00	
49201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA	3.026.684.804,00	335.006.287,00				3.361.691.091,00	
51101 - MINISTERIO DO ESPORTE	2.346.772.497,00	364.222.635,00		34.266.793,00		2.745.261.925,00	
51204 - AUTORIDADE PUBLICA OLIMPICA - APO	123.634.000,00	-53.000.000,00				70.634.000,00	
52101 - MINISTERIO DA DEFESA	1.620.843.650,00	-23.174.082,00		157.110.000,00	167.581.700,00	1.922.361.268,00	
52111 - COMANDO DA AERONAUTICA	13.607.125.883,00	887.337.012,00		7.000.000,00		14.501.462.895,00	
52121 - COMANDO DO EXERCITO	25.421.315.996,00	1.296.052.204,00		300.318.800,00	265.593.049,00	27.283.280.049,00	
52131 - COMANDO DA MARINHA	15.997.691.836,00	670.307.000,00				16.667.998.836,00	
52133 - SECRET.DA COMISSAO INTERMIN.P/OS REC.DO MAR	20.771.617,00	-285.805.505,00			20.771.617,00	20.771.617,00	
52201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	410.691.742,00	35.000,00				124.886.237,00	
52211 - CAIXA DE FINANC. IMOBILIARIO DA AERONAUTICA	6.348.833,00	7.071.100,00				6.383.833,00	
52221 - INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL-IMBEL	208.524.820,00	611.500,00				215.595.920,00	
52222 - FUNDAÇÃO OSORIO	11.186.855,00	403.688,00				11.798.355,00	
52232 - CAIXA DE CONST.DE CASAS DO PESSOAL DA MARINHA	12.660.407,00					13.064.095,00	
52901 - FUNDO DO MINISTERIO DA DEFESA	2.114.506,00					2.114.506,00	
52902 - FUNDO DE ADM. DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	195.103.387,00	17.549.751,00				212.653.138,00	
52903 - FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	7.389.823,00					7.389.823,00	
52911 - FUNDO AERONAUTICO	2.302.595.900,00	-334.756.327,00	20.350.489,00			1.988.190.062,00	
52921 - FUNDO DO EXERCITO	999.182.587,00	20.643.789,00				1.019.826.376,00	
52931 - FUNDO NAVAL	463.839.521,00					463.839.521,00	
52932 - FUNDO DE DESENV.DO ENS.PROFISSIONAL MARITIMO	114.972.994,00					114.972.994,00	
53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	3.350.657.817,00	-61.270.857,00		286.000.000,00	1.650.000.000,00	5.225.386.960,00	
53201 - COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO	1.168.598.307,00	33.970.732,00		20.048.695,00		1.222.617.734,00	
53202 - SUPERINTEND.DO DESENVOLV.DA AMAZONIA-SUDAM	46.368.547,00	5.081.400,00		450.000,00		51.899.947,00	
53203 - SUPERINT. DO DESENVOLV. DO NORDESTE - SUDENE	83.292.801,00	10.925.945,00				94.218.746,00	
53204 - DEPARTAMENTO NAC. DE OBRAS CONTRA AS SECAS	892.830.660,00	147.744.647,00		4.857.502,00		1.045.432.809,00	
54101 - MINISTERIO DO TURISMO	3.474.328.217,00	10.513.000,00				3.484.841.217,00	
54201 - INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	241.032.982,00	3.044.423,00				244.077.405,00	
55101 - MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	16.332.968.060,00	2.702.613.597,00				19.070.181.657,00	
55901 - FUNDO NACIONAL DE ASSIS.TENCIA SOCIAL	26.664.424.044,00	576.708.501,00				27.241.132.545,00	
56101 - MINISTERIO DAS CIDADES	19.409.067.268,00	-31.134.000,00			8.000.000,00	19.385.933.268,00	
56201 - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A	383.558.223,00	68.043.498,00				451.601.721,00	
56202 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU	885.623.418,00	130.695.065,00				1.016.318.483,00	
56901 - FUNDO NACIONAL DE SEG. E EDUCACAO DO TRANSITO	690.901.797,00					690.901.797,00	
56902 - FUNDO NAC.DE HABIT.DE INTERESSE SOCIAL-FNHS	712.000.644,00	-4.500.000,00				707.500.644,00	
58101 - MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA	553.279.826,00	6.470.000,00				559.749.826,00	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DOTAÇÃO DA DESPESA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		EXERCÍCIO		MES	
				2012		DEZEMBRO	
SUBTÍTULO							
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO		PÁGINA	
				31/12/2012			
ESPECIFICAÇÃO		INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA	
59101 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO-CNMP		97.614.736,00	-14.417.757,00	5.159.471,00		88.356.450,00	
71101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MF - EFU		284.272.307.981,00	35.616.833.111,00	78.000.000,00		319.967.141.092,00	
71102 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MPOG		600.000.000,00	-56.977.410,00	5.674.636,00		548.697.226,00	
71103 - ENCARGOS FINANC DA UNIAO-SENTENÇAS JUDICIAIS		7.147.577.837,00	33.896.342,00			7.181.474.179,00	
71901 - FUNDO CONTINGENTE DA EXTINTA RFSA		54.000.000,00				54.000.000,00	
71902 - FUNDO SOBERANO DO BRASIL		7.727.845,00	-772.707,00			6.955.138,00	
73101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MF - TRF MF		6.767.179.148,00	190.492.027,00			6.957.671.175,00	
73104 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MME-TR. EST. DF MUN.		17.410.234.383,00	1.468.756.331,00			18.878.990.714,00	
73107 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MEC		7.142.535.561,00	781.075.487,00			7.923.611.048,00	
73108 - TRANSF. CONSTITUCIONAIS-REC. SOB SUP. M FAZENDA		138.621.508.887,00	559.313.637,00			139.180.822.524,00	
73109 - RECURSOS SOB SUPERV. MIN DO ESPORTE E TURISMO		83.537.618,00	23.893.154,00			107.430.772,00	
73111 - RECURSOS SOB SUPERV. DO MIN. DO MEIO AMBIENTE		371.730,00				371.730,00	
73901 - FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL-FCDF		8.748.271.757,00				8.748.271.757,00	
74101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MF - OOC/MF		10.385.174.277,00	-250.750.000,00	169.750.000,00		10.304.174.277,00	
74102 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINIST. DA FAZENDA		150.000.000,00				150.000.000,00	
74201 - RECURSOS SOB SUPER DA SUP. DE SEGUROS PRIVADOS		3.571.500,00				3.571.500,00	
74202 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA ANS		15.500.000,00	9.419.880,00			24.919.880,00	
74203 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO INCRA/MDA		900.000.000,00				900.000.000,00	
74204 - REC.S/SUP. CAIXA CONST. CASAS P/PESSOAL DA MB		210.800.000,00				210.800.000,00	
74901 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO FUNCAFE/MAPE		2.669.706.307,00				2.669.706.307,00	
74902 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO FIES		1.788.384.749,00	698.376.610,00			2.486.761.359,00	
74903 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO FND/MDIC		845.049.156,00				845.049.156,00	
74904 - REC.SOB SUPERV. DO FUNDO DA MAR.MERCANTE/MT		3.307.407.240,00				3.307.407.240,00	
74905 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO FUNTTEL		50.000.000,00				50.000.000,00	
74906 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO BANCO DA TERRA/MDA		300.000.000,00				300.000.000,00	
74907 - RECURSOS SOB SUPERV. DO BANCO DA TERRA/MDA		2.973.739.570,00				2.973.739.570,00	
74908 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO FUNGETUR/MTUR		23.194.148,00				23.194.148,00	
74910 - REC.S/SUP. DO FUNDO NAC. DES.CIENT.E TEC.-FNDCT		500.000.000,00	294.700.000,00			794.700.000,00	
74912 - RECURSOS SOB SUPERV. DO FUNDO NAC. DE CULTURA		19.300.000,00	51.000.000,00			70.300.000,00	
74913 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO FNO		1.752.603.927,00				1.752.603.927,00	
74914 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO FCO		1.752.613.927,00				1.752.613.927,00	
74915 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO FNE		5.257.812.229,00				5.257.812.229,00	
74916 - REC.S/SUP. DO FUNDO NAC. S/MUDANÇAS DO CLIMA		248.495.754,00				248.495.754,00	
75101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINIST. DA FAZENDA		674.493.899.061,00	-15.228.040.338,00			659.265.858.723,00	
90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA		6.748.331.193,00	-1.300.617.312,00			5.447.713.881,00	
TOTAL		1.964.392.359.391,00	43.143.732.831,00	2.666.836.888,00	3.469.338.818,00	2.013.672.267.928,00	



TÍTULO		DOTAÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO SUPERIOR DA UG EXECUTORA		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO				2011		DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO		PÁGINA	
				31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO		INICIAL	SUPLEMENTAÇÃO	ESPECIAL	EXTRAORDINÁRIA	AUTORIZADA	
01000 - CAMARA DOS DEPUTADOS		4.225.184.594,00		2.000.000,00		4.227.184.594,00	
02000 - SENADO FEDERAL		3.345.242.301,00	-1.632.695,00			3.343.609.606,00	
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO		1.354.824.551,00	-576.333,00			1.354.248.218,00	
10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL		503.017.061,00	1.000.000,00			504.017.061,00	
11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA		942.244.077,00	11.773.926,00			954.018.003,00	
12000 - JUSTICA FEDERAL		6.917.433.514,00	85.250.580,00	48.933.861,00		7.051.617.955,00	
13000 - JUSTICA MILITAR		361.136.340,00	6.334.795,00			367.471.135,00	
14000 - JUSTICA ELEITORAL		4.496.352.698,00	38.657.715,00	21.063.056,00		4.556.073.469,00	
15000 - JUSTICA DO TRABALHO		12.418.732.769,00	304.431.378,00	38.835.138,00	15.000,00	12.762.014.285,00	
16000 - JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS		1.641.510.338,00	67.533.150,00			1.709.043.488,00	
17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA		195.312.144,00	-22.625.178,00			172.686.966,00	
20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA		7.369.854.810,00	702.806.360,00	79.760.464,00	30.255.644,00	8.182.677.278,00	
20113 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTAO		24.070.316.380,00	-11.311.075.092,00	5.674.636,00	2.261.528,00	12.767.177.452,00	
22000 - MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO		11.961.269.355,00	684.732.090,00	130.550.000,00		12.776.551.445,00	
24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA		7.948.211.905,00	178.211.886,00	10.930.000,00	6.000.000,00	8.143.353.791,00	
25000 - MINISTERIO DA FAZENDA		1.149.947.744.220,00	21.564.223.464,00	247.750.000,00	254.673.272,00	1.172.014.390.956,00	
26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO		72.638.074.769,00	5.291.349.865,00	181.964.333,00	687.123.697,00	78.798.512.664,00	
28000 - MINISTERIO DO DESENV.IND. E COMERCIO EXTERIOR		2.627.516.735,00	160.275.485,00			2.787.792.220,00	
30000 - MINISTERIO DA JUSTICA		11.235.561.197,00	746.604.544,00	165.132.671,00	64.850.276,00	12.212.148.688,00	
32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		25.368.594.925,00	1.646.949.972,00	25.500.000,00		27.041.044.897,00	
33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL		290.977.646.844,00	5.451.036.280,00			296.428.683.124,00	
34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO		3.845.697.505,00	-28.849.182,00	78.130.182,00		3.894.978.505,00	
35000 - MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES		2.213.844.665,00	98.645.000,00	208.100.000,00		2.520.589.665,00	
36000 - MINISTERIO DA SAUDE		77.164.863.987,00	3.480.749.366,00	300.000,00	252.984.652,00	80.898.898.005,00	
38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO		49.552.600.675,00	6.185.642.620,00			55.738.243.295,00	
39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES		24.606.875.935,00	521.337.325,00	421.050.797,00	80.000.000,00	25.629.264.057,00	
41000 - MINISTERIO DAS COMUNICACOES		4.429.443.348,00	153.526.597,00			4.582.969.945,00	
42000 - MINISTERIO DA CULTURA		1.878.336.377,00	360.446.843,00			2.238.783.220,00	
44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE		3.587.726.824,00	233.471.447,00	131.000.000,00		3.952.198.271,00	
49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		5.653.572.928,00	357.621.510,00			6.011.194.438,00	
51000 - MINISTERIO DO ESPORTE		2.553.944.115,00	335.115.789,00	34.266.793,00		2.923.326.697,00	
52000 - MINISTERIO DA DEFESA		61.613.160.357,00	2.256.275.130,00	484.779.289,00	433.174.749,00	64.787.389.525,00	
53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL		17.278.517.785,00	136.451.867,00	311.356.197,00	1.650.000.000,00	19.376.325.849,00	
54000 - MINISTERIO DO TURISMO		3.738.555.347,00	13.557.423,00			3.752.112.770,00	
55000 - MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME		42.997.392.104,00	3.279.322.098,00	34.600.000,00		46.311.314.202,00	
56000 - MINISTERIO DAS CIDADES		22.081.151.350,00	163.104.563,00		8.000.000,00	22.252.255.913,00	
58000 - MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA		553.279.826,00	6.470.000,00			559.749.826,00	
59000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO		97.614.736,00	-14.417.757,00	5.159.471,00		88.356.450,00	
TOTAL		1.964.392.359.391,00	43.143.732.831,00	2.666.836.888,00	3.469.338.818,00	2.013.672.267.928,00	



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES	
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO	PÁGINA	
		31/12/2011		
ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
CENTRO-ESTE	27.020.805.346,00	24.658.680.990,71	2.362.124.355,29	3.013.765.305,91
0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	850.000,00	-	850.000,00	-
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	33.396.742,00	31.393.966,00	2.002.776,00	84.480,00
0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	7.738.800,00	7.002.120,00	736.680,00	32.820,00
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	1.133.838.315,00	1.130.795.355,97	3.042.959,03	23.837.598,87
0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	2.800.000,00	-	2.800.000,00	-
0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	750.000,00	30.887,99	719.112,01	14.430,00
0120 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	33.300.000,00	9.243.000,00	24.057.000,00	9.243.000,00
0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	142.703.703,00	142.703.703,00	-	112.201.666,36
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	300.000,00	-	300.000,00	-
0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	250.000,00	-	250.000,00	-
0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM	4.229.125,00	3.603.834,00	625.291,00	-
0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	200.000,00	-	200.000,00	-
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	1.500.000,00	-	1.500.000,00	-
0168 LIVRO ABERTO	400.000,00	-	400.000,00	-
0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	200.000,00	-	200.000,00	-
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA	500.000,00	-	500.000,00	-
0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	48.148.056,00	-	48.148.056,00	-
0271 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GAS NATU	2.207.430,00	-	2.207.430,00	-
0272 QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	1.386.102,00	7.694,10	1.378.407,90	-
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	227.396.144,00	60.989.440,00	166.306.704,00	60.989.440,00
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	131.450.000,00	24.837.897,17	106.612.102,83	24.104.414,77
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO MÉDIO PORTE	500.000,00	-	500.000,00	-
0496 INFORMAÇÕES INTEGRADAS PARA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	15.600.000,00	-	15.600.000,00	-
0506 NACIONAL DE FLORESTAS	350.000,00	-	350.000,00	-
0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	13.850.000,00	8.577.639,80	5.272.360,20	3.399.267,32
0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	2.800.000,00	100.000,00	2.700.000,00	100.000,00
0550 CONTROLE EXTERNO	28.220.000,00	27.847.594,57	372.405,43	16.235.866,71
0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	15.632.659,00	3.378.768,66	12.253.890,34	2.292.032,25
0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	166.284.965,00	78.550.571,03	87.734.393,97	58.655.284,41
0565 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	18.596.122,00	1.696.392,84	16.899.729,16	953.705,89
0567 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NO DISTRITO FEDERAL	1.243.401.190,00	1.229.295.375,79	14.105.814,21	87.501.232,21
0569 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	54.123.470,00	23.447.197,95	30.676.272,05	22.293.788,82
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	44.387.970,00	43.802.140,99	585.829,01	12.430.404,26
0571 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	146.171.823,00	133.870.405,59	12.301.417,41	22.184.569,77
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	433.867.706,00	390.693.276,67	43.174.429,33	58.847.617,23
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXERCÍCIO BRASILEIRO	100.000.000,00	59.492.382,69	40.507.617,31	57.484.583,68
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	24.969.939,00	-	24.969.939,00	-
0661 APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	5.610.000,00	-	5.610.000,00	-
0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	2.200.000,00	900.000,00	1.300.000,00	900.000,00
0697 DEFESA DO CONSUMIDOR	400.000,00	-	400.000,00	-
0699 ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	664.701.795,00	569.513.573,41	95.188.221,59	65.526.311,33
0750 APOIO ADMINISTRATIVO	1.250.000,00	868.643,72	381.336,28	824.359,20
0802 GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL E DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO	15.006.650,00	14.981.748,88	24.901,12	47.956,63
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.752.613.927,00	1.663.550.474,56	89.063.452,44	61.647.315,38
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	8.748.271.757,00	8.743.868.099,96	2.403.657,04	221.816.938,16
0903 OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGIS	1.000.000,00	1.000.000,00	-	1.000.000,00
1001 GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO	27.000.000,00	-	27.000.000,00	-
1008 INCLUSÃO DIGITAL	123.518.399,00	43.642.000,00	79.876.399,00	43.642.000,00
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO	11.909.545,00	9.929.750,00	1.979.795,00	9.929.750,00
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	282.579.634,00	275.041.768,98	7.537.865,02	2.311.305,09
1061 BRASIL ESCOLARIZADO	500.028.580,00	467.449.202,36	32.579.377,64	125.292.549,63
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	22.582.199,00	6.713.140,25	15.869.058,75	1.825.419,91
1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	200.000,00	-	200.000,00	-
1068 GESTÃO DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	2.399.753.516,00	2.228.394.649,60	171.358.866,40	220.728.541,62
1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO	300.000,00	-	300.000,00	-
1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES
		2011	DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA
1122 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS	2.200.000,00	2.111.344,69	88.655,31
1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	18.600.000,00	-	18.600.000,00
1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	83.156.206,00	71.825.762,16	59.001.081,40
1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSIÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	31.363.219,00	10.663.219,00	10.663.219,00
1142 ENGENHO DAS ARTES	4.450.000,00	500.000,00	500.000,00
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	217.055.000,00	50.714.560,90	50.714.560,90
1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	797.806.455,00	795.993.299,67	68.173.831,24
1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	2.424.762.342,00	2.314.801.637,72	129.166.600,22
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE	67.930.000,00	14.110.000,00	14.051.750,00
1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS	12.239.956,00	11.924.056,00	159.254,58
1291 SEGURANÇA TRANSMISSORIAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	2.122.298,00	2.100.954,00	2.100.954,00
1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	146.112.740,00	146.084.001,35	6.996.998,44
1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRAD	600.000,00	564.296,50	264.296,50
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	7.088.503,00	6.658.212,84	6.658.212,84
1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE - BOLSA FAMÍLIA	891.436.680,00	884.444.316,28	4.564.954,00
1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	10.500.000,00	4.564.954,00	4.564.954,00
1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	27.207.179,00	24.216.647,55	24.094.551,07
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.500.000,00	-	1.500.000,00
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESSOAL CIENTÍFICA	24.864.428,00	23.388.687,81	6.188.315,47
1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	37.756.884,00	36.574.584,00	588.493,60
1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	10.358.899,00	9.907.481,32	101.366,30
1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	37.078.564,00	37.069.062,80	5.186.028,62
1430 DESENVOLVIMENTO MACROREGIONAL SUSTENTÁVEL	150.525.655,00	21.155.107,04	129.370.547,96
1432 PROMOCÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	350.000,00	-	350.000,00
1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	119.210.400,00	119.179.296,91	6.467.924,34
1448 QUALIDADE NA ESCOLA	18.042.243,00	3.874.471,60	3.874.471,60
1449 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS	94.731.552,00	79.919.776,57	18.531.936,42
1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	750.000,00	-	750.000,00
1456 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	208.931.050,00	193.597.087,27	150.495.167,33
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE	489.328.550,00	446.819.473,70	343.155.422,66
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	552.841.540,00	498.961.922,26	147.718.359,32
6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	1.662.822.761,00	1.329.918.910,35	554.970.736,61
8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES	40.250.000,00	15.264.575,00	15.264.575,00
8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	58.181.944,00	20.633.181,87	9.058.984,51
8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	2.050.000,00	1.542.500,00	1.542.500,00
8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJUEM	6.750.000,00	4.500.000,00	4.500.000,00
9989 MOBILIDADE URBANA	14.593.602,00	14.593.602,00	11.437,50
9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	77.543.433,00	-	-
EXTERIOR	25.687.000,00	21.291.291,02	19.978.174,04
0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	9.900.000,00	2.369.091,78	160.581,92
0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	700.000,00	199.650,63	13.130,60
0173 GESTÃO DA POLÍTICA DE CULTURA	100.000,00	100.000,00	100.000,00
1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	2.000.000,00	2.069.441,15	47.451,32
1264 RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR	500.000,00	-	-
1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	6.500.000,00	-	-
NACIONAL	100.000,00	-	-
0016 GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE	1.843.157.468.195,00	1.524.061.138.487,79	63.160.978.239,79
0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	742.749.778,00	649.774.335,22	282.801.420,23
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	7.988.116,00	4.215.812,00	459.362,92
0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	52.113.345,00	8.960.863,34	1.594.513,75
0083 PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA	38.396.440,00	22.896.649,57	8.698.754,65
0085 QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS	277.412.948.329,00	276.465.246.411,63	317.578.919,97
0086 PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	308.960.022,00	219.754.697,87	88.975.010,82
0087 GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	23.376.072,00	19.776.287,45	817.104,58
	70.512.456,00	55.625.988,47	18.200.337,93



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	
ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
0088 INDENIZAÇÕES E PENSÕES ESPECIAIS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO	1.268.585.326,00	1.268.585.326,00	59.460.474,75
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	66.295.388.744,00	66.194.372.055,23	151.832.766,81
0099 INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	34.433.809.735,00	33.197.959.862,78	113.329.340,69
0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	215.165.985,00	68.640.285,05	56.558.403,58
0102 REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO	30.300.000,00	22.764.140,81	1.195.704,70
0103 CRÉDITO ORIENTADO AO DESENVOLVIMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	2.397.000,00	307.953,31	156.986,75
0104 RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS	1.330.511.019,00	1.273.203.403,46	57.307.615,54
0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	208.199.871,00	182.445.819,43	40.190.514,25
0107 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO	10.878.371,00	8.423.748,46	1.663.837,57
0120 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	7.587.092,00	-	-
0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	1.362.683.734,00	1.301.979.573,68	999.615.657,74
0135 ASSENTAMENTOS PARA TRABALHADORES RURAIS	994.300.000,00	827.482.294,41	73.143.795,60
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	1.391.028.800,00	1.173.962.856,24	946.757.168,37
0138 GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS	243.901.352,00	122.206.416,32	88.679.537,39
0139 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	23.773.508,00	18.367.214,49	2.371.605,70
0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	822.219.353,00	740.746.424,95	96.785.793,46
0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM	28.927.554,00	22.367.380,06	19.514.459,92
0153 SISTEMA NACIONAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	18.052.085,00	12.443.885,75	9.570.350,94
0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	27.652.314,00	9.990.067,49	7.389.391,56
0156 PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	28.185.045,00	11.252.825,39	3.949.892,45
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	36.916.122,00	16.932.219,61	24.109.018,80
0168 LIVRO ABERTO	110.868.674,00	36.807.301,38	39.569.845,71
0169 BRASIL, SOM E IMAGEM	132.767.614,00	97.483.344,29	77.162.369,98
0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	366.468.801,00	329.058.060,36	261.589.150,08
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA	81.752.693,00	54.048.035,37	23.140.387,20
0173 GESTÃO DA POLÍTICA DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	21.348.356,00	15.891.777,54	2.712.917,89
0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	68.085.685,00	48.118.118,03	14.931.345,54
0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	1.666.659.195,00	887.135.085,85	217.162.760,72
0271 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE PETRÓLEO, SEUS DERIVADOS, GÁS NATU	891.252.797,00	368.736.007,37	205.924.415,87
0272 QUALIDADE DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	5.872.203,00	-	-
0273 LUZ PARA TODOS	479.049.007,00	346.943.636,13	50.978.900,47
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA	220.877.484,00	189.145.348,98	14.484.923,17
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	86.904.029,00	896.180,15	647.067,53
0350 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA	90.431.376,00	12.630.422,05	3.456.140,76
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	171.970.406,00	131.483.034,64	121.457.506,87
0352 ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	2.714.773.270,00	2.126.980.600,90	402.009.885,38
0355 PROMOÇÃO DAS EXPORTAÇÕES	4.508.125.426,00	3.588.919.164,67	2.274.621.440,05
0356 SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS	6.416.866.755,00	4.792.119.972,28	2.210.799.640,47
0357 SEGURANÇA E QUALIDADE NA AGROPECUÁRIA	21.300.000,00	14.047.276,66	605.415,86
0360 GESTÃO DA SANIDADE NA AGROPECUÁRIA	97.069.825,00	87.323.649,94	21.548.631,33
0362 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	170.264.293,00	154.692.768,59	24.881.191,89
0365 MINIMIZAÇÃO DE RISCOS NO AGRONEGÓCIO	69.322.711,00	49.829.868,06	10.797.924,59
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	30.728.562,00	24.162.005,41	7.728.624,16
0390 METROLOGIA, QUALIDADE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	479.301.318,00	308.491.547,19	8.706.462,91
0391 MINERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	31.030.175,00	17.667.853,05	6.836.974,63
0411 GESTÃO DAS POLÍTICAS INDUSTRIAL, DE COMÉRCIO E DE SERVIÇOS	112.842.781,00	93.453.236,35	23.491.333,98
0413 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA	703.199.965,00	569.483.300,47	16.813.183,49
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO MÉDIO PORTE	293.675.358,00	210.408.902,38	5.220.371,66
0461 PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	223.182.359,00	208.540.574,96	14.511.132,04
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPaciais - PNAE	22.834.880,00	9.189.378,95	3.704.197,84
0471 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	2.435.064.102,00	13.645.501,05	1.424.360.526,57
	12.602.747,00	4.906.859,84	672.597,39
	32.608.934,00	15.616.420,94	3.897.375,13
	937.635.040,00	939.793.677,07	131.574.381,48
	620.687.740,00	586.402.812,29	257.691.714,03
	324.850.697,00	307.304.416,82	164.814.482,63
	67.355.958,00	53.234.238,14	32.321.575,91



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES
		2011	DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO	PÁGINA
		31/12/2011	
ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA
0472 PROANTAR	18.372.303,00	14.083.893,67	4.714.628,03
0473 GESTÃO DA POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	33.635.637,00	27.553.416,48	6.284.654,40
0474 RECURSOS DO MAR	3.833.859,00	3.556.592,48	342.581,88
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA	1.29.320,45	1.29.320,45	-
0496 INFORMAÇÕES INTEGRADAS PARA PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	1.850.000,00	58.013.335,94	15.281.034,93
0497 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS	73.270.000,00	1.391.001,65	3.040.592,35
0503 PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS - FLORE	4.431.594,00	98.310.492,47	13.184.196,53
0506 NACIONAL DE FLORESTAS	111.494.689,00	35.544.469,09	16.216.186,91
0508 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS	51.760.656,00	24.645.333,42	5.723.256,79
0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	30.365.810,00	41.523.466,83	12.354.585,17
0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	53.878.052,00	1.941.944,58	1.714.790,42
0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	3.656.735,00	10.247.503,88	17.098.316,12
0550 CONTROLE EXTERNO	27.345.820,00	890.560.556,62	7.230.300,68
0551 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL	897.790.710,00	2.134.148.897,84	61.649.897,16
0553 ATUAÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	2.195.798.795,00	2.905.118.186,83	79.826.680,17
0565 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	2.984.944.867,00	346.923.618,12	42.173.747,50
0566 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	383.673.933,00	198.000.552,39	6.010.358,61
0567 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO DISTRITO FEDERAL	204.010.911,00	183.555.960,00	-
0568 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	183.555.960,00	714.230.877,39	18.207.932,61
0569 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	732.438.810,00	6.107.714.434,78	43.887.933,22
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	6.151.402.368,00	3.141.456.861,76	57.600.071,70
0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA	3.199.056.866,00	8.598.954.855,21	351.288.576,12
0580 DEFESA JURÍDICA DA UNIÃO	8.660.074.288,00	2.187.755.986,29	254.402.945,99
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	2.231.903.550,00	2.187.755.986,29	44.117.846,52
0621 PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE	2.876.347.691,00	1.624.674.612,87	54.537.049,87
0622 PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AEREA	1.192.228.221,00	1.164.674.612,87	33.869.082,30
0623 SEGURANÇA DE VOO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	1.016.829.775,00	997.208.927,70	305.330.867,16
0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL	1.195.190.680,00	58.723.050,91	281.032.226,96
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL	997.361.607,00	1.009.433.538,01	435.258.735,65
0629 TECNOLOGIA DE USO NAVAL	23.610.679,00	15.535.496,93	2.133.806,70
0630 DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL	2.386.518.582,00	2.517.216.540,97	637.958.652,46
0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AEREA BRASILEIRA	379.452.331,00	351.426.505,88	74.127.159,39
0633 ENSINO PROFISSIONAL DA MARINHA	676.871.638,00	525.739.295,44	280.137.084,01
0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	265.484.699,00	191.114.785,72	19.141.201,70
0638 ENSINO PROFISSIONAL DO EXERCITO	406.829.814,00	334.034.811,69	76.799.565,02
0639 SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA	302.531.204,00	148.132.150,70	72.795.002,31
0640 ENSINO PROFISSIONAL DA AERONÁUTICA	1.053.385.105,00	949.048.394,94	154.399.053,30
0641 INTELIGÊNCIA FEDERAL	54.361.423,00	43.559.350,49	174.702.643,78
0642 TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE	1.749.221.362,00	1.707.593.242,27	501.271.547,43
0643 CALHA NORTE	47.400.000,00	47.378.033,58	10.125.178,97
0646 SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS	125.389.280,00	111.232.287,06	124.359.215,41
0641 APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	26.260.000,00	24.166.008,21	3.605.516,47
0662 PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMINALIDADE	376.616.880,00	352.063.225,98	11.339.206,61
0663 SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	121.480.000,00	120.630.229,46	11.229.379,32
0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	1.836.000,00	1.698.613,47	10.253.124,24
0670 PROTEÇÃO À PESSOAS AMEAÇADAS	200.133.353,00	172.762.322,45	49.962.828,01
0682 DIFUSÃO DA CULTURA E DA IMAGEM DO BRASIL NO EXTERIOR	119.290.000,00	91.228.001,61	656.675,43
0683 GESTÃO DA POLÍTICA EXTERNA	417.580.276,00	298.832.155,89	27.784.525,77
0685 ENSINO PROFISSIONAL DIPLOMÁTICO	580.916.149,00	360.770.397,94	61.254.417,81
0688 ENSINO PROFISSIONAL E DA CONCORRÊNCIA	17.430.053,00	14.507.039,32	99.146.197,52
0697 DEFESA DO CONSUMIDOR	39.150.000,00	33.919.330,66	133.392.087,12
0698 GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NA ÁREA DA JUSTIÇA	35.000.000,00	27.769.218,50	8.921.593,74
0699 ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	311.816.122,00	78.468.886,15	12.252.750,19
	5.050.000,00	4.497.574,49	576.600,11
	13.779.765,00	13.258.532,88	2.398.747,91
	19.358.060,00	13.531.400,42	1.578.291,34
	50.460.000,00	34.703.419,36	790.831,62
	256.795.592,00	234.004.054,73	889.263,11
			7.508.457,42
			23.354.232,78



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO	PÁGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
0750 APOIO ADMINISTRATIVO	53.588.722.980,00	51.953.790.491,29	1.757.300.815,99	1.201.484.401,58
0752 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	205.000.000,00	180.522.957,24	24.477.042,76	74.667.900,18
0753 DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS E PRODUÇÃO GRÁFICA	72.889.980,00	66.783.425,37	6.106.554,63	7.665.677,88
0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	37.596.286,00	18.789.765,50	18.806.520,50	12.256.033,32
0770 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	8.208.745.883,00	8.134.267.958,18	74.477.924,82	323.843.314,03
0771 GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO	17.737.844,00	10.410.852,66	7.326.991,34	2.405,13
0773 GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO	231.126.617,00	208.178.898,40	22.947.718,60	3.364.676,39
0775 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DEFESA DA FAZENDA NACIONAL	472.351.617,00	471.572.782,71	778.874,29	27.168.477,57
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	1.547.147.597,00	1.521.018.516,96	26.129.080,04	642.885,30
0777 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS ÁREAS AFINS	35.890.736,00	33.163.258,04	2.727.477,96	11.377.484,31
0779 DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS	138.135.609,00	128.552.681,51	9.582.927,49	9.715.803,16
0779 DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR ABERTA E CA	125.040.572,00	115.241.940,07	9.798.631,93	1.889.985,99
0780 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO	3.666.287,00	2.470.348,19	1.195.938,81	244.874,46
0796 INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOCENTÍFICAS	66.652.617,00	37.366.584,59	29.286.032,41	9.955.865,02
0797 PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	1.031.014.088,00	1.008.897.311,76	22.112.776,24	18.314.409,04
0798 COMPRAS GOVERNAMENTAIS	207.851.924,00	189.161.225,67	18.712.250,00	9.896.162,28
0801 DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EM GESTÃO PÚBLICA	66.027.500,00	65.463.565,59	563.934,41	12.317.593,41
0802 GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL E DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO	44.114.647,00	36.615.538,00	7.499.109,00	1.735.837,78
0810 QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT - PBQP-H	30.525.000,00	20.146.784,30	10.378.215,70	5.635.422,35
0812 COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS	1.000.000,00	3.176,50	996.823,50	-
0812 MONUMENTA	12.124.681,00	5.416.340,88	6.708.340,12	2.037.490,00
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	95.567.963,00	46.402.104,32	49.165.858,68	36.779.961,36
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	15.921.006.094,00	15.501.099.527,73	419.906.566,27	589.448.067,51
0903 OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E AS DECORRENTES DE LEGIS	17.835.040.343,00	16.714.590.606,31	920.449.736,69	3.087.846.430,68
0905 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DIVIDIDA INTERNA (CURSOS EMORTIZAÇÕES)	170.026.886.339,00	162.401.106.346,85	7.625.779.992,15	6.028.347.382,00
0906 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DIVIDIDA EXTERNA (CURSOS EMORTIZAÇÕES)	258.078.610.452,00	218.452.943.478,36	39.625.666.973,64	347.277.409,64
0907 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DIVIDIDA EXTERNA (CURSOS EMORTIZAÇÕES)	31.921.001.623,00	20.190.047.785,60	11.752.967.069,78	81.640.405,97
0908 OPERAÇÕES ESPECIAIS: REFINANCIAMENTO DA DIVIDIDA EXTERNA	651.007.087.550,00	460.942.733.083,28	190.064.354.466,72	-
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	8.258.771.173,00	6.871.016.700,52	1.387.754.472,48	-
0910 OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	48.551.633.692,00	22.978.054.479,29	25.573.579.212,71	16.920.896.085,14
0913 OPERAÇÕES ESPECIAIS: PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM ORGANISMOS FINANCEIROS INTERN	572.537.634,00	516.662.271,95	56.128.600,00	38.678.315,02
0999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	328.442.118,00	123.650.000,00	204.792.118,00	85.347.900,00
1001 GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO	19.727.741.399,00	-	19.727.741.399,00	-
1003 GESTÃO DA POLÍTICA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO	23.616.607,00	9.726.223,26	13.890.383,74	2.727.469,86
1004 GESTÃO DE POLÍTICAS NA ÁREA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	49.846.162,00	36.996.251,84	12.849.910,16	9.101.549,03
1006 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME	40.150.000,00	18.644.221,52	21.506.508,89	6.695.540,69
1008 INCLUSÃO DIGITAL	103.365.731,00	58.633.848,59	44.731.882,41	15.702.111,66
1009 REGIMES DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS	220.932.936,00	123.489.748,74	97.443.187,26	95.517.437,17
1016 ARTESANATO BRASILEIRO	6.406.340,00	1.952.990,83	4.453.349,17	12.191,14
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO	1.286.160,00	892.463,40	393.696,60	255.210,77
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	316.826.243,00	178.552.616,31	138.273.626,69	173.895.819,16
1029 RESPONSA AOS DESASTRES E RECONSTRUÇÃO	389.217.120,00	240.408.747,39	11.108.372,61	211.180.637,39
1030 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO, AQUISIÇÃO GOVERNAMENTAL	1.367.581.700,00	1.006.841.833,17	43.984.112,47	343.522.208,08
1032 DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO, AQUISIÇÃO JORNALÍSTICA, EDUCACIONAL E CULTURAL	70.648.673,00	64.772.819,36	5.875.853,64	3.100.242,99
1036 INTEGRAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	550.159.957,00	454.648.933,09	95.511.023,91	58.259.565,63
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVÁVEL	5.975.000,00	5.086.017,20	888.982,80	1.638.962,87
1046 EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	850.000,00	-	850.000,00	-
1049 ACESSO À ALIMENTAÇÃO	985.000,00	-	985.000,00	-
1054 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR	1.421.391.544,00	1.354.421.731,03	66.969.812,97	295.425.002,64
1057 COMUNICAÇÕES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGÊNCIA NAS FORÇAS ARMADAS	273.468.405,00	74.914.816,98	198.553.588,02	26.499.296,77
1060 BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	32.513.552,00	20.173.455,70	12.373.425,02	3.618.018,89
1061 BRASIL ESCOLARIZADO	912.234.566,00	789.219.786,84	123.014.779,16	13.518.005,74
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	14.710.010.834,00	14.028.475.664,37	681.535.169,63	2.516.129.695,04
1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	1.764.708.544,00	1.606.806.658,58	157.901.885,42	420.637.036,71
1068 GESTÃO DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	142.696.105,00	101.422.678,71	41.273.426,29	16.821.638,06
1069 GESTÃO DA POLÍTICA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL	6.500.000,00	4.489.390,58	2.010.609,42	1.931.990,89
	6.000.000,00	169.400,13	5.830.599,87	30.164,83



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO	6.128.801.808,00	5.909.672.088,99	219.129.799,01	1.229.201.478,87
1078 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	7.871.077,00	4.116.517,53	3.756.521,64	2.477.328,71
1079 EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	1.884.752,00	1.492.151,68	392.600,32	363.526,63
1080 COMBATE A DESERTIFICAÇÃO	15.929.183,00	704.018,98	15.225.164,02	317.913,14
1083 REFORMA DO JUDICIÁRIO	4.000.000,00	3.993.007,80	6.992,20	2.601.845,96
1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	5.216.185,00	4.187.064,17	1.030.548,23	2.785.481,21
1088 FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE GESTÃO PÚBLICA	65.320.000,00	8.841.121,25	56.478.878,75	4.924.676,52
1102 AGENDA 21	1.495.955,00	1.142.762,22	353.192,78	17.375,99
1107 PROBACIAS - CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	116.886.956,00	107.445.584,74	9.441.371,26	33.490.304,61
1109 MASSIFICAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DIGITAL ICP-BRASIL	17.304.581,00	15.273.661,74	2.030.919,26	2.339.686,79
1113 NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES	1.520.491.296,00	1.365.286.404,63	155.337.564,87	152.970.821,59
1115 GEOLOGIA DO BRASIL	422.095.002,00	414.976.408,80	7.118.593,20	61.760.749,41
1116 CRÉDITO FUNDIÁRIO	391.190.450,00	378.330.931,08	12.859.518,92	207.163.967,09
1120 PAZ NO CAMPO	13.096.024,00	4.340.970,51	8.755.053,49	1.193.734,32
1122 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS	47.634.635,00	38.463.975,55	9.170.659,45	14.638.980,98
1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUISP	528.192.823,00	305.706.287,40	222.486.535,60	203.577.287,46
1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	365.160.500,00	363.778.598,22	1.381.901,78	351.717.804,07
1132 DEMOCRATIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	4.600.000,00	2.744.462,93	1.855.537,07	243.330,78
1133 ECONOMIA SÓLIDARIA EM DESENVOLVIMENTO	84.240.339,00	55.575.699,35	28.664.639,65	30.345.526,90
1136 FORTALECIMENTO DA GESTÃO URBANA	139.159.657,00	109.689.376,12	29.470.280,88	108.098.497,85
1137 REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS	1.350.000,00	1.016.804,03	333.195,97	736.392,00
1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	53.043.418,00	52.335.636,28	707.781,72	50.937.138,15
1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	108.500.000,00	78.433.306,45	27.866.691,55	63.846.455,93
1142 ENGENHO DAS ARTES	239.891.203,00	190.250.601,34	49.640.724,07	146.374.764,59
1143 PROMOÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA	500.000,00	272.871,45	227.128,55	58.380,94
1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS	13.418.100,00	5.179.819,08	8.238.280,92	1.094.653,46
1156 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO PARA A COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DO AGRON	343.318.093,00	341.487.789,19	1.830.303,81	158.984.487,49
1157 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	113.270.721,00	57.463.086,72	55.807.634,28	17.546.225,03
1161 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL PARA A INSERÇÃO SOCI	36.034.975,00	35.376.106,86	658.868,14	20.930.129,07
1163 BRASIL - DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL	223.513.932,00	157.988.682,17	65.760.504,72	52.933.792,55
1164 PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO	3.745.411,00	3.601.442,31	143.968,69	1.265.139,97
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	994.008.759,00	579.550.166,75	414.460.316,94	441.180.426,64
1172 FORTALECIMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS - PNAFM	164.000.000,00	151.084.325,46	12.915.674,54	66.857.042,05
1173 CONTROLE INTERNO, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO	649.778.210,00	631.102.271,63	18.675.938,37	14.972.855,44
1184 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	75.397.198,00	70.881.382,68	4.515.815,32	2.647.297,65
1185 REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA SAÚDE SUPLEMENTAR	226.101.488,00	220.105.975,09	5.995.512,91	31.723.720,62
1201 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	361.211.580,00	346.143.289,20	15.068.290,80	111.675.981,18
1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	1.501.853.480,00	1.429.290.059,41	72.563.420,59	869.606.075,49
1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	2.184.462.726,00	2.072.360.224,95	112.102.501,05	616.177.190,32
1245 INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE	26.800.000,00	9.709.732,15	17.090.267,85	6.302.406,48
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE	396.135.274,00	376.713.897,13	19.421.376,87	361.409.424,07
1264 RELAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO BRASIL NO EXTERIOR E ATENDIMENTO CONSULAR	637.066.122,00	625.743.231,93	77.611.958,85	6.609.962,62
1266 GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA	3.888.675,00	2.537.936,54	1.350.738,46	318.316,44
1287 SANEAMENTO RURAL	21.412.489,00	16.381.147,31	5.033.484,09	836.545,32
1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS	149.269.000,00	119.301.477,58	29.967.522,42	104.759.908,17
1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	163.359.660,00	149.776.753,35	13.503.488,90	29.265.343,43
1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	474.319.764,00	467.348.479,68	6.971.284,32	202.828.478,03
1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO/URBANO DE PASSAGEIROS	506.060.972,00	493.259.565,77	12.801.406,23	473.116.540,06
1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRAD	251.590.702,00	240.267.006,12	11.323.695,88	26.314.399,20
1312 PROMOÇÃO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE	87.709.132,00	80.059.407,73	7.649.724,27	148.848.802,49
1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	102.192.349,00	63.111.238,49	39.081.110,51	48.689.294,62
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	410.190.400,00	279.482.106,06	130.708.293,94	23.359.151,80
1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDIÇÕES - BOLSA FAMÍLIA	620.222.500,00	600.803.923,31	19.418.576,69	247.271.938,54
1336 BRASIL QUILOMBOLA	136.000.000,00	35.464.877,88	19.509.078,46	83.544.930,40
1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PISCICULTURA	136.000.000,00	60.570.657,15	75.429.342,85	36.813.749,61
1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ADOLESCÊNCIA	31.224.999,00	16.881.656,37	14.343.342,63	12.669.075,26

TÍTULO		EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO		EXERCÍCIO		MES			
				2011		DEZEMBRO			
SUBTÍTULO									
ESFERA ORÇAMENTÁRIA		ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		EMISSÃO		PÁGINA			
				31/12/2011					
ESPECIFICAÇÃO		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EXECUTADAS		DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA		DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	
1344 GESTÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA E PESQUEIRA		55.451.997,00		16.572.181,84		38.879.815,16		12.406.723,07	
1346 QUALIDADE AMBIENTAL		66.121.448,00		54.161.108,31		11.960.339,69		35.505.128,12	
1350 EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)		30.700.000,00		21.453.395,95		9.246.604,05		12.696.143,87	
1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL		79.023.338,00		23.681.100,13		55.342.237,87		21.302.752,38	
1355 IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL - BRASIL PLURAL		14.160.000,00		11.423.601,71		2.736.398,29		6.085.877,89	
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL		123.229.228,00		42.900.881,21		80.328.346,79		31.492.277,01	
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA		2.007.653.320,00		1.998.670.291,60		58.483.274,54		592.446.247,01	
1377 EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA		164.290.983,00		38.626.743,99		125.664.239,01		24.313.741,91	
1383 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS A SOCIEDADE		536.476.096,00		472.819.149,90		65.095.723,93		212.451.404,39	
1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		25.341.407.641,00		48.541.518,25		45.012.775,32		20.560.557,97	
1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL		52.095.640,00		48.541.518,25		3.554.121,75		5.043.718,25	
1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL		48.140.000,00		43.662.680,42		4.477.319,58		18.950.911,79	
1387 MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO		2.600.000,00		1.014.468,78		1.585.531,22		1.002.720,01	
1388 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE C		2.804.067.846,00		2.496.327.676,98		307.881.699,33		684.198.830,84	
1389 CONTROLE DA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA NO PODER JUDICIÁRIO		172.686.966,00		150.868.763,36		21.818.202,64		69.421.215,37	
1391 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA - PRODEC		27.900.000,00		9.315.000,00		18.585.000,00		8.764.142,67	
1401 REPARAÇÃO DE VIOLAÇÕES E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS		1.025.838.982,00		1.003.762.016,41		22.076.965,59		35.704.212,70	
1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS		24.604.000,00		17.817.532,36		6.786.467,64		12.810.625,62	
1404 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA		6.211.192,00		2.681.930,20		3.529.261,80		1.562.842,42	
1409 DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA		53.432.105,00		49.675.657,60		4.105.955,64		33.458.827,10	
1413 PROMOÇÃO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA		5.100.000,00		4.261.182,75		839.287,91		2.196.640,43	
1421 METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS		48.785.197,00		38.883.889,85		3.901.307,15		15.999.411,11	
1426 CONSERVAÇÃO, MANEJO E USO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE		29.427.145,00		15.812.442,62		13.614.702,38		5.183.222,78	
1430 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR		414.828.863,00		346.306.691,13		68.522.876,22		285.992.465,38	
1432 DESENVOLVIMENTO MACROREGIONAL SUSTENTÁVEL		52.308.061,00		51.249.615,64		1.058.445,36		51.216.599,64	
1433 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL		43.940.121,00		4.855.131,34		39.084.989,66		3.246.054,04	
1434 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES		73.229.771,00		47.320.422,34		25.909.001,66		39.799.565,61	
1436 APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE		482.469.507,00		467.512.830,82		15.205.871,05		222.713.981,49	
1437 DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL		6.100.000,00		4.935.522,15		1.313.925,33		267.923,91	
1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO		26.592.714,00		7.078.998,40		19.513.715,60		4.486.315,26	
1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS		2.268.739.150,00		2.221.895.990,77		46.843.159,23		693.462.515,33	
1446 IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE		40.265.283,00		38.150.590,47		2.114.692,53		17.662.086,38	
1448 QUALIDADE NA ESCOLA		3.557.715.135,00		3.195.956.308,52		362.012.309,66		1.798.199.654,54	
1449 ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS		471.859.042,00		461.344.926,61		10.538.932,57		62.738.284,87	
1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI		2.018.488.762,00		782.286.642,69		1.148.202.119,31		114.784.208,34	
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE		625.270.610,00		567.832.365,77		57.438.244,23		141.740.160,62	
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL		164.700.000,00		164.600.000,00		100.000,00		-	
1460 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL		4.056.400,00		4.056.400,00		-		4.056.400,00	
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE		22.115.200,00		22.115.200,00		-		16.676.757,51	
1463 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE		121.971.979,00		69.529.430,03		52.442.548,97		25.895.116,01	
1470 GESTÃO DA POLÍTICA PORTUÁRIA		107.000.000,00		94.063.439,51		12.936.560,49		79.961.491,13	
6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO		188.876.002,00		176.735.198,20		12.140.803,80		166.265.752,42	
8002 GOVERNO ELETRÔNICO		12.479.338,00		9.350.862,98		3.128.475,02		4.020.694,56	
8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES		39.400.000,00		413.804,81		38.986.195,19		69.777,20	
8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS		264.475.769,00		204.880.531,46		59.595.237,54		197.829.750,15	
8010 EDUCAÇÃO FISCAL		535.500,00		379.987,01		155.512,99		213.640,21	
8025 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES		250.000.000,00		121.875.088,82		128.124.911,18		36.221.593,78	
8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL		7.739.823,00		7.273.494,20		466.241,23		1.927.042,41	
8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO		221.596.169,00		206.939.420,78		14.656.748,22		132.149.967,42	
8032 PREPARO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS		278.073.977,00		270.820.395,54		12.586.855,74		62.910.786,40	
8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJÓVEIM		790.547.796,00		562.884.102,92		227.663.693,08		212.620.321,19	
8768 FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL		3.497.207.240,00		2.704.367.737,24		792.839.502,76		81.722.004,84	
9989 MOBILIDADE URBANA		64.460.203,00		146.527,06		64.313.675,94		-	
9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		34.977.300,00		6.726.760,18		28.250.539,82		6.648.739,49	
NORDESTE		52.105.704.436,00		46.399.662.559,30		5.706.142.316,22		7.417.468.599,84	
0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS		3.850.000,00		-		3.850.000,00		-	



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	151.466.419,00	147.477.784,00	3.988.635,00	173.789,00
0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	16.654.000,00	14.344.621,15	2.309.378,85	197.621,15
0089 PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	2.364.823.592,00	2.357.081.385,47	7.742.206,53	7.781,80
0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	37.152.517,00	5.771.013,56	31.381.503,44	5.105.869,45
0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	462.548.001,00	445.102.095,00	17.445.906,00	349.040.468,17
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	4.500.000,00	4.000.000,00	500.000,00	4.000.000,00
0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOIS INDÍGENAS	300.000,00	-	300.000,00	-
0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	10.435.403,00	8.179.474,37	2.255.928,63	74.110,37
0153 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	240.000,00	-	240.000,00	-
0154 GARANTIA DE ACESSO A DIREITOS	1.249.370,00	226.785,02	1.022.584,98	200.000,00
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	4.875.900,00	848.633,26	4.027.266,74	699.637,90
0168 LIVRO ABERTO	2.915.350,00	737.611,73	2.177.738,27	577.575,95
0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	1.300.000,00	-	1.300.000,00	-
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA	2.870.000,00	850.000,00	2.020.000,00	850.000,00
0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	24.858.000,00	-	24.858.000,00	-
0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES	64.000.000,00	-	64.000.000,00	-
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	674.248.779,00	239.918.423,30	434.330.355,70	239.918.423,30
0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	500.000,00	-	500.000,00	-
0362 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CACAU	270.000,00	270.000,00	-	270.000,00
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRIGADA	320.687.925,00	224.341.623,93	96.346.301,07	159.493.482,73
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO MÉDIO PORTE	1.500.000,00	1.500.000,00	-	1.500.000,00
0461 PROMOÇÃO DA RESOLUSA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	7.274.693,00	4.756.308,59	2.518.384,41	2.070.904,38
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	39.700.000,00	39.688.850,61	11.149,39	11.932.521,16
0506 NACIONAL DE FLORESTAS	100.000,00	-	100.000,00	-
0508 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS	9.001,00	-	9.001,00	-
0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	1.082.290,00	356.560.658,17	1.082.290,00	-
0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	503.991.903,00	434.095,20	147.431.244,83	153.083.488,40
0566 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL MILITAR	2.400.000,00	434.095,20	1.965.904,80	434.095,20
0569 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	28.898.731,00	27.085.356,34	1.813.374,66	24.255.483,73
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	125.293.411,00	116.913.175,54	8.380.235,46	19.293.304,35
0571 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	299.212.525,00	285.544.111,05	13.668.413,95	26.517.548,82
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	41.522.029,00	36.910.816,83	4.611.212,17	35.684.024,42
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXERCÍCIO BRASILEIRO	1.345.800,00	516.778,98	829.021,02	382.594,66
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	70.515.777,00	-	70.515.777,00	-
0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	770.000,00	769.894,68	105,32	198.700,00
0638 ENSINO PROFISSIONAL DO EXERCÍCIO	100.000,00	100.000,00	-	100.000,00
0660 SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRANSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS	100.000,00	-	100.000,00	-
0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	4.650.000,00	700.000,00	3.950.000,00	700.000,00
0750 APOIO ADMINISTRATIVO	410.549.525,00	395.318.886,34	15.230.638,66	4.250.941,18
0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	7.206.351,00	175.695,13	7.030.655,87	21.348,72
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	6.762.300,00	5.238,67	6.757.061,33	-
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	49.688.613,00	49.670.637,29	17.975,71	-
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	5.257.812.229,00	4.990.610.448,61	267.201.780,39	184.941.946,62
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	213.558.146,00	174.783.145,00	38.775.001,00	7.525.000,00
1001 GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO	2.000.000,00	-	2.000.000,00	-
1016 ARTESANATO BRASILEIRO	200.000,00	-	200.000,00	-
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO	434.022.446,00	147.188.503,75	286.833.942,25	145.247.006,91
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	59.812.814,00	4.320.000,00	55.492.814,00	4.320.000,00
1036 INTERAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	1.378.065.355,00	791.790.499,50	586.274.855,50	684.214.064,98
1047 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO - CONVIVER	27.998.000,00	6.852.685,86	21.145.314,14	6.402.198,90
1061 BRASIL ESCOLARIZADO	1.304.338.088,00	1.278.099.122,16	26.238.965,84	8.472.623,55
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	1.589.404.428,00	1.436.989.211,16	152.415.216,84	290.417.424,70
1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	13.348.368,00	7.735.924,74	5.612.443,26	1.662.702,89
1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO	5.401.630.294,00	4.948.548.078,27	453.082.215,73	579.951.968,71
1078 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	510.000,00	182.323,40	327.676,60	182.323,40
1080 COMBATE A DESERTIFICAÇÃO	695.000,00	345.000,00	350.000,00	345.000,00
1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	1.350.000,00	1.150.000,00	200.000,00	1.150.000,00



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO	PÁGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	35.000.000,00	2.644.875,09	32.355.124,91	347.875,09
1128 URBANIZAÇÃO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	339.542.178,00	322.539.394,06	17.002.783,94	287.085.906,39
1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	1.500.000,00	-	1.500.000,00	-
1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	205.122.393,00	89.700.366,44	115.422.026,56	69.587.101,92
1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	100.000,00	-	100.000,00	-
1142 ENGENHO DAS ARTES	21.668.528,00	7.370.709,80	14.297.818,20	6.572.119,07
1163 BRASIL: DESTINO TURÍSTICO INTERNACIONAL	400.000,00	-	400.000,00	-
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	1.142.482.121,00	254.066.492,00	888.415.629,00	252.053.525,40
1184 SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO	25.394,00	-	25.394,00	-
1201 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	1.183.500,00	1.182.708,18	791,82	943.732,19
1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	4.326.313.631,00	4.298.459.480,27	27.854.150,73	306.011.593,40
1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	9.021.210.353,00	8.700.438.844,76	320.771.508,24	566.967.463,50
1245 INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE	260.000,00	-	260.000,00	-
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE	312.664.556,00	126.644.961,66	186.019.594,34	125.878.371,92
1287 SANEAMENTO RURAL	850.000,00	500.000,00	350.000,00	500.000,00
1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS	43.947.756,00	43.947.756,00	-	1.204.799,20
1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	8.453.450,00	8.205.881,72	247.568,28	7.744.853,72
1293 ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	503.843.872,00	502.843.871,96	1.000.000,04	21.596.507,16
1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO/URBANO DE PASSAGEIROS	296.910.700,00	294.061.571,90	2.849.128,10	143.390.810,76
1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRAD	17.648.585,00	12.094.758,42	5.553.826,58	11.656.035,00
1312 PROMOÇÃO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE	300.000,00	-	300.000,00	-
1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	100.400.000,00	48.997.397,23	51.402.602,77	-
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	99.106.342,00	79.289.396,34	19.816.945,66	62.482.708,34
1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDIÇÕES DE VIDA - BOLSA FAMÍLIA	8.640.913.231,00	8.638.209.657,00	2.703.574,00	-
1336 BRASIL QUILOMBOLA	750.000,00	150.000,00	600.000,00	4.567,50
1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	62.675.000,00	2.147.035,50	60.527.964,50	2.147.035,50
1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA	8.118.634,00	6.073.868,30	2.044.765,70	898.032,58
1344 GESTÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA E PESQUEIRA	2.550.000,00	2.000.000,00	550.000,00	2.000.000,00
1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	200.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	700.000,00	-	700.000,00	-
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	58.970.932,00	44.108.329,38	14.862.602,62	21.024.906,11
1377 EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE E CIDADANIA	1.687.851,00	752.449,98	935.401,02	88.717,05
1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	189.346.643,00	187.597.030,00	1.749.613,00	1.855.415,74
1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	50.040.017,00	43.741.331,31	6.298.685,69	267.300,00
1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	2.740.000,00	-	2.740.000,00	-
1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	150.000,00	150.000,00	-	150.000,00
1404 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	200.000,00	-	200.000,00	-
1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	1.700.000,00	200.000,00	1.500.000,00	118.170,40
1430 DESENVOLVIMENTO MACROREGIONAL SUSTENTÁVEL	33.987.128,00	2.189.349,70	31.797.778,30	362.763,51
1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	1.800.000,00	350.000,00	1.450.000,00	350.000,00
1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	1.410.000,00	-	1.410.000,00	-
1436 APERFEIÇOAMENTO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	400.000,00	-	400.000,00	-
1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	30.004.271,00	1.000.000,00	29.004.271,00	1.000.000,00
1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	410.337.750,00	410.308.095,95	29.654,05	13.396.882,96
1448 QUALIDADE NA ESCOLA	63.914.144,00	11.435.751,18	52.478.392,82	11.392.863,66
1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PROMASCI	1.775.000,00	-	1.775.000,00	-
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	651.498.910,00	548.984.257,38	102.514.652,62	329.329.535,47
1459 VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	1.958.276.533,00	1.613.703.359,36	344.673.613,16	1.068.657.658,52
6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	1.350.784.650,00	1.239.677.958,69	111.106.691,31	1.009.969.866,89
8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	181.174.255,00	74.771.762,00	106.462.493,00	74.224.262,00
8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	22.050.000,00	21.850.000,00	200.000,00	21.850.000,00
8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJÓVEM	8.900.000,00	2.150.000,00	6.750.000,00	2.127.500,00
9989 MOBILIDADE URBANA	176.141.615,00	165.424.252,11	10.717.362,89	4.794.481,36
9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	178.439.638,00	-	178.439.638,00	-
NORTE	19.109.753.399,00	15.949.283.693,71	3.160.573.395,71	3.019.105.305,31



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS
0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	500.000,00	-	500.000,00	-
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	25.736.635,00	22.983.510,00	2.753.125,00	133.145,00
0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	6.518.000,00	5.941.400,00	576.600,00	-
0089 PREVENÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	1.576.697.040,00	1.501.772.574,66	14.924.465,34	-
0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	1.500.000,00	498.960,00	1.001.040,00	498.960,00
0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	1.100.000,00	-	1.100.000,00	-
0120 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRENTEIRA	40.265.498,00	6.550.000,00	33.715.498,00	6.550.000,00
0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	114.570.280,00	108.259.745,00	6.310.535,00	103.010.869,68
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	8.800.000,00	8.710.200,52	89.799,48	8.710.200,52
0139 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	700.000,00	-	700.000,00	-
0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	8.277.462,00	-	8.277.462,00	-
0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM	2.827.772,00	2.257.755,00	570.017,00	6.666,00
0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	850.000,00	-	850.000,00	-
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	150.000,00	-	150.000,00	-
0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	8.710.000,00	1.275.621,40	7.434.378,60	775.621,40
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	333.144.934,00	46.050.960,50	287.093.973,50	46.050.960,50
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	31.250.000,00	9.326.699,90	21.923.300,10	6.704.772,11
0392 POLO INDUSTRIAL DE MANAUS	52.720.000,00	52.719.598,00	402,00	2.107.070,73
0461 PROMOÇÃO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	27.382.000,00	27.261.434,79	120.565,21	7.474.940,47
0503 PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCENDIOS FLORESTAIS - FLORE	200.000,00	-	200.000,00	-
0506 NACIONAL DE FLORESTAS	435.500,00	130.150,15	305.349,85	-
0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	360.000,00	-	360.000,00	-
0512 ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO	300.000,00	-	300.000,00	-
0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	200.000,00	-	200.000,00	-
0550 CONTROLE EXTERNO	6.733.534,00	6.641.900,91	91.633,09	3.701.091,98
0569 GESTÃO JURISDICCIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	31.212.975,00	31.054.845,74	158.129,26	14.468.964,74
0570 PRESTAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL	50.047.492,00	47.452.750,02	2.594.741,98	9.937.481,03
0571 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	107.294.145,00	97.715.978,68	9.578.166,32	6.523.130,50
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	34.073.467,00	20.027.012,06	14.046.454,94	19.370.710,19
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	39.496.437,00	20.396.001,05	19.100.435,95	20.269.853,40
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	57.417.705,00	-	57.417.705,00	-
0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	470.000,00	469.969,93	30,07	233.970,00
0643 CALHA NORTE	483.115.546,00	167.614.980,91	315.604.255,51	148.364.722,77
0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	1.430.000,00	330.000,00	1.100.000,00	330.000,00
0750 APOIO ADMINISTRATIVO	1.301.525.408,00	1.265.169.161,96	36.356.246,04	573.252,81
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	8.330.641,00	8.275.870,81	54.770,19	-
0902 OPERAÇÕES ESPECIAIS: FINANCIAMENTOS COM RETORNO	1.752.603.927,00	1.663.550.474,56	89.053.452,44	61.647.315,38
0904 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	30.000.000,00	-	30.000.000,00	-
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	56.590.000,00	44.590.000,00	12.000.000,00	-
1016 ARTESANATO BRASILEIRO	500.000,00	500.000,00	-	500.000,00
1020 INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DASUFRA	7.755.646,00	6.007.018,21	1.748.627,79	1.415.099,12
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO	34.113.573,00	2.490.000,00	31.623.573,00	2.490.000,00
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	6.100.000,00	2.800.000,00	3.300.000,00	2.800.000,00
1061 BRASIL ESCOLARIZADO	466.829.326,00	446.631.369,30	20.197.956,70	2.827.791,88
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	506.885.784,00	463.644.842,59	43.040.951,41	95.841.479,53
1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	7.247.242,00	5.023.595,65	2.223.646,35	97.146,68
1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO	1.668.279.021,00	1.539.529.390,78	128.749.630,22	277.312.237,32
1083 REFORMA DO JUDICIÁRIO	6.180.000,00	2.300.000,00	3.880.000,00	2.300.000,00
1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	850.000,00	-	850.000,00	-
1122 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS	4.843.000,00	4.808.940,00	34.060,00	483.008,85
1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	17.850.000,00	100.000,00	17.750.000,00	100.000,00
1128 URBANIZAÇÃO - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	172.323.469,00	123.085.303,98	49.238.165,02	109.592.630,31
1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	25.778.323,00	300.000,00	25.478.323,00	300.000,00
1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSIÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	59.756.706,00	9.356.706,00	50.400.000,00	9.356.706,00
1142 ENGENHO DAS ARTES	16.400.000,00	-	16.400.000,00	-
1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS	250.000,00	-	250.000,00	-
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	309.524.972,00	43.908.530,80	265.616.441,20	43.908.530,80



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	2011	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO					
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO	31/12/2011	PÁGINA	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
1173 CONTROLE INTERNO, PREVENÇÃO E COMBATE A CORRUPÇÃO	1.222.000,00	81.401,20	1.140.598,80	78.390,99
1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	1.123.194.790,00	1.100.017.794,12	23.176.995,88	130.192.054,06
1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	2.439.603.895,00	2.110.151.568,76	329.452.326,24	207.239.924,95
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE	127.447.460,00	28.374.500,00	99.072.960,00	28.232.000,00
1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS	14.309.811,00	14.309.811,00	-	409.770,64
1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	42.031.043,00	4.347.760,00	37.683.283,00	4.347.760,00
1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	115.839.286,00	115.839.286,00	-	11.579.685,89
1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRAD	800.000,00	-	800.000,00	-
1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	1.700.000,00	400.000,00	1.300.000,00	400.000,00
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	92.666.918,00	21.278.617,50	71.388.300,50	21.278.617,50
1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDIÇÕES DE BOLSAS FAMILIA	1.932.139.914,00	1.932.139.914,00	-	-
1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	33.400.000,00	9.541.822,95	23.858.177,05	9.541.822,95
1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA	6.500.000,00	1.277.600,00	5.222.400,00	1.277.600,00
1344 GESTÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA E PESQUEIRA	500.000,00	-	500.000,00	-
1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	48.800.000,00	32.299.987,91	16.500.012,09	31.915.660,64
1355 IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL - BRASIL PLURAL	1.300.000,00	300.000,00	1.000.000,00	300.000,00
1374 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	2.700.000,00	-	2.700.000,00	-
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	13.815.042,00	8.961.287,00	4.853.755,00	1.831.257,82
1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	200.000,00	200.000,00	-	15.045,55
1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	45.990.677,00	44.874.508,05	1.116.168,95	946.721,86
1388 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE C	13.010.976,00	11.144.051,88	1.866.924,12	39.000,00
1421 METEOROLOGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	19.560.434,00	17.050.014,01	2.510.419,99	8.177.189,78
1430 DESENVOLVIMENTO MACROREGIONAL SUSTENTÁVEL	5.476.000,00	5.458.431,84	17.568,16	2.637.875,07
1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	2.571.428,00	2.360.000,00	211.428,00	2.360.000,00
1433 CIDADANIA E FETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	1.300.000,00	-	1.300.000,00	-
1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	1.300.000,00	-	1.300.000,00	-
1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	300.000,00	-	300.000,00	-
1448 QUALIDADE NA ESCOLA	196.688.250,00	196.688.244,01	5,99	12.936.811,52
1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	26.717.725,00	2.150.489,81	24.567.235,19	560.403,85
1456 VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO	13.445.712,00	-	13.445.712,00	-
1457 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	2.122.538.589,00	1.605.579.510,58	516.959.078,42	914.529.930,05
6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	978.170.250,00	784.429.338,88	193.740.911,12	560.611.376,08
8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	100.850.000,00	35.013.957,50	65.836.042,50	35.013.957,50
8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	13.906.294,00	4.200.000,00	9.706.294,00	4.200.000,00
8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJovem	500.000,00	495.000,00	5.000,00	495.000,00
9989 MOBILIDADE URBANA	36.435.157,00	34.371.116,84	2.064.040,16	2.126.933,09
9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	41.491.067,00	700.000,00	40.791.067,00	700.000,00
SUDESTE	36.727.211,00	7.734.426,01	28.992.784,99	7.587.685,82
0052 EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	50.606.188.647,00	45.937.300.064,74	4.669.001.865,85	5.855.458.177,81
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	1.210.300,00	84.101,12	1.126.198,88	75.621,05
0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	31.499.586,00	28.931.845,00	2.567.741,00	229.390,00
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	20.309.200,00	19.141.160,00	1.168.040,00	80.000,00
0099 INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA	3.539.420.123,00	3.519.543.043,35	19.877.079,65	3.000.000,00
0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	3.000.000,00	3.000.000,00	-	3.000.000,00
0106 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA	21.020.000,00	5.096.284,98	15.923.715,02	5.047.504,12
0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	500.000,00	-	500.000,00	-
0137 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO	291.577.111,00	289.877.111,00	1.700.000,00	229.108.151,69
0150 PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	600.000,00	-	600.000,00	-
0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM	18.097.964,00	14.621.803,00	3.476.161,00	434.575,00
0153 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE	800.000,00	800.000,00	-	800.000,00
0154 GARANTIA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	4.650.000,00	4.977.880,00	4.152.120,00	497.880,00
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	7.638.413,00	4.202.803,65	3.435.609,35	3.004.261,07
0168 LIVRO ABERTO	2.426.000,00	390.910,00	2.035.090,00	375.730,73
0169 BRASIL, SOM E IMAGEM	18.200.000,00	15.903.579,55	2.296.420,45	11.056.167,74
0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	6.053.077,00	1.132.183,48	4.920.893,52	169.278,29



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
0172 CULTURA AFRO-BRASILEIRA	1.100.000,00	-	1.100.000,00	-
0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	9.600.000,00	100.000,00	9.500.000,00	100.000,00
0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES	7.400.000,00	-	7.400.000,00	-
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	664.229.825,00	257.255.389,26	406.974.435,74	257.255.389,26
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	5.590.000,00	4.412.485,96	1.177.514,04	3.436.337,35
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO MÉDIO PORTE	2.300.000,00	700.000,00	1.600.000,00	700.000,00
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE	3.060.000,00	1.626.494,47	1.454.947,30	1.180.916,94
0506 NACIONAL DE FLORESTAS	800.000,00	-	800.000,00	-
0508 CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS	1.735.800,00	675.422,49	1.060.377,51	271.663,03
0511 GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE	15.945.000,00	137.618,35	15.807.381,65	79.000,35
0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	123.642.892,00	78.175.218,44	45.467.673,56	37.294.179,24
0569 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	57.456.293,00	40.490.047,00	16.966.246,00	25.773.409,06
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	119.695.300,00	110.689.155,01	9.006.144,99	1.705.107,42
0571 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	560.301.024,00	548.145.061,45	12.155.962,55	10.854.774,25
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	64.644.570,00	55.702.661,09	8.941.908,91	51.359.675,18
0620 PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE	300.000,00	299.893,10	106,90	299.893,10
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXERCÍCIO BRASILEIRO	2.900.000,00	1.899.822,23	1.000.177,77	1.634.217,23
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	9.092.883,00	8.599.885,80	492.997,20	8.599.885,80
0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AEREA BRASILEIRA	27.350.489,00	23.650.489,00	3.700.000,00	17.592.306,15
0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	3.590.000,00	3.588.738,05	1.261,95	774.004,51
0638 ENSINO PROFISSIONAL DO EXERCÍTO	400.000,00	488.809,63	111.190,37	372.223,54
0642 TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE	1.690.000,00	1.682.844,87	7.155,13	1.682.844,87
0647 PRODUÇÃO DE MATERIAL BÉLICO	41.461.612,00	26.916.218,96	14.545.393,04	13.610.216,61
0660 SEGURANÇA E EDUCAÇÃO DE TRANSITO: DIREITO E RESPONSABILIDADE DE TODOS	500.000,00	-	500.000,00	-
0661 APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	25.000.000,00	-	25.000.000,00	-
0662 PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMINALIDADE	23.000.000,00	-	23.000.000,00	-
0663 SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	7.440.000,00	700.000,00	6.740.000,00	700.000,00
0665 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	300.000,00	-	300.000,00	-
0670 PROTEÇÃO A PESSOAS AMEAÇADAS	1.200.000,00	-	1.200.000,00	-
0697 DEFESA DO CONSUMIDOR	14.632.671,00	-	14.632.671,00	-
0698 GESTÃO E APOIO INSTITUCIONAL NA ÁREA DA JUSTIÇA	1.314.330.062,00	1.288.025.121,45	26.304.940,55	24.370.209,50
0750 APOIO ADMINISTRATIVO	300.000,00	-	300.000,00	-
0752 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO	12.000,00	-	12.000,00	-
0757 GESTÃO DA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	30.214.411,00	18.465.628,72	11.748.782,28	-
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	107.250.968,00	107.174.404,84	76.563,16	56.759,00
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	50.000,00	-	50.000,00	-
0904 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	341.635.576,00	249.945.779,00	91.689.797,00	-
0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	129.875,00	97.535,32	32.339,68	29,80
0910 OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	6.650.000,00	-	6.650.000,00	-
1001 GESTÃO DA POLÍTICA DE TURISMO	110.000,00	-	110.000,00	-
1016 ARTESANATO BRASILEIRO	36.230.000,00	25.354.813,54	10.875.186,46	24.914.916,50
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO	40.480.000,00	2.200.000,00	38.280.000,00	2.200.000,00
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	1.000.000,00	1.000.000,00	-	1.000.000,00
1036 INTEGRACÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	2.154.000,00	1.552.826,59	601.173,41	1.552.826,59
1047 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO - CONVIVER	1.512.060.907,00	1.486.426.198,27	25.634.708,73	28.712.109,09
1061 BRASIL ESCOLARIZADO	1.332.330.225,00	1.228.847.089,27	103.483.135,73	195.658.933,62
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	15.611.212,00	12.469.307,48	3.141.904,52	1.570.929,47
1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	7.511.896.130,00	7.032.531.374,85	479.364.755,15	785.678.076,87
1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO	550.000,00	139.690,00	410.310,00	139.690,00
1078 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	200.000,00	200.000,00	-	200.000,00
1080 COMBATE A DESERTIFICAÇÃO	350.000,00	350.000,00	-	350.000,00
1083 REFORMA DO JUDICIÁRIO	350.000,00	200.000,00	150.000,00	200.000,00
1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	54.094.767,00	44.267.879,49	9.826.887,51	-
1107 PROBABIAS - CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	40.000.000,00	35.390.081,41	4.701.760,41	8.078.335,97
1113 NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES	1.644.000,00	1.468.092,00	1.175.908,00	1.468.092,00
1122 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO APLICADAS AOS RECURSOS NATURAIS	3.590.000,00	686.000,00	2.904.000,00	686.000,00
1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
1128 URBANIZAÇÃO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	926.440.980,00	894.157.505,35	32.283.474,65	818.636.154,52
1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	1.250.000,00	250.000,00	1.000.000,00	-
1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSOÃ MARÍTIMA E FLUVIAL	257.653.751,00	200.661.711,66	56.992.039,34	146.674.248,88
1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	600.000,00	100.000,00	500.000,00	-
1142 ENGENHO DAS ARTES	20.080.000,00	7.784.396,80	12.295.603,20	7.684.396,80
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	446.015.392,00	119.184.729,91	326.830.662,09	119.184.729,91
1201 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO COMPLEXO DA SAÚDE	27.059.881,00	9.910.488,29	17.149.392,71	6.195.083,31
1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	3.726.786.512,00	3.680.159.161,82	46.627.350,18	378.623.566,75
1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	15.520.087.345,00	15.1165.136.214,31	354.951.130,69	955.203.766,11
1245 INCLUSÃO SOCIAL PELO ESPORTE	300.000,00	-	300.000,00	-
1250 ESPORTE E LAZER DA CIDADE	372.105.000,00	95.015.188,00	277.089.812,00	94.553.938,00
1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS	66.080.915,00	66.080.915,00	-	360.780,19
1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	6.086.994,00	5.581.091,73	505.902,27	5.581.091,73
1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS	989.905.391,00	989.905.388,00	3,00	6.172.551,32
1295 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIOURBANO DE PASSAGEIROS	50.000.000,00	-	50.000.000,00	-
1305 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRAD	20.000.000,00	-	20.000.000,00	-
1312 PROMOÇÃO DA CAPACIDADE RESOLUTIVA E DA HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO A SAÚDE	100.000,00	-	100.000,00	-
1332 CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS BIOMAS BRASILEIROS	2.977.300,00	10.960.682,16	2.977.300,00	10.960.682,16
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	18.266.726,00	3.920.697.733,13	7.306.043,84	-
1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDICIONALIDADES - BOLSA FAMÍLIA	3.965.147.303,00	1.343.457,97	44.449.569,87	1.174.140,13
1342 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA	29.965.000,00	999.924,11	28.621.542,03	293.971,72
1343 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA	1.400.000,00	-	400.075,89	-
1344 GESTÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA E PESQUEIRA	250.000,00	-	250.000,00	-
1350 EDUCAÇÃO DO CAMPO (PRONERA)	300.000,00	-	300.000,00	-
1353 MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	11.000.000,00	4.669.590,76	6.330.409,24	1.371.961,01
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	84.460.257,00	57.225.334,50	27.234.922,50	7.786.438,08
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	95.763.293,00	61.351.112,61	34.412.180,39	12.728.302,11
1383 ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE	292.568.800,00	299.060,00	292.269.740,00	299.060,00
1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	143.117.103,00	132.700.980,91	10.416.122,09	1.045.740,62
1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	114.864.694,00	104.614.886,45	10.249.807,55	3.600,00
1386 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	9.985.321,00	3.220.024,08	6.765.296,92	3.220.024,08
1387 MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO	100.000,00	-	100.000,00	-
1402 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	100.000,00	-	100.000,00	-
1427 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR	1.550.005,00	3.697.500,00	1.550.005,00	3.697.500,00
1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	12.485.000,00	8.787.500,00	8.787.500,00	-
1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	5.100.000,00	5.100.000,00	5.100.000,00	-
1442 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO	1.900.000,00	-	1.900.000,00	-
1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	518.742.050,00	515.601.112,34	3.140.937,66	17.120.990,58
1448 QUALIDADE NA ESCOLA	80.737.547,00	13.137.876,36	67.599.670,64	12.926.955,74
1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	3.945.000,00	-	3.945.000,00	-
1458 VETOR LOGÍSTICO LESTE	2.892.003.589,00	2.378.127.815,76	513.875.773,24	1.139.987.411,25
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	939.476.483,00	665.032.255,26	274.444.227,74	177.666.161,73
1463 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	144.197.250,00	-	144.197.250,00	-
6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	272.202.785,00	109.398.191,26	162.804.593,74	108.374.441,26
8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	5.700.000,00	3.643.000,00	2.057.000,00	3.643.000,00
8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	9.750.000,00	900.000,00	8.850.000,00	900.000,00
8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJÓVEM	90.999.392,00	73.318.711,03	17.680.680,97	16.244.574,28
9989 MOBILIDADE URBANA	267.750.000,00	4.600.000,00	263.150.000,00	4.600.000,00
9991 HABILITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	41.897.322,00	31.883.272,66	10.014.049,34	26.551.403,55
SUL	21.662.447.905,00	19.822.892.004,17	1.839.555.900,83	3.441.951.482,04
0016 GESTÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE	11.500.000,00	-	11.500.000,00	-
0068 ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	23.952.212,00	22.880.212,00	1.072.000,00	61.029,00
0073 ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	10.255.200,00	9.788.780,00	466.420,00	-
0089 PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	1.364.196.944,00	1.360.053.418,89	4.143.525,11	6.553.524,28
0101 QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL	1.200.000,00	700.000,00	500.000,00	700.000,00
0120 PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA	19.740.000,00	9.618.600,12	10.121.399,88	9.618.600,12



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES
		2011	DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	
ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
0122 SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO	92.220.251,00	700.000,00	88.302.653,99
0152 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM	7.634.318,00	1.154.320,00	13.200,00
0153 SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	100.000,00	-	100.000,00
0154 GARANTIA E ACESSO A DIREITOS	1.850.000,00	100.000,00	1.750.000,00
0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	1.700.000,00	357.020,50	1.257.756,10
0168 LIVRO ABERTO	600.000,00	600.000,00	-
0171 MUSEU MEMÓRIA E CIDADANIA	600.000,00	3.000.000,00	-
0181 BRASIL NO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO - BRASIL CAMPEÃO	360.835.000,00	224.393.700,00	136.441.300,00
0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO	10.000.000,00	-	10.000.000,00
0379 DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA IRRIGADA	10.000.000,00	-	10.000.000,00
0419 DESENVOLVIMENTO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO MÉDIO PORTE	80.900.000,00	70.805.000,00	10.095.000,00
0515 INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	12.310.000,00	134.210,56	10.994.805,70
0569 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL	91.215.735,00	10.124.371,88	33.700.808,17
0570 GESTÃO DO PROCESSO ELEITORAL	269.081.210,00	21.782.159,38	7.881.879,23
0571 PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL TRABALHISTA	52.493.682,00	950.000,00	49.594.560,91
0581 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	1.900.000,00	193.020,32	1.706.979,68
0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXERCÍCIO BRASILEIRO	20.251.576,00	10.545.899,82	6.297.202,51
0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	800.000,00	46,34	46.505,32
0637 SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	100.000,00	100.000,00	100.000,00
0638 ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO	400.000,00	-	-
0645 GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	273.147.161,00	8.236.316,90	723.629,60
0750 ARQUIVO ADMINISTRATIVO	2.262.500,00	1.496.700,00	-
0776 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	115.465.001,00	1.603.514,31	30.396,35
0901 OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	2.026.315,00	1.575.243,32	-
0906 OPERAÇÕES ESPECIAIS: SERVIÇO DA DIVIDIA EXTERNA (JUROS E AMORTIZAÇÕES)	10.870.000,00	3.199.945,30	7.668.932,70
1025 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE ESPAÇOS SUB-REGIONAIS - PROMESO	940.000,00	-	940.000,00
1027 PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA DESASTRES	471.722.936,00	5.248.051,94	5.953.438,67
1061 BRASIL ESCOLARIZADO	750.975.271,00	57.182.297,98	112.459.319,46
1062 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	4.890.445,00	1.220.678,89	636.574,64
1067 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	4.275.533.067,00	237.040.725,47	635.713.988,02
1073 BRASIL UNIVERSITÁRIO	3.100.000,00	3.000.000,00	100.000,00
1078 NACIONAL DE ACESSIBILIDADE	420.000,00	420.000,00	-
1083 REFORMA DO JUDICIÁRIO	300.000,00	300.000,00	-
1086 PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	21.080.000,00	18.880.000,00	-
1127 SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	161.181.916,00	1.583.488,04	155.502.088,13
1128 URBANIZAÇÃO - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E INTEGRAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	500.000,00	300.000,00	200.000,00
1133 ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO	86.491.013,00	16.500.000,00	50.159.426,20
1138 DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE EROSÃO MARÍTIMA E FLUVIAL	1.500.000,00	1.500.000,00	-
1141 CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	25.080.000,00	3.880.122,89	21.199.877,11
1142 ENGENHO DAS ARTES	500.000,00	500.000,00	-
1145 COMUNIDADES TRADICIONAIS	313.520.654,00	218.804.294,00	94.716.360,00
1166 TURISMO SOCIAL NO BRASIL: UMA VIAGEM DE INCLUSÃO	1.479.845.293,00	15.421.790,31	114.306.400,28
1214 ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE	6.022.172.543,00	223.883.616,11	354.430.859,53
1220 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR ESPECIALIZADA	86.755.000,00	52.537.834,94	51.808.879,35
1260 ESPORTE E LAZER DA CIDADE	25.132.450,00	2.742.450,00	310.626,18
1289 VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DE RISCOS DECORRENTES DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE BENS	2.908.140,00	166.400,00	2.741.740,00
1291 SEGURANÇA TRANSFUSIONAL E INSUMOS ESTRATÉGICOS	309.767.970,00	3.163,51	13.995.677,46
1293 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E QUALIDADE DO SANGUE E HEMODERIVADOS	431.946.618,00	7.369.577,87	76.843.395,97
1305 DESCENTRALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO/URBANO DE PASSAGEIROS	300.000,00	300.000,00	-
1309 REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRAD	50.662.614,00	26.300.621,25	24.361.992,75
1334 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS	1.269.402.872,00	916.159,96	116.159,96
1335 TRANSFERÊNCIA DE RENDA COM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE - BOLSA FAMÍLIA	50.000.000,00	44.695.641,50	5.304.358,50
1342 GESTÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA E PESQUEIRA	200.000,00	200.000,00	-
1346 QUALIDADE AMBIENTAL	10.152.448,00	8.309.166,77	866.611,44
1374 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	4.500.000,00	4.252.010,10	247.989,90
1375 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA POS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	38.144.880,00	9.495.333,79	8.034.462,33



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA REGIONALIZADO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO	PÁGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS
1384 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	72.914.563,00	72.253.063,00	661.500,00	567.060,65
1385 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	49.758.701,00	45.973.052,69	3.785.648,31	125,00
1432 PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA A IGUALDADE RACIAL	-	-	100.000,00	-
1433 CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES	1.300.000,00	-	1.300.000,00	-
1444 VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS E AGRAVOS	139.129.800,00	139.129.611,35	188,65	7.982.576,61
1448 QUALIDADE NA ESCOLA	58.581.321,00	11.888.975,50	46.692.345,50	11.684.411,65
1453 NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	56.500.000,00	1.614.037,68	54.885.962,32	190.437,68
1461 VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	414.332.500,00	357.209.988,30	57.122.511,70	283.226.216,41
1462 VETOR LOGÍSTICO SUL	1.884.909.044,00	1.667.564.720,42	217.344.323,58	929.656.276,97
1463 QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	3.008.801,00	1.402.080,44	1.606.720,56	-
6003 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO	144.325.000,00	75.442.290,25	68.882.709,75	73.631.040,25
8007 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	4.300.000,00	3.698.600,00	601.400,00	3.698.600,00
8028 VIVÊNCIA E INICIAÇÃO ESPORTIVA EDUCACIONAL - SEGUNDO TEMPO	2.000.000,00	200.000,00	1.800.000,00	197.500,00
8034 NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS - PROJOVEM	18.490.140,00	17.476.873,25	1.013.266,75	126.784,00
9989 MOBILIDADE URBANA	20.452.000,00	700.000,00	19.752.000,00	700.000,00
9991 HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	48.413.000,00	17.050.795,35	31.362.204,65	15.117.623,24
TOTAL	2.013.672.267.928,00	1.676.831.326.892,20	337.137.550.567,53	85.908.887.692,62



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
Poder Executivo				
20000 PRESIDENCIA DA REPUBLICA	1.976.670.283.148,00	(15.090.128.397,55)	1.625.714.804.968,30	83.601.462.057,02
ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	8.182.677.278,00	(421.068.079,19)	6.447.287.485,72	801.347.375,94
20101 PRESIDENCIA DA REPUBLICA	8.182.677.278,00	(421.068.079,19)	6.447.287.485,72	801.347.375,94
20102 GABINETE DA VICE-PRESIDENCIA DA REPUBLICA	5.732.198.425,00	(418.464.657,48)	4.044.763.814,87	772.985.177,67
20114 ADVOCACIA-GERAL DA UNIAO	7.729.679,00	(396.740,34)	6.929.405,43	309.338,61
	2.442.749.174,00	(2.206.681,37)	2.395.594.265,42	28.052.859,66
20113 MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	12.767.177.452,00	(7.238.349.080,36)	4.383.892.395,02	244.559.828,50
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	1.640.159.766,00	(16.560.355,40)	1.591.249.121,89	20.034.093,14
20202 FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	47.312.698,00	1.083.253,37	40.893.497,24	1.735.837,78
25205 FUND INST. BRASILEIRO DE GEOG E ESTATISTICA	1.592.847.068,00	(17.643.608,77)	1.550.355.624,65	18.298.255,36
ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	11.127.017.686,00	(7.221.788.724,96)	2.792.643.273,13	224.525.735,36
20113 MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	11.127.017.686,00	(7.221.788.724,96)	2.792.643.273,13	224.525.735,36
22000 MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	12.776.551.445,00	470.046.564,39	10.688.176.924,43	1.569.978.533,11
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	7.769.845.295,00	507.367.635,71	6.502.208.260,69	997.151.414,56
22202 EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	2.111.480.123,00	19.333.535,81	2.076.367.003,60	229.596.348,98
22211 COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	2.943.591.902,00	499.075.296,61	2.309.825.818,48	372.616.690,12
22905 FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	2.714.773.270,00	(11.041.196,71)	2.116.015.438,61	394.938.375,46
ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	5.006.706.150,00	(37.321.071,32)	4.185.968.663,74	572.827.118,55
22000 MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	5.006.706.150,00	(37.321.071,32)	4.185.968.663,74	572.827.118,55
24000 MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	8.143.353.791,00	50.328.277,64	7.391.535.144,53	1.563.995.690,17
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	6.577.601.479,00	(151.494.488,20)	5.722.826.437,22	1.289.515.026,34
20301 COMISSAO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	747.645.370,00	(2.760.694,77)	732.174.534,85	46.251.117,80
20302 NUCLEBRAS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A	259.457.303,00	-	258.393.001,29	-
20303 INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S/A	719.544.749,00	(33.382.194,08)	538.147.376,60	107.127.897,07
20402 AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA - AEB	259.800.016,00	(178.116.816,48)	64.729.889,41	29.244.139,31
20501 CONSELHO NACIONAL DE DES.CIENT E TECNOLÓGICO	1.249.773.193,00	755.654.194,11	1.994.390.692,29	524.787.147,86
24209 CENTRO NAC DE TECN.ELETRONICA AVANÇADA S/A	57.227.531,00	34.850.878,08	86.976.018,00	23.604.551,79
24901 FUNDO NAC.DE DESENV. CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	3.284.153.317,00	(727.739.855,06)	2.048.014.924,78	558.500.172,51
ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.565.752.312,00	201.822.765,84	1.668.708.707,31	274.480.663,83
24000 MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	1.565.752.312,00	201.822.765,84	1.668.708.707,31	274.480.663,83
25000 MINISTERIO DA FAZENDA	1.172.014.390.956,00	(148.919.065,79)	889.239.257.655,07	18.018.528.486,53
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	13.990.249.029,00	(25.056.381,56)	12.021.586.141,67	618.103.132,85
25201 BANCO CENTRAL DO BRASIL-ORC.FISCAL/SEG.SOCIAL	2.547.684.542,00	(30.529.251,99)	2.463.474.820,26	645.290,43
25203 COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS	274.209.220,00	(1.988.077,83)	159.137.768,83	9.805.803,16
25208 SUPERINTENDENCIA DE SEGUROS PRIVADOS	177.968.144,00	(1.967.175,74)	166.084.940,23	1.993.702,76
25901 FUNDO DE COMPENSAÇÃO E VARIACOES SALARIAIS	455.497.836,00	-	455.497.836,00	372.253.838,08
25904 FUNDO DE ESTABILIDADE DO SEGURO RURAL	120.212.549,00	-	18.273.433,14	72,19
25914 FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO	1.666.404.981,00	-	8.745.868.099,96	4.251.216,93
25915 FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL	8.748.271.757,00	7.670.103,00	7.670.103,00	221.816.638,16
25916 FUNDO CONTINGENTE DA EXTINTA RFFSA-FCMP.	-	1.758.021,00	-	7.338.271,14
71902 FUNDO SOBERANO DO BRASIL	-	-	-	-
ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.158.024.141.927,00	(123.862.684,23)	877.217.671.513,40	17.400.425.353,68
25000 MINISTERIO DA FAZENDA	1.152.576.428.046,00	(123.862.684,23)	877.217.671.513,40	17.400.425.353,68
90000 RESERVA DE CONTINGENCIA	5.447.713.881,00	-	-	-
26000 MINISTERIO DA EDUCACAO	78.798.512.664,00	2.386.196.108,58	76.779.788.841,38	11.684.850.058,21
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	76.249.610.415,00	3.047.125.264,64	75.529.775.523,22	11.501.199.205,83
26201 COLEGIO PEDRO II	365.880.922,00	6.728.486,05	366.679.561,26	27.037.845,09
26230 FUND.UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO	96.248.123,00	26.576.915,82	119.120.747,52	36.209.755,54



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO	EXERCÍCIO	2011	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSÃO	31/12/2011	PÁGINA	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL				

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS
26231 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	540.008.390,00	39.086.632,40	561.488.366,79	40.444.401,36
26232 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	1.117.279.018,00	164.488.983,05	1.224.637.553,83	121.006.333,50
26233 UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	1.089.533.029,00	133.506.707,73	1.189.922.134,90	114.628.370,91
26234 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	661.738.657,00	66.227.789,18	676.183.630,80	57.927.971,19
26235 UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	876.870.607,00	113.801.351,80	903.002.759,02	83.138.601,53
26236 UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	1.443.324.922,00	32.685.671,62	1.427.397.626,40	94.029.944,01
26237 UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	653.696.285,00	43.426.225,44	560.032.432,63	75.375.436,49
26238 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	1.355.622.034,00	269.881.177,38	1.604.304.348,65	97.404.313,59
26239 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	898.622.261,00	85.770.663,05	958.316.430,50	107.400.070,28
26240 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	1.036.859.617,00	64.571.493,47	1.088.727.010,63	69.290.432,26
26241 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	1.105.148.556,00	162.945.718,03	1.219.839.798,44	108.767.840,33
26242 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	1.056.499.612,00	90.280.038,58	1.086.576.434,28	110.248.166,58
26243 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1.029.197.774,00	113.869.132,29	1.125.532.160,33	106.040.888,16
26244 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	1.140.353.544,00	51.447.649,74	1.151.129.702,20	60.429.442,26
26245 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	2.460.054.117,00	184.356.653,20	2.588.111.160,64	170.081.181,74
26246 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	1.059.254.848,00	151.704.069,01	1.127.056.863,02	152.444.672,73
26247 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	779.301.114,00	86.577.200,19	857.085.709,50	65.031.659,28
26248 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	343.680.214,00	8.844.803,44	346.116.172,56	37.055.397,31
26249 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	402.907.961,00	5.213.321,89	403.216.575,58	30.184.065,90
26250 UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	113.777.473,00	6.491.634,86	117.985.266,45	23.914.330,45
26251 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	168.547.889,00	21.181.715,47	184.907.054,47	45.072.349,34
26252 UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	426.886.481,00	27.278.068,14	445.658.892,00	37.864.252,70
26253 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA	123.593.231,00	4.350.277,96	125.117.128,61	19.762.685,19
26254 UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	286.456.758,00	82.774.623,60	357.206.039,93	43.869.597,63
26255 UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO	183.703.238,00	7.271.547,93	169.171.202,47	70.975.164,14
26256 CENTRO FED. EDUC. TECN. CELSO SUCKOW DA FONSECA	181.194.988,00	513.539,22	175.480.648,62	11.797.115,88
26257 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MG	237.615.212,00	4.556.221,15	214.403.878,28	8.619.137,41
26258 UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	453.099.749,00	3.378.315,00	434.850.149,07	69.273.536,23
26259 UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	102.958.813,00	15.562.327,03	115.972.288,23	19.519.000,44
26260 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	142.773.689,00	4.800.826,50	137.827.534,39	27.380.250,54
26261 UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBA	809.577.412,00	183.581.759,66	959.817.189,98	115.303.060,24
26262 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	218.624.225,00	(5.948.759,30)	206.185.928,19	27.712.943,88
26263 UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	131.323.671,00	3.848.164,95	132.544.045,89	22.664.794,30
26264 UNIVERSIDADE FEDERAL DO SEMI-ARIDO/RN	176.850.588,00	11.236.722,08	186.479.069,77	68.877.531,41
26265 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	107.837.557,00	(3.094.245,20)	93.064.702,27	73.214.433,23
26266 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGR. LATINO AMERICANA	147.574.003,00	203.779,65	133.234.254,76	11.497.402,02
26267 UNIVERS. FEDERAL DA INTEG. LATINO AMERICANA	310.297.934,00	32.388.301,29	325.079.423,70	39.385.072,88
26268 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	454.056.346,00	42.235.696,81	477.589.898,59	40.596.564,61
26269 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO	1.401.372.292,00	129.170.322,33	1.429.948.611,77	151.756.378,95
26270 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	520.188.315,00	158.673.493,27	667.743.706,38	106.441.585,69
26271 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO	395.062.479,00	39.817.649,05	431.163.544,80	105.485.892,61
26272 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	793.649.459,00	167.805.082,29	929.617.872,84	90.423.889,61
26273 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	199.700.601,00	2.343.368,81	175.824.963,31	20.185.998,74
26274 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	563.436.680,00	29.368.173,64	573.261.862,69	48.010.128,28
26275 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	264.523.653,00	16.245.496,85	277.104.631,50	34.822.328,34
26276 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE OURO PRETO	454.206.742,00	76.544.153,30	519.136.288,21	54.172.451,06
26277 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	414.258.399,00	13.852.417,89	451.145.598,04	41.484.802,81
26278 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	7.344.282.14	7.344.282,14	355.292.711,66	42.810.098,21
26279 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	444.906.207,00	23.286.160,28	396.252.461,45	52.948.289,97
26280 UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA	539.476.956,00	13.464.478,69	537.761.854,30	35.225.945,01
26281 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	478.199.545,00	50.471.992,52	502.714.850,92	43.877.573,60
26282 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO G. SUL	80.382.198,00	12.794.012,52	84.225.523,66	25.969.856,43
26283 FUN. UNIV. FED. DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE P. ALEGRE	210.040.453,00	2.951.150,34	173.789.516,63	34.867.905,94
26284 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S. J. DEL-REI	78.698.351,00	7.455.200,89	79.850.940,72	24.556.529,17
26285 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	568.167.247,00	(419.076.044,27)	622.165.986,35	90.124.513,36
26286 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	3.035.846.180,00	(158.611,09)	2.334.493.535,56	624.934.377,31
26291 FUND. COORD. DE APERF. DE PESSOAL NIVEL SUPERIOR	108.188.828,00		93.924.555,90	3.720.265,06
26292 FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
26294 HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE	511.667.484,00	210.005.731,12	710.111.248,64	74.559.708,07
26298 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO	34.012.040.000,00	(344.575.057,51)	32.141.748.305,47	5.900.861.626,29
26350 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FED. DA GRANDE DOURADOS	157.991.923,00	27.107.895,02	175.560.477,39	32.779.333,59
26351 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCANO DA BAHIA	131.527.779,00	5.717.383,78	134.499.002,94	25.805.549,15
26352 FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC	211.554.076,00	7.525.794,23	205.466.556,64	90.167.350,10
26402 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DE ALAGOAS	170.399.899,00	653.213,01	162.886.194,56	26.725.566,06
26403 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO AMAZONAS	162.697.941,00	2.347.312,80	160.556.837,56	21.326.604,24
26404 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.BAIAO	107.787.925,00	6.126.039,94	106.988.763,05	13.748.437,09
26405 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO CEARA	254.708.069,00	8.886.305,77	254.301.185,55	48.765.509,90
26406 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO	299.194.057,00	9.478.154,08	287.520.350,81	26.230.795,46
26407 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.GOIANO	103.785.868,00	10.947.415,47	108.012.778,07	21.031.278,32
26408 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO MARANHAO	260.742.074,00	6.364.873,55	240.168.570,10	47.123.967,42
26409 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS	148.819.107,00	9.050.484,79	152.037.241,41	24.146.204,54
26410 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG	89.038.039,00	814.848,50	82.083.425,58	14.828.969,18
26411 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO SUDESTE MG	118.317.096,00	14.308.354,79	127.226.470,11	20.044.687,13
26412 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	102.248.220,00	6.271.829,86	102.400.038,46	15.303.174,71
26413 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO TRIA.MINEIRO	88.825.152,00	4.470.809,97	89.103.913,05	14.962.189,09
26414 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO	175.184.521,00	8.840.854,53	174.822.561,78	42.384.231,55
26415 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO MATO GROSSO DO SUL	4.612.691,77	49.885.657,40	219.935.536,08	28.362.215,96
26416 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO PARA	91.508.013,00	30.101.237,85	201.919.208,97	42.027.540,42
26417 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DA PARAIBA	202.999.384,00	12.971.765,63	219.935.536,08	33.497.016,46
26418 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DA PERNAMBUCO	237.289.816,00	1.951.801,43	224.389.893,84	23.574.662,25
26419 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO RS	164.470.584,00	7.888.498,09	156.163.862,14	27.065.222,21
26420 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DE RONDONIA	101.023.907,00	34.152.257,60	131.224.406,08	36.103.045,57
26421 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.CATARINENSE	62.340.380,00	6.519.527,92	61.502.931,79	16.861.556,70
26422 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DE SERGIPE	115.212.272,00	15.247.674,23	126.897.139,49	21.544.701,68
26423 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO TOCANTINS	127.445.954,00	6.340,51	103.820.531,15	15.984.732,60
26424 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO ACRE	86.107.965,00	8.790.852,14	91.259.978,54	25.464.900,31
26425 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DO AMAPA	36.730.156,00	123.936,76	21.815.975,83	5.874.374,20
26426 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DA BAHIA	28.089.229,00	(3.492.188,27)	15.945.600,05	4.801.369,22
26427 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DA BRASILIA	243.691.462,00	1.717.259,00	230.494.065,64	36.871.892,49
26428 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DE GOIAS	125.892.334,00	2.133.877,22	114.815.360,10	55.495.018,21
26429 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DA GOIAS	165.448.979,00	26.841.540,61	188.751.244,68	21.437.938,75
26430 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DA PIAUI	155.929.755,00	1.054.482,49	61.280.164,91	7.727.223,98
26431 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DA PARAIBA	178.607.720,00	552.341,32	147.692.091,50	19.452.190,62
26432 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DA PARAIBA	130.660.932,00	60.287.479,38	163.780.075,71	45.086.868,38
26433 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DA PARAIBA	172.842.363,00	7.014.541,18	173.449.310,85	25.537.457,65
26434 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DA PARAIBA	178.607.720,00	15.186.737,48	177.807.179,56	22.745.426,60
26435 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DA PARAIBA	256.926.480,00	28.259.044,67	261.925.466,85	63.206.030,72
26436 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DA PARAIBA	186.680.265,00	11.830.743,04	194.377.379,79	19.617.126,90
26437 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DA PARAIBA	60.043.879,00	2.156.655,04	55.205.242,30	10.473.867,74
26438 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DA PARAIBA	223.347.760,00	7.301.618,47	224.174.819,58	29.599.972,92
26439 INST.FED.DE EDUC.:CIENC.E TEC.DA PARAIBA	259.516.839,00	2.059.228,79	246.698.173,44	77.303.362,66
26440 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	152.132.632,00	4.801.810,55	146.579.135,90	80.063.656,12
26441 UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA	94.565.526,00	7.130.486,30	86.401.097,65	56.212.268,32
26442 UNIV.DA INTEG.INTER.NA DA LUSOF.BRASILEIRA	61.158.073,00	(694.964,29)	23.617.283,39	15.116.961,59
ORÇÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.548.902.249,00	(660.929.156,06)	1.250.013.318,16	183.650.852,38
26000 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	2.548.902.249,00	(660.929.156,06)	1.250.013.318,16	183.650.852,38
28000 MINISTÉRIO DO DESENVOLV.IND. E COMÉRCIO EXTERIOR	2.787.792.220,00	(11.166.801,03)	1.283.842.432,67	64.972.984,86
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.271.549.604,00	(5.563.565,70)	1.041.512.873,96	42.389.718,70
20603 SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS	326.851.660,00	(338.853,00)	185.478.342,55	11.972.910,36
20924 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO	845.049.156,00	-	-	-
28500 FUNDO DE GARANTIA P/ PROM. DA COMPETITIVIDADE	99.582.036,00	-	10.000.000,00	-
28501 FUNDO NACIONAL DE DESESTATIZACAO	-	300.036,44	300.036,44	-
30203 INSTIT.NAC. DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOGIA	741.038.841,00	(4.491.042,09)	602.403.512,94	16.672.761,74



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO	EXERCÍCIO	MES	
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO	PÁGINA	
		31/12/2011		
ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
30204 INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	259.027.911,00	(1.033.707,05)	243.330.982,03	13.744.046,60
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	516.242.616,00	(5.603.235,33)	242.329.558,71	22.583.266,16
28000 MINISTÉRIO DO DESENV.IND. E COMERCIO EXTERIOR	516.242.616,00	(5.603.235,33)	242.329.558,71	22.583.266,16
30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	12.212.148.688,00	97.968.790,33	9.691.233.075,59	863.582.079,03
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2.124.674.539,00	(165.826.515,05)	1.170.204.250,64	361.367.795,74
30202 FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO	533.042.019,00	(2.754.907,33)	478.123.382,24	42.334.495,59
30211 CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA	14.419.523,00	(477.075,90)	10.631.462,79	477.981,07
30905 SECRETARIA DE DIREITO ECONOMICO/DF FUNDO	35.135.019,00	(540.607,31)	8.402.336,11	-
30907 FUNDO PENITENCIARIO NACIONAL	269.922.925,00	(318.370,62)	91.026.341,41	66.873.518,62
30909 FUNDO P/APAR.E OPERAC.ATIV.FIM.POL.FEDERAL	608.810.793,00	3.508.689,35	387.308.171,59	180.697.703,50
30911 FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	623.312.823,00	(166.700.265,55)	176.018.527,07	54.553.590,56
30912 FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS	40.031.437,00	1.456.022,31	18.694.029,43	16.430.506,40
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	10.087.474.149,00	263.795.305,38	8.521.028.824,95	502.214.283,29
30000 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	3.078.674.111,00	111.033.136,83	1.644.653.654,87	261.480.831,19
30108 DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	4.270.420.571,00	65.242.162,40	4.209.716.218,50	120.170.614,27
30802 DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ	2.738.379.467,00	87.520.006,15	2.666.658.951,58	120.562.837,83
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	27.041.044.897,00	152.120.626,11	20.436.973.491,78	465.963.339,07
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	6.944.264.057,00	193.364.169,17	1.381.253.473,29	145.108.227,75
29208 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	1.061.448.650,00	19.742.419,23	440.124.758,18	67.306.679,91
32205 AGENCIA NACIONAL DO PETROLEO	4.911.909.063,00	56.361.032,31	406.503.806,06	50.933.843,56
32210 AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA	445.882.257,00	117.703.246,48	221.824.933,88	14.449.773,29
32263 DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL	432.594.366,00	(442.528,85)	231.785.242,60	5.078.641,55
32314 EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA	112.429.721,00	-	81.014.732,57	7.339.289,44
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	20.076.780.840,00	(41.243.543,06)	19.055.720.018,49	320.855.111,32
32000 MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	20.076.780.840,00	(41.243.543,06)	19.055.720.018,49	320.855.111,32
33000 MINISTÉRIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	296.428.683.124,00	18.366.117.222,20	313.582.579.400,36	676.341.421,96
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	296.064.897.128,00	18.355.451.474,97	313.238.616.539,77	637.147.756,08
33206 SUPERINT. NACIONAL DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR	49.414.411,00	(201.916,41)	41.809.104,73	3.243.386,32
37202 INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	296.015.482.717,00	18.355.653.391,38	313.196.807.435,04	633.904.369,76
ÓRGÃOS DA ADMINIISTRAÇÃO DIRETA	363.785.996,00	10.665.747,23	343.962.860,59	39.193.665,88
33000 MINISTÉRIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	363.785.996,00	10.665.747,23	343.962.860,59	39.193.665,88
34000 MINISTÉRIO PUBLICO DA UNIAO	3.894.978.505,00	(1.529.519,02)	3.809.553.322,79	367.776.218,96
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	3.894.978.505,00	(1.529.519,02)	3.809.553.322,79	367.776.218,96
34000 MINISTÉRIO PUBLICO DA UNIAO	3.894.978.505,00	(1.529.519,02)	3.809.553.322,79	367.776.218,96
35000 MINISTÉRIO DAS RELACOES EXTERIORES	2.520.589.665,00	3.894.305,07	2.180.797.052,61	19.426.180,82
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	21.885.775,00	(12.864,00)	16.837.079,67	836.545,32
35201 FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMAO	21.885.775,00	(12.864,00)	16.837.079,67	836.545,32
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2.498.703.890,00	3.907.169,07	2.163.959.972,94	18.589.635,50
35000 MINISTÉRIO DAS RELACOES EXTERIORES	2.498.703.890,00	3.907.169,07	2.163.959.972,94	18.589.635,50
36000 MINISTÉRIO DA SAUDE	80.898.898.005,00	(2.361.757.293,75)	76.219.731.030,44	7.672.721.020,01
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	7.849.871.706,00	690.178.250,38	8.383.369.117,21	1.974.779.137,00
36201 FUNDACAO OSWALDO CRUZ	2.356.118.335,00	473.764.858,95	2.804.398.797,71	673.618.542,34
36208 HOSPITAL CRISTO REDENTOR S/A	124.183.667,00	20.619.246,95	142.272.720,62	4.469.934,20
36209 HOSPITAL FEMINA S/A	73.977.812,00	18.033.480,00	90.073.063,57	5.563.240,34
36210 HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO S/A	490.043.718,00	105.964.942,32	594.011.490,15	15.417.970,95
36211 FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE	3.898.215.627,00	166.141.122,84	3.984.159.006,89	1.208.549.215,79



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO	EXERCÍCIO	MES
		2011	DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO	PÁGINA
		31/12/2011	
ESPECIFICAÇÃO		DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS
36212 AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA		547.622.334,42	35.436.513,36
36213 AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR		220.831.703,85	31.723.720,62
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		67.836.361.913,23	5.697.941.882,41
36000 MINISTERIO DA SAUDE		67.836.361.913,23	5.697.941.882,41
38000 MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO		54.014.448.790,82	700.534.107,98
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		48.341.534.780,82	228.156.228,46
37201 FUNDO JORGE D.FIGUEIREDO DE SEG.E MED DO TRAB.		84.069.896,08	3.583.777,11
38901 FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR		48.257.464.884,74	224.572.451,35
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		5.672.914.010,00	472.377.879,52
38000 MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO		5.672.914.010,00	472.377.879,52
39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES		20.688.775.343,43	7.848.140.009,64
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		17.749.752.845,20	7.816.797.263,03
29209 VALEC-ENGENHARIA, CONSTRUCOES E FERROVIAS S/A		2.177.089.642,75	987.065.816,62
39250 AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES		285.091.578,27	44.926.048,84
39251 AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS		102.872.392,00	5.240.418,80
39252 DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES		103.578.962,28	6.697.842.973,93
49901 FUNDO DA MARINHA MERCANTE		2.704.232.425,37	81.722.004,84
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		3.672.262.878,00	31.342.746,61
39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES		3.672.262.878,00	31.342.746,61
41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES		1.803.497.345,29	161.258.658,70
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		523.029.243,92	76.276.873,83
41231 AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES		401.154.155,10	40.055.280,05
41903 FUNDO P/O DESENVOLV.TEC.DAS TELECOMUNICACOES		121.875.088,82	36.221.593,78
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		1.280.468.101,37	84.981.784,87
41000 MINISTERIO DAS COMUNICACOES		1.280.468.101,37	84.981.784,87
42000 MINISTERIO DA CULTURA		1.676.593.072,62	909.372.696,45
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		1.177.089.829,18	606.376.694,88
20203 AGENCIA NACIONAL DO CINEMA		303.148.207,79	240.256.332,07
20403 FUNDACAO CASA DE RUI BARBOSA		34.404.214,66	3.925.686,77
20404 FUNDACAO BIBLIOTECA NACIONAL		139.503.217,47	65.751.590,29
20408 FUNDACAO CULTURAL PALMARES		61.382.010,92	3.935.128,12
20411 INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL		16.455.016,18	86.815.722,34
20412 FUNDACAO NACIONAL DE ARTES		270.898.638,49	82.371.927,70
34902 FUNDO NACIONAL DE CULTURA		141.058.225,86	109.054.899,42
42207 INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS		108.610.375,15	14.265.408,17
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		499.503.243,44	302.996.001,57
42000 MINISTERIO DA CULTURA		499.503.243,44	302.996.001,57
44000 MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE		2.373.650.532,90	187.613.776,33
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		2.134.313.339,63	115.129.358,79
20701 INST.BRAS DO MEIO AMB E DOS REC.NAT.RENOVAV.		1.061.601.730,36	8.576.899,37
44204 FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE		3.489.986,79	3.027.476,13
44205 AGENCIA NACIONAL DE AGUAS		277.582.055,62	38.160.365,55
44206 INSTITUTO DE PESQUISAS JARDIM BOTANICO DO RJ		49.803.981,12	4.882.649,28
44207 INST.CHICO MENDES DE CONSER.DA BIODIVERSIDADE		522.932.687,04	41.579.069,76
44902 FUNDO NACIONAL SOBRE MUDANCAS DO CLIMA		218.902.898,70	18.902.898,70



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO	EXERCÍCIO	MES
		2011	DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSAO	PAGINA
		31/12/2011	
ESPECIFICAÇÃO		DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS
44000 MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE		19.214.932,19	231.030.778,17
44208 SERVICO FLORESTAL BRASILEIRO	1.431.062.955,00	(24.214.226,40)	8.306.415,10
49000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO			
ENTIDADES DA ADMINISTRACAO INDIRETA	6.011.194.438,00	(340.257.354,27)	4.533.497.733,81
22201 INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA	4.261.691.091,00	21.362.717,59	3.582.402.393,35
49001 FUNDO TERRAS E DA REF AGRARIA-BANCO DA TERRA	4.261.691.091,00	(278.637.282,41)	3.282.402.393,35
	-	300.000.000,00	300.000.000,00
ORÇÃOS DA ADMINISTRACAO DIRETA	1.749.503.347,00	(361.620.071,86)	951.095.340,46
49000 MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	1.749.503.347,00	(361.620.071,86)	951.095.340,46
51000 MINISTERIO DO ESPORTE			
ORÇÃOS DA ADMINISTRACAO DIRETA	2.923.326.697,00	(28.443.328,52)	1.267.742.140,98
51000 MINISTERIO DO ESPORTE	2.923.326.697,00	(28.443.328,52)	1.267.742.140,98
52000 MINISTERIO DA DEFESA			
ENTIDADES DA ADMINISTRACAO INDIRETA	64.787.389.525,00	775.136.203,70	62.724.918.933,77
52201 AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	124.886.237,00	(12.463.234,27)	112.423.000,50
	124.886.237,00	(12.463.234,27)	112.423.000,50
ORÇÃOS DA ADMINISTRACAO DIRETA	64.662.503.288,00	787.599.437,97	62.612.495.933,27
52000 MINISTERIO DA DEFESA	2.144.518.735,00	(968.499.025,57)	490.179.581,81
52111 COMANDO DA AERONAUTICA	16.496.036.790,00	260.582.534,47	15.762.561.511,04
52121 COMANDO DO EXERCITO	28.530.500.700,00	1.136.349.801,46	29.114.407.637,64
52131 COMANDO DA MARINHA	17.491.447.063,00	359.166.127,61	17.245.347.202,78
53000 MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL			
ENTIDADES DA ADMINISTRACAO INDIRETA	19.376.325.849,00	(353.862.440,06)	15.798.446.957,08
22203 COMPANHIA DE DESENV. DO VALE DO SAO FRANCISCO	11.177.199.319,00	3.222.593.779,12	13.486.890.102,40
22204 DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS	1.222.617.734,00	179.084.734,92	4.154.989.948,32
53202 SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	1.045.432.809,00	(26.734.250,81)	1.150.098.486,06
53203 SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLV. DO NORDESTE	51.899.947,00	1.187.608.193,76	888.793.250,46
53297 SUPERINT. DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE	94.218.746,00	1.786.659.730,18	1.220.588.242,88
53901 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORTE	-	95.975.371,07	1.825.742.433,06
53902 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO CENTRO OESTE	1.752.603.927,00	-	83.956.292,21
53903 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAM.DO NORDESTE	1.752.613.927,00	-	1.663.550.474,56
	5.257.812.229,00	-	61.647.315,38
			61.647.315,38
ORÇÃOS DA ADMINISTRACAO DIRETA	8.199.126.530,00	(3.576.456.219,18)	4.990.610.448,61
53000 MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	8.199.126.530,00	(3.576.456.219,18)	2.311.556.854,68
54000 MINISTERIO DO TURISMO			
ENTIDADES DA ADMINISTRACAO INDIRETA	3.752.112.770,00	(24.478.376,14)	1.306.667.256,37
20604 INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO	267.271.553,00	(2.685.608,42)	198.592.123,50
54901 FUNDO GERAL DE TURISMO-FUNGETUR/METUR	244.077.405,00	(2.685.608,42)	175.397.975,50
	23.194.148,00	-	23.194.148,00
ORÇÃOS DA ADMINISTRACAO DIRETA	3.484.841.217,00	(21.792.767,72)	1.108.075.132,87
54000 MINISTERIO DO TURISMO	3.484.841.217,00	(21.792.767,72)	1.108.075.132,87
55000 MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME			
ENTIDADES DA ADMINISTRACAO INDIRETA	46.311.314.202,00	(26.017.407.760,01)	19.900.223.063,76
55001 FUNDO NACIONAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	27.241.132.545,00	(25.188.330.423,10)	1.868.592.479,62
	27.241.132.545,00	(25.188.330.423,10)	1.868.592.479,62
ORÇÃOS DA ADMINISTRACAO DIRETA	19.070.181.657,00	(829.077.336,91)	18.031.630.584,14
55000 MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	19.070.181.657,00	(829.077.336,91)	18.031.630.584,14
56000 MINISTERIO DAS CIDADES			
ENTIDADES DA ADMINISTRACAO INDIRETA	22.252.255.913,00	(13.195.149,00)	17.264.139.227,74
	2.866.322.645,00	(55.147.109,02)	1.984.514.574,84
			14.869.129.588,78
			707.993.311,23



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
29214 COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	1.016.318.483,00	-	917.650.628,98	179.052.336,77
56901 FUNDO NAC. DE SEGUR. E EDUCAÇÃO DO TRÂNSITO	690.901.797,00	(54.141.306,12)	119.011.375,46	4.700.208,08
56902 FUNDO NACIONAL DE HAB. INTERESSE SOCIAL	707.500.644,00	(1.005.802,90)	507.054.051,17	447.297.370,41
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	19.385.933.268,00	41.951.960,02	15.279.624.652,90	14.161.136.277,55
56000 MINISTÉRIO DAS CIDADES	19.385.933.268,00	41.951.960,02	15.279.624.652,90	14.161.136.277,55
58000 MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	559.749.826,00	(23.757.331,77)	183.556.435,69	80.123.388,17
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	559.749.826,00	(23.757.331,77)	183.556.435,69	80.123.388,17
58000 MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA	559.749.826,00	(23.757.331,77)	183.556.435,69	80.123.388,17
59000 CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	88.356.450,00	(1.767.542,22)	43.999.881,65	15.444.888,49
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	88.356.450,00	(1.767.542,22)	43.999.881,65	15.444.888,49
59000 CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	88.356.450,00	(1.767.542,22)	43.999.881,65	15.444.888,49
Poder Judiciário	28.076.942.362,00	15.091.362.409,37	42.445.163.168,45	1.844.191.700,84
10000 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	504.017.061,00	394.170.98	450.743.433,82	43.443.364,74
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	504.017.061,00	394.170.98	450.743.433,82	43.443.364,74
10000 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	504.017.061,00	394.170.98	450.743.433,82	43.443.364,74
11000 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	954.018.003,00	26.325.050,27	962.125.407,51	96.286.993,30
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	954.018.003,00	26.325.050,27	962.125.407,51	96.286.993,30
11000 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	954.018.003,00	26.325.050,27	962.125.407,51	96.286.993,30
12000 JUSTIÇA FEDERAL	7.051.617.955,00	13.617.045.483,76	20.290.601.171,90	689.784.154,81
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	7.051.617.955,00	13.617.045.483,76	20.290.601.171,90	689.784.154,81
12000 JUSTIÇA FEDERAL	7.051.617.955,00	13.617.045.483,76	20.290.601.171,90	689.784.154,81
13000 JUSTIÇA MILITAR	367.471.135,00	(173.714,29)	359.281.042,71	13.735.675,19
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	367.471.135,00	(173.714,29)	359.281.042,71	13.735.675,19
13000 JUSTIÇA MILITAR	367.471.135,00	(173.714,29)	359.281.042,71	13.735.675,19
14000 JUSTIÇA ELEITORAL	4.556.073.469,00	(1.663.482,34)	4.464.767.395,17	433.606.935,57
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.556.073.469,00	(1.663.482,34)	4.464.767.395,17	433.606.935,57
14000 JUSTIÇA ELEITORAL	4.556.073.469,00	(1.663.482,34)	4.464.767.395,17	433.606.935,57
15000 JUSTIÇA DO TRABALHO	12.762.014.285,00	1.455.895.240,03	14.078.294.957,74	400.401.977,07
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	12.762.014.285,00	1.455.895.240,03	14.078.294.957,74	400.401.977,07
15000 JUSTIÇA DO TRABALHO	12.762.014.285,00	1.455.895.240,03	14.078.294.957,74	400.401.977,07
16000 JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	1.709.043.488,00	(644.398,66)	1.694.293.251,69	97.797.883,09
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.709.043.488,00	(644.398,66)	1.694.293.251,69	97.797.883,09
16000 JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	1.709.043.488,00	(644.398,66)	1.694.293.251,69	97.797.883,09
17000 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	172.686.966,00	(5.815.940,38)	145.056.507,91	69.134.717,07
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	172.686.966,00	(5.815.940,38)	145.056.507,91	69.134.717,07
17000 CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	172.686.966,00	(5.815.940,38)	145.056.507,91	69.134.717,07
Poder Legislativo	8.925.042.418,00	(1.234.011,82)	8.671.358.755,45	463.233.934,76
01000 CÂMARA DOS DEPUTADOS	4.227.184.594,00	-	4.058.937.778,08	336.458.556,28
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	80.292.880,00	-	5.982.117,21	2.724.523,50
01901 FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	80.292.880,00	-	5.982.117,21	2.724.523,50
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	4.146.891.714,00	-	4.052.955.660,87	333.734.032,78
01000 CÂMARA DOS DEPUTADOS	4.146.891.714,00	-	4.052.955.660,87	333.734.032,78
02000 SENADO FEDERAL	3.343.609.606,00	-	3.267.106.203,26	60.743.332,40

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR PODER E ÓRGÃO	EXERCÍCIO 2011	MES DEZEMBRO
SUBTÍTULO		EMISSION 31/12/2011	PAGINA
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CRÉDITOS	DESPESAS REALIZADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS
ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA 02001 FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL	-	7.871.274,34 7.871.274,34	7.871.274,34 7.871.274,34	3.418.002,52 3.418.002,52
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 02000 SENADO FEDERAL	3.343.609.606,00 3.343.609.606,00	(7.871.274,34) (7.871.274,34)	3.259.234.928,92 3.259.234.928,92	57.325.329,88 57.325.329,88
03000 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	1.354.248.218,00	(1.234.011,82)	1.345.314.774,11	66.032.046,08
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.354.248.218,00	(1.234.011,82)	1.345.314.774,11	66.032.046,08
03000 TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	1.354.248.218,00	(1.234.011,82)	1.345.314.774,11	66.032.046,08
TOTAL	2.013.672.267.928,00	0,00	1.676.831.326.892,20	85.908.887.692,62



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO		MES	
		2011		DEZEMBRO	
SUBTÍTULO					
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO		PÁGINA	
		31/12/2011			
ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS	
01 LEGISLATIVA	6.295.405.530,00	6.046.246.476,46	249.159.200,84	375.912.188,71	
031 AÇÃO LEGISLATIVA	4.308.103.835,00	4.218.629.594,04	89.474.240,96	216.565.579,41	
032 CONTROLE EXTERNO	734.910.070,00	7.029.880.659,85	7.029.880.659,85	36.738.846,46	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	807.128.440,00	678.954.282,54	128.174.157,46	101.983.361,38	
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	42.780.000,00	34.163.648,82	8.616.351,18	10.429.224,75	
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	11.184.000,00	8.475.047,81	2.708.952,19	918.680,75	
301 ATENÇÃO BÁSICA	171.024.665,00	159.722.377,60	11.302.287,40	8.880.386,86	
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	202.919.259,00	202.245.858,11	673.400,89	209.859,28	
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	1.377.394,00	1.370.326,50	7.067,50	4.984,27	
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	15.051.925,00	14.804.681,19	247.243,81	181.265,55	
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	925.942,00	-	925.942,00	-	
02 JUDICIÁRIA	22.948.199.518,00	22.519.908.215,38	428.318.459,11	1.396.757.813,53	
032 CONTROLE EXTERNO	54.055.251,00	44.349.226,64	9.706.024,36	4.022.960,09	
061 AÇÃO JUDICIÁRIA	14.961.662.965,00	14.865.347.418,90	96.342.635,07	457.319.650,48	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	5.989.862.857,00	5.762.664.439,09	227.198.485,43	563.112.219,07	
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	529.857.764,00	465.779.732,03	64.078.031,97	319.513.515,81	
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	82.021.362,00	68.402.769,41	13.618.592,59	12.199.894,90	
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	66.477.315,00	53.669.274,12	12.808.040,88	16.620.007,54	
301 ATENÇÃO BÁSICA	385.983.417,00	385.036.065,16	947.351,84	19.248.960,88	
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	755.918.108,00	754.750.159,67	1.167.948,33	2.511.981,03	
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	16.162.694,00	15.800.046,02	362.647,98	363.925,49	
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	98.443.785,00	97.775.122,47	668.662,53	422.492,14	
722 TELECOMUNICAÇÕES	7.754.000,00	6.333.961,87	1.420.038,13	1.422.206,10	
03 ESSENCIAL À JUSTIÇA	6.003.973.487,00	5.810.262.323,84	193.711.447,97	436.629.542,54	
062 DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO	2.596.580.649,00	2.571.885.641,64	24.695.007,36	149.209.842,33	
091 DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	3.400.000,00	2.744.078,25	655.921,75	958.969,50	
092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	36.209.935,00	32.580.458,20	3.629.476,80	3.672.964,07	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.955.275.196,00	2.810.486.563,98	144.788.916,83	226.528.349,57	
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	8.689.619,00	8.688.465,63	1.153,37	8.688.465,63	
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	54.236.762,00	50.869.298,07	3.367.463,93	13.556.131,60	
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	15.940.163,00	12.444.865,24	3.495.297,76	2.860.468,02	
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	18.101.000,00	16.645.543,56	1.455.456,44	3.498.917,03	
301 ATENÇÃO BÁSICA	45.223.717,00	44.890.497,28	333.219,72	2.886.730,52	
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	144.924.975,00	144.047.031,06	877.943,94	608.786,08	
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	4.549.220,00	4.306.019,61	243.200,39	152.275,41	
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	17.811.024,00	17.719.967,58	91.056,42	569.983,94	
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	102.731.227,00	92.690.855,01	10.040.371,99	23.372.858,84	
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	300.000,00	263.038,73	36.961,27	64.800,00	
04 ADMINISTRAÇÃO	21.209.029.958,00	19.155.409.277,55	2.053.815.703,25	1.543.314.559,92	
092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	5.366.880,00	5.316.787,62	50.092,38	373.803,01	
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	74.877.357,00	44.842.654,09	30.035.134,24	6.056.439,97	
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	15.975.724.728,00	14.802.087.357,87	1.173.820.461,70	369.600.489,91	
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	48.520.343,00	20.269.865,90	28.250.477,40	2.537.860,80	
124 CONTROLE INTERNO	26.580.144,00	19.325.452,33	7.252.994,92	2.862.115,65	
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	170.904.623,00	129.469.672,42	41.414.950,58	22.369.790,63	
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1.712.335.996,00	1.637.739.363,57	74.596.632,43	237.330.869,91	
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	32.476.066,00	11.132.465,31	21.343.644,39	4.201.232,95	
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	64.962.354,00	41.651.434,30	23.310.919,70	13.518.406,66	
129 ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	164.729.915,00	153.958.101,30	10.771.813,70	26.095.578,03	
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	226.396.220,00	197.111.950,60	29.284.269,40	85.162.184,86	
182 DEFESA CIVIL	1.528.000,00	788.506,86	739.944,43	188.934,29	
183 INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	1.746.188,00	1.669.668,61	76.519,39	112.610,27	
212 COOPERAÇÃO E INTERNAÇÃO	328.242.118,00	123.650.000,00	204.592.118,00	85.347.900,00	
301 ATENÇÃO BÁSICA	220.336.044,00	216.054.210,23	4.281.833,77	1.486.898,60	



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	316.740.875,00	311.949.101,29	4.791.773,71	662.972,42
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	37.059.109,00	28.012.667,20	9.046.441,80	1.127.610,63
364 ENSINO SUPERIOR	41.038.034,00	36.308.149,24	4.729.884,76	46.499,48
365 EDUCACAO INFANTIL	10.873.243,00	9.353.118,25	1.520.124,75	1.500,00
391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	1.308.749,00	566.664,84	742.084,16	333.829,09
392 DIFUSAO CULTURAL	606.100,00	582.219,50	26.511,05	369.539,04
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	1.062.706,00	344.696,20	718.009,80	27.862,44
542 CONTROLE AMBIENTAL	240.471,00	240.077,24	393,76	448,50
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	56.961.598,00	44.044.818,46	12.916.850,65	4.272.719,43
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	4.800.000,00	3.789.807,86	1.010.192,14	1.487.654,78
662 PRODUCAO INDUSTRIAL	19.420.297,00	17.760.091,46	1.660.205,54	5.408.151,50
694 SERVICOS FINANCEIROS	452.330.023,00	452.330.023,00	-	56.614.956,37
722 TELECOMUNICACOES	309.273.961,00	223.969.575,12	85.304.385,88	54.123.717,00
781 TRANSPORTE AEREO	248.898.144,00	60.902.544,93	187.995.599,07	52.864.426,28
813 LAZER	227.000.000,00	164.815.986,86	62.184.013,14	164.815.986,86
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	426.689.672,00	395.342.245,39	31.347.426,61	343.911.570,66
05 DEFESA NACIONAL	34.122.958.033,00	32.327.448.308,17	2.401.791.130,69	4.387.637.248,00
122 ADMINISTRACAO GERAL	19.443.611.340,00	19.252.022.648,25	239.961.176,59	417.936.719,39
125 NORMATIZACAO E FISCALIZACAO	44.076.920,00	37.981.440,77	6.116.686,73	8.112.565,19
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	67.018.746,00	58.585.944,38	8.919.507,08	23.613.110,81
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	125.099.505,00	113.165.672,37	12.622.375,63	21.434.516,44
131 COMUNICACAO SOCIAL	2.704.500,00	2.170.309,29	534.190,71	425.064,09
151 DEFESA AEREA	3.593.866.247,00	3.328.294.375,04	395.158.357,11	1.365.522.699,07
152 DEFESA NAVAL	3.411.153.777,00	3.379.590.972,03	435.589.687,62	899.144.963,62
153 DEFESA TERRESTRE	2.411.780.579,00	2.006.829.077,14	426.572.123,42	918.098.742,11
182 DEFESA CIVIL	127.581.700,00	80.874.576,57	33.620.790,81	47.781.612,97
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	10.617.018,00	7.157.610,19	3.485.864,37	570.864,63
211 RELACOES DIPLOMATICAS	157.110.000,00	-	157.110.000,00	-
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	243.169.000,00	247.906.469,98	721.027,22	55.068.685,12
244 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	797.442.989,00	446.129.833,00	351.425.713,10	304.514.242,99
301 ATENCAO BASICA	66.900.501,00	66.644.308,57	256.192,43	979.037,64
302 ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.656.438.726,00	1.616.784.131,48	40.941.663,78	131.428.001,13
303 SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO	5.428.126,00	4.770.363,39	657.762,61	725.562,05
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	332.637.364,00	332.916.539,39	432.652,01	25.479.058,66
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	398.789.342,00	392.010.262,22	6.779.079,78	1.516.354,28
333 EMPREGABILIDADE	12.000.000,00	11.965.682,45	34.317,55	2.107.094,29
361 ENSINO FUNDAMENTAL	3.058.000,00	3.056.223,41	1.776,59	338.136,76
362 ENSINO MEDIO	3.644.879,00	3.531.690,78	113.188,22	641.772,40
363 ENSINO PROFISSIONAL	51.909.000,00	46.863.744,36	5.045.255,64	3.219.141,70
364 ENSINO SUPERIOR	9.913.000,00	7.917.553,86	2.246.782,23	5.715.528,51
365 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	62.608.071,00	62.556.657,85	51.413,15	321.116,12
391 PATRIMONIO HISTORICO, ARTISTICO E ARQUEOLOGICO	5.986.351,00	4.394.392,33	510.397,45	351.684,05
482 HABITACAO URBANA	250.800.000,00	5.257.277,16	729.073,84	1.465.487,38
542 CONTROLE AMBIENTAL	38.219.529,00	173.622.403,08	771.177.596,92	69.189.353,79
545 METEOROLOGIA	2.450.000,00	35.831.578,61	2.412.321,26	10.111.506,14
571 DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO	38.756.617,00	1.344.163,47	1.185.184,58	378.102,15
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	280.146.399,00	4.786.673,09	4.786.673,09	7.095.207,59
662 PRODUCAO INDUSTRIAL	722.000.000,00	198.928.268,19	83.950.651,45	29.938.709,30
722 TELECOMUNICACOES	32.979.856,00	540.079,17	209.920,83	287.514,80
752 ENERGIA ELETRICA	952.000,00	22.665.775,16	10.913.827,40	3.710.188,33
781 TRANSPORTE AEREO	16.600.000,00	821.866,78	130.133,22	821.866,78
782 TRANSPORTE RODOVIARIO	1.972.000,00	5.872.041,32	10.727.958,68	5.765.268,61
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO	23.093.230,00	1.159.019,74	812.980,26	268.352,99
811 DESPORTO DE RENDIMENTO	386.472.018,00	18.199.315,51	5.177.927,35	3.849.683,53
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	340.703,00	314.359.353,43	74.695.406,46	19.578.159,24
		270.014,36	70.688,64	131.373,35



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
06 SEGURANÇA PÚBLICA	10.224.416.092,00	7.689.710.748,65	2.005.336.392,27	1.219.751.680,58
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.844.155.351,00	4.677.312.893,44	166.842.457,56	164.351.353,71
125 NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	12.650.000,00	9.581.558,67	3.068.441,33	3.707.834,15
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20.000.000,00	10.450.605,00	9.549.395,00	10.450.605,00
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.270.949.000,00	637.009.897,83	545.939.102,17	85.913.442,05
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.000.000,00	992.530,00	7.470,00	834.375,32
181 POLICIAMENTO	1.611.061.458,00	798.535.658,98	812.525.799,02	327.263.312,58
182 DEFESA CIVIL	1.744.709.479,00	1.183.017.553,99	120.322.503,27	523.945.729,89
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	186.789.702,00	1.064.688,43	103.744.605,95	45.283.079,73
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	1.100.000,00	83.045.096,05	35.782,23	424.269,23
301 ATENCAO BASICA	60.435.570,00	59.473.688,21	961.881,79	340.139,60
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	92.953.574,00	91.994.656,61	958.917,39	39.742,62
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	3.941.630,00	3.320.985,76	620.644,24	22.322,24
365 EDUCACAO INFANTIL	5.915.854,00	5.590.239,68	325.614,32	35.166,66
421 CUSTODIA E REINTEGRACAO SOCIAL	20.000.000,00	7.140.448,93	12.859.551,07	7.140.448,93
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	339.704.474,00	113.517.035,82	226.187.438,18	46.747.006,55
452 SERVICOS URBANOS	750.000,00	710.028,81	39.971,19	234.442,81
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	1.800.000,00	1.000.000,00	800.000,00	10.333,34
722 TELECOMUNICAÇÕES	6.500.000,00	5.953.182,44	546.817,56	3.008.076,17
07 RELACIONES EXTERIORES	2.206.972.280,00	1.923.587.870,19	433.792.325,31	20.454.094,62
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.001.765.622,00	1.003.790.931,81	59.661.382,71	7.660.062,90
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.000.000,00	127.286,99	1.893.364,85	927,63
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	8.150.000,00	6.554.998,58	1.742.706,78	1.644.930,19
211 RELACIONES DIPLOMÁTICAS	968.650.000,00	706.666.338,10	330.693.461,88	8.832.262,41
212 COOPERACAO INTERNACIONAL	92.732.244,00	82.188.670,63	17.793.397,34	629.125,06
301 ATENCAO BASICA	62.766.974,00	70.588.777,55	1.271.517,81	-
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	6.130.192,00	6.085.208,71	44.983,29	-
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	343.964,00	300.732,30	43.231,70	-
365 EDUCACAO INFANTIL	113.284,00	98.547,73	14.736,27	-
392 DIFUSAO CULTURAL	30.620.000,00	23.814.196,09	9.229.481,52	505.819,80
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	12.700.000,00	9.624.905,04	3.077.237,36	575.550,57
691 PROMOCAO COMERCIAL	21.000.000,00	13.747.276,66	8.320.823,80	605.415,86
08 ASSISTENCIA SOCIAL	45.965.256.894,00	45.570.866.177,67	394.390.716,33	461.679.001,00
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	7.492.938,00	3.069.735,18	4.423.202,82	2.511.699,96
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	242.105.088,00	193.536.979,42	48.568.108,58	18.058.550,81
125 NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	12.978.000,00	12.978.000,00	-	204.658,59
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	64.897.133,00	59.095.866,26	5.801.266,74	10.279.871,55
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.503.000,00	316.550,99	1.186.449,01	56.115,24
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	12.150.000,00	12.150.000,00	-	6.687.350,68
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	1.184.224,00	910.420,00	273.804,00	868.420,00
241 ASSISTENCIA AO IDOSO	11.537.713.807,00	11.537.361.068,75	352.738,25	50,00
242 ASSISTENCIA AO PORTADOR DE DEFICIENCIA	13.579.030.666,00	13.578.771.207,71	259.468,29	3.920.606,99
243 ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	769.345.019,00	674.820.017,40	94.525.001,51	153.275.077,70
244 ASSISTENCIA COMUNITARIA	18.407.727.581,00	18.227.353.933,83	180.373.647,17	108.420.187,73
301 ATENCAO BASICA	652.808,00	575.819,86	76.988,12	-
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	792.944.065,00	782.525.259,54	10.418.805,46	-
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	487.040,00	303.176,03	183.863,97	-
334 FOMENTO AO TRABALHO	23.300.000,00	19.501.919,05	3.798.080,95	10.444.932,29
365 EDUCACAO INFANTIL	118.300,00	113.300,00	5.000,00	-
366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	990.000,00	990.000,00	-	-
511 SANEAMENTO BASICO RURAL	486.777.225,00	455.430.393,42	31.346.831,58	142.976.912,30
605 ABASTECIMENTO	23.860.000,00	12.052.530,12	11.807.469,88	3.974.567,16
09 PREVIDENCIA SOCIAL	361.313.095.702,00	360.039.850.624,06	1.273.245.077,94	729.713.592,11



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO 2011	MES DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION 31/12/2011	PAGINA

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS
092 REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	26.400.000,00	25.875.694,11	524.305,89	128.704,80
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.726.153,776,00	4.672.809.952,75	53.343.823,25	30.130.859,97
125 NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	2.743.946,00	1.536.145,76	1.207.800,24	12.191,14
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	602.904.570,00	582.080.226,27	20.824.343,73	72.795.317,09
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	23.979.584,00	18.485.382,81	5.494.201,19	975.201,25
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	18.812.515,00	18.511.278,98	301.236,02	11.313.098,41
271 PREVIDÊNCIA BÁSICA	277.083.174.900,00	276.073.096.500,69	1.010.078.399,31	334.352.654,45
272 PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	76.095.368.181,00	75.942.645.673,99	152.722.507,01	182.231.771,76
274 PREVIDÊNCIA ESPECIAL	2.399.523.603,00	2.377.137.829,35	22.385.773,65	89.702.804,43
301 ATENDIMENTO BÁSICO	140.472.220,00	140.192.337,00	279.883,00	7.999.730,59
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	139.214.190,00	138.676.197,96	537.992,04	-
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	36.421.468,00	35.856.489,71	564.978,29	680,00
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	4.119.976,00	3.892.909,96	227.066,04	-
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	1.114.723,00	-	1.114.723,00	-
665 NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	12.404.343,00	9.064.004,72	3.350.338,28	70.578,22
845 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	287.707,00	-	287.707,00	-
10 SAÚDE	74.557.387.772,00	72.241.422.574,59	2.316.233.974,53	8.275.813.514,41
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	32.665.880,00	28.347.315,90	4.318.564,10	20.996.423,89
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	9.078.021.507,00	8.727.011.229,42	351.010.277,58	351.440.608,21
124 CONTROLE INTERNO	10.305.020,00	9.110.104,00	1.194.916,00	3.854.935,58
125 NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	69.564.113,00	67.877.337,90	1.686.775,10	19.189.937,05
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	235.092.144,00	223.001.068,68	12.091.075,32	59.661.178,41
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	273.376.739,00	262.545.669,10	11.080.264,77	127.392.571,81
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	153.185.537,00	152.894.161,97	261.375,03	54.898.137,91
183 INFORMACÃO E INTELIGÊNCIA	39.106.500,00	15.850.171,45	23.256.328,55	15.582.104,35
243 ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	24.501.140,00	22.163.534,48	2.337.605,52	10.405.108,88
301 ATENDIMENTO BÁSICO	13.256.508.417,00	13.075.156.144,44	181.352.272,56	1.870.037.638,66
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	37.806.477.317,00	36.333.747.434,67	1.472.729.882,33	2.870.739.369,36
303 SUPORTE FISIOLÓGICO E TERAPÊUTICO	7.091.466.913,00	7.030.624.372,32	60.842.540,68	793.685.683,98
304 VIGILÂNCIA SANITÁRIA	322.854.648,00	309.370.741,35	13.503.488,90	29.910.574,21
305 VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	3.413.749.400,00	3.361.997.233,55	51.752.166,45	721.936.417,95
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	389.169.357,00	379.014.543,20	10.154.813,80	14.019.819,10
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	77.436.676,00	77.223.968,36	212.707,64	558.175,25
364 ENSINO SUPERIOR	213.469.088,00	203.709.633,29	9.759.454,71	92.999.859,25
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	9.864.675,00	9.577.497,59	287.177,41	276.409,57
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	66.927.183,00	58.580.336,11	8.346.846,89	37.347.145,79
423 ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	331.760.022,00	306.675.380,93	25.084.641,07	34.534.286,10
511 SANEAMENTO BÁSICO RURAL	120.175.000,00	103.919.773,22	16.255.226,78	98.977.673,05
512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1.206.335.235,00	1.168.850.179,21	37.485.055,79	966.489.904,19
541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	2.400.000,00	1.574.325,87	825.674,13	1.045.806,80
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	276.710.300,00	272.076.634,12	4.633.665,88	76.486.781,13
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	20.425.881,00	4.726.488,29	15.699.392,71	1.304.971,72
573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	35.869.080,00	35.797.295,17	71.784,83	2.041.992,21
11 TRABALHO	38.145.371.917,00	36.449.372.094,50	1.696.032.702,75	469.665.622,51
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.541.506.966,00	1.486.320.007,36	55.186.959,64	44.020.590,83
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	185.635.521,00	79.873.830,41	105.761.690,59	7.227.478,81
125 NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	36.634.606,00	26.873.496,42	9.761.109,58	821.375,72
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	60.869.157,00	57.517.962,82	3.351.194,18	6.156.747,42
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3.166.134,00	1.561.359,16	1.604.774,84	290.717,50
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	27.000.000,00	21.610.614,54	5.389.385,46	6.725.858,22
301 ATENDIMENTO BÁSICO	26.633.940,00	23.685.451,05	2.948.488,95	-
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	32.481.390,00	31.686.862,04	794.527,96	-
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	35.360.357.244,00	34.216.530.148,19	1.143.827.095,81	26.958.482,97
332 RELACIONES DE TRABALHO	27.516.050,00	5.366.865,25	22.149.184,75	1.991.238,75
333 EMPREGABILIDADE	391.155.110,00	180.577.745,94	210.607.855,23	140.594.296,11



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO 2011	MES DEZEMBRO
SUBTÍTULO			
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION 31/12/2011	PAGINA

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
12 EDUCAÇÃO				
334 FOMENTO AO TRABALHO	99.656.703,00	28.825.787,87	70.830.915,13	19.357.418,20
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	890.053,00	801.431,13	88.621,87	-
366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	327.843.649,00	267.698.825,87	60.144.823,13	204.257.154,05
392 EDUCAÇÃO CULTURAL	250.000,00	30.887,99	219.112,01	14.430,00
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	200.000,00	14.535,17	185.464,83	-
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	14.900.000,00	14.240.687,64	659.312,36	7.097.552,59
573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	2.850.000,00	2.669.438,52	180.561,48	666.124,21
661 PROMOÇÃO INDUSTRIAL	5.800.000,00	3.486.157,13	2.313.842,87	3.486.157,13
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	25.394,00	-	25.394,00	-
123 ADMINISTRAÇÃO GERAL	62.769.216.732,00	58.453.900.962,81	4.365.094.315,69	10.269.196.087,41
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	4.241.198.776,00	3.953.186.583,48	288.012.192,52	147.079.402,56
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	163.844.913,00	143.572.829,90	20.272.083,10	141.351.998,90
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	344.977.444,00	318.891.856,22	26.085.587,78	184.220.835,17
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	1.291.089.908,00	768.534.207,89	522.555.700,11	150.498.804,46
212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	27.000.000,00	27.000.000,00	-	2.451.632,85
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	164.496.715,00	174.451.599,46	586.688,65	61.828.623,31
301 ATENÇÃO BÁSICA	7.292.370,00	719.672,22	6.572.697,78	1.836,00
302 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	375.745.542,00	356.384.065,73	19.361.486,27	11.686.448,90
303 SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	3.299.771.228,00	3.061.118.632,31	238.652.595,69	206.773.905,01
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	1.000.000,00	-	1.000.000,00	-
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	3.882.538.381,00	3.835.117.703,56	47.420.677,44	4.414.952,44
333 EMPREGABILIDADE	140.744.067,00	129.297.862,61	11.446.224,39	9.373,13
361 ENSINO FUNDAMENTAL	200.000,00	-	200.000,00	-
362 ENSINO MÉDIO	647.474.176,00	605.592.186,53	41.881.989,47	57.348.721,66
363 ENSINO PROFISSIONAL	1.086.512.956,00	1.032.987.580,79	53.550.192,39	123.091.760,74
364 ENSINO SUPERIOR	5.955.444.763,00	5.421.332.303,38	534.112.459,62	1.240.306.743,65
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	23.106.229.531,00	21.689.330.908,43	1.431.546.088,17	3.853.302.405,99
366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	993.606.186,00	966.959.648,75	26.646.537,25	628.025.143,79
367 EDUCAÇÃO ESPECIAL	958.351.144,00	794.925.388,39	163.425.755,61	11.680.792,30
391 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	203.827.807,00	88.863.983,77	114.963.823,23	37.983.761,20
392 DIFUSÃO CULTURAL	1.205.900,00	748.633,26	457.266,74	599.637,90
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	192.399.444,00	110.227.040,29	82.172.403,71	76.004.953,03
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	46.075.635,00	6.751.352,58	39.324.282,42	4.166.600,60
573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	279.207.751,00	220.646.531,37	58.561.219,63	92.078.640,50
812 DESPORTE COMUNITÁRIO	234.464.391,00	195.356.680,31	63.574.777,60	70.082.610,23
813 LAZER	479.525.000,00	479.524.998,84	1,16	362.371.891,89
847 TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	5.000.000,00	-	5.000.000,00	-
13 CULTURA	14.639.992.684,00	14.072.378.722,74	567.711.584,96	2.801.834.611,20
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1.865.863.041,00	1.414.081.056,67	451.873.149,67	767.341.239,39
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.258.721,23	4.258.721,23	3.338.778,77	1.457.102,56
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	559.521.327,00	499.873.735,28	59.647.610,72	43.726.897,82
125 ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	4.983.961,00	4.215.500,00	768.461,00	4.177.039,66
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	9.123.000,00	1.141.182,21	7.981.798,79	239.436,30
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.200.000,00	-	1.200.000,00	-
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	23.478.186,00	5.556.222,05	17.921.963,95	2.791.775,59
301 ATENÇÃO BÁSICA	12.700.000,00	8.800.000,00	3.900.000,00	8.766.020,92
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	8.176.564,00	8.156.648,03	619.915,97	854.426,17
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	13.623.512,00	12.728.941,06	894.570,94	89.180,18
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	3.783.054,00	3.422.700,31	360.353,69	27.552,27
391 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	315.589,00	287.137,20	28.451,80	27.552,27
392 DIFUSÃO CULTURAL	288.223.403,00	149.288.841,36	138.938.455,55	99.677.675,16
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	745.446.643,00	543.126.709,63	202.407.204,80	433.088.412,29
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	4.560.000,00	434.862,86	4.125.137,14	214.146,85
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	3.500.000,00	-	3.500.000,00	-
	9.500.143,00	6.144.696,45	3.355.446,55	6.144.696,45



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS
691 PROMOÇÃO COMERCIAL	169.530.159,00	166.645.159,00	2.885.000,00	166.039.153,67
14 DIREITOS DA CIDADANIA	1.906.084.137,00	1.407.824.838,76	498.267.482,91	332.746.035,87
031 AÇÃO LEGISLATIVA	2.500.000,00	2.300.000,00	200.000,00	1.500.000,00
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	9.245.000,00	8.245.000,00	8.245.000,00	-
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	761.941.490,00	695.099.995,55	66.848.866,36	57.306.544,92
123 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.512.827,00	1.138.888,91	373.938,09	467.192,96
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	550.000,00	450.368,21	99.631,79	75.596,83
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	17.286.000,00	8.535.324,40	8.750.675,60	3.855.514,40
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	83.533.659,00	39.815.582,08	43.718.076,92	24.650.064,34
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	15.924.000,00	13.279.743,30	2.644.256,70	7.823.846,17
183 INFORMAÇÃO E INTELIGÊNCIA	8.550.000,00	7.429.939,78	1.120.060,22	7.421.669,55
241 ASSISTÊNCIA AO IDOSO	4.290.000,00	832.337,45	3.457.662,55	825.949,34
242 ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	1.050.000,00	1.043.882,00	6.118,00	643.882,00
243 ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	56.424.534,00	47.750.078,16	8.674.455,84	32.869.397,53
301 ATENÇÃO BÁSICA	11.525.508,00	10.336.674,35	1.188.833,65	239.259,00
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	19.548.885,00	19.027.065,16	521.819,84	-
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	2.681.305,00	2.458.246,64	223.058,36	-
334 FOMENTO AO TRABALHO	840.000,00	226.116,10	613.883,90	-
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	707.838,00	567.596,65	140.241,35	20.152,64
366 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	323.494.072,00	240.662.684,24	82.831.387,76	20.502.044,87
392 DEBUSO CULTURAL	2.442.000,00	2.059.336,81	382.663,19	1.395.287,74
421 CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL	151.020.000,00	78.387.619,97	72.632.380,03	51.182.566,50
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	335.699.762,00	162.346.873,01	173.353.701,75	94.074.464,83
443 ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	65.881.706,00	53.916.391,00	11.965.315,00	21.071.019,05
541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	16.842.206,00	10.919.221,87	5.922.984,13	2.682.698,55
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	2.915.545,00	2.467.302,54	448.242,46	836.616,05
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	3.577.500,00	-	3.577.500,00	-
845 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	6.100.300,00	5.773.570,58	326.729,42	3.302.268,60
15 URBANISMO	7.330.966.655,00	4.275.565.287,16	3.055.401.367,84	2.988.164.576,83
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	5.400.000,00	4.704.368,60	695.631,40	3.618.212,36
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	95.761.413,00	63.852.447,62	31.908.965,38	6.696.627,74
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	121.463.353,00	113.702.583,21	7.760.769,79	-
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	8.250.000,00	1.490.887,72	6.759.112,28	513.579,53
131 ADMINISTRAÇÃO SOCIAL	43.670.000,00	43.040.954,67	629.045,33	18.346.914,85
244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	726.435.525,00	250.058.387,57	476.377.137,43	244.593.276,65
301 ATENÇÃO BÁSICA	11.734.833,00	10.124.337,13	1.610.495,87	612.397,67
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	25.798.812,00	25.686.966,20	111.845,80	577.354,39
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	1.506.605,00	1.309.769,22	196.835,78	63.489,25
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	1.000.493,00	913.022,49	87.470,51	-
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	4.272.564.134,00	2.521.316.638,02	1.751.247.495,98	2.366.311.455,79
452 SERVIÇOS URBANOS	44.346.037,00	18.828.013,37	25.518.023,63	16.900.099,19
453 TRANSPORTES COLETIVOS URBANOS	1.857.035.450,00	1.133.223.741,58	723.811.708,42	243.172.230,48
482 HABITAÇÃO URBANA	110.500.000,00	82.613.149,76	27.886.830,24	82.058.638,93
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	4.700.000,00	4.700.000,00	-	4.700.000,00
665 NORMATIZAÇÃO E QUALIDADE	800.000,00	-	800.000,00	-
16 HABITAÇÃO	707.500.644,00	508.059.854,07	199.440.789,93	448.303.173,31
451 INFRA-ESTRUTURA URBANA	421.827.311,00	388.108.599,88	33.718.711,12	340.970.185,14
482 HABITAÇÃO URBANA	285.673.333,00	119.951.254,19	165.722.078,81	107.332.988,17
17 SANEAMENTO	1.774.407.688,00	1.653.044.040,96	121.363.647,04	1.383.376.931,11
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.000.000,00	1.177.166,00	822.834,00	915.700,00
512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1.772.407.688,00	1.651.866.874,96	120.540.813,04	1.382.461.231,11
18 GESTÃO AMBIENTAL	5.170.579.951,00	3.751.287.288,40	1.419.295.785,27	1.407.032.420,39



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	5.931.709,00	4.938.447,47	993.261,53	1.598.441,13
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.332.459.250,00	1.295.698.346,67	36.761.245,79	53.363.772,32
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	71.592.365,00	58.311.510,51	13.280.854,49	1.995.660,28
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	24.464.840,00	22.182.237,89	2.282.602,11	5.669.743,08
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	11.704.612,00	10.066.093,71	1.638.518,29	1.426.731,74
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	72.887.233,00	33.235.125,76	39.652.107,24	17.804.836,34
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	134.164,00	-	134.164,00	-
301 ATENÇÃO BÁSICA	17.971.867,00	17.108.161,74	863.705,26	145.006,35
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	28.398.322,00	27.084.224,02	1.314.097,98	-
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	1.877.646,00	1.575.923,37	301.722,63	-
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	1.364.813,00	1.054.542,30	310.270,70	-
511 SANEAMENTO BÁSICO RURAL	42.583.909,00	40.169.506,41	2.414.402,59	32.597.572,05
512 SANEAMENTO BÁSICO URBANO	8.390.326,00	918.647,92	7.471.678,08	628.583,43
541 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	568.592.134,00	353.683.525,75	214.911.388,46	59.947.329,58
542 CONTROLE AMBIENTAL	145.911.974,00	103.112.475,08	42.799.498,92	31.754.959,16
543 RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS	17.426.147,00	7.505.963,32	9.920.183,68	4.492.103,73
544 RECURSOS HÍDRICOS	2.800.411.310,00	1.768.667.896,11	1.031.743.413,89	1.191.038.506,40
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	2.502.500,00	1.214.221,00	1.288.279,00	569.174,80
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	600.000,00	-	600.000,00	-
573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	660.000,00	-	660.000,00	-
601 PROMOCÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	2.514.830,00	760.439,37	1.754.390,63	-
607 IRRIGAÇÃO	8.500.000,00	-	8.500.000,00	-
694 SERVIÇOS FINANCEIROS	4.000.000,00	4.000.000,00	200.000,00	4.000.000,00
19 CIÊNCIA E TECNOLOGIA	7.634.250.974,00	7.000.259.471,55	630.845.017,43	1.667.280.349,69
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	9.850.000,00	9.452.862,92	397.137,08	549.530,50
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.713.563.698,00	1.671.885.005,42	41.680.555,02	65.539.703,27
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	11.242.934,00	7.741.103,29	3.501.830,71	3.416.924,53
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	104.431.736,00	76.480.995,35	27.950.740,65	63.249.459,64
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	10.917.971,00	6.866.583,18	4.051.387,82	847.921,03
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	500.000,00	500.000,00	-	-
182 DEFESA CIVIL	400.000,00	368.387,48	31.612,52	253.141,09
212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	5.269.176,00	1.961.110,40	3.309.165,00	1.699.525,85
301 ATENÇÃO BÁSICA	28.346.275,00	26.829.302,22	1.516.972,78	1.078.262,44
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	36.016.980,00	35.052.462,37	964.517,63	532.554,09
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	21.697.226,00	21.536.807,79	160.418,21	636.813,65
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	1.329.787,00	1.300.779,23	29.007,77	-
542 CONTROLE AMBIENTAL	8.726.456,00	8.612.688,72	113.767,28	4.432.485,71
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	1.230.500.277,00	1.199.912.066,55	26.747.159,22	215.693.645,83
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	3.467.450.874,00	3.273.469.332,96	194.606.993,02	1.082.278.754,19
573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	68.689.853,00	34.736.102,79	33.994.887,04	8.421.874,62
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	599.159.174,00	476.375.092,92	122.784.081,08	110.095.719,62
663 MINERAÇÃO	8.493.249,00	7.090.707,54	1.402.541,46	2.004.767,14
665 NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	4.660.000,00	3.012.309,30	1.669.132,47	2.097.052,11
691 PROMOCÃO COMERCIAL	201.805.037,00	72.489.951,64	129.315.085,36	70.664.941,45
753 PETRÓLEO	95.700.271,00	59.294.287,92	36.405.983,08	32.909.679,24
754 ALCOOL	5.500.000,00	5.291.531,55	208.468,45	877.593,69
20 AGRICULTURA	20.238.336.731,00	15.851.311.431,45	4.387.524.255,27	5.954.278.592,69
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	15.916.290,00	7.859.168,77	8.057.121,23	6.373.756,00
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	3.979.938.451,00	3.865.540.188,05	114.399.181,44	48.624.380,24
125 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	96.351.972,00	51.698.784,38	44.653.187,62	23.909.329,49
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	35.639.744,00	34.068.265,34	1.571.478,66	9.611.211,73
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	67.850.559,00	11.114.688,87	56.735.870,13	6.664.667,20
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	18.350.000,00	12.849.485,60	5.500.514,40	1.548.184,32
212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	578.380,00	68.688,96	509.691,04	13.219,52
301 ATENÇÃO BÁSICA	74.697.259,00	74.331.923,98	365.335,02	160.829,05



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	123.247.128,00	122.087.890,84	1.159.237,16	27.165,30
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	14.330.384,00	13.824.988,84	505.395,16	63.752,16
363 ENSINO PROFISSIONAL	4.226.700,00	1.186.226,22	3.040.473,78	1.175.540,81
365 EDUCACAO INFANTIL	11.299.825,00	11.100.256,87	199.568,13	180,00
367 EDUCACAO ESPECIAL	1.000.000,00	-	1.000.000,00	-
541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	1.775.000,00	1.036.856,88	738.143,12	909.466,49
545 METEOROLOGIA	19.778.579,00	19.638.423,06	140.155,94	3.088.349,05
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	413.341.811,00	405.920.401,12	7.770.918,12	205.548.103,18
573 DIFUSAO DO CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO	45.018.636,00	36.869.276,75	8.149.359,25	17.933.393,09
601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	7.055.686.645,00	5.594.622.351,83	1.461.064.293,17	2.448.938.569,53
602 PROMOCAO DA PRODUCAO ANIMAL	365.349.071,00	102.442.714,86	262.906.356,14	68.567.418,60
603 DEFESA SANITARIA VEGETAL	85.594.650,00	77.971.582,45	7.623.067,55	16.008.086,80
604 DEFESA SANITARIA ANIMAL	144.428.143,00	136.373.400,00	8.054.743,00	21.190.445,96
605 ABASTECIMENTO	7.028.568.680,00	4.885.672.885,55	2.142.895.794,45	2.840.847.471,93
606 EXTENSAO RURAL	11.407.104,00	8.411.677,48	2.995.426,52	3.308.949,12
607 IRRIGACAO	591.066.880,00	359.973.348,10	231.093.531,90	223.854.753,66
665 NORMALIZACAO E QUALIDADE	10.189.095,00	9.162.741,94	1.026.353,06	3.869.590,08
691 PROMOCAO COMERCIAL	14.155.739,00	5.327.873,76	8.976.394,23	36.847,44
692 COMERCIALIZACAO	200.000,00	128.741,18	71.258,82	-
694 SERVICOS FINANCEIROS	200.000,00	-	200.000,00	-
752 ENERGIA ELETRICA	1.150.000,00	28.599,77	1.121.400,23	4.931,94
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO	7.000.006,00	2.000.000,00	5.000.006,00	2.000.000,00
21 ORGANIZACAO AGRARIA	5.183.587.497,00	4.239.096.059,97	944.491.918,06	2.104.824.732,84
121 PLANEJAMENTO E ORCAMENTO	15.853.185,00	13.730.932,99	2.122.252,01	1.807.435,83
122 ADMINISTRACAO GERAL	797.865.664,00	742.896.571,11	54.968.516,17	70.512.804,41
125 NORMALIZACAO E FISCALIZACAO	12.000.000,00	3.230.865,88	8.768.934,12	1.819.720,40
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	10.000.000,00	8.664.105,89	1.335.894,11	3.666.934,31
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	831.557.362,00	502.354.356,12	329.203.205,22	451.703.203,95
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	29.884.425,00	15.695.129,95	14.189.295,05	9.360.690,64
131 COMUNICACAO SOCIAL	5.837.513,00	5.837.513,00	-	4.082.152,01
183 INFORMACAO E INTELIGENCIA	600.000,00	252.670,34	347.329,66	429,31
244 ASSISTENCIA COMUNITARIA	130.000.000,00	130.000.000,00	-	20.852.300,00
301 ATENCAO BASICA	20.860.640,00	19.269.280,98	1.591.359,02	50.972,33
306 ALIMENTACAO E NUTRICAO	23.192.228,00	22.504.691,35	687.536,65	17.808,75
331 PROTECAO E BENEFICIOS AO TRABALHADOR	4.358.856,00	4.040.301,76	318.554,24	3.557,19
363 ENSINO PROFISSIONAL	21.500.000,00	17.129.034,64	4.370.965,36	10.199.241,99
365 EDUCACAO INFANTIL	825.685,00	687.424,50	138.260,50	15.000,00
366 EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	6.700.000,00	3.444.084,83	3.255.915,17	2.399.851,76
392 DIFUSAO CULTURAL	300.000,00	93.186,33	206.813,67	31.547,95
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	29.163.650,00	20.453.044,78	8.710.258,22	15.610.455,87
541 PRESERVACAO E CONSERVACAO AMBIENTAL	9.170.000,00	633.265,22	1.566.734,78	633.265,22
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	9.170.005,00	6.406.471,44	2.763.533,56	5.885.061,91
601 PROMOCAO DA PRODUCAO VEGETAL	22.248.293,00	11.347.416,19	10.900.876,81	10.770.372,91
605 ABASTECIMENTO	49.526.844,00	33.799.118,15	15.727.725,85	7.027.277,85
606 EXTENSAO RURAL	400.056.249,00	330.219.383,74	69.836.865,26	276.594.893,05
631 REFORMA AGRARIA	2.732.686.898,00	2.328.741.197,26	403.945.106,15	1.199.285.099,73
691 PROMOCAO COMERCIAL	27.200.000,00	17.666.013,52	9.533.986,48	12.494.655,47
22 INDUSTRIA	3.046.397.252,00	1.862.952.553,83	1.183.611.207,34	213.243.981,23
122 ADMINISTRACAO GERAL	1.293.744.580,00	1.169.101.921,31	124.641.858,69	66.971.581,57
125 NORMALIZACAO E FISCALIZACAO	9.542.880,00	3.589.679,26	5.954.000,74	204.424,41
126 TECNOLOGIA DA INFORMACAO	27.136.160,00	24.969.411,66	2.166.748,34	9.896.772,34
127 ORDENAMENTO TERRITORIAL	4.394.000,00	4.123.008,75	270.991,25	849.808,60
128 FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS	17.370.262,00	3.769.875,96	13.600.386,04	851.729,71
130 ADMINISTRACAO DE CONCESSOES	3.380.000,00	2.656.276,28	723.723,72	68.827,56
131 COMUNICACAO SOCIAL	200.000,00	-	200.000,00	-



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS
301 ATENÇÃO BÁSICA	17.229.357,00	16.544.398,88	684.958,12	257.844,74
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	27.027.112,00	26.099.306,87	927.805,13	467,14
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	2.739.350,00	2.389.646,71	349.703,29	33.345,35
333 EMPREGABILIDADE	31.218.778,00	15.043.039,47	16.175.738,53	14.325.036,63
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	1.354.768,00	1.282.111,87	72.656,13	13.801,66
391 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	207.000,00	42.321,18	164.678,82	626,05
544 RECURSOS HÍDRICOS	11.859.350,00	11.691.321,00	168.029,00	5.507.337,55
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	120.000.000,00	-	120.000.000,00	-
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	4.280.000,00	4.114.900,00	165.100,00	1.211.874,00
573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	4.781.920,00	2.805.553,43	1.976.366,57	262.881,54
661 PROMOCÃO INDUSTRIAL	751.656.021,00	14.327.693,45	737.328.327,55	4.783.271,00
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	9.908.635,00	2.990.302,77	6.918.332,23	1.613.966,12
663 MINERAÇÃO	129.119.090,00	117.587.402,00	11.531.688,00	44.291.183,01
664 PROPRIEDADE INDUSTRIAL	9.100.300,00	6.165.619,32	3.101.189,85	643.295,69
665 NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	481.505.075,00	363.131.691,96	118.373.383,04	5.955.473,74
691 PROMOCÃO COMERCIAL	13.777.614,00	5.183.071,70	8.594.542,30	183.071,70
693 COMÉRCIO EXTERIOR	64.780.000,00	55.259.000,00	9.521.000,00	55.259.000,00
694 SERVIÇOS FINANCEIROS	100.000,00	100.000,00	-	-
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	9.985.000,00	9.985.000,00	-	58.361,12
23 COMÉRCIO E SERVIÇOS	6.119.288.165,00	3.707.028.956,98	2.412.500.291,95	2.485.701.356,17
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	11.056.107,00	1.753.755,68	9.302.351,32	1.589.273,11
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	116.972.975,00	101.938.007,75	15.036.691,94	8.250.767,51
125 NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	2.770.764,00	1.435.153,12	1.275.610,88	1.426.750,47
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	20.617.107,00	12.721.513,15	7.895.593,85	2.397.083,00
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	133.893.381,00	51.132.839,58	82.760.541,42	27.238.814,90
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	6.750.000,00	796,00	6.749.204,00	-
212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	495.000,00	60.620,63	434.379,37	125,00
301 ATENÇÃO BÁSICA	900.565,00	676.676,24	223.888,76	-
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	2.090.712,00	1.570.619,11	520.092,89	-
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	336.408,00	214.240,05	122.167,95	-
333 EMPREGABILIDADE	107.372,00	54.699,10	52.672,90	-
391 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	7.200.000,00	3.100.000,00	4.100.000,00	1.900.000,00
571 DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	4.000.000,00	1.504.790,69	2.495.209,31	95.207,04
661 PROMOCÃO INDUSTRIAL	790.739,00	540.582,08	250.156,92	-
665 NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	4.687.500,00	1.841.671,92	2.845.828,08	1.762.232,00
691 PROMOCÃO COMERCIAL	20.066.332,00	13.400.920,30	6.669.516,05	4.232.953,93
692 COMERCIALIZAÇÃO	5.850.000,00	2.883.216,46	2.966.783,54	2.883.216,46
693 COMÉRCIO EXTERIOR	2.386.693.566,00	2.363.708.643,39	22.984.922,61	1.418.766.715,86
695 TURISMO	3.394.069.637,00	1.148.490.211,73	2.245.814.680,16	1.015.158.216,89
24 COMUNICAÇÕES	1.378.248.573,00	845.929.622,96	532.318.950,04	160.369.256,79
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	22.700.000,00	-	22.700.000,00	-
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	568.021.074,00	453.409.917,96	114.611.156,04	45.073.061,90
125 NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	65.594.592,00	29.945.779,81	35.648.812,19	7.927.857,27
126 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	46.458.045,00	22.635.236,83	24.032.828,17	11.051.039,47
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	22.949.997,00	5.125.583,95	17.824.413,05	2.583.177,43
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	4.000.000,00	-	4.000.000,00	-
301 ATENÇÃO BÁSICA	11.017.821,00	10.627.259,35	390.561,65	272.218,98
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	8.685.963,00	8.270.515,43	415.447,57	-
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	1.177.553,00	977.712,21	199.840,79	-
333 EMPREGABILIDADE	17.000.000,00	5.107.842,86	11.892.157,14	4.829.825,26
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	333.923,00	318.932,45	14.990,55	-
422 DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS	37.105.046,00	24.896.555,10	12.208.490,90	9.312.831,22
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	181.407.770,00	68.900.000,00	112.507.770,00	33.528.181,82
694 SERVIÇOS FINANCEIROS	6.942.233,00	1.902.250,00	5.039.983,00	1.902.250,00
722 TELECOMUNICAÇÕES	158.425.083,00	97.402.037,01	61.023.045,99	23.868.813,44



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSÃO	PÁGINA
		31/12/2011	
ESPECIFICAÇÃO		DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EXECUTADAS	
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	226.229.453,00	116.420.000,00	109.809.453,00
25 ENERGIA	969.760.695,00	625.793.705,83	343.966.989,17
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	39.431.376,00	12.387.926,14	27.043.449,86
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	453.408.913,00	410.979.952,40	42.428.960,60
125 NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	87.646.476,00	83.241.026,23	4.405.449,77
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	7.670.000,00	4.978.798,54	2.691.201,46
130 ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES	20.650.309,00	18.142.222,14	2.508.086,86
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	3.700.000,00	3.519.200,00	180.800,00
301 ATENÇÃO BÁSICA	2.842.696,00	2.776.547,74	66.148,26
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRICAÇÃO	7.086.721,00	6.873.702,84	213.018,16
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	380.817,00	215.436,03	165.380,97
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	375.706,00	353.214,52	22.491,48
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	1.850.000,00	129.320,45	1.720.679,55
665 NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE	5.941.314,00	3.363.674,22	2.577.639,78
751 CONSERVAÇÃO DE ENERGIA	985.000,00	-	985.000,00
752 ENERGIA ELÉTRICA	115.913.473,00	14.660.112,59	101.253.360,41
753 PETRÓLEO	220.530.894,00	62.825.571,99	157.705.322,01
754 ALCOOL	1.347.000,00	1.347.000,00	-
26 TRANSPORTE	23.963.656.585,00	19.169.476.723,40	4.793.030.300,12
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	708.881.725,00	274.025.039,90	434.856.685,10
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.415.690.742,00	1.306.457.868,96	107.982.872,04
125 NORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	120.783.668,00	67.503.882,74	53.279.785,26
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	6.181.000,00	3.882.074,40	2.298.925,60
130 ADMINISTRAÇÃO DE CONCESSÕES	4.197.112,00	3.427.627,73	769.484,27
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	13.050.000,00	12.000.000,00	1.050.000,00
301 ATENÇÃO BÁSICA	41.836.302,00	41.490.050,17	346.251,83
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRICAÇÃO	25.443.419,00	24.762.801,02	680.617,98
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	7.075.238,00	6.862.317,14	212.920,86
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	998.289,00	935.103,92	63.185,08
391 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	300.000,00	-	300.000,00
542 CONTROLE AMBIENTAL	7.722.000,00	1.297.209,17	6.424.790,83
572 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ENGENHARIA	11.466.000,00	176.036,02	11.289.963,98
661 PROMOÇÃO INDUSTRIAL	3.324.062.654,00	2.575.569.481,51	748.493.172,49
694 SERVIÇOS FINANCEIROS	7.794.317,00	7.794.317,00	-
782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO	13.867.239.691,00	11.648.039.904,49	2.219.300.226,03
783 TRANSPORTE FERROVIÁRIO	2.810.299.354,00	2.149.397.562,24	660.901.791,76
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	1.590.635.074,00	1.045.855.446,99	544.779.627,01
27 DESPORTO E LAZER	2.715.914.832,00	1.152.796.355,54	1.563.124.896,28
121 PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	11.328.571,00	4.687.611,19	6.640.959,81
122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	85.686.764,00	76.984.216,69	8.708.967,13
128 FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	3.174.176,00	1.252.169,53	1.922.006,47
131 COMUNICAÇÃO SOCIAL	44.250.000,00	39.400.477,49	4.849.522,51
301 ATENÇÃO BÁSICA	491.214,00	424.263,20	66.950,80
306 ALIMENTAÇÃO E NUTRICAÇÃO	1.126.153,00	1.043.853,92	82.319,08
331 PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	231.823,00	167.699,61	84.125,39
365 EDUCAÇÃO INFANTIL	45.279,00	32.949,46	12.329,54
573 DIFUSÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	100.000,00	100.000,00	-
811 DESPORTO DE RENDIMENTO	1.128.891.050,00	293.906.643,42	834.984.406,58
812 DESPORTO COMUNITÁRIO	1.408.019.800,00	734.397.345,06	673.622.454,94
813 LAZER	2.550.000,00	399.145,97	2.150.854,03
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	30.000.000,00	-	30.000.000,00
28 ENCARGOS ESPECIAIS	1.218.178.399.194,00	941.138.833.990,80	277.061.831.673,53
212 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	473.896.284,00	420.109.550,07	54.039.971,88

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS
334 FOMENTO AO TRABALHO	13.523.731.617,00	13.523.731.617,00	-	-
601 PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	385.937.000,00	307.937.000,00	78.000.000,00	307.937.000,00
607 IRRIGAÇÃO	2.076.721,00	-	2.076.721,00	-
662 PRODUÇÃO INDUSTRIAL	4.151.088.000,00	4.151.088.000,00	-	4.122.112.066,62
694 SERVIÇOS FINANCEIROS	45.852.431,00	38.926.778,00	6.925.653,00	1.093.673,53
752 ENERGIA ELÉTRICA	376.000.000,00	150.000.000,00	226.000.000,00	51.507.199,67
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	1.230.680,00	-	1.230.680,00	-
841 REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA INTERNA	651.007.087.550,00	460.942.733.083,28	190.064.354.466,72	-
842 REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA	8.258.771.173,00	6.871.016.700,52	1.387.754.472,48	-
843 SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	258.078.610.452,00	218.452.943.478,36	39.625.666.973,64	347.277.409,64
844 SERVIÇO DA DÍVIDA EXTERNA	31.923.027.938,00	20.190.498.857,28	11.754.542.313,10	81.640.405,97
845 OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	153.336.813.355,00	145.722.934.216,13	7.613.879.138,87	12.296.219.842,02
846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	61.492.579.027,00	36.706.766.229,59	24.785.812.797,41	8.340.860.879,20
847 TRANSFERÊNCIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA	35.121.696.966,00	33.660.148.480,57	1.461.548.485,43	1.537.880.501,63
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.727.741.399,00	-	19.727.741.399,00	-
999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	19.727.741.399,00	-	19.727.741.399,00	-
TOTAL	2.013.672.267.928,00	1.676.831.326.892,20	337.137.550.567,53	85.908.887.692,62



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS	EXERCÍCIO	MES	
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA	
		31/12/2011		
ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADOS
00 RECURSOS ORDINARIOS	245.586.355.544,00	214.985.051.999,87	30.859.661.396,01	48.613.514.438,42
01 IMPOSTO S/RENTA E S/PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	145.122.475.819,00	137.261.959.134,41	7.860.516.684,59	4.837.650.599,81
02 IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	591.982.140,00	591.982.140,00		134.058.409,82
06 CONTR.FUNDO DE SAUDE POL.MIL.BOMBEIROS DO DF	15.141.063,00	15.141.063,00		8.198.425,52
11 CONTRIB.DERIV.PETROLEO.COMB.COM.-CIDE	7.091.020.377,00	6.293.894.227,19	797.126.149,81	2.101.673.995,62
12 RECURSOS DEST.A MANUT.E DES.DO ENSINO	37.765.766.390,00	35.629.823.964,76	2.184.992.006,10	5.947.855.032,63
13 CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	13.319.339.991,00	12.567.813.215,75	751.624.398,95	1.522.349.362,52
16 REC.OUTORGA DE DIR.DE USO DE REC.HIDRICOS-ANA	74.128.814,00	64.869.204,49	9.259.609,51	
17 REC.ORIUNDOS CONTR.VOLUNTARIAS MONTEPIO CIVIL	1.450.500,00		1.450.500,00	
18 CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	2.389.069.561,00	2.198.531.711,20	190.537.849,80	442.072.128,60
19 IMPOSTO S/OPERACOES FINANCEIRAS-OURO	6.794.326,00	6.794.326,00		450.434,38
20 CONTR.S/ARREC.FUNDO INVESTIMENTOS REGIONAIS	3.950.220,00	3.255.542,76	694.677,24	3.255.542,76
23 CONTRIBUICAO P/ CUSTEIO DE PENSOES MILITARES	1.528.803.972,00	1.528.803.972,00		
27 CUSTAS E EMOLUMENTOS - PODER JUDICIARIO	461.106.619,00	445.896.250,02	15.210.368,98	92.917.272,74
29 RECURSOS DE CONCESSOES E PERMISSOES	2.387.550.251,00	500.498.014,54	1.887.051.736,46	167.554.182,22
30 CONTRIBUICAO P/O DES DA IND.CINEMAT.NACIONAL	45.359.400,00	45.359.400,00		45.359.400,00
31 SELOS DE CONTROLE E LOJAS FRANÇAS-FUNDAF	247.054.945,00	247.051.470,30	3.474,70	
32 JUROS DE MORA DA RECEITA ADMINIST.PELA SRF/SF	1.004.901.844,00	992.245.390,36	12.656.453,64	29.957.988,52
33 RECURSOS DO PROG. DE ADM. PATRIM. IMOBILIARIO	17.252.412,00	11.836.802,24	5.415.609,76	2.487.821,01
34 COMPENSAOES FINANC.P/UTILIZ DE REC.HIDRICOS	1.881.264.901,00	1.779.673.950,75	101.593.776,63	184.004.021,84
35 COTA-PARTE ADIC. FRETE RENOV.MARINHA MERCANTE	2.902.736.238,00	2.327.375.162,25	575.419.902,05	53.147.996,84
39 ALIENACAO DE BENS APREENDIDOS	194.040.015,00	171.766.586,79	22.273.428,21	16.836.638,87
40 CONTRIBUICOES PARA OS PROGRAMAS PIS/PASEP	33.174.558.270,00	33.162.160.401,06	12.397.868,94	
41 COMPENSAOES FINANC.P/EXPLOR DE REC.MINERAIS	1.538.938.611,00	1.424.255.330,61	114.683.280,39	77.643.457,72
42 COMPENS.FINANC.P/EXPL DE PETR OU GAS NATURAL	25.116.659.220,00	19.036.751.278,60	6.176.883.328,05	964.427.702,51
43 REFINANCIAMENTO DA DIV. PUBL. MOBIL. FEDERAL	678.514.678.262,00	479.368.324.830,13	199.146.353.431,87	
44 TITULOS DE RESPONSABILID. DO TESOURO NACIONAL	145.600.217.659,00	93.924.711.665,98	51.675.505.993,02	810.152.000,00
46 OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - EM MOEDA	10.000.000,00	3.360.420,18	6.639.579,82	
48 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - EM MOEDA	3.044.017.920,00	1.512.878.620,10	1.531.139.299,90	1.391.316.288,59
49 OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS - BENS/SERVICOS	1.297.566.394,00	1.367.652.022,61	231.015.933,53	534.219.785,21
50 RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	13.078.825.031,00	10.128.843.545,74	2.968.377.811,61	1.602.971.722,79
51 CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	48.849.044.595,00	46.861.015.576,56	1.988.278.213,31	5.847.906.936,69
52 RESULTADO DO BACEN	29.873.848.000,00	21.785.336.700,26	8.088.511.299,74	
53 CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	120.813.984.528,00	120.709.381.393,15	104.603.134,85	931.959.422,56
54 CONTRIBUICAO DOS EMP.E DOS TRAB.P/SEG.SOCIAL	238.836.584.148,00	238.812.008.748,54	24.575.999,46	212.167.873,64
56 CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	8.836.552.820,00	8.823.813.254,13	12.739.565,87	212.167.873,64
57 RECEITAS DE HONORARIOS DE ADVOGADOS	425.128.385,00	424.349.510,71	778.874,29	495.499,51
58 MULTAS INCIDENTES S/RECEITAS ADMIN. P/ SRF-MF	1.182.587.100,00	1.174.967.586,87		26.766.849,91
59 REC.OPER. OF. CRED.-RET.REF.DIV.MED. E L.PRAZOS	28.658.935.319,00	28.658.935.319,00		1.609.645,42
60 RECURSOS DAS OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO	3.811.930.332,00	2.736.140.077,43	7.619.513,13	61.876.298,20
62 REFORMA PATRIMONIAL - ALIENACAO DE BENS	17.421.272,00	17.421.272,00		1.001.832.655,74
64 TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	807.000.000,00			
69 CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	11.362.801.027,00	11.349.365.005,98	102.851.656,59	18.454.236,11
71 REC.DAS OPER.OF.DE CREDITO-RET.DE OC.-BEA/BIB	884.484.404,00	880.172.857,24	13.436.021,02	32.095.661,86



TÍTULO	EXECUÇÃO DA DESPESA POR FONTE DE RECURSOS	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO		2011	DEZEMBRO
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	EMISSION	PAGINA
		31/12/2011	

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	DESPESAS INSCRITAS EM RP NÃO PROCESSADAS
72 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	2.693.105.422,00	1.377.032.572,19	1.316.100.343,13	457.494.723,17
73 REC.DAS OPER. OF. DE CREDITO-RET.DE OC. EST.MUN.	33.010.729.371,00	33.010.729.371,00		285.227.732,99
74 TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	3.677.659.856,00	2.609.189.640,75	1.093.680.292,84	514.542.761,33
75 TAXAS POR SERVIÇOS PÚBLICOS	291.882.655,00	242.973.203,49	48.939.655,11	56.427.996,51
76 OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.596.947.770,00	1.175.065.218,91	421.886.545,58	490.797.171,36
78 FUNDO DE FISCALIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES	3.691.122.017,00	276.383.971,92	3.414.738.045,08	71.935.802,23
80 RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	25.412.307.037,00	20.492.188.725,06	4.927.009.175,11	1.941.740.986,93
81 RECURSOS DE CONVENÍOS	915.084.016,00	661.823.394,24	253.293.107,99	372.942.533,74
82 RESTIT. RECURSOS DE CONVENÍOS E CONGÊNERES	518.273.506,00	482.063.292,09	36.210.213,91	165.999.261,77
83 PAGAMENTO PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS	179.509.748,00	147.894.338,85	31.615.409,15	38.283.541,33
84 CONTRIBUIÇÕES S/REMUN.DEV AO TRABALHADOR-FGTS	2.144.468.256,00	2.144.468.256,00		57.171.630,34
86 OUTRAS RECEITAS ORIGINÁRIAS	6.891.447.697,00	5.809.502.184,28	1.081.949.617,07	8.697.580,78
88 REMUNERAÇÃO DAS DISPONÍB. DO TESOURO NACIONAL	49.354.817.665,00	43.034.047.591,39	5.860.891.703,46	3.687.733.416,38
93 PRODUTO DA APLIC.DOS REC.A CONTA DO SAL.EDUC.	120.187.053,00	92.186.138,87	28.000.914,13	17.818.928,82
94 DOAÇÕES PARA COMBATE A FOME	440.024,00	440.024,00		440.024,00
95 DOAÇÕES DE ENTIDADES INTERNACIONAIS	63.235.300,00	14.413.774,72	48.821.525,28	11.097.861,65
96 DOAÇÕES DE PESSOAS FÍS/INSTIT. PUBL E PRIV NAC	32.141.335,00	19.707.344,47	12.433.990,53	11.296.010,71
97 DIVIDENDOS UNIAO	24.705.600.561,00	24.705.600.561,00		
TOTAL	2.013.672.267.928,00	1.676.831.326.892,20	337.137.550.567,53	85.908.887.692,62

2.3.5. Parcelamento de Créditos

Os parcelamentos são instrumentos de cobrança amigável dos créditos fazendários e previdenciários e podem ser classificados de acordo com a natureza dos créditos que os compõem, podendo ser fazendários (não-previdenciários), previdenciários ou conjuntos. É possível, ainda, classificar os parcelamentos de acordo com a entidade responsável pela administração dos créditos. Neste caso, há duas categorias: créditos sob a administração da RFB (tributários e previdenciários) e créditos administrados pela PGFN (oriundos da dívida ativa). Aqui, serão tratados apenas e tão somente os parcelamentos administrativos, isto é, aqueles que ainda se encontram no âmbito da RFB e que ainda não foram inscritos na Dívida Ativa da União. São apresentadas nas tabelas a seguir as informações de arrecadação e estoque dos créditos parcelados administrados pela RFB, respectivamente.

ARRECADAÇÃO DOS CRÉDITOS PARCELADOS ADMINISTRADOS PELA RFB
(em R\$ milhões)

PROGRAMA		VALORES ARRECADADOS		VARIACÃO % (B / A)	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)		FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
		2010 (A)	2011 (B)		2010	2011	
CONVENCIONAL / ORDINÁRIO *	PREVIDENCIÁRIA	456,94	402,95	-12%	6%	4%	LEI Nº 8.212/91 e LEI Nº 10.522/02
	FAZENDÁRIA	3.225,48	4.907,44	52%	26%	21%	
	TOTAL	3.682,43	5.310,40	44%	18%	16%	
REFIS	PREVIDENCIÁRIA	129,27	119,72	-7%	2%	1%	LEI Nº 9.964/00
	FAZENDÁRIA	229,33	203,60	-11%	2%	1%	
	TOTAL	358,61	323,32	-10%	2%	1%	
PAEX	PREVIDENCIÁRIA	165,70	137,490	-17%	2%	1%	MP Nº 303/06
	FAZENDÁRIA	273,83	260,48	-5%	2%	1%	
	TOTAL	439,53	397,98	-9%	2%	1%	
PAES	PREVIDENCIÁRIA	359,10	361,67	1%	5%	3%	LEI Nº 10.684/03
	FAZENDÁRIA	936,89	844,73	-10%	7%	4%	
	TOTAL	1.296,00	1.206,40	-7%	6%	4%	
TIMEMANIA	PREVIDENCIÁRIA	15,75	19,99	27%	0%	0%	LEI Nº 11.345/06
	FAZENDÁRIA	11,19	17,72	58%	0%	0%	
	TOTAL	26,94	37,72	40%	0%	0%	
SIMPLES	PREVIDENCIÁRIA	8,98	5,52	-39%	0%	0%	LC Nº 123/06 e LC Nº 128/08
	FAZENDÁRIA	191,63	192,71	1%	2%	1%	
	TOTAL	200,62	198,23	-1%	1%	1%	
ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO **	PREVIDENCIÁRIA	975,13	1.198,02	23%	13%	12%	DIVERSAS
	FAZENDÁRIA	0	0	-	0%	-	
	TOTAL	975,13	1.198,02	23%	5%	4%	
LEI Nº 11.941/09	PREVIDENCIÁRIA	2.091,16	3.907,21	87%	28%	38%	LEI Nº 11.941/09
	FAZENDÁRIA	5.598,43	17.111,85	206%	45%	72%	
	TOTAL	7.689,59	21.019,07	173%	38%	62%	
LEI Nº 11.960/09 E PARCELAMENTO ORDINÁRIO ***	PREVIDENCIÁRIA	3.282,74	4.263,55	30%	44%	41%	LEI Nº 11.960/09
	FAZENDÁRIA	0	0	-	0%	-	
	TOTAL	3.282,74	4.263,55	30%	16%	13%	
OUTROS ****	PREVIDENCIÁRIA	0,60	0,61	1%	0%	0%	DIVERSAS
	FAZENDÁRIA	2.112,55	129,91	-94%	17%	1%	
	TOTAL	2.113,15	130,525	-94%	11%	0%	
TOTAL	PREVIDENCIÁRIA	7.485,43	10.416,78	39%	100%	100%	
	FAZENDÁRIA	12.579,36	23.668,47	88%	100%	100%	
	TOTAL	20.064,79	34.085,26	70%	100%	100%	

* Fazendário - Lei nº 10.522/02 (Redação Original), Previdenciário - Lei nº 8.212/91, ambos revogados

** Lei nº 9.639/99 e Lei nº 11.196/05.

*** Parcelamentos em Consolidação (Código GPS 4103)

**** Previdenciária = Instituições de Ensino Superior - IES (Lei nº 10.260/01) e Parcelamentos Clubes de Futebol (Lei nº 8.641/93 Art. 2º)

Fazendária = MP nº 449/08 (Convertida na Lei nº 11.941/09), MP Nº 470/09, IES (Lei nº 10.260/01) e Simples Federal.

ESTOQUE DOS CRÉDITOS PARCELADOS ADMINISTRADOS PELA RFB
(em R\$ milhões)

MODALIDADE	ORIGEM	CRÉDITOS NÃO INSCRITOS EM		VARIAÇÃO (A/B)	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL (%)	
		DÍVIDA ATIVA			2010	2011
CONVENCIONAL / ORDINÁRIO¹	PREV.	3.988,08	3.536,85	-11%	24%	28%
	FAZ.	12.246,55	16.272,82	33%		
	TOTAL	16.234,63	19.809,67	22%		
REFIS	CONJUNTO	19.608,85	21.011,41	7%	29%	30%
PAEX	PREV.	926,60	978,86	6%	4%	3%
	FAZ.	1.754,10	1.316,05	-25%		
	TOTAL	2.680,70	2.294,91	-14%		
PAES	PREV.	3.562,99	2.880,40	-19%	17%	14%
	FAZ.	7.659,03	6.901,76	-10%		
	TOTAL	11.222,02	9.782,16	-13%		
TIMEMANIA	PREV.	502,55	495,32	-1%	1%	2%
	FAZ.	332,99	688,51	107%		
	TOTAL	835,54	1.183,83	42%		
SIMPLES NACIONAL	PREV.	26,33	357,68	1258%	5%	5%
	FAZ.	3.449,18	3.508,50	2%		
	TOTAL	3.475,51	3.866,18	11%		
ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO²	PREV.	12.837,66	11.209,33	-13%	19%	16%
OUTROS³	PREV.	676,33	1.945,94	188%	1%	3%
	FAZ.	79,25	82,26	4%		
	TOTAL	755,58	2.028,20	168%		
TOTAL	PREV.	22.520,54	21.404,38	-5%	33%	30%
	FAZ./CONJ.	45.129,95	49.781,31	10%	67%	70%
	TOTAL	67.650,49	71.185,69	5%	100%	100%

Fontes: Sistema Informar (Parcelamentos Previdenciários) E Sistemas Sincor, Refis, Paes E Paex (Parcelamentos Fazendários).

¹ Convencional Previdenciário - Lei nº 8.212/91 (revogada), Convencional Fazendário Lei nº 10.522/02 (Redação Original); Ordinário Fazendário e Previdenciário - Lei nº 10.522/02 com alterações da Lei nº 11.941/09

² OPP - Lei nº 9.639/99 e suas reedições, e Lei nº 11.196/05

³ OUTROS - Times de Futebol (Lei nº 8.641/93) e IES Fazendário (Lei nº 10.260/01)

Análise da arrecadação e do estoque dos programas de parcelamento

De acordo com a Tabela, houve um crescimento na arrecadação referente aos programas de parcelamento, de 70%, para o ano de 2011 em relação ao ano de 2010, resultando em uma arrecadação final de R\$ 34.085.260.213,00. Nota-se que tal incremento é atribuído às modalidades de parcelamento da Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, e da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Conforme mencionado na Nota Codac nº 5/2011, referente à prestação de contas do ano de 2010, estava prevista a indicação e consolidação dos débitos dos optantes pelo programa de parcelamento da MP nº 449/2008, e da Lei nº 11.941/2009. Até aquele momento, o contribuinte estava efetuando somente o pagamento das antecipações que, em vários casos, correspondia ao valor mínimo, R\$ 100,00. A partir da consolidação, as parcelas foram efetivamente calculadas por meio da relação entre a dívida total de cada contribuinte e a quantidade de parcelas optadas.

A diferença entre o valor total de arrecadação apresentado na Prestação de Contas do ano de 2011, constante da Nota Codac nº 5/ 2011, na qual foi divulgado o valor de R\$ 10.260,75 milhões, e o valor total de arrecadação informado na Nota Codac nº 15/ 2012, na qual foi divulgado o valor de R\$ 20.064,79 milhões, deve-se ao fato de, na Nota Codac nº 5/2011, não terem sido incluídos os valores dos parcelamentos permitidos pela Lei nº 11.960/ 2009 (Parcelamento Ordinário Previdenciário). Além disso, foi constatado que, nos dados informados na Nota Codac nº 5/2011, não foram incluídos os valores de alguns códigos específicos de pagamentos da GPS, referentes ao mesmo programa de parcelamento.

Em relação aos estoques dos diferentes programas, entende-se que a variação total positiva de 5% foi razoável, comparando-se com o ano de 2010. De fato, observa-se que os contribuintes efetuaram a migração dos antigos programas de parcelamentos especiais (PAES e PAEX principalmente) para os parcelamentos da Lei nº 11.941/ 2009.

A variação de 1.258% no programa de parcelamento previdenciário para ingresso no Simples Nacional foi decorrência da disponibilização do sistema de consolidação ao final do ano de 2010. Consequentemente, esta variação decorreu do efetivo trabalho das unidades da RFB ao longo do ano de 2011.

Com vistas a propiciar um incremento na adimplência e arrecadação dos diversos programas de parcelamento, a Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança da RFB (Codac) iniciou, no ano de 2011, um projeto denominado "Fluxo de cobrança dos parcelamentos", que tem como objetivo agilizar o controle de inadimplência e o respectivo encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União (DAU) dos parcelamentos rescindidos. Os sistemas de cobrança da RFB estão sendo adaptados de forma que, ao ser identificada alguma hipótese de inadimplência, o próprio sistema se encarregará de efetuar a rescisão e encaminhamento eletrônico do processo para inscrição em DAU, sem necessidade de intervenção manual. Este projeto já está em fase de implantação, com previsão de conclusão para o segundo semestre de 2012.

2.3.6. Dívida Ativa**Dívida Ativa da Fazenda e Previdenciária****Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN**

Compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, após análise de regularidade – liquidez, certeza e exigibilidade – proceder à inscrição em Dívida Ativa da União – DAU dos créditos tributários – previdenciários ou não – ou não tributários, encaminhados pelos diversos órgãos de origem, bem como efetuar a sua respectiva cobrança amigável ou judicial.

A PGFN pelo seu Departamento de Gestão da Dívida Ativa da União - DGDAU, em continuidade ao seu Plano de Trabalho, instituído pela Portaria PGFN n.º 1.319/2010, vem realizando como uma das ações prioritárias a depuração do estoque da dívida ativa para que ao final dos trabalhos possa realizar a decorrente classificação do estoque a fim de aprimorar as suas estratégias de cobrança e recuperação do crédito.

Realizou-se, por diversos grupos de trabalhos que foram constituídos sob a supervisão do DGDAU, a análise dos tipos de crédito em estoque na DAU, no intuito de, quando possível, sanar os problemas que influenciam na recuperação dos créditos. Entretanto, por questões técnico-jurídicas na conclusão dos trabalhos, não sendo possível a correção de eventuais inconsistências, trabalhar-se-á no sentido de que, ao menos, fiquem evidenciados parâmetros que possibilitem a segura e correta classificação dos créditos tidos como irre recuperáveis. Também estão sendo tratadas outras ações prioritárias tendentes a aprimorar a atividade de cobrança e recuperação dos créditos sob a administração da PGFN.

Também passou-se a computar, no levantamento e indicação dos números da DAU, os valores que foram convertidos em renda. Tais valores inicialmente se achavam na rubrica Depósitos Judiciais e Extrajudiciais em DAU e após decisão judicial favorável à União passam a ser alocados aos créditos em cobrança. Vale ressaltar que não se registram os valores como renda da União enquanto estão na condição de depósito, pois, conceitualmente, para controle do crédito em cobrança, apenas integram a receita da União, após sua conversão aos cofres públicos por decisão judicial que lhe é favorável.

Ademais, devem ser considerados outros indicadores de desempenho da PGFN, que aferem as quantias que a União deixou de desembolsar – caso de conferência e impugnação dos cálculos de liquidação apresentados pelos autores que venceram demandas contra a Fazenda Nacional, caso de contestações, apelações, embargos, recursos excepcionais e exceções diversas opostas pela PGFN e acolhidas pelo Poder Judiciário, assim como demais ganhos de causas em que a atuação da PGFN evitou perdas significativas ao erário.

ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO SOB ADMINISTRAÇÃO DA PGFN**ARRECADAÇÃO DE CRÉDITOS PARCELADOS**

em R\$ milhões

NATUREZA DOS CRÉDITOS	Parcelados				Variações (%)	
	EXERCÍCIO 2010		EXERCÍCIO 2011			
	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados
Não Tributários	388,42	43,16	850,77	74,58	119,04	72,81
Tributários Não Previdenciários	3.198,22	355,36	8.630,76	773,52	169,86	117,67
Tributários Previdenciários	238,45	26,49	246,27	27,36	3,28	3,28
TOTAL	3.825,09	425,01	9.727,81	875,47	154,32	105,99
TOTAL PARCELADOS	4.250,10		10.603,27		149,48	

em R\$ milhões

NATUREZA DOS CRÉDITOS	Não Parcelados				Variações (%)	
	EXERCÍCIO 2010		EXERCÍCIO 2011			
	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados
Não Tributários	274,41	30,49	470,75	13,24	71,55	-56,59
Tributários Não Previdenciários	501,59	55,73	2.107,71	114,44	320,21	105,34
Tributários Previdenciários	285,39	31,71	294,75	32,75	3,28	3,28
TOTAL	1.061,39	117,93	2.873,21	160,42	170,70	36,03
TOTAL NÃO PARCELADOS	1.179,32		3.033,64		157,24	

ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO SOB ADMINISTRAÇÃO DA PGFN

ESTOQUE DE CRÉDITOS PARCELADOS

em R\$ milhões

NATUREZA DOS CRÉDITOS	Parcelados				Variações (%)	
	EXERCÍCIO 2010		EXERCÍCIO 2011		Ajuizados	Não Ajuizados
	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados		
Não Tributários	5.895,38	734,26	5.503,18	764,12	Ajuizados	Não Ajuizados
Tributários Não Previdenciários	112.237,39	12.701,00	98.092,28	12.369,73	-12,60	-2,61
Tributários Previdenciários	4.191,10	2.314,45	4.798,97	2.650,13	14,50	14,50
TOTAL	122.323,88	15.749,71	108.394,44	15.783,98	-11,39	0,22
TOTAL PARCELADOS	138.073,59		124.178,42		-10,06	

ESTOQUE DE CRÉDITOS NÃO PARCELADOS

Em R\$ milhões

NATUREZA DOS CRÉDITOS	Não Parcelados				Variações (%)	
	EXERCÍCIO 2010		EXERCÍCIO 2011			
	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados
Não Tributários	47.515,21	5.082,37	55.783,69	5.393,82	Ajuizados	Não Ajuizados
Tributários Não Previdenciários	476.529,64	31.812,23	554.438,33	51.048,12	16,35	60,47
Tributários Previdenciários	155.746,63	25.836,74	178.335,82	29.584,06	14,50	14,50
TOTAL	679.791,48	62.731,34	788.557,85	86.026,00	16,00	37,13
TOTAL NÃO PARCELADOS	742.522,82		874.583,85		17,79	

ESTOQUE E ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO SOB ADMINISTRAÇÃO DA PGFN

em R\$

	ARRECADAÇÃO	ESTOQUE	VARIAÇÃO (%)
2010	5.429.420.504,74	880.596.409.092,74	0,62
2011	13.636.907.233,73	998.762.268.281,57	1,37

Inscrição e Cobrança do Fundo de Garantia do Tempo e Serviço (FGTS)

As informações relativas às atividades de inscrição e cobrança do FGTS constam de relatórios gerenciais que são padronizados e disponibilizados pelo agente operador do Fundo, a Caixa Econômica Federal (CAIXA), no Portal de Relacionamento CAIXA-PGFN.

Inicialmente, cabe ressaltar que a prestação de contas do FGTS abrange tanto os depósitos ao FGTS (de que tratam os arts. 15, *caput*, e 18, §§ 1º e 2º, da Lei 8.036/90) quanto às contribuições sociais (CS) instituídas pela Lei Complementar nº 110/2001 (que correspondem ao segundo quadro da planilha).

Arrecadação

Com relação à arrecadação, a segmentação atualmente possível de ser feita separa os dados em “valores ajuizados arrecadados” e “valores não ajuizados arrecadados”. Dessa forma, para o universo de ajuizados, que agregam os valores de FGTS e CS nas condições “Parcelados” e “Não Parcelados”, os valores são R\$ 16.114.549,00 para 2010 e R\$ 35.439.992,00 para 2011, representando um acréscimo de 11,99% na arrecadação de créditos de FGTS e CS ajuizados.

Quanto à arrecadação referente ao universo “Não Ajuizados”, que também agrega os valores de FGTS e CS nas condições “Parcelados” e “Não Parcelados”, os valores são R\$ 41.916.776,00 para 2010 e R\$ 70.663.439 para 2011, representando um acréscimo de 68,58% na arrecadação de créditos de FGTS e CS não ajuizados.

No somatório total, a arrecadação de 2010 foi de R\$ 58.031.325,00 e a de 2011 foi de R\$ 106.103.431,00, o que equivale a um acréscimo de 82,83%.

Estoque

No que se refere ao estoque de créditos de FGTS parcelados, há impossibilidade de segregação entre créditos ajuizados e não ajuizados para o ano de 2011. Tal fato decorre da vigência da Resolução CCFGTS nº 615/2010, de 18/03/2010, que em princípio consolidou único valor em único contrato de parcelamento, salvo se houver solicitação expressa do devedor. Também não é possível segregar os valores para abarcar apenas créditos inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não. Assim, o estoque de créditos de FGTS parcelados fechou o ano de 2011 no montante de R\$ 3.454.802.140,00 agregando, via de regra, débitos nas fases administrativa, inscrita não-ajuizada e inscrita ajuizada. Pode-se afirmar que houve acréscimo de 7,13% em relação aos créditos que se encontravam na mesma situação no ano de 2010¹.

Sobre créditos de FGTS não parcelados, o ano de 2010 encerrou com um estoque de R\$ 11.117.047.518 para créditos ajuizados e R\$ 1.010.909.320 para créditos não ajuizados, o que representa um acréscimo de 9,75% e 6,59%, respectivamente, em relação ao encerramento de 2010.

O estoque de créditos de Contribuições Sociais da LC 110/2001 que se encontram parcelados, a exemplo dos créditos de FGTS parcelados, não é segregado entre créditos ajuizados e não ajuizados, bem como também não é possível segregar os valores para abarcar apenas créditos inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não, agregando, assim, débitos nas fases administrativa, inscrita não ajuizada e inscrita ajuizada. No fim de 2010, o valor era de R\$ 22.082.980,00 (vinte e dois milhões, oitenta e dois mil, novecentos e oitenta reais), enquanto o ano de 2011 encerrou com o estoque de R\$ 43.578.163,00 (quarenta e três milhões, quinhentos e setenta e oito mil, cento e sessenta e três reais), importando num acréscimo de 97,33%.

Por fim, no que tange aos créditos de CS não parcelados, no fim de 2011, o estoque de créditos ajuizados correspondeu ao valor de R\$ 138.045.167, 27,51% a mais que no ano anterior, enquanto o de créditos não ajuizados foi de R\$ 25.172.567,00, 3,31% a mais que no fim de 2010.

¹ Em 2010 o montante de créditos de FGTS e CS parcelados foi de R\$ 3.224.783.454 (três bilhões, duzentos e vinte e quatro mil, setecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais).

CARTEIRA RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

FGTS	2010				2011			
	PARCELADO		NÃO PARCELADO		PARCELADO		NÃO PARCELADO	
	AJUIZADO	N-AJUIZADO	AJUIZADO	N-AJUIZADO	AJUIZADO	N-AJUIZADO	AJUIZADO	N-AJUIZADO
ARRECADAÇÃO	(1)							
ESTOQUE	(2)		10.128.985.018		948.320.679		(2)	
							11.117.047.518	
							1.010.909.320	

CS	2010				2011			
	PARCELADO		NÃO PARCELADO		PARCELADO		NÃO PARCELADO	
	AJUIZADO	N-AJUIZADO	AJUIZADO	N-AJUIZADO	AJUIZADO	N-AJUIZADO	AJUIZADO	N-AJUIZADO
ARRECADAÇÃO	(1)							
ESTOQUE	(3)		108.258.556		24.364.114		(3)	
							138.045.164	
							25.172.567	

Fonte: Caixa Econômica Federal – Sistema FGE

Valores expressos em R\$ 1,00

Observações:

(1) Nesse momento, não há como segregar os valores de arrecadação na forma proposta pela planilha. Tal segmentação é alvo de frente de trabalho em curso na CAIXA. Para a carteira da PGFN, a segmentação para a arrecadação, em uso, separa em valores ajuizados arrecadados e valores não-ajuzados arrecadados, assim: Para o universo de ajuizados os valores são R\$ 16.114.549 para 2010 e R\$ 35.439.992 para 2011 e agregam os valores de FGTS e CS nas condições Parcelados e Não Parcelados; Para o universo de não-ajuzados os valores são R\$ 41.916.776 para 2010 e 70.663.439 para 2011 e agregam os valores de FGTS e CS nas condições Parcelados e Não Parcelados.

(2) Nesse momento, não há como segregar os valores de estoque FGTS/2010/parcelado/ajuzado/n-ajuzado na forma proposta pela planilha. Tal segmentação é alvo de frente de trabalho em curso na CAIXA. A situação decorre da vigência da Resolução CCFGTS 615/2010, de 18/03/2010, que por princípio consolidou único valor em único contrato de parcelamento, a menos de solicitação expressa do empregador. O valor de estoque FGTS/2011/parcelado é de R\$ 3.454.802.140 e agregam, via de regra, débitos nas fases administrativa, não-ajuzada e ajuizada.

(3) Nesse momento, não há como segregar os valores de estoque CS/parcelado/ajuzado/não-ajuzado na forma proposta pela planilha. Tal segmentação é alvo de frente de trabalho em curso na CAIXA. Os valores de estoque CS/parcelado são de R\$ 22.082.980 para 2010 e R\$ 43.578.163 para 2011 agregam débitos nas fases administrativa, não-ajuzada e ajuizada.

Secretaria do Tesouro Nacional - STN**Contabilização da Dívida Ativa da União**

Considerando os esclarecimentos anteriores, inferimos que as informações apresentadas pela PGFN, têm como base de dados os sistemas próprios da Dívida Ativa. Como esses valores obtidos em sistemas próprios não evidenciam a contabilização dos atos e fatos pertinentes à Dívida Ativa da União, efetivada no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, a Coordenação Geral Contabilidade – CCONT/STN/MF procedeu à elaboração dos demonstrativos a seguir, cujos dados foram extraídos dos sistemas Siafi/Siafi Gerencial, estruturados em colunas, a saber:

- Órgão Superior/Unidade da Federação – essa coluna relaciona os órgãos superiores e as unidades da federação que possuem valores contabilizados em Dívida Ativa;
- Saldo Anterior – evidencia o saldo da Dívida Ativa existente no ativo realizável a curto prazo (conta contábil 1.1.6.1.0.00.00) e longo prazo, sendo este dividido em Dívida Ativa Não-tributária (conta contábil 1.2.2.1.1.02.00) e Dívida Ativa Tributária (conta contábil 1.2.2.1.1.03.00) em 31 de dezembro de 2010;
- Inscrição do Principal e dos Juros e Multas da Dívida Ativa – demonstra os valores inscritos em Dívida Ativa (contas contábeis 6.2.3.1.7.10.01 e 6.2.3.1.7.11.01) e os valores registrados em juros e multa da Dívida Ativa (contas contábeis 6.2.3.1.7.11.02 e 6.2.3.1.7.11.03);
- Incorporação por fusão, cisão ou extinção – demonstra os valores absorvidos ou extintos por fusão, cisão ou extinção (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.1.7.10.34 e 5.2.3.1.7.10.34);
- Recebimento do Principal e dos Juros e Multas da Dívida Ativa – nessa coluna constam os valores contabilizados como receita da Dívida Ativa Tributária (conta contábil 4.1.9.3.1.00.00) e Não-tributária (conta contábil 4.1.9.3.2.00.00), assim como as receitas oriundas do recebimento de multas e juros de mora da Dívida Ativa relacionados a tributos (conta contábil 4.1.9.1.3.00.00), a contribuições (conta contábil 4.1.9.1.4.00.00), a outras receitas (conta contábil 4.1.9.1.5.00.00) e ainda as receitas arrecadadas relativas a Dívida Ativa provenientes de amortização de Empréstimos e Financiamentos (conta contábil 4.2.5.5.0.00.00) e as receitas arrecadadas relativas a Dívida Ativa provenientes de alienação de Estoques de Café - FUNCAFE (conta contábil 4.2.5.6.0.00.00);
- Valores Recebidos Não Baixados – refere-se a valores contabilizados em contas de receita da Dívida Ativa, descritas no item anterior, que não foram baixados das contas contábeis de inscrição de créditos da Dívida Ativa (contas contábeis 1.2.2.1.1.02.00 e 1.2.2.1.1.03.00) por meio das contas contábeis 5.1.3.1.2.02.00, 5.1.3.1.2.03.00, 5.1.3.1.2.11.01,

5.1.3.1.2.11.02, 5.1.3.1.2.11.03, 5.1.3.1.2.11.04 e 5.1.3.1.2.12.00, que registram a baixa da dívida devido a recebimento;

- Cancelamento e Anulação de Créditos da Dívida Ativa – registra o cancelamento e a anulação dos valores inscritos em Dívida Ativa durante o exercício de 2011 (contas contábeis 5.2.3.1.7.01.30, 5.2.3.1.7.10.01, 5.2.3.1.7.10.30, 5.2.3.1.7.10.33, 5.2.3.1.8.01.00, 5.2.3.1.9.01.00 e 5.2.3.1.9.04.00);
- Atualização Monetária da Dívida Ativa – corresponde aos valores registrados como atualização monetária dos créditos inscritos em Dívida Ativa Tributária (contas contábeis 6.2.3.1.7.11.04 e 6.2.3.2.3.04.11) e Não Tributária (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.2.3.04.01 e 5.2.3.2.3.04.01 e conta contábil 6.2.3.2.3.05.09);
- Ajustes Financeiros e Não Financeiros da Dívida Ativa – conjuga os registros dos ajustes financeiros da Dívida Ativa (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.1.7.10.02 e 5.2.3.1.7.10.10), os registros dos ajustes não financeiros da Dívida Ativa (diferença entre as contas contábeis 6.2.3.8.2.02.00 e 5.2.3.8.2.02.00) e os ajustes nos saldos dos Créditos Tributários (5.2.3.1.7.10.09);
- Anistia, Perdão, Abatimentos e Descontos – evidencia os valores baixados do estoque da Dívida Ativa por motivo de anistia/perdão, abatimentos/descontos e anistia/remissão da Dívida Ativa Tributária (contas contábeis 5.2.3.1.7.01.31, 5.2.3.1.7.01.32, 5.2.3.1.7.10.32, 5.2.3.1.7.10.31, 5.2.3.1.9.02.00, 5.2.3.1.9.08, 5.2.3.1.9.09, 5.2.3.1.9.10, 5.2.3.1.9.11, 5.2.3.1.9.12 e 5.2.3.1.9.13) e Não Tributária (contas contábeis 5.2.3.1.8.02 e 5.2.3.1.8.03);
- Adjudicação, Prescrição e Desmembramento de Créditos da Dívida Ativa – evidencia os valores baixados do estoque da Dívida Ativa por motivo de adjudicação (conta contábil 5.2.3.1.9.03.00), prescrição intercorrente (conta contábil 5.2.3.1.9.05.00), extinção (conta contábil 5.2.3.1.9.06.00) e desmembramento de inscrição da Dívida Ativa Tributária (conta contábil 5.2.3.1.9.07.00);
- Variações Extraordinárias da Dívida Ativa – compreende os ajustes que alteram o estoque da dívida ativa, decorrentes de variações extraordinárias negativas e positivas. São todas as ocorrências que provocam variação no estoque da dívida ativa que não são inclusões, exclusões ou variações ordinárias (diferença entre as contas 6.2.3.2.3.10.00 e 5.2.3.2.3.08.00), como, por exemplo, a transferência de unidade responsável pela administração da dívida; e
- Saldo Atual – evidencia o saldo da Dívida Ativa, em 31 de dezembro de 2011, no curto prazo (conta contábil 1.1.6.1.0.00.00) e no longo prazo (contas contábeis 1.2.2.1.1.02.00 e 1.2.2.1.1.03.00).

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR ÓRGÃO SUPERIOR - TODAS AS GESTÕES DE RECURSOS													(R\$ MIL.)
ÓRGÃO SUPERIOR	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	INCORPORAÇÃO POR FUSÃO, CISÃO OU EXTINÇÃO	RECEB. DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)	DEDUÇÕES DA RECEITA ARRECADADA (2)	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIKADOS	CANCELAM. E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA (3)	AJUSTES FINANC. E NÃO FINANC. DA DÍVIDA ATIVA (4)	ANISTIA, PERDÃO, ABATIM. E DESCONTOS	ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMB. DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	VARIACÕES EXTRAORDINÁRIAS DA DÍVIDA ATIVA	SALDO ATUAL
JUSTIÇA FEDERAL	-	5,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,88
JUSTIÇA ELEITORAL	17,74	-	-	-	-	-	17,86	0,12	-	-	-	-	-
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	148,77	6.204,38	15,278,61	1,628,20	(294,95)	(181,26)	82,63	3.020,00	-	-	-	-	23.122,18
MIN DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	677,13	81,08	-	-	-	8,81	5,76	86,18	-	-	-	-	829,82
MIN DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	-	-	-	2.262,89	16,24	(2.262,89)	-	-	-	-	-	-	-
MIN DA CIENCIA E TECNOLOGIA	-	-	-	341,19	(7,97)	(341,19)	-	-	-	-	-	-	-
MIN DA FAZENDA	894.895.398,01	162.199.354,32	-	3.630.735,48	(364.682,28)	186.936,30	15.164.685,72	106.416.083,96	-	757.838,35	465.347,41	(32.563.205,83)	1.110.742.087,21
MIN DA EDUCACAO	572.635,93	99.226,23	-	-	-	12,79	424,07	104.429,92	-	-	-	-	775.855,22
MIN DO DESENV.IND. E COMERCIO EXTERIOR	282.440,42	-	-	27.046,52	(2.597,56)	(27.045,25)	-	-	-	-	-	-	282.439,15
MIN DA JUSTICA	1.573,31	957,37	-	1.135,29	1.370,59	(1.128,12)	98,57	-	-	-	-	-	2.424,95
MIN DE MINAS E ENERGIA	250.929,53	143.570,09	-	33.616,90	(881,38)	(20.810,98)	742,20	2.978,63	-	-	-	-	383.930,12
MIN DA PREVIDENCIA SOCIAL	1.291.062,26	76,83	-	2.661.292,51	(2.389,52)	(2.659.310,40)	-	1.982,11	-	-	-	-	1.291.139,09
MIN DA SAUDE	152.426,98	112.592,09	-	332,20	43,09	(332,20)	-	98.043,20	-	-	-	-	363.062,26
MIN DOS TRANSPORTES	9.518,06	61,05	-	8,15	(8,08)	234,64	-	3.106,51	-	-	-	-	12.442,93
MIN DAS COMUNICACOES	24.849,84	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.849,84
MIN DA CULTURA	285,08	5.308,07	-	-	-	22,84	571,52	3.014,20	-	-	-	-	8.012,98
MIN DO MEIO AMBIENTE	2.026.244,39	611.100,83	-	34,72	(0,80)	10.817,65	48.081,66	82.781,27	-	-	-	-	2.661.192,47
MIN DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	16.137,70	11.113,99	-	2,34	-	(2,34)	-	-	-	-	-	-	27.251,69
MIN DA DEFESA NACIONAL	7.801,99	6.196,75	(15,278,61)	2.007,63	(472,65)	(1.424,97)	17,63	1.880,16	-	-	-	-	-
MIN DA INTEGRACAO NACIONAL	-	4.965,15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.965,44
MIN DAS CIDADES	-	-	-	0,33	(0,33)	(0,33)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	899.532.147,14	163.200.814,09	-	6.360.444,35	(369.905,59)	(2.514.800,29)	15.214.727,62	106.717.406,26	-	757.838,35	465.347,41	(32.563.205,83)	1.116.603.604,22

Fonte: SIAFI Gerencial

(1) Foram considerados os valores brutos;

(2) Os valores de dedução da receita não afetam o saldo final da dívida ativa, que é baixada pelo valor bruto. Essa coluna é apresentada para simples demonstração e conciliação com a receita líquida orçamentária;

(3) O valor foi ajustado em R\$ 94.461.751,44, não sendo considerado no somatório da coluna, devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 25000 - Ministério da Fazenda;

(4) O valor foi ajustado em R\$ 95.998.802,51, não sendo considerado no somatório da coluna, devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 24000 - Ministério de Ciência e Tecnologia;

(5) Coluna referente a processo automático de contabilização da Dívida Ativa.

Fonte: SIAFI Gerencial

(1) foram considerados os valores brutos;

(2) Os valores de dedução foram considerados no somatório da coluna, devido a lançamentos incorretos pelo Órgão Superior 25000 - Ministério da Fazenda;

(3) O valor foi ajustado em R\$ 95.995.025,11, não sendo considerado no somatório da coluna, devido a lançamentos incorretos pelo Órgão Superior 24000 - Ministério de Ciência e Tecnologia;

(4) Coluna referente a processo automático de contabilização da Dívida Ativa.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR ÓRGÃO SUPERIOR - GESTÃO TESOUREIRO

ÓRGÃO SUPERIOR	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	INCORPORAÇÃO POR FUSÃO, CISAÇÃO OU EXTINÇÃO	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)	DEDUÇÕES DA RECEITA ARRECADADA (2)	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIXADOS	CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA (3)	AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA (4)	ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS	ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	VARIAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DA DÍVIDA ATIVA	SALDO ATUAL
JUSTIÇA FEDERAL	-	5,88	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,88
JUSTIÇA ELEITORAL	17,74	-	-	-	-	-	17,86	0,12	-	-	-	-	-
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	-	-	-	4,80	-	(4,80)	-	-	-	-	-	-	-
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	-	-	-	2,262,89	16,24	(2,262,89)	-	-	-	-	-	-	-
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	-	-	-	341,19	(7,97)	(341,19)	-	-	-	-	-	-	-
MINISTÉRIO DA FAZENDA	892.964.706,96	162.051.314,22	-	3.590.086,47	(364.682,28)	214.983,46	15.143.862,62	106.361.226,68	-	757.838,35	465.347,41	(32.563.205,83)	1.108.633.933,52
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	-	1,88	-	1.135,29	1.370,59	(1.135,29)	-	-	-	-	-	-	1,88
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	1,21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,21
MINISTÉRIO DA SAÚDE	-	-	-	235,17	43,09	(235,17)	-	-	-	-	-	-	-
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	-	-	-	0,07	-	(0,07)	-	-	-	-	-	-	-
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	-	-	-	0,61	-	(0,61)	-	-	-	-	-	-	-
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	-	-	-	2,34	-	(2,34)	-	-	-	-	-	-	-
MINISTÉRIO DA DEFESA	-	-	-	0,28	-	(0,28)	-	-	-	-	-	-	-
MINISTÉRIO DAS CIDADES	-	-	-	0,33	(0,33)	(0,33)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	892.964.725,91	162.051.321,97	-	3.602.069,44	(363.260,65)	211.010,49	15.143.880,67	106.361.226,80	-	757.838,35	465.347,41	(32.563.205,83)	1.108.633.922,49

Fonte: SIAFI Gerencial

(1) foram considerados os valores brutos;

(2) Os valores de dedução da receita não afetam o saldo final da dívida ativa, que é baixada pelo valor bruto. Essa coluna é apresentada para simples demonstração e conciliação com a receita líquida orçamentária;

(3) o valor foi ajustado em R\$ 94.461.751,44, não sendo considerado no somatório da coluna, devido a lançamentos incorretos feitos pelo Órgão Superior 25000 - Ministério da Fazenda;

(4) Coluna referente a processo automático de contabilização da Dívida Ativa.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - TODAS AS GESTÕES DE RECURSOS

UF	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	INCORPORAÇÃO POR FUSÃO, CISÃO OU EXTINÇÃO	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)	DEDUÇÕES DA RECEITA ARRECADADA (2)	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIADOS	CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA (3)	AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA (4)	ANISTIA PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS	ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	VARIAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DA DÍVIDA ATIVA	(R\$ MIL) SALDO ATUAL
AC	1.037.914,34	80.789.33	-	778,21	-	5.205,62	9.298,18	174.119,68	-	452,69	172,14	(467,97)	1.276.448,55
AL	7.424.580,80	443.873,00	-	11.485,45	-	24.175,34	408.462,50	1.092.501,42	-	24.473,74	1.303,25	23.804,66	8.486.655,61
AM	10.588.519,49	1.000.961,24	-	12.049,83	-	23.078,17	319.997,38	1.015.078,99	-	963,93	12.981,04	(163.953,17)	12.071.535,21
AP	1.223.089,60	165.021,37	-	3.724,25	-	2.759,45	46.479,82	174.590,37	-	-	14,93	(454,66)	1.509.271,23
BA	30.223.043,08	2.672.236,32	-	41.255,77	-	516.929,43	909.665,88	3.175.971,47	-	52.011,13	11.057,62	(88.654,53)	34.451.776,51
CE	16.189.328,89	1.148.545,04	-	23.592,02	-	32.022,49	203.611,42	1.294.600,64	-	1.914,42	1.614,92	887.365,18	19.257.086,48
DF	18.465.419,91	2.207.775,64	-	5.345,726,84	(367.300,07)	(5.247.136,59)	1.490.491,84	1.847.778,61	-	52.138,63	8.524,45	(5.982,86)	20.865.245,14
ES	14.153.133,71	2.010.389,16	-	18.696,71	-	107.443,08	198.291,82	1.414.735,88	-	18.216,39	1.667,55	(337.796,44)	16.936.144,76
GO	18.446.720,09	1.425.546,21	-	65.567,78	-	15.122,58	118.189,35	1.851.791,78	-	2.275,55	7.644,05	(19.930,54)	21.456.328,24
MA	6.911.727,46	633.404,04	-	17.710,89	-	41.224,02	219.229,12	633.942,71	-	273,51	1.747,72	1.796,86	7.900.685,81
MG	46.263.769,16	5.947.831,61	-	44.438,84	-	138.757,76	876.321,11	6.309.918,39	-	181.260,63	11.066,47	121.803,94	57.391.478,29
MS	7.272.335,62	775.171,21	-	7.309,68	-	34.202,53	97.529,88	681.030,28	-	1.793,54	3.978,26	(12.489,72)	8.551.233,49
MT	10.340.567,99	76.842.133,01	-	20.816,57	-	78.998,89	200.494,71	21.768.350,37	-	666,62	2.141,53	(5.855.116,38)	102.792.829,66
PA	12.765.795,74	1.408.582,67	-	19.783,62	-	31.530,24	84.757,81	1.590.761,21	-	138,61	20.808,80	(14.677,41)	15.593.443,14
PB	5.623.050,73	533.696,34	-	15.080,90	-	14.309,92	93.093,41	503.702,13	-	6.548,91	13.508,91	(2.987,18)	6.514.919,97
PE	25.119.075,83	1.983.828,93	-	42.188,35	-	40.191,12	314.478,74	2.325.023,64	-	15.771,79	3.910,55	85.941,99	29.107.228,85
PI	3.221.102,94	224.042,38	-	18.903,86	-	(2.041,29)	12.590,40	330.967,40	-	877,63	421,92	(40,59)	3.745.329,61
PR	37.804.483,56	2.457.972,46	-	51.131,51	-	136.186,07	881.997,86	3.453.203,15	-	15.171,87	103.624,56	(181.599,67)	42.965.957,63
RJ	109.344.873,84	9.375.713,55	-	134.535,08	(2.805,53)	422.445,67	1.088.707,61	10.297.570,58	-	71.294,14	45.648,69	(1.750.614,81)	125.464.911,98
RN	5.027.047,92	1.134.948,36	-	6.387,07	-	23.015,11	58.146,74	1.009.531,88	-	2.071,02	4.914,11	2.426,09	7.079.420,21
RO	3.974.404,61	629.828,85	-	5.051,80	-	12.068,26	68.604,47	366.490,29	-	2.823,15	955,01	(943,79)	4.880.277,27
RR	1.233.194,68	89.468,02	-	23.084,25	-	(16.524,45)	13.961,34	90.812,61	-	0,75	3.811,90	(768,09)	1.388.373,44
RS	45.038.040,14	3.273.342,13	-	75.469,72	-	281.535,23	1.088.110,37	4.425.651,25	-	119.694,11	67.290,52	(184.107,58)	50.940.827,97
SC	23.815.460,05	1.547.501,40	-	36.320,33	-	91.142,04	425.016,68	2.688.926,88	-	59.234,64	19.148,72	(57.539,03)	27.343.486,87
SE	3.307.059,27	370.137,26	-	8.361,32	-	14.773,37	11.602,21	410.221,63	-	294,97	15.742,34	(31.31,22)	4.033.512,72
SP	432.025.733,42	44.608.546,74	-	304.727,58	-	655.367,47	5.982.171,21	37.556.808,89	-	126.167,59	101.331,51	(24.984.637,31)	482.056.628,39
TO	2.692.675,28	199.525,82	-	6.265,11	-	8.422,17	5.545,78	273.324,10	-	1.306,40	315,92	(104,60)	3.143.966,21
TOTAL	899.532.147,14	163.200.814,09	-	6.340.444,35	(349.905,59)	(2.514.800,29)	15.214.727,62	106.717.404,26	-	757.838,35	465.347,41	(32.563.205,83)	1.116.603.604,22

Fonte: SIAFI Gerencial

- (1) Item considerado os valores brutos;
 (2) Os valores de dedução da receita não afetam o saldo final da dívida ativa, que é baixado pelo valor bruto. Essa coluna é apresentada para simples demonstração e conciliação com a receita líquida orçamentária;
 (3) O valor foi ajustado em R\$ 94.461.751,44, não sendo considerado no somatório da coluna, devido a lançamentos incorretos feitos pelo Órgão Superior 23000 - Ministério da Fazenda;
 (4) O valor foi ajustado em R\$ 95.995.802,51, não sendo considerado no somatório da coluna, devido a lançamentos incorretos feitos pelo Órgão Superior 24000 - Ministério de Ciência e Tecnologia;
 (5) Coluna referente a processo automático de contabilização da Dívida Ativa.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA ATIVA - POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO - GESTÃO TESOUREO

UF	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÃO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA	INCORPORAÇÃO POR FUSÃO, CISAÇÃO OU EXTINÇÃO	RECEBIMENTO DO PRINCIPAL E DOS JUROS E MULTAS DA DÍVIDA ATIVA (1)	DEDUÇÕES DA RECEITA ARRECADADA (2)	VALORES RECEBIDOS NÃO BAIADOS	CANCELAMENTO E ANULAÇÃO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA (3)	AJUSTES FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DA DÍVIDA ATIVA (4)	ANISTIA, PERDÃO, ABATIMENTOS E DESCONTOS	ADJUDICAÇÃO, PRESCRIÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE CRÉDITOS DA DÍVIDA ATIVA	VARIACIONES EXTRAORDINARIAS DA DÍVIDA ATIVA	(R\$ MIL) SALDO ATUAL
AC	992.808,97	77.397,28	-	-	-	5.749,93	9.297,53	174.119,68	-	452,69	172,14	(467,97)	1.228.192,68
AL	7.421.457,19	443.873,00	-	-	-	35.657,31	436.462,50	1.092.493,78	-	24.473,74	1.303,25	23.604,66	8.483.531,84
AM	10.371.309,99	954.841,94	-	-	-	35.021,54	314.056,53	1.032.812,84	-	963,93	12.981,04	(163.953,17)	11.801.985,56
AP	1.175.118,90	164.122,08	-	-	-	4.644,02	46.464,95	173.661,07	-	-	14,93	(1.459.503,49)	1.459.503,49
BA	30.119.697,25	2.555.211,57	-	-	-	558.017,53	908.913,28	3.175.966,31	-	52.011,13	11.057,62	(88.654,53)	34.232.221,04
CE	15.634.834,09	1.143.359,38	-	-	-	55.030,99	203.590,14	1.294.575,49	-	1.914,42	1.614,92	887.368,18	18.897.986,66
DF	17.851.532,96	1.940.941,81	-	-	(363.252,69)	(3.518.367,66)	1.489.541,00	1.733.689,94	-	52.139,63	8.524,45	(5.982,86)	19.586.617,15
ES	14.111.537,83	2.005.196,33	-	-	-	125.607,10	197.937,21	1.414.664,79	-	18.216,39	1.667,55	(337.796,44)	16.850.172,25
GO	18.350.800,52	1.410.032,63	-	-	-	80.304,79	118.002,53	1.851.751,35	-	2.275,55	7.644,05	(19.930,54)	21.384.427,04
MA	6.781.272,99	593.329,48	-	-	-	58.611,38	218.769,55	590.714,89	-	273,55	1.747,72	179,86	7.887.711,06
MG	46.008.322,25	5.916.150,14	-	-	-	181.894,40	875.407,15	6.265.926,41	-	181.280,63	11.066,47	121.803,94	57.092.574,07
MS	7.207.515,60	734.798,74	-	-	-	41.497,33	95.534,94	661.015,27	-	1.793,54	3.978,26	(12.488,72)	8.448.035,82
MT	10.153.537,07	76.840.865,83	-	-	-	99.229,33	200.285,62	21.768.024,68	-	668,62	2.141,53	(5.855.116,38)	102.805.038,10
PA	12.640.634,02	1.408.373,61	-	-	-	51.099,79	58.372,02	1.590.437,42	-	138,61	20.808,80	(14.677,41)	15.394.348,42
PB	5.573.785,13	523.778,51	-	-	-	29.214,75	91.808,16	503.654,52	-	6.548,91	13.508,91	(2.867,18)	6.457.150,25
PE	25.089.417,12	1.983.828,93	-	-	-	82.270,42	314.478,74	2.324.907,83	-	15.771,79	3.910,55	85.841,99	29.077.564,37
PI	3.198.885,70	218.726,16	-	-	-	16.760,03	12.580,40	326.789,97	-	877,63	421,92	(40,59)	3.713.719,27
PR	37.659.481,77	2.435.408,05	-	-	-	186.458,59	861.916,59	3.453.093,61	-	15.171,87	103.624,56	(181.589,67)	42.199.222,15
RJ	106.650.598,92	9.088.295,52	-	341,25	(7,97)	551.938,03	1.066.389,04	10.141.486,26	-	71.294,14	45.648,69	(1.790.614,81)	122.324.154,75
RN	4.986.745,98	1.126.237,38	-	-	-	28.700,67	58.146,74	1.009.509,08	-	2.071,02	4.914,11	2.426,09	7.041.085,99
RO	3.689.135,00	505.355,95	-	-	-	14.843,32	62.623,59	362.065,74	-	2.823,15	955,01	(943,79)	4.054.168,84
RR	1.202.341,10	89.286,12	-	-	-	6.432,48	13.778,99	90.812,61	-	0,75	3.811,90	(768,09)	1.357.647,62
RS	44.956.669,33	3.270.238,46	-	-	-	356.541,39	1.086.157,06	4.420.915,06	-	119.694,11	67.290,52	(184.107,59)	50.854.031,19
SC	23.733.483,88	1.503.470,16	-	-	-	125.080,30	424.895,88	2.868.843,77	-	59.234,64	19.146,72	(57.539,03)	27.219.901,23
SE	3.292.166,44	370.131,23	-	-	-	23.116,39	11.542,04	410.203,33	-	294,97	15.742,34	(3.131,22)	4.018.674,02
SP	431.841.687,85	44.588.591,83	-	-	-	999.158,86	5.961.835,62	37.555.805,59	-	126.167,59	101.331,51	(24.984.697,31)	481.832.894,18
TO	2.679.955,07	199.480,84	-	-	-	14.685,48	4.838,70	273.278,61	-	1.308,40	315,92	(104,60)	3.131.389,43
TOTAL	892.964.725,91	162.051.321,97	-	3.402.069,44	(363.260,65)	271.010,49	15.433.880,67	106.361.226,80	-	757.836,35	465.347,41	(32.563.205,83)	1.108.633.922,49

Fonte: SiatGerencial

- (1) foram considerados os valores brutos;
 (2) Os valores de dedução da receita não afetam o saldo final da dívida ativa, que é baixada pelo valor bruto. Essa coluna é apresentada para simples demonstração e conciliação com a receita líquida orçamentária;
 (3) o valor foi ajustado em R\$ 94.461.751,44, não sendo considerado no somatório da coluna, devido a lançamentos incorretos feito pelo Órgão Superior 25000 - Ministério da Fazenda;
 (4) Coluna referente a processo automático de contabilização da Dívida Ativa.

ORGÃO	AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES	2010				2011			
		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
		AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
ANAC	TOTAL	152.955,72	154.210,80	136.438,55	469.546,74	-	1.036.000,77	1.558.565,81	550.347,72
	ESTOQUE	789.468,41	604.961,37	4.145.546,10	2.484.557,14	-	5.120.909,64	11.175.237,95	4.739.438,93
ANATEL	TOTAL	525.970,66	290.357,25	391.033,32	10.947,94	1.589.554,11	200.909,24	73.195,98	26.447,16
	ESTOQUE	7.871.729,18	305.873,33	210.532.434,57	315.504.512,69	7.976.509,90	808.898,51	328.564.920,78	407.008.339,37
IFSUL	TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-
	ESTOQUE	-	-	-	322.196,46	-	-	216.460,84	105.735,62
ANVISA	TOTAL	93.562,44	112.773,34	42.573,17	341.050,80	24.770,29	117.731,75	-	57.012,00
	ESTOQUE	118.674,29	343.184,14	4.136.507,80	6.113.802,85	112.152,10	134.805,50	2.711.080,97	2.724.931,87
DNPM	TOTAL	-	1.201.715,01	-	2.493.421,15	-	2.172.015,99	-	3.338.090,01
	ESTOQUE	-	15.516.634,76	-	85.158.621,95	-	5.376.147,05	-	200.502.568,28
EMBRATUR	TOTAL	-	4.333,05	-	194.778,17	-	50.848,56	-	3.805,30
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	219.927,72	-
DNOCs	TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
IBRAM	TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
ANA	TOTAL	14.334,72	173.158,06	25.031,50	22.614,34	-	16.670,82	-	24.968,45
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
AEB	TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
UFAL	TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDAJ	TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-
	ESTOQUE	-	-	-	63.188,44	-	-	69.649,27	2.089,27
IPEA	TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	24.983,84
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
UFF	TOTAL	-	-	16.779,89	-	-	-	216.227,53	-
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
ANCINE	TOTAL	-	-	-	-	-	31.515,41	-	62.269,08
	ESTOQUE	-	-	-	253.830,60	-	516.609,20	631.621,25	6.323.238,94
IFE Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais	TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	213.795,83
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
IFPB	TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-
	ESTOQUE	-	-	-	5.322,39	-	-	-	-
INSS (*)	TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
DNIT	TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
SUDENE	TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIRIO	TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-
	ESTOQUE	-	-	-	-	-	-	-	-
IBAMA	TOTAL	1.054.284,82	882.742,34	11.814.994,44	8.985.351,57	875.639,78	904.126,83	13.614.107,11	9.023.602,55
	ESTOQUE	2.146.763,63	3.330.627,85	1.507.884.511,82	1.481.794.521,21	5.429.595,59	3.085.558,23	2.030.775.301,72	958.485.615,33

	2010				2011			
	PARCELADOS		NÃO PARCELADOS		PARCELADOS		NÃO PARCELADOS	
	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS	AJUIZADOS	NÃO AJUIZADOS
ARRECADACÃO	13.168.759,23	44.654.845,04	21.574.132,07	2.196.287.010,93	21.001.084,24	57.650.194,46	36.606.212,62	2.868.715.784,05
ESTOQUE	15.620.803,31	24.176.095,39	2.152.886.230,69	2.394.314.843,58	44.589.370,44	47.896.427,26	2.952.322.840,72	1.912.885.809,89

(*) O Sistema DÍVIDA do INSS encontra-se em fase de depuração, razão pela qual tornou-se inviável a inclusão dos dados relativos a gestão da dívida ativa.

Dívida Ativa do Banco Central do Brasil, sob a administração da Procuradoria Geral do Bacen

Conforme consultas empreendidas no Sistema BCJUR, módulo Dívida Ativa, fonte das informações referentes à Dívida Ativa inscrita no âmbito do Banco Central, foram registrados, para os exercícios em comento, os valores a seguir demonstrados:

ARRECADACÃO DA DÍVIDA ATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM R\$*

Exercício de 2010				Exercício de 2011			
Parcelados		Não Parcelados		Parcelados		Não Parcelados	
Ajuizados	Não ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados
49.706,00	0,00	1.740.612,11	0,00	9.588,34	0,00	861.237,13	0,00

* No sistema BCJUR, fonte das informações referentes à Dívida Ativa inscrita no âmbito do Banco Central, os valores relativos ao pagamento de débitos contemplam apenas o valor na data em que foram efetivamente pagos.

ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL EM R\$**

Exercício de 2010				Exercício de 2011			
Parcelados		Não Parcelados		Parcelados		Não Parcelados	
Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados	Ajuizados	Não Ajuizados
179.299,05	0,00	13.502.835.087,21	192.420.63	37.311,55	0,00	102.638.569,31	2.190.329,80

** No sistema BCJUR, fonte das informações referentes à Dívida Ativa inscrita no âmbito do Banco Central, os valores relativos às inscrições em Dívida Ativa são relativos à data originária da dívida.

Como se observa, a arrecadação em 2011 superou, em termos relativos, a do ano anterior, uma vez que a relação entre o total arrecadado em 2010 e as inscrições de Dívida Ativa feitas no mesmo ano foi inferior à mesma relação numérica referente ao exercício de 2011.

Com vistas ao atendimento do art. 58 da Lei Complementar 101/2000" (alínea "g) –, a PGBC esclarece que várias foram as mudanças implementadas no âmbito da Unidade na busca do avanço no volume de arrecadação. Dentre essas medidas, destacam-se a criação da Coordenação-Geral de Processos da Dívida Ativa e Execução Fiscal (Codiv), componente especializado na apuração da liquidez e certeza dos créditos do Banco Central para fins de inscrição na Dívida Ativa e cobrança em juízo, mediante execução fiscal. É esse, ademais, o órgão central encarregado de uniformizar as teses jurídicas adotadas nas ações judiciais relacionadas com a inscrição e a cobrança da dívida ativa da Autarquia em âmbito nacional, acompanhando essas ações até o Supremo Tribunal Federal (STF), se for o caso.

A Codiv exerce, ainda, a orientação técnica nas execuções fiscais consideradas relevantes, inclusive em razão do valor, dando tratamento diferenciado, mediante a apreciação prévia de manifestações jurídicas elaboradas pelos órgãos descentralizados da PGBC, tornando mais coesa e robusta a linha de atuação do Banco Central na recuperação de seus créditos em todo o território nacional. Registre-se, ademais, que a PGBC passou adotar, em 2007, Manual de Procedimentos para as Execuções Fiscais, atualizado e consolidado por meio da Ordem de Serviço nº 4.461, de 12 de maio de 2009, que institucionalizou rotinas para gestão dos

esforços de recuperação dos créditos da Autarquia, mediante procedimentos padronizados em todos os órgãos jurídicos da PGBC (exemplar anexo).

Na linha dos procedimentos previstos no referido Manual, a PGBC estabeleceu as rotinas de realizar diligências para efetivar a citação dos devedores, em todas as execuções fiscais, com prioridade para as ações prestes a completar cinco anos de ajuizamento; de classificar os créditos exequendos quanto ao valor; de impulsionar os processos das execuções fiscais parados por mais de seis meses, com a promoção de diligências consideradas obrigatórias constantes no Manual, priorizando, em todos os casos, os processos com maior probabilidade de retorno financeiro, sobretudo aqueles já garantidos por penhora. Além disso, conforme instituído no multicitado Manual, a PGBC realiza diversas diligências administrativas com o propósito de localizar bens penhoráveis e os próprios devedores, mediante pesquisas em cartórios imobiliários e órgãos ou entidades públicas que disponham de bancos de dados, valendo-se, também, de provocação ao Poder Judiciário para obter a indisponibilidade de valores pertencentes aos devedores, por meio de circularização de ordens judiciais pelo Sistema BacenJud (art. 655, I, c/c art. 655-A, ambos do Código de Processo Civil).

Finalmente, convém mencionar a existência de orientação, no âmbito da PGBC, de realizar sustentação oral e apresentação de memoriais no curso dos processos relevantes em trâmite nos Tribunais Regionais Federais, no Superior Tribunal de Justiça ou no Supremo Tribunal Federal, como parte de sua estratégia de atuação proativa na recuperação dos créditos do Banco Central.

2.4. ANÁLISE DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS**2.4.1 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE**

Recursos Aplicados - Em 2011, a União executou o montante de R\$ 39.793 milhões com despesas típicas de ensino utilizando recursos provenientes da arrecadação de impostos, a qual atingiu o montante de R\$ 336.557 milhões. Para se chegar à base de cálculo do limite mínimo de despesas com MDE, foram deduzidos R\$ 131.064 milhões, referentes às transferências constitucionais a Estados, Municípios e Distrito Federal, o que resultou em uma base de cálculo R\$ 159.543 milhões. Ressalta-se que, a partir deste exercício, por força da Emenda Constitucional nº 59 de 2009, não são mais deduzidas da base de cálculo a Desvinculação de Receitas da União – DRU. Assim, chega-se a um percentual de aplicação de 19,4%, o que caracteriza, portanto, o cumprimento do limite mínimo constitucional. No Demonstrativo a seguir são apresentadas as receitas e as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS COM MDE – UNIÃO – 2011

R\$ milhões

RECEITAS DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até Dezembro (b)	% (c) = (b/a)x100
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	347.713	347.713	336.557	96,79
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre Importação - II	23.131	23.131	26.681	115,35
Imposto sobre Importação - II	22.943	22.943	26.656	116,19
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do II	162	162	58	35,86
Dívida Ativa do II	6	6	4	80,65
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do II	21	21	10	49,02
(-) Deduções da Receita do II	0	0	(48)	
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Exportação - IE	47	47	43	91,84
Imposto sobre Exportação - IE	46	46	12	25,74
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IE	0	0	0	32,70
Dívida Ativa do IE	0	0	0	18,35
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IE	0	0	0	27,94
(-) Deduções da Receita do IE	0	0	31	
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Rendas - IR	242.859	242.859	235.818	97,10
Imposto sobre Rendas - IR	237.391	237.391	241.576	101,76
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IR	4.095	4.095	3.022	73,80
Dívida Ativa do IR	616	616	278	45,15
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IR	758	758	347	45,84
(-) Deduções da Receita do IR	0	0	(9.406)	
1.4 - Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR	484	484	602	124,33
Imposto Territorial Rural - ITR	423	423	546	129,08
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	29	29	42	146,20
Dívida Ativa do ITR	17	17	3	19,50
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	15	15	9	58,50
(-) Deduções da Receita do ITR	0	0	1	
1.5 - Receita Resultante do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	49.241	49.241	41.471	84,22
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	48.400	48.400	45.614	94,24
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPI	570	570	235	41,16
Dívida Ativa do IPI	119	119	29	24,22
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPI	152	152	40	26,18
(-) Deduções da Receita do IPI	0	0	(4.446)	
1.6 - Receita Resultante do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	31.944	31.944	31.936	99,98
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	31.841	31.841	31.734	99,66
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IOF	100	100	65	65,19
Dívida Ativa do IOF	1	1	1	86,63
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IOF	2	2	1	54,26
(-) Deduções da Receita do IOF	0	0	135	
1.7 - Receita Resultante do Imposto sobre Operações Financeiras com Ouro - IOF-Ouro	6	6	7	110,41
Imposto sobre Operações Financeiras com Ouro - IOF-Ouro	6	6	6	99,87
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IOF-Ouro	0	0	1	-
Dívida Ativa do IOF-Ouro	0	0	0	-
Multa, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IOF-Ouro	0	0	0	-
(-) Deduções da Receita do IOF-Ouro	0	0	0	-

DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZ. (A)	(continuação) RECEITAS REALIZADAS	
			ATÉ DEZ (B)	% (C) = (B/A)X100
2 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS (21,5% de (1.3 + 1.5))	62.802	62.802	48.070	76,54
3 - FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ¹ (23,5% de (1.3 + 1.5))	68.644	68.644	53.097	77,35
4 - IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADO AOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL (10% de 1.5)	4.924	4.924	3.528	71,65
5 - PARCELAS DO FPE, FPM E IPI-EXPORTAÇÃO DESTINADAS AO FUNDEB	0	0	25.965	
6 - IOF-OURO REPASSADO AOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS ² (1.7)	6	6	7	106,65
7 - ITR REPASSADO AOS MUNICÍPIOS (50% de 1.4)	242	242	397	164,02
8 - TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7)	136.618	136.618	131.065	95,94
9 - TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1-8)	211.095	211.095	205.492	97,35

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

¹ CF, art. 159, I, alíneas "b" e "d".

² CF, art. 153 §5º.

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM MDE – UNIÃO – 2011
CÁLCULO DO LIMITE MÍNIMO COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOT. INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZ. (D)	R\$ milhões DESPESAS LIQUIDADAS		
			LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (F)	% ((E+F)/D)X 100
			ATÉ DEZ (E)		
15 - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - PARCELA PROVENIENTE DOS IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE	2.675	2.675	2.390	285	100,00
16 - EDUCAÇÃO INFANTIL	783	787	293	489	99,49
17 - ENSINO FUNDAMENTAL	165	179	144	17	89,69
18 - ENSINO MÉDIO	775	778	672	95	98,47
19 - ENSINO SUPERIOR	16.713	19.136	15.415	2.828	95,33
20 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	4.394	5.311	3.695	1.187	91,91
21 - OUTRAS	15.577	13.868	10.825	1.459	88,58
22 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (15 + 16 + 17 + 18 + 19 + 20 + 21)	41.082	42.734		39.793	93,12
MÍNIMO DE 18% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO³ [(22) / (9)] X 100%					19,36

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

³ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Aplicação por Programas

Garantidos os mínimos constitucionais das receitas para aplicação em educação, resta verificar em quais programas os recursos destinados à Educação foram aplicados. A maior aplicação foi no programa "Brasil Universitário" que obteve 55,49% de todos os recursos aplicados, seguidos dos programas "Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica", com 13,46% e "Brasil Escolarizado", com 10,95%. No Demonstrativo a seguir são apresentados os percentuais de cada programa dos recursos da educação.

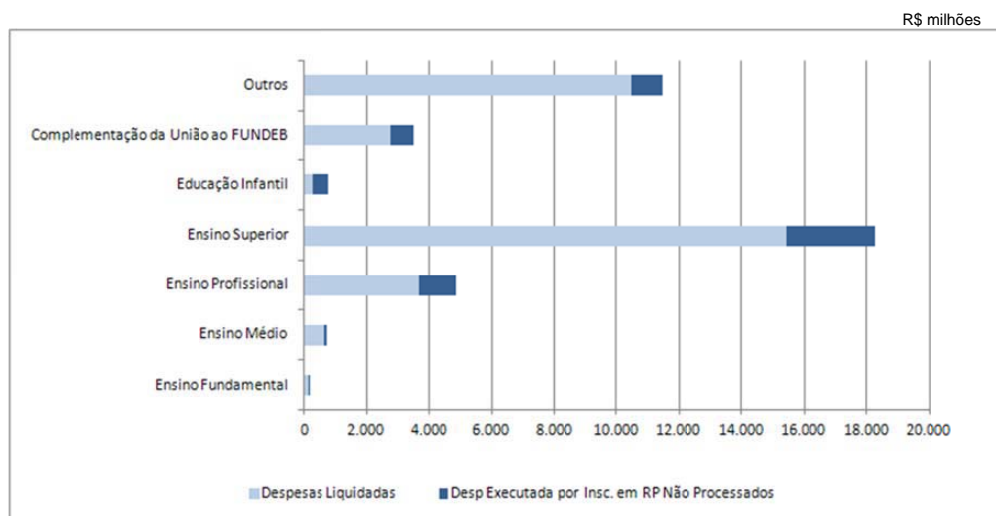
DESPESAS TOTAIS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR PROGRAMA – 2011

PROGRAMA	R\$ milhões	
	VALOR ⁴	%
0150 Proteção e Promoção dos Povos Indígenas	5,51	0,01
0461 Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	13,11	0,03
0471 Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social	12,33	0,03
0638 Ensino Profissional do Exército	5,59	0,01
0639 Segurança da Navegação Aquaviária	0,20	0,00
0750 Apoio Administrativo	1.827,68	4,59
0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	570,74	1,43
0905 Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)	0,00	0,00
1060 Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos	587,37	1,48
1061 Brasil Escolarizado	4.358,44	10,95
1062 Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	5.357,16	13,46
1067 Gestão da Política de Educação	134,96	0,34
1073 Brasil Universitário	22.081,47	55,49
1142 Engenho das Artes	0,84	0,00
1336 Brasil Quilombola	0,00	0,00
1350 Educação do Campo (PRONERA)	0,09	0,00
1374 Desenvolvimento da Educação Especial	100,37	0,25
1375 Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	2.078,03	5,22
1377 Educação para a Diversidade e Cidadania	10,29	0,03
1448 Qualidade na Escola	1.756,38	4,41
1449 Estatísticas e Avaliações Educacionais	451,11	1,13
8034 Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem	441,46	1,11
TOTAL	39.793,12	100,00

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional

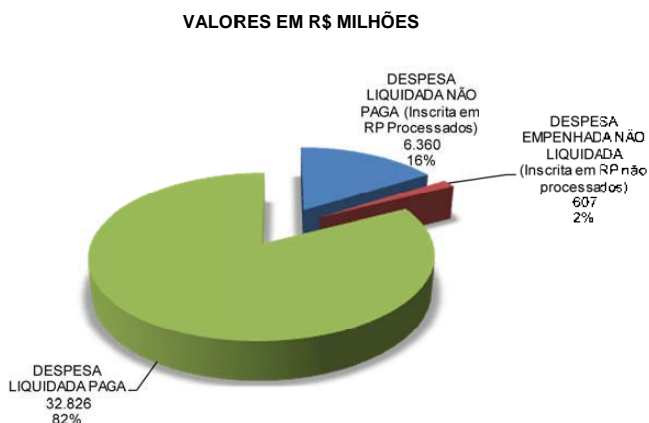
⁴ Valores compreendem as despesas liquidadas durante o exercício e as inscritas como restos a pagar não processados..

A figura abaixo demonstra as despesas executadas com MDE por subfunção orçamentária, destacando os valores não liquidados que foram inscritos em restos a pagar não processados.



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A figura a seguir demonstra as despesas consideradas para fins de cálculo da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, evidenciando os valores inscritos em restos a pagar processados e não processados.



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Execução dos Restos a Pagar inscritos em 2010 e contabilizados para fins do cumprimento do limite com MDE naquele exercício

Em 2010, foram computadas, para fins de cumprimento do limite mínimo com MDE, despesas empenhadas, mas não liquidadas, no valor de R\$ 3.694 milhões, que foram inscritas, portanto, em restos a pagar não processados. Desse total, R\$ 108,5 milhões foram cancelados em 2011. Entre os RP não-processados inscritos em exercícios anteriores a 2010, foram cancelados 249,8 milhões em 2011.

A dedução desses valores do cálculo das despesas para fins de cumprimento do limite mínimo do exercício de 2010 está prevista no Manual de Elaboração dos Demonstrativos Fiscais, publicado anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN. No entanto, em atendimento à determinação contida no Acórdão nº 2316/2008 TCU-Plenário, essa dedução não foi considerada no cálculo da aplicação da União em MDE. Ressalta-se que, para fins de transparência, a STN continua evidenciando os valores cancelados no demonstrativo que integra o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, publicado mensalmente. A execução desses restos a pagar encontra-se demonstrada no Demonstrativo a seguir.

EXECUÇÃO DOS RP INSCRITOS E REINSCRITOS EM 2009 E CONTABILIZADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE COM MDE NESSE EXERCÍCIO

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	R\$ milhões	
	TOTAL	%
Inscrição de Restos a Pagar Processados - NE	1.052,73	100,00
Restos a Pagar Processados Cancelados	57,06	5,42
RP Processados Pagos NE	786,36	74,70
RP Processados a Pagar NE	209,31	19,88

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

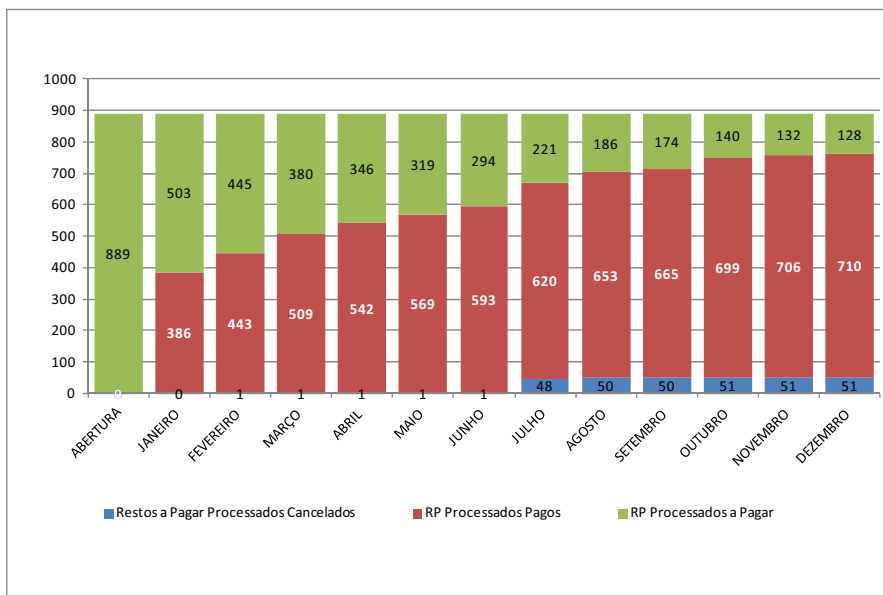
Devido à variação cambial, os valores globais referentes aos Restos a Pagar Inscritos em 2010 e apurados na data do encerramento daquele exercício não correspondem exatamente aos valores apurados para esses mesmos itens (Restos a Pagar Inscritos em 2010) na data do encerramento do exercício de 2011.

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	R\$ milhões	
	TOTAL	%
RP Inscritos e Reinscritos	4.624,76	100,00
RP não-processados - Inscritos	3.699,97	80,00
RP não-processados - Reinscritos	924,79	20,00
RP não-processados - Cancelados	358,31	7,75
RP não-processados Pagos	3.162,11	68,37
RP não-Processados a Pagar	1.104,35	23,88

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

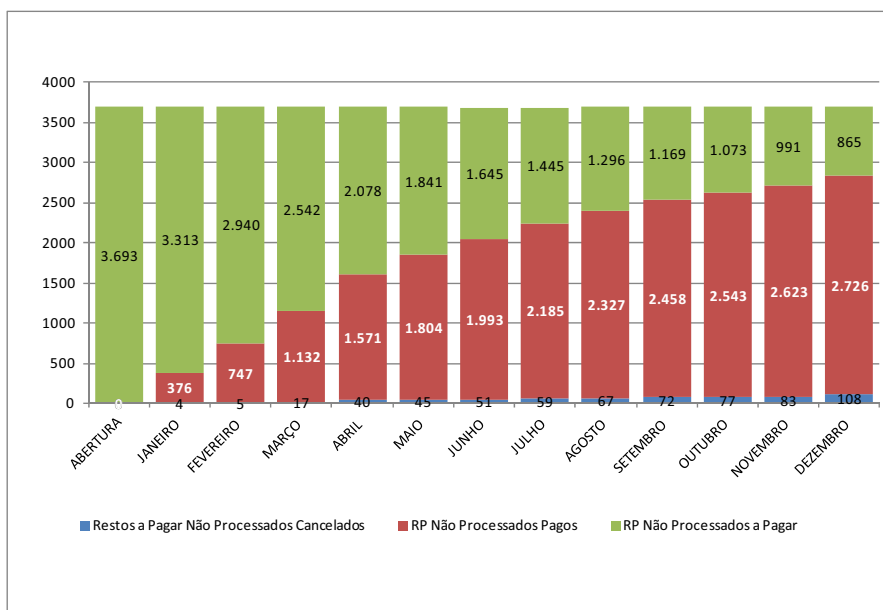
Devido à variação cambial, os valores globais referentes aos Restos a Pagar Inscritos em 2010 e apurados na data do encerramento daquele exercício não correspondem exatamente aos valores apurados para esses mesmos itens (Restos a Pagar Inscritos em 2010) na data do encerramento do exercício de 2011.

EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2011 DOS RP PROCESSADOS REFERENTES A DESPESAS CONTABILIZADAS NO CÁLCULO DO LIMITE COM MDE EM 2010 – SALDOS ACUMULADOS - R\$ Milhões



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

EXECUÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2011 DOS RP NÃO-PROCESSADOS REFERENTES A DESPESAS CONTABILIZADAS NO CÁLCULO DO LIMITE COM MDE EM 2010 – SALDOS ACUMULADOS - R\$ Milhões



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

2.4.2. Ações e Serviços Públicos de Saúde

Por meio do artigo 198 da Constituição Federal e do artigo 77 do ADCT, alterados pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, asseguram-se recursos mínimos que devem ser aplicados pela União no financiamento das ações e serviços públicos de saúde. A Lei nº 12.309/2010 (LDO 2011), em seu artigo 51, §1º, define o conceito de “ações e serviços públicos”:

Art. 51 [...]

§ 1º Para os efeitos do inciso II deste artigo, consideram-se exclusivamente como ações e serviços públicos de saúde a totalidade das dotações do órgão Ministério da Saúde, deduzidos os encargos previdenciários da União, os serviços da dívida, transferência de renda a famílias e despesas financiadas com recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e ressalvada disposição em contrário que vier a ser estabelecida pela lei complementar a que se refere o art. 198, § 3º, da Constituição.

No Demonstrativo seguinte estão demonstrados os montantes empenhados nos programas referentes às ações e serviços públicos de saúde, cujo total foi de R\$ 72,4 bilhões no ano de 2011.

**DEMONSTRATIVO DE EMPENHOS EMITIDOS NAS AÇÕES E NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
JANEIRO A DEZEMBRO – 2011**

PROGRAMA	R\$ milhões	
	VALOR	%
Gestão da Política de Saúde	0,65	0,90
Serviços Urbanos de Água e Esgoto	1,02	1,41
Proteção e Promoção dos Povos Indígenas	0,34	0,47
Apoio Administrativo	8,95	12,37
Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0,12	0,17
Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	0,01	0,01
Integração de Bacias Hidrográficas	0,00	0,00
Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial	0,00	0,00
Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar	0,22	0,30
Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	0,36	0,50
Atenção Básica em Saúde	12,77	17,65
Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada	36,16	49,97
Saneamento Rural	0,12	0,17
Vigilância e Prevenção de Riscos Decorrentes da Produção e do Consumo de Bens e Serviços	0,31	0,43
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados	0,49	0,68
Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos	6,47	8,94
Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde	0,08	0,11
Aperfeiçoamento do Trabalho e da Educação na Saúde	0,47	0,65
Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	3,60	4,98
Implementação da Política de Promoção da Saúde	0,04	0,06
Resíduos Sólidos Urbanos	0,18	0,25
TOTAL	72,36	100,00

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

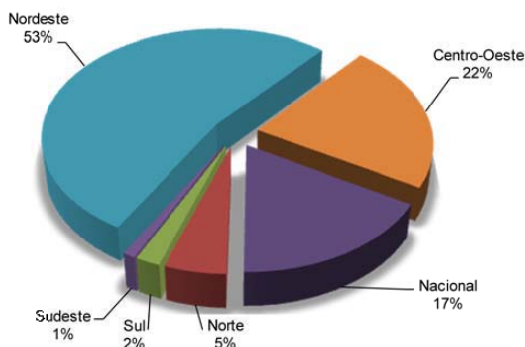
2.4.3. Aplicação dos Recursos Destinados à Irrigação

A Constituição Federal, nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) no seu artigo 42 determina que:

*Art. 42. Durante 25 (vinte e cinco) anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 43, de 15.4.2004)
I - vinte por cento na Região Centro-Oeste;
II - cinquenta por cento na Região Nordeste, preferencialmente no semiárido.*

No gráfico a seguir verifica-se, por região, a dotação orçamentária disponível em 2011 para a Subfunção Irrigação.

**DESPESAS NA SUBFUNÇÃO IRRIGAÇÃO
EM PERCENTUAIS DO TOTAL DA DOTAÇÃO AUTORIZADA**



Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Em 2011, no Programa “Desenvolvimento da Agricultura Irrigada”, que representa 99% da dotação alocada na Subfunção Irrigação, e tem como objetivo aumentar a área irrigada como meio de promoção do desenvolvimento regional, visando a geração de empregos e distribuição de rendas, a União empenhou créditos orçamentários no montante de R\$ 360 milhões.

Desse valor, R\$ 359,6 milhões foram executados pelo Ministério da Integração Nacional e R\$ 0,4 milhão pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cabe ressaltar, que segundo o Plano Plurianual vigente, é o Ministério da Integração Nacional órgão responsável pela implementação do Programa. O Demonstrativo a seguir demonstra os valores autorizados e executados em cada região.

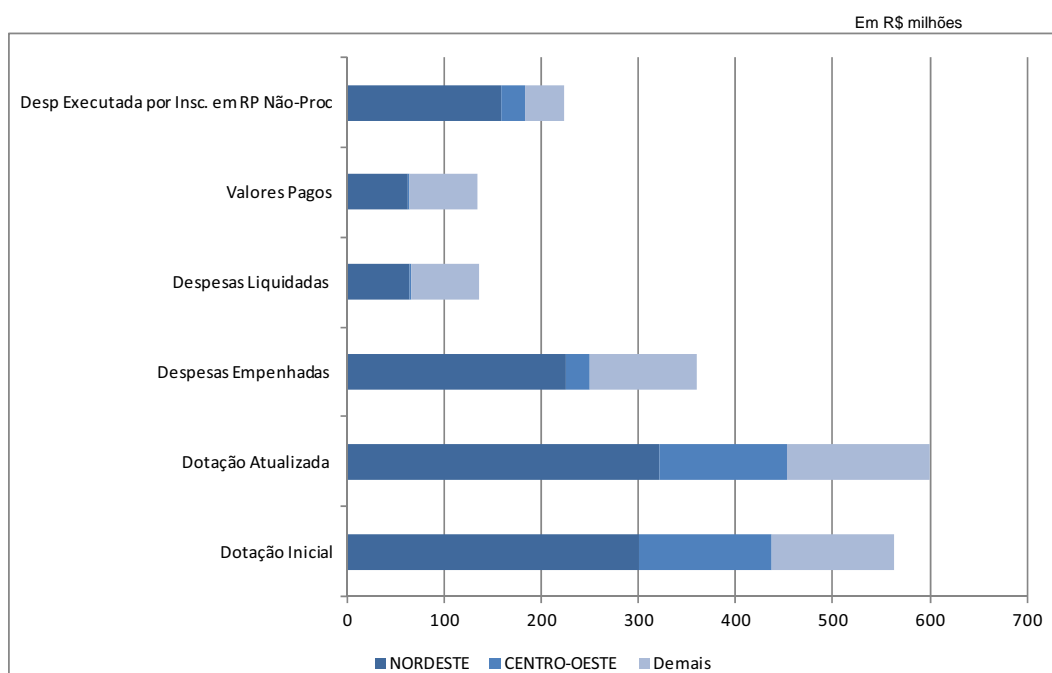
DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM IRRIGAÇÃO – UNIÃO – 2011

DESPESAS NA SUBFUNÇÃO 607 - IRRIGAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	DESPESAS LIQUIDADAS (B)	R\$ milhões	
				% (B)/(A)	% (B)/Total (A)
Programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	563,63	600,64	136,12	23%	23%
Ações na Região Nordeste	301,13	320,69	64,85	20%	11%
Ações na Região Centro-Oeste	136,08	131,45	0,73	1%	0%
Ações Nacionais	88,18	101,67	66,94	66%	11%
Ações na Região Norte	30,55	31,25	2,62	8%	-
Ações na Região Sul	2,10	10,00	-	-	-
Ações na Região Sudeste	5,59	5,59	0,98	17%	0%
TOTAL	563,63	600,64	0,98	23%	23%

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Observa-se que em 2011 foi executado 23% da dotação autorizada, sendo que desse valor 11% representam Ações na Região Nordeste e 11% em Ações Nacionais.

A figura abaixo demonstra os valores autorizados, empenhados, executados, pagos e inscritos em restos a pagar não processados das ações nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Demais Regiões.

**DESPESAS NA SUBFUNÇÃO IRRIGAÇÃO
EM PERCENTUAIS DO TOTAL DA DESPESA EXECUTADA**

Fonte – Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

2.5. ANÁLISE DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

2.5.1. Despesas com Pessoal da União

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Jan/2010 a Dez/2010	DESPESAS EXECUTADAS Jan/2011 a Dez/2011	2011/2010
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	143.459.495	155.724.141	8,55%
Pessoal Ativo	78.669.220	86.248.662	9,63%
Pessoal Inativo e Pensionistas	64.766.985	69.240.503	6,91%
Outras desp. Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 LRF)	23.289	234.977	908,96%
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	22.405.113	22.508.961	0,46%
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	29.448	21.103	-28,34%
Decorrentes de Decisão Judicial	5.242.568	6.687.809	27,57%
Despesas de Exercícios Anteriores	389.597	342.947	-11,97%
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	16.743.499	15.457.102	-7,68%
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)	-	-	-
Contribuições Patronais	-	-	-
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP (IV) = (I – II + III)	121.054.382	133.215.180	10,05%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	499.866.613	558.706.387	11,77%
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE – TDP sobre a RCL [(IV / V) x 100]	24,22%	23,84%	-1,55%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) – 37,9% ¹	189.449.446	211.749.721	11,77%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – 36,01%	180.001.967	201.190.170	11,77%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2010 e de 2009/STN

A Lei Complementar n.º 101/2000 estabelece que os gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo Federal durante o período de 12 meses não poderão exceder a 40,9 % da Receita Corrente Líquida na forma estabelecida nos artigos 18 a 20 da referida Lei. Da análise da Demonstração anterior, constata-se que os limites referentes às despesas com pessoal do Poder Executivo mencionados no artigo 56 da Lei de Responsabilidade Fiscal foram cumpridos no período de janeiro a dezembro de 2011. Destaca-se que a relação entre despesa com pessoal e RCL sofreu uma pequena queda em 2011 comparado com 2010, passando de 24,22% para 23,84%. Esse decréscimo pode ser explicado pelo incremento nominal da despesas de pessoal (10,05%) ter sido menor que o aumento da RCL (11,77%).

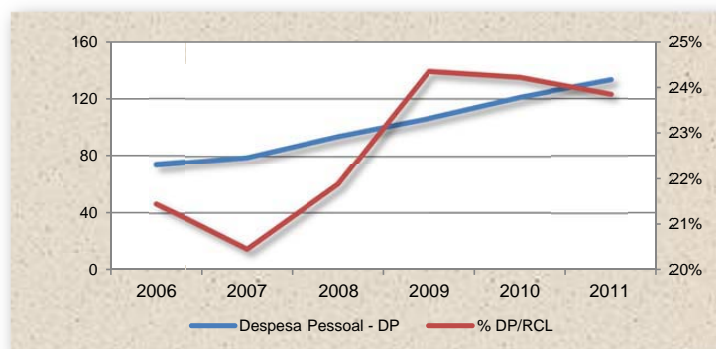
COMPARATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL (2006-2011)

R\$ milhares

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Despesa Pessoal – DP	73.958.766	79.128.842	93.730.272	106.430.148	121.054.382	133.215.180
% DP/RCL	21,45%	20,46%	21,87%	24,34%	24,22%	23,84%
Limite permitido	37,90%	37,90%	37,90%	37,90%	37,90%	37,90%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2010.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL (2006-2011) – R\$ bilhões



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2011

2.5.2. Dívida Consolidada Líquida

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011

RGF - Anexo II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ milhares

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.475.696.960	2.561.183.497	2.594.725.910	2.735.390.104
Dívida Mobiliária	2.368.029.688	2.420.861.595	2.449.474.593	2.594.070.699
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (MP nº 435/08)	48.529.720	81.514.964	92.835.834	92.835.834
Dívida Contratual	44.128.274	43.190.782	39.874.086	37.947.800
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	74.585	1.870.620	117.844	80.944
Outras Dívidas	14.934.693	13.745.536	12.423.553	10.454.826
DEDUÇÕES (II)	1.460.152.571	1.529.735.944	1.531.997.383	1.663.262.097
Ativo Disponível	405.585.450	432.378.671	403.642.188	476.761.167
Haveres Financeiros	1.079.963.064	1.118.975.288	1.153.383.042	1.210.593.295
(-) Restos a Pagar Processados*	(25.395.944)	(21.618.015)	(25.027.846)	(24.092.365)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	1.015.544.388	1.031.447.552	1.062.728.527	1.072.128.007
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	499.866.613	524.379.492	552.733.063	558.706.387
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	495,27%	488,42%	469,44%	489,59%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	203,16%	196,70%	192,27%	191,89%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - < % ¹	-	-	-	-

FONTE: GEINC/SIAFI

¹ Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

*O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 3º Quadrimestre/2011.

A Dívida Consolidada Líquida da União encerrou o exercício de 2011 em R\$ 1.072,1 bilhões, contra R\$ 1.015,5 bilhões observados no exercício anterior. Em proporção da Receita Corrente Líquida, houve redução no período, passando de 203,16% em 2010 para 191,89% em 2011. Além do crescimento da Receita Corrente Líquida, a melhora do endividamento em 2011 deu-se pela redução da Dívida Consolidada Líquida no período, em decorrência do crescimento do Ativo Disponível e dos Haveres em percentual superior ao crescimento da Dívida Consolidada.

No entanto, deve-se ressaltar que a partir de 2010 houve uma importante alteração metodológica na elaboração desse demonstrativo, uma vez que sua apuração passou a ser feita pela Secretaria do Tesouro Nacional, a partir dos dados do Siafi, em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara. Desse modo, os dados até 2009 têm por fonte o Banco Central do Brasil; a partir de 2010, o Siafi.

O Senado Federal ainda não regulamentou o limite da Dívida Consolidada Líquida para a União, estando em tramitação naquela Casa o projeto de resolução encaminhado pela Mensagem nº 154/2000 e Aviso nº 1.354 - Casa Civil, de 2000.

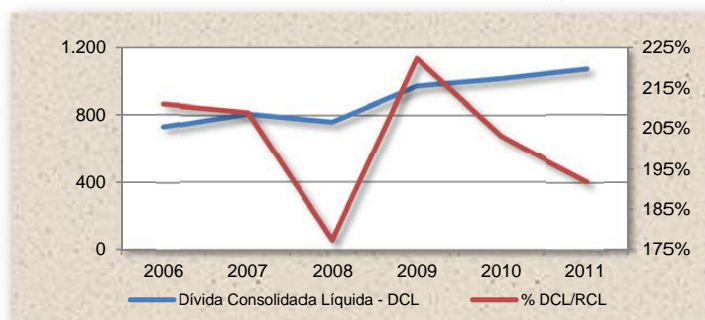
COMPARATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (2006-2011)

R\$ milhares

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Dívida Consolidada Líquida - DCL	727.320.544	808.097.114	760.312.587	971.868.925	1.015.544.388	1.072.128.007
% DCL/RCL	210,98%	208,98%	177,41%	222,29%	203,16%	191,89%
Limite permitido	-	-	-	-	-	-

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2011.

EVOLUÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (2006-2011) - R\$ bilhões



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2011.

2.5.3. Garantias e Contragarantias de Valores

A Resolução SF nº 96/1989 foi revogada em 21 de dezembro de 2007, por meio da Resolução SF nº 48/2007, que fixou novos limites para a realização de operações de crédito e concessão de garantia da União. Para fins de análise, apresentamos a seguir o Limite de Garantias apurado nos termos da citada Resolução nº 48/2007:

LIMITE DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2011		
		ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	87.416.533	88.052.120	98.614.385	114.359.888
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	499.866.613	524.379.492	552.733.063	558.706.387
% DO TOTAL DAS GARANTIAS SOBRE A RCL (III / IV)	17,49%	16,79%	17,84%	20,47%
LIMITE DEFINIDO PELA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 48/2007 - 60%	299.919.968	314.627.695	331.639.838	335.223.832

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2010		
		ATÉ O 1º QUADRIMESTRE	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	ATÉ O 3º QUADRIMESTRE
TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	87.335.930	86.633.282	90.371.002	87.416.533
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	437.199.421	468.699.862	479.816.372	499.866.613
% DO TOTAL DAS GARANTIAS SOBRE A RCL (III / IV)	19,98%	18,48%	18,83%	17,49%
LIMITE DEFINIDO PELA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 48/2007 - 60%	262.319.653	281.219.917	287.889.823	299.919.968

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2010/STN

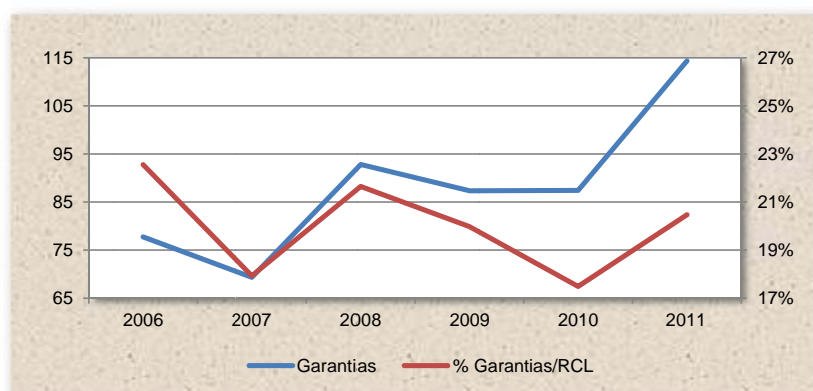
O saldo das garantias concedidas pela União até 3º quadrimestre de 2011 apresentou acréscimo de cerca de R\$ 27,9 bilhões em relação ao exercício de 2010. Quando comparado o total das garantias com a RCL, nota-se um aumento de 2,98% em relação ao exercício anterior.

COMPARATIVO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (2006-2011)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Garantias	77.753.042	69.331.565	92.786.846	87.335.930	87.416.533	114.359.888
% Garantias/RCL	22,55%	17,93%	21,65%	19,98%	17,49%	20,47%
Limite permitido	-	-	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2010.

EVOLUÇÃO DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (2006-2011) - R\$ bilhões



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2011.

2.5.4. Operações de Crédito

DEMONSTRATIVO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$ milhares
	VALOR
	3º Quadrimestre de 2011
OPERAÇÕES DE CRÉDITO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	678.936.085
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	558.706.387
AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DO PRINCIPAL DE DÍVIDAS (IV)2	577.339.281
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (V)	53.346.572
(-) Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas	53.346.572
(-) Aporte Bacen MP 435/20083	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (Ia) + (III) – (IV) – (V)	8,64%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS - 60%	335.223.832

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2011/STN

Em 2011, o Tesouro Nacional realizou operações de crédito concernentes à dívida pública no montante de R\$ 678,9 bilhões. É importante observar que esse montante inclui operações orçamentárias e extra-orçamentárias, que passaram a ser consideradas na apuração do limite a partir do exercício de 2010. Além disso, a Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009 ampliou as operações dedutíveis para fins de apuração do limite, que passaram a incluir as emissões de títulos destinadas:

- ao pagamento de resultado negativo apurado no balanço semestral do Banco Central do Brasil, de que trata o inciso II do art. 2º da Medida Provisória nº 2.179-36, de 24 de agosto de 2001;
- ao pagamento do resultado financeiro negativo das operações com reservas cambiais depositadas no Banco Central do Brasil e das operações com derivativos cambiais por ele realizadas no mercado interno, conforme apurado em seu balanço semestral, de que trata o inciso II do art. 6º da Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008;
- a assegurar ao Banco Central do Brasil a manutenção de carteira de títulos da dívida pública em dimensões adequadas à execução da política monetária, de que trata o inciso IX do art. 1º da Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001;

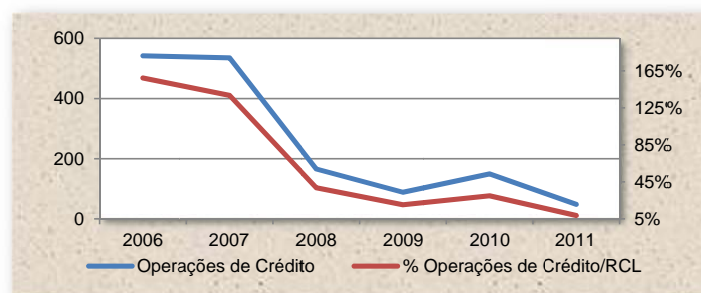
Assim, considerando as devidas deduções, as operações de crédito representaram 8,64% da Receita Corrente Líquida - RCL. Dessa forma, cumpriu-se o limite para operações de crédito externas e internas, ficando o percentual abaixo do estabelecido pelo Senado Federal, que é de 60%.

COMPARATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (2006-2011)

	R\$ milhares					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Operações de Crédito	542.168.242	535.239.592	165.781.175	88.522.719	149.619.577	48.250.233
% Operações de Crédito/RCL	157,27%	138,42%	38,68%	20,25%	29,93%	8,64%
Limite permitido	-	-	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2010.

**EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
VALORES CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE (2006-2011)**
R\$ bilhões



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2011.

2.5.5. Demonstrativo dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa

O Demonstrativo dos Restos a Pagar visa assegurar a transparência da inscrição em restos a pagar de despesas não liquidadas nos limites de disponibilidade de caixa de que trata a LRF. Dessa forma, com a finalidade de se observar a disponibilidade real de caixa, diante de um orçamento extremamente vinculado, a partir de 2011 foi implementado um novo modelo que separa por Grupo de Destinação os recursos da Disponibilidade de Caixa.

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA 2011

	R\$ milhares		
GRUPO DE DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
1. Recursos vinculados à Educação	13.002.548	1.225.932	11.776.616
2. Recursos vinculados à Seguridade Social	26.950.371	7.969.920	18.980.451
3. Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras	178.786.993	290.385	178.496.607
4. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	24.585	35	24.550
5. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	7.787.671	90	7.787.581
6. Recursos vinculados à Previdência Social (FRGPS)	6.402.796	8.486.705	-2.083.909
7. Recursos de Doações	92.611	443	92.168
8. Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	76.551.377	594.500	75.956.878
9. Outros Recursos Vinculados a Fundos	17.147.741	720.965	16.426.776
10. Recursos do Tesouro Nacional	101.062.279	4.683.957	96.378.323
11. Recursos a Classificar	4.347.881	-	4.347.881
TOTAL DOS RECURSOS DETALHADOS POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS (I)	432.156.854	23.972.931	408.183.923
Disponibilidade Fundos Constitucionais	8.097.107	-	8.097.107
Aplicações Financeiras - FAT/FUNCAFE/FNDE	28.064.158	-	28.064.158
Aplicações Financeiras - FCVS	8.907.818	-	8.907.818
Aplicações Financeiras - Demais	2.556.443	-	2.556.443
Recursos para compra antecipada de câmbio	19.312.646	-	19.312.646
Depósitos registrados nas unidades do Poder Executivo	-	5.063.752	-5.063.752
Depósitos do Tesouro Nacional (tributos a classificar) ¹	25.950.268	25.950.268	-
Receitas a Classificar	1.490.361	1.490.361	-
Recursos na conta única pertencentes a entidades com Termo de Cooperação Técnica	614.979	614.979	-
Recursos a liberar para o Legislativo, Judiciário e MPU	-	7.759.930	-7.759.930
Outras Disponibilidades e Obrigações ²	3.065.482	1.085.681	1.979.801
TOTAL DOS DEMAIS RECURSOS (II)	98.059.263	41.964.971	56.094.292
TOTAL (III) = (I + II)	530.216.117	65.937.903	464.278.214

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal do 3º Quadrimestre de 2011/STN

Esse demonstrativo visa evidenciar as disponibilidades de caixa existentes no último dia do exercício segregando-as por destinação de recursos.

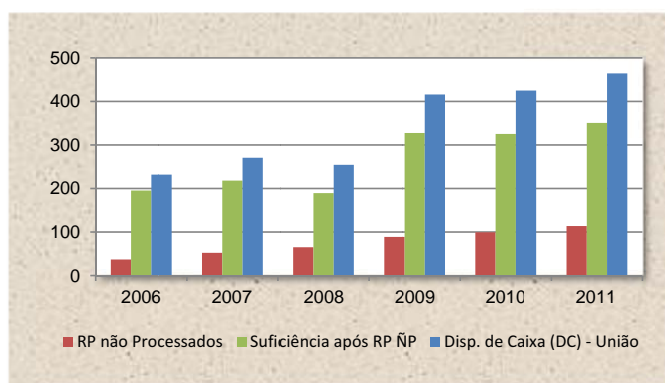
COMPARATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (2006-2011)

	R\$ milhares					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Disp. de Caixa (DC) - União	231.918.016	270.623.944	254.428.768	416.032.420	424.998.287	464.278.214
RP não Processados	36.731.067	52.322.709	64.954.529	88.622.517	99.511.591	113.489.604
Suficiência após RP ÑP	195.186.949	218.301.235	189.474.239	327.409.903	325.486.696	350.788.610

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2011.

Nota: A partir de 2011, a metodologia foi alterada.

EVOLUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (2006-2011) - R\$ bilhões



Fonte: Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal de 2006 a 2011.

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR - 2011

R\$ milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
1. Recursos vinculados à Educação	488.617	737.315	770.979	6.883.665	11.776.616	274
2. Recursos vinculados à Seguridade Social	2.961.235	5.008.685	2.627.113	6.866.590	18.980.451	257
3. Recursos de Operação de Crédito e Receitas Financeiras	8.757	281.628	825.165	7.767.693	178.496.607	6
4. Recursos de Alienação de Bens e Direitos	35	-	4.175	-	24.550	-
5. Recursos de Transferências Constitucionais e Legais a Estados, DF, Municípios, inclusive Fundos	90	-	22.108	5.852.614	7.787.581	-
6. Recursos vinculados à Previdência Social (FRGPS)	1	8.486.704	3	212.168	-2.083.909	-
7. Recursos de Doações	226	217	4.013	22.834	92.168	-
8. Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	233.591	360.909	3.896.259	8.175.545	75.956.878	3.087
9. Outros Recursos Vinculados a Fundos	263.468	457.496	527.973	1.248.854	16.426.776	0
10. Recursos do Tesouro Nacional	3.218.755	1.465.202	21.593.575	46.188.278	96.378.323	9.761
11. Recursos a Classificar	-	-	-	-	4.347.881	-
TOTAL DOS RECURSOS DETALHADOS POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS (I)	7.174.775	16.798.157	30.271.364	83.218.241	408.183.923	13.385
Disponibilidade Fundos Constitucionais					8.097.107	
Aplicações Financeiras - FAT/FUNCAFE/FNDE					28.064.158	
Aplicações Financeiras - FCVS					8.907.818	
Aplicações Financeiras - Demais					2.556.443	
Recursos para compra antecipada de câmbio					19.312.646	
Depósitos registrados nas unidades do Poder Executivo					-5.063.752	
Depósitos do Tesouro Nacional (Arrecadação)					0	
Receitas a Classificar					0	
Recursos na conta única pertencentes a entidades com Termo de Cooperação Técnica					0	
Recursos a liberar para o Legislativo, Judiciário e MPU					-7.759.930	
Outras Disponibilidades e Obrigações					1.979.801	
TOTAL DOS DEMAIS RECURSOS1 (II)	-	-	-	-	56.094.292	
TOTAL (III) = (I + II)	7.174.775	16.798.157	30.271.364	83.218.241	464.278.214	13.385

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹

FONTE: Siasi e STN/CCONT/GEINF

Nota: Eventuais valores de obrigações financeiras superiores aos da disponibilidade de caixa bruta são garantidos pela disponibilidade de caixa líquida em "Recursos do Tesouro Nacional".

1 Recursos detalhados no Anexo V - Disponibilidade de Caixa deste Relatório.

PARTE III – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – EMPRESAS ESTATAIS**3.1. ASPECTOS GERAIS**

Os investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, são descritos no Orçamento de Investimento, conforme previsto no art. 165, § 5º, II da Constituição Federal de 1988.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011 (Lei nº 12.309/2010 – LDO/2011), restringe a previsão constitucional, ao prever, em seu art. 6º, que as empresas que recebam recursos do Tesouro Nacional, terão as suas receitas e despesas compreendidas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade.

Excluem-se dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade, conforme art. 6º, § 1º, III da LDO/2011, aquelas empresas que recebam recursos da União apenas em virtude de: a) participação acionária; b) fornecimento de bens ou prestação de serviços; c) pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos; e d) transferência para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, por meio de suas instituições financeiras de caráter regional, e de desenvolvimento econômico, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES, nos termos do disposto nos arts. 159, inciso I, alínea “c”, e 239, § 1º, da Constituição.

Assim, o Orçamento de Investimento compreende todas as empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, não incluídas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e que tenham investimentos programados para o exercício, independentemente da fonte de financiamento utilizada, conforme art. 54, *caput* e § 5º da LDO/2011. São considerados investimentos, nos termos do Art. 54, § 1º da LDO, as despesas com: *I - aquisição de bens classificáveis no ativo imobilizado, excetuados os que envolvam arrendamento mercantil para uso próprio da empresa ou destinados a terceiros; II - benfeitorias realizadas em bens da União por empresas estatais; e III - benfeitorias necessárias a infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União.*

O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais para 2011 foi aprovado pela Lei nº 12.381/2011 – Lei Orçamentária Anual – LOA com uma dotação inicial de R\$ 107.374.256.189,00, englobando as programações de 73 empresas estatais federais.

Por intermédio das Leis nº 12.570, de 26 de dezembro de 2011 e nº 12.582, de 29 de dezembro de 2011, foram inseridas no Orçamento de Investimento de 2011 as programações das seguintes empresas: Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. – RS Energia; Innova S.A.; Gás Brasileiro Distribuidora S.A. – GBD; Porto Velho Transmissora de Energia S.A. – PVTE; Estação Transmissora de Energia S.A. – ETE e Rio Branco Transmissora de Energia S.A. – RBTE. Com isso, passou para 79 o número de empresas estatais federais abrangidas no Orçamento de Investimento.

Por meio da edição da Medida Provisória nº 527/ 2011, convertida na Lei nº 12.462/2011, foi criada na estrutura da Presidência da República a Secretaria de Aviação Civil. Por intermédio do Decreto nº 7.453/2011, a Infraero passa a integrar a nova pasta. Para adequação da Lei Orçamentária Anual - LOA, foi editado o Decreto de 12 de maio 2011, transferindo, do Ministério da Defesa para a Presidência da República, as dotações do Orçamento de Investimento e os dados da execução orçamentária da referida empresa.

Após uma série de alterações, discriminadas no quadro seguinte, houve uma redução de R\$ 3.557.435.777,00 ao valor inicialmente previsto, resultando em uma dotação final de R\$ 103.816.820.412,00.

CRÉDITOS ADICIONAIS AO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – 2011

ESPECIFICAÇÃO (Instrumento de Aprovação do Crédito / Empresa)	CRÉDITOS		R\$ 1,00 MOVIMENTO LÍQUIDO
	Suplementação	Cancelamento	
Dotação Inicial (Lei nº 12.381, de 09.02.2011)			107.374.256.189
Decreto de 28.01.2011 (reabertura de crédito especial)	53.787.715	0	53.787.715
Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP	15.000.000	0	15.000.000
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ	31.000.000	0	31.000.000
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	7.787.715	0	7.787.715
Decreto de 28.01.2011 (reabertura de crédito extraordinário)	452.012.931	0	452.012.931
Companhia Docas do Ceará – CDC	233.643	0	233.643
Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA	7.946.280	0	7.946.280
Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP	582.957	0	582.957
Companhia Docas do Pará – CDP	15.351.075	0	15.351.075
ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros	1.500.000	0	1.500.000
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	53.000.000	0	53.000.000
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV	52.881.598	0	52.881.598
Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras	313.017.378	0	313.017.378
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero	7.500.000	0	7.500.000
Decreto de 12.05.2011 (transposição de recursos)	2.215.873.000	2.215.873.000	0
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero	2.215.873.000	2.215.873.000	0
Decreto de 24.06.2011 (crédito suplementar)	152.067.788	0	152.067.788
Companhia Docas do Ceará - CDC	14.383.541	0	14.383.541
Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa	2.615.338	0	2.615.338
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	22.745.561	0	22.745.561
Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp	27.957.166	0	27.957.166
Companhia Docas do Pará – CDP	11.459.329	0	11.459.329
Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ	1.286.387	0	1.286.387
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern	71.620.466	0	71.620.466
Decreto de 24.06.2011 (crédito suplementar)	127.826.405	127.826.405	0
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	6.360.000	6.360.000	0
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	121.466.405	121.466.405	0
Decreto de 24.06.2011 (crédito especial)	9.843.370	0	9.843.370
Companhia Docas do Ceará – CDC	105.228	0	105.228
Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa	1.250.000	0	1.250.000
Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba	592.758	0	592.758
Companhia Docas do Pará – CDP	2.774.048	0	2.774.048
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ	1.863.178	0	1.863.178
Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern	3.258.158	0	3.258.158
Decreto de 01.11.2011 (crédito suplementar)	34.639.000	31.639.000	3.000.000
Companhia Docas do Pará – CDP	150.000	150.000	0
Serviço Federal de Processamento de Dados – SERpro	31.489.000	31.489.000	0
IRB - Brasil Resseguros S.A.	3.000.000	0	3.000.000
Lei nº 12.535 de 08.12.2011 (crédito suplementar)	445.643.156	179.719.447	265.923.709
Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa	0	4.315.384	-4.315.384
Companhia das Docas do Estado da Bahia – Codeba	3.000.000	0	3.000.000
Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp	0	5.631.028	-5.631.028
Companhia Docas do Pará – CDP	0	149.048	-149.048
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ	0	5.435.655	-5.435.655
Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Codern	49.006.153	0	49.006.153
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte	37.040.000	164.188.332	-127.148.332
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf	356.597.003	0	356.597.003
Lei nº 12.538 de 08.12.2011 (crédito suplementar)	1.124.446.832	329.795.422	794.651.410
IRB - Brasil Resseguros S.A.	41.416.880	2.674.449	38.742.431
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel	13.706.264	0	13.706.264

ESPECIFICAÇÃO (Instrumento de Aprovação do Crédito / Empresa)	CRÉDITOS		MOVIMENTO LÍQUIDO
	Suplementação	Cancelamento	
Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre	48.621.084	11.282.390	37.338.694
Companhia Energética de Alagoas – Ceal	145.159.971	47.521.038	97.638.933
Companhia Energética do Piauí – Cepisa	239.281.653	77.928.832	161.352.821
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – Ceron	108.299.120	5.080.228	103.218.892
Boa Vista Energia S.A. – BVENERGIA	20.243.751	18.818.495	1.425.256
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – AmE	251.960.444	166.489.990	85.470.454
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	255.757.665	0	255.757.665
Decreto de 15.12.2011 (crédito suplementar)	1.330.127.000	1.330.127.000	0
Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp	4.000.000	4.000.000	0
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	1.203.738.000	1.203.738.000	0
Petrobras Distribuidora S.A. – BR	32.503.000	32.503.000	0
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	1.300.000	1.300.000	0
Petrobras Transporte S.A. – Transpetro	17.000.000	17.000.000	0
Petrobras Netherlands B.V. – PNBV	33.558.000	33.558.000	0
Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG	37.897.000	37.897.000	0
Liquigás Distribuidora S.A. – Liquigás	86.000	86.000	0
Empresa Gerencial de Projetos Navais – Emgepron	45.000	45.000	0
Decreto de 15.12.2011 (crédito suplementar)	11.200.000	11.200.000	0
Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp	0	3.200.000	-3.200.000
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ	11.200.000	8.000.000	3.200.000
Lei nº 12.570 de 26.12.2011 (crédito especial)	5.736.647.926	0	5.736.647.926
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	5.233.453.000	0	5.233.453.000
Petrobras Química S.A. – Petroquisa	503.000	0	503.000
Petrobras Netherlands B.V. – PNBV	62.738.000	0	62.738.000
Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG	273.000.000	0	273.000.000
Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS ENERGIA	96.740.926	0	96.740.926
Innova S.A.	55.430.000	0	55.430.000
Gás Brasileiro Distribuidora S.A. – GBD	14.783.000	0	14.783.000
Lei nº 12.571 de 26.12.2011 (crédito especial)	38.645.735	19.794.253	18.851.482
Companhia Docas do Pará – CDP	3.400.000	3.400.000	0
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero	16.394.253	16.394.253	0
Caixa Econômica Federal – CAIXA	18.851.482	0	18.851.482
Lei nº 12.580 de 29.12.2011 (crédito suplementar)	8.631.945.462	20.731.286.239	-12.099.340.777
Companhia Docas do Ceará – CDC	500.000	0	500.000
Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp	8.015.626	8.015.626	0
Companhia Docas do Pará – CDP	2.100.000	5.300.000	-3.200.000
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ	4.727.211	0	4.727.211
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero	379.740.771	1.082.438.886	-702.698.115
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasaminas	2.328.623	0	2.328.623
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo	1.270.000	3.770.000	-2.500.000
Banco da Amazônia S.A. – Basa	1.304.656	6.755.674	-5.451.018
Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB	2.986.841	23.569.807	-20.582.966
Casa da Moeda do Brasil – CMB	0	74.600.000	-74.600.000
IRB - Brasil Resseguros S.A.	30.000.000	0	30.000.000
Caixa Econômica Federal – Caixa	36.697.083	254.306.189	-217.609.106
COBRA Tecnologia S.A.	0	8.527.572	-8.527.572
BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB TURISMO	0	700.000	-700.000
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	3.929.916	67.534.098	-63.604.182
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL	0	4.000.000	-4.000.000
Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear	47.195.733	637.479.653	-590.283.920
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	1.812.706	71.299.132	-69.486.426
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte	0	169.956.315	-169.956.315
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	267.877.852	21.094.050	246.783.802

ESPECIFICAÇÃO (Instrumento de Aprovação do Crédito / Empresa)	CRÉDITOS		MOVIMENTO LÍQUIDO
	Suplementação	Cancelamento	
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf	22.134.775	207.070.177	-184.935.402
Furnas - Centrais Elétricas S.A.	200.106.736	200.106.736	0
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	3.808.352.000	10.804.458.000	-6.996.106.000
Petrobras Distribuidora S.A. – BR	254.553.000	179.130.000	75.423.000
Petrobras Química S.A. – Petroquisa	13.000	0	13.000
Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre	0	29.337.135	-29.337.135
Companhia Energética de Alagoas – Ceal	0	47.532.963	-47.532.963
Companhia Energética do Piauí – Cepisa	0	88.319.293	-88.319.293
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – Ceron	587.643	96.840.008	-96.252.365
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	0	6.284.000	-6.284.000
Boa Vista Energia S.A. – BVENERGIA	1.313.000	4.843.445	-3.530.445
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmE	29.921.290	270.474.901	-240.553.611
Petrobras Transporte S.A. – Transpetro	33.964.000	1.025.517.000	-991.553.000
Fronape International Company – FIC	12.905.000	0	12.905.000
Petrobras International Finance Company - PIFCo	600.000	0	600.000
Alberto Pasqualini - Refap S.A.	16.003.000	5.428.000	10.575.000
Petrobras Netherlands B.V. – PNBV	1.043.914.000	1.751.423.000	-707.509.000
Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	948.678.000	764.690.000	183.988.000
Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG	720.721.000	168.141.000	552.580.000
Liquigás Distribuidora S.A. – Liquigás	1.896.000	15.720.000	-13.824.000
SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda.	0	6.335.000	-6.335.000
Termorio S.A.	0	7.133.000	-7.133.000
Fafen Energia S.A.	2.043.000	0	2.043.000
Termoceará Ltda.	103.000	0	103.000
Termomacaé Ltda.	0	1.633.000	-1.633.000
Refinaria Abreu e Lima S.A. – RNEST	0	2.354.591.000	-2.354.591.000
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. - UTEJF	0	2.967.000	-2.967.000
Ipiranga Asfaltos S.A. – IASA	4.836.000	83.000	4.753.000
Petrobrás Biocombustível S.A. – PBIO	20.146.000	48.532.000	-28.386.000
Comperj Estirenicos S.A. – CPRJEST	23.428.000	0	23.428.000
Comperj Meg S.A. – CPRJMEG	0	54.441.000	-54.441.000
Comperj Poliolefinas S.A. – CPRJPOL	257.159.000	0	257.159.000
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - Citepe	0	79.148.000	-79.148.000
Companhia Petroquímica de Pernambuco – PETROQUÍMICASUAPE	408.379.000	0	408.379.000
Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. - MANGUE SECO 2	3.702.000	0	3.702.000
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	26.000.000	71.760.579	-45.760.579
Lei nº 12.582 de 29.12.2011 (crédito especial)	1.055.118.669	0	1.055.118.669
Porto Velho Transmissora de Energia S.A. - PVTE	323.542.000	0	323.542.000
Estação Transmissora de Energia S.A. – ETE	600.378.000	0	600.378.000
Rio Branco Transmissora de Energia S.A. - RBTE	131.198.669	0	131.198.669
Resumo dos Créditos	21.419.824.989	24.977.260.766	-3.557.435.777
DOTAÇÃO FINAL			103.816.820.412

Fonte: MP/DEST/Siest

Ao final do exercício, as empresas estatais federais constantes do Orçamento de Investimento, investiram R\$ 82.467.913.206,00, correspondentes a 79,4% do valor autorizado. Em comparação ao exercício anterior, os investimentos realizados pelas empresas estatais apresentaram queda de 1,8%. A execução do Orçamento de Investimento foi registrada pelas empresas no Sistema de Informações das Estatais - Siest, por força do § 8º do art. 54 da LDO/2011.

3.2. ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS

As empresas estatais realizaram investimentos no âmbito de 36 programas do Plano Plurianual 2008/2011, sendo que 65,1% dos valores dispendidos em 2011 estiveram concentrados em dois programas: Oferta de Petróleo e Gás Natural e Refino de Petróleo. O desempenho médio da realização dos investimentos ficou em 79,4%.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – 2011
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA**

R\$ mil

PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	DESEMP. % (D/C)
Oferta de Petróleo e Gás Natural	40.499.504	-2.878.426	37.621.078	32.940.707	87,6
Refino de Petróleo	28.841.435	-424.996	28.416.439	20.713.940	72,9
Atuação Internacional na Área de Petróleo	4.953.591	196.793	5.150.384	4.456.490	86,5
Indústria Petroquímica	3.382.694	870.932	4.253.626	3.274.455	77,0
Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis	6.271.058	-1.933.506	4.337.552	2.988.160	68,9
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	3.672.445	-225.759	3.446.687	2.648.784	76,9
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	3.990.173	-831.896	3.158.277	2.491.896	78,9
Brasil com Todo Gás	2.097.471	254.408	2.351.879	2.190.517	93,1
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	1.821.344	284.082	2.105.426	2.060.298	97,9
Energia na Região Nordeste	1.814.246	128.659	1.942.904	1.270.891	65,4
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	2.135.602	-237.159	1.898.442	1.256.060	66,2
Energia na Região Norte	593.802	819.020	1.412.822	1.191.989	84,4
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	1.980.006	-617.249	1.362.757	1.045.327	76,7
Energia na Região Sul	800.202	493.997	1.294.200	1.023.408	79,1
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Alcool e Biocombustíveis	825.616	57.279	882.895	880.588	99,7
Luz para Todos	260.584	516.234	776.818	503.234	64,8
Energia nos Sistemas Isolados	1.017.789	-439.008	578.780	427.641	73,9
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	360.000	-74.600	285.400	202.287	70,9
Aprimoramento dos Serviços Postais	379.000	-9.761	369.239	149.055	40,4
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	121.072	138.607	259.679	139.741	53,8
Eficiência Energética	115.922	28.320	144.242	107.911	74,8
Vetor Logístico Centro-Norte	107.322	25.546	132.869	79.460	59,8
Inclusão Digital	226.229	300.000	526.229	72.372	13,8
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados	164.999	0	164.999	66.038	40,0
Energia Alternativa Renovável	86.646	-2.099	84.547	62.847	74,3
Gestão da Política de Previdência Social	53.000	44.882	97.882	53.051	54,2
Gestão da Política de Energia	75.515	-6.258	69.257	43.240	62,4
Vetor Logístico Centro-Sudeste	136.791	34.709	171.500	34.345	20,0
Vetor Logístico Leste	241.003	35.091	276.094	29.666	10,7
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	57.169	-24.628	32.541	21.961	67,5
Desenvolvimento da Agroenergia	83.771	-21.544	62.227	21.233	34,1
Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	126.489	-88.079	38.410	15.306	39,8
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	2.180	500	2.680	2.601	97,0
Vetor Logístico Amazônico	16.461	-2.811	13.650	1.238	9,1
Vetor Logístico Nordeste Meridional	55.902	31.285	87.187	614	0,7
Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	7.222	0	7.222	562	7,8
TOTAL	107.374.256	-3.557.436	103.816.820	82.467.913	79,4

Fonte: MP/DEST/Siest

Considerando a série histórica entre os anos 2007 e 2011, em valores nominais, os investimentos das empresas estatais federais cresceram 107,3%. O programa Indústria Petroquímica registrou o maior crescimento proporcional no período, de 26.296,3%, seguido pelos programas Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados, que cresceu 18.243,9%, e Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis, que ampliou os investimentos em 1.374,6%. Quando considerados os programas com investimentos realizados em todos os anos do período analisado, apenas três registraram queda nos valores aplicados: Atuação Internacional na Área de Petróleo, com 32%, Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia, com 3,9%, e Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários, com 6,7%.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007 / 2011
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR PROGRAMA**

R\$ mil

PROGRAMA	2007	2008	2009	2010	2011
Oferta de Petróleo e Gás Natural	18.147.045	24.290.491	29.720.965	35.567.672	32.940.707
Refino de Petróleo	4.717.090	8.221.007	12.485.803	18.581.354	20.713.940
Atuação Internacional na Área de Petróleo	6.551.439	5.797.612	4.730.895	4.700.972	4.456.490
Indústria Petroquímica	12.405	158.701	2.119.264	3.445.565	3.274.455
Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis	202.644	1.792.694	2.929.863	3.596.051	2.988.160
Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	2.043.573	2.294.253	2.893.508	3.015.925	2.648.784
Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	1.237.191	1.771.176	2.734.039	2.075.714	2.491.896
Brasil com Todo Gás	691.502	2.629.235	5.387.535	4.075.611	2.190.517
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	1.044.706	1.555.813	2.012.953	1.786.896	2.060.298
Energia na Região Nordeste	584.138	741.024	1.018.689	921.399	1.270.891
Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	572.461	878.697	987.793	1.254.855	1.256.060
Energia na Região Norte	274.296	219.529	273.260	422.601	1.191.989
Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	514.645	351.257	359.562	529.943	1.045.327
Energia na Região Sul	482.447	849.207	1.001.493	1.061.038	1.023.408
Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Alcool e Biocombustíveis	502.608	498.732	587.880	799.076	880.588
Luz para Todos	224.829	208.528	336.180	633.547	503.234
Energia nos Sistemas Isolados	304.729	396.418	506.331	368.366	427.641
Produção de Moeda e Documentos de Segurança	37.996	39.495	225.224	244.279	202.287
Aprimoramento dos Serviços Postais	141.865	124.065	179.756	183.170	149.055
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	0	17.774	43.856	103.885	139.741
Eficiência Energética	55.948	101.092	79.206	109.466	107.911
Vetor Logístico Centro-Norte	0	7.398	27.606	23.712	79.460
Inclusão Digital	0	0	0	0	72.372
Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados	360	6.096	6.724	13.649	66.038
Energia Alternativa Renovável	50.286	1.786	2.218	23.237	62.847
Gestão da Política de Previdência Social	7.347	23.306	98.635	96.130	53.051
Gestão da Política de Energia	39.785	32.229	47.211	52.638	43.240
Vetor Logístico Centro-Sudeste	0	60.063	52.746	130.352	34.345
Vetor Logístico Leste	0	72.240	43.316	20.051	29.666
Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	22.857	40.094	25.452	28.950	21.961
Desenvolvimento da Agroenergia	0	256.717	203.442	68.377	21.233
Segurança de Vão e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	1.568	7.812	9.603	28.556	15.306
Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	2.789	2.134	1.648	2.078	2.601
Vetor Logístico Amazônico	0	147	451	2.023	1.238
Vetor Logístico Nordeste Meridional	0	14.451	12.285	6.030	614
Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	0	362	775	2.735	562
Corredor Leste	24.562	0	0	0	0
Corredor Araguaia-Tocantins	637	0	0	0	0
Corredor Transmetropolitano	17.525	0	0	0	0
Corredor São Francisco	24.400	0	0	0	0
Corredor Oeste-Norte	30	0	0	0	0
Corredor Nordeste	29.241	0	0	0	0
Transporte Dutoviário de Petróleo e Derivados	1.206.632	0	0	0	0
Produção de Material Bélico	4.473	360	0	0	0
Gestão da Política dos Transportes	4.114	0	0	0	0
TOTAL	39.780.166	53.461.994	71.146.164	83.975.903	82.467.913

Fonte: MP/DEST/Siest

O Ministério de Minas e Energia, responsável pela supervisão dos Grupos Petrobras e Eletrobrás, respondeu, sozinho, por 94,7% dos investimentos realizados no exercício. Apenas a *holding* Petrobras foi responsável por 55,7% dos valores executados no Orçamento de Investimento. Em seguida, ficou o

Ministério da Fazenda, com participação de 3,0% nos investimentos, com destaque para o Banco do Brasil S.A., com participação de 1,9% no total de investimentos das empresas estatais federais em 2011.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃO/UNIDADE**

R\$ mil

ÓRGÃO / UNIDADE	DOTAÇÃO FINAL (A)	REALIZADO ANUAL (B)	COMPOS. % (B/TB)	DESEMP. % (B/A)
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	2.488.293	1.439.320	1,7	57,8
Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA	96.327	1.945	0,0	2,0
Companhia Docas do Ceará – CDC	58.286	19.224	0,0	33,0
Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA	121.830	17.931	0,0	14,7
Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP	180.500	35.534	0,0	19,7
Companhia Docas do Pará – CDP	154.019	85.148	0,1	55,3
Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ	160.790	13.716	0,0	8,5
Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN	203.366	121.074	0,1	59,5
Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO	1.513.175	1.144.749	1,4	75,7
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO	17.358	14.569	0,0	83,9
Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. – CEASAMINAS	7.376	6.967	0,0	94,5
Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG	2.333	202	0,0	8,6
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo	7.648	7.400	0,0	96,8
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	17.480	2.109	0,0	12,1
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	17.480	2.109	0,0	12,1
MINISTÉRIO DA FAZENDA	3.616.068	2.505.685	3,0	69,3
ATIVOS S.A. - Securitizadora de Créditos Financeiros	1.816	59	0,0	3,3
Banco da Amazônia S.A. – BASA	58.117	38.865	0,0	66,9
Banco do Brasil S.A. – BB	2.178.970	1.572.161	1,9	72,2
Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB	54.637	27.799	0,0	50,9
BBTUR - Viagens e Turismo Ltda. - BB TURISMO	2.300	1.925	0,0	83,7
Caixa Econômica Federal – CAIXA	752.510	498.563	0,6	66,3
Casa da Moeda do Brasil – CMB	285.400	202.287	0,2	70,9
COBRA Tecnologia S.A.	6.375	8.816	0,0	138,3
Empresa Gestora de Ativos – EMGEA	1.216	833	0,0	68,5
IRB - Brasil Resseguros S.A.	89.725	21.346	0,0	23,8
Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO	185.000	133.030	0,2	71,9
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	85.042	47.938	0,1	56,4
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	85.042	47.938	0,1	56,4
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	96.288.234	78.060.548	94,7	81,1
GRUPO ELETROBRÁS	9.084.467	6.775.177	8,2	74,6
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – AmE	738.647	503.822	0,6	68,2
Boa Vista Energia S.A. – BVENERGIA	43.418	32.680	0,0	75,3
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CERON	211.407	154.359	0,2	73,0
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE	510.044	391.742	0,5	76,8
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS	41.753	15.013	0,0	36,0
Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL	24.000	14.096	0,0	58,7
Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE	104.546	39.786	0,0	38,1
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	347.374	258.775	0,3	74,5
Companhia Energética de Alagoas – CEAL	228.491	86.110	0,1	37,7
Companhia Energética do Piauí – CEPISA	363.036	299.974	0,4	82,6
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF	1.726.554	1.145.713	1,4	66,4
Eletrobrás Participações S.A. – ELETROPAR	16	13	0,0	82,9
Eletrobrás Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR	1.637.570	1.273.044	1,5	77,7
Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS ENERGIA	96.741	31.484	0,0	32,5
Estação Transmissora de Energia S.A. – ETE	600.378	503.914	0,6	83,9
ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.	691.729	620.258	0,8	89,7
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.	1.264.023	987.845	1,2	78,2
Porto Velho Transmissora de Energia S.A. – PVTE	323.542	297.431	0,4	91,9
Rio Branco Transmissora de Energia S.A. – RBTE	131.199	119.119	0,1	90,8

ÓRGÃO / UNIDADE	DOTAÇÃO FINAL (A)	REALIZADO ANUAL (B)	COMPOS. % (B/TB)	DESEMP. % (B/A)
GRUPO PETROBRAS	87.203.767	71.285.370	86,4	81,7
Alberto Pasqualini - Refap S.A.	822.406	668.858	0,8	81,3
Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco – Citepe	1.157.851	1.110.905	1,3	95,9
Companhia Petroquímica de Pernambuco - Petroquímicasuape	1.258.818	1.251.012	1,5	99,4
Comperj Estirênicos S.A. – CPRJEST	56.260	9.978	0,0	17,7
Comperj Meg S.A. – CPRJMEG	20.144	0	0,0	0,0
Comperj Participações S.A. – CPRJPAR	350	28	0,0	8,1
Comperj Poliolefinas S.A. – CPRJPOL	649.642	311.520	0,4	48,0
Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. - MANGUE SECO 2	81.255	60.082	0,1	73,9
Fafen Energia S.A.(*)	5.143	3.895	0,0	75,7
Fronape International Company – FIC	29.455	29.451	0,0	100,0
Gás Brasileiro Distribuidora S.A. – GBD	14.783	2.349	0,0	15,9
Innova S.A.	55.430	15.876	0,0	28,6
Ipiranga Asfaltos S.A. – Iasa	7.500	5.137	0,0	68,5
Liquigás Distribuidora S.A. – Liquigás	145.495	145.201	0,2	99,8
Petrobras Biocombustível S.A. – PBIO	66.202	25.972	0,0	39,2
Petrobras Distribuidora S.A. – BR	792.267	791.245	1,0	99,9
Petrobras International Braspetro B.V. - PIB BV	5.120.929	4.427.039	5,4	86,4
Petrobras International Finance Company – PIFCo	2.600	1.035	0,0	39,8
Petrobras Netherlands B.V. – PNBV	7.709.952	6.934.934	8,4	89,9
Petrobras Química S.A. – Petroquisa	549	248	0,0	45,2
Petrobras Transporte S.A. – Transpetro	1.483.716	916.180	1,1	61,7
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	58.971.847	45.895.590	55,7	77,8
Refinaria Abreu e Lima S.A. – RNEST	6.681.354	6.673.304	8,1	99,9
SFE - Sociedade Fluminense de Energia Ltda.	6.865	3.278	0,0	47,7
Termoceaná Ltda.	9.103	3.156	0,0	34,7
Termomacaé Ltda.	3.871	548	0,0	14,2
Termorio S.A.(*)	7.990	488	0,0	6,1
Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG	1.995.210	1.952.244	2,4	97,8
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	45.142	45.531	0,1	100,9
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. - UTEJF(*)	1.638	287	0,0	17,5
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	122.882	59.427	0,1	48,4
Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev	122.882	59.427	0,1	48,4
MINISTÉRIO DA SAÚDE	174.367	66.809	0,1	38,3
Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás	174.367	66.809	0,1	38,3
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	40	6	0,0	14,0
Companhia Docas do Maranhão – Codomar	40	6	0,0	14,0
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	1.006.486	270.932	0,3	26,9
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	454.239	194.737	0,2	42,9
Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras	552.247	76.195	0,1	13,8
MINISTÉRIO DA DEFESA	570	568	0,0	99,6
Empresa Gerencial de Projetos Navais – Emgepron	570	568	0,0	99,6
TOTAL	103.816.820	82.467.913	100,0	79,4

(*) Fafen Energia S.A., Termorio S.A. e Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A. – UTEJF foram incorporados pelo Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, por decisão da AGE realizada em 19/12/2011.

Fonte: MP/DEST/Siest

Dentre os investimentos realizados pelas empresas estatais federais em 2011, 91,7% pertencem à função “Energia”, com destaque para a subfunção “Combustíveis Minerais”, que respondeu por 73,9% do realizado. “Indústria”, “Agricultura” e “Energia” foram às funções com melhor desempenho, com realização de 94,9%, 83,9% e 80,7% sobre os valores previstos, respectivamente. Com relação às subfunções, além da já citada “Combustíveis Minerais”, destacam-se os investimentos nas seguintes rubricas: “Energia Elétrica”, com 8,4%, e “Transportes Especiais”, com 5,5%. Registraram desempenho superior a 90% as seguintes subfunções: “Comercialização” 99,7%, “Mineração” 97%, “Produção Industrial” 95,1% e “Tecnologia de Informação” 90,6%.

INVESTIMENTO POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO – 2011

R\$ mil

FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)	DESEMP. % (D/C)
Administração	3.016	8.000	11.016	13	0,0	0,1
Administração Geral	3.016	8.000	11.016	13	0,0	0,1
Agricultura	17.530	-171	17.358	14.569	0,0	83,9
Administração Geral	15.222	-1.617	13.605	11.715	0,0	86,1
Tecnologia da Informação	2.307	1.445	3.753	2.854	0,0	76,1
Comércio e Serviços	3.657.571	-223.878	3.433.693	2.353.668	2,9	68,5
Administração Geral	513.304	-32.133	481.172	327.250	0,4	68,0
Serviços Financeiros	2.135.602	-237.159	1.898.442	1.256.060	1,5	66,2
Tecnologia da Informação	1.008.665	45.414	1.054.079	770.358	0,9	73,1
Comunicações	731.229	256.188	987.418	269.319	0,3	27,3
Administração Geral	31.000	-16.000	15.000	8.935	0,0	59,6
Comunicações Postais	379.000	-9.761	369.239	149.055	0,2	40,4
Tecnologia da Informação	95.000	-18.051	76.949	38.956	0,0	50,6
Telecomunicações	226.229	300.000	526.229	72.372	0,1	13,8
Energia	96.881.314	-3.220.949	93.660.364	75.587.948	91,7	80,7
Administração Geral	388.941	51.312	440.253	358.434	0,4	81,4
Biocombustíveis	189.404	-94.837	94.567	52.160	0,1	55,2
Combustíveis Minerais	77.405.249	-2.775.592	74.629.657	60.957.148	73,9	81,7
Comercialização	672.397	70.955	743.352	741.081	0,9	99,7
Conservação de Energia	115.922	28.320	144.242	107.911	0,1	74,8
Energia Elétrica	8.641.600	597.522	9.239.123	6.939.149	8,4	75,1
Irrigação	118.430	14.192	132.622	119.093	0,1	89,8
Produção Industrial	0	588.833	588.833	191.875	0,2	32,6
Tecnologia da Informação	1.354.231	-304.417	1.049.814	951.642	1,2	90,6
Transporte Hidroviário	2.046.044	-1.007.074	1.038.970	623.391	0,8	60,0
Transportes Especiais	5.949.096	-390.164	5.558.932	4.546.064	5,5	81,8
Indústria	2.449.618	255.131	2.704.749	2.566.806	3,1	94,9
Administração Geral	37.493	0	37.493	29.622	0,0	79,0
Mineração	2.180	500	2.680	2.601	0,0	97,0
Produção Industrial	2.409.945	254.631	2.664.576	2.534.583	3,1	95,1
Previdência Social	67.000	44.882	111.882	59.427	0,1	53,1
Administração Geral	14.000	0	14.000	6.377	0,0	45,5
Tecnologia da Informação	53.000	44.882	97.882	53.051	0,1	54,2
Saúde	174.367	0	174.367	66.809	0,1	38,3
Administração Geral	441	0	441	178	0,0	40,4
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	7.222	0	7.222	562	0,0	7,8
Suporte Profilático e Terapêutico	164.999	0	164.999	66.038	0,1	40,0
Tecnologia da Informação	1.705	0	1.705	31	0,0	1,8
Transporte	3.392.612	-676.638	2.715.973	1.549.354	1,9	57,0
Administração Geral	41.686	40.891	82.577	46.657	0,1	56,5
Combustíveis Minerais	49.054	59.200	108.254	65.410	0,1	60,4
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	600	50	650	570	0,0	87,7
Tecnologia da Informação	94.841	-11.592	83.249	49.155	0,1	59,0
Transporte Aéreo	2.106.496	-705.329	1.401.167	1.060.633	1,3	75,7
Transporte Hidroviário	676.073	261.679	937.752	284.438	0,3	30,3
Transportes Especiais	421.984	-322.236	99.748	42.437	0,1	42,5
Vigilância Epidemiológica	1.878	698	2.576	55	0,0	2,1
TOTAL	107.374.256	-3.557.436	103.816.820	82.467.913	100,0	79,4

Fonte: MP/DEST/Siest

O demonstrativo a seguir apresenta a evolução da execução do Orçamento de Investimento entre os anos de 2007 e 2011, por função e subfunção, em valores nominais. O crescimento médio dos valores investidos no período foi de 107,3%, um pouco acima do crescimento verificado na função “Energia”, responsável pela maior parte dos investimentos das empresas estatais, que ficou em 101,0%. Considerando apenas as funções com investimentos em todos os anos da série, os maiores crescimentos foram verificados nas funções “Saúde” (14.175,4%) e “Indústria” (4.656,4%), e os menores, nas funções “Comércio e Serviços”

(88,8%) e “Comunicações” (30,0%). Com relação às subfunções, considerando também apenas aquelas com valores em todos os anos da série histórica analisada, os maiores crescimentos foram verificados em “Comercialização” da função Energia (154.614,2%), “Administração Geral” da função Comércio e Serviços (109.715,4%), “Suporte Profilático e Terapêutico” da função Saúde (18.243,9%), “Produção Industrial” da função Indústria (5.840,1%), “Tecnologia de Informações” da função Agricultura (1.305,9%) e “Administração Geral” da função Energia (1.114,3%). As subfunções “Comunicações Postais”, “Tecnologia da Informação” e “Mineração” registraram recuo nos investimentos realizados, de 12,6%, 8,3% e 6,7%, respectivamente.

VALORES EXECUTADOS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO 2007/2011

R\$ mil

FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Administração	0	28	72.352	18	13
Administração Geral	0	28	72.352	18	13
Agricultura	4.595	4.916	6.918	7.167	14.569
Abastecimento	4.392	0	0	0	0
Administração Geral	0	4.745	6.848	5.513	11.715
Tecnologia da Informação	203	172	70	1.654	2.854
Comércio e Serviços	1.246.619	1.796.693	2.150.681	2.582.893	2.353.668
Administração Geral	298	272.128	430.653	346.816	327.250
Comercialização	3.071	0	0	0	0
Serviços Financeiros	750.575	878.697	987.793	1.254.855	1.256.060
Tecnologia da Informação	492.617	645.869	732.235	981.222	770.358
Turismo	58	0	0	0	0
Comunicações	207.225	214.253	234.805	243.998	269.319
Administração Geral	0	33.718	24.193	27.344	8.935
Comunicações Postais	170.488	124.065	179.756	183.170	149.055
Tecnologia da Informação	36.737	56.470	30.856	33.484	38.956
Telecomunicações	0	0	0	0	72.372
Defesa Nacional	0	0	8.495	7.188	0
Administração Geral	0	0	8.495	7.188	0
Energia	37.611.366	50.808.877	67.190.770	78.102.233	75.587.948
Administração Geral	29.518	282.459	212.062	411.557	358.434
Biocombustíveis	0	256.717	203.442	96.283	52.160
Combustíveis Minerais	31.607.308	41.396.752	51.412.057	62.554.834	60.957.148
Comercialização	479	379.287	475.643	633.347	741.081
Conservação de Energia	0	101.092	79.206	109.466	107.911
Energia Elétrica	3.290.931	4.125.904	5.798.992	5.519.483	6.939.149
Irrigação	0	134.086	145.766	142.299	119.093
Produção Industrial	46	0	0	0	191.875
Tecnologia da Informação	1.037.561	971.003	1.303.574	1.025.034	951.642
Transporte Hidroviário	0	171.755	464.186	561.344	623.391
Transportes Especiais	1.645.522	2.989.822	7.095.843	7.048.584	4.546.064
Indústria	53.965	50.809	751.813	1.965.856	2.566.806
Administração Geral	0	13.871	17.521	15.047	29.622
Combustíveis Minerais	8.406	0	0	0	0
Mineração	2.789	2.134	1.648	2.078	2.601
Produção Industrial	42.669	33.237	732.275	1.948.731	2.534.583
Tecnologia da Informação	100	1.568	368	0	0
Previdência Social	8.204	25.399	111.277	101.441	59.427
Administração Geral	0	2.093	12.641	5.311	6.377
Tecnologia da Informação	8.204	23.306	98.635	96.130	53.051
Saúde	468	6.954	7.812	17.124	66.809
Administração Geral	90	127	78	18	178
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0	362	775	2.735	562
Suporte Profilático e Terapêutico	360	6.096	6.724	13.649	66.038
Tecnologia da Informação	17	369	236	722	31
Transporte	647.725	554.064	611.241	947.986	1.549.354
Administração Geral	0	5.515	9.068	37.576	46.657
Combustíveis Minerais	0	0	0	0	65.410
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	0	0	0	0	570
Tecnologia da Informação	9.239	17.406	49.767	58.233	49.155
Transporte Aéreo	518.311	359.069	369.165	558.499	1.060.633
Transporte Hidroviário	102.991	172.074	180.260	285.753	284.438
Transportes Especiais	17.184	0	2.981	7.625	42.437
Vigilância Epidemiológica	0	0	0	300	55
TOTAL	39.780.166	53.461.994	71.146.164	83.975.903	82.467.913

Fonte: MP/DEST/Siest

Os recursos próprios não só constituíram a principal fonte de financiamento do Orçamento de Investimento; 89,2% dos investimentos foram financiados com geração própria de recursos pelas empresas estatais; como também tiveram o melhor desempenho, sendo efetivamente gastos 82,5% dos valores previstos. A captação de recursos de longo prazo, exclusive em instituições financeiras, também foi importante em 2011, representando 5,9% do total das fontes utilizadas, com um desempenho de 78,8% em relação à dotação prevista.

FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS, POR NATUREZA – 2011

FONTES DE FINANCIAMENTO	R\$ mil						
	DOTAÇÃO INICIAL (A)	COMPOS. % (A/TA)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	COMPOS. % (C/TC)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)
Recursos Próprios	95.345.807	88,8	-6.192.252	89.153.555	85,9	73.526.713	89,2
Geração Própria	95.345.807	88,8	-6.192.252	89.153.555	85,9	73.526.713	89,2
Recursos p/ aumento do Patrim. Líquido	6.088.114	5,7	-789.339	5.298.775	5,1	1.984.644	2,4
Tesouro	872.970	0,8	758.544	1.631.514	1,6	346.129	0,4
Direto	640.862	0,6	553.877	1.194.739	1,2	217.224	0,3
Saldos de Exercícios Anteriores	232.108	0,2	204.667	436.775	0,4	128.905	0,2
Controladora	5.205.886	4,8	-1.551.770	3.654.116	3,5	1.638.515	2,0
Outras Estatais	9.258	0,0	3.887	13.145	0,0	0	0,0
Operações de Crédito de Longo Prazo	3.642.587	3,4	2.485.720	6.128.307	5,9	4.830.177	5,9
Internas	3.596.132	3,3	397.354	3.993.486	3,8	3.295.243	4,0
Externas	46.455	0,0	2.088.366	2.134.821	2,1	1.534.934	1,9
Outros Recursos de Longo Prazo	2.297.748	2,1	938.435	3.236.183	3,1	2.126.379	2,6
Debêntures	0	0,0	145.505	145.505	0,1	105.609	0,1
Controladora	1.724.848	1,6	492.930	2.217.778	2,1	1.333.301	1,6
Outras Fontes	572.900	0,5	300.000	872.900	0,8	687.469	0,8
TOTAL	107.374.256	100,0	-3.557.436	103.816.820	100,0	82.467.913	100,0

Fonte: MP/DEST/Siest

Ao analisar o comportamento das fontes de financiamento entre os anos de 2007 a 2011, verifica-se, no ano de 2009, uma evidente quebra de padrão, que pode ser associada aos impactos da crise financeira internacional. Nesse ano, os recursos próprios responderam por apenas 47,9% dos investimentos, e houve uma grande participação das operações de crédito de longo prazo em 32,1%. Em relação aos Recursos para aumento de patrimônio de 2011, houve uma queda de 48,2% em relação ao ano anterior. Outro ponto em destaque é o crescimento de operações de crédito de longo prazo, internas, que passou de 0,3% em 2007 para 4,0% no ano de 2011, ou seja, crescimento de 2.567,6%.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007 / 2011 FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS, POR NATUREZA

FONTES DE FINANCIAMENTO	R\$ mil				
	2007	2008	2009	2010	2011
Recursos Próprios	29.799.533	43.883.987	34.056.687	61.634.558	73.526.713
Geração Própria	29.799.533	43.883.987	34.056.687	61.634.558	73.526.713
Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	457.907	2.163.048	3.185.844	3.833.220	1.984.644
Tesouro	193.439	303.111	235.721	350.893	346.129
Direto	148.409	205.759	160.302	86.377	217.224
Saldos de Exercícios Anteriores	45.030	97.352	75.419	264.516	128.905
Controladora	264.468	1.859.937	2.950.123	3.479.458	1.638.515
Outras Estatais	0	0	0	2.870	0
Operações de Crédito de Longo Prazo	1.560.716	1.377.998	22.835.567	2.816.851	4.830.177
Internas	123.527	66.305	16.673.811	2.816.851	3.295.243
Externas	1.437.189	1.311.693	6.161.755	0	1.534.934
Outros Recursos de Longo Prazo	7.962.010	6.036.962	11.068.067	15.691.273	2.126.379
Debêntures	0	0	0	0	105.609
Controladora	230.331	3.955.421	1.152.524	1.397.339	1.333.301
Outras Estatais	7.597.512	1.983.318	9.778.578	0	0
Outras Fontes	134.168	98.223	136.965	14.293.935	687.469
TOTAL	39.780.166	53.461.994	71.146.164	83.975.903	82.467.913

Fonte: MP/DEST/Siest

Das 79 empresas com programações no Orçamento de Investimento, sete pertenciam ao setor financeiro e 72 ao setor produtivo. No setor produtivo, 30 empresas pertenciam ao Grupo Petrobras, 19 ao Grupo Eletrobrás e 23 ao Grupo das Demais Empresas que não dependem de recursos do Tesouro Nacional, sendo: três, na área de armazenamento e abastecimento de produtos agrícolas; oito, na área de administração portuária; um, na área de serviços postais; um, na área de desenvolvimento e administração da infraestrutura de aeroportos, bem como na proteção ao voo e segurança do tráfego aéreo; três, na área industrial de transformação, nos segmentos de equipamentos, insumos militares, de produção de moeda, cédulas, selos e similares, bem como de processamento de hemoderivados; e sete, na área de serviços, como processamento de dados, agenciamento de turismo e gestão de ativos.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – 2011
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR SETOR / GRUPO**

R\$ mil

SETOR / GRUPO	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)
Setor Produtivo Estatal	103.921.121	-3.340.782	100.580.339	80.259.131	97,3
Grupo Petrobras	91.278.119	-4.074.352	87.203.767	71.285.370	86,4
Grupo Eletrobrás e Federalizadas	8.163.867	920.601	9.084.467	6.775.177	8,2
Demais Empresas do Setor Produtivo	4.479.136	-187.031	4.292.104	2.198.583	2,7
Setor Financeiro	3.453.135	-216.653	3.236.482	2.208.782	2,7
TOTAL	107.374.256	-3.557.436	103.816.820	82.467.913	100,0

Fonte: MP/DEST/Siest

A participação do Setor Produtivo Estatal cresceu 107,6% entre os anos de 2007 e 2011, em relação a média de todas as empresas, que ficou em 107,3%. Os investimentos do Grupo Petrobras cresceram no período (106,4%), apesar da redução na participação sobre os investimentos totais em 2007 apresentou 86,8% e passou para 86,4%, em 2011. O Grupo Eletrobrás passou de uma participação de 7,8%, em 2007, para 8,2% em 2011, as Demais Empresas passaram de 2,6% em 2007, para 2,7%, em 2011. Já o setor financeiro recuou, de 2,8%, em 2007 para 2,7%, em 2011.

**ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007 / 2011
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR SETOR / GRUPO**

R\$ mil

SETOR / GRUPO	2007	2008	2009	2010	2011
Setor Produtivo Estatal	38.665.889	51.771.269	69.131.188	81.512.943	80.259.131
Grupo Petrobras	34.533.894	46.941.437	62.530.070	74.552.101	71.285.370
Grupo Eletrobrás e Federalizadas	3.104.278	3.878.140	5.190.283	5.279.352	6.775.177
Demais Empresas do Setor Produtivo	1.027.717	951.691	1.410.835	1.681.491	2.198.583
Setor Financeiro	1.114.277	1.690.726	2.014.977	2.462.960	2.208.782
TOTAL	39.780.166	53.461.994	71.146.164	83.975.903	82.467.913

Fonte: MP/DEST/Siest

Seguem, os demonstrativos com a execução dos investimentos e a participação no total, por grupo e empresa, no período de 2007 a 2011, em valores nominais.

GRUPO PETROBRAS
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR EMPRESA - 2007 / 2011

R\$ mil

EMPRESA	2007		2008		2009		2010		2011	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Petrobras	22.310.443	64,6	33.196.188	70,7	41.818.998	66,9	47.382.143	63,6	45.895.590	64,4
PNBV	3.806.336	11,0	4.873.827	10,4	6.942.181	11,1	9.389.548	12,6	6.934.934	9,7
Rnest	0	0,0	473.960	1,0	946.703	1,5	3.075.113	4,1	6.673.304	9,4
PIB BV	6.551.439	19,0	5.789.357	12,3	4.716.098	7,5	4.693.044	6,3	4.427.039	6,2
TAG	7.033	0,0	1.385.277	3,0	4.258.009	6,8	3.657.968	4,9	1.952.244	2,7
Petroquimicasuape	0	0,0	0	0,0	454.152	0,7	814.624	1,1	1.251.012	1,8
Citepe	0	0,0	0	0,0	70.026	0,1	904.874	1,2	1.110.905	1,6
Transpetro	366.834	1,1	323.643	0,7	776.304	1,2	1.081.674	1,5	916.180	1,3
BR	401.184	1,2	409.568	0,9	508.781	0,8	672.732	0,9	791.245	1,1
Refap	263.030	0,8	169.659	0,4	256.308	0,4	618.229	0,8	668.858	0,9
CPRJPOL	0	0,0	0	0,0	136.691	0,2	160.768	0,2	311.520	0,4
Liquigás	132.706	0,4	126.040	0,3	117.644	0,2	173.341	0,2	145.201	0,2
Mangue Seco 2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	21.628	0,0	60.082	0,1
TBG	135.576	0,4	142.460	0,3	273.943	0,4	176.034	0,2	45.531	0,1
FIC	0	0,0	8.255	0,0	14.797	0,0	7.928	0,0	29.451	0,0
Pbio	0	0,0	0	0,0	1.771	0,0	70.271	0,1	25.972	0,0
Innova	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	15.876	0,0
CPRJEST	0	0,0	0	0,0	31.932	0,1	41.270	0,1	9.978	0,0
Iasa	0	0,0	849	0,0	966	0,0	1.792	0,0	5.137	0,0
Fafen Energia (1)	68	0,0	30	0,0	4.875	0,0	3.322	0,0	3.895	0,0
SFE	368	0,0	92	0,0	440	0,0	2.163	0,0	3.278	0,0
Termoceaná	237	0,0	164	0,0	936	0,0	400	0,0	3.156	0,0
Gás Brasileiro GBD	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2.349	0,0
PIFCo	1.251	0,0	2.338	0,0	653	0,0	199	0,0	1.035	0,0
Termomacai	0	0,0	72	0,0	39	0,0	488	0,0	548	0,0
Termorio (2)	29.526	0,1	6.894	0,0	1.028	0,0	1.893	0,0	488	0,0
Utefj (3)	0	0,0	0	0,0	73	0,0	573	0,0	287	0,0
Petroquisa	151	0,0	24	0,0	1	0,0	42.973	0,1	248	0,0
CPRJPAP	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	28	0,0
CPRJBAS	0	0,0	0	0,0	1.011.001	1,6	1.188.392	1,6	0	0,0
Breitener	0	0,0	0	0,0	0	0,0	199.084	0,3	0	0,0
CPRJPET	0	0,0	0	0,0	129.617	0,2	130.198	0,2	0	0,0
CPRJMEG	0	0,0	0	0,0	39.932	0,1	33.869	0,0	0	0,0
Brasoil	104.748	0,3	3.400	0,0	10.009	0,0	5.563	0,0	0	0,0
Alvo (4)	0	0,0	0	0,0	5.398	0,0	0	0,0	0	0,0
Triunfo (5)	4.441	0,0	8.538	0,0	763	0,0	0	0,0	0	0,0
TNS (6)	186.415	0,5	17.832	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Termobahia	0	0,0	2.270	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TCG (7)	66.746	0,2	700	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Gaspetro	161.692	0,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Dataflux (8)	3.668	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	34.533.894	100,0	46.941.437	100,0	62.530.070	100,0	74.552.101	100,0	71.285.370	100,0

1) Fafen Energia Incorporada pela Petrobras em 19/12/2011

2) Termorio Incorporada pela Petrobras em 19/12/2011

3) Utefj Incorporada pela Petrobras em 19/12/2011

4) Alvo Incorporada pela BR em 31/10/2009

5) Triunfo Privatizada em 05/05/2009

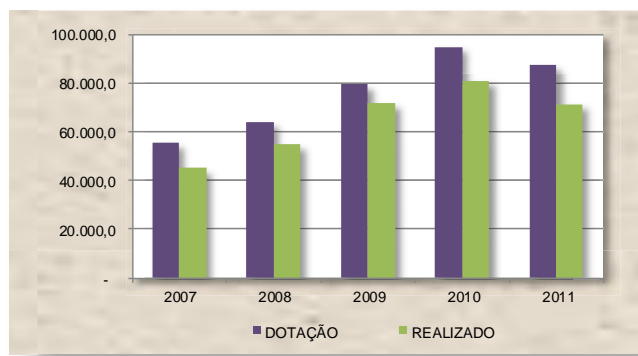
6) TNS Incorporada pela TAG em 30/01/2008

7) TCG Incorporada pela TAG em 30/01/2008

8) Dataflux Incorporada pela Gaspetro em 28/03/2008

Fonte: MP/DEST/Siest

GRUPO PETROBRAS – INVESTIMENTOS REALIZADOS – 2007 / 2011
EM R\$ MILHÕES



GRUPO ELETROBRÁS
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR EMPRESA - 2007 / 2011

R\$ mil

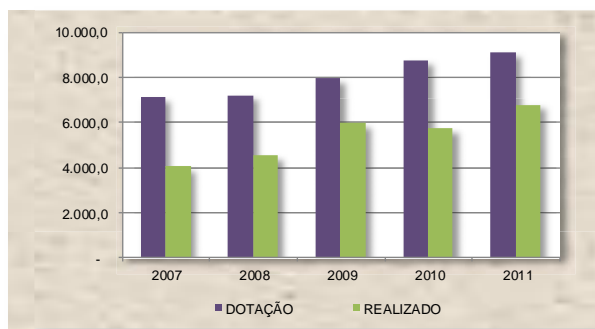
EMPRESA	2007		2008		2009		2010		2011	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Eletronuclear	307.586	9,9	299.048	7,7	545.455	10,5	531.331	10,1	1.273.044	18,8
Chesf	524.603	16,9	589.820	15,2	749.310	14,4	789.568	15,0	1.145.713	16,9
Furnas	822.539	26,5	1.087.215	28,0	1.433.258	27,6	1.245.290	23,6	987.845	14,6
Eletrosul	298.465	9,6	412.434	10,6	552.738	10,6	627.868	11,9	620.258	9,2
ETE	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	503.914	7,4
AmE	59.530	1,9	231.917	6,0	311.332	6,0	489.909	9,3	503.822	7,4
Eletronorte	572.919	18,5	423.793	10,9	491.258	9,5	418.341	7,9	391.742	5,8
Cepisa (*)	70.419	2,3	86.977	2,2	144.154	2,8	275.916	5,2	299.974	4,4
PVTE	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	297.431	4,4
CGTEE	142.763	4,6	422.101	10,9	422.700	8,1	438.159	8,3	258.775	3,8
Ceron (*)	63.387	2,0	68.556	1,8	148.611	2,9	144.881	2,7	154.359	2,3
RBTE	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	119.119	1,8
Ceal (*)	88.993	2,9	89.388	2,3	132.999	2,6	138.032	2,6	86.110	1,3
Eletroacre (*)	67.113	2,2	52.064	1,3	176.613	3,4	58.112	1,1	39.786	0,6
BVenergia	9.895	0,3	51.302	1,3	9.893	0,2	10.266	0,2	32.680	0,5
RS Energia	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	31.484	0,5
Eletrobras	8.114	0,3	31.294	0,8	54.030	1,0	95.545	1,8	15.013	0,2
Cepel	18.044	0,6	28.134	0,7	17.921	0,3	16.115	0,3	14.096	0,2
Eletropar	5	0,0	28	0,0	14	0,0	18	0,0	13	0,0
Ceam (*)	49.902	1,6	4.071	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	3.104.278	100,0	3.878.140	100,0	5.190.283	100,0	5.279.352	100,0	6.775.177	100,0

(*) Empresas federalizadas

Ceam incorporada pela AmE em 28/03/2008

Fonte: MP/DEST/Siest

GRUPO ELETROBRÁS – INVESTIMENTOS REALIZADOS – 2007 / 2011
EM R\$ MILHÕES



DEMAIS EMPRESAS DO SPE
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR EMPRESA - 2007 / 2011

R\$ mil

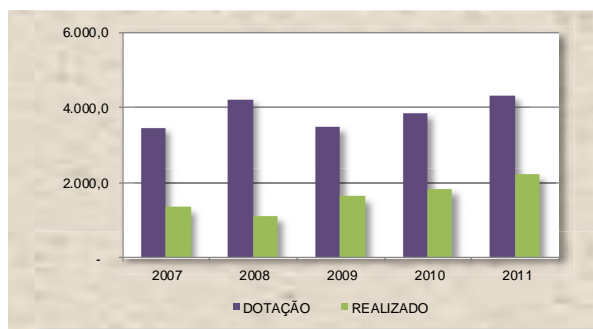
EMPRESA	2007		2008		2009		2010		2011	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Infraero	524.339	51,0	376.218	39,5	421.257	29,9	643.621	38,3	1.144.749	52,1
CMB	37.996	3,7	39.495	4,2	225.224	16,0	244.279	14,5	202.287	9,2
ECT	206.924	20,1	214.253	22,5	234.805	16,6	242.047	14,4	194.737	8,9
Serpro	121.944	11,9	98.660	10,4	131.320	9,3	110.935	6,6	133.030	6,1
Codern	26.009	2,5	16.894	1,8	38.849	2,8	89.736	5,3	121.074	5,5
CDP	1.439	0,1	10.167	1,1	30.327	2,1	29.006	1,7	85.148	3,9
Telebrás	301	0,0	0	0,0	0	0,0	3.883	0,2	76.195	3,5
Hemobrás	468	0,0	6.954	0,7	7.812	0,6	17.124	1,0	66.809	3,0
Dataprev	8.204	0,8	25.399	2,7	183.615	13,0	101.441	6,0	59.427	2,7
Codesp	20.522	2,0	61.181	6,4	55.198	3,9	131.831	7,8	35.534	1,6
CDC	4.315	0,4	1.970	0,2	5.644	0,4	14.691	0,9	19.224	0,9
Codesa	7.305	0,7	2.565	0,3	886	0,1	8.528	0,5	17.931	0,8
CDRJ	20.623	2,0	70.484	7,4	43.404	3,1	14.344	0,9	13.716	0,6
Cobra	9.322	0,9	5.002	0,5	2.992	0,2	7.354	0,4	8.816	0,4
Ceagesp	2.345	0,2	3.371	0,4	568	0,0	3.457	0,2	7.400	0,3
Ceasaminas	1.807	0,2	827	0,1	6.248	0,4	3.026	0,2	6.967	0,3
Codeba	25.965	2,5	14.574	1,5	12.690	0,9	6.673	0,4	1.945	0,1
BB Turismo	242	0,0	1.517	0,2	542	0,0	1.025	0,1	1.925	0,1
Emgea	728	0,1	664	0,1	802	0,1	585	0,0	833	0,0
Emgepron	0	0,0	0	0,0	8.495	0,6	7.188	0,4	568	0,0
Casemg	443	0,0	718	0,1	101	0,0	685	0,0	202	0,0
Ativos S.A.	105	0,0	125	0,0	49	0,0	33	0,0	59	0,0
Codomar	24	0,0	10	0,0	6	0,0	0	0,0	6	0,0
Imbel	4.773	0,5	642	0,1	0	0,0	0	0,0	0	0,0
EPE	1.574	0,2	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	1.027.717	100,0	951.692	100,0	1.410.835	100,0	1.681.491	100,0	2.198.583	100,0

Imbel passou para o Grupo das Empresas Dependentes do Tesouro Nacional a partir de 2009

EPE passou para o Grupo das Empresas Dependentes do Tesouro Nacional a partir de 2008

Fonte: MP/DEST/Siest

**DEMAIS EMPRESAS DO SPE – INVESTIMENTOS REALIZADOS – 2007 / 2011
EM R\$ MILHÕES**



**SETOR FINANCEIRO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA REALIZADA POR EMPRESA - 2007 / 2011**

R\$ mil

EMPRESA	2007		2008		2009		2010		2011	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
BB	688.574	61,8	1.148.253	67,9	1.349.439	67,0	1.770.674	71,9	1.572.161	71,2
Caixa	337.594	30,3	438.023	25,9	462.342	22,9	584.621	23,7	498.563	22,6
BNDES	7.967	0,7	37.816	2,2	17.408	0,9	52.873	2,1	47.938	2,2
Basa	25.959	2,3	15.184	0,9	5.589	0,3	19.353	0,8	38.865	1,8
BNB	32.090	2,9	14.356	0,8	37.471	1,9	21.142	0,9	27.799	1,3
IRB-Brasil Re	7.404	0,7	11.908	0,7	5.269	0,3	13.134	0,5	21.346	1,0
Finep	466	0,0	337	0,0	6.847	0,3	1.163	0,0	2.109	0,1
BNC (1)	0	0,0	0	0,0	130.611	6,5	0	0,0	0	0,0
Besc (2)	13.762	1,2	24.508	1,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
BEP (3)	460	0,0	342	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	1.114.277	100,0	1.690.726	100,0	2.014.977	100,0	2.462.960	100,0	2.208.782	100,0

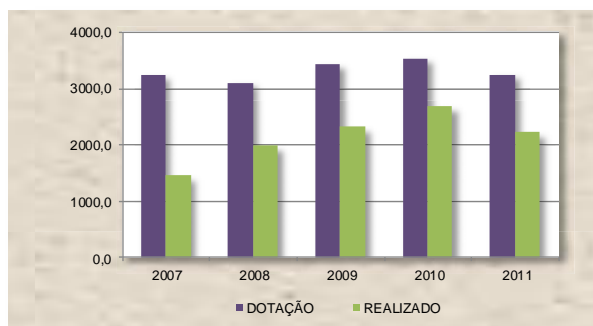
1) BNC incorporado pelo BB em 30/11/2009

2) Besc Incorporado pelo BB em 30/09/2008

3) BEP Incorporado pelo BB em 28/11/2008

Fonte: MP/DEST/Siest

**SETOR FINANCEIRO – INVESTIMENTOS REALIZADOS – 2007 / 2011
EM R\$ MILHÕES**



A Região Sudeste concentrou 30,2% dos dispêndios realizados por meio do Orçamento de Investimentos em 2011, e quando descontados os investimentos sob a rubrica “Nacional” e “Exterior”, sua participação passa para 50,8%. A participação apenas do estado do Pernambuco (11,1%) superou a verificada nas Regiões Sul (6,1%), Norte (3,2%) e Centro-Oeste (0,6%), em grande medida, devido aos investimentos da Petrobras através das Refinarias Abreu e Lima - RNEST, Petroquímica Suape e Citepe. No demonstrativo a seguir, informações sobre a programação e realização do Orçamento de Investimento em 2011, por região e Unidade Federada:

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011
DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS

							R\$ mil
MACRO REGIÃO Região / Estado	DOTAÇÃO INICIAL (A)	CRÉDITO LÍQUIDO (B)	DOTAÇÃO FINAL (C=A+B)	COMPOS. % (C/TC)	REALIZADO ANUAL (D)	COMPOS. % (D/TD)	DESEMP. % (D/C)
NACIONAL	28.116.613	-2.195.486	25.921.127	25,0	22.130.251	26,8	85,4
EXTERIOR	12.583.915	251.341	12.835.256	12,4	11.392.290	13,8	88,8
REGIÃO NORTE	3.601.719	-98.602	3.503.116	3,4	2.597.867	3,2	74,2
Região Norte	1.597.180	-613.433	983.747	0,9	762.162	0,9	77,5
Acre	102.442	7.485	109.928	0,1	41.924	0,1	38,1
Amapá	105.872	-85.535	20.337	0,0	11.676	0,0	57,4
Amazonas	1.330.808	-135.920	1.194.888	1,2	884.993	1,1	74,1
Pará	192.717	33.828	226.545	0,2	104.468	0,1	46,1
Rondônia	215.138	698.626	913.764	0,9	755.254	0,9	82,7
Roraima	50.023	-2.642	47.381	0,0	34.845	0,0	73,5
Tocantins	7.539	-1.012	6.527	0,0	2.545	0,0	39,0
REGIÃO NORDESTE	22.551.853	-3.688.199	18.863.655	18,2	15.909.775	19,3	84,3
Região Nordeste	6.579.919	-1.914.391	4.665.528	4,5	3.585.315	4,3	76,8
Alagoas	189.196	45.401	234.596	0,2	86.907	0,1	37,0
Bahia	1.786.349	423.096	2.209.445	2,1	1.822.165	2,2	82,5
Ceará	515.597	-148.934	366.663	0,4	168.751	0,2	46,0
Maranhão	1.328.841	-131.783	1.197.058	1,2	494.925	0,6	41,3
Paraíba	15.610	-9.277	6.333	0,0	2.205	0,0	34,8
Pernambuco	11.404.384	-2.027.792	9.376.592	9,0	9.195.158	11,1	98,1
Piauí	314.249	62.712	376.961	0,4	303.957	0,4	80,6
Rio Grande do Norte	298.016	106.756	404.773	0,4	228.622	0,3	56,5
Sergipe	119.693	-93.987	25.706	0,0	21.770	0,0	84,7
REGIÃO SUDESTE	34.106.653	-2.591.459	31.515.194	30,4	24.867.102	30,2	78,9
Região Sudeste	16.630.722	-361.390	16.269.332	15,7	13.606.055	16,5	83,6
Espírito Santo	494.675	318.679	813.354	0,8	520.394	0,6	64,0
Minas Gerais	881.329	-82.210	799.119	0,8	663.109	0,8	83,0
Rio de Janeiro	10.636.236	-2.212.728	8.423.508	8,1	5.684.532	6,9	67,5
São Paulo	5.463.691	-253.810	5.209.880	5,0	4.393.012	5,3	84,3
REGIÃO SUL	5.735.349	4.822.800	10.558.148	10,2	5.054.580	6,1	47,9
Região Sul	179.163	89.552	268.715	0,3	218.774	0,3	81,4
Paraná	3.960.407	-148.045	3.812.362	3,7	3.495.053	4,2	91,7
Rio Grande do Sul	1.497.906	4.953.440	6.451.346	6,2	1.329.734	1,6	20,6
Santa Catarina	97.873	-72.147	25.726	0,0	11.019	0,0	42,8
REGIÃO CENTRO-OESTE	678.154	-57.831	620.324	0,6	516.048	0,6	83,2
Região Centro-Oeste	159.462	-33.761	125.701	0,1	112.520	0,1	89,5
Distrito Federal	190.947	-118.956	71.991	0,1	17.044	0,0	23,7
Goiás	77.877	-47.052	30.825	0,0	13.568	0,0	44,0
Mato Grosso	15.928	-5.846	10.082	0,0	9.129	0,0	90,6
Mato Grosso do Sul	233.940	147.785	381.725	0,4	363.787	0,4	95,3
TOTAL	107.374.256	-3.557.436	103.816.820	100,0	82.467.913	100,0	79,4

Fonte: MP/DEST/Siest

Considerando a série histórica entre os anos de 2007 e 2011, o estado do Pernambuco foi o que registrou maior crescimento proporcional nos investimentos, 220.037,9%, em valores nominais, seguido dos estados do Mato Grosso do Sul (11.922,0%), Rondônia (1.066,8%) e Paraná (944,7%).

No período analisado, os investimentos realizados pelas empresas estatais federais registraram queda, em valores nominais, em 8 estados: Paraíba (89,5%), Mato Grosso (72,8%), Amapá (62,5%), Goiás (56,5%), Acre (46,5%), Roraima (39,2%), Pará (34,5%) e Alagoas (4,8%).

Os investimentos nas Regiões Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste cresceram mais do que a média dos investimentos, com conseqüente aumento da participação dessas regiões nos investimentos totais. Tiveram crescimento inferior a média, portanto, registraram queda na participação total as seguintes regionalizações: Nacional e Exterior.

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2007 / 2011
DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ mil

MACRORREGIÃO Região / Estado	2007		2008		2009		2010		2011	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
NACIONAL	12.347.538	31,0	16.011.277	29,9	17.485.295	24,6	19.260.296	22,9	22.130.251	26,8
EXTERIOR	10.463.774	26,3	10.677.177	20,0	11.683.738	16,4	11.340.703	13,5	11.392.290	13,8
REGIÃO NORTE	953.566	2,4	1.004.881	1,9	1.472.962	2,1	1.991.285	2,4	2.597.867	3,2
Região Norte	435.498	1,1	471.022	0,9	568.942	0,8	585.510	0,7	762.162	0,9
Acre	78.316	0,2	59.361	0,1	177.325	0,2	62.200	0,1	41.924	0,1
Amapá	31.164	0,1	7.507	0,0	4.142	0,0	10.588	0,0	11.676	0,0
Amazonas	124.517	0,3	273.686	0,5	498.335	0,7	1.117.318	1,3	884.993	1,1
Pará	159.535	0,4	63.234	0,1	61.922	0,1	54.016	0,1	104.468	0,1
Rondônia	64.728	0,2	69.074	0,1	149.170	0,2	147.630	0,2	755.254	0,9
Roraima	57.358	0,1	59.652	0,1	12.058	0,0	12.275	0,0	34.845	0,0
Tocantins	2.451	0,0	1.346	0,0	1.068	0,0	1.749	0,0	2.545	0,0
REGIÃO NORDESTE	2.966.908	7,5	4.822.161	9,0	8.553.510	12,0	12.057.875	14,4	15.909.775	19,3
Região Nordeste	2.368.369	6,0	3.157.684	5,9	4.649.166	6,5	4.089.666	4,9	3.585.315	4,3
Alagoas	91.336	0,2	90.341	0,2	134.660	0,2	140.169	0,2	86.907	0,1
Bahia	220.782	0,6	532.733	1,0	1.612.161	2,3	2.036.558	2,4	1.822.165	2,2
Ceará	60.627	0,2	380.181	0,7	237.616	0,3	75.572	0,1	168.751	0,2
Maranhão	66.272	0,2	59.284	0,1	155.004	0,2	230.626	0,3	494.925	0,6
Paraíba	21.080	0,1	501	0,0	771	0,0	1.650	0,0	2.205	0,0
Pernambuco	4.177	0,0	481.802	0,9	1.530.970	2,2	4.875.183	5,8	9.195.158	11,1
Piauí	73.969	0,2	93.112	0,2	157.374	0,2	279.356	0,3	303.957	0,4
Rio Grande do Norte	56.355	0,1	22.592	0,0	58.912	0,1	312.961	0,4	228.622	0,3
Sergipe	3.940	0,0	3.931	0,0	16.875	0,0	16.135	0,0	21.770	0,0
REGIÃO SUDESTE	11.602.891	29,2	18.696.981	35,0	28.250.238	39,7	33.496.013	39,9	24.867.102	30,2
Região Sudeste	7.636.068	19,2	10.175.508	19,0	14.321.984	20,1	20.345.204	24,2	13.606.055	16,5
Espírito Santo	118.713	0,3	936.417	1,8	1.722.467	2,4	796.700	0,9	520.394	0,6
Minas Gerais	337.172	0,8	566.728	1,1	761.583	1,1	764.335	0,9	663.109	0,8
Rio de Janeiro	1.778.736	4,5	3.680.652	6,9	6.018.606	8,5	5.384.395	6,4	5.684.532	6,9
São Paulo	1.732.201	4,4	3.337.675	6,2	5.425.598	7,6	6.205.379	7,4	4.393.012	5,3
REGIÃO SUL	1.241.771	3,1	2.091.324	3,9	3.516.661	4,9	5.391.884	6,4	5.054.580	6,1
Região Sul	257.549	0,6	263.417	0,5	285.376	0,4	170.559	0,2	218.774	0,3
Paraná	334.558	0,8	1.001.088	1,9	2.368.850	3,3	4.009.396	4,8	3.495.053	4,2
Rio Grande do Sul	647.469	1,6	822.646	1,5	859.351	1,2	1.206.539	1,4	1.329.734	1,6
Santa Catarina	2.194	0,0	4.174	0,0	3.084	0,0	5.390	0,0	11.019	0,0
REGIÃO CENTRO-OESTE	203.717	0,5	158.193	0,3	183.760	0,3	437.846	0,5	516.048	0,6
Região Centro-Oeste	119.183	0,3	41.003	0,1	63.295	0,1	110.038	0,1	112.520	0,1
Distrito Federal	16.748	0,0	92.295	0,2	69.943	0,1	32.907	0,0	17.044	0,0
Goiás	31.201	0,1	2.350	0,0	3.080	0,0	8.593	0,0	13.568	0,0
Mato Grosso	33.559	0,1	6.261	0,0	2.065	0,0	2.813	0,0	9.129	0,0
Mato Grosso do Sul	3.026	0,0	16.284	0,0	45.378	0,1	283.495	0,3	363.787	0,4
TOTAL	39.780.166	100,0	53.461.994	100,0	71.146.164	100,0	83.975.903	100,0	82.467.913	100,0

Fonte: MP/DEST/Siest

Em 2011, 23 ações tiveram realização superior à dotação aprovada no Orçamento de Investimento, conforme discriminado no demonstrativo a seguir:

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – 2011
PROJETOS/ATIVIDADES COM REALIZAÇÃO SUPERIOR À DOTAÇÃO APROVADA

R\$ mil

Empresa / Código de ação	Título / localizador de gasto	Dotação Final (a)	Realizado no ano (b)	Excesso % (b/a)
Boa Vista Energia S.A. – BVENERGIA				
101Z 0014	Ampliação do Sistema de Subtransmissão de Energia Elétrica de Boa Vista (RR) - No Estado de Roraima	4.450	4.616	3,72
8779 0014	Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Boa Vista (RR) - No Estado de Roraima	3.100	3.241	4,54
Caixa Econômica Federal – CAIXA				
3252 0051	Instalação de Pontos de Atendimento Bancário - No Estado de Mato Grosso	888	1.532	72,45
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON				
6549 0011	Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Rondônia - No Estado de Rondônia	11.629	11.631	0,02
CEAGESP - Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo				
4105 0035	Manutenção e Adequação da Infra-Estrutura Operacional - No Estado de São Paulo	4.698	5.109	8,74
COBRA Tecnologia S.A.				
4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – Nacional	395	2.071	425,00
4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional	5.354	6.173	15,28
Innova S.A.				
20PQ 0043	Manutenção da Infraestrutura Operacional das Plantas de Estireno e de Poliestireno - No Estado do Rio Grande do Sul	12.756	14.165	11,04
Liquigás Distribuidora S.A. – LIQUIGÁS				
2B43 0001	Manutenção da Infra-Estrutura Operacional do Segmento de Distribuição de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - Nacional	135.536	135.650	0,08
Petrobras Biocombustível S.A. – PBIO				
124I 0029	Modernização e Adequação da Usina de Biodiesel de Candeias (BA) - No Estado da Bahia	7.109	7.377	3,77
124N 0023	Modernização e Adequação da Usina de Biodiesel de Quixadá (CE) - No Estado do Ceará	6.069	6.150	1,34
4102 0001	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – Nacional	3.474	4.330	24,65
Petrobras Netherlands B.V. – PNBV				
12OE 0002	Aquisição de Unidades Marítimas Estacionárias de Exploração e Produção de Petróleo e Gás II (Período 2010-2020) - Ex - No Exterior	373.522	910.475	143,75
1924 0002	Construção de Unidades Estacionárias de Produção (Período 2002-2010) - No Exterior	35.058	57.275	63,37
Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS				
103M 0023	Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural, no Porto de Pecém (CE), com Capacidade Aproximadamente de 7 milhões de m3/dia, e Implantação de Gasoduto Associado - No Estado do Ceará	52	225	331,94
103N 0033	Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural, na Baía da Guanabara (RJ), com Capacidade Aproximadamente de 14 milhões de m3/dia, e Implantação de Gasoduto Associado - No Estado do Rio de Janeiro	1.050	1.392	32,56
4101 0001	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis - Nacional	97.552	119.732	22,74
4103 0001	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento - Nacional	696.356	710.458	2,03
4112 0001	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Atividades de Desenvolvimento da Produção – Nacional	883.142	946.164	7,14
4393 0001	Exploração de Petróleo e Gás Natural - Nacional	8.950.005	9.038.269	0,99
Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG				
12AX 0020	Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Nordeste - Na Região Nordeste	216.819	217.104	0,13
12AY 0030	Ampliação da Malha de Gasodutos da Região Sudeste - Na Região Sudeste	1.073.707	1.114.374	3,79
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG				
8022 0001	Manutenção da Infra-Estrutura de Transporte Dutoviário de Gás Natural - Nacional	33.345	34.947	4,81

Fonte: MP/DEST/Siest

Dessas 23 ações, 13 excederam o programado em menos de 10%, 7 excederam o programado entre 10,1% e 100%, e as outras 3 ações tiveram excesso acima de 100%. Considerando o conjunto acima, foram gastos R\$ 796,4 milhões além do programado, um excesso de cerca de 6,3% do total autorizado para essas ações, sendo R\$ 792,5 milhões apenas em ações sob responsabilidade do Grupo Petrobras.

3.3. FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras é a responsável pela gestão de recursos setoriais que atendem a diversas áreas do Setor Elétrico, representados:

a) pela Reserva Global de Reversão – RGR, que é utilizada em projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, o Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica (Procel) e o Reluz, que trata da eficiência energética na iluminação pública dos municípios brasileiros;

b) pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE destinada a promover o desenvolvimento energético dos Estados, ao programa de subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos Estados que ainda não possuem rede canalizada; e

c) pela Conta de Consumo de Combustível – CCC, que financia os custos com a geração de energia à base de combustíveis fósseis, principalmente nos sistemas isolados, situados basicamente na Região Norte do País.

Os três fundos observam as seguintes características que determinam os procedimentos adotados na sua gestão:

- a RGR, a CDE e a CCC são decorrentes de Leis específicas;
- eles têm como finalidades o desenvolvimento e a melhoria do serviço público de energia elétrica, pela promoção da modicidade tarifária, da universalização dos serviços e pelo desenvolvimento de novas fontes alternativas de energia elétrica;
- sua principal fonte de receitas decorre do recolhimento de recursos pelas concessionárias, provenientes de pagamento de encargos financeiros realizados pelos usuários dos serviços, embutidos nas tarifas de energia elétrica, sendo vinculada a sua utilização aos fins específicos previstos nas Leis que criaram os referidos fundos;
- a arrecadação dos recursos composta pelos fundos não observa o ano civil; e
- são geridos por determinação legal pela Eletrobras.

Para o exercício de 2011 foram previstas receitas de R\$ 13.046,8 milhões, tendo sido atingida uma arrecadação de R\$ 13.927,7 milhões. A RGR, a CDE e a CCC, obtiveram desempenho de 117,7%; 97,7%; e 106,7%; respectivamente, na arrecadação de recursos.

FUNDOS DO SETOR ELÉTRICO ADMINISTRADOS PELA ELETROBRAS – 2011

em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	FONTE DE RECURSOS			USO DOS RECURSOS		
	PREVISTO (A)	REALIZADO (B)	DESEMPENHO (C = B/A)	PREVISTO (D)	REALIZADO (E)	DESEMPENHO (F = E/D)
RGR	3.152.813,7	3.712.417,3	117,7	2.702.135,4	1.436.516,0	53,2
CDE	3.833.728,9	3.747.285,7	97,7	2.811.986,3	3.083.779,8	109,7
CCC	6.060.303,4	6.468.041,0	106,7	6.000.000,0	5.325.544,0	88,8
TOTAL	13.046.846,0	13.927.744,0	106,8	11.514.121,7	9.845.839,8	85,5

Fonte: Eletrobras

O Plano de aplicação da RGR, a CDE e a CCC, para o exercício de 2011, previu investimentos da ordem de R\$ 11.514,1 milhões. Desse montante foram aplicados R\$ 9.845,8 milhões em financiamentos, repasses, subvenções, aquisição de combustíveis e outros dispêndios vinculados às finalidades previstas na legislação, ou seja, desempenho médio de 85,5%, com 53,2% para a RGR; 109,7% para a CDE; e 88,8 % para a CCC. No exercício de 2011, o fluxo financeiro das receitas e das aplicações de cada um dos respectivos fundos registrou saldos de R\$ 2.275,9 milhões para a RGR; R\$ 663,5 milhões para a CDE e de R\$ 1.142,5 milhões para a CCC.

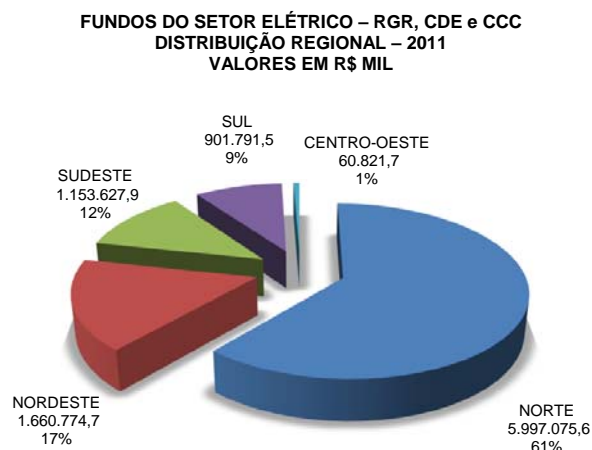
DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS INVESTIMENTOS – 2011

em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO FUNDOS	MACRO-REGIÕES					TOTAL
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	
RGR	223.170,3	202.070,5	754.830,5	163.271,1	33.108,8	1.376.451,2
CDE	448.361,3	1.458.704,2	398.797,4	738.520,4	27.712,9	3.072.096,2
CCC	5.325.544,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5.325.544,0
TOTAL	5.997.075,6	1.660.774,7	1.153.627,9	901.791,5	60.821,7	9.774.091,4

Fonte: Eletrobras

Dos recursos aplicados pelos três Fundos, a Região Norte recebeu 61,4% dos investimentos, vindo em seguida a Região Nordeste com 17,0%, a Região Sul com 11,8 %, a Região Sudeste com 9,2% e a Região Centro-Oeste com 0,6%.



3.3.1 - Reserva Global de Reversão - RGR

A RGR foi criada pelo Decreto nº. 41.019/1957. A Lei nº. 9.648/98 fixou sua extinção em 01/12/2002. Entretanto, a Lei nº. 10.438/2002 estendeu sua vigência até 2010. Em 30.12.2010, a MP nº 517, de acordo com seu art. 16, altera o art. 8º da Lei nº 9.648 que passa ter a seguinte redação: “Art. 8º - A cota anual da Reserva Global de Reversão – RGR ficará extinta ao final do exercício de 2035, devendo a Aneel proceder à revisão tarifária de modo que os consumidores sejam beneficiados pela extinção do encargo.” (NR)

A RGR tem como finalidade prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos, e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica.

O seu valor é estabelecido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade e limitados a 3,0% de sua receita anual.

A Quota de RGR, sua principal fonte de recursos, fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica às Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras, que é a gestora dos recursos arrecadados para esse fim.

RGR – FONTES DE FINANCIAMENTO DAS APLICAÇÕES - 2011

em R\$ mil

FONTES DE FINANCIAMENTO	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIPAÇÃO % (C)	DESEMPENHO % (D=B/A)	DIFERENÇA (E=B-A)
ARRECAÇÃO DE QUOTAS	1.538.762,3	1.703.807,1	45,9	110,7	165.044,8
JUROS DE REVERSÃO	11.594,5	11.598,2	0,3	100,0	3,7
PARCELAMENTOS	12.231,3	13.356,1	0,4	109,2	1.124,8
AMORTIZAÇÕES EFETUADAS PELA ELETROBRAS	970.153,0	1.029.585,4	27,7	106,1	59.432,4
RENDIMENTO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	620.072,6	953.920,2	25,7	153,8	333.847,6
OUTRAS	0,0	150,3	0,0	0,0	150,3
TOTAL	3.152.813,7	3.712.417,3	100,0	117,7	559.603,6

Fonte: Eletrobras

Foram arrecadados R\$ 3.712,4 milhões em 2011, onde 45,9% referem-se à arrecadação de quotas, 27,7% às Amortizações efetuadas pela Eletrobras, e 25,7% aos Rendimentos das Aplicações Financeiras.

Na condição de gestora dos recursos oriundos da RGR, a Eletrobras aplicou, no exercício financeiro de 2011, o montante de R\$ 1.436,5 milhões. Nos demonstrativos a seguir, encontra-se detalhada a movimentação, referente ao ingresso e aplicação global e regional da RGR em 2011.

RGR – APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 2011

em R\$ mil

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIPAÇÃO % (C)	DESEMPENHO % (D=B/A)	DIFERENÇA (E =B-A)
FINANCIAMENTOS	2.649.535,4	1.376.451,2	95,8	52,0	(1.273.084,2)
PROGRAMA LUZ PARA TODOS	407.342,8	224.158,7	15,6	55,0	(183.184,1)
PROGRAMA RELUZ	122.085,5	54.593,8	3,8	44,7	(67.491,7)
OBRAS EM GERAÇÃO DE ENERGIA	785.793,8	684.919,7	47,7	87,2	(100.874,1)
OBRAS EM TRANSMISSÃO DE ENERGIA	1.068.021,4	370.331,4	25,8	34,7	(697.690,0)
OBRAS EM DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	247.518,8	35.190,1	2,4	14,2	(212.328,7)
RECUPERAÇÃO DE PARQUES TÉRMICOS	18.773,1	7.257,5	0,5	38,7	(11.515,6)
REPOTENCIALIZAÇÃO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
REPASSES – MME	52.600,0	51.584,3	3,6	98,1	(1.015,7)
TRANSFERÊNCIA PARA CDE - SUBVENÇÃO ECONÔMICA - PROGRAMA LUZ PARA TODOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
OUTRAS APLICAÇÕES	0,0	8.480,5	0,6	0,0	8.480,5
TOTAL	2.702.135,4	1.436.516,0	100,0	53,2	(1.265.619,4)

Fonte: Eletrobras

Dentro das aplicações da RGR, destacam-se os Financiamentos para as Obras em Geração de Energia, equivalente a 47,7% do realizado, seguidos dos Financiamentos para as Obras em Transmissão de Energia e para o programa Luz Para Todos, que realizaram, respectivamente, 25,8% e 15,6% dos recursos aplicados no exercício.

A região Sudeste foi a que recebeu maior parcela das aplicações da RGR, 54,8% dos recursos, com ênfase nos financiamentos para as Obras em Geração de Energia e para o programa Luz Para Todos. Em seguida, encontra-se a Região Norte, com 16,2% dos recursos aplicados, basicamente, em Obras de Transmissão de Energia e no programa Luz Para Todos.

RGR – APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 2011

em R\$ mil

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	MACRO-REGIÕES					TOTAL
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO- OESTE	
FINANCIAMENTOS	223.170,3	202.070,5	754.830,5	163.271,1	33.108,8	1.376.451,2
PROGRAMA LUZ PARA TODOS	34.697,9	59.947,0	116.675,0	6.620,4	6.218,4	224.158,7
PROGRAMA RELUZ	25.796,3	10.026,8	8.868,1	9.232,9	669,7	54.593,8
OBRAS EM GERAÇÃO DE ENERGIA	19.000,4	0,0	605.886,1	53.277,5	6.755,7	684.919,7
OBRAS EM TRANSMISSÃO DE ENERGIA	126.913,5	125.006,2	20.544,3	80.804,1	17.063,3	370.331,4
OBRAS EM DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA	9.504,7	7.090,5	2.857,0	13.336,2	2.401,7	35.190,1
RECUPERAÇÃO DE PARQUES TÉRMICOS	7.257,5	0,0	0,0	0,0	0,0	7.257,5
REPOTENCIALIZAÇÃO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	223.170,3	202.070,5	754.830,5	163.271,1	33.108,8	1.376.451,2

Fonte: Eletrobras

3.3.2 - Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético - CDE foi criada pela Lei nº. 10.438/2002, cujo valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de prover recursos para: o desenvolvimento energético dos Estados; garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

A CDE, cuja duração é de 25 anos, é fixada anualmente e paga mensalmente pelas concessionárias a Eletrobras, gestora dos recursos arrecadados para esse fim. Foram arrecadados R\$ 3.747,3 milhões em 2011, 97,7% da previsão para o exercício, com destaque para a Arrecadação de Quotas, que representa 83,0% desse montante, vindo em segundo lugar as quotas da UBP, com 9,6% do previsto, seguidos das multas da Aneel, com 3,7%.

CDE – FONTES DE FINANCIAMENTO DAS APLICAÇÕES - 2011

em R\$ mil

FONTES DE FINANCIAMENTO	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIP. % (C)	DESEMPENHO % (D=B/A)	DIFERENÇA (E=B-A)
ARRECADAÇÃO DE QUOTAS	3.313.752,4	3.109.380,8	83,0	93,8	(204.371,6)
QUOTAS DA UBP	356.921,9	360.867,6	9,6	101,1	3.945,7
MULTAS DA ANEEL	121.138,0	139.931,4	3,7	115,5	18.793,4
PARCELAMENTOS/RESTITUIÇÃO LPT	22.292,6	53.682,9	1,4	240,8	31.390,3
TRANSFERÊNCIA DA RGR - SUBVENÇÃO P/ LUZ PARA TODOS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
RENDIMENTO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	19.624,0	63.989,5	1,7	326,1	44.365,5
OUTRAS FONTES	0,0	19.433,5	0,5	0,0	19.433,5
TOTAL	3.833.728,9	3.747.285,7	100,0	97,7	(86.443,2)

Fonte: Eletrobras

Em 2011 foram liberados R\$ 3.083,8 milhões, sendo R\$ 1.410,4 milhões para as concessionárias de energia elétrica de todo o País, como compensação pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda; R\$ 1.078,8 milhões para universalização do serviço de energia elétrica no âmbito do programa Luz Para Todos e R\$ 582,9 milhões repassados para os agentes geradores proprietários de termelétricas participantes da CDE que utilizam o carvão mineral de origem nacional.

Atendendo a uma das suas finalidades, a de promover a universalização do serviço de energia elétrica, a aplicação excedeu em 9,7% os recursos previstos, conforme Demonstrativo CDE – Aplicação dos Recursos. Do total dos recursos aplicados, 45,7% são referentes à aplicação no Programa de Baixa Renda e 35,0% no programa Luz Para Todos.

O restante dos recursos foi aplicado na aquisição de carvão mineral, 18,9%, a fim de garantir a competitividade da energia produzida a partir dessa fonte de energia nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados e em Outras Fontes, 0,4%, cujas aplicações referem-se basicamente a regularizações efetuadas e transferências para a conta de RO (Recursos Ordinários).

CDE – APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 2011

em R\$ mil

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIP. % (C)	DESEMP. % (D=B/A)	DIFERENÇA (E=B-A)
SUBVENÇÃO PARA O PROGRAMA BAIXA RENDA	1.543.986,3	1.410.408,5	45,7	91,3	(133.577,8)
CARVÃO MINERAL	730.000,0	582.853,0	18,9	79,8	(147.147,0)
SUBVENÇÃO PARA PROGRAMA LUZ PARA TODOS	538.000,0	1.078.834,7	35,0	200,5	540.834,7
OUTRAS FONTES	0,0	11.683,6	0,4	0,0	11.683,6
TOTAL	2.811.986,3	3.083.779,8	100,0	109,7	271.793,5

Fonte: Eletrobras

A aplicação dos recursos da CDE atendeu com maior ênfase a Região Nordeste, com 47,5% dos recursos, vindo, em seguida, a Região Sul com 24,0%. Juntas, as demais perfizeram 28,5% do total aplicado.

CDE – APLICAÇÃO DOS RECURSOS - 2011

em R\$ mil

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	MACRO-REGIÕES					TOTAL
	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	
SUBVENÇÃO PARA O PROGRAMA BAIXA RENDA	55.730,5	906.883,9	277.264,7	151.709,0	18.820,3	1.410.408,4
CARVÃO MINERAL	0,0	0,0	0,0	582.853,0	0,0	582.853,0
SUBVENÇÃO ECONÔMICA - PROGRAMA LUZ P/ TODOS	392.630,8	551.820,3	121.532,7	3.958,4	8.892,6	1.078.834,8
TOTAL	448.361,3	1.458.704,2	398.797,4	738.520,4	27.712,9	3.072.096,2

Fonte: Eletrobras

3.3.3 - Conta de Consumo de Combustíveis – CCC

A CCC foi criada pelo Decreto nº. 73.102/73 e refere-se ao rateio dos ônus e vantagens do consumo de combustíveis fósseis para geração de energia termoeletrônica. Esse tipo de geração de energia apresenta custos superiores à geração hidroelétrica, na medida em que requer a utilização de combustíveis, como óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão mineral.

A geração termoeletrônica se faz necessária quando as condições de geração de energia hidroelétrica nos Sistemas Interligados são insuficientes para o atendimento ao mercado. Além disso, a geração termoeletrônica

também se faz necessária nas regiões do País localizadas fora da área de atendimento pelo sistema interligado, como na Região Norte, nos denominados sistemas isolados.

Os custos da geração termoeletrica nos Sistemas Isolados são rateados por todos os consumidores do País, mediante a fixação de valores anuais para cada concessionária de distribuição, em função do seu mercado e podem variar em função da necessidade maior ou menor do uso das usinas termoeletricas.

A Lei nº. 9.648/98 e a Resolução Aneel n.º 261, de 13 de agosto, estabeleceram a extinção a partir de 1º de janeiro de 2006, da sistemática de rateio de ônus e vantagens decorrentes do consumo de combustíveis fósseis para a geração de energia elétrica nos sistemas elétricos interligados.

A Lei nº. 9.648/2002 e, posteriormente, a Lei n.º 10.438/2002, mantiveram até 2022 a sistemática de rateio do custo de consumo de combustíveis para geração de energia elétrica nos sistemas isolados.

Os valores da CCC são fixados anualmente pela Aneel com base nas informações prestadas pela Eletrobras com relação às condições previstas de hidraulicidade, à taxa esperada de crescimento do consumo para o ano corrente e aos preços esperados dos combustíveis.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, por meio da Resolução Normativa nº. 751/2008, fixou os valores das quotas anuais referentes aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, para crédito na CCC. A Quota da CCC fixada anualmente é recolhida mensalmente pelas concessionárias à Eletrobras, que é a gestora dos recursos arrecadados para esse fim.

As receitas apresentaram realização de 106,7% da previsão orçamentária para o exercício de 2011, quando a principal fonte de receita da CCC foi a Arrecadação de Quotas, com participação de 90,5% dos recursos realizados, seguida de Outras Fontes, com percentual de 4,3%, embora a mesma não apresentasse previsão orçamentária.

CCC – FONTES DE FINANCIAMENTO DAS APLICAÇÕES – 2011

em R\$ mil

FONTES DE FINANCIAMENTO	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIPAÇÃO % (C)	DESEMPENHO % (D=B/A)	DIFERENÇA (E=B-A)
ARRECADAÇÃO DE QUOTAS	6.000.000,0	5.852.124,0	90,5	97,5	(147.876,0)
PARCELAMENTO	0,0	238.155,0	3,7	0,0	238.155,0
RENDIMENTO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	60.303,4	100.506,0	1,6	166,7	40.202,6
OUTRAS FONTES	0,0	277.256,0	4,3	0,0	277.256,0
TOTAL	6.060.303,4	6.468.041,0	100,0	106,7	407.737,6

Fonte: Eletrobras

Cabe destacar que durante o exercício de 2011 houve aplicação nas demais fontes, embora as mesmas não apresentassem previsão orçamentária.

CCC – APLICAÇÃO DOS RECURSOS – 2011

em R\$ mil

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	PREVISÃO (A)	REALIZAÇÃO (B)	PARTICIPAÇÃO % (C)	DESEMPENHO % (D=B/A)	DIFERENÇA (E=B-A)
COMBUSTÍVEIS	6.000.000,0	5.121.737,0	96,2	85,4	(878.263,0)
OUTRAS (INCLUSIVE PAGAMENTOS À PETROBRAS E SUB-ROGAÇÃO)	0,0	203.807,0	3,8	0,0	203.807,0
TOTAL	6.000.000,0	5.325.544,0	100,0	88,8	(674.456,0)

Fonte: Eletrobras

ANEXOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - OI

Demonstrativo Consolidado por Função
Demonstrativo Consolidado por Subfunção
Demonstrativo Consolidado por Função/Subfunção
Demonstrativo Consolidado por Programa
Demonstrativo Consolidado por Órgão
Demonstrativo Consolidado da Estimativa e Execução das Fontes de Financiamento


MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em

31/12/2011

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011

Título : Subtítulo : Gestão :	Valores em R\$ 1,00									
	APROVADA INICIAL		CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
	(a)		Suplementar (b)	Especial (c)	(d = a+b+c)	var % (da)	(e)	% (ed)	(f = d-e)	% (fd)
04 Administração	3.016.000		0	8.000.000	11.016.000	265	13.268	0	11.002.732	100
09 Previdência Social	67.000.000		0	44.881.598	111.881.598	67	59.427.453	53	52.454.145	47
10 Saúde	174.367.212		0	0	174.367.212	0	66.809.466	38	107.557.746	62
20 Agricultura	17.529.689		-171.377	0	17.358.312	-1	14.568.963	84	2.789.349	16
22 Indústria	2.449.618.000		255.131.000	0	2.704.749.000	10	2.566.805.708	95	137.943.292	5
23 Comércio e Serviços	3.657.570.546		-244.732.413	20.854.482	3.433.692.615	-6	2.353.667.798	69	1.080.024.817	31
24 Comunicações	731.229.453		-45.760.579	301.948.945	987.417.819	35	269.318.594	27	718.099.225	73
25 Energia	96.881.313.548		-10.073.000.423	6.852.051.310	93.660.364.435	-3	75.587.948.156	81	18.072.416.279	19
26 Transporte	3.392.611.741		-775.164.078	98.525.758	2.715.973.421	-20	1.549.353.800	57	1.166.619.621	43
TOTAIS	107.374.256.189		-10.883.697.870	7.326.262.093	103.816.820.412	-3	82.467.913.206	79	21.348.907.206	21



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA
 DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em

31/12/2011

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011

Título : DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS		Valores em R\$ 1,00									
Subtítulo : DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR SUBFUNÇÃO											
Gestão :											
DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)		%	%
		Suplementar	Especial	(d = a+b+c)	var % (da)	(e)	(ed)	(f = d-e)	(fd)		
122 Administração Geral	1.045.102.737	7.130.952	43.322.915	1.095.556.604	5	789.180.496	72	306.376.108	28		
126 Tecnologia da Informação	2.609.749.175	-293.975.162	51.656.543	2.367.430.556	-9	1.866.046.484	79	501.384.072	21		
303 Suporte Profilático e Terapêutico	164.999.222	0	0	164.999.222	0	66.038.147	40	98.961.075	60		
305 Vigilância Epidemiológica	1.877.824	115.400	582.957	2.576.181	37	55.010	2	2.521.171	98		
391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	600.000	50.000	0	650.000	8	570.000	88	80.000	12		
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	7.222.050	0	0	7.222.050	0	562.219	8	6.659.831	92		
607 Irrigação	118.429.750	14.191.877	0	132.621.627	12	119.093.254	90	13.528.373	10		
662 Produção Industrial	2.409.945.000	254.631.000	588.833.000	3.253.409.000	35	2.726.458.051	84	526.950.949	16		
663 Mineração	2.180.000	500.000	0	2.680.000	23	2.600.903	97	79.097	3		
692 Comercialização	672.397.000	70.955.000	0	743.352.000	11	741.081.216	100	2.270.784	0		
694 Serviços Financeiros	2.135.601.719	-237.159.404	0	1.898.442.315	-11	1.256.060.184	66	642.382.131	34		
721 Comunicações Postais	379.000.000	-9.760.579	0	369.239.421	-3	149.054.932	40	220.184.489	60		
722 Telecomunicações	226.229.453	0	300.000.000	526.229.453	133	72.372.350	14	453.857.103	86		
751 Conservação de Energia	115.922.000	28.320.000	0	144.242.000	24	107.910.591	75	36.331.409	25		
752 Energia Elétrica	8.641.600.287	-637.684.946	1.235.207.310	9.239.122.651	7	6.939.149.301	75	2.299.973.350	25		
753 Combustíveis Minerais	77.454.303.000	-7.451.794.000	4.735.402.000	74.737.911.000	-4	61.022.557.602	82	13.715.353.398	18		
754 Biocombustíveis	189.404.000	-94.837.000	0	94.567.000	-50	52.159.547	55	42.407.453	45		
781 Transporte Aéreo	2.106.495.758	-712.828.645	7.500.000	1.401.167.113	-33	1.060.633.076	76	340.534.037	24		
784 Transporte Hidroviário	2.722.117.214	-821.369.363	75.974.368	1.976.722.219	-27	907.829.061	46	1.068.893.158	54		
785 Transportes Especiais	6.371.080.000	-1.000.183.000	287.783.000	5.658.680.000	-11	4.588.500.782	81	1.070.179.218	19		
TOTAIS	107.374.256.189	-10.883.697.870	7.326.262.093	103.816.820.412	-3	82.467.913.206	79	21.348.907.206	21		


MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011

Posição em

31/12/2011

Título : DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS		Valores em R\$ 1,00									
Subtítulo : DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO											
Gestão :											
DISCRIMINAÇÃO		APROVADA INICIAL		CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
		(a)	(b)	Suplementar	Especial	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (f/d)
04 Administração		3.016.000	0	0	8.000.000	11.016.000	265	13.268	0	11.002.732	100
122 Administração Geral		3.016.000	0	0	8.000.000	11.016.000	265	13.268	0	11.002.732	100
09 Previdência Social		67.000.000	0	0	44.881.598	111.881.598	67	59.427.453	53	52.454.145	47
122 Administração Geral		14.000.000	0	0	0	14.000.000	0	6.376.714	46	7.623.286	54
126 Tecnologia da Informação		53.000.000	0	0	44.881.598	97.881.598	85	53.050.739	54	44.830.859	46
10 Saúde		174.367.212	0	0	0	174.367.212	0	66.809.466	38	107.557.746	62
122 Administração Geral		440.500	0	0	0	440.500	0	177.799	40	262.701	60
126 Tecnologia da Informação		1.705.440	0	0	0	1.705.440	0	31.301	2	1.674.139	98
303 Suporte Profilático e Terapêutico		164.999.222	0	0	0	164.999.222	0	66.038.147	40	98.961.075	60
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia		7.222.050	0	0	0	7.222.050	0	562.219	8	6.659.831	92
20 Agricultura		17.529.689	-171.377	0	0	17.358.312	-1	14.568.963	84	2.789.349	16
122 Administração Geral		15.222.289	-1.616.819	0	0	13.605.470	-11	11.714.625	86	1.890.845	14
126 Tecnologia da Informação		2.307.400	1.445.442	0	0	3.752.842	63	2.854.338	76	898.504	24
22 Indústria		2.449.618.000	255.131.000	0	0	2.704.749.000	10	2.566.805.708	95	137.943.292	5
122 Administração Geral		37.493.000	0	0	0	37.493.000	0	29.622.081	79	7.870.919	21
662 Produção Industrial		2.409.945.000	254.631.000	0	0	2.664.576.000	11	2.534.582.724	95	129.993.276	5
663 Mineração		2.180.000	500.000	0	0	2.680.000	23	2.600.903	97	79.097	3
23 Comércio e Serviços		3.657.570.546	-244.732.413	20.854.482	0	3.433.692.615	-6	2.353.667.798	69	1.080.024.817	31
122 Administração Geral		513.304.294	-52.987.012	20.854.482	0	481.171.764	-6	327.249.694	68	153.922.070	32
126 Tecnologia da Informação		1.008.664.533	45.414.003	0	0	1.054.078.536	5	770.357.920	73	283.720.616	27
694 Serviços Financeiros		2.135.601.719	-237.159.404	0	0	1.898.442.315	-11	1.256.060.184	66	642.382.131	34
24 Comunicações		731.229.453	-45.760.579	301.948.945	0	987.417.819	35	269.318.594	27	718.099.225	73



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011

Posição em

31/12/2011

Título : DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS												
Subtítulo : DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO												
Gestão :												
Valores em R\$ 1,00												
DISCRIMINAÇÃO												
		APROVADA INICIAL		CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)		
		(a)	(b)	Suplementar	Especial	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (f/d)
122	Administração Geral	31.000.000	-16.000.000			0	15.000.000	-52	8.935.462	60	6.064.538	40
126	Tecnologia da Informação	95.000.000	-20.000.000		1.948.945		76.948.945	-19	38.955.850	51	37.993.095	49
721	Comunicações Postais	379.000.000	-9.760.579		0		369.239.421	-3	149.054.932	40	220.184.489	60
722	Telecomunicações	226.229.453	0		300.000.000		526.229.453	133	72.372.350	14	453.857.103	86
25	Energia	96.881.313.548	-10.073.000.423		6.852.051.310		93.660.364.435	-3	75.587.948.156	81	18.072.416.279	19
122	Administração Geral	388.940.817	51.312.348		0		440.253.165	13	358.434.029	81	81.819.136	19
126	Tecnologia da Informação	1.354.230.694	-309.242.702		4.826.000		1.049.813.992	-22	951.641.607	91	98.172.385	9
607	Irrigação	118.429.750	14.191.877		0		132.621.627	12	119.093.254	90	13.528.373	10
662	Produção Industrial	0	0		588.833.000		588.833.000	11	191.875.327	33	396.957.673	67
692	Comercialização	672.397.000	70.955.000		0		743.352.000	11	741.081.216	100	2.270.784	0
751	Conservação de Energia	115.922.000	28.320.000		0		144.242.000	24	107.910.591	75	36.331.409	25
752	Energia Elétrica	8.641.600.287	-637.684.946		1.235.207.310		9.239.122.651	7	6.939.149.301	75	2.299.973.350	25
753	Combustíveis Minerais	77.405.249.000	-7.510.994.000		4.735.402.000		74.629.657.000	-4	60.957.148.019	82	13.672.508.981	18
754	Biocombustíveis	189.404.000	-94.837.000		0		94.567.000	-50	52.159.547	55	42.407.453	45
784	Transporte Hidroviário	2.046.044.000	-1.007.074.000		0		1.038.970.000	-49	623.391.074	60	415.578.926	40
785	Transportes Especiais	5.949.096.000	-677.947.000		287.783.000		5.558.932.000	-7	4.546.064.191	82	1.012.867.809	18
26	Transporte	3.392.811.741	-775.164.078		98.525.758		2.715.973.421	-20	1.548.353.800	57	1.166.619.621	43
122	Administração Geral	41.685.837	26.422.435		14.468.433		82.576.705	98	46.656.824	57	35.919.881	43
126	Tecnologia da Informação	94.841.108	-11.591.905		0		83.249.203	-12	49.154.729	59	34.094.474	41
305	Vigilância Epidemiológica	1.877.824	115.400		582.957		2.576.181	37	55.010	2	2.521.171	98
391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	600.000	50.000		0		650.000	8	570.000	88	80.000	12

Valores em R\$ 1,00



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011

Posição em

31/12/2011

Título : DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS		Valores em R\$ 1,00									
Subtítulo : DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		APROVADA INICIAL		CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
Gestão :		(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)	var % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	% (f/d)	
753	Combustíveis Minerais	49.054.000	59.200.000	0	108.254.000	121	65.409.583	60	42.844.417	40	
781	Transporte Aéreo	2.106.495.758	-712.828.645	7.500.000	1.401.167.113	-33	1.060.633.076	76	340.534.037	24	
784	Transporte Hidroviário	676.073.214	185.704.637	75.974.368	937.752.219	39	284.437.987	30	653.314.232	70	
785	Transportes Especiais	421.984.000	-322.236.000	0	99.748.000	-76	42.436.591	43	57.311.409	57	
TOTAIS		107.374.256.189	-10.883.697.870	7.326.262.093	103.816.820.412	-3	82.467.913.206	79	21.348.907.206	21	


MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011

Posição em

31/12/2011

Título : Subtítulo : Gestão :	DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL			CRÉDITO		APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
		(a)	Suplementar (b)	Especial (c)			(d = a+b+c)	Var. % (da)	(e)	% (ed)	(f = d-e)	% (fe)
0087	Gestão da Política de Previdência Social	53.000.000	0	44.881.598			97.881.598	85	53.050.739	54	44.830.859	46
0256	Aprimoramento dos Serviços Postais	379.000.000	-9.760.579	0			369.239.421	-3	149.054.932	40	220.184.489	60
0273	Luz para Todos	260.583.923	516.233.900	0			776.817.823	198	503.234.285	65	273.583.538	35
0276	Gestão da Política de Energia	75.515.187	-6.257.831	0			69.257.356	-8	43.240.322	62	26.017.034	38
0282	Atuação Internacional na Área de Petróleo	4.953.591.000	196.793.000	0			5.150.384.000	4	4.456.489.852	87	693.894.148	13
0283	Distribuição de Derivados de Petróleo, Gás Natural, Alcool e Biocombustíveis	825.616.000	57.279.000	0			882.895.000	7	880.588.415	100	2.306.585	0
0285	Indústria Petroquímica	3.382.694.000	282.099.000	588.833.000			4.253.626.000	26	3.274.454.752	77	979.171.248	23
0286	Oferta de Petróleo e Gás Natural	40.499.504.000	-2.941.164.000	62.738.000			37.621.078.000	-7	32.940.706.567	88	4.680.371.433	12
0288	Refino de Petróleo	28.841.435.000	-5.094.996.000	4.670.000.000			28.416.439.000	-1	20.713.939.703	73	7.702.499.297	27
0290	Transporte de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis	6.271.058.000	-1.933.506.000	0			4.337.552.000	-31	2.988.159.530	69	1.349.392.470	31
0294	Energia na Região Nordeste	1.814.245.553	53.158.619	75.500.000			1.942.904.172	7	1.270.891.005	65	672.013.167	35
0295	Energia na Região Sul	800.202.166	397.256.544	96.740.926			1.294.199.636	62	1.023.408.411	79	270.791.225	21
0296	Energia nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste	3.990.173.067	-839.744.090	7.847.715			3.158.276.692	-21	2.491.896.149	79	666.380.543	21
0297	Energia na Região Norte	593.802.292	-236.098.607	1.055.118.669			1.412.822.354	138	1.191.989.386	84	220.832.968	16
0375	Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	2.180.000	500.000	0			2.680.000	23	2.600.903	97	79.097	3
0476	Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia	57.168.736	-24.627.736	0			32.541.000	-43	21.961.432	67	10.579.568	33
0480	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico nas Áreas de Petróleo e Gás Natural	1.821.344.000	282.520.000	1.562.000			2.105.426.000	16	2.060.298.026	98	45.127.974	2
0623	Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	126.489.409	-88.079.234	0			38.410.175	-70	15.306.195	40	23.103.980	60
0631	Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	1.980.006.349	-624.749.411	7.500.000			1.362.756.938	-31	1.045.326.881	77	317.430.057	23
0758	Produção de Moeda e Documentos de Segurança	360.000.000	-74.600.000	0			285.400.000	-21	202.287.333	71	83.112.667	29

Valores em R\$ 1,00


MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011

Posição em

31/12/2011

Título : Subtítulo : Gestão :		DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR PROGRAMA										Valores em R\$ 1,00	
DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO			APROVADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)				
		Suplementar (b)	Especial (c)	(a = a+b+c)	var. % (d/a)	(e)	% (e/d)	(f = d-e)	%(f/d)				
0781	Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais	2.135.601.719	-237.159.404	0	1.898.442.315	-11	1.256.060.184	66	642.382.131	34			
0807	Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	3.672.445.412	-275.856.710	50.097.860	3.446.686.562	-6	2.648.783.743	77	797.902.819	23			
1008	Inclusão Digital	226.229.453	0	300.000.000	526.229.453	133	72.372.350	14	453.857.103	86			
1042	Energia nos Sistemas Isolados	1.017.788.613	-439.008.368	0	578.780.245	-43	427.641.106	74	151.139.139	26			
1044	Energia Alternativa Renovável	86.646.000	-2.099.000	0	84.547.000	-2	62.846.855	74	21.700.145	26			
1045	Brasil com Todo Gás	2.097.471.000	-34.477.000	288.885.000	2.351.879.000	12	2.190.516.908	93	161.362.092	7			
1046	Eficiência Energética	115.922.000	28.320.000	0	144.242.000	24	107.910.591	75	36.331.409	25			
1201	Ciência, Tecnologia e Inovação no Complexo da Saúde	7.222.050	0	0	7.222.050	0	562.219	8	6.659.831	92			
1291	Segurança Transfusional e Qualidade do Sangue e Hemoderivados	164.999.222	0	0	164.999.222	0	66.038.147	40	98.961.075	60			
1409	Desenvolvimento da Agroenergia	83.771.000	-21.544.000	0	62.227.000	-26	21.233.288	34	40.993.712	66			
1456	Vetor Logístico Amazônico	16.461.000	-2.811.000	0	13.650.000	-17	1.237.924	9	12.412.076	91			
1457	Vetor Logístico Centro-Norte	107.322.489	10.821.281	14.725.123	132.868.893	24	79.459.506	60	53.409.387	40			
1458	Vetor Logístico Leste	241.002.712	977.897	34.113.178	276.093.787	15	29.665.735	11	246.428.052	89			
1459	Vetor Logístico Nordeste Setentrional	121.071.993	135.010.160	3.597.029	259.679.182	114	139.740.917	54	119.938.265	46			
1460	Vetor Logístico Nordeste Meridional	55.902.159	22.745.561	8.539.038	87.186.758	56	613.678	1	86.573.080	99			
1461	Vetor Logístico Centro-Sudeste	136.790.685	19.126.138	15.582.957	171.499.780	25	34.345.237	20	137.154.543	80			
TOTAIS		107.374.256.189	-10.883.697.870	7.326.262.093	103.816.820.412	-3	82.467.913.206	79	21.348.907.206	21			

Valores em R\$ 1,00


MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

Posição em

31/12/2011

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011

Título : DOTAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA DOS INVESTIMENTOS		Valores em R\$ 1,00									
Subtítulo : DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO POR ÓRGÃO											
Gestão :											
DISCRIMINAÇÃO	APROVADA INICIAL	CRÉDITO		APROVADA FINAL	REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)		%	%	%
		Suplementar	Especial		(e)	(e/d)	(f = d-e)	(f/e)			
	(a)	(b)	(c)	(d = a+b+c)							
20000 Presidência da República	704.590.741	-512.128.078	2.295.830.325	2.488.292.988	1.439.320.424	58	1.048.972.564	42			
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	17.529.689	-171.377	0	17.358.312	14.568.963	84	2.789.349	16			
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia	17.480.000	0	0	17.480.000	2.109.364	12	15.370.636	88			
25000 Ministério da Fazenda	3.851.444.305	-255.728.231	20.351.482	3.616.067.556	2.505.685.495	69	1.110.382.061	31			
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	148.646.241	-63.604.182	0	85.042.059	47.938.425	56	37.103.634	44			
32000 Ministério de Minas e Energia	99.441.985.548	-10.006.305.423	6.852.554.310	96.288.234.435	78.060.547.820	81	18.227.686.615	19			
33000 Ministério da Previdência Social	70.000.000	0	52.881.598	122.881.598	59.427.453	48	63.454.145	52			
36000 Ministério da Saúde	174.367.212	0	0	174.367.212	66.809.466	38	107.557.746	62			
39000 Ministério dos Transportes	40.000	0	0	40.000	5.609	14	34.391	86			
41000 Ministério das Comunicações	739.229.453	-45.760.579	313.017.378	1.006.486.252	270.932.183	27	735.554.069	73			
52000 Ministério da Defesa	2.208.943.000	0	-2.208.373.000	570.000	568.004	100	1.996	0			
TOTAIS	107.374.256.189	-10.883.697.870	7.326.262.093	103.816.820.412	82.467.913.206	79	21.348.907.206	21			


MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO - 2011

Posição em

31/12/2011

Título : Subtítulo : Gestão :		ESTIMATIVA E EXECUÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS		ESTIMADA INICIAL		CRÉDITO		ESTIMADA FINAL		REALIZADA		MARGEM /EXCESSO (-)	
		DISCRIMINAÇÃO		(a)	Suplementar		Especial	(d = a+b+c)	var % (da)	(e)	% (ed)	(f = d-e)	% (fd)
6.1.0.0.0.0.0	Recursos Próprios			95.345.807.004	-12.014.047.212		5.821.795.545	89.153.555.337	-6	73.526.713.263	82	15.626.842.074	18
6.1.1.0.0.0.0	Geração Própria			95.345.807.004	-12.014.047.212		5.821.795.545	89.153.555.337	-6	73.526.713.263	82	15.626.842.074	18
6.2.0.0.0.0.0	Recursos para aumento do Patrimônio Líquido			6.088.114.058	-1.210.893.737		421.554.667	5.298.774.988	-13	1.984.644.239	37	3.314.130.749	63
6.2.1.0.0.0.0	Tesouro			872.970.159	393.937.346		364.606.250	1.631.513.755	87	346.129.497	21	1.285.384.258	79
6.2.1.1.0.0.0	Direto			640.862.184	190.799.709		363.077.216	1.194.739.109	86	217.224.407	18	977.514.702	82
6.2.1.3.0.0.0	Saldos de Exercícios Anteriores			232.107.975	203.137.637		1.529.034	436.774.646	88	128.905.090	30	307.869.556	70
6.2.2.0.0.0.0	Controladora			5.205.885.888	-1.608.718.268		56.948.417	3.654.116.037	-30	1.638.514.742	45	2.015.601.295	55
6.2.3.0.0.0.0	Outras Estatais			9.258.011	3.887.185		0	13.145.196	42	0	0	13.145.196	100
6.3.0.0.0.0.0	Operações de Crédito de Longo Prazo			3.642.587.111	1.556.101.203		929.619.166	6.128.307.480	68	4.830.177.015	79	1.298.130.465	21
6.3.1.0.0.0.0	Internas			3.596.132.197	-532.265.115		929.619.166	3.983.486.248	11	3.295.242.929	83	698.243.319	17
6.3.2.0.0.0.0	Externas			46.454.914	2.088.366.318		0	2.134.821.232	4.495	1.534.934.086	72	599.887.146	28
6.9.0.0.0.0.0	Outros Recursos de Longo Prazo			2.297.748.016	785.141.876		153.292.715	3.236.182.607	41	2.126.378.689	66	1.109.803.918	34
6.9.1.0.0.0.0	Debêntures			0	0		145.505.000	145.505.000		105.609.000	73	39.896.000	27
6.9.2.0.0.0.0	Controladora			1.724.848.016	485.141.876		7.787.715	2.217.777.607	29	1.333.300.874	60	884.476.733	40
6.9.9.0.0.0.0	Outras Fontes			572.900.000	300.000.000		0	872.900.000	52	687.468.815	79	185.431.185	21
TOTAIS				107.374.256.189	-10.883.697.870		7.326.262.093	103.816.820.412	-3	82.467.913.206	79	21.348.907.206	21

Valores em R\$ 1,00

PARTE IV – ATUAÇÃO POR SETOR GOVERNAMENTAL

4.1. ADMINISTRAÇÃO

4.1.1. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - PR

No âmbito da Presidência da República – PR, além dos papéis de Administração e articulação político-institucional, há uma concentração de interesses em diversos setores de atuação governamental, merecendo destaque as funções Essencial à Justiça, Direitos da Cidadania e Transportes, as quais tiveram aproximadamente R\$ 3,8 bilhões em despesas executadas em 2011.

Apresenta-se a seguir um panorama geral da execução dessas funções, que serão tratadas com maior detalhe na análise setorial correspondente.

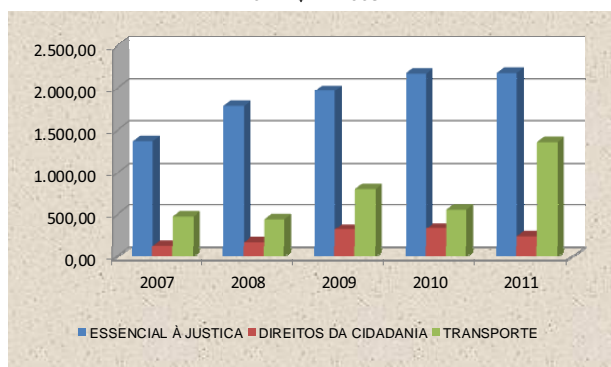
DESPESAS EXECUTADAS POR FUNÇÃO GOVERNAMENTAL NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA EM 2011

FUNÇÃO	em R\$ milhões	
	DESPESAS EXECUTADAS	%
Essencial à Justiça	2.183,43	57,55
Direitos da Cidadania	246,39	6,49
Transporte	1.364,37	35,96
TOTAL	3.794,20	100,00

Fonte: Siafi Gerencial – Janeiro de 2012

Nos últimos cinco exercícios, verifica-se que as despesas executadas por Função Governamental foram crescentes com exceção dos gastos aplicados na função Direitos da Cidadania, que decresceram no período 2010-2011, conforme demonstrado no gráfico:

DESPESAS EXECUTADAS POR FUNÇÃO GOVERNAMENTAL, 2007 – 2011 em R\$ milhões



Fonte: Siafi Gerencial – Janeiro de 2012

O principal motivo pelo decréscimo das despesas executadas na Função Governamental Direitos da Cidadania se deve ao fato do Programa Projovem ter saído do âmbito da PR, passando a ser executado pelo Ministério da Educação – MEC. Convém destacar que o aumento das despesas executadas na função Transporte ocorreu devido aos valores transferidos do Ministério da Defesa para a Presidência da República em função da Criação da Secretaria de Aviação Civil em sua estrutura.

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A Casa Civil da Presidência da República tem como principal competência a assistência e o assessoramento direto à Presidenta da República no desempenho de suas atribuições, em especial na coordenação e na integração das ações do governo. Nessa perspectiva, uma das tarefas primordiais desenvolvidas ao longo do ano de 2011 constituiu-se na articulação de esforços com vistas à construção de planos de ação e de programas governamentais prioritários, visando à consecução do Programa de Governo.

Sob a coordenação da Casa Civil foram construídos, analisados e avaliados quanto ao seu mérito e quanto à sua adequação jurídica, mediante a edição de Medidas Provisórias e Decretos ou por meio de Projetos de Lei encaminhados ao Congresso Nacional, os seguintes principais planos e programas: Plano Brasil Sem Miséria; Plano Brasil Maior; Plano Viver sem Limites; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec; Programa Ciência sem Fronteiras; Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas; Programa de Gestão Aeroportuária; Programa de Aumento de Vagas no Sistema Penitenciário; e o Sistema de Alerta de Desastres Naturais.

Associada à implementação dos planos programas citados, foi estruturada e aperfeiçoada uma sistemática de monitoramento e acompanhamento permanente do desempenho das ações prioritárias de governo, com destaque aos projetos relacionados à realização dos grandes eventos que ocorrerão no Brasil, a exemplo da Conferência Rio+20, da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas de 2016.

A Casa Civil também atua como Secretaria-Executiva da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade - CGDC, criada em 11 de maio de 2011, a qual se reuniu nove vezes ao longo daquele ano. No período, a Câmara apoiou diretamente o projeto de melhoria de eficiência do aeroporto de Guarulhos e o desenvolvimento do

sistema de monitoramento e acompanhamento das ações prioritárias do governo anteriormente citado, além de ter definido como áreas para sua atuação os aeroportos, a saúde, a justiça, os transportes e os correios.

No tocante ao Congresso Nacional, a Casa Civil apoiou a Secretaria de Relações Institucionais no acompanhamento das matérias de interesse do Poder Executivo em tramitação no Legislativo, fornecendo os subsídios técnicos necessários à condução da articulação política pela Secretaria. Assim, foram aprovadas e sancionadas Leis importantes sobre a política de valorização do salário mínimo, a reestruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, a instituição do cadastro positivo e o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, além da nova Lei da TV por Assinatura, da Lei de Acesso à Informação e de Leis que criaram Comissão Nacional da Verdade, a Autoridade Pública Olímpica e a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (ETAV).

Somando-se a formulação dos projetos e programas prioritários e o acompanhamento da produção normativa federal, a atuação da Casa Civil junto aos demais órgãos do Governo Federal e ao Congresso Nacional resultou, em 2011, na edição, aprovação, encaminhamento, sanção dos seguintes atos:

ATOS NORMATIVOS DE 2011

Encaminhados ao Congresso Nacional:	
Propostas de Emenda Constitucional	2
Projetos de Lei	85
Projetos de Lei Complementar	2
Publicados:	
Medidas Provisórias	36
Leis Ordinárias	208
Leis Complementares	2
Decretos Presidenciais	238
Decretos Não-numerados	232
Total	805

Fonte: Casa Civil

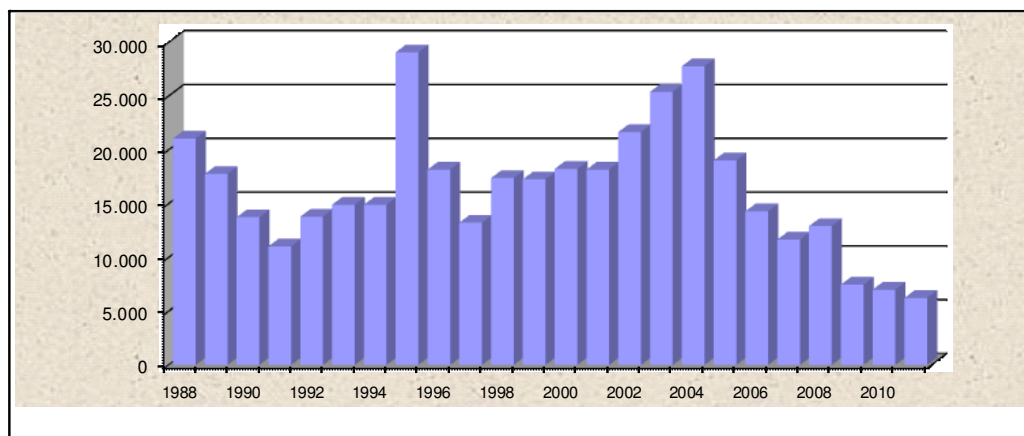
Compete ainda à Casa Civil assessorar juridicamente parte dos órgãos da Presidência da República, o que, aliado à avaliação de constitucionalidade e juridicidade dos atos normativos submetidos à Presidência da República, exigiu a elaboração de 5.093 pareceres jurídicos em 2011. Além das ações institucionais mencionadas, merecem destaque, ainda, as seguintes ações desenvolvidas pela Presidência da República e pelo Governo, sob a coordenação direta da Casa Civil:

Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm: A Casa Civil coordena o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial - GPTI, que tem por

finalidade propor medidas e coordenar ações que visem à redução dos índices de desmatamento nos biomas brasileiros. Para os biomas Amazônia e Cerrado já existem planos de ação sendo implementados.

O principal resultado alcançado foi a redução da taxa de desmatamento da Amazônia de 27,8 mil km² por ano (agosto de 2003 a julho de 2004) para cerca de 6,2 mil km² por ano (estimativa preliminar do Inpe para o período de agosto de 2010 a julho de 2011). Se confirmada, trata-se da menor taxa de desmatamento verificada pela série histórica, desde 1988.

TAXA DE DESMATAMENTO ANUAL NA AMAZÔNIA LEGAL (Km²/ano)



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, em janeiro de 2012.

Política e Plano Nacionais sobre Mudança do Clima: Quanto à implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima e da Política Nacional sobre Mudança do Clima, em 2011 continuaram a ser implementados o **Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)**, o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado), o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) e o Plano de Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC). Também foi iniciada a elaboração dos seguintes planos setoriais de que trata a Lei nº 12.187/2009: Transporte Público Urbano e Sistemas Modais de Transporte Interestadual de Cargas e Passageiros; Indústria (Transformação, Bens de Consumo Duráveis, Química Fina e de Base, Papel e Celulose e Construção Civil); Mineração; Serviços de Saúde; e Pesca e Aquicultura.

Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu: Em 2011, foi instalado o Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu, instituído por meio do Decreto nº

7.340/2010, o qual realizou sete reuniões ordinárias, definindo orientações para as políticas públicas na sua área de abrangência e a aplicação de cerca de R\$ 17 milhões em 30 projetos públicos e privados voltados ao desenvolvimento Regional. A implementação do PDRS do Xingu foi apoiada pela realização da Operação Cidadania Xingu e a implantação da Casa de Governo em Altamira.

Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PRO-REG: O PRO-REG foi instituído pelo Decreto nº 6.062/2007, com a finalidade de contribuir para a melhoria do sistema regulatório brasileiro, dos mecanismos de prestação de contas e de participação e monitoramento por parte da sociedade civil e da qualidade da regulação de mercados. Entre as atividades desenvolvidas pelo Programa em 2011, ressalta-se a implantação de dezesseis projetos-pilotos em Análise de Impacto Regulatório (AIR) em seis agências reguladoras federais, a saber: Ancine, Aneel, ANP, ANS, Antaq e Anvisa. Cumpre mencionar também a atuação e o intercâmbio para troca de experiências com organismos internacionais, tais como

o *Better Regulation Executive (BRE), Office of Information and Regulatory Affairs (OIRA)* e a *Comisión Federal de Mejora Regulatoria (COFEMER)*. Destaca-se, ainda, a capacitação, em 2011, de 1.105 servidores públicos em (i) dezenove turmas no âmbito do Programa de Fortalecimento de Competências em Gestão e Regulação, parceria entre a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), a Casa Civil e Agências Reguladoras; (ii) duas turmas do Curso Avançado em Regulação ministrado pelo *Institute of Brazilian Business and Public Management Issues* – *George Washington University/EUA*; (iii) Curso Regulação e Defesa do Consumidor; e (iv) Curso Regulação: Teoria e Prática, conduzido por Professores da *London School of Economics and Political Science* e *Hertie Governance of Berlin*, além de cursos introdutórios sobre AIR e técnicas de consultas.

Centro de Estudos Jurídicos: Vinculado à Casa Civil, o Centro realizou em 2011 dez eventos de capacitação e organizou a 6ª edição do Programa de Intercâmbio da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, voltado a alunos de Direito e Ciências Sociais Aplicadas de todo o País. Além disso, a Revista Jurídica da Presidência chegou à centésima edição, com versão comemorativa impressa e a elevação do seu estrato Qualis/CAPES de B5 para B2.

IMPREENSA NACIONAL

O objetivo principal das ações desenvolvidas pelo órgão é o de propiciar a transparência nas ações de governo por meio da divulgação dos atos oficiais à sociedade brasileira e prover serviços gráficos de material de uso interno da Casa Civil da Presidência da República. No ano de 2011, a Imprensa Nacional deu continuidade ao ciclo de modernização e evolução nos seus diversos processos, sistemas de editoração e produção gráfica buscando o aprimoramento dos produtos e serviços disponibilizados à sociedade brasileira e à União.

Foram editoradas 420.421 páginas dos jornais oficiais e distribuídos 1.595.625 exemplares do Diário Oficial da União aos assinantes e à venda avulsa. Também continuaram as publicações mensais da Separata de Atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, com leis, medidas provisórias, decretos numerados e decretos não numerados e a edição periódica de Suplementos de interesse da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com 50 edições, e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, com quatro edições.

Ainda em 2011, manteve-se a sistemática – implantada em 2010 – para compra e aproveitamento de créditos para publicações futuras pelos clientes privados, o que representa um modelo de arrecadação moderno que pluraliza as

modalidades de pagamento e permite a gestão sobre as operações de crédito adquirido ou restituído. Foram também incorporadas novas regras para a comercialização dos jornais oficiais em versão eletrônica com certificação digital nos padrões da ICP-Brasil, com a garantia de autenticidade do conteúdo do documento digital.

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O ano de 2011 marcou a consolidação de metas de implantação e benefícios socioambientais pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI o qual compete executar as políticas de certificação digital e normas técnicas e operacionais estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, assim como realizar os processos de credenciamento, fiscalização e auditoria nas entidades credenciadas.

A criação da ICP-Brasil completou 10 anos computando 1.583.723 de certificados digitais. Foram credenciadas 42 Autoridades Certificadoras - AC e 609 Autoridades de Registro - AR. O ano de 2011 fechou com 1107 Instalações Técnicas Físicas em 335 municípios, seis unidades de Auditoria Interna e sete Auditorias Independentes. Nesse ano, novos membros do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil foram nomeados pela Presidência da República, fazendo também necessária a recomposição da Comissão Técnica - Cotec que atua como órgão de consulta ao Comitê.

Ampliou-se a maleabilidade da certificação digital no País contribuindo com a mudança do hábito do uso do papel como suporte para o documento eletrônico, assinado digitalmente. São exemplos de iniciativas com foco na desmaterialização dos processos da primeira declaração do Imposto de Renda totalmente digital e a adoção do padrão de assinatura da ICP-Brasil pelo Banco Central do Brasil para a assinatura digital de contratos de câmbio.

O ITI também passou a integrar o Portal do Software Público Brasileiro - SPB com a versão completa do Software de Gerenciamento de Certificados e continuou a auxiliar países como Equador, El Salvador, Cabo Verde, Cuba, além de países que integram o Mercosul, a implementar marcos legais e instituir Autoridades Certificadoras Raízes.

O 9º CertForum aconteceu em Recife/PE, Florianópolis/SC, Rio de Janeiro/RJ e Brasília/DF promovendo debates sobre aplicações em certificação digital, emissão de notas fiscais eletrônicas (NF-e) além de tratar sobre o Registro de Identidade Civil - RIC. A Oficina Regional do RIC, edição 2011, foi realizada nas cidades de Florianópolis/SC, Manaus/AM, Salvador/BA, Rio de

Janeiro/RJ e Brasília/DF, sendo que as três últimas coordenaram a implantação do projeto piloto.

Em relação ao programa de Conectividade Social, canal de relacionamento entre a Caixa Econômica Federal e as empresas que recolhem Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, o ITI participou durante todo o ano da migração do modelo que utiliza a certificação digital padrão ICP-Brasil. Em 2012, todas as empresas que possuem 250 funcionários ou mais deverão, ao acessarem o Gerador de Declaração RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), realizar a transmissão utilizando um certificado digital da ICP-Brasil.

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

A Comissão de Ética Pública - CEP, ao gerenciar as atividades vinculadas às ações do Programa de Gestão da Ética Pública, tem por atribuições subsidiar a Presidenta da República e os Ministros de Estado, dirimir dúvidas a respeito da interpretação das normas do Código de Conduta da Alta Administração Federal - CCAAF e deliberar sobre casos omissos; dar ampla divulgação do CCAAF; revisar periodicamente as normas que dispõem sobre conduta ética na Administração Pública Federal, além de receber denúncias sobre atos de autoridades praticados em contrariedade às normas do Código de Conduta e proceder a sua apuração.

Na execução de suas ações, a CEP capacitou 384 agentes públicos, pertencentes à rede de representantes da CEP nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, mediante realização de oito turmas do curso de gestão e apuração ética. Também foram conduzidas palestras por membros da CEP e pelos servidores da Secretaria-Executiva em eventos promovidos por órgãos e entidades integrantes do sistema de gestão da ética, 21 visitas técnicas aos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, sediados em nove Estados da Federação, com vistas à implantação das Comissões de Ética, assim como à supervisão e coordenação do sistema de gestão da ética e a realização do XII Seminário Ética na Gestão, com a participação de 440 agentes públicos pertencentes às diversas esferas do Poder Público.

A Comissão manteve as reuniões ordinárias mensais, oportunidade em que foram analisados diversos processos de consultas e denúncias relativas às matérias de sua competência.

Membros da CEP e seus servidores participaram do Fórum Global da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, da IV Conferência das Nações Unidas contra Corrupção, do XVI Congresso Internacional do Centro Latinoamericano de Administração para o Desenvolvimento - CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública e da e 33ª.

Conferência Anual do Conselho de Leis sobre Ética Governamental - COGEL.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

No ano de 2011, foram realizadas seis reuniões plenárias do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea e elaboradas cinco Recomendações, duas Resoluções e doze Exposições de Motivos relativas às diversas políticas do Governo Federal relativas à segurança alimentar e nutricional - SAN. Além disso, o Consea participou e organizou diversos eventos nacionais e internacionais, entre os quais se destaca a realização da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CNSAN, em Salvador - BA.

As ações preparatórias para a 4ª CNSAN envolveram a realização de 5 reuniões com os Conseas Estaduais e 2 videoconferências, transmitidas também via internet, para oferecer subsídios para as conferências municipais, territoriais, municipais e estaduais. O Consea também prestou apoio direto à realização de 27 conferências estaduais e indiretamente para 967 conferências municipais, territoriais ou regionais, totalizando um esforço que envolveu 75.237 pessoas. Foram realizados três encontros temáticos nacionais, que, ao todo, reuniram cerca de 450 pessoas.

Além disso, o Conselho debateu diversos temas sensíveis para a SAN, dos quais se destacam: (1) Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; (2) Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: promovendo modos de vida e alimentação adequada e saudável; (3) Volatilidade dos Preços dos Alimentos e seus Impactos para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; (4) Plano Brasil Sem Miséria; (5) Reforma Agrária, Direitos Territoriais e Patrimoniais; e (6) Participação Social na Formulação do Plano Plurianual - 2012-2015.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A Secretaria-Geral da Presidência da República teve atuação destacada em 2011 no fomento aos diálogos com diversos segmentos sociais, onde se pode citar:

Fórum Direitos e Cidadania: Com o objetivo de estruturar a gestão de governo, a Presidenta da República criou, no início de 2011, quatro grandes fóruns temáticos: o Fórum de Desenvolvimento Econômico; o Fórum de Gestão, Infraestrutura e PAC; o Fórum de Desenvolvimento Social e Erradicação da Miséria; e o Fórum Direitos e Cidadania - FDC.

O FDC é a instância que promove a articulação política e gerencial, no âmbito do Governo Federal, das prioridades para a garantia e expansão dos direitos que materializam, fortalecem e ampliam a cidadania brasileira. Em 2011, a atuação do Fórum caracterizou-se pelo processo de construção e pactuação de metas prioritárias. Três agendas foram construídas: a de "Enfrentamento da Violência contra Jovens Negros"; a agenda "Do Lixo aos Resíduos Sólidos"; e, por fim, a agenda sobre "Igualdade de Gênero". Também em 2011, foi realizado, no âmbito do FDC, o I Ciclo de Debates, com o objetivo de discutir os reflexos que os valores da nova classe média, produzida nos últimos oito anos, terão nas políticas públicas. Márcio Pochmann, Marilena Chauí e Maria Rita Kehl foram os palestrantes desse I Ciclo.

Participação e diálogos sociais: Para assegurar o fortalecimento e a consolidação da democracia brasileira e dos objetivos do Estado brasileiro, é necessário o avanço permanente em formas de ampliar e aprofundar a participação social na gestão pública em todos os níveis, esferas e unidades da máquina estatal. Nessa linha, três importantes eventos ocorridos em 2011 marcaram o engajamento do Governo Federal no caminho para o aprofundamento da democracia. No Seminário Nacional de Participação Social, o governo, em conjunto com representações da sociedade, avançou para a construção de um Sistema Nacional de Participação Social com o intuito de organizar os espaços de participação já consolidados (como os Conselhos, as Conferências, as Mesas de Diálogo, as Ouvidorias, as Audiências e Consultas Públicas) e de incentivar a conformação de outros espaços de interação, inclusive por meio de novas mídias e redes sociais, para também atingir cidadãos que não estão organizados em movimentos ou coletivos. O seminário também evidenciou a necessidade de se compreender a participação social como uma política de Estado a ser incorporada na dinâmica cotidiana da gestão em todos os níveis da federação e em todos os órgãos de governo.

No segundo evento, o Seminário Internacional "Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil", novamente governo e organizações da sociedade analisaram questões centrais que dizem respeito à constituição, funcionamento e fortalecimento institucional das organizações não-governamentais, ao relacionamento entre Governo e sociedade para a implementação de políticas públicas e ao credenciamento, titulação e/ou qualificação dessas organizações pelo Estado.

Adicionalmente, com o objetivo de elaborar uma proposta para articular políticas, programas e ações educativas do Governo Federal voltadas ao protagonismo da sociedade civil e à participação social, foi promovido o Seminário "Processos Formativos Educativos do Governo Federal com a Sociedade Civil", que contou com a participação de

gestores de 30 órgãos federais. Ainda no âmbito das ações educativas e de processos formativos, deu-se continuidade ao trabalho da Rede de Educação Cidadã - Recid, que articula populações vulneráveis na perspectiva da construção da autonomia e da participação nos espaços públicos como forma de garantir, conquistar e assegurar direitos. Em 2011, educadores populares integrantes da Recid realizaram, em parceria com organizações e movimentos sociais, 1.774 oficinas pedagógicas de base, atingindo 42.000 pessoas; 76 encontros estaduais, com participação de 2.710 lideranças sociais; 5 encontros macrorregionais (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste), com participação de 293 lideranças; e três atividades nacionais, com presença de 329 educadores que coordenam as ações diretamente com as populações locais.

Conferências e Conselhos: As Conferências Nacionais são espaços privilegiados de debate e construção de propostas para o avanço das políticas públicas. Usualmente precedidas de etapas municipais e estaduais, as Conferências mais recentes incorporam novos formatos, como as conferências livres, as virtuais e as consultas a grupos específicos. Em 2011, foram realizadas oito Conferências Nacionais, com a participação de cerca de 10 mil delegados nos eventos nacionais e outros 2 milhões nas etapas preparatórias.

Os Conselhos de Políticas Públicas apoiam a formulação, monitoramento, implementação e fiscalização de ações e projetos em curso nos Ministérios e órgãos da Administração Pública Federal. Em 2011, por ocasião do processo de elaboração do Projeto de Lei do PPA 2012-2015, foi constituído o chamado Fórum Interconselhos, durante o qual representantes de 32 Conselhos, quatro Comissões Nacionais e 65 entidades da sociedade civil tomaram conhecimento das propostas para a construção desse Projeto de Lei e puderam apresentar suas proposições. Assim, com 77% das ações sugeridas completamente incorporadas e 20% parcialmente aceitas, a proposta do PPA foi enriquecida e aperfeiçoada a partir da contribuição dos representantes da sociedade.

Importante mencionar que o processo de participação social vem se aprimorando com a utilização de novas mídias e mediação digital de debates, inclusive em redes sociais, com transmissão na internet e espaço de interação. Exemplo a destacar foi o processo digital utilizado no Segundo Fórum Interconselhos do PPA, que contou com mobilização via redes sociais e transmissão, com participação ao vivo, pela internet.

Diálogos Sociais: Entre as Mesas de Diálogo constituídas para aprofundamento do debate de temas específicos entre o governo e a sociedade, continua avançando o trabalho focado no

Compromisso Nacional para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar. Em 2011, os representantes do governo, dos empregadores e dos empregados do setor sucroenergético pactuaram a publicação de Edital de Chamada Pública com o objetivo de credenciar empresas de auditoria independente, de âmbito empresarial, para verificar o cumprimento das práticas empresarias das usinas acordadas no Compromisso Nacional.

Foram constituídas ao longo de 2011 novas mesas de diálogo, dentre as quais se destacam:

Mesa nacional para aperfeiçoar as condições de trabalho na construção: composta pelas seis centrais sindicais - Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) -, por federações e confederações de trabalhadores ligadas às centrais, representantes dos empregadores da indústria da construção e integrantes do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em 2011, essa mesa dedicou-se ao processo de negociação e finalização do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Construção, no qual foram tratados temas como recrutamento, pré-seleção e seleção, qualificação, segurança no trabalho de trabalhadores, relação com a comunidade e representação sindical no local de trabalho.

Mesa Permanente de Diálogo com as Centrais Sindicais: reúne representantes do Governo Federal e das seis centrais sindicais brasileiras que, juntos, elegeram temas prioritários para discussão e pactuação, tais como fator previdenciário, valorização das aposentadorias e regulamentação da Convenção 151 da OIT. Destaca-se, em 2011, a negociação referente às regras de ajuste do salário mínimo.

Mesa de Diálogo sobre Aeroportos: instalada e encerrada em 2011, essa mesa coordenou o diálogo sobre as concessões dos aeroportos de Brasília, Guarulhos e Viracopos com a participação de representantes do Governo Federal, da CUT, do Sindicato dos Aeroportuários, do Dieese, do Sindicato dos Aeroviários, do Sindicato dos Aeronautas e da Federação Nacional dos Trabalhadores da Aviação Civil. Em 2011, foi construído acordo com vistas a garantir aos trabalhadores condições satisfatórias nos processos de concessões.

Mesa do Movimento dos Atingidos por Barragens: dialoga sobre as reivindicações do movimento reunidas em uma pauta nacional. Participam da Mesa representantes do governo (envolvendo 12

ministérios) e das empresas estatais do setor elétrico. Além das pautas nacionais, também foram apresentadas pautas regionais. Em 2011, destaca-se a criação de dois grupos de trabalho, tendo como objeto, respectivamente, a construção de uma política de tratamento às populações atingidas por barragens e a atuação para dirimir situações ainda não solucionadas em alguns empreendimentos.

Mesa de Diálogo sobre a Política Urbana: objetiva debater a pauta unificada dos movimentos nacionais de luta pela moradia e instituir canal de diálogo permanente entre o Governo Federal e os movimentos sociais voltados à questão. A pauta contempla reivindicações como a retomada da construção do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e a viabilização de terras públicas para a habitação popular.

Mesa de Diálogo sobre o modelo energético brasileiro: atende à pauta de reivindicações entregue à Presidenta solicitando o debate sobre o modelo energético adotado no País, contemplando temas como pré-sal, tarifa social de energia elétrica, concessões de geração, energia solar e terceirização da mão de obra no setor. Em 2011, definiram-se como temas prioritários o preço do gás de cozinha para consumidores residenciais e a questão do alto número de acidentes de trabalho na manutenção das linhas de transmissão.

Além desses mecanismos permanentes de participação social, o Governo Federal mantém-se aberto ao recebimento de demandas da sociedade em todos os seus órgãos. Ao entregar de maneira consolidada seus pleitos, os movimentos sociais debatem e negociam suas reivindicações com os diversos Ministérios. Ao final das negociações, os movimentos recebem do Governo Federal um posicionamento consolidado relacionado às questões apresentadas. A seguir, os destaques de 2011.

Pauta dos Movimentos Sociais do Campo: Ao longo do ano, o Governo Federal recebeu diversos movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, o Movimento das Mulheres Camponesas - MMC, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, o Movimento Camponês Popular - MCP, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - Contag e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - Fetraf.

Após as diversas mobilizações desses movimentos sociais com entregas de pautas, o Governo Federal anunciou várias medidas, com os seguintes destaques: possibilidade de renegociação de dívidas de agricultores familiares e assentados, beneficiando cerca de 200 mil pessoas; assinatura de 60 decretos de desapropriação de imóveis rurais, contemplando reivindicações dos movimentos;

recursos no valor de R\$ 16 bilhões para a safra 2011/12 com limites ampliados; liberação de R\$ 530 milhões para obtenção de terras e suplementação de mais R\$ 400 milhões; liberação de R\$ 127 milhões para garantir a execução dos contratos do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater, atendendo a 700 mil famílias; criação da Superintendência da Habitação Rural na Caixa Econômica Federal; envio ao Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 29/2011, que cria a Política de Garantia de Preço Mínimo da Agricultura Familiar; construção de 350 escolas no campo; custeio de 16 Unidades Básicas de Saúde fluviais, sendo oito em 2011 e oito em 2012, voltados para trabalhadores do Campo e da Floresta; aumento para R\$ 20 mil do limite individual de venda da agricultura familiar para alimentação escolar; crédito de apoio à mulher para geração de renda no valor R\$ 3 mil; implantação de três unidades fluviais do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; garantia de inclusão de, no mínimo, de 30%, das mulheres como beneficiárias do Ater; ampliação da participação das mulheres no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura, e garantia da destinação de 30% dos recursos para uso exclusivo pelas mulheres; implementação da Rede Cegonha para reduzir a mortalidade materna das mulheres do campo e da floresta e aprimorar o atendimento aos recém nascidos.

Pautas Diversas: O governo pautou discussões advindas das grandes obras de infraestrutura que estão em curso no País. Nesses casos, a ação do governo visa a garantir a oitiva das demandas apresentadas como resultado das intervenções nas construções de usinas, estádios e outras instalações, e a potencializar os impactos positivos dessas obras e mitigar os impactos negativos que possam surgir.

Ressalta-se, nessa linha, a atuação do Comitê Gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, que trata da área a ser impactada direta e indiretamente pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Coube à SG/PR, atendendo ao dispositivo do Decreto nº 7.340/2010, organizar a participação da sociedade civil no Comitê, garantindo voz a comunidades, movimentos e organizações sociais que atuam na região. O Governo Federal tem contribuído para a coordenação política e articulação de ações na região, a exemplo da Casa de Governo em Altamira - que é um posto avançado do Governo Federal com a atribuição de representar e articular os órgãos federais na região e intermediar a relação com a sociedade civil - e da Operação Cidadania Xingu - que, em três meses, levou uma série de políticas públicas tanto de prestação de serviços públicos, especialmente de cidadania, quanto de estímulo a modelo de produção sustentável.

Também na Região Norte do País, a SG/PR coordenou o planejamento da ação do Governo Federal voltado à realização da Operação Defesa da Vida, organizada em razão da morte de lideranças rurais ocorridas naquela reunião, que resultou em atendimento direto à população, investigações e processos judiciais de fatos, como os relacionados à extração ilegal de madeira. E, ainda, após interlocução com organizações sociais da Amazônia, foi realizada operação de apreensão de madeira ilegalmente extraída na região da Terra do Meio, no Pará.

Merece destaque, ainda, a realização de 119 atividades de articulação social e política dos eventos nacionais realizados com a presença da Presidenta da República, do Vice-Presidente e do Presidente da Câmara dos Deputados na condição de Presidente da República em exercício. Esses eventos são importante canal de contato entre a Presidenta e a sociedade, representando um espaço para a prestação de contas do Governo Federal, para o exercício da transparência, para a interação com o território e para a afirmação de relações republicanas.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: A participação social também tem se destacado como elemento propulsor da incorporação e alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) pelos municípios brasileiros. Os Relatórios Nacionais de Acompanhamento dos ODM indicam que todos os Objetivos serão alcançados pelo Brasil até 2015. No entanto, ainda há grande desigualdade na realidade específica dos municípios. Para que estes avancem no alcance dos Objetivos, o Governo Federal tem dado apoio a iniciativas da sociedade, sendo exemplo disso a realização, em 2011, da 4ª Edição do Prêmio ODM Brasil, criado para incentivar, valorizar e dar visibilidade a práticas que contribuem para o alcance dos ODM.

Atuação internacional: No âmbito da Comissão Nacional da Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a SG/PR incumbe-se de identificar meios de fortalecimento da participação social na Conferência. Nesse sentido, foram apresentadas à Secretaria Executiva da Comissão Nacional propostas para garantir uma maior participação da sociedade civil nos debates. Dentre elas, vale mencionar o envolvimento de representantes da sociedade civil membros dos Conselhos Nacionais, por meio do Fórum Interconselhos, e a inclusão de debate sobre a Rio+20 nas Conferências Nacionais que acontecerão até maio de 2012.

Ademais, foi realizada a terceira edição do encontro de Política Externa com representantes das organizações sociais brasileiras para discutir a situação internacional, bem como viabilizado encontro de representantes do governo com o

Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, e representantes da sociedade civil brasileira. Em ambas, mais de 40 líderes de movimentos e organizações sociais participaram dos debates e possibilitaram o enriquecimento da política externa brasileira com as sugestões da sociedade civil.

Cabe destaque, ainda, a realização I Fórum da Sociedade Civil da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, em Brasília, com a participação de representantes do governo brasileiro e da sociedade civil dos oito países membros - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. As conclusões expressaram o consenso pela necessidade de participação da sociedade civil nas decisões políticas e na implementação de projetos que venham a ser desenvolvidos entre os Estados membros da CPLP.

O Programa Brasileiro Mercosul Social e Participativo busca promover amplo debate com as organizações da sociedade civil brasileira sobre as políticas públicas em negociação para Mercosul. Além disso, foram realizadas edições da Cúpula Social do Mercosul, nas quais temas como direitos sociolaborais, agricultura familiar e direitos das pessoas com deficiência foram debatidos por representantes dos governos e de organizações da sociedade civil dos países membros do Bloco.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O principal objetivo órgão é tornar as mudanças promovidas pelas políticas de governo perceptíveis pela população e informar a sociedade sobre medidas adotadas pelo Poder Executivo Federal, ampliando a transparência e a prestação de contas do Estado, em harmonia com a necessidade de democratizar e universalizar o acesso à informação.

As atividades de comunicação, em todas as suas vertentes, são realizadas em consonância com o princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida, e mediante o acesso da população à informação sobre atos, obras e programas governamentais, suas metas e resultados, as políticas públicas, os direitos do cidadão, os serviços colocados à sua disposição. A essas atividades, se soma a de promoção do Brasil no cenário internacional.

Com o início de um novo Governo, foi adotada marca constituída de elementos impessoais expressivos da sua identidade, destinada a corporificar sua chancela ou assinatura nas ações de comunicação, a indicar sua responsabilidade nas mensagens transmitidas e a facilitar o controle social da administração pública. A nova marca constitui

evolução gráfica da marca do Governo anterior, com o intuito claro de traduzir o conceito de continuidade com mudança. Os elementos da Bandeira voltam a se aproximar da forma histórica e oficial, resgatando, junto com as cores, a 'identidade Brasil', que cada vez traz mais orgulho aos brasileiros. A valorização do verde e do amarelo ressalta as 'cores nacionais', enquanto a prevalência do verde na palavra Brasil enfatiza o compromisso com a defesa ambiental. O slogan 'País Rico é País sem Pobreza' visa tanto fixar a prioridade do Governo - a luta pela erradicação da pobreza extrema - como alertar e mobilizar a sociedade e, igualmente, o poder público para essa tarefa.

No exercício, a comunicação foi orientada a partir da instituição, pelo Poder Executivo, dos Fóruns de Desenvolvimento Econômico, Erradicação da Miséria, Infraestrutura e PAC e Direitos Humanos e Cidadania. As macropolíticas de governo resultantes das discussões nos fóruns nortearam o trabalho de planejamento estratégico de comunicação realizado no início do ano, processo que propiciou, num primeiro momento, a eleição de conjunto de temas prioritários a serem objeto da ação governamental tais como erradicação da miséria, educação, mulher, saúde, segurança, PAC/infraestrutura e economia. No decorrer do ano, a maioria dos temas elencados no planejamento estratégico se confirmou, ganhou força, evidenciando a assertividade da prospecção e a importância do planejamento na comunicação. Novos temas se juntaram a esse elenco, em decorrência da própria dinâmica de governo, a exemplo de Energia, Copa e Olimpíadas, Combate ao Crack e Rio+20, que gradualmente se incorporaram aos planos de ação de comunicação.

As mensagens e informações colocadas à disposição dos diversos públicos, do Brasil e do exterior, com o uso de diferentes ferramentas e plataformas, se apoiaram no princípio da comunicação integrada, que propicia as condições necessárias para a criação de ambiente de entendimento, sinergia e otimização de ações e recursos. Essa prática reduz o risco de fragmentação da comunicação e permite que planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de comunicação sejam também efetuados de forma integrada.

Enfatizou-se a comunicação via imprensa, em harmonia com os demais mecanismos que permitem ouvir e falar com a sociedade. O contato diário foi pautado pela transparência e pela igualdade de acesso às informações de natureza pública, sem perder de vista a existência de grande diversidade de imprensa, cada uma com públicos, necessidades, vocações e alcances distintos. Tal circunstância levou à promoção de ações diferenciadas e adequadas aos vários perfis de veículos noticiosos existentes, com destaque para as entrevistas da Presidenta à imprensa nacional, regional e internacional, a coluna semanal 'Conversa com a

Presidenta', o Blog do Planalto e os programas 'Café com a Presidenta', 'Bom dia, Ministro', 'Brasil em Pauta' e 'Brasileiras'. A imprensa internacional também obteve tratamento direto e especializado como parte da política de comunicação do Executivo Federal. Foi reforçado o apoio específico aos correspondentes estrangeiros, as rodadas de conversações com ministros e autoridades e a realização de entrevistas exclusivas da Presidenta com jornais, revistas e televisões do exterior.

A comunicação publicitária alinhou-se a uma forma de governar que preserva as conquistas e busca aprimorar e ampliar as políticas sob a ótica do desenvolvimento sustentado com a erradicação da extrema pobreza, cujo exemplo mais marcante está sintetizado no lema da nova marca. As ações foram também orientadas pela continuidade da prática de adoção de critérios técnicos para a compra de tempos e espaços nos veículos de divulgação e pela ampliação da diretriz de descentralização e regionalização de mídia, com o objetivo de tornar a comunicação de governo mais abrangente, atingindo todas as camadas da população, em todo o País, e de valorizar os veículos eficazes e de cobertura regional. Duas campanhas se destacaram entre as ações publicitárias. A realizada para a divulgação do 'Plano Brasil sem Miséria' teve como objetivo evidenciar as medidas já adotadas e as que ainda serão implementadas para o cumprimento da principal meta do Executivo Federal, destacando-se a promoção da inclusão social e produtiva da população extremamente pobre.

A campanha 'O Brasil está em Boas Mãos', por sua vez, buscou sintetizar a dimensão das mudanças pelas quais passaram o País e o povo brasileiro, e informar a sociedade sobre as principais ações nas áreas de desenvolvimento econômico e social. A campanha adotou tom alegre para enfatizar mais um ano de crescimento do País e para destacar o protagonismo do brasileiro como agente das suas conquistas.

A internet, ambiente de interação econômica, política, social e cultural, oferece novo canal de diálogo entre Governo e cidadãos, permitindo o exercício da cidadania. Além disso, universaliza o acesso à informação e permite a apropriação por todos do principal fator de produção do mundo moderno: o conhecimento. Por sua natureza democrática, a internet tem contribuído como plataforma colaborativa para o desenvolvimento de políticas públicas de alto impacto social, em todas as áreas, e colocado em prática, princípios institucionais relevantes como acessibilidade, transparência e participação. Por isso, foi ampliada a presença do Governo na internet, com o lançamento do novo Portal do Planalto, a ampliação de conteúdos do Portal Brasil e do site Secom, investindo esforços e recursos na comunicação digital como prestadora de serviços de utilidade pública, informação, mobilização e inclusão de

pessoas. Os portais tiveram papel relevante na disseminação de serviços públicos e atos da Presidência da República conferindo ainda mais transparência e facilidade no acesso a esses bens.

Foi dada continuidade ao programa de divulgação do Brasil no exterior, com o objetivo de reforçar a noção de que o País passou por grandes transformações nos últimos anos e mudou de patamar no cenário internacional, bem como de fortalecer sua reputação como nação que optou por desenvolver-se de forma sustentável com prioridade à redução da pobreza e à inclusão social. O trabalho tem buscado difundir informações e promover o entendimento a respeito das credenciais do Brasil em diversos campos, neutralizando e contextualizando, com credibilidade, as percepções negativas. Esse programa está baseado em quatro grupos de mensagens-chave: economia (estabilidade, infraestrutura, energia, agronegócios, ciência e tecnologia e inovação); estabilidade político-institucional (estabilidade social, transparência cultura de tolerância e relações exteriores); inclusão social (mitigação da pobreza, educação, direitos humanos); meio ambiente (Amazônia e mudanças climáticas, adoção de fontes renováveis de energia).

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Em 2011, o Gabinete de Segurança Institucional - GSI realizou a identificação e georreferenciamento de mais de seiscentos pontos considerados estratégicos no Brasil. Estes, chamados de "cenários", constituem o "Mosaico de Segurança Institucional" e foram submetidos ao constante monitoramento, com o objetivo de subsidiar a Exma. Sra. Presidenta da República em seu processo decisório e na devida adoção de medidas de prevenção a crises. Para a realização desta importante tarefa preventiva, o GSI desenvolveu a ferramenta de apoio intitulada "GeoPR" - Sistema Georreferenciado de Monitoramento e Apoio à Decisão da Presidência da República.

No que se refere à sua função de Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional - CDN, atuou-se, em 2011, na promoção, integração e desenvolvimento dos municípios da faixa de fronteira, ao autorizar atividades de exploração mineral, radiodifusão, construção de aeródromos, destinação de terras públicas e pesquisas científicas, resguardando o conhecimento das atividades ali desenvolvidas e atendendo aos anseios da comunidade fronteiriça, sem comprometimento da segurança nacional.

Na área do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - Sipron, manteve-se a realização de campanhas de esclarecimento, planejadas e promovidas de forma contínua, para esclarecer o público sobre os planejamentos e as medidas de proteção à população e ao meio ambiente nas

situações de emergência nuclear. Nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2011, realizou-se o Exercício Geral de Resposta à Emergência Nuclear - Angra 2011, na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAEA, em Angra dos Reis/RJ, com o propósito de avaliar e aperfeiçoar a capacidade de resposta das organizações das três esferas de governo, envolvidas no Plano de Emergência Externo do Estado do Rio de Janeiro - PEE/RJ.

No tocante a Segurança Presidencial, foram montados dois escritórios de representação, um em Porto Alegre/RS e outro em São Paulo/SP. O primeiro para atender à segurança da família da Exma. Sra. Presidenta da República e o segundo para atender à segurança da família do Exmo. Sr. Vice-Presidente da República. Ambos os escritórios apoiam a segurança da Exma. Sra. Presidenta em viagem àquelas cidades.

No campo da tecnologia da informação, priorizou-se a segurança das comunicações, com o desenvolvimento de soluções para a proteção contra ataques cibernéticos a redes governamentais em uso na Administração Pública Federal. Para tanto, foram instituídos oito Grupos de Trabalho, no âmbito do Comitê Gestor de Segurança da Informação, visando à elaboração de Normas Complementares de Segurança da Informação e Comunicações com foco nos seguintes temas: "Tratamento da Informação", "Gestão de Mudanças", "Verificação de Conformidade: Melhorias Contínuas", "Computação em Nuvem", "Inventário e Monitoramento de Ativos de Informação", "Uso de Redes Sociais", "Mobilidade" e "Aplicações Seguras".

Concluíram-se em 2011 atividades iniciadas em exercícios anteriores com o objetivo de elaborar e implementar programas destinados à conscientização e à capacitação de recursos humanos no Governo Federal, necessárias à implementação e à manutenção da Política de Segurança da Informação e Comunicações. Foram concluídos, ainda, os programas destinados à formação e ao aprimoramento destes recursos humanos, com vistas à definição e à implementação de mecanismos capazes de fixar e fortalecer as equipes de pesquisa e desenvolvimento, especializadas em todos os campos da segurança da informação.

Ainda no decorrer de 2011, instituiu-se o Núcleo de Segurança e Credenciamento - NSC, a ser regulamentado em 2012. O objetivo é promover o credenciamento de segurança de pessoas físicas, empresas, órgãos e entidades para tratamento de informações sigilosas; assim como garantir a segurança de informações sigilosas, inclusive aquelas provenientes de países ou organizações internacionais com os quais o Brasil tenha firmado tratado, acordo, contrato ou qualquer outro ato internacional.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Em 2011, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE/PR dedicou-se a iniciativas nas áreas social, de defesa nacional e de desenvolvimento sustentável. Tais ações são descritas a seguir.

Área Social: Após uma década de progresso social acelerado, a SAE/PR buscou avançar em áreas estratégicas que mantivessem a trajetória ascendente de desenvolvimento. Nesse sentido, vem atuando não apenas na identificação precoce de questões sociais emergentes, mas também na avaliação e formulação de políticas públicas efetivas. Cinco temas sociais receberam especial atenção: i) extrema pobreza; ii) nova classe média; iii) primeira infância; iv) juventude; e v) favelas.

Nos últimos anos, o número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza foi reduzido a menos da metade. Com a mudança no perfil dos extremamente pobres e na natureza de suas necessidades, as políticas de combate à extrema pobreza requerem permanente revisão de seu desenho, com maior integração, focalização e cobertura das ações. Dentre as diversas iniciativas em andamento, o documento *Portas de saída, inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza* - publicado em Português e Inglês e fruto de parceria com o Centro Internacional de Políticas para Crescimento Inclusivo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IPC/PNUD) - inaugurou uma série de textos voltados à discussão sobre o plano Brasil sem Miséria. Na área de pobreza rural, a SAE/PR está assessorando o Estado do Rio de Janeiro na avaliação de impacto de programa de desenvolvimento rural sustentável que atende pequenos agricultores e agricultores familiares. No âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras, lançado pelo Governo Federal em junho de 2011, a SAE/PR é responsável pela elaboração do componente relativo à política social. Foram realizadas reuniões com diversos ministérios e iniciado o desenvolvimento da proposta.

No eixo temático da nova classe média, o trabalho desenvolvido visa promover o fortalecimento e a consolidação de uma ampla e nova classe média, surgida a partir das transformações ocorridas na distribuição de renda ao longo da última década. Para tanto, pretende-se desenhar políticas públicas de proteção social capazes de evitar o retorno dessas pessoas à condição de pobreza e de oferecer oportunidades eficazes para a sua constante progressão. As origens e os desafios dessa nova classe média brasileira foram abordados durante o seminário *A média faz a diferença*, promovido em conjunto com o Ministério da Fazenda, que contou com a presença de autoridades, especialistas renomados e gestores

públicos. Está disponível, em versão para consulta online, o compêndio *Classe Média em Números*, levantamento inédito que apresenta amplos dados estatísticos sobre a situação da classe média brasileira entre 1999 e 2009.

Em relação ao tema da primeira infância, a diversidade de necessidades exige uma política multissetorial, que leve em consideração a importância primordial da família, o respeito aos princípios de unicidade da criança e a prioridade para os mais vulneráveis. Tendo em vista a apresentação de proposta para integração das políticas e ações já existentes nos três níveis de governo prevendo a criação de protocolo básico de atendimento, a SAE/PR promoveu o seminário *Cidadão do Futuro*. No evento foram debatidos os instrumentos para garantia da oportunidade de pleno desenvolvimento da primeira infância em todo o País. Entre outras atividades pode ser citada a realização de dois *workshops*: o primeiro com a idealizadora do *Ages and Stages Questionnaires - ASQ*, ferramenta de avaliação para acompanhar o desenvolvimento infantil; o segundo sobre o impacto da educação infantil.

Na área das políticas públicas para a juventude, pretende-se examinar os pontos fortes e debilidades dos programas e das ações em curso, a fim de identificar oportunidades de melhoria. O objetivo é desenvolver programa de atenção integral à juventude que contemple a expansão das perspectivas para aquisição e utilização produtiva de habilidades que promovam hábitos de convivência saudável e transição segura para a vida adulta. Em 2011, reuniões com parceiros-chave deram início à avaliação de programas de educação profissional e técnica voltados à juventude, como o Programa de Educação Profissional - Proep, o Jovem do Futuro - em implantação nos Estados de GO, MS e PA, no âmbito do projeto Ensino Médio Inovador -, e o Protejo, integrante do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania Pronasci.

Finalmente, na questão das favelas, o desafio tem sido identificar, detalhar e avaliar a eficácia de políticas públicas para a plena integração espacial, social e simbólica entre favelas e asfalto nas grandes cidades brasileiras. Em geral, a discriminação no mercado de trabalho, sofrida por moradores de favelas e assentamentos irregulares, tem contribuído para que alguns sequer saiam do perímetro da sua comunidade. Por outro lado, a falta de acesso às favelas acaba por limitar a demanda por serviços, prejudicando o comércio local. Atualmente, a inclusão dessas comunidades no restante da cidade constitui um claro anseio de toda a população.

Defesa Nacional: No que concerne à formulação de políticas públicas e estratégias de defesa nacional, desenvolveram-se temas relativos à indústria de defesa e aos campos nuclear, cibernético e espacial.

Como exemplo, podem ser destacadas a elaboração da *Política Nacional de Defesa*, a atualização da *Estratégia Nacional de Defesa*, as atividades de produção do *Livro Branco de Defesa Nacional* e a ativação do Núcleo de Estudos de Cenários Prospectivos.

Três publicações, em 2011, resultam de eventos e reuniões técnicas ocorridas em 2010: i) *Desafios do Programa Espacial Brasileiro*, que apresenta questões de especial interesse para o País no campo espacial; ii) *Desafios Estratégicos para a Segurança e Defesa Cibernética*, que aborda as atividades de segurança e defesa cibernética e contribui para capacitar órgãos públicos a propor políticas públicas nesse tema; e iii) *Anais do X Encontro Nacional de Estudos Estratégicos - ENEE*, que compila as apresentações e discussões mais relevantes para a indústria de defesa.

Outro destaque na área foi a realização do XI ENEE, na Escola Naval, no Rio de Janeiro, em novembro de 2011. Com o tema geral "Indústria de Defesa brasileira: políticas e perspectivas", o encontro reuniu mais de 1.000 especialistas civis e militares que examinaram desafios e oportunidades para esse setor. O evento chamou a atenção de industriais, acadêmicos, militares e outros segmentos da sociedade para o binômio defesa e desenvolvimento, colaborando para a reflexão e a sugestão de políticas em prol do desenvolvimento da indústria de defesa nacional. Realizou-se, também, a segunda edição do Prêmio Marechal-do-Ar Casimiro Montenegro Filho, laureando estudos e pesquisas que concorram para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional. Ocorreu em 2011, ainda, o lançamento do Pró-Estratégia, programa estruturado em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, com duração de cinco anos, destinado à formação de recursos humanos qualificados em áreas de interesse para o País.

Desenvolvimento Sustentável: Na área de desenvolvimento sustentável, foram concentrados esforços nas seguintes atividades: atuação na Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional - CCZEE; participação no Grupo Executivo Intergovernamental do programa Terra Legal; ações visando à regularização fundiária da região amazônica; publicação e realização do seminário de lançamento do livro REDD no Brasil: um enfoque amazônico, como parte do projeto de Redução de Emissões por Desflorestamento e Degradação de Florestas - REDD; o desenvolvimento da Política Nacional de Florestas Plantadas; aperfeiçoamento das estratégias de monitoramento e modelagem do uso da terra no Brasil, por meio da realização de encontros e coordenação de atividades entre os principais atores brasileiros; conclusão de vários estudos na área do desenvolvimento sustentável; colaboração na promoção de oficinas e na

articulação do *Plano Diretor Nacional de Agricultura Irrigada*; e, participação na formulação da versão preliminar do *Plano Nacional de Resíduos Sólidos* e sua disponibilização para discussão em audiências públicas.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Criado em 2003, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES manteve intensa atuação em 2011, como parte da crescente rede de diálogo e da afirmação da participação como método de governo. O CDES realizou, ao longo do ano, reuniões ordinárias plenárias, reuniões de Grupos de Trabalho, seminários, colóquios, missões internacionais, em uma média de cinco atividades mensais, com a participação ativa dos conselheiros, ministros e altos dirigentes da administração pública, lideranças sociais, intelectuais e pesquisadores.

Foram debatidas, entre outras, questões de conjuntura econômica, qualificação e formação profissional, ciência, tecnologia e inovação, sistema tributário e justiça fiscal, e infraestrutura brasileira e seus empreendimentos estratégicos, incluindo os grandes eventos esportivos que o País sediará.

O CDES contribuiu também na elaboração do PPA para o período 2012-2015, com base na Agenda para o Novo Ciclo de Desenvolvimento - ANC, que expressa o consenso atual entre conselheiros sobre o desenvolvimento brasileiro. A ANC foi considerada pelo MP entre os insumos para as definições gerais do PPA - visão de futuro, valores e desafios. O CDES participou do Fórum Interconselhos, no qual foram apresentados os conceitos envolvidos na formulação do PPA 2012-2015. No Fórum foram debatidos também os macrodesafios dos eixos de governo - desenvolvimento econômico, enfrentamento da pobreza extrema, infraestrutura e direitos da cidadania.

O grande destaque do trabalho do Conselho foi o desenvolvimento sustentável. O CDES coordenou, em parceria com 72 instituições, o Acordo para o Desenvolvimento Sustentável. O documento foi entregue à Comissão Nacional organizadora da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), a fim de contribuir para o posicionamento estratégico e político nos temas a serem tratados.

No que se refere à cooperação internacional, o CDES avançou na parceria com o Conselho Econômico e Social Europeu - CESE, realizando duas reuniões - no Brasil e em Portugal. Como membro ativo da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares - AICESIS, participou da Assembleia Geral realizada em Roma, Itália. Também foi realizada a 3ª Mesa Redonda da Sociedade Civil Brasil-Rússia,

a 1ª Mesa Redonda da Sociedade Civil dos BRICS e o I Encontro Ibero-Americano de Conselhos Econômicos e Sociais, em Porto Alegre, para discutir o papel da sociedade civil no novo modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental de governança global.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

Dentre as ações realizadas em 2011, destacam-se iniciativas que buscaram a integração com a área de ciências sociais: *i)* a realização de chamada pública para apoiar e incentivar a publicação de periódicos científicos brasileiros concernentes à área de conhecimento das Ciências Humanas; *ii)* a seleção de propostas de estudos científicos para elaboração de amplo e atualizado painel dos vários campos temáticos das Ciências Humanas, dirigido à reflexão sobre desenvolvimento, principalmente nas áreas de economia, ciência política, sociologia, antropologia, estudos regionais e urbanos, direito, serviço social, comunicação, história e educação; e *iii)* a seleção de 272 artigos para apresentação na 2ª Conferência do Desenvolvimento - CODE, fórum de âmbito nacional que visa debater as diversas formulações de conceitos, trajetórias, atores, instituições e políticas públicas para o desenvolvimento brasileiro, ampliando as oportunidades de participação de pesquisadores.

No cumprimento de sua missão institucional de disseminação do conhecimento, realizou-se a 2ª CODE, no período de 23 a 25 de novembro, de forma aberta e gratuita com a participação de mais de 20.600 pessoas, a colaboração de 1.104 palestrantes, a promoção de 307 atividades, como lançamentos de livros, painéis, mesas, oficinas e mais de 60 estandes de entidades de todo o Brasil (ministérios, governos estaduais e municipais e representantes da sociedade). Destaca-se, ainda, a Arena CODE, espaço para os visitantes descobrirem e debaterem as possibilidades das economias criativas e conteúdos digitais.

Em relação à inserção internacional, com a consolidação da missão na Venezuela iniciada em 2010, o IPEA começa a construção de missões no Mercosul (Argentina, Paraguai e Uruguai), para estreitamento das relações entre os pesquisadores nacionais e estrangeiros, voltadas à realização de estudos e pesquisas de interesse dos países do bloco.

O índice *E-gov*, medido pelo TCU, aponta que o IPEA, dentre os órgãos públicos federais, detém o maior nível de maturidade na área de informática.

O Sistema de Apoio à Pesquisa auxiliou a realização de 41 eventos e promoveu 111 chamadas públicas,

as quais resultaram no amparo a 585 bolsistas e 110 projetos de pesquisa.

SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

O ano de 2011 foi marcado por intensa produção de proposições de grande impacto nas políticas públicas, com resultados em diversas áreas.

No setor de educação, as matérias aprovadas resultaram em avanços como a modificação da sistemática de contratação de professores substitutos e temporários para universidades federais (Lei nº 12.425/2011); a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec (Lei nº 12.513/2011); e o reajuste salarial e a revisão do marco-legal dos médicos-residentes (Lei nº 12.514/2011).

Na área econômica, destacam-se as disposições normativas relacionadas ao Plano Brasil Maior, como a criação de um fundo para estímulo à exportação e à eliminação de resíduos de tributação sobre atividades exportadoras e a desoneração da folha de pagamento, consubstanciadas nas Leis nº 12.545/2011 e nº 12.546/2011. Ressalta-se também a desoneração dos setores industriais de produtos relacionados à banda larga, conforme Lei nº 12.431/2011; e a revisão do Supersimples, por força da Lei Complementar nº 139/2011, que enquadrou as micro e pequenas empresas em regime tributário diferenciado. Outra importante proposta aprovada foi a da Emenda Constitucional nº 68, que prorrogou até 2015 a desvinculação de 20% dos recursos da União, fundamental à preservação da estabilidade econômica, sobretudo frente ao cenário de crise internacional. Foram ainda adotadas outras medidas de estímulo à economia: fixação de diretrizes para a política de valorização do salário mínimo (Lei nº 12.382/2011); criação do cadastro positivo de crédito (Lei nº 12.414/2011); atualização da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (Lei nº 12.469/2011); redução da alíquota da contribuição previdenciária do microempreendedor individual (Lei nº 12.470/2011); reestruturação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (Lei nº 12.529/2011); e regulamentação do mercado de derivativos no País (Lei nº 12.543/2011).

Na área de infraestrutura, houve diversas proposições aprovadas, dentre as quais se destacam: Lei nº 12.404/2011, que criou a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV; Lei nº 12.424/2011, que instituiu uma ampla revisão no marco legal do Programa Minha Casa, Minha Vida; e Lei Complementar nº 140/2011, que regulamenta as competências dos órgãos que atuam na fiscalização e no licenciamento ambiental.

Em 2011, a preparação para grandes eventos desportivos foi questão central. Nesse sentido, aprovou-se, por meio da Lei nº 12.462/2011, o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, a ser utilizado nas obras de infraestrutura da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Além disso, foram fixadas novas diretrizes no âmbito do Programa Bolsa-Atleta e foi ratificado o Protocolo de Intenções de criação da Autoridade Pública Olímpica - APO, respectivamente, temas da Lei nº 12.395/2011, e da Lei nº 12.396/2011.

Na área de justiça e cidadania, vale citar a Lei nº 12.403/2011, que modifica a sistemática da adoção de medidas cautelares no processo penal brasileiro; a Lei nº 12.433/2011, que estabelece remissão do tempo de execução da pena por estudo; a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações; a Lei nº 12.528/2011, que cria a Comissão Nacional da Verdade; e a Lei nº 12.551/2011, que garante equiparação entre trabalho a distância e trabalho presencial.

No tocante à seguridade social, destaca-se a Lei Complementar

nº 141/2012, que fixa os valores mínimos a serem aplicados pela União, pelo Distrito Federal e pelos Municípios na área de saúde, em regulamentação à Emenda Constitucional nº 29/2000. Além disso, ressaltam-se outras importantes matérias voltadas para o desenvolvimento social: a Lei nº 12.435/2011 que reestruturou o Sistema Único de Assistência Social - SUAS; a Lei nº 12.512/2011, que traz disposições normativas relacionadas ao Programa Brasil Sem Miséria; e a Lei nº 12.550/2011, que autorizou a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH.

Por fim, quanto às relações exteriores, têm-se o Decreto Legislativo nº 129/2011, que aprova o Acordo de Revisão do Tratado de Itaipu; o Decreto Legislativo nº 159/2011, que aprova o Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas - Unasul; a Lei nº 12.413/2011, que dispõe sobre iniciativas internacionais de auxílio ao desenvolvimento; e a Lei nº 12.429/2011, com disposições sobre doação de alimentos para assistência humanitária.

Em 2011, a Secretaria de Relações Institucionais deu continuidade ao processo de fortalecimento das relações intergovernamentais. Foi intenso o trabalho no atendimento aos Estados e Municípios e ativa a participação em reuniões regionais.

Esse processo de fortalecimento contribuiu para consolidar canais de diálogo como o Comitê de Articulação Federativa - CAF e os Fóruns Regionais de Governadores, além das comissões tripartites no âmbito dos diversos sistemas federativos setoriais, a exemplo do SUS, do SUAS e do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama.

Nesse sentido, destaca-se a participação no XII Fórum dos Governadores do Nordeste, em fevereiro de 2011, em Aracaju/SE. No evento, reafirmou-se o compromisso com o desenvolvimento da região e foi dado início a uma parceria com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan), que organiza os fóruns de governadores, sobretudo do Nordeste e da Amazônia Legal.

Cabe ressaltar também a participação na XIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, em maio de 2011, organizada pela Confederação Nacional dos Municípios - CNM, com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos - FNP. Durante o evento, que reuniu mais de cinco mil participantes, foram apresentadas as principais estratégias de cooperação federativa no âmbito da saúde, da educação e do meio ambiente. Foram ainda apresentadas diretrizes da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 e do Plano Brasil sem Miséria, que prevêem uma intensa cooperação entre os entes federativos.

No âmbito do Plano Brasil sem Miséria, cujo lançamento foi organizado em todas as regiões do País, foram firmados compromissos entre a União, os Estados e os Municípios, com a meta de superação da extrema pobreza. Em cada uma das regiões, foram anunciadas ações de transferência de renda, como a complementação financeira do Programa Bolsa Família, e o acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica, dentre outras.

No tocante ao PAC, a Secretaria de Relações Institucionais participou ativamente de visitas técnicas e do processo de seleção de empreendimentos, tendo contribuído para a construção de critérios e dinâmicas de seleção, bem como para a pactuação e o monitoramento do programa. Participou ainda de reuniões com gestores municipais e estaduais, que apresentaram projetos e pactuaram prioridades, conforme sistemática utilizada pela coordenação do programa para dar maior celeridade às ações do PAC e supervisionar a sua implementação.

O PPA para o período 2012-2015 foi também objeto de discussão em eventos regionais, realizados com o intuito de construir uma plataforma para integração gradual entre o PPA federal e os PPAs estaduais e municipais. Foram realizadas cinco reuniões, uma por macrorregião do País, envolvendo secretários

estaduais de planejamento e representantes de associações estaduais de municípios.

Na esfera do Sistema de Assessoramento para Assuntos Federativos - SASF, foram realizadas 11 reuniões visando à discussão de temas como: análise das finanças públicas e o desempenho dos fundos constitucionais; apresentação do Plano Brasil Maior e do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis; e proposta de simplificação dos procedimentos de transferências voluntárias a Estados e Municípios, entre outros.

Nesse aspecto, vale ressaltar a assinatura, na reunião do Comitê de Articulação Federativa, da Portaria Interministerial nº 507/2011. A portaria regula as transferências voluntárias da União, com o objetivo de desburocratizar o processo de repasse de recursos aos entes federativos brasileiros e aumentar o controle e a transparência sobre os investimentos públicos.

No tocante à participação em iniciativas de assistência técnica aos municípios, destaca-se o Convênio Excelência na Gestão de Investimentos, firmado entre o Governo Federal, a Petrobras e a Fundação Getúlio Vargas. Essa parceria viabilizou a elaboração, aprovação e execução de projetos prioritários, com vistas à obtenção de recursos públicos para investimentos em infraestrutura urbana e social nos municípios localizados no entorno de empreendimentos como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj); a Refinaria Abreu e Lima e a Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape), naquele Estado; e as Refinarias Premium I e II, nos Estados do Maranhão e Ceará, respectivamente.

Por fim, na esfera internacional, a Secretaria de Relações Institucionais participou ativamente de trabalhos de cooperação, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, e de projetos diversos como: Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul; Cooperação Descentralizada Brasil-França; Edital de Convocação para Projetos Franco-Brasileiros de Cooperação Descentralizada Trilateral em Benefício do Haiti e dos países do Continente Africano, Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul; e Cooperação Descentralizada Brasil-Itália.

4.1.2. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

A Controladoria-Geral da União (CGU) tem sob sua responsabilidade no Plano Plurianual um único Programa de Governo - Controle Interno, Prevenção e Combate à Corrupção, o qual está inserido na Função de Governo Administração, sendo que a maior concentração de recursos ocorre na subfunção Administração Geral, como se pode observar no quadro que segue. Salienta-se que a totalidade dos recursos está consignada no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

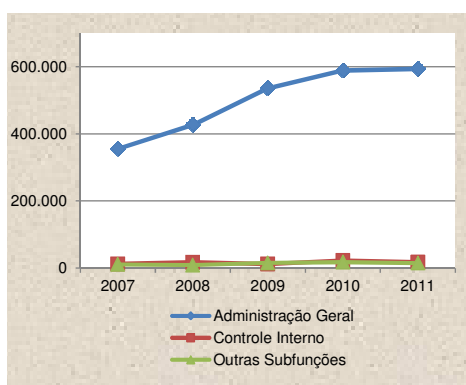
DADOS GERAIS DO PROGRAMA CONTROLE INTERNO, PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

TIPO DE PROGRAMA	Serviços ao Estado – Apoio às Políticas
OBJETIVO GERAL	Desenvolver as atividades do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, bem como aprimorar e fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo com o objetivo de prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Desenvolver as atividades do sistema de controle interno, prevenir a corrupção, combater a impunidade e ampliar a transparência da gestão pública.

VALORES REALIZADOS POR FUNÇÃO						
Função Administração	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
OFSS No exercício	374.385.882,76	446.228.666,88	551.993.113,12	618.012.134,81	616.132.426,40	2.606.752.223,97
OFSS Por inscrição em RP	3.793.714,44	6.382.459,68	11.129.788,87	10.697.761,15	10.279.969,27	42.283.693,41
OP	-	-	-	-	-	-
Gasto Tributário	-	-	-	-	-	-
TOTAL	378.179.597,20	452.611.126,56	563.122.901,99	628.709.895,96	626.412.395,67	2.649.035.917,38
Função Previdência Social	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
OFSS No exercício	9.047.654,29	15.212.884,52	26.041.745,37	36.500.466,66	49.488.140,26	136.290.891,10
OFSS Por inscrição em RP	-	-	-	-	-	-
OP	-	-	-	-	-	-
Gasto Tributário	-	-	-	-	-	-
TOTAL	9.047.654,29	15.212.884,52	26.041.745,37	36.500.466,66	49.488.140,26	136.290.891,10

VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO, POR SUBFUNÇÃO

SUBFUNÇÃO	2007		2008		2009		2010		2011	
	LIQUIDADADO	%	LIQUIDADADO	%	LIQUIDADADO	%	LIQUIDADADO	%	LIQUIDADADO	%
Subfunções Típicas										
Administração Geral	355.419	93,98	426.840	94,31	536.104	95,2	588.439	93,59	593.990	94,82
Controle Interno	12.204	3,23	17.061	3,77	12.089	2,15	22.732	3,62	17.806	2,84
Outras Subfunções	10.556	2,79	8.709	1,92	14.929	2,65	17.537	2,79	14.614	2,33
TOTAL	378.179	100	452.611	100	563.122	100	628.709	100	626.412	100



Observa-se representativa evolução dos valores liquidados na subfunção Administração Geral, entre 2007 e 2011, com uma variação positiva superior a 65%, reflexo do fortalecimento institucional da CGU, por meio do ingresso de novos servidores; apoio para construção, reforma e readaptação das instalações físicas na Sede e Regionais; incremento na gestão de recursos logísticos e de informática; e aparelhamento das atividades-fim. Ressalta-se que cerca de 92,67% dos valores liquidados em 2011, na forma do demonstrativo acima, são relativos a despesas com pessoal, no montante de R\$ 550.483.493,18.

Em sintonia com a estratégia de governo proposta para o exercício de 2011, a CGU vem promovendo nos últimos anos uma série de avanços nas práticas da Administração Pública, buscando vencer uma tradição de baixa eficiência, pouca transparência e descaso com corrupção, com a improbidade, com a impunidade. A luta por um governo mais transparente e atento ao seu dever de dar contas à população, bem assim o esforço para adotar métodos e instrumentos mais modernos de controle dos gastos públicos, tudo isso é relativamente novo no Brasil. Mercê de seu grande esforço interno, combinado com intenso diálogo em todos os foros internacionais que cuidam do tema, o Brasil vem rapidamente se tornando referência para outros países, ao mesmo tempo em que tem aprendido muito com a experiência vinda de fora de suas fronteiras, sobretudo de organismos internacionais.

Nesse cenário, destaca-se a divulgação em 2011 pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) do relatório da Avaliação do Sistema de Integridade da Administração Pública Federal Brasileira, realizada a partir de uma solicitação feita pelo próprio governo brasileiro por meio da CGU, na qual foram elogiados os esforços do Brasil no combate à corrupção e na promoção da transparência dos gastos públicos.

Trata-se da primeira avaliação produzida pela OCDE sobre o sistema de integridade da administração pública de um país integrante do G-20. Foram analisadas a implementação e a coerência de instrumentos, processos e estruturas de salvaguarda desse sistema de integridade, que inclui a promoção da transparência e o envolvimento dos cidadãos; a implementação de sistemas de controle interno baseados em risco; a incorporação de padrões de conduta entre servidores públicos; e a promoção de integridade nas contratações públicas.

Além disso, em 2011, o Brasil e os Estados Unidos em conjunto com mais seis nações, lançaram a Parceria para Governo Aberto - *Open Government Partnership* – OGP, co-presidida pelo Ministro de Estado Chefe da CGU, representando o Brasil, e pela Subsecretária de Estado para a Democracia e

Assuntos Globais, representando os EUA. Trata-se de importante iniciativa internacional que pretende difundir e incentivar globalmente práticas governamentais como transparência orçamentária, acesso público à informação e participação social. Os países integrantes da parceria apresentaram os Planos de Ação nacionais, comprometendo-se a adotar medidas concretas para o aumento da integridade pública, a gestão mais efetiva dos recursos e dos serviços públicos, a criação de comunidades mais seguras, e o aumento da integridade no setor privado. Os países parte serão submetidos a um mecanismo independente de avaliação da implementação dos compromissos firmados em seus planos de ação.

Instituído, também em 2011, o Comitê Interministerial Governo Aberto (CIGA), tem, entre suas funções, a de aprovar e promover a difusão do Plano de Ação Brasileiro junto à sociedade, assim como permitir a articulação intragovernamental para a execução de medidas conjuntas, que envolvem vários ministérios. A CGU coordena o Grupo Executivo do Comitê, que tem por objetivo, entre outros, a implementação do Plano de Ação Nacional.

No campo de articulação com organismos internacionais para prevenção e combate à corrupção, nota-se, ainda, a manutenção do acompanhamento sistemático, realizado pela CGU, das políticas públicas implementadas para cumprimento dos três tratados internacionais que o País ratificou na área de prevenção e combate à corrupção: a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção da ONU); a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA); e a Convenção Sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE).

Nesse período o Governo manteve, até setembro de 2011, a presidência do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção da OEA (Mesicic), assumida em 2009, acompanhando o cumprimento dos compromissos nela assumidos pelos Estados partes. Além disso, em março de 2011, o Brasil passou a integrar o Corpo Gerencial do Grupo de Trabalho sobre Corrupção Transnacional, da OCDE, do qual é membro desde o ano 2000.

O Brasil passou por processo de revisão da implementação da Convenção das Nações Unidas de Combate a Corrupção (UNCAC). Seguindo o MESISIC, mecanismo de avaliação da referida Convenção, o país fez uma auto-avaliação em relação ao cumprimento dos compromissos assumidos, por meio de resposta a relatório específico, e recebeu visita do Haiti e do México,

Estados Partes encarregados de avaliar a implementação da UNCAC em território brasileiro. As áreas sob avaliação, nesse momento, referiram-se à criminalização e persecução penal dos atos de corrupção previstos na UNCAC e à cooperação internacional para prevenção e combate à corrupção.

Sancionada em novembro de 2011, a Lei de Acesso a Informações – Lei nº 12.527/2011 – gestada no âmbito do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, colegiado integrante da estrutura da CGU, regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, caracterizando-se como um importante passo em direção ao incremento da transparência pública e ao fortalecimento democrático. Aplicável à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o acesso à informação pública passa a ser a regra; e o sigilo apenas a exceção. Operacionaliza, ademais, o direito constitucional do cidadão de requerer informações do poder público, fixando regras, prazos, e instrumentos de fiscalização e recurso que viabilizam e tornam exequível o direito de acesso.

Para preparar a Administração Federal para essa nova etapa, a CGU mantém, desde 2010, projeto de cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e está conduzindo diversas medidas que visam promover uma mudança de cultura, apoiar a capacitação dos servidores públicos federais, a estruturação dos serviços de informações ao cidadão em órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e o estabelecimento de procedimentos para a implementação efetiva da Lei de Acesso a Informações Públicas. No ano de 2011, destaca-se a realização das seguintes ações: realização de pesquisa-diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no Poder Executivo Federal Brasileiro; elaboração de Cartilha sobre acesso a informação para servidores públicos; e, estudo diagnóstico sobre o papel das Ouvidorias dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

Com a finalidade de ampliar a discussão sobre a implementação de sistemas de acesso à informação, a CGU promoveu, em Brasília, o “Seminário Internacional sobre acesso a Informação: desafios de implementação”, evento que reuniu cerca de 600 pessoas, entre servidores públicos, grupos da sociedade civil e da mídia. O seminário congregou especialistas de vários países, incluindo Estados Unidos, México, Inglaterra e Chile.

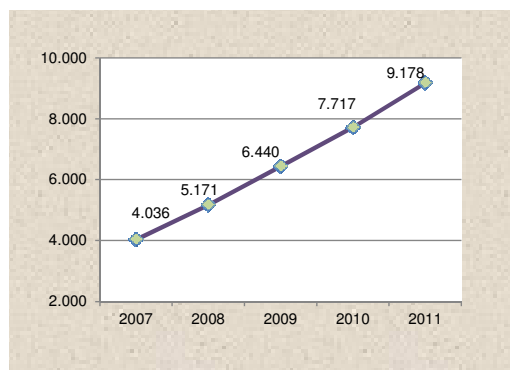
Ainda no âmbito da promoção da transparência pública, destaca-se o esforço continuado da CGU para manutenção e evolução do Portal da Transparência do Governo Federal, lançado em 2004. O Portal permite que todos os cidadãos consultem dados referentes à execução financeira do Governo Federal, com informações atualizadas

diariamente, em linguagem simples e compreensível a qualquer cidadão. A publicidade desses dados possibilita que a sociedade controle a ação dos governantes e fiscalize a aplicação do dinheiro público.

Em 2011, o portal recebeu mais de 3,3 milhões de visitas e possibilitou o acesso público às informações sobre a aplicação de recursos públicos superiores a R\$ 9 trilhões. Foram diversas as inovações processadas nesse ano, entre elas, destacam-se: (i) inserção de novas descrições de situações de convênios cadastrados no Siconv na consulta “Convênios”; (ii) inclusão de dados abertos da ação “Seguro Defeso”; (iii) disponibilização dos dados do Portal da Copa 2014 em formato aberto; (iv) inserção de consulta relativa às despesas com o Cartão de Pagamento da Defesa Civil, que busca ampliar o controle social dos recursos repassados a estados e municípios atingidos por calamidades públicas; e (v) disponibilização de área para consultas temáticas, que permite uma busca mais rápida sobre as transferências de recursos em situações específicas, como, por exemplo, as efetuadas com os programas Bolsa-Família, Erradicação do Trabalho Infantil, Garantia Safra, Seguro Defeso para pescadores artesanais, assim como de gastos com Cartão de Pagamento do Governo Federal e com diárias pagas a servidores para viagens a trabalho.

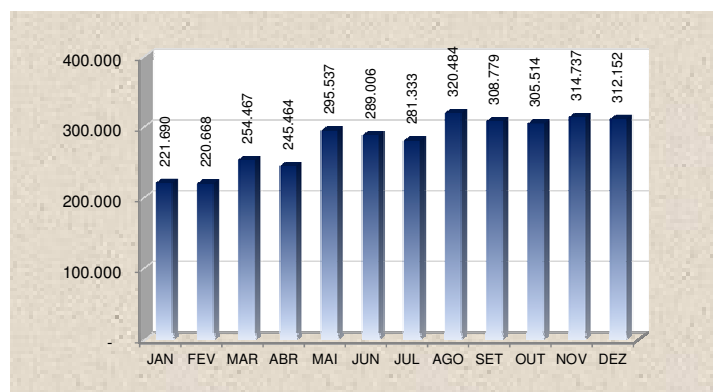
Os demonstrativos a seguir indicam a evolução relativa ao montante de recursos da execução financeira do Governo Federal registrados no Portal nos últimos cinco anos, assim como da quantidade de visitas no ano de 2011.

**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
EXECUÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL
EVOLUÇÃO DE RECURSOS REGISTRADOS
(EM R\$ MILHÕES)**



Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

**PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
QUANTIDADE DE VISITAS - 2011**



Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

Outro importante instrumento de promoção da transparência pública são as Páginas de Transparência que, em 2011, totalizaram 464. Por meio dessas páginas os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal disponibilizam dados sobre a execução orçamentária e financeira, licitações, contratos, convênios e diárias e passagens em seus sítios na Internet.

Em agosto de 2011, o Governo Federal também instalou a Câmara de Transparência para a Copa do Mundo de 2014, composta por representantes do Ministério do Esporte, da Controladoria-Geral da União e da Advocacia-Geral da União, além dos governos estaduais e de cidades-sede da Copa. A Câmara visa o debate e a tomada de decisão acerca de maneiras de aprimorar e intensificar a transparência pública sobre os empreendimentos necessários à realização do evento.

Outra linha de atuação que merece destaque é a produção de informações estratégicas e de inteligência, utilizadas especialmente para realizar mapeamento preventivo de riscos à corrupção, para combater o enriquecimento ilícito e para subsidiar demandas de auditoria, correição e outras atividades de competência da CGU.

Visando o mapeamento preventivo de riscos à corrupção, a Controladoria mantém o Observatório da Despesa Pública (ODP), criado em 2008, com monitoramento sistemático de gastos públicos para identificação de situações que possam constituir irregularidades, a fim de evitá-las antes que ocorram. O ODP já monitorou, somente nos últimos dois anos, aproximadamente R\$ 128 bilhões em recursos públicos, tendo sido emitidos milhares de alertas sobre situações atípicas ou fora dos padrões na execução dos gastos públicos. Vários têm sido os temas tratados, destacando-se as análises: i) dos gastos realizados por meio de Suprimento de

Fundos; ii) do sistema Comprasnet, para verificação de atipicidades nas compras efetuadas pelo Governo Federal; iii) dos contratos de terceirizações do Governo Federal; iv) dos beneficiários do Programa Bolsa Família; v) da aquisição de passagens e concessão de diárias; vi) do Programa Segundo Tempo, do Ministério dos Esportes; vii) dos repasses para o Pronaf; e, viii) dos convênios firmados pelo Governo Federal, por meio da análise do Siconv.

Em maio, o ODP recebeu o prêmio *United Nations Public Service Awards 2011*, da Organização das Nações Unidas – ONU. Trata-se do mais prestigioso reconhecimento internacional de excelência no serviço público, que premia resultados inovadores que conduzam a uma gestão pública mais efetiva e responsável nos países em todo o mundo. Este é o primeiro prêmio internacional conquistado pelo ODP e se soma a outros três prêmios nacionais recebidos desde sua criação. Desta vez, o ODP ficou em 1º lugar na categoria 4, Avançando na Gestão do Conhecimento Governamental, entre os países da América Latina e do Caribe.

No que tange à produção de informações estratégicas para combate ao enriquecimento ilícito, a CGU atua realizando análises patrimoniais de servidores públicos federais. Entre 2006 e 2011, investigou-se mais de 5.700 pessoas físicas diretamente relacionadas aos casos e mais de 3.000 pessoas jurídicas.

No âmbito dos programas e ações de estímulo ao controle social da gestão pública, a CGU vem coordenando os preparativos para a 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, a ser realizada entre os dias 18 e 20 de maio de 2012, em Brasília. A 1ª Consocial tem por objetivo debater, com os diversos segmentos da sociedade, a participação ativa da sociedade nas atividades de

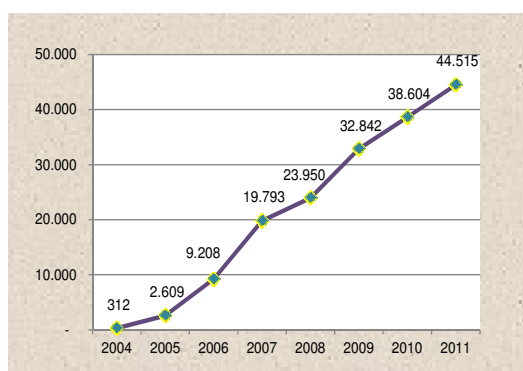
planejamento, gestão e controle das políticas públicas em todas as esferas governamentais, conforme proposta oriunda do Seminário Nacional de Controle Social, realizado em 2009.

Já se encontram convocadas pelos governadores as Conferências Estaduais e Distrital em todas as unidades da Federação. Destaca-se também que, até dezembro de 2011, as Conferências Municipais e Regionais, de natureza preparatória para a Conferência Nacional, contaram com participação de 1.746 municípios. Outras 204 conferências (188 municipais e 16 regionais), que congregarão mais 328 municípios, já foram convocadas e deverão ser realizadas até março de 2012.

Dessas etapas sairão os delegados que participarão das Conferências Estaduais e, por conseguinte, da Conferência Nacional. Espera-se a participação de 1.500 pessoas, dentre elas os 1.200 delegados citados, de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal para a Etapa Nacional da 1ª Consocial.

Ainda no contexto das ações de fomento ao controle social e à cidadania, o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público, criado em 2004 pela CGU, teve continuidade em 2011. Nesse ano, o público do programa chegou a 5.911 pessoas. Os resultados globais do Programa Olho Vivo, acumulados desde 2004, totalizam capacitação de mais de 44,5 mil pessoas, entre conselheiros municipais, lideranças locais, agentes públicos municipais, e outros, distribuídos por mais de 2.000 municípios brasileiros.

OLHO VIVO NO DINHEIRO PÚBLICO QUANTIDADE DE CIDADÃOS CAPACITADOS



Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

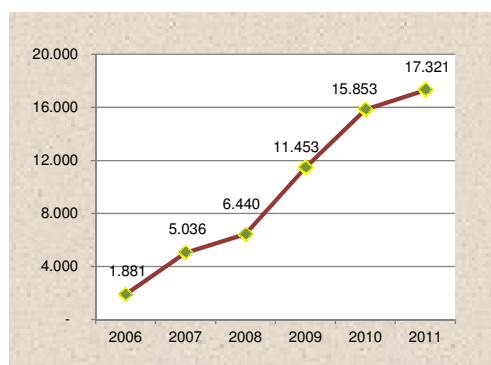
Adicionalmente, em 2011, o Brasil intensificou ações para promoção da ética e da consciência cidadã junto ao público infanto-juvenil. O trabalho de conscientização de crianças e adolescente teve início em 2007, e conta atualmente com diversas frentes de atuação: i) Portalzinho da Criança Cidadã, com média de cinco mil acessos/mês; ii) 5º Concurso de Desenho e Redação; iii) Dia da Criança

Cidadã, realizado anualmente, em Brasília e nos estados; e iv) Projeto em parceria com o Instituto Cultural Maurício de Sousa, denominado "Um por todos e todos por um! Pela ética e Cidadania", iniciado em 2009. Ao término de 2011, tais ações já haviam atingido mais de 1,4 milhão de alunos e 40 mil professores.

No âmbito do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública são realizadas ações de capacitação para agentes públicos, ministradas por servidores da CGU, e são distribuídos acervos bibliográficos contendo a legislação básica e informações técnicas úteis ao bom desempenho da função pública.

Ao todo, desde 2006, o Programa já atendeu 2.129 municípios, tendo capacitando mais de 17 mil agentes públicos. Em 2011, 97 municípios foram contemplados e 1.468 agentes públicos capacitados pelo Programa.

FORTALECIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA QUANTIDADE DE AGENTES PÚBLICOS CAPACITADOS



Fonte: Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

Em 2011, paralelamente às ações de educação presencial já mencionadas nos Programas Olho Vivo no Dinheiro Público e Fortalecimento da Gestão Pública, a Escola Virtual da CGU capacitou, por meio da educação a distância (EaD), 2.440 pessoas em temas afetos à promoção da cidadania, integridade pública e prevenção da corrupção, alcançando, desde 2007, cerca de 14.339 pessoas capacitadas nessa modalidade.

Ações de promoção da ética e da integridade junto ao setor privado, como forma de conscientizar as empresas quanto ao seu papel no enfrentamento do fenômeno da corrupção, também foram conduzidas no ano de 2011. Nesse ano, foram realizadas duas rodadas de avaliação do Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade – Cadastro Pró-Ética, desenvolvido em parceria com o Instituto Ethos de Empresas.

A iniciativa objetiva divulgar lista de empresas que adotam um conjunto de medidas de integridade e ética, cuja adesão é voluntária. Após a avaliação da

documentação e de informações prestadas, o Comitê Gestor do Cadastro deliberou pela aprovação de quatro empresas.

As ações da CGU para promoção da integridade no setor privado não se limitaram a tratar da temática da ética e da integridade corporativa para as grandes empresas: mais de 25 pequenas e médias empresas receberam, em caráter piloto, um curso de educação à distância que tratou da promoção da integridade e do combate à corrupção.

O curso aborda temas essenciais para a promoção de políticas de integridade como "Ética Individual, Social e Empresarial", "Gestão da Ética", "Corrupção e Atos contra a Integridade" e "Gestão da Integridade".

Cumprido ressaltar, ainda, que o Governo Federal, por meio da CGU, tem participado ativamente de debates no setor privado e das discussões nas audiências públicas promovidas pela Câmara dos Deputados, acerca do Projeto de Lei 6826/2010, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira.

O projeto, de iniciativa do Poder Executivo Federal, busca suprir lacuna existente no ordenamento jurídico pátrio, tendo em vista que a legislação atual é voltada essencialmente para a punição da pessoa física.

A promoção de estudos e pesquisas sobre corrupção é também competência institucional da CGU. Nesse contexto, o órgão atua em quatro principais frentes: (i) desenvolvimento da Biblioteca Virtual sobre Corrupção, que reúne 1.281 documentos para consulta; (ii) promoção do Concurso Nacional de Monografias sobre Prevenção e Combate à Corrupção, realizado desde 2005, cujo objetivo é estimular a participação do cidadão no controle da administração pública e a discussão sobre ética entre os jovens; (iii) promoção de Debates Acadêmicos, que em 2011 mobilizou mais de 240 entidades estudantis sobre a Consocial; e (iv) Revista da CGU, editada e publicada desde 2006, divulgando trabalhos sobre temas relativos às atividades de auditoria, fiscalização, ouvidoria, correição e prevenção da corrupção, com o objetivo

de incentivar a análise e discussão de questões relacionadas à luta contra a corrupção.

Ao longo de 2011, a CGU contribuiu, ainda, para a implementação de ações no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).

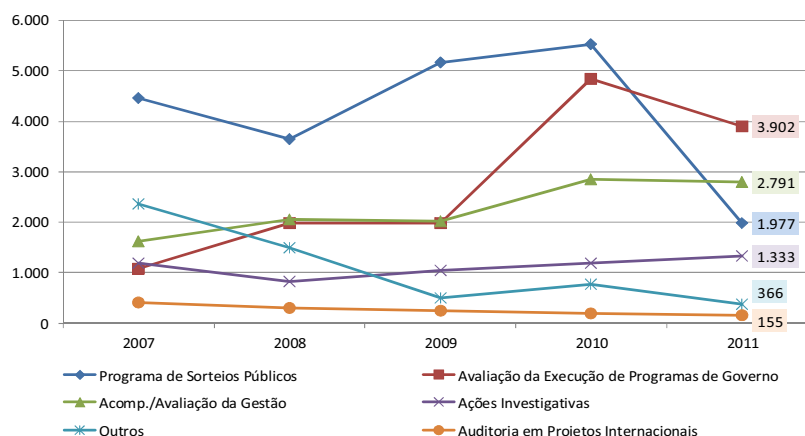
Entre os temas discutidos, destacam-se: (i) a operacionalização de mecanismos de levantamento de dados e produção de estatísticas relacionadas à improbidade administrativa; (ii) o aprimoramento do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv) para reforçar o apoio às atividades de fiscalização e controle; (iii) a proposição de anteprojeto(s) de lei visando à inserção de novos tipos penais, seguindo as recomendações das convenções internacionais contra a corrupção; (iv) a revisão de normas e o estabelecimento de procedimentos de monitoramento e fiscalização no tocante ao financiamento de campanhas eleitorais; e (v) o acompanhamento do cumprimento da Lei Complementar no 131/2009, que trata da transparência da gestão fiscal.

Na função de órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, a estratégia de atuação da CGU foi implementada sobre quatro eixos principais: i) avaliação da execução de programas de governo; ii) avaliação dos resultados da gestão nos órgãos e entidades da administração federal; iii) ações investigativas; e iv) ações de orientação e capacitação dos gestores federais.

Para o desempenho das atividades de Controle Interno, em 2011 foram realizadas 10.524 ações de controle que contribuíram para o aprimoramento da execução das políticas públicas e melhoria da gestão.

No gráfico a seguir, que apresenta as ações de controle realizadas no período de 2007- 2011. Observa-se redução no total de ações de controle no exercício de 2011, decorrente, principalmente, da realização de dois, em vez de três, eventos do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, fato motivado pela restrição orçamentária com despesas de diárias e passagens estabelecida para o exercício em questão.

AÇÕES DE CONTROLE REALIZADAS – 2007 A 2011



Fonte: Sistema Novo Ativa, em 02.01.2012

Com base em uma avaliação de riscos que inclui o volume de orçamento destinado às políticas públicas, a relevância dos temas para o desenvolvimento do país e a existência de problemas já verificados na execução das ações, a Avaliação da Execução de Programas de Governo estuda e hierarquiza os programas de forma a priorizar as atividades a serem desenvolvidas. Em 2011, foram objeto de uma avaliação sistematizada 111 ações de governo, sendo executadas cerca de 4 mil ações de controle. Entre as ações de governo acompanhadas, destacam-se as de Pagamento de Aposentadorias e Pensões, Concessão de Rodovias, Construção de Cisternas para Armazenamento de Água, Concessão de Licença de Importação, Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), Ações de Gratuidade nas entidades do Sistema S, Restabelecimento da Normalidade no Cenário de Desastres, Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários, Ações Socioeducativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho e Apuração, Inscrição e Execução da Dívida Ativa da União.

Entre os resultados dos trabalhos decorrentes da atividade de Avaliação da Execução de Programas de Governo, destacam-se:

- No âmbito do acompanhamento da Ação de Manutenção de Centros de Recondicionamento de Computadores: alteração do documento propositivo do Projeto Computadores para Inclusão, que passou a condicionar a aprovação do espaço dos CRC à visita in loco da equipe técnica da SLTI e a estabelecer as configurações mínimas para os equipamentos recondicionados; estabelecimento de procedimento para a designação formal de

representantes responsáveis pelo acompanhamento dos aspectos técnicos e financeiros dos convênios que vierem a ser firmados; e efetivação de acompanhamento das informações registradas pelo conveniente no Siconv;

- Na concessão e no acompanhamento dos financiamentos não-reembolsáveis com recursos do Fundo Social, que se destinam ao apoio de projetos de caráter social em diversas áreas como educação e saúde, o BNDES, instituiu indicadores de desempenho previamente pactuados com os beneficiários para permitir avaliação quanto ao alcance dos objetivos sociais propostos;
- Implantação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, que confere maior transparência e controle aos gastos realizados com recursos federais repassados a estados, ao Distrito Federal e a municípios para ações emergenciais de Defesa Civil. A criação do CPDC resultou de iniciativa do Ministério da Integração, em parceria com a CGU e o Banco do Brasil. Os dados relacionados aos gastos feitos mediante o uso do cartão são publicados, de forma detalhada, no Portal da Transparência;
- Ajuste tempestivo de questões relativas ao aperfeiçoamento dos projetos básicos e normativos de licitações, melhoria da estrutura de fiscalização dos convênios e contratos, revogação de licitações e glosa de valores referentes à ação de Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba;
- Estruturação do Sistema de Gestão e Fiscalização das Rodovias Concedidas, que, segundo a ANTT, será utilizado para controle da execução dos contratos de concessão;

- Quanto ao processo de fiscalização das atividades e operações das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC): melhoria no processo de planejamento das ações fiscais, por meio da definição de critérios objetivos na seleção de EFPC e planos de benefícios; formalização do Plano Anual de Fiscalização; instituição do Manual de Fiscalização, com os procedimentos relativos à atividade, entre outros;
- Com relação ao processo de compensação previdenciária, houve a inclusão de dispositivo na Portaria MPAS nº 6.209, que possibilita a cobrança dos valores dos entes federativos que não celebrarem Acordo, mesmo após o chamamento/notificação para assinatura;
- Quanto ao Programa Monumenta permitiu a avaliação dos controles internos do Ministério da Cultura sobre a recuperação e preservação do patrimônio histórico nacional, tendo proporcionado discussões e iniciativas para melhoria da gestão dos imóveis, inclusive quanto à atualização do marco legal que regula obrigações de estados e municípios;
- Relativamente ao Programa Segundo Tempo, que tem por objetivo a inclusão social, mediante a prática de atividades esportivas, ações da CGU, em articulação com o Ministério do Esporte, proporcionaram a consolidação de melhorias de procedimentos e do sistema de monitoramento e acompanhamento das atividades desenvolvidas;
- Publicação do Decreto nº 7.507/2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, com o objetivo de aprimorar o controle sobre aplicação dos recursos federais provenientes de programas tais como SUS, Fundeb e Merenda Escolar;
- Lançamento do Portal Saúde com mais Transparência, em novembro de 2011, produto do grupo de trabalho constituído pelo Ministério da Saúde e pela CGU. Neste portal são disponibilizadas informações sobre a execução dos programas de governo financiados por meios de repasses fundo a fundo, incluindo os valores e identificando os beneficiários finais dos pagamentos efetuados com recursos do FNS; situação das prestações de contas dos municípios recebedores dos recursos da saúde e relatórios anuais de gestão apresentados pelos entes federados;
- Desenvolvimento e implantação, no âmbito do programa Bolsa Família, de nova versão do aplicativo de entrada e manutenção de dados do Cadastro Único da Assistência Social alcançando a maioria dos municípios até o final de 2011;
- Desenvolvimento pelo FNDE de Sistema de Gestão de Prestação de Contas - SIGPC para as ações orçamentárias sob sua responsabilidade, devendo todas as prestações

de contas com vencimento a partir de 1º de janeiro de 2012 obrigatoriamente serem realizadas por meio desse Sistema;

- Na ação Concessão de Bolsa-Formação a profissionais da área de segurança pública dos estados e municípios, a Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp estabeleceu limite de benefícios a serem concedidos em 2011, em conformidade com dotação orçamentária; cobrança de valores pagos a beneficiários que não atenderam a requisitos e condicionalidades do programa; e implementação de procedimentos e rotinas no sistema informatizado visando o aperfeiçoamento do controle do programa.

Por intermédio do Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos, a CGU efetuou importantes verificações, especialmente dos programas governamentais da área social, que são executados pelo governo junto às instâncias municipais. O Programa Sorteio, implantado em 2003, além de acompanhar a execução dos programas de governo, tem como objetivos principais fomentar o controle social dos gastos públicos, inibir e combater a corrupção. Dentre as ações fiscalizadas, destacam-se os Programas Bolsa Família, Merenda Escolar e Saúde da Família, os quais possuem forte impacto no dia-a-dia da população. Em 2011, foram realizados dois eventos de Sorteio e fiscalizados 120 municípios, envolvendo um montante de recursos fiscalizados da ordem de R\$ 1,7 bilhão. O Programa se encontra na 35ª edição, tendo fiscalizado 2.051 municípios brasileiros, englobando em torno de 18,4 bilhões fiscalizados.

No eixo da Avaliação dos Resultados da Gestão, foram realizadas auditorias anuais de contas em 647 órgãos e entidades do Executivo Federal, bem como 1.089 auditorias de acompanhamento com foco nos seguintes temas: análise preventiva de editais; acompanhamento das determinações e recomendações do controle externo e interno; regularidade das transferências voluntárias e das licitações; despesas com cartões corporativos, entre outros.

No exercício de 2011, a CGU aprimorou o processo de planejamento e comunicação dos trabalhos de auditorias anuais de contas, por meio da utilização da Matriz de Planejamento e Boas Práticas, e adicionalmente realizou encontros técnicos com os gestores federais para orientá-los sobre o processo de Contas do exercício de 2010.

Com o objetivo de fortalecer os controles internos e a capacidade de gerir riscos das instituições públicas, a CGU pretende também desenvolver metodologia para promover a adoção de Gestão de Riscos na Administração Pública Federal. Atualmente a iniciativa ainda se encontra em sua fase preliminar, contudo, ainda em 2012 serão realizados os primeiros testes, de modo a permitir os

ajustes necessários para disponibilização às instituições públicas de uma metodologia eficaz de gestão de risco.

Entre os efeitos positivos sobre a gestão pública, resultantes da atividade de acompanhamento e avaliação dos resultados da gestão destacam-se:

- Regulamentação de gratificações de desempenho recebidas por servidores públicos, cuja inexistência, vinha ocasionando a perda de ações judiciais pela União, entre as quais: Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural (GDAC), Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa em Regulação (GDATR), Gratificação de Desempenho de Atividade em Infraestrutura (GDAIE);
- O Banco Central do Brasil deixou de oferecer serviço de troca de numerário para pessoas físicas e jurídicas que não sejam instituições financeiras. A decisão do Bacen reduz o risco de acesso, especialmente de pessoas físicas, às instalações da Autoridade Monetária brasileira;
- A Agência Nacional de Águas editou a nova resolução estabelecendo procedimentos para compras e contratações de obras e serviços pelas entidades delegatárias das funções de agência de água (entidades civis sem fins lucrativos que recebem delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para exercer funções de competência de agência de água), até que seja instituída a agência de água em âmbito estadual;
- A CGU detectou a utilização de R\$ 70 milhões do Fundo Constitucional do Distrito Federal gerido pelo GDF em situações não amparadas ou em desacordo com Lei Federal, determinando o ressarcimento dos recursos pelo GDF ao Fundo. O GDF esclareceu que está tomando as providências para sanar as falhas detectadas.
- A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos publicou nova versão do manual de comunicação (política de patrocínio do sistema de comunicação e marketing promocional), com vistas a proporcionar maior controle e transparência na aprovação da prestação de contas dos contratos de patrocínio, além de aprimorar a racionalidade e eficiência dos gastos realizados pelas entidades patrocinadas;
- No Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural Definição, ocorreu a implantação de novo modelo de operacionalização, que resultou no estabelecimento de pontos de controle que permitem melhor gerenciamento da prestação de serviços de assistência técnica ao agricultor familiar, mediante a definição de novos fluxos administrativos/operacionais e instituição de sistema informatizado específico para gestão do Programa, entre outros;

- No programa voltado à sustentabilidade da atividade pesqueira, verificou-se a edição de normas voltadas ao recadastramento de pescadores, bem assim a melhoria dos processos de seleção para registro e expedição da carteira de pescador. Foram também providenciadas ações de transparência pública mediante a divulgação de dados do registro geral da pesca na internet e de interoperabilidade de sistemas corporativos do Governo Federal para qualificação, seleção de beneficiários e pagamento do seguro defeso;
- Atuação preventiva da CGU permitiu a suspensão de edital de concorrência envolvendo a construção das novas instalações do campus integrado do Instituto Nacional do Câncer (Inca), a partir da identificação de indícios de sobrepreço e de quantitativos superestimados. O instituto informou que está elaborando novo edital observando as recomendações desta Controladoria;
- Análise preventiva em Pregão Eletrônico do Departamento da Polícia Federal, referente à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, constatou restrição à competitividade do certame e a possibilidade de não se obter a proposta mais vantajosa à Administração Pública. Foi elaborado novo edital de licitação incorporando as recomendações da CGU, de modo a evitar o chamado "jogo de planilha" e aumentar a competitividade do certame.

No eixo das Ações Investigativas, trabalhos especiais dotados de processos e instrumentais específicos, destacam-se as auditorias especiais realizadas nos seguintes órgãos:

- Ministério do Transporte - com a finalidade de auditar as licitações, contratos e execução de obras que deram origem a denúncias de irregularidades no Ministério dos Transportes, subsidiou completa reformulação e renovação nos órgãos envolvidos – Dnit e Valec. A análise de 17 processos de licitações e contratos constatou 66 irregularidades, que apontam prejuízo potencial de R\$ 682 milhões;
- Furnas Centrais Elétricas S/A - com o objetivo apurar fatos denunciados na imprensa, como, por exemplo, a ocorrência de atrasos na execução do cronograma de obras do Plano de Ampliações e Reforços e na implantação das usinas de Simplício e Batalha. Diante dos problemas identificados, a CGU recomendou a instauração de procedimento administrativo para apurar atrasos na execução de obras e perdas financeiras e atualização de cálculos de viabilidade das usinas;
- Ministério da Agricultura - sobre os processos de licitação, de dispensa e de execução contratual, permitiu iniciativas de redesenho da estrutura organizacional, com consequente redefinição de

competências e de fluxos administrativas e operacionais;

- Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) - sobre a Política de Garantia de Preços Mínimos, especialmente nos contratos de subvenção econômica, pagamentos de ações judiciais cíveis e trabalhistas, contratos de transporte para remoção de estoques públicos e alienação de bens imóveis e outras matérias correlatas, permitiu realizar amplo diagnóstico sobre a gestão da unidade, subsidiando a implementação de melhorias estruturais por parte do Ministério da Agricultura e da Conab. Os prejuízos aos cofres públicos, em razão de pagamentos indevidos a empresas arrematantes que não respeitam as regras do programa, são estimados em R\$ 228 milhões;
- Programa Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão - apresentou ampla avaliação sobre a gestão de contratos e convênios relativos a eventos turísticos, infraestrutura turística e ações de capacitação de profissionais do setor de turismo, que possibilitou a reavaliação das diretrizes de capacitação, inclusive das preparatórias para a Copa do Mundo 2014 e consolidou iniciativas de melhorias de gestão das ações de eventos turísticos. A CGU analisou 54 convênios e cinco contratos, calculando que R\$ 67 milhões não foram justificados;
- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) - com o objetivo de auditar licitações, contratos, execução e acompanhamento de obras, transferências voluntárias e a atuação da Diretoria Colegiada do Dnocs na gestão da Autarquia, que permitiu a identificação de graves irregularidades, cujos prejuízos somaram R\$ 312 milhões.

Também nesse eixo de atuação, a partir da parceria estabelecida entre as instituições com funções relacionadas à defesa do Estado brasileiro – CGU, Polícia Federal, Ministério Público da União e Tribunal de Contas da União, no período de 2007 a 2011 foram realizados mais de 80 trabalhos conjuntos de operações especiais, dos quais cabe destaque para as 24 de 2011: Anjos do Asfalto (RO), Carta Marcada (PA), Casa 101 (PE), Conífera (CE), Deja Vu II (PR), Donatário (MA), Epa (RN), Gasparzinho (PB), Geleira (PI), Iceberg I (PI), Imperador (AM), Mácula (RR), Mãos Limpas II (PA), Mãos Limpas III (AP), Mascoto (AL), Olho Clínico (PA), Pantilha (PA), Questor (MS), Robalo (CE), Saúde (RS), Tabanga (AL), Tapiri (AC), Termópilas (RO), Usura (MA). Esses trabalhos permitiram a adoção de medidas de responsabilização e de ressarcimento ao Erário Público, tais como declaração de empresas como inidôneas, abertura de processos de Tomada de Contas Especial e

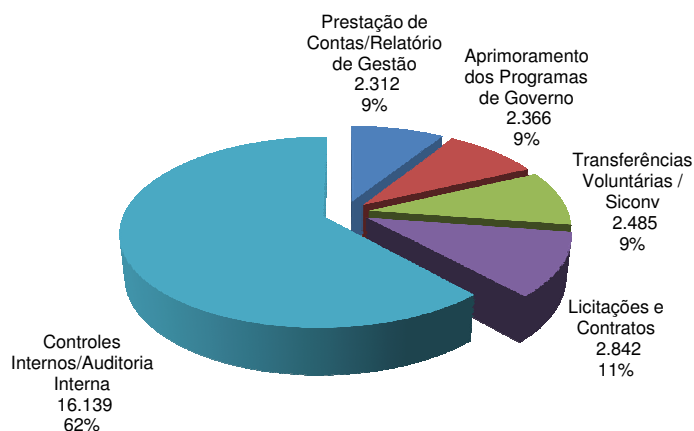
apuração de responsabilidades de servidores públicos federais envolvidos.

Adicionalmente, cabe citar decisões proferidas pelo Poder Judiciário no exercício de 2011, referente a trabalhos investigativos, onde a contribuição da CGU foi determinante para a identificação de práticas ilícitas e fundamentação das ações da Polícia Federal e do Ministério Público:

- Em decorrência da Operação Galiléia, realizada em 2006 com o objetivo de apurar notícia-crime sobre indícios de irregularidade em contratos celebrados pela Companhia Docas do Pará (CDP), cerca de R\$ 1,3 milhão terá de ser devolvido aos cofres públicos, segundo condenação, pela Justiça Federal, em onze de doze ações civis públicas movidas pelo Ministério Público Federal contra os acusados de desvios de recurso da Companhia Docas do Pará;
- Bloqueio de bens de pessoas e empresas envolvidas na Operação Mão Dupla, realizada em 2010 para desarticulação de um esquema voltado à prática de fraude em procedimentos licitatórios, superfaturamento, desvio de verbas e pagamentos indevidos em obras de infraestrutura rodoviária realizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado do Ceará - DNIT/CE;
- Em decorrência da operação Sanguessuga realizada em 2006, nove envolvidos no desvio de verbas na aquisição de ambulâncias foram condenados a ressarcirem os cofres públicos em R\$ 370 mil, pagamento de multa no total de R\$ 739 mil, suspensão dos direitos políticos, bem como proibição, pelo prazo de 10 anos, de alguns réus de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais;
- Poder Judiciário no Estado do Mato Grosso do Sul determinou bloqueio de R\$ 199 milhões envolvidos na operação Urugano, realizada em 2010 com o objetivo de desarticular esquema de direcionamento de licitações por meio de servidores públicos e agentes políticos no município de Dourados/MS.

Como intuito de contribuir para o aprimoramento da gestão, a CGU, em seu quarto eixo de Orientação e Capacitação dos Gestores Federais, capacitou nos três últimos anos mais de 26 mil servidores públicos federais, sendo 11.395 em 2011, que participaram de treinamentos em diversas áreas, com destaque para os temas de Controles Internos e Auditoria Interna, Aprimoramento de Programas de Governo, Suporte a Elaboração do Relatório de Gestão, Licitações e Contratos e Siconv, conforme ilustrado na figura seguinte:

PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS FEDERAIS



Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

Na linha de orientação aos gestores, foram elaboradas cartilhas no modelo Perguntas e Respostas sobre os temas Licitações e Contratos Administrativos, Sistema de Registro de Preços e Diárias e Passagens, que contaram com tiragem total de 15.000 unidades. Tais cartilhas abordam as principais questões práticas encontradas no dia-a-dia dos gestores.

Além dos eixos já mencionados, quais sejam a avaliação da execução programática, a avaliação e acompanhamento da gestão dos órgãos, as ações investigativas e as ações de orientação e capacitação dos gestores federais, cumpre ainda mencionar a atuação da CGU em um significativo conjunto de outras iniciativas.

Em função da Copa 2014 e as Olimpíadas 2016, a Controladoria-Geral da União empreendeu ao longo de 2011 diversas iniciativas voltadas para a promoção da transparência e do controle dos recursos públicos federais.

Com referência à implantação das Arenas Esportivas, em atendimento a requisições do Ministério Público Federal, avaliou a adequação de contratos firmados para a construção ou reforma de estádios nas sedes de Manaus, Salvador, Rio de Janeiro e Cuiabá. Em relação às obras de mobilidade urbana associadas ao evento da Copa 2014, a Controladoria efetuou análise de propostas e projetos de engenharia de quatro empreendimentos (dois em Manaus, um em São Paulo e um em Cuiabá).

No que se refere à atuação do Ministério do Esporte, responsável pela coordenação das ações de transparência dos gastos e de monitoramento da execução dos empreendimentos, a CGU acompanhou as reuniões das Câmaras Temáticas, que definiram os investimentos para a infraestrutura

e serviços. Em relação ao Ministério do Turismo, órgão competente por promover as ações de capacitação da mão de obra, o desenvolvimento da infraestrutura turística, bem como a avaliação e a compatibilização da capacidade hoteleira nacional, a Controladoria analisou contratos e convênios no âmbito do Projeto Bem Receber Copa com vistas a permitir aprimoramento dos instrumentos e, consequentemente, da gestão de recursos públicos.

As operações de financiamento realizadas pelo BNDES também foram analisadas pela CGU, tendo sido possível concluir que, de forma geral, o Banco vem respeitando as normas internas de operacionalização das operações de crédito envolvendo a Copa de 2014. Os Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Centro-Oeste (FCO), Nordeste (FNE) e Norte (FNO) são outra fonte de recursos utilizada para preparação das sedes da Copa do Mundo. Em 2011 a CGU iniciou as fiscalizações de empreendimentos turísticos com o objetivo de avaliar a atuação do banco operador na concessão do crédito e inspeção ao empreendimento para verificar a execução física do objeto.

Com relação à preparação para realização das Olimpíadas de 2016, notadamente as medidas envolvendo o Ministério do Esporte, a CGU vem acompanhando os convênios firmados para preparação das equipes, bem como iniciativas relacionadas à infraestrutura, que são complementares as obras da Copa de 2014. Em 2011 também foram analisados os instrumentos contratuais que tiveram como objeto a contratação de serviços especializados para a preparação da candidatura do Brasil aos Jogos.

Com a finalidade de padronizar regras e melhorar os resultados de ações de governo executadas por meio da descentralização de recursos federais a

estados e municípios, a CGU participou de grupo de trabalho que resultou na edição da Portaria Interministerial nº 507/2011, em substituição à de nº 127/2008, bem como em alterações ao texto do Decreto nº 6.170/2007. Entre as novidades introduzidas destacam-se: o reforço à transparência, com a ampliação do uso do Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal (Siconv) e com a obrigatoriedade de realização de chamamento público para contratação com organizações privadas sem fins lucrativos; a melhoria da fiscalização e do monitoramento das obras, pelo estabelecimento de regime especial de execução para empreendimentos cujo investimento seja igual ou superior a R\$ 750 mil, que prevê a aplicação de controles primários progressivos o que inclui a verificação da qualidade do objeto executado.

Em cumprimento ao Decreto nº 7.592/2011, que determinou a avaliação da regularidade da execução dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos, a CGU, mediante intensa articulação com os Ministérios Setoriais alcançados pelo Decreto, apoiou as atividades dos gestores públicos federais, com a expedição de orientações, realização de fiscalizações de objetos, análise de pareceres expedidos, dentre outros.

No que se refere à articulação interinstitucional e compartilhamento de informações, a CGU promoveu encontros entre as unidades de Auditoria Interna, a exemplo do "V Encontro Anual das Auditorias Internas do Ministério da Integração Nacional", ministrou palestras sobre governança, riscos no setor público, indicadores de programas de governo na 32ª edição do Congresso Brasileiro de Auditoria Interna (Conbrai), e, sobre contratação e gestão de serviços terceirizados e obras públicas no "V Fórum Brasileiro de Controle Interno e Auditoria da Administração Pública", bem como participou do intercâmbio com países da Comunidade de Países

de Língua Portuguesa, quando da realização da IV Conferência dos Organismos Estratégicos de Controle Interno, ocorrida em Praia, capital de Cabo Verde.

Na vertente de relacionamento com a Sociedade, a CGU recebeu 3.252 denúncias, solicitações e requisições de ações de controle, sendo que cerca de 50% desse total teve a análise concluída e 37% encontra-se em fase de análise, refletindo na fiscalização de 350 municípios, envolvendo exames sobre a execução de diversos programas governamentais, tais como - Turismo Social no Brasil, Brasil Escolarizado, Atenção Básica em Saúde e Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário.

No campo de auditoria de Recursos Externos, a CGU é responsável pela realização de auditorias de avaliação de desempenho dos contratos/acordos com organismos internacionais de financiamento e projetos de cooperação técnica internacional firmados com os órgãos e entidades da administração pública federal. Na execução dessas atividades, busca-se a convergência dos procedimentos e a análise dos Projetos Externos na perspectiva de sua contribuição à execução e alcance dos objetivos das Ações e Programas de Governo aos quais estão vinculados.

Nesse sentido, no que se refere às ações de monitoramento do risco das ações realizadas por intermédio de organismos internacionais parceiros, e o efetivo impacto dos projetos sobre a execução das políticas públicas, a CGU conduziu em 2011 o acompanhamento 70 operações de crédito externo e projetos de cooperação técnica internacional, por meio da realização de 142 auditorias, focadas na avaliação de desempenho dos contratos/acordos com organismos internacionais de financiamento e de cooperação.

PROJETOS FEDERAIS DE DOAÇÃO, EMPRÉSTIMOS E COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL

ASSUNTO/ANO	2007	2008	2009	2010	2011
Nº de Projetos Federais Auditados	175	153	131	92	70
Nº de Auditorias Realizadas	440	301	264	185	142

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

Na área de análise de Atos de Pessoal, em 2011, foram analisados e encaminhados 351 mil atos envolvendo recursos no valor aproximado de R\$ 2,5 bilhões. Com vistas ao aprimoramento desses trabalhos, foram atualizadas as 53 trilhas de auditoria com novas verificações da consistência das folhas de pagamento dos órgãos públicos federais. O quadro a seguir demonstra o quantitativo de atos de pessoal analisados no período de 2007 a 2011.

QUANTITATIVO DE ANÁLISES DOS ATOS DE PESSOAL NO PERÍODO 2007 A 2011

ANÁLISE DE ATOS DE PESSOAL	2007	2008	2009	2010	2011
Admissão	49.604	72.515	72.230	68.744	317.161
Aposentadoria	15.902	14.510	18.862	20.193	24.264
Pensão	9.843	9.975	10.442	10.536	10.303
Valores envolvidos (milhões R\$)	354,4	514,2	651,3	647,7	2.597

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

Registra-se que no exercício de 2011 foram analisados, excepcionalmente, 209 mil atos de admissão referentes às contratações de recenseadores do IBGE, para o Censo de 2010, que justifica o aumento significativo do número de atos de admissão analisados no referido exercício.

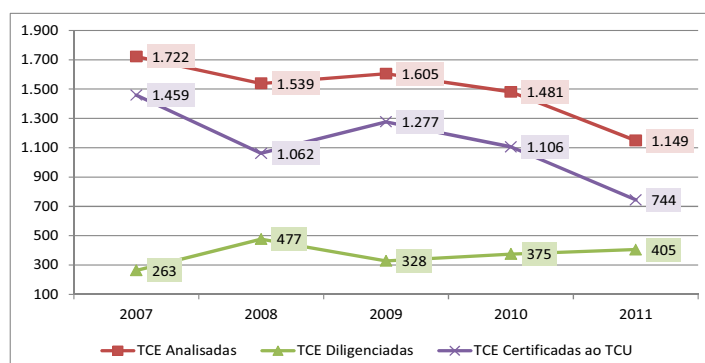
No quadro a seguir está demonstrada a evolução das auditorias nos processos de Tomadas de Contas Especiais (TCE) no período de 2007 a 2011. Em 2011 foram auditados 1.149 processos de TCE, dos quais 744 foram certificados e encaminhados ao TCU para julgamento, o que representa retorno potencial aos cofres do Tesouro da ordem de R\$ 1,7 bilhão.

EVOLUÇÃO DAS AUDITORIAS NOS PROCESSOS DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS

TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS	2007	2008	2009	2010	2011
TCE Analisadas	1.722	1.539	1.605	1.481	1.149
TCE Diligenciadas	263	477	328	375	405
TCE Certificadas ao TCU	1.459	1.062	1.277	1.106	744
Retorno potencial (milhões R\$)	659,6	642,3	702,7	1.685,3	1.783,10

Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

O gráfico a seguir apresenta a evolução do número de processos de TCE analisados, diligenciados e certificados.



Fonte: Secretaria Federal de Controle Interno

A respeito das atividades vinculadas ao combate à impunidade mediante ação correicional, com vistas à responsabilização administrativa de agentes públicos, em 2011, a CGU, exercendo sua competência de órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCOR), prosseguiu em sua missão institucional de zelar pela probidade no Poder Executivo Federal promovendo a função disciplinar.

Assim, intensificou suas ações no: (i) aumento da capacidade de promoção direta de ações disciplinares que visem à apuração e responsabilização de autoridades e servidores por irregularidades de maior gravidade, complexidade e de repercussão alcançada no meio social; (ii)

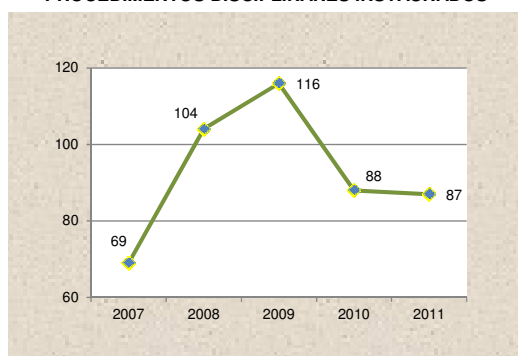
melhoria do acompanhamento das ações disciplinares das unidades correicionais dos diversos órgãos e entidades da administração pública federal; (iii) fortalecimento SisCOR por meio da ampliação da capacitação de servidores para composição de comissões disciplinares, da realização de eventos e fóruns de discussão sobre a função disciplinar da Administração e da melhoria dos instrumentos de gestão das informações disciplinares; (iv) modernização do conjunto normativo disciplinar; e (v) ampliação do campo de atuação da CRG.

De 2007 até 2011, foram instaurados diretamente pela CGU 464 procedimentos disciplinares (87 deles somente neste ano). No exercício de 2011, foram instaurados diretamente pela CGU, (46) processos

administrativos disciplinares *stricto sensu*, (16) sindicâncias patrimoniais, (12) sindicâncias investigativas, (05) sindicâncias punitivas e (08) procedimentos disciplinares de celetistas, além da condução de 1.242 investigações preliminares cujo objetivo é o levantamento da pertinência de denúncias e representações.

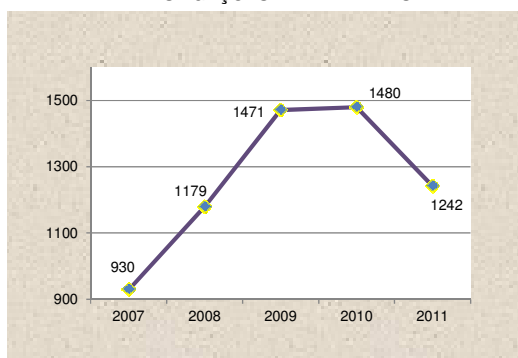
A seguir encontra-se a série histórica referente à promoção de ações disciplinares e investigações preliminares pela CGU:

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES INSTAURADOS



Fonte: Corregedoria-Geral da União

INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES

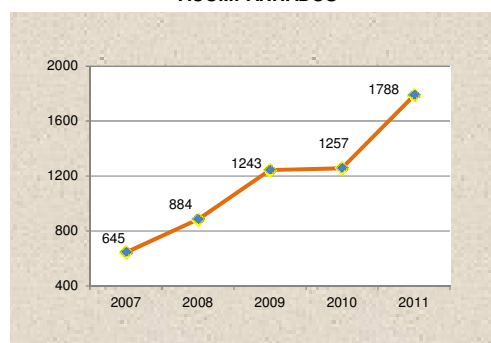


Fonte: Corregedoria-Geral da União

A melhoria do acompanhamento das ações disciplinares possibilitou, em números válidos de 2007 a 2011, o acompanhamento e a verificação da regularidade de 5.817 procedimentos disciplinares (1.788 somente em 2011), dentre os mais de 27 mil instaurados por órgãos e entidades do Poder Executivo Federal neste mesmo período, e a recomendação de instauração de 1.618 processos disciplinares.

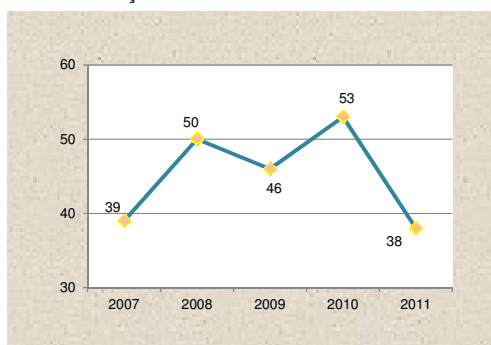
Além disso, no período de 2007 a 2011, foram realizadas 226 inspeções correcionais em unidades componentes do SisCOR:

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES RELEVANTES ACOMPANHADOS



Fonte: Corregedoria-Geral da União

INSPEÇÕES CORRECIONAIS REALIZADAS



Fonte: Corregedoria-Geral da União

Como resultado efetivo do aumento da capacidade de promoção direta de ações disciplinares e da melhoria do acompanhamento das demais ações, em curso no âmbito do Poder Executivo Federal, apresentam-se os dados a seguir.

Eles evidenciam, como resultado da atuação da CGU, o crescente número de punições expulsivas (demissões, destituições de cargos e funções comissionadas, e cassações de aposentadoria ou disponibilidade) aplicadas a servidores, as quais, em relação a componentes do regime estatutário, totalizam 2.348, de 2007 a 2011.

Em 2011 foram aplicadas 564 apenações expulsivas: 469 demissões, 57 destituições e 38 cassações.

PUNIÇÕES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL



Fonte: Corregedoria-Geral da União

No campo das penalidades de caráter não-expulsivo, de 2007 até 2011, foram registradas, no âmbito do Poder Executivo Federal, 2.495 suspensões e 2.378 advertências a servidores públicos estatutários. Em 2011 foram aplicadas 637 suspensões e 472 advertências.

Dentro do regime celetista, com dados válidos a partir de 2007 até o ano de 2011, foram arbitradas 3.412 punições expulsivas, 676 delas somente no ano de 2011.

A ampliação do campo de atuação da CGU na área de Correição se verifica pela implementação de ações para a modernização correcional, a atuação da “Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores” (CPAF), o gerenciamento do “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas” (CEIS) e a Comissão de Coordenação de Correição (CCC).

Novas ferramentas tecnológicas foram implementadas em prol da modernização das atividades correcionais, o que propiciou maior celeridade, controle e segurança às comissões disciplinares. Foram conduzidos e implementados em 2011, três importantes projetos ligados à Gestão Eletrônica de Documentos – GED, Sistema de Teleaudiências e desenvolvimento de portal específico na internet para área de correição.

No fomento à responsabilização de pessoas jurídicas, objetivando punir com mais rigor os entes jurídicos que participam de fraudes de grande repercussão em procedimentos licitatórios, a CPAF, vinculada à CGU, já propôs a declaração de inidoneidade de 15 pessoas jurídicas desde a sua instituição em dezembro de 2007.

Em 2011, buscou-se maior atuação interinstitucional, sobretudo por meio da coleta de indícios e provas junto a outros órgãos já atuantes na apuração de irregularidades em licitações, como o Departamento de Polícia Federal, o Ministério

Público Federal, o Tribunal de Contas da União e a Justiça Federal.

O Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS), que consolida a relação das empresas que sofreram sanções pelos órgãos e entidades da administração pública das diversas esferas federativas, registrou expressivo aumento na quantidade de penalidades divulgadas.

Agregando informações relativas a pessoas físicas, notadamente condenadas na esfera judicial por atos de improbidade administrativa – cujos dados são fornecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – e informações acerca de licitantes inidôneos – fornecidos pelo Tribunal de Contas da União, o número de penalidades divulgadas passou de 1.063 no final de 2008, para 5.708 em dezembro de 2011.

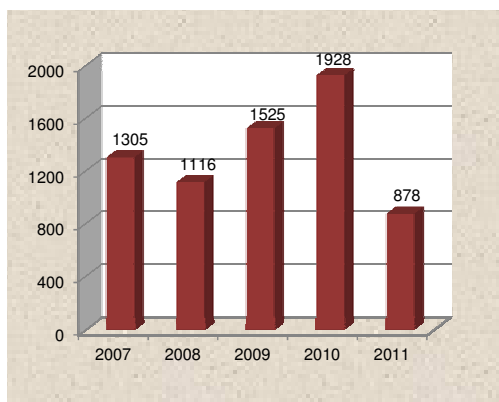
A Comissão de Coordenação de Correição (CCC), instituída com o objetivo de fomentar a integração e uniformizar entendimentos do SisCOR, registrou importantes avanços.

Em 2010, ano em que foi realizada a primeira sessão plenária, até dezembro de 2011, foram aprovados e publicados cinco enunciados sobre matéria disciplinar.

Em atividade que têm por escopo capacitar servidores públicos e formar profissionais especializados para integrar comissões processantes, a Controladoria, por meio de qualificado corpo de instrutores, ministrou curso de Direito Administrativo Disciplinar que, de 2007 a 2011, capacitou servidores em todos os 26 Estados da Federação, totalizando treinamento a 6.752 profissionais, 878 somente no ano de 2011.

A redução do quantitativo de servidores capacitados em 2011, em relação aos exercícios anteriores, é decorrente do contingenciamento orçamentário.

DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR QUANTIDADE DE SERVIDORES CAPACITADOS



Fonte: Corregedoria-Geral da União

Como órgão competente, também, para orientar a atuação das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, a Controladoria-Geral da União atua em prol de um Estado cada vez mais íntegro, ético, eficiente e que garanta a realização de direitos por meio de procedimentos sistematizados e organizados de modo a garantir a ampla participação de cada um e de todos os cidadãos.

Em 2011, a CGU deu especial atenção à adequação de sua estrutura organizacional para o cumprimento das competências a ela cometidas nessa área. Entre as atividades desenvolvidas, destacam-se:

- a realização do primeiro Diagnóstico das Ouvidorias Federais em parceria com a Unesco, de modo a mapear a situação atual do exercício

da função Ouvidoria no âmbito do Poder Executivo Federal em assuntos de estrutura, processos, recursos humano, tecnológico e orçamentário, entre outros;

- o redesenho dos processos de trabalho e a elaboração do Manual de rotinas e procedimentos, a reorganização dos procedimentos e técnicas de análise de manifestações visando o aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho e a qualidade da análise e providências decorrentes das manifestações;
- a disponibilização do software público de Ouvidoria em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro e a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MP de modo a proporcionar um instrumento gratuito para a implementação da Lei de Acesso a Informação pelas ouvidorias de quaisquer órgãos públicos; e
- a constituição da Casoteca de Ouvidorias em parceria com Escola Nacional de Administração Pública – ENAP/MP que tem por objetivo reunir e disponibilizar experiências sobre gestão de ouvidorias, o tratamento de manifestações e o relacionamento interno e externo, a fim de serem utilizadas como instrumentos de capacitação de seus servidores a partir de casos concreto.

Reporta-se, ainda em 2011, a criação de 10 novas unidades de Ouvidoria, chegando a um total de 175 unidades em operação, no Poder Executivo Federal.

QUANTITATIVO DE UNIDADES DE OUVIDORIA

ANO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
QUANTITATIVO	40	85	114	124	133	138	149	151	165	175

Fonte: Ouvidoria-Geral da União

4.1.3. MINISTÉRIO DA FAZENDA

Na estrutura administrativa da República Federativa do Brasil, o Ministério da Fazenda – MF é o órgão responsável pela formulação e execução da política econômica. A política econômica brasileira no decorrer do ano de 2011 buscou consolidar a política bem-sucedida realizada nos anos anteriores como forma de viabilizar o crescimento sustentável da economia, baseado no equilíbrio macroeconômico e na inclusão social. Nesse sentido, é válido ressaltar o conceito de sustentabilidade, que se associa ao crescimento do produto e do emprego, sem, no entanto, comprometer o equilíbrio fiscal e das contas externas, bem como dos preços.

No ano de 2011, a atuação do MF voltou-se, em um primeiro momento, para a contenção da aceleração inflacionária. No segundo momento, a partir de meados do ano, direcionou-se para o combate dos efeitos negativos da crise externa sobre o Brasil. O esforço governamental no controle dos preços e na consolidação da estabilidade monetária não se trata de um fim em si mesmo. Trata-se de elemento fundamental, embora não suficiente, para o crescimento econômico de longo prazo. Aliado a isso também são necessárias medidas que estimulem o investimento, o crescimento do mercado interno e a competitividade externa. As políticas de distribuição de renda complementam esse modelo de desenvolvimento, possibilitando um maior desenvolvimento socioeconômico do País.

Tendo em vista a aceleração dos índices de preços, medida como um afastamento do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do centro da meta inflacionária, no valor de 4,5%, o Governo Federal empreendeu uma política econômica corretiva. Esta era necessária para permitir a continuidade do crescimento econômico no longo prazo. Dentre as medidas adotadas destacamos as seguintes: (i) controle na taxa de crescimento da oferta de crédito; (ii) controle no influxo de capitais estrangeiros de curto prazo;¹ (iii) redução dos gastos públicos mediante contingenciamento orçamentário; (iv) elevação das taxas de juros básicas da economia.

A política foi bem-sucedida e o Governo conseguiu cumprir a meta inflacionária para o ano de 2011. O índice, ao final do período, ficou situado dentro da banda superior da meta, mas com tendência declinante, demonstrando uma trajetória em direção ao centro da meta de inflação.

¹ Esta política visava, primeiramente, conter a excessiva apreciação do real frente às moedas estrangeiras. Além disso, na medida em que o Banco Central do Brasil – BCB atuava no mercado cambial buscando evitar uma queda mais acentuada na moeda brasileira, a compra de divisas se traduzia em ampliação da base monetária, o que poderia gerar pressões adicionais sobre os índices inflacionários.

As perspectivas quanto ao desempenho da economia brasileira, mesmo em ambiente de crescente aversão ao risco, permanecem atraindo capital externo em volume superior à necessidade de financiamento das transações correntes e viabilizando a política de acumulação de reservas, que registram elevação de US\$ 63,4 bilhões em 2011, e no final do ano haviam alcançado o montante recorde de US\$ 352 bilhões.

Apesar do ambiente de instabilidade da conjuntura econômica internacional, segue inalterada a percepção quanto à solidez das contas externas do País. A expansão na importação de bens e serviços e, sobretudo nos últimos meses do ano, o aumento nas remessas líquidas de renda para o exterior, têm sido contrabalançados pelo desempenho das exportações. Nesse sentido, embora as contas correntes tenham apresentado resultado negativo de US\$ 52,6 bilhões, em 2011, o balanço de pagamentos registrou superávit no importe de US\$ 58,6 bilhões, graças aos resultados da conta financeira, com destaque para os ingressos líquidos de investimentos estrangeiros diretos (IED), da ordem de US\$ 66,7 bilhões.

Nesse cenário, o MF enfrentou a volatilidade a que o mercado de câmbio brasileiro foi acometido no período de 2011, principalmente no primeiro semestre, adotando medidas com vistas a estabilizar o mercado de câmbio. Entre essas podem ser citadas o recolhimento diário do compulsório sobre a posição vendida de câmbio; o aumento da exigência de depósito compulsório sobre as posições vendidas de bancos no mercado à vista; e a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para operações de câmbio utilizando cartão de crédito e para empréstimos externos com prazo médio de até 720 dias e, principalmente, a criação do IOF para operações com derivativos,

Outro grave problema de ordem internacional afetou a economia brasileira no ano de 2011. Após as crises bancária e financeira de 2008/2009 o mundo se viu novamente diante de uma crise de proporção global. Trata-se da crise da dívida na Zona do Euro. Os desequilíbrios fiscais vivenciados por uma série de países europeus, agravados pelos resgates de instituições financeiras realizados no citado biênio, criaram expectativas negativas quanto à liquidez desses países, bem como quanto à solvência de suas dívidas. Diante desse cenário, a rolagem dos passivos dos países europeus, em especial dos países com economias menores, tal como a Grécia, tornou-se difícil. Esse cenário negativo associado às políticas de restrição fiscal não demorou impactar negativamente os investimentos e, por conseguinte, as taxas de crescimento econômico, fato esse que não ficou restrito ao continente europeu, sendo transmitido para economia global.

Visando enfrentar os efeitos da crise europeia sobre o Brasil, o Governo Federal, a partir de meados de 2011, passou a empreender uma série de políticas anticíclicas mantenedoras da renda e do emprego. Sem descuidar do equilíbrio fiscal e de preços, iniciou-se um ciclo de afrouxamento da política fiscal, marcada pela realização de desonerações tributárias, e, principalmente, da política monetária. Neste momento, como recomenda a boa prática de política econômica, era necessária a flexibilização (parcial) das medidas macroprudenciais que foram iniciadas ao final do ano de 2010.

A crise internacional se traduziu em uma desaceleração do crescimento econômico, fato esse que caracterizou a maioria das economias no ano de 2011. No entanto, pode-se ter em mente que as medidas de política econômica adotadas no Brasil mitigaram esta desaceleração do produto. É importante ainda salientar dentro deste contexto que as políticas de ajuste e consolidação fiscal implementadas no início de 2011 apoiaram a maior flexibilização da política monetária, sendo isso verificado pela queda da taxa Selic que migrou de 12,5% para 11% a.a. no final de 2011. Não custa lembrar que este movimento na taxa básica de juros da economia permite importantes economias no que tange ao pagamento de serviços da dívida, o que pode gerar um círculo virtuoso em termos de contas públicas e equilíbrio fiscal.

Além das medidas de cunho macroeconômico, o MF também atuou em políticas específicas com impactos sobre determinados segmentos da sociedade e sobre setores. Nesse sentido, cumpre ressaltar as políticas que visaram à geração de uma maior inclusão social. Dentre essas, pode-se destacar o FIES-Empresa; o Pronatec, que corresponde a um amplo programa de qualificação técnico-profissional de trabalhadores, instituído pela Lei nº 12.513/2011; o Plano Viver sem Limites, associado à melhoria na qualidade de vida de pessoas portadoras de deficiência; o Programa Nacional de Educação; e o Plano Nacional do Direito da Pessoa com Deficiência.

Ainda de acordo com a necessidade da realização de investimentos com objetivo de alavancar o crescimento da economia, o Governo Federal, com intensa participação do MF, buscou elevar os investimentos públicos. Para tanto, tiveram continuidade os investimentos personificados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no Programa Minha Casa Minha Vida, além da ampliação do Programa Bolsa Família mediante a sua associação ao Plano Brasil sem Miséria.

Não menos importante, tanto em termos de geração quanto em termos de distribuição de renda, foram os esforços no sentido de valorizar o salário mínimo. Tais esforços pretenderam dar continuidade à política de ganhos reais que o salário mínimo vem

recebendo nos últimos anos. Dentro deste escopo, pode-se citar a Lei nº 12.382/2011, que permitiu que o salário fosse reajustado de R\$ 465,00 para R\$ 622,00, perfazendo um reajuste de aproximadamente 14%. Este valor, quando comparado com o IPCA de 2011, no valor de 6,5%, permitiu um ganho real para os trabalhadores de aproximadamente 7,5%. Espera-se, com isso, que o consumo das famílias seja impulsionado, fato esse que apoiará fortemente na mitigação dos efeitos da crise externa que ainda se fazem presentes na economia mundial. Por fim, é importante salientar que o salário mínimo, desde 2003, apresenta ganhos reais de aproximadamente 60%, o que nos permite reiterar sobre a importância desta política como mecanismo de distribuição de renda.

Também buscando conter os efeitos da crise internacional sobre o País ao mesmo tempo em que se buscava dar maior competitividade aos setores produtivos nacionais, o MF, em conjunto com outros órgãos, participou da elaboração do Plano Brasil Maior. Com amplo escopo, sua construção teve o objetivo de estimular a produção, o investimento, as exportações e as inovações tecnológicas. Dentre os setores produtivos contemplados pelo Plano, encontram-se o automotivo, o de bens de capital e tecnologia, o da construção civil, o moveleiro e outros. Buscaram-se nas políticas os setores mais fortemente afetados pela crise internacional ou, alternativamente, setores com fortes impactos em termos de geração de emprego. Além disso, a preocupação com os setores produtores com maior conteúdo tecnológico justificou-se pela necessidade de viabilizar o crescimento econômico de longo prazo.² Ainda dentro deste diapasão, cumpre destacar também como política de fomento ao setor produtivo a desoneração da folha de pagamentos. Medida fundamental no sentido de formalizar o mercado de trabalho e dar garantias ao trabalhador (fundo de garantia, seguro desemprego etc.) ao mesmo tempo em que atua no sentido de aumentar a competitividade dos setores brasileiros.

Visando fortalecer o ambiente de negócios, ao longo de 2011 foram adotadas uma série de medidas objetivando a redução dos custos de transação, a eliminação de barreiras à realização de novos investimentos, a elevação da segurança jurídica e a racionalização da execução das garantias, bem como o desenvolvimento institucional de mercados, como o de seguros e resseguros, previdência e previdência complementar privada. Cabe destacar a busca pela regulamentação do fundo de previdência dos servidores públicos federais que teve retomada sua tramitação no Congresso Nacional. Trata-se de elemento fundamental à sustentabilidade do sistema previdenciário e, ainda mais importante, trata-se de fundamental mecanismo de geração de poupança de longo prazo, o que, por sua vez, impactará

² Espera-se que o aumento de inovações tecnológicas produza aumento da produtividade e, portanto, aumento do crescimento econômico de longo prazo.

positivamente os níveis de investimentos e, consequentemente, o crescimento econômico.

Novamente objetivando ampliar os investimentos no País, foi realizada a desoneração do Imposto de Renda sobre debêntures emitidas por Sociedades de Propósito Específico (SPE) voltadas para projetos de infraestrutura. Pretendeu-se com a medida criar novas alternativas de financiamento de longo prazo da economia, o que reforça e amplia os canais de obtenção de crédito para o setor produtivo. Ademais, como o mecanismo é direcionado para os setores provedores de infraestrutura, espera-se ampliar a oferta deste insumo essencial (energia elétrica, transportes etc.) ao desenvolvimento das demais atividades econômicas nacionais.

Outras medidas também foram tomadas com o intuito de impulsionar setores produtivos e ao mesmo tempo beneficiar os consumidores por meio do aumento de seu poder de compra. Pode-se destacar a redução da tributação incidente sobre massas, farinha e pão, bem como sobre eletrodomésticos da linha branca (geladeiras, fogões e máquinas de lavar). Na mesma linha, há a continuidade na redução dos tributos incidentes sobre materiais de construção, o que reforça a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida. Espera-se com isso a continuidade da forte expansão do setor de construção civil verificada nos últimos anos.

Também é importante destacar a participação deste MF na edição da Lei nº 12.529/2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC. A estruturação do SBDC irá permitir uma melhor prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, o que, claramente, se traduz na busca de maior concorrência. Os resultados esperados são um maior combate ao abuso do poder econômico e o aumento do bem-estar social, principalmente dos consumidores.

Outra frente extremamente relevante é a manutenção de uma situação equilibrada no que tange ao balanço de pagamentos. Para tanto, é relevante o comportamento das exportações. Com vistas a aumentar as vendas externas, o Governo Federal editou medidas de estímulo que podem ser vistas nas Leis nºs 12.545 e 12.546, ambas de 2011. A primeira tratou da constituição do Fundo de Financiamento das Exportações, enquanto a segunda instituiu o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários – Reintegra. O Reintegra tem como objetivo primordial desonerar as cadeias produtivas de bens manufaturados destinados à exportação.

No setor agrícola, o Ministério da Fazenda – MF promoveu o acompanhamento da produção doméstica e mundial, produzindo análises e avaliações que subsidiaram ações do Governo

Federal no processo de garantias de preços dos produtos agrícolas, em conjunto com outros Ministérios. Houve, também, ao longo de 2011, aprimoramento das políticas de crédito rural, no que tange à composição de dívidas e à renegociação de operações de cafeicultores, orizicultores, suinocultores, e de agricultores familiares. Linhas emergenciais de crédito também foram consideradas para custeio em favor dos agricultores familiares, cujas culturas foram afetadas por problemas climáticos, e para a recuperação de lavouras de café.

Um dos destaques na área foi o lançamento do programa de microcrédito produtivo orientado, Programa Crescer, por meio do qual o microcrédito foi ampliado. Houve redução das taxas de juros de 60 para 8% ao ano e redução das taxas de abertura de crédito de 3% para 1%. Espera-se com a medida estimular o produtor brasileiro, que necessita de maior acesso ao crédito, bem como desenvolver a bancarização da população.

No que tange à agricultura familiar, as ações do Governo Federal têm se concentrado em quatro eixos específicos: (i) redução da pobreza rural por meio da intensificação da articulação entre as políticas existentes; (ii) segurança e soberania alimentar e nutricional, priorizando a continuidade e o aumento constante da oferta de alimentos de qualidade; (iii) adoção de políticas cujo objetivo seja estabelecer sistemas de produção sustentáveis; e (iv) geração de renda e agregação de valor com a preocupação de reforçar a relação entre a agricultura familiar e o mercado, de forma a fortalecer os arranjos produtivos relativos a pequenos e médios empreendimentos rurais.

No âmbito do Plano Safra 2011/2012, o MF realizou ajustes nas disposições do Programa Nacional Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O plano promove o apoio à comercialização, garantia de preços, acesso ao crédito, ampliação da assistência técnica e garantia de mais segurança ao agricultor familiar em caso de perdas por problemas climáticos. Neste ano, foram disponibilizados R\$ 16 bilhões para custeio e investimento rural.

Os setores de abastecimento, armazenagem e comercialização continuam sendo prioridade para o Governo Federal na busca da sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas, organização da base produtiva e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, além da formação e manutenção de estoques para a regularidade do abastecimento interno. Essas medidas visam ao equilíbrio de preços ao consumidor e à segurança alimentar.

Para o Ministério da Fazenda é importante destacar a execução orçamentária em duas funções governamentais: Encargos Especiais e

Administração. A primeira contempla todas as subfunções vinculadas à gestão da dívida pública - uma das áreas finalísticas relevantes no âmbito da Pasta. A segunda abrange as chamadas "atividades-meio" que sustentam materialmente a atuação do Ministério.

As despesas na função Encargos Especiais espelharam a Política de Gestão da Dívida Pública e de Administração Financeira e Contábil da União conduzidas pelo Ministério Fazenda. O gerenciamento da Dívida Pública Federal (DPF), em 2011, foi guiado pelas diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Financiamento - PAF. Em observância dessas diretrizes e, ao mesmo tempo, as condições vigentes no mercado de títulos públicos, o PAF apresentou a estratégia do Tesouro Nacional para a condução da política de financiamento interno e externo, bem como um conjunto de metas para os indicadores da DPF. Os principais resultados são apresentados a seguir.

A dívida prefixada ao final de 2011 representava 37,2% da DPF, valor que está enquadrado dentro dos limites do PAF 2011, entre 36% e 40%. A parcela da dívida remunerada por índices de preços também aumentou sua participação na composição da DPF, saindo de 26,6% em 2010 para 28,3% ao final de 2011, também dentro dos limites do PAF 2011, entre 26% e 29%. Dessa forma, a parcela da dívida referente à soma dos títulos prefixados e remunerados por índices de preços elevou-se para 65,5 % da DPF, contra 63,3% em 2010, sendo o maior resultado da série, iniciada em 1990. Esse resultado está plenamente alinhado com o planejamento de longo prazo da gestão da dívida e tem contribuído para a redução do risco de mercado da DPF. A dívida remunerada por taxas de juros flutuantes ao final de 2011 atingiu 30,1% da DPF, proporção situada dentro dos limites do PAF 2011, entre 28% e 33%, e inferior aos 31,6% observados ao final de 2010. Finalmente, a parcela referente aos títulos com remuneração atrelada à variação da taxa de câmbio também sofreu uma redução, passando

de 5,1% da DPF ao final de 2010 para 4,4% ao final de 2011, próximo do limite inferior de 4% estabelecido no PAF 2011.

O custo médio acumulado em 12 meses da DPF passou de 11,59% em dezembro de 2010 para 12,83% no último mês de 2011, devido, principalmente, a maior variação dos índices de preços no decorrer do ano. O prazo médio é uma das estatísticas da estrutura de vencimentos da DPF monitorada por meio de limites indicativos no PAF. Esse indicador apresentou aumento, passando de 3,51 anos, ao final de 2010, para 3,62 anos, em dezembro de 2011. O resultado ficou dentro dos limites estabelecidos no PAF 2011, que eram de 3,5 a 3,7 anos.

Em 2011, cerca de 78% dos valores liquidados na função Encargos Especiais representam a Gestão da Dívida Pública Federal. Destacando o percentual da Dívida Interna de 75%, sendo 50,90% relativos ao Refinanciamento da Dívida Interna e 24,08% ao Serviço da Dívida Interna. O Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna aumentou R\$ 99 bilhões em relação ao ano anterior e o Serviço da Dívida Interna em R\$ 22 bilhões. O aumento da despesa em referidas funções se deu basicamente pelo volume maior de vencimentos (Mercado e Bacen) ocorridos em 2011, com destaque para vencimentos junto ao Bacen que em 2010 foi no montante de R\$ 119 bilhões, enquanto que em 2011 o volume foi de R\$ 225 bilhões. Com referência à Dívida Externa, os valores executados para o serviço e refinanciamento da dívida externa, representaram apenas 2,98% do total de Encargos Especiais. O refinanciamento diminuiu em 2011 R\$ 2,3 bilhões em relação ao período anterior, ocasionado pelo menor volume de recompras de títulos públicos federais externos, bem como, volume menor em vencimentos em relação a 2010. O Serviço da Dívida Externa aumentou em 2011 R\$ 7 bilhões, basicamente pelo pré-pagamento de contratos junto ao Banco Mundial (BIRD), efetuado pelo Tesouro Nacional em junho e outubro de 2011.

FUNÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS - SUBFUNÇÕES – DÍVIDA PÚBLICA

R\$ 1,00

SUBFUNÇÃO RELACIONADAS À DÍVIDA PÚBLICA	DESPESAS LIQUIDADAS		
	2010	2011	Δ%
Refinanciamento da Dívida Interna	361.818.269.108,06	460.942.733.083,28	27,4%
Refinanciamento da Dívida Externa	9.145.415.058,34	6.871.016.700,52	-24,9%
Serviço da Dívida Interna	195.995.287.018,26	218.105.666.068,72	11,3%
Serviço da Dívida Externa	13.062.767.503,15	20.108.858.451,31	53,9%
TOTAL	580.021.738.687,81	706.028.274.303,83	21,7%

Fonte: Siafi

Por meio da tabela a seguir apresenta-se os valores executados para as demais subfunções integrantes da função Encargos Especiais:

FUNÇÃO: ENCARGOS ESPECIAIS - DESPESAS LIQUIDADAS EM 2011

R\$ 1,00

SUBFUNÇÃO	DESPESAS LIQUIDADAS	PARTICIPAÇÃO%
Refinanciamento da Dívida Interna	460.942.733.083,28	50,90%
Serviço da Dívida Interna	218.105.666.068,72	24,08%
Outras Transferências	125.141.049.941,67	13,82%
Transferências Para a Educação Básica	32.122.267.978,94	3,55%
Outros Encargos Especiais	28.221.424.375,82	3,12%
Serviço da Dívida Externa	20.108.858.451,31	2,22%
Fomento ao Trabalho	13.523.731.617,00	1,49%
Refinanciamento da Dívida Externa	6.871.016.700,52	0,76%
Cooperação Internacional	381.881.235,05	0,04%
Energia Elétrica	98.492.800,33	0,01%
Serviços Financeiros	37.833.104,47	0,00%
Produção Industrial	28.975.933,38	0,00%
TOTAL	905.583.931.290,49	100,00%

Fonte: Siafi

No período de 2007 a 2011, o Ministério da Fazenda executou seus Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em cinco funções, bem como o Orçamento de Investimento em três funções, como se vê do quadro a seguir:

VALORES LIQUIDADOS 2007 /2011
(em R\$ milhões)

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL- OFSS

FUNÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL GERAL
ADMINISTRACAO	8.384,4	9.205,4	10.592,2	11.859,0	11.913,6	51.954,5
DEFESA NACIONAL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
RELACOES EXTERIORES	0,0	3,3	0,7	0,0	0,0	3,9
PREVIDENCIA SOCIAL	4.587,7	4.859,2	5.552,2	6.058,9	6.915,5	27.973,5
ENCARGOS ESPECIAIS	125,1	346,3	76,8	80,4	255,5	884,0
SUBTOTAL	13.097,1	14.414,2	16.221,8	17.998,3	19.084,7	80.816,1

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – OI

FUNÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL GERAL
ADMINISTRACAO	-	1.482,5	1.683,4	1.793,5	1.807,3	6.766,7
INDÚSTRIA	460,1	679,2	1.456,0	2.119,2	2.350,7	7.065,2
COMERCIO E SERVICOS	-	-	-	-	133,0	133,0
SUBTOTAL	460,1	2.161,7	3.139,3	3.912,8	4.291,1	13.964,9

TOTAL GERAL	13.557,2	16.575,9	19.361,1	21.911,1	23.375,8	94.781,0
--------------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------

Fonte: Siafi Gerencial

Como se observa, preponderou, no período, a função Administração, com valores liquidados em 2011 no montante de R\$ 11,9 bilhões, sendo que R\$ 9,4 bilhões foram executados na subfunção Administração Geral e R\$ 1,36 bilhão, na subfunção Tecnologia da Informação. Tais subfunções representaram juntas aproximadamente 90,4% do montante líquido executado naquela função de governo. Registre-se que do total dos gastos computados nessas subfunções, 68,3% correspondem a recursos utilizados no âmbito da Receita Federal do Brasil, conforme quadro indicado a seguir:

VALORES LIQUIDADOS DAS SUBFUNÇÕES ADMINISTRAÇÃO GERAL E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL – OFSS
(em R\$ milhões)

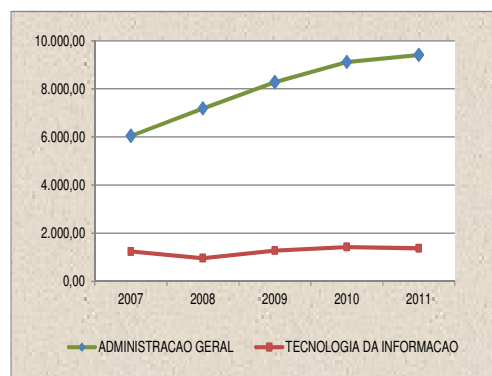
FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	UO	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL GERAL
ADMINISTRAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO GERAL	25101 MF	688,1	672,0	931,5	1.083,7	1.098,7	4.474,0
		25103 RFB	4.102,3	4.963,0	5.620,8	6.154,9	6.337,0	27.178,1
		25104 PGFN	223,3	276,9	308,9	341,2	386,6	1.536,8
		25201 BACEN	897,9	1.129,6	1.256,0	1.336,9	1.362,4	5.982,8
		25203 CVM	69,9	77,6	90,7	107,8	103,8	449,8
		25208 SUSEP	58,1	65,3	70,8	80,1	104,1	378,3
		25913 FUNTREDE	3,5	2,6	3,2	13,4	16,5	39,3
	ADMINISTRAÇÃO GERAL Total		6.043,1	7.187,1	8.281,9	9.117,8	9.409,3	40.039,2
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	25101 MF	124,9	140,9	156,6	161,5	160,5	744,4
		25103 RFB	938,8	677,4	987,0	1.044,8	1.023,1	4.671,1
		25104 PGFN	71,2	55,8	38,5	100,2	79,3	345,0
		25201 BACEN	95,8	77,6	76,1	96,1	83,7	429,4
		25203 CVM	5,6	6,8	9,5	13,9	13,7	49,5
		25208 SUSEP	0,8	1,7	1,5	6,1	6,9	17,0
		25913 FUNTREDE	-	-	3,0	0,0	-	3,0
	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Total		1.237,1	960,2	1.272,2	1.422,6	1.367,3	6.259,4
ADMINISTRAÇÃO Total			7.280,1	8.147,3	9.554,1	10.540,5	10.776,6	46.298,6
RELAÇÕES EXTERIORES	ADMINISTRAÇÃO GERAL	25101 MF		3,3	0,7			4,0
		Total		3,3	0,7			4,0
RELAÇÕES EXTERIORES Total				3,3	0,7			4,0
PREVIDÊNCIA SOCIAL	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	25103 RFB	71,7	10,2				81,9
		Total	71,7	10,2				81,9
PREVIDÊNCIA SOCIAL Total			71,7	10,2				81,9
TOTAL GERAL			7.351,9	8.160,8	9.554,8	10.540,5	10.776,6	46.384,5

Fonte: SIAFI GERENCIAL

O gráfico a seguir destaca o comportamento das duas principais subfunções da função Administração, Administração Geral e Tecnologia da Informação, sendo que o crescimento desta última, que passou de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 3,2 bilhões (*), no quinquênio 2007/2011, portanto com crescimento nominal de 156,6% no período, está relacionado pela ampliação, nos últimos quatro anos, da capacidade de atendimento e modernização do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro.

As demais subfunções (Planejamento e Orçamento, Administração Financeira, Normatização e Fiscalização, Formação de Recursos Humanos, Administração de Receitas e Comunicação Social) representaram em seu conjunto cerca de 10% dos dispêndios orçamentários do Ministério da Fazenda no ano de 2011.

(*) Incluído o valor de R\$ 1,8 bilhão, relativo ao Orçamento de Investimento executado pelo Serpro



Relativamente ao Orçamento de Investimento - OI, a despesa realizada no período de 2007 a 2011 atingiu a cifra de R\$ 13,9 bilhões, representados pela Casa da Moeda do Brasil (R\$ 7,0 bilhões) e Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados (R\$ 6,9 bilhões).

PROGRAMAS ESTRUTURANTES**Gestão da Política de Administração Financeira e Contábil da União**

A política fiscal do Governo Federal no exercício de 2011 foi conduzida em ambiente de crescimento econômico guiado pelo mercado doméstico, principalmente no primeiro semestre, e, além disso, como já destacado acima, marcada pelo aumento das incertezas em relação à economia global, com destaque para países da Zona do Euro.

Diante da necessidade de manter o crescimento econômico sustentável, que poderia ser prejudicado pela aceleração inflacionária, o Governo Federal, prudencialmente, adotou medidas econômicas contracionistas. Foi realizado um corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento Geral da União, além de ter sido elevada a taxa de juros básica da economia e adotadas medidas de caráter macroprudenciais. Estas medidas consideradas no Programa de Consolidação Fiscal tinham como objetivo evitar gargalos e direcionar a economia para uma trajetória de crescimento sustentável.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2011) estabeleceu meta de superávit primário para o setor público consolidado de R\$117,890 bilhões (cento e dezessete bilhões e oitocentos e noventa milhões de reais). Em setembro de 2011, esse mesmo parâmetro foi majorado em R\$ 10 bilhões (dez bilhões), sendo a meta para o Governo Central estabelecida em R\$ 91,760 bilhões (noventa e um bilhões e setecentos e sessenta milhões de reais), totalizando R\$127,890 bilhões para o setor público não-financeiro. O resultado primário do Governo Central (Tesouro Nacional, INSS e Banco Central) acumulado até dezembro de 2011 na ótica acima da linha atingiu R\$93,5 bilhões, o equivalente a 2,26% do PIB.

Dados do Banco Central informam que a dívida líquida do setor público, até outubro, foi de R\$ 1.508 trilhão, equivalendo a 36,6% do Produto Interno Bruto (PIB), com trajetória declinante. Em dezembro de 2010, este indicador somava R\$ 1,476 trilhão, o equivalente a 40,2% do PIB. Logo, percebe-se uma adequada gestão da política fiscal, que pode ser comprovada exatamente pela redução da relação entre a dívida e o PIB.

Ao longo do ano de 2011, o MF, no apoio à formulação da política fiscal, participou da articulação de ações fundamentais para o Governo Federal. Podem ser citadas a negociação da distribuição de *royalties* do petróleo e a reforma tributária (ICMS e fundo de desenvolvimento regional). Da mesma forma, o MF se fez representar nas discussões que envolvem o tema de investimentos em infraestrutura, com o objetivo de elevar a competitividade e as taxas de crescimento de longo prazo da economia. São fortes as

expectativas de incremento dos investimentos nos setores de infraestrutura brasileiros, o que resulta na preparação da economia para o crescimento de longo prazo.

Ainda no que tange à agenda de reformas, deve-se lembrar a da previdência. Nessa foram tratadas questões relevantes acerca das regras do pagamento de pensões e do fator previdenciário, além do fundo de previdência complementar dos servidores públicos.

Relevante destacar-se, ainda, a participação do MF nos esforços para a continuidade do mecanismo de desvinculação das receitas da União até 2015, conhecido como DRU, com o objetivo de se manter o ajuste e a responsabilidade fiscal, condição fundamental à continuidade do crescimento econômico sustentável. O mecanismo, importante instrumento para a condução das políticas públicas, permite ao Governo Federal a utilização sem vinculação de 20% da arrecadação.

Outro tema de fundamental importância que contou com a participação do MF, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, foi a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, por meio da qual foram definidos os percentuais mínimos a serem aplicados anualmente em ações e serviços públicos de saúde, bem como os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com setor.

Administração Financeira e Contábil da União

No ano de 2011, o Ministério da Fazenda - MF, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, passou a divulgar informações de Governo Geral e de Governo Central conforme metodologia harmonizada do Manual de Estatísticas Fiscais do Mercosul (2010). Objetivou-se, com isso, obter maior transparência e comparabilidade de indicadores fiscais entre os países integrantes do Bloco. Adicionalmente, o Brasil reportou pela primeira vez dados de estatísticas de finanças públicas pelo critério de apuração acima da linha com a abrangência para o setor público como um todo (Governo Federal, Estados e Municípios) no padrão do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2001 para o *Government Finance Statistics Yearbook* publicado pelo Fundo Monetário Internacional. Permitiu-se, dessa forma, o aumento da oferta de dados alinhados com os padrões internacionais, além de possibilitar maior detalhamento referente às informações de finanças públicas.

No que tange à Gestão dos Haveres da União, foram cobradas e recebidas prestações mensais e semestrais relativas aos contratos de refinanciamento e de reestruturação de dívidas de Estados, Distrito Federal e Municípios, de entidades

de suas administrações indiretas e de empresas privatizadas. No total, foi recebido, até novembro/2011, o valor de R\$ 36,9 bilhões para uma previsão inicial de R\$ 37,9 bilhões orçados para todo o exercício.

Contabilidade Pública

No ano de 2011, deu-se continuidade ao processo de resgate e fortalecimento da contabilidade pública. O processo de assunção de passivos reais e contingentes, como decorrência do papel interventor assumido pelos governos nacionais em resposta à crise financeira mundial, impôs uma maior transparência e *accountability* por parte do setor público. Assim, ganha força a necessidade de adoção de padrões internacionais de contabilidade por parte do setor público.

Destaque-se, ademais os trabalhos de aplicação dos procedimentos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público que visa à convergência da contabilidade pública com as normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público. Também foram feitas adaptações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) com o intuito de dar maior transparência às finanças públicas e às operações governamentais. Na mesma linha da maior transparência dos dados contábeis, o MF iniciou a disponibilização das informações do Sistema de Informações de Custos para a Administração Pública Federal (SIC), em que a STN é o órgão central e os Ministérios os órgãos setoriais do Sistema. Por fim, também é relevante mencionar a continuidade na implantação do novo Siafi. Esse novo sistema apresentará avanços na execução orçamentária, financeira e patrimonial da União.

Gestão da Política de Administração Tributária e Aduaneira

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) é responsável por 65% da arrecadação nacional, possui aproximadamente 28,2 mil servidores e é constituída por 573 unidades administrativas, com atuação em todo o território nacional.

A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela RFB atingiu a cifra de R\$938,3 bilhões, no período de janeiro a dezembro de 2011. O desempenho da arrecadação, comparado com o mesmo período de 2010, apresentou uma variação real acumulada, atualizada pelo IPCA, de 10,09%. O resultado da arrecadação foi decorrente, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores: (i) crescimento de 8,10% no volume geral de vendas no acumulado de dezembro de 2010 a outubro de 2011 em relação ao período de dezembro de 2009 a outubro de 2010; (ii) consolidação ou antecipação de parcelas, em especial no período de junho a agosto, de débitos parcelados em conformidade com a Lei nº 11.941,

de 2009;³. (iii) crescimento de 26,23% no valor em dólar das importações; (iv) recolhimento extraordinário de R\$ 5,8 bilhões, na Contribuição sobre o Lucro Líquido (CLLS), em razão de encerramento de questionamento na esfera judicial; (v) aumento nominal de 15,60% na massa salarial de dezembro de 2010 a outubro de 2011 em relação a dezembro de 2009 a outubro de 2010.⁴

Dentre as medidas de desoneração tributária estabelecidas no ano de 2011, destacam-se: (i) desoneração da folha para setores específicos; (ii) redução da alíquota específica da Cide sobre gasolina e diesel; (iii) prorrogação da desoneração de IPI sobre bens de capital, caminhões, veículos comerciais leves e materiais de construção; (iv) desoneração para refrigeradores, fogões de cozinha e máquinas de lavar; (v) correção da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, conforme Lei nº 12.469, de 2011; e (f) aumento dos limites do Simples Nacional. Deve-se ainda considerar que a ampliação dos limites do Simples Nacional, decorrente da edição da Lei Complementar nº 139, de 10 de novembro de 2011, representa um estímulo adicional a microempresas e empresas de pequeno porte brasileiras.

Quanto à fiscalização dos tributos internos, em 2011, a RFB concluiu 406.168 ações fiscais, consideradas as fiscalizações de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, além da revisão de declarações decorrentes das malhas fiscais. O total do crédito tributário constituído nessas ações fiscais alcançou a cifra de R\$105,9 bilhões, com um incremento de 18% em relação ao resultado do ano anterior. As ações de fiscalização foram intensificadas em segmentos importantes, como: indústria, prestação de serviços, comércio e proprietários e dirigentes de empresas e profissionais liberais.

Na área de revisão de declarações, destacam-se: o aperfeiçoamento dos sistemas eletrônicos de cruzamento de dados, com a ampliação das verificações automatizadas das informações declaradas, a inclusão de novas informações do contribuinte, a melhoria dos aplicativos de suporte ao trabalho fiscal e, ainda, a utilização das informações prestadas na Declaração de Serviços Médicos e de Saúde (DMED) para cruzamento automático com as informações de dedução de despesas médicas pleiteadas nas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Foi concluída também a instalação, em parceria da SRFB com a Casa da Moeda do Brasil, do Sistema de Controle da Produção de Bebidas (Sicobe) em

³ Valor recolhido de junho a novembro de 2011 foi de R\$15.949 milhões; enquanto o valor recolhido de junho a novembro de 2010 foi de R\$3.799 milhões.

⁴ De acordo com informações da Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE).

mais 54 fábricas de bebidas, totalizando 227 estabelecimentos controlados, o que tornou possível o controle da produção de cerca de 13 bilhões de unidades de cerveja e de 15 bilhões de unidades de refrigerante. Por sua vez, o Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (Scorpions), outra parceria entre a SRFB e a Casa da Moeda do Brasil, instalado em 100% dos estabelecimentos autorizados a fabricar cigarros, permitiu o controle da produção de cerca de 4,9 bilhões de unidades de carteiras de cigarros.

O sistema e-Safira – Sistema Integrado de Emissão de Auto de Infração entrou efetivamente em produção em todas as Regiões Fiscais do Brasil, no ano de 2011, com o objetivo de padronizar e facilitar a lavratura de autos de infração. Destaque-se, também, que houve a consolidação de um novo paradigma para seleção dos sujeitos passivos sujeitos à ação fiscalizadora, embasado em três pilares: (i) identificação dos sujeitos passivos que serão fiscalizados no ano subsequente; (ii) especialização dos Auditores-Fiscais que atuam na programação; e (iii) troca de experiências e de metodologias de seleção. Como parte de ações para subsidiar o planejamento e atuação da fiscalização, foram abordados temas relevantes, tais como: indícios de planejamento tributário abusivo em grandes operações de reorganização societária, operações envolvendo emissão de debêntures, bem como formas de remuneração indireta.

O controle permanente sobre os grandes contribuintes alcançou 12.153 pessoas jurídicas de alta capacidade contributiva e 5.140 pessoas físicas de alta renda, os quais respondem por aproximadamente 70% da arrecadação dos tributos federais, tendo sido analisados processos, débitos vinculados e declarações de compensação no montante de R\$282 bilhões. Além disso, com o intuito de identificar indícios de evasão tributária, foram investigadas distorções de arrecadação no valor de R\$ 36 bilhões. Em 2011, o esforço relacionado a essas ações resultou na recuperação de créditos tributários da ordem de R\$ 11 bilhões.

Por sua vez, no que concerne ao combate ao crime organizado, em especial relativamente aos crimes contra a ordem tributária, de contrabando e descaminho e de lavagem de dinheiro, foram empreendidas 28 operações que resultaram no cumprimento de 837 mandados de busca e apreensão e 222 mandados de prisão. Estima-se que apenas em 2011, como resultado de operações e investigações deste ano e de anteriores, a SRFB tenha recuperado aproximadamente R\$3,6 bilhões a partir de provas e informações obtidas.

A atuação da SRFB, em 2011, na repressão ao contrabando, descaminho, pirataria, além de tráfico de drogas, deu origem, entre outras, a 8 grandes operações que resultaram na apreensão de mercadorias, tais como cigarros, produtos

eletrônicos, equipamentos de informática, CDs e DVDs contrafeitos, roupas e tecidos, dentre outros. Importante destacar a apreensão de mais de 500kg de cocaína no Porto de Suape/PE a partir de investigações da SRFB.

As ações de fiscalização e controle sobre as operações aduaneiras foram realizadas sem prejuízo da agilidade no fluxo de cargas nas fronteiras, portos e aeroportos. Os tempos médios de despacho se mantiveram dentro dos parâmetros estabelecidos e foram de 12 horas e 28 minutos (0,52 dias) na exportação e 2 dias, 5 horas e 16 minutos (2,22 dias) na importação, representando um aumento de eficiência de, respectivamente, 16 e 15%, quando comparados aos tempos médios de despacho de 2009.

No âmbito dos Projetos Estratégicos da SRFB, destacaram-se: o Controle de Remessa Expressa - em fase de implantação; e, em andamento, os Projetos de Modernização das Plataformas do Siscomex Exportação e Importação, o Sistema de Controle do Regime de Tributação Unificada e Melhoria da Seleção Fiscal Aduaneira através do Sistema de Seleção Aduaneira por Aprendizado de Máquina. Destaca-se, também, a conclusão do Sistema de Controle do Regime de Tributação Unificada e do Centro Nacional de Gestão de Risco, com prazos de conclusão previsto para o primeiro trimestre de 2012.

O atendimento ao público externo contou com as seguintes diretrizes, alinhadas aos objetivos estratégicos da SRFB: conclusividade; simplificação de normas e procedimentos; ampliação dos serviços disponibilizados por meio de canais alternativos; ampliação do atendimento agendado; integração dos canais de atendimento; integração do atendimento com a educação fiscal; integração do atendimento da SRFB com a PGFN e presunção de boa-fé no trato com o contribuinte (Decreto nº. 6.932, de 11 de agosto de 2009).

Em 2011, foram atendidos 20,1 milhões de contribuintes nas Unidades de Atendimento da SRFB, com Tempo Médio de Espera (TME) de 13 minutos, contra a meta de 15 minutos. O sítio da SRFB na Internet recebeu 795,6 milhões de acessos, os quais geraram 2,48 bilhões de *page views* (páginas vistas). Foram recebidas por meio do Receitanet aproximadamente 70,4 milhões de Declarações. O Centro Virtual de Atendimento (Portal e-CAC), que pode ser acessado por certificado digital ou por código de acesso, registrou 62,9 milhões de serviços acessados. O serviço de Correio Eletrônico da SRFB - "Fale Conosco" - respondeu aproximadamente 145 mil consultas. O Receitafone (146) recebeu aproximadamente 9,7 milhões de ligações entre consultas automáticas e atendimentos personalizados. E a rede conveniada (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal,

Correios e Conveniadas Web) realizou 10,2 milhões de atendimentos CPF em 2011.

Gestão do Sistema de Arrecadação da Dívida Ativa da União

O Ministério da Fazenda, por intermédio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, registra dados de arrecadação da Dívida Ativa da União em torno de R\$ 13,6 bilhões de reais, contra R\$ 5,4 bilhões registrados no ano de 2010.

No compromisso de reduzir o grau de litigiosidade, firmou-se o posicionamento acerca da repercussão no âmbito da dívida ativa das hipóteses gerais de dispensa de impugnação judicial, sendo certo que a dispensa de impugnação em razão de tese julgada sob a sistemática dos artigos 543-B e 543-C do Código Processo Civil deverá repercutir sobre as atividades de inscrição, administração e cobrança da dívida ativa da União.

Registraram-se, no período, vários progressos com foco na efetiva recuperação do crédito público. Nesse sentido, firmou-se o entendimento no sentido da impossibilidade de inscrição em Dívida Ativa da União de devedor sem CPF ou CNPJ. Da mesma forma, harmonizaram-se os conceitos em relação ao sigilo fiscal sobre os dados constantes do termo de inscrição em Dívida Ativa, indicando a possibilidade quando tal providência servir de instrumento necessário e for inerente à prática de ato tendente à recuperação do crédito público.

Foi também modificado o paradigma da concessão de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos, com o abandono de concepção burocrática e adoção de uma governança mais focada nos resultados da ação pública e no respeito ao cidadão.

Registramos ainda significativos avanços no atendimento integrado, melhorando o atendimento ao cidadão, não só com a implantação, em todos os municípios sede de Unidades, de pólos de atendimento conjunto com a SRFB, mas também com a implantação do atendimento integrado nos municípios atendidos pela SRFB em que não há unidade da PGFN.

O sistema de penhora de precatórios, já disponibilizado ao longo de 2010, agora viabiliza a consulta em nível nacional dos precatórios consolidados no Conselho da Justiça Federal - CJF e a serem pagos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça - STJ e na Justiça do Trabalho. Vale salientar que a parceria com o CJF resultou na inserção de um dispositivo legal na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012 que ensejou a vinda dos novos dados à PGFN.

Em relação ao Projeto Garantia, que é um projeto estratégico para evitar o esvaziamento patrimonial

dos devedores, registrou-se a edição dos seguintes instrumentos regulamentares: Decreto nº 7.573, de 2011, que altera os limites para fins de arrolamento de bens e direitos do sujeito passivo da obrigação tributária; Instrução Normativa SRFB nº 1.171, de 2011, que disciplina o instituto do arrolamento fiscal no âmbito da SRFB e o procedimento de representação fiscal para fins de propositura de Medida Cautelar Fiscal; e a Norma de Execução Conjunta SRFB/PGFN nº 03, de 2011, que estabelece procedimentos para o arrolamento de bens e direitos e propositura de medidas cautelares. Foi concluída, também, a fase de consolidação da Lei 11.941 no âmbito dos sistemas da dívida tributária e previdenciária.

Na atuação da PGFN perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, os dados apontam para a confirmação *in totum* de 160 autos de infração que equivalem a evitar uma perda para a União da ordem de 13 bilhões de reais. Isto, somado aos 78 autos de infração, cuja confirmação foi parcial, permitiu impedir perdas que montam a 18,7 bilhões de reais.

Na atividade de representação extrajudicial da União, a PGFN negociou, analisou e contratou em operações financeiras externas, projetos e programas ao longo de 2011, o valor em torno de 1,7 bilhões de dólares, além de 19,2 milhões de lenes e 121.2 milhões de Euros.

Além das ações relacionadas com a gestão Dívida Ativa da União, a PGFN atuou ainda em negociações de operações de crédito relevantes para diversos entes da federação, cujos temas perpassam os recursos hídricos, energéticos, transportes urbanos, a proteção ambiental, o aperfeiçoamento das instituições do Estado, dentre outros.

No exercício do assessoramento jurídico, a PGFN emitiu, em 2011, manifestações acerca de temas relevantes para a sociedade e o Estado, dentre os quais se destacam: a previdência complementar do servidor público; o regime diferenciado de contratação para obras e serviços referentes à Copa do Mundo e as Olimpíadas; a implementação das margens de preferência para produtos e serviços nacionais nas contratações públicas; as modificações na legislação de convênios federais; a repetição de indébito tributário e compensação tributária de créditos reconhecidos em decisão judicial, o reconhecimento de vínculo de solidariedade por obrigações tributárias entre empresas integrantes de grupo societário; a impossibilidade de compensação entre as contribuições adicionais do FGTS e outros tributos; bem como as decorrências da cessação da eficácia da sentença transitada em julgado.

Gestão do Acompanhamento dos Mercados sujeitos à Regulação Econômica

A Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE juntamente com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a Secretaria de Direito Econômico - SDE, do Ministério da Justiça, integram o chamado Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). O objetivo principal deste sistema é a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, garantindo melhores condições de concorrência na economia brasileira.

Em 2011, uma importante mudança institucional teve início no âmbito do SBDC e com significativa repercussão sobre a SEAE. Foi aprovada a Lei nº 12.529, de 30 de novembro. A nova Lei reestrutura o SBDC, de modo a unificar o CADE e a SDE - hoje órgãos independentes - em uma só estrutura, além de tornar prévia a notificação dos atos de concentração. Já a SEAE deixará de atuar nas vertentes de controle de concentração e de repressão a condutas lesivas à concorrência para se concentrar na promoção e advocacia da concorrência junto aos órgãos de Estado e à sociedade, bem como na defesa comercial brasileira. Ainda com a função de controle de estruturas de mercado, a SEAE, no ano de 2011, se manifestou sobre 719 processos.

No que concerne à advocacia da concorrência e sua interface com comércio internacional, a SEAE atuou nos Fóruns de alteração tarifária do Mercado Comum do Sul - Mercosul, com destaque para o Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução GMC nº 08/08 - GTAR-08, que trata de casos de redução da Tarifa Externa Comum - TEC no Mercosul, por problemas de desabastecimento. Neste fórum a SEAE exerce a função de secretaria executiva. Outra participação relevante foi no Grupo Técnico Interministerial de Revisão da Lista de Exceção à TEC - GTI-LETEC.

O MF, por intermédio da SEAE, em 2011, também participou da discussão e da formulação dos aparatos regulatórios de diversos setores. Exemplos são suas atuações na regulamentação da nova legislação sobre o setor de petróleo, em face das descobertas relativas ao pré-sal, e no aprimoramento do arcabouço regulatório dos biocombustíveis, de forma a contemplar as particularidades dos combustíveis renováveis. Também dentro de suas atribuições, a SEAE participou ativamente da reestruturação institucional do setor de aviação civil, o que resultou na criação da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e em mudanças legais que deram mais clareza às competências dos órgãos para propor a política, o planejamento e a coordenação do setor, além de ter atuado na formatação das concessões dos aeroportos de Brasília, de Campinas e de Guarulhos - cujo leilão de licitação deverá ocorrer em fevereiro de 2012 -, opinando sobre temas como

projeção de demanda, obrigações de investimentos e de qualidade dos serviços, estrutura tarifária, modicidade tarifária, concorrência, alocação de riscos, modelagem de leilão e tributação, além de ter participado no processo de concessão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante situado na região metropolitana de Natal/RN.

Junto à ANTT, atuou na melhoria regulatória dos setores ferroviário e de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros. No que tange ao ferroviário, a SEAE fez contribuição na regulação sobre os direitos dos usuários, sobre o estabelecimento de metas de produção por trecho da malha concedida e sobre o direito de passagem e tráfego mútuo entre as concessionárias. Em relação ao transporte rodoviário de passageiros, as contribuições foram direcionadas aos Planos de Outorga setorial. Com as contribuições feitas pretendeu-se dotar o modal de transporte de maior concorrência e eficiência, além de melhor qualidade de serviços e menores tarifas.

No setor de saneamento básico, a SEAE contribuiu para o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), coordenado pelo Ministério das Cidades. Também tem participado das discussões no âmbito do Governo Federal envolvendo o consumo sustentável, como parte da política nacional de resíduos sólidos.

Outro setor que merece destaque a atuação da SEAE é o de mineração, onde a Secretaria participou das discussões sobre o novo marco regulatório setorial. Da mesma forma, participou das discussões que objetivavam a expansão das concessões florestais brasileiras, além de participar das diversas discussões referentes aos setores de telecomunicações; radiodifusão, inclusive no que tange ao desenvolvimento da TV Digital; mídia e incentivo à cultura; postal; saúde; prêmios e sorteios etc.

Participação em Negociações, Reuniões Técnicas e Fóruns Internacionais

A atuação cada vez mais significativa do Brasil nos fóruns internacionais teve reflexo nas demandas atendidas pelo Ministério da Fazenda - MF, por intermédio da Secretaria de Assuntos Internacionais - SAIN, durante o ano de 2011, com participação em negociações, reuniões técnicas, fóruns, encontros e seminários, destacando-se os que se seguem.

O MF estreitou, em 2011, contatos de alto nível com outros ministérios da fazenda (Estados Unidos, Reino Unido, União Europeia, Alemanha, China, Coreia do Sul e Índia), no intuito de fortalecer a cooperação sobre políticas macroeconômicas e financeiras; colaborar em assuntos afetos às instituições financeiras internacionais; e aprofundar mecanismos específicos de cooperação.

Em 2011, sob a coordenação do MF e do Banco Central do Brasil - BCB, teve início o Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP), realizado conjuntamente pelo Fundo Monetário Internacional - FMI e pelo Banco Mundial - BIRD, em linha com o compromisso assumido no Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) de que todos os membros realizariam exercícios quinquenais, com início até 2012; o FSAP brasileiro deverá ser concluído no primeiro semestre de 2012, com a avaliação de seus setores de supervisão bancária, regulação de seguros, regulação de mercado de capitais, sistema de pagamentos, contabilidade e insolvência e direitos dos credores.

A Diretoria Executiva do FMI aprovou em 12 de abril de 2010 (entrou em vigor em 11 de março de 2011) a decisão do NAB (Novos Acordos de Empréstimo do FMI) expandido e flexível, que teve por intuito ampliar a capacidade emergencial de empréstimos do Fundo. Como resultado dos esforços de coordenação e negociação do MF, os BRICS terão poder de veto sobre as decisões do NAB, assim como ocorre com os Estados Unidos, o Japão e o conjunto dos países da União Européia.

O MF, por intermédio da SAIN, atuou no âmbito do Mercosul em vários temas que visam o aprofundamento do processo de integração, a exemplo de: (i) negociação da Eliminação da Dupla Cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e Distribuição da Renda Aduaneira; e Monitoramento do Comércio Exterior do Mercosul; (ii) elaboração da proposta brasileira para um acordo de investimentos no Bloco; e (iii) aprofundamento da liberalização de serviços no Mercado Comum.

No âmbito do G-20, o MF contribuiu para a formulação do Plano de Ação de Cannes, que formulou compromissos sobre políticas fiscais, monetárias, financeiras, de investimentos e estruturais. O Brasil co-presidiu junto com a Alemanha o Subgrupo de Trabalho, de cujas conclusões destacam-se as medidas de gestão do gerenciamento de fluxos de capitais, como instrumento de política econômica.

Debateu-se também o aprimoramento da supervisão do FMI, com a concretização de acordos financeiros regionais sobre princípios de cooperação. No campo da regulação financeira, firmou-se acordo estabelecendo marco abrangente com a finalidade de reduzir os riscos impostos pelas instituições financeiras importantes, sistemicamente.

Houve avanços na definição de princípios para a melhor regulação e supervisão de derivativos, inclusive os relacionados com o mercado de commodities e em iniciativas para melhorar a transparência nos mercados físicos e financeiros de commodities.

Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito

O Banco Central do Brasil - BCB, para atender à sua missão de assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda, tem como uma de suas principais ações a Gestão das Políticas Monetária, Cambial e de Crédito. Foi definido como indicador para este Programa a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, utilizado na fixação da meta para a inflação no País. A meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional - CMN para o exercício de 2011 foi de 4,5%, com um intervalo de tolerância de mais ou menos dois pontos percentuais. Dada a meta estabelecida, tem-se que ela foi alcançada, dado que o índice apurado em 2011 foi de 6,5%. Pode-se, portanto, concluir que a política monetária foi conduzida de forma a propiciar a convergência das taxas de inflação à trajetória definida pela meta.

A economia brasileira registrou desaceleração em 2011, após vigorosa expansão no ano anterior. Nesse sentido, em relação a 2010, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) demonstrou moderação no decorrer do ano. Mais uma vez, a demanda interna destacou-se como principal indutora do crescimento, com o consumo das famílias sendo sustentado por condições favoráveis no mercado de trabalho, que registrou taxas de desemprego em níveis historicamente baixos e expansão da massa salarial.

O mercado de crédito continuou impulsionando a atividade produtiva ao assegurar o acesso ao consumo e à habitação a parcelas crescentes da população. De forma geral, o ritmo de expansão das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional - SFH, em 2011, apresentou moderado arrefecimento relativamente ao ano anterior. Esse comportamento refletiu os impactos das medidas macroprudenciais implantadas em dezembro de 2010 e a postura mais restritiva da política monetária ao longo do primeiro semestre, que afetaram os financiamentos de veículos e o crédito pessoal.

O aumento registrado na inflação em 2011, em relação ao ano anterior, refletiu, em parte: (i) a concentração atípica de reajustes de preços administrados, ocorrida no primeiro trimestre do ano; (ii) a inércia ainda resultante de choques de oferta domésticos e externos observados no último trimestre de 2010; e (iii) o crescimento da demanda agregada, superior à expansão da oferta. Nesse contexto, a inflação acumulada em 12 meses, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrou trajetória crescente até outubro.

A partir de janeiro, o Comitê de Política Monetária - Copom, reagindo aos fatores de pressões de preços, iniciou ciclo de aperto monetário, elevando a taxa básica de juros até julho. Esse ciclo contribuiu

para a moderação do ritmo da atividade econômica, cenário consistente com a sustentabilidade do ciclo de crescimento no médio e longo prazos.

A partir da reunião de agosto, o Copom iniciou ciclo de afrouxamento monetário, com cortes sucessivos de meio ponto percentual na taxa básica de juros até o fim de 2011. A substancial deterioração do cenário internacional e a avaliação de que havia uma probabilidade significativa de ocorrência de uma severa desaceleração global, com efeitos deflacionistas sobre a economia brasileira, justificou-se como principal motivação para a reversão na política monetária.

Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional

Em 2011, o BCB, conduzindo uma de suas missões que é a de manter um sistema financeiro sólido e eficiente deu continuidade à execução do Programa de Desenvolvimento do Sistema Financeiro Nacional, que também contribui para a estabilidade econômica e para o desenvolvimento sustentado da economia. O indicador desse Programa foi definido como o nível de enquadramento às exigências de capitalização por parte das instituições do Sistema Financeiro Nacional. Ele mede o grau de solidez das instituições financeiras. Esse indicador varia entre 0 e 100%, sendo que maiores valores representam maior solidez das instituições financeiras. Sua apuração é mensal com base nas demonstrações financeiras recebidas pelo BCB. Em setembro de 2011 o índice apurado foi de 99,72%.

A despeito do grau alarmante a que chegou no âmbito internacional, a crise financeira não apresentou reflexos significativos sobre a estrutura do Sistema Financeiro Nacional - SFN, diversamente do que se observou em outros países. Assim, em que pese o cenário econômico global, permanece o interesse de grupos econômicos estrangeiros em atuar no sistema bancário brasileiro, em parte decorrente dos sólidos fundamentos da economia nacional.

Em relação ao novo ambiente regulatório prudencial, o Brasil tem participado de forma propositiva das negociações internacionais e apoiado as iniciativas de aperfeiçoamento regulamentar e de correção das lacunas regulatórias que foram, em parte, responsáveis pelo surgimento da crise. Como o Brasil já vinha adotando, de maneira geral, regras prudenciais mais rígidas em relação às recomendações dos organismos internacionais e em comparação com outros países, e conta com uma estrutura de supervisão sólida dos pontos de vista legal e operacional, espera-se que a adaptação aos novos padrões não exija grande esforço por parte do SFN.

As ações de supervisão do SFN tiveram como diretrizes: (i) a supervisão sob a ótica dos riscos

incorridos, com ênfase nos riscos de solvência e crédito; (ii) o cumprimento de normas; (iii) a adoção das ações necessárias à implantação do Novo Acordo de Capital - Basileia II; (iv) o acompanhamento das ações empreendidas no contexto da convergência às normas internacionais de contabilidade e de auditoria; e (v) o aprimoramento do processo de supervisão dos bancos e conglomerados bancários.

O BCB, dando continuidade ao aprimoramento das ações de prevenção à lavagem de dinheiro e de combate ao financiamento do terrorismo (PLD/CFT) no SFN, assinou acordo de cooperação técnica com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, órgão do Ministério da Fazenda - MF, cujo objeto é o intercâmbio de dados entre os órgãos. No âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCCLA), o BCB atuou coordenando diversas ações visando ao aperfeiçoamento operacional e regulatório do sistema de prevenção e combate à lavagem de dinheiro.

Na linha de promoção de transparência e redução de assimetria de informações, foram aprimoradas as regras de transparência no relacionamento entre as administradoras de consórcio e os consorciados, com vistas a aumentar a comparabilidade de preços e demais condições de negócio das operações de consórcio e, dessa forma, permitir que o consumidor tenha mais informações para escolher a administradora que melhor atenda a seus interesses.

Já o modelo de correspondentes no País tem proporcionado, em localidades remotas e nos grandes centros urbanos, a prestação de serviços bancários adequada às expectativas de diversos segmentos sociais. Neste ano, as pessoas jurídicas contratadas pelas instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio para realizar transferências unilaterais e operações de compra e venda de moeda estrangeira foram reconhecidas como correspondentes, igualando-se àqueles que já prestavam outros tipos de serviços financeiros à população.

Sobre o crédito consignado em folha de pagamento, cabe destacar norma editada pelo BCB proibindo cláusula de exclusividade em contratos firmados entre instituições financeiras e organizações públicas e empresas para a gestão de folhas de pagamento, viabilizando o acesso de clientes a operações de crédito ofertadas por outras instituições. Isso vai ao encontro do objetivo de aumentar a eficiência do SFN, propiciando maior transparência, estimulando a concorrência e contribuindo para a disseminação do crédito e a redução do seu custo.

Por fim, ressalta-se que em 2011 o CMN estabeleceu regras para a cobrança de tarifas

referentes a operações de câmbio manual para compra ou venda de moeda estrangeira relacionadas a viagens internacionais, padronizando ainda a nomenclatura das tarifas, as siglas a serem utilizadas nos extratos e os fatos geradores da cobrança, além de terem sido promovidos aperfeiçoamentos no mercado de câmbio e de capitais internacionais, com simplificações operacionais no registro de contratos de câmbio junto ao BCB, proporcionando diminuição de custos para os exportadores, turistas e demais clientes.

Gestão do Desenvolvimento dos Mercados de Seguros, Resseguros e Previdência Complementar Aberta

A arrecadação dos mercados de seguros, resseguros, previdência complementar aberta e capitalização representa cerca de 3,3% do Produto Interno Bruto, participação que pode ser considerada baixa em relação à média mundial, de 8%. No entanto, há um expressivo potencial de crescimento, especialmente se considerado o desenvolvimento consistente e sustentável que o Brasil tem apresentado nos últimos anos, com a redução da taxa de pobreza e a migração de muitas pessoas da classe "D" para a "C".

Cabe destacar, a propósito, o esforço empreendido pelo MF em conjunto com a Superintendência de Seguros Privados - Susep para disponibilizar à sociedade produtos de microsseguros, considerando-se sua importância para a inclusão social e financeira de famílias de baixa renda, que enfrentam maiores riscos e encontram mais dificuldades na superação de crises. Nesse sentido, em 6 de dezembro, foi aprovada a Resolução CNSP nº 244/2011, que estabelece as definições dos microsseguros e sua forma de comercialização.

A exploração da camada pré-sal e a realização de grandes investimentos e obras no País, decorrentes do PAC, da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, trazem fortes oportunidades para o setor de resseguros, dada a necessidade e a importância de assegurar a proteção dos grandes investimentos envolvidos. Com o objetivo de buscar a estabilidade desse mercado, o Conselho Nacional de Seguros e de Previdência Complementar editou Resolução CNSP nº 241, de 06/12/11, que dispõe sobre transferências de riscos em operações de resseguro e de retrocessão e sobre os critérios para comprovação da insuficiência de oferta de capacidade do mercado ressegurador.

A Susep também reforçou seus sistemas de supervisão do mercado mediante a instituição de sistema de *rating*, que permite acompanhar a evolução de indicadores de solvência de sociedades e entidades supervisionadas, e também pela maior abrangência dos requerimentos de capital baseado em risco.

Gestão do Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários

Autarquia vinculada ao MF, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM apresentou, em janeiro de 2011, o seu segundo Plano Bial de Supervisão, para o biênio 2011-2012, dando continuidade às suas atividades de supervisão baseada no risco, conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.427/06. Com base nesse modelo de supervisão, a CVM destinou maior atenção a mercados, produtos e entidades supervisionadas que demonstram maior probabilidade de apresentar falhas em sua atuação e que representam potencialmente um dano maior para investidores ou para a integridade do mercado de valores mobiliários.

Além das ações de supervisão preventiva, direcionadas às empresas, fundos de investimento, mercado e intermediários, o Plano Bial 2011-2012 apresentou algumas novidades com relação ao plano anterior, dentre as quais a inclusão dos auditores independentes e dos intermediários não submetidos a um autorregulador e a alteração de determinados eventos de risco. O certo é que a CVM manteve seu foco no combate aos principais riscos relacionados ao desempenho de suas atribuições legais e, portanto, ao bom funcionamento dos mercados que supervisiona.

Outra importante prática da CVM em 2011 foi a continuidade das ações conjuntas com o Ministério Público Federal - MPF e com o Departamento de Polícia Federal - DPF, intensificadas a partir da celebração de convênios de cooperação em 2008 e 2010, principalmente com relação aos casos de *insider trading* e possíveis manipulações do mercado de capitais, que têm potencial de provocar prejuízos não apenas para os participantes envolvidos, mas também para a coletividade de investidores e para a sociedade em geral.

A CVM participou ativamente do *Financial Stability Board* (FSB), órgão criado pelo G-20 para identificar vulnerabilidades, desenvolver e implementar políticas de regulação e supervisão no interesse da estabilidade financeira. O Brasil é um dos poucos países a dispor de três assentos no FSB, sendo um exclusivo da CVM. Participou, também, dos trabalhos desenvolvidos pela Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO), tendo sido escolhida para presidir o Comitê Executivo da Organização, o que representa o reconhecimento da importância que o mercado de capitais brasileiro vem adquirindo nos últimos anos e reflete o compromisso e a atuação intensa da autarquia em vários fóruns da Organização.

A CVM auxiliou o Ministério das Relações Exteriores - MRE nas negociações bilaterais com o Chile e o México sobre o tema de serviços financeiros; durante as rodadas de negociação entre o Mercosul e a União Europeia, que visam à celebração de um

acordo comercial entre os blocos; e nas negociações do Mercosul com o Canadá e a Colômbia, bem como nas rodadas de negociação do Mercosul sobre *clusters* de serviços.

Especificamente com relação ao Mercosul, como coordenadora pelo Brasil do Subgrupo de Trabalho 4, a CVM acompanhou as discussões que visam à criação do Passaporte Mercosul, cujo objetivo é facilitar o acesso das companhias abertas sediadas no bloco aos mercados financeiros dos demais países – também do bloco. Como etapa deste projeto, foi ratificado o acordo para utilização do padrão contábil *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Por fim, ainda no âmbito internacional, cabe ressaltar que a CVM: (i) conduziu negociações com a *Securities and Exchange Commission* - SEC e com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

(CMVM), órgãos reguladores dos Estados Unidos da América e de Portugal, respectivamente, para a assinatura de memorandos bilaterais de entendimento que estendem a cobertura assegurada pelo *Multilateral Memorandum of Understanding* (MMoU) da IOSCO; (ii) conduziu negociações de um convênio com o *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB), regulador estadunidense de auditores independentes, que, quando celebrado, possibilitará assistência, cooperação e troca de informações; e (iii) esteve representada em reuniões do *Council of Securities Regulators of the Americas* (COSRA), do *International Forum of Independent Audit Regulators* (IFIAR); do Grupo de Ação Financeira (GAFI); do Grupo de Ação Financeira da América do Sul (GAFISUD); da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); e do Instituto Iberoamericano de Mercados de Valores (IIMV).

4.1.4. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão atua na coordenação e gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal, de pessoal civil, de administração de recursos da informação e informática e de serviços gerais. Atua também: na organização e modernização do Estado; na formulação do planejamento estratégico nacional; na avaliação dos efeitos socioeconômicos das políticas e programas do Governo Federal e elaboração de estudos especiais para a reformulação de políticas; na produção, análise, e disseminação de informações de natureza estatística-demográfica e sócio-econômica, e geocientífica-geográfica, cartográfica e geodésica; na viabilização de novas fontes de recursos para os planos de Governo por meio de parcerias público-privadas; na formulação de diretrizes, coordenação das negociações, acompanhamento e avaliação dos financiamentos externos de projetos públicos; de critérios de governança corporativa das empresas estatais federais; e na administração patrimonial.

O principal resultado alcançado no processo de planejamento orçamentário foi a elaboração do novo Plano Plurianual (PPA) para o período de 2012-2015 (Plano Mais Brasil) de forma participativa, transparente e influenciado pelas principais agendas executadas no período recente pelo Governo Federal, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Programa Bolsa Família, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Programa Minha Casa, Minha Vida e o Plano Brasil Maior, dentre outros.

Com efeito, foram realizadas 110 oficinas com a presença de aproximadamente 4.000 servidores da Administração Pública direta e indireta e trezentos representantes da sociedade civil, com os diálogos federativos, com o Fórum Interconselhos e também com atores dos três Poderes, dos governos estaduais e municipais, da sociedade e dos agentes financeiros oficiais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste do Brasil).

Com objetivo de facilitar o entendimento e a democratização das informações sobre o custeio das políticas públicas e estimular o exercício da cidadania, foram colocados à disposição da sociedade 14 mil exemplares de um guia de consulta rápida abordando todos os Programas Temáticos do Plano Plurianual – PPA 2012-2015, denominado “PPA de Bolso”. No mesmo sentido, foram distribuídos 30 mil exemplares da Cartilha “Sofinha e sua Turma”, com formato de história em quadrinhos, destinada a ajudar a sociedade a entender como funciona o orçamento público.

Para o aprimoramento do processo orçamentário, foi desenvolvido o Resumo Gerencial do Orçamento (RGO), documento voltado a prover e organizar informações para auxiliar no processo de alocação de recursos orçamentários, e disponibilizado na internet acesso ao acervo de documentos orçamentários.

Para estimular a reflexão e o aperfeiçoamento de temas orçamentários nas esferas Federal, Estadual e Municipal, foram formados 1.676 membros da sociedade nos cursos da Escola Virtual da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), sendo 564 no curso de Orçamento Público, 814 em Orçamento Básico e 298 no curso da Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de terem sido promovidas sete Semanas de Administração Orçamentária e Financeira e de Contratações Públicas, para capacitar setecentos membros da sociedade com uma carga horária de 2.800 horas/aula.

O Programa de Eficiência do Gasto Público (PEG) foi implementado em 53 organizações governamentais, visando à melhoria da qualidade do gasto público, por intermédio da eliminação do desperdício e da melhoria contínua da gestão dos processos. Além disso, foi desenvolvido o Sistema do Programa de Eficiência do Gasto Público (Sispeg), que conferirá maior agilidade para a execução descentralizada do programa.

O aumento do investimento público, especialmente em infraestrutura, foi umas das prioridades do Governo. Para alcançar tal objetivo, foram adotadas novas formas de financiamento, com destaque para a celebração de Parcerias Público-Privadas (PPP). Nesse sentido, o Governo tem trabalhado na estruturação de projetos, tais como o Projeto Plataforma Logística do São Francisco/Juazeiro-BA, o Projeto Rodoviário Transcerrados do Estado do Piauí, o acordo de cooperação técnica, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, para viabilização de projeto para gestão dos Parques Nacionais de Jericoacoara e de Ubajara, no Ceará, e de Sete Cidades e da Serra das Confusões, no Piauí.

No que se refere à captação de recursos externos para financiamento de projetos do setor público, a Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) recomendou a preparação de 70 novas operações de financiamento externo em 2011, no total de US\$ 17,6 bilhões. Com isso, o governo deu continuidade ao fortalecimento da capacidade de investimento dos estados e municípios, ampliando a participação dos entes subnacionais no total de recursos externos direcionados ao setor público. Das 27 operações contratadas, no valor total de US\$ 2,9 bilhões, os estados ficaram com 49,9% dos

recursos, distribuídos em dez operações, a União ficou com 43,8% em onze operações, e os municípios, com 6,2% dos recursos em seis operações.

Cabe lembrar que o governo brasileiro participou ativamente de negociações para aumentar o capital e criar novos instrumentos de crédito nos organismos financeiros internacionais. Ao mesmo tempo, buscou incentivá-los a adotar uma agenda de cooperação Sul-Sul, gerando oportunidades de maior inserção do Brasil nos continentes latino-americano e africano. Nesse contexto, o Brasil participou da nona recomposição do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), da terceira recapitalização da Corporação Andina de Fomento (CAF), e assinou acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para a concessão de cooperação técnica aos países membros nas áreas de agricultura e agronegócio, desenvolvimento do setor privado, energia limpa e meio ambiente, governança pública, saúde e desenvolvimento social.

No tocante à atuação do Estado, enquanto acionista controlador das empresas estatais, coordenou-se a elaboração da proposta do Orçamento de Investimento para 2012, para que se compatibilizasse com as metas de resultado primário da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012. Foram acompanhadas, periodicamente, as metas de resultado primário das estatais, bem como do movimento das operações de crédito realizadas pelas agências financeiras oficiais federais de fomento, além de terem sido analisados: 201 pleitos relativos ao quantitativo de pessoal, a acordo coletivo de trabalho e à revisão de Planos de Empregos e Salários das Empresas Estatais; 29 propostas de Programas de Participação dos Trabalhadores nos Lucros ou Resultados; cinco propostas referentes a Planos de Desligamento Incentivados e onze projetos de leis relacionados com a política salarial e de benefícios das empresas estatais federais.

Quanto à gestão e ao monitoramento da execução das ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), teve início a segunda fase do Programa, que incorpora e consolida as ações da primeira fase e executa novos projetos de infraestrutura fundamentais para o País, como os novos equipamentos de infraestrutura social: Unidades de Pronto Atendimento (UPA), Unidades Básicas de Saúde (UBS), Creches e Pré-escolas, Quadras Esportivas nas Escolas e Praças dos Esportes e da Cultura no Eixo Comunidade Cidadã. Após participar dos processos seletivos dos entes federados para implantação desses equipamentos, o órgão central de planejamento trabalhou, ao longo do ano, nas salas de situação em que foram discutidas as etapas preparatórias de implementação e a evolução das obras.

Em 2011 foram realizados dois balanços públicos do PAC 2 e, em cada um deles, foi elaborado e publicado um Relatório Nacional com a situação dos empreendimentos que compõem a carteira do Programa.

Vale consignar que, comparativamente ao ciclo anterior, houve um significativo incremento no valor dos investimentos, bem como a ampliação das atividades previstas para o Programa, de que são exemplos as ações integrantes dos eixos Cidade Melhor e Comunidade Cidadã. No primeiro ciclo, a previsão de investimentos foi de R\$ 657 bilhões, entre 2007 e 2010, e agora esse patamar se elevou para R\$ 955 bilhões, entre 2011 e 2014, com crescimento nominal de cerca de 45%.

Dentre as obras concluídas, destacam-se: a Usina Hidrelétrica de Dardanelos (MT); a duplicação da BR 262, entre Betim e Nova Serrana (MG); a finalização da 1ª fase de aprofundamento do Porto do Rio de Janeiro (RJ); o início da operação da Plataforma P-56 (RJ); a conclusão do trecho IV do Eixo das Águas (CE); quatro módulos operacionais de passageiros nos aeroportos de Guarulhos e Viracopos (SP), Vitória (ES) e Goiânia (GO); 248 quilômetros de linha de transmissão de Chapadão (MS) a Ilha Solteira (SP); o Emissário Submarino de Salvador; e a urbanização do Jardim São Francisco (SP).

Com intuito de democratizar as relações de trabalho no âmbito do Governo Federal e desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a capacidade do governo na gestão das políticas públicas, manteve-se diálogo permanente com as entidades sindicais de caráter nacional representativas dos servidores públicos federais, por meio de mesas de negociação permanente. Foram firmados oito termos de acordo, com o objetivo de realizar reestruturações pontuais, abrangendo 670 mil servidores federais, com gasto financeiro de R\$ 1,6 bilhão. Como resultado da negociação entre o governo e as entidades sindicais, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2.203/2011, que dispõe sobre a reestruturação de cargos, planos de cargos e carreiras e suas estruturas remuneratórias no âmbito da Administração Pública Federal.

Desse modo, pactuou-se na Mesa de Negociação uma proposta para regulamentação da negociação coletiva no serviço público, que trata também do exercício do direito de greve e aprimora as regras para o exercício do mandato sindical, perfazendo o tripé de instrumentos para o tratamento dos conflitos nas relações de trabalho: negociação coletiva, direito de greve e liberdade sindical.

Para o fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, foram organizadas 25 mil capacitações em cursos à distância e 12 mil em cursos presenciais, contemplando o

desenvolvimento gerencial dos ocupantes de cargos de direção e a capacitação técnica para os sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, principalmente nas áreas de planejamento, orçamento, logística e gestão de pessoas.

No contexto da profissionalização dos servidores públicos, foram realizados cursos de formação inicial para 95 Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) e concluída a formação de 102 Analistas de Planejamento e Orçamento (APO). Também foram capacitados 1.040 servidores nos programas de aperfeiçoamento para carreiras das áreas de gestão, planejamento e orçamento, finanças, controle e comércio exterior, além de 600 servidores de agências reguladoras.

A fim de reforçar a capacidade da Administração Pública para implementação das políticas e recompor a força de trabalho, foram autorizados concursos para 6.716 cargos e o provimento de 13.417 cargos efetivos. Dentre as vagas preenchidas, destacam-se as destinadas ao projeto Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), possibilitando a abertura de novas universidades federais, unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) e do Instituto Federal de Ensino Superior (IFES). Nesse quantitativo, também estão incluídos cargos para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Ministério da Saúde e Polícia Rodoviária Federal. O perfil majoritário foi de 98% de cargos de nível superior. Cumprindo o acordo com o Ministério Público do Trabalho, foi autorizado também o provimento de 1.125 cargos para substituir postos de trabalho terceirizados em desacordo com o Decreto nº 2.271/97.

Com o objetivo de promover a gestão pública eficiente e efetiva, com vistas a tornar a Administração Pública ética e transparente, houve um crescimento de mais de 30% no quantitativo de Cartas de Serviços publicadas por órgãos e instituições da Administração Pública Federal, com a divulgação de novas cartas da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Secretaria de Orçamento Federal e Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração), Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Imprensa Nacional e Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA). Em âmbito estadual, quatro entidades publicaram suas cartas em 2011, Conselho Regional e Agronomia (CREA) do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Defensoria Pública do Maranhão, somando-se a outras sete organizações que já haviam divulgado.

Ainda no contexto da gestão pública, destaca-se igualmente a edição de lei que autoriza o Governo Federal a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), destinada a administrar os hospitais universitários. Referida lei instituiu modelo jurídico-institucional mais adequado à ação estatal direta na assistência à saúde à população. Além disso, dispõe sobre o apoio às atividades de ensino superior e à extensão realizada pelas Universidades na área da saúde. O modelo de empresa pública previsto possibilitará a modernização da gestão pública dos recursos financeiros, humanos e tecnológicos dos hospitais federais universitários.

Como um *locus* de exposição de ideias e debates que busca aproximar e integrar profissionais de diversas áreas do conhecimento e experiência, especialmente das áreas do direito e da gestão pública, foram realizados 12 Ciclos de Debates Direto e Gestão Pública, instituídos pela Portaria SEGES nº 148, de 05 de agosto de 2009, nos quais participaram 690 pessoas, representando mais de quarenta órgãos e entidades dos Poderes Executivo e Legislativo Federal e publicados 59 artigos.

No que diz respeito à cooperação técnica internacional, o projeto Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil apoiou um total de treze ações, que envolveram cinco órgãos e entidades do Governo Federal, aportando um total de R\$ 450.000,00. Além disso, o projeto dedicou-se às atividades de melhoria dos processos internos de gestão, realizando a avaliação da 1ª Fase do Projeto (novembro/2008 a maio/2011). Ainda foram estabelecidas linhas estratégicas e elaborado o planejamento para ações de comunicação e relacionamento com os parceiros governamentais brasileiros.

Com relação ao Programa Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex), foram promovidos: (i) cursos de Auditoria Operacional na área de meio-ambiente; (ii) o lançamento nacional das Normas de Auditoria Governamental aplicáveis ao Controle Externo (NAGs); (iii) encontros regionais, nacionais e intergovernamentais que discutiram, dentre outros: Processo Eletrônico e Contas de Governo; Desafios da Transparência e do Acesso à Informação; Planejamento Estratégico dos Tribunais de Contas (TCs); Sistematização de Informações Contábeis e Fiscais; (iv) 25 ações de interação/articulação desenvolvidas, que acrescem às 525 já realizadas desde a implementação do Promoex; (v) treze ações de integração dos TCs no ciclo de gestão governamental, por meio de auditorias para avaliação de subcomponente de redesenho dos métodos, técnicas e procedimentos de Controle Externo, que acrescem às 26 ações já realizadas; (vi) dois planejamentos de Tecnologia da Informação (TI) implantados, que acrescem às quinze ações já implementadas; (vii) três políticas de

recursos humanos definidas, que crescem às onze ações já implementadas.

Para promover a gestão dos recursos de informação e informática, democratizando o acesso às informações e tecnologias, pode-se destacar a expansão do número de órgãos conectados à Rede de Comunicação do Governo Federal (Infovia) em mais 15 pontos e sua adequação em localidades de Brasília. Os serviços de voz sobre IP e vídeo conferência também foram expandidos, passando a contar com 42 centrais telefônicas conectadas e mais de cem pontos de videoconferência nos órgãos públicos.

A Infovia Brasília possibilitou, também, agregar órgãos participantes de solução de voz para realizar a contratação conjunta dos serviços de telefonia fixa. Nesse serviço, ocorreu a reedição de uma contratação para 29 órgãos da Administração Pública Federal, gerando uma economia anual de R\$ 24 milhões, em função dos valores conseguidos para as tarifas das ligações para fixo e para celular, todas partindo dos telefones fixos corporativos dos órgãos do Governo Federal.

O portal Governo Eletrônico continuou sendo o ambiente oficial de informações sobre o Programa Governo Eletrônico (www.governoeletronico.gov.br), contendo, também, assuntos relacionados ao Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP). No âmbito do referido portal merece destaque o Sistema de Consultas Públicas, cuja utilização permitiu a construção de documentos e normativos com a ampla participação popular. Cabe ressaltar que, além do Ministério, outras instituições também se utilizaram deste sistema, tais como a Telebrás, o Serpro, a Fiocruz e prefeituras, comprovando a excelência da ferramenta.

No que concerne ao portal do Software Público Brasileiro, permitiu-se o acesso gratuito a 55 soluções desenvolvidas por órgãos públicos, instituições de ensino, cidadãos e empresas, além do cadastro de 130 mil usuários, possibilitando a colaboração ativa e interativa em fóruns de discussão e grupos de interesse.

As principais iniciativas para a promoção da segurança da informação na Administração Pública foram: a divulgação das normas de Segurança da Informação e Comunicações (SIC), em conformidade com a IN nº 01 do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR); a emissão de 6.023 certificados digitais para acesso seguro aos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal; a apresentação à comunidade, em fórum específico, de modelo de política de SIC para o SISP; a realização de estudos para a implementação de projeto de gerenciamento de identidades e para a constituição do Centro de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança

do SISP; a criação do Centro de Tratamento e Resposta a Ataques na Rede MP (CeTRA); a elaboração de proposta de revisão da política de SIC do MP; a implementação de ferramenta de segurança para o acesso à Internet no MP e a homologação da Política de Segurança de Antivírus em parceria com o órgão central de orçamento.

Para o aprimoramento da Governança de Tecnologia da Informação dos órgãos integrantes do SISP destacam-se: a capacitação de servidores no Programa de Desenvolvimento Gerencial de Tecnologia da Informação (DGTI); a realização de nove encontros técnicos e dois seminários para planejamento do SISP; e a realização de 2.007 atendimentos de suporte, em assuntos relacionados à governança de TI, pela Central de Serviços e Suporte do SISP (C3S). Como resultado, houve o crescimento do número de órgãos que implantaram seus comitês de Tecnologia da Informação e que realizam seus respectivos planejamentos de tecnologia da informação.

Os esforços para otimizar os processos administrativos e de contratação de bens, obras e serviços, com reflexos positivos sobre a redução de custos e a transparência com vistas ao controle social, verificaram-se no desenvolvimento de novas funcionalidades e migração de plataforma de módulos operacionais, com o uso de tecnologia mais eficiente e atualizada. Entre as ações, destaca-se a implantação do novo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (Sicaf), desenvolvido em plataforma *web*, proporcionando vários benefícios, como celeridade e facilidades aos operadores do sistema na gestão das informações dos fornecedores de bens e serviços para o Governo Federal. Além disso, estão em andamento as ações de ampliação do programa de contratações sustentáveis, de revisão das normas e das funcionalidades do Sistema de Registro de Preços (SRP) e da legislação e regulamentos da licitação da modalidade pregão.

Ainda no setor de compras e contratações governamentais, foi publicada a Lei nº 12.462/2011, regulamentada pelo Decreto nº 7.581/2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas para a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

No contexto da gestão patrimonial, as ações foram no sentido de garantir que o patrimônio da União cumpra sua função sócio-territorial, com princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso. Nesse sentido destacam-se as ações de regularização fundiária e provisão habitacional. Assim, foram entregues cerca de 13 milhões de metros quadrados de áreas da União a projetos de habitação e regularização fundiária urbana de interesse social, em parceria com os governos

estaduais e municipais, associações e cooperativas, beneficiando mais de dezoito mil famílias de baixa renda, além da destinação de áreas para projetos do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Ressalta-se a destinação de terras públicas federais para projetos de infraestrutura do PAC, em apoio ao desenvolvimento local, principalmente para os empreendimentos de grande porte na área portuária, na indústria de exploração de petróleo e siderurgia.

Quanto às informações estatísticas, necessárias ao conhecimento da realidade demográfica, social, econômica e geográfica do País, no âmbito nacional, regional, estadual e municipal, e ao exercício da cidadania, o Governo Federal vem intensificando investimentos na produção e disseminação de informações para a sociedade e ampliando o grau de transparência sobre a ação do Estado.

O ano apresentou um avanço significativo na produção de informações estatísticas com o início da implantação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), a partir da realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD – Contínua). O SIPD é um marco no aprimoramento do sistema de pesquisas domiciliares do País e torna-se mais eficaz diante das demandas por informações sobre as condições socioeconômicas da população brasileira.

A divulgação dos primeiros resultados do “Censo Demográfico 2010”, iniciada em novembro do mesmo ano, teve continuidade em 2011, subsidiou a definição e implantação de vários programas do Governo Federal na área social, como o Plano de Superação da Extrema Pobreza – Brasil sem Miséria. Os resultados do Censo foram fundamentais para quantificar o público alvo do

Plano, demonstrando que 16,2 milhões de brasileiros vivem em domicílios cuja renda familiar é de até R\$ 70,00 por pessoa. Nesse contexto, também cabe mencionar a produção e divulgação dos dados sobre pessoas portadoras de deficiência, fundamentais para o “Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem limite”.

INDICADORES UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Os indicadores utilizados no MP para aferir o desempenho de suas unidades e o alcance dos respectivos objetivos e metas organizacionais, na sua grande maioria, foram estabelecidos pela necessidade de implantar o sistema de avaliação de desempenho institucional preconizado pelo Decreto nº 6.693/2008.

A Portaria nº 701, de 05/10/2010, e a Portaria nº 632, de 30/08/2011, ambas do Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, fixaram as metas e objetivos institucionais e os pertinentes indicadores a serem observados no âmbito do MP, considerando projetos e atividades prioritárias, bem como as condições especiais de trabalho e outras características específicas das atividades desenvolvidas.

Por sua vez, o próprio PPA prescreveu para os programas finalísticos e de serviço ao estado a instituição de indicadores para analisar o resultado dos objetivos de programas. No caso do MP, os programas que apresentam indicadores foram: Desenvolvimento de Competências em Gestão Pública; Gestão do Patrimônio Imobiliário da União; e Informações Estatísticas e Geocientíficas.

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES UTILIZADOS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO MP E DO PPA 2008-2011

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURADO		PREVISTO	
		2010	2011	2011	FINAL PPA
(*)Taxa de Crescimento da Arrecadação Patrimonial (%)	Receitas oriundas da cobrança de créditos patrimoniais da União	243,09	269,550	146,290	146,290
Taxa de Crescimento da Arrecadação Patrimonial (R\$mil)	Receitas oriundas da cobrança de créditos patrimoniais da União	337.278	705.160	585.182	

(*) Indicador de PPA

Fonte: SIGPlan 15/2/2012

A superação da taxa de arrecadação patrimonial possibilitou o aumento no volume das receitas em 2011, o que corresponde a um aumento de 10% em relação ao ano de 2010. O reflexo das atividades de arrecadação e cobrança resultou numa arrecadação no valor para R\$ 705,16 milhões neste ano.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURADO		PREVISTO	
		2010	2011	2011	FINAL PPA
Avaliação Externa do Processo de Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária – PLOA (nota)	Percepção dos órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal quanto à performance da SOF no que tange à coordenação do principal processo sob sua responsabilidade: a elaboração do PLOA. Os temas avaliados foram: Comunicação, Organização & Métodos e Sistema de Informação	7,21	7,73	8	

A avaliação externa do processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) permitiu conhecer a impressão dos órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal quanto à atuação do Ministério na elaboração do PLOA. O índice alcançado em 2011, que refere-se à nota apurada, ficou próximo do previsto para o ano.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURADO		PREVISTO	
		2010	2011	2010	2011
Índice de mensagens respondidas pela Ouvidoria do Servidor (%)	Responder, no mínimo, 95% das mensagens recebidas, até dezembro de 2011		95	95	
Percentual dos órgãos Setoriais do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal- SIPEC que têm ouvidoria "on line" instalada e em funcionamento (%)	Ter, no mínimo, 90% dos órgãos Setoriais do SIPEC com ouvidoria "on line" instalada e em funcionamento, até dezembro de 2012.		50	90	
Percentual de servidores cobertos pelas Unidades do Sistema de Atenção à Saúde do Servidor -SIASS (%)	Percentual de servidores cobertos pelas Unidades do SIASS		59	70	
Percentual dos órgãos e entidades do SIPEC com o sistema informatizado Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos -SIAPE) Saúde implantado (%)	Percentual dos órgãos e instituições do SIPEC que possuem o sistema informatizado SIAPE- Saúde implantado		60	70	
Percentual do valor da folha de pagamento auditado (%)	Auditar, de forma sistêmica, no mínimo 70% do valor da folha de pagamento, até dezembro de 2011		31,86	70	

Quanto ao indicador relativo ao índice de mensagens respondidas pela Ouvidoria do Servidor, a meta foi alcançada integralmente, devido à constante evolução do SISOuvidor, sistema informatizado de recepção e tratamento das mensagens, a fim de organizar e consolidar as informações que são demandadas pelos servidores. Em 2011, 55% dos órgãos setoriais do Sipec já estavam operando on-line com a Ouvidoria.

Nas ações voltadas para a promoção da saúde do servidor, os indicadores mostram que 84% dos servidores são contemplados com a cobertura dos serviços prestados pelo SIASS, como perícia médica e exames periódicos. Ademais, 85% dos órgãos do Sipec já têm o Siape Saúde implantado, cujos benefícios são a consolidação de informações

periciais de licenças médicas, acidentes de trabalho, doenças profissionais, aposentadorias por invalidez e readaptações funcionais.

Na auditoria da folha de pagamento, cujo índice atingiu somente 45% do previsto, foram intensificadas ações com vistas à regularização da folha dos órgãos públicos federais integrantes do SIAPE, tornando a auditoria menos operacional e mais sistêmica, menos corretiva e muito mais preventiva, visando antecipar-se aos erros. Para tanto, o Sistema de Inteligência e Gestão da Auditoria (SIGA) está sendo aprimorado para permitir acompanhamento sistematizado e permanente das ações implementadas pelas Unidades Pagadoras diante das recomendações formuladas nos trabalhos de auditoria.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURADO		PREVISTO	
		2010	2011	2011	FINAL PPA
Redução percentual no tempo médio estimado entre a chegada da carta-consulta ao protocolo e a saída para a Coordenação de Apoio ao Secretariado -CAS (%).	Reduzir tempo gasto no trâmite da carta-consulta entre o protocolo para a CAS	12	5	5	
Redução percentual no tempo médio para preparar a recomendação de cada projeto submetido ao Secretário da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) para assinatura (%).	Reduzir tempo gasto na preparação da recomendação de projeto da Cofix .	7	5	5	
Redução percentual no tempo médio para analisar e inserir as informações constantes nos pedidos de pagamento de contribuições no sistema (%).	Reduzir tempo gasto no processo para pagamento de contribuições a organismos internacionais.	5	5	5	

No que tange à análise de pleitos pela Cofix para contratação de recursos externos, os índices foram alcançados por meio de ações que promoveram maior rapidez na análise da carta-consulta e na preparação da recomendação por aquela Comissão. Assim como foram atingidas as metas de redução de tempo na análise das solicitações para pagamento das contribuições a organismos internacionais.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURADO		PREVISTO	
		2010	2011	2011	FINAL PPA
Porcentagem dos chamados de primeiro nível recebidos pela Central de Serviços e Suporte do - Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática -SISP (C3S) atendidos em até 48 horas (%)	(Quantidade de chamados de primeiro nível recebidos atendidos em até 48 horas/Quantidade total de chamados de primeiro nível recebidos)x 100	99,76	99,83	90	
Porcentagem de sistemas e portais mantidos pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI (%)	(Quantidade de sistemas e portais mantidos/Quantidade de sistemas e portais providos)x 100	100	100	90	

Na área de tecnologia de informação, foram significativos os índices de atendimento dos chamados recebidos pela central de suporte do SISP, assim como a manutenção dos sistemas e portais, em parceria com o Serpro e ENAP, superando a meta em quase 10%.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURADO		PREVISTO	
		2010	2011	2011	FINAL PPA
Estudos de apoio ao planejamento elaborados no período (%)	Quantidade de temas com desafios elaborados com o objetivo de se desenvolver metodologias para a formulação de políticas e programas, monitoramento, avaliação e gestão dos programas e projetos e para o planejamento territorial de médio e longo prazo.		100	90	-
Estudos de apoio ao planejamento revisados no período (%)	Quantidade de desafios dos temas revisados com o objetivo de se desenvolver metodologias para a formulação de políticas e programas, monitoramento, avaliação e gestão dos programas e projetos e para o planejamento territorial de médio e longo prazo.		100	90	-

Em relação à elaboração e revisão dos estudos de apoio ao planejamento, cujos índices ultrapassaram o previsto para 2011, os documentos foram estruturados com servidores do MP, sem ônus para o Ministério, e serviram de base para a formulação de políticas públicas e programas de governo.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURADO		PREVISTO	
		2010	2011	2011	FINAL PPA
Medidas de fortalecimento institucional de órgãos e entidades (Unidade)	Somatório das medidas de fortalecimento institucional de órgãos e entidades da Administração Pública.	85	98	70	

Os índices também foram expressivos no que trata das medidas de fortalecimento institucional e melhoria da gestão pública de órgãos e entidades em 2011, superando em 40% do previsto para o ano. Uma das medidas executadas a se destacar foi a reorganização das estruturas regimentais de Ministérios, de Órgãos da Presidência da República e dos Órgãos e Entidades vinculadas.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURADO		PREVISTO	
		2010	2011	2011	FINAL PPA
Tempo Médio de Análise de Processos Relacionados a Empresas Estatais (dia)	Prazo médio, máximo, para expedição de manifestações, por meio de ofícios de resposta, sobre os pleitos encaminhados, direta ou indiretamente, pelas empresas estatais.	36,1	17,2	36	

Relativo à análise dos pleitos das empresas estatais, foi significativa, em 2011, a redução no prazo médio, de 36 para cerca de 17 dias, para expedição de manifestações sobre as demandas encaminhadas pelas empresas.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURADO		PREVISTO	
		2010	2011	2011	FINAL PPA
Percentual de servidores em exercício no MP capacitados (%)	Quantidade total de servidores capacitados em exercício no MP.	12,05	15,45	6,5	
Percentual de licitações concluídas com sucesso (%)	Quantidade de licitações concluídas sem erros no processo.	100	100	90	

No que concerne às atividades para melhorar a gestão dos recursos do MP, foi expressiva, em 2011, a superação no alcance dos indicadores utilizados para mensurar a quantidade de servidores capacitados e a conclusão bem sucedida das licitações.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURADO		PREVISTO	
		2010	2011	2011	FINAL PPA
Percentual de processos de extinção de órgãos e entidades da administração federal, autárquica e fundacional cadastrados no Sistema de Análise de Prestação de Contas de Convênios-Siapcon.	Percentual de processos de convênios de extinção de órgão e entidades da administração federal, autárquica e fundacional cadastrados no Sistema de Análise de Prestação de Contas de Convênios-Siapcon.	16,81	32,73	29,72	
Percentual de processos de aposentadorias e de pensões de servidores de órgãos extintos da Administração Pública Federal, concluídos com observância dos aspectos técnicos e legais (%)	Expressa o índice de conformidade entre os processos analisados no período e os aspectos técnicos e legais pertinentes ao assunto.	92	95	95	

Quanto à gestão dos processos de extinção de órgãos e entidades da administração federal, autárquica e fundacional, a apuração do indicador mostra superação de mais de 100% no cadastramento dos processos no Siapcon, resultado alcançado devido à contratação e capacitação de servidores para a realização das atividades. Nos processos de conclusão de aposentadorias e pensões a servidores de órgãos extintos, o resultado apurado ficou dentro do previsto para o ano, de análise de 95% dos processos, observando os aspectos técnicos e legais pertinentes ao assunto.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURADO		PREVISTO	
		2010	2011	2011	FINAL PPA
(*)Taxa de Satisfação do Usuário (%)	Percentual alcançado pela avaliação dos usuários das informações estatísticas e geocientíficas ofertadas, onde valores abaixo de 100 indicam insatisfação e valores iguais ou maiores que 100 indicam satisfação do usuário.	118	116,62	114,6	114,6
Avaliação do Usuário (pontos)	Média das notas, de 0 a 10, dadas pelos usuários das informações estatísticas e geocientíficas ofertadas, sendo que, quanto maior a nota, maior a avaliação.		9,56	9,4	9,4

(*) Indicadores de PPA
Fonte: SIGPlan 15/2/2012

Os indicadores Taxa de Satisfação do Usuário e Avaliação do Usuário dos serviços de informações estatísticas e geocientíficas refletem os dados da Pesquisa de Satisfação dos Usuários, realizada anualmente, que permite uma análise sobre a efetividade do atendimento realizado pelo MP e alcançaram índices próximos dos previstos para o final do PPA 2008-2011. A taxa de satisfação foi de 116,62% e a avaliação dos usuários atingiu uma média de 9,56, apontando para elevado nível de exigência sobre a prestação dos serviços.

INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURADO		PREVISTO	
		2010	2011	2011	FINAL PPA
(*)Número de capacitações realizadas (Unidade)	Somatório de todos os eventos de capacitação realizados.	36.755	34.482	21.500	21.500
(*)Número de capacitações realizadas por meio de destaques(Unidade)	Somatório de todos os eventos de capacitação realizados com recursos de outros órgãos e unidades.	2.342	5.848	2.300	2.300
(*)Número de downloads realizados no sítio da Escola Nacional de Administração Pública -ENAP(Unidade)	Número total de downloads das diferentes publicações eletrônicas ENAP (livros, Caderno ENAP, Textos para Discussão, Revista do Serviço Público, Casos, Catálogo de curso) efetuados pelos usuários do sítio.	226.000	334.639	180.000	180.000
(*)Número de horas de capacitações realizadas(Unidade)	Soma total da carga horária realizada em todos os eventos de aprendizagem durante o ano.	1.039.036	1.177.217	570.000	570.000

(*) Indicadores de PPA
Fonte: SIGPlan 15/2/2012

Nos eventos realizados para capacitação dos servidores, a superação dos índices previstos para o final do PPA 2008-2011 deve-se à continuidade dos cursos de formação, aperfeiçoamento, intercâmbio com instituições internacionais e pós-graduação em gestão pública e de pessoas.

Em relação ao *download* de publicações eletrônicas sob responsabilidade da ENAP, entre 2010 e 2011, foi verificado o crescimento nesse procedimento da ordem de 48%. A superação do índice em 2011 revela a atualidade e a qualidade das publicações ENAP, quanto o crescente interesse dos usuários pelas publicações eletrônicas da Escola.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MP

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) executou R\$ 4.182,83 milhões dos recursos previstos no orçamento de 2011 e R\$ 391,21 milhões relativos a restos a pagar não processados. Toda a execução se deu no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social dividida nas três funções: Administração (54%) Previdência Social (35%) e Encargos Especiais (11%), realizada por três unidades orçamentárias: MP - Administração Direta, IBGE, ENAP e ainda pelos recursos sob supervisão do Ministério e dos Encargos Financeiros da União, conforme a seguir.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS FUNÇÕES (OFSS e RPNP) (em R\$ milhões)

FUNÇÃO		2007	2008	2009	2010	2011
ADMINISTRAÇÃO	No exercício	1.864,85	1.496,81	1.827,21	3.156,32	2.112,70
	RPNP	177,44	626,20	131,75	335,26	349,80
PREVIDÊNCIA SOCIAL	No exercício	1.144,91	1.127,59	1.363,36	1.474,97	1.601,74
	RPNP	0	7,74	10,62	10,96	17,44
ENCARGOS ESPECIAIS	No exercício	17,60	11,11	388,81	395,82	468,30
	RPNP	0	0,04	0	0,99	23,97
TOTAL DO MP	No exercício	3.027,36	2.635,51	3.579,38	5.027,11	4.182,83
	RPNP	177,44	633,98	142,37	347,21	391,21

Fonte: Siafi de 9/1/2012.

Toda a execução foi realizada no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

A variação mais significativa na execução orçamentária do MP em 2011 ocorreu na função Administração com o decréscimo de 29% em relação a 2010, em decorrência da realização do Censo Demográfico que custou no ano R\$ 1,2 bilhão. Em 2011 esse gasto representou R\$ 53,7 milhões. Observa-se também que a função Encargos Especiais apresentou um incremento, a partir de 2008, devido a valores pagos a título de indenização a anistiados políticos (Lei nº 10.559/2002) e a pagamentos retroativos a anistiados políticos civis nos termos da Lei nº 11.354/2006.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR SUBFUNÇÃO NO PERÍODO DE 2007 A 2011

As informações constantes do demonstrativo a seguir tratam da série histórica com valores liquidados da função Administração, no período 2007-2011, por subfunção. A análise a seguir apresentada versará sobre as variações significativas referentes ao exercício de 2011 da função Administração.

em R\$ milhões

FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	2007		2008		2009		2010		2011	
		Liquidado	%	Liquidado	%	Liquidado	%	Liquidado	%	Liquidado	%
ADMINISTRAÇÃO		2.042,28	63,7	2.123,01	64,9	1.958,96	52,6	3.491,58	65	2.462,53	53,8
Típicas	Planejamento e Orçamento	522,83	16,3	35,41	1,1	69,49	1,9	1.221,25	22,7	62,18	1,4
	Administração Geral	1.236,91	38,6	1.277,03	39,1	1.586,12	42,6	1.760,79	32,8	1.780,71	38,9
	Normalização e Fiscalização	0,07	0	0,53	0	1,81	0	1,67	0	1,36	0
	Tecnologia da informação	120,81	3,8	136,54	4,2	165,04	4,4	166,47	3,1	209,05	4,6
	Ordenamento Territorial	1,14	0	1,97	0,1	3,86	0,1	4,45	0,1	7,38	0,2
	Formação de Recursos Humanos	7,22	0,2	9,13	0,3	12,95	0,3	13,71	0,3	12,24	0,3
	Administração de Receitas	4,65	0,1	2,46	0,1	1,85	0	1,61	0	2,86	0,1
	Comunicação Social	14,4	0,4	0,64	0	2,28	0,1	36,83	0,7	5,87	0,1
Outras	Cooperação Internacional	1,48	0	0,49	0	1,86	0	155,64	2,9	254,15	5,6
	Previdência Complementar	11,81	0,4	14,31	0,4	0	0	0	0	0	0
	Atenção Básica	19,03	0,6	19,43	0,6	23,3	0,6	34,38	0,6	30,61	0,7
	Alimentação e Nutrição	24,28	0,8	24,01	0,7	24,46	0,7	53,63	1	55,38	1,2
	Proteção e Benefícios ao Trab	10,34	0,3	10,31	0,3	9,63	0,3	12,73	0,2	13,47	0,3
	Ensino Superior	0,49	0	0,76	0	0,77	0	0,95	0	0,91	0
	Educação Infantil	0,89	0	0,93	0	0,95	0	1,06	0	1,31	0
	Desenvolvimento Científico	20,33	0,6	16,91	0,5	19,33	0,5	15,37	0,3	21,35	0,5
	Difusão do Conhec. Científico e Tecnológico	3,72	0,1	2,83	0,1	3,26	0,1	3,96	0,1	3,33	0,1
	Outros encargos Especiais	41,87	1,3	569,31	17,4	32,01	0,9	7,1	0,1	0,36	0
ENCARGOS ESPECIAIS		17,6	0,5	11,15	0,3	388,81	10,4	396,82	7,4	492,28	10,8
Cooperação Internacional Enc. Esp.		0	0	0	0	371,9	10	371,22	6,9	405,39	8,9
Serviço da Dívida		7,82	0,2	6,82	0,2	5,02	0,1	1,58	0	3,35	0,1
Outras Transferências		0	0	0	0	0	0	0	0	68,18	1,5
Outros encargos Especiais Enc Esp		9,78	0,3	4,32	0,1	11,88	0,3	24,01	0,4	15,35	0,3
PREV SOCIAL		1.144,91	35,7	1.135,34	34,7	1.373,98	36,9	1.485,93	27,6	1.619,24	35,4
Previdência do Regime Estatutário		699,77	21,8	742,87	22,7	863,57	23,2	977,25	18,2	1.044,09	22,8
Previdência Especial		445,13	13,9	392,47	12	510,41	13,7	508,68	9,5	575,14	12,6
Total MP		3.204,79	100	3.269,50	100	3.721,75	100	5.374,32	100	4.574,04	100

Fonte: Siafi - 09/01/2012

As despesas do MP em 2011 concentraram-se nas subfunções: Administração Geral com 38,9%, principalmente em pessoal e custeio; Previdência do Regime Estatutário com 22,8%; Cooperação Internacional, com 14,5%; Previdência Especial, com 12,6%; Tecnologia da Informação, com 4,6%; Outras Transferências com 1,5%; Planejamento e Orçamento, com 1,4%; e Alimentação e Nutrição, com 1,2%. As demais subfunções executaram montantes iguais ou inferiores a 1% do total, em todas as funções.

Em relação à subfunção Ordenamento Territorial, o aumento em 2011 refere-se aos gastos relativos aos procedimentos para destinação de imóveis da União aos órgãos e entidades da administração pública, estados e municípios bem como administração dos imóveis funcionais e mapeamento terrestre de referência.

Os acréscimos ocorridos na subfunção Administração de Receitas foram decorrentes do esforço na arrecadação e cobrança administrativa de créditos patrimoniais de imóveis da União, que possibilitaram, em 2011, o aumento no volume das receitas patrimoniais arrecadadas em 10% comparativamente a 2010.

A subfunção Desenvolvimento Científico apresentou acréscimo de 39%, em relação a 2010, com execução de recursos, prioritariamente, em pesquisas conjunturais e estruturais de natureza estatística das áreas sociodemográfica e econômica, que permitiram divulgar à sociedade uma série de

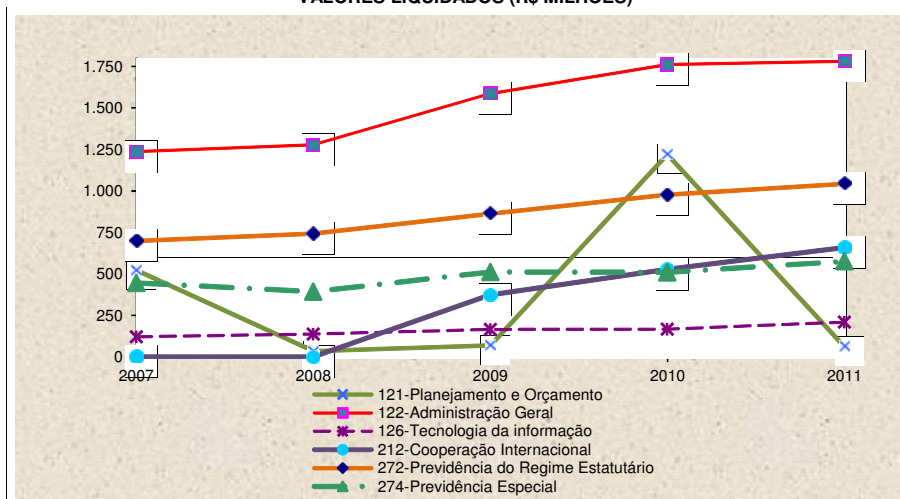
resultados para os setores do comércio, indústria, emprego e agropecuária.

A subfunção Comunicação Social apresentou decréscimo de aproximadamente 160% em relação a 2010. Ressalta-se que naquele exercício ocorreram despesas relativas à elaboração de campanha publicitária de divulgação e coleta dos resultados do Censo Demográfico 2010.

A subfunção Outros Encargos Especiais apresentou em 2011 uma execução 50% menor do que em 2010, em razão da baixa execução dos programas Apoio à Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex) e Assistência Técnica para Modernização da Gestão e Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (Pnage). O Promoex apresentou complexidade de procedimentos licitatórios, contratos que demandaram maior tempo de execução e início dos procedimentos licitatórios para contratações que ocorreu somente em agosto de 2011, além da dificuldade de aporte de contrapartida por parte dos subexecutores. No caso do PNAGE, ocorreu impossibilidade de repasse dos recursos aos estados, por não terem aplicado os recursos já transferidos, bem como pelo não atingimento do limite de desembolso exigido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

O gráfico a seguir apresenta as variações das subfunções mais expressivas, em razão do montante de recursos executados no período de 2007/2011.

SUBFUNÇÕES MAIS SIGNIFICATIVAS - VOLUME DE RECURSOS EXECUTADOS NO PERÍODO 2007/2011
FUNÇÕES ADMINISTRAÇÃO, PREVIDÊNCIA SOCIAL E ENCARGOS ESPECIAIS
VALORES LIQUIDADOS (R\$ MILHÕES)



A variação mais significativa na execução orçamentária do MP em 2011 ocorreu na subfunção Planejamento e Orçamento em relação a 2010, em decorrência da realização do Censo Demográfico que foi realizado em 2010.

O incremento na subfunção Cooperação Internacional deve-se à transferência da responsabilidade, ao MP, pelo pagamento das contribuições brasileiras a organismos internacionais dos quais o País é membro a partir de 2009 e o incremento de gastos em 2011 foi devido à integralização de cotas atrasadas da recomposição de recursos, que permitiu ao Brasil tornar-se membro especial da Corporação Andina de Fomento (CAF), da primeira parcela da XI Recomposição de Recursos do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) e da segunda parcela da Sétima Recomposição de Recursos do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), que atingiram o montante aproximado de R\$ 255 milhões de recursos executados.

Na subfunção Tecnologia da Informação, o incremento se deu em decorrência do aumento dos gastos relacionados à manutenção e atualização dos sistemas estruturantes do MP: o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), Sistemas de Serviços Gerais (Siasg/Siconv), Sistema Integrado de Administração Patrimonial (Siapa), Sistema Integrado de Dados Orçamentários (Sidor) e Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan).

PROGRAMAS COM MAIOR INFLUÊNCIA NOS RESULTADOS DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Com o propósito de atender as demandas e enfrentar os problemas identificados na sociedade, o Ministério tem sob sua responsabilidade programas que contribuem para o alcance desses objetivos. Os programas selecionados a seguir são os que mais se destacaram no alcance dos resultados do Ministério.

em R\$ 1,00

PROGRAMA	LOA + CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO
Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	66.652.617	37.366.584	27.410.720
Compras Governamentais	66.027.500	65.463.563	53.145.972
Informações Estatísticas e Geocientíficas	1.031.014.088	1.008.897.311	990.582.902

Programa Gestão do Patrimônio Imobiliário

O Programa tem por objetivo garantir que o patrimônio da União cumpra sua função sócio-territorial, respeitando a diversidade, racionalização e eficiência do uso. Dando continuidade ao preceito de que o imóvel público é recurso estratégico no apoio às políticas públicas, tiveram destaque as atividades para a identificação dos imóveis da União destinados a garantir o cumprimento de sua função social.

São apresentados a seguir os principais resultados alcançados pelo Programa, caracterizados em três macroprocessos principais: identificação e demarcação de imóveis, destinação e arrecadação de receitas patrimoniais.

Quanto às áreas de demarcação e cadastramento de imóveis da União, mais de 1.200 km foram definidos como terrenos de marinha localizados na costa marítima e terrenos marginais ao longo dos rios federais. Essas demarcações foram realizadas em atendimento aos programas de regularização pesquisando e contribuindo com novas metodologias, como o sensoriamento remoto e imagens de satélite, resultando, assim, em mais agilidade e precisão nas informações de cada imóvel georreferenciado. A demarcação facilita a gestão

dos imóveis com a atuação da fiscalização mais efetiva, apoiando programas de preservação do meio ambiente.

No processo de demarcação foram destinadas áreas da União para os empreendimentos hidrelétricos situados em rios federais, especialmente na Amazônia Legal, e foi autorizada a implantação dos canteiros de obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte (UHE), bem como concedeu-se a anuência à implantação da Usina Hidrelétrica Teles Pires, com observância dos condicionantes socioambientais, principalmente quanto ao atendimento das famílias atingidas.

Em apoio à política ambiental, foi destinado 1,7 milhão de hectares de áreas da União na Amazônia, para a regularização fundiária de seis Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá, Município de Gurupá, área de influência da UHE Belo Monte. Além disso, foram entregues cerca de três milhões de hectares de áreas da União, caracterizadas como florestas, espelhos d'água e manguezais, para a consolidação territorial de 29 Unidades de Conservação da Natureza de Uso Sustentável. Destaca-se a destinação de 2,7 milhões de hectares das Reservas Extrativistas Federais (Resex), na Amazônia brasileira, para a

regularização de dezenove reservas, em benefício de milhares de famílias extrativistas.

No combate às desigualdades regionais e de forma a garantir os direitos fundamentais da população ribeirinha que vive nas áreas da União, foram tituladas 32 mil famílias, com emissão dos Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) em várias iniciativas: no Pará e Amazonas, com o Projeto Nossa Várzea; no Maranhão, com o Projeto Campos Naturais da Baixada Maranhense; e no Acre, com o Projeto Nossa Floresta. A titulação garante aos beneficiários o direito de permanência no local, estabelecendo melhores condições de produção, permitindo acessos aos demais programas do Governo Federal com a regularidade da ocupação, como por exemplo, a garantia de inclusão dos ribeirinhos da Amazônia como público prioritário do Programa Bolsa Verde (art. 3º, III da Lei 12.512/2011).

Em apoio aos programas habitacionais e regularização fundiária em áreas da União, destacaram-se os projetos do PAC em Fortaleza (CE) e no Distrito Federal e as ações na Amazônia, com a entrega de 5,1 milhões de metros quadrados, beneficiando cerca de nove mil famílias, nos municípios de Rio Branco/AC, Macapá/AP e no Projeto PAC Rio Anil em São Luís/MA, Belém/PA, Porto Velho/RO, Boa Vista/RR e Praia Norte/TO, assim como foi firmada parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA) para realização de projetos de regularização fundiária nos municípios de Belém e Barcarena.

Para conferir maior agilidade à solução da demanda social por moradia no Brasil, foram reservadas 38 áreas do patrimônio da União para o desenvolvimento de projetos sociais –

especialmente de regularização fundiária e provisão habitacional – em cumprimento ao Decreto-lei nº 2.398/1987, totalizando aproximadamente cinco milhões de metros quadrados, beneficiando cerca de dez mil famílias. Destaca-se, ainda, a área dos Quilombolas, do município de Barra dos Coqueiros/SE – assentamento Pontal da Barra com dezoito mil metros quadrados, beneficiando 220 famílias.

No âmbito do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal, que consiste na transferência de domínio de áreas da União ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para a reforma agrária, conforme estabelece o art. 188 da CF de 1988, foram repassados dois imóveis àquele Instituto, com área total de aproximadamente 310 ha, beneficiando cerca de trezentas famílias, nos municípios de Ipojuca/PE e Seberi/RS.

No que concerne à área de arrecadação, o volume das receitas patrimoniais arrecadadas foi de R\$ 705,16 milhões, o que corresponde a um aumento de 10% em relação ao mesmo período de 2010, sendo as principais fontes representadas pelo laudêmio (45%), taxa de ocupação (22%) e pelo foro (11%). Também foram adotadas ações necessárias para a notificação e cobrança dos devedores oriundos da incorporação da carteira imobiliária da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA), bem como para o exercício de benefícios de descontos e quitação de dívidas previstos na legislação. Para melhor controle da destinação das receitas patrimoniais arrecadadas, com benefícios ao contribuinte e à Administração Pública, foram concluídos os estudos técnicos para implementação de código de barras no Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), com implementação prevista para o início de 2012.

INDICADOR DO PROGRAMA GESTÃO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DEFINIDO NO PPA 2008-2011

INDICADOR/UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE INÍCIO PPA	APURADO 2011	PREVISTO AO FINAL PPA 2008-2011
Taxa de Crescimento da Arrecadação Patrimonial/Percentagem	167,51%	269,55%	146,29%

O índice apurado em 2011 superou em 84% ao previsto para o final do PPA 2008-2011, devido às ações intensivas de arrecadação e cobrança.

Programa Compras Governamentais

O Programa visa otimizar, por meio do uso intensivo da tecnologia da informação, os processos administrativos e de contratação de bens, obras e serviços, reduzindo custos, evitando desperdícios e proporcionando transparência das ações de Governo.

Os resultados alcançados pelo Programa, selecionados a seguir, estão fundamentados no aprimoramento das ações que visaram ao aumento

do poder de compra do Estado e ao uso intensivo da tecnologia da informação nos processos de aquisição e de contratação de bens.

No âmbito das compras e contratações governamentais, foram aprimorados o Sistema de Administração de Serviços Gerais (Siasg) e o Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet), cabendo registrar que o pregão eletrônico tornou-se uma importante ferramenta no combate a fraudes e superfaturamentos, além de permitir que a sociedade acompanhe as sessões públicas dos

pregões eletrônicos e as presenciais em tempo real, por meio do sítio www.comprasnet.gov.br. As aquisições de bens e serviços possibilitaram ao Governo Federal uma economia de mais de R\$ 4 bilhões, considerando-se a diferença entre os valores de referência e os valores homologados.

Houve, também, a crescente participação das Micros e Pequenas Empresas (MPE) nas compras governamentais, apresentando o valor de R\$ 8,06 bilhões, o que representa, de 2002 a 2011, crescimento real acumulado de 816%. Estratificando a análise pelo porte das empresas nas Unidades da Federação, apenas no ano de 2011, foram gastos R\$ 31,05 bilhões em compras gerais, sendo que, desse montante, R\$ 8,06 bilhões foram aquisições das MPE, R\$ 5,33 bilhões com itens materiais e R\$ 2,73 bilhões com contratações de serviços.

Com relação ao aspecto normativo de compras e contratações públicas, no âmbito do Siasg/Comprasnet, foi estabelecida, por meio do Decreto nº 7.601/2011, a aplicação de margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais e de medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou de acesso a condições vantajosas de financiamento, cujo objetivo maior foi orientar a demanda do setor público com vistas à promoção do desenvolvimento econômico e ao fortalecimento de cadeias produtivas de bens e serviços domésticos.

Ademais, foi editada a Portaria Interministerial nº 507/2011, que regula, a partir de 1º de janeiro de 2012, em substituição à Portaria Interministerial nº 127/2008, os convênios, contratos de repasse, termos de parceria e termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, com órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros oriundos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União.

Com o intuito de regulamentar as transferências voluntárias entre o Governo Federal e as entidades privadas sem fins lucrativos, possibilitando o estabelecimento de critérios justos e transparentes que melhor atendam ao interesse da população e evitando-se, assim, o desperdício do dinheiro público, foi editado o Decreto nº 7.568/2011, que, dentre outras disposições, vedou a possibilidade de celebração de convênios ou instrumentos congêneres com entidades privadas sem fins lucrativos que não comprovem ter desenvolvido nos últimos três anos atividades referentes à matéria objeto do instrumento, ou que tenham incorrido em condutas ilícitas ou desabonadoras. Ademais, tornou obrigatória a realização de chamamento público quando da celebração de convênio ou contrato de repasse com tais entidades.

Visando democratizar ainda mais o acesso aos recursos públicos, foi editado o Decreto nº 7.641/2011, que estabeleceu o marco de 16 de janeiro de 2012 para que todos os concedentes utilizem o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv), obrigatoriamente, para realizar transferências oriundas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União por meio de convênios e instrumentos congêneres. No que se refere à evolução dos sistemas, está em desenvolvimento um novo Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), cuja nova versão é totalmente aderente à estratégia do Governo Federal de adoção do *software* livre em suas soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Para tanto, foram capacitados 1.047 usuários. No Siasg/Comprasnet e Siconv, ações continuaram a ser implementadas no sentido da atualização contínua desses sistemas, além da capacitação de 11.203 usuários. O quantitativo de servidores capacitados depende da demanda dos órgãos públicos que fazem uso dos sistemas, não existindo, portanto meta estipulada de usuários que serão treinados.

Programa Informações Estatísticas e Geocientíficas

Tendo por objetivo elaborar e disseminar informações de natureza estatística e de natureza geocientífica com vistas ao conhecimento da realidade do País, apresentou como atividades relevantes: análise dos resultados do Censo e sua respectiva divulgação, bem como realização da Pesquisa de Avaliação da Cobertura da Coleta e continuidade do projeto de construção do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), que produzirá indicadores socioeconômicos e demográficos sobre domicílios, famílias e pessoas.

Foi divulgada e disponibilizada a Malha Municipal Digital de Setores Censitários do Censo 2010, bem como os dados agregados por setor censitário da Sinopse Preliminar do Censo. Foram também disponibilizados os Mapas Municipais e Municipais Estatísticos dos 5.565 municípios brasileiros e do Cadastro de Localidades Selecionadas dos Municípios Brasileiros – 2010.

No contexto da implantação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares, teve início a coleta da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) em todas as capitais e regiões metropolitanas das capitais.

Em referência ao novo programa de Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF), cabe mencionar a geração das tabelas finais de resultados de trabalho e rendimento do teste-piloto da POF Simplificada.

Quanto às informações para a área econômica, foi ampliada a produção de informações de conjuntura para acompanhamento da economia do País, com o lançamento dos resultados do Índice de Preços ao Produtor (IPP), Indústria de Transformação e com o início da coleta de dados para a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS).

O projeto de revisão do processo de produção e do programa das estatísticas econômicas teve continuidade com a construção de proposta de questionário unificado das pesquisas anuais econômicas, baseada na ideia de transição gradual para o novo processo de produção. Ainda no campo das informações estruturais para a área econômica, foram realizadas as etapas de planejamento e coleta da Pesquisa sobre Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Empresas (TIC Empresas) e iniciado o levantamento de informações da Pesquisa de Serviços de Hospedagem (PSH 2011), em parceria com o Ministério do Turismo.

Outro conjunto de atividades a ser ressaltado relaciona-se à elaboração e à implementação da investigação qualitativa denominada Pesquisa de Consumo Intermediário (PCI 2010), que possibilitará que as informações prestadas em seus blocos de custos e despesas sejam capazes de captar mudanças na estrutura produtiva e nas formas de cooperação entre as empresas. Os resultados da PCI permitirão estimar novas estruturas de consumo intermediário das atividades econômicas e atualizar a série do Sistema de Contas Nacionais (SCN) com maior precisão.

No âmbito do Programa de Comparação Internacional, promovido pelo Banco Mundial e coordenado regionalmente pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), cujo objetivo é compor as informações necessárias para elaboração das taxas de paridade de poder de compra, utilizando informações de contas nacionais e levantamentos de preços específicos, foram encaminhadas à CEPAL as tabelas iniciais das contas nacionais e iniciadas as atividades preparatórias para o levantamento de dados de governo, consistentes com as contas nacionais, que deverão compor as informações para comparações internacionais do projeto.

Em relação à participação em atividades da Organização das Nações Unidas, destacaram-se os eventos do Comitê Executivo do Programa de Comparação Internacional de Preços (PCI), da Comissão Estatística da ONU para a organização da Ronda do PCI; dos Grupos de Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para harmonização conceitual, para medição do trabalho infantil e para a medição do trabalho precário; do Grupo de Londres, para elaboração das Contas Econômicas Ambientais; do Grupo de Washington, para produção e harmonização das Estatísticas

sobre as Pessoas Portadoras de Deficiência; do Grupo de Wye, que discute as Estatísticas sobre Desenvolvimento Rural e Renda Familiar Agrícola e como membro do grupo denominado *Friends of the Chair*, da Comissão de Estatística das Nações Unidas, que tem como objetivo avaliar as barreiras à implementação do Sistema de Contas Nacionais e das Estatísticas Agrícolas.

No âmbito internacional, destacou-se, ainda, o recebimento do Prêmio de Excelência Geoespacial pelo projeto Base Territorial 2010 – Evolução e Potencial, entregue durante o Fórum Geoespacial Latinamericano (*Latin American Geospatial Forum – LAGF*), considerada a melhor aplicação geoespacial para demografia da América Latina.

Na área de geociências, merecem destaque: o lançamento do Banco de Nomes Geográficos do Brasil (BNGB); o lançamento do Atlas Geográfico das Zonas Costeiras e Oceânicas do Brasil, em parceria com a Marinha Brasileira; a publicação das Geoestatísticas de Recursos Naturais da Amazônia Legal, os Relatórios Análise dos Dados da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS; o monitoramento da Variação das Coordenadas de Estações da Rede SIRGAS (Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas) e novos valores de altitude das quase setenta mil estações geodésicas da Rede Altimétrica de Alta Precisão (RAAP) do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB), resultantes do completo reprocessamento das medições altimétricas realizadas desde 1945, beneficiando, principalmente, as grandes obras de infraestrutura que dependem da correta e precisa caracterização do fluxo de água em canais, reservatórios, bem como os estudos geofísicos referentes ao campo da gravidade terrestre.

Na área de capacitação, além do treinamento de 2.239 servidores, que equivale a cerca de 60% da meta prevista, foram realizadas as duas edições do Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa, treinando 47 servidores. Como parte do Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica entre a Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), foram capacitados 161 servidores e realizados mais quarenta cursos gerenciais, técnicos, administrativos e de informática.

Quanto ao Sistema de Informações Geográficas do Brasil (SIG Brasil), várias atividades foram desenvolvidas, como incorporação de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais, aquisição de Imagens de Sensoriamento Remoto, atualização e Complementação da Base 1: 250 000 e incorporação de Dados Espaciais da Carta Internacional do Milionésimo (CIM).

INDICADORES DO PROGRAMA DEFINIDOS NO PPA 2008-2011

INDICADOR/UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE INÍCIO PPA	APURADO 2011	PREVISTO AO FINAL PPA 2008-2011
Avaliação do Usuário/pontos	9,40	9,56	9,40
Expectativa do Usuário/ pontos	8,20	8,19	8,20
Taxa de Crescimento Acumulado da Demanda por Informações Estatísticas e Geocientíficas (TDIEG)/percentagem	18,00	32,30	18,00
Taxa de Resultados Alcançados/ percentagem	100,00	100,00	100,00
Taxa de Satisfação do Usuário/ percentagem	114,60	116,62	114,60
Tempo de Resposta-Médio/dias	2,50	1,80	2,50

Fonte: SIGPlan 15/2/2012

Os indicadores Avaliação do Usuário, Expectativa do Usuário e Taxa de Satisfação do Usuário refletem os dados da Pesquisa de Satisfação dos Usuários, realizada anualmente, que permite uma análise sobre a efetividade do atendimento realizado por ações do programa e alcançaram índices próximos dos previstos para o final do PPA 2008-2011. Os indicadores são obtidos a partir da relação entre a avaliação do atendimento pelo usuário e a expectativa que ele tinha antes de ser atendido. Em 2011, a avaliação dos usuários atingiu uma média de 9,56, enquanto que a expectativa dos usuários sobre a qualidade dos serviços de atendimento foi de 8,19, apontando para elevado nível de exigência sobre a prestação dos serviços.

A taxa de resultados alcançados tem como base tem o resultado das metas das ações do PPA e atingiu o índice de 100% ao final de 2011, devido, principalmente, ao portal na Internet, que conta com

uma grande oferta de informações sempre acrescidas de novas informações publicadas ao longo de cada semana. Tal fenômeno se confirma ao se observar a taxa de crescimento acumulado da demanda por informações estatísticas e geocientíficas, que no final do PPA 2008-2011, atingiu 32,3 % (acima dos 18% previstos no início do PPA).

O correio eletrônico é um dos diversos canais disponibilizados para atendimento ao cidadão-usuário e o indicador tempo médio de resposta é utilizado para avaliar a eficiência desse atendimento. Quanto aos resultados alcançados em 2011, o tempo médio de resposta anual foi de 1,8 dia em relação à meta prevista para o PPA de 2,5 dias. Isso se deve ao novo perfil da demanda que vem se tornando cada vez mais seletivo, em função da grande oferta de informações no Portal.

4.2. AGRICULTURA

4.2.1. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

A agropecuária nacional ocupa uma posição de destaque na economia do País, conforme demonstram a participação do setor no Produto Interno Bruto - PIB e os saldos positivos alcançados pela balança comercial brasileira. Os mais de cinco milhões de estabelecimentos rurais produziram 162,9 milhões de toneladas de grãos na safra 2010/2011, superando em 9,2% o volume de 149,3 milhões de toneladas da safra 2009-2010. Segundo maior exportador mundial no setor agropecuário, o Brasil já exporta para mais de 200 países, sobretudo europeus e asiáticos. Em 2011 as exportações agrícolas brasileiras alcançaram US\$ 94,6 bilhões, e o superávit da balança comercial ficou em US\$ 77,5 bilhões de dólares. Além disso, a participação do agronegócio no PIB nacional é da ordem 22%.

Com atenção prioritária do Governo, o Plano Agrícola e Pecuário - PAP 2011/2012 destinou R\$ 107,2 bilhões para a produção agropecuária, dos quais R\$ 64,1 bilhões com juros controlados. Além do maior volume de recursos para o financiamento da produção, o Governo, em parceria com diversos setores e entidades, promoveu uma revisão dos instrumentos da política agrícola, com vistas a proporcionar melhorias da renda no campo, e um seguro agrícola mais acessível aos produtores rurais. Em um somatório de iniciativas, a política agrícola vem sendo implementada de forma a ser capaz de agregar valor a toda a cadeia produtiva e ter capacidade de se antecipar à diversidade de situações existentes no País e mitigar as adversidades naturais, inerentes à atividade agrícola. Portanto, os resultados a serem produzidos pelo segmento agropecuário demandam contínua construção e administração da estratégia governamental integrada de apoio ao agronegócio.

Indicadores Utilizados na Avaliação

Os objetivos setoriais no PPA 2008-2011 coincidem com os objetivos estratégicos da perspectiva da sociedade constantes do Mapa Estratégico¹ do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA: Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários Não-alimentares e Não-energéticos; Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética; Garantir a Segurança Alimentar e Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio. Esses objetivos estratégicos representam os resultados que o MAPA espera entregar à sociedade. Para isso, são desenvolvidos processos e projetos diversos em

todas as áreas de atuação do Ministério, como política agrícola, defesa agropecuária, fomento e pesquisa agropecuária.

Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários Não-alimentares e Não-energéticos

O indicador de desempenho deste objetivo estratégico é um índice composto da produção de produtos não-alimentares e não-energéticos. O acompanhamento da produção dos principais produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos sinaliza se as ações desenvolvidas para a manutenção de níveis adequados de abastecimento e preço desses produtos atendem ao que é preconizado neste objetivo estratégico. Todos os produtos que compõem o índice da produção de produtos não-alimentares e não-energéticos apresentaram variação positiva entre 2008 e 2011 em função, principalmente, da forte alta nos preços. O algodão e a borracha natural foram os produtos que mais colaboraram para o incremento no índice.

ÍNDICE AFERIDO

INDICADOR	2008	2009	2010	2011
Índice Composto da Produção de Produtos Não-alimentares e Não-energéticos	139	120	164	181*

Fonte: IBGE

Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética

O indicador de desempenho associado a este objetivo estratégico é a Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Brasileira e avalia os resultados obtidos com as atividades e ações para a ampliação da participação da agroenergia na matriz energética. Apesar dos valores do indicador de desempenho ainda não terem sido publicados, a expectativa é no sentido de que a participação relativa da agroenergia na matriz energética tenha um decréscimo em 2011. Entretanto, deverá haver um crescimento absoluto na oferta de energia proveniente da agricultura. A produção de cana-de-açúcar na safra 2010/2011 alcançou 624,5 milhões de toneladas. Já na safra 2011/2012, a produção deverá ficar em torno de 571,5 milhões de toneladas, evidenciando uma quebra da ordem de 8,5%, como reflexo dos seguintes fatores: endividamento do setor produtivo em decorrência, principalmente, da crise financeira mundial de 2008; baixo investimento na renovação dos canaviais; perdas agrícolas oriundas do processo acelerado de mecanização da colheita; e falta de investimento nos tratos culturais.

¹ O Mapa Estratégico é a representação gráfica do Planejamento Estratégico do Ministério da Agricultura. Pela metodologia *Balanced Scorecard*, o mapa estratégico é composto por perspectivas. As ações do Mapa são desenvolvidas por meio de projetos e processos, contidos na Perspectiva de Processos Internos e na Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento.

ÍNDICE AFERIDO

INDICADOR	2008	2009	2010	2011
Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Brasileira*	31,5%	32,0%	31,5%	N/D

Fonte: Balanço Energético Nacional 2010-EPE

* Inclui outras fontes renováveis, onde há uma pequena participação de energia solar e eólica.

Dados oficiais da EPE para o ano de 2011 deverão ser divulgados em abril/2012.

Garantir a Segurança Alimentar

O objetivo setorial é composto por iniciativas como o Programa de Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, que gera resultados, destacando-se o aumento das fiscalizações e análises de produtos de origem animal e vegetal, buscando a eliminação de resíduos e contaminantes em toda a sua cadeia produtiva.

ÍNDICES AFERIDOS

INDICADOR	2008	2009	2010	2011
Volume de Produção Agropecuária per capita (em kg)	1.026	991	989	1022*
Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal	0,73	0,82	0,75	0,84

Fonte: SPA e SDA/MAPA

* Dados estimativos

Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País por meio do Agronegócio

Este objetivo setorial é estratégico e especialmente relevante na perspectiva da sociedade, que sintetiza os resultados esperados da ação global e demanda uma série de iniciativas.

Indicadores de desempenho associados a este objetivo setorial:

- a) Variação do PIB do Agronegócio;
- b) Variação do Valor da Exportação de Produtos do Agronegócio.

O primeiro indicador considera o fato de que o desenvolvimento do País é alcançado com crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida da população. O PIB do agronegócio é uma medida de crescimento econômico e se reflete na qualidade de vida da população por meio da geração de renda e empregos. O segundo indicador repercute a contribuição do agronegócio para o aumento das exportações brasileiras, como reflexo das ações desenvolvidas pelo MAPA na criação e na manutenção de novos mercados para produtos brasileiros.

As exportações brasileiras do agronegócio cresceram 24,2% em 2011, com aumento em todos os indicadores trimestrais. O desempenho foi alcançado em função, principalmente, da elevação das cotações internacionais das commodities agrícolas, que subiram em todos os principais setores exportadores do agronegócio.

ÍNDICES AFERIDOS

INDICADOR	2007	2008	2009	2010	2011
Variação do PIB do Agronegócio	7,89%	6,77%	-5,18%	4,67%*	3,06%**
Variação do Valor da Exportação de Produtos do Agronegócio	18,2 %	22,9 %	-9,8%	18%	24,2%***

Fonte: MDIC, SRI/MAPA e CEPEA/ESALQ/USP

* Dados estimativos / ** Dados até junho de 2011 / ***Dados até novembro/2011

Análise da Execução Orçamentária por Função e Subfunção

VALORES REALIZADOS NA FUNÇÃO AGRICULTURA
2007/2011

(em R\$ milhões)

FUNÇÃO AGRICULTURA		EXERCÍCIOS					
		2007	2008	2009	2010	2011	Total
OFSS	No Exercício1	4.921	5.925	8.377	7.223	7.363	25.970
	RPNP2	260	432	538	849	1.030	10.948
	OI3	-	-	-	-	-	-
	Gasto Tributário	-	-	-	-	-	-
TOTAL		5.181	6.357	8.915	8.072	8.393	36.918

* valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados (RPNP) no decorrer de cada ano

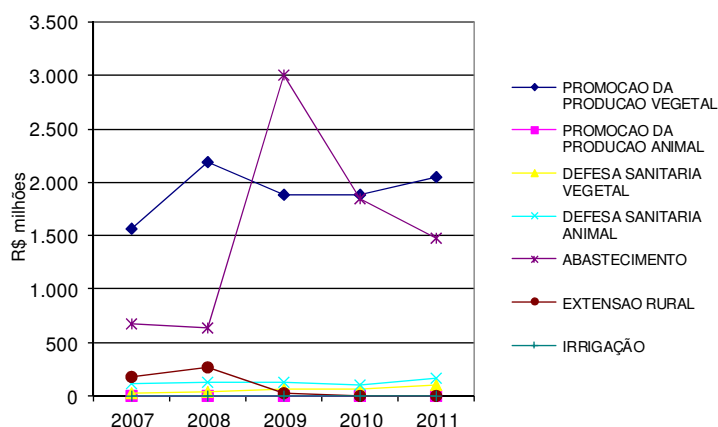
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2007/2011

(em R\$ milhões)

AGRICULTURA	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO AGRICULTURA POR SUBFUNÇÃO		EXECUÇÃO DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO AGRICULTURA EM OUTRAS FUNÇÕES		TOTAL DAS SUBFUNÇÕES DA FUNÇÃO AGRICULTURA	
	LIQUIDADO	%	LIQUIDADO	%	LIQUIDADO	%
SUBFUNÇÕES TÍPICAS						
Promoção da Produção Vegetal	9.579	25,95	0	0,00	9.579	25,94
Promoção da Produção Animal	2	0,01	0	0,00	2	0,01
Defesa Sanitária Vegetal	290	0,79	0	0,00	290	0,79
Defesa Sanitária Animal	623	1,69	0	0,00	623	1,69
Abastecimento	7.626	20,66	11	100,00	7.637	20,68
Extensão Rural	481	1,30	0	0,00	481	1,30
Irrigação	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Outras Subfunções	18.317	49,62	0	0,00	18.317	49,60
TOTAL	36.918	100,00	11	100,00	36.929	100,00

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafi Gerencial

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2007/2011



Fonte: Siafi Gerencial

Das variações ocorridas, relativas à aplicação dos recursos nas subfunções, destacam-se:

a) Subfunção Promoção da Produção Vegetal integra duas ações que apresentam relevância em termos de execução orçamentária - "Financiamento para Custeio, Investimento, Colheita e Pré-Comercialização de Café", integrante do Programa Desenvolvimento da Economia Cafeeira, que tem por objetivo financiar os produtores de café, representa 91,96% do total dos desembolsos no período, e "Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural", contemplada no Programa Minimização do Risco no Agronegócio que apesar de os desembolsos serem computados a partir de 2009, contribuíram com 6,28% do total despendido na subfunção;

b) Subfunção Abastecimento é constituída em 87,38% pela ação Formação de Estoques Públicos – Política de Garantia de Preço Mínimo/PGPM, constante do Programa Abastecimento

Agroalimentar. No período, em que pese a considerável melhora dos preços praticados no mercado agrícola, alguns produtos ainda ficaram com valores inferiores aos mínimos estabelecidos, o que levou o governo a intervir no mercado com maior intensidade, adquirindo grande quantitativo de produtos visando garantir os preços mínimos definidos no Plano Agrícola.

Análise dos Programas Estruturantes

Abastecimento Agroalimentar

O programa contribui para a sustentabilidade da atividade agropecuária por meio da formulação, implementação, execução e avaliação de políticas agrícolas e de abastecimento, utilizando instrumentos de apoio à produção, comercialização e ao financiamento da produção nacional de produtos agropecuários direcionados à minimização de riscos e à sustentação de renda, mediante a

utilização de instrumentos específicos, incluindo as subvenções econômicas.

A formação de estoques é realizada por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, tendo como atividades a fiscalização na aquisição e no armazenamento em unidades públicas e privadas, a vistoria dos estoques e a manutenção do cadastro de unidades armazenadoras.

O apoio a programas sociais de segurança alimentar se concretiza por meio da comercialização de produtos oriundos principalmente da agricultura familiar, a partir de parcerias firmadas com entidades públicas e privadas. As ações de abastecimento são viabilizadas por meio da implantação de rede de fortalecimento do comércio familiar de produtos básicos, envolvendo micro e pequenos varejistas localizados nas periferias das grandes cidades, e de fomento ao desenvolvimento do setor hortigranjeiro.

O apoio e a intervenção do estado na agropecuária contribuem para a regularidade do abastecimento interno, fortalecem o comércio internacional, geram a melhoria de renda aos produtores, oferecem condições de melhores preços ao consumidor e

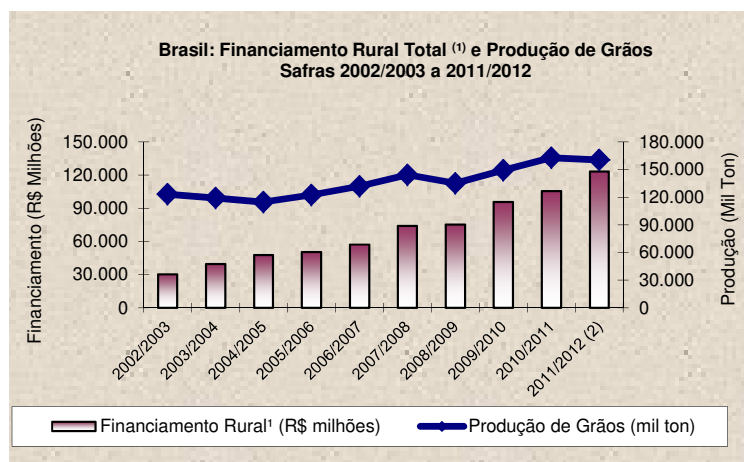
disponibilizam meios para a inclusão social e para a segurança alimentar da população brasileira.

Trata-se de um programa multisetorial, cuja execução das ações envolve vários órgãos como: Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Secretaria do Tesouro Nacional - STN e os Bancos do Brasil - BB, do Nordeste do Brasil - BNB e da Amazônia - BASA.

Os instrumentos de política governamental de apoio à comercialização têm proporcionado maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, além de orientar o financiamento dos investimentos, o custeio e a comercialização da produção agropecuária por meio da concessão de crédito rural.

Em 2011, foram concedidos créditos da ordem de R\$ 56,78 bilhões, contemplando 1.367.341 contratos, sendo R\$ 51,70 bilhões por intermédio do BB, R\$ 4,69 bilhões pelo BNB e R\$ 0,39 bilhão pelo BASA. Além desses financiamentos, o BB fortaleceu o sistema cooperativista incrementando a competitividade das cooperativas de produção agropecuária com a aplicação de R\$ 4,36 bilhões distribuídos em 6.884 contratos.

FINANCIAMENTO RURAL X VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO



(1) Valor Bruto da Produção em 2011 - Estimativa

Fontes: Financiamento Rural - Anuário Estatístico do Crédito Rural/Bacen

Valor Bruto da Produção - CONAB; IBGE; CNA; UBA; ABIPECS e ABCS; IEA-ESALQ/CEPEA-IBGE

2003 e 2004 - FGV: preços reais pelos IGP-DI, média de janeiro a dezembro, a preços de janeiro de 05;

2005 e 2006 - FGV: preços reais pelos IGP-DI, média de janeiro a outubro, a preços de outubro de 06;

2007 e 2008 - FGV: preços reais pelos IGP-DI, média de janeiro a julho, a preços de setembro de 08;

2009 - FGV: a preços reais pelo IGP-DI, média de janeiro a dezembro, a preços de abril de 09

2010 - FGV: a preços reais pelo IGP-DI, média de janeiro a dezembro, a preços de janeiro de 10

Café (média USP/ESALQ) Laranja: (Produção: IEA(SP) e IBGE (demais estados) Preços: ESALQ/CEPEA-mercado, FGV e IEA)

Objetivando garantir preços mínimos aos produtores rurais, foram adquiridas 811.250 toneladas de produtos (arroz, feijão, milho e trigo), por meio das Aquisições do Governo Federal (AGF) e dos Contratos de Opção de Venda, com a utilização de recursos da ordem de R\$ 918,23 milhões.

Os estoques públicos adquiridos, utilizando-se dos instrumentos públicos de Garantia de Preços Mínimos - PGPM alcançaram, no final do ano, 4,34 milhões de toneladas.

As subvenções, no montante de R\$ 1,89 milhão, beneficiaram 5.753 extrativistas das Regiões Norte, Nordeste e parte de Minas Gerais, envolvendo 2.664 toneladas de produtos (borracha, amêndoa de babaçu, castanha do Brasil, fibra de piaçava e pequi), além da aplicação de R\$ 8,97 milhões a 2.819 produtores de açúcar na Região Nordeste.

Na área de armazenagem, o programa desenvolve ações de fiscalização e cadastro das unidades armazenadoras, com vistas ao processo de certificação nacional, nos termos do Decreto nº 3.855/2001 e da IN MAPA nº 3/2010. No período, foram efetuadas fiscalizações em 6.030 unidades.

Para implementação das diversas ações integrantes do programa, foram alocados recursos orçamentários da ordem de R\$ 6,42 bilhões, dos quais foram empenhados R\$ 4,79 e liquidados R\$ 2,58 bilhões. Para apoio à comercialização, em linhas de crédito, foram aplicados R\$ 61,14 bilhões, além de R\$ 1,11 milhão em contratos firmados na BM&F BOVESPA para a comercialização de produtos no mercado futuro.

Para avaliação do Programa foram utilizados os indicadores a seguir:

a) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma - O índice aferido alcançou 44,98%, superior em 53% à meta prevista (29,4%), em decorrência do incremento de 64% na produção nacional e na redução de 10% no consumo interno. Ao final do ano, os estoques de passagem eram de 492,5 mil toneladas, dos quais apenas 7,52% eram públicos;

b) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca - O índice aferido alcançou 14%, superior em 97% à meta prevista (7,10%). A safra 2010/2011 alcançou 13,6 milhões de toneladas, superior em 17% à anterior, para um consumo de 12,5 milhões. Ao término do exercício os estoques públicos atingiram 1,5 milhões de toneladas, correspondendo a 82% do estoque de passagem;

c) Margem de Disponibilidade do Milho - O índice aferido foi de 20%, inferior, portanto, em 10% à meta prevista (22,2%). A oferta do produto alcançou 67,2 milhões de toneladas para um consumo interno de 48,4 milhões de toneladas, além de exportações da

ordem de 9,6 milhões de toneladas. Os estoques de passagem atingiram 9,6 milhões de toneladas, dos quais 19% representados por estoques públicos;

d) Margem de Disponibilidade de Trigo - O índice aferido foi de 17%, superior em 27,82% à meta prevista (13,3%). A produção interna foi de 5,9 milhões de toneladas para uma demanda estimada em 10,2 milhões de toneladas. Os estoques de passagem alcançaram 1,75 milhão de toneladas. Dos quais 46% representados pelos estoques públicos;

e) Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários - Foram atendidos 5.470 produtores, ou seja, 32%² da meta prevista. Este indicador tem por objetivo mostrar a quantidade de produtores rurais atendidos pelos instrumentos de apoio à comercialização disponíveis, tanto na Formação de Estoques Públicos (AGF e Contratos Públicos de Opção de Venda), quanto na Garantia e Sustentação de Preços (PEP e PEPRO);

f) Produção Nacional de Grãos - A produção alcançou 162,9 milhões de toneladas, superando em 8,6% a meta estabelecida (150 milhões de toneladas). Dentre os produtos que mais cresceram sobressaem-se: algodão 64%, arroz e trigo 17%, feijão 14%, soja 10% e milho 3%;

g) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários - Os recursos orçamentários aplicados alcançaram R\$ 1.210,4 milhão, o que corresponde a 28,3% da meta prevista ao término do PPA. Tal redução explica-se pelo fato de os níveis de preços dos principais produtos não requererem intervenção governamental;

h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários - O volume de concessão de créditos atingiu o montante de R\$ 56,78 bilhões, sendo R\$ 51,7 bilhões concedidos pelo BB, R\$ 4,69 bilhões pelo BNB e R\$ 0,39 bilhão pelo BASA.

Segurança da Sanidade na Agropecuária

Garantir a saúde animal e a sanidade vegetal são condições essenciais para o Brasil ampliar a produção de alimentos e a sua participação no comércio internacional de produtos de origem animal e vegetal. Essas ações têm reflexo direto no aumento da produtividade e na oferta de produtos de baixo risco sanitário e, em consequência, favorecem o aumento da renda dos produtores, trazem benefícios à saúde pública e permitem que o Brasil figure na lista dos maiores exportadores de produtos agropecuários.

² Dados parciais

A eficiência da ação governamental na defesa agropecuária tem sido fundamental para a segurança alimentar, sobretudo no que diz respeito à qualidade e à inocuidade dos alimentos comercializados no mercado interno e externo, mantendo o País em posição condizente com as novas oportunidades e os desafios do comércio internacional.

A globalização e as mudanças climáticas contribuem para o surgimento e a ressurgência de doenças nos animais e pragas nos vegetais que afetam a segurança alimentar, a biodiversidade, o comércio e a saúde e o bem-estar dos animais e das pessoas em todas as partes do mundo.

A capacidade do setor agropecuário de reagir contra as ameaças contemporâneas de doenças animais e pragas vegetais é complexa e desafiadora, criando vulnerabilidade ainda maior para o setor e requerendo atuação efetiva dos governantes no apoio as ações sanitárias e fitossanitárias.

Dentre os resultados alcançados na área animal destacam-se:

- manutenção do status de livre de febre aftosa com vacinação, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE, em 15 unidades federativas, dois Municípios do Estado do Amazonas e quarenta e seis do Estado do Pará, e manutenção do *status* de livre sem aftosa do Estado de Santa Catarina;
- recuperação da condição de zona livre de febre aftosa com vacinação para a região denominada “Zona de Alta Vigilância - ZAV”, na faixa de fronteira internacional do Estado do Mato Grosso do Sul com o Paraguai e a Bolívia;
- reconhecimento, pela OIE, como zonas livres de febre aftosa com vacinação, as regiões classificadas como zonas de proteção dos Estados da Bahia, Tocantins e Rondônia, com ampliação da zona livre a partes dos Municípios de Canutama e Lábrea, no Estado do Amazonas;
- ampliação da zona brasileira de peste suína clássica - PSC, que abrange 15 unidades da Federação, correspondendo a 50% do território nacional onde estão localizados 81% do rebanho nacional, 87% das matrizes e 93% das indústrias frigoríficas de suínos;
- ampliação do número de propriedades certificadas como livres de brucelose e tuberculose;
- intensificação das ações de controle das doenças na produção avícola, por regiões, de acordo com a capacidade de gerenciamento de riscos de contaminação pelo vírus da Influenza Aviária e da

doença de *Newcastle*, inclusive com a classificação por categorias dos serviços veterinários estaduais.

As ações de sanidade vegetal têm por finalidade proteger a produção agrícola nacional e assegurar a manutenção e ampliação das exportações da agricultura brasileira. Os principais resultados estão contemplados na ação Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais.

O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) continua sendo a opção para ampliar a abrangência da defesa agropecuária nos estados e municípios. O objetivo é ofertar serviços necessários à inclusão de produtores e de empresas nos mercados interno e externo em relação à saúde animal, à sanidade vegetal e à idoneidade, inocuidade e qualidade de insumos e produtos agropecuários.

A gestão do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, integrante do Suasa, foi de grande importância devido ao significativo avanço e amadurecimento alcançado, tanto na execução das atividades quanto na atualização da legislação aplicada. Quatro estados - Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul - tiveram aprovadas as suas adesões ao sistema. O Distrito Federal e outros nove estados - Ceará, Alagoas, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Norte - estão em processo de adesão, e os estados do Espírito Santo, Tocantins e Acre já solicitaram auditoria prévia para adesão.

Para avaliação do Programa foram utilizados os indicadores a seguir:

- a) Área com Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola – Ao término do PPA 2008/2011 encontram-se certificados no programa 2.871 estabelecimentos, acréscimo de 6,33% sobre a meta prevista, em consequência da atuação do MAPA junto aos estabelecimentos produtores;
- b) Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação - A área considerada livre da febre aftosa ficou aquém da meta estabelecida e alcançou 4.942.639km² da área territorial, por não ter sido possível declarar como livre parte das Regiões Norte e Nordeste, em decorrência das deficiências estruturais dos serviços veterinários existentes naquelas regiões;
- c) Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação - Manteve-se a área de 95.346 km², representada pelo Estado de Santa Catarina. Com a ocorrência da doença no Paraguai, em face do grande risco representado pela proximidade com as nossas fronteiras, foram reforçadas as medidas para proteção do rebanho nacional. Foram intensificadas as fiscalizações na fronteira

Brasil/Paraguai e as ações de vigilância veterinária internas;

d) Área Livre de Sigatoka Negra - A área livre contempla 2.928 municípios, superior em 20,69% à meta prevista no PPA 2008/2011, o que tem permitido a maior comercialização de frutas nos mercados interno e externo;

e) Incidência da Praga *Cydia Pomonella* - Persiste a sua permanência em dois estados da federação (RS e SC), entretanto restrito aos municípios de Bom Jesus, Vacaria e Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul e Lages, em Santa Catarina;

f) Número de Estabelecimentos Certificados como Livres ou Monitorados para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina - Está representado por 970 estabelecimentos certificados. A certificação de propriedades como livres ou monitoradas para brucelose e tuberculose tem caráter voluntário, ou seja, sua adesão ao processo de certificação depende exclusivamente do produtor. O serviço veterinário oficial não tem influência direta sobre o número de propriedades certificadas. Quando o índice foi proposto previu-se que haveria interesse exponencial pela certificação, o que não se materializou nos últimos anos, em especial devido à falta de incentivos oferecidos pelas indústrias de leite e carne;

g) Numero de Ocorrências de Casos da Doença da Vaca Louca - Continua sendo zero. Em função da ausência de ocorrência dessa enfermidade no País, no final de 2011 o MAPA enviou pleito à Organização Mundial de Saúde Animal - OIE para o Brasil ser classificado como de risco insignificante para vaca louca, melhorando o ranking das exportações de carne e seus derivados para os diversos mercados consumidores;

h) Numero de Ocorrências de Raiva Bovina - Considerando os dados parciais, registrou-se a ocorrência de 959 casos, portanto inferior em 46,72% ao número previsto, principalmente em decorrência da atuação dos serviços veterinários do País e das campanhas sobre a sanidade animal que são efetuadas.

i) Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras - Representou 95% do total dos produtos constantes das partidas inspecionadas;

j) Taxa de Incidência da Doença Cancro Cítrico - A taxa de erradicação de plantas manteve-se em 0,2% com incidência da praga em relação ao total de plantas inspecionadas.

Para execução das diversas ações integrantes do Programa foram alocados recursos orçamentários

no total de R\$ 170,26 milhões, empenhados R\$ 154,69 milhões e liquidados R\$ 129,8 milhões.

Minimização de Riscos no Agronegócio

A atividade rural está sujeita a um conjunto de fatores de risco que foge ao domínio dos produtores, sendo os mais relevantes os decorrentes de fenômenos climáticos adversos e a incidência de pragas e doenças, com reflexos negativos na produção e na produtividade das culturas, e na renda dos produtores rurais. O Programa visa mitigar esses fatores de riscos, utilizando-se de diversos instrumentos de ação, tais como: geração e difusão de informações agro-climáticas, concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural; e orientações do zoneamento agrícola de risco climático.

Dentre os resultados alcançados destacam-se:

a) criação de um grupo de trabalho interministerial responsável por delinear a operacionalização do Fundo de Catástrofe do Seguro Rural, autorizado pela Lei Complementar nº 137/2010. Foram realizados os primeiros estudos técnicos para a edição do decreto regulamentador, bem como a definição do estatuto do Fundo. Após sua implementação, as seguradoras e resseguradores poderão adquirir cobertura suplementar para suas carteiras de seguro rural, a ser utilizada no pagamento de indenizações decorrentes de eventos climáticos mais severos, o que proporcionará uma ampliação da oferta de produtos de seguro no mercado, contribuindo para a diminuição do valor dos prêmios;

b) contratação de 58 mil apólices, beneficiando 40 mil produtores rurais, propiciando cobertura securitária para 10,4 milhões de hectares e garantindo capitais da ordem de R\$ 7,3 bilhões. As subvenções ao seguro rural alcançaram R\$ 255 milhões;

c) divulgação de 12,62 mil boletins meteorológicos, em parceria com os serviços meteorológicos da Venezuela e da Colômbia e com o apoio da Organização Meteorológica Mundial, da Agência Estatal de Meteorologia da Espanha e do Meteo France;

d) julgados 3.178 recursos em processos de sinistros de empreendimentos enquadrados no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro, representando um nível de realização de 89,6% sobre a atuação;

e) realização de 384 estudos de Zoneamento Agropecuário de Risco Climático, contemplando 44 culturas.

Para execução das diversas ações integrantes do programa foram alocados recursos orçamentários no

total de R\$ 479,30 milhões, empenhados R\$ 308,49 milhões e liquidados R\$ 299,79 milhões.

Para avaliação do Programa foram utilizados os indicadores a seguir:

- a) Percentual de Área Segurada – O índice aferido correspondeu a 16,20% do total da área plantada;
- b) Taxa de Acerto nas Previsões do Tempo – O índice aferido alcançou 87% de acerto sobre as previsões elaboradas;
- c) Taxa de Adesão ao Proagro – A aferição do índice indicou uma adesão da ordem de 50%.
- d) Taxa de Ocorrência de Perdas por Eventos Climáticos dos Empreendimentos Enquadrados no Proagro – O índice aferido foi de 7,9%, principalmente em decorrência das poucas adversidades climáticas ocorridas em 2011.

Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio

A pesquisa agropecuária nacional tem obtido e transferido soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável do setor tendo contribuído fortemente para que o Brasil mantivesse sua competitividade na agropecuária. Mas persistem desafios, alguns deles recentes, a ser enfrentados pela pesquisa e pelo desenvolvimento do setor agropecuário nacional. Dentre esses a necessidade de garantir a segurança alimentar, impactada pela demanda por alimentos em razão do crescimento populacional mundial, do aumento da renda no Brasil, e a necessidade de desenvolver novas fontes renováveis, eficientes e limpas de energia, com uso racional dos recursos naturais e de alternativas tecnológicas em face das mudanças climáticas.

A carteira de projetos de pesquisa agropecuária brasileira foi composta por cerca de 1.300 projetos de pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia e desenvolvimento institucional, dos quais se destacam:

- **Cultivar de milho BRS Caatingueiro:** apresenta grãos semiduros amarelos e é adaptada especialmente ao semiárido nordestino. Sua principal vantagem é o ciclo superprecoces, o que permite boas colheitas mesmo em períodos de pouca chuva. Na região mais seca do semiárido, a produtividade varia em torno de duas a três toneladas de grãos por hectare, e eleva-se até a seis toneladas de grãos por hectare em condições mais regulares de precipitação. Por isso, a cultivar é ideal para os pequenos produtores;
- **Cultivar de soja BRSMG 800 A:** um dos diferenciais dessa cultivar de soja é aumentar cerca de 30% o valor protéico. Além disso, possui cor muito semelhante a do feijão carioca, o que permitirá que o consumidor a misture com o feijão sem interferir no aspecto visual e no sabor;

- **Galinha Poedeira Colonial Embrapa 051:** essa linhagem oferece produção superior às aves coloniais rústicas. Atinge, em condições adequadas de manejo e biossegurança, produção média de 280 a 300 ovos no período de vida útil compreendido entre 20 e 80 semanas de idade;

- **Frango de Corte Colonial Embrapa 041:** apresenta características coloniais, preservando todas as vantagens do frango de corte comercial, como biossegurança na origem, controle sanitário na produção e qualidade da carne. Alcança idade de abate aos 84 dias, com peso vivo médio de 2,7 kg em condições normais de criação;

- **Nova variedade de algodão colorido BRS Topázio:** juntamente com as variedades BRS Verde, BRS Rubi e BRS Safira, essa nova variedade se destaca para a produção na Região Nordeste. A BRS Topázio apresenta uma fibra de coloração uniforme, macia e resistente. Sua tonalidade marrom claro estimula a demanda das pequenas indústrias que trabalham com algodão colorido, já que a maioria das cultivares existente é de tonalidade marrom escura. Com alto rendimento de fibra, 43,5% em média em ensaios conduzidos no Nordeste, as características da cultivar Topázio superam as das cultivares coloridas existentes, como a BRS Safira, e equiparam-se às das cultivar BRS Araripe, de fibra branca, além de possuir rendimento de algodão em caroço superior as duas cultivares;

- **Ações de Pesquisa e Desenvolvimento Integradas à Assistência Técnica e Extensão Rural:** As pesquisas avançadas em genética, biologia molecular e fitopatologia, aliadas às transferências de tecnologias, se traduziram em um aumento de produtividade de 315 kg para 373 kg de cacau por hectare, o que permitiu um incremento de 20,61% na produção nacional.

Em relação à competitividade e à sustentabilidade da agricultura destaca-se o desenvolvimento de novos métodos e equipamentos, a saber:

- **Analizador de Alimentos e Café (Alic-C):** esse aparelho detecta o teor de impurezas no pó de café, torrado e moído em segundos, indicando fraudes e adulterações. É de fácil manejo, não é destrutivo e não necessita de tratamento químico da amostra, proporcionando um trabalho rápido, confiável e limpo;

- **Equipamentos para coleta de embriões em ovinos e caprinos:** os equipamentos integram um circuito e uma sonda que trabalham em conjunto na coleta de embriões pela via transcervical de caprinos e ovinos, o que torna mais eficaz a coleta de embriões, sem necessidade de intervenção cirúrgica, caso dos métodos tradicionais. Além de promover maior bem estar, evitando sequelas

físicas para os animais, o processo permite aumento na taxa de recuperação de embriões e maior eficiência, controle e segurança na coleta. Os dois equipamentos já estão protegidos por registro no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI);

- **Biorreator para clonagem de mudas:** equipamento desenvolvido e patenteado pela Embrapa capaz de multiplicar mudas de plantas com higiene, segurança e economia. Apresenta muitas vantagens em relação aos métodos tradicionais de produção de mudas, tais como: aceleração do processo de multiplicação de plantas de interesse agrônomo; adaptabilidade a diversas espécies vegetais; uniformização da produção; simplicidade de montagem; geração de produtos isentos de pragas e doenças, além da redução do custo total por unidade produzida;

- **Sistrates: Sistema de Tratamento de Efluentes da Suinocultura:** processo que integra várias fases do tratamento de dejetos da suinocultura e permite obter alto nível de tratamento desses efluentes, tendo como objetivo gerar um produto limpo e livre de poluição. Uma das vantagens desse sistema é ser possível acoplá-lo a uma tecnologia bastante difundida no Brasil na área de tratamento de dejetos, que é o biodigestor. Além do controle da poluição do ar, do solo e da água, o Sistrates pode possibilitar o reuso da água na granja ou na piscicultura, ou lançamento do efluente nos corpos d'água.

No âmbito do programa de fortalecimento e crescimento da Embrapa, houve a conclusão da construção das instalações definitivas da Embrapa Agrossilvipastoril, em Sinop (MT), e da Embrapa Agroenergia, em Brasília (DF). Estão em ritmo acelerado as obras da Embrapa Pesca e Aquicultura, em Palmas (TO), e da Embrapa Cocais, em São Luís (MA). Os investimentos em gestão ambiental e boas práticas laboratoriais em todas as demais unidades de pesquisa têm contribuído para a consolidação de processos internos ambientalmente sustentáveis. Esses resultados atendem à instituição e também exercem influência sobre as tecnologias geradas, com impacto positivo nas cadeias produtivas.

Foram fortalecidas as equipes no exterior e expandida a presença internacional da Embrapa, com ênfase em:

- **Cooperação científica:** inauguração de novo laboratório virtual no exterior, **Labex China**, que tem como foco as áreas de recursos e melhoramentos genéticos, biocombustíveis e agroenergia, processamento de alimentos, produção animal, agroecologia e pastagens;
- **Estabelecimento do Labex invertido.** nesse modelo, atores das instituições parceiras, dos

diversos países em que a Embrapa atua, vêm ao Brasil. Atualmente, participam do Labex Invertido um pesquisador da Coreia do Sul (RDA), dois dos Estados Unidos (ARS e Forest Service) e um do Reino Unido (*Rothamstead*). Essa é uma grande realização, especialmente com relação aos americanos, que aguardavam permissão do *United States Department of Agriculture* (USDA) desde a instituição do intercâmbio, em 1998.

Ainda em 2011, com o objetivo de subsidiar a atuação da pesquisa governamental na Amazônia Legal (que inclui os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão), foi desenvolvido um estudo que extraiu temas estratégicos que condicionarão as chamadas de projetos para a região. Alguns dos temas indicados são: cana, carnes (aves, suínos, bovinos), alimentos da cesta básica (arroz, feijão, milho, mandioca, leite), soja, produtos da agricultura familiar, culturas agroindustriais (dendê, fruteiras, cacau), florestas plantadas, aquicultura e pesca, produtos da biodiversidade, produtos das comunidades tradicionais, conservação e uso sustentável de florestas.

Para execução das diversas ações integrantes do programa foram alocados recursos orçamentários no total de R\$ 343,32 milhões, empenhados R\$ 341,49 milhões e liquidados R\$ 182,5 milhões.

Para avaliação do programa, foram utilizados os indicadores a seguir, cujos índices são os aferidos em 2010, quando da coleta das informações para a edição do balanço social, cuja publicação ocorre no início do segundo trimestre do ano subsequente:

- Índice médio de impacto ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano - o índice previsto para 2011 é de 0,71%. Tem por objetivo aferir o impacto ambiental decorrente da utilização de novas tecnologias geradas;
- Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa voltados para o Agronegócio - o índice aferido correspondeu a 1.258 tecnologias geradas/desenvolvidas;
- Participação de sementes/ cultivares da Embrapa no mercado de Sementes Nacional (algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo) - o índice aferido foi estimado em 16,3%. A redução se deve a uma maior participação do setor privado no desenvolvimento e produção de sementes, o que já era esperado. Um percentual, do setor público, entre 10% e 15% é considerado ideal. Os números definitivos serão obtidos em março de 2012;
- Valor do retorno dos investimentos em pesquisa na Embrapa para cada real (R\$) aplicado - o índice aferido correspondeu a R\$ 9,35. O balanço social da Embrapa informa que o lucro social gerado com as tecnologias desenvolvidas e

transferidas correspondeu a R\$ 18,16 bilhões. Dessa forma, considerando os valores aplicados em 2011, houve um retorno de R\$ 9,35 para cada R\$ 1 investido.

Desenvolvimento da Agroenergia

O objetivo do Programa é ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva, tendo como público-alvo produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis.

Dentre os resultados alcançados, depreende-se:

- O complexo sucroalcooleiro apresentou uma produção de açúcar em torno de 36,9 milhões de toneladas e de aproximadamente 22,9 milhões m³ de etanol, oriundos de uma produção de 624,5 milhões de toneladas de cana;
- O complexo de biodiesel, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo – ANP, produziu 2,66 milhões m³, que representam um aumento médio de 12,9% em relação ao ano anterior;
- A Petrobrás Biocombustível, como executora das ações relativas à implantação das plantas industriais de biodiesel, vem operando diretamente três usinas próprias com capacidade total de produção de 434,4 mil m³/ano, sendo de 217,2 mil m³/ano a capacidade da Usina de Candeias (BA) e de 108,6 mil m³/ano a capacidade tanto da Usina de Montes Claros (MG) quanto de Quixadá (CE).

- As usinas de propriedade da Petrobrás Biodiesel produziram 224,1 mil m³ de biodiesel, e as usinas que a empresa mantém parceria, 139,3 mil m³;

- Implantação de Unidade de Produção de Biodiesel, no Pará, com capacidade de produção da ordem de 120 mil m³/ano;

- Implantação de Unidade Esmagadora na Usina de Biodiesel de Candeias (BA), com capacidade de processar até 130 mil toneladas/ano de oleaginosas;

- A Petrobrás Biocombustível associou-se (participação de 50% no capital) a 10 usinas, o que permitirá uma capacidade de moagem da ordem de 24,8 toneladas/ano de cana e uma produção de 1.292 mil m³/ano de etanol. Em 2011, foram produzidos 769,07 mil m³ de etanol.

Para a implementação das diversas ações integrantes do programa, foram alocados recursos da ordem de R\$ 137,2 milhões, dos quais R\$ 83,77 milhões oriundos de investimentos de estatais. Do orçamento fiscal, foram empenhados R\$ 49,68 milhões e liquidados R\$ 16,22 milhões. Dos investimentos das estatais, foram executados R\$ 29,1 milhões.

Para avaliação do Programa foi utilizado o indicador a seguir:

- Taxa de Participação da Agroenergia na Matriz Energética Nacional - o índice aferido, em termos preliminares, foi de 31,5%. A aferição do indicador é processada pela Empresa de Pesquisa Energética, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, cuja divulgação ocorre quando da publicação do Balanço Energético Nacional, que normalmente ocorre no início do 2º semestre do ano subsequente.

4.2.2. MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Governo vem construindo políticas que visam ao aumento da produção de pescado de forma sustentável, desenvolvendo a aquicultura e melhorando a produtividade da pesca, garantindo a gestão do uso ordenado do recurso pesqueiro e a inclusão sócio produtiva dos trabalhadores do setor, bem como o promovendo o estímulo ao consumo e à comercialização do pescado. Com estes esforços, em 2010 a atividade pesqueira nacional foi responsável por produzir 1.264.764,9 toneladas de pescado, sendo 479.398,6 toneladas fruto da atividade aquícola e 785.366,3 toneladas oriundas da atividade de pesca extrativa.

A aquicultura vem crescendo percentualmente em relação à produção total de pescado - 33,5% em 2009 e 36,4% em 2010, com a estimativa de que em 2011 a participação seja de aproximadamente, 40% -, sinalizando que ainda na segunda década do século, a produção da aquicultura virá a superar a produção extrativista.

Verifica-se também um aumento no consumo do pescado no mercado interno, de 9 kg/pessoa/ano em 2010, para 9,59 kg/pessoa/ano em 2011.

Os três programas das áreas finalísticas do MPA são: Desenvolvimento Sustentável da Pesca, Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Gestão da Política Pesqueira, cujas ações foram desenvolvidas tendo como objetivo subsidiar as políticas de ordenamento e desenvolvimento da pesca e aquicultura, abrangendo todas as etapas da cadeia produtiva da pesca e da aquicultura desde a produção até o consumidor final. Os quatro programas destinados ao MPA apresentaram dotação orçamentária autorizada em 2011 na ordem de R\$ 559.749.826,00, dos quais foram empenhados R\$ 172.712.282,16, representando 30,86%, sendo liquidados no exercício R\$ 77.294.401,03 e pagos R\$ 74.789.495,42, ou seja, 43,30% sobre o montante empenhado. Ressaltamos que os recursos concedidos a título de destaque a outras unidades orçamentárias equivaleram a 4,35% da dotação autorizada, significando o valor de R\$ 24.349.655,68.

O montante inscrito em restos a pagar foi de R\$ 187.724.213,65, sendo que no decurso do exercício foram liquidados, pagos e cancelados R\$ 115.433.446,71, ou seja, 61,49%, demonstrando uma boa execução na referida conta, não causando um elevado incremento para o próximo exercício na conta contábil restos a pagar de exercícios anteriores.

Ao programa Desenvolvimento Sustentável da Pesca que detém ações prioritárias, foi destinado o recurso orçamentário de R\$ 322.540.000,00, tendo sido executados R\$ 83.472.286,07, ou seja, 25,88%,

destacando-se as seguintes ações: Apoio e Implantação de Infra-Estrutura Aquícola e Pesqueira, cujo foco é a realização de intervenções que resultem no implante ou na adequação de acessos aquaviários que permitam o deslocamento de embarcações pesqueiras em locais carentes destes serviços. Para a realização das atividades desta ação foram destinados recursos no valor de R\$ 169.390.040,00, dos quais R\$ 34.430.479,41 foram executados. Deste valor, foi descentralizado para outras unidades orçamentárias o montante de R\$ 5.981.487,62; Implantação do Terminal Pesqueiro, que tem por finalidade aumentar a qualidade do pescado desembarcado e o controle geral da atividade pesqueira. Os recursos destinados a esta ação foram de R\$ 39.995.000,00, sendo executado R\$ 5.224.230,67, ou seja, 9,95% do total da dotação liberada, sendo pagos no exercício o montante de R\$ 3.978.850,88; Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras, que tem por finalidade equiparar o preço do óleo diesel doméstico ao praticado em nível internacional, com o objetivo de aumentar a competitividade do setor. O recurso destinado a esta ação foi de R\$ 23.150.000,00, sendo executados 98,65%.

Ao programa Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura foi destinado o recurso orçamentário de R\$ 38.124.999,00, sendo executado o valor de R\$ 18.159.256,37, ou seja, 47,63% em relação à dotação inicial, destacando-se as seguintes ações: Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva, que visa propiciar condições capazes de gerar produtos de maior aceitação e valor agregado no mercado para as unidades da cadeia produtiva aquícola. Os recursos destinados a realização desta ação foram de R\$ 19.525.000,00, sendo executados R\$ 7.578.399,39, e destacados R\$ 928.368,02 deste valor às unidades orçamentárias, representando uma execução de 38,81% sobre a dotação inicial; Apoio à Implementação da Aquicultura em Águas Públicas, com foco na elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica e planos logísticos, tendo recursos liberados na ordem de R\$ 7.850.009,00, sendo executado o valor de R\$ 4.705.409,21 e destinados a créditos concedidos o montante orçamentário de R\$ 178.036,32, perfazendo um total de 59,94% em relação a dotação liberada; Apoio ao Controle da Qualidade na Garantia de Conformidade, Segurança e Inocuidade de Produtos da Aquicultura, que tem por objetivo a melhoria e garantia da qualidade, sanidade e inocuidade da produção de animais aquáticos e pescado, sendo disponibilizado para a sua execução R\$ 4.250.000,00, dos quais R\$ 3.318.763,80 foram realizados, equivalendo a 78,09%.

Quanto ao programa Gestão da Política Aquícola e Pesqueira foram destinados recursos de R\$ 58.951.997,00 e executados R\$ 18.572.181,84, sendo concedidos créditos de R\$ 12.480.337,91, o que representa 21,17% do orçamento liberado para o cumprimento das ações. Destacamos as seguintes ações: Monitoramento da Atividade Aquícola e Pesqueira Nacional, que busca o levantamento de dados e informações acerca das cadeias produtivas dos setores aquícola e pesqueiro. Os recursos liberados foram de R\$ 13.000.000,00, sendo repassado como destaque orçamentário o valor de R\$ 3.679.700,00, representando 28,30% do total; Estudo para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e Pesca, voltada ao apoio ao desenvolvimento e aplicação de tecnologias em pesca e aquicultura, gerando condições de renda e a sustentabilidade ambiental e socioeconômica do setor. O valor destinado ao cumprimento da ação foi de R\$ 5.500.020,00. No entanto, foram executados, a título de destaque, R\$ 2.850.947,19; Capacitação de Profissionais em Aquicultura e Pesca, com foco na realização e apoio a cursos, eventos, fóruns, oficinas, encontros e seminários, voltados aos trabalhadores da pesca e aquicultura. O montante destinado à realização da ação foi de R\$ 8.249.400,00, sendo executados R\$ 3.087.200,00, representando 37,42% do total investido nesta ação.

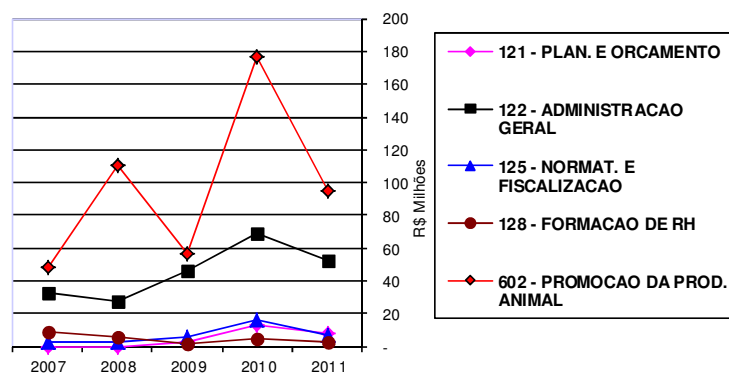
Ao programa Apoio Administrativo foram destinados recursos no valor de R\$ 100.437.327,00, sendo executados R\$ 52.508.557,87, incluindo R\$ 1.773.041,30 de créditos concedidos a outras

unidades, perfazendo 52,28% de realização em relação à dotação inicial. Destaca-se, no exercício, a seguinte ação: Administração da Unidade que tem por foco a constituição de um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias, teve como recurso R\$ 97.031.803,00, sendo executados R\$ 52.508.557,87, ou seja, 54,11% sobre a dotação inicial.

Na execução orçamentária e financeira do MPA, ocorrida no período de 2007 a 2011, destaca-se o ano de 2010, no qual o volume de recursos liquidados foi de R\$ 287.080.111,00, tendo sido aplicados em investimentos R\$ 53.376.213,00. De acordo com informações extraídas do SIAFI Gerencial, no período compreendido do PPA foram desembolsados recursos na ordem de R\$ 917.035.440,00, sendo inscritos em restos a pagar não processados, ou seja, não liquidados no próprio exercício, R\$ 313.599.217,00, cabendo à aplicação em investimentos o volume de R\$ 119.240.429,00, com destaque, mais uma vez, para o ano de 2010, que representou 44,76% deste montante.

Outro fator relevante é a execução orçamentária por subfunção de governo no exercício de 2011, na qual parcela significativa foi direcionada às ações relacionadas à promoção da produção animal. As demais subfunções representativas foram as de administração geral, planejamento e orçamento, normatização e fiscalização e formação de recursos humanos, conforme mostra o gráfico Execução Orçamentária por subfunção de Governo 2011.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR SUBFUNÇÃO DE GOVERNO - 2011



Fonte: SIAFI Gerencial

A principal atividade desempenhada no ano, em termos do Ordenamento Pesqueiro, foi a reestruturação da Comissão Técnica da Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros - CTGP, órgão consultivo e coordenador das atividades do sistema de gestão compartilhada, com a finalidade de examinar e propor medidas e ações inerentes às competências conjuntas de que trata o Decreto nº

6.981/2009. A fim de operacionalizar este macroprocesso, foi adotada a divisão em unidades de gestão pesqueira denominadas Comitês Permanentes de Gestão – CPG. Estão definidos, ao todo, 21 CPG's, dos quais nove são marinhos, 11 são continentais e um de organismos ornamentais e outros usos. Em 2011 foram instalados 02 CPG's.

O Projeto “Lagosta Viva”, que busca aumentar o valor agregado da lagosta para comercialização, está implantado no Estado do Ceará e em implantação nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. O projeto consistiu da mudança na forma de comercializar a lagosta: ao invés de vender apenas a cauda (descartando o restante, equivalente a cerca de 2/3 do peso total), vende-se a lagosta inteira. Assim, com a adesão de uma pequena parte dos produtores em 2011, 126.228 t que seriam exportadas como caudas, foram exportadas inteiras, o que significou 378.684 ton. Embora o preço por quilo da lagosta inteira seja menor que o da cauda, o maior volume exportado compensou a diferença: 126 mil t de cauda teriam representado USD 4.089.706,00, enquanto as 378.684 t de lagosta inteira resultaram em US\$ 7.490.206,00.

Com a formalização do Acordo de Cooperação Técnica entre Ministério da Pesca e Aquicultura e Universidade Federal do Ceará – UFC, no montante de R\$ 476.949,00, as atividades realizadas no decorrer do ano de 2011 foram: a edição da consolidação das políticas nacionais para o ordenamento da pesca da lagosta no litoral do Brasil; a realização de audiências públicas para discussão das medidas de ordenamento da pesca de lagosta; e a sensibilização para o desembarque de lagosta viva e fomento à aquicultura marinha.

O setor de pesca amadora vem apresentando um significativo crescimento nos últimos anos, em todos os setores representados pelos elos da cadeia produtiva desta atividade. Em 2011, o MPA iniciou ações de fomento e planejamento da atividade. Houve um aumento significativo na emissão de licença de pesca nesta modalidade, totalizando em torno de 287.053 pescadores licenciados e 179 torneios de pesca amadora autorizados.

Foi também concluído estudo de viabilidade técnica e econômica da captura de Sardinha-Laje (*opisthonema oglinum*), visando à identificação de alternativas de captura do recurso sardinha na Região Nordeste do Brasil, e estudo sobre a utilização de Rede de Cerco no Litoral da Paraíba - Projeto Sardinha, mediante convênio entre o MPA e a Cooperativa dos Armadores de Pesca e Aquicultores do Estado da Paraíba – COOPA.

Para o desenvolvimento da pesca oceânica, as ações priorizam o estabelecimento de uma frota genuinamente nacional, capaz de ocupar de maneira sustentável a Zona Econômica Exclusiva brasileira e as águas internacionais, principalmente na captura dos recursos migratórios conhecidos como atuns e afins. O Brasil apresenta possibilidades de otimização da pesca oceânica direcionada a captura deste recurso, que envolve negociações junto à Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico – ICCAT. Entre os principais recursos com potencial de exploração

destacam-se as albacoras, o espadarte, o bonito listrado e o dourado.

A anchoita (*engraulis anchoita*) corresponde a um recurso costeiro da Região Sul, que apresenta um potencial de captura anual na ordem de 100 mil toneladas, de acordo com dados do Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva Brasileira – Revizee. O Projeto Anchoita, em parceria com a Fundação Universidade de Rio Grande – FURG e CNPq, pretende, inicialmente, aumentar a produção em 25%, estimulando sua introdução na merenda escolar. Em 2011 foram processadas aproximadamente 18.000 latas de 830 g de anchoita em molho de tomate, testada sua aceitação, na merenda na rede municipal de Rio Grande/RS e alcançada plena utilização nas escolas de Porto Alegre e Rio Grande (RS). Foram também propostos mecanismos/políticas públicas que possibilitem incentivar a pesca e o processamento de anchoita, cujo emprego está sendo pesquisado como isca viva para a captura do bonito listrado (*katswonus pelamis*), um dos peixes mais importantes da pesca industrial brasileira. Os resultados preliminares apresentaram altos índices de sobrevivência das iscas a bordo (fator limitante fundamental ao sucesso do experimento), além de ótima aceitabilidade da anchoita pelos cardumes de bonito-listrado.

O arrendamento de embarcações estrangeiras corresponde a uma ferramenta para o desenvolvimento da atividade de pesca, que visa, dentre outros objetivos, ao aumento da oferta de pescado no mercado interno e geração de divisas, conforme o Decreto nº 4.810/2003. Este procedimento possibilitou a abertura e o fortalecimento de um número significativo de novas indústrias pesqueiras no Brasil, principalmente na Região Nordeste, iniciando um processo de capitalização dos armadores. Atualmente algumas destas empresas já contam com suas próprias embarcações operando na pesca oceânica. Das 34 concessões foram deferidas quatro embarcações para atuar na pesca do espadarte (*xiphias gladius*), com a utilização de espinhel pelágico de superfície, e 17 para atuar na pesca do grupo de espécies de atuns e afins, preferencialmente albacora-laje, albacora-banolim e albacora-branca, com tolerância de no máximo 15% de espadarte por viagem, com a utilização de espinhel pelágico de superfície. Desde janeiro de 2011 já chegaram ao Brasil oito embarcações, referentes à pesca de albacoras e destas, sete estão em operação no entorno do Arquipélago São Pedro São Paulo. Com isto, o incremento total nas exportações de atuns congelados, no ano de 2011, em relação ao ano anterior foi da ordem de 1.910 t (crescimento de 155,75%) e US\$ 10.515.077,00 (crescimento equivalente a 240,82%). Importante frisar que essa política de arrendamento de embarcações possibilitará ao setor pesqueiro brasileiro aprender

novas e modernas técnicas utilizadas pela frota estrangeira, assim como absorver conhecimento e capacitação de mais trabalhadores da pesca que atuarão para atender a demanda advinda dessa frota e assim cumprir o estabelecido pela Resolução Normativa nº 81/2008, do Conselho Nacional de Migrações - CNlg, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

A Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel consumidos por embarcações pesqueiras nacionais foi criada com o intuito de promover a equalização do preço do óleo diesel nacional ao preço do óleo diesel internacional, possibilitando assim o aumento da competitividade do pescado brasileiro no mercado internacional e conseqüente aumento da rentabilidade daqueles trabalhadores envolvidos na atividade pesqueira. Em 2011 foram habilitadas 1.333 embarcações, das quais 473 menos de 20 AB e 860 maiores de 20 AB, e mais de R\$ 23 milhões foram direcionados do Orçamento da União para pagamento da subvenção.

Ainda com vistas ao desenvolvimento da pesca artesanal, foi realizada parceria entre o MPA, a Agência Brasileira de Cooperação – ABC e a FURG para a realização, em janeiro de 2012, do curso de Gestão Social da Cadeia Produtiva da Pesca. O MPA selecionou, em novembro de 2011, 25 representantes de 25 países do eixo sul-sul para participação neste curso, cujo foco é a troca de experiência sobre políticas públicas para este segmento.

Foram também realizados estudos com o objetivo de melhor compreender este segmento, tais como: caracterização da pesca na região da Bacia Amazônica, quanto à descrição das pescarias e das frotas, petrechos utilizados na pesca, número de pescadores envolvidos, status, monitoramento e estatística dos recursos pesqueiros e o levantamento do arcabouço legal e acompanhamento, análise, avaliação e elaboração de relatório sobre o ordenamento dos recursos pesqueiros; caracterização dos principais estuários e lagoas costeiras brasileiras, nos principais aspectos de cada ambiente, na pesca artesanal, nas espécies de interesse econômico e no enfoque ecossistêmico; levantamento e descrição dos principais sistemas estuarino-lagunares nas Regiões Sudeste/Sul e Norte/Nordeste do Brasil; enfoque ecossistêmico dos principais sistemas estuarino-lagunares das regiões Norte e Nordeste do Brasil; levantamento e documentação do índice de alfabetização e escolarização dos pescadores artesanais no Brasil; levantamento e mapeamento preliminar do índice de alfabetização e escolarização dos pescadores artesanais e levantamento das principais causas e fatores que o influenciam; diagnóstico sobre as organizações sociais e entidades de classe representativas de pescadores artesanais no Brasil. Este último, em seus resultados preliminares, permitiu identificar 2.071 entidades, sendo 1.022

Colônias de Pescadores, 718 Associações, 222 Sindicatos, 64 Cooperativas, 21 Federações e 5 Movimentos, 2 União, 5 Conselhos, 2 Fundações, 1 Fórum, 1 Grupo, 2 Centros, 1 Articulação, 1 Comissão, 4 Confederações. Por região, dividem-se em 1.041 na Região Nordeste, 464 na Região Norte, 267 no Sudeste, 212 no Sul e 87 no Centro-Oeste.

Como carro-chefe do desenvolvimento da aquicultura, nos programas de Implantação da Aquicultura em Águas Públicas e Apoio à Implementação da Aquicultura em Águas Públicas, o MPA vem direcionando sua ação para a implantação e regularização de parques aquícolas continentais e marinhos.

Dentre os continentais, em 2011 estiveram em andamento estudos para a demarcação de parques em áreas tecnicamente adequadas para a produção sustentável de pescado, nos reservatórios de Serra da Mesa (GO), Cana Brava (GO), Manso (MT), Lajeado (TO), Itá (SC/RS), Machadinho (SC/RS), Boa Esperança (MA/PI), Xingó (SE/BA/AL), Itaparica (PE/BA), Sobradinho (BA), Coremas (PB), Moxotó (PE/BA/AL), Samuel (RO), e nos oitos reservatórios da calha do rio Paranapanema.

Para a aquicultura marinha, os estudos para demarcação nos Estados do Paraná, Sergipe, Maranhão e Pará já foram concluídos, encontrando-se em fase de demarcação. Os estudos para os Estados do Rio de Janeiro, Ceará e Rio Grande do Norte, por seu turno, ainda estão em fase de execução. Estima-se em torno de 150.000 maricultores beneficiados por estes projetos.

Destaca-se a entrega dos primeiros parques aquícolas marinhos do Brasil, localizados no litoral de Santa Catarina, com capacidade para produzir em torno de 100 mil t/ano de moluscos bivalves.

Neste contexto, em 2011, o MPA concedeu, por meio de licitação, 770 áreas aquícolas distribuídas em diversas regiões do País, fechando o ano com uma produção contratada de 72.736,20 t/ano e 1.210,47 ha, totalizando, no período de 2007 a 2011, a cessão de 2.860 áreas aquícolas entregues, com uma produção total estimada em 320.000 t/ano de pescado cultivado e 2.184 ha. Dessas áreas, aproximadamente 89% foram ofertadas, de forma não-onerosa, para seleção de aqüicultores de baixa renda, comunidades ribeirinhas e tradicionais.

Sublinhem-se, ainda, as ações destinadas ao fortalecimento e ao fomento da aquicultura familiar ou comunitária, mediante a estruturação da cadeia produtiva da aquicultura continental em módulos rurais e urbanos. Com essas ações, foram atendidas 12.212 famílias de pequenos agricultores, assentados da reforma agrária e indígenas, e adquiridos 94 maquinários, para a construção de viveiros de produção.

No que tange à aquicultura marinha em estabelecimentos rurais e áreas urbanas, foram apoiadas diversas cadeias produtivas da maricultura ou cultivo de organismos marinhos – carcinicultura, mitilicultura, algicultura, ostreicultura, piscicultura marinha – além da implantação de unidades demonstrativas, fomento à produção de formas jovens e levantamento de infraestruturas produtivas e dos aspectos tecnológicos e ambientais utilizados para a carcinicultura. Com isso, foram atendidos cerca de 15.000 beneficiários diretos e indiretos.

Ainda como estímulo à aquicultura, registre-se o apoio a cinco unidades de produção de alevinos no Estado do Pará, resultando em aproximadamente 50 milhões de alevinos, e beneficiando aproximadamente 2.000 pessoas. Foram, também, construídas duas Unidades de Produção de Forma Jovens, e reformadas/ampliadas quatro outras, beneficiando diretamente 2.340 pessoas.

Entendendo-se como fundamental o papel do Estado para estabelecer marcos regulatórios que padronizem os diversos mecanismos de certificação aquícola em vigor no País, o MPA e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) editaram a Instrução Normativa Interministerial nº 28, de 2011, que estabelece normas técnicas para os sistemas orgânicos de produção aquícola. Trata-se de passo fundamental para a elaboração, em 2012, entre o MPA e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) do “Programa de Certificação do Pescado Brasileiro”, cujo objetivo é colaborar com o desenvolvimento sustentável do setor pesqueiro e aquícola brasileiro, assinalando verdadeiro marco para a comercialização segura dos produtos aquícolas em solo nacional e nas negociações internacionais.

Assinala-se ainda que, com o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos já existentes para utilização das águas de domínio da União de forma sustentável e, na mesma esteira, difundir a aquicultura como compensação e alternativa socioeconômica no entorno dos reservatórios, promovendo o adequado monitoramento do desenvolvimento da atividade, o MPA, no que diz respeito às articulações institucionais, manteve estreito relacionamento com o Ministério da Integração Nacional (MI), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Eletrobrás, Agência Nacional de Águas (ANA), Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente no Estado do Ceará (Conpam), entidades privadas sem fins lucrativos, a exemplo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), entre outros.

De vital importância para o planejamento e ordenamento da pesca e aquicultura brasileiras, a estatística pesqueira vem sendo constantemente aprimorada pelo MPA. Cerca de 60 % do território

brasileiro já está coberto por projetos de monitoramento do desembarque pesqueiro, sendo que estes encontram-se em diferentes estágios de implementação e geração de dados. Em 2011, acadêmicos, gestores governamentais e representantes do setor produtivo da pesca se reuniram para padronizar as variáveis a serem coletadas em todo o território nacional. Cabe destacar que a aferição dos dados estatísticos é realizada ao longo do ano subsequente àquele nos quais os dados foram gerados. Isso justifica a consolidação dos dados de 2010 no ano de 2011.

As ações referentes ao Registro, Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura, congregam um amplo leque de informações técnicas, tornando necessária a construção de uma estrutura informatizada para auxiliar a coleta e disposição desses dados. Nesse sentido, é continuamente desenvolvido e aprimorado o Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura, que é coordenado pelo MPA e IBGE. Já estão estruturados e em operação os módulos: Central de Controle dos Mapas de Bordo; Sistema de Informações (SI) do Programa Nacional de Rastreamento; o SI do Programa Nacional de Observadores de Bordo; o SI do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP; o Sistema de Registro do Pescador Amador. Em 2011 ocorreu o aprimoramento das ferramentas: nova versão do Sistema de Rastreamento, todas as 7 categorias do RGP, ampliação do uso do SI do Probordo e a finalização da modelagem do Sistema Integrado de Avaliação da Produção Pesqueira e Aquícola.

No que tange aos instrumentos de monitoramento e controle da pesca pode-se destacar: Mapa de Bordo, registro administrativo que tem ajudado nos estudos de avaliação de estoques pesqueiros, bem como na composição da captura anual de determinadas espécies dos boletins estatísticos, teve iniciado, em 2011, os estudos para informatização e automatização da entrega; Programa de Observadores de Bordo, procedimento que visa embarcar profissional não-tripulante para coleta de informações da dinâmica de pesca, com abrangência de 100% dos cruzeiros das embarcações estrangeiras, em 2011 agregou informações de 134 embarques; Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras, que objetiva subsidiar as políticas de ordenamento e facilitar a salvaguarda da vida humana no mar, abrangendo embarcações de grande porte, alcançou em 2011 cerca de 1.600 embarcações rastreadas, e iniciou o processo de inclusão de 800 embarcações da frota lagosteira; e o Regime Nacional de Certificação de Capturas, criado para orientar os exportadores de produtos originados da pesca extrativa marinha à União Européia, emitiu, em 2011, 1.488 certificados com o objetivo de validar a captura de mais de 3 mil t de pescado brasileiro, exportados ao mercado europeu, por 799 embarcações e 66 empresas exportadoras. Dentre

as espécies mais representativas das exportações estão o pargo, peixe-sapo, espadarte e a lagosta-vermelha.

O Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para a gestão da atividade pesqueira. No ano, o RGP obteve novos e importantes avanços: i) implementação do novo modelo de permissionamento de embarcações pesqueiras junto ao sistema informatizado do RGP – SisRGP; ii) operacionalização do acordo de cooperação técnica com o Ministério da Previdência Social (MPS) para utilização do Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS na concessão e nas auditorias relativas às licenças de pescador profissional; iii) edição de atos normativos diversos, com destaque para aqueles que permitiram, mediante adoção de critérios, a regularização da operação de embarcações pesqueiras já comprovadamente ativas; iv) conclusão do módulo do Sistema Informatizado do RGP (SisRGP) que trata do registro de pescadores profissionais, conforme recomendação da CGU; e vi) adoção de ações contínuas de fiscalização e combate ao porte ilegal de carteira de pescador e outras irregularidades no âmbito do RGP;

A categoria de aquicultor do RGP, de maneira a atender o disposto na Lei da Pesca, recebeu novas regras com a IN MPA nº 06/2011, para o Registro e Licença de pessoas físicas e jurídicas que exercem aquicultura comercial. Concomitantemente foi implantado para esta categoria o Sistema Informatizado do RGP - SisRGP, que permite o cadastramento via internet, sem a necessidade de se deslocar até a Superintendência, diminuindo custos. Em 2011 foram realizados 1.481 requerimentos, dos quais 1.203 estão deferidos e 278 permaneceram em análise ou baixaram em função de alguma documentação pendente. Dos requerimentos deferidos, 480 são de Registros e 723 de Licenças de Aquicultor emitidas pelo MPA. Implantado em agosto de 2011, o SisRGP facilitou agregar 946 adesões ao RGP até o final do ano. Ainda em 2011 iniciou-se um programa de divulgação para alcançar e esclarecer ao produtor da necessidade do RGP. Também foi consultado o Sindirações – Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal para que auxiliem, por meio das fábricas, a inserção nas embalagens das rações informações ao produtor sobre o RGP.

Para a categoria de Empresa que Comercializa Organismos Aquáticos Vivos do RGP, foi publicada a IN MPA nº 01/2011 que estabelece os novos critérios e procedimentos para emissão de Licenças de Venda de Raias com fins Ornamentais e de Aquariofilia, sendo concedidas para Região Norte no ano, licença para venda de 19.774 unidades.

Uma das categorias cujo registro passou a ser atribuição do MPA foi a pesca amadora. Assim

sendo, a transição das atividades de registro, a partir do Ibama, foi finalizada em maio de 2010 e contou com o desenvolvimento do novo sistema de registro, disponível na página da internet do MPA. Com isso, em 2011 foram licenciados 288.118 pescadores amadores, o que representou um aumento de 32% em relação à 2010; e autorizadas 179 competições de pesca amadora. Outros avanços obtidos em relação à pesca amadora foram a assinatura de um Acordo de Cooperação junto ao Ministério do Turismo com vistas a realização de ações de cooperação mútua voltadas para o desenvolvimento do turismo de pesca no Brasil, e a elaboração, junto ao Ministério do Meio Ambiente, do novo marco legal para o ordenamento da atividade no Brasil.

Em 2011 foi criado o GTI-Pescador Profissional Artesanal para, em curto prazo, apresentar proposições de medidas corretivas que visem o combate às possíveis fraudes, impropriedades ou inconsistências de dados inerentes ao registro de pescador profissional no MPA, bem como no processo de habilitação e pagamento do seguro desemprego ao pescador profissional artesanal nos períodos de defeso.

Visando o atendimento deste objetivo, na reunião de instalação do GTI, realizada em 26 de outubro de 2011, foi definido como Plano de Trabalho, a discussão dos seguintes temas: i) análise e revisão do fluxo e demais procedimentos; ii) análise e revisão dos procedimentos adotados para definição dos períodos de defeso, com a identificação, cadastramento e avaliação dos defesos em vigor; iii) análise e revisão do fluxo e demais procedimentos relativos à Resolução Codefat nº 657/2010; iv) análise das normas e procedimentos para enquadramento do pescador profissional como segurado especial; v) análise das formas de consultas, interação e compatibilização entre os diversos bancos de dados; vi) análise das formas de Identificação dos beneficiários (Carteira de Pescador x Cartão do Cidadão); vii) discussão e definição de procedimentos para fiscalização da atividade e incremento no controle da atividade, e; viii) discussão e proposição de procedimentos para um possível recadastramento dos pescadores profissionais. A discussão e análise dos temas acima descritos aconteceram nos meses de novembro e dezembro de 2011.

O Ministério firmou Acordos de Cooperação Técnica com diversos órgãos públicos da administração pública federal e estadual, a fim de garantir maior eficiência e ostensividade nas ações de fiscalização pesqueira ao longo de todo o território nacional. Da mesma forma, com fundamento nesses acordos, foi possível o compartilhamento do uso de 28 (vinte e oito) Lanchas-Patrolha adquiridas pelo MPA com essas partes cooperadas. Assim, instituições como a Marinha do Brasil (MB), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Polícia Federal (PF) e Polícias Militares de diversas

Unidades da Federação dispõem hoje desse equipamento para, em conjunto com o MPA, desempenharem ações de fiscalização pesqueira.

Cabe destacar que no ano de 2011 foi realizada a 1ª Oficina Preparatória de Formação de Fiscais da Pesca e Aquicultura, dando início a formação de 54 (cinquenta e quatro) servidores que atuarão na fiscalização da atividade pesqueira. Embora o MPA ainda conte com seu quadro de fiscais da pesca e aquicultura em formação, em 2011, com o suporte de diversos parceiros institucionais, ocorreram quatro destacadas operações de fiscalização da atividade pesqueira, sendo elas: i) ação realizada no Pará com o objetivo de abordar as empresas de pesca de Belém para averiguação do cumprimento dos aspectos relacionados ao Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite – PREPS; ii) ação realizada em Brasília nas empresas comerciantes de organismos aquáticos com fins ornamentais objetivando o licenciamento no Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP; iii) ação realizada com objetivo de visitar empresas detentoras de cotas de raias ornamentais e com fins de aquarofilia no município de Manaus/AM a fim de subsidiar a emissão das licenças para exercício em 2012; iv) ação realizada com objetivo de visitar empresas detentoras de cotas de raias ornamentais e com fins de aquarofilia nos municípios de Altamira, São Félix do Xingu, Belém e Ananindeua situada no Estado do Pará a fim de subsidiar a emissão das licenças para exercício em 2012. Importante ressaltar que, além das ações planejadas de fiscalização independente ou em conjunto com demais órgãos também competentes para realizar ações de fiscalização da atividade pesqueira, o MPA atua também ostensivamente nos principais locais onde a atividade pesqueira é mais intensa.

A fim de garantir a segurança zoossanitária dos recursos pesqueiros brasileiros e evitar a introdução de patógenos que impactem negativamente a sanidade dos animais aquáticos do País, a utilização da análise de risco de importação (ARI) como instrumento para fundamentar a tomada de decisão foi fundamental em 2011 para melhorar o controle sanitário dos processos de importação. Foi estabelecida a metodologia básica padrão para a condução das Análises de Risco de Importação (ARI). Diversos pedidos de autorização de importação de animais aquáticos e pescado foram solicitados em 2011, resultando na abertura de 10 processos de ARI e finalização de três processos. Ainda, foram estabelecidos requisitos zoossanitários para importação de outros 23 produtos de organismos aquáticos, em que foram dispensados da realização de ARI. Sobre importação, estão disponíveis 13 unidades quarentenárias credenciadas pelo MPA, estabelecimentos para onde animais aquáticos vivos são destinados após a importação e onde são submetidos a avaliações clínicas e laboratoriais.

A equivalência de certificação zoossanitária de serviços veterinários oficiais de países exportadores visa à mitigação de riscos zoossanitários e de segurança alimentar de pescados e derivados. Decorrente da necessidade de estabelecer instrumento oficial para reconhecimento de equivalência sanitária dos controles previamente realizados pelos países que exportam para o Brasil, foi definido em 2011 Questionário Padrão a ser utilizado nos processos de reconhecimento de equivalência, o que contribui com a celeridade e eficiência dos processos de importação.

No tocante ao impacto das ações de sanidade do pescado nas exportações, foram abertos cinco novos mercados internacionais em 2011, com conseqüente estabelecimento de modelos de certificados zoossanitários internacionais para amparo às exportações brasileiras de animais aquáticos vivos e seu material de multiplicação. Foram realizadas comunicações internacionais à Organização Mundial de Comércio de atos internos que interferem na importação de commodities de animais aquáticos, visando dar transparência internacional dos procedimentos adotados pelo Brasil.

Em 2011 houve a designação de fiscais sanitários no âmbito do MPA, para executar o acompanhamento do cumprimento da legislação sanitária nas explorações agropecuárias e no trânsito nacional e internacional de animais e seus produtos, além de realizar auditorias e supervisões de atividades relacionadas à sanidade pesqueira e aquícola.

O Programa Nacional de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves (PNCMB) estabelece um sistema de monitoramento da qualidade de ostras e mexilhões destinados ao consumo humano. Em 2011 foi realizada consulta pública do projeto e elaborada minuta de Instrução Normativa Interministerial (em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA) que o estabelece. O referido Programa, que está em fase final de revisão jurídica pelo MAPA, pretende garantir a segurança alimentar do produto e também é um pré-requisito para que o Brasil possa exportar ostras para outros países, como os EUA e a Comunidade Européia, onde programas de controle similares já são executados.

A estruturação da cadeia produtiva é um dos grandes desafios para garantir aumento e regularidade da oferta de pescado, assegurar a qualidade dos produtos, incrementar a renda dos pescadores e aquicultores e possibilitar o fornecimento de produtos com um preço acessível aos consumidores. Para isso, o MPA desenvolve ações que visam à criação, modernização e manutenção de uma rede de infraestruturas compatível com a atividade pesqueira e aquícola, objetivando fortalecer todos os elos das cadeias

produtivas e propiciar as condições necessárias para o desenvolvimento e inovação do setor.

Como parte das ações para fortalecimento da infraestrutura e logística do setor, o Governo Federal estabeleceu a meta de construir ou reestruturar vinte Terminais Pesqueiros Públicos (TPPs), na medida em que estes contribuem para a otimização das atividades de movimentação e armazenagem de pescados e mercadorias relacionadas à pesca.

Atualmente, estão em operação os terminais de Santos (SP), Cananéia (SP), Laguna (SC), Vitória (ES) e Camocim (CE), tendo este último iniciado suas atividades em 2011. Temos ainda o TPP de Cabedelo/PB, em fase de pré-operação; 8 TPPs em construção/aparelhamento (Manaus, Santana, Belém, Beberibe, Niterói, Salvador, Ilhéus e Natal); 3 TPPs em fase de projeto/licenciamento (Porto Velho, Bragança, Aracaju); e 3 em fase de definição de área (Recife; Angra dos Reis e Rio de Janeiro).

A entrada em operação em 2011 do primeiro TPP da Região Nordeste - em Camocim (CE) - representa um importante avanço para o desenvolvimento da pesca e melhoria da qualidade do pescado na região. Este Terminal foi projetado para atender a uma demanda de 30 t diárias de pescado, abrangendo desde a recepção, lavagem, seleção, beneficiamento, armazenagem até a distribuição e comercialização de peixes e crustáceos.

No tocante ao TPP de Bragança/PA, foi concluído o Relatório de Controle Ambiental requisitado pelo IBAMA para continuidade do processo de licenciamento ambiental do referido terminal. Também foi obtida a Licença Ambiental Prévia do TPP Aracaju/SE, terminal este que está sendo executado em parceria com o governo de Sergipe.

Em relação à gestão dos Terminais, pode-se citar o início das atividades associadas ao Termo de Cooperação, firmado entre o MPA e a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, para gestão compartilhada dos Terminais. O TPP de Santos foi escolhido como projeto piloto e, para tanto, já foi elaborado o Plano Básico Operacional que orientará sua gestão. Estão em fase de conclusão os planos operacionais dos terminais de Camocim e de Cabedelo (PB).

O apoio às ações de melhoria do sistema logístico e de gestão também envolveram, em 2011, a conclusão do “estudo de caracterização da cadeia produtiva da pesca do litoral sul do Espírito Santo e desenvolvimento de estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) para a implantação de estruturas pesqueiras na região de Itapemirim/ES” e, também, do “estudo de mercado, planejamento de investimentos e desenvolvimento de modelo de gestão para implantação e/ou reforma de infraestruturas de apoio à cadeia produtiva da pesca no litoral do Estado do Paraná”.

Ainda visando à estruturação da cadeia pesqueira e aquícola, o MPA apóia a implantação e disponibilização de outras infraestruturas. Em 2011, merece destaque a conclusão, em agosto, das obras civis relacionadas à construção do Centro de Capacitação “Casa do Pescador” no município de Içara (SC) e em Coxim (MS).

Foram também entregues 31 fábricas de gelo, mediante prévio Edital de Seleção Pública de beneficiários, com a finalidade de: a) melhorar a qualidade / sanidade do pescado ofertado; b) contribuir para a redução de custos do processo produtivo; c) aumentar a renda dos pescadores artesanais. Ademais, foram distribuídos 36 caminhões “feira do peixe”, integrantes do Programa Peixe nos Bairros, e também 3 caminhões frigoríficos no âmbito do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do Pescado.

No Programa dos Centros Integrados da Pesca Artesanal – Cipar, uma política de apoio à estruturação de cadeias produtivas da pesca com o objetivo de agregar valor e gerar trabalho e renda nas comunidades pesqueiras, incorporando princípios de economia solidária na autogestão das infra-estruturas e a preocupação com a gestão compartilhada dos recursos pesqueiros, em 2011 foram realizadas oficinas “in loco” de planejamento para implementação, em 2012, de mais quatro Cipar, nos Estados do Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Pará. Encontra-se também em execução a construção do Cipar de Santarém-PA.

No âmbito do apoio a pequenos empreendimentos de pesca artesanal, foram entregues 29 kits, dos quais 14 pontos comerciais fixos, nove cozinhas comunitárias, quatro manipulação de mariscos e dois acampamentos para pescadores.

A pesca e a aquicultura são atividades produtivas e, como tal, demandam constante aporte de novos conhecimentos para o seu desenvolvimento. Assim, tem importância a realização de ações de qualificação e Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola - Atepa, um elo entre a pesquisa e o aquicultor/pescador e, também, responsável pela geração/adaptação de conhecimentos adequados a cada realidade.

Em 2011, os acordos de cooperação técnica relativos às temáticas Atepa, Capacitação e Incubação, atenderam um total de 36.000 beneficiários, destacando-se o projeto “Rede de Comercialização Solidária de Pescado da Região Sul do Rio Grande do Sul”, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Rio Grande (FURG), que tem por objetivo apoiar a consolidação das diversas entidades de pescadores e aquicultores presentes na região de abrangência.

Apontem-se, ademais, ações de capacitação de profissionais em aquicultura, realizadas a partir de um exemplo prático/aplicado que potencializa o processo de difusão tecnológica, com investimentos na aquisição e implantação das estruturas de cultivo e de apoio, além do custeio para o processo produtivo. O público alvo dessas ações é composto, principalmente, por agricultores familiares, ribeirinhos, pescadores, piscicultores, instituições de ensino e pesquisa, escolas, dentre outros. Estima-se que o programa já tenha capacitado mais de 4.000 pessoas, com resultados significativos nas economias regionais.

Houve ainda a continuidade no Acordo de Cooperação Técnica entre o MPA e o Instituto Federal do Paraná (IFPR) para a realização dos Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado à Pesca e Cursos Técnicos de Nível Médio Integrado à Aquicultura, em 49 (quarenta e nove) Pólos de Apoio Presencial nos Telecentros da Pesca Maré, para mais de 2.000 (dois mil) alunos matriculados. Os Cursos Técnicos de Nível Médio são disponibilizados para os pescadores e aquicultores, assim como seus filhos, desde que tenham concluído o ensino fundamental e contam com uma carga horária total de 2.400 horas e com duração de 02 (dois) anos. A conclusão deste curso está prevista para o mês de novembro de 2012.

Foram também entregues 48 telecentros, dos quais 41 Telecentros BR e 7 Telecentros da Pesca Maré e realizado Edital Seleção Pública Simplificada de Monitores Bolsistas Nº 01, de 19/08/2011, para 73 monitores bolsistas que atuarão nos Telecentros da Pesca Maré de 36 municípios. Os monitores serão cadastrados no CNPq, o qual disponibilizará um auxílio financeiro no valor de R\$ 241,50 (duzentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos), durante o período de doze meses, além de capacitação nas áreas de tecnologia da informação e comunicação, na modalidade presencial e a distância.

As ações em Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação – P,D&I do MPA têm como objetivo principal subsidiar o desenvolvimento sustentável dos setores pesqueiro e aquícola no Brasil. Uma importante ferramenta para execução dessas atividades são as parcerias firmadas por este Ministério, destacando-se a existente com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI e suas agências: CNPq e Finep. Tais parcerias resultaram no lançamento de Chamadas Públicas conjuntas, sendo que em 2011 aproximadamente 110 projetos encontraram-se em execução. Ressalta-se que o MPA foi formalizado como convidado permanente do Fundo Setorial do Agronegócio – CT-Agro e do Fundo Setorial dos Recursos Hídricos – CT-Hidro.

Outra parceria de destaque é com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Em 2011, o MPA efetivou seu apoio financeiro ao

processo de estruturação da Embrapa Pesca e Aquicultura, sediada em Palmas/TO, para readaptações das instalações físicas e aquisição de equipamentos. Ainda, o MPA tem atuado na elaboração da proposta de um Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Transferência de Tecnologia (TT) em Pesca e Aquicultura (CBPA), cuja finalidade é, dentre outras, propor diretrizes estratégicas, captar recursos e financiar projetos de P&D e TT em Pesca e Aquicultura. Além dos projetos citados, outros dois importantes projetos de pesquisa foram apoiados: um com a Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC (Análise de Sustentabilidade dos Principais Sistemas de Cultivo de Camarões Marinhos) e outro com a Universidade Federal de Rio Grande – FURG (Estruturação do Centro de Biotecnologia e Diagnóstico de Organismos Aquáticos da Universidade Federal do Rio Grande).

Relativamente à promoção ao consumo e comercialização de pescado, o MPA realizou, em parceria com o Ministério da Saúde, a 8ª edição da Semana Do Peixe, ocorrida entre os dias 11 e 24 de setembro de 2011. Esta iniciativa integra a Campanha Nacional de Incentivo ao Consumo de Pescado, para incentivar o brasileiro a consumir mais pescado, como preconiza a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Nesse ano, a Semana do Peixe teve o foco na promoção da qualidade de vida e alimentação saudável da população. As ações da Semana envolveram a divulgação de informações através de cartilhas aos consumidores de todo País, contendo dados sobre os benefícios do consumo e até receitas enriquecidas. A ação resultou em aumento nas vendas das principais redes varejistas do País, que, em relação à campanha de 2010, apresentaram acréscimos entre 17% e 45%, colaborando para o desenvolvimento do varejo como forte canal de escoamento da produção de pescado do País.

Outra ação visando ao aumento do consumo do pescado, e que, ao mesmo tempo, se configura em estímulo à sustentabilidade da pesca artesanal, é a promoção da inserção do pescado no mercado institucional, destacando-se o programa de inclusão do pescado na alimentação escolar. Sua finalidade consiste em garantir o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, considerando a diversidade cultural e o requisito de sustentabilidade ambiental e sócio-econômica, além de promover a inclusão social dos pescadores artesanais e aquicultores familiares. Nesse contexto, destaca-se a disponibilização de equipamentos básicos, denominados “kit despoldadeira”, para produção de carne mecanicamente separada de peixe - isenta de espinhas, vísceras, ossos, pele e escamas, com a finalidade de viabilizar produtos de pescados aptos para a alimentação escolar. Em 2011, foram finalizadas as entregas dos kits para 10 entidades

selecionadas nos Estados do Maranhão, Ceará, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Distrito Federal. Recentemente, o MPA obteve assento como membro no Comitê Executivo da Agroindústria no âmbito do Plano Brasil Maior, que se constitui em importante fórum para estudo das cadeias produtivas da agroindústria, em alinhamento à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, coordenado pelo MDIC.

Em relação ao acesso ao crédito, as operações de financiamento no 1º semestre de 2011 ultrapassaram o valor de R\$ 96 milhões, representando mais de sete mil contratações de janeiro a junho de 2011. As operações realizadas no segundo semestre de 2011 ainda estão sendo quantificadas pelo Banco Central e devem ser apresentadas ao MPA até final de fevereiro. Na linha de crédito Revitaliza, destinada à revitalização da frota pesqueira artesanal, foram concedidas 76 anuências no ano de 2011. Essas anuências permitirão contratação da linha de crédito que compõe o pacote Mais Alimentos do Pronaf, com foco em embarcações que permitem uma produção pesqueira mais sustentável.

Em 2011 o MPA operou em iniciativas na área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, especialmente naquelas do Governo Federal: na Operação Cidadania Xingu (OCX) e no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu. Na OCX atuou em sete municípios e coordenou toda a Operação em Porto de Moz, realizando 3220 atendimentos (cerca de 1,8% do total da OCX), 1.352 registros de pescador(a) novos ou renovados e 59 novos aquicultores registrados. Além disso, foi consolidada a base para a formação de um conselho participativo de pesca e aquicultura para qualificação de futuras ações.

Ainda em Belo Monte, está em curso, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a implantação de parque aquícola com estimativa de produção de cerca de 92.882 t/ano na área da barragem (cerca de 22% de toda produção aquícola e de 28% de toda a piscicultura nacional). Indica-se que tal produção prescinde de desmatamento, ao contrário de outras matrizes de produção de proteína animal, e pode gerar 900 vezes mais tonelagem e 480 vezes mais rentabilidade do que o gado por hectare produtivo.

No âmbito das UHEs de Santo Antônio e Jirau, foi criado em 2011 o conselho participativo gestor da pesca e aquicultura, o primeiro referente à área de empreendimentos hidroenergéticos no País. Este conselho reúne governos, empreendedores, sociedade civil organizada e o setor, e deverá qualificar as Ações do Plano Básico Ambiental das hidrelétricas. De forma paralela, após a realização de seminário específico sobre pesca e aquicultura

em Porto Velho/RO, aguarda-se parecer do Ibama para publicação de Portaria Interministerial com vistas à instituição de Grupo de Trabalho de Gestão Compartilhada da Pesca e Aquicultura para área de abrangência das UHEs de Santo Antônio e Jirau. O objetivo do Grupo de Trabalho é discutir, elaborar e propor medidas e políticas públicas para a gestão compartilhada da pesca e aquicultura na área de abrangência dos empreendimentos.

Atenta à relevância do cenário pesqueiro e aquícola brasileiro no contexto das mudanças climáticas, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) permitiu – de maneira inovadora e pertinente – a elaboração de um Plano Setorial de Mitigação e Adaptação de Pesca e Aquicultura (PPAMC) para Mudanças Climáticas. Após chancela do Grupo Executivo Interministerial sobre Mudança do Clima (GEX) e do Comitê Interministerial sobre Mudança Climática (CIM), em 2011 foi aprovada a elaboração do Plano Setorial.

Outra estratégia relevante para impulsionar as ações de P,D&I em pesca e aquicultura no Brasil é a celebração e operacionalização de acordos de cooperação internacional, uma vez que se constitui em um mecanismo para fortalecimento das instituições de ciência e tecnologia brasileiras, bem como para a formação e qualificação de recursos humanos. Nesse sentido, quanto ao fomento de ações de cooperação internacional em pesca e aquicultura, houve em 2011 a participação no workshop Brasil - Noruega, realizado em Manaus, participação na Feira Aqunor 2011 e reuniões paralelas em Trondheim e Bergen, na Noruega. Também a fim de intensificar a cooperação em pesquisa em aquicultura e pesca, foram realizadas reuniões com representantes da Comunidade Européia. Adicionalmente, o MPA tem participado das discussões referentes ao programa Ciência sem Fronteira, indicando instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais para participarem do Programa de modo a inserir a temática da pesca e aquicultura.

O Governo tem sido ativo em foros internacionais como o Comitê de Pesca da FAO (COFI), a Comissão Internacional para a Conservação do Atum no Atlântico (ICCAT), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Rede de Aquicultura das Américas (RAA). Neste sentido, foram estabelecidos memorandos de entendimento com um grande número de países, com vistas a um intercâmbio de experiências e de conhecimentos técnicos e científicos. Em 2011, foram assinados documentos com Islândia, Sudão e Paraguai. Com países fronteiriços – Suriname, Guianas, Venezuela, Argentina, Uruguai, Colômbia – procura-se uma harmonização de legislação e o aperfeiçoamento do uso de recursos pesqueiros compartilhados.

4.3. ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.3.1. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

A política de assistência social tem por finalidade garantir a proteção e o amparo à parcela socialmente mais vulnerável da população, com enfoque na família, infância, adolescência, população idosa e com deficiência. Caracteriza-se por ser um conjunto de iniciativas diversificadas e sinérgicas que se resguardam em uma estrutura normativa promotora do reconhecimento de direitos. Essa política, executada de forma descentralizada, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), vem promovendo o crescimento da oferta de serviços públicos, contribuindo de forma significativa para a redução da pobreza e desigualdade social no Brasil.

Nos últimos anos, verifica-se o aumento da abrangência das ações de Assistência Social que, atualmente, atinge de forma mais efetiva a camada mais carente da população, com o crescimento do Programa Bolsa Família, com a expansão dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social (Creas) em todo o território nacional e com a consolidação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Também deve ser salientada a importância do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do acesso das populações mais vulneráveis à alimentação no processo de erradicação da pobreza extrema no País. Esse

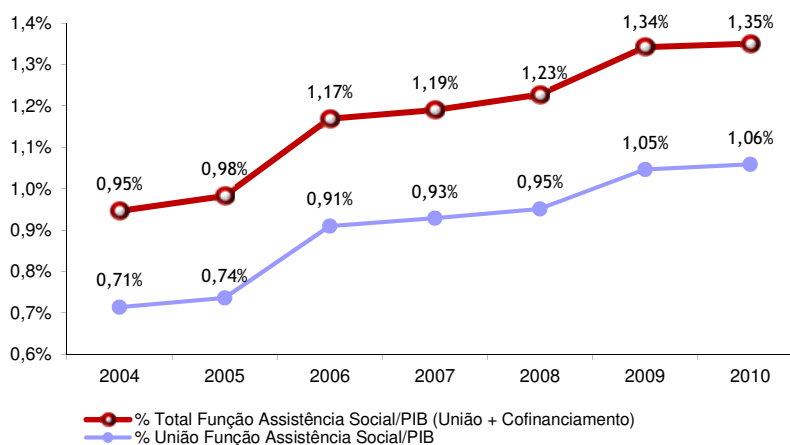
conjunto de ações e programas governamentais de proteção social está sendo reafirmado como prioridade pelo atual governo e ampliado com a criação do Plano Brasil sem Miséria (BSM).

Mais do que isso, o BSM se configura como um passo adiante no compromisso da redução da pobreza e da desigualdade social brasileira. Instituído pelo Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, com o objetivo de superar a situação de extrema pobreza no âmbito nacional. Esse Plano, que envolve 121 ações de oito ministérios, está focado em três eixos norteadores: transferência de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. Seu público-alvo é a população com renda per capita mensal de até R\$ 70,00, que soma aproximadamente 16,2 milhões de pessoas, de acordo com inferência obtida do Censo 2010.

Execução Orçamentária

A expansão dos recursos aportados na Função Assistência Social entre 2004 e 2010, foi de 170%, em termos nominais, envolvendo recursos federais e o cofinanciamento de estados e municípios, conforme o Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Estados, Distrito Federal e Municípios - SISTN e dados do MDS. Em relação ao PIB, a representatividade da função passou de 0,95% para 1,35%, conforme se verifica no gráfico a seguir.

**EVOLUÇÃO DOS RECURSOS DA FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL
EM RELAÇÃO AO PIB, EM TERMOS NOMINAIS
(2004-2010)**



Fonte: Siafi, SISTN/STN e IBGE

Elaboração: Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação (CGPA/SPO/SE/MDS)

Ao se observar a execução orçamentária da União em 2011, verifica-se que houve crescimento de 16,4% no valor liquidado na função Assistência Social em relação ao exercício anterior. De 2007 a 2011, a expansão foi de 82,4%, correspondente a R\$ 20,5 bilhões em valores nominais.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES

R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL POR SUBFUNÇÃO											
	2007		2008		2009		2010		2011		TOTAL	
	LIQ.	%	LIQ.	%	LIQ.	%	LIQ.	%	LIQ.	%	LIQ.	%
SUBFUNÇÕES TÍPICAS	15.421	62,0	17.445	60,8	32.422	97,6	37.853	97,2	44.031	97,1	147.171	86,0
Assistência ao idoso	6.133	24,7	7.195	25,1	8.675	26,1	10.365	26,6	11.537	25,5	43.905	25,7
Assistência ao portador de deficiência	7.335	29,5	8.446	29,4	10.037	30,2	11.869	30,5	13.579	30,0	51.266	30,0
Assistência à criança e ao adolescente	427	1,7	482	1,7	607	1,8	682	1,8	701	1,5	2.899	1,7
Assistência comunitária	1.525	6,1	1.322	4,6	13.103	39,4	14.937	38,3	18.214	40,2	49.101	28,7
OUTRAS SUBFUNÇÕES	9.434	38,0	11.264	39,2	813	2,4	1.101	2,8	1.295	2,9	23.907	14,0
TOTAL	24.855	100,0	28.708	100,0	33.235	100,0	38.954	100,0	45.326	100,0	171.078	100,0

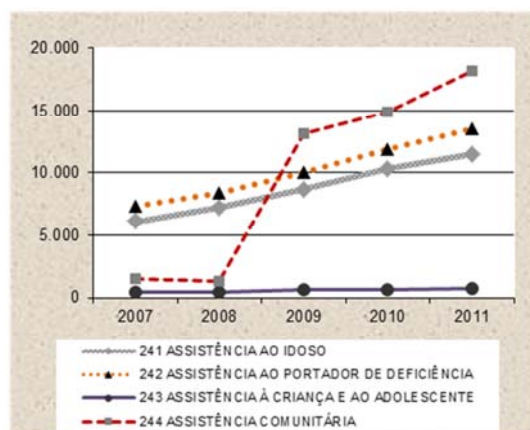
Fonte: Siafi – Base 06/01/2012

Elaboração: Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação (CGPA/SPO/SE/MDS)

Analisando-se por subfunção, verifica-se que a Assistência Comunitária, na qual se insere o Bolsa Família, foi a que apresentou maior crescimento entre 2010 e 2011, de 21,9%. Em termos relativos, sua participação no total liquidado na Função Assistência Social passou de 38,3%, em 2010, para 40,2%, em 2011, enquanto as demais subfunções típicas apresentaram um ligeiro declínio nas suas participações relativas. Vale destacar que, além de ser a subfunção com maior participação relativa, é a que apresenta, desde 2009, o maior crescimento, tanto em termos nominais quanto proporcionais, reflexo da prioridade dada ao Bolsa Família, cujas diretrizes estão voltadas para o aumento da

cobertura, balizada na efetiva inserção da população mais carente no rol de beneficiários aliada ao reajuste dos valores dos benefícios. Esse objetivo, à medida que se realiza, aumenta o gasto orçamentário. Ressalte-se que até 2008 o Bolsa Família era classificado na Subfunção Transferências, o que justifica o grande crescimento verificado na execução da Subfunção Assistência Comunitária no exercício de 2009. Cumpre salientar, também, que a Subfunção Alimentação e Nutrição, apesar da importância que representa na política do MDS, não faz parte das subfunções típicas da Assistência Social.

VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS (2007-2011) em R\$ milhões



Fonte: Siafi – Base 06/01/2012

Elaboração: Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação (CGPA/SPO/SE/MDS)

Conforme se verifica no demonstrativo a seguir, entre 2007 a 2011, o crescimento do valor liquidado na Função Assistência Social foi de R\$ 20.471 milhões, o que corresponde a um aumento de 83,0%.

VALORES LIQUIDADOS (OFSS + RPNP)

FUNÇÃO ASSISTÊNCIA SOCIAL		LIQUIDADO					
		2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
OFSS	No Exercício	24.653,0	28.660,7	33.116,1	38.783,3	45.109,2	170.322,4
	RPNP	201,6	47,7	119,0	171,0	216,5	755,8
TOTAL		24.854,7	28.708,4	33.235,1	38.954,4	45.325,7	171.078,2

Fonte: SIAFI – Base 06/01/2012

Elaboração: Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação (CGPA/SPO/SE/MDS)

Esse crescimento pode ser explicado pela expansão das principais políticas do MDS, entre as quais as transferências de renda do PBF e BPC, em que se verificaram aumentos significativos no número de beneficiados, assim como reajustes acima da inflação nos valores dos benefícios, a ampliação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e do Programa Acesso à Alimentação. Já no que diz respeito aos Restos a Pagar não Processados, a despeito da sua baixa participação no total liquidado (0,45% em média, entre 2007 e 2011), houve, em termos relativos, uma redução em 2011 comparado a 2007, de 0,81% para 0,45%.

Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF), no âmbito do Plano Brasil sem Miséria (BSM), tem por objetivo contribuir para a superação da pobreza e a diminuição da desigualdade social no Brasil por meio de três eixos de atuação: transferência direta de renda, a fim de promover melhorias imediatas nas condições de vida das famílias; ampliação do acesso das famílias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, contribuindo para romper a reprodução do ciclo de pobreza entre as gerações; e integração com outras ações e programas de governo e da sociedade civil, de modo a viabilizar o desenvolvimento das famílias em situações de maior vulnerabilidade.

Em dezembro de 2011, registrou-se o total de 13,3 milhões de famílias beneficiadas, quantitativo 4,7% superior à meta do PPA 2008-2011, de 12,7 milhões. No que tange à execução orçamentária da transferência de renda, houve um incremento de R\$ 3,2 bilhões, ou de 22,5%, em 2011. Isso se deve à fixação de um objetivo mais ambicioso para a cobertura do Programa Bolsa Família no âmbito da estratégia do BSM, entre as quais se incluem a ampliação no número de famílias beneficiárias e o aumento do benefício médio, que em dezembro de 2011, alcançou o valor R\$ 120,19 (24% a mais do que em dezembro de 2010, de R\$ 96,97).

O reajuste concedido em abril antecipa a priorização pontuada pelo BSM. Considerando que 40% dos 16,2 milhões de brasileiros que vivem na extrema pobreza têm menos de 14 anos, o reajuste deu ênfase ao benefício destinado especificamente a famílias com crianças e adolescentes de zero a 15 anos. Trata-se do Benefício Variável que teve o aumento mais significativo (45,5%), passando de R\$ 22,00 para R\$ 32,00.

O benefício específico para famílias com jovens entre 16 e 17 anos, Benefício Variável Vinculado aos Jovens e Adolescentes, teve incremento de 15,2%, atingindo R\$ 38,00. O Benefício Básico, pago a todas as famílias em situação de extrema pobreza, mesmo àquelas sem filhos de zero a 15 anos, teve reajuste de 2,9%.

Com o lançamento do BSM, além do reajuste e das metas de expansão da cobertura para melhorar a situação das crianças que vivem na pobreza e na extrema pobreza, foram criadas outras três medidas. Em setembro de 2011, a quantidade máxima de Benefícios Variáveis que cada família pode receber foi ampliada de três para cinco benefícios. A medida tem forte impacto sobre as famílias com mais de três crianças e adolescentes que são justamente as que mais sofrem com a condição de extrema pobreza. O aumento do limite de Benefícios Variáveis por família acarretou disponibilização de 1,2 milhão de novos Benefícios Variáveis relativos a crianças de todo o País no mês de setembro, quando foi implantado.

Em novembro, o PBF começou a pagar benefícios variáveis para auxiliar na nutrição durante uma fase fundamental para o desenvolvimento infantil, que vai de zero a seis meses, conhecido como “benefício variável nutriz”. Em dezembro, teve início o pagamento dos benefícios variáveis destinados à proteção das mulheres grávidas, denominado “benefício variável à gestante”. Ambos remuneram com o valor de R\$ 32,00 mensais, equivalente ao do Benefício Variável. Em dezembro de 2011 foram liberados 93 mil benefícios para nutrízes e 25 mil para gestantes.

Entre outras frentes de atuação em sintonia com os objetivos do BSM sobressaem:

- o “retorno garantido”, que visa certificar que as famílias que requerem voluntariamente seu desligamento do Bolsa Família possam, por um prazo de três anos contados a partir da data de desligamento, solicitar seu retorno imediato ao Programa; e
- acordos de cooperação com outros entes da federação de forma a amplificar os efeitos das políticas federais, seja por meio de transferência complementar de renda, seja pela ampliação da oferta serviços públicos. Já foram firmadas pactuações dessa natureza com dez Unidades da Federação: Acre, Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo, Goiás e Mato Grosso. Em termos municipais, há acordos com Manaus (AM), Nova Lima (MG) e São Luís (MA).

Em termos de condicionalidades na área de educação, o índice de acompanhamento de frequência escolar, alcançado nacionalmente, foi de 86,8% do público, ou seja, 14,9 milhões das 17,2 milhões de crianças e adolescentes na faixa etária do acompanhamento, com participação de todos os municípios brasileiros. Em outubro, do público de seis a quinze anos, 96,2% dos acompanhados tiveram frequência acima da mínima exigida, que é de 85% das aulas. Dentre o público de 16 e 17 anos, 92,8% tiveram frequência às aulas acima dos 75% exigidos.

No que diz respeito à condicionalidade na área da saúde, no último período com dados consolidados, referente ao primeiro semestre de 2011, foram acompanhadas 7,3 milhões de famílias, o que corresponde a 70,2% do público. Das 5,9 milhões de crianças menores de sete anos, foram acompanhadas 4,2 milhões, sendo que, dessas, 99% apresentaram calendário de vacinação em dia. Das gestantes localizadas (118.094), 95,8% estavam com as consultas do pré-natal regulares.

No tocante ao Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), a estratégia de busca ativa para cadastramento e atualização dos dados é fundamental para atingir as metas de expansão da cobertura do Bolsa Família, pois amplia a capacidade de o poder público identificar, por meio do Cadastro, as potenciais famílias beneficiárias. Ela ganhou ainda mais importância considerando que o CadÚnico, instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, foi definido como base para todos os programas que fazem parte do BSM. Em novembro de 2011, havia 20,3 milhões de famílias de baixa renda no Cadastro Único, correspondendo a 72,2 milhões de pessoas. Desde o lançamento do BSM, em junho, até outubro de

2011, foram incluídas 933.902 famílias no Cadastro Único, 42,5% delas em situação de extrema pobreza.

Para assegurar a qualidade das informações do CadÚnico, foi dada continuidade à estratégia de revisão cadastral, por meio da mobilização dos gestores municipais para atualizar os dados das famílias beneficiárias com mais de dois anos desde a última alteração de seus registros. Ainda no âmbito da qualificação do Cadastro, além das atividades de revisão e averiguações cadastrais, estão previstos para 2012 o lançamento de um tabulador de dados, a ser utilizado por estados e municípios, e a construção de um preditor de renda, que vai aprimorar o monitoramento da fidedignidade das informações registradas.

A implantação da Nova Versão do Cadastro Único (Versão 7) em 97,5% dos municípios brasileiros ao longo de 2011 contribuiu para a ampliação e qualificação das informações cadastrais. Com funcionamento *online*, torna os processos de inclusão, alteração e exclusão mais dinâmicos, eliminando multiplicidades e divergências cadastrais. Para facilitar a utilização da nova versão, foram capacitados cerca de 18 mil entrevistadores e 12 mil operadores em todos os municípios brasileiros.

Desde 2006, o Governo Federal instituiu o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), um instrumento que mede a qualidade da gestão municipal e estadual. O IGD incorpora incentivos específicos para estímulo às atividades de acompanhamento familiar, de apuração de irregularidades e de entrega de cartões aos beneficiários do Bolsa Família.

O MDS aperfeiçoou os fatores para cálculo do IGD, elevando de R\$ 2,50 para R\$ 3,25 o valor de referência a ser multiplicado pelo número de cadastros válidos (e atualizados) mantidos pelo município (limitado à sua estimativa de famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo) para incentivar a atualização das famílias inscritas no CadÚnico e a localização das famílias em situação de extrema pobreza ainda não cadastradas. Vale registrar que anteriormente o valor de referência era multiplicado pelo número de famílias beneficiárias na folha de pagamento do PBF, o que, muitas vezes, não refletia todo o esforço realizado. A nova sistemática de cálculo, que toma como base os cadastros válidos e atualizados, reflete a lógica do Plano Brasil sem Miséria e de seu engajamento na busca ativa de seu público-alvo.

Serviços Socioassistenciais

As ações de serviços socioassistenciais foram estruturadas, desde 2005, em um novo modelo de gestão descentralizada e participativa, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual organiza em todo o território nacional a oferta dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais.

Fundamentado na complexidade dos serviços em níveis de proteção social básica e especial, na centralidade da família, se baseia também na territorialização, na participação social e no financiamento compartilhado pelas três esferas de governo.

Ao final de 2011, 99,7% dos municípios brasileiros (5.544) estavam habilitados em algum nível de gestão do SUAS sendo 180 municípios (3,2%) em gestão inicial, 4.970 municípios (89,3%) em gestão básica e 394 (7,1%) em gestão plena. Cada nível de gestão se traduz em requisitos, responsabilidades e incentivos distintos. Em síntese, no nível de gestão

básica, o município assume a gestão da proteção social básica (prevenção das situações de risco e fortalecimento de vínculos familiares), e na gestão plena, assume a gestão de todas as ações de Assistência Social. No nível inicial, permanecem aqueles municípios que recebem cofinanciamento federal baseado em série histórica, anterior ao SUAS, sem que tenham ainda se habilitado em algum dos dois níveis de gestão anteriores. O nível crescente de adesão ao SUAS desde a sua implantação e o incremento da habilitação nos níveis de gestão básica e plena, conforme observado no quadro a seguir, demonstram a consolidação desse modelo de gestão.

**NÚMERO DE MUNICÍPIOS HABILITADOS AO SUAS
SEGUNDO O NÍVEL DE GESTÃO – 2005 A 2011**

TIPO DE HABILITAÇÃO	PERÍODO						
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Gestão Inicial	1.625	1.286	1.262	1.170	940	578	180
Gestão Básica	3.206	3.690	3.813	3.921	4.182	4.565	4.970
Gestão Plena	312	356	364	374	385	387	394
TOTAL	5.143	5.332	5.439	5.465	5.507	5.530	5.544

Fonte: Demonstrativo de Habilitação - MDS

No âmbito normativo, destaca-se a aprovação da Lei nº 12.435/2011, que incorporou à Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/93) o desenho institucional do SUAS, adequando conceitos e regras relativos à gestão, financiamento, controle social, monitoramento e avaliação, criou o Índice de Gestão Descentralizada (IGD-SUAS) e passou a permitir que parte do cofinanciamento federal para as ações continuadas seja destinada ao pagamento das equipes de referência responsáveis pelos atendimentos.

A organização do SUAS consolidou os níveis de proteção social básica e especial, instituindo legalmente as unidades de referência na prestação de serviços – o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) – e os serviços ofertados nessas unidades: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Atenção Especializada às Famílias e Indivíduos (Paefi) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Ao mesmo tempo, a criação do IGD-SUAS constituiu relevante incentivo ao aperfeiçoamento da gestão dos demais entes federados, a exemplo do IGD-Bolsa Família. Sua lógica consolidou-se como experiência bem sucedida de práticas em ambiente de governo, por órgãos de controle e entidades com expertise em avaliação de governança, como a OCDE.

Em dezembro/2011, ocorreu a VIII Conferência Nacional de Assistência Social, culminando um processo de debate que envolveu usuários, profissionais, gestores, entidades e movimentos sociais, em todo o País. A Conferência Nacional, com o tema “Consolidar o SUAS e valorizar seus trabalhadores”, contou com mais de três mil participantes, que aprovaram propostas relativas à estruturação da gestão do trabalho no SUAS, o reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais, o fortalecimento da participação e do controle social e a centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no País.

A partir de 2011, o Censo SUAS coleta dados das entidades socioassistenciais privadas sem fins lucrativos, além das unidades Cras, Creas, Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e das gestões e conselhos municipais, estaduais e do DF, constituindo-se em um valioso instrumento para a qualificação do Sistema. Outra ação fundamental para a consolidação do sistema é a capacitação dos membros dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e das Instâncias de Controle Social do Programa Bolsa Família (ICS/PBF). Aproximadamente 12 mil pessoas foram capacitadas, em cerca de 4.100 municípios. Em 2011, disponibilizaram-se novas publicações e reimpressões, com a distribuição aproximada de 560 mil exemplares, tratando de orientações técnicas sobre os serviços, marco regulatório e cadernos de estudos. A definição de categorias profissionais de nível superior para prestar atendimento nos serviços

socioassistenciais e nas funções de gestão do SUAS trará reflexos nos processos de certificação profissional, formação técnica e recrutamento dos recursos humanos da área, com a consequente melhoria dos serviços prestados à população.

No âmbito da Rede Socioassistencial Privada, a Lei nº 12.101/2009 transferiu, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) para os Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a competência para a certificação das entidades beneficentes de assistência social, conforme a área de atuação da entidade. Para seu acompanhamento, está em construção sistema eletrônico para a implantação do Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social, abrangendo a inscrição, o cadastro, a certificação e a vinculação de entidades ao SUAS.

Proteção Social Básica

O Programa Proteção Social Básica (PSB) reúne um conjunto de benefícios, serviços e projetos voltados para o atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. As ações prioritárias do programa são os Benefícios de Prestação Continuada (BPC), o PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SFCV).

O BPC é um direito garantido pela Constituição e consiste no pagamento de um salário mínimo

mensal a pessoas com 65 anos ou mais de idade e a pessoas com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, em qualquer idade, cuja renda per capita familiar mensal, em ambos os casos, seja inferior a um quarto do salário mínimo. Trata-se de um benefício individual, intransferível, de natureza não-contributiva.

Em 2011, foram investidos no BPC, aproximadamente, R\$ 23,3 bilhões, sendo R\$ 12,2 bilhões no atendimento a 1,9 milhão de pessoas com deficiência (PcD) e R\$ 11,1 bilhões no atendimento a 1,7 milhão de pessoas idosas. Ao mesmo tempo, a Renda Mensal Vitalícia – RMV, um benefício em extinção, demandou investimentos de R\$ 1,3 bilhão para 195.018 beneficiários por invalidez e R\$ 427,9 milhões destinados a 59.540 beneficiários por idade. Em síntese, o conjunto de benefícios da proteção básica do SUAS beneficiou em 2011 mais de 3,8 milhões de pessoas, o que representa um aumento de 160,7 mil beneficiários em relação a 2010, demandando recursos da ordem de R\$ 25,1 bilhões. Entre 2006 e 2011, o BPC apresentou um crescimento de 47,4% no número de beneficiários por deficiência e 42,6% em relação às pessoas idosas, enquanto a RMV apresentou uma redução de 51,5% no universo de seus beneficiários, sendo 57,6% entre as pessoas com invalidez e 38,16% entre os idosos.

BENEFÍCIOS BPC/RMV – EXECUÇÃO FÍSICA (2006 – 2011)

AÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011
BPC PcD	1.293.645	1.385.107	1.510.682	1.625.625	1.778.345	1.907.511
BPC Idoso	1.183.840	1.295.716	1.423.790	1.541.220	1.623.196	1.687.826
SUBTOTAL	2.477.485	2.680.823	2.934.472	3.166.845	3.401.541	3.595.337
RMV invalidez	338.242	308.517	282.320	259.088	215.850	195.018
RMV idoso	155.998	133.871	114.821	99.627	71.830	59.540
SUBTOTAL	494.240	442.388	397.141	358.715	287.680	254.558
TOTAL	2.971.725	3.123.211	3.331.613	3.525.560	3.689.221	3.849.895

Fonte: Dataprev/Síntese

Em 2011, a regulamentação do BPC passou por diversas alterações, como a redefinição do conceito de família e de pessoa com deficiência (PcD) para fins de acesso ao benefício, a criação de incentivo ao acesso do beneficiário (PcD) ao mercado de trabalho e o aprimoramento dos instrumentos para avaliação da deficiência e do grau de impedimento desses requerentes ao benefício. Para ampliar a proteção social aos beneficiários do BPC e suas famílias, algumas ações estão sendo desenvolvidas, como o BPC na Escola, o BPC Trabalho, o cadastramento dos beneficiários e suas famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, seu acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE, prevista na Lei nº 12.212/2010) e às ações do Plano Brasil Sem

Miséria e do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limites.

Em função do BPC na Escola, enquanto em 2007 registravam-se matrículas de 29,53% dos 340 mil beneficiários, em 2010 essa proporção atingiu 52,61% dos 435 mil beneficiários. Em 2010, foi implementado nos Municípios de São Paulo e Santo André (SP), o projeto piloto do BPC Trabalho, que visa promover o acesso ao trabalho das pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC. Em 2011, o projeto foi ampliado para Campo Grande (MS), Belém (PA), Fortaleza (CE), Teresina (PI), Porto Alegre (RS), João Pessoa (PB) e Recife (PE).

Como principal serviço da proteção básica, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à

Família (PAIF) tem por finalidade fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. O PAIF é ofertado obrigatoriamente nos CRAS ou, nos casos de territórios extensos com áreas rurais, de difícil acesso e dispersão populacional, pelas equipes volantes (instituídas pela Portaria MDS nº303/2011) - equipes adicionais, vinculadas a um CRAS em funcionamento.

Em dezembro de 2011, o Cadastro Nacional do SUAS – CadSUAS, registrava a existência de 7.645 CRAS ativos, localizados em 5.385 municípios, significando um crescimento de 54,7% em relação ao número de unidades existentes no Censo SUAS 2007, sendo que, somente em 2011, 844 novos CRAS iniciaram suas atividades. Em relação aos recursos federais, a rede de CRAS com cofinanciamento federal atingiu 7.226 unidades em dezembro de 2011, o que demandou, no exercício, uma execução orçamentária de R\$ 497 milhões. No que tange ao número de famílias acompanhadas pelo PAIF, os dados do Censo SUAS apontam que em agosto de 2011 (data de referência utilizada no questionário do Censo), estavam sendo acompanhadas aproximadamente 1,6 milhão de famílias.

Complementar à ação do PAIF e estruturado de acordo com o ciclo de vida (crianças de até seis anos de idade, crianças e adolescentes de seis a quinze anos, adolescentes e jovens de quinze a dezessete anos e idosos), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) têm por objetivo atender a demandas e necessidades específicas de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Esse serviço tem caráter preventivo e proativo, visando fortalecer vínculos familiares, incentivar a socialização e a convivência comunitária, e pode ser ofertado no CRAS, em outras unidades públicas ou em entidades privadas sem fins lucrativos, desde que referenciadas ao CRAS.

Aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças até seis anos e idosos durante o exercício de 2011, foram aportados pelo MDS recursos da ordem de R\$ 84,4 milhões, distribuídos em 3.886 municípios. Por sua vez, o serviço de convivência para adolescentes e jovens de quinze a dezessete anos, recebeu aportes de recursos no montante de R\$ 314,1 milhões para o atendimento de aproximadamente 483 mil jovens, em 3.534 municípios.

Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial (PSE) é organizada em dois níveis de complexidade: média e alta. O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) é a principal unidade pública estatal da proteção social de média complexidade. É

responsável por coordenar, articular e ofertar serviços especializados a famílias e indivíduos em situação de risco ou com direitos violados, tais como: violência física, psicológica e negligência; abandono; violência sexual; situação de rua; trabalho infantil; e afastamento do convívio familiar, dentre outras. Os Creas têm abrangência municipal ou regional e sua implantação considera os indicadores de situações de violação de direitos nos territórios. O atendimento dos Creas regionais é pactuado entre os respectivos gestores municipais e o gestor estadual.

Os Creas ofertam o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) que objetiva fortalecer a função protetiva das famílias, contribuir para a superação de padrões violadores e para a prevenção de reincidências. Também estão nos Creas o serviço de proteção social aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto (MSE), cujo objetivo é criar condições para que os jovens atribuam novos significados aos atos infracionais e reconstruam seus projetos de vida. Já o serviço de abordagem social visa identificar as situações de violação de direitos em seu território de abrangência e promover a inserção dessas famílias. Além disso, um número crescente dessas unidades atendem usuários de substâncias psicoativas e suas famílias, trabalho realizado em parceria com a rede da saúde, como resultado do esforço conjunto realizado pelo MDS, Secretaria Nacional Antidrogas e Ministério da Saúde.

Os Serviços de Proteção Social Especial desenvolvidos na subfunção Assistência à Criança e ao Adolescente incluem o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias, e o acompanhamento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (MSE), de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade. Essas ações tem como referência a interface do SUAS com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. Ao final de 2011, a União atingiu o cofinanciamento dos serviços ofertados por 2.155 Creas (incluindo os CREAS Regionais, que atendem mais de um município), que segundo dados do Censo SUAS referentes ao mês de agosto, acompanhavam por meio do Paefi a aproximadamente 162 mil famílias e indivíduos, em 2.230 municípios, distribuídos por todos os estados. Além disso, aproximadamente 1.430 dessas unidades também ofertavam atendimentos a aproximadamente 70 mil adolescentes e jovens (doze a 21 anos) em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (MSE). Em dezembro de 2011 foi registrado o funcionamento de 2.268 Creas, o que representa um crescimento superior a 70% em relação a 2010.

Na assistência à criança e ao adolescente também merece destaque as ações relacionadas ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), que, no âmbito da política de assistência social, compreende a oferta de serviços de convivência (SCFV) para as crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho, a transferência de renda e o trabalho social com as famílias. Com efeito, ao longo da década, a PNAD (IBGE) tem constatado significativa redução do trabalho infantil no País, de 8,52% (2001) para 5,63% (2009), na faixa etária atendida pelo Peti (seis a quinze anos). Em 2011, o cofinanciamento federal transferiu recursos para a oferta dos serviços em mais de 3,5 mil municípios, beneficiando 817 mil crianças e adolescentes, o que corresponde a 99,2% da meta da LOA 2011. Além das famílias com situação de trabalho infantil atendidas pelo Programa Bolsa Família, outras 30 mil famílias que não atendem aos critérios daquele programa foram beneficiadas com transferência de renda diretamente pelo Peti, visando sua universalização a todas as crianças retiradas do trabalho infantil.

Em 2011 também teve início a oferta do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, em 101 unidades criadas especificamente para esse segmento da população. Os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP) estão localizados em municípios de grande porte e se constituem em unidade de referência da PSE de Média Complexidade. Promovem orientação individual e grupal, além do acesso a espaços de guarda de pertences, higiene pessoal, entre outros, proporcionando, também, endereço institucional para utilização como referência pelo usuário.

A proteção social especial de média complexidade também oferta, em 1.558 municípios, de todas as unidades federadas, o serviço de habilitação e reabilitação de idosos e pessoas com deficiência. Seu objetivo é desenvolver capacidades adaptativas para a vida diária e a vida prática, aquisição de habilidades, desenvolvimento de possibilidades, e outras que visam assegurar a conquista de maior grau de independência individual e social.

Por fim, no que concerne aos serviços especializados de alta complexidade, foram ofertados acolhimento a indivíduos e famílias que se encontrem temporariamente afastados do seu núcleo familiar ou comunitário de origem, em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos. Proporcionam moradia transitória e acompanhamento técnico profissional com vistas ao retorno dos usuários ao convívio familiar ou alcance da autonomia. Para crianças e adolescentes sem possibilidades de reinserção familiar, pode ocorrer o encaminhamento para família substituta. Para atender as especificidades e singularidades, estão organizadas nas seguintes modalidades: acolhimento institucional (abrigo, casa-lar, casa de

passagem e residência inclusiva), em república e em Família Acolhedora, presentes em 848 municípios (acolhimento para idosos, crianças e adolescentes, adultos com deficiência, jovens e mulheres vítimas de violência), além de serviços específicos para o acolhimento de indivíduos e famílias em situação de rua (93 municípios e o DF). Em 2011, a União transferiu recursos para 828 municípios e 20 governos estaduais para ofertarem 54,4 mil vagas em serviços de acolhimento.

Acesso à Alimentação

O Programa Acesso à Alimentação reúne um conjunto de treze ações orçamentárias, que podem ser organizadas em três eixos: apoio à produção, comercialização e consumo.

O eixo de apoio à produção contempla ações de apoio ao autoconsumo alimentar e de acesso à alimentação adequada e saudável das famílias de agricultores familiares, de povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar, incluindo o acesso à água para o consumo e a produção, além de fomentar ações de inclusão produtiva.

O segundo eixo, da comercialização, desenvolve, além da distribuição de alimentos a famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional, a aquisição pelo poder público de alimentos produzidos por agricultores familiares e assegura sua destinação a pessoas atendidas por entidades da rede socioassistencial.

No eixo do consumo, são executadas ações de educação alimentar e nutricional, de apoio à agricultura urbana e periurbana e de estruturação das redes de equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

As ações prioritárias do programa Acesso à Alimentação são o "Acesso à Água para o Consumo Humano", a "Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar" e o "Apoio à Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição". A ação Acesso à Água para Consumo Humano é executada por intermédio da construção de cisternas de placas para armazenamento de água, objetivando universalizar o acesso adequado à água para consumo humano para populações rurais de baixa renda, com foco no semiárido brasileiro. As cisternas de placa conformam uma tecnologia social para a captação e o armazenamento de água da chuva, disseminada por intermédio de metodologia participativa e educativa.

Desde 2003, o MDS executa a ação com governos estaduais e municipais e organizações da sociedade civil, por meio de convênios e termos de parcerias. As despesas de capital são direcionadas para a construção das cisternas, incluindo recursos para a aquisição de materiais e o pagamento de mão de

obra. As despesas correntes são direcionadas para a mobilização social e a capacitação dos beneficiários. Em 2011, os investimentos alcançaram R\$ 192,6 milhões de recursos liquidados, alcançando 83 mil cisternas construídas e beneficiando aproximadamente 348.600 pessoas, o que ultrapassa a meta de 73.056 cisternas prevista

na LOA 2011 (Lei nº 12.381/2011). No período de 2003 a 2011, foram investidos cerca de R\$ 600 milhões na implantação de cisternas, totalizando 410 mil concluídas, em onze estados do semiárido brasileiro. Os quadros a seguir demonstram a execução física e orçamentária da ação.

TOTAL DE CISTERNAS IMPLANTADAS, ENTRE 2003 E 2011, POR PARCERIAS

PARCEIRAS	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Total
Estados	0	0	7.398	7.020	9.024	6.173	22.284	7.144	36.270	95.313
Municípios	0	500	293	84	168	2.586	5.415	3.303	3.739	16.088
Organizações	6.553	35.987	31.647	61.437	33.151	15.414	41.875	28.504	43.239	297.807
TOTAL	6.553	36.487	39.338	68.541	42.343	24.173	69.574	38.951	83.248	409.208

Fonte: Sig Cisternas, dezembro de 2011.

TOTAL DE CISTERNAS IMPLANTADAS, ENTRE 2003 E 2011, POR ESTADOS

AL	BA	CE	ES	MA	MG	PB	PE	PI	RN	SE	Total
17.499	86.991	93.367	258	767	16.719	51.000	56.103	37.609	38.689	10.206	409.208

Fonte: Sig Cisternas, dezembro de 2011.

Além da implantação das cisternas, foram capacitados mais de dez mil agricultores familiares para atuarem como pedreiros, bem como treinou técnicos na gestão dos recursos públicos e mobilizou lideranças comunitárias, associações e os entes federativos para o controle social.

A ação tem articulação com o Ministério da Saúde, para o monitoramento da qualidade da água das cisternas; com o Ministério das Cidades, para a construção de cisternas em habitações do Programa Nacional de Habitação Rural, e com o Ministério da Integração, para a universalização do acesso à água para consumo humano.

Em 2011, a ação Acesso a Água para Consumo Humano foi ampliada em função do PBM e do Programa Água para Todos, o que gerou variação significativa em seu orçamento e em suas metas, a partir da suplementação de R\$ 155 milhões no orçamento daquele ano; até 2014, a meta global é de implantar 750 mil cisternas, entre todos os parceiros do Programa (Ministério da Integração Nacional, Governos Estaduais, Bancos Públicos e sociedade civil). Em 2011, 36.270 cisternas foram construídas pelos estados e 43.239 pelas organizações da sociedade civil, conforme tabela anterior.

Já a ação Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar é executada por intermédio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e tem como objetivo garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Visa também contribuir para formação de estoques estratégicos e permitir aos agricultores familiares que armazenem seus produtos para que sejam

comercializados a preços mais justos, além de promover a inclusão social no campo.

Em 2011, o PAA contou com recursos orçamentários da ordem de R\$ 745,2 milhões. Todo o orçamento disponibilizado para o MDS foi integralmente empenhado e R\$ 664 milhões foram liquidados no exercício. Para tanto, foram formalizados diversos instrumentos de pactuação de metas físicas e financeiras com os parceiros do Programa.

Com os recursos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, em 2011, foram adquiridos alimentos de, aproximadamente, 203 mil agricultores familiares, representando a incorporação de 82 mil novos agricultores familiares no PAA em relação a 2010. Consta dessa meta o atendimento a 101 mil agricultores familiares na condição de extrema pobreza no âmbito do Plano Brasil sem Miséria - BSM, com a aplicação de R\$ 395,7 milhões. O número de beneficiários deverá confirmar um acréscimo, após fechamento dos dados da Conab para o ano de 2011.

As ações relativas à Rede de Equipamentos Públicos de Apoio a Produção, Abastecimento e Consumo de Alimentos são compostas pelos Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Banco de Alimentos. A partir de 2011, houve a incorporação das Unidades de Apoio a Distribuição dos Alimentos da Agricultura Familiar. As ações da Rede de Equipamentos são direcionadas às áreas urbanas e rurais, preferencialmente para o atendimento a comunidades e bairros periféricos em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional, buscando ampliar o

atendimento de pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais.

No total, foram destinados recursos para a construção de 75 novos equipamentos e a 19 modernizações de unidades já em funcionamento, superando a metaprevista para o exercício de 2011. Em 2011, foi aplicado nos Restaurantes Populares o valor de R\$ 17,6 milhões para a implantação de cinco novas unidades e para a modernização de outras seis unidades municipais em funcionamento, bem como para a complementação financeira de unidades contratadas em regime plurianual nos anos de 2009 e 2010.

Nas Cozinhas Comunitárias, foram aplicados R\$ 16,1 milhões para a implantação de 33 novas unidades e para a modernização de sete unidades em funcionamento e para complementação financeira de unidades contratadas em regime plurianual em 2009, tendo sido priorizados os municípios selecionados para receberem as praças de Esporte e Cultura, creches e CRAS/Creas, visando a uma maior articulação na oferta de serviços públicos às comunidades mais carentes. As Cozinhas Comunitárias são equipamentos públicos implantados em parceria com Prefeituras e que atendem famílias em situação de vulnerabilidade social e risco de insegurança alimentar, preferencialmente as cadastradas pelos Centros de Referência de Assistência Social. A distribuição de refeições é gratuita, podendo ser comercializada a preço acessível.

Nos Bancos de Alimentos, foram aplicados R\$ 4,6 milhões para a implantação de 11 novas unidades e para a modernização de seis outras unidades que estão em funcionamento e para complementação financeira de unidades contratadas em regime plurianual em 2009. No edital de 2011, foram priorizados municípios que participam do Programa Nacional de Alimentação Escolar, adquirindo a produção de agricultores familiares para o fornecimento desse tipo de alimentação. Os Bancos de Alimentos são equipamentos que auxiliam no combate ao desperdício de alimentos e no abastecimento alimentar, arrecadando gêneros alimentícios provenientes de doações de produtores e comerciantes locais, que, por razões variadas, estão impróprios para a comercialização, porém, adequados para o consumo humano, e distribuindo para entidades que compõem a rede de promoção e proteção social dos municípios.

Além disso, R\$ 11,6 milhões foram aplicados para a implantação de 26 Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar em municípios com menos de 50 mil habitantes em 24 Territórios da Cidadania, estando 69% desses municípios localizados nas Regiões Norte e Nordeste. Trata-se de uma nova frente de atuação no que tange aos equipamentos de segurança alimentar e nutricional, cujo objetivo é auxiliar a organização das atividades

de captação e distribuição dos gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares. Foca-se, particularmente, nos produtos adquiridos pelo PAA e pelo PNAE, entretanto, também têm o intuito de fomentar a comercialização direta daqueles gêneros nos mercados locais e regionais, visando ao desenvolvimento de oportunidades de inclusão produtiva e ao fortalecimento de sistemas agroalimentares locais.

A distribuição de alimentos tem por objetivo combater a insegurança alimentar e nutricional por meio do acesso gratuito a cestas de alimentos pelas comunidades indígenas; pescadoras artesanais, comunidades quilombolas e de terreiros; trabalhadores rurais acampados, que aguardam o atendimento pelo programa de reforma agrária; famílias atingidas pela construção de barragens; famílias em municípios em estado de emergência ou calamidade pública (reconhecidas pela Secretaria Nacional de Defesa Civil); e outros grupos em situação de vulnerabilidade social onde persista situação de insegurança alimentar e nutricional.

Esta iniciativa é realizada seguindo o Acordo de Cooperação nº 01/2010, que articula todos os parceiros envolvidos na ação. Pelo Acordo, cada parceiro (MDA, Incra, Funai, Fundação Cultural Palmares, Funasa, Ministério da Pesca e Aquicultura, Conab e Seppir) se responsabiliza, entre outros aspectos, a organizar a demanda por cestas de alimentos, a adotar procedimentos de acompanhamento e fiscalização, além de realizar outras iniciativas que são pactuadas no Grupo Técnico que operacionaliza a ação.

A aquisição das Cestas para posterior distribuição é feita por meio de um Termo de Cooperação entre o MDS e a Conab. Em 2011, foram adquiridas pela Conab 872.938 cestas distribuídas para 373.136 famílias, num total de 21 toneladas de alimentos.

Por fim, é importante mencionar que o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) é o responsável pela definição das políticas afetas a essa área e seus componentes são: a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), composta por 19 ministérios, e os estados e municípios que aderirem ao sistema.

O ano de 2011 foi o momento de descentralização do Sistema para Estados e Municípios, alcançando importantes resultados em termos da adesão desses entes durante a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), realizada em Salvador, Bahia, de 07 a 10/11/2011 e que contou com a presença de 1.207 delegados e delegadas da sociedade civil e governamentais de todo Brasil, 150 convidados nacionais e 125 convidados internacionais, de todos os continentes

do mundo, e teve como tema central “Alimentação adequada e saudável: direito de todos”. Lá foi efetivada a adesão ao Sisan por 85% das Unidades da Federação, com a assinatura dos Termos de Adesão por 22 Estados e pelo Distrito Federal. Essa significativa adesão tornará mais efetiva a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Plano Brasil sem Miséria

O Plano Brasil sem Miséria se vincula a uma concepção de Estado e democracia respaldada no reconhecimento da atribuição estatal de garantia de direitos. O Plano tem por meta realizar o preceito constitucional de consolidar uma rede de promoção e de proteção social ampliada, coerente e consistente. Assim, o Brasil Sem Miséria se propõe a promover um conjunto integrado de intervenções dos poderes públicos e da sociedade, de modo a assegurar o efetivo cumprimento dos direitos sociais, especialmente daqueles grupos da população mais vulneráveis e excluídos. Segundo dados do Censo de 2010 do IBGE¹, existem no Brasil 16,2 milhões de pessoas com renda familiar mensal per capita menor ou igual a R\$ 70, consideradas extremamente pobres que são público prioritário para as ações do Plano, divididas em três eixos: garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva.

O primeiro eixo, da Garantia de Renda, tem por objetivo o acesso de famílias extremamente pobres a programas de transferência de renda e benefícios monetários, tais como Programa Bolsa Família (PBF), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Aposentadoria (Ministério da Previdência Social) e Programa Bolsa Verde (Ministério do Meio Ambiente).

Porém, um dos grandes desafios para o alcance do objetivo na atualidade é a identificação e a criação de mecanismos para a retirada da situação de miséria dessa população num país cujas características sociais são bastante diversificadas de acordo com a região, o que requer distintas formas de atuação governamental.

Uma das estratégias adotadas para a identificação desse público é a denominada “Busca Ativa”, que tem por objetivo central incluir no Cadastro Único para Programas Sociais aqueles que vivem fora da rede de proteção e promoção social, de forma a garantir o acesso ao Programa Bolsa Família e outras ações do poder público.

Das cerca de 800 mil famílias em situação de pobreza que, no início de 2011, não estavam

inseridas no Cadastro Único, aproximadamente 407 mil já foram cadastradas, sendo que 325 mil já estão recebendo o benefício do Bolsa Família.

O segundo eixo, da inclusão produtiva, é composto por iniciativas como o fomento a cooperativas para reciclagem de resíduos sólidos, qualificação profissional e acesso ao emprego, incentivo ao empreendedorismo e assistência técnica e linhas de crédito especiais destinadas a empreendimentos populares. Em conjunto com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa Minha Vida, que possuem grande potencial de geração de emprego para a população em estado de vulnerabilidade, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec também visa proporcionar ocupação e renda, além de diversos instrumentos pertinentes ao circuito da inclusão produtiva rural, que tem forte parceria com Ministério do Desenvolvimento Agrário, Embrapa, entre outros.

Por fim, no eixo da garantia de acesso aos serviços públicos, medidas foram adotadas para o provimento de serviços de saúde, educação, saneamento básico, justiça, segurança pública e infraestrutura de forma a atender com efetividade essa população mais carente. Entre elas destacam-se priorizações de público nos programas Brasil Alfabetizado e Mais Educação (desenvolvidos pelo Ministério da Educação), Rede Cegonha, Unidades Básicas de Saúde (UBS), Saúde da Família, Brasil Sorridente e Aqui Tem Farmácia Popular (sob a responsabilidade do Ministério da Saúde).

Cabe enfatizar que para se alcançar esses objetivos foi necessário um grande esforço de articulação no plano federal, no âmbito federativo e junto às organizações sociais. Para isso, o Brasil Sem Miséria realizou, no segundo semestre de 2011, Pactos Regionais firmando compromissos entre a União e os 27 governadores. Todos tiveram com a intervenção dos Presidentes das Associações Municipalistas em cada Estado.

Em suma, o Brasil Sem Miséria foi criado para ir onde estão as pessoas que vivem na pobreza extrema, respeitando-se suas particularidades e especificidades.

O Plano foi desenhado para romper barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais que segregam pessoas e regiões, com o objetivo de desenhar estratégias diferenciadas e adequadas aos distintos públicos e às diversas manifestações da miséria. E responde a prioridade do governo de superar a extrema pobreza no País.

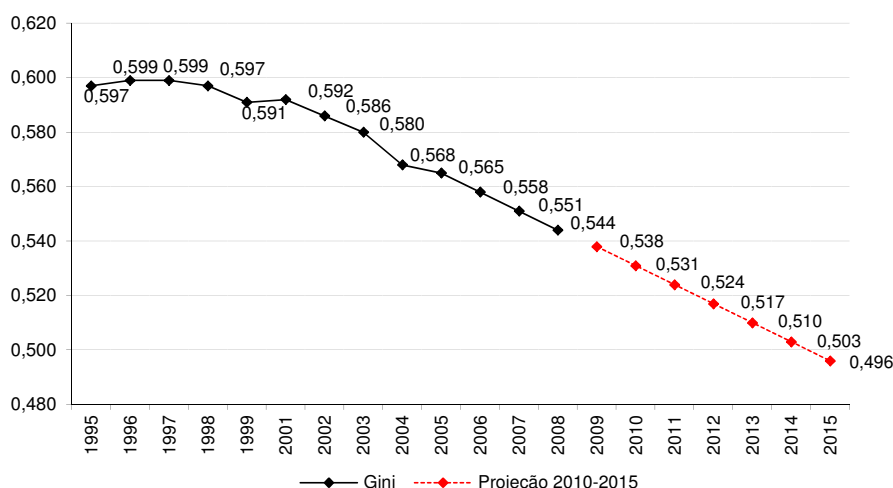
¹ O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010. Brasília, 02 de maio de 2011.

Resultados Sociais que Contribuem para a Sustentabilidade do Desenvolvimento do Brasil

É sabido que políticas de desenvolvimento social, em particular aquelas que auxiliam o acesso a renda e produzem uma melhor distribuição de renda, estão associados processos de incentivo à atividade econômica e manutenção do crescimento. Seja pela injeção direta de recursos na economia por meio de capacidade de consumo, ou mesmo pelo incentivo ao aumento e melhoria da produção, essas políticas redistribuem a possibilidade de acesso aos mercados às pessoas originalmente dela excluída. Em particular, em situações de crise como a vivida ao final de 2008 e que se repetiu ao final de 2011, esse mercado aquecido tem se mostrado extremamente importante para permitir a manutenção de taxas de consumo e investimento na economia, evitando que efeitos recessivos se alastrem pelo País.

Nesse sentido, tem sido fundamental ao Brasil o processo de distribuição de renda pelo qual vem passando nos últimos anos. Os indicadores sociais têm demonstrado performance positiva, com redução contínua do coeficiente de Gini, principalmente em função do crescimento real e relativo da renda das classes sociais menos favorecidas. Ou seja, os dados estatísticos demonstram que a desigualdade entre as classes tem sido reduzida com o aumento de renda da população menos favorecida, decorrente especialmente do aumento dos rendimentos do trabalho, dos aumentos reais do salário mínimo e do incremento das políticas sociais de transferência de renda, especialmente os Benefícios de Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família. Segundo projeção do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mantidas as tendências atuais, o coeficiente de Gini atingirá um patamar abaixo de 0,5 em 2015, conforme se observa no gráfico a seguir.

EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI (1995 A 2015)



Fonte: IPEA

Elaboração: Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação (CGPA/SPO/SE/MDS)

Nesse contexto, é importante observar que o benefício do Programa Bolsa Família representava 39% da renda da população em situação de extrema pobreza, segundo a Pesquisa Nacional de Amstras Domiciliares (PNAD) de 2009, contra 14% em 2004, o que demonstra sua relevância na garantia dos meios básicos de subsistência para essa faixa populacional. Além disso, é importante destacar que políticas de transferência de renda têm impacto sobre o crescimento da economia, conforme demonstram as análises dos multiplicadores dos gastos do governo. Os gastos com o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada caracterizam-se como os de maiores efeitos multiplicadores sobre a renda das famílias (cada R\$ 1,00 despendido resultam em R\$ 1,82 e R\$ 1,79 de impacto na renda, respectivamente), conforme se verifica no demonstrativo a seguir.

MULTIPLICADORES DOS GASTOS SOCIAIS E OUTRAS FONTES DE DEMANDA

GASTOS	MULTIPLICADORES PARA CADA R\$ 1,00 DE GASTO		MULTIPLICADORES PERCENTUAIS DO PIB E DA RENDA DAS FAMÍLIAS	
	PIB	RENDAS DAS FAMÍLIAS	PIB	RENDAS DAS FAMÍLIAS
Regime Geral de Previdência Social – RGPS	1,23	1,70	1,23%	2,10%
Programa Bolsa Família – PBF	1,44	1,82	1,44%	2,25%
Benefícios de Prestação Continuada – BPC	1,38	1,79	1,38%	2,20%
Saúde Pública	1,70	1,17	1,70%	1,44%
Educação Pública	1,85	1,35	1,85%	1,67%
Juros sobre a Dívida Pública	0,71	1,09	0,71%	1,34%
Mix Exportações de Commodities	1,40	0,84	1,40%	1,04%
Investimento Construção Civil	1,54	0,93	1,54%	1,14%

Fonte: IPEA (Comunicação Ipea nº 75, de 3 de fevereiro de 2011).

Elaboração: Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação (CGPA/SPO/SE/MDS)

Além da transferência de renda, cujos efeitos são mais relevantes nas regiões economicamente menos desenvolvidas, dada sua capacidade de gerar fluxos financeiros que se revertem em dinamismo para as economias locais, outras estratégias estão sendo adotadas para esse fim. Essas iniciativas possuem contornos diferenciados de acordo com a Região. Por exemplo, a questão da inclusão produtiva rural ganha ênfase, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste. Nas regiões urbanas, especialmente no Centro-Sul do País, a qualificação da mão-de-obra e a identificação de oportunidades de emprego ganham importância. Cumpre salientar que as ações de transferência de renda já vêm atuando de forma

determinante em prol da redução das desigualdades de renda entre as Regiões. O Benefício de Prestação Continuada e a Renda Mensal Vitalícia, assim como o Bolsa Família, contribuem para reduzir as desigualdades sociais e regionais, com a distribuição maior de recursos em termos *per capita* para as regiões menos desenvolvidas do Nordeste, Norte e Centro-Oeste. A média do BPC foi de R\$ 129,00 no Brasil, sendo na Região Nordeste de R\$ 168,6 e de R\$ 149,4 nas Regiões Norte e Centro-Oeste. Já o Bolsa Família apresentou, nas Regiões Norte e Nordeste, médias *per capita* respectivas de R\$ 121,8 e R\$ 162,7, superiores à média nacional, cujo valor foi de R\$ 87,3. Os quadros a seguir demonstram os valores pagos por Região.

BENEFÍCIOS (RMV+BPC) PER CAPITA POR REGIÃO, 2011

REGIÃO	RMV+BPC (R\$ milhões)	POPULAÇÃO	VALOR PER CAPITA (R\$1,00)
NORDESTE	8.950,1	53.081.950	168,6
NORTE	2.370,4	15.864.454	149,4
CENTRO-OESTE	2.100,0	14.058.094	149,4
SUDESTE	8.579,8	80.364.410	106,8
SUL	2.609,6	27.386.891	95,3
BRASIL	24.609,8	190.755.799	129,0

Fontes: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Departamento de Benefícios Assistenciais; Censo 2010, IBGE
Elaboração: MDS-CGPA/SPO

BOLSA FAMÍLIA PER CAPITA POR REGIÃO, 2011 REGIÃO	BOLSA FAMÍLIA (R\$ milhões)	POPULAÇÃO	VALOR PER CAPITA (R\$1,00)
NORDESTE	8.638,2	53.081.950	162,7
NORTE	1.932,1	15.864.454	121,8
CENTRO-OESTE	884,4	14.058.094	62,9
SUDESTE	3.920,7	80.364.410	48,8
SUL	1.268,5	27.386.891	46,3
BRASIL	16.644,0	190.755.799	87,3

Fontes: Siasi – Base 16/01/2011; Censo 2010, IBGE
Elaboração: Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação (CGPA/SPO/SE/MDS)

Convém lembrar, conforme estudo do IPEA anteriormente mencionado, que os gastos com o Benefício de Prestação Continuada e o Bolsa Família são os que apresentam maior efeito multiplicador sobre a renda das famílias, o que demonstra que ações de transferência de renda executadas pelo MDS se caracterizam efetivamente como uma política distributiva por meio de gastos públicos.

Outro Programa que apresenta forte viés no sentido do desenvolvimento das regiões com maior índice de pobreza é o Acesso à Alimentação (PAA), notadamente nas áreas rurais das Regiões Norte e Nordeste. Num dos eixos de atuação do Programa, voltado para a comercialização de produtos, realiza-se a aquisição pelo poder público de alimentos produzidos por agricultores familiares (o que contribui para geração de renda) que se destinam às pessoas atendidas por entidades da rede socioassistencial, visando promover a segurança alimentar.

Nas áreas urbanas, as ações estão focalizadas na geração de emprego e renda entre a população vulnerável, visando o desenvolvimento local. Para isso, estão sendo executadas uma série de medidas voltadas para a capacitação de mão-de-obra, intermediação do emprego, apoio ao empreendedorismo, no qual se inclui políticas de microcrédito, estímulo à formação de cooperativas e microempreendimentos individuais. No âmbito da atuação do MDS, especificamente, destaca-se o apoio à organização de catadores de materiais recicláveis. Todos esses resultados, compostos pelo conjunto de medidas adotadas em cada uma das ações descritas para a política de Assistência Social, contribuem assim de maneira significativa para a sustentabilidade do desenvolvimento de nosso País.

É importante ressaltar que todo esse trabalho está sendo devidamente monitorado e avaliado. O aplicativo IDV – Identificação de Domicílios Vulneráveis - foi desenvolvido para construção de mapas de pobreza com dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE, permitindo localizar, dimensionar e caracterizar em diferentes escalas - estados, municípios, setores censitários - a população em extrema pobreza e em outras situações de vulnerabilidade. Outra iniciativa importante na área foi a disponibilização de ferramentas de consulta às diferentes bases de dados do Ministério como o Data Social, PAA Data, Painel Analítico de Indicadores e o Tabulador de dados do Censo SUAS.

A Matriz de Informações Sociais, criada em 2006, passou por atualização de informações, incorporação de novas variáveis, publicização de novas funcionalidades (como o Visualizador de Convênios) e criação de novos Relatórios de Informações. Tal esforço responde às diretrizes governamentais de maior transparência e acesso às

informações públicas. Para capacitar os usuários nessas ferramentas foram desenvolvidos materiais instrucionais adaptados à educação à distância. Foram estruturadas cinco oficinas, para diversas turmas, abrangendo 1.198 participantes, de 562 municípios. Outros aplicativos de uso interno ao Ministério também começaram a ser desenvolvidos como o AUDIC – Análise de Auditorias da Controladoria-Geral da União - e o MONIB – Indicadores de Monitoramento para o Plano Brasil sem Miséria.

Nessa linha, deve-se acrescentar ainda as iniciativas de construção de ferramentas de consulta ao CadÚnico, de extração de seus dados e de integração dos mesmos em um Data Warehouse (DW-CIFAM). Tal base de dados permitirá o acompanhamento e a efetividade das ações do Plano Brasil sem Miséria junto aos públicos-alvo priorizados. Iniciou-se ainda o desenvolvimento do MOPS – Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos - ferramenta para referenciamento de serviços e oportunidades de inclusão produtiva, e também de análise prospectiva nessa área.

Um conjunto de capacitações foi realizado como a que formou 1.872 agentes públicos e sociais no “Curso de Capacitação sobre Controle Social nos Municípios: Assistência Social e Bolsa Família”, importante iniciativa para fortalecimento dos Conselhos Municipais ligados às ações do MDS. Iniciou-se também a especificação de programa de formação de técnicos da Assistência Social, envolvendo a formatação de mais de 15 módulos temáticos.

No campo de conhecimento específico de Monitoramento e Avaliação, um programa de formação de quadros técnicos para estados e municípios de capitais, capacitou 54 pessoas ainda em 2011. Bem como tivemos a conclusão da primeira turma do Curso de Especialização desenvolvido junto com a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP - outra atividade a ser destacada, pela contribuição na qualificação de técnicos e dirigentes do MDS e de outros Ministérios.

Por fim, a colaboração na organização de vários eventos técnico-científicos brasileiros e estrangeiros também auxiliou nesse importante processo de disseminação e conhecimento da política de Assistência Social nacional. Entre eles estiveram o 3º seminário da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação, o Encontro Nacional da ANPOCS, o Encontro da Anipes, o Seminário de Projeções Populacionais do IBGE e Associação Latinoamericana de População, além de missões internacionais, em países como Peru, equador, Paraguai e na FAO-Roma.

4.4. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

4.4.1. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Principais resultados

Nos últimos anos, ocorreram avanços significativos no campo científico e tecnológico no Brasil, incluindo: o aumento expressivo dos recursos destinados às atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I); a ampliação da formação de recursos humanos altamente qualificados, nas diversas áreas do conhecimento; o fortalecimento institucional do sistema de C,T&I; a melhoria e ampliação da infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); bem como o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novos instrumentos de política de inovação.

No que diz respeito ao incentivo à inovação, por exemplo, as empresas brasileiras que investem em P&D dispõem atualmente de uma série de facilidades para realizar este tipo de atividade: incentivos fiscais automáticos e sem exigências burocráticas, semelhantes aos oferecidos nos principais países do mundo; subvenção direta das agências de fomento a projetos considerados relevantes para o desenvolvimento tecnológico nacional; subsídios para a fixação de pesquisadores nas empresas; programas de financiamento à inovação, incluindo o fomento ao capital empreendedor; e arcabouço legal mais propício para a interação com universidades e institutos públicos de pesquisa.

Esses avanços só foram possíveis a partir da ampliação dos recursos destinados à Ciência e à Tecnologia pelo governo brasileiro.

Em 2011, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) atingiu um orçamento de R\$ 8,14 bilhões, sendo cerca de R\$ 3,28 bilhões oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

A ampliação do orçamento do MCTI reflete a importância atribuída ao papel desempenhado pelo Ministério no processo de desenvolvimento sustentável do país.

A despeito dos avanços recentes, cabe ressaltar que a continuidade do atual ciclo de crescimento da economia brasileira e a construção de um novo padrão de desenvolvimento sustentável demandam uma centralidade da política de desenvolvimento científico e tecnológico ainda maior.

É por isso que uma das 13 diretrizes centrais do atual governo é “transformar o Brasil em potência científica e tecnológica”.

Para atender a essa diretriz, o Governo Federal elaborou a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI), que situa a ciência, a tecnologia e a inovação (C,T&I) como eixo estruturante do desenvolvimento do país. A ENCTI dá continuidade e aprofunda o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação 2007-2010 (PACTI) e estabelece, juntamente com o Plano Plurianual (PPA), diretrizes que irão orientar as ações nacionais e regionais no horizonte temporal de 2012 a 2015.

A Estratégia se estrutura sobre quatro eixos principais, que devem balizar os esforços no enfrentamento dos desafios postos para que a C,T&I realmente se constitua como eixo estruturante do desenvolvimento do Brasil: Promoção da Inovação nas Empresas; Formação e Capacitação de Recursos Humanos; Fortalecimento da Pesquisa e da Infraestrutura Científica e Tecnológica; e Novo Padrão de Financiamento Público para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Importante ressaltar que uma das grandes preocupações da ENCTI passa pela contínua aproximação entre a ciência e a estrutura produtiva.

Essa preocupação está refletida na própria incorporação da **Inovação** no nome do Ministério. Também nesse sentido, o governo brasileiro construiu a Estratégia de forma articulada com a política industrial, representada atualmente pelo Plano Brasil Maior (PBM), lançado em agosto de 2011.

Todo o esforço do governo brasileiro e do MCTI no sentido de aprofundar e ampliar a articulação da política científica e tecnológica mostrou resultados significativos em 2011.

Neste ano, houve um aumento substancial do número de bolsas de formação e capacitação de recursos humanos em paralelo com a criação de um programa específico voltado para o intercâmbio internacional e para a formação de alunos e pesquisadores no exterior – Ciência sem Fronteiras. O MCTI implantou, em 2011, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), que já está funcionando em articulação com os vários ministérios, especialmente o Ministério da Integração Nacional.

Ênfase também foi dada aos programas de inclusão digital e às tecnologias assistivas. No âmbito da inclusão social, também foram adotados procedimentos, como as chamadas públicas, no sentido de aprofundar a transparência na seleção de projetos e aplicação de recursos.

Houve, também, um substantivo aumento no volume de crédito disponibilizado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) às empresas inovadoras, o que abre a perspectiva de fortalecimento da instituição no longo prazo, transformando-se em instituição financeira voltada para a inovação tecnológica.

Ainda no que diz respeito à promoção da inovação, também merece destaque o processo de criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), que deverá estimular a aproximação entre instituições científicas e tecnológicas e setor produtivo.

Destacam-se também os progressos alcançados na área nuclear e espacial.

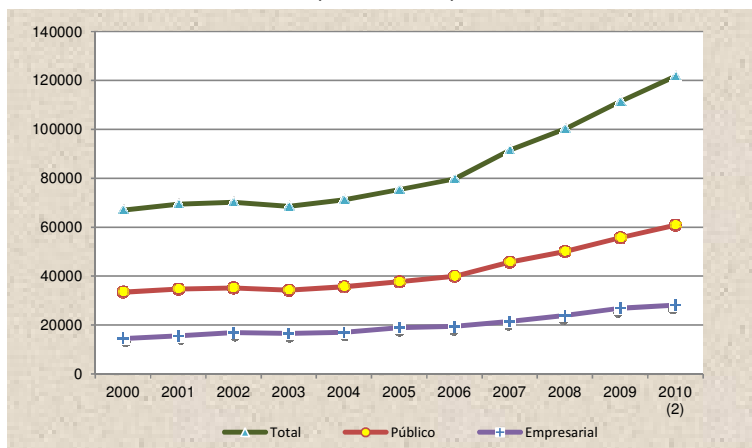
Estes são só alguns exemplos do trabalho desenvolvido, durante 2011, pelo Governo Brasileiro por meio do MCTI. Não há dúvidas de que essas e outras ações desenvolvidas pelo MCTI tem contribuído firmemente para o processo de desenvolvimento do País.

As próximas seções detalham os programas e ações do Ministério, bem como os principais resultados obtidos.

Principais Indicadores Nacionais de C&T¹

Na última década, houve uma ampliação significativa do investimento em atividades de Ciência e Tecnologia (C&T) no Brasil. No período de 2000 a 2010, o dispêndio nacional em C&T, a preços de 2010, passou de R\$ 33,5 bilhões para mais de R\$ 60,9 bilhões. Esse esforço representou um crescimento importante do gasto em C&T em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que passou de 1,30%, em 2000, para 1,66% do PIB em 2010. Por outro lado, também ocorreu uma elevação significativa do dispêndio nacional em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Em valores atualizados, o dispêndio nacional em P&D passou de R\$ 25,9 bilhões, em 2004, para mais de R\$ 43,5 bilhões em 2010.

**BRASIL: DISPÊNDIO NACIONAL EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (C&T)
EM VALORES DEFLACIONADOS, TOTAL E POR SETOR, 2000-2010**
(em R\$ milhões)



Fonte: www.mcti.gov.br/indicadores.

1) Deflacionado pelo deflator do PIB / 2) Dados preliminares

¹ O MCTI depende de diversas fontes de informações para consolidar os indicadores nacionais de C&T. Geralmente, o acesso aos dados que subsidiam a consolidação desses indicadores demora praticamente um ano. Por isso, dispõe-se apenas dos dados até o exercício de 2010 (preliminares e passíveis de revisão).

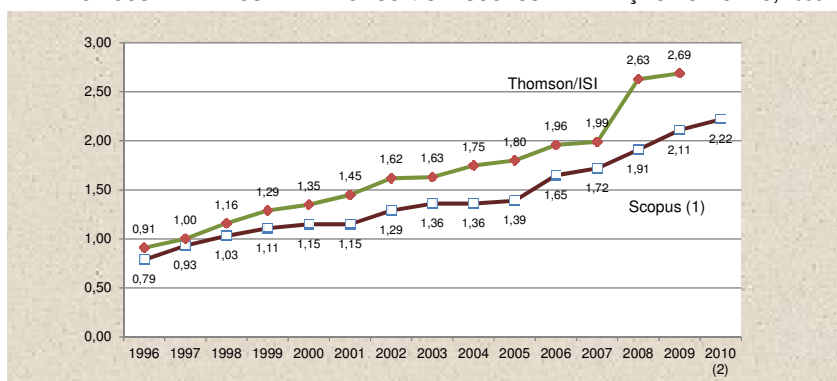
Em relação à inovação, os dados também são expressivos, já que o Governo Federal vem desenvolvendo políticas públicas sólidas e consistentes e introduzindo medidas legais para acelerar os processos inovativos na economia brasileira. A Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec 2008), divulgada em novembro de 2010, reforçou essa constatação, uma vez que, em 2003, existiam 28.036 empresas industriais inovadoras (33,3% do total) e, em 2008, esse número atingiu 38.299 (38,1%), um aumento de 38,6%. Os dados sobre gastos com atividade interna de P&D revelam, por sua vez, crescimento real de 50,2% no período.

O crescimento dos indicadores de inovação na economia ocorreu em paralelo com a ampliação da abrangência de vários dos instrumentos de apoio à inovação, tais como a subvenção, o crédito e os incentivos fiscais. Em termos de empresas que fazem uso de incentivos fiscais da Lei do Bem, por exemplo, o número saltou de 130 empresas, em 2006, para 639, em 2010. O governo brasileiro sabe,

contudo, que precisamos ampliar ainda mais rapidamente nossos investimentos em P&D e em inovação. De fato, estudos recentes mostram que, mesmo com o crescimento recente, o País ainda levaria 20 anos para alcançar o patamar atual dos países europeus.

O desenvolvimento científico e tecnológico de um país depende diretamente da existência de pessoas qualificadas para a realização das atividades de pesquisa, desenvolvimento, difusão e utilização produtiva do conhecimento e da inovação. Na última década, sob diferentes aspectos, o quadro da formação de recursos humanos no Brasil foi de expansão. Trata-se de uma política pública de Estado, voltada para a formação de recursos humanos de alto nível. De 2000 a 2010, o número de pesquisadores em P&D passou de aproximadamente 126 mil para mais de 230 mil e o pessoal de apoio mais do que duplicou, passando de 105,2 mil para mais de 234 mil pessoas.

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE ARTIGOS BRASILEIROS PUBLICADOS EM PERÍODICOS INDEXADOS PELA THOMSON/ISI E SCOPUS EM RELAÇÃO AO MUNDO, 1996-2010



Fonte: www.mcti.gov.br/indicadores.

1) São incluídos documentos passíveis de citação - "Citable Documents".

Os avanços das políticas públicas de ciência e tecnologia vêm apresentando resultados positivos para a produção científica nacional. A participação dos países na produção científica mundial pode ser medida pela quantidade de artigos publicados em periódicos indexados, especialmente nas bases com cobertura internacional - Web of science - WoS (Thomson Reuters Science e Scopus (Elsevier)).

Os dados disponíveis revelam que, na última década, a participação brasileira na ciência produzida mundialmente praticamente duplicou. Os dados da Thomson/ISI colocam o Brasil como o 13º país com maior número de artigos indexados pela base WoS em 2009, e também entre os seis países do mundo com maior crescimento em termos de produção científica no período de 2001 a 2009.

Valores liquidados de 2007 a 2011 por Função e Subfunção

O orçamento da função C&T foi classificado em subfunções típicas (Desenvolvimento Científico; Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia; e Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico) e outras subfunções (por exemplo, Administração Geral, Produção Industrial, Encargos Especiais etc.).

Em 2011, as subfunções típicas foram responsáveis por 64,7% dos valores da execução orçamentária do Ministério, com destaque para a subfunção Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, responsável por 46,4% dos valores liquidados. As outras subfunções foram responsáveis por 35,3% dos empenhos liquidados. Os demonstrativos a seguir detalham a execução do orçamento do MCTI por função e subfunção.

**VALORES LIQUIDADOS (OFSS+RPNP), DESPESA REALIZADA (OI) E GASTO TRIBUTÁRIO
NA FUNÇÃO "CIÊNCIA E TECNOLOGIA" - 2007/2011**

em R\$ milhões

FUNÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA		2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
OFSS	NNo Exercício ¹	3.323,38	4.096,53	5.019,67	5.549,01	5.330,87	19.996,08
	RPNP ²	574,59	771,62	756,32	862,29	1.246,46	4.211,29
OI ³		906,41	1.108,11	1.205,38	1.666,36	2.206,76	7.138,02
Gasto Tributário ⁴		3.636,42	4.548,81	4.457,00	5.297,89	n.d	17.940,12
TOTAL		8.440,81	10.525,07	11.483,38	13.375,55	8.784,09	49.285,51

1. Valores Liquidados relativos ao orçamento do próprio exercício.

2. Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

3. Despesa realizada no exercício.

4. Valores relativos ao somatório das renúncias tributárias concedidas por meio da Lei nº 8.248/1991 (Lei de Informática) e da Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem). Os valores efetivos das renúncias são consolidados no segundo exercício após a sua fruição, de modo que a renúncia concedida em 2011 será conhecida apenas no segundo semestre de 2012.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2011 NAS SUBFUNÇÕES

em R\$ milhões

Subfunção	Execução da Função "CIÊNCIA E TECNOLOGIA" por Subfunções	
	Liquidado	%
Subfunções Típicas	4.258,75	64,7%
Desenvolvimento Científico	1.117,68	17,0%
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	3.053,95	46,4%
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	87,12	1,3%
Outras Subfunções	2.318,57	35,3%
TOTAL	6.577,32	100%

Fonte: Siafi.

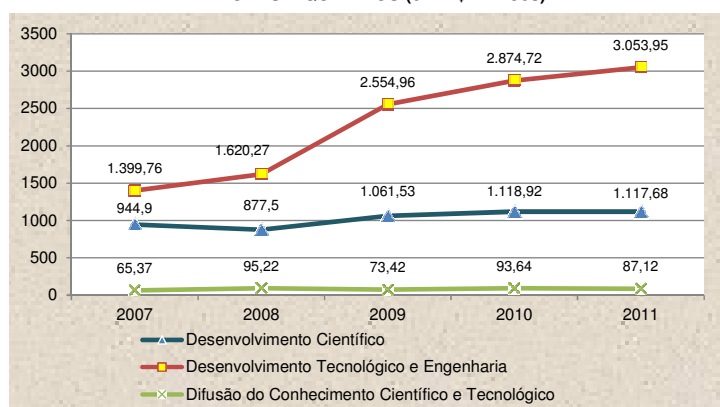
EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS SUBFUNÇÕES NO PERÍODO DE 2007 A 2011

em R\$ milhões

Subfunções	2007	2008	2009	2010	2011
Desenvolvimento Científico	944,90	877,50	1.061,53	1.118,92	1.117,68
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	1.399,76	1.620,27	2.554,96	2.874,72	3.053,95
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	65,37	95,22	73,42	93,64	87,12

Fonte: Siafi

**EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DE C&T
VALORES LIQUIDADOS (em R\$ milhões)**



Considerações sobre os dados apresentados: a) Quando da elaboração do PPA 2008-2011, a classificação funcional programática de várias ações foi alterada. Este fato contribuiu para as oscilações observadas na execução orçamentária por subfunção; b) Subfunção Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia - parte do crescimento entre 2008 e 2010, se deve a inclusão da ação Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas, sob supervisão do FNDCT, tendo em vista que até 2008 a ação era classificada na subfunção atípica Encargos Especiais; c) Subfunção Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico - em 2009, o decréscimo resultou do cancelamento de parte do orçamento previsto para a ação Apoio à Implantação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs).

DESEMPENHO DOS PROGRAMAS**Programa Formação e Capacitação de Recursos Humanos para C,T&I**

O fortalecimento do Sistema Nacional de C,T&I passa, necessariamente, pela elevação do contingente de recursos humanos altamente qualificados no País, especialmente de cientistas e engenheiros que possam contribuir para o avanço do conhecimento e da inovação em diferentes áreas científicas e tecnológicas. Conforme determinado pela Constituição Federal, é papel do Estado promover a ampliação da formação de recursos humanos e a melhoria da qualidade da educação nacional. Nos últimos 60 anos, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) exerceu um papel fundamental na condução da política nacional de formação de recursos humanos, sobretudo na pós-graduação.

Em 2011, o CNPq concedeu um total de 89.292 bolsas de pós-graduação e pesquisa, o que representou um aumento de 14% em relação ao anterior. Estas bolsas foram distribuídas em diversas modalidades, entre as quais: 20.507 bolsas de Mestrado e Doutorado no País (7% a mais que em 2010); 13.684 bolsas de Produtividade em Pesquisa; 28.425 bolsas de Iniciação Científica e 7.235 bolsas de Iniciação Científica Júnior (destinadas às Fundações de Amparo à Pesquisa e à Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas); 3.651 bolsas de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (27% a mais do que em 2010), 2.600 bolsas de Iniciação Tecnológica (86% a mais que em 2010) e 534 bolsas de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (praticamente o dobro do ano anterior).

Programa Ciência sem Fronteiras

Este é, sem dúvida, um dos principais destaques da política de C&T implementada pelo Governo Federal em 2011. O programa Ciência sem Fronteiras busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da C,T&I e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional de estudantes e pesquisadores. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento (CNPq e Capes), e das Secretarias de Educação Superior e de Educação Profissional e Tecnológica do MEC.

Em 2011, o programa concedeu cerca de 5.500 bolsas na modalidade de Graduação Sanduíche, sendo quatro mil pelo CNPq. O CNPq também concedeu cerca de 350 bolsas de pós-graduação no exterior, englobando as modalidades Pós-Doutorado, Doutorado Pleno e Doutorado Sanduíche. O programa também lançou uma

chamada pública com o objetivo de atrair jovens talentos para o País.

O Ciência sem Fronteiras já firmou parcerias, por meio de cooperações bilaterais, com diversos países, incluindo EUA, Itália, França e Holanda. No início de 2012, cerca de 1.500 bolsistas partem para se qualificar em instituições de ensino do EUA.

Programa Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Este Programa tem como objetivo contribuir para integrar, modernizar e consolidar o Sistema Nacional de C,T&I, atuando em articulação com os governos estaduais para ampliar a base científica e tecnológica nacional. Ele tem o papel de fortalecer e ampliar a infraestrutura de pesquisa do País, especialmente nas instituições vinculadas ao MCTI, e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

Uma parte expressiva dos avanços obtidos no campo da produção científica nacional deve-se à ampliação dos investimentos em infraestrutura de pesquisa, por meio dos editais lançados anualmente pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), e à intensificação do fomento à pesquisa em diferentes áreas do conhecimento, por meio dos programas e instrumentos utilizados pelo CNPq, com destaque para o Edital Universal, o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) e os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs).

O Edital Universal é um dos principais mecanismos de fomento do CNPq para atividades de pesquisa em todas as áreas do conhecimento. O edital lançado em 2011 envolveu recursos no valor global de R\$ 120 milhões, sendo R\$ 50 milhões oriundos do orçamento do CNPq e R\$ 70 milhões do FNDCT/Fundos Setoriais. Até dezembro de 2011, a agência havia selecionado 3.762 projetos e outros 1.127 projetos estavam sendo reavaliados, em função de pedidos de revisão do resultado da avaliação por parte dos pesquisadores.

Outra iniciativa importante de fomento à pesquisa foi o estabelecimento dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs), apoiados pelo CNPq como uma evolução dos Institutos do Milênio. A tônica do Programa é a organização de grupos de pesquisa em rede, coordenados por instituições de excelência em determinadas áreas e temas.

O Programa possui diversas fontes de financiamento e estabeleceu parcerias com diferentes atores do sistema nacional de C,T&I. A articulação do MCTI com as Secretarias Estaduais de C&T e as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) resultou em aporte adicional de R\$ 214,7 milhões para os institutos.

Em 2011, o CNPq apoiou a consolidação de dois novos institutos relacionados com as Ciências do Mar - Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia em Ciências do Mar - com o objetivo de apoiar pesquisas voltadas para a ampliação do conhecimento sobre o mar e a plataforma continental brasileira.

Outra importante vertente do Programa Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico consiste no apoio às Unidades de Pesquisa (UPs) do MCTI. Nos últimos anos, o Ministério investiu fortemente na modernização das UPs. Como resultado, essas instituições puderam desenvolver pesquisas inovadoras e promoveram o registro de mais de duas dezenas de patentes e pedidos de privilégio de propriedade intelectual, especialmente em áreas de interesse imediato da sociedade, como educação, saúde, clima e previsão de tempo.

Em 2011, no âmbito da Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron (ABTLuS), destaca-se o desenvolvimento das seguintes ações: implementação do Laboratório Nacional de Biociências (LNBio), que visa apoiar as atividades de PD&I em áreas estratégicas (tais como biotecnologia, insumos para a saúde e biociências em geral); instalação do Centro de Tecnologia do Bioetanol (CTBE), que visa contribuir para a liderança brasileira no setor de fontes renováveis de energia e de insumos para a indústria química, em especial o desenvolvimento da cadeia produtiva do bioetanol de cana-de-açúcar; projeto da Nova Fonte de Luz Síncrotron Brasileira (Sírius), que é um acelerador de elétrons de terceira geração projetado para utilizar a melhor tecnologia da atualidade, o que permitirá manter o Brasil no seleto grupo de países com capacidade de desenvolvimento científico e tecnológico de ponta.

Os grupos de pesquisa do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) publicaram 101 artigos em periódicos internacionais em 2011. Também tiveram início as atividades do Laboratório Multiusuário de Nanociência e Nanotecnologia (LABNANO), aberto aos grupos de pesquisa de todo o País.

No Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), destaca-se o desenvolvimento das seguintes ações e projetos em 2011: desenvolvimento de um Medidor Inteligente de Consumo de Eletricidade Residencial; avaliação de conformidade de middleware para TV Digital, como parte do Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratex) - Rede TIC aplicável às novas mídias (TV Digital, Comunicação sem fio e Internet); projeto TSE - Serviços tecnológicos de análise do hardware de urnas eletrônicas, visando ao aprimoramento do sistema eletrônico de votação; tecnologia de Micro e Nano Sistemas - desenvolvimento de processos de nanofabricação e técnicas de caracterização de

biomoléculas; Projeto LOCMOI - Localização cooperativa entre sistemas móveis terrestres e aéreos e infraestrutura sensorial distribuída no ambiente, projeto de cooperação com o Heudiasyc/CNRS.

Em 2011, o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste (Cetene) promoveu a instalação dos laboratórios de pesquisa relacionados a biofábrica, biodiesel e microeletrônica. A instalação da biofábrica permitiu a produção de 200 mil mudas de cana-de-açúcar e a distribuição de mais de 161 toneladas de cana semente, beneficiando diversos produtores rurais. Na área de biocombustíveis, houve a implantação do Parque Tecnológico de Bioenergia, que integra atividades de produção oleaginosas alternativas para o biodiesel, geração de energia solar, unidade extratora de óleo, purificação de glicerina, com geração de co-produtos e automatização da Usina Experimental de Caetés-PE.

O Instituto Nacional de Tecnologia (INT) estabeleceu um novo recorde em depósito de patentes no último quadriênio. No período, foram realizados 24 pedidos de registro junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), o mesmo volume requisitado entre 1990 e 2007. Em 2011, o INT também promoveu a criação e modernização de laboratórios de destaques nacionais: Laboratório Piloto de Controle de Derivados do Tabaco e Centro de Caracterização em Nanotecnologia (Cenano). Finalmente, o instituto instalou a 1ª Agência Regional de Inovação no Mato Grosso, que passa a ser a primeira unidade da federação a contar com uma agência regional de inovação do INT.

O Observatório Nacional (ON) promoveu, em 2011, a inauguração e disponibilização para a comunidade científica brasileira do Pool de Equipamentos Geofísicos do Brasil, com mais de 500 equipamentos geofísicos, entre sismógrafos, gravímetros, magnetômetros e estações magnetotelúricas.

Em 2011, foi inaugurada a nova sede do Instituto Nacional do Semiárido (Insa). Com investimentos da ordem de R\$ 6,5 milhões. O complexo administrativo do Insa é composto por seis blocos com modernas instalações que concentram funções administrativas e espaço para pesquisadores, totalizando mais de 2.600 m² de área construída. A nova sede conta com infraestrutura de ponta, incluindo rede com alta capacidade de transmissão de dados. Em 2011, também teve início a construção do bloco do CIDSAB - Centro Integrado de Inovação e Difusão de Tecnologia para o Semiárido e do Infrainsa (complexo de laboratórios de pesquisa nas áreas de reprodução animal, genética aplicada, ecofisiologia, ecologia vegetal, biotecnologia, recursos naturais e agroindústria).

No campo da educação, merecem registro as iniciativas do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e do ON, com a capacitação de professores e alunos de cursos de nível médio, presenciais ou à distância. Além disso, destaca-se a melhoria dos cursos de pós-graduação do CBPF, Inpa, Inpe, MPEG, ON e Ibict.

Primeira rede de acesso à Internet no Brasil, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) integra cerca de 600 instituições de ensino e pesquisa no País. Desde 2005, o MCTI vem investindo fortemente na RNP, com o objetivo de melhorar a infraestrutura de redes em níveis nacional, metropolitano e local (redes de campus); atender, com aplicações e serviços inovadores, as demandas de comunidades específicas (telemedicina, biodiversidade, astronomia etc.); e promover a capacitação de recursos humanos em tecnologias da informação e comunicação.

Em 2011, o MCTI repassou R\$ 20 milhões para apoio ao projeto "Internet Avançada para Educação e Pesquisa". Esses recursos contribuíram para a ampliação de 280% da capacidade agregada da Rede Ipê, o que a leva ao patamar das infraestruturas acadêmicas mais avançadas do mundo. Com esse aumento, as conexões multigigabits (acima de 1Gbps) passam a ser disponibilizadas para 24 das 27 unidades da federação, incluindo as capitais do Nordeste e Centro-Oeste e a Região Norte. O desafio de chegar à Amazônia começa a ser superado, possibilitando maior integração nacional e internacional.

Programa C,T&I para a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior

A promoção da inovação tecnológica é um dos pilares da nova Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI). No Brasil, a participação do setor empresarial nos esforços científicos e tecnológicos nacionais ainda é relativamente reduzida, especialmente se comparada com a situação observada nos países líderes em desenvolvimento tecnológico. De acordo com os últimos dados disponíveis, no Brasil, 45,5% (2010) dos dispêndios nacionais em P&D foram realizados pelas empresas.

A Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004) avançou ao permitir a participação de pesquisadores e a utilização da infraestrutura de pesquisa das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) públicas em projetos de P&D desenvolvidos em parceria com as empresas. Além disso, a Lei possibilitou a criação de programas de subvenção econômica, que aportam recursos públicos não-reembolsáveis em projetos de P&D realizados diretamente pelas empresas. De 2006 a 2011, os programas, em suas diversas modalidades, concederam R\$ 2,2 bilhões de subvenção

econômica para aproximadamente 2.715 projetos de P&D de empresas das mais diversas áreas.

Em 2011, tiveram continuidade as ações voltadas para o desenvolvimento de um ambiente favorável à inovação tecnológica, por meio do estímulo à inserção de pesquisadores no setor produtivo, à difusão de uma cultura da inovação nas empresas e à formação de recursos humanos em áreas tecnológicas.

O Governo Federal tem utilizado os diversos instrumentos de incentivo à inovação tecnológica previstos na Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005, alterada pela Lei nº 11.487/2007), entre os quais: concessão de incentivos fiscais às atividades de P,D&I em empresas; redução do IPI incidente sobre máquinas, equipamentos e componentes para P&D nas empresas; subvenção, por meio das agências de fomento, à remuneração de pesquisadores empregados em atividades de inovação tecnológica em empresas.

A Lei de Informática (Lei nº 11.077/2004) também permite a utilização de incentivos fiscais por parte das empresas que investem em P&D. Desde 2004, quando ocorreram alterações na Lei, houve um aumento expressivo da demanda das empresas nacionais e estrangeiras (instaladas no País) pelos incentivos previstos na legislação. Para usufruir do benefício tributário, como contrapartida, as empresas devem investir parte de seu faturamento bruto em atividades de P&D. Atualmente, o MCTI conta com cerca de 180 instituições de ensino e pesquisa, qualificadas para receber recursos das empresas beneficiárias da Lei de Informática. Anualmente, são executados mais de 3.000 projetos, que apresentam um alto grau de inovação tecnológica.

Fortalecimento da Finep

Em 2011, o papel da Finep foi de suma importância para o financiamento dos projetos de inovação. Em 2010, a agência havia disponibilizado R\$ 1,8 bilhão para crédito, subvenção e equalização de juros. Em 2011, foram destinados cerca de 4,7 bilhões do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) para as operações de crédito da Finep. A disponibilidade de recursos, aliada à redução do tempo médio de análise de projetos pela agência, possibilitou a constituição de uma carteira de 326 projetos, no valor de mais de R\$ 9 bilhões. Deste total, em 2011, foram contratados R\$ 2,5 bilhões em projetos de crédito, o que representou um crescimento de mais de 50% em relação a 2010. Vale ressaltar que, no dia 27/12/11, foi publicada a Lei nº 12.565/2011, que liberou R\$ 244,7 milhões da reserva de contingência para suplementar a ação de financiamento da Finep.

Outras iniciativas extremamente importantes, que tiveram início em 2011, são a conversão da Finep

em instituição financeira e a criação da Finep Participações. Estas iniciativas devem contribuir para ampliar consideravelmente a captação e o volume de recursos privados destinados ao financiamento da inovação e ao investimento em empresas de base tecnológica. A consolidação da Finep como instituição financeira e, complementarmente, o estabelecimento de novos Fundos Setoriais, constituir-se-ão em novos instrumentos para elevar a um novo patamar o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Um instrumento fundamental utilizado para promover a inovação tecnológica é o Programa de Subvenção Econômica. Operacionalizado pela Finep, o Programa atua por meio da concessão de recursos públicos não-reembolsáveis para projetos de P&D das empresas. No segundo semestre de 2010, a Finep lançou uma nova chamada pública do Programa. Em 2011, a agência promoveu o processo de avaliação dessa chamada. O resultado final da avaliação permitiu a aprovação de 104 propostas, com previsão de comprometimento de recursos no valor global de R\$ 204 milhões.

Embrapii e Sibratec

Outra iniciativa que visa ampliar a participação empresarial nos esforços tecnológicos do País é a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). A empresa tem como objetivo central fomentar projetos de cooperação envolvendo empresas nacionais e instituições tecnológicas, voltadas para atividades de P&D, que objetivem a geração de produtos e processos inovadores. A empresa será implementada, inicialmente, por meio de um projeto piloto com a participação de três institutos de pesquisa: i) Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), na área de bionanotecnologia; ii) Instituto Nacional de Tecnologia (INT), na área de energia e saúde; e iii) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), na área de automação e manufaturas.

Implantado para fomentar a interação universidade-empresa, o Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec) contou com investimentos do FNDCT e dispõe atualmente de 56 redes de grupos e núcleos de P&D, sendo: 14 Redes de Centros de Inovação; 20 Redes de Serviços Tecnológicos; e 22 Redes de Extensão. Até 2011, as redes de centros de inovação foram responsáveis pela articulação de 21 projetos de desenvolvimento tecnológico, realizados por meio da cooperação entre ICT e empresas. As redes de extensão tecnológica já realizaram mais de 950 atendimentos às micro e pequenas empresas, envolvendo a solução de pequenos entraves de gestão tecnológica, a adaptação de produtos e processos e a melhoria de gestão da produção. Por fim, as 20 redes de serviços tecnológicos atuam no atendimento das necessidades de acesso das empresas ao mercado, incluindo a superação de exigências técnicas.

Incubadoras e parques tecnológicos

As incubadoras de empresas e os parques tecnológicos têm tido uma importância crescente na criação e no fortalecimento de empresas inovadoras em setores estratégicos para o desenvolvimento nacional. As incubadoras e parques representam uma parcela cada vez mais significativa da infraestrutura de pesquisa disponível no País e contribuem para a atração de centros de P&D de empresas multinacionais para o Brasil. O MCTI, por meio do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras e Parques Tecnológicos (PNI), fomenta fortemente esses empreendimentos, especialmente por meio de editais da Finep e do CNPq.

Em 2011, Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Setec/MCTI), finalizou a pesquisa sobre o panorama das incubadoras de empresas e parques tecnológicos existentes no Brasil. Foram identificadas 384 incubadoras no território brasileiro, sendo: 153 de base tecnológica; 69 do setor industrial; 69 incubadoras mistas (base tecnológica e industrial); 28 do setor agroindustrial; 21 no setor de serviços; e 34 que abrigam empresas de caráter cultural e social. O conjunto das incubadoras abriga, atualmente, cerca de 2.640 empresas incubadas, que empregam aproximadamente 16.400 pessoas. A pesquisa também identificou a existência de 2.500 empresas graduadas, que empregam 29.200 pessoas. Por outro lado, o Brasil possui 79 iniciativas de parques tecnológicos, sendo 26 em operação e o restante em fase de implantação ou de projeto.

O MCTI lançou em 2011, em parceria com o CNPq, duas chamadas públicas de apoio aos parques tecnológicos e às incubadoras de empresas. As duas chamadas destinaram um valor global de R\$ 12,5 milhões para a aquisição de equipamentos e de material permanente. No âmbito dessas chamadas, foram recebidas 126 propostas de incubadoras e 52 propostas de parques tecnológicos.

Tecnologias estratégicas: nanotecnologia e biotecnologia

Em 2011, foi possível impulsionar segmentos importantes no cenário da nanotecnologia brasileira. Foram priorizadas demandas da comunidade envolvida com o desenvolvimento da área, não só aquelas atuantes na geração do conhecimento, como aquelas que dependem desses avanços para o desenvolvimento de produtos seguros, inovadores e competitivos. Foram lançadas chamadas públicas para o desenvolvimento conjunto de projetos estratégicos em nanotecnologia com México e Cuba. Esses países detêm conhecimentos estratégicos que, em conjunto com o Brasil, deverão proporcionar

avanços significativos para a geração de produtos na área da saúde pública, agronegócios, eletrônica, energia, meio ambiente e novos materiais. Dentro desta temática, cabe destacar a criação do Centro Brasil-China em Pesquisa e Inovação em Nanotecnologias, a ser sediado no Laboratório Nacional de Nanotecnologia (LNNano), em Campinas-SP. Este laboratório estratégico, apoiado pelo MCTI, desenvolverá P,D&I em nanomateriais, nanobiotecnologia e nanodispositivos, estimulando o desenvolvimento industrial brasileiro.

Atendendo a uma demanda importante em nanotecnologia, foi publicado edital para a criação de duas redes cooperativas em nanotoxicologia e três em nanoinstrumentação. No caso da nanotoxicologia, a comercialização de produtos de base nanotecnológica depende de regulamentação e, conseqüentemente, de conhecimentos das suas implicações na saúde humana e no meio ambiente. A nanoinstrumentação, por outro lado, objetiva o desenvolvimento de equipamentos sofisticados dedicados à manipulação e entendimento da matéria em nível atômico e molecular. Cabe mencionar ainda que, em 2011, foram contratadas 17 redes de pesquisa e desenvolvimento em nanociência e nanotecnologia, envolvendo um montante de R\$ 4,9 milhões.

Em 2011, apoiou-se fortemente a biotecnologia, com destaque para o fomento ao desenvolvimento de fármacos e medicamentos por meio de chamada pública no valor total de R\$ 75 milhões, que combinou recursos dos Fundos Setoriais da Saúde e de Biotecnologia.

Deu-se também continuidade ao processo de contratação de cursos para formação de recursos humanos em biotecnologia, com ênfase na pós-graduação, dentro da cooperação Brasil-Argentina (CBAB). Foram disponibilizados cerca de R\$ 300 mil para cursos nos seguintes temas: plataformas avançadas de sequenciamento de DNA; análise global de expressão gênica; bioinformática; epigenética; biotecnologia agropecuária e aquicultura; desenvolvimento de vacinas, fármacos e métodos de diagnóstico de enfermidades humanas, animais e vegetais; escalonamento de bioprocessos; biotecnologias de células-tronco; biocombustíveis de segunda e terceira geração; biossensores e biorremediação; biocontrole e bioinoculação; aspectos inovadores da interação microrganismo-hospedeiro; técnicas para análise, conservação e uso de recursos genéticos; aplicações tecnológicas de biomateriais; neurobiotecnologia; biossegurança e manejo de biotérios.

Outras ações importantes foram: a realização do V Seminário sobre Rotas Tecnológicas da Biotecnologia; o início de funcionamento dos cursos de pós-graduação da Rede Bionorte, que está com edital aberto para seleção de candidatos aos cursos de doutorado; e a conclusão da segunda etapa (fase

piloto) de implantação do Laboratório de Modificação do Genoma Animal, parte integrante do Laboratório Nacional de Biociências (LNBio) do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM). Este último projeto objetiva produzir animais geneticamente modificados para a demanda nacional, treinar mão-de-obra especializada para a manipulação do genoma, facilitar o uso de animais transgênicos e nocautes, e difundir as tecnologias de geração de animais geneticamente modificados.

Tecnologias da Informação e da Comunicação

A área da Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) pode ser vista como a combinação de quatro grandes setores: software; hardware e sistemas; semicondutores e microeletrônica; e infraestrutura de TI. Para fazer frente aos desafios impostos pelo cenário mundial, e evoluir em termos de escala e de qualidade, cada um desses setores requer uma visão de futuro e uma estratégia científica e tecnológica própria.

Na área de software, destaca-se a elaboração do Plano Estratégico de Software e Serviços de TI (Brasil Mais TI). Este plano visa desenvolver os ecossistemas digitais de software e serviços de TI em vários setores estratégicos da economia brasileira, integrando ações de apoio financeiro e capitalização, compras governamentais e encomendas estratégicas vinculadas a eles. Além disso, cabe ressaltar a importância dos instrumentos estabelecidos no Plano Brasil Maior, em particular aqueles voltados para o fortalecimento do setor de software por meio de medidas de desoneração para as empresas do setor.

Em 2011, o MCTI trabalhou para fortalecer o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor de Tecnologias da Informação (PADSTI), vinculando-o aos demais instrumentos de política pública existentes, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento de produtos realmente inovadores.

Outras políticas importantes, desenvolvidas na área de semicondutores e microeletrônica, foram: a atualização a legislação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS) (Lei nº 11.484 / 2007), que oferece uma série de incentivos para a indústria de componentes eletrônicos; apoio ao Programa Nacional de Microeletrônica (PNM); e apoio ao Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), com aporte de recursos da ordem de R\$ 23,5 milhões para o desenvolvimento tecnológico de semicondutores. Como resultado dos investimentos realizados, a Ceitec iniciará, em 2012, o desenvolvimento de um chip nacional para o passaporte brasileiro, em parceria com a Casa da Moeda do Brasil (CMB). Este chip será produzido em até três anos e permitirá que a CMB tenha o controle estratégico de toda a cadeia de produção do passaporte eletrônico.

A Ceitec também estabeleceu uma parceria com a Novus (fabricante de equipamentos eletrônicos) para o desenvolvimento de uma nova linha de chips de identificação por radiofrequência (RFID), que permitirá o registro da temperatura de alimentos e outros produtos perecíveis durante seu transporte e armazenamento. Os primeiros protótipos estarão disponíveis para teste até meados de 2013. Estima-se que esta tecnologia tenha um custo até cinco vezes inferior ao de outras tecnologias empregadas atualmente e vai permitir uma padronização mundial dos sistemas de leitura de RFID, facilitando a operação em transportes internacionais de cargas.

Os trabalhos da Ceitec também vão permitir consolidar, em 2012, a produção comercial do primeiro chip para rastreamento de gado - Chip do Boi. O dispositivo está sendo fabricado na X-FAB, empresa alemã com quem a Ceitec firmou um acordo de transferência de tecnologia. Esta ação representa um importante marco no esforço de desenvolvimento da indústria nacional de microeletrônica. O Chip do Boi é um dispositivo avançado de RFID, projetado para uso na identificação animal, que atua como elemento-base de um sistema de ponta para rastrear o gado. A previsão de demanda doméstica para o chip supera 1,5 milhões de unidades para 2012, com taxa mínima de crescimento esperado de 10% ao ano na próxima década. O Chip do Boi é o primeiro semicondutor desenvolvido em uma empresa nacional que alcança volume de produção em instalações de classe mundial de fabricação de semicondutores.

Por último, destaca-se o apoio ao Programa de Capacitação de Recursos Humanos e Desenvolvimento de Produtos em RFID (Brasil-ID), desenvolvido pelo Centro de Pesquisas Avançadas Wernher von Braun de Campinas-SP, que recebeu recursos da ordem de R\$ 505 milhões

Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE)

O foco do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) é capacitar o País para desenvolver e utilizar tecnologias espaciais, voltadas à solução de problemas nacionais e em benefício da sociedade brasileira. Os principais objetivos do programa são: atender a demanda nacional por satélites de telecomunicações, de observação da Terra, de meteorologia e de missões científicas e tecnológicas; conquistar autonomia para acessar o espaço e participar do mercado internacional de lançamento de satélites; dominar tecnologias críticas para o desenvolvimento do programa; aumentar a participação da indústria nacional no PNAE e consolidar a cadeia produtiva do setor espacial; e reestruturar o modelo de governança do setor.

Em 2011, a Política Espacial Brasileira apresentou avanços importantes em sua implementação, especialmente em seus projetos mobilizadores: consolidação da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), com repasse de R\$ 100 milhões pelo MCTI para compor o capital da empresa, que atingiu cerca de 50% dos recursos previstos pela parte brasileira; investimentos para a modernização da infraestrutura do Centro de Lançamento de Alcântara, para permitir que o País ingresse no restrito mercado comercial de lançamentos de satélites; investimentos no programa do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (Cbbers); investimentos no programa do Satélite Geoestacionário de Comunicações.

A Agência Espacial Brasileira (AEB) realizou, em 2011, diversas atividades de avaliação do PNAE, que propiciaram a revisão das demandas nacionais e da carteira de projetos do programa, bem como da forma organizacional do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (Sindae).

Outro destaque importante da política espacial, em 2011, foi o lançamento de cinco foguetes de sondagem. Foram lançados dois foguetes ORION (V04 e V05), com a finalidade de treinamento das equipes do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) e Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), empregando-se o Lançador Móvel e com rastreamento através do Sistema de Tele medidas Móvel. Também foram lançados, a partir do Esrange Space Center (Suécia), dois foguetes VSB-30 (V14 e V15), com cargas úteis do Programa Microgravidade Europeu (TEXUS 48 e 49). Como parte da operação Brasil-Alemanha, foi lançado do CLBI, em 02/12/11, o foguete VS-30 (V08) transportando dois experimentos brasileiros, um (estudo da ionosfera) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e outro (receptor GPS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Programa Nacional de Atividades Nucleares

O Programa Nacional de Atividades Nucleares tem foco no uso de energia nuclear de forma saudável e pacífica; no desenvolvimento de ciência e tecnologia nucleares e correlatas para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente, geração de energia; e no atendimento ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para as indústrias nuclear e de alta tecnologia.

No âmbito da política nuclear, destacam-se, em 2011: o maior domínio sobre o ciclo de combustível nuclear nas Indústrias Nucleares do Brasil (INB), com especial atenção para a mineração, a conversão e o enriquecimento de urânio; o processo de lavra subterrânea em Caetité - BA (com expectativa de aumentar em 50% sua produção) e a exploração da jazida de Santa Quitéria - CE, garantindo-se o suprimento de combustível para a

operação das usinas nucleares de Angra I, II e, futuramente, de Angra III; a entrada em operação da primeira cascata de enriquecimento de urânio do País, localizada no parque industrial da INB; e a produção brasileira de radiofármacos.

No segmento de aplicações da tecnologia nuclear, destaca-se o empreendimento do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), que recebeu recursos orçamentários no valor de R\$ 14,8 milhões. Trata-se de uma nova instalação de pesquisa, desenvolvimento e produção, que possibilitará a eliminação da dependência externa do País em relação ao fornecimento de radiofármacos para a área médica, além da prestação de serviços de irradiação e de testes de materiais para o desenvolvimento de componentes para o setor nuclear. Em 2011, foram desenvolvidas diversas ações relacionadas ao RMB, referentes às etapas de preparação do local, projeto conceitual e básico e licenciamento ambiental.

Outro aspecto importante da política nuclear diz respeito ao tratamento dos rejeitos radioativos oriundos das atividades nucleares. Em 2011, houve avanço nas ações para projetar e construir um repositório nacional de rejeitos, com a negociação de contrato com uma agência especializada na armazenagem e destino final de rejeitos radioativos, para dar suporte técnico ao projeto. Adicionalmente, foi aprofundado o estudo para a seleção de possíveis locais para a instalação do repositório.

Na área de segurança nuclear, foi iniciado o projeto de monitoração dos indicadores de segurança das usinas nucleares da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAEA), que permitirá que a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) responda de maneira rápida e objetiva a possíveis acidentes com radioatividade no País. O sistema tem como objetivo avaliar continuamente os principais parâmetros operacionais das usinas e permitir o prognóstico de cenários de emissão e deslocamento de radioatividade para o meio ambiente.

Na área de instalações médicas e industriais, tiveram continuidade os esforços para o fortalecimento do processo de inspeção e controle de instalações radiativas, incluindo a ampliação dos investimentos para a compra de equipamentos específicos e para a modernização da infraestrutura operacional de regulação. Complementarmente, foi iniciado o Projeto Piloto para Descentralização das Inspeções Regulatórias da Cnen, que visa a atualização tecnológica de inspetores em tecnologias do setor nuclear, formação de novos inspetores, atualização de equipamentos e da infraestrutura física de licenciamento, e aparelhamento das unidades regionais da Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear (DRS).

Outros destaques importantes da política nuclear, em 2011, foram: a concessão da Autorização para a Operação Permanente (AOP) da Usina Nuclear Angra II, após as avaliações de segurança pertinentes; a continuidade ao processo de licenciamento do Labgene, reator de testes da Marinha do Brasil; a fabricação de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia, sendo que, até 15/12/2011, a Nuclep havia produzido 3.762 toneladas de equipamentos; o início da fabricação dos cascos resistentes dos quatro submarinos classe Scorpene, com tecnologia francesa, para a Marinha do Brasil; o desenvolvimento de processos de "produção de esponja de zircônio e de tubos de liga de zircônio", pelo Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear da CNE, que recebeu recursos da ordem de R\$ 4,8 milhões.

Programa C,T&I Aplicadas aos Recursos Naturais

Este Programa visa ampliar, organizar e disponibilizar a base de conhecimento técnico-científico para a promoção da inovação tecnológica e para a conservação dos recursos naturais do país.

O Programa de Grande-Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA) é um programa multidisciplinar que visa conhecer o funcionamento dos ecossistemas amazônicos, assim como as causas e efeitos das mudanças em curso na região. Assim, busca-se entender como as mudanças no uso e cobertura da terra e no clima poderão afetar os processos biológicos, químicos e físicos que ocorrem nos ecossistemas amazônicos, além de sua interação com o clima regional e global.

Em 2011, tiveram continuidade as seguintes ações: rede de observações ambientais, constituída por 13 torres instrumentadas instaladas em sítios experimentais (três torres estão temporariamente inoperantes: São Gabriel da Cachoeira, Brasília e Sinop); rede de monitoramento de qualidade da água de rios da Amazônia (Rede Beija-Rio), em seis municípios; projeto de exclusão de chuvas (Escaflor) na Estação Ferreira Penna, em Caxiuanã-PA; Sistema de Informações de Dados do Programa LBA (LBA/DIS): gestão e disseminação de dados, informações e resultados. Além disso, houve o início do monitoramento na torre de 81 metros de altura, na RDS do Uatumã e também foi iniciado um projeto do CT-Amazônia na região de Humaitá-AM, em colaboração com o Projeto Cenários.

Em 2011, o MCTI deu continuidade ao projeto de consolidação das Redes de Pesquisa sobre os Ecossistemas do Pantanal, que visa apoiar a sustentabilidade das principais atividades econômicas do Pantanal. Este projeto está dividido em quatro componentes: o primeiro, de Tecnologias de Gestão de Redes de Pesquisa, concede apoio para a contínua dinamização, operacionalização,

estruturação e avaliação das redes de pesquisa do projeto; o segundo componente, de Desenvolvimento de Sistemas Sustentáveis de Bovinos de Corte no Pantanal (Rede Pecuária), objetiva a produção de conhecimentos que contribuam para a superação dos entraves da cadeia produtiva do bovino no Pantanal; o terceiro componente, de Expansão do Conhecimento e de Tecnologias para a Sustentabilidade da Pesca no Pantanal (Rede Pesca), está voltado para a melhoria das condições de vida dos pescadores, assegurando a sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e estoques pesqueiros; o quarto e último componente, de Bioprospecção de Espécies Vegetais para o Uso Sustentável da Biodiversidade do Pantanal (Rede Pantaneira de Bioprospecção), objetiva a realização de estudos botânicos, químicos, farmacológicos e agrônômicos das plantas do Pantanal com potencial fitoterapêutico e bioinseticida.

Em 2011, foi concluída a obra do edifício sede do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP). O Instituto deve ter sua criação aprovada pelo Congresso Nacional, em 2012, para entrar em funcionamento. Destaca-se, também, a execução de seis projetos no âmbito do programa de Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos, Modelos e Geoinformação para a Gestão Ambiental (Geoma), sendo dois deles pelo Museu Emílio Goeldi, dois pelo Inpa e outros dois pelo Inpe.

O Programa de Pesquisas em Biodiversidade (PPBio) recebeu apoio para o desenvolvimento de três redes e 22 projetos de pesquisa contratados, sendo: uma rede na Amazônia Ocidental, com oito projetos executados por seis instituições (Inpa, UFAM, UNIR, UFMT, UFRR e UFAC); outra rede na Amazônia Oriental, com seis projetos executados por cinco instituições (MPEG, Ufopa, Uema, Unemat e UFT); e, finalmente, uma rede de pesquisa no Semiárido, com oito projetos desenvolvidos por quatro instituições (UEFS, Uesc, UFS e UFRN).

O Brasil possui uma extensa costa litorânea e uma gigantesca área marinha sob sua jurisdição. O mar e a plataforma continental são fontes de alimentos, energia e novos materiais que podem e devem ser explorados pelo país de forma sustentável. A exploração dos recursos vivos e não-vivos do mar e dos ambientes costeiros requer o uso de alta tecnologia e de recursos humanos qualificados. Por isso, o MCTI vem incentivando o desenvolvimento da pesquisa básica e aplicada voltada para o avanço do conhecimento sobre os processos físicos, químicos, geológicos e biológicos que ocorrem nos oceanos e nas regiões costeiras, incluindo suas interações com sistemas terrestres, hidrológicos e atmosféricos. Em 2011, destaca-se a incorporação do Programa Temático Mar, Zona Costeira e Antártida ao PPA 2012-2015, com o objetivo de otimizar a atuação do Governo Federal na área.

Para apoiar a execução dos projetos de pesquisa na área de Ciências do Mar, especialmente no Atlântico Sul e Tropical, o MCTI passou a fomentar a ampliação da infraestrutura embarcada existente no País. Dessa forma, o MCTI e a Marinha do Brasil, em articulação com a Petrobras e a Vale do Rio Doce, firmaram uma parceria para a aquisição de um novo Navio de Pesquisa Oceanográfico, equipado com o que há de mais avançado em tecnologia de experimentação marinha. Destaca-se ainda que, em 2011, foram alocados R\$ 3,5 milhões para a modernização e ampliação do navio Aspirante Moura para o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM), da Marinha do Brasil, em Arraial do Cabo - RJ.

Outra ação de suma importância foi a criação do Instituto Nacional da Criosfera e Antártico de Pesquisas Ambientais. Este instituto vai apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação relacionados aos fenômenos ambientais da Região Antártica, do Oceano Austral e adjacências, bem como estimular a cooperação científica com outros países da América do Sul que tenham programas antárticos em andamento. Destaca-se também o início dos trabalhos para a criação do Instituto Nacional de Pesquisas sobre os Oceanos (INPO).

Implantação do Centro Nacional de Monitoramento de Alertas de Desastres Naturais (Cemaden)

O MCTI está desenvolvendo um Sistema Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, em articulação com outras instituições federais, estaduais, municipais, órgãos de defesa civil e as Forças Armadas. O resultado deste esforço aumentará a capacidade da sociedade brasileira para fazer frente às catástrofes naturais, com redução do número de vítimas e dos prejuízos sociais e econômicos decorrentes.

Para apoiar a operacionalização do sistema, o governo criou em 2011 o Centro Nacional de Monitoramento de Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), vinculado à Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisas e Desenvolvimento (Seped/ MCTI). Entre as atribuições do Cemaden estão: elaborar alertas de desastres naturais relevantes para ações de proteção e defesa civil no território nacional; realizar e divulgar estudos e pesquisas voltados para a produção de informações necessárias ao planejamento e à promoção de ações contra desastres naturais; desenvolver capacidade científica, tecnológica e de inovação para continuamente aperfeiçoar os alertas de desastres naturais; operar sistemas computacionais necessários à elaboração dos alertas de desastres naturais; e fornecer alertas de desastres naturais para o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), do Ministério da Integração Nacional, auxiliando o Sistema Nacional de Defesa Civil.

O centro está funcionando no campus do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe/MCTI). Esse local foi escolhido justamente por se beneficiar da existência de competências estabelecidas pelo Inpe em meteorologia, sensoriamento remoto, mudanças globais e modelagem computacional. Além disso, o Inpe abriga o Tupã, um dos supercomputadores mais poderosos do mundo para aplicações meteorológicas, climáticas e ambientais.

Em 2011, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) autorizou a realização de um processo seletivo simplificado para contratação de pessoal temporário para compor as equipes de trabalho do Cemaden. Os aprovados nesse processo seletivo foram convocados no mês de dezembro. O MCTI concedeu recursos para a compra de diversos equipamentos e para a reforma do prédio da Sala de Situação do Centro, onde estão sendo instalados os equipamentos adquiridos.

Desde dezembro de 2011, a equipe do Cemaden está em operação 24 horas por dia, 7 dias por semana. Inicialmente, as atividades de monitoramento estão focadas em 56 municípios das Regiões Sul e Sudeste. Estes municípios foram selecionados como prioritários por meio de reuniões realizadas na Casa Civil, com participação dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação; Integração Nacional; Cidades; Meio Ambiente; Minas e Energia; entre outros. Além das informações meteorológicas e hidrológicas, dispõe-se de mapeamentos geotécnicos das áreas de risco da maioria desses municípios.

Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social

O MCTI tem investido em um conjunto substantivo de ações para a área social. O programa Ciência, Tecnologia e Inovação para Inclusão e Desenvolvimento Social promove a popularização e o aperfeiçoamento do ensino de ciências nas escolas, bem como a produção e a difusão de tecnologias e inovações para a inclusão social.

Em outubro de 2011, foi realizada a 8ª edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), que teve como tema central “Mudanças Climáticas, Desastres Naturais e Prevenção de Riscos”. O evento envolveu a realização de 16.110 atividades em 654 municípios de todas as unidades da federação. A SNCT também contou com diversas

atividades relacionadas ao Ano Internacional da Química e com o Experimento Global pH do Planeta, que foi realizado por estudantes e professores de cerca de 600 municípios brasileiros.

Também foi realizada, em 2011, a 7ª edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP). Atualmente, a OBMEP alcança 19,6 milhões de estudantes e 5,5 mil municípios. Em sua segunda etapa, a olimpíada contou com a participação de mais de 800 mil alunos de 44,6 mil escolas públicas de todos os estados. Os alunos que participam desta etapa são os 5% que obtiveram a melhor pontuação em cada escola participante da primeira etapa da prova. Os vencedores são premiados com a entrega de 500 medalhas de ouro, 900 de prata e 1800 de bronze aos estudantes e até 3 mil menções honrosas e 127 prêmios aos professores.

No âmbito das ações de inovação em tecnologias assistivas, destaca-se, em 2011, o fomento à inovação empresarial (concessão de subvenção e crédito subsidiado, por meio da Finep, para a inovação em tecnologia assistiva) e seu alinhamento com a política de compras governamentais no setor. Além disso, foi estabelecida uma linha de crédito para aquisição de produtos de tecnologia assistiva, voltada prioritariamente às pessoas de baixa renda com deficiência. Destaca-se, ainda, a criação do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva.

O MCTI também implementou, em 2011, diversas ações de inclusão digital, com destaque para os seguintes projetos: informatização das escolas públicas, com a implantação de laboratórios de informática e aquisição de equipamentos para escolas públicas municipais e estaduais, por meio do Programa Informatização das Escolas (Proinfo), do Programa Um Computador por Aluno (Prouca) e do Projetor Multimídia (Projetor), do Ministério da Educação (MEC); implantação de telecentros, concebidos como espaços públicos dotados de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), em conformidade com os padrões estabelecidos pelo Ministério das Comunicações. Finalmente, ressalta-se a reformulação da proposta dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs), com destaque para o estabelecimento de critérios claros para o processo de apresentação, habilitação e seleção de projetos na área.

4.5. COMUNICAÇÕES

4.5.1. MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

As ações do Ministério das Comunicações possibilitaram avanços importantes durante o ano de 2011 no que se refere à expansão e à qualificação das redes de telecomunicações, à modernização do setor de radiodifusão e dos serviços postais e à condução das iniciativas de inclusão digital, bem como à transparência e a eficiência da gestão pública.

No que se refere a telecomunicações, o Governo deu continuidade à implementação do Programa Nacional de Banda Larga - PNBL, com significativos impactos para a expansão da infraestrutura e da oferta de serviços.

O PNBL é um programa estruturante que inclui desde o fortalecimento do papel regulador do Estado até a construção de uma rede nacional de telecomunicações, além de medidas de incentivo à indústria, aos investimentos privados e ao desenvolvimento tecnológico.

O acesso da população aos mais diferentes serviços de telecomunicações cresceu de maneira significativa. O número de acessos de banda larga móvel chegou a 41,11 milhões em dezembro de 2011, praticamente duplicando (crescimento de 99,3%) o número de acessos existentes no início do ano.

Da mesma forma, o número de acessos à banda larga fixa cresceu em 19,4% no ano, chegando ao total de 18,5 milhões em dezembro. Já no que se refere à telefonia móvel, os acessos cresceram em 19,4%, chegando a 242,3 milhões de terminais ao final do ano.

Quanto à radiodifusão, o Governo buscou aumentar a eficiência, a transparência e a objetividade de critérios para procedimentos de radiodifusão. Foi divulgada a lista com informações sobre os detentores de outorgas, foram revistas normas e editadas programações para novas outorgas por meio de planos nacionais.

Entre outras iniciativas, o Plano Nacional de Outorgas de Radiodifusão Comunitária permitiu a abertura de avisos de habilitação a 431 municípios que ainda não possuíam emissoras comunitárias.

No âmbito do setor postal, a Lei nº 12.490/2011 deu nova redação a alguns dos dispositivos do Decreto-lei nº 509/ 1969, que transformou o Departamento dos Correios e Telégrafos (DCT) na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e estabeleceu seu objeto social. A partir desse normativo, foi autorizada a ECT a ampliação de suas

ações junto à sociedade e ao mercado, tanto no que se refere ao âmbito de atuação, que deixou de ser apenas nacional, quanto ao objeto da Empresa, que passou a abranger também, de forma expressa, a prestação dos serviços postais de logística integrada, eletrônicos e financeiros.

Também no ano de 2011, foi editado o Decreto n.º 7.483, por meio do qual foi aprovado o novo estatuto social da ECT, a fim de aperfeiçoar sua gestão corporativa.

Neste sentido, avançou-se na definição de diretrizes para a padronização da rede de atendimento da ECT, e no estabelecimento de condições para modernizar o arcabouço legal do setor.

Para o setor de TV por Assinatura, foi editada a Lei n.º 12.485/2011, que estabeleceu um novo marco para a comunicação audiovisual de acesso condicionado.

A Lei criou o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), revogou capítulos da Lei de TV a Cabo, inclusive o que limitava a prestação do serviço por empresas com capital majoritariamente estrangeiro, e alterou o artigo 86 da Lei Geral de Telecomunicações, permitindo a abertura do mercado de televisão por assinatura para as concessionárias de telefonia.

Importantes avanços para incentivo à produção audiovisual nacional e de conteúdo independente também fazem parte do texto legal.

A nova lei estabelece que, em até três anos, os canais pagos devem veicular três horas e meia semanais em horário nobre de conteúdo audiovisual brasileiro, sendo metade disso de produção independente. Também define uma cota mínima de canais brasileiros para os pacotes ofertados pelas operadoras.

Em novembro de 2011 cerca de 12,4 milhões de domicílios brasileiros contavam com serviço de TV por Assinatura, o que indica a oferta do serviço em 20,7 de cada 100 domicílios do país. Em 2011 o setor acumulou um crescimento de 27,36%, com a adição de 2,6 milhões de novos assinantes em relação a 2010.

Considerando-se o número médio de pessoas por domicílio estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 3,3 pessoas, os serviços de TV por Assinatura são distribuídos, atualmente, para mais de 41 milhões de brasileiros.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NA FUNÇÃO COMUNICAÇÕES E SUBFUNÇÕES TÍPICAS / 2007 A 2011

VALORES LIQUIDADOS (OFSS + RPNP), DESPESA REALIZADA (OI)
E GASTO TRIBUTÁRIO 2007 A 2011

em R\$ milhões

FUNÇÃO COMUNICAÇÕES		2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
OFSS	No Exercício ¹	470,76	406,74	405,44	548,79	684,65	2.516,38
	RPNP ²	18,46	395,74	62,97	105,68	373,97	956,82
OI ³		207,22	214,25	234,81	245,93	270,93	1.173,14
Gasto Tributário		-	-	-	-	-	-
TOTAL		696,44	1.016,73	703,22	900,40	1.329,55	4.646,34

Fonte: Siasi e Siest

¹Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.²Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.³Despesa realizada no exercício.

A função Comunicações apresentou uma execução de R\$ 4,65 bilhões entre 2007 e 2011, sendo a média anual do período de R\$ 929,27 milhões.

Em 2008 e 2009, a execução do OFSS (referente aos valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício) é reduzida para 406,74 e 405,44 milhões respectivamente, em decorrência da ausência de convênios a executar com o Funttel e do contingenciamento de recursos aplicado aos gastos do Ministério das Comunicações.

Em 2010, a execução do OFSS (referente aos valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício) apresenta um acréscimo de 35,36% em relação a 2009, chegando ao patamar de R\$ 548,79 milhões, devido à retomada da execução dos programas do Funttel e a contratação de novos servidores para compor o quadro da Anatel.

Observa-se a evolução dos valores liquidados (referente aos valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício), entre 2010 e 2011, com variação positiva de cerca de 25%, como

reflexo do incremento no aporte de recursos nas áreas de modernização da estrutura de informática do MC; desenvolvimento de processos e produtos inovadores voltados às Telecomunicações; pesquisa e desenvolvimento em Telecomunicações na Fundação CPqD, operação do sistema de acesso Banda Larga; e participação da União no capital da Telebras – Telecomunicações Brasileiras S.A, visando à implantação da Rede Nacional de Banda Larga, responsável por cerca de 70% do acréscimo, ou seja, R\$ 96,4 milhões.

O incremento na execução da função Comunicações em 2011 foi possível em razão da ocorrência de um menor contingenciamento orçamentário em relação a períodos anteriores.

No que tange ao Orçamento de Investimento – OI, a elevação da execução em 2009 e 2010 decorreu da ampliação da frota de veículos e das melhorias na infraestrutura de unidades de atendimento, produção e distribuição existentes da ECT.

Em 2011, a despesa manteve a tendência de crescimento, devido à execução da Telebrás na subfunção Telecomunicações.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES EM 2011

em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO COMUNICAÇÕES POR SUBFUNÇÕES	
	LIQUIDADADO	%
Subfunções Típicas		
Telecomunicações	168,22	13
Comunicações Postais	149,05	11
Outras Subfunções	1.012,28	76
TOTAL	1.329,55	100

Fonte: Siasi e Siest

**VALORES LIQUIDADOS (OFSS + RPNP), DESPESA REALIZADA (OI)
NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS / 2007 A 2011**

em R\$ milhões

FUNÇÃO COMUNICAÇÕES		2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Subfunção Telecomunicações(OFSS)	No Exercício ¹	40,60	36,70	18,29	62,93	73,53	232,05
	RPNP ²	3,79	135,10	3,41	28,42	22,32	193,04
Subfunção Comunicações Postais (OI) ³		141,87	124,07	179,76	183,17	149,05	777,92
Subfunção Telecomunicações (OI) ³		-	-	-	-	72,37	72,37
TOTAL		186,26	295,87	201,46	274,52	317,27	1.275,38

Fonte: Siafi e Siest

¹Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

²Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

³Despesa realizada no exercício.

A execução da subfunção Telecomunicações, OFSS, (referente aos valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício) apresentou valores decrescentes entre 2007 e 2009, influenciados pelo contingenciamento de recursos no âmbito do programa Oferta dos Serviços de Telecomunicações, e pela adoção da modalidade de licitação Pregão Eletrônico em Sistema de Registro de Preços, a qual permitiu reduzir o preço unitário dos bens necessários para a formação dos Telecentros Comunitários. Analisando 2010 (referente aos valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício), observa-se incremento na execução devido ao repasse de R\$ 50 milhões, no âmbito do programa Inovação Tecnológica em Telecomunicações, para a Finep, destinados aos projetos da carteira do Funtel para a pesquisa e inovações tecnológicas em telecomunicações. A variação positiva ocorrida em 2011 na subfunção Telecomunicações, OFSS, deveu-se ao incremento orçamentário na ação "Operação do Sistema de Acesso Banda Larga", referente à prestação de serviços de comunicação bidirecional e conexão de rede.

A trajetória decrescente da subfunção Comunicações Postais(OI) entre 2007 e 2008 foi influenciada pelos projetos de Ampliação e Renovação da Frota da ECT, os quais não concluíram o processo de aquisição de veículos previstos em 2007 e especialmente em 2008, voltando à normalidade em 2009 e 2010. Nestes dois últimos anos, o aumento da execução é influenciado também pelo crescimento dos gastos com melhorias de infraestrutura em unidades existentes da ECT. Não obstante, 2011 voltou apresentar um declínio nos gastos porque não foram inauguradas todas as agências de atendimento da ECT previstas e nem adquirida integralmente a frota de veículos planejada.

Com relação à Subfunção Telecomunicações (OI), a Telebrás executou 72,37 milhões com a implantação de sites do backbone óptico; aquisição de contêineres, gabinetes e materiais para o funcionamento e proteção, rede de comunicação de dados e planejamento técnico; solução na tecnologia DWDM (*Dense Wavelength Division Multiplexing*);

aquisição de postes, torres e serviços de instalação, enlaces de rádios digitais, de serviços de apoio à integração, à fiscalização e acompanhamento e aceitação da implantação de infraestrutura, projeto de instalação, construção, certificação e ativação de infra-estrutura de redes de fibras ópticas, cabos ópticos.

Desempenho dos Programas Estruturantes do Setor

Inovação Tecnológica em Telecomunicações

O setor de Tecnologias da Informação e Comunicação, TICs, é um dos mais dinâmicos da economia contemporânea, tanto por conta da velocidade com que avanços tecnológicos e inovações lhe são incorporados, como pela sua utilização cada vez mais difundida em praticamente todas as atividades humanas. Tais tecnologias contribuem diretamente para a produtividade e o crescimento do setor empresarial. Desta forma, o domínio tecnológico de áreas de TICs é fundamental para qualquer País que pretenda impulsionar seu desenvolvimento econômico e industrial.

A política regulatória intensificou as medidas relativas ao favorecimento de aquisições no mercado nacional, à fabricação local e à PD&I, tais como: i) ato que estabeleceu condicionamentos para a anuência prévia à reorganização societária do Grupo Telefônica/Vivo; ii) proposta de regulamento de contratação de serviços e aquisição de equipamentos ou materiais pelas prestadoras de serviços de telecomunicações; e iii) conjugação, nos procedimentos licitatórios, da oferta dos serviços com regras de incentivo à aplicação em PD&I, a exemplo da proposta de edital de licitação de autorização de uso de segmentos de radiofrequências na faixa de 3,5 GHz.

Foram também ampliados os benefícios fiscais para produtos com conteúdo nacional, foram reduzidas a 0 (zero) as alíquotas de PIS/Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo de tablets produzidos no País¹, de modems utilizados para o acesso à Internet e elaborada proposta para

¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12507.htm

suspensão do recolhimento do PIS/Cofins referente à aquisição de equipamentos com conteúdo nacional e contratação de obras e serviços para implantação de redes.

O Fundo para Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), criado em 2000, é hoje o único mecanismo de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico específico para o setor de telecomunicações. Desde a sua criação, o Funttel já investiu cerca de R\$ 900 milhões em projetos nas áreas de TV Digital, comunicações ópticas, plataformas baseadas na conectividade IP, comunicações digitais sem fio, plataformas para gerência e operação de sistemas de telecomunicações e plataformas para produção, gerenciamento e difusão de conteúdos digitais.

Cumprir destacar que faz parte da estratégia do Funttel privilegiar projetos cooperativos entre empresas brasileiras e entidades de pesquisa, já que favorece a aproximação entre o setor produtivo e a academia e eleva significativamente o grau de transferência tecnológica.

Em 2011 foram repassados recursos não reembolsáveis da ordem de R\$ 69 milhões à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e à Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) para apoiar projetos oriundos do Plano de Aplicação de Recursos 2009-2011 da Fundação CPqD e para parte dos projetos selecionados nas Chamadas Públicas realizadas por meio da Finep em 2009. Isso representou um significativo incremento em face dos R\$ 46 milhões repassados em 2010.

Com relação aos recursos reembolsáveis, em 2011 foi formalizado um contrato de financiamento com a Finep no valor de R\$ 100 milhões e repassados R\$ 50 milhões, cujo objetivo é financiar a estratégia de inovação de empresas do setor de telecomunicações.

No intuito de fortalecer o papel da Finep, como agente financeiro do Fundo, o Conselho Gestor aprovou os Planos de Aplicação de Recursos referentes aos recursos sob administração da Finep e da Fundação CPqD.

Com vistas a promover também maior transparência e controle da aplicação e dos resultados dos recursos repassados, o Conselho Gestor aprovou resolução dispondo sobre a repartição dos recursos do Funttel entre a Fundação CPqD e a Finep e foi iniciada a avaliação dos projetos em andamento, com vistas à definição do sistema de indicadores do Funttel, para avaliação de desempenho dos projetos.

Foi elaborada e aprovada pelo Conselho Gestor a proposta de novo decreto regulamentando o Funttel e encontra-se em fase final a contratação de

serviços de consultoria para avaliar as necessidade de repasse de recursos para financiamento da infraestrutura de pesquisas do CPqD, de modo a estabelecer mecanismo mais efetivo para operacionalizar as transferências legais à Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) e estabelecer novas modalidades de aplicação dos recursos, dando maior transparência e controle aos recursos repassados àquela instituição.

No sentido de aperfeiçoar a arrecadação do Funttel, em 2011 procedeu-se à implementação do novo Sistema de Arrecadação do Funttel (SAF) e a adoção da GRU em substituição ao Darf, além de um amplo esforço para emitir as notificações aos contribuintes referentes recolhimentos devidos e não realizados de 2007 e 2008.

Com relação à fiscalização da aplicação dos recursos, além do aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, foi dada continuidade às ações de fiscalização junto à Fundação CPqD e à Finep bem como à implementação das decisões e dos planos de providências solicitados pelos órgãos de controle interno e externo.

TV Digital

O Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre (SBTVD), instituído pelo Decreto n.º 4.901/2003, proporciona maior qualidade de som e imagem para os usuários, a recepção do sinal de televisão por aparelhos móveis e a possibilidade de utilização de mais uma ferramenta para a inclusão digital.

Para promover o acesso da população a televisores compatíveis com o sinal digital, o governo alterou o Processo Produtivo Básico (PPB) dos televisores. A partir de 2011, o PPB elegeu os televisores com diagonal de tela maior que 26 polegadas e em 2012 todos os aparelhos de TV com essas tecnologias deverão ser capazes de sintonizar sinais da TV Digital.

Para que a população brasileira possa desfrutar da interatividade na TV Digital Terrestre, é necessário que os televisores tenham o middleware GINGA instalado. Com este propósito foram conduzidas negociações com o setor e encontra-se em fase de conclusão a regulamentação da obrigatoriedade do GINGA para a inclusão de televisores de tela plana nos benefícios fiscais do processo produtivo básico (PPB).

O Governo tem se empenhado na internacionalização do padrão nipo-brasileiro de TV Digital ISDB-Tb, interagindo com diversos órgãos reguladores, promovendo treinamentos técnicos em Brasília e realizando diversas visitas técnicas ao exterior. Atualmente, 12 nações já aderiram oficialmente à utilização desta tecnologia como seu padrão de televisão digital.

A campanha de adesão de novos países ao padrão nipo-brasileiro de TV Digital prosseguiu em 2011, com o envio de missões a Angola e Botsuana. Em 2012, serão intensificados os esforços de atração de outros países ao padrão nipo-brasileiro de TV Digital, sobretudo na América Central e na África, e se buscará fortalecer o diálogo com os países que já adotaram o referido padrão.

Programa Nacional de Banda Larga – PNBL

O Governo tem investido na massificação do acesso à Internet em alta velocidade de transmissão para cidadãos, instituições da administração pública, entidades da sociedade civil e empresas por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), instituído pelo Decreto nº 7.175/2010, visando ao desenvolvimento econômico e social do País.

A Telebrás realizou em 2011 a contratação dos serviços necessários à ativação da rede de fibra óptica de 30.803 quilômetros, e encerrou o ano com 10.250 quilômetros de rede implantados em seu backbone, promovendo o provimento de banda larga para 150 municípios. A Telebrás segue com a política de gerir uma rede de telecomunicações nacional com foco de atuação no atacado, neutra e disponível para qualquer prestadora que queira prestar o serviço de acesso em banda larga.

Foram concluídos o perfil e especificações técnicas e a proposta de estratégia para a contratação do Satélite Geoestacionário Brasileiro - SGB, voltado à defesa e comunicações estratégicas do Governo Federal. Foram iniciadas as negociações e estudos visando à expansão e diversificação das conexões de dados internacionais mediante a implantação de conexões com os países vizinhos e de cabos submarinos ligando o Brasil à América Latina, América do Norte, Europa e África.

Em parceria com o setor privado, no âmbito do PNBL, foi possível em 2011 adotar medidas para barateamento dos serviços de banda larga. As concessionárias de telefonia fixa, a partir da assinatura de Termos de Compromisso com o Ministério das Comunicações (MC), começaram a oferecer, em 1º de outubro, o acesso à Internet em banda larga ao valor de R\$ 35,00 por mês, preço bastante inferior ao que vinha sendo praticado em termos médios no País em 2011. Essa oferta se refere a conexões de 1 Mbps e já beneficia 621 municípios em 26 estados. O Termo de Compromisso prevê também a expansão progressiva das velocidades de conexão da oferta de Internet popular nos municípios brasileiros até a velocidade de 5 Mbps. Além disso, o acordo também condiciona as concessionárias a oferecer o serviço no atacado para pequenos provedores que levam conexão à Internet ao usuário final, bem como às prefeituras municipais que necessitam da banda larga para melhor atender ao cidadão.

No âmbito regulatório, também merece menção a aprovação em 2011 pela Anatel do Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM) e do Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço Móvel Pessoal (RGQ-SMP), que estabelecem metas de qualidade a serem cumpridas pelos provedores de internet banda larga fixa e móvel, respectivamente.

Foram também reduzidas a 0 (zero) as alíquotas de PIS/Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo de tablets produzidos no país² e de modems utilizados para o acesso à Internet.

Com vistas a acelerar a implantação da infraestrutura necessária foram concluídos os estudos para a criação do Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga, para implantação de Redes de Telecomunicações (REPBNL – Redes), visando a incentivar investimentos da ordem de 10 bilhões de reais nos próximos cinco anos.

Buscando a expansão da banda larga para a área rural, o Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011, que aprovou o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público (PGMU), estabeleceu que a faixa de 450 MHz será licitada pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) até abril de 2012 com a exigência de que os vencedores deem contrapartidas na forma de atendimento a áreas rurais e regiões remotas a preços acessíveis aos consumidores.

Para as conexões móveis urbanas, conforme estabelecido no supracitado Decreto, será realizada também para abril de 2012 a licitação da faixa de radiofrequência de 2,5 GHz para a prestação do Serviço Comunicação Multimídia (SCM) e do Serviço Móvel Pessoal (SMP), dentre outros, com tecnologia 4G, que possibilita o tráfego de dados a altas velocidades. Foi determinado que o edital deve prever a obrigação do início da prestação desses serviços pelas operadoras vencedoras na licitação em até 12 meses após a assinatura do contrato nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, o que inclui o Rio de Janeiro, que também será a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016. Dessa forma, buscou-se assegurar que o serviço 4G estará disponível em abril de 2013, em tempo para ser utilizado e testado na Copa das Confederações 2013 em Brasília, Belo Horizonte, Fortaleza, Rio de Janeiro, Recife e Salvador.

Qualidade dos Serviços de Telecomunicações

O Governo Federal, em 2011, realizou ações no sentido de incentivar a competitividade entre as prestadoras, melhorar a qualidade dos serviços

² http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12507.htm

prestados, estabelecer regras claras que protejam os usuários, bem como estimular o desenvolvimento tecnológico do setor, sempre com vistas à melhoria da qualidade na prestação dos serviços.

No que diz respeito à Universalização, o Governo Federal aprovou, por meio do Decreto nº 7.512/2011, o terceiro Plano Geral de Metas para a Universalização (PGMU III) do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), que estabelece obrigações para ampliação do acesso ao serviço de pessoa ou instituição, independentemente de sua localização ou condição sócio econômica. Entre as inovações constantes desse Plano, destaca-se o aumento de 2,0% para 2,5% dos telefones públicos da localidade que devem ser adaptados para cada tipo de deficiência (auditiva/da fala ou locomotora). O PGMU também determina que as concessionárias assegurem o atendimento, com Telefone de Uso Público (TUP), instalado em local acessível vinte e quatro horas por dia, mediante solicitação dos respectivos órgãos competentes, aos seguintes locais situados em área rural: escolas públicas; postos de saúde pública; comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas, devidamente certificadas; populações tradicionais e extrativistas fixadas nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; assentamentos de trabalhadores rurais; aldeias indígenas; organizações militares das Forças Armadas; postos da Polícia Rodoviária Federal; e aeródromos públicos.

Ainda no que concerne à telefonia fixa, o Governo Federal vem trabalhando na criação de planos voltados especificamente para a população de baixa renda. Está em fase final de elaboração a regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel relativa ao Acesso Individual Classe Especial - AICE, um plano de serviço voltado para as famílias inscritas no Cadastro Único dos programas sociais do Governo Federal, com tarifas significativamente mais baixas que aquelas cobradas normalmente. A proposta do AICE, em análise na Anatel, prevê franquia de 90 minutos para chamadas locais entre telefones fixos; prazo de instalação de 7 dias; adoção das mesmas metas de qualidade do plano básico da classe residencial; forma de pagamento pós-paga e, opcionalmente, a critério da concessionária, pré-paga ou uma conjugação pós e pré-pagas.

Com relação aos Telefones de Uso Público - TUP, a Anatel determinou às concessionárias de STFC, o desenvolvimento de plano de ação para vistoria e reparo de todos os aparelhos, com prioridade para a Região Norte e localidades com apenas um telefone de uso público. De acordo com a determinação da Anatel, 100% da planta brasileira de TUP será revitalizada até março de 2012. Além disso, encontra-se em fase de implantação o "Fique Ligado" – sistema de visibilidade e

acompanhamento, via Internet, da disponibilidade desses aparelhos.

Já na disseminação da tecnologia de Terceira Geração (3G) da telefonia móvel, destinadas à conexão de dados por meio do Serviço Móvel Pessoal – SMP, a cobertura atingiu em novembro de 2011 a marca de 2.068 municípios já atendidos, contra 1.163 em 2010. Ademais, destaca-se que a telefonia móvel, independentemente da tecnologia utilizada para sua prestação, atingiu a cobertura de 5.565 municípios no ano de 2011.

Até dezembro de 2011, o SMP registrou 39,29 milhões de novas habilitações e alcançou - 242,23 milhões de acessos ao serviço de telefonia móvel (crescimento de 19,36% em relação a 2010), com teledensidade correspondente a - 123,87 acessos por 100 habitantes (crescimento de 18,33% em comparação com o ano anterior). Ao final de novembro de 2011, - 26 estados já possuíam mais de um celular por habitante. Esse crescimento fez com que o Brasil se tornasse em 2011 o quarto maior mercado mundial de telefonia móvel, ultrapassando a Rússia, tendo um mercado somente inferior à China, Índia e Estados Unidos.

Em 2011, foram assinados os Termos de Autorização do SMP e de radiofrequências referentes à licitação da Banda H, e de outras sobras de radiofrequências para prestação deste Serviço, concretizando a entrada da quinta empresa com outorga nacional no mercado do SMP. Além disso, foram aprovadas Autorizações para prestação do SMP por meio de Rede Virtual (que não necessitam de autorização de uso de radiofrequência). Espera-se que a concretização de parcerias entre as atuais prestadoras e outras entidades dinamize o mercado de telefonia móvel no Brasil, possibilitando um melhor atendimento às necessidades da população.

Até dezembro de 2011, o Serviço de Comunicação Multimídia – SCM registrou 18,5 milhões de acessos em operação, o que corresponde à penetração de 9,35% do serviço em relação à população brasileira. Destaca-se que 30,8% das residências do Brasil foram atendidas pelo serviço. Essa evolução resulta do fomento da oferta do acesso à internet em banda larga, da busca de facilidades à entrada de novas empresas no mercado, por meio de ações de fomento à concorrência, estímulo à qualidade e modicidade do preço do serviço.

Em 2011, estavam ativas 3.099 empresas autorizadas do SCM, que, em grande parte, são empresas de pequeno e médio porte que obtiveram outorga para prestar serviço utilizando radiofrequências cujo uso independe de autorização da Anatel.

No que tange ao atual cenário da exploração de satélites no Brasil, dois novos direitos de exploração

de satélite estrangeiro foram conferidos em 2011, o que, aliado às solicitações de faixas de frequências adicionais, tem enfatizado a importância do mercado brasileiro para os grandes grupos internacionais.

Tendo em vista o ambiente regulatório favorável, a capacidade satelital autorizada para ser comercializada sobre território brasileiro totaliza 24.257,88 MHz, o que equivale a pouco mais de 673 *transponders* equivalentes de 36 MHz que estão sendo utilizados para TV por assinatura, banda larga, comunicações móveis, rastreamento, *backbone* e *backhaul* do SMP e do STFC, além de distribuição de sinais de televisão das geradoras de programação para as retransmissoras locais.

No âmbito da regulação, a Anatel emitiu Resoluções com importante impacto sobre os direitos dos usuários e a qualidade dos serviços prestados, em especial as que aprovaram os novos Regulamentos de Gestão da Qualidade do SMP (575/2011) e do SCM (574/2011). Tais Regulamentos, aprovados em 2011, em atendimento ao Decreto n.º 7.512/2011, que aprovou o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público – PGMU, têm como objetivo estabelecer parâmetros de velocidade de conexão, de disponibilidade do serviço, bem como regras de publicidade e transparência, de modo a permitir a aferição da qualidade percebida pelos usuários.

Na regulação dos Serviços Privados, a Anatel ainda aprovou, em 2011, a Resolução n.º 578/2011 do Regulamento do Serviço Rádio do Cidadão, e a Resolução n.º 564/2011 sobre a alteração do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP, possibilitando o envio de mensagem de texto (SMS) para serviços de emergência, quando as autoridades responsáveis pelo serviço de emergência estiverem preparadas. Essa funcionalidade já está em fase de operação assistida pelas prestadoras de SMP e algumas entidades de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

No que se refere à competição, importantes passos foram dados pela Anatel no ano de 2011, como a contratação de consultoria internacional para suporte à Anatel de modelagem de custos dos serviços de telecomunicações. Espera-se que os cálculos de custos para os produtos de atacado, em especial de tarifas e preços de interconexão e valores de elementos de rede, propiciem acesso às informações gerenciais de custos de produtos de diferentes áreas de negócio e linhas de produtos das prestadoras de serviços de telecomunicações, o que contribuirá para o aperfeiçoamento da regulação do setor como um todo. Ademais, a publicação de Consulta Pública sobre o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) propiciou uma ampla discussão sobre o tema com a sociedade.

Relativamente às autorizações de uso de radiofrequências, foi realizada nova Licitação referente a sobras de radiofrequências e subfaixas de extensão para prestação do SMP, com o objetivo de tornar disponível radiofrequência para ampliar a capacidade das redes existentes e melhor atender à demanda por serviços móveis. Também em 2011, foi realizada a Licitação para conferir novos Direitos de Exploração de Satélite Brasileiro com a finalidade de propiciar a ampliação da capacidade satelital disponível para o mercado brasileiro. Ressalte-se que esse procedimento licitatório foi um grande sucesso, tendo havido disputa entre as várias proponentes em todas as etapas, resultando em propostas que totalizaram R\$ 254,4 milhões para os quatro direitos de exploração de satélite brasileiro que foram objeto do certame. A licitação será concluída em 2012 e a capacidade satelital referente aos novos satélites brasileiros estará disponível para o mercado brasileiro nos próximos cinco anos, possibilitando novas aplicações de internet banda larga, expansão de serviços de TV por assinatura, entre outros.

Por fim, ainda em 2011, a Anatel procedeu à revisão dos contratos de concessão da telefonia fixa (STFC), estabelecendo regras para o período de 2011 a 2015. Além disso, foram emitidas a Resolução n.º 565/2011 que aprova a alteração dos Contratos de Concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional (LDN) e Longa Distância Internacional (LDI) e a Resolução n.º 560/2011 que aprova o “Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC”, com o objetivo de ampliar os critérios de definição de áreas locais, para que o usuário pague por ligações na modalidade local.

No que se refere a Relações com os Usuários, no ano de 2011, considerando a aprovação e publicação da Portaria n.º 1.160/2010, que estabeleceu o Plano de Ação Pró-Usuários, foram realizadas diversas ações de forma a contemplar os mecanismos de participação social nas atividades regulatórias. Nesse sentido, foi realizada em janeiro de 2011 a revisão das metas do Índice de Desempenho no Atendimento, IDA, que tem como finalidade incentivar a excelência na prestação dos serviços de telecomunicações do ponto de vista do usuário final ao destacar as empresas com maior comprometimento perante seus assinantes.

O indicador funciona a partir do cumprimento de metas objetivas relacionadas ao tratamento das reclamações registradas diretamente na estrutura de atendimento disponibilizada pela Anatel. A partir de uma pontuação inicial, as prestadoras que não atingem os valores determinados sofrem desconto proporcional no cálculo de sua nota final, a qual pode ser comparada com os valores obtidos pelas demais empresas do mesmo setor. Inicialmente voltado às empresas de telefonia, o indicador foi

incorporado nas revisões recentes da regulamentação de outros serviços com grande apelo popular, como instrumento de defesa de seus usuários. Nesta linha, foi implementado, no segundo semestre de 2011, ranking específico para o setor de TV por Assinatura.

Além disso, com o objetivo de promover um debate mais realista sobre os problemas e anseios enfrentados pelos cidadãos brasileiros, e dando cumprimento ao estabelecido no Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR) e no Plano de Ação Pró-Usuários, foi idealizado o Fórum Alô, Brasil! como um espaço democrático e transparente para o diálogo estruturado entre Anatel, usuários e prestadoras para a elaboração de propostas concretas, que resultem na melhoria da qualidade dos serviços e na superação de problemas enfrentados quanto a atendimento.

Em 2011 foram realizadas seis edições do Fórum Alô, Brasil!. A primeira edição ocorreu em Brasília, no dia 26 de abril. Em seguida foram realizadas outras edições em Belo Horizonte (MG), Rio Branco (AC), São Paulo (SP) e Salvador (BA) e Porto Alegre (RS).

Para o setor de TV por Assinatura, em 12 de setembro de 2011, foi editada a Lei n.º 12.485, que estabeleceu um novo marco para a comunicação audiovisual de acesso condicionado. Foram definidas quatro atividades da comunicação audiovisual: produção, programação, empacotamento e distribuição. Coube à Anatel a competência de regulamentar, outorgar autorização e fiscalizar a distribuição e à Agência Nacional do Cinema – Ancine as competências relativas à programação, ao empacotamento e ao fomento da produção. Além disso, a mencionada Lei criou o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), revogou capítulos da Lei de TV a Cabo, inclusive o que limitava a prestação do serviço por empresas com capital estrangeiro, e alterou o artigo 86 da Lei Geral de Telecomunicações, permitindo a abertura do mercado de televisão por assinatura para as concessionárias do setor de telecomunicações. Ainda com relação ao segmento de televisão por assinatura, em 2011 foram concluídos importantes instrumentos regulatórios que se encontram em diferentes estágios de deliberação e serão tratados em 2012, dentre os quais o Regulamento do SeAC, o Regulamento de Gestão da Qualidade dos Serviços de Televisão por Assinatura e o Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura.

Em dezembro de 2011 cerca de 12,7 milhões de domicílios brasileiros contavam com serviço de TV por Assinatura, o que indica a oferta do serviço em 21,2 de cada 100 domicílios do País. O crescimento observado em 2011 representa uma evolução de

30,45% em relação à base de assinaturas do mês de dezembro de 2010, com a adição de aproximadamente 3 milhões de novos assinantes. Considerando-se o número médio de pessoas por domicílio estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 3,3 pessoas, os serviços de TV por Assinatura são distribuídos, atualmente, para cerca de 42 milhões de brasileiros.

Com relação à TV Digital, coube à Anatel adequar a canalização do espectro destinado à radiodifusão para a transição da tecnologia analógica para a tecnologia digital de televisão. Foram realizadas 80 reuniões técnicas e 64 Consultas Públicas. A fase referente às capitais foi concluída em fevereiro de 2009, e, em 2011, foi concluído o planejamento da canalização para os demais municípios. Hoje o Brasil conta com 107 emissoras em operação e o serviço de TV Digital Terrestre está presente em 480 (quatrocentos e oitenta) cidades brasileiras, alcançando uma população da ordem de 88 milhões de pessoas.

No que concerne à Fiscalização, em 2011, foram realizadas mais de 13 mil ações de fiscalização, sendo 57% dessas ações destinadas à verificação do cumprimento de normas e regulamentos, em todo território nacional, priorizando a garantia dos direitos dos usuários e a qualidade dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo prestados nos regimes público e privado, e 43% de ações de fiscalização destinadas à radiodifusão. Vale destacar que 86,3% dos recursos utilizados na realização das ações de fiscalização foram direcionados para atividades de interesse coletivo.

Como resultado dessas ações, foram instaurados 3.510 Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados) em 2011, sendo que ao longo do referido exercício, foram julgados pela Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização 6.873 Pados e, destes, 4.491 geraram sanções de multas, no total de R\$ 207.544.060,30, sendo que R\$ 9.434.727,70 já foram recolhidos.

Em 2011, foram recebidas pela Anatel (sistema Focus) 8.610 denúncias, sendo que destas 7.217 foram tratadas pela fiscalização (sistema Radar) referente às entidades não-outorgadas, radiointerferência (incluindo denúncias de risco à vida e de interesse comercial) e outros tipos de denúncia, obtendo-se um índice de solução de 85,2%.

Vale destacar que, em novembro de 2011, foi iniciada a fiscalização específica do cumprimento dos Planos de Ação para Normalização da Telefonia de Uso Público, que consiste na verificação amostral, em etapas mensais, do funcionamento dos TUP's existentes nas plantas das concessionárias, no que tange aos aspectos de fruição, conservação, higienização, instalação, bem como adequação ao

disposto no Regulamento de Características de Funcionamento do Telefone de Uso Público do STFC.

O setor de telecomunicações, por ser um dos mais dinâmicos da economia, exige constante atualização tecnológica, o que impõe ao órgão regulador constante investimento em projetos que modernizem o trabalho dos agentes de fiscalização. Nesse contexto, cabe destacar a aquisição de analisadores de espectro portáteis com capacidade de monitorar o espectro até 20 GHz e a instalação do sistema para monitoração de interferências nos serviços móvel aeronáutico e de radionavegação aeronáutica nas cidades de Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Belo Horizonte, Curitiba e Vitória, para aumentar a eficácia na obtenção de indícios do uso indevido do espectro.

Em 2011 o Sistema de Medição de Radiação Não-Ionizante (RNI) foi ampliado, com a aquisição de trinta equipamentos de medição de campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos de radiofrequências para acompanhamento dos níveis de exposição humana e a disponibilização para a sociedade destas medições, atendendo de forma mais efetiva aos condicionantes da Lei n.º 11.934/2009.

Estão em andamento vários projetos essenciais à melhoria da eficácia da fiscalização para atendimento aos próximos grandes eventos internacionais, tais como: modernização do Sistema Brasileiro de Monitoração do Espectro de Radiofrequências, atualização tecnológica da Rede Nacional de Radiovideometria, Automação do processo de fiscalização e finalização da implementação do sistema de controle do espectro.

Na Certificação e Homologação de Produtos de Telecomunicações, em 2011, foram homologados 4.734 produtos, 37,4% acima do previsto inicialmente (3.444 produtos). Esse aumento deve-se principalmente ao crescimento na procura pela certificação de produtos.

A ação de regulamentação dos serviços de telecomunicações e recursos escassos envolve ações de Engenharia do Espectro e de Certificação de Produtos

Nesse contexto, vincula-se ao planejamento estratégico para o País a utilização dos recursos escassos e a realização de grandes eventos internacionais. Fundamentam esse esforço da Anatel os compromissos assumidos e as necessidades impostas a partir de 2011, com a realização dos Jogos Mundiais Militares (junho/2011), no Rio de Janeiro. Seguem outros importantes eventos Rio + 20 (2012), Copa das Confederações (2013) e Copa do Mundo (2014), em diversas capitais do Brasil, além dos Jogos Olímpicos (2016), no Rio de Janeiro. Estes eventos

têm demandado tratamento específico do estado brasileiro, para tornar disponíveis os recursos necessários e a fiscalização das ações privadas para garantir a prestação de serviços com excelência, com redução de riscos e manutenção da segurança física e logística das redes de telecomunicações.

Em 2011, foram emitidos nove instrumentos normativos que visam assegurar a consistência e a atualização regulatória para o pleno atendimento do interesse público.

Inclusão Digital

O objetivo do programa de Inclusão Digital é promover a consolidação de uma sociedade do conhecimento inclusiva, orientada ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico,

Em 2011, foi criada a Secretaria de Inclusão Digital por meio do Decreto nº 7.462, de 19 de abril de 2011, unidade responsável pela formulação, execução e articulação de políticas públicas relativas à inclusão digital, a qual incorporou de imediato dois programas já em andamento no Ministério das Comunicações: o Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão (Gesac), por meio do qual são instalados pontos de presença para conexão à internet em espaços de uso público, como escolas e telecentros, instalados prioritariamente em comunidades isoladas ou de alta vulnerabilidade social; e o Programa de Telecentros Comunitários, cujo objetivo é a implantação de telecentros em parceria com as prefeituras municipais.

Além desses programas, também foi incorporado um outro programa de inclusão digital que vinha sendo executado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Trata-se do Programa Telecentros.BR, cujo objetivo é o de não só de ampliar o número de telecentros, mas também de melhorar a qualidade de espaços públicos e comunitários das tecnologias digitais em todo o território nacional, oferecendo equipamentos, conexão, bolsas para jovens monitores e formação e integrando esses espaços a outras políticas públicas.

Com o objetivo de evitar duplicidade de esforços e garantir mais eficiência e efetividade às ações relacionadas com os telecentros, uma das primeiras medidas adotadas foi a integração das ações Telecentros.BR e Telecentros Comunitários. Com isso, em lugar de criar novos telecentros, optou-se por construir uma nova política de apoio a espaços de inclusão digital, o que envolve a requalificação dos 8.276 telecentros instalados ou apoiados pelo MC em 5.484 municípios de todo o País, definindo como meta para todos esses espaços a garantia de

existência de equipamentos, mobiliário, conexão e capacitação de usuários.

Para tanto, vem sendo realizada a reestruturação da Rede Nacional de Formação, ação que integra o programa Telecentros.BR, permitindo a ampliação do número de monitores em formação que passou de menos 1.000 para mais de 2.500, entre maio e dezembro de 2011. Simultaneamente, com o objetivo de aproveitar melhor os espaços de inclusão digital apoiados pelo MC, foi formalizada uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para a promoção de ações integradas de inclusão digital, no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria, por meio da articulação das ações do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas, e Telecentros.

No que diz respeito aos pontos de presença para conexão à internet, vinculados ao Programa GESAC, foi prorrogado o contrato com as operadoras e recontratados 13.379 pontos de presença. Por meio do Programa GESAC, o Ministério das Comunicações coopera com outros órgãos de governo na disponibilização de conectividade banda larga a pontos públicos ou de interesse coletivo, a exemplo da conectividade em escolas públicas da zona rural. Atualmente, mais de 80% desses pontos se encontram instalados em telecentros apoiados pelo próprio MC e em escolas públicas sugeridas pelo Ministério da Educação (MEC), especialmente em escolas rurais. Atualmente, tem sido montada uma estrutura de monitoramento e gestão desses pontos com o objetivo de agilizar o processo de identificação e remanejamento das conexões que porventura estejam subutilizadas.

A coordenação e integração dessas ações de apoio a telecentros e conexão à internet tem contribuído para o esforço de articulação das ações de inclusão digital executadas por outros órgãos do Governo Federal. Porém, para reforçar tal esforço de coordenação foi realizado um encontro, em novembro de 2011, com 24 órgãos que executam ações de inclusão digital, no qual ficou definido que será criado um fórum de caráter técnico e permanente com o objetivo de articular as ações. Também ficou definido que será criado um portal de governança para abrigar informações de todas as ações de inclusão digital do Governo Federal.

Ainda no que diz respeito ao esforço de aperfeiçoamento dos mecanismos de articulação, coordenação e governança das ações de inclusão digital, também foi realizada a 10ª Oficina para Inclusão Digital em Vitória, que contou com a participação de 1.111 pessoas credenciadas e público circulante de 2.500 pessoas, mantendo mobilizada a sociedade civil e os parceiros do MC

na implementação das suas ações de inclusão digital.

Além das ações supracitadas, foi dado início, em caráter piloto, a novas ações voltadas para apoio a projetos especiais de inclusão digital com foco em públicos específicos. Nessa perspectiva, foi lançado um edital de chamada pública, em parceria com a Secretaria da Juventude da Presidência da República, voltado para as universidades federais para apresentação de projetos de extensão de inclusão digital com foco na juventude rural. Foram recebidos 147 projetos, dos quais foram selecionados 63 projetos, o que permitiu a formalização de acordo e repasse de recursos para 35 instituições.

Além dessa iniciativa piloto, também foi lançado o edital voltado para projetos de recondicionamento de computadores como parte da ação Projeto Computadores para Inclusão, cujo foco é a formação de jovens, qualificando-os para recuperação dos equipamentos e conscientização sobre resíduos eletroeletrônicos. Nesse sentido, foi realizada seleção pública de parcerias para Manutenção de Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs), na qual foram inscritas 12 propostas, sendo 6 aprovadas para apoio.

Outro projeto que merece destaque é o de Apoio e Manutenção das Cidades Digitais. Para tanto, em 2011 foram adotadas diversas medidas preparatórias para garantir a implementação desse projeto ainda em 2012. Dentre essas medidas, destacam-se a elaboração e criação, por meio de portaria, do projeto das Cidades Digitais e a instituição de um grupo de trabalho, com vigência de quatro anos, para apoiar o MC na elaboração dos editais de licitação dos equipamentos e seleção dos projetos das Cidades Digitais a serem apoiados. Com isso, foi possível concluir uma versão preliminar dos primeiros editais para seleção de projetos das Cidades Digitais e foi aberta uma consulta pública para conhecimento e participação da sociedade civil na construção desses editais.

Por fim, buscando criar mecanismos para cumprir com a atribuição de monitorar e avaliar as ações de inclusão digital do Governo Federal, o Ministério das Comunicações formalizou um acordo com o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI) com o objetivo de realizar uma pesquisa para produção de indicadores de acompanhamento e avaliação da efetividade da política de apoio a telecentros. Além disso, também conseguiu garantir a aprovação em parceria com o CNPq de um projeto de requalificação do Observatório Nacional de Inclusão Digital para sistematização de dados e indicadores sobre os programas de inclusão digital do Governo Federal, dos demais entes da federação e da sociedade civil.

Aprimoramento dos Serviços Postais

O objetivo do Programa é garantir o acesso e a qualidade dos serviços postais prestados à população. Contempla não somente a ampliação dos pontos de atendimento, como também a modernização e acessibilidade das instalações das agências dos correios, com a instalação de equipamentos e mobiliários compatíveis com as condições desejáveis de trabalho e segurança para os empregados e usuários dos serviços dos correios.

A infraestrutura postal exerce uma grande influência no crescimento e desenvolvimento do Brasil, ao tempo em que proporciona à população brasileira, distribuída nos 5.565 municípios do País, acesso ao atendimento dos serviços postais e aos serviços financeiros, oferecendo a possibilidade de encaminhamento e recebimento de objetos postais - cartas, telegramas e encomendas - viabilizando ainda a prestação de serviços de transferências financeiras - pagamento de contas, recebimento de benefícios, remessas de numerários e serviços bancários básicos, através do Banco Postal.

Em 2011, o atendimento ao objetivo do Programa se fez presente com a inauguração de 72 novas agências próprias, ampliando a rede de atendimento composta por: Agências de Correios Próprias e Terceirizadas, Posto de Venda de Produtos - PVP (Unidades Terceirizadas) e Caixas de Coletas - CC, distribuídas em todas as Unidades da Federação.

Com o intuito de atender às metas governamentais e atingir os valores previstos no PPA 2008-2011, a ECT proporcionou, até dezembro 2011, o atendimento dos serviços postais básicos a 49 distritos até então desprovidos, além de alcançar o objetivo do Programa Aprimoramento dos Serviços Postais, por meio da realização dos investimentos previstos, que totalizaram R\$ 149,1 milhões, em 2011, que representa um total de 40,4% da dotação prevista para o exercício. Cabe ressaltar que da referida dotação existiam, em dezembro de 2011, R\$ 93,4 milhões em contratos já assinados e R\$ 19,5 milhões referentes a processos em andamento, o que representa um comprometimento orçamentário, em relação à dotação reprogramada, da ordem de 70,9%.

Aos esforços empreendidos para a melhoria do atendimento são somadas as ações de integração das unidades à grande estrutura compartilhada para o tratamento e transporte dos objetos postais, de maneira que com a otimização destes recursos, seja viabilizada melhoria na captação e encaminhamento dos objetos postados em todos os municípios brasileiros até a sua entrega final, seja em grande cidade do País ou até mesmo em localidade remota atendida pelos Correios.

Como um grande suporte a esta malha física, existe ainda uma grande plataforma tecnológica construída para viabilizar as operações postais e financeiras, de forma a garantir a segurança para o usuário e a ECT.

Toda essa plataforma física e lógica encontra-se em constante adaptação e expansão, de forma a atender o crescimento contínuo das regiões urbanas e rurais do País.

A ECT deu continuidade à atividade de Manutenção da Infraestrutura de Produção e Distribuição, investindo R\$ 32,6 milhões, contribuindo para o alcance do indicador de qualidade operacional (IQO), de 89,42%, média de janeiro a novembro/11. Quanto ao esforço contínuo dos Correios para atingir a qualidade no atendimento, foram investidos R\$ 43,7 milhões (67,3% da dotação reprogramada) em ações de Manutenção da Infraestrutura de Atendimento.

Os projetos de Instalação de Agências de Correios Próprias e Modernização da Rede de Atendimento, que compõe a ação Adequação da Infraestrutura de Atendimento alcançaram 47,5% em relação à dotação reprogramada, o que corresponde a R\$ 11,6 milhões, contribuindo para instalação de mais 72 novas unidades próprias.

Como estas ações são contínuas, os valores não realizados neste exercício foram, na sua maioria, remanejados para o ano seguinte, objetivando a continuidade dos esforços da ECT para o cumprimento das metas definidas na legislação.

Outorga de Serviços de Radiodifusão.

O Programa Outorga de Serviços de Radiodifusão tem por objetivo a universalização dos serviços de radiodifusão, por meio de políticas públicas de comunicações voltadas para a democratização dos meios de comunicação, a difusão da cultura e da educação, o aperfeiçoamento da cidadania, a transparência nas ações governamentais e a inclusão social.

Durante o ano de 2011, o Ministério das Comunicações, com relação à Outorga dos Serviços de Radiodifusão, centrou suas atividades em duas frentes específicas: (i) o aprimoramento de normas e regulamentos, precedidos sempre da consulta à sociedade; e (ii) a revisão de procedimentos para análise de processos com vistas à redução do passivo existente.

Foram revisadas as normas do Serviço de Radiodifusão Comunitária, do Serviço de Retransmissão de Televisão e, ainda, criada a norma dos Serviços de Radiodifusão com fins exclusivamente Educativos.

Foram lançados, também, Planos Nacionais de Outorgas (PNOs), com o objetivo de expandir a cobertura de rádio e televisão no País, atendendo à demanda reprimida dos radiodifusores. Complementarmente, esses planos permitem a preparação prévia dos interessados e o planejamento da rotina de análise dos processos no Ministério das Comunicações.

Com base nas demonstrações de interesse da sociedade registradas no MC, a perspectiva de avanço simultâneo da universalização em cada macrorregião do País e os números populacionais, foram publicados 11 avisos de habilitação para o serviço de Radiodifusão Comunitária, tendo sido contempladas 431 localidades. Para os demais serviços, foram publicados quatro Avisos de Habilitação para radiodifusão com fins exclusivamente educativos e um aviso de habilitação piloto para Retransmissão de Televisão.

Além do trabalho de revisão normativa, durante o exercício de 2011, foram concedidas 291 novas outorgas. Atualmente existem 4394 emissoras de radiodifusão comunitária autorizadas a executar o serviço no País; 2.661 de FM comercial; 1.785 em OM; 464 de FM educativa; 311 de TV comercial; 203 de TV educativa; e 10.507 retransmissoras de televisão.

Em relação à cobertura da televisão digital no País, o Ministério das Comunicações encerrou o ano com um total de 256 consignações de canal digital, sendo 74 concluídas em 2011. Tendo em vista o universo de cerca de 500 geradoras e 10.500 retransmissoras licenciadas em operação, foi criado no âmbito da Secretaria, em outubro de 2011, grupo de trabalho com o objetivo de acelerar o processo de aumento da cobertura de televisão digital, reforçando o compromisso de concluir a transição da tecnologia analógica para digital até 2016.

4.6. CULTURA

4.6.1. MINISTÉRIO DA CULTURA

Execução Orçamentária

Em 2011, o Poder Executivo manteve sua estratégia de atuação, iniciada em 2003, de ampliar o acesso público aos benefícios da Cultura como forma qualificar o desenvolvimento humano e reduzir a desigualdade social. No referido exercício, a função Cultura obteve liquidação de despesas da ordem de R\$ 934,5 milhões, sendo que cerca de R\$ 647 milhões provenientes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social de 2011, e cerca de R\$ 288 milhões referentes à liquidação de despesas provenientes de Restos a Pagar não-processados de exercícios anteriores. Ao todo, ações de 14 programas (incluindo o Apoio Administrativo) foram executadas por meio dos Ministérios da Cultura e da Justiça. É importante registrar que nesses montantes são considerados todos os tipos de despesas, inclusive as de pessoal e as financeiras.

Nesse contexto, no âmbito do Sistema MinC (Ministério da Cultura e seus órgãos subordinados e vinculados) foram executadas ações de onze programas gerenciados pelo Ministério, sendo um de Gestão da Política de Cultura e dez programas finalísticos, além do Programa de Apoio Administrativo e do Meio Ambiente (Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental).

O demonstrativo a seguir apresenta os valores liquidados na função Cultura nos últimos cinco anos, considerando recursos de valores liquidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social 2011 (OFSS) e de Restos a Pagar Não-Processados de Exercícios Anteriores.

VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO CULTURA 2007-2011

FUNÇÃO CULTURA		LIQUIDADADO (R\$ MILHÕES)					TOTAL
		2007	2008	2009	2010	2011	
OFSS (*)	No exercício	443	548	698	876	647	3.212
	RPNP	124	239	285	295	288	1.231
TOTAL OFSS		567	787	983	1.171	935	4.443
GASTO TRIBUTÁRIO - MINC (**)		988	959	977	1.084	881	4.889
GASTO TRIBUTÁRIO - ANCINE (***)		153,7	151,4	102,2	141,8	138,0	687,1
TOTAL		-	-	-	-	-	-

Informamos que o MinC não executou recursos no Orçamento de Investimento em 2011.

(*) Fonte: Siafi Gerencial - Base: 09/01/2012.

(**) Fonte: SALICWEB – consulta em 31/12/2011.

(***) Fonte: Ancine.

É importante destacar que o setor Cultura recebe recursos não apenas orçamentários, mas também os provenientes de incentivo fiscal, por meio de mecanismos previstos na Lei nº 8.313, de 23/12/91, conhecida como Lei Rouanet; na Lei nº 8.685, de 20/07/93 - Lei do Audiovisual; e na Medida Provisória nº 2.228-1/2001, com a finalidade de incentivar a participação privada no patrocínio de projetos em diversos segmentos culturais.

Estes recursos estão agregados no item Gasto Tributário, constante do quadro acima, visto que, no caso do Ministério da Cultura, os recursos de incentivo fiscal são os únicos que se enquadram na citada categoria.

Por oportuno, convém salientar, que dado o funcionamento dos mecanismos de incentivo fiscal previstos na legislação mencionada, os valores informados representam, em última instância, expectativa de incentivo fiscal.

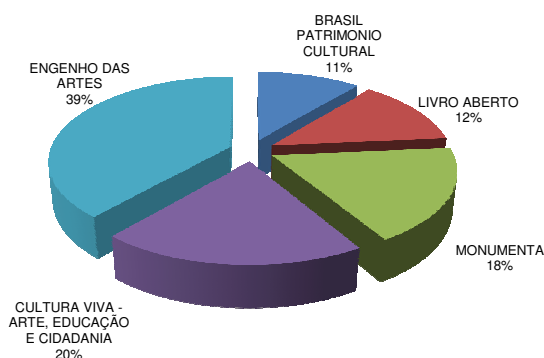
Ou seja, somente após as declarações anuais de rendimentos efetuadas por patrocinadores de projetos culturais, pessoas físicas e jurídicas, junto à Secretaria da Receita do Brasil, é que tais valores constituirão, de fato, incentivos fiscais.

Importante por fim informar, que os valores constantes do item mencionado referem-se ao saldo no último dia do ano de valores captados pelos proponentes dos projetos culturais patrocinados e dado que a contabilização desses valores é efetuada em regime de competência, poderá este saldo variar no tempo, pela existência de uma lacuna temporal entre o recebimento dos recursos pelo proponente e a informação ao MinC para efetivo registro em seus sistemas de controle.

Os valores do quadro acima não foram totalizados porque constituem informações de naturezas diferentes. Enquanto o item Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS se refere aos valores efetivamente liquidados, aqueles referentes ao gasto tributário representam expectativas de incentivos e renúncias fiscais. O gráfico seguinte apresenta os valores liquidados dos programas Engenho das

Artes, Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania, Monumenta, Livro Aberto e Brasil Patrimônio Cultural, todos gerenciados pelo Sistema MinC e considerados estruturantes do setor. Observa-se que, em 2011, a execução (valores liquidados) do programa Engenho das Artes superou os R\$ 100 milhões, constituindo-se no programa estruturante com maior volume de recursos executados.

PROGRAMAS ESTRUTURANTES - CULTURA – EXERCÍCIO 2011



Fonte: Siafi Gerencial - Base: 09/01/2012.

Obs: Valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados de exercícios anteriores.

Em relação à execução por subfunção, são apresentadas aqui duas abordagens analíticas. A primeira, constante do Quadro **VALORES LIQUIDADOS POR SUBFUNÇÃO EM 2007-2011**, considera a execução de todas as subfunções vinculadas à função Cultura, tanto as típicas (Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e Difusão Cultural) como as demais. Nesse contexto, verifica-se que a execução nas duas subfunções típicas representa 48% do total liquidado (R\$ 2,15 bilhões, de um total de R\$ 4,4 bilhões), com destaque para a Difusão Cultural, cuja execução representa 36% de toda a função Cultura no período 2007-2011.

VALORES LIQUIDADOS POR SUBFUNÇÃO EM 2007-2011

R\$ milhões

Subfunção	2007			2008			2009			2010			2011			TOTAL 2007- 2011
	OFSS	RAP	Total	OFSS	RAP	Total	OFSS	RAP	Total	OFSS	RAP	Total	OFSS	RAP	Total	
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	53,92	54,02	107,95	49,86	53,06	102,92	42,30	58,74	101,03	62,28	56,98	119,26	49,61	55,49	105,10	536,27
Diffusão Cultural	77,13	57,01	134,14	127,36	160,99	288,35	195,94	185,28	381,22	373,25	197,43	570,68	110,04	131,79	241,83	1.616,22
Demais	311,95	13,08	325,02	370,58	24,48	395,06	459,89	40,61	500,51	440,78	40,28	481,06	487,09	100,51	587,60	2.289,25
Total	443,00	124,11	567,11	547,81	238,52	786,33	698,13	284,63	982,76	876,32	294,69	1.171,01	646,74	287,79	934,53	4.441,74

Fonte: Siasi Gerencial - Base: 09/01/2012

A segunda abordagem, conforme o quadro Execução Orçamentária nas Subfunções - 2011, considera a liquidação da despesa em 2011 nas subfunções típicas e demais, vinculadas à função Cultura. A função Cultura foi executada em 2011 pelos Ministérios da Cultura; da Fazenda; da Educação; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; das Relações Exteriores; da Saúde; da Justiça; e Presidência da República. Dentre as subfunções típicas, destaca-se a Difusão Cultural, que respondeu por 25,9% de toda a execução da Função Cultura.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES - 2011

R\$ milhões

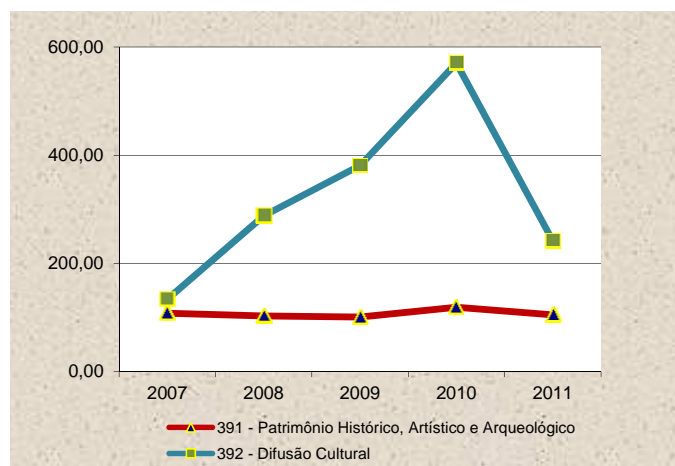
SUBFUNÇÃO	Total da Execução das Subfunções da Função Cultura (MinC e outros órgãos)	
	Liquidado (LOA + RAP não processados de Exercícios Anteriores)	%
Subfunções Típicas de Cultura		
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	R\$ 105,10	11,2%
Difusão Cultural	R\$ 241,83	25,9%
Outras Subfunções	R\$ 587,60	62,9%
Total	R\$ 934,53	100%

Fonte: Siasi Gerencial - Base: 11/01/2012.

Obs: Valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer do referido ano.

O gráfico seguinte apresenta a evolução de valores liquidados nas subfunções típicas da Cultura nos últimos cinco anos, com valores históricos (portanto, sem correção monetária). Observa-se que, enquanto a subfunção Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico manteve-se praticamente estável a partir de 2007, a subfunção Difusão Cultural obteve expressivo incremento de valores liquidados, a partir desse mesmo período, alcançando em 2010 a marca de R\$ 570 milhões, com queda em 2011 para R\$ 241 milhões. Este declínio pode ser explicado pelos esforços do MinC para honrar compromissos assumidos pela gestão anterior, além de uma reorganização dos processos internos para melhorar a eficiência na execução dos recursos.

VALORES LIQUIDADOS (OFSS + RPNP) NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2007/2011 (EM R\$ MILHÕES)



Fonte: Siasi Gerencial - Base: 11/01/2012.

Valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

Programas

Com relação aos programas e ações executados pelo Sistema MinC (MinC e instituições vinculadas) na função Cultura, os recursos foram executados por intermédio de um conjunto de ações constantes de treze programas. Os programas finalísticos gerenciados pelo Sistema MinC são constituídos por ações direcionadas para a preservação da memória e do patrimônio cultural, o fomento a projetos artísticos e culturais, a difusão cultural e a fiscalização e regulação do mercado. Essas ações são voltadas a investimentos específicos em projetos para determinadas áreas culturais, com reflexo em diversos segmentos, tais como: patrimônio histórico e cultural (material, imaterial, museológico); humanidades (bibliotecas, livros, literatura); artes cênicas (teatro e circo); artes visuais (artes plásticas, fotografia); música (erudita, instrumental, popular); audiovisual (produção cinematográfica, televisiva); e diversidade cultural (afro-brasileira, indígena, comunidades tradicionais, festas populares), dentre outros.

Para efeito do presente relatório foram selecionados cinco entre os programas do setor Cultura: Brasil Patrimônio Cultural; Livro Aberto; Monumenta; Engenho das Artes; e Cultura Viva – Arte e Educação e Cidadania. A análise a seguir considera a execução desses programas com base nos valores autorizados para o grupo de despesas discricionárias e referentes ao PAC, exclusivamente no âmbito do MinC.

As ações do programa Brasil Patrimônio Cultural são extensivas a todo o território nacional, abrangendo as diversas dimensões da preservação do patrimônio cultural, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e a identificação e salvaguarda do patrimônio imaterial. A atuação governamental por meio desse programa reveste-se de grande importância, tendo em vista que o Brasil é um País de riquíssimo patrimônio cultural, marcado pela diversidade, expressividade e abrangência. Esses bens são materiais e imateriais, encontrados nos mais longínquos recantos geográficos do território nacional e em comunidades diversas, abrangendo todas as categorias sociais. Esse patrimônio requer a implementação de políticas de investimentos e medidas de gestão voltadas ao seu inventário, conservação, revitalização e restauração, de modo a estimular novas dinâmicas sociais e parcerias geradoras de ofertas turísticas, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população para sua fruição. Destacam-se, no exercício, ações de fomento, prêmios de reconhecimento e fortalecimento das tradições culturais e estímulo a

pessoas e instituições empenhadas em ações preservacionistas e educação patrimonial.

Em 2011, o montante de valores liquidados alcançou R\$ 11,6 milhões. A ação que concentrou o maior montante de recursos executados foi a Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural, com R\$ 1,9 milhões liquidados.

No que concerne ainda ao patrimônio material, tem destaque o Monumenta, um programa de recuperação do patrimônio cultural urbano brasileiro. Esse programa traz um conceito inovador que conjuga recuperação e preservação do patrimônio cultural com desenvolvimento social, tendo como objetivos conservar o patrimônio histórico e artístico urbano, aumentar a consciência da população sobre a importância desse patrimônio e estimular sua utilização econômica, cultural e social das áreas recuperadas.

Os recursos liquidados foram da ordem de R\$ R\$ 46,7 milhões, sendo R\$ 9,6 milhões provenientes do orçamento ordinário e R\$ 37 milhões relativos a recursos de Restos a Pagar não Processados.

Além das ações de revitalização de sítios protegidos, requalificação dos espaços públicos, financiamento de imóveis privados e ações de promoção do patrimônio cultural, ressaltam-se, em 2011, a melhoria da acessibilidade e obras de restauração do Palácio Gustavo Capanema no Rio de Janeiro; e o embutimento e canalização da rede elétrica do Casario do Porto de Corumbá/MS, no âmbito do PAC – Cidades Históricas.

O Programa Engenho das Artes tem por objetivo ampliar o acesso da população brasileira aos benefícios das artes e da cultura no País, mais notadamente nas áreas de música, artes cênicas, artes visuais e circo. A necessidade de ampliação do acesso do cidadão aos bens e serviços culturais tem sido um requisito de política pública de grande importância na definição dos investimentos governamentais no setor, como forma de contemplar, particularmente, as iniciativas voltadas para a ampliação e diversificação do público beneficiado em todas as atividades artísticas. Entende-se que o crescimento do acesso das várias camadas da população às artes e à cultura somente será alcançado mediante o barateamento dos custos de produção e da ampliação e regionalização do alcance dos eventos artísticos, levando esses benefícios a localidades dentro e fora dos circuitos comerciais tradicionais dos grandes centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo.

Mediante as ações desse programa, os segmentos de artes integradas (projetos que combinam mais de

uma área cultural), audiovisual, artes visuais não-cinematográficas e música foram beneficiados. Em 2011, os recursos liquidados foram da ordem de R\$ 100 milhões, sendo R\$ 43,9 milhões provenientes do orçamento e R\$ 57 milhões relativos a recursos de Restos a Pagar não Processados. O Programa contemplou projetos de Artes Cênicas beneficiando grupos, companhias, trupes, empresas, associações e artistas independentes, possibilitando produzir e difundir espetáculos, realizar pesquisas, adquirir equipamentos, promover a arte-educação e a formação de platéias. Grupos e profissionais independentes de Artes na Rua (Circo, Teatro e Dança) foram apoiados. Destaca-se, também, a participação no maior evento de cenografia do mundo – a Quadrienal de Praga -, onde o Brasil recebeu a Triga de Ouro, prêmio máximo da mostra. Nas Artes Visuais, 45 projetos apoiados viabilizaram a circulação de profissionais, a reflexão crítica e a formação de platéias. O Prêmio Funarte de Arte Contemporânea selecionou 20 criações para exposições em Belo Horizonte, Brasília, São Paulo e Recife. Na Música, destaca-se a XIX Bienal de Música Contemporânea, mostra de música erudita, onde 520 intérpretes apresentaram a 3.700 apreciadores, onze concertos e 74 obras inéditas de 74 compositores, além de quatro orquestras sinfônicas, e de pequenos conjuntos, solistas e coros. O apoio a 25 Festivais, Encontros, Mostras, Exposições de Circo, Dança e Teatro, Artes Visuais e Música, propiciou atividades para um público aproximado de 1,3 milhão de pessoas, nas diversas regiões do País. Incentiva-se com os festivais a livre experimentação de linguagens, a disseminação da riqueza criativa das artes como fator de desenvolvimento, geração de emprego, renda, construção da cidadania, apresentação de novos talentos e formação de público.

Outro programa importante para o desenvolvimento cultural do País é o Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania, cuja principal ação se concentra no apoio a Pontos de Cultura, um conceito que envolve o reconhecimento governamental de comunidades carentes que já desenvolvem atividades culturais. Os Pontos de Cultura são considerados componentes-chave no eixo integrador de todas as demais ações do Governo Federal nas artes e na cultura e são distribuídos, geograficamente, em todas as regiões do País. As comunidades reconhecidas como Pontos de Cultura podem ser associações de moradores, quilombolas, organizações não-governamentais, escolas de samba, aldeias indígenas, grupos de teatro, conservatórios, núcleos de extensão universitária, museus, cooperativas de assentamentos rurais, tendo como características o protagonismo cultural, o trabalho compartilhado e a autonomia no desenvolvimento de suas atividades. Em suma, são entidades culturais da sociedade civil que recebem

apoio para desenvolver projetos voltados para a ampliação do acesso à cultura entre as populações excluídas.

Atualmente, os Pontos de Cultura são concebidos como uma rede de criação e gestão cultural, de modo a dar vazão às iniciativas e vontades criadoras, tornando-se uma alavanca para um novo processo de evolução social e cultural. Até 2011, o Governo Federal contribuiu para o apoio a projetos e o funcionamento de 3.361 Pontos de Cultura em todo o território nacional, mediante o conjunto de ações do programa Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania, que atenderam aos segmentos de artes integradas, audiovisual e patrimônio cultural, dentre outros, beneficiados com recursos liquidados da ordem de R\$ 51,7 milhões sendo R\$ 14,6 milhões provenientes do orçamento e R\$ 37 milhões relativos a Restos a Pagar não Processados. A estratégia de execução das ações do programa tem se concentrado, atualmente, em parcerias com as demais esferas de governo, principalmente com os estados, que estão adotando o conceito de Redes de Pontos de Cultura, algo reconhecido como o caminho evolutivo natural do conceito original de Ponto de Cultura.

Outro programa estruturante para as políticas de desenvolvimento cultural no País é o Livro Aberto, que objetiva valorizar a reflexão, o debate cultural e a promoção da língua portuguesa, estimulando o hábito da leitura e a difusão do livro. Em 2011, o programa teve recursos liquidados da ordem de R\$ 33 milhões sendo R\$ 20,3 milhões provenientes do orçamento e R\$ 12,7 milhões relativos a Restos a Pagar não Processados. Dentre as iniciativas relevantes do referido programa, destacam-se os investimentos na instalação e modernização de bibliotecas públicas que estão sendo realizados pelo Governo Federal em todo o País, com o objetivo de formar leitores e difundir informação e conhecimento na sociedade de um modo geral. Cabe ressaltar o processo logístico complexo de aquisição de kits de livros para posterior distribuição em todo o território nacional, bem como a execução de obras de modernização de bibliotecas já existentes. Devido à longa duração de tais procedimentos, muitas vezes os cronogramas físico/financeiros ultrapassam o exercício fiscal.

Após alcançar a meta estipulada para o programa em 2010 (dotar com pelo menos uma biblioteca pública todos os municípios da federação), em 2011 houve ampliação dos investimentos feitos em bibliotecas. Entre novos equipamentos, pontos de leitura implantados e aquelas que receberam recursos para investir na modernização de suas instalações, formação de funcionários, recomposição do acervo e maior acessibilidade para portadores de deficiência, um total de 692 unidades foram beneficiadas. A principal inovação na área foi

a criação do programa de ampliação e atualização dos acervos, que beneficiará, até 2014, 25 mil bibliotecas municipais, estaduais, comunitárias, rurais e pontos de leitura.

Dando continuidade aos programas de bolsas de iniciação científica e de incentivo à produção de conhecimento técnico-científico na área de cultura, foram concedidas 36 bolsas. Merece destaque a produção editorial para o conhecimento cultural, com a publicação de 23 títulos, incluindo quatro volumes das Obras Completas de Rui Barbosa e dois números da revista Escritos.

Em 2011, a política de incentivo ao livro e à leitura ampliou a disponibilidade de acervos bibliográficos

para consulta pública com a intensificação da digitalização desses acervos, alcançando a cifra de três milhões de páginas. A perspectiva é que até dezembro de 2012 seja alcançada a marca dos 11 milhões de páginas digitalizadas.

O quadro a seguir retrata a execução dos programas pelo Sistema MinC, exclusivamente na função Cultura. Conforme observado anteriormente, a expectativa é que para 2012 as políticas públicas de Cultura sejam implementadas de maneira ainda mais vigorosa, com o advento do novo PPA (2012-2015), com os recursos do PAC 2 – Praças de Esporte, Lazer e Cultura, e com a liquidação dos recursos empenhados no exercício 2011.

EXECUÇÃO DE PROGRAMAS - SISTEMA MinC - FUNÇÃO CULTURA

PROGRAMA	DESPESAS LIQUIDADAS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	TOTAL
Brasil Patrimônio Cultural	11.658.736,55	16.641.759,43	28.300.495,98
Livro Aberto	20.336.153,58	12.798.894,53	33.135.048,11
Brasil, Som e Imagem	72.316.322,09	88.782.097,07	161.098.419,16
Museu Memória e Cidadania	31.870.553,36	4.998.316,66	36.868.870,02
Cultura Afro-Brasileira	13.178.859,65	1.585.081,18	14.763.940,83
Gestão da Política de Cultura	35.208.762,32	5.650.906,98	40.859.669,30
Apoio Administrativo	386.408.646,31	22.424.173,96	408.832.820,27
Monumenta	9.622.142,96	37.096.702,24	46.718.845,20
Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania	14.687.052,52	37.112.124,73	51.799.177,25
Engenho das Artes	43.975.836,74	57.012.596,36	100.988.433,10
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	-	102.000,00	102.000,00
Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural	5.337.723,82	1.947.590,21	7.285.314,03
Desenvolvimento da Economia da Cultura - Prodec	550.857,33	165.908,58	716.765,91
TOTAL	645.151.647,23	286.318.151,93	931.469.799,16

Fonte: Siafi Gerencial - Base:30/01/2012.

O quadro seguinte apresenta o desempenho de diversos indicadores associados ao desempenho de programas do MinC para o período 2008-2011, além de alguns valores estimados desses indicadores para o último ano do PPA.

Como é possível observar, a maioria dos indicadores apresenta tendência de crescimento consistente ao longo do período, o que demonstra o esforço desenvolvido pelo Ministério da Cultura nesse período visando a organização e o desenvolvimento sustentável dos diversos segmentos culturais, atentando sempre para os aspectos da preservação da identidade e da diversidade de nossa cultura, além da preocupação com a redução das desigualdades culturais regionais e o apoio à geração de renda e emprego.

Alguns indicadores superaram suas metas originais de 2011, como, por exemplo, o caso do Programa Engenho das Artes.

Os indicadores Número de Espetáculos Apoiados por Região e Número Médio De Expectadores em Espetáculos Promovidos pela Funarte apresentaram, respectivamente, metas 65% e 98% superiores à expectativa inicial para 2011.

Tal fato pode ser explicado pela política de descentralização de recursos, cuja principal ferramenta foi a Seleção Pública de Projetos, que visa fomentar a produção cultural em suas diversas áreas, incentivando a livre experimentação de linguagens, amparando e disseminando a riqueza criativa das artes como fator de desenvolvimento, geração de emprego, renda e cidadania.

Essa iniciativa favorece a população à medida que proporciona informação e acesso ao acontecimento artístico, com um ingresso mais acessível e, conseqüentemente, contribuindo para a formação de platéias.

Todavia, também houve casos de índices menores do que o esperado para o exercício. É o caso do indicador de Captação de Acervos Bibliográficos e Documentais na Biblioteca Nacional, cujo índice original (100%) não foi alcançado face à expectativa de ter sido superior à captação de fato realizada (por meio de depósito legal, doações e permuta).

Com relação ao indicador Volume de Negócios Produzido pelas Empresas Apoiadas, do programa Prodec, não houve apuração do índice 2011.

A ausência do valor justifica-se porque não houve apoio direto às empresas, em virtude da reorientação do programa, agora voltado a ações estruturantes. A opção por implantar os Criativas Birô (escritórios de atendimento e assessoramento a empreendedores) em cinco estados da federação e de realizar estudos e mapeamentos dos setores criativos, todos com entes públicos, está norteadas por essa lógica. Assim, o indicador existente revelou-se inadequado para demonstrar o desempenho do programa.

DESEMPENHO DOS INDICADORES DE PROGRAMAS DO MINC NO PERÍODO 2008-2011*

PROGRAMA	INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	2008	2009	2010	2011
BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL (1)	Índice de preservação de acervos bibliográficos e documentais da Biblioteca Nacional	%	112,41%	111,00%	95,13%	107,33%
BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	Índice de desempenho de ações de fomento	%	38,00%	54,00%	100,00%	100,00%
BRASIL PATRIMÔNIO (2) CULTURAL	Índice de desempenho de ações de fiscalização	%	108,00%	90,00%	100,00%	100,00%
BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL (3)	Índice de desempenho de ações de identificação	%	73,00%	127,00%	100,00%	100,00%
BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL	Índice de desempenho de ações de acatamento	%	39,00%	98,00%	100,00%	100,00%
LIVRO ABERTO (4)	Indicador de desenvolvimento do fomento à pesquisa no acervo da Biblioteca Nacional	%	200,00%	75,00%	80,95%	100,00%
LIVRO ABERTO (5)	Indicador de captação de acervos bibliográficos e documentais na Biblioteca Nacional	%	100,97%	101,89%	101,93%	89,79%
LIVRO ABERTO (6)	Indicador da dinâmica de capacitação de recursos humanos na área do livro e da leitura	%	183,98%	95,45%	119,63%	30,03%
ENGENHO DAS ARTES	Número de espetáculos apoiados por região	Unidade	78	91	140	221
ENGENHO DAS ARTES	Número médio de expectadores em espetáculos promovidos pela FUNARTE	Unidade	2.555	2.750	3.000	3.235
BRASIL SOM E IMAGEM	Participação da produção nacional no mercado cinematográfico no Brasil	%	10,16	14,28	11,2	13
CULTURA VIVA - ARTE, EDUCAÇÃO E CIDADANIA	Índice de acesso à cultura via pontos de cultura	%	0,46	0,53	0,73	2,19
IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL	Número de projetos de diversidade cultural apoiados	Unidade	380	331	322	963
DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA	Volume de negócios produzido pelas empresas apoiadas	Reais	6.500.000,00	1.561.000,00	2.135.000,00	-

Fonte: Sistema MinC

* OBS: O valor dos indicadores para 2011 constituem previsões.

4.7. DEFESA NACIONAL

4.7.1. MINISTÉRIO DA DEFESA

A Constituição Federal estabelece, no art. 21, III, que compete à União assegurar a Defesa Nacional. Em conformidade com o art. 142 da Constituição, as Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema da Presidenta da República e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da lei e da ordem. O Ministério da Defesa (MD) é o órgão que exerce a direção superior das Forças Armadas, constituídas pelos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, e tem como missão principal a preparação e a execução da política de Defesa Nacional.

Análise dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

O MD é o responsável pela execução da função Defesa Nacional, além de outras funções atípicas, tais como: Indústria e Previdência Social. As atividades acessórias da pasta são executadas pela combinação das suas funções e subfunções típicas: Defesa Aérea, Defesa Naval e Defesa Terrestre e das atípicas, tais como: Administração Geral; Assistência Hospitalar e Ambulatorial, dentre outras. No período de 2007 a 2011, os valores liquidados pelo Ministério, na função Defesa Nacional, foram os seguintes:

VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO DEFESA NACIONAL - 2007 A 2011

DEFESA NACIONAL		R\$ milhões				
		2007	2008	2009	2010	2011
OFSS	No Exercício ¹	17.498	20.187	23.263	28.011	27.837
	RPNP ²	979	1.942	1.947	2.695	3.835
OOC (*)	No Exercício ¹	0	0	0	70	103
	RPNP ²	0	0	0	0	0
TOTAL		18.477	22.129	25.211	30.775	31.774

¹Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

²Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

(*) Operações Oficiais de Créditos - Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCPM.

Fonte: Siafi Gerencial, posição: dezembro de 2011.

Observa-se um crescimento acentuado na função Defesa Nacional, entre os exercícios de 2007 e 2010, fato que se explica pela expansão dos gastos com a defesa aérea, aquisições de médio porte e de emprego geral e recomposição da remuneração militar, a implantação do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), e, ainda, as despesas decorrentes dos V Jogos Mundiais Militares.

Notadamente com relação ao exercício de 2011, cuja dotação atendeu o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) e os V Jogos Mundiais Militares, a função Defesa Nacional foi influenciada pelos encargos decorrentes das atividades realizadas para o desenvolvimento de ações das Forças Armadas no Haiti; as operações de manutenção da garantia da lei e da ordem no Rio de Janeiro, no Complexo do Alemão e da Penha; o atendimento às populações vítimas de desastres naturais, ocasionados por fortes chuvas e inundações em diversas regiões do país, ou da estiagem prolongada em municípios da Região Nordeste, pelas atividades voltadas ao planejamento, à preparação, à organização, à coordenação e à segurança da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável – Conferência Rio + 20, a ocorrer na

cidade do Rio de Janeiro, no primeiro semestre de 2012, e a implantação do Sistema de Defesa Estratégico – Astros 2020.

Apesar disso, as despesas relativas à função Defesa Nacional, em comparação ao ano anterior, apresentaram crescimento menos significativo que o verificado no último quadriênio. O fato pode ser explicado em função das alterações de estrutura do Ministério da Defesa, com a transferência das atividades relacionadas à aviação civil; a vinculação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) à Presidência da República, bem como o recebimento do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), com o consequente remanejamento das respectivas dotações, e, ainda, o encerramento da política de recomposição da remuneração do pessoal militar, iniciada em 2007.

O demonstrativo a seguir detalha, por subfunções, os valores liquidados na função Defesa Nacional, discriminando-se, em especial, as de natureza típicas (aérea, naval e terrestre), bem como aquelas que apresentaram expressivos valores individuais de execução, quais sejam: Administração Geral e Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

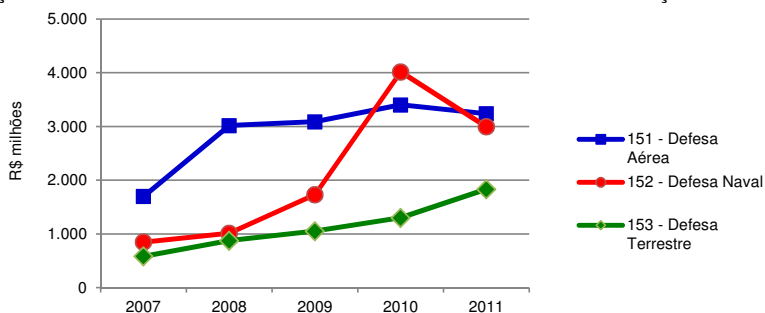
VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO DEFESA NACIONAL, POR SUBFUNÇÃO - 2007 A 2011

SUBFUNÇÃO	2007		2008		2009		2010		2011	
	Liquidado	%	Liquidado	%	Liquidado	%	Liquidado	%	Liquidado	%
Subfunções Típicas	3.130	16,94	4.905	22,17	5.872	23,29	8.721	28,34	8.064	25,38
Defesa Aérea	1.698	9,19	3.019	13,64	3.088	12,25	3.404	11,06	3.238	10,19
Defesa Naval	848	4,59	1.011	4,57	1.732	6,87	4.017	13,05	2.994	9,42
Defesa Terrestre	584	3,16	875	3,95	1.052	4,17	1.301	4,23	1.832	5,77
Subfunções Atípicas	15.346	83,06	17.224	77,83	19.339	76,71	22.054	71,66	23.710	74,62
Administração Geral	12.388	67,05	14.565	65,82	16.267	64,53	18.039	58,61	19.192	60,40
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	871	4,71	1.000	4,52	1.138	4,51	1.304	4,24	1.647	5,18
Demais	2.087	11,30	1.659	7,50	1.934	7,67	2.711	8,81	2.872	9,04
Total	18.477	100,00	22.129	100,00	25.211	100,00	30.775	100,00	31.774	100,00

Fonte: Siafi Gerencial, posição: dezembro de 2011

O gráfico seguinte demonstra a evolução, nos últimos cinco anos, dos valores empenhados nas subfunções típicas da função Defesa Nacional.

EVOLUÇÃO DOS VALORES LIQUIDADOS E DESPESAS REALIZADAS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DO MD



Dentre as subfunções típicas, a Defesa Aérea apresentou-se superior às demais nos últimos anos, em razão, principalmente, do desenvolvimento das ações destinadas à aquisição e modernização de aeronaves e à logística de aviação, das atividades relacionadas ao controle do espaço aéreo e à infraestrutura aeroportuária, estas duas últimas custeadas por receitas próprias. Observa-se, no gráfico anterior, que apenas no exercício de 2010, em função da implantação do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), da Marinha do Brasil, o qual envolve a construção de quatro submarinos convencionais e um nuclear, bem assim a construção de estaleiro e base naval, as despesas correspondentes à subfunção Defesa Naval ultrapassaram os gastos com a Defesa Aérea. Naquele exercício o Programa foi contemplado com recursos da ordem de 4,3 bilhões, dos quais foram aplicados 3,5 bilhões, equivalentes a 81,4%, em comparação ao previsto.

Cabe salientar que o montante significativo de despesas da função Defesa Nacional em subfunções atípicas decorre, em especial, dos

gastos relacionados aos programas "Apoio Administrativo" e "Serviço de Saúde das Forças Armadas".

Principais resultados na Função Defesa Nacional

Política Nacional de Defesa

Em 2011, a Política Nacional de Defesa passou por um processo de atualização com o intuito de alinhá-la às mudanças no ambiente de defesa do País. Trata-se de documento de planejamento de defesa, cuja última versão, aprovada pelo Decreto nº 5.484/2005, analisa os ambientes externo e interno de defesa, bem como estabelece os objetivos e diretrizes de defesa para o Brasil.

Houve, também, continuidade na concretização de ações decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa, documento de planejamento que estabelece os meios estratégicos de defesa a serem adotados pelo Estado Brasileiro, tendo por finalidade a modernização da estrutura nacional de defesa, por meio de três eixos estruturantes: a reorganização

das Forças Armadas; a reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e a implantação de uma política de composição dos efetivos das Forças Armadas.

No mesmo exercício deu-se prosseguimento às atividades de elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional, a ser apresentado à sociedade no ano de 2012, o que representa um marco importante na consolidação do Estado democrático e no compromisso da manutenção do espírito cooperativo nas relações diplomáticas com os outros países. Nele estarão contidos, de forma transparente, os dados relativos à Defesa que ditam o pensamento atual e futuro sobre a estratégia que será adotada para proteção das riquezas naturais e a manutenção da soberania brasileira.

Defesa Terrestre

No ano de 2011, o País prosseguiu na implantação das ações decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa, no que se refere à reorganização institucional do Exército Brasileiro (EB) e à política de composição dos seus efetivos. Nesse sentido, o EB deu sequência aos programas previstos no seu Plano de Articulação - desenvolvido por meio dos Programas Amazônia Protegida e Sentinela da Pátria - que preveem a distribuição espacial das organizações militares do Exército, por todo o território nacional, com prioridade para a Região Amazônica.

Com relação ao emprego da tropa, em 2011, o Exército Brasileiro incrementou as operações nas fronteiras, com a finalidade de dissuadir e reprimir delitos transfronteiriços e ambientais, intensificar a presença do Estado nas áreas mais remotas e apoiar as ações executadas por outros atores governamentais envolvidos.

De forma a garantir a apresentação para o serviço militar obrigatório e o controle da reserva em disponibilidade, foram alistados cerca de 1.700.000 jovens nas mais de 5.300 Juntas de Serviço Militar, distribuídas em todo o território nacional, e, ainda, realizada a seleção geral e a distribuição de cerca 70.000 jovens por intermédio das comissões de seleção, com objetivo de atender à demanda das diversas Organizações Militares no ano de 2012.

Ainda, sob a condução do Exército, foi realizado o primeiro exercício de Guerra Cibernética das Forças Armadas, um marco para a Instituição no exercício de 2011.

No tocante à indústria bélica, o Exército concluiu os estudos para a adoção do Fuzil de Assalto 7,62mm IA2, fabricado pela Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel). A adoção desse fuzil significará sensível melhoria no armamento individual de dotação do combatente terrestre, por tratar-se de uma arma de excelente desempenho, de menor

porte e peso, e mais moderna do que as atualmente empregadas, propiciará maior mobilidade ao combatente terrestre. No exercício de 2011, cabe destacar, na Família Fuzil IA2, a aquisição de materiais de produção e contratação de serviços técnicos profissionais para o desenvolvimento do fuzil Avaltec (Avaliação Técnica) e Avalop (Avaliação Operacional) dos protótipos do Fuzil de Assalto 5,56 Modelo IA2 realizadas no Centro de Avaliação do Exército (CAEx).

Quanto ao Sistema de Apoio de Fogo da Força Terrestre, está em curso o Projeto do Foguete Astros 2020, concebido pela empresa Avibrás Indústria Aeroespacial. As características do foguete incluem o alcance de 300 km, a possibilidade de guiamento nos estágios finais e dimensões adequadas para o transporte em aeronaves da Força Aérea Brasileira. A previsão de entrega das unidades é de cinco anos para os foguetes e de dez anos para conclusão da versão destinada à exportação. A empresa tem como foco desenvolver um produto que atenda aos requisitos operacionais das três Forças Armadas.

É importante ressaltar que o projeto Astros 2020 proporcionará ao País os meios de apoio de fogo capazes de atuar como vetores de dissuasão no nível estratégico, a exemplo do que ocorre em países desenvolvidos e nas potências emergentes.

Na implantação de sistema de saneamento e proteção ambiental foram adquiridos equipamentos para setor de gestão de resíduos; efetuado o serviço de limpeza do decantador do setor de tratamento de água e aquisição de materiais para oficina de manutenção e para os coletores da gestão de resíduos, na Unidade de Produção de Piquete - SP.

Na Produção de Material de Emprego Militar, as metas de produção propostas foram cumpridas de acordo com o programa estabelecido. Foram produzidos 1.332.653 produtos de defesa, incluindo explosivos militares e de usos duais, munições de grosso calibre, armamentos leves e materiais de comunicação e eletrônica.

Defesa Naval

No que se refere ao Preparo e Emprego do Poder Naval, em 2011, foram efetuados vários exercícios operativos pelas Unidades da Esquadra, a fim de manter o preparo das unidades navais, aeronavais e de fuzileiros navais, bem como de suas tripulações, no adequado estado de prontidão operativa. Diversas operações militares foram realizadas, inclusive, com a participação de Marinhas estrangeiras.

Nesse exercício deu-se a inauguração do novo Centro de Operações da Esquadra, projeto moderno no qual foram utilizados os mais avançados recursos tecnológicos no apoio às atividades de comando e

controle, de forma a permitir que os meios operativos sejam monitorados em tempo real. Em julho foi ativado o Centro de Guerra Eletrônica da Marinha, que tem o propósito de contribuir para elevar a capacidade da Força nessa área.

O número de Patrulhas Navais (PATNAV), realizadas em 2011, comparado ao ano anterior, manteve-se no mesmo patamar. Houve, entretanto, um incremento de 70% no número de embarcações apreendidas. Especificamente nas áreas das bacias petrolíferas, ocorreu um aumento do número de PATNAV. Quanto às patrulhas fluviais realizadas na faixa de fronteira, houve um aumento de 5% em relação a 2010.

Com a finalidade de contribuir para a segurança da navegação; a salvaguarda da vida humana no mar e hidrovias interiores e a prevenção da poluição ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio, a Marinha realizou vários eventos em atendimento aos Acordos Internacionais, dos quais o Brasil é signatário. Realizou, também, ações relacionadas à inclusão social, à promoção do desenvolvimento sustentável, à repressão aos ilícitos transnacionais e à segurança da população.

Encontra-se em reestruturação o Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário, mediante a criação, ampliação e modernização de Agências, Delegacias, Capitânicas Fluviais e Capitânicas dos Portos, Organizações Militares vinculadas funcionalmente à Diretoria de Portos e Costas, de modo a ampliar essa vertente das atividades subsidiárias, contribuindo para incrementar a presença da Marinha junto à sociedade.

Visando intensificar as ações de fiscalização das embarcações que navegam nas proximidades das praias do litoral brasileiro e águas interiores, a Marinha iniciou a Operação "Verão 2011/2012", por meio de abordagens de embarcações e, quando necessário, notificando os condutores e até apreendendo embarcações. Nas abordagens foram executadas ações educativas e testes com etilômetros (bafômetros), a fim de dar ampla divulgação dos procedimentos sobre a navegação segura, sempre sob o lema: "Orientar e Educar, Antes de Notificar".

No que tange ao Sistema de Segurança da Navegação, a Marinha realiza, de modo permanente, a manutenção de mais de 7.000 sinais náuticos, com a utilização de sensoriamento remoto; a operação rotineira do Serviço Meteorológico Marinho, com mais de 3.900 previsões emitidas; a confiabilidade da cartografia náutica, com projeção de desenvolvimento de 435 documentos náuticos, entre cartas eletrônicas, cartas em papel, cartas raster e correções/atualizações - o que influencia, diretamente, no custo de seguros marítimos e, consequentemente, no chamado "Custo Brasil".

No ano de 2011, foram realizadas mais de 100.000 ações relacionadas à inspeção naval e vistoria que significam incremento da ordem de 40%, em relação ao exercício anterior. Tais dados representam um esforço continuado no controle e na fiscalização de embarcações, com reflexos diretos no aumento da mentalidade de segurança da população.

Merecem, ainda, destaque as campanhas realizadas, voltadas à proteção dos eixos descobertos das embarcações, principalmente na região Amazônica, causadores dos acidentes denominados "escalpelamento", devido ao enrolamento dos cabelos nos eixos em rotação, que produzem graves consequências, tanto de cunho médico, quanto psicossocial, nas vítimas, quase sempre mulheres; o uso de equipamentos de salvatagem; e a repressão à alcoolemia dos condutores de embarcações em todo o Brasil.

Defesa Aérea

Em 2011, a Força Aérea Brasileira, alicerçada na estrutura do Comando da Aeronáutica, desempenhou uma variada gama de atividades, voltadas para o cumprimento da missão de "Manter a Soberania do Espaço Aéreo, com vistas à Defesa da Pátria", bem como contribuir para o bem-estar da Sociedade e desenvolvimento do País. Essa atuação compreendeu, dentre outras, as áreas de Preparo e Emprego da Força, de Segurança de Voo e de Controle do Espaço Aéreo, de Infraestrutura, de Ciência e Tecnologia, além do segmento relativo à educação, no tocante ao ensino profissional.

Em termos de Preparo e Emprego da Força, realizou-se o aprimoramento operacional e administrativo do efetivo militar e civil, por meio de diversas operações aéreas conjuntas, do uso intensivo de simuladores e do intercâmbio com outros países, o que proporcionou o aperfeiçoamento da capacidade de pronto-emprego da Força Aérea.

A participação nas Operações Ágata 1, 2 e 3, Amazônia e Anhanduí permitiu o aprimoramento da capacidade operacional da Força Aérea, por intermédio do apoio logístico em pontos remotos do território brasileiro, do expressivo emprego de meios aéreos e do exercício do ciclo de comando e controle no âmbito do comando conjunto. As ditas operações envolveram a utilização de diversos tipos de aeronaves, sendo várias provenientes de projetos nacionais, assim como de novas tecnologias, a exemplo dos equipamentos de visão noturna, que trouxeram significativo aumento da capacidade operativa da Força.

Nessas ocasiões, as aeronaves e tripulações da Força Aérea cumpriram missões típicas de defesa aérea, reconhecimento, ataque e transporte logístico, em estreita cooperação com as demais

Forças Armadas e outros órgãos da estrutura do Governo Federal, com o objetivo de combater atos ilícitos típicos das áreas fronteiriças, a exemplo do narcotráfico, contrabando e crimes ambientais.

Essas operações representaram notável oportunidade para que a Força Aérea, em cumprimento às suas atribuições subsidiárias, conduzisse uma multifacetada gama de serviços de natureza social, em apoio a diversas comunidades carentes, situadas em regiões remotas. Transportadas por aeronaves da Força Aérea, equipes de saúde da Aeronáutica realizaram, nas áreas dos exercícios, atendimentos médicos, compreendendo inúmeras especialidades, bem como assistência odontológica às populações locais. Como exemplo, na Operação Agata III, a Força Aérea realizou 4.036 atendimentos médicos e odontológicos, em apoio a 14 localidades carentes situadas na área da operação.

Além da ativa participação em operações conjuntas, levadas a efeito no âmbito do Ministério da Defesa, a Força Aérea Brasileira realizou a Operação Urubra 1, juntamente com a Força Aérea do Uruguai. Nesse exercício, houve a simulação da entrada de aeronaves irregulares em espaço aéreo controlado, possibilitando o aperfeiçoamento de procedimentos voltados para uma maior eficácia no combate aos tráfegos ilícitos transnacionais. O treinamento envolveu a consecução de missões de interceptação, transporte aéreo logístico, bem como de busca e resgate de tripulações, permitindo o aprimoramento da coordenação operacional entre os Órgãos de Defesa Aérea do Brasil e do Uruguai.

No que diz respeito à área de Segurança de Voo e Controle do Espaço Aéreo Brasileiro, o Comando da Aeronáutica deu continuidade ao processo de modernização e revitalização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab), com vistas a aprimorar a sua capacidade tecnológica e operacional, proporcionando, aos usuários dos serviços de transporte aéreo, melhoria na fluidez e na segurança das operações aéreas levadas a efeito em todo o espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil.

Nesse sentido, em todas as regiões do território nacional, foram concluídos 108 principais projetos de implantação, substituição e revitalização de equipamentos e sistemas, com o envolvimento das áreas de comunicação, meteorologia, vigilância, informações aeronáuticas, busca e salvamento, precisão para aproximação e pouso em vários aeroportos, ressaltando-se, neste caso, a implantação de sistema de pouso por instrumento ILS Categoria "I" em Congonhas, Recife e Uberlândia. Acrescentando-se, ainda, a conclusão de várias obras de infraestrutura em órgãos técnicos e operacionais e de apoio ao pessoal engajado nas atividades de controle do espaço aéreo.

Vale destacar, também, a continuidade da implantação da moderna concepção de apoio à navegação aérea, advinda dos novos conceitos CNS/ATM (Comunicação, Navegação e Vigilância/Gerenciamento do Tráfego Aéreo), elaborados pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), tendo em vista a necessidade de se alcançarem índices ideais de segurança e eficiência, por força da evolução tecnológica da aviação civil em todo o mundo e a projeção de crescimento do tráfego aéreo para as próximas décadas.

Deve-se enfatizar que a crescente demanda do tráfego aéreo, registrada nos últimos anos, bem como a programação da Copa do Mundo de Futebol para 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016, têm ensejado, por parte do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, ações estratégicas focadas na evolução do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab). Essas ações vêm contribuindo para a segurança das operações aéreas, de forma harmônica e integrada aos conceitos CNS/ATM (Comunicação, Navegação e Vigilância/Gerenciamento do Tráfego Aéreo), aderentes ao Plano Global de Navegação Aérea, bem como visando proporcionar fluidez ao tráfego aéreo, que tem, por consequência, a redução da emissão de poluentes, de modo a mitigar os efeitos danosos dessa atividade no meio ambiente e proporcionar maior conforto aos usuários do transporte aéreo.

Em termos de instalações militares e de aeródromos, houve fortalecimento da infraestrutura de apoio a ações de vigilância e presença das Forças Armadas e do Estado na Região Norte, por meio da atuação da Comissão de Aeroportos da Região Amazônica (Comara). Dentre as obras de engenharia em execução, destacam-se: a ampliação da pista de pouso do aeroporto de Iauaretê, região fronteira com a Colômbia; a ampliação da pista de pouso de Palmeiras do Javari, na fronteira com o Peru; a ampliação da pista de pouso de Tiriós, na fronteira com o Suriname; bem como a restauração dos pavimentos da pista de pouso, da pista de rolamento, do pátio e restauração da cerca operacional nas localidades de Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, Maués e Manicoré.

No campo aeroespacial, cujas novas tecnologias trazem significativos benefícios para a sociedade, o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial e suas Organizações subordinadas, em coordenação com a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Alemã, celebrou-se em outubro o 40º Aniversário de Cooperação entre o Brasil e Alemanha, nos setores de Aeronáutica e Espaço, visando o desenvolvimento do nosso programa espacial. O evento, de caráter científico, contou, também, com a participação da Universidade de São Paulo (USP), da Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A. (Embraer) e de outras empresas e autoridades

do setor, culminando com a Operação Brasil-Alemanha, entre novembro e dezembro de 2011, ocasião em que foram lançados os foguetes ORION e VS-30.

Como parte do cronograma de ensaios do programa espacial para o novo lançamento do Veículo Lançador de Satélites (VLS-1), realizou-se, com sucesso, o teste do motor S43 do VLS. Nesse sentido, merece ênfase, também, a modernização do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), que incluiu a nova configuração da sala de controle, dos sistemas de radares de trajetografia e meteorologia, além da construção da torre móvel de integração, que será usada pelo VLS.

Foram realizadas, ainda, no CLA, em coordenação com o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), as Operações FOGTREIN I/2011 e FOGTREIN II/2011, nas quais ocorreram o lançamento e o rastreio, com sucesso, de dois Foguetes de Treinamento Intermediário – FTI, em cada operação. O Projeto FOGTREIN tem como finalidade o treinamento operacional dos Centros de Lançamento. Também no CLBI, teve lugar a Operação Camurupim, com o Lançamento de um foguete ORION e o recebimento e utilização de uma nova plataforma de lançamento móvel.

No tocante ao Ensino Profissional da Aeronáutica, o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial conta com o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), onde formaram-se 26 engenheiros aeronáuticos, 24 engenheiros eletrônicos, 26 engenheiros mecânicos-aeronáuticos, 11 engenheiros civis-aeronáuticos e 30 engenheiros de computação.

Nos programas de pós-graduação, mestrado profissionalizante e cursos de especialização oferecidos, formaram-se 25 doutores, 130 mestres e 55 mestres profissionais, totalizando 210 pós-graduados, o que se constituiu em importante contribuição para o segmento de ciência e tecnologia de defesa e de todo o país.

Apoio às Ações de Governo e à Sociedade

Apoio às Ações de Governo

O Ministério da Defesa, sem comprometimento da sua missão principal, tem auxiliado o Governo em ações voltadas para o desenvolvimento social e também em diversas situações, seja para garantia da manutenção da lei e da ordem; apoio e assistência à população em casos de desastres e calamidades; enfrentamento de endemias; reconstrução de infraestrutura urbana e de transporte; atendimento médico-hospitalar e odontológico às comunidades localizadas em áreas de difícil acesso, entre outras frentes de trabalho.

Garantia da Manutenção da Lei e da Ordem

No que se refere à garantia da manutenção da lei e da ordem, no período de 25 de maio a 31 de julho de 2011, as Forças Armadas participaram da Operação Arco Verde, no Estado de Mato Grosso, nos municípios de Gaúchos de Alta Floresta, Confresa, Alto Boa Vista, Itanhangá e Aripuanã, quando foram promovidas ações diretas de prevenção contra a prática de delitos ambientais, limitando-se às ações de patrulha, revista e prisão em flagrante. E, posteriormente, em face do dilatamento do prazo até 31 de agosto, a referida operação atuou nos municípios de Apiacás, Paranaíta, Nova Bandeirantes; Juruena, Cotriguaçu, Colniza e Guarantã do Norte.

Em continuidade ao processo integrado de pacificação do estado do Rio de Janeiro, realizado entre a União e o Estado, foi autorizada a prorrogação, até 30 de junho de 2012, do emprego temporário de militares das Forças Armadas, para a preservação da ordem pública nas comunidades do Complexo da Penha e do Complexo do Alemão.

Atendendo à solicitação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, foi autorizada, também, a atuação das Forças Armadas, restrita à cooperação em atividades de apoio logístico, nas ações realizadas por Forças Estaduais na ocupação das comunidades do Morro da Rocinha e Vidigal e Morro da Mangueira, na cidade do Rio de Janeiro, a partir do dia 13 de novembro de 2011.

Sob a coordenação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), os Comandos Militares prestaram apoio ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na execução de ações para a garantia da lei e da ordem, por ocasião do Plebiscito no Estado do Pará, ocorrido no dia 11 de dezembro de 2011, com atuação em 19 municípios.

A partir de 26 de julho de 2011, as Forças Armadas iniciaram sua participação na Campanha Nacional do Desarmamento. As Organizações Militares (OM) passaram a atuar como postos de recebimento, de guarda temporária e de inutilização de armas e munições entregues pela população. Paralelamente, fruto de Termo de Cooperação com outros Ministérios, as OM designadas pelo Exército Brasileiro estão recebendo, para destruição, milhares de armas que estavam sob a guarda do Poder Judiciário.

O MD apoiou o Ministério da Educação, nos dias 5 e 6 de novembro de 2011, na realização das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), consistindo na guarda e segurança das provas e posterior entrega à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para o seu transporte aos locais de aplicação.

Ao Exército Brasileiro coube armazenar e guardar, em várias Organizações Militares, as provas, até o envio aos pontos de distribuição e locais de realização do exame, em 72 diferentes municípios, de todas as unidades da federação. A Marinha, por sua vez, promoveu o transporte de funcionários e provas a vinte municípios de difícil acesso, nos Estados do Pará e Maranhão, utilizando-se de Navios-Patrolha e lanchas. A Força Aérea, a exemplo da Marinha, realizou o transporte, por meios aéreos, tanto por aviões como por helicópteros, para localidades nos Estados do Amapá, Pará e Acre.

O Exército Brasileiro apoiou o Ministério da Agricultura na Operação Boiadeiro, na fiscalização das fronteiras com o Paraguai e Argentina, visando impedir o acesso de gado oriundo daqueles países, contaminado com febre aftosa, para o território nacional. A atuação ocorreu nos Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e envolveram ações de fiscalização, apoio logístico e comando e controle, com custos assumidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Apoio do Ministério da Defesa em casos de calamidade ou em situações de emergência

O Ministério, por meio das Forças Armadas, tem participado de inúmeras ações de socorro e assistência a vítimas de desastres naturais, em situações de emergência e estado de calamidade pública. Neste contexto, podem ser citadas as ações de socorro às vítimas dos deslizamentos ocorridos na região serrana do estado do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011, onde foi estabelecido um Centro de Operações de Segurança Integrada, que comandou todas as ações militares, para as coordenações do apoio às autoridades civis. Para tanto, foram lançadas três pontes móveis, utilizadas 112 viaturas de diversos tipos, empregados 1.264 militares, 16 aeronaves no transporte de 130 toneladas de donativos e desdobrados dois Hospitais de Campanha, realizando 4.393 atendimentos.

Em junho de 2011, o Ministério da Defesa coordenou o apoio das Forças Armadas ao Estado de Roraima, tendo a Marinha do Brasil, com o emprego de um navio de assistência hospitalar e um de apoio logístico, um helicóptero e uma equipe médica, realizado cerca de 2.500 atendimentos, além de transportar desabrigados e donativos ao longo da calha do Rio Branco. O Exército Brasileiro empregou três helicópteros no transporte de combustível, para as cidades de Normandia e Uiramutã, e também na entrega de donativos em diversos municípios. A Força Aérea Brasileira transportou 200 toneladas de donativos de Manaus/AM para Boa Vista/RR e, ainda, 21 toneladas de medicamentos no percurso Anápolis/GO a Boa Vista/RR.

Mais recentemente, o MD coordenou o apoio do Exército Brasileiro e da Força Aérea no auxílio as vítimas das enchentes no Estado de Santa Catarina, tendo o Exército empregado um efetivo de 690 militares, e utilizado diversas viaturas, botes, pontões e helicópteros. A FAB utilizou dois helicópteros de grande porte, para o transporte de donativos e realizou resgates e transportou cerca de 40 toneladas de material.

Em junho de 2011, a Empresa de Correios e Telégrafos solicitou junto ao Ministério da Defesa medidas de apoio das Forças Armadas na realização da Avaliação da Capacidade Física Laboral, que faz parte da segunda etapa do Concurso Público para o cargo de Agente de Correios nas atividades de Carteiros e Operador de Triage e Transbordo, o que ocorreu no período de 12 a 16 de setembro de 2011, envolvendo cerca de 29 mil candidatos aprovados nas provas objetivas daquele Concurso.

Apoio do Ministério da Defesa em outras ações de Governo

O Ministério da Defesa participou da Operação "Cidadania Xingu-2011", idealizada pela Casa Civil da Presidência da República, envolvendo a União, Estado do Pará e municípios. A Operação foi realizada em doze localidades paraenses, afetadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O objetivo é fortalecer a presença do Estado brasileiro naquele território, a fim de oferecer um conjunto variado de atendimento aos cidadãos paraenses.

Os serviços realizados pelas Forças Armadas, coordenados pelo Ministério da Defesa, compreenderam a regularização da situação militar, levados a efeito pelo Exército, com cerca de 1.200 regularizações; e de atendimentos médicos nos Municípios de José Porfírio, Porto de Moz e Gurupá, realizados por um Navio Patrulha da Marinha. Neste último serviço, foram realizados 1.343 atendimentos médicos, 394 atendimentos odontológicos, e promovida a distribuição de 59.325 medicamentos.

O MD, por intermédio das Forças Armadas, atuou na Operação de demarcação das terras indígenas (Operação Kayabi), localizadas nos municípios de Apicás-MT e Jacareacanga-PA, realizada pelo Exército, como parte de um acordo firmado entre a Presidência da República e as lideranças indígenas das etnias Kayabi, Mundurukú e Apicás.

A primeira parte dos trabalhos envolveu efetivos da Diretoria de Serviço Geográfico do Exército, no período de 31 de outubro a 4 de novembro de 2011, desenvolvendo as atividades de reconhecimento especializado de engenharia cartográfica, de inteligência e de contato com as lideranças indígenas. A segunda etapa, envolvendo a demarcação propriamente dita, deverá ocorrer em

meados do de 2012, logo após o período de chuvas naquela região.

Por meio das Forças Armadas, o Ministério da Defesa auxiliou o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, na implementação de ações conjuntas do Programa Brasil Sem Miséria, coordenado por aquela Pasta Ministerial. Na ocasião foram utilizadas as instalações, veículos, equipamentos e recursos humanos das Unidades Militares das Forças Armadas, situadas na Região Norte do País, para prestar apoio logístico e transportar material e pessoal para regiões de difícil acesso.

Cartografia da Amazônia

O Projeto Cartografia da Amazônia, órgão vinculado ao Ministério da Defesa, passou a ser atividade contínua no Plano Plurianual, incluindo a cartografia temática como produto derivado. Nesse contexto, o Sistema de Cartografia para a Amazônia Legal agrega os produtos cartográficos dos parceiros e do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) na mesma base de dados, trazendo a cartografia topográfica, náutica e geológica como insumos para a cartografia temática para aplicação e planejamento de políticas públicas territoriais.

O Programa SipamCidade teve atuação marcante em 2011 na Região Amazônica, em particular nos 58 municípios da Operação Arco Verde e Cidadania Xingu. Para 43 municípios prioritários da Operação Arco Verde, o Censipam coordenou uma capacitação de 200 horas, em 5 módulos de 40 horas em 7 municípios-pólo. A Operação Cidadania Xingu se voltou especificamente para 11 municípios relacionados ao empreendimento de Belo Monte, no Pará, por meio de mutirões de serviços de governo federal e estadual nessas sedes municipais. O Censipam participou provendo o sistema de telecomunicações com a VSAT (*Very Small Aperture Terminal*) móvel e apresentou as potencialidades do Programa SipamCidade para o desenvolvimento regional.

Cumprindo a missão do órgão, dentro do escopo da inclusão social e do desenvolvimento sustentável na Região Amazônica, o Censipam firmou termo de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente, que estabelece a metodologia, infraestrutura, sistemas de informações e procedimentos visando ao acompanhamento das ações do Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Programa Bolsa Verde.

Adicionalmente, o Censipam e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome assinaram termo de cooperação no qual coube ao Centro Gestor instalar 166 antenas de comunicação via satélite, provendo internet em municípios afastados ou de difícil acesso na Amazônia. Com o equipamento, os gestores municipais poderão

cadastrar as famílias que vivem em situação de pobreza ou de extrema pobreza no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

A infraestrutura tecnológica do Censipam contribuirá para ampliar o acesso dos programas sociais do Governo Federal na região, beneficiando as famílias que vivem em situação de pobreza. Com o sinal de internet, o novo sistema de formulários do MDS para o cadastramento funcionará on-line. Assim, a conexão fará o carregamento de dados via web, a partir do site da Caixa Econômica Federal (CEF), que hospeda o banco de dados do Cadastro Único. Desde o início da parceria, em outubro de 2011, foram atendidas 40 localidades.

O Censipam é órgão integrante do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), apóia as operações de combate e controle do desmatamento e outros ilícitos, participando da Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais, realizando a integração e operações de combate aos crimes junto aos órgãos que compõem a referida Comissão. As principais operações de combate aos crimes ambientais em 2011 foram: a) Operações Ágata I e III, coordenadas pelo Ministério da Defesa, as quais fazem parte do Plano Estratégico de Fronteiras; b) Operação Mauritia, ação de inteligência no município de Buriticupu-MA, oportunidade em que foram apreendidos aproximadamente 25.000 m³ de madeira e aplicadas quase R\$ 3 milhões em multas; c) Operação Guaricaya Matupi, coordenada pela CICCIA, ação de inteligência no Distrito de Santo Antônio do Matupi, maior pólo madeireiro do estado do Amazonas, que resultou em 11 serrarias retiradas e embargadas e na aplicação multas que totalizaram mais de R\$ 9 milhões; d) Operação Capitão do Mato II, também coordenada pela CICCIA, que consistiu em uma operação integrada nas unidades de conservação na Flona do Trairão e na Resex Riozinho do Anfrísio, que culminou em quase R\$ 6,5 milhões, resultantes de multas aplicadas e mais de R\$ 5,5 milhões relativos ao material apreendido.

O Censipam auxiliou, ainda, no apoio logístico e tecnológico nas operações no combate ao tráfico de drogas, desvio de produtos químicos, contrabando, descaminho e crimes ambientais em consonância com o Decreto nº 7.179/2010, que instituiu o plano integrado de enfrentamento ao crack e outras drogas.

Busca de Desaparecidos Políticos da Guerrilha do Araguaia

Desde o ano de 2009, o Ministério da Defesa realiza trabalhos de buscas dos restos mortais dos desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia, por determinação da Justiça Federal/DF, e, mais recentemente, da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Nesse fim foi criado o Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), o qual passou por reestruturação

no exercício de 2011 buscando a integração do Ministério da Justiça e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, quando passou a denominar-se Grupo de Trabalho Araguaia (GTA).

Participam também dos trabalhos o Ministério Público Federal, familiares de vítimas da Guerrilha do Araguaia, Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Advocacia-Geral da União, Partido Comunista do Brasil, Departamento de Polícia Federal, Polícia Técnico-Científica da Polícia Civil do Distrito Federal, Museu Emílio Goeldi e universidades federais e estaduais.

As atividades técnicas estão a cargo dos peritos da Polícia Federal, do Instituto Médico Legal do Distrito Federal, da Força Nacional de Segurança e de universidades federais e estaduais, abrangendo as áreas de medicina legal, odontologia, geologia/geofísica, engenharia florestal, cartografia (Exército Brasileiro), arqueologia (Ministério Público Federal) e antropologia social.

Ao longo de 2011, foram realizadas quatro expedições, mobilizando aproximadamente 180 pessoas entre civis e militares, que resultaram na exumação de cinco restos mortais trazidos para análise pericial em Brasília. Cabe ressaltar que todos os achados retirados da região do Araguaia, que somam atualmente dezessete restos mortais, estão reunidos para análise dos peritos do GTA.

Acrescente-se a coordenação exercida pelo Ministério da Defesa a efetiva participação do Exército Brasileiro no apoio logístico, nas áreas de saúde, comunicação, segurança, transporte, contratação de serviços terceirizados, dentre outros, e da Força Aérea Brasileira, no auxílio aos deslocamentos aéreos para pesquisas em áreas de difícil acesso, bem como no transporte dos restos mortais encontrados na região.

Ajuda Humanitária Internacional

Adicione-se as ações de apoio à sociedade, realizadas no âmbito do território brasileiro, o fato de que, o MD, por solicitação do Ministério das Relações Exteriores, coordenou, em 2011, o transporte de alimentos e medicamentos para doação, em caráter de assistência humanitária, aos flagelados por desastres naturais em diversos países.

O Haiti, após a ocorrência de terremoto, tem sido assistido com doações de medicamentos e gêneros de primeira necessidade, mediante utilização de aeronaves da Força Aérea Brasileira, por intermédio do estabelecimento de ponte aérea, bem como de navios da Marinha do Brasil.

As Forças Armadas Brasileiras também prestaram apoio logístico, na operação de resgate dos militares

colombianos (Operação Liberdade III), que foram libertados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC-EP), em coordenação com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha – Delegação Colômbia. Ao Exército Brasileiro foi atribuída a responsabilidade de participar da operação, com apoio técnico e emprego de meios logísticos e de pessoal, segundo o protocolo de entendimento mantido entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e aquele organismo internacional de ajuda humanitária.

Apoio à Sociedade

Atendimento a Populações Carentes e em Localidades Remotas

Os navios pertencentes às diversas Forças Distritais efetuaram ações de caráter assistencial. A participação de Navios de Assistência Hospitalar, também chamados pela população ribeirinha de “Navios da Esperança”, possibilitou o incremento do atendimento médico-hospitalar às comunidades carentes, de grande importância, pois, além de representar a presença do Estado em regiões cujas populações vivem isoladas e carecem de assistência regular de saúde, contribuem para ampliar a presença da Marinha em pontos de grande interesse estratégico e reforçam a defesa dos interesses brasileiros nas hidrovias interiores. Nesse propósito, foram executadas 21 Ações Cívico-Sociais (Aciso) e 18 Assistências Hospitalares (Asshop), em 363 localidades da Região Norte e 33 localidades da Região Centro-Oeste, tendo sido contabilizados 42.111 atendimentos dentre outros procedimentos e exames. Destaca-se que, das 396 comunidades atendidas, 74 encontram-se na faixa de fronteira.

Projeto Soldado-Cidadão

Em 2011, o Ministério da Defesa, por intermédio do Projeto Soldado-Cidadão, qualificou profissionalmente 17.423 jovens, durante a prestação do Serviço Militar, a fim de proporcionar-lhes melhores condições de inserção no mercado de trabalho, quando do retorno à vida civil. Desde seu lançamento, até o final de 2011, o Projeto beneficiou cerca de 165.000 jovens, recepcionados pelas três Forças Singulares, abrangendo todo território nacional. O expressivo efetivo capacitado pelo Projeto caracteriza o compromisso das Forças Armadas com a integração cívico-social dos cidadãos egressos do Serviço Militar, constituindo-se em valiosa contribuição do Ministério da Defesa e das Forças Armadas para o desenvolvimento econômico e social do País.

Ensino Profissional Marítimo

Sob o enfoque da inclusão social, promovendo o acesso da população à educação e gerando empregos, a MB ofereceu, em todo o Brasil, por meio de ações do Ensino Profissional Marítimo,

cerca de 50.000 vagas em diversos cursos de níveis médio e superior, capacitando pessoas para o desempenho de atividades peculiares às categorias de aquaviários, portuários e trabalhadores em funções correlatas, proporcionando maior nível de segurança no tráfego aquaviário, bem assim contribuindo para o desenvolvimento da mentalidade marítima e na conscientização da população em relação à sua própria segurança.

Projeto Rondon

O Projeto Rondon tem por finalidade aproximar estudantes universitários da realidade nacional. Constitui-se basicamente de ação de integração social, tendo como foco principal o trabalho voluntário de estudantes e professores em regiões carentes do Brasil, com prioridade, pelas condições existentes, para a Região Amazônica e o Nordeste.

Os rondonistas realizam atividades nas áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho. Destacam-se as campanhas educativas relacionadas à proteção dos direitos da criança, do adolescente e do idoso, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, gravidez precoce, uso de drogas ilícitas e prevenção das DST e AIDS; elaboração de projetos técnicos (de engenharia e de saneamento ambiental) para a construção de aterros sanitários e para a coleta e tratamento de resíduos sólidos; capacitação de recursos humanos das prefeituras em gestão pública e em gestão de projetos e organização e capacitação dos conselhos municipais.

O projeto é realizado graças à parceria entre diversos ministérios e as Forças Armadas, que fornecem o suporte logístico e a segurança necessários às operações. Conta ainda com a colaboração de Governos Estaduais, Prefeituras Municipais, da União Nacional dos Estudantes, de Organizações Não-Governamentais (ONG), de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e de organizações da sociedade civil.

Ao longo de sua existência, o Projeto vem prestando relevantes serviços à sociedade, relacionados à promoção da cidadania, melhoria do bem-estar social, capacitação da gestão pública e promoção do desenvolvimento local sustentável. Desde a sua existência, foram beneficiados cerca de 777 municípios, com o envolvimento de 12.670 rondonistas oriundos de instituições de ensino superior de todo o Brasil.

Em 2011, as operações ocorreram nos meses de janeiro/fevereiro e julho, coincidindo com o período de férias escolares, com a participação de 2.860 rondonistas, em 141 municípios dos Estados do Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Programa Forças no Esporte

O Ministério da Defesa vem contribuindo para a política de inclusão social do Governo, por meio do Programa Forças no Esporte, desenvolvido desde 2003. Coordenado pelo Ministério da Defesa, o Programa, que, na qualidade de parceiros, conta com os Ministérios do Esporte, da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e das Comunicações, tem como objetivo melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes de ambos os sexos, em todo o Brasil, na faixa etária entre 7 e 17 anos, regularmente matriculados em instituições de ensino, visando à inclusão social por meio de atividades voltadas à promoção da cidadania, educação, cultura, lazer, civismo, esporte e religião.

Esse Programa é um típico exemplo de que a parceria interministerial potencializa os resultados da ação governamental. As atividades diárias são conduzidas pelo Ministério da Defesa, utilizando infraestrutura e pessoal das Organizações Militares das Forças Armadas, envolvendo, desde práticas esportivas, aulas de reforço, aulas de informática, até assistência médica e odontológica, entre outras.

O Ministério do Esporte financia o transporte escolar, a contratação de profissionais de educação física e monitores, uniformes e materiais para as diversas modalidades esportivas. O Ministério da Educação contribui com o material didático para o reforço escolar. De sua parte, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome oferece reforço alimentar, garantindo duas refeições nos dias de atividades. Já o Ministério das Comunicações contribui com o fornecimento de kit de telemática e internet de banda larga, utilizado na atividade de inclusão digital.

O resultado de todo esse esforço reside no benefício proporcionado ao público-alvo do Programa, que em 2011 representou cerca de 12.000 crianças e adolescentes, em área de vulnerabilidade social, acolhidas por 84 Organizações Militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, distribuídas em 24 Estados da Federação, que contaram com todo o tipo de material esportivo, incluindo camisetas e agasalhos.

Jogos Mundiais Militares

No período de 16 a 24 de julho do exercício de 2011, foram realizados, na cidade do Rio de Janeiro, os eventos dos 5º Jogos Mundiais Militares do CISM – “Os Jogos da Paz”, o qual contou com 5.238 participantes estrangeiros, oriundos de 111 países, concorrendo em 20 modalidades esportivas. O Brasil, na condição de anfitrião, participou com 277 atletas, sendo 162 masculinos e 115 femininos.

Os 5º Jogos Mundiais Militares, além de terem contribuído para o preparo de alguns atletas que participarão dos Jogos Olímpicos de 2012, intensificaram a atuação integrada entre os diversos Órgãos de Segurança Pública e das Forças Armadas, projetaram o Brasil no cenário internacional e reforçaram a expertise e a capacidade brasileira de organizar eventos esportivos de grande porte.

O desempenho do Brasil no evento demonstrou o alto nível de preparação de nossos atletas, tendo em

vista que a Delegação Militar Brasileira conquistou o total de 114 medalhas, sendo 45 de ouro, 33 de prata e 36 de bronze, ocupando a primeira posição no quadro geral de medalhas.

Os Jogos Mundiais Militares deixaram como importante legado para o Brasil as instalações dos centros esportivos e das universidades das Forças Armadas, onde aconteceram as competições, as quais servirão para o preparo de militares e atletas, adicionada a possibilidade de utilização pelas comunidades da região.

Indicadores Utilizados no Processo de Avaliação dos Resultados da Ação Governamental no Setor de Defesa

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DOS PROGRAMAS DO MD

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	2008	2009	2010	2011	
					PREVISTO	REALIZADO
Espaço Aéreo Monitorado	Relação percentual entre o espaço aéreo monitorado e o espaço aéreo brasileiro, tomando-se por base a altitude de 20.000 pés.	95,00	95,00	89,00	95,00	95,00
(a) Taxa Global de Atendimento às Demandas em Meteorologia, Sensoriamento Remoto e Inteligência pelos Órgãos Parceiros	Taxa Global = $0,33 \times \text{Meteorologia (demanda atendida/demanda efetiva)} + 0,33 \times \text{Sensoriamento Remoto (demanda atendida/demanda efetiva)} + 0,33 \times \text{Inteligência (demanda atendida/demanda efetiva)}$	99,80	85,70	92,30	90,00	62,20
Coeficiente de Acidentes Náuticos	Número de acidentes náuticos registrados a cada 1.000 embarcações existentes.	$\frac{742}{609.158} = 1,21$	$\frac{907}{630.470} = 1,43$	$\frac{847}{644.946} = 1,31$	$\frac{922}{667.154} = 1,38$	$\frac{792}{686.521} = 1,15$

Fontes: SIGPlan; Comando da Aeronáutica; Diretoria de Portos e Costas do Comando da Marinha e Censipam

Ao longo dos anos, o índice de monitoramento do espaço aéreo brasileiro vem se mantendo na faixa de 95%, à exceção do exercício de 2010, quando o índice atingiu o patamar de 89%. Essa redução é decorrente da ampliação da área de cobertura, quando foi necessária a implantação de vinte Radares de Rota na Região Amazônica (Cindacta IV) e da complementação da cobertura radar na Região Nordeste (Cindacta III), mediante a implantação dos três últimos Radares de Rota nas localidades de Porto Seguro, Bom Jesus da Lapa e Petrolina.

A fórmula de cálculo do indicador *Taxa Global de Atendimento às Demandas em Meteorologia, Sensoriamento Remoto e Inteligência pelos órgãos parceiros* é composta por três parâmetros de atendimento, em diferentes áreas de atuação do Censipam, com pesos equivalentes: meteorologia, inteligência e sensoriamento remoto. Tais taxas

corresponderam a 99,6%, 87,0% e 0% em cada área, respectivamente.

Dessa forma, observa-se que a taxa de atendimento das demandas de sensoriamento remoto declinou a taxa global no exercício de 2011. A situação pode ser explicada pelo fato de que em novembro, a Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República demandou ao Censipam o imageamento de aproximadamente 5.816 km² da Terra Indígena Kayabi, localizada no Estado do Mato Grosso, em razão do compromisso do Governo Federal em iniciar os trabalhos de demarcação das terras com o apoio das Forças Armadas, reivindicação antiga da população local. No entanto, a missão foi prejudicada devido às más condições meteorológicas, adicionado ao fato de o esforço aéreo do 2º/6º Grupo de Aviação já havia sido atingido naquele ano. Em decorrência, a missão de imageamento, inevitavelmente, foi postergada para

o início de 2012, o que afetou diretamente o indicador em questão.

Os dados relativos ao Coeficiente de Acidentes Náuticos, computados até o final do exercício, comprovam que esse coeficiente permaneceu abaixo da meta de 1,6, prevista para ser alcançada ao final do PPA 2008-2011. Ressalta-se, que, apesar do aumento crescente do número de embarcações registradas, ao longo dos anos, o aumento de IAFN foi percentualmente menor no período considerado, por força das medidas adotadas pela Marinha do Brasil.

Programas Estruturantes do Ministério da Defesa

Reaparelhamento e Adequação do Exército Brasileiro

O objetivo principal do Programa é modernizar e adequar o Exército Brasileiro, de modo a dotá-lo da capacidade necessária para garantir a defesa terrestre do País.

As ações desenvolvidas pela Força Terrestre em 2011, em harmonia com os macroobjetivos preconizados na Lei do Plano Plurianual (PPA), contribuíram para manter o poder de dissuasão da Força, baseado principalmente na qualidade e no espírito de cumprimento de missão de seus integrantes. Ênfase deve ser dada à continuidade da modernização operacional das Organizações Militares do Exército, no intuito de consolidar a presença do Estado, vigilante e integrado, para a manutenção do poder de dissuasão da Força.

Orientado pela Estratégia Nacional de Defesa, o Exército Brasileiro, por meio do seu Programa de Reaparelhamento, promoveu a adequação e instalação de organizações militares, com vistas a aumentar a capacidade operacional da Força Terrestre nas diversas áreas estratégicas, com prioridade para o atendimento das demandas do Planejamento Estratégico do Exército, focalizando a modernização e adequação de Unidades e também a instalação de aquartelamentos e próprios nacionais residenciais, de modo a propiciar as condições adequadas de funcionamento e gerar as potencialidades da Defesa Nacional.

Comentários sobre a execução das ações e dos principais resultados do Programa

A ação Instalação e Adequação de Organizações Militares obteve como resultado a execução de 99% dos recursos orçamentários alocados para o exercício. No que diz respeito a realização física, foram previstas 74 obras, no contexto de um Plano que contemplou diversas OM espalhadas por todo o Brasil, das quais 27 foram concluídas.

A ação Aquisição de Meios Terrestres foi concebida para dotar o Comando do Exército de equipamentos necessários à defesa do País. Os recursos empregados nessa ação, no valor de R\$ 75 milhões, foram empregados na aquisição de viaturas de transporte especializado, atendendo as despesas com os projetos de modernização de blindados M113 B e Leopard 1A5, com o transporte de viaturas e diárias e passagens para o acompanhamento dos projetos.

Ainda com referência à modernização da frota de blindados, em 2011, foi iniciada importante mudança na gestão da sua manutenção, com a adoção, de forma pioneira, do contrato de suporte logístico integrado para as viaturas Leopard 1A5, o qual garantirá alta disponibilidade da frota, aliada à capacitação plena do pessoal envolvido no apoio logístico a esse material.

Merece destaque, o projeto de fabricação de veículos da família de blindados médios sobre rodas Guarani, um dos grandes vetores de transformação do Exército. Desenvolvido com cobertura de aço balístico, o blindado oferece níveis de desempenho em termos de mobilidade, potência de fogo e proteção, que atendem às demandas atuais e futuras da Força Terrestre. O protótipo encontra-se em teste e, em 2012, será avaliado o lote piloto.

A ação Modernização Operacional dos Batalhões de Engenharia de Construção foi concebida com o fito de proporcionar à Força Terrestre o repletamento das necessidades essenciais, a fim de manter o poder de dissuasão da Força, preservar a sua capacidade operacional e motivar seus recursos humanos. Os encargos decorrentes referem-se a armamento e munição, aviação, comando e controle, obras militares, saúde em campanha e materiais de engenharia de combate, blindados, intendência e motomecanização, além de gastos com suprimentos, manutenção e importação, inclusive as despesas administrativas para o transporte de materiais e dispêndios com diárias e transporte de pessoal para o planejamento e fiscalização da execução dos projetos. No exercício, a execução financeira da sobredita Ação atingiu o percentual de 100%.

A ação Implantação do Sistema de Aviação do Exército destina-se a atender as missões do Exército Brasileiro em todo o território nacional, no tocante às missões de adestramento, operacionais e de apoio aos demais ministérios, principalmente em apoio às calamidades públicas, à saúde e às eleições, incluindo a modernização e o aumento das frotas. Em 2011 a execução orçamentária da referida ação alcançou o percentual de 100,16%.

Em novembro de 2011, depois de superados entraves de ordem legal, retomaram-se as obras relativas à ação de Construção e Instalação do Aquartelamento do Comando Militar do Planalto, que

tem prazo previsto para conclusão em 12 meses. O processo de construção de novas instalações do Comando Militar do Planalto e da Secretaria de Economia e Finanças, no Setor Militar Urbano em Brasília, teve início em 2009.

Para atender as atuais necessidades do projeto, evitar maior retardo na liberação das instalações atualmente ocupadas na Esplanada dos Ministérios, decorrente da paralisação das obras, bem assim atender parte das demandas dos órgãos envolvidos, se fazia premente a solicitação de crédito adicional, da ordem de R\$ 39.985.000,00, no que foi plenamente atendido. Os reflexos das medidas adotadas serão passíveis de verificação somente no ano de 2012.

A Implantação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, outra ação integrante do citado Programa, proporcionou melhores condições para a vigilância e a defesa da região amazônica brasileira, principalmente na parte noroeste, visto que ampliou a sua capacidade dissuasória, diante de possíveis ameaças à soberania nacional. Os recursos autorizados para esta Ação, no valor de R\$ 3.000.000,00, foram empregados na aquisição de módulos operacionais, com ênfase nas classes de intendência, engenharia, saúde, motomecanização e no atendimento das despesas com diárias e passagens para acompanhamento do projeto.

A execução da ação Implantação da Brigada de Operações Especiais permitiu ampliar a capacidade de pronta resposta do Exército e do País às situações de crise ou conflitos, disponibilizando uma tropa altamente adestrada, contando com meios modernos e de avançada tecnologia, em condições de atuar nos cenários no Brasil e no mundo, em condições diversificadas. Os recursos autorizados para esta ação, no valor de R\$ 3.600.000,00, foram aplicados na aquisição de módulos operacionais, com ênfase nas classes intendência, engenharia, comunicações e armamento.

No que se refere à ação Implantação da 11ª Brigada de Infantaria Leve, as atividades desenvolvidas em 2011 proporcionaram pronta resposta do Exército e do País para atendimento às situações de necessidade de garantia da lei e da ordem. Atualmente, o EB conta com uma tropa altamente adestrada e com meios modernos e adequados, em condições de atuar em todo o território nacional. Os recursos autorizados para essa ação, no valor de R\$ 2.000.000,00, atenderam despesas com a construção do novo serviço de aprovisionamento e reforma de instalações.

Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira

No decorrer do período abrangido pelo Plano Plurianual 2008/2011, o Comando da Aeronáutica teve a oportunidade de empreender uma série de

projetos, diretamente relacionados com o incremento de sua capacidade estratégica, principalmente por meio das atividades desenvolvidas dentro dos Programas de Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea Brasileira. Nesse sentido, em 2011, foram viabilizados projetos de aquisição, modernização e desenvolvimento de aeronaves, com destaque para os projetos KC-X (KC-390), relativos ao desenvolvimento e industrialização do novo Cargueiro Tático Militar, com capacidade para transporte de 10 a 20 toneladas, e o Projeto H-X BR, referente à aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral das Forças Armadas, ambos com ênfase no incentivo e na transferência de tecnologia à indústria nacional.

O exercício de 2011 tornou-se um marco na busca por parceiros nacionais, para o fornecimento de itens passíveis de fabricação no Brasil, bem como de parceiros internacionais. As oportunidades para as empresas brasileiras foram apresentadas em seminário, no último trimestre do exercício, no Parque de Desenvolvimento Tecnológico de São José dos Campos - SP, com a participação de várias empresas nacionais, dentre as quais a empresa gaúcha AEL Sistemas, que foi selecionada para fornecer três sistemas: de autoproteção (SPS), de contramedidas direcionais infravermelho (DIRCM) e de orientação do piloto (HUD), como também para o fornecimento dos computadores de missão do novo jato KC-390. Tal projeto vem cumprindo com uma das suas premissas fundamentais, concernentes a priorização da indústria nacional.

De modo geral, a execução das ações atinentes ao Programa foi satisfatória, uma vez que todas tiveram execução acima de 70%, em relação ao valor da dotação orçamentária total.

Pontos marcantes, concretizados em 2011, no que se refere ao desenvolvimento da aeronave KC-390, foram o ensaio em túnel de vento da maquete da aeronave e a definição de fornecedores de sistemas estratégicos, tais como: motor e aviônica, sistemas de manuseio e lançamento de cargas.

Principais resultados do Programa em 2011

Com relação, ainda, ao Reaparelhamento e Adequação da Força Aérea, o País deu andamento aos Projetos AM-X, C-95, F5-BR, C-130 e P-3BR, no intuito de promover a adequação tecnológica e operacional das aeronaves da FAB, mediante a recuperação de sua capacidade original e a execução de projetos e instalação de equipamentos atualizados e tecnologicamente compatíveis com os cenários de atuação no presente.

Quanto à aquisição de aeronaves, em 2011 foram recebidos dez Super Tucano AL-X, três Caravan C-98, quatro helicópteros multiemprego Black Hawk H-

60, bem como o simulador de voo das doze aeronaves de transporte Amazonas C-105 (CASA 295).

No que tange à modernização de aeronaves, encerrou-se a primeira fase do Projeto F5-BR, com a entrega das últimas seis aeronaves modernizadas, de um total de quarenta e seis contratadas. Encontra-se prevista, para a segunda fase do projeto, a modernização de mais onze aeronaves do tipo F5-BR, com o início da produção programada para 2012. Destaque-se, sobre o tema modernização, a entrega de cinco aeronaves de transporte de passageiros e carga Bandeirante C-95, duas patrulha P-3BR, com a previsão, ainda, de recebimento de mais duas aeronaves Hércules C-130.

Continua em franco andamento o processo de aquisição, transferência de tecnologia, para o fornecimento e a gradativa nacionalização (em até 50%), de helicópteros EC-725 para as Forças Armadas, no total de cinquenta unidades.

Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil

Para que possa continuar fazendo uso do mar e explorando suas riquezas, se faz necessário que o Brasil seja capaz de se proteger, dispondo de um poder naval apto a defender a soberania nacional, em suas águas, e que, simultaneamente, incentive a indústria de defesa e seja capaz de colaborar e interagir com nações amigas.

Do total de dezesseis ações, seis atingiram o percentual de execução igual ou superior a 100%; quatro ficaram acima de 76%, três alcançaram patamar igual ou superior a 50% e três ações tiveram desempenho entre 11% e 40%. Não obstante, o Programa, como desempenho de execução, superou a meta de 100%.

A ação Aquisição de Próprios Nacionais Residenciais para as Forças Armadas visa à aquisição, por oportunidade, de Próprios Nacionais Residenciais – (PNR), para pessoal especializado (Engenheiros e Técnicos), em São Paulo, de modo a atender a demanda do Programa de Submarinos, principalmente, os de propulsão Nuclear - Prosub. Até 30 de junho, esses recursos não foram provisionados, em razão da política de contingenciamento, determinada pelo Governo Federal.

Pela mencionada ação, entretanto, foi possível o recebimento da quantia de R\$ 2.556.993,00, destinada as necessidades de manutenção e conservação de residências (Próprios Nacionais Residenciais), na jurisdição do Comando do 7º Distrito Naval - Brasília.

Principais resultados do Programa em 2011

As entregas do Navio Aviso de Patrulha “Anequim”, o quinto de um total de seis embarcações da Classe “Marlim”, assim como de três Lanchas de Apoio ao Ensino e Patrulha, ocorreram no exercício de 2011. De fundamental relevância, cite-se, também, a incorporação dos Navios Patrulhas de 500 t, “Macaé” e “Macau”, e a contratação da construção de mais cinco unidades, de um total de 27, os quais serão empregados pela Marinha do Brasil no processo de intensificação das ações de presença, vigilância, proteção e defesa das águas marítimas onde se encontram as instalações de exploração de petróleo e gás.

Visando substituir as embarcações hoje empregadas em operações anfíbias, encontram-se em fase de construção, no Arsenal de Marinha no Rio de Janeiro, cinco Embarcações de Desembarque de Viatura e Material e três Embarcações de Desembarque de Carga Geral.

Iniciou-se a construção de quatro Avisos Hidroceanográficos Fluviais, no Estaleiro Inace, com entrega prevista para 2012, para atender ao Projeto Cartografia da Amazônia.

Em processo de concretização destacamos a aquisição 674 lanchas escolares, projetadas pela Base Naval de Val-de-Cães, localizada em Belém-PA, destinadas ao Programa “Caminho da Escola”, em processo de construção nas Bases Navais de Val-de-Cães, Natal e de Aratu, ao amparo de termo de cooperação firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação (MEC), e por intermédio da Emgepron. Em 2011 foi entregue pelas bases responsáveis pela fabricação o total de 468 unidades.

Com relação aos meios aéreos, em abril de 2011, foi recebido o helicóptero EC-725, versão básica, sendo o primeiro, de um total de 16 aeronaves, destinadas à Marinha. Em março de 2011 foi firmada a Carta de Oferta e Aceitação junto ao Governo Norte-Americano, visando à aquisição de mais dois helicópteros S-70B SEAHAWK, os quais, somando-se aos quatro anteriormente obtidos, totalizarão seis aeronaves. Encontra-se, também, em andamento, na Embraer, o Programa de Modernização de 12 aeronaves de asa fixa AF-1/1A.

No tocante aos meios de fuzileiros navais, dos contratos celebrados com empresa suíça para a aquisição de 18 Viaturas Blindadas Especiais Sobre Rodas 8x8 PIRANHA IIIC, foram recebidos, em anos anteriores, o total de 15, das quais 7 encontram-se em missão no Haiti. As três unidades remanescentes foram recebidas em 2011.

Em 2011, iniciou-se o processo de modernização de 30 Viaturas Blindadas M-113, que vem sendo conduzido mediante parceria entre uma empresa

israelense e o Centro de Reparos e Suprimentos Especiais do Corpo de Fuzileiros Navais, com término previsto em 2014.

Desenvolvimento de Submarinos (Prosub)

Criado com base em acordo estratégico firmado em 2008, entre Brasil e França, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos - Prosub compreende a construção de quatro submarinos convencionais de propulsão diesel-elétrica e um de propulsão nuclear, incluindo um Estaleiro e Base Naval (EBN), cuja prontificação deverá ocorrer em 2015. Nesse propósito, o acordo prevê a transferência para o País de tecnologia francesa na elaboração de projetos de submarinos e na fabricação de suas peças, conhecimento hoje dominado apenas pela China, Estados Unidos da América, França, Inglaterra e Rússia.

O ingresso do Brasil nesse seleto grupo contribuirá para fortalecer a posição de destaque que o País tem desempenhado no conceito das nações. O desenvolvimento do reator do submarino nuclear, entretanto, é exclusivamente brasileiro, sendo conduzido no âmbito do Programa Nuclear da Marinha (PNM).

Em 2011 iniciou-se a construção de Submarinos Convencionais (S-BR), em território nacional. Para o empreendimento, já foi recebido da França o 1º lote de material, destinado à construção do 1º S-BR, e o 2º lote encontra-se em andamento. Para 2012, estão previstos o recebimento dos 3º e 4º lotes de material e o prosseguimento da fabricação das Seções 3 e 4 do 1º S-BR, na França, e das Seções 1 e 2, no Brasil.

Com o desenvolvimento do Prosub, estima-se que deverão ser gerados cerca de 2.000 novos empregos diretos e 8.000 indiretos, somente na área de construção naval militar, e na construção do Estaleiro e Base Naval, outros 9.000 diretos e 27.000 indiretos.

Programa de Obtenção de Meios de Superfície (Prosuper)

Para atender à necessidade de novos meios navais, a Marinha do Brasil vem desenvolvendo o Prosuper, que visa à obtenção, por construção no País, de cinco Navios Escolta, cinco Navios Patrulha Oceânicos e um Navio de Apoio Logístico, e, no momento, busca negociar um acordo entre Governos de outros países, no sentido de obter transferência de tecnologia para a construção desses meios.

Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)

O SisGAAz foi idealizado como um sistema integrador de vários sistemas com o objetivo de

ampliar a capacidade de monitoramento das Águas Jurisdicionais Brasileiras e das regiões de Busca e Salvamento que estão sob a responsabilidade do Brasil, em cumprimento de acordos internacionais.

Entre seus requisitos de alto nível, está a interoperabilidade a outros sistemas, tais como: o Sistema de Vigilância de Fronteiras (Sisfron) e o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Sisdabra). No momento, a Marinha realiza o delineamento da arquitetura do Sistema, cujos trabalhos têm término previsto para o segundo semestre de 2013.

Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas

O programa Preparo e Emprego Combinado das Forças Armadas visa, basicamente, desenvolver e garantir a capacidade operacional e o emprego combinado das Forças Armadas no desempenho de suas missões constitucionais e no apoio às comunidades nacional e internacional. O Ministério da Defesa, nesse foco, por intermédio do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), promoveu, em 2011, a realização de exercícios militares com o emprego conjunto das FA, sob coordenação centralizada e comando único.

Principais resultados do Programa em 2011

Foram realizadas as seguintes Operações Conjuntas e atividades ligadas ao emprego conjunto das Forças Armadas, sob a coordenação Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas:

• Operação Amazônia 2011

Realizada no período de 23 de maio a 03 de junho, visou ao adestramento das Forças Armadas no planejamento e execução de operações conjuntas, dando-se ênfase à defesa da soberania, com preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à Amazônia, intensificando a presença das Forças Armadas naquela Região. Foram empregados cerca de cinco mil militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, com o uso de navios, aeronaves de combate e de transporte, e desdobramento de tropas especiais.

Além de reforçar a presença do Estado Brasileiro na Amazônia, a Operação Amazônia 2011 teve por objetivos: treinar os Comandos e Estados-Maiores sob o cenário de um conflito armado convencional no ambiente amazônico; intensificar a presença das Forças Armadas e a vigilância na área de operações, estabelecendo complexa estrutura logística e explorando os aspectos de comando e controle e de inteligência necessários ao exercício; realizar treinamento conjunto, nos níveis operacionais e táticos, em situações específicas, visando à interoperabilidade das Forças Navais,

Terrestres e Aéreas; e efetivar ações que envolvam o combate convencional, tais como: operações navais, aeromóveis e aeroterrestres; coordenação do espaço aéreo e interdição do apoio externo.

- **Operação Anhandui**

Ocorreu no período de 10 a 18 de outubro, na Região Centro-Oeste, com o emprego de quatro mil militares, cinco navios, 22 aeronaves e cerca de 150 veículos terrestres. Nessa área operacional, foram realizadas, entre outras, as seguintes ações: Marinha - controle de tráfego fluvial, proteção de infraestruturas críticas e apoio logístico; Exército - operações ofensivas e defensivas, lançamento de paraquedistas, defesa antiaérea e defesa de infraestruturas de valor econômico; e Força Aérea - coordenação do espaço aéreo, tarefas de interdição e de sustentação do combate.

Exercícios de Simulação

Os Exercícios de Simulação são importantes ferramentas para a sedimentação, validação e teste da doutrina conjunta. O Ministério da Defesa participou, durante o ano de 2011, em conjunto com as Forças e a Escola Superior de Guerra, de Exercícios de Simulação dos Cursos de Comando e Estado-Maior.

O Azuver 2011, jogo de guerra onde os participantes integram os grandes comandos conjuntos e forças componentes, foi desenvolvido no período de 6 a 18 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro, tendo por sede as Escolas de mais alto nível das Forças Armadas: Escola Superior de Guerra (ESG); Escola de Guerra Naval (EGN); Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme); e a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (Ecemar).

O exercício reuniu aproximadamente 400 Oficiais Superiores, contando, ainda, com a participação de Oficiais do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Intensificação da Presença das Forças Armadas nas áreas de Fronteira

Tendo em vista a grande dimensão territorial do Brasil, com uma longa faixa de fronteira a ser vigiada e defendida, faz-se necessário manter e intensificar ações militares na fronteira, a fim de aumentar a presença das Forças Armadas e do Estado naquela região, atuando de forma conjunta.

Em face dessa realidade, foram realizadas operações nas áreas de fronteira, como, por exemplo, a Operação Amazônia; os Reconhecimentos de Fronteira; a Operação Porteira Fechada, combate aos ilícitos transfronteiriços; e a Proteção ao Meio Ambiente. Além dessas, o Ministério da Defesa realizou ações com o objetivo de intensificar a presença das Forças Armadas nas

áreas de fronteira, dentro do que prevê o Plano Estratégico de Fronteiras.

As operações envolveram outros órgãos como o Ministério da Fazenda, representado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), os Departamentos de Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, bem como a Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Força Nacional de Segurança Pública.

Os objetivos centrais do Plano Estratégico de Fronteiras consistem na redução dos índices de criminalidade e nocombate ao crime organizado. Entre os crimes fronteiriços mais comuns estão o tráfico de drogas, de armas e de pessoas, e os ilícitos ambientais e fiscais, como o contrabando e o descaminho.

Nesse cerne, são dois os eixos principais do plano: O primeiro é o fortalecimento da Operação Sentinela, realizada com êxito pelo Ministério da Justiça, desde 2010, tendo caráter permanente e foco nas ações de inteligência, por intermédio de sua intensificação e apoio das Forças Armadas, além da ampliação do efetivo de policiais dedicados exclusivamente à operação. O segundo eixo é a Operação Ágata que, diferentemente da Sentinela, é de natureza pontual e temporária, tendo como base o aumento da presença e do impacto das forças envolvidas em pontos focais da faixa de fronteira.

- **Operação Ágata 1**

As atividades relacionadas à Operação Ágata1, realizadas em agosto de 2011, na Região Norte do Brasil, foram executadas com aproximadamente 3,5 mil militares, em operações integradas com órgãos de segurança pública federais, vinculados ao Ministério da Justiça, à Secretaria da Receita Federal do Brasil, ao Ibama e às Forças Armadas, para prevenir e reprimir ilícitos transnacionais na região amazônica.

- **Operação Ágata 2**

Durante a Operação Ágata 2, nas fronteiras Sul e Centro-Oeste, ocorrida em setembro, com cerca de três mil militares, pelo menos duas mil pessoas foram atendidas nas ações cívico-sociais promovidas, que serviram para fortalecer a presença do Estado e das Forças Armadas na região. Essas ações levaram atendimento médico e odontológico à população local. Para isso, foram empregados navios hospitais da Marinha do Brasil, além de militares dos corpos de saúde do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, que atuaram utilizando a estrutura de saúde das localidades envolvidas.

• Operação Ágata 3

A Operação Ágata 3 foi realizada no período de novembro a dezembro, dessa vez, com esforço focado nas fronteiras entre as Regiões Centro-Oeste e Norte, concluindo o ciclo inicial deste tipo de atividade nas áreas que mais necessitam de prevenção e repressão aos ilícitos transnacionais.

Participação Brasileira em Missões de Paz

Em 2011, o Brasil atuou com contingentes em duas Missões específicas da ONU, a Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil).

Ao longo do ano, diversas atividades foram implementadas com a finalidade de proporcionar o preparo e emprego de contingentes para atuar nessas duas missões, além de outras visando à mobilização e desmobilização de contingentes. Dentre os vários eventos planejados e executados, destacaram-se: estágios de preparação com simulação de emprego de tropas em operações de paz; seminários e cursos, no país e no exterior; atendimento de voos de apoio logístico e de rodízio; e, ainda, o envio de navio de apoio logístico ao Haiti. Essas atividades, que permitem a execução das Missões, possibilitaram prosseguir no desenvolvimento e no aperfeiçoamento da doutrina de emprego de tropas das Forças Armadas em Operações de Paz.

Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – Minustah

O Ministério da Defesa, cumprindo acordo internacional firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas (ONU), mantém, desde 2004, um contingente de militares das Forças Armadas na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah). Atuando, até o presente momento, com 2.166 militares, o contingente brasileiro encontra-se desdobrado no terreno em quatro organizações militares: dois Batalhões de Infantaria de Força de Paz (BRABATT 1 e 2); uma Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY); e um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (BRAMARCOY).

No ano de 2011, o contingente brasileiro atuou desempenhando sua tarefa de criar condições de um ambiente seguro e estável, de forma a permitir a reconstrução das Instituições que fundamentarão o Estado de Direito haitiano. Em decorrência da atuação eficiente do Componente Militar da Minustah, a situação de estabilidade no Haiti atingiu indicadores aceitáveis de segurança, que permitiram a realização de eleições de segundo turno para presidente e sua posterior posse. A Minustah permitiu a estabilização político-institucional do Haiti e tem contribuído para o seu desenvolvimento social e econômico, sendo reconhecida internacionalmente

como uma das missões de paz das Nações Unidas de maior sucesso.

Ainda no ano de 2011, por meio da Resolução nº 2012/2011 das Nações Unidas, foi estabelecido o início da distensão do Componente Militar da Minustah, com uma redução do contingente brasileiro em aproximadamente 15%. No entanto, cabe ressaltar que o Governo Haitiano solicitou que as tropas brasileiras sejam as últimas a deixar aquele País, o que demonstra, desta forma, o sucesso da atuação do contingente brasileiro na referida missão.

Destacam-se, no ano de 2011, por parte do contingente brasileiro que compõe o Componente Militar da Minustah, a realização de tarefas de patrulhamento de ruas, localidades e campos de deslocados, escoltas e comboios, ocupação de pontos fortes e a realização de trabalhos de engenharia em favor da mobilidade da tropa.

Além das ações realizadas em prol da atividade-fim do contingente, que é prover segurança, como forma de aliviar e contribuir com a melhoria das condições de vida da população mais carente, as tropas brasileiras desenvolveram, voluntariamente, diversos projetos sociais tais como: “Esporte para a Paz”; “Quartirão Limpo”, em parceria com a Embaixada Brasileira no Haiti, o apadrinhamento de escolas, creches e orfanatos, com doação dos próprios militares; bem como o fornecimento de água, alimentação e assistência médica.

Força Interina das Nações Unidas no Líbano – Unifil

O Ministério da Defesa, cumprindo acordo internacional firmado entre o Governo Brasileiro e a Organização das Nações Unidas (ONU), a partir do ano de 2011, mantém um contingente de militares da Marinha do Brasil na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil). Até o presente momento, o contingente brasileiro, composto com 252 militares, encontra-se desdobrado por meio de uma Fragata Classe Niterói, a F-45 “UNIÃO”, guarnecida com 243 militares, que conta com o guarnecimento do Comando da Força-Tarefa Marítima, atuando com um Contra-Almirante e mais oito militares no seu Estado-Maior.

No Líbano, a situação na área de operações da Unifil é de relativa tranquilidade. Contudo, o País sofre tensão devido ao entorno regional e aos atentados à bomba, cometidos contra comboios militares da Itália (27/5) e da França (26/7). A Unifil tem se empenhado em negociar o estabelecimento conjunto de “medidas de segurança marítima” que reduzam as situações de confronto entre Israel e o Líbano, com base em proposta do Comandante da Força-Tarefa Marítima.

A Força-Tarefa Marítima tem como atribuições principais: impedir a entrada ilegal, nos portos do Líbano, de armas e materiais afins; e treinar a marinha libanesa para que, no futuro, possa assumir o controle de suas próprias águas jurisdicionais. Esta é a primeira operação de paz de caráter naval realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em que o comando da Força-Tarefa Marítima ficou a cargo de um País não-membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

Outras Missões de Paz

As Forças Armadas e as Polícias Militares do Brasil, além da Minustah e Unifil, têm contribuído com 90 militares e 36 policiais militares, respectivamente, em onze diferentes missões de paz da ONU e Missões de Desminagem da Organização dos Estados Americanos (OEA), onde participam, como observadores, integrantes de Estados-Maiores ou grupo de monitores, atuando nos seguintes países/regiões: Sudão; Libéria; Costa do Marfim; Timor Leste; Chipre; Líbano; Guiné Bissau; Saara Ocidental; Colômbia; Peru; Equador; e no próprio Haiti. Para isso, os contingentes são adequadamente preparados por meio de cursos e da realização de exercícios práticos.

Cooperação Militar com Países Amigos

Com o propósito de contribuir para o fortalecimento das relações de intercâmbio e cooperação no âmbito internacional, o Ministério da Defesa, por intermédio do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, realizou reuniões bilaterais com os Ministros de Defesa, dos Comandos Conjuntos e Representantes Credenciados das Forças Armadas dos seguintes Países amigos: África do Sul; Alemanha; Argentina; Chile; China; Colômbia; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); Estados Unidos; Índia; Peru e Reino Unido.

Tais reuniões proporcionaram acordos na área de Defesa e intercâmbios de experiências e informações militares, bem como o aperfeiçoamento de doutrinas. Como resultado adicional houve o fortalecimento da confiança mútua entre o Ministério da Defesa e as instituições congêneres dos países participantes.

Programa Calha Norte (PCN)

Tem como principal objetivo aumentar a presença do Poder Público na área de atuação da Região do Calha Norte (PCN) e contribuir para a Defesa Nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região. Para esse fim, como objetivos específicos, relacionados com sua área de atuação, destaque-se o aumento da presença do Poder Público, a contribuição para a defesa nacional, a assistência às suas populações, a fixação do homem, a promoção do desenvolvimento sustentável, a ocupação de vazios

estratégicos, a integração da população à cidadania, a melhoria do padrão de vida das populações, a modernização do sistema de gestão municipal e o fortalecimento das atividades econômicas estaduais e municipais. Ao longo dos anos, uma das principais vertentes da política de desenvolvimento do Estado Brasileiro tem sido integrar, efetivamente, a Amazônia ao restante do País.

Atualmente, o programa abrange 194 municípios, localizados em seis estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima), dos quais 95 instalados ao longo dos 10.938 km da faixa de fronteira. O PCN tem uma área de atuação que corresponde a 32% do território nacional, onde habitam cerca de oito milhões de pessoas, dentre as quais está inserida 46% da população indígena do Brasil.

Principais resultados do Programa em 2011

Na vertente civil, no que tange à área de implantação ou ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água, foram realizadas obras, tais como: captação de águas pluviais, inclusive com a implantação de estações elevatórias, de cisternas, de estações de tratamento, de redes de distribuição, de poços e chafarizes; na área de energização rural, foram feitas obras para redes de distribuição de energia elétrica rural e urbana; na área de implantação ou ampliação de coleta de tratamento de esgotos, obras de redes coletoras, estações elevatórias, interceptores e emissários, estações de tratamento e fossas sépticas, dentre outras. De grande importância, tais obras redundaram em melhorias significantes para os municípios, beneficiados com recursos indicados por emendas parlamentares, modificando, em muito, o modo de vida das pessoas residentes.

Especificamente em 2011, na vertente militar, foram descentralizados recursos para Comando do Exército, destinados a atender às necessidades da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, localizada em São Gabriel da Cachoeira-AM, e suas unidades subordinadas, especificamente nas organizações militares e na estrutura de apoio aos integrantes dessas e que foram utilizados com a complementação da construção de Próprios Nacionais Residenciais (PNR), construção de mais um prédio de 12 apartamentos; obras de recuperação, adaptação e ampliação de depósito e construção de dois blocos com 12 apartamentos.

Para o 3º Batalhão de Infantaria de Selva, foram descentralizados recursos, em atendimento às necessidades daquela Organização e em apoio aos seus integrantes, visando à complementação da construção do Pavilhão da 1ª Companhia de Fuzileiros; a construção de blocos de apartamentos (PNR), bem assim a realização de obras de implantação da infraestrutura da Vila Militar.

Na área de atuação da Marinha do Brasil foram repassados recursos às Unidades sediadas naquela Região, que foram aplicados em: construção da 2ª fase do cais de concreto para a atracação de Lanchas-Patrolha; construção de uma subestação elétrica para apoiar a manutenção das embarcações de patrulha; construção da garagem de apoio às embarcações; construção e ampliação de edifícios para o atendimento ao público e alojamentos; construção de residências para oficiais, na Delegacia de Santarém; construção de cercaduras para segurança orgânica de Organizações Militares da Região; construção de residências para Oficiais e Praças; construção da casa do Gerador da Agência de Humaitá (AM); construção de muros e cercanias para a segurança orgânica da Agência e da Vila Naval de Humaitá e outras obras.

Quanto à atuação do Comando da Aeronáutica, foram repassados recursos às Unidades sediadas na mesma Região, para aplicação em suas organizações e em apoio ao pessoal que serve na área, destinados a construção de residências e para o custeio de despesas decorrentes da instalação de outro Esquadrão Aéreo na Base Aérea de Porto Velho - RO; a construção das instalações da CAAAD

do Batalhão de Infantaria Especial de Força Aérea, de Manaus (BINFAE-MN) e serviços de recuperação das redes hidráulica, de esgoto e de higienização do aeródromo da Base Aérea de Belém.

Na vertente militar, com o foco nos objetivos geral e específicos do Programa, foram realizadas ações de aquisição e manutenção de vários tipos de materiais e equipamentos especializados para mobiliar as lanchas e navios da Marinha. Na jurisdição do Exército e da Aeronáutica também houve a aquisição, construção e manutenção de várias embarcações para controle e segurança da navegação fluvial; aquisição de balsas abertas, com rampa, com a finalidade de transportar caminhões frigoríficos e demais materiais necessários para as organizações militares das fronteiras, como gêneros e materiais de construção; aquisição de materiais para a adequação de lanchas e embarcações tipo ambulância, entre outras, necessárias ao apoio às comunidades; construção e manutenção de balsas e empurradores, para utilização no aquaviário da Comissão de Aeroportos da Amazônia – Comara, para transporte de materiais que atendem às obras de manutenção dos aeródromos de diversas outras.

Indicadores do Programa Calha Norte

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA CALHA NORTE

INDICADOR	FÓRMULA DE CÁLCULO	2008	2009	2010	2011	
					PREVISTO	REALIZADO
Taxa de cobertura aos municípios do Programa Calha Norte (PCN)	$NN = (MA \times 100) / ME (*)$	67%	71%	87,11 %	100%	89,17%
Extensão de fronteira por núcleo de povoamento integrado à pequena Unidade Militar	Comprimento médio da faixa de fronteira defendido por um Pelotão Especial de Fronteira.	300 km	350 km	350 km	280 km	350 km

Fonte: SIPLAN, posição: dezembro de 2011

* Relação entre o número de Municípios Atendidos (MA) no período do Plano Plurianual vigente pelas ações do Programa Calha Norte - PCN e o número de Municípios Existentes (ME) na área de atuação do PCN

Taxa de Cobertura aos Municípios do Programa Calha Norte (PCN)

Embora o índice apurado não tenha atingido a meta prevista de 100%, e, por conseguinte, a fixada para o PPA (2008-2011), o resultado alcançado de 89,17%, foi bastante significativo, considerando que o esforço maior desse indicador consiste no apoio propiciado pela ação Implantação da infraestrutura Básica nos municípios da região do programa, cujos recursos são oriundos na sua totalidade de emendas parlamentares, individuais, de bancadas ou de

comissões, sem a ingerência direta do Programa, nos municípios contemplados com emendas.

Extensão de Fronteira por Núcleo de Povoamento Integrado à Pequena Unidade Militar

A meta estabelecida neste indicador, de 280 km, para 2011, não foi atingida, devido, fundamentalmente, à falta de disponibilidade de recursos orçamentários para a construção de novos Pelotões Especiais de Fronteira – PEFs.

4.8. DESPORTO E LAZER

4.8.1. MINISTÉRIO DO ESPORTE

Desde 2003, com a criação do Ministério do Esporte, os investimentos para o desenvolvimento do esporte no Brasil cresceram consideravelmente, tanto nos setores de infraestrutura, fomento aos projetos de ações esportivas de inclusão social e avanços da legislação, quanto na busca pela organização e sustentabilidade do esporte como fator de avanços sociais e econômicos.

Em 2011, o ME passou por um processo de reestruturação regimental, conforme o Decreto 7.529/2011 para modernizar sua estrutura e aperfeiçoar seus recursos e resultados, adotando métodos mais eficazes no trato das políticas públicas. Essa reestruturação integrou áreas afins, articulando programas sociais voltados à inclusão social e ao combate à pobreza e buscou ampliar, substancialmente, a escala desses programas estabelecendo relações intersetoriais com ações governamentais para responder, em especial, aos desafios estratégicos que lhe são postos, visto os grandes eventos esportivos que serão sediados no País, e atingir os compromissos institucionais assumidos, aliados aos desafios do ciclo 2011–2014.

Ações já desenvolvidas pelo Ministério, tais como a execução dos programas Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade e Inclusão Social pelo Esporte foram concentradas na Secretaria Nacional de Esporte, Educação e Inclusão Social. Também foi criada a Secretaria Nacional de Futebol e Direitos do Torcedor com o objetivo de fortalecer as práticas relacionadas ao futebol e o acompanhamento e monitoramento para a organização da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014.

O ME garante, ainda, as responsabilidades com a implantação da Lei nº 11.438/2006, Lei de Incentivo ao Esporte, no Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte.

O quadro a seguir registra a execução orçamentária para as dotações alocadas na função Desporto e Lazer, dentro dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, no período de 2007 a 2011, cujo montante totaliza R\$ 4,4 bilhões no período considerado.

VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO DESPORTO E LAZER 2007/2011

em R\$ milhões

DESPORTO E LAZER		LIQUIDADO					
		2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
OFSS(*)	A	756,2	204,0	153,7	257,3	313,0	1.684,2
	B	445,4	368,2	328,0	439,5	691,6	2.272,7
OI							
Gasto Tributário		50,9	82,2	110,9	190,6	251,0*	686,6
TOTAL		1.252,5	654,4	592,6	887,4	1.255,6	4.642,5

Fonte: Siafi

*Estimativa realizada a partir da média entre as previsões de crescimento linear e exponencial a partir dos anos anteriores.

Fonte: Sistema da Lei de Incentivo ao Esporte, em 16/12/2011.

Nota: "A" despesas do próprio exercício, "B" valores de execução de restos a pagar não processados de outros anos

Importa destacar que os números apurados indicam evolução do investimento no desenvolvimento de políticas públicas na área esportiva e na captação de eventos internacionais de grande magnitude, como a realização dos XV Jogos Pan-americanos Rio 2007, Copa FIFA 2014 e Jogos Olímpicos Rio 2016. Em razão disso, percebe-se que no exercício de 2007 os gastos na função Desporto e Lazer atingiram o seu ápice com o valor liquidado de 1,2 bilhões, compreendendo despesas do próprio exercício e o pagamento de restos a pagar não processados de outros anos.

O demonstrativo a seguir registra os valores liquidados referentes ao orçamento do ME em 2011, adicionados aos resultantes de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores, executados naquele exercício, para as dotações alocadas na função Desporto e Lazer, que tem como subfunções típicas: Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e a subfunção Lazer. O quadro discrimina além da execução nas subfunções típicas, valores relativos às demais subfunções no âmbito da programação do ME.

VALORES EXECUTADOS NAS SUBFUNÇÕES

em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO DESPORTO E LAZER POR SUBFUNÇÕES	
	LIQUIDADO	%
Subfunções Típicas	902,0	89,8
Desporto de Rendimento	222,8	22,2
Desporto Comunitário	677,7	67,5
Lazer	1,5	0,1
Outras Subfunções	102,6	10,2
TOTAL	1.004,6	100

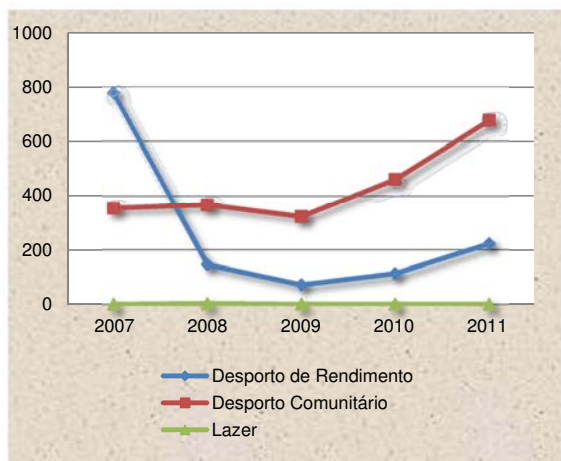
Fonte: Siafi

Outro registro importante é a evolução da execução orçamentária nas subfunções típicas para o período de 2007 a 2011, ou seja, os valores liquidados pelo ME a conta de dotações alocadas para as subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer.

VALORES LIQUIDADOS (OFSS + RPNP) NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2007/2011

em R\$ milhões

SUBFUNÇÕES TÍPICAS	LIQUIDADO					
	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Desporto de Rendimento	778,4	146,3	71,9	113,8	222,8	1.333,2
Desporto Comunitário	355,4	367,4	323,5	462,0	677,7	2.186,0
Lazer	0,7	3,4	1,4	1,5	1,5	8,5
TOTAL	1.134,5	517,1	396,8	577,3	902,0	3.527,7



Fonte: Siafi

A representação gráfica da execução orçamentária por subfunções típicas indica que a subfunção Desporto de Rendimento, relacionada com os gastos voltados para custeio da participação de equipes brasileiras em eventos nacionais e internacionais bem como para a realização de eventos para este segmento evoluiu de forma acentuada até 2007, ano de realização dos XV Jogos Pan-americanos - Rio 2007.

Posteriormente verifica-se um declínio para os exercícios de 2008, 2009 e 2010, período no qual ocorreram apenas eventos de menor expressão no tocante ao gasto público.

Entretanto, já é perceptível a tendência de elevação dos gastos no Desporto de Rendimento a partir de 2011 em virtude da movimentação orçamentária referente à implantação de infraestrutura (Cidades

Esportivas), apoio a participação de equipes brasileiras em eventos esportivos e preparação para realização dos eventos Copa FIFA 2014 e Jogos Olímpicos Rio 2016.

No que se refere à execução na subfunção Desporto Comunitário, identifica-se uma tendência evolutiva, ressaltando que nesta subfunção estão alocados os gastos direcionados para a inclusão social pelo esporte, funcionamento de núcleos de esporte educacional bem como a implantação e modernização de instalações esportivas tendo como

foco comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Destaca-se, a seguir, a execução orçamentária e financeira dos principais programas do ME, excluindo-se as despesas administrativas com Pessoal e Encargos Sociais e as Transferências Legais aos Estados e ao Distrito Federal de que trata o § 2.º do Art. 6º da Lei n.º 9.615/98 (Lei Pelé), bem como Inciso IV do art. 2º, da Lei no 11.345/06 (Timemania).

EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS FINALÍSTICOS

R\$ 1,00

PROGRAMAS FINALÍSTICOS	LEI + CRÉDITOS	EMPENHADO	VALORES PAGOS
Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão	1.187.615.078,00	326.669.773,29	152.441.949,28
Gestão das Políticas de Esporte e de Lazer	12.602.747,00	4.906.859,84	4.234.262,45
Inclusão Social pelo Esporte	27.360.000,00	9.709.732,15	3.407.325,67
Esporte e Lazer da Cidade	1.136.037.290,00	528.580.394,87	17.022.433,8
Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo	245.918.669,00	215.184.420,78	74.561.428,52
TOTAL	2.609.533.784,00	1.085.051.180,93	251.667.399,72

Fonte: Siafi

Com relação à execução orçamentária dos programas finalísticos, vale registrar que não foi possível promover a execução da totalidade das dotações autorizadas (lei + créditos), devido à insuficiência de limite orçamentário, o que ocasionou um montante de crédito não utilizado da ordem de R\$ 1.524,4 milhões. Quanto à diferença entre empenhos emitidos e valores pagos, cerca de R\$ 833,3 milhões, deve-se principalmente à situação diferenciada que ocorre com o empenho de dotações das ações de implantação e modernização de infraestrutura esportiva, especialmente nos programas Esporte e Lazer da Cidade e Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão, cujos pagamentos ocorrem em função do andamento da execução física das operações contratadas. Complementarmente, também contribuiu o grande número de convênios para funcionamento de núcleos de esportes educacional e esporte recreativo e lazer, formalizados no final do exercício, cujo impacto financeiro, em função do cronograma estabelecido, deverá ocorrer a partir de 2011.

Programa Segundo Tempo

O Programa Segundo Tempo (PST) fortaleceu a política de esporte educacional ampliando significativamente o número de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social com acesso à prática esportiva no contra turno escolar. Atualmente os Núcleos de Esporte Educacional estão implantados em todas as Unidades da Federação, em mais de 2.000 municípios. Hoje são 14.384 núcleos que empregam 32.500 professores e

monitores atendendo a 2,5 milhões de crianças, adolescentes e jovens em todo o País. Uma ação estratégica para o alcance desse resultado foi a cooperação com o MEC que permitiu a ampliação da inserção do Segundo Tempo no âmbito do Programa Mais Educação, integrando a política esportiva educacional com a política de educação, de forma a incentivar a prática esportiva nas escolas. Em 2011 o Programa foi inserido em 4.947 escolas públicas de 789 municípios, alcançando cerca de um milhão de alunos da Educação Básica.

O ano de 2011 representou um marco importante na evolução do Programa, destacando-se: a Instituição de Chamada Pública com o estabelecimento de novos critérios de seleção que garantiram o rigor necessário na avaliação da capacidade técnica e operacional das entidades proponentes; a diversificação e ampliação do Kit de Material Esportivo por meio da aquisição direta, reduzindo o custo e aumentando a qualidade e a durabilidade dos materiais, além de favorecer o desenvolvimento da proposta pedagógica; e a revisão das ações pactuadas na celebração das parcerias, a exemplo do Reforço Alimentar que não será mais financiado com recursos do convênio, o que possibilitou a ampliação imediata do número de beneficiados e a redução do risco na aplicação dos recursos públicos.

Em continuidade à priorização da seleção de entidades públicas para desenvolver o Programa iniciado em 2007, de forma a dar efetividade à política de esporte educacional, em 2011, além da renovação da cooperação com o Ministério da Defesa, optou-se por celebrar parcerias com

governos estaduais, prefeituras e universidades públicas. Em complemento à Chamada Pública para o Segundo Tempo padrão que atende a faixa etária de 06 a 17 anos, foram abertos Editais para formalização de parcerias visando à implantação e à ampliação dos projetos especiais, tais como o PST Universitário e o PST adaptado para pessoas com deficiência, resultando na parceria com 33 universidades federais. Também foi aberto edital específico para o PST Navegar que oferece modalidades náuticas e permitirá o reaproveitamento dos equipamentos já disponibilizados pelo programa a governos estaduais e municipais.

O projeto Recreio nas Férias oferece opções de lazer às crianças e adolescentes, no período de férias escolares, em janeiro e julho. A ação integra o programa Segundo Tempo e se concretiza por meio de atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas, diferenciadas em relação ao que o núcleo desenvolve durante o ano. O Recreio nas Férias oportunizou a participação de aproximadamente 12,8 mil crianças e adolescentes em 128 núcleos do Segundo Tempo.

O PST possui os seguintes indicadores:

Indicador: Taxa de atendimento do Segundo Tempo a crianças, adolescentes e jovens

Fórmula de Cálculo: N° de crianças, adolescentes e jovens beneficiados no Programa / N° de crianças, adolescentes e jovens. Fontes: Variável X: SNEED. Variável Y: INEP. O índice previsto para 2011 é de 1,6%. Considerando todas as ações do Programa e acrescentando os beneficiados do Programa Mais Educação, o índice apurado é de 7,2%.

Indicador: Taxa de atendimento do Segundo Tempo aos Municípios Brasileiros

Fórmula de Cálculo: N° de municípios beneficiados pelo Programa / N° de municípios brasileiros. Fontes: Variável X: SNEED Variável Y: IBGE/PNAD. Para 2011, a meta prevista é de 8,5%, sendo que o índice apurado considerou os convênios vigentes no ano de 2011, os firmados no 2º semestre de 2011, eventos e a parceria com o Mais Educação, atingindo o índice de 35,5%.

Indicador: Taxa de Atendimento do Segundo Tempo a Municípios com mais de 50 mil habitantes em Regiões Metropolitanas

Fórmula de Cálculo: N° de municípios beneficiados pelo Programa / N° de municípios com mais de 50 mil habitantes e regiões metropolitanas. Fontes: Variável X: SNEED Variável Y: IBGE. Para 2011, a meta prevista é de 10,0%, sendo que o índice apurado considerou os convênios vigentes no ano de 2011, os firmados no 2º semestre de 2011,

eventos e a parceria com o Mais Educação atingindo 94,4%.

Indicador: Nível de Atendimento de participantes do sexo feminino

Fórmula de Cálculo: N° de beneficiados cadastrados no sistema/ N° de beneficiados do sexo feminino cadastrados no sistema. Fontes: Variável X: SNEED Variável Y: SNEED. Para 2011, a meta prevista é de 39%. Esclarecemos que o MEC/Mais Educação cadastra apenas as escolas e quantitativos de beneficiados, não havendo a distinção de sexo feminino. Dessa forma esse indicador fica impossibilitado de ser apurado considerando que temos um quantitativo elevado de beneficiados pelo programa Mais Educação.

Indicador: Taxa de beneficiados atendidos por coordenadores de núcleo capacitados

Fórmula de Cálculo: N° de beneficiados atendidos por coordenadores de núcleo capacitados / Total de beneficiados atendidos do ano. Fontes: Variável X: SNEED Variável Y: IBGE/PNAD. Para 2011, a meta prevista é de 87%, sendo que o índice apurado é de 74,4%. Os beneficiados do Programa por meio do Mais Educação também foram considerados.

Programa Esporte e Lazer da Cidade

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), criado em 2003, tem como objetivo central ampliar, democratizar e universalizar o acesso à prática e ao conhecimento do esporte recreativo e de lazer, integrando suas ações às demais políticas públicas, favorecendo o desenvolvimento humano e a inclusão social e cultural. O Programa desenvolve ações em parceria com os governos estaduais, municipais, instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil, para garantir o acesso aos direitos sociais, por meio do funcionamento de núcleos e da formação. A proposta central do PELC é contribuir para que os gestores dos estados, municípios e organizações não governamentais despertem para a necessidade do desenvolvimento de programas locais que garantam o direito ao esporte e ao lazer. O Programa contempla ações como o PELC Funcionamento de Núcleos - Todas as Idades, Pronasci (jovens de 15 a 24 anos) e Vida Saudável (adultos acima de 45 anos e idosos) -, que na sua essência visam promover condições de acesso a atividades físicas, jogos, brincadeiras e eventos culturais. Em 2011 foram formalizados nove convênios para Funcionamento de Núcleos do PELC, sendo que três foram provenientes de emendas parlamentares; um convênio com a Rede Cedes; dois convênios para Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos; e um convênio de Eventos Interdisciplinares de Esporte Recreativo e de Lazer - emenda parlamentar.

A Rede Cedes é um Centro de Desenvolvimento de Esporte e Lazer que fomenta a produção e difusão de pesquisa. Integra 59 Instituições de Ensino Superior, de todas as regiões brasileiras, 21 Estados e o Distrito Federal. Em 2011 foram desenvolvidas pesquisas na área das Ciências Sociais e Humanas, envolvendo grupos de estudos de políticas públicas de esporte e lazer cadastrados no CNPq, 32 pesquisadores coordenadores e 85 pesquisadores participantes. Foram gerados 45 postos de estágios, criados com bolsas para alunos de graduação, pós-graduação e doutorado. Em outubro de 2011 foi aberta a chamada pública, edital da Rede Cedes que teve a inscrição de 72 projetos de pesquisa, apresentados por 45 Instituições de Ensino Superior, de 20 Estados e do Distrito Federal.

O Indicador do Programa é a Taxa de Atendimento da Demanda por Esporte Recreativo e de Lazer às Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social, tendo por fórmula número de pessoas atendidas-beneficiadas no Programa / n° de pessoas das famílias com renda de até ½ salário mínimo per capita e sem renda, cuja apuração, em 2011, resultou em 2,80%, diante de uma previsão de 10%. Referido valor tem como explicação o fato do Programa não limitar a participação a famílias com renda de até ½ salário mínimo per capita e sem rendimento, conforme o estabelecido no Plano Plurianual, mas atende prioritariamente regiões com índices de maior vulnerabilidade social.

Além disso, ocorreu no período de 05 a 12 de novembro de 2011, a XI Edição dos Jogos dos Povos Indígenas, em Porto Nacional, Estado do Tocantins, com a participação de 1.400 indígenas e um público diário de mais de cinco mil pessoas acompanhando o evento que, além das atividades culturais e esportivas, contou com a realização do Fórum Social Indígena e a feira de artesanato.

Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão

O Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento – Brasil Campeão, em 2011 deu ênfase à preparação de atletas e equipes visando à qualificação da participação brasileira nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 e a inserção do Brasil entre as dez maiores potências olímpicas mundiais e entre as cinco paraolímpicas. Para tanto foram realizados convênios com 26 Confederações Olímpicas entre as 28 existentes e 16 Entidades Paraolímpicas entre as 20 existentes. Com isso o Ministério do Esporte está apoiando diretamente a preparação de cerca de 80% dos atletas e equipes brasileiras para os Jogos Rio 2016, dando continuidade às ações iniciadas em 2010, como parte do processo que leve o Brasil a projetar-se entre as dez principais potências esportivas até 2016, atuando no apoio na preparação de equipes e atletas nacionais que tenham potencial de conseguir resultados nas principais competições internacionais.

Grandes avanços nas políticas e nos programas esportivos do Governo Federal foram alcançados, com destaque para a realização dos Jogos Mundiais Militares no Rio de Janeiro, onde o Brasil ocupou a primeira posição entre 111 países participantes. Para tanto foram investidos recursos na infraestrutura e organização dos Jogos assim como na preparação dos atletas da equipe brasileira, principalmente com a criação do programa atleta militar que possibilitou o engajamento dos principais atletas brasileiros nas Forças Armadas.

Dentre outras ações, deu-se continuidade na execução de Núcleos de Esporte de Base (NEB) para a formação de novos atletas e a Rede Cenesp (Centros de Excelência Esportiva), com recursos destinados a criação do primeiro laboratório brasileiro de simulação ambiental para treinamento de atletas junto a Universidade Federal de Santa Maria/RS e a atualização de equipamentos do laboratório de pesquisa do exercício na Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS, além da ampliação e qualificação do investimento nas atividades esportivas voltadas para os portadores de deficiência que, também, se enquadram em todos os avanços acima citados.

No ano de 2011 o programa Bolsa Atleta forneceu 3.598 bolsas nas quatro categorias vigentes: Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpica/Paraolímpica, em 74 modalidades. O aporte orçamentário chegou a R\$ 52 milhões, sendo R\$ 44 milhões previstos inicialmente mais suplementação de R\$ 8 milhões originados em remanejamentos internos de orçamento do Ministério. Com isso, podemos destacar o resultado dos bolsistas nos principais eventos internacionais do ano; nos Jogos Pan-americanos de 2011 em Guadalajara, participaram 198 bolsistas, do total de 519 atletas brasileiros. Os beneficiados pelo Programa participaram da conquista de 54 medalhas das 141 conquistadas pelo Brasil, sendo 11 de ouro, 15 de prata e 28 de bronze. Em porcentagem, 37% dos pódios obtidos pelo País vieram dos atletas beneficiados pelo programa do Governo Federal; Jogos Parapan-americanos de 2011, em Guadalajara. A delegação nacional conquistou o primeiro lugar no quadro geral, com 197 medalhas: 81 de ouro, 61 de prata e 55 de bronze. Os atletas que recebem o auxílio financeiro do programa Bolsa-Atleta foram responsáveis por 79% dos pódios brasileiros. A delegação brasileira contou com a participação de 222 atletas, dos quais 162 recebem o benefício do Programa.

No contexto das ações prioritárias para a organização e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, foi criada, pelo Decreto nº 7.630/2011, a Autoridade Brasileira de Combate a Dopagem (ABCD), para a implementação de uma política nacional de prevenção e combate a dopagem e colaboração com os diversos órgãos

federais envolvidos com o tema e com os Jogos Rio 2016.

Com relação à segurança em eventos esportivos houve a implantação da política nacional de prevenção à violência nos eventos esportivos relacionados ao futebol, com o objetivo de proporcionar conforto e segurança aos torcedores. Foram destaques em 2011, a criação da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor. O ME, na condição de Interviente, participou da assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta, entre os Ministérios Públicos dos Estados do PR, MG, RJ, SP, GO, com as torcidas organizadas dos clubes de futebol desses Estados

para a efetivação de artigo do Estatuto do Torcedor, e desdobramento das ações do programa Torcida Legal com o início do cadastramento de torcedores no padrão do Registro de Identidade Civil (RIC) em parceria com o Ministério da Justiça e Tribunal Superior Eleitoral. No programa Torcida Legal houve, ainda, a confecção, lançamento e distribuição da Cartilha Ilustrada do Estatuto do Torcedor nos jogos do campeonato brasileiro de futebol profissional. Outra ação de destaque na defesa dos direitos do torcedor foi a preparação e confecção do Guia de Recomendações de Parâmetros e Dimensionamentos para a Segurança e Conforto em Estádios de Futebol.

4.9. EDUCAÇÃO

4.9.1. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

A Educação é reconhecida como um dos principais pilares para o desenvolvimento de uma nação, por representar o meio mais eficaz de combate às desigualdades sociais e regionais e de promoção do desenvolvimento e do crescimento econômico.

Nesse contexto, nos últimos anos o Governo tem envidado esforços na implementação de políticas educacionais articuladas e progressivas na efetivação do direito à qualidade da educação para todos, no combate à pobreza e na melhoria de vida e trabalho.

Avanços significativos na área educacional vêm sendo registrados nos últimos oito anos. Políticas educacionais que regulam a oferta do acesso e a obrigatoriedade de educação pública para a faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos de idade e o aumento dos investimentos direcionado a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, contribuem para o desenvolvimento de ações que promovam a inclusão social e valorizem a diversidade.

Entretanto, ainda se faz necessário ampliar ainda mais os investimentos na educação, aprimorar a sua gestão e fortalecer o compromisso de todos os atores envolvidos no processo, a fim de resolver definitivamente os problemas educacionais do País, equiparando-se aos países desenvolvidos.

O crescente investimento educacional entre 2003 e 2011 mostrado no gráfico a seguir revela o compromisso do Governo Federal com o

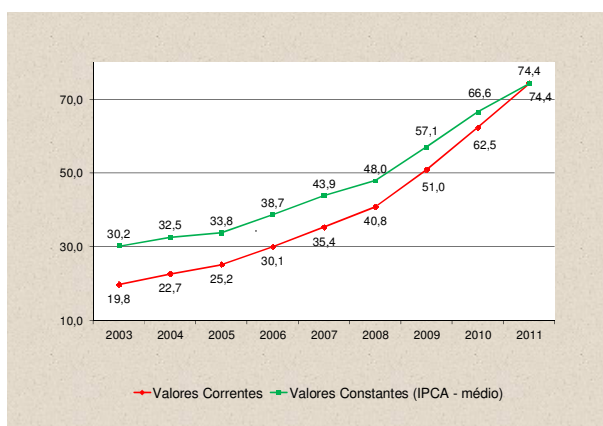
financiamento público da educação. Nesse sentido, é possível observar uma contínua elevação do Orçamento Total sob supervisão do Ministério da Educação, no período.

A evolução do gasto federal total em educação apresenta um crescimento real de 146% entre 2003 e 2011, descontada a inflação. Em 2011 foram aplicados R\$ 74,4 bilhões, um aumento real de 11,7% sobre o ano de 2010 e quase o dobro do valor investido em 2006, apenas cinco anos antes. Essa ampliação insere-se na opção política do governo de reforçar setorialmente o gasto público em educação de todas as esferas, para procurar reduzir o enorme débito histórico educacional do País.

Foi possível, também, observar um crescimento de 13,8% para 17,6% no Percentual do Investimento Público Total em Educação em relação ao Gasto Público Social, entre 2003 e 2010 (fonte: INEP/MEC).

Constatou-se também um aumento no Percentual do Investimento Público Direto em educação em relação ao Produto Interno Bruto brasileiro de 3,9% para 5,1% do PIB no mesmo período (fonte: INEP/MEC), opção que foi reafirmada pela meta de se atingir até 2020 um percentual mínimo de 7% do PIB para o gasto público educacional, conforme projeto de lei encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional para o novo Plano Nacional de Educação.

ORÇAMENTO TOTAL SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO* (EM R\$ BILHÕES)



Fonte: Siafi/STN / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/MEC

(*) Execução orçamentária do órgão superior 26000, e das UOs 73107 e 74902

As ações implementadas pelo Ministério da Educação (MEC) são estratégicas na responsabilização do Estado para o processo de democratização de oportunidades e para a oferta de uma educação de qualidade a toda população, traduzindo-se em importante alicerce para o alcance das metas contidas em planos nacionais, como o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PDE).

O PNE apresenta diretrizes e metas que perpassam a execução de todos os programas do MEC, com ações desenvolvidas conjuntamente pela União, Estados e Municípios. Seu foco está na valorização do magistério e na qualidade da Educação, contemplando a universalização e ampliação do acesso e do atendimento em todos os níveis educacionais; o incentivo à formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação em geral; a universalização do ensino de quatro a 17 anos; a criação do piso salarial da categoria docente; a garantia do atendimento em creches para 50% das crianças de até três anos; a ampliação da educação em tempo integral na rede pública de ensino; a avaliação e o acompanhamento periódico e individualizado de todos os envolvidos na educação do País — estudantes, professores, gestores e demais profissionais.

Considerado o referencial das políticas educacionais, o PDE é um plano de médio e longo prazo que visa a enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades educacionais e promover a educação de qualidade da creche à pós-graduação.

A partir da sua implantação, em 2007, foram observados avanços decorrentes do aperfeiçoamento na aplicação de recursos federais nas três esferas de governo, contemplando ações de gestão educacional e de infraestrutura nas escolas; de construção de creches, escolas, laboratórios e bibliotecas; extensão da merenda para o ensino médio; melhorias no transporte de estudantes; formação de professores; reestruturação e expansão das universidades federais; expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, entre outras.

O PDE consiste num conjunto de ações estruturadas e articuladas que envolvem quatro eixos norteadores: Educação Básica; Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade; Ensino Profissional e Tecnológico e Educação Superior. Esses eixos compreendem o Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Profissional, Ensino Superior, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial como subfunções típicas da Educação. Como subfunções atípicas destacam-se: Alimentação e Nutrição; Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Transferências para a Educação

Básica; Formação de Recursos Humanos; entre outras. As subfunções são implementadas mediante a execução de diversos programas e ações a elas vinculadas.

Análise por Função e Subfunção

A função Educação ocupa o terceiro lugar em volume de aplicações entre as vinte e sete funções finalísticas do Governo Federal, depois das funções Previdência Social e Saúde, nessa ordem.

A execução de políticas públicas no setor educacional é financiada por recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do Ministério da Educação e do órgão Operações Oficiais de Crédito, sob supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), além de recursos não orçamentários correspondentes aos gastos tributários ou de renúncia fiscal para diversos programas direcionados ao aprimoramento educacional da população.

A função Educação não inclui pagamentos a servidores inativos, que são alocados na função Previdenciária.

O valor total para a função Educação, no quadro a seguir, mostra um crescimento de 131% entre 2007 e 2011, valor muito superior ao crescimento nominal da economia brasileira no período.

O expressivo crescimento dos gastos orçamentários federais no período reflete bem as políticas de expansão e reestruturação das redes federais de Educação Superior e da Educação Profissional e o aumento das transferências para a Educação Básica, como apoio técnico e financeiro a estados e municípios.

Entre as transferências, destaca-se a Complementação da União ao Fundeb, que cresceu progressivamente desde 2008, atingindo o ápice neste ano de 2011, quando alcançou uma participação final de 10% no total do Fundo antes da complementação, conforme estabeleceu a Constituição e a lei que criou o Fundeb e que traduziram a iniciativa e o empenho do Governo Federal em reforçar sua função constitucional redistributiva e supletiva de equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade de ensino mediante assistência técnica e financeira aos entes federativos: grupos de estudo foram criados, negociações foram promovidas entre os Ministérios da Educação, do Planejamento e da Fazenda e várias reuniões do Governo foram realizadas com as Secretarias de Educação de Estados e Municípios e representantes da sociedade civil, antes do encaminhamento dos projetos ao Congresso Nacional para discussão, incorporação de melhorias e aprovação final.

Em 2007, último ano do Fundef, a Complementação da União se limitava a R\$ 448 milhões, mas com o Fundeb alcançou R\$ 8,8 bilhões distribuídos em 2011 para os Estados de menor gasto por aluno, um valor 20 vezes maior que o de 2007 em termos nominais. Esse expressivo incremento teve reflexos imediatos sobre o valor médio ponderado por aluno

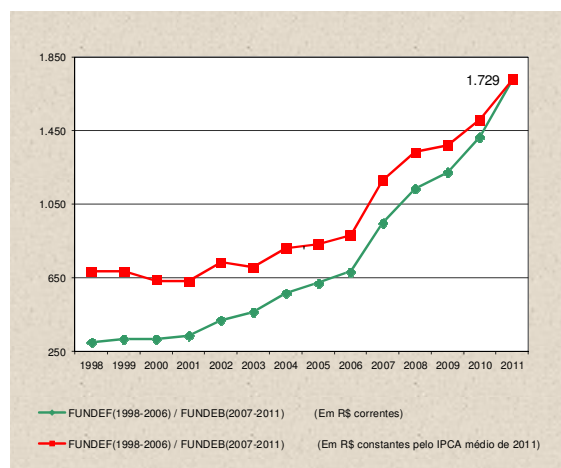
conforme o demonstra a evolução do valor mínimo para o 1º ciclo do ensino fundamental urbano que serve de referência 1,0 para as demais etapas da Educação Básica que integram o Fundeb. Pode-se perceber uma nítida mudança de inclinação na curva de evolução a partir de 2007, ano de implantação do Fundeb.

VALOR MÍNIMO POR ALUNO NO FUNDEF E FUNDEB (1º CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL URBANO)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Valores Correntes	300	315	315	333	418	462	565	621	683	947	1.132	1.221	1.415	1.729
Valores Constantes (IPCA médio/2011)	684	684	639	633	732	706	809	832	878	1.176	1.330	1.368	1.509	1.729

Fonte: FNDE - Portarias Interministeriais / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC
Fundef (1998-2006) / Fundeb (2007-2011)

VALOR MÍNIMO POR ALUNO NO FUNDEF E FUNDEB (1º CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL URBANO)



Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

O financiamento da expansão ocorrida teve, como principais reforços: 1) a determinação na legislação do Fundeb de, que no máximo, trinta por cento do custeio da Complementação da União se constituísse de recursos destinados a compor o mínimo da educação, de modo que em 2011, 70% da Complementação de R\$ 8,8 bilhões, ou seja, que equivale a R\$ 6,2 bilhões, representam recursos obrigatórios adicionais ao mínimo da educação; 2) a restauração integral do percentual mínimo de 18% de impostos federais para a educação, pela eliminação progressiva da Desvinculação das Receitas da União (DRU) na educação, dispositivo que vinha representando, desde 1997, um corte de 20% na receita tributária reservada ao ensino. O fim da DRU na educação garantiu um aporte adicional de R\$ 3,3 bilhões em 2009, R\$ 7,6 bilhões em 2010, e R\$ 12,2 bilhões em 2011 para a manutenção e o desenvolvimento do ensino. Somente o valor de R\$ 21,0 bilhões que totaliza os recursos adicionais da

Complementação ao Fundeb e o fim da DRU em 2011, explica dois terços da variação nominal da educação entre 2007 e 2011. Os gastos tributários (renúncia fiscal) têm representado aproximadamente um décimo das aplicações totais em educação de cada ano, com destaque especial para o Programa Universidade para Todos – ProUni, o qual fornece bolsas de estudo totais e parciais em estabelecimentos privados de ensino superior, como contrapartida à renúncia fiscal a eles concedida, para estudantes de baixa renda oriundos da rede pública ou bolsistas integrais da rede privada do ensino médio. Os recursos do ProUni quadruplicaram nominalmente entre 2007 e 2011, ano que terminou com 466,1 mil bolsas integrais e parciais ocupadas ativamente entre todas as séries dos diversos cursos. Neste ano foram também totalizadas 919,6 mil bolsas iniciais ocupadas cumulativamente desde o início do programa.

**VALORES LIQUIDADOS (OFSS + RPNP), DESPESA REALIZADA (OI)
E GASTO TRIBUTÁRIO 2007 A 2011**

em R\$ milhões

FUNÇÃO EDUCAÇÃO		2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
OFSS	No Exercício ⁽¹⁾	21.389	24.608	31.709	42.110	48.185	168.001
	RPNP ⁽²⁾	1.342	2.209	2.738	3.987	5.588	15.865
OI		-	-	-	-	-	-
Gasto Tributário Total ⁽³⁾		2.657	3.510	4.040	5.058	4.973	20.238
Apenas o ProUni ⁽⁴⁾		126	326	503	625	511	2.091
TOTAL		25.388	30.327	38.487	51.156	58.746	204.104

Fonte: Siafi/STN e Receita Federal / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

(1) Valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício.

(2) Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

(3) Previsão do Demonstrativo de Gastos Tributários - SRF/MF.

(4) O ProUni é um dos elementos do gasto tributário total.

O próximo quadro mostra a evolução das subfunções típicas da Educação, correspondentes aos diversos níveis, etapas e modalidades educacionais, quase duplicando seus valores correntes em quatro anos entre 2007 e 2011 e crescendo 20% anualmente em 2011.

Por sua vez, as outras subfunções evoluíram bem mais no período, quase quadruplicaram nominalmente entre 2007 e 2011, mas cresceram apenas 13% entre 2010 e 2011.

Individualmente, a subfunção Ensino Superior representa o maior aporte de recursos, R\$ 20,0

bilhões em 2011, e um crescimento nominal vigoroso de 90% desde 2007, sendo 19% apenas em 2011.

Em seguida, entre as subfunções típicas, aparece a subfunção Ensino Profissional, com R\$ 4,8 bilhões em 2011, equivalente a quatro vezes o valor de 2007 e um aumento anual de 33% apenas em 2011.

Essa preponderância é justificada pelo empenho do governo federal em apoiar e expandir as suas próprias redes de ensino, atendendo à sua competência e dever constitucional na educação.

VALORES REALIZADOS (*) NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR SUBFUNÇÕES - 2007 a 2011

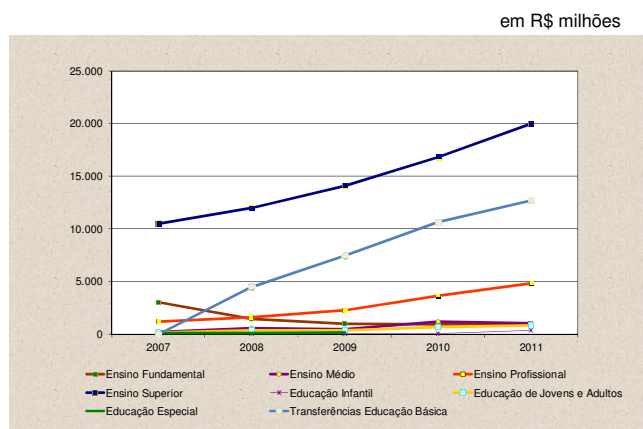
em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Subfunções Típicas da Educação	15.210	15.984	18.201	23.326	28.055
Ensino Fundamental	3.005	1.434	990	897	956
Ensino Médio	220	548	437	1.147	1.011
Ensino Profissional	1.199	1.588	2.265	3.631	4.838
Ensino Superior	10.516	11.990	14.064	16.823	20.021
Educação Infantil	70	25	31	67	346
Educação de Jovens e Adultos	136	327	334	638	794
Educação Especial	64	73	79	124	90
Outras Subfunções	7.521	10.833	16.246	22.772	25.718
Alimentação e Nutrição	1.786	1.761	2.304	3.751	3.834
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	412	460	1.994	2.647	2.919
Desenvolvimento Científico	54	72	117	151	202
Transferências para a Educação Básica	0	4.503	7.443	10.650	12.733
Demais	5.269	4.038	4.387	5.572	6.032
TOTAL	22.731	26.817	34.447	46.098	53.773

Fonte: Siafi/STN / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

(*) Valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

No gráfico das subfunções, incluímos todas as típicas e uma não típica, a de Transferências para a Educação Básica, uma vez que essa é, na realidade, uma nova subfunção típica da educação, que foi criada em 2008 direcionada genérica e indistintamente a qualquer etapa/modalidade da educação básica (ex.: recursos de Apoio ao Transporte Escolar, Dinheiro Direto na Escola e Complementação da União ao Fundeb).

VALORES LIQUIDADOS (OFSS + RPNP) NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS E NA SUBFUNÇÃO TRANSFERÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA


Fonte: Siafi/STN / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

Todas essas transferências e reclassificações na educação básica justificam a aparente queda no orçamento da subfunção Ensino Fundamental, a partir de 2008, ano em que começou a vigência e um maior aporte de recursos para o Fundeb, que passa a beneficiar toda a educação básica, em substituição ao Fundef, restrito ao ensino fundamental. É também conveniente observar que o grande aporte de recursos nas ações de transferência para a educação básica reflete a política do Governo Federal para um tratamento sistêmico a toda a educação, da creche à pós-graduação e traduz o papel constitucional da União de exercer, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva mediante assistência aos estados, Distrito Federal e municípios.

Além disso, há que se notar que o somatório de todas as subfunções típicas da Educação Básica, inclusive a Educação Profissional, mais as não típicas de Transferência para a educação Básica e de Alimentação e Nutrição (merenda escolar) totalizaram R\$ 24,6 bilhões, valor que superou os R\$ 21,1 do Ensino Superior somados às subfunções de Assistência Hospitalar e Ambulatorial e de Desenvolvimento Científico. Em função do caráter matricial das funções e subfunções, dos R\$ 54,7 bilhões de subfunções da função Educação aplicados em 2011, R\$ 905 milhões (apenas 1,7%) foram associados a funções distintas da função Educação, como as Funções de Planejamento, Saúde, Defesa e Desenvolvimento Agrário, entre outras.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA NAS SUBFUNÇÕES RELATIVAS À FUNÇÃO EDUCAÇÃO EM 2011

em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	Execução da Função Educação por Subfunções		Execução das Subfunções da Função Educação em Outras Funções		Total da Execução das Subfunções da Educação	
	Liquidado *	%	Liquidado*	%	Liquidado*	%
Subfunções Típicas	28.055	52,17	905	100,00	28.960	52,96
Subfunção Ensino Fundamental	956	1,78	3	0,32	959	1,75
Subfunção Ensino Médio	1.011	1,88	3	0,33	1.014	1,86
Subfunção Ensino Profissional	4.838	9,00	59	6,48	4.896	8,95
Subfunção Ensino Superior	20.021	37,23	204	22,57	20.225	36,99
Subfunção Educação Infantil	346	0,64	240	26,50	586	1,07
Subfunção Educação de Jovens e Adultos	794	1,48	396	43,79	1.190	2,18
Subfunção Educação Especial	90	0,17	0	0	90	0,16
Outras Subfunções	25.718	47,83	-	-	25.718	47,04
Transferência da Educação Básica	12.733	23,68	-	-	12.733	23,29
Demais	12.985	24,15	-	-	12.985	23,75
Total	53.773	100	905	100	54.678	100

Fonte: Siafi/STN / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

* Valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

Educação Básica

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores segundo preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Em cumprimento ao disposto, o MEC implementou o PDE, que prioriza a educação básica no seu objetivo de melhorar a educação no País.

Consubstanciado no Plano de Metas do PDE, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação adota um conjunto de 28 diretrizes com vistas à melhoria da educação básica nos estados, Distrito Federal e municípios, mediante apoio técnico e financeiro para programas de manutenção e desenvolvimento.

Os entes federados que aderem ao compromisso elaboram os próprios Planos de Ações Articuladas

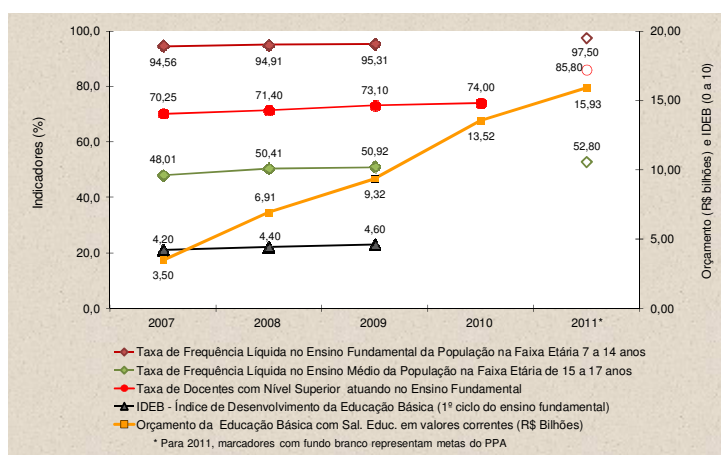
(PAR) a partir do diagnóstico da sua situação educacional.

Em 2011, um total de 24 estados e 3.500 municípios realizaram esse diagnóstico para a elaboração do planejamento referente à etapa 2011-2014, os quais serão avaliados em 2012.

Atualmente, dos 5.563 municípios brasileiros que possuem rede municipal de ensino (Brasília e Fernando de Noronha não possuem rede municipal de ensino), 405 não iniciaram a elaboração do PAR; 1.408 estão fazendo o diagnóstico da situação educacional local; 3.475 estão elaborando o PAR propriamente dito; e 275 municípios enviaram o PAR para análise do MEC.

Com o PAR, o estado/município pode identificar suas fragilidades e planejar ações para superá-las. Além disso, pelo PAR o MEC identifica a demanda dos entes federados e organiza o seu atendimento, de forma a favorecer a implementação de suas ações nas redes públicas de ensino.

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO FEDERAL E DOS INDICADORES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA



Fonte: INEP, IBGE e Siati/STN / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

Dentre os programas e ações desenvolvidos no âmbito da Educação Básica, destacaram-se em 2011:

Programa Brasil Escolarizado

Considerado um dos programas estruturantes da política educacional brasileira, o Programa Brasil Escolarizado tem por objetivo contribuir para a universalização da educação básica de forma a assegurar equidade nas condições de acesso e permanência dos alunos à educação infantil, ao ensino fundamental e médio e à educação de jovens e adultos. No exercício de 2011, foram investidos, aproximadamente R\$ 18 bilhões na melhoria da qualidade da educação básica, por meio do Programa Brasil Escolarizado.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1061 – BRASIL ESCOLARIZADO

1061	BRASIL ESCOLARIZADO	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
2925	Taxa de Frequência à Escola da População na Faixa Etária de 0 a 3 anos	15,46	17,14	18,11	18,39	n/d	54,40
2990	Taxa de Frequência Bruta no Ensino Médio	82,18	82,56	85,45	83,03	n/d	91,90
2988	Taxa de Frequência Líquida no Ensino Fundamental da População na Faixa Etária 7 a 14 anos	94,84	94,56	94,91	95,31	n/d	97,50
2991	Taxa de Frequência Líquida no Ensino Médio da População na Faixa Etária de 15 a 17 anos	47,13	48,01	50,41	50,92	n/d	52,80
2926	Taxa de Frequência Líquida na Pré-Escola da População na Faixa Etária de 4 a 6 anos	64,80	47,17	47,11	39,49	n/d	87,50
-	Taxa de Frequência Bruta no Ensino Fundamental (7 a 14 anos) **	116,19	115,95	115,73	117,29	n/d	n/d
-	Taxa de Frequência Bruta na Pré - Escola (4 a 6 anos) **	70,19	49,35	48,52	40,64	n/d	n/d
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)	2.705,51	3.693,25	7.465,42	10.309,54	15.244,45	17.980,15

Fonte: Inep/Siafi - Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

*Para 2011, indicadores em negrito são previsões do PPA.

**Indicadores efetivamente utilizados no processo de avaliação dos resultados, mas não constam no PPA 2008-2011

Na vigência do PPA 2008-2011, tendo em vista a evolução do indicador até 2009, há uma percepção de que ocorreu uma superestimação da meta de alguns indicadores do Programa Brasil Escolarizado, a exemplo do indicador 2925 - Taxa de Frequência à Escola da População na Faixa Etária de 0 a 3 anos, o qual tinha como referência a meta estabelecida pelo PNE 2001-2010 de alcançar, até o final de 2010, o atendimento em creches de 50% das crianças de 0 a 3 anos. Com base neste documento, foram estabelecidos os índices constantes no PPA, inclusive a previsão de 54,40% para o ano de 2011. Ressalta-se que essa mesma meta se manteve como previsão para o PNE 2011-2020, estendendo-se para 2020 o índice de 50%.

Já a queda da evolução do índice do indicador 2926 deve-se à ampliação do ensino fundamental para nove anos, que transferiu as crianças de seis anos da Pré-Escola para o ensino fundamental. Ressaltamos que no novo PPA 2012-2015 esse indicador já foi substituído pelo da faixa etária de 4 a 5 anos.

No âmbito deste e dos demais programas tratados nesta PCPR, destaca-se que decorrer da vigência do PPA 2008-2011, por não haver períodos de revisão, o necessário reajuste de metas ficou prejudicado. Nesse sentido, foi detectada a impossibilidade de apuração e alcance de diversos índices previstos para os indicadores dos programas finalísticos do MEC, inclusive muitos desses com a previsão superestimada para o final do PPA.

Também, não foi possível inclusão de novos indicadores e tampouco a exclusão de outros. Com isso, alguns indicadores de programas efetivamente utilizados pelo MEC não se encontram descritos no PPA e outros, que já não estão mais sendo aferidos, ainda permanecem no Plano. Além disso, o Sistema de Planejamento e Informações Gerenciais (SIGPlan), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, não permite que os

indicadores sejam revisados retroativamente, o que impossibilita quaisquer correções, inclusive as decorrentes da retificação dos dados amostrais quando da realização do Censo 2010.

Esta constatação foi repassada e justificada ao órgão competente para as providências cabíveis de alteração dos dados existentes e, também, correção do alcance do índice previsto para o final do PPA 2011. Entretanto, as mesmas não resultaram em correções, tendo em vista a ausência de revisão do PPA 2008-2011.

Ressalta-se que indicadores com referência demográfica não tiveram seus índices disponibilizados em 2010, em função da não realização da PNAD/2010 no mesmo ano do Censo Demográfico/ IBGE. Os dados relativos a 2011 ainda serão disponibilizados com a divulgação da PNAD em 2012.

Para atingir os objetivos do Programa Brasil Escolarizado, destaca-se:

A ação Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização de Profissionais da Educação - Fundeb atende a toda educação básica, da creche ao ensino médio. Promove a redistribuição dos recursos vinculados à educação, levando em consideração o desenvolvimento social e econômico das regiões. A complementação do recurso aplicado pela União é direcionada às regiões nas quais o investimento por aluno seja inferior ao valor mínimo fixado para cada ano. A estratégia é distribuir os recursos pelo país, ou seja, a destinação dos investimentos é feita de acordo com o número de alunos da educação básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do programa são feitos em escalas federal, estadual e municipal por conselhos criados

especificamente para esse fim. Em 2011, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização de Profissionais da Educação (Fundeb) beneficiou mais de 45,3 milhões de alunos da educação básica, com um investimento de R\$ 108 bilhões, sendo R\$ 99 bilhões originários da contribuição de Estados, DF e Municípios e R\$ 8,9 bilhões de transferência de recursos federais via Complementação da União ao Fundeb.

Por ser uma ação de transferência, a Complementação da União ao Fundeb não tem produto, já que sua aplicação se dá no destinatário, constituído pelas redes estaduais e municipais de ensino, para as quais a complementação do Fundeb, dez vezes superior às originais do Fundef, representou realmente um recurso novo para a Educação Básica, pois a ampliação da cesta e do percentual de 15% para 20% de impostos estaduais e municipais no Fundeb em relação ao Fundef ampliou a porcentagem de distribuição equalitária de 60% para 80% de seus recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino dentro de cada estado, mas não aumentou os recursos totais da educação por se constituírem numa subvinculação dentro da vinculação total de 25% da receita líquida de impostos destinados a estados e municípios. Já a Complementação da União ao Fundeb representou recurso adicional e também promoveu equidade entre os estados por conduzir a um aumento no valor mínimo por aluno para os estados com menor arrecadação de impostos proporcionalmente às suas matrículas. O controle da distribuição dos recursos da União para estados e municípios, com a identificação e movimentação das contas beneficiárias das transferências, é informado com toda a transparência no endereço eletrônico do FNDE.

Outras ações também merecem destaque no Programa Brasil Escolarizado:

Ação Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica (PDDE): consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial, mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo é melhorar a infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e elevar os índices de desempenho da educação básica. Os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola são transferidos conforme o número de alunos aferidos no Censo Escolar do ano anterior ao do repasse. Em 2011, foram atendidas mais de 137 mil escolas, com investimento de R\$ 1,5 bilhão.

Ação Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica (Pnate): objetiva garantir o acesso e a permanência na escola dos alunos da educação básica pública residentes na zona rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios. Consiste na

transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com reforma, seguros, licenciamento, impostos e taxas, serviços de mecânica e funilaria, combustível e lubrificantes. Serve, também, para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar, tendo como referência o quantitativo de alunos da educação básica pública. Com a extensão do Pnate para toda a educação básica, houve um considerável incremento de recursos e de alunos atendidos, contribuindo com a implementação de ações mais abrangentes de políticas educacionais voltadas para a universalização do ensino. Em 2011, 4,6 milhões de alunos foram beneficiados e 5.016 municípios atendidos com um investimento de, aproximadamente, R\$ 574 milhões.

Ação Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Fundamental (PNLD): executada em ciclos trienais alternados, tem por finalidade prover de livros e materiais didáticos e de referência as escolas públicas do ensino fundamental das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, visando garantir a equidade nas condições de acesso e a qualidade do ensino público brasileiro. Em 2011, foram adquiridos e distribuídos mais de 62 milhões de livros, distribuídos para as escolas públicas constantes no censo escolar, com investimento de R\$ 443,5 milhões. Ademais, destaca-se que o PNLD 2011 foi direcionado ao atendimento integral de alunos dos anos finais do ensino fundamental e à reposição e complementação dos livros anteriormente distribuídos aos alunos dos anos iniciais.

Ação Distribuição de Materiais e Livros Didáticos para o Ensino Médio (PNLD-EM): provê de livros e materiais didáticos e de referência as escolas públicas do ensino médio das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, visando garantir equidade nas condições de acesso e qualidade do ensino. Foram investidos R\$ 720,7 milhões para a aquisição e distribuição de mais de 80 milhões de livros aos alunos, em 2011.

Ação Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE): mais conhecida como Programa Nacional de Alimentação Escolar, objetiva fornecer alimentação escolar, bem como desenvolver ações de educação alimentar e nutricional para os alunos matriculados em escolas públicas e filantrópicas de toda a educação básica. Contribui para o crescimento e desenvolvimento biopsicossocial, bem como para a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos estudantes durante a permanência na escola. Foram beneficiados, em 2011, aproximadamente, 44,6 milhões de alunos, com investimento superior a R\$ 3 bilhões.

Ação Concessão de Bolsa de Incentivo à Formação de Professores para a Educação Básica: tem como

finalidade financiar o pagamento de bolsas para o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e para o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) a fim de incentivar docentes, pesquisadores e tutores de universidades a atuarem na formação de profissionais para as redes públicas e na elaboração de propostas de ensino semipresencial e a distância. No âmbito da UAB, a concessão de bolsas teve como objetivo prioritário subsidiar e promover a capacitação dos profissionais do magistério da educação básica, destacando a formação inicial e continuada de docentes, técnicos, coordenadores de polo, de curso e de tutoria, além dos tutores das Instituições de Ensino Superior (IES). Em 2011, foram investidos, aproximadamente, R\$ 504,7 milhões na ação.

Ação Formação Inicial e Continuada a Distância: tem a finalidade de realizar a capacitação e formação inicial e continuada, a distância, semipresencial e presencial, quando exigido, de professores para atuação nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas. Em 2011, foram investidos R\$ 146,9 milhões.

Ressalta-se que a integração da Tecnologia da Informação e Comunicação ao sistema de ensino-aprendizagem contribui para aprimorar o sistema de capacitação de profissionais da educação. O aumento de parcerias com Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) e a utilização de meios virtuais tem proporcionado a ampliação do número de cursistas que concluem os cursos e a redução de custos, uma vez que não há necessidade de manter permanentemente espaços físicos. Além disso, permite adequar o acompanhamento das aulas ao horário de trabalho e participação interativa em fóruns de discussões. Nesse sentido, merecem destaque, em 2011, as seguintes iniciativas:

- **Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB):** consolidou-se como um efetivo instrumento de ampliação e interiorização da oferta de cursos de educação superior no Brasil, particularmente na formação de professores da educação básica. Integrado por 101 IPES e 632 polos de apoio presencial ativos, distribuídos nos 26 estados brasileiros e Distrito Federal, a UAB conta hoje com mais de 206 mil alunos em curso, dos quais 54 mil são professores de educação básica. Estão sendo ofertados 659 cursos, dos quais 306 de graduação, com ênfase nas licenciaturas voltadas para as áreas curriculares da educação básica e 349 de pós-graduação *lato sensu*, aperfeiçoamento e extensão. Foram investidos, aproximadamente, R\$ 97,2 milhões com mais de 72 mil alunos matriculados em 2011. Estes números traduzem o crescimento da oferta de educação superior a distância por parte de Instituições Públicas a partir do início das atividades da UAB em 2007, principalmente nas regiões Norte e Nordeste que representam mais de 42% dos

alunos (38% do total de professores de educação básica), cumprindo objetivo da UAB de reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País. Por outro lado, a prioridade dada às licenciaturas voltadas para a formação inicial e continuada de professores para a educação básica terá como efeito a valorização do magistério, o aprimoramento constante da formação dos professores e a melhoria da qualidade do ensino para jovens e adolescentes que frequentam os sistemas públicos de ensino fundamental e médio.

- **Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação:** visa contribuir para a formação de profissionais em educação, sobretudo professores da educação básica, na perspectiva de inclusão das Mídias Digitais no processo ensino-aprendizagem. Em 2011, foram investidos recursos da ordem de R\$ 395 mil para 6 universidades federais e o Instituto Federal Sul Rio-Grandense, destinados à capacitação de mais 2.160 cursistas, com previsão de término em 2012. Atualmente estão em formação mais de 15 mil alunos.

- **Programa de Formação Inicial para Professores em exercício na Educação Infantil (Proinfantil):** tem o objetivo de habilitar em Magistério, professores da educação infantil em exercício, sendo realizado em parceria com os estados e os municípios interessados. Podem participar tanto professores da rede pública quanto aqueles que atuam na rede privada sem fins lucrativos. Em 2011, foram formados 5.140 cursistas.

- **Programa Nacional de Formação Continuada em Tecnologias Educacionais (Proinfo Integrado):** visa, a formação continuada dos professores e outros agentes educacionais para o uso pedagógico das Tecnologias de Informação e Comunicação a promoção da inclusão digital dos professores e gestores escolares das escolas de educação básica e a qualificação dos processos de ensino e aprendizagem com vistas à melhoria da qualidade da educação básica. Em 2011 foram capacitados 101.625 professores em todo o território nacional, sendo, 53.277 professores de escolas públicas municipais e 48.348 professores de escolas públicas estaduais. Em 2011, foram repassados em torno de R\$ 4,5 milhões para universidades envolvidas na capacitação, realização de pesquisa e oferta do curso de Especialização de Tecnologias em Educação.

- **Programa UCA - Um Computador por Aluno:** busca ampliar o acesso de inclusão digital escolar e promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação, mediante a aquisição e a distribuição de computadores portáteis em escolas públicas. Em 2011, foi realizada a Ata de Registro de Preço nº 72, referente ao Pregão Eletrônico nº 57/2010, que encerrou sua vigência em 5/12/2011. Os estados e municípios que aderiram à Ata compraram com recursos próprios ou por meio de

financiamento do BNDES, 345.121 computadores. Ainda em 2011, foram adquiridos com recursos do MEC, 47 mil laptops. Essa iniciativa possibilitou uma economia de escala para a Administração Pública, uma vez que os estados das regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste adquiriram laptops educacionais ao valor unitário de R\$ 344,18 e os estados das regiões Nordeste e Sul pelo valor unitário de R\$ 376,94. No mesmo exercício foram capacitados 4.651 professores pelo projeto e em 2012 a previsão é de 6.305 cursistas em formação.

Ação Distribuição de Acervos Bibliográficos para a Educação Básica: tem por finalidade prover de acervos bibliográficos, materiais didáticos e de referência as escolas públicas da educação básica das redes, federal, estadual, municipal e do Distrito Federal. Por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foram adquiridos, em 2011, mais de 12 milhões de livros com investimentos de, aproximadamente, R\$ 81,7 milhões.

Ação Produção e Veiculação de Programas, Materiais Pedagógicos e dos Conteúdos Multimídia para a Educação Pública: visa fomentar a educação a distância por meio da utilização de materiais multimidiáticos e desenvolver metodologias educacionais inovadoras para o uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) nos programas de formação inicial e continuada, na modalidade a distância e presencial. Em 2011, foram investidos recursos superiores a R\$ 19,3 milhões para disponibilizar 9.304 materiais multimídia.

Entre as iniciativas dessa ação destacam-se:

- **Portal do Professor e Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE):** o Portal apoia o processo de formação de professores e disponibiliza conteúdos educacionais multimídias em diferentes formatos. O BIOE mantém e compartilha recursos educacionais digitais relevantes à realidade da comunidade educacional. Em 2011, foram repassados mais de R\$ 668 mil às IPES para a produção de conteúdos educacionais destinados aos dois programas. Desde o lançamento do Portal e do BIOE, foram realizados mais de 5 milhões e 2,5 milhões de acessos, respectivamente. No Portal há mais de 11 mil aulas elaboradas por professores de todo o país e no Banco há em torno de 15.416 objetos publicados.

Professores de todas as regiões do país têm usado o Portal para trocas de experiências, como observado no fórum "Como utilizar as tecnologias simples, gratuitas e interessantes na escola", que possui 63.635 acessos. Muitos outros acessos podem ser vistos nos demais 26 fóruns abertos e que abordam diferentes temáticas sobre formação, currículo, uso de tecnologias na sala de aula, suporte técnico, saúde do professor e outros. Estes espaços têm sido usados não apenas para divulgar o que estão realizando, mas para aprofundar

conceitos e teorias.

Também os professores têm enviado sugestões de aulas para o Portal, muitas delas utilizando conteúdos publicados no Banco e acessados também no Portal do Professor. Essas sugestões têm sido referência para outros professores no processo de formação, de planejamentos didáticos e aplicação de novas práticas em sala de aula. Como exemplo, podemos citar a aula mais acessada no Portal, "O corpo Humano", com mais de 270 mil acessos e outra mais comentada pelos professores de todo o país, "Aprendendo os diferentes tipos de textos", com mais de 300 comentários opinando sobre a sua abordagem e qualidade.

Como o Portal também divulga as experiências das escolas, estas têm criado blogs divulgando os seus projetos e ações e enviando o link para publicação, bem como as produções dos professores nas ações de formação voltadas à educação digital. As escolas também são convidadas a trabalharem com produções audiovisuais com seus alunos, desenvolvendo novas competências. Podemos citar as semanas de Poesia e Meio Ambiente, da TV Escola, cuja produção enviada pelas escolas e outras realizadas via projetos nas escolas, são publicadas no canal do Portal Na Internet. Os professores que ainda não participaram de cursos têm, no Portal, a possibilidade de acessar diversos materiais de cursos para estudos autônomos.

O impacto do Portal na formação e no trabalho de sala de aula tem sido observado, além do acesso já mencionado, no envio de comentários nas diversas áreas do Portal e na quantidade de e-mails enviados pelo fale conosco, solicitando materiais, sugestões de aulas, esclarecimentos de dúvidas quanto ao acesso e envio de materiais para publicação. Também alunos, principalmente os do ensino médio, acessam os conteúdos e sugestões de aulas e deixam comentários e solicitações de mais informações.

- **TV Escola:** visa promover a formação continuada de professores, disponibilizar conteúdos educativos para alunos e comunidade e enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, na modalidade a distância, por meio de transmissões da TV Escola via satélite e pela Web. Em 2011, houve o repasse de R\$ 17 milhões para a produção da programação e em 2012, a previsão é de R\$ 106,6 milhões destinados à produção, transmissão, materiais impressos e de áudio da TV Escola.

Atualmente, chega a mais de 60 mil escolas, atingindo potencialmente 1,5 milhão de professores e 40 milhões de alunos nos 27 estados da federação. Aproximadamente 120 universidades utilizam sua programação nos cursos de formação de professores. Do mesmo modo, durante o ano de 2011 o sítio da TV Escola foi visitado 1.247.265 vezes e conta com 85.268 usuários cadastrados.

Toda a produção multimídia distribuída pela TV Escola em 2011 foi disponibilizada para a utilização das escolas e dos professores com o intuito de formação continuada e de suporte pedagógico. Além disso, a TV Escola também produziu e disponibilizou programas e materiais multimídias que servem como material de aprendizagem complementar e de interatividade para alunos da educação básica e para a comunidade escolar em geral.

Programa Desenvolvimento da Educação Especial

A efetividade da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva se reflete no aumento, nos últimos anos, do número de matrículas desses educandos em classes regulares. A concepção do Programa Desenvolvimento da Educação Especial está baseada no trabalho em parceria com os atores educacionais, instituições, níveis de governo e representantes dos segmentos populacionais interessados. São implementadas ações voltadas à promoção da formação continuada

de professores, da acessibilidade física, pedagógica, nas comunicações e informações, visando à garantia do pleno acesso, participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mediante apoio, em caráter suplementar, aos sistemas de ensino.

Em 2011, os programas e ações implementadas no âmbito da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, passam a integrar o Plano Nacional de Direito das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limites, o qual prevê, no âmbito da Educação, transporte escolar acessível, a adequação arquitetônica de escolas públicas e instituições federais de ensino superior; implantação de novas salas de recursos multifuncionais e a atualização das já existentes; e a oferta de até 150 mil vagas para pessoas com deficiência em cursos federais de formação profissional e tecnológica, viabilizando o acesso dos alunos com deficiência às instituições de ensino.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1374 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

1374	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
2345	Índice de Acesso a Educação Básica	39,00	27,50	38,00	27,00	n/d	97,00
2530	Índice de Atendimento Educacional Especializado	100,00	107,00	139,60	53,00	n/d	160,00
2346	Índice de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Rede Pública de Ensino	59,70	n/d	69,00	64,60	n/d	100,00
2343	Taxa de Escolas Públicas da Educação Básica com Acessibilidade Física	9,34	10,75	13,28	14,68	n/d	25,00
2140	Taxa de Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais em Classes Comuns de Escolas Regulares na Educação Básica	46,40	46,76	54,00	60,50	n/d	68,00
2344	Taxa de Municípios com Matrícula na Educação Especial	89,00	94,77	96,00	97,30	n/d	97,00
2111	Taxa de Prevalência da Educação Inclusiva nos Municípios Brasileiros	57,54	60,00	65,40	72,60	n/d	72,00
2112	Taxa de Qualificação Docente para Atendimento de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Básica	2,10	2,80	3,60	3,70	n/d	5,50
Empenho		78,12	79,10	105,13	115,10	128,91	100,37

Fonte: Inep/MEC e Siasi/STN / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

*Para 2011, indicadores em negrito são previsões do PPA.

A reformulação metodológica ocorrida na educação básica nos últimos anos, na qual os alunos público-alvo da educação especial no Atendimento Educacional Especializado (AEE) foram matriculados de modo concomitante às classes comuns de ensino regular, eliminando de forma gradativa um sistema paralelo de ensino, dificultou o alcance da meta prevista dos indicadores 2345 - Índice de Acesso a Educação Básica e 2530 - Índice de Atendimento Educacional Especializado para o final do PPA. O alcance dessas metas depende de um amplo processo de mudanças que deverá acontecer no decorrer da próxima década. Além disso, em 2009, também houve mudança nos instrumentos de coleta de dados do Censo, que passou a ser mais detalhado e a fazer cruzamento dos dados, possibilitando maior exatidão das informações. Especificamente quanto ao indicador 2530, considerava-se, de forma equivocada, a

matrícula substitutiva nas escolas e classes especiais como oferta de AEE, o que foi corrigido em 2009, quando passam a ser contabilizadas apenas as matrículas no AEE concomitantes ao ensino regular.

Ressalte-se, ainda, a baixa probabilidade de alcance da meta prevista para 2011 dos indicadores: 2345 - Índice de acesso a Educação Básica (o correto seria 55%) e 2530 - Índice de Atendimento Educacional Especializado (o correto seria 140%), se deve, principalmente, à ausência de revisão do PPA e, portanto, da possibilidade de adequação da meta, já solicitado ao SIGPlan.

Ressalta-se que indicadores com referência demográfica não tiveram seus índices disponibilizados em 2010, em função da não realização da PNAD/2010 no mesmo ano do Censo

Demográfico/ IBGE. Os dados relativos a 2011 ainda serão disponibilizados com a divulgação da PNAD em 2012.

Com a implantação do Viver Sem Limites, os objetivos do Programa Desenvolvimento da Educação Especial foram reafirmados e suas metas ampliadas, conforme descrito a seguir:

- Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais: disponibiliza equipamentos, mobiliários, recursos de acessibilidade e materiais didáticos e pedagógicos às escolas públicas com matrícula de estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular. Em 2011, foi iniciado o processo licitatório para aquisição de 13,5 mil salas de recursos multifuncionais e 1,5 mil kits para o atendimento educacional especializado de estudantes com deficiência visual, com recursos no valor de R\$ 143 milhões.

- Programa Escola Acessível: apoia ações de acessibilidade nas escolas públicas, visando o acesso das pessoas com deficiência. Em 2011, foram contempladas 11.047 escolas com recursos de, aproximadamente, R\$ 82 milhões. De 2012 a 2014, conforme meta estabelecida pelo Plano Viver sem Limites, deverão ser apoiadas mais 30 mil escolas públicas, com investimentos de R\$ 300 milhões.

- Programa BPC na Escola: visando o acompanhamento do acesso e permanência na escola dos contemplados com o Benefício da Prestação Continuada (BPC), alunos de 0 a 18 anos com deficiência, o MEC realiza o pareamento anual entre os dados do BPC e do Educacenso para a identificação das barreiras que impedem o acesso à escola e promoção de ações articuladas de educação, assistência social e a saúde. Para tanto, em 2011, foi implementado o microsite para disponibilizar relatórios aos estados e municípios referentes à aplicação do questionário de identificação dessas barreiras; elaborado o "Documento Orientador do Programa BPC na Escola: ações para 2011/2012"; e publicada a Portaria Interministerial para novas adesões ao Programa, o que possibilitará a adesão de mais 2.900 municípios e o atendimento de 108 mil beneficiários. No âmbito do PAR, foram aprovados os planos apresentados pelas Secretarias de Educação do CE, MT, AL, BA, GO, PE, RJ, RO, SE e SC para a formação de gestores intersetoriais.

- Projeto Livro Acessível: objetiva promover a acessibilidade aos estudantes com deficiência visual, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), mediante o fomento à produção de livros em formatos acessíveis. Realizado em parceria com o Centro de Apoio Pedagógico a Pessoas com Deficiência Visual (CAP) e com o Núcleo Pedagógico de Produção Braille (NAPPB). O

Projeto prevê apoio financeiro, por meio do PAR, às Secretarias de Educação e, em 2011, aprovou os planos do CE, MT, MS, AL, BA, PI, RJ, RO, SE, SC, com recursos na ordem de R\$ 1,8 milhão

- Portátil Braille: concluído pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2011, o protótipo do dispositivo portátil óptico mecânico de transcrição do Braille em tempo real, foi apresentado em audiência pública aos interessados na fabricação do produto, a fim de obter contribuições deste segmento, na especificação técnica do produto.

- Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial: visa apoiar a formação continuada de professores das redes públicas de ensino para atuar no atendimento educacional especializado.

É realizado em parceria com as IPES, por meio da oferta de cursos de aperfeiçoamento e especialização, na modalidade a distância, pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) e na modalidade presencial e semipresencial pela Rede Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Renafor).

Em 2011, foram ofertados 9 cursos em 7 IPES, disponibilizando 18 mil vagas pela UAB, com investimentos de R\$ 2,8 milhões e 1.025 vagas em 6 cursos de aperfeiçoamento pela Renafor, com recursos superiores R\$ 496 mil transferidos para 4 IES.

Por meio do PAR foram aprovados os planos das Secretarias Estaduais de Educação do AC, AM, BA, CE, GO, MT, PE, RJ, RO, SC, SE e SP para a oferta de cursos de Braille e Libras.

- Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa (Prolibras): objetiva a certificação de proficiência no uso, ensino, tradução e interpretação da Libras, por meio da realização anual de exames em todas as capitais. De 2006 a 2010 foram certificados 6.101 pessoas nas modalidades de uso/ensino e tradução/interpretação da Libras. A partir de 2011 sua execução passa a ser de responsabilidade do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

- Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade: apoia os sistemas educacionais inclusivos, por meio da formação de gestores e educadores que atuam como multiplicadores. Em 2011, foram realizados seminários regionais e aprovados os planos de 103 municípios no âmbito do PAR, desses, 64 foram analisados, correspondendo um montante de R\$ 3,7 milhões.

Ainda em 2011, o Programa foi reestruturado, sendo efetivada nova adesão por 166 municípios. De acordo com o "Documento Orientador: Ações 2012", o Programa contempla as áreas de Educação Especial, Educação em Direitos Humanos; Educação Ambiental, Educação Escolar Indígena, Educação do Campo e Quilombola, Educação para as Relações Étnico-raciais; EJA e Políticas Educacionais para Juventude.

Programa Qualidade na Escola

Qualidade na educação é um valor estratégico e por isso, deve ser entendida como prioridade de Estado. Nesse sentido, uma educação de qualidade só é possível com uma política que assegure

mecanismos para valorizá-la.

Assim, o Programa Qualidade na Escola representa a conjugação dos esforços da União, estados, municípios e Distrito Federal, que atuam em parceria com as famílias e a comunidade em prol da melhoria da qualidade da educação, visando superar problemas relacionados à evasão, abandono e defasagem escolar na educação básica. Suas ações são desenvolvidas de forma coordenada, contemplando vários aspectos: os pedagógicos, no que diz respeito ao conteúdo; a qualificação docente e os de infraestrutura, relacionados às condições de permanência dos alunos na escola.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1448 – QUALIDADE NA ESCOLA

1448	QUALIDADE NA ESCOLA	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
2993	Índice de Adequação de escolaridade da População na Faixa Etária de 11 a 18 anos	0,80	0,80	0,81	0,81	n/d	0,93
2994	Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 10 a 14 anos	4,18	4,12	4,12	4,09	n/d	5,40
2995	Número Médio de Séries Concluídas da População na Faixa Etária de 18 a 35 anos	8,54	8,70	8,90	9,12	n/d	9,10
2996	Taxa de Docentes com Nível Superior atuando na Educação Infantil	42,90	48,57	47,22	48,90	50,80	70,00
2997	Taxa de Docentes com Nível Superior atuando no Ensino Fundamental	71,80	70,25	71,40	73,10	74,00	85,80
2998	Taxa de Docentes com Nível Superior atuando no Ensino Médio	95,40	93,38	92,00	91,90	91,60	100,00
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)	-	-	1.334,80	1.674,23	2.593,12	3.238,44

Fonte: Inep/MEC, IBGE e Siati/STN / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

*Para 2011, indicadores em negrito são previsões do PPA.

Ressalta-se que indicadores com referência demográfica não tiveram seus índices disponibilizados em 2010, em função da não realização da PNAD/2010 no mesmo ano do Censo Demográfico/ IBGE. Os dados relativos a 2011 ainda serão disponibilizados com a divulgação da PNAD em 2012.

Dentre as ações desenvolvidas no âmbito do Programa, destacaram-se:

Ação Apoio à Reestruturação da Rede Física Pública da Educação Básica (Proinfância): tem por objetivo prestar assistência financeira ao Distrito Federal e aos municípios para a construção, reforma e aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas, de forma a garantir o acesso de crianças de zero a seis anos, especialmente em regiões metropolitanas, onde são registrados os maiores índices de população nesta faixa etária. Referente à aquisição de equipamentos, em 2011, foram apoiadas 948 escolas, sendo 414 escolas por meio de convênios celebrados em 2011 e 534 escolas mediante aditivos a convênios celebrados em exercícios anteriores. Para isso, foram investidos mais de R\$ 521 milhões.

Ação Apoio à Aquisição de Equipamentos para a

Rede Pública da Educação Infantil: visa apoiar a aquisição de equipamentos e mobiliários para as escolas públicas de educação infantil, por meio de assistência financeira a estados, Distrito Federal e municípios. Foram equipadas 423 escolas mediante convênios celebrados em 2011 e 36 escolas por meio de aditivos a convênios celebrados em exercícios anteriores, com um investimento superior a R\$ 47,2 milhões.

Ação Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola: objetiva renovar e ampliar a frota de veículos de transporte escolar destinada ao deslocamento diário de alunos da educação básica da rede pública, residentes prioritariamente na zona rural dos sistemas estadual, distrital e municipal. Os recursos financeiros aplicados no Programa Caminho da Escola são provenientes de recursos próprios e de recursos disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo MEC. Foram adquiridos 1.401 ônibus, por meio do Programa Territórios da Cidadania e de convênios; 84.416 bicicletas e 410 lanchas, totalizando R\$ 380 milhões.

Com a finalidade de estimular, entre os estudantes, o domínio nas diversas áreas de conhecimento, bem

como propiciar o aperfeiçoamento e valorização profissional dos professores das redes públicas de ensino, as Olimpíadas Escolares integram o calendário das escolas públicas e contam com a participação de sociedades científicas, instituições acadêmicas, secretarias de educação e da iniciativa privada. Em 2011 foram investidos, aproximadamente, R\$ 27 milhões para a realização das seguintes Olimpíadas:

- Olimpíadas de Matemática: com o intuito de estimular o desenvolvimento da disciplina, e aproximar as universidades e institutos de pesquisa com escolas públicas, o projeto premia alunos do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e médio, professores, escolas e secretarias de educação. Em 2011, foi investido um montante de, aproximadamente, R\$ 20,5 milhões para realização da 7ª edição do evento, o qual obteve mais de 18 milhões de inscritos oriundos de 44.691 escolas.

- Olimpíadas de Língua Portuguesa – Escrevendo o Futuro: com foco na leitura e produção de textos, o projeto proporciona em anos pares a premiação de alunos do 5º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio e em anos ímpares disponibiliza formação aos professores inscritos. Em 2011, foram investidos recursos em torno de R\$ 6,3 milhões. Nesse mesmo ano houve a formação de 433 pessoas e a publicação da revista “Na Ponta do Lápis”. Neste mesmo ano houve o Seminário “A escrita sob foco: uma reflexão em várias vozes” para 433 educadores das 27 UFs representantes dos diferentes níveis e redes de ensino e curso para 48 turmas nas 27 UFs, ministrado por docentes de universidades públicas dos respectivos Estados, para um total de 1.527 professores e técnicos de secretarias de educação formados como multiplicadores.

Ação Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica: objetiva ampliar a oferta de capacitação e formação inicial e continuada, presencial, de professores e profissionais da educação básica, que atuam nas escolas e nos sistemas de educação públicos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio. Foi investido na ação um montante de R\$ 44,5 milhões. Foram formados aproximadamente 40 mil professores e há mais de 50 mil em formação em diversas áreas do conhecimento. Com a ação, amplia-se o número de ferramentas teóricas e práticas dos professores, aumentando a qualidade do ensino nos diversos níveis de educação.

Com relação ao desempenho das atividades de formação, se destacaram em 2011:

- Rede Nacional de Formação Continuada de Professores: oferta materiais didáticos e cursos de formação a professores, gestores e diretores de escolas públicas, por meio das IES, contribuindo

para a qualificação da ação docente em todas as áreas de conhecimento da educação básica. Em 2011, foram repassados recursos a universidades e institutos federais referentes à segunda parcela dos projetos aprovados em 2010, destinados a formar mais 2.375 profissionais, ampliando a oferta de capacitação e formação nas áreas de história, geografia, educação física, artes e ciências

- Pró-Letramento: implantado no âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, promove a formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, buscando elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem. O MEC, em 2011, descentralizou recursos para universidades como forma de complementação de parcela de projetos iniciados em 2010 e novos projetos. Entre 2010 e 2011 alcançou-se um total de 133.566 vagas e 7.019 concluintes, ampliando a oferta de capacitação e formação nas áreas de alfabetização, linguagem e matemática para os anos iniciais do ensino fundamental

- Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (GESTAR II): destina-se à formação continuada de professores dos anos/séries finais do ensino fundamental nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, na modalidade semipresencial. Em 2011, o MEC repassou, às universidades, recursos referentes à segunda parcela de projetos aprovadas em 2010 e destinados à formação de 19.912 cursistas nos dois anos, ampliando a oferta de capacitação e formação nas áreas de alfabetização, linguagem e matemática para os anos finais do ensino fundamental

- Especialização em Educação Infantil: trata-se de um curso de especialização para professores que atuam na educação infantil, o qual se insere no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores para Educação Infantil e conta com a parceria de Instituições Federais de Ensino Superior e as Secretarias Municipais de Educação. Em 2011, o MEC descentralizou em torno de R\$ 3,9 milhões para complementação e novo recurso, destinado à formação de 2.884 cursistas nos dois anos, ampliando a oferta de capacitação e formação na área de educação infantil para os anos

Ação Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino: tem a finalidade de assegurar a sustentabilidade da política educacional e a participação efetiva das comunidades educacionais, escolares e locais, ampliar a capacitação dos profissionais da educação básica e desenvolver modelos gerenciais que propiciem melhorias de gestão às escolas e secretarias de educação, fortalecendo o regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Em 2011, foram certificados 4.486 agentes educacionais, com recursos superiores a R\$ 4,9 milhões.

Dentre as atividades de formação desta ação, destacaram-se em 2011:

- Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime): disponibiliza formação, presencial e a distância, para os dirigentes municipais de educação atuarem frente à gestão pública. Os cursos são ofertados pelas universidades parceiras que recebem recursos do MEC mediante descentralização. Em 2010 foram formados 364 dirigentes inscritos em 2010 e 374 inscritos em 2011, permanecendo, em formação, 268 inscritos de 2010 e 400 de 2011, totalizando 1.406 cursistas. Em 2011 se iniciou um novo período de pré-inscrição aos cursos a distância do Programa.

- Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública: com o objetivo de contribuir para a qualificação da gestão escolar, o MEC descentraliza recursos para que IPES possam produzir materiais, ofertar cursos de especialização a distância e certificar gestores e coordenadores pedagógicos. Em 2011, o Programa contou com 32 universidades, sendo que 8 abriram novas turmas, totalizando 3.911 vagas ofertadas e a formação de 1.899 profissionais matriculados em exercícios anteriores, com recursos de aproximadamente R\$ 2,8 milhões.

- Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: por meio da formação continuada de técnicos das secretarias de educação, estaduais e municipais, e de conselheiros escolares, visa estimular a criação e o fortalecimento dos conselhos escolares, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino ofertado. Para isso, realiza encontros presenciais e cursos a distância em parceria com as IPES. Em 2011 houve diversos encontros presenciais de formação que contaram com 4.544 novos participantes, entre conselheiros escolares e técnicos das secretarias de educação. No que concerne à formação a distância, em 2011, descentralizou-se um montante superior a R\$ 265 mil referentes a 800 vagas abertas em 2011 e 4.200 que serão abertas em 2012, totalizando uma oferta de 5 mil vagas.

- Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho): por meio da elaboração e distribuição de material didático, busca capacitar de forma contínua os Conselheiros Municipais de Educação, técnicos e dirigentes das Secretarias Municipais de Educação com o intuito de avaliar e fiscalizar as políticas educacionais. Em 2011, ofertou-se 1.200 vagas para o curso "Formação Continuada para Conselheiros Municipais de Educação", em parceria com três universidades federais.

- Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola): integra o conjunto de estratégias previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e

tem o propósito de concorrer para a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) das escolas brasileiras de ensino fundamental que se encontram abaixo da média nacional. A implementação do PDE-Escola é realizada por meio da articulação entre o MEC, as secretarias de educação estaduais e municipais e as escolas priorizadas. Destaca-se, em 2011, a reformulação da metodologia atualmente denominada PDE Interativo, o qual será disponibilizado, em 2012, para todas as escolas públicas do Brasil, independente do repasse de recursos federais. O público-alvo em 2011 foi composto por escolas públicas estaduais e municipais, de todos os níveis da educação básica, totalizando 19.096 escolas beneficiadas.

Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais

Tem-se visto no Brasil uma valorização crescente das políticas de avaliação de sistemas públicos de educação. Geralmente aferidas por meio de provas de larga escala aplicadas aos alunos, quando conjugadas a instrumentos de coleta de dados, informam resultados do processo de ensino e do processo de aprendizagem, revelando um tipo de descrição mais precisa da realidade escolar. Nessa perspectiva, os resultados das avaliações e as metas assumem importante papel não apenas para o planejamento educacional, mas também por sua contribuição para a concretização de um modelo de accountability que possam configurar-se em um sistema de responsabilização e controle social com vistas ao alcance do bem comum.

O Programa Estatísticas e Avaliações Educacionais abrange o desenvolvimento de sistemas de informação e documentação que compreendem estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais. Subsidiaria a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional, bem como produz informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral a respeito da função educação, por meio fornecimento de dados e indicadores quantitativos e qualitativos. Nesse sentido, é atribuição do MEC elaborar diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior, bem como promover a disseminação de informações sobre essas avaliações; organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais; apoiar os estados, o Distrito Federal e os municípios no desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional; coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação vigente; definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior; e articular-se, no âmbito das avaliações e estatísticas educacionais, com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira, bilateral e multilateral.

As principais fontes de informação para as estatísticas da educação brasileira são as avaliações educacionais: Provinha Brasil, Prova Brasil, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Avaliação de Estudantes (Enade). No Ensino Superior, a partir do Enade e do Censo Escolar, calcula-se os indicadores do ensino superior, destacando-se o Conceito Preliminar do Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC), de cada uma das instituições de ensino superior brasileiras.

Destacam-se, também, a realização de estudos e avaliações internacionalmente comparáveis como, por exemplo, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Terceiro Estudo Regional Comparativo e Explicativo (Terce), promovido pelo Escritório Regional da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em Santiago.

Ação Avaliação da Educação Básica: é integrada pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/Prova Brasil), pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e pela Provinha Brasil. De forma conjugada, essas três avaliações, associadas aos dados do Censo Escolar, possibilitam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que é calculado bianualmente para cada escola, por rede, por UF e Brasil e que reúne em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. As informações também permitem que metas sejam traçadas com o objetivo de atingir, em 2021, a média dos países desenvolvidos. Além disso, auxiliam professores e gestores a aperfeiçoarem o processo de ensino-aprendizagem. As avaliações que compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são realizadas a cada dois anos, quando são aplicadas provas de Língua Portuguesa e Matemática, além de questionários socioeconômicos aos alunos participantes e à comunidade escolar. Em 2011, essa ação contou com um investimento superior a R\$ 59 milhões.

- **Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb):** abrange de maneira amostral os estudantes das redes públicas e privadas do país, localizados na área rural e urbana, matriculados no 5º e 9º anos do ensino fundamental e também no 3º ano do ensino médio. Nesses estratos, os resultados são apresentados para cada unidade da federação, região e para o Brasil como um todo.

- **Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc):** também conhecida como Prova Brasil, é aplicada censitariamente aos alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais,

municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham, no mínimo, 20 alunos matriculados na série avaliada. A Prova oferece resultados por escola, município, unidade da federação e país que também são utilizados no cálculo do Ideb. Em 2011, foi aplicada a mais de 5 milhões de estudantes da educação básica.

- **Provinha Brasil:** é uma avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no segundo ano de escolarização das escolas públicas brasileiras. Essa avaliação acontece em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo. A aplicação em períodos distintos possibilita aos professores e gestores educacionais a realização de um diagnóstico mais preciso, permitindo o conhecimento do que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura dentro do período avaliado.

- **Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA):** é uma avaliação internacional que mede o nível educacional de jovens de 15 anos. Tem como objetivo principal produzir indicadores que contribuam, dentro e fora dos países participantes, para a discussão da qualidade da educação básica e que possam subsidiar políticas nacionais de melhoria da educação. A participação do Brasil tem o intuito de situar o desempenho de seus alunos no contexto da realidade educacional internacional, além de possibilitar o acompanhamento das discussões sobre as áreas de conhecimento avaliadas pelo Pisa em fóruns internacionais de especialistas. A participação nesse processo de avaliação internacional leva, ainda, à apropriação de conhecimentos e metodologias na área de avaliação educacional. Realizado a cada três anos pela OCDE, abrange três áreas do conhecimento – Leitura, Matemática e Ciências. Em 2009, o PISA iniciou um novo ciclo do Programa, com a ênfase recaindo sobre o domínio de Leitura. Em 2012, o foco será em Matemática e em 2015 em Ciências.

- **Terceiro Estudo Regional Comparativo e Explicativo (Terce):** os estudos desenvolvidos pelo Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação (LLECE) da Unesco buscam avaliar a qualidade da educação no ensino fundamental. Em 2011, o MEC participou dos trabalhos relativos à aplicação do pré-teste, cuja aplicação será realizada em 2013. Ao todo, foram investidos mais de R\$ 1,7 milhão nessa ação.

Ação Exames Nacionais de Habilidades e Competências: Constituído por provas objetivas e de redação, contempla quatro áreas do conhecimento e, desde 2009, é utilizado como avaliação do ensino médio, certificação de alunos, mecanismo de seleção para o ensino superior em universidades públicas e privadas e indutor de mudanças no currículo do ensino médio. A nova concepção do exame reforça a proposta de uma avaliação baseada em habilidades e competências, o que não

ocorre nos vestibulares tradicionais. Além disso, na nova concepção houve a ampliação da matriz de referência do Exame, permitindo uma melhor avaliação do estudante, e a introdução de métodos de análise mais avançados. Ressalta-se ainda que, desde 2009, o Exame tem possibilitado mais intensamente a democratização das oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, a mobilidade acadêmica e a implementação de um processo isonômico de avaliação do desempenho dos estudantes em todo o território nacional. A edição de 2011 teve 5.367.092 inscritos, dos quais, aproximadamente, 4 milhões realizaram as provas. O Exame também foi aplicado em unidades prisionais de todo o País, que registraram um total de 14.118 inscritos. Desses, 12 mil detentos realizaram a prova em 336 unidades prisionais em 16 Unidades da Federação.

Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja): é uma avaliação voluntária e gratuita ofertada às pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos em idade apropriada para aferir competências, habilidades e saberes adquiridos tanto no processo escolar quanto no extra-escolar. Também é oferecido a brasileiros residentes no exterior, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE). Em 2011, contou com a participação de quase 30 mil alunos, sendo 1.914 candidatos brasileiros residentes no Japão.

Ainda em parceria com o MRE, foi realizado o Exame para Certificação de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), do qual participaram mais de 7 mil pessoas. Em 2011, os recursos investidos nessa ação superaram o montante de R\$ 243 milhões.

As ações relativas ao levantamento de dados estatísticos educacionais são compostas, respectivamente, pelo Censo Escolar da Educação Básica e pelo Censo Escolar da Educação Superior, com o objetivo de fornecer, anualmente, dados sobre alunos, docentes e instituições de ensino, os quais são fundamentais para a formulação das políticas educacionais e diagnósticos sobre a educação no Brasil.

O MEC, adotou em 2011, diversas medidas para garantir a qualidade e a confiabilidade dos dados informados ao Censo Escolar da Educação Básica. Entre tais medidas, está a pesquisa de Controle da Qualidade da Informação para verificação in loco dos dados declarados ao Censo Escolar 2011; a realização de Encontros Nacionais e Reuniões Técnicas Regionais, anualmente; a participação de encontros da Undime com a presença dos dirigentes municipais de educação, realização de reunião com os membros do Conselho do Fundeb, em âmbito federal; publicação da Portaria nº 235, de 04 de agosto de 2011, que estabelece parâmetros para a validação e a publicação das informações

declaradas ao Censo Escolar com vistas ao controle de qualidade; publicação da Portaria nº 213, de 25 de julho de 2011, que instituiu Grupo de Trabalho com o intuito de analisar e propor melhorias nos processos do Censo da Educação Básica. Como uma das propostas desse GT, o MEC, realizará, a partir de denúncias de irregularidades, um mapeamento dinâmico de riscos, por base territorial (município), agregando informações de diversas fontes, de modo a otimizar as suas atividades de controle.

No Censo da Educação Superior 2010, novas iniciativas foram tomadas com vista a ampliar a qualidade das estatísticas produzidas. A primeira ação foi a integração com o Cadastro e-MEC, em atendimento à Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007. A interoperabilidade permitiu que não houvesse duplicação na coleta de IES e cursos, bem como possibilitou que fosse reduzida a carga ao respondente, que não necessitava cadastrar novamente uma IES ou curso na base de dados do Inep. E para aumentar a fidedignidade dos dados informados, o Censo integrou-se ainda com a Receita Federal ao validar o CPF de alunos e docentes, evitando assim duplicações de registros.

Ação Censo Escolar da Educação Básica: abrange todas as etapas e modalidades desse nível de ensino, compondo um quadro detalhado de dados sobre alunos, docentes, escolas e turmas, os quais são fundamentais para a formulação de políticas educacionais nas três esferas de governo e para elaboração de novos diagnósticos sobre a educação no Brasil. O Censo Escolar de 2011 apontou que o Brasil possui 51 milhões de matrículas nas redes pública e privada, em todos os níveis e modalidades de ensino. Desse total, 43,1 milhões estão nas redes públicas (84,5%) e 7,9 milhões na rede privada (15,5%), distribuídos em 193.047 estabelecimentos. Destaca-se que as matrículas na educação profissional cresceram 91,8% entre 2002 e 2011. Atualmente, o país tem 1,2 milhão de matrículas na educação profissional, enquanto em 2002 elas representavam cerca de 652 mil.

A creche, que atende crianças com até três anos de idade, somou, em 2011, mais de 2,3 milhões de matrículas, enquanto em 2010, o Censo registrou, aproximadamente, 2 milhões. Comparado com o início dos anos 2000, o crescimento ultrapassa 151%. Com a reorganização da pré-escola, que atende crianças de quatro e cinco anos e a implantação do ensino fundamental de nove anos, foram registradas, no Censo, 4,69 milhões de matrículas em classes de pré-escola. No ensino fundamental, existem 30,5 milhões de matrículas, sendo 16,5 milhões nos anos iniciais e 14 milhões nos anos finais. A educação de jovens e adultos tem 4,1 milhões de matrículas; a educação indígena, cerca de 249 mil; e nas áreas remanescente de quilombos, mais de 224 mil. Já o ensino médio registrou 8,4 milhões de matrículas.

Nota-se um decréscimo de cerca de meio milhão de matrículas na educação básica em 2011, quando comparado com 2010, especialmente por conta de melhorias no fluxo escolar com redução da repetência, bem como em virtude de maior rigor técnico na coleta de informações do Censo, posto que é realizada a checagem de dados para evitar matrículas duplas. Em 2011, foram investidos, aproximadamente, R\$ 14,8 milhões na ação.

Já o Censo da Educação Superior aponta que em dez anos o Brasil quase triplicou o número de concluintes na educação superior. Em 2001 foram 396 mil e em 2010 passou-se para 973 mil concluintes e o número de matrículas na graduação aumentou 110,1% no mesmo período. Dos 6,4 milhões de estudantes matriculados em 29.507 cursos de graduação presencial e a distância, 938 mil estão em instituições federais de ensino superior e o número de ingressantes nesse ano foi de aproximadamente 2,2 milhões. O Censo de 2010, realizado em 2011, registrou, ainda, 2.378 instituições de educação superior — 278 públicas e 2.100 particulares. No período de um ano, houve crescimento de 13,5% no número de instituições públicas e 1,5% no de particulares. Em 2011, foram investidos mais de um milhão na ação.

Ação Estudos e Pesquisas Educacionais: tem por finalidade contribuir para a melhoria e a qualidade da aprendizagem e disponibilizar instrumentos de planejamento e auxílio ao processo decisório para estabelecimento das políticas educacionais, a partir de estudos, pesquisas, levantamentos, análises estatísticas, soluções tecnológicas e construção de indicadores. Em 2011 foram investidos mais de R\$ 8 milhões para a realização das seguintes atividades:

- **Núcleo de Estudos sobre Educação:** objetiva selecionar projetos de criação ou manutenção de núcleos de estudos para o desenvolvimento de pesquisas educacionais que visam subsidiar o processo decisório para o estabelecimento de políticas educacionais, nas universidades e institutos de pesquisa.

- **Laboratório de Experiências Inovadoras em Gestão Educacional:** constitui-se em um espaço de investigação que fornece informações, análises e propostas de ação que sinalizem novas práticas educacionais e cria um espaço de intercâmbio entre especialistas sobre diversos assuntos englobados pela temática.

- **Observatório da Educação:** consiste em um programa de fomento para o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de educação que tem como finalidade contribuir para a criação, o fortalecimento e a ampliação de programas de pós-graduação *stricto sensu* na temática da educação. Outra perspectiva é a formação de recursos humanos capacitados para atuação nas áreas de

gestão de políticas educacionais, avaliação educacional e formação de docentes.

Cabe ressaltar, ainda, os Acordos de Cooperação Técnica firmados com organismos internacionais, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento de pesquisas científicas em temas relacionados à educação pública, assim como as parcerias firmadas com renomadas instituições de ensino superior e pesquisa para desenvolver estudos e pesquisas que respondam a questões de interesse do Inep.

Com relação aos estudos e avaliações de políticas educacionais, no ano de 2011, foram desenvolvidos os trabalhos no âmbito da Prova Nacional de Concurso para Ingresso na Carreira Docente, cujo objetivo é substituir as provas de concurso para ingresso na carreira, por adesão das redes estaduais e municipais de ensino.

Ação Avaliação da Educação Superior é representada pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), que objetiva assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Neste sentido, em 2011 foram realizadas 5.209 visitas in loco para fins de instrução dos processos de concessão de atos de credenciamento e credenciamento de Instituições de Ensino Superior Brasileiras (IES) e autorização de cursos. Também foram publicados o Índice Geral de Cursos Avaliados das Instituições (IGC), cuja criação visa apoiar a avaliação in loco das instituições de ensino superior e os Conceitos Preliminares de Cursos (CPC).

Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade): tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. Em 2011, participaram 376.180 mil estudantes concluintes de cursos de graduação, avaliando 8.814 cursos de 33 áreas do conhecimento em 1.356 municípios do País.

Destaca-se, também, a realização do **Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por Instituições Estrangeiras de Educação Superior (Revalida)**, em articulação com o Ministério da Saúde. Participaram da primeira fase do Exame 677 candidatos e da segunda, 75, dos quais 65 foram aprovados e habilitados a revalidar os seus diplomas nas 37 universidades parceiras. Na ação 8257 foram executados recursos da ordem de R\$ 63 milhões.

Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade

A questão da diversidade, especialmente na última década, é cada vez mais presente no debate educacional brasileiro, por isso é um princípio orientador das ações e da agenda política do atual

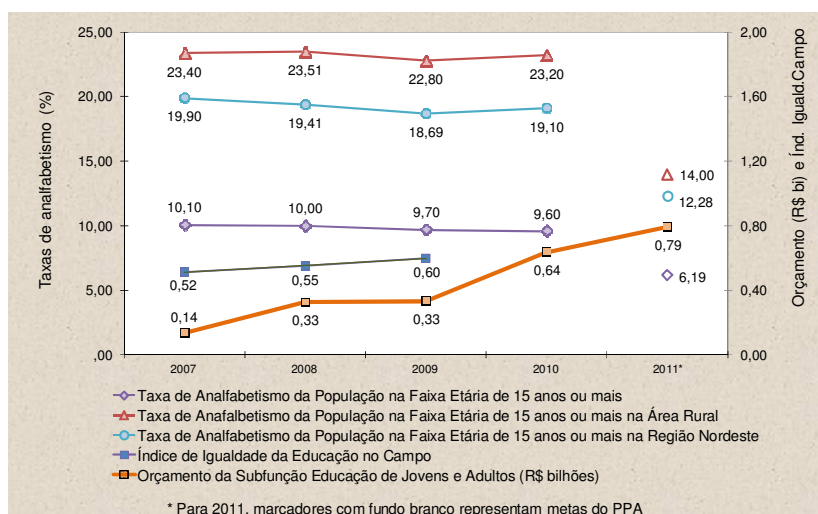
governo e, em especial, do Ministério da Educação. Sendo a diversidade uma das principais características do Brasil, seja ela étnico-racial, de gênero, orientação sexual, geracional, regional, cultural, entre outras, é premente a necessidade de desenvolver ações educacionais mobilizadoras para fomentar igualdade de acesso, de permanência e de sucesso nos sistemas educacionais, respeitando as especificidades regionais e a diversidade sociocultural e ambiental, de modo a contribuir para a redução das desigualdades educacionais por meio da participação de todos os cidadãos em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação.

Portanto, a política educacional, entre outras políticas públicas que visem à inclusão social, precisa ser elaborada sob a ótica da valorização da diversidade e da equidade, ou seja, sob o pressuposto de que é preciso atender a todos na medida em que cada um necessita. Para o MEC, pensar em políticas que promovam a igualdade de oportunidades na educação, o acesso aos bens comuns, à justiça social e ambiental que garantam a qualidade de vida, é um desafio a ser enfrentado na

busca de uma sociedade menos desigual.

Os projetos e ações previstos nesse eixo de atuação contemplam o fortalecimento de espaços de diálogo e de parcerias entre os entes federados e a sociedade; o fomento à construção e implementação de tecnologias educacionais e sociais que, tendo como base territorial o município, promovam a educação integral de crianças, adolescentes e jovens matriculados nas redes públicas de educação básica, por meio da integração de políticas públicas e práticas sociais - educacionais, culturais, assistenciais, esportivas e ambientais; do estímulo ao convívio dos diversos grupos em tais atividades de educação formal e não-formal; da criação de redes sociais em torno da escola; de ações pedagógicas com crianças, adolescentes e jovens integradas a processos de formação de educadores (professores, gestores, monitores); entre outros. Cabe destacar que, devido às características e objetivos desses programas e ações, sua execução acontece de maneira intersetorial e articulada com ações e iniciativas de outros programas do Ministério da Educação, bem como de outros órgãos governamentais das três esferas da União.

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO FEDERAL E DOS INDICADORES NO ÂMBITO DA ALFABETIZAÇÃO, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E DIVERSIDADE



Fontes: IBGE, INEP e SECADI/MEC / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/MEC

Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos

O Programa tem como objetivo elevar o nível de alfabetização e de escolaridade da população de jovens e adultos de 15 anos ou mais de idade, não alfabetizados ou com baixa escolaridade, apoiando ações das Prefeituras Municipais e Secretarias Estaduais de Educação.

Conforme Censo 2010 são 13,9 milhões de pessoas não alfabetizadas e 33,2 milhões de pessoas consideradas analfabetas funcionais.

Em 2011, por meio da adesão de mais de 1.400 Prefeituras Municipais e Secretarias Estaduais de Educação, as ações do PBA preveem o atendimento de aproximadamente 1,6 milhões de jovens e adultos, em uma abrangência de quase 4 mil municípios brasileiros.

A partir de 2011, com a exigência de preenchimento dos relatórios dos ciclos anteriores, ampliam-se os dados de situação final dos egressos de 2008, 2009 e 2010, possibilitando a verificação do percentual de alcance das metas de alfabetização estabelecidas pelos entes executores, criando critério para novas adesões. Assim, foi reordenado o processo de adesão dos Estados e Municípios ao PBA, tendo em vista o cumprimento das metas de redução dos

índices de analfabetismo no Brasil. Com relação ao atendimento 2011, cabe ressaltar que cada ano compreende a execução de dois ciclos/PBA (2010 e 2011), com o empenho de recursos de aproximadamente R\$ 133 milhões referente ao valor de apoio aos estados e municípios executores do Programa e R\$ 339, 2 milhões referente ao pagamento das bolsas a voluntários.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1060 – BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1060	BRASIL ALFABETIZADO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	2006	2007	2008	2009	2010*	2011**
3011	Percentual da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais com Escolaridade Inferior a 4ª Série	22,40	21,90	21,10	20,39	n/d	15,72
8085	Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 a 29 anos	3,20	2,90	2,80	2,50	n/d	2,09
3010	Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais	10,50	10,10	10,00	9,70	n/d	6,19
8084	Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Área Rural	24,30	23,40	23,51	22,80	n/d	14,00
8083	Taxa de Analfabetismo da População na Faixa Etária de 15 anos ou mais na Região Nordeste	20,70	19,90	19,41	18,69	n/d	12,28
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)	604,82	143,04	290,46	290,52	628,25	789,22

Fonte: Inep/MEC, IBGE e Siasi/STN / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

**Para 2011, indicadores em negrito são previsões do PPA.

Ressalta-se que indicadores com referência demográfica não tiveram seus índices disponibilizados em 2010, em função da não realização da PNAD/2010 no mesmo ano do Censo Demográfico/ IBGE. Os dados relativos a 2011 ainda serão disponibilizados com a divulgação da PNAD em 2012.

O apoio técnico aos entes executores do Programa Brasil Alfabetizado, em 2011, contemplou as seguintes iniciativas:

- no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático para a EJA (PNLDEJA), foram produzidos e distribuídos mais de 14 milhões de livros didáticos para alunos de alfabetização do PBA e da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo sido investidos recursos superiores a R\$ 303,4 milhões;

- pesquisas acadêmicas subsidiadas, contemplando a avaliação das ações de formação dos alfabetizadores e coordenadores, bem como do uso do livro didático, respectivamente pela Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF);

- contratação de consultores para desenvolvimento de atividades relativas à formação, ao monitoramento e à elaboração de estudos de boas práticas de alfabetização;

- publicação do documento “Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado”;

- Encontro Regional dos Gestores Locais e Técnicos de Apoio do Programa Brasil Alfabetizado (Nordeste I e II), com 380 participantes, com recursos de, aproximadamente, R\$ 329 mil, visando à melhoria da capacidade da gestão nos municípios e estados do Nordeste, considerando as taxas de analfabetismos nessa região; e

- publicação do Mapa do Brasil Alfabetizado.

Como estratégia de atuação para o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em 2011, destacam-se as reuniões ordinárias da Comissão Nacional de Alfabetização e EJA (CNAEJA); as reuniões técnicas da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e EJA; realização de web conferências e encontros regionais; e a oferta do II Curso em Gestão Social de Políticas Educacionais, contemplando 60 integrantes da Agenda Territorial e Fóruns de EJA.

Dentre as ações desenvolvidas para o atendimento à população de jovens e adultos privados de liberdade, destaca-se: a aprovação da alteração da Lei de Execução Penal com a previsão da remição da pena pela educação; o Plano Estratégico de Educação Prisional; o Grupo de Trabalho sobre Políticas para as Penitenciárias Femininas; a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a distribuição de material didático no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLDEJA) para 40 mil alunos.

Em 2011, no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR), foram aprovados recursos na ordem de R\$

2,1 milhões para a elaboração dos Planos Estaduais de Educação em prisões, a formação de 940 professores e agentes penitenciários e aquisição de 5.000 livros para acervo das bibliotecas de 39 unidades prisionais, contemplando os estados MT, MS, PB, PI e SC. As ações previstas serão realizadas em 2012. A formação permite melhorar a qualidade da oferta e sensibilizar os agentes penitenciários para a importância da educação na ressocialização dos presos.

No que se refere à ação de Apoio a iniciativas para melhoria da qualidade da Educação de Jovens e Adultos, foram apoiados 18 projetos para contemplar os Centros de Memória, o Portal de Fóruns, a Formação em Economia Solidária, a realização do X Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), o apoio às Cátedras Paulo Freire/Unila e da UNESCO/UFPB, as Comunidades de Aprendizagem e as iniciativas de melhoria da qualidade da EJA, com recursos da ordem de R\$ 8 milhões, em 2011.

Estes recursos possibilitaram a mobilização, a participação na execução e no acompanhamento das políticas de EJA, bem como, o intercâmbio de experiências na área de EJA com os países da Ibero América e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Programa Educação para a Diversidade e Cidadania

O Programa Educação para a Diversidade e Cidadania implementa políticas que visam ao pleno desenvolvimento de estudantes como cidadãos, por meio da articulação das diferentes áreas do agir humano em ações socioeducativas que ampliem os currículos, tempos e espaços escolares. Contribui de forma fundamental para reduzir as desigualdades, na medida em que não apenas atende a públicos específicos e historicamente excluídos do processo educacional, como também leva a temática da diversidade para o maior número de escolas possíveis, com vistas à superação de preconceitos e discriminações. Atua também no fortalecimento das redes públicas pela ampliação da jornada escolar com a adoção da educação integral nas escolas com menores resultados de aprendizado (Ideb).

Funciona de maneira integrada com outros programas e ações sob responsabilidade do MEC e de outros ministérios, tendo em vista a necessidade de resoluções de problemas complexos que interagem com os problemas relacionados a outros programas e ações, além do ganho de eficiência relacionado à utilização de ferramentas e instrumentos únicos pelo Ministério da Educação. Além disso, o PDE tem a diretriz de integração entre ações e programas.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1377 – EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE E CIDADANIA

1377	EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE E CIDADANIA	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
2538	Índice de Igualdade da Educação de Campo	0,49	0,52	0,55	0,60	n/d	0,77
2539	Índice de Igualdade da Educação Escolar Indígena	0,46	0,55	0,53	0,51	n/d	0,51
2537	Índice de Igualdade das Ações Educativas Complementares	0,60	0,60	0,65	0,66	n/d	0,90
2540	Índice de Igualdade das Diversidades Étnico-Raciais	0,83	0,82	0,86	0,88	n/d	0,93
2541	Índice de Igualdade de Gênero	0,97	—	0,95	—	n/d	1,00
2541**	Índice de Igualdade de Gênero para Mulheres	1,05	1,06	1,05	1,05	n/d	1,00
2541**	Índice de Igualdade de Gênero para Homens	0,95	0,95	0,95	0,95	n/d	1,00
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)	59,10	23,82	35,02	80,62	104,54	39,38

Fonte: PNAD/IBGE e Secadi/MEC / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

* Para 2011, indicadores em negrito são previsões do PPA.

** O índice 2541 do PPA, de igualdade de gênero, foi desdobrado pela SECADI em 2 índices específicos para homens e mulheres.

Ressalta-se que indicadores com referência demográfica não tiveram seus índices disponibilizados em 2010, em função da não realização da PNAD/2010 no mesmo ano do Censo Demográfico/ IBGE. Os dados relativos a 2011 ainda serão disponibilizados com a divulgação da PNAD em 2012.

Em 2011 foram apoiados os seguintes projetos:

- Programa de Ações Afirmativas para a População Negra no Ensino Superior (Uniafro): destinou recursos de, aproximadamente, R\$ 555,2 mil para a formação de 685 professores da educação básica e

a elaboração de materiais didático-pedagógicos para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana com objetivo de implantação da Lei nº 10.639 nas escolas públicas;

- Disponibilização da Coleção História Geral da África: totalizando 8 mil coleções entregues a bibliotecas públicas de todo o país, ministérios públicos estaduais, IES, polos da UAB, fóruns estaduais de diversidade étnico-racial, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e conselhos estaduais/distritais de educação, e ainda, para as bibliotecas das secretarias estaduais de educação,

embaixadas de países da América Latina e Caribe, Câmara dos Deputados e Senado Federal. Com este programa pretende-se ampliar o acervo das IES para o desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre a história e cultura afro-brasileira.

- Realização de audiências públicas nos estados do MA, BA e o DF, com objetivo de elaborar as Diretrizes Curriculares para a Educação Quilombola;

- Realização do Seminário Nacional de Educação para as Relações Étnico-raciais no âmbito das atividades do Ano Internacional dos Afrodescendentes, reunindo 150 participantes, gestores e professores dos sistemas de ensino, com recursos de, aproximadamente, R\$ 277,3 mil com o objetivo de formar gestores para a educação das relações étnico-raciais;

- Programa Escola Ativa: apoia as escolas do campo que possuem classes multisseriadas. Aprovou, em 2011, projetos de formação, monitoramento e macrocentros de 03 instituições (UFSC, UFPR e UFRPE), com investimentos superiores a 1 milhão para a formação de 387 professores. Ainda em 2011, disponibilizou 74.207 kits pedagógicos às turmas e 15.820 às escolas. Além disso, pagou 29.462 bolsas para 2.774 bolsistas do Programa, nas seguintes modalidades: Professor Formador I e II, Professor Multiplicador, Professor Pesquisador I e II e Supervisor de Curso.

- O Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo) e o Programa de Apoio à Implantação e Desenvolvimento de Cursos de Licenciatura para Formação de Professores Indígenas (Prolind): apoiam, por meio das IPES, a implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo e Indígena, voltados à formação de educadores para a docência, nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, nas escolas rurais e indígenas. Em 2011, foram apoiados 25 projetos na educação do campo, com um montante superior a R\$ 7,6 milhões, que beneficiou 2.026 professores. No tocante ao Prolind, este apoiou 21 IPES, contemplando 2.811 professores indígenas com 23 cursos de formação, investindo recursos na ordem de R\$ 8,5 milhões. Com esse programa busca-se elevar a escolarização dos professores do campo e indígena, bem como promover a formação de professores da própria comunidade/aldeia.

- A implantação dos Territórios Etnoeducacionais institui modelo de gestão da educação escolar indígena, fundamentado na(s) territorialidade(s) dos povos, no seu protagonismo para definição, acompanhamento e avaliação das políticas públicas e no regime de colaboração entre os entes federados e outras instituições, com vistas à execução de um Plano de Ação para atendimento das necessidades de formação de professores, produção e distribuição de materiais didáticos específicos, estruturação da rede física das escolas,

alimentação, transporte escolar e acesso e permanência no ensino superior. Com a descentralização de R\$ 1,6 milhão à Fundação Nacional do Índio (Funai), foi apoiada a participação dos representantes indígenas nas reuniões de pactuação dos Planos de Ação e das comissões gestoras.

- A política intersetorial de Educação Ambiental (EA) tem como foco a constituição de Escolas Sustentáveis e Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas (Com-Vida) nos processos de formação e demais ações. Dentre as atividades do processo de conferências de educação ambiental, destaca-se a elaboração de materiais de aporte à IV Conferência Nacional Infante Juvenil do Meio Ambiente, para divulgação da Com-Vida e o Rio+20 na Escola, bem como a realização do Encontro Nacional de Gestores de Educação Ambiental, com investimentos de, aproximadamente, R\$ 124 mil. O evento contou com a participação de 200 gestores e das Secretarias de Estado de Educação e de Meio Ambiente, objetivando delinear estratégias para a IV Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente, o VII Fórum de EA, a II Jornada Internacional de EA e o espaço educacional Rio+20. Aliada à articulação de redes e o engajamento das redes de ensino fomentados por tais eventos nacionais e internacionais, a IV Conferência contribui para a consolidação da Política Nacional de Educação Ambiental, representando um amplo processo de mobilização e de engajamento dos estudantes a respeito da transformação das escolas em espaços educadores sustentáveis.

- Programa de Formação para a Diversidade: objetiva a qualificação de professores das redes públicas de ensino para inserção das temáticas da diversidade no cotidiano escolar, ofertando cursos de aperfeiçoamento e especialização realizados em parceria com as IPES, na modalidade a distância, por meio da UAB e na modalidade presencial e semipresencial pela Renafor. Em 2011, foram investidos recursos no valor de R\$ 5,9 milhões para a oferta de cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização nas temáticas da diversidade para profissionais da educação.

- Na área de Direitos Humanos foram ofertadas 11.996 novas vagas por meio dos cursos: Gestão em Políticas Públicas em Gênero e Raça (4.940 vagas); Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1.244 vagas); Educação em Direitos Humanos – EDH (1.048 vagas) e Gênero e Diversidade na Escola – GDE (4.764 vagas). O curso Escola que Protege, que objetiva qualificar profissionais de educação no que tange às violações de direitos de crianças e adolescentes e no papel da escola na Rede de Proteção Integral, em 2011, disponibilizou 2.230 vagas em 6 IPES, com investimentos de R\$ 1,3 milhão. Já o curso de extensão Gênero e Diversidade Sexual visa capacitar profissionais da

educação para que tenham subsídios para promoção da equidade de gênero e do reconhecimento da diversidade de orientação afetivo-sexual e/ou identidade de gênero, contemplou 2.720 vagas, com recursos da ordem de R\$ 2,2 milhões descentralizados para 5 IPES. Os processos de formação continuada em educação em direitos humanos são estratégicos para complementar a formação inicial docente na temática e para preparar esses profissionais lidar com desafios cotidianos relacionados à promoção dos direitos humanos em seus contextos locais, permitindo-lhes, ainda, repensar conceitos e atualizar conhecimentos a partir de suas experiências e vivências em sala de aula.

- Frequência escolar: o MEC é responsável pelo acompanhamento da condicionalidade da frequência escolar das crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF. Aproximadamente 17 milhões de estudantes beneficiários do Programa, ou seja, 34% do total de matrículas da educação básica são acompanhados bimestralmente por meio do Sistema Presença. Tal acompanhamento, que tem logrado monitorar a presença de um número cada vez maior de estudantes, é fundamental para garantir a escolarização e reduzir a vulnerabilidade das crianças e adolescentes beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Ensino Profissional e Tecnológico

As exigências do atual cenário mundial têm atentado para o reconhecimento da Educação Profissional e Tecnológica como fator estratégico e de suma importância para o crescimento socioeconômico local e regional e para o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, nos últimos anos o Governo tem investido em ações voltadas para a expansão da rede federal e a reestruturação das redes estaduais no âmbito da educação profissional; a expansão de

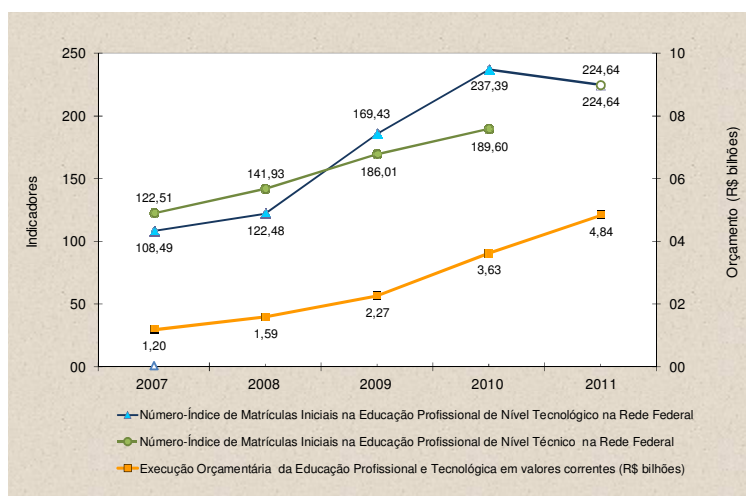
vagas em nível médio integrado; a graduação tecnológica, licenciatura e pós-graduação; a intensificação dos acordos com o Sistema S; a eliminação dos problemas de financiamento estudantil para o nível técnico, entre outros projetos, com destaque para a criação, em 2011, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), que tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira.

O Pronatec intensifica a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e prevê uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, que juntos oferecerão oito milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis nos próximos quatro anos. Prevê também a entrega de laboratórios e a formação de gestores e professores de escolas de EPT em todo Brasil.

Destaca-se, ainda, a participação das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Programa Ciências sem Fronteiras por meio de editais e bolsas específicos condizentes e adaptados às particularidades e às demandas dessas instituições, de seus alunos, professores e técnicos.

No âmbito do ensino profissional e tecnológico, o Programa tem como objetivo propiciar a formação e capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritária. Em 2011, ocorreu o lançamento de edital específico para Cursos Superiores de Tecnologia (Tecnólogos) Sanduíche com instituições canadenses, com a previsão de 200 estudantes participantes.

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO FEDERAL E DOS INDICADORES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



Fontes: Inep/MEC e SECADI/MEC / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/MEC

Em 2010 os recursos destinados à Educação Profissional e Tecnológica foram de R\$ 4,4 bilhões, e dentre os programas e ações desenvolvidos nesse segmento, destacam-se:

Programa Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica

O Programa tem como objetivo ampliar a oferta da educação profissional nos cursos técnicos de nível médio e superiores de tecnologia, com melhoria da qualidade, incorporando novos atores sociais ao processo de formação profissional, técnica e tecnológica. Visa, ainda, democratizar o acesso às oportunidades de escolarização, formação, trabalho e desenvolvimento humano aos jovens e adultos que buscam melhores oportunidades, promovendo inclusão social a amplas camadas da população brasileira e contribuindo para reduzir as desigualdades regionais.

De modo a consolidar a inclusão do público-alvo, as ações de formação profissional, técnica e superior tecnológica são implementadas pelo Governo Federal, de forma direta ou descentralizada, em parceria com os estados e municípios, ONG's representativas da sociedade civil organizada, Sistema 'S', além de outras instituições governamentais e não governamentais, no país e no exterior. Ademais, o Programa busca oferecer educação profissional de nível básico e técnico articulada para a elevação da escolaridade e fortalecimento de ações que apontem para geração de trabalho e renda nos mais distantes espaços geográficos.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1062 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

1062	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	2006	2007	2008	2009	2010	2011 ⁽¹⁾
1513	Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Técnico ⁽²⁾	100,00	122,51	141,93	169,43	189,60	224,64
1804	Número-Índice de Matrículas Iniciais na Educação Profissional de Nível Tecnológico ⁽²⁾	100,00	108,49	122,48	186,01	227,39	224,64
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)	1.242,85	1.471,61	2.027,29	2.812,73	4.018,05	5.897,53

Fonte: Inep/Siafi / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

(1) Para 2011, indicadores em negrito são previsões do PPA.

(2) Matrículas da Rede Federal

As ações mais relevantes do programa em 2011 foram:

Ação Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: com a criação e consequente implementação do Pronatec, a ação

prevê a construção de 208 unidades até 2014, sendo que 88 unidades encontram-se em execução com previsão de inauguração até 2012. Este quantitativo, adicionado às 354 unidades pré-existent, eleva para 562 o número de unidades da rede federal distribuídos em todo o território

nacional, expandindo o atendimento para mais de 600 mil estudantes. No ano de 2011, foram finalizadas as obras de 10 escolas federais, estando prontas para inauguração.

Ação Educação Profissional e Tecnológica a Distância – e-Tec Brasil: proporciona educação profissional técnica na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos no país. Em 2011, foram implementados 543 polos em 26 estados e Distrito Federal, com 75.364 alunos matriculados em 48 cursos, com investimentos na ordem de R\$ 68,4 milhões.

Ainda no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, algumas iniciativas mereceram destaque em 2011:

- **Programa Brasil Profissionalizado:** visa apoiar as redes públicas estaduais de educação profissional e tecnológica com investimentos em construções, ampliações e reforma de prédios escolares. Além disso, financia mobiliários, equipamentos, laboratórios e formação dos profissionais de escolas técnicas. O Programa investiu R\$ 1,8 bilhão no desenvolvimento da educação profissional e tecnológica de 24 redes estaduais. Cerca de 190 escolas estão sendo construídas e mais de 500 ampliadas e reformadas. Os investimentos em equipamentos, mobiliários e laboratórios foram de R\$ 182 milhões. Outros R\$ 60 milhões foram aplicados na compra de livros para os cursos técnicos e R\$ 25 milhões para formação e capacitação de profissionais da educação. Em 2011, foram descentralizados para os estados conveniados na ordem de R\$ 280 milhões.

- **Acordo Sistema “S”:** firmado em 2008, o acordo prevê que as entidades estabeleçam um Programa de Comprometimento de Gratuidade cujas medidas direcionam dois terços de suas receitas líquidas na oferta de vagas gratuitas de cursos de formação para estudantes de baixa renda ou trabalhadores – empregados ou desempregados. O acordo também prevê o aumento da carga horária dos cursos, cujo mínimo passa a ter 160 horas. Em 2011, o percentual de destinação de receitas para matrículas gratuitas previa: Senac – 35%; Senai: 56%. O acordo alcançou nesse ano, aproximadamente 430 mil matrículas em formação inicial e continuada, 25 mil matrículas em cursos técnicos no SENAI, 211 mil matrículas em cursos de formação inicial e continuada e 7,6 mil matrículas em cursos técnicos no SENAC.

- **Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Certific):** constitui-se como uma Política Pública Interministerial de Educação Profissional e Tecnológica voltada ao atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de

ensino-aprendizagem e formação inicial e continuada, a ser obtido mediante Programas Interinstitucionais de Certific. Em 2011, contemplou 11 institutos federais com recursos na ordem de R\$ 4,7 milhões. Foram realizados, ainda, 15 cursos de formação de avaliadores.

- **Programa Mulheres Mil:** tem como objetivo garantir o acesso à educação profissional e a elevação da escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões. Em 2011, o Programa foi instituído pelo MEC e lançada a Chamada Pública para novos campus do Mulheres Mil. Já foram implantados 99 campus em 37 institutos federais, beneficiando 380 mulheres, que encontram-se matriculadas nos respectivos *campus*.

- **Bolsa Formação:** a ação prevê a ampliação da oferta de vagas públicas e gratuitas a estudantes e trabalhadores para formação profissional. Em 2011, ofereceu 220 mil vagas em cursos de formação inicial e continuada em 1.072 unidades de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), atingindo 400 municípios. As vagas foram destinadas a estudantes do ensino médio matriculados em escolas de 23 redes estaduais.

- **Pesquisa e Inovação Tecnológica nos Institutos Federais:** trata-se de política de apoio a inovação no âmbito da rede federal de educação profissional e tecnológica, garantindo, entre outros objetivos, o estímulo à realização de pesquisas aplicadas e o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios a toda comunidade. Estruturou 40 núcleos de pesquisa e inovação nas instituições da rede EPT, bem como capacitou 683 pesquisadores na área de inovação e transferência de tecnologia, em parceria com a UnB. Somente no ano de 2011 foram investidos cerca de R\$ 786 mil para aquisição dos Kits do Núcleo de Informação Tecnológica (NIT). Até 2012 serão capacitados 2 mil professores da rede federal, mediante o Curso de Especialização em Propriedade Intelectual na modalidade EaD.

Educação Superior

Diante de um quadro economicamente favorável e ocupando o quinto lugar entre os países que mais recebem investimentos no mundo, o Brasil ainda enfrenta grandes desafios e entraves para ser efetivamente competitivo no mercado global e atingir o desenvolvimento socioeconômico sustentável e ideal. Nesse contexto, a educação superior tem papel relevante, pois é elemento-chave para legitimar o país em sua nova posição. Para isso vem ganhando centralidade nos planos de Governo e obtendo avanços efetivos na oferta de ensino em sintonia com as demandas do mundo globalizado. A atuação do Governo Federal se concretiza em dimensões que visam garantir a qualidade do

ensino: expansão e manutenção das universidades federais; desenvolvimento de políticas de inclusão de setores tradicionalmente excluídos desse nível de ensino; supervisão e regulação do sistema federal de educação superior; e desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Sob a ótica da ampliação do acesso e da permanência na educação superior, as duas principais vertentes são a concessão de bolsas de estudo pelo Programa Universidade para Todos (ProUni) e a concessão de financiamento estudantil, por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

Para possibilitar o ingresso de jovens de baixa renda em instituições privadas de ensino superior, o Fies vem sendo aperfeiçoado ao longo do tempo. Em 2011, muitos estudantes puderam contratar o financiamento pelo Fies sob a modalidade do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo, sem a necessidade de fiador. No exercício de 2011, foram firmados 152.402 novos contratos de financiamento, com investimentos de R\$ 941,5 milhões. Considerando-se os novos contratos firmados em 2011 e os contratos vigentes firmados nos exercícios anteriores, o valor total do investimento no Fies em 2011 foi de 2,3 bilhões.

Com relação ao ProUni, esse tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), conjugando-se, desse modo, inclusão com qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. Desde a sua criação, em 2005, até o processo seletivo referente ao segundo semestre de 2011, já foram atendidos 919 mil estudantes sendo que 197 mil já concluíram o ensino superior. Ainda em 2011, foram ofertadas mais de 254 mil bolsas, sendo que, atualmente, estão em utilização 468 mil bolsas. A meta de oferta de 180.000 bolsas de estudo prevista para 2011 foi superada em 41,44%. Foram ofertadas 254.598 bolsas nesse ano.

Dados da Receita Federal do Brasil indicam que a renúncia fiscal decorrente do Prouni foi da ordem de R\$ 167,9 milhões em 2005; R\$ 215,8 milhões em 2006; R\$ 348,7 milhões em 2007; R\$ 434,7 milhões em 2008 e R\$ 530,6 milhões em 2009. Os valores estimados pela RFB para 2010 e 2011 são de R\$ 599,1 milhões, de R\$ 666,2 milhões, respectivamente.

Os resultados do Prouni demonstram que o programa cumpre com efetividade seu objetivo de promover o acesso e a permanência na educação superior com qualidade. Considerando que os estudantes a serem beneficiados pelo programa são selecionados com base em critérios meritocráticos,

as notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, pode-se afirmar que atualmente o estudante egresso do ensino médio público, pertencente aos estratos inferiores de renda, dispõe de uma alternativa concreta para ingresso na educação superior.

As ações realizadas no âmbito do Prouni são operacionalizadas por meio de sistema informatizado que opera com certificação digital, o que confere transparência, segurança, economicidade e eficiência. Por sua dimensão, o Prouni envolveu números significativos em 2011: são mais de 1.400 instituições de ensino participantes, cerca de 919 mil bolsas já concedidas pelo programa, das quais mais de 460 mil encontram-se ativas.

Outra ação importante foi à criação da Bolsa Permanência, para beneficiar estudantes carentes matriculados em cursos de carga horária elevada e que não podem conjugar suas atividades acadêmicas e laborais. É destinada exclusivamente ao custeio das despesas educacionais do bolsista integral do ProUni. Para tanto, a iniciativa recebeu um acréscimo em seu valor total de 20%, passando para o valor mensal de R\$ 360 e atendendo cerca de 5.110 bolsistas.

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu), com duas edições por ano, é um sistema informatizado e gerenciado pelo MEC que seleciona candidatos às vagas disponibilizadas pelas IPES com base nas notas obtidas no Enem. Com inscrições gratuitas e efetuadas exclusivamente pela internet, o Sisu propicia acesso ao ensino superior público num processo seletivo unificado que permite aos estudantes concorrer a vagas de várias instituições, sem ter que arcar com custos de deslocamento e de taxas de inscrição de vestibular. A mobilidade proporcionada pela seleção possibilita aos estudantes a oportunidade de cursar o ensino superior em outro estado ou região, expandindo suas experiências e vivências acadêmicas. Em 2011, ocorreram duas edições: na primeira, participaram do processo seletivo 83 instituições, já na segunda, participaram 48 instituições, disponibilizando 109.461 vagas. A redução do número de instituições participantes do Sisu do primeiro para o segundo semestre de 2011 se justifica visto que várias instituições públicas e ensino superior participantes do Sisu fazem apenas um processo seletivo anual, ofertando todas as suas vagas no primeiro semestre.

Além da expansão e manutenção das universidades federais e do desenvolvimento de políticas de inclusão de setores tradicionalmente excluídos da educação superior, o MEC vem trabalhando, também, na supervisão e regulação do sistema federal de educação superior para garantir a qualidade do ensino. Nesse contexto, destaca-se o aprimoramento e atualização do Cadastro Nacional

de Instituições e Cursos de Educação Superior que passou a ser a principal base de dados para os programas como Fies Prouni, Sisu, Bolsas Permanência, entre outros.

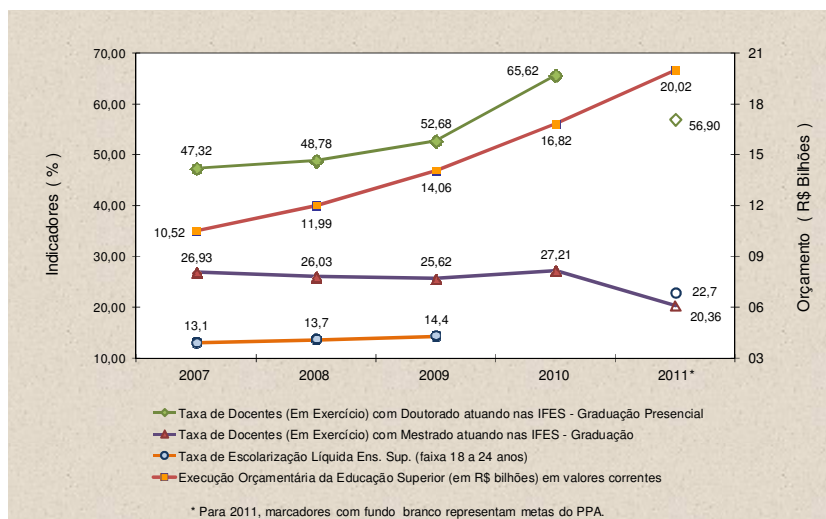
Em relação à regulação, o objetivo é induzir a oferta com qualidade de cursos e programas de educação superior por meio de atos administrativos autorizativos (credenciamento e reconhecimento de instituições e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, assim como suas modificações) do funcionamento de instituições e de cursos de graduação e sequenciais.

De acordo com os últimos dados do Censo da Educação Superior (2010), o setor regulado é formado por 2.377 instituições, 278 públicas e 2.099 privadas, oferecendo 29.507 cursos superiores presenciais e a distância (9.245 públicos e 20.262 privados) e um total de 6.379.299 matrículas (4.736.001 em instituições privadas e 1.643.298 em

públicas). Com números tão expressivos, o volume da atividade regulatória é bastante elevado, considerando que todas essas IES e seus cursos demandam renovação de seus atos autorizativos com frequência regular. O conjunto das atividades regulatórias impacta no sistema federal de ensino superior que passa a funcionar a partir de critérios normativos, isonômicos e transparentes, referenciados em padrões de qualidade instituídos pelo Sinaes.

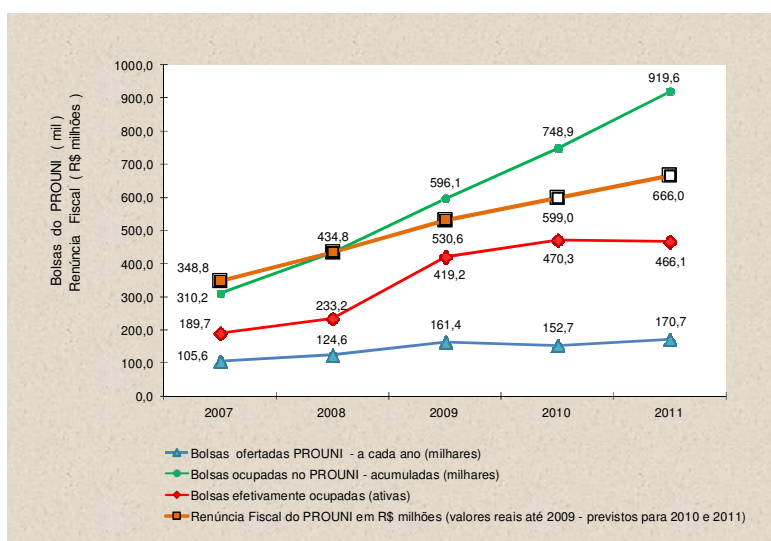
A supervisão compreende todos os processos de avaliação de cursos, instituições e polos de apoio presencial de educação a distância. Nesse sentido, com o objetivo de garantir que as instituições se adequem às normas, padrões e modelos previamente definidos para a educação superior, são desenvolvidas atividades de supervisão sistemáticas e contínuas, que cobram das IES atuação coerente com o ordenamento legal vigente e com cursos de qualidade.

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO FEDERAL E DOS INDICADORES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR



Fonte: INEP/MEC, PNAD/IBGE e Siafi/STN - Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO FEDERAL E DOS INDICADORES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (cont.)



Fonte: SESU/MEC e SRF/MF - Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

No âmbito da Educação Superior podemos destacar os seguintes programas e ações em 2010:

Programa Brasil Universitário

O campo da educação superior vem passando por alterações em sua configuração e funcionamento em decorrência da necessidade de imprimir novos rumos aos projetos de desenvolvimento brasileiro. Nesse sentido, levar educação superior a uma parcela maior da população tem sido fator decisivo para a diminuição das desigualdades sociais e regionais e para o desenvolvimento científico e tecnológico, fomentando o desenvolvimento econômico e social do país, a geração de trabalho e renda e a inclusão social. O Programa Brasil Universitário tem como objetivo ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA 1073 – BRASIL UNIVERSITÁRIO

1073	BRASIL UNIVERSITÁRIO	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
1830	Coefficiente de Alunos por Docentes em Exercício na Educação Superior	15,22	15,49	15,39	15,01	n/d	16,34
1826	Taxa de Docentes (Em Exercício) com Doutorado atuando nas IFES - Graduação Presencial	44,26	47,32	48,78	52,68	65,62	56,90
1828	Taxa de Docentes (Em Exercício) com Graduação atuando nas IFES - Graduação Presencial	29,40	25,76	25,17	21,63	n/d	22,74
1827	Taxa de Docentes (Em Exercício) com Mestrado atuando nas IFES - Graduação	26,32	26,93	26,03	25,62	27,21	20,36
1831	Taxa de Matrícula de Alunos em IFES - Graduação Presencial - no Turno Noturno	25,38	25,33	25,55	25,90	n/d	64,09
3009	Taxa de Matrículas de Alunos em Cursos de Graduação Presenciais no Turno Noturno	60,13	60,89	61,67	62,59	n/d	40,09
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)	11.476,87	13.431,61	14.730,62	18.492,30	20.201,46	23.230,10

Fonte: Inep/MEC e Siati/STN / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

*Para 2011, indicadores em negrito são previsões do PPA.

Ressalta-se que indicadores com referência demográfica não tiveram seus índices disponibilizados em 2010, em função da não realização da PNAD/2010 no mesmo ano do Censo Demográfico/ IBGE. Os dados relativos a 2011 ainda

serão disponibilizados com a divulgação da PNAD em 2012. Dentre as ações que compõem o Programa Brasil Universitário destacaram-se em 2011:

A ação Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) promove a expansão sustentada das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) com o objetivo de elevar o número de vagas de entradas e a inovação pedagógica na formação superior, em consonância com as estratégias governamentais para o desenvolvimento do país. Em 2011 foram investidos, aproximadamente, R\$ 2,0 bilhões para o alcance do objetivo de oferecer 222.427 vagas no âmbito Reuni/Expansão, em 2012.

Dando continuidade ao processo de expansão e reestruturação pactuado com as Ifes, foi autorizado, em 2011, o provimento de 4.999 novos cargos de técnico-administrativo e 1.060 novos cargos de docentes. Ainda nesse ano, foi normatizado o banco de professor-equivalente, que incorporou as autorizações de concurso efetivadas, garantindo autonomia às universidades para gestão do pessoal docente.

O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam às necessidades do próprio curso de graduação. O estudante e o professor tutor recebem apoio financeiro de acordo com a Política Nacional de Iniciação Científica. No ano de 2011, além da manutenção dos 428 grupos existentes, foram criados mais 352 novos grupos, totalizando 780 grupos apoiados, que beneficiaram 780 tutores e 9.360 bolsistas, com investimento de R\$ 61 milhões.

Na área da Educação na Saúde, destacam-se os investimentos na rede de Hospitais Universitários Federais – HUF e na formação de especialistas por meio das Residências em Saúde.

Ação de Complementação para o Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais: auxilia no funcionamento dos Hospitais Universitários Federais (HUF), melhorando a qualidade do ensino e da pesquisa desenvolvidos pelas Ifes, além de garantir os procedimentos necessários na área de saúde, em termos de prestação de assistência à comunidade através do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2011, passou a compor o orçamento do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF) e sua execução discutida no âmbito do comitê gestor. Foi investido um total de R\$ 224,5 milhões, em recursos para custeio e investimentos na revitalização tecnológica, com a aquisição de aproximadamente 2 mil equipamentos de imagem.

No âmbito das residências em saúde, a ação de Apoio à Residência Multiprofissional financia bolsas-auxílio a alunos do sistema federal de ensino

superior pertencentes a dois públicos distintos: (i) aos médicos participantes de programas de residência médica e (ii) aos profissionais da área da saúde participantes de programas de residência multiprofissional e programas de residência em uma única área profissional da saúde. Em 2011 investiu-se R\$ 235 milhões, no pagamento das bolsas, o que permitiu o aumento global de 23% no número de benefícios mensais pagos em relação ao ano anterior, passando de 6.038 bolsas em 2010 para 7.425 em 2011, sendo 6.232 bolsas para Residência Médica e 1.193 para Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde.

Em 2011, foi sancionada a lei 12.555, de 15 de dezembro de 2011, que autoriza a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), a qual irá gerir os hospitais universitários das Instituições Federais de Ensino. De acordo com a lei, a EBSERH terá por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar e ambulatorial, além de dar apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública sem interferir na autonomia universitária.

A ação de Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior tem o objetivo de promover a melhoria da qualidade do ensino de graduação juntamente com o aumento da oferta de vagas. Em 2011 foram realizadas descentralizações para 37 instituições, no montante de R\$ 111,3 milhões.

- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES): tem como objetivo a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal, a fim de combater às desigualdades sociais e regionais. Em 2011, investiu R\$ 401,1 milhões para oferecer assistência à moradia estudantil, à alimentação, ao transporte, à saúde, à inclusão digital, à cultura, ao esporte, à creche e ao apoio pedagógico, atendendo 290 mil estudantes das universidades federais.

- Programa de Extensão Universitária (ProExt): apoia as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Visando atender a extensão universitária com ênfase na inclusão social, o ProExt apoiou 709 propostas de extensão, em 2011, com um orçamento total de R\$ 70 milhões.

Ação Credenciamento dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior tem como finalidade garantir a oferta e expansão quantitativa e qualitativa, do sistema de graduação por meio de procedimentos e normas transparentes e democráticas. Em 2011, foram avaliados mais de 6 mil cursos, com investimentos superiores a R\$ 9,6 milhões.

Programa Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

O Programa tem por objetivo formar pessoal de alto nível no País e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil, além de atuar na formação inicial e

na qualificação de docentes para a educação básica. Suas ações estão vinculadas ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), que tem como pilares a avaliação, fomento e acesso à informação científica e tecnológica. O SNPG permite a titulação de mestres e doutores, contribuindo para uma maior oferta de recursos humanos altamente qualificados e, conseqüentemente, permite alavancar o desenvolvimento nacional no médio e longo prazo.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA

1375	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA PÓS-GRADUAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
2137	Índice de Doutores Titulados no País	4,81	5,10	5,65	6,19	5,88	6,28
2135	Índice de Mestres Titulados no País	16,46	17,50	17,59	20,93	19,37	20,44
2139	Índice de Qualidade da Pós-Graduação Nacional	4,21	4,10	4,10	4,21	4,34	4,38
Empenho	Execução Orçamentária do Programa (R\$ milhões)	752,64	802,88	1.038,92	1.286,29	1.535,93	2.164,13

Fonte: Inep/Siafi e Siafi/STN / Elaboração: CEAD/CGP/SPO/SE/MEC

*Para 2011, indicadores em negrito são previsões do PPA.

Algumas ações merecem destaque em 2011:

Ação Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudo no País: em 2011, foram concedidas 39.291 bolsas de mestrado, 22.327 de doutorado, 761 de pós-doutorado e 114 para professores visitantes seniores, totalizando 62.493 bolsas concedidas, com investimentos superiores a R\$1,1 bilhão. Deste total, 9.262 bolsas foram destinadas ao Programa "Bolsas para Todos", direcionadas a alunos de mestrado e doutorado de programas de pós-graduação de todas as regiões do país, com ênfase nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com vistas à redução das assimetrias regionais do SNPG. Ressaltam-se ainda, como marcos inovadores, as diversas ações indutivas para suporte ao desenvolvimento de projetos com formação de recursos humanos em áreas consideradas estratégicas para o país: TV Digital, Defesa Nacional, Engenharias, Cultura, Administração, Saúde, Ciências do Mar e Nanobiotecnologia. Em 2011, para estimular os projetos conjuntos de pesquisa no país, foram lançados os editais Toxinologia e Parasitologia Básica que visam o desenvolvimento de projetos de pesquisa científica e tecnológica, contemplando a formação de recursos humanos pós-graduados nessas áreas e o edital conjunto Capes-Embrapa voltado para temas estratégicos para o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária.

A ação Fomento à Pós-graduação: apoiou 1.999 projetos, totalizando investimentos da ordem de R\$ 139,8 milhões em 2011. No âmbito dessa ação, destaca-se a execução do Programa Pró-Equipamentos Institucional que apoiou 103 projetos de IPES, com um investimento de R\$ 92,7 milhões de reais e do Programa de Apoio a Eventos no País (PAEP), o qual apoiou a realização de 1.319 eventos científicos com um investimento de R\$ 26,2 milhões.

Ação Concessão de Bolsa de Iniciação à Docência: por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), incentiva a formação de professores para a educação básica e a elevação da qualidade da escola pública.

Sendo um programa de iniciação à docência, os participantes são alunos dos cursos de licenciatura que, inseridos no cotidiano de escolas da rede pública, planejam e participam de experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar, e que buscam a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem. Em 2011, beneficiou 146 IES e 1.938 escolas, com investimentos de, aproximadamente, R\$ 155 milhões. Além disso, foram finalizados os projetos do Edital Pibid 2007, que concedeu 3.088 bolsas. Continuam vigentes os projetos dos Editais 2009, 2010, 2011 e Pibid-Diversidade.

Ação Concessão de Bolsas em Atendimento ao Plano Nacional de Pós-Doutorado: em 2011, além da manutenção do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), foram lançados dois editais para reforçar as atividades de ensino e orientação nos níveis de graduação e pós-graduação do país: O PNPD - Institucional, voltado exclusivamente às Ifes, visando à ampliação do número de bolsas de pós-doutorado e o Programa de Apoio ao Pós-Doutorado no Estado do Rio de Janeiro (PAPD/RJ), em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

Foram concedidas um total de 2.628 bolsas de pós-doutorado pelo PNPD, 228 pelo PAPD/RJ e 44 no Programa Nacional de Pós-Doutorado em Saúde - Pós-Doc SUS implementado no âmbito do acordo de cooperação com o Ministério da Saúde. Foram investidos na ação mais de R\$ 102,5 milhões.

Ação Concessão de bolsas de qualificação de pessoal de alto nível para a pesquisa em temas estratégicos - Novas Fronteiras da Pós-Graduação: foram executados o Programa de Doutorado Interinstitucional - Ação Novas Fronteiras (Dinter-NF) e o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - Ação Novas Fronteiras (Procad-NF). Em 2011, foram apoiados 34 novos projetos de Doutorado Institucional (Dinter). No total, foram concedidas 552 bolsas de mestrado, 1.538 de doutorado e 191 de pós-doutorado, com um montante superior a R\$ 33,3 milhões.

Ação Concessão de Bolsas de Qualificação de Pessoal de Alto Nível para o Atendimento das Diretrizes da Política Industrial, Tecnológica de Comércio Exterior: foram apoiados 216 programas de pós-graduação stricto sensu com nível de excelência e inserção internacional, com a oferta de 4.669 bolsas, totalizando um investimento de R\$ 117 milhões, em 2011. Como resultado da Avaliação Trienal houve um aumento de 39 programas de pós-graduação apoiados pelo Programa de Excelência Acadêmica (Proex).

Ação Acesso à Informação Científica e Tecnológica: disponibiliza, por meio de uma biblioteca virtual, um

conjunto de informações publicadas em periódicos indexados. O Portal de Periódicos é utilizado por 326 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de governo. Em 2011 registrou-se um montante superior a 70 milhões de acessos ao Portal, com um montante da ordem de R\$ 157,7 milhões.

Ação Concessão e Manutenção de Bolsas de Estudos no Exterior: em 2011, apoiou 2.773 bolsistas em estudo individual no exterior, nas modalidades de doutorado sanduíche, estágio sênior, graduação sanduíche, pós-doutorado, doutorado pleno, além da participação de doutores em eventos científicos, com investimentos de R\$ 141,4 milhões.

Ação Concessão de Bolsas para Cooperação Internacional e Desenvolvimento Científico e Inovação: visando promover a integração educacional, cultural e científica com países parceiros, em 2011, foram executados projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias envolvendo países da União Europeia, Mercosul, Estados Unidos e Cuba. Em 2011, foram concedidas 3.724 bolsas, com recursos na ordem de R\$ 144,2 milhões.

4.10. ENERGIA**4.10.1. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**

A atuação do Ministério de Minas e Energia - MME na função Energia engloba a Política Energética com investimentos em energia elétrica (geração, transmissão e distribuição), combustíveis minerais, eficiência energética e biocombustíveis, bem como no transporte de hidrocarbonetos e combustíveis, assim como na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico dessas áreas.

Assim, a função Energia é o reflexo orçamentário para a política energética. A execução de suas ações são essenciais para a expansão econômica, uma vez que praticamente todos os setores necessitam de energia seja a elétrica, seja sob a forma de combustíveis. A maioria das funções governamentais, econômicas ou não, depende do bom funcionamento do setor energético. Além de essencial, o setor é intensivo em capital - os montantes investidos para sua manutenção e expansão são avaliados em bilhões de reais (energia elétrica) ou dezenas de bilhões de reais (petróleo e gás). No demonstrativo a seguir, apresenta-se a execução orçamentária da função Energia nos últimos cinco anos.

em R\$ milhões

FUNÇÃO ENERGIA		EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
		2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
OFSS	No Exercício	430	462	645	534	551	2.623
	RPNP	60	90	72	122	60	403
Orçamento de Investimento		37.750	50.945	67.885	80.942	78.059	315.580
TOTAL		38.239	51.497	68.602	81.598	78.670	318.606

em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Conservação de Energia	56	101	79	109	108	454
Energia Elétrica	3.261	4.285	5.991	6.067	6.967	26.570
Combustíveis Minerais	30.740	41.487	51.534	62.677	61.084	247.523
Biocombustíveis	-	257	203	96	52	609
Outras Subfunções (Atípicas)	4.183	5.367	10.794	12.648	10.458	43.451
TOTAL	38.240	51.497	68.602	81.598	78.670	318.606

Energia Elétrica**Geração, Transmissão**

Foi desenvolvido, ao longo de 2011, um conjunto de ações visando assegurar as condições necessárias para dotar o País de uma infraestrutura energética capaz de sustentar as taxas de crescimento do PIB. Nesse sentido, todos os projetos estratégicos de geração e transmissão estão inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o que lhes confere vantagens, do ponto de vista fiscal e de financiamento, além de monitoramento intensivo por parte do MME.

Geração

Em relação à geração de energia elétrica, várias novas usinas entraram em operação, proporcionando um incremento de 4.199,37 MW de capacidade instalada em 2011, sendo 1.575,48 MW de fonte hidráulica, 2.125,54 MW de fonte térmica, 498,35 MW de fonte eólica. Desse total, 409,50 MW são de usinas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa.

Fonte	Em Operação até 2010	Expansão em 2011 (MW)	Acréscimo em 2011 (%)
UHE	82.168,3	1.142,8	1,4%
PCH	13.213,2	432,7	3,3%
Gás	8.877,7	516,6	5,8%
Petróleo	6.964,3	339,9	4,9%
Carvão Mineral	2.007,0	350,0	17,4%
Biomassa	1.944,1	919,0	47,3%
Eólica	1.294,2	498,4	38,5%
TOTAL	116.468,9	4.199,4	3,6%

Fonte: Boletim Mensal de Monitoramento – DMSE/SEE – dez/2011

Dos empreendimentos que entraram em operação em 2011, destacam-se: a Usina Hidrelétrica (UHE) Estreito, localizada na divisa dos Estados do Maranhão e Tocantins, que entrou em operação produzindo 543,5 MW; a UHE Dardanelos/MT, com 261 MW; a UHE Rondon II/RO, com 73,5 MW; a UHE São José/RS, com 51 MW; o Complexo Eólico Cerro Chato/RS, com 90 MW – usinas 1 a 3; o Complexo Eólico de Mangue Seco/RN, com 104 MW – usinas 1, 2, 3 e 5; e a Usina Termelétrica (UTE) do Atlântico/RJ, a gás de processo, com 490 MW. Em dezembro de 2011, foi iniciada a operação em teste da primeira unidade geradora da UHE Santo Antônio, uma das usinas do Complexo do Rio Madeira que terá ao final da obra 3.150 MW de capacidade instalada.

O investimento realizado em 2011, no âmbito das obras de geração constantes do PAC, que somam 372 empreendimentos em execução (referência de 31 de dezembro de 2011), foi de cerca de R\$ 22,7

bilhões, sendo que, das obras concluídas em 2011 (30 empreendimentos), o valor do investimento realizado foi de R\$ 2,23 bilhões, e das que se encontram em construção, no total de 85 usinas, o investimento foi de R\$ 19,6 bilhões. O restante refere-se às usinas em fase de licenciamento ambiental de instalação e já outorgadas. Importa registrar que as usinas constantes do PAC representaram 2.823,2 MW de capacidade instalada, do total de 4.199,35 MW que entraram em operação em 2011.

Transmissão

A Rede Básica (sistema de transmissão de energia elétrica acima de 230 mil Volts) alcançou, ao final de 2011, a extensão de 104.000 km. Em 2011 foram adicionados 2.672 km de novas linhas no Sistema Interligado Nacional, e 10.758 MVA de capacidade transformadora em operação.

EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO – 2011

Tensão (kV)	Em Operação até 2010	Expansão em 2011 (km)	Acréscimo em 2011 (%)
230	43.735,1	2.164,9	5,0%
345	10.060,4	5,0	0,0%
440	6.670,5	7,0	0,1%
500	34.356,2	495,0	1,4%
600 (CC)	3.224,0	-	0,0%
750	2.683,0	-	0,0%
TOTAL	100.729,2	2.671,9	2,7%

Fonte: Boletim Mensal de Monitoramento – DMSE/SEE – dez/2011

Entre as linhas de transmissão construídas em 2011, destacam-se: o conjunto Chapadão - Inocência-Ilha Solteira – 230 kV C1, C2 e C3, com 742 km no total; e o empreendimento Juína - Brasnorte – 230 kV C1 e C2, totalizando 430 km. A primeira obra garantirá o aumento da confiabilidade de atendimento à Região Centro-Oeste e permitirá o escoamento das usinas termoeletricas a biomassa: Unidade de Bioenergia Costa Rica, com 79,80 MW, e Porto das Águas, com 70 MW. A segunda promoverá a transmissão da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Dardanelos/MT, que entrou em operação em agosto de 2011. Dando continuidade, importa ressaltar também que foi concluída a linha Jauru – Cuiabá 500 kV, com 348 km; Cuiabá – Nobres – Nova Mutum 230 kV, de 235 km; e Nova Mutum - Sorriso – Sinop – 230 kV C2, com 222 km, aumentando a segurança eletro-energética do Estado do Mato Grosso e a futura integração entre os subsistemas do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Em relação às subestações, destacam-se a entrada em operação da SE Piratininga II 345/138/88 – 1.200 MVA, Jauru 500/230 kV – 750 MVA, e as subestações Ilha Solteira 2/SP, de 1.350 MVA, Forquilha/SC, de 300 MVA, e Narandiba/BA, de 100 MVA.

A entrada em operação, no final de 2011, da linha de transmissão Coletora Porto Velho-Porto Velho, circuitos 1 e 2, primeira fase do complexo de obras denominado Integração do Madeira, permitirá o início da operação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. Este empreendimento proporcionará aumento da confiabilidade de suprimento à região da capital do Estado de Rondônia, que é tradicionalmente uma região isolada do Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso, permitirá redução dos custos com a geração térmica local e possibilitará os testes das usinas e do sistema de transmissão do Madeira.

Destaca-se também a conclusão, em dezembro de 2011, da linha Foz do Iguaçu-Cascavel Oeste – 500 kV, com 125 km de extensão. Essa obra deverá melhorar o escoamento da energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu para os centros de carga do Sudeste e do Sul.

O investimento realizado na expansão da transmissão de energia elétrica em 2011, no âmbito do PAC, foi de cerca de R\$ 7,2 bilhões, com índice de realização de 99% do previsto no Programa. Deste total de realização do PAC, R\$ 3,0 bilhões são de investimentos públicos, sendo R\$ 2,8 bilhões

das empresas federais. Os empreendimentos constantes no PAC, e concluídos em 2011, representam 1.658 km do total de 2.672 km que entraram em operação em 2011.

Programa Energia nos Sistemas Isolados

As ações executadas nos Sistemas Isolados, constantes do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, são executadas pelas distribuidoras Amazonas Energia S.A, Eletrobras Distribuição Rondônia (antiga Ceron), Eletrobras Distribuição Roraima (antiga Bovesa), Eletrobras Distribuição Acre (antiga Eletroacre). As ações inseridas nesse Programa estão relacionadas com as áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Esses Sistemas passam por um processo de intensa transformação. Três importantes ações estratégicas estão sendo implantadas na Região: a primeira, com a integração dos sistemas elétricos que atendem as capitais dos Estados do Acre, Rondônia, Amazonas e Macapá ao SIN; a segunda, com a implantação das usinas do Complexo do Rio Madeira; e a terceira, a reestruturação e ampliação dos volumes de investimentos nas empresas distribuidoras da Região.

REALIZAÇÕES

ESTADO	REALIZAÇÕES
AM	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação de 39,509 na rede do Estado; Adequação de 262 circuitos na Capital equivalentes a 94,955 km rede; Recondutoramento de 49,504 km; Ampliação de 14 MW nas capacidade de geração do Estado (AM) Construção de 3 subestações Ampliação de 3 subestações
RR	<ul style="list-style-type: none"> 30 km de rede de distribuição com a ligação de seis mil novas unidades consumidoras.
AC	<ul style="list-style-type: none"> 1 subestação; 57 km de rede de distribuição para atendimento de quase duas mil novas unidades consumidoras.

Nos Sistemas Isolados, tem sido intensa a modernização e adequação dos sistemas de comercialização e distribuição com redução de perdas técnicas e comerciais. A realização de inspeções e abertura de processos por irregularidades resultou na recuperação de cerca de 611MW, equivalente a R\$ 212.609,80, somente no Estado do Amazonas.

Programa Luz para Todos – LPT

Lançado em novembro de 2003, para levar energia elétrica a 10 milhões de brasileiros da área rural até 2008, o programa Luz para Todos foi prorrogado para ser encerrado em 2011 e possibilitar o atendimento às novas demandas surgidas durante a execução do Programa.

Porém, o Censo 2010 do IBGE aponta ainda um contingente ainda sem acesso à eletricidade, majoritariamente localizadas nas Regiões Norte e Nordeste, motivando a edição de novo decreto instituindo uma nova fase do Luz para Todos, até o ano de 2014.

O Programa é coordenado pelo MME, operacionalizado pela Eletrobrás e realizado pelas concessionárias de energia elétrica, cooperativas de eletrificação rural e governos estaduais.

Até dezembro de 2011, no âmbito do Programa, foram executadas 2.902.398 ligações, beneficiando cerca de 14,5 milhões de pessoas do meio rural brasileiro, conforme detalhamento a seguir:

ACUMULADO – ATENDIMENTO		
REGIÃO	FAMÍLIAS	PESSOAS
Norte	575.850	2.879.250
Nordeste	1.419.137	7.095.685
Sudeste	496.962	2.484.810
Sul	210.959	1.054.795
Centro-Oeste	199.490	997.450
TOTAL	2.902.398	14.511.990

Fonte: LpT/MME

Os contratos assinados entre o Governo Federal e as concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural em todo o País totalizaram R\$ 14,07 bilhões, sendo liberados R\$ 11,137 bilhões para a execução das obras.

As obras do Programa também geram externalidades positivas e incrementam a economia. Estima-se que mais de 7,28 milhões de postes já foram instalados, 1,07 milhão de transformadores, 1,4 milhão de km de cabos elétricos foram utilizados e 435 mil novos postos de trabalho, diretos e indiretos, tenham sido criados. Também merece destaque o efeito multiplicador advindo do LPT, notadamente ao ensejar aumento das vendas do segmento industrial de eletrodomésticos nas comunidades beneficiadas. O surgimento desse nicho de mercado tem potencializado a comercialização de aparelhos eletroeletrônicos e equipamentos que melhoram as condições do trabalho rural.

Também merece destaque o incremento no segmento industrial de eletrodomésticos - devido à chegada do LPT nas comunidades, observa-se o aumento na comercialização de aparelhos eletroeletrônicos e equipamentos que melhoram as

condições do trabalho rural. Em pesquisa realizada pelo MME, no início de 2009, verificou-se, por exemplo, que 79,3% dos entrevistados adquiriram televisores, 73,3% passaram a ter geladeiras e 24,1% compraram bomba d'água. Num universo de 2.902.398 famílias atendidas, esses percentuais representam a comercialização de 2,3 milhões de aparelhos de TV, 2,1 milhões de geladeiras e cerca de 700 mil bombas d'água.

No ano de 2011 o Programa beneficiou aproximadamente 1.239.310 pessoas com a realização de 247.862 ligações. No contexto, o Programa atendeu 145% de sua meta inicial de 2 milhões de ligações e 98% da meta estabelecida até 2011 que corresponde a 2,9 milhões de ligações.

LIGAÇÕES EFETUADAS E VALORES APLICADOS

ANO	LIGAÇÕES EFETUADAS	VALOR (em R\$)
2005	378.046	700.082.497
2006	590.013	1.804.411.772
2007	397.877	1.908.741.678
2008	441.427	1.681.157.097
2009	357.970	1.319.514.867
2010	419.204	2.010.690.658
2011	247.862	1.302.880.852

Fonte: SIGPlan

Petróleo e Gás Natural

Exploração & Produção

Programa Oferta de Petróleo e Gás Natural

Apesar da busca crescente por energias alternativas, o gás natural, o petróleo e seus derivados ainda terão, nos próximos anos, uma participação importante na matriz energética nacional, refletida na crescente demanda por esses produtos. O Programa visa suprir essa necessidade, por meio do aumento da oferta de petróleo e gás natural ao mercado interno, buscando reduzir cada vez mais a dependência externa, evitando assim o risco na redução de oferta de derivados que levaria ao racionamento e redução da atividade econômica nacional.

Exploração

Em 2011, foi consolidado o sucesso da atividade exploratória nas seções Pré-Sal e Pós-Sal das bacias sedimentares brasileiras, em especial as do Sul e do Sudeste (Espírito Santo, Campos e Santos). Além disso, avançou-se atividades relativas aos Planos de Avaliação de Descoberta (PAD) nestas bacias, confirmando as avaliações iniciais das descobertas anteriores, sobretudo as de 2010. Este sucesso vem fortalecendo os alicerces para que a produção de petróleo continue sua trajetória de crescimento, com sustentabilidade.

Produção/Concessão

Produção de Óleo e LGN

Foi iniciada a operação de quatro projetos de produção de óleo: a plataforma P-56 (módulo 3 do campo de Marlim Sul) e quatro Testes de Longa Duração - TLDs, que, aliados ao aumento de produção resultante da interligação de novos poços em diversas plataformas (P-48, P-57, FPSO¹-Capixaba, FPSO Cidade de Angra dos Reis), compensaram o declínio natural e garantiram um aumento de 1% na produção nacional de óleo e líquido de gás natural (LGN). A produção em 2011 atingiu 2.022 mil bpd (barris de petróleo por dia).

O projeto Varredura — implementado na Bacia de Campos em 2009, com o objetivo de identificar oportunidades exploratórias em áreas próximas aos campos e infraestrutura existentes — também deu excelentes resultados, atingindo produção média de 125 mil bpd em 2011. Esta produção veio das descobertas realizadas em 2010 nos prospectos Brava, Carimbé e Tracajá, todas no Pré-Sal, respectivamente nas concessões de Marlim, Caratinga e Marlim Leste; e Jabuti e Aruanã, no pós-sal.

Produção de gás natural

A produção de gás natural totalizou 56,4 milhões de m³/dia — um aumento de 6,2% em relação ao ano anterior, decorrente do bom desempenho dos campos de Canapu, Cachalote, Baleia Franca e Peroá e do início do escoamento de gás da P-57 no Parque das Baleias, no Espírito Santo. Além disso, o término da adequação da Unidade de Processamento de Gás da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC) possibilitou o incremento da produção do campo de Lagosta, na Bacia de Santos.

Pré-Sal

As expectativas para o Pré-Sal começaram a se tornar realidade em 2011, especialmente devido ao início da produção comercial do Piloto de Lula, que confirmou o Polo Pré-Sal da Bacia de Santos (PPSBS) como nova fronteira petrolífera, com alta produtividade. No Pré-Sal, o índice de sucesso exploratório permanece elevado. Dos mais de 30 poços perfurados até agora, em todos foram encontradas presença de hidrocarbonetos.

Em abril, começou o TLD de Lula NE, utilizando o FPSO Cidade São Vicente, que chegou a produzir 14,4 mil bpd em julho.

¹ FPSO é a sigla do inglês Floating Production Storage and Offloading (Unidade Flutuante de Armazenamento e Transferência)

O poço 9-RJS-660 do Piloto de Lula, primeiro a produzir comercialmente no Pré-Sal da Bacia de Santos, registrou o maior volume de produção da Petrobras em maio, alcançando a média de 28.436 bpd. O poço está interligado ao FPSO Cidade de Angra dos Reis e foi o primeiro a ser conectado ao FPSO. Considerando-se a produção de óleo e de gás natural, o volume foi de 36.322 boed (barris de óleo-equivalente por dia), o que confirma o alto potencial dos reservatórios do Pré-Sal brasileiro. Em abril, foi feita a conexão do primeiro poço injetor de gás.

Em setembro, entrou em operação o gasoduto Lula-Mexilhão, que viabiliza o escoamento do gás natural das plataformas destinadas ao desenvolvimento da primeira fase do Pré-Sal da Bacia de Santos e dá mais flexibilidade ao suprimento de gás para o mercado nacional. Com capacidade para escoar até 10 milhões de m³/dia, o gasoduto transporta o gás produzido no Piloto de Lula, ligando a plataforma Cidade Angra dos Reis à de Mexilhão. Em outubro, começou o TLD de Carioca, no FPSO *Dynamic Producer*, que produziu 22 mil bpd em dezembro.

Nos últimos meses do ano, entraram em operação mais dois poços produtores no Piloto de Lula. Com isso, o Pré-Sal, considerando a Bacia de Santos e a Bacia de Campos, atingiu uma produção (parcela Petrobras) de 133,1 mil bpd em dezembro, o que já representou 6,6% da produção nacional.

Para avaliar o desempenho do Programa, visando medir o alcance do objetivo principal proposto, foram definidos quatro indicadores constantes do PPA e extraídos de uma cesta de indicadores que mede o desempenho no segmento de E&P, selecionados, com base nos critérios técnicos:

- Produção Média de Óleo e Líquido de Gás Natural – Relação entre o somatório da produção de óleo e líquido de gás natural dos campos e o número de dias do ano.
- Produção Média de Gás Natural – Relação entre o somatório da produção de gás natural dos campos, excluída a parcela liquefeita (LGN), e o número de dias no ano.
- Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento – TFCA – Relação percentual entre o nº de empregados, próprios e de empresas contratadas das Unidades de Negócios do E&P, acidentados com afastamento, no período, multiplicado por 1.000.000, e o nº de horas-homem de exposição a risco de empregados próprios e de empresas contratadas.
- Volume de Óleo Derramado - VOD – Somatório do volume de óleo derramado, acima de 1 bbl, que tenha entrado em contato com meio ambiente.

Baseando-se nos resultados dos indicadores de desempenho do Programa, ao longo dos últimos anos, demonstra-se que, de um modo geral, os

objetivos do programa estão sendo alcançados dentro das tolerâncias esperadas em função do volume e da complexidade dos projetos.

Programa Refino de Petróleo

A atividade de Refino vem acompanhando de perto as transformações com vistas à adequação ao novo modelo de mercado do setor petrolífero nacional. O desafio de processar a crescente produção de óleo pesado brasileiro, permitindo a conversão para derivados médios e leves, vem sendo vencido com investimentos e grandes avanços tecnológicos.

Os empreendimentos para ampliação e modernização das refinarias instaladas visam aumentar a carga e elevar o volume de petróleo nacional processado. Envolvendo obras em todas as refinarias, tais empreendimentos tem, também, o objetivo de aprimorar a qualidade dos combustíveis, tornando-os mais adequados às necessidades da sociedade no que diz respeito à emissão de poluentes, com importante efeito sócio-ambiental.

Refino

A maioria dos investimentos do Refino se encontra em Fase de Construção e Montagem, exceção somente para a Premium II. Alinhada com a política de desenvolvimento nacional, a área de Refino mantém em seus contratos a predominância do conteúdo nacional, de forma a trazer o desenvolvimento à indústria brasileira de bens e serviços.

A qualificação da mão de obra para a indústria do petróleo, que é uma das molas propulsoras de suas atividades, também vem sendo incentivada mediante ações específicas no âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural - Prominp.

O Programa em 2011 foi formado por 19 ações distribuídas entre três empresas do Sistema Petrobras: Petróleo Brasileiro S.A., em todas as regiões do território Nacional, Refinaria Alberto Pasqualini - REFAP S.A., no Rio Grande do Sul e empresa Abreu e Lima no Estado de Pernambuco. O investimento no Brasil, considerando até o mês de novembro, foi da ordem de R\$ 18,5 bilhões.

Dentre as principais realizações destacamos a ampliações e modernizações das refinarias existentes, com a conclusão da etapa de construção e montagem para os projetos:

- Unidade de Hidrotratamento (HDT) de Diesel, Unidade de Geração de Hidrogênio (UGH) e unidade de Cogeração da Refinaria de Capuava – RECAP/SP.
- Unidade de Hidrodessulfurização (HDS) de Gasolina da Refinaria Duque de Caxias – REDUC/RJ.

- Unidade de Hidrodessulfurização (HDS) de Gasolina e Unidade de Hidrotratamento (HDT) de Nafta oriunda da Unidade Coqueamento Retardado da Refinaria Gabriel Passos – REGAP/MG.
- Unidade de Reforma Catalítica (URC) da Refinaria do Vale do Paraíba – REVAP/SP.
- Unidade de Hidrodessulfurização (HDS) de Gasolina e Unidade de Hidrotratamento (HDT) de Nafta oriunda da Unidade Coqueamento Retardado da Refinaria Presidente Bernardes – RPBC/SP.

Para avaliar o desempenho do Programa, visando medir o alcance do objetivo principal proposto, três indicadores constantes do PPA e extraídos de uma cesta de indicadores que mede o desempenho das empresas no segmento do Abastecimento foram selecionados, com base em critérios técnicos:

a) Capacidade de Processamento de Petróleo Anual Total – Representa a quantidade de petróleo total processada no ano, incluindo petróleo nacional e importado, em milhões de barris por dia.

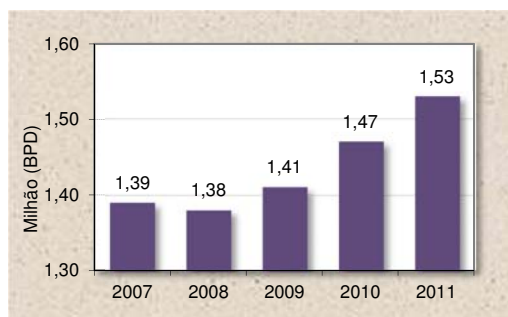
CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PETRÓLEO ANUAL TOTAL
(Realizado até NOV/2011)



Fonte: SIGPlan

b) Capacidade de Processamento de Petróleo Nacional – Representa o somatório da quantidade média diária de petróleo nacional processada no ano, em milhões de barris por dia.

CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DE PETRÓLEO NACIONAL
(Realizado até NOV/2011)



Fonte: SIGPlan

c) Capacidade de Refino Instalada – Representa a capacidade potencial total anual de processamento, em milhões de barris, dividida pelo número de dias do ano.

CAPACIDADE DE REFINO INSTALADA
(Realizado até NOV/2011)



Fonte: SIGPlan

Baseando-se nos resultados dos indicadores de desempenho do programa, ao longo dos últimos anos, demonstra-se que, de um modo geral, os objetivos do programa estão sendo alcançados dentro das tolerâncias esperadas em função do volume e da complexidade dos projetos.

Transporte

O Programa de Modernização e Expansão da Frota - PROMEF integra o PAC e prevê a construção de 49 navios com capacidade de cerca de 4,0 milhões TPB (Tonelagem Parte Bruto). Em sua 1ª Fase – PROMEF I, serão acrescentados 2,7 milhões de TPB e, na 2ª fase – PROMEF II, 1,3 milhão de TPB. Esses novos navios representam um acréscimo de 138% da capacidade atual, passando de 2,9 milhões de TPB para 6,9 milhões de TPB ao final do projeto, e deverão gerar, aproximadamente, 40 mil empregos diretos e outros 160 mil indiretos.

As premissas do Programa são de que os navios sejam construídos no Brasil, com a garantia de um índice de nacionalização de 65% no Promef I e de 70% no Promef II.

Até o momento, 41 navios já foram licitados. O programa permitiu reativar a indústria naval em bases modernas e colocar o País entre os principais fabricantes de navios do mundo. Outros setores da indústria foram impulsionados, entre eles o de navieças, o siderúrgico e o metalúrgico, os quais fornecerão insumos para a construção dos navios encomendados. O País também já alcança a 4ª carteira de encomendas de petroleiros do mundo.

Entre as principais realizações em 2011, pode-se destacar a Construção de Barcaças e Empurradores para Movimentação de Etanol na Hidrovia Tietê – Paraná e a entrega do navio Celso Furtado

Biocombustíveis

Em 2011, o Brasil deu importante passo ao aprovar a Lei nº 12.490, reconhecendo os biocombustíveis como um bem energético fundamental para o País, razão pela qual a garantia de seu fornecimento em todo o território deve ser um dos objetivos da política energética nacional. As alterações têm como escopo dispor que os biocombustíveis sejam tratados de fato como combustíveis, com tratamento uniforme e não apenas como produto agrícola inserido na matriz energética.

Com a nova Lei, o Conselho Nacional de Política Energética - CNPE passou a ter a atribuição de estabelecer diretrizes para a importação e exportação de biocombustíveis, assim como já possuía para os combustíveis derivados de petróleo, a exemplo da gasolina, do diesel e do querosene de aviação. A citada Lei ainda corrigiu distorções de competências legais na esfera de atuação da ANP, que poderá, agora, regular e fiscalizar as indústrias do petróleo e dos biocombustíveis, igualmente. As atividades de produção, importação, exportação e transporte de etanol, por exemplo, passaram a ser reguladas e fiscalizadas pela ANP, do mesmo modo como já se fazia com o biodiesel e com os combustíveis derivados de petróleo.

Além disso, com a nova lei, o Poder Executivo poderá elevar o percentual de etanol anidro na gasolina até o limite de 25% ou reduzi-lo a 18%, dependendo das condições de oferta e demanda. Antes, a faixa de variação era entre 20% e 25%.

Destaca-se ainda o monitoramento do mercado realizado pelo Departamento de Combustíveis Renováveis, da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia. Por meio desse acompanhamento sistemático das condições de oferta e demanda de biocombustíveis, em atuação conjunta com outros órgãos e entidades de governo e também com o setor produtivo, criou-se uma ferramenta importante para avaliar as condições do abastecimento de combustíveis renováveis em todo o território nacional. O resultado consolidado desse monitoramento é inclusive disponibilizado ao público, mediante a publicação mensal do Boletim de Combustíveis Renováveis, disponível para consulta pela *internet*. É, assim, um reforço para a publicação de dados e estatísticas do setor de biocombustíveis, assim como uma contribuição para reduzir assimetrias de informação.

Etanol

Devido à redução na disponibilidade de matéria-prima, o setor sucroenergético apresentou retração na produção de etanol e açúcar, apesar da pequena expansão da área plantada da cana em relação à safra anterior, que saiu de 8,05 para 8,43 milhões de hectares. A queda no volume da matéria-prima

disponível refletiu-se na redução de 17,5% sobre os 27,36 bilhões de litros de etanol da safra anterior. O impacto na produção de açúcar ocasionará a redução de 2,2 milhões de toneladas, em relação aos 38,1 milhões de toneladas da safra anterior.

Diante das adversidades da safra, o Governo realizou encontros com representantes do setor produtivo e de distribuição de combustíveis para avaliar sistematicamente, com mais ênfase, o suprimento de etanol e a retomada do crescimento do setor sucroenergético. As informações dessas reuniões serviram de subsídio para a decisão em reduzir o percentual de mistura de etanol na gasolina para 20%. O novo percentual de mistura, que passou a vigorar a partir de 1º de outubro de 2011, visa garantir o equilíbrio do suprimento de etanol na entressafra.

No que tange à garantia de abastecimento e à implementação dos atos normativos em face da nova Lei, a ANP publicou, em 2011, duas regulamentações com o objetivo de iniciar um novo ciclo na regulação desse mercado. A Resolução nº 67, dentre outras definições, regulamenta as regras de contratação entre o produtor e o distribuidor de etanol e define as regras para os estoques mínimos para período de entressafra. Já a Resolução nº 66 regulamenta a empresa comercializadora de etanol. Para reduzir a volatilidade dos preços do etanol e contribuir para a estabilidade da oferta do produto, foi publicada a Medida Provisória nº 554/2011 que autorizou a União conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização das taxas de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de etanol combustível.

Além disso, com o objetivo de aumentar o poder de utilização dos instrumentos de política pública, por meio da tributação diferenciada, foi também editada a Medida Provisória nº 556/2011, que fixou um novo teto para a alíquota máxima da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Cide, incidente na importação e na comercialização no mercado interno do etanol. O novo limite é R\$ 602,00 por m³. Esta ação não gera impactos na tributação do biocombustível, nem aumento da carga tributária, pois a alíquota efetiva, fixada por Decreto, continua com o valor zero. Apenas estende o limite máximo, que poderá ser usado em momentos específicos para contribuir, via influência da tributação nos preços relativos dos combustíveis, como um mecanismo para melhor equilibrar oferta e demanda no mercado interno.

No âmbito das obras de infraestrutura listadas no PAC 2, destaca-se o avanço do Sistema Logístico de Etanol GO – MG – SP, que possibilitará a movimentação de 12,9 bilhões de litros de etanol da região central do País até o porto de Caraguatatuba. A iniciativa faz parte de uma parceria formada pela Petrobras, Copersucar, Cosan, Odebrecht

Transporte Participações, Uniduto e Camargo Correa.

Biodiesel

De forma a atender ao suprimento para a mistura compulsória, determinado por Lei, foram realizados, desde o início do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, 24 leilões de compra deste biocombustível. Em 2011, foram quatro leilões, realizados pela ANP, segundo diretrizes específicas no MME, para atendimento à demanda de aproximadamente 2,6 bilhões de litros de biodiesel. O forte avanço do biodiesel no mercado interno, com um nível de mistura de 5% em todo o diesel derivado de petróleo, credenciou o Brasil, num curto espaço de tempo, como um dos três maiores produtores e consumidores no mundo, junto com a Alemanha e os Estados Unidos. Para 2012, projeta-se um consumo brasileiro de biodiesel superior a 2,7 bilhões de litros, mantendo-se a mistura B5 (5% de biodiesel).

Ao final de 2011, o Brasil contava com aproximadamente 57 usinas de biodiesel, devidamente autorizadas a produzir e a comercializar o biocombustível, totalizando uma capacidade de produção nominal instalada da ordem de seis bilhões de litros por ano. Essa capacidade se mantém nos últimos anos em mais do que o dobro da demanda do mercado interno. Por um lado, isso é um fator positivo, seja porque os investimentos foram estimulados por um ambiente de segurança regulatória, seja porque existe um potencial excedente para que o Brasil inicie exportações de biodiesel. Por outro lado, promover e estimular um melhor equilíbrio entre a capacidade produtiva e a demanda interna coloca-se como um importante desafio para 2012.

Programa Brasil com Todo Gás

O Programa visa, principalmente, o desenvolvimento e implantação de uma malha integrada de gasodutos, fomentando a inserção do Gás Natural na matriz energética nacional.

Os investimentos realizados permitiram a oferta interna bruta de gás natural evoluir de 15.512 .10³ tep em 2003 para 21.145 .10³ tep em 2009, (tonelada equivalente de petróleo), correspondendo a um crescimento de 36% no período.

Desta forma, além de fomentar a utilização de uma matriz energética mais limpa, visto que o gás natural contém baixo índice de compostos de enxofre e os gases resultantes de sua combustão podem entrar em contato direto com produtos e processos sem contaminá-los, também mitiga o risco de desabastecimento de energia elétrica, ao garantir o suprimento de combustível para as usinas termelétricas.

Outro aspecto de grande importância é a diversificação do modal de importação com a implementação de plantas de GNL – Gás Natural Liquefeito, diversificando as fontes de importação do energético e inserindo o País neste mercado.

Principais Realizações em 2011

A realização financeira em 2011 focou-se em investimentos na consolidação e integração nacional da malha de gasodutos de transporte, chegando em 2011 a 9.518 km de gasodutos, com destaque para os seguintes empreendimentos que entraram em operação:

- Gastau — Com 96 km de extensão e capacidade nominal de 20 milhões m³/dia, transporta o gás processado na UTGCA, oriundo dos campos de Mexilhão e Uruguá-Tambaú e do piloto de Lula, no Polo Pré-Sal da Bacia de Santos, ampliando a oferta na Região Sudeste. O gasoduto entrou em operação utilizando uma configuração antecipada e as obras para a configuração definitiva deverão estar concluídas em 2012;
- Gaspal II — Com 54,5 km de extensão, ampliou, em conjunto com o Gasan II e a Estação de Compressão de Guararema, a capacidade de transporte do Sistema Guararema-RPBC — de 12 milhões m³/dia para 17 milhões m³/dia —, aumentando a oferta para a região metropolitana de São Paulo;
- Gasan II — Com 39 km de extensão, integra o conjunto de projetos que ampliou a capacidade de transporte do Sistema Guararema-RPBC de 12 milhões m³/dia para 17 milhões m³/dia e permitiu a desativação do trecho de 23 km do gasoduto Gasan I;
- Variante do Nordeste — Com 31,7 km de extensão interligou os quilômetros 383,5 e 404 do gasoduto Nordeste e permitiu elevar a pressão máxima operacional admissível do Nordeste, garantindo mais flexibilidade e confiabilidade ao suprimento de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte;

INDICADORES UTILIZADOS PELO PROGRAMA

INDICADOR	2011 (REALIZADO)	2010 (REALIZADO)
Capacidade da Rede de Dutos para Transporte de Gás Natural	117	60
Extensão da Malha de Gasodutos da Petrobras	9.518	9.719
Volume de Vendas de Gás Natural do Brasil	64,1	49,5

Energia Elétrica

Em 2011 a capacidade instalada do parque gerador da Petrobras atingiu 6.533 MW com a entrada em operação de novas usinas, incluindo os empreendimentos nos quais a companhia tem participação. A empresa concluiu a conversão para

gás natural e etanol da segunda turbina UTE Juiz de Fora para Bicombustível e finalizou a implementação de quatro usinas eólicas em Guimarães-RN: Mangue Seco, Cabugi, Potiguar e Juriti. Esses projetos em usinas eólicas correspondem a 104 MW de capacidade instalada e 49 MW médios vendidos e possuem participação de terceiros.

Pesquisa & Desenvolvimento

As características do petróleo nacional – em geral, pesado e viscoso e encontrado em lâminas d'água cada vez mais profundas – trazem sempre novos desafios às empresas que atuam no segmento de petróleo e gás natural no mundo. Na Petrobras, as atividades de pesquisa e desenvolvimento desempenhadas pelo Centro de Pesquisas & Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello - Cenpes são voltadas para superar as dificuldades tecnológicas enfrentados pela companhia em todas as suas áreas de atuação – refino e petroquímica; produção de óleo e gás; exploração de bacias sedimentares; sustentabilidade, fontes alternativas de energia e gás natural, entre outras.

Principais Realizações em 2011

Em 2011, a Petrobras investiu em Pesquisa & Desenvolvimento - P&D cerca de R\$ 2,1 bilhões. As realizações da companhia nessa área contribuem para o avanço tecnológico da indústria nacional e para o desenvolvimento científico das universidades e instituições de pesquisa brasileiras nas áreas de petróleo, gás e energia.

Neste período cerca de R\$ 500 milhões foram investidos em projetos realizados em conjunto com as universidades e institutos de Ciência e Tecnologia. A estratégia empregada nesses investimentos tem proporcionado uma mudança significativa na estrutura laboratorial das instituições tecnológicas parceiras.

A parceria com fornecedores se intensificou, principalmente nos projetos relacionados ao Pré-Sal. No ano, fornecedores importantes de indústria de óleo e gás, com estímulos da Petrobras, implantaram ou iniciaram a construção de seus centros de pesquisa no Brasil.

O Cenpes é hoje o maior complexo de pesquisa do hemisfério sul, com laboratórios para atender às demandas tecnológicas da Petrobras em todas as suas áreas de atuação. Conta atualmente com 1.814 empregados, dos quais 1.342 dedicados exclusivamente à P&D e 314 à engenharia básica dos projetos das instalações industriais. Em termos de qualificação, 24% dos pesquisadores possuem doutorado e outros 43% mestrado. Em 2011, foram encerrados 61 projetos de pesquisa. A criação de projetos mais estruturantes e projetos de pesquisa de longo prazo torna o número de projetos

encerrados menor do que o previsto, porém sem deixar de atingir os resultados tecnológicos esperados para o período.

Geologia, Mineração e Transformação Mineral

A subfunção Mineração não é atípica ao MME, mas, sim, o reflexo orçamentário da Política de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, uma das atribuições legais e regimentais do MME e tão importante quanto a Política Energética,

O Brasil é um importante produtor mineral, detendo a quarta posição no *ranking* mundial e destacando-se internacionalmente como produtor de minério de ferro, nióbio, bauxita, manganês e vários outros bens minerais. Os recursos minerais produzidos no Brasil são base para diversas cadeias produtivas e, portanto, devem ter seu aproveitamento otimizado com vistas ao benefício de gerações presentes e futuras.

A gestão do setor mineral consistiu em ações que contribuíram para fortalecer o aproveitamento eficiente dos recursos minerais, a agregação de valor aos produtos minerais e a ampliação da participação do setor no desenvolvimento socioeconômico do País.

Programa Geologia do Brasil

O programa Geologia do Brasil, instrumento orçamentário na execução da política de realização dos levantamentos geológicos básicos e aerogeofísicos contribuiu de maneira inequívoca no avanço do conhecimento geológico básico do território nacional, o que tem estimulado o desenvolvimento de novos investimentos em pesquisa mineral por parte da iniciativa privada. Os resultados levam a um cenário propício ao desenvolvimento sustentado do setor mineral brasileiro por meio de novas oportunidades econômicas, muito favoráveis à geração de emprego e renda.

Levantamentos Geológicos: foram mapeados 141.502 km², 12.885 afloramentos descritos, 6.434 amostras de rocha coletadas, 2.459 análises petrográficas realizadas, 716 ocorrências minerais cadastradas, 06 folhas objeto de mapeamento geológico concluídas, editadas e divulgadas: folhas São José do Xingu (MT), Rio Comandante Fontoura (MT) Porto dos Gaúchos (MT), Rio Aripuanã (MT), Rio Guariba (MT), e Oiapoque (AP) na escala 1:250.000.

Além do mapeamento geológico básico, foram efetuados levantamentos de geologia marinha na plataforma continental brasileira em que foram coletados dados de 39.000km² de dados batimétricos multifeixe, 30 toneladas de rochas do fundo marinho, 21,5 km lineares de dados de gravimetria, magnetometria e sísmica rasa.

Foram feitos 1.700 análises geoquímicas, e o processamento de todos os dados batimétricos. Também foram confeccionados mapas regionais e locais da Elevação do Rio Grande. Estes mostram que a região de estudo é rica em metais de valor econômico e que o Brasil poderá requisitar áreas para exploração mineral à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos.

Levantamentos Aerogeofísicos: objetiva fornecer informações aerogeofísicas (magnetométricas e gamaespectrométricas) para estimular investimentos da iniciativa privada em prospecção e pesquisa mineral. Foi levantado um total de 355.074 km de linhas de vôo, equivalente ao levantamento de 172.375 km².

Levantamentos Hidrogeológicos: Visa gerar o conhecimento necessário para o aproveitamento de recursos hídricos subterrâneos do País. Teve continuidade a execução do projeto RIMAS – Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas, concebido visando a estruturação e implantação de uma rede monitoramento quali-quantitativo, de âmbito nacional, das águas subterrâneas com vistas à ampliação do conhecimento hidrogeológico a respeito dos aquíferos brasileiros e o acompanhamento das alterações espaciais e temporais para fins de gestão integrada de recursos hídricos. Executado em caráter permanente, envolve atividades realizadas na perfuração de poços de monitoramento relativa, ampliação da rede de monitoramento, a implantação das estações de monitoramento, a aquisição de materiais e equipamentos essenciais, a coleta de dados armazenados em *dataloggers* instalados nos poços, a realização de treinamento avançado para instalação, configuração e extração de dados dos equipamentos automáticos de medidas de nível, a sincronização dos dados Sistema de Informações de Águas Subterrâneas – SIAGAS e Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas – RIMAS.

Levantamentos da Geodiversidade, tem por finalidade a execução de estudos e integração das informações - geologia, geomorfologia, hidrologia, hidrogeologia, geoquímica ambiental e geologia médica, solos, áreas suscetíveis ao risco geológico (deslizamento, enxurradas), geoconservação de monumentos geológicos e áreas com potencial geoeoturístico - organizados e disponibilizados em ambiente SIG - Sistema de Informações Geográficas. Essas informações visam, principalmente, subsidiar o planejamento e gestão do território, com vista a adequada ocupação urbana e rural, ao ordenamento territorial e ao desenvolvimento sustentável.

Em 2011 foram concluídos mapas relativos aos Estados de Alagoas e Roraima. Os demais produtos, como SIGs e relatórios referentes aos respectivos mapas, estão em preparação e deverão

ser finalizados até maio de 2012. A meta de 07 mapas estaduais não foi atingida face à prioridade dada para a realização dos mapeamentos de riscos remanescentes em Nova Friburgo-RJ, durante os meses de fevereiro a abril/11 e de outubro a dezembro/11, e também da Ação Emergencial para o mapeamento de riscos a deslizamento e enchentes, efetuada em 28 municípios dos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Com relação ao levantamento da geodiversidade em áreas de fronteira foram finalizados em 2011 os mapas das Folhas Uruguiana (Brasil-Argentina-Uruguai) e Curitiba (Brasil-Argentina).

Levantamentos Geoquímicos: visa ampliar e consolidar o conhecimento geoquímico do meio físico, avaliando em todo o território nacional as composições químicas do substrato rochoso, dos solos, e águas de drenagem e de abastecimento público. Foi trabalhada área de 435.815 km², com a coleta de amostras geoquímicas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Goiás, Pará e Roraima.

Em 2011, foi finalizado o Atlas Geoquímico da Bacia do Rio das Velhas (MG), e disponibilizado nas versões analógica e digital. Estão em fase de conclusão os Atlas das Bacias do Jequitibá/Verde Grande e do Alto São Francisco (MG), nos quais foram delineadas áreas com potencial mineral para cromo e níquel nas bacias dos rios Pajeú, Moxotó e Una, em Pernambuco, bem como regiões com elevados teores de elementos químicos nocivos a saúde ambiental, tanto de origem natural como provocado por fatores antrópicos, em Minas Gerais.

Produção Laboratorial de Análises Minerais – LAMIN: No exercício de 2011, foram adquiridos equipamentos adicionais para a ampliação do escopo analítico e da capacidade produtiva do Lamin-RJ e Cecopomin: equipamentos de cromatografia líquida de alta eficiência, cromatógrafos a gás, determinador automático de mercúrio, sistemas de preparação de amostras, e fluorescência de raios-X.

Além da rede de laboratório, a execução do PAC da CPRM contempla ainda a Rede de Litotecas, que tem por objetivo a implantação de 10 Litotecas Regionais, abrangendo o levantamento, a organização, o armazenamento adequado e a disponibilização dos acervos de materiais geológicos - amostras de geoquímica, amostras de rochas e testemunhos de furos de sondagem. Em 2011 foi concluída a primeira fase das obras das litotecas de Araraquara, Belém, Caeté e Porto Velho.

Mineração e Transformação Mineral

O Programa Nacional de Formalização da Produção Mineral - Pronafor e o Projeto de Extensionismo Mineral vêm desenvolvendo ações que permitiram a regularização de títulos minerários em diversos estados e a capacitação à distância de 5.021 profissionais apenas em 2011, principalmente pequenos e médios produtores.

A crescente produção mineral e a forte demanda por estas matérias primas levou a um aumento da ordem de 20% no número de títulos minerários no ano de 2011, em relação a 2010, alcançando quase 28 mil títulos. No que se refere à arrecadação da Contribuição Financeira pela Exploração Mineral - CFEM, houve acréscimo de 42% no valor arrecadado em relação a 2010, totalizando a soma de R\$ 1,5 bilhão em 2011.

em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Mineração	41,9	49,9	71,8	81,5	96,9	342,0

Assim, observa-se que a execução orçamentária e financeira da subfunção tem apresentado dispêndios crescentes no decorrer do quinquênio. Ademais, destacam-se os investimentos efetuados por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC no que se refere a Levantamentos da Geodiversidade, Gestão da Informação Geológica e Levantamentos Hidrogeológicos.

4.11. ESSENCIAL À JUSTIÇA

4.11.1. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

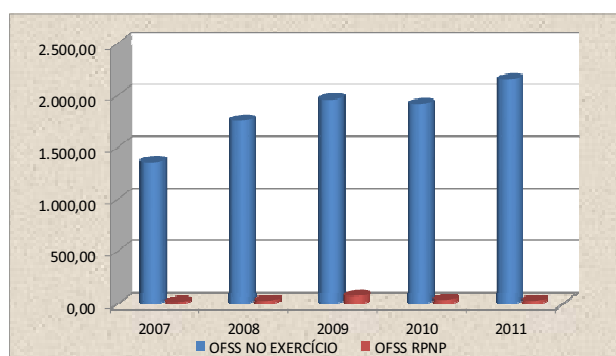
A função Essencial à Justiça teve despesas executadas em 2011 da ordem de R\$ 2,1 bilhões, as quais apresentaram crescimento em 2011, se comparado ao ano anterior, conforme demonstrado:

VALORES LIQUIDADOS RELATIVOS À FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA

		em R\$ milhões*					
OFSS		2007	2008	2009	2010	2011	Total
	No Exercício	1.360,72	1.759,75	1.965,10	1.919,57	2.157,26	9.162,40
	RPNP	13,51	27,02	71,72	36,22	26,18	174,65
TOTAL		1.374,23	1.786,77	2.036,82	1.955,80	2.183,44	9.337,05

Fonte: Siafi Gerencial em janeiro de 2012

Nota: Dados extraídos após o encerramento do exercício de 2011.



Fonte: Siafi Gerencial – Janeiro de 2012

Nota: Dados extraídos após o encerramento do exercício de 2011.

Defesa Jurídica da União: As ações desenvolvidas ao longo de 2011 buscaram o fortalecimento da democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos. Tem como objetivo proporcionar os meios indispensáveis à condução das ações de representação judicial e extrajudicial da União, como ré ou autora, em qualquer instância onde seja demandada, assegurando a defesa dos seus direitos, e estão sob a gerência da Advocacia-Geral da União - AGU, à qual compete representar a União judicial e extrajudicialmente e interpretar atos normativos, unificando a jurisprudência no âmbito do Poder Executivo.

A defesa judicial de políticas públicas e interesses da União junto ao Supremo Tribunal Federal - STF foi uma das principais realizações no exercício de 2011, destacando-se os seguintes temas: união homoafetiva - reconhecimento como união estável; piso salarial nacional dos professores da educação básica: reconhecimento da constitucionalidade da Lei nº 11.738/2008; exame da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB: declaração da constitucionalidade da aprovação no exame como requisito para o exercício da advocacia; programa de valorização do salário mínimo: declaração da constitucionalidade da Lei nº 12.382/2011, que criou o programa e fixou critérios para o cálculo do salário

mínimo, com declaração do valor pelo Presidente da República; cálculo de aposentadoria por invalidez: decisão mantendo as regras legais do cálculo da aposentadoria por invalidez, gerando uma economia anual de mais de dois bilhões de reais diretos, por ano, e 10 bilhões de reais indiretos; regime diferenciado de contratações públicas: defesa em ação direta de inconstitucionalidade da Lei nº 12.462/2011; "Voz do Brasil": êxito na defesa da transmissão do programa às 19 horas, conforme previsto no Código Brasileiro de Telecomunicações, como garantia da liberdade de informação jornalística essencial aos lugares mais remotos do território nacional; substituição de deputado federal: o reconhecimento de que, em caso de afastamento de um deputado federal, a substituição deve ser feita pela convocação do suplente mais votado da coligação; limites de benefício da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS: a suspensão de decisão que estendia o pagamento do benefício da LOAS a pessoas que não se enquadram no requisito de baixa renda, gerando uma economia direta de R\$ 38 milhões; reserva legal ambiental: a defesa em ação direta de inconstitucionalidade das mudanças sobre "Reserva Legal" estabelecidas no Código Florestal pelo art. 1º da Medida Provisória nº 2.166-67/2001; incidência Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: reconhecimento da possibilidade de incidência da COFINS sobre as

vendas inadimplidas; retenção da contribuição previdenciária: a constitucionalidade da retenção da contribuição previdenciária sobre a folha de salários - retenção de 11%-, na hipótese de fatura emitida por empresa tomadora de serviço de mão-de-obra; e, tabela do imposto de renda: reconhecimento da ausência de direito à correção monetária da tabela do Imposto de Renda.

Nos Tribunais Superiores, com relação à atuação judicial, ressaltam-se diversas teses revertidas a favor da União, em sede de Recursos Repetitivos, no Superior Tribunal da Justiça - STJ. A AGU atuou, ainda, na viabilização de políticas públicas relacionadas à educação e a ações de infraestrutura e estratégicas para o País, e obteve êxito judicial na sua defesa, cabendo ressaltar os seguintes casos: derrubada da decisão liminar da 1ª Vara Federal do Ceará que anulou 13 questões do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, aplicado nos últimos 22 e 23 de outubro para mais de cinco milhões de estudantes em todo o País; a legalidade da licença de operação para Usinas Hidroelétricas - UHs Santo Antônio e Jirau, que representam 7% do parque gerador de energia do Brasil, bem como a legalidade do licenciamento ambiental das linhas de transmissão de energia elétrica de Porto Velho/RO a Araraquara/SP (2.400 km); a legalidade do Decreto Legislativo n.º 788/2005, que autoriza o aproveitamento hidrelétrico da UHE Belo Monte; a demonstração de que usina não será construída em terras indígenas, bem como que não há qualquer ilegalidade nos atos administrativos que tramitam no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama sobre o empreendimento; e derrubou liminar que impedia a instalação do canteiro de obras, garantindo o início da implantação do empreendimento; a possibilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizar o leilão de energia proveniente de empreendimentos novos (Leilão A-5); a retomada, pela União, do Porto de Manaus, importante para a realização da Copa do Mundo e para o sistema de cabotagem; prestou auxílio para os procedimentos de liberação dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para a construção das Arenas da Copa do Maracanã e Manaus; atuação em conjunto com a Procuradora do Estado do Rio Janeiro para a retomada da reforma da Arena do Maracanã; auxílio jurídico na realização do Leilão de Concessão do Aeroporto São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte, o primeiro leilão de concessão de aeroporto no Brasil, bem como a dispensa de licitação para o terminal remoto de passageiros no Aeroporto de Guarulhos/SP; e, a continuidade do procedimento licitatório para concessão da implantação e exploração do Transporte Ferroviário de Alta Velocidade - TAV.

Para ressarcimento de valores dispendidos pelo erário, entre outras ações, merecem menção: o ajuizamento de 385 ações regressivas acidentárias até outubro de 2011, no valor de R\$ 17.592.694,45; proposição de ações regressivas por pagamento de pensão em virtude de acidente de trânsito; e, o ajuizamento, até outubro de 2011, de 973 ações de ressarcimento aos cofres do INSS, em decorrência de benefícios percebidos indevidamente, com potencial de recuperação no valor de R\$ 25.706.589,78.

No combate à corrupção, observa-se que a atuação da AGU foi destacada no Relatório de Estratégia do Departamento de Estado norte-americano, sendo também citada como exemplo de boas práticas de recuperação de ativos em relatório da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção - UNCAC; recebeu, em 15 de dezembro de 2011, premiação na categoria especial da VIII edição do Prêmio Inovare no Conselho Nacional de Justiça - CNJ em face dos esforços na recuperação judicial de valores desviados de instituições públicas em esquemas de corrupção; propôs 2.343 ações relacionadas a execuções de julgados do Tribunal de Contas da União - TCU, improbidade administrativa, questões ambientais, patrimoniais - tanto ajuizamento quanto intervenção no pólo ativo-, visando o ressarcimento dos cofres públicos, cujos valores somam a quantia de R\$ dois bilhões desviados; nas referidas ações foram bloqueados este ano mais de R\$ 279 milhões de reais e já foram devolvidos aos cofres da União R\$ 414 milhões.

Por outro lado, visando à redução de litigiosidade, foram publicadas súmulas do Advogado-Geral da União, destacando o reconhecimento do direito do cidadão em diversas matérias em que houve pacificação jurisprudencial, como exemplos, o momento de incidência da correção monetária no reajuste de 28,86% e o reconhecimento de que não incide contribuição previdenciária sobre o vale-transporte pago em pecúnia. Houve ainda a edição de Instruções Normativas, entre elas a que autoriza a não interposição de recursos de decisões judiciais que estenderem a inativos a pontuação percebida por servidores em atividade quando do pagamento de diversas gratificações.

Além da expedição de súmulas e instruções normativas, foram adotadas as seguintes medidas de redução de litigiosidade: desistência de recursos perante o Tribunal Superior do Trabalho - TST e Tribunais Regionais do Trabalho, mormente quando não cumpridos pressupostos recursais e nos casos em que a matéria já tenha sido pacificada, medida que já resultou na desistência de aproximadamente 2.000 recursos até outubro de 2011; expedição de ato normativo que estabelece os limites para a cobrança de créditos da União e das autarquias e fundações públicas federais, não inscritos em dívida ativa, possibilitando a não-proposição de ação, a não-interposição de recursos ou a desistência deles,

sem prejuízo da cobrança por vias não-judiciais; edição de portaria autorizando a realização de conciliações prévias e em execuções fiscais de créditos de natureza não tributária de autarquias e fundações públicas federais no valor de até R\$ 100 mil; foram celebrados 50.656 acordos judiciais entre maio e novembro de 2011; estes acordos geraram economia estimada em R\$ 156 milhões aos cofres públicos e representaram o pagamento de R\$ 306 milhões aos cidadãos; a AGU e Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero conseguiram fazer acordo em 81% das ações de desapropriação ajuizadas para ampliação do aeroporto de Viracopos em Campinas/SP; houve a realização de Jornadas de Conciliação do Projeto de Integração do Rio São Francisco, onde 92% dos casos de desapropriação tiveram solução definitiva; tratativas de assinatura de acordo de cooperação para novos Comitês Interinstitucionais de Resolução Administrativa de Demandas da Saúde - Cirads, cujo projeto-piloto recebeu menção honrosa do VII Prêmio Inovare do CNJ por promover a solução de controvérsias entre os cidadãos e o Sistema Único de Saúde - SUS; início do projeto piloto de conciliações prévias e em execuções fiscais em parceria com o CNJ, com a realização, na semana de conciliação, de 42 audiências extrajudiciais e 100% de conciliações, 65 audiências judiciais e 56 acordos (mais de 88%), recuperando R\$ 842.621,28, 92% do total; concessão de 3.276 parcelamentos de créditos de autarquias e fundações federais resultando em arrecadação de R\$ 55.009.884,06, com base em norma da AGU, e efetivação de 641 parcelamentos nos termos da Lei nº 12.249/2010, que somam recolhimentos no valor de R\$ 1.933.903,60; utilização, em substituição à execução fiscal, do protesto de Certidões de Dívida Ativa, tendo sido protestados 2.529 títulos e 1.071 pagos; além disso, até outubro/2011, R\$ 10.582.555,12 foram encaminhados a protesto, sendo R\$ 9.779.987,44 efetivamente processados e R\$ 3.141.613,41 pagos, atingindo-se percentual de 32,12% sobre o total.

No tocante à atividade consultiva, aponta-se a expedição de diversas orientações normativas para uniformizar entendimentos jurídicos no âmbito da AGU sobre celebração de convênios, licitações e contratos, além disso, a participação na elaboração ou análise dos Projetos de Lei de Responsabilidade da Pessoa Jurídica, de hediondez do crime de corrupção, de conflitos de interesse do agente público, da instituição do Regime Diferenciado de Contratações Públicas, de Acesso à Informação, da criação da Autoridade Pública Olímpica e do PL Geral da Copa. Além disso, foram firmadas 33 conciliações no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitramento da Administração Federal, bem como a realização de 250 reuniões. Essas conciliações redundaram na resolução de conflitos de interesses entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal ou entre esses e os da Administração Estadual e Municipal.

Quanto à representação e defesa extrajudicial pela AGU de órgãos e entidades públicas federais perante o Tribunal de Contas da União - TCU, além da otimização da defesa, foram coordenadas no âmbito da referida Corte apresentações institucionais prévias para esclarecer eventuais dúvidas de políticas públicas a serem implementadas, tais como: concessão de aeroportos, esclarecimentos sobre projetos e programas relativos a direitos humanos, Rio+20, projeto piloto de conciliação prévia e em execuções fiscais de até R\$ 100 mil etc.

E para uma melhor efetivação da representação judicial e extrajudicial dos Poderes Legislativo e Judicial, foram instalados e estão em pleno funcionamento os Escritórios Avançados da AGU no âmbito da Câmara dos Deputados, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, do Conselho da Justiça Federal - CJF, do Superior Tribunal de Justiça - STJ e do o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, além da atuação perante o TCU. Na área de cálculos e perícias da AGU, observa-se que mais de 52% dos aproximadamente R\$ 20 bilhões que foram executados foram impugnados como sendo indevidos, sendo que, naquele ano, mais de R\$ 3 bilhões em execução pela AGU (credora) foram analisados.

4.12. GESTÃO AMBIENTAL

4.12.1. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Em 2011, a gestão ambiental avançou em várias frentes, destacando-se, dentre elas, a capacidade de resposta do País aos desafios apresentados pelas mudanças do clima; a gestão florestal; a prevenção e controle do desmatamento e das queimadas; o desenvolvimento de instrumentos de apoio ao planejamento ambiental e de recursos hídricos; o fortalecimento do licenciamento ambiental federal; a qualidade ambiental; os resíduos sólidos; os povos e comunidades tradicionais; o gerenciamento costeiro e as unidades de conservação.

Outro avanço da gestão ambiental foi a aprovação e sanção da Lei Complementar nº 140/2011, que fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no exercício da competência comum de proteção das paisagens naturais notáveis, proteção do meio ambiente, combate à poluição em qualquer de suas formas e preservação das florestas, da fauna e da flora. Esse foi um passo relevante para o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e da Política Nacional de Meio Ambiente.

No âmbito das mudanças climáticas, deu-se prosseguimento à elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, encontrando-se em fase de implementação: Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAm; Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado; Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE; e Plano para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC. E, em fase de elaboração, estão os planos setoriais de: Transporte Público Urbano e Sistemas Modais de Transporte Interestadual de Cargas e Passageiros; de Indústria (Transformação, Bens de Consumo Duráveis, Química Fina e de Base, Papel e Celulose e Construção Civil); de Mineração; de Serviços de Saúde e de Pesca e Aquicultura.

No que se refere à gestão florestal, órgãos governamentais, segmentos sociais e parlamentares participaram ativamente das discussões voltadas à construção de um novo texto para o Código Florestal, capaz de conciliar as atividades econômicas, notadamente a produção agrícola, com a proteção do meio ambiente.

No mesmo tema, diretrizes metodológicas foram estabelecidas para a recuperação de Áreas de Preservação Permanente - APPs, por meio da Resolução Conama nº 429/2011.

Também foi implementado o segundo Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, instrumento do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, instituído em 2009 com vistas ao fortalecimento da atividade florestal praticada por agricultores familiares e comunidades tradicionais.

No bioma Amazônia, foram desenvolvidas ações de assistência técnica e de capacitação em gestão florestal, abrangendo 37 florestas públicas em sete estados, totalizando mais de 12 milhões de hectares e envolvendo 19 mil famílias. No bioma Caatinga, a atuação se deu em seis estados, abrangendo 37 florestas públicas, com ênfase especial nos projetos de assentamento.

Nos últimos anos, foi aprimorada a metodologia de monitoramento e ampliada a capacidade logística aplicada à execução das atividades de fiscalização ambiental na Amazônia Legal, o que resultou, em 2011, nos menores níveis de desmatamento desde o início das medições, em 1988, segundo dados preliminares do Sistema Prodes do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais - Inpe, que monitora o desflorestamento em áreas maiores do que 6,25 hectares.

Segundo os dados preliminares, a área desmatada de agosto de 2010 a julho de 2011 foi estimada em 6,2 mil km², sendo 11,7% inferior aos sete mil km² registrados no mesmo período nos anos de 2009 e 2010. Essa estimativa tem uma margem de erro de aproximadamente 10%.

Ressalta-se que as ações de fiscalização centralizaram-se nos municípios responsáveis pelos maiores índices de desmatamento. Sete municípios foram adicionados à lista: Moju/PA, Grajaú/MA, Boca do Acre/AM, Alto Boa Vista/MT, Tapurah/MT, Claudia/MT e Santa Carmem/MT. Assim como a saída do Município de Paragominas/PA da lista de maiores desmatadores em 2010, merece destaque a saída do Município de Querência/MT, em 2011, por atingir os resultados exigidos. Atualmente a lista é composta de 48 municípios que estão sendo alvo da Operação Arco Verde (OAV), destinada a apoiá-los na transição para uma economia desvinculada do desmatamento ilegal.

Em abril de 2011, quando o desmatamento começou a apresentar sinais de aumento, especialmente no Mato Grosso, foi instalado um gabinete de crise e, somente para esse Estado, o Ibama enviou 500 fiscais. Operações conjuntas com a Polícia Federal, a Força Nacional de Segurança, o Exército e a Aeronáutica estancaram esse crescimento.

Após um ano de execução do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado - PPCerrado, foi divulgado em 2011 seu primeiro relatório gerencial de acompanhamento.

Houve avanços na geração e na divulgação de dados sobre o desmatamento no bioma, além do planejamento estratégico e da execução de operações de fiscalização integradas.

Segundo dados oficiais, o Cerrado perdeu cerca de 6.469 km² de vegetação nativa entre 2009 e 2010. Essa taxa equivale a uma redução de 15% do desmatamento em relação ao período anterior (2008-2009), um sinal positivo para a continuidade das medidas em implantação para a proteção do Cerrado.

Em 2011, ainda foram divulgadas a taxa de desmatamento da Caatinga e a lista dos municípios que mais desmataram de 2008 a 2009. O bioma perdeu 1.921 km² de sua cobertura vegetal remanescente nesse período.

No setor de recursos hídricos, foi concluído o processo de revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH 2025) com a aprovação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) do documento: "PNRH: Ações Priorizadas 2012-2015 e Estratégias para a sua Implementação".

Destaca-se que o CNRH desempenhou papel importante no fortalecimento e implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - Singreh, delegando competência ao Instituto BioAtlântica - IBio para o exercício de funções inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, dotando, assim, essa bacia de estrutura para implementar as ações previstas no respectivo Plano de Recursos Hídricos. Adicionalmente, aprovou os valores e mecanismos para cobrança pelo uso dos recursos hídricos na mesma bacia hidrográfica.

Com o intuito de aprimorar a legislação ambiental, foram publicadas sete portarias interministeriais estabelecendo regras mais claras para o licenciamento ambiental federal e prazos para os órgãos envolvidos apresentarem seus pareceres sobre os estudos de impacto ambiental de empreendimentos que estão sendo analisadas pelo Ibama.

Foram estabelecidos procedimentos para regularizar empreendimentos construídos antes de 1981, quando ainda não havia legislação ambiental no País, e para tornar mais claras as regras de licenciamento nos setores de portos, rodovias, linhas de transmissão, petróleo e gás.

Também foi criado o Comitê de Compensação Ambiental Federal - CCAF, com a finalidade de

definir a destinação dos recursos da compensação ambiental pela implantação de empreendimentos licenciados em nível federal, prevista na Lei nº 9.985/2000.

Como forma de fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, em 2011 foram repassados aos estados conveniados com o Ibama até 60% do valor da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental -TCFA, cujo fato gerador é o exercício regular do poder de polícia conferido ao Ibama, para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras.

Com as inovações da Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e sua regulamentação pelo Decreto nº 7.404/2010, os resíduos sólidos passaram a ser vistos como um bem de valor econômico e social, passível de ser reutilizável e reciclável, gerando oportunidades, trabalho e inclusão social, minimizando o impacto ambiental e com potencial dinamizador para a economia.

A partir dessa visão, foi instalado o Comitê Interministerial da PNRS, composto por dez ministérios, pela Casa Civil e pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. O Comitê tem por finalidade apoiar a estruturação e a implementação da PNRS, por meio da articulação com órgãos e entidades governamentais, de modo a possibilitar o cumprimento das determinações e metas previstas na Lei nº 12.305/2010.

No que tange à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), ressalta-se que, em 2011, 429 famílias foram incluídas na Relação de Beneficiários Extrativistas (REB), banco de identificação dos extrativistas usado para possibilitar o acesso a diversas políticas públicas.

Também foram emitidas mais de 42 mil Declarações de Aptidão Agrícola (DAP) extrativistas e ainda estão sendo promovidos 18 Arranjos Produtivos Locais de produtos extrativistas.

Outra iniciativa relevante na área de meio ambiente, em 2011, foi a intensificação das ações para a implementação do Sistema de Modelagem Costeira (SMC Brasil), no âmbito do acordo de cooperação técnica entre o Governo do Brasil e o da Espanha.

Como meio de enfrentamento ao desafio de adaptação de zonas costeiras aos efeitos das mudanças climáticas, foi lançado um edital visando à captação de projetos para desenvolver estudos de vulnerabilidade da zona costeira, em escala local.

O objetivo é avançar na elaboração de uma metodologia estruturada e replicável, que permita posteriormente a comparação qualitativa entre os

resultados, condição indispensável para a construção de políticas públicas de adaptação.

Por fim, em relação às Unidades de Conservação – UC, estudos sobre a importância das UC no cenário nacional e outros eventos relevantes contribuíram, em 2011, para a consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, dentre eles destacando-se: a publicação “Contribuição Econômica das UC para a Economia Nacional”; o fortalecimento do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação -CNUC; e o reconhecimento do Mosaico Carioca e do Mosaico da Amazônia Meridional.

O avanço da gestão ambiental, em 2011, pode ser comprovado por meio dos indicadores apresentados a seguir:

**ÁREA DESMATADA (KM²) NA AMAZÔNIA LEGAL
ENTRE 1988 E 2011**

ANO	ÁREA DESMATADA (KM²)	ANO	ÁREA DESMATADA (KM²)
1988	21.050	2000	18.226
1989	17.770	2001	18.165
1990	13.730	2002	21.651
1991	11.030	2003	25.396
1992	13.786	2004	27.772
1993	14.896	2005	19.014
1994	14.896	2006	14.286
1995	29.059	2007	11.651
1996	18.161	2008	12.911
1997	13.227	2009	7.464
1998	17.383	2010	7.000
1999	17.259	2011	6.238

Fonte: Prodes/INPE (*)Taxa estimada

**AMPLIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
UC FEDERAIS**

ANO CRIAÇÃO OU AMPLIAÇÃO	ÁREA (KM²)	Nº DE UC CRIADA	Nº DE UC AMPLIADA
Até 2002	471.930,63	235	12
2003	534,82	3	0
2004	29.423,43	8	3
2005	61.876,44	20	1
2006	112.757,96	22	3
2007	1.256,76	5	2
2008	58.564,87	7	2
2009	3.688,41	4	0
2010	6.695,21	6	6
2011	00,0	0	0
TOTAL	746.728,52	310	29

Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, em 30/12/2011. / A área foi calculada a partir de dados georreferenciados disponibilizados pelo ICMBio no CNUC.

UC ESTADUAIS

ANO CRIAÇÃO	ÁREA (KM²)	Nº DE UC CRIADA
Até 2002	383.356,94	420
2003	46.709,42	20
2004	20.643,11	17
2005	33.515,29	24
2006	222.159,43	24
2007	4.744,12	15
2008	15.177,88	25
2009	23.112,62	7
2010	4.036,39	12
2011	84,07	2
TOTAL	753.539,27	566

Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, em 30/12/2011. / A área foi calculada a partir de dados georreferenciados disponibilizados pelos órgãos gestores estaduais que finalizaram o processo de cadastramento no CNUC.

UC MUNICIPAIS

ANO CRIAÇÃO	ÁREA (KM²)	Nº DE UC CRIADA
Até 2002	1.386,79	51
2003	32,31	4
2004	2,45	1
2005	3.856,03	3
2006	342,66	4
2007	1,06	4
2008	5,13	6
2009	51,18	6
2010	128,76	8
2011	0,96	4
TOTAL	5.807,33	91

Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, em 30/12/2011. / A área foi calculada a partir de dados georreferenciados disponibilizados pelos órgãos gestores municipais que finalizaram o processo de cadastramento no CNUC.

No exercício de 2011, a função Gestão Ambiental apresentou despesas efetivamente liquidadas no valor R\$ 1.775,9 milhões sendo que R\$ 1.696,2 milhões referem-se à liquidação de despesas do exercício e R\$ 79,7 milhões, à liquidação de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores. Os valores liquidados na referida função durante o período de 2007 a 2011 apontam para um crescimento de aproximadamente 52%, demonstrando a crescente preocupação com a questão ambiental ao longo dos últimos cinco anos, conforme demonstram os quadros a seguir.

VALORES REALIZADOS NA FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL 2007/2011

em R\$ milhões

GESTÃO AMBIENTAL		2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
OFSS	No Exercício	1.113,0	1.171,2	1.248,7	1.490,7	1.696,2	6.719,80
	RPNP	68,0	60,4	74,6	82,7	79,7	365,40
TOTAL		1.181	1.231,6	1.323,3	1.573,4	1.775,9	7.085,20

Fonte: Siafi Gerencial

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES

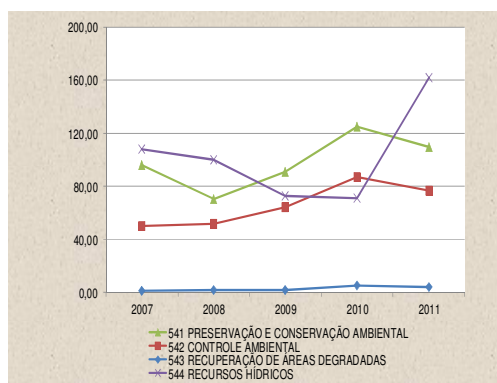
em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL POR SUBFUNÇÕES	
	LIQUIDADO	%
Recursos Hídricos	162,1	9,1
Outras Subfunções	1.423,2	80,1
TOTAL	1.775,9	100

Fonte: Siafi Gerencial.

A subfunção vinculada à função Gestão Ambiental que obteve crescimento significativo em 2011, comparada ao exercício de 2007, foi Recursos Hídricos, conforme demonstra o gráfico a seguir:

**VALORES LIQUIDADOS (OFSS + RPNP) E DESPESA REALIZADA (OI)
NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2007/2011**
Em R\$ milhões



Esse crescimento deve-se à publicação da Lei nº 12.305/2011, a qual institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS. A referida lei determina ao Ministério do Meio Ambiente a elaboração, a implementação e o monitoramento do PNRS, um instrumento da Política que norteará, em nível nacional, as ações de saneamento.

Para a consecução dos objetivos setoriais da gestão ambiental, o MMA contou com a contribuição de 17 programas, destacando-se, em 2011, os seguintes: Probacias – Conservação de Bacias Hidrográficas; Qualidade Ambiental; Nacional de Florestas; Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos; Prevenção e Combate ao

Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer e Comunidades Tradicionais. São apresentados, a seguir, a execução orçamentária e os principais resultados desses programas.

Probacias – Conservação de Bacias Hidrográficas

O Programa Probacias – Conservação de Bacias Hidrográficas tem como objetivo implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos – Singreh e promover a recuperação e a conservação dos recursos hídricos das bacias hidrográficas de domínio da União. Nesse sentido, busca promover o equilíbrio entre a oferta e o acesso aos recursos hídricos, bem como assegurar os usos múltiplos da água no âmbito das bacias hidrográficas. Contempla principalmente ações voltadas para a implementação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, a regulação e fiscalização dos usos de recursos hídricos, a prevenção de eventos críticos, para o monitoramento hidrográfico e o apoio a projetos de promoção da conservação, recuperação e uso racional da água.

Em 2011, o programa teve um significativo incremento na disponibilidade dos recursos financeiros, em decorrência de dispositivos legais que passaram a reconhecer a parcela da compensação financeira correspondente ao pagamento pelo uso de recursos hídricos do setor elétrico - principal receita do programa - como obrigação legal e, portanto, não sujeitas ao contingenciamento de recursos. Como reflexo, a execução do programa, aferida com base no valor empenhado, teve acréscimo em 150% entre os anos de 2009 e 2011.

Para responder ao novo panorama, a Agência Nacional de Águas - ANA vem se estruturando para ampliar a sua capacidade operacional e assegurar o efetivo desempenho do programa. Nesse contexto, destacam-se as iniciativas desenvolvidas no sentido de fortalecer o apoio e a articulação com os Estados e setores usuários visando a gestão integrada de recursos hídricos.

Entre os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos destaca-se a cobrança pelo uso da água nas bacias hidrográficas, que vem sendo implementada no País desde 2001, em articulação

com os comitês de bacias hidrográficas, os quais estabelecem as prioridades e metas a serem atendidas com esses recursos. Em águas de domínio da União, a cobrança já está implementada nas bacias hidrográficas dos rios Paraíba do Sul, Piracicaba, Capivari, Jundiá, São Francisco e Doce.

O avanço na implementação da cobrança é referência para mensurar o desempenho do programa, por meio dos seguintes indicadores: “Área do Território Brasileiro com Implementação da Cobrança pelo Direito de Uso de Recurso Hídricos, excluída a Bacia Amazônica” e “População Brasileira Beneficiada com a Implementação de Projetos decorrentes da Cobrança pelo Direito de Uso dos Recursos Hídricos”.

Em 2011, com a aprovação do início da cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Doce, a partir de novembro último, os indicadores do programa foram plenamente alcançados, no âmbito do Plano Plurianual 2008-2011. Esta bacia representa um acréscimo de mais de 80.000 km² de área territorial com a gestão de recursos hídricos implantada, abrangendo os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Ainda no âmbito do programa Probacias, foi atingida, em 2011, a marca de 4,5 milhões de km² (53% do território nacional) de cobertura por Planos de Recursos Hídricos, que consistem em documentos programáticos que definem a agenda de recursos hídricos de uma região. Nesses documentos são identificadas ações de gestão, planos, projetos, obras e investimentos prioritários, com o envolvimento dos órgãos governamentais, sociedade civil, usuários e diferentes instituições que participam do gerenciamento dos recursos hídricos.

As conquistas de 2011 incluem a aprovação pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) do Plano Estratégico dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas e a conclusão do Plano do rio Verde Grande. Além disso, iniciou-se a implementação do Plano dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (2010-2020), com proposta de atualização do Enquadramento dos Corpos de Água até o ano de 2035. Em 2012, deverá ser concluído o Plano do Rio Paranaíba, com a elaboração dos respectivos Planos de Ações de suas bacias afluentes e da proposta de enquadramento dos seus corpos d'água. Encontra-se em fase de elaboração o plano da bacia do Rio Paranaíba.

Foi concluído o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil com a atualização da avaliação da gestão de recursos no País, documento que tem por objetivo apresentar uma visão integrada da situação dos recursos hídricos brasileiros, incluindo suas disponibilidades, usos e vulnerabilidades.

O Atlas de Abastecimento Urbano de Água, também

publicado em 2011, consolida um amplo trabalho de diagnóstico e de planejamento nas áreas de recursos hídricos e saneamento no Brasil, com foco na garantia da oferta de água para o abastecimento das sedes urbanas em todo o País. Foram avaliados todos os mananciais e sistemas de produção de água das sedes urbanas de todos os 5.565 municípios brasileiros, indicando as principais obras e ações de gestão para o atendimento das demandas até 2025, inclusive ações necessárias para a proteção da qualidade das águas dos mananciais.

É importante ressaltar, também como resultados de 2011, os avanços na modernização e ampliação da Rede Hidrometeorológica Nacional, por meio da aquisição e instalação de plataformas de coleta de dados (chuva, temperatura e umidade), bem como de outros equipamentos para implantação das Salas de Situação em 10 estados e para atender às Superintendências da Agência Nacional de Águas. Cumpre registrar que a Rede Hidrometeorológica sob responsabilidade da ANA possui cerca de 4.500 estações de monitoramento que visam realizar a coleta de dados de nível, vazão, sedimento e qualidade da água dos rios brasileiros, bem como a precipitação em todo o território nacional. Sua modernização é imprescindível para garantir a qualidade e a tempestividade das informações hidrológicas que subsidiam as ações da Agência e os trabalhos dos Comitês de Bacia e para atender aos usuários, públicos e privados, que de alguma forma intervenham no uso da água da rede hidrográfica nacional. Também foram fortalecidas as parcerias com os países vizinhos com vistas à expansão das redes e a produção de dados qualitativos, para aferição da contribuição dos rios vizinhos na formação dos nossos estoques hídricos.

No campo das ações de regulação e fiscalização do uso de recursos hídricos foram regularizados 1.358 usuários e realizadas 40 campanhas de fiscalização nas bacias hidrográficas identificadas e definidas como prioritárias: Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ, Piranhas-Açu, Paraíba do Sul, São Marcos e outros corpos hídricos nos quais se verificam conflitos no uso da água. Merecem destaque as seguintes outorgas: para 17 projetos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; para o Sistema de Transposição de Desnível - Tucuruí; e para o setor de aquicultura, contemplando sete parques aquícolas no reservatório de Ilha Solteira (rio Paraná) e 16 no reservatório de Furnas (rio Grande), perfazendo produções aquícolas totais de 65.115,71 t/ano e 76.926 t/ano, respectivamente. Ademais, foram consolidadas as estruturas técnicas e organizacionais para desenvolvimento das novas atribuições legais da Agência, referentes à regulação e fiscalização da prestação dos serviços públicos de irrigação, quando envolver corpos d'água de domínio da União em regime de concessão, e adução de água bruta, bem como a

fiscalização da segurança de barragens. A fiscalização de serviços públicos de adução de água bruta concentrou-se no acompanhamento do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.

O Programa Probacias apoiou ainda o desenvolvimento de 20 projetos voltados para promover a conservação, a recuperação e o uso racional da água, com destaque para a implantação do Produtor de Água, os projetos de manejo integrado e os projetos de recuperação de mananciais e cursos d'água em microbacias prioritárias.

Programa - Qualidade Ambiental

Em 2011, por meio do Programa Qualidade Ambiental, foram apresentadas as primeiras versões dos Sumários Executivos dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima dos setores de Transportes, Saúde, Indústria, Pesca e Aquicultura, além do Plano Setorial de Mineração ao Grupo Executivo sobre Mudança do Clima. Os novos planos setoriais integrarão a versão atualizada do Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

Com o objetivo de produzir um diagnóstico e análise do processo de implementação e da efetividade do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, foi iniciado o processo de desenvolvimento de um sistema eletrônico para o acompanhamento e monitoramento dos planos setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima. As estimativas sobre as emissões dos Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação deverão ser divulgadas de maneira periódica, para que possam servir como um dos instrumentos de avaliação do cumprimento dos compromissos voluntários assumidos no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

No âmbito do licenciamento ambiental federal, foram editadas sete portarias interministeriais e criado o Comitê de Compensação Ambiental Federal, com a finalidade de definir a destinação dos recursos da compensação ambiental.

Vale ressaltar que, em 2011, o Ministério realizou junto a União Europeia o Projeto Diálogos Setoriais – Energias Renováveis, com o objetivo de trocar experiências e informações no campo da geração e distribuição de energia solar, eólica e de mares.

A eficiência energética é outra frente em que o Programa está envolvido, por meio da participação no Grupo Técnico do Plano Nacional de Eficiência Energética e do GT para Eficientização de Energia nas Edificações, do Ministério de Minas e Energia - MME. Das ações implementadas com o apoio direto do MMA, pode ser destacada a finalização, em 2011, da primeira experiência de diagnóstico e proposição de melhorias em estruturas e projetos arquitetônicos da unidade de conservação Jardim Botânico de Brasília.

Com relação à estratégia de implementação das Convenções Internacionais, destaca-se, quanto à Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes - POPs, a aprovação, em 2011, do Inventário Nacional de POPs de emissão não-intencional (dioxinas e furanos) pelo Grupo Técnico Institucional – GTI do projeto NIP. No segundo semestre, iniciou-se a elaboração dos inventários dos estoques, produtos e artigos em uso que contêm ou estão contaminados por POPs, assim como a elaboração de um inventário de resíduos nessas condições. Iniciou-se também a elaboração de um Sistema de Gerenciamento de Informações capaz de assimilar dados do País sobre a produção, uso, comércio, disposição e liberação de POPs ou de produtos que contenham POPs.

Em complementação às ações desenvolvidas no âmbito do projeto do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo - NIP, as seguintes ações foram executadas em 2011 referentes à gestão de PCBs (poluente Bifenilas Policloradas):

- Seminário sobre Convenção de Estocolmo e apresentação da versão preliminar do Projeto NIP em São Paulo e publicação do Grupo Nacional Coordenador do NIP e do Comitê Diretor do Projeto de gerenciamento de Bifenilas Policloradas, um dos poluentes orgânicos persistentes integrantes da Convenção de Estocolmo;
- Elaboração de proposta de minuta de resolução para gerenciamento de PCBs que será discutida no Conama;
- Proposta de Plano Nacional de Gerenciamento de PCBs;
- Identificação dos possíveis sítios de demonstração que servirão de modelo para o gerenciamento de áreas contaminadas com PCBs;
- Levantamento da capacidade instalada para tratamento de PCBs no Brasil e dos laboratórios de análise de identificação da concentração de PCB em óleos isolantes; e
- Publicação de 3.000 manuais de gerenciamento de resíduos de mercúrio em serviços de saúde que serão utilizados na capacitação dos hospitais sentinelas em parceria com a Anvisa.

No que se refere às emergências ambientais decorrentes de acidentes com produtos perigosos, tem-se investido, prioritariamente, na criação das Comissões Estaduais do P2R2 (Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Perigosos) e no Mapeamento de Áreas de Risco de acidentes com produtos perigosos, por meio da celebração de convênios com os Estados de Alagoas, Mato Grosso

do Sul, Paraíba, Pernambuco e Tocantins. Atualmente, já foram criadas 16 Comissões Estaduais do P2R2, duas municipais (Campo Grande/MS e Três Lagoas/MS) e uma Sub-Comissão no Litoral Norte de São Paulo.

Em continuidade à implementação do Plano Cartográfico para Mapeamento de Sensibilidade Ambiental ao Óleo, que compreende a caracterização das áreas costeiras e marinhas sensíveis a derrames de óleo, foi celebrado Acordo de Cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, para a seleção de projetos e elaboração das cartas de sensibilidade ao óleo (Cartas SAO). Assim, foram selecionados quatro projetos cujos objetivos são: o mapeamento das bacias de foz do Amazonas, do Pará-Maranhão e Barreirinhas, de Campos e de Pelotas. Tais Cartas subsidiam a avaliação ambiental estratégica e a análise prévia da viabilidade dos empreendimentos de petróleo, o licenciamento, e o planejamento e gestão ambiental e, sobretudo, o preparo e resposta a emergências ambientais com derrames de óleo no mar.

Em relação às atividades de proteção da camada de ozônio no ano de 2011, em especial a eliminação das substâncias que destroem a camada de ozônio, os Clorofluorcarbonos – CFCs e os Hidroclorofluorcarbonos – HCFCs, foi aprovado o Programa Brasileiro de Eliminação dos HCFCs.

No tocante ao aspecto da qualidade do ar, foram empreendidas ações para implementação das determinações constantes nas Resoluções do Conama aprovadas em 2009, com destaque para a elaboração, pelos Estados da Federação, dos Planos de Controle da Poluição Veicular – PCPVs, como requisito básico para a implementação dos Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso.

Também nessa linha, deu-se a consolidação da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Proconve - CAP, na sua missão de buscar melhorias para o programa de controle de emissões veiculares, tendo realizado, no exercício em questão, trabalhos voltados para a viabilização da logística de substituição do diesel com menores teores de enxofre e a viabilização da produção e comercialização do Agente Redutor Líquido Automotivo - ARLA 32, importante agente no pós-tratamento das emissões de poluentes dos veículos com motores a Diesel, promovendo a redução de óxidos de nitrogênio em nitrogênio gasoso não poluente.

No plano normativo, foram aprovadas Resoluções Conama que estabelecem limites máximos de emissão de ruídos para máquinas agrícolas e rodoviárias e limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos. O Programa apresenta os seguintes indicadores:

- Número de empreendimentos de infraestrutura sem licença de operação (unidade), com índice 50 e data de apuração para janeiro de 2012.
- Número de episódios anuais de violação do padrão diário de qualidade do ar para os parâmetros material particulado inalável (PM10) e ozônio (O3) (UNIDADE); com índice 773 e data de apuração em janeiro de 2011.
- Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (CFCs) (tonelada PDO – Potencial de Destruição do Ozônio*); com índice zero e data de apuração em abril de 2011.
- Consumo Nacional de Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (HCFCs) (tonelada PDO*); com índice equivalente a 1.239,0 e data de apuração em abril de 2011.

O indicador “Número de empreendimentos de infraestrutura sem licença de operação” tem como objetivo contabilizar o número de empreendimentos com processo administrativo aberto no Ibama para a obtenção da licença de operação, os quais ainda não obtiveram a referida licença. Essa situação se aplica basicamente a empreendimentos antigos que necessitam de regularização ambiental.

No ano de 2011, o Ibama emitiu 624 licenças e autorizações ambientais para o licenciamento de 299 empreendimentos, em sua maioria grandes empreendimentos. Para a emissão desse montante de licenças, o órgão elaborou 2.392 documentos técnicos. Com relação ao ano anterior, houve um acréscimo de 32% no número de licenças emitidas, sendo que, para sistemas de transmissão de energia elétrica, o aumento foi de 77%. Outro destaque foi o setor de petróleo e gás, com todas as perfurações marítimas do País baseadas em licenças ambientais, além da realização de simulados de emergência em atividades de exploração de petróleo e gás, consolidando o conceito de exercício pré-operacional e o instrumento intitulado APO – Avaliação Pré-Operacional, essencial para o licenciamento. Grandes empreendimentos hidrelétricos e ainda um número expressivo de rodovias foram licenciadas.

Quanto ao indicador Número de episódios anuais de violação do padrão diário de qualidade do ar para os parâmetros material particulado inalável, embora não se contando com os dados da região metropolitana de Porto Alegre, verifica-se que o número de ultrapassagens para o material particulado PM10 retornou aos níveis de 2008. Pelo histórico do índice, pode-se atribuir tal melhoria aos dados fornecidos Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro Inea para as estações de monitoramento localizadas na Baixada Fluminense próximas a polos industriais, notadamente de Campos Elísios, Cidade dos Meninos, Jardim Primavera e São Bento. Essa medição possibilitou

maior controle do órgão ambiental estadual sobre os processos de licenciamento e fiscalização referentes às emissões de fontes industriais.

A apuração final dos dados relativos aos indicadores Consumo de Clorofluorcarbonos - CFCs e Hidroclorofluorcarbonos - HCFCs é realizada pelo Ibama, tendo como base as importações e exportações dessas substâncias ocorridas no ano anterior. O Brasil não produz essas substâncias, sendo o consumo calculado pela quantidade de substâncias importadas deduzida da quantidade exportada e destruída. Estes dados são obtidos no mês de maio de cada ano e são referentes ao ano anterior.

Nacional de Florestas

No exercício de 2011, o programa Nacional de Florestas teve uma atuação expressiva na promoção do desenvolvimento sustentável, com a execução de 66,74% dos recursos programados.

Como resultados, destaca-se a evolução dos seguintes temas: concessões florestais; manejo florestal comunitário e familiar; Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal; Sistema Nacional de Informações Florestais; Inventário Florestal Nacional; e recuperação de áreas degradadas.

O desenvolvimento de alternativas sustentáveis de uso das florestas públicas, por meio das concessões florestais, faz parte do conjunto de ações do Governo Federal para a redução das desigualdades regionais e do desmatamento, para a geração de um ambiente de legalidade do uso das florestas e para o ordenamento da ocupação do território amazônico. As concessões florestais foram consolidadas do ponto de vista técnico, jurídico e econômico, de modo a ampliar a segurança dos investimentos requeridos.

Foi implementado o segundo Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, instrumento do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, instituído em 2009 no âmbito do MMA, com vistas ao fortalecimento da atividade florestal praticada por agricultores familiares e comunidades tradicionais. As ações de assistência técnica e de capacitação em gestão florestal foram desenvolvidas nos biomas Amazônia e Caatinga, abrangendo no primeiro, 37 florestas públicas em sete estados. São mais de 12 milhões de hectares e 19 mil famílias envolvidas. No bioma Caatinga, a atuação se deu em seis estados, abrangendo também 37 florestas públicas, com ênfase especial nos projetos de assentamento. São quase 45 mil hectares e mais de mil famílias envolvidas diretamente.

Ressalta-se a realização do primeiro planejamento estratégico do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, que contou com a participação da sociedade civil e de órgãos

governamentais para a construção das diretrizes estratégicas de atuação do programa até 2015.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF, criado pela Lei nº 11.284/2006, tem como objetivo fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Brasil e promover a inovação tecnológica no setor. Em 2011, por meio do FNDF, foram contratados 21 projetos selecionados nas quatro Chamadas Públicas lançadas em 2010, sendo: 10 iniciativas para a promoção da restauração florestal da Mata Atlântica da Região Nordeste do Brasil; cinco iniciativas para a promoção do manejo florestal comunitário e familiar na Caatinga do Estado do Piauí; e seis iniciativas para a promoção do manejo florestal comunitário e familiar em reservas extrativistas da Região Norte do Brasil.

O Sistema Nacional de Informações Florestais, disponível no sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro - SFB desde 2010, forneceu, em 2011, dados atualizados sobre o manejo para a produção de bens e serviços nas florestas brasileiras naturais e plantadas, o que revelou sua importância no cenário nacional e internacional.

O Inventário Florestal Nacional do Brasil - IFN-BR é um instrumento de planejamento estratégico para o setor florestal brasileiro que visa fornecer informações sobre as florestas naturais e plantadas sua composição, extensão, distribuição espacial, diversidade e dinâmica em todo o território nacional. Consiste em coletas de dados biofísicos e socioambientais em campo a cada cinco anos. Em 2011 foi realizado o Inventário Florestal Nacional no Estado de Santa Catarina e no Distrito Federal.

Quanto ao tema recuperação de áreas degradadas, destaca-se que, em 2011, foram implantados os seguintes Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas – CRAD: Janaúba (Norte de Minas – Mata Seca), Serra Talhada (Bioma Caatinga) e Barreiras (Bioma Cerrado).

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos

O programa Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos têm por objetivo promover a conservação e a recuperação da diversidade biológica e dos recursos genéticos, a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso desses recursos e do conhecimento tradicional associado.

Em 2011, o programa obteve muitos resultados positivos para a política de conservação do uso sustentável e da repartição dos benefícios da biodiversidade brasileira nos diversos biomas.

Por meio do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade - Probio II

foram iniciadas articulações com os setores de pesca, aquicultura, energia e saúde, a fim de promover o consenso e a definição de diretrizes que visem minimizar os impactos das atividades destes setores sobre a biodiversidade e incorporar ações e práticas de conservação e uso sustentável da biodiversidade pelos mesmos.

Em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi, foi realizado um curso internacional de polinização com a finalidade de capacitar recursos humanos para a conservação e manejo de polinizadores. Essa ação aportou recursos ao CNPq visando apoio a projetos selecionados que objetivam a elaboração de planos de manejo de polinizadores das seguintes culturas: algodão, caju, canola, castanha, maçã, melão e tomate. Foram desenvolvidos e estabelecidos, em parceria com a Universidade de São Paulo – USP, um banco de dados e um portal com informações sobre os resultados do Projeto Polinizadores do Brasil, projeto do MMA, apoiado pela FAO e GEF < www.polinizadoresdobrasil.org.br >.

Em relação à agenda de economia verde, em 2011 foi assinado um acordo de cooperação técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, com o intuito de elaborar estudos de análise de lacunas para a agenda da Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade no Brasil, Relatório TEEB Brasil.

Como resultado de uma negociação iniciada há alguns anos, em maio de 2011 foi lançado o Comitê da Conta TFCA (*Tropical Forest Conservation Act*), que irá acompanhar e coordenar a aplicação de recursos da ordem de US\$ 20 milhões, resultantes de um acordo entre o Brasil e o Governo norte-americano para quitar a dívida brasileira com os EUA, ao longo dos próximos cinco anos. O acordo prevê que os recursos sejam utilizados em ações para conservação e uso sustentável dos biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica. Dentre as ações mais importantes realizadas pelo Comitê em 2011, citam-se: a aprovação do Plano Estratégico de Longo Prazo – PELP, que direciona as ações a serem apoiadas e os recursos a serem alocados; a aprovação do Regimento Interno do Comitê da Conta TFCA e do Manual Operacional da Conta TFCA; e o lançamento do 1º Edital para propostas de projetos em sete linhas de ação temáticas. Por meio deste primeiro edital, foram recebidas 101 propostas, sendo que 83 foram enquadradas e, destas, 55 foram recomendadas pelas Câmaras Técnicas. Com base nessas propostas, o Comitê aprovou financiamento para 47 projetos no total de R\$ 20 milhões de reais.

O MMA também se envolveu com a formulação, o aperfeiçoamento e a conclusão de iniciativas legais relativas ao tema de biossegurança, particularmente no que se refere à regulamentação do emprego de novas tecnologias. Ressalta-se, que, em 2011, a

Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio liberou três vacinas geneticamente modificadas para a avicultura e seis novas variedades de cultivos transgênicos (três de milho, dois de algodão e o primeiro feijão geneticamente modificado).

No que tange à agenda internacional de biossegurança de organismos geneticamente modificados, o ano de 2011 foi caracterizado por reuniões com órgãos de governo e órgãos vinculados ao MMA, com vistas à elaboração, conclusão e envio do 2º Relatório Nacional de Implementação do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, que foi publicado no Centro de Intercâmbio de Informações sobre Biossegurança do Protocolo de Cartagena (BCH - *Biosafety Clearing House*), no final de setembro.

Ressalta-se que o índice apurado do indicador do Programa, Taxa de Conservação das Espécies Ameaçadas, ficou em 49,41%. Portanto, do total de espécies oficialmente consideradas como ameaçadas de extinção, cerca de 50% está sendo submetida a alguma ação de manejo, demonstrando um claro avanço, haja vista que no início da apuração do índice, em 2003, apenas 2% das espécies ameaçadas de extinção sofriam alguma ação de manejo. Estimava-se manejar 80% de espécies ameaçadas em 2011. Entretanto, é necessário esclarecer que o processo de avaliação do risco de extinção de espécies tornou-se uma ação constante, o que proporcionou aumento do número de espécies ameaçadas de extinção, tendo em vista a revisão das listas. Embora essa meta não tenha sido atingida no prazo estabelecido, o setor ambiental objetiva alcançá-la.

Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer

Entre as principais atividades do programa Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer destacam-se a prevenção e o controle do desmatamento ilegal nos biomas brasileiros. Em virtude da importância biológica, estratégica e da grandiosidade do bioma Amazônia, grande parte do orçamento do Programa é destinada ao cumprimento das metas do Plano Nacional de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia – PPCDAM. Essa é a principal ferramenta para a redução de cerca de 80% do desmatamento anual praticado na Amazônia Legal brasileira, fazendo com que o Brasil venha atingindo todas as metas anuais assumidas em conferências internacionais sobre o tema.

De acordo com os dados do sistema Prodes/Inpe, houve uma perda de 7.000 km² de vegetação nativa na região no período de agosto de 2009 a julho de 2010. O índice previsto de área anual desmatada na

Amazônia para o período de agosto de 2010 a julho de 2011 era de 7.736 km², e o índice assumido na 15ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - COP 15 de 10.000 km². No entanto, em 2011, as ações de monitoramento e de fiscalização ambiental levaram o índice de desmatamento a outro recorde, 6.238 km² de área desmatada, o menor índice de desmatamento registrado na Amazônia Legal desde o início do monitoramento.

Para que esse índice histórico fosse alcançado, foram realizadas centenas de operações de fiscalização ambiental, baseadas no levantamento de imagens de satélite que apontam as ocorrências de desmatamento, na busca de informações de inteligência e na estratégia de descapitalização do infrator. Em 2011, foram elaborados aproximadamente 157 polígonos de desmatamento com as imagens do satélite japonês ALOS para a Amazônia e realizada gestão junto aos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - OEMAS dos Estados amazônicos, com objetivo de implantar o Sistema Compartilhado de Informações Ambientais - Siscom para integrar as informações ambientais produzidas em cada Estado. Também, foram gerados mapas da Amazônia, em períodos quinzenais, com a localização das detecções de desmatamento com base nos dados do Deter/Inpe, para direcionamento de operações de fiscalização e auxílio nas tomadas de decisões. Foram publicadas mais de 2.000 novas localizações de embargos realizados em anos anteriores.

A Amazônia, no entanto, não é o único foco das ações de combate ao desmatamento. Em 2011, foi concluído o monitoramento do desmatamento dos Biomas Caatinga, Pantanal, Pampa e Mata Atlântica para o período 2009 e 2010.

Foram capacitadas e treinadas 2.956 pessoas em 97 cursos realizados sobre conhecimentos específicos relacionados à prevenção e ao combate a incêndios florestais. Além disso, foram contratados, equipados e administrados 1.906 brigadistas para a formação de 102 brigadas para atuação nas ações de prevenção e combate a incêndios florestais em 102 municípios críticos. As brigadas contratadas atuaram, não só no combate direto aos incêndios florestais, mas também em ações de conscientização da população sobre as consequências dos problemas decorrentes de incêndios e queimadas na região, difusão de informações sobre alternativas ao uso do fogo, rondas, recuperação de áreas degradadas, orientação aos proprietários rurais, apoio ao combate a incêndios em áreas privadas e apoio a queimadas controladas.

Segundo dados do Inpe, em 2010 foram registrados 133.149 focos de calor em todo o País. Durante o ano de 2011 foi registrado um número de ocorrências similar ao verificado nos anos anteriores, com 115.497 focos registrados. Foram

realizados 1.480 combates ao fogo pelo Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) e 84 vezes o Sistema foi acionado pelos municípios para apoiar no combate ampliado, envolvendo nessas operações 834 brigadistas, além de servidores do Ibama.

O Programa Florescer é considerado ferramenta de vital importância para a execução das ações de proteção ambiental, em especial na prevenção e controle do desmatamento ilegal nos biomas e nas queimadas e incêndios florestais.

Comunidades Tradicionais

O programa Comunidades Tradicionais foi criado para fomentar, promover e apoiar o crescimento e o desenvolvimento de sociedades extrativistas, o que possibilitou a criação de uma agenda ambiental voltada para a qualidade de vida de povos e comunidades tradicionais, garantindo-lhes renda proveniente da extração, de forma sustentável.

Contribuindo para a execução do programa, no que tange ao fomento da produção sustentável, o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB), coordenado pelo MDA, MDS, MMA e CONAB, registrou avanços significativos em 2011: mais de 42 mil Declarações de Aptidão Agrícola (DAP's) extrativistas emitidas; e 429 famílias foram incluídas na Relação de Beneficiários Extrativistas (REB), banco de dados para identificação dos extrativistas. A DAP e a REB consistem em instrumentos obrigatórios para o acesso a diversas políticas públicas, tais como: Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio); Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O aumento do nº desses instrumentos representa a sobreposição de um entrave por meio do trabalho conjunto com diversos parceiros governamentais e não governamentais, com o intuito de expandir a estrutura de emissão, bem como possibilitar o acesso desse público à documentação básica (Registro Geral, Cadastro de Pessoa Física e Regularização Fundiária), muitas vezes inexistente.

Além disso, em um processo de ação integrada entre MMA, MDS, MDA e MDIC, estão sendo promovidos 18 Arranjos Produtivos Locais (APLs) de produtos extrativistas, a maioria em estágio avançado de implementação: castanha no Sul do Amazonas; piaçava no Alto e Médio Rio Negro; borracha no Vale do Acre; castanha e óleos vegetais em Oriximiná; castanha e óleos vegetais – copaíba e andiroba ao longo da BR 163; açaí e andiroba na Ilha de Marajó; babaçu no Bico do Papagaio; babaçu no Médio Mearim; buriti no Piauí; carnaúba em Campo Maior; babaçu e pequi no Sul Cearense; carnaúba no Ceará e Rio Grande do Norte; frutos da Caatinga no Norte da Bahia; piaçava no Baixo Sul da Bahia; frutos do Cerrado e pequi no Norte de

Minas, juçara em São Paulo e Paraná; pinhão no Sudeste do Paraná; e pinhão e mate ao longo da BR-376 no Paraná.

A Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio), consolidada em 2010, ampliou seu atendimento em 2011. Até novembro, mais de 23 mil famílias foram beneficiadas com a aquisição de aproximadamente seis mil toneladas de produtos da sociobiodiversidade, sendo pagos 6,7 milhões de reais. Dentre os produtos comercializados, destacam-se: a borracha, a amêndoa do babaçu, a castanha do Brasil, a fibra da piaçava e o pequi.

Por sua vez, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) já beneficiou aproximadamente 5.500 famílias agroextrativistas, com valor próximo a 16,8 milhões de reais. Para aumentar e orientar o acesso a essas políticas públicas, 110 técnicos da Rede de Serviços da Sociobiodiversidade, em sua maioria, prestadores de assistência técnica e extensão rural, foram capacitados.

Por fim, ressalta-se que o indicador do programa, denominado “Relação percentual entre o número total de comunidades tradicionais apoiadas que realizam o beneficiamento de seus produtos e o número total de comunidades tradicionais apoiadas”, cujo índice de referência era 4,27% em 2005, atingiu 49,98% em 2011, refletindo o seu bom desempenho e a efetividade de sua estratégia de implementação.

4.13. HABITAÇÃO, URBANISMO E SANEAMENTO

4.13.1. MINISTÉRIO DAS CIDADES

Na função Urbanismo são demandados investimentos que incluem aporte de recursos para atender às políticas públicas de regularização fundiária, urbanização de assentamentos precários, metrô, trens urbanos, mobilidade urbana, formulação de políticas de desenvolvimento urbano, trânsito, habitação, saneamento, capacitação de agentes sociais, entre outras.

Conforme se constata no gráfico seguinte, em 2011 houve um decréscimo de 25,5% em relação aos valores liquidados na função comparativamente ao exercício anterior. Tal fato pode ser explicado principalmente devido à ação orçamentária de Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, que sofreu um decréscimo aproximado de 38,3%, passando de um valor liquidado de R\$ 770,86 milhões em 2010, para R\$ 475,73 milhões em 2011; além disso, nos Programas de Desenvolvimento Urbano de Municípios, os quais foram extintos em 2009, houve uma liquidação de R\$ 247,36 milhões

em 2010 e apenas R\$ 17,96 milhões em 2011, decréscimo de 92,7%; acrescenta-se ainda os cancelamentos de restos a pagar não processados ocorridos em 2011, no valor de R\$ 636,50 contra R\$ 337,14 milhões em 2010; acréscimo nos cancelamentos de 88,8 % na ação de Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e nos Programas de Desenvolvimento Urbano.

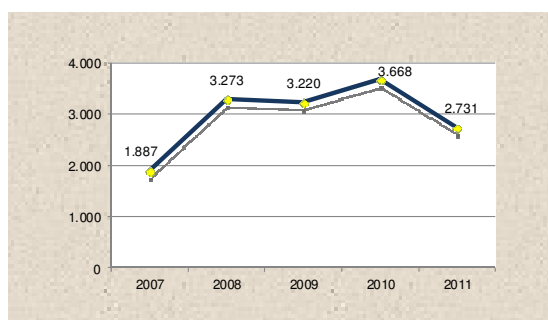
Embora se observe uma redução nos valores liquidados em Urbanização de Assentamentos Precários, não se pode concluir que ocorreu uma redução no ritmo de execução das obras financiadas, pois, em 2011 ocorreu o desbloqueio de recursos depositados nas contas dos contratos de repasse em anos anteriores, além disso, houve uma redução na margem de recursos financeiros adiantados, pelo Tesouro Nacional, para os contratos de repasse, que até 2010 era de 10% e em 2011 foi reduzida para 5%.

SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO DOS VALORES LIQUIDADOS EM URBANISMO

em R\$ milhões

URBANISMO		VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO URBANISMO 2007/2011					
		2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
OFSS	No Exercício	892,12	1.114,56	1.655,23	1.743,76	1.231,22	6.636,89
	RPNP	994,44	2.158,43	1.564,67	1.923,85	1.500,07	8.141,46
TOTAL		1.886,56	3.272,99	3.219,90	3.667,61	2.731,29	14.778,35

Fonte Siafi Gerencial



Os recursos foram alocados em certas políticas públicas. Assim, da análise das ações governamentais com maior volume de liquidação, verificou-se que eles estão vinculados principalmente a três investimentos: nos sistemas de trens urbanos, em emendas parlamentares e em urbanização de assentamentos precários.

A tabela a seguir apresenta a execução orçamentária por subfunção. Em 2011, os valores liquidados nas subfunções típicas corresponderam a 90,7% do total liquidado em Urbanismo, sendo que

55,5% refere-se à subfunção "Infraestrutura Urbana", que compreende intervenções em assentamentos precários, bem como os recursos oriundos de emenda parlamentares.

À subfunção "Transportes Coletivos Urbanos", que responde por 33,4% dos valores liquidados, estão vinculados as intervenções em transporte ferroviário urbano, dos quais mais de 90% dos investimentos, em média, foram direcionados para os Sistemas de Trens Urbanos.

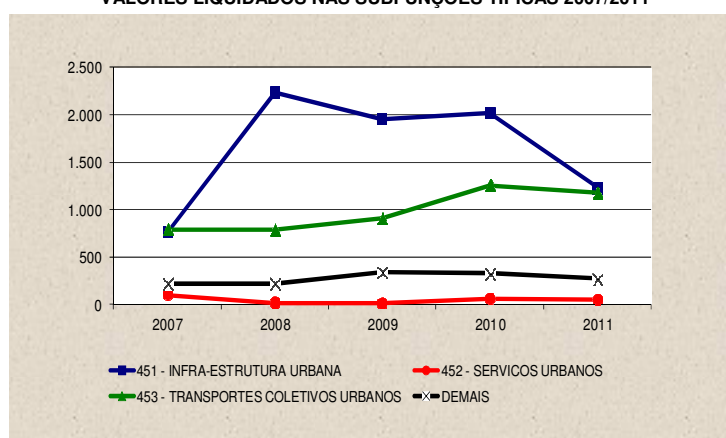
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES 2007/2011

em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO URBANISMO POR SUBFUNÇÕES	
	LIQUIDADO	%
Subfunções Típicas		
Infra-Estrutura Urbana	8.204	55,5%
Serviços Urbanos	262	1,8%
Transportes Coletivos Urbanos	4.936	33,4%
Outras Subfunções	1.376	9,3%
TOTAL	14.778	100%

Fonte: Siafi Gerencial

VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2007/2011



Fonte: Siafi Gerencial

Uma das áreas de atuação do MCidades enquadrada nessa função tem por objetivo a promoção da cidadania por meio de acesso aos serviços de transportes públicos e mobilidade urbana.

O Governo Federal realizou investimentos para expansão, recuperação ou modernização dos sistemas de trens urbanos de passageiros, propiciando melhoria na eficiência de qualidade dos serviços bem como melhores condições de mobilidade às populações urbanas.

No âmbito da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU, as realizações visam melhorar os sistemas de trens urbanos que ainda opera, viabilizando a transferência de sua gestão para os governos locais, tornando possível sua integração com outros modos de transporte e com o planejamento urbano, específicos de cada região. Além disso, a CBTU atua como co-gestora, mediante acompanhamento da aplicação dos recursos nos metrô de Fortaleza e Salvador, já descentralizados. Em Recife, a implantação da Linha Sul, eletrificada, já atingiu avanço físico de 92%, até dezembro de 2011. Em Salvador, o trecho

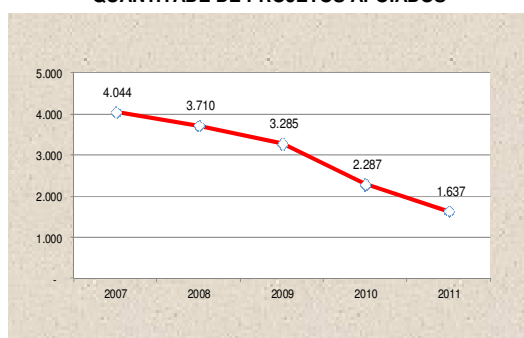
entre Lapa e Acesso Norte será concluído em março de 2012. O trem de subúrbio, entre Calçada e Paripe deverá ter as obras de modernização concluídas em 2012. Em Fortaleza, a Linha Sul apresenta 82% de avanço, com a conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2013. A Linha Oeste, com 97% de progresso alcançado, será concluída em abril de 2012.

No sistema de Porto Alegre, a Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb) está investindo na expansão e melhoria da malha metroviária. Com um valor orçamentário, em 2011, de R\$ 435,19 milhões, foram empenhados R\$ 424,82 milhões e liquidados R\$ 418,64 milhões. Destacam-se os investimentos na expansão da linha São Leopoldo - Novo Hamburgo. Esta obra possui extensão de 9,3 km, atingindo ao final da implantação um total de 43 km de extensão entre Porto Alegre e Novo Hamburgo. Quanto à implantação do Sistema de veículos sobre Trilhos Elevados (Aeromóvel), na cidade de Porto Alegre, a obra encontra-se com execução aproximada de 62% com previsão de término para junho de 2012.

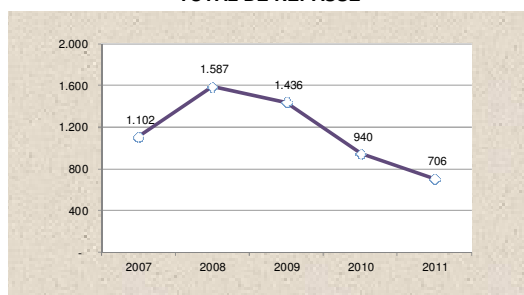
Já em relação à urbanização de assentamentos precários, cujos investimentos têm como finalidade melhorar as condições de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos, os recursos são oriundos principalmente da ação Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários, notadamente a de maior destaque com valores liquidados em 2011 de R\$ 708,14 milhões.

Por fim, os investimentos realizados em infraestrutura urbana são oriundos, em sua maior parte de dotações nominalmente identificadas no Orçamento da União (emendas parlamentares) e buscam contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população a ser atendida. Ao longo dos últimos cinco anos foram apoiados milhares de projetos para as mais diversas finalidades, tais como urbanização, construção de casas, abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem urbana. Todavia, a maioria dos recursos alocados visa apoiar estados e municípios na realização de obras de pavimentação ou calçamento de vias públicas.

QUANTIDADE DE PROJETOS APOIADOS



TOTAL DE REPASSE



Fonte: Caixa Econômica Federal e Siafi Gerencial

A série histórica de quantidade de projetos apoiados via emendas parlamentares demonstra que nos últimos exercícios houve uma redução desses projetos, tendo atingido o valor máximo em 2007. Comportamento semelhante ocorre no volume de recursos repassados, com a diferença no ano de pico, 2008.

Apesar da redução na quantidade de projetos apoiados, bem como no volume de repasse em 2011, esta ação de Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento continua tendo considerável

relevância no orçamento do Ministério; o que pode ser constatado pela dotação aprovada, no valor de R\$ 2,26 bilhões, dos quais foram empenhados R\$ 857,07 milhões, 38% da dotação aprovada, e houve um contingenciamento de R\$ 1,4 bilhão, 62% do total. Os valores liquidados atingiram R\$ 461,35 milhões.

Em relação à Mobilidade Urbana, destaca-se o lançamento, em 2011, do Programa PAC 2 - Mobilidade Grandes Cidades, disponibilizando R\$ 18 bilhões, sendo R\$ 6 bilhões proveniente do OGU e R\$ 12 bilhões de financiamento do FGTS para investir em sistemas estruturantes de transporte público coletivo nas 24 cidades brasileiras com mais de 700 mil habitantes que concentram 39% da população do Brasil.

Os recursos destinados à mobilidade urbana tiveram um expressivo aumento a partir do ano de 2010, via recursos oriundos do FGTS. Foram disponibilizados R\$ 8 bilhões para empreendimentos de mobilidade urbana vinculados a Copa do Mundo FIFA 2014 e R\$ 3 bilhões para projetos do PAC 2 - Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas.

Em 2011 os esforços concentraram-se na seleção e contratação dos empreendimentos e em ações preparatórias, envolvendo o monitoramento e assistência técnica e gerencial dos projetos.

No tocante a Copa do Mundo FIFA 2014 foram firmados em 2011 - 13 novos contratos, totalizando R\$ 2,78 bilhões. Estes, somados aos 37 contratos firmados em 2010 com valores de R\$ 4,17 bilhões, totalizam 50 contratos somando R\$ 6,95 bilhões, ou seja, aproximadamente 90% dos valores selecionados. No período foram iniciados 10 projetos nas cidades de Recife, Curitiba, Cuiabá, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Ao todo são 12 projetos em andamento. Foram desembolsados (pagos) R\$ 311,89 milhões.

Com relação ao PAC 2 - Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, foram firmados 24 novos contratos, totalizando aproximadamente R\$ 240 milhões.

Na área de trânsito, foi lançado o "Pacto Nacional pela Redução dos Acidentes no Trânsito - Pacto pela Vida", com o objetivo de mobilizar a sociedade, visando atingir a meta de redução do número de óbitos decorrentes de acidentes de trânsito em 50%, até o final de 2020.

Para a elaboração de planos municipais de redução de riscos, de projetos de estabilização de taludes e execução de obras de contenção de encostas, foram apoiados 72 municípios.

Foram contratadas 121 operações do PAC 2 - Contenção de Encostas envolvendo a execução de obras de contenção de encostas, elaboração de

projetos básicos para a estabilização de taludes e de planos municipais de redução de riscos; elaborados mapas de riscos em 155 municípios; e editada a Medida Provisória nº 547/2011 com o objetivo de melhorar a capacidade dos municípios de fazer frente ao risco de desastres naturais.

Quanto a Regularização Fundiária, foram apoiados 17 municípios por meio de celebração de convênios para implementação de medidas técnicas administrativas e jurídicas necessárias à efetivação da regularização fundiária de assentamentos irregulares urbanos; em parceria com o Programa Terra Legal, coordenado pelo Ministério do

Desenvolvimento Agrário – MDA, foram avaliados 150 municípios e 438 áreas urbanas incidentes em terras do Incra, sendo 106 sedes e 332 em vilas, distritos ou povoados, para posterior doação aos municípios.

Das áreas analisadas pelo MCidades, o MDA destinou para 36 municípios 58 áreas para doação, sendo 34 em sedes municipais e 24 em distritos, vilas ou povoados.

No ano de 2011, do orçamento de R\$ 30,25 milhões foram empenhados R\$ 8,85 milhões e liquidados R\$ 2,97 milhões.

PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - PROGRAMA PAPEL PASSADO⁽¹⁾

	Famílias com processo de regularização iniciado	Titulos concedidos	Titulos registrados em cartório
Apoio direto	381.255	54.514	26.194
Apoio Indireto	1.554.912	327.854	111.444
TOTAL	1.936.087	382.314	137.683

Fonte: Secretaria Nacional de Programas Urbanos – SNPU/MCidades

(1): Informações atualizadas em 24/11/ 2012, referentes às atividades apoiadas pelo Programa Papel Passado de 2004 a 2011. Não estão incluídas as informações referentes às intervenções de urbanização de assentamentos precários implementadas no âmbito do PAC.

Em Planejamento Urbano, 87% dos municípios com obrigatoriedade de elaboração de Plano Diretor já o fizeram. A maioria também previu instrumentos do Estatuto das Cidades na lei que instituiu o plano. Foram apoiados 176 municípios para realização de ações de reabilitação sendo 35 planos e 141 obras.

Na Gestão da Política e Fortalecimento da Gestão Urbana, as principais atividades foram: elaboração de documento sobre o Estatuto da Cidade e apoio ao 11º Congresso da CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores); realização do encontro Nacional de Tecnologia da Informação e II Encontro de Tecnologia da Informação para Municípios aonde, foi lançado o "Brasil em Cidade"; realizado seminário Internacional "Dez anos do Estatuto das Cidades" com o objetivo de analisar e discutir questões relacionadas à implementação da política urbana regulamentada pelo Estatuto da Cidade; acompanhamento de 33 projetos e programas de extensão universitária com ênfase nas diversas áreas do desenvolvimento urbano beneficiando municípios de todo o país; foram ainda aprovados diversos projetos e programas, em parcerias com universidades federais e estaduais, para a capacitação de técnicos e gestores municipais em 2012, nas diversas áreas do planejamento e desenvolvimento urbano - todos com recursos da parceria com o Ministério da Educação.

FUNÇÃO SANEAMENTO

A Lei nº 11.445/2007 define o saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

De acordo com o inciso IX do art. 23 da Constituição Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a promoção de programas que visem à melhoria das suas condições. Dessa forma, vários são os agentes atuantes no setor, envolvendo os diversos entes da Federação.

Os investimentos no setor de saneamento básico são constituídos por recursos onerosos e não-onerosos.

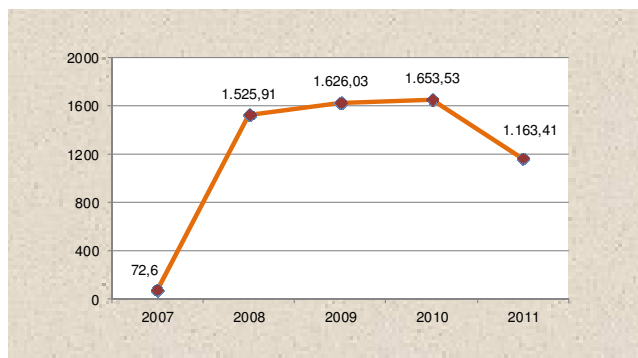
Os recursos de fontes não onerosas são oriundos da Lei Orçamentária Anual - LOA enquanto que os recursos onerosos são provenientes de empréstimos públicos concedidos a taxas de juros reduzidas para investimentos em ações de saneamento básico, cujas principais fontes são o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT/BNDES. Em termos de recursos não onerosos, a execução dos últimos anos é apresentada a seguir.

SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO DOS VALORES LIQUIDADOS EM SANEAMENTO

em R\$ milhões

SANEAMENTO		VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO SANEAMENTO 2007/2011					
		2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
OFSS	No Exercício	39,76	478,16	845,07	516,09	269,23	2.148,31
	RPNP	32,84	1.047,75	780,96	1.137,44	894,18	3.893,17
TOTAL		72,60	1.525,91	1.626,03	1.653,53	1.163,41	6.041,48

Fonte: Siafi Gerencial



Verifica-se um incremento expressivo dos valores liquidados se comparado ao ano de 2007, o que pode ser explicado pela retomada dos investimentos públicos no setor de saneamento básico, consolidada pelo PAC, lançado em 2007, que ampliou consideravelmente os recursos disponíveis para o setor.

Durante o primeiro ano do PAC, os esforços concentraram-se na seleção dos empreendimentos a serem apoiados e em ações preparatórias, envolvendo a complementação de projetos de engenharia, regularização fundiária e licenciamento ambiental necessários às intervenções. Os efeitos da nova política de investimentos no setor podem ser observados a partir de 2008, com elevado nível de investimentos no período 2008-2011, apesar da

pequena redução dos valores liquidados em 2011, que se justifica pela fase avançada e conclusão de algumas obras do PAC 1.

Em 2011, foram selecionadas seis operações a serem apoiadas com recursos não onerosos, para obras de manejo de águas pluviais na região Serrana do Rio de Janeiro, com investimentos da ordem de R\$ 250,00 milhões. No período foram firmados 612 novos termos de compromisso no âmbito do PAC, totalizando R\$ 8,85 bilhões, valendo destacar os 110 contratos com ações de esgotamento sanitário e os 76 de manejo de águas pluviais correspondendo a investimentos da ordem de R\$ 2,73 bilhões e R\$ 3,32 bilhões, respectivamente, o que inclui as seis operações selecionadas para a Região Serrana.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES 2007/2011

em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO SANEAMENTO POR SUBFUNÇÕES	
	LIQUIDADO	%
Subfunções Típicas		
Saneamento Básico Rural	-	0%
Saneamento Básico Urbano	6.038	99,95%
Outras Subfunções	3	0,05%
TOTAL	6.041	100,00%

Fonte: Siafi Gerencial

Os investimentos realizados na função Saneamento utilizaram basicamente a subfunção Saneamento Básico Urbano, que concentra o foco da atuação do MCidades: atendimento à população urbana de menor nível socioeconômico, em especial a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes e médios centros urbanos.

No tocante aos recursos onerosos, no âmbito do PAC, as ações de saneamento são apoiadas por meio de fontes FGTS e FAT/BNDES, enquanto aquelas não inseridas no PAC (contratos firmados antes de 2007) compreendem operações viabilizadas com recursos oriundos do FGTS.

Em 2011, foram selecionadas 134 operações, no âmbito do Grupo 3 do PAC 2 para municípios com menos de 50 mil habitantes não pertencentes de Regiões Metropolitanas, a serem apoiadas com recursos onerosos, totalizando investimentos da ordem de R\$ 1,13 bilhões. Destes, 51 referem-se a empreendimentos de abastecimento de água, totalizando R\$ 368,64 milhões, e 83 são de esgotamento sanitário, totalizando R\$ 758,69 milhões.

No exercício de 2011 foram firmados 58 novos contratos, totalizando R\$ 1,83 bilhões. Foram desembolsados (pagos) R\$ 3,05 bilhões (envolvendo contratos firmados no exercício e contratos firmados em anos anteriores), dos quais 91,8% compreendem ações inseridas no PAC. Houve um aumento de cerca de 28,0% na execução financeira do PAC em relação a 2010.

Importante destacar que a maior parcela das contratações em 2011 com recursos onerosos destinou-se a empreendimentos de esgotamento sanitário, com 45% do total contratado, o que reforça a atuação do Governo Federal na melhoria de serviços de saneamento com índices historicamente elevados. Ademais, observa-se que a execução financeira nessa modalidade correspondeu a mais de 1/3 da execução total no exercício em análise.

CONTRATAÇÃO E DESEMBOLSO EM 2011 POR MODALIDADE – RECURSOS ONEROSOS

em R\$ milhões

MODALIDADE	PAC						Não-PAC FGTS
	Público			Operações de Mercado			
	Contratos Firmados	Valor Contratado	Execução Financeira	Contratos Firmados	Valor Contratado	Execução Financeira	
Abastecimento de Água	6	31,1	463,8	2	101,8	89,20	129,6
Esgotamento Sanitário	11	266,9	859,7	4	555,4	208,88	70,2
Manejo de Águas Pluviais	6	314,9	422,3	-	-	-	22,2
Saneamento Integrado	-	-	31,5	-	-	319,30	5,4
Manejo de Resíduos Sólidos	-	-	9,8	4	193,5	155,91	0,7
Estudos e Projetos	18	31,6	9,9	-	-	-	0,9
Desenvolvimento Institucional	-	0,0	55,8	7	332,2	177,92	21,0
TOTAL	41	644,5	1.852,8	17	1.182,9	951,2	250,0

Fonte: Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA/MCidades

No contexto legal/institucional, em 2011 a proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab foi finalizada e amplamente discutida com a sociedade, com a realização de cinco seminários regionais e duas audiências públicas. Após a aprovação pelo Conselho das Cidades e posterior discussão com a sociedade civil, seguindo as normas legais, a Proposta foi encaminhada à Casa Civil da Presidência da República para autorização da realização de consulta pública pela internet.

Ainda na busca de fortalecer o planejamento do setor, em 2011, intensificou-se o apoio aos municípios na elaboração dos seus Planos Municipais ou Regionais de Saneamento Básico. Tendo em vista que se trata de um tema novo, foram realizadas reuniões de capacitação com os 103 proponentes selecionados em 2010, no âmbito do PAC 2, com o objetivo de dar subsídios técnicos aos municípios e consórcios públicos na elaboração de seus respectivos Planos. Até dezembro de 2011 foram contratadas 95 propostas para elaboração de planos de saneamento, totalizando investimentos de cerca de R\$ 70 milhões.

Além disso, com o apoio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, foram publicados três livros (total de 25.500 exemplares) e duas cartilhas (total de 43.500 exemplares) a serem distribuídos, juntamente com duas publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE: Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – 2008 e Atlas do Saneamento 2011, a todos os municípios como forma de instrumentalizá-los para a formulação da política e elaboração do plano de saneamento básico. O envio dos materiais foi iniciado em novembro de 2011 e continuará ao longo de 2012, tendo sido contemplados em 2011 todos os municípios das Regiões Norte e Centro-Oeste e uma parcela da Região Sul, totalizando 1.021 municípios. O MCidades também participou, a convite de governos e instituições locais, de seminários, oficinas e cursos, contribuindo por meio de apresentações sobre o processo de elaboração de planos, em municípios de diversos estados.

No que tange aos indicadores, cabe salientar que a característica plurianual das iniciativas de saneamento dificulta o processo de avaliação dos

resultados da atuação governamental no setor num único exercício. Entretanto, cabe comentar os avanços registrados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no Censo 2010. De acordo com os indicadores de acesso aos serviços de saneamento básico provido aos 5.565 municípios brasileiros, cerca de 82,9% dos domicílios particulares permanentes brasileiros possuem rede geral de abastecimento de água com canalização. Quanto ao esgotamento sanitário, presente em 67,1% dos domicílios do país, a pesquisa revelou que 55,5% dos domicílios possuíam acesso à rede pública e 11,6% eram conectados à fossa séptica. Em relação ao serviço de coleta de resíduos sólidos, nota-se que 87,4% da população eram atendidas.

Na análise da evolução do acesso aos serviços de saneamento básico entre os anos de 1991, 2000 e 2010, a partir dos dados dos Censos Demográficos, observam-se, nos últimos 20 anos, avanços significativos em direção à universalização dos serviços de saneamento, especialmente nas áreas urbanas.

Entre 1991 e 2010, observou-se uma ampliação quantitativa do acesso aos serviços da rede pública de abastecimento de água (com canalização interna) para 24,9 milhões de domicílios (Censo 2010). Com isso, em 2010, 47,5 milhões de domicílios possuíam acesso à rede de água, ante a uma cobertura de 34,8 milhões, observada em 2000, e de 22,6 milhões de domicílios que contavam com os serviços em 1991 (ampliação de 12,3 milhões de domicílios entre 1991 e 2000; e, de 12,6 milhões entre 2000 e 2010). Os dados apresentados na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD/2009 revelam que o acesso aos serviços de saneamento é fortemente associado às condições socioeconômicas do domicílio. Segundo a pesquisa, aproximadamente 71% da população brasileira que não tinha acesso ao abastecimento de água por rede geral (com canalização interna) possuía renda domiciliar mensal de até três salários mínimos.

Quanto ao esgotamento sanitário, o avanço observado no Censo 2010 foi mais tímido, porém significativo. Entre 1991 e 2010, 20,1 milhões de domicílios passaram a ter acesso aos serviços de esgotamento sanitário por rede geral e 1,1 milhão à fossa séptica. O número de domicílios com acesso à rede pública ampliou-se, de 11,7 milhões de domicílios, em 1991, para 21,2 milhões de domicílios, em 2000; e, alcançou 31,8 milhões de domicílios em 2010. Com relação às fossas sépticas, em 1991, 5,6 milhões de domicílios tinham acesso à solução - número que cresceu para 6,7 milhões em 2000 e reduziu-se para 6,6 milhões de domicílios em 2010. A partir da PNAD 2009, observa-se que 72% do déficit de acesso à fossa séptica e rede coletora concentram-se na faixa populacional que recebe até três salários mínimos. Nota-se ainda que, apenas 55% da população que recebe até um salário mínimo têm acesso

simultâneo aos serviços de saneamento (abastecimento de água por rede geral com canalização interna, rede de esgotos ou fossa séptica e lixo coletado).

No que se refere ao índice de tratamento dos esgotos sanitários, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS 2009, o Brasil coleta 50,3% do esgoto gerado, trata 70,9% do esgoto coletado, mas trata apenas 37,9% do esgoto gerado. Esses percentuais eram de 42,9%; 46,9%; e, 21,6%, respectivamente, em 1998.

Em relação ao manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana, ao considerar o total de domicílios que passaram a contar com o serviço de coleta de resíduos sólidos no período, verifica-se a ampliação da cobertura para mais de 27,9 milhões de domicílios em 20 anos (Censo 2010).

A despeito da melhoria dos indicadores de acesso aos serviços em praticamente todas as regiões brasileiras, há que se considerar a persistência de elevados déficits absolutos e importantes desigualdades regionais. Havia, em 2010, 9,8 milhões de domicílios sem acesso à rede geral de abastecimento de água, 18,9 milhões de domicílios sem acesso ao esgotamento sanitário (domicílios sem acesso à rede nem à fossa séptica) e 7,2 milhões de domicílios sem acesso aos serviços de coleta de resíduos sólidos. Esses números evidenciam os enormes desafios envolvidos na formulação de políticas voltadas para a redução das desigualdades sociais e regionais, na busca por alcançar a universalização do acesso aos serviços, com equidade e integralidade.

Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, a importância do saneamento para a saúde, bem-estar e qualidade de vida são amplamente reconhecidos, bem como é significativo o conhecimento dos efeitos da degradação ambiental resultado da ausência de sistemas de coleta e tratamento dos esgotos sanitários e da disposição inadequada dos resíduos sólidos. Com os rápidos processos de urbanização e formação de assentamentos precários nas cidades brasileiras, a noção de sustentabilidade passa a incorporar dimensões que vão além dos aspectos ambientais, agregando, com maior ênfase, a questão social. Portanto, acesso à água e ao esgotamento sanitário, junto aos demais componentes do saneamento básico, como o manejo de águas pluviais e os resíduos sólidos urbanos, além de uma questão de saúde pública, deve ser tratado como uma medida essencial com vistas à redução das desigualdades sociais e regionais. Por isso, o Governo Federal tem direcionado seus programas e ações com foco nas populações carentes e vulneráveis dos grandes centros urbanos, carentes de infraestrutura de saneamento básico.

A Lei nº 11.445/2007 trouxe uma nova conceituação para o saneamento básico, que passa a compreender o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos e a drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas. Essa nova concepção de integralidade abrange uma nova percepção da sustentabilidade dos sistemas e dos serviços de saneamento. Assim, torna-se extremamente relevante a gestão integrada de todos os componentes do saneamento.

Além dos aspectos relacionados à infraestrutura de oferta dos serviços, um dos principais desafios a serem enfrentados diz respeito à consolidação e ampliação de medidas estruturantes para o setor, tendo em vista a necessidade de superação das ineficiências históricas associadas à gestão dos serviços de saneamento. Portanto, para que as ações de saneamento sejam realizadas de forma sustentável, a expansão dos serviços, com vistas à universalização, deve considerar, fundamentalmente, o avanço nas ações de gestão, incluindo o planejamento, a regulação, a fiscalização e do controle social.

Para garantir a sustentabilidade dos sistemas de abastecimento de água, considerando suas dimensões ambientais, econômicas e sociais, especial atenção deve ser dada às diversas etapas que compõem o sistema. Assim, os projetos devem considerar: a seleção dos mananciais para captação, que devem ter disponibilidade hídrica compatível com a vazão de projeto e com os usos múltiplos dos recursos hídricos, o tipo de tratamento adotado, que deve observar, dentre outros aspectos, a qualidade da água bruta, os padrões de potabilidade, e os impactos dos resíduos gerados, e o traçado de adutoras e redes, que deve considerar a eficiência energética do sistema, dentre outros. Cabe destacar, também, a importância das ações de planejamento, que devem perseguir o bom funcionamento do sistema e o pleno atendimento da população, visando garantir o suprimento de água em quantidade e qualidade, reduzir as perdas no sistema e impedir que ocorram intermitências.

Já no esgotamento sanitário, para que se possa alcançar a sustentabilidade em todas as suas dimensões, inicialmente é necessário atingir a universalização da coleta nos domicílios brasileiros, com tratamento, em níveis adequados, de todo o volume, antes do seu lançamento final em cursos d'água. Assim como no abastecimento de água, o traçado das redes e o posicionamento das estações de tratamento devem ser projetados de forma a minimizar o consumo energético.

A opção pelo sistema separador absoluto, amplamente empregada no território brasileiro, pressupõe que os esgotos não podem ser lançados em redes de águas pluviais (e vice-versa), o que

poderia aumentar o volume de efluentes a serem encaminhados para o tratamento, onerando o custo deste serviço. No sentido de evitar situações como essa, assim como otimizar os investimentos, as ações de gestão também são de grande relevância para garantir uma operação adequada dos sistemas, e a desejada expansão dos serviços, rumo à universalização.

Uma concepção sustentável para o manejo dos resíduos sólidos se inicia na seleção da opção tecnológica a ser adotada, bem como no aprimoramento da gestão dos serviços. Uma vez implantadas a limpeza urbana, o manejo, o tratamento e a destinação final dos resíduos, ainda será necessário bastante atenção na manutenção dos serviços. Soluções de disposição final como aterros sanitários, por exemplo, são construídas a cada dia de sua operação. A sustentabilidade nesse componente do saneamento, além da dimensão ambiental, também é marcada fortemente pela dimensão social, que pressupõe, em boa parte dos casos, a implementação de uma política de inclusão dos catadores, bem como a realização de campanhas informativas e educativas destinadas a minimizar a geração e o descarte inadequado dos resíduos, bem como a ampliar o alcance dos programas de coleta seletiva.

A sustentabilidade das ações de manejo das águas pluviais pressupõe a realização de ações preventivas de gestão e regulação do uso do solo. A concepção higienista da drenagem urbana que orienta o afastamento das águas de chuva da forma mais rápida possível, muito adotada através da construção de canais e galerias, em substituição ao leito natural dos cursos d'água, deve ser paulatinamente substituída por concepções sustentáveis, com enfoque na prevenção de inundações.

As primeiras medidas devem ser o controle do uso do solo, que através do planejamento urbano deve impedir a ocupação das áreas de risco de inundação ou deslizamento. A redução da impermeabilização do solo, com a adoção de pavimentos permeáveis, ampliação de áreas verdes e a adequada limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, com desobstruções sistemáticas das redes de drenagem, são iniciativas que também contribuem para a minimização de riscos e para a sustentabilidade dos sistemas de drenagem.

Além disso, outras medidas podem contribuir para amenizar os impactos, tais como a implantação de reservatórios de retenção, a contratação de seguros para os domicílios localizados em áreas de risco para enchentes cuja remoção não é possível, o estabelecimento de zoneamento das inundações e a instalação de sistemas de alarmes.

As iniciativas que contam com investimentos do Governo Federal, por meio do MCidades, têm procurado levar em consideração os aspectos acima elencados, sob a ótica da sustentabilidade dos sistemas.

FUNÇÃO HABITAÇÃO

O MCidades é responsável por acompanhar e avaliar, além de formular e propor, os instrumentos para a implementação da Política Nacional de Habitação - PNH, que estabelece o planejamento do setor habitacional, garantindo condições institucionais para promoção do acesso à moradia digna a todos os segmentos da população, especialmente aos de baixa renda.

Assim, pode-se resumir em quatro linhas principais essa atuação na função: melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos precários; produção de habitações de interesse social; subsídios à habitação de interesse social; e apoio à elaboração dos planos habitacionais de interesse social.

Na execução desta Política os principais eixos de ação governamental são: Programa de Aceleração do Crescimento PAC e o Programa Minha Casa, Minha Vida PMCMV, que tem seus fundamentos no Plano Nacional de Habitação - PlanHab.

O PMCMV tem a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais pelas famílias com renda mensal até 10 salários mínimos, que residam em qualquer dos municípios brasileiros.

O Programa tem um papel chave na criação de empregos e melhoria de indicadores socioeconômicos. Assim, foi utilizado como resposta anticíclica à crise econômica de 2009, criando oportunidades tanto para os setores habitacionais público quanto privado atuarem de maneira conjunta.

O PMCMV possibilitou a implementação de um modelo nacional de subsídio, necessário para ampliar a concessão de crédito e para viabilizar a moradia adequada ao perfil das famílias de média e baixa renda. Por outro lado, parte da modelagem de operações imobiliárias implantadas por algumas construtoras sinalizou para a viabilidade da atuação do setor privado no atendimento do mercado habitacional para famílias de baixa renda.

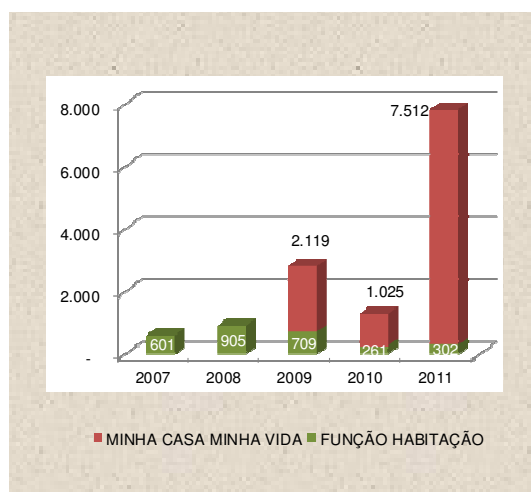
Assim, com a criação do PMCMV, estabeleceram-se as condições para a ampliação de um mercado popular de habitação.

SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO DOS VALORES LIQUIDADOS EM HABITAÇÃO

em R\$ milhões

HABITAÇÃO		VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO HABITAÇÃO 2007/2011					
		2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
OFSS	No Exercício ¹	0,38	152,80	2.254,47	164,68	658,69	3.231,02
	RPNP ²	600,37	751,89	572,84	1.121,15	7.155,13	10.201,38
TOTAL		600,75	904,69	2.827,31	1.285,83	7.813,82	13.432,40

Fonte SIAFI Gerencial—Obs: Inclui valores em Habitação (Função 16) e PMCMV (Função 28 – Encargos Especiais)



A inclusão do tema habitacional no escopo do PAC foi de grande importância para o setor e possibilitou importantes avanços implementados por intermédio de ações nos Projetos Prioritários de Investimentos (PPI – Favelas), no Programa Pró-Moradia (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS), nos Projetos Multissetoriais Integrados Urbanos (Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT), e nos programas e ações custeados com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS compondo o PAC-Habitação, o qual se insere no eixo de expansão dos investimentos em infraestrutura social e urbana do País.

A previsão inicial de recursos no PAC, para o quadriênio 2007-2010, para os programas e ações governamentais integrantes do eixo Habitação situava-se na ordem de R\$ 106,3 bilhões, incluindo valores de contrapartida, Financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE e Pessoa física, sendo R\$ 16,9 bilhões em investimento público - Orçamento da União e Financiamento ao setor público e respectivas contrapartidas. No entanto, dados dezembro de 2011, data do último balanço das ações do PAC, revelam que já foram contratados recursos da ordem de R\$ 19,1 bilhões. São R\$ 10,0 bilhões - FNHIS e PPI -, que somados aos recursos de Financiamento (R\$ 4,9 bilhões) e de Contrapartida (R\$ 4,2 bilhões), superam em 13% a meta inicial, bem como 3.767 operações ativas e 3.684 contratadas nesta primeira etapa do PAC. Desses, R\$ 9,0 bilhões já foram liberados. A esses se somam R\$ 213,0 bilhões de SBPE e Pessoa Física, que contribuem para superar ainda mais a previsão de recursos realizada em 2007.

Na primeira etapa do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC 2007-2010) utilizando recursos do - FNHIS, estavam previstos recursos da ordem de R\$ 4,8 bilhões em investimento, sendo que R\$ 3,8 bilhões, ou 79%, já estavam contratados em dezembro de 2011. De acordo com o último balanço do PAC, são 3.327 contratos de um total de 3.410

propostas ativas, somando R\$ 3,1 bilhões em recursos da União. É importante frisar, no entanto, que o PAC não investe apenas em obras, como também na ampliação da capacidade do setor público para investir na habitação de interesse social.

Quanto às ações selecionadas nos anos de 2007 e 2008 (no valor total R\$ 2,2 bilhões), 19% do valor das operações já estava concluído em dezembro, demonstrando um incremento de 6% em relação ao semestre anterior (junho de 2011), 72% dos recursos contratados estão em execução e apenas 9% ainda estão em atividades preliminares à execução. Já da última seleção do PAC 1, realizada em 2009 (no valor total R\$ 1,6 bilhão), 0,7% dos recursos estão concluídos, 43,8% estão em execução, havendo um incremento de mais de 20% em relação ao ano anterior.

A edição da segunda etapa do PAC em junho de 2011 deu continuidade à implementação de ações voltadas à melhoria das condições de habitabilidade nos assentamentos precários, sendo que a produção habitacional necessária para a urbanização desses assentamentos será realizada por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida. Para os investimentos em urbanização de assentamentos precários para o quadriênio 2011-2014, na nova estrutura de eixos do PAC, foram disponibilizados R\$ 30,5 bilhões de recursos para aplicação, dos quais R\$ 27 bilhões do OGU e R\$ 3,5 bilhões do FGTS.

Na segunda etapa do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC 2011-2014), os recursos do FNHIS foram destinados aos Grupos 2 e 3, que abrangem municípios entre 50 mil e 70 mil habitantes, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro - Oeste, e entre 50 mil e 100 mil habitantes do Sul e Sudeste (G2), e municípios abaixo de 50 mil habitantes (G3). Foram selecionados R\$ 1,5 bilhão em recursos, e contratados R\$ 1,3 bilhão, dados de dezembro de 2011, incluindo recursos do FGTS.

RESULTADO DA PRIMEIRA SELEÇÃO DA SEGUNDA ETAPA DO PAC – FNHIS

em R\$ milhões

Grupo	Programa	Modalidade	Qtd	Selecionado com MCMV	Selecionado sem MCMV	Qtd	Contratado	%
G2	1128.10S3	Urbanização	43	411,73	178,22	40	364,5	89
	9991.10SJ	Estudos e Projetos	34	11,38	11,38	33	10,52	92
Total G2			77	423,11	189,60	73	375,02	89
G3	1128.10S3	Urbanização	135	959,94	366,32	130	933,54	97
	9991.10SJ	Estudos e Projetos	29	6,62	6,62	25	4,91	74
Total G3			164	966,56	372,94	155	938,45	97
Total FNHIS			241	1.389,67	562,54	228	1.313,47	95

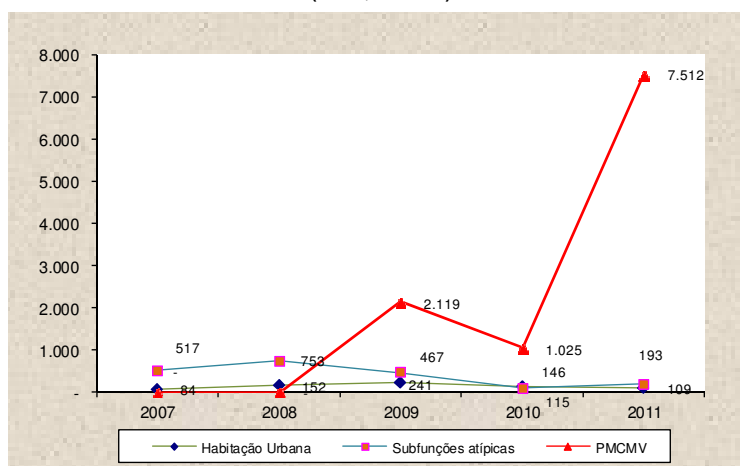
Fonte: Secretaria Nacional de Habitação – SNH/MCidades

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES 2007/2011

em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO HABITAÇÃO POR SUBFUNÇÕES	
	LIQUIDADO	%
Subfunções típicas		
Habitação Rural	-	0%
Habitação Urbana	732	5,45%
PMCMV	10.655	79,33%
Subfunções atípicas	2.045	15,22%
TOTAL	13.432	100,00%

Fonte: SIAFI Gerencial—Obs: Inclui valores em Habitação (Função 16) e PMCMV (Função 28 – Encargos Especiais)

VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES 2007/2011
(em R\$ milhões)

Fonte: SIAFI Gerencial

Analisando os valores liquidados da subfunção Habitação Urbana e subfunções atípicas, observa-se o decréscimo dos valores liquidados, o que não implica queda no desempenho do Governo Federal, pois houve direcionamento de recursos das referidas modalidades para outras funções. A finalidade dessas modalidades foi atingida por meio do PMCMV e da função Urbanismo. Avaliando os valores liquidados no PMCMV, é possível verificar o aumento das despesas liquidadas nesta modalidade. O principal motivo desta variação é o andamento das obras contratadas em 2009 e 2010, em execução.

A reserva da dotação para assunção do compromisso (empenho) vem ocorrendo dentro do planejado. Entretanto, com o enfoque dado à fase de liquidação, verifica-se uma disparidade significativa entre os recursos pactuados e aqueles em condições legais de quitação. Essa baixa efetividade demonstrada na liquidação dos contratos decorre de questões ligadas ao modelo de operacionalização dos produtos disponibilizados na função Habitação, na qual somente são liquidadas as parcelas de obras ou serviços efetivamente executados e atestados.

O MCidades tem buscado aprimorar o modelo de operacionalização dos seus programas, por meio da oferta aos diversos entes participantes de mecanismos que possibilitem minimizar as limitações estruturais e técnicas destes. A finalidade é conseguir com que as propostas selecionadas e contratadas possam ser concluídas dentro dos prazos estabelecidos e com a qualidade necessária dos produtos ofertados à população. Dentre as ações mencionadas destacam-se aquelas voltadas para o desenvolvimento institucional e também para a elaboração de planos habitacionais de interesse social.

Percebe-se que, com a ampliação do conhecimento institucional, tanto no MCidades, quanto nos executores das ações (Estados, Distrito Federal e Municípios), houve um incremento da capacidade de execução dos empreendimentos contratados.

Com o advento da Lei nº 12.424/2011, decorrente do processo de conversão da Medida Provisória nº 514/ 2010, foram introduzidas alterações na Lei nº. 11.977/2009, que instituiu o PMCMV, tornando-se necessária a redefinição das diretrizes, regras e

condições do programa e demandando a revisão dos normativos infra-legais que regulamentam as modalidades do PMCMV.

Destacam-se, no PMCMV 2, as melhorias nas moradias a serem produzidas para as famílias com renda mensal até R\$ 1.600,00: ampliação da área construída, piso cerâmico em todos os cômodos, azulejo com altura mínima de 1,5 m em todas as paredes do banheiro, cozinha e área de serviço, janelas maiores na sala e nos quartos.

Em relação à revisão dos normativos infra-legais que regulamentam as modalidades do PMCMV, em 2011 foram elaborados e revisados atos normativos com destaque para: regulamentação dos dispositivos da Lei nº 11.977/2009; regulamentação das diretrizes para a aplicação dos recursos alocados e operações de crédito no âmbito do FGTS; condições da oferta pública de recursos no âmbito do PMCMV em municípios com população de até 50.000 habitantes; revisão dos parâmetros de priorização e do processo de seleção dos beneficiários do PMCMV; disposição referentes às operações com recursos transferidos ao FAR; e definição da remuneração das instituições financeiras oficiais federais pelas atividades exercidas no âmbito do PMCMV.

Programas Estruturantes

Serviços Urbanos de Água e Esgoto

O programa objetiva ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água, esgotamento sanitário. Contempla iniciativas relacionadas a: elaboração de estudos e projetos de saneamento ambiental; financiamento a estados e municípios e concessionárias estaduais e municipais para projetos de saneamento ambiental integrado; planejamento, implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários; implantação de melhorias sanitárias domiciliares; apoio técnico com vistas à sustentabilidade dos sistemas implantados; apoio técnico e financeiro ao controle da qualidade da água para consumo humano; fomento à "Educação Ambiental e em Saúde" voltada para o saneamento; remoção de cargas poluidoras de bacias hidrográficas; além de estudos e projetos demonstrativos direcionados ao controle da poluição hídrica. Em 2011, a ação de saneamento integrado foi incluída no programa.

Compreende ações viabilizadas a partir de recursos onerosos e não onerosos, sendo a maior parte delas gerenciadas no âmbito do MCidades. Algumas são implementadas pela Fundação Nacional de Saúde – Funasa/MS e Agência Nacional de Águas – ANA/MMA.

Em 2011, em termos de recursos do OGU via MCidades, para o programa, foi autorizada na Lei Orçamentária Anual (LOA+Créditos) a dotação de R\$ 1,35 bilhão e empenhada 96% da dotação atualizada. Foi efetivamente liquidado o montante de R\$ 585,68 milhões.

Considerando apenas os termos de compromisso contidos nesse programa no âmbito do PAC 1, tendo como referência a base do 3º Balanço do PAC, ao final de 2011, 428 termos de compromisso se encontravam firmados, envolvendo investimentos da ordem de R\$ 11,06 bilhões. Havia 403 empreendimentos com obras iniciadas, com investimentos da ordem de R\$ 10,02 bilhões. Destas, 24 obras foram iniciadas no exercício, abrangendo recursos de R\$ 399,43 milhões, sendo que as demais já haviam iniciado em anos anteriores. Foi assinado um novo contrato no ano, com valor de investimento de aproximadamente R\$ 14,65 milhões e concluídos 19 empreendimentos, representando montante de R\$ 218,00 milhões.

No PAC 2, em 2011 foram firmados 228 novos contratos a serem apoiados com recursos do OGU, com investimentos da ordem de R\$ 5,24 bilhões. Desses, ao final de 2011, 224 contratos estavam em ação preparatória e quatro outros encontravam-se em processo de licitação da obra.

No tocante aos recursos onerosos, no âmbito do PAC 1, ao final de 2011, havia 729 termos de compromisso contratados na esfera do programa, equivalentes a R\$ 18,43 bilhões. Destes, 688 contratos estavam com obras iniciadas, envolvendo investimentos da ordem de R\$ 17,39 bilhões. No ano foram iniciados 54 empreendimentos, no valor total de R\$ 1,87 bilhões e concluídos outros 33, correspondendo ao montante de R\$ 609,33 milhões.

No âmbito do PAC 2, durante o ano de 2011 foram firmados 23 novos contratos a serem financiados com recursos onerosos, equivalentes a R\$ 955,24 milhões. Desses, ao final do exercício, 19 contratos estavam em ação preparatória, um encontrava-se em processo de licitação da obra e outros três tiveram suas obras iniciadas.

Dos empreendimentos em andamento, merecem destaque, em 2011, seja por se tratarem de obras de grande porte, seja pelo potencial benefício à população ou em termos de preservação ambiental: i) Saneamento Integrado e Urbanização do Vale do Jaguaribe, em João Pessoa/PB – R\$ 79 milhões; ii) Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Capivari II, em Campinas/SP – R\$ 183,7 milhões; iii) Drenagem Urbana Sustentável na Baixada Fluminense/RJ – R\$ 420 milhões (tendo sido contratados, no PAC 2, R\$ 363,7 milhões); iv) Drenagem Urbana Sustentável em São José dos Pinhais/PR – R\$ 89,1 milhões; v) Sistema Produtor João Leite, em Goiânia/GO – R\$ 56,6 milhões, dentre outros.

Com relação aos empreendimentos viabilizados por meio de recursos onerosos destacam-se: i) Implantação do Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe / Esgotamento Sanitário de Salvador/BA – R\$ 259,19 milhões (obra concluída); ii) Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água na Região Oeste da Região Metropolitana de Fortaleza/CE – R\$ 127 milhões; iii) Ampliação do Sistema Produtor Alto Tietê, na Região Metropolitana de São Paulo – R\$ 396,6 milhões; iv) Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Guarulhos/SP – R\$ 504,3 milhões (tendo sido contratados, no PAC 2, R\$ 133,1 milhões); v) Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário em Criciúma/SC – R\$ 115,8 milhões (tendo sido contratados, no PAC 2, R\$ 47,7 milhões); vi) Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Porto Alegre/RS – R\$ 370,1 milhões;), dentre outros.

Dos empreendimentos em andamento operacionalizados com recursos não onerosos e de financiamento, destacam-se: i) Saneamento Integrado e Urbanização em Rio Branco/RO – R\$ 116,5 milhões com recursos do OGU e R\$ 40,1 milhões, com recursos onerosos (tendo sido contratados, no PAC 2, R\$ 58 milhões em recursos não onerosos); ii) Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Boa Vista/RR, com R\$ 11,5 milhões em recursos não onerosos e R\$ 89,1 milhões em recursos de financiamento; iii) Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Sistema Poxim, em Aracaju/SE – R\$ 86,1 milhões em recursos do OGU e R\$ 115 milhões em recursos onerosos; iv) Sistema de Abastecimento de Água Marrecas, em Caxias do Sul/RS, com R\$ 22 milhões em recursos não onerosos e R\$ 180 milhões em recursos de financiamento; v) Saneamento Integrado e Urbanização em Campo Grande/MS, com R\$ 67,7 milhões em recursos do OGU e R\$ 35,1 milhões em recursos não onerosos.

Os indicadores adotados no PPA para o monitoramento do programa são:

- Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Abastecimento de Água - Relação percentual entre a população urbana atendida pelos serviços adequados de abastecimento de água e a população urbana total;
- Taxa de Cobertura dos Serviços Urbanos de Coleta de Esgoto - Relação percentual entre a população urbana atendida pelos serviços adequados de coleta de esgoto e a população urbana total;
- Índice de Esgoto Tratado referido à Água Consumida - Relação percentual entre o volume de esgotos urbanos tratados e o volume de água consumida abatido o volume de água exportada.

Em 2011 foi divulgado o Censo 2010, que permite uma análise mais precisa da evolução dos indicadores de acesso aos serviços de saneamento.

No entanto, embora as duas pesquisas (Censo e PNAD) tenham o mesmo público alvo (domicílios), a comparação entre os indicadores deve ser feita com cautela, uma vez que a metodologia das pesquisas - Censo (censitária) e PNAD (amostral) pode gerar valores divergentes. Por isso, adota-se os valores apurados pela PNAD, cuja última divulgação foi em 2009.

A PNAD 2009 informa um índice de 92,6% para a cobertura urbana de água, enquanto a previsão constante no SIGPlan para o final de 2011 era de 86,0%. Com relação à cobertura da coleta urbana de esgotos por meio de redes, a PNAD informa um índice de 60,7%, enquanto no SIGPlan consta a previsão de 55% para o final de 2011. Observa-se a partir destes indicadores que os resultados alcançados superaram a expectativa inicial.

No que concerne ao índice de esgoto tratado em relação à água consumida, o SNIS 2005, tomado como referência, informa um índice de 25,4%, enquanto o SNIS 2009 informa 37,9%, revelando um resultado também positivo. Observa-se aqui um equívoco na informação constante atualmente no SIGPlan, onde o Índice de Referência apresentado é de 35,3 % (relativo a 31/12/2005), o índice previsto ao final do PPA é de 43,9 %.

Segurança e Educação no Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos

O Programa tem como objetivo reduzir a mortalidade, a gravidade e o número de acidentes de trânsito no País.

De uma dotação orçamentária autorizada de R\$ 200,73 milhões, foram empenhados R\$ 172,76 milhões e os valores liquidados atingiram R\$ 212,59 milhões.

O MCidades promove o desempenho eficiente e eficaz dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito - SNT administra políticas, elabora, fomenta e executa programas e projetos que contribuem para a fluidez e a segurança do trânsito, respeitando o meio ambiente e visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Em 2011 foram integrados 102 municípios totalizando 1.125 municípios integrados ao SNT. Foram capacitados 2.000 profissionais envolvidos na área de trânsito em cursos de gestão e legislação de trânsito disponíveis para todas as Unidades da Federação por meio da Escola Virtual Denatran.

Foi realizada a "XI Edição do Prêmio Denatran de Educação no Trânsito" com inscrição de 4.175 trabalhos incentivando a produção de trabalhos técnicos, científicos e artísticos voltados ao tema "Trânsito". Destacam-se, ainda, os investimentos em campanhas publicitárias educativas de trânsito,

como filmes entre outros, voltadas para a mudança de comportamento da população e veiculadas em âmbito nacional. Além disso, com vistas a aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão, objetivando reduzir a mortalidade a gravidade e o número de acidentes de trânsito, foram intensificadas campanhas durante as festas de fim de ano e férias escolares.

Deve-se ainda mencionar a criação, manutenção, expansão e implantação dos diversos sistemas

informatizados que possibilitam o cadastro, o controle, a estatística e a integração dos órgãos do SNT; Registro Nacional de Veículos Automotores - Renavam, Registro Nacional de Condutores habilitados - Renach, Registro Nacional de Infrações de Trânsito - Renainf, Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos SINIAV, Sistema Integrado de Monitoramento e Registro Automático de Veículos - Simrav e o Sistema de Avisos de Riscos - Recall.

Indicadores do Programa definidos no Plano Plurianual 2008-2011

ÍNDICE DE ACIDENTES COM VÍTIMAS POR 10 MIL VEÍCULOS

	2008		2009		2010		2011	
	Previsto	Apurado	Previsto	Apurado	Previsto	Apurado	Previsto	Apurado
	91,1	75,3	91,1	75,2	91,1	67,2	75,00	67,2
Frota Registrada		49.644.025		54.159.864		59.361.642		59.361.642
Data apuração		Dez/07		Dez/08		Dez/09		Dez/09

Fonte: Denatran/Departamentos Estaduais de Trânsito/Órgãos Municipais de Trânsito

Não foi possível apurar o índice no exercício de 2011, visto que somente 4 (quatro) Departamentos Estaduais de Trânsito, responsáveis pela informação, encaminharam ao Denatran os dados referentes ao exercício de 2010.

ÍNDICE DE ACIDENTES COM VÍTIMAS FATAIS POR 10 MIL VEÍCULOS

	2008		2009		2010		2011	
	Previsto	Apurado	Previsto	Apurado	Previsto	Apurado	Previsto	Apurado
	6,3	6,8	6,3	6,5	6,3	6,7	6,3	6,3
Frota Registrada		49.644.025		54.159.864		54.506.661		64.817.974
Data apuração		Dez/07		Nov/08		Dez/08		Dez/10

Fonte: Ministério da Saúde/Denatran

As informações sobre vítimas fatais em acidentes de trânsito são obtidos a partir levantamentos feitos pelo Ministério da Saúde. O índice referente a 2010 considera informações apuradas em novembro de 2011, quando foram registrados 40.988 óbitos em decorrência de acidentes de trânsito ocorridos no exercício. O índice apurado em 2010 é superior ao apurado em 2009. Justifica-se esse aumento em virtude de serem preliminares os dados utilizados no cálculo do índice apurado em 2009. Na comparação dos índices apurados em 2010 e 2008, apesar de superiores ao previsto, pode-se considerar tendência de queda quando considerado o aumento da frota em cerca de 10%.

Descentralização dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

O Programa objetiva melhorar os sistemas de transporte ferroviário urbano de passageiros e transferir a sua gestão para os governos locais. Com o PAC, as ações de investimentos em sistemas de metrô e trens urbanos ganharam um novo ritmo. Dos seis sistemas sob administração federal, cinco são operados pela CBTU e um pela Trensurb.

No exercício de 2011, para a CBTU, com um orçamento aprovado de R\$ 853,49 milhões, foram

empenhados R\$ 787,50 milhões; os valores liquidados totalizaram R\$ 844,33 milhões com destaque para a obra de implantação do trecho Sul Vila das Flores - João Felipe, em Fortaleza, com R\$ 102,00 milhões e a implantação do trecho Tip - Timbi e Modernização do Trecho Rodoviária - Recife - Cabo, em Recife, com R\$ 98,08 milhões.

No Sistema de Recife, linhas Centro e Sul, o projeto atingiu 92% de execução física e avançou 6% no contrato dos 15 Trens Unidade Elétricos - TUEs, os quais irão complementar a frota em operação, encontrando-se na fase de elaboração de projetos. Foi iniciada a duplicação e modernização da infra e superestrutura do trecho Cajueiro Seco-Cabo; iniciada a recuperação da via permanente da Linha Centro com avanço físico de 23%; na construção civil foi concluída 80% da estação Cosme e Damião, 65% do terminal de integração do aeroporto, 99% do Tancredo Neves, 82% do Cajueiro Seco e 4% do Largo da paz; licitadas as obras do viaduto da 9ª Travessa e complexo viário Binário de Cajueiro Seco com previsão de início das obras em 2012.

Em Salvador, foram concluídos os elevados Fonte Nova, acesso Norte 1 e 2, Bonocô 1,2,3. A estação de Bonocô atingiu 50% de avanço físico. Foram concluídas a duplicação da via permanente, obras

civis do pátio auxiliar de manutenção e do trecho em túnel, poços de ventilação, além de 95% dos sistemas de energia e operacionais.

Em relação a material rodante, os seis trens fornecidos pelo estado da Bahia aguardam a formalização do processo de doação para a Prefeitura de Salvador para a viabilização do início dos testes.

No tramo II, trecho Acesso Norte-Pirajá a obra encontra-se paralisada, com avanço físico de 7,5% aguardando a conclusão do orçamento detalhado,

Na recuperação do trem de subúrbio no trecho Calçada-Paripe foram concluídos os serviços de via permanente, modernização de subestação e rede aérea, obras civis das estações Periperi, Coutos, Praia Grande, Paripe, Itacaranha, Escada e Almeida Brandão, encontrando-se todas em operação.

Também foi concluída 95% da recuperação da infra e meso-estrutura da Ponte São João e iniciadas as obras para substituição da estrutura metálica dos 15 vãos da ponte com 40% de avanço físico e a contratação da gerenciadora - supervisora para os serviços de recuperação.

No sistema de Fortaleza - Linha Sul encontram-se em finalização 10 das 13 estações de superfície; concluídas a estação e o elevado de Parangaba, a via permanente do trecho em superfície, oito das nove passarelas de pedestres, os viadutos rodoviários e ferroviários e a pavimentação da passagem inferior da Av. Venefrido Melo. Ainda foram concluídas 40% da estrutura da estação José de Alencar 75% da estação Xico da Silva e 80% das obras civis do CCO/Centro Administrativo. Foram entregues dois TUEs e iniciados os testes dinâmicos.

Na modernização da Linha Oeste foram concluídas as obras de melhorias nas estações Álvaro Weyne, Padre Andrade, Antonio Bezerra, São Miguel, Parque Albano, Conjunto Ceará, Jurema, Araturi e Caucaia, além dos serviços de recuperação de via permanente. Foram também entregues 19 carros PDNER recuperados, bem como os últimos VLT e realizados os testes dinâmicos em dois deles.

No Sistema de Maceió foi recuperada parcialmente a via permanente deteriorada com as chuvas de 2010. Entre Maceió e Satuba foram executadas diversas melhorias permitindo o tráfego de 3 VLT's com algumas estações ainda sem adequação para permitir a parada dos VLT's. Entre Satuba e Utinga a linha ainda está em recuperação; e entre Utinga e Lourenço de Albuquerque a via permanente está em fase final de conclusão da recomposição. O 4º VLT está em fase de testes, devendo entrar em operação ainda em 2012.

Em Natal e João Pessoa, os recursos orçamentários permitiram apenas a continuidade das ações que possibilitem manter o sistema em operação: execução de serviços de recuperação de pontos críticos da via permanente e do material rodante. Aplicou-se R\$ 1,69 milhão na retomada da recuperação de três carros de passageiros em João Pessoa. Em Natal, o orçamento aprovado e liberado de R\$3,67 milhões foi aplicado na via permanente, com a licitação para dormentes e fixações. Os poucos recursos aplicados nos Sistemas de Natal e João Pessoa não têm permitido uma recuperação efetiva, atendendo apenas às necessidades prioritárias para se manter o nível mínimo de segurança e confiabilidade à operação dos sistemas.

Quanto à Acessibilidade Universal nos Sistemas de Trens Urbanos ou Metropolitanos, em 2011, foi aplicado o valor total de R\$ 0,33 milhão para adequações das estações Ilha do Bispo e Jacaré, em João Pessoa e em estações de Natal; além de passarelas em Belo Horizonte.

Na Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb), no ano de 2011, o orçamento aprovado foi de R\$ 435,19 milhões com empenho de R\$ 424,82 milhões; foram liquidados R\$ 418,64 milhões. Destaque para a obra de expansão e melhoria da malha ferroviária do sistema no trecho São Leopoldo - Novo Hamburgo com R\$ 235,68 milhões. O custo total de implantação está orçado em R\$ 934,1 milhões. Até dezembro de 2011, a execução física da obra atingiu 80% estando o seu prazo final de conclusão previsto para setembro de 2012.

Além da implantação dos sistemas operacionais, estão concluídas as obras civis da 1ª etapa de implantação, trecho São Leopoldo - Santo Afonso. Na 2ª etapa de implantação, trecho Santo Afonso - Novo Hamburgo prosseguem as obras de construção da via elevada entre as estações Fenac e Novo Hamburgo; foram concluídas a fundação da Estação Novo Hamburgo. Seguem em andamento a canalização do Arroio Luiz Rau e os lançamentos de via permanente e rede aérea no trecho 6. Todas as fundações da via elevada foram concluídas.

A obra de implantação do sistema de veículos sobre trilhos elevados - Aeromóvel, encontra-se 62% concluída com previsão de término em junho de 2012. Foi empenhada a totalidade do orçamento aprovado, R\$ 26,85 milhões, e, liquidados R\$ 12,69 milhões.

Quanto à acessibilidade, os sistemas de trens urbanos de Porto Alegre contempla os projetos e obras necessários ao atendimento do Decreto nº 5.296, com prazo de 10 anos para conclusão. Na área administrativa, em 2011, foram iniciadas as obras do passeio acessível ligando a Estação Aeroporto à área administrativa da empresa.

O programa possui indicadores para acompanhar a demanda transportada em cada um dos sistemas e quantificar a transferência da gestão dos sistemas aos governos locais (taxa ponderada de transferência da gestão dos sistemas de trens urbanos). Dentre os operados pela CBTU temos:

INDICADORES CONSIDERADOS

NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NOS SISTEMAS DE TRENS URBANOS				
SISTEMA	Índice de Referência (2007)	Índice Previsto para 2011	Índice medido em 2011	Índice Previsto ao Final do PPA
SALVADOR	3.606.000	60.060.000	1.666.671	60.060.000
FORTALEZA	6.271.000	8.200.000	3.468.787	8.200.000
NATAL	2.794.000	2.683.000	1.933.929	2.683.000
JOÃO PESSOA	2.874.000	3.632.000	2.253.179	3.632.000
BELO HORIZONTE	39.490.000	70.500.000	57.132.727	70.500.000
RECIFE	56.615.000	80.080.000	76.203.338	80.080.000
MACEIÓ	1.564.000	3.080.000	797.644	3.080.000
TAXA PONDERADA DE TRANSFERÊNCIA DA GESTÃO (%)				
	75,4	75,4	75,4	75,4

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento – SIGPlan e Banco de Dados Operacionais da CBTU

Os resultados apurados apontaram uma demanda de 138,3 milhões de passageiros transportados no ano de 2011, superando em 10,6% o resultado de 2010. Os dois maiores sistemas, Belo Horizonte e Recife, apresentaram um incremento na demanda transportada em relação ao ano de 2010, de 13% e 12%, respectivamente. A receita auferida pelos sistemas superou os R\$ 145 milhões, valor próximo a 25% superior a 2010. A precariedade do material rodante foi o principal fator impactante da demanda transportada em Natal e João Pessoa; no sistema de Salvador o problema foi o atraso na execução das obras de construção do Tramo I do metrô (trecho Lapa-Acesso Norte) bem como a interrupção parcial do trem de subúrbio - Calçada - Paripe, para a recuperação da ponte São João.

Um dos indicadores que refletem a qualidade operacional da Trensurb é o índice de regularidade, que é uma relação entre viagens realizadas e as viagens programadas.

ÍNDICE DE REGULARIDADE DO SERVIÇO VIAGENS REALIZADAS 2011

MÊS	ÍNDICE
JAN	99,86
FEV	98,25
MAR	99,86
ABR	99,92
MAI	99,69
JUN	98,95
JUL	99,78
AGO	99,78
SET	99,99
OUT	99,77
NOV	99,36
DEZ	99,75

Fonte: SGE (Sistema de Gestão Estratégica)
Data extração dos dados: 09/01/2012

Em 2011 a Trensurb transportou 50.980.063 passageiros, superando em 4,7% o número de 2010, representando um acréscimo de 2.294.742 passageiros transportados.

Operações Especiais: Outros Encargos Especiais

O Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV está inserido na função de governo Encargos Especiais, embora desempenhe atividades típicas da função de Habitação. A primeira etapa do programa encerrou a contratação em 31/12/2010 com mais de um milhão de unidades contratadas, superando a meta estipulada. Destas, até o final de 2011, foram entregues cerca de 389 mil unidades habitacionais.

Após o sucesso no atingimento da meta proposta de produção e comercialização de 1 milhão de unidades habitacionais até dezembro de 2010, o PMCMV teve o lançamento de sua segunda etapa no mês de junho de 2011. O lançamento da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento 2 - PAC 2 reforça ainda mais o papel estratégico do setor habitacional e da construção civil como vetores de inclusão social e desenvolvimento econômico do País.

Na segunda etapa do PMCMV 2 estão previstos investimentos de R\$ 125,7 bilhões, sendo R\$ 72,6 bilhões de recursos para subsídios, dos quais R\$ 62,2 bilhões do Orçamento Geral da União (OGU) e R\$ 10,4 bilhões do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); e R\$ 53,1 bilhões em financiamentos habitacionais com recursos do FGTS. O PMCMV 2 tem como meta a contratação de 2 milhões de unidades habitacionais até dezembro de 2014, sendo que 1,2 milhão serão para as famílias com renda mensal até R\$ 1.600,00. Estas unidades serão projetadas com possibilidade de adaptação para pessoas com deficiência.

A tabela seguinte apresenta a contratação e entrega de unidades habitacionais (UH) no PMCMV.

ENTREGA E CONTRATAÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS (UH) NO PMCMV

PMCMV 1				
FAIXA	UH Contratadas	ENTREGUES ATE DEZ 2010	ENTREGUES EM 2011	ENTREGUES TOTAL
Faixa 1	483.211	91.907	22.236	114.143
Faixa 2	375.293	126.792	126.322	253.114
Faixa 3	146.624	3.049	19.306	22.355
TOTAL	1.005.128	221.748	167.864	389.612

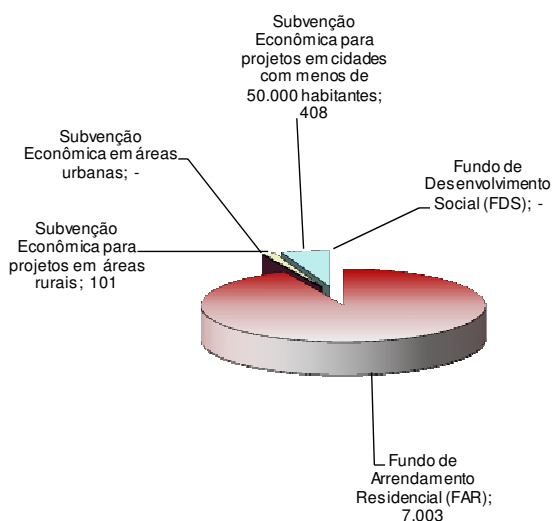
PMCMV 2				
FAIXA	UH Contratadas		ENTREGUES EM 2011	ENTREGUES TOTAL
Faixa 1	104.182	-	1.632	1.632
Faixa 2	311.702	-	143.779	143.779
Faixa 3	42.188	-	6.355	6.355
TOTAL	458.072	-	151.766	151.766

Fonte: Secretaria Nacional de Habitação – SNH/MCidades

Legenda: Faixa 1: até R\$ 1.600,00; Faixa 2: até R\$ 3.100,00; Faixa 3: acima de R\$ 3.100,00 até R\$ 5.000,00

Para o exercício de 2011, na lei orçamentária anual – LOA+Créditos constavam recursos de R\$ 12,6 bilhões, dos quais foram empenhados 86%.

PMCMV – VALORES LIQUIDADOS EM R\$ MILHÕES



Fonte: Siafi Gerencial

Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários

O Programa objetiva melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários mediante sua urbanização e regularização fundiária, integrando-os ao tecido urbano da cidade.

Para o exercício de 2011, no âmbito do MCidades, foram aportados recursos de R\$ 2,04 bilhões, dos quais foram empenhados 94% e efetivamente liquidado o montante de R\$ 1,24 bilhão.

Com a criação do eixo da Infraestrutura Social e Urbana no PAC foi possível vislumbrar o tratamento adequado das favelas de maior porte e, portanto, de maior complexidade, situadas nas principais cidades e Regiões Metropolitanas -- RM do País, constituindo prioridade de investimento na primeira etapa do PAC. Estavam previstos, na primeira etapa do PAC (2007-2010), recursos da ordem de R\$ 9,7 bilhões em investimento na ação destinada a RM, capitais e municípios com mais de 150 mil habitantes, sendo que quase 100% do recurso já

estava contratado em outubro de 2011. Foram contratadas 185 obras no Programa, somando R\$ 6,9 bilhões em recursos da União. Trata-se de ações integradas de habitação, saneamento e inclusão social, além de regularização fundiária, implantação de infraestrutura, recuperação de áreas ambientalmente degradadas e eliminação de fatores de risco natural, o que agrega fatores de complexidade técnica à obra.

Dos empreendimentos em urbanização, 19 já estão concluídos ou com a obra concluída, assim distribuídos: 5 na Região Centro-Oeste; 5 na Região Nordeste; 7 na Região Sudeste; 1 na Região Sul e 1 na Região Norte. Uma das referências em 2010 foi o Projeto Billings-Guarapiranga, uma realização em parceria com o Governo do Estado de São Paulo. Em 2011, entre as áreas contempladas pelo projeto, destaca-se a conclusão das obras do núcleo Cantinho do Céu, que abriga 9.789 famílias, em uma área de 1.543.761 m². Nesse espaço foram executadas as obras de drenagem, esgoto, implantação de guias e sarjetas, de pavimentação, obras de contenção em áreas de risco e de urbanização. Com orçamento na casa dos R\$ 120 milhões, além dos itens citados, o projeto conta com pista de skate, campo de futebol, praça, dois deques, espaço para capoeira e dança de rua, um *deck* flutuante, passarela de madeira e área para estacionamento.

Outra obra de referência é o Ribeirão Arrudas, nos municípios de Belo Horizonte e Contagem/MG, que beneficiará 16.550 famílias, com obras de preservação da calha do rio, visando resguardar a faixa de inundação, melhoria do sistema viário, implantação de equipamentos urbanos e de áreas de lazer e obras de recuperação ambiental, como o Centro de Saúde, Escola Infantil (Creche), Centro Comunitário e o Parque Ecológico do Alto Arrudas, além da produção e aquisição de unidades habitacionais.

A Operação, da ordem de R\$ 274 milhões, é constituída de dois contratos complementares, envolvendo recursos da União (75%) e de contrapartida (25%), dividida entre o Estado de Minas Gerais (50%) e os Municípios de Contagem (25%) e Belo Horizonte (25%).

O início das obras se deu em 31/03/2008 e o término está previsto para 30/09/2012, num total de 54 meses. As obras encontram-se com percentual de execução de 76%. Além de obras de infraestrutura, do processo de indenizações, até dezembro de 2011 foram entregues 560 UH ou 35 Blocos de apartamentos.

Para a execução da segunda etapa do PAC (2011-2014), o MCidades ampliou os esforços no aprimoramento da implementação do Programa, tanto no que diz respeito ao melhoramento do processo seletivo de propostas, reforçando aspectos relativos à consistência técnica das propostas; quanto aquelas com vistas à desburocratização e agilização dos repasses. Antes, o ciclo entre a seleção de um empreendimento e a conclusão da obra era de cinco anos. Hoje espera-se que, com a nova maturidade do setor, os tempos de contratação e execução das obras sejam reduzidos.

A seleção de empreendimentos na segunda etapa do PAC priorizou intervenções que complementassem obras iniciadas na primeira etapa, além de selecionar projetos que já estivessem mais desenvolvidos, permitindo um início de obra mais imediato. Na nova metodologia do PAC, os proponentes foram divididos em diferentes grupos, ampliando a abrangência do programa. Além disso, Estados, Municípios e o Distrito Federal puderam também pleitear recursos para elaboração de estudos e projetos de urbanização de assentamentos precários.

Os recursos da segunda etapa do PAC para urbanização de assentamentos precários foram destinados a Estados e Municípios do Grupo 1, localizados em Regiões Metropolitanas, capitais e municípios com população acima de 70 mil habitantes nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e com mais de 100 mil habitantes no Sul e Sudeste (G1), totalizando R\$ 7,8 bilhões selecionados e R\$ 3,7 bilhões contratados, dados de outubro de 2011, computados os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O resultado da primeira seleção da ação Projetos Prioritários de Investimentos (PPI), na segunda etapa do PAC está apresentado a seguir.

RESULTADO DA PRIMEIRA SELEÇÃO DA SEGUNDA ETAPA DO PAC

em R\$ milhões

GRUPO	MODALIDADE	Qtd	Selecionado com MCMV	Selecionado sem MCMV	Qtd	Contratado	%
G1	Urbanização	162	6.380,20	3.206,41	151	6.056,90	95
	Estudos e projetos	112	89,48	89,48	95	77,45	87
	TOTAL PPI	274	6.469,68	3.295,89	246	6.134,36	95

Fonte: PAC 2 (2011-2014) – 2º Balanço __ Obs: %valor contratado/ valor selecionado com o MCMV

Também integra o Programa a ação de Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos Ambientais e

Sociais, que apóia Estados, Distrito Federal e Municípios para realizar ações de prevenção e

erradicação de riscos ambientais e sociais que atingem famílias moradoras de assentamentos precários ou áreas de risco em localidades urbanas. Em 2011, quando integrou o PAC, a ação atingiu os maiores índices de apoio a municípios na prevenção de riscos relacionados a deslizamentos de encostas desde 2004. A modalidade de Prevenção e Erradicação de Riscos possui recursos previstos de R\$ 1 bilhão a serem aplicados entre os anos de 2011 a 2014. Importante ressaltar que, além de obras de caráter preventivo, por meio desta ação tem-se apoiado também atividades de mapeamento (dentro dos planos municipais) e a criação de estoque de projetos básicos de engenharia para a estabilização de encostas. Estava previsto na LOA+Créditos o montante de R\$ 173,7 milhões para a ação, dos quais foram empenhados 100%.

A ação de saneamento integrado migrou para o programa Serviços Urbanos de Água e Esgoto no exercício de 2011.

Os indicadores inseridos no PPA são baseados no estudo do Déficit Habitacional no Brasil que apresenta informações sobre as necessidades habitacionais no país, calculadas de acordo com a metodologia da Fundação João Pinheiro (FJP) em parceria com o MCidades. Os cálculos utilizam como base os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes aos Censos Demográficos e às PNADs – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

É importante destacar que os componentes de cálculo do déficit podem ser efeitos de causas sociais, econômicas, culturais e ambientais, o que torna sua interpretação bastante complexa, sendo difícil relacionar os seus resultados a uma intervenção específica. Como um indicador de contexto, o Déficit Habitacional é amplo no seu escopo, multidimensional e multivariado e, principalmente, sofre influências de vários fenômenos.

De forma geral, pode-se afirmar que os indicadores inseridos no PPA para as ações do PAC, por serem dados agregados de microdados do Censo Demográfico, realizado a cada dez anos, e com atualizações nas PNAD, refletem resultados de ações que não estão somente sob gestão do MCidades, e dessa forma, não são adequados para se mensurar a atuação deste, nem o impacto de seus programas. Além disso, esses dados agregados são produtos de contratações específicas, necessárias a cada ano.

O MCidades está propondo uma substituição de indicadores e para isso instituiu grupo de trabalho com o objetivo de definir e parametrizar indicadores de desempenho, controláveis e quantificáveis, voltados a mensuração, acompanhamento e avaliação sistemática dos Programas geridos, tanto nas ações custeadas por recursos do Orçamento Geral da União (OGU) como para aquelas financiadas com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O grupo de trabalho elaborou uma proposta de indicadores e as áreas técnicas estão analisando a metodologia e apuração dos indicadores propostos para verificar a viabilidade de implantação.

Em relação ao Déficit Habitacional no Brasil, o MCidades contratou a atualização do estudo, sendo que o trabalho encontra-se em andamento e está sendo elaborado em consonância com o calendário de divulgação da pesquisa censitária realizada pelo IBGE no ano de 2010.

O Programa tem como unidade avaliadora a Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento, órgão específico integrante da estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que tem como seu principal instrumento de monitoramento o Balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), realizado quadrimestralmente, no qual é avaliado o desempenho das operações em termos de início e andamento, sendo identificados os principais entraves a serem superados.

4.14. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS**4.14.1. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, no cumprimento de sua missão institucional, colaborou com o sucesso das políticas adotadas pelo Governo para manter e estimular o crescimento e o desenvolvimento econômico do País em um contexto macroeconômico adverso. A experiência do MDIC em coordenar a formulação e a implementação das políticas industriais brasileiras desde 2003 colabora com o projeto do Governo Federal de resgatar o planejamento governamental como um forte instrumento de indução do desenvolvimento econômico.

Ao longo de 2011, a atuação do MDIC foi marcada pelas diretrizes do Plano Brasil Maior - PMB. As ações focaram principalmente nas políticas de fortalecimento do mercado interno; na ampliação e diversificação da pauta e do destino das exportações do País; na internacionalização de empresas de capital brasileiro; nos instrumentos de defesa comercial, metrologia e qualidade industrial e de propriedade intelectual; e nas negociações de acordos internacionais de comércio.

O objetivo do PBM, idealizado para o período 2011-2014, é aumentar a competitividade da indústria nacional a partir do incentivo à inovação tecnológica e à agregação de valor. Coordenado pelo MDIC, com a participação dos Ministérios de Ciência, Tecnologia e Inovação, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e da Casa Civil, o PBM dá continuidade a duas recentes políticas de fortalecimento do setor produtivo: a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior - PITCE, que vigorou entre 2004 e 2007, e a Política de Desenvolvimento Produtivo - PDP, que vigorou

entre 2008 e 2010. Dessas Políticas, o PBM incorporou legados de ampliação do diálogo entre o poder público e o empresariado, melhores condições de coordenação e articulação institucional e de estruturas de formulação e acompanhamento e avaliação de políticas públicas. O PBM congrega instrumentos de vários Ministérios e Órgãos do Governo Federal cujas iniciativas e programas se somam em um esforço integrado.

Mais abrangente que as políticas anteriores, o Plano prevê um conjunto de medidas de estímulo ao investimento e à inovação, apoio ao comércio exterior e defesa da indústria e do mercado interno, como: desonerações tributárias; financiamento à inovação; aplicação de recursos em setores de alta e média-alta tecnologia; fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas inovadoras; criação de programa para qualificação de mão de obra; desoneração, financiamento e garantias para as exportações; preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais nas compras governamentais; financiamento de projetos que reduzam as emissões de gases de efeito estufa; entre outros.

A missão institucional do MDIC vincula-se, sobretudo, a duas funções de Governo Indústria e Comércio e Serviços. Do valor total das despesas liquidadas e dos restos a pagar não processados, que foi da ordem de R\$ 1,3 bilhão, o montante de R\$ 1,2 bilhão (88,29%) foi executado na função Indústria e a quantia de R\$ 55,2 milhões (4,17%), na função Comércio e Serviços. As tabelas a seguir apresentam os valores liquidados no período 2007-2011, por Função.

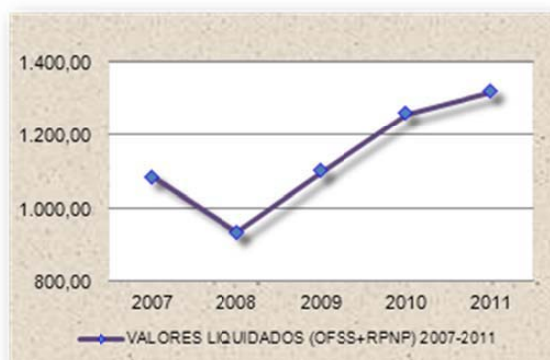
VALORES LIQUIDADOS POR FUNÇÃO - 2007-2011

FUNÇÃO / DESCRIÇÃO	R\$ milhões				
	2007*	2008*	2009*	2010*	2011
22 - INDÚSTRIA	995,17	822,26	952,77	1.097,42	1.166,71
Valores Liquidados	970,05	784,90	915,44	1.038,33	1.076,85
RPNP	25,12	37,36	37,33	59,09	89,86
23 - COMÉRCIO E SERVIÇOS	21,96	34,85	53,44	67,07	55,15
Valores Liquidados	20,63	16,98	36,74	25,44	51,87
RPNP	1,33	17,87	16,70	41,63	3,28
DEMAIS FUNÇÕES	69,63	79,87	95,38	95,83	99,61
Valores Liquidados	69,63	79,87	94,78	95,23	99,61
RPNP	-	-	0,60	0,6	-
TOTAL ÓRGÃO 28000	1.086,76	936,98	1.101,59	1.260,32	1.321,47
Valores Liquidados	1.060,31	881,75	1.046,96	1.159,00	1.228,33
RPNP	26,45	55,23	54,63	101,32	93,14

Fonte: Siafi Gerencial - Base de dados 14/01/2012

* Devido às mudanças nas regras de elaboração da PCPR, os valores apresentados neste demonstrativo são diferentes dos inseridos na Prestação de Contas referente ao exercício de 2010.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (OFSS + RPNP) 2007-2011
em R\$ milhões



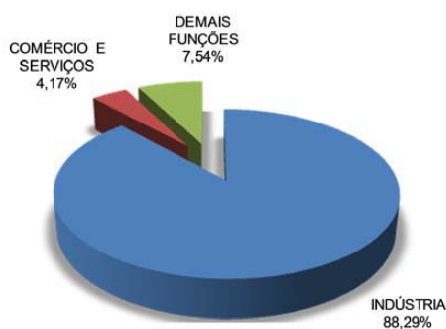
Fonte: Siafi Gerencial – Base 14/01/2012

VALORES LIQUIDADOS (OFSS+RPNP) 2007-2011 POR FUNÇÃO
em R\$ milhões



Fonte: Siafi Gerencial – Base 14/01/2012

PERCENTUAL EXECUTADO POR FUNÇÃO EM 2011



Fonte: Siafi Gerencial – Base 14/01/2012

A seguir, serão apresentados os principais resultados do MDIC, por função governamental e subfunção, obtidos pelos programas finalísticos que convergiram sobremaneira para a Política Industrial brasileira ao longo de 2011.

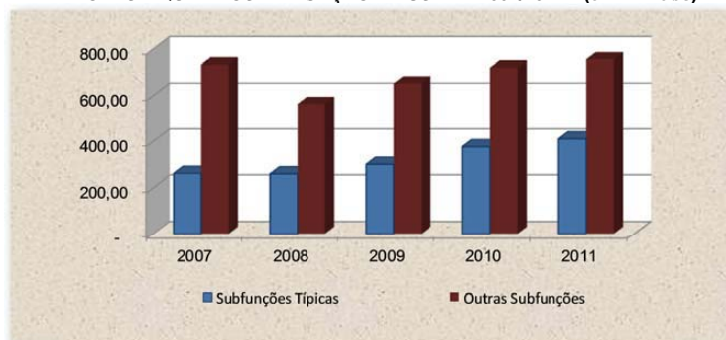
Indústria

Ao longo dos últimos cinco anos, os valores liquidados na função Indústria somaram o montante de R\$ 5.034 bilhões, sendo que 38% correspondem a subfunções típicas e 68% à subfunções atípicas. No que concerne à execução das subfunções típicas no período 2007-2011 destacamos as subfunções Promoção Industrial e Normalização e Qualidade Industrial, com uma execução de 97% em relação a outras subfunções típicas.

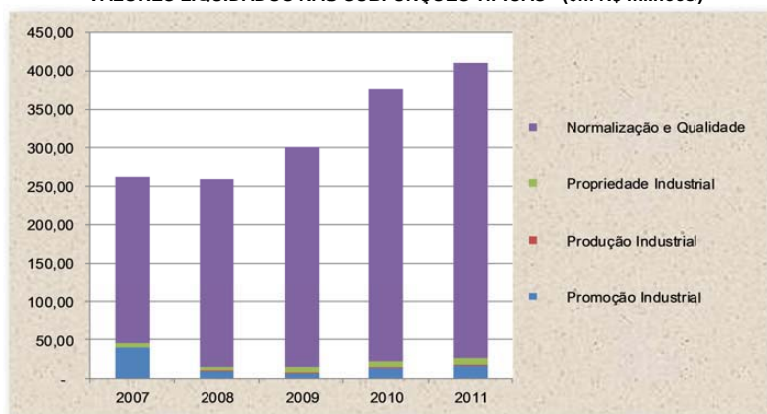
VALORES LIQUIDADOS POR SUBFUNÇÃO 2007-2011 – FUNÇÃO INDÚSTRIA

R\$ milhões					
FUNÇÃO INDÚSTRIA	2007	2008	2009	2010	2011
Subfunções Típicas	261,34	258,47	300,00	376,97	410,73
Promoção Industrial	39,59	9,65	6,99	13,96	16,34
Produção Industrial	0,42	0,60	0,44	1,19	1,69
Propriedade Industrial	5,38	4,49	7,41	7,60	8,43
Normalização e Qualidade	215,95	243,72	285,17	354,21	384,27
Outras Subfunções Atípicas	733,82	563,79	652,76	720,44	755,98
TOTAL	995,16	822,26	952,76	1.097,41	1.166,71

Fonte: Fonte: Siafi Gerencial – Base 14/01/2012

VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO INDÚSTRIA 2007/2011 – (em milhões)

Fonte: Fonte: Siafi Gerencial – Base 14/01/2012

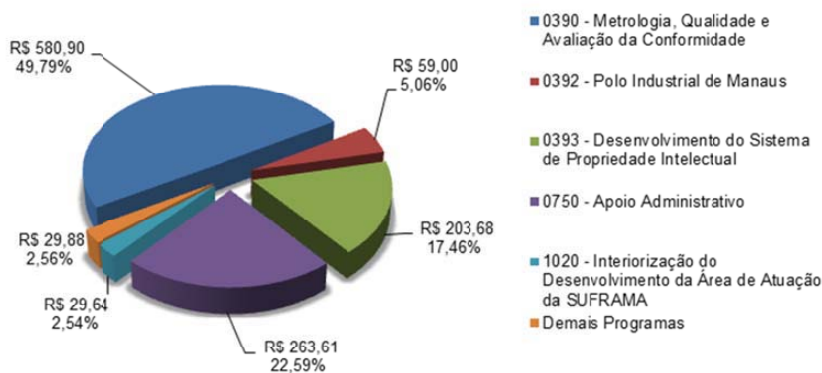
VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS - (em R\$ milhões)

Fonte: Fonte: Siafi Gerencial – Base 14/01/2012

No que concerne à análise da subfunção Normalização e Qualidade Industrial, há de se considerar que o volume maior de recursos destinados ao MDIC é do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro e suas ações finalísticas estão alocadas nessa subfunção.

A seguir demonstraremos, quantitativa e qualitativamente, os principais resultados alcançados pelos programas na Função Governamental Indústria no exercício de 2011.

EXECUÇÃO 2011 POR PROGRAMA NA FUNÇÃO INDÚSTRIA
em R\$ milhões



Fonte: Fonte: Siafi Gerencial – Base 14/01/2012

Conforme observado, a execução orçamentária de 2011 concentra-se no programa Metrologia, Qualidade e Avaliação da Conformidade, com valores da ordem de R\$ 580,90 milhões, o que corresponde a 49,79% do total executado na função. O programa é gerido pelo Inmetro.

No âmbito do programa Caminho da Escola, o Inmetro definiu as especificações técnicas da bicicleta e com isso foram beneficiados 300 municípios, num total de 100.000 bicicletas. Ainda no âmbito desse Programa, a avaliação de ônibus escolares alcançou mais de 3.000 municípios, que licitaram a compra de cerca de 15.000 ônibus escolares, dos quais cerca de 11.000 já foram inspecionados pelo Inmetro com especificações técnicas que passaram a atender plenamente às condições da zona rural, beneficiando 400.000 alunos.

Em 2011, o Inmetro desenvolveu a regulamentação para os registradores eletrônicos de ponto, para atendimento do Programa de Certificação de Sistemas de Registro Eletrônico de Ponto, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. A atuação do Inmetro visa conferir maior confiança de que os registradores atendem aos requisitos técnicos de software e de segurança da informação estabelecidos pelo MTE.

Com vistas a sediar a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016, foi lançado o Sistema Nacional de Classificação dos Meios de Hospedagem, em parceria com o Ministério do Turismo - MTur, que utiliza como classificação da

rede de hotelaria o número de estrelas como simbologia para identificar o empreendimento, de acordo com a infraestrutura, a sustentabilidade e os serviços oferecidos.

Em atendimento ao previsto na Lei nº 10.831/2003 e no Decreto nº 6.323/2007, que tornaram compulsória a certificação dos produtos orgânicos, o Inmetro iniciou o processo de acreditação de organismos de certificação interessados em atuar com produtos orgânicos, como pré-requisito para o processo de credenciamento pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Em 2011 foram acreditados cinco organismos. Além disso, foi ampliado o número de programas de Avaliação da Conformidade contemplando a figura do Registro de Objetos e foram concedidos 492 registros para objetos com conformidade avaliada no campo compulsório.

Também, foi disponibilizado o Portal de Comissões Técnicas - CT-Web, onde qualquer cidadão brasileiro pode acompanhar e participar do processo de elaboração de regulamentos e encaminhar contribuições durante os processos de consulta pública dos regulamentos. Essa ferramenta permite a participação efetiva de micro e pequenas empresas nas reuniões realizadas para elaboração de regulamentos.

Ademais, o Inmetro vem desenvolvendo esforços para garantir maior confiabilidade a serviços essenciais ao cidadão, como é caso dos novos regulamentos editados para a medição de energia elétrica. Os medidores inteligentes representam uma

nítida evolução em relação aos medidores eletromecânicos e eletrônicos tradicionais, podendo possuir funcionalidades como registrar medições em faixas de horários com tarifas diferenciadas, permitindo ao consumidor programar a utilização de determinados eletrodomésticos ao longo do dia, com racionalização do consumo de energia elétrica, maior proteção contra fraudes e a possibilidade de utilização de pré-pagamento.

No âmbito dos acordos de cooperação e parcerias firmadas em 2011, destacam-se: a assinatura de convênio com Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, visando conceder assessoria técnica às atividades relacionadas ao Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM; o protocolo de intenções para o desenvolvimento de novas tecnologias para o setor automotivo, iniciando com a pesquisa laboratorial de um motor para veículos comerciais leves movidos a um combustível com 30% de biodiesel na sua composição, com adaptação dos dispositivos, calibração e sistemas, além da capacitação de profissionais e engenheiros; o acordo de cooperação com a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, para desenvolvimento do programa voluntário de certificação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde - OPS, que será capaz de se traduzir em melhoria continuada para os usuários e prestadores de serviços dos planos de saúde; e o projeto de cooperação e a troca de experiências entre os Pontos Focais interlocutores do Governo brasileiro e o dos Estados Unidos acerca do Acordo sobre Barreiras Técnicas - TBT, da Organização Mundial do Comércio - OMC, que resultou no pioneiro Estudo de Impacto Econômico das Atividades dos Pontos Focais do TBT do Brasil e dos EUA.

Outra execução de destaque em 2011 foi a do Programa Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual, no montante de R\$ 203,68 milhões, correspondente a 17,46% do total na Função.

O Programa é gerenciado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI, que em 2011 deu continuidade ao processo para reconfigurar e imprimir agilidade e mais segurança aos processos de concessão de direitos sobre patentes, marcas, desenhos industriais, programas de computador, circuitos integrados e indicações geográficas.

Desde março de 2011, o sistema via *Internet* "e-Patentes" permite aos usuários acesso digital aos pareceres emitidos pelas divisões técnicas e à carta patente expedida. Outra ação importante é a informatização continuada dos procedimentos administrativos da área de patentes, permitindo a redução dos pedidos de patentes acumulados para decisão (*backlog*) e a diminuição do prazo de decisão do pedido, tirando da fila de exame aqueles

pedidos de patente que não estão aptos de serem examinados. Em 2011, foram expedidas 3.806 Cartas Patentes, número este que se manteve praticamente constante em relação ao ano de 2010.

As atividades do INPI como Autoridade Internacional de Busca e Exame Preliminar têm facilitado ao inventor nacional obter a proteção do seu invento em outros países. Em 2011, 80% dos depósitos internacionais realizados por inventores nacionais foram feitos no INPI, em detrimento da escolha de outras autoridades.

Na área de Marcas, foi lançada uma nova versão do "e-Marcas", sistema de depósito de marcas pela internet. O INPI lida com uma demanda crescente por pedidos de registro de marca, que ao final de 2011 alcançou o recorde de 152.864 depósitos.

No campo internacional, foi assinado acordo com vigência de quatro anos entre o Governo Brasileiro e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual - OMPI, tendo como executor o INPI, que contempla ações de cooperação no eixo Sul-Sul e de cooperação para Disseminação da Cultura de Propriedade Intelectual e o Intercâmbio de Melhores Práticas.

A Academia de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento do INPI desenvolveu atividades de formação e capacitação na modalidade de educação à distância, que culminaram com o lançamento do Curso Geral de Propriedade Intelectual (PI) à distância, de formação básica, em parceria com a OMPI.

A inserção do tema propriedade intelectual por meio de palestras e atendimento em stands em eventos científicos e técnicos realizados em todo o País beneficiou 8.165 pessoas em 2011. No mesmo período, foram capacitadas 2.019 pessoas, entre participantes das diversas atividades de treinamento realizadas no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica firmados com diversas instituições brasileiras e formandos do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI.

Desenvolveram-se cursos específicos de capacitação para agentes públicos que atuam no combate à pirataria, principalmente Agentes da Receita Federal e Polícias. Em 2011 foram capacitados 306 agentes públicos em sete Alfândegas e Inspetorias da Receita Federal do Brasil, incluídos aeroportos, portos e portos secos.

No que tange aos Indicadores de desempenho do Programa no PPA 2008-2011, os resultados demonstram a atuação no Órgão no sentido de estimular a inovação, promover a competitividade e favorecer o desenvolvimento tecnológico, econômico e social. A tabela a seguir demonstra os resultados apurados em 2011.

INDICADORES DE DESEMPENHO
PROGRAMA – DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

INDICADOR DE DESEMPENHO	META 2011	APURADO 2011
Prazo de Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia (Mês)	1,00	1,01
Prazo de Concessão de Patentes (Ano), (*)	3,50	5,40
Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial (Mês)	1,00	1,34
Prazo de Concessão de Registro de Marcas (Ano), (*)	0,80	4,25
Volume de Depósitos de Modelo de Utilidade (Prioridade BR), (Unidade)	3.807	2.939
Volume de Depósitos de Patentes de Invenção (Prioridade BR), (Unidade)	4.981	4.476

Fonte: Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)

(*) Quanto aos Indicadores, os de marcas e patentes poderão sofrer alguma alteração até o final do mês de janeiro de 2012.

Os Indicadores Prazo de Concessão de Registro de Desenho Industrial e Prazo de Análise de Contratos e Faturas de Tecnologia alcançaram 100% de suas metas, com índices de 1,34 (mês) e 1,01 (mês), respectivamente, o que demonstra a capacidade de atender à demanda, reduzindo o tempo de análise dos pedidos de registro.

Os Indicadores que refletem o acesso das empresas brasileiras ao sistema de propriedade intelectual, denominados Volume de Depósitos de Patente de Invenção - Prioridade BR e Volume de Depósitos de Modelo de Utilidade - Prioridade BR, alcançaram, respectivamente, 90% e 77% da meta, com índices de 4.476 e 2.939. Em comparação com o ano anterior, observa-se um crescimento de 7,6% no depósito de patentes e de 1,3% no depósito de modelos de utilidade. Isso pode indicar uma mudança de tendência na natureza dos depósitos realizados por empresas brasileiras, priorizando as patentes de invenção em detrimento dos modelos de utilidade. Essa tendência de crescimento observada em relação ao ano de 2010, caso mantida nos próximos anos, poderá estar associada à decisão governamental de promover a inovação e pesquisa e desenvolvimento no Brasil. Como parte do esforço de melhoria no atendimento à sociedade, maior transparência de suas ações e programas voltados

para redução do atraso nas decisões, o INPI tem aperfeiçoado e informatizado seus procedimentos administrativos. Isso tem levado a resultados positivos em que, numa primeira estimativa, o Indicador Prazo de Concessão de Patentes caiu de 8,3 anos em 2010 para 5,4 anos em 2011. Isso reflete uma diminuição de 35% no prazo de concessão e a expectativa é de redução continuada desse Indicador, em consonância com a Diretriz Estratégica do INPI de examinar patentes com alta qualidade em prazo inferior a 4 anos a partir do depósito do pedido de patente. O Indicador Prazo de Concessão de Registro de Marcas tinha como meta para 2011 0,8 ano. No entanto, tendo em vista o aumento da demanda em mais de 18% e a diminuição do número de examinadores, o Indicador ficou em 4,25 anos.

Considerando o forte contingenciamento de recursos que os programas Polo Industrial de Manaus e Interiorização do Desenvolvimento da Área de Atuação da Suframa sofreram ao longo do exercício de 2011, a execução orçamentária deles não é expressiva frente aos outros programas da Função Indústria. Juntos, os Programas somam uma execução de R\$ 88,64 milhões, o que corresponde a 7,60% do total executado nessa Função.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POLO INDUSTRIAL DE MANAUS
2008-2011

INDICADORES	2008	2009	2010	2011*
Faturamento (US\$ bilhão)	30,16	25,96	35	41,1
Exportação (US\$ bilhão)	1,192	0,857	1,119	0,835
Empregos (Média Mensal) no Parque Industrial de Manaus (unidade)	106.893	92.670	103.563	119.179
Investimentos Totais Realizados (US\$ bilhões)	7,91	7,89	9,33	10,7
Índice de Nacionalização (%)	48,06	46,37	41,47	44,26
Índice de Regionalização (%)	25,81	25,54	22,31	25,46
Tributos Federais Arrecadados (R\$ bilhões)	9,85	8,96	10,6	11,10
Tributos Totais Arrecadados no Amazonas (R\$ bilhões)	15,32	15,37	18,58	19,61
Índice da Mão de Obra do PIM (%)	15,32	15,3	11,75	14,86
Taxa de Participação na Arrecadação de Trib. Fed. na 2ª Região Fiscal (%)	66,15	61,69	63,80	59,39

Fonte: Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa

*Dados parciais até dezembro de 2011.

Os Indicadores industriais apontam resultado de sucesso na medida em que, até dezembro de 2011, o faturamento do Polo Industrial de Manaus (PIM) atingiu a marca de US\$ 41,1 bilhões, o que representa um incremento de 17,42% (US\$ 6,1 bilhões) sobre o faturamento de US\$ 35 bilhões, verificado em 2010. Foram registrados, em 2011, 119.179 empregos, um incremento de 15.616 empregos em relação ao ano anterior. Os setores eletroeletrônicos (incluindo bens de informática) e de duas rodas foram os que mais contribuíram para o alcance desses resultados. Os investimentos líquidos totais realizados pelas empresas do PIM somaram, até dezembro, US\$ 10,7 bilhões, com incremento da ordem de US\$ 1,37 bilhão em relação a 2010. O Índice de Nacionalização, que representa o encaixe agregado de insumo nacional e regional em relação ao total de insumos, alcançou 44,26%, dois pontos percentuais acima do índice apurado em 2010.

Destaca-se também a aprovação de 266 projetos, sendo 35 agropecuários e 231 industriais, dos quais 94 tratam de implantação e 137 de ampliação / diversificação / atualização, com expectativa de geração de 6.814 empregos, investimento total de US\$ 2,9 bilhões e expectativa de exportação de US\$ 84 milhões, a partir do 3º ano de produção.

Dentre as ações de Promoção Comercial, destaca-se a realização da sexta edição da Feira Internacional da Amazônia (FIAM) os seguintes resultados: a presença de 382 expositores em 160 estandes; 14 seminários, com 1.500 participantes; Rodada de Negócios, com 26 empresas âncoras (compradoras), 136 empresas ofertantes (vendedoras), US\$ 13 milhões gerados a curto prazo e US\$ 26 milhões em negócios futuros; Rodada de Turismo, com 22 *buyers* (compradores) e 38 *suppliers* (fornecedores de serviços de turismo), com fechamento de contratos e previsão de aumento em 10% nos negócios; e Salão de Negócios Criativos, com 11 investidores analisando 11 planos com perspectivas de negócios.

No que se refere aos Indicadores de desempenho estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) 2008-2001 para o programa Polo Industrial de Manaus, a Taxa de Agregação de Valor Local obteve o índice de 2,87 até dezembro de 2011. Esse índice representa um alcance de 96% da meta estabelecida para o exercício, que é de 3,00, e uma melhora em relação à apuração de 2010, cujo índice apurado foi igual a 2,59. Contudo, alguns Indicadores de desempenho sofreram redução em seus índices em relação ao ano anterior, e ficaram aquém das metas estabelecidas para o exercício. Isso mostra que algumas áreas como o adensamento da cadeia

produtiva do PIM e a promoção da capacitação de recursos humanos locais precisam ser fortalecidas.

A Taxa de Variação das Exportações do Polo Industrial de Manaus exprime a relação entre as exportações do PIM e as importações para o PIM e, até dezembro de 2011, corresponde a um índice igual a 7,45%. Esse índice representa uma piora em relação à apuração de 2010, que foi de 10,2%, enquanto a meta para 2011 era de 18,51%. Por sua vez, a Taxa de Participação na Arrecadação de Tributos Federais na 2ª Região Fiscal, relativa ao acumulado até dezembro de 2011, alcançou o índice de 59,39%. Esse índice representa uma piora em relação à apuração de 2010, que foi de 63,8%, enquanto a meta para 2011 era de 64%.

Em relação ao Indicador estabelecido no PPA 2008-2011 para o programa Interiorização do Desenvolvimento na Área de Atuação da Suframa, a Taxa de Participação do PIB regional na composição do PIB Nacional está vinculada aos dados disponíveis nas Contas Regionais publicadas pelo IBGE. Esses dados estão em fase de levantamento.

Em 2011, observa-se também a execução de R\$ 29,88 milhões em outros programas, cujas ações orçamentárias são típicas da função Indústria, cujo montante corresponde a 2,56% do total executado.

No que diz respeito à gestão da política industrial, o ano de 2011 foi marcado por uma abrangente redefinição de suas diretrizes, escopo e objetivos, condicionada tanto pela renovação do Governo como pela reaceleração de influências negativas externas, contrariamente ao cenário dominante em 2010. A partir de então e, sobretudo após o anúncio do Plano Brasil Maior (PBM), o esforço do MDIC passou a ser canalizado para a instalação da extensa estrutura de governança desse Plano. Dessa forma, cabem destacar algumas ações alcançadas em 2011.

O Regime de Ex-tarifário visa estimular os investimentos destinados à ampliação e à reestruturação do setor produtivo nacional de bens e serviços, por meio de redução temporária da alíquota do Imposto de Importação de Bens de Capital (BK) e Bens de Informática e de Telecomunicações (BIT), que não contam com produção nacional equivalente. Desde a sua implantação em 2001, os setores que mais se beneficiaram com esse mecanismo foram: Distribuição e Geração de Energia; Mineração; Siderúrgico; Papel e Celulose; Automotivo; e Autopeças. No ano de 2011, foram aprovados 2.487 pleitos. A tabela seguinte relaciona os principais Indicadores dos últimos 5 anos.

CONCESSÕES E INVESTIMENTOS

ANO	Investimento em Bens Importados (US\$ Milhão) (A)	Investimentos Globais Vinculados (US\$ Milhão) (B)	Pleitos Aprovados	% A/B
2007	2.617,22	11.059,24	1.210	23,67
2008	5.102,54	20.381,42	1.794	25,04
2009	5.313,69	51.588,13	1.836	10,30
2010	4.102,90	27.115,44	1.869	15,13
2011	5.620,45	41.586,59	2.487	13,52

Fonte: Secretaria do Desenvolvimento da Produção (SDP/MDIC)

Em relação ao Processo Produtivo Básico (PPB), que é um conjunto mínimo de operações no estabelecimento fabril que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto, foram publicadas 386 portarias de PPB entre 2007 e 2011. Apenas em 2011 foram publicadas 49 portarias, sendo 13 para fixação de novos PPB e 36 que alteraram PPB já existentes. Por área de atuação, 34 foram relativas a bens industrializados na Zona Franca de Manaus; e 15, para bens de informática. A utilização de incentivos fiscais vinculados ao PPB é responsável pela instalação ou permanência no Brasil de muitos empreendimentos industriais.

No ano de 2011, 67 pleitos de habilitação foram aprovados. Uma vez habilitada ao usufruto dos benefícios fiscais da Lei de Informática, a empresa será fiscalizada sobre o cumprimento dos determinantes para manutenção do usufruto. Em 2011 foram realizadas 31 fiscalizações. As fiscalizações são presenciais e, historicamente, têm sido realizadas em torno de 30 por ano.

Como partícipe na gestão de outras políticas nacionais, cabe destaque a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Em 2011, buscou-se aprofundamento das discussões sobre as políticas públicas brasileiras, com vista à convergência do Plano Brasil Maior (PBM), do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), além de: elaboração de estudo sobre Indicadores de Desenvolvimento de Aglomerados Produtivos Locais com vistas à implantação de um Sistema de Gestão de Conhecimento em APLs; celebração de convênio para construção de 78 barracões industriais, que possibilitarão a implantação de mais de 150 microempresas e empresas de pequeno porte de diferentes setores, gerando mais de 750 empregos diretos, e uma Central de Serviços na região Centro-Oeste dirigida ao setor moveleiro, que beneficiará 85 empresas responsáveis por mais de 1.000 empregos; participação na 5ª Conferência Brasileira de APLs; execução de 5 projetos do Projeto de Extensão Industrial Exportadora (PEIEX), beneficiando 1.154 empreendimentos em 17 Arranjos Produtivos Locais de 5 unidades da Federação (Pernambuco, Santa Catarina, Bahia, Ceará e Minas Gerais); e celebração de convênio com a Apex-Brasil para promover a competitividade

empresarial através da melhoria de processos e produtos, no âmbito PEIEX.

Após quatro anos, foi concluído, em novembro de 2011, o Projeto de Cooperação entre MDIC/União Europeia/Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) sobre rotulagem ambiental como instrumento de competitividade industrial, com a obtenção da certificação pela empresa International Paper do Brasil, representante do setor de Papel e Celulose Nacional. Nos próximos passos pretende-se criar condições para outros setores adotarem a rotulagem ambiental para diferenciar processos produtivos sustentáveis.

No âmbito do Mecanismo de Consultas do Diálogo Comercial, o MDIC coordenou uma Missão aos Estados Unidos da América (EUA) com o objetivo de realizar visitas técnicas e um *Workshop* sobre as melhores práticas no tema Sustentabilidade na Cadeia de Produção. Além disso, constituiu o edital de chamada para a apresentação de propostas de cooperação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) entre empresas brasileiras e israelenses.

O Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) é de grande importância para o Brasil e para a Amazônia como alternativa de desenvolvimento. Nesse sentido, os recursos alocados para o CBA, em 2011, foram utilizados para a realização da Fase 02 da sua implantação, que está classificada no âmbito do Projeto Estruturante, em sua 2ª Etapa de Implementação, compreendendo a manutenção da equipe de apoio para que possa garantir a operacionalidade laboratorial e administrativa do projeto, bem como o desenvolvimento de produtos e processos baseados na biodiversidade amazônica. Os recursos aplicados no CBA foram utilizados para promover o funcionamento e desenvolvimento de um conjunto de processos envolvendo análises físico-químicas, avaliação de propriedades físicas, químicas e organolépticas e análises microbiológicas, prospectando, desse modo, insumos e produtos de interesse econômico e social para a região amazônica nas diversas coordenações deste Centro.

Comércio e Serviços

Os recursos executados na função Comércio e Serviços representam um percentual de 4,17% do montante do Órgão, o que corresponde a R\$ 55,15 milhões gastos em 2011. Dentre as subfunções executadas na função Comércio e Serviços, destaca-se a de Comércio Exterior, com 57% do total executado das subfunções típicas no período 2007-2011. Conforme se verifica no quadro e tabelas a seguir, houve significativa variação nos

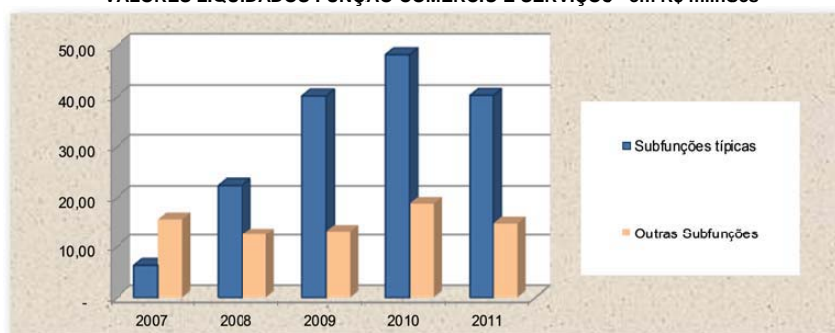
valores liquidados dessa Subfunção entre 2010 e 2011. Tal fato justifica-se pela entrada em funcionamento, no final do ano de 2010, do Sistema Integrado de Informação e Operação para o Comércio Exterior – Siscomex (Módulo de Exportação Novoex), que será tratado mais adiante. A variação verificada na subfunção Promoção Comercial, justifica-se tendo em vista a participação brasileira na EXPO XANGAI em 2010. A tabela e os gráficos demonstram a evolução da execução nessa Função.

VALORES LIQUIDADOS POR SUBFUNÇÃO 2007-2011 NA FUNÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS

R\$ milhões					
SUBFUNÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Subfunções Típicas	6,26	22,38	40,18	48,25	40,27
Promoção Comercial	5,43	5,82	24,79	43,80	9,39
Comércio Exterior	0,83	16,56	15,39	4,45	30,88
Outras Subfunções Atípicas	15,69	12,45	13,25	18,82	14,88
TOTAL	21,95	34,83	53,44	67,06	55,15

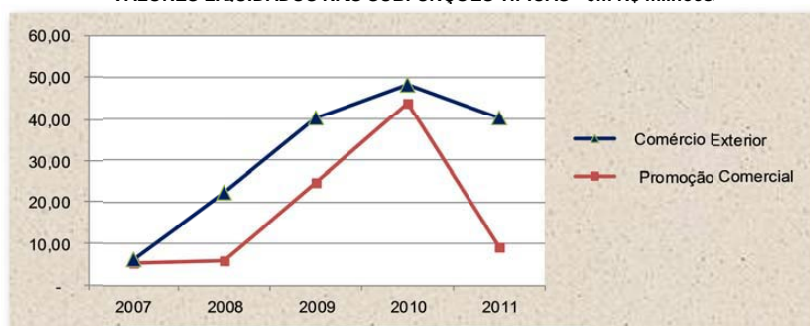
Fonte: Siasi Gerencial – Base 14/01/2012

VALORES LIQUIDADOS FUNÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS - em R\$ milhões



Fonte: Siasi Gerencial – Base 14/01/2012

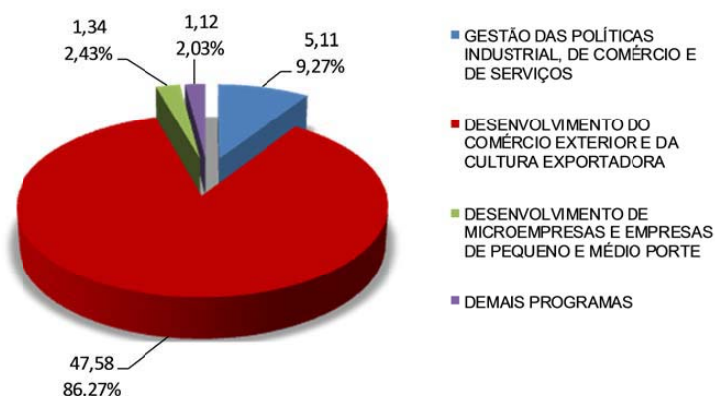
VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS - em R\$ milhões



Fonte: Siasi Gerencial – Base 14/01/2012

Os programas destaques em execução nessa Subfunção, em 2011, são: Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora, com valores liquidados na ordem de R\$ 47,58 milhões, o que corresponde a 86,27% do total; Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços, com uma execução de 9,27% do total da função; e o programa Desenvolvimento de Microempresas e Empresas de Pequeno e Médio Porte, com execução que representa 2,43% da função Comércio e Serviços. As ações desenvolvidas no âmbito desses e de outros programas, a seguir resumidas, compõem o quadro de realizações da função Comércio e Serviços ao longo do exercício de 2011.

EXECUÇÃO 2011 POR PROGRAMA NA FUNÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS (em R\$ milhões)



Fonte: Siasi Gerencial – Base 14/01/2012

O comércio exterior brasileiro movimentou cifra recorde de US\$ 482 bilhões em 2011, ultrapassando em mais de 25% o valor de 2010. O superávit comercial mostrou-se igualmente robusto, ao registrar US\$ 30 bilhões, o maior saldo positivo dos últimos quatro anos. Do lado das exportações, o crescimento de 27% sobre 2010 sustentou-se pela elevação dos preços internacionais de *commodities* agrícolas e minerais e pela expansão no volume embarcado de bens industrializados. A diversificação de mercados de destino é outra estratégia que vem contribuindo para o bom desempenho das exportações. A combinação desses fatores ensejou uma taxa de crescimento acima das exportações mundiais, fazendo elevar a participação das vendas externas brasileiras sobre o comércio internacional para mais de 1,4% em 2011. Quanto às importações, o avanço de 24,5% foi guiado pelo ritmo da atividade econômica do País. Registre-se que a oferta externa abasteceu parcela do mercado consumidor brasileiro, inibindo o surgimento de uma pressão inflacionária, e contribuiu para o incremento e modernização do setor produtivo do País, via aquisição de bens de capital e de insumos e componentes. A tabela a seguir resume a evolução do Comércio Exterior nos últimos cinco anos.

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO - PERÍODO 2007 a 2011

INDICADORES	2007	2008	2009	2010	2011
PIB do Brasil (US\$ bilhões)	1.367	1.651	1.626	2.144	2.437*
Exportações Brasileiras (US\$ bilhões)	161	198	153	202	256
Exportações de Manufaturados (US\$ bilhões)	84	93	67	80	92
Importações Brasileiras (US\$ bilhões)	121	173	128	182	226
Corrente de Comércio (US\$ bilhões)	281	371	281	384	482
Exportações Mundiais (US\$ bilhões)	13.661	15.743	12.146	14.855	17.977(**)
Taxa de Participação das Exportações de Manufaturados nas Exportações Brasileiras (%)	52,25	46,82	44,02	39,40	36,05
Taxa de Participação das Exportações Brasileiras nas Exportações Mundiais (%)	1,18	1,26	1,26	1,36	1,42(***)
Grau de Abertura da Economia Brasileira (%)	20,58	22,47	17,26	17,90	19,79(****)

(*) Projeção: Bacen, extraído da relação Transações Correntes sobre o PIB do Relatório Setor Externo de dezembro/2010;

(**) Projeção: FMI; (***) Estimativa Secex, com base na projeção das exportações mundiais do FMI; (****) Estimativa Secex, com base na projeção do Bacen.

Fonte: SECEX/MDIC, BACEN, FMI e OMC

O ano de 2011 foi marcado pela inovação no que se refere aos sistemas de informação sobre comércio exterior. Destacam-se:

- O “Módulo Anuência LI”, do Siscomex, foi colocado em produção em maio de 2011. Esse módulo permite que os órgãos intervenientes nas operações de importação definam critérios pelos quais as Licenças de Importação (LI) possam ser deferidas automaticamente, possibilitando assim uma significativa desoneração das equipes responsáveis pela análise dessas licenças;
- Modernização do Siscomex Exportação Web (Novoex), que está totalmente integrado aos demais módulos do Siscomex, inclusive na etapa aduaneira, agilizando o processamento das exportações brasileiras;
- Entrada em vigor do novo *Drawback* Integrado Isenção, em substituição ao antigo *Drawback* Isenção. A grande novidade nesse mecanismo é que agora será possível repor o produto nacional utilizado na produção de mercadoria já exportada. Antes era possível a reposição, apenas do insumo importado. Além disso, a empresa pode, à sua conveniência e oportunidade, optar pela reposição dos seus estoques por meio de importação, aquisição no mercado interno ou combinação de ambos. A previsão é de sensível aumento na utilização do mecanismo, o qual, antes da possibilidade de reposição dos produtos adquiridos no mercado interno, representava aproximadamente 10% em relação ao *Drawback* Suspensão;
- Lançamento da 2ª versão do *AliceWeb* (Sistema de divulgação de estatísticas de Comércio Exterior), com destaque para os dados por municípios e internacionalização do sistema para as versões em inglês e espanhol;
- Conclusão da 2ª versão do Radar Comercial, sistema de inteligência comercial criado para identificar oportunidades de mercados para os produtos brasileiros de exportação, com o aperfeiçoamento da navegação e a inclusão de novos países, totalizando 120 mercados. Após a implementação da nova versão, houve aumento de 70% no de uso do Sistema;
- Lançamento do Portal Brasileiro de Comércio Exterior (PBCE), em substituição ao Portal do Exportador. O objetivo do Portal é se tornar referência nessa área e, ao mesmo tempo, ser um facilitador de comércio, especialmente para as micro, pequenas e médias empresas;
- Lançamento da nova versão do *website* Vitrine do Exportador, que possibilitará maior interatividade e divulgação de empresas mediante a criação de vitrine virtual individualizada. Além de informações sobre os principais mercados e produtos exportados pela empresa, é possível incluir imagens, vídeos, geolocalização e dados comerciais, sendo os serviços totalmente gratuitos. A vitrine virtual dispõe ainda de uma área para envio de

propostas de negócios por parte dos importadores.

Como parte das ações de estímulo às exportações, destacam-se os seguintes resultados:

- Realização em 11 Estados e 14 municípios, para cerca de 800 pessoas, de 21 treinamentos e cursos sobre como exportar, no âmbito do programa Redeagentes;
- Lançamento do “Aprendendo a Exportar-Cooperativismo” e do “Aprendendo a Exportar para a União Europeia”, que, juntamente com as publicações anteriores, formam uma coleção de 12 produtos multimídia com abordagem em diversas áreas temáticas de interesse do exportador; e
- Atendimento a 96 empresas distribuídas em 6 estados e capacitação de gerentes e profissionais de comércio exterior em 7 cidades pelo Projeto Primeira Exportação.

No que concerne à Defesa Comercial, uma das medidas implementadas na defesa da indústria foi a criação do Grupo de Inteligência de Comércio Exterior (GI-CEX), que tem por finalidade a atuação conjunta do MDIC e da Receita Federal do Brasil (RFB) no combate a práticas ilegais de comércio exterior. Vinte produtos foram submetidos a apreciação do Grupo, tendo sido tomadas medidas, nas respectivas esferas de competência, sobre aqueles em que se identificaram indícios de irregularidades.

No tocante ao combate às práticas desleais de comércio exterior, foram iniciadas, entre janeiro e final de dezembro de 2011, 24 investigações *antidumping* e 3 investigações de subsídios acionáveis e encerradas 36 investigações *antidumping*, das quais 22 com a aplicação de direitos *antidumping* e 14 investigações sem a aplicação de medidas. Ao final de novembro, havia 34 investigações em curso, incluindo quatro investigações anticircunvenção, três investigações de subsídios acionáveis e 86 medidas de defesa comercial em vigor (uma salvaguarda, 84 direitos *antidumping* e uma medida compensatória).

No que se refere ao apoio aos exportadores brasileiros investigados no exterior, foram atendidos 16 setores cujas exportações foram alvo de investigações *antidumping*, medidas compensatórias e salvaguardas em terceiros países.

Outro aspecto marcante na atuação do MDIC em 2011 foi o início das investigações de origem não-preferenciais, com o objetivo de impedir o ingresso no Brasil de produtos que burlam a aplicação de uma medida de defesa comercial. Foram abertas 10 investigações de origem não-preferenciais, das quais 6 foram concluídas ainda em 2011. Em cinco desses casos, apurou-se que o produto a ser importado não cumpria os requisitos para ser

considerado originário do país declarado. Em consequência, as licenças de importação correspondentes foram indeferidas, e o serão até que o exportador comprove o cumprimento dos requisitos.

Outra importante iniciativa efetuada em 2011 foi o Acordo de Cooperação Técnica nº 29/2011, celebrado entre o MDIC e o Ministério da Justiça - MJ, com vigência de quatro anos, a fim de permitir a realização de ações conjuntas entre a Secretaria de Comércio Exterior - Secex e o Departamento de Polícia Federal - DPF, destinadas ao combate das práticas ilegais de comércio exterior envolvendo crime organizado, contrabando, descaminho de bens e valores e tráfico internacional.

Dentro do tema desoneração tributária, o MDIC teve papel fundamental na elaboração do Decreto nº 7.633/2011, de regulamentação do Reintegra, regime criado no âmbito do Plano Brasil Maior para desonerar resíduos tributários ainda presentes nas exportações brasileiras.

Com o objetivo de promover produtos e serviços brasileiros em mercados não-tradicionais, além de facilitar o contato de empresários nacionais com compradores e autoridades locais, foram realizadas quatro missões comerciais de grande porte e algumas outras ações pontuais de promoção comercial em parceria com a APEX-Brasil, dirigidas às regiões definidas como prioritárias, com base na Estratégia Nacional de Exportações 2011-2014. Considerando a desaceleração e eventual estagnação dos mercados importadores tradicionais, o foco do MDIC dentro da estratégia nacional de exportações se concentrou no fomento às exportações brasileiras para mercados não tradicionais. Assim, o esforço de fortalecimento e inserção das empresas exportadoras privilegiou o cone Sul-Sul, com ênfase para a Ásia, África e América do Sul. Ações paralelas também foram realizadas para a América Central, Países do Golfo e alguns outros mercados selecionados. Cerca de 200 empresas participaram das Missões realizadas pelo MDIC em 2011, gerando mais de 3.000 encontros empresariais e negócios da ordem de US\$ 122 milhões. As quatro missões comerciais foram:

- China e Hong Kong, no período de 7 a 13 de abril de 2011, e contou com 24 empresas participantes, representando os setores de alimentos e bebidas, eletroeletrônicos, telecomunicações, têxteis, calçados, automotivo, aeronáutico e energia. Durante a Missão foram realizados 340 encontros de negócios que resultaram em vendas de aproximadamente US\$ 11,2 milhões. Por fim, é oportuno destacar os ganhos políticos advindos da visita, a qual causou impacto benéfico às relações bilaterais do Brasil com a China;

- México, no período de 13 a 16 de junho de 2011, com a participação de 40 empresas abrangendo os setores de máquinas e equipamentos, eletroeletrônico, plásticos, moda, calçados, casa e construção civil, tecnologia genética e alimentos e bebidas. Foram realizados 345 encontros e as vendas efetuadas durante a rodada de negócios chegaram a US\$ 31 milhões. Como resultados da missão, destacam-se a aproximação política e comercial sem precedentes com o México e uma ampliação dos produtos do intercâmbio bilateral;
- América do Sul: Colômbia, Peru e Chile, no período de 22 a 30 de agosto de 2011. Realização de cerca de 1.200 encontros de negócios compreendendo os setores de máquinas e equipamentos, veículos automotores e autopeças, equipamentos de transporte, materiais elétricos e eletroeletrônicos, metais não ferrosos, ferramentas, talheres e outras obras de metais, higiene pessoal e cosméticos, móveis, calçados e suas partes, papel e celulose, plásticos, produtos cerâmicos, produtos farmacêuticos e químicos e tintas. Como resultado foram realizadas vendas de US\$ 20,8 milhões, o que ampliou o fluxo comercial e de investimentos com os países visitados, além de explorar e abrir novas possibilidades de cooperação entre os setores produtivos do Brasil e daqueles países; e
- África Austral: Moçambique, Angola e África do Sul, no período de 19 a 30 de novembro de 2011. Participação de 53 empresas, representando os setores de alimentos e bebidas, casa e construção, máquinas e equipamentos, eletroeletrônicos, têxteis, higiene pessoal e cosméticos e energia, com 1.154 encontros de negócios. Como resultados da Missão, foram efetuadas vendas no montante de US\$ 122 milhões e destaca-se a intensa aproximação política e comercial com os países visitados. Ademais, criaram-se oportunidades de negócios imediatos da ordem de US\$ 1,5 bilhão na África do Sul, como a construção de uma Usina Hidrelétrica de 75 MW, de um Parque eólico "offshore", de um parque de energia solar e de um parque de energia fotovoltaica.

No que tange as ações voltadas às Zonas de Processamento de Exportação em 2011, destacamos a análise do projeto da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), aprovado pela Resolução nº 4/2011. Tal projeto foi o primeiro a ser autorizado para instalação em ZPE no País. O investimento previsto é de US\$ 4,5 bilhões (fase I) e de US\$ 3,5 bilhões (fase II), totalizando US\$ 8 bilhões. Estima-se que o incremento no Produto Interno Bruto (PIB) no Estado do Ceará, com a implantação da CSP, será de R\$ 5,6 milhões na primeira fase, chegando a até R\$ 9,3 bilhões na segunda fase.

Em 2011, trabalhou-se para complementar e aperfeiçoar a legislação sobre as ZPE no País. Com a publicação da Lei nº 12.507/2011, que altera a Lei nº 11.508/2007, as obras de implantação das ZPE criadas a partir de 23 de julho de 2007 tiveram o prazo para o início alterado de 12 para 24 meses, contado da publicação do Decreto de criação de cada ZPE. Além disso, iniciativas de promoção do

Programa ZPE foram desenvolvidas, monitoramento de 10 ZPE e análise de proposta de criação de duas novas ZPEs.

A tabela a seguir demonstra a evolução dos Indicadores de Desempenho do Programa Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO PROGRAMA - PERÍODO 2007 a 2011

INDICADORES	2007	2008	2009	2010	2011
Participação em Mercados de Destino Relevantes	19,70	20,36	20,65	18,38	16,34
Taxa de Participação de Produtos de Maior Valor Agregado no Valor Total das Exportações Brasileiras (%)	52,25	46,82	44,02	39,40	36,05
Taxa de Variação das Exportações Brasileiras (%)	16,58	23,21	-22,71	31,98	26,81
Taxa de participação das exportações amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de <i>Drawback</i> em relação ao valor total das exportações brasileiras	31,6	28,5	24,6	24,8	23,2

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior – Secex/MDIC

A Taxa de Variação das Exportações Brasileiras em 2011 registrou aumento de 26,8% sobre 2010, passando de US\$ 202 bilhões para US\$ 256 bilhões, ensejando novo recorde no valor das exportações. O desempenho das vendas externas brasileiras segue em ritmo ascendente, à exceção do decréscimo anotado em 2009, resultado da grave crise internacional que abalou todo o comércio mundial.

A Taxa de Participação de Produtos de Maior Valor Agregado no Total das Exportações Brasileiras também constitui um dos Indicadores básicos utilizados na gestão do Programa. De 2007 a 2011, houve queda da participação relativa dos produtos manufaturados no total das exportações nacionais, recuando de 52% para 36%. Essa queda foi influenciada pelo aumento das cotações internacionais de *commodities*, ampliando significativamente a receita de exportação desses produtos, e pelo acirramento da concorrência externa de países produtores de bens manufaturados. Sublinhe-se, no entanto, que, mesmo apresentando queda de participação relativa, os bens manufaturados registraram crescimento de 16% nas exportações em 2011, atingindo US\$ 92 bilhões.

No que se refere à participação de mercados de destino relevantes, utiliza-se o Indicador de Concentração Hanna & Kay. À medida que o índice aumenta, menor é a concentração das exportações. No ano de 2007, esse Indicador foi de 19,7 e seguiu uma trajetória de desconcentração até 2009, ano em que o índice passou para 20,7. A partir de 2010, observou-se uma interrupção na tendência de desconcentração, atingindo 18,4 nesse ano e 16,3 em 2011. Esse comportamento é explicado substancialmente pela ascendência do *market share* chinês nas exportações brasileiras, puxada pela forte demanda de *commodities* minerais e agrícolas, como minério de ferro, petróleo, soja e açúcar,

repercutindo na consequente elevação das cotações internacionais desses produtos. Cite-se que as exportações brasileiras à China aumentaram 43,9%, elevando a participação do País de 15,2%, em 2010, para 17,3%, em 2011, no total das exportações brasileiras.

O Regime Aduaneiro Especial de *Drawback* - regime de estímulo à exportação que compreende a suspensão dos tributos incidentes nas importações e aquisições no mercado interno para incorporação em produto a ser exportado - possui como Indicador a taxa de participação das exportações amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de *Drawback* em relação ao valor total das exportações brasileiras. Quanto ao desempenho desse Indicador, percebe-se uma queda ao longo do período de 2007, quando era de 31,6%, a 2011, quando atingiu 23,2%. Na tabela, pode-se verificar que, de 2007 a 2009, houve uma queda mais significativa, com o percentual se estabilizando nos anos seguintes. Esse comportamento coincide com a migração de grandes exportadores de setores específicos desse Regime (*Drawback*) para o Regime de Entrepósito Industrial sob Controle Aduaneiro Informatizado - Recof, especialmente nos setores aeronáutico e automotivo. Vale destacar que, apesar da queda percentual da participação no volume total das exportações, houve aumento na quantidade das operações.

Ademais, considerando que a queda no percentual de participação das exportações com a utilização de *Drawback* em relação ao total se estabilizou nos últimos anos, é possível concluir que outros setores intensificaram a utilização do mecanismo, compensando a saída de valores com a mudança de regime feita por grandes exportadores.

Em relação à execução do programa Gestão das Políticas Industrial, de Comércio e de Serviços, destacam-se:

- Nova versão do Portal do Empreendedor, em desenvolvimento, que passará a abranger todas as modalidades de empresas do País além do Microempreendedor Individual (MEI) e se tornará fonte de referência de informações para o Empreendedor no Brasil, trazendo todas as informações e procedimentos necessários para a abertura, o registro e a legalização de empresas no País;
- As inscrições do MEI realizadas através do Portal do Empreendedor totalizaram, em 2011, 1.895.533 de empreendedores registrados, superando em 23,36% a expectativa para o ano;
- Implantação da versão 2 – Gerimagem V2, com certificação digital. Essa nova versão possibilitará às Juntas Comerciais que as imagens digitalizadas tenham mecanismos de segurança capazes de garantir autenticidade, confidencialidade e integridade, pois a certificação digital é a tecnologia que provê esses mecanismos; e
- Recebimento de 245.809 livros digitais para autenticação por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). O Sistema de Autenticação de Escrituração Digital (SAED) faz a integração do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e o Sistema de Automação do Registro do Comércio (Siarco) para autenticação de livros digitais.

Com base nos relatórios estatísticos encaminhados pelas Juntas Comerciais do País, no período de janeiro a dezembro de 2011, foram realizadas 608.519 constituições, 1.764.802 alterações e 223.619 extinções de empresas, totalizando 2.596.940 atos registrados.

No que tange às iniciativas voltadas para as Microempresas e Empresas de Pequeno na função Indústria, em 2011, destacam-se: capacitação técnica e gerencial de 3.558 empresários de micro e pequenos negócios; instituição do Grupo de Trabalho para a criação do Plano Nacional de Capacitação para MPes; celebração de Termo de Cooperação Técnica com o Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília, para a realização de uma série de iniciativas voltadas à construção da Política Nacional de Empreendedorismo; e implantação do 24º Fórum Regional MPes no Mato Grosso do Sul. Através dos Comitês Temáticos, destacam-se: a edição da Portaria Secex nº 42/11, com simplificação do acesso ao Proex para micro e pequenas empresas; o lançamento de diversas matérias informativas, tais como: a Cartilha para o Empregador Urbano; a Cartilha Informativa de Produtos Financeiros para MPes e Empreendedores Individuais; o *Folder* Custo Efetivo Total (CET) e Portabilidade do Cadastro; a Pesquisa de Gargalos às Exportações

de MPes; o Guia de Sobrevivência – como obter sucesso na recuperação judicial para microempresas e empresas de pequeno porte; e a Cartilha de Inovação para MPes.

O projeto Apoio à Inserção Internacional das PMEs Brasileiras, em parceria com a União Europeia, apoiou 33 projetos de internacionalização de empresas no período de 2008 a 2011, com o envolvimento de 28 instituições públicas e privadas, e contabiliza os seguintes resultados: 21 setores da indústria atendidos; 5.000 horas de capacitação para Pequenas e Médias Empresas – PME; 12.000 horas de consultorias; 90 feiras e missões nacionais e internacionais; 6.700 pessoas treinadas em exportação e internacionalização; 70 parcerias nacionais e internacionais estabelecidas entre os beneficiários das ações e instituições e empresas europeias, sendo 5 *joint-ventures* e 123 pesquisas de mercado; 463 diagnósticos; 50 *workshops*; 123 projetos estruturantes para exportação e internacionalização.

O programa Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas conta com dois indicadores de desempenho. O Indicador Participação das Micro, Pequenas e Médias Empresas nas Exportações Brasileiras teve o índice apurado em 5,2%, 2,71 pontos percentuais abaixo do esperado para o final de 2011. As exportações de micro, pequenas e médias empresas alcançaram em 2011 o valor de US\$ 13,05 bilhões, observando-se um leve decréscimo de 3% em relação aos valores observados em 2010, quando as exportações desse nicho de empresas somaram US\$ 13,5 bilhões.

O segundo Indicador, Participação das Micro, Pequenas e Médias Empresas no Número de Empregos Formais no País, alcançou o índice de 64,3, atingindo 99,98% da meta prevista. Os dados demonstraram que a participação das micro, pequenas e médias empresas no emprego total do País alcançou o valor de 64,5%, correspondendo a aproximadamente 21,5 milhões de postos formais de trabalho. Observe-se que esses dados excluem o emprego gerado nas atividades de administração pública e por representantes de organismos internacionais. Frente a 2010, quando a participação correspondeu a 63,31%, observou-se um crescimento de 1,87%.

No âmbito do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), os seguintes resultados merecem destaque:

- Capacitação para 200 artesãos em seis estados, em parceria com as Coordenações Estaduais do Artesanato e o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília;
- Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre o MDIC e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para o desenvolvimento de estudos e pesquisas

voltados à sistematização das informações que servirão de subsídio à elaboração de políticas públicas para o setor artesanal;

- Realização de 8 feiras e eventos de comercialização de produtos artesanais, onde foram comercializados mais de R\$ 4,5 milhões em cerca de 449.983 peças;
- Cadastro de cerca de 65 mil artesãos no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab). Está em homologação um novo sistema que, além de permitir a migração das informações hoje existentes nas bases estaduais, trará a possibilidade de emitir a carteira de artesão; e
- Instituição do Grupo de Trabalho integrado pelo Inmetro, o INPI e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que estabelecerá ações para a promoção da identidade e da qualidade do artesanato brasileiro.

O Indicador Variação Acumulada no Faturamento Nominal Médio dos Artesãos em Eventos de Comercialização Apoiados pelo PAB teve o índice apurado em 144,64, enquanto a meta prevista era de 132,00. Em relação ao faturamento médio nos eventos de comercialização apoiados pelo PAB, observou-se em 2011 um crescimento de 44,64% em relação ao exercício de 2010. Em 2011, o faturamento médio por evento alcançou a cifra de R\$ 643 mil, frente a R\$ 444 mil do ano anterior.

4.14.2. MINISTÉRIO DO TURISMO

O turismo brasileiro seguiu crescendo em 2011, dando sequência ao movimento ascendente iniciado em 2003. Segundo informações do Ministério do Trabalho, no ano, a taxa de crescimento do setor turismo foi de 4,7%, registrando o número de 2.712.079 de trabalhadores empregados. Essa taxa de crescimento foi superior à média nacional (3,5%) e, também, acima da taxa esperada para o crescimento do PIB (3%). O que confirma o papel dinâmico da atividade do turismo brasileiro em contribuir para o desenvolvimento nacional e para o aumento do emprego. Outros indicadores também confirmam essa evolução, como o número de desembarques de passageiros e os gastos de turistas. O Ministério do Turismo – MTur vem se esforçando para organizar e fomentar o setor, principalmente, tendo pela frente os megaeventos de 2014, Copa do Mundo, e 2016, Olimpíadas no Rio de Janeiro.

De janeiro a dezembro, os desembarques de passageiros em voos domésticos tiveram crescimento de 15,81% (79,05 milhões) em relação a 2010 (68,26 milhões). Todos os meses de 2011 foram melhores do que os de 2010. Os desembarques internacionais no País também apresentaram aumento recorde, a movimentação de janeiro a dezembro chegou a 9,0 milhões, sendo 13,95% superior aos 7,9 milhões de desembarques verificados no mesmo período em 2010. A evolução do gasto do turista estrangeiro no Brasil de acordo com dados divulgados pelo Banco Central, de janeiro a dezembro de 2011, registrou entrada recorde de divisas, US\$ 6,775 bilhões. O valor é 14,46% superior ao registrado no mesmo período de 2010. Os números são inéditos desde 2003, ano em que o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) passou a cuidar exclusivamente da promoção turística do Brasil no exterior.

O Ministério do Turismo tem como propósito o desenvolvimento do turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos, divisas e na redução das desigualdades regionais, proporcionando a inclusão social. Em 2011, o MTur apoiou 1.600 projetos em infraestrutura turística em diversos municípios do País. Tais ações objetivam o crescimento com qualidade e sustentabilidade dos destinos turísticos, a melhoria na qualidade de vida nas regiões e destinos, a criação de condições para a implantação de equipamentos turísticos, facilitar o acesso de turistas, inclusive dos portadores de necessidades especiais, garantindo as condições adequadas para o desenvolvimento do turismo, propiciando também, com a expansão turística, o aumento do emprego e da renda.

Em relação ao planejamento e diretrizes globais para a Política Nacional do Turismo, foi discutida a

3ª edição do Plano Nacional de Turismo - PNT com as premissas de ampliar o diálogo com a sociedade, reduzir desigualdades regionais, promover a sustentabilidade, incentivar a inovação e promover a regionalização do turismo. No âmbito do modelo de gestão compartilhada do turismo brasileiro, foi instalado o Comitê Interministerial de Facilitação Turística, presidido pelo ministro de Turismo e formado por representantes de diversos ministérios. Para preparar o País para os megaeventos foi elaborado o "Documento Referencial Turismo no Brasil 2011-2014", estudo-base para o Plano Nacional de Turismo 2012-2015, 3ª edição. Especificamente para a Copa do Mundo de 2014, a Câmara Temática Nacional de Desenvolvimento do Turismo trabalha com a matriz de responsabilidades do turismo.

No âmbito do ordenamento normativo foi elaborada e instituída a nova metodologia de classificação hoteleira no País, o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem - SBClass. No plano internacional a Embratur segue implementando o Plano Aquarela, que contempla a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. O ponto de destaque é o planejamento do marketing turístico internacional até 2020. O Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil formula ainda as orientações estratégicas e de atuação mercadológica para as 27 Unidades Federadas.

Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014

A Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014, dado o forte apelo midiático e significativa capacidade de geração de emprego e renda, é uma excepcional oportunidade para o desenvolvimento do turismo brasileiro. O legado e a influência do evento, em conjunto com as olimpíadas e outros grandes eventos, devem ultrapassar os próprios eventos e a estrutura dos atrativos turísticos nacionais, da infraestrutura e da qualidade dos serviços turísticos, mas é preciso concluir em um conjunto de permanente gerenciamento, as condições necessárias para que, tais eventos, sejam capazes de consolidar o Brasil como um dos principais destinos turísticos mundiais. A preparação para a Copa do Mundo antecipa e prioriza os investimentos. Diversos acordos e compromissos vêm sendo assumidos por entes governamentais e instituições privadas no sentido de priorizar os investimentos necessários a sua realização. Já foram definidos os investimentos em mobilidade urbana, estádios, portos e aeroportos, formalizados por meio de Matrizes de Responsabilidades celebradas entre União, Estados e Municípios.

A definição dessas intervenções e investimentos se dá no âmbito de um modelo de governança formado

pelo Comitê Gestor da Copa - CGCOPA, integrado por 20 Ministérios, e pelo Grupo Executivo Copa 2014 – Gecopa, integrado pelo Ministério do Turismo, Casa Civil, Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda, sob a coordenação do Ministério do Esporte. Complementam este modelo nove câmaras temáticas, dentre as quais a Câmara Temática Nacional de Desenvolvimento Turístico – CTNDT, criada em maio de 2010, sob a coordenação do Ministério do Turismo e composta por representantes de outros ministérios, dos governos estaduais e municipais das cidades-sede, além de convidados do Conselho Nacional do Turismo, segundo os temas tratados.

Dentre os resultados da Câmara, foram indicadas as demandas relativas à oferta de serviços turísticos, com foco nos meios de hospedagem, de modo a orientar os esforços relativos à ampliação e modernização da rede hoteleira nas cidades sede e seu entorno. Foram lançadas linhas de crédito específicas com vistas a Copa do Mundo, com recursos da ordem de R\$ 1,00 bilhão para o período entre 2010 e 2012 do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, além da programação anual dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste, Nordeste e Norte, operados respectivamente pelo Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, nos valores totais anuais de R\$1,15 bilhão para 2010 e de R\$ 1,33 bilhão para 2011.

Especificamente no financiamento de projetos para construção, expansão e modernização de hotéis e pousadas, em função da Copa do Mundo, em 2011, os agentes financeiros federais contrataram 110 operações de crédito, no montante de R\$ 856,7 milhões, com investimentos totais da ordem de R\$ 1,214 bilhão. Tais valores permitirão viabilizar a reforma de 3,6 mil unidades habitacionais e promover o acréscimo de 7,25 mil quartos na

capacidade hoteleira do País (posição: nov./2011). Também foram mapeados 324 projetos em andamento referentes a obras para reforma, ampliação, modernização ou implantação de empreendimentos hoteleiros no território nacional.

Os investimentos em curso projetam a incorporação de 55,1 mil novas unidades habitacionais à capacidade hoteleira do País, com previsão de gerar 31,7 mil novos empregos. A estimativa é de que os investimentos privados cheguem a R\$ 9,8 bilhões, somente no setor de hospedagem, no período de 2011 a 2019.

Ainda no âmbito da CTNDT, em 2011, foram discutidos o orçamento e o cronograma para a realização das obras de infraestrutura turística nas cidades-sede, tendo o planejamento dessas ações sido realizado com base nas demandas apresentadas pelos governos estaduais e municipais das doze cidades. Foram contempladas intervenções para melhorar as condições de acessibilidade, sinalização turística e a construção de centros de atendimento ao turista, com investimentos previstos da ordem de R\$ 114 milhões.

Com relação à qualificação profissional, foi suspenso o programa Bem Receber Copa, e revisadas as metas e estratégias de capacitação dos profissionais que atenderão os turistas nacionais e estrangeiros nas doze cidades-sede.

A partir de estudo do MTur, definiu-se a meta quantitativa de qualificar 240 mil pessoas até 2014. O foco principal serão as 12 cidades sede, mas, em um momento posterior, contemplará também os municípios no entorno destas cidades, além dos destinos turísticos priorizados no âmbito do Plano Nacional de Turismo.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA FUNÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇO NAS SUBFUNÇÕES

SUFUNÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Valores em Milhões de R\$					
Subfunção Turismo	996,4	1.204,7	951,1	1.238,8	760,5
Outras Subfunções	236,3	182,9	244,5	229,7	149,4
TOTAL	1.232,70	1.387,60	1.195,60	1.468,50	909,9

* Crédito Empenhado Liquidado + RP processados a Pagar + RP Não-Processados Pagos + RP Processados Pagos + RP não processados liquidados a pagar.

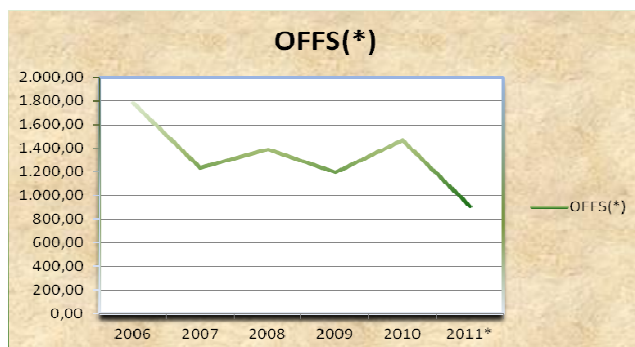
Outras subfunções, em menor proporção, que operaram gastos no exercício foram: Administração Geral, Formação de Recursos Humanos e Tecnologia da Informação. As demais subfunções tiveram valores relativos pequenos.

VALORES REALIZADOS NA FUNÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS 2007/2011

em R\$ milhões					
Função Com. e Serviços	2007	2008	2009	2010	2011*
OFFS(*)	1.232,70	1.387,60	1.195,60	1.468,50	908,99
Var. s/exerc. Ant.	-0,31	0,13	-0,14	0,23	-0,38
TOTAL	1.232,70	1.387,60	1.195,60	1.468,50	908,99

Fonte = Siafi

* Crédito Empenhado Liquidado + RP processados a Pagar + RP Não-Processados Pagos + RP Processados Pagos + RP não processados liquidados a pagar.



Desempenho dos Programas

O MTur executa os programas Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão e o Gestão da Política de Turismo. O programa Brasil: Destino Turístico Internacional é executado pela Embratur.

ORÇAMENTO E EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS EM 2011

em R\$ milhões				
PROGRAMAS	Dotação Autorizada	Despesas Empenhadas	Dotação / Despesa %	Valores Pagos*
Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão	3.399,3	1.098,4	32,3	96,5
Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão (Fungetur)	23,2	23,2	100,0	-
Brasil: Destino Turístico Internacional	223,9	156,2	69,8	85,6
Gestão da Política de Turismo	33,3	9,7	29,1	6,7
TOTAL	3.679,7	1.287,5	35,0	188,8

Fonte: Siafi / Valores Pagos das Despesas Empenhadas

O contingenciamento do orçamento em 2011 foi o mais expressivo na história do Ministério, para os recursos destinados ao turismo, da dotação autorizada, apenas 35 por cento foram empenhadas. Da distribuição interna dessas despesas empenhadas, 85 por cento foram para o programa Turismo Social no Brasil: Uma Viagem para Todos e, destes recursos, 74 por cento foram destinados à ação Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística. O MTur executou, também, a ação Publicidade de Utilidade Pública no âmbito do programa interministerial Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes de responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Todas as atividades

desenvolvidas nesses programas são descritas a seguir.

Programa Gestão da Política de Turismo

O programa Gestão da Política de Turismo tem, como objetivo específico, a função de coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais, e a avaliação e controle dos programas na área do turismo. Em última análise, o programa busca criar condições para o desenvolvimento do produto turístico brasileiro, com qualidade e contemplando sua diversidade. Dentre suas ações orçamentárias, estão projetos e atividades que subsidiam a gestão da atividade, como: iniciativas de formulação e

acompanhamento da Política Nacional do Turismo e sua gestão compartilhada e descentralizada; iniciativas de desenvolvimento das regiões turísticas; e ações de cooperação técnica e relações internacionais; dentre outras. A seguir, são descritos alguns resultados deste programa no ano de 2011.

No âmbito do modelo de gestão compartilhada do turismo brasileiro, foi instalado o Comitê Interministerial de Facilitação Turística, presidido pelo ministro do Turismo e formado por representantes de 17 órgãos do Governo Federal, 15 ministérios (da Defesa; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Integração Nacional; da Cultura; da Justiça; do Meio Ambiente; das Relações Exteriores; dos Transportes; da Educação; do Trabalho e Emprego; das Cidades; do Desenvolvimento Agrário; da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão) e 2 Secretarias do Governo Federal (de Direitos Humanos e de Comunicação Social da Presidência da República). Criado pela Lei do Turismo, nº 11.771/08, e regulamentado pelo Decreto nº 7.381/10, o Comitê ainda poderá ser auxiliado por especialistas e profissionais de notório saber, indicados pelos membros do grupo.

Ainda em relação ao planejamento e diretrizes globais para a Política Nacional do Turismo, foi discutida a 3ª edição do Plano Nacional de Turismo (PNT). Elaborada em sintonia com as diretrizes do Plano Plurianual 2012/2015 do Governo Federal, tem como premissas: ampliar o diálogo com a sociedade, reduzir desigualdades regionais, promover a sustentabilidade, incentivar a inovação e promover a regionalização do turismo. O documento estabelece também objetivos a serem alcançados nos próximos anos, como: preparar o País para os megaeventos; incentivar o brasileiro a viajar pelo País; incrementar a geração de divisas internacionais; aumentar a competitividade do turismo brasileiro; e fortalecer a gestão compartilhada.

Para preparar o País para os megaeventos, que ocorrerão nos próximos anos, em 2011 foi elaborado o “Documento Referencial Turismo no Brasil 2011-2014”, estudo-base para o Plano Nacional de Turismo 2012-2015, 3ª edição. O trabalho contou com a parceria das principais entidades e lideranças do turismo nacional. Nesse estudo foi feita uma avaliação sobre a dinâmica do setor dentro dos ambientes econômico nacional e internacional, elencando os principais desafios para as iniciativas públicas para o período. O estudo aponta para a consolidação do turismo como produto de consumo do brasileiro e projeta-se uma geração de 2 milhões de empregos formais e informais no período 2010 e 2014.

Especificamente para a Copa do Mundo de 2014, a Câmara Temática Nacional de Desenvolvimento do Turismo tem trabalhado a matriz de

responsabilidades do turismo. Em 2011, foram discutidos o orçamento e o cronograma para a realização de obras de infraestrutura turística e outras ações nas 12 cidades-sede, sendo o planejamento dessas ações realizado com base nas demandas apresentadas pelas próprias cidades-sede. Na área de infraestrutura serão contempladas intervenções para melhorar as condições de acessibilidade, implantação de sinalização turística e de centros de atendimento ao turista.

Quanto aos aspectos de territorialidade, o Programa de Regionalização tem como principais objetivos o mapeamento de regiões turísticas no País e a seleção de roteiros e destinos prioritários que apresentem condições para adquirirem um padrão de qualidade internacional. Nesse contexto, várias ações tiveram continuidade em 2011: criação ou fortalecimento das instâncias de governança das regiões; inventário da oferta turística; fortalecimento e consolidação de arranjos produtivos para pequenos empreendedores locais; e capacitação dos gestores locais. Estas ações contribuem para a sustentabilidade do crescimento da atividade turística, por meio da criação de instâncias que viabilizem o desenvolvimento regional do turismo. As regiões, roteiros e destinos desenvolvidos pelo Programa de Regionalização do Turismo contemplam atualmente 3.635 municípios em 276 regiões turísticas e anualmente são apresentados no Salão Brasileiro do Turismo – Roteiros do Brasil.

No âmbito das relações multilaterais em turismo, o Brasil foi reeleito, em 13 de outubro, membro do Conselho Executivo da Organização Mundial do Turismo para um mandato de quatro anos, como representante da Comissão da OMT para as Américas.

Em relação às parcerias bilaterais no setor turístico, foi assinada em outubro de 2011, na ocasião da V Cúpula Brasil - União Européia, realizada em Bruxelas, a Declaração Conjunta de Intenções entre o Brasil e o bloco da União Européia, com vistas a fortalecer o fluxo de turismo entre a América do Sul e a Europa por meio de projeto piloto envolvendo cinco países do continente europeu (Espanha, Itália, França, Portugal e Alemanha) e três da América do Sul (Argentina, Brasil e Chile). O projeto em questão visa facilitar a viagem de cinquenta mil turistas (vinte e cinco mil em cada direção) por meio de articulação com empresas aéreas, agências de viagens e operadoras de turismo para o uso da capacidade disponível durante as baixas temporadas da Europa e da América do Sul.

O Governo Federal formalizou ainda o Programa de Turismo de Fronteiras – Frontur, cujo objetivo principal é a ampliação dos fluxos turísticos internacionais entre os países sul-americanos e os estados fronteiriços, pretendendo ampliar a cooperação dos órgãos do Governo Federal que atuam nas fronteiras e também aperfeiçoar os

mecanismos de coleta e os sistemas de tratamento de dados estatísticos nos portões fronteiriços.

Por fim, o Brasil participou, em 2011, de importantes missões oficiais internacionais de turismo: Feira ITB, em Berlim; LII Reunião Especializada em Turismo do Mercosul (RET); IX Reunião de Ministros de Estado de Turismo do Mercosul, no Paraguai; 52ª Reunião da Comissão Regional da OMT para as Américas; XI Conferência Iberoamericana de Ministros do Turismo; 19ª Reunião da Assembleia Geral da OMT, na Coreia do Sul; 3ª Reunião de Ministros de Turismo do G20, na França; X Reunião de Ministros do Turismo do Mercosul (RMTur), no Uruguai; dentre outras.

Em relação aos indicadores de desempenho, o programa Gestão da Política de Turismo não tem indicadores definidos no Plano Plurianual PPA 2008-2011, por ser conceituado tipicamente como um programa de "Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais". Neste sentido, os indicadores de resultados programáticos utilizados estão vinculados aos programas tipicamente finalísticos, quais sejam: Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão; e Brasil: Destino Turístico Internacional.

Programa Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão

O programa Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão tem por objetivo aumentar os fluxos turísticos e promover a inclusão social, mediante a estruturação e diversificação da oferta e da demanda. Dentre suas ações orçamentárias estão projetos e atividades que trabalham, dentre outros, a normatização, o ordenamento, e a fiscalização da atividade turística; a promoção publicitária do turismo em âmbito nacional; e o desenvolvimento da atividade turística por segmentos temáticos. A seguir, são descritos alguns resultados deste Programa no ano de 2011.

No ano de 2011, foi publicada norma legal que delega aos estados, por meio das Secretarias Estaduais de Turismo, poderes para cadastrar e fiscalizar os prestadores de serviços turísticos que atuam em suas jurisdições, além de proceder também o acompanhamento dos processos da classificação hoteleira. Assim, caberão às Secretarias Estaduais: receber a documentação dos agentes; acionar o Inmetro para realizar as auditorias; entregar as placas de identificação aos empreendimentos; além de outras ações previstas no Sistema Brasileiro de Classificação dos Meios de Hospedagem.

Outra relevante edição de norma foi a expedição da portaria que regulamenta o Sistema de Cadastramento de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur), Portaria MTur Nº 130 de 26/07/2011. Para sete categorias (meios de hospedagem, agências de turismo, transportadores turísticos, organizadores de eventos, parques

temáticos, acampamentos turísticos e guias de turismo) o cadastro é obrigatório; para os demais, como bares e restaurantes, locadoras de veículos, centros de convenções, casas de espetáculos e bacheiros em turismo, o cadastro é opcional. Também foram criadas matrizes de cadastramento para 16 atividades de prestadores de serviços turísticos. Ao final de 2011, existiam mais de 40,8 mil prestadores de serviços com cadastro ativo no Cadastur, 36% a mais do que ao final de 2010.

No âmbito do ordenamento normativo foi elaborada e instituída a nova metodologia de classificação hoteleira no País. O novo Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass) foi elaborado de forma participativa, por meio de ampla parceria com o Inmetro, a Sociedade Brasileira de Metrologia – SBM e a sociedade civil. A classificação é, reconhecidamente, um instrumento de divulgação de informações claras e objetivas sobre meios de hospedagem, sendo um importante mecanismo de comunicação com o mercado, e possibilitando a concorrência justa entre os meios de hospedagem, auxiliando os turistas em suas escolhas. Para atender a diversidade da oferta hoteleira nacional, utilizando a consagrada simbologia de estrelas para diferenciar as categorias, o SBClass estabeleceu sete tipos de Meios de Hospedagem: Hotel, Resort, Hotel Fazenda, Cama & Café, Hotel Histórico, Pousada e Flat/Apart-Hotel.

Outras iniciativas importantes do programa Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão são as ações de promoção do turismo no mercado interno: campanhas publicitárias, apoio a eventos turísticos e apoio à comercialização do produto turístico brasileiro. As principais campanhas veiculadas, em 2011, foram: "Está na Hora de Conhecer o Brasil"; "Campanha Turismo Sustentável e Infância" – com ações realizadas em eventos do trade turístico, no Salão do Turismo, e no evento do Dia Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; e "Campanha do 6º Salão do Turismo".

O Governo Federal ainda apoiou eventos neste mesmo ano, como o Festival de Turismo das Cataratas do Iguaçu, a Feira das Américas – ABAV, outros eventos geradores de fluxo turístico. Também foi contemplado apoio a eventos de importantes ações capazes de contribuir para gerar novos empregos e ocupações e de ampliação do mercado de trabalho e do consumo turístico.

Em relação às ações de ordenamento territorial turístico, no ano de 2011, o Governo Federal, por meio dos Ministérios do Turismo (MTur) e do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), selecionou 24 roteiros turísticos para receberem apoio para promoção e comercialização, a partir das projeções de recebimento de turistas

durante a Copa de 2014. A iniciativa faz parte do projeto "Talentos do Brasil Rural". No total, 55 municípios de 14 estados foram contemplados. O objetivo do "Talentos do Brasil Rural" é apoiar a comercialização de produtos – alimentos e bebidas, decorativos e utilitários – e serviços da agricultura familiar no mercado turístico. A iniciativa também tem o apoio da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Na segmentação turística, foram realizados debates pelo Grupo de Trabalho de Turismo Náutico Nacional, tendo como principais temas: criação de Resolução Conama sobre o Ordenamento e Licenciamento de Instalações Náuticas; e ações de apoio à Promoção Turística Internacional para destinos que trabalhem o Turismo Náutico Brasileiro. Destaca-se também a realização dos 3º e 4º Encontros Nacionais das Cidades Históricas e Turísticas, nos quais estiveram presentes 66 municípios, sendo identificadas as demandas para o desenvolvimento do turismo nos mesmos.

O evento Salão do Turismo é uma metodologia de sucesso do turismo regional. Em 2011, foi realizada a 6ª Edição, onde foram apresentados novos roteiros turísticos, entre eles estão: Observação de Aves (RR); Caminhos de Iracema (CE); Roteiro Costa a Costa (CE); Geopark Araripe (CE); Roteiro Cívico (DF); Roteiro Arquitetônico (DF); Percorrendo as Trilhas do Cerrado Mineiro (MG); Circuito Mantiqueira (SP); Curitiba – Cidade Inovadora e Cataratas do Iguaçu (PR); Roteiro Cultural / Gastronômico – Riquezas de Pernambuco (PE). O evento recebeu um público de 117 mil pessoas, o que significou aumento de 6,5% em relação à edição anterior, representando o maior evento do setor na América Latina dirigido ao público final.

Ainda no 6º Salão do Turismo, foi proposto selecionar cinco destinos brasileiros para participar do projeto "Turismo Religioso: Experiências do Brasil". Ao Governo Federal caberá o levantamento de dados e, juntamente, com instituições especializadas, elaborar um mapeamento. Posteriormente, por meio de chamada pública, selecionar os 5 destinos. No projeto, o Governo Federal apoiará a formatação de roteiros turísticos e desenvolverá ações de promoção e apoio à comercialização dos produtos dos destinos para agentes empreendedores.

Em relação aos indicadores de desempenho, o programa Turismo Social no Brasil: Uma Viagem de Inclusão - tem como indicadores definidos no Plano Plurianual PPA 2008-2011: a) Competitividade dos Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico Regional; b) Fluxo de Turistas Domésticos e c) Novos Empregos e Ocupações Gerados no Setor Turismo.

O indicador de Competitividade dos Destinos Indutores de Desenvolvimento Turístico Regional planejou como resultado no final do PPA, índice de 65 pontos, numa escala de 0 a 100, tendo efetivamente alcançado o índice preliminar de 57,4, número menor do que o previsto à época da elaboração do PPA, porém maior do que o resultado de 2010, quando o índice foi de 56,0. O resultado ainda é preliminar, e foi obtido por média aritmética dos pontos alcançados pelos 65 destinos indutores do turismo no estudo da competitividade no ano. Cada destino é avaliado pela média ponderada de um conjunto de perguntas.

A respeito do indicador Fluxo de Turistas Domésticos, projetou-se 220 milhões de viagens turísticas domésticas realizadas no ano previstas ao final do PPA 2008-2011. O dimensionamento do número de viagens domésticas de 2011 será apurado no decorrer do ano de 2012, por meio de pesquisa, e seus resultados estão previstos para serem divulgados no primeiro semestre.

Quanto aos Novos Empregos e Ocupações Gerados no Setor Turismo, se delineou o alcance de 327 mil empregos formais gerados nas atividades características do turismo no ano.

O valor a ser apurado depende dos dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, a serem divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em meados de fevereiro de 2012.

Infraestrutura Turística

No exercício de 2011 foram apoiados mais 1.600 projetos em infraestrutura turística em diversos municípios do País. Tais ações objetivam o crescimento com qualidade e sustentabilidade dos destinos turísticos, a melhoria na qualidade de vida nas regiões e destinos, a criação de condições para a implantação de equipamentos turísticos, facilitar o acesso de turistas, inclusive dos portadores de necessidades especiais, garantindo as condições adequadas para o desenvolvimento do turismo, propiciando também, com a expansão turística, o aumento do emprego e da renda.

Foram apoiados projetos de sinalização turística, centros de atendimento aos turistas, infraestrutura viária para acesso a atrativos, museus, centros de eventos, parques públicos, mercados e feiras, casas de cultura, terminais rodoviários, marítimos e fluviais, dentre outros. Foram celebrados contratos de repasse para novos projetos de ações estruturantes nos "65 Destinos Indutores", num montante de R\$ 27,5 milhões, como forma de disponibilizar projetos de qualidade visando à implantação de banco de projetos, a ser consolidado nos próximos exercícios e, também, a melhoria do atendimento ao turista.

Nas reuniões estratégicas com a Câmara Temática Nacional de Desenvolvimento Turístico, integrante do modelo de governança das ações de preparação do Brasil para Copa do Mundo de Futebol de 2014 e para outros grandes eventos esportivos previstos para os próximos anos, ficaram definidos os projetos a serem implementados nas 12 Cidades Sedes, envolvendo Sinalização Turística, Centro de Atendimento ao Turista e Acessibilidade a atrativos de interesse turístico.

Destacam-se dentre os recursos destinados com foco na Copa do Mundo de 2014 os seguintes projetos:

- Curitiba, com a elaboração do Projeto de Sinalização Turística Trilingue;
- Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, com a Elaboração do Projeto de Acessibilidade à Atrativos turísticos;
- Cuiabá, com a Elaboração do Projeto de Revitalização do Centro Histórico;
- Salvador, com a Elaboração do Projeto de Infraestrutura na Orla de Salvador.
- Com relação as demais cidades sedes, houve apoio de recursos para obras que terão impacto positivo nestes destinos, como:
- Belo Horizonte, com a Requalificação do Pólo do Barro Preto;
- Brasília, com a Revitalização da Vila Planalto (Adequação das Praças e Iluminação Ornamental);
- Fortaleza, com a Revitalização da Orla Beira Mar – 1ª Etapa;
- Manaus, com o Memorial Encontro das Águas,
- Natal, com a Reforma do Mercado da Redinha, e;
- Porto Alegre, com a Execução de Obras Viárias no Entorno da Arena – Bairro Humaitá.

Outros projetos importantes de Infraestrutura Turística apoiados em 2011 foram: i) Conclusão da Duplicação da SC-401, que liga Jurerê a Praia dos Ingleses em Florianópolis/SC, no valor aproximado de R\$ 9 milhões; ii) para sinalização turística foram apoiados 34 projetos que representaram um investimento de mais de R\$ 8,5 milhões; iii) apoio a 418 projetos de infraestrutura viária em diversos municípios brasileiros perfazendo o total de investimentos próximo a R\$ 195 milhões; iv) aproximadamente R\$ 150 milhões foram investidos para construção, reforma ou reestruturação de praças e mais de R\$ 33 milhões em Centros de Eventos e Convenções em todo o País; v) com a construção, reforma ou adequação de terminais rodoviários, ferroviários, fluviais e marítimos houve um investimento de recursos de R\$ 13 milhões; vi) no terminal de passageiros do aeroporto de Jericoacoara foram investidos cerca de R\$ 2 milhões; vii) podem ser destacados também os investimentos em parques nacionais, como os da Chapada dos Veadeiros, Lençóis Maranhenses e

Jericoacoara, onde foram aplicados quase R\$ 4,5 milhões.

Produção Associada ao Turismo

A atuação do Ministério do Turismo se concentra no fomento e na promoção de produtos com potencial de associação ao turismo, de modo que possam ser integrados ao mercado turístico para contribuir na ampliação e diversificação da oferta de destinos e roteiros turísticos. Em continuidade à estratégia de apoio à comercialização dos destinos, em 2011 os esforços foram voltados para a integração da produção local à cadeia produtiva do turismo, por meio de ações de promoção, comercialização e desenvolvimento de atividades turísticas com foco na produção associada ao turismo.

Nesse contexto, destaca-se o projeto “Integração da Produção Associada ao Turismo” que objetivou a elaboração de um manual com orientações para desenvolvimento de produtos e novas atividades turísticas a partir da produção local. A proposta foi construir um passo a passo metodológico e validá-lo em 12 municípios: Novo Airão/AM, Mata de São João/BA, Aquiraz/CE, Brasília/DF, Sabará/MG, Nossa Senhora do Livramento/MT, Campo Largo/PR, Nova Friburgo/RJ, Ceará Mirim/RN, Cambará do Sul/RS, Holambra/SP, Gravatá/PE. Este projeto teve como produto a criação de 42 atividades turísticas que envolvem a integração da produção local, seja ela agrícola, cultural, ou o artesanato. Para o apoio à comercialização dessas atividades, foram realizados 11 *famtours* (um em cada município, com exceção do Distrito Federal).

O Manual para o Desenvolvimento e a Integração de Atividades Turísticas com foco na Produção Associada ao Turismo foi lançado no 6º Salão do Turismo – Roteiros do Brasil. Durante o evento, apoiou-se a participação de seis destinos, trabalhados no âmbito do Projeto, em um encontro de negócios com operadores de turismo. Os resultados apontaram uma expectativa de negócios, a serem gerados nos 12 meses após a realização do evento, de R\$10.777.500,00. Também, durante o evento, foi dado destaque à disseminação da metodologia desenvolvida por meio da realização de uma mesa de debates no espaço denominado “Núcleo do Conhecimento”.

No contexto das ações de promoção dos produtos associados ao turismo, destaca-se a participação na 6ª Edição do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil com o espaço “Vitrine Brasil”, que promove e comercializa produtos de setores que agregam valor à oferta turística e incrementam o diferencial competitivo dos destinos brasileiros. Em 2011, foram comercializados R\$ 1.105.321,00 em produtos da agricultura familiar, artesanato, joias, entre outros.

No âmbito das ações de fomento, destaca-se a constituição de uma rede de cooperação para

fomentar iniciativas de diversificação da oferta turística, que em 2011, registrou cerca de 300 iniciativas de produção associada ao turismo e de turismo de base local na área de abrangência do Programa MOB Turismo Local. Destaca-se, também, o projeto “Talentos do Brasil Rural”, que objetiva inserir produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico, foi realizada a publicação do edital de chamada pública para a seleção de empreendimentos participantes do projeto: 24 empreendimentos produtores de artesanato, 72 produtores de alimentos e bebidas e 5 produtores de *amenities*¹ e 24 roteiros turísticos. O projeto é desenvolvido pelos Ministérios do Turismo (MTur), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Meio Ambiente (MMA), Sebrae-RS, Sebrae Nacional e da Agência de Cooperação Técnica Alemã (GYZ).

Desenvolvimento Local e Turismo de Base Comunitária

A ação de fomento ao Desenvolvimento Turístico Local, como estratégia de diversificar a oferta turística e gerar trabalho e renda para as comunidades, fortaleceu o turismo de base comunitária, promovendo a dinamização econômica, por meio do apoio, formulação e implementação de projetos para o incremento das atividades vinculadas ao turismo, de modo a integrar a população local na oferta de produtos e serviços de qualidade à cadeia produtiva do turismo.

No que se refere ao Turismo de Base Comunitária destaca-se entre os principais resultados obtidos no ano de 2011: estruturação, melhoria e promoção de destinos, serviços e produtos turísticos de base comunitária, nos segmentos de turismo cultural, rural e ecoturismo, por meio do apoio a 21 projetos, que abrangem cerca de 20 municípios distribuídos entre 13 unidades da federação e as cinco macrorregiões brasileiras, com ações de planejamento estratégico do turismo, qualificação profissional e promoção dos destinos, produtos e serviços de base comunitária. Além disso, também a promoção dos projetos de Turismo de Base Comunitária e a maior integração destes com o “trade” turístico, por meio da realização de duas Mostras: II Mostra de Turismo Sustentável (em Foz do Iguaçu, entre os dias 17 e 18 de junho) e sua replicação como III Mostra de Turismo de Base Comunitária no VI Salão do Turismo (ocorrido em São Paulo, entre 13 e 17 de julho). Nesses dois eventos houve palestras e participação em debates e mesas redondas para discussão de temas como as oportunidades atuais de inserção do produto turístico no mercado de forma competitiva por meio das principais redes sociais, da tecnologia e inovação, além do

¹ *Amenities* são cosméticos (tais como sabonetes, xampus, condicionadores, etc.), geralmente em miniatura, disponibilizados para os hóspedes com frequência em meios de hospedagem.

“Momento TBC Imprensa”, que consistiu em uma oportunidade de facilitar o diálogo com a imprensa por parte dos representantes das iniciativas de turismo de base comunitária com o objetivo de promover e divulgar os seus produtos e serviços.

Qualificação e Certificação

O Ministério do Turismo busca promover a qualificação do setor, por meio da qualificação dos profissionais da área de Turismo e Hospitalidade que atuam nos diversos segmentos do setor, oferecer um leque de novas oportunidades de qualificação e promover a inclusão social pelo turismo, através de ferramentas que ampliem o conhecimento operacional e contribua para o aumento da qualidade dos serviços ofertados ao turista, visando o aumento da qualidade e da competitividade do produto turístico brasileiro.

Para o alcance deste objetivo o MTur, em parceria com órgãos da administração pública federal, como o Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, órgãos estaduais e municipais, preparou o Programa Nacional de Qualificação dos Serviços Turísticos que estrutura em ações para o aperfeiçoamento profissional de empregados no setor; qualificação empresarial do setor; qualificação de profissionais desempregados e jovens aspirantes (Protejo - MJ); aperfeiçoamento profissional; preparação de receptivo; pesquisa de demanda; e sistema de monitoramento e avaliação.

A estratégia desenvolvida pelo Ministério se baseia fortemente no aproveitamento de programas/ações setoriais já existentes e na utilização de instituições com larga experiência na área de qualificação como o Senac. A principal linha de atuação de qualificação direta do setor é utilizar os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec²).

A partir de um estudo elaborado pelo Departamento de Qualificação e Certificação e Produção Associada ao Turismo DCPAT/MTur, vislumbrou-se a meta quantitativa de qualificar 240 mil pessoas até 2014. O foco principal serão as 12 cidades sede da Copa do Mundo FIFA 2014, mas, em um segundo momento, contemplará os municípios no entorno destas cidades e os 65 destinos turísticos priorizados no âmbito do Plano Nacional de Turismo.

² Instituído pela Lei nº. 12.513/2011 de 26 de outubro de 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) visa a ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica (EPT) à população brasileira por intermédio de uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira, como a Bolsa-Formação Trabalhador. Essa modalidade de oferta se destina a trabalhadores de diferentes perfis, beneficiários de programas federais de transferência de renda e grupos de elevada vulnerabilidade social por meio de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) com duração mínima de 160 horas. A oferta de cursos está definida no Guia Pronatec de Cursos FIC editado periodicamente pelo MEC.

Tendo em vista as ações de curto prazo, estabelecida no Programa de Qualificação dos Serviços Turísticos deste Ministério, com foco nas duas Copas de Futebol promovidas pela FIFA: Copa das Confederações FIFA 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014, realizamos uma descentralização de recursos, por meio de um destaque para o Ministério da Educação no valor de R\$ 16.320.000,00 (dezesseis milhões, trezentos e vinte mil reais), visando implementar uma ação elencada no Programa - Oferta de cursos presenciais FIC de qualificação profissional do Pronatec/MEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego do Ministério da Educação.

A referida ação de qualificação é um resultado da parceria entre o Ministério do Turismo e o Ministério da Educação, por meio da implementação dos cursos do eixo tecnológico hospitalidade e lazer ofertados pelo Pronatec, para o atendimento inicial de aproximadamente 16 mil pessoas ligadas ao setor de turismo e hospitalidade.

Visando atender outra ação foco do Programa de Qualificação do MTur - atuação direta na formação profissional de jovens em situação de risco social, foi firmado um convênio com a Secretaria de Estado e Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH do Rio de Janeiro, destinando recursos no valor de R\$ 2.639.058,38 (dois milhões, seiscentos e trinta e nove mil, cinquenta e oito reais e trinta e oito centavos), tendo como objeto “Implementar e monitorar a ação de inclusão de jovens em situação de risco e vulnerabilidade social prevista no Programa de Qualificação dos Serviços Turísticos para a Copa FIFA 2014, por meio de atividades características do turismo em dez municípios do Estado do Rio de Janeiro: Protejo RJ”, visando incluir esse público (2000 jovens) nas vagas dos cursos presenciais FIC de qualificação profissional do Pronatec/MEC.

Foi destinado, também, recursos no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) à Secretaria de Estado do Turismo – Setur/RS para a realização de ações de qualificação destinadas aos profissionais do setor de turismo no Rio Grande do Sul, nas Regiões Turísticas da Costa Doce, Metropolitana, Serra Gaúcha e Litoral Norte, visando o aperfeiçoamento do atendimento e do bem receber nas áreas de maior fluxo de turistas durante a Copa do Mundo de 2014”. A meta é qualificar 3.029 profissionais ocupados no segmento de meios de hospedagem, agentes de viagens, gestores de empreendimentos turísticos, organização de eventos, guias de turismo, monitoria de recreação, gastronomia, artesanato, policiamento turístico e comunicadores.

Com recursos de emendas parlamentares, no total de R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais), foram atendidos sete projetos para a

qualificação de cerca de 2.300 profissionais do setor de turismo e hospitalidade.

Promoção de Investimentos, Financiamentos para o Turismo e Fungetur

As ações de fomento aos projetos turísticos para a iniciativa privada se concentraram, em 2011, na execução de políticas de estímulo aos investimentos nacionais e internacionais, ao desenvolvimento e adequação de linhas de crédito voltadas para o financiamento aos turistas e para as empresas prestadoras de serviços turísticos.

No contexto dos preparativos para a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, as ações de promoção de investimentos identificaram a existência de 324 projetos em andamento no País, referentes a obras para reforma, ampliação, modernização ou implantação de empreendimentos hoteleiros no território nacional. No conjunto de todas as inversões em curso projetam-se a inclusão de 55,1 mil novas unidades habitacionais na capacidade hoteleira do País, com previsão de gerar 31,7 mil novos empregos ligados ao turismo. A estimativa é de que os investimentos privados cheguem a R\$ 9,8 bilhões, relativamente aos projetos de meios de hospedagem, previstos para execução e instalação no período de 2011 a 2019.

Quanto às ações de fortalecimento ao crédito, o Governo Federal, por meio de suas instituições financeiras, promoveu a criação e o aperfeiçoamento de produtos e serviços financeiros destinados ao consumidor final do turismo e às empresas prestadoras de serviços turísticos. No exercício de 2011, os desembolsos dos bancos públicos federais ao setor atingiram R\$ 7,25 bilhões em operações de capital de giro e investimento (posição: nov./2011). O resultado expressa crescimento de 19,8% em relação aos financiamentos realizados em igual período do ano anterior (R\$ 6,05 bilhões).

No que se refere especificamente ao financiamento de projetos para construção, expansão e modernização de hotéis e pousadas, em função da Copa do Mundo de 2014, os agentes financeiros federais contrataram 110 operações de crédito, no montante de R\$ 856,7 milhões, com investimentos totais da ordem de R\$ 1,214 bilhão. Tais valores permitirão viabilizar a reforma de 3,6 mil unidades habitacionais e promover o acréscimo de 7,25 mil quartos na capacidade hoteleira do País (posição: nov./2011).

No âmbito do Fundo Geral do Turismo – Fungetur, as atividades se desenvolveram na direção do fomento à iniciativa privada, no intuito de estimular o aprimoramento dos instrumentos e das condições de concessão de crédito e financiamento, de modo a garantir que empresários do setor possam ter acesso ao crédito público colocado à sua disposição

em instituições financeiras oficiais. O Fungetur desempenhou, ao longo desse exercício, seu papel de instrumento de política de investimentos, voltado para a melhoria da infraestrutura turística, fornecendo base financeira para dinamizar a revitalização do aparelhamento turístico nacional.

O Ministério do Turismo – MTur e a Caixa Econômica Federal – Caixa celebraram o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 001/2010, de 08 de junho de 2010, como forma de dar continuidade aos objetivos do Fundo, tendo por objeto contratual a prestação de serviços pela Caixa, na condição de agente financeiro do Fungetur, relacionada a operações de financiamento utilizando recursos oriundos do Fundo.

A linha de crédito com recursos do Fundo inaugurou em 2007 suas operações com a contratação de financiamento da ordem de R\$ 4,8 milhões. No ano seguinte, foram contemplados 06 (seis) empreendimentos, no montante de R\$ 16,0 milhões. Mantida a busca da maior eficiência alocativa de recursos, nos anos de 2009 e 2010(até maio), foram concedidos 08 (oito) financiamentos, totalizando R\$ 17,4 milhões, e neste exercício foram efetivados 04 (quatro) financiamentos que totaliza o montante de R\$ 7,7 milhões. Somam-se 20 (vinte) operações de financiamento.

Os resultados, ao longo do período 2003-2011, podem ser resumidos da seguinte maneira: o patrimônio/capital partiu de R\$ 150,8 milhões e atingiu R\$ 309,7 milhões; o patrimônio líquido saltou de R\$ 154,5 milhões para R\$ 336,5 milhões; e, por fim, o lucro acumulado somou R\$ 185,5 milhões neste período.

O Ministério do Turismo busca uma solução estrutural para prover recursos ao Fungetur, que sirva de instrumento de acesso ao crédito no financiamento de projetos ou programas de longo prazo, julgados de interesse para o desenvolvimento do setor turístico. Os resultados alcançados confirmaram o bem-sucedido processo de reorganização institucional do Fungetur. Reafirmaram ainda todos os compromissos e permitem vislumbrar novas oportunidades de consolidação e expansão das atribuições e competências deste Fundo Geral de Turismo.

Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo - Prodetur

Os Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur – buscam organizar as intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística, mediante prévios processos de planejamento das regiões turísticas, que objetivem diagnosticar os fatores que ocasionam a baixa competitividade das áreas turísticas prioritárias no mercado nacional e internacional e o insuficiente impacto econômico para a população local. A partir

do planejamento das áreas turísticas prioritárias, são propostas intervenções públicas a serem implantadas de forma que o turismo venha a constituir uma verdadeira alternativa econômica geradora de emprego e renda. O programa Prodetur Nacional tem por objetivo fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando os investimentos regionais, estaduais e municipais, com o intuito de gerar novos empregos e diminuir as desigualdades regionais. Os programas Prodetur que tiveram ações executadas em 2011 foram o Prodetur NE II (fase final de execução) e o Prodetur Nacional.

O programa Prodetur Nacional possibilita a participação, dos estados, de suas capitais e de municípios com população superior a 1 milhão de habitantes e, atualmente, conta com a adesão de 20 estados e 12 municípios. Na sua elaboração o Ministério do Turismo se comprometeu em financiar a execução de ações de fortalecimento institucional para os participantes do programa e apoiar tecnicamente a preparação, negociação e execução das propostas de financiamento externo.

O programa Prodetur Nacional é executado por meio de recursos do Ministério do Turismo previstos no Orçamento Geral da União, de recursos oriundos de financiamento externo do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e da CAF - Corporação Andina de Fomento e da contrapartida local aportada pelos estados e municípios participantes do programa.

A execução orçamentária do ano de 2011 deu continuidade ao aporte de recursos para a execução de ações dos programas Prodetur, assim como de apoio técnico à preparação das propostas estaduais e municipais de financiamento. Dessa forma, além das ações apoiadas das operações estaduais e municipais, foram apoiadas ações voltadas para a realização de estudos, planos, projetos e fortalecimento institucional, todas necessárias para preparação e contratação das propostas de financiamento.

Atualmente o Prodetur Nacional conta com US\$ 562 milhões em contratos de financiamento assinados entre o BID e os estados de Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro; com US 25 milhões do contrato de financiamento entre o BID e Ministério do Turismo; e com 23 carta-consulta aprovadas pela Comissão de Financiamentos Externos – Cofix, sendo 13 estaduais e 10 municipais, totalizando US\$ 1.617 milhões em propostas de financiamento aprovados.

Programa Brasil: Destino Turístico Internacional

Em 2003, com a criação do Ministério do Turismo, a Embratur passou a ser a unidade responsável, exclusivamente, pela promoção, marketing e apoio a comercialização dos destinos, serviços e produtos

turísticos brasileiros no exterior. Essa mudança de foco exigiu do Instituto uma profunda reformulação da sua atuação para posicionar o Brasil como destino turístico competitivo no mercado internacional.

A Embratur, em 2005, lançou o Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional do Brasil, permitindo que a tomada de decisão seja sempre coerente às estratégias planejadas e, ao mesmo tempo, flexível às mudanças de ambiente, provendo de absoluto profissionalismo a promoção turística do Brasil no exterior.

Como resultado de uma política que elevou a atividade à prioridade de governo e da sintonia entre o trabalho do setor público e da iniciativa privada, o turismo vem batendo importantes recordes, se destacando como um dos principais setores socioeconômicos do Brasil.

O Plano Aquarela, que contempla a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, é o ponto mais alto do planejamento do marketing turístico internacional até 2020. Ao final da Copa da África do Sul, buscou-se potencializar, para o turismo, o grande efeito de exposição que o País terá neste período. Tanto a nova campanha publicitária que foi lançada, como as ações promocionais visaram tornar o País mais conhecido como destino turístico, fortalecer sua imagem e ampliar o número e o gasto de visitantes internacionais.

Foi feito um trabalho de diagnóstico imenso, baseado em várias pesquisas, que investigaram desde a imagem que o estrangeiro tem do Brasil e sua intenção de retorno para Copa e Olimpíadas, até consultas e entrevistas com as lideranças nacionais do turismo, além de considerar estudos internacionais de mercado.

Foi este amplo levantamento que embasou a elaboração do Plano Aquarela 2020 e o resultado é um estudo técnico de altíssimo nível que norteará as ações de promoção internacional do Brasil nesta década.

O Plano Aquarela considera o posicionamento global do Brasil depois dos megaeventos, quando tanto a imagem quanto a infraestrutura do País estarão em outro patamar, estipulando metas de entrada de visitantes estrangeiros e divisas internacionais até 2020.

O planejamento é de extrema importância para o sucesso das políticas públicas em todos os setores. Por isso tem que se valorizar o papel do Plano Aquarela na construção de uma nova imagem do Brasil para o mundo, que já vê hoje o país com outros olhos.

Na estimativa das metas e resultados, os dados de crescimento do número de turistas de países que

receberam os dois grandes eventos foram analisados; assim como as diferenças existentes entre eles e o Brasil, tais como: países vizinhos, acessibilidade aérea e terrestre, tempo de voo até o país, situação enquanto destino turístico e de eventos em anos anteriores aos eventos.

Entrada de Turistas Estrangeiros no Brasil

A evolução da entrada do número de turistas de 2006 a 2011 apresentou crescimento positivo de 11,62 %, esse desempenho deve ser analisado levando em conta as condições de acessibilidade aérea³, a situação econômica mundial e a posição geográfica do Brasil, de longa distância em relação aos principais emissores internacionais do mundo.

Entre 2006 e 2009 o ritmo de crescimento da entrada de turistas estrangeiros no Brasil foi mais lento, devido em parte a estabilidade econômica que tornou o país um destino mais caro para o mercado internacional e permitiu que um maior número de brasileiros viajasse ao exterior ocupando assentos antes ocupados pelos estrangeiros. Já em 2009 houve uma retração de -4,9% na entrada de turistas internacionais no país, em comparação ao ano de 2008, seguindo a média mundial (-4,2%), devido ao impacto da crise econômico-financeira nos principais países emissores de turistas e da incidência do vírus H1N1 ocorrida em diversos países. Desde 2010 o setor de turismo vem apresentando bons resultados, fechando o ano com crescimento real em praticamente todo o mundo. Conforme previsto pelo Ministério do Turismo o número de ingresso de turistas estrangeiros em 2011 deve ser de aproximadamente 5,6 milhões.

Posição de destaque em Turismo de Eventos

Como resultado de uma política de ação destinada a apoiar a captação e promoção de eventos internacionais iniciada em 2003, o Brasil ingressou a partir de 2006 na lista dos 10 países que mais realizam eventos internacionais no mundo, de acordo com critérios da ICCA⁴ - *International Congress and Convention Association*, a mais importante entidade mundial do segmento de turismo de eventos.

Em 2010, foram realizados 275 eventos internacionais no Brasil. O País subiu 10 posições no ranking ICCA desde 2003, quando ocupava o 19^º lugar, com 62 eventos realizados, e atualmente, ranking de 2010, ocupa o 9^º lugar. É a melhor classificação entre os países da América Latina e a segunda posição no continente americano, atrás apenas dos Estados Unidos. Além disso, o País tem ampliado o número de cidades brasileiras

³ Do total de turistas estrangeiros que visitou o Brasil em 2008, aproximadamente 73% chegaram ao País por via aérea.

⁴ De acordo com os critérios ICCA são considerados internacionais os eventos realizados com periodicidade

representadas no ranking *ICCA*. Em 2010, 48 cidades brasileiras sediaram eventos internacionais, contra 22 cidades em 2003. A nossa previsão é que ocupemos a 8ª posição no ranking de 2011 com a realização de 285 eventos. O resultado final de 2011 será divulgado em maio de 2012.

Programa Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes – Programa Interministerial

Turismo Sustentável e Infância

A Coordenação-Geral de Turismo Sustentável e Infância – CGTS do MTUR é um órgão ligado diretamente ao gabinete do ministro, responsável pela coordenação e execução das ações com vistas à sensibilização dos agentes que integram a cadeia produtiva do turismo, no sentido de contribuir para a proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual. Tem como objetivos a prevenção

e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos turísticos, e como princípios o desenvolvimento sustentável a responsabilidade social corporativa e os direitos das crianças e dos adolescentes.

A ação Publicidade de Utilidade Pública é de responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e cabe ao Ministério do Turismo – MTur realizar a sua gestão. A CGTS/MTur por meio de convênios: implementa seminários de sensibilização para a cadeia produtiva do turismo; faz parcerias com projetos de formação de agentes multiplicadores; promove campanhas publicitárias; implementa projetos de inclusão social com capacitação profissional e incentiva a denúncia por meio do Disque Direitos Humanos - Disque 100, coordenado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. Resultados obtidos em 2011.

AÇÕES	QUANTIDADE	Nº DE PESSOAS BENEFICIADAS
Seminários de sensibilização	407	9800
Formação de multiplicadores	37	666
Capacitação profissional com Inclusão Social	39	753 jovens de 16 a 26 anos
Campanhas publicitárias	2 Nacionais	*Os agentes multiplicadores dos estados foram envolvidos nas campanhas.

Dotação e empenho de 2007 a 2011

Exercício	2007	2008	2009	2010	2011
Dotação	2.400.000,00	8.250.000,00	6.983.531,00	8.300.000,00	5.650.000,00
Empenho	2.278.686,62	7.513.932,00	6.431.845,08	2.720.281,84	X
Pago em 2011	X	X	X	X	1.441.332,10

4.15. INTEGRAÇÃO NACIONAL**4.15.1. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

Em 2011, as ações do Ministério da Integração Nacional estavam organizadas nos temas Desenvolvimento Regional, Defesa Civil e Infraestrutura Hídrica, de forma a viabilizar seus Objetivos Estratégicos - promover a superação das desigualdades regionais e da miséria, a ampliação e a eficiência da irrigação e a segurança hídrica, além de garantir a proteção civil e a gestão eficiente, eficaz e efetiva de suas ações. Ressalta-se que não há destinação de uma função governamental associada à Missão Institucional do Ministério: "Promover a integração nacional, o desenvolvimento sustentável e a superação das desigualdades regionais do País, assegurando inclusão socioeconômica, melhoria da qualidade de vida, proteção civil e segurança hídrica da população". Em função disso, os programas sob a responsabilidade do MI são associados a funções governamentais escolhidas por sua proximidade com a área da despesa em que a ação governamental é realizada.

Para a análise dos resultados da atuação do Ministério, foram apontados como programas estruturantes do Setor, entre os onze sob a responsabilidade do MI, os programas Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, Infraestrutura Hídrica, Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso, Prevenção e Preparação para Desastres, Resposta aos Desastres e Reconstrução, Integração de Bacias Hidrográficas, cujas ações estão preponderantemente associadas às seguintes Funções Governamentais: Segurança Pública, Trabalho, Urbanismo, Gestão Ambiental; Agricultura e Indústria. Além desses programas, tratou-se também dos resultados da aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais e de Desenvolvimento Regional, inseridos na função Encargos Especiais,

bem como dos recursos não-orçamentários, referentes aos Fundos Fiscais de Investimentos da Amazônia e do Nordeste

Função Segurança Pública sob a responsabilidade do MI

Segundo o art. 144 do Cap. III da Constituição Federal, "a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio". Assim, ao MI compete promover um ambiente social e pacífico e garantir a integridade dos cidadãos, no que tange à segurança da população em situações de desastres. Para tanto, desenvolve ações preventivas, bem como de atendimento aos afetados por desastres, mediante ações de assistência humanitária ou de reconstrução, por meio dos programas governamentais Prevenção e Preparação para Desastres e Resposta aos Desastres e Reconstrução, classificados, exclusivamente, na função Segurança Pública, principalmente, nas subfunções Formação de Recursos Humanos e Defesa Civil.

Com relação ao Demonstrativo apresentado a seguir, cabe salientar que a redução da execução na subfunção Defesa Civil, em 2011, justifica-se em razão da redução na dotação orçamentária de 2011 (R\$ 1.743.120.936,00) em comparação com os recursos alocados em 2010 (R\$ 3.204.818.150,00) nesta subfunção. Além disso, importa esclarecer que a variação negativa nos valores liquidados em 2011 está associada também ao fato de os recursos terem sido destacados para outros órgãos, o que gerou defasagem com relação à informação da execução.

SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO DA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA, POR SUBFUNÇÃO

Em R\$ mil

SUB-FUNÇÃO	OFSS	2007	2008		2009		2010		2011		2007/2011
		VALOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %
Form. R. Humanos	Exerc.(*)	479,4	1.720,7	258,9	433,8	-74,8	2.967,7	584,1	227,3	-92,3	-52,6
	RPNP(**)	0,0	86,2	-	300,0	247,9	0,0	-	30,1	-	-
Subtotal		479,4	1806,9	276,9	733,8	-59,4	2967,7	304,4	257,4	-91,3	-46,3
Defesa Civil	Exerc.(*)	246.392,9	419.855,4	70,4	1.054.750,4	151,2	1.934.013,0	83,4	659.071,8	-65,9	167,5
	RPNP(**)	190.405,0	134.260,0	-29,5	266.949,4	98,8	477.548,3	78,9	426.799,6	-10,6	124,2
Subtotal		436.797,9	554.115,4	26,9	1.321.699,8	138,5	2.411.561,3	82,5	1.085.871,4	-55,0	148,6
Outras Sub-funções	Exerc.(*)	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	-	155,6	100,0	-
	RPNP(**)	0,0	0,0	-	0,0	-	996,8	-	0,0	-100,0	-
Subtotal		0,0	0,0	-	0,0	-	996,8	-	155,6	-84,4	-
TOTAL		437.277,3	555.922,4	27,1	1.322.433,5	137,9	2.415.525,8	82,7	1.086.284,5	-55,0	148,4

Fonte: Siasi - 09/01/2012

(*) valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício, incluindo os restos a pagar processados.

(**) Restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores e liquidados no ano

Da mesma forma nota-se, na tabela a seguir, um decréscimo no desempenho do programa Prevenção e Preparação para Desastres, em 2011 em relação ao ano de 2010, observando-se uma redução de 19,4% no montante de recursos liquidados em 2011, incluídos os recursos de restos a pagar não processados. Cabe salientar que a importância desse Programa para o Setor está relacionada com a sua capacidade de prevenir danos e prejuízos provocados por desastres naturais e antropogênicos, com redução da vulnerabilidade das comunidades urbanas e rurais.

**SÉRIE HISTÓRICA, POR PROGRAMA, DA EXECUÇÃO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA**

Em R\$ mil

PROG- MA	OFSS	2007	2008		2009		2010		2011		2007/ 2011
		VALOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %
Prevenção e Prepar. para Desastres	Exerc. (*)	23.221,1	58.355,0	151,3	47.211,5	-19,1	25.069,9	-46,9	29.228,1	16,6	25,9
	RPNP (**)	45.679,3	53.233,2	16,5	91.681,1	72,2	212.686,4	132,0	162.346,5	-23,7	255,4
Subtotal		68.900,4	111.588,2	61,9	138.892,6	24,5	237.756,3	71,2	191.574,6	-19,4	178,1
Resposta aos Desastres e Reconst.	Exerc. (*)	223.651,3	363.221,1	62,4	1.007.972,7	177,5	1.911.910,7	89,7	630.226,7	-67,0	181,8
	RPNP(**)	144.725,7	81.113,0	-44,0	175.568,2	116,4	265.858,7	51,4	264.483,3	-0,5	82,7
Subtotal		368.377,0	444.334,1	20,6	1.183.540,9	166,4	2.177.769,4	84,0	894.710,0	-58,9	142,9
TOTAL		437.277,4	555.922,3	27,1	1.322.433,5	137,9	2.415.525,8	82,7	1.086.284,5	-55,0	148,4

Fonte: Siafi - 09/01/2012

(*) valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício, incluindo os Restos a Pagar Processados

(**) Restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores e liquidados no ano

Em 2011, com base no objetivo estratégico de reduzir a vulnerabilidade a desastres, por meio de políticas de prevenção, para assegurar proteção civil à população, o MI executou, por meio de convênios e destaques concedidos, ações preventivas, tais como i) elaboração de Programa de Capacitação em Defesa Civil; ii) execução do Plano Emergencial de preparação dos estados do Sul/Sudeste para o verão 2012; iii) realização do 1º Seminário Internacional sobre Gestão Integrada de Riscos e Desastres e do 8º Fórum Nacional de Defesa Civil em Maceió-AL; iv) realização de Cursos de Educação à Distância; v) realização de cursos para agentes de saúde e de gestão de convênios e aplicação de recursos – Presenciais vi) elaboração de projeto de capacitação em escolas; vii) ampliação e modernização do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – Cenad e viii) publicação do Atlas Brasileiro de Desastres Naturais. Nesse ano, foram capacitados e treinados 6.430 agentes de defesa civil, profissionais e sociedade em geral em temas relacionados a riscos e desastres.

Também para prevenção, foram realizadas transferências voluntárias, na forma de convênio, a municípios e estados-membros para: i) Universidade Federal de Santa Catarina, referente ao Planejamento Nacional, para atender aos temas Mapeamento e Gestão de Risco - etapa I; Diagnóstico e Caracterização dos Desastres por Região Brasileira; Programa Nacional de Redução de Riscos nas Escolas Capacitação Básica Continuada – orientações – prevenções – preparação – resposta e reconstrução; Gestão de Convênios e Aplicação de Recursos, Capacitação

Básica em Defesa Civil e Risco de Desastres; Criação da Estrutura de Suporte e Apoio ao Sistema Nacional de Defesa Civil, destinado ao gerenciamento de risco e à capacitação básica em Defesa Civil e Risco de Desastres; ii) Fundação Oswaldo Cruz, referente à capacitação básica em Defesa Civil e Risco de Desastres; iii) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, referente à recuperação de barragens em situação crítica, localizadas nas Bacias dos Rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim.

Destacam-se como produtos, oriundos do pagamento de cerca de cinquenta e sete convênios aos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, a execução de muro de contenção; cais de contenção; açude público; dissipador de energia para controle de erosão; canalização de córrego; passagem molhada; ponte; tanques para contenção de águas pluviais; desassoreamento; drenagem urbana e pavimentação; sistema de abastecimento de água; recapeamento asfáltico; além de aquisição de caminhão pipa; reconstrução de casas, pontes, estradas e vias urbanas; dentre outros objetos.

Por sua vez, o programa Respostas aos Desastres e Reconstrução possui a sua relevância associada ao seu papel de promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por desastres, mediante restabelecimento das atividades essenciais e recuperação dos danos causados em infraestruturas. No decorrer de 2011, por intermédio do Programa, o MI, mediante convênios e

destaques, viabilizou as seguintes ações: i) celebração de transferências obrigatórias aos municípios e estados-membros a partir de Decreto de Reconhecimento de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública; ii) publicação do manual de orientações, que traz informações para que estados e municípios tenham acesso a recursos de transferências voluntárias; iii) desenvolvimento do Sistema de Informações sobre Desastres – fase inicial; iv) implantação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil, em 25 municípios e 5 Estados da Federação, o qual será gradativamente ampliado para todo o País.

No que diz respeito à reconstrução, foram pagas cerca de noventa e três transferências obrigatórias para execução de obras de arte (ponte, pontilhão e bueiro) aos estados de Pernambuco, Mato Grosso, Goiás, Paraíba, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Roraima, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Bahia e Alagoas, bem como cento e trinta e sete transferências obrigatórias, para recuperação de estradas vicinais, encostas, taludes e erosões; desassoreamento, canalização e alargamento de córrego; terraplanagem; construção de rede de galerias de águas pluviais; pavimentação asfáltica; execução de tubulação, drenagem e unidades habitacionais; dentre outras que beneficiaram os estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Ceará, Bahia, Rio Grande do Sul, Tocantins, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Pernambuco, Mato Grosso, Goiás, Roraima, Paraíba, Minas Gerais, Amazonas, Pará e Alagoas.

Além disso, em 2011, foram concedidos destaques para ações de socorro, reestabelecimento e reconstrução aos Órgãos i) Ministério da Defesa, para viabilizar distribuição de água potável no Semiárido Brasileiro por meio de carros-pipa; ações de socorro às vítimas de enchentes no Estado do Rio de Janeiro – “Operação Serrana”; ii) Companhia Nacional de Abastecimento, para distribuição emergencial e gratuita de gêneros alimentícios às famílias em situação de insegurança alimentar proveniente de desastre e operacionalização de materiais de assistência humanitária - recebimento, armazenamento, registro, transporte e distribuição.

No caso das ações de socorro, assistência e restabelecimento dos serviços essenciais, foram pagas vinte e duas transferências obrigatórias referentes à aquisição de carros-pipa para os estados de Alagoas, Ceará, Bahia, e Paraíba e cento e quarenta e sete transferências obrigatórias referentes à aquisição de colchões, barracas, cestas básicas, água mineral, cobertores, material de limpeza, higiene pessoal, auxílio moradia, aluguel de equipamentos para desobstrução das vias, dentre outros para os estados de Alagoas, Mato Grosso do Sul, Amapá, Amazonas, Ceará, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraíba, Acre, Goiás,

Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Espírito Santo, Paraná e Roraima.

Função Trabalho sob a responsabilidade do MI

Nessa Função, a execução foi mais representativa nas subfunções Formação de Recursos Humanos, Empregabilidade e Fomento ao Trabalho, com destaque para os programas Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso, Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – Conviver e Qualificação Social e Profissional.

A variação positiva de 10,4% dos recursos liquidados no exercício de 2011, incluídos os recursos de restos a pagar não processados, em relação aos liquidados em 2010 na subfunção Formação de Recursos Humanos, observada no demonstrativo a seguir, decorreu de incremento na dotação orçamentária em 2011.

Embora a variação tenha sido positiva para a referida Subfunção, não houve impacto positivo representativo na função Trabalho, em vista do pequeno peso desta Subfunção. Por outro lado, a variação negativa de 67,1%, na subfunção Fomento ao Trabalho, ocorreu em função da limitação financeira decorrente de contingenciamento do orçamento.

No âmbito das subfunções Formação de Recursos Humanos e Fomento ao Trabalho, foram executados os recursos do programa Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – Promeso.

As ações do Programa que estão inseridas nestas Subfunções visam à capacitação de agentes para a competitividade, à formação de agentes para o desenvolvimento integrado e sustentável em espaços sub-regionais e ao apoio à geração de empreendimentos produtivos em espaços sub-regionais.

Em 2011, na subfunção Fomento ao Trabalho também merece destaque a execução da ação Apoio à Geração de Empreendimentos Produtivos no Semi-árido – que integra o Plano Brasil sem Miséria no programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-árido – Conviver.

Por meio da aplicação dos recursos dessa ação, foram estruturadas Rotas de Integração Nacional – que constituem redes sinérgicas de Arranjos Produtivos Locais, que beneficiarão 988 famílias com a implantação de sete projetos na Rota do Mel; 360 famílias em projetos na Rota do Cordeiro e mais de 300 famílias em três projetos na Rota da Fruta.

Na subfunção Empregabilidade, destaca-se a execução do Projeto Amanhã, instituído pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São

Francisco e do Parnaíba - Codevasf para capacitação de jovens dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, em diversos cursos profissionalizantes. Em 2011, foram capacitados 577 jovens por meio de parcerias com instituições como Sesi, Senai,

Sebrae, Senar, Embrapa, prefeituras e Escolas Famílias Agrícolas, nas atividades de ovinocaprinocultura, avicultura, apicultura, bovinocultura, horticultura, corte e costura e informática.

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO DA FUNÇÃO TRABALHO POR SUBFUNÇÃO
SOB A RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

Em R\$ mil

SUB-FUNÇÃO	OFSS	2007	2008		2009		2010		2011		2007/ 2011
		VALOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %
Formação de Recursos Humanos	Exerc (*)	0,0	150,0	-	0,00	-100,0	150,0	-	335,9	124,0	-
	RPNP (**)	508,3	1.998,1	293,1	249,6	-87,5	250,0	0,2	105,7	-57,7	-79,2
Subtotal		508,3	2.148,1	322,6	249,6	-88,4	400,0	60,3	441,6	10,4	-13,1
Empregabilidade	Exerc (*)	573,1	356,0	-37,9	421,9	18,5	382,9	-9,3	313,9	-18,0	-45,2
	RPNP(**)	15.875,8	7.241,8	-54,4	491,3	-93,2	532,8	8,5	600,2	12,7	-96,2
Subtotal		16.448,9	7.597,8	-53,8	913,2	-88,0	915,7	0,3	914,1	-0,2	-94,4
Fomento ao Trabalho	Exerc (*)	634,7	563,6	-11,3	643,5	14,3	1.230,0	91,1	174,8	-85,8	-72,5
	RPNP (**)		8.509,7	-	7.574,3	-11,0	14.253,4	88,2	4.919,6	-65,5	
Subtotal		634,7	9.073,3	1.329,5	8.217,8	-9,4	15.483,4	88,4	5.094,4	-67,1	-67,1
Outras Subfunções	Exerc (*)	475,1	0,0	-100,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	-
	RPNP (**)	0,0	24,9	-	0,0	-100,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Subtotal		475,1	24,9	-94,8	0,0	-100,0	0,0	-	-	-	-100,0
TOTAL		18.066,9	18.843,7	4,3	9.380,6	-50,2	16.798,9	79,1	6.450,2	-61,6	-64,3

Fonte: Siafi - 09/01/2012

(*) valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício, incluindo os restos a pagar processados

(**) Restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores e liquidados no ano

Considerado Programa estruturante do MI para o Setor Trabalho, o Promeso tem sua importância baseada no fato de suas intervenções contribuírem para a estruturação e a dinamização da base produtiva regional, bem como para a superação das deficiências do capital humano, necessário para a gestão compartilhada do desenvolvimento. Contudo, em função da ocorrência de decretos de contingenciamento, que afetaram ações do Promeso, a execução do Programa na função Trabalho ficou prejudicada, conforme pode ser observado na tabela a seguir, na qual se verifica uma variação negativa de 67,7% nos valores liquidados do exercício de 2011 e de Restos a Pagar não processados em relação ao ano de 2010.

**SÉRIE HISTÓRICA, POR PROGRAMA, DA EXECUÇÃO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNÇÃO TRABALHO**

Em R\$ mil

PROGRAMA	OFSS	2007	2008		2009		2010		2011		2007/ 2011
		VALOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %
Promoção da Sustent. De Espaços Sub-regionais - Promeso	Exerc. (*)	634,67	563,2	-11,3	300,0	-46,7	580,0	93,3	174,8	-69,9	-72,5
	RPNP(**)	7.705,35	12.939,9	67,9	4.279,6	-66,9	6.343,1	48,2	2.062,5	-67,5	-73,2
TOTAL		8.340,0	13.503,1	61,9	4.579,6	-66,1	6.923,1	51,2	2.237,4	-67,7	-73,2

Fonte: Siafi - 09/01/2012

(*) valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício, incluindo os restos a pagar processados

(**) Restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores e liquidados no ano

Em 2011, com recursos do programa Promeso, mediante destaque orçamentário, a Administração Direta do MI viabilizou apoio a projetos para o fortalecimento da base produtiva da apicultura, piscicultura e fruticultura na Região Semiárida, no âmbito do programa Brasil sem Miséria. Além disso, procedeu-se à formação de agentes para o desenvolvimento integrado, com a realização de Oficinas em parceria com a União Européia, que contemplaram os temas "Institucionalidades para o

Desenvolvimento Regional" e "Gestão e Governança da Política Regional".

Ainda para atender aos objetivos do Programa, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco celebrou convênio com recursos do plano de ação para a construção de um centro de comercialização e qualificação profissional, voltado ao artesanato na Cidade de Alto Paraíso.

Função Urbanismo sob a responsabilidade do MI

Nessa Função, foi dada ênfase à subfunção Infraestrutura Urbana, na qual foram executados os recursos do programa Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial e à subfunção Assistência Comunitária, na qual foram executados os recursos dos programas Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira e Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso.

Na subfunção Infraestrutura Urbana, estão contempladas as ações do programa Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial, para as quais foram direcionados, em 2011, R\$131,8 milhões, com vistas à realização de obras de drenagem e macrodrenagem, para a prevenção e a minimização dos problemas causados por enchentes, erosões marítimas e fluviais. Destacam-se, dentre outros, os projetos realizados na Baixada Campista (RJ), na cidade de Salvador (BA), em Santa Catarina e no Tocantins, que fazem parte da carteira do PAC.

Na subfunção Assistência Comunitária, pode-se mencionar a execução da ação Apoio à Implantação

da Infraestrutura complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira alocada no programa Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF, na qual foram executados, com recursos de emendas parlamentares, 48 convênios, prioritariamente para projetos de aquisição de máquinas e equipamentos e implantação de infraestrutura urbana. Nesta Subfunção, houve variação negativa de 90% dos recursos liquidados no exercício, decorrente de atraso na disponibilização dos limites orçamentários no ano de 2011.

Na mesma Subfunção, cabe ressaltar o desempenho do programa Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso, cujas principais ações visam apoiar à implantação de infraestrutura social e produtiva complementar em espaços sub-regionais e de desenvolvimento sustentável local. Ressalta-se que, nessa Função, vem ocorrendo concentração de grande volume de emendas parlamentares, o que tem acarretado representativas variações nas despesas liquidadas em cada ano.

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO DA FUNÇÃO URBANISMO POR SUBFUNÇÃO
SOB A RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

Em R\$ mil

SUB-FUNÇÃO	OFSS	2007	2008		2009		2010		2011		2007/ 2011
		VALOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %
Assistência Comunitária	Exerc. (*)	0,0	2.270,3	-	4.250,7	87,2	55.615,6	1208,4	5.465,1	-90,2	-
	RPNP (**)	0,0	0,0	-	67.323,1		168.497,2	150,3	192.231,5	14,1	-
Subtotal		0,0	2.270,3	-	71.573,8	3.052,6	224.112,8	213,1	197.696,6	-11,8	-
Infraestrutura Urbana	Exerc. (*)	10,3	3.500,0	34.055,3	867,4	-75,2	114.910,5	13147,0	48.718,1	-57,6	472.891,3
	RPNP (**)	105.116,7	25.988,2	-75,3	18.731,8	-27,9	27.188,4	45,1	119.819,3	340,7	14,0
Subtotal		105.127,0	29.488,2	256,5	19.599,2	-33,5	142.098,9	625,0	168.537,4	18,6	60,3
Outras Sub-funções	Exerc. (*)	500,9	0,0	-100,0	0,0	0,0	0,0	-	0,00	-	-
	RPNP (**)	4.085,5	9.932,1	143,1	0,0	0,0	222,9	-	0,00	-	-
Subtotal		4.586,4	9.932,1	116,6	0,0	-100,0	222,9	100,0	0,0	-	-
TOTAL		109.713,4	41.690,6	34.023,1	91.173,0	-15,9	366.434,5	14.550,8	366.233,9	207,0	233,8

Fonte: Siafi - 09/01/2012

(*) valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício, incluindo os restos a pagar processados

(**) Restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores e liquidados no ano

Com relação ao desempenho do Promeso nessa Função, observa-se na tabela a seguir que, em 2011, houve uma variação negativa de 29,8% dos valores liquidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS), em relação ao ano de 2010, o que se deveu à ocorrência de decretos de contingenciamento que afetaram as ações do Programa, reduzindo o nível da execução.

**SÉRIE HISTÓRICA, POR PROGRAMA, DA EXECUÇÃO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNÇÃO URBANISMO**

Em R\$ mil

PROGRAMA	OFSS	2007	2008		2009		2010		2011		2007/ 2011
		Valor	Valor	Var %	Valor	Var %	Valor	Var %	Valor	Var %	Var %
Promoção da Sustent. de Espaços Sub-regionais – Promeso	Exerc (*)	0,0	2.270,3	-	3.750,7	65,2	52.860,6	1.309,4	5.465,1	-89,7	-
	RPNP (**)	0,0	0,0	-	53.591,9	-	110.537,4	106,3	109.200,8	-1,2	-
TOTAL	-	0,00	2.270,3	-	57.342,7	2.425,8	163.398,0	185,0	114.665,9	-29,8	-

Fonte: Siafi - 09/01/2012

(*) valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício, incluindo os restos a pagar processados

(**) Restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores e liquidados no ano

Porém, o programa Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso é de grande importância para o Setor Urbanismo, tendo em vista a sua atuação na implantação de projetos de infraestrutura de apoio à produção e à logística, que articulam regionalmente os municípios nos espaços sub-regionais.

Em 2011, nesse programa, foram celebrados pela Administração Direta 81 convênios decorrentes de recursos de emendas parlamentares, principalmente para obras de implantação de infraestrutura urbana e aquisição de máquinas e equipamentos. Nesse ano, a Sudeco celebrou 75 convênios, dos quais quatro com recursos do plano de ação e 71 decorrentes de emendas parlamentares, cujos objetos referem-se à execução de obras, com ênfase na execução de pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais. A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, também

por intermédio de emendas parlamentares, realizou oito convênios em sua área de atuação, com prioridade para projetos de pavimentação e drenagem de ruas. Ainda fruto de emenda parlamentar a Sudam celebrou um convênio com o Município de Marabá, no Estado do Pará, para pavimentação asfáltica de vias urbanas.

**Função Gestão Ambiental
sob a responsabilidade do MI**

Na função Gestão Ambiental, evidencia-se a execução dos programas Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental, Infraestrutura Hídrica, Integração de Bacias Hidrográficas e Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso, cujas ações foram executadas prioritariamente nas subfunções Saneamento Básico Urbano, Controle Ambiental e Recursos Hídricos.

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO DA FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL POR SUBFUNÇÃO
SOB A RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

Em R\$ mil

SUB-FUNÇÃO	OFSS	2007	2008		2009		2010		2011		2007/ 2011
		VALOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %
Saneamento Básico Urbano	Exerc (*)	4.500,3	0,0	-100,0	120,3	-	2.376,0	1.875,1	141,7	-94,0	-96,9
	RPNP (**)	0,0	116.874,2	-	114.963,9	-1,6	64.859,5	-43,6	43.295,1	-33,2	
Subtotal		4.500,3	116.874,2	2.497,0	115.084,2	-1,5	67.235,5	-41,6	43.436,8	-35,4	865,2
Controle Ambiental	Exerc (*)	1,0	252,2	25.763,2	148,1	-41,3	49,2	-66,8	25,0	-49,2	2.460,4
	RPNP (**)	375,6	0,0	-100,0	17,9		243,7	1.257,7	40,0	-83,6	-89,4
Subtotal		376,6	252,2	-33,0	166,0	-34,2	292,9	76,4	65,0	-15,0	-82,7
Recursos Hídricos	Exerc (*)	230.873,3	291.898,0	26,4	419.637,8	43,8	550.778,3	31,3	432.418,7	-21,5	87,3
	RPNP (**)	423.963,2	620.758,6	46,4	1.315.538,1	111,9	1.943.393,0	47,7	962.796,7	-50,5	127,1
Subtotal		654.836,5	912.656,6	39,4	1.735.175,9	90,1	2.494.171,3	43,7	1.395.215,4	-44,1	113,1
Outras Sub-funções	Exerc (*)	25.434,2	23.738,9	-6,7	14.198,3	-40,2	58.773,0	313,9	14.537,3	-75,3	-42,8
	RPNP (**)	36.266,9	59.259,4	63,4	41.178,4	-30,5	62.836,9	52,6	98.664,1	57,0	172,1
Subtotal		61.701,1	82.998,3	34,5	55.376,7	-33,3	121.609,9	119,6	113.201,4	-6,9	83,5
TOTAL		721.414,5	1.112.781,2	54,2	1.905.802,7	71,3	2.683.309,5	40,8	1.551.918,5	-42,2	115,1

Fonte: Siafi/ Data:9/1/2012

(*) valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício, incluindo os restos a pagar processados

(**) Restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores e liquidados no ano

Com relação ao demonstrativo acima, observa-se que os recursos liquidados no exercício de 2011, na subfunção Saneamento Básico Urbano, sofreram variação negativa de 35,4% em relação ao ano de

2010, principalmente, em função das dificuldades para executar a ação Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Coleta, Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba, inserida no programa Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental. O baixo desembolso da ação deveu-se ao fato de os projetos contratados em 2009 pela Codevasf não terem sido concluídos, em função da dificuldade em obter seus licenciamentos ambientais e, também, devido à divergência de entendimentos entre administrações municipais, estaduais e o Ministério do Meio Ambiente quanto ao arranjo proposto para o Estado do Piauí, o que impediu a licitação e a contratação das respectivas obras. Aliado a esses fatores, soma-se a nova diretriz do MI de diminuir o escopo de atuação, no que se refere a resíduos sólidos.

Em 2011, a Codevasf executou R\$382,4 milhões no programa Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental, para realização de intervenções na

construção de esgotamentos sanitários, na recuperação de áreas degradadas e com processos erosivos; melhoria de sistemas públicos de coleta e tratamento de resíduos; ligações intradomiciliares e abastecimento público de água (Programa Água Para Todos), beneficiando Municípios dos Estados situados na área de abrangência da Bacia do Rio São Francisco.

Na subfunção Controle Ambiental o decréscimo ocorrido na liquidação dos recursos deveu-se à baixa disponibilidade de limite orçamentário para atender às ações Monitoramento da Qualidade da Água nas Bacias do Rio São Francisco e do Parnaíba executada pela Codevasf no programa Infraestrutura Hídrica e Implantação de Sistema de Monitoramento e Telecomando de Barragens e Monitoramento Hidroambiental nos Reservatórios, sob responsabilidade do Departamento Nacional de Obras contra as Secas – Dnocs.

**SÉRIE HISTÓRICA, POR PROGRAMA, DA EXECUÇÃO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL**

Em R\$ mil

PROG- MA	OFSS	2007	2008		2009		2010		2011		2007/2 011
		VALOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR%
Infra- estrutura Hídrica	Exerc (*)	210.165,5	204.709,8	-2,6	166.184,6	-18,8	304.755,5	83,4	247.161,0	-18,9	17,6
	RPNP (**)	156.943,4	486.800,2	210,2	590.350,1	21,3	859.145,9	45,5	226.836,7	-73,6	44,5
Subtotal		367.108,9	691.510,0	88,4	756.534,7	9,4	1.163.901,4	53,8	473.997,7	-59,3	29,1
Integração de Bacias Hidrográ- ficas	Exerc (*)	31.918,2	75.851,4	137,6	229.433,4	202,5	184.311,5	-19,7	110.530,5	-40,0	246,3
	RPNP (**)	229.510,5	106.770,3	-53,5	666.097,8	523,9	883.795,6	32,7	570.670,7	-35,4	148,6
Subtotal		261.428,7	182.621,7	-30,1	895.531,2	390,4	1.068.107,1	119,3	681.201,2	-36,2	160,6
TOTAL		628.537,6	874.131,7	39,1	1.652.065,8	89,0	2.232.008,5	35,1	1.155.198,9	-48,2	83,8

Fonte: Siafi / Data:9/1/2012

(*) valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício, incluindo os restos a pagar processados

(**) Restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores e liquidados no ano

No âmbito dos recursos hídricos, voltado para a área de armazenamento hídrico e abastecimento, destaca-se o programa Infraestrutura Hídrica, cuja importância para o Setor está associada ao seu objetivo de expandir a oferta de água, por meio da construção de obras estruturantes, com a finalidade de minimizar os efeitos da carência de água de boa qualidade, principalmente para consumo humano, que afeta a saúde pública e restringe as oportunidades de melhoria socioeconômica.

Em 2011, com esse objetivo, foram aplicados recursos do Programa no valor de R\$474,0 milhões, incluídos os valores de Restos a Pagar, para construção de 234 km de canais e reservação de 88 milhões de m³ de água, com a conclusão dos Projetos Barragem Missi (CE), Barragem Riacho da Serra (CE), Eixo de Integração Castanhão - Trecho IV (CE), Barragem Pedro Alexandre (BA), Sistema Adutor do Congo (PB), Sistema Adutor Agrestina (PE), Sistema Adutor Belo Jardim (PE), Sistema Adutor Limoeiro (PE), propiciando benefícios a aproximadamente 192 mil habitantes.

Ademais, estão em andamento outros empreendimentos que permitirão a adução de água por meio de 1.310km de canais e o armazenamento de aproximadamente 2,0 bilhões de m³ de água, com destaque para seguintes Projetos: Barragem Figueiredo (CE); Barragem Jequitai (MG), Sistema Adutor de Guanambi (BA), Canal Adutor do Sertão Alagoano (AL), Adutora Gavião-Pecém (CE), Barragem Arvorezinha (RS), Canal Eixo de Integração – Trecho V (CE), Sistema Adutor João Leite (GO), Sistema Adutor do Agreste (PE), Sistema Adutor Piauí (PI), Sistema Adutor Alto Oeste (RN), Barragem Arroio Taquarembó (RS) e Sistema Adutor São Francisco (SE). Desses projetos, encontra-se sob a responsabilidade do Dnocs a execução da Barragem Figueiredo (CE) e sob a responsabilidade da Codevasf o Sistema Adutor de Guanambi e a Barragem Jequitai (MG).

Outro programa de impacto para o Setor é o Integração de Bacias Hidrográficas, cuja importância é devida à sua atuação nos problemas relacionados

à estagnação econômica de determinadas regiões, propiciando condições necessárias para a sustentabilidade do desenvolvimento regional, invocando a superação de desigualdades regionais. A principal ação do programa denomina-se Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional divide-se em dois grandes eixos, o Leste com 220 km e o Norte com 402 km, percorrendo os Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, e prevê garantia hídrica a 12 milhões de pessoas, no qual estão previstas ações de caráter social, tais, como o reassentamento das 768 famílias afetadas pela implantação do empreendimento, a construção de 18 Vilas Produtivas Rurais e 695 casas, para atender às comunidades indígenas e quilombolas, beneficiando 800 famílias, além do melhoramento em outras 1.709 casas existentes, atendendo 2.404 famílias. Em 2011, foram aplicados, no Projeto, R\$681,2 milhões, incluídos recursos de Restos a Pagar, o que permitiu dar continuidade às obras dos Eixos e das Barragens Tucutu e Areias, à construção das Vilas Descanso, Salão, Queimada Grande, Malícia e Vassouras, que atenderão a 270 famílias e à construção de casas para as populações quilombolas e indígenas.

Ainda no escopo do programa Integração de Bacias Hidrográficas, cabe mencionar a execução da ação Implantação da Adutora Pajeú com 582 km nos Estados de Pernambuco e Paraíba, sob a responsabilidade do Dnocs, na qual foram aplicados, em 2011, R\$36,5 milhões, tendo alcançado 35% de execução física do Projeto.

Cabe ressaltar ainda a relevância da atuação do programa Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – Promeso, na função Gestão Ambiental, que objetiva promover a universalização do acesso à água em comunidades difusas do semiárido, buscando atender, prioritariamente, às populações de baixa renda, mediante implantação de obras e equipamentos para oferta de água.

Por meio do Promeso, em 2011, deu-se início à formulação e à implementação do compromisso governamental de universalização do acesso e uso da água, inserido no Programa Água para Todos, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, sob coordenação do MI e tendo como órgão executor a

Codevasf, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e sociedade civil. Em função disso, no decorrer do ano, a Codevasf realizou pregão eletrônico e presencial para: i) fornecimento de 2.000 Kit's de irrigação, com o objetivo de atender a pequenos agricultores familiares; ii) fornecimento de 60.000 reservatórios de acumulação de água; para instalação de cisternas iii) fornecimento e transporte de 60.000 bombas d'água e iv) instalação de 60.000 cisternas individuais e transporte dos reservatórios, totalizando R\$ 292,7 milhões para atender aos Estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais (Norte), Sergipe, Pernambuco, Piauí e Maranhão. A Empresa realizou, também, licitações para a construção de 230 pequenas barragens de acumulação de água, no valor global de R\$ 7,9 milhões e concorrências para contratação de serviços de apoio à fiscalização e à supervisão técnica referente à instalação e à montagem de cisternas e construção de pequenas barragens de terra, no valor global de R\$ 15,3 milhões. Além disso, foi responsável pela instalação de 20 cisternas de consumo no Município de Cedro/PE e pelo aprimoramento da metodologia da execução do Programa.

Nesse primeiro ano de implementação do Água para Todos, além dos recursos destinados à Codevasf, também foi celebrado pelo MI um convênio com a Prefeitura Municipal de Tauá/CE, para implantação de 2.228 Sistemas Simplificados de Abastecimento.

Função Agricultura sob a responsabilidade do MI

Na função Agricultura estão inseridas as ações do programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada, classificadas nas subfunções Extensão Rural e Irrigação.

A variação negativa observada na execução da subfunção Extensão Rural deveu-se, principalmente, a uma grande redução de dotação no Orçamento Geral da União – OGU em 2011. Assim, enquanto o OGU de 2010 tinha, nesta subfunção, uma dotação de 90,2 milhões de reais, o OGU de 2011 teve uma dotação de apenas 6,2 milhões de reais. Além disso, cabe ressaltar que não houve habilitação de convênios em tempo hábil nesta subfunção.

SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO DA FUNÇÃO AGRICULTURA POR SUBFUNÇÃO SOB A RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Em R\$ mil

SUB-FUNÇÃO	OFSS	2007	2008		2009		2010		2011		2007/2011
		VALOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR. %	VALOR	VAR. %	VALOR	VAR %	VAR. %
Extensão Rural	Exerc (*)	300,2	0,0		0,0		59.148,4		0,0	-	-100
	RPNP (**)	82,5	254,4	208,3	25,1	-90,1	0,0		15.380,6	100,0	18.540,6
Sub-total		382,7	254,4	-33,5	25,1	-90,1	59.148,4	235.551,0	15.380,6	-74,0	3.919,0
Irrigação	Exerc (*)	109.828,6	161.958,1	47,5	214.464,6	32,4	158.009,4	-26,3	136.118,6	-13,9	23,9
	RPNP (**)	110.971,9	404.382,9	264,4	383.134,5	-5,3	359.932,6	-6,1	191.325,8	-46,8	72,4
Sub-total		220.800,5	566.341,0	156,5	597.599,1	5,5	517.942,0	-13,3	327.444,4	-36,8	48,3
Outras Sub-funções	Exerc (*)	10.838,0	7.236,3	-33,2	9.973,5	37,8	8.951,3	-10,2	8.904,8	-0,5	-17,8
	RPNP (**)	2.756,2	4.998,2	81,3	2.757,9	-44,8	3.640,6	32,0	2.360,9	-35,1	-14,3
Sub-total		13.594,2	12.234,5	-10,0	12.731,4	4,1	12.591,9	-1,1	11.265,7	-10,5	-17,1
TOTAL		234.777,4	578.830,1	146,5	610.355,6	5,4	589.682,2	-3,4	354.090,7	-40,0	50,8

Fonte: Siafi – Data: 9/1/2012

(*) valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício, incluindo os restos a pagar processados

(**) Restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores e liquidados no ano

O programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada é orientado pela Política Nacional de Irrigação e contempla ações de diversas índoles, tais como apoio a estados e municípios para elaboração de planos diretores, estudos e projetos; apoio e fortalecimento institucional, execução de obras e aquisição de equipamentos, tendo como objetivo promover a expansão das áreas irrigáveis, por meio da execução de obras de infraestrutura, visando alavancar o processo de desenvolvimento regional, na sua forma econômica e social, para incrementar a oferta de alimentos, a geração de empregos e a distribuição da renda, viabilizando a sustentabilidade das regiões beneficiadas.

A importância do Programa deve-se, principalmente, ao fato de possibilitar, por meio de suas ações, uma sensível diminuição dos níveis de pobreza no País, especialmente nas zonas rurais de regiões com baixa disponibilidade de recursos hídricos ou naquelas onde estão sendo subutilizados. Isso ocorre em função de a agricultura irrigada ser, comprovadamente, uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e à distribuição de renda, mediante geração de empregos a custos inferiores aos de outros setores da economia e, também, por proporcionar aumento da oferta de alimentos a preços menores, bem como o aumento substancial da produtividade dos fatores terra e trabalho.

SÉRIE HISTÓRICA, POR PROGRAMA, DA EXECUÇÃO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL FUNÇÃO AGRICULTURA

Em R\$ mil

PROGRAMA	OFSS	2007	2008		2009		2010		2011		2007/2011
		VALOR	VALOR	VAR. %	VALOR	VAR. %	VALOR	VAR. %	VALOR	VAR. %	VAR. %
Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	Exerc (*)	107.747,7	165.892,8	54,0	220.259,2	32,8	221.258,8	0,5	139.141,6	-37,1	29,1
	RPNP (**)	65.106,7	349.685,6	437,1	366.968,4	4,9	358.549,9	-2,3	204.792,3	-42,9	214,5
TOTAL		172.854,4	515.578,4	198,3	587.227,6	13,9	579.808,7	-1,3	343.933,9	-40,7	99,0

Fonte: Siafi – Data: 9/1/2012

*Valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício, incluindo os restos a pagar processados

(**) Restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores e liquidados no ano

Em 2011, o MI buscou promover o processo de ampliação da infraestrutura necessária para expandir a produção agrícola, com a implantação de 15.184ha, relativos aos perímetros de irrigação Baixo de Irecê/BA e Várzeas de Sousa/PB. Deu-se

continuidade à execução da implantação de diversos perímetros de irrigação e iniciaram-se outros. No que se refere à continuidade das ações no ano de 2011, relativas a obras do Programa, destacam-se a execução dos projetos de irrigação São João/TO,

Sampaio/TO, Várzeas de Sousa/PB, Costa Doce/RS, Baixo de Irecê/BA, Salitre/BA, Jaíba - 3ª Etapa/MG, Pontal/PE, Jacaré-Curituba/SE, Marituba/AL, Baixo Acaraú - 2ª Etapa/CE, Tabuleiros de Russas - 2ª Etapa/CE, Platôs de Guadalupe - 2ª Etapa/PI e Tabuleiros Litorâneos - 2ª Etapa/PI, que quando concluídos somarão um total de 167.908ha. Foi iniciada a execução do projeto de irrigação Araras Norte - 2ª Etapa/CE. Outras ações executadas em 2011 foram as reabilitações das infraestruturas dos perímetros de irrigação Bebedouro/PE e Nilo Coelho/PE e a execução da subestação do Perímetro de Irrigação Manuel Alves/TO.

Cabe ressaltar o papel da Codevasf, que atua no Programa por meio de implantação de novas áreas públicas irrigadas (Marituba/AL, Baixo de Irecê/BA, Jaíba - 3ª Etapa/MG, Pontal/PE, Jacaré-Curituba/SE, dentre outros); administração, manutenção e operação de 26 Perímetros sob sua responsabilidade e de nove do Sistema Itaparica, mediante convênio com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf

No caso do Dnocs, houve avanços no processo de regularização fundiária, por meio da celebração de 396 novos Contratos de Direito Real de Uso (CDRU) dos lotes familiares dos Perímetros Irrigados. Também foram celebrados nove contratos com as associações e distritos dos Perímetros Irrigados, legitimados pela Portaria Ministerial nº 1.529/MI/2007, o que ocasionou um dinamismo na gestão daqueles perímetros, relacionado ao aumento da ocupação e, conseqüentemente, da produção. Tem-se como exemplo o Projeto Tabuleiros de Russas, que teve sua área de produção triplicada (de 1.752 para 5.110ha, com receita de R\$ 55 milhões ao final do ano) como consequência dessa ação de investimento.

Em 2011, as principais ações objeto de estudos, licenciamentos e projetos foram as seguintes: projetos de irrigação Chapada Natividade/TO, Rio Palmeira/TO, Gleba Mercedes/MT, Itamarati II/MS, Jonas Pinheiro/MT, Passarão/RR, Nova Guarita/MT, Tangará da Serra/MT, Nobres/MT, Baixada Cuiabana/MT, Terenos/MS, Ponta Porã/MS, Chapadão do Sul/MS, Maracaju/MS, Iguatemi/MS, Balde Cheio/MS e Formosa/GO os quais totalizam 51.627ha. Além disso, foram iniciados os projetos para implantação da Barragem Extrema/GO e para os projetos de irrigação Manoel Dionísio/SE, Uruaçu/GO, Porto Murtinho/MS, Campo Novo do

Parecis/MT e Nova Mutum/MT, que totalizam 12.402ha, e de revitalização do Perímetro de Irrigação Formoso do Araguaia/TO, cuja área é de 28.437,00ha.

No que se refere ao apoio à operação inicial e à sustentabilidade de perímetros públicos de irrigação, em 2011, foram executadas ações voltadas para implantação da Produção Integrada de Frutas (PIF), busca de alternativas agropecuárias mais rentáveis; aproximação com a Embrapa para apropriação de resultados de pesquisa, contatos com empresas âncoras; assim como no sentido de se prosseguir o acompanhamento de gestões já iniciadas (Perímetros Irrigados Várzeas de Sousa/PB, Manuel Alves/TO e São João/TO).

Também foram realizadas atividades, com vistas à efetivação e à manutenção do Fórum Permanente para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada e do Regime Especial de Incentivo para o Desenvolvimento da Infraestrutura - Reidi. Merece destaque, ainda, a finalização do Plano Diretor de Agricultura Irrigada do Estado de Minas Gerais (PAI/MG), que visa fundamentar a busca de convergência da política de uso das águas, com a política ambiental e a política setorial produtiva, estabelecendo parâmetros, objetivos, diretrizes e instrumentos para expansão e aprimoramento da agricultura irrigada em Minas Gerais. Vale salientar que este Plano servirá como padrão para planos similares em outros estados.

No Programa, foi avaliado o índice do indicador: i) Somatório da área de perímetros públicos incorporados pelo Programa. Neste caso, a área incorporada no exercício de 2011 foi de 15.184ha, que corresponde a aproximadamente 12,7% do índice de referência de 2002.

Função Indústria sob a responsabilidade do MI

Nessa Função, na subfunção Empregabilidade estão alocados os recursos do programa Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - Promeso, executados prioritariamente na ação Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais.

Em 2011, essa Ação teve a maior parte de seus recursos contingenciados, o que resultou no decréscimo dos recursos liquidados em 39,2% em relação ao exercício anterior.

**SÉRIE HISTÓRICA DA EXECUÇÃO DA FUNÇÃO INDÚSTRIA POR SUBFUNÇÃO
SOB A RESPONSABILIDADE DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

Em R\$ mil

SUB-FUNÇÃO	OFSS	2007	2008		2009		2010		2011		2007/ 2011
		VLOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR %
Empre-gabi-lidade	Exerc (*)	0,0	2.033,6	-	4.667,6	129,5	1.945,2	-58,3	718,0	-63,1	-
	RPNP (**)	0,0	0,0	-	9.991,3	-	13.192,4	32,0	8.484,5	-35,7	-
Subtotal		0,0	2.033,6	-	14.658,9	-	15.137,6	3,3	9.202,5	-39,2	-
Outras Sub-funções	Exerc (*)	0,0	0,0	-	441,0	-	0,00	-100,0	0,0	-	-
	RPNP (**)	0,0	0,0	-	263,6	-	1.530,7	480,6	2.763,8	80,6	-
Subtotal		0,0	0,0	-	704,6	-	1.530,7	117,2	2.763,8	80,6	-
TOTAL		0,0	2.033,6	-	15.363,6	655,5	16.668,3	8,5	11.966,3	-28,2	-

Fonte: Siafi/ Data:9/1/2012

(*) valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício, incluindo os restos a pagar processados

(**) Restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores e liquidados no ano

**SÉRIE HISTÓRICA, POR PROGRAMA, DA EXECUÇÃO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FUNÇÃO INDÚSTRIA**

Em R\$ mil

PROGRAMA	OFSS	2007	2008		2009		2010		2011		2007/ 2011
		VALOR	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VALOR	VAR %	VAR%
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – Promeso	Exerc. (*)	0,00	2.033,63	-	4.667,64	129,5	1.945,20	-58,3	718,0	-63,1	-
	RPNP (**)	0,00	0,00	-	9.991,34	-	13.192,39	32,0	8.484,52	-35,7	-
TOTAL		0,00	2.033,63	-	14.658,98	620,8	15.137,59	3,3	9.202,52	-39,2	-

Fonte: Siafi/ Data:9/1/2012

(*) valores liquidados, referentes ao orçamento do próprio exercício, incluindo os restos a Pagar Processados

(**) Restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores e liquidados no ano

Em 2011, com recursos do Plano de Ação do MI, foram fomentados doze projetos para a estruturação e a dinamização de Arranjos Produtivos Locais, dos quais nove por meio de destaques orçamentários para órgãos federais e outros três projetos implementados por meio de convênios com prefeituras municipais.

Em 2011, foi adotada a diretriz de priorizar investimentos em arranjos produtivos locais de cadeias produtivas específicas, preferencialmente articulados regionalmente ou em rotas de desenvolvimento. Nessa linha, os recursos foram aplicados na apicultura (Rota do Mel nas mesorregiões Chapada das Mangabeiras, Chapada do Araripe e Xingó) e na fruticultura (cadeia produtiva nas Mesorregiões Grande Fronteira do Mercosul, Bacia do Itabapoana e vitivinicultura na Metade Sul do Rio Grande do Sul).

Nessa Função, a Codevasf disponibilizou recursos, principalmente, para o acompanhamento de arranjos produtivos locais - APLs já estruturados, decorrentes de ações iniciadas em exercícios anteriores, ampliando a viabilidade das atividades produtivas de espaços sub-regionais, para fortalecer o associativismo e o cooperativismo como opções de organização social e produtiva, garantindo a aquisição de equipamentos e de materiais aos

APLs. Outra linha de ação adotada trata do incentivo à participação em eventos científicos e comerciais, visando ao intercâmbio tecnológico, à divulgação das ações desenvolvidas e das oportunidades de negócios para os pequenos produtores beneficiados. Nesse sentido, destaca-se o apoio à participação de pequenos produtores em nove eventos de caráter tecnológico.

Na sua área de atuação, a Sudeco celebrou dois convênios com recursos de plano de ação para ações voltadas ao fortalecimento de arranjos produtivos locais.

Por sua vez, a Sudam efetivou um convênio para apoio à Realização de Estudos Técnicos na área de Infraestrutura de Transportes e Logística de Cargas, complementares ao Projeto Norte Competitivo, para detalhamento dos micro-eixos nos Estados do Amapá, Amazonas e Pará.

A função Indústria vem, ao longo dos anos, concentrando um grande volume de emendas parlamentares. Do total de investimentos da Administração Direta nesta Função, no âmbito do Promeso, 20 projetos foram apoiados por meio de emendas parlamentares, com uma parcela significativa de 48,79% desses recursos aplicados em sete projetos de obras em estradas vicinais e

infraestrutura rodoviária, visando escoamento de produtos. Outros 36,62% foram investidos em 10 projetos voltados para a aquisição de equipamentos e em infraestrutura de apoio à produção e 14,59% aplicados em infraestrutura em áreas urbanas. A Sudam, com recursos decorrentes de emendas parlamentares, efetivou, em 2011, um convênio, para apoio à realização de estudos técnicos na área de Infraestrutura de transportes e logística de cargas, complementares ao Projeto Norte Competitivo.

Função Encargos Especiais Sob a Responsabilidade do MI

Nessa Função, estão alocados os recursos referentes aos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte – FNO, do Centro-Oeste – FCO e do Nordeste – FNE, bem como os recursos

sob supervisão do Ministério, referentes aos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia – FDA e do Nordeste – FDNE, que são os principais instrumentos de apoio ao setor produtivo nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Conforme demonstrativo a seguir, por meio dos Fundos Constitucionais, foram contratados, até novembro de 2011, financiamentos da ordem de R\$ 14,3 bilhões, o que representou um crescimento de 5,9 % em relação a idêntico período de 2010 (R\$ 13,6 bilhões). Na Região Centro-Oeste, por meio do FCO, foram aplicados R\$ 4,3 bilhões em 66,74 mil operações de financiamento. Na Região Nordeste, por meio do FNE, foram aplicados R\$ 8,4 bilhões em 398,4 mil operações e na Região Norte, por meio do FNO, foram investidos R\$ 1,6 bilhão em 27,34 mil operações.

VALORES CONTRATADOS – ATÉ NOVEMBRO (2010 e 2011) FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

em R\$ milhões

FUNDO/ ANO	FCO			FNO			FNE			TOTAL		
	2010 (a)	2011 (b)	(b)/(a) %	2010 (a)	2011 (b)	(b)/(a) %	2010 (a)	2011 (b)	(b)/(a) %	2010 (a)	2011 (b)	(b)/(a) %
TOTAL	3.572,6	4.270,1	19,5	1.659,6	1.661,2	0,1	8.333,1	8.436,2	1,2	13.565,3	14.367,5	5,9

Fonte: Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia.

QUANTIDADE DE OPERAÇÕES CONTRATADAS

em Unidades

FUNDO/ ANO	FCO			FNO			FNE			TOTAL		
	2010 (a)	2011 (b)	(b)/(a) %	2010 (a)	2011 (b)	(b)/(a) %	2010 (a)	2011 (b)	(b)/(a) %	2010 (a)	2011 (b)	(b)/(a) %
TOTAL	63.490	66.749	5,1	37.922	27.347	-27,9	354.472	398.447	12,4	455.884	492.543	8,0

Fonte: Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia.

As Regiões Norte e Nordeste também foram atendidas com os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE), voltados para o financiamento da infraestrutura e de projetos estruturadores da economia – com destaque para investimentos em energia. As cartas-consulta e os projetos aprovados e contratados em 2011 perfazem o montante de R\$ 1 bilhão em demanda de recursos para o FDA e de R\$ 3,4 bilhões para o FDNE.

Recursos Não-Orçamentários - Fundos Fiscais de Investimentos da Amazônia e do Nordeste - Finam e Finor.

Os Fundos Fiscais de Investimentos da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor) têm como finalidade apoiar financeiramente empreendimentos considerados prioritários ao desenvolvimento socioeconômico nas suas regiões de atuação, buscando reduzir significativamente as desigualdades inter e intrarregionais, por intermédio de aumento da diversificação bruta de capital fixo.

Em 2011, foram considerados para a análise de gestão e o resultado dos Fundos Fiscais de Investimentos (i) a emissão de certificados de empreendimentos implantados (CEI's); (ii) as liberações de recursos dos Fundos; (iii) as reformulações dos projetos; e (iv) as repactuações de debêntures.

No decorrer do ano, 22 projetos foram contemplados com a emissão do CEI, sendo emitidos 16 certificados para beneficiárias incentivadas pelo Finam e seis pelo Finor. O CEI é emitido em favor da empresa após o cumprimento de determinados requisitos estabelecidos pela legislação específica, considerando que (i) a beneficiária esteja em operação, (ii) sem registro de desvio de recursos e (iii) demonstre a contrapartida de recursos próprios face aos recursos do Fundo liberados.

No que se refere às liberações de recursos, estas são efetuadas pelos Bancos Operadores, com autorização do Ministério da Integração Nacional em favor das empresas beneficiárias que comprovem

aporte de recursos próprios em seus projetos. Em 2011, foram realizadas nove autorizações de liberações que atingiram o montante de R\$ 220.610.757,08 sendo, desse total, R\$ 20.139.259,47 destinados a empresas incentivadas pelo Finam e R\$ 200.471.497,61 beneficiárias do Finor

Há de se destacar que deste último total, R\$ 123.494.715,00, ou 55,97% dos recursos, foram destinados ao projeto da Transnordestina Logística, obra do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que é o Projeto em atividade de maior relevância na carteira dos Fundos de Investimentos Finam/Finor, por conseguinte, merecedor de uma avaliação específica e personalizada.

No que se referem às reformulações dos projetos, essas são ações que consistem em uma readaptação de projetos, dadas as necessidades dos empreendimentos em se adaptarem a uma nova realidade, seja tecnológica, econômica e/ou financeira. No ano de 2011, foram totalizadas vinte reformulações de projetos, sendo dezesseis reformulações referentes a empreendimentos do Finam e quatro do Finor.

Já em relação às ações de repactuação de debêntures, que envolvem dispensa de encargos das dívidas em debêntures, prorrogação das debêntures vincendas e renegociação das debêntures vencidas, bem como resgate das debêntures não conversíveis em conversíveis e essas em ações, no ano de 2011 foram realizadas 81 repactuações de debêntures, sendo 77 para o

Finam e quatro para o Finor, montante considerado satisfatório, pois refere-se às dívidas de empresas junto à União, que foram repactuadas.

Ademais, vale mencionar que, em relação aos projetos implantados nos últimos 10 anos, verificou-se que, para cada R\$ 1,00 de recursos liberados pelos Fundos, um empreendimento faturou R\$ 4,43 em um único exercício e, ainda, que 30% dos empreendimentos pesquisados possuem algum projeto social, demonstrando o comprometimento deles com o desenvolvimento econômico e social.

Diante dessas informações, pode-se concluir que todas as ações realizadas pelo Ministério da Integração, no ano de 2011, foram desenvolvidas no sentido de gerir de forma eficiente esses Fundos, não somente do ponto de vista econômico-financeiro, mas também nos aspectos sociais e estratégicos, para o desenvolvimento das Regiões abrangidas pelos incentivos fiscais em comento.

Recursos Não-Orçamentários - Incentivos Especiais

Ainda com o fim de estimular investimentos das Regiões Norte e Nordeste, foram concedidos ao setor produtivo incentivos e benefícios fiscais de redução do imposto de renda, cujo montante foi estimado para o ano de 2011 em R\$ 2,5 bilhões na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam e R\$ 3,1 bilhões na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene.

4.16. ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA**4.16.1. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

Os principais resultados do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA durante o ano de 2011 podem ser divididos em algumas frentes de trabalho.

Foi lançada a Rede Brasil Rural, um portal na *internet* que ajudará a organizar todas as etapas da cadeia produtiva dos empreendimentos da agricultura familiar, desde a produção até o mercado consumidor.

O Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011 reúne a Política de Garantia de Preços Mínimos para a Agricultura Familiar - PGPM – AF e o aumento de recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Além disso, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf teve elevação de recursos, totalizando R\$ 16 bilhões.

Em seis meses, no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, 82,6 mil agricultores familiares em situação de extrema pobreza foram incluídos no PAA e 37 mil famílias passaram a contar com Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER coordenada pelo MDA.

No tocante ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC-2, o MDA adquiriu máquinas e equipamentos para a recuperação de Estradas Vicinais para Municípios de até 50 mil habitantes –

foram entregues 114 retroescavadeiras para 126 municípios, beneficiando 411 mil agricultores familiares.

Na Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra assentou 22 mil famílias, e foram desapropriadas 60 fazendas, somando uma área total de 112,8 mil hectares com potencial de assentamento de 2.739 famílias.

Em comparação a 2010, a execução orçamentária da função Organização Agrária caiu R\$ 134 milhões. A maior diminuição se verificou na subfunção Extensão Rural com uma redução de R\$ 74 milhões seguida de uma queda de R\$ 39 milhões da subfunção Abastecimento.

Contudo, em contrapartida, observa-se o incremento da execução de algumas ações como a Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras que elevou a execução em R\$ 110,4 milhões em relação a 2010 juntamente com o Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, que aumentou em R\$ 52 milhões.

Destaca-se, ainda, a primeira ação do PAC no MDA, a ação Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Recuperação de Estradas Vicinais para Municípios com até 50.000 Habitantes, que no seu primeiro ano executou R\$ 18,5 milhões.

VALORES LIQUIDADOS (OFSS + RPNP) 2007-2011

em R\$ milhões

FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA		2007	2008	2009	2010	2011
OFSS	No Exercício	3.548	2.514	2.514	2.305	2.134
	RPNP	968	892	1.256	1.341	1.378
TOTAL		4.516	3.407	3.771	3.646	3.512

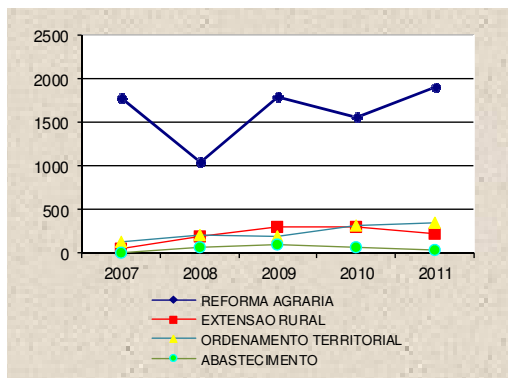
Fonte: Siafi Gerencial. Data Base da consulta em 2011 / 02.01.2012.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES

em R\$ milhões

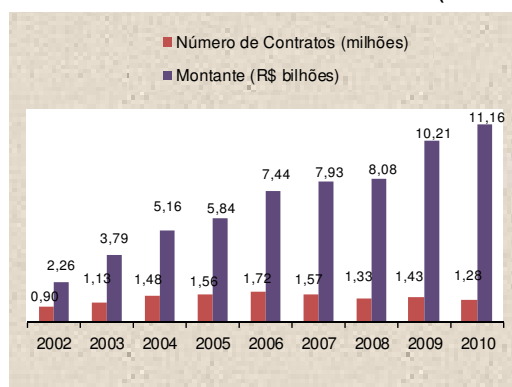
SUBFUNÇÃO	EXECUÇÃO DA FUNÇÃO ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA POR SUBFUNÇÕES	
	LIQUIDADADO	%
Subfunções Típicas	2.507	71%
Reforma Agrária	1.907	54%
Extensão Rural	229	7%
Ordenamento Territorial	342	10%
Abastecimento	29	1%
Outras Subfunções	1.005	29%
TOTAL	3.512	-

Fonte: Siafi Gerencial. Data Base da consulta em 2011 / 02.01.2012.

VALORES LIQUIDADADOS (OFSS + RPNP) NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2007/2011 (em R\$ milhões)

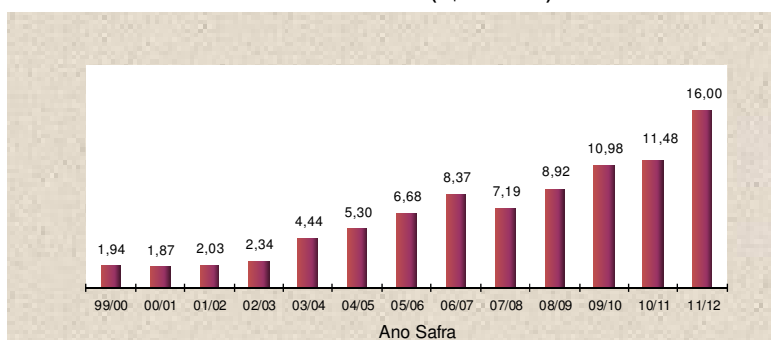
Fonte: Siafi Gerencial. Data Base da consulta: 02.01.2012.

Observa-se a seguir que o volume de crédito contratado é crescente ano a ano, embora apresente pequena oscilação no número de contratos efetivados. Houve a melhoria na qualidade dos projetos implantados, o que fez o valor financiado aumentar, proporcionado pela atuação da Assistência Técnica e Extensão Rural.

NÚMERO DE CONTRATOS DE CRÉDITO RURAL (milhões)

Fonte: SAF/MDA

O volume de recursos emprestados nas linhas do crédito rural do Pronaf, no ano safra de 10/11, totalizou R\$ 11,48 bilhões. O crescimento percentual do volume aplicado foi de 4,6%, em relação ao ano anterior. O gráfico seguinte apresenta a evolução do volume de recurso, em termos nominais, emprestados aos agricultores familiares, em cada ano safra, e o volume disponibilizado para o ano safra 2010/2011.

**RECURSO DO PRONAF DISPONIBILIZADOS PARA AGRICULTORES FAMILIARES
VALORES NOMINAIS (R\$ BILHÕES)**

Fonte: SAF/MDA

Em seis anos de operação, o Seguro da Agricultura Familiar - SEAF se consolidou como o maior programa de seguro para agricultura familiar no continente americano. Na safra 2010-2011, superou as marcas de 500 mil empreendimentos amparados e de R\$ 5 bilhões em valor total segurado. A consolidação do Programa foi em grande parte viabilizada pelas ações de gestão de riscos desenvolvidas pelo Ministério, que contribuíram para reduzir consistentemente os índices de sinistralidade, a partir do segundo ano de operação do Programa.

O MDA tem estimulado os agricultores familiares e seus empreendimentos a diversificarem suas atividades produtivas, ampliando as possibilidades de renda, trabalho e valorização da produção.

O Pronaf Mais Alimentos foi o destaque do ano safra 2009/2010. Desde o início da linha, em julho de 2008, até fevereiro de 2011, o Pronaf Mais Alimentos possibilitou o financiamento de R\$ 5,9 bilhões, atendendo mais de 130 mil agricultores.

Por meio do Decreto nº 6.882/2009, o Governo Federal criou o Pronaf Sustentável, visando ampliar

a renda e promover o desenvolvimento econômico e ecológico sustentável para os agricultores familiares classificados como beneficiários do Pronaf.

Buscando ampliar a participação e garantir a inclusão das mulheres no Pronaf, na gestão do crédito familiar, foram criados instrumentos específicos de financiamento, de caráter individual e coletivo, dirigidos às mulheres rurais. Considerando a safra 2003/2004 até a 2010/2011, mais de 38 mil contratos foram concedidos na linha e mais de R\$ 274 milhões foram emprestados. Na safra 2010/2011, 789 contratos foram celebrados com um investimento equivalente a oito milhões e 662 mil reais.

Acerca da Assistência Técnica e Extensão Rural, observa-se entre os anos de 2009 e 2011, conforme demonstrativo a seguir, uma redução de 35% nos recursos empenhados, passando de 243,9 milhões para 159,06 milhões de reais. Os valores empenhados em 2011 correspondem a cerca de 99% do orçamento disponibilizado. A restrição do orçamento, no qual os recursos foram contingenciados, foi a principal razão para a baixa na execução orçamentária.

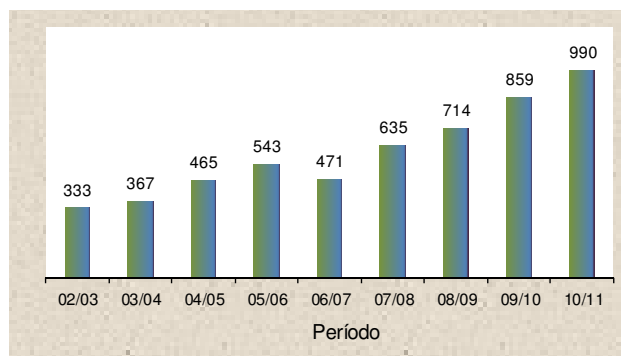
VALOR EXECUTADO E AGRICULTOR FAMILIAR ASSISTIDO DA AÇÃO FOMENTO A ATER

ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Valor executado (milhões R\$)	54,96	107,75	164,48	148,80	243,94	165,21	159,05
Agricultor familiar assistido	749.691	1.305.932	1.232.001	803.228	1.878.825	444.025	704.187

Fonte: SAF/MDA

Houve uma redução ainda maior na execução física da ação. Em 2009, foram atendidos mais de 1,85 milhão de Agricultores Familiares (AF). Em 2011 este número foi de 704.187, portanto, uma diminuição de mais de 63%. Contudo, em relação a 2010 houve um crescimento de 59%. Parte da queda é explicada pela redução da execução financeira a outra parte é explicada pelo custo por beneficiário, que era de R\$ 129,83 em 2009 e passou para R\$ 225,86 em 2011. Na safra 2010/2011, 737.920 agricultores familiares de 990 municípios dos Estados do Nordeste e Região Semi-árida de Minas Gerais participaram do Programa Garantia-Safra. Foram pagos benefícios a 100.685 agricultores até o momento (pagamento da safra em andamento). Na safra 2009-2010 661.802 agricultores de 859 municípios aderiram ao Programa e, destes, 639.227 agricultores receberam o benefício.

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA GARANTIA-SAFRA



Fonte: SAF/MDA

No Garantia-Safra, observa-se um contínuo crescimento da participação e interesse dos municípios e dos agricultores familiares. Na safra 2010-2011 participaram do Programa 990 municípios, foram disponibilizadas 748 mil cotas e 737 mil agricultores aderiram ao Garantia-Safra. Para a safra 2011-2012, em andamento, foram disponibilizadas 940 mil cotas. Durante o período 2003-2011, 3.880.450 adesões ao Programa foram contabilizadas e o Fundo Garantia-Safra atendeu mais de 2 milhões de agricultores que tiveram perdas comprovadas de produção.

EVOLUÇÃO DAS QUANTIDADES DE AGRICULTORES ADERIDOS AO PROGRAMA E DE AGRICULTORES QUE RECEBERAM O BENEFÍCIO GARANTIA-SAFRA

SAFRA	AGRICULTORES		%
	ADERIDOS	PAGOS	
2002-2003	200.292	85.056	42,47
2003-2004	177.839	75.810	42,63
2004-2005	287.861	211.339	73,42
2005-2006	356.584	106.081	29,75
2006-2007	346.321	316.529	91,40
2007-2008	558.606	182.147	32,61
2008-2009	553.225	423.538	76,56
2009-2010	661.802	639.227	96,59
2010-2011	737.920	100.685*	13,64
Total	3.880.450	2.140.412	55,16

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

* Pagamento da safra em aberto

A estimativa para 2011 das modalidades do PAA, somados os recursos do MDS e do MDA, foi de aproximadamente R\$ 794 milhões em recursos aplicados, beneficiando aproximadamente 204 mil agricultores familiares em todo o País.

Os números são preliminares, devido à falta de dados sobre a Modalidade Compra com Doação Simultânea, operada pelos estados, municípios e a Conab. Até o momento, somados os recursos MDA e MDS, foram pagos cerca de R\$ 437 milhões, beneficiando cerca de 49 mil agricultores familiares, por meio da aquisição de 144 mil toneladas de alimentos.

O MDA executou R\$ 34,5 milhões, na modalidade Apoio à Formação de Estoques, praticamente a totalidade do orçamento disponibilizado para o ano. Até o momento foram pagos R\$ 33,2 milhões, atendendo a cerca de sete mil agricultores familiares, num total de 31,5 mil toneladas de alimentos.

O demonstrativo seguinte apresenta a evolução da aplicação dos recursos do PAA de 2003 a 2011. Cabe destacar que a informação de 2011 é parcial.

EXECUÇÃO GLOBAL DO PAA, ORÇAMENTOS DO MDS E MDA - 2003 A 2011

Ano	MDS			MDA			TOTAL MDS e MDA		
	Recursos aplicados (em R\$ milhões)	Nº de agricultores familiares participantes	Alimentos adquiridos (toneladas)	Recursos aplicados (em R\$ milhões)	Nº de agricultores familiares participantes	Alimentos adquiridos (toneladas)	Recursos aplicados (em R\$ milhões)	Nº de agricultores familiares participantes	Alimentos adquiridos (toneladas)
2003*	144,92	42.077	135.864	-	-	-	144,92	42.077	135.864
2004*	180,00	68.576	339.925	-	-	-	180,00	68.576	339.925
2005*	333,06	87.292	341.755	-	-	-	333,06	87.292	341.755
2006	418,40	120.145	366.884	73,69	27.343	99.453	492,09	147.488	466.337
2007	396,48	122.689	378.323	64,58	16.211	62.514	461,06	138.900	440.837
2008	423,28	142.923	346.112	86,19	25.625	57.043	509,47	168.548	403.155
2009	501,39	116.326	396.163	89,64	20.859	113.792	591,03	137.185	509.955
2010	618,04	146.385	431.983	57,09	10.578	30.403	675,13	156.963	462.386
2011**	404,00	41.800	112.500	33,00	7.000	31.500	437,00	48.800	144.000
TOTAL	3.419,57	888.213	2.849.509	404,19	107.616	394.705	3.823,76	995.829	3.244.214

Fonte: MDS/MDA/Conab

*O MDA passou a ter dotação orçamentária própria a partir de 2006.

** Os números ainda são parciais, pois CONAB, Estados e Municípios, executores, ainda não finalizaram os números da execução.

Em 2010, foram disponibilizados pelo FNDE R\$ 900 milhões para aquisição de produtos diretamente da agricultura familiar, e, em 2011, aproximadamente R\$ 1 bilhão (um crescimento de 11%).

No ano de 2010, 51% dos municípios compraram produtos da agricultura familiar para atender aos 47

milhões de alunos matriculados nas 166 mil escolas da rede pública de ensino de todo o Brasil.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF integra o Plano Nacional de Reforma Agrária como um instrumento de acesso a terra por meio de financiamento para compra de imóveis rurais não

passíveis de desapropriação. Desde o início de sua execução, em 2003, vem tendo um crescimento significativo, alcançando a marca de mais de 40 mil contratos assinados, com o atendimento de mais de 91 mil famílias de trabalhadores rurais. Isso totalizou o financiamento de aproximadamente 1,5 milhões de hectares, com um investimento total de mais de 2,42 bilhões de reais, sendo mais 477 milhões de recursos não reembolsáveis, aplicados no combate à pobreza rural. Em 2011 foram beneficiadas 5.285 famílias de trabalhadores rurais, com o financiamento de uma área total de 86.841 hectares.

Com relação ao PNCF, tendo como subsídio os dados provenientes dos sistemas de informação e do Painel de Indicadores da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário – SRA/MDA utilizados para o monitoramento do Programa, por meio do acompanhamento sistemático da atuação de cada estado na execução das ações e da elaboração de indicadores que demonstram o seu desempenho, observou-se uma redução no número de famílias atendidas pela política pública no exercício de 2011 em relação ao exercício de 2010. Isso ocorreu principalmente devido aos esforços empregados para implementação das resoluções do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 3.861/2010 e nº 3.869/2010, que estabelecem a prorrogação de operações de crédito fundiário com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e novas condições de financiamentos para os beneficiários do PNCF, respectivamente, o que representa um salto de qualidade para o Programa.

PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO

INDICADORES	2010	2011
Operações	4.196	2.897
Famílias atendidas	6.525	5.285
Área adquirida	103.038	86.841
Valores investidos	225.257.570	159.452.073

Fonte: Painel de Indicadores de 02-01-2012

Quanto ao do Programa Terra Legal, a prioridade e o principal avanço durante o ano de 2011 foi a ação de georreferenciamento, considerando a questão estratégica referente ao conhecimento da malha fundiária, enquanto ferramenta de Estado para fins de planejamento e monitoramento, e a premissa desta atividade para consecução do objetivo final do Programa, que é a destinação destas terras públicas.

Destaca-se dessa prioridade a implementação do sistema Sisterleg Geo, que permite o gerenciamento e avaliação do material elaborado pelas empresas contratadas para executar a ação, assim como o desenvolvimento de ferramentas complementares para efetivação de um Sistema de Gestão das Informações Fundiárias, ainda, em implementação. Destaca-se ainda que estes sistemas e ferramentas vêm sendo desenvolvidos e têm tido sua utilização

articulada entre diversos órgãos do Governo Federal que atuam na questão fundiária e ambiental no âmbito da Amazônia Legal. Neste contexto, os resultados do Programa por ação orçamentária foram:

AÇÕES PREPARATÓRIAS PARA DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS

Indicador do PPA	Previsão 2010	Realizado 2010	Previsão 2011	Realizado 2011
Área diagnosticada (ha)	4.000.000	5.642.335	16.235.710	1.950.387

Fonte: Extrato do Sisterleg Titulação de 06/01/2012.

O Terra Legal dispõe hoje de um estoque de mais de 97.000 cadastros e 11 milhões de hectares referentes a solicitações de regularização fundiária, optou-se neste ano pela revisão da estratégia relacionada à ação de cadastramento e diagnóstico das áreas a serem regularizadas, focando-se nas áreas em que estão sendo realizadas as ações de georreferenciamento. Esta mudança teve como resultado uma acentuada redução na quantidade de novas áreas cadastradas em relação aos anos anteriores e também em relação à área previamente planejada. Do ponto de vista da execução financeira, a mudança metodológica implementada ao longo do ano de 2011 implicou uma redução dos custos para realização dos cadastros que levaram à baixa execução orçamentária da ação no período.

GEORREFERENCIAMENTO DA MALHA FUNDIÁRIA NACIONAL

Indicador do PPA	Previsão 2010	Realizado 2010	Previsão 2011	Realizado 2011
Área georreferenciada (ha)	9.933.333	280.225	14.559.862	5.821.477

Fonte: Extrato do Sisterleg Geo de 10/01/2012.

A principal inovação no georreferenciamento foi a consolidação do sistema Sisterleg Geo, que permite o gerenciamento e análise de todos os imóveis georreferenciados e recebidos pelo Terra Legal no âmbito de seus contratos.

Ocorre que no georreferenciamento, em que pese a eficácia do método e os ganhos de gestão com a criação de novos sistemas, modalidades e ferramentas, o MDA enfrenta as adversidades naturais da região quanto se trata da execução de atividades de campo, tais como: longos períodos chuvosos, dificuldades de deslocamento, extensão territorial, etc., o que muitas vezes tem gerado a desistência das Empresas. Desta forma, em alguns casos a execução do objeto original contratado atingiu níveis de 30% o que conseqüentemente gera impactos sobre os resultados previstos.

Visando minimizar tais ocorrências e tornar o processo cada vez mais eficaz o MDA atuou durante

o ano diretamente nas atividades das Comissões de Fiscalização, buscando uma presença efetiva e eficaz em campo, com ações niveladas e na tentativa de gerar soluções e correções em tempo real.

Merece destaque também o fato de que cerca de 10.000 imóveis georreferenciados nos anos de 2009 e 2010 não possuem as informações registradas no Sisterleg Geo, no que se refere a seus atributos como, por exemplo, o tamanho da área, em função das peças técnicas geradas se encontrarem nos escritórios estaduais do Terra Legal.

Como resultado das medidas adotadas, obtém-se:

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE IMÓVEIS RURAIS

Indicador do PPA	Previsão 2010	Realizado 2010	Previsão 2011	Realizado 2011
Imóvel regularizado (unid.)	108.394	240	82.509	650

Fonte: Extrato do Sisterleg Titulação de 06/01/2012.

* O indicador da ação na LOA 2009 área regularizada (ha)

O Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais tem como objetivo principal, promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos Territórios Rurais.

O Programa apóia ações conjuntas entre Municípios, Estados e organizações não governamentais, com investimentos em obras e serviços destinados às comunidades rurais, além de estimular o fortalecimento das organizações sociais locais (sindicatos e associações).

Especificamente para o Semiárido Nordestino, por intermédio do Projeto Dom Hélder Câmara, o programa atua com ações complementares de apoio à Reforma Agrária e Agricultura Familiar, buscando fortalecer processos locais participativos e solidários de construção social e desenvolvimento humano sustentável das famílias agricultoras beneficiárias.

Ao longo do ano de 2011, o Programa apoiou diretamente um total de 164 Territórios Rurais, selecionados nas 27 unidades da federação, abrangendo 2.500 municípios, com uma população de cerca de 52,2 milhões de pessoas (28,57 % do total brasileiro) e correspondendo a uma área de 5.046.045,5 km² (58,49 % da área total do país). Nestes territórios concentram-se 60,94 % dos beneficiários diretos das ações do MDA. Os recursos totais aplicados pelo Programa foram da ordem de R\$ 330,9 milhões, considerando os valores totais empenhados no exercício e os valores inscritos em Restos a Pagar – RAP de exercícios anteriores, pagos em 2011. Os Quadros 1 e 2 apresentam, respectivamente, uma síntese dos dados/resultados físicos e financeiros alcançados no exercício, para cada Ação Orçamentária que compõe o Programa.

SÍNTESE DOS DADOS FÍSICOS DO PROGRAMA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS EM 2011

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DADOS FÍSICOS			
	INDICADOR NO PPA	META 2011 (QUANTIDADE)	REALIZADO (QUANTIDADE)	%
Capacitação de Agentes de Desenvolvimento	Nº de agentes capacitados	17.400	29.641	170,35
Elaboração de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável PTDRS	Nº de PTDRS elaborados (1)	49	14	28,57
Apoio à Gestão dos PTDRS	Nº de Colegiados Territoriais consolidados	20	10	50,00
Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços nos Territórios Rurais	Nº de Territórios Rurais apoiados	164	138	84,15
Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária	Nº de Empreendimentos apoiados	26	395	1519,23
Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária no Semiárido do Nordeste – Projeto Dom Hélder Câmara	Famílias Beneficiadas	15.050	15.547	103,48

Fonte: SDT/MDA (em 11/01/2012) e Sigplan (em 11/01/2012)

Observação: (1) Número de novos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS a serem elaborados (Meta) e elaborados (Realizado) em 2011. Cumpre destacar que no período 2004/2011 foram elaborados 148 PTDRS.

No exercício de 2011, foram capacitados 29.641 agentes de desenvolvimento e foram concluídos 14 novos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, e com isto, um total de 148 territórios já dispõem dessa ferramenta de planejamento e gestão.

Com relação à Ação Orçamentária Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais, em 2011 foram contratados e empenhados 390 Planos de Trabalho envolvendo recursos da ordem de R\$ 171,1 milhões, beneficiando um total de 2.236 municípios associativismo, cooperativismo, assistência técnica e extensão rural, infraestrutura hídricas, centros de formação, infraestrutura social, dentre outros.

Na Ação *Fomento aos Empreendimentos Associativos e Cooperativos da Agricultura Familiar e Assentamentos da Reforma Agrária*. Em 2011, destacam-se a aplicação de recursos da ordem de R\$ 2,85 milhões no apoio aos empreendimentos associativos e cooperativos da agricultura familiar. No exercício em questão, um total de 395 empreendimentos associativos/cooperativos foram diretamente apoiados, destacando-se ainda os seguintes resultados:

- a) 800 dirigentes de cooperativas e cooperados capacitados, contribuindo para o fortalecimento da gestão social dos empreendimentos apoiados;
- b) apoio a 253 Bases de Serviços Técnicos¹ que prestam assessoramento especializado a empreendimentos associativos e cooperativos da agricultura familiar na área de inclusão produtiva e acesso a mercados/comercialização;
- c) 47 Planos de Negócios de Empreendimentos² apoiados;
- d) 65 Planos Territoriais de Cadeias Produtivas³ elaborados ou em fase de conclusão;
- e) apoio à elaboração de estudos, ao desenvolvimento de produtos, à participação ou realização de feiras, eventos e outras formas de organização da produção e de sua comercialização.

Em 2011, no tocante ao Projeto Dom Hélder Câmara – PDHC, foram aplicados recursos da ordem de R\$ 16,8 milhões e, entre os resultados obtidos no ano, destacam-se:

- 15.574 famílias beneficiadas com assistência técnica, multidisciplinar, permanente e ações de Mobilização para Gestão Social.
- Formação para 100 professores em Educação Ambiental nas Escolas, no Território do Sertão dos Inhamuns – CE.

¹ **Bases de Serviços Técnicos – BST:** são entidades que atuam na prestação de serviços para a agricultura familiar no que tange à **inclusão produtiva** e dinamização econômica.

² **Plano de Negócios de Empreendimentos – PNE:** Instrumento de planejamento microeconômico, ligado à política pública de inclusão produtiva e dinamização econômica nos territórios rurais.

³ **Plano Territorial de Cadeias Produtivas – PTC:** Instrumento ligado à política pública de inclusão produtiva e dinamização econômica nos territórios rurais que aplica o ferramental metodológico de cadeias produtivas a produtos priorizados pelos Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

- Planos de Manejo Ambiental e Produtivo: 77 Planos Ambientais e Produtivos Estratégicos realizados.
- Recuperação do Passivo Ambiental PDA / PRA⁴: 13 Planos elaborados, sendo 12 PDAs e 01 PRA, envolvendo e beneficiando 954 famílias.
- 28 Feiras Agroecológicas da agricultura familiar apoiadas diretamente pelo PDHC, com 294 feirantes (agricultores familiares que comercializam diretamente seus produtos nas feiras)
- 130 projetos financiados através do Fundo de Incentivos Ambientais – FIA⁵, beneficiando 1.483 famílias.
- 30 projetos financiados através do Fundo de Desafios, com fortalecimento da produção, beneficiamento e comercialização, sobretudo, nas cadeias produtivas de caju, algodão, frutas e hortaliças e mel, beneficiando 1.872 famílias.
- 03 Projetos de Campos de Aprendizagem implementados envolvendo 32 famílias.
- 400 novos cidadãos alfabetizados, entre jovens e adultos, nas áreas de atuação do Projeto Dom Hélder Câmara.

Em relação à ação Capacitação de Agentes de Desenvolvimento, apesar do baixo desempenho financeiro (17,42%), os resultados físicos (agentes de desenvolvimento capacitados) foram potencializados (170,35%) pela operacionalização de projetos financiados com recursos de exercícios anteriores e de Restos a Pagar, pagos em 2011.

No caso da ação Fomento Aos Empreendimentos Associativos/Cooperativos, apesar da execução financeira ter sido de 0% (zero pontos percentuais), os resultados físicos obtidos (empreendimentos apoiados) também foram extremamente potencializados pela operacionalização de projetos financiados com recursos de exercícios anteriores e de Restos a Pagar, pagos em 2011.

Para a ação Elaboração de Planos Territoriais, a meta física estabelecida na LOA 2011 (49 novos planos elaborados) não foi atingida uma vez que, dos 164 territórios rurais apoiados em 2011, 134 já haviam concluído seus planos até o final de 2010, ou seja, a meta física para 2011 deveria ser de no máximo 30 novos planos elaborados. Além disso, cumpre destacar que o processo de elaboração dos planos territoriais é participativo e envolve diversas atividades que demandam tempo para sua realização e tem seu tempo de execução fortemente influenciados pelo ritmo de atuação dos colegiados territoriais e pelo estágio de desenvolvimento dos

⁴ PDA – Plano de Recuperação de Assentamentos
PRA – Plano de Recuperação de Assentamentos

⁵ Projetos FIA: Biodigestor; Conservação de Solos; Ecofólio; Fossas sépticas; Manejo da caatinga; Meliponicultura; Plantas medicinais; Reflorestamento

territórios apoiados. Desta forma, não foi possível a conclusão, em 2011, dos 16 planos territoriais já em elaboração de maneira a completar 164 planos elaborados (100 % dos territórios apoiados). Esta conclusão está programada para 2012.

Em relação à ação Apoio à Gestão dos Planos Territoriais, da mesma forma que citado anteriormente, a meta física de 2011 (20 colegiados consolidados) não foi atingida, pois havia apenas 14 colegiados ainda não consolidados, sendo atingido ao final do exercício um total de 160 colegiados já consolidados no universo dos 164 territórios apoiados. Além disto, o impacto do baixo desempenho financeiro de 2011 para a presente ação orçamentária impactou o apoio ao fortalecimento dos colegiados territoriais e sua consolidação, com reflexos na obtenção de resultados físicos em 2011, que poderá se refletir também em 2012.

Finalmente cumpre destacar que os resultados físicos e financeiros da ação PDHC podem ser considerados bons, uma vez que com 79,28% de execução financeira foram alcançados 103,48% de desempenho físico (15.574 famílias beneficiadas).

Ao final de 2011, a reforma agrária contava com 8.863 assentamentos, estabelecidos em uma área de 87,5 milhões de hectares, beneficiando diretamente 931,6 mil famílias. No período de vigência do último PPA (2008 a 2011), foram criados 993 projetos de assentamento, em 13,3 milhões de hectares, com capacidade de assentamento de 97,2 mil novas famílias. Viabilizou-se assim neste período, o assentamento efetivo de 175,5 mil famílias (18,8% do total de famílias atualmente assentadas no País). Para atingir esses resultados foram ampliados os recursos destinados à obtenção de terras, com a execução efetiva de R\$ 2,7 bilhões em quatro anos.

Somente em 2011 foram empenhados R\$ 790,8 milhões para a ação Obtenção de Imóveis Rurais para a Reforma Agrária, por meio de desapropriações e compra de imóveis rurais, dos quais aproximadamente 92,7% foram efetivamente executados (R\$ 733,5 milhões), incorporando à reforma agrária 314,6 mil hectares obtidos de forma onerosa. Foi viabilizada assim, no decorrer deste ano, a criação de 117 novos projetos de assentamento, com área total de 2,5 milhões de hectares, disponibilizando 14.237 novas vagas para o assentamento de famílias. Já em relação à ação Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiadas do Programa de Reforma Agrária, que tem como objetivo identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais, foram executados no ano R\$ 2,9 milhões, com empenho de R\$ 3,1 milhões (R\$ 2,7 milhões liquidados), o que possibilitou o cadastramento de 42.152 mil famílias e o assentamento efetivo de 22.021 famílias.

Outra situação de destaque, do ponto de vista da obtenção de imóveis, refere-se aos 60 Decretos de Desapropriação que foram publicados em 2011, perfazendo 113,6 mil hectares que em breve serão incorporados à reforma agrária, com capacidade para assentar 2.739 novas famílias. A dotação inicial destinada para obtenção de terras em 2011, no montante de R\$ 530 milhões, foi suplementada de forma expressiva com mais R\$ 400 milhões, gerando uma dotação total de R\$ 930 milhões (85,0% empenhados). De outro lado, foi realizado o pagamento de indenizações iniciais no montante total de R\$ 518,1 milhões, para a obtenção de 167 imóveis, que beneficiarão aproximadamente 8.443 famílias, ao custo médio de R\$ 64 mil/família. Cumpre destacar que, em relação a 2010, houve um aumento significativo no custo do hectare obtido, que passou de R\$ 1.399,0 para R\$ 1.722,3 (aumento de 23,1%).

Atualmente, cerca de metade da área destinada para a reforma agrária (43,3 milhões de hectares), se constitui de projetos de assentamento ambientalmente diferenciados⁶ e unidades de conservação⁷, em sua maior parte situada na região da Amazônia Legal. No período de 2008 a 2011, mais de 82,8% da área incorporada à reforma agrária (11,0 milhões de hectares) foi destinada aos Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados/Unidades de Conservação, que baseiam sua exploração no extrativismo e na produção agroecológica, servindo principalmente às comunidades tradicionais, o que reafirma a preocupação e o empenho em relação ao desenvolvimento sustentável nas áreas de reforma agrária.

Ao longo de 2011, por meio da ação Vistoria e Avaliação para a Obtenção de Imóveis, foram vistoriados pouco mais de 1,9 milhões de hectares. Esta ação tem por objetivo a promoção, identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção para reforma agrária, bem como a efetiva verificação do cumprimento da função social das propriedades vistoriadas. Sua execução física, que inclui também a realização de perícias judiciais em 92 imóveis (162,0 mil hectares), bem como a imissão na posse em 55 imóveis (87,3 mil hectares), foi viabilizada a partir da execução de R\$ 6,5 milhões, contando com o empenho de recursos orçamentários previstos para o período no mesmo montante (R\$ 6,3 milhões), dos quais R\$ 5,9 milhões foram efetivamente liquidados.

⁶ Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto Agroflorestal (PAF).

⁷ Reservas Extrativistas (Resex), Florestas Nacionais (Flona) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

Outra ação de relevante importância se refere ao combate à venda de lotes da reforma agrária. A campanha "Reforma Agrária: Essa conquista não está à venda", lançada em 25 de novembro para coibir a venda de lotes em assentamentos, está sendo veiculada em nível nacional a partir de vídeo e peças publicitárias veiculadas na TV, revistas, rádios e portais da internet. Ressalta-se que, somente neste ano, o MDA efetuou, por intermédio do Incra, a vistoria da situação ocupacional de 28,2 mil lotes, verificando a sua efetiva ocupação, bem como implementando ações de retomada, quando constatadas irregularidades.

A ação Licenciamento Ambiental de Assentamentos de Reforma Agrária foi inserida no PPA 2008/2011, com vistas a viabilizar e agilizar a realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento dos projetos de assentamento; a obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio e de instalação e operação; bem como o pagamento de taxas relativas à expedição de licenças, publicações e averbação de áreas de Reserva Legal.

Nestes termos, a perspectiva ambiental passou a fazer parte da rotina de trabalho do Incra, sendo que no período de 2008 a 2011, 3.999 licenças foram protocoladas junto aos órgãos ambientais estaduais, com 2.490 licenças expedidas. Somente em 2011, 647 licenças foram protocoladas (incluindo as licenças renovadas) e 371 licenças foram expedidas (57,3% do total de licenças protocoladas), com a efetiva execução de R\$ 5,3 milhões. O empenho realizado para esta ação foi de R\$ 5,6 milhões (R\$ 3,3 liquidados), dos quais boa parte deverá ser utilizada na sua execução em 2012.

Além da ação de licenciamento ambiental, foram executados em 2011 R\$ 8,4 milhões em projetos de recuperação de áreas degradadas e manejo sustentável de recursos naturais com foco na preservação da biodiversidade, que está beneficiando diretamente mais de 34,1 mil famílias. O empenho de recursos orçamentários nesta ação atingiu R\$ 4,6 milhões (R\$ 1,2 milhão liquidados). Destaca-se que ainda restam R\$ 12,1 milhões de recursos garantidos para a execução desta ação (empenhos de 2011 e restos a pagar de exercícios anteriores), o que vai possibilitar a ampliação do seu espectro nos assentamentos no decorrer de 2012.

As ações de qualificação dos projetos de assentamento figuram como prioridade na implantação e desenvolvimento da reforma agrária, tendo sido ampliados e intensificados os investimentos voltados para assegurar qualidade de vida e condições sustentáveis de produção nos assentamentos. Nestes termos, o Governo ampliou os recursos para a assistência técnica aos assentados, mantendo também o foco na concessão de créditos instalação às famílias, bem como na implantação da infra-estrutura necessária,

contemplando assim a construção e reforma de casas e estradas, o abastecimento de água, dentre outros.

Em relação à ação Assistência Técnica e Capacitação de Assentados, somente em 2011 foram efetivamente aplicados R\$ 110,3 milhões em serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental na Reforma Agrária (ATES), com a garantia de investimento de outros R\$ 137,5 milhões (R\$ 111,8 milhões empenhados do orçamento de 2011 e outros R\$ 25,6 milhões inscritos em restos a pagar). Já os valores empenhados do orçamento do exercício passado atingiram R\$ 159,6 milhões (R\$ 47,8 milhões liquidados).

O total de recursos aplicados em relação a esta ação possibilitou o acompanhamento e orientação produtiva, social e ambiental a 288,1 mil famílias, bem como a conclusão de 175 Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA) e de 82 Planos de Recuperação de Assentamentos (PRA), que envolvem 17,2 mil famílias. De outro lado, a partir da aprovação da nova Lei de ATER, em janeiro de 2010, foram lançadas, somente em 2011, 21 chamadas públicas para a seleção e contratação de entidades prestadoras de serviços de ATER para a Reforma Agrária, visando atender 148,1 mil famílias em 16 estados, com valor total de 194,0 milhões. Ao final do ano, 3.712 projetos de assentamento estavam sendo atendidos com o serviço de ATES, por 3.009 profissionais contratados.

Em relação à ação de Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas, imprescindível para a implantação e desenvolvimento dos assentamentos, foram efetivamente disponibilizados em 2011⁸, R\$ 477,6 milhões, beneficiando diretamente 57,7 mil famílias. Deste total, 28,5 mil famílias estão sendo atendidas nas modalidades de construção ou recuperação de casas nos assentamentos, e outras 29,2 mil, pelas demais modalidades de Crédito Instalação, com destaque para o apoio inicial e o fomento, que visam à estruturação inicial das famílias. Ressalta-se ainda que outras 26,9 mil famílias foram beneficiadas com complementações de crédito para as modalidades que tiveram seus valores reajustados recentemente.

No período de 2003 a 2011, foram construídas ou reformadas cerca de 441,8 mil casas nos assentamentos de reforma agrária (194,7 mil no período de 2008 a 2011), sendo 23,3 mil somente em 2011. Destaca-se ainda, que o montante de

⁸ Dinheiro depositado em conta bloqueada das associações ou grupo de assentados para o pagamento dos investimentos previstos nas modalidades de Crédito Instalação, sendo sua movimentação autorizada apenas por meio de ofício de pagamento do Superintendente do Incra da regional correspondente.

R\$ 1,1 bilhão já se encontra garantido do ponto de vista orçamentário (R\$ 681,6 milhões empenhados em 2011 e R\$ 437,5 milhões de restos a pagar), não tendo sido efetivamente aplicados em função das restrições governamentais na liberação dos recursos financeiros, bem como outros aspectos operacionais.

Adicionalmente, devem ser registradas as atividades desenvolvidas no âmbito da ação Implantação e Recuperação de Infraestrutura básica em Projetos de Assentamento, que tem como objetivo prover ou recuperar os projetos rurais de infraestrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável, mediante ações, tais como a construção e recuperação de estradas e a implantação de sistemas de abastecimento de água. Em 2011, o investimento em infraestrutura básica dos assentamentos atingiu R\$ 221,6 milhões efetivamente executados, beneficiando mais de 37,9 mil famílias, com a construção ou recuperação de 3,4 mil km de estradas (21,4 mil famílias beneficiadas), a implantação de 261 sistemas de abastecimento de água (10,3 mil famílias beneficiadas), dentre outras obras.

Foram construídas ou recuperadas em 2011 no âmbito dos assentamentos de reforma agrária (3,4 mil km). Ressalta-se ainda que se encontram em execução, obras de infraestrutura que irão beneficiar outras 211,3 mil famílias, mediante a construção e reforma de 20,6 mil km de estradas e de 1.187 sistemas de abastecimento de água, dentre outras obras. Os recursos destinados para tais obras totalizam R\$ 368,9 milhões e já estão garantidos do ponto de vista orçamentário – R\$ 242,5 milhões empenhados em 2011 (dos quais R\$ 20,7 milhões foram liquidados) e R\$ 126,4 milhões de restos a pagar, dependendo fundamentalmente (tal como no crédito instalação), da liberação dos recursos financeiros.

Ressalta-se também a importante parceria realizada entre o Incra e o Ministério de Minas e Energia (MME) que, por meio do Programa Luz para Todos, desde 2003, permitiu acesso à energia elétrica para mais de 220,1 mil famílias. Em 2011, foi realizado um levantamento detalhado do passivo ainda existente em relação à energização, em todos os assentamentos sob a tutela do Incra, alcançando 235,6 mil famílias. Este passivo deverá ser atendido pelo Programa Luz para Todos, com a perspectiva de se zerar o déficit de energia elétrica nos assentamentos até o final de 2014.

Outra ação estruturante, incluída no programa Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento, é a de Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização, ação conhecida como “Terra Sol”, que busca viabilizar o incremento de renda nos projetos de assentamento por meio de atividades sócio-econômicas

sustentáveis, focadas nas áreas de agroindustrialização e comercialização, valorizando características regionais, experiências e potencialidades locais. Nessa ação foram aplicados R\$ 9,4 milhões, beneficiando diretamente 3,0 mil famílias, sendo que ainda há outras 30,9 mil famílias com projetos em execução. Os valores empenhados no exercício de 2011 atingiram R\$ 7,1 milhões, dos quais R\$ 3,2 milhões foram liquidados.

Corroborando ainda, enquanto ação estruturante dos assentamentos de reforma agrária, a Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento, ação esta que determina o perímetro dos assentamentos, as áreas dos seus lotes, bem como das Reservas Legais. É essencial para a aplicação de diversas políticas públicas facultadas às famílias assentadas e condicionante para o licenciamento ambiental dos assentamentos. Foram atendidas, em 2011, 25,4 mil famílias, em 266 projetos de assentamento, mediante a execução de R\$ 15,1 milhões. Os valores empenhados atingiram R\$ 8,8 milhões (liquidação de R\$ 2,0 milhões).

Apesar de não ter sido registrado em 2011, a consolidação de assentamentos de reforma agrária, foram intensificadas as ações consideradas como pré-requisitos para que tal ato seja efetuado, tais como: demarcação do perímetro (obrigatório) e das parcelas, quando existentes; concessão do crédito apoio à instalação; habitação para as famílias assentadas (oriundas do crédito habitação ou não); infraestrutura básica concluída (estradas de acesso, abastecimento de água para consumo humano e eletrificação rural); e a titulação definitiva em pelo menos 50% das famílias assentadas. Ressalta-se que também são avaliadas as condições de sustentabilidade econômico-social e ambiental das famílias assentadas, no processo de consolidação dos assentamentos, ações estas que exigem a atuação articulada de diversos setores.

Neste sentido, merece destaque a ação de Titulação, Concessão de Uso e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento, que, em caráter provisório ou definitivo, transfere o domínio de imóveis rurais em áreas de assentamentos para os beneficiários da reforma agrária ou entidades públicas ou privadas. Em 2011, foram executados R\$ 2,4 milhões, com a concessão de 46.539 títulos (394,9% da meta prevista na Programação Operacional de 2011), em sua grande maioria, títulos de concessão de uso, o que permite o acesso a diferentes políticas públicas, em especial o crédito destinado à instalação das famílias. Somente em 2011, foram empenhados nesta ação R\$ 2,4 milhões (R\$ 2,3 milhões liquidados). Já no período de 2008 a 2011, foram efetivamente executados R\$ 10,7 milhões, proporcionando a titulação de cerca de 140,6 mil famílias.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) vem apoiando o processo de

escolarização e formação dos assentados. Em 2011, 17,0 mil pessoas acessaram as ações de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Capacitação de Nível Médio e Superior nos Assentamentos. O Pronera já beneficiou diretamente, desde 1998, ano em que foi criado, pouco mais de 465 mil jovens e adultos no Brasil, sendo que no período de 2008 a 2011, 84,6 mil pessoas foram beneficiadas no âmbito deste Programa. Registre-se ainda que o Decreto nº 7.352/2010 instituiu o Pronera, autorizado pela Lei nº 11.947/2009. O valor executado em 2011 para esta ação atingiu R\$ 12,9 milhões, com empenho da ordem de R\$ 20,5 milhões (R\$ 7,9 milhões liquidados).

A ação Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos tem por objetivo regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso, incluindo a ratificação de títulos já emitidos, qualificando assim o ordenamento da estrutura fundiária.

Para enfrentar o grande passivo ainda existente em termos de regularização fundiária, o Incra vem trabalhando na adequação dos normativos internos com especial atenção aos procedimentos de georreferenciamento, de ratificação de títulos em área de fronteira e de destinação de terras em áreas desapropriadas para fins de regularização fundiária.

O número crescente de imóveis regularizados, que alcançou no período 2008 a 2011, mais de 172,7 mil imóveis regularizados, com execução da ordem de R\$ 49,6 milhões. Somente em 2011 foram empenhados R\$ 4,6 milhões (R\$ 1,5 milhões liquidados), possibilitando a regularização de 54.694 imóveis (fora da Amazônia Legal), num total de 1,3 milhões de hectares (88% somente no Ceará), o que denota o avanço e a importância desta política pública, que é desenvolvida em consonância com o Programa Brasil Sem Miséria, pois é reconhecidamente uma das mais importantes políticas de inclusão social. Neste sentido, há ainda outros 37,3 mil imóveis em processo de regularização (fora da região da Amazônia Legal), que devem ser efetivamente regularizados nos próximos anos.

Do ponto de vista do Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural, que visa auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais, foram executados em 2011, R\$ 1,6 milhões, com empenho de R\$ 3,2 milhões (R\$ 1,4 milhão liquidados). A partir de tal execução orçamentário-financeira, foi possível realizar a atualização cadastral de 364,9 mil imóveis, bem como a emissão de 2,4 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR).

Por fim, destaca-se a ação de Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, que se constitui em ação estruturante do ponto de vista da regularização fundiária de imóveis, uma vez que localiza geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, melhorando assim a qualidade e a consistência das informações cadastrais. A partir desta ação e da execução de R\$ 91,9 milhões, foi possível realizar o georreferenciamento de 6,3 mil imóveis, correspondendo a uma área de 2,6 milhões de hectares, além da certificação de 6,1 mil imóveis, em uma área de 9,6 milhões de hectares (ambas as execuções em regiões fora da Amazônia Legal). O empenho total realizado para esta ação em 2011 foi de R\$ 77,9 milhões (R\$ 15,6 milhões liquidados).

O indicador do Crédito Fundiário definido no PPA 2008-2011 é a Taxa de Participação do Crédito Fundiário na Reforma Agrária. O índice inicial estabelecido em 2003 foi de 4,5%, com a previsão de atingir 13,76% até o final do PPA 2008-2011. O resultado da apuração do índice acumulado até 2011 foi de 13,52%.

Desde 2008, o PNCF vem passando por uma reformulação. Até então, contava com o aporte parcial do Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial, visando financiar o acesso a recursos não-reembolsáveis para os Subprojetos de Investimentos Comunitários – SIC. Com a finalização do Acordo, foi publicado o Decreto nº 6.672/2008, que possibilita a aplicação de recursos nacionais na linha de financiamento Combate à Pobreza Rural - CPR, assegurando assim a continuidade do financiamento do SIC de forma não reembolsável às famílias mais vulneráveis à pobreza.

Em 2010, importantes avanços foram alcançados, principalmente devido aos esforços empregados para regulamentação das Resoluções CMN nº 3861/2010 e nº 3869/2010, que estabelecem a prorrogação de operações de crédito fundiário com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

Em 2011, ressalta-se também a publicação do Decreto 7.501 que permitiu o acesso das Associações beneficiárias do Programa aos recursos remanescentes dos Acordos de Empréstimo com o Banco Mundial, permitindo a recuperação e a consolidação de seus Projetos. Destaca-se também a recomposição do Fundo de Terras, via pagamento das parcelas pelos beneficiários, chegando em 2011 à cifra de R\$ 112,42 milhões, o que já constitui um recorde anual do Programa. Soma-se a isto a publicação da Norma de Execução para antecipação de dívidas que contribui para motivar a amortização das parcelas, bem como a execução da dívida dos Projetos que não conseguiram cumprir os objetivos.

O ano de 2011 também marcou uma maior aproximação dos executores diretos do Programa (Unidades Técnicas Estaduais) com os Agentes Financeiros, permitindo uma metodologia de trabalho que facilita o monitoramento da tramitação dos Projetos, fundamentada na realização de reuniões e oficinas de trabalho sistemáticas que visam facilitar, acelerar e dar maior segurança à tramitação e contratação das Propostas.

Em 2011, novos mecanismos de renegociação de dívidas foram implementados no PNCF por meio da Resolução CMN nº 4029/2011, assim as famílias que se encontram em condição de inadimplência poderão recuperar a sua capacidade de pagamento.

Durante a elaboração do PPA 2004-2007, 450 possíveis Territórios Rurais foram considerados como referência para a caracterização e cálculo dos índices previstos/estimados e dos índices alcançados em cada exercício, a partir dos resultados obtidos no ano, para cada indicador definido para o Programa. Assim, para o cálculo dos índices de referência para o período 2008-2011, foi previsto também uma gradual e constante

incorporação anual de novos Territórios Rurais ao Programa.

Em função de diversos fatores, entre eles as deficiências vivenciadas pela SDT/MDA em termos principalmente de recursos financeiros, humanos e materiais (espaço físico), a incorporação de novos territórios ao Programa não foi realizada conforme a previsão inicial, impactando desta maneira, no número total de territórios trabalhados anualmente e, consequentemente, no número de planos a serem elaborados, de colegiados a serem consolidados e territórios a serem apoiados com projetos de Infra-estrutura e serviços. Dessa forma, os índices inicialmente planejados poderão ser alcançados apenas com a expansão dos recursos para incorporação dos territórios previstos à época da formulação do indicador.

Para exemplificar essa análise, o índice previsto inicialmente para 2011, em relação ao indicador Taxa de Atendimento em Elaboração de PTDRS (60,0%) significa que deveríamos obter 270 planos territoriais elaborados até o exercício em questão (60,0% dos 450 possíveis territórios rurais no Brasil).

4.17. PREVIDÊNCIA SOCIAL**4.17.1 MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

A Previdência Social é um direito social, previsto na Constituição Federal entre os Direitos e Garantias Fundamentais, que garante renda não inferior ao salário mínimo ao trabalhador e a sua família a fim de atender as seguintes situações:

- I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada;
- II - proteção à maternidade, especialmente à gestante;
- III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;
- IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;
- V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

É organizada em três regimes distintos, independentes entre si: Regime Geral - RGPS (art. 201, CF/88), Regime Próprio dos Servidores Públicos - RPPS (art. 40, CF/88) e o Regime de Previdência Complementar - RPC (art. 202, CF/88). Os dois primeiros regimes, RGPS e RPPS, são públicos e obrigatórios. O RPC é privado e facultativo, dividido em dois segmentos: a) operado por seguradoras e Entidades Abertas de Previdência Privada - EAPP, com acesso individual e supervisionado pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, do Ministério da Fazenda, e; b) operado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, também conhecidas como fundos de pensão, que operam Planos de Benefícios destinados aos empregados de empresa ou grupo

destas, denominadas patrocinadoras, bem como aos associados ou membros de associações, entidades de caráter profissional, classista ou setorial, denominados de instituidores. Os fundos de pensão são supervisionados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, do Ministério da Previdência Social.

No que concerne à execução orçamentária, a função Previdência Social refere-se às despesas e investimentos realizados pelo Ministério da Previdência Social e suas entidades vinculadas, por meio das seguintes Unidades Orçamentárias: Ministério da Previdência Social – MPS; Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS; Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, e; Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – Dataprev.

O Ministério da Previdência Social também realiza despesas na função Encargos Especiais, e em 2011 registrou uma execução de R\$ 7,5 bilhões, referentes a cumprimento de sentenças judiciais, amortização e encargos da dívida externa e contribuição para o custeio do RPPS, um aumento de 35,38% em comparação ao executado em 2007, em valores nominais.

O demonstrativo a seguir apresenta a execução orçamentário-financeira da função Previdência Social entre os anos de 2007 e 2011.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA • FUNÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL – 2007/2011

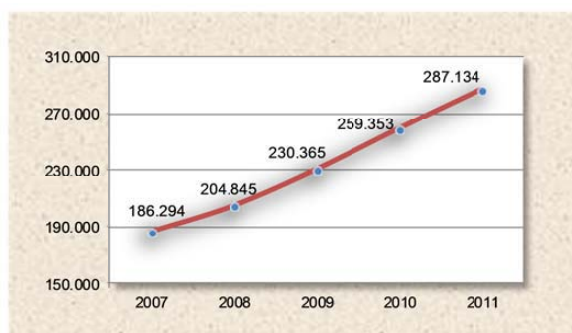
PREVIDÊNCIA SOCIAL		R\$ milhões					
		2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
OFSS	No Exercício ¹	186.294	204.845	230.365	259.353	287.134	1.167.991
	RPNP ²	203	248	285	460	382	1.577
OI ³		8	25	111	101	26	273

Fonte: Slafi/2012, Siest e LDO dos anos respectivos.

¹Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

²Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

³Despesa realizada no exercício.



Nota-se a expansão gradual das despesas em valores nominais, comportamento previsível, uma vez que, em todos os anos examinados, mais de 95% do valor executado referem-se a pagamento de benefícios previdenciários.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FINANCEIRA
POR SUBFUNÇÃO / FUNÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL - 2011**

SUBFUNÇÃO	R\$ milhões	
	Execução da Função Previdência Social por Subfunções	
	Liquidado	%
Subfunções Típicas	281.610	98,08
Previdência Básica	275.739	96,03
Previdência do Regime Estatutário	4.663	1,62
Previdência Especial	1.208	0,42
Outras Subfunções	5.524	1,92
TOTAL	287.134	100,00

Fonte: Siafi/2012

A distribuição das despesas por subfunção em 2011 foi a mesma verificada nos anos anteriores, com mais de 96% concentrados em "Previdência Básica", onde estão alocadas as despesas com pagamentos de benefícios do RGPS, operado pelo INSS.

No âmbito do RGPS, os resultados de 2011 apontam para um crescimento da arrecadação líquida previdenciária em patamar superior ao pagamento de benefícios previdenciários. Em 2011, a arrecadação líquida previdenciária acumulada foi de R\$ 245,9 bilhões, um aumento de 16% em comparação a 2010, enquanto o pagamento de benefícios previdenciários acumulado foi de R\$ 281,4 bilhões, o que representa um aumento de 10,4% em relação ao ano anterior. Dessa forma, a necessidade de financiamento em 2011 foi de R\$ 35,5 bilhões, uma redução de 17,1% em relação a 2010.

Visando a melhoria na qualidade dos serviços prestados ao segurado, o Instituto Nacional do

Seguro Social (INSS) implementou uma série de medidas ao longo dos últimos anos, de modo a combater a formação de filas nas portas das Agências da Previdência Social (APS), reduzir o tempo de espera para o atendimento e promover o reconhecimento automático dos direitos previdenciários.

O direcionamento do atendimento das APS para os Canais Remotos (Internet e Central 135) garantiu comodidade ao cidadão e maior qualidade na prestação dos serviços. Atualmente, o segurado pode agendar o seu atendimento com hora marcada e pode escolher a APS de sua preferência. Em 2011 foram registradas mais de 6,5 milhões de ligações mensais para a Central 135, um aumento considerável em relação aos 5,6 milhões de ligações/mês registrados em 2010.

No âmbito da Previdência Complementar, o sistema fechado de previdência complementar brasileiro conta, atualmente, com 338 Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, 1.091 planos previdenciários, 3 milhões de participantes, assistidos e beneficiários e um patrimônio de R\$ 580 bilhões. A participação dos ativos da previdência complementar fechada em relação ao PIB brasileiro alcançou, em 2011, cerca de 14% do PIB. Ao longo dos últimos anos, a previdência complementar fechada brasileira conseguiu se firmar como o oitavo maior sistema do mundo em relação ao seu ativo total.

PROGRAMAS ESTRUTURANTES

Em 2011, o Ministério da Previdência Social foi responsável pela gestão de 7 programas de governo, sendo 6 finalísticos e um de gestão e administração do próprio Ministério. Dos 7 programas, 4 tiveram desempenho abaixo de 60%, quando considerado o volume de recursos liquidados em relação à dotação autorizada.

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO POR PROGRAMA – 2011

PROGRAMA	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	R\$ mil %
Previdência Social Básica	277.409.598	276.147.299	99,54%
Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União	1.268.585	1.209.125	95,31%
Previdência Complementar	23.376	18.959	81,11%
Educação Previdenciária	1.885	1.129	59,88%
Gestão da Política de Previdência Social	70.512	37.426	53,08%
Qualidade dos Serviços Previdenciários	308.960	130.780	42,33%
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal	6.406	1.941	30,29%
TOTAL	279.089.323	277.546.658	99,45%

Fonte: Siafi/2012

O quadro a seguir apresenta o desempenho dos indicadores dos programas sob responsabilidade do Ministério da Previdência Social nos anos de 2010 e 2011, bem como a estimativa prevista no PPA 2008-2011. Dos 12 indicadores existentes, 4 apresentaram resultado acima da meta prevista no PPA, 6 ficaram abaixo da meta e outros 2 ainda não tinham sido disponibilizados quando da realização deste relatório.

DESEMPENHO DOS INDICADORES – 2010/2011

PROGRAMA	INDICADOR	UNIDADE MEDIDA	2010	2011	META PPA
Educação Previdenciária	Cobertura Social	Percentual	67,00	indisponível	65,33
Previdência Complementar	Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	Percentual	15,02	14,23	18,00
	Indicador de Solvência	Percentual	1,22	1,16	1,00
Previdência Social Básica	Taxa de Proteção da População acima de 60 anos pela Previdência	Percentual	89,41	79,72	77,50
	Taxa de Retorno de Segurados Reabilitados para o Mercado de Trabalho	Percentual	55,32	58,45	70,00
	Taxa de Solução de Demandas	Percentual	96,16	94,70	77,00
	Taxa de Solução dos Processos em Estoque no Conselho de Recursos da Previdência Social	Percentual	76,00	82,01	85,00
Qualidade dos Serviços Previdenciários	Pesquisa de Satisfação do Usuário	Nota média 1/10	8,90	não apurado	9,00
	TMC - Tempo Médio de Concessão	Dia	25,00	28,00	15,00
	TME - Tempo Médio de Espera	Minuto	35,23	33,23	10,00
	TMEA - Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado	Dia	15,00	21,00	28,00
Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal	Taxa de Variação da Necessidade de Financiamento dos Regimes Próprios de Previdência	Percentual	2,50	17,18	2,40

Fonte: SIGPlan, MPS, INSS e Previc.

PREVIDÊNCIA SOCIAL BÁSICA

O programa Previdência Social Básica abrange todas as despesas do Fundo do Regime Geral da Previdência Social e demais despesas relacionadas à manutenção e ao pagamento de benefícios, e tem por finalidade garantir o reconhecimento dos direitos previdenciários e a regularidade do pagamento dos benefícios aos segurados do Regime Geral de Previdência Social e seus dependentes.

Ao assegurar o acesso à Seguridade Social sob a perspectiva da universalidade e da equidade, a Previdência Social representa importante papel social, econômico e político:

- **Social:** oferece proteção e dignidade ao trabalhador, protegendo-o durante sua vida laboral e depois, quando não puder mais desempenhar suas funções, garantindo seu sustento e de seus dependentes;
- **Econômico:** movimenta a economia nacional ao injetar recursos em grande parte dos municípios brasileiros. Em cerca de 2 em cada 3 municípios brasileiros, esses recursos representam valores superiores aos disponibilizados pelo Fundo de Participação dos Municípios e garantem a movimentação do comércio e serviços nessas localidades;
- **Político:** promove a paz social, respeitando os direitos individuais.

A execução do programa no exercício de 2011 teve o aporte de recursos no montante de R\$ 277,41 milhões, dos quais foram executados R\$ 276,14 milhões, o que representa 99,54% do orçamento.

Em dezembro 2011, a Previdência Social alcançou cerca de 29 milhões de benefícios previdenciários emitidos e foram concedidos, em 2011, 4,47 milhões benefícios previdenciários e acidentários. Desse total, 52,48% referentes ao auxílio-doença, 33,76% referentes às aposentadorias e pensões e 13,76% representam outros tipos de benefícios. Não estão representados nesses percentuais os benefícios assistenciais operacionalizados pelo Instituto Nacional do Seguro Social, por integrar outra função governamental de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

No processo de monitoramento de benefícios em manutenção, dos 134.898 benefícios analisados em 2011, 50.699 mostraram-se irregulares. Essas constatações de irregularidade (parciais ou totais) resultaram num total de R\$ 557.238.477,39 a serem devolvidos ao INSS.

Além disso, em relação à ação Regularização e Desimobilização de Imóveis, foram alienados 58 imóveis em 2011, o que arrecadou a quantia de R\$ 112.848.316,92 para o Fundo do Regime Geral de Previdência Social.

O trabalho desenvolvido em relação às ações judiciais ajuizadas contra o INSS permitiu a obtenção de importantes vitórias em vários temas relevantes que envolviam a Previdência Social. Como exemplos: a decisão do Supremo Tribunal Federal contrária à revisional com fundamento do art. 29, § 5º, da Lei n.º 8.213/91; o acordo na Ação Civil Pública que tratava da "revisional do teto", o que evitou o ajuizamento de inúmeras ações individuais e permitiu a melhor administração do orçamento da Previdência Social; a decisão proferida pela turma nacional de uniformização dos Juizados Especiais Federais quanto à tese da decadência antes de 1997; o ajuizamento da primeira ação regressiva de trânsito; a arrecadação de mais de R\$ 1 milhão de reais nas ações regressivas acidentárias; e, ainda, o reconhecimento de repercussão geral pelo Supremo Tribunal Federal - STF de várias questões, o que resultou no sobrestamento do curso dos processos que tramitam nos tribunais e juízes sobre a mesma matéria, com isso evitando uma série de decisões contraditórias entre si.

No ano de 2011, também foi realizada reunião com os representantes técnicos da reabilitação profissional, da perícia médica e do serviço social das cinco Superintendências Regionais do INSS, objetivando a integração das áreas e o alinhamento do trabalho, tendo sido também discutida a evolução

do Projeto de Revitalização da Reabilitação Profissional e suas implicações.

Além disso, equipes de reabilitação profissional cumpriram a determinação de efetuar, com os segurados desligados, a Pesquisa da Fixação no Mercado de Trabalho para retorno ao trabalho, conforme previsto no Decreto nº 3.048/99. O serviço de Reabilitação Profissional registrou 51.670 segurados, de forma que elegeu 30.486 para cumprir programa de Reabilitação Profissional e reabilitou 17.255 beneficiários da Previdência Social, que representa 56,59% dos segurados eleitos para o programa.

INDICADORES DO PROGRAMA

Taxa de Proteção da População acima de 60 anos pela previdência

O índice apurado em 2011 para esse indicador foi de 79,72%, resultado acima do previsto para o período (77,5%), porém inferior ao alcançado em 2010, que foi de 89,41%. Apesar de o resultado estar aquém do obtido no exercício anterior, para esta parcela da população não é verificada demanda reprimida para o atendimento e reconhecimento do direito.

Taxa de Retorno de Segurados Reabilitados para o Mercado de Trabalho

O resultado do indicador obtido no ano de 2011 foi 58,45 %, valor inferior ao previsto para o período (70%), contudo superior ao resultado de 2010, que foi 55,32%. Dentre os fatores que dificultaram o atingimento da meta prevista destaca-se a restrição orçamentária para deslocamento de servidores, o que comprometeu a realização de supervisões, além da dificuldade nos processos de aquisição de cursos e de órteses e próteses, responsáveis pelo preparo profissional e consequente retorno do segurado ao mercado de trabalho. Entretanto, o INSS buscou, em 2011, uma atuação mais integrada, com o objetivo de buscar soluções que permitissem a agilização dos processos licitatórios, que são obrigatórios para a aquisição de recursos materiais. Além disso, houve um aumento percentual de 13,3% das equipes fixas de reabilitação profissional, passando de 361 equipes em 2010 para 409 equipes em 2011.

Taxa de Solução de Demandas

O índice obtido em 2011 foi de 94,70%, resultado acima da previsão estabelecida para o período (77%), porém inferior ao resultado obtido em 2010, que foi de 96,16%. Ainda que o resultado apurado tenha sido levemente inferior ao de 2010, as ações adotadas no ano de 2011, aliadas às demais medidas incluídas no Plano de Ação do INSS, permitiu o alcance de resultados positivos e

possibilitou que fosse superada a meta estabelecida para o exercício.

Taxa de Solução dos Processos em Estoque no Conselho de Recursos da Previdência Social

O índice apurado em 2011(82,01%) esteve aquém da meta estipulada no PPA 2008-2011 (85%), contudo, representou uma significativa melhora em relação ao índice apurado em 2010 (76%).

QUALIDADE DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS

A Previdência Social estabeleceu como meta de trabalho a qualidade do atendimento, que vem sendo amplamente demandada pela sociedade. O Programa de Qualidade dos Serviços Previdenciários objetiva melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social, atendendo às necessidades dos cidadãos-usuários conforme as expectativas individuais e coletivas da sociedade.

Dessa forma, as ações desse programa visam promover investimentos que enfoquem, principalmente, a adequação e expansão da rede de atendimento, melhorias de tecnologia da informação, promoção do alinhamento institucional e transparência da gestão, e reestruturação de procedimentos e processos, visando dar celeridade aos processos finalísticos para melhorar a qualidade dos serviços prestados nas unidades.

Dentre as ações do programa, destacam-se: Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS, que contempla o Plano de Expansão da Rede de Atendimento (PEX) e outras obras de modernização; reformas e adaptações das unidades do INSS, garantindo mais conforto aos usuários e servidores, assim como a acessibilidade de pessoas com deficiência; Gestão da Melhoria Contínua, que visa promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos-usuários, por meio de atendimento programado, seletivo e resolutivo; e Previdência Eletrônica, que visa fornecer ao usuário prestação de informações e serviços previdenciários por meios eletrônicos, realizados pela Internet e pela Central de Teleatendimento 135, buscando oferecer agilidade e comodidade aos cidadãos-usuários.

A execução do programa no exercício de 2011 teve o aporte de recursos no montante de R\$ 308,96 milhões, dos quais foram executados R\$ 130,77 milhões. Dessa forma, a execução financeira do programa ficou em torno de 42,33% do orçamento.

Em relação à Gestão da Melhoria Contínua, que visa promover a excelência no atendimento por meio de planejamento, gestão dos processos e controle e avaliação das unidades, foi realizada a avaliação em 1.200 agências de previdência social, que representa 100% da meta prevista. Com isso, foi possível promover o alinhamento de procedimentos,

além de avaliação das ações realizadas em 2011 e perspectivas e projetos para 2012.

Além disso, o segurado da Previdência Social possui, atualmente, a facilidade de agendar o dia e hora do seu atendimento por meio da Central Telefônica 135 ou pela Internet, sem a necessidade de deslocar-se até uma Agência da Previdência Social (APS), garantindo maior comodidade nesse processo.

A organização de requerimentos de benefícios mensais em agendas facilita a identificação prévia do segurado e otimiza o tempo de atendimento. Em 2011, a Central 135 atendeu 46,4 milhões de ligações, e o tempo médio de espera para o atendimento agendado nacional, em dezembro de 2011, ficou em 21 dias. No ano de 2011, foram atendidos mais de 45,5 milhões de cidadãos de forma presencial nas unidades de atendimento em todo Brasil.

Em relação às ações Instalação de Unidade de Funcionamento do INSS, que contempla o Projeto de Expansão da Rede de Atendimento do INSS (PEX), e Reformas e Adaptações das Unidades do INSS, foi programada a construção de novas agências em municípios de todas as regiões, bem como a recuperação das unidades de atendimento do INSS por meio de obras de reforma e construção de novos prédios, para transferir agências que funcionavam em prédios alugados. Em 2011, foram entregues 187 obras, das quais 128 referem-se a novas unidades do PEX, 45 são reformas e adaptações em unidades existentes e 14 são construções não contempladas no PEX, algumas dessas direcionadas para a substituição de unidades locadas ou cedidas.

O reconhecimento automático de direitos também integra o processo de mudanças em busca da melhoria da qualidade do atendimento prestado ao segurado, de forma que a análise para a concessão de benefícios, quando de direito, pode ser realizada em até meia hora para os trabalhadores urbanos que requerem aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição e salário-maternidade. O índice de benefícios habilitados e formatados no mesmo dia, exceto os que dependem de perícia médica, foi de 51,21% em dezembro de 2011.

O Serviço de Ouvidoria aos Usuários da Previdência Social representa outra importante ação deste programa, com objetivo de disponibilizar canal direto de comunicação entre a Instituição e o cidadão, pois assegura o direito de o cidadão manifestar-se sobre a atuação da Previdência Social e de orientar-se a respeito de demandas e processos, ampliando o controle social. Essa manifestação do cidadão pode ser na forma de reclamações, sugestões, denúncias e elogios.

A análise do conteúdo das manifestações, recebidas dos usuários, possibilita que novas ações de melhoria sejam implantadas, principalmente com relação aos projetos de otimização da concessão de benefícios e melhoria do atendimento ao público. No período de agosto/1998, mês de sua criação, até dezembro/2011 foram cadastradas 2.148.266 manifestações, das quais 98,27% foram solucionadas.

Em 2011 a Ouvidoria-Geral da Previdência Social recebeu um total de 184.964 manifestações novas, que resultaram em uma média de atendimento de 15.413 manifestações/mês. Em relação ao total de novas manifestações a Ouvidoria-Geral respondeu diretamente ao cidadão, sem encaminhar a área técnica solucionadora, cerca de 65% das manifestações, com um tempo médio de resposta de 4 dias. Além das solicitações novas, a OUGPS atendeu (processou) mais 17.580 manifestações de períodos anteriores que somadas às manifestações recebidas no ano totalizaram 202.544 manifestações solucionadas (finalizadas) em 2011.

INDICADORES DO PROGRAMA

Pesquisa de Satisfação do Usuário

A pesquisa é realizada a cada dois anos, sendo que as Centrais de Teleatendimento estão sendo estruturadas para a mensuração permanente do nível de satisfação do usuário. Uma pesquisa de opinião foi realizada nos meses de dezembro/2010 e janeiro/2011, e a nota apurada para 2010 foi 8,90 (0 a 10). O resultado previsto para o ano de 2010 era de 8,80. Não houve apuração de resultados para o ano de 2011.

Tempo Médio de Concessão (TMC)

O indicador finalizou o exercício em 28 dias, valor acima da meta prevista (15 dias). Deve ser destacado que, em 2011, o INSS atravessou um período de instabilidade de sistemas, o que prejudicou o resultado do indicador e o atingimento da meta prevista.

Tempo Médio de Espera (TME)

Em relação ao TME, o resultado do índice em 2011 foi de 33,23 minutos, um decréscimo de 6% em relação ao tempo registrado em 2010. O valor previsto para 2011 era de 10 minutos. A meta estipulada não foi alcançada, entretanto, já se encontram em andamento medidas para reduzir o elevado número de atendimentos espontâneos realizados nas Agências, mediante a sua inclusão no agendamento prévio, por meio da oferta de mais serviços pelos canais remotos de atendimento e pela parceria com outros órgãos e entidades, reduzindo a quantidade de pessoas dentro das agências, e, consequentemente, agilizando o atendimento.

Tempo Médio de Espera de Atendimento Agendado (TMEA)

O indicador registrado em 2011 foi de 21 dias, que superou as expectativas previstas para 2011, uma vez que era esperado um resultado de 28 dias.

EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Em 2011, houve continuidade das ações para incentivar a inscrição no sistema previdenciário e esclarecer sobre os canais e critérios de acesso aos benefícios, a fim de agilizar a formalização da inscrição, a prestação dos serviços e proporcionar maior comodidade aos usuários. Dentre as principais ações do programa, destacam-se a formação de disseminadores externos de informações previdenciárias e a promoção de ações de conscientização e informação previdenciária.

Ao longo do exercício, as ações foram direcionadas aos trabalhadores domésticos, empreendedores individuais, trabalhadores da construção civil, em razão de serem as ocupações mais desprotegidas, além dos trabalhadores rurais, com objetivo de divulgar o Cadastro do Segurado Especial, e das donas de casa, para fomentar a inscrição no RGPS.

Em continuidade ao incremento dos cursos de formação de disseminadores com a utilização das ferramentas de ensino a distância, e com intuito de ampliar a rede de disseminadores junto às instituições de ensino formal e profissionalizante, o projeto Educação Previdenciária nas escolas foi estendido para a Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul. Nesse mesmo sentido, iniciou-se o desenvolvimento do curso de Educação Previdência para empresas, que pretende fortalecer a relação junto às empresas e empregadores.

O Programa de Educação Previdenciária (PEP) realizou em 2011, 8.407 ações educativas, prestando informações previdenciárias a 684.415 pessoas e formando 11.435 pessoas para atuarem como disseminadores externos dessas informações, o que amplia ainda mais as possibilidades de acesso à informação previdenciária. Em 2011 foram realizadas ações nacionais direcionadas às mulheres, trabalhadores domésticos, caminhoneiros, feirantes, idosos, alunos e professores.

Com objetivo de ampliar a atuação do Programa, o INSS mantém parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural - PNDTR), a Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade Racial da Presidência da República (programa Brasil Quilombolas, Comunidades Ciganas e Matrizes Africanas), Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (Mobilização para o Registro Civil de Nascimento, Comunidade LGBT, entre outros) e com o Serviço Brasileiro de Apoio ao

Empreendedor e Pequeno Empresário, levando informação aos brasileiros para garantir seus direitos previdenciários.

A execução do Programa no exercício de 2011 teve o aporte de recursos no montante de R\$ 1,88 milhão, do qual foi executado R\$ 1,12 milhão, o que representa 59,88% do orçamento.

INDICADORES DO PROGRAMA

Taxa de Cobertura Social (Previdenciária)

Índice para 2011 ainda não está disponível, uma vez que a divulgação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2011 está prevista para setembro de 2012, sendo dado fundamental para cálculo do índice e divulgação da taxa de cobertura.

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Durante todo o ano de 2011, foram desenvolvidas ações com o objetivo de estimular medidas de expansão do sistema de previdência complementar, além de iniciativas voltadas para a adequação da legislação vigente, tendo como prioridade a aprovação do Projeto de Lei nº 1992/2007, o qual pretende instituir o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos da União.

O projeto de lei que regulamenta os §§ 14, 15 e 16 do artigo 40 da Constituição Federal, com a instituição para o Regime Próprio de Previdência Social do Servidor Público – RPPS, o limite de benefícios aplicado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS e autoriza a criação de uma Fundação de Previdência Complementar do Serviço Público Federal – Funpresp, nos mesmos moldes e regras das EFPC, foi foco de intenso trabalho envolvendo a realização de diversas ações, como: estudos técnicos, simulações, seminários, palestras, produção de textos informativos, debates e audiências públicas. A proposta, em tramitação no Congresso Nacional (PL 1992/2007), foi aprovada na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público - CTASP da Câmara dos Deputados, com os aprimoramentos decorrentes do processo negocial, num texto substitutivo, e deverá ser a primeira matéria a ser votada na próxima sessão legislativa, que se inicia em fevereiro de 2012.

Para custeio da Ação de Gestão e Administração do Programa, no âmbito do Ministério da Previdência Social, foi autorizado o montante de R\$ 626.123,00, conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA+Créditos). No entanto, houve o contingenciamento nos valores da ação reduzindo drasticamente o inicialmente previsto para R\$ 154.821,00, o que refletiu no andamento dos trabalhos da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar, responsável pelo gerenciamento da ação.

Em 04 de outubro de 2011 foi ampliado o limite de empenho, mas já não havia tempo hábil para implementar os projetos não priorizados em razão das limitações impostas pelo Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2011, o montante disponível para empenho era de R\$ 206.896,00, sendo executado o valor de R\$ 172.809,12, correspondendo a 83,52% do limite estipulado.

A Ação de Funcionamento dos Órgãos Colegiados da Previdência Complementar: Conselho Nacional de Previdência Complementar e Câmara de Recursos da Previdência Complementar, com os limites fixados pela Lei Orçamentária Anual (LOA+Créditos) de R\$ 519.152,00, teve disponibilizado o montante de R\$ 269.086,00, após contingenciamento nos valores inicialmente previstos.

Diante desta restrição financeira, houve redução no número de reuniões previstas para o ano de 2011. Portanto, em 31 de dezembro de 2011, o limite disponível para empenho era de R\$ 266.712,00, sendo realizado o valor de R\$ 219.936,32, correspondendo a 82,46% do total.

Quanto à atuação do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), foram realizadas 6 (seis) reuniões, sendo 4 (quatro) Ordinárias e 2 (duas) Extraordinárias, e aprovadas 6 (seis) Resoluções e 1 (uma) Portaria. A Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC) realizou 12 (doze) reuniões ordinárias. Foram julgados 76 (setenta e seis) recursos e recebidos 18 (dezoito) Embargos de Declaração e estão conclusos com relatores 34 (trinta e quatro) recursos. Ainda sobre o CRPC, foi aprovado o seu Regimento Interno pela Portaria MPS nº 282, de 31 de maio de 2011, que regulamentou as competências e atribuições para o colegiado.

Em relação à promoção da Educação Previdenciária Complementar foram elaborados: um Guia com o tema - "Fundos de Pensão: O futuro começa agora!", dirigido para a sociedade em geral com uma linguagem acessível que trata dos principais conceitos abordados no Regime de Previdência Complementar e um Encarte com o tema "Fundos de Pensão – Instituidor", voltado para os associados de entidades de classe, com o mesmo intuito de prestar informações básicas sobre o RPC para esse público específico. No total foram enviados mais de 25 mil exemplares do Encarte para agentes de mercado e disponibilizado no sítio eletrônico do MPS para consulta pública.

A Ação de Estudos e Pesquisas no Âmbito de Previdência Complementar teve como limite de empenho inicialmente disponibilizado o montante de R\$ 254.723,00, de acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA+Créditos).

Entretanto, houve o contingenciamento nos valores da ação reduzindo o limite inicialmente previsto para R\$ 176.093,00, inviabilizando a contratação de profissionais e empresas especializadas em Regime de Previdência Complementar Fechado para elaboração de estudos.

Ressalta-se que parte dos estudos e pesquisas previstos para o ano de 2011 foram realizados pelos técnicos e servidores desta Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC, ou em parcerias com as Entidades ou representantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2011, o montante disponível para empenho era de R\$ 176.093,00, não havendo execução do limite de empenho disponibilizado, conforme citado anteriormente.

A principal ação de governo associada ao programa Previdência Complementar - Fiscalização das EFPC

- a qual visa supervisionar e fiscalizar as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, reguladas pelas leis Complementares nºs 108 e 109, aplicando, quando necessário, as devidas penalidades, registrou nível satisfatório de realização em relação à meta física estimada.

A execução orçamentária frente à fixação mostra um histórico de baixa execução, face à restrição imposta no gasto com diária e passagem, principais insumos para a realização da atividade e, ainda, circunstâncias administrativas relacionadas principalmente à reestruturação das unidades descentralizadas e eventos com programação que depende de ocorrências de fatos relacionados às atividades de fiscalização das EFPC (comissões de inquérito, liquidação/intervenção de EFPC e a manutenção e funcionamento dos escritórios), os quais não ocorreram.

**DESEMPENHO DA AÇÃO FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES DE
PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – 2008/2011**

(R\$ mil)

Fiscalização das Entidades de Previdência Complementar		2008	%	2009	%	2010	%	2011	%
FÍSICO	Previsto	164	85,37	86	95,35	67	92,54	90	87,78
	Realizado	140		82		62		79	
FINANCEIRO	Previsto	3.215	12,35	1.915	18,86	3.300	20,74	463	51,93
	Realizado	397		361		684		240	

Fonte: Siafi Gerencial - CGRH/DIRAD/PREVIC.

A lei de origem da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc criou a Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – Tatic, a qual oportunizou a geração de recursos adicionais a partir do exercício de 2010. Os recursos arrecadados da TATIC, nos exercícios de 2010 e 2011, somaram, respectivamente, R\$ 25,2 milhões, arrecadação de dois quadrimestres, em face da noventena da lei (2009) e R\$ 39,8 milhões, arrecadação de três quadrimestres. Estimou-se uma arrecadação orçamentária de receita tributária para o exercício de 2011 na ordem de R\$ 36 milhões; registrou-se um superávit de 10,55% sob a receita prevista para esse último exercício.

INDICADORES DO PROGRAMA

Taxa de Ativos Totais das Entidades Fechadas de Previdência Privada em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB)

O índice estimado para 2011 ficou em 14,23, abaixo da meta prevista no PPA 2008-2011, que era de 18%. Relativamente aos resultados do indicador, destaca-se como fator determinante o comportamento do índice Ibovespa, tendo em vista que significativa parcela dos ativos dos fundos de pensão é alocada em investimento de renda

variável. Nesse sentido, tendo em vista que nos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011 o Ibovespa apresentou variação de -41,22%, 82,66%, 1,04% e -17,94%, respectivamente, resta evidenciada a correlação existente entre aquele índice e este indicador, o que explica o distanciamento entre o resultado observado para 2011 e a meta estimada.

A análise da taxa de ativos totais das EFPC em relação ao PIB permite verificar a evolução do regime de previdência complementar fechado e é o único indicador que possibilita a comparação com regimes de previdência privada existentes em outros países, mesmo que de forma relativa (no Brasil a previdência complementar é facultativa e em alguns países é obrigatória). Além disso, permite medir a taxa de poupança interna decorrente dos investimentos dos fundos de pensão.

Índice de Solvência

O índice de 2011 ficou em 1,16%, acima da meta estimada do PPA 2008-2011, que era de 1%. Este indicador mede a capacidade econômica e financeira das EFPC frente ao seu passivo atuarial, ou seja, se os recursos garantidores dos fundos de pensão são suficientes para cobrir as suas provisões matemáticas. Os recursos garantidores são formados pelo ativo disponível somado aos

investimentos, deduzidos dos exigíveis operacional e contingencial dos investimentos. Este indicador reflete positivamente o resultado consolidado do sistema de previdência complementar fechado.

REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA UNIÃO, ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL

O controle do financiamento do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos tem sido prioridade na agenda política dos governantes brasileiros, especialmente em razão do impacto financeiro e estrutural que vem causando nas contas públicas. O gasto com a manutenção dos benefícios previdenciários dos servidores públicos vinculados a Regimes Próprios, via de regra, tem significativo peso no orçamento público dos entes federativos, implicando negativamente na sustentabilidade do próprio sistema, além do comprometimento da possibilidade de alocação de recursos para o suprimento de demandas sociais.

O principal objetivo do Programa de Regimes de Previdência dos Servidores Públicos da União, Estados, Municípios e Distrito Federal é zelar pela viabilidade econômica e atuarial dos regimes próprios de previdência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Foram realizadas 307 auditorias diretas no ano de 2011, para exercer a função de supervisão dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS no País, além de outras atividades de rotina de auditoria indireta, com implicações na emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, para os diversos entes federativos.

Outros resultados relevantes em 2011 foram:

- a) a continuidade da implementação do Cadastro Nacional de Informações Sociais de Regimes Públicos de Previdência Social (CNIS/RPPS), no contexto do Sistema Previdenciário de Gestão de Regimes Públicos de Previdência Social (Siprev/Gestão), desenvolvimento de aplicação que permite a cada ente federativo formar o Cadastro de seus servidores, enviá-los para o CNIS/RPPS e obter relatórios gerenciais decorrentes de cruzamento de dados; e a Aplicação de Extração de Relatórios Gerenciais (INFORMECNIS/ RPPS), além de gerar relatórios gerenciais sobre os dados de cada ente federativo possibilitará que estes tenham informações decorrentes de cruzamento com os dados cadastrais, de benefício, de vínculo e de óbitos do

Cadastro do Regime Geral (CNIS/RGPS). Tais aplicações compõe o conjunto de soluções de sistemas disponibilizadas no Portal do Software Público Brasileiro;

- b) a contratação de empresas pelo MPS, no âmbito do Programa de Apoio à Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência – Parsep II, para a realização, no decorrer de 2011, de recadastramento de servidores ativos, inativos e de pensionistas, vinculados a Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS de diversos Poderes Estaduais (Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Ministério Público, Tribunal de Justiça, Poderes Executivos dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Sul (exclusivamente pensionistas) e do Distrito Federal, atingindo o quantitativo de 326.000 (trezentos e vinte e seis mil) beneficiários, com despesas no montante de R\$ 16,9 (dezesseis milhões e novecentos mil reais).

INDICADOR DO PROGRAMA

Taxa de Variação da Necessidade de Financiamento dos Regimes Próprios de Previdência

Seguindo o mesmo comportamento da União, que teve um incremento nominal estimado, de 2010 para 2011, da ordem de R\$ 8,8 bilhões, incluindo servidores civis e militares (R\$ 60,0 bilhões em 2011 – R\$ 51,2 bilhões em 2010), portanto o equivalente a 17,18% de aumento nominal do déficit financeiro. Em relação ao PIB, passou de 1,4% para 1,5% de um ano para o outro. Considerando apenas os servidores civis, o déficit financeiro do RPPS da União de 2010 foi de R\$ 31,7 e o de 2011 estimado para R\$ 37,9, ou seja, um incremento nominal de R\$ 6,2 bilhões, equivalente a 19,55%. Para os militares o déficit previdenciário financeiro passou de R\$ 21,4 bilhões em 2010 para R\$ 24,2 bilhões em 2011, em valores nominais, portanto um crescimento de 13,1%. Quanto aos estados e municípios, há a mesma tendência, contudo ainda não se tem, no momento, dados que permitam uma avaliação com relativa precisão. No escopo de sua competência legal, o Ministério da Previdência Social – MPS vem, juntamente com os entes, buscando a implementação de mecanismos que vislumbrem uma perspectiva de sustentabilidade do sistema no longo prazo o que já vem demonstrando resultados positivos, haja vista o já notado vertiginoso crescimento das reservas dos regimes próprios de previdência dos servidores de alguns estados e especialmente dos municípios que somente em recursos financeiros, em 2011, chega à marca de quase 60 bilhões de reais.

4.18. RELAÇÕES EXTERIORES

4.18.1. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

O Ministério das Relações Exteriores tem por missão institucional auxiliar a Presidenta da República na formulação da política externa, assegurar sua execução, manter relações com os Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais e promover os interesses nacionais, articulando as ações do governo no plano externo, com vistas a criar ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável do Brasil, com equidade e justiça social, mediante a defesa da prevalência da paz, do recurso ao multilateralismo, do primado do Direito e da democracia no sistema decisório internacional e do respeito à igualdade jurídica entre os Estados e ao princípio da não-intervenção.

FUNÇÃO RELAÇÕES EXTERIORES VALORES LIQUIDADOS - 2007/2011* (em R\$ milhões)

2007	2008	2009	2010	2011
1.484,61	1.904,73	1.531,95	1.859,10	1.797,86

Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças/MRE - Base: 12/2011.

* Valores referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Os valores liquidados na função Relações Exteriores, entre os anos de 2007 e 2011, não variaram significativamente. Em 2011, o montante liquidado, no total de R\$ 1.797.856.942, foi um pouco superior à média dos valores liquidados nesses cinco anos, que é de R\$ 1.672.308.000,00.

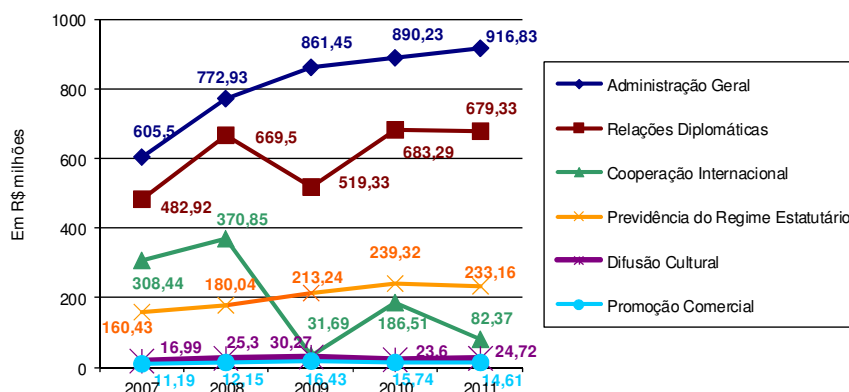
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES* - 2007/2011* (em R\$ milhões)

SUBFUNÇÕES	2007	2008	2009	2010	2011
Administração Geral	605,50	772,93	861,45	890,23	916,83
Relações Diplomáticas	482,92	669,5	519,33	683,29	679,33
Cooperação Internacional	308,44	370,85	31,69	186,51	82,37
Previdência do Regime Estatutário	160,43	180,04	213,24	239,32	233,16
Difusão Cultural	16,99	25,30	30,27	23,60	24,72
Promoção Comercial	11,19	12,15	16,43	15,74	14,61
Outras Subfunções	65,13	60,11	79,6	90,6	92,8
TOTAL	1.650,6	2.090,88	1.752,01	2.129,29	2.043,81

Fonte: Siasi Gerencial - Base: 12/2011.

* Valores referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES – 2007/2011



A execução na subfunção Relações Diplomáticas - que apresentara queda no valor empenhado em 2009 e retomara trajetória ascendente em 2010 - foi ligeiramente menor no exercício de 2011, coerente com a conjuntura de restrição dos gastos no âmbito do Governo Federal. Também houve redução na execução da subfunção Cooperação Internacional, que, após aumento de execução em 2010, apresentou queda em 2011 - à semelhança do que ocorrera em 2009, por ocasião da primeira crise financeira. Os valores executados na subfunção Difusão Cultural mantiveram-se praticamente estáveis em torno da média dos

últimos anos, com pequeno aumento; comportamento semelhante ao observado na subfunção Promoção Comercial, neste caso com leve redução. A subfunção Administração Geral manteve a trajetória ascendente de execução, dentro da média dos últimos anos, enquanto a subfunção Previdência do Regime Estatutário apresentou redução de mais de R\$ 6 milhões, revertendo a tendência de alta.

PROGRAMAS ESTRUTURANTES – 2011 (em R\$)

PROGRAMA	LOA+CRÉDITOS	LIMITE PARA EMPENHO*	DISPONÍVEL	LIQUIDADO + DESTAQUES	% LIQUIDADO EM RELAÇÃO AO LIMITE
Promoção das Exportações	21.000.000,00	12.800.000,00	8.303.435,39	12.571.602,07	98%
Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior	35.000.000,00	27.160.000,00	9.624.149,79	26.351.725,54	97%
Gestão da Política Externa	311.816.122,00**	74.828.000,00	237.673.762,17	63.879.954,38	85%
Ensino Profissional Diplomático	5.050.000,00	4.531.000,00	518.759,33	4.332.806,31	96%
Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular	643.566.122,00	560.661.000,00	82.904.855,00	605.775.820,71	108%
TOTAL	1.016.432.244,00	679.980.000,00	339.024.961,68	712.911.909,01	105%

Fonte: Sifai Operacional. Consulta ">CONORC", Órgão Superior = 3500 (em 31/12/2010).

* Conforme Decreto 7.445/2011 e alterações.

** O valor de Lei+Créditos inclui Crédito Especial no valor de R\$ 200,1 milhões destinados à Conferência Rio+20, que será reaberto para execução em 2012

Esta tabela demonstra que os cinco programas estruturantes do Itamaraty, considerados os limites para empenho estabelecidos pelo Decreto nº 7.445 e os destaques concedidos, apresentaram uma realização média de aproximadamente 97%. O programa Promoção das Exportações liquidou 98% do total passível de empenho, percentual de realização ligeiramente superior ao que foi alcançado pelos programas Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior, 97%, e Ensino Profissional Diplomático, 96%. O programa Gestão da Política Externa liquidou 85% do limite estabelecido.

O programa Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular liquidou 108% do montante estabelecido pelo Decreto nº 7.445/2011. A diferença apresentada no resultado final - valor liquidado maior que o limite para empenho - deveu-se à variação cambial, considerada no Sifai. Essa é também a razão pela qual o percentual liquidado total representou 105% do limite para empenho.

Independentemente do fator cambial, percebe-se que os programas estruturantes do Ministério das Relações Exteriores apresentaram elevado percentual de execução. As ações desenvolvidas no âmbito desses e de outros programas, a seguir resumidas, compõem o quadro de realizações da política externa brasileira, ao longo do exercício de 2011.

Política Internacional e Relações Diplomáticas

Relações Bilaterais

Em 2011, foram instaladas Embaixadas do Brasil em Sarajevo (Bósnia e Herzegovina), Monróvia (Libéria), Talin (Estônia), Minsk (Bielorrússia), Tbilisi (Geórgia), Freetown (Serra Leoa) e Katmandu (Nepal). Com isso, a taxa de relacionamento diplomático com Estados estrangeiros – que mede a relação percentual entre o número de países onde o Brasil possui representação diplomática permanente e o total de países que mantêm atividade diplomática – elevou-se de 75 para 79%.

América do Sul, América Central e Caribe

A intensidade do relacionamento bilateral entre Brasil e Argentina refletiu-se, em 2011, nas frequentes visitas presidenciais e ministeriais. As Chefes de Estado dos dois países reuniram-se quatro vezes (visitas recíprocas em 31/1 e 29/7, além de encontros à margem da Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos - Celac, em 02/12, e por ocasião da cerimônia de posse da Presidenta argentina, em 10/12) para tratar, entre outros, dos 25 projetos que conformam o Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina (Micba). Projeções indicam que o ano de 2011 deve fechar com recorde no intercâmbio comercial, que pode ultrapassar US\$ 40 bilhões. Entre Brasil e Uruguai, houve três encontros presidenciais ao longo de 2011 (02/1, 30/5 e 19/11). Os projetos bilaterais de maior relevância são tratados pela Comissão Bilateral de Planejamento Estratégico e Integração Produtiva (CBPE), criada no início de 2010 e coordenada pelas Chancelarias. A Comissão passou a coordenar esforços em temas prioritários como a Hidrovia Uruguai-Brasil, a construção da segunda ponte sobre o Rio Jaguarão, a integração energética e ferroviária entre outros. A Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai, instituída em 2002, teve sua sétima reunião em Montevideu (07 e 08/7), com o propósito de dar continuidade ao tratamento de temas relativos à promoção do desenvolvimento integrado da faixa de fronteira comum.

As relações com o Paraguai e com a Bolívia foram fortalecidas em 2011. No que toca ao Paraguai, os principais temas da agenda bilateral foram o início da implantação, via Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), de um sistema de transmissão de 500 kV entre Itaipu e Villa Hayes; a regularização migratória de 10 mil brasileiros residentes no Paraguai; e discussões técnicas relativas ao Regime de Tributação Unificada (RTU), voltado à formalização do comércio em Ciudad del Este. A Presidenta da República manteve encontro de trabalho com o Presidente do Paraguai, em 29 de julho, à margem da XLI Cúpula do Mercosul, em Assunção. Quanto à Bolívia, o ano foi marcado pelo relançamento da cooperação fronteiriça, com a criação dos Comitês de Integração. Ampliou-se a cooperação em temas de defesa e segurança, sobretudo para o combate ao problema das drogas. Prosseguiu o diálogo com vistas à regularização migratória da comunidade brasileira e à solução de problemas enfrentados por estudantes brasileiros em universidades bolivianas. Na sequência da edição de lei que permite a legalização na Bolívia de veículos sem documentação, iniciou-se negociação com vistas à devolução de veículos roubados no Brasil. Houve, igualmente, encontro presidencial, em 2 de dezembro, à margem da Cúpula da Celac, em Caracas.

Ao longo de 2011, foram feitos esforços para fortalecer a concertação regional em temas da Amazônia, por meio do relançamento político da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Diversos projetos de cooperação foram lançados em áreas como meio ambiente, assuntos indígenas, saúde, turismo e ciência e tecnologia. Iniciaram-se negociações entre a OTCA, o BNDES e o Itamaraty para viabilizar a utilização de recursos do Fundo Amazônia em projetos de monitoramento da cobertura florestal nos Países Membros. Em novembro, realizou-se, em Manaus, Reunião de Ministros de Relações Exteriores da OTCA, em que se aprovou o Compromisso de Manaus, contendo iniciativas a serem desenvolvidas em 2012, e a Declaração da OTCA para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

No que tange às relações com o Peru, foram realizados três encontros presidenciais, ocasiões em que foram destacadas possibilidades de cooperação em programas sociais, infraestrutura e desenvolvimento e segurança de fronteiras. Em outubro, o Chanceler peruano realizou visita oficial ao Brasil, quando foram assinados Ajustes Complementares em matéria de desenvolvimento social, promoção do emprego, combate ao crime organizado, vigilância sanitária e TV Digital. Em abril, o Ministro de Estado das Relações Exteriores visitou o Chile, quando se realizou a II Reunião da Comissão Bilateral. Os principais temas da agenda bilateral durante o ano foram as negociações do

Acordo de Investimentos e o início da negociação de Acordo de Cooperação Antártica. Com o Equador, o Brasil assinou, durante visita do Ministro das Relações Exteriores a Quito, Memorando de Entendimento para criar Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais; assinou-se, igualmente, em novembro, Memorando de Entendimento sobre Monitoramento de Comércio, Investimento, Financiamento e Cooperação, para facilitar o comércio e a cooperação bilateral e promover um marco favorável para investimentos. Em novembro, os chanceleres do Brasil e do Equador realizaram novo encontro em Manaus.

Nas relações com a Colômbia, destacam-se a visita da Chanceler colombiana ao Brasil, por ocasião da II Reunião da Comissão Bilateral (outubro). Na ocasião, os Chanceleres acordaram iniciar diálogo para realizar cooperação trilateral em biocombustíveis na América Central; assinaram-se nove ajustes complementares de cooperação técnica e três Memorandos de Entendimento na área de pesquisa e educação. Com a Guiana, durante visita do Ministro das Relações Exteriores (agosto), além de assinar acordo de cooperação esportiva, o Brasil reiterou o comprometimento com o desenvolvimento da infraestrutura guianense. No Suriname, a Eletrobrás assinou, em dezembro, de Memorando de Entendimento com a empresa de fornecimento surinamesa, o que permitirá a participação da Eletrobrás em empreendimentos hidrelétricos no país. No que concerne às relações com a Venezuela, durante visita do Presidente venezuelano ao Brasil (junho), foram assinados dez instrumentos referentes a habitação popular; ciência e tecnologia; comércio; indústria; energia e petróleo; planejamento; e agricultura. Em dezembro, a Presidenta da República manteve encontro com o mandatário venezuelano em Caracas.

O ano de 2011 registrou avanço nas relações do Brasil com os países caribenhos. Com o Haiti, teve continuidade a participação do Brasil na reconstrução do País, em particular na implementação do programa de cooperação em saúde, em parceria com Cuba. O programa viabilizou avanços na formação de agentes comunitários de saúde, na doação de medicamentos e de 30 ambulâncias, bem como na preparação de terrenos que acolherão Unidades de Pronto Atendimento de Saúde e o Instituto Brasil-Haiti de Reabilitação de Pessoas com Deficiências. O governo brasileiro iniciou a articulação para a construção de uma hidrelétrica (Artibonite 4C), com base nos US\$ 40 milhões depositados pelo Brasil no Banco Mundial em favor do Haiti. Também foram realizadas atividades específicas de capacitação no Brasil para os países da Comunidade do Caribe (CARICOM), nas áreas de desenvolvimento agropecuário e de segurança alimentar. O Ministro das Relações Exteriores participou da Conferência de Chefes de Governo da CARICOM (Granada, 25 e 26/02/2011), ocasião em que os países da região

anunciaram apoio coletivo à candidatura brasileira à Direção-Geral da FAO.

As relações do Brasil com o México e com a América Central continuaram a adensar-se. Com o México, o Brasil continua a enviar esforços para viabilizar Acordo Estratégico de Integração Econômica (AEIE) que poderá aumentar o comércio e os investimentos mútuos. Com Honduras, o Brasil atuou em apoio ao retorno daquele País à normalidade democrática e, uma vez alcançado acordo nesse sentido, da readmissão do País na Organização dos Estados Americanos (OEA).

O apoio a projetos de infraestrutura em toda a região, por meio de financiamentos do BNDES a exportações nacionais, também constituiu aspecto marcante. A cooperação técnica continuou ativa, com o envio de missões multidisciplinares da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) à Guatemala e ao México. O Brasil foi ativo também na ajuda humanitária, tendo enviado US\$ 200 mil a países da região para assistência às vítimas de tempestades. Adicionalmente, o Brasil doou 6.200 toneladas de alimentos a esses países, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA) da ONU.

No Mercosul, o ano de 2011 foi dedicado a iniciar a implementação da ampla agenda de trabalho aprovada em 2010, durante as Presidências argentina e brasileira, nos três pilares da integração regional: o econômico-comercial, o social e o da cidadania. No pilar econômico-comercial, avançou-se na implementação do Programa de Consolidação da União Aduaneira, com a criação de mecanismo de elevação transitória de alíquotas para mercadorias importadas de extrazona, até o nível consolidado na OMC, para permitir uma resposta regional coordenada aos desafios da atual crise econômico-financeira dos países desenvolvidos. Houve progresso na regulamentação da primeira etapa de eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum e distribuição da renda aduaneira, bem como em matéria de intercâmbio de informações sobre incentivos e livre comércio intrazona. Fortaleceram-se iniciativas existentes de integração produtiva e a definição de novos setores.

No pilar social, o Mercosul avançou na conclusão do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS), com a aprovação da versão final dos eixos, diretrizes e objetivos prioritários do Plano, e deu início à discussão sobre os projetos sociais regionais que darão execução ao PEAS no período 2012-2017. No pilar da cidadania, as instâncias do Mercosul envolvidas no Plano de Ação para a conformação do Estatuto da Cidadania prosseguiram os trabalhos para sua execução progressiva.

Também em 2011, o Parlamento do Mercosul retomou seus trabalhos e deu posse à nova bancada brasileira, indicada pelo Congresso Nacional. No Brasil, as primeiras eleições diretas

para parlamentares do Mercosul estão previstas para 2014. Em janeiro de 2011, os Estados Partes designaram um brasileiro como o primeiro Alto Representante-Geral do Mercosul.

No âmbito da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), o ano de 2011 foi marcado pela entrada em vigor do Tratado Constitutivo e pelo início do funcionamento da Secretaria-Geral em Quito. Entre as principais realizações da Unasul em 2011 destacam-se a inauguração do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (Isags), no Rio de Janeiro, e do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), em Buenos Aires. Ademais, realizaram-se missões de observação eleitoral da Unasul no Paraguai, na Bolívia e na Guiana e houve consenso sobre a criação de um Conselho Eleitoral do bloco.

O Brasil exerceu, ainda, a Presidência Pro Tempore (PPT) do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), em 2011. Na II Reunião Ministerial do Conselho, em 30/11/11, foram aprovados, entre outros documentos, a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API) e o Acordo de criação de Grupo de Trabalho sobre Financiamento e Garantias.

Em 2011, também foi dado seguimento à criação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), com base na fusão de dois foros de cooperação regional: a Cúpula da América Latina e Caribe (Calc) e o Grupo do Rio (GRio). A Celac assumirá as funções de promover a concertação política e a cooperação entre todos os países da América Latina e Caribe. A Comunidade nasceu dotada de uma Cláusula de Defesa e Promoção da Democracia, e seu primeiro plano de ação prevê cooperação entre os países em temas como a crise internacional, biocombustíveis, desenvolvimento social, desenvolvimento sustentável, em particular em favor do êxito da Rio+20.

No que se refere à ALADI, Nicarágua e Panamá ingressaram na Organização, além de ter sido eleito seu novo Secretário-Geral. Em 2011, o Brasil deu continuidade à administração e ao aprofundamento de acordos comerciais (ACEs) firmados pelo Mercosul com países da América do Sul: Mercosul-Chile (ACE-35), Mercosul-Bolívia (ACE-36), Mercosul-Colômbia, Equador e Venezuela (ACE-59) e setor automotivo Brasil-México (ACE-55).

O Brasil assinou o Convênio Constitutivo do Banco do Sul, o qual entrará em vigor quando quatro signatários fundadores, que representem 2/3 do capital subscrito, completarem o processo de ratificação. Paralelamente, estão sendo negociadas as políticas operacionais do Banco pelos Ministérios competentes dos signatários. No Brasil, o texto do Convênio está sendo enviado à apreciação do Congresso Nacional; caso aprovado, o Brasil deverá

subscrever US\$ 2 bilhões ao Banco, no prazo de 5 anos. O ingresso do Brasil no Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), ademais, foi ratificado pelo Congresso Nacional.

Ásia e Oceania

Dando seguimento à vocação universalista da política externa brasileira, altos representantes do governo brasileiro visitaram países da Ásia e Oceania, e receberam visitas de autoridades desses continentes.

Em abril, a Presidenta da República visitou a China, após visita preparatória do Ministro das Relações Exteriores. Foram realizados o “Primeiro Diálogo Brasil-China sobre Ciência, Tecnologia e Inovação” e o “Seminário Empresarial Brasil-China: Para além da Complementaridade”. Da parte chinesa, destacaram-se as visitas do Ministro do Comércio (maio) e do Ministro do Gabinete de Informação do Conselho de Estado (julho). No âmbito da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), realizaram-se reuniões das seguintes subcomissões: Energia e Mineração (Pequim, abril); Econômico-Comercial (Brasília, maio); Econômico-Financeira (Brasília, julho); Educacional (Pequim, agosto); Ciência, Tecnologia e Inovação (Pequim, agosto); e Espacial (Pequim, agosto). Na área de defesa, o Brasil recebeu visita de membro do Politburo chinês (Vice-Primeiro-Ministro) (junho) e de membro do Comitê Militar Central (novembro), além de ter sido realizada a 2ª Reunião do Comitê Conjunto de Defesa (novembro).

Em setembro e novembro, realizaram-se, respectivamente, encontro do Ministro das Relações Exteriores com o Chanceler de Cingapura, à margem da 66ª AGNU, e da Presidenta da República com o Primeiro-Ministro de Cingapura, à margem da Cúpula do G20. O Primeiro-Ministro da Coreia do Sul visitou o Brasil, por ocasião da posse da Presidenta da República. Realizou-se encontro entre o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio da Coreia (Nova York, setembro). Merecem destaque, ainda: a 8ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Coreia do Sul (Brasília, junho); a realização da 1ª Comissão Mista sobre Ciência e Tecnologia (Seul, agosto); a visita a Seul do Presidente da Petrobras (novembro); a visita a Brasília do Reitor de Pesquisa do Instituto de Relações Exteriores e Defesa Nacional da República da Coreia (setembro); e a visita a Brasília do Vice-Ministro de Comércio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio da Coreia (outubro).

Cabe, ainda, destacar a visita a Brasília do ex-Primeiro-Ministro e atual Presidente da seção japonesa da Liga Parlamentar Brasil-Japão para a posse da Presidenta da República. Também foi recebido em Brasília o Encarregado de Diplomacia Econômica do Ministério dos Negócios Estrangeiros,

como emissário do Primeiro-Ministro japonês para tratar do projeto do Trem de Alta Velocidade (março). O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão visitou Brasília, após participação na 42ª Cúpula do Mercosul (junho).

O Ministro das Relações Exteriores visitou a Índia (março). Foram realizados os seguintes eventos: a 3ª Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia; a 2ª Reunião do Comitê de Defesa Brasil-Índia; e a 5ª Reunião da Comissão Mista Bilateral (dezembro). Em novembro, organizou-se, ainda, visita do Ministro das Relações Exteriores à Indonésia, acompanhado de missão empresarial, por ocasião da 19ª Cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). Cumpre, igualmente, assinalar: a 8ª Reunião de Consultas Políticas Brasil-Irã (agosto); e a Missão da Agência Brasileira de Cooperação ao Paquistão para identificar projetos de cooperação técnica (outubro).

Em 2011, o Brasil abriu Embaixada em Katmandu. Inaugurou-se, ainda, a Embaixada de Fiji em Brasília (setembro), com a presença do Primeiro-Ministro daquele País. Há que registrar também a visita de delegação parlamentar australiana (abril) e a realização da 5ª Reunião de Consultas Políticas com a Nova Zelândia (março).

África

Deu-se prioridade à manutenção de projetos já em andamento: apoio à participação de diplomatas dos países de língua portuguesa no Programa de Cooperação em Formação de Diplomatas; apoio à participação de professores de português e matemática de Cabo Verde e Guiné Bissau no Programa Linguagem das Letras e dos Números (formação de professores); e apoio à participação de estudantes de Angola, Cabo Verde e Moçambique no Programa de Incentivo à Formação Científica. Seguindo prática adotada em anos anteriores, o Brasil contribuiu com recursos financeiros e humanos para a Missão de Observação Eleitoral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) nas eleições presidenciais de São Tomé e Príncipe, celebradas em julho.

Além disso, ainda no âmbito da cooperação com os países de língua portuguesa, o Itamaraty realizou, em conjunto com outros órgãos da administração, os seguintes eventos: Programa de Intercâmbio em Matéria Eleitoral (Brasília, 04 a 06 de abril), em colaboração com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE); I Fórum da Sociedade Civil da CPLP (Brasília 28 a 30 de setembro), em colaboração com a Secretaria-Geral da Presidência da República; e Seminário sobre a promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência (Brasília, 25 a 27 de outubro), em colaboração com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Europa, Estados Unidos e Canadá

No plano das relações com a Europa, o Brasil aprofundou a Parceria Estratégica com a União Europeia (UE) por meio da adoção, na V Cúpula Brasil-UE, do Plano de Ação Conjunta para o triênio 2012-2014. A Presidenta da República realizou, em 2011, visitas oficiais à Bélgica, à Bulgária e à Turquia. Visitaram o Brasil Chefes de Estado ou de Governo e outros altos mandatários da Albânia, Alemanha, Croácia, Dinamarca, Espanha, França, Geórgia, Letônia, Macedônia, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia e Ucrânia. O Vice-Presidente da República visitou a Rússia para participar da V Comissão Brasileiro-Russa de Alto Nível de Cooperação.

As relações entre Brasil e Estados Unidos continuaram a aprofundar-se em 2011, em bases equilibradas. Por ocasião da visita ao Brasil do Presidente norte-americano, foram assinados dez atos bilaterais, incluindo os Acordos de Serviços Aéreos, de Comércio e Cooperação Econômica e de Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior. Ademais, três dos mais de vinte mecanismos de cooperação bilateral foram alçados ao nível estratégico – os Diálogos de Parceria Global, de Energia e de Economia e Finanças – com o mandato específico de reportar resultados diretamente aos presidentes.

As relações com o Canadá foram alçadas a novo patamar, em agosto de 2011, com a visita ao Brasil do Primeiro Ministro canadense, ocasião em que foram lançadas importantes iniciativas em matéria de coordenação política (Diálogo de Parceria Estratégica), comércio (Foro de Altos Executivos), energia e cooperação espacial, e foram assinados quatro novos instrumentos bilaterais: o Acordo de Serviços Aéreos, o Acordo Previdenciário, os Memorandos de Entendimento sobre Cooperação para o Desenvolvimento Internacional e sobre Cooperação na Área de Governança e Legados de Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.

Cúpulas e Foros de Cooperação

O Brasil participou da 4ª Reunião de Ministros das Relações Exteriores e da 5ª Reunião de Altos Funcionários da Cúpula América do Sul-África (Asa). Foi acreditado o Embaixador do Brasil em Jacarta junto à Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) e o Ministro das Relações Exteriores foi à Indonésia por ocasião da 19ª Cúpula da Associação.

Merecem destaque a participação brasileira na 3ª Reunião de Chanceleres da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) à margem da Assembléia-Geral das Nações Unidas e na 1ª Reunião de Ministros da Educação da Cúpula. Foram realizados, ainda, o 2º Festival Sul-americano da Cultura Árabe e o "Workshop sobre Tecnologias de Monitoramento

da Mudança Climática, Degradação do Solo, Combate à Desertificação e Adaptação à Seca".

O Brasil também foi parte na 3ª Cúpula do Agrupamento Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics) e na Reunião de Chanceleres do Agrupamento à margem da 66ª Assembléia-Geral das Nações Unidas (AGNU). Foram realizados encontros ministeriais nas áreas de Saúde, de Finanças e de Agricultura, bem como reuniões de Presidentes dos Bancos de Desenvolvimento, de Altos Funcionários na área de Ciência, Tecnologia & Inovação e de especialistas em Agricultura do Brics. Os Chefes de Estado/Governo do Agrupamento encontraram-se à margem da Cúpula do G-20, na França.

O Brasil fez-se representar na 5ª Reunião de Chanceleres do Foro de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (Focalal). Na ocasião, foi aprovado o "Plano de Ação Setorial em Ciência e Tecnologia". A 34ª Reunião de Chanceleres do G-15, e os encontros de coordenação e revitalização do Grupo, realizados em Genebra, também contaram com a participação brasileira. Por fim, o Brasil esteve presente à 5ª Cúpula do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas), em Pretória.

Atuação Multilateral

Na Organização das Nações Unidas, a Presidenta da República abriu a série de discursos nacionais, no âmbito do Debate Geral da 66ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2011, quando, pela primeira vez na história da Organização, uma Chefe de Estado inaugurou aquele Debate. O Brasil completou, em 2011, seu décimo mandato como membro não-permanente do Conselho de Segurança. Num período em que o órgão teve de tratar de temas complexos como, por exemplo, a questão nuclear iraniana, a chamada "Primavera Árabe" e a Questão Palestina, em 2011, a diplomacia brasileira pautou sua atuação por princípios como a solução pacífica das controvérsias, a primazia do Direito, o respeito à soberania dos Estados e a não-indiferença. Sua ação caracterizou-se, ainda, pela independência de posições, sem prejuízo da contribuição permanente para a construção de consensos que permitissem ao órgão pronunciar-se e agir de modo unívoco e eficaz.

Em 2011, o Brasil foi eleito para o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (Ecosoc), órgão responsável por temas econômicos, sociais, culturais e educacionais. A candidatura reflete a importância atribuída à interdependência entre segurança e desenvolvimento e o papel que o Ecosoc tem a desempenhar na promoção da paz sustentável.

O Brasil buscou dar impulso às negociações relativas à reforma do Conselho de Segurança das

Nações Unidas, de modo a torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz. Promoveu, igualmente, o conceito de “responsabilidade ao proteger”, no contexto da proteção de civis em conflitos armados.

Na área de desarmamento e não-proliferação, o Brasil participou da Reunião de Alto Nível sobre Segurança Nuclear, promovida pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, e presidiu a Conferência Ministerial da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) sobre Segurança Nuclear, ambas motivadas pelo acidente nuclear ocorrido no Japão. Foram organizados eventos em comemoração aos 20 anos da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (Abacc), consolidando o caráter estratégico da parceria entre os dois países no uso exclusivamente pacífico da energia nuclear. Importante decisão, nesse sentido, foi tomada pelo Grupo de Supridores Nucleares (NSG), que, ao rever suas diretrizes para o controle de transferência de tecnologias mais sensíveis no campo nuclear, considerou que o Acordo Quadripartite entre o Brasil, a Argentina, a Abacc e a AIEA atende aos mais elevados padrões internacionais em matéria de salvaguardas e constitui critério alternativo ao Protocolo Adicional (PA).

No âmbito do combate aos ilícitos transnacionais, o Brasil tem ampliado o diálogo com os países vizinhos, por meio de Comissões Mistas sobre Drogas e Problemas Conexos, a exemplo daquelas mantidas com Bolívia, Colômbia, Paraguai e Peru. No plano regional, o tema tem sido tratado no âmbito do Conselho da Unasul sobre o Problema Mundial das Drogas, ademais da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso das Drogas (Cicad). Em maio de 2011, o Brasil participou ativamente da Conferência ampliada do G-8 dos Ministros Responsáveis pelo Combate ao Tráfico de Drogas.

Em setembro de 2011, o Ministério das Relações Exteriores promoveu o encontro nacional sobre “Crime Cibernético e o Direito Internacional”, com o objetivo de identificar os interesses prioritários da sociedade e do governo brasileiro no enfrentamento desse ilícito.

A Presidenta da República lançou, juntamente com o Presidente dos Estados Unidos, à margem da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), a Open Government Partnership (OGP), que congrega governos e organizações da sociedade civil em torno de um compromisso global de transparência governamental.

Na área de direito humanos e temas sociais, o Brasil desempenhou importante papel nas negociações que resultaram na adoção, durante a Centésima Conferência Internacional do Trabalho, realizada em maio e junho de 2011, da Convenção e da

Recomendação sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos, marcos na proteção dos direitos desses grupos. O Brasil exerceu papel de liderança nas negociações da Declaração Política resultante do Encontro de Alto Nível das Nações Unidas sobre HIV/AIDS, realizado em junho de 2011, em Nova York, quando a comunidade internacional reafirmou o compromisso de alcance de ambiciosas metas de prevenção e tratamento. O Rio de Janeiro recebeu, em outubro de 2011, a Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde, promovida pela Organização Mundial da Saúde e pelo governo brasileiro. Mais de 120 países estiveram presentes e cerca de 70 Ministros de Saúde participaram do encontro, que adotou a Declaração do Rio para reafirmar o compromisso dos Estados em tratar a saúde como tema global e em combater as desigualdades em saúde. Em novembro de 2011, o Brasil sediou o Encontro Iberoamericano de Alto Nível em Comemoração ao Ano Internacional dos Afrodescendentes, em Salvador, Bahia.

No contexto interamericano, após acompanhar a situação de Honduras, com a ruptura da ordem democrática naquele País, em junho de 2009, o Brasil recebeu com satisfação o resultado dos esforços conjuntos para o retorno hondurenho à Organização dos Estados Americanos, em junho de 2011. O Brasil participou da XLI Assembleia Geral da OEA (AGOE), em El Salvador, cujo tema central foi “Segurança Cidadã”. O País contribuiu ativamente nos debates para que a Declaração de São Salvador reforçasse na OEA a importância do vínculo entre segurança e desenvolvimento.

No âmbito dos mecanismos financeiros inovadores, o Brasil aprovou, em maio de 2011, a Lei nº 12.413, que deu ao País base legal sólida para efetuar contribuições financeiras à Unitaids (Central Internacional para a compra de medicamentos contra a AIDS, Malária e Tuberculose) e à GAVI (Aliança Global para Vacinas e Imunização). Foi recebida, em outubro de 2011, missão da GAVI ao Brasil, com vistas a ampliar as perspectivas de cooperação da aliança com o País. O Brasil participou de reuniões da Força Tarefa para discutir Mecanismos Financeiros Inovadores para Agricultura e Segurança Alimentar (Roma, outubro de 2011) e Saúde (Paris, novembro de 2011).

Temas Econômicos e Financeiros

Em 2011, deu-se seguimento à proposição de diretrizes de política exterior no âmbito internacional e à coordenação da participação brasileira em organismos, reuniões e negociações internacionais relativas a acesso a mercados, defesa comercial e salvaguardas, agricultura e produtos de base, propriedade intelectual e outros assuntos internacionais de natureza econômica, inclusive contenciosos comerciais; à consolidação do G20 financeiro como o principal mecanismo de diálogo

econômico entre seus membros; ao aprofundamento da cooperação entre os membros do G20 financeiro, em áreas como promoção do desenvolvimento, regulação do sistema financeiro, agricultura e segurança alimentar; e à preparação, coordenação e condução das negociações de acordos comerciais extrarregionais do Mercosul, no curso das negociações do Acordo de Associação Birregional entre o Mercosul e a União Européia.

Em 2011, empreenderam-se ações destinadas a dar continuidade às negociações para abertura de mercados aos produtos agrícolas brasileiros, incluindo China, Estados Unidos, Rússia e União Européia, entre outros. Na esfera multilateral, o Brasil logrou eleger candidato nacional ao cargo de Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café (OIC), e foram registrados avanços nas negociações do capítulo sobre temas sanitários e fitossanitários do Acordo de Associação UE-Mercosul. No âmbito da atuação brasileira na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), houve avanços das negociações em torno de instrumento internacional sobre exceções e limitações aos direitos autorais em benefício de pessoas com deficiência para leitura.

Houve, igualmente, atuação ativa na Organização Mundial do Comércio (OMC), em particular com vistas a garantir a preservação dos interesses comerciais brasileiros no processo de acessão da Rússia à OMC, concluído em 2011, após 18 anos de negociações. Em complementação a negociações anteriores, foram logradas melhores condições de acesso ao mercado russo para as exportações brasileiras de carne bovina, suína e de aves; adoção de procedimentos objetivos para certificação de aeronaves pela Rússia; menores níveis de subsídios governamentais para empresas russas; e uma definição de carne bovina de alta qualidade, que permitirá exportar um produto de maior valor agregado. A acessão da Rússia representou a inclusão de um mercado significativo no sistema multilateral de comércio, regido por regras que tornarão o comércio do Brasil com a Rússia mais previsível e mais seguro.

Manteve-se, em 2011, participação brasileira ativa no G20 financeiro, que culminou na realização da Cúpula de Cannes (3 e 4 de novembro). Com o apoio do Brasil, a ampliação da agenda do Grupo viabilizou iniciativas em prol de países em desenvolvimento e de maior transparência dos mercados agrícolas internacionais. No tocante à reforma do setor financeiro, foram definidas regras mais estritas para a regulação e supervisão das denominadas Instituições Financeiras de Importância Sistêmica Global. A Cúpula de Cannes reforçou, ademais, a luta global contra os paraísos fiscais, ação em que o Brasil se destaca, a ponto de ser escolhido para sediar importante encontro do Fórum Global de Transparência em Matéria Tributária, em fevereiro de 2012.

No que tange ao comércio de serviços, cabe ressaltar que o Grupo de Serviços do Mercosul deu seguimento à consolidação do status quo regulatório e ao esclarecimento de medidas não consolidadas. No que se refere a investimentos, avançou-se na negociação de um Acordo sobre Investimentos do Mercosul, em cumprimento à Decisão CMC 30/10. Deu-se continuidade, ademais, às negociações de um Acordo Bilateral sobre Investimentos com o Chile, nos termos do mandato aprovado pela Câmara de Comércio Exterior (Camex), em 2007. Ao longo de 2011, o Brasil renegociou, ainda, como credor, as dívidas de Antigua e Barbuda, Senegal e Gabão.

Dando seguimento às negociações do Acordo de Associação Birregional entre o Mercosul e a União Européia, realizaram-se quatro rodadas de negociação: Bruxelas (março); Assunção (maio); Bruxelas (julho); e Montevideu (novembro). Ainda, por ocasião da Cúpula do Mercosul, em 20 de dezembro de 2011, foi assinado Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a Palestina. No contexto do Diálogo Exploratório Mercosul-Canadá, foram realizadas duas reuniões, em Ottawa (maio-junho) e em Montevideu (outubro).

Realizaram-se, ainda, em Montevideu, encontros entre o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (AELC), em setembro, e o Japão, em dezembro, com vistas a aprofundar as relações do Mercosul com aqueles parceiros comerciais.

Merecem destaque, ademais, a coordenação das seguintes ações: participação do Brasil na IV Conferência das Nações Unidas para os Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs); participação na Reunião Ministerial do Conselho da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); realização da V e VI sessão do Diálogo de Parceria Econômica Brasil-EUA, em Brasília e Washington, respectivamente; e visita do Secretário-Geral da OCDE e lançamento do V "Economic Survey" do Brasil.

Finalmente, cabe ressaltar a criação de um grupo de acompanhamento da agenda econômico-comercial com a China, com a atribuição de monitoramento de compromissos e pendências bilaterais, levantamento de dados do intercâmbio econômico e coordenação na preparação de subsídios da área econômico-comercial para a Comissão Sino-Brasileira de Concertação e Cooperação (Cosban).

Energia e Alta Tecnologia

Os principais resultados da ação do Ministério das Relações Exteriores na área de TV digital foram a consolidação da divulgação do padrão nipo-brasileiro de TV digital (*Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial - ISDB-T*) na América do Sul; o avanço nas negociações com países da África

(Angola e Botsuana) e América Central (Guatemala, Nicarágua e El Salvador) para adoção futura do ISDB-T; e a criação de organismo para cooperação multilateral em TV digital, a Conferência Intergovernamental da Televisão Digital Terrestre.

Nos foros multilaterais de governança da Internet, o Brasil defendeu a instituição de sistema que permita a gestão transparente, democrática, multilateral e multissetorial da Internet e que leve em conta as necessidades dos países em desenvolvimento. O Brasil organizou, ainda, seminário sobre o tema no âmbito da Cúpula Índia-Brasil-África do Sul (Ibas) e manteve consultas sobre o assunto com numerosos países e grupos, incluindo os Estados Unidos e a União Européia.

Na área da cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), foram realizados Diálogos em nível ministerial com a China, com o Uruguai e no âmbito da Cúpula Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul); reuniões das comissões mistas, pela primeira vez desde a assinatura dos respectivos acordos-quadro de cooperação, com o Canadá, a Coreia do Sul e a Dinamarca; e a organização no Brasil das reuniões do comitê Brasil-União Européia de cooperação em C,T&I e do diálogo setorial em sociedade da informação. Cabe destacar, ainda, o apoio nas negociações do Governo Federal para a atração para o Brasil de indústrias de alta tecnologia, com o desenvolvimento local de atividades de pesquisa e desenvolvimento e

para a estruturação do Programa Ciência Sem Fronteiras.

Além de coordenar a atuação internacional dos atores do sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação e fornecer subsídios que orientem sua tomada de decisão, o Itamaraty ofereceu apoio financeiro ao envio ao exterior e recepção no Brasil de missões ou delegações de especialistas, peritos e autoridades do setor de C,T&I e à realização, no Brasil e no exterior, de eventos de caráter técnico ou acadêmico no campo da C,T&I.

O apoio ao envio e recepção de missões incluiu o financiamento de passagens aéreas, pagamento de serviços de hospedagem, e aluguel de veículos para deslocamento das missões/delegações. Quanto à realização de eventos, tais como conferências, seminários e comissões mistas, foram financiados, além das ações mencionadas, o aluguel de salas e a contratação de serviços de tradução. Buscou-se, portanto, manter o nível de atuação, com foco na obtenção de resultados, apesar da forte redução de despesas.

Cooperação, Cultura e Promoção Comercial

Promoção Comercial

O programa Promoção das Exportações está assentado sobre duas ações principais: Missões Comerciais Setoriais e Multissetoriais e Sistema BrazilTradeNet.

VALORES EXECUTADOS NAS AÇÕES – 2007/2011 (em R\$ milhões)

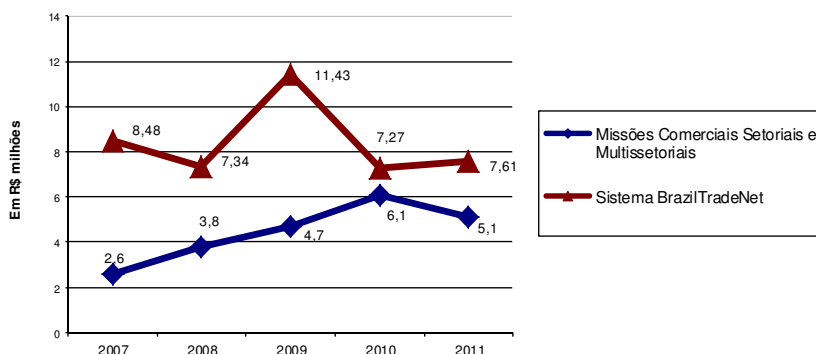
AÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Missões Comerciais Setoriais e Multissetoriais	2,6	3,8	4,7	6,1	5,1
Sistema BrazilTradeNet	8,48	7,34	11,43	7,27	7,61

Fonte: Departamento de Promoção Comercial/MRE.

Valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados.

(*) Execução do orçamento em 14/12/2011.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO NAS AÇÕES – 2007/2011



Missões Comerciais e Feiras Setoriais e Multissetoriais

A ação tem por objetivo apoiar a participação de empresários brasileiros, em particular pequenos e médios, em missões comerciais e feiras setoriais e multissetoriais voltadas à promoção de exportações, à substituição competitiva de importações, à promoção de investimentos estrangeiros no Brasil e à internacionalização de empresas brasileiras.

O Ministério das Relações Exteriores realizou, em 2011, missões comerciais, feiras, rodadas de negócio e seminários. No total, foram 133 eventos apoiados, entre eles 103 feiras e eventos em setores econômicos diversos e 08 feiras no Brasil com o intuito de divulgar serviços de apoio ao exportador, mormente o Portal Virtual de Promoção Comercial do DPR – BrazilGlobalNet.

Além disso, foi realizada, em parceria com a APEX, videoconferência com os Setores Comerciais (Secoms) dos Postos do Itamaraty no exterior, para a discussão de perspectivas do comércio brasileiro. Organizou-se, ainda, Reunião de Chefes de Secom do Oriente Médio, Egito e Turquia e Reunião Especializada de Promoção Comercial Conjunta do Mercosul.

BrazilTradeNet

Esta ação visa a fornecer informação confiável e de fácil acesso às empresas exportadoras, potencialmente exportadoras ou interessadas em internacionalizar-se, bem como às empresas estrangeiras interessadas em importar do Brasil ou investir no País. O Portal, atualmente denominado BrazilGlobalNet (BGN) atingiu a marca de 8.227 empresas brasileiras, 47.713 empresas estrangeiras, 280 concorrências públicas internacionais, 2.250 informações sobre produtos, 265 projetos de obras públicas internacionais, 3.136 ofertas de exportação brasileiras, 1.587 demandas de importação de produtos brasileiros e 178 pesquisas de mercado.

Cooperação

A política de cooperação do Brasil é levada a cabo por meio da ação Cooperação Técnica Internacional, comandada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

VALORES EXECUTADOS NA AÇÃO COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL - 2007/2011 (em R\$ milhões)

AÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011*
Cooperação Técnica Internacional	12,2	14,2	29,7	27,7	39,8

Fonte: Agência Brasileira de Cooperação/MRE.

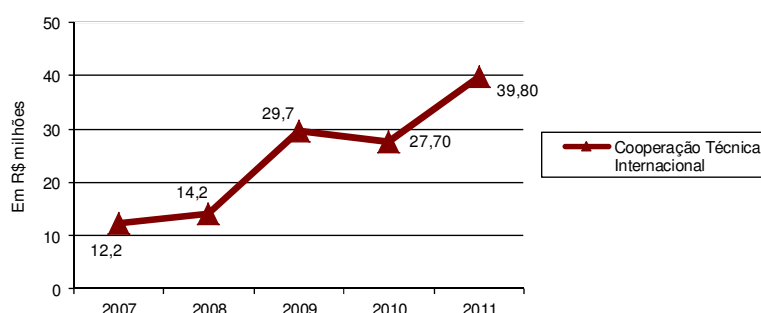
Valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados.

* Execução do orçamento em 19/12/2011.

A relação percentual entre o número de empresas apoiadas pelo programa e o número de empresas exportadoras, ou seja, razão entre o total constante do registro de empresas brasileiras no BGN e o total de empresas brasileiras que exportaram em 2011, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), foi de 45%. Em síntese, os registros do BGN compreenderam 8.227 empresas cadastradas e o universo exportador, conforme apurado pelo MDIC, totalizou 18.224 empresas. Se considerados também as consultas respondidas (de exportadores e importadores), o montante de empresas que participaram de missões empresariais e de feiras no exterior, as palestras e seminários realizados, pode-se projetar o alcance das atividades do Programa, atualmente, a cerca de 50% do universo exportador brasileiro. Tais números ganham importância ao ter-se em conta que, de acordo com as cifras da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil ocupa o 22º lugar entre os principais exportadores mundiais. Em 2011, a posição brasileira poderá ser ainda mais relevante.

Com relação à atração de investimentos e o apoio à internacionalização de empresas brasileiras, estiveram entre as principais atividades realizadas: seminários e reuniões empresariais associados às visitas da Presidenta da República à China, à Bulgária, à Turquia e a Moçambique; Mesa-redonda sobre o Brasil a empresários da Asean (Bali); Missão portuária para Cingapura e Xangai; Missões no âmbito do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI); Missões da Promoção de Exportações para as Nações Unidas (PPE/ONU); Encontro empresarial à margem da Cúpula dos Brics (Hainan, China); Encontro empresarial à margem da Cúpula do Ibas (Joanesburgo, AS); Encontro Brasil-Alemanha, no Rio de Janeiro; Reunião do JETCO, em Londres; CEO Forum Brasil-EUA, em Brasília; Conselho Empresarial Brasil-Suécia, em Brasília; Encontro de Comércio Exterior (Encomex) do Mercosul.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO NA AÇÃO “COOPERAÇÃO TÉCNICA INTERNACIONAL” – 2007/2011



Cooperação Técnica Internacional

No âmbito do programa Gestão da Política Externa, a ação visa coordenar, negociar, aprovar, acompanhar e avaliar os programas e projetos de cooperação técnica internacional, prestada ou recebida, firmados pelo Brasil com países parceiros e com organismos internacionais. No ano de 2011, a ABC coordenou cerca de 1500 programas e projetos.

Cultura

O programa Difusão da Cultura e da Imagem do Brasil no Exterior logrou alcançar importantes resultados, distribuídos entre as três ações finalísticas que o compõem.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PROGRAMA 0682 – 2007/2011 (em R\$ milhões)

AÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011
Concessão de Bolsas, no sistema Educacional Brasileiro, a alunos estrangeiros	1,0	1,1	1,3	1,5	1,4
Fomento a Eventos de Divulgação do Brasil no exterior	16,9	24,7	29,6	23,4	24,1
Difusão da Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira no Exterior					

Fonte: Siati e SIGPlan em dezembro/2011.

O objetivo do Programa é promover a imagem do Brasil no exterior e ampliar o conhecimento sobre a cultura e a sociedade brasileiras, bem como sobre as políticas interna e externa do País. O número de alunos estrangeiros formados nos cursos de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira previsto para o final do PPA 2008-2011 era de 30.000. Até dezembro, fora atingida a marca de 28.365 alunos formados. Das 2.500 bolsas a alunos estrangeiros previstas, 2.477 haviam sido concedidas. Por fim, foram realizados, até dezembro, 793 eventos, dos 880 previstos.

Ensino Profissional Diplomático

Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas

No âmbito da ação Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas, foi realizado o Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2011. O concurso consistiu de quatro fases e foi realizado entre os meses de janeiro e agosto, compreendendo 7.120 candidatos, os quais prestaram provas em 26 capitais estaduais e em Brasília. Foram selecionados 26 novos diplomatas ao fim do processo. No concurso de

2010, inscreveram-se 8.768 candidatos, tendo sido selecionados 108.

Em 2011, 158 alunos participaram do Curso de Formação para Diplomatas, dos quais 108 concluíram o Curso durante o exercício. Foram ainda formados 10 alunos estrangeiros, sendo cinco de países da CPLP, dois de Guiné-Equatorial, dois da Argentina e um da Palestina.

No Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco (IRBr) - que visa à formação de recursos humanos qualificados em alto nível para o exercício e a prática profissional avançada em setores não contemplados por cursos tradicionais da universidade - 13 alunos obtiveram o grau de mestre e 39 teses estão em processo de avaliação.

O Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) contou com 37 participantes. Parte integrante do sistema de treinamento e qualificação contínuos da Carreira de Diplomata, o CAD tem por objetivo aprofundar e atualizar conhecimentos necessários ao desempenho das funções exercidas pelos jovens diplomatas. O curso é requisito obrigatório para a promoção de Segundo a Primeiro Secretário.

Foram aprovadas, este ano, 44 teses do Curso de Altos Estudos (CAE), contra 33 em 2010. Criado em 1977, o CAE destina-se aos funcionários diplomáticos da classe de Conselheiro, como requisito obrigatório para a promoção à classe de Ministro de Segunda Classe. Consiste na elaboração de uma tese analítica e propositiva, com relevância funcional e utilidade para a diplomacia brasileira ou, ainda, que represente contribuição para a historiografia e o pensamento diplomático brasileiros.

Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afro-descendentes à Carreira Diplomática

No processo seletivo do Programa de Ação Afirmativa de 2010, encerrado em março de 2011, foram concedidas 61 bolsas advindas de recursos orçamentários do IRBr, cada qual com o valor de R\$ 25.000,00, pagos parceladamente entre março e dezembro de 2011.

Pesquisa e Divulgação

A Fundação Alexandre de Gusmão (Funag) implementou uma série de atividades culturais, pedagógicas, de estudos e pesquisas no âmbito da política externa e das relações internacionais, divulgando e buscando formar uma opinião pública sensível sobre temas abrangidos pelo seu campo de atuação, em consonância com as suas competências institucionais e no âmbito do programa Análise e Difusão da Política Externa Brasileira, do PPA, sob a sua gerência. Em 2011, as metas físicas previstas para a ação finalística do Programa atingiram 330%, tendo superado a previsão inicial em 230%.

Foram realizados e apoiados 48 eventos nacionais e internacionais, abrangendo cursos, conferências, seminários, encontros e palestras, que contaram com a participação de diplomatas, acadêmicos, especialistas brasileiros e estrangeiros, autoridades, formadores de opinião e pessoas da sociedade civil interessadas nos temas. A Funag também participou de feiras e bienais de livros, nacionais e internacionais.

Dentre os eventos mencionados destacam-se a VI Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional; o IX Curso para Diplomatas Sul-Americanos; o II Curso para Diplomatas Africanos, que nesta edição reuniu participantes dos países francófonos; o seminário "Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher"; o seminário "Brasil – Uruguai: os próximos 20 anos"; o "Seminário Preparatório Rio + 20: os Novos Desafios do Desenvolvimento Sustentável"; o "Encontro Preparatório - Consultas Informais para a Rio + 20"; o Seminário "Crime Cibernético e o Direito Internacional"; o Seminário "A América do Sul e a Integração Regional"; o Seminário "O Centenário de

San Tiago Dantas e a Política Externa Independente"; quatro Mesas Redondas com a participação de especialistas dos países que integram a Comunidade do Caribe (Caricom), realizadas no âmbito do Encontro Internacional Ibero-Americano em Comemoração ao ano Internacional dos Afrodescendentes", esse último realizado com o apoio da Fundação; o "Seminário Desafios e Oportunidades da Cooperação Amazônica"; e a Mesa redonda "O Brasil, os Brics e a Agenda Global".

Os eventos realizados pela Fundação são gravados e editados em DVDs, além de editada publicação sobre os textos acadêmicos e debates ocorridos. A Funag implementa, ainda, um amplo Programa Editorial, tendo publicado, em 2011, 146 obras.

Com vistas a uma maior difusão e divulgação dos temas da política externa e internacional foram utilizadas diversas ferramentas de comunicação, incluindo a criação e implementação do site da Fundação com domínio próprio (www.funag.gov.br), onde são incluídas e disponibilizadas informações sobre as atividades da Fundação, além de conter uma Biblioteca Digital, cujo acesso é gratuito, inclusive para download, às publicações editadas.

Somente entre 2010 e 2011, foram doados e entregues pela Funag mais 438.995 livros no Brasil, abrangendo os 26 Estados e o Distrito Federal e, também, 17.476 livros no exterior, abrangendo 122 países.

Atendimento a Comunidades Brasileiras no Exterior

A ação Assistência Consular tem o objetivo principal de assistir brasileiros desvalidos no exterior, tanto nos Postos do Ministério quanto por meio de consulados (missões) itinerantes. Em 2011, observou-se a permanência de situações que exigiram um maior dispêndio de recursos, como o Programa de Regularização Migratória no Paraguai, além da situação dos cidadãos brasileiros na faixa de fronteira com a Bolívia, cuja solução (reassentamento no Brasil ou no interior da Bolívia), em encaminhamento, reclamou inclusive a instalação de um Consulado Sazonal na cidade boliviana de Puerto Evo, desde outubro de 2009.

Foram realizados ao longo de 2011, pela rede consular brasileira, um total de 214 consulados itinerantes, que permitiram o atendimento de pelo menos 38.885 nacionais brasileiros e o processamento de 38.561 documentos diversos. Em média, foram atendidos, por itinerante, 183 brasileiros e processados 181 documentos. As metas financeiras foram beneficiadas pela ampliação dos descritores da ação (reforma do Guia de Administração dos Postos - GAP), o que permitiu que a assistência consular melhor se adequasse às

novas necessidades das comunidades brasileiras no exterior, em constante expansão.

No âmbito da ação Atendimento Consular, que engloba o Sistema Consular Integrado (SCI), foi dada continuidade à abertura de novos Postos - com a conseqüente adaptação das áreas de atendimento consular, instalações elétricas e de comunicações -, ao aumento no parque informático dos Postos já instalados, buscando a readequação das necessidades de cada posto ao aumento da demanda por serviços consulares, e à substituição de equipamentos desgastados pelo uso constante. Além disso, assinou-se novo contrato com a Casa da Moeda do Brasil para fornecimento de cadernetas de passaporte biométrico (com e sem chip) e outros documentos de segurança utilizados pelo Sistema, enquanto contrato com o SERPRO garantiu o desenvolvimento e manutenção dos sistemas componentes do SCI.

O indicador do desempenho do atendimento consular considera o atendimento dado aos cidadãos brasileiros que solicitam serviços consulares - passaportes, atos notariais e registros civis - e estrangeiros que requerem vistos. Todos (100%) foram atendidos e seus pedidos concedidos, não concedidos ou denegados, de acordo com a base legal em vigor, e dentro de prazo que varia em função do posto considerado.

Serviço Exterior

No que diz respeito ao acompanhamento da execução financeira e à supervisão dos Postos no exterior, com vistas à manutenção das atividades de representação diplomática, alcançaram-se importantes objetivos no presente exercício. Foram construídas Residências Oficiais em Abuja, na Nigéria, e Maputo, em Moçambique, além de

apartamentos funcionais em Luanda, capital de Angola. As Embaixadas do Brasil em Buenos Aires, Caracas, Dacar, Paris, Washington, e o Consulado-Geral do Brasil em Assunção, todos imóveis próprios nacionais, passaram por reforma ou recuperação. Adquiriu-se, por fim, imóvel para abrigar a nova Residência Oficial da Embaixada do Brasil em Lusaca, na Zâmbia.

Por meio do programa Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação o Ministério das Relações Exteriores capacitou 767 servidores em 2011. Em consonância com a liderança da diplomacia brasileira nas negociações internacionais sobre Meio Ambiente e Sustentabilidade, que será novamente corroborada com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável ("Rio +20") no próximo ano, o Itamaraty também envidou esforços para a implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) proposta pelo Ministério do Meio Ambiente.

Foram tomadas diversas medidas que refletem o compromisso do Itamaraty com a Administração ambientalmente consciente, como a aquisição de materiais de consumo e permanentes com melhor desempenho energético, a redução do consumo de papel e seu reaproveitamento como rascunho e matéria-prima para reciclagem, a gestão do lixo sólido e a economia de água, entre outros. Além disso, foi dada grande atenção ao treinamento dos prestadores de serviço de limpeza e copeiragem, de forma a promover entre seus funcionários a utilização mais eficiente e econômica dos materiais. Os servidores responsáveis pelos procedimentos licitatórios receberam treinamento para exigirem dos novos fornecedores e prestadores de serviço a incorporação de requisitos de sustentabilidade para os produtos adquiridos.

4.19. SAÚDE**4.19.1. MINISTÉRIO DA SAÚDE**

Em 2011 a função Saúde buscou a consecução dos propósitos da ação governamental por meio de uma atuação orientada por 16 objetivos estratégicos traçados para nortear o desempenho setorial. Os resultados obtidos apontam efeitos sobre a qualidade de vida da população, com destaque para a queda da taxa de mortalidade infantil de 47 para cada mil nascidos vivos em 1990 para 22,47 para cada mil nascidos vivos em 2010 e para a elevação da expectativa de vida ao nascer, de ambos os sexos, de 66,9 anos em 1991 para 73,5 anos em 2010, o que aponta 6,6 anos de crescimento em quase 10 anos.

O poder público federal atua na operacionalização dessas ações com responsabilidade constitucional compartilhada com estados e municípios e com a participação da sociedade, por meio do Sistema Único de Saúde - SUS, numa perspectiva de alcance de resultados verificados por uso de contínuo monitoramento e avaliação de desempenho.

A Função teve aporte de recursos orçamentários do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS da

ordem de R\$ 80,89 bilhões destinados à cobertura de 13 programas finalísticos executados sob a gestão do Ministério da Saúde - MS e entidades vinculadas dos foram liquidados R\$ 63,9 bilhões, o que equivale a 78,7%.

Com relação ao Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais - OI, foram executados R\$ 90,97 milhões pela Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobras, empresa vinculada ao MS.

Convém frisar que nesses quantitativos estão incluídas as despesas com pessoal e encargos financeiros. O demonstrativo a seguir apresenta a execução orçamentária na função Saúde (valores efetivamente liquidados) sob o ângulo da classificação funcional entre 2007 e 2011. Observa-se evolução positiva na alocação dos recursos do OSS.

Destaca-se que a execução do OI diz respeito às atividades da Hemobras e destina-se ao suprimento de sangue e hemoderivados para o SUS.

**VALORES LIQUIDADOS (OFSS + RPNP), DESPESA REALIZADA (OI)
E GASTO TRIBUTÁRIO 2007 A 2011**

em R\$ milhões

FUNÇÃO "A"		2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
OFSS	No Exercício ¹	43.969,89	48.527,45	54.501,97	61.251,98	70.258,60	278.509,89
	RPNP ²	3.901,18	4.122,13	5.028,33	7.137,21	4.746,52	24.935,38
OI ³		12,53	20,94	26,14	36,43	89,82	185,86
Gasto Tributário		3,95	2,49	227,00	332,33	166,00	731,78
TOTAL		47.887,54	52.673,02	59.783,45	68.757,95	75.260,94	304.362,90

¹ Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

² Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

³ Posição 10/01/2012 - Refere-se à execução da Hemobras. Como Empresa Pública está incluída no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais e sendo independente não se utiliza do Siafi. Também não sendo regida pela Contabilidade Pública, lei nº 4.320/64, a Hemobras não faz a distinção entre valores "liquidados e pagos" e não apresenta valores em restos a pagar. A Hemobras também não possui Renúncias de Receitas Tributárias.

Fontes: SPO/SE/MS; DECIT/SE/MS e Hemobras/MS.

A tabela a seguir apresenta a liquidados da função, no período de 2007 a 2011, segundo as subfunções típicas dessa função, demonstrando os valores liquidados.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA FUNÇÃO SAÚDE - VALORES LIQUIDADOS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
EVOLUÇÃO DE 2007 A 2011**

em R\$ mil

SUBFUNÇÕES	LIQUIDADO				
	2007	2008	2009	2010	2011
Atenção Básica	7.320.868	8.120.362	8.560.264	9.749.841	11.205.119
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	21.613.215	23.765.111	26.555.327	29.517.417	33.463.008
Suporte Profilático e Terapêutico	3.568.750	3.877.759	4.645.913	4.853.398	6.236.939
Vigilância Epidemiológica	1.473.243	1.535.377	1.703.786	2.330.405	2.640.061
Vigilância Sanitária	166.631	223.036	237.077	250.658	279.460
Alimentação e Nutrição	176.817	133.317	179.033	378.743	364.995
Outras Subfunções	5.895.771	4.493.088	7.851.759	8.706.276	9.776.028
TOTAL	40.215.296	42.148.050	49.733.159	55.786.739	63.965.609

Obs.: Função Saúde. Refere-se ao piso de ações e serviços de saúde.

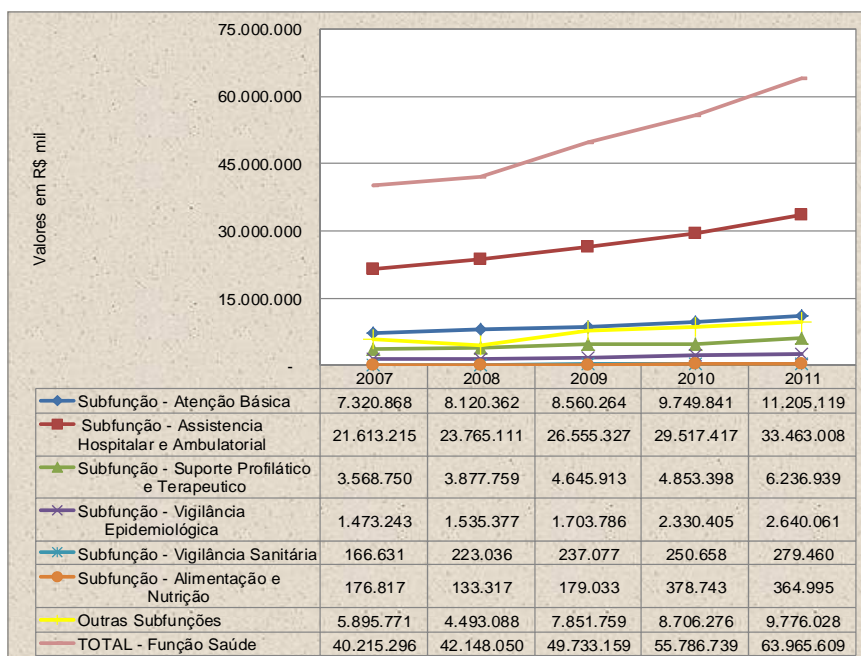
Fonte: SPO/SE/MS.

Observa-se que houve crescimento nominal nos valores liquidados na Função equivalente a 59% entre 2007 e 2011. Entretanto, nos últimos quatro anos não se observaram variações significativas que, em média, ficaram em torno de 12%. Entre as subfunções, a que apresenta maior volume de recursos alocados no período é a Assistência Hospitalar e Ambulatorial com 52 % dos valores liquidados, seguindo-se a Atenção Básica (18%); Suporte Profilático e Terapêutico (10%); Vigilância Epidemiológica (4%); Alimentação e Nutrição (1%); Vigilância Sanitária (0,44%); e Demais subfunções (15%). Entre estas, a que teve maior acréscimo nesse período foi a Alimentação e Nutrição com crescimento de 101%. No entanto, essa função

representou, em 2011, pouca expressividade no total das despesas liquidadas na Função Saúde (0,57%). As demais subfunções tiveram variações bem significativas. Enquanto a Vigilância Sanitária permaneceu quase estável, a subfunção Atenção Básica teve a variação mais destacada (68%) que a assistência ambulatorial e hospitalar (66%).

Como se pode concluir, a função Saúde demonstra evolução positiva na disponibilização de recursos entre 2007 e 2011, bem como para as subfunções típicas do setor que dão cobertura aos programas estruturantes. Essa evolução pode ser visualizada no gráfico abaixo.

**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
(VALORES LIQUIDADOS POR SUBFUNÇÃO)
DESPESAS EXECUTADAS (2007-2011), EM R\$ MIL**



Fonte: SPO/SE/MS. Refere-se ao piso de ações e serviços de saúde.

O desempenho da função Saúde é a seguir apresentado por meio da demonstração dos resultados obtidos pela política de saúde, com destaque para os cinco programas estruturantes para a sua operacionalização. Esses programas, com cobertura de execução orçamentária nas esferas fiscal e seguridade social, respaldados pelas demais linhas de atuação programáticas a seguir sintetizadas, são os principais responsáveis pela atenção integral prestada pelo SUS: Atenção básica em saúde; Assistência ambulatorial e hospitalar especializada; Promoção da capacidade resolutiva e da humanização na atenção à saúde; Vigilância, prevenção e controle de doenças e agravos e Assistência farmacêutica e insumos estratégicos.

Atenção Básica em Saúde

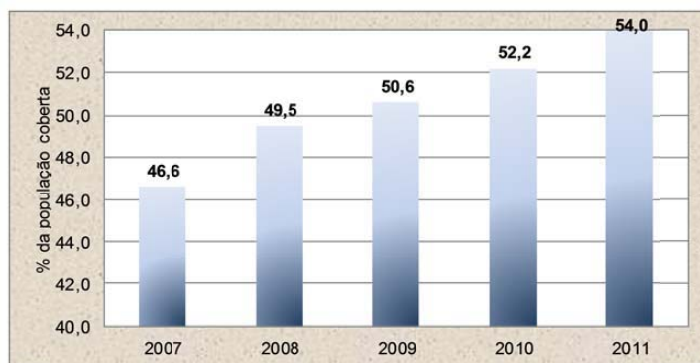
A atuação governamental em atenção básica, importante segmento para ampliar o acesso da população aos serviços de que necessita e promover a qualidade e a humanização na atenção à saúde, em 2011, teve o seu desenvolvimento concentrado na expansão da estratégia do Saúde da Família, forma de ação estruturante desse nível de atenção e importante contato da população com o sistema de proteção social em saúde. Nessa linha, buscou-se na ampliação da oferta de serviços básicos uma forma de indução da população para a preservação da saúde pública, possibilitando a amenização da demanda pela assistência em níveis mais complexos.

Complementando essas estratégias da atenção básica, procurou-se intensificar os cuidados com a saúde bucal por meio da ampliação do número de consultórios odontológicos, das unidades odontológicas móveis e dos laboratórios de prótese dentária. Para dar sustentabilidade à atuação em atenção básica, ações de alimentação adequada e saudável, de vigilância nutricional e controle de

deficiências nutricionais foram empreendidas por meio da disseminação de informação e da conscientização da população para as boas práticas alimentares.

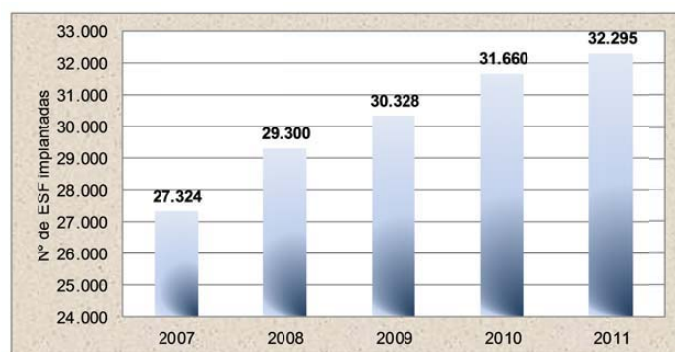
A atenção básica, por meio da estratégia Saúde da Família, teve uma cobertura populacional, ao final de 2011, que abrange em torno de 54% da população brasileira, com 32.295 equipes implantadas.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE COBERTURA POPULACIONAL POR EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (2007-2011)



Fonte: Secretaria de Atenção à Saúde/MS.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA IMPLANTADAS (2007-2011)



Fonte: Secretaria de Atenção à Saúde/MS.

Em 2011, foi lançado, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, o Programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde - UBS, com finalidade de fornecer apoio financeiro para a reforma e reestruturação dessas unidades. Essa iniciativa tem o intuito de prover a necessidade de infraestrutura adequada às equipes que operacionalizam a estratégia de atenção básica. Para fundamentar e operacionalizar esse apoio procedeu-se a um levantamento das necessidades locais por meio de um censo nacional com abrangência de 85% dos Municípios, e, posteriormente, houve cadastramento de propostas pelos Municípios. Ao final do exercício 2011 haviam sido cadastradas 4.375 propostas para reforma de UBS, sendo 472 com previsão de ampliação de capacidade de atendimento. Ainda em 2011, foram

construídas 212 novas UBS e aberto pré-cadastro para seleção de mais unidades. Destaca-se o cadastramento de 80 propostas para construção de UBS fluviais, das quais 15 unidades foram construídas em 2011.

Com a finalidade de ampliar a atuação das equipes de saúde da família para fora do ambiente doméstico, o Programa Saúde na Escola - PSE institucionalizou um termo de compromisso como instrumento de pactuação de metas para o repasse do incentivo financeiro disponibilizado para essa finalidade. Em 2011, foram assinados 2.271 termos de compromissos municipais.

Outro avanço importante na atuação em atenção básica foi o estabelecimento de critérios para

definição de áreas e regiões prioritárias com carência e dificuldade de fixação de médico integrante de Equipe de Saúde da Família cadastrada e de especialidades médicas prioritárias. Como resultados dessa iniciativa foram identificados 2.282 Municípios em todo território nacional com necessidades de estratégias para atrair profissionais para localidades carentes. Uma das iniciativas adotadas para atrair profissionais médicos para atuarem nesses municípios é o abatimento de até 100% do crédito com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES. Destaca-se também a extensão do prazo de carência do FIES para os recém-formados que optarem por fazer residência médica em uma das 16 especialidades prioritárias definidas com base nas políticas estratégicas para o SUS, como Rede Cegonha, a Rede de Urgência e Emergência e a Rede Oncológica.

Visando a ampliação da qualidade da atenção básica, foi lançado em 2011 o Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade da Atenção Básica - PMAQ, com adesão de 4.069 Municípios. Concretizou-se também a adesão aos critérios de qualificação de 17.669 Equipes de Saúde da Família, ultrapassando em 5% a meta fixada para 2011. A verificação do desempenho dessas equipes será monitorada por indicadores e metas pactuadas.

Considerando a evolução recente do quadro epidemiológico brasileiro com o rápido crescimento das doenças crônicas e os fatores de risco associados, foi desenvolvida iniciativa relevante buscando facilitar a prática de hábitos saudáveis pela população. Essa iniciativa, apoiada por experiências municipais bem sucedidas, busca mediante o incentivo à realização de atividade física e práticas corporais, em articulação com a Atenção Básica de Saúde, a melhoria da qualidade de vida por meio da convivência em comunidade, consiste no apoio à implantação das Academias de Saúde. Com finalidade de viabilizar essa iniciativa foi criado o Programa Academia da Saúde que consiste na construção de espaços dotados de infraestrutura, equipamentos e recursos humanos qualificados, para promoção da saúde. Busca mediante o incentivo à realização de atividade física e práticas corporais, em articulação com a Atenção Básica em Saúde, a melhoria da qualidade de vida por meio da convivência em comunidade. Em 2011 foram selecionadas para implantação 1.772 unidades distribuídas em todo território nacional com previsão de investimento de R\$ 245,2 milhões de investimento inicial.

Em relação aos serviços odontológicos básicos, outra realização relevante em 2011 foi a ampliação dos recursos de custeio das equipes de saúde bucal, como parte da Estratégia Saúde da Família. Ao final de 2011, a população brasileira conta com 21.425 equipes de saúde bucal operando em 4.883 Municípios. Também neste exercício registrou-se a compra de 100 Unidades Odontológicas Móveis destinadas a Municípios com populações vivendo em áreas de difícil acesso. As ações realizadas permitiram que, em outubro deste ano, o Brasil deixasse o grupo de média prevalência e passasse a integrar o grupo de países com baixa prevalência de cárie, segundo os padrões da Organização Mundial de Saúde.

É importante registrar a atuação das Forças Armadas na oferta de serviços públicos de saúde, sobretudo em regiões remotas do País. Os navios da Marinha viabilizaram a assistência médico-hospitalar às comunidades carentes que vivem em regiões isoladas e carecem de atendimento regular de saúde. Foram atendidas 363 localidades da Região Norte e 33 da Região Centro-Oeste. No total contabilizou-se 42 mil atendimentos médicos e 77 mil odontológicos, entre outros procedimentos e exames.

Em contribuição para a erradicação da extrema pobreza, foram priorizadas ações nos municípios com mais de 10% da população em situação de extrema pobreza com diversas ações estratégicas. Foram priorizados 2.812 municípios nessas condições que contaram com ações de saúde. Essa diretriz obteve resultados expressivos em 2011, entre os quais se destacam a realização de ações localizadas em municípios prioritários do Plano Brasil Sem Miséria, com destaque para a duplicação de recursos destinados a cirurgias eletivas; implantação de 321 novas Equipes de Saúde da Família; 367 novas equipes de saúde bucal; 103 novos Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF; incentivo financeiro do Programa Saúde na Escola - PSE concedido a 2.271, sendo 1.298 municípios componentes do mapa da miséria; manutenção de 7.709 Equipes de Saúde da Família - ESF nos municípios componentes do mapa da miséria; implantação de 336 novos consultórios odontológicos e 51 novos CEO; aquisição de 100 novas unidades móveis odontológicas e entregues 239,5 mil próteses dentárias.

O indicador que expressa com maior abrangência o desempenho setorial relativo ao Programa é o abaixo discriminado.

Indicador	Índice de referência	Índice alcançado em 2011	Índice alcançado em 2010	Índice ao final do PPA
Taxa da população coberta por equipes de saúde da família (%)	47,10 (2007)	-	52,20	70,00

Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada

No âmbito da assistência ambulatorial e hospitalar, onde concentra-se a atenção especializada de média e alta complexidade, importante componente do SUS para a sustentabilidade do princípio da integralidade, houve avanço no fortalecimento dos mecanismos de regulação e de programação nas redes de atenção à saúde com a aprovação das diretrizes para a elaboração da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde - Renases e da constituição de grupo de trabalho para a revisão da política nacional de regulação. Uma série de novas ações foi adotada para aperfeiçoar os procedimentos de média e alta complexidade, entre as quais se destaca a publicação das Diretrizes sobre a Linha de Cuidado do Infarto Agudo do Miocárdio e do Protocolo Clínico sobre a Síndrome Coronariana Aguda, além da ampliação do acesso aos procedimentos cirúrgicos eletivos, com priorização de procedimentos de maior demanda reprimida e financiamento específico por componente.

No exercício em foco, foram realizadas mais de 11 milhões de internações, pouco mais de 307 mil cirurgias eletivas e mais de um bilhão de consultas especializadas.

Nessa linha de atenção, a atuação pública em transplantes no Brasil atingiu a posição de maior programa público de transplantes do mundo. Como suporte ao êxito dessa evolução, o SUS forneceu toda a medicação imunodepressora. Todas as informações desse movimento foram disponibilizadas ao público, nesse exercício, por meio do "Portal dos Transplantes", composto de dados recentes da atividade transplantadora e de informações relacionadas aos transplantes, direcionadas à sociedade, às equipes técnicas e aos potenciais receptores em lista de espera.

Em consequência dessas iniciativas, o quantitativo de transplantes aumentou de 10 mil em 2001 para 23 mil em 2011. O índice de relação unitária por milhão de habitantes aumentou de 60,5 em 2001 para 121,4 em 2011. O Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea - Redome atingiu 2,5 milhões de doadores cadastrados em 2011 – 70% deles identificados no Brasil. Como suporte para o êxito dos transplantes, toda a medicação imunossupressora é fornecida e financiada pelo SUS. Foi lançando, ainda neste exercício, o "Portal dos Transplantes", conferindo maior transparência ao programa. O portal é composto de dados recentes da atividade transplantadora e informações relacionadas aos transplantes direcionadas à sociedade, às equipes e aos potenciais receptores em listas de espera.

Em 2011 a política nacional de assistência oncológica avançou no sentido da prevenção por meio de iniciativas voltadas para a qualificação dos investimentos na área, na efetivação de força tarefa

que realizou levantamento da situação dos mamógrafos em todo o território nacional possibilitando a reorientação dos investimentos nesse tipo de equipamento. Foram também mobilizados esforços em ações de prevenção ao tabagismo com finalidade de avançar na taxa de cessação do contato dos fumantes com o tabaco. Foram realizadas cerca de 78 mil cirurgias oncológicas, mais de dois milhões de tratamentos com quimioterapia e 8,5 milhões com radioterapia.

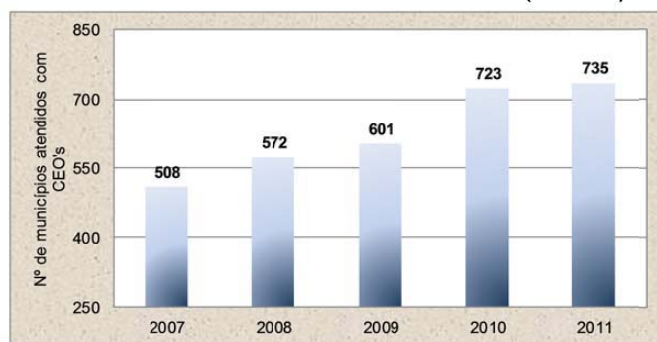
No último exercício essa política priorizou o fortalecimento da Rede de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Colo de Útero e Mama. Para a qualificação dos investimentos na área, foi efetivada uma força tarefa que realizou levantamento da situação dos mamógrafos em todo o território nacional. Foi aberta consulta pública sobre Programa Nacional de Qualificação da Mamografia, para que, em 2012, sejam orientados os investimentos de R\$ 14 milhões em atividades de apoio às unidades da Federação. Ainda em 2011, foram investidos aproximadamente R\$ 125 milhões para implementação de centros radiológicos, serviços de diagnóstico e tratamento de lesões precursoras do câncer de colo de útero e serviço de diagnóstico de câncer de mama. O número de procedimentos oncológicos atingiu, em 2011, 27,8 milhões e o número de cirurgias, 94 mil. Em 2011 foi sancionada a nova Lei do fumo que estabelece critérios de restrições ao hábito do tabagismo. Foram também realizadas ações de prevenção ao tabagismo tendo sido atendidos 153.177 fumantes em 2.305 unidades de saúde do SUS. A taxa de cessação obtida foi de 60% após quatro semanas de tratamento. Foram efetivadas oito novas habilitações para diagnose e tratamento em oncologia sendo duas na BA, duas no MA, duas no MT, uma no MS e uma no RJ e cinco alterações de habilitações para maior porte de habilitação (uma em GO, uma no MA, uma no MS e duas em MG). Com isto, chegou-se a 269 habilitações em todo o Brasil, envolvendo 289 estabelecimentos de saúde, sendo que 135 possuem serviço de radioterapia.

Na linha de atenção às necessidades de sangue e hemoderivados em 2011 foram firmados contratos que garantirão o abastecimento de três UI/per capita - meta internacionalmente recomendada - de fator VIII para hemofilia A, que proporcionará garantia de regularidade de acesso durante todo o ano de 2012. Essa será uma situação inédita, com fornecimento pleno de medicação a pacientes hemofílicos pelo SUS, possibilitando inclusive a introdução de novas modalidades de tratamento: a profilaxia primária e a imunotolerância. Foram ainda realizadas 109 visitas técnicas de avaliação a serviços de hemoterapia nas cinco regiões do País, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede - PNQH. Com relação à qualificação do plasma para uso industrial, foram qualificados 102 hemocentros, fornecedores de plasma para uso industrial por entidades públicas e privadas. Entre abril de 2010 e setembro de 2011, foram enviados ao laboratório

francês parceiro 16 lotes, que correspondem à aproximadamente 125,7 mil litros de plasma para fracionamento e posterior distribuição dos medicamentos hemoderivados ao SUS. Em dezembro de 2011 ocorreu a inauguração do 1º bloco da planta industrial da Hemobrás composto de câmara fria para armazenamento do plasma – matéria prima a ser fornecida pelos hemocentros, sendo o seu funcionamento aguardado para o 2º trimestre de 2012, após a qualificação de equipamentos, certificação de salas limpas e câmara fria em temperatura ideal e validação dos processos de operacionalização. Ainda nesse nível de atenção,

a saúde bucal foi expandida, em 2011, com a intensificação da implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). Entre 2004 e 2011, foram implantados 870 CEO em 735 Municípios, beneficiando cerca de 98 milhões de pessoas. No ano de 2011, também foi atingido o número de 816 laboratórios regionais de próteses dentárias credenciados. Além dessas realizações, o repasse pago por prótese para os Municípios foi ampliado, passando de R\$ 60 para R\$ 100. Essas ações permitiram ao SUS a elevação de 57% na produção de próteses dentárias comparando os primeiros semestres de 2010 e 2011.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM CENTROS ODONTOLÓGICOS ESPECIALIZADOS (2007-2011)



Fonte: Secretaria de Atenção à Saúde/MS.

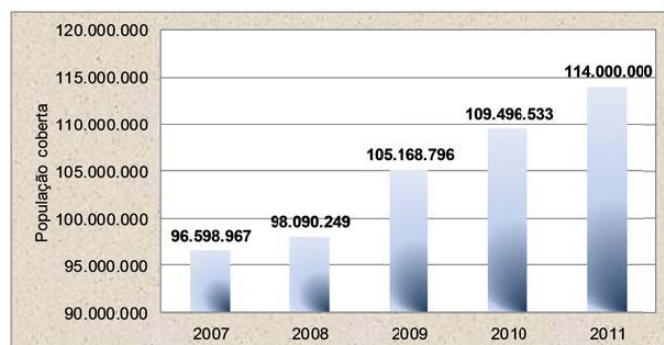
Foi implantado em 2011 o programa Melhor em Casa, com o objetivo de ampliar o atendimento domiciliar no âmbito do SUS. Esse serviço vem sendo executado por equipes multidisciplinares formadas por médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e fisioterapeutas, operando com finalidade de levar atendimento médico às casas de pessoas com necessidade de reabilitação motora, idosos, pacientes crônicos sem agravamento ou em situação pós-cirúrgica.

Cada equipe multidisciplinar será formada prioritariamente por médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem e fisioterapeutas e poderá atender, em média, 60 pacientes por mês. O objetivo é levar atendimento médico às casas de pessoas com necessidade de reabilitação motora, idosos, pacientes crônicos sem agravamento ou em situação pós-cirúrgica. Entre os resultados obtidos em 2011 destacam-se as 209 equipes cadastradas.

A Política Nacional de Atenção às Urgências e às Emergências, no ano em foco, passou por uma

revisão o que determinou novos direcionamentos a essa linha de ação. Em consequência, foi lançado o Programa SOS Emergência com definição de 11 portas de entrada hospitalares prioritárias para acompanhamento. Estão sendo realizadas visitas a cada uma dessas portas de entrada, com realização de diagnóstico local. No mesmo ano, o SAMU 192 atendeu mais de 114 milhões de pessoas em 1.720 Municípios, correspondendo a uma cobertura de cerca de 59% da população. Para alcançar esse desempenho contou com 1.931 ambulâncias, 92 motolâncias e 163 centrais de regulação. Com a finalidade de aumentar a cobertura regional do SAMU 192, um levantamento nacional identificou 1.500 ambulâncias ainda não habilitadas que haviam sido distribuídas aos Estados e Municípios. Nesse processo, foi mapeada a situação de cada unidade e identificados grupos de problemas com encaminhamento de soluções para habilitação e remanejamento, quando necessário.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE COBERTURA POPULACIONAL POR UNIDADES DE SAMU IMPLANTADAS (2007-2011)



Fonte: Secretaria de Atenção à Saúde/MS.

Com relação às Unidades de Pronto Atendimento - UPA, as 139 unidades priorizadas em 2010 apresentaram a seguinte situação em 2011: 117 foram habilitadas para construção, 11 optaram por reforma e onze desistiram da habilitação. Das 117 habilitadas para construção, 112 já receberam recursos para iniciar as suas obras. Foram inauguradas, em 2011, 31 novas UPA. Por outro lado, encontra-se em andamento processo de seleção para habilitação, com meta de se chegar a 199 unidades habilitadas. Ainda no âmbito da atenção às situações de urgências e emergências, em 17 de novembro de 2011 foi publicado o Decreto nº 7.616, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e instituiu a Força Nacional do Sistema

Único de Saúde. Esse decreto normatiza a atuação do Governo Federal em ocorrências que demandem o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde coletiva, tais como emergências epidemiológicas, com destaque para o surgimento de epidemias; desastres ambientais e desassistência à população. No âmbito do Ministério da Saúde, em dezembro de 2011, foi publicada portaria que estabelece os fluxos e procedimentos para a operacionalização setorial e foram ainda cadastrados em 2011 profissionais para acionamento imediato, quando necessário. Os indicadores que expressam com maior abrangência o desempenho setorial relativo ao Programa são apresentados a seguir.

Indicador	Índice de referência	Índice alcançado em 2011	Índice alcançado em 2010	Índice ao final do PPA
Índice de consultas por habitante (consulta percapita)	2,5 (2005)	-	2,87	3,00
Índice de leitos disponibilizados pelo SUS (1/1.000)	2,66 (2006)	-	2,66	3,00

Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde

A capacidade resolutiva e a humanização na atenção à saúde foram promovidas, em 2011, por meio da estruturação de redes de cuidados específicos para segmentos da população em situação de vulnerabilidade, a exemplo da mulher e da criança, pessoas com deficiência, pessoas com agravos em saúde mental e enfrentamento da dependência do crack e outras drogas.

Em 2011, foi conformada uma nova forma de atuação, integrada em rede, voltada para os segmentos populacionais mulher e criança. A Rede Cegonha promove a atenção integral à saúde dessa

população específica, com especial atenção aos estratos populacionais com maior vulnerabilidade econômica, assegurando o direito à gravidez, parto e puerpério seguros e humanizados, o direito ao planejamento produtivo, ao nascimento seguro e humanizado, além do crescimento e desenvolvimento saudáveis. No ano de 2011, a rede contou com a adesão de nove Estados (PA, AL, SE, BA, PE, MG, SP, RJ e RS) com a participação de 800 Municípios e cobertura de 600.000 gestantes. Com a finalidade de melhorar as condições de atendimento às gestantes, foram adquiridos kits compostos de 4.384 balanças e 4.866 detectores de batimento fetal. Foram também adquiridos 1.680 kits para parteiras e 200.000 kits com bolsa e trocador para serem entregues às gestantes usuárias do SUS. No mesmo exercício, foi implantada a prática

de testes rápidos para sífilis e HIV nas UBS. Foram também adotadas providências administrativas para o desenvolvimento do Programa, por meio da busca de parcerias públicas e privadas, adequação e ampliação de sistema de notificação e de informações específicas.

Outro segmento de atuação relacionado à saúde da mulher foi o fortalecimento da rede de prevenção, diagnóstico e tratamento do câncer do colo de útero e do câncer de mama. Houve também a realização de 8,9 milhões de exames citopatológicos, preventivos de câncer de colo de útero na faixa etária prioritária para o rastreamento. Também foram realizadas 2,8 milhões de mamografias de rastreamento, além da capacitação de 140 técnicos em radiologia para dar suporte a essa linha de atuação. Estão em estruturação neste exercício cinco laboratórios de citologia de colo de útero em áreas identificadas como de maior necessidade nas Regiões Norte e Nordeste, com prioridade para os Estados do Amazonas, Pará, Roraima e Pernambuco.

A Medida Provisória nº 557/2011 instituiu o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna, por meio da qual é concedido o benefício financeiro no valor de até R\$ 50,00 para gestantes cadastradas no Sistema. Tal concessão tem o objetivo de auxiliar o deslocamento da gestante e seu acesso às ações e aos serviços de saúde relativos ao acompanhamento do pré-natal e assistência ao parto prestados pelo SUS, que são medidas que visam contribuir para que o Brasil possa atender o compromisso internacional firmado no âmbito da ONU relativo ao 5º ODM, especificamente a meta 6 que trata da redução em três quartos, entre 1990 e 2015, da taxa de mortalidade materna.

Foram também financiados para estruturação em 2011, 23 centros de parto normal, 17 Casas de Gestante e Bebê, além da construção de nove maternidades e qualificação de 41 serviços de parto.

Importante iniciativa realizada no exercício 2011 foi a priorização da implantação da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS em sete Municípios com concentração de risco, a saber: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Fortaleza e Porto Alegre. Destaca-se também o Programa de

Volta para Casa que, até o final de 2011, concedeu benefícios de ajuda de custo a 3.950 participantes em recuperação domiciliar com situação de precariedade financeira.

Com relação à saúde da pessoa com deficiência, a linha de atuação com prioridade governamental, em 2011 foi lançado o Programa Viver Sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência que inclui os componentes de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade. O foco de ação é a organização do cuidado integral em rede, contemplando as áreas de deficiência auditiva, física, visual, intelectual e ostomia. Nesse exercício as unidades de saúde para atenção especializada nas áreas de deficiências física, auditiva e intelectual realizaram 1,3 mil atendimentos. No mesmo ano, outra importante iniciativa no campo da reabilitação foi a expansão do fornecimento de órteses, próteses e de ações de reabilitação no SUS, que contou com o apoio da qualificação de profissionais em técnicas de utilização desses equipamentos e a implantação de Oficinas Ortopédicas. Foram realizados mais de 16 milhões de procedimentos de reabilitação e a inclusão da concessão de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção nas modalidades de física, auditiva, intelectual, visual e ostomia.

Ainda nessa linha de atenção, em resposta a rápida mudança na estrutura etária da população brasileira, com o aumento da expectativa de vida e da consequente proporção de idosos, foi dada especial atenção aos agravos e complicações incidentes nessa faixa etária, como as fraturas originadas de quedas e da osteoporose.

Assim, em 2011 foi lançada a Campanha Nacional de Prevenção da Osteoporose chamando a atenção aos agravos e complicações decorrentes, como as fraturas em pessoas idosas. Foi ainda implementada a Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa junto aos Municípios, além do fortalecimento do atendimento domiciliar da pessoa idosa e ampla capacitação dos profissionais de saúde nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste em curso sobre Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa.

Os indicadores que expressam com maior abrangência o desempenho setorial relativo ao Programa são os abaixo discriminados

Indicador	Índice de referência	Índice alcançado em 2011	Índice alcançado em 2008	Índice ao final do PPA
Coefficiente de mortalidade neonatal (1/1.000)	17,00 (2003)	-	13,17	-
Coefficiente de letalidade materna hospitalar (1/1.000.000)	29,80 (2002)	-	24,83	-

Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

A atuação governamental de maneira oportuna na vigilância, prevenção e controle de agravos e/ou doenças transmissíveis e não transmissíveis, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas apresentou resultados satisfatórios ao controlar doenças com incidência e prevalência de interesse da saúde pública. No combate à malária constatou-se a redução do número de casos na Região Amazônica em 24,6%, no período de janeiro a dezembro de 2011, quando comparado com o mesmo período de 2010. Houve também uma redução do número de internações por malária na Região Amazônica correspondente a 14,8% de janeiro a novembro de 2011, em relação ao mesmo período de 2010. Em 2011, foram efetivadas a aquisição e instalação de 1,1 milhão de mosquiteiros impregnados com inseticida de longa duração para o controle da malária em 47 Municípios da Região Amazônica.

O controle da tuberculose, iniciativa prioritária do Governo Federal desde 2003, apresentou resultados expressos na tendência de queda anual dos casos novos, passando a taxa de incidência de 38,8 por 100 mil habitantes (2008) para 37,7 em 2010. Desde 2009 permanece a sustentabilidade do alcance da Meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, quando a taxa de mortalidade por tuberculose atingiu 2,5 por 100 mil habitantes.

Dados epidemiológicos demonstram que a epidemia de Aids no País encontra-se estável e concentrada em populações com certas vulnerabilidades, com predominância entre homens via transmissão sexual. Para enfrentar esse desafio, ações governamentais específicas vêm sendo empreendidas com prioridade para a população mais jovem, com idades entre os 13 e 24 anos, onde identifica-se maior vulnerabilidade.

A ação governamental de prevenção e controle das doenças sexualmente transmissíveis - DST garante a proteção do indivíduo e o acesso dos portadores do HIV aos medicamentos antirretrovirais disponibilizados pelo SUS por meio da rede pública. Na área da prevenção dessa doença, foram distribuídos 322,5 milhões de preservativos masculinos. Em 2011, foi realizado um quantitativo de 3,5 milhões de testes rápidos para diagnóstico do HIV, ampliando o acesso à testagem e incentivando a realização de novos testes. Com relação à sífilis, no mesmo ano, foram adquiridos 350 mil testes rápidos de triagem, produzidos no País, disponibilizados à população nos serviços de atenção básica e nos Centros de Testagem e Aconselhamento - CTA. Desse total, 100 mil foram destinados à testagem de gestantes.

Em 2011 observam-se avanços na detecção e tratamento das hepatites virais. O aumento gradual do número de pessoas em tratamento atingiu cerca de 25 mil portadores de hepatites B e C. Para

potencializar essa linha de atuação foram disponibilizados 3,6 milhões de testes rápidos de triagem das Hepatites para os Centros de Testagem e Aconselhamento. No mesmo exercício ocorreu também a ampliação do grupo-alvo beneficiado com a vacina contra hepatite B para a faixa etária de 20 a 24 anos, e a qualificação das ações de vigilância e prevenção das hepatites virais.

Corroborando o compromisso de erradicar o sarampo do continente sul-americano, em 2011, foi realizada mais uma versão da campanha nacional de seguimento, com a aplicação da vacina tríplice viral. Nessa campanha, a meta de cobertura vacinal foi superada com a vacinação de 17 milhões de crianças de um a seis anos de idade, o que corresponde a 98,3% de cobertura vacinal no País.

As medidas de controle da dengue levaram a uma redução de 25,9% nos óbitos e de 39,3% nos casos graves por dengue até dezembro de 2011, quando comparado com o mesmo período de 2010. Houve também a instituição de incentivo financeiro, no valor de R\$ 92,7 milhões destinados à qualificação das ações de controle da dengue em 1.158 Municípios, beneficiando 116,5 milhões de habitantes.

Em 2011, ocorreu a habilitação de nove novos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, sendo três no Paraná, dois no Espírito Santo, um no Rio de Janeiro, um em Roraima, um em Minas Gerais e um no Pará, totalizando 199 centros no País. Esses centros têm a responsabilidade de operacionalizar os princípios, as diretrizes e as estratégias para o desenvolvimento da atenção integral à saúde do trabalhador.

Em relação à Vigilância em Saúde Ambiental, em 2011, foram definidos os padrões de potabilidade da água para consumo humano. Dentro dos parâmetros determinados, verificou-se o aumento do número de Municípios realizando vigilância da qualidade da água para consumo humano de 87%, em 2010, para 89%, em outubro de 2011 e a diminuição da subnotificação das intoxicações por agrotóxicos de 7.277, em 2009 para 2.107.

Na área de Promoção da Saúde destaca-se, no mesmo ano, o apoio a cerca de 580 Municípios para desenvolvimento de ações de promoção da saúde, prevenção de violência e acidente de trânsito, com o aporte financeiro de R\$ 22 milhões; a implantação do Projeto Vida no Trânsito em cinco capitais brasileiras dentro do Projeto Global Segurança no Trânsito implantado em 10 países.

Um grande destaque no âmbito da promoção da saúde em 2011 foi a elaboração e divulgação do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (2011-2022), o qual foi apresentado na Assembleia Geral da ONU.

Como reflexo da atuação interministerial em prevenção da violência doméstica, sexual ou outras violências, houve a ampliação do número de

Municípios que vem realizando notificação nesse campo de 26,9%, em 2010 para 32%, em 2011.

Alinhado com o moderno conceito de “Saúde e Diplomacia”, o poder público federal fortaleceu suas atividades de cooperação internacional, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores. Nesse contexto, merece destaque a realização da Conferência Mundial Sobre Determinantes Sociais da Saúde, organizada em conjunto com a OMS, realizada nesse ano, com a participação de chefes de estado de mais de 80 países. Em 2011 houve também a ampliação do grupo-alvo beneficiado com a vacina contra hepatite B para a faixa etária de 20 a 24 anos, o que corresponde a 87 milhões de doses oferecidas. Também observou-se a ampliação do grupo-alvo da vacina contra *influenza*, para crianças de seis meses a menor de dois anos, gestantes, indígenas e trabalhadores de saúde. A cobertura global atingida

para esses grupos populacionais foi de 84%. A Campanha Nacional de Seguimento em menores de cinco anos com a vacina tríplice viral atingiu a cobertura vacinal de 98,3% no País, correspondendo à vacinação de 17 milhões de crianças. Até o final de 2011 cerca de 58% de Municípios estão com 95% de Cobertura Vacinal de Tetravalente, parâmetro ideal definido pelo Programa Nacional de Imunizações. Os estudos para a introdução de novas vacinas (Hepatite A e HPV – Vacina contra Papilomavírus Humano) foram concluídos em dezembro deste ano e foi iniciada a análise de factibilidade orçamentária para introdução dessas novas vacinas a partir dos próximos anos. Os indicadores que expressam com maior abrangência o desempenho setorial relativo ao Programa são os abaixo discriminados.

Indicador	Índice de referência	Índice alcançado em 2011	Índice alcançado em 2010	Índice ao final do PPA
Taxa de cura da tuberculose (%)	62,73 (2005)	-	64,10	85,00
Taxa de incidência de Aids (1/100.000)	18,70 (2006)	-	18,50	17,30

Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos

A atuação governamental no fornecimento de medicamentos à população, entre outras linhas de atuação, tem importante papel na cobertura das prescrições médicas, a partir de diagnósticos clínicos, por meio do fornecimento público dos medicamentos necessários à complementação da integralidade da política nacional de saúde. Essa linha de ação concentrou-se em 2011 na ampliação do acesso da população com menor aquisitivo às indicações medicamentosas originadas dos serviços públicos de saúde. Observou-se a intensificação da implantação e manutenção de Farmácias Populares nas modalidades rede própria e parceria com farmácias e drogarias privadas. Essas linhas de ação visam ampliar o acesso a produtos de prescrição medicamentosa com garantia de menor preço ao usuário. No ano em foco foram implantadas 555 Farmácias Populares na modalidade rede própria e mais de 20.225 em parceria com farmácias e drogarias. Atualmente, essas unidades atendem mais de 3,5 milhões de pessoas por mês, disponibilizando todo o elenco de medicamentos prioritários para o SUS. Um destaque em 2011, no âmbito do programa Saúde Não Tem Preço, foi a garantia da gratuidade de medicamentos indicados para 2.697.152 pacientes em tratamento da hipertensão e 990.453 em tratamento de diabetes, o que representa crescimento anual equivalente a 309% hipertensos e 223% diabéticos atendidos pelo Saúde Não Tem Preço no Programa Aqui Tem Farmácia Popular”. O elenco de medicamentos disponibilizados na rede própria

compreende 115 itens, além do preservativo masculino.

No âmbito da assistência farmacêutica para a atenção básica, entre as metas alcançadas no ano de 2011 destaca-se a execução de 100% da descentralização dos recursos financeiros do componente básico da assistência farmacêutica, favorecendo a operacionalização da aquisição de medicamentos e proporcionando o acesso da população usuária do SUS aos medicamentos destinados a esse nível de atenção a saúde.

Nesse mesmo exercício, foram adquiridos medicamentos e insumos estratégicos, de forma a garantir e ampliar a lista de medicamentos com responsabilidade de compra federal. O atual elenco disponibilizado garante o acesso aos medicamentos de programas estratégicos como Programa de DST/Aids, Sangue/Hemoderivados, Alimentação/Nutrição, Endemias Focais, Combate ao Tabagismo, Saúde da Mulher, Hanseníase, Lupus, Tuberculose e Tuberculose Multidroga Resistente. Nesse componente da assistência farmacêutica foram atendidas, em 2011, 217 mil pessoas que vivem com HIV/AIDS; 16 mil pacientes do Programa de Coagulopatias; 343 mil pacientes do Programa de Controle do Tabagismo do INCA; e 74 mil pacientes portadores de tuberculose e três mil de tuberculose multidroga resistente. Também foram adquiridos 12 medicamentos para atendimento de 49 mil pacientes portadores de hanseníase com um elenco de 12 medicamentos, sendo que seis são doados mundialmente pela Organização Pan Americana da Saúde – OPAS/OMS.

Em relação ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAF, foram desenvolvidas as seguintes ações: garantia do acesso aos medicamentos de aquisição centralizada, sem interrupções no fornecimento; e ampliação considerável do acesso aos medicamentos de aquisição centralizada do CEAF.

Com a finalidade de intensificar a assistência farmacêutica utilizando-se de plantas medicinais e fitoterápicos, estão sendo capacitados dois mil

farmacêuticos em Gestão da Assistência Farmacêutica em Fitoterapia e foram apoiados 15 Municípios, com aquisição de materiais e equipamentos para farmácias e custeio para capacitação de profissionais de saúde e orientação aos usuários do SUS, de forma a constituir uma rede de Municípios promotores dessa modalidade terapêutica. Os indicadores que expressam com maior abrangência o desempenho setorial relativo ao Programa são os abaixo discriminados.

Indicador	Índice de referência	Índice alcançado em 2011	Índice alcançado em 2010	Índice ao final do PPA
Percentual de municípios com farmácias e drogarias credenciadas no Programa Farmácia Popular do Brasil – Aqui tem Farmácia Popular, com relação ao total de municípios brasileiros.	(2006)	58,52%	44,7%	
Percentual de municípios mapeados com extrema pobreza com farmácias e drogarias credenciadas no Programa Farmácia Popular – Aqui tem Farmácia Popular, com relação ao total de municípios brasileiros mapeados com extrema pobreza.	(2010)	40,0%	24,4%	

Para a obtenção dos resultados da função Saúde no exercício 2011, concorreram outros segmentos da atuação governamental em saúde com importantes resultados que são a seguir descritos com a quantificação das suas principais iniciativas.

Em 2011, primeiro ano de operacionalização da Secretaria de Saúde Indígena - Sesai do Ministério da Saúde, o principal avanço verificado foi a consolidação dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI. Esses órgãos do subsistema de saúde indígena constituem-se em unidades gestoras descentralizadas responsáveis por organizar o atendimento à saúde dessas populações, com área de abrangência definida por características étnicas e pela ocupação geográfica das comunidades específicas.

No mesmo exercício foi implantado o novo modelo de gestão descentralizado em todos os 34 DSEI, sendo que 29 destes já operam como unidades executoras. Para dar suporte a essa forma de gestão, foram capacitados 215 servidores dos DSEI em conteúdos referentes a administração orçamentária e financeira, recursos humanos, logística e licitações.

Também foi iniciada nesse ano a implementação de um novo modelo de atenção primária, com foco na família indígena, centrado na linha do cuidado, integralidade e intersetorialidade das ações, participação popular e articulação com as práticas de saúde e medicinas tradicionais. Em

consequência, foram introduzidos testes rápidos para sífilis e HIV com cobertura inicial de 46 mil indígenas nos sete DSEI do Estado do Amazonas e nos dois de Roraima.

Na linha de atuação de prevenção de doenças foi realizada campanha de multivacinação cobrindo cerca de 91 mil indígenas aldeados da Amazônia Legal. Ocorreu, no mesmo período, a Oficina Nacional sobre Linhas de Cuidado Integral e Medicinas Tradicionais, que contou com mais de 200 participantes.

A atuação em saúde bucal está beneficiando aproximadamente 71 mil indígenas. A atenção em média e alta complexidade para a população indígena nos DSEI Mato Grosso do Sul e na CASAI de Manaus teve sua regulação iniciada em 2011.

A atenção ao indígena buscou também a melhoria no acesso ao tratamento de hepatites virais para os indígenas do Vale do Javari (AM), com a realização de três manejos clínicos de Hepatites Virais com 341 indígenas, sendo que os indígenas identificados como portadores de hepatites virais, recebem tratamento na Casa de Apoio de Tabatinga (AM).

Com relação ao abastecimento de água em áreas indígenas, em 2011, foram iniciadas 91 obras de implantações e 56 reformas/ampliações.

O setor saúde atua no controle de doenças causadas pela ausência ou inadequação das condições de saneamento público em Municípios com até 50 mil habitantes e no controle da qualidade

da água para consumo humano dos sistemas públicos de abastecimento de água. As localidades de atuação são priorizadas de acordo com parâmetros como interiorização, comunidades rurais, povos indígenas e comunidades quilombolas, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas e ribeirinhos com precária inserção socioeconômica.

No âmbito do PAC 2, com relação às metas para 2011, foram fundamentais as providências técnicas, legais e administrativas para a regulamentação dos contratos a serem firmados a partir da seleção entre 10.735 cartas-consulta recebidas, das quais 1.582 solicitaram recursos para Sistemas de Abastecimento de Água e 3.924 para Sistemas de Esgotamento Sanitário, incluindo melhorias sanitárias domiciliares, 2.181 para projetos técnicos de abastecimento de água e 3.048 projetos técnicos de esgotamento sanitário.

No âmbito do Brasil Sem Miséria foram distribuídas 6.544 cisternas, 123 em comunidades rurais e 8 em aldeias indígenas. Para o ano de 2012 estão previstas a distribuição de 14.000 cisternas, 13 em aldeias indígenas, 140 em quilombos e 222 em comunidades rurais.

Prevê-se para 2012, em consequência das contratações realizadas ao final de 2011, a execução de 1.144 obras de saneamento em 1.116 municípios com até 50 habitantes.

Em 2011, foi aprimorado o controle da qualidade da água para redução da morbimortalidade por doenças de transmissão hídrica, especialmente as diarreias. Entre as ações levadas a efeito destaca-se o apoio à capacitação, análise e estruturação de laboratórios, assistência técnica e parcerias com as vigilâncias em saúde e sanitária. Em 2011, foram apoiados 15 laboratórios de Consórcios Públicos; 445 Municípios com capacitação, análises laboratoriais e assistência técnica; realizadas 3.000 análises da água, referentes a 91 aldeias indígenas, 27.363 exames físico químicos, bacteriológicos e cianobactérias, em apoio aos Estados e Municípios; apoiados 14 Municípios atingidos por enchentes nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco; além de adquiridas 13 Unidades Móveis de Controle da Qualidade da Água e de equipamentos para 11 laboratórios de Controle da Qualidade da Água.

Outro aspecto relevante é a integração com a política de Governo do programa "Água para Todos", dentro do "Plano Brasil sem Miséria", na elaboração do Plano de Ação para Melhorias da Qualidade da Água das cisternas implantadas e a implantar na região do Semiárido.

Em 2011, o desenvolvimento da educação profissional foi centrado na qualificação dos processos formativos voltados para as necessidades do SUS. Para o desenvolvimento desta política contou-se com uma rede de 36 Escolas Técnicas do SUS - ETSUS, criadas com a finalidade de qualificar/formar os trabalhadores inseridos no setor

Saúde. Nesse mesmo ano, foram capacitados 3.986 profissionais de saúde em atuação no SUS e apoiados com financiamento federal de cerca de 65.000 profissionais de saúde atuando em Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. De forma semelhante, foi apoiado o projeto da Rede de Escolas Técnicas do SUS; realizada a complementação do Curso de Capacitação para as Parteiras do Estado do Amapá, beneficiando 1.600 profissionais; apoiada a Associação de Amigos do Autista, para a realização de três eventos beneficiando 180 profissionais com atuação específica nesse segmento da população.

No âmbito da Política de Educação Permanente, nesse exercício, ocorreu a iniciativa de pactuação com os Estados e Municípios para a transferência de recursos, na modalidade fundo a fundo, para que sejam aplicados em educação técnica que irá beneficiar 157 mil profissionais.

Com relação à formação profissional, em 2011, foi disponibilizado apoio à formação de profissionais em nível de graduação e pós-graduação *stricto e latu sensu* em áreas estratégicas para o SUS, com destaque para o pagamento de 138.416 bolsas de estudo para profissionais de saúde; apoio à formação de médicos residentes, beneficiando 15.600 profissionais; apoio a cinco cursos de matriciamento do Programa Pró-Residência, beneficiando 30 profissionais; apoio a 41 cursos específicos a determinados procedimentos, beneficiando 3.518 profissionais; e apoio a programas de residência médica nas Regiões Norte e Nordeste, beneficiando 710 profissionais.

Com finalidade de capacitar gestores e gerentes do SUS, para a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços foi fornecida capacitação de gestores, beneficiando 40.582 profissionais; ministrado um curso não presencial, beneficiando 1.000 profissionais; e apoiados três projetos da Universidade Aberta do SUS, beneficiando 3.000 profissionais.

Em 2011 foram desenvolvidas Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo - PDP, que contemplam transferências de tecnologia e produção local entre laboratórios públicos e privados. Essas parcerias constituem-se no principal avanço obtido na estruturação do complexo produtivo de ciência, tecnologia e inovação em saúde. Até o final de 2011, foram aprovadas 32 PDP que representam compras anuais do SUS de cerca de R\$ 2,0 bilhões e com a expectativa de gerar economia anual de R\$ 400 milhões para os cofres públicos. Nesta iniciativa estão envolvidos 10 laboratórios públicos e 22 privados para a fabricação de 30 produtos finais – sendo 28 medicamentos, o DIU e um Teste Rápido de Diagnóstico. Deste conjunto de PDP, seis estão em fase final do processo de regulação para a disponibilização pública. Ainda no contexto da otimização do uso estratégico do poder de compra da Saúde, evidenciado com as PDP, em 2011 registrou-se a economia anual do montante de R\$

1,7 bilhão, gerada por ganhos de eficiência advindos das negociações de preços de medicamentos de alto custo a exemplo das prescrições oncológicas, para artrite reumatóide e algumas vacinas.

No sentido de fortalecer e modernizar o parque produtivo brasileiro de produtos e serviços estratégicos destacou-se, nesse exercício, o investimento direto nos produtores públicos para regulação do mercado de medicamentos e insumos estratégicos para o SUS. Nesse sentido, em 2011 foram aprovados 28 projetos, perfazendo o montante de R\$ 60 milhões, com destaque para a ampliação da fábrica de preservativos em Xapuri, no Acre, e a implantação da Bahiafarm. Ainda nesse ano, a inserção do Brasil no contexto das vacinas globais se deu por meio da proposta de desenvolvimento e produção das vacinas pentavalente e heptavalente.

No campo das doenças negligenciadas, em 2011 o Brasil assumiu a responsabilidade de viabilizar a produção local para abastecimento mundial do medicamento e fármaco para doença de Chagas – Benzonidazol -, tendo em vista que o único produtor existente retirou esse produto do mercado.

Com o objetivo de articular projetos de desenvolvimento de fármacos na área de oncologia, com abrangência da etapa laboratorial até a de testagem, foi instituída a Redefac (Rede Nacional de Desenvolvimento e Inovação de Fármacos Anticâncer). A proposta da Redefac é estabelecer uma plataforma gerencial que permita o acesso às novas tecnologias farmacêuticas nacionais de origem pública e viabilizar o uso clínico e a exploração comercial dessas inovações.

O Governo Federal tem buscado incentivar a produção científica com potencial de utilização no SUS. As chamadas públicas de apoio a eventos científicos em saúde têm como principal objetivo promover o intercâmbio entre pesquisadores e gestores, além de incentivar a disseminação e a incorporação de novas tecnologias e conhecimentos na área de saúde. Em 2011, foram apoiados 41 projetos de eventos públicos de disseminação de conhecimento. Além disso, o Prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS recebeu 486 inscrições.

Com o lançamento em 2011 de ferramenta eletrônica de gestão para acompanhar as etapas das pesquisas clínicas realizadas no Brasil – recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS) para criação de plataformas nacionais de registros primários de ensaios clínicos em países com competência científica e tecnológica – foi estabelecida uma base nacional e unificada de registros de pesquisas com seres humanos. Ela permitirá que as pesquisas sejam acompanhadas em seus diferentes estágios, além de disponibilizar dados e informações que dispensem documentos em papel, reduzindo o tempo de acesso à versão atualizada dos projetos. Essa plataforma permite o

acesso de qualquer pessoa dentro e fora do País, oferece informações em pelo menos dois idiomas, dotando o sistema de comunicação plena com outros registros acumulados em instrumentos semelhantes.

Com finalidade de fortalecer a democracia participativa e deliberativa no SUS uma das principais linhas de atuação adotada foi a formação permanente de conselheiros e de lideranças sociais do setor saúde em todo o Brasil tendo sido capacitadas, de forma descentralizada, 43.690 pessoas.

Além dessas iniciativas, destacaram-se em 2011 a promoção da participação social a capacitação de 12.595 integrantes dos movimentos sociais sobre os direitos em saúde inerentes à cidadania e de 2.057 gestores e técnicos com foco na promoção de uma maior equidade em saúde para populações em condições de vulnerabilidade, bem como o apoio a 27 Unidades Federadas, por meio da implantação de Instâncias Estaduais de Promoção da Equidade. No âmbito da participação popular, em 2012, prevê-se a capacitação de 50 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, agentes comunitários de saúde de endemias, educadores populares e gestores) com atuação em todas as regiões do País.

O Sistema Cartão Nacional de Saúde tem como finalidade fornecer a base cadastral para a identificação dos usuários das ações e serviços de saúde com base nacional. Em 2011, foram entregues à população 8.091.000 cartões (com mídias do Cartão Nacional de Saúde – fase 1), com distribuição em 260 Municípios.

Em 2011, o acesso da sociedade à Ouvidoria do SUS foi facilitado com a implantação em todo território nacional do tridígito (136). Para viabilizar a disseminação de informações para a população brasileira foram realizadas 7.542.815 informações à população, buscando assim, integrar e estimular práticas que ampliem o acesso dos usuários ao processo de avaliação do SUS, incluindo a descentralização dos serviços de ouvidoria. Com o objetivo de apoiar a implementação de Ouvidorias descentralizadas do SUS (Federal, Estaduais/DF e Municipais) e, buscando integrar e estimular práticas que ampliem o acesso dos usuários ao processo de avaliação do SUS, foram apoiados 34 entes federados.

No mesmo ano, realizou-se a 14ª Conferência Nacional de Saúde que contou, nas etapas preparatórias, com 4.375 Conferências Municipais de Saúde e 27 Conferências Estaduais de Saúde. Esse processo resultou na participação de 3.430 participantes na plenária final da 14ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em dezembro.

Com relação à auditoria do SUS, foi possibilitado uma articulação voltada ao desenvolvimento de ações integradas aos componentes estaduais e

municipais de auditoria, favorecendo o apoio e a implementação de 119 áreas de auditoria no Sistema Nacional de Auditoria (SNA). Foram encerradas 1.360 ações de auditorias, dessas 1.001 geraram pedido de recuperação de R\$ 210,8 milhões. Atendendo às prioridades de Governo definidas no Planejamento Estratégico do Ministério da Saúde, ano 2011, concluiu os seguintes Relatórios de Auditoria das Forças Tarefas: Mamógrafos, Laboratórios de Citologia e Hospitais Psiquiátricos, para os quais foram realizadas as seguintes atividades: visitados 1.959 estabelecimentos de saúde, com 1.762 Mamógrafos identificados; visitados 600 municípios em 1.316 Laboratórios de Exame de Citopatologia; visitados 134 Hospitais Psiquiátricos em 122 municípios.

No âmbito do combate ao desperdício, em 2011, importantes providências institucionais geraram resultados concretos, a exemplo da publicação da legislação da incorporação tecnológica e de medicamentos e da intensificação dos ressarcimentos pelos planos de saúde o que resultou em reintegração ao SUS de R\$ 82,09 milhões, montante superior ao realizado nos últimos sete anos.

Em 2011 foi desenvolvido no âmbito do Ministério da Saúde o Índice de Desempenho do SUS (Idsus) com finalidade de avaliar o desempenho do SUS nos municípios, Colegiados Regionais de Saúde, estados, regiões e no país, demonstrando as condições de acesso e a qualidade nos diferentes níveis de atenção, por meio da análise de indicadores simples e compostos, pactuados entre as três esferas de gestão e atores participantes do controle social, que possibilitarão traçar um perfil da qualidade da atenção e a geração de subsídios aos gestores municipais, estaduais e federais para o fortalecimento do sistema e a melhoria da qualidade da saúde da população.

No campo da regulação de produtos, ambientes e serviços de interesse da saúde pública, com finalidade de conferir maior agilidade ao registro de medicamentos de interesse estratégico do SUS, em 2011, foram estabelecidas novas regras para os procedimentos de acompanhamento, instrução e análise dos processos de registro e pós-registro desses medicamentos resultantes de desenvolvimento ou de transferência de tecnologia. Essa iniciativa foi viabilizada por parcerias públicas e privadas caracterizadas por parâmetros pré-definidos de forma a agilizar a atualização da terapêutica medicamentosa prescrita no âmbito do SUS, reduzir o gasto federal nas compras de medicamentos, além de estimular a pesquisa e indústria nacionais. As parcerias entre sete laboratórios oficiais e dez indústrias privadas para produzir 24 medicamentos resultaram em 2011 em economia média de R\$ 160 milhões.

A partir de 2011, os medicamentos estratégicos para o SUS passaram a ter um tratamento prioritário na sua liberação de uso público. Com isso foi facilitada

a chegada de novos fármacos ao mercado, especialmente aqueles que têm maior importância nas políticas públicas de saúde. Um dos resultados deste esforço foi a redução em 36% do tempo da primeira manifestação para o registro de medicamentos de doenças órfãs e negligenciadas que fazem parte de programas estratégicos de Governo (leishmaniose, malária, hanseníase, doença de chagas e tuberculose) e de vacinas que integram o calendário do programa nacional de imunização.

Em 2011, foram aprovados 164 registros de medicamentos genéricos, sendo 12 moléculas inéditas incluindo drogas para o tratamento do câncer-leucemia, diabetes e hipertensão.

No âmbito da vigilância de portos, aeroportos e fronteiras, com finalidade de garantir o controle sanitário desses ambientes em todo o País, ações abrangeram a vigilância da infraestrutura desses locais, dos meios de transporte, da integridade dos viajantes, e dos produtos e serviços, atuando de forma conjunta com outros órgãos do Governo, como o Departamento de Polícia Federal, a Receita Federal e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A atuação pública da regulação em saúde concentra-se no controle sanitário para entrada, trânsito, operação e permanência de embarcações em território brasileiro.

A partir de um total de 67 postos de vigilância sanitária situados em portos, aeroportos e fronteiras, foram inspecionadas as condições de uso de 15.853 meios de transportes (aeronaves, embarcações, ônibus e caminhões), 1.972 pontos na área de meio ambiente (qualidade da água para consumo humano, gerenciamento de resíduos sólidos e climatização) e 1.219 serviços de alimentação (restaurantes e comissarias).

A fiscalização sanitária da circulação de produtos de interesse para a saúde pública, ao avaliar pontos críticos do processo de importação e exportação com relação às condições de transporte, armazenagem e distribuição revelou possibilidades de redução ou eliminação de riscos sanitários inerentes a cada etapa da movimentação dos produtos, com finalidade de ofertar segurança de consumo à população. Em 2011, foram inspecionadas 18.484 embarcações; 72.468 aeronaves; 36.419 meios de transporte terrestre; 11.901 empresas prestadoras de bens e serviços sob vigilância sanitária; 35.541 áreas portuárias e aeroportuárias; e 313.240 produtos sob vigilância sanitária importados.

Com a finalidade de proteger a saúde dos viajantes em trânsito pelas áreas portuárias, aeroportuárias e de fronteiras, monitorando a segurança sanitária das pessoas que entram e saem do País, no ano em pauta, foram atendidos 256.692 viajantes e fornecidas informações a 293.578 usuários do Sistema de Informação de Portos, Aeroportos e Fronteiras.

Ainda nesse ano foram regulamentados os procedimentos e parâmetros de funcionamento das comunidades terapêuticas e instituições da sociedade civil que prestam relevante serviço para a mitigação da vulnerabilidade social de usuários e dependentes de drogas – com maior destaque ao processo de enfrentamento do abuso/dependência do crack. Essa regulamentação traz requisitos mais adequados à realidade das comunidades terapêuticas e exigências necessárias para a adequação do seu funcionamento com finalidade de elevar a possibilidade de recuperação dos dependentes de forma segura e qualificada.

A proximidade da ocorrência de eventos de massa no território nacional, com repercussão mundial, ao mesmo tempo em que representa grande oportunidade para o desenvolvimento do País constitui-se em desafio que exige planejamento e convergência de esforços entre o setor público e o privado. O poder público tem concentrado ações prioritárias de intervenção nesses eventos para garantir a oferta de alimentos seguros ao consumo e minimizar a repercussão negativa de eventuais surtos alimentares durante a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos Rio 2016. Os resultados desse projeto, todavia, terão efeitos prolongados em termos de saúde pública e, portanto, incluem-se no rol dos legados públicos associados à realização desses eventos no Brasil.

A atuação pública na regulação da participação privada complementar à atuação do SUS em 2011, teve como base a definição dos quatro pilares da saúde suplementar: a integração com o SUS, a informação para o cidadão, a sustentabilidade do setor e o modelo assistencial.

Em relação à integração com o SUS, foram testadas as metodologias para identificação unívoca do beneficiário para a saúde suplementar e aprimorada a forma de ressarcimento ao SUS, com início do desenvolvimento do processo eletrônico. Foram enviados ao Ministério da Saúde R\$ 82,09 milhões, arrecadados a título de ressarcimento ao SUS, provenientes de internações hospitalares nos últimos dois anos. Isso representa mais de 80% do que foi partilhado desde 2000, ano de criação da ANS.

Também em 2011, na atuação em informação disponibilizada ao cidadão, o poder público definiu os critérios para realização de Pesquisa de Satisfação por operadora para apoio ao Programa de Qualificação de Operadoras; bem como procedeu-se à atualização da legislação, à divulgação de súmulas de entendimento e à sistematização dos critérios de atualização do rol de procedimentos médicos.

Foi firmado acordo de cooperação entre o Inmetro e a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS para desenvolvimento de programa voluntário de certificação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde - OPS. Esse programa representa uma ação estratégica, pois será capaz de se traduzir em melhoria continuada para os usuários e prestadores de serviços dos planos de saúde, permitindo que as empresas conheçam melhor o seu próprio negócio e os consumidores tenham nítida percepção das diferenças nos níveis de qualidade dos serviços ofertados. A certificação será realizada por um organismo credenciado pelo Inmetro, avaliado com parâmetros e indicadores de qualidade assistencial e de satisfação de contratantes e usuários consumidores do Plano de Saúde, estimando-se estar disponível para cerca de 1.200 operadoras.

A sustentabilidade do setor teve avanços em 2011 com o estabelecimento de medidas administrativas e econômico-financeiras direcionadas às pequenas e médias operadoras de planos de saúde. No que se refere ao incentivo à concorrência, foram ampliadas as regras de mobilidade com portabilidade de carências e fortalecida a articulação com o sistema brasileiro de defesa da concorrência para identificação de mercados concentrados. Importante iniciativa concretizada em 2011 consistiu na regulamentação de Regras de Adaptação/Migração dos contratos antigos, ou seja, anteriores à legislação de 1998.

Com referência ao modelo assistencial, especificamente a assistência ao idoso, foram criados indicadores sobre atenção a esse grupo populacional. No que se refere à garantia de acesso e qualidade assistencial, foram determinados prazos máximos para atendimento entre a autorização da operadora para exames e procedimentos e sua efetiva realização.

4.20. SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS DA CIDADANIA**4.20.1. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

O Ministério da Justiça - MJ detém sob sua responsabilidade diversas vertentes de atuação governamental, as quais são definidas a partir de sua estrutura organizacional e devidamente consignadas no Plano Plurianual de 2008 a 2011.

Entre os objetivos alcançados em 2011, merecem destaque os bens e serviços ofertados diretamente à sociedade, sobretudo aqueles inseridos nas funções: i) segurança pública; ii) essencial à justiça, e iii) direitos da cidadania, que por sua vez, concentram o maior volume de recursos geridos por esta Pasta.

Função Segurança Pública

A função Segurança Pública está presente na maior parte dos programas do MJ e visa atender o disposto no art. 144 da Constituição Federal que atribui à União a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. O demonstrativo a seguir aponta que os valores totais aplicados nessa Função foram crescentes, sofrendo pequena variação a menor apenas no último ano:

VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA 2007/2011

em R\$ milhões

Função SEGURANÇA PÚBLICA		2007	2008	2009	2010	2011	Total
OFSS	No Exercício ¹	4.213,06	4.900,49	5.236,74	5.770,15	5.469,48	25.589,92
	RPNP ²	306,88	301,78	447,72	547,81	614,75	2.218,93
Total		4.519,94	5.202,27	5.684,46	6.317,96	6.084,22	27.808,85

¹ Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

² Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Fonte: Siafi/STN

Nessa função, o MJ possui 140 ações orçamentárias, cujos recursos se distribuem nas mais diversas categorias incluindo as subfunções atípicas: administração geral; normatização e fiscalização; cooperação internacional; direitos individuais, coletivos e difusos, entre outras, que responderam por 87,4% do valor liquidado no ano de 2011, conforme demonstrativo:

VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS DA SEGURANÇA PÚBLICA (2011)

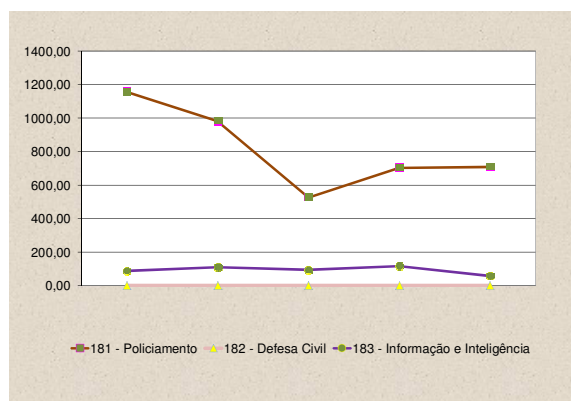
em R\$ milhões

SUBFUNÇÃO	Execução da Função SEGURANÇA PÚBLICA	
	Liquidado	%
Subfunções Típicas	766,29	12,59%
Policimento	707,59	11,63%
Informação e Inteligência	58,69	0,96%
Outras Subfunções	5.317,94	87,41%
TOTAL	6.084,22	100,00%

Fonte: Siafi/STN

Ressalte-se, porém, que ao analisar os valores liquidados de 2007 a 2011 em suas subfunções típicas, estes ocorrem majoritariamente na subfunção Policiamento, tendo em vista que a estratégia adotada pelo Ministério visa reforçar, sedimentar, bem como aumentar sua eficiência na área de segurança pública.

VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2007/2011



Nesse sentido, ganham relevância as atuações da Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp, do Departamento de Polícia Federal - DPF e Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF.

A Senasp deu continuidade às ações de prevenção à violência e à criminalidade em territórios conflagrados, especialmente aqueles que envolvem adolescentes e jovens em situação de risco social ou em conflito com a lei e implantou os seguintes projetos: Projeto de mobilização e qualificação de lideranças comunitárias no Rio de Janeiro, da Associação Redes de Desenvolvimento da Maré; Projeto de Implementação de ações de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas por crianças e adolescentes, da Secretaria de Segurança Pública do Mato Grosso; Processos de qualificação profissional para jovens, da prefeitura de Mesquita; Projeto de Reestruturação da Coordenadoria-Geral de Policiamento Aéreo do Estado, da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul; Microprojetos Mais Cultura, em todo o território nacional, em parceria com o Ministério da Cultura.

A Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, por sua vez, realizou 58 operações de apoio a entes federados ao longo de 2011, por meio de ações de: polícia ostensiva; policiamento ambiental; proteção de defensores de direitos humanos; polícia judiciária; polícia técnico científica; bombeiros e defesa civil. Como resultado dessas operações, a Força Nacional abordou mais de 1,3 milhão de pessoas e vistoriou número superior a 207 mil veículos - em especial na região de fronteira. Prendeu 859 pessoas em flagrante e recapturou 31 foragidos da Justiça. Também apreendeu mais de 246 armas de fogo, 18 mil munições, 11 mil kg de maconha, 2,4 mil kg de cocaína e 1,5 milhão de pacotes de cigarro contrabandeados.

Nas atividades de fiscalização ambiental, ajudou a apreender em torno de 320 mil m³ de madeira ilegal e 535 mil metros de carvão vegetal produzidos irregularmente. Nas atividades de bombeiro e de

apoio à defesa civil, salvou 92 pessoas vítimas em catástrofes e resgatou 96 corpos, estando presente na maior catástrofe ambiental ocorrida nos últimos tempos no País: os desabamentos da região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Os policiais civis da Força relataram ainda 674 inquéritos policiais, encaminhando 280 destes ao Poder Judiciário. Já os profissionais de perícia formularam 1.383 laudos.

Foram investidos mais de R\$ 38 milhões no Projeto de Capacitação para a Copa do Mundo de 2014 realizado em parceria com a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos - Sesge e gestores estaduais de segurança pública. O projeto visa qualificar e requalificar, até 2013, profissionais de segurança pública das unidades da federação que sediarão os jogos oficiais da Copa do Mundo de 2014. Os recursos, repassados por meio de 19 convênios, destinam-se à estruturação dos Centros de Apoio ao Projeto de Capacitação - CAPC nas unidades de ensino das instituições estaduais de segurança pública, bem como à aquisição de insumos para a realização das ações formativas.

Pela Polícia Federal foram deflagradas 264 operações policiais, sendo presas 2.085 pessoas, 260 servidores públicos e quatro policiais federais.

No combate aos delitos contra o meio ambiente, foram instaurados 103 inquéritos policiais e realizadas 130 prisões nos Estados do Pará, Rondônia, Mato Grosso e Maranhão.

Embora as estatísticas de 2011 não tenham refletido um aumento significativo de apreensões de madeira, deve ser mencionado que dados divulgados recentemente pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA registram os menores índices de desmatamento na Amazônia desde 1988.

**APREENSÕES DELITOS
CONTRA O MEIO AMBIENTE - 2011**

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Madeira apreendida	17.767,73 m³
Carvão vegetal	66,00 mdc
Motoserra	15
Veículos	73
Arma de fogo	11

Fonte: DPF - DMAPH/CGPFAZ

Na área previdenciária deflagraram 39 operações policiais, sendo desarticuladas diversas quadrilhas que atuavam em todo o País lesando os cofres da Previdência Social. Foram promovidas ainda ações de capacitação, encontros regionais de Forças-Tarefas Previdenciárias e firmou-se novo Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Previdência Social - MPS.

Consolidaram-se os trabalhos na área de combate aos crimes cibernéticos, notadamente, às fraudes bancárias eletrônicas e ao incremento de ações de capacitação e treinamento. Como resultado das oito operações realizadas, foram cumpridos 110 mandados de prisão preventiva e 145 mandados de busca e apreensão. Igualmente, desenvolveram-se planos relacionados ao Programa Copa 2014:

Estruturação dos Grupos de Repressão a Crimes Cibernéticos; Capacitação em Segurança Cibernética; Projeto Oráculo (sistema de prevenção e repressão a incidentes e ataques cibernéticos) e aquisição de soluções para segurança cibernética, além da elaboração do Manual de Investigação de Crimes Cibernéticos, cuja finalidade é auxiliar os policiais federais que trabalham nesse campo.

No que concerne ao controle do tráfego migratório internacional nos aeroportos, portos e pontos de fronteira, alcançou-se o patamar histórico: um total superior a 23 milhões de registros. Implementou-se o Passaporte Eletrônico com tecnologia de *chip* em todo o País, atingindo o recorde de mais de dois milhões de passaportes expedidos no ano. Na área de segurança privada, cadastraram-se 2.121.752 vigilantes, 1.742 empresas de vigilância, 284 empresas de transporte de valores, 230 cursos de formação de vigilantes e 37.491 estabelecimentos financeiros.

A Polícia Federal prestou ainda apoio à realização de 22 operações especiais, incluindo repressão ao narcotráfico, a crimes contra o patrimônio, em áreas de alto risco e também na segurança do Presidente dos Estados Unidos, em visita oficial ao Brasil.

No combate ao tráfico de drogas, foram intensificadas as ações e, de maneira geral, os números seguintes corroboram essa afirmação, na comparação com 2010:

APREENSÃO DE DROGAS EM 2010 E 2011

Ano/Drogas	Cocaína (cloridrato, crack e pasta base) - kg	Maconha (kg)	Haxixe (kg)	Ecstasy (comp.)	Mudas de maconha (UN)	Pés de maconha (UN)
2010	27.074,21	155.071,91	143,42	2.740	1.074.416	1.776.256
2011	24.154,70	174.224,38	250,56	259.092	614.708	1.335.607

Fonte: DPF - CGPRE/DICOR

Lançado em 2010, o Projeto PeQui, que consiste na análise detalhada das características químicas das amostras de drogas apreendidas, formando um banco de dados destinado a obter informações de origem das novas apreensões, esteve presente em 2011 nos Estados do AM, AC, MT, MS, PR, RJ, SP e no DF, considerados mais suscetíveis à entrada de droga, consumo e exportação.

No que tange à Operação Sentinela, coordenada pelo MJ e com atuação conjunta entre a Polícia Federal, Rodoviária Federal e Força Nacional foram instaurados 664 inquéritos policiais, lavrados 902 autos de prisão em flagrante, cumpridos 247 mandados de prisão e 218 mandados de busca e apreensão. Ademais, logrou-se apreender 80 toneladas de maconha, 13 toneladas de cocaína e 146 armas de fogo, além de munições e diversos objetos produtos de contrabando.

Quanto à segurança pública das rodovias federais, os indicadores de resultados da Polícia Rodoviária

Federal - PRF apontam para a redução da taxa de mortalidade de 1,39 mortos por 10.000 veículos da frota nacional em 2010 para 1,27 em 2011, valor que superou a meta prevista para o final do Plano Plurianual 2008-2011, estabelecida em 1,35. Quanto à taxa de variação de acidentes, o número de ocorrências em rodovias federais por 10.000 veículos da frota foi de 29,48 em 2010 para 28,21 em 2011, atingindo 90% da meta de 25,5 prevista. Isso representa uma queda de 4,3% na taxa de acidentes e de 8,6% na taxa de mortalidade em comparação com 2010.

O enfrentamento ao contrabando e ao descaminho nas rodovias resultou na apreensão de 10,8 milhões de itens piratas, entre eles: bebidas, cigarro, produtos de informática, eletrônicos, CDs/DVDs, combustíveis e medicamentos. O combate aos crimes ambientais atingiu o patamar de 202 mil m³ de madeira apreendidas, 9,6 mil metros de carvão, 8,8 mil animais silvestres e 126 mil pescados. No tráfico de drogas e de armas, foram apreendidas 2,1

toneladas de crack, 5,9 toneladas de cocaína e 59,8 toneladas de maconha, 1.103 armas de fogo e 57.040 cartuchos (munição de diversos calibres). Pelos crimes descritos, a PRF efetuou 22.764 prisões.

Os demais recursos geridos nas subfunções típicas da função Segurança Pública foram priorizados na subfunção Informação e Inteligência visando o enfrentamento ao crime organizado no Brasil e a proteção da aérea de fronteiras. Em oposição ao crime organizado, buscou-se especialmente a efetividade da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA, foro nacional composto por mais de 60 órgãos dos três Poderes e do Ministério Público, pertencentes às esferas federal, estadual e municipal, além de instituições privadas.

Foram organizadas mais de 70 reuniões com os grupos de trabalho das ações estabelecidas na 8ª edição da Estratégia e realizada a 9ª edição da plenária anual. Além disso, foram realizados 12 eventos em várias cidades do País, voltados à capacitação de agentes no combate à lavagem de dinheiro. Ao todo foram capacitados 1.577 agentes. No mesmo eixo, foram realizados dois encontros de gestores e três eventos de capacitação de profissionais que trabalham nos 16 Laboratórios de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro, replicados pelo Brasil.

Na Polícia Federal, a doutrina de inteligência foi revista, assim como a reformulação das ações antiterrorismo. Quanto ao banco de dados Centro Integrado de Inteligência Policial - Cintepol, houve o treinamento de servidores nos *softwares* de análise de inteligência policial, bem como a conclusão da ferramenta Sinapse, que será utilizada para a integração de todas as bases de dados de segurança pública dos estados que acolherão jogos da Copa do Mundo de 2014.

Na proteção de fronteiras, promoveu-se o desenvolvimento da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - Enafron, adotada a partir do Plano Estratégico de Fronteiras, executado pelo MJ em conjunto com seus demais órgãos, estados e municípios fronteiriços. A Enafron tem por objetivo intensificar o controle e a fiscalização das fronteiras por meio de mais de 50 ações que vão desde a realização de diagnósticos situacionais sobre segurança pública nas fronteiras ao aumento da presença do Estado nessas regiões, seja por meio da melhoria das instalações físicas das unidades de segurança pública, da aplicação de soluções tecnológicas e do apoio à ampliação da presença policial.

Com os 11 estados de fronteira, os investimentos chegaram a 58 milhões de reais, repassados para implementar as ações estruturantes como: núcleos integrados de inteligência de segurança pública na

faixa de fronteira; Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira ou Câmaras Temáticas de Fronteira nos Gabinetes de Gestão Integrada Estadual; reaparelhamento de centros integrados ou unidades das polícias militares, civis e perícias; fortalecimento da segurança pública nas vias hídricas; sistemas de comunicação e aviação de segurança pública. O DPRF recebeu um investimento de R\$ 16,47 milhões para a aquisição de sistemas de controle e monitoramento de veículos, inteligência e sistemas de inspeção e fiscalização veicular de modo não intrusivo para ações na faixa de fronteira. Para o Departamento de Polícia Federal, os recursos repassados totalizaram R\$ 1,9 milhão para implementar medidas de incentivo a lotação dos policiais nessas faixas de fronteira.

A Polícia Federal implantou também o Sistema de Veículos Aéreos Não-Tripulados - Vant, que será responsável, sobretudo pelo monitoramento da fronteira do Brasil. Na fase operacional foram realizadas ações que já resultaram em diversas apreensões de mercadorias, veículos e drogas, além da detecção de vários pontos para ações futuras de combate a diversos crimes, inclusive ambientais.

Conforme já mencionado, é no âmbito das subfunções atípicas executadas na área de segurança pública que o MJ também alcança a consecução de suas políticas públicas. Nesse sentido, destacam-se as áreas de: a) cooperação internacional e b) direitos individuais, coletivos e difusos.

Na subfunção Cooperação Internacional, a Secretaria Nacional de Justiça, por meio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional ampliou os tratados de auxílio jurídico mútuo internacional e foram promulgados acordos com o México, a Nigéria e o Panamá.

Na subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, a Secretaria de Reforma do Judiciário - SRJ conveniou com parceiros do sistema de Justiça para execução de projetos nas áreas de: a) Assistência Jurídica aos Presos, b) População em Situação de Rua, c) Justiça Restaurativa, d) Depoimento Especial para Crianças e Adolescentes, e) Efetivação da Lei Maria da Penha, e f) Justiça Comunitária. Em parceria com a Casa da Moeda do Brasil implantou o Projeto Certidões Unificadas (nascimento, casamento e óbito). Além disso, a Secretaria promoveu a capacitação de 283 agentes comunitários de mediação; 203 juízes, defensores e servidores em cursos de formação e aperfeiçoamento em técnicas de mediação e técnicas autocompositivas; e 35 juízes, promotores, defensores públicos e advogados em curso de capacitação sobre combate a tortura e atualizou os dados do Cadastro Nacional de Serventias Judiciais e Extrajudiciais, cujo sistema alcançou a marca de 1,64 milhão de acessos.

A SRJ também desenvolveu trabalhos de articulação para a aprovação de diversas Leis: n.º 12.483/11 (Proteção a testemunhas); n.º 12.440/11 (Certidão de Débitos Trabalhistas); n.º 12.433/11 (Remição por estudo); n.º 12.403/11 (Medidas acautelatórias); n.º 12.551/11 (Teletrabalho); n.º 12.562/11 (Representação Interventiva); e n.º 12.527/11 (Acesso à informação).

Função Essencial à Justiça

A Defensoria Pública da União - DPU, por meio da ação de Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão, realizou um total de 1.275.771 atendimentos em 2011, o que corresponde a um aumento de 27,5% em relação a 2010. Já o número de assistidos cresceu 27%, atingindo 480.538. O número de processos acompanhados aumentou 33,7% em relação ao ano anterior. Desde 2008 o número de atendimentos realizados cresceu mais de 150%, ao passo que o número de pessoas assistidas aumentou pouco mais de 110%.

Isso reflete uma atuação pautada pelo objetivo de atender os cidadãos que residem em locais distantes das sedes da Defensoria, por meio do Projeto DPU Itinerante, bem como acompanhar o processo de interiorização da Justiça Federal para promover a cidadania e o acesso à Justiça a um número cada vez maior de brasileiros. Nessa vertente, novas unidades de atendimento foram instaladas, levando orientação e representação judicial e extrajudicial a mais de dois milhões de pessoas.

Assim, a fim de fortalecer o acesso do cidadão à Justiça, os valores liquidados na função essencial à justiça ocorreram em sua totalidade em subfunção atípica, qual seja: direitos individuais, coletivos e difusos, conforme quadros abaixo:

VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO ESSENCIAL A JUSTIÇA 2007/2011

		em R\$ milhões					
Função ESSENCIAL A JUSTIÇA ¹		2007	2008	2009	2010	2011	Total
OFSS	No Exercício ¹	62,17	92,10	133,92	188,49	219,70	696,37
	RPNP ²	3,96	6,02	9,01	13,06	14,54	46,58
TOTAL		66,12	98,11	142,93	201,55	234,24	742,95

¹ Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

² Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

Fonte: Siafi/STN

VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES

Subfunção	Execução da Função ESSENCIAL A JUSTIÇA por subfunções	
	Liquidado	%
Outras Subfunções	234,24	100,00%
TOTAL	234,24	100,00%

Fonte: Siafi/STN

INDICADORES DA AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA AO CIDADÃO

ANO	Nº de Atendimentos Realizados	Nº de Pessoas Assistidas	Nº de Processos Acompanhados
2008	507.301	226.629	167.773
2009	808.469	330.439	243.014
2010	1.000.204	378.176	304.725
2011	1.275.771	480.538	407.429

Fonte: DPU

Da evolução da execução do orçamento total da DPU desde 2008, percebe-se que houve incremento de 120%, enquanto o número de atendimentos realizados aumentou 150%. Entre 2010 e 2011 a execução orçamentária cresceu 26,8%, ao passo que o número de atendimentos subiu 27,5%. Isso mostra um movimento favorável na relação de custos, ou seja, no mesmo período o número de atendimentos cresceu proporcionalmente mais do que o orçamento executado. Em termos práticos, o custo adicional de cada atendimento tem sido menor que o custo médio de todos os atendimentos, o que evidencia os ganhos de escala presentes na atuação da DPU.

Por fim, vale registrar que o custo de pessoal em relação ao número de atendimentos realizados nas unidades da DPU foi de R\$ 106,11 por atendimento, em 2011. Já o custo de pessoal em relação ao número de pessoas assistidas foi de R\$ 308,26 por assistido. Em relação ao número de processos acompanhados, o custo de pessoal foi de R\$ 363,57 por processo acompanhado.

Função Direitos da Cidadania

O aporte de recursos, no ano de 2011, na subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da função Direitos da Cidadania, por sua vez, viabilizou cumprir os objetos estabelecidos nos demais programas finalísticos do MJ, que compreendem a proteção e a defesa do consumidor; o combate aos abusos econômicos e a defesa da concorrência; bem como as demais políticas públicas de promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos, por meio da democratização do acesso à justiça e à cidadania e coordenação das ações de combate às drogas, nos termos do Plano Plurianual 2008-2011.

A política de combate às drogas ganhou força a partir da transferência da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas - Senad, nos termos do Decreto n.º 7.426/2011, até então integrada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Assim, foi dada continuidade ao desenvolvimento das ações propostas no âmbito do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, lançado em 2010, por meio do desenvolvimento de projetos com cerne na estruturação, fortalecimento e mobilização da rede de recursos governamentais para o manejo exitoso das questões relacionadas ao consumo e ao tráfico de drogas no País.

Prosseguindo na estratégia de prevenção, destacam-se as ações realizadas para a expansão e qualificação da rede de atenção integral aos usuários de crack com a capacitação, nas modalidades à distância e presencial, de cerca de 70 mil profissionais das áreas de saúde, assistência social, educação, segurança pública, lideranças religiosas, entre outros. No âmbito das capacitações presenciais, foram consolidados os Centros Regionais de Referência em diversas Instituições de Ensino Superior Públicas do País para a formação permanente e conjunta dos profissionais que atuam nos Sistemas Único de Saúde - SUS e de Assistência Social - SUAS, primando, assim, pela integração de suas práticas na atenção aos usuários de crack e outras drogas e seus familiares, tendo sido alcançados profissionais que atuam em 884 municípios de 19 estados. Além do mais, foram instituídos Centros Colaboradores nos Hospitais Universitários de Porto Alegre e São Paulo, com fins de ensino, pesquisa e desenvolvimento de metodologias atualizadas e consistentes no tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas.

Como parte importante das ações permanentes de mobilização, informação e orientação está a ampliação do horário de funcionamento para 24 horas, inclusive finais de semana e feriados, do serviço de atendimento telefônico gratuito, sob o número 0800 5100015 – VIVA VOZ, o qual orienta e

informa sobre o uso indevido de drogas e a oferta de tratamento. Ao longo de 2011, foram realizados 75 mil atendimentos. Nesse contexto, foi promovido novo concurso cultural para prevenção do uso de crack e outras drogas, que premiou os melhores cartazes, fotografias, jingles, vídeos e monografias. O concurso incentivou a reflexão e a discussão sobre a questão das drogas no ambiente escolar com o tema Arte e Cultura na Prevenção do Uso de Crack e Outras Drogas. Ademais, foram produzidos e divulgados, ao longo do ano, materiais informativos e educativos de conteúdo atualizado a respeito do uso de drogas, totalizando mais de 860 mil publicações em diferentes formatos voltados, sobretudo, a crianças e jovens.

No enfrentamento ao tráfico, um dos pontos principais é a conversão, por meio de leilão, de bens expropriados de traficantes, como imóveis, veículos, aeronaves, jóias e semijóias, apreendidos nos diversos estados da Federação, em recursos destinados ao desenvolvimento, à implementação e à execução de ações, programas e atividades de repressão ao tráfico, prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes de drogas.

No que tange à cooperação internacional, o Brasil fortaleceu laços com países vizinhos por meio da parceria com a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas - Cicad da Organização dos Estados Americanos - OEA com a realização de encontros e discussões com vistas a implementar um plano de enfrentamento ao crack na região do Cone Sul - Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile e Brasil -, sendo essa ação importante, considerando que a dimensão do problema relacionado ao uso e ao tráfico de drogas tem como característica principal a universalidade e a não obediência às fronteiras geográficas.

Em relação ao fortalecimento e ao aperfeiçoamento das ações do Governo Federal frente à complexidade do fenômeno das drogas, é importante ressaltar a forte parceria com a comunidade científica, materializada na produção - como parte do estudo etnográfico e epidemiológico nacional sobre o uso do crack (nas 27 capitais brasileiras e em amostra representativa de municípios de médio e pequeno porte e zonas rurais) pela Fundação Oswaldo Cruz - do mapeamento e georreferenciamento das cenas de uso do crack, sendo este produto um subsídio importante na elaboração do conjunto de ações do Plano do Governo Federal "Crack, é possível vencer". Lançado no mês de dezembro de 2011, esse Plano se baseia na definição de estratégias de otimização das ações de base comunitária e fortalecimento da presença do Estado por meio da ação conjunta de todos os atores governamentais das áreas de saúde, assistência social, educação, justiça e segurança pública.

Na defesa da concorrência e dos direitos do consumidor priorizou-se o direito básico à informação e à proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, bem como a ação articulada dos órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC para a proteção à saúde e à segurança dos consumidores. Foram registradas 67 novas campanhas de chamamento - *recall*, com a aplicação de cinco multas em razão da não realização do chamamento dos produtos defeituosos.

O Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - Sindec, implantado em 23 estados e no Distrito Federal, alcançou mais de 157 municípios e aproximadamente 400 pontos de atendimento. Ao longo de 2011, também foram publicados estudos, relatórios e pesquisas, como: (i) Relatório Analítico do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas 2010; (ii) versão 2010 do Estudo sobre o Setor de Telecomunicações no Brasil; (iii) Estudo sobre o Mercado de Cartões de Crédito no Brasil; (iv) Balanço dos Problemas sobre os Serviços de Atendimento ao Consumidor - SAC, à luz do Decreto nº 6.523/2008, entre outros.

No âmbito da capacitação, a Escola Nacional de Defesa do Consumidor - ENDC deu continuidade à oferta de cursos presenciais e virtuais, inclusive com a realização de oficina sobre regulação no setor elétrico, realizada em conjunto com a Casa Civil e o Instituto de Defesa do Consumidor. Ao longo do ano foram capacitados 2.026 integrantes do SNDC, sendo 287 capacitados pela realização de cursos itinerantes, 229 por oficinas temáticas e 1.510 por meio do ensino a distância. A Escola publicou ainda o Manual sobre Proteção de Dados Pessoais, texto de referência que visa à discussão do tema junto aos órgãos do SNDC.

Em 2011, R\$ 8 milhões foram disponibilizados ao Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - CFDD, o que permitiu que o Conselho apoiasse 46 projetos nas áreas de meio ambiente, consumidor e patrimônio arquitetônico, artístico e paisagístico, entre outros. Os 46 projetos aprovados pelo plenário do CFDD tem sua execução prevista até julho de 2012. Entre janeiro e outubro de 2011, o Fundo arrecadou um total de R\$ 38,6 milhões.

No campo da defesa econômica, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade,

mediante a ação "Julgamento de Atos de Concentração e Processos Administrativos", superou a execução física estabelecida para 2011 em 31,98% e atingiu 98,08%, demonstrando com isso que o custo unitário dos processos foram reduzidos, já que o valor previsto de R\$ 567,26 alcançou ao final do exercício o custo unitário de R\$ 421,73, possibilitando uma economia de 25,66% por processo. A execução financeira, por sua vez, foi realizada com efetividade visto que houve correspondência entre a implementação da ação e o alcance do seu objetivo, proporcionando resposta imediata para a sociedade por meio dos julgamentos de processos e atos de concentração realizados pelo Plenário do Cade.

Ao todo foram julgados 814 processos referentes a fusões e aquisições, entre elas: fusão das indústrias de alimentos Sadia e Perdigão, dando origem à *Brasil Foods* - BRF, maior produtora de alimentos processados do País; LATAM, requerentes TAM S.A. e LAN Airlines S.A; aquisição do Banco PanAmericano pelo Banco BTG Pactual.

A fim de promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos, enfrentando a criminalidade e a violência, o ano de 2011 foi marcado pela segunda fase da Campanha Nacional de Desarmamento 2011, intitulada "Tire uma arma do futuro do Brasil", no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Visando aumentar o recolhimento das armas, a nova campanha contou com procedimentos mais céleres para o pagamento das indenizações, nos valores de R\$ 100,00, R\$ 200,00 ou R\$ 300,00, conforme tipo de arma, bem como eliminou possíveis entraves que muitas vezes inibiam as pessoas de devolverem suas armas, a exemplo da obrigatoriedade da identificação e do preenchimento de informações pessoais do possuidor ou proprietário de armas.

A campanha do desarmamento está sendo realizada em parcerias com Estados e Municípios, os quais são responsáveis pela estruturação de pontos de coleta e expedição dos documentos necessários ao pagamento da respectiva indenização, por meio do Sistema Desarma, que foi desenvolvido pelo MJ e já registrou a arrecadação de mais de 34 mil armas. Entretanto, o sucesso da campanha vai além desse número, pois diferentemente das edições passadas, a nova campanha recolheu armas de grande porte como fuzis e metralhadoras.

DETALHAMENTO DE ARMAS ENTREGUES EM 2011

ARMAS (protocolos)			MUNIÇÃO (protocolos)		PAGAMENTOS (Banco do Brasil)	
Entregues	Indenizáveis	Valor (R\$)	Entregas	Unidades	Pessoas	Valor (R\$)
34.770	33.260	3.523.500,00	5.790	156.569	30.679	3.252.500,00

Fonte: Sistema Desarma, dados acumulados até 31/12/2011

Já o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Industrial - CNCP, órgão colegiado consultivo, integrante da estrutura do MJ e composto por representantes dos setores público e privado, além de atuar nas ações de repressão à pirataria, promoveu campanhas educativas à população sobre os riscos à saúde humana e os impactos negativos na economia brasileira decorrentes da pirataria.

Ademais, buscou, com base no Plano Nacional de Combate à Pirataria, estreitar e ampliar parcerias com outros órgãos governamentais das demais esferas de governo, especialmente, com a assinatura e renovação de Acordos de Cooperação Técnica com as cidades de São Paulo, Curitiba, Brasília e Belo Horizonte, e órgãos federais como: Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. Foram realizados ainda cursos de capacitação para 1.650 agentes públicos que atuam no combate à pirataria nas cidades de Brasília e São Paulo. Além disso, com o fim de promover o intercâmbio de ideias que pudessem enriquecer a estratégia brasileira no combate à pirataria, representantes do CNCP participaram de diversos eventos nacionais e internacionais.

Como parte das comemorações do Dia Nacional de Combate à Pirataria, o CNCP entregou o 1º Prêmio Nacional de Combate à Pirataria a organizações e entidades públicas e privadas que se destacaram no período de agosto de 2010 a julho de 2011, e realizou o lançamento do Relatório de Atividades do CNCP.

No aperfeiçoamento da cidadania, a Secretaria Nacional de Justiça instaurou um processo participativo de elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, antecedido por 56 plenárias livres realizadas em todo o País, culminando em um Seminário Internacional. De todo o processo participaram entidades sociais, gestores de políticas públicas e organismos internacionais envolvidos com o tema. Para fortalecer as ações interfederativas nesse tema foram assinados seis novos convênios com os Estados de MG, AL, AP, RS, PR e o DF, visando à ampliação da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Além desses, outros nove se mantiveram em funcionamento ao longo do ano, totalizando 15 estruturas mantidas.

Em relação ao tema dos migrantes, foram analisados mais de 48 mil processos em matérias relacionadas à situação jurídica dos estrangeiros no Brasil, tais como: prorrogação do prazo de estada e transformação de vistos; permanência; reconhecimento da igualdade de direitos e obrigações civis de portugueses no Brasil; nacionalidade e naturalização; reaquisição de direitos políticos; medidas compulsórias; extradição; transferência de pessoas condenadas para

cumprimento de pena no país de nacionalidade; e assuntos relacionados aos refugiados, entre outros.

No âmbito da Classificação Indicativa, encerrou-se no ano de 2011 um debate público na internet, que contou com a participação da sociedade, obtendo cerca de 60 mil visitas ao sítio, mais de 2.200 contribuições diretas e cerca de 20 contribuições institucionais enviadas por associações, emissoras e organizações não governamentais. Ademais, 12,8 mil obras audiovisuais foram classificadas.

Já a Comissão de Anistia pautou suas atividades na preservação do acervo e divulgação do legado da justiça de transição, alcançando as seguintes realizações: reestruturação administrativa e mapeamento dos processos de trabalho do órgão; apreciação administrativa dos mais de 780 requerimentos de anistia; autuação de aproximadamente 1.903 novos requerimentos de anistia, bem como a diminuição do valor médio das indenizações concedidas aos anistiados, ajustando-as à realidade brasileira; seis Caravanas da Anistia com sessões públicas de julgamento nos locais onde ocorreram perseguições; nove projetos culturais em parceria com a Sociedade Civil por meio do Projeto “Marcas da Memória”, que resultaram em exposições e apresentações teatrais por todo o País e a edição de filme e livros; realização de Chamada Pública para o projeto Marcas da Memória com a seleção de 21 novos projetos para fomento; publicação da Revista Anistia n.º 4, bem como dos livros: “68: A Geração que queria mudar o mundo – relatos”, em parceria com o coletivo “Os Amigos de 68” e “A Anistia na Era da Responsabilização”, em parceria com a Universidade de Oxford; promoção de diversos seminários e cursos no Brasil e exterior.

Ademais, deu continuidade à implementação do Memorial da Anistia Política no Brasil em Belo Horizonte/MG e atuou na aprovação das leis: Comissão da Verdade (Lei n.º 12.528/2011), cujo objetivo é examinar e esclarecer graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional e a Lei n.º 12.527/2011, que assegura o direito fundamental de acesso à informação.

Ressalta-se, ainda, na subfunção Direitos Individuais, Coletivos e Difusos, a atuação do Arquivo Nacional, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - Siga, da Administração Pública Federal, e órgão específico singular da estrutura do Ministério da Justiça. O Siga terá papel relevante com a sanção da Lei n.º 12.527/2011, que regula o acesso a informações públicas, e exigirá do Arquivo Nacional ações

estruturantes para melhor instrumentalizar a instituição e o Sistema.

Na área de projetos especiais interinstitucionais, cabe destacar a continuidade das ações do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas. Hoje, o Banco de Dados Memórias Reveladas possui 424.159 registros de informações. Nos estados brasileiros, ações do Memórias Reveladas beneficiam um amplo programa de apoio à organização, preservação, descrição, microfilmagem, digitalização e disseminação de diversos acervos em instituições parceiras da Rede Memórias Reveladas. Em março de 2011 foram realizados o II Seminário Internacional "O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos – Memória e Resistência" e o Seminário Nacional "A Importância da Política Operária na História Contemporânea do Brasil". Em dezembro ocorreu a Oficina "Fontes para a História do Regime Militar – Conceitos e Métodos de Pesquisa em Acervo", realizada em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos.

Destaca-se também o papel do Arquivo Nacional e do Centro de Referência das Lutas Políticas no

Brasil - Memórias Reveladas como apoiadores aos membros da Comissão Nacional da Verdade - CNV, criada pela Presidenta da República com a sanção da já citada Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, a qual tem por finalidade examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas durante o regime militar no Brasil.

A Secretaria de Assuntos Legislativos - SAL também atuou no aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, e 2011 foi marcado por importantes avanços legislativos nas áreas de atuação do MJ. Como resultado, foram aprovadas normas para a concretização de direitos e garantias fundamentais e para a modernização do sistema penal.

Entre as propostas aprovadas, destacam-se: a lei que regulamenta o direito de todo cidadão a ter acesso a informações públicas (Lei nº 12.527/2011) e a que cria a Comissão da Nacional da Verdade (Lei nº 12.528/2011), além da nova lei das cautelares no processo penal (Lei nº 12.403/2011) e a que incentiva o estudo dentro de unidades prisionais (Lei nº 12.433/2011- remição da pena por estudo), todas de iniciativa do Executivo.

Segue a execução orçamentária da função Direitos da Cidadania, bem como a execução nas suas subfunções típicas:

VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO DIREITOS DA CIDADANIA 2007/2011

		em R\$ milhões					
Função DIREITOS DA CIDADANIA		2007	2008	2009	2010	2011	Total
OFSS	No Exercício ¹	409,92	449,24	507,25	651,87	700,70	2.718,97
	RPNP ²	187,44	101,10	252,61	144,22	359,15	1.044,51
TOTAL		597,35	550,33	759,86	796,09	1.059,85	3.763,48

¹ Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

² Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

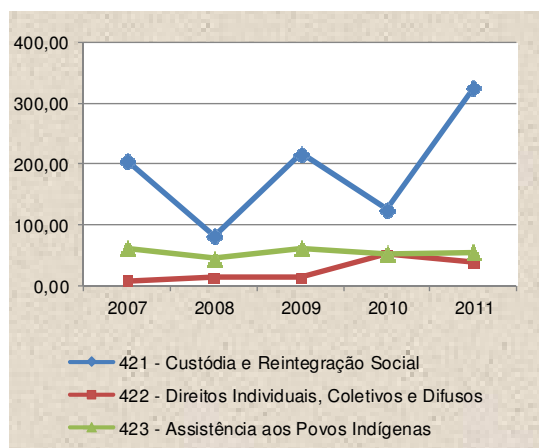
Fonte: Siagi/STN.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES

Subfunção	Execução da Função DIREITOS DA CIDADANIA por subfunções	
	Liquidado	%
Subfunções Típicas:	418,81	39,52%
Custódia e Reintegração Social	326,02	30,76%
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	37,15	3,51%
Assistência aos Povos Indígenas	55,64	5,25%
Outras Subfunções	641,04	60,48%
TOTAL	1.059,85	100,00%

Fonte: Siagi/STN

VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2007/2011



Programas Estruturantes

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci

As ações do Pronasci são direcionadas para territórios (regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentavam altos índices de homicídio e crimes violentos) e grupos expostos à violência e criminalidade (adolescentes e jovens, egressos do sistema prisional, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de violência), buscando reduzir as vulnerabilidades existentes, por meio de ações articuladas de segurança pública, justiça, cultura, saúde, educação, esporte, geração de trabalho e renda, entre outros.

Com objetivo de estimular que os profissionais de segurança pública – policiais civis e militares, bombeiros militares, guardas municipais, agentes penitenciários e peritos criminais invistam em sua formação profissional, o MJ paga uma bolsa mensal de aproximadamente R\$ 400, de forma a possibilitar o aprimoramento técnico destes profissionais, desde que cumpridos os requisitos: não perceber remuneração acima de R\$ 1.700 realizar curso de capacitação disponibilizado ou reconhecido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp e não ter sido condenado, nos cinco anos anteriores ao pedido de inclusão no projeto, em falta disciplinar de natureza grave ou processo criminal.

Em 2011, com a publicação do Decreto nº 7.443/2011, o Projeto denominado Bolsa Formação sofreu duas grandes transformações: a primeira passou a definir um período para realização de novas inscrições, que permitirá saber a quantidade de beneficiários a cada mês e prever a folha de pagamento mensal. A segunda diz respeito à forma de cálculo da remuneração bruta. As novas regras, contudo, passam a vigorar a partir das últimas

inscrições, que ocorreram entre os dias 17 outubro e 19 de novembro de 2011 e cujos impactos serão sentidos no ano de 2012.

Para implementar as políticas de segurança cidadã foram selecionados por Chamamento Público, nove projetos para formação de Núcleos de Justiça Comunitária, sendo um nos Estados de AL, ES, MG, PE, SP, RN e três no RS, que beneficiarão 10,18 mil pessoas. Os recursos são investidos na instalação de espaços dentro das comunidades para resolução pacífica de conflitos. São capacitados agentes de mediação comunitária que realizam as seguintes atividades: conscientização em direitos, fortalecimento da cidadania, articulação de redes e mediação comunitária, restabelecendo à comunidade a possibilidade de resolução de seus próprios conflitos.

No ano de 2011, 24 convênios permaneceram em execução para o Projeto Mulheres da Paz, que consiste em capacitar líderes comunitárias como verdadeiras agentes da paz, mediadoras sociais e da valorização da vida, as quais irão atuar em suas comunidades locais, construindo uma rede com outras mulheres e familiares envolvidos com jovens em situação de risco social e em conflito com a lei, aliciados pelo tráfico e pela criminalidade. As mulheres que fazem parte do projeto recebem uma bolsa durante o período de capacitação e mobilização dos jovens que integraram o Protejo.

O Projeto Proteção do Jovem em Território Vulnerável - Protejo, diagnostica, mobiliza e sensibiliza jovens em situação de descoesão familiar, para a inserção em programas sociais, nas áreas do Pronasci. A sensibilização tem forte eixo cultural, com objetivo de elevação da autoestima, resgate do sentimento de pertencimento e planejamento individual do percurso social formativo. São realizadas oficinas com duração de até oito meses - 800 horas de atividade, prazo em que o

jovem deve ser inserido em outros programas sociais para a realização do seu percurso social formativo. Durante todo o percurso, o jovem será acompanhado por assistentes sociais e terá auxílio de bolsa.

No âmbito da Valorização e Apoio aos Profissionais de Segurança Pública foram selecionados, por edital, propostas com desígnio de implementar serviços de atendimento biopsicossocial aos policiais civis e militares, bombeiros militares e peritos criminais; *stress* pós-traumático; gestão de pessoas e melhoria das condições de trabalho, conforme tabela a seguir:

Foram ampliadas e consolidadas: a Rede Nacional de Educação à Distância, que teve 274.723 profissionais de segurança pública matriculados em 2011, bem como a Rede de Altos Estudos em Segurança Pública - Renaespp, que ofereceu um total de 226 vagas de cursos de especialização em segurança pública, sendo 40 vagas nas Universidades Federais de Grande Dourados/MS, do RS, União Capixaba de Ensino/ES; e 36 vagas na Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza/CE; 37 vagas na Pontifícia Universidade Católica/RS e 33 vagas na Universidade Federal de Rondônia.

Por fim, 8.447 profissionais de segurança pública e lideranças em todo o País foram capacitados em na filosofia de policiamento comunitário e para resolução pacífica de conflitos.

Aprimoramento da Execução Penal

O ano de 2011 foi marcado por um incremento nas políticas penitenciárias com o Departamento Penitenciário Nacional desenvolvendo ações de reestruturação do sistema penitenciário nacional e fortalecimento do sistema penitenciário federal, bem como ações de capacitação em serviços penais, reintegração social do preso e fomento a aplicação de penas e medidas alternativas.

No tocante a construção, cabe destacar o Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, que contempla recursos oriundos do Fundo Penitenciário Nacional - Funpen e do Orçamento da União da ordem de um bilhão de reais, destinados a eliminar o déficit de vagas feminino e a geração de vagas em cadeias públicas para retirada de presos de delegacias de polícia.

O aparelhamento das 27 Unidades da Federação ocorreu por meio de aquisição direta e doação de 70 veículos furgão do tipo ambulância e 103 veículos do tipo cela, totalizando um investimento de R\$ 18,64 milhões. Na mesma linha, foi repassado ao Estado de São Paulo o valor de R\$ 844,8 mil para a aquisição de 10 veículos furgão do tipo cela.

Na área de reintegração social do preso, foram investidos cerca de R\$ 2 milhões para o aparelhamento de Unidades Básicas de Saúde e Centros de Referência de Assistência a Saúde Materno-infantil em estabelecimentos penais estaduais. Houve ainda, o investimento de R\$ 520.343,00 para a execução de um projeto piloto de capacitação profissional de pessoas privadas de liberdade na área de construção civil.

No aspecto do fomento a aplicação de alternativas penais a prisão, realizou-se o VII Congresso Nacional de Alternativas Penais - Conepa, onde se discutiu a aplicação de penas alternativas como saída para enfrentar problema de déficit de vagas no País. Em 2011 foram celebrados convênios com os poderes executivos estaduais para a implantação dos serviços de responsabilização dos homens autores de violência doméstica e de atendimento aos presos provisórios, no valor de R\$ 5,1 milhões.

Por fim, destacamos as 870 ações que envolveram inclusão, transferência, devolução e escolta para audiências de internos do sistema. Com o objetivo de reduzir os gastos, 90 internos tiveram suas audiências realizadas por meio de videoconferências judiciais. Na vertente social, foram viabilizadas 559 visitas virtuais beneficiando os familiares dos internos que não possuem condições econômicas para realização de visitas presenciais.

Modernização da Polícia Federal

Vários equipamentos e suprimentos foram adquiridos para que o trabalho da Polícia Federal seja realizado da melhor forma possível: 114 telefones via satélite, 20 cães farejadores, 17 lanchas, armas, munições para treinamento e operacional, material de inteligência, seis novos *scanners* corporais para uso nos aeroportos brasileiros, além de 11.313 coletes balísticos e 3.527 conjuntos de placas balísticas. Ademais, foram adquiridas mais 1.000 viaturas, entre ostensivas e descaracterizadas. Do total mencionado, cabe destacar que 4.413 coletes, 1.458 placas balísticas, 187 caminhonetes e cinco lanchas de patrulhamento foram adquiridos com verba específica decorrente de parceria entre a Polícia Federal e a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, com a finalidade de utilizá-los principalmente na Copa do Mundo de 2014.

Por fim, por meio do Decreto nº 7.538/2011, deu-se continuidade ao projeto de reorganização da Polícia Federal, contemplando a segmentação das atividades de Polícia Judiciária e Polícia Administrativa nas Unidades Centrais, com reflexo em todas as Superintendências Regionais e Delegacias. Depois, com a publicação da Portaria nº 2.877/2011-MJ, aprovou-se o novo Regimento Interno da Polícia Federal.

Proteção e Promoção dos Povos Indígenas

No tocante ao Etnodesenvolvimento, houve o atendimento a projetos oriundos de comunidades de cerca de 550 terras indígenas, voltado para a promoção da autonomia produtiva e geração de renda, segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento sustentável, por meio da disponibilização de R\$ 13 milhões, além da articulação com órgãos governamentais e não governamentais para ampliar o acesso dos povos indígenas às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável e de segurança alimentar e nutricional, de modo a atender suas especificidades culturais.

No que concerne a Educação indígena, a Fundação Nacional do Índio - Funai apoiou os estudantes indígenas fora das aldeias, contemplando, em sua maior extensão, universitários de várias instituições de ensino superior públicas e privadas. A articulação com o Ministério da Educação e outros órgãos do Governo se deu com a pactuação e implementação de 21 Territórios Etnoeducacionais e criação e implementação da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena.

A Proteção social dos povos indígenas mereceu atenção especial da Funai com o apoio para expedição de 45.833 documentos básicos a indígenas e para concessão de 289,46 mil benefícios sociais previdenciários; atendimento emergencial para famílias indígena em situação de insegurança alimentar e nutricional com a distribuição de 48,96 mil cestas de alimentos por meio da transferência direta de renda do Programa Bolsa Família beneficiando 84,91 famílias indígenas; acesso indígena ao programa Luz para Todos; articulação com outras instituições para facilitar o acesso dos povos indígenas às políticas de promoção dos direitos sociais, com destaque para o direito humano à alimentação adequada, e apoio à implementação do Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional gestão ambiental das terras indígenas; regularização do componente indígena nos processos de licenciamento ambiental dos projetos de grande porte e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como as Usinas Hidrelétricas (UHE) Teles Pires e Belo Monte, a BR 230 (Transamazônica) e as Linhas de Transmissão do Complexo Madeira, de modo a efetivar os programas ambientais decorrentes desses processos, com respeito aos direitos e especificidades dos povos indígenas afetados; apoio a 32 programações de cunho ambiental que visam a promoção do desenvolvimento sustentável das terras indígenas; participação em ações de planejamento de mosaicos de unidades de conservação e outras Áreas Protegidas; mapeamento e diagnóstico etnoambiental e implementação de programas e projetos de gestão ambiental e territorial, dentre os quais se destaca o Projeto de Gestão Ambiental das Terras Indígenas -

GATI, implementado com apoio do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, organizações indígenas, instituições não-governamentais e de Cooperação Técnica Internacional.

Para a regularização fundiária de terras indígenas foram realizados estudos de natureza antropológica e complementar, necessários à caracterização da ocupação tradicional de um povo indígena sobre sua terra, resultando na delimitação de nove terras indígenas, com destaque para a Terra Indígena (TI) Apiaká do Pontal e Isolados, que se encontra em área extremamente vulnerável e sob influência de vários projetos e empreendimentos do PAC; houve a publicação do Decreto de restrição ao direito de ingresso, locomoção e permanência de pessoas estranhas aos quadros da FUNAI, na TI Ituna/Itatá, no Pará, área de influência de UHE Belo Monte, mantendo interface entre a regularização fundiária e a proteção dos índios isolados; foram concluídos seis processos de constituição de reservas indígenas, com base na Lei n.º 6.001/73, para garantia do reconhecimento dos direitos territoriais dos indígenas que foram expropriados ao longo de séculos de colonização, com especial atenção pelo alto grau de vulnerabilidade, às terras tradicionalmente ocupadas pelas parcialidades Guarani nos Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, aos povos indígenas no Nordeste, por se tratar de regiões especialmente complexas do ponto de vista fundiário; foram demarcados e aviventados limites de 20 terras indígenas, representando cerca de 1,13 milhões de hectares de área demarcada para as comunidades indígenas, incluindo, entre outros, territórios indígenas que há mais de 10 anos aguardavam a demarcação, com destaque para as TI Volta Grande do Xingu e Cachoeira Seca, habitadas por índios de recente contato, localizadas no Pará e que estão em área de influência da UHE Belo Monte. Concluíram-se também os processos referentes a 21 terras indígenas que tiveram seu registro efetuado nos Cartórios de Registro de Imóveis e no Patrimônio da União, abrangendo tanto a Amazônia Legal quanto os Estados do sul, sudeste, nordeste e centro oeste, com área aproximada de 5,3 milhões de hectares.

Ainda nesse escopo, iniciaram-se os procedimentos de regularização fundiária e extrusão dos ocupantes não índios da TI Apyterewa, situada no Pará, em área de influência de obras do PAC, contando com o apoio da Polícia Federal e da Força Nacional de Segurança. No processo indenizatório foram aplicados recursos na ordem de aproximadamente R\$ 8,5 milhões, em oito terras indígenas. Houve a realização de 257 operações conjuntas da Funai com o Departamento de Polícia Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ICMBio e outros parceiros, o que resultou na diminuição do índice de desmatamento e propagação dos ilícitos

nas terras indígenas, com destaque para a retirada de garimpeiros da TI Yanomami/RR, Operação Ágata no combate a crimes ambientais em terras indígenas da faixa de fronteira, Operação Guaricaya Matupi em combate a crimes ambientais nas terras indígenas Tenharim Marmelos Gleba B/AM e Sepoti/AM, Operação Tekoha em combate a crimes contra as comunidades indígenas na região de Dourados/MS, Operação Apyterewa/PA em combate a crimes ambientais e retirada de invasores, Operação Urubu Branco/MT, em combate a crimes ambientais e novas invasões, operação de combate a crimes ambientais na TI Kadiwéu/MS, apoio na demarcação física das TI Cachoeira Seca/PA, Arara da Volta Grande do Xingu/PA e Pequizal do Naruvôto/MT e a formação de brigada voluntária para prevenção, monitoramento e combate a incêndios florestais na TI Kraolândia /MA.

Foram criadas seis novas frentes de proteção etnoambiental que, juntamente às seis frentes já existentes, desenvolvem atividades de localização, monitoramento e fiscalização com vistas a garantir aos povos indígenas isolados o pleno exercício de sua liberdade e de suas atividades tradicionais sem a necessária obrigatoriedade de contatá-los. Houve o aprofundamento da discussão da política para os povos indígenas de recente contato e acompanhamento das políticas públicas sobre essa população que se encontra em alto grau de vulnerabilidade, o que está permitindo avanço na proteção e preservação dos territórios atualmente sob pressão do avanço das frentes de desmatamento e ilícitos ambientais.

Para a preservação do conhecimento dos Povos Indígenas foram realizadas 12 exposições, nas instalações do Museu do Índio e em mostras externas e itinerantes em diversos estados do Brasil. Foi desenvolvido o Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas, abrangendo 30 povos indígenas, beneficiando uma população superior a 28 mil pessoas, em mais de 100 aldeias em todo País, principalmente nas regiões Norte e Centro

Oeste, com a capacitação de 95 pesquisadores indígenas em métodos e tecnologias de documentação, resultando ainda num total de 17 mil registros audiovisuais (fílmicos, sonoros, imagéticos), material bruto, em processo de captura digital e edição.

Receberam tratamento técnico mais de 30 mil documentos iconográficos, museológicos, textuais, envolvendo atividades de digitalização e incorporação aos bancos de dados. Foram recebidas e depositadas nas reservas técnicas da instituição de coleções doadas por pesquisadores, num total de 3.700 novos itens incorporados ao acervo. Foram atendidas pelo Museu do Índio 111,80 mil visitantes presenciais, incluindo o público de exposições e eventos locais ou itinerantes, além de 395,69 mil visitantes virtuais no sítio institucional, redes sociais e bases de dados.

Na promoção do patrimônio cultural dos Povos Indígenas foram executados 73 projetos que contemplaram 63 etnias, aproximadamente 26% do total de 236 povos indígenas existentes em todas as regiões do Brasil, envolvendo a realização de: oficinas de repasse de saber entre gerações, com valorização das expressões culturais, sobretudo as culturas materiais; projetos com potencial de futura geração de renda para a comunidade e incentivo a atividades ambientais e socialmente sustentáveis.

Adquiriu-se matéria prima industrializada para a confecção de artefatos, e de equipamentos para a edição e divulgação dos registros documentais como forma de incentivo à formação de coleções contemporâneas de cultura material, em atendimento a solicitações de mais de vinte etnias indígenas. Para a editoração e divulgação cultural e científica, foram realizadas 12 publicações das séries catálogos, publicações avulsas, monografias e álbuns, com tiragem entre 1.000 e 2.000 exemplares, para distribuição em escolas indígenas, bibliotecas públicas, pesquisadores e estudantes.

4.20.2. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Nos últimos cinco exercícios, verifica-se que as despesas executadas na função Direitos da Cidadania apresentaram comportamento crescente de 2007 até 2010, vindo a decrescer em 2011 conforme demonstrado abaixo:

VALORES LIQUIDADOS RELATIVOS À FUNÇÃO DIREITOS DA CIDADANIA

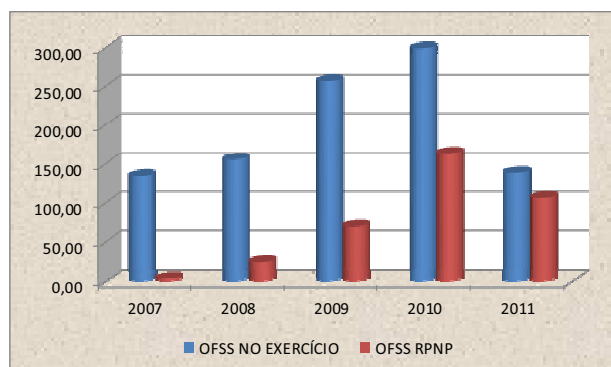
em R\$ milhões

OFSS	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
NO EXERCÍCIO	135,42	156,15	257,41	299,03	139,24	987,26
RPNP	4,30	24,83	70,35	164,33	107,15	370,96
TOTAL	139,72	180,98	327,77	463,36	246,39	1.358,22

Fonte: Siafi Gerencial em janeiro de 2012

Nota: Dados extraídos após o encerramento do exercício de 2011.

O principal motivo pelo decréscimo das despesas executadas na Função Governamental Direitos da Cidadania se deve ao fato do Programa Projovem ter saído do âmbito da PR passando a ser executado pelo Ministério da Educação – MEC.



Fonte: Siafi Gerencial – Janeiro de 2012

Nota: Dados extraídos após o encerramento do exercício de 2011.

Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência: A atuação nessa temática consistiu em 2011 na articulação de políticas públicas para a equiparação de oportunidades entre pessoas com e sem deficiência. Nessa perspectiva, o ano de 2011 foi notadamente importante por conta do lançamento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, instituído por meio do Decreto nº 7.612/2011.

Foi elaborado, ainda, o Protocolo de Desastres, cujo objetivo é sistematizar procedimentos para a proteção integral de grupos vulneráveis nas localidades que se encontrem em situação de desastres em torno da proteção integral de crianças e adolescentes, e outros segmentos em situação de vulnerabilidade, tais como pessoas idosas, pessoas com deficiência, gestantes e nutrízes.

Destacam-se as parcerias: com o Instituto de Estudo do Trabalho e Sociedade - IETS, que está elaborando o Modelo Único de Classificação e Valoração de Deficiências e de Instrumentos Adequados à sua Aplicação, em consonância com o

estabelecido na Classificação Internacional de Funcionalidade - CIF e nos princípios da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; com o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE para implementação do Banco Nacional de Talentos, ferramenta virtual que objetiva dotar o País de um cadastro nacional dos postos de trabalho disponíveis e das pessoas com deficiência, qualificadas para diferentes funções.

Para monitoramento da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pelo Brasil, destaca-se o trabalho de construção dos indicadores para possibilitar o estabelecimento de ações de forma pró-ativa para efetivação dos compromissos firmados. O relatório de monitoramento da Convenção permaneceu em consulta pública por 60 dias para posterior envio à Organização das Nações Unidas (ONU).

A Comissão Interministerial de Avaliação, desde a sua criação em 2007, já analisou mais de 11.500 requerimentos de pensão especial e indenizou cerca de 8.000 pessoas atingidas pela hanseníase que

tiveram os seus direitos violados por conta da política de profilaxia.

Programa Nacional de Acessibilidade: Ao longo do ano de 2011, além da consolidação de marcos legais relativos à temática, em 1º de julho, por meio do Ministério das Comunicações - MC, tornou-se obrigatória a disponibilização pelas emissoras de televisão com sinal digital do recurso da audiodescrição em pelo menos duas horas semanais em suas programações, para que, em 10 anos, a quantidade de programação semanal audiodescrita atinja 20 horas de programação.

No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Habitação, houve a implementação da acessibilidade no Programa Minha Casa Minha Vida 2 - PMCMV 2 com inserção do Desenho Universal como padrão para todas as unidades habitacionais do PMCMV / FAR (Fundo de Arrendamento Residencial).

Em articulação com o Ministério da Educação - MEC, o Ministério da Saúde - MS e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR vem monitorando a implementação do programa BPC (Benefício de Prestação Continuada) na Escola, com o objetivo de promover a inclusão escolar de crianças e adolescentes com deficiência com até 18 anos de idade que recebem o benefício. Por meio desse Programa, o percentual de crianças e adolescentes com deficiência em idade escolar que frequentam a escola é de 53%. Para promover uma busca ativa aos 47% que ainda estão fora da escola, foram reabertos os procedimentos de adesão e cadastramento para estados, municípios e Distrito Federal, no intuito de abarcar 100% dos beneficiários.

Foi lançado, no portal da SDH/PR, o ambiente www.pessoacomdeficiencia.gov.br, desenvolvido com todos os recursos de acessibilidade previstos no programa do Governo Federal de acessibilidade E-MAG3, desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP. Foi lançado também o boletim bimestral Pauta Inclusiva, que traz informações de interesse das pessoas com deficiência, bem como ações realizadas pela Secretaria.

A Campanha Nacional da Acessibilidade esteve presente nas cinco regiões do País, estendendo sua bandeira e mobilizando milhões de pessoas para a eliminação de barreiras e o fim do preconceito para com as pessoas com deficiência. Também foi feita a publicidade de utilidade pública do projeto “Cidade Acessível é Direitos Humanos”.

Enfrentamento da Violência Sexual contra Criança e Adolescente: Lançada em 2011 a nova versão da Matriz Intersetorial de Enfrentamento da

Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que traz análise das ações intersetoriais na área, com foco nos programas conduzidos pelo Governo Federal, presentes em 86% dos municípios brasileiros. A nova versão conta com ferramentas que possibilitam a realização de diagnósticos em âmbito estadual e municipal e a avaliação e planejamento das políticas públicas locais. Essa Matriz sistematiza dados socioeconômicos sobre municípios em contexto de grandes obras de desenvolvimento para o monitoramento da situação da infância e adolescência e de fatores de vulnerabilidade à exploração sexual.

Com a proximidade da realização de grandes eventos esportivos (Copa e Olimpíadas) e a realização de grandes obras de infraestrutura pelo País, procurou-se fortalecer as ações de mobilização do setor produtivo para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, firmando novas pactuações com empresas, por meio da Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, processo iniciado em 2010, com 24 assinaturas. Assim alcançou-se 132 Termos de Compromissos com grandes empresas nacionais, destacando-se a pactuação conjunta com o Ministério do Turismo e agências de viagem, possibilitando a adesão de 132 empresas do setor. Foram desenvolvidas campanhas de prevenção à exploração sexual no ambiente corporativo, que atingiram um total de 23.630 trabalhadores nas grandes obras de desenvolvimento do País, em Porto Velho/RO, Paraopebas/PA, Foz do Iguaçu/PR e Itaboraí/RJ.

Ampliado o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro - PAIR, presente hoje em 540 municípios e 24 estados. O PAIR é uma metodologia de articulação de políticas que permite conhecer a realidade local e fortalecer a rede de atendimento no município. Foi dada continuidade à implantação do PAIR no âmbito do Mercosul, em 15 cidades gêmeas do Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. Destacam-se, ainda, as ações de disseminação dessa metodologia, que capacitaram 1.556 participantes em cursos à distância.

Visando promover o direito à participação de crianças e adolescentes, houve uma ampliação da cobertura dos Núcleos de Participação dos Adolescentes e Observatórios dos Adolescentes para sete novos estados – RR, MT, RN, CE, TO, SC, SP –, totalizando dezoito UFs. Os Núcleos buscam incentivar o protagonismo e promover o autocuidado e a autoproteção entre os adolescentes com foco no enfrentamento do *bullying*, bem como na promoção da navegação segura na Internet. Sete novas universidades estaduais foram incorporadas à rede do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – nos Estados de RR, MT, RN, CE, TO, SC, SP –, resultando na instalação de

pontos focais e comunidades de prática para mobilização de estudos e pesquisas sobre direitos humanos de crianças e adolescentes.

Foram pactuadas ações entre a SDH/PR, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação - ABC relativas ao projeto de cooperação internacional para consolidação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência - Sipia. Está previsto o desenvolvimento dos módulos: Conselho Tutelar e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE; do módulo do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - Sipia PPCAAM; e a qualificação dos fluxos de atendimento em interface com a Coordenação Nacional do PPCAAM.

O Protocolo Nacional de Proteção Integral e Instalação do Comitê para Proteção de Crianças e Adolescentes em Situação de Desastre, Emergência ou Calamidade foi elaborado e finalizado em 2011 e aguarda decreto presidencial. Foi também formalizada a Rede Nacional de Busca e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos e seu Comitê Gestor.

Firmada parceria com a Rede Cegonha do MS, com a participação do próprio MS e do MEC, MDS, SAE e Rede Nacional da 1ª Infância, para cuidados de prevenção ao abandono e maus tratos de bebês e suas mães, humanização do parto e atenção de cuidados às deficiências físicas ou intelectuais de bebês; e implantação de Serviços de Cuidados de Crianças de 0 a 3 anos e creches comunitárias.

O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM foi expandido para o Estado do Amazonas e para a região do ABC Paulista, totalizando 13 coordenações estaduais. Foi também instituído o seu Conselho Gestor Nacional e promovida a capacitação à distância em direitos humanos de crianças e adolescentes ameaçados de morte para profissionais da segurança pública, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp/MJ.

No âmbito do Programa de Redução da Violência Letal - PRVL, foram produzidas as publicações: Prevenção à Violência e Guia Municipal de Prevenção da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens. Foi também atualizado o Índice de Homicídios na Adolescência - IHA, criado um grupo de trabalho para a formulação da Política de Enfrentamento da Violência Letal de Crianças e Adolescentes e elaborado o diagnóstico dos 20 municípios com menor índice de mortes de adolescentes apontados na pesquisa.

Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - PRÓ-SINASE: Para a implementação do Sinase

em 2011, a relação com os demais entes federados foi priorizada com o envio, aos governadores, do documento Agenda Prioritária de Implementação do Sinase, no sentido de garantir ações nos Planos Plurianuais (PPAs) estaduais. Com o fim de melhor articular os representantes das políticas públicas setoriais, foram entregues aos gestores estaduais modelos de organização de Comissões Intersectoriais e de Colegiados Interinstitucionais, compostos por representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, dos conselhos de direitos das crianças e dos adolescentes e gestores do sistema socioeducativo. Tais estímulos produziram, em 2011, a organização desses fóruns no Espírito Santo, Pernambuco e Distrito Federal.

No âmbito federal, cabe destacar a parceria com o MEC, que possibilitou a inclusão dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas como público prioritário do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec. Tal medida permitiu a inclusão de adolescentes privados de liberdade em cursos profissionalizantes dos Institutos Federais e do Sistema S. Junto ao MS, mais três estados aderiram ao Plano Operativo de Saúde para Unidades Socioeducativas, constituindo redes de compromissos municipais e estaduais para o atendimento dos adolescentes restritos e privados de liberdade. Com o MDS, foi desenvolvido o caderno de orientação aos programas socioeducativos em meio aberto, como estratégia de melhorar a qualidade do atendimento prestado.

Foram feitos investimentos para melhoria da qualidade de atendimento realizado aos adolescentes, com apoio à construção da unidade feminina de internação no Distrito Federal e do Núcleo de Atendimento Inicial Integrado, com Internação Provisória, em Rondonópolis/MT. Além disso, a SDH/PR apoiou a implementação de dez centros de formação socioeducativa, executados em parceria com os órgãos estaduais gestores do sistema socioeducativo e instituições de ensino superior, na modalidade presencial e à distância.

Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente: Segundo dados da Pesquisa de Informações Municipais (MUNIC2009, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), dos 5.565 municípios brasileiros, 98% implantaram Conselhos Tutelares. Todavia, o número de conselhos em muitas cidades de grande e médio porte populacional ainda é insuficiente para a demanda existente e mais da metade dessa rede no País funciona com precárias condições de trabalho. Neste contexto, a SDH/PR realizou a doação de 866 computadores a 94 municípios, contemplando 323 Conselhos Tutelares. Foram entregues 68 veículos aos Conselhos Tutelares, sendo 46 no Estado de Minas Gerais e 22 no Estado do Acre.

Além de investir na equipagem dos conselhos, a SDH/PR também apoiou a capacitação e formação dos conselheiros na promoção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes mediante Escolas de Conselhos, que são núcleos de formação continuada de conselheiros tutelares e conselheiros de direitos da criança e do adolescente criados a partir de 2008. Hoje, há Escolas de Conselhos instaladas em 17 estados brasileiros. Na elaboração do PPA 2012-2015, a SDH/PR elegeu os conselhos tutelares como um dos objetivos estratégicos da ação da secretaria.

Garantia e Acesso a Direitos: No âmbito de Direitos Humanos e Segurança Pública, em 2011, foram realizadas reuniões do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, composto por dezenove estados brasileiros. O Seminário de Direitos Humanos e Controle Social da Atividade Policial no Estado Democrático de Direito, proporcionou a discussão para a construção de um marco legal para a implementação de Ouvidorias de Polícia nos Estados, com observância ao preconizado no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), a ser pactuado com os estados.

Em parceria com a Senasp/MJ, foi iniciado o desenvolvimento de uma pesquisa sobre o funcionamento dos Conselhos de Direitos Humanos e Segurança Pública, que subsidiará a implementação de ações voltadas ao fortalecimento de parcerias e à atuação desses Conselhos no controle social da atividade policial. Foram realizadas Jornadas Formativas em Direitos Humanos para policiais da Força Nacional de Segurança, encarregados, dentre outras atribuições, da proteção de Defensores de Direitos Humanos.

No campo da saúde mental e direitos humanos, em 2011, foram duas as frentes de trabalho no âmbito da SDH/PR. Houve acompanhamento com diligências das denúncias de tortura e maus-tratos a pacientes em hospitais psiquiátricos. A SDH/PR tem participado ativamente das discussões relativas ao enfrentamento do crack, no que tange à identificação e à formulação de indicadores para construção de políticas específicas ao tema, buscando diálogo e envolvimento de diferentes segmentos.

A Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo - Conatrae priorizou a criação e o fortalecimento de entidades estaduais de combate ao trabalho escravo. Em outubro, foi realizado o 1º Encontro de Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo, em Cuiabá/MT. Em maio, foi assinada a Portaria Interministerial nº 02/2011, passando o Cadastro de Empregadores que tenham Submetido Trabalhadores a Condições Análogas a de Escravo (Lista Suja) a ser de responsabilidade conjunta entre SDH/PR e MTE. Foram também realizadas oficinas de capacitação em seis Tribunais Regionais do Trabalho,

alcançando cerca de 600 juízes, procuradores e auditores do trabalho.

No combate à tortura, deu-se prosseguimento à mobilização e à articulação com segmentos distintos nos estados, tendo em vista a consolidação e efetivação dos Comitês e Mecanismos Estaduais de Prevenção à Tortura. Atualmente, existem onze Comitês Estaduais em atividade (AC, AL, BA, ES, MA, PR, PE, PI, RJ, RS e SC). Em atendimento a uma das determinações do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes da ONU, ratificado pelo Estado brasileiro em 2006, o governo brasileiro enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei que estabelece o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura - SNPCT, que tem como um dos objetivos a realização de monitoramentos, fiscalização e controle de estabelecimentos de privação de liberdade, promovendo a defesa dos direitos e interesses de pessoas que se encontram nessas condições. A proposta prevê a instituição, pelo SNPCT, do Comitê Nacional de Combate à Tortura - CNCT e do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, formado por onze peritos escolhidos pelo CNCT e nomeados pela Presidência da República, que terão independência na atuação e garantia de seus respectivos mandatos e livre acesso para inspecionar instituições como presídios, asilos, unidades de internação de jovens e instituições psiquiátricas, sem aviso prévio.

A SDH/PR realizou e apoiou, também, ações de preparação, recepção e acompanhamento da visita do Subcomitê para Prevenção da Tortura das Nações Unidas e implantou o módulo Tortura no Disque Direitos Humanos.

As ações da SDH/PR voltadas para a População em Situação de Rua consistiram no fortalecimento do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional que mobiliza órgãos governamentais e sociedade civil.

Durante o ano de 2011 a atuação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH permaneceu intensa nos casos de grave violação aos direitos humanos, com destaques: Comissão Especial "Urso Branco", (Presídio Urso Branco, Porto Velho/RO); questões indígenas, em especial da Comissão Especial Tupinambá, a situação dos indígenas Guarani Kaiowá na região de Dourados/MS; casos de violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada; acompanhamento do Incidente de Deslocamento de Competência nº 2 no caso do assassinato do defensor de Direitos Humanos Manoel Mattos, referente à primeira federalização de crimes contra os Direitos Humanos no Brasil após a Emenda Constitucional 45/2004; busca pela aprovação do PL nº 4715/1994, que transforma o CDDPH em

Conselho Nacional dos Direitos Humanos, ampliando suas competências e sua composição.

Na mobilização social para o registro civil de nascimento, os resultados das iniciativas articuladas com os Comitês Gestores Estaduais e Municipais são muito positivos: o índice de sub-registro, que era de 20,9% em 2002, caiu para 6,6% em 2010. Em 2011, trabalhou-se na implementação das Certidões Unificadas de Registro Civil em parceria com o Ministério da Justiça e a Corregedoria do CNJ. Realizou-se também a implementação do piloto do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil - SIRC com o objetivo de captar, processar, arquivar e disponibilizar as informações produzidas pelas serventias de registro civil das pessoas naturais, que serão integradas a outras bases de dados da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Concluiu-se o modelo das certidões de casamento e de óbito, que vigorará a partir de 2012. Realizou-se ainda a Campanha "Certidão de Nascimento. Um direito humano, dever de todo Brasil".

Foram realizados mutirões de documentação básica e registro civil também no âmbito da Operação Cidadania Xingu e implementou-se piloto em parceria com o Projeto Rondon para o registro civil da população de rua e de idosos em internação de longa permanência. Concluiu-se o bem-sucedido projeto Cidadania e Inclusão Social das Parceiras Tradicionais para erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento, desenvolvido mediante convênio com a Cáritas Brasileira e em parceria com a Cais do Parto e a Rede de Educação Cidadã - Recid, para realização de mapeamento de parceiras leigas e de pesquisa das características de seus trabalhos enquanto promotoras do registro de nascimento. Realizou-se, por fim, o Encontro Nacional de Agentes Mobilizadores para a Promoção do Registro Civil de Nascimento.

Foi realizada a 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa que teve como tema "O compromisso de todos por um envelhecimento digno no Brasil". Durante a Conferência, foi lançada a Revista dos Direitos da Pessoa Idosa com o fim de fomentar e aprofundar o debate relativo aos direitos das pessoas idosas. Ainda neste ano, foi aprovada pelo Conselho Nacional do Idoso, a Resolução n.º 07, que dispõe sobre os critérios para a utilização do Fundo Nacional do Idoso. Foi também assinado um Termo de Cooperação com a Frente Nacional dos Prefeitos e com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos buscando dar visibilidade às questões afetas à população de idosos no Brasil.

Realizou-se a Campanha "Faça do Brasil um Território Livre da Homofobia" organizada para enfrentar o aumento do número de violências praticadas contra a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT. Um dos objetivos da campanha foi informar a população LGBT quanto à possibilidade de formalizar

denúncias por meio do Disque Direitos Humanos (Disque 100). Também se realizou a 2ª Conferência Nacional LGBT. Tal evento foi antecedido por conferências estaduais, cujo objetivo buscou incentivar a criação de espaços institucionais para a articulação de políticas públicas para a população LGBT, criar Conselhos e Planos de Promoção de Direitos para esta população. Foi implantado o módulo LGBT do Disque 100, que permitiu acessar os dados das vítimas de crimes homofóbicos e também acessar o perfil dos agressores e o local da agressão. Do cruzamento desses dados, será possível mapear dados oficiais sobre casos de homofobia no País. Foi instalado o Conselho Nacional de Combate às Discriminações LGBT, que tem como papel fundamental deliberar e acompanhar a implementação das políticas públicas para esta população, participar da organização das Conferências Nacionais e emitir notas públicas, pareceres e resoluções.

Gestão da Política de Direitos Humanos:

Aprovado pelo Decreto nº 7.037/2009, o PNDH-3, para além de definir as diretrizes da política de Direitos Humanos do Governo Federal, estimula a construção de compromissos partilhados entre todos os atores governamentais. Imbuída dessa premissa, a SDH/PR, durante o ano de 2011, elaborou o detalhamento de todas as ações programáticas constantes do PNDH-3, articulando-o aos demais planos que possuem ações voltadas à promoção e defesa dos Direitos Humanos, a exemplo do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT e do recém-lançado Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em 2011, foram iniciados os trabalhos para elaboração – com a participação da sociedade civil, institutos de pesquisa e instituições produtoras de estatísticas no Brasil – dos seguintes módulos para o Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos: direitos civis e políticos; direito à saúde; direito à educação; direito ao trabalho e geração de renda; e direito à previdência e assistência sociais. Esse Sistema é um projeto realizado pela SDH/PR em conjunto com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos - ACNUDH e outras agências das Nações Unidas e tem como meta a estruturação de módulos sobre direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais – tomando como referência a metodologia proposta pelo ACNUDH. Ele permitirá o monitoramento e a avaliação permanentes do esforço do Estado para garantir a efetiva realização desses direitos. Nesse esforço, a SDH/PR tem trabalhado com o IBGE no aperfeiçoamento de algumas de suas pesquisas, permitindo novas análises sobre a situação dos Direitos Humanos.

Na pauta legislativa as conquistas dos direitos humanos foram significativas. O Congresso Nacional aprovou as seguintes leis: 1) Lei nº 12.483/2011, que inseriu no Código de Processo Penal um dispositivo que prioriza a celeridade dos processos que tenham testemunhas e vítimas em programas públicos de proteção; 2) Lei nº 12.528/2011, que cria a Comissão da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República; 3) Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso às informações constantes de documentos públicos de interesse particular, coletivo ou geral; e 4) Lei nº 12.461/2011, que alterou o estatuto do idoso (Lei nº 10.741/2003) para estabelecer a notificação compulsória dos atos de violência praticados contra o idoso atendido em serviço de saúde. No Senado Federal, avançou com rapidez a tramitação do PLC nº 134/2009, já sancionado pela Presidenta da República, gerando a Lei nº 12.549/2012 que institui o Sinase.

Na Câmara dos Deputados, avançou a tramitação de dois projetos de lei: o PL nº 7.672/2010, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer que crianças e adolescentes sejam educados e cuidados sem o uso de castigos corporais e tratamento degradante, cuja Comissão Especial para instruir parecer está em fase de conclusão do seu trabalho; e o PL nº 5.022/2009, que assegura validade nacional à Declaração de Nascidos Vivos - DNV, que agora aguarda deliberação pelo Senado Federal na forma do PLC nº 120/2011.

Criada para celebrar o aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos por meio da linguagem cinematográfica, a *Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul* esteve em 2011 em sua 6ª edição. É realizada pela SDH/PR em parceria com a Cinemateca Brasileira, envolvendo os governos dos 26 estados, do Distrito Federal e de 06 municípios. Em 2011, a Mostra foi também exibida em Guiné-Bissau, no âmbito da Cooperação Sul-Sul. Em 2011, o público atingido foi de cerca de 45 mil pessoas e todas as cidades contaram com sessões com audiodescrição e *closed caption*, garantindo o acesso a pessoas com deficiência visual e ou auditiva.

A primeira edição do projeto Caravanas Direitos Humanos pelo Brasil foi realizada no Estado do Ceará, em agosto de 2011. O projeto objetiva consolidar a cultura de Direitos Humanos no Brasil, em todas as suas dimensões sociais e conceituais. Por meio das Caravanas, a SDH/PR se desloca até a Unidade da Federação, firmando um Protocolo de Intenções com o Poder Público Estadual e local, no qual são estabelecidas as diretrizes para o fortalecimento das ações de promoção e defesa dos Direitos Humanos em longo prazo.

Foi feito acompanhamento das atividades dos Centros de Referência e Balcões de Direitos em parceria com estados, municípios, universidades e

entidades da sociedade civil. Dentre as ações desenvolvidas foram ofertadas a emissão de Carteiras de Identidade, emissão de Carteiras de Trabalho, capacitação de defensores, capacitação de lideranças, atendimentos jurídicos, assistência psicossocial, seminários, mediação de conflitos, produção de cartilhas e livros.

Foi lançada importante publicação contendo a Declaração para Eliminação de Todas as formas de Discriminação por Religião ou Convicção; os Princípios da Tolerância; os Direitos das Minorias Étnicas ou Nacionais, Religiosas e Lingüísticas e a Declaração da Diversidade Cultural. Além disso, realizou-se a primeira reunião do Comitê Nacional de Diversidade Religiosa. Durante o ano de 2012, objetiva-se realizar seminários regionais buscando aprofundar as discussões da temática da intolerância religiosa.

O principal destaque da atuação da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos foi a plena efetivação do Disque Direitos Humanos (Disque 100) em sua nova configuração, ampliando a capacidade de atendimento às denúncias de violência contra crianças e adolescentes bem como implementando o atendimento aos novos seguimentos: Idoso, Pessoa com Deficiência, População em Situação de Rua, LGBT e Vítimas de Tortura. O número de denúncias teve um expressivo crescimento de 2010 (28.241 denúncias) para 2011 (195.733). O que demonstra a aceitação da população bem como a ampliação do acesso efetivo.

No âmbito internacional, destaca-se o estreitamento das relações bilaterais com países do eixo Sul-Sul e com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Também o diálogo com países do eixo Norte teve continuidade. Foram reiterados, na área de proteção aos defensores dos direitos humanos, os diálogos com a União Européia e finalizado o acordo de cooperação com Portugal na área de proteção a testemunhas e vítimas ameaçadas. A Suécia foi um importante parceiro na realização de um seminário sobre a proibição dos castigos corporais e humilhantes contra crianças e adolescentes. Nos foros multilaterais, a SDH/PR participou ativamente do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Envelhecimento com vistas a buscar o apoio de outros países à proposta de uma convenção sobre os direitos dos idosos. Merecendo destaque, também, a sua atuação na elaboração do Relatório ao Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que contou com ampla participação da sociedade civil.

No âmbito do Mercosul, a SDH/PR segue atuando consistentemente no fórum da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul - RAADH, colaborando na construção de um Plano Estratégico de Ação Social para o bloco. Foi também proposta uma ação coordenada com os Estados-membros para buscar arquivos e

outros materiais sobre as atividades vinculadas à Operação Condor e dar publicidade aos documentos reunidos, como forma de abordar o Direito à Memória, e desenvolvidas políticas conjuntas para o bloco no âmbito do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul. Por fim, foi construído um pedido de opinião consultiva, dirigido à Corte Interamericana de Direitos Humanos, coletivamente, pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, sobre questões relacionadas a crianças e adolescentes migrantes, em uma iniciativa inédita no Sistema Interamericano.

Proteção a Pessoas Ameaçadas: O Programa de Proteção a Testemunhas, presente em 17 estados, e o Programa Federal protegeram 700 pessoas. O Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos está presente em 08 estados e alcançou 211 pessoas em 2011. Para 2012, espera-se incorporar ao Sistema Nacional de Proteção em mais 06 estados, sendo um ao Programa de Proteção a Testemunhas e cinco ao Programa de Proteção aos Defensores. Além desses o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM protegeu, em 2011, aproximadamente 2.000 pessoas, entre crianças e adolescentes ameaçadas de morte e seus familiares. Esses três programas constituem o Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas.

Reparação de Violações e Defesa dos Direitos Humanos: O tema do Direito à Memória e à Verdade esteve presente nas ações desenvolvidas pelo Estado Brasileiro durante o ano de 2011. Destaca-se a sanção da lei que cria e regula o Direito ao Acesso à Informação e a criação da Comissão Nacional da Verdade. Foram implementados os Observatórios do Direito à Memória e à Verdade junto a Universidades, como também a realização de exposições, criação e inauguração de memoriais, publicação de livros e a realização de seminários, em parceria com entidades nacionais e internacionais sobre a temática.

A criação do Grupo de Trabalho Araguaia - GTA coordenado pelo MJ, Ministério da Defesa e pela SDH/PR, representou avanço nas pesquisas e buscas pelos restos mortais das pessoas vitimadas na Guerrilha do Araguaia, ocorrida na década de 70. Além das ações na região do Araguaia, também foram desempenhadas ações de pesquisa no Estado de São Paulo (Cemitérios de Perus, Vila Formosa e Parelheiros, município São Paulo), em Petrópolis/RJ (Cemitério Municipal e Casa da Morte) e ações de investigação de casos de desaparecidos políticos vitimados na chamada “Operação Condor”. Cabe, ainda, destacar a devolução dos restos mortais do desaparecido político venezuelano Miguel Sabat Nuet, morto nas dependências do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo - DOPS/SP em 1973.

Educação em Direitos Humanos: Foi realizado o processo de elaboração das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos que regulamentarão a inserção da educação em direitos humanos como conteúdo curricular no âmbito da educação básica e da educação superior. Foi apoiada a implementação de 30 projetos de ações de capacitação, desenvolvidos em âmbito nacional, realizados em parceria com instituições não-governamentais, estados e municípios voltadas para capacitação de lideranças, profissionais da educação, da segurança pública e demais áreas, movimentos sociais e grupos sociais em situação de vulnerabilidade. Destaca-se, ainda, a implantação de dois Núcleos de Estudos e Pesquisas em Educação em Direitos na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS e na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, bem como o apoio aos Comitês de Educação em Direitos Humanos implantados nos estados e municípios, no que se refere à disseminação dos referenciais e implementação das ações e diretrizes propostas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007). Foi realizada a 17ª Edição do Prêmio Direitos Humanos, contemplando 21 categorias.

Prevenção e Enfrentamento da Violência contra as Mulheres: Em conformidade com Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, foram celebrados, no âmbito da Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM/PR, convênios destinados principalmente à implantação e aparelhamento de serviços especializados e não especializados de atendimento à mulher em situação de violência, para a capacitação de profissionais desses serviços e para a realização dos mais variados eventos dedicados a disseminar e promover os direitos das mulheres, uma cultura de não-discriminação sexual e de enfrentamento à naturalização da violência contra a mulher.

A rede de serviços de atendimento à mulher é composta principalmente pelos equipamentos de saúde, assistência social, justiça e segurança. Dentre os serviços da rede apoiados pela SPM/PR ao longo de 2011, pode-se destacar: a implantação, estruturação e aparelhamento de Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência; Casas-Abrigo; Delegacias Especializadas no Atendimento a Mulher ou Núcleos da Mulher em delegacias comuns e Institutos Médicos Legais - IMLs. Ao disponibilizar esses serviços de atendimento objetiva-se assegurar a prevenção da violência, a assistência e a garantia dos direitos das mulheres.

Os Centros de Referência prestam assistências psicológicas, sociais e jurídicas, bem como fazem o encaminhamento da mulher agredida aos serviços públicos de apoio e atendimento (unidade de saúde, programas de assistência social e qualificação profissional, Casas-Abrigo). As Casas-Abrigo

oferecem abrigo às mulheres com risco de morte em lugar sigiloso. As Delegacias/Núcleos de Atendimento especializado no atendimento a mulher devem prestar o primeiro atendimento e instaurar processo investigativo com auxílio dos IMLs.

A capacitação de profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência se constitui em um dos maiores desafios para o enfrentamento à violência. As mulheres em situação de violência sofrem com o constrangimento da denúncia e com a dificuldade dos órgãos de responder de forma célere e correta aos seus problemas. A promoção da melhoria no atendimento visa a reduzir o desconforto sofrido pelas denunciantes e dessa forma, diminuir o número de situações de violência não registradas. Da mesma forma, é necessário preparar os servidores dos serviços de investigação, do judiciário, de saúde para reconhecer a violência contra a mulher como uma violação grave dos direitos humanos. Assim, em 2011, a SPM/PR financiou seminários, cursos e eventos de sensibilização com o objetivo de modificar atitudes, incorporar novos valores à prática profissional cotidiana e desenvolver uma escuta qualificada.

Ademais, partindo da premissa de que a erradicação da violência deve ser um compromisso de toda a sociedade, a SPM/PR age para promover uma mudança cultural, para passar do machismo ao respeito à diversidade e a promoção da equidade. Assim, a SPM/PR, ao longo de 2011 incentivou campanhas educativas e a realização de eventos em todo o território nacional com o objetivo de informar pessoas sobre os direitos das mulheres, para a divulgação da Lei Maria da Penha e a fim de sensibilizar a população a não tolerar qualquer forma de violência contra as mulheres.

Finalmente, no ano de 2011, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 recebeu aproximadamente 700.000 ligações telefônicas de mulheres que, dentre outros, denunciaram situações de violência doméstica, pediram informações sobre serviços de assistência e sobre a Lei Maria da Penha. O Ligue 180 escuta, orienta e encaminha as mulheres para os serviços de atendimento mais próximos e, em razão do seu caráter sigiloso, incentiva as denúncias e a ruptura na condição de violência. Adicionalmente, nesse ano, o serviço telefônico gratuito e 24 horas tornou-se internacional com a ampliação do atendimento para mulheres brasileiras em situação de violência residentes em Portugal, Espanha e Itália.

Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres:

a SPM/PR apoiou, principalmente, projetos dirigidos à autonomia econômica das mulheres e a igualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho; à reflexão das questões de gênero; à efetivação dos direitos das mulheres e combate a qualquer forma

de discriminação; e o fortalecimento dos organismos de políticas para as mulheres.

Primeiramente, convém dizer que o ano foi marcado pela realização da 3ª Conferência de Políticas para as Mulheres com o tema “Autonomia e igualdade para as mulheres”. Realizada ao longo de 4 dias do mês de dezembro em Brasília, contou com a participação cerca de 2.800 mulheres, representantes dos setores públicos subnacionais, da sociedade civil organizada e representativa das mulheres em sua diversidade.

A conferência nacional foi a etapa cume de um processo participativo que mobilizou cerca de 200 mil mulheres em mais de 2.000 conferências municipais e etapas estaduais realizadas em todas as unidades federativas. Ao final do encontro, foram definidas as demandas por políticas públicas prioritárias para a promoção da autonomia econômica, social e cultural das mulheres e para a prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher no período de 2012 a 2015.

As mulheres ocupam, relativamente, mais postos de trabalho considerados precários, recebem remunerações menores do que os homens mesmo quando estão em ocupações iguais e são mais afetadas pelo desemprego. Acrescente-se que a dependência econômica em relação ao agressor é uma das principais razões para que a mulher em situação de violência não rompa o relacionamento. Com o objetivo de alterar essa realidade, a SPM/PR apóia projetos de capacitação profissional e desenvolve o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça.

A SPM/PR, ao longo de 2011, financiou cursos da capacitação para as mulheres, especialmente àquelas em situação de vulnerabilidade social, violência ou presas. As vagas criadas abrangem qualificações profissionais em diversas áreas, mas podemos destacar os de capacitação em artesanato, para o setor de construção civil e moda. Também foram oferecidos cursos para preparar as mulheres a montar seus próprios negócios, individuais ou associativos. Assim, as mulheres foram habilitadas em técnicas de empreendedorismo, economia solidária, gestão de negócios e comercialização, dentre outras. Associado à qualificação técnica, os cursos qualificam as mulheres em questões de gênero, sobre direitos das mulheres e equipamentos de atendimento às mulheres.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça objetiva contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e de raça no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego e, desse modo, induzir a igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Em 2011, foi lançada a 4ª edição do Programa, que registrou a inscrição de 95 organizações (sete a mais do que o número de

participantes da edição anterior), que se dispuseram a desenvolver plano de ação destinado a implementar em seu cotidiano práticas para promoção da igualdade de gênero.

Foi realizada, também, a 7ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, resultado de uma parceria entre a SPM/PR, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o MEC e a ONU Mulheres. Com o objetivo de estimular e fortalecer a reflexão e a pesquisa sobre as desigualdades entre mulheres e homens, o prêmio registrou a inscrição de 3.965 trabalhos, sendo 3.376 na categoria Estudante do Ensino Médio e 46 da categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero.

Continuaram a receber apoio a SPM/PR em 2011 os projetos com objetivo de promover os direitos das mulheres. Foram estimulados seminários e oficinas sobre direitos sexuais e reprodutivos e sobre acesso à saúde integral. Igualmente, foram fomentadas iniciativas de capacitação de professores, assistentes sociais e profissionais da saúde com intuito de eliminar a discriminação contra as mulheres e promover uma cultura não-sexista, não-homofóbica, não-lesbofóbica e não-racista.

Outro aspecto que recebe atenção especial da SPM/PR são os organismos de políticas para as mulheres. A SPM/PR apóia a constituição e estruturação de secretarias estaduais, coordenadorias municipais e núcleos de gêneros em órgãos do Governo Federal. Em 2011, a SPM/PR financiou especialmente o aparelhamento dos organismos e a capacitação dos/as servidores/as. A disseminação dos organismos qualificados em todos os níveis governamentais é fundamental para a estruturação, verticalização e efetivação das políticas para as mulheres e, também, para estender a abrangência da política para todo o território nacional.

Por fim, no cumprimento de sua missão de articular políticas públicas para as mulheres com os demais órgãos do Governo Federal, a SPM/PR estabeleceu parceria com o CNJ, com o STF e com o MJ para a formulação de ações dirigidas ao enfrentamento à impunidade e à violência contra a mulher. Com os Ministérios da Educação, de Desenvolvimento Social e Combate a Fome e dos Direitos Humanos, lançou um programa para a capacitação profissional de 100.000 mulheres em situação de vulnerabilidade nos Institutos Federais de Educação Profissional até 2014. Adicionalmente, realizou acordos com o Ministério do Meio Ambiente, com destaque para a construção das demandas das mulheres na Rio+20, e com Ministério dos Esportes, com o foco principal nas ações voltadas para a Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016.

Políticas Afirmativas para a Igualdade Racial: O Censo Demográfico de 2010 registrou, pela primeira vez, desde 1872, a participação majoritária na população de brasileiros que se autocalificam como negros (50,7%). Este expressivo contingente experimentou, no decorrer da última década, melhorias no acesso à educação, ao mercado de trabalho e nos patamares de renda e consumo. No entanto, estes ganhos na mobilidade social ainda são acompanhados pela persistência das desigualdades raciais, o que demanda um renovado esforço de articulação de iniciativas capazes de neutralizar seus efeitos deletérios sobre o processo de inclusão social vivido pelo Brasil.

No campo educacional, por exemplo, considerando a população com 15 anos ou mais de idade, em 2009, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD do IBGE, enquanto 6,9% da população branca é composta por analfabetos, esse percentual sobe para 13,5% para a população negra. E a relação se inverte para o ensino superior – enquanto 12,5% da população branca adulta têm ensino superior completo, para a população negra esse percentual é de apenas 4,3%.

Também sobressaltam as desigualdades raciais no campo do rendimento do trabalho. Enquanto para a população branca a renda média do trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, em 2009, era de R\$ 1.252,80, o montante correspondente para a população negra era de R\$ 714,20 - PNAD/IBGE.

Diante de constatações como essas, no ano de 2011, a ação do governo foi marcada por duas dimensões principais: (i) avanço na redefinição de prioridades, abordagem de programas e institucionalização da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, graças à entrada em vigor do Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei nº 12.288/2010; e (ii) estímulo à incorporação de novos agentes sociais e econômicos, públicos ou privados, na agenda de promoção da igualdade racial.

Estatuto da Igualdade Racial: O Estatuto da Igualdade Racial orientou a elaboração do PPA 2012-2015, resultando na criação de um programa específico intitulado *Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial*, bem como na incorporação destes temas em 22 outros programas, totalizando 107 metas, 63 iniciativas e 19 ações orçamentárias, em diferentes áreas da ação governamental. A evidente ampliação destes compromissos na agenda do Governo nos próximos quatro anos motivou a formação de um Grupo de Trabalho, composto por oito dos ministérios com assento no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, que deverá apresentar, até março de 2012, proposições de ações afirmativas que deem efetividade ao Estatuto, com base no novo PPA.

Ainda em cumprimento a este texto legal, foi elaborada a proposta do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), com o objetivo de assegurar a descentralização das políticas de forma articulada entre as esferas de governo. O documento base do Sinapir encontra-se em fase final de avaliação e validação. Como parte deste sistema, foi dada continuidade à expansão do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial - Fipir que, passou a contar com mais 61 municípios, totalizando 687 adesões nas 27 unidades da Federação.

Os mecanismos de diálogo com a sociedade civil, requeridos para a implementação do Sinapir, foram fortalecidos. A Ouvidoria Nacional de Promoção da Igualdade Racial buscou ampliar sua atuação, por meio de parcerias que possibilitarão, em 2012, a consolidação de uma rede integrada de atenção a casos de discriminação racial. Para isso, prevê-se a instalação de um serviço telefônico de atendimento a denúncias, ancorado na implantação de Ouvidorias Permanentes nos estados.

O CNPIR constituiu comissões permanentes e grupos de trabalho, por meio dos quais aprofundou o debate sobre programas e ações governamentais. Isso inclui, por exemplo, as comissões de seleção de projetos em chamadas públicas para iniciativas da sociedade civil e os processos de preparação e realização do Afro XXI - Encontro Ibero-Americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes. Assim, no ano de 2011, foi possível avançar na relação entre o Governo Federal, outras esferas governamentais e a sociedade civil, condição fundamental para que se efetive o Sinapir.

Campanha Igualdade Racial é pra Valer: A campanha Igualdade Racial é pra Valer lançada em 2011 - Ano Internacional dos Afrodescendentes -, tem atraído agentes econômicos e sociais para realizar ações concretas que fortaleçam a igualdade racial em diferentes segmentos, com previsão de continuidade no período 2012-2014. A iniciativa contribuiu para aumentar o leque de parcerias dentro e fora do Governo Federal, contando com a adesão de governos estaduais e municipais.

Para a disseminação da campanha, foram produzidos os selos do Ano Internacional dos Afrodescendentes, utilizados por organizações públicas e privadas, e três publicações temáticas distribuídas em Conferências Nacionais e Internacionais realizadas ao longo do ano: *Racismo como Determinante Social da Saúde, Negros e Negras LGBT: construindo políticas públicas para avançar na igualdade de direitos* e; *Construindo políticas públicas na intersecção entre juventude negra e promoção da igualdade racial*. Foi finalizada a edição, para lançamento em 2012, de publicação sobre a participação das mulheres negras na política, em parceria com o PNUD.

Ações Afirmativas - Saúde: Considerando-se o processo de elaboração do PPA 2012-2015, e tendo em vista o fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, foram retomadas as atividades do Comitê Técnico de Saúde da População Negra - CTSPN do Ministério da Saúde - MS. A 227ª reunião do Conselho Nacional de Saúde aprovou a realização de avaliações anuais da Política a partir de 2012, o que contribuirá para sua institucionalização.

Foi assinado, também, Protocolo de Intenções entre o MS e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir, no âmbito da Campanha Igualdade Racial é Pra Valer, que prevê ações para os próximos quatro anos, de modo a cumprir o disposto no capítulo sobre Saúde do Estatuto da Igualdade Racial.

Ações Afirmativas - Educação e Cultura: Em 2011, a adoção de ações afirmativas no acesso ao ensino superior contou com a adesão de 111 instituições de ensino superior, das quais 43% têm cotas específicas para estudantes negros, e por 57 Instituições Federais de Ensino Superior - Ifes com políticas de ações afirmativas em seus vestibulares. Com o intuito de democratizar o acesso ao ensino superior, foram adotados cotas, bônus, acréscimo de vagas ou uma combinação desses elementos. Segundo o Sistema do Programa Universidade para Todos - Sisprouni, foram contemplados 440.160 estudantes negros como bolsistas do Prouni.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC-AF concedeu 800 bolsas para estudantes que ingressaram na universidade por meio de ações afirmativas, para o período de agosto de 2011 a julho de 2012, distribuídas por 74 instituições em todo o País, sendo 12 Institutos Federais e 62 Universidades. Desde o ano de 2009, 2.200 estudantes foram beneficiados por esta iniciativa.

O edital 2011 do Programa de Extensão Universitária - Proext incluiu a Promoção da Igualdade Racial como uma de suas 13 linhas temáticas, tendo sido contemplados 23 projetos, com recursos da ordem de R\$ 2,2 milhões.

O Projeto *A Cor da Cultura* associa a elaboração e oferta de materiais didáticos audiovisuais sobre a cultura afro-brasileira, assim como a capacitação de professores para o seu uso em sala de aula. O êxito da experiência, desenvolvida em 34 municípios dos Estados do AM, AL, BA, DF, MG, MT, CE, PB, PE e PR – escolhidos em função das altas taxas de homicídio na população negra –, contou com 59 parcerias institucionais entre universidades e especialistas e estima-se que, desde a criação do projeto, da transmissão de audiovisuais pelo Canal Futura tenha alcançado cerca de 42 milhões de telespectadores.

Entre os resultados atingidos, cabe destacar: (i) criação de 14 pólos de formação; (ii) formação de 3.177 educadores e 15.000 multiplicadores; (iii) 780.000 alunos beneficiados; (iv) envolvimento de 2.000 escolas públicas e centros de formação, além de (v) 51 organizações da sociedade civil e 30.552 educadores sociais beneficiados.

O Selo Educação para Igualdade Racial foi lançado em 2011, como forma de reconhecer e dar visibilidade aos esforços de implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, modificada pela Lei nº 10.639/2003. Foram agraciadas 16 instituições, entre unidades escolares, secretarias estaduais e municipais, que receberam livros e outros materiais pedagógicos voltados à educação das relações étnico-raciais e ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

Ações Afirmativas - Trabalho e Renda: No contexto da Agenda do Trabalho Decente, o MTE constituiu o Sub-Comitê de Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, com o objetivo de elaborar novos acordos para a efetivação do Capítulo V do Estatuto da Igualdade Racial, que trata do Trabalho.

Quanto ao setor bancário, cabe mencionar (i) a parceria com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) para o acompanhamento do *Programa de Valorização da Diversidade*, agora centrado na expansão das formas de recrutamento de pessoal e (ii) a participação do Governo Federal no *I Seminário Nacional sobre a Invisibilidade Negra no Sistema Financeiro*, que, abriu novas possibilidades para a abordagem da igualdade racial neste setor.

Ações Afirmativas - Igualdade racial e de gênero: No contexto do Programa Gênero e Diversidade na Escola – fruto da parceria entre SPM/PR, Seppir, MEC e Universidades Públicas, foram oferecidas 31 mil vagas para capacitação entre os anos de 2006 e 2011. Para a capacitação de professores em questões sobre violência contra as mulheres e discriminação de gênero foram ofertadas 28 mil vagas em mais de 30 universidades desde sua criação em 2008.

Com os mesmos parceiros e a ONU Mulheres, foi realizada mais uma edição do curso a distância em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, com o objetivo de ampliar o conhecimento, entre gestores, de processos que garantam a transversalidade e a intersetorialidade das políticas de igualdade racial. Em 2011, o curso foi ofertado em sete universidades federais (MG, SE, Ouro Preto, PB, ES, PI e Santa Maria) e Universidade Estadual da Bahia - UNEB, contemplando 2.650 participantes.

Dado o papel da mídia no enfrentamento dos estereótipos sexistas e racistas que afetam diretamente a mulher negra, o Governo Federal

apoiou duas iniciativas: o *Curso de Gênero, Raça e Etnia*, em parceria com a ONU Mulheres, SPM/PR, Federação Nacional dos Jornalistas e Empresa Brasileira de Comunicação - EBC e o *VII Seminário A Mulher e a Mídia*, iniciativa do Instituto Patrícia Galvão.

Ações Afirmativas - Direitos e Cidadania: No que se refere à situação da juventude negra, foi elaborada uma proposta de Plano de Enfrentamento à Violência contra Jovens Negros no âmbito do Fórum Direitos e Cidadania. No final de 2011, esta iniciativa, inédita do Governo Federal, foi debatida por representações da sociedade civil em Conselhos mais diretamente envolvidos com o tema, a exemplo do CNPIR e Conselho Nacional da Juventude - Conjuve, devendo passar pela validação final dos ministérios no primeiro trimestre de 2012.

Povos e comunidades tradicionais: Os povos e comunidades tradicionais de matriz africana incluem-se na ação governamental por meio, principalmente, da política de segurança alimentar e nutricional. Em 2011, a distribuição de Cestas Alimentares a Grupos e Populações Específicas ocorreu em 22 Estados e atendeu a 13.900 famílias de 1.196 diferentes comunidades. Em 2011, foram iniciadas as tratativas para pactuação de Termo de Cooperação entre a Seppir e a Biblioteca Nacional prevendo a instalação de bibliotecas temáticas. Especial ênfase tem sido dada à coleta de informações que subsidiem as ações de governo. Em 2011, o MDS concluiu um inventário socioeconômico realizado em sete mil domicílios de comunidades situadas nas regiões metropolitanas de Belém, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte, cujos resultados foram reunidos na publicação intitulada *Alimento: Direito Sagrado*. Outras informações estão sendo obtidas em seminários com lideranças e a partir do mapeamento, com investimento financeiro por parte desta SEPPIR, de comunidades localizadas em regiões da BA, RJ, MA e PB. A organização das demandas dos povos de cultura cigana também requer um levantamento detalhado, em que conste a identificação dos grupos sedentários e as principais rotas dos grupos nômades.

Programa Brasil Quilombola - PBQ: A política para comunidades quilombolas é interinstitucional e intersetorial, o que exige a articulação de esforços entre as três esferas de governo. Em 2011, buscou-se reforçar estes aspectos por meio de Seminários e Oficinas de Ações Integradas do PBQ, voltados para gestores municipais, estaduais e federais, com atuação nos Estados do RJ, AL, AP, BA, CE, ES, MA, PB, PI e RS. Estas atividades resultaram na sistematização de uma metodologia de elaboração de Planos de Trabalho Estaduais.

Acesso a terra: A certificação das comunidades quilombolas consiste no primeiro passo para a garantia do direito a terra. Em 2011, a Fundação Cultural Palmares - FCP abriu 256 processos, dos quais 50 foram concluídos. Na regularização fundiária, dos 1.095 processos em andamento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, 66 foram iniciados em 2011, resultando na publicação de 15 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação - RTID's, que correspondem a uma área de 190,9 mil hectares e 3.700 famílias quilombolas beneficiadas. No total, foram publicadas nove Portarias de Reconhecimento do Território, relativas a 35.100 ha e 784 famílias.

Em 2011, foi editado o Decreto de desapropriação por interesse social do Território Quilombola de Brejo dos Crioulos/MG, com área de 17.302,61 ha, onde residem 387 famílias. No que se refere ao Título de Reconhecimento de Domínio, foram beneficiadas as comunidades de Colônia de São Miguel/MS, com 28 famílias e área de 420,681 ha, e de Preto Forro/RJ, com 12 famílias e área de 90,5403 ha.

Desenvolvimento local e inclusão produtiva: Foram realizadas ações de estímulo à produção econômica e formação de rede de empreendimentos quilombolas, com o apoio da Seppir e do MTE, por meio do *Projeto Brasil Local*, em parceria com a Cooperativa de Trabalho em Tecnologia, Educação e Gestão (Cooptec) da UFRJ e a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Isso permitiu a identificação de empreendimentos quilombolas distribuídos nas cinco regiões, 11 Estados, 43 Municípios, 105 comunidades, envolvendo recursos na ordem de R\$ 15.400.000,00. Foram ainda contratados 482 agentes de etnodesenvolvimento quilombola.

Em 2011, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA realizou uma chamada pública de Assistência Técnica Rural - ATER Quilombola, como parte do *Plano Brasil Sem Miséria*. As organizações selecionadas deverão atuar em 69 municípios da BA, MA, MG e PE, executando o atendimento individual e coletivo a 5.520 famílias quilombolas. Do total da população beneficiada, a das mulheres deve representar pelo menos 30% e o valor total investido é de R\$ 9.275.780,33. A Seppir e a FCP serão responsáveis pela elaboração dos conteúdos de capacitação dos 65 técnicos rurais a serem envolvidos na iniciativa.

Direitos e cidadania: Em 2011, 21.713 famílias quilombolas foram cadastradas no CadÚnico, representando um aumento de 38,6% em relação ao ano anterior, sendo que 14.306 passaram a ser beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF. A cobertura do Programa neste segmento teve um incremento de 29,4% em relação a 2010.

Infraestrutura e qualidade de vida: A Fundação Nacional de Saúde - Funasa realizou a seleção de comunidades rurais para a construção de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento. Dessas, foram contempladas 12 comunidades quilombolas e mais 19 poderão ser beneficiadas com projetos similares em novo edital a ser lançado em 2012.

No Programa *Água Para Todos*, foi estabelecido o *Plano de Universalização do Acesso à Água para Consumo Humano no Semiárido*, por meio do qual a Funasa pretende atender a 140 comunidades quilombolas até 2013, com sistemas simplificados de abastecimento de água e investimentos estimados em R\$ 35 milhões.

Até o ano de 2011, o Programa *Luz para Todos* efetivou 22.069 ligações em 2.069 comunidades quilombolas, sendo: 4.340 na Região Norte; 7.997 na Região Nordeste; 3.820 na Região Sudeste; 2.347 na Região Centro-Oeste; e 3.565 na Região Sul.

Atuação internacional para Igualdade Racial: O ano de 2011 foi instituído pelas Nações Unidas como *Ano Internacional dos Afrodescendentes*, marcando os 10 anos da Declaração e Programa de Ação aprovados na III Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban (África do Sul). Na ocasião, o governo brasileiro reafirmou a liderança em iniciativas de promoção da igualdade racial.

Nas Nações Unidas, coube à representação brasileira destacar a importância das ações afirmativas em processos de inclusão social, por ocasião da 17ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra (Suíça). Na Reunião de Alto Nível Comemorativa dos Dez Anos da Declaração e Programa de Ação de Durban, o Brasil defendeu a importância do compromisso dos Estados-membros para com o enfrentamento ao racismo e seus impactos nas desigualdades sociais. No âmbito da Organização dos Estados Americanos - OEA, deu continuidade às negociações para a elaboração de uma Convenção Interamericana contra o Racismo.

A partir da proposição da Secretaria Geral Ibero-Americana - Segib, o Governo Federal organizou, em parceria com o Governo da Bahia e agências das Nações Unidas, o *Afro XXI - Encontro Ibero-Americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes*, convergindo iniciativas similares ocorridas no continente ao longo do ano. Em Salvador/BA no mês de novembro, reuniram-se cerca de dois mil ativistas, acadêmicos e representantes governamentais para avaliar os avanços e desafios da promoção da igualdade racial e definir novos compromissos regionais consignados na Carta de Salvador, de iniciativa da sociedade civil, e na Declaração dos Chefes de Estado.

Outra ação relevante foi a participação do Brasil na aprovação da Convenção nº 189/2011 sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos, por ocasião da 100ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho - OIT, realizada em Genebra (Suíça). A aprovação da Convenção tem produzido efeitos importantes no ordenamento jurídico interno, ampliando direitos trabalhistas de cerca de sete milhões de trabalhadores domésticos, categoria formada majoritariamente por mulheres negras.

O Programa de Formação Complementar e Pesquisa em Direitos Humanos, parceria entre a SEPPIR e a Agência Brasileira de Cooperação do MRE - ABC/MRE, contemplou três jovens negros, num total de seis bolsistas beneficiados com estágio de três meses na Missão Permanente do Brasil junto à ONU, em Genebra (Suíça).

Também teve continuidade o projeto *Quilombo das Américas – Articulação de Comunidades Afro-rurais*, por meio do qual a SEPPIR e a ABC/MRE apoiaram os governos e associações quilombolas do Equador e do Panamá na realização de um estudo participativo, concluído em 2011, sobre a situação e características das comunidades nos três países. O objetivo é promover a ampliação do acesso aos direitos econômicos, sociais e culturais e fortalecer redes de cooperação.

O Plano de Ação Conjunto Brasil-Estados Unidos - JAPER, iniciado em 2008, cujo objetivo é promover a cooperação, o entendimento e a troca de informações para a eliminação da discriminação étnico-racial e a promoção da igualdade de oportunidades para todos (inclusive melhores práticas), prosseguiu sob a coordenação da Seppir e do MRE. Em 2011, foram adotados planos de trabalho e encaminhadas ações agregando, do lado brasileiro, os Ministérios da Educação, Saúde e Justiça, com iniciativas também no âmbito do MMA e visando a promoção da igualdade racial no contexto dos eventos esportivos globais.

Política Nacional de Juventude: O ano de 2011 foi marcado pela decisão de ampliação de um dos principais programas da política nacional de juventude, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem. Todas as modalidades foram submetidas a processo de diagnóstico que resultou em ajustes relacionados a pactuação, à melhor adequação às necessidades e interesses dos jovens beneficiários e à consolidação do programa. Dentre as mudanças já formalizadas, destacam-se a transferência da execução do Projovem Urbano da Secretaria-Geral da Presidência da República - SG/PR para o MEC e sua incorporação como programa a ser ofertado no bojo da Educação de Jovens e Adultos, mantendo sua proposta pedagógica diferenciada ao preservar os vínculos com a política nacional de juventude. Nesse ano, a modalidade Projovem Urbano deu continuidade à

formação dos 152.396 jovens que ingressaram no programa em 2010 em 67 cidades.

Outro destaque foi a 2ª Conferência Nacional de Políticas para a Juventude, realizada entre 9 e 12 de dezembro, que contou com a participação de cerca de 3 mil pessoas, das quais 90% eram representantes da sociedade civil. Esse evento foi precedido de amplo processo de participação que envolveu de cerca de 550 mil jovens em todo o País, com a realização de 27 Conferências Estaduais, 1.279 Conferências Municipais, 107 etapas territoriais e 122 Conferências Livres, além da 1ª Conferência Virtual Nacional e da 2ª Consulta aos Povos e Comunidades Tradicionais.

No ano em que ocorreu a transição do Ano Internacional da Juventude (de agosto de 2010 a agosto de 2011) para o Ano Internacional dos Afrodescendentes (de agosto de 2011 a agosto de 2012), capitaneados pela ONU, o Governo Federal, no âmbito do Fórum Direitos e Cidadania, debruçou-se sobre a séria situação dos homicídios contra jovens negros no Brasil. Nessa linha, organizou sua atuação para o enfrentamento à mortalidade de jovens negros como pauta prioritária do governo no âmbito das três principais causas desse quadro: estigmatização do negro; banalização da violência; e desigualdade e baixa mobilidade social.

Também em 2011, foi possível a construção de um programa específico sobre juventude no PPA 2012-2015, denominado "Autonomia e Emancipação da Juventude". O programa prevê metas relacionadas ao aprimoramento das políticas para juventude, com a perspectiva de superação das desigualdades e de ampliação da participação dos jovens na esfera pública. Nessa perspectiva, foram lançados editais de apoio a projetos culturais promovidos por jovens (em parceria com o Ministério da Cultura - MinC e de ações de inclusão digital da juventude rural desenvolvidas por universidades federais (em parceria com o MC).

4.21. TRABALHO

4.21.1. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

O orçamento do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE vincula-se basicamente à função Trabalho, na qual o valor nominal liquidado cresceu R\$ 16,5 bilhões¹, ou seja, 84% no período compreendido entre os anos de 2007 e 2011. Ao longo do período, o gasto tributário (renúncia de receita) cresceu 2,8 vezes, em termos nominais, gasto esse correspondente ao programa Alimentação do Trabalhador, cuja importância vem crescendo ao longo do período.

VALORES LIQUIDADOS E GASTO TRIBUTÁRIO NA FUNÇÃO TRABALHO – 2007/2011

em R\$ milhões

FUNÇÃO TRABALHO	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
OFSS	19.509	21.982	28.630	31.082	35.979	137.181
No Exercício ¹						
RPNP ²	231	191	632	588	299	1.941
Gasto Tributário	4.669	6.185	9.882	11.343	12.999	45.079
Total	24.408	28.359	39.144	43.012	49.277	184.200

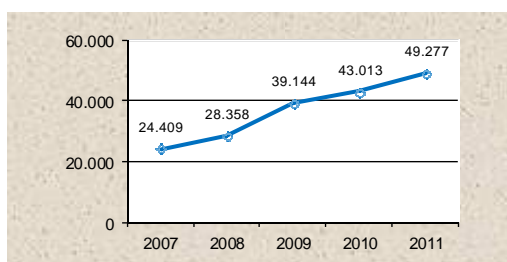
Fonte: Siafi Gerencial - Atualização: 24.01.2012

¹Valores liquidados no ano relativos ao orçamento do próprio exercício.

²Valores liquidados no ano relativos a restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

³Despesa realizada no exercício.

VALORES LIQUIDADOS NA FUNÇÃO TRABALHO – 2007/2011



A subfunção Proteção e Benefícios ao Trabalhador representa, em 2011, 94,31% da execução na função Trabalho; tal concentração se explica pelo fato dessa subfunção agregar os pagamentos do seguro-desemprego e do abono salarial, os quais vêm crescendo ao longo dos anos com a política de valorização do salário mínimo. Observa-se que nesse período o salário mínimo aumentou, em termos nominais, 43,42%, passando de R\$ 380,00 para R\$ 545,00.

A subfunção Proteção e Benefícios ao Trabalhador abriga ações que visam a manutenção de renda, protegendo temporariamente o trabalhador, por desemprego sem justa causa, por resgate de trabalho análogo à escravidão, por interrupção de sua atividade produtiva (caso dos pescadores artesanais), ou ainda pela interrupção da atividade de seu empregador (bolsa qualificação), tendo executado, em 2011, R\$23,8 bilhões na concessão do benefício Seguro-Desemprego² e R\$ 10,4 bilhões em pagamento do Abono Salarial, sendo que essas duas ações, juntas, executaram R\$ 34,2 bilhões em 2011, ou seja, cerca de 99,97% do executado na subfunção.

As despesas com o Seguro-Desemprego cresceram cerca de 24% de 2010 para 2011, em termos nominais, não obstante os esforços do Ministério para a redução do desemprego ficcional, inclusive mediante a implantação do portal MTE Mais Emprego, como se verá adiante, tal crescimento se deve, em parte, à política de elevação do salário mínimo e também à elevada rotatividade no emprego.

De qualquer modo, a questão da sustentabilidade do FAT preocupa, dado o ritmo de crescimento das despesas. De 2007 a 2011 os gastos com a subfunção *Proteção e Benefícios ao Trabalhador* cresceram em média 17,7% ao ano, tendo atingido 33,46% de aumento no exercício de 2009 em relação a 2008.

¹ Compreendendo o liquidado no exercício mais Restos a Pagar não processados.

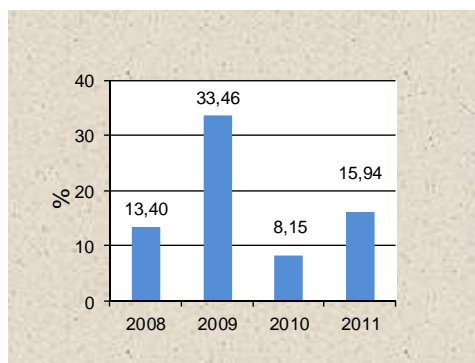
² Totalizando as diversas modalidades de Seguro-Desemprego, quais sejam: Seguro-Desemprego (trabalhador formal), bolsa qualificação, pescador artesanal, trabalhador doméstico e trabalhador resgatado de situação análoga à de escravo.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES – 2011

Subfunção	Execução da Função Trabalho por Subfunções	
	Liquidado	%
Subfunções Típicas	34.416	94,87%
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	34.212	94,31%
Relações de Trabalho	4	0,01%
Empregabilidade	169	0,47%
Fomento ao Trabalho	31	0,09%
Outras Subfunções	1.862	5,13%
Total	36.278	100%

Fonte: Siafi Gerencial - Atualização: 24.01.2012

VARIAÇÃO NOMINAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL NA SUBFUNÇÃO PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR (%) – 2008 A 2011



A subfunção Relações de Trabalho compreende 0,01% do executado na função Trabalho; o montante liquidado em 2011 se reduziu a um quarto do valor liquidado em 2007, passando de R\$ 16 para apenas R\$ 4 milhões. Esta subfunção compreende a ação que realiza a emissão das Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS, agora fornecidas em dois modelos, manual e informatizado. O modelo informatizado já foi implementado em todas as unidades da federação, exceto São Paulo, onde já se iniciaram os mapeamentos físico e lógico para a implantação. Em 2011, cerca de 40% das CTPS emitidas já foram do modelo informatizado.

A subfunção Relação de Trabalho abriga ainda a emissão do Cartão de Identidade do Trabalhador - CIT, que iniciou-se em 2010 restrito ao Distrito Federal, ampliando-se em 2011 para mais 3 unidades da federação, alcançando um total de 76.735 emissões, representando um resultado importante no combate a fraudes e adulterações.

A intermediação de mão-de-obra, compreendida na subfunção Empregabilidade, é realizada hoje em 1.492 postos espalhados pelo País. Como resultado, em 2011 foram colocados e/ou recolocados um

milhão de trabalhadores no mercado de trabalho por intermédio da rede de atendimento do Sistema Nacional de Emprego - Sine. Ainda nessa subfunção, foram capacitados cerca de 34 mil trabalhadores por meio dos convênios contratados no âmbito dos Planos Territoriais de Qualificação - PlanTeQ e 56 mil nos Planos Setoriais de Qualificação - PlanSeQ. A subfunção Empregabilidade executou em 2011 0,47% do total de recursos alocados à função Trabalho, sendo que o montante liquidado nesse ano corresponde a apenas 62,13% do aplicado em 2007.

No que concerne à subfunção Fomento ao Trabalho, houve um crescimento de 72,22% do montante executado em 2011 em relação a 2010; esta subfunção representa 0,09% do total liquidado na função Trabalho. Compreende os esforços realizados pela economia solidária, que em 2011 ganhou destaque ao passar a integrar o Eixo Inclusão Produtiva na Área Urbana do Plano Brasil sem Miséria. Nesta subfunção executam-se ações de apoio aos empreendimentos econômicos solidários, por meio de assistência técnica, assessoramento, acesso a bens e serviços financeiros, de infraestrutura e de organização dos processos produtivo e de comercialização.

O montante executado em outras subfunções representa 6,12% do total gasto na função Trabalho; dentre estas outras subfunções cabe destacar, pela importância, a subfunção Normatização e

Fiscalização, que busca assegurar condições dignas de trabalho, eliminando o trabalho em condições análogas à de escravo e zelando pelo cumprimento de cotas para aprendizes e para pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2007 – 2011

em R\$ milhões

Subfunção	Execução da Função Trabalho por Subfunções						
	Liquidado					Total no período	%
	2007	2008	2009	2010	2011		
Subfunções Típicas	18.331	20.632	27.494	29.737	34.416	130.609	93,88%
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	18.027	20.442	27.283	29.507	34.212	129.471	93,06%
Relações de Trabalho	16	16	11	9	4	56	0,04%
Empregabilidade	272	149	184	203	169	976	0,70%
Fomento ao Trabalho	17	25	17	18	31	107	0,08%
Outras Subfunções	1.408	1.541	1.767	1.933	1.862	8.512	6,12%
Total	19.739	22.173	29.261	31.669	36.278	139.121	100%

Fonte: Siasi Gerencial - Atualização: 24.01.2012

Programas Estruturantes

Foram selecionados para análise cinco programas considerados estruturantes para a função Trabalho: Integração das Políticas de Emprego, Trabalho e Renda; Rede de Proteção ao Trabalho; Erradicação do Trabalho Escravo; Democratização das Relações de Trabalho e Economia Solidária em Desenvolvimento.

Integração das Políticas de Emprego, Trabalho e Renda

O Programa tem como principal objetivo atender ao trabalhador dispensado do sistema produtivo ou com contrato de trabalho suspenso, ou ainda aqueles à procura de postos de trabalho. Visa à consolidação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, por intermédio da execução integrada e articulada

das ações, a fim de elevar o número de trabalhadores colocados no mercado de trabalho via Sine, de reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e de mitigar o custo social do desemprego pela maior abrangência da intermediação do emprego e da assistência financeira ao trabalhador, conforme previsão legal.

Quanto à execução global do Programa, pode-se considerar que seus objetivos foram atingidos, apresentando uma execução financeira de 96,07% até dezembro/2011. Nesta execução pesa o volume de recursos alocados e pagos nas ações de Pagamento do Seguro-Desemprego e de Pagamento do Benefício Abono Salarial.

O Programa tem cinco indicadores, apurados conforme a tabela abaixo:

INDICADORES DO PROGRAMA INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE EMPREGO

Indicador	Índice Apurado		Índice Previsto
	2010	2011	2011
Taxa de Aproveitamento de Vagas	32,37%	36,33%	44,57%
Taxa de Captação de Vagas	18,04%	12,50%	14,83%
Taxa de Cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (Re)Inserção no Mercado de Trabalho Formal	5,84%	4,54%	7,00%
Taxa de Cobertura do Abono Salarial	96,8%	93,82%	97,78%
Taxa de Cobertura do Seguro-Desemprego	78,12%	75,65%	81,92%

Fontes: SIGPlan; Infoger/CSINE/CGER/DES/SPPE/MTE; Caged/MTE; Caixa; RAIS/MTE; Base de Gestão do SD/CGSAP/DES/SPPE/MTE.

Atualização: Todos os índices são parciais; até a data de emissão deste relatório, os números do SINE e do Seguro-Desemprego relativos a 2011 eram parciais e sofrerão alteração, pois a apuração ocorre também nos meses seguintes ao período considerado.

Os três primeiros indicadores são relativos à execução das ações no âmbito do Sine. A Taxa de Aproveitamento de Vagas é calculada pela relação percentual entre o número de trabalhadores colocados e o número de vagas captadas pelo Sine. A Taxa de Captação de Vagas compara as oportunidades de emprego ofertadas ao Sine pelas empresas e as admissões registradas no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged. A Taxa de Cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na inserção e/ou reinserção no Mercado de Trabalho Formal é obtida pela comparação entre o número de trabalhadores colocados e/ou recolocados no mercado de trabalho pelo Sine e os admitidos registrados no Caged; esse indicador depende de um crescimento da capacidade de colocação do Sine.

Nesse sentido, importante ressaltar que os índices acima mencionados, que dependem da atividade principal do Sine, qual seja, o cruzamento entre trabalhador em busca de emprego e vaga de emprego disponível no sistema, apresentaram-se a menor que o projetado para o ano. Tal resultado pode representar reflexo da transição de sistemas ocorrida durante o ano de 2011 na rede de atendimento do Sine. Considerando-se o porte da rede de atendimento, bem como a mudança de cultura dos executores e dos usuários do sistema, que passou a ser via web, pode-se no decorrer da implantação e transição perceber queda nos indicadores de resultado das ações.

Quanto a Taxa de Cobertura do Abono Salarial, esta compara o número de trabalhadores beneficiados com o número de trabalhadores identificados na Relação Anual de Informações Sociais - RAIS como tendo direito ao benefício (considerando-se o ano calendário, que vai de julho de um ano, a junho do ano seguinte). Já a Taxa de Cobertura do Seguro-Desemprego é calculada pela comparação dos beneficiários da modalidade trabalhador formal com a quantidade de demitidos sem justa causa registrados no Caged.

Com o intuito de proteger temporariamente e financeiramente o trabalhador demitido sem justa causa, de janeiro a novembro de 2011 a ação Pagamento do Seguro-Desemprego (modalidade trabalhador formal), beneficiou cerca de seis milhões de trabalhadores formais, refletindo o pagamento de aproximadamente R\$ 22,5 bilhões (dados parciais). Por sua vez, a ação Pagamento do Benefício Abono Salarial pagou em 2011 um total de 19,1 milhões de benefícios, resultando no dispêndio de R\$ 10,4 bilhões.

O Caged constitui-se em importante registro administrativo com a finalidade de acompanhar as admissões e os desligamentos dos trabalhadores com contrato de trabalho em regime celetista, para subsidiar o pagamento do seguro-desemprego e

manter atualizada a base de dados de empregados e desempregados, permitindo, assim, a geração de dados e informações sobre o mercado de trabalho.

Em 2011, verificou-se a criação de 1,945 milhão de empregos formais com carteira assinada, o segundo melhor resultado da série histórica do Caged, mantendo o forte dinamismo do mercado de trabalho registrado nos últimos anos. Soma-se a isso a expectativa da geração de emprego proveniente da RAIS em torno de 300 mil, o que deverá totalizar a geração de 2,2 milhões de postos de trabalho em 2011. Os resultados apontam, contudo, nos últimos meses, alguns sinais de desaceleração em alguns setores de atividade econômica, destacando-se, nesse contexto, o setor da Indústria de Transformação que, em setembro, obteve um desempenho abaixo da média registrada no período de 2003 a 2010. Em contraposição, nesse período, o setor de Serviços continuou evidenciando um comportamento bastante favorável, ao responder por uma geração de empregos acima da média do período.

Nos anos de 2003 a 2011, tomando como referência os dados da RAIS (celetistas e servidores públicos federais, estaduais e municipais) até 2010, somados ao saldo acumulado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged em 2011, foi computado um incremento de 17,3 milhões de empregos formais. A RAIS processa informações sociais relativas aos vínculos empregatícios formais, visando identificar os beneficiários do Abono Salarial, bem como gerar estatísticas sobre o mercado de trabalho formal, a serem utilizadas na elaboração e implementação de políticas públicas de trabalho, emprego e renda. A RAIS 2010 registrou 66,7 milhões de vínculos empregatícios declarados por 7,6 milhões de estabelecimentos, sendo que 44,1 milhões continham vínculos empregatícios ativos, registrando um aumento de 6,94% no que se refere ao declarado no ano de 2009. Esse resultado equivaleu ao acréscimo de 2,86 milhões de postos de trabalho formais no ano de 2010, o melhor resultado da RAIS desde 1985, início da série histórica.

A ação Identificação da População por Meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS é de grande valia para o trabalhador, pois a CTPS retrata a vida profissional e garante acesso a vários benefícios oferecidos pelo Governo Federal. Atualmente são emitidos dois modelos: manual e informatizado. O modelo informatizado, lançado em 2008, contém código de barras com o número do PIS/PASEP além de propiciar maior segurança, por ser emitida via sistema informatizado. Esse modelo já está implementado em 26 Unidades da Federação, faltando somente o Estado de São Paulo, cuja implantação iniciou-se em novembro de 2011, com o mapeamento da estrutura física e lógica das unidades do MTE; na capital do estado já

estão sendo emitidas CTPS informatizadas. Entre janeiro e dezembro de 2011, dados preliminares indicam que foram emitidas 6,65 milhões de CTPS, sendo 2,75 milhões do modelo informatizado e 3,89 milhões do modelo manual.

Outro avanço obtido pelo Ministério diz respeito ao Cartão de Identidade do Trabalhador - CIT, que na forma de cartão magnético, passa a integrar a CTPS informatizada, e tem como objetivos modernizar, agregar fatores de segurança, combater fraudes e adulterações e viabilizar a disponibilização de novos serviços ao cidadão. Por meio desse cartão, o Governo Federal poderá atualizar informações dos trabalhadores com mais agilidade, para aperfeiçoar a sistemática de pagamento de benefícios, gerando economia de recursos. A iniciativa já está em execução nos Estados do Rio de Janeiro, Ceará, Alagoas e Distrito Federal, sendo que em 2011 foram emitidos 93.522 cartões.

Importante ação na função Trabalho é a Intermediação de Mão de Obra, a qual tem como finalidade realizar a intermediação de mão-de-obra de trabalhadores para sua (re)colocação no mercado de trabalho, como forma de reduzir o tempo de desemprego ou diminuir o desemprego friccional, permitindo, assim, um funcionamento mais eficiente do mercado de trabalho. No ano de 2011, foram (re) colocados no mercado de trabalho, pelo Sistema Nacional de Emprego, aproximadamente um milhão de trabalhadores (dado preliminar), por meio da rede de atendimento que atualmente conta com aproximadamente 1.500 postos em todo o País. Para a execução da ação e manutenção da rede, o MTE celebra convênios com Estados, DF, Municípios com mais de 200 mil habitantes e entidades privadas sem fins lucrativos, os quais são responsáveis pela gestão local dos postos e execução do recurso transferido via convênio.

Considerando-se a execução do PPA 2008-2001, vale mencionar algumas iniciativas deste Ministério no tocante à melhoria da política pública de trabalho e emprego. No que se refere a estudos, avaliação e monitoramento das ações, relevante mencionar iniciativas implementadas pelo MTE que visam a melhoria da execução das ações do Programa do Seguro-Desemprego (PSD) como intermediação de mão de obra, qualificação social e profissional e a habilitação ao seguro-desemprego e a concessão desse benefício. Importante passo nessa linha foi a realização da avaliação externa do programa, realizada pela Universidade de Brasília (UnB) entre os anos de 2008 e 2010, a qual foi realizada junto aos executores da ação, trabalhadores e empregadores, no âmbito do Sine, trazendo importantes conclusões sobre a implementação dessa política pública. Tal avaliação tem servido, inclusive para continuidade das atividades de avaliação e monitoramento, por meio de série histórica que se pretende continuar por meio da construção e implementação de um Sistema de

Monitoramento e Avaliação (SMA) da rede de atendimento do Programa do Seguro-Desemprego, em especial as ações de intermediação de mão de obra, pagamento do seguro-desemprego e emissão da CTPS. Além da continuidade da avaliação do PSD, a expectativa é que essa parceria possibilite o aprimoramento das políticas públicas de emprego, trabalho e renda e o incremento na qualidade dos serviços oferecidos aos usuários do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Atualmente, o projeto está em fase de construção e teste dos instrumentos de avaliação e monitoramento nos Estados do Ceará e Rio de Janeiro.

Ainda no tocante a estudos e busca de melhoria das ações, ressalte-se a realização do estudo feito em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID junto a executores das ações no âmbito do Sine, o qual resultou no livro Boas Práticas dos Serviços Públicos de Emprego no Brasil.

Destaque-se a implantação do sistema MTE Mais Emprego, o mais recente aplicativo do MTE desenvolvido para executar, dentre outras ações, a habilitação ao seguro-desemprego e concessão do benefício de forma integrada com a intermediação e a qualificação social e profissional. A grande inovação desse sistema é abrir a possibilidade de o trabalhador procurar uma vaga de emprego no Sine pela internet, e de a empresa ofertar uma vaga de trabalho, bem como buscar por trabalhador cujo perfil profissional atenda aos requisitos da vaga também via internet.

Além da possibilidade da intermediação de mão de obra, via web, também com a implantação do Portal MTE Mais Emprego, que promove a integração do benefício com a intermediação de mão de obra no âmbito do Sine e os programas de qualificação social e profissional, espera-se redução do chamado desemprego friccional, causado pelo desencontro de informações entre ofertantes e demandantes de emprego. Quando o trabalhador requer o benefício, seu cadastro passa, automaticamente, a integrar o banco de dados da intermediação de mão de obra, independentemente de ter efetuado o requerimento em uma agência do MTE, da Caixa ou do próprio Sine. O novo portal monitora a existência de vagas de emprego ofertadas ao Sine que sejam compatíveis com o perfil do requerente. Caso este recuse o encaminhamento à vaga sem devida justificativa, seu seguro-desemprego é suspenso.

Com esta inovação na execução das ações do Sine, o Governo Federal dá um importante passo na melhoria da política pública de emprego, contribuindo para a sustentabilidade do emprego, uma vez que procura mitigar o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades, contribuindo, portanto para a manutenção do trabalhador no mercado de trabalho. Ademais, representa também sustentabilidade para

a própria política pública, uma vez que os gastos com o benefício do Seguro-Desemprego tem sido crescentes, e, com a implantação do novo sistema, tem-se melhores resultados de recolocação do trabalhador no mercado, o que significa menos trabalhadores recebendo o benefício.

Rede de Proteção ao Trabalho

O Programa é um dos instrumentos por meio dos quais o MTE verifica o cumprimento da legislação trabalhista, por intermédio da fiscalização do trabalho, contribuindo para articular crescimento econômico e desenvolvimento humano. Ao incluir trabalhadores no mercado de trabalho formal e sanear irregularidades trabalhistas, o MTE expressa

que, além de fomentar a geração de postos de trabalho, zela pela qualidade dos empregos criados, garantindo, desta forma, o chamado trabalho decente.

O Programa reitera, assim, o compromisso do Governo Federal perante a Organização Internacional do Trabalho - OIT, garantindo aos trabalhadores brasileiros emprego seguro, saudável, digno, que respeite os seus direitos trabalhistas e previdenciários, além de lhes garantir proteção social quando não houver possibilidades de exercer o trabalho (situações de acidente do trabalho, tratamento de saúde, desemprego, entre outras) e lhes assegurar renda para a aposentadoria.

INDICADOR DO PROGRAMA REDE DE PROTEÇÃO AO TRABALHO

Indicador	Índice Apurado		Índice Previsto
	2010	2011	2011
Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados	77,66%	74,10%	76,00%

Indicador	Índice Apurado		Índice Previsto
	2010	2011	2011
Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados	77,66%	74,10%	76,00%

Fonte: SFIT/SIT/MTE

O Programa possui apenas um indicador inscrito no Plano Plurianual, a Taxa de Regularização dos Estabelecimentos Fiscalizados. Consiste na relação percentual entre o número de itens da legislação trabalhista regularizados sob ação da inspeção do trabalho e o número de itens da legislação trabalhista encontrados na mesma ação fiscal em situação irregular, ensejando a lavratura de autos de infração e/ou de regularização. Em 2011, último ano de vigência do PPA 2008-2011, o índice apurado foi 74,10%. Cumpre ressaltar que com o advento da Lei nº. 11.890, de 24 de dezembro de 2008, o foco da fiscalização trabalhista passou a ser empresas de médio e grande porte com indícios de irregularidades trabalhistas. O índice desse indicador sofreu retração em 2010 e 2011, quando comparado aos dois anos anteriores, mantendo-se estável durante todo o ano de 2011, em torno dos 74%. A ação Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e da Arrecadação do FGTS concentra a maior parte dos recursos alocados. No âmbito da ação foram realizadas fiscalizações que resultaram na inserção de 419.458 trabalhadores no mercado de trabalho. Trata-se de contingente de trabalhadores encontrados pela fiscalização laborando sem carteira assinada e que, após a ação fiscal, tiveram seus vínculos de emprego formalizados. A auditoria trabalhista empreende esforços para coibir a inadimplência e a sonegação ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), contribuindo para ampliar a arrecadação ao fundo.

Em 2011, o MTE inspecionou o recolhimento ao FGTS em 162,4 mil empresas. As fiscalizações resultaram em R\$ 1,6 bilhões em valores notificados e recolhidos sob ação fiscal. O número de notificações de débito emitidas foi de 16,2 mil considerando o mesmo período. A ação se consolida como uma das principais ferramentas de proteção do patrimônio do trabalhador.

A ação Fiscalização do Trabalho no Campo consiste na execução de ações fiscais específicas para o meio rural, dirigidas prioritariamente à proteção de trabalhadores safristas, sincronizadas com o cronograma e a sazonalidade da produção agrícola, com a finalidade de verificar o cumprimento, por parte dos empregadores rurais, dos direitos trabalhistas: registro do trabalhador, jornada de trabalho, descansos, salários e conexos. As fiscalizações resultaram na formalização do vínculo de emprego de cerca de 61 mil trabalhadores rurais em 2011, reduzindo a informalidade no setor, que historicamente apresenta os índices mais elevados de trabalhadores laborando sem carteira de trabalho e previdência social assinada.

Somando-se os resultados alcançados nas duas ações descritas nos parágrafos anteriores, a fiscalização do trabalho formalizou 2,3 milhões de contratos de trabalho no período de vigência do PPA 2008-2011.

Duas outras ações merecem destaque no âmbito do programa Rede de Proteção ao Trabalho, quais sejam: Inserção de Aprendizizes no Mercado de Trabalho e Inserção de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho. Em ambas, a fiscalização trabalhista age no intuito de exigir dos empregadores o cumprimento das cotas legais. O ano de 2011 registrou a inserção recorde, mediante ação fiscal, nos dois casos. Foram inseridos no mercado de trabalho 118,2 mil jovens aprendizizes e 34,4 mil pessoas com deficiência; já no acumulado do PPA 2008-2011, foram 330,6 mil e 115,4 mil, respectivamente.

Erradicação do Trabalho Escravo

A erradicação do trabalho escravo é um dos temas centrais das agendas de promoção dos direitos humanos e do trabalho decente. O MTE exerce importante papel no combate a esse crime, tipificado no artigo 149 do Código Penal Brasileiro, ao

coordenar o programa Erradicação do Trabalho Escravo, que aloca recursos do orçamento federal para ações de repressão ao crime e reinserção social das vítimas. A repressão se concretiza por ações fiscais realizadas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel - GEFM, assim como pelos grupos de fiscalização rural existentes nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego - SRTE. As ações fiscais têm como finalidade precípua retirar da propriedade fiscalizada os trabalhadores encontrados em condições análogas à de escravo. Neste ano, foram realizadas 158 ações fiscais, com 320 estabelecimentos fiscalizados. O indicador do Programa, Número de Trabalhadores Libertados, registra o resgate, em 2011, de 2,3 mil trabalhadores. No mesmo período, foi pago aos trabalhadores um montante de R\$ 5,44 milhões, a título de verbas rescisórias. O total de trabalhadores resgatados no período de vigência do PPA 2008-2011 foi de 13,7 mil.

INDICADOR DO PROGRAMA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Indicador	Índice Apurado		Índice Previsto
	2010	2011	2011
Número de Trabalhadores Libertados	2.617	2.271	2.800

Fonte: Relatórios de fiscalização do GEFM e dos grupos de fiscalização rural das SRTE.

A metodologia de fiscalização adotada pelo MTE prevê a obrigatoriedade do Projeto Rural em cada uma das 27 SRTE; a presença permanente desse grupo de inspeção do trabalho contribui para inibir a prática de exploração de trabalhadores em condições análogas à de escravo na zona rural. Em 2011, um total de 60,7 mil trabalhadores rurais foram registrados sob ação fiscal.

A ação Pagamento do Seguro-Desemprego ao Trabalhador Resgatado de Condição Análoga à de Escravo é um dos principais instrumentos de reinserção social das vítimas. Previsto no II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, o benefício proporciona ao trabalhador resgatado o pagamento de três parcelas no valor de um salário mínimo cada. Do total de trabalhadores resgatados, 1,5 mil trabalhadores se tornaram segurados em 2011, o que representa 66% do total de trabalhadores resgatados no período. Importa ressaltar que o pagamento do seguro-desemprego dificilmente compreenderá a totalidade dos resgatados por haver trabalhadores com direito a outros benefícios, ou que não atendem aos requisitos da lei ou, ainda, que encontram uma nova ocupação.

Outra medida que favorece a reinserção social dos trabalhadores resgatados é a inclusão prioritária desse segmento no programa Bolsa Família. A ação é fruto de um acordo de cooperação técnica com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), firmado em 2005. Desde o início da

parceria, em 2005, foram beneficiados pelo programa Bolsa Família um total de 6,2 mil trabalhadores resgatados.

Na linha da repressão econômica, um dos eixos do II Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, o MTE e o Ministério da Justiça mantiveram ativo o *Cadastro de Empregadores* flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à de escravo (Portaria Interministerial nº. 02/2011). A inclusão do empregador no cadastro gera implicações econômicas ao infrator, que tem o acesso ao crédito rural vedado, nos termos da Resolução nº. 3.876, de 2010, do Conselho Monetário Nacional. Em sua última atualização, em dezembro de 2011, constam no aludido cadastro 294 nomes de pessoas físicas e jurídicas.

O projeto Marco Zero de Intermediação de Mão-de-Obra Rural é mais uma iniciativa do MTE, em parceria com os governos de Minas Gerais, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Piauí. Também identificado no II Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, o projeto tem por escopo a intermediação de mão de obra rural, eliminando a figura do "gato", figura fomentadora do trabalho degradante.

Democratização das Relações de Trabalho

Democratização das Relações de Trabalho é um programa do Ministério do Trabalho e Emprego que visa promover a modernização do sistema brasileiro

de relações de trabalho, por meio do diálogo e da negociação tripartite entre trabalhadores, governo e empregadores. Seu objetivo é promover as mudanças necessárias para oferecer condições de trabalho mais igualitárias, seguras e saudáveis, em consonância com o crescimento econômico, independente de mudanças legislativas ou ações impositivas do Estado.

Este processo passa pelo fortalecimento da organização sindical, que envolve a capacitação dos atores sociais, a mediação de conflitos, um sistema acessível e transparente sobre as relações de trabalho no País e o próprio diálogo com o governo, empregadores e outros representantes da sociedade civil.

Tendo em vista o momento atual, em que se busca o crescimento econômico pautado na sustentabilidade e ainda a erradicação da miséria, no ano de 2011 o MTE atuou fortemente na prevenção de conflitos existentes em grandes obras, relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

Muitas dessas obras concentram aspectos que potencializam conflitos, tais como grande número de trabalhadores, afastados de seu estado de origem, em condições de risco à saúde e à segurança, e laborando correntemente acima da jornada de 44 horas semanais.

Essas ações partiram da concepção de mediação proativa, diretamente ou por meio das unidades descentralizadas que, a partir da identificação de potenciais conflitos, colocam-se à disposição para a mediação das relações entre trabalhadores e empregadores na busca de resultados consensuais entre as partes. A vantagem da mediação é que seus resultados têm maior efetividade, uma vez que foram construídos em conjunto entre as partes interessadas. Com isso, foram alcançados acordos significativos em obras como o Porto de Itaipu, as usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, o Porto de Suape e o Estádio do Maracanã.

O Programa tem um indicador de eficiência, a Taxa de Resolução de Conflitos; esta taxa verifica o percentual de mediações que resultaram em acordo em relação ao total de mediações realizadas. Outro indicador utilizado é a Taxa de Eficácia das Mediações, que representa o percentual de trabalhadores alcançados pelas mediações com acordo, em relação ao total de mediações realizadas. Em 2011, foram realizadas 10.556 mediações coletivas, com acordo em 81,93% delas (taxa de resolução de conflitos), beneficiando, diretamente, 12 milhões de trabalhadores.

No ano de 2011 ocorreram recordes históricos, tanto nos indicadores do programa Democratização das Relações de Trabalho, como no total de pessoas capacitadas na área de relações do trabalho.

Indicadores do Programa Democratização das Relações de Trabalho

Indicador	Índice Apurado		Índice Previsto
	2010	2011	2011
Taxa de Eficácia das Mediações	76,54%	92,47%	70,69%
Taxa de Resolução de Conflitos	74,67%	81,93	75,00%

Fonte: Divisão de Estatísticas/CGRT/SRT/MTE

A capacitação na área de relações do trabalho dá-se por meio de cursos, palestras, seminários e outras ações voltadas para a instrumentalização de servidores e sociedade em geral, especialmente as representações sindicais, de conhecimentos acerca do mundo do trabalho que venham a auxiliar na evolução da organização sindical, das negociações coletivas e das relações do trabalho em geral.

O número de capacitados alcançou o maior resultado do quadriênio – 25,3 mil pessoas - valor que representa duas vezes e meia o resultado alcançado no primeiro ano do PPA 2008/2011 e vinte vezes o resultado no ano de 2007 (1,3 mil capacitados). Os resultados passaram a ter grande crescimento a partir da descentralização da ação de capacitação às unidades descentralizadas, potencializando os resultados alcançados anteriormente diretamente pelo MTE.

O recorde alcançado se deve ainda às ações de implantação do sistema Homolognet, que realiza os cálculos e emite o termo de rescisão do contrato de trabalho que, de maneira transitória, funciona juntamente com outros sistemas privados de rescisão contratual. Foram submetidas 1,8 mil rescisões de contrato de trabalho geradas pelo Homolognet à assistência nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, tendo como resultado: 44 não homologadas; 1,5 mil homologadas sem ressalvas; 275 homologadas com ressalvas; e dez em que a empresa se comprometeu em retificar a rescisão.

O Sistema Integrado de Relações do Trabalho é o maior banco de dados existente no País, compreendendo informações sobre a organização sindical - Cadastro Nacional de Entidades Sindicais (CNES), as negociações coletivas no setor privado (sistema Mediador), o mercado de trabalho temporário - Sistema de Registro de Empresas de

Trabalho Temporário (Sirett) e as assistências e homologações da rescisão do contrato de trabalho - sistema Homolognet.

Uma ação voltada para a sustentabilidade foi a implantação da certificação digital no CNES. A partir dela, será possível o encaminhamento eletrônico de documentos para os processos sindicais, trazendo transparência, economicidade e práticas verdes na Administração Pública.

Por fim, o Conselho de Relações do Trabalho - CRT, tripartite e paritário, criado por meio da Portaria nº 2.092/ 2010, tornou-se um espaço de discussão e proposição de políticas, normativos e procedimentos relacionados às competências do MTE, permitindo a integração entre trabalhadores, empregadores e governo nas mudanças necessárias ao sistema trabalhista atual. Importantes discussões, tais como sobre a representatividade da organização sindical, atos antissindicais, inclusão social e outras vêm sendo travadas no CRT, suas câmaras bipartites e grupos de trabalho, na busca de consenso, aproximando o governo da sociedade, trazendo ganhos a todos. No ano de 2011 foram instaladas as três câmaras bipartites do CRT (governo-trabalhadores, governo-empregadores e governo-empregadores públicos) e foram encaminhados para discussões específicas em grupos de trabalho os assuntos de inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência e aprendizes.

Economia Solidária em Desenvolvimento

Em 2011 a realização do programa Economia Solidária em Desenvolvimento prosseguiu durante o primeiro semestre, mas no segundo ela foi inserida no esforço nacional de erradicação da pobreza extrema. Em função desta mudança, as ações do Programa foram devidamente ampliadas para atender as novas metas decorrentes de seu papel como integrante do Eixo Inclusão Produtiva na Área Urbana do Plano Brasil sem Miséria e passaram a ser executadas em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Para alcançar maior efetividade na execução das ações, foi adotada a estratégia de implantação integrada das ações, por serem iniciativas articuladas e complementares de apoio a empreendimentos econômicos solidários, visando provê-los de acesso a serviços financeiros, de comercialização, assistência técnica, formação profissional, social e política mediante incubação.

Para cumprir o duplo objetivo de erradicar a extrema pobreza e fomentar a economia solidária, foram lançados dois editais públicos de seleção de propostas de Estados e Municípios para apoiar a criação ou fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável tendo em vista superar a miséria. O edital para os

estados resultou na aprovação de 19 propostas apresentadas e na celebração de 15 convênios em 2011, tendo como meta conjunta beneficiar diretamente 17 mil pessoas. Os quatro estados restantes que tiveram suas propostas aprovadas deverão ser conveniados a partir de janeiro de 2012.

O edital para Municípios resultou na aprovação de 42 propostas e na celebração de 7 convênios em 2011, tendo como meta conjunta beneficiar diretamente 7,4 mil pessoas em situação de extrema pobreza. Os 35 Municípios restantes que tiveram suas propostas aprovadas deverão ser conveniados a partir de janeiro de 2012.

Uma ação que atende plenamente os objetivos de erradicação da miséria e a promoção da economia solidária é o fomento de cooperativas e redes de cooperação de catadores e recicladores de resíduos sólidos por meio de formação, incubação, assistência técnica e infraestrutura de apoio. Foi lançado um edital para seleção de projetos de organização em cooperativas de catadores que ainda trabalham isoladamente nos lixões e nas ruas, para que possam se beneficiar das políticas de erradicação da miséria e de promoção da economia solidária. O número de projetos aprovados foi de 31 e destes 11 foram conveniados ainda em 2011, beneficiando 6,8 mil catadores.

Em 2011, teve continuidade o mapeamento da economia solidária no País, foram concluídos o levantamento em 14 estados e a inclusão no Sistema de Informações de Economia Solidária (SIES) de 10 mil empreendimentos econômicos solidários, o que representa um incremento de aproximadamente 23% da base de informações existente relativa a estas unidades da federação.

Na ação de formação em economia solidária foram consolidados os cinco Centros Regionais de Formação em Economia Solidária (CFES) e o Centro Nacional (CNFES). Igualmente foi ofertado Curso Nacional de Pós-Graduação em Economia Solidária para 400 gestores de políticas públicas de economia solidária, organizados em 10 turmas regionalizadas.

O Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares - Proninc apoiou 77 Incubadoras de Cooperativas Populares, que constituem programas de extensão de Universidades e Institutos Federais de Educação Tecnológica - IFET, contando com recursos disponibilizados pelo MTE, Ministério da Educação e Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia. Por meio das incubadoras o Proninc apoiou a formação e assessorou cerca de 770 empreendimentos de economia solidária, com uma média de cerca de 10 empreendimentos por incubadora, beneficiando diretamente mais de 25 mil associados dos referidos empreendimentos.

Em parceria com o Ministério da Justiça, no âmbito do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, o MTE incrementou a ação de Fomento às Finanças Solidárias em Territórios de Paz. Em 2011 deu apoio à formação de 12 novos bancos comunitários, seis na Região Amazônica, além de apoiar a contratação de agentes de crédito e a capacitação dos gestores para os bancos comunitários criados e os 51 já existentes. Apoiou, também, o Programa Elas, destinado à capacitação para a economia solidária de mulheres beneficiárias do programa Bolsa Família que trabalham isoladamente, beneficiando cerca de 1,5 mil mulheres.

A ação de Fomento às Finanças Solidárias também apóia Fundos Rotativos Solidários em cooperação com o Banco do Nordeste e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Uma das ações apoiadas é o Mapeamento Nacional dos Fundos Solidários que ainda não se completou, mas até o fim de 2011 registrou 900 Fundos, dos quais 370 no Nordeste e 90 no Distrito Federal. O apoio aos Fundos pelo MDS provém da venda de mercadorias contrabandeadas apreendidas pela polícia e entregues àquele Ministério, visando beneficiar as famílias extremamente pobres participantes do programa Bolsa Família.

Por meio da ação de organização da comercialização de produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários, o MTE apóia a realização de feiras de economia solidária em todo território nacional, desde a feira internacional realizada anualmente em Santa Maria (RS) até feiras nos Territórios da Cidadania e em centros urbanos.

O Programa apóia a prestação de assistência técnica e promove a formação em comércio justo de 140 empreendimentos para que possam atuar no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário. O total de empreendimentos beneficiados pela ação de *Comercialização* em 2011 foi de 1,8 mil.

Além disso, em 2011 foi celebrado um acordo de cooperação entre o MTE, MDS e MDA com a Associação Brasileira de Supermercados para incrementar a venda de produtos da economia solidária no contexto do Plano Brasil sem Miséria.

4.22. TRANSPORTE

4.22.1. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

O Ministério dos Transportes tem obrigações constitucionais federativas, em sua responsabilidade de planejar e organizar uma infraestrutura básica de transportes eficiente e eficaz, capaz de estruturar com justiça e equidade o desenvolvimento social e econômico do País. Tem como premissa básica respeitar a vocação natural das regiões geográficas onde são realizadas as ações, de modo a controlar e compensar os impactos ambientais, favorecer o crescimento econômico e social, promovendo o desenvolvimento sustentável.

As intervenções nos sistemas aquaviário, ferroviário e rodoviário visam promover a articulação das políticas de transportes previstas no Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT, plano multimodal, de caráter nacional e federativo, que busca o aperfeiçoamento da matriz de transportes e incentiva o uso dos modais de menor custo logístico, sobretudo os que podem apresentar maior rendimento energético e menor impacto ambiental como o aquaviário e o ferroviário.

Na área de infraestrutura rodoviária, tanto na construção de novas rodovias quanto na manutenção das existentes, foram priorizadas condições adequadas de trafegabilidade, proporcionando a redução dos custos de transporte e maior segurança e conforto aos usuários.

Com relação ao modal ferroviário, deu-se ênfase à ampliação da malha ferroviária de bitola larga, bem

como a eliminação de pontos críticos decorrentes das interferências com os aglomerados urbanos que limitam as possibilidades de expansão do modal.

No modal hidroviário, foi priorizada a manutenção de hidrovias garantindo uma navegação segura, evitando encalhes e abalroamentos, melhorando o calado e minimizando os riscos ambientais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

O fomento à modernização, renovação e ampliação da frota naval brasileira, além de contribuir para a geração de emprego e renda, com criação de três mil postos de trabalho, é fundamental para o aumento da competitividade sistêmica da economia, por meio da redução de custos logísticos.

Na área de normatização e fiscalização, as agências reguladoras buscaram o fortalecimento da sua capacidade fiscal e regulatória, aprimorando o desenvolvimento de estudos e pesquisas, de forma a fornecer os subsídios técnicos necessários à sua área de atuação. Merece destaque, em 2011, o início da elaboração do Planejamento Estratégico pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – Antaq, no ciclo 2011 – 2015 e a continuidade dos programas estruturantes do Planejamento Estratégico da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no ciclo 2009 – 2012.

(***) VALORES LIQUIDADOS NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2007/2011

em R\$ milhões

SUBFUNÇÕES	VALORES LIQUIDADOS (*) NAS SUBFUNÇÕES 2007/2011					
	2007	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Transporte Rodoviário	5.044,8	5.381,1	7.941,2	11.069,1	10.358,5	39.794,6
Transporte Ferroviário	519,2	918,6	998,4	2.544,6	1.770,8	6.751,6
Transporte Aquaviário	364,9	416,6	665,4	347,4	387,1	2.181,4
Promoção Industrial (Marinha Mercante)	1.099,3	1.320,4	2.344,8	2.579,9	2.662,5	10.006,9
Outras Subfunções Típicas (**)	997,3	1.073,5	1.336,2	1.643,0	1.635,9	6.685,9
TOTAL DA FUNÇÃO TRANSPORTE	8.025,5	9.110,3	13.286,0	18.184,0	16.814,8	65.420,4

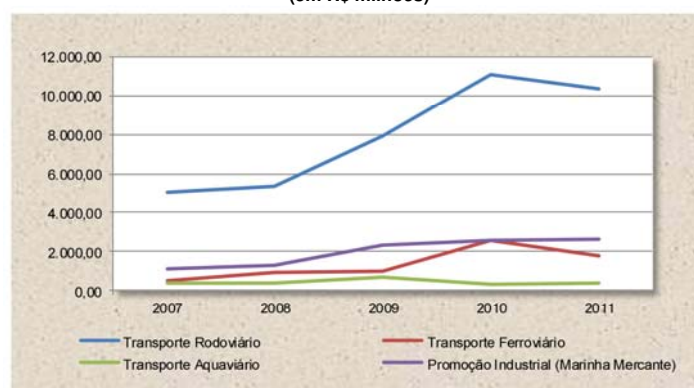
Fonte: Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – 18/01/2012

(*) Valores liquidados referentes ao orçamento do próprio exercício e aos restos a pagar não processados liquidados no decorrer de cada ano.

(**) Valores referentes às subfunções: Planejamento e Orçamento, Administração Geral, Normatização e Fiscalização, Tecnologia da Informação, Formação de Recursos Humanos, Administração de Concessões, Comunicação Social, Atenção Básica, Alimentação e Nutrição, Proteção e Benefícios ao Trabalhador, Educação Infantil, Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico, Controle Ambiental, Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia, Promoção Industrial, Serviços Financeiros, e outros encargos especiais.

(***) Valores referentes a todos os grupos de despesa (Pessoal e Encargos Sociais (Ativos), Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras)

VALORES LIQUIDADOS (*) NAS SUBFUNÇÕES TÍPICAS 2007/2011
(em R\$ milhões)



Analisando os dados do gráfico anterior, relativamente à subfunção Transporte Rodoviário, pode-se observar um acréscimo contínuo na execução orçamentária, entre 2007 e 2010. Em 2011, todavia, houve um pequeno decréscimo de 6,4% em relação a 2010, que se pode atribuir à revisão de projetos, buscando alternativas tecnológicas que permitam redução de custos e de prazos de execução.

Com relação à subfunção Transporte Ferroviário, também se observou um crescimento contínuo no período 2007 – 2009 e um salto significativo de 2009 para 2010, quando foi concluído o Tramo Norte e parte do Tramo Central da Ferrovia Norte-Sul – FNS. Em 2011, entretanto, houve um decréscimo de 30,4% na execução orçamentária, em relação a 2010, que se pode explicar pelo fato dos projetos atualmente em execução estarem em sua fase inicial (Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul e Ferrovia de Integração Oeste-Leste – FIOL).

A execução orçamentária na subfunção Transporte Aquaviário teve um relevante aumento nos anos de 2008 e 2009 em decorrência das obras das eclusas de Tucuruí e construção de terminais hidroviários na região amazônica. Em 2011, houve um acréscimo de 11,4% em relação a 2010, em virtude da priorização da manutenção dos corredores hidroviários.

Relativamente à subfunção Promoção Industrial (Marinha Mercante), observou-se no período 2007–2011 um crescimento contínuo na execução orçamentária devido ao aumento da demanda para modernização, ampliação e construção de novos estaleiros, bem como a construção de novas embarcações, permitindo a renovação e ampliação da frota naval brasileira.

Como se pode observar, os valores da função Transporte demonstram um crescimento consistente no período de 2007 a 2010, estabelecendo um novo patamar de desempenho ministerial. Em 2011,

houve um decréscimo de 7,5% em relação ao ano de 2010, justificado pelo fato de terem ocorrido pagamentos no montante de R\$ 1,2 bilhão relativos a despesas liquidadas e não pagas no exercício de 2010.

Transporte Rodoviário

Ciente da representatividade do modal rodoviário para a matriz de transportes brasileiro, o Ministério dos Transportes investe de maneira consistente na recuperação e manutenção da malha rodoviária federal, na segurança e conforto dos usuários de infraestrutura de transporte e na expansão e ampliação de capacidade de relevantes corredores de escoamento de produção.

Com o intuito de manter as condições de trafegabilidade, segurança e conforto, foram executados 29.300 km de conservação tradicional, 4.100 km de restauração tradicional, 19.410 km pelo Programa de Contratos de Restauração e Manutenção por Resultados – Crema (1ª e 2ª Etapas) e 800 km com o Programa Integrado de Revitalização – PIR-IV. Foram também sinalizados 14.668,7 km de rodovias pelo Programa de Sinalização Rodoviária – Prosinal. Ainda no campo da segurança viária, foram implantados 126 km de defensas metálicas por meio do Programa de Defensas Metálicas nas Rodovias Federais – Prodefensas, instalados 337 equipamentos (barreiras eletrônicas e radares fixos) por meio do Programa de Controle de Velocidade e 72 postos de pesagem.

Foram aplicados, no ano de 2011, R\$ 4,3 bilhões em manutenção rodoviária, R\$ 8,3 milhões em controle de velocidade e R\$ 82,4 milhões em postos de pesagem.

As ações de adequação e construção de rodovias são estratégicas para o escoamento da produção, a ampliação da fronteira agrícola, a integração nacional e a interligação com os países da América

do Sul. Para tanto, foram executados 267,9 km de adequação e 759,1 km de construção rodoviária, com investimento de R\$ 2,5 bilhões e R\$ 5,6 bilhões, respectivamente.

Cabe ainda observar, na visão federativa das ações do Ministério dos Transportes, o apoio financeiro ao Estado de São Paulo nas obras do rodoanel como via de acesso ao porto de Santos.

Transporte Ferroviário

O Ministério dos Transportes deu continuidade à ampliação da malha ferroviária, por meio da construção, revitalização, recuperação e eliminação de pontos críticos de ferrovias estruturantes. Destacam-se as construções da Ferrovia Norte-Sul – FNS, Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL, Nova Transnordestina, Ferronorte, contornos ferroviários e terminais intermodais, onde se busca proporcionar a diminuição do índice de acidentes, a redução de custos no transporte de cargas com geração de empregos e a promoção do desenvolvimento sustentável.

O Programa Nacional de Segurança Ferroviária – Prosefer identificou em áreas urbanas os principais pontos críticos da malha, possibilitando o planejamento das futuras ações de melhoria. No total de 14.948 km selecionados, foram detectados 17 pontos críticos nas seguintes regiões: sete no Sudeste, seis no Sul, um no Centro Oeste e três no Nordeste.

Os setores mais beneficiados pela dinamização do transporte ferroviário são os de mineração e agrícola, que passaram a contar com uma opção de transporte de maior eficiência e menor custo para o deslocamento das riquezas produzidas, quer para o mercado interno, quer para a exportação. Uma das modalidades que já se beneficia é o de transporte de cargas gerais por meio de contêineres, visto que estes novos eixos ferroviários interligam pólos de produção a pólos de consumo e a portos.

Foi investido, no ano de 2011, R\$ 1,8 bilhão nas diversas intervenções afetas ao modal ferroviário.

Cabe ainda observar, na visão federativa das ações do Ministério dos Transportes, o apoio financeiro ao Estado de São Paulo nas obras do Ferroanel como via de acesso ao porto de Santos.

Com relação ao transporte ferroviário de passageiros, destaca-se o início dos estudos dos Projetos de Trens Regionais de Passageiros e Turísticos, os quais buscam reativar o uso das estradas de ferro brasileiras em benefício direto dos cidadãos em várias regiões do País. Os trechos que estão sendo estudados atualmente são: Caxias do Sul a Bento Gonçalves, no Estado do Rio Grande do Sul e Londrina a Maringá, no Estado do Paraná.

Quanto ao Transporte Ferroviário de Passageiros em Alta Velocidade – TAV, foi dado prosseguimento às atividades relativas ao TAV Rio de Janeiro – São Paulo – Campinas e a apresentação de nova proposta de implantação do projeto. Para tanto, estão sendo realizados estudos de viabilidade com vistas à formulação de nova modelagem.

Transporte Hidroviário

O Ministério dos Transportes deu continuidade às Diretrizes da Política Nacional do Transporte Hidroviário, por meio do Programa de Manutenção de Hidrovias, que garantiu a manutenção de mais de 6.000 km de vias navegáveis nos principais rios federais.

Além disso, retomou e concluiu os seguintes projetos importantes: o modelo hidrodinâmico para dragagem no rio Paraguai na região da Ponte Ferroviária Gaspar Dutra, o projeto de derrocamento no rio Tocantins entre Santa Teresinha do Tauí e Bogéia, a atualização da sinalização náutica e das cartas no rio Paraguai entre as cidades de Cáceres e Ladário e a dragagem de pontos específicos do rio São Francisco no Estado da Bahia.

Em apoio ao Estado de São Paulo o Ministério está participando do programa de melhorias e ampliação de capacidade da Hidrovia do Tietê-Paraná.

Durante o exercício de 2011 foi mantida a estratégia de dotar os municípios da Região Norte de infraestrutura portuária, que permitisse o embarque e desembarque de pessoas e cargas com maior segurança.

Ao término da construção das Eclusas de Tucuruí, foi formalizado convênio com a Eletronorte para realizar obras de compensação social, tais como construção de centros comunitários, escolas, praças, quadras esportivas, unidade de atendimento à saúde, creches, obras de saneamento e pavimentação urbana, propiciando melhorias para população.

Normatização e Fiscalização

A fiscalização eficiente e permanente por parte das agências contribui para a sustentabilidade econômica, social e ambiental na medida em que garante a qualidade dos serviços de transporte prestado aos usuários, buscando o aperfeiçoamento do marco regulatório, aperfeiçoamento operacional e a melhoria da gestão regulatória.

O Projeto da Rede Nacional de Transporte Rodoviário Interestadual de Passageiros – Propass Brasil propõe uma reestruturação do transporte rodoviário interestadual de passageiros de longa distância, do semiurbano e do internacional. Em 2011, foram concluídos os estudos técnicos e econômicos e elaborados os documentos formais

relativos ao Plano de Outorga e Projetos Básicos referentes aos serviços com características rodoviárias de longa distância e semiurbanas. Quanto aos serviços de transporte rodoviário internacional, foram concluídos os estudos técnicos, econômicos e jurídicos que sugerem a outorga pelo regime de autorização.

Foram implementados importantes ajustes no marco regulatório do setor ferroviário de transporte de cargas brasileiro. A Resolução nº 3.694/11, que aprova o Regulamento dos Usuários dos Serviços de Transporte Ferroviários de Cargas – Reduf, constitui-se em instrumento consolidador dos direitos e obrigações dos usuários e concessionárias, estabelecidos pelas Leis nºs 8.987/95 e 10.233/01 e pelos contratos de concessão vigentes.

Já a Resolução nº 3.695/11, que aprova o regulamento das operações de direito de passagem e tráfego mútuo do subsistema ferroviário federal, estabelece as diretrizes técnicas e regulatórias para as operações ferroviárias sob a forma de interoperabilidade, de modo a aumentar a competitividade do setor ferroviário. Finalmente, a Resolução nº 3.696/11, que aprova o regulamento para pactuar as metas de produção e por trecho e as metas de segurança para as concessionárias de serviço público de transporte ferroviário de cargas, estabelece instrumento de melhoria do processo de regulação do serviço de transporte ferroviário de cargas, na medida em que permite a otimização do aproveitamento da malha ferroviária.

Foi celebrado termo de cooperação técnica entre a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e a Universidade Federal do Pará – UFPA visando à elaboração de estudo de caracterização da Oferta e da Demanda do Transporte Fluvial de Passageiros na região amazônica.

Em 2011 concluiu-se a fase relativa à caracterização da oferta e se iniciou a referente à demanda. Neste termo de compromisso está sendo realizada a análise detalhada da demanda e estudos de custos e receitas das linhas Belém/PA-Manaus/AM e Santarém/PA-Manaus/AM.

Promoção Industrial (Fundo da Marinha Mercante)

A expansão e a modernização da indústria naval foram impulsionadas por incentivos do Governo Federal, por meio do Programa de Financiamento do Fundo da Marinha Mercante - FMM, sob gestão do Ministério dos Transportes, gerando, nos últimos anos, 60 mil empregos diretos, sendo cerca de três mil, em 2011. As ações de promoção industrial desenvolvidas no âmbito do Ministério dos

Transportes são de financiamento à construção e reforma de embarcações e estaleiros.

Estes financiamentos objetivam o incremento da participação brasileira na navegação de longo curso e de apoio marítimo e aumento na navegação de cabotagem e interior, com construção de embarcações modernas de casco duplo, além de reduzir a idade média da frota de rebocadores portuários e das embarcações utilizadas no transporte de passageiros na navegação interior de travessia.

Visa-se ainda a modernização, ampliação e construção de estaleiros, incrementando a capacidade e a qualidade de produção naval, reduzindo o custo final do produto, com vistas a atingir o mercado externo, gerando emprego e renda, fomentando o desenvolvimento tecnológico e sustentável desta indústria.

Indicadores

A implementação, levantamento e validação de indicadores de desempenho destina-se a permitir a avaliação de desempenho dos programas de transportes. Os indicadores tornarão possível a mensuração da efetividade dos resultados alcançados ou dos efeitos que ocorrem com a execução dos empreendimentos, servindo como instrumento de auxílio à gestão da política do setor.

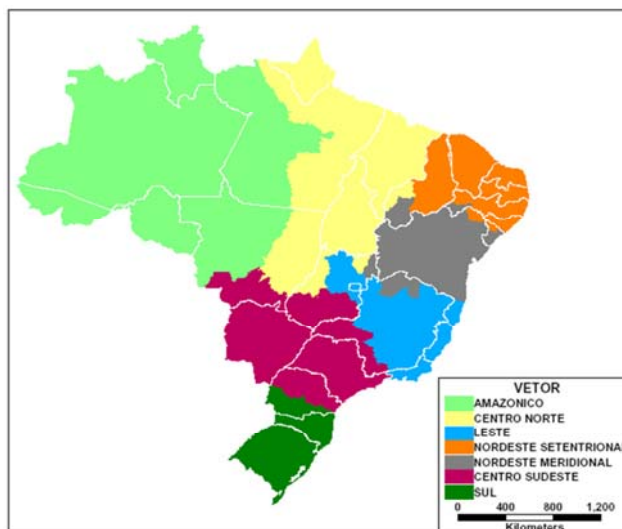
Com foco nos resultados esperados: mobilidade, eficácia e eficiência do transporte, foram analisados, em uma primeira fase em 2011, 24 indicadores de desempenho relacionados à área de transportes.

Foram promovidos, por empresa contratada pelo Ministério dos Transportes, coleta direta e indireta de dados, o armazenamento provisório e o tratamento primário das informações relacionadas a esses indicadores. Em 19 de dezembro de 2011 foi publicada Portaria nº 389/2011, da Secretaria-Executiva, criando grupo de trabalho para tratar do referido assunto.

Programas Estruturantes

Pela descrição dos programas estruturantes a seguir, caracterizados pelas implementações de diversas intervenções, procura-se demonstrar os principais resultados obtidos pelo Ministério dos Transportes em 2011, na busca do desenvolvimento da infraestrutura de transportes no País.

Para facilitar a visualização dos Vetores Logísticos, apresenta-se a seguir mapa do Brasil com as delimitações das áreas de abrangência desses programas.



Programa Vetor Logístico Amazônico

O Vetor Logístico Amazônico é composto pelos Estados do Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, oeste do Estado do Pará até o Rio Xingu e noroeste do Mato Grosso, na área de influência da rodovia BR-163 ao norte de Cuiabá. Portanto, agrega parcelas das Regiões Norte e Noroeste da Região Centro-Oeste, seguindo aproximadamente os limites do bioma de mesmo nome. Abrange região de isocustos de transporte rumo aos portos de Manaus e Santarém.

Os objetivos das ações realizadas neste vetor visam eliminar as desigualdades regionais em áreas deprimidas e ampliar o desenvolvimento socioeconômico e a perspectiva de integração inter-regional e de fronteira pela eficiência e efetividade dos fluxos de transporte, considerando as características ambientais específicas da região.

No modal rodoviário, merecem destaque as seguintes obras:

- pavimentação de 99,5 km e conclusão de 5 pontes entre Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, na BR-364/AC;
- pavimentação de 18,7 km entre Boca do Acre e a Divisa AM/AC, na BR-317/AM;

- pavimentação de 34,5 km e conclusão de 5 pontes entre Rurópolis e Santarém e 182 km e 3 pontes entre Divisa MT/PA e Rurópolis, incluindo acesso a Miritituba, na BR-163/PA;
- pavimentação de 91,7 km entre o Entroncamento BR-364 e Costa Marques, na BR-429/RO;
- pavimentação de 19,1 km entre a Divisa MT/PA e Garantã do Norte/MT e Travessia Urbana de Garantã, na BR-163/MT.

No modal hidroviário, destacam-se os seguintes serviços na Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental – AHIMOC:

- desobstrução do canal com retirada de paliteiros e execução dos serviços de remoção de toras e galhadas do rio Madeira, no Terminal Hidroviário de Humaitá/AM;
- manutenção das estações hidrométricas da hidrovia do rio Madeira, entre Porto Velho/RO e Itacoatiara/AM;
- desobstrução da área aquaviária do terminal fluvial de Novo Airão para manutenção do calado operacional do cais flutuante;
- fiscalização das obras referentes à implantação dos portos nas cidades de: Santa Izabel do Rio Negro, Benjamim Constant, Fonte Boa, Jutai, Nova Olinda do Norte, Tonantins, Santo Antônio do Itá, São Paulo de Olivença e Lago de Tefé no Estado do Amazonas.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2011

em R\$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGOS	% EXECUÇÃO
Transporte Rodoviário	2.018,22	1.710,56	715,09	700,98	35,43%
Transporte Hidroviário	296,15	88,61	19,06	19,06	6,44%
VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO	2.314,37	1.799,17	734,15	720,04	31,72%

Fonte: Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – 18/01/2012

Programa Vetor Logístico Centro-Norte

O Vetor Logístico Centro-Norte inclui os Estados do Amapá, Tocantins e Maranhão e parcelas a leste do Pará e do Mato Grosso, além do noroeste de Goiás. Possui atividades com base em recursos naturais, abrangendo parte das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste. Divide-se entre os biomas Amazônico a oeste e Cerrado a leste e se caracteriza como região de isocustos de transporte rumo aos portos de Belém e São Luís. As ações realizadas neste Vetor buscam reduzir as desigualdades sociais e incrementar o desenvolvimento socioeconômico do local, expandindo o acesso a áreas de fronteira e a integração inter-regional. Destacam-se no modal rodoviário as seguintes obras:

- pavimentação de 12,0 km entre Ferreira Gomes e Oiapoque, na BR-156/AP;
- conclusão da Ponte Internacional sobre o rio Oiapoque, na BR-156/AP;

- pavimentação de 43,8 km entre Ribeirão Cascalheira e a Divisa MT/PA, na BR-158/MT;
- pavimentação de 42,0 km entre Ribeirão Cascalheira e Sorriso, na BR-242/MT;
- conclusão do trecho Divisa MT/PA - Guarantã do Norte, na BR-242/MT.

No modal hidroviário destaca-se, na Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental – AHIMOR, a revitalização da unidade operacional do porto de São Francisco em Barcarena/PA. Com relação aos serviços realizados pelas Administrações das Hidrovias do Tocantins e Araguaia – AHITAR, destaca-se o levantamento hidrográfico e batimétrico no rio Tocantins.

No modal ferroviário, destaca-se a construção de 131 km da Ferrovia Norte-Sul, entre Palmas/TO e Uruaçu/GO.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2011

em R\$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS (a)	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGOS (d)	% EXECUÇÃO E=C/A
Transporte Rodoviário	1.997,88	1.685,23	545,73	536,67	27,32%
Transporte Ferroviário	646,77	586,88	427,50	414,50	66,10%
Transporte Hidroviário	34,76	11,09	0,00	0,00	0,00%
VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	2.679,41	2.283,20	973,23	951,17	36,32%

Fonte: Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – 18/01/2012

Programa Vetor Logístico Leste

O Vetor Logístico Leste abrange uma região de isocustos de transporte rumo aos portos de Vitória, Rio de Janeiro e Itaguaí. Nesta região são predominantes as atividades de média tecnologia, impulsionadas pela disponibilidade regional de recursos naturais minerais. Contém o bioma Cerrado a oeste e a Mata Atlântica a leste, abrangendo parcelas das regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Este Programa engloba a porção norte do Estado de Goiás, inclusive a BR-070, que delimita espacialmente este Vetor Logístico, mas exclui as rodovias - BR/153 e BR/414, em virtude do caráter longitudinal destas.

Na modalidade de transporte rodoviário merecem destaque as seguintes obras:

- duplicação de 4,0 km do contorno rodoviário de Vitória, na BR-101/ES;
- duplicação de 32,3 km e restauração de 16,5 km da pista antiga entre Uberlândia, Araguari e a Divisa MG/GO, na BR-050/MG;
- pavimentação de 42 km entre Bom Jesus da Penha e Guaxupé, na BR-146/MG;
- conclusão da duplicação entre Betim e Nova Serrana, na BR-262/MG;

- pavimentação de 35,7 km entre Ilícinea e São Sebastião do Paraíso, na BR-265/MG;
- pavimentação de 42,9 km entre o Entroncamento BR-153/MG e o Entroncamento BR-365(A) (Divisa MG/GO), na BR-364/MG;
- duplicação de 58,7 km e restauração de 52,2 km da pista antiga entre Uberlândia e o Entroncamento BR-153 (Trevão), na BR-365/MG;
- execução de 8,9 km de terraplenagem, dois viadutos e cinco passagens inferiores, na BR-493/RJ;
- conclusão do trecho Sobradinho - Divisa DF/GO, na BR-020/DF;
- conclusão do trecho Granja do Torto - Entroncamento DF-051, na BR-450/DF;
- conclusão da travessia urbana de Águas Lindas, na BR-070/GO.

Quanto à modalidade de transporte ferroviário, destacam-se:

- execução de 26% das obras da adequação de via férrea no município de Barra Mansa/RJ;
- execução de 33,2% de infraestrutura e 10,8% de obras-de-arte especiais entre Santa Vitória e Iturama, na extensão sul da Ferrovia Norte-Sul;
- construção de 71 km da Ferrovia Norte-Sul entre Anápolis e Uruaçu, no Estado de Goiás.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2011

em R\$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS (a)	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGOS (d)	% EXECUÇÃO E=C/A
Transporte Rodoviário	2.994,90	2.554,74	1.388,88	1.370,45	46,37%
Transporte Ferroviário	377,88	293,86	200,43	176,00	53,04%
Transporte Hidroviário	3,40	3,40	0,00	0,00	0,00%
VETOR LOGÍSTICO LESTE	3.376,18	2.852,00	1.589,31	1.546,45	47,07%

Fonte: Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – 18/01/2012

Programa Vetor Logístico Nordeste Setentrional

O Vetor Nordeste Setentrional é composto por parcelas da Região Nordeste, com predominância do setor de comércio e de serviços de baixa especialização, além da administração pública. Contém os biomas da Caatinga e Mata Atlântica Litorânea e abrange uma região de isocustos de transporte rumo aos portos de Fortaleza, Pecém, Natal, João Pessoa, Recife, Suape e Maceió. Este Programa tem por objetivo aperfeiçoar os fluxos de transporte nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

Na modalidade de transporte rodoviário merecem destaque as seguintes obras:

- duplicação e modernização de 11,1 km entre a Divisa PE/AL e a Divisa AL/SE, na BR-101/AL;
- duplicação de 5,1 km entre a Divisa RN/PB e a Divisa PB/PE, na BR-101/PB;
- duplicação de 16,7 km e execução de duas obras-de-arte especiais entre a Divisa PB/PE e a Divisa PE/AL, na BR-101/PE;
- duplicação e modernização de cinco km e execução de quatro obras-de-arte especiais entre Natal e a Divisa RN/PB, na BR-101/RN.

No transporte ferroviário destacam-se as seguintes obras da Ferrovia Nova Transnordestina:

- execução de 51% da superestrutura e 7% das obras-de-arte especiais entre Missão Velha/CE e Salgueiro/PE;
- execução de 15% da superestrutura, 16% da infraestrutura e 15% das obras-de-arte especiais entre Salgueiro e Trindade, no Estado de Pernambuco;
- execução de 24% da infraestrutura e 20% das obras-de-arte especiais entre Eliseu Martins/PI e Trindade/PE;
- execução de 6% da superestrutura, 30% da infraestrutura e 32% das obras-de-arte especiais entre Salgueiro e Suape, no Estado de Pernambuco;

No modal hidroviário, destacam-se os seguintes serviços na Administração das Hidrovias do Nordeste – AHINOR:

- desobstrução do leito, limpeza e conservação das margens nas hidrovias dos rios Pindaré, Mearim, Grajaú e Parnaíba;
- reparação emergencial do atracadouro hidroviário flutuante do porto Paricatua;
- manutenção da profundidade do canal do rio Mearim e Pindaré;
- manutenção e melhoramentos para reparação de atracadouros hidroviários flutuantes nos rios Parnaíba, Turiaçu, Pericumã e Cajari;
- implantação de atracadouro hidroviário flutuante no porto da Ilha Grande, em Tutóia/MA.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2011

em R\$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS (a)	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGOS (d)	% EXECUÇÃO E=C/A
Transporte Rodoviário	1.808,11	1.580,52	544,74	541,26	30,13%
Transporte Ferroviário	185,50	173,15	164,60	164,60	88,73%
Transporte Hidroviário	2,92	2,92	0,00	0,00	0,00%
VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	1.996,53	1.756,59	709,34	705,86	35,53%

Fonte: Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – 18/01/2012

Programa Vetor Logístico Nordeste Meridional

O Vetor Nordeste Meridional abrange os Estados da Bahia e Sergipe, visando ampliar a capacidade de transporte terrestre e das vias navegáveis interiores, bem como promover a eficiência e efetividade nos fluxos de transporte da região.

Na modalidade de transporte rodoviário merece destaque:

- pavimentação de 66,0 km entre a Divisa SE/BA e a Divisa BA/PI, na BR-235/BA;
- pavimentação de 8,4 km e alargamento de cinco pontes entre Caravelas e o Entroncamento BR-101/BA, na BR-418/BA;
- conclusão do canal do rio das Tripas e execução de 58% dos viadutos V-4, V-5, V-6 e V-7 e 10% dos viadutos V-8, V-9 e V-10, na Via Expressa ao Porto de Salvador, na BR-324/BA;

- duplicação e modernização de 16,0 km de pista nova em pavimento rígido entre a Divisa AL/SE e a Divisa SE/BA, na BR-101/SE.

Com relação ao modal ferroviário, pode-se destacar na Ferrovia de Integração Oeste-Leste a execução de 5,85% de infraestrutura entre Ilhéus e Caetité, no Estado da Bahia.

No modal hidroviário, destacam-se os seguintes serviços na Administração das Hidrovias do São Francisco – AHSFRA:

- desassoreamento emergencial do canal de navegação do rio São Francisco, entre Ibotirama e Xique-Xique, no Estado da Bahia;
- manutenção da sinalização fixa de margem e flutuante do rio São Francisco, entre Pirapora/MG e Juazeiro/BA.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2011

em R\$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS (a)	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGOS (d)	% EXECUÇÃO E=C/A
Transporte Rodoviário	776,89	666,08	195,78	195,00	25,20%
Transporte Ferroviário	566,80	566,80	33,91	31,91	5,98%
Transporte Hidroviário	10,86	10,86	0,00	0,00	0,00%
VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL	1.354,55	1.243,74	229,69	226,91	16,96%

Fonte: Siasi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – 18/01/2012

Programa Vetor Logístico Centro Sudeste

O Vetor Centro-Sudeste compõe-se de parcelas das regiões Sudeste, Sul e Centro – Oeste, contendo os biomas do Pantanal a oeste, Cerrado Central e Mata Atlântica a leste. Tem como dominantes as atividades de alta e baixa tecnologia (agroindústria), estruturando-se como região de isocustos de transporte rumo aos portos de Santos e Paranaguá.

O programa engloba a porção sul do Estado de Goiás, excluindo a BR-070, que delimita espacialmente o vetor e incluindo as rodovias BR-153 e BR-414 que têm caráter longitudinal.

O objetivo deste vetor é promover a eficiência nos fluxos de transporte na região dos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e sudoeste do Estado de Goiás, integrando as rodovias federais com as redes rodoviárias existentes.

Na modalidade de transporte rodoviário merecem destaque as seguintes obras:

- duplicação de 111,4 km entre Goiânia e Jataí, na BR-060/GO;

- pavimentação de 7,3 km e execução de dois viadutos, na travessia urbana de Anápolis, na BR-153/GO;
- execução de 60% da travessia urbana de Professor Jamil e 85% da travessia urbana de Hidrolândia entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara, na BR-153/GO;
- pavimentação de 4,6 km do Anel rodoviário de Campo Grande, na BR-262/MS;
- construção de 107,2 km entre o Entroncamento BR-163 e a Divisa MS/GO, na BR-359/MS;
- pavimentação de 3,5 km do contorno Oeste de Cascavel, na BR-163/PR;
- pavimentação de 4,2 km do contorno rodoviário de Maringá, na BR-376/PR.

Dentre as ações referentes ao transporte ferroviário, podemos destacar:

- execução de 11% do contorno ferroviário de Araraquara e 45% do Pátio Ferroviário de Tutóia, no Estado de São Paulo;
- execução de 15% de infraestrutura entre Ouro Verde/GO e Estrela d'Oeste/SP, na extensão sul da Ferrovia Norte-Sul.

No modal hidroviário, destacam-se os seguintes serviços na Administração das Hidrovias do Paraguai – AHIPAR:

- reforma e reparos nos equipamentos do parque de dragagem: rebocador Avideo Melo, rebocador Mandim, casa flutuante Portobrás I e balsa do grupo gerador;
- elaboração de projeto de balsa para apoio às operações de dragagem;
- levantamento batimétrico e medição de correntes do rio Paraguai;
- dragagem para manutenção do canal de navegação.

Com relação aos serviços executados na Administração das Hidrovias do Paraná – AHRANA, pode-se citar:

- manutenção da sinalização de toda a via do rio Paraná;
- estudos preliminares de afluentes para a expansão da via;
- manutenção corretiva no reservatório UHE Itaipu, na ponte Ayrton Senna, no reservatório de Porto Primavera a Jupiá e manutenção preventiva e corretiva de sinais no reservatório UHE Ilha Solteira/SP.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2011

em R\$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS (a)	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGOS (d)	% EXECUÇÃO E=C/A
Transporte Rodoviário	2.208,10	1.769,47	1.044,93	1.032,94	47,32%
Transporte Ferroviário	741,79	524,80	253,72	252,36	34,20%
Transporte Hidroviário	22,12	22,12	5,44	5,44	24,59%
VETOR LOGÍSTICO CENTRO SUDESTE	2.972,01	2.316,39	1.304,09	1.290,74	43,88%

Fonte: Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – 18/01/2012

Programa Vetor Logístico Sul

O Vetor Logístico Sul é composto por todos os estados da Região Sul do País. Nele predominam os biomas da Mata Atlântica e Pampas, que propiciam diversidade na tipologia das atividades produtivas locais. Na região encontram-se distribuídas atividades que vão desde a exploração de recursos naturais e agrícolas às de maior valor agregado e de cunho tecnológico. A proximidade da Região Sul com o restante do continente sul-americano justifica seu potencial integrador internacional. O Vetor Sul possui projetos que se destinam a reforçar e consolidar o processo de integração da infraestrutura de transportes na América do Sul, permitindo a realização de trocas comerciais, intercâmbio cultural e social entre o Brasil e seus vizinhos.

Na modalidade de transporte rodoviário merecem destaque as seguintes obras:

- conclusão da duplicação entre a Divisa SC/RS e Osório, na BR-101/RS;
- conclusão do complexo viário de Canoas, da ponte sobre o rio Gravataí e do viaduto do Rincão e execução de 84% do viaduto Unisinos, na BR-116/RS;

- execução de 69,9% da superestrutura do viaduto sobre a BR-116/RS, 81,6% da mesoestrutura do viaduto sobre a BR-448/RS, 31,3% de infraestrutura da ponte sobre o Arroio Sapucaia, 92,7% da superestrutura do viaduto sobre a BR-386/RS, 77,6% da infraestrutura da ponte sobre a Vala do dique Mathias Velho, 18,3% do viaduto sobre a ferrovia ALL, 86,5% da superestrutura do viaduto sobre a BR-488/RS no acesso a Canoas e 76,6% do viaduto de acesso à BR-290/RS, na BR-448/RS;
- duplicação de 18,8 km entre Palhoça e a Divisa SC/RS, na BR-101/SC.

No modal ferroviário foi executado 40% de terraplenagem e concluídos três viadutos no contorno de São Francisco do Sul/SC.

No modal hidroviário, destacam-se os seguintes serviços na Administração das Hidrovias do Sul – AHSUL:

- dragagens ao longo do rio Taquari;
- manutenção do balizamento das hidrovias;
- manutenção e operação de quatro barragens eclusadas (três no Jacuí e uma no Taquari).

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2011

em R\$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS (a)	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGOS (d)	% EXECUÇÃO E=C/A
Transporte Rodoviário	1.655,52	1.480,32	690,87	688,56	41,73%
Transporte Ferroviário	2,50	1,15	0,00	0,00	0,00%
Transporte Hidroviário	16,60	16,60	0,00	0,00	0,00%
VETOR LOGÍSTICO SUL	1.674,62	1.498,07	690,87	688,56	41,26%

Fonte: Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – 18/01/2012

Programa Qualidade dos Serviços de Transporte

Objetiva garantir a qualidade e a modicidade de tarifas e preços na exploração da infraestrutura e na prestação de serviços de transportes.

As ações do Programa são de fiscalização, regulação e normatização, sendo executadas, principalmente no âmbito das agências reguladoras: Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

No ano de 2011 foram fiscalizados 419.609 veículos do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros – TRIIP, o que corresponde a um aumento na ordem de 5,8% do resultado obtido no ano de 2010. Do total de fiscalizações do TRIIP em 2011, 384.947 referem-se a veículos fiscalizados em terminais rodoviários de embarque e desembarque de passageiros. Nos comandos em rodovias foram fiscalizados 27.510 veículos no ano de 2011. Diante da reformulação do modelo de fiscalização técnico-operacional e da manualização de procedimentos, foram fiscalizados, em 2011, 82 veículos nas garagens das empresas prestadoras de serviço. Por fim, outros 7.070 veículos foram fiscalizados em atendimento a ordens de serviço. Ressalta-se, ainda, que houve a lavratura de 30.049 autos de infração do TRIIP em 2011, o número supera em 18,06% o quantitativo de autos lavrados na modalidade durante 2010 (25.452 autos lavrados).

Foram transportados cerca de 96 milhões de passageiros, por transporte regular, em aproximadamente 2.641 serviços, operados por 259 empresas. A frota cadastrada na ANTT disponível para atendimento é de 16.850 ônibus. Quanto ao transporte fretado de passageiros, foram transportados cerca de 10 milhões de passageiros, em 22.858 ônibus habilitados, pertencentes a 3.542 empresas credenciadas junto à ANTT. Foram autorizadas 297 mil viagens fretadas, nesse período. Com relação ao transporte ferroviário de passageiros, em 2011, foram transportados cerca de 1,3 milhão de passageiros pelas linhas regulares

das estradas de ferro Vitória – Minas e Carajás e 1 milhão de passageiros pelos trens turísticos e comemorativos operados em todo o País por 13 empresas autorizadas.

Em 2011 foram realizadas 14.430.962 fiscalizações no segmento Transporte Rodoviário de Cargas, aumento de 15,04% em relação ao ano anterior. Do total de fiscalizações realizadas em 2011, 14.250.104 referem-se à modalidade Excesso de Peso, tendo sido realizadas 14.235.814 fiscalizações em balanças rodoviárias e 14.290 fiscalizações por verificação de peso em documento fiscal. Com relação a 2010, houve acréscimo na ordem de 15,41% no total de fiscalizações do excesso de peso. Ainda em 2011 foram fiscalizados 107.903 veículos quanto à regularidade no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC, decréscimo de 11,8% com relação ao total observado no ano de 2010. No que diz respeito ao Vale Pedágio Obrigatório, foram fiscalizados 28.443 veículos no ano de 2011. Outros 44.512 veículos foram fiscalizados quando da prestação de Transporte Rodoviário Internacional de Cargas, número 6,79% maior do que o total observado no ano passado. Deve ser dito ainda que no ano de 2011 foram lavrados 142.602 autos relativos a infrações no Transporte Rodoviário de Cargas.

Quanto ao transporte rodoviário internacional de cargas, em 2011 foram concedidas 174 habilitações a empresas brasileiras e 162 habilitações a empresas estrangeiras.

No que tange à parte de Fiscalização de Concessões de Rodovias, foram realizadas diversas atividades em cumprimento ao Plano Anual de Fiscalização. Em 2011, a ANTT realizou 1.112 ações de fiscalização nas rodovias federais concedidas.

São administradas hoje, diretamente pela ANTT, conforme detalhado no quadro a seguir, 14 concessões que, juntas, totalizam 4.763,8 km. Essas concessionárias aplicaram em 2011 aproximadamente R\$ 2,85 bilhões em Investimento e cerca de R\$ 1,18 bilhão em Custos Operacionais.

CONCESSIONÁRIAS	RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO (km)
NOVADUTRA	BR-116/RJ/SP	Rio de Janeiro - São Paulo	402,0
PONTE	BR-101/RJ	Ponte Rio / Niterói	13,2
CONCER	BR-040/MG/RJ	Rio de Janeiro - Juiz de Fora	179,9
CRT	BR-116/RJ	Rio de Janeiro – Teresópolis – Além Paraíba	142,5
CONCEPA	BR-290/RS	Osório - Porto Alegre	121,0
ECOSUL	BR-116/293/392/RS	Pólo de Pelotas	623,8
AUTOPISTA PLANALTO SUL	BR-116/PR/SC	Curitiba – Divisa SC/RS	412,7
AUTOPISTA LITORAL SUL	BR-116/PR - BR-376/PR - BR 101/SC	Curitiba – Florianópolis	382,3
AUTOPISTA RÉGIS BITTENCOURT	BR-116/SP/PR	São Paulo – Curitiba (Régis Bitencourt)	401,6
AUTOPISTA FERNÃO DIAS	BR-381/MG/SP	Belo Horizonte – São Paulo (Fernão Dias)	562,1
AUTOPISTA FLUMINENSE	BR-101/RJ	Ponte Rio-Niterói – Divisa RJ/ES	320,1
TRANSBRASILIANA	BR-153/SP	Divisa MG/SP – Divisa SP/PR	321,6
RODOVIA DO AÇO	BR-393/RJ	Div. MG/RJ - Entr.BR-116 (Dutra)	200,4
VIABAHIA	BR – 116/324 BA	BR – 116 – Feira de Santana	680,6
		BR – 324 – Salvador – Feira	
		BR – 526 / BR – 324 / BA – 528	
		BA – 528 / BA – 526 / Aratu	
TOTAL			4.763,8

Em relação às concessões atualmente existentes, destacamos que foi aprovado em abril de 2011 a nova Metodologia de Recomposição do Equilíbrio-Econômico Financeiro, a qual utilizará Fluxo de Caixa Marginal, que visa trazer o cenário econômico atual para os contratos de concessão firmados na década de 90, garantindo assim maior justiça tarifária.

Em 2011 foram realizadas 730 ações de fiscalização de prestação dos serviços de transportes aquaviários de apoio marítimo e de apoio portuário e de exploração da infraestrutura aquaviária e portuária, que resultaram na celebração de 72 Termos de Ajuste de Conduta – TAC com as empresas do setor regulado. Adicionalmente, foram realizados trabalhos educativos, campanhas e ações de combate à operação sem autorização na navegação interior e, como consequência, houve um acréscimo de 7% de regularidade nos transportes em relação a 2010.

Com relação ao planejamento hidroviário, merecem destaque as preparações do Plano Hidroviário

Estratégico – PHE e do Plano Nacional de Integração Hidroviária – PNIH. O PHE visa consolidar um banco de dados com informações e indicadores próprios ao transporte hidroviário, de forma a permitir que os instrumentos de planejamento sejam continuamente atualizados e incorporados ao Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT. Os estudos preliminares do PHE foram objeto de licitação em 2011, com apoio financeiro do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Já o PNIH, em elaboração, tem como objetivo analisar potenciais cenários de utilização das hidrovias nacionais e servir de base para a confecção do Plano Geral de Outorgas – PGO.

No que se refere à subfunção Transporte Ferroviário, vale esclarecer que os recursos constantes da Lei Orçamentária de 2011 destinaram-se à implantação do Trem de Alta Velocidade – TAV, cujo processo de licitação não foi concluído no ano de 2011.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2011

em R\$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS (a)	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGOS (d)	% EXECUÇÃO E=C/A
Normatização e Fiscalização	120,78	67,50	42,47	41,89	35,16%
Administração de Concessões	4,20	3,43	2,56	2,56	60,95%
Transporte Ferroviário	144,20	0,00	0,00	0,00	0,00%
QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE	269,18	70,93	45,03	44,45	16,73%

Fonte: Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – 18/01/2012

Programa Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval

Objetiva renovar e expandir a frota brasileira de embarcações construídas no País para o transporte marítimo e de navegação interior. Em 2011, foram entregues 57 embarcações e estão em construção 77, conforme detalhado a seguir:

- embarcações entregues: Amazonas (10), Bahia (1), Ceará (2), Pará (11), Rio de Janeiro (11), Santa Catarina (12), São Paulo (9), Sergipe (1), totalizando US\$ 923,3 milhões;
- embarcações em construção: Amazonas (1), Ceará (8), Pará (8), Pernambuco (7), Rio de Janeiro (32), Santa Catarina (14), São Paulo (6) e Sergipe (1), totalizando US\$ 3,2 bilhões.

Foi contratada também, no exercício, a execução de 205 embarcações, ainda não iniciadas, cujos recursos totalizam US\$ 5,5 bilhões, nos seguintes

estados: Amazonas (2), Pará (24), Pernambuco (23), Rio de Janeiro (33), Santa Catarina (13) e São Paulo (110).

Em 2011 foram aplicados R\$ 194 milhões para a construção ou ampliação de estaleiros.

Foi concluída a modernização do estaleiro STX, no Estado do Rio de Janeiro e Navship, em Santa Catarina. Estão em andamento a ampliação do estaleiro Atlântico Sul, em Pernambuco, a modernização do Ebin e a construção do São Miguel, no Rio de Janeiro, a construção do ERG2 (ex-WTorres), no Rio Grande do Sul e a construção do Wilson Sons, em São Paulo.

O Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante priorizou, em 2011, investimento no valor de US\$ 14,6 bilhões para projetos de 23 estaleiros e 556 embarcações.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2011

em R\$ milhões

PROGRAMA/SUBFUNÇÃO	LOA + CRÉDITOS (a)	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGOS (d)	% EXECUÇÃO E=C/A
Promoção Industrial	3.324,06	2.575,57	2.494,92	2.494,92	75,06%
Outras Subfunções*	172,64	128,78	127,71	127,71	73,97%
FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA MARINHA MERCANTE E DA INDÚSTRIA NAVAL	3.496,70	2.704,35	2.622,63	2.622,63	75,00%

Fonte: Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – 18/01/2012

(*) Transporte Hidroviário, Administração Geral, Formação de Recursos Humanos e Serviços Financeiros.

4.22.2. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

A função Transporte, no âmbito da Presidência da República, abrange ações desenvolvidas nas áreas de transporte aeroportuário e portuário, tendo despesas executadas em 2011 na ordem de R\$ 3,0 bilhões, as quais apresentaram comportamento crescente com relação ao ano anterior, conforme demonstrado a seguir.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA RELATIVA À FUNÇÃO TRANSPORTE

em R\$ milhões

		2007	2008	2009	2010	2011	Total
OFSS	No Exercício ¹	398,00	320,90	502,80	576,40	925,58	2.723,68
OFSS	RPNP ²	0,00	146,40	347,70	755,10	773,46	2.022,66
OI ³		106,10	178,00	187,00	294,80	1.388,35	2.154,25
Gasto Tributário		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		504,10	645,30	1.037,50	1.626,30	3.087,4	6.900,6

Fonte: Siafi Gerencial em janeiro de 2012 e Infraero.

Notas: Dados extraídos após o encerramento do exercício de 2011.

¹ No valor informado, estão computados R\$ 122,58 milhões de execução da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) ocorrida antes da publicação do Decreto de 4 de agosto de 2011 (DE-PARA da ANAC do Ministério da Defesa para a Presidência da República), sendo relativa à função Defesa Nacional.

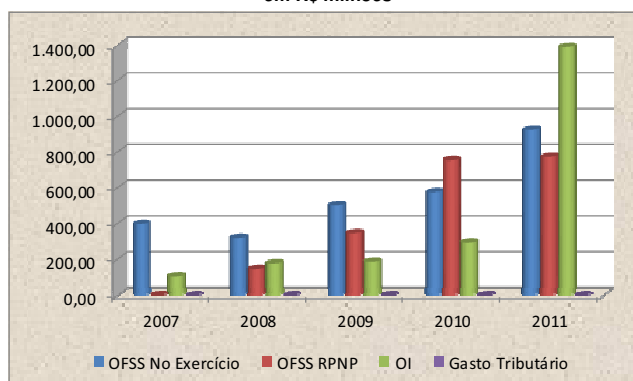
² O valor informado refere-se apenas à execução da ANAC ocorrida antes da publicação do Decreto de 4 de agosto de 2011 (DE PARA da ANAC do Ministério da Defesa para a Presidência da República), sendo relativa à função Defesa Nacional.

³ O Decreto de 12 de maio de 2011 transferiu as dotações do Orçamento de Investimento para 2011 da Infraero do Ministério da Defesa para a Presidência da República.

Convém destacar que o comportamento crescente dos gastos apresentado se deve principalmente aos valores transferidos do Ministério da Defesa para a Presidência da República em função da Criação da Secretaria de Aviação Civil - SAC em sua estrutura.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA RELATIVA À FUNÇÃO TRANSPORTE

em R\$ milhões



Fonte: Siafi Gerencial em janeiro de 2012 e Infraero

Nota: Dados extraídos após o encerramento do exercício de 2011.

Com relação ao gráfico acima cabe destacar que o Decreto Presidencial de 4 de agosto de 2011 transferiu, parcialmente, dotações orçamentárias constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, do Ministério da Defesa para a Presidência da República, e estão apresentados de acordo com a classificação funcional das ações para o exercício de 2012.

Portanto, para as UOs 20107 - SAC e 20930 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC foram considerados os valores liquidados em 2011 a partir do referido Decreto. Por essa razão, a série histórica contempla os valores executados pela Secretaria de

Aviação Civil da Presidência da República - SAC/PR apenas no exercício de 2011. Para a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC foram considerados os valores liquidados em 2011 relativos às Unidades Orçamentárias 20214 e 52201, ambas da ANAC vinculadas à PR e Ministério da Defesa respectivamente.

Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária: Reiterando o compromisso com a sociedade brasileira para o atendimento das crescentes demandas e necessidades do sistema aeroportuário nacional, a SAC/PR, por meio da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária -

Infraero, direciona seus esforços para a realização de suas obras e a execução de seus serviços de acordo com o cronograma traçado no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, com foco específico nas cidades sede da Copa do Mundo 2014.

No que tange aos projetos e à consecução das obras relacionadas aos terminais de passageiros, merecem destaque às atividades realizadas nos aeroportos de Manaus, Cuiabá, Goiânia, Viracopos, Curitiba, Porto Alegre, Foz do Iguaçu, Florianópolis, Guarulhos, Galeão, Confins, Brasília, Vitória, Salvador, São Gonçalo do Amarante, Fortaleza, Macapá e Recife.

Podemos elencar também, como destaques do programa que visam à melhoria da segurança na aviação civil, os investimentos na recuperação e revitalização dos sistemas de pistas e pátios realizados nos aeroportos de Macapá, Salvador, Brasília, Vitória, Confins, Parnaíba, Curitiba, Galeão, São Gonçalo do Amarante, Porto Alegre, Guarulhos e Campinas, assim como a construção de Torres de Controle nos aeródromos de Salvador, Vitória e Recife.

No tocante às obras realizadas com foco no atendimento de uma maior demanda de passageiros e cargas, merecem realce a inauguração de Módulos Operacionais nos aeródromos de Brasília, Vitória, Goiânia, Cuiabá, Porto Alegre, Campinas e Guarulhos.

Com relação aos projetos concluídos no ano de 2011 pelo Governo Federal, merecem destaque: Projeto Executivo para Reforma do Corpo Central do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek; Projeto Básico para Implantação do Módulo Operacional 2 do Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek; Projeto Básico para Reforço com Alargamento da Pista de Taxi (PR-G e PR-C), Ampliação do Pátio do Teca, Construção do Novo Pátio de Aviação Geral, Reforma Geral e Recapeamento da Pista Principal do Aeroporto Internacional de Viracopos/Campinas; Projeto Executivo para Restauração das Pistas de Pouso de Decolagem e de Taxi do Aeroporto Internacional Afonso Pena - Curitiba; Projeto Básico para Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e Adequação do Sistema Viário do Aeroporto Internacional Pinto Martins - Fortaleza; Projeto Básico para Reforma do Terminal de Passageiros 1 do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antonio Carlos Jobim; Projeto Básico para Construção de Pistas de Taxi e de Saída Rápida do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro; e, Projeto Básico para Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes - Manaus.

No período alusivo a 2011-2015, do montante total dedicado à infraestrutura aeroportuária pelo Governo Federal - 12,1 bilhões de reais, 62% encontra-se alocado em projetos e obras contemplados pelo PAC-2. Destes, R\$ 317 milhões foram executados até novembro de 2011. Dos demais investimentos, alheios ao PAC, divididos entre Projetos e Atividades, R\$ 441,2 milhões foram executados no mesmo período.

Considerando as melhores práticas de *safety* e *security* na execução das atividades aeroportuárias, merecem relevo, no setor de operacional de manutenção, as seguintes atividades: Aquisição de 11 veículos de remoção de borracha e sinalização horizontal, destinados às Superintendências Regionais do Centro-Leste, do Noroeste, do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste, do Sudeste, do Sul e do Rio de Janeiro, cujo valor global é de R\$ 19.480.090,04; Aquisição de 18 equipamentos para Medição Contínua de Atrito - valor global de R\$ 8.598.600,00; Elaborado o Termo de Referência para Levantamento do Índice de Condição do Pavimento - PCI e do Número de Classificação do Pavimento - PCN de aeroportos; e, efetuadas avaliações e diagnósticos das melhorias para a otimização das condições operacionais das pistas e pátios nos aeroportos do Rio de Janeiro (Galeão), Porto Alegre e Brasília.

Entre as atividades desenvolvidas na área de segurança operacional dos aeroportos em 2011, merecem realce as visitas de monitoramento aos Aeroportos das cidades sede da Copa; a aquisição e o recebimento de 237 pórticos detectores de metais; a elaboração de termo de referência e instrução técnica para os processos licitatórios referentes à aquisição equipamentos de Raios X; a homologação do Sistema de Controle de Equipamentos de Segurança - Sices; a atualização/Manutenção do Sistema de Identificação e Controle de Acesso - Sicoa; a atualização do material instrucional dos Cursos AVSEC; e a atualização dos Cursos AVSEC na plataforma Educação à Distância - EAD.

De janeiro a outubro de 2011, foram movimentadas cerca de 880 mil toneladas de cargas pelos Terminais de Logística da Infraero. A previsão é a de atingir a marca de 1,3 milhão de toneladas processadas no encerramento do exercício, representando, com isso, um crescimento médio de 8% com relação a 2010, novo recorde para a atividade.

De modo a atender o crescente volume no transporte de cargas, o Governo Federal investiu cerca de R\$ 42 milhões (de janeiro a outubro de 2011) em obras para construção, reforma ou ampliação de áreas de armazenagem e aquisição de equipamentos voltados para a atividade de logística. Os novos Terminais de Logística de Cargas dos aeroportos de Vitória, Curitiba, Galeão e Porto Alegre configuram bons exemplos desses aportes.

O indicador utilizado para a mensuração do desempenho do programa é o Grau de Desenvolvimento da Infraestrutura Aeroportuária. Para o atual exercício, a previsão era de um índice de 80%. Até o encerramento prévio do mês de dezembro de 2011, 58,02% do programa havia sido executado.

Desenvolvimento da Aviação Civil: A segurança na aviação civil é uma prioridade para o Governo Federal. A meta da ANAC para 2011 era reduzir o número de acidentes fatais a cada milhão de decolagens para a marca de 0,61. O resultado alcançado foi de 0,54, um dos menores índices de acidentes aéreos do mundo.

ÍNDICE DE ACIDENTES AÉREOS – por milhão de decolagens anuais

	dez/04	dez/05	dez/06	Dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	Meta
Índice Anualizado	1,34	1,34	1,59	1,48	1,48	1,03	1,03	0,54	0,61

Fonte: Estatísticas anuais ANAC – em dezembro de 2011.

A relação acima permite a visualização do declínio do índice anualizado do número de acidentes da aviação civil brasileira com fatalidades nos últimos cinco anos. Ela demonstra que, de 2007 a 2011, a taxa de acidentes com fatalidades diminuiu significativamente, e caminha para a menor taxa dos últimos 10 anos - índice esse condizente com os níveis de segurança mundiais. Os números de redução de acidentes ganham ainda maior importância quando consideramos o aumento no número de passageiros transportados. De janeiro a setembro, a demanda por transporte aéreo

acumulou, comparada ao mesmo período do ano passado, 18,5% de crescimento no mercado doméstico e 13,8% no internacional, consideradas apenas as rotas operadas por companhias brasileiras. Pelos aeroportos da Rede, transitaram, até o encerramento prévio de dezembro de 2011, 163.408.729 milhões de passageiros, e 2.639.594 milhões de pousos e decolagens de aeronaves nacionais e internacionais. A tabela abaixo demonstra a evolução desse crescimento, de 2002 a 2011, em milhões de passageiros por ano:

TRÂNSITO ANUAL DE PASSAGEIROS NOS AEROPORTOS DA REDE

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Doméstico	66,3	61,3	71,5	83,5	90	98	99,9	115	139,4	146,9
Internacional	8,6	9,9	11,2	12,6	12,2	12,6	13,3	13,1	16	16,6
Total	74,9	71,2	82,7	96,1	102,2	110,6	113,2	128,1	155,4	163,5

Fonte: Estatísticas anuais ANAC – em dezembro de 2011.

Nesse sentido, destaca-se que a redução do preço das passagens aéreas continuou a impulsionar o crescimento da demanda. Em julho de 2011, o valor médio da tarifa aérea foi 22,4% inferior ao mesmo mês em 2010. Entre janeiro e julho de 2011, o valor médio da tarifa aérea foi 11,5% inferior ao total do ano de 2010. Em diversas rotas de médias e longas distâncias, o transporte aéreo apresenta hoje um custo inferior ao do transporte rodoviário.

Como forma de estímulo à concorrência e ao crescimento do mercado, a União concluiu a concessão do aeroporto de São Gonçalo do Amarante/RN - ASGA. Nesse sentido, em 22 de agosto de 2011, foi realizado o leilão da primeira concessão para exploração de infraestrutura aeroportuária à iniciativa privada: o ASGA, que atenderá a região de Natal/RN. O consórcio vencedor ofereceu R\$ 170 milhões pelos direitos de construção e exploração do aeroporto por um período de 28 anos, valor mais que duas vezes superior ao mínimo exigido pelo edital de contratação.

Da mesma maneira, o ano de 2011 ficou marcado pelo início do processo de concessão dos aeroportos de Brasília, Guarulhos e Viracopos. Em

15 de dezembro de 2011, o Governo Federal publicou, em edição extra do Diário Oficial da União, a minuta dos editais dos três aeroportos internacionais que serão concedidos à iniciativa privada. Os três aeroportos operam atualmente 30% dos passageiros, 57% das cargas e 19% das aeronaves do tráfego aéreo brasileiro.

Desenvolvimento da Infraestrutura Portuária: A retomada do crescimento econômico do País na última década trouxe à tona a sobrecarga da capacidade do setor portuário brasileiro, demandando do poder público uma extensa carteira de obras com vistas a adequar a infraestrutura dos portos ao novo dinamismo do comércio internacional. Nesse sentido, as obras de infraestrutura portuária constante no PAC buscam construir, ampliar e recuperar instalações de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de armazenagem e de circulação nos portos públicos marítimos.

No ano de 2011, foi dada continuidade a diversos investimentos no setor portuário, impulsionados pelo PAC, sendo que alguns destes foram concluídos no decorrer do ano e outros seguem em andamento.

Vetor Logístico Amazônico: Visando o aproveitamento e otimização da operação portuária em Santarém/PA e atendendo a diversos setores econômicos, foi iniciada em 2011 a confecção de projeto básico para construção de píer com berços de atracação e ponte de acesso e instalações na retroárea (sistema viário, portaria de acesso ao porto e complexo administrativo portuário) – TMU2, bem como, projeto de construção de uma plataforma (60x185m) ligando o berço de acostagem ao retroporto e pátios de armazenamento de cargas, contemplando também o reforço do atual píer 100 e construção de rampa rodoflúvia e instalações de retroporto – TMU1.

Vetor Logístico Centro-Norte: No Porto de Vila do Conde/PA, foi dada continuidade à obra de ampliação do píer principal, alargamento do berço 302 e duplicação da ponte de acesso, finalizando o ano com 85% da obra concluída. O escopo da obra consiste na construção do Píer 400, com 254 m de comprimento e 51,95m largura, alargamento do berço 302 em 19 m com 256 m de comprimento e duplicação da ponte de acesso, com 375 m de comprimento e 10,3 m de largura.

Com a expansão em sua infraestrutura somada aos projetos do novo terminal, o Porto de Vila do Conde/PA terá a sua capacidade operacional ampliada, garantindo o atendimento simultâneo aos diferentes tipos de cargas, tais como granéis sólidos (bauxita, alumina, coque, piche, etc), granéis líquidos (soda cáustica e óleo combustível) e carga geral (lingotes de alumínio), de forma eficiente e em conformidade com a legislação ambiental. Tudo isso se resume em maiores perspectivas de captação de cargas e menores custos para o transporte, com tempo reduzido nas operações portuárias resultante de sua produtividade.

No Porto de Itaqui/MA foi desenvolvido o projeto executivo, para o berço 108, de ponte de acesso, plataformas de transição e operações, passarelas de ligação, píer para rebocadores e dolphins de atracação e amarração, capaz de receber navios de até 91.671 Toneladas de Porte Bruto - TPB, que será utilizado como Terminal para Granéis Líquidos.

Também, está em andamento a construção do Berço 100, com 320m de comprimento e 40m de largura de plataforma, a recuperação dos Berços 101 e 102, e o alargamento do Cais Sul, permitindo melhor aproveitamento da infraestrutura, bem como, o atendimento da demanda de navios para os portos da região, reduzindo o congestionamento dos berços de atracação, que provoca o pagamento de sobreestadia em virtude do tempo de espera para atracação.

Vetor Logístico Leste: No Estado do Espírito Santo, foi contratada a obra de Recuperação e Reforço dos 400 metros do Cais Comercial do Porto de Vitória, sendo executados 12,5% até o mês de dezembro de 2011. Esta obra proporcionará uma operação com mais segurança e rapidez e, após a conclusão dos serviços, o complexo portuário poderá registrar significativo crescimento na sua capacidade operacional.

A execução da obra de dragagem de aprofundamento do canal de acesso aquaviário ao Porto do Rio de Janeiro/RJ para -15m, concluída em agosto/2011, permitiu que navios de maior porte, com calado de até 14m, possam atracar no porto e assim realizar operações de carregamento de contêineres em grandes volumes, o que vem incentivando o empresariado que lá opera a programar investimentos diretos no porto com vistas a atender às novas metas de movimentação que estão sendo alcançadas.

No Porto de Barra do Furado/RJ, situado na divisa entre os municípios fluminenses de Campos dos Goytacazes e Quissamã, iniciou-se a mobilização de equipamentos e a instalação de canteiros, em dezembro de 2011, para início das obras de dragagem para desobstrução da barra e aprofundamento do canal aquaviário denominado Canal das Flechas, de sorte a restabelecer e aprimorar suas condições de navegabilidade. Esse Porto conta com privilegiada posição geoeconômica em relação às principais plataformas marítimas instaladas na Bacia de Campos, província petrolífera responsável por 85% da produção de petróleo em território nacional.

Vetor Logístico Nordeste Setentrional: Foi concluída, em fevereiro de 2011, a obra no Cais de Contêineres do Porto de Maceió/AL, que trata da construção da 3ª e última fase do cais tipo Dinamarquês, com extensão de 407,60m. No Terminal Salineiro de Areia Branca/RN, executou-se 97,7% da obra de ampliação da plataforma de armazenamento e do cais de barcas com aumento da capacidade do sistema transportador e instalação de descarregador de barcas.

Estão em andamento as obras de adequação e modernização das instalações físicas e do sistema operacional do Porto do Pecém/CE. No Porto de Fortaleza/CE, foi concluída a licitação para Construção de Terminal de Contêineres (1ª Fase). No Porto de Natal/RN concluído também o projeto básico para Construção do Berço 4.

No Porto de Suape/PE, a obra de dragagem no canal interno, concluída em maio/2011, viabilizou um programa de empreendimentos para a indústria naval na Região Nordeste, a partir da implantação de estaleiros navais para a construção de embarcações que atendam encomendas do segmento *off-shore* e de demandas da armação

nacional, especialmente para cabotagem. O aprofundamento dos canais de acesso viabilizou empreendimentos privados que já estão inseridos nos planos de desenvolvimento desse porto. Já foram contratadas duas plantas industriais de estaleiros navais, sendo que uma delas já se encontra em operação e a outra, em construção.

As obras de dragagem de aprofundamento dos canais de acesso aos portos de Fortaleza/CE, Natal/RN e Cabedelo/PB finalizaram o ano com execuções físicas superiores a 90% cada. As novas profundidades viabilizaram o incremento na movimentação de cargas, tendo em vista o maior porte das embarcações que passaram a frequentar esses portos.

Vetor Logístico Centro-Sudeste: No Porto de Santos/SP, foi iniciada 1ª fase da obra de implantação da Avenida Perimetral Margem Esquerda, no município do Guarujá, com extensão de 5,0 km, sendo executados 26,0 % até o mês de dezembro de 2011.

A execução da obra de dragagem de aprofundamento do canal de acesso ao Porto de Santos/SP para -15m, finalizou o ano com 95% de execução física e o seu alargamento para 220m, aliado à execução da obra de derrocamento das pedras de Tefé e Itapema, situadas dentro do canal, finalizou o ano com 70% de execução física, permitiram o acesso de embarcações de maior porte em tráfego de mão dupla no canal, o que por si só representará incremento de cerca de 30% no volume de cargas a este porto.

Vetor Logístico Sul: No Estado de Santa Catarina, foi concluída a obra de reforço do Berço 101 para movimentação de contêineres, e dado continuidade à obra de Recuperação do Berço 201 do Porto de São Francisco do Sul, sendo executados 91,0 % até o mês de dezembro de 2011. Essas obras resgatarão a operacionalidade do cais comercial, de forma a adaptar a infraestrutura do porto ao aumento da demanda de cargas.

No Porto de Itajaí/SC, foram executados 42,0% da obra do Molhe Norte, até o mês de dezembro de 2011. Estão em fase de projeto as obras de Alinhamento e Reforço do Berço quatro e Obras de Retroárea que englobam obras e serviços de modernização e adequação da infraestrutura retroportuária, incluindo instalações de combate a incêndio, rede pluvial, rede de esgotos e sistema de tratamento de efluentes, sistema elétrico, pavimentação e sistema de monitoramento.

No Porto de Itajaí/SC, a obra de dragagem de aprofundamento para -14m do canal de acesso, concluída em dezembro/2011, viabilizou o aumento da produtividade do porto e dos terminais de uso privativo que se encontram nas margens do rio

Itajaí-Açu, movimentando cargas de exportação, em especial, carnes frigorificadas e frangos.

No Porto de São Francisco do Sul/SC, que opera graneis sólidos e líquidos, a execução da obra de dragagem de aprofundamento do canal de acesso para -14m, concluída em novembro/2011, permitiu a operação de navios graneleiros de grande porte, com direta influência na produtividade do porto e, consequentemente, em sua capacidade de movimentação de cargas.

Já no Estado do Rio Grande do Sul, foi concluída a obra de Ampliação dos Molhes do Porto do Rio Grande.

Gestão da Política Portuária: Políticas e diretrizes do Governo para o desenvolvimento do setor portuário contemplam medidas de: (i) desenvolvimento institucional do setor; (ii) melhoria da gestão portuária e (iii) promoção de programas e projetos de fomento à expansão da capacidade dos portos e terminais portuários marítimos.

O Plano Nacional de Logística Portuária - PNLP, planejamento de longo prazo do setor portuário brasileiro, iniciado em março de 2010, por meio de cooperação técnica com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, encontra-se em análise para aprovação final pela Secretaria de Portos da Presidência da República - EP/PR.

O projeto de Inteligência Logística Portuária é composto pelos seguintes projetos: Concentrador de Dados e Portal de Informações Portuárias - Porto Sem Papel, Sistema de Gerenciamento e Informações de Tráfego Marítimo (*Vessel Traffic Management Information System* -VTMIS); Cadeia Logística Inteligente e Sistemas de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária - Gestão Portuária.

Concebido para agilizar os procedimentos burocráticos dos entes públicos que atuam nos portos, o projeto Porto Sem Papel consiste na criação de uma janela única, que permite a troca eletrônica de dados entre os intervenientes. A primeira fase, concluída no segundo semestre de 2011, representou sua implantação nos portos de Santos, Rio de Janeiro e Vitória.

O projeto VTMS consiste na aquisição e instalação dos sistemas de monitoramento de tráfego de embarcações. O acordo de cooperação com a Agência para o Comércio e Desenvolvimento dos Estados Unidos (*United States Trade and Development Agency* -USTDA) – possibilitou a contratação de empresa de consultoria em 2011, para realização de estudos técnicos. A 1ª Fase do Estudo foi entregue, e a sua conclusão está prevista para março de 2012.

O projeto Cadeia Logística Inteligente consiste no uso das tecnologias de rastreamento de cargas com vistas a aumentar a eficiência logística nos portos. Em 2011, foram celebrados os respectivos contratos de desenvolvimento e termos de cooperação com as entidades parceiras.

A Gestão Portuária por Resultados - GPPR visa a modernização da gestão portuária e a definição de indicadores de desempenho, voltados para a obtenção de resultados. Em novembro de 2011, através do convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina - Senai/SC, iniciou-se o projeto piloto na Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern. Os resultados servirão de base para a sua aplicação nas outras seis Companhias Docas vinculadas à SEP/PR.

O Programa de Incentivo a Cabotagem visa aumentar a participação do modal aquaviário na matriz de transporte brasileira e a redução do custo logístico interno. Dentre as ações em curso em 2011, destacam-se: (i) o Acordo de Assistência Técnica firmado com a Agência de Desenvolvimento de Informática e Telecomunicações do Governo de Cingapura (*IDA International*), para a modelagem de um sistema colaborativo voltado para a integração e gestão dos processos relativos à Cabotagem e (ii) o Acordo de Cooperação Técnica com o Banco Mundial com a participação do Ministério dos Transportes - em fase de contratação -, para realização de diagnóstico sobre a Cabotagem visando a proposição de políticas públicas para o setor no médio e longo prazo.

No aspecto ambiental do setor portuário, destacam-se no ano de 2011 dois conjuntos de ações: (i) a implantação do Programa Federal de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária - PRGAP, com a assinatura de dois Termos de Cooperação Técnica e Financeira com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e a Universidade Federal da Bahia - UFBA, para a elaboração dos estudos necessários à obtenção da licença ambiental de operação de 11 portos administrados pelas Companhias Docas e (ii) a implantação do Projeto de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos, tem como objetivo a implantação em 22 portos marítimos brasileiros do gerenciamento de resíduos sólidos e de efluentes líquidos, bem como a erradicação da fauna sinantrópica nociva por meio de cooperação técnica com o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - COPPE/UFRJ.

Ao longo de 2011, realizou-se uma série de estudos e debates com diversos atores do setor público e privado sobre temas que demandam modificações no marco regulatório do setor portuário, tais como a organização institucional, eficiência de gestão e desenvolvimento de oferta e demanda dos serviços. O objetivo foi coletar subsídios para o seu aperfeiçoamento, com vistas a gerar maior segurança jurídica no ambiente de negócios do setor, incentivando a participação de investimentos privados nos portos marítimos brasileiros.

Um exemplo de novo empreendimento a ser estimulado pelas modificações no marco regulatório é a condução pela SEP/PR e Agência Nacional de Transporte Aquaviário - Antaq da implantação do Porto do Polo Industrial de Manaus - PPIM, através de concessão. Foi aberto concurso público internacional para a elaboração do projeto básico, que foi concluído em novembro de 2011. O investimento total previsto é de R\$ 400 milhões.

PARTE V – BALANÇO GERAL DA UNIÃO**5.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

BALANÇO PATRIMONIAL			
R\$ milhares			
ATIVO			
	NOTA	2011	2010
ATIVO FINANCEIRO			
Disponível	1	530.259.840,18	461.741.153,82
Créditos em Circulação	2	50.415.040,89	87.609.543,25
Ativo Financeiro a Longo Prazo		83.976,63	61.135,20
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO		580.758.857,70	549.411.832,27
ATIVO NÃO FINANCEIRO			
Realizável a Curto Prazo	3	464.136.312,49	380.936.796,61
Valores Pendentes a Curto Prazo	4	-	27.408,48
Realizável a Longo Prazo	5	2.257.506.400,76	1.912.046.931,43
		2.721.642.713,25	2.293.011.136,53
Permanente			
Investimentos	6	273.405.330,25	229.984.393,57
Imobilizado	7	302.720.527,08	260.447.589,27
Intangível	8	486.058,70	190.105,29
Diferido		22.578,56	26.310,25
		576.634.494,59	490.648.398,38
TOTAL DO ATIVO NÃO FINANCEIRO		3.298.277.207,84	2.783.659.534,91
ATIVO REAL		3.879.036.065,54	3.333.071.367,18
ATIVO COMPENSADO	18	1.026.646.815,41	986.002.221,26
TOTAL DO ATIVO		4.905.682.880,95	4.319.073.588,44

BALANÇO PATRIMONIAL			
(Continuação)			R\$ milhares
PASSIVO			
	NOTA	2011	2010
PASSIVO FINANCEIRO			
Depósitos	9	31.490.265,13	18.056.027,72
Obrigações em Circulação	10	149.586.015,04	170.246.041,22
Valores Pendentes a Curto Prazo	11	1.490.438,68	3.255.126,77
Passivo Financeiro a Longo Prazo		4.503,75	3.134,55
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO		182.571.222,60	191.560.330,26
PASSIVO NÃO FINANCEIRO			
Obrigações em Circulação	12	562.422.808,45	584.681.971,25
Exigível a Longo Prazo	13	2.250.674.478,09	1.975.081.281,02
Resultado de Exercícios Futuros		1.661.600,78	910.698,06
TOTAL DO PASSIVO NÃO FINANCEIRO		2.814.758.887,32	2.560.673.950,33
PASSIVO REAL		2.997.330.109,92	2.752.234.280,59
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social/Capital Social	14	16.599.653,35	581.761.189,03
Reservas	15	5.484.841,42	4.907.072,43
Ajustes de Avaliação Patrimonial		19.991,29	1.748,72
Ajustes de Exercícios Anteriores	16	4.955.995,99	-
Resultados Acumulados	17	854.645.473,57	(5.832.923,59)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		881.705.955,62	580.837.086,59
PASSIVO COMPENSADO	18	1.026.646.815,41	986.002.221,26
TOTAL DO PASSIVO		4.905.682.880,95	4.319.073.588,44

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
			R\$ milhares
VARIAÇÕES ATIVAS			
	NOTA	2011	2010
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO		2.569.983.146,64	2.253.623.298,97
RECEITAS CORRENTES	1		
Receita Tributária		353.304.116,17	296.708.391,12
Receita de Contribuições		543.187.908,54	474.665.578,17
Receita Patrimonial		66.163.746,88	65.269.330,66
Receita Agropecuária		21.715,95	21.211,88
Receita Industrial		562.842,89	603.787,86
Receita de Serviços		48.144.217,05	40.658.044,04
Outras Transferências Correntes		459.839,61	276.901,43
Outras Receitas Correntes		49.293.478,07	34.005.244,86
Receita Corrente entre Órgãos do OFSS		13.545.974,18	12.485.249,49
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES		1.074.683.839,34	924.693.739,51
RECEITAS DE CAPITAL			
Operações de Crédito	2	566.541.477,24	502.024.000,60
Alienação de Bens	3	1.938.954,48	946.550,47
Amortização de Empréstimos e Financ.		39.878.446,46	25.032.166,02
Outras Transferências de Capital		115.230,92	107.116,78
Outras Receitas de Capital		58.959.036,77	52.180.453,04
Receita de Capital entre Órgãos do OFSS		1.473.961,69	311.751,06
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL		668.907.107,54	580.602.037,97
DEDUÇÕES DA RECEITA	4	(42.594.066,83)	(22.567.205,94)
MUTAÇÕES ATIVAS			
Incorporação de Ativos		78.654.347,66	66.434.666,17
Desincorporação de Passivos		790.331.918,93	704.460.061,26
TOTAL DAS MUTAÇÕES ATIVAS		868.986.266,59	770.894.727,43
RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO		5.253.526.626,68	3.834.382.367,93
RECEITAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS		3.835.485,02	1.788.193,68
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS			
Incorporação de Ativos	5	3.303.045.747,92	2.732.964.467,90
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	6	257.718.459,88	147.230.204,94
Desincorporação de Passivos	5	1.031.974.000,56	703.684.965,91
Ajustes de Obrigações	7 e 17	67.087.947,07	105.155.684,20
Valorizações Diversas		-	-
Ajustes Monetários do Balanço		70.027,89	2.921,11
Resultado da Equivalência Patrimonial	16	45.133.215,79	17.374.126,70
Ajustes de Exercícios Anteriores	5	544.661.742,55	126.181.803,49
TOTAL DOS ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS		5.249.691.141,66	3.832.594.174,24
RESULTADO PATRIMONIAL	18		89.571.830,78
Déficit			89.571.830,78
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS		7.823.509.773,32	6.177.577.497,67

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS			
(Continuação)			R\$ milhares
VARIAÇÕES PASSIVAS			
	NOTA	2011	2010
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO		2.332.086.551,42	2.082.578.304,14
DESPESAS CORRENTES			
Pessoal e Encargos Sociais		182.441.407,22	169.493.790,96
Juros e Encargos da Dívida		131.122.390,20	122.422.088,81
Outras Despesas Correntes	8	680.262.861,70	594.782.769,29
Despesa Corrente entre Órgãos do OFSS		15.854.063,05	14.598.728,44
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES		1.009.680.722,17	901.297.377,51
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	9	48.382.115,79	53.306.349,31
Inversões Financeiras		39.449.382,47	34.963.938,26
Amortização e Refinanciamento da Dívida	10	577.339.280,63	514.040.748,07
Despesa de Capital entre Órgãos do OFSS		1.979.825,83	1.342.752,48
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL		667.150.604,72	603.653.788,13
MUTAÇÕES PASSIVAS			
Desincorporação de Ativos	11	82.342.376,12	66.676.242,68
Incorporação de Passivos	12	572.912.848,41	510.950.895,82
TOTAL DAS MUTAÇÕES PASSIVAS		655.255.224,53	577.627.138,50
RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO		5.199.099.178,72	4.094.999.193,54
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS		5.818.904,68	4.604.319,52
DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS			
Desincorporação de Ativos	13	3.592.762.119,83	1.744.365.323,88
Ajustes de Bens, Valores e Créditos	14	86.325.680,48	74.368.837,54
Incorporação de Passivos	13	593.121.685,80	1.764.161.721,55
Ajustes de Obrigações	15 e 17	368.561.587,72	355.156.061,48
Ajustes Monetários do Balanço		71.631,13	245.186,76
Resultado da Equivalência Patrimonial	16	5.853.470,88	21.319.636,81
Ajustes de Exercícios Anteriores	13	546.584.098,20	130.778.106,01
TOTAL DOS DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS		5.193.280.274,04	4.090.394.874,01
RESULTADO PATRIMONIAL	18	292.324.043,17	
Superávit		292.324.043,17	
TOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS		7.823.509.773,32	6.177.577.497,67

BALANÇO FINANCEIRO				
				RS milhares
INGRESSOS				
	NOTA	2011	2010	VARIAÇÃO %
ORÇAMENTÁRIOS				
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias		353.304.116,17	296.708.391,12	19%
Receitas de Contribuição		543.187.908,54	474.665.578,17	14%
Receitas Patrimoniais		66.163.746,88	65.269.330,66	1%
Receitas Agropecuárias		21.715,95	21.211,88	2%
Receitas Industriais		562.842,89	603.787,86	-7%
Receitas de Serviços		48.144.217,05	40.658.044,04	18%
Transferências Correntes		459.839,61	276.901,43	66%
Outras Receitas Correntes		49.293.478,07	34.005.244,86	45%
Receitas Correntes Intraorçamentárias		13.545.974,18	12.485.249,49	8%
		1.074.683.839,34	924.693.739,51	16%
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito		566.541.477,24	502.024.000,60	13%
Alienação de Bens		1.938.954,48	946.550,47	105%
Amortização de Empréstimos		39.878.446,46	25.032.166,02	59%
Transferências de Capital		115.230,92	107.116,78	8%
Outras Receitas de Capital		58.959.036,77	52.180.453,04	13%
Receitas de Capital Intraorçamentárias		1.473.961,69	311.751,06	
		668.907.107,54	580.602.037,97	15%
DEDUÇÕES DE RECEITA				
		(42.594.066,83)	(22.567.205,94)	89%
TOTAL ORÇAMENTÁRIO				
		1.700.996.880,05	1.482.728.571,54	15%
EXTRAORÇAMENTÁRIOS				
	1			
Valores em Circulação		837.678.065,97	677.007.525,70	24%
Valores a Classificar		1.490.361,25	3.255.049,35	-54%
Valores Pendentes a Curto Prazo		696.509.629,67	1.097.855.077,22	-37%
Depósitos		31.490.265,13	18.056.027,72	74%
Obrigações em Circulação		424.972.374,94	937.273.946,58	-55%
Receita Extraorçamentária		1.979.743,20	790.872,17	150%
Ajustes de Direitos e Obrigações		1.478.186.069,74	1.421.210.712,77	4%
TOTAL EXTRAORÇAMENTÁRIO		3.472.306.509,90	4.155.449.211,50	-16%
DISPONIBILIDADES DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
Conta Única do Tesouro Nacional		227.869.023,53	229.007.392,48	0%
INSS		5.963.443,22	710.928,15	739%
Recursos à Disposição da Dívida Pública		154.541.346,30	164.707.801,06	-6%
Aplicações Financeiras		37.431.408,49	32.798.281,91	14%
Outras Disponibilidades		35.935.932,28	18.677.905,80	92%
		461.741.153,82	445.902.309,40	4%
TOTAL GERAL				
		5.635.044.543,77	6.084.080.092,45	-7%

BALANÇO FINANCEIRO				
(Continuação)				R\$ milhares
DISPÊNDIOS				
	NOTA	2011	2010	VARIAÇÃO %
ORÇAMENTÁRIOS				
DESPESAS CORRENTES				
Pessoal e Encargos Sociais		182.441.407,22	169.493.790,96	8%
Juros e Encargos da Dívida		131.122.390,20	122.422.088,81	7%
Outras Despesas Correntes		680.262.861,70	594.782.769,29	14%
Despesas Correntes Intraorçamentárias		15.854.063,05	14.598.728,44	9%
		1.009.680.722,17	901.297.377,51	12%
DESPESAS DE CAPITAL				
Investimentos		48.382.115,79	53.306.349,31	-9%
Inversões Financeiras		39.449.382,47	34.963.938,26	13%
Amortização da Dívida		577.339.280,63	514.040.748,07	12%
Outras Despesas de Capital		-	-	0%
Despesas de Capital Intraorçamentárias		1.979.825,83	1.342.752,48	47%
		667.150.604,72	603.653.788,13	11%
TOTAL ORÇAMENTÁRIO		1.676.831.326,89	1.504.951.165,64	11%
EXTRAORÇAMENTÁRIOS				
	2			
Valores em Circulação		309.016.842,13	837.680.449,03	-63%
Valores a Classificar		3.255.049,35	3.234.197,05	1%
Valores Pendentes a Curto Prazo		696.509.629,67	1.097.855.077,22	-37%
Depósitos		18.056.027,72	12.191.113,55	48%
Obrigações em Circulação		922.022.569,36	745.647.376,41	24%
Despesa Extraorçamentária		6.087.369,47	4.615.917,37	32%
Ajustes de Direitos e Obrigações		1.473.005.889,01	1.416.163.642,35	4%
TOTAL EXTRAORÇAMENTÁRIO		3.427.953.376,70	4.117.387.772,99	-17%
DISPONIBILIDADES P/ EXERCÍCIO SEGUINTE				
Conta Única do Tesouro Nacional		292.947.252,57	227.869.023,53	29%
INSS		9.598.171,05	5.963.443,22	61%
Recursos à Disposição da Dívida Pública		155.248.054,07	154.541.346,30	0%
Aplicações Financeiras		42.308.989,24	37.431.408,49	13%
Outras Disponibilidades		30.157.373,25	35.935.932,28	-16%
		530.259.840,18	461.741.153,82	15%
TOTAL GERAL		5.635.044.543,77	6.084.080.092,45	-7%

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO										RS milhares	
RECEITAS											
NOTA	2011					2010					VARIÇÃO REALIZAÇÃO
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO / INSUFICIÊNCIA ARRECAÇÃO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO / INSUFICIÊNCIA ARRECAÇÃO			
RECEITAS CORRENTES											
Receitas Tributárias	347.539.631,54	347.539.631,54	338.649.294,85	8.890.336,68	293.541.111,86	293.541.111,86	281.815.114,60	11.725.987,25	20%		
Receitas de Contribuição	552.247.665,36	552.247.665,36	558.759.251,53	(6.511.586,17)	492.591.610,30	492.591.610,30	487.655.416,86	4.936.193,43	15%		
Receitas Patrimoniais	57.481.036,49	57.481.036,49	66.713.892,10	(8.232.855,61)	54.779.597,35	54.779.597,35	65.243.891,00	(10.464.293,65)	1%		
Receitas Agropecuárias	25.757,49	25.757,49	21.013,93	4.743,56	24.376,32	24.376,32	20.324,55	4.051,77	3%		
Receitas Industriais	1.005.069,63	1.005.069,63	731.079,82	273.989,81	838.130,76	838.130,76	737.626,35	100.504,41	-1%		
Receitas de Serviços	44.720.516,51	44.720.516,51	48.016.053,58	(3.295.537,07)	34.585.692,41	34.585.692,41	40.499.151,07	(5.913.458,66)	19%		
Transferências Correntes	289.279,07	289.279,07	450.679,06	(161.399,99)	462.534,67	462.534,67	269.189,84	193.344,83	67%		
Outras Receitas Correntes	46.487.476,59	46.487.476,59	30.800.144,14	15.687.332,45	45.028.647,88	45.028.647,88	26.320.703,96	18.707.943,91	17%		
	1.049.796.432,67	1.049.796.432,67	1.043.141.409,00	6.655.023,67	921.851.701,54	921.851.701,54	902.561.418,24	19.290.283,30	16%		
RECEITAS DE CAPITAL											
Operações de Crédito	828.760.656,64	828.760.656,64	567.992.113,42	260.768.543,22	774.555.488,71	774.555.488,71	502.288.265,58	272.267.223,13	13%		
Alienação de Bens	5.430.728,99	5.430.728,99	1.959.785,70	3.470.943,29	4.874.947,87	4.874.947,87	797.973,58	4.076.974,29	146%		
Amortização de Empréstimos	27.595.249,89	27.595.249,89	28.945.139,73	(1.349.889,84)	24.298.819,69	24.298.819,69	24.799.044,42	(500.224,74)	17%		
Transferências de Capital	317.573,58	317.573,58	111.586,48	205.987,10	314.923,62	314.923,62	101.411,54	213.512,08	10%		
Outras Receitas de Capital	54.115.254,43	54.115.254,43	58.846.845,71	(4.731.591,28)	40.125.912,93	40.125.912,93	52.180.458,19	(12.054.545,27)	13%		
	916.219.463,54	916.219.463,54	657.855.471,04	258.363.992,50	844.170.092,82	844.170.092,82	580.167.153,31	264.002.939,51	13%		
SUBTOTAL I	1.966.015.896,21	1.966.015.896,21	1.700.996.880,05	265.019.016,17	1.766.021.794,35	1.766.021.794,35	1.482.728.571,54	283.293.222,81	15%		
Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores		39.148.464,57		39.148.464,57		68.615.776,62		68.615.776,62			
Excesso de Arrecadação		10.131.443,97		10.131.443,97		13.707.322,38		13.707.322,38			
SUBTOTAL II	1.966.015.896,21	2.015.295.804,75	1.700.996.880,05	314.298.924,70	1.766.021.794,35	1.848.344.893,35	1.482.728.571,54	365.616.321,81	15%		
DÉFICIT							22.222.594,10	(22.222.594,10)			
TOTAL	1.966.015.896,21	2.015.295.804,75	1.700.996.880,05	314.298.924,70	1.766.021.794,35	1.848.344.893,35	1.504.951.165,64	343.393.727,71	13%		

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO										RS milhares
(Continuação)	DESPESAS									
	NOTA	2011				2010				
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA / EXCESSO EXECUÇÃO DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA / EXCESSO EXECUÇÃO DESPESA	
CRÉDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES										
DESPESAS CORRENTES										
Pessoal e Encargos Sociais	199.765.948,12	200.162.975,43	197.481.485,24	2.681.490,19	184.150.219,91	184.806.532,90	183.278.150,89	1.528.382,01	8%	
Juros e Encargos da Dívida	169.870.725,44	169.870.647,43	131.122.390,20	38.748.257,23	110.398.829,91	138.412.322,20	122.422.088,81	15.990.233,39	7%	
Outras Despesas Correntes	677.682.651,54	702.183.468,43	679.266.064,52	22.917.403,91	593.933.853,98	608.468.709,18	588.660.251,28	19.808.457,90	15%	
	1.047.319.325,10	1.072.217.091,30	1.007.869.939,96	64.347.151,34	888.482.903,80	931.687.564,28	894.360.490,98	37.327.073,30	13%	
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos	62.922.507,51	65.159.923,83	47.043.622,34	18.116.301,49	58.105.113,68	62.247.005,85	47.658.701,89	14.588.303,96	-1%	
Inversões Financeiras	44.476.768,98	46.604.295,47	40.786.159,15	5.818.136,32	41.091.356,98	42.003.994,83	33.124.748,03	8.879.246,80	23%	
Amortização da Dívida	783.918.792,68	804.216.849,68	577.339.280,63	226.877.569,05	757.158.375,28	777.177.879,00	514.040.748,07	263.137.130,92	12%	
Reserva de Contingência	25.754.965,13	19.395.296,00	-	19.395.296,00	21.184.044,62	13.587.585,35	-	13.587.585,35		
	917.073.034,29	935.376.364,98	685.169.062,12	270.207.302,87	877.538.890,56	895.016.465,03	594.824.197,99	300.192.267,04	12%	
CRÉDITOS ESPECIAIS										
DESPESAS CORRENTES										
Pessoal e Encargos Sociais	-	300,00	-	300,00	-	1,17	1,17	-	-100%	
Outras Despesas Correntes	1.040.501,18	1.040.801,18	259.830,88	780.670,30	560.279,99	560.281,16	157.787,47	402.492,52	65%	
			259.830,88	780.970,30			157.788,63	402.492,52	65%	
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos	1.056.911,74	1.056.911,74	376.745,82	680.165,91	2.441.426,96	2.441.426,96	1.656.877,79	784.549,17	-77%	
Inversões Financeiras	561.759,91	561.759,91	341.016,31	220.743,60	5.618.980,23	5.618.980,23	2.508.894,78	3.110.065,45	-86%	
	1.618.671,65	1.618.671,65	717.762,13	900.909,52	8.060.387,19	8.060.387,19	4.165.772,57	3.894.614,62	-83%	
CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS										
DESPESAS CORRENTES										
Outras Despesas Correntes	1.774.881,27	1.774.881,27	1.550.951,34	223.929,93	7.459.826,06	7.459.826,06	6.733.006,54	726.819,53	-77%	
			1.550.951,34	223.929,93			6.733.006,54	726.819,53	-77%	
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos	1.394.457,55	1.394.457,55	1.013.780,47	380.677,08	4.550.358,79	4.550.358,79	4.048.877,29	501.481,50	-75%	
Inversões Financeiras	250.000,00	250.000,00	250.000,00	-	614.940,28	614.940,28	250.059,72	364.880,56	-59%	
	1.644.457,55	1.644.457,55	1.263.780,47	380.677,08	5.415.358,79	5.415.358,79	4.663.817,57	751.541,22	-73%	
SUBTOTAL	2 e 3	1.964.392.359,39	2.013.672.267,93	1.676.831.326,89	336.840.941,04	1.766.021.794,35	1.504.905.074,28	343.294.808,22	11%	
SUPERÁVIT			24.165.553,15	(24.165.553,15)						
TOTAL		1.964.392.359,39	2.013.672.267,93	1.700.996.880,05	312.675.387,88	1.766.021.794,35	1.504.905.074,28	343.294.808,22	13%	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO										R\$ milhares
NOTA	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCRO	OUTRAS RESERVAS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS / PREJUÍZOS ACUMULADOS	ACOES / COTAS EM TESOURARIA	TOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO DE 2010	356.266.067,96	13.322.427,26	2.190.406,92	529.710,80	67.253,84	16.714,40	1.882,95	(4.859.869,21)	(776.884,56)	350.632.262,02
Variação Cambial - Saldo Inicial	(103.278,11)	-	-	11,27	-	-	-	(0,00)	-	(103.266,85)
Ajustes de Exercícios Anteriores	316.675.572,82	9.524,82	(228.404,21)	(20.098,69)	-	-	-	(560.099,124,58)	-	(243.662.529,84)
Correção Monetária do PL	-	17.460,44	2.349,92	87.645,49	-	-	-	122.418,14	-	229.873,99
Reavaliação de Ativos	-	-	3.631,61	71.194,28	-	-	-	857.577.451,28	-	857.652.277,17
Aumento de Capital	-	-	3.521.640,69	-	-	-	-	18.740.209,93	-	22.261.850,62
Resultado do Exercício	(88.426.902,98)	-	-	-	-	-	(134,23)	(1.250.691,07)	-	(89.677.728,28)
Constituição / Reversão de Reservas	(473.172,05)	1.374.999,98	(1.298.509,48)	(6.554,09)	4.103,71	-	-	(316.379,032,13)	-	(316.778.164,06)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(2.439,25)	-	(2.439,25)
Saldos de Integração	827,79	-	-	(97.631,56)	-	-	-	326.129,34	-	229.325,56
Provisão sobre o Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	(5.825,18)	-	(5.825,18)
Erros/Omissões/Mudança de Crit. Contábil	-	-	63.601,54	-	-	-	-	-	-	63.601,54
Provisão para CSLL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões Tributárias - IRPJ Diferido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO FINAL 2010	567.813.661,09	14.724.412,50	4.254.717,00	564.277,49	71.363,55	16.714,40	1.748,72	(5.832.923,59)	(776.884,56)	580.837.086,59
SALDO INICIAL 2011	567.813.661,09	14.724.412,50	4.254.717,00	564.277,49	71.363,55	16.714,40	1.748,72	(5.832.923,59)	(776.884,56)	580.837.086,59
Variação Cambial - Saldo Inicial	411.527,97	-	-	25,39	-	-	-	0,00	-	411.553,36
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	28.275,18	(33.529,89)	(14.179,28)	-	-	-	1.036.696,34	-	1.017.262,35
Correção Monetária do PL	-	-	3.055,09	24.000,09	-	-	-	8.738,98	-	35.794,15
Reavaliação de Ativos	-	-	3.525,97	37.880,33	-	-	18.242,57	3.899.084,22	-	3.958.733,08
Aumento de Capital	-	-	3.149.554,44	-	-	-	-	-	-	3.149.554,44
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	292.324.043,17	-	292.324.043,17
Constituição / Reversão de Reservas	(568.225.189,06)	2.631.387,56	(2.599.299,24)	(10.144,15)	24.650,09	-	-	568.178.100,03	-	(494,76)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(10.649,18)	-	(10.649,18)
Saldos de Integração	-	(7.537,32)	(7.769,85)	-	-	-	-	2.011,56	-	(13.295,62)
Provisão sobre o Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	(2.651,68)	-	(2.651,68)
Erros/Omissões/Mudança de Crit. Contábil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para CSLL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões Tributárias - IRPJ Diferido	-	-	-	-	-	-	-	(980,29)	-	(980,29)
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2011	-	17.376.537,91	4.770.253,51	601.859,87	96.013,64	16.714,40	19.991,29	859.601.469,56	(776.884,56)	861.705.955,62

5.2. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO GERAL DA UNIÃO

5.2.1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

O Balanço Geral da União – BGU integra a Prestação de Contas Anual da Presidenta da República, apresentando as contas de todos os Poderes da República, em cumprimento ao inciso XXIV do artigo 84 da Constituição Federal.

O BGU é uma peça documental que contempla as ações governamentais executadas pelo conjunto de órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Federal e recebem dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

No ano de 2008 foi publicada a Portaria MF nº 184, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público, pelos entes públicos, quanto aos procedimentos e práticas contábeis adotados na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-las convergentes aos padrões estabelecidos nas Normas Internacionais de Contabilidade. Nesse sentido, o Decreto nº 6.976/2009, traçou objetivos com o intuito de permitir as adequações necessárias a essa nova ordem.

A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, iniciou um conjunto de mudanças na Contabilidade Pública trazendo uma nova concepção e exigindo nova postura e visão sobre os atos e fatos praticados pelo setor público. Tais mudanças provocam mais um efeito: a melhoria do nível de qualificação dos servidores envolvidos, contribuindo assim para o cumprimento do Princípio da Eficiência na Gestão do Patrimônio Público.

Respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente, essas mudanças vêm ocorrendo de forma gradual e têm como principais focos:

- a) A convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, a *International Financial Reporting Standards* – IFRS, publicadas pela *International Federation of Automatic Control* – IFAC.
- b) A Lei nº 11.638/2007, que altera a Lei nº 6.404/1976, Lei das Sociedades por Ações, e determina que todas as empresas brasileiras de capital aberto deverão apresentar seus demonstrativos financeiros elaborados segundo as IFRS; e
- c) A convergência às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Para o aperfeiçoamento da contabilidade pública brasileira, em 2008 foram publicadas as primeiras normas, agrupadas na NBC-T-16, que implicam em significativas alterações de procedimentos e em importantes

interações e impactos sobre as normas atuais. Visam contribuir para o fortalecimento e uniformização de procedimentos contábeis patrimoniais em âmbito nacional, que sirva não só ao cumprimento dos aspectos legais, mas reflita com fidedignidade o impacto das transações governamentais no patrimônio.

As demonstrações contábeis que compõem o Balanço Geral da União foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, e do Decreto-Lei nº 200/67, que dispõe sobre a organização da administração federal, estabelece diretrizes para a reforma administrativa e dá outras providências.

Mantidos os princípios legais que norteiam a Contabilidade Pública, e em complemento a essa legislação, também serviram de base à elaboração do BGU:

- Decreto nº 93.872/86, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional e atualiza e consolida a legislação pertinente;
- Lei Complementar nº 101/ 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;
- Lei nº 12.309/2010, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011;
- Lei 12.381/2011, Lei Orçamentária Anual – LOA, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2011;
- Decreto nº 7.445/2011, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolsos do Poder Executivo para o exercício de 2011, com as seguintes alterações: Decreto nº 7.477/2011, (altera os Anexos III, IV, VII, VIII e X); Decreto nº 7.534/2011, (altera os Anexos VII, VIII e X); Decreto nº 7.558/2011, (altera os Anexos VII, VIII e X); Decreto nº 7.575/2011 (altera os Anexos VII, VIII e X); e o Decreto nº 7.622/2011 (altera os arts. 8º e 12 e os Anexos I, II, VII, VIII e X);
- Decreto nº 7.425/2011, que dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, entidades e fundos do Poder Executivo, até a publicação da LOA de 2011;
- Disposições do Conselho Federal de Contabilidade em cumprimento aos Princípios de Contabilidade;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, em utilização pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal;

- Manual SIAFI, que trata da execução orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Pública Federal;
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, a NBC-T16, que trata de aspectos contábeis específicos da gestão governamental, com suas diversas variações como, por exemplo, a NBC-T 16.10 sobre Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público; e
- Artigo 35 da Lei nº 4.320/64, base legal da contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que define: pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

Alguns procedimentos contábeis foram utilizados com base em estimativas como, por exemplo, a taxa de depreciação dos bens adquiridos, incorporados ou colocados em utilização a partir de janeiro de 2010, constante da tabela estipulada pela STN para esse fim, cujos procedimentos continuaram no exercício de 2011.

Vale ressaltar que em alguns quadros apresentados no presente relatório, os totais poderão eventualmente divergir do somatório das partes em função do critério de arredondamentos para apresentação de valores em milhares e milhões de reais.

Nas demonstrações contábeis de 2011, alguns itens de balanço foram realocados no próprio balanço, obedecendo as orientações legais, permitindo a compatibilização com a estrutura do Plano de Contas, e serão comentados em item específico deste relatório.

O BGU do exercício financeiro de 2011 está composto pelas seguintes demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial BP, Demonstração das Variações Patrimoniais DVP, Balanço Orçamentário - BO e Balanço Financeiro - BF, exigidos pela Lei nº 4.320/64. Consta também a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, que não tem obrigatoriedade, porém é um instrumento utilizado para uma análise mais apurada das variações dos elementos do patrimônio líquido. Por meio da DMPL, é possível verificar o efetivo resultado das operações que impactaram diretamente o patrimônio líquido. Todas as demonstrações contábeis estão complementadas pelas notas explicativas constantes deste relatório.

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial da União em 31 de dezembro de 2011. Demonstra a posição estática dos ativos e passivos da União no final do exercício, possibilitando ao usuário da informação conhecer qualitativa e quantitativamente a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos), e dos capitais,

reservas e resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido). Apresenta também os atos administrativos no grupo intitulado Compensado.

A Lei nº 4.320/64, em seu Anexo 14, estabelece a estrutura do Balanço Patrimonial, destacando os grupos: Ativo Financeiro, Ativo Permanente, Ativo Real, Saldo Patrimonial (Passivo Real Descoberto), Ativo Compensado e Ativo Total, Passivo Financeiro, Passivo Permanente, Passivo Real, Saldo Patrimonial (Ativo Real Líquido), Passivo Compensado e Passivo Total.

No entanto, a STN, por competência e em função da estrutura do Plano de Contas da administração federal, adotou nova metodologia e promoveu alterações na estrutura do Balanço Patrimonial, atualmente disponibilizada no SIAFI, onde o Ativo Permanente e o Passivo Permanente passaram a se chamar Ativo não Financeiro (dependente de autorização legislativa) e Passivo não Financeiro (dívida fundada e demais passivos que dependem de autorização legislativa para serem amortizados ou resgatados), e o saldo patrimonial passou a ser o Patrimônio Líquido constante da coluna do Passivo.

Cabe lembrar que o BP demonstra o resultado acumulado, nele contendo o efeito do resultado do exercício levantado na Demonstração das Variações Patrimoniais a partir da comparação entre as variações ativas e passivas.

Destaca-se, portanto, a importância de desse balanço, cuja análise auxilia a definição dos indicadores de avaliação da gestão patrimonial. Em 2011, por exemplo, os procedimentos de contabilização da depreciação, amortização e exaustão que vêm acontecendo desde 2010, em atendimento ao Manual SIAFI, impactaram o patrimônio da União, com valores mais fidedignos, objeto de nota explicativa específica.

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da União durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo dependendo do resultado líquido entre as variações ativas e passivas. O valor apurado compõe o saldo patrimonial demonstrado no balanço patrimonial.

A Lei nº 4.320/64, em seu Anexo 15 estabelece a estrutura da DVP, demonstrando as variações ativas e as variações passivas, destacando as operações orçamentárias (resultantes da execução do orçamento) e as extraorçamentárias (independentes da execução do orçamento). Cumpre lembrar que o resultado patrimonial não deve ser confundido com o resultado orçamentário apurado no balanço orçamentário, pois neste não há efeito das mutações, transferências ativas e passivas e dos fenômenos independentes da execução orçamentária evidenciados na DVP.

O BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Reflete o fato de que os registros contábeis da receita e da despesa ocorrem de forma a atender as especificações constantes da LOA e dos Créditos Adicionais.

Com base em análises mais apuradas, a STN reconheceu a necessidade de reestruturá-lo em 2011. Nesse novo modelo, as informações estão dispostas em uma única página, com as receitas dispostas do lado esquerdo e as despesas do lado direito, mantendo-se as mesmas colunas do modelo vigente em 2010, porém evidenciando-se somente informações orçamentárias. Está desdobrado em Execução Orçamentária das Receitas, mostrando a previsão atualizada e a realização das receitas, e em Execução Orçamentária das Despesas, mostrando a fixação e a execução das despesas, considerados os créditos adicionais, com valores detalhados por tipo de crédito.

A análise do balanço orçamentário é de extrema importância para a definição dos indicadores de avaliação da gestão orçamentária, especialmente no que se refere à política fiscal pelo impacto da arrecadação das receitas e da execução da despesa pública.

O BF tem sua estrutura definida no Anexo 13 da Lei nº 4.320/64, onde a Receita Orçamentária é desdobrada segundo as categorias econômicas e a Despesa Orçamentária segundo as funções. No entanto, no Siafi o Balanço Financeiro vem sendo elaborado com a estrutura de categoria econômica para a receita e para a despesa orçamentárias, em aderência à estrutura do Plano de Contas e devido à inviabilidade do desdobramento por função nesse demonstrativo.

Os ingressos e os dispêndios evidenciam a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos financeiros advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira resulta um saldo que é transferido para o exercício seguinte.

Para fins de análise, utiliza-se, nas demonstrações contábeis consolidadas da União, critério de exclusão de itens, que elimina dos demonstrativos as transações entre os órgãos e entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, uma vez que esses valores são compensáveis dentro da nova unidade contábil.

No decorrer do exercício, foram realizados ajustes na estrutura das demonstrações contábeis, visando informações contábeis consistentes e confiáveis, sendo descritas em item específico desse relatório.

5.2.2. Mudanças de Critérios e Procedimentos Contábeis

Depreciação, amortização, exaustão, redução ao valor recuperável e reavaliação de itens do imobilizado

Em 2010, para fiel evidenciação do Patrimônio da União, a STN publicou a macrofunção 020330 do Manual SIAFI, que instrui como deve ser feita a contabilização da depreciação, amortização, exaustão, redução ao valor recuperável e reavaliação de itens do imobilizado.

Ficou estabelecido, na norma, um cronograma para o período de transição que determina os prazos máximos para o início da contabilização da depreciação dos ativos adquiridos em exercícios anteriores. Esse cronograma estabelece prazos máximos até 2013, de forma que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais terão impacto até que se conclua os testes de recuperabilidade de todo o ativo. Cabe ressaltar que os prazos de implementação dos procedimentos poderão ser alterados em decorrência de outros normativos ou de particularidades que facilitem ou causem restrição à obtenção dos valores.

Reconhecimento e atualização dos créditos tributários da União

Em 2010, a Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB passou a registrar em seu ativo, os créditos vencidos, porém ainda não inscritos em Dívida Ativa. Anteriormente esses créditos eram evidenciados apenas quando da inscrição. Apesar de tal registro não significar a adoção completa do regime de competência, expressa um avanço nesse sentido. Assim, a STN publicou, em 2011, a macrofunção "020333 - Crédito Tributário a Receber e Provisão" do Manual Siafi, que trata dos procedimentos para registro da apropriação de créditos tributários a receber e constituição da respectiva provisão, na administração pública direta da União, suas autarquias e fundações.

No Manual Siafi, foi estabelecido um cronograma para o registro dos créditos tributários e a constituição da sua correspondente provisão, com prazo iniciando em 2012, de forma que o Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais sofrerão impacto até que se conclua de forma completa o reconhecimento, a mensuração e o registro. Cabe ressaltar que os prazos de implementação dos procedimentos poderão ser alterados em decorrência de outros normativos ou de particularidades que facilitem ou causem restrição à obtenção dos valores.

Reconhecimento e atualização da dívida ativa da União

Foram alterados os eventos referentes às variações extraordinárias da FITA DAU (Dívida Ativa da União). O título "Variações Extraordinárias" foi incluído em 2011 e compreende eventos registrados de forma eletrônica ou manual, que podem provocar o aumento ou diminuição do valor do estoque da Dívida Ativa. Os eventos extraordinários são aqueles que podem, ou não, ocorrer no ciclo de vida de uma inscrição, não constituindo inclusões (inscrição e reativação de inscrição), exclusões (extinção do crédito), ou variações ordinárias (variação da SELIC e aumento do encargo legal) e não está diretamente relacionado a fatos ocorridos em exercícios anteriores. A alteração consistiu na substituição das contas de variação patrimonial que estão nos eventos, que hoje pertencem aos grupos 52382 e 62382 – de ajustes de exercícios anteriores para contas de ajustes de créditos pertencentes aos grupos 52323 e 62323 – de ajustes de créditos positivos e negativos. Além da substituição das contas nos eventos, foi feita a migração dos saldos para as contas relacionadas.

Procedimentos para registro da Transferência de Recurso à Autoridade Pública Olímpica

Foi criada rotina de transferência de recursos financeiros para consórcios públicos que a União faça parte, por ocasião da ratificação do Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir a denominada Autoridade Pública Olímpica – APO, conforme Lei nº 12.396/2011. Foram executadas despesas orçamentárias nas Naturezas de Despesa 331.71.00 e 333.71.00, respectivamente Transferências a Consórcios Públicos – Pessoal e Encargos Sociais e Transferências a Consórcios Públicos – Outras Despesas Correntes.

Controle de imóveis destinados à Reforma Agrária

Foram alterados os procedimentos para o registro e controle dos imóveis desapropriados para fins de Reforma Agrária, efetuados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra. Os imóveis desapropriados são registrados no Ativo Imobilizado, desde a sua obtenção até a sua destinação, visando dar atendimento aos questionamentos e exigências formuladas pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão 557/2004), no que tange ao controle dos imóveis obtidos pelo Incra para assentamento de trabalhadores rurais. No momento da apropriação da despesa orçamentária, ocorre a incorporação do imóvel (conta 14211.22.64 – Imóveis a Registrar Destinados à Reforma Agrária) nas Superintendências Regionais do Incra, apesar de os empenhos emitidos para atendimento das despesas

com "terra nua" (Títulos da Dívida Agrária – TDA) serem emitidos e liquidados na Sede/DF do Incra. Após a posse pelo Incra do imóvel com o devido registro em cartório, será feito o registro contábil na conta 14211.22.67 – Imóveis Registrados Destinados a Reforma Agrária.

Enquanto não destina e titula os imóveis rurais em favor dos trabalhadores rurais assentados, o Incra disponibiliza os lotes rurais a eles, por meio de Contrato de Concessão de Uso – CCU, afetando a conta contábil 14211.22.62 – Imóveis Registrados Cedidos aos Assentados – CCU.

Nos casos de imóveis que não serão titulados, ou seja, ficarão de posse dos trabalhadores rurais assentados, mas cujo domínio seja do Incra, estes serão disponibilizados aos trabalhadores rurais assentados por meio de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU, refletindo no saldo da conta contábil 14211.22.63 – Imóveis Registrados Cedidos Aos Assentados – CCDRU.

Quando o Incra disponibiliza aos trabalhadores rurais assentados, por meio de Contrato de Concessão de Uso – CCU e de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU, imóveis rurais desapropriados, com pagamento em Títulos da Dívida Agrária – TDA (quando "terra nua") ou em espécie (quando houver benfeitorias) depositados em juízo, mas nos quais o INCRA ainda não foi "imitado" na posse, ocorrem registros nas contas contábeis 14211.22.65 – "Imóveis a Registrar Cedidos aos Assentados – CCU" e 14211.22.66 – "Imóveis a Registrar Cedidos aos Assentados – CCDRU", respectivamente.

Procedimentos de contabilização dos direitos creditórios do Fundo de Garantia à Exportação – FGE

O Fundo de Garantia à Exportação - FGE, constituído mediante a Lei nº 9.818/99, é um fundo de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Fazenda, com a finalidade de dar cobertura financeira às garantias prestadas pela União nas operações de Seguro de Crédito à Exportação - SCE.

Os procedimentos de execução orçamentária, financeira e contábil do FGE no âmbito do SIAFI, são executados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na qualidade de seu gestor.

As atribuições de enquadrar e acompanhar as operações cursadas no SCE, estabelecendo os parâmetros e condições para concessão de assistência financeira às exportações e de prestação de garantia da União, com cobertura financeira do FGE, foram delegadas ao Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – Cofig, que é um

colegiado integrante da Câmara de Comércio Exterior – Camex.

As fontes de recursos do FGE são: os prêmios de seguro, *Premium Holding Fee* - PHF, recuperação de sinistros, dividendos e juros sobre capital próprio – ações do BB, *coupom* de juros sobre NTN-F, produto da alienação de ações, reversão de saldos não aplicados, resultado das aplicações financeiras dos recursos, recursos oriundos de dotação orçamentária do OGU e resgate de títulos públicos mobiliários.

As principais saídas de recursos do FGE são decorrentes de pagamentos à Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE e indenização de sinistros. Os pagamentos geralmente são em favor do Banco do Brasil ou do BNDES/Finame.

Iniciou-se em 2011 o registro contábil das cambiais endossadas à União e do reconhecimento contábil dos valores a recuperar, passo seguinte ao pagamento da indenização. Consequentemente, tornou-se possível o reconhecimento contábil das possíveis perdas. O reconhecimento dos direitos da União, decorrente do pagamento da indenização de sinistros e do endosso das cambiais, ocorre simultaneamente ao pagamento. Ocorrido o pagamento da indenização, realiza-se o endosso das cambiais. Uma vez paga a indenização de sinistros, os direitos a receber são registrados no exato valor do pagamento, caracterizando um valor a recuperar. Na sequência, são provisionadas as possíveis perdas decorrentes da não recuperação. A

provisão para perdas poderá levar em conta tanto os prazos prescricionais, como o histórico de não recuperação de sinistros.

Foi criada rotina contábil visando o controle dos direitos creditórios da União, no âmbito do Fundo de Garantia à Exportação – FGE. Foi feito levantamento, compreendendo o período de 2000 a 2011, das informações necessárias - indenizações pagas; partes não garantidas pela União; deduções; recuperações; e devolução das partes não garantidas- para registro contábil das cambiais endossadas à União. No âmbito do Seguro de Crédito à Exportação - SCE, destacam os registros contábeis correlacionados aos pagamentos de indenização de sinistros e seus desdobramentos, ou seja, as saídas de recursos do FGE. Os valores referentes a exercícios anteriores a 2011 foram contabilizados como ajustes de exercícios anteriores.

Reconhecimento de ativos de infraestrutura

Em 2011, foi criada a conta 14211.23.01 – “Bens de Uso Comum – Ativos de Infraestrutura – Rodovias” para registrar os bens de uso comum (rodovias). Não houve tempo hábil para o reconhecimento, mensuração e registros desses bens no exercício de 2011, mas tão logo sejam acertados os critérios contábeis, o lançamento será efetuado no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, o que acontecerá provavelmente durante o exercício de 2012.

Órgãos que reconhecem a receita contábil por competência

Em 2011, foi identificado no SIAFI o reconhecimento ainda inicial da receita contábil por competência. A identificação foi feita a partir de um grupo de contas de créditos a receber, que por sua natureza evidencia os valores reconhecidos de receitas segundo seu fato gerador, independente do seu recebimento. O quadro abaixo evidencia os órgãos e entidades que fizeram esse registro:

ÓRGÃO/ENTIDADE	
Agência Nacional de Energia Elétrica	Ministério da Educação
Agência Nacional do Cinema	Ministério da Integração Nacional
Câmara dos Deputados	Ministério da Previdência Social
Defensoria Pública da União (MJ)	Ministério da Saúde
Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	Ministério de Minas e Energia
Justiça do Trabalho	Ministério do Meio Ambiente
Justiça Eleitoral	Ministério Público da União
Justiça Federal	Secretaria da Receita Federal do Brasil (MF)
Ministério da Cultura	Secretaria do Tesouro Nacional (MF)

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

5.2.3. Inclusão, Exclusão, Alteração e Reclassificação de Itens de Balanço

No Balanço Patrimonial, os seguintes itens de balanço foram criados:

- a) "RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER" e "RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER – RETIFICADORA" – incluídos devido à criação das contas 11216.27.00, 11216.28.00 e 11216.29.00. Essas contas foram criadas em 2011 devido à necessidade de rotina específica para atender Inscrição de Recursos Especiais a Receber, fontes 49, 81 e 84.
- b) "RESULTADO POSITIVO DO BACEN" e "RESULTADO NEGATIVO DO BACEN" – incluídos para evidenciar o valor expressivo que, até 2010, constavam nos itens "OUTROS CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO" e "CREDORES DIVERSOS", respectivamente.
- c) "RESÍDUOS DE CONTRATOS LIQUIDADOS – FCVS" – incluído para evidenciar o valor expressivo que, até 2010, constava em "OUTROS DEBITOS A PAGAR". Trata-se do Fundo de Compensação de Variações Salariais.
- d) "CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER" e "PROVISÃO PARA CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER" – incluídos para evidenciar o valor expressivo que, até 2010, constavam no item "RECURSOS A RECEBER", além de evidenciar, com mais transparência, o valor da Provisão, que antes constava no mesmo grupo, demonstrando apenas o valor líquido dos Créditos Tributários.
- e) "DÍVIDA ATIVA (LP)" e "PROVISÃO PARA DÍVIDA ATIVA (LP)" – incluídos para evidenciar, separadamente e com mais transparência, o valor da Dívida Ativa de Longo Prazo e a sua Provisão, sendo que as duas contas constavam, até 2010, no item "CRÉDITOS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS".
- f) "CRÉDITO TRIBUTÁRIO A RECEBER (LP)" e "PROVISÃO PARA CRÉDITO TRIB. A RECEBER (LP)" – incluídos para evidenciar, separadamente e com mais transparência, o valor dos Créditos Tributários de Longo Prazo e a sua Provisão, sendo que as duas contas constavam, até 2010, no item "CRÉDITOS DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS".
- g) "CONSORCIOS PÚBLICOS A PAGAR" – incluído devido à criação da conta no Plano de Contas da União.

A separação dos itens com valores expressivos foi efetuada em atendimento ao artigo 176 da Lei nº 6.404/76, §2º, que estabelece que "os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas". Como o valor dessas contas ultrapassava 10% do total do grupo, elas foram colocadas em itens específicos. Essas alterações também são consequência da observação das recomendações do Tribunal de

Contas União referentes à Prestação de Contas do Presidente da República de 2010.

Ainda no Balanço Patrimonial, o item "LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS" foi renomeado para "RESULTADOS ACUMULADOS", e subdividido em "RESULTADO DO EXERCÍCIO" e "RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES". Essa alteração atende o que determina as Normas Brasileiras de Contabilidade, NBCT 16.6, item 13, que estabelece que: "No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores".

Houve alteração na estrutura da demonstração, sendo que o item "VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO", que era um item independente dentro do "ATIVO NÃO FINANCEIRO", passou a pertencer ao grupo "REALIZÁVEL A CURTO PRAZO", também do "ATIVO NÃO FINANCEIRO". Essa alteração foi necessária, pois se observou que a rubrica "Valores pendentes a Curto Prazo" era composta por contas que, estruturalmente, de acordo com o Plano de Contas da União, pertencem ao grupo "Realizável a Curto Prazo".

No Balanço Financeiro, os seguintes itens de balanço foram criados:

- a) "TÍTULOS RECOMPRADOS A BAIXAR" – incluído para evidenciar o valor expressivo que, até 2010, constava no item "OUTROS CRÉDITOS".
- b) "ALIENACAO DE BENS" – incluída como subgrupo do item "RECEITAS DE CAPITAL", que compõe o item "RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO".
- c) "CONSORCIOS PÚBLICOS A PAGAR" – incluído devido à criação da conta no Plano de Contas da União.

Na Demonstração das Variações Patrimoniais, os seguintes itens foram criados:

- a) "ALIENACAO DE BENS" – incluída como subgrupo do item "RECEITAS DE CAPITAL", que compõe o item "RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO".
- b) "OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS" – incluído devido à criação da conta no Plano de Contas da União.

Finalmente, o Balanço Orçamentário sofreu uma reestruturação, definida pela Coordenação-geral de Contabilidade e Custos da União, na qualidade de Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal e devidamente acordada junto à Controladoria-geral da União e ao Tribunal de Contas da União.

Após análise efetuada levando-se em consideração a Lei nº 4.320/64, art.102, verificou-se a necessidade de reestruturar as informações em um novo modelo de apresentação do Balanço, com o objetivo de evidenciar somente as informações

orçamentárias. Dessa forma, as informações da movimentação financeira, constituídas por contas contábeis de cota de programação financeira e as transferências financeiras efetuadas no lado da receita foram excluídas e as informações de movimentação orçamentária foram somadas às dotações recebidas e executadas no lado da despesa.

5.2.4. Criação, Extinção, Liquidação ou Incorporação de Órgãos

A Lei nº 12.396/2011 criou o consórcio público, sob a forma de autarquia em regime especial, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO (órgão SIAFI nº 91214). A função desse consórcio é coordenar a participação da União, bem como do Estado do Rio de Janeiro e do Município do Rio de Janeiro na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, especialmente para assegurar o cumprimento das obrigações por eles assumidas perante o Comitê Olímpico Internacional - COI.

No mesmo ano, a APO, que inicialmente foi incluída na estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi transferida para o Ministério dos Esportes, com alteração do código do órgão no SIAFI de 47214 para 91214.

A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH (órgão SIAFI nº 26443) foi criada pela Lei nº 12.550/ 2011, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação, com prazo de duração indeterminado. A sua finalidade é prestar, de forma gratuita, serviços hospitalares e ambulatoriais à comunidade, e serviços de apoio ao ensino e formação de profissionais da saúde às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres.

Com o intuito de planejar e promover o desenvolvimento do transporte ferroviário de alta velocidade, de forma integrada com as demais modalidades de transporte, foi criada, pela Lei nº 12.404/2011, a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. – ETAV (órgão SIAFI nº 39253) sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério dos Transportes, com prazo de duração indeterminado.

A nova Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco (órgão SIAFI nº 53207) foi criada por meio do Decreto nº 7.471/2011. A nova autarquia, vinculada ao Ministério da Integração Nacional - MI, tem entre outros objetivos formular e implementar os marcos legais da política de desenvolvimento regional e de ordenamento territorial para o Centro-Oeste.

A Lei nº 12.213/2010 criou o órgão Fundo Nacional do Idoso (órgão SIAFI nº 20929), vinculado à

Presidência da República, com o objetivo de financiar os programas e as ações que possam assegurar aos idosos os seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. Esse órgão foi inserido no SIAFI somente em 2011.

No ano de 2011, foram concluídos os processos de extinção dos órgãos vinculados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, a seguir discriminados com os seus respectivos códigos do SIAFI: Fundação Centro Brasileiro de Infância e Adolescência (23201), Fundação Roquette Pinto (26293), Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (80201), Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (80202) e Instituto do Açúcar e do Alcool (80204).

Estão em processo de extinção os seguintes órgãos vinculados ao MI, com seus respectivos códigos SIAFI:

- a) Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (20601);
- b) Superintendência do Desenvolvimento da Amazônica (20602);
- c) Agência do Desenvolvimento da Amazônia (53205); e
- d) Agência de Desenvolvimento do Nordeste (53206).

Em 2011, foi extinto o órgão Rede Ferroviária Federal S/A (órgão SIAFI nº 38299) e suas UG subordinadas, com base na Lei nº 11.483/ 2007, que trata do processo de liquidação do órgão em questão.

O Decreto nº 7.426/2011 transferiu o Fundo Nacional Antidrogas, antes subordinado à Presidência da República para o Ministério da Justiça, alterando o código do órgão no SIAFI de 20117 para 30912. Por isso, o órgão 20117, vinculado à Presidência da República, entrou em processo de desativação.

A Lei nº 12.462/2011 transferiu a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, até então subordinada ao Ministério da Defesa, órgão nº 52211, já em processo de desativação, para a Presidência da República, sob o código 20214. O órgão Fundo Aeroviário (órgão SIAFI nº 52912), que era vinculado à ANAC no Ministério da Defesa, encontra-se também em processo de desativação.

No ano de 2011, foram alterados os códigos no SIAFI do órgão Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, de 53207 para 53905, e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, de 53297 para 53207.

5.2.5. Procedimentos Especiais

Conversão de Operações em Moeda Estrangeira

As demonstrações contábeis dos órgãos com unidades no exterior são convertidas diariamente para o real até o último dia do mês de dezembro do exercício, observando o seguinte procedimento:

É utilizada a taxa oficial do Banco Central do último dia de dezembro, ou a última registrada, para apresentação dos valores em moeda nacional. Os valores orçamentários são aprovados em real e executados em real e em moeda estrangeira.

Esta dualidade de moedas provoca variações monetárias, assim como a utilização de taxas de conversão diferentes para a execução orçamentária e financeira, em decorrência do espaço de tempo existente entre as etapas da execução da despesa orçamentária.

A variação cambial dos saldos em moeda estrangeira tem seus efeitos ajustados diariamente de forma automática em contas contábeis definidas pelo Órgão Central de Contabilidade, visando à consistência das informações para consulta a qualquer momento.

Destaca-se que, devido à variação cambial, a fase da execução da despesa orçamentária poderá apresentar valores maiores que a dotação atualizada da despesa orçamentária, apresentando uma aparente desconformidade.

No exercício de 2011, foram criados procedimentos que demonstram a variação cambial como causa dessa aparente desconformidade, sendo estes procedimentos evidenciados nas contas contábeis do grupo "29225.00.00 Créditos Descentralizados – Variação Cambial".

Integração de Saldos Contábeis e FUNAI – Patrimônio Indígena

Cinco entidades da administração indireta que não recebem recursos consignados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social não têm seus patrimônios e seu planejamento orçamentário evidenciados nas demonstrações contábeis da União, aplicadas às entidades pertencentes ao

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, seja pelo critério de consolidação ou das participações permanentes (investimentos). Estas cinco entidades serão abordadas neste tópico.

Quatro dessas entidades utilizam o SIAFI, em sua modalidade de uso parcial, integrando seus saldos contábeis, por meio da operação denominada Integração de Balancetes, pois utilizam outros sistemas para registro de seus atos e fatos contábeis.

A quinta entidade, a Funai – Patrimônio Indígena, que também não pertence aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, processa toda sua execução orçamentária e financeira por meio do SIAFI, não necessitando se submeter ao procedimento de integração de balancetes, haja vista que seus registros contábeis têm origem naquele próprio sistema.

Em 2011, o Banco Central do Brasil – Autoridade Monetária (Órgão 25280/17280), a Fundação Habitacional do Exército (Órgão 27201/16201), a Conta de Desenvolvimento Energético (Órgão 32991/32991) e Reserva Global de Reversão (Órgão 32992/32992) que não utilizam o SIAFI na modalidade total, tiveram seus saldos integrados ao SIAFI, observando os procedimentos especiais de integração de saldos e tendo por base os valores contidos nos balancetes.

Com exceção das empresas estatais dependentes, as demais empresas controladas foram reconhecidas no Balanço Geral da União – BGU pelo valor dos Investimentos da União nestas empresas, utilizando-se o Método da Equivalência Patrimonial – MEP ou Custo, conforme procedimentos definidos no Manual SIAFI, código 02.11.22 – Participação da União no Capital de Empresas.

O próximo quadro demonstra os valores dos principais grupos do Balanço Patrimonial e da Demonstração das Variações Patrimoniais com os cinco órgãos que não participam do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e que não têm seus patrimônios evidenciados nas demonstrações consolidadas da União por meio do procedimento de consolidação ou das participações permanentes (investimentos) da União.

R\$ milhões								
DEMONSTRATIVO	ITENS DOS DEMONSTRATIVOS	ÓRGÃOS PERTENCENTES AO OFSS (BGU)	ÓRGÃOS QUE FAZEM A INTEGRAÇÃO DE BALANCETES E FUNAI (NÃO PERTENCENTES AO OFSS)					TOTAL
			Órgão 25280 /17280 Banco Central do Brasil (Autoridade Monetária)	Órgão 27201 /16201 Fundo Habitacional do Exército	Órgão 30205 /19209 Fundação Nacional do Índio	Órgão 32991 /32991 Reserva Global de Reversão	Órgão 32992 /32992 Conta de Desenv. Energético	
Balanço Patrimonial	Ativo Financeiro (1)	580.758,86	47.029,52	6,73	25,51	13.006,21	(4.646,46)	636.180,36
	Ativo não Financeiro (2)	3.298.277,21	1.536.372,63	2.242,90	21,63	7.299,24	278,92	4.844.492,53
	ATIVO REAL (1) + (2)	3.879.036,07	1.583.402,14	2.249,63	47,14	20.305,45	(4.367,54)	5.480.672,89
	Ativo Compensado (3)	1.026.646,82	456.310,38	3.155,20	12,05	-	-	1.486.124,44
	ATIVO (1) + (2) + (3)	4.905.682,88	2.039.712,52	5.404,83	59,19	20.305,45	(4.367,54)	6.966.797,33
	Passivo Financeiro (4)	182.571,22	1.000.878,34	54,78	4,07	17.070,16	(5.202,54)	1.195.376,04
	Passivo não Financeiro (5)	2.814.758,89	549.929,85	121,00	(4,02)	2,22	92,39	3.364.900,33
	PASSIVO REAL (4) + (5)	2.997.330,11	1.550.808,19	175,78	0,05	17.072,38	(5.110,15)	4.560.276,37
	Patrimônio Líquido (6)	881.705,96	32.593,95	2.073,85	47,09	3.233,07	742,61	920.396,53
	Passivo Compensado (7)	1.026.646,82	456.310,38	3.155,20	12,05	-	-	1.486.124,44
	PASSIVO (4) + (5) + (6) + (7)	4.905.682,88	2.039.712,52	5.404,83	59,19	20.305,45	(4.367,54)	6.966.797,33
Demonstração das Variações Patrimoniais	Variações Ativas Orçamentárias (8)	2.569.983,15	-	-	14,10	-	-	2.569.997,25
	Variações Ativas Extraorçamentárias (9)	5.253.526,63	4.547.620,98	6.169,96	1,14	60.155,32	82.760,97	9.950.235,00
	Variações Passivas Orçamentárias (10)	2.332.086,55	-	-	11,31	-	-	2.332.097,86
	Variações Passivas Extraorçamentárias (11)	5.199.099,18	4.537.313,71	5.963,54	2,66	59.030,93	82.672,49	9.884.082,51
	RESULTADO PATRIMONIAL (8) + (9) - (10) - (11)	292.324,04	10.307,27	206,42	1,28	1.124,38	88,48	304.051,88

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do Banco Central do Brasil

A STN, por meio da Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública - Codiv, UG/Gestão 170600/00001, efetuou lançamentos na conta contábil 21221.04.02 – Resultado Negativo BACEN – Custos das Reservas, no valor total de R\$ 92.835,8 milhões, referentes aos resultados da equalização das reservas e derivativos cambiais do Banco Central, de que trata o art. 6º da Lei nº 11.803/2008, apurados nos exercícios de 2010 e 2011, observada a metodologia definida na Portaria Conjunta nº 125/2008.

O saldo da referida conta foi constituído conforme abaixo:

R\$ 1.893,1 (Resultado do 1º semestre de 2010)
 (+) R\$ 46.646,5 (Resultado do 2º semestre de 2010)
 (=) R\$ 48.529,7 (Saldo Inicial de 2011)
 (+) R\$ 111,3 (Atualização do Resultado do 1º semestre de 2010)
 (-) R\$ 2.004,4 (Pagamento do Resultado do 1º semestre de 2010)
 (=) R\$ 46.646,5 (Saldo)
 (+) R\$ 46.199,3 (Resultado do 1º semestre de 2011)
 (=) R\$ 92.835,8 (Saldo em 31 de dezembro de 2011)

Por sua vez, o Resultado Bacen – Custos das Reservas, no segundo semestre de 2011, foi positivo em R\$ 90.240 milhões, registrado na conta contábil 11221.05.02 – Resultado Positivo Bacen – Custos das Reservas.

Os resultados negativos se constituem em obrigação da União com o Banco Central, devendo ser objeto de pagamento até o décimo dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. Por sua vez, os resultados positivos são obrigação do Banco Central com a União, devendo ser objeto de pagamento até o décimo dia útil subsequente ao da aprovação do balanço pelo CMN.

Desta forma, o pagamento do Resultado Bacen – Custo das Reservas relativo ao primeiro semestre de 2010 foi pago em 14 de Janeiro de 2011, mediante a emissão de títulos públicos, conforme discriminado na Portaria STN nº 26, emitida na mesma data.

Relativamente ao resultado patrimonial do Banco Central, apurado semestralmente em balanço, os lançamentos ocorrem nas seguintes contas contábeis:

Se positivo: 11221.05.01 – Resultado Positivo do BACEN – Balanço Apurado;
 Se negativo: 21221.04.01 – Resultado Negativo do BACEN – Balanço Apurado

O Resultado Bacen – Balanço Apurado no segundo semestre de 2010 e no semestre de 2011 foi positivo em R\$ 4.929 milhões e R\$ 12.233 milhões,

respectivamente, e transferidos ao Tesouro Nacional dentro dos prazos definidos em Lei.

O resultado patrimonial referente ao segundo semestre de 2011 está sendo apurado pelo Banco Central, e será disponibilizado quando da aprovação das respectivas demonstrações financeiras pelo CMN.

Desvinculação das Receitas da União

Em 11 de novembro de 2009 foi aprovada a Emenda Constitucional nº 59 que acrescentou o § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do

exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal.

O percentual, que era de 20% das receitas de impostos constantes do relatório de que trata o § 3º do art. 165 da Constituição Federal, foi de 12,5% no exercício de 2009; 5% no exercício de 2010 e foi nulo no exercício de 2011. Em cumprimento à referida emenda, a STN promoveu a alteração do cálculo da DRU, o qual consta do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, de periodicidade bimestral.

Compatibilização entre Receitas e Despesas de Operações Intraorçamentárias

No exercício de 2011 foi identificada uma diferença de R\$ 1.970.489,72 milhares entre o valor das despesas intraorçamentárias e das receitas intraorçamentárias, conforme demonstrado no quadro abaixo:

R\$ milhares	
RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	VALOR
Despesas Intraorçamentárias – Valores Pagos, Inclusive RP (a)	16.989.813,34
Receitas Intraorçamentárias – Valores Brutos Arrecadados (b)	15.010.613,24
Deduções das Receitas Intraorçamentárias (c)	8.710,38
DIFERENÇA (a) – (b) – (c)	1.970.489,72

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

As rotinas estabelecidas para as Receitas Intraorçamentárias e Despesas Intraorçamentárias não permitem a compatibilização de seus valores, devido a várias diferenças conceituais e operacionais.

Abaixo são descritas as principais divergências encontradas ao longo dos exercícios anteriores, que explicam a maior parte das diferenças apresentadas. Os regimes contábeis da despesa e receita orçamentárias são diferentes, conforme estabelecido pela Lei nº 4.320/64, sendo que o reconhecimento da despesa se dá em um momento – no empenho – e a receita no momento do seu efetivo recebimento.

Portanto, não há como conciliar os valores dentro de um mesmo exercício. Com base nesse conceito, o quadro acima foi elaborado demonstrando apenas os valores pagos da despesa intraorçamentária, inclusive os restos a pagar pagos dentro do exercício, para chegar a um valor mais próximo do que deveria ser, caso todas as rotinas fossem conciliadas.

No âmbito do INSS, órgão 37202, existe a peculiaridade de uma rotina própria, em que não há a contabilização das receitas intraorçamentárias oriundas das rotinas decorrentes dos encargos patronais das unidades, relacionadas à prestação de serviços de terceiros (pessoas física e jurídica) e àquelas da folha de pagamento. Entretanto, do outro

lado, as despesas em todas as unidades são registradas como intraorçamentárias. Essa é a principal causa do valor expressivo da diferença, sendo que, dos R\$ 1.970.489,72 milhares, foi encontrado, por meio de extração pelo SIAFI Gerencial, um valor de R\$1.261.178,19 milhares, somente relativos aos valores de INSS Patronal pagos e não reconhecidos como receita intraorçamentária.

Outras rotinas peculiares dizem respeito ao registro de despesas com Salário-Educação, no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, sem o correspondente registro da receita intraorçamentária e o registro, pela Empresa Brasil de Comunicação – EBC, de apenas 20% dos valores recebidos como receita intraorçamentária.

Na distribuição de dividendos das empresas estatais dependentes também ocorre o registro da receita intraorçamentária sem a correspondente despesa intraorçamentária nas unidades que fazem a distribuição.

Além das rotinas citadas, outras também são responsáveis pela diferença entre as receitas e despesas intraorçamentárias, tais como:

- a) pagamento de multa e juros pela UG como substituto tributário;
- b) eventos em que a UG emitente é a mesma que a UG do documento nota de empenho, em que

o SIAFI não registra como despesa intraorçamentária, mas que poderá dar origem a uma receita intraorçamentária;

c) imposto de renda, CSLL, PASEP sobre o lucro das empresas estatais dependentes, quando o recolhimento de tributos não guarda compatibilidade com os registros de receita intraorçamentária;

d) diferentes códigos de DARF na fita da Receita Federal, que classificam as receitas como

intraorçamentárias ou não, independente da natureza da despesa;

e) possíveis problemas da rotina da folha de pagamento, decorrentes de reclassificação de despesa, devoluções de ordens bancárias em exercícios diferentes, entre outros.

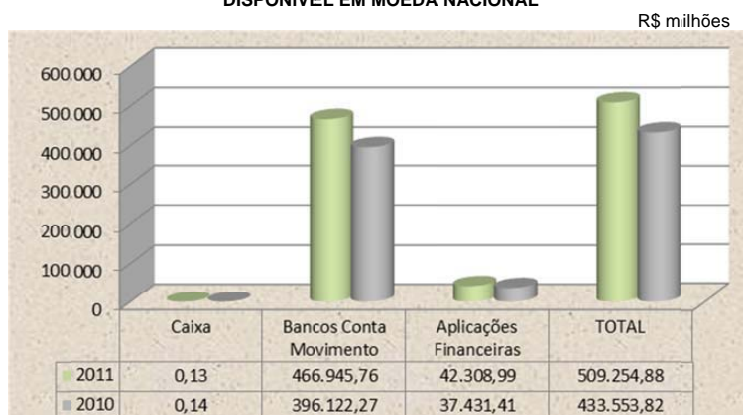
5.2.6. Composição dos Principais Itens das Demonstrações

Balanco Patrimonial

Nota 1 – Ativo Financeiro – Disponível

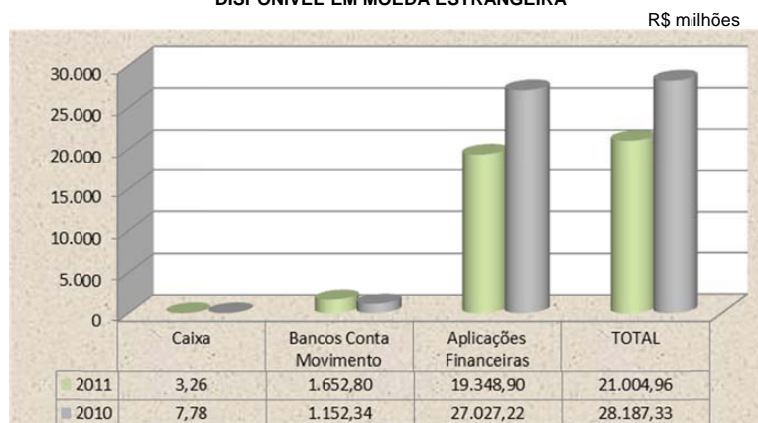
O Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional e moeda estrangeira. Nos gráficos a seguir, visualiza-se sua composição:

DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

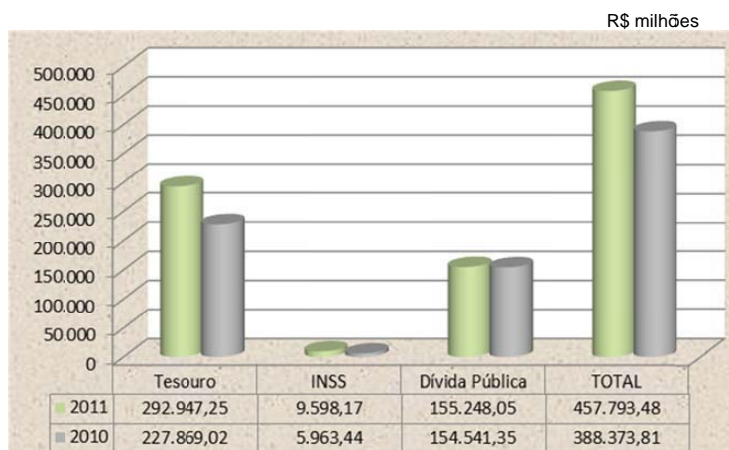
DISPONÍVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Vale destacar, por seu elevado montante, a participação da Conta Única do Tesouro Nacional que integra a rubrica “Bancos Conta Movimento” em “Disponível em Moeda Nacional”. Atualmente, a conta única é subdividida em três segmentos: a destinada à administração de disponibilidades da dívida pública, a destinada à movimentação financeira do INSS, e a destinada às demais movimentações do Tesouro Nacional. Abaixo, segue ilustração dos montantes.

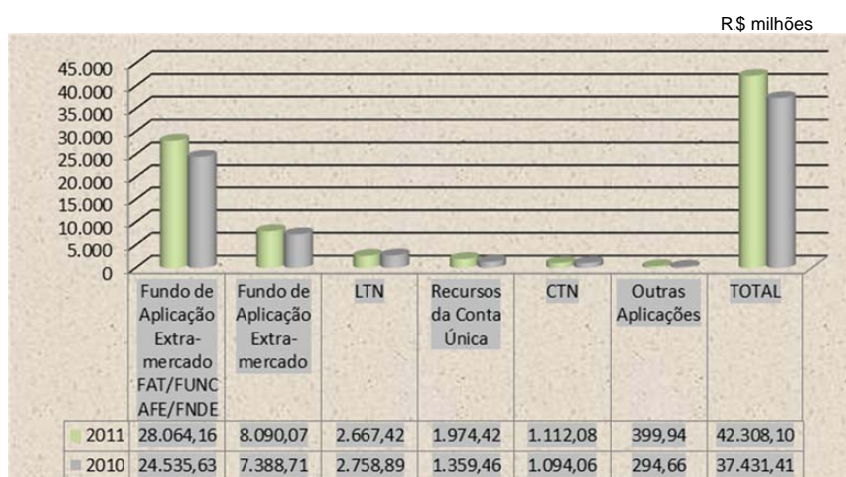
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL - CONTA ÚNICA DA UNIÃO



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Ainda sobre o “Disponível em Moeda Nacional”, enfatizam-se os títulos do mercado aberto com direito a resgate imediato que integram o montante das aplicações financeiras efetuadas pela União. Entre as aplicações, a de maior volume se refere ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (que compõe a rubrica “Fundo de Aplicação Extramercado FAT/Funcafê/FNDE”), sob a supervisão do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, com R\$ 24.535,63 milhões em 2010 e R\$ 28.064,16 milhões em 2011. A seguir, pode-se vislumbrar a evolução das aplicações financeiras da União.

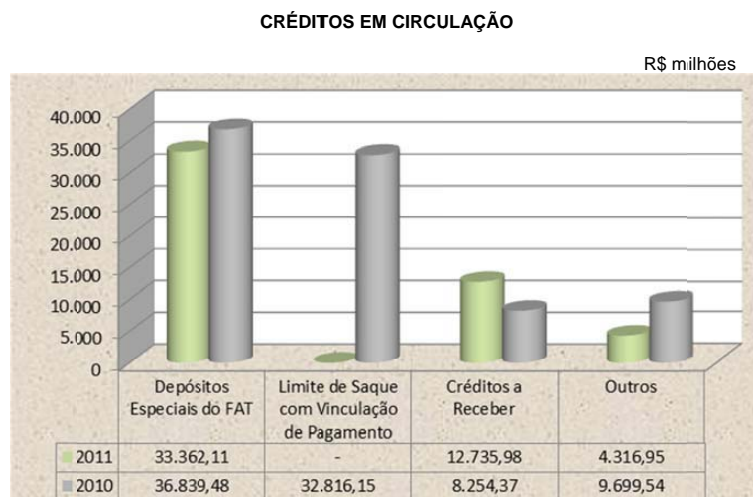
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL - APLICAÇÕES FINANCEIRAS



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota 2 – Ativo Financeiro – Créditos em Circulação

A composição dos Créditos em Circulação é demonstrada por meio do gráfico a seguir:



Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Como se nota no gráfico, o item mais significativo se refere a depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, sob responsabilidade do MTE, recolhidos ao Banco do Brasil S/A, Banco do Nordeste S/A, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Caixa Econômica Federal, Financiadora de Estudos e Projetos e Banco da Amazônia. Trata-se de uma faculdade concedida às disponibilidades financeiras do FAT pela Lei nº 8.352/ 1991. São recursos remunerados e disponíveis para imediata movimentação.

Em “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento”, pode-se acompanhar o valor dos recursos financeiros a liberar pela STN, na qualidade de órgão central do sistema de Programação Financeira, às Unidades Setoriais de Programação Financeira dos órgãos e entidades.

Esse item aparece zerado em 2011, porque, juntamente com o item “Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento”, foi incluído no processo de consolidação que exclui as operações entre as unidades da União, o que reduziu a influência desses itens no “Ativo” e no “Passivo”, respectivamente. Porém, após tal modificação, restou ainda uma diferença no “Passivo”, devido ao fato de que algumas entidades não pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS utilizam a conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento” e a sua contrapartida, a conta “Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento”, está registrada na Secretaria do Tesouro Nacional, dentro do OFSS.

Em “Créditos a Receber” são reunidos direitos a receber de diversas origens, como receitas arrecadadas e ainda não recolhidas à conta única;

créditos tributários devidos pela aquisição de bens; benefícios pagos aos empregados a recuperar por se tratar de gastos do INSS; entre outros.

No início do exercício de 2011, o item “Créditos a Receber” teve uma redução de quase R\$ 8 bilhões de reais em função do seguinte procedimento (que é executado no nível de conta contábil, e não no nível de item do balanço):

1. Ao longo do exercício, os recursos que são arrecadados entram em uma conta constante do item “Valores Pendentes a Curto Prazo”, do “Passivo Financeiro”, que pode apresentar saldo invertido durante o exercício – Isso ocorre devido à operacionalização da rotina de arrecadação, em que o registro da classificação da receita, que reduz o valor da conta, pode ser executado antes da entrada efetiva do financeiro, momento em que ocorre o aumento do valor dessa conta;
2. Em 31 de dezembro, o saldo dessa conta pertencente a “Valores Pendentes a Curto Prazo” é transferido para uma conta do item “Créditos a Receber” do “Ativo” – Essa transferência é necessária porque esse saldo negativo representa recursos arrecadados pela União, ou seja, um ativo, e deve ser corretamente evidenciado nas demonstrações contábeis;
3. Em janeiro do exercício seguinte, executa-se uma operação inversa, que devolve àquela conta contida em “Valores Pendentes a Curto Prazo” o valor transferido para “Créditos a Receber” – Isso permite que a contabilização executada ao longo do exercício não seja prejudicada pela transferência executada no final do exercício para fins de demonstração.

Dentro da mesma lógica do procedimento explicado acima, em 31 de dezembro de 2011, o item "Créditos a Receber" recebeu um lançamento de aproximadamente R\$ 6 bilhões, que deverão ser baixados no início de 2012.

Para maiores esclarecimentos, veja a nota explicativa do item "Passivo Financeiro – Valores Pendentes a Curto Prazo" do Balanço Patrimonial no tópico "Composição dos Principais Itens das Demonstrações".

Os outros R\$ 6 bilhões restantes no item "Créditos a Receber" são recursos a receber por transferência, e correspondem aos saldos remanescentes nas unidades que não receberam os recursos financeiros ou não baixaram o crédito correspondente quando do recebimento dos recursos do acordo de cooperação técnica ou convênio. Em 2010, o valor correspondente a esses recursos encontrava-se em outro item da demonstração, junto ao grupo "Outros" do gráfico, e havia sido realocado apenas temporariamente para um ajuste da rotina dessa conta.

Nota 3 – Ativo Não Financeiro – Realizável a Curto Prazo – Créditos em Circulação

A partir de maio de 2010, a Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB passou a reconhecer os créditos tributários efetivamente devidos, registrando-os nos sistemas internos da SRFB, em atendimento ao artigo 48-A, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, acrescido pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Desde então, periodicamente, os

novos créditos registrados nos sistemas da SRFB são contabilizados no SIAFI.

No exercício de 2011, o reconhecimento dos créditos tributários no "Realizável a Curto Prazo" apresentou uma variação de aproximadamente R\$ 144 bilhões no 2º trimestre, em relação a 2010, o que explicava a relevante variação do item "Créditos em Circulação" até aquele trimestre. No entanto, esse reconhecimento sofreu um decréscimo ao longo dos trimestres seguintes, apresentando, ao final do exercício, uma variação de pouco mais de R\$1,6 bilhão em relação a dezembro de 2010.

Dentre outros fatores que influenciaram a variação do item "Créditos em Circulação" em relação ao exercício de 2010, estão um decréscimo de aproximadamente R\$10 bilhões no item "Empréstimos e Financiamentos" e um aumento significativo de pouco mais de R\$90 bilhões no item "Resultado Positivo do BACEN", ocorrido basicamente em função do registro do resultado positivo do custo das reservas do Banco Central, referente ao período de julho a setembro de 2011.

O item "Resultado Positivo do BACEN" compunha o total do item "Outros Créditos em Circulação" até o exercício de 2010. No entanto, em função do valor apresentado em 2011 (R\$ 90 bilhões), este passou a compor uma rubrica própria. Outro item que passou a compor rubrica própria foi "Créditos Tributários a Receber", que antes compunha a rubrica "Recursos a Receber", também em função do valor significativo que representa. No quadro a seguir, podem-se visualizar essas alterações e as explicações anteriores de forma mais clara.

ATIVO NÃO FINANCEIRO CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	R\$ milhões POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2010 (a) – (b)
	31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)	
Créditos Tributários a Receber	242.612,70	-	242.612,70
Resultado Positivo do BACEN	90.240,06	-	90.240,06
Empréstimos e Financiamentos	75.395,63	85.208,36	(9.812,73)
Adiantamentos Concedidos	18.997,20	19.354,91	(357,71)
Diversos Responsáveis	12.829,38	11.159,62	1.669,76
Recursos a Receber	31,34	240.988,32	(240.956,98)
Outros Créditos em Circulação	6.946,33	8.564,14	(1.617,81)
Diversas Provisões	(2.187,61)	(2.596,22)	408,61
TOTAL	444.865,03	362.679,14	82.185,90

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota 4 – Ativo Não Financeiro – Realizável a Curto Prazo – Valores Pendentes a Curto Prazo

O item “Valores Pendentes a Curto Prazo” do “Ativo Não Financeiro” encontra-se zerado em 2011, porque passou a compor o total do item “Realizável a Curto Prazo”. Essa alteração foi necessária, porque se observou que tal item era composto de contas que, estruturalmente, de acordo com o Plano de Contas da União, pertenciam ao grupo “Realizável a Curto Prazo”.

Até 2010, esse item encontrava-se no mesmo nível que o item “Realizável a Curto Prazo”, e, por isso,

apresenta valor no exercício de 2010 no Balanço Patrimonial.

Nota 5 – Ativo Não Financeiro – Realizável a Longo Prazo – Créditos Realizáveis a Longo Prazo

Esse item sofreu alterações em 2011 e foram criados três novos subitens: “Dívida Ativa”, “Provisão para Dívida Ativa”, e “Crédito Tributário a Receber”. Esses subitens estavam agregados em “Créditos da União, Estados e Municípios”, mas, devido à sua natureza e ao montante que representam, passaram a ser evidenciados em itens próprios.

CREDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	R\$ milhões			
	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2010	
	31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Créditos da União, Estados e Municípios	26.213,17	1.025.021,70	(998.808,53)	-97%
Devedores - Entidades e Agentes	591,56	570,49	21,07	4%
Empréstimos e Financiamentos	1.108.418,32	960.687,28	147.731,04	15%
Provisão para Devedores Duvidosos – LP	(74.730,64)	(99.310,66)	(24.580,02)	-25%
Créditos a Receber	14.337,59	13.227,16	1.110,42	8%
Provisão para Perdas Prováveis	(6.586,01)	(7.291,81)	(705,81)	-10%
Investimentos	15.545,82	18.763,74	(3.217,92)	-17%
Dívida Ativa (LP)	1.116.591,79	-	1.116.591,79	-
Provisão para Dívida Ativa (LP)	(600.329,22)	-	600.329,22	-
Crédito Tributário a Receber (LP)	657.038,87	-	657.038,87	-
TOTAL	2.257.091,25	1.911.667,90	345.423,35	18%

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

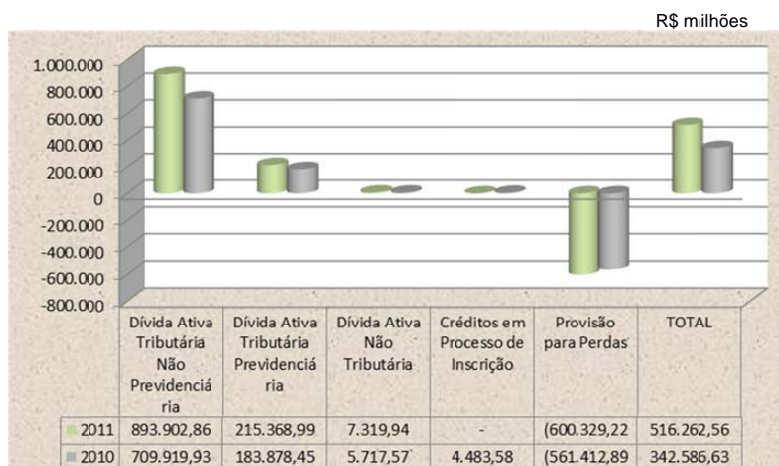
No exercício de 2011, houve aumento da ordem de R\$ 345,4 bilhões nos “Créditos Realizáveis a Longo Prazo”. Desse montante, cerca de 50% foi decorrente do incremento no item “Dívida Ativa”, detalhado no quadro a seguir:

DÍVIDA ATIVA	R\$ milhões			
	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2010	
	31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Créditos Inscritos/Em Processo de Inscrição	1.116.591,79	903.999,52	212.592,27	24%
Provisão para Perdas	(600.329,22)	(561.412,89)	38.916,33	7%
TOTAL	516.262,56	342.586,63	173.675,94	51%

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

Desse incremento na dívida ativa, a maior parte foi devido aos créditos tributários não previdenciários, que apresentaram um aumento de aproximadamente R\$ 184 bilhões, não computada a provisão. A composição da dívida ativa está distribuída da seguinte forma:

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA



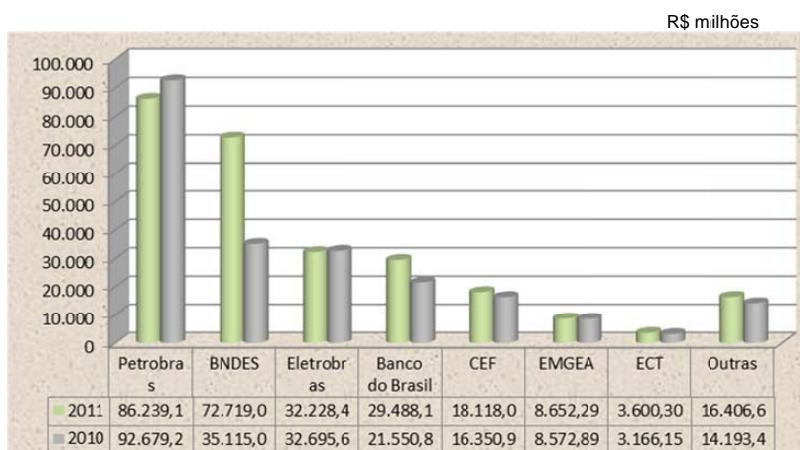
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Em dezembro de 2011, as diversas Procuradorias da Fazenda Nacional reconheceram uma provisão para devedores duvidosos, no montante de R\$ 38,6 bilhões, relacionada à dívida ativa da União, em atendimento às Normas Brasileiras e Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o que representou quase a totalidade das provisões lançadas. Cabe ainda destacar o aumento no ativo "Empréstimos e financiamentos" da ordem de R\$ 148 bilhões, no período analisado, devido, em grande parte, às operações financeiras do Tesouro Nacional, em contratos de refinanciamento junto ao BNDES.

Nota 6 – Ativo Não Financeiro – Permanente – Investimentos

As principais participações da União em empresas, dependentes ou não-dependentes, estão demonstradas no gráfico abaixo:

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA UNIÃO - MEP

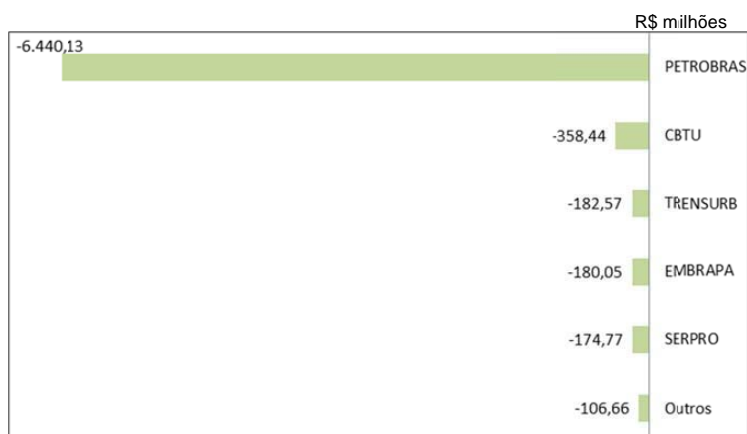


Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Os maiores acréscimos e decréscimos nas "Participações Societárias" em empresas vinculadas à Coordenação-geral de Participações Societárias – Copar, da STN, podem ser visualizados nos gráficos abaixo.

MAIORES ACRÉSCIMOS

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

MAIORES DECRÉSCIMOS

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A variação encontrada no item "Investimentos", da ordem de 43 bilhões, decorre, em grande parte, do ganho com a avaliação das participações societárias da União, por meio do Método da Equivalência Patrimonial - MEP, em duas empresas: Banco do Brasil e BNDES. O ganho obtido com o primeiro foi de aproximadamente R\$ 9 bilhões e, com o segundo, R\$ 31 bilhões, sendo esse ganho, basicamente, devido aos ajustes de variação patrimonial dos ativos da BNDESPAR, empresa coligada ao BNDES. Em maio de 2011, o Tesouro Nacional concretizou a transferência de ações da Petrobrás e Eletrobrás para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e para a Caixa Econômica Federal – CEF, com vistas ao aumento do capital dessas entidades e consequente aumento de sua participação nesses bancos, conforme previsto no Decreto nº 7.439/2011.

Tais transferências de ações, embora não impactem o saldo do item Investimentos, pois se caracterizam como permuta de um investimento por outro, merecem destaque em função da movimentação de valores da ordem de R\$ 8,6 bilhões de reais, distribuídos da seguinte forma:

- Cerca de R\$6,4 bilhões em ações da Petrobrás investidos no BNDES;
- Cerca de R\$2 bilhões em ações da Petrobrás investidos na CEF; e
- Cerca de R\$200 milhões em ações da Eletrobrás investidos na CEF.

Nota 7 – Ativo Não Financeiro – Permanente – Imobilizado

A composição do “Ativo Imobilizado” da União pode ser visualizada na tabela a seguir:

IMOBILIZADO	R\$ milhões		R\$ milhões	
	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2010	
	31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Bens Imóveis	251.529,72	219.937,11	31.592,62	14%
Bens Móveis	55.997,17	43.608,72	12.388,45	28%
Titulos e Valores	9,07	9,07	-	0%
Depreciação, Amortização e Exaustão Acumuladas	(4.815,44)	(3.107,31)	(1.708,13)	55%
TOTAL	302.720,53	260.447,59	42.272,94	16%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

No exercício de 2010, para fins de evidenciar o patrimônio da União de forma mais fidedigna, a STN emitiu a macrofunção “02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações”, em que traz definições e procedimentos contábeis para o ajuste ao valor correto dos bens do imobilizado.

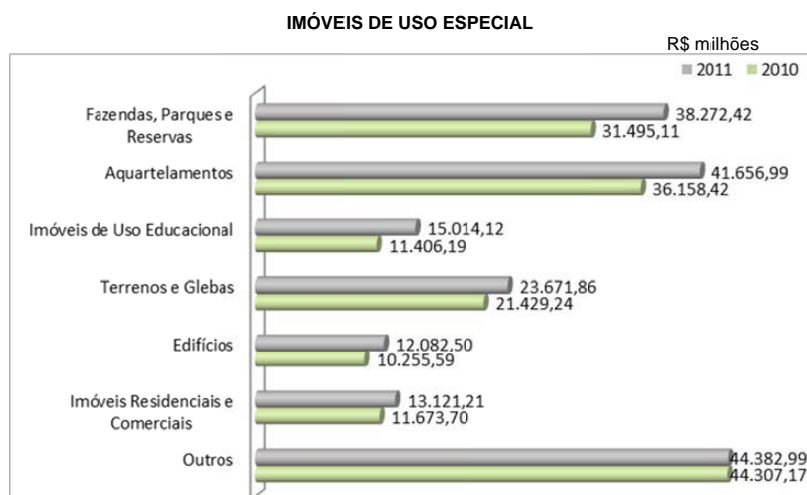
Foi demandado aos gestores que iniciassem o procedimento de depreciação pelos bens móveis adquiridos, incorporados ou colocados em utilização a partir de janeiro de 2010, uma vez que estes apresentam um valor inicial confiável, não

necessitando ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável. Após o encerramento dessa primeira etapa, o administrador deveria passar a aplicar a depreciação aos bens adquiridos em outros exercícios, após realizar o ajuste dos valores.

Em 2011, deu-se início aos processos de reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão de aeronaves, embarcações, equipamentos de processamento de dados e veículos de tração mecânica, restando, conforme cronograma, os seguintes grupos de ativos para os próximos exercícios:

GRUPOS DE ATIVOS	PRAZO MÁXIMO
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	2012
Máquinas e Equipamentos Industriais	2012
Aparelhos, Equipamentos Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	2013
Mobiliário em Geral	2013

A respeito dos bens imóveis, ressalta-se a variação ocorrida nos imóveis de uso especial da União, que apresentou um aumento de quase R\$ 21,5 bilhões, com destaque para os seguintes itens:



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota 8 – Ativo Não Financeiro – Permanente – Intangível

A composição do “Ativo Intangível” da União pode ser visualizada na tabela a seguir:

INTANGÍVEL	R\$ milhares		VARIAÇÃO SOBRE 2010	
	31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Softwares	343.578,65	71.155,30	272.423,35	383%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	121.372,55	108.763,30	12.609,25	12%
Direito de Uso de Imóveis	3.132,14	2.240,17	891,98	40%
Concessão de Direito de Uso de Comunicação	58.892,76	39.009,40	19.883,35	51%
Direitos Autorais	7,73	-	7,73	-
Adiantamentos para Transferência de Tecnologia	4.000,00	-	4.000,00	-
Amortizações	(44.925,13)	(31.062,88)	(13.862,26)	45%
TOTAL	486.058,70	190.105,29	295.953,41	156%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Ressalta-se que o item “Softwares” representa 71% do grupo “Intangível” e sua variação de 2011 em relação a 2010 representou 92% das variações do grupo no mesmo período. Do total da variação de R\$ 272 milhões em softwares, cerca de R\$146 milhões são referentes ao reconhecimento de softwares da Receita Federal do Brasil, desenvolvidos pelo Serpro.

Nota 9 – Passivo Financeiro – Depósitos

Os Depósitos são representados por valores recolhidos por terceiros à União e não devolvidos até 31/12/2011. Tais recolhimentos foram efetuados em cumprimento a determinações legais ou contratuais e estão detalhados da seguinte forma:

DEPÓSITOS	R\$ milhares		VARIAÇÃO SOBRE 2010	
	31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Consignações	150.952,50	35.044,89	115.907,61	331%
Recursos do Tesouro Nacional	584.793,25	534.715,74	50.077,51	9%
Depósitos de Diversas Origens	30.634.382,09	17.366.907,15	13.267.474,94	76%
Depósitos Compulsórios	91.459,22	91.422,96	36,26	0%
Bloqueio de Transferência Constitucional	28.678,07	27.936,99	741,09	-
TOTAL	31.490.265,13	18.056.027,72	13.434.237,41	74%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Em 2011, o item “Depósitos” teve um crescimento de 74% (cerca de R\$ 13,4 bilhões), basicamente em função do acréscimo ocorrido no item “Depósitos de Diversas Origens”, em conta relativa ao parcelamento de débitos tributários; instituído pela Lei nº 11.941/ 2009. Além disso, no item “Consignações”, que apresentou um aumento de 331% (cerca de R\$116 milhões), destaca-se o acréscimo referente à retenção de Tributos Estaduais e Municipais por força da legislação aplicável.

Nota 10 – Passivo Financeiro – Obrigações em Circulação

As “Obrigações em Circulação”, no valor de quase R\$ 150 bilhões, representam 82% do Passivo Financeiro e são constituídas dos seguintes itens:

R\$ milhões

PASSIVO FINANCEIRO OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	POSIÇÃO ATÉ		VARIÇÃO SOBRE 2010	
	31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)	(a) - (b)	(a) / (b) %
Restos a Pagar Processados	23.088,67	24.755,54	(1.666,87)	-7%
Restos a Pagar Não Processados	116.937,76	103.282,26	13.655,50	13%
Credores Diversos	1.961,84	1.507,88	453,95	30%
Valores em Trânsito Exigíveis	3,46	3,72	(0,25)	-7%
Recursos Especiais a Liberar para Transferência	6.330,98	6.927,92	(596,94)	-9%
Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento	464,86	33.030,60	(32.565,75)	-99%
Recursos Vinculados - Entidades com Termo de Coop. Técnica	614,98	304,03	310,95	102%
Outras Obrigações a Pagar	183,47	434,09	(250,62)	(0,58)
TOTAL	149.586,02	170.246,04	(20.660,03)	-12%

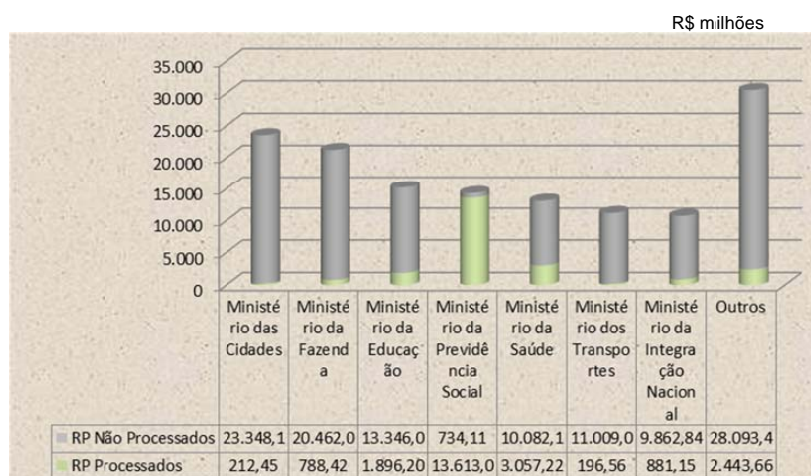
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Pela importância, destacam-se os valores dos restos a pagar, que representam 94% das obrigações em circulação. No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em "Restos a Pagar", que podem ser de dois tipos:

- Os Restos a Pagar Processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento; e
- Os "Restos a Pagar Não Processados", que correspondem às despesas empenhadas e não liquidadas até a data de encerramento do exercício financeiro, mas registradas nos termos dos art. 36 e 103 da Lei nº 4.320, de 1964.

No gráfico seguinte, notam-se os montantes de restos a pagar inscritos por órgão.

PASSIVO FINANCEIRO - OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO - RESTOS A PAGAR



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Cabe ressaltar que o Ministério da Previdência Social - MPS, apesar de estar apresentado no quadro acima, com aproximadamente R\$ 14 bilhões de restos a pagar inscritos, a quase totalidade de seus restos a pagar, cerca de 95%, encontram-se processados.

O valor dos restos a pagar no final do ano é normalmente maior porque ocorre a inscrição dos saldos de empenhos a liquidar em restos a pagar não processados e dos saldos de empenhos liquidados e não pagos em restos a pagar processados. Em contrapartida, o saldo diminui ao

longo do exercício, à medida que os valores são pagos.

Outro destaque do grupo "Obrigações em Circulação" é o item "Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento", cujo valor se refere a recursos a liberar pelo Órgão Central de Programação Financeira, relativos ao "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento", registrados no "Ativo Financeiro", subgrupo "Créditos em Circulação".

Esse item sofreu grande redução em 2011 (R\$ 32,6 bilhões), porque, juntamente com o item "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento", foi incluído no processo de consolidação que exclui as operações entre as unidades da União, o que reduziu a influência desses itens no "Passivo" e no "Ativo", respectivamente. Porém, após tal modificação, restou ainda uma diferença no "Passivo" (R\$ 465 milhões), devido ao fato de que algumas entidades não pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS utilizam a conta "Recursos a Liberar para Vinculação de Pagamento" dentro do OFSS, mas a sua contrapartida, a conta "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento" é utilizada fora do OFSS.

Nota 11 – Passivo Financeiro – Valores Pendentes a Curto Prazo

O item "Valores Pendentes a Curto Prazo" tem o seu montante composto por dois itens que evidenciam a receita bruta e o recolhimento bruto.

Tanto a receita bruta quanto o recolhimento bruto são itens que evidenciam o financeiro recolhido, porém ainda não classificado. Dessa maneira, o valor do item aumenta quando há maior quantidade de financeiro sem classificação e vai diminuindo conforme esse montante é classificado. A diferença entre os dois itens está no fato de a receita bruta evidenciar o montante recolhido por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF e o recolhimento bruto evidenciar o montante recolhido por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU.

Ao longo do ano, esse item pode apresentar saldo invertido, porque, algumas vezes, no caso de recolhimento por meio de DARF, devido a questões operacionais, a informação da classificação do financeiro (que causa um débito na conta) é enviada antes da própria informação de entrada do financeiro (que causa o respectivo crédito na conta).

Para maiores esclarecimentos, veja a nota explicativa do item "Ativo Financeiro – Créditos em Circulação" do Balanço Patrimonial no tópico "Composição dos Principais Itens das Demonstrações".

Nota 12 – Passivo Não-Financeiro – Obrigações em Circulação

No início do exercício, o item "Obrigações em Circulação" aumenta, em grande parte, devido à transferência do longo para o curto prazo, de obrigações contraídas por meio de operações de crédito. Essa variação positiva das "Operações de Crédito" em relação ao exercício de 2010, que atingiu cerca de R\$ 238 bilhões no 1º trimestre, foi se reduzindo ao longo do restante do ano, em função dos pagamentos efetuados, fechando o ano de 2011 quase R\$ 65 bilhões abaixo do valor de 2010.

A análise das "Obrigações em Circulação" em conjunto com o próximo item, "Exigível a Longo Prazo", nos permite visualizar o movimento natural de endividamento e pagamento de dívidas, ou seja, as dívidas de longo prazo contraídas anteriormente passam para o curto prazo e vão sendo pagas ao longo do ano, ao mesmo tempo em que novas dívidas de longo prazo são contraídas para financiar as atividades do setor público.

O item "Resultado Negativo do BACEN" compunha o total do item "Outros Credores – Entidades e Agentes" até o exercício de 2010. No entanto, em função do valor apresentado em 2011 (cerca de R\$ 93 bilhões), este passou a compor uma rubrica própria. Outro item que passou a compor rubrica própria foi "Resíduos de Contratos Liquidados – FCVS", que antes compunha a rubrica "Outros Débitos a Pagar", também em função do valor significativo que representa. No quadro a seguir, podem-se visualizar essas alterações de forma mais clara.

PASSIVO NÃO FINANCEIRO OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	R\$ milhões					VARIAÇÃO SOBRE 2010			
	POSIÇÃO ATÉ					POR TRIMESTRE %			
	31/12/2011 (a)	30/09/2011 (b)	30/06/2011 (c)	31/03/2011 (d)	31/12/2010 (e)	4º (a)/(e)	3º (b)/(e)	2º (c)/(e)	1º (d)/(e)
Operações de Crédito	488.493,02	593.365,42	735.247,95	790.651,31	553.023,61	-12%	7%	33%	43%
Resultado Negativo do BACEN	92.835,83	92.835,83	92.835,83	66.414,47	-	-	-	-	-
Resíduos de Contratos Liquidados - FCVS	58.555,40	58.555,40	58.555,40	58.555,40	-	-	-	-	-
Outros Débitos a Pagar	1.360,62	1.220,86	1.159,37	1.093,31	59.580,32	-98%	-98%	-98%	-98%
Outros Credores - Entidades e Agentes	7.917,09	1.112,83	1.734,80	2.294,21	51.554,58	-85%	-98%	-97%	-96%
Retificação de RP Não Proc. a Liquidar	(116.937,76)	(43.990,01)	(53.680,70)	(74.979,25)	(103.282,26)	13%	-57%	-48%	-27%
Outros	30.198,61	32.461,48	19.181,80	24.845,64	23.805,73	27%	36%	-19%	4%
TOTAL	562.422,81	735.561,80	855.034,45	868.875,10	584.681,97	-4%	26%	46%	49%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Além do desmembramento em rubrica própria, o item "Resultado Negativo do BACEN" apresentou um aumento de pouco mais de R\$ 44 bilhões, ocorrido basicamente em função do registro do resultado negativo do custo das reservas do Banco

Central, referente a 2011, conforme informação da Coordenação-geral de Controle da Dívida – CODIV, da STN.

Por último, a retificação de RP não processados a liquidar normalmente vai diminuindo ao longo do exercício, e, no final do exercício, recebe um novo lançamento que eleva significativamente o seu saldo. Esse procedimento, que, em 2011, gerou um aumento de aproximadamente R\$13,7 bilhões em relação a 2010 nesse item retificador, é explicado a seguir:

- a) No final do exercício, a inscrição de "RP Não Processados a Liquidar" gera um "Passivo Financeiro" para a União, afetando o cálculo do superávit financeiro no Balanço Patrimonial;
- b) Nesse mesmo momento, para compensar o lançamento anterior, é executado um registro em uma conta retificadora do "Passivo Não Financeiro", para que o "Passivo" como um todo não seja afetado. Isso é necessário porque esses restos a pagar são despesas que ainda não passaram pela fase do reconhecimento do direito do credor, que ocorre quando da prestação do serviço ou entrega do bem conforme contratado.
- c) Ao longo do exercício seguinte, a conta que representa os "RP Não Processados a Liquidar" vai sendo baixada em função da liquidação ou cancelamento desses restos a pagar, o que provoca a diminuição da conta retificadora correspondente no "Passivo Não Financeiro".

Ressalta-se que, pela sua natureza, os RP não processados não constituem obrigações patrimoniais, mas existem alguns valores que constituem verdadeiros passivos exigíveis, não cabendo o registro correspondente nesta conta retificadora. Isso ocorre devido a questões administrativas ou operacionais, como, por exemplo, no caso em que o bem é entregue, mas não há tempo hábil para que o seu processo de liquidação seja efetuado. Dessa forma, será implementada rotina para que o gestor possa identificar individualmente os casos de RP não processados

que configurem verdadeiras exigibilidades, o que provavelmente acontecerá no exercício de 2012.

Nota 13 – Passivo Não-Financeiro – Exigível a Longo Prazo

Ao longo dos primeiros meses do ano, são executados vários lançamentos que transferem valores de obrigações de longo para curto prazo, de acordo com as especificidades de cada contrato, o que justifica quase a totalidade da diferença entre o saldo do "Exigível a Longo Prazo" em dezembro de 2010 e o saldo do primeiro trimestre de 2011.

Nos trimestres seguintes, ocorreram aumentos significativos no "Exigível a Longo Prazo", de cerca de R\$ 507 bilhões, que representam novas contratações de operações de crédito, principalmente internas.

Com essas contratações, o valor do "Exigível a Longo Prazo" acabou por ultrapassar o valor de dezembro de 2010 ainda no 3º trimestre, fazendo com que a diferença percentual do total do grupo, que era de 12% negativa no primeiro trimestre, fechasse o exercício em 14% positiva.

A análise do "Exigível a Longo Prazo" em conjunto com o item anterior, "Obrigações em Circulação", nos permite visualizar o movimento natural de endividamento e pagamento de dívidas, ou seja, as dívidas de longo prazo contraídas anteriormente passam para o curto prazo e vão sendo pagas ao longo do ano, ao mesmo tempo em que novas dívidas de longo prazo são contraídas para financiar as atividades do setor público.

Para um melhor entendimento, segue abaixo a tabela com a composição do "Exigível a Longo Prazo", do "Passivo Não Financeiro".

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	POSIÇÃO ATÉ					R\$ milhões			
						VARIAÇÃO SOBRE 2010			
	30/09/2011 (a)	30/09/2011 (b)	30/06/2011 (c)	31/03/2011 (d)	31/12/2010 (e)	4º (a)/(e)	3º (b)/(e)	2º (c)/(e)	1º (d)/(e)
Obrigações Exigíveis a Longo Prazo	2.221.145,56	2.040.087,43	1.885.869,81	1.714.487,85	1.947.436,52	14%	5%	-3%	-12%
Outros	29.528,92	29.198,89	28.641,71	28.130,36	27.644,76	7%	6%	4%	2%
TOTAL	2.250.674,48	2.069.286,32	1.914.511,52	1.742.618,21	1.975.081,28	14%	5%	-3%	-12%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota 14 – Patrimônio Líquido – Capital Social

O Patrimônio Líquido – PL reflete, em termos monetários, a situação patrimonial líquida da União, ou seja, representa a diferença entre o "Ativo Real" e o "Passivo Real". O quadro abaixo apresenta a estrutura atual do PL:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011 (a)	2010 (b)	R\$ milhões VARIAÇÃO SOBRE 2010	
			(a) - (b)	(a) / (b) %
Capital Social	16.599,65	581.761,19	(565.161,54)	-97%
Reservas	5.484,84	4.907,07	577,77	12%
Ajuste de Exercícios Anteriores	4.956,00	-	4.956,00	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19,99	1,75	18,24	1043%
Resultados Acumulados	854.645,47	(5.832,92)	860.478,40	-14752%
Resultado do Exercício	292.271,97	-	292.271,97	-
Resultados de Exercícios Anteriores	562.373,51	-	562.373,51	-
TOTAL	881.705,96	580.837,09	300.868,87	52%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A quase totalidade da variação no subgrupo "Capital Social" se deve ao fato de que, até o exercício de 2010, tal item continha a conta "Patrimônio", que teve seu saldo transferido para o item "Resultado de Exercícios Anteriores", que integra o subgrupo "Resultados Acumulados".

A conta "Patrimônio" representava os valores do resultado acumulado da administração direta, das autarquias, fundações, fundos da administração indireta e de alguns fundos da administração direta, que compõem o patrimônio social da União. Desde 2011, o resultado dessas entidades passou a ser apurado dentro do "Resultado do Exercício", juntamente com as demais entidades.

Dessa forma, restaram no subgrupo "Capital Social" apenas as contas que representam o capital social das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de alguns fundos da administração direta, o que justificou a mudança do nome desse item de "Patrimônio Social/Capital Social" para "Capital Social".

Nota 15 – Patrimônio Líquido – Reservas

A variação encontrada nesse item se deve, em grande parte, ao aumento das "Reservas de Transferências para Aumento de Capital", relacionada aos adiantamentos para futuros aumentos de capital – AFAC, registrados principalmente nas seguintes empresas:

- Ministério dos Transportes: VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;
- Ministério das Minas e Energia: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM;
- Ministério das Cidades: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre e Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU;
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;

Vale ressaltar que, na empresa VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., houve uma baixa da reserva de capital, no valor de R\$ 2.622.372.912,32, em função da capitalização autorizada pelo decreto

presidencial s/nº de novembro 2011 e aprovado pela 53ª assembléia geral extraordinária realizada em 23/11/2011. Esse valor corresponde exatamente ao montante de sua reserva de capital em 31/12/2010.

Nota 16 – Patrimônio Líquido – Ajustes de Exercícios Anteriores

O valor de aproximadamente R\$ 5 bilhões apresentado no item "Ajuste de Exercícios Anteriores" corresponde principalmente a registros referentes a mudanças de critérios contábeis e outros procedimentos sob orientação da Coordenação-geral de Contabilidade da União, tais como:

- a) Reconhecimento de créditos tributários, e o registro da provisão relacionada a esses créditos;
- b) Contabilização da depreciação, que envolve a reavaliação de bens;
- c) Baixa dos adiantamentos relativos ao 13º salário e férias de exercícios anteriores;
- d) Baixa de saldo das provisões para perdas de créditos realizáveis a longo prazo no Ministério da Fazenda.

A conta contábil que compõe esse item foi criada em 2010, ano em que se iniciaram essas mudanças, porém, em dezembro de 2010, aparece zerada, pois seu saldo foi transferido para a linha "Patrimônio" no encerramento daquele exercício.

Em 2011, esses R\$ 5 bilhões deveriam ter sido transferidos para o item "Resultados de Exercícios Anteriores" (que substituiu o item "Patrimônio", conforme explicado na nota explicativa "Patrimônio Líquido – Capital Social"), o que será realizado no início de 2012.

Nota 17 – Patrimônio Líquido – Resultados Acumulados

Em 2011, o subgrupo "Resultados Acumulados" do "Patrimônio Líquido" foi subdividido em outros dois novos itens: "Resultado do Exercício" e "Resultado de Exercícios Anteriores", como se vê na tabela a seguir.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011 (a)	2010 (b)	R\$ milhões VARIAÇÃO SOBRE 2010	
			(a) - (b)	(a) / (b) %
Capital Social	16.599,65	581.761,19	(565.161,54)	-97%
Reservas	5.484,84	4.907,07	577,77	12%
Ajuste de Exercícios Anteriores	4.956,00	-	4.956,00	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19,99	1,75	18,24	1043%
Resultados Acumulados	854.645,47	(5.832,92)	860.478,40	-14752%
Resultado do Exercício	292.271,97	-	292.271,97	-
Resultados de Exercícios Anteriores	562.373,51	-	562.373,51	-
TOTAL	881.705,96	580.837,09	300.868,87	52%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Ao longo do exercício, um item chamado “Resultado do Período” representa o resultado do confronto entre variações ativas e passivas apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP. No entanto, no processo de encerramento, os saldos de todas as variações (ativas e passivas) são transferidos para uma conta transitória, para apuração do resultado final, que será transferido para o item “Resultado do Exercício”. A partir de então, cada entidade efetua a distribuição de suas reservas, de acordo com suas regras específicas. Ressalta-se que o item “Resultado do Exercício” é o responsável por quase toda a diferença verificada no grupo “Patrimônio Líquido” no ano de 2011. Por outro lado, o item “Resultado de Exercícios Anteriores” representa, basicamente, o fato de que

este item passou a contabilizar as operações relativas ao patrimônio social da União, conforme explicado no item “Patrimônio Líquido – Capital Social” mais acima. Grande parte do superávit apurado no resultado do exercício em 2011 se deve aos reconhecimentos dos créditos e ajustes da dívida ativa da União pelo Ministério da Fazenda. Conforme comentado na nota explicativa “Patrimônio Líquido – Ajustes de Exercícios Anteriores”, caso, em 2011, os cerca de R\$ 5 bilhões constantes do item “Ajustes de Exercícios Anteriores” tivessem sido transferidos para o item “Resultados de Exercícios Anteriores”, o Patrimônio Líquido estaria representado pelos seguintes números:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011 (a)	2010 (b)	R\$ milhões VARIAÇÃO SOBRE 2010	
			(a) - (b)	(a) / (b) %
Capital Social	16.599,65	581.761,19	(565.161,54)	-97%
Reservas	5.484,84	4.907,07	577,77	12%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19,99	1,75	18,24	1043%
Resultados Acumulados	859.601,47	(5.832,92)	865.434,39	-14837%
Resultado do Exercício	292.271,97	-	292.271,97	-
Resultados de Exercícios Anteriores	567.329,50	-	567.329,50	-
TOTAL	881.705,96	580.837,09	300.868,87	52%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota 18 – Compensado – Ativo e Passivo

A composição do Ativo e Passivo Compensados é apresentada a seguir:

ATIVO COMPENSADO	R\$ milhões POSIÇÃO ATÉ			VARIAÇÃO SOBRE O EXERCÍCIO ANTERIOR	
	31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)	31/12/2009 (c)	(a) / (b) %	(b) / (c) %
Responsabilidades por Valores, Títulos e Bens	111.106,78	87.330,45	63.120,03	27%	38%
Garantias de Valores	211.050,97	156.896,20	149.802,05	35%	5%
Direitos e Obrigações Conveniados	150.460,90	230.114,92	214.825,29	-35%	7%
Direitos e Obrigações Contratuais	278.501,71	248.180,92	278.439,32	12%	-11%
Outras Compensações	275.526,46	263.479,74	2.520.487,39	5%	-90%
TOTAL	1.026.646,82	986.002,22	3.226.674,09	4%	-69%

Fonte: SIAFI/Secretaria do Tesouro Nacional

PASSIVO COMPENSADO	POSIÇÃO ATÉ			R\$ milhões VARIAÇÃO SOBRE O EXERCÍCIO ANTERIOR	
	31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)	31/12/2009 (c)	(a) / (b) %	(b) / (c) %
Valores, Títulos e Bens sob Responsabilidade	111.106,78	87.330,45	63.120,03	27%	38%
Valores em Garantia	211.050,97	156.896,20	149.802,05	35%	5%
Direitos e Obrigações Conveniados	150.460,90	230.114,92	214.825,29	-35%	7%
Direitos e Obrigações Contratadas	278.501,71	248.180,92	278.439,32	12%	-11%
Compensações Diversas	275.526,46	263.479,74	2.520.487,39	5%	-90%
TOTAL	1.026.646,82	986.002,22	3.226.674,09	4%	-69%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Em 2010, a rotina para contabilização de “Outras Compensações” e “Compensações Diversas” foi alterada para que o saldo das contas de compensação se aproxime do valor real dos atos potenciais. Com essa alteração, que causou uma redução de 90% nesses itens, o montante do ativo e passivo compensados diminuiu 69% em 2010 em relação ao exercício anterior, causando uma diminuição de 28% no ativo e passivo total de 2010. Em 2011, a variação nos itens “Outras Compensações” e “Compensações Diversas” foi positiva, da ordem de 5%, não interferindo significativamente nos totais.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 – Receitas Correntes

O aumento total da arrecadação das receitas correntes em 2011 em relação a 2010 foi da ordem de R\$ 150 bilhões. Dessas, cerca de R\$143 bilhões se referem ao aumento na arrecadação de receitas federais administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e de outras receitas recolhidas por DARF ou GPS, porém administradas por outros órgãos.

Dos R\$143 bilhões citados no parágrafo anterior, R\$ 139 bilhões referem-se ao aumento na arrecadação das receitas administradas pela RFB, com destaque para as receitas tributárias e de contribuições, e, segundo a própria Receita Federal¹, decorreu, fundamentalmente, da conjugação dos seguintes fatores:

- a) Comportamento dos principais indicadores macroeconômicos, conforme tabela a seguir:

VARIAÇÃO DOS INDICADORES EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR	FATO GERADOR DA ARRECADAÇÃO	
	Nov 2011	Dez 2010 a Nov 2011
	Nov 2010	Dez 2009 a Nov 2010
Produção Industrial (PIM/IBGE)	-2,54%	0,58%
Volume Geral de Vendas (PMC/IBGE)	3,20%	7,65%
Massa Salarial	15,61%	15,60%
Variação do Valor em Dólar das Importações	17,27%	25,45%

Fonte: Secretaria da Receita Federal

- b) Consolidação e antecipação de parcelas, em especial no período de junho a agosto, de débitos parcelados em conformidade com a Lei 11.941/2009;
- c) Recolhimento relativo à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, no valor de R\$ 5,8 bilhões, em razão de encerramento de questionamentos na esfera judicial;
- d) Encerramento das desonerações relativas ao IPI incidente sobre automóveis a partir de abril de 2010;
- e) Ganho de capital na alienação, com lucro, de bens e direitos.

¹ <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/arre/2011/AnalismensalDez11.pdf>

Nota 2 – Receitas de Capital – Operações de Crédito

A variação de aproximadamente R\$ 65 bilhões em 2011, em relação a 2010, encontrada no item “Receitas de Capital – Operações de Crédito” se deve, principalmente, ao aumento com a receita de emissão de títulos para refinanciamento da dívida pública no mercado interno, no valor de quase R\$ 67 bilhões.

Para se entender melhor o que será explicado, é necessário conhecer alguns pontos acerca do procedimento de refinanciamento da dívida:

- a) Visando o pagamento de suas dívidas, o Tesouro Nacional, para arrecadar recursos, efetua uma “operação de crédito”: emite e vende títulos públicos no mercado;
- b) Esses títulos podem ser emitidos para se pagar o principal da dívida, os juros da dívida ou para pagar o resultado negativo do Bacen;
- c) Os recursos arrecadados por meio dessas operações de crédito serão mantidos no “Caixa”, na Conta Única da União, para fazer face aos futuros pagamentos da dívida, compondo uma reserva financeira comumente conhecida por “Colchão da Dívida”;
- d) O “Colchão da Dívida” aumenta quando recursos são arrecadados e diminui quando dívidas são pagas. Nesse processo, é comum que recursos que não foram utilizados para pagamento ao longo do ano formem um superávit financeiro ao final do exercício. Tal superávit constituirá o colchão inicial do exercício seguinte;
- e) A “receita para refinanciamento” é a receita obtida por meio dessas operações de crédito (venda de títulos no mercado), para pagar a própria dívida. Por isso, o nome refinanciamento. O pagamento da dívida pode ocorrer em um momento futuro ou no mesmo momento da obtenção da receita, em uma operação casada;
- f) Apesar de vinculada ao pagamento da dívida pública, a “receita para refinanciamento” não evidencia a despesa efetiva com o pagamento da dívida, porque os recursos para pagamento saem do “Colchão da Dívida”, que contém, além das receitas arrecadas no exercício, o superávit do exercício anterior.

Até junho de 2011, as operações de crédito internas apresentaram uma variação positiva, em relação a 2010, da ordem de R\$ 51 bilhões, principalmente em função de duas outras variações, uma que diminuiu a receita para refinanciamento em aproximadamente R\$ 53 bilhões e outra que aumentou essa mesma receita em aproximadamente R\$ 105 bilhões, conforme explicado a seguir:

- a) No exercício de 2010, até junho, houve a necessidade de emissão de títulos, da ordem de R\$ 55 bilhões de reais, para pagamento do resultado negativo do Bacen, contra cerca de R\$ 2 bilhões até junho 2011, o que gerou uma receita de operações de crédito maior em 2010 (cerca de R\$ 53 bilhões) para essa finalidade;
- b) Por outro lado, a NTN-B, um tipo de título público, tem com regra, se ano ímpar, vencimento em 15 de maio; se ano par, vencimento em 15 de agosto. Dessa forma, no exercício de 2011, o vencimento das NTN-B foi em maio, enquanto que, no exercício de 2010, tal vencimento ocorreu somente em agosto. Com isso, em maio de 2011, houve a necessidade de emissão de títulos para pagamento das NTN-B que estavam vencendo, fato que não ocorreu em maio de 2010. Assim, explica-se, até junho de 2011, uma receita de operações de crédito cerca de R\$ 105 bilhões maior que no mesmo período de 2010.

No terceiro trimestre, a receita com emissão de títulos foi cerca de R\$ 34 bilhões maior em 2010 do que em 2011, causada principalmente pelo vencimento das NTN-B em agosto daquele ano, o que contribuiu significativamente para a redução da diferença nas operações de crédito internas, de R\$ 51 para R\$ 17 bilhões.

No entanto, no quarto trimestre, a emissão de títulos voltou a ser maior em 2011 (quase R\$ 49 bilhões), causada principalmente por um volume maior de pagamentos (cerca de R\$ 37 bilhões), e outras emissões para compor o saldo do “Colchão da Dívida”, o que fez com que a diferença nas operações de crédito internas fechasse o exercício em quase R\$ 67 bilhões.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS POR FINALIDADE	POSIÇÃO ATÉ DEZEMBRO			POSIÇÃO ATÉ SETEMBRO			POSIÇÃO ATÉ JUNHO		
	2011 (a)	2010 (b)	(a) – (b)	2011 (c)	2010 (d)	(c) – (d)	2011 (e)	2010 (f)	(e) – (f)
Administração da Dívida Pública	557.701,05	437.666,88	120.034,16	421.287,63	350.354,81	70.932,82	297.240,05	192.678,06	104.561,99
Resultado negativo do BACEN	2.004,48	55.333,74	(53.329,26)	2.004,48	55.333,74	(53.329,26)	2.004,48	55.333,74	(53.329,26)
Títulos da Dívida Agrária	685,93	428,71	257,22	384,96	408,48	(23,53)	168,83	243,46	(74,62)
Outras Finalidades	375,26	721,00	(345,73)	286,71	677,44	(390,73)	165,52	375,29	(209,77)
TOTAL	560.766,72	494.150,33	66.616,38	423.963,77	406.774,47	17.189,30	299.578,88	248.630,55	50.948,33

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Valores constantes na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública – CODIV, do Tesouro Nacional

Nota 3 – Receitas de Capital – Alienação de Bens

A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 44, veda a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos. O demonstrativo abaixo detalha o montante da receita de capital obtida com alienação de ativos e sua correspondente aplicação:

R\$ milhões			
RECEITAS DE CAPITAL DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a) – (b)
Alienação de Bens Móveis	2.160,00	1.734,48	425,51
Alienação de Bens Imóveis	3.270,73	201,98	3.068,75
TOTAL	5.430,73	1.936,46	3.494,27

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS (d)	SALDO A EXECUTAR (c) – (d)
Despesas de Capital	5.430,73	1.511,93	3.918,80
Investimentos	2.675,06	234,60	2.440,46
Inversões Financeiras	2.578,80	1.256,60	1.322,20
Amortização/Refinanciamento da Dívida	176,87	20,73	156,14
TOTAL	5.430,73	1.511,93	3.918,80

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2010 (e)	2011 (f) = (b-d)	SALDO ATUAL (e+f)
TOTAL	505,59	424,53	930,12

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional
Inclui despesas empenhadas, mas não efetivamente liquidadas, inscritas em restos a pagar não-processados, consideradas executadas no encerramento do exercício, por força da Lei nº 4.320/64.

As receitas com alienação de bens cresceram cerca de 105% em relação a 2010, e teve como origem principal as receitas auferidas com as vendas de produtos pertencentes aos Estoques Reguladores e Estratégicos, adquiridos por meio das Aquisições do Governo Federal – AGF, instrumento integrante da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, cuja execução é de competência da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab.

Outra importante parcela da receita com alienação de bens, cerca de R\$ 366 milhões, está relacionada à equalização de preços, que corresponde à cobertura, pelo Tesouro Nacional, da diferença entre o custo efetivo do produto e o valor das vendas, quando este é menor.

No recebimento das vendas, os recursos são transferidos pela Conab ao Tesouro Nacional e, neste momento, as referidas receitas são

reconhecidas contabilmente pela Secretaria do Tesouro Nacional. No caso de equalização dos preços, acontece o registro simultâneo da receita de alienação de bens e de despesa com subvenção econômica no Tesouro Nacional.

O programa “Aquisições do Governo Federal” – AGF é o instrumento utilizado pela Conab para execução das políticas públicas para o abastecimento alimentar no país, no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, e tem como objetivo equilibrar a renda do produtor rural, do agricultor familiar e de suas cooperativas, frente à oscilação do preço no mercado. Na prática, significa comprar produtos agrícolas, formar estoques e vendê-los na hora certa para regularização do mercado consumidor.

Equalização de taxas de juros e de preços é uma modalidade de subvenção econômica, que tem

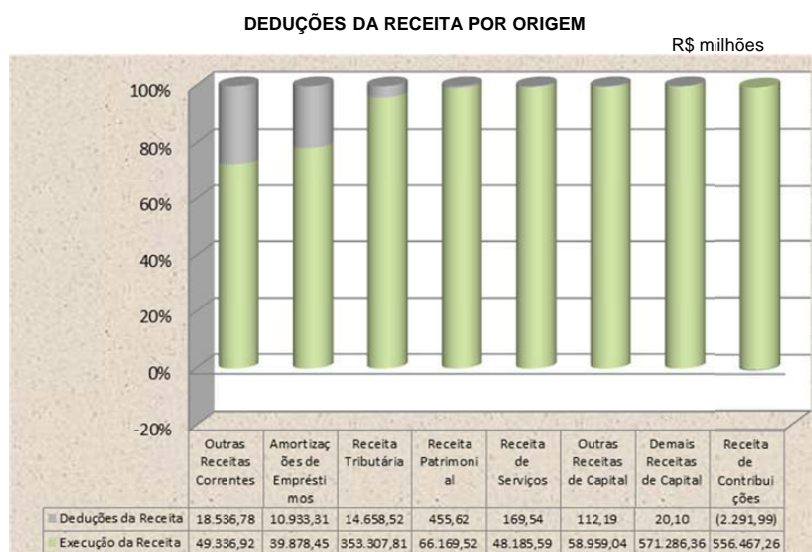
como característica peculiar o fato de terem encargos financeiros diferenciados, menores que os praticados pelo mercado, e é utilizada pelo Tesouro Nacional, por meio das instituições financeiras, para realizar financiamentos voltados para o fomento das atividades agropecuárias.

Nota 4 – Receitas Correntes – Deduções

Na Demonstração das Variações Patrimoniais, as receitas orçamentárias são demonstradas pelo valor

bruto e as deduções em uma linha separada na demonstração. Por outro lado, no Balanço Orçamentário, as receitas orçamentárias são demonstradas pelo valor líquido, ou seja, deduzidas as restituições, os incentivos fiscais, as compensações, os descontos e as deduções.

O gráfico abaixo detalha as maiores deduções, por origem de receita:



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Em 2011, as “Deduções da Receita” sofreram um acréscimo de 89% em relação a 2010. A evolução do seu saldo está associada principalmente aos seguintes fatos:

- No Ministério das Cidades, “Descontos Concedidos” e “Restituições” relativos a multas previstas na legislação de trânsito;
- Na Presidência da República, “Outras Deduções” referentes à receita com ônus de sucumbência;
- No Ministério da Fazenda, “Descontos Concedidos”, “Outras Deduções” e “Restituições”, referentes à amortização de empréstimos e restituição de impostos.

Nota 5 – Acréscimos Patrimoniais – Incorporações de Ativos, Desincorporações de Passivos e Ajustes de Exercícios Anteriores

Uma grande parte da diferença existente nesses itens, entre os valores de 2011 e 2010, da ordem de R\$ 415 bilhões, é devido a um problema ocorrido em uma rotina contábil específica do encerramento do exercício. Abaixo, segue, em destaque, a explicação técnica acerca da ocorrência que gerou a diferença.

“Essa diferença de R\$ 415 bilhões, entre valores de 2011 e 2010, é devido à regularização de inscrição de recursos diferidos do exercício anterior. A regularização foi necessária, porque, em 2010, na ocasião do encerramento do exercício, não foi efetuada a conciliação da conta de disponibilidades em uma das unidades, restando, por um lado, um saldo de “Recursos a Receber” em fonte sem detalhamento e, por outro, um saldo de “Diferido” em fonte com detalhamento. Assim, em 2011, foi necessária a regularização desse saldo, o que impactou as contas de variação em exercícios anteriores, tanto em acréscimos quanto em decréscimos patrimoniais, uma vez que a diferença havia se dado na unidade gestora e em sua setorial financeira.

Operacionalmente, essa diferença ocorre devido a uma peculiaridade das rotinas da Coordenação Geral de Programação Financeira – Cofin Executora, da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Como exemplo, tem-se a fonte “0101 – Fonte sobre a Renda e sobre Produtos

Industrializados". No momento do empenho para transferência a estados e municípios, utiliza-se a fonte não detalhada (Fonte 0101000000). Porém, anteriormente ao momento da liberação dos recursos financeiros a título de FPE e FPM, a mesma fonte é detalhada para melhor identificação dos recursos. Na ocasião do encerramento do exercício, na apuração de diferido ou recursos a receber, quando não há a conciliação prévia da disponibilidade por fonte de recursos, o sistema encontra o valor diferido de um lado (nesse caso, na fonte detalhada) e recursos a receber de outro (na fonte não detalhada). A COFIN Executora efetuou, em março, o ajuste desses valores, utilizando eventos no SIAFI para a baixa dos valores diferidos registrados no exercício anterior e baixa de recursos de limite de Restos a Pagar.

*O primeiro lançamento feito para baixar o valor de recursos a receber da fonte não detalhada afetou, na setorial financeira, as contas 52331.35.00 – BAIXA DE RECURSOS A LIBERAR POR RETIFICAÇÃO e 62331.41.00 – RECURSOS A LIBERAR BAIXADOS, gerando impacto na DVP nas linhas "Incorporação de Passivos" (devido ao crédito na conta 21216.24.00 – * RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFICADORA) e Desincorporação de Passivos (devido ao débito da conta 21216.12.00 – RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP). Afetou, também, na COFIN Executora, as contas 52317.01.03 – RECURSOS DE LIMITE A RECEBER DE RP BAIXADOS e 62317.01.13 – BAIXA DE RECURSOS A RECEBER POR RETIFICAÇÃO, impactando as linhas "Desincorporação de Ativos" (devido ao crédito na conta 11216.12.00 – RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP) e "Incorporação de Ativos" (devido ao débito na conta 11216.24.00 – * RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFICADORA). O segundo lançamento, feito para ajustar a fonte detalhada afetou, na setorial financeira, a conta*

52381.02.00 – AJUSTES FINANCEIROS, impactando a linha "Ajustes de Exercícios Anteriores" no lado das "Variações Passivas", e a conta 62381.02.00 – AJUSTES FINANCEIROS na COFIN Executora, impactando a linha "Ajustes de Exercícios Anteriores" no lado das "Variações Ativas". As contrapartidas dessas contas são as contas 51215.03.00 e 61215.03.00 – SUB-REPASSE DIFERIDO, que, apesar de serem contas de variação, não aparecem na DVP consolidada devido à exclusão do grupo 512 X 612 – Interferências.

Após o referido acerto, a Cofin Executora vem envidando esforços para efetuar a conciliação periodicamente, de forma a evitar que a apuração do diferido e recursos a receber no encerramento do exercício seja feita indevidamente."

A diferença restante existente no item "Incorporações de Ativos" é, basicamente, devido à incorporação de novos créditos tributários pela Receita Federal do Brasil, com destaque para aqueles referentes a "Créditos de Contribuições" e "Créditos de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria".

Para maiores esclarecimentos, veja a nota explicativa do item "Ativo Não Financeiro – Realizável a Curto Prazo – Créditos Em Circulação" do Balanço Patrimonial no tópico "Composição dos Principais Itens das Demonstrações".

Nota 6 – Acréscimos Patrimoniais – Ajuste de Bens, Valores e Créditos

O item "Ajuste de bens, Valores e Créditos" apresentou em 2011, em relação ao mesmo período do exercício anterior, uma variação de 75% (mais de R\$ 110 bilhões), e dois de seus subitens apresentaram variações percentuais relevantes, conforme tabela abaixo.

ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	R\$ milhões		VARIAÇÃO SOBRE 2010	
	POSIÇÃO ATÉ		(a) – (b)	(a) / (b) %
	31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)		
Reavaliações de Bens	20.506,34	9.478,29	11.028,06	116%
Reavaliações de Títulos e Valores	6.808,62	8.704,72	(1.896,10)	-22%
Ajustes de Créditos	229.476,62	128.548,71	100.927,90	79%
Outros	926,88	498,49	428,39	86%
TOTAL	257.718,46	147.230,20	110.488,25	75%

Fonte: SIAFI /Secretaria do Tesouro Nacional

O item "Reavaliação de Bens" apresentou uma variação de 116% (cerca de R\$11 bilhões) em relação a 2010, devido, basicamente, a reavaliações de imóveis realizadas por meio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). Do total do valor, cerca de R\$9,5 bilhões foram efetuados no Ministério da Educação,

sendo que R\$4,8 bilhões são referentes a valores indevidos registrados na Universidade Federal de Goiás, com lançamento compensatório para acerto impactando também no lado das "Variações Passivas", uma vez que no SPIUnet não é possível a realização de estorno. Para maiores esclarecimentos, veja a nota explicativa do item

“Decréscimos Patrimoniais – Ajuste de Bens, Valores e Créditos” da Demonstração das Variações Patrimoniais no tópico “Composição dos Principais Itens das Demonstrações”.

Os outros grandes valores de reavaliações aparecem no Ministério da Defesa (R\$ 7,6 bilhões) e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (R\$ 938 milhões).

O item “Ajustes de Créditos” sofreu uma variação de mais de R\$ 100 bilhões (79%) em relação a 2010. Entre as maiores diferenças encontradas, houve um lançamento no Ministério da Fazenda no montante de R\$ 24,6 bilhões, referente à reversão da provisão para devedores duvidosos.

Além disso, houve uma variação de R\$ 46,6 bilhões em “Atualizações Monetárias Não Financeiras”, a maior parte também no Ministério da Fazenda, com lançamentos relacionados à atualização da dívida ativa não tributária e atualização de empréstimos e financiamentos concedidos (este último com destaque para uma atualização da ordem de R\$ 25 bilhões no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES).

Por último, dentro desse grupo de contas houve a inclusão de uma nova subconta relacionada à rotina de atualização da dívida ativa, para “Variações Extraordinárias da Dívida Ativa”, que teve lançamentos da ordem de R\$ 29 bilhões. Essas variações, de acordo com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, são todas as ocorrências que provocam variação no estoque da dívida ativa que não são inclusões (inscrição e reativação da inscrição), exclusões (extinção do

crédito) ou variações ordinárias (variação da Selic ou do aumento do encargo legal).

O item “Outros Ajustes de Bens, Valores e Créditos” apresentou uma variação de 86% (cerca de R\$ 428 milhões) em relação a igual período de 2010, decorrente, principalmente, de rotina relacionada a compras centralizadas do Ministério da Defesa para distribuição entre as suas unidades gestoras – UG de diversos materiais como veículos, capacetes de combate, colete balístico e outros materiais para estoque interno e de distribuição.

Nota 7 – Acréscimos Patrimoniais – Ajustes de Obrigações

De modo geral, os ajustes de obrigações decorrem principalmente da atualização monetária, da variação cambial e de ajustes de juros e encargos sobre obrigações de pagamento contraídas por meio de operações de crédito. Tais ajustes refletem operações que independem de execução orçamentária, bem como independem de uma ação da Administração Pública.

Mais especificamente, o ajuste de obrigações que consta das “Variações Ativas” representa a contrapartida contábil de um decréscimo naquelas obrigações de pagamento, ou, em outras palavras, a contrapartida de uma redução na dívida pública, redução esta decorrente de fatores extrínsecos.

Analisando a DVP, verifica-se que, nas “Variações Ativas”, o item “Ajuste de Obrigações” teve redução de R\$ 38 bilhões ao se comparar 2011 com 2010, e essa redução está evidenciada principalmente na Codiv, da STN, do Ministério da Fazenda, conforme demonstrado abaixo:

VARIAÇÃO ATIVA DAS OBRIGAÇÕES	R\$ milhões		VARIAÇÃO SOBRE 2010	
	POSICÃO ATÉ 31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Obrigações Internas	53.745,89	86.475,22	(32.729,34)	-38%
Atualização Monetária	12.955,39	1.607,85	11.347,54	706%
Juros e Encargos	40.790,50	84.867,38	(44.076,88)	-52%
Obrigações Externas	11.938,34	18.218,79	(6.280,45)	-34%
Variação Cambial	11.938,34	18.218,79	(6.280,45)	-34%
TOTAL	65.684,22	104.694,01	(39.009,79)	-37%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Valores constantes na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública – CODIV, do Tesouro Nacional

Do quadro acima, infere-se o seguinte:

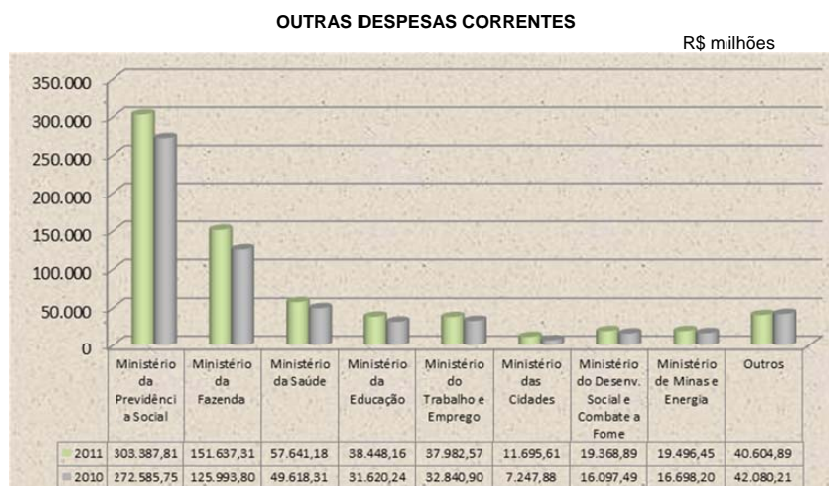
- Aumento de R\$ 11,3 bilhões no item “Atualização Monetária”, que representa, na realidade, um aumento na desvalorização monetária da dívida;
- Redução de R\$ 44 bilhões nos ajustes negativos dos encargos da dívida interna. Tais ajustes diminuem a dívida e são decorrentes da forma como a dívida é atualizada;

- Redução de R\$ 6,3 bilhões na variação cambial negativa da dívida, ou seja, a dívida diminuiu menos em 2011 por efeito da variação cambial do que em 2010.

A análise mais detalhada dos efeitos das Variações Ativas sobre as dívidas interna e externa foi feita no tópico “Ajuste de Obrigações: Confronto entre Acréscimos e Décrécimos Patrimoniais”, ao final das notas explicativas da DVP.

Nota 8 – Despesas Correntes – Outras Despesas Correntes

As despesas correntes sofreram um aumento de quase R\$ 85,5 bilhões em relação a 2010. No gráfico abaixo é possível visualizar as grandes alterações por órgão.



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

No Ministério da Previdência Social, os maiores acréscimos constam nas rubricas “Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas”, “Pensões”, “Outros Benefícios Previdenciários” e “Benefício Mensal ao Deficiente e ao Idoso”, totalizando um aumento de quase R\$ 31 bilhões.

No Ministério da Fazenda, a quase totalidade da variação (R\$ 25,6 bilhões) encontra-se nas transferências a Estados e ao Distrito Federal e nas transferências a Municípios, nas “Distribuições de Receitas”.

No Ministério da Saúde a variação de cerca de R\$ 8 bilhões deve-se, principalmente, ao aumento significativo das transferências Fundo a Fundo e a aquisição de bens no exercício.

No Ministério da Educação, a justificativa para o aumento de R\$ 6,8 bilhões se deve à criação de três novas universidades em 2010, cuja execução orçamentária passou a ser realizada em 2011. Além disso, houve, em 2011, a inauguração de diversos “campi” que pertencem às estruturas dos Institutos Federais (criados em 2008, conforme Lei 11.892/2008).

No Ministério do Trabalho e Emprego, houve um aumento expressivo nas despesas com “Seguro

Desemprego – FAT”, “Abono Salarial – PIS” e “Abono Salarial – Pasep”, que totalizaram uma variação de quase R\$ 5 bilhões.

No Ministério das Cidades, a variação de mais de R\$ 4 bilhões se deve ao aumento das despesas para atender ao programa “Minha Casa, Minha Vida”.

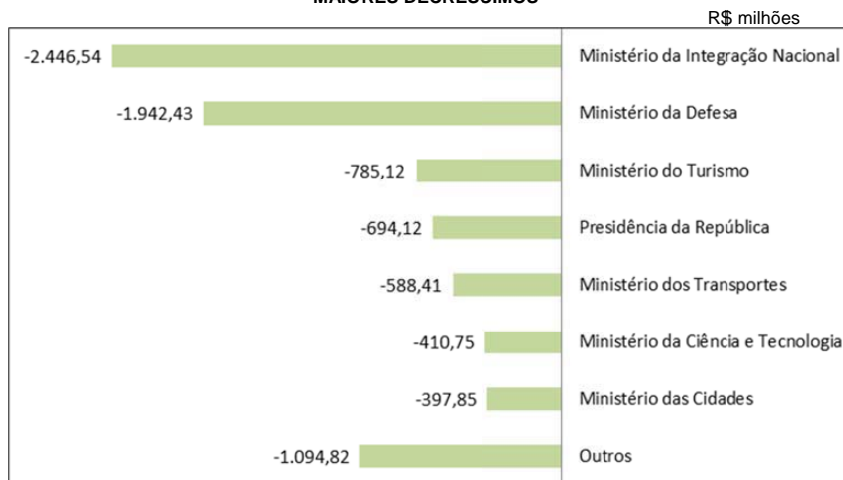
No Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, houve um aumento de mais de R\$3 bilhões referentes ao aumento das despesas para atender ao programa “Bolsa Família”.

No Ministério de Minas e Energia, a quase totalidade da variação (R\$ 2,7 bilhões) encontra-se nas transferências a Estados e ao Distrito Federal e nas transferências a Municípios, nas “Distribuições de Receitas”.

Nota 9 – Despesas de Capital – Investimentos

Comparando o valor investido em 2011 com o exercício de 2010, percebe-se uma redução de quase R\$ 5 bilhões.

No gráfico abaixo, estão demonstradas as reduções mais significativas, por órgão.

MAIORES DECRÉSCIMOS

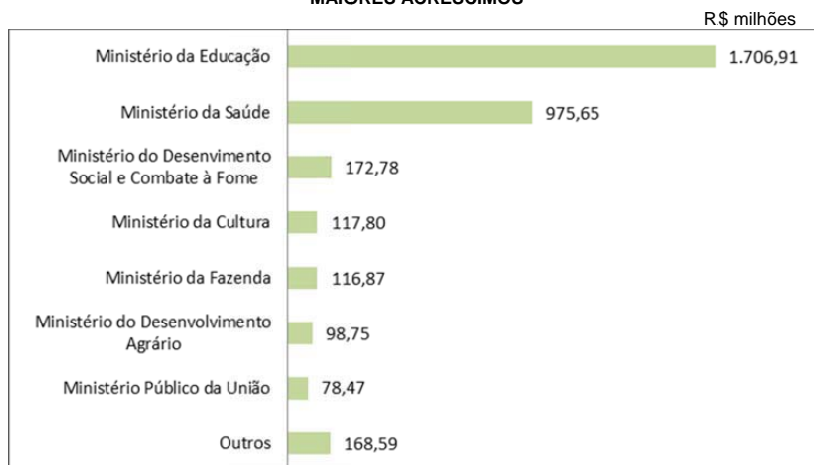
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A próxima tabela evidencia as principais operações responsáveis pelos maiores decréscimos apresentados no gráfico acima.

ÓRGÃO	OPERAÇÃO
Ministério da Integração Nacional	Redução de mais de R\$ 484 milhões em transferências aos estados e DF, em "Auxílios".
	Redução de quase R\$ 1.295 milhões em transferências aos municípios, também em "Auxílios".
	Redução da ordem de R\$ 707 milhões em obras e instalações.
Ministério da Defesa	Redução de R\$ 735,6 milhões em serviços de terceiros (pessoa jurídica).
	Redução de R\$ 432,7 milhões em obras e instalações.
	Redução de R\$ 1.013 milhões em equipamento e material permanente.
	Aumento de R\$ 3.01,6 milhões em material de consumo.
Ministério do Turismo	Redução de cerca de R\$ 126 milhões em transferências aos estados e DF, com "Contribuições".
	Redução de R\$ 676,6 milhões em transferências aos municípios, com "Contribuições".
Presidência da República	Redução de R\$ 185 milhões em transferências aos estados e DF, com "Obras e Instalações".
	Redução de quase R\$ 493 milhões em obras e instalações.
Ministério dos Transportes	Redução de R\$ 100,5 milhões em transferências aos municípios para obras e instalações.
	Redução de R\$ 2.287 milhões em obras e instalações do próprio Ministério.
	Aumento de R\$ 1.709 milhões em serviços de terceiros (pessoa jurídica).

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

No gráfico abaixo, estão demonstrados os aumentos mais relevantes, por órgão.

MAIORES ACRÉSCIMOS

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

A próxima tabela evidencia as principais operações responsáveis pelos maiores acréscimos apresentados no gráfico acima.

ÓRGÃO	OPERAÇÃO
Ministério da Educação	Acréscimo de R\$ 746 milhões em transferências aos municípios, em "Auxílios".
	Acréscimo de R\$ 463,7 milhões em obras e instalações.
	Acréscimo de R\$ 499 milhões em equipamentos e material permanente.
Ministério da Saúde	Aumento de R\$ 144 milhões em transferências aos estados e DF, em "Auxílios".
	Aumento de R\$ 209 milhões em transferências aos estados e DF, Fundo a Fundo, em "Auxílios".
	Redução de R\$ 851 milhões em transferências aos municípios, em "Auxílios".
	Aumento de R\$ 1.299 milhões em transferências aos municípios, Fundo a Fundo, em "Auxílios".
	Aumento de R\$ 103,7 milhões em transferências a entidades privadas sem fins lucrativos, em "Auxílios".

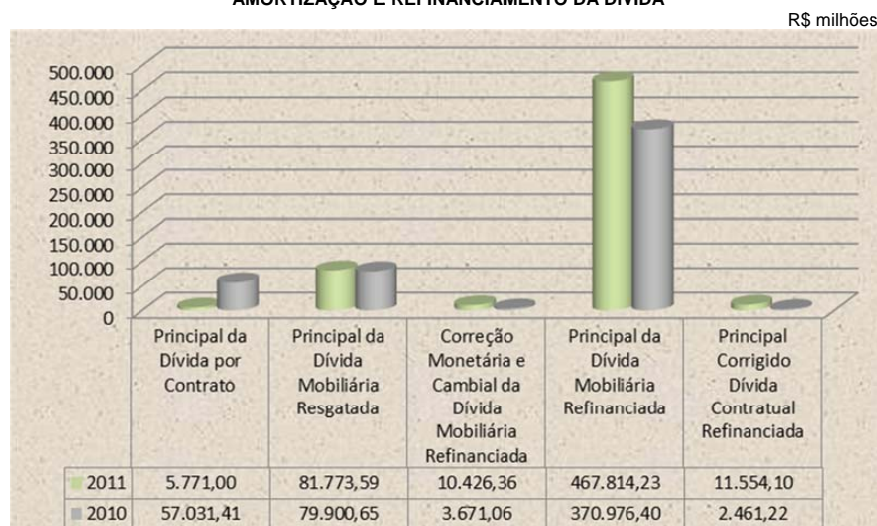
Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota 10 – Despesas de Capital – Amortizações

A diferença total das despesas realizadas com o pagamento do principal e da atualização monetária ou cambial de operações de crédito contratadas, mais o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal, foi da ordem de R\$ 63 bilhões a mais em 2011.

O gráfico abaixo demonstra a composição dessa despesa, entre o valor de amortização do principal da dívida, valores referentes a correções monetárias e cambiais e os valores atinentes ao refinanciamento.

AMORTIZAÇÃO E REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota 11 – Mutações Passivas – Desincorporações de Ativos

O item "Desincorporação de Ativos" teve uma valorização de 23% (R\$ 15,6 bilhões), sendo que, entre os itens que o compõem o demonstrativo, o item "Liquidação de Créditos" foi o responsável pela quase totalidade dessa diferença: R\$ 13,6 bilhões.

No detalhamento do item "Liquidação de Créditos", verifica-se grande ocorrência de movimentação financeira na conta de "Empréstimos e Financiamentos", principalmente no Ministério da Fazenda. Essa conta registra os valores dos resgates dos empréstimos e financiamentos concedidos.

Nota 12 – Mutações Passivas – Incorporações de Passivos

A variação maior de 2011 em relação a 2010, de aproximadamente R\$ 62 bilhões, ocorreu principalmente no Ministério da Fazenda e se refere a:

- Maiores emissões de títulos no mercado interno no valor de R\$ 67,7 bilhões;
- Menores emissões de títulos no mercado externo no valor de R\$ 3 bilhões;
- Menores contratações de dívidas no mercado externo no valor de R\$ 2 bilhões.

Nota 13 – Decréscimos Patrimoniais – Desincorporações de Ativos, Incorporações de Passivos e Ajustes de Exercícios Anteriores

Uma grande parte da diferença existente nesses itens, entre os valores de 2011 e 2010, da ordem de R\$ 415 bilhões, foi devido a um problema ocorrido em uma rotina contábil específica do encerramento do exercício, explicada no item que trata sobre “Acréscimos Patrimoniais”.

Para o item “Desincorporação de Ativos”, esse acerto teve impacto negativo. Por outro lado, houve, por parte da Receita Federal do Brasil, atualização dos créditos a receber, principalmente “Créditos de Contribuições” e “Créditos de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria”, o que impactou de forma positiva esse mesmo item em cerca de R\$ 2.300 bilhões, ou seja, os créditos reconhecidos no Ativo da União diminuíram com essa atualização.

O item “Incorporação de Passivos”, além do citado acerto, que o impactou negativamente, teve a conta contábil “Baixa de Recursos a Liberar por Retificação” (52331.35.00) retirada de sua composição, para realocação dentro da própria Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP. Essa alteração foi necessária, pois se trata de rotina específica de apuração de recursos a receber para pagamento de restos a pagar dentro da União, e seu valor relevante (cerca de R\$ 790 bilhões) impactava a DVP em ambos os lados, dando uma idéia errônea sobre os reais acréscimos e decréscimos patrimoniais.

Nota 14 – Decréscimos Patrimoniais – Ajuste de Bens, Valores e Créditos

O item “Ajuste de Bens, Valores e Créditos” encontra-se detalhado na tabela a seguir:

DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	R\$ milhões		VARIAÇÃO SOBRE 2010	
	31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Desvalorização de Bens	8.396,59	3.898,41	4.498,18	115%
Desvalorização de Títulos e Valores	7.814,18	2.827,31	4.986,87	176%
Ajustes de Créditos	68.587,27	66.876,18	1.711,09	3%
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.440,75	766,94	673,81	88%
Outros Ajustes Patrimoniais	86,89	-	86,89	-
TOTAL	86.325,68	74.368,84	11.956,84	16%

Fonte: Siasi/Secretaria do Tesouro Nacional

O item “Desvalorização de Bens” havia apresentado uma variação percentual de 449%, até setembro de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior, em virtude da desvalorização de imóveis de uso especial no SPIUnet, principalmente nos seguintes órgãos:

- a) Ministério da Educação – Universidade Federal de Goiás, conforme explicado na nota explicativa do item “Acréscimos Patrimoniais – Ajuste de Bens, Valores e Créditos” da DVP;
- b) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – Secretaria do Patrimônio da União;
- c) Ministério da Defesa – IV Comando Aéreo Regional da Aeronáutica.

No entanto, no último trimestre de 2010, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Defesa registraram seus ajustes em valores superiores a R\$ 2 bilhões, fazendo com que a variação total das desvalorizações de 2011 em relação a 2010 diminuísse de 449% para 115%, como se pode observar no quadro acima.

O item “Desvalorização de Títulos e Valores” apresentou variação expressiva em função da atualização de cotas no Fundo Soberano do Brasil (Ministério da Fazenda).

O item “Depreciação, Amortização e Exaustão” continua com diferença expressiva em relação a igual período anterior (88%), tendo em vista a continuidade do cumprimento da implantação dos procedimentos contábeis relativos às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no âmbito do Governo Federal, com a execução da macrofunção “02.03.30 Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações”.

Nota 15 – Decréscimos Patrimoniais – Ajuste de Obrigações

De modo geral, o ajuste de obrigações decorre principalmente da atualização monetária, da variação cambial e de ajustes de juros e encargos sobre obrigações de pagamento contraídas por meio de operações de crédito.

Tais ajustes refletem operações que independem de execução orçamentária, bem como independem de uma ação da Administração Pública.

Mais especificamente, o ajuste de obrigações que consta das “Variações Passivas” representa a contrapartida contábil de um acréscimo naquelas obrigações de pagamento, ou, em outras palavras, a contrapartida de um aumento na dívida pública, aumento este decorrente de fatores extrínsecos. Analisando a DVP, verifica-se que, nas “Variações

Passivas”, o item “Ajuste de Obrigações” teve aumento de R\$ 13,4 bilhões ao se comparar 2011 com 2010, e esse aumento está evidenciado principalmente na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública – CODIV, da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, conforme demonstram os números abaixo:

VARIAÇÃO PASSIVA DAS OBRIGAÇÕES	R\$ milhões		VARIAÇÃO SOBRE 2010	
	POSIÇÃO ATÉ		(a) – (b)	(a) / (b) %
	31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)		
Obrigações Internas	336.679,13	328.726,36	7.952,78	2%
Atualização Monetária	128.496,56	226.607,14	(98.110,58)	-43%
Juros e Encargos	208.182,58	102.119,22	106.063,36	104%
Obrigações Externas	26.735,59	23.875,11	2.860,49	12%
Variação Cambial	19.074,23	14.454,04	4.620,19	32%
Juros e Encargos	7.661,37	9.421,07	(1.759,70)	-19%
TOTAL	363.414,73	352.601,47	10.813,26	3%

Fonte: Siasi/Secretaria do Tesouro Nacional

Valores constantes na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública – CODIV do Tesouro Nacional

Do quadro acima, infere-se o seguinte:

a) Redução de R\$ 98,1 bilhões no item “Atualização Monetária”, que representa, na realidade, uma diminuição na valorização monetária da dívida em comparação a 2010. Dessa forma, enquanto a dívida interna teve, em 2010, atualizações monetárias de R\$ 226,6 bilhões, em 2011, esse valor foi de R\$ 128,5 bilhões;

b) Aumento significativo nos ajustes positivos dos encargos da dívida interna (cerca de R\$ 106 bilhões, ou 104%). Tais ajustes aumentam a dívida e são decorrentes da forma como a dívida é atualizada;

c) Aumento de R\$ 4,6 bilhões na variação cambial positiva da dívida externa, ou seja, a dívida aumentou mais em 2011 por efeito da variação cambial do que em 2010.

d) Redução de R\$ 1,7 bilhão nos ajustes positivos dos encargos da dívida externa.

Além dessas variações no Ministério da Fazenda, foi identificada uma variação significativa no Ministério da Defesa, da ordem de R\$ 1,2 bilhão, decorrente de variação cambial sobre os saldos não financeiros de dívida de contratos externos.

A análise mais detalhada dos efeitos das Variações Passivas sobre as dívidas interna e externa foi feita no tópico “Ajuste de Obrigações: Confronto entre Acréscimos e Decréscimos Patrimoniais”, ao final das notas explicativas da DVP.

Nota 16 – Resultado da Equivalência Patrimonial: Confronto entre Acréscimos e Decréscimos Patrimoniais

O item de acréscimos patrimoniais relacionados ao Resultado de Equivalência Patrimonial – MEP registra os aumentos no ativo permanente decorrentes de ajustes e ganhos das participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Por outro lado, o item de decréscimos patrimoniais relacionados ao MEP registra as baixas no ativo permanente decorrentes de ajustes e perdas das participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Como os registros de perdas e ganhos impactam os dois lados na DVP, para uma melhor evidência do que realmente ocorreu com os ativos permanentes que são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, os valores foram consolidados, por tipo de ajuste, no quadro abaixo:

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	R\$ milhões		VARIAÇÃO SOBRE 2010	
	POSIÇÃO ATÉ			
	31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Ganho/Perdas na Apuração da Equivalência	41.381,83	1.918,57	39.463,26	2057%
Variações Ativas (Ganhos)	44.068,39	15.367,79	28.700,60	187%
Variações Passivas (Perdas)	(2.686,56)	(13.449,22)	10.762,66	-80%
Ajuste para Consolidação das Participações	(2.102,09)	(5.864,08)	3.761,99	-64%
Variações Ativas (Ajustes Positivos)	1.064,83	2.006,34	(941,51)	-47%
Variações Passivas (Ajustes Negativos)	(3.166,91)	(7.870,41)	4.703,50	-60%
TOTAL	39.279,74	(3.945,51)	43.225,26	-1.096%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Observa-se que em 2011 houve um ganho considerável na apuração da equivalência, ao mesmo tempo em que foi apurado, no resultado, menos perdas. Os ajustes, apesar de negativos, tiveram pouco impacto no total da apuração final, de forma que, no geral, o resultado apurado por MEP foi positivo em R\$ 39 bilhões em 2011, sendo 43 bilhões maiores que em 2010, quando foi apurado um resultado negativo de quase R\$ 4 bilhões.

Nota 17 – Ajuste de Obrigações: Confronto entre Acréscimos e Decréscimos Patrimoniais

Para melhor demonstrar o que ocorreu com as dívidas interna e externa, é necessário efetuar uma análise envolvendo o grupo de variações passivas, que aumentam a dívida, e o grupo de variações ativas, que diminuem a dívida. As variações das dívidas sofrem impacto dos dois grupos devido à metodologia de cálculo dos ajustes, que podem, ao longo do exercício, aumentar ou diminuir o valor total das obrigações. Nos quadros abaixo, as obrigações foram separadas em “Internas” e “Externas”, e foram demonstrados os comportamentos de seus indexadores, juros e encargos e variações cambiais.

OBRIGAÇÕES INTERNAS	R\$ milhões		VARIAÇÃO SOBRE 2010	
	POSIÇÃO ATÉ			
	31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Atualização Monetária	115.541,17	224.999,29	(109.458,12)	-49%
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	(12.955,39)	(1.607,85)	(11.347,54)	706%
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	128.496,56	226.607,14	(98.110,58)	-43%
Juros e Encargos	167.392,08	17.251,84	150.140,24	870%
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	(40.790,50)	(84.867,38)	44.076,88	-52%
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	208.182,58	102.119,22	106.063,36	104%
TOTAL	282.933,25	242.251,13	40.682,12	17%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Valores constantes na Coordenação-geral de Controle da Dívida Pública – CODIV do Ministério da Fazenda

OBRIGAÇÕES EXTERNAS	R\$ milhões		VARIAÇÃO SOBRE 2010	
	POSIÇÃO ATÉ			
	31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Atualização Monetária	7.661,37	9.421,07	(1.759,70)	-19%
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	-	-	-	-
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	7.661,37	9.421,07	(1.759,70)	-19%
Variação Cambial	7.135,89	(3.764,75)	10.900,64	-290%
Variações Ativas (Diminuem a dívida)	(11.938,34)	(18.218,79)	6.280,45	-34%
Variações Passivas (Aumentam a dívida)	19.074,23	14.454,04	4.620,19	32%
TOTAL	14.797,26	5.656,32	9.140,94	162%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Valores constantes na CODIV/MF

A partir das informações apresentadas acima, é possível chegar às seguintes conclusões:

- a) A dívida interna variou positivamente mais em 2011 do que em 2010, principalmente devido ao grande impacto dos "Juros e Encargos", que, em 2010 somavam um acréscimo de R\$ 17 bilhões e, em 2011, atingiram mais de R\$ 1 67 bilhões, apresentando uma variação total de um ano em relação ao outro de mais de R\$ 150 bilhões. Essa variação positiva foi compensada por uma negativa, de R\$ 109,5 bilhões, nas atualizações monetárias, demonstrando que houve em 2011 um ajuste menor da dívida em relação aos seus indexadores. Ao final, a diferença total foi de R\$ 40,7 bilhões, positiva;
- b) A dívida externa também variou positivamente mais em 2011. Nesse caso, o grande diferencial foi a variação cambial, que em 2010 havia impactado negativamente o montante das obrigações e, em 2011, foi de mais de R\$ 7 bilhões positivos. Dessa forma, as variações das obrigações externas foram positivas em R\$ 14,8 bilhões, ou seja, R\$ 9,1 bilhões a mais do que em 2010.

Nota 18 – Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial positivo do exercício de 2011, no valor de mais de R\$ 292 bilhões, foi gerado principalmente em decorrência das variações orçamentárias. Em 2010, esse resultado patrimonial havia sido negativo, de R\$ 89,5 bilhões, evidenciando uma evolução expressiva, de quase R\$ 382 bilhões, ou 426%.

Os resultados orçamentários em ambos os exercícios foi positivo, mas apresentou uma evolução de 39%, atingindo um resultado de quase R\$ 67 bilhões a mais em 2011 do que em 2010.

Porém, ao se comparar apenas o resultado extraorçamentário, nota-se uma diferença entre os dois exercícios de mais de R\$ 315 bilhões, o que explica um comportamento bastante distinto na variação patrimonial independente da execução orçamentária.

O quadro a seguir evidencia essas alterações:

RESULTADO PATRIMONIAL	R\$ milhões			
	POSIÇÃO ATÉ		VARIAÇÃO SOBRE 2010	
	31/12/2011 (a)	31/12/2010 (b)	(a) – (b)	(a) / (b) %
Resultado Orçamentário	237.896,60	171.044,99	66.851,60	39%
Variações Ativas	2.569.983,15	2.253.623,30	316.359,85	14%
Variações Passivas	(2.332.086,55)	(2.082.578,30)	(249.508,25)	12%
Resultado Extraorçamentário	54.427,45	(260.616,83)	315.044,27	121%
Variações Ativas	5.253.526,63	3.834.382,37	1.419.144,26	37%
Variações Passivas	(5.199.099,18)	(4.094.999,19)	(1.104.099,99)	27%
TOTAL	292.324,04	(89.571,83)	381.895,87	426%

Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Balanço Orçamentário

Nota 1 – Receitas Orçamentárias

Os registros de classificação da receita são efetuados por meio de rotinas específicas e de forma geral podem ser assim tratados:

- a) Receitas administradas pela Receita Federal do Brasil – RFB – Inclui as receitas arrecadadas por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais – DARF e fiscalizados pela RFB. A classificação da receita é apropriada decendialmente com base no Sistema de Arrecadação da Receita Federal do Brasil – RFB. Considera as receitas arrecadadas por meio da Guia da Previdência Social – GPS, e têm sua apropriação realizada mensalmente com base nas informações prestadas pela Dataprev.
- b) Receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos – São formadas pelas receitas arrecadadas por meio da Guia de Recolhimento da União – GRU. O registro contábil dessas receitas é feito diariamente a partir do arquivo de arrecadação

encaminhado pelo Banco do Brasil, que é a instituição financeira responsável pela centralização da arrecadação.

As eventuais diferenças entre as informações de arrecadação por meio de DARF, GPS, aquelas arrecadadas por meio de GRU e os registros de classificação, no SIAFI, decorrem de registros de reclassificação e retificação de receitas após o seu efetivo ingresso. Além disso, algumas receitas ingressam diretamente via operações diretas do tesouro com o sistema financeiro, como é o caso das operações de crédito decorrentes de emissão de títulos do tesouro.

O registro contábil da receita contempla, além da arrecadação efetivada, as restituições, retificações, compensações e incentivos fiscais, sendo apresentada, no Balanço Orçamentário, pelos seus valores líquidos.

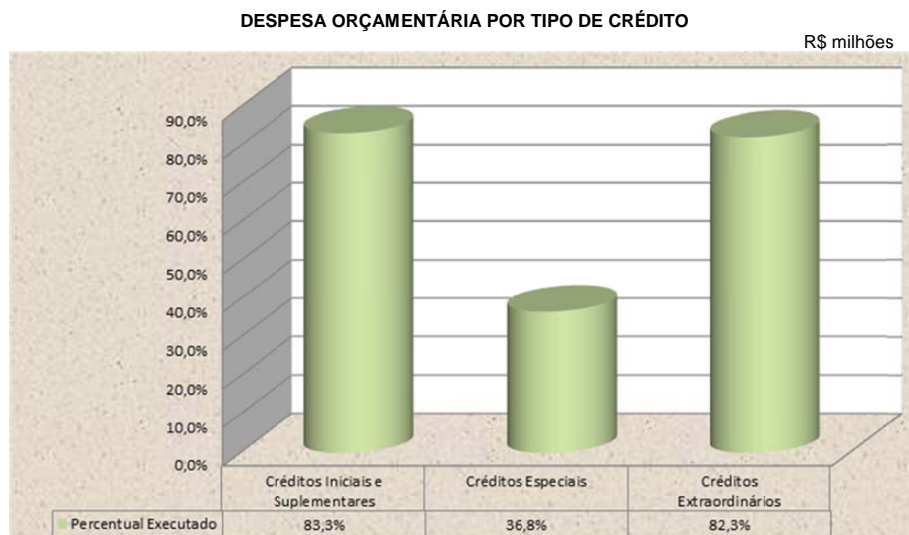
Nota 2 – Previsão Inicial e Atualizada da Receita e Dotação Inicial e Atualizada da Despesa

O Balanço Orçamentário evidencia o montante das receitas e despesas previstas em comparação com os valores realizados. O Balanço Orçamentário consolidado dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (Tipo de Administração 02), do exercício de 2011, apresenta a previsão inicial da receita no valor de R\$ 1.966.015.896.211,00 e a dotação inicial da despesa de R\$ 1.964.392.359.391,00. O valor da receita é exatamente o que foi designado na Lei Orçamentária de 2011, Lei nº 12.381/2011. Para a despesa, a diferença entre o que foi inicialmente fixado e o que consta no Balanço Orçamentário, no total de R\$ 1.623.536.820,00, refere-se ao valor do veto, constante na Mensagem nº 20/2011.

Na parte da previsão atualizada da receita, é apresentado o valor de R\$ 2.015.295.804.748,00 e, para a dotação autorizada da despesa, o valor de R\$ 2.013.672.267.928,00, mantendo-se a diferença do valor do veto.

Nota 3 – Despesa Orçamentária

A execução da despesa orçamentária foi analisada detalhadamente no capítulo que trata da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Não obstante, os gráficos abaixo demonstram os índices de execução (Execução/Dotação) da despesa por tipo de crédito e por grupo de despesa.



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA



Fonte: Siafi/Secretaria do Tesouro Nacional

Nota 4 – Movimentação de Créditos

Até 2010, o Balanço Orçamentário, no lado das despesas, apresentava uma divisão em duas partes, de forma que a segunda – “MOVIMENTAÇÕES DE CRÉDITO” – evidenciava a execução da despesa por meio de descentralização de crédito orçamentário, ou seja, a execução por unidades distintas daquelas consignadas na Lei Orçamentária Inicial – LOA, que receberam os créditos por meio de destaques e provisões, e não diretamente do orçamento.

Em 2011, a segunda parte (movimentação de créditos) foi retirada e os valores foram somados à primeira, de forma que a execução total da despesa orçamentária passou a constar de forma integral em apenas uma parte. Essa alteração foi feita após análise e definição pela Coordenação-geral de Contabilidade e Custos da União, na qualidade de Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal e devidamente acordada junto à Controladoria-geral da União e ao Tribunal de Contas da União.

Para fins de comparação, no Balanço Orçamentário sintético, que compara a demonstração do exercício com o exercício anterior, o balanço de 2010 foi adequado ao novo formato, compatibilizando com o de 2011, e o valor da execução da despesa por movimentação de créditos foi somado à execução da despesa por dotação orçamentária.

A execução da despesa orçamentária foi analisada detalhadamente na Parte II deste relatório.

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes

do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

No Balanço Financeiro da União, utiliza-se a metodologia de saldos para os ingressos e dispêndios extraorçamentários, ou seja, são evidenciados na demonstração saldos iniciais e finais do ativo e do passivo. Assim, para se chegar ao movimento de saldos líquidos entre os ingressos e dispêndios é necessário verificar a diferença entre os dois lados da seguinte forma:

- Para os grupos de contas do ativo, o saldo inicial encontra-se do lado dos ingressos e o final do lado dos dispêndios. Dessa forma, se o seu saldo final for maior, indica possível dispêndio; caso contrário, um ingresso.
- Para os grupos de contas do passivo, o saldo inicial encontra-se do lado dos dispêndios e o final do lado dos ingressos. Dessa forma, se o seu saldo final for maior, indica possível ingresso; caso contrário, um dispêndio.

Para se chegar aos valores reais de ingressos e dispêndios, seria necessário apurar os movimentos exclusivos de reflexo no caixa ou equivalentes de caixa da União, de modo a não permitir a influência de saldos de exercícios anteriores e de regularizações contábeis. Contudo, devido à complexidade operacional, a forma de apresentação do Balanço Financeiro da União utiliza a metodologia de saldos, conforme descrito acima.

As receitas e despesas orçamentárias foram analisadas detalhadamente na Parte Específica deste relatório e nas notas explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais.

Os ingressos e dispêndios extraorçamentários com alterações relevantes, por se tratarem de grupos de contas do ativo e do passivo, foram analisados

especificamente nas notas explicativas do Balanço Patrimonial.

Nota 1 – Ingressos Extraorçamentários

Os itens desse grupo correspondem, principalmente, aos saldos dos direitos transferidos do exercício anterior para recebimentos no exercício corrente, bem como as obrigações do exercício a serem pagas no exercício seguinte e os restos a pagar inscrito no exercício. Os demais valores são relativos às receitas e ajustes financeiros de instituições financeiras.

Entre os saldos dos direitos de maior relevância, destacam-se os seguintes:

I- Valores em Circulação:

- a) Recursos Especiais a Receber – compreendem o somatório dos recursos provenientes do orçamento da União, não recebidos até o final do exercício de origem;
- b) Depósitos Especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

II- Valores Pendentes a Curto Prazo:

- a) Valores Diferidos – compreendem o saldo financeiro total disponível ao final do exercício e que se constituirá em antecipação de Cota, Repasse ou Sub-Repasse do exercício.

Dentre as obrigações que tiveram maior relevância, destacaram-se a seguir:

III- Depósitos:

IV- Obrigações em Circulação:

- a) Restos a Pagar Não-Processados a Liquidar – são os valores representados pelos saldos credores dos empenhos não liquidados, referentes ao exercício de 2011, mas registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, da Lei n.º 4.320/64, e ainda conforme o artigo 42 da Lei Complementar n.º 101/ 2000.
- b) Recursos a Liberar para Pagamento de RP – registra o valor do recurso financeiro concedido aos Órgãos e ou Entidades pelo Tesouro, para fazer face aos pagamentos de Restos a Pagar inscritos ao final do exercício anterior;

Entre outros valores relevantes, destaca-se o seguinte:

V- Ajustes de Direitos e Obrigações, que apresenta os seguintes desdobramentos:

- a) Incorporação de Direitos – registra o valor dos créditos incorporados ao patrimônio por aquisição, doação, transferência e outras entradas, independentes de execução orçamentária composto por Créditos Diversos a Receber e Outras Incorporações de Direitos;
- b) Desincorporação de Obrigações – registra o valor das variações patrimoniais decorrentes da

baixa de obrigações financeiras independentes de execução orçamentária;

- c) Ajustes de Créditos – registra o valor das variações positivas do Ativo decorrentes do ajuste de valor dos créditos ao seu valor econômico.

Nota 2 – Dispendios Extraorçamentários

Os dispendios extraorçamentários compreendem, majoritariamente, os saldos de direitos no exercício corrente para recebimento no seguinte, bem como as obrigações transferidas do exercício anterior para pagamento no corrente. Os demais valores são relativos às despesas e ajustes financeiros de instituições financeiras.

Entre os valores dos direitos mais relevantes, destacam-se os grupos abaixo:

I- Valores em Circulação:

- a) Recursos Especiais a Receber – representam o somatório dos recursos provenientes do Orçamento da União, não recebidos até o final do exercício que lhes deu origem;
- b) Recursos Vinculados – representam os valores relativos a depósitos vinculados em contas bancárias, obrigações contratuais, acordos e ajustes que os Órgãos e Entidades precisam honrar;
- c) Depósitos Especiais do FAT – são os valores dos depósitos especiais do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT nas instituições financeiras oficiais federais, conforme Lei n.º. 8.352/91.

II- Valores Pendentes a Curto Prazo:

- a) Valores Diferidos – compreendem o saldo financeiro disponível ao final do exercício e que se constituirá em antecipação de cota, repasse e ou sub-repasse financeiros do exercício seguinte.

III- Depósitos:

- a) Valores dos recursos recebidos a título de Depósitos de Diversas Origens.

Dentre as obrigações que se destacam pela relevância, enumeram-se as seguintes:

IV- Obrigações em Circulação:

- a) Restos a Pagar Não Processados – Inscrição – são valores inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício de 2011, registrados como despesas nos termos dos arts. 36 e 103 da Lei n.º 4.320/64;
- b) Recursos a Liberar para Pagamento de RP – representam os valores financeiros necessários ao cumprimento da despesa inscrita em Restos a Pagar por ocasião do encerramento do exercício financeiro anterior;
- c) Recursos a Liberar por Transferência – registram o valor dos recursos a liberar pelas unidades central ou setoriais de programação financeira, relativos ao limite de saque com vinculação de pagamento, estabelecido pelo órgão central.

VI- Ajustes de Direitos e Obrigações :

- a) Recursos Diversos a Liberar – demonstram as Mutações Passivas decorrentes da Incorporação de Obrigações com Dívidas, Empréstimos e ou Financiamentos vinculados a contrato;
- b) Créditos Diversos a Receber – registram a Baixa de Créditos Diversos a Receber em decorrência de suas realizações.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Nota 1 – Lucros/Prejuízos Acumulados – Resultado do Exercício

Observa-se que o valor mais expressivo que impactou a coluna “Lucros/Prejuízos Acumulados”, além da explicação do item acima, refere-se ao valor apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, do “Resultado do Exercício”, no total de R\$ 292.324.043 milhares.

Nota 2 – Patrimônio e Lucros/Prejuízos Acumulados – Constituição/Reversão de Reservas

O valor apresentado na coluna “Patrimônio” de R\$ 568.225.189,06 milhares, relacionado à linha “Constituição/Reversão de Reservas”, deveria estar lançado na linha Erros/Omissões/Mudança de Critério Contábil, pois é decorrente de nova classificação contábil da apuração do resultado patrimonial do exercício, conforme nota explicativa “Patrimônio Líquido – Capital Social”, do Balanço Patrimonial.

Nota 3 – Capital Social e Reservas de Capital – Saldos de Integração

Os valores constantes na linha “Saldos de Integração”, tanto para a coluna “Capital Social” quanto para a “Reserva de Capital” referem-se a valores baixados com base no relatório final de liquidação da Companhia de Colonização do Nordeste – Colone (órgão SIAFI nº 22207), devido à extinção dessa companhia.

Nota 4 – Patrimônio – Saldo Final do Exercício de 2011

Conforme explicado na nota explicativa “Patrimônio Líquido – Capital Social”, do Balanço Patrimonial, até 2010 a conta “Patrimônio” representava os valores do resultado acumulado da administração direta, das autarquias, fundações, fundos da administração indireta e de alguns fundos da administração direta, compondo o patrimônio social da União e, desde 2011, o resultado dessas entidades passou a ser apurado dentro do “Resultado do Exercício”, juntamente com as demais entidades.

Da mesma forma, esse lançamento impactou também a coluna “Lucros/Prejuízos Acumulados”, no mesmo montante e na mesma linha, sendo que a diferença restante, de cerca de R\$ 47 milhões, refere-se ao valor real de “Constituição/Reversão de Reservas”.

5.2.7 Resumo dos Principais Critérios e Procedimentos Contábeis

Receitas e Despesas Dependentes da Execução Orçamentária

Receitas e Despesas Dependentes da Execução Orçamentária são aquelas que decorrem da execução da dotação dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social consignada na Lei Orçamentária Anual.

As receitas orçamentárias são registradas pelo regime de arrecadação, sendo reconhecidas e contabilizadas como ingressos orçamentários no momento em que a instituição financeira recebe o recurso financeiro do contribuinte.

As despesas orçamentárias são registradas pelo regime de empenho, sendo reconhecidas e contabilizadas, ao longo do exercício, no momento da liquidação e, ao final do exercício, somando-se a inscrição dos restos a pagar não processados. Destaca-se que as despesas orçamentárias não são compatíveis com o regime de competência contábil, mas perseguem o momento do efetivo pagamento das contratações e despesas assumidas, e não a ocorrência do fato gerador.

Entradas e Saídas Independentes da Execução Orçamentária

A contabilização dessas entradas e saídas envolve os recursos que independem de sua autorização na lei orçamentária anual, como as entradas compensatórias (cauções e depósitos diversos), no ativo e passivo financeiros. Depreende-se que seja o fluxo de entradas e saídas de recursos do caixa da União, mas que não são de sua propriedade, e que tenham caráter devolutivo.

Restos a Pagar

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício são inscritas em Restos a Pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/64, que as distingue em processadas e não-processadas. No encerramento do exercício, o procedimento de inscrição de despesa em restos a pagar não-processados é precedido de depuração das despesas e anulação de empenhos, ou seja, verificam-se quais despesas devem ser inscritas em restos a pagar não-processados, e os gestores anulam os demais empenhos de sua unidade.

Durante o exercício, são consideradas despesas orçamentárias incorridas apenas as despesas liquidadas e, no encerramento do exercício, são consideradas essas despesas e aquelas inscritas em restos a pagar não-processados. Os restos a pagar não-processados são inscritos com base nos saldos credores dos empenhos não liquidados relativos ao exercício, registrados como despesas nos termos dos artigos 36 e 103, parágrafo único, da Lei nº 4.320/64, e ainda atende aos preceitos do artigo 42 da Lei Complementar nº 101/2000. Os restos a pagar processados correspondem aos demais saldos credores das obrigações financeiras, como Pessoal e Encargos Sociais, Fornecedores e outros, e estão demonstrados nos Balanços Patrimonial e Financeiro dos órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

Créditos em Circulação

Os direitos referentes a Créditos em Circulação foram avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Os referidos créditos estão progressivamente sendo

atualizados, pelos critérios de exclusão de valores prescritos e da provisão para perdas prováveis.

Estoques

Os bens em almoxarifado estão avaliados na entrada pelo valor das aquisições ou da produção ou da construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. Está sendo adotado, de modo gradual, o procedimento de redução do valor do estoque quando o valor de mercado for menor que o valor de aquisição, de produção ou de construção.

Bens e Valores em Circulação e Valores Realizáveis a Longo Prazo

Os Bens e Valores em Circulação e os Valores Realizáveis a Longo Prazo, exceto a Dívida Ativa da União, foram avaliados pelo valor original. Os referidos bens e valores estão progressivamente sendo atualizados, pelos critérios de exclusão de valores prescritos e da provisão para perdas prováveis.

Provisão da Dívida Ativa²

Para constituição da provisão foi utilizada a metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados, em observância ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte III – Procedimentos Contábeis Específicos e ao Manual SIAFI. Na apuração da provisão foram utilizadas as seguintes informações relativas aos exercícios financeiros de 2009, 2010 e 2011.

PROVISÃO	INFORMAÇÃO UTILIZADA
Dívida Ativa Tributária (Não Previdenciária)	Utilização dos saldos SIAFI das contas 12211.03.01 – Dívida Ativa Tributária (Não Previdenciária) e 51312.11.00 – Recebimento de Dívida Ativa Tributária.
	Os saldos das contas 12211.03.01 e 51312.11.00 não receberam registros no mês de janeiro de 2009, tendo em vista que sua automatização iniciou-se em fevereiro de 2009.
Dívida Ativa Tributária Previdenciária	Utilização dos saldos SIAFI da conta 12211.03.02 – Dívida Ativa Tributária Previdenciária, enquanto que os recebimentos foram apurados nos mapas gerenciais encaminhados pela Coordenação-geral da Dívida Ativa da União/PGFN.

Os créditos não tributários em função da metodologia utilizada na automatização do registro da dívida estão contabilizados conjuntamente com os créditos tributários (Não Previdenciários). Esses créditos estão inscritos na conta 12211.03.01, conta corrente PF0170995 – Série Diversas Origens. A segregação desses registros é objeto de trabalho conjunto da Coordenação-geral da Dívida Ativa/PGFN, da Setorial Contábil do MF, da Seccional Contábil da PGFN e da Coordenação-geral de Contabilidade/STN.

Investimentos

As participações em empresas e em consórcios públicos ou público-privados em que a administração tenha influência significativa são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, que também é utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

² Fonte: Relatório Mensal da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil do Ministério da Fazenda (dezembro de 2010).

Imobilizado

Segundo informações prestadas pela Secretaria do Patrimônio da União, para os imóveis da União, conforme manual do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet, a avaliação obedece aos seguintes critérios:

- a) As reavaliações dos imóveis cadastrados no Sistema SPIUnet que integram o BGU são elaborados pelas Unidades Gestoras às quais se encontram jurisdicionados, levando em consideração as alterações que agregam valor ao Patrimônio Imobiliário;
- b) Os valores das reavaliações são calculados pelo Sistema conforme critérios pré-definidos, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente pelas unidades gestoras – UG.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos Concedidos

Os ativos da União sob a responsabilidade da Coordenação-geral de Haveres Financeiros – Coafi – compõem-se de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos aos estados, Distrito Federal, municípios e suas entidades da administração indireta, em decorrência de programas de reestruturação das dívidas dos entes da federação. Esses créditos encontram-se identificados em contas correntes individualizadas classificadas como Empréstimos Concedidos, exceto a Honra de Garantia cujo registro ocorre em Créditos Sub-Rogados. A contabilização desses haveres envolve o registro da concessão do empréstimo e dos encargos segundo o contrato e legislação aplicável, assim como o registro dos recebimentos e das baixas nos saldos devedores.

Dívida a Pagar

As dívidas internas e externas constantes dos exigíveis a curto e longo prazo foram avaliadas observando os seguintes critérios:

- a) Dívida Pública Mobiliária Federal Interna – DPMFi – foi avaliada pelo valor a pagar em 31 de dezembro, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do ano, incluindo os títulos emitidos tanto em oferta pública quanto em emissões diretas; e
- b) Dívida Pública Federal Externa – DPFe – foi

avaliada por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). Apurou-se o equivalente em dólares americanos, de acordo com a cotação de 31 de dezembro.

Depreciação, Amortização e Exaustão

A administração pública direta da União, suas autarquias e fundações começaram a efetuar os procedimentos de depreciação, amortização e exaustão a partir do exercício contábil de 2010, momento em que a mudança de critério contábil ficou estabelecida.

Vale destacar que a administração pública federal não praticava até o exercício de 2010 procedimentos para preservar o valor original adequado dos ativos, fazendo com que estes permanecessem com valores históricos, não configurando uma base monetária inicial confiável para a aplicação dos procedimentos de depreciação.

O trabalho de adequação de valor dos ativos é complexo, demandando bastante tempo e muitos recursos humanos, principalmente para aquisições realizadas em exercícios anteriores a 2010. Por isso, não necessita ser prontamente realizado, mas sim gradativamente, de acordo com as possibilidades de cada órgão, respeitando-se o cronograma indicado no Manual Siafi, sob o código “020330 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta Da União, Autarquias e Fundações”.

Assim sendo, iniciou-se o procedimento de depreciação pelos bens colocados em condições de uso a partir de janeiro de 2010, uma vez que estes apresentam uma base monetária inicial confiável, não necessitando ser submetidos previamente ao procedimento de reavaliação ou redução a valor recuperável. Após o encerramento dessa primeira etapa, passou-se a aplicar a depreciação aos bens adquiridos nos demais exercícios, conforme cronograma indicado pelo Manual SIAFI, e após a realização do ajuste de seus valores. A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos.

O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a administração pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, em casos cujo custo de registro seja pequeno, tendo em vista o benefício da informação, ou quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO FINANCEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TITULO		BALANÇO ORÇAMENTARIO - OFSS		EXERCÍCIO		MES			
SUBTITULO		UNIÃO - ADM. DIRETA		2011		DEZEMBRO			
ORÇAO SUPERIOR				EMISSÃO		PAGINA			
				08/02/2012		1			
RECEITA				DESPESA					
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECAÇAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	711.620.062.047,00	711.620.062.047,00	738.660.108.902,18	-27.040.046.855,18	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	1.436.518.840.491,00	1.459.339.945.199,52	1.153.832.950.430,66	305.506.994.768,86
RECEITAS TRIBUTARIAS	336.599.160.059,00	336.599.160.059,00	332.605.447.842,30	3.993.712.216,70	DESPESAS CORRENTES	603.216.586.983,00	608.242.303.562,96	551.766.539.387,25	56.475.764.175,71
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	263.933.768.259,00	263.933.768.259,00	298.646.744.803,89	-34.712.976.544,89	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	142.419.101.015,00	136.677.628.695,29	134.636.913.237,66	2.040.715.457,63
RECEITAS PATRIMONIAIS	39.275.723.144,00	39.275.723.144,00	48.152.354.906,27	-8.876.631.762,27	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	169.851.644.279,00	169.850.352.599,70	131.114.378.907,09	38.735.973.692,61
RECEITAS AGROPECUARIAS	416.617,00	416.617,00	523.267,41	-106.650,41	OUTRAS DESPESAS CORREN	290.945.841.689,00	301.714.322.267,97	286.015.247.242,50	15.699.075.025,47
RECEITAS INDUSTRIAIS	5.767.100,00	5.767.100,00	0,00	5.767.100,00	DESPESAS DE CAPITAL	833.302.253.508,00	851.097.641.636,56	602.066.411.043,41	249.031.230.593,15
RECEITAS DE SERVICOS	32.269.560.841,00	32.269.560.841,00	37.009.096.246,21	-4.739.535.405,21	INVESTIMENTOS	29.980.164.339,00	32.071.406.087,04	20.133.192.806,59	11.938.213.280,45
TRANSFERENCIAS	88.790.941,00	88.790.941,00	299.758.626,29	-210.967.685,29	INVERSOES FINANCEIRAS	8.985.168.286,00	6.705.427.214,52	4.645.514.423,38	2.059.912.791,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	39.446.875.086,00	39.446.875.086,00	21.946.183.209,81	17.500.691.876,19	AMORTIZACAO DA DIVIDA	783.839.314.453,00	804.137.105.558,00	577.287.703.813,44	226.849.401.744,56
RECEITAS DE CAPITAL	912.231.901.626,00	912.231.901.626,00	654.628.529.599,23	257.603.372.026,77	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.497.606.430,00	8.183.702.777,00	0,00	8.183.702.777,00
OPERACOES DE CREDITO	828.289.555.014,00	828.289.555.014,00	567.959.253.351,70	260.330.301.662,30	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	1.597.330.621,00	494.953.280,53	1.102.377.340,47
ALIENACAO DE BENS	5.039.088.902,00	5.039.088.902,00	1.788.654.335,18	3.250.434.566,82	DESPESAS CORRENTES	0,00	893.884.084,00	247.751.519,21	646.132.564,79
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	24.544.823.548,00	24.544.823.548,00	26.104.122.150,26	-1.559.298.602,26	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	243.250.000,00	243.250.000,00	37.850.879,72	205.399.120,28	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	893.584.084,00	247.751.519,21	645.832.564,79
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	54.115.184.162,00	54.115.184.162,00	58.738.648.882,37	-4.623.464.720,37	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	703.446.537,00	247.201.761,32	456.244.775,68
					INVESTIMENTOS	0,00	552.036.627,00	119.782.851,32	432.253.775,68
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	151.409.910,00	127.418.910,00	23.991.000,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	2.383.953.347,33	1.840.849.842,68	543.103.504,65
					DESPESAS CORRENTES	0,00	917.323.339,60	704.556.443,17	212.766.896,43
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	917.323.339,60	704.556.443,17	212.766.896,43
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.466.630.007,73	1.136.293.399,51	330.336.608,22
					INVESTIMENTOS	0,00	1.216.630.007,73	886.293.399,51	330.336.608,22
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	250.000.000,00	250.000.000,00	0,00
SUBTOTAL I	1.623.851.963.673,00	1.623.851.963.673,00	1.393.288.638.501,41	230.563.325.171,59	SUBTOTAL I	1.436.518.840.491,00	1.463.321.229.167,85	1.156.168.753.553,87	307.152.475.613,98
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	33.179.160.498,00	0,00	33.179.160.498,00					
EXCESSO DE ARRECAÇAO	0,00	9.733.568.346,00	0,00	9.733.568.346,00					
TOTAL	1.623.851.963.673,00	1.666.764.692.517,00	1.393.288.638.501,41	273.476.054.015,59	TOTAL	1.436.518.840.491,00	1.463.321.229.167,85	1.156.168.753.553,87	307.152.475.613,98
DEFICIT TOTAL					SUPERAVIT TOTAL	0,00	0,00	237.119.884.947,54	-237.119.884.947,54
TOTAL GERAL	1.623.851.963.673,00	1.666.764.692.517,00	1.393.288.638.501,41	273.476.054.015,59	TOTAL GERAL	1.436.518.840.491,00	1.463.321.229.167,85	1.393.288.638.501,41	70.032.590.666,44

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TITULO		BALANÇO ORÇAMENTARIO - OFSS		EXERCÍCIO		MÊS			
SUBTITULO		UNIÃO - DIRETA, INDIRETA E FUNDOS		2011		DEZEMBRO			
ORÇAO SUPERIOR				EMISSÃO		PÁGINA			
				08/02/2012		1			
RECEITA				DESPESA					
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	1.049.796.432.674,00	1.049.796.432.674,00	1.043.141.409.003,98	6.655.023.670,02	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	1.964.392.359.391,00	2.007.593.456.282,00	1.673.039.002.074,33	334.554.454.207,67
RECEITAS TRIBUTARIAS	347.539.631.535,00	347.539.631.535,00	338.649.294.853,36	8.890.336.681,64	DESPESAS CORRENTES	1.047.319.325.097,00	1.072.217.091.299,04	1.007.869.939.957,62	64.347.151.341,42
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	552.247.665.359,00	552.247.665.359,00	558.759.251.529,26	-6.511.586.170,26	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	199.765.948.118,00	200.162.975.433,00	197.481.485.238,34	2.681.490.194,66
RECEITAS PATRIMONIAIS	57.481.036.486,00	57.481.036.486,00	65.713.892.099,34	-8.232.855.613,34	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	169.870.725.435,00	169.870.647.434,00	131.122.390.200,10	38.748.257.233,90
RECEITAS AGROPECUARIAS	25.757.493,00	25.757.493,00	21.013.928,41	4.743.564,59	OUTRAS DESPESAS CORREN	677.682.651.544,00	702.183.468.432,04	679.266.064.519,18	22.917.403.912,86
RECEITAS INDUSTRIAIS	1.005.069.628,00	1.005.069.628,00	731.079.816,05	273.989.811,95	DESPESAS DE CAPITAL	917.073.034.294,00	935.376.364.982,96	665.169.062.116,71	270.207.302.866,25
RECEITAS DE SERVICOS	44.720.516.513,00	44.720.516.513,00	48.016.053.578,31	-3.295.537.065,31	INVESTIMENTOS	62.922.507.511,00	65.159.923.830,96	47.043.622.342,43	18.116.301.488,53
TRANSFERENCIAS	289.279.068,00	289.279.068,00	450.679.056,66	-161.399.988,66	INVERSOES FINANCEIRAS	44.476.768.976,00	46.604.295.470,00	40.786.159.146,32	5.818.136.323,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	46.487.476.592,00	46.487.476.592,00	30.800.144.142,59	15.687.332.449,41	AMORTIZACAO DA DIVIDA	783.918.792.678,00	804.216.849.679,00	226.877.569.051,04	577.339.280.627,96
RECEITAS DE CAPITAL	916.219.463.537,00	916.219.463.537,00	667.855.471.041,41	258.363.992.495,59	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.754.965.129,00	19.395.296.003,00	0,00	19.395.296.003,00
OPERACOES DE CREDITO	828.760.656.642,00	828.760.656.642,00	567.992.113.424,07	260.768.543.217,93	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	2.659.472.828,00	977.593.010,96	1.681.879.817,04
ALIENACAO DE BENS	5.430.728.993,00	5.430.728.993,00	1.959.785.703,88	3.470.943.289,12	DESPESAS CORRENTES	0,00	1.040.801.179,00	259.830.878,93	780.970.300,07
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	27.595.249.888,00	27.595.249.888,00	28.945.139.728,41	-1.349.889.840,41	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	317.573.580,00	317.573.580,00	111.586.475,59	205.987.104,41	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	1.040.501.179,00	259.830.878,93	780.670.300,07
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	54.115.254.434,00	54.115.254.434,00	58.846.845.709,46	-4.731.591.275,46	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.618.671.649,00	717.762.132,03	900.909.516,97
					INVESTIMENTOS	0,00	1.056.911.739,00	376.745.824,80	680.165.914,20
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	561.759.910,00	341.016.307,23	220.743.602,77
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	3.419.338.818,00	2.814.731.806,91	604.607.011,09
					DESPESAS CORRENTES	0,00	1.774.881.265,00	1.550.951.336,78	223.929.928,22
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	1.774.881.265,00	1.550.951.336,78	223.929.928,22
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.644.457.553,00	1.263.780.470,13	380.677.082,87
					INVESTIMENTOS	0,00	1.394.457.553,00	1.013.780.470,13	380.677.082,87
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	250.000.000,00	250.000.000,00	0,00
SUBTOTAL I	1.966.015.896.211,00	1.966.015.896.211,00	1.700.996.880.045,39	265.019.016.165,61	SUBTOTAL I	1.964.392.359.391,00	2.013.672.267.928,00	1.676.831.326.892,20	336.840.941.035,80
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	0,00	0,00	39.148.464.572,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	0,00	0,00	10.131.443.965,00					
TOTAL	1.966.015.896.211,00	2.015.295.804.748,00	1.700.996.880.045,39	314.298.924.702,61	TOTAL	1.964.392.359.391,00	2.013.672.267.928,00	1.676.831.326.892,20	336.840.941.035,80
DEFICIT TOTAL					SUPERAVIT TOTAL	0,00	0,00	24.165.553.153,19	-24.165.553.153,19
TOTAL GERAL	1.966.015.896.211,00	2.015.295.804.748,00	1.700.996.880.045,39	314.298.924.702,61	TOTAL GERAL	1.964.392.359.391,00	2.013.672.267.928,00	1.700.996.880.045,39	312.675.387.882,61

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TITULO		BALANÇO ORÇAMENTARIO - OFSS				EXERCICIO		MES	
SUBTITULO		UNIÃO - AUTARQUIAS				2011		DEZEMBRO	
ORGÃO SUPERIOR						EMISSÃO		PÁGINA	
						08/02/2012		1	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANÇO ORÇAMENTARIO - OFSS		EXERCICIO		MES			
SUBTITULO		UNIAO - FUNDACOES		2011		DEZEMBRO			
ORGÃO SUPERIOR				EMISSÃO		PÁGINA			
				08/02/2012		1			
RECEITA				DESPESA					
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCO NA DESPESA
RECEITAS CORRENTES	800.711.223,00	800.711.223,00	600.830.568,68	199.880.654,32	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	22.088.952.534,00	24.606.110.012,44	23.504.141.928,69	1.101.968.083,75
RECEITAS PATRIMONIAIS	48.321.011,00	48.321.011,00	55.905.662,45	-7.584.651,45	DESPESAS CORRENTES	19.369.565.306,00	21.290.605.758,97	20.598.161.729,83	692.444.029,14
RECEITAS AGROPECUARIAS	1.032.440,00	1.032.440,00	482.590,70	549.849,30	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	11.207.142.059,00	11.413.655.681,74	11.279.171.008,65	134.484.673,09
RECEITAS INDUSTRIAIS	1.273.328,00	1.273.328,00	572.932,09	700.395,91	JUROS ENCARGOS DA DIVIDA	188.232,00	357.910,30	205.193,21	152.717,09
RECEITAS DE SERVICOS	489.932.607,00	489.932.607,00	280.825.088,35	209.107.518,65	OUTRAS DESPESAS CORREN	8.162.235.015,00	9.876.592.166,93	9.318.785.527,97	557.806.638,96
TRANSFERENCIAS	57.795.643,00	57.795.643,00	38.538.598,04	19.257.044,96	DESPESAS DE CAPITAL	2.719.387.228,00	3.315.504.253,47	2.905.980.198,86	409.524.054,61
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	202.356.194,00	202.356.194,00	224.505.697,05	-22.149.503,05	INVESTIMENTOS	2.639.114.630,00	3.251.929.598,47	2.862.058.315,95	389.871.282,52
RECEITAS DE CAPITAL	20.969.370,00	20.969.370,00	9.344.645,65	11.624.724,35	INVERSOES FINANCEIRAS	66.363.075,00	50.155.236,00	43.502.464,12	6.652.771,88
OPERACOES DE CREDITO	2.551.783,00	2.551.783,00	0,00	2.551.783,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	909.523,00	419.419,00	419.418,79	0,21
ALIENACAO DE BENS	18.347.587,00	18.347.587,00	3.195.150,19	15.152.436,81	RESERVA DE CONTINGENCIA	13.000.000,00	13.000.000,00	0,00	13.000.000,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	70.000,00	70.000,00	6.149.495,46	-6.079.495,46	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	3.700.000,00	3.700.000,00	0,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	3.700.000,00	3.700.000,00	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	3.700.000,00	3.700.000,00	0,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	52.609.876,19	52.607.969,70	1.906,49
					DESPESAS CORRENTES	0,00	52.609.876,19	52.607.969,70	1.906,49
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	52.609.876,19	52.607.969,70	1.906,49
SUBTOTAL I	821.680.593,00	821.680.593,00	610.175.214,33	211.505.378,67	SUBTOTAL I	22.088.952.534,00	24.662.419.888,63	23.560.449.898,39	1.101.969.990,24
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	50.736.152,00	0,00	50.736.152,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	76.115.885,00	0,00	76.115.885,00					
TOTAL	821.680.593,00	948.532.630,00	610.175.214,33	338.357.415,67	TOTAL	22.088.952.534,00	24.662.419.888,63	23.560.449.898,39	1.101.969.990,24
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	22.950.274.684,06	-22.950.274.684,06	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	821.680.593,00	948.532.630,00	23.560.449.898,39	-22.611.917.268,39	TOTAL GERAL	22.088.952.534,00	24.662.419.888,63	23.560.449.898,39	1.101.969.990,24



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANÇO ORÇAMENTARIO - OFSS		EXERCICIO		MES			
SUBTITULO		UNIÃO - EMPRESAS PÚBLICAS		2011		DEZEMBRO			
ORGÃO SUPERIOR				EMISSÃO		PÁGINA			
				08/02/2012		1			
RECEITA				DESPESA					
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECAÇAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	1.144.281.186,00	1.144.281.186,00	418.426.559,39	725.854.626,61	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	10.135.520.696,00	11.453.552.887,48	9.291.665.291,20	2.161.887.596,28
RECEITAS TRIBUTARIAS	0,00	0,00	6.187,76	-6.187,76	DESPESAS CORRENTES	3.952.727.481,00	5.310.826.268,18	5.200.508.148,91	110.318.119,27
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	0,00	0,00	2.916.622,33	-2.916.622,33	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	2.675.520.655,00	3.239.434.167,05	3.217.193.682,41	22.240.484,64
RECEITAS PATRIMONIAIS	776.331.780,00	776.331.780,00	23.216.893,22	753.114.886,78	JUROS ENCARGOS DA DIVIDA	3.315.381,00	3.315.381,00	1.050.351,59	2.265.029,41
RECEITAS AGROPECUARIAS	16.444.504,00	16.444.504,00	12.891.136,21	3.553.367,79	OUTRAS DESPESAS CORREN	1.273.891.445,00	2.068.076.720,13	1.982.264.114,91	85.812.605,22
RECEITAS INDUSTRIAIS	119.194.554,00	119.194.554,00	103.787.828,09	15.406.725,91	DESPESAS DE CAPITAL	6.182.793.215,00	6.142.726.619,30	4.091.157.142,29	2.051.569.477,01
RECEITAS DE SERVICOS	135.230.052,00	135.230.052,00	134.692.208,75	537.843,25	INVESTIMENTOS	3.157.639.073,00	3.244.023.359,15	422.205.931,68	2.025.425.931,68
TRANSFERENCIAS	8.045.542,00	8.045.542,00	9.770.230,36	-1.724.688,36	INVERSOES FINANCEIRAS	2.215.899.118,15	2.265.952.992,40	948.946.125,75	948.946.125,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	89.034.754,00	89.034.754,00	131.145.452,67	-42.110.698,67	AMORTIZACAO DA DIVIDA	3.505.674,00	3.505.674,00	2.386.722,42	1.118.951,58
RECEITAS DE CAPITAL	92.884.532,00	92.884.532,00	84.421.496,08	8.462.835,92	RESERVA DE CONTINGENCIA	679.298.468,00	679.298.468,00	0,00	679.298.468,00
OPERACOES DE CREDITO	6.880.005,00	6.880.005,00	0,00	6.880.005,00	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	495.708.175,00	342.190.957,45	153.517.217,55
ALIENACAO DE BENS	25.604.527,00	25.604.527,00	24.929.735,28	674.791,72	DESPESAS CORRENTES	0,00	9.360.496,00	2.075.846,77	7.284.649,23
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	60.400.000,00	60.400.000,00	59.491.960,80	908.039,20	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	9.360.496,00	2.075.846,77	7.284.649,23
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	486.347.679,00	340.115.110,68	146.232.568,32
					INVESTIMENTOS	0,00	191.497.679,00	175.515.110,68	15.982.568,32
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	294.850.000,00	164.600.000,00	130.250.000,00
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	18.289.544,87	18.274.992,94	14.551,93
					DESPESAS CORRENTES	0,00	17.294.544,87	17.279.992,94	14.551,93
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	17.294.544,87	17.279.992,94	14.551,93
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	995.000,00	995.000,00	0,00
					INVESTIMENTOS	0,00	995.000,00	995.000,00	0,00
SUBTOTAL I	1.237.165.718,00	1.237.165.718,00	502.848.255,47	734.317.462,53	SUBTOTAL I	10.135.520.696,00	11.967.550.607,35	9.652.131.241,59	2.315.419.365,76
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	11.688.128,00	0,00	11.688.128,00					
EXCESSO DE ARRECAÇAO	0,00	9.935.225,00	0,00	9.935.225,00					
TOTAL	1.237.165.718,00	1.258.789.071,00	502.848.255,47	755.940.815,53	TOTAL	10.135.520.696,00	11.967.550.607,35	9.652.131.241,59	2.315.419.365,76
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	9.149.282.986,12	-9.149.282.986,12	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	1.237.165.718,00	1.258.789.071,00	9.652.131.241,59	-8.393.342.170,59	TOTAL GERAL	10.135.520.696,00	11.967.550.607,35	9.652.131.241,59	2.315.419.365,76



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANÇO ORÇAMENTARIO - OFSS		EXERCICIO		MES			
SUBTITULO		UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA		2011		DEZEMBRO			
ORGÃO SUPERIOR				EMISSÃO		PÁGINA			
				08/02/2012		1			
RECETA				DESPESA					
TITULOS	PREVISA0 INICIAL	PREVISA0 ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	814.582.829,00	814.582.829,00	629.711.822,16	184.871.006,84	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	2.775.574.735,00	3.246.362.928,19	2.981.346.800,44	265.016.127,75
RECEITAS PATRIMONIAIS	17.528.427,00	17.528.427,00	19.764.633,51	-2.236.206,51	DESPESAS CORRENTES	2.007.657.345,00	2.452.217.424,27	2.359.853.320,73	92.364.103,54
RECEITAS AGROPECUARIAS	1.475,00	1.475,00	790,00	685,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	1.053.448.903,00	1.337.848.880,95	1.323.008.084,61	14.840.796,34
RECEITAS INDUSTRIAIS	610.075.174,00	610.075.174,00	389.078.914,10	220.996.259,90	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	12.488.323,00	12.488.323,00	6.270.748,21	6.217.574,79
RECEITAS DE SERVICOS	186.144.337,00	186.144.337,00	205.043.776,76	-18.899.439,76	OUTRAS DESPESAS CORREN	941.720.119,00	1.101.880.220,32	1.030.574.487,91	71.305.732,41
TRANSFERENCIAS	164.449,00	164.449,00	194.031,80	-29.582,80	DESPESAS DE CAPITAL	767.917.390,00	794.145.503,92	621.493.479,71	172.652.024,21
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	668.967,00	668.967,00	15.629.675,99	-14.960.708,99	INVESTIMENTOS	693.382.362,00	719.610.475,92	573.237.806,40	146.372.669,52
RECEITAS DE CAPITAL	206.682,00	206.682,00	58.027,42	148.654,58	AMORTIZACAO DA DIVIDA	74.535.028,00	74.535.028,00	48.255.673,31	26.279.354,69
ALIENACAO DE BENS	206.682,00	206.682,00	58.027,42	148.654,58					
SUBTOTAL I	814.789.511,00	814.789.511,00	629.769.849,58	185.019.661,42	SUBTOTAL I	2.775.574.735,00	3.246.362.928,19	2.981.346.800,44	265.016.127,75
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	1.597.999,00	0,00	1.597.999,00					
TOTAL	814.789.511,00	816.387.510,00	629.769.849,58	186.617.660,42	TOTAL	2.775.574.735,00	3.246.362.928,19	2.981.346.800,44	265.016.127,75
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	2.351.576.950,86	-2.351.576.950,86	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	814.789.511,00	816.387.510,00	2.981.346.800,44	-2.164.959.290,44	TOTAL GERAL	2.775.574.735,00	3.246.362.928,19	2.981.346.800,44	265.016.127,75

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TITULO		BALANÇO ORÇAMENTARIO - OFSS		EXERCÍCIO		MÊS			
SUBTÍTULO		UNIÃO - FUNDOS		2011		DEZEMBRO			
ORGÃO SUPERIOR				EMISSÃO		PÁGINA			
				08/02/2012		1			
RECEITA				DESPESA					
TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADACAO	TÍTULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	68.694.370.831,00	68.694.370.831,00	28.886.193.815,58	39.808.177.015,42	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	110.412.794.543,00	91.694.650.021,81	81.154.358.236,07	10.540.291.785,74
RECEITAS TRIBUTARIAS	9.002.034.446,00	9.002.034.446,00	506.585.126,88	8.495.449.319,12	DESPESAS CORRENTES	72.274.667.266,00	51.433.894.500,87	48.787.457.145,68	2.646.437.355,19
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	37.140.281.096,00	37.140.281.096,00	4.536.573.340,03	32.603.707.755,97	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	8.061.874.953,00	8.148.417.309,00	8.147.557.928,19	859.380,81
RECEITAS PATRIMONIAIS	10.355.327.856,00	10.355.327.856,00	12.395.597.950,57	-2.040.270.094,57	OUTRAS DESPESAS CORREN	64.212.792.313,00	43.285.477.191,87	40.639.899.217,49	2.645.577.974,38
RECEITAS INDUSTRIAIS	173.917.519,00	173.917.519,00	152.775.450,78	21.142.068,22	DESPESAS DE CAPITAL	38.138.127.277,00	40.260.755.520,94	32.366.901.090,39	7.893.854.430,55
RECEITAS DE SERVICOS	9.067.898.411,00	9.067.898.411,00	8.583.602.575,47	484.295.835,53	INVESTIMENTOS	3.778.431.870,00	2.271.018.019,04	1.517.360.820,02	753.657.199,02
TRANSFERENCIAS	61.349.694,00	61.349.694,00	46.147.099,32	15.202.594,68	INVERSOES FINANCEIRAS	29.367.518.542,00	33.394.193.061,90	30.849.540.270,37	2.544.652.791,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	2.893.561.809,00	2.893.561.809,00	2.664.912.272,53	228.649.536,47	RESERVA DE CONTINGENCIA	4.992.176.865,00	4.595.544.440,00	0,00	4.595.544.440,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.111.339.009,00	3.111.339.009,00	2.794.526.743,32	316.812.265,68	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	43.611.400,00	9.378.891,90	34.232.508,10
OPERACOES DE CREDITO	24.500.000,00	24.500.000,00	29.499.652,19	-4.999.652,19	DESPESAS CORRENTES	0,00	19.100.300,00	3.878.924,24	15.221.375,76
ALIEACAO DE BENS	162.872.543,00	162.872.543,00	33.268.479,87	129.604.063,13	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	19.100.300,00	3.878.924,24	15.221.375,76
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	2.919.252.790,00	2.919.252.790,00	2.724.876.894,73	194.375.895,27	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	24.511.100,00	5.499.967,66	19.011.132,34
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.643.404,00	4.643.404,00	4.600.240,27	43.163,73	INVESTIMENTOS	0,00	24.511.100,00	5.499.967,66	19.011.132,34
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	70.272,00	70.272,00	2.281.476,26	-2.211.204,26	CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	63.630.276,00	3.073.451,27	60.556.824,73
					DESPESAS CORRENTES	0,00	12.595.300,00	2.378.939,89	10.216.360,11
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	12.595.300,00	2.378.939,89	10.216.360,11
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	51.034.976,00	694.511,38	50.340.464,62
					INVESTIMENTOS	0,00	51.034.976,00	694.511,38	50.340.464,62
SUBTOTAL I	71.805.709.840,00	71.805.709.840,00	31.680.720.558,90	40.124.989.281,10	SUBTOTAL I	110.412.794.543,00	91.801.891.697,81	81.166.810.579,24	10.635.081.118,57
SUPERAVIT FIN. EX. ANTERIOR	0,00	5.338.520.370,00	0,00	5.338.520.370,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	52.765.532,00	0,00	52.765.532,00					
TOTAL	71.805.709.840,00	77.196.995.742,00	31.680.720.558,90	45.516.275.183,10	TOTAL	110.412.794.543,00	91.801.891.697,81	81.166.810.579,24	10.635.081.118,57
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	49.486.090.020,34	-49.486.090.020,34	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	71.805.709.840,00	77.196.995.742,00	81.166.810.579,24	-3.969.814.837,24	TOTAL GERAL	110.412.794.543,00	91.801.891.697,81	81.166.810.579,24	10.635.081.118,57

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TITULO		BALANÇO ORÇAMENTARIO - OFSS		EXERCÍCIO		MES			
SUBTITULO		UNIÃO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)		2011		DEZEMBRO			
ORÇAO SUPERIOR				EMISSÃO		PAGINA			
				08/02/2012		1			
RECEITA				DESPESA					
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	269.481.999.796,00	269.481.999.796,00	275.595.106.286,22	-6.113.106.490,22	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	417.460.724.357,00	456.558.861.060,67	438.051.693.407,60	18.507.167.653,07
RECEITAS TRIBUTARIAS	1.938.437.030,00	1.938.437.030,00	5.537.261.884,18	-3.598.824.854,18	DESPESAS CORRENTES	371.828.070.848,00	412.540.893.235,21	407.315.943.424,69	5.224.949.810,52
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	251.173.616.004,00	251.173.616.004,00	255.575.933.385,34	-4.402.317.381,34	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	49.284.972.150,00	55.336.929.428,71	54.697.014.072,49	639.915.356,22
RECEITAS PATRIMONIAIS	7.849.985.486,00	7.849.985.486,00	5.165.939.242,50	2.684.046.243,50	JUROS/ENCARGOS DA DIVIDA	19.081.156,00	20.294.834,30	8.011.293,01	12.283.541,29
RECEITAS AGROPECUARIAS	25.340.876,00	25.340.876,00	20.490.661,00	4.850.215,00	OUTRAS DESPESAS CORREN	322.524.017.542,00	357.183.668.972,20	352.610.918.059,19	4.572.750.913,01
RECEITAS INDUSTRIAIS	825.385.009,00	825.385.009,00	578.304.365,27	247.080.643,73	DESPESAS DE CAPITAL	45.632.653.509,00	44.017.967.825,46	30.735.749.982,91	13.282.217.842,55
RECEITAS DE SERVICOS	3.383.057.261,00	3.383.057.261,00	2.423.354.756,63	959.702.504,37	INVESTIMENTOS	29.163.911.302,00	30.817.499.724,88	25.393.068.715,82	5.424.431.009,06
TRANSFERENCIAS	139.138.433,00	139.138.433,00	104.773.331,05	34.365.101,95	INVERSOES FINANCEIRAS	6.124.082.148,00	6.504.675.193,58	5.291.104.452,57	1.213.570.741,01
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	4.147.039.697,00	4.147.039.697,00	6.189.048.660,25	-2.042.008.963,25	AMORTIZACAO DA DIVIDA	79.478.225,00	79.744.121,00	51.576.814,52	28.167.306,48
RECEITAS DE CAPITAL	876.222.902,00	876.222.902,00	432.414.698,86	443.808.203,14	RESERVA DE CONTINGENCIA	10.265.181.834,00	6.616.048.786,00	0,00	6.616.048.786,00
OPERACOES DE CREDITO	446.601.628,00	446.601.628,00	3.360.420,18	443.241.207,82	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	1.018.530.807,00	473.260.838,53	545.269.968,47
ALIENACAO DE BENS	228.767.548,00	228.767.548,00	137.862.888,83	90.904.659,17	DESPESAS CORRENTES	0,00	127.816.795,00	8.200.435,48	119.616.359,52
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	131.173.550,00	131.173.550,00	116.140.683,42	15.032.866,58	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	127.816.795,00	8.200.435,48	119.616.359,52
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	69.680.176,00	69.680.176,00	69.135.355,60	544.820,40	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	890.714.012,00	465.060.403,05	425.653.608,95
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	0,00	0,00	105.915.350,83	-105.915.350,83	INVESTIMENTOS	0,00	480.364.012,00	251.463.005,82	228.901.006,18
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	410.350.000,00	213.597.397,23	196.752.602,77
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	971.755.194,67	970.808.512,96	946.681,71
					DESPESAS CORRENTES	0,00	844.962.625,40	844.015.953,72	946.671,68
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	844.962.625,40	844.015.953,72	946.671,68
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	126.792.569,27	126.792.559,24	10,03
					INVESTIMENTOS	0,00	126.792.569,27	126.792.559,24	10,03
SUBTOTAL I	270.358.222.698,00	270.358.222.698,00	276.027.520.985,08	-5.669.298.287,08	SUBTOTAL I	417.460.724.357,00	458.549.147.062,34	439.495.762.759,09	19.053.384.303,25
SUPERAVIT FIN EX. ANTERIOR	0,00	630.783.704,00	0,00	630.783.704,00					
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	345.110.087,00	0,00	345.110.087,00	TOTAL	417.460.724.357,00	458.549.147.062,34	439.495.762.759,09	19.053.384.303,25
TOTAL	270.358.222.698,00	271.334.116.489,00	276.027.520.985,08	-4.693.404.496,08					
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	163.468.241.774,01	-163.468.241.774,01	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	270.358.222.698,00	271.334.116.489,00	439.495.762.759,09	-168.161.646.270,09	TOTAL GERAL	417.460.724.357,00	458.549.147.062,34	439.495.762.759,09	19.053.384.303,25

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TITULO		BALANÇO ORÇAMENTARIO - OFSS		EXERCICIO		MES			
SUBTITULO		UNIAO - FUNDOS(DIRETA)		2011		DEZEMBRO			
ORGÃO SUPERIOR				EMISSÃO		PÁGINA			
				08/02/2012		1			
RECEITA				DESPESA					
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	67.292.036.979,00	67.292.036.979,00	26.166.351.283,73	41.125.685.695,27	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	109.010.460.691,00	87.318.576.600,68	78.180.618.666,94	9.137.957.933,74
RECEITAS TRIBUTARIAS	9.002.034.446,00	9.002.034.446,00	506.585.126,88	8.495.449.319,12	DESPESAS CORRENTES	72.268.813.266,00	51.428.040.500,87	48.787.457.145,68	2.640.583.355,19
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	36.438.658.748,00	36.438.658.748,00	3.635.673.316,80	32.802.985.431,20	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	8.061.874.953,00	8.148.417.309,00	8.147.557.928,19	859.380,81
RECEITAS PATRIMONIAIS	9.678.272.054,00	9.678.272.054,00	10.676.627.807,09	-998.355.753,09	OUTRAS DESPESAS CORREN	64.206.938.313,00	43.279.623.191,87	40.639.899.217,49	2.639.723.974,38
RECEITAS INDUSTRIAIS	173.917.519,00	173.917.519,00	152.775.450,78	21.142.068,22	DESPESAS DE CAPITAL	36.741.647.425,00	35.890.536.099,81	29.393.161.521,26	6.497.374.578,55
RECEITAS DE SERVICOS	9.067.369.763,00	9.067.369.763,00	8.582.785.551,76	484.584.211,24	INVESTIMENTOS	3.778.431.870,00	2.271.018.019,04	1.517.360.820,02	753.657.199,02
TRANSFERENCIAS	61.349.694,00	61.349.694,00	46.147.099,32	15.202.594,68	INVERSOES FINANCEIRAS	29.367.518.542,00	30.420.453.492,77	27.875.800.701,24	2.544.652.791,53
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	2.870.434.755,00	2.870.434.755,00	2.565.756.931,10	304.677.823,90	RESERVA DE CONTINGENCIA	3.595.697.013,00	3.199.064.588,00	0,00	3.199.064.588,00
RECEITAS DE CAPITAL	3.111.339.009,00	3.111.339.009,00	2.704.482.626,82	406.856.382,18	CREDITOS ESPECIAIS	0,00	43.611.400,00	9.378.891,90	34.232.508,10
OPERACOES DE CREDITO	24.500.000,00	24.500.000,00	29.499.652,19	-4.999.652,19	DESPESAS CORRENTES	0,00	19.100.300,00	3.878.924,24	15.221.375,76
ALIEACAO DE BENS	162.872.543,00	162.872.543,00	33.268.479,87	129.604.063,13	OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	19.100.300,00	3.878.924,24	15.221.375,76
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	2.919.252.790,00	2.919.252.790,00	2.634.832.778,23	284.420.011,77	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	24.511.100,00	5.499.967,66	19.011.132,34
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.643.404,00	4.643.404,00	4.600.240,27	43.163,73	INVESTIMENTOS	0,00	24.511.100,00	5.499.967,66	19.011.132,34
OUTRAS RECEITAS DE CAPITA	70.272,00	70.272,00	2.281.476,26	-2.211.204,26	CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	63.630.276,00	3.073.451,27	60.556.824,73
					DESPESAS CORRENTES	0,00	12.595.300,00	2.378.939,89	10.216.360,11
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	12.595.300,00	2.378.939,89	10.216.360,11
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	51.034.976,00	694.511,38	50.340.464,62
					INVESTIMENTOS	0,00	51.034.976,00	694.511,38	50.340.464,62
SUBTOTAL I	70.403.375.988,00	70.403.375.988,00	28.870.833.910,55	41.532.542.077,45	SUBTOTAL I	109.010.460.691,00	87.425.818.276,68	78.193.071.010,11	9.232.747.266,57
SUPERAVIT FINEX. ANTERIOR	0,00	5.338.520.370,00	0,00	5.338.520.370,00					
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	0,00	52.765.532,00	0,00	52.765.532,00					
TOTAL	70.403.375.988,00	75.794.661.890,00	28.870.833.910,55	46.923.827.979,45	TOTAL	109.010.460.691,00	87.425.818.276,68	78.193.071.010,11	9.232.747.266,57
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	49.322.237.099,56	-49.322.237.099,56	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	70.403.375.988,00	75.794.661.890,00	78.193.071.010,11	-2.398.409.120,11	TOTAL GERAL	109.010.460.691,00	87.425.818.276,68	78.193.071.010,11	9.232.747.266,57

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TITULO		BALANÇO ORÇAMENTARIO - OFSS				EXERCICIO		MES	
SUBTITULO		UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)				2011		DEZEMBRO	
ORGÃO SUPERIOR						EMISSAO		PAGINA	
						08/02/2012		1	
		RECEITA				DESPESA			
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	1.402.333.852,00	1.402.333.852,00	2.719.842.531,85	-1.317.508.679,85	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	1.402.333.852,00	4.376.073.421,13	2.973.739.569,13	1.402.333.852,00
RECEITAS DE CONTRIBUICAO	701.622.348,00	701.622.348,00	900.900.023,23	-199.277.675,23	DESPESAS CORRENTES	5.854.000,00	5.854.000,00	0,00	5.854.000,00
RECEITAS PATRIMONIAIS	677.055.802,00	677.055.802,00	1.718.970.143,48	-1.041.914.341,48	OUTRAS DESPESAS CORREN	5.854.000,00	5.854.000,00	0,00	5.854.000,00
RECEITAS DE SERVICOS	528.648,00	528.648,00	817.023,71	-288.375,71	DESPESAS DE CAPITAL	1.396.479.852,00	4.370.219.421,13	2.973.739.569,13	1.396.479.852,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	23.127.054,00	23.127.054,00	99.155.341,43	-76.028.287,43	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	2.973.739.569,13	2.973.739.569,13	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	90.044.116,50	-90.044.116,50	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.396.479.852,00	1.396.479.852,00	0,00	1.396.479.852,00
AMORTIZACAO DE EMPRESTIM	0,00	0,00	90.044.116,50	-90.044.116,50					
SUBTOTAL I	1.402.333.852,00	1.402.333.852,00	2.809.886.648,35	-1.407.552.796,35	SUBTOTAL I	1.402.333.852,00	4.376.073.421,13	2.973.739.569,13	1.402.333.852,00
TOTAL	1.402.333.852,00	1.402.333.852,00	2.809.886.648,35	-1.407.552.796,35	TOTAL	1.402.333.852,00	4.376.073.421,13	2.973.739.569,13	1.402.333.852,00
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	163.852.920,78	-163.852.920,78	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	1.402.333.852,00	1.402.333.852,00	2.973.739.569,13	-1.571.405.717,13	TOTAL GERAL	1.402.333.852,00	4.376.073.421,13	2.973.739.569,13	1.402.333.852,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTITULO		UNIAO - ADM. DIRETA		2011		DEZEMBRO	
ORÇAO SUPERIOR				EMI SSO		PAGINA	
				08/02/2012		1	
INGRESSOS				DISPENDIOS			
TITULOS		2011	2010	TITULOS	2011	2010	
RECEITAS CORRENTES		757.495.934.597,81	661.119.886.622,81	DESPESAS CORRENTES	552.718.847.349,64	490.194.646.816,74	
RECEITA TRIBUTARIA		347.252.201.457,57	291.572.284.877,27	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	125.778.481.806,04	116.683.806.102,28	
RECEITA DE CONTRIBUIÇOES		281.775.459.216,48	248.120.201.086,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	131.114.378.907,09	122.410.633.626,87	
RECEITA PATRIMONIAL		48.537.654.154,46	51.556.204.681,13	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	286.733.824.317,33	242.827.883.916,69	
RECEITA AGROPECUARIA		523.427,41	534.199,78	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	202.677.949.159,96	174.522.867.800,67	
RECEITA DE SERVICOS		37.035.290.685,46	30.468.661.293,14	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	1.103.078.705,23	1.072.997.091,74	
OUTRAS TRANSFERENCIAS		302.189.282,03	110.442.661,69	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	1.401.245,88	626.928,83	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		29.241.691.285,43	26.982.432.245,28	OUTRAS DESPESAS	82.951.395.206,26	67.231.392.095,45	
RECEITA ENTRE ORÇAO DO ORÇAMENTO		13.350.925.088,97	12.309.125.578,52	DESPESA ENTRE ORÇAO DO ORÇAMENTO	9.092.162.319,18	8.272.323.170,90	
RECEITA TRIBUTARIA		3.420.080,79	658.641,55	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.858.431.431,64	8.052.303.739,14	
RECEITA DE CONTRIBUIÇOES		13.279.316.900,01	12.271.268.436,85	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	233.730.887,54	220.019.431,76	
RECEITA PATRIMONIAL		4.138.396,59	1.873.141,49	DESPESAS DE CAPITAL	603.449.906.204,30	546.848.455.535,26	
RECEITA INDUSTRIAL		1.696,41	0,00	INVESTIMENTOS	21.094.910.548,47	26.920.192.428,07	
RECEITA DE SERVICOS		22.889.690,42	26.387.157,10	INVERSOES FINANCEIRAS	4.545.503.362,90	5.335.721.187,94	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		41.158.324,75	8.938.201,53	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	577.287.703.813,45	514.002.620.384,90	
RECEITAS DE CAPITAL		665.652.174.705,94	577.365.908.252,66	DESPESAS ENTRE ORÇAO DO ORÇAMENTO	521.788.479,48	589.921.534,35	
OPERACOES DE CREDITO		566.508.617.064,56	501.956.423.701,54	INVESTIMENTOS	44.358.509,00	52.454.455,63	
ALIANACAO DE BENS		1.789.765.399,14	657.457.008,61	INVERSOES FINANCEIRAS	477.429.970,48	537.467.078,72	
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO		37.014.318.419,89	22.229.627.215,43	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	4.842.155.785.649,43	5.183.774.601.656,50	
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		37.981.295,86	30.571.439,50	TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS CONCEDIDAS	3.170.453.953.870,69	3.753.126.150.313,39	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		58.850.856.181,35	52.180.077.827,46	COTA CONCEDIDA	1.547.177.834.948,09	1.414.515.906.998,22	
RECEITA CAP. ENTRE ORÇAO DO ORÇAMENTO		1.450.636.345,14	311.751.060,12	REPASSE CONCEDIDO	521.499.507.472,72	480.896.116.886,65	
OPERACOES DE CREDITO		1.450.636.345,14	311.751.060,12	SUB-REPASSE CONCEDIDO	969.351.291.186,53	900.767.696.033,69	
DEDUCOES DA RECEITA		-29.859.470.802,34	-21.150.817.056,20	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	969.351.291.186,53	900.767.696.033,69	
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		4.649.679.113.645,12	5.015.616.619.453,39	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	86.745.483.272,10	348.362.230.449,75	
TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS RECEBIDAS		2.706.072.608.333,54	3.347.700.332.297,96	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	45.679.836.991,25	608.584.199.945,08	
COTA RECEBIDA		1.547.177.834.948,09	1.414.515.906.998,22	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	4.827.384.744,22	12.234.121.337,63	
REPASSE RECEBIDO		65.079.395.051,90	62.873.038.938,95	INCORPORACAO DE RECEITA	1.751.605.740,28	2.429.154.876,75	
SUB-REPASSE RECEBIDO		969.351.291.186,53	900.767.696.033,69	TRANSFERENCIA DE CREDITOS FINANCEIROS	3.075.779.003,94	9.804.966.460,88	
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.		969.351.291.186,53	900.767.696.033,69	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	1.666.874.447.034,52	1.418.414.330.005,48	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		68.506.195.721,74	342.012.721.039,08	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	8.209.458.276,82	4.416.703.133,83	
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		55.957.891.425,28	62.730.969.288,02	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	5.619.764.406,00	2.106.569.032,77	
CORRESPONDENCIA DE DEBITO		4.827.384.744,22	12.234.121.337,63	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	2.589.693.870,82	2.310.134.101,06	
DESINCORPORACAO DE RECEITA		1.751.605.740,28	2.429.154.876,75	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	1.658.664.988.757,70	1.413.997.626.871,65	
TRANSFERENCIA DE DEBITOS FINANCEIROS		3.075.779.003,94	9.804.966.460,88	DISPENDIOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	3.103.113.312.493,75	3.821.247.025.025,07	
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS		1.938.779.120.567,36	1.655.682.165.817,80	VALORES EM CIRCULACAO	179.174.044.377,10	707.428.739.141,67	
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA		2.685.804.622,05	3.680.555.415,30	REDE BANCARIA-ARRECADACAO	6.033.407.005,60	7.856.801.871,24	
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		595.877.795,31	965.371.092,06	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	171.902.507.680,00	698.327.554.907,44	
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS		2.089.926.826,74	2.715.184.323,24	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	1.042.077.857,10	1.041.560.413,24	
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS		1.936.093.315.945,31	1.652.001.610.402,50	CREDITOS TRIBUTARIOS	671.836,84	3.010.834,37	
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		3.115.090.378.645,37	3.814.431.014.183,13	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	262.904,66	490.983,05	
VALORES EM CIRCULACAO		707.430.755.046,31	555.397.510.983,60	OUTROS CREDITOS	262.904,66	490.983,05	


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO		UNIAO - ADM. DIRETA		2011		DEZEMBRO	
ORÇAO SUPERIOR				EMISSION		PAGINA	
				08/02/2012		2	
INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS		2011	2010
REDE BANCÁRIA-ARRECADACAO		7.856.801.871,24	7.608.078.795,24	RECURSOS VINCULADOS		109.776.712,47	108.536.997,89
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		698.327.554.907,44	546.504.026.295,79	RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER		85.332.724,75	90.773.454,99
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS		1.041.560.413,24	1.106.669.218,15	RECURSOS NAO VINCULADOS		7.655,68	9.679,45
CREDITOS TRIBUTARIOS		3.010.834,37	2.749.447,55	VALORES A CLASSIFICAR		3.126.031.300,83	3.090.645.469,49
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		490.983,05	303.877,77	RECEITA A CLASSIFICAR		3.126.031.300,83	3.090.645.469,49
OUTROS CREDITOS		490.983,05	303.877,77	RESTITUIÇÕES DA GR		1.300,26	0,00
RECURSOS VINCULADOS		110.552.902,53	109.759.865,21	COMPENSAÇÕES		2.859.179.508,87	2.864.366.851,99
RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER		90.773.454,99	65.923.483,89	RETIFICAÇÕES DARF		266.850.491,70	226.278.617,50
RECURSOS NAO VINCULADOS		9.679,45	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		664.542.091.370,37	1.080.143.736.586,41
VALORES A CLASSIFICAR		1.304.806.408,11	3.126.031.300,83	VALORES DIFERIDOS		664.542.091.370,37	1.080.143.736.586,41
RECEITA A CLASSIFICAR		1.304.806.408,11	3.126.031.300,83	DEPOSITOS		14.274.926.199,63	9.040.897.064,87
RESTITUIÇÕES DA GR		0,00	1.300,26	CONSIGNAÇÕES		12.086.948,92	123.400.665,18
COMPENSAÇÕES		644.365.566,04	2.859.179.508,87	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		13.889.525.485,18	7.843.647.074,84
RETIFICAÇÕES DARF		660.440.842,07	266.850.491,70	DEPOSITOS COMPULSORIOS		91.422.955,15	91.407.862,71
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		673.210.806.279,30	1.068.069.742.241,50	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		253.953.824,46	982.432.652,10
VALORES DIFERIDOS		673.210.806.279,30	1.068.069.742.241,50	DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF. CONSTITUCIONA		27.936.985,92	8.810,04
DEPOSITOS		27.077.394.327,72	14.274.926.199,63	OBRIGAÇÕES EM CIRCULACAO		847.818.612.898,84	671.924.044.137,85
CONSIGNAÇÕES		12.418.835,88	12.086.948,92	FORNECEDORES		3.797.537.268,18	2.251.966.550,12
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		26.631.530.998,55	13.889.525.485,18	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		1.452.010.866,14	1.114.605.150,42
DEPOSITOS COMPULSORIOS		91.459.215,46	91.422.955,15	CONVENIOS A PAGAR		1.251.512.186,98	1.023.915.966,34
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		313.307.204,07	253.953.824,46	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR		275.545.877,21	18.476.598,69
DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF. CONSTITUCIONA		28.678.073,76	27.936.985,92	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR		842.389,61	992.389,61
OBRIGAÇÕES EM CIRCULACAO		335.849.796.647,61	858.102.890.432,14	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR		178.203.980,96	16.347.549,23
FORNECEDORES		3.104.701.698,02	3.797.537.268,18	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR		403.794.282,28	74.621.481,21
DO EXERCÍCIO		701.590.787,93	985.293.329,84	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV		235.127.685,00	3.007.414,62
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		416.247.114,23	466.717.536,30	TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGAR		500.000,00	0,00
CONVENIOS A PAGAR		803.480.527,28	1.251.512.186,98	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR		92.817.873,76	60.457.090,18
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR		342.991.069,78	275.545.877,21	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO		64.517.122.439,80	55.348.828.602,39
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR		1.914.144,83	842.389,61	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO		0,00	190.175.313,20
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR		107.068.034,69	178.203.980,96	EM CONTRATOS		0,00	190.175.313,20
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR		504.748.849,66	403.794.282,28	EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE		1.309.719.673,48	976.286.767,16
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV		226.661.169,62	235.127.685,00	VALORES EM TRANSITO		1.873.245,76	1.691.092,14
TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGAR		0,00	500.000,00	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS		465,63	1.410,72
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR		46.436.668,27	92.817.873,76	RESTITUIÇÕES DE RECEITAS A PAGAR		65.469,45	0,00
RESTOS A PAGAR		81.752.820.641,49	73.978.467.261,66	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA		38.895.985.949,61	32.828.966.485,67
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR		72.368.462.121,16	64.517.122.439,80	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP		734.833.842.694,36	577.823.072.570,00
CANCELADO		9.384.358.520,33	9.461.344.821,86	RECURSOS A LIBERAR P/EMPENHO CONTRA ENTREG		39.077,71	200.415,70
EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE		1.151.510.233,42	1.309.719.673,48	LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA		3.151.433.113,45	712.097.988,77
VALORES EM TRANSITO		1.369.920,85	1.873.245,76	RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT		304.027.338,18	409.850.670,56
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS		3.398,42	465,63	OUTROS DEBITOS		143.627.923,53	101.375.473,73
RESTITUIÇÕES DE RECEITAS A PAGAR		0,00	65.469,45	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL		260.725.042,93	1.069.621.118,27
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA		44.005.119.443,40	38.895.985.949,61	OUTRAS OBRIGAÇÕES		509.795.323,01	149.452.589,24



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS	EXERCÍCIO	2011	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - ADM. DIRETA	EMISSION	08/02/2012	PAGINA	3
ORÇAO SUPERIOR					

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	203.547.516.106,89	734.833.842.694,36	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIA	2.213.169.156,56	1.937.152.813,08
RECURSOS A LIBERAR P/ EMPENHO CONTRA ENTRE	27.513,53	39.077,71	DESPESAS DE INSTITUIÇÔES FINANCEIRAS	1.696.394.436,19	1.737.501.361,79
LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	1.061.251.982,38	3.151.433.113,45	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	516.774.720,37	199.651.451,29
RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	614.978.812,80	304.027.338,18	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	1.391.964.437.190,42	1.347.681.809.811,70
OUTROS DEBITOS	74.188.028,86	143.627.923,53	BAIXA DE DIREITOS	606.507.580.405,73	470.501.571.187,10
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	261.483.602,83	1.083.657.754,37	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	605.481.485.292,11	469.104.478.448,29
OUTRAS OBRIGACOES	228.388.596,45	509.795.323,01	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	1.026.095.113,62	1.397.092.738,81
RECETA EXTRA-ORÇAMENTARIA	486.836.520,31	189.029.426,63	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	241.489.377.482,12	762.624.874.683,73
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	486.836.520,31	189.029.426,63	EXERCICIOS ANTERIORES	1.046,92	0,00
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	1.369.729.983.416,01	1.315.270.883.598,80	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	241.346.115.760,83	762.527.729.400,99
INCORPORACAO DE DIREITOS	164.287.932.877,80	681.473.605.219,91	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	143.260.674,37	97.145.282,74
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	163.613.460.578,80	679.155.015.211,21	AJUSTES DE OBRIGACOES	543.967.479.302,57	114.555.363.940,87
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	674.472.299,00	2.318.590.008,70	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	6.641.648,93	7.455,51
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	663.117.888.334,30	520.481.857.421,37	VARIACAO CAMBIAL	39.776.151,69	1.632.745.580,89
EXERCICIOS ANTERIORES	200.721.299,19	255.839.340,85	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	543.921.061.501,95	112.922.610.904,47
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	662.723.045.266,26	520.095.249.979,89			
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	194.121.768,85	130.768.100,63			
AJUSTES DE CREDITOS	542.324.162.203,91	113.315.420.957,52			
VARIACAO CAMBIAL	438.981.109,56	1.352.369.948,37			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	541.885.181.094,35	111.963.051.009,15	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	445.740.293.743,64	389.120.014.648,86
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	389.120.014.648,86	383.802.132.226,64	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	259.620.912.399,05	200.267.030.859,85
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	200.267.030.859,85	206.116.315.575,01	INSS	9.598.171.046,49	5.963.443.219,60
INSS	5.963.443.219,60	710.928.153,84	RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA	155.248.054.066,40	154.541.346.302,79
RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA	154.541.346.302,79	164.707.801.063,45	APLICACOES FINANCEIRAS	29.165.878,28	28.179.687,65
APLICACOES FINANCEIRAS	28.179.687,65	26.974.748,19	OUTRAS DISPONIBILIDADES	21.243.990.353,42	28.320.014.578,97
OUTRAS DISPONIBILIDADES	28.320.014.578,97	12.240.112.686,15	DISPENDIOS	9.547.178.145.440,76	10.431.184.743.682,43
INGRESSOS	9.547.178.145.440,76	10.431.184.743.682,43			


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS			2011		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR				EMISSION		PAGINA	
				08/02/2012		1	
INGRESSOS		DISPENSÍOS					
TITULOS		2010		TITULOS		2010	
RECEITAS CORRENTES		924.693.739.511,04		DESPESAS CORRENTES		1.009.680.722.173.33	
RECEITA TRIBUTARIA		296.708.391.121,17		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		182.441.407.223.83	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		474.665.578.172,46		JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		131.122.390.200,10	
RECEITA PATRIMONIAL		65.269.330.662,35		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		680.262.861.697,77	
RECEITA AGROPECUARIA		21.211.876,74		TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS		230.352.198.413,75	
RECEITA INDUSTRIAL		603.787.859,48		TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR		1.170.781.187,53	
RECEITA DE SERVIÇOS		40.658.044.038,95		BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS		274.198.767.647,88	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		276.901.428,49		OUTRAS DESPESAS		174.541.114.448,61	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		34.005.244.883,91		DESPESA ENTRE ORGANS DO ORÇAMENTO		15.854.063.051,63	
RECEITA ENTRE ORGANS DO ORÇAMENTO		12.485.249.487,49		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		15.040.078.006,89	
RECEITA TRIBUTARIA		898.535,56		OUTRAS DESPESAS CORRENTES		813.985.044,74	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		12.271.295.961,60		DESPESAS DE CAPITAL		667.150.604.718,92	
RECEITA PATRIMONIAL		4.063.297,47		INVESTIMENTOS		48.382.115.787,83	
RECEITA INDUSTRIAL		139.043.179,46		INVERSOES FINANCEIRAS		39.449.382.468,20	
RECEITA DE SERVIÇOS		55.087.749,06		AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA		577.339.280.627,97	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		14.860.764,34		DESPESAS ENTRE ORGANS DO ORÇAMENTO		1.979.825.834,92	
RECEITAS DE CAPITAL		580.002.037.974,51		INVESTIMENTOS		52.032.849,57	
OPERACOES DE CREDITO		502.024.000.604,66		INVERSOES FINANCEIRAS		1.927.792.985,35	
ALIENACAO DE BENS		946.550.472,90		DISPENSÍOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		3.427.953.376.698,76	
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO		25.032.166.020,24		VALORES EM CIRCULACAO		309.016.842.127,14	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		107.116.776,43		REDE BANCARIA-ARRECADACAO		6.050.768.837,52	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		52.180.453.040,16		RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		266.402.047.316,52	
RECEITA CAP. ENTRE ORGANS DO ORÇAMENTO		311.751.060,12		VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS		1.065.648.701,05	
OPERACOES DE CREDITO		311.751.060,12		CREDITOS TRIBUTARIOS		333.486.382,54	
ALIENACAO DE BENS		0,00		RECURSOS DA UNIAO A RECEBER		282.964.077,33	
DEDUCOES DA RECEITA		-22.567.205.942,06		CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		14.779.796,64	
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		4.155.449.211.499,66		OUTROS CREDITOS		14.779.796,64	
VALORES EM CIRCULACAO		677.007.525.695,42		RECURSOS VINCULADOS		1.335.718.786,04	
REDE BANCARIA-ARRECADACAO		7.613.086.182,21		DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT		33.362.111.215,50	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		625.255.252.256,11		RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER		85.332.724,75	
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS		1.114.799.297,27		RECURSOS NAO VINCULADOS		7.655,68	
CREDITOS TRIBUTARIOS		344.574.069,23		OUTROS VALORES EM CIRCULACAO		83.976.633,57	
RECURSOS DA UNIAO A RECEBER		63.759.215,22		VALORES A CLASSIFICAR		3.255.049.346,11	
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		19.029.455,64		RECEITA A CLASSIFICAR		3.255.049.346,11	
OUTROS CREDITOS		19.029.455,64		RESTITUICOES DA GR		1.300,26	
RECURSOS VINCULADOS		1.318.195.041,99		RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN		129.028.267,87	
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT		41.147.606.228,49		COMPENSAÇOES		2.859.179.508,87	
RECURSOS DA PREVIDENCIA A RECEBER		65.923.483,89		RESTITUICOES		-10.222,59	
RECURSOS NAO VINCULADOS		0,00		RETIFICACOES DARF		266.850.491,70	
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO		65.300.465,37		VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		696.509.629.667,78	
VALORES A CLASSIFICAR		3.255.049.346,11		VALORES DIFERIDOS		2.864.366.851,99	
RECEITA A CLASSIFICAR		3.255.049.346,11		OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		696.509.552.242,13	
						77.425,65	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTITULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS			2011	2011	DEZEMBRO	PAGINA
ORÇAO SUPERIOR				08/02/2012		2	
INGRESSOS		DISPENDIOS					
TITULOS		2011	2010	TITULOS	2011	2010	
RESTITUIÇÕES DA GR		0,00	1.300,26	DEPOSITOS	18.056.027.719,08	12.191.113.547,18	
RECEITAS REALIZÁVEIS NO EXERCÍCIO SEGUIN		185.554.842,89	129.028.267,87	CONSIGNACOES	35.044.885,82	178.707.423,09	
COMPENSAÇÕES		644.365.566,04	2.859.179.508,87	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	17.366.907.150,27	10.737.719.428,04	
RESTITUIÇÕES		0,00	-10.222,59	DEPOSITOS COMPULSORIOS	91.422.955,15	91.407.862,71	
RETIFICACOES DARF		660.440.842,07	266.850.491,70	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	534.715.741,92	1.183.270.023,30	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		696.509.629.667,78	1.097.855.077.218,63	DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF. CONSTITUICIONA	27.936.985,92	8.810,04	
VALORES DIFERIDOS		696.509.552.242,13	1.097.854.999.792,98	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	922.022.569.359,43	745.647.376.410,14	
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		77.425,65	77.425,65	FORNECEDORES	10.802.658.539,86	7.561.855.952,25	
DEPOSITOS		31.490.265.126,97	18.056.027.719,08	DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.339.488.067,35	2.165.313.734,47	
CONSIGNACOES		150.952.498,86	35.044.885,82	CONVENIOS A PAGAR	4.051.399.191,33	3.855.502.304,51	
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		30.634.382.088,37	17.366.907.150,27	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	286.485.139,51	23.813.949,02	
DEPOSITOS COMPULSORIOS		91.459.215,46	91.422.955,15	PRECATORIOS DE OCK A PAGAR	0,00	33.819,30	
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		584.793.250,52	534.715.741,92	COMPENSAÇAO PREVIDENCIARIA	108.969.898,82	127.945.484,57	
DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF. CONSTITUCIONA		28.678.073,76	27.936.985,92	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	4.239.247,49	3.050.950,49	
OBRIGACOES EM CIRCULACAO		424.972.374.940,42	937.273.946.577,59	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	2.065.747.587,04	1.235.995.309,56	
FORNECEDORES		7.903.065.132,15	10.802.658.539,86	CONTRATOS DE SUBVENÇAO A PAGAR	32.627.239,05	7.388.713,13	
DO EXERCÍCIO		1.573.463.879,90	2.365.846.424,07	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	675.639.216,12	139.804.272,58	
DE EXERCICIOS ANTERIORES		632.077.292,44	973.641.643,28	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	237.562.953,15	3.007.414,62	
CONVENIOS A PAGAR		2.142.269.125,49	4.051.399.191,33	TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA	500.000,00	0,00	
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR		501.425.011,37	286.485.139,51	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	509.026.654,89	421.481.278,13	
COMPENSAÇAO PREVIDENCIARIA		8.699.274,78	108.969.898,82	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	103.282.259.889,53	92.126.197.153,45	
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR		5.310.537,83	4.239.247,49	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	115.960.200,00	199.156.513,20	
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR		1.887.816.084,13	2.065.747.587,04	EM CONTRATOS	115.960.200,00	199.156.513,20	
CONTRATOS DE SUBVENÇAO A PAGAR		26.220.096,97	32.627.239,05	EMPRES FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.309.720.673,48	1.529.360.110,66	
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR		880.694.192,26	675.639.216,12	VALORES EM TRANSITO	3.715.496,78	3.859.036,23	
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV		245.089.636,98	237.562.953,15	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.612.886,81	7.932.142,58	
CONTRATO DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA		0,00	500.000,00	RESTITUIÇOES DE RECEITAS A PAGAR	65.469,45	0,00	
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR		500.298.896,41	509.026.654,89	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	39.958.526.102,91	33.962.377.137,06	
RESTOS A PAGAR		132.038.062.615,38	116.716.464.437,58	BENEFÍCIOS A PAGAR	12.738.981.152,65	12.962.758.847,31	
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR		116.937.762.548,58	103.282.259.889,53	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	746.763.794.690,60	590.813.503.082,39	
CANCELADO		15.100.300.066,80	13.434.204.548,05	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	39.077,71	200.415,70	
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO		69.047.000,00	115.960.200,00	LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	90.773.454,99	65.923.483,89	
EM CONTRATOS		69.047.000,00	115.960.200,00	RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	3.151.433.113,45	712.097.988,77	
EMPRES FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE		1.823.484.452,79	1.309.720.673,48	OUTROS DEBITOS	304.027.338,18	409.850.670,56	
VALORES EM TRANSITO		3.464.524,19	3.715.496,78	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	291.340.358,82	218.516.236,11	
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		6.072.916,88	1.612.886,81	PROVISOES FINANCEIRAS	1.770.487.799,04	3.566.521.168,60	
RESTITUIÇOES DE RECEITAS A PAGAR		0,00	65.469,45	OUTRAS OBRIGACOES	1.331.902,48	8.052.806,44	
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA		45.469.633.865,82	39.958.526.102,91	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIA	926.814.557,80	1.077.732.386,81	
BENEFÍCIOS A PAGAR		13.424.761.594,04	12.738.981.152,65	DESPESAS DE INSTITUIÇOES FINANCEIRAS	6.087.369.468,99	4.615.917.374,29	
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP		218.697.435.660,34	746.763.794.690,60	DESPESAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	4.027.063.915,62	4.022.672.568,61	
RECURSOS A LIBERAR P/ EMPENHO CONTRA ENTRE		27.513,53	39.077,71	DESPESAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	1.289.510.640,51	391.437.952,95	
RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL		85.332.724,75	90.773.454,99	RESTITUIÇAO DE RECEITAS FEDERAIS	519.794.912,86	201.806.852,73	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS	EXERCÍCIO 2011	MES DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS	EMISSION 08/02/2012	PAGINA 3
ORÇAO SUPERIOR			

INGRESSOS		DISPENDIOS	
TÍTULOS		TÍTULOS	
	2011		2011
	2010		2010
LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA	1.061.251.982,38	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	1.473.005.889.010,23
RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT	614.978.812,80	BAIXA DE DIREITOS	522.703.243.931,79
OUTROS DEBITOS	219.822.474,33	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	666.195.224.929,01
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	1.768.213.207,12	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	1.431.554.816,40
PROVISOES FINANCEIRAS	1.708.752,39	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	259.731.139.375,84
OUTRAS OBRIGACOES	1.285.712.815,12	EXERCICIOS ANTERIORES	1.046,92
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	1.979.743.199,54	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	258.897.081.849,84
RECEITAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	0,00	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	834.056.479,08
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	1.459.948.286,68	AJUSTES DE OBRIGACOES	545.647.969.888,98
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	519.794.912,86	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	8.294.750,22
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	1.478.186.069.742,64	VARIACAO CAMBIAL	72.966.261,65
INCORPORACAO DE DIREITOS	246.995.145.017,31	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	545.566.708.877,11
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	233.406.064.247,53		
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	13.589.080.769,78		
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	686.267.215.463,74		
EXERCICIOS ANTERIORES	1.422.290.441,63		
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	684.646.110.555,99		
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES	198.814.466,12		
AJUSTES DE CREDITOS	544.923.709.261,59		
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	346.129,29		
VARIACAO CAMBIAL	500.476.784,46		
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	544.422.886.347,84		
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	461.741.153.820,36	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	530.259.840.175,83
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	227.869.023.529,16	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	292.947.252.573,14
INSS	5.963.443.219,60	INSS	9.598.171.046,49
RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA	154.541.346.302,79	RECURSOS A DISPOSICAO DA DIVIDA PUBLICA	155.248.054.066,40
APLICACOES FINANCEIRAS	37.431.408.488,07	APLICACOES FINANCEIRAS	42.308.989.244,34
OUTRAS DISPONIBILIDADES	35.935.932.280,74	OUTRAS DISPONIBILIDADES	30.157.373.245,46
INGRESSOS	5.635.044.543.766,84	DISPENDIOS	5.635.044.543.766,84
			6.084.080.092.447,69


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO		UNIAO - AUTARQUIAS		2011		DEZEMBRO	
ORÇAO SUPERIOR				EMISSION		PAGINA	
				08/02/2012		1	
INGRESSOS				DISPENSÍOS			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS	2011	2010	
RECEITAS CORRENTES		275.510.664.630,13	237.063.626.311,74	DESPESAS CORRENTES	379.933.972.805,01	340.675.556.492,03	
RECEITA TRIBUTARIA		5.543.792.222,96	4.721.174.539,17	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.723.108.616,58	32.372.432.036,12	
RECEITA DE CONTRIBUIÇOES		256.868.634.861,41	222.502.325.035,27	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	485.000,00	504.194,15	
RECEITA PATRIMONIAL		5.127.496.293,23	3.907.935.454,85	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	340.719.428.480,72	304.337.414.308,34	
RECEITA AGROPECUARIA		7.126.585,42	6.120.273,09	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	25.405.947.979,45	21.413.730.225,43	
RECEITA INDUSTRIAL		80.944.906,64	79.652.674,38	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	42.424.913,58	56.233.409,81	
RECEITA DE SERVICOS		1.887.492.684,83	1.519.473.624,19	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS	274.181.213.162,59	246.500.899.240,09	
OUTRAS TRANSFERENCIAS		62.565.221,31	37.506.070,05	OUTRAS DESPESAS	41.089.842.425,10	36.366.551.433,01	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		5.923.462.080,50	4.277.091.300,30	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	4.490.950.707,71	3.965.205.953,42	
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO		9.149.773,83	12.347.340,44	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.154.532.680,24	3.727.670.556,92	
RECEITA TRIBUTARIA		238.191,83	192.354,01	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	336.418.027,47	237.535.396,50	
RECEITA DE CONTRIBUIÇOES		852,31	687,22	DESPESAS DE CAPITAL	23.367.862.013,66	20.578.405.774,14	
RECEITA PATRIMONIAL		863.018,47	1.505.353,70	INVESTIMENTOS	19.336.853.648,21	17.920.042.144,10	
RECEITA INDUSTRIAL		3.965.285,85	3.879.468,99	INVERSOES FINANCEIRAS	2.613.849.508,71	1.908.954.901,46	
RECEITA DE SERVICOS		3.115.635,89	5.180.793,89	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	515.000,00	3.811.395,34	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		966.789,48	1.588.682,63	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	1.416.643.856,74	745.597.333,24	
RECEITAS DE CAPITAL		339.267.756,34	150.444.240,77	INVESTIMENTOS	846.972,17	2.419.671,70	
OPERACOES DE CREDITO		3.360.420,18	0,00	INVERSOES FINANCEIRAS	1.415.796.884,57	743.177.661,54	
ALIENACAO DE BENS		110.268.938,66	71.589.144,16	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	563.584.442.904,04	497.010.977.526,28	
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO		116.229.147,33	78.399.734,23	TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS CONCEDIDAS	31.662.436.961,77	41.682.993.671,95	
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		3.493.899,34	455.362,38	REPASSE CONCEDIDO	1.223.034.069,59	1.050.246.359,40	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		105.915.350,83	0,00	SUB-REPASSE CONCEDIDO	23.111.054.641,86	20.992.274.299,36	
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO				SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	23.111.054.641,86	20.992.274.299,36	
DEDUÇÕES DA RECEITA		-1.565.204.720,77	-1.007.095.119,52	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	2.954.837.763,50	3.171.482.081,71	
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		680.795.254.650,11	594.259.687.812,11	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	4.373.510.486,82	16.468.990.931,48	
TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS RECEBIDAS		417.324.921.403,32	370.997.255.732,34	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	531.922.005.942,27	455.327.983.854,33	
REPASSE RECEBIDO		375.198.370.822,77	342.247.919.539,18	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	3.182.054.673,12	2.968.680.638,34	
SUB-REPASSE RECEBIDO		23.111.054.641,86	20.992.274.299,36	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	2.863.070.189,52	2.665.552.519,68	
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.		23.111.054.641,86	20.992.274.299,36	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	318.984.483,60	303.128.118,66	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		15.777.415.061,25	4.653.878.488,79	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	528.739.951.269,15	452.359.303.215,99	
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		3.238.080.877,44	3.103.183.405,01	DISPENSÍOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	178.607.620.596,95	159.569.059.571,05	
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS		263.470.333.246,79	223.262.432.079,77	VALORES EM CIRCULACAO	60.053.129.280,61	61.026.329.895,45	
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA		4.385.567.305,54	3.304.881.018,13	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	58.843.181.610,75	59.813.751.230,59	
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		3.272.321.186,66	3.031.395.787,49	CREDITOS TRIBUTARIOS	3.165.230,68	583.310,74	
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS		1.113.246.118,88	273.485.230,64	RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	10.105,18	10.105,18	
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS		259.084.765.941,25	219.957.551.061,64	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	1.456.450,44	2.259.901,30	
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		192.002.416.694,79	187.798.948.867,09	OUTROS CREDITOS	1.456.450,44	2.259.901,30	
VALORES EM CIRCULACAO		61.021.875.106,46	50.476.975.289,95	RECURSOS VINCULADOS	1.177.064.461,27	1.181.473.925,35	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		59.813.751.230,59	49.268.447.508,66	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	28.251.422,29	28.251.422,29	
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS		0,00	34.860,59	VALORES A CLASSIFICAR	106.387.757,11	100.499.935,95	
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		583.310,74	695.279,08	RECEITA A CLASSIFICAR	106.387.757,11	100.499.935,95	
RECURSOS DA UNIAO A RECEBER		10.105,18	0,00	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCÍCIO SEGUIN	106.387.757,11	100.499.935,95	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO		UNIAO - AUTARQUIAS		2011		DEZEMBRO	
ORÇAO SUPERIOR				EMISSION		PAGINA	
				08/02/2012		2	
INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS		2011	2010
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		2.259.901,30	2.386.531,89	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		19.707.072.328,55	9.351.944.085,15
OUTROS CREDITOS		2.259.901,30	2.386.531,89	VALORES DIFERIDOS		19.707.071.808,92	9.351.943.565,52
RECURSOS VINCIULADOS		1.177.019.136,36	1.177.113.551,42	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		519,63	519,63
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO		28.251.422,29	28.297.558,31	DEPOSITOS		3.529.463.169,40	2.963.991.041,92
VALORES A CLASSIFICAR		96.652.189,08	106.387.757,11	CONSIGNACOES		8.443.710,70	31.019.588,57
RECEITA A CLASSIFICAR		96.652.189,08	106.387.757,11	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		3.402.352.338,83	2.788.914.715,93
RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN		96.652.189,08	106.387.757,11	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		118.667.119,87	144.056.737,42
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		7.476.694.411,46	20.881.115.846,92	OBRIACOES EM CIRCULACAO		44.777.252.582,07	45.360.175.192,53
VALORES DIFERIDOS		7.476.693.891,83	20.881.115.327,29	FORNECEDORES		2.764.023.614,24	1.743.336.416,35
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		519,63	519,63	DE EXERCICIOS ANTERIORES		1.474.019.358,03	576.999.980,37
DEPOSITOS		4.047.273.980,01	3.529.463.169,40	CONVENIOS A PAGAR		1.076.280.953,58	964.426.536,22
CONSIGNACOES		5.982.748,13	8.443.710,70	PRECATORIOS DE OCK A PAGAR		0,00	33.819,30
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		3.832.536.071,67	3.402.352.338,83	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA		108.969.898,82	127.945.484,57
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		208.755.160,21	118.667.119,87	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR		61.295.005,24	66.208.709,39
OBRIACOES EM CIRCULACAO		54.629.538.761,02	47.163.927.182,90	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR		43.457.933,69	7.721.421,62
FORNECEDORES		1.262.892.705,81	2.764.023.614,24	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR		234.728.110,99	290.463.316,12
DO EXERCICIO		439.733.458,99	1.060.361.624,85	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR		19.955.336.805,19	19.403.551.346,81
DE EXERCICIOS ANTERIORES		149.833.073,05	413.657.733,18	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO		115.960.200,00	8.981.200,00
CONVENIOS A PAGAR		481.587.865,86	1.076.280.953,58	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO		115.960.200,00	8.981.200,00
COMPENSACAO PREVIDENCIARIA		8.699.274,78	108.969.898,82	EM CONTRATOS		1.000,00	1.178.451,50
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR		0,00	464,88	EMPRESA FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE		996.451,37	922.440,94
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR		11.637.794,22	61.295.005,24	VALORES EM TRANSITO		120.675,88	107.323,43
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR		171.401.238,91	43.457.933,69	OBRIACOES TRIBUTARIAS		523.472.685,75	626.636.567,44
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR		189.437.562,16	234.728.110,99	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA		12.738.978.537,82	12.962.756.232,48
RESTOS A PAGAR		26.931.597.533,64	21.802.030.690,19	BENEFICIOS A PAGAR		6.955.645.440,75	8.272.270.713,19
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR		24.277.870.715,34	19.955.336.805,19	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP		90.773.454,99	65.923.483,89
CANCELADO		2.653.726.818,30	1.846.693.885,00	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL		7.138.154,36	20.295.874,82
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO		69.047.000,00	115.960.200,00	OUTROS DEBITOS		1.023.321.367,07	1.150.741.562,59
EM CONTRATOS		69.047.000,00	115.960.200,00	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL		10.249,89	6.904.578,55
EMPRESA FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE		1.172,14	1.000,00	PROVISOES FINANCEIRAS		366.745.833,77	806.105.684,42
VALORES EM TRANSITO		1.065.057,01	996.451,37	OUTRAS OBRIACOES		538.964,79	155.609.001,09
OBRIACOES TRIBUTARIAS		101.329,01	120.675,88	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIA		0,00	155.450.950,24
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA		534.333.349,03	523.472.685,75	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS		538.964,79	158.050,85
BENEFICIOS A PAGAR		13.424.758.979,21	12.738.978.537,82	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS		50.433.776.514,42	40.610.510.418,96
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP		9.922.066.583,21	6.955.645.440,75	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIACOES		38.946.658.104,03	30.847.098.806,59
RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL		85.332.724,75	90.773.454,99	BAIXA DE DIREITOS		2.184,89	30.771.844.496,80
OUTROS DEBITOS		9.162.969,34	7.138.154,36	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		11.317.914.438,78	8.511.566.421,25
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL		1.198.823.676,72	1.563.302.082,90	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS		11.206.443.714,43	8.497.482.269,55
PROVISOES FINANCEIRAS		10.249,89	10.249,89	INCORPORACAO DE OBRIACOES		111.470.724,35	14.084.151,70
OUTRAS OBRIACOES		1.000.907.869,10	366.745.833,77	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR		169.203.971,61	1.251.845.191,12
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		26.732.524,34	176.047.460,06	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIACOES			
RECEITAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS		0,00	169.594.657,16	AJUSTES DE OBRIACOES			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS	EXERCÍCIO	2011	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIÃO - AUTARQUIAS	EMISSÃO	08/02/2012	PÁGINA	3
ÓRGÃO SUPERIOR					

INGRESSOS		DISPENDIOS	
TÍTULOS		TÍTULOS	
RESTITUIÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS	26.732.524,34	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA FINANCEIRA	17.448,36
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	64.703.649.722,42	AJUSTES FINANCEIROS A DÉBITO	1.251.827.742,76
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	44.925.535.005,04		
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	44.925.535.005,04		
OUTRAS INCORPORAÇÕES DE DIREITOS	0,00		
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	19.083.251.150,11		
EXERCÍCIOS ANTERIORES	73.918.910,46		
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	19.005.612.139,87		
OUTRAS DESINCORPORAÇÕES DE OBRIGAÇÕES	3.720.099,78		
AJUSTES DE CREDITOS	694.863.567,27		
AJUSTES FINANCEIROS A CRÉDITO	694.863.567,27		
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANT.	7.172.571.312,88		
CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL	5.740.638.543,36		
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.420.761.135,00		
OUTRAS DISPONIBILIDADES	11.171.634,52		
INGRESSOS	1.154.254.970.323,48		
		DISPENDIOS	
		DISPONIBILIDADE P/O PERÍODO SE	8.761.072.003,82
		CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL	7.253.476.478,58
		APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.497.122.079,88
		OUTRAS DISPONIBILIDADES	10.473.445,36
		DISPENDIOS	1.154.254.970.323,48
			1.025.006.570.676,38



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTITULO	UNIAO - FUNDACOES			2011		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR				EMISSION		PAGINA	
				08/02/2012		1	
INGRESSOS				DISPENDIOS			
TITULOS		2011	2010	TITULOS	2011	2010	
RECEITAS CORRENTES		617.415.512,58	748.915.292,99	DESPESAS CORRENTES	20.654.469.699,52	20.342.136.519,54	
RECEITA PATRIMONIAL		55.951.003,02	50.155.058,39	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.933.390.416,36	9.812.015.260,79	
RECEITA AGROPECUARIA		482.590,70	127.026,36	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	205.193,21	373.719,09	
RECEITA INDUSTRIAL		573.960,09	337.501,39	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.239.125.752,14	8.802.777.057,97	
RECEITA DE SERVIÇOS		276.744.985,60	369.469.401,82	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	161.426.227,58	171.441.496,84	
OUTRAS TRANSFERENCIAS		38.887.344,87	45.638.012,87	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	9.766.078,37	6.432.553,84	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		232.715.549,61	263.071.395,14	OUTRAS DESPESAS	9.067.933.446,19	8.624.903.007,29	
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO		12.060.078,69	20.116.897,02	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	1.481.748.337,81	1.726.970.481,69	
RECEITA PATRIMONIAL		97.325,00	12.994,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.345.780.592,29	1.458.892.137,28	
RECEITA DE SERVIÇOS		11.065.435,07	19.444.000,15	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	135.967.745,52	268.078.344,41	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		897.318,62	659.902,87	DESPESAS DE CAPITAL	2.905.980.198,86	2.526.844.624,81	
RECEITAS DE CAPITAL		13.271.637,36	12.140.613,92	INVESTIMENTOS	2.860.641.824,92	2.503.888.094,43	
ALIENACAO DE BENS		3.608.116,19	2.367.261,98	INVERSOES FINANCEIRAS	9.102.464,12	22.217.580,00	
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		9.663.521,17	9.773.351,94	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	419.418,79	0,00	
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO				DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	35.816.491,03	738.950,38	
DEDUÇÕES DA RECEITA		-20.511.935,61	-29.008.682,34	INVESTIMENTOS	1.416.491,03	738.950,38	
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		23.781.016.445,38	24.607.964.854,72	INVERSOES FINANCEIRAS	34.400.000,00	0,00	
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS		23.285.126.590,53	23.069.646.691,97	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	5.123.865.652,36	6.414.152.108,72	
REPASSE RECEBIDO		19.140.442.705,60	18.936.990.868,77	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	4.555.212.228,00	4.547.502.044,20	
SUB-REPASSE RECEBIDO		4.017.237.180,58	3.603.599.528,99	REPASSE CONCEDIDO	351.035.458,66	359.165.098,53	
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.		4.017.237.180,58	3.603.599.528,99	SUB-REPASSE CONCEDIDO	4.017.237.180,58	3.603.599.528,99	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		69.962.532,77	441.443.975,07	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	4.017.237.180,58	3.603.599.528,99	
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		57.484.171,58	87.612.319,14	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	49.096.063,84	389.931.724,88	
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS		495.889.854,85	1.538.318.162,75	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	137.843.524,92	194.805.691,80	
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA		402.877.854,13	216.118.119,49	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	568.653.424,36	1.866.650.064,52	
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		344.751.338,02	164.541.332,78	ORDEN DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	411.577.796,27	509.577.280,71	
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS		58.126.516,11	51.576.786,71	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	326.403.419,79	159.931.560,56	
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS		93.012.000,72	1.322.200.043,26	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	85.174.376,48	349.645.720,15	
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS		29.448.779.650,61	28.054.280.038,22	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	157.075.628,09	1.357.072.783,81	
VALORES EM CIRCULACAO		8.822.247.046,80	8.453.393.339,62	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	25.000.358.007,64	24.063.013.159,99	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		8.821.295.132,67	8.451.774.711,36	VALORES EM CIRCULACAO	9.368.994.143,58	8.822.270.454,30	
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS		0,00	70,00	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	9.367.861.058,53	8.821.295.132,67	
CREDITOS TRIBUTARIOS		263.932,95	457.919,70	CREDITOS TRIBUTARIOS	427.189,55	263.932,95	
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		439.876,17	637.322,46	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	454.489,18	439.876,17	
OUTROS CREDITOS		439.876,17	637.322,46	OUTROS CREDITOS	454.489,18	439.876,17	
RECURSOS VINCULADOS		220.279,55	250.788,79	RECURSOS VINCULADOS	250.788,79	243.687,05	
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO		27.825,46	272.527,31	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	617,53	27.825,46	
VALORES A CLASSIFICAR		88.902.653,81	22.631.009,66	VALORES A CLASSIFICAR	22.631.009,66	43.052.369,05	
RECEITA A CLASSIFICAR		88.902.653,81	22.631.009,66	RECEITA A CLASSIFICAR	22.631.009,66	43.052.369,05	
RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN		88.902.653,81	22.640.510,76	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	22.640.510,76	43.061.870,15	
RESTITUICOES		0,00	-9.501,10	RESTITUICOES	-9.501,10	-9.501,10	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		225.455.844,06	626.149.213,17	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	252.289.863,38	675.359.657,49	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		UNIAO - FUNDACOES		EMISSAO 08/02/2012		PAGINA 2	
ORCAO SUPERIOR							
INGRESSOS				DISPENDIOS			
TITULOS		2011	2010	TITULOS	2011	2010	
VALORES DIFERIDOS		225.455.844,06	626.149.213,17	VALORES DIFERIDOS	252.289.863,38	675.359.657,49	
DEPOSITOS		39.618.216,98	143.435.214,56	DEPOSITOS	143.435.214,56	37.674.731,15	
CONSIGNACOES		4.833.390,32	4.662.867,45	CONSIGNACOES	4.662.867,45	8.576.112,87	
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		20.453.159,40	31.790.733,31	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	31.790.733,31	20.893.456,53	
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		14.331.667,26	106.981.613,80	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	106.981.613,80	8.205.161,75	
OBRIGACOES EM CIRCULACAO		10.058.866.809,88	9.088.744.340,20	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	8.917.400.274,14	8.431.308.049,86	
FORNECEDORES		2.500.288.093,32	3.224.229.039,79	FORNECEDORES	3.224.229.039,79	2.660.063.017,67	
DO EXERCICIO		88.477.097,88	114.109.729,81	DE EXERCICIOS ANTERIORES	155.084.675,37	112.146.003,34	
DE EXERCICIOS ANTERIORES		27.268.141,75	40.974.945,56	CONVENIOS A PAGAR	1.209.990.402,43	1.361.942.285,21	
CONVENIOS A PAGAR		594.689.855,10	1.209.990.402,43	TERMO DE PARCERIA A PAGAR	0,00	2.058.096,00	
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR		1.760.286.218,45	1.826.127.374,73	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.826.127.374,73	1.153.439.050,94	
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR		29.566.780,14	33.026.587,26	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	33.026.587,26	30.477.582,18	
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR		5.512.170,25	51.734.483,15	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	51.734.483,15	17.314.338,43	
RESTOS A PAGAR		6.200.473.541,40	4.768.470.233,88	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	4.597.454.126,35	4.436.027.274,16	
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR		5.847.292.736,52	4.597.454.126,35	VALORES EM TRANSITO	547.468,90	561.542,12	
CANCELADO		353.180.804,88	171.016.107,53	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.040,35	1.418,62	
VALORES EM TRANSITO		274.518,36	547.468,90	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	229.562.939,94	249.419.752,64	
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		0,00	1.040,35	BENEFICIOS A PAGAR	2.614,83	2.614,83	
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA		263.214.682,95	229.562.939,94	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	674.608.865,05	976.755.328,37	
BENEFICIOS A PAGAR		2.614,83	2.614,83	OUTROS DEBITOS	139.198.166,10	90.892.832,04	
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP		967.965.697,15	674.608.865,05	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	230.756,94	
OUTROS DEBITOS		120.901.034,41	139.198.166,10	OUTRAS OBRIGACOES	61.529,68	39.174,04	
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL		0,00	327.958,53	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	6.295.607.502,32	6.053.347.898,14	
OUTRAS OBRIGACOES		234.457,21	61.529,68	BAIXA DE DIREITOS	4.951.207.532,86	4.640.948.391,40	
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA		3.972,46	97.907,19	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.951.180.324,93	4.640.703.689,52	
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS		3.972,46	97.907,19	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	27.207,93	244.701,88	
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES		10.213.685.106,62	9.719.829.013,82	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	1.277.134.456,48	1.253.486.433,26	
INCORPORACAO DE DIREITOS		8.750.694.154,43	8.088.253.715,53	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	1.271.926.628,34	1.253.077.261,72	
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		8.750.694.154,43	8.088.253.715,53	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	5.207.828,14	409.171,54	
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES		1.276.926.133,51	1.398.163.456,75	AJUSTES DE OBRIGACOES	67.265.512,98	158.913.073,48	
EXERCICIOS ANTERIORES		878.906.625,29	51.479.524,86	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	607.739,52	10.498.546,89	
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR		397.803.819,04	1.346.683.918,19	VARIACAO CAMBIAL	3.463.098,61	97.426.988,33	
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES		215.689,18	13,70	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	63.194.674,85	50.987.538,26	
AJUSTES DE CREDITOS		186.064.818,68	233.411.841,54				
VARIACAO CAMBIAL		56.553.232,17	86.176.195,40				
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO		129.511.586,51	147.235.646,14				
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANT		257.342.725,80	209.197.021,35	DISPONIBILIDADE P/O PERÍODO SE	412.640.477,74	257.342.725,80	
CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL		181.083.535,74	173.879.689,07	CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL	220.724.426,73	181.083.535,74	
APLICACOES FINANCEIRAS		4.203.932,79	5.049.327,09	APLICACOES FINANCEIRAS	478.967,69	4.203.932,79	
OUTRAS DISPONIBILIDADES		72.055.257,27	30.268.005,19	OUTRAS DISPONIBILIDADES	191.437.083,32	72.055.257,27	
INGRESSOS		54.097.314.036,12	53.603.489.138,86	DISPENDIOS	54.097.314.036,12	53.603.489.138,86	


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO		UNIAO - EMPRESAS PÚBLICAS		2011		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR				EMISSAO		PAGINA	
				08/02/2012		1	
INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS		2011	2010
RECEITAS CORRENTES		435.677.353,33	806.032.576,11	DESPESAS CORRENTES		5.219.863.988,62	4.616.016.232,84
RECEITA TRIBUTÁRIA		7.067,76	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.636.186.808,34	2.339.071.758,17
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		2.901.070,16	3.372.658,14	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		1.050.351,59	3.540.125,45
RECEITA PATRIMONIAL		23.011.348,41	450.007.879,34	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.937.202.985,36	1.764.102.699,66
RECEITA AGROPECUÁRIA		13.582.556,81	14.428.969,81	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		4.781.548,23	3.686.641,00
RECEITA INDUSTRIAL		42.905.043,99	43.368.833,93	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR		3.849.241,14	2.348.800,00
RECEITA DE SERVIÇOS		135.073.717,36	118.260.773,13	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS		133.222,92	127.585,86
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		9.855.445,15	8.845.288,02	OUTRAS DESPESAS		1.928.438.973,07	1.757.939.672,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		142.580.108,32	145.678.955,88	DESPESA ENTRE ORGÃOS DO ORÇAMENTO		645.423.843,33	509.301.649,56
RECEITA ENTRE ORGÃOS DO ORÇAMENTO		65.760.995,37	22.069.217,86	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		581.006.866,43	464.242.422,03
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		33.266,20	26.837,53	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		64.416.976,90	45.059.227,53
RECEITA PATRIMONIAL		354.549,15	362.052,12	DESPESAS DE CAPITAL		4.432.267.252,97	5.115.643.574,18
RECEITA INDUSTRIAL		64.800.500,76	21.161.641,09	INVESTIMENTOS		2.993.339.622,95	3.787.019.126,64
RECEITA DE SERVIÇOS		418.958,34	278.623,37	INVERSOES FINANCEIRAS		1.431.386.862,10	1.314.757.091,21
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		153.720,92	240.063,75	AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		2.386.722,42	7.448.256,17
RECEITAS DE CAPITAL		84.612.658,30	79.573.644,12	DESPESAS ENTRE ORGÃOS DO ORÇAMENTO		5.154.045,50	6.419.100,16
ALIEIAÇÃO DE BENS		25.120.697,50	17.900.425,59	INVESTIMENTOS		4.987.915,20	2.419.010,30
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		59.491.960,80	61.673.218,53	INVERSOES FINANCEIRAS		166.130,30	4.000.089,86
RECEITA CAP. ENTRE ORGÃOS DO ORÇAMENTO				TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		15.849.685.716,22	19.168.858.033,34
DEDUÇÕES DA RECEITA		-17.441.756,16	-17.528.100,60	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS CONCEDIDAS		5.458.354.717,93	5.267.798.457,16
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		22.611.869.349,34	25.903.773.464,74	REPASSE CONCEDIDO		9.431.308,65	19.485.019,09
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS		12.151.599.730,71	12.373.978.119,88	SUB-REPASSE CONCEDIDO		5.397.787.433,81	5.165.511.128,86
REPASSE RECEBIDO		6.702.818.220,15	7.129.732.831,25	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.		5.397.787.433,81	5.165.511.128,86
SUB-REPASSE RECEBIDO		5.397.787.433,81	5.165.511.128,86	VALORES DIFERIDOS - BAIXA		16.900.300,25	567.075,68
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.		5.397.787.433,81	5.165.511.128,86	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO		34.235.675,22	82.235.233,53
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		25.978.518,04	8.344.347,79	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS		10.391.330.998,29	13.901.059.576,18
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO		25.015.558,71	70.389.811,98	ORDEN DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA		170.741.411,28	66.172.592,82
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS		10.460.269.618,63	13.529.795.344,86	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		8.880.545,12	50.959.374,47
ORDEN DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA		274.874.031,03	121.488.793,88	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		161.860.866,16	15.213.218,35
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		270.880.206,93	92.426.002,40	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS		10.220.589.587,01	13.834.886.983,36
RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		3.993.824,10	29.062.791,48	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		14.615.205.156,64	12.090.158.744,80
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS		10.185.395.587,60	13.408.306.550,98	VALORES EM CIRCULAÇÃO		5.586.382.192,01	4.536.152.388,51
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS		17.032.653.868,41	14.138.426.953,26	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		5.036.053.749,40	4.137.823.643,14
VALORES EM CIRCULAÇÃO		4.536.232.186,65	4.723.286.733,79	RECURSOS EM TRANSITO REALIZÁVEIS		0,00	1.115,00
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		4.137.823.643,14	4.345.018.037,73	CREDITOS TRIBUTÁRIOS		266.127.389,40	303.733.373,92
VALORES EM TRANSITO REALIZÁVEIS		1.115,00	1.115,00	RECURSOS DA UNIAO A RECEBER		282.953.972,15	94.139.507,69
CREDITOS TRIBUTÁRIOS		303.733.373,92	313.952.169,27	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		231.638,28	236.951,32
RECURSOS DA UNIAO A RECEBER		94.139.507,69	63.759.215,22	OUTROS CREDITOS		1.015.442,78	217.797,44
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		236.951,32	315.855,04	RECURSOS VINCULADOS		107.250.792,24	76.009.813,49
OUTROS CREDITOS		236.951,32	315.855,04	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		107.250.792,24	76.009.813,49
RECURSOS VINCULADOS		297.595,58	222.667,40	VALORES DIFERIDOS		66.263.401,04	68.651.206,00
OUTROS VALORES EM CIRCULAÇÃO		0,00	17.674,13	DEPOSITOS			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTITULO		UNIAO - EMPRESAS PÚBLICAS		2011		DEZEMBRO	
ORÇAO SUPERIOR				EMISSAO		PAGINA	
				08/02/2012		2	
INGRESSOS				DISPENDIOS			
TITULOS		2011	2010	TITULOS		2011	2010
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		104.625.487,20	82.802.309,21	CONSIGNACOES		8.818.676,40	7.846.125,54
VALORES DIFERIDOS		104.625.487,20	82.802.309,21	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		13.979.840,82	23.535.519,20
DEPOSITOS		140.968.238,91	66.263.401,04	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		43.464.883,82	37.269.561,26
CONSIGNACOES		3.379.190,45	8.818.676,40	OBRIGACOES EM CIRCULACAO		4.072.110.688,80	4.269.303.321,21
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		101.117.721,39	13.979.840,82	FORNECEDORES		348.549.652,56	394.089.045,56
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		36.471.327,07	43.464.883,82	DE EXERCICIOS ANTERIORES		169.641.503,55	283.059.823,95
OBRIGACOES EM CIRCULACAO		4.978.006.966,72	4.283.209.196,40	CONVENIOS A PAGAR		63.597.339,25	88.226.827,06
FORNECEDORES		446.084.903,95	348.549.652,56	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR		115.310.809,76	22.802.394,55
DO EXERCICIO		210.376.724,87	127.575.221,58	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR		16.480.466,70	34.003.092,71
DE EXERCICIOS ANTERIORES		31.329.883,06	42.066.281,97	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO		2.890.919.381,49	3.125.046.487,97
CONVENIOS A PAGAR		41.451.215,63	63.597.339,25	VALORES EM TRANSITO		83.481,35	406.644,08
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR		8.510.750,48	0,00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS		95.996,40	7.421.237,09
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR		154.416.329,91	115.310.809,76	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA		0,00	84.824,93
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR		17.828.602,48	16.480.466,70	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP		810.198.927,42	700.657.608,25
RESTOS A PAGAR		3.610.107.219,45	3.097.197.959,91	OUTROS DEBITOS		244.480,70	2.692.045,73
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR		3.483.392.533,54	2.890.919.381,49	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL		2.261.976,19	0,00
CANCELADO		126.714.685,91	206.278.578,42	PROVISOES FINANCEIRAS		1.321.652,59	1.117.171,89
VALORES EM TRANSITO		439.989,33	83.481,35	OUTRAS OBRIGACOES		1.954.673,40	3.785.163,00
OBRIGACOES TRIBUTARIAS		5.671.090,01	95.996,40	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA		1.289.511.717,43	391.437.952,95
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA		60.295,00	0,00	RESTITUICAO DE RECEITAS COMERCIAIS		1.289.510.640,51	391.437.952,95
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP		890.993.776,55	810.198.927,42	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES		1.076,92	0,00
OUTROS DEBITOS		3.166.131,83	244.480,70	BAIXA DE DIREITOS		3.493.686.365,12	2.748.604.062,64
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL		0,00	7.081.905,37	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		2.257.900.658,62	1.747.484.980,39
PROVISOES FINANCEIRAS		1.698.502,50	1.321.652,59	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS		365.740.572,76	1.583.135.228,04
OUTRAS OBRIGACOES		1.956.455,62	1.954.673,40	INCORPORACAO DE OBRIGACOES		953.332.202,15	860.017.378,75
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA		1.459.950.440,52	419.470.661,00	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR		901.004.218,07	821.680.671,11
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS		1.459.948.286,68	419.470.661,00	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES		52.327.984,08	38.336.707,64
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS		2.153,84	0,00	AJUSTES DE OBRIGACOES		282.453.504,35	141.101.703,50
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES		5.812.870.548,41	4.563.394.651,82	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA		0,00	388.572,12
INCORPORACAO DE DIREITOS		5.258.186.116,47	4.158.020.180,39	VARIACAO CAMBIAL		1.005.859,73	238.507,28
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		4.703.631.079,25	3.956.157.809,70	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO		281.447.644,62	140.474.624,10
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS		554.555.037,22	201.862.370,69				
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES		472.364.418,21	403.204.919,77				
EXERCICIOS ANTERIORES		22.423.918,17	9.715.700,22				
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR		449.183.951,44	391.848.513,14				
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES		756.548,60	1.640.706,41				
AJUSTES DE CREDITOS		82.320.013,73	2.169.551,66				
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA		92.491,44	93.076,94				
VARIACAO CAMBIAL		824.798,14	165.853,28				
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO		81.402.724,15	1.910.621,44				
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT		71.636.102,00	152.034.149,53	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE		101.985.460,77	71.636.102,00
APLICACOES FINANCEIRAS		61.582.310,53	143.618.930,58	APLICACOES FINANCEIRAS		92.865.532,32	61.582.310,53



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS	EXERCÍCIO	2011	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA	EMISSÃO	08/02/2012	PÁGINA	1
ORÇAO SUPERIOR					

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
RECEITAS CORRENTES	633.986.241,00	690.364.963,25	DESPESAS CORRENTES	2.359.853.320,73	2.075.079.187,25
RECEITA PATRIMONIAL	19.814.430,00	17.355.926,11	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.227.360.850,23	1.060.186.177,30
RECEITA AGROPECUÁRIA	790,00	1.407,70	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	6.270.748,21	7.037.141,52
RECEITA INDUSTRIAL	389.143.228,35	436.186.271,98	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.015.504.202,75	918.165.431,80
RECEITA DE SERVIÇOS	209.072.360,90	188.731.812,37	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	446.361,47	233.384,52
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	194.031,80	153.071,33	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	16.020.016,49	14.956.923,90
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.644.357,55	47.840.104,53	OUTRAS DESPESAS	999.037.824,79	902.975.123,38
RECEITA ENTRE ORÇÃOS DO ORÇAMENTO	117.042,40	96.369,23	DESPESA ENTRE ORÇÃOS DO ORÇAMENTO	110.717.519,54	89.690.436,63
RECEITA PATRIMONIAL	116.712,40	96.369,23	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	95.647.234,38	76.322.373,33
RECEITA DE SERVIÇOS	330,00	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.070.285,16	13.368.063,30
RECEITAS DE CAPITAL	58.027,42	53.896,53	DESPESAS DE CAPITAL	621.493.479,71	817.073.727,37
ALIEENACAO DE BENS	58.027,42	53.896,53	INVESTIMENTOS	573.190.756,68	790.188.653,88
RECEITA CAP. ENTRE ORÇÃOS DO ORÇAMENTO			AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	48.255.673,31	26.868.035,35
DEDUCOES DA RECEITA	-4.274.418,84	-4.420.291,93	DESPESAS ENTRE ORÇÃOS DO ORÇAMENTO	47.049,72	17.038,14
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	2.360.539.484,31	2.275.930.642,65	INVESTIMENTOS	47.049,72	17.038,14
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS	2.337.020.042,23	2.220.318.262,44	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	309.174.066,13	446.599.526,80
REPASSE RECEBIDO	2.101.977.728,43	1.912.162.139,64	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS CONCEDIDAS	250.904.877,11	355.986.722,63
SUB-REPASSE RECEBIDO	210.682.564,64	283.007.043,59	REPASSE CONCEDIDO	33.496.567,13	28.238.331,38
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	210.682.564,64	283.007.043,59	SUB-REPASSE CONCEDIDO	210.682.564,64	283.007.043,59
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	24.359.748,30	5.090.104,61	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	210.682.564,64	283.007.043,59
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇAO	0,86	20.058.974,60	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	58.974,60	58.974,60
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	23.519.442,08	55.612.380,21	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇAO	6.666.770,74	44.682.373,06
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	1.226.246,53	0,00	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	58.269.189,02	90.612.804,17
RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.226.246,53	0,00	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	27.519.632,60	29.462.981,52
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	22.293.195,55	55.612.380,21	DEVOLUCAO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	27.519.632,60	29.462.981,52
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	3.497.260.178,58	3.795.050.943,41	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	30.749.556,42	61.149.822,65
VALORES EM CIRCULAÇÃO	1.236.106.693,39	1.107.010.684,60	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	3.268.911.768,00	3.418.481.796,89
REDE BANCARIA-ARRECADACAO	9.802.658,03	5.007.386,97	VALORES EM CIRCULAÇÃO	1.049.614.846,03	1.236.106.693,39
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	1.108.771.934,63	1.003.643.889,03	REDE BANCARIA-ARRECADACAO	17.361.831,92	9.802.658,03
CREDITOS TRIBUTÁRIOS	57.343.495,39	26.718.945,69	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	861.480.715,90	1.108.771.934,63
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.461.960,99	4.421.759,93	CREDITOS TRIBUTÁRIOS	63.094.736,07	57.343.495,39
OUTROS CREDITOS	3.461.960,99	4.421.759,93	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	4.683.759,46	3.461.960,99
RECURSOS VINCULADOS	23.870.692,03	30.505.997,37	OUTROS CREDITOS	4.683.759,46	3.461.960,99
OUTROS VALORES EM CIRCULAÇÃO	32.855.952,32	36.712.705,61	RECURSOS VINCULADOS	47.269.208,93	23.870.692,03
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	26.725.745,34	44.741.347,66	OUTROS VALORES EM CIRCULAÇÃO	55.724.593,75	32.855.952,32
VALORES DIFERIDOS	26.725.745,34	44.741.347,66	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	44.682.373,92	26.229.079,21
DEPOSITOS	23.603.697,90	24.196.777,08	VALORES DIFERIDOS	44.682.373,92	26.229.079,21
CONSIGNAÇOES	932.882,54	983.729,00	DEPOSITOS	24.196.777,08	16.035.593,00
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	10.918.422,98	11.916.142,43	CONSIGNAÇOES	983.729,00	775.396,13
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	11.752.392,38	11.296.905,65	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	11.916.142,43	8.778.075,97
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.097.440.390,57	1.243.661.468,84	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	11.296.905,65	6.482.120,90
FORNECEDORES	27.305.065,83	114.443.678,13	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.255.983.383,31	1.171.896.806,02



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS	EXERCÍCIO	2011	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA	EMISSÃO	08/02/2012	PÁGINA	2
ORÇAO SUPERIOR					

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
DO EXERCICIO	22.830.027,87	30.781.239,61	FORNECEDORES	114.443.678,13	38.645.358,57
DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.475.036,96	5.690.415,86	DE EXERCICIOS ANTERIORES	36.471.655,47	38.645.357,71
CONVENIOS A PAGAR	0,00	65.348.812,66	CONVENIOS A PAGAR	65.348.812,66	0,86
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	0,00	9.209,00	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	9.209,00	0,00
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	1,00	12.614.001,00	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	12.614.001,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	1.345,04	10.725,83	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	10.725,83	189.579,98
RESTOS A PAGAR	762.455.964,18	786.857.517,31	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	765.776.340,67	854.122.259,09
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	696.628.201,37	765.776.340,67	VALORES EM TRANSITO	3.935,62	1.878,97
CANCELADO	65.827.762,81	21.081.176,64	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	1.394.708,55	396.116,83
VALORES EM TRANSITO	0,00	3.935,62	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	339.666.203,68	276.994.814,12
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	297.099,44	1.394.708,55	OUTROS DEBITOS	906.996,37	4.099,96
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	273.956.612,91	339.666.203,68	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	33.403.091,11	0,00
OUTROS DEBITOS	18.390,37	906.996,37	PROVISORES FINANCEIRAS	0,00	31.056,00
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	33.390.475,38	0,00	OUTRAS OBRIGACOES	377.703,35	1.511.642,50
OUTRAS OBRIGACOES	15.437,42	377.703,35	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	894.434.387,66	968.213.625,27
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	1.113.383.651,38	1.375.440.665,23	BAIXA DE DIREITOS	564.931.618,48	549.077.745,31
INCORPORACAO DE DIREITOS	899.430.460,23	1.075.255.193,24	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	525.241.881,28	489.753.348,47
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	862.778.268,37	1.059.405.900,67	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	39.689.737,20	59.324.396,84
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	36.652.191,86	15.849.292,57	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	286.493.406,01	403.526.851,34
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	192.996.171,69	297.656.988,99	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	286.466.283,74	402.515.404,65
EXERCICIOS ANTERIORES	2.587.748,69	11.828.072,02	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	27.122,27	1.011.446,69
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	190.408.423,00	285.828.916,97	AJUSTES DE OBRIGACOES	43.009.363,17	15.609.028,62
AJUSTES DE CREDITOS	20.957.019,46	2.528.483,00	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	1.022.638,52	0,00
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	253.637,85	325.269,59	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	41.986.724,65	15.609.028,62
VARIACAO CAMBIAL	0,00	28.619,61			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	20.703.381,61	2.174.593,80			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	152.412.808,70	152.666.893,10	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	80.549.686,60	152.412.808,70
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	12.086.904,49	15.160.653,13	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	11.070.030,22	12.086.904,49
APLICACOES FINANCEIRAS	140.191.911,34	137.354.899,39	APLICACOES FINANCEIRAS	69.360.010,92	140.191.911,34
OUTRAS DISPONIBILIDADES	133.992,87	151.340,58	OUTRAS DISPONIBILIDADES	119.645,46	133.992,87
INGRESSOS	6.639.982.321,17	6.909.647.047,01	DISPENDIOS	6.639.982.321,17	6.909.647.047,01



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO		UNIAO - FUNDOS		2011		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR				EMI SSAO 08/02/2012		PÁGINA 1	
INGRESSOS				DISPENDIOS			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS	2011	2010	
RECEITAS CORRENTES		39.990.161.002,36	24.264.913.744,14	DESPESAS CORRENTES	48.793.715.009,81	43.393.942.260,30	
RECEITA TRIBUTARIA		508.115.422,83	414.931.704,73	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.142.878.726,28	7.226.279.630,06	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		4.540.913.390,46	4.039.679.393,05	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.617.775.959,47	36.132.425.877,94	
RECEITA PATRIMONIAL		12.399.819.648,29	9.287.671.662,53	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	2.101.647.137,06	1.996.033.203,88	
RECEITA INDUSTRIAL		49.275.749,06	44.242.577,80	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	11.662.249,21	7.062.024,00	
RECEITA DE SERVIÇOS		8.600.542.619,83	7.993.447.134,30	OUTRAS DESPESAS	38.504.466.573,20	34.129.330.650,06	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		46.148.288,75	74.316.324,53	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	33.060.324,06	35.236.752,30	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		13.737.384.685,20	2.289.130.862,78	PESSOA E ENCARGOS SOCIAIS	4.679.201,91	4.929.866,05	
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO		107.961.197,94	121.494.084,42	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.381.122,15	30.306.886,25	
RECEITA TRIBUTARIA		36.410,00	47.540,00	DESPESAS DE CAPITAL	32.373.095.569,42	27.767.364.893,85	
RECEITA PATRIMONIAL		198.579,30	213.386,93	INVESTIMENTOS	1.523.179.386,60	1.385.018.866,64	
RECEITA INDUSTRIAL		103.572.876,19	114.002.069,38	INVERSOES FINANCEIRAS	30.849.540.270,37	26.382.287.498,53	
RECEITA DE SERVIÇOS		3.886.742,95	3.797.174,55	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	375.912,45	58.528,68	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		266.589,50	3.433.913,56	INVESTIMENTOS	375.912,45	58.528,68	
RECEITAS DE CAPITAL		2.817.722.755,00	2.993.917.326,51	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	134.581.075.670,22	96.193.861.177,73	
OPERACOES DE CREDITO		29.499.752,19	67.576.903,12	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	97.997.016.994,61	83.369.613.963,00	
ALIEACAO DE BENS		10.133.298,42	197.182.736,03	REPASSE CONCEDIDO	26.769.223.984,09	24.319.940.531,85	
AMORTIZAC0ES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO		2.747.898.888,38	2.724.139.070,58	SUB-REPASSE CONCEDIDO	55.706.331.880,45	50.879.182.625,10	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		4.600.240,27	4.643.404,08	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	55.706.331.880,45	50.879.182.625,10	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		2.265.234,08	375.212,70	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS	57.848.107,58	60.673.006,80	
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO		23.325.341,66	0,00	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1.539.956.683,68	1.130.929.519,84	
ALIEACAO DE BENS		23.325.341,66	0,00	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	13.923.656.338,81	6.978.888.279,41	
DEDUCOES DA RECEITA		-11.127.163.198,46	-358.336.691,47	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	5.785.356,38	3.974.927,76	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		182.376.236.084,14	140.345.073.801,76	INCORPORACAO DE RECEITA	5.785.356,38	3.974.927,76	
TRANSFERÊNCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS		149.206.603.549,78	131.988.514.067,74	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	36.578.273.319,23	12.820.272.286,97	
REPASSE RECEBIDO		81.662.724.331,99	73.573.347.909,11	ORDEN DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	695.802.292,59	803.778.175,77	
SUB-REPASSE RECEBIDO		55.706.331.880,45	50.879.182.625,10	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	525.972.195,01	692.111.266,85	
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.		55.706.331.880,45	50.879.182.625,10	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	169.830.097,58	111.666.908,92	
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS		57.848.107,58	60.673.006,80	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	35.882.471.026,64	12.016.494.111,20	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		6.902.421.475,87	5.933.721.871,12	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	103.347.968.675,78	97.000.034.691,22	
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		4.877.277.753,99	1.541.588.655,61	VALORES EM CIRCULACAO	53.784.677.287,81	54.630.850.461,29	
CORRESPONDENCIA DE DEBITO		5.785.356,38	3.974.927,76	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	20.390.962.501,94	17.762.234.388,32	
DESINCORPORACAO DE RECEITA		5.785.356,38	3.974.927,76	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	23.570.843,95	16.523.051,56	
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS		33.163.847.177,98	8.352.584.806,26	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	7.690.554,62	12.287.178,01	
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA		4.946.804.023,40	1.471.331.456,19	OUTROS CREDITOS	7.690.554,62	12.287.178,01	
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		4.860.260.228,52	1.421.389.539,60	RECURSOS VINCULADOS	342.171,80	326.238,27	
RECEBIMENTO DE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		86.543.794,88	49.941.976,59	DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	33.362.111.215,50	36.839.479.605,13	
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS		28.217.043.154,58	6.881.253.350,07	VALORES A CLASSIFICAR	-721,49	-721,49	
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS		115.235.020.863,33	107.231.490.514,55	RECEITA A CLASSIFICAR	-721,49	-721,49	
VALORES EM CIRCULACAO		54.630.849.893,13	56.849.348.663,86	RESTITUCOES	-721,49	-721,49	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		17.762.234.388,32	15.682.341.813,54	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	11.856.242.939,32	7.581.797.996,88	
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS		16.523.051,56	8.094.033,53	VALORES DIFERIDOS	11.856.242.939,32	7.581.797.996,88	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFS	EXERCÍCIO	2011	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - FUNDOS	EMISSÃO	08/02/2012	PÁGINA	2
ORÇAO SUPERIOR					

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
CREDITOS TRIBUTARIOS	0,00	307,94	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02	76.906,02
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	12.287.178,01	10.964.108,55	DEPOSITOS	17.742.957,37	63.863.910,24
OUTROS CREDITOS	12.287.178,01	10.964.108,55	CONSIGNACOES	48.953,35	7.089.534,80
RECURSOS VINCULADOS	325.670,11	342.171,80	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	17.342.609,70	51.950.585,57
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	36.839.479.605,13	41.147.606.228,49	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	351.394,32	4.823.789,87
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	0,00	0,01	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	15.181.209.532,27	14.490.648.902,67
VALORES A CLASSIFICAR	0,00	-721,49	FORNECEDORES	553.875.286,96	473.755.563,98
RECEITA A CLASSIFICAR	0,00	-721,49	DE EXERCICIOS ANTERIORES	52.260.008,79	39.857.418,68
RESTITUICOES	0,00	-721,49	CONVENIOS A PAGAR	384.669.496,43	416.990.688,82
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	15.465.321.900,42	8.150.526.260,17	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	10.939.262,30	5.337.350,33
VALORES DEFERIDOS	15.465.244.994,40	8.150.449.354,15	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	3.396.393,00	0,00
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02	76.906,02	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	112.017,11	0,00
DEPOSITOS	161.406.665,45	17.742.957,37	CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	32.627.239,05	7.388.713,13
CONSIGNACOES	123.405.451,54	48.953,35	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	67.435.602,13	4.181.393,02
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	37.825.714,38	17.342.609,70	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	2.435.268,15	0,00
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	175.499,53	351.394,32	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	113.254.994,46	19.053.860,71
RECURSOS EM CIRCULACAO	18.358.725.364,62	17.391.513.957,11	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	10.555.650.796,03	8.958.621.183,03
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	561.792.665,22	553.875.286,96	EMPRES FINACIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	0,00	551.894.892,00
FORNECEDORES	110.455.782,36	47.725.278,38	VALORES EM TRANSITO	210.913,78	275.437,98
DO EXERCICIO	2.924.043,39	4.534.730,41	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	0,00	4.635,89
DE EXERCICIOS ANTERIORES	221.059.661,62	384.669.496,43	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	309.504.527,61	257.269.506,38
CONVENIOS A PAGAR	158.433.941,59	10.939.262,30	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	3.149.832.559,34	2.763.752.048,46
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	3.396.393,00	3.396.393,00	OUTROS DEBITOS	224.637,76	3.255.909,83
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	313.286,29	112.017,11	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	450.776.321,74	1.345.927.730,80
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	26.220.096,97	32.627.239,05	OUTRAS OBRIGACOES	47.879.494,59	116.838.133,61
CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	20.560.992,64	67.435.602,13	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	2.584.149.630,21	2.131.717.607,17
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	18.428.467,36	2.435.268,15	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	2.581.669.479,43	2.129.720.256,58
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	241.082.548,21	113.254.994,46	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	2.480.150,78	1.997.350,59
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	12.780.607.715,22	12.283.440.774,63	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	19.923.947.050,29	18.101.156.534,46
RESTOS A PAGAR	10.264.116.240,65	10.555.650.796,03	BAIXA DE DIREITOS	14.398.501.425,69	14.417.062.821,00
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	2.516.491.474,57	1.727.789.978,60	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	14.398.501.425,69	14.417.062.820,97
CANCELADO	671.973.047,23	0,00	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	0,00	0,03
EMPRES FINACIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	315.038,64	210.913,78	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	4.406.887.390,30	3.603.423.799,52
VALORES EM TRANSITO	666.906.095,44	309.504.527,61	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	3.885.125.244,43	3.585.296.003,88
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	3.094.936.883,63	3.149.832.559,34	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	521.762.145,87	18.127.795,64
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	12.385.919,52	224.637,76	AJUSTES DE OBRIGACOES	1.118.558.234,30	80.669.913,94
OUTROS DEBITOS	274.515.452,19	933.290.767,98	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	0,00	5.786.765,82
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	54.209.999,32	47.879.494,59	VARIACAO CAMBIAL	28.721.151,62	32.575.984,68
OUTRAS OBRIGACOES	6.219.741,91	6.226.716,01	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	1.089.837.082,68	42.307.163,44
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA	6.219.741,91	6.226.716,01			
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	26.612.497.297,80	24.816.132.681,52			
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	22.873.366.403,34	22.240.800.290,86			
INCORPORACAO DE DIREITOS					



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO FINANCEIRO - OFSS	EXERCICIO 2011	MES DEZEMBRO
SUBTITULO	UNIAO - FUNDOS		
ORGAO SUPERIOR		EMISSAO 08/02/2012	PAGINA 3

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	10.549.965.161,64	11.011.670.231,88			
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	12.323.401.241,70	11.229.130.068,98			
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	2.123.789.255,92	2.513.279.792,21			
EXERCÍCIOS ANTERIORES	243.731.939,83	578.972.484,52			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	1.880.056.956,38	1.934.303.080,40			
OUTRAS DESINCORPORAÇÕES DE OBRIGAÇÕES	359,71	4.227,29			
AJUSTES DE CREDITOS	1.615.341.638,54	62.052.598,45			
VARIACAO CAMBIAL	4.117.644,59	5.956.896,71			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	1.611.223.993,95	56.095.701,74			
DISPONIBILIDADE DO PERÍODO ANT	64.967.176.222,12	54.845.320.549,73	DISPONIBILIDADE P/O PERÍODO SE	75.163.298.803,26	64.967.176.222,12
CONTA UNICA DO TESOIRO NACIONAL	21.668.183.685,72	17.552.459.133,69	CONTA UNICA DO TESOIRO NACIONAL	25.841.069.238,56	21.668.183.685,72
APLICACOES FINANCEIRAS	35.776.489.510,76	30.917.281.552,20	APLICACOES FINANCEIRAS	40.619.996.775,25	35.776.489.510,76
OUTRAS DISPONIBILIDADES	7.522.503.025,64	6.375.579.863,84	OUTRAS DISPONIBILIDADES	8.702.232.789,45	7.522.503.025,64
INGRESSOS	394.259.153.728,49	329.322.379.245,22	DISPENDIOS	394.259.153.728,49	329.322.379.245,22



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTITULO		UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)		2011		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR				EMI SSAO 08/02/2012		PAGINA 1	
INGRESSOS				DISPENDIOS			
TITULOS		2011	2010	TITULOS		2011	2010
RECEITAS CORRENTES		277.197.743.737,04	239.308.939.144,09	DESPESAS CORRENTES		408.168.159.813,88	367.708.788.431,66
RECEITA TRIBUTARIA		5.543.799.290,72	4.721.174.539,17	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		48.520.046.691,51	45.583.705.232,38
RECEITA DE CONTRIBUIÇOES		256.871.535.931,57	222.505.697.693,41	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		8.011.293,01	11.455.180,21
RECEITA PATRIMONIAL		5.226.273.074,66	4.425.454.318,69	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		352.911.261.420,97	315.822.459.497,77
RECEITA AGROPECUARIA		21.192.522,93	20.677.676,96	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS		25.572.602.116,73	21.589.091.747,79
RECEITA INDUSTRIAL		513.567.139,07	559.545.281,68	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR		56.040.233,09	65.014.763,65
RECEITA DE SERVICOS		2.508.383.748,69	2.195.935.611,51	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS		274.197.366.402,00	246.515.983.749,85
OUTRAS TRANSFERENCIAS		111.502.043,13	92.142.442,27	OUTRAS DESPESAS		53.085.252.669,15	47.652.369.236,48
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		6.314.402.095,98	4.733.681.755,85	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO		6.728.840.408,39	6.291.168.521,30
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO		87.087.890,29	54.629.824,55	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		6.176.967.373,34	5.727.127.489,56
RECEITA TRIBUTARIA		238.191,83	192.354,01	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		551.873.035,05	564.041.031,74
RECEITA DE CONTRIBUICOES		34.118,51	27.524,75	DESPESAS DE CAPITAL		31.327.602.945,20	29.037.967.700,50
RECEITA PATRIMONIAL		1.431.605,02	1.976.769,05	INVESTIMENTOS		25.764.025.852,76	25.001.138.019,05
RECEITA INDUSTRIAL		68.765.786,61	25.041.110,08	INVERSOES FINANCEIRAS		4.054.338.834,93	3.245.929.572,67
RECEITA DE SERVICOS		14.600.359,30	24.903.417,41	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA		51.576.814,52	38.127.686,86
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2.017.829,02	2.488.649,25	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO		1.457.661.442,99	752.772.421,92
RECEITAS DE CAPITAL		437.210.079,42	242.212.395,34	INVESTIMENTOS		7.298.428,12	5.594.670,52
OPERACOES DE CREDITO		3.360.420,18	0,00	INVERSOES FINANCEIRAS		1.450.363.014,87	747.177.751,40
ALIENACAO DE BENS		139.055.779,77	91.910.728,26	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS		584.867.168.338,75	523.040.587.195,14
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO		116.229.147,33	78.399.734,23	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS		41.926.908.784,81	51.854.280.895,94
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		72.649.381,31	71.901.932,85	REPASSE CONCEDIDO		1.616.997.404,03	1.457.134.808,40
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		105.915.350,83	0,00	SUB-REPASSE CONCEDIDO		32.736.761.820,89	30.044.392.000,80
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO				SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.		32.736.761.820,89	30.044.392.000,80
DEDUÇÕES DA RECEITA		-1.607.432.831,38	-1.058.052.194,39	VALORES DIFERIDOS - BAIXA		3.020.893.102,19	3.562.039.856,87
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		729.548.679.929,14	647.047.356.774,22	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		4.552.256.457,70	16.790.714.229,87
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS		455.098.667.766,79	408.661.198.806,63	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS		542.940.259.553,94	471.186.306.299,20
REPASSE RECEBIDO		403.143.609.476,95	370.226.805.378,84	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA		3.791.893.513,27	3.573.893.493,39
SUB-REPASSE RECEBIDO		32.736.761.820,89	30.044.392.000,80	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS		3.198.354.154,43	2.876.443.454,71
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.		32.736.761.820,89	30.044.392.000,80	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		593.539.358,84	697.450.038,68
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		15.897.715.860,36	5.108.756.916,26	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS		539.148.366.040,67	467.612.412.805,81
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		3.320.580.608,59	3.281.244.510,73	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS		221.492.095.529,23	199.140.713.272,73
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS		274.450.012.162,35	238.386.157.967,59	VALORES EM CIRCULACAO		76.058.120.462,23	75.620.859.431,65
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA		5.064.545.437,23	3.642.487.931,50	REDE BANCARIA-ARRECADACAO		17.361.831,92	9.802.658,03
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		3.887.952.731,61	3.288.363.122,67	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		0,00	1.115,00
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS		1.176.592.705,62	354.124.808,83	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS		332.814.545,70	361.924.113,00
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS		269.385.466.725,12	234.743.670.036,09	CREDITOS TRIBUTARIOS		282.964.077,33	94.149.612,87
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS		241.981.110.392,39	233.786.706.801,98	RECURSOS DA UNIAO A RECEBER		6.826.337,36	6.398.689,78
VALORES EM CIRCULACAO		75.616.461.033,30	64.760.666.047,96	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		6.826.337,36	6.398.689,78
REDE BANCARIA-ARRECADACAO		9.802.658,03	5.007.386,97	OUTROS CREDITOS		1.225.599.901,77	1.205.806.101,87
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		73.881.641.941,03	63.068.884.146,78	RECURSOS VINCULADOS		83.976.633,57	61.135.200,07
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS		1.115,00	36.045,59	OUTROS VALORES EM CIRCULACAO		129.018.766,77	143.552.305,00
CREDITOS TRIBUTARIOS		361.924.113,00	341.824.313,74	VALORES A CLASSIFICAR			


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTITULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)			2011	2010	DEZEMBRO	PAGINA
ORÇAO SUPERIOR				08/02/2012		2	
INGRESSOS		DISPENDIOS					
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010		
RECURSOS DA UNIAO A RECEBER	94.149.612,87	63.759.215,22	RECEITA A CLASSIFICAR	129.018.766,77	143.552.305,00		
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	6.398.689,78	7.761.469,32	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUIN	129.028.267,87	143.561.806,10		
OUTROS CREDITOS	6.398.689,78	7.761.469,32	RESTITUICOES	-9.501,10	-9.501,10		
RECURSOS VINCUADOS	1.201.407.703,52	1.208.093.004,98	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	20.111.295.358,09	10.129.542.635,34		
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	61.135.200,07	65.300.465,36	VALORES DIFERIDOS	20.111.294.838,46	10.129.542.115,71		
VALORES A CLASSIFICAR	185.554.842,89	129.018.766,77	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	519,63	519,63		
RECEITA A CLASSIFICAR	185.554.842,89	129.018.766,77	DEPOSITOS	3.763.358.562,08	3.086.352.572,07		
RESTITUICOES	0,00	0,00	CONSIGNACOES	22.908.983,55	48.217.223,11		
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	7.833.501.488,06	21.634.808.716,96	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.460.039.055,39	2.842.121.767,63		
VALORES DIFERIDOS	7.833.500.968,43	21.634.808.197,33	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	280.410.523,14	196.013.581,33		
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	519,63	519,63	OBRIACOES EM CIRCULACAO	59.022.746.928,32	59.232.683.369,62		
DEPOSITOS	4.251.464.133,80	3.763.358.562,08	FORNECEDORES	6.451.245.984,72	4.836.133.838,15		
CONSIGNACOES	15.128.211,44	22.908.983,55	DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.835.217.192,42	1.010.851.165,37		
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	3.965.025.375,44	3.460.039.055,39	CONVENIOS A PAGAR	2.415.217.507,92	2.414.595.649,35		
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	271.310.546,92	280.410.523,14	PRECATORIOS DE OCK A PAGAR	0,00	33.819,30		
OBRIACOES EM CIRCULACAO	70.763.852.928,19	61.779.542.188,34	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	108.969.898,82	127.945.484,57		
FORNECEDORES	4.236.570.768,91	6.451.245.984,72	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	464,88	2.058.560,88		
DO EXERCICIO	761.417.309,61	1.332.827.815,85	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.887.431.588,97	1.219.647.760,33		
DE EXERCICIOS ANTERIORES	212.906.134,82	502.389.376,57	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	204.409.331,71	61.001.398,35		
CONVENIOS A PAGAR	1.117.728.936,59	2.415.217.507,92	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	302.953.786,67	341.970.327,24		
COMPENSACAO PREVIDENCIARIA	8.699.274,78	108.969.898,82	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	28.209.486.653,70	27.818.747.368,03		
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	0,00	464,88	OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	115.960.200,00	8.981.200,00		
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.780.434.763,15	1.887.431.588,97	EM CONTRATOS	1.000,00	8.981.200,00		
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	355.384.349,96	204.409.331,71	EMPRESA FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.631.337,24	1.178.451,50		
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	212.779.679,93	302.953.786,67	VALORES EM TRANSITO	1.612.421,18	1.892.506,11		
RESTOS A PAGAR	37.504.634.258,67	30.454.556.401,29	OBRIACOES TRIBUTARIAS	1.612.421,18	7.926.095,97		
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	34.305.184.186,77	28.209.486.653,70	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	753.035.625,69	876.141.145,01		
CANCELADO	3.199.450.071,90	2.245.069.747,59	BENEFICIOS A PAGAR	12.738.981.152,65	12.962.758.847,31		
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	69.047.000,00	115.960.200,00	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	8.780.119.436,90	10.226.678.463,93		
EM CONTRATOS	69.047.000,00	115.960.200,00	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	90.773.454,99	65.923.483,89		
EMPRESA FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.172,14	1.000,00	OUTROS DEBITOS	147.487.797,53	113.884.852,55		
VALORES EM TRANSITO	1.779.564,70	1.631.337,24	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	1.058.986.434,37	1.150.972.319,53		
OBRIACOES TRIBUTARIAS	6.069.518,46	1.612.421,18	PROVISOES FINANCEIRAS	1.331.902,48	8.052.806,44		
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	797.608.326,98	753.035.625,69	OUTRAS OBRIGACOES	369.139.740,20	811.441.663,96		
BENEFICIOS A PAGAR	13.424.761.594,04	12.738.981.152,65	DESPESAS EXTRA-ORCAMENTARIA	1.290.050.682,22	547.046.954,04		
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	12.054.982.669,82	8.780.119.436,90	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	0,00	155.450.950,24		
RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL	85.332.724,75	90.773.454,99	DESPESAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	1.289.510.640,51	391.437.952,95		
OUTROS DEBITOS	133.248.525,95	147.487.797,53	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	540.041,71	158.050,85		
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	1.232.214.152,10	1.570.711.946,80	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	61.117.504.769,52	50.380.676.005,01		
PROVISOES FINANCEIRAS	1.708.752,39	1.331.902,48	BAIXA DE DIREITOS	46.720.697.913,99	37.784.609.923,69		
OUTRAS OBRIGACOES	1.003.114.219,35	369.139.740,20	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	46.315.238.211,21	37.485.436.762,83		
			OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	405.459.702,78	299.173.160,86		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS	EXERCÍCIO	2011	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)	EMISSÃO	08/02/2012	PÁGINA	3
ORÇAO SUPERIOR					

INGRESSOS		DISPENDIOS			
TÍTULOS		2010	2011	TÍTULOS	2010
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA		595.616.028,25	1.486.686.937,32	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	11.028.597.084,60
RECEITAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS		169.594.657,16	0,00	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	10.974.755.607,03
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS		419.470.661,00	1.459.948.286,68	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	53.841.477,57
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS		6.550.710,09	26.738.650,64	AJUSTES DE OBRIGACOES	1.567.468.996,72
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES		81.123.696,49	81.843.589.028,83	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	10.904.567,37
INCORPORACAO DE DIREITOS		66.150.844,01	59.833.845.736,17	VARIACAO CAMBIAL	97.665.495,61
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		65.933.090.563,86	59.242.638.507,09	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	1.458.898.933,74
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS		217.753.449,16	591.207.229,08		
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES		13.144.008.581,66	21.025.537.873,52		
EXERCICIOS ANTERIORES		732.523.036,94	977.837.202,61		
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR		12.409.078.021,34	20.043.008.333,35		
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES		2.407.523,38	4.692.337,56		
AJUSTES DE CREDITOS		1.828.843.896,94	984.205.419,14		
ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA		418.346,53	346.129,29		
VARIACAO CAMBIAL		86.370.668,29	57.378.030,31		
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO		1.742.054.882,12	926.481.259,54		
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT		7.254.856.628,17	7.653.962.949,38	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	7.653.962.949,38
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL		5.338.617.769,09	5.933.808.983,59	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	5.933.808.983,59
APLICACOES FINANCEIRAS		1.854.025.612,19	1.626.739.289,66	APLICACOES FINANCEIRAS	1.626.739.289,66
OUTRAS DISPONIBILIDADES		62.213.246,89	93.414.676,13	OUTRAS DISPONIBILIDADES	93.414.676,13
INGRESSOS		1.126.582.019.549,41	1.255.211.274.255,99	DISPENDIOS	1.126.582.019.549,41



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTITULO		UNIAO - FUNDOS(DIRETA)		2011		DEZEMBRO	
ORÇAO SUPERIOR				EMI SSAO 08/02/2012		PAGINA 1	
INGRESSOS				DISPENSÍOS			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS	2011	2010	
RECEITAS CORRENTES		37.269.981.114,20	23.274.328.849,47	DESPESAS CORRENTES	48.793.715.009,81	43.393.942.260,30	
RECEITA TRIBUTÁRIA		508.115.422,83	414.931.704,73	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.142.878.726,28	7.226.279.630,06	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		3.639.838.949,27	3.275.082.527,27	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40.617.775.959,47	36.132.425.877,94	
RECEITA PATRIMONIAL		10.680.738.097,17	9.105.885.158,28	TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS	2.101.647.137,06	1.996.033.203,88	
RECEITA INDUSTRIAL		49.275.749,06	44.242.577,80	TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	11.662.249,21	7.062.024,00	
RECEITA DE SERVIÇOS		8.599.723.838,05	7.992.753.997,30	OUTRAS DESPESAS	38.504.466.573,20	34.129.330.650,06	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS		46.148.288,75	74.316.294,53	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	33.060.324,06	35.236.752,30	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		13.638.214.289,56	2.245.636.710,05	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.679.201,91	4.929.866,05	
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO		107.926.479,51	121.479.879,51	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.381.122,15	30.306.886,25	
RECEITA TRIBUTÁRIA		36.410,00	47.540,00	DESPESAS DE CAPITAL	29.399.356.000,29	25.232.127.808,39	
RECEITA PATRIMONIAL		174.322,63	205.591,43	INVESTIMENTOS	1.523.179.386,60	1.385.018.866,64	
RECEITA INDUSTRIAL		103.572.876,19	114.002.069,38	INVERSOES FINANCEIRAS	27.875.800.701,24	23.847.050.413,07	
RECEITA DE SERVIÇOS		3.886.742,95	3.797.174,55	DESPESAS ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	375.912,45	58.528,68	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		256.127,74	3.427.504,15	INVESTIMENTOS	375.912,45	58.528,68	
RECEITAS DE CAPITAL		2.727.678.638,50	2.933.834.087,32	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	129.072.159.033,88	92.113.960.696,73	
OPERACOES DE CREDITO		29.499.752,19	67.576.903,12	TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS CONCEDIDAS	95.321.472.277,93	80.505.006.021,61	
ALIEACAO DE BENS		10.133.298,42	197.182.736,03	REPASSE CONCEDIDO	26.769.223.984,09	24.319.940.531,85	
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO		2.657.854.771,88	2.664.055.831,39	SUB-REPASSE CONCEDIDO	55.706.331.880,45	50.879.182.625,10	
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		4.600.240,27	4.643.404,08	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	55.706.331.880,45	50.879.182.625,10	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		2.265.234,08	375.212,70	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS	57.848.107,58	60.673.006,80	
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO		23.325.341,66	0,00	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	1.539.956.683,68	1.130.929.519,84	
ALIEACAO DE BENS		23.325.341,66	0,00	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	11.248.111.622,13	4.114.280.338,02	
DEDUCOES DA RECEITA		-11.126.825.842,15	-358.194.126,72	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS	5.785.356,38	3.974.927,76	
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		179.321.965.867,24	137.181.363.027,17	INCORPORACAO DE RECEITA	5.785.356,38	3.974.927,76	
TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS RECEBIDAS		146.341.995.608,39	129.160.145.660,46	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	33.744.901.399,57	11.604.979.747,36	
REPASSE RECEBIDO		81.662.724.331,99	73.573.347.909,11	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	688.084.258,50	791.112.426,54	
SUB-REPASSE RECEBIDO		55.706.331.880,45	50.879.182.625,10	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	518.254.160,92	679.445.517,62	
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.		55.706.331.880,45	50.879.182.625,10	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	169.830.097,58	111.666.908,92	
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS		57.848.107,58	60.673.006,80	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	33.056.817.141,07	10.813.867.320,82	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		4.037.813.534,48	3.105.353.463,84	DISPENSÍOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	87.260.760.618,22	83.756.843.956,23	
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		4.877.277.753,99	1.541.588.655,61	VALORES EM CIRCULACAO	45.739.200.487,63	48.070.902.643,47	
CORRESPONDENCIA DE DEBITO		5.785.356,38	3.974.927,76	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	12.345.485.701,76	11.202.286.570,50	
DESINCORPORACAO DE RECEITA		5.785.356,38	3.974.927,76	VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS	23.570.843,95	16.523.051,56	
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS		32.974.184.902,47	8.017.242.438,95	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	7.690.554,62	12.287.178,01	
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA		4.946.804.023,40	1.427.341.414,51	OUTROS CREDITOS	7.690.554,62	12.287.178,01	
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		4.860.260.228,52	1.382.490.253,92	RECURSOS VINCULADOS	342.171,80	326.238,27	
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS		86.543.794,88	44.851.160,59	DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	33.362.111.215,50	36.839.479.605,13	
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS		28.027.380.879,07	6.589.901.024,44	VALORES A CLASSIFICAR	-721,49	-721,49	
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS		96.827.111.324,82	91.520.131.332,03	RECEITA A CLASSIFICAR	-721,49	-721,49	
VALORES EM CIRCULACAO		48.070.902.075,31	52.450.720.411,25	RESTITUCOES	-721,49	-721,49	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		11.202.286.570,50	11.283.713.560,93	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	8.991.634.997,93	4.753.429.589,60	
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS		16.523.051,56	8.094.033,53	VALORES DIFERIDOS	8.991.558.091,91	4.753.352.683,58	


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)	2011	DEZEMBRO
ORÇAO SUPERIOR		EMISSAO	PAGINA
		08/02/2012	2

INGRESSOS		DISPENDIOS	
TÍTULOS	2011	TÍTULOS	2011
CREDITOS TRIBUTARIOS	0,00	OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	12.287.178,01	DEPOSITOS	17.742.957,37
OUTROS CREDITOS	12.287.178,01	CONSIGNACOES	48.953,35
RECURSOS VINCULADOS	325.670,11	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	17.342.609,70
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT	36.839.479.605,13	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	351.394,32
OUTROS VALORES EM CIRCULACAO	0,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	10.975.140.405,89
VALORES A CLASSIFICAR	0,00	FORNECEDORES	553.875.286,96
RECEITA A CLASSIFICAR	0,00	DE EXERCICIOS ANTERIORES	52.260.008,79
RESTITUICOES	0,00	CONVENIOS A PAGAR	384.669.496,43
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	12.789.777.183,74	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	10.939.262,30
VALORES DIFERIDOS	12.789.700.277,72	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	3.396.393,00
OUTROS VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	76.906,02	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	112.017,11
DEPOSITOS	161.406.665,45	CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	32.627.239,05
CONSIGNACOES	123.405.451,54	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	67.435.602,13
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	37.825.714,38	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	2.435.268,15
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	175.499,53	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	113.254.994,46
FORNECEDORES	12.253.864.349,59	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	19.053.860,71
DO EXERCICIO	561.792.665,22	EMPRESA FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	7.275.721.297,65
DE EXERCICIOS ANTERIORES	110.455.782,36	VALORES EM TRANSITO	0,00
CONVENIOS A PAGAR	2.924.043,39	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	210.913,78
CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	221.059.661,62	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	309.504.527,61
TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	158.433.941,59	OUTROS DEBITOS	3.149.832.559,34
TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	3.396.393,00	OUTROS OBRIGACOES	224.637,76
CONTRATOS DE SUBVENCAO A PAGAR	313.286,29	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	24.515.452,19
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	26.220.096,97	OUTRAS OBRIGACOES	47.879.494,59
CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV	20.560.992,64	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIA	116.838.133,61
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	18.428.467,36	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	2.131.717.607,17
RESTOS A PAGAR	241.082.548,21	RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	2.129.720.256,58
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	7.574.099.493,88	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	1.997.350,59
CANCELADO	5.647.600.291,32	BAIXA DE DIREITOS	17.230.224.658,94
EMPRESA FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE	1.926.499.202,56	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	13.427.704.237,50
VALORES EM TRANSITO	23.702.837,00	OUTRAS BAIXAS DE DIREITOS	13.546.221.188,60
RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	315.038,64	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	0,00
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	666.906.095,44	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	3.603.333.556,37
OUTROS DEBITOS	3.094.936.883,63	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	3.885.125.244,43
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	12.303.336,06	AJUSTES DE OBRIGACOES	521.505.144,45
OUTRAS OBRIGACOES	24.515.452,19	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	1.118.558.234,30
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	54.209.999,32	VARIACAO CAMBIAL	0,00
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS	6.045.323,95	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	28.721.151,62
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	6.045.323,95		1.089.837.062,68
INCORPORACAO DE DIREITOS	23.545.115.726,78		
	19.805.984.832,32		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - OFSS	EXERCÍCIO	2011	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIÃO - FUNDOS(DIRETA)	EMISSÃO	08/02/2012	PÁGINA	3
ÓRGÃO SUPERIOR					

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	7.482.583.590,62	7.232.639.225,36			
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	12.323.401.241,70	11.229.130.068,98			
DESINCORPORAÇAO DE OBRIGACOES	2.123.789.255,92	2.513.279.792,21			
EXERCICIOS ANTERIORES	243.731.939,83	578.972.484,52			
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	1.880.056.956,38	1.934.303.080,40			
OUTRAS DESINCORPORAÇOES DE OBRIGACOES	359,71	4.227,29			
AJUSTES DE CREDITOS	1.615.341.638,54	62.052.598,45			
VARIACAO CAMBIAL	4.117.644,59	5.956.896,71			
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	1.611.223.993,95	56.095.701,74			
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	64.614.042.216,15	54.559.453.768,53	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	75.107.962.656,56	64.614.042.216,15
CONTA UNICA DO TESOIRO NACIONAL	21.315.049.679,75	17.266.592.352,49	CONTA UNICA DO TESOIRO NACIONAL	25.785.733.091,86	21.315.049.679,75
APLICACOES FINANCEIRAS	35.776.489.510,76	30.917.281.552,20	APLICACOES FINANCEIRAS	40.619.996.775,25	35.776.489.510,76
OUTRAS DISPONIBILIDADES	7.522.503.025,64	6.375.579.863,84	OUTRAS DISPONIBILIDADES	8.702.232.789,45	7.522.503.025,64
INGRESSOS	369.633.953.318,76	309.110.916.937,80	DISPENDIOS	369.633.953.318,76	309.110.916.937,80



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANÇO FINANCEIRO - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTITULO		UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)		2011		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR				EMISSAO		PAGINA	
				08/02/2012		1	
INGRESSOS				DISPENDIOS			
TITULOS		2011	2010	TITULOS	2011	2010	
RECEITAS CORRENTES		2.720.179.888,16	990.584.894,67	OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		901.074.441,19	764.596.865,78	DESPESAS DE CAPITAL	2.973.739.569,13	2.535.237.085,46	2.535.237.085,46
RECEITA PATRIMONIAL		1.719.081.551,12	181.786.504,25	INVERSOES FINANCEIRAS	2.973.739.569,13	2.535.237.085,46	2.535.237.085,46
RECEITA DE SERVIÇOS		818.781,78	693.137,00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	5.508.916.636,34	4.079.900.481,00	4.079.900.481,00
OUTRAS TRANSFERENCIAS		0,00	30,00	TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS CONCEDIDAS	2.675.544.716,68	2.864.607.941,39	2.864.607.941,39
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		99.170.395,64	43.494.152,73	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	2.675.544.716,68	2.864.607.941,39	2.864.607.941,39
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO		34.718,43	14.204,91	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	2.833.371.919,66	1.215.292.539,61	1.215.292.539,61
RECEITA PATRIMONIAL		24.256,67	7.795,50	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	7.718.034,09	12.665.749,23	12.665.749,23
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		10.461,76	6.409,41	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	7.718.034,09	12.665.749,23	12.665.749,23
RECEITAS DE CAPITAL		90.044.116,50	60.083.239,19	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	2.825.653.885,57	1.202.626.790,38	1.202.626.790,38
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO		90.044.116,50	60.083.239,19	DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	16.087.208.057,56	13.243.190.734,99	13.243.190.734,99
RECEITA CAP. ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO				VALORES EM CIRCULACAO	8.045.476.800,18	6.559.947.817,82	6.559.947.817,82
DEDUCOES DA RECEITA		-337.356,31	-142.564,75	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	8.045.476.800,18	6.559.947.817,82	6.559.947.817,82
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		3.054.270.216,90	3.163.710.774,59	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	2.864.607.941,39	2.828.368.407,28	2.828.368.407,28
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS RECEBIDAS		2.864.607.941,39	2.828.368.407,28	VALORES DIFERIDOS	2.864.607.941,39	2.828.368.407,28	2.828.368.407,28
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		2.864.607.941,39	2.828.368.407,28	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	4.206.069.126,38	2.983.942.634,37	2.983.942.634,37
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS		189.662.275,51	335.342.367,31	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	3.779.808.256,83	1.682.899.885,38	1.682.899.885,38
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA		0,00	43.990.041,68	AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	426.260.869,55	1.301.042.748,99	1.301.042.748,99
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS		0,00	38.899.285,68	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	971.054.189,61	870.931.875,52	870.931.875,52
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS		0,00	5.090.756,00	BAIXA DE DIREITOS	970.797.188,19	870.841.632,37	870.841.632,37
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS		189.662.275,51	291.352.325,63	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	970.797.188,19	870.841.632,37	870.841.632,37
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS		18.407.909.538,51	15.711.359.182,52	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	257.001,42	90.243,15	90.243,15
VALORES EM CIRCULACAO		6.559.947.817,82	4.398.628.252,61	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	257.001,42	90.243,15	90.243,15
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		6.559.947.817,82	4.398.628.252,61				
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		2.675.544.716,68	2.864.607.941,39				
VALORES DIFERIDOS		2.675.544.716,68	2.864.607.941,39				
OBRIGACOES EM CIRCULACAO		6.104.861.015,03	4.669.001.738,85				
RESTOS A PAGAR		5.206.508.221,34	3.780.595.952,68				
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR		4.616.515.949,33	3.779.808.256,83				
CANCELADO		589.992.272,01	787.695,85				
EMPREST FINANCIAMENTOS E INCENTIVOS A LIBE		648.270.210,23	0,00				
OUTROS DEBITOS		82.583,46	0,00				
AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL		250.000.000,00	888.405.786,17				
RECEITA EXTRA-ORCAMENTARIA		174.417,96	90.243,15				
RESTITUICAO DE RECEITAS FEDERAIS		174.417,96	90.243,15				
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES		3.067.381.571,02	3.779.031.006,52				
INCORPORACAO DE DIREITOS		3.067.381.571,02	3.779.031.006,52				
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER		3.067.381.571,02	3.779.031.006,52				
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT		353.134.005,97	285.866.781,20	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	55.336.146,70	353.134.005,97	353.134.005,97
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL		353.134.005,97	285.866.781,20	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	55.336.146,70	353.134.005,97	353.134.005,97
INGRESSOS		24.625.200.409,73	20.211.462.307,42	DISPENDIOS	24.625.200.409,73	20.211.462.307,42	20.211.462.307,42


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO		UNIAO - ADM. DIRETA		2011		DEZEMBRO	
ORÇAO SUPERIOR				EMI SSO 08/02/2012		PÁGINA 1	
ATIVO				PASSIVO			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS		2011	2010
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO			
DISPONIVEL		680.870.588.802,97	1.724.078.685.633,33	DEPOSITOS		400.269.045.601,42	1.473.544.686.044,51
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL		445.740.293.743,64	389.120.014.648,86	CONSIGNACOES		27.077.394.327,72	14.274.926.199,63
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA		425.057.123.595,31	361.127.484.151,81	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		12.418.835,88	12.086.948,92
CREDITOS EM CIRCULACAO		20.683.170.148,33	27.992.530.497,05	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		313.307.204,07	253.953.824,46
CREDITOS A RECEBER		179.172.403.634,05	707.427.701.696,42	DEPOSITOS COMPULSORIOS		26.631.530.998,55	13.889.525.485,18
LIMITE DE SAQUE C/VINC. DE PAGAMENTO		7.010.255.109,04	7.860.748.550,24	DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF. CONSTITUCIONA		91.459.215,46	91.422.955,15
RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS		15.100.147.613,67	17.703.633.813,97	OBRIGACOES EM CIRCULACAO		28.678.073,76	27.936.985,92
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP		0,00	957.389.163,78	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		326.203.954.524,45	847.557.887.855,91
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		153.867.825.221,85	676.514.614.876,95	FONECEDORES - DO EXERCICIO		3.225.637.372,32	4.047.133.718,25
RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL		897.341.986,63	0,00	FONECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES		701.590.787,93	985.293.329,84
LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA		27.513,53	39.077,71	CONVENIOS A PAGAR		416.247.114,23	466.717.536,30
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO		85.332.724,75	90.773.454,99	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR		803.480.527,28	1.251.512.186,98
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS		1.061.251.982,38	3.151.433.113,45	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO		342.991.069,78	275.545.877,21
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		108.143.625,10	107.509.232,09	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC. ANTERIORES		11.562.807,73	71.670.774,65
VALORES DIFERIDOS		1.042.077.857,10	1.041.560.413,24	PRECATORIOS		1.009.820,29	1.363.982,70
ATIVO NAO FINANCEIRO		55.957.891.425,28	627.530.969.288,05	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		33.699.689,99	19.780.464,17
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		55.957.891.425,28	627.530.969.288,05	OBRIGACOES TRIBUTARIAS		164.350,26	2.652,24
CREDITOS EM CIRCULACAO		2.783.572.468.426,31	1.783.789.231.189,43	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR		3.398,42	465,63
FONECIMENTOS A RECEBER		337.630,56	-332.014.340.639,53	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR		74.495.607,61	156.778.110,68
RECURSOS A RECEBER		0,00	-342.014.340.639,53	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR		1.914.144,83	842.389,61
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC		-153.867.825.221,73	-676.514.614.876,95	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR		107.068.034,69	178.203.980,96
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD		-897.341.986,63	240.902.329.113,96	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV		504.748.849,66	403.794.282,28
CREDITOS ADMINISTRATIVOS		14.784.328,41	16.835.343,35	TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGA		226.661.169,62	235.127.685,00
DIVERSOS RESPONSAVEIS		6.537.900.503,45	5.863.960.301,73	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS		0,00	500.000,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		61.334.155.048,62	70.116.575.947,25	A LIQUIDAR		72.368.462.121,16	64.517.122.439,80
ADIANTEMENTOS CONCEDIDOS		11.903.377.904,52	12.194.687.085,38	CREDORES DIVERSOS		72.368.462.121,16	64.517.122.439,80
RECURSOS VINCULADOS		2.592.744,79	1.091.723,68	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS		1.219.700.177,68	1.390.830.741,12
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER		242.570.975.334,50	0,00	RECURSOS ESPECIAIS A LIB P/TRANSFERENCIA		1.369.920,85	1.873.245,76
RESULTADO POSITIVO DO BACEN		90.240.058.952,83	0,00	RECURSOS A LIBERAR P/VINC DE PAGAMENTO		4.866.465.433,08	5.865.382.804,68
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO		4.089.842.914,49	5.404.457.091,51	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP		39.138.654.010,32	33.030.603.144,93
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS		-738.072,86	0,00	RECURSOS A LIBERAR P/ EMPENHO CONTRA ENTRE		203.547.516.106,89	734.833.842.694,36
BENS E VALORES EM CIRCULACAO		11.652.250.949,33	10.456.320.271,42	LIMITE DE SAQUE RECURSOS DA DIVIDA PUBLICA		27.513,53	39.077,71
ESTOQUES		11.383.072.584,71	10.209.226.582,29	RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT		1.061.251.982,38	3.151.433.113,45
TITULOS E VALORES		34.777,82	79.296.822,06	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR		614.978.812,80	304.027.338,18
MATERIAIS EM TRANSITO		269.143.586,80	167.796.867,07	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		159.891.073,44	415.599.537,67
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		1.826.210,92	1.210.178,10	RESTITUICOES E COMPENSAOES		46.984.643.399,36	611.710.231.245,92
DESPESAS ANTECIPADAS		1.826.210,92	1.210.178,10	VALORES DIFERIDOS		1.304.806.408,11	3.126.031.300,83
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		2.015.764.608.216,71	1.695.968.480.823,00	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO		45.679.836.991,25	608.584.199.945,09
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		9.499.206,72	9.175.860,22	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO		3.053.349,89	1.640.743,05
RECURSOS VINCULADOS		9.499.206,72	9.175.860,22	PASSIVO NAO FINANCEIRO		3.053.349,89	1.735.572.670.231,68
				OBRIGACOES EM CIRCULACAO		334.398.164.148,85	-181.614.692.828,44


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTITULO	UNIAO - ADM. DIRETA			2011	2010	DEZEMBRO	
ORÇAO SUPERIOR				EMISSAO		PAGINA	
				08/02/2012		2	
ATIVO				PASSIVO			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS	2011	2010	
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		2.015.755.109.009,99	1.695.959.304.962,78	FORNECEDORES A PAGAR	162.321.609,15	36.876.474,51	
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS		25.275.355.361,60	1.017.941.692.625,86	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	190.947.145,47	143.005.085,84	
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES		443.743.718,40	430.482.843,59	PESSOAL A PAGAR	1.745.195.357,85	2.031.571.141,69	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		901.605.398.382,33	782.230.755.364,21	PROVISOES	10.885.182.771,71	1.154.777.699,41	
CREDITOS A RECEBER		887.400.898,62	800.923.893,21	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-203.547.516.106,71	-734.833.842.694,36	
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS		-5.615.336.659,43	-6.351.036.852,82	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-203.547.516.106,71	-734.833.842.694,36	
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP		-74.408.155.442,93	-99.093.512.911,27	OPERACOES DE CREDITO	488.255.119.063,22	552.761.953.461,64	
DIVIDA ATIVA (LP)		1.108.633.922.491,30	0,00	INTERNAS	479.519.950.161,31	544.170.061.849,07	
PROVISAO PARA DIVIDA ATIVA (LP)		-598.105.188.947,04	0,00	EXTERNAS	8.735.168.901,91	8.591.891.612,57	
CREDITO TRIBUTARIO A RECEBER (LP)		657.037.969.207,14	0,00	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	7.257.665.969,01	50.962.854.195,48	
PERMANENTE		494.225.662.968,40	419.377.560.556,44	OUTROS DEBITOS A PAGAR	8.164.505,10	3.840.281,33	
INVESTIMENTOS		267.635.762.013,72	223.431.369.185,60	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	2.618.362,56	2.909.211,46	
PARTICIPACAO SOCIETARIA		267.635.548.459,85	223.431.155.631,73	PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000	482.927.547,75	140.543.170,08	
OUTROS INVESTIMENTOS		213.553,87	213.553,87	PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)	8.488.165.619,80	10.497.941.584,28	
IMOBILIZADO		226.306.378.865,69	195.896.098.704,37	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-72.368.462.121,16	-64.517.122.439,80	
BENS MOVEIS E IMOVEIS		227.760.682.021,79	196.308.079.111,14	RESULTADO NEGATIVO DO BACEN	92.835.834.425,10	0,00	
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES		-1.454.303.156,10	-411.980.406,77	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	2.190.803.847.797,31	1.917.187.363.060,12	
INTANGIVEL		283.522.088,99	50.092.666,47	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	29.528.918.753,40	27.644.764.649,66	
ATIVO REAL		3.464.443.057.229,28	3.507.867.916.822,76	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	2.161.274.929.043,91	1.889.542.598.410,46	
				OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	2.076.330.985.869,41	1.782.704.468.739,90	
				OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	76.518.336.195,78	83.714.266.484,43	
				OBRIGACOES A PAGAR	8.425.606.978,72	23.123.863.186,13	
				PASSIVO REAL	2.925.471.057.547,58	3.209.117.356.276,19	
				PATRIMONIO LIQUIDO	538.971.999.681,70	298.750.560.546,57	
				PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	298.703.871.816,32	
				PATRIMONIO	0,00	298.703.871.816,32	
				AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.648.445.375,30	0,00	
				RESERVAS	50.565.607,19	46.688.730,25	
				RESULTADOS ACUMULADOS	533.272.988.699,21	0,00	
				RESULTADO DO EXERCICIO	234.138.633.553,24	0,00	
				RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	299.134.355.145,97	0,00	
				AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00	
				RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00	
				SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	3.464.443.057.229,28	3.507.867.916.822,76	
				SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-3.464.443.057.229,28	-3.507.867.916.822,76	
ATIVO COMPENSADO		619.257.570.717,61	536.668.179.893,16	PASSIVO COMPENSADO	619.257.570.717,61	536.668.179.893,16	
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS		619.257.570.717,61	536.668.179.893,16	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	619.257.570.717,61	536.668.179.893,16	
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B		3.436.669.900,03	5.659.412.059,10	VALORES: TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	3.436.669.900,03	5.659.412.059,10	
GARANTIAS DE VALORES		166.897.324.626,80	122.701.214.062,81	VALORES EM GARANTIA	166.897.324.626,80	122.701.214.062,81	
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS		56.126.321.569,54	49.746.878.488,46	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	56.126.321.569,54	49.746.878.488,46	
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATAIS		198.842.816.853,06	174.471.377.754,31	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	198.842.816.853,06	174.471.377.754,31	
OUTRAS COMPENSACOES		193.954.437.768,18	184.089.297.528,48	COMPENSACOES DIVERSAS	193.954.437.768,18	184.089.297.528,48	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS	EXERCÍCIO	2011	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - ADM. DIRETA	EMISSÃO	08/02/2012	PÁGINA	3
ÓRGÃO SUPERIOR					

		ATIVO		PASSIVO	
		2011	2010	TÍTULOS	2010
ATIVO		4.083.700.627.946,89	4.044.536.096.715,92	PASSIVO	4.083.700.627.946,89
					4.044.536.096.715,92


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO		UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS		2011		DEZEMBRO	
ORÇAO SUPERIOR				EMISSAO		PAGINA	
				08/02/2012		1	
PASSIVO							
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS		2011	2010
ATIVO FINANCEIRO		580.758.857.698,63	549.411.832.267,39	PASSIVO FINANCEIRO		182.571.222.601,60	191.560.330.261,34
DISPONIVEL		530.259.840.175,83	461.741.153.820,36	DEPOSITOS		31.490.265.126,97	18.056.027.719,08
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL		509.254.881.566,94	433.553.821.053,32	CONSIGNACOES		150.952.498,86	35.044.885,82
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA		21.004.958.608,89	28.187.332.767,04	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		584.793.250,52	534.715.741,92
CREDITOS EM CIRCULACAO		50.415.040.889,23	87.609.543.246,96	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		30.434.382.088,37	17.366.907.150,27
CREDITOS A RECEBER		12.735.977.013,64	8.254.373.468,09	DEPOSITOS COMPULSORIOS		91.459.215,46	91.422.955,15
LIMITE DE SAQUE C/VINC DE PAGAMENTO		0,00	32.816.154.040,74	DEPOSITOS-BLOQUEIO DE TRANSF. CONSTITUCIONA		28.678.073,76	27.936.985,92
RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS		0,00	6.935.925.794,68	OBRIACOES EM CIRCULACAO		149.586.015.044,38	170.246.041.223,64
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		964.636.258,62	0,00	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		23.088.668.951,77	24.755.541.019,10
LIMITE DE SAQUE BACEN		671.111.728,23	303.583.943,64	FONECEDORES - DO EXERCICIO		1.573.463.879,90	2.365.846.424,07
RECURSOS DA UNIAO		282.964.077,33	94.149.612,87	FONECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES		632.077.292,44	973.641.643,28
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO		1.332.591.894,86	1.307.792.202,01	CONVENIOS A PAGAR		2.142.269.125,49	4.051.399.191,33
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT		33.362.111.215,50	36.839.479.605,13	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR		501.425.011,37	286.485.139,51
BANCO DO BRASIL S/A		7.983.973.747,18	10.360.471.557,78	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA		8.699.274,78	108.969.898,82
BANCO DO NORDESTE S/A		622.389.657,19	686.790.871,84	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO		446.000.801,83	457.303.202,46
BANCO NACIONAL DO DESENV. ECONOMICO E SOC		21.046.590.413,96	21.573.636.992,92	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC. ANTERIORES		10.636.911,53	11.699.680,74
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		2.663.814.615,18	3.144.120.640,60	PRECATORIOS		39.124.011,78	25.204.785,96
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FIN		1.012.896.028,34	1.043.237.357,45	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		4.537.171,27	14.818.985,73
BANCO DA AMAZONIA		32.446.753,65	31.222.184,54	PROVISOES DIVERSAS		1.708.752,39	1.331.902,48
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS		1.065.648.701,05	1.058.084.579,80	OBRIACOES TRIBUTARIAS		6.072.916,88	1.612.886,81
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO		83.976.633,57	61.135.200,07	BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR		13.522.927.671,34	12.808.568.422,92
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS		566.735,83	2.647.999,63	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR		1.154.595.582,60	632.342.612,14
DEPOSITOS A LONGO PRAZO		82.573.669,78	57.650.972,48	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR		5.310.537,83	4.239.247,49
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO		836.227,96	836.227,96	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR		1.887.816.084,13	2.065.747.587,04
ATIVO NAO FINANCEIRO		3.298.277.207.844,89	2.783.659.534.912,91	CONTRATOS DE SUBVENCIO A PAGAR		26.220.096,97	32.627.239,05
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		464.136.312.490,04	380.936.796.614,66	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR		880.694.192,26	675.639.216,12
CREDITOS EM CIRCULACAO		444.865.031.967,88	362.679.136.297,48	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICONV		245.089.636,98	237.562.953,15
FONECIMENTOS A RECEBER		742.147.008,42	689.706.641,47	TERMOS DE CONCESSAO DE APOIO FIN. A PAGAR		0,00	500.000,00
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS		-29.612.652,68	-19.873.410,02	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS		116.937.762.548,58	103.282.259.889,53
RECURSOS A RECEBER		31.342.927,77	240.988.321.267,97	A LIQUIDAR		116.937.762.548,58	103.282.259.889,53
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD		-964.636.258,62	0,00	CREDORES DIVERSOS		1.961.836.771,50	1.507.884.021,42
CREDITOS PARCELADOS		78.756.296,30	99.861.105,61	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS		3.464.524,19	3.715.496,78
CREDITOS ADMINISTRATIVOS		672.731.197,01	349.972.292,77	RECURSOS ESPECIAIS A LIB. P/TRANSFERENCIA		6.330.979.885,50	6.927.922.957,98
DIVERSOS RESPONSAVEIS		12.829.380.331,38	11.159.622.173,42	RECURSOS A LIBERAR P/VINC. DE PAGAMENTO		464.855.269,20	33.030.603.144,93
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		75.395.628.565,79	85.208.360.814,46	RECURSOS VINCULADOS - ENTIDADES TCT		614.978.812,80	304.027.338,18
ADIANAMENTOS CONCEDIDOS		18.997.202.344,21	19.354.913.307,66	OUTRAS OBRIACOES A PAGAR		183.468.310,84	434.087.355,72
RECURSOS VINCULADOS		53.866.101,26	57.984.291,69	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		1.490.438.676,65	3.255.126.771,76
PROVISAO PARA CREDITOS TRIBUTARIOS PRESC		-1.578.282,32	-1.578.282,32	RESTITUICOES E COMPENSACOES		1.304.806.408,11	3.126.021.078,24
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER		242.612.704.148,30	0,00	RECEITAS REALIZAVES NO EXERCICIO SEGUINTE		185.554.842,89	129.028.267,87
RESULTADO POSITIVO DO BACEN		90.240.058.952,83	0,00	OUTROS VALORES PENDENTES		77.425,65	77.425,65
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO		6.363.463.456,23	7.366.612.658,25	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO		4.503.753,60	3.134.546,86
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVELIS CURTO PRA		-136.780.973,55	-190.603.012,84	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO		4.503.753,60	3.134.546,86

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL



TITULO		BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTITULO		UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS		2011		DEZEMBRO	
ORÇAO SUPERIOR				EMI SSAO 08/02/2012		PAGINA 2	
ATIVO				PASSIVO			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS		2011	2010
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS		-2.019.641.194,45	-2.384.163.550,64	PASSIVO NAO FINANCEIRO		2.814.758.887.321,29	2.560.673.950.328,48
BENS E VALORES EM CIRCULACAO		19.248.211.242,77	18.257.660.317,18	OBRIGACOES EM CIRCULACAO		562.422.808.447,87	584.681.971.247,29
ESTOQUES		16.743.636.542,21	16.194.942.883,70	FORNECEDORES A PAGAR		661.885.093,99	759.069.098,93
TÍTULOS E VALORES		1.359.832.125,14	1.495.996.796,43	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		191.800.612,25	143.005.085,84
MATERIAIS EM TRANSITO		1.149.397.101,76	571.348.674,84	PESSOAL A PAGAR		1.755.098.193,18	2.033.283.452,82
PROVISAO PARA PERDAS PROVAEIS		-4.654.526,34	-4.628.037,79	PROVISOES		14.620.568.933,69	3.929.838.959,53
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		23.069.279,39	27.408.479,38	OPERACOES DE CREDITO		488.493.015.518,44	553.023.613.139,55
DESPESAS ANTECIPADAS		7.443.436,51	6.291.332,42	INTERNAS		479.751.740.200,22	544.392.060.956,43
CUSTOS A APROPRIAR		3.808.283,72	4.911.134,64	EXTERNAS		8.741.275.318,22	8.631.552.183,12
CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA		11.817.559,16	16.206.012,32	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS		194.493.379,81	271.058.889,83
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		2.257.506.400.764,77	1.912.046.931.434,01	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES		7.917.092.157,93	51.554.575.529,33
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		415.150.726,46	379.034.935,21	OUTROS DEBITOS A PAGAR		1.360.615.902,63	59.580.316.852,48
DEPOSITOS COMPULSORIOS		2.243.274,66	2.103.015,67	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR		4.291.741,50	6.905.689,39
RECURSOS VINCULADOS		412.907.451,80	376.931.919,54	PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000		483.431.303,02	141.198.036,13
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		2.257.091.250.038,31	1.911.667.896.498,80	PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)		8.489.653.719,72	10.499.429.684,20
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS		26.213.172.613,19	1.025.021.698.924,81	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID		-116.937.762.548,58	-103.282.259.889,53
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES		591.558.196,41	570.490.028,51	OPERACOES ESPECIAIS		3.790.672.956,65	4.548.342.382,92
EMPRESIMOS E FINANCIAMENTOS		1.108.418.319.639,02	960.687.276.563,11	SUBVENCOES E DOACOES PARA INVESTIMENTO		6.713.672,32	6.455.863,27
CREDITOS A RECEBER		14.337.587.978,35	13.227.164.390,08	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR		0,00	1.467.138.472,60
PROVISAO PARA PERDAS PROVAEIS		-6.586.006.040,99	-7.291.812.706,65	RESULTADO NEGATIVO DO BACEN		92.835.834.425,10	0,00
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP		-74.730.638.520,81	-99.310.659.679,82	RESIDUOS DE CONTRATOS LIQUIDADOS - FCVS		58.555.403.386,22	0,00
INVESTIMENTOS		15.545.818.663,69	18.763.738.978,76	EXIGIVEL A LONGO PRAZO		2.250.674.478.089,82	1.975.081.281.022,21
DIVIDA ATIVA (LP)		1.116.591.786.662,51	0,00	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO		29.528.918.753,40	27.644.764.649,66
PROVISAO PARA DIVIDA ATIVA (LP)		-600.329.222.923,74	0,00	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO		2.221.145.559.336,42	1.947.436.516.372,55
CREDITO TRIBUTARIO A RECEBER (LP)		657.038.873.770,68	0,00	OPERACOES DE CREDITO - INTERNA		2.102.932.479.116,96	1.806.597.811.794,15
PERMANENTE		576.634.494.590,08	490.648.398.384,86	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA		76.585.716.809,29	83.771.368.698,09
INVESTIMENTOS		273.405.330.254,98	229.984.393.570,06	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS		8.075.721.563,34	8.846.836.802,88
PARTICIPACAO SOCIETARIA		272.833.563.696,10	229.470.414.366,78	OBRIGACOES A PAGAR		9.042.526.685,59	23.930.302.141,68
PARTICIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS		59.962,45	59.962,45	DIVERSAS PROVISOES		24.103.857.120,63	24.103.857.120,63
OUTROS INVESTIMENTOS		571.793.194,31	514.005.838,71	SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS		105.745.176,79	61.836.705,98
PROVISAO PARA PERDAS PROVAEIS		-86.597,88	-86.597,88	OUTRAS OPERACOES EXIGIVEIS		299.512.863,82	124.503.109,14
IMOBILIZADO		302.720.527.077,06	260.447.589.266,72	RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS		1.661.600.783,60	910.698.058,98
BENS MOVEIS E IMOVEIS		307.526.895.076,02	263.545.825.684,88	RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS		1.665.841.041,14	911.881.900,69
TÍTULOS E VALORES		9.073.271,70	9.073.271,70	CUSTOS OU DESP CORRESPONDENTES AS RECEITAS		-4.240.257,54	-1.183.841,71
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES		-4.815.441.270,66	-3.107.309.689,86	PASSIVO REAL		2.997.330.109.922,89	2.752.234.280.589,82
INTANGIVEL		486.058.700,29	190.105.293,40	PATRIMONIO LIQUIDO		881.705.955.620,63	580.837.086.590,48
DIFERIDO		22.578.557,75	26.310.254,68	PATRIMONIO/CAPITAL		16.599.653.350,92	581.761.189.030,28
ATIVO REAL		3.879.036.065.543,52	3.333.071.367.180,30	PATRIMONIO		0,00	567.813.661.090,55
				CAPITAL REALIZADO		16.599.653.350,92	13.947.527.939,73
				CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO		17.376.537.912,11	14.752.687.677,73
				CAPITAL A REALIZAR		0,00	-28.275.176,81
				COTAS EM TESOURARIA		-776.884.561,19	-776.884.561,19



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTITULO		UNIAO - AUTARQUIAS		EMI SSAO 08/02/2012		PAGINA	
ORÇAO SUPERIOR						1	
ATIVO				PASSIVO			
TITULOS		2011	2010	TITULOS		2011	2010
ATIVO FINANCEIRO				PASSIVO FINANCEIRO			
DISPONIVEL		72.051.460.323,67	71.296.855.495,95	DEPOSITOS		59.295.199.769,94	63.859.595.430,82
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL		8.761.072.003,82	7.172.571.312,88	CONSIGNACOES		4.047.273.980,01	3.529.463.169,40
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA		1.600,00	1.600,00	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		5.982.748,13	8.443.710,70
CREDITOS EM CIRCULACAO		60.024.056.020,12	60.992.849.355,77	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		208.755.160,21	118.667.119,87
CREDITOS A RECEBER		2.190.824.405,19	2.897.123,21	OBRIGACOES EM CIRCULACAO		3.832.536.071,67	3.402.352.338,83
LIMITE DE SAQUE C/VINC DE PAGAMENTO		13.992.754.953,59	7.166.785.072,60	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		50.776.988.266,00	43.753.931.215,00
RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS		0,00	2.450.859.617,94	FORNECEDORES - DO EXERCICIO		15.885.569.813,55	16.111.009.862,53
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP		41.959.835.683,46	49.892.468.685,24	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES		439.733.458,99	1.060.361.624,85
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		33.276.521,40	0,00	CONVENIOS A PAGAR		149.833.073,05	413.657.733,18
LIMITE DE SAQUE BACEN		671.111.728,23	303.583.943,64	COMPENSACAO PREVIDENCIARIA		481.587.865,86	1.076.280.953,58
RECURSOS DA UNIAO		10.105,18	10.105,18	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO		8.699.274,78	108.969.898,82
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO		1.176.242.623,07	1.176.244.807,96	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC. ANTERIORES		185.859.650,34	220.130.923,34
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		3.238.080.877,44	3.103.183.405,01	PRECATORIOS		955.844,43	10.151.952,92
VALORES DIFERIDOS		3.238.080.877,44	3.103.183.405,01	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		1.153.559,89	1.153.559,89
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO		28.251.422,29	28.251.422,29	PROVISOES DIVERSAS		1.468.507,50	3.291.674,84
DEPOSITOS A LONGO PRAZO		27.449.449,36	27.449.449,36	OBRIGACOES TRIBUTARIAS		10.249,89	10.249,89
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO		801.972,93	801.972,93	BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR		101.329,01	120.675,88
ATIVO NAO FINANCEIRO		29.374.344.010,02	13.163.596.600,97	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR		13.522.925.056,51	12.808.565.808,09
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		-30.289.160.295,90	-39.821.941.408,26	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR		910.202.910,17	303.561.403,44
CREDITOS EM CIRCULACAO		-32.749.019.311,81	-41.823.866.292,87	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR		0,00	464,88
FORNECIMENTOS A RECEBER		378.343.494,20	375.195.262,08	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR		11.637.794,22	61.295.005,24
RECURSOS A RECEBER		0,00	53.121.043,85	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS		171.401.238,91	43.457.933,69
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC		-41.959.835.683,46	-49.892.468.685,24	A LIQUIDAR		24.277.870.715,34	19.955.336.805,19
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD		-33.276.521,40	0,00	CREDORES DIVERSOS		24.277.870.715,34	19.955.336.805,19
CREDITOS PARCELADOS		74.200.338,98	96.550.013,57	VALORES DIVERSOS		69.048.172,14	115.961.200,00
CREDITOS ADMINISTRATIVOS		656.310.819,60	332.046.955,22	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS		1.065.057,01	996.451,37
DIVERSOS RESPONSAVEIS		3.574.543.439,46	2.554.539.213,15	RECURSOS ESPECIAIS A LIB P/TRANSFERENCIA		534.333.349,03	523.472.685,75
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		114.268.690,15	108.617.987,03	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP		9.922.066.583,21	6.955.645.440,75
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		4.143.754.459,11	4.325.577.340,69	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL		85.332.724,75	90.773.454,99
RECURSOS VINCULADOS		4.390.460,77	1.309.955,61	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR		1.701.850,97	735.314,42
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER		40.207.018,92	0,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		4.470.163.195,53	16.575.379.208,22
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO		301.688.986,50	221.644.621,17	VALORES DIFERIDOS		4.373.510.486,82	16.468.990.931,48
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS		-43.614.814,64	0,00	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE		96.652.189,08	106.387.757,11
BENS E VALORES EM CIRCULACAO		2.447.947.915,92	2.001.924.884,61	OUTROS VALORES PENDENTES		519,63	519,63
ESTOQUES		309.501.549,23	260.828.006,55	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO		774.328,40	821.838,20
TITULOS E VALORES		1.270.871.905,99	1.341.742.800,47	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO		774.328,40	821.838,20
MATERIAS EM TRANSITO		867.593.296,30	399.354.077,59	PASSIVO NAO FINANCEIRO		-7.061.698.170,69	-907.947.351,15
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS		-18.835,60	0,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO		-33.775.063.245,21	-24.954.465.875,34
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		11.911.099,99	16.278.060,20	FORNECEDORES A PAGAR		73.765.765,86	118.693.738,95
DESPESAS ANTECIPADAS		95.689,80	77.211,11	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		853.466,78	0,00
CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA		11.815.410,19	16.200.849,09	PROVISOES		96.969.527,01	140.511.428,90
				RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR		-9.922.066.583,21	-6.955.645.440,75


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO		UNIAO - AUTARQUIAS		2011		DEZEMBRO	
ORÇAO SUPERIOR				EMISSION		PAGINA	
				08/02/2012		2	
ATIVO				PASSIVO			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS		2011	2010
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		24.454.864.108,85	22.656.977.328,71	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC		-9.922.066.583,21	-6.955.645.440,75
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		12.026.355,20	11.969.936,53	OPERACOES DE CREDITO		218.197.981,89	209.329.134,33
DEPOSITOS COMPULSORIOS		825.850,37	782.860,22	INTERNAS		216.605.429,26	207.736.581,70
RECURSOS VINCULADOS		11.200.504,83	11.187.076,31	EXTERNAS		1.592.552,63	1.592.552,63
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		24.442.837.753,65	22.645.007.392,18	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS		30.830,55	30.830,55
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS		487.259.907,73	6.551.407.321,04	OUTROS DEBITOS A PAGAR		34.529.443,43	20.134.616,67
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES		43.246.612,54	22.228.104,34	PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000		431.791,90	582.902,68
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		9.104.516.796,92	7.130.329.491,87	PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)		95.245,92	95.245,92
CREDITOS A RECEBER		9.088.245.998,88	8.941.042.474,93	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID		-24.277.870.715,34	-19.955.336.805,19
DIVIDA ATIVA (LP)		7.942.457.983,24	0,00	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR		0,00	0,00
PROVISAO PARA DIVIDA ATIVA (LP)		-2.223.794.109,20	0,00	EXIGIVEL A LONGO PRAZO		26.713.365.074,52	1.467.138.472,60
CREDITO TRIBUTARIO A RECEBER (LP)		904.563,54	0,00	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO		26.713.365.074,52	24.046.518.524,19
PERMANENTE		35.208.640.197,07	30.312.282.620,32	OPERACOES DE CREDITO - INTERNA		26.475.077.283,61	24.046.518.524,19
INVESTIMENTOS		229.413.121,83	175.319.092,26	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA		2.191.132,11	2.191.132,11
PARTICIPACAO SOCIETARIA		229.336.699,57	175.242.277,34	OBRIGACOES A PAGAR		236.096.658,80	275.535.787,25
OUTROS INVESTIMENTOS		76.422,26	76.814,92	PASSIVO REAL		52.233.501.599,25	62.951.648.079,67
IMOBILIZADO		34.940.017.802,43	30.121.009.868,03	PATRIMONIO LIQUIDO		49.192.302.734,44	21.508.804.017,25
BENS MOVEIS E IMOVEIS		35.250.456.000,77	30.178.266.406,12	PATRIMONIO/CAPITAL		0,00	21.322.267.997,50
TÍTULOS E VALORES		279.079,65	279.079,65	PATRIMONIO		0,00	21.322.267.997,50
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES		-310.717.277,99	-57.535.617,74	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES		-606.098.460,41	0,00
INTANGIVEL		39.155.247,89	15.899.151,99	RESERVAS		184.525.346,59	186.536.019,75
DIFERIDO		54.024,92	54.508,04	RESULTADOS ACUMULADOS		49.613.875.848,26	0,00
ATIVO REAL		101.425.804.333,69	84.460.452.096,92	RESULTADO DO EXERCICIO		28.167.383.281,07	0,00
				RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES		21.446.492.567,19	0,00
				AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL		0,00	0,00
				RESULTADO DO PERIODO		0,00	0,00
				SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA		101.425.804.333,69	84.460.452.096,92
				SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA		-101.425.804.333,69	-84.460.452.096,92
ATIVO COMPENSADO		135.369.978.784,93	167.931.256.064,88	PASSIVO COMPENSADO		135.369.978.784,93	167.931.256.064,88
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS		135.369.978.784,93	167.931.256.064,88	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS		135.369.978.784,93	167.931.256.064,88
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B		1.228.911.725,62	1.119.127.922,18	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA		1.228.911.725,62	1.119.127.922,18
GARANTIAS DE VALORES		23.688.056.797,65	20.612.771.486,03	VALORES EM GARANTIA		23.688.056.797,65	20.612.771.486,03
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS		53.152.868.492,51	91.544.290.033,13	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS		53.152.868.492,51	91.544.290.033,13
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS		55.354.264.620,53	53.326.861.035,15	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS		55.354.264.620,53	53.326.861.035,15
OUTRAS COMPENSACOES		1.945.877.148,62	1.328.205.588,39	COMPENSACOES DIVERSAS		1.945.877.148,62	1.328.205.588,39
ATIVO		236.795.783.118,62	252.391.708.161,80	PASSIVO		236.795.783.118,62	252.391.708.161,80



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO		UNIAO - FUNDACOES		2011		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR				EMISSAO 08/02/2012		PAGINA 1	
ATIVO				PASSIVO			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS	2011	2010	
ATIVO FINANCEIRO		9.839.011.666,49	9.167.125.474,57	PASSIVO FINANCEIRO	9.972.127.017,88	9.278.379.316,57	
DISPONIVEL		412.640.477,74	257.342.725,80	DEPOSITOS	39.618.216,98	143.435.214,56	
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL		225.848.566,22	189.723.155,76	CONSIGNACOES	4.833.390,32	4.662.867,45	
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA		186.791.911,52	67.619.570,04	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	14.331.667,26	106.981.613,80	
CREDITOS EM CIRCULACAO		9.368.886.399,64	8.822.142.604,17	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	20.453.159,40	31.790.733,31	
CREDITOS A RECEBER		1.248.627.918,31	703.809,12	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	9.705.686.005,00	8.917.400.274,14	
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO		769.221.438,48	821.227.534,62	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.626.884.381,46	3.415.207.519,53	
RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS		0,00	829.205.128,96	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	88.477.097,88	114.109.729,81	
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP		7.328.186.708,41	7.170.862.469,09	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	27.268.141,75	40.974.945,56	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		22.706.672,06	0,00	CONVENIOS A PAGAR	594.689.855,10	1.209.990.402,43	
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO		143.662,38	143.662,38	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	269.114,48	46.500.729,83	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		57.484.171,58	87.612.319,14	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC.ANTERIORES	34.531,45	25.229,00	
VALORES DIFERIDOS		57.484.171,58	87.612.319,14	PRECATORIOS	4.270.761,90	4.270.761,90	
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO		617,53	27.825,46	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	937.762,42	937.762,42	
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS		617,53	27.825,46	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	0,00	1.040,35	
DEPOSITOS A LONGO PRAZO		0,00	27.207,93	BENEFICIOS DIVERSOS A PAGAR	2.614,83	2.614,83	
ATIVO NAO FINANCEIRO		22.563.910.482,19	17.742.025.364,27	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	121.081.503,06	139.240.341,41	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		-3.751.147.692,57	-3.540.163.870,57	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	1.760.286.218,45	1.826.127.374,73	
CREDITOS EM CIRCULACAO		-4.721.487.881,18	-4.311.427.858,02	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	29.566.780,14	33.026.587,26	
FORNECIMENTOS A RECEBER		2.916.619,18	3.613.206,65	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	5.847.292.736,52	4.597.454.126,35	
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC		-7.328.186.708,40	-7.170.862.469,09	A LIQUIDAR	5.847.292.736,52	4.597.454.126,35	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD		-22.706.672,06	0,00	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	274.518,36	547.468,90	
CREDITOS PARCELADOS		4.217.894,31	3.275.178,13	RECURSOS ESPECIAIS A LIB P/TRANSFERENCIA	263.214.682,95	229.562.939,94	
CREDITOS ADMINISTRATIVOS		1.320.372,39	1.067.488,95	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	967.965.697,15	674.608.865,05	
DIVERSOS RESPONSAVEIS		1.465.541.042,95	1.878.174.088,13	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	53.988,56	19.354,37	
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		1.134.470.279,80	959.478.027,91	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	226.746.178,73	217.436.701,46	
RECURSOS VINCULADOS		11.845.283,18	5.084.866,51	RESTITUICOES E COMPENSACOES	0,00	-9.501,10	
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO		9.094.007,47	8.741.754,79	VALORES DIFERIDOS	137.843.524,92	194.805.691,80	
BENS E VALORES EM CIRCULACAO		970.338.039,64	771.263.987,45	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE	88.902.653,81	22.640.510,76	
ESTOQUES		969.434.385,76	770.296.134,52	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	76.617,17	107.126,41	
TITULOS E VALORES		467.238,87	467.238,87	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	76.617,17	107.126,41	
MATERIAIS EM TRANSITO		436.415,01	500.614,06	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-6.749.832.038,60	-5.219.483.759,69	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		2.148,97	5.163,23	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-6.774.522.276,56	-5.247.031.945,33	
CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA		17.492.498,56	4.959.572,89	FORNECEDORES A PAGAR	0,00	75.307,25	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		1.641.782,60	155.174,18	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00	
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		103.622,65	95.199,18	PROVISOES	38.918.814,94	22.153.299,65	
DEPOSITOS COMPULSORIOS		1.538.159,95	59.975,00	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-967.965.697,17	-674.608.865,05	
RECURSOS VINCULADOS		15.850.715,96	4.804.398,71	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-967.965.697,17	-674.608.865,05	
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		0,00	0,00	OPERACOES DE CREDITO	0,00	990.211,58	
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS		128.619,77	3.925.413,13	EXTERNAS	0,00	990.211,58	
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES		815.870,49	128.619,77	OUTROS DEBITOS A PAGAR	352.524,82	347.410,22	
CREDITOS A RECEBER			750.365,81	PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000	71.963,37	71.963,37	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	UNIAO - FUNDACOES	2011	DEZEMBRO
ORÇAO SUPERIOR		EMISSAO	PAGINA
		08/02/2012	2

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS		TÍTULOS	
DÍVIDA ATIVA (LP)	2010	PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)	2010
PROVISÃO PARA DÍVIDA ATIVA (LP)	2011	RETIFICAÇÃO DE RP NÃO PROCESSADOS A LIQUID	2011
PERMANENTE	15.146.093,20	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.392.854,00
INVESTIMENTOS	-239.867,50	OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	-5.847.292,736,52
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA	26.297.565,676,20	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	24.690.237,96
OUTROS INVESTIMENTOS	717.304,09	OBRIGACOES A PAGAR	24.690.237,96
IMOBILIZADO	98.554,51	PASSIVO REAL	10.216.098,46
BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	26.267.188.243,08	PATRIMONIO LIQUIDO	14.474.139,50
TÍTULOS E VALORES	26.438.066,437,87	PATRIMONIO/CAPITAL	3.222.294.979,28
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	73,29	PATRIMONIO	29.180.627,169,40
INTANGÍVEL	-170.878.268,08	RESERVAS	0,00
DIFERIDO	29.642.229,03	RESULTADOS ACUMULADOS	0,00
ATIVO REAL	32.402.922,148,68	RESULTADOS DO EXERCÍCIO	-45.573.509,07
		RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	63.382.575,09
		AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	29.162.818,103,38
		RESULTADO DO PERÍODO	6.366.544,075,39
		SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	22.796.274,027,99
		SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	0,00
ATIVO COMPENSADO		PASSIVO COMPENSADO	0,00
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	26.936.404.524,58	COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	32.402.922,148,68
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	26.936.404.524,58	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	-32.402.922,148,68
GARANTIAS DE VALORES	2.829.051.717,18	VALORES EM GARANTIA	26.936.404.524,58
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	275.736.996,97	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	2.829.051.717,18
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	20.399.553.634,18	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	2.646.944.143,51
OUTRAS COMPENSAÇÕES	3.312.837.546,81	COMPENSAÇÕES DIVERSAS	155.575.177,90
	119.224.629,44		20.399.553.634,18
			3.312.837.546,81
			119.224.629,44
			53.307.498.410,67
			53.307.498.410,67



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO	UNIAO - EMPRESAS PÚBLICAS			2011		DEZEMBRO	
ORÇAO SUPERIOR				EMI SSAO 08/02/2012		PAGINA 1	
ATIVO				PASSIVO			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS	2011	2010	
ATIVO FINANCEIRO		5.716.317.108,73	4.681.140.877,24	PASSIVO FINANCEIRO	5.026.769.982,97	4.218.570.014,58	
DISPONIVEL		101.985.460,77	71.636.102,00	DEPOSITOS	140.968.238,91	66.263.401,04	
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL		101.065.973,78	70.441.887,65	CONSIGNACOES	3.379.190,45	8.818.676,40	
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA		919.486,99	1.194.214,35	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	36.471.327,07	43.464.883,82	
CREDITOS EM CIRCULACAO		5.589.316.089,25	4.539.114.963,26	DEPOSITOS DE DIVERSOS ORIGENS	101.117.721,39	13.979.840,82	
CREDITOS A RECEBER		387.433.891,68	307.128.693,10	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	4.851.292.280,81	4.069.848.712,61	
LIMITE DE SAQUE C/VINC. DE PAGAMENTO		466.241.127,11	271.747.500,08	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	474.467.023,40	366.692.248,95	
RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS		0,00	121.228.708,33	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	210.376.724,87	127.575.221,58	
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP		4.442.916.237,76	3.738.845.631,51	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	31.329.883,06	42.066.281,97	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		8.978.085,17	0,00	CONVENIOS A PAGAR	41.451.215,63	63.597.339,25	
RECURSOS DA UNIAO		282.953.972,15	94.139.507,69	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	15.848.411,56	5.855.851,51	
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO		792.775,38	23.807,55	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC. ANTERIORES	13.639,83	44.061,29	
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS		0,00	1.115,00	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.966.551,09	10.580.553,90	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		25.015.558,71	70.389.811,98	PROVISOES DIVERSAS	1.698.502,50	1.321.652,59	
VALORES DIFERIDOS		25.015.558,71	70.389.811,98	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	5.671.090,01	95.996,40	
ATIVO NAO FINANCEIRO		10.216.110.704,74	9.516.142.544,43	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	3.183.924,46	244.480,70	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		397.934.374,84	1.623.480.083,48	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	8.510.750,48	0,00	
CREDITOS EM CIRCULACAO		-3.494.989.410,26	-3.058.542.952,85	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	154.416.329,91	115.310.809,76	
FORNECIMENTOS A RECEBER		164.807.551,17	144.260.342,52	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	3.483.392.533,54	2.890.919.381,49	
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS		-3.250.191,66	-3.679.645,41	A LIQUIDAR	3.483.392.533,54	2.890.919.381,49	
RECURSOS A RECEBER		0,00	1.528.182,39	CREDORES DIVERSOS	1.115.374,45	1.092.080,30	
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC		-4.442.916.237,76	-3.738.845.631,51	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	439.989,33	83.481,35	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD		-8.978.085,17	0,00	RECURSOS ESPECIAIS A LIB P/TRANSFERENCIA	60.295,00	0,00	
CREDITOS PARCELADOS		338.063,01	35.913,91	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	890.993.776,55	810.198.927,42	
DIVERSOS RESPONSABILIS		63.883.847,01	29.112.792,22	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	823.288,54	862.593,10	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		483.725,10	86.384,00	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	34.235.675,22	82.235.233,53	
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		488.978.146,78	271.537.101,14	VALORES DIFERIDOS	34.235.675,22	82.235.233,53	
RECURSOS VINCULADOS		3.991.863,44	4.932.193,26	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	273.788,03	222.667,40	
PROVISAO PARA CREDITOS TRIBUTARIOS PRESC		-1.578.282,32	-1.578.282,32	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	273.788,03	222.667,40	
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER		1.521.794,88	0,00	PASSIVO NAO FINANCEIRO	1.130.049.734,54	2.253.383.395,95	
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO		239.088.806,88	234.067.696,95	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	572.049.593,44	1.870.495.485,62	
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS		-1.360.411,62	0,00	FORNECEDORES A PAGAR	8.570.056,33	9.199.700,32	
BENS E VALORES EM CIRCULACAO		3.884.393.426,62	4.682.023.036,33	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00	
ESTOQUES		3.790.749.504,90	4.609.486.821,66	PROVISOES	442.710.574,34	404.458.950,50	
TÍTULOS E VALORES		87.320.741,79	73.920.025,59	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-890.993.776,55	-810.198.927,42	
MATERIAS EM TRANSITO		10.958.870,67	3.244.226,87	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-890.993.776,55	-810.198.927,42	
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS		-4.635.690,74	-4.628.037,79	OPERACOES DE CREDITO	4.513.863,68	417.967,18	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		8.530.358,48	8.309.862,48	EXTERNAS	4.513.863,68	417.967,18	
DESPESAS ANTECIPADAS		4.722.074,76	3.398.727,84	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	31.186.169,79	38.602.634,55	
CUSTOS A APROPRIAR		3.808.283,72	4.911.134,64	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	636.019.676,69	567.792.001,11	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		575.038.714,17	564.110.464,37	OUTROS DEBITOS A PAGAR	32.674.464,49	2.796.251,27	
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		207.969.723,96	192.620.328,44	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	88.141,56	0,00	


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO	UNIAO - EMPRESAS PÚBLICAS			2011		DEZEMBRO	
ÓRGÃO SUPERIOR				EMISSÃO		PÁGINA	
				08/02/2012		2	
ATIVO				PASSIVO			
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010		
DEPOSITOS COMPULSORIOS	1.263.171,69	1.174.930,57	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-3.483.392.533,54	-2.890.919.381,49		
RECURSOS VINCULADOS	206.706.552,27	191.445.397,87	OPERACOES ESPECIAIS	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92		
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	367.068.990,21	371.490.135,93	SUBVENCOES E DOACOES PARA INVESTIMENTO	0,00	3.906,68		
DEVEDORES DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	15.411.939,61	15.032.861,95	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	535.754.741,59	373.052.205,19		
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	70.091.143,20	75.510.675,07	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	535.754.741,59	373.052.205,19		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	22.653.269,12	21.977.102,38	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	54.973.382,94	41.837.035,41		
CREDITOS A RECEBER	285.926.084,59	286.545.402,82	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	134.337.267,94	132.254.153,85		
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-21.680.310,54	-15.742.496,85	OBRIGACOES A PAGAR	75.821.112,60	87.808.982,87		
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-5.333.135,77	-11.833.409,44	SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS	47.042.462,29	14.619.678,56		
PERMANENTE	9.243.137.615,73	7.320.242.134,10	OUTRAS OPERACOES EXIGIVEIS	223.580.515,82	96.532.354,50		
INVESTIMENTOS	256.095.726,12	90.740.246,13	RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS	22.245.399,51	9.835.705,14		
PARTICIPACAO SOCIETARIA	202.367.997,24	36.968.172,69	RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS	26.485.657,05	11.019.546,85		
OUTROS INVESTIMENTOS	59.962,45	59.962,45	CUSTOS OU DESP CORRESPONDENTES AS RECEITAS	-4.240.257,54	-1.183.841,71		
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	53.754.364,31	53.798.708,87	PASSIVO REAL	6.156.819.717,51	6.471.953.410,53		
IMOBILIZADO	-86.597,88	-86.597,88	PATRIMONIO LIQUIDO	9.775.608.095,96	7.725.330.011,14		
BENS MOVEIS E IMOVEIS	8.926.213.827,45	7.191.310.003,99	PATRIMONIO/CAPITAL	7.657.215.595,23	4.997.552.859,29		
TITULOS E VALORES	10.491.184.000,56	8.610.970.551,16	CAPITAL REALIZADO	7.657.215.595,23	4.997.552.859,29		
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-1.573.764.291,87	-1.428.454.665,93	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	7.657.215.595,23	5.025.828.036,10		
INTANGIVEL	59.978.276,25	37.156.809,14	CAPITAL A REALIZAR	0,00	-28.275.176,81		
DIFERIDO	849.785,91	1.035.074,84	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	-3.766.463,46	0,00		
ATIVO REAL	15.932.427.813,47	14.197.283.421,67	RESERVAS	3.845.010.862,14	3.728.372.221,62		
			RESULTADOS ACUMULADOS	-1.741.094.463,58	-1.000.595.069,77		
			RESULTADO DO EXERCICIO	-702.138.867,40	0,00		
			RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-1.038.955.596,18	0,00		
			AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	18.242.565,63	0,00		
			AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00	0,00		
			RESULTADO DO PERIODO	0,00	0,00		
			SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	15.932.427.813,47	14.197.283.421,67		
ATIVO COMPENSADO	18.489.231.657,28	16.474.685.038,84	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-15.932.427.813,47	-14.197.283.421,67		
COMPENSAÇOES ATIVAS DIVERSAS	18.489.231.657,28	16.474.685.038,84	PASSIVO COMPENSADO	18.489.231.657,28	16.474.685.038,84		
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	4.904.472.674,84	5.873.357.813,82	COMPENSAÇOES PASSIVAS DIVERSAS	18.489.231.657,28	16.474.685.038,84		
GARANTIAS DE VALORES	755.411.361,07	499.868.362,32	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	4.904.472.674,84	5.873.357.813,82		
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	1.946.422.857,81	1.471.832.162,28	VALORES EM GARANTIA	755.411.361,07	499.868.362,32		
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	10.806.457.630,96	8.574.744.118,06	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	1.946.422.857,81	1.471.832.162,28		
OUTRAS COMPENSAÇOES	76.467.132,60	54.882.582,36	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	10.806.457.630,96	8.574.744.118,06		
ATIVO	34.421.659.470,75	30.671.968.460,51	COMPENSAÇOES DIVERSAS	76.467.132,60	54.882.582,36		
			PASSIVO	34.421.659.470,75	30.671.968.460,51		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO		UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA		2011		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR				EMISSAO		PAGINA	
				08/02/2012		1	
ATIVO				PASSIVO			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS	2011	2010	
ATIVO FINANCEIRO		1.130.164.533,49	1.408.578.476,69	PASSIVO FINANCEIRO	1.028.492.621,02	1.291.459.442,34	
DISPONIVEL		80.549.686,60	152.412.808,70	DEPOSITOS	23.603.697,90	24.196.777,08	
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL		80.549.686,60	152.412.808,70	CONSIGNACOES	932.882,54	983.729,00	
CREDITOS EM CIRCULACAO		993.890.252,28	1.203.250.741,07	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	11.752.392,38	11.296.905,65	
CREDITOS A RECEBER		99.879.793,53	70.608.114,41	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	10.918.422,98	11.916.142,43	
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO		50.145.885,82	70.501.800,16	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	998.222.152,38	1.222.580.292,20	
RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS		0,00	16.334.727,52	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	27.621.900,68	116.765.033,25	
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP		795.251.799,58	1.021.935.406,95	FORNECEDORES - DO EXERCICIO	22.830.027,87	30.781.239,61	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		1.343.564,42	0,00	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	4.475.036,96	5.690.415,86	
DEPOSITOS REALIZAVEIS A CURTO PRAZO		47.269.208,93	23.870.692,03	CONVENIOS A PAGAR	0,00	65.348.812,66	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		0,86	20.058.974,60	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	1.345,04	4.383,50	
VALORES DIFERIDOS		0,86	20.058.974,60	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	6.342,33	
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO		55.724.593,75	32.855.952,32	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	297.099,44	1.394.708,55	
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS		566.118,30	2.647.382,10	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	18.390,37	915.920,74	
DEPOSITOS A LONGO PRAZO		55.124.220,42	30.174.315,19	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	0,00	9.209,00	
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO		34.255,03	34.255,03	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	1,00	12.614.001,00	
ATIVO NAO FINANCEIRO		5.507.200.356,90	5.109.033.328,77	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	696.628.201,37	765.776.340,67	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		-390.436.624,57	-542.774.261,85	A LIQUIDAR	696.628.201,37	765.776.340,67	
CREDITOS EM CIRCULACAO		-600.920.190,54	-807.715.069,68	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	0,00	3.935,62	
FORNECIMENTOS A RECEBER		61.642.513,78	41.446.021,09	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	273.956.612,91	339.666.203,68	
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS		-26.362.461,02	-16.193.764,61	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	15.437,42	368.778,98	
RECURSOS A RECEBER		31.342.927,77	31.342.927,77	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	6.666.770,74	44.682.373,06	
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC		-795.251.799,58	-1.021.935.406,95	VALORES DIFERIDOS	6.666.770,74	44.682.373,06	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD		-1.343.564,42	0,00	PASSIVO NAO FINANCEIRO	3.549.064.374,79	3.154.560.889,02	
DIVERSOS RESPONSABILIS		28.274,04	64.605,87	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	2.668.706.583,23	1.462.965.918,90	
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		93.939.365,54	105.914.275,36	FORNECEDORES A PAGAR	7.778.021,69	0,00	
RECURSOS VINCULADOS		31.045.749,08	45.565.552,63	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00	
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO		4.681.273,50	6.733.163,94	PESSOAL A PAGAR	9.902.835,33	1.712.311,13	
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS CURTO PRA		-583.613,83	-652.444,78	PROVISOES	2.354.801.038,55	1.493.650.238,32	
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS		-58.885,40	0,00	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-273.956.612,91	-339.666.203,68	
BENS E VALORES EM CIRCULACAO		209.722.134,39	264.940.807,83	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-273.956.612,91	-339.666.203,68	
ESTOQUES		208.889.750,28	264.371.432,84	OPERACOES DE CREDITO	15.184.609,65	50.922.364,82	
TITULOS E VALORES		832.384,11	569.374,99	INTERNAS	15.184.609,65	14.262.525,66	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		761.431,58	1.573.102,52	EXTERNAS	0,00	36.659.839,16	
DESPESAS ANTECIPADAS		761.431,58	1.573.102,52	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	97.276.636,15	166.667.941,61	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		239.163.498,34	346.236.006,87	OUTROS CREDITORES - ENTIDADES E AGENTES	23.406.512,23	23.928.553,86	
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		183.974.959,59	165.081.541,07	OUTROS DEBITOS A PAGAR	1.122.642.834,21	821.078.618,99	
DEPOSITOS COMPULSORIOS		50.629,95	50.025,70	OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	1.585.237,38	3.996.477,93	
RECURSOS VINCULADOS		183.924.329,64	165.031.515,37	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-696.628.201,37	-765.776.340,67	
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		55.188.538,75	181.154.465,80	SUBVENCOES E DOACOES PARA INVESTIMENTO	6.713.672,32	6.451.956,59	
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS		20.144,05	96.017.568,32	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	837.990.328,83	1.687.969.137,46	
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES		33.601.392,02	41.145.927,84	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	837.990.328,83	1.687.969.137,46	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS	EXERCÍCIO	2011	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA	EMISSÃO	08/02/2012	PÁGINA	2
ORÇAO SUPERIOR					

ATIVO		PASSIVO			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		14.756.183,44	13.387.206,93	OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	126.415.963,94
CREDITOS A RECEBER		9.251.175,34	30.939.355,96	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	288.408.985,14
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS		-2.097.777,14	0,00	OBRIGACOES A PAGAR	288.530.317,25
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP		-342.578,96	-335.591,25	SUBVENCOES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS	58.702.714,50
PERMANENTE		5.658.473.483,13	5.303.998.481,23	OUTRAS OPERACOES EXIGIVEIS	75.932.348,00
INVESTIMENTOS		331.570,37	362.834,26	RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS	42.367.462,73
PARTICIPACAO SOCIETARIA		308.199,35	333.661,49	RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS	42.367.462,73
OUTROS INVESTIMENTOS		23.371,02	29.172,77	PASSIVO REAL	4.577.556.995,81
IMOBILIZADO		5.563.514.172,74	5.208.764.681,12	PATRIMONIO LIQUIDO	4.446.020.331,36
BENS MOVEIS E IMOVEIS		6.866.838.570,21	6.389.040.772,95	PATRIMONIO/CAPITAL	2.071.591.474,10
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES		-1.303.324.397,47	-1.180.286.091,83	CAPITAL REALIZADO	6.011.839.757,17
INTANGIVEL		72.970.893,10	69.666.194,05	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	6.011.839.757,17
DIFERIDO		21.656.846,92	25.214.771,80	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	-36.954.876,24
ATIVO REAL		6.637.364.890,39	6.517.611.805,46	RESERVAS	1.325.594.692,08
				RESULTADOS ACUMULADOS	-5.242.420.398,38
				RESULTADO DO EXERCICIO	-442.836.834,82
				RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-4.799.583.563,56
				AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	1.748.719,95
				AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00
				RESULTADO DO PERIODO	0,00
				SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	6.637.364.890,39
				SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-6.637.364.890,39
ATIVO COMPENSADO		5.464.662.349,67	5.677.306.943,77	PASSIVO COMPENSADO	5.464.662.349,67
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS		5.464.662.349,67	5.677.306.943,77	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	5.464.662.349,67
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B		58.428,25	88.612,23	VALORES: TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	58.428,25
GARANTIAS DE VALORES		63.974.200,53	49.800.253,92	VALORES EM GARANTIA	63.974.200,53
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS		1.584.186.325,81	1.915.711.501,21	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	1.584.186.325,81
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS		3.812.307.559,30	3.707.570.740,63	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	3.812.307.559,30
OUTRAS COMPENSACOES		4.135.835,78	4.135.835,78	COMPENSACOES DIVERSAS	4.135.835,78
ATIVO		12.102.027.240,06	12.194.918.749,23	PASSIVO	12.102.027.240,06



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTITULO		UNIAO - FUNDOS		2011		DEZEMBRO	
ORÇAO SUPERIOR				EMI SSAO		PAGINA	
				08/02/2012		1	
ATIVO				PASSIVO			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS	2011	2010	
ATIVO FINANCEIRO		133.824.911.673,16	121.139.289.100,73	PASSIVO FINANCEIRO	29.653.184.018,25	21.727.482.803,64	
DISPONIVEL		75.163.298.803,26	64.967.176.222,12	DEPOSITOS	161.406.665,45	17.742.957,37	
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL		75.029.223.341,21	64.841.189.336,52	CONSIGNACOES	123.405.451,54	48.953,35	
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA		134.075.462,05	125.986.885,60	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	351.394,32	351.394,32	
CREDITOS EM CIRCULACAO		53.784.335.116,01	54.630.524.223,02	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	37.825.714,38	17.342.609,70	
CREDITOS A RECEBER		1.798.955.895,89	12.287.178,01	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	15.567.718.437,86	14.730.433.210,53	
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO		8.295.287.722,45	6.776.258.319,31	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	848.488.460,36	698.732.636,59	
RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS		0,00	2.560.908.448,15	FONECEDORES - DO EXERCICIO	110.455.782,36	47.725.278,38	
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP		10.303.420.009,28	8.425.067.620,86	FONECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	2.924.043,39	4.534.730,41	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		989.428,94	0,00	CONVENIOS A PAGAR	221.059.661,62	384.669.496,43	
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT		33.362.111.215,50	36.839.479.605,13	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR	158.433.941,59	10.939.262,30	
BANCO DO BRASIL S/A		7.983.973.747,18	10.360.471.557,78	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO	232.459.472,68	113.140.539,63	
BANCO DO NORDESTE S/A		622.389.657,19	686.790.871,84	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC. ANTERIORES	8.623.075,53	114.454,83	
BANCO NACIONAL DO DESENV ECONOMICO E SOC		21.046.590.413,96	21.573.636.992,92	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00	
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		2.663.814.615,18	3.144.120.640,60	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	45.613.246,93	31.602.355,17	
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FIN		1.012.896.028,34	1.043.237.357,45	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR	3.396.393,00	3.396.393,00	
BANCO DA AMAZONIA		32.446.753,65	31.222.184,54	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR	313.286,29	112.017,11	
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS		23.570.843,95	16.523.051,56	CONTRATOS DE SUBVENCIAO A PAGAR	26.220.096,97	32.627.239,05	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		4.877.277.753,89	1.541.588.655,59	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	20.560.992,64	67.435.602,13	
VALORES DIFERIDOS		4.877.277.753,89	1.541.588.655,59	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICOMV	18.428.467,36	2.435.268,15	
ATIVO NAO FINANCEIRO		228.345.738.204,54	207.575.711.194,44	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	10.264.116.240,65	10.555.650.796,03	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		5.889.489.826,85	8.012.421.749,37	A LIQUIDAR	10.264.116.240,65	10.555.650.796,03	
CREDITOS EM CIRCULACAO		5.805.893.020,53	7.931.234.419,83	CREDORES DIVERSOS	671.973.047,23	0,00	
FORNECIMENTOS A RECEBER		134.099.199,53	124.854.178,57	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	315.038,64	210.913,78	
DIVERSOS RESPONSAIS		-10.303.420.009,26	-8.425.067.620,86	RECURSOS ESPECIAIS A LIB P/TRANSFERENCIA	666.906.095,44	309.504.527,61	
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD		-989.428,94	0,00	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	3.094.936.883,63	3.149.832.559,34	
CREDITOS ADMINISTRATIVOS		315.676,61	22.505,25	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR	20.982.671,91	16.501.777,18	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		1.187.483.224,47	833.771.172,32	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	13.923.733.244,83	6.978.964.463,94	
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		1.232.682.188,46	1.497.719.477,18	RESTITUICOES E COMPENSACOES	0,00	-721,49	
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO		1.719.067.467,39	1.490.968.329,89	VALORES DIFERIDOS	13.923.656.338,81	6.978.888.279,41	
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS CURTO PRA		-136.197.359,72	-189.950.568,06	OUTROS VALORES PENDENTES	76.906,02	76.906,02	
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS		-1.973.869.039,93	-2.384.163.550,64	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO	325.670,11	342.171,80	
BENS E VALORES EM CIRCULACAO		83.558.776,87	81.187.329,54	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	325.670,11	342.171,80	
ESTOQUES		81.988.767,33	80.733.905,84	PASSIVO NAO FINANCEIRO	79.991.855.814,90	79.056.972.232,07	
TITULOS E VALORES		305.076,56	534,45	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	46.636.037.983,93	46.400.905.801,28	
MATERIAIS EM TRANSITO		1.264.932,98	452.889,25	FONECEDORES A PAGAR	409.449.640,96	594.223.877,90	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		38.029,45	32.112,85	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00	
DESPESAS ANTECIPADAS		38.029,45	32.112,85	PROVISOES	801.986.207,14	714.287.342,75	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		216.455.233.728,14	192.506.167.238,17	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-3.094.936.883,64	-3.149.832.559,34	
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		38.698,39	32.094,77	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-3.094.936.883,64	-3.149.832.559,34	
RECURSOS VINCULADOS		38.698,39	32.094,77	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	65.999.743,32	65.757.483,12	
				OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	0,00	778,88	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	UNIAO - FUNDOS	2011	DEZEMBRO
ORÇAO SUPERIOR		EMISSAO	PAGINA
		08/02/2012	2

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS		TÍTULOS	
	2011		2010
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	216.455.195.029,75	OUTROS DEBITOS A PAGAR	162.252.130,58
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	435.125.260,20	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-10.264.116.240,65
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	746.710,48	RESIDUOS DE CONTRATOS LIQUIDADOS - FCVS	58.555.403.386,22
EMPRESIMOS E FINANCIAMENTOS	197.670.995.007,21	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	31.758.829.909,61
CREDITOS A RECEBER	4.065.947.950,43	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	31.758.829.909,61
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-946.891.293,88	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	7.652.975.310,26
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-316.807.363,15	OBRIGACOES A PAGAR	1.997.478,72
INVESTIMENTOS	15.545.818.663,69	DIVERSAS PROVISOES	24.103.857.120,63
DIVIDA ATIVA (LP)	260.094,77	RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS	1.596.987.921,36
PERMANENTE	6.001.014.649,55	RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS	1.596.987.921,36
INVESTIMENTOS	5.283.010.518,85	PASSIVO REAL	109.645.039.833,15
PARTICIPACAO SOCIETARIA	4.765.383.590,51	PATRIMONIO LIQUIDO	252.525.610.044,55
OUTROS INVESTIMENTOS	517.626.928,34	PATRIMONIO/CAPITAL	2.930.597.998,52
IMOBILIZADO	717.214.165,67	PATRIMONIO	0,00
BENS MOVEIS E IMOVEIS	719.668.044,82	CAPITAL REALIZADO	2.930.597.998,52
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-2.453.879,15	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	3.707.482.559,71
INTANGIVEL	789.965,03	COTAS EM TESOUREARIA	-776.884.561,19
ATIVO REAL	362.170.649.877,70	RESERVAS	15.762.337,33
		RESULTADOS ACUMULADOS	249.579.305.781,55
		RESULTADO DO EXERCICIO	24.744.380.595,36
		RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	224.834.925.186,19
		AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00
		RESULTADO DO PERIODO	0,00
		SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	362.170.649.877,70
		SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-362.170.649.877,70
ATIVO COMPENSADO	221.128.967.372,05	PASSIVO COMPENSADO	221.128.967.372,05
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	221.128.967.372,05	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	232.852.445.749,37
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	98.707.618.266,15	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	98.707.618.266,15
GARANTIAS DE VALORES	19.370.462.419,86	VALORES EM GARANTIA	19.370.462.419,86
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	17.251.550.052,19	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	17.251.550.052,19
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	6.373.022.578,12	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	6.373.022.578,12
OUTRAS COMPENSACOES	79.426.314.055,73	COMPENSACOES DIVERSAS	79.426.314.055,73
ATIVO	583.299.617.249,75	PASSIVO	583.299.617.249,75
			561.567.446.044,54



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO	UNIAO - INDIRÉTA(EXCETO FUNDOS)			2011	2011	DEZEMBRO	PÁGINA
ORÇAO SUPERIOR				08/02/2012			1
ATIVO		PASSIVO					
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS		2011	2010
ATIVO FINANCEIRO		88.736.953.632,38	86.553.700.324,45	PASSIVO FINANCEIRO		75.322.589.391,81	78.648.004.204,31
DISPONÍVEL		9.356.247.628,93	7.653.962.949,38	DEPÓSITOS		4.251.464.133,80	3.763.358.562,08
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL		9.168.534.630,42	7.585.147.564,99	CONSIGNAÇÕES		15.128.211,44	22.908.983,55
DISPONÍVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA		187.712.998,51	68.815.384,39	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		271.310.546,92	280.410.523,14
CREDITOS EM CIRCULACAO		75.976.148.761,29	75.557.357.664,27	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		3.965.025.375,44	3.460.039.055,39
CREDITOS A RECEBER		3.926.766.008,71	381.337.739,84	OBRIGACOES EM CIRCULACAO		66.332.188.704,19	57.963.760.493,95
LIMITE DE SAQUE C/VINC DE PAGAMENTO		15.278.363.405,00	8.336.261.907,46	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		19.014.543.119,09	20.009.674.664,26
RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS		0,00	0,00	FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO		761.417.309,61	1.332.827.815,85
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP		54.526.190.429,21	61.824.112.192,79	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES		212.906.134,82	502.389.376,57
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		66.304.843,05	0,00	CONVENIOS A PAGAR		1.117.728.936,59	2.415.217.507,92
LIMITE DE SAQUE BACEN		671.111.728,23	303.583.943,64	COMPENSAÇAO PREVIDENCIARIA		8.699.274,78	108.969.898,82
RECURSOS DA UNIAO		282.964.077,33	94.149.612,87	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCÍCIO		201.978.521,42	272.491.888,18
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO		1.224.448.269,76	1.200.282.969,92	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC. ANTERIORES		1.004.015,71	10.221.243,21
VALORES EM TRANSITO REALIZÁVEIS		0,00	1.115,00	PRECATÓRIOS		5.424.321,79	5.424.321,79
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		3.320.580.608,59	3.281.244.510,73	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		4.372.821,01	14.816.333,49
VALORES DIFERIDOS		3.320.580.608,59	3.281.244.510,73	PROVISÕES DIVERSAS		1.708.752,39	1.331.902,48
ATIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO		83.976.633,57	61.135.200,07	OBRIGACOES TRIBUTARIAS		6.069.518,46	1.612.421,18
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS		566.735,83	2.647.999,63	BENEFÍCIOS DIVERSOS A PAGAR		13.522.927.671,34	12.808.568.422,92
DEPÓSITOS A LONGO PRAZO		82.573.669,78	57.650.972,48	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR		1.034.486.728,06	443.962.146,29
CREDITOS A RECEBER LONGO PRAZO		836.227,96	836.227,96	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR		0,00	464,88
ATIVO NAO FINANCEIRO		67.661.565.553,85	45.530.797.838,44	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR		1.780.434.763,15	1.887.431.588,97
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		-34.032.810.238,20	-42.281.399.457,20	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR		355.384.349,96	204.409.331,71
CREDITOS EM CIRCULACAO		-41.566.416.793,79	-50.001.552.173,42	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS		34.305.184.186,77	28.209.486.653,70
FORNECIMENTOS A RECEBER		607.710.178,33	564.514.832,34	A LIQUIDAR		34.305.184.186,77	28.209.486.653,70
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS		-29.612.652,68	-19.873.410,02	CREDORES DIVERSOS		70.163.546,59	117.053.280,30
RECURSOS A RECEBER		31.342.927,77	85.992.154,01	VALORES EM TRANSITO EXIGÍVEIS		1.779.564,70	1.631.337,24
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC		-54.526.190.429,20	-61.824.112.192,79	RECURSOS ESPECIAIS A LIB P/TRANSFERENCIA		797.608.326,98	753.035.625,69
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD		-66.304.843,05	0,00	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP		12.054.982.669,82	8.780.119.436,90
CREDITOS PARCELADOS		78.756.296,30	99.861.105,61	RECURSOS DA PREVIDENCIA SOCIAL		85.332.724,75	90.773.454,99
CREDITOS ADMINISTRATIVOS		657.631.191,99	333.114.444,17	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR		2.594.565,49	1.986.040,87
DIVERSOS RESPONSABILIS		5.103.996.603,46	4.461.890.699,37	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		4.737.811.820,22	16.919.733.516,27
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		114.752.415,25	108.704.371,03	RESTITUICOES E COMPENSAÇÕES		0,00	-9.501,10
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		5.861.142.251,23	5.662.506.745,10	VALORES DIFERIDOS		4.552.256.457,70	16.790.714.229,87
RECURSOS VINCULADOS		51.273.356,47	56.892.568,01	RECEITAS REALIZÁVEIS NO EXERCÍCIO SEQUINTE		185.554.842,89	129.028.267,87
PROVISAO PARA CREDITOS TRIBUTARIOS PRESC		-1.578.282,32	-1.578.282,32	OUTROS VALORES PENDENTES		519,63	519,63
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER		41.728.813,80	0,00	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO		1.124.733,60	1.151.632,01
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO		554.553.074,35	471.187.236,85	DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO		1.124.733,60	1.151.632,01
PROVISAO PARA PERDAS PROVÁVEIS CURTO PRA		-583.613,83	-652.444,78	PASSIVO NAO FINANCEIRO		-9.132.416.099,96	-719.486.825,87
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS		-45.034.081,66	0,00	OBRIGACOES EM CIRCULACAO		-37.308.829.345,10	-26.868.036.416,15
BENS E VALORES EM CIRCULACAO		7.512.401.576,57	7.720.152.716,22	FORNECEDORES A PAGAR		90.113.843,88	127.968.746,52
ESTOQUES		5.278.575.190,17	5.904.982.395,57	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		853.466,78	0,00
TÍTULOS E VALORES		1.359.492.270,76	1.416.699.439,92	PESSOAL A PAGAR		9.902.835,33	1.712.311,13



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)		EMISSAO 08/02/2012		PAGINA 2	
ORGAO SUPERIOR							
ATIVO				PASSIVO			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS	2011	2010	
MATERIAIS EM TRANSITO		878.988.581,98	403.098.918,52	PROVISÕES	2.933.399.964,84	2.060.773.917,37	
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS		-4.654.526,34	-4.628.037,79	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-12.054.982.669,84	-8.780.119.436,90	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		21.205.039,02	26.166.188,43	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-12.054.982.669,84	-8.780.119.436,90	
DESPESAS ANTECIPADAS		5.579.196,14	5.049.041,47	OPERACOES DE CREDITO	237.896.455,22	261.659.677,91	
CUSTOS A APROPRIAR		3.808.283,72	4.911.134,64	INTERNAS	231.799.038,91	221.999.107,36	
CREDITOS INSCRITOS EM DIVIDA ATIVA		11.817.559,16	16.206.012,32	EXTERNAS	6.106.416,31	39.660.570,55	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		25.286.558.819,92	23.572.283.372,84	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS	128.493.636,49	205.301.406,71	
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		405.612.821,35	369.826.980,22	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	659.426.188,92	591.720.554,97	
DEPOSITOS COMPULSORIOS		2.243.274,66	2.103.015,67	OUTROS DEBITOS A PAGAR	1.190.199.266,95	844.356.897,15	
RECURSOS VINCULADOS		403.369.546,69	367.723.964,55	OBRRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	1.673.378,94	3.996.477,93	
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		24.880.945.998,57	23.202.456.392,62	PRECATORIOS A PAGAR (ANTERIORES 05/05/2000	503.755,27	654.866,05	
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS		502.691.991,39	6.666.383.162,44	PRECATORIOS A PAGAR (A PARTIR 05/05/2000)	1.488.099,92	1.488.099,92	
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES		147.067.767,53	139.013.327,02	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-34.305.184.186,77	-28.209.486.653,70	
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		9.141.926.249,48	7.165.693.801,18	OPERACOES ESPECIAIS	3.790.672.956,65	4.548.342.382,92	
CREDITOS A RECEBER		9.384.239.129,30	9.259.277.599,52	SUBVENCÕES E DOACOES PARA INVESTIMENTO	6.713.672,32	6.455.863,27	
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS		-23.778.087,68	-15.742.496,85	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	0.00	1.467.138.472,60	
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDADOSOS - LP		-5.675.714,73	-12.169.000,69	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	28.111.800.382,90	26.135.088.052,48	
DIVIDA ATIVA (LP)		7.957.604.076,44	0.00	OBRRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	28.111.800.382,90	26.135.088.052,48	
PROVISAO PARA DIVIDA ATIVA (LP)		-2.224.033.976,70	0.00	OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	26.601.493.247,55	23.893.343.054,25	
CREDITO TRIBUTARIO A RECEBER (LP)		904.563,54	0.00	OPERACOES DE CREDITO - EXTERNA	67.380.613,51	57.102.213,66	
PERMANENTE		76.407.816.972,13	64.213.747.734,37	OBRRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	422.746.253,08	1.193.861.492,62	
INVESTIMENTOS		486.557.722,41	267.017.510,77	OBRRIGACOES A PAGAR	614.922.228,15	804.441.476,83	
PARTICIPACAO SOCIETARIA		432.631.645,74	213.041.144,54	SUBVENCÕES E DOACOES P/ INVESTIMENTOS	105.745.176,79	61.836.705,98	
PARTIPACOES EM FUNDOS E CONDOMINIOS		59.962,45	59.962,45	OUTRAS OPERACOES EXIGIVEIS	299.512.863,82	124.503.109,14	
OUTROS INVESTIMENTOS		53.952.712,10	54.003.001,66	RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS	64.612.862,24	13.461.537,80	
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS		-86.597,88	-86.597,88	RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS	68.853.119,78	14.645.379,51	
IMOBILIZADO		75.696.934.045,70	63.781.187.162,00	CUSTOS OU DESP CORRESPONDENTES AS RECEITAS	-4.240.257,54	-1.183.841,71	
BENS MOVEIS E IMOVEIS		79.046.545.009,41	66.466.340.684,35	PASSIVO REAL	66.190.173.291,85	77.928.517.378,44	
TITULOS E VALORES		9.073.271,70	9.073.271,70	PATRIMONIO LIQUIDO	90.208.345.894,38	54.155.980.784,45	
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES		-3.358.684.235,41	-2.694.226.794,05	PATRIMONIO/CAPITAL	13.669.055.352,40	55.142.534.291,83	
INTANGIVEL		201.746.646,27	139.232.806,92	PATRIMONIO	0.00	44.125.604.350,62	
DIFERIDO		22.578.557,75	26.310.254,68	CAPITAL REALIZADO	13.669.055.352,40	11.016.929.941,21	
ATIVO REAL		156.398.519.186,23	132.084.498.162,89	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	13.669.055.352,40	11.045.205.118,02	
				CAPITAL A REALIZAR	0.00	-28.275.176,81	
				AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	-692.393.309,18	0.00	
				RESERVAS	5.418.513.475,90	4.844.621.366,59	
				RESULTADOS ACUMULADOS	71.793.179.089,68	-5.832.923.593,92	
				RESULTADO DO EXERCICIO	33.388.951.654,24	0.00	
				RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	38.404.227.435,44	0.00	
				AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL	19.991.285,58	1.748.719,95	
				AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0.00	0.00	
				RESULTADO DO PERIODO	0.00	0.00	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	UNIÃO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)		2011	DEZEMBRO
ÓRGÃO SUPERIOR			EMISSÃO	PÁGINA
			08/02/2012	3

		ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS	2010
ATIVO COMPENSADO	COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	186.260.277.316,46	216.481.595.619,32	SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	156.398.519.186,23
	RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	186.260.277.316,46	216.481.595.619,32	SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-156.398.519.186,23
	GARANTIAS DE VALORES	8.962.494.545,89	9.639.518.491,74	PASSIVO COMPENSADO	186.260.277.316,46
	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	24.783.179.356,22	21.318.015.280,17	COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	186.260.277.316,46
	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	77.083.031.310,31	115.754.462.364,29	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	8.962.494.545,89
	OUTRAS COMPENSAÇÕES	73.285.867.357,60	68.299.307.607,85	VALORES EM GARANTIA	24.783.179.356,22
ATIVO		342.658.796.502,69	348.566.093.782,21	DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONVENIADOS	77.083.031.310,31
				DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	73.285.867.357,60
				COMPENSAÇÕES DIVERSAS	2.145.704.746,44
				PASSIVO	342.658.796.502,69
					348.566.093.782,21


MINISTÉRIO DA FAZENDA
 SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTITULO		UNIAO - FUNDOS(DIRETA)		2011		DEZEMBRO	
ORÇAO SUPERIOR				EMI SSAO 08/02/2012		PAGINA 1	
ATIVO				PASSIVO			
TITULOS		2011	2010	TITULOS		2011	2010
ATIVO FINANCEIRO		125.724.998.726,28	114.226.207.276,94	PASSIVO FINANCEIRO		21.712.770.588,55	15.083.066.605,42
DISPONIVEL		75.107.962.656,56	64.614.042.216,15	DEPOSITOS		161.406.665,45	17.742.957,37
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL		74.973.887.194,51	64.488.055.330,55	CONSIGNACOES		123.405.451,54	48.953,35
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA		134.075.462,05	125.986.885,60	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL		175.499,53	351.394,32
CREDITOS EM CIRCULACAO		45.738.858.315,83	48.070.576.405,20	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS		37.825.714,38	17.342.609,70
CREDITOS A RECEBER		116.179.965,70	12.287.178,01	OBRIGACOES EM CIRCULACAO		10.302.849.694,84	10.950.624.953,70
LIMITE DE SAQUE C/VINC. DE PAGAMENTO		4.999.968.423,48	3.995.341.508,01	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		848.405.876,90	698.732.636,59
RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS		0,00	25.671.362,69	FORNECEDORES - DO EXERCICIO		110.455.782,36	47.725.278,38
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP		7.236.038.438,26	7.181.273.699,80	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES		2.924.043,39	4.534.730,41
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER		989.428,94	0,00	CONVENIOS A PAGAR		221.059.661,62	384.669.496,43
DEPOSITOS ESPECIAIS DO FAT		33.362.111.215,50	36.839.479.605,13	CONTRATO DE PROGRAMA DE REPASSE A PAGAR		158.433.941,59	10.939.262,30
BANCO DO BRASIL S/A		7.983.973.747,18	10.360.471.557,78	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCICIO		232.459.472,68	113.140.539,63
BANCO DO NORDESTE S/A		622.389.657,19	686.790.871,84	PESSOAL A PAGAR - DE EXERC. ANTERIORES		8.623.075,53	114.454,83
BANCO NACIONAL DO DESENV ECONOMICO E SOC		21.046.590.413,96	21.573.636.992,92	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		0,00	0,00
CAIXA ECONOMICA FEDERAL		2.663.814.615,18	3.144.120.640,60	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR		45.530.663,47	31.602.355,17
FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FIN		1.012.896.028,34	1.043.237.357,45	TERMOS DE PARCERIA A PAGAR		3.396.393,00	3.396.393,00
BANCO DA AMAZONIA		32.446.753,65	31.222.184,54	TERMO DE COMPROMISSO A PAGAR		313.286,29	112.017,11
VALORES EM TRANSITO REALIZAVEIS		23.570.843,95	16.523.051,56	CONTRATOS DE SUBVENCÃO A PAGAR		26.220.096,97	32.627.239,05
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		4.877.277.753,89	1.541.588.655,59	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR		20.560.992,64	67.435.602,13
VALORES DIFERIDOS		4.877.277.753,89	1.541.588.655,59	CONTRATO DE REPASSE A PAGAR - SICOMV		18.428.467,36	2.435.268,15
ATIVO NAO FINANCEIRO		226.865.862.726,05	206.077.159.215,04	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS		5.647.600.291,32	6.775.842.539,20
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		8.916.364.583,49	9.221.380.533,61	A LIQUIDAR		5.647.600.291,32	6.775.842.539,20
CREDITOS EM CIRCULACAO		8.832.767.777,17	9.140.193.204,07	CREDORES DIVERSOS		23.702.837,00	0,00
FORNECIMENTOS A RECEBER		134.099.199,53	124.854.178,57	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS		315.038,64	210.913,78
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC		-7.236.038.438,24	-7.181.273.699,80	RECURSOS ESPECIAIS A LIB P/TRANSFERENCIA		666.906.095,44	309.504.527,61
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER - RETIFICAD		-989.428,94	0,00	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP		3.094.936.883,63	3.149.832.559,34
CREDITOS ADMINISTRATIVOS		315.676,61	22.505,25	OUTRAS OBRIGACOES A PAGAR		20.982.671,91	16.501.777,18
DIVERSOS RESPONSAVEIS		1.187.483.224,47	833.771.172,32	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		11.248.188.528,15	4.114.356.522,55
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		13.903.483.346,22	14.948.245.359,36	RESTITUICOES E COMPENSAÇOES		0,00	-721,49
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		1.232.682.188,46	1.497.719.477,18	VALORES DIFERIDOS		11.248.111.622,13	4.114.280.338,02
OUTROS CREDITOS EM CIRCULACAO		1.719.067.467,39	1.490.968.329,89	OUTROS VALORES PENDENTES		76.906,02	76.906,02
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS CURTO PRA		-136.197.359,72	-189.950.568,06	PASSIVO FINANCEIRO A LONGO PRAZO		325.670,11	342.171,80
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS		-1.971.138.098,61	-2.384.163.550,64	DEPOSITOS EXIGIVEIS A LONGO PRAZO		325.670,11	342.171,80
BENS E VALORES EM CIRCULACAO		87.558.776,87	81.187.329,54	PASSIVO NAO FINANCEIRO		84.608.371.764,23	82.836.780.488,90
ESTOQUES		81.988.767,33	80.733.905,84	OBRIGACOES EM CIRCULACAO		51.252.553.933,26	50.180.714.058,11
TITULOS E VALORES		305.076,56	534,45	FORNECEDORES A PAGAR		409.449.640,96	594.223.877,90
MATERIAS EM TRANSITO		1.264.932,98	452.889,25	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER		0,00	0,00
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO		38.029,45	32.112,85	PROVISOES		801.986.207,14	714.287.342,75
DESPESAS ANTECIPADAS		38.029,45	32.112,85	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR		-3.094.936.883,64	-3.149.832.559,34
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		211.948.483.493,01	189.798.656.474,53	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC		-3.094.936.883,64	-3.149.832.559,34
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		38.698,39	32.094,77	ADIANTAMENTOS DIVERSOS RECEBIDOS		65.999.743,32	65.757.483,12
RECURSOS VINCULADOS		38.698,39	32.094,77	OUTROS CREDORES - ENTIDADES E AGENTES		0,00	778,88



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)	2011	DEZEMBRO
ORÇAO SUPERIOR		EMISSAO	PAGINA
		08/02/2012	2

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS	2011	TÍTULOS	2010
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	211.948.444.794,62	OUTROS DEBITOS A PAGAR	162.252.130,58
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	435.125.260,20	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-5.647.600.291,32
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	746.710,48	RESIDUOS DE CONTRATOS LIQUIDADOS - FCVS	58.555.403.386,22
EMPRESIMOS E FINANCIAMENTOS	193.164.504.866,85	EXIGIVEL A LONGO PRAZO	31.758.829.909,61
CREDITOS A RECEBER	4.065.947.950,43	OBRIGACOES EXIGIVEIS A LONGO PRAZO	31.758.829.909,61
PROVISAO PARA PERDAS PROVAVEIS	-946.891.293,88	OBRIGACOES LEGAIS E TRIBUTARIAS	7.652.975.310,26
PROVISAO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS - LP	-316.807.363,15	OBRIGACOES A PAGAR	1.997.478,72
INVESTIMENTOS	15.545.818.663,69	DIVERSAS PROVISOES	24.103.857.120,63
PERMANENTE	6.001.014.649,55	RESULTADO DE EXERCICIOS FUTUROS	1.596.987.921,36
INVESTIMENTOS	5.283.010.518,85	RECEITAS DE EXERCICIOS FUTUROS	1.596.987.921,36
PARTICIPACAO SOCIETARIA	4.765.383.590,51	PASSIVO REAL	106.321.142.322,78
OUTROS INVESTIMENTOS	517.626.928,34	PATRIMONIO LIQUIDO	246.268.819.129,55
IMOBILIZADO	717.214.165,67	PATRIMONIO/CAPITAL	2.930.597.998,52
BENS MOVEIS E IMOVEIS	719.668.044,82	PATRIMONIO	0,00
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-2.453.879,15	CAPITAL REALIZADO	2.930.597.998,52
INTANGIVEL	789.965,03	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	3.707.482.559,71
ATIVO REAL	352.589.961.452,33	COTAS EM TESOUREARIA	-776.884.561,19
		AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	-56.072,85
		RESERVAS	15.762.337,33
		RESULTADOS ACUMULADOS	243.322.514.866,55
		RESULTADO DO EXERCICIO	23.871.083.004,55
		RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	219.451.431.862,00
		AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	0,00
		RESULTADO DO PERIODO	0,00
		SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	352.589.961.452,33
		SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-352.589.961.452,33
ATIVO COMPENSADO	221.128.967.372,05	PASSIVO COMPENSADO	221.128.967.372,05
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	221.128.967.372,05	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	221.128.967.372,05
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	98.707.618.266,15	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	98.707.618.266,15
GARANTIAS DE VALORES	19.370.462.419,86	VALORES EM GARANTIA	19.370.462.419,86
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	17.251.550.052,19	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	17.251.550.052,19
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	6.373.022.578,12	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	6.373.022.578,12
OUTRAS COMPENSACOES	79.426.314.055,73	COMPENSACOES DIVERSAS	79.426.314.055,73
ATIVO	573.718.928.824,38	PASSIVO	573.718.928.824,38



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - OFSS	EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)	2011	DEZEMBRO
ORÇAO SUPERIOR		EMISSAO	PAGINA
		08/02/2012	1

ATIVO		PASSIVO	
TÍTULOS		TÍTULOS	
ATIVO FINANCEIRO		PASSIVO FINANCEIRO	
DISPONIVEL	8.100.812.946,88	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	7.940.413.459,70
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	55.336.146,70	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	5.264.868.743,02
CREDITOS EM CIRCULACAO	55.336.146,70	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	82.583,46
CREDITOS A RECEBER	8.045.476.800,18	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	0,00
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	1.682.775.930,19	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	82.583,46
RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS	3.295.319.298,97	A LIQUIDAR	4.616.515.949,33
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	0,00	CREDITORES DIVERSOS	4.616.515.949,33
ATIVO NAO FINANCEIRO	3.067.381.571,02	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	648.270.210,23
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	1.479.875.478,49	VALORES DIFERIDOS	2.675.544.716,68
CREDITOS EM CIRCULACAO	-3.026.874.756,64	PASSIVO NAO FINANCEIRO	2.675.544.716,68
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-3.026.874.756,64	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-4.616.515.949,33
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	-3.067.381.571,02	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	-4.616.515.949,33
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	43.237.755,70	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	0,00
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	-2.730.941,32	PASSIVO REAL	-4.616.515.949,33
CREDITOS DA UNIAO, ESTADOS E MUNICIPIOS	4.506.750.235,13	PATRIMONIO LIQUIDO	3.323.897.510,37
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	4.506.750.235,13	PATRIMONIO O/CAPITAL	2.864.607.941,39
DIVIDA ATIVA (LP)	4.506.490.140,36	PATRIMONIO	6.256.790.915,00
ATIVO REAL	260.094,77	RESULTADOS ACUMULADOS	0,00
	9.580.688.425,37	RESULTADO DO EXERCICIO	6.256.790.915,00
		RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	873.297.590,81
		AJUSTES DO PATRIMONIO/CAPITAL	5.383.493.324,19
		RESULTADO DO PERIODO	0,00
		SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	9.580.688.425,37
		SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-9.580.688.425,37
ATIVO	9.580.688.425,37	PASSIVO	9.580.688.425,37
			8.411.633.803,19
			8.411.633.803,19



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		UNIAO - ADM. DIRETA		EMI SSAO 08/02/2012		PÁGINA 1	
ORÇAO SUPERIOR							
VARIÁVEIS ATIVAS				VARIÁVEIS PASSIVAS			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS		2011	2010
ORÇAMENTARIAS		4.893.167.822.864.47	5.278.847.099.950.75	ORÇAMENTARIAS		4.971.941.702.246.28	5.365.642.302.971.62
RECEITAS CORRENTES		757.495.934.597.81	661.119.886.622.81	DESPESAS CORRENTES		552.718.847.349.64	490.194.646.816.74
RECEITA TRIBUTARIA		391.572.284.877.27	291.572.284.877.27	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		125.778.481.806.04	116.683.806.102.28
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		281.775.459.216.48	248.120.201.086.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		131.114.378.907.09	122.410.633.626.87
RECEITA PATRIMONIAL		48.537.654.154.46	51.556.204.681.13	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		286.733.824.317.33	242.827.883.916.69
RECEITA AGROPECUARIA		523.427.41	534.199.78	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO		9.092.162.319.18	8.272.323.170.90
RECEITA DE SERVIÇOS		37.035.290.685.46	30.468.661.293.14	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		8.858.431.431.64	8.052.303.739.14
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES		302.189.282.03	110.442.661.69	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		233.730.887.54	220.019.431.76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		29.241.691.285.43	26.982.432.245.28	DESPESAS DE CAPITAL		603.449.906.204.30	546.848.455.535.26
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO		13.350.925.088.97	12.309.125.578.52	INVESTIMENTOS		21.094.910.548.47	26.920.192.428.07
RECEITA TRIBUTARIA		3.420.080.79	658.641.55	INVERSOES FINANCEIRAS		4.545.503.362.90	5.335.721.187.94
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		13.279.316.900.01	12.271.268.436.85	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA		577.287.703.813.45	514.002.620.384.90
RECEITA PATRIMONIAL		4.138.396.59	1.873.141.49	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO		521.788.479.48	589.921.534.35
RECEITA INDUSTRIAL		1.696.41	0.00	INVESTIMENTOS		44.358.509.00	52.454.455.63
RECEITA DE SERVIÇOS		22.889.690.42	26.387.157.10	INVERSOES FINANCEIRAS		477.429.970.48	537.467.078.72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		41.158.324.75	8.938.201.53	INTERFERENCIAS PASSIVAS		3.175.281.338.614.91	3.765.360.271.651.02
RECEITAS DE CAPITAL		665.652.174.705.94	577.365.908.252.66	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		3.170.453.953.870.69	3.753.126.150.313.39
OPERACOES DE CREDITO		566.508.617.064.56	501.956.423.701.54	COTA CONCEDIDA		1.547.177.834.948.09	1.414.515.906.998.22
ALIENACAO DE BENS		1.789.765.399.14	657.457.008.61	REPASSE CONCEDIDO		521.499.507.472.72	480.896.116.886.65
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO		37.014.318.419.89	22.229.627.215.43	SUB-REPASSE CONCEDIDO		969.351.291.186.53	900.767.696.033.69
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		37.981.295.86	30.571.439.50	VALORES DIFERIDOS - BAIXA		86.745.483.272.10	348.362.230.449.75
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		58.850.856.181.35	52.180.077.827.46	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		45.679.836.991.25	608.584.199.945.08
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO		1.450.636.345.14	311.751.060.12	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS		4.827.384.744.22	12.234.121.337.63
OPERACOES DE CREDITO		1.450.636.345.14	311.751.060.12	MUTACOES PASSIVAS		640.491.610.077.43	563.238.928.968.60
DEDUÇÕES DA RECEITA		-29.859.470.802.34	-21.150.817.056.20	DESINCORPORACOES DE ATIVOS		74.099.852.620.47	59.663.349.729.33
INTERFERENCIAS ATIVAS		2.710.899.993.077.76	3.359.934.453.635.59	ALIENACAO DE BENS		16.362.829.57	9.194.132.18
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		2.706.072.608.333.54	3.347.700.332.297.96	LIQUIDACAO DE CREDITOS		74.083.489.790.90	59.654.155.597.15
COTA RECEBIDA		1.547.177.834.948.09	1.414.515.906.998.22	INCORPORACOES DE PASSIVOS		566.391.757.456.96	503.575.579.239.27
REPASSE RECEBIDO		65.079.395.051.90	62.873.038.938.95	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO		6.624.092.842.607.75	5.283.497.222.033.21
SUB-REPASSE RECEBIDO		969.351.291.186.53	900.767.696.033.69	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS		1.696.394.436.19	1.737.501.361.79
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		68.506.195.721.74	342.012.721.039.08	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS		1.696.394.436.19	1.737.501.361.79
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		55.957.891.425.28	627.530.969.288.02	INTERFERENCIAS PASSIVAS		1.683.513.444.966.43	1.435.550.001.767.08
CORRESPONDENCIA DE DEBITOS		4.827.384.744.22	12.234.121.337.63	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO		9.673.324.425.78	7.873.551.140.14
MUTACOES ATIVAS		788.979.191.285.30	701.577.668.495.89	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		86.741.497.622.16	73.503.598.314.95
INCORPORACOES DE ATIVOS		33.891.011.726.74	25.261.210.778.21	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO		1.587.098.622.918.49	1.354.172.852.311.99
AQUISICOES DE BENS		13.357.564.984.74	11.513.124.074.61	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS		4.938.883.003.205.13	3.846.209.718.904.34
INCORPORACAO DE CREDITOS		20.530.713.971.83	13.746.356.376.03	DESINCORPORACOES DE ATIVOS		3.409.679.477.161.46	1.572.691.936.438.92
CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - INCORPORACAO		2.116.00	5.590.00	BAIXA DE BENS IMOVEIS		10.506.076.945.90	6.470.603.324.45
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS		1.724.737.57	1.724.737.57	BAIXA DE BENS MOVEIS		13.488.078.259.90	13.934.466.238.89
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		755.088.179.558.56	676.316.457.717.68	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS		21.878.572.21	16.250.00
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO		6.937.373.480.716.87	5.254.931.127.707.16	BAIXA DE TITULOS E VALORES		9.723.754.231.26	9.162.730.258.22
OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS		1.955.124.795.420.75	1.672.718.177.577.67	OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS		1.026.094.445.42	1.397.043.032.28



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO	UNIAO - ADM. DIRETA	2011	2010	2011	2010	DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR				08/02/2012		PAGINA	2
		VARIACOES PASSIVAS					
		TÍTULOS					
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	10.097.152.342,66	8.229.004.037,50	3.362.661.106.785,42	1.491.034.679.953,37			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	327.559.708.873,28	285.692.676.820,38	12.252.487.921,35	50.692.397.381,71			
MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO	1.617.467.934.204,81	1.378.796.496.719,79	69.970.741.052,47	68.117.968.258,38			
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	4.982.248.685.296,12	3.582.212.950.129,49	3.431.975.970,62	3.887.147.118,55			
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	3.109.070.136.780,31	2.520.837.765.748,31	234.642.205,11	669.677.646,92			
INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	23.185.282.040,66	9.063.009.077,06	65.373.459.605,45	63.570.717.406,74			
INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	8.670.586.046,23	11.106.897.435,73	86.829.430,97	0,00			
INCORPORAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	71.613.666,86	6.108.742,93	843.833.840,32	290.426.086,17			
INCORPORAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	10.609.325.738,34	58.092.435.309,48	541.151.785.962,49	1.700.420.696.906,89			
INCORPORAÇÃO DE DISPONIBILIDADES	64.699.647,91	2.316.332.863,72	367.757.324.174,32	354.637.450.396,29			
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	3.066.467.004.350,68	2.440.251.936.543,01	5.853.470.881,93	21.319.636.805,02			
INCORPORAÇÃO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	1.625.289,63	1.030.680,38	544.470.203.972,46	129.022.030.098,84			
DIFERIDO	0,00	15.096,00	543.165.833.094,79	112.492.549.845,65			
AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	236.056.864.516,96	134.655.400.102,02	1.304.370.877,67	16.529.480.253,19			
REAVALIAÇÕES DE BENS	10.448.990.047,75	7.508.893.345,74	234.506.758.727,31	0,00			
REAVALIAÇÕES DE TÍTULOS E VALORES	3.449.563.102,95	3.502.589.627,92	234.506.758.727,31	0,00			
AJUSTES DE CRÉDITOS	221.279.280.819,03	123.188.734.647,94					
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITO	879.030.547,23	455.182.480,42					
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	983.074.608.025,57	680.414.153.496,76					
AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	67.054.183.543,27	105.115.329.922,29					
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	45.133.215.789,77	17.374.126.699,77					
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	541.859.676.640,24	123.816.174.160,34					
AJUSTES FINANCEIROS	541.844.933.160,29	111.961.634.599,52					
AJUSTES NÃO FINANCEIROS	14.743.479,95	11.854.539.560,82					
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	115.361.297.346,92					
DÉFICIT	0,00	115.361.297.346,92					
VARIACOES ATIVAS	11.830.541.303.581,34	10.649.139.525.004,83	11.830.541.303.581,34	10.649.139.525.004,83			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO	UNIAO - DIRETA,INDIRETA E FUNDOS			2011	2011	DEZEMBRO	PÁGINA
ORGAO SUPERIOR				08/02/2012		1	
VARIACOES ATIVAS		VARIACOES PASSIVAS					
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010		
ORÇAMENTARIAS	2.569.983.146.639,30	2.253.623.298.970,06	ORÇAMENTARIAS	2.332.086.551.422,49	2.082.578.304.137,34		
RECEITAS CORRENTES	1.074.683.839.337,21	924.693.739.511,04	DESPESAS CORRENTES	1.009.680.722.173,33	901.297.377.508,70		
RECEITA TRIBUTARIA	353.304.116.171,12	296.708.391.121,17	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	182.441.407.223,83	169.493.790.964,72		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	543.187.908.538,51	474.665.578.172,46	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	131.122.390.200,10	122.422.088.807,08		
RECEITA PATRIMONIAL	66.163.746.877,41	65.269.330.662,35	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	680.262.861.697,77	594.782.769.292,40		
RECEITA AGROPECUARIA	21.715.950,34	21.211.876,74	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	15.854.063.051,63	14.598.728.444,50		
RECEITA INDUSTRIAL	562.842.888,13	603.787.859,48	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.040.078.006,89	13.784.361.094,75		
RECEITA DE SERVIÇOS	48.144.217.053,98	40.658.044.038,95	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	813.985.044,74	814.367.349,75		
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	459.839.613,91	276.901.428,49	DESPESAS DE CAPITAL	667.150.604.718,92	603.653.788.129,61		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	49.293.478.066,61	34.005.244.863,91	INVESTIMENTOS	48.382.115.787,83	53.306.349.313,76		
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	13.545.974.177,20	12.485.249.487,49	INVERSOES FINANCEIRAS	39.449.382.468,20	34.963.938.259,14		
RECEITA TRIBUTARIA	3.694.682,62	898.535,56	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	577.339.280.627,97	514.040.748.071,76		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	13.279.351.018,52	12.271.295.961,60	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	1.979.825.834,92	1.342.752.484,95		
RECEITA PATRIMONIAL	5.768.580,91	4.063.297,47	INVESTIMENTOS	52.032.849,57	58.107.654,83		
RECEITA INDUSTRIAL	172.340.359,21	139.043.179,46	INVERSOES FINANCEIRAS	1.927.792.985,35	1.284.644.830,12		
RECEITA DE SERVIÇOS	41.376.792,67	55.087.749,06	MUTACOES PASSIVAS	655.255.224.530,24	577.627.138.499,03		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	43.442.743,27	14.860.764,34	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	82.342.376.119,14	66.676.242.676,81		
RECEITAS DE CAPITAL	668.907.107.540,36	580.602.037.974,51	ALIENACAO DE BENS	101.882.830,47	287.488.619,06		
OPERACOES DE CREDITO	566.541.477.236,93	502.024.000.604,66	LIQUIDACAO DE CREDITOS	76.419.885.078,82	62.781.495.355,47		
ALIENACAO DE BENS	1.938.954.477,33	946.550.472,90	CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - BAIXA	3.644.851.702,25	2.471.081.466,13		
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO	39.878.446.455,60	25.032.166.020,24	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	1.916.914.026,01	909.716.568,62		
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	115.230.917,44	107.116.776,43	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	258.842.481,59	226.460.667,53		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	58.959.036.766,26	52.180.453.040,16	INCORPORACOES DE PASSIVOS	572.912.848.411,10	510.950.895.822,22		
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	1.473.961.686,80	311.751.060,12	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	5.199.099.178.722,54	4.094.999.193.536,83		
OPERACOES DE CREDITO	1.450.636.345,14	311.751.060,12	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	5.818.904.680,35	4.604.319.523,38		
ALIENACAO DE BENS	23.325.341,66	0,00	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	4.278.063.915,62	4.022.672.568,61		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-42.594.066.832,18	-22.567.205.942,06	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	1.519.677.214,35	581.582.966,07		
MUTACOES ATIVAS	868.986.266.593,91	770.894.727.426,57	DESPESAS E CUSTOS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	21.163.550,38	63.988,70		
INCORPORACOES DE ATIVOS	78.654.347.660,64	66.434.666.168,37	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	5.193.280.274.042,19	4.090.394.874.013,45		
AQUISICOES DE BENS	25.296.697.246,70	24.732.869.198,83	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	3.592.762.119.829,79	1.744.365.323.875,82		
INCORPORACAO DE CREDITOS	52.742.897.520,73	41.081.524.221,84	BAIXA DE BENS IMOVEIS	16.365.659.673,69	21.981.190.905,21		
CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - INCORPORACAO	592.301.305,78	605.569.658,12	BAIXA DE BENS MOVEIS	17.792.204.151,03	17.825.153.967,14		
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	22.451.587,43	14.703.089,58	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	25.356.878,06	788.302,88		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	790.331.918.933,27	704.460.061.258,20	BAIXA DE TITULOS E VALORES	10.561.334.879,04	11.997.623.082,44		
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	5.253.526.626.676,86	3.834.382.367.926,87	OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS	1.111.427.235,17	1.563.455.136,23		
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	3.835.485.019,76	1.788.193.683,11	BAIXA DE DIREITOS	3.534.653.649.091,45	1.640.304.715.100,21		
RECEITAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	0,00	169.594.657,16	DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	12.252.487.921,35	50.692.397.381,71		
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	3.557.698.084,17	1.357.022.475,02	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	86.325.680.484,01	74.368.837.537,26		
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	277.786.935,59	261.576.550,93	DEVALORIZACAO DE BENS	8.396.588.724,64	3.898.409.375,64		
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	5.249.691.141.657,10	3.832.594.174.243,76	DEVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	7.814.178.923,14	2.827.308.756,64		
INCORPORACOES DE ATIVOS	3.303.045.747.917,55	2.732.964.467.895,83	AJUSTES DE CREDITOS	68.587.271.847,52	66.876.181.524,64		
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	27.645.097.755,19	22.788.487.665,53	OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	86.894.383,60	0,00		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS - OFS			EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	UNIAO - DIRETA INDIRETA E FUNDOS			2011	DEZEMBRO
ORÇAO SUPERIOR				EMISSION	PAGINA
				08/02/2012	2

VARIÁVEIS ATIVAS			VARIÁVEIS PASSIVAS		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	12.603.205.655,65	14.838.080.340,93	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	1.440.746.605,11	766.937.880,34
INCORPORAÇÃO DE BENS INTANGIVEIS	107.283.477,22	19.485.300,10	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	593.121.685.798,88	1.764.161.721.545,98
INCORPORAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	11.838.516.369,78	58.775.483.347,14	AJUSTES DE OBRIGACOES	368.561.587.722,22	355.156.061.479,79
INCORPORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS	90.773.454,99	66.400.738,05	AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	71.631.125,00	245.186.764,19
INCORPORAÇÃO DE DISPONIBILIDADES	12.388.100.889,53	13.545.462.922,70	RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	5.853.470.881,93	21.319.636.805,02
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	3.238.310.369.104,70	2.622.865.008.967,21	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	546.584.098.200,36	130.778.106.005,39
INCORPORAÇÃO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	59.616.712,52	65.027.725,71	AJUSTES FINANCEIROS	544.732.851.211,72	113.944.621.100,93
DIFERIDO	2.784.497,97	1.030.888,46	AJUSTES NAO FINANCEIROS	1.851.246.988,64	16.833.484.904,46
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	257.718.459.881,95	147.230.204.941,56	RESULTADO PATRIMONIAL	292.324.043.171,13	0,00
REAVALIACOES DE BENS	20.506.342.876,13	9.478.285.529,71	SUPERAVIT	292.324.043.171,13	0,00
REAVALIACOES DE TÍTULOS E VALORES	6.808.618.452,28	8.704.717.489,10			
AJUSTES DE CREDITOS	229.476.618.245,10	128.548.713.844,51			
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	926.880.308,44	498.488.078,24			
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.031.974.000.555,77	703.684.965.905,62			
AJUSTES DE OBRIGACOES	67.087.947.069,22	105.155.684.203,47			
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	70.027.889,15	2.921.107,97			
RESULTADO DA EQUIVALENCIA PATRIMONIAL	45.133.215.789,77	17.374.126.699,77			
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	544.661.742.553,69	126.181.803.489,54			
AJUSTES FINANCEIROS	544.348.382.269,71	113.736.221.130,75			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	313.360.283,98	12.445.582.388,79			
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	89.571.830.777,24			
DEFICIT	0,00	89.571.830.777,24			
VARIÁVEIS ATIVAS	7.823.509.773.316,16	6.177.577.497.674,17	VARIÁVEIS PASSIVAS	7.823.509.773.316,16	6.177.577.497.674,17



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁCOES PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO	UNIAO - AUTARQUIAS			2011	2011	DEZEMBRO	PÁGINA
ORGAO SUPERIOR				08/02/2012		1	
VARIÁCOES ATIVAS		VARIÁCOES PASSIVAS					
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS	2011	2010	
ORÇAMENTÁRIAS		721.800.921.873,44	632.150.646.057,91	ORÇAMENTÁRIAS	438.000.332.627,78	405.382.775.682,41	
RECEITAS CORRENTES		275.510.664.630,13	237.063.626.311,74	DESPESAS CORRENTES	379.933.972.805,01	340.675.556.492,03	
RECEITA TRIBUTÁRIA		5.543.792.222,96	4.721.174.539,17	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	34.723.108.616,58	32.372.432.036,12	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		256.868.634.861,41	222.502.325.035,27	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	485.000,00	504.194,15	
RECEITA PATRIMONIAL		5.127.496.293,23	3.907.935.454,85	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	340.719.428.480,72	304.337.414.308,34	
RECEITA AGROPECUÁRIA		7.126.585,42	6.120.273,09	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	4.490.950.707,71	3.965.205.953,42	
RECEITA INDUSTRIAL		80.944.906,64	79.652.674,38	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.154.532.680,24	3.727.670.556,92	
RECEITA DE SERVIÇOS		1.887.492.684,83	1.519.473.624,19	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	336.418.027,47	237.535.396,50	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		62.565.221,31	37.506.070,05	DESPESAS DE CAPITAL	23.367.862.013,66	20.578.405.774,14	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		5.923.462.080,50	4.277.091.300,30	INVESTIMENTOS	19.336.853.648,21	17.920.042.144,10	
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO		9.149.773,83	12.347.340,44	INVERSOES FINANCEIRAS	2.613.849.508,71	1.908.954.901,46	
RECEITA TRIBUTÁRIA		238.191,83	192.354,01	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	515.000,00	3.811.395,34	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		852,31	687,22	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	1.416.643.856,74	745.597.333,24	
RECEITA PATRIMONIAL		863.018,47	1.505.353,70	INVESTIMENTOS	846.972,17	2.419.671,70	
RECEITA INDUSTRIAL		3.965.285,85	3.879.468,99	INVERSOES FINANCEIRAS	1.415.796.884,57	743.177.661,54	
RECEITA DE SERVIÇOS		3.115.635,89	5.180.793,89	INTERFERENCIAS PASSIVAS	31.662.436.961,77	41.682.993.671,95	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		966.789,48	1.588.682,63	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	31.662.436.961,77	41.682.993.671,95	
RECEITAS DE CAPITAL		339.267.756,34	150.444.240,77	REPASSE CONCEDIDO	1.223.034.069,59	1.050.246.359,40	
OPERAÇÕES DE CREDITO		3.360.420,18	0,00	SUB-REPASSE CONCEDIDO	23.111.054.641,86	20.992.274.299,36	
ALIEAÇÃO DE BENS		110.268.938,66	71.589.144,16	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	2.954.837.763,50	3.171.482.081,71	
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO		116.229.147,33	78.399.734,23	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	4.373.510.486,82	16.468.990.931,48	
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		3.493.899,34	455.362,38	MUTACOES PASSIVAS	3.036.060.847,34	2.445.819.744,29	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		105.915.350,83	0,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	317.486.391,45	373.613.655,72	
DEDUÇÕES DA RECEITA		-1.565.204.720,77	-1.007.095.119,52	ALIEAÇÃO DE BENS	43.521.322,31	47.923.915,63	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS		417.324.921.403,32	370.997.255.732,34	LIQUIDAÇÃO DE CREDITOS	189.804.038,41	243.622.793,14	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		417.324.921.403,32	370.997.255.732,34	CUSTO DE BENS E SERVICOS - BAIXA	178.911,07	191.467,38	
REPASSE RECEBIDO		375.198.370.822,77	342.247.919.539,18	BAIXA DE FORNEC A RECEBER - ENT COMERCIA	632.013,77	684.241,54	
SUB-REPASSE RECEBIDO		23.111.054.641,86	20.992.274.299,36	BAIXA DE FORNEC A RECEBER - ENT INDUSTRI	83.350.105,89	81.191.238,03	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		15.777.415.061,25	4.653.878.488,79	INCORPORACOES DE PASSIVOS	2.718.574.455,89	2.072.206.088,57	
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		3.238.080.877,44	3.103.183.405,01	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	681.947.303.856,29	603.795.493.492,81	
MUTACOES ATIVAS		30.191.272.804,42	24.946.414.892,58	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	0,00	155.450.950,24	
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS		10.914.766.752,80	10.214.129.689,10	DESPESAS DE INSTITUIÇOES FINANCEIRAS	0,00	155.450.950,24	
ACQUISICÕES DE BENS		6.920.001.136,09	7.170.971.296,09	INTERFERENCIAS PASSIVAS	537.951.833.206,93	465.485.345.555,70	
INCORPORAÇÃO DE CREDITOS		3.994.565.707,40	3.042.520.862,31	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	1.162.062.490,45	1.097.043.704,22	
CUSTO DE BENS E SERVICOS - INCORPORAÇÃO		0,00	484.632,25	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	275.661.238.056,22	237.926.387.986,09	
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS		199.909,31	152.898,45	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	261.128.532.660,26	226.461.913.865,39	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		19.276.506.051,62	14.732.285.203,48	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	143.995.470.649,36	138.154.696.986,87	
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO		425.939.652.567,76	369.136.792.317,90	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	110.574.452.972,57	102.812.820.916,20	
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS		87.130.061,78	253.584.769,86	BAIXA DE BENS IMOVEIS	5.013.179.537,26	12.324.775.804,32	
RECEITAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		0,00	169.594.657,16	BAIXA DE BENS MOVEIS	1.559.046.907,79	1.693.495.885,21	
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS		87.130.061,78	83.990.112,70	BAIXA DE BENS INTANGÍVEIS	508.493,07	12.206,77	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS		270.212.392.271,95	233.870.447.485,77	BAIXA DE TÍTULOS E VALORES	769.984.491,63	319.846.461,48	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCÍCIO	2011	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - AUTARQUIAS		EMISSÃO	08/02/2012	PÁGINA	2
ÓRGÃO SUPERIOR						

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	1.162.173.433,22	1.096.518.180,53	OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS	85.332.724,75	166.411.977,66
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	30.473.604.848,27	25.248.623.738,31	BAIXA DE DIREITOS	103.146.400.818,07	88.308.278.580,76
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	238.576.613.990,46	207.525.305.566,93	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	4.930.266.707,32	185.961.780,38
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	155.640.130.234,03	135.012.760.062,27	DESVALORIZACAO DE BENS	4.667.097.486,31	104.229.102,96
INCORPORACOES DE ATIVOS	114.748.397.408,31	119.161.301.452,41	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	89,87	82.712,70
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	2.104.293.246,49	8.308.263.888,63	AJUSTES DE CREDITOS	71.352.908,14	15.820.675,87
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	1.622.932.667,14	1.592.466.609,73	OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	62.204,63	0,00
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	13.884.485,67	1.201.600,59	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	191.754.018,37	65.829.288,85
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES	481.454.069,91	89.148,60	INCORPORACAO DE PASSIVOS	28.095.768.023,93	33.873.385.805,35
INCORPORACAO DE SERVICOS DE TERCEIROS	90.773.454,99	66.400.738,05	AJUSTES DE OBRIGACOES	10.113.024,42	10.969.119,36
INCORPORACAO DE DIREITOS	110.435.059.484,11	109.192.879.466,81	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	384.869.921,12	1.271.559.365,58
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	6.795.768.500,57	773.026.940,17	AJUSTES FINANCEIROS	169.181.248,36	1.251.827.742,76
REAVALIACOES DE BENS	6.097.181.243,42	441.855.587,92	AJUSTES NAO FINANCEIROS	215.688.672,76	19.731.622,82
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES	16.238,84	21.546,22	RESULTADO PATRIMONIAL	27.792.937.957,13	0,00
AJUSTES DE CREDITOS	697.668.134,56	331.069.779,87	SUPERAVIT	27.792.937.957,13	0,00
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	902.883,75	80.026,16			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	33.384.863.800,50	13.474.921.446,23			
AJUSTES DE OBRIGACOES	488.929,20	255.596,92			
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	471,03	0,00			
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	710.611.124,42	1.603.254.626,54			
AJUSTES FINANCEIROS	694.863.567,27	1.590.734.020,74			
AJUSTES NAO FINANCEIROS	15.747.557,15	12.520.605,80			
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	7.890.830.799,41			
DEFICIT	0,00	7.890.830.799,41			
VARIACOES ATIVAS	1.147.740.574.441,20	1.009.178.269.175,22	VARIACOES PASSIVAS	1.147.740.574.441,20	1.009.178.269.175,22



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO	UNIAO - FUNDACOES	2011	2010	2011	2010	DEZEMBRO	PAGINA
ORGAO SUPERIOR				08/02/2012		1	
VARIACOES ATIVAS		VARIACOES PASSIVAS					
TÍTULOS	TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010	
ORÇAMENTARIAS	ORÇAMENTARIAS	29.052.216.471,23	28.465.105.928,06	DESPESAS CORRENTES	20.654.469.699,52	20.342.136.519,54	28.114.986.586,05
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS CORRENTES	617.415.512,58	748.915.292,99	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.933.390.416,36	9.812.015.260,79	20.654.469.699,52
RECEITA PATRIMONIAL	RECEITA PATRIMONIAL	55.951.003,02	50.155.058,39	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	205.193,21	373.719,09	9.933.390.416,36
RECEITA AGROPECUARIA	RECEITA AGROPECUARIA	482.590,70	337.501,39	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.481.748.337,81	1.726.970.481,69	8.802.777.057,97
RECEITA INDUSTRIAL	RECEITA INDUSTRIAL	573.960,09	369.469.401,82	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	1.345.780.592,29	1.458.892.137,28	9.239.125.752,14
RECEITA DE SERVIÇOS	RECEITA DE SERVIÇOS	276.744.985,60	45.638.012,87	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	135.967.745,52	268.078.344,41	1.481.748.337,81
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.887.344,87	263.071.395,14	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.905.980.198,86	2.526.844.624,81	1.345.780.592,29
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	232.715.549,61	20.116.897,02	DESPESAS DE CAPITAL	2.860.641.824,92	2.503.888.094,43	1.458.892.137,28
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	12.060.078,69	12.994,00	INVESTIMENTOS	9.102.464,12	22.217.580,00	2.905.980.198,86
RECEITA PATRIMONIAL	RECEITA PATRIMONIAL	97.325,00	19.444.000,15	INVERSOES FINANCEIRAS	419.418,79	0,00	2.860.641.824,92
RECEITA DE SERVIÇOS	RECEITA DE SERVIÇOS	11.065.435,07	659.902,87	AMORTIZACAO/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	35.816.491,03	738.950,38	9.102.464,12
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	897.318,62	12.140.613,92	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	1.416.491,03	738.950,38	35.816.491,03
RECEITAS DE CAPITAL	RECEITAS DE CAPITAL	13.271.637,36	2.367.261,98	INVESTIMENTOS	34.400.000,00	0,00	1.416.491,03
ALIENACAO DE BENS	ALIENACAO DE BENS	3.608.116,19	9.773.351,94	INVERSOES FINANCEIRAS	4.555.212.228,00	4.547.502.044,20	34.400.000,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.663.521,17	-29.008.682,34	INTERFERENCIAS PASSIVAS	4.555.212.228,00	4.547.502.044,20	4.555.212.228,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	DEDUÇÕES DA RECEITA	-20.511.935,61	23.069.646.691,97	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	351.035.458,66	359.165.098,53	4.555.212.228,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	INTERFERENCIAS ATIVAS	23.285.126.590,53	23.069.646.691,97	REPASSE CONCEDIDO	4.017.237.180,58	3.603.599.528,99	351.035.458,66
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	23.285.126.590,53	18.936.990.868,77	SUB-REPASSE CONCEDIDO	49.096.063,84	389.931.724,88	4.017.237.180,58
REPASSE RECEBIDO	REPASSE RECEBIDO	19.140.442.705,60	3.603.599.528,99	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	137.843.524,92	194.805.691,80	49.096.063,84
SUB-REPASSE RECEBIDO	SUB-REPASSE RECEBIDO	4.017.237.180,58	441.443.975,07	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	349.443.801,68	698.503.397,50	137.843.524,92
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	69.962.532,77	87.612.319,14	MUTACOES PASSIVAS	349.443.801,68	694.214.007,84	349.443.801,68
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	57.484.171,58	5.250.522.554,69	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	16.539.271,94	6.713.703,08	57.484.171,58
MUTACOES ATIVAS	MUTACOES ATIVAS	6.347.216.350,89	1.629.175.454,76	ALIENACAO DE BENS	46.308.944,22	27.789.209,94	16.539.271,94
INCORPORACOES DE ATIVOS	INCORPORACOES DE ATIVOS	1.781.246.293,43	1.018.946.748,45	LIQUIDACAO DE CREDITOS	278.286.559,18	651.293.851,71	46.308.944,22
AQUISICOES DE BENS	AQUISICOES DE BENS	1.215.082.704,83	587.624.006,27	CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - BAIXA	4.796.202,56	5.258.582,92	278.286.559,18
INCORPORACAO DE CREDITOS	INCORPORACAO DE CREDITOS	540.663.809,99	22.604.700,04	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA	3.512.823,78	3.158.660,19	4.796.202,56
CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - INCORPORACAO	CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - INCORPORACAO	13.610.378,95	0,00	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI	0,00	4.289.389,66	3.512.823,78
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS	11.889.399,66	3.621.347.099,93	INCORPORACOES DE PASSIVOS	21.570.224.909,12	28.680.958.969,83	11.889.399,66
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	4.565.970.057,46	31.655.637.866,95	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	667.398.374,86	5.825.800.771,87	4.565.970.057,46
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	26.159.356.756,85	9.832.714,32	INTERFERENCIAS PASSIVAS	413.831.150,16	511.787.464,24	26.159.356.756,85
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	9.395.206,23	6.216.310,23	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	156.004.435,38	5.100.964.467,65	9.395.206,23
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS	4.648.620,51	3.616.404,09	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	20.902.826.534,26	22.855.158.197,96	4.648.620,51
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	4.746.585,72	213.476.057,98	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	15.146.569.545,77	15.648.502.760,38	4.746.585,72
INTERFERENCIAS ATIVAS	INTERFERENCIAS ATIVAS	603.503.749,79	5.497.993.995,29	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	204.307.239,15	2.352.509.595,59	603.503.749,79
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	97.448.763,60	218.456.773,81	BAIXA DE BENS IMOVEIS	1.124.806.954,61	554.841.370,55	97.448.763,60
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	405.972.112,77	5.066.061.163,50	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	1.251,97	320,00	405.972.112,77
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	100.082.873,42	26.147.811.157,34	BAIXA DE TITULOS E VALORES	13.817.454.100,02	12.741.128.710,36	100.082.873,42
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	25.546.457.800,83	22.319.566.517,92	BAIXA DE DIREITOS	411.531.077,11	307.361.322,35	25.546.457.800,83
INCORPORACOES DE ATIVOS	INCORPORACOES DE ATIVOS	18.513.903.629,87	1.038.848.429,63	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS			18.513.903.629,87
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	1.019.000.557,33	4.072.279,87				1.019.000.557,33
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	1.148.223.853,57					1.148.223.853,57
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS	5.222.222,27					5.222.222,27



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS - OFS			EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	UNIAO - FUNDACOES			2011	DEZEMBRO
ORÇAO SUPERIOR				EMISSION	PAGINA
				08/02/2012	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
INCORPORACAO DE DIREITOS	16.339.132.048,23	17.518.073.033,03	DESVALORIZACAO DE BENS	285.288.378,28	180.674.714,94
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	2.324.948,47	5.815.087,77	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	41.314,77	3.216,79
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	4.035.877.530,83	1.435.258.212,65	AJUSTES DE CREDITOS	3.465.097,66	97.921.023,86
REVALIACOES DE BENS	3.944.717.567,85	1.323.376.762,22	OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	2.748,00	0,00
REVALIACOES DE TITULOS E VALORES	163.280,76	4.603,26	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	122.733.538,40	28.762.366,76
AJUSTES DE CREDITOS	67.273.588,00	87.710.989,53	INCORPORACAO DE PASSIVOS	5.013.324.831,95	6.582.227.577,76
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	23.723.094,22	24.165.857,64	AJUSTES DE OBRIGACOES	6.853.396,71	12.076.637,77
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	2.711.292.341,35	2.014.522.965,98	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	324.547.682,72	304.989.899,70
AJUSTES DE OBRIGACOES	587.955,85	1.856.568,73	AJUSTES FINANCEIROS	62.783.218,44	49.719.373,86
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	284.796.342,93	376.606.892,06	AJUSTES NAO FINANCEIROS	261.764.464,28	255.270.525,84
AJUSTES FINANCEIROS	128.801.510,73	146.267.899,69	RESULTADO PATRIMONIAL	6.366.544.075,42	3.911.908.782,30
AJUSTES NAO FINANCEIROS	155.994.832,20	230.338.992,37	SUPERAVIT	6.366.544.075,42	3.911.908.782,30
DEFICIT					
VARIACOES ATIVAS	56.401.874.912,60	60.707.854.338,18	VARIACOES PASSIVAS	56.401.874.912,60	60.707.854.338,18



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCICIO		MES	
SUBTITULO	UNIAO - EMPRESAS PUBLICAS			2011		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR				EMI SSAO		PAGINA	
				08/02/2012		1	
VARIACOES ATIVAS				VARIACOES PASSIVAS			
TITULOS		2011	2010	TITULOS	2011	2010	
ORÇAMENTARIAS		19.719.257.183,29	19.864.783.508,72	ORÇAMENTARIAS	22.017.784.801,25	20.671.016.290,37	
RECEITAS CORRENTES		435.677.353,33	806.032.576,11	DESPESAS CORRENTES	5.219.863.988,62	4.616.016.232,84	
RECEITA TRIBUTARIA		7.067,76	0,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.636.186.808,34	2.339.071.758,17	
RECEITA DE CONTRIBUIÇOES		2.901.070,16	3.372.668,14	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	1.050.351,59	3.540.125,45	
RECEITA PATRIMONIAL		23.011.348,41	450.007.879,34	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.937.202.985,36	1.764.102.699,66	
RECEITA AGROPECUARIA		13.582.556,81	14.428.969,81	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	645.423.843,33	509.301.649,56	
RECEITA INDUSTRIAL		42.905.043,99	43.368.833,93	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	581.006.866,43	464.242.422,03	
RECEITA DE SERVIÇOS		135.073.717,36	118.260.773,13	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	64.416.976,90	45.059.227,53	
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES		9.855.445,15	8.845.288,02	DESPESAS DE CAPITAL	4.432.267.252,97	5.115.643.574,18	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		142.580.108,32	145.678.955,88	INVESTIMENTOS	2.993.339.622,95	3.787.019.126,64	
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO		65.760.995,37	22.069.217,86	INVERSOES FINANCEIRAS	1.431.386.862,10	1.314.757.091,21	
RECEITA DE CONTRIBUIÇOES		33.266,20	26.837,53	AMORTIZACAO/REFINACIAMENTO DA DIVIDA	2.386.722,42	7.448.256,17	
RECEITA PATRIMONIAL		354.549,15	362.052,12	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO	5.154.045,50	6.419.100,16	
RECEITA INDUSTRIAL		64.800.500,76	21.161.641,09	INVESTIMENTOS	4.987.915,20	2.419.010,30	
RECEITA DE SERVIÇOS		418.958,34	278.623,37	INVERSOES FINANCEIRAS	166.130,30	4.000.089,86	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		153.720,92	240.063,75	INTERFERENCIAS PASSIVAS	5.458.354.717,93	5.267.798.457,16	
RECEITAS DE CAPITAL		84.612.658,30	79.573.644,12	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	5.458.354.717,93	5.267.798.457,16	
ALIENACAO DE BENS		25.120.697,50	17.900.425,59	REPASSE CONCEDIDO	9.431.308,65	19.485.019,09	
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		59.491.960,80	61.673.218,53	SUB-REPASSE CONCEDIDO	5.397.787.433,81	5.165.511.128,86	
DEDUÇÕES DA RECEITA		-17.441.756,16	-17.528.100,60	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	16.900.300,25	567.075,68	
INTERFERENCIAS ATIVAS		12.151.599.730,71	12.373.978.119,88	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	34.235.675,22	82.235.233,53	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		12.151.599.730,71	12.373.978.119,88	MUTACOES PASSIVAS	6.907.298.841,73	5.671.558.026,19	
REPASSE RECEBIDO		6.702.818.220,15	7.129.732.831,25	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	3.681.820.051,58	1.277.000.898,53	
SUB-REPASSE RECEBIDO		5.397.787.433,81	5.165.511.128,86	ALIENACAO DE BENS	4.792.732,36	52.916.652,86	
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		25.978.518,04	8.344.347,79	LIQUIDACAO DE CREDITOS	5.948.699,95	7.417.772,10	
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		25.015.558,71	70.389.811,98	CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - BAIXA	1.841.008.210,76	502.330.487,86	
MUTACOES ATIVAS		7.064.809.197,11	6.622.727.269,21	BAIXA DE FORNEC A RECEBER - ENT COMERCIA	1.714.996.980,86	639.025.689,72	
INCORPORACOES DE ATIVOS		2.952.888.247,86	3.917.335.412,00	BAIXA DE FORNEC A RECEBER - ENT INDUSTRI	115.073.427,65	75.310.295,99	
AQUISICOES DE BENS		2.719.224.610,42	3.718.768.905,62	INCORPORACOES DE PASSIVOS	3.225.478.790,15	4.394.557.127,66	
INCORPORACAO DE CREDITOS		227.378.106,70	192.342.165,70	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	27.602.338.331,85	31.404.992.282,12	
CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - INCORPORACAO		3.962,50	134.272,57	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	1.289.867.695,40	391.697.108,34	
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS		6.281.568,24	6.090.068,11	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS	1.289.513.792,51	391.633.119,64	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		4.111.920.949,25	2.705.391.857,21	DESPESAS E CUSTOS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS	353.902,89	63.988,70	
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO		29.246.000.184,73	31.751.410.684,60	INTERFERENCIAS PASSIVAS	12.287.633.390,65	17.214.468.124,56	
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS		3.273.264.215,74	1.118.364.378,96	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	90.158.171,92	729.010.078,86	
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS		3.172.497.273,16	1.017.873.331,62	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	4.616.336.805,23	6.686.742.503,56	
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS		100.766.942,58	100.491.047,34	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	7.581.138.413,50	9.798.715.542,14	
INTERFERENCIAS ATIVAS		12.356.573.087,91	16.843.298.933,24	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	14.024.837.245,80	13.798.827.049,22	
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS		90.158.171,92	729.105.118,86	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	8.648.138.918,43	7.829.375.138,14	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		4.702.342.315,84	6.757.060.601,32	BAIXA DE BENS IMOVEIS	419.835.611,63	719.658.517,67	
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO		7.564.072.600,15	9.357.133.213,06	BAIXA DE BENS MOVEIS	1.052.979.696,35	1.095.045.210,85	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS		13.616.142.881,08	13.789.747.372,40	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS	2.672.710,18	749.798,71	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS - OFSS			EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	UNIAO - EMPRESAS PÚBLICAS			2011	DEZEMBRO
ORÇAO SUPERIOR				EMI SSO	PAGINA
				08/02/2012	2

VARIÁVEIS ATIVAS				VARIÁVEIS PASSIVAS			
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010		
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	10.559.780.608,24	11.756.269.893,54	BAIXA DE TÍTULOS E VALORES	34.204.011,09	31.715.011,41		
INCORPORAÇÃO DE BENS IMOVEIS	1.080.311.151,13	1.500.861.119,64	BAIXA DE DIREITOS	7.138.446.889,18	5.982.206.599,50		
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	751.081.545,30	727.504.202,85	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	186.387.854,66	304.421.912,68		
INCORPORAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	11.831.673,24	6.502.661,52	DESVALORIZAÇÃO DE BENS	2.525.119,93	1.940.705,80		
INCORPORAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	37.947.513,54	32.347.206,33	DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	0,00	8.061.004,39		
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	8.674.336.412,80	9.481.989.729,23	AJUSTES DE CREDITOS	24.258.393,70	19.962.391,64		
INCORPORAÇÃO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	1.487.814,26	6.049.220,91	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	159.604.341,03	274.457.810,85		
DIFERIDO	2.784.497,97	1.015.753,06	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	4.518.328.734,75	5.130.363.940,91		
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	53.728.753,14	223.978.055,56	AJUSTES DE OBRIGACOES	395.868.722,30	165.854.222,53		
REVALUACOES DE BENS	13.159.950,80	198.042.637,48	AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	40.900.761,37	243.760.248,07		
REVALUACOES DE TÍTULOS E VALORES	4.542,66	3,00	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	235.212.254,29	125.051.586,89		
AJUSTES DE CREDITOS	30.514.049,59	18.374.605,77	AJUSTES FINANCEIROS	226.592.025,17	122.172.261,29		
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	10.050.210,09	7.560.809,31	AJUSTES NAO FINANCEIROS	8.620.229,12	2.879.325,60		
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.813.535.620,65	1.714.490.185,01	SUPERAVIT	0,00	0,00		
AJUSTES DE OBRIGACOES	10.160.242,97	7.180.692,80					
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	82.554,88	0,00					
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	178.875.101,20	87.828.545,49					
AJUSTES FINANCEIROS	81.221.304,95	1.846.649,58					
AJUSTES NAO FINANCEIROS	97.653.796,25	85.981.895,91					
RESULTADO PATRIMONIAL	654.865.765,08	459.814.379,17					
DEFICIT	654.865.765,08	459.814.379,17					
VARIACOES ATIVAS	49.620.123.133,10	52.076.008.572,49	VARIACOES PASSIVAS	49.620.123.133,10	52.076.008.572,49		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO		UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA		2011		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR				EMISSAO		PAGINA	
				08/02/2012		1	
VARIACOES ATIVAS				VARIACOES PASSIVAS			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS		2011	2010
ORÇAMENTARIAS		4.265.983.840,45	4.452.002.307,76	ORÇAMENTARIAS		4.015.537.069,37	4.413.512.702,79
RECEITAS CORRENTES		633.986.241,00	690.364.963,25	DESPESAS CORRENTES		2.359.853.320,73	2.075.079.187,25
RECEITA PATRIMONIAL		19.814.430,00	17.355.926,11	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.227.360.850,23	1.060.186.177,30
RECEITA AGROPECUARIA		790,00	1.407,70	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		6.270.748,21	7.037.141,52
RECEITA INDUSTRIAL		389.143.228,35	436.186.271,98	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.015.504.202,75	918.165.431,80
RECEITA DE SERVIÇOS		209.072.360,90	188.731.812,37	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO		110.717.519,54	89.690.436,63
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		194.031,80	153.071,33	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		95.647.234,38	76.322.373,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		15.644.357,55	47.840.104,53	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		15.070.285,16	13.368.063,30
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO		117.042,40	96.369,23	DESPESAS DE CAPITAL		621.493.479,71	817.073.727,37
RECEITA PATRIMONIAL		116.712,40	96.369,23	INVESTIMENTOS		573.190.756,68	790.188.653,88
RECEITA DE SERVIÇOS		330,00	0,00	AMORTIZAÇÃO/REF INANCIAMENTO DA DIVIDA		48.255.673,31	26.868.035,35
RECEITAS DE CAPITAL		58.027,42	53.896,53	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO		47.049,72	17.038,14
ALIENACAO DE BENS		58.027,42	53.896,53	INVESTIMENTOS		47.049,72	17.038,14
DEDUÇÕES DA RECEITA		-4.274.418,84	-4.420.291,93	INTERFERENCIAS PASSIVAS		250.904.877,11	355.986.722,63
INTERFERENCIAS ATIVAS		2.337.020.042,23	2.220.318.262,44	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		250.904.877,11	355.986.722,63
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		2.337.020.042,23	2.220.318.262,44	REPASSE CONCEDIDO		33.496.567,13	28.238.331,38
REPASSE RECEBIDO		2.101.977.728,43	1.912.162.139,64	SUB-REPASSE CONCEDIDO		210.682.564,64	283.007.043,59
SUB-REPASSE RECEBIDO		210.682.564,64	283.007.043,59	VALORES DIFERIDOS - BAIXA		58.974,60	58.974,60
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		24.359.748,30	5.090.104,61	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		6.666.770,74	44.682.373,06
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		0,86	20.058.974,60	MUTACOES PASSIVAS		783.285.391,82	1.165.373.065,54
MUTACOES ATIVAS		1.299.193.948,64	1.545.685.477,47	DESINCORPORACOES DE ATIVOS		317.543.656,88	397.841.449,85
INCORPORACOES DE ATIVOS		722.619.589,06	1.016.942.104,48	ALIENACAO DE BENS		20.592.053,02	169.162.768,39
AQUISICOES DE BENS		494.271.925,43	689.943.239,89	LIQUIDACAO DE CREDITOS		747.746,43	806.288,50
CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - INCORPORACAO		54.328.006,19	116.196.587,59	CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - BAIXA		104.644.690,40	42.749.687,35
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS		1.350.056,05	6.735.385,45	BAIXA DE FORNEC A RECEBER - ENT.COMERCIA		139.304.047,52	122.333.884,56
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		576.574.359,58	528.743.372,99	BAIXA DE FORNEC A RECEBER - ENT.INDUSTRI		52.255.119,51	62.788.821,05
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO		4.466.426.004,63	4.899.006.554,58	INCORPORACOES DE PASSIVOS		465.741.734,94	767.531.615,69
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS		215.344.408,38	197.781.176,91	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO		5.156.181.779,74	5.728.372.855,28
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS		137.239.313,79	126.832.744,71	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS		20.809.647,49	0,00
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS		78.105.094,59	70.948.432,20	DESPESAS E CUSTOS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS		20.809.647,49	0,00
INTERFERENCIAS ATIVAS		276.610.349,67	57.944.582,72	INTERFERENCIAS PASSIVAS		311.360.096,61	92.945.006,68
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS		0,00	3.438,81	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO		0,00	3.438,81
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		4.189.255,78	8.372.082,50	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		30.578.992,86	37.835.064,02
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO		272.421.093,89	49.569.061,41	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO		280.781.103,75	55.106.503,85
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS		3.974.471.246,58	4.643.280.794,95	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS		4.824.012.035,64	5.635.427.848,60
INCORPORACOES DE ATIVOS		2.000.085.345,74	2.931.103.525,51	DESINCORPORACOES DE ATIVOS		2.134.504.447,32	2.237.572.064,26
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS		101.088.666,87	96.125.995,81	BAIXA DE BENS IMOVEIS		37.630.634,45	2.260.608,85
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS		158.370.399,61	204.844.091,63	BAIXA DE BENS MOVEIS		310.858.281,01	360.412.151,84
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS		4.595.780,26	1.600.015,19	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS		10.652,28	3.234,40
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES		21.003.441,79	16.500.456,95	BAIXA DE TITULOS E VALORES		20.740.432,67	16.506.197,16
INCORPORACAO DE DIREITOS		1.661.796.040,97	2.561.574.663,82	OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS		65,00	126,29
				BAIXA DE DIREITOS		1.765.264.381,91	1.858.389.745,72



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - OFS			EXERCÍCIO	2011	MES	DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA			EMISSÃO	08/02/2012	PÁGINA	2
ÓRGÃO SUPERIOR							

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010		
INCORPORAÇÃO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	53.231.016,24	50.458.262,71	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	137.960.004,51	141.834.866,58		
DIFERIDO	0,00	39,40	DESVALORIZAÇÃO DE BENS	1.897.800,35	24.417.733,39		
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	25.720.454,84	29.653.964,46	DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	18.010,15	12.167,83		
REVALIAÇÕES DE BENS	2.227.049,03	6.117.196,35	AJUSTES DE CREDITOS	14.605.031,64	11.045.126,69		
REVALIAÇÕES DE TÍTULOS E VALORES	0,00	260.243,74	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	121.439.162,37	106.359.838,67		
AJUSTES DE CREDITOS	16.281.921,80	18.963.603,59	INCORPORACAO DE PASSIVOS	2.051.319.581,62	2.904.754.706,30		
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	7.211.484,01	4.312.920,78	AJUSTES DE OBRIGACOES	391.233.286,47	320.336.483,72		
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.806.359.942,99	1.384.479.381,49	AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	30.730.363,63	1.426.516,12		
AJUSTES DE OBRIGACOES	22.526.397,93	31.061.412,23	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	78.264.352,09	29.503.211,62		
AJUSTES MONETARIOS DO BALANCO	69.944.863,24	2.921.107,97	AJUSTES FINANCEIROS	37.909.246,76	13.280.264,92		
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	49.834.241,84	264.061.403,29	AJUSTES NAO FINANCEIROS	40.355.105,33	16.222.946,70		
AJUSTES FINANCEIROS	29.214.703,43	262.201.203,89	SUPERAVIT	0,00	0,00		
AJUSTES NAO FINANCEIROS	439.309.004,03	790.876.695,73					
RESULTADO PATRIMONIAL	439.309.004,03	790.876.695,73					
DEFICIT							
VARIAÇÕES ATIVAS	9.171.718.849,11	10.141.885.558,07	VARIAÇÕES PASSIVAS	9.171.718.849,11	10.141.885.558,07		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO		UNIAO - FUNDOS		2011		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR				EMI SSAO		PAGINA	
				08/02/2012		1	
VARIACOES ATIVAS				VARIACOES PASSIVAS			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS		2011	2010
ORÇAMENTARIAS		215.997.692.472,61	189.844.692.111,41	ORÇAMENTARIAS		182.857.138.500,46	158.941.851.341,82
RECEITAS CORRENTES		39.990.161.002,36	24.264.913.744,14	DESPESAS CORRENTES		48.793.715.009,81	43.393.942.260,30
RECEITA TRIBUTARIA		508.115.422,83	414.931.704,73	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		8.142.878.726,28	7.226.279.630,06
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		4.540.913.390,46	4.039.679.393,05	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		40.617.775.959,47	36.132.425.877,94
RECEITA PATRIMONIAL		12.399.819.648,29	9.287.671.662,53	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO		33.060.324,06	35.236.752,30
RECEITA INDUSTRIAL		49.275.749,06	44.242.577,80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		4.679.201,91	4.929.866,05
RECEITA DE SERVIÇOS		8.600.542.619,83	7.993.447.134,30	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		28.381.122,15	30.306.886,25
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		46.148.288,75	74.316.324,53	DESPESAS DE CAPITAL		32.373.095.569,42	27.767.364.893,85
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		13.737.384.685,20	2.289.130.862,78	INVESTIMENTOS		1.523.179.386,60	1.385.018.866,64
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO		107.961.197,94	121.494.084,42	INVERSOES FINANCEIRAS		30.849.540.270,37	26.382.287.498,53
RECEITA TRIBUTARIA		36.410,00	47.540,00	DESPA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO		375.912,45	58.528,68
RECEITA PATRIMONIAL		198.579,30	213.386,93	INVESTIMENTOS		375.912,45	58.528,68
RECEITA INDUSTRIAL		103.572.876,19	114.002.069,38	INTERFERENCIAS PASSIVAS		98.002.802.350,99	83.373.588.890,76
RECEITA DE SERVIÇOS		3.886.742,95	3.797.174,55	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		97.997.016.994,61	83.369.613.963,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		266.589,50	3.433.913,56	REPASSE CONCEDIDO		26.769.223.984,09	24.319.940.531,85
RECEITAS DE CAPITAL		2.817.722.755,00	2.993.917.326,51	SUB-REPASSE CONCEDIDO		55.706.331.880,45	50.879.182.625,10
OPERACOES DE CREDITO		29.499.752,19	67.576.903,12	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS		57.848.107,58	60.673.006,80
ALIENACAO DE BENS		10.133.298,42	197.182.736,03	VALORES DIFERIDOS - BAIXA		1.539.956.683,68	1.130.929.519,84
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO		2.747.898.888,38	2.724.139.070,58	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		13.923.656.338,81	6.978.888.279,41
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		4.600.240,27	4.643.404,08	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS		5.785.356,38	3.974.927,76
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		2.265.234,08	375.212,70	MUTACOES PASSIVAS		3.687.525.570,24	4.406.955.296,91
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORÇAMENTO		23.325.341,66	0,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS		3.576.229.597,08	4.270.222.935,54
ALIENACAO DE BENS		23.325.341,66	0,00	ALIENACAO DE BENS		74.621,27	1.577.446,92
DEDUÇÕES DA RECEITA		-11.127.163.198,46	-358.336.691,47	LIQUIDACAO DE CREDITOS		2.093.585.858,91	2.847.703.694,64
INTERFERENCIAS ATIVAS		149.212.388.906,16	131.992.488.995,50	CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - BAIXA		1.420.733.330,84	1.274.515.971,83
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		149.206.603.549,78	131.988.514.067,74	BAIXA DE FORNECA RECEBER - ENT.COMERCIA		57.184.781,30	142.414.169,88
REPASSE RECEBIDO		81.662.724.331,99	73.573.347.909,11	BAIXA DE FORNECA RECEBER - ENT.INDUSTRI		4.651.004,76	4.011.652,27
SUB-REPASSE RECEBIDO		55.706.331.880,45	50.879.182.625,10	INCORPORACOES DE PASSIVOS		111.295.973,16	136.732.361,37
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS		57.848.107,58	60.673.006,80	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO		112.079.894.528,71	82.887.894.903,05
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		6.902.421.475,87	5.933.721.871,12	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS		2.811.832.901,27	2.319.670.103,01
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		4.877.277.753,89	1.541.588.655,61	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS		2.581.669.479,43	2.129.720.256,58
CORRESPONDENCIA DE DEBITOS		5.785.356,38	3.974.927,76	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS		230.163.421,84	189.949.846,43
MUTACOES ATIVAS		35.104.593.007,55	30.951.708.736,73	INTERFERENCIAS PASSIVAS		38.617.937.255,44	16.827.179.773,58
INCORPORACOES DE ATIVOS		28.391.815.050,75	24.395.872.729,82	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO		538.081.383,35	481.106.912,87
AQUISICOES DE BENS		590.551.885,19	621.114.934,17	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		752.722.064,27	934.721.052,58
INCORPORACAO DE CREDITOS		27.276.906.323,42	23.308.613.919,98	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO		37.154.089.398,86	15.245.887.934,82
CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - INCORPORACAO		524.356.842,14	466.143.875,67	OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS		173.044.408,96	165.463.873,31
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		6.712.767.956,80	6.555.836.006,91	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS		70.650.124.372,00	63.741.045.026,46
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO		103.691.317.736,94	83.004.133.795,15	DESINCORPORACOES DE ATIVOS		46.578.976.784,24	43.145.116.557,92
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS		250.351.127,63	208.630.643,06	BAIXA DE BENS IMOVEIS		184.629.705,30	111.383.054,33
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS		243.312.876,71	206.100.088,46	BAIXA DE BENS MOVEIS		256.434.051,37	186.893.109,80
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS		7.038.250,92	2.530.554,60	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS		285.198,35	6.493,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCICIO		MES	
SUBTITULO		UNIAO - FUNDOS		2011		DEZEMBRO	
ORGAO SUPERIOR				EMISSAO		PAGINA	
				08/02/2012		2	
VARIACOES ATIVAS				VARIACOES PASSIVAS			
TITULOS		2011	2010	TITULOS	2011	2010	
INTERFERENCIAS ATIVAS		34.775.732.410,85	12.007.878.424,78	BAIXA DE TITULOS E VALORES	12.651.712,37	2.466.802.390,29	
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS		114.213.549,42	125.657.281,20	BAIXA DE DIREITOS	46.124.976.116,85	40.380.031.510,50	
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		5.070.387.284,96	1.675.882.369,12	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	10.688.793.787,94	5.311.289.396,89	
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO		29.418.087.167,51	10.040.874.901,15	DESVALORIZACAO DE BENS	7.803.969,15	0,00	
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS		173.044.408,96	165.463.873,31	DESVALORIZACAO DE TITULOS E VALORES	7.579.477.303,24	2.149.472.008,01	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS		68.665.234.198,46	70.787.624.727,31	AJUSTES DE CREDITOS	3.100.130.810,93	3.160.714.899,84	
INCORPORACOES DE ATIVOS		48.153.444.145,08	55.958.460.758,14	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	1.381.704,62	1.102.489,04	
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS		155.122.092,71	67.469.896,77	INCORPORACAO DE PASSIVOS	12.291.158.664,14	15.250.292.608,77	
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS		252.011.143,80	167.519.571,36	AJUSTES DE OBRIGACOES	195.118,00	9.374.620,12	
INCORPORACAO DE BENS INTANGIVEIS		135.648,92	0,00	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.091.000.017,68	24.971.842,76	
INCORPORACAO DE TITULOS E VALORES		688.785.606,20	634.111.225,78	AJUSTES FINANCEIROS	1.070.552.378,20	15.071.612,45	
INCORPORACAO DE DISPONIBILIDADES		12.323.401.241,62	11.229.130.058,98	AJUSTES NAO FINANCEIROS	20.447.639,48	9.900.230,31	
INCORPORACAO DE DIREITOS		34.733.040.767,91	43.858.555.531,31	RESULTADO PATRIMONIAL	24.751.977.180,38	31.019.079.661,69	
INCORPORACAO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA		947.643,92	1.674.473,94	SUPERAVIT	24.751.977.180,38	31.019.079.661,69	
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS		10.750.500.125,61	10.112.887.666,70				
REAVALIACOES DE BENS		67.017,28	0,00				
REAVALIACOES DE TITULOS E VALORES		3.358.871.287,07	5.201.841.464,96				
AJUSTES DE CREDITOS		7.385.599.732,12	4.903.860.217,81				
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT		5.962.089,14	7.185.983,93				
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		8.183.340.824,71	4.682.398.430,15				
AJUSTES DE OBRIGACOES		0,00	10,50				
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES		1.577.949.103,06	33.877.861,82				
AJUSTES FINANCEIROS		1.577.943.188,06	33.877.761,82				
AJUSTES NAO FINANCEIROS		5.915,00	100,00				
DEFICIT							
VARIACOES ATIVAS		319.689.010.209,55	272.848.825.906,56	VARIACOES PASSIVAS	319.689.010.209,55	272.848.825.906,56	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO		UNIAO - INDIRÉTA(EXCETO FUNDOS)		2011	2011	DEZEMBRO	
ÓRGÃO SUPERIOR				08/02/2012		PÁGINA	1
VARIÁVEIS ATIVAS				VARIÁVEIS PASSIVAS			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS		2011	2010
ORÇAMENTÁRIAS		776.028.681.052,93	685.519.648.345,62	ORÇAMENTÁRIAS		492.498.760.426,46	458.582.291.261,62
RECEITAS CORRENTES		277.197.743.737,04	239.308.939.144,09	DESPESAS CORRENTES		408.168.159.813,88	367.708.788.431,66
RECEITA TRIBUTÁRIA		5.543.799.290,72	4.721.174.539,17	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		48.520.046.691,51	45.583.705.232,38
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		256.871.535.931,57	222.505.697.693,41	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		8.011.293,01	11.455.180,21
RECEITA PATRIMONIAL		5.226.273.074,66	4.425.454.318,69	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		352.911.261.420,97	315.822.459.497,77
RECEITA AGROPECUÁRIA				DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO		6.728.840.408,39	6.291.168.521,30
RECEITA INDUSTRIAL		21.192.522,93	20.677.676,96	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		6.176.967.373,34	5.727.127.489,56
RECEITA DE SERVIÇOS		513.567.139,07	559.545.281,68	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		551.873.035,05	564.041.031,74
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.508.383.748,69	2.195.935.611,51	DESPESAS DE CAPITAL		31.327.602.945,20	29.037.967.700,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		111.502.043,13	92.142.442,27	INVESTIMENTOS		25.764.025.852,76	25.001.138.019,05
RECEITA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO		6.314.402.095,98	4.733.681.755,85	INVERSOES FINANCEIRAS		4.054.338.834,93	3.245.929.572,67
RECEITA TRIBUTÁRIA		87.087.890,29	54.629.824,55	AMORTIZAÇÃO/REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA		51.576.814,52	38.127.686,86
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		238.191,83	192.354,01	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO		1.457.661.442,99	752.772.421,92
RECEITA PATRIMONIAL		34.118,51	27.524,75	INVESTIMENTOS		7.298.428,12	5.594.670,52
RECEITA INDUSTRIAL		1.431.605,02	1.976.769,05	INVERSOES FINANCEIRAS		1.450.363.014,87	747.177.751,40
RECEITA DE SERVIÇOS		68.765.786,61	25.041.110,08	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		41.926.908.784,81	51.854.280.895,94
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		14.600.359,30	24.903.417,41	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		41.926.908.784,81	51.854.280.895,94
RECEITAS DE CAPITAL		2.017.829,02	2.488.649,25	REPASSE CONCEDIDO		1.616.997.404,03	1.457.134.808,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		437.210.079,42	242.212.395,34	SUB-REPASSE CONCEDIDO		32.736.761.820,89	30.044.392.000,80
ALIENACÃO DE BENS		3.360.420,18	0,00	VALORES DIFERIDOS - BAIXA		3.020.893.102,19	3.562.039.856,87
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO		139.055.779,77	91.910.728,26	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO		4.552.256.457,70	16.790.714.229,87
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		116.229.147,33	78.399.734,23	MUTUAÇÕES PASSIVAS		11.076.088.882,57	9.981.254.233,52
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		72.649.381,31	71.901.932,85	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS		4.666.293.901,59	2.742.670.011,94
DEDUÇÕES DA RECEITA		105.915.350,83	0,00	ALIENACÃO DE BENS		85.445.379,63	276.717.039,96
INTERFERÊNCIAS ATIVAS		-1.607.432.831,38	-1.058.052.194,39	LIQUIDACÃO DE CRÉDITOS		242.809.429,01	279.636.063,68
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		455.098.667.766,79	408.661.198.806,63	CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - BAIXA		2.224.118.371,41	1.196.565.494,30
REPASSE RECEBIDO		455.098.667.766,79	408.661.198.806,63	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.COMERCIA		1.859.729.244,71	767.302.398,74
SUB-REPASSE RECEBIDO		403.143.609.476,95	370.226.805.378,84	BAIXA DE FORNEC.A RECEBER - ENT.INDUSTRI		254.191.476,83	222.449.015,26
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		32.736.761.820,89	30.044.392.000,80	INCORPORAÇÕES DE PASSIVOS		6.409.794.980,98	7.238.584.221,58
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO		15.897.715.860,36	5.108.756.916,26	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		736.276.048.877,00	669.609.817.600,04
MUTUAÇÕES ATIVAS		3.320.580.608,59	3.281.244.510,73	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS		1.310.677.342,89	547.148.058,58
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS		44.902.492.301,06	38.365.350.193,95	DESPESAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		0,00	155.450.950,24
ACQUISICÕES DE BENS		16.371.520.883,15	16.777.582.660,34	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS		1.289.513.792,51	391.633.119,64
INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS		11.348.580.376,77	12.598.630.190,05	DESPESAS E CUSTOS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS		21.163.550,38	63.988,70
CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - INCORPORAÇÃO		4.935.277.225,48	4.026.553.925,83	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS		551.218.225.069,05	488.618.559.458,81
GASTOS E DESPESAS DIFERIDAS		67.942.347,64	139.420.192,45	TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO		1.349.740.451,69	2.039.106.061,87
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		19.720.933,26	12.978.352,01	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		280.721.985.004,47	245.162.753.017,91
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		28.530.971.417,91	21.587.767.533,61	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO		269.146.499.612,89	241.416.700.379,03
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS		485.811.435.513,97	437.442.847.424,03	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS		183.747.146.465,06	180.444.110.082,65
RECEITAS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		3.585.133.892,13	1.579.563.040,05	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS		136.503.665.884,09	128.528.270.878,98
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS		0,00	169.594.657,16	BAIXA DE BENS IMOVEIS		5.674.953.022,49	15.399.204.526,43
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS		3.314.385.207,46	1.150.922.386,56	BAIXA DE BENS MOVEIS		4.047.691.839,76	3.703.794.618,45
		270.748.684,67	259.045.996,33				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - OFSS			EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)			2011	DEZEMBRO
ORÇAO SUPERIOR				EMISSAO	PAGINA
				08/02/2012	2

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
INTERFERENCIAS ATIVAS	283.449.079.459,32	256.269.684.997,02	BAIXA DE BENS INTANGÍVEIS	3.193.107,50	765.559,88
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	1.349.780.368,74	2.039.102.796,18	BAIXA DE TÍTULOS E VALORES	824.928.935,41	368.090.433,93
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	35.586.108.532,66	32.232.513.195,94	OUTRAS DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	85.332.789,75	166.412.103,95
MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO	246.513.190.557,92	221.998.069.004,90	BAIXA DE DIREITOS	125.867.566.189,18	108.890.003.636,34
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	198.777.222.162,52	179.593.599.386,96	AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	5.666.145.643,60	939.579.881,99
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	145.822.166.992,16	156.168.241.389,38	DESVALORIZAÇÃO DE BENS	4.956.808.784,87	311.262.257,09
INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	4.304.693.621,82	13.658.008.691,70	DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	59.414,79	8.159.101,71
INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	3.680.608.465,62	3.563.663.333,84	AJUSTES DE CRÉDITOS	113.681.431,14	144.749.218,06
INCORPORAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	35.534.161,44	13.376.557,17	OUTROS AJUSTES PATRIMONIAIS	64.952,63	0,00
INCORPORAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	540.405.025,24	48.936.811,88	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	595.531.060,17	475.409.305,13
INCORPORAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIROS	90.773.454,99	66.400.738,05	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	39.678.741.172,25	48.490.732.030,32
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	137.110.323.986,11	138.754.516.892,89	AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	804.068.429,90	509.236.463,38
INCORPORAÇÃO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	57.043.778,97	62.322.571,39	AJUSTES MONETÁRIOS DO BALANÇO	71.631.125,00	245.186.764,19
DIFERIDO	2.784.497,97	1.015.792,46	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.022.894.210,22	1.731.104.063,79
AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	10.911.095.239,38	2.461.917.172,84	AJUSTES FINANCEIROS	496.465.738,73	1.436.999.642,83
REAVALIAÇÕES DE BENS	10.057.285.811,10	1.969.392.193,97	AJUSTES NÃO FINANCEIROS	526.428.471,49	294.104.420,96
REAVALIAÇÕES DE TÍTULOS E VALORES	184.062,26	286.396,22	RESULTADO PATRIMONIAL	33.065.307.263,44	0,00
AJUSTES DE CRÉDITOS	811.737.693,95	456.118.978,76	SUPERÁVIT	33.065.307.263,44	0,00
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITO	41.887.672,07	36.119.613,89			
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	40.716.051.705,49	18.588.413.978,71			
AJUSTES DE OBRIGAÇÕES	33.763.525,95	40.354.270,68			
AJUSTES MONETÁRIOS DO BALANÇO	70.027.889,15	2.921.107,97			
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.224.116.810,39	2.331.751.467,38			
AJUSTES FINANCEIROS	925.505.921,36	1.740.708.769,41			
AJUSTES NÃO FINANCEIROS	298.610.889,03	591.042.697,97			
RESULTADO PATRIMONIAL	0,00	5.229.613.092,01			
DÉFICIT	0,00	5.229.613.092,01			
VARIACOES ATIVAS	1.261.840.116.566,90	1.128.192.108.861,66	VARIACOES PASSIVAS	1.261.840.116.566,90	1.128.192.108.861,66



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS - OFSS		EXERCÍCIO		MES	
SUBTÍTULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)	2011	2010	2011	2010	DEZEMBRO	PÁGINA
ORGAO SUPERIOR				08/02/2012		1	
VARIÁVEIS ATIVAS				VARIÁVEIS PASSIVAS			
TÍTULOS		2011	2010	TÍTULOS		2010	
ORÇAMENTARIAS		207.349.458.313,74	183.430.561.049,56	ORÇAMENTARIAS		177.133.824.012,34	153.534.474.952,12
RECEITAS CORRENTES		37.269.981.114,20	23.274.328.849,47	DESPESAS CORRENTES		48.793.715.009,81	43.393.942.260,30
RECEITA TRIBUTÁRIA		508.115.422,83	414.931.704,73	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		8.142.878.726,28	7.226.279.630,06
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		3.639.838.949,27	3.275.082.527,27	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		40.617.775.999,47	36.132.425.877,94
RECEITA PATRIMONIAL		10.680.738.097,17	9.105.885.158,28	DESPESA ENTRE ORÇAMENTOS		33.060.324,06	35.236.752,30
RECEITA INDUSTRIAL		49.275.749,06	44.242.577,80	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		4.679.201,91	4.929.866,05
RECEITA DE SERVIÇOS		8.599.723.838,05	7.992.753.997,30	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		28.381.122,15	30.306.886,25
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		46.148.288,75	74.316.294,53	DESPESAS DE CAPITAL		29.399.356.000,29	25.232.127.808,39
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		13.638.214.289,56	2.245.636.710,05	INVESTIMENTOS		1.523.179.386,60	1.385.018.866,64
RECEITA ENTRE ORÇAMENTOS		107.926.479,51	121.479.879,51	INVERSOES FINANCEIRAS		27.875.800.701,24	23.847.050.413,07
RECEITA TRIBUTÁRIA		36.410,00	47.540,00	DESPESA ENTRE ORÇAMENTOS		375.912,45	58.528,68
RECEITA PATRIMONIAL		174.322,63	205.591,43	INVESTIMENTOS		375.912,45	58.528,68
RECEITA INDUSTRIAL		103.572.876,19	114.002.069,38	INTERFERENCIAS PASSIVAS		95.327.257.634,31	80.508.980.949,37
RECEITA DE SERVIÇOS		3.886.742,95	3.797.174,55	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		95.321.472.277,93	80.505.006.021,61
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		256.127,74	3.427.504,15	REPASSE CONCEDIDO		26.769.223.984,09	24.319.940.531,85
RECEITAS DE CAPITAL		2.727.678.638,50	2.933.834.087,32	SUB-REPASSE CONCEDIDO		55.706.331.880,45	50.879.182.625,10
OPERACOES DE CREDITO		29.499.752,19	67.576.903,12	RECURSOS ARRECADADOS - CONCEDIDOS		57.848.107,58	60.673.006,80
ALIENACAO DE BENS		10.133.298,42	197.182.736,03	VALORES DIFERIDOS - BAIXA		1.539.956.683,68	1.130.929.519,84
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINACIAMENTO		2.657.854.771,88	2.664.055.831,39	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		11.248.111.622,13	4.114.280.338,02
OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		4.600.240,27	4.643.404,08	CORRESPONDENCIA DE CREDITOS		5.785.356,38	3.974.927,76
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		2.265.234,08	375.212,70	MUTACOES PASSIVAS		3.613.495.367,93	4.399.423.934,06
RECEITA ENTRE ORÇAMENTOS		23.325.341,66	0,00	DESINCORPORACOES DE ATIVOS		3.502.199.394,77	4.262.691.572,69
ALIENACAO DE BENS		23.325.341,66	0,00	ALIENACAO DE BENS		74.621,27	1.577.446,92
DEDUCOES DA RECEITA		-11.126.825.842,15	-358.194.126,72	LIQUIDACAO DE CREDITOS		2.019.555.656,60	2.840.172.331,79
INTERFERENCIAS ATIVAS		146.347.780.964,77	129.164.120.588,22	CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - BAIXA		1.420.733.330,84	1.274.515.971,83
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		146.341.995.608,39	129.160.145.660,46	BAIXA DE FORNEC-A RECEBER - ENT.COMERCIA		57.184.781,30	142.414.169,88
REPASSE RECEBIDO		81.662.724.331,99	73.573.347.909,11	BAIXA DE FORNEC-A RECEBER - ENT.INDUSTRI		4.651.004,76	4.011.652,27
SUB-REPASSE RECEBIDO		55.706.331.880,45	50.879.182.625,10	INCORPORACOES DE PASSIVOS		111.295.973,16	136.732.361,37
RECURSOS ARRECADADOS - RECEBIDOS		57.848.107,58	60.673.006,80	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO		102.110.386.421,95	74.885.545.811,17
VALORES DIFERIDOS - BAIXA		4.037.813.534,48	3.105.353.403,84	DESPESAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS		2.811.832.901,27	2.319.670.103,01
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO		4.877.277.753,89	1.541.588.655,61	DESPESAS DE INSTITUICOES FINANCEIRAS		2.581.669.479,43	2.129.720.256,58
CORRESPONDENCIA DE DEBITOS		5.785.356,38	3.974.927,76	DESPESAS DE EMPRESAS COMERCIAIS		230.163.421,84	189.949.846,43
MUTACOES ATIVAS		32.130.843.438,42	28.416.471.651,27	INTERFERENCIAS PASSIVAS		34.939.640.181,74	12.520.419.442,32
INCORPORACOES DE ATIVOS		28.391.815.050,75	24.395.872.729,82	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO		538.081.383,35	481.106.912,87
AQUISICOES DE BENS		590.551.885,19	621.114.934,17	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		709.900.826,55	836.080.603,48
INCORPORACAO DE CREDITOS		27.276.906.323,42	23.308.613.919,98	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO		33.518.613.562,88	11.037.768.052,66
CUSTO DE BENS E SERVIÇOS - INCORPORACAO		524.356.842,14	466.143.875,67	OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS		173.044.408,96	165.463.873,31
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		3.739.028.387,67	4.020.598.921,45	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS		64.358.913.338,94	60.045.456.265,84
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO		95.765.835.125,06	72.381.337.297,40	DESINCORPORACOES DE ATIVOS		42.430.703.619,26	40.891.874.225,32
RECEITAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS		250.351.127,63	208.630.643,06	BAIXA DE BENS IMOVEIS		184.629.705,30	111.383.054,33
RECEITAS DE ENTIDADES COMERCIAIS		243.312.876,71	206.100.088,46	BAIXA DE BENS MOVEIS		256.434.051,37	186.893.109,80
RECEITAS DE ENTIDADES INDUSTRIAIS		7.038.250,92	2.530.554,60	BAIXA DE BENS INTANGIVEIS		285.198,35	6.493,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS - OFS			EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	UNIAO - FUNDOS(DIRETA)			2011	DEZEMBRO
ÓRGÃO SUPERIOR				EMI SSO	PÁGINA
				08/02/2012	2

VARIÁVEIS ATIVAS			VARIÁVEIS PASSIVAS		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	33.740.970.563,34	8.580.978.022,67	BAIXA DE TÍTULOS E VALORES	12.651.712,37	2.466.802.390,29
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	114.213.549,42	125.657.281,20	BAIXA DE DIREITOS	41.976.702.951,87	38.126.789.177,90
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	4.954.434.710,39	1.471.445.912,38	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	10.683.144.797,91	5.311.289.396,89
MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO	28.499.277.894,57	6.818.410.955,78	DESVALORIZAÇÃO DE BENS	7.803.969,15	0,00
OUTRAS INTERFERÊNCIAS ATIVAS	173.044.408,96	165.463.873,31	DESVALORIZAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	7.579.477.303,24	2.149.472.008,01
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	61.774.513.434,09	63.591.728.631,67	AJUSTES DE CREDITOS	3.094.481.820,90	3.160.714.899,84
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	42.295.229.048,38	49.072.965.940,16	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	1.381.704,62	1.102.489,04
INCORPORAÇÃO DE BENS IMOVEIS	155.122.092,71	67.469.896,77	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	10.153.869.786,09	13.807.946.180,75
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	252.011.143,80	167.519.571,36	AJUSTES DE OBRIGACÖES	195.118,00	9.374.620,12
INCORPORAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	135.648,92	0,00	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.091.000.017,68	24.971.842,76
INCORPORAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES	688.785.606,20	634.111.225,78	AJUSTES FINANCEIROS	1.070.552.378,20	15.071.612,45
INCORPORAÇÃO DE DISPONIBILIDADES	12.323.401.241,62	11.229.130.058,98	AJUSTES NÃO FINANCEIROS	20.447.639,48	9.900.230,31
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	28.874.825.671,21	36.973.060.713,33	RESULTADO PATRIMONIAL	23.871.083.004,51	27.391.877.583,67
INCORPORAÇÃO CUSTOS INDIRETOS DE FABRICA	947.643,92	1.674.473,94	SUPERAVIT	23.871.083.004,51	27.391.877.583,67
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	10.307.986.729,95	9.803.274.084,89			
REAVALIACÖES DE BENS	67.017,28	0,00			
REAVALIACÖES DE TÍTULOS E VALORES	3.358.871.287,07	5.201.841.464,96			
AJUSTES DE CREDITOS	6.943.086.336,46	4.594.246.636,00			
OUTROS AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDIT	5.962.089,14	7.185.983,93			
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	7.593.348.552,70	4.681.610.734,30			
AJUSTES DE OBRIGACÖES	0,00	10,50			
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.577.949.103,06	33.877.861,82			
AJUSTES FINANCEIROS	1.577.943.188,06	33.877.761,82			
AJUSTES NÃO FINANCEIROS	5.915,00	100,00			
DEFICIT					
VARIÁVEIS ATIVAS	303.115.293.438,80	255.811.898.346,96	VARIÁVEIS PASSIVAS	303.115.293.438,80	255.811.898.346,96



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁVEIS PATRIMONIAIS - OFS			EXERCÍCIO	MES
SUBTÍTULO	UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)			2011	DEZEMBRO
ORÇAO SUPERIOR				EMISSION	PAGINA
				08/02/2012	1

VARIÁVEIS ATIVAS			VARIÁVEIS PASSIVAS		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
ORÇAMENTÁRIAS	8.648.234.158,87	6.414.131.061,85	ORÇAMENTÁRIAS	5.723.314.488,12	5.407.376.389,70
RECEITAS CORRENTES	2.720.179.888,16	990.584.894,67	DESPESAS DE CAPITAL	2.973.739.569,13	2.535.237.085,46
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	901.074.441,19	764.596.865,78	INVERSOES FINANCEIRAS	2.973.739.569,13	2.535.237.085,46
RECEITA PATRIMONIAL	1.719.081.551,12	181.786.504,25	INTERFERENCIAS PASSIVAS	2.675.544.716,68	2.864.607.941,39
RECEITA DE SERVIÇOS	818.781,78	693.137,00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.675.544.716,68	2.864.607.941,39
OUTRAS TRANSFERENCIAS CORRENTES	0,00	30,00	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	2.675.544.716,68	2.864.607.941,39
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	99.170.395,64	43.494.152,73	MUTACOES PASSIVAS	74.030.202,31	7.531.362,85
RECEITA ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	34.718,43	14.204,91	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	74.030.202,31	7.531.362,85
RECEITA PATRIMONIAL	24.256,67	7.795,50	LIQUIDACAO DE CREDITOS	74.030.202,31	7.531.362,85
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	10.461,76	6.409,41	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	9.969.508.106,76	8.002.349.091,88
RECEITAS DE CAPITAL	90.044.116,50	60.083.239,19	INTERFERENCIAS PASSIVAS	3.678.297.073,70	4.306.760.331,26
AMORTIZACOES DE EMPRESTIMO/FINACIAMENTO	90.044.116,50	60.083.239,19	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	42.821.237,72	98.640.449,10
DEDUÇÕES DA RECEITA	-337.356,31	-142.564,75	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	3.635.475.835,98	4.208.119.882,16
INTERFERENCIAS ATIVAS	2.864.607.941,39	2.828.368.407,28	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	6.291.211.033,06	3.695.588.760,62
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.864.607.941,39	2.828.368.407,28	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	4.148.273.164,98	2.253.242.332,60
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	2.864.607.941,39	2.828.368.407,28	BAIXA DE DIREITOS	4.148.273.164,98	2.253.242.332,60
MUTACOES ATIVAS	2.973.739.569,13	2.535.237.085,46	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	5.648.990,03	0,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	2.973.739.569,13	2.535.237.085,46	AJUSTES DE CREDITOS	5.648.990,03	0,00
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTARIO	7.925.482.611,88	10.622.796.497,75	INCORPORACAO DE PASSIVOS	2.137.288.878,05	1.442.346.428,02
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.034.761.847,51	3.426.900.402,11	RESULTADO PATRIMONIAL	880.894.175,87	3.627.202.078,02
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	115.952.574,57	204.436.456,74	SUPERAVIT	880.894.175,87	3.627.202.078,02
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	918.809.272,94	3.222.463.945,37			
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	6.890.720.764,37	7.195.896.095,64			
INCORPORACOES DE ATIVOS	5.858.215.096,70	6.885.494.817,98			
INCORPORACAO DE DIREITOS	5.858.215.096,70	6.885.494.817,98			
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	442.513.395,66	309.613.581,81			
AJUSTES DE CREDITOS	442.513.395,66	309.613.581,81			
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	589.992.272,01	787.695,85			
DEFICIT					
VARIÁVEIS ATIVAS	16.573.716.770,75	17.036.927.559,60	VARIÁVEIS PASSIVAS	16.573.716.770,75	17.036.927.559,60



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		UNIAO - ADM. DIRETA		EMISSÃO 16/02/2012		PÁGINA 1	
ÓRGÃO SUPERIOR							
ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TÉCNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2010	97.322.978.855,56	0,00	135.332,22	40.290.168,46	0,00	0,00	97.363.404.356,24
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-96.603.128,77	0,00	0,00	11.268,91	0,00	0,00	-96.591.859,86
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	316.673.591.373,28	0,00	-119.839,64	0,00	0,00	0,00	316.673.471.533,64
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	494.896,69	5.876.903,61	0,00	0,00	6.371.800,30
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-115.361.297.346,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-115.361.297.346,78
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	112.226.631,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.226.631,54
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	52.975.431,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	52.975.431,49
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2010	298.703.871.816,32	0,00	510.389,27	46.178.340,98	0,00	0,00	298.750.560.546,57
ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TÉCNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2011	298.703.871.816,34	0,00	510.389,27	46.178.340,98	0,00	0,00	298.750.560.546,59
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	391.178.652,14	0,00	0,00	25.390,07	0,00	0,00	391.204.042,21
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	-17.101,11	-12.066,96	0,00	0,00	-29.168,07
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	-350.236,69	4.230.892,02	0,00	0,00	3.880.655,33
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	-299.134.355.145,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-299.134.355.145,93
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	39.304.677,45	0,00	0,00	-0,39	0,00	0,00	39.304.677,06
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	0,00	143.051,47	50.422.555,72	0,00	0,00	50.565.607,19



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		UNIAO - ADM. DIRETA		EMISSÃO 16/02/2012		PÁGINA 2	
ORÇAO SUPERIOR							
ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARII/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	TOTAL	
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2010	97.363.404.356,24	0,00	0,00	-0,01	0,00	97.363.404.356,23	
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-96.591.859,86	0,00	0,00	0,00	0,00	-96.591.859,86	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	316.673.471.533,64	0,00	0,00	-559.568.697.434,84	0,00	-242.895.225.901,20	
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REVALIAÇÃO DE ATIVOS	6.371.800,30	0,00	0,00	857.574.415.238,91	0,00	857.580.787.039,21	
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	18.740.209.931,70	0,00	18.740.209.931,70	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-115.361.297.346,78	0,00	0,00	0,00	0,00	-115.361.297.346,78	
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	112.226.631,54	0,00	0,00	-316.858.154.367,31	0,00	-316.745.927.735,77	
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	52.975.431,49	0,00	0,00	112.226.631,55	0,00	165.202.063,04	
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2010	298.750.560.546,57	0,00	0,00	0,00	0,00	298.750.560.546,57	
ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARII/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	TOTAL	
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2011	298.750.560.546,59	0,00	0,00	-0,01	0,00	298.750.560.546,58	
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	391.204.042,21	0,00	0,00	0,04	0,00	391.204.042,25	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-29.168,07	0,00	0,00	1.556.768.420,61	0,00	1.556.739.252,54	
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REVALIAÇÃO DE ATIVOS	3.880.655,33	0,00	0,00	4.091.676.954,69	0,00	4.095.557.610,02	
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	234.506.758.727,55	0,00	234.506.758.727,55	
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	-299.134.355.145,93	0,00	0,00	299.134.355.145,93	0,00	0,00	
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	39.304.677,06	0,00	0,00	-368.125.174,30	0,00	-328.820.497,24	
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	50.565.607,19	0,00	0,00	538.921.434.074,51	0,00	538.971.999.681,70	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		UNIAO - DIRETA, INDIRETA E FUNDOS		16/02/2012		PÁGINA 1	
ORÇAO SUPERIOR							
ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TÉCNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2010	340.140.613.627,19	13.322.427.260,58	2.190.406.919,57	529.710.861,05	67.259.836,12	15.649.516,10	356.266.067.960,61
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-103.278.114,77	0,00	0,00	11.268,91	0,00	0,00	-103.266.845,86
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	316.675.572.820,06	9.524.823,19	-228.404.207,75	-20.098.690,87	0,00	0,00	316.436.594.744,63
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	17.460.441,97	2.349.916,83	87.645.486,40	0,00	0,00	107.455.845,20
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	3.631.611,79	71.194.277,50	0,00	0,00	74.825.889,29
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	3.521.640.689,37	0,00	0,00	0,00	3.521.640.689,37
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-88.426.902.976,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-88.426.902.976,72
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	-473.172.051,50	1.374.999.975,18	-1.298.509.478,21	-6.554.091,17	4.103.714,46	0,00	-399.131.931,24
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	827.786,29	0,00	0,00	-97.631.564,18	0,00	0,00	-96.803.777,89
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANÇA CRIT CONT.	0,00	0,00	63.601.544,63	0,00	0,00	0,00	63.601.544,63
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2010	567.813.661.090,55	14.724.412.500,92	4.254.716.996,23	564.277.487,64	71.363.550,58	15.649.516,10	587.444.081.142,02
ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TÉCNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2011	567.813.661.090,63	14.724.412.500,92	4.254.716.996,23	564.277.487,64	71.363.550,58	15.649.516,10	587.444.081.142,10
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	411.527.969,69	0,00	0,00	25.390,07	0,00	0,00	411.553.359,76
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	28.275.176,81	-33.529.889,56	-14.179.276,94	0,00	0,00	-19.433.989,69
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	3.055.088,12	24.000.087,40	0,00	0,00	27.055.175,52
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	3.525.966,22	37.880.325,41	0,00	0,00	41.406.291,63
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	3.149.554.443,66	0,00	0,00	0,00	3.149.554.443,66
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	-568.225.189.060,32	2.631.387.559,13	-2.599.299.240,04	-10.144.148,12	24.650.093,46	0,00	-568.178.594.795,89
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	-7.537.324,75	-7.769.853,04	-0,39	0,00	0,00	-15.307.178,18
ERROS/OMISSOES/MUDANÇA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	17.376.537.912,11	4.770.253.511,59	601.857.865,07	96.013.644,04	15.649.516,10	22.860.314.448,91



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS							EXERCICIO 2011	MES DEZEMBRO
UNIAO - DIRETA, INDIRETA E FUNDOS							EMISSAO 16/02/2012	PAGINA 2
ORCAO SUPERIOR								
ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAIL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL	ACOES/COTAS TESOUR.	TOTAL		
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2010	356.266.067.960,61	1.064.883,62	1.882.949,88	-4.859.869.214,64	-776.884.561,19	350.632.262.018,28		
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-103.266.845,86	0,00	0,00	-0,01	0,00	-103.266.845,87		
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	316.436.594.744,63	0,00	0,00	-560.099.124.584,02	0,00	-243.662.529.839,39		
CORRECAO MONETARIA DO PL	107.455.845,20	0,00	0,00	122.418.144,46	0,00	229.873.989,66		
REAVALIACAO DE ATIVOS	74.825.889,29	0,00	0,00	857.577.451.279,29	0,00	857.652.277.168,58		
AUMENTO DE CAPITAL	3.521.640.689,37	0,00	0,00	18.740.209.931,70	0,00	22.261.850.621,07		
RESULTADO DO EXERCICIO	-88.426.902.976,72	0,00	-134.229,93	-1.250.691.074,90	0,00	-89.677.728.281,55		
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-399.131.931,24	0,00	0,00	-316.379.032.127,87	0,00	-316.778.164.059,11		
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	-2.439.252,22	0,00	-2.439.252,22		
SALDOS DE INTEGRACAO	-96.803.777,89	0,00	0,00	326.129.335,18	0,00	229.325.557,29		
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-5.825.184,24	0,00	-5.825.184,24		
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	63.601.544,63	0,00	0,00	0,00	0,00	63.601.544,63		
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-2.150.846,65	0,00	-2.150.846,65		
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2010	587.444.081.142,02	1.064.883,62	1.748.719,95	-5.832.923.593,92	-776.884.561,19	580.837.086.590,48		
							TOTAL	
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	587.444.081.142,10		1.748.719,95	-5.832.923.593,99	-776.884.561,19	580.837.086.590,49		
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	411.553.359,76	0,00	0,00	0,17	0,00	411.553.359,93		
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-19.433.989,69	0,00	0,00	1.036.696.341,60	0,00	1.017.262.351,91		
CORRECAO MONETARIA DO PL	27.055.175,52	0,00	0,00	8.738.979,34	0,00	35.794.154,86		
REAVALIACAO DE ATIVOS	41.406.291,63	0,00	18.242.565,63	3.899.084.218,97	0,00	3.958.733.076,23		
AUMENTO DE CAPITAL	3.149.554.443,66	0,00	0,00	0,00	0,00	3.149.554.443,66		
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	292.324.043.171,38	0,00	292.324.043.171,38		
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-568.178.594.795,89	0,00	0,00	568.178.100.034,63	0,00	-494.761,26		
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	-10.649.175,24	0,00	-10.649.175,24		
SALDOS DE INTEGRACAO	-15.307.178,18	0,00	0,00	2.011.557,97	0,00	-13.295.620,21		
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-2.651.679,50	0,00	-2.651.679,50		
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-980.291,62	0,00	-980.291,62		
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	22.860.314.448,91	1.064.883,62	19.991.285,58	859.601.469.563,71	-776.884.561,19	881.705.955.620,63		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS										EXERCÍCIO 2011	MES DEZEMBRO
SUBTÍTULO		UNIAO - AUTARQUIAS										EMISSÃO 16/02/2012	PÁGINA 1
ORÇÃO SUPERIOR													
ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL						
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2010	30.179.805.320,07	0,00	4.365.330,24	180.075.318,76	0,00	90,10	30.364.246.059,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-15.315.237,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	2.040.466,33	54.813,52	0,00	0,00	2.095.279,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-7.996.594.073,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7.996.594.073,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-787.250.749,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-787.250.749,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	-58.377.261,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-58.377.261,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2010	21.322.267.997,50	0,00	6.405.796,57	180.130.132,28	0,00	90,10	21.508.804.017,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL						
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2011	21.322.267.997,50	0,00	6.405.796,57	180.130.132,28	0,00	90,10	21.508.804.017,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	-2.497.262,70	-68.100,21	0,00	0,00	-2.565.362,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	554.689,75	0,00	0,00	0,00	554.689,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-21.446.492.567,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-21.446.492.567,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	124.224.569,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.224.569,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	0,00	4.463.223,62	180.062.032,07	0,00	90,10	184.525.346,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		UNIAO - AUTARQUIAS		EMISSÃO 16/02/2012		PÁGINA 2	
ORÇAO SUPERIOR							
ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARII/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	TOTAL	
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2010	30.364.246.059,97	0,00	0,00	0,00	0,00	30.364.246.059,97	
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-15.315.237,00	0,00	0,00	14.444.878,84	0,00	-870.358,16	
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REAVALIACAO DE ATIVOS	2.095.279,85	0,00	0,00	0,00	0,00	2.095.279,85	
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-7.996.594.073,97	0,00	0,00	0,00	0,00	-7.996.594.073,97	
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-787.250.749,77	0,00	0,00	772.805.870,93	0,00	-14.444.878,84	
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDOS DE INTEGRACAO	-58.377.261,83	0,00	0,00	-787.250.749,77	0,00	-845.628.011,60	
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2010	21.508.804.017,25	0,00	0,00	0,00	0,00	21.508.804.017,25	
ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARII/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	TOTAL	
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2011	21.508.804.017,25	0,00	0,00	0,00	0,00	21.508.804.017,25	
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-2.565.362,91	0,00	0,00	-423.136.794,74	0,00	-425.702.157,65	
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REAVALIACAO DE ATIVOS	554.689,75	0,00	0,00	-182.961.665,67	0,00	-182.406.975,92	
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-21.446.492.567,19	0,00	0,00	27.792.937.957,13	0,00	27.792.937.957,13	
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	0,00	0,00	21.446.492.567,19	0,00	0,00	
DIVIDENDOS	124.224.569,69	0,00	0,00	0,00	0,00	124.224.569,69	
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	374.445.323,94	0,00	374.445.323,94	
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	184.525.346,59	0,00	0,00	49.007.777.387,85	0,00	49.192.302.734,44	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		UNIAO - FUNDACOES		EMISSAO 16/02/2012		PAGINA 1	
ORCAO SUPERIOR							
ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2010	18.867.409.834,55	0,00	10.236.628,09	48.307.226,17	0,00	0,00	18.925.963.688,81
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-1.535.974,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.535.974,77
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	17.296.683,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.296.683,78
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	1.431.236,10	85.971,57	0,00	0,00	1.517.207,67
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	3.911.908.782,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.911.908.782,31
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	2.027.410,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.027.410,62
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	6.229.616,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.229.616,63
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2010	22.803.336.353,12	0,00	11.667.864,19	48.393.197,74	0,00	0,00	22.863.397.415,05
ESPECIFICACAO	PATRIMONIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	22.803.336.353,13	0,00	11.667.864,19	48.393.197,74	0,00	0,00	22.863.397.415,06
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	6.076.517,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.076.517,44
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	3.321.513,16	0,00	0,00	0,00	3.321.513,16
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCICIO	-22.809.416.161,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-22.809.416.161,04
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	3.290,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.290,47
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	0,00	14.989.377,35	48.393.197,74	0,00	0,00	63.382.575,09



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		UNIAO - FUNDACOES		EMISSAO 16/02/2012		PAGINA 2	
ORCAO SUPERIOR							
ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARII/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	TOTAL	
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2010	18.925.953.688,81	0,00	0,00	-13.142.133,10	0,00	18.912.811.555,71	
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-1.535.974,77	0,00	0,00	0,01	0,00	-1.535.974,76	
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	17.296.683,78	0,00	0,00	17.296.683,78	0,00	34.593.367,56	
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REAVALIACAO DE ATIVOS	1.517.207,67	0,00	0,00	0,00	0,00	1.517.207,67	
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DO EXERCICIO	3.911.908.782,31	0,00	0,00	0,00	0,00	3.911.908.782,31	
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	2.027.410,62	0,00	0,00	-19.324.094,40	0,00	-17.296.683,78	
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDOS DE INTEGRACAO	6.229.616,63	0,00	0,00	2.027.410,62	0,00	8.257.027,25	
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2010	22.863.397.415,05	0,00	0,00	-13.142.133,09	0,00	22.850.255.281,96	
ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARII/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	TOTAL	
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	22.863.397.415,06	0,00	0,00	-13.142.133,10	0,00	22.850.255.281,96	
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	6.076.517,44	0,00	0,00	0,05	0,00	6.076.517,49	
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	-36.863.521,20	0,00	-36.863.521,20	
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REAVALIACAO DE ATIVOS	3.321.513,16	0,00	0,00	-8.709.987,87	0,00	-5.388.474,71	
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	6.366.544.075,39	0,00	6.366.544.075,39	
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-22.809.416.161,04	0,00	0,00	22.809.416.161,04	0,00	0,00	
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDOS DE INTEGRACAO	3.290,47	0,00	0,00	0,00	0,00	3.290,47	
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	63.382.575,09	0,00	0,00	29.117.244.594,31	0,00	29.180.627.169,40	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS										EXERCÍCIO 2011	MES DEZEMBRO
SUBTÍTULO		UNIAO - EMPRESAS PÚBLICAS										EMISSÃO 16/02/2012	PÁGINA 1
ORÇÃO SUPERIOR													
ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL						
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2010	0,00	3.895.057,119,57	1.630.999.733,22	131.421.285,68	67.259.835,32	0,00	5.724.737.973,79						
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	9.524.823,19	-11.706.339,67	-316.207,44	0,00	0,00	-2.497.723,92						
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	17.460.441,97	923.400,71	87.645.486,40	0,00	0,00	106.029.329,08						
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	-334.987,33	0,00	0,00	0,00	-334.987,33						
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	2.850.361.413,79	0,00	0,00	0,00	2.850.361.413,79						
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	1.075.510.474,56	-999.019.977,59	0,00	4.103.714,46	0,00	80.594.211,43						
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	-97.631.564,18	0,00	0,00	-97.631.564,18						
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	63.601.544,63	0,00	0,00	0,00	63.601.544,63						
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2010	0,00	4.997.552.859,29	3.534.824.787,76	121.119.000,46	71.363.549,78	0,00	8.724.860.197,29						
ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL						
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2011	0,00	4.997.552.859,29	3.534.824.787,76	121.119.000,46	71.363.549,78	0,00	8.724.860.197,29						
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	28.275.176,81	-30.988.521,75	-14.099.109,77	0,00	0,00	-16.812.454,71						
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	3.055.088,12	0,00	0,00	0,00	3.055.088,12						
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	2.734.459.136,54	0,00	0,00	0,00	2.734.459.136,54						
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	2.631.387.559,13	-2.599.299.240,04	-1.138.806,04	24.650.093,46	0,00	55.599.606,51						
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00						
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	7.657.215.595,23	3.642.051.250,63	105.881.084,65	96.013.643,24	0,00	11.501.161.573,75						



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		UNIAO - EMPRESAS PÚBLICAS		EMISSION		PÁGINA 2	
ORÇÃO SUPERIOR				16/02/2012			
ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARIAL/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	TOTAL	
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2010	5.724.737.973,79	1.064.883,62	0,00	-806.366.838,56	0,00	4.919.436.018,85	
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-2.497.723,92	0,00	0,00	5.027.817,34	0,00	2.530.093,42	
CORRECAO MONETARIA DO PL	106.029.329,08	0,00	0,00	128.206.095,80	0,00	234.235.424,88	
REAVALIACAO DE ATIVOS	-334.987,33	0,00	0,00	3.036.040,38	0,00	2.701.053,05	
AUMENTO DE CAPITAL	2.850.361.413,79	0,00	0,00	0,00	0,00	2.850.361.413,79	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	-459.814.379,17	0,00	-459.814.379,17	
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	80.594.211,43	0,00	0,00	-80.594.211,43	0,00	0,00	
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	-2.439.252,22	0,00	-2.439.252,22	
SALDOS DE INTEGRACAO	-97.631.564,18	0,00	0,00	220.325.688,98	0,00	122.694.124,80	
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	-5.825.184,24	0,00	-5.825.184,24	
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	63.601.544,63	0,00	0,00	0,00	0,00	63.601.544,63	
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-2.150.846,65	0,00	-2.150.846,65	
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2010	8.724.860.197,29	1.064.883,62	0,00	-1.000.595.069,77	0,00	7.725.330.011,14	
ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARIAL/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	TOTAL	
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2011	8.724.860.197,29	1.064.883,62	0,00	-1.000.595.069,77	0,00	7.725.330.011,14	
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-16.812.454,71	0,00	0,00	-17.895.292,08	0,00	-34.707.746,79	
CORRECAO MONETARIA DO PL	3.065.088,12	0,00	0,00	9.570.496,44	0,00	12.625.584,56	
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	18.242.565,63	643.672,15	0,00	18.886.237,78	
AUMENTO DE CAPITAL	2.734.459.136,54	0,00	0,00	0,00	0,00	2.734.459.136,54	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	-654.865.765,08	0,00	-654.865.765,08	
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	55.599.606,51	0,00	0,00	-55.599.606,51	0,00	0,00	
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	-10.649.175,24	0,00	-10.649.175,24	
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	-11.838.215,83	0,00	-11.838.215,83	
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	-2.651.679,50	0,00	-2.651.679,50	
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-980.291,62	0,00	-980.291,62	
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	11.501.161.573,75	1.064.883,62	18.242.565,63	-1.744.860.927,04	0,00	9.775.608.095,96	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS										EXERCÍCIO 2011	MES DEZEMBRO
SUBTÍTULO	UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA										EMISSÃO 16/02/2012	PÁGINA 1
ORÇAO SUPERIOR												
ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL					
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2010	0,00	5.719.887.581,30	544.669.895,80	129.503.890,65	0,00	0,00	6.394.061.367,75					
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	-216.578.028,44	-19.782.483,43	0,00	0,00	-236.360.511,87					
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	1.426.516,12	0,00	0,00	0,00	1.426.516,12					
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	65.176.588,80	0,00	0,00	65.176.588,80					
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	671.279.275,58	0,00	0,00	0,00	671.279.275,58					
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	299.489.500,62	-299.489.500,62	-6.554.091,17	0,00	0,00	-6.554.091,17					
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2010	0,00	6.019.377.081,92	701.308.158,44	168.343.904,85	0,00	0,00	6.889.029.145,21					
ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIACAO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TECNICAS	SUBTOTAL					
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2011	0,00	6.019.377.081,92	701.308.158,44	168.343.904,85	0,00	0,00	6.889.029.145,21					
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	-27.004,00	0,00	0,00	0,00	-27.004,00					
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	24.000.087,40	0,00	0,00	24.000.087,40					
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	33.649.433,39	0,00	0,00	33.649.433,39					
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	415.095.307,12	0,00	0,00	0,00	415.095.307,12					
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	0,00	0,00	-9.005.342,08	0,00	0,00	-9.005.342,08					
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	-7.537.324,75	-7.769.853,04	0,00	0,00	0,00	-15.307.177,79					
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	6.011.839.757,17	1.108.606.608,52	216.988.083,56	0,00	0,00	7.337.434.449,25					



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		UNIAO - SOC ECONOMIA MISTA		16/02/2012		PÁGINA 2	
ORÇAO SUPERIOR							
ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARII/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	TOTAL	
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2010	6.394.061.367,75	0,00	1.882.949,88	-4.031.475,050,11	0,00	2.364.469.267,52	
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-236.360.511,87	0,00	0,00	2.893.975,67	0,00	-233.466.536,20	
CORRECAO MONETARIA DO PL	1.426.516,12	0,00	0,00	-5.787.951,34	0,00	-4.361.435,22	
REAVALIACAO DE ATIVOS	65.176.588,80	0,00	0,00	0,00	0,00	65.176.588,80	
AUMENTO DE CAPITAL	671.279.275,58	0,00	0,00	0,00	0,00	671.279.275,58	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	-134.229,93	-790.876.695,73	0,00	-791.010.925,66	
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-6.564.091,17	0,00	0,00	6.059.330,45	0,00	-494.760,72	
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2010	6.889.029.145,21	0,00	1.748.719,95	-4.819.186.391,06	0,00	2.071.591.474,10	
ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARII/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	TOTAL	
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2011	6.889.029.145,21	0,00	1.748.719,95	-4.819.186.391,06	0,00	2.071.591.474,10	
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-27.004,00	0,00	0,00	-42.176.470,99	0,00	-42.203.474,99	
CORRECAO MONETARIA DO PL	24.000.087,40	0,00	0,00	-831.517,10	0,00	23.168.570,30	
REAVALIACAO DE ATIVOS	33.649.433,39	0,00	0,00	-1.508.681,48	0,00	32.140.751,91	
AUMENTO DE CAPITAL	415.095.307,12	0,00	0,00	0,00	0,00	415.095.307,12	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	-439.309.004,03	0,00	-439.309.004,03	
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-9.005.342,08	0,00	0,00	8.510.580,82	0,00	-494.761,26	
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDOS DE INTEGRACAO	-15.307.177,79	0,00	0,00	15.126.209,22	0,00	-180.968,57	
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	7.337.434.449,25	0,00	1.748.719,95	-5.279.375.274,62	0,00	2.059.807.894,58	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		UNIAO - FUNDOS		EMISSÃO 16/02/2012		PÁGINA 1	
ORÇÃO SUPERIOR							
ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TÉCNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2010	193.770.419.617,01	3.707.482.559,71	0,00	112.911,33	0,00	15.649.426,00	197.493.664.514,05
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-5.139.011,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.139.011,23
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	31.019.079.661,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.019.079.661,72
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	199.824.656,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	199.824.656,11
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANÇA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2010	224.984.184.923,61	3.707.482.559,71	0,00	112.911,33	0,00	15.649.426,00	228.707.429.820,65
ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TÉCNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2011	224.984.184.923,66	3.707.482.559,71	0,00	112.911,33	0,00	15.649.426,00	228.707.429.820,70
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	14.272.800,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.272.800,11
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	-224.834.925.186,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-224.834.925.186,16
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	-163.532.537,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-163.532.537,61
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANÇA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	3.707.482.559,71	0,00	112.911,33	0,00	15.649.426,00	3.723.244.897,04



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		UNIAO - FUNDOS		EMISSÃO 16/02/2012		PÁGINA 2	
ORÇAO SUPERIOR							
ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARII/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	TOTAL	
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2010	197.493.664.514,05	0,00	0,00	-8.885.192,88	-776.884.561,19	196.707.894.759,98	
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-5.139.011,23	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.139.011,23	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	-570.090.504,81	0,00	-570.090.504,81	
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REAVALIÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	31.019.079.661,72	0,00	0,00	0,00	0,00	31.019.079.661,72	
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	199.824.656,11	0,00	0,00	-199.824.656,11	0,00	0,00	
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	778.800.353,80	0,00	778.800.353,80	
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2010	228.707.429.820,65	0,00	0,00	0,00	-776.884.561,19	227.930.545.259,46	
						TOTAL	
ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARII/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	TOTAL	
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2011	228.707.429.820,70	0,00	0,00	-0,05	-776.884.561,19	227.930.545.259,46	
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	14.272.800,11	0,00	0,00	0,08	0,00	14.272.800,19	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REAVALIÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	-56.072,85	0,00	-56.072,85	
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	24.751.977,180,42	0,00	24.751.977.180,42	
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	-224.834.925.186,16	0,00	0,00	224.834.925.186,16	0,00	0,00	
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	-163.532.537,61	0,00	0,00	-7.596.585,06	0,00	-171.129.122,67	
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	3.723.244.897,04	0,00	0,00	249.579.249.708,70	-776.884.561,19	252.525.610.044,55	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		UNIAO - INDIRÉTA(EXCETO FUNDOS)		EMISSÃO 16/02/2012		PÁGINA 1	
ÓRGÃO SUPERIOR							
ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TÉCNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2010	49.047.215.154,62	9.614.944.700,87	2.190.271.587,35	489.307.721,26	67.259.836,12	90,10	61.408.999.090,32
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-1.535.974,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.535.974,77
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.981.446,78	9.524.823,19	-228.284.368,11	-20.098.690,87	0,00	0,00	-236.876.789,01
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	0,00	17.460.441,97	2.349.916,83	87.645.486,40	0,00	0,00	107.455.845,20
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	3.136.715,10	65.317.373,89	0,00	0,00	68.454.088,99
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	3.521.640.689,37	0,00	0,00	0,00	3.521.640.689,37
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-4.084.685.291,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.084.685.291,66
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	-785.223.339,15	1.374.999.975,18	-1.298.509.478,21	-6.554.091,17	4.103.714,46	0,00	-711.183.218,89
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	-52.147.645,20	0,00	0,00	-97.631.564,18	0,00	0,00	-149.779.209,38
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT CONT.	0,00	0,00	63.601.544,63	0,00	0,00	0,00	63.601.544,63
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTÁRIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2010	44.125.604.350,62	11.016.929.941,21	4.254.206.606,96	517.986.235,33	71.363.550,58	90,10	59.986.090.774,81
ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TÉCNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2011	44.125.604.350,63	11.016.929.941,21	4.254.206.606,96	517.986.235,33	71.363.550,58	90,10	59.986.090.774,81
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	6.076.517,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.076.517,44
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	28.275.176,81	-33.512.788,45	-14.167.209,98	0,00	0,00	-19.404.821,62
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	0,00	0,00	3.055.088,12	24.000.087,40	0,00	0,00	27.055.175,52
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	3.876.202,91	33.649.433,39	0,00	0,00	37.525.636,30
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	3.149.554.443,66	0,00	0,00	0,00	3.149.554.443,66
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	-44.255.908.728,23	2.631.387.559,13	-2.599.299.240,04	-10.144.148,12	24.650.093,46	0,00	-44.209.314.463,80
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	124.227.860,16	-7.537.324,75	-7.769.853,04	0,00	0,00	0,00	108.920.682,37
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTÁRIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	13.669.065.352,40	4.770.110.460,12	551.324.398,02	96.013.644,04	90,10	19.086.503.944,68



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS		EXERCICIO		MES	
				2011		DEZEMBRO	
SUBTITULO		UNIAO - INDIRETA(EXCETO FUNDOS)		EMISSAO		PAGINA	
ORCAO SUPERIOR				16/02/2012		2	
ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L	
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2010	61.408.999.090,32	1.064.883,62	1.882.949,88	-4.850.984.021,76	0,00	56.560.962.902,06	
AVARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-1.535.974,77	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.535.974,77	
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-236.876.789,01	0,00	0,00	39.663.355,63	0,00	-197.213.433,38	
CORRECAO MONETARIA DO PL	107.455.845,20	0,00	0,00	122.418.144,46	0,00	229.873.989,66	
REAVALIACAO DE ATIVOS	68.454.088,99	0,00	0,00	3.036.040,38	0,00	71.490.129,37	
AUMENTO DE CAPITAL	3.521.640.689,37	0,00	0,00	0,00	0,00	3.521.640.689,37	
RESULTADO DO EXERCICIO	-4.084.685.291,66	0,00	-134.229,93	-1.250.691.074,90	0,00	-5.335.510.596,49	
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-711.183.218,89	0,00	0,00	678.946.895,55	0,00	-32.236.323,34	
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	-2.439.252,22	0,00	-2.439.252,22	
SALDOS DE INTEGRACAO	-149.779.209,38	0,00	0,00	-564.897.650,17	0,00	-714.676.859,55	
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-5.825.184,24	0,00	-5.825.184,24	
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	63.601.544,63	0,00	0,00	0,00	0,00	63.601.544,63	
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-2.150.846,65	0,00	-2.150.846,65	
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2010	59.986.090.774,80	1.064.883,62	1.748.719,95	-5.832.923.593,92	0,00	54.155.980.784,45	
ESPECIFICACAO	SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L	
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011	59.986.090.774,81	1.064.883,62	1.748.719,95	-5.832.923.593,93	0,00	54.155.980.784,45	
AVARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	6.076.517,44	0,00	0,00	0,05	0,00	6.076.517,49	
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-19.404.821,62	0,00	0,00	-520.072.079,01	0,00	-539.476.900,63	
CORRECAO MONETARIA DO PL	27.055.175,52	0,00	0,00	8.738.979,34	0,00	35.794.154,86	
REAVALIACAO DE ATIVOS	37.525.636,30	0,00	18.242.565,63	-192.536.662,87	0,00	-136.768.460,94	
AUMENTO DE CAPITAL	3.149.554.443,66	0,00	0,00	0,00	0,00	3.149.554.443,66	
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	33.065.307.263,41	0,00	33.065.307.263,41	
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-44.209.314.463,80	0,00	0,00	44.208.819.702,54	0,00	-494.761,26	
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	-10.649.175,24	0,00	-10.649.175,24	
SALDOS DE INTEGRACAO	108.920.682,37	0,00	0,00	377.733.317,33	0,00	486.653.999,70	
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO	0,00	0,00	0,00	-2.651.679,50	0,00	-2.651.679,50	
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	-980.291,62	0,00	-980.291,62	
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	19.086.503.944,68	1.064.883,62	19.991.285,58	71.100.785.780,50	0,00	90.208.345.894,38	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		UNIAO - FUNDOS(DIRETA)		EMISSÃO 16/02/2012		PÁGINA 1	
ORÇÃO SUPERIOR							
ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TÉCNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2010	192.629.396.187,03	3.707.482.559,71	0,00	112.911,33	0,00	15.649.426,00	196.352.641.084,07
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-5.139.011,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.139.011,23
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	27.391.877.583,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.391.877.583,70
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-578.975.697,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-578.975.697,69
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2010	219.437.159.061,81	3.707.482.559,71	0,00	112.911,33	0,00	15.649.426,00	223.160.403.958,85
ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TÉCNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2011	219.437.159.061,86	3.707.482.559,71	0,00	112.911,33	0,00	15.649.426,00	223.160.403.958,90
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	14.272.800,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.272.800,11
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-219.451.431.861,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-219.451.431.861,97
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	3.707.482.559,71	0,00	112.911,33	0,00	15.649.426,00	3.723.244.897,04



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		UNIAO - FUNDOS(DIRETA)		EMISSÃO 16/02/2012		PÁGINA 2	
ORÇÃO SUPERIOR							
ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARIAL/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	TOTAL	
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2010	196.352.641.084,07	0,00	0,00	-8.885.192,88	-776.884.561,19	195.566.871.330,00	
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	-5.139.011,23	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.139.011,23	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	-570.090.504,81	0,00	-570.090.504,81	
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	27.391.877.583,70	0,00	0,00	0,00	0,00	27.391.877.583,70	
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-578.975.697,69	0,00	0,00	578.975.697,69	0,00	0,00	
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2010	223.160.403.958,85	0,00	0,00	0,00	-776.884.561,19	222.383.519.397,66	
ESPECIFICAÇÃO	SUBTOTAL	RES ATUARIAL/OUTRAS	AJUST DE AVAL PATRI	AJUST DE LUCR./PREJ.ACUMUL.	ACOES/COTAS TESOUR.	TOTAL	
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2011	223.160.403.958,90	0,00	0,00	-0,05	-776.884.561,19	222.383.519.397,66	
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL	14.272.800,11	0,00	0,00	0,08	0,00	14.272.800,19	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CORRECAO MONETARIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
REAVALIACAO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	-56.072,85	0,00	-56.072,85	
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	23.871.083.004,55	0,00	23.871.083.004,55	
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS	-219.451.431.861,97	0,00	0,00	219.451.431.861,97	0,00	0,00	
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDOS DE INTEGRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	3.723.244.897,04	0,00	0,00	243.322.458.793,70	-776.884.561,19	246.268.819.129,55	



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO		DEMONSTRAÇÃO MUTAÇÕES PATRIMÔNIO LÍQUIDO - OFSS		EXERCÍCIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTÍTULO		UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)		EMISSÃO 16/02/2012		PÁGINA 1	
ORÇÃO SUPERIOR							
ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TÉCNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2010	1.141.023.429,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.141.023.429,98
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.627.202.078,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.627.202.078,02
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	778.800.353,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	778.800.353,80
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT. CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV. PARA CONTRIB. SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV. TRIBUTÁRIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2010	5.547.025.861,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.547.025.861,80
ESPECIFICAÇÃO	PATRIMÔNIO	CAPITAL SOCIAL	RESERV. DE CAPITAL	RES. DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS	RESERVAS TÉCNICAS	SUBTOTAL
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO 2011	5.547.025.861,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.547.025.861,80
VARIAÇÃO CAMBIAL - SALDO INICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORREÇÃO MONETÁRIA DO PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AUMENTO DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONSTITUIÇÃO/REVERSAO DE RESERVAS	-5.383.493.324,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.383.493.324,19
DIVIDENDOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDOS DE INTEGRAÇÃO	-163.532.537,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-163.532.537,61
PROVISÃO SOBRE O RES DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ERROS/OMISSÕES/MUDANÇA CRIT. CONT.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV. PARA CONTRIB. SOCIAL S/ LUCRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROV. TRIBUTÁRIAS - IRPJ DIFERIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO		DEMONSTRACAO MUTACOES PATRIMONIO LIQUIDO - OFSS				EXERCICIO 2011		MES DEZEMBRO	
SUBTITULO		UNIAO - FUNDOS(INDIRETA)				EMISSAO 16/02/2012		PAGINA 2	
ORGAO SUPERIOR									
ESPECIFICACAO		SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAI PATRI	AJUST DE LUCR /PREJ.ACUMUL	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L		
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2010		1.141.023.429,98	0,00	0,00	0,00	0,00	1.141.023.429,98		
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CORRECAO MONETARIA DO PL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
REAVALIACAO DE ATIVOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RESULTADO DO EXERCICIO		3.627.202.078,02	0,00	0,00	0,00	0,00	3.627.202.078,02		
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS		778.800.353,80	0,00	0,00	-778.800.353,80	0,00	0,00		
DIVIDENDOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SALDOS DE INTEGRACAO		0,00	0,00	0,00	778.800.353,80	0,00	778.800.353,80		
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2010		5.547.025.861,80	0,00	0,00	0,00	0,00	5.547.025.861,80		
ESPECIFICACAO		SUBTOTAL	RES ATUARI/OUTRAS	AJUST DE AVAI PATRI	AJUST DE LUCR /PREJ.ACUMUL	ACOES/COTAS TESOUR.	T O T A L		
SALDO INICIAL DO EXERCICIO 2011		5.547.025.861,80	0,00	0,00	0,00	0,00	5.547.025.861,80		
VARIACAO CAMBIAL - SALDO INICIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CORRECAO MONETARIA DO PL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
REAVALIACAO DE ATIVOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
AUMENTO DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RESULTADO DO EXERCICIO		0,00	0,00	0,00	880.894.175,87	0,00	880.894.175,87		
CONSTITUICAO/REVERSAO DE RESERVAS		-5.383.493.324,19	0,00	0,00	5.383.493.324,19	0,00	0,00		
DIVIDENDOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SALDOS DE INTEGRACAO		-163.532.537,61	0,00	0,00	-7.596.585,06	0,00	-171.129.122,67		
PROVISAO SOBRE O RES DO EXERCICIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
ERROS/OMISSOES/MUDANCA CRIT CONT.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PROV PARA CONTRIB SOCIAL S/ LUCRO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
PROV TRIBUTARIAS - IRPJ DIFERIDO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SALDO FINAL DO MES CONSULTA/2011		0,00	0,00	0,00	6.256.790.915,00	0,00	6.256.790.915,00		

PARTE VI – PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELOS ÓRGÃOS/ENTIDADES A PARTIR DAS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - CONTAS DE 2010**6.1 – Recomendação I: à Presidência da República, que priorize a execução das ações identificadas no anexo de prioridades e metas da LDO frente às demais ações discricionárias.**Providências adotadas:

“Foi elaborada a Nota Técnica (RCH) nº 38/2011 contendo análise sobre o percentual de execução das ações prioritárias constantes na LDO/2011, com o objetivo de orientar as UG da Presidência da República, que na ocasião estavam com baixa execução, para que envidassem esforços no sentido de priorizar tais ações.

Também foi realizada reunião no dia 14/10/2011, com a participação de representantes da Secretaria de Políticas para Mulheres, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Geral e Coordenação de Orçamento e Planejamento – Secretaria da Administração, onde foram apresentadas as ações Prioritárias constantes na LDO/2011 e solicitadas as previsões de sua execução até o final do corrente exercício por parte dos órgãos gestores responsáveis.”

6.2 – Recomendação II: à Secretaria do Tesouro Nacional - STN e à Secretaria de Orçamento Federal – SOF, que apresentem em 90 dias estudos com soluções que visem coibir que haja execução orçamentária com fontes de recursos sem suficiente disponibilidade financeira;Providências adotadas:

“Com vistas ao atendimento da recomendação foram realizadas várias reuniões entre representantes das duas Secretarias, ficando estabelecido que as duas Secretarias, nos meses de setembro e novembro de cada exercício, levantarão as informações relativas à execução anual das receitas e despesas (valores realizados e previstos) do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, por fonte de recursos, de modo que sejam realizados os remanejamentos de dotações orçamentárias com as necessárias trocas de fontes de recursos, ajustando-se assim as dotações disponíveis para evitar a execução orçamentária com fontes de recursos sem suficiente disponibilidade financeira no final de cada exercício.

Assim, essa confrontação entre os valores da dotação para o exercício e os valores da disponibilidade prevista para o final do ano permitirá às Secretarias do Tesouro Nacional e de Orçamento Federal uma gestão proativa no sentido da realização tempestiva dos necessários

remanejamentos de dotações orçamentárias antecipando-se e evitando-se os casos de insuficiência financeira, como ocorrido no final do exercício de 2010.

Por fim, cabe esclarecer que já para o exercício corrente a demonstração de suficiência financeira para a execução das fontes orçamentárias, pode ser verificada no demonstrativo anexo, que leva em consideração o superávit financeiro apurado no ano de 2010, impactando positivamente pelos cancelamentos dos restos a pagar durante o exercício, bem como a receita realizada até o mês de setembro e a estimativa atualizada da receita para os meses de outubro, novembro e dezembro, comparativamente com a dotação disponível, por fonte de recursos.

Considerando o acima exposto, entendemos que o procedimento de verificação das dotações orçamentárias e da disponibilidade financeira por fontes de recursos a ser realizado conjuntamente pelas secretarias do Tesouro Nacional e de Orçamento Federal, nos meses de setembro e novembro, constituirá mecanismo de controle que evitará a execução orçamentária com fontes de recursos sem suficiente disponibilidade financeira, cumprindo dessa forma recomendação do Tribunal de Contas da União constante do Acórdão nº 1406/2011 às citadas secretarias.”

6.3 – Recomendação III: à Presidência da República e aos Ministérios da Fazenda, das Comunicações e de Minas e Energia, supervisores das empresas Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, IRB - Brasil Resseguros S.A., Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, Companhia Energética do Piauí – Cepisa, Eletrobrás Participações S.A. – Eletropar, Fafen Energia S.A., Petrobras Netherlands B.V. – PNBV, Petrobras Química S.A. – Petroquisa, Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG, Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp, que orientem suas supervisionadas no sentido de, na execução do Orçamento de Investimento, observarem a vedação constante do inciso II do art. 167 da Constituição Federal;Providências Adotadas:

A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras apresentou como justificativas para extrapolações orçamentárias das empresas do Grupo, antecipações de cronograma em obras, compra de equipamentos, decisões judiciais desfavoráveis que geraram

obrigações de indenização e acréscimo de gastos com manutenção de instalações.

As maiores variações orçamentárias deveram-se ao pioneirismo e inovação tecnológica empregada nos projetos de regaseificação, gastos decorrentes de pleitos de fornecedores para ajustes contratuais, indenizações por liberação de faixa e servidão de gasodutos e desenvolvimento de projetos conceituais para implantação de UTEs.

Na Petrobras Netherlands B.V. - PNBV, a extrapolação se deveu às flutuações e volatilidade de câmbio.

Para mitigar os riscos de extrapolação de futuros gastos, inclusive nas fontes de recursos, a empresa adota uma rotina de acompanhamento mensal da realização e projeção de investimentos, estudos e projeções sobre variáveis econômicas nacionais e estrangeiras, de forma a corrigir situações de inconformidade e adotar, em tempo, providências para que problemas orçamentários sejam sanados em face de dinâmica dos negócios/atendimento do mercado nacional e a legalidade da execução dos gastos do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG informou que realiza reuniões periódicas com as gerências responsáveis para acompanhamento do orçamento de investimento, de modo a evitar a ocorrência de gastos acima das dotações autorizadas.

A Petrobras Química S.A. - Petroquisa informou que o valor executado além do autorizado na LOA 2010, se deveu ao pagamento de indenizações pagas após valor fixado em juízo, o que fugiu ao controle da empresa, mesmo após revisão do OAI/PDG.

A Companhia Petroquímica de Pernambuco - Petroquímica Suape informou que teve compromissos a honrar nos primeiros dias de janeiro de 2011, logo, para que a liberação ocorresse em tempo para pagamento dos compromissos, foi necessária a obtenção de recursos em dezembro de 2010, e a fim de corrigir novos desvios, a Companhia incluiria no orçamento do ano de 2011 recursos que possam ser necessários no início de 2012, e caso sejam insuficientes, buscaria a negociação com os fornecedores para eventuais postergações nos pagamentos.

Furnas Centrais Elétricas S.A. entende que não descumpriu o Art 167, inciso II, da Constituição Federal, uma vez que o total dos recursos de terceiros utilizado para o aporte nos investimentos foi menor que o montante aprovado para aquele fim.

A Eletrobras Participações S.A. - Eletropar informou que extrapolação se deveu alteração promovida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC nº 04 -

Ativos Intangíveis, que define que custos com treinamento devem ser agregados ao valor original do ativo. A empresa havia adquirido software de controle financeiro e a empresa fornecedora ofereceu treinamento para os usuários da ferramenta tecnológica.

A Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear manteve, até novembro/2010, a execução dentro dos limites orçamentários autorizados, entretanto ocorreu aceleração nos investimentos em dezembro/2010, o que levou à extrapolação dos limites autorizados. Para evitar novas extrapolações, a Empresa promoveu ajustes nos sistemas de previsão.

A Companhia Energética do Piauí - Cepisa informou que após os devidos ajustes o valor executado ficou abaixo do valor autorizado, contudo os sistemas já estavam fechados para correções.

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. informa que está envidando esforços no sentido de superar em tempo hábil as exigências as quais se submetem as liberações de recursos provenientes de operações de crédito.

6.4 - Recomendação IV: às empresas Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, IRB - Brasil Resseguros S.A., Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, Companhia Energética do Piauí - Cepisa, Eletrobrás Participações S.A. - Eletropar, Fafen Energia S.A., Petrobras Netherlands B.V. - PNBV, Petrobras Química S.A. - Petroquisa, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG, Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp, que, no âmbito do Orçamento de Investimento, abstenham-se de executar suas despesas acima das respectivas dotações autorizadas, em observância à vedação constante do inciso II do art. 167 da Constituição Federal.

Providências Adotadas:

ELETROPAR:

"Esclarecemos que a Eletropar no exercício social de 2010 realizou a aquisição de software de controle financeiro com o objetivo de otimizar as operações de tesouraria.

Em função dessa aquisição, a empresa fornecedora do aplicativo ofereceu treinamento para os usuários da referida ferramenta tecnológica. O valor do treinamento, considerando as novas práticas contábeis vigentes no Brasil, especificamente o Pronunciamento Técnico emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC nº 04 - Ativos Intangíveis, define que, no caso concreto, os custos

com treinamento devem ser agregados ao valor original do ativo. Com isso, ocorreu a extrapolação no montante de R\$ 1.902,00 da dotação orçamentária prevista para esse gasto, o que representa 12% acima do orçado. Tal situação não teria ocorrido se os gastos com treinamento não tivessem sido agregados ao valor original do ativo, posto que seriam reconhecidos como serviços de terceiros, não consumindo recursos do Orçamento de Investimento. Nesse sentido, o fato constituiu-se numa situação atípica, a qual não apresenta histórico de ocorrência na Companhia, já que nos pautamos pela adequada execução orçamentária com base nas dotações aprovadas.”

CEPISA:

“Em janeiro de 2011, foram registrados no Sistema de Acompanhamento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPO, administrado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, na entrada de dados de acompanhamento do Orçamento de Investimento 2010 – Acompanhamento Bimestral – Dispêndio – Formulário de Captação de Dados – Formulário 49, os dados preliminares de dezembro, relativos ao investimento realizado pela Companhia Energética do Piauí. Com esses valores preliminares, o Projeto 87770022 – Ampliação da Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Estado do Piauí registrou no sistema de acompanhamento, em 2010, o valor de R\$ 5.494.292, superior ao valor orçado, de R\$ 5.485.999. Quando do encerramento do ano contábil, em abril/2011, o valor definitivo apurado para o citado Projeto foi de R\$ 5.479.603, portando, inferior ao orçado. Neste momento, o Sistema de Acompanhamento já se encontrava fechado para a inclusão/alteração de dados, e não foi aceito o registro do valor definitivo.

No entanto, esclarecemos que o valor total do investimento realizado pela Companhia em 2010, no total de R\$ 276.455.144, foi inferior ao orçado, de R\$ 719.363.414.”

ECT:

“(…) informamos abaixo as ações implementadas pelo Departamento de Planejamento Econômico e Financeiro – DEPEF visando atender à recomendação:

1. Intensificação da divulgação interna da cultura do investimento na Organização. Esta ação, junto às áreas executoras do orçamento, visa aprimorar os mecanismos de gestão e proporcionar um olhar mais crítico sobre a análise dos resultados. Nessa linha, mensalmente são apresentados, à Diretoria Executiva, os valores executados em comparação com os valores planejados, momento em que há uma busca de maior comprometimento das áreas envolvidas.

2. Implementação do módulo de Gestão no Sistema de Planejamento Orçamentário – SPO, propiciando um melhor acompanhamento da execução orçamentária, pelas diversas áreas da empresa, sendo as principais funcionalidades:

- 2.1. Definição do limite orçamentário definido diretamente no sistema;
- 2.2. Geração de interface com o sistema de execução orçamentária;
- 2.3. Facilidade de acompanhamento, por demanda, dos valores planejados x executados.

3. Preparação, via treinamento e Comunicações Internas, dos Gerentes Financeiros para atuarem como representantes orçamentários nas Diretorias Regionais, onde estes têm um papel de fundamental importância nas orientações e acompanhamento da execução orçamentária, junto às áreas;

4. Alteração de procedimentos, no Departamento de Planejamento Econômico e Financeiro, no momento de efetuar registros de cancelamentos de créditos orçamentários no sistema de execução orçamentária – ERP, passando a fazê-lo imediatamente após a aprovação do cancelamento em Reunião de Diretoria Executiva e não mais após a publicação do Decreto autorizativo. Este procedimento evita que ocorra execução orçamentária de valores maiores do que aqueles aprovados.”

TBG:

“- Com relação à ação de investimento 48670001 ocorreu, de fato, um excesso de 0,2% sobre o orçamento aprovado para 2010, ano de conclusão do referido investimento;

- Quanto à ação 80200001, houve realização financeira acima da dotação autorizada em 5,5%, devido a antecipações na obra e na entrega dos equipamentos para construção da estação de entrega Replan/SP;

- Ressaltamos que a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG realizou 95% do total de investimentos aprovado na reprogramação do Programa de Dispêndios Globais - PDG/OAI 2010.

Como providências adotadas, temos:

Realização de reuniões periódicas com as gerências responsáveis para acompanhamento dos orçamentos de investimento, de modo a evitar a ocorrência de gastos acima das dotações autorizadas.”

BNDES:

“Como medidas para controle de gastos, o BNDES, no mês de julho último, realizou a revisão dos valores previstos para o Orçamento de Investimento de 2011, de modo a alinhar os valores da dotação original às necessidades atuais do Banco. Como resultado da revisão do Orçamento de Investimento, o BNDES irá propor ao DEST no mês de setembro redução de cerca de 42% da dotação inicial prevista para 2011.

Cabe observar ainda que, historicamente, o BNDES sempre teve realização de seu Orçamento de Investimentos em montantes inferiores aos valores finais aprovados.”

BNB:

“Informamos que, por meio do processo atual do controle do orçamento de investimentos, temos adotado as providências necessárias, junto às demais áreas integrantes do orçamento, com vistas a identificar as necessidades de cancelamentos ou suplementações orçamentárias de modo a não extrapolar as dotações legalmente autorizadas, haja vista que nos últimos dez anos houve apenas um caso de extrapolação por projeto/ação, conforme demonstrativo abaixo. No entanto, estaremos acompanhando amiúde para que não ocorram novas extrapolações.

PROJETO/AÇÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
3324 – MODERNIZAÇÃO DE AGÊNCIAS	42,9%	31,4%	30,3%	32,0%	50,6%	53,5%	35,1%	19,3%		
0781 4106 – MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO	44,8%	26,4%	29,5%	36,4%	33,65%	33,5%	21,8%	13,2%	70,6%	52,2%
0807 4101 – MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	87,3%	56,5%	45,3%	85,0%	30,3%	46,1%	12,2%	12,7%	71,6%	52,5%
0807 4102 – MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS E MÁQUINAS	84,3%	59,8%	63,8%	45,7%	89,9%	84,9%	51,3%	12,9%	86,9%	74,6%
0807 4103 – MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO	12,4%	12,9%	26,8%	91,6%	85,5%	64,3%	100,0%	57,6%	35,3%	111,8%
0781 3252 – INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ATENDIMENTO BÁSICO	-	-	-	14,1%	0,0%	0,0%	9,9%	0,0%	57,3%	44,8%
TOTAL GERAL DOS INVESTIMENTOS	30,9%	29,7%	34,4%	40,4%	44,5%	50,7%	30,5%	17,7%	68,6%	63,7%

PETROQUISA:

“A Petroquisa é proprietária de um complexo de terras de 975 há de extensão, composto por 9.376 unidades, situadas no município de Itaguaí-RJ. A maior parte deste complexo de terras (725 há) foi adquirida pela Petroquisa através de trdestinação de imóveis originariamente desapropriados pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e a menor porção (250 há) foi adquirida por meio de desapropriação promovida diretamente pela Petroquisa, à época, para fins de implantação do pólo petroquímico do Rio de Janeiro.

A Petroquisa detém a imissão provisória na posse de toda a área do complexo, embora ainda restem 357 unidades urbanas pendentes de regularização, e cujas respectivas 318 ações de desapropriação se achem em curso perante as duas varas cíveis da Comarca de Itaguaí, procedimentos que ora são conduzidos pelo Jurídico da Petroquisa.

Estas ações judiciais podem ser julgadas a qualquer momento, de acordo com o trâmite relativo a cada um dos processos. E, uma vez julgadas, estas decisões judiciais geram à Petroquisa uma obrigação de indenizar o proprietário do terreno expropriado e a competente ordem de pagamento indenizatório no momento fixado pelo juízo.

Relativamente aos registros contábeis, a equipe de normas contábeis da Contabilidade da Petrobras, com base no BR GAAP, US GAAP e IFRS concluiu pela necessidade de reclassificação contábil do terreno, que antes estava sendo registrado no ‘Realizável a Longo Prazo’ da Petroquisa, passando a ser contabilizado no ‘Ativo Imobilizado’. Especificamente com base no IFRS – IAS 16 – Property, Plant and Equipment, concluiu-se que o terreno que a Petroquisa detém em Itaguaí – RJ deveria ser reclassificado para o grupo de ativo imobilizado.

Com isso, as indenizações decorrentes das ações judiciais de desapropriação ainda em curso, que anteriormente eram também apropriadas no ‘Realizável a Longo Prazo’, passaram igualmente a serem apropriadas no ‘Ativo Imobilizado’.

Para fazer face a esta movimentação contábil, foi solicitado orçamento legal no Orçamento Anual de Investimentos – OAI 2010. Entretanto, o orçamento solicitado ficou aquém do realizado, pois, em 2010, foi julgada uma quantidade maior de processos do que o esperado. Como já citado, estas decisões judiciais obrigam a Petroquisa a cumprir o pagamento do valor arbitrado pelo juízo a título de indenização pela desapropriação do terreno ao

expropriado, e por consequência, impactam em sua realização orçamentária de ativo imobilizado, daí a realização de 0,3% acima do previsto, de R\$ 48.811 mil.

Para que possamos evitar futuras extrapolações, será avaliada uma forma de melhorar a acurácia da projeção das indenizações decorrentes decisões judiciais nos processos de desapropriação ainda em curso. Tal projeção será refletidas na revisão do OAI 2011 e na proposta do OAI 2010."

6.5 – Recomendação V: às empresas IRB - Brasil Resseguros S.A., Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, Eletrobrás Participações S.A. – Eletropar, Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Fafen Energia S.A., Eólica Mangue Seco 2 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. – Mangue Seco 2, Companhia Petroquímica de Pernambuco – Petroquímicasuape e Furnas - Centrais Elétricas S.A., que, na execução do Orçamento de Investimento, observem o montante aprovado para as respectivas fontes de financiamento, em obediência à vedação constante do inciso II do art. 167 da Constituição Federal;

Providências Adotadas:

ELETRONUCLEAR:

"Até novembro de 2010, a execução orçamentária estava realizada dentro do previsto. Em dezembro, houve aceleração dos investimentos que levou a uma maior realização frente aos meses anteriores, e que impossibilitou o atendimento ao artigo 55 da LDO, dado que a Portaria nº 3 de 03.02.2010, do MPOG no artigo 4º estabelece o limite de 20.11.2010 para alterações na execução orçamentária. Considerando que a Cia. Obteve uma geração de caixa maior do que a prevista, a maior realização orçamentária foi feita, com base na geração própria de caixa. Estes fatores levaram a um melhor perfil de endividamento, com resultados positivos no Balanço de 2010, em função de melhora do perfil de endividamento. Com o intuito de evitar nova ocorrência destes fatos, estamos promovendo ajustes em nossos sistemas de previsão que nos permitirão antever futuras distorções."

FURNAS:

"Com relação às fontes de financiamento indicadas para a realização do Orçamento de Investimentos, foi aprovada a seguinte distribuição de recursos:

FONTES	DECRETO + CRÉDITOS	REALIZADO
Recursos Próprios	573.066.494	494.354.790
Oper Crédito Internas	695.316.471	259.786.771
Outras Oper LPrazo	339.059.603	491.148.919
TOTAL	1.607.442.568	1.245.290.480

Com relação à rubrica "Outras Operações de Longo Prazo", que apresentou uma realização superior ao previsto, a Diretoria Financeira considerando dificuldades encontradas no levantamento dos recursos junto ao BNDES, optou por levantar recursos junto à Controladora, classificado na rubrica "Operações de Crédito Internas", tendo em vista a necessidade de assegurar o cumprimento dos cronogramas de obras do PAC e outras sob a responsabilidade da empresa.

É importante esclarecer que os recursos indicados para garantir a realização das despesas com investimento são planejados em função de variáveis que, durante o exercício orçamentário podem se alterar, ensejando a necessidade de alteração na estratégia da captação de recursos, o que pode implicar mudanças na composição das rubricas. É nosso entendimento, que esse quadro pode se repetir em outras oportunidades, entretanto, sem configurar desobediência ao disposto no inciso II do artigo 176, da Constituição Federal, que condiciona a despesa ao crédito orçamentário ou adicionais, sem a limitação por rubrica.

Vale observar, por oportuno, que o total dos recursos de terceiros utilizado para o aporte nos investimentos em 2010, foi menor do que o montante aprovado para esse fim (R\$ 750.935.690 utilizados contra R\$ 1.034.376.074 aprovados), não caracterizando, assim, o descumprimento do inciso II do art. 167 da Constituição Federal.

Informamos que a Diretoria Financeira vem aperfeiçoando permanentemente seus processos internos de planejamento, de forma a mitigar quaisquer riscos inerentes aos esforços de captação de recursos e aos custos associados a essa operação."

ELETROSUL:

"Após análise da recomendação V, e do Inciso II do artigo 167 da Constituição Federal, intuimos tratar-se da utilização de recursos próprios, como fonte de financiamentos dos investimentos, em níveis superiores ao estimado (11% a mais). Ressaltamos que tal fato não trouxe prejuízo imediato para a Administração Pública, haja vista que os recursos próprios em questão tem origem na geração interna de caixa da Empresa e não em repasse de fundos públicos. A Eletrosul, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, é uma estatal não dependente.

A realização descrita decorre da frustração temporária de alguns recursos provenientes de Operações de Créditos de Longo Prazo, como BNDES ou mesmo Eletrobras. Assim, com o objetivo de não comprometer o andamento dos empreendimentos e consequentemente trazer

maiores prejuízos para a Empresa, foram realizados os investimentos previstos na LOA, com recursos próprios, que se compensarão quando da liberação dos recursos de terceiros. É de se ressaltar que a liberação dos recursos pelos agentes financiadores estão, geralmente, condicionados a comprovação financeira da utilização, bem como à apresentação de diversos documentos oriundos de órgãos externos, como ANEEL, órgãos ambientais, etc, o que, por vezes, atrasam em relação ao previsto.

Todavia, em face da recomendação, envidaremos, doravante, esforços para superar, em tempo hábil, as exigências as quais se submetem as liberações de recursos geralmente vinculados a órgãos comandados pela própria União.

Por outro lado, adotaremos providências para, em caso de possível extrapolação da fonte de recursos próprios, comunicar a priori formalmente ao órgão responsável com vistas a emissão de portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPO retificando os limites previstos conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias Capítulo II – Seção VIII – Artigo 55.”

MANGUE SECO 2:

“A Eólica Mangue Seco 02 já vem adotando a postura adequada, no sentido de observar o montante aprovado para a respectiva fonte de financiamento, tanto que, para o ano de 2010, realizou somente 6,9% do investimento autorizado, conforme demonstrativo anexado, enviado juntamente com o Ofício nº 547/2011/MP/SE/DEST do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Anexo 01). Nesse sentido, reitera que relativamente ao ano corrente (2011), até o mês de julho, realizou apenas 36,4% do investimento previsto, conforme demonstrado no mesmo anexo do Ofício citado.

PETROQUÍMICA SUAPE:

“A extrapolação na obtenção de recursos pela Petroquímica Suape no ano de 2010 ocorreu devido ao fato de que a Companhia teve compromissos a honrar nos primeiros dias de janeiro de 2011, logo, para que a liberação ocorresse em tempo para pagamento dos compromissos, foi necessária a obtenção de recursos em dezembro de 2010.

A fim de corrigir desvios posteriores, a Companhia incluirá no orçamento do ano de 2011 recursos que possam ser necessários no início de 2012. Caso sejam estes recursos insuficientes, buscará a negociação com os fornecedores para eventuais postergações nos pagamentos.”

IRB:

Em relação ao exercício de 2010, o IRB-Brasil Resseguros S.A. (IRB-Brasil Re) extrapolou o limite

previsto para o seu Orçamento de Investimento, porque, em setembro de 2010, foi solicitado um cancelamento no montante de R\$ 17,3 milhões do limite aprovado para o OI/2010 e, em dezembro, foram identificados lançamentos em despesas que na verdade deveriam ter sido classificados como investimentos e, então, precisaram ser reclassificados. Não fosse o cancelamento, a reclassificação dos investimentos, feita em dezembro, não teria ocasionado a ultrapassagem do limite orçamentário.

Com o objetivo de atender o limite imposto por Lei para os gastos referentes ao Orçamento de Investimento (OI) do IRB-Brasil Re, algumas ações têm sido adotadas durante o exercício de 2011, outras estão sendo aprimoradas e, além disso, novos processos estão sendo desenhados de forma a garantir que, a partir de 2012, todos os procedimentos estejam de acordo com as recomendações destacadas pelo Órgão de Controle.

Das ações que já estão em prática, destaca-se a realização de reuniões periódicas com áreas que apresentam interface com o processo do OI dentro da Empresa. Dessa forma, o limite orçamentário tem sido acompanhado tempestivamente, bem como identificadas situações/projetos de investimentos passíveis de ocasionar possíveis desvios orçamentários.

Além disso, a partir deste ano, quando o limite fixado atinge mais de 90% de realizações, todas as novas solicitações, devidamente motivadas, precisam passar pela aprovação expressa da Diretoria Executiva do IRB-Brasil Re.

De modo a evitar o ocorrido em 2010, estão sendo desenvolvidas, a partir de 2011, atividades contínuas referentes à verificação da movimentação das contas de ativos imobilizados, intangíveis e imobilizações em andamento, bem como à verificação junto às áreas de compras dos procedimentos de contabilização e, ainda, à identificação de possíveis despesas lançadas como investimento e vice-versa.

Durante o exercício de 2011, o IRB-Brasil Re encontra-se em processo de modernização de seu parque tecnológico, com a implantação do sistema de apoio administrativo e com a compra do novo sistema de negócios, em função da abertura do mercado de resseguros e da entrada de competidores globalizados no mercado nacional.

Dada a condição de empresa estatal, os trâmites para a execução desses investimentos obedecem à Lei nº 8.666/ de 21.06.1993, o que às vezes ocasiona o descasamento entre a data estimada para o gasto na previsão orçamentária e a sua efetiva realização, além de eventualmente ocorrer discrepâncias entre o valor orçado e o efetivamente

realizado, uma vez que a modalidade usualmente utilizada é de pregão eletrônico.

Em relação à melhoria nos controles, continuam sendo realizadas, bimestralmente, pela Audiori a Interna do IRB-Brasil Re, auditorias de acompanhamento orçamentário nas quais alerta e adverte sobre fragilidades na utilização do orçamento previsto para o ano vigente.

Quanto à melhoria de processos, visando evitar novas ocorrências, encontra-se em andamento a revisão do processo de elaboração e acompanhamento do orçamento do IRB-Brasil Re. A Gerência de Controles Internos identificou pontos de atenção no processo que dão margem à realização de despesas em desconformidade com o orçamento planejado. Para evitar a repetição do erro, novos controles foram propostos (ações ligadas ao acompanhamento da execução orçamentária de forma tempestiva pela Diretoria da Empresa) e outros estão sendo discutidos para avaliar sua eficiência e aderência ao processo, principalmente no cenário de implantação de um novo sistema ERP (o adquirido foi o sistema SAP), comprado recentemente pelo IRB-Brasil Re e com o início das operações dos primeiros módulos previsto para o segundo semestre de 2011.

6.6 – Recomendação VI: ao Ministério da Fazenda, que adote um plano de ação, no prazo de 30 dias, para compatibilizar os valores da arrecadação da dívida ativa contidos no sistema Cadastro Integrado da Dívida Ativa da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional com os registrados no Siafi;

Providências Adotadas:

PGFN:

“A representante da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Fazenda coordenou trabalho com os representantes da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), representantes da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), representantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e representantes da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) para elaboração de plano de ação para compatibilizar as contas conforme apontado pelo TCU.

O plano de ação tem por escopo básico definir metodologia para identificação e ajuste dos principais pontos que estão redundando na desarmonia entre os valores da arrecadação informados no sistema Siafi e os valores de arrecadação que constam no sistema que controla os créditos inscritos em Dívida Ativa. No plano de ação estão programadas ações de levantamento dos gargalos, de adequação dos números informados pela RFB, PGFN de forma a que estejam

totalmente ajustados com os números que constem no Siafi.

Etapas Básicas do Plano de Ação:

DEFINIÇÃO DE CONCEITOS, DA ABRANGÊNCIA E DA ESTRUTURA DA INFORMAÇÃO SOBRE OS VALORES DA ARRECADAÇÃO QUE ESTÃO EM DESARMONIA:

1. Elaboração e apresentação pela PGFN e RFB dos principais conceitos referentes aos valores da arrecadação (Mapa e Fita DAU/CLACON e SIEF Pagamentos). Responsáveis: PGFN e RFB – período: 15 dias;

2. Apresentação pela STN dos principais conceitos sobre valores da arrecadação (Contas contábeis, procedimentos contábeis e quadros do BGU). Responsável STN – período: 10 dias.

3. Definir a taxonomia dos valores da arrecadação entre PGFN, RFB e STN com reunião para definição de nomenclaturas comuns aos mesmos valores da arrecadação. Responsáveis: STN/RFB/PGFN – período: 1 dia.

TRATAMENTO PARA INFORMAÇÃO EQUIVALENTE PELA PGFN E RFB NOS CAMPOS CONTÁBEIS INFORMADOS PELA STN:

1. Apresentação da visão contábil pela PGFN encaminhada pelos mapas contábeis. Responsável: PGFN – período: 1 dia.

2. Apresentação da visão contábil pela RFB encaminhada pelos sistemas de registro da arrecadação. Responsável: RFB – período: 1 dia.

3. Realizar análise crítica da visão contábil apresentada pela PGFN e RFB, cotejando com as informações do Siafi para harmonização dos campos contábeis da arrecadação. Responsáveis: PGFN, RFB e STN – período: 1 dia.

TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES REGISTRADAS NO SIAFI PARA QUE HAJA CONVERGÊNCIA COM AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO SISTEMA DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS (PGFN/RFB):

1. Verificar os pontos a serem informados no BGU pela PGFN. Responsável PGFN – Período: 7 dias.

2. Verificar os pontos a serem informados na arrecadação pela RFB. Responsável RFB – Período: 7 dias.

3. Conciliar as informações contábeis no Siafi com as informações da RFB e da PGFN. Responsável STN – Período: 7 dias.

4. Efetuar os testes para a rotina a ser adotada pelo ajuste dos números registrados no acervo. Responsáveis: PGFN/RFB/STN – Período: 30 dias.

ESTABELECIMENTO DE ROTINA DE VERIFICAÇÃO MENSAL DOS NÚMEROS INFORMADOS:

1. Manualizar rotina de conciliação interna sobre os números da arrecadação constantes nos sistemas de controle dos órgãos de origem (PGFN/RFB). Responsáveis: PGFN/RFB/STN – Período: 30 dias.

2. Manualizar rotina de conciliação em nível de BGU sobre os números da arrecadação da dívida ativa. Responsáveis: PGFN/RFB/STN – Período: 30 dias.

3. Reunião para conciliação dos números do exercício. Responsáveis: PGFN/RFB/STN. Período: 30 dias.

AJUSTE NOS SISTEMAS DE GERAÇÃO E REGISTRO DOS VALORES DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO – ARRECADAÇÃO:

1. Ajustar os sistemas da PGFN, a partir da conclusão das etapas anteriores com encaminhamento da especificação ao prestador de serviço (Serpro) para que apresente o prazo para desenvolvimento dos ajustes propostos.

2. Ajustar os sistemas da RFB, a partir da conclusão das etapas anteriores com encaminhamento da especificação ao prestador de serviço (Serpro) para que apresente o prazo para desenvolvimento dos ajustes propostos.

3. Ajustar os sistemas da STN, a partir da conclusão das etapas anteriores com encaminhamento da especificação ao prestador de serviço (Serpro) para que apresente o prazo para desenvolvimento dos ajustes propostos.

4. Cronograma de início e conclusão das Etapas Básicas do Plano de Ação: O cronograma previsto para o presente Plano de Ação, com vistas a harmonizar os números da arrecadação da Dívida Ativa da União, refere-se às etapas básicas que serão tratadas e implementadas pela PGFN, RFB e STN, conforme indicado no item 3, não constando do cronograma eventuais ajustes nos sistemas envolvidos, em que o prazo de desenvolvimento dependerá de cronograma de entrega a ser apresentado pelo prestador de serviço (Serpro).

Início dos trabalhos: 15/08/2011

Conclusão dos trabalhos: 04/01/2010.”

Foi elaborado Plano de Ação pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Secretaria do Tesouro Nacional. O referido plano foi enviado ao TCU em 16/08/2011 por meio do aviso nº 269/GMF – (Anexo 2 a este Ofício). Como produto final foi elaborada Nota-Conjunta nº 02 STN/PGFN/RFB, de 20 de janeiro de 2012, constatando que não há possibilidades de conciliação entre os valores apresentados pela PGFN e pela STN, pois os objetivos, critérios, atribuições e o próprio funcionamento dos sistemas

de informática dos órgãos tem tratamento da questão de forma diferente.

6.7 – Recomendação VI: aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Integração Nacional, do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que identifiquem os saldos remanescentes de entidades vinculadas extintas ou liquidadas e tomem, se for o caso, as providências necessárias para as devidas baixas desses valores no Siafi

Providências Adotadas:**MMA:**

“A empresa Companhia de Desenvolvimento de Barcarena – CODEBAR teve o processo de liquidação encerrado em junho de 2010, conforme consta na Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2010, quando foram apreciados, votados e aprovados, a aprovação do Relatório Final de Liquidação, a aprovação das Demonstrações Contábeis e, dentre outros, o encerramento do processo de liquidação mediante a incorporação dos bens móveis e imóveis da sociedade ao patrimônio da União; a transferência do contencioso judicial da sociedade à Advocacia Geral da União; a transferência dos haveres e deveres da sociedade à Secretaria do Tesouro Nacional; e a destinação do acervo documental da sociedade ao Arquivo Nacional.

Na análise do balancete da unidade gestora, observou-se a permanência de saldos em contas contábeis que necessitavam de ajustes e/ou transferência para as unidades autorizadas a receber os haveres e deveres. Entretanto, com a desmobilização dos recursos humanos da empresa, a Setorial Contábil deste Ministério do Meio Ambiente tem providenciado os lançamentos de ajustes.

Visando atender o processo de extinção e em ação conjunta com a STN, já foi providenciada a baixa de valores referentes ao saldo de apropriações de contratos de fornecedores e devoluções de valores recebidos após o encerramento das atividades, dentre outros.

No presente momento, a Setorial Contábil está efetuando um levantamento para identificação dos valores, visando à continuidade das transferências dos saldos remanescentes aos respectivos órgãos, trabalho esse que exige uma extensa pesquisa decorrente da análise de cópias de documentos fornecidos pelo liquidante.

Ainda no cumprimento da recomendação, foram expedidos ofícios à Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF (Ofício nº 043/2011-SPOA/SECEX/MMA),

à Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Pará – SPU/PA (Ofício nº 142/2011/SPOA/SECEX/MMA) e à Secretaria do Patrimônio da União – SPU/MP (ofício nº 03/2012/SPOA/SECEX/MMA), e realizadas reuniões com o Departamento de Extinções – DEST/MP, com vistas à obtenção de informações complementares quanto à transferência dos saldos remanescentes.

Até o presente momento, o MMA não obteve respostas aos expedientes encaminhados. Assim que obtiver as devidas orientações da STN/MF, da SPU/MP e do DEST/MP, prosseguirá adotando todas as providências cabíveis para a baixa dos valores no SIAFI.”

MI:

“A Sudam já regularizou no Sistema Siafi os saldos das contas remanescentes da extinta Sudam (UG/Gestão: 193012/19201), conforme Contas Contábeis abaixo esclarecidas:

Conta Contábil: 11112.99.05 – Banco da Amazônia – Efetuamos a regularização por meio das 2011NL000002 (29/04/2011), 2011NL000003 (13/09/2011) e 2011NL000004 (15/09/2011).

Conta Contábil: 14111.01.00 – Participações em Empresas – Efetuamos a regularização por meio da 2011NS000001 transferindo para a Sudam (UG/Gestão: 533013/53202) os saldos desta Conta Contábil.

MP:

“Esta mesma recomendação constou na apreciação de contas de exercícios anteriores, sendo que, em 28 de dezembro de 2005, foi constituído por Portaria do Diretor do então Departamento de Extinção e Liquidação – DELIQ, Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de regularização de saldos contábeis em órgãos e entidades extintos, com o objetivo de atender à recomendação do TCU quando da análise do Balanço Geral da União, no exercício de 2004.

Cabe esclarecer que o então DELIQ era responsável pelas Atividades relacionadas à supervisão de processos de extinção de órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, sendo que pela edição do Decreto 6.929, de 0 de agosto de 2009, as atribuições relacionadas à liquidação de empresas estatais foram transferidas para o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST.

A conclusão do Grupo de Trabalho constou da Nota Técnica nº 011/DELIQ/SE/MP, de 14 de julho de 2006, com as informações sobre os saldos existentes e as propostas de encaminhamento,

incluindo demandas junto a outros órgãos de vinculação das respectivas unidades gestoras.

Foram acatadas as sugestões de encaminhamento propostas pelo Grupo de Trabalho, conforme constou da Nota Técnica nº 10/DELIQ/SE/MP, de 26 de abril de 2007, restando alguns saldos pendentes de regularização, situação justificada pelas respectivas unidades responsáveis, conforme mencionado no mesmo documento.

Em 1º de outubro de 2009, conforme citado na Nota Informativa nº 01/DEAEX-MP, constava saldo de um convênio na extinta Secretaria de Desenvolvimento Regional/SDR-PR, sendo conveniente o extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, o que foi objeto do processo nº 04330.000339/2009-71, sendo o respectivo saldo contábil registrado na conta “Arquivado”, pela aplicação da Instrução Normativa TCU nº 56/2007, após a manifestação favorável da Secretaria Federal de Controle Interno/CGU.

Essa providência foi informada no Relatório de Gestão do exercício de 2009, não existindo outros saldos em órgãos ou empresas extintas que dependam de gestões deste Departamento. Consta às páginas 449/468 do Relatório do TCU sobre as contas do Governo da República de 2010, as recomendações referentes ao exercício anterior e as providências, referindo-se, inclusive, à recomendação tratada nesta Nota, como segue:

Recomendação: (...).

Comentários: No que se refere aos órgãos e entidades em processo de liquidação ou extinção, houve a baixa, em 2010, dos saldos remanescentes de R\$ 274 mil, registrados na Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e de R\$ 48,4 milhões, referentes ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER). Ademais, a Companhia de Colonização do Nordeste (Colone), encerrada desde 1999, mantém, como nos exercícios anteriores, registro de patrimônio líquido negativo da ordem de R\$ 3,3 milhões; a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena (Codebar) ainda apresentou, ao final de 2010, patrimônio líquido de R\$ 8 milhões, assim como as extintas Sudam (código 20602, patrimônio de R\$ 764 mil) e Sudene (código 20601, patrimônio de R\$ 75,7 mil). Quanto à responsabilidade pela gestão do processo de liquidação da Colone, na Parte VII da PCPR 2010, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) esclarece que, nos termos do Decreto 2.646, de 30/07/1998, tal competência foi atribuída ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Nesse sentido, aquela entidade solicitou, por meio da Mensagem 1244089, veiculada no SIAFI em 08/10/2010, a correspondente alteração do órgão superior da Colone.

Situação: parcialmente atendida.”

Quanto aos órgãos e entidades mencionados, merece ressaltar que apenas a Codebar teve a supervisão do processo de liquidação iniciada no então DELIQ, conforme constou do Decreto nº 6.182/2007, sendo concluído o processo após a transferência para o DEST. A unidade gestora da extinta Codebar está vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

O extinto DNER, conforme constou dos Decretos nºs 4.128/2002 e 4.803/2003, está vinculado ao Ministério dos Transportes, que responde por todos os procedimentos de inventariança.

As extintas Sudam e Sudene, conforme consta da Medida Provisória nº 2.146/2001, tiveram seus processos de inventariança coordenados pelo Ministério da Integração Nacional.

Quanto à Colone, extinta pelo Decreto nº 2.648/98, está sendo revista a vinculação da respectiva unidade gestora, conforme mencionado nos comentários da recomendação.”

MAPA:

“A UG 130004 – Centrais de Abastecimento do Amazonas – Ceasa Amazonas foi liquidada e até a presente data consta em seu balancete slado remanescente no valor de R\$ 943.693,00, conforme balancete em anexo e por tratar-se de inscrição em Diversos Responsáveis (Conta 11229.08.00 FALTA OU IRREGULARIDADE DE COMPROVAÇÃO), a Coordenação de Contabilidade só poderá adotar as providências no sentido de promover as devidas baixas, após julgamento e publicação do Acórdão pelo Tribunal de Contas da União.”

6.8 – Recomendação VIII: à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, na qualidade de órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, que:

a) avalie a pertinência de incluir, nas demonstrações contábeis consolidadas do Balanço Geral da União, os saldos referentes às entidades Fundação Habitacional do Exército e Funai – Patrimônio Indígena e aos fundos Conta de Desenvolvimento Energético e Reserva Global de Reversão, sem prejuízo da evidenciação, em nota explicativa, dos saldos referentes às entidades que, porventura, permaneçam excluídas do processo de consolidação, apontando os critérios que as excluam da consolidação;

b) em conjunto com as setoriais contábeis do Ministério da Fazenda e da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, concilie periodicamente, e sobretudo por ocasião do encerramento do exercício, os saldos de créditos parcelados registrados no Ativo com os valores de estoque de

parcelamentos fazendários e previdenciários constantes dos sistemas de informação da RFB;

c) em conjunto com as setoriais contábeis do Ministério da Fazenda e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, concilie periodicamente, e sobretudo por ocasião do encerramento do exercício, os saldos de créditos inscritos em Dívida Ativa registrados no Ativo com os valores de estoque de créditos da Dívida Ativa constantes dos sistemas de informação da PGFN;

d) considere como ocorrências passíveis de restrição na conformidade contábil do BGU a ausência de registro da provisão para perdas prováveis e a omissão de baixa de valores prescritos relativamente aos créditos, bens e valores em circulação, e aos valores realizáveis a longo prazo registrados nos balanços patrimoniais dos órgãos da administração direta;

e) apresente em notas explicativas quaisquer mudanças na elaboração das demonstrações contábeis, com respectivos impactos nas análises das contas que forem alteradas, extintas ou criadas por tais mudanças;

f) estabeleça critério para o agrupamento de contas (Benefícios diversos a pagar, Outros débitos a pagar, Compensações diversas, Outras Despesas Correntes – Outras Despesas e Créditos Diversos a Receber - Outros Créditos) nas demonstrações contábeis consolidadas e detalhe os referidos agrupamentos em nível razoável de evidenciação;

g) verifique e regularize os saldos irrelevantes nas rubricas constantes nas Demonstrações Contábeis da União;

h) acompanhe sistematicamente, em conjunto com os órgãos setoriais de contabilidade, o registro dos créditos adicionais no Siafi, com vistas a garantir a qualidade das informações do Balanço Orçamentário;

i) efetue estudos para identificar as causas da diferença entre os valores referentes às despesas intra-orçamentárias e as receitas intra-orçamentárias, bem como solucione as inconsistências apontadas ao longo do Relatório para os próximos exercícios;

j) efetue estudos com vistas a avaliar, quanto aos aspectos técnicos, sobre a possibilidade de implementar alterações na metodologia de apuração dos valores dos ingressos e dispêndios extra-orçamentários na elaboração do Balanço Financeiro, a fim de propiciar o exercício efetivo da gestão, controle e transparência da gestão dos recursos públicos.;

k) apresente em notas explicativas análise das variações relevantes verificadas em rubricas dos balanços consolidados;

l) oriente os órgãos e as entidades do Poder Executivo Federal a tomarem providências tempestivas objetivando evitar situações de restrição na conformidade contábil do Balanço Geral da União;

m) apresente em nota explicativa às demonstrações contábeis relação dos órgãos ou entidades que fazem o registro de receitas segundo o regime de competência, indicando as receitas e respectivos valores, ainda que aproximados;

n) oriente os Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal a efetuarem regularmente a conformidade contábil no Siafi de suas Demonstrações Contábeis;

Providências Adotadas:

“item a) Entendemos que não seja pertinente a inclusão integral dessas entidades no Balanço Geral da União, por não pertencerem ao OFSS e seguirem procedimentos e classificação contábil próprios. Assim, a informação seria prejudicada com critérios contábeis diferentes. Porém, os saldos das contas dessas entidades serão evidenciados em notas explicativas, como já ocorre com os fundos Conta de Desenvolvimento Energético e Reserva Global de Reversão.

Item b) Em articulação com a RFB, serão efetuados procedimentos para possibilitar a realização da conciliação das contas de créditos fazendários e previdenciários. Será enviado documento oficial para a RFB, solicitando as medidas cabíveis para que os créditos registrados representem de forma fidedigna a situação patrimonial real.

Item c) Em articulação com a PGFN e RFB, um plano de ação foi elaborado a fim de permitir que seja efetivada a conciliação das contas de créditos inscritos em dívida ativa. Espera-se que os sistemas da PGFN, RFB e STN estejam adequados às mudanças até o começo do ano que vem e que na próxima PCPR não haja inconsistências nos valores informados pelos diferentes órgãos. Foi enviado Comunica Siafi 2012/0117215, em 19.01.2012, à Setorial Contabil do MF, solicitando informações sobre a conciliação.

Item d) Foi enviada Mensagem Siafi 2011/1422408 a todas as unidades gestoras enfatizando a importância dos registros de constituição, reversão e baixa de provisões, bem como da necessidade de promover a baixa de valores prescritos. Foram criadas restrições específicas para cada situação. Está sendo elaborada também macrofunção relativa a créditos tributários e não tributários para evidenciar os procedimentos mais adequados.

Item e) É efetuada a evidenciação das mudanças em notas explicativas, inclusive já foi solicitada às Setoriais Contábeis a inclusão dessa informação nas máscaras das notas explicativas.

Item f) Está sendo realizado estudo para melhoria dessa informação nos balanços. Além disso, em alguns casos, tem sido alvo de notas explicativas, observando a materialidade e a natureza das informações.

Item g) Apesar de que não existe definição do conceito de saldos irrisórios/irrelevantes, esta CCONT emitiu mensagens Siafi Comunica para as unidades gestoras, com o objetivo de promover o levantamento dos respectivos saldos que tenham características de irrisórios e quando for o caso promover as devidas regularizações. Não obstante, será incluído item específico para saldos irrisórios/irrelevantes na Norma de Encerramento de Exercício concernente às classes de contas contábeis. Cabe salientar que essa verificação é realizada manualmente, porém existe um projeto, que trata de auditores das regras de balanço, que possibilitará fazer a verificação de forma automática (CONINDBAL). Quando vier a ser implementado possibilitará identificar tais situações. Pode-se solicitar tal acompanhamento também.

Item h) Foram realizadas reuniões entre a CCONT e SOF com a finalidade de identificar situações que estão causando impacto no Balanço Orçamentário, especificamente com referência aos créditos adicionais aprovados. A partir daí, será verificada a necessidade de implementação/alteração de rotinas para a adequação do registro contábil à fonte de recursos referentes aos créditos aprovados. Está sendo elaborado passo-a-passo para permitir o acompanhamento/conciliação desses registros em confronto com as respectivas publicações pelas Setoriais Orçamentárias e Financeiras. No exercício de 2011 não foi apurada nenhuma inconsistência.

Item i) As diferenças vêm sendo devidamente evidenciadas em notas explicativas e serão feitas análises para verificar a viabilidade de novos procedimentos a fim de diminuir tais diferenças. Grande parte da diferença apresentada refere-se às receitas tributárias e previdenciárias, pois os códigos de arrecadação não fazem separação entre os valores intra e não intra. Na reformulação dos processos na RFB pode-se verificar a possibilidade de duplicar tais códigos. Porém cabe ressaltar que não é aderente à rotina a igualdade de valores entre receitas e despesas intra-orçamentárias, devido aos regimes contábeis diferentes de um e outro.

Item j) Serão efetuados estudos referentes aos valores de restos a pagar para verificar a viabilidade de mudança na metodologia de elaboração do Balanço Financeiro. Concluiu-se que, devido as inúmeras e complexas alterações que irão acontecer

na contabilidade pública, tais como a implantação do novo Plano de Contas e das novas demonstrações contábeis, essa alteração na metodologia de apuração será adotada juntamente com essas novas mudanças.

Item k) Essa evidenciação vem sendo feita em notas explicativas.

Item l) Esta CCONT realiza diariamente análise dos saldos contábeis das unidades/órgãos através dos demonstrativos, auditores contábeis e demais transações contábeis, visando orientar a correção do máximo de inconsistências nos demonstrativos antes do fechamento de cada mês. Essa tarefa é reforçada novamente no período de proximidade do fechamento de cada mês e do final do exercício, inclusive através de mensagem Siafi Comunica, de e-mail e telefonemas para as unidades e setoriais de contabilidade. Reiteramos a necessidade de se promover este acompanhamento e correções de forma tempestiva, através da mensagem Siafi Comunica nº 2010/1170860, 2011/154766 e 2011/1323453. Reiteramos a necessidade de se promover esse acompanhamento e correções de forma tempestiva, através das mensagens Siafi nº 2010/1170860, 2011/154766, 2011/1323453 e 2011/1941308 para as unidades gestoras.

Item m) Será efetuada pesquisa no Siafi para verificar quais unidades possuem registro de créditos a receber para posterior questionamento do regime utilizado. Cabe ressaltar que será considerara a relevância dos registros.

Item n) Foi enviada mensagem Siafi 2011/1404830 a todas as unidades gestoras questionando o não registro da conformidade contábil. Foi criada mensagem Siafi 2011/1397976 e 2011/1404830, não automática ainda, lembrando as datas e reforçando a necessidade do registro de conformidade contábil. Os Comunica estão sendo enviados mensalmente, percebendo-se uma redução no número de órgãos que não efetuaram a conformidade ao longo do ano.”

Complementando essas ações, foi enviado Comunica Siafi nº 2012/0166606, de 26.01.2012, informando as todas as unidades gestoras que a CCONT está tomando medidas para que as unidades adotem providências efetivas e tempestivas para a regularização das inconsistências. A CCONT irá publicar no BGU anual, a partir do exercício de 2011, e nos BGU trimestrais, as reincidências de restrições, por órgão, para que os órgãos de controle tomem ciência e adotem as medidas necessárias.”

6.9 – Recomendação IX: ao Banco Central do Brasil, que inclua em suas demonstrações

financeiras e contábeis a evidenciação dos fluxos relativos às receitas decorrentes da senhoriagem obtida na emissão de moeda;

Providências Adotadas:

“Foi encaminhado o Aviso nº 89/2011-BCB ao Tribunal de Contas da União, informando que, tendo em vista a complexidade da matéria, o Departamento de Contabilidade e Execução Financeira (Deafi) e o Departamento Econômico (Depec) do Banco Central do Brasil estão realizando estudos sobre a metodologia mais adequada para a divulgação das informações solicitadas, de forma que elas possam ser incluídas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.”

Verificou-se que nas Demonstrações Financeiras de 31/12/2011 do Bacen consta nota nº38 – Receita de Senhoriagem que aborda a questão.

6.10 – Recomendação X: reiterar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a recomendação efetuada nas Contas do Governo, relativas ao exercício de 2009, no sentido de que priorize a completa implementação do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

Providências Adotadas:

Foi implementado em 13 de julho de 2010 o módulo de prestação de contas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV.

Está programada com o Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados a implantação em 30 de outubro de 2011 do módulo de acompanhamento e fiscalização, que permitirá um acompanhamento concomitante à execução, e, consequentemente, a adoção de medidas preventivas de forma ágil, eficaz e eficiente.

Estão programadas em 20 de dezembro de 2011, as implantações das funcionalidades de eventos de rescisão, extinção, anulação e retificação.

Previsão de implantação em 30 de outubro de 2011 da funcionalidade de Registros de Notificação às Assembléias Legislativas e Distrital e as Câmaras de Vereadores entre outros.

Está programada com o Serpro a implantação em 31 de outubro de 2011 do projeto piloto da OBTV – Ordem Bancária de Transferências Voluntárias. A implantação desta funcionalidade depende de integração com os Bancos Oficiais e com o Siafi.

Segue o quadro referente ao novo cronograma de desenvolvimento do sistema.

**CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DAS FUNCIONALIDADES
DO SICONV – PORTAL DOS CONVÊNIOS**

MÓDULO/FUNCIONALIDADES	SITUAÇÃO	PREVISÃO ANTERIOR	PREVISÃO 2010	SITUAÇÃO ATUAL
Publicação de Extratos de Convênios no DOU e devolução de matérias pela Imprensa Nacional	Implantado	31/12/2008	Implantado	Implantado
Integração com o SIAFI (geração de NE, NC, OB, NL, Cadastro, Reduzido, UGTV, etc.)	Implantado	31/12/2008	Implantado	Implantado
Consultas diversas	Implantado	31/12/2008	Implantado	Implantado
Formulários para impressão de Extrato de Credenciamento de Proponente Entidade Pública e Privada	Implantado	15/11/2011	Implantado	Implantado
Formulários para impressão de Proposta e Plano de Trabalho	Implantado	30/09/2010	Implantado	Implantado
Consórcio de Conveniente	Implantado	31/12/2009	Implantado	Implantado
Integração com bancos para abertura de Contas Correntes	Implantado	30/09/2009	Implantado	Implantado
Integração sistema SIAPF da CEF para registro de contratos de repasse	Implantado	15/10/2009	Implantado	Implantado
Prestação de Contas	Implantado	31/10/2009	Implantado	Implantado
Integração com sistemas corporativos de órgãos concedentes (FNDE)	Em homologação	15/10/2009	31/12/2010	15/03/2012
Formulários para impressão de extrato da situação Entidade Privada	Implantado	15/10/2009	Implantado	Implantado
Carga de dados legados do SIAFI/SIASG: dados de formalização	Implantado	31/10/2009	Implantado	Implantado
Formulários para impressão de extrato de consulta da situação do Proponente/Conveniente/Executor/Interveniente	Implantado	15/10/2009	Implantado	Implantado
Conciliação de movimento bancário para operações off-line	Em homologação	30/11/2009	31/01/2010	31/10/2011
Movimentação das contas-correntes pelo SICONV – OBTV – Projeto Piloto	Em homologação	30/11/2009	31/01/2010	31/10/2011
Acompanhamento e Fiscalização	Em homologação	15/10/2009	28/02/2010	30/10/2011
Registro e retenção de tributos	Especificada	30/11/2009	28/02/2010	30/12/2012
Sub-rogação de convênios	Especificada	28/02/2010	28/02/2010	30/12/2012
Eventos de Renúncia, Rescisão e Extinção de Convênios	Em homologação	30/11/2009	31/03/2010	20/12/2011
Protocolo de Intenções	Especificada	28/02/2010	31/03/2010	30/06/2012
Carga de dados legados do SIAFI/SIASG – dados da Execução	Em desenvolvimento	31/01/2010	31/03/2010	30/06/2011
Movimentação das contas-correntes pelo SICONV - OBTV	Em homologação	30/11/2009	31/04/2010	30/03/2012
Integração com o CADIN	Especificada	30/04/2010	30/04/2010	30/04/2012
Integração com SIOP para vinculação dos programas às ações do PPA	Em homologação	28/02/2010	30/04/2010	30/12/2011
Padronização de objetos	Implantado	31/05/2010	31/05/2010	Implantado
Ajustes na Execução e Prestação de Contas para Termos de Parceria	Em especificação	31/12/2009	30/05/2010	30/09/2012
Registros de Notificações de celebração, repasses.	Em homologação	31/12/2009	30/10/2010	30/10/2011
Carga de dados legados do SIAFI/SIASG – dados da Prestação de Contas	Em especificação	31/03/2010	30/06/2010	30/06/2012
Tomada de Contas Especial	Especificada	28/02/2010	30/06/2010	30/12/2012
Cotação Prévia	Em especificação	31/03/2010	30/06/2010	30/09/2012
Integração com sistemas de execução dos convenientes (ex. SIAFEMs)	Em especificação	31/05/2010	31/07/2010	30/09/2012
Auditoria	A especificar	30/04/2010	31/07/2010	30/03/2013

Por fim, registramos que o prazo efetivo de implantação daquelas funcionalidades que dependem de integração com outros sistemas pode ser afetado pelo prazo de disponibilização das alterações necessárias a estes últimos.

Por todo o exposto, voltamos a destacar que, embora com atrasos no cronograma original, as medidas adotadas por este Ministério vêm priorizando o desenvolvimento do Siconv e adotando ações corretivas para viabilizar o projeto.



PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSION DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSION DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053**
Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49

Edição de hoje: 932 páginas

(OS: 11260/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

